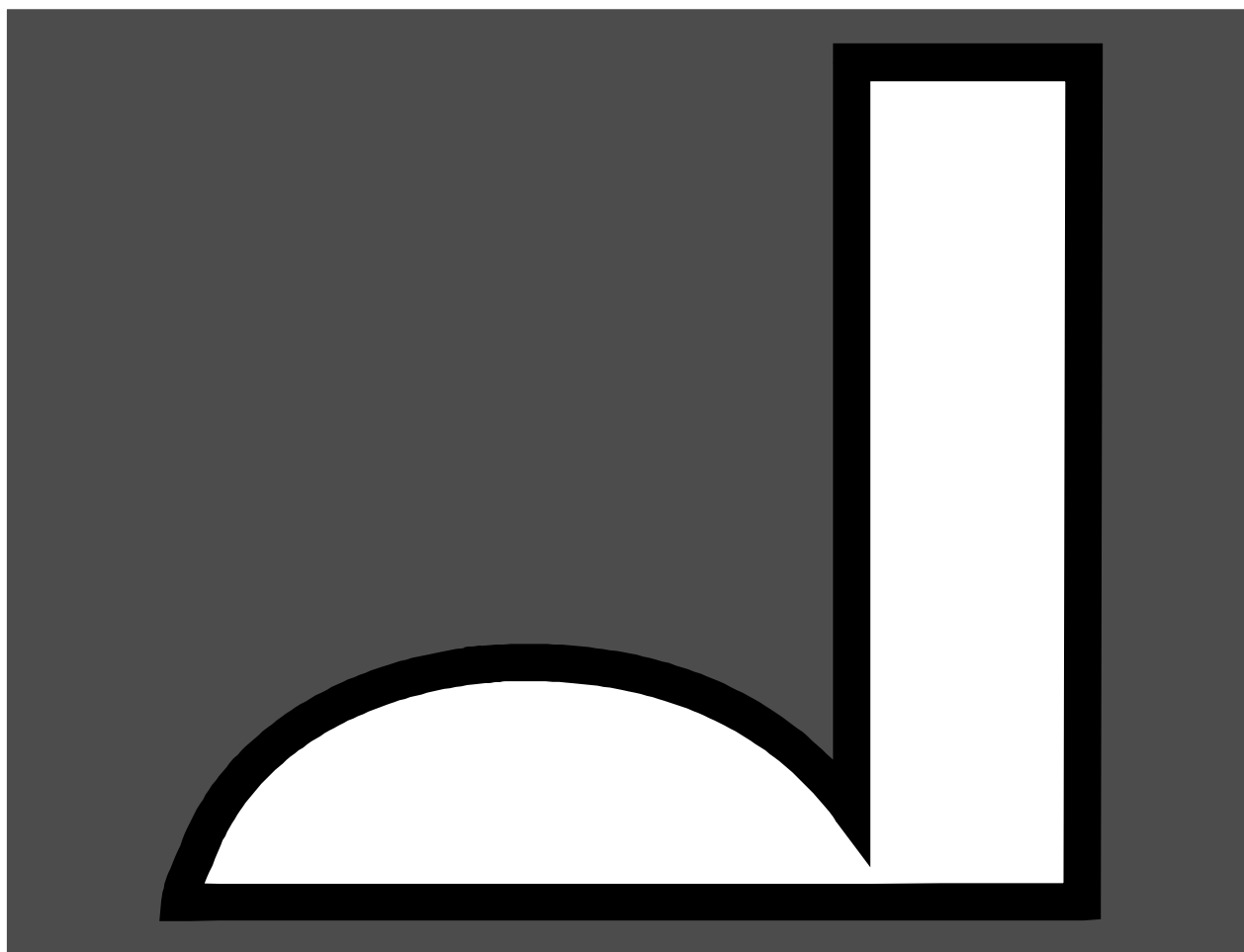




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)

VOLUME I/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488		
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1.2 – Contratos	
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
		8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 1ª Reunião, Realizada em 09/06/2005.

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e quarenta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Jefferson Péres e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Idelí Salvatti, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Morais, José Jorge, Romeu Tuma, Lucia Vânia, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Junior, bem como dos Senhores Deputados Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Ônyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélío Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Félix Mendonça, Murilo Zauith, Benedito de Lyra, Inaldo Leitão, Geraldo Thadeu e Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Eventual, Senador Jefferson Péres, declara abertos os trabalhos e pergunta aos Líderes presentes se há acordo quanto aos nomes para os cargos de Presidente e Relator da matéria. Lideranças, Senadores e Deputados sugerem vários nomes e concluem que ainda não há acordo. Às dezessete horas e trinta e três minutos o Presidente propõe e o plenário aceita a suspensão da reunião por uma hora para que as Lideranças Partidárias possam buscar o entendimento. Às dezenove horas e cinco minutos o Presidente declara reaberta a reunião e constata que permanece o impasse. Comunica que seu propósito é de chegar a um acordo sobre os cargos a serem preenchidos e marca nova reunião com esse intuito

para o dia catorze de junho do ano de 2005, às dez horas. Fizeram uso da palavra os Senadores Aloísio Mercadante, Heloísa Helena, José Agripino, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio e Álvaro Dias, bem como os Deputados Alberto Goldman, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, Asdrúbal Bentes e José Carlos Aleluia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS
DA 1ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS**

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, digo sem nenhuma alegria, por ser o mais velho, e não vou usar a expressão politicamente correta, mais idoso, sou o mais velho da comissão, por isso me cabe abrir os trabalhos.

Peço que, à medida que cheguem Senadores e Deputados, membros da Comissão, aos Deputados e Senadores que não sejam membros, se é que há aqui, que cedam lugar ao titular ou ao suplente.

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis práticas de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo. Hoje deverá se realizar a eleição do Presidente e, em seguida, a designação do Relator. Presidente, Vice-Presidente e a escolha do Relator.

Pergunto aos Srs. Líderes Partidários se existe acordo em torno dos nomes. Gostaria que os Líderes dos Partidos se manifestassem.

Existe acordo para escolha dos nomes do Presidente, Vice-Presidente, Relator? (Pausa.)

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Os Senadores não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Estou percebendo isso.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Uma das indicações caberia ao Bloco de Oposição no Senado. Então, os Senadores do Bloco de Oposição devem ter feito a indicação e informado V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senadores José Jorge e José Agripino são membros da Comissão? Quem fala pelo Bloco de Oposição no Senado?

O nome do Senador César Borges foi indicado pelo Bloco da Minoria, PFL/PSDB no Senado para a Relatoria da Comissão.

Por favor. Atenção, vou ler o expediente que acaba de me chegar às mãos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pela ordem a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os representantes do Governo tinham que está aqui justamente para dizer se existe possibilidade de acordo, até porque não se vota em relator, vota-se em Presidente e vice. Então, para que sejamos informados, porque, senão, a designação que foi feita passará a ser feita para outro posto na Comissão para que possa ser votado ou não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pela ordem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, quero lhe informar que está no final uma reunião de grande parte das Lideranças da Câmara está sendo concluída em relação ao posicionamento de grande parte dos Partidos políticos, inclusive do PMDB. Sr. Presidente, se V. Ex^a aguardasse um pouco, cinco minutos, já teríamos essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Com a palavra, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Presidente, não só para que V. Ex^a possa esclarecer, na condução dos trabalhos, porque, na verdade, os cargos mais importantes da CPMI são os de Presidente e Relator, e sabe-se que há uma disputa entre a Oposição e a Situação, mas só são eleitos o Presidente e o Vice-Presidente. O Relator é designado pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É para que fique bem claro, porque há necessidade de fazer uma composição e, em não havendo a composição, enfim, que contemple interesses da Oposição e da Situação, aquele que ganhar a eleição para Presidente vai ter o beneplácito ou o direito de escolher o Relator em não havendo o acordo. Aí poderemos ter um impasse muito grave já no início da CPMI. Proponho, Sr. Presidente, que pudéssemos aguardar e, enfim, ter essa posição de parte do Governo porque há indicação de um nome da Oposição e o Governo tem que vir para abrir essa conversa para que possamos ter a definição. Havendo acordo, avançamos; não havendo, já vamos começar com um impasse, o que é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Deputados, desde que cheguei aqui,

pergunto se há acordo. E ninguém falou se há ou não acordo. Agora, o Deputado me informa que as Lideranças estariam reunidas, é isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Neste momento? Então, vamos continuar discutindo até que S. Ex^{as} cheguem ou não a um acordo.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, como se trata de uma CPI mista, um dos cargos será da Câmara e outro, do Senado. Se o Senado já vem com a possibilidade de ficar com a relatoria, quem tem que indicar a Presidência, ainda que em acordo ou desacordo, é a Câmara dos Deputados, porque, na CPI mista, se a relatoria ficar com o Senado, obrigatoriamente a Presidência ficará com a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria de sua atenção. V. Ex^a pode informar se existe acordo entre Governo e Oposição em torno da eleição do Presidente da Comissão?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, apesar do esforço que tivemos em buscar construir um acordo, até o momento não há acordo em relação à indicação, primeiro, do critério de maioria e, segundo, do nome que deveria ser indicado para essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Ainda haverá conversações em torno disso ou V. Ex^a acha que...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu estava conversando agora com os Líderes da Oposição. A nossa disposição sempre foi a de buscar construir um acordo, mas sem que haja imposição e que haja espaço para se construir uma proposta de comum acordo. Caso contrário, temos que recorrer ao voto.

Quero lembrar que, no Senado Federal, temos uma cultura, uma tradição de alternância de respeito à proporcionalidade. Não é o que vem acontecendo na Câmara dos Deputados. Por exemplo, nossa Bancada, que é a maior, nem sequer teve assento na Câmara e um dos argumentos...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

Não temos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Perdeu no voto.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Talvez eu possa estar mal informado e temos um representante, que não sei quem é, porque, até o momento,

não conheço nenhum representante da Bancada que tenha assento na Mesa Diretora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se perderam na disputa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – É evidente. Por isso, estou dizendo que, quando não há acordo, vai-se a voto. Foi assim na Câmara dos Deputados. A cultura da Câmara tem sido essa que foi manifesta aqui por essa expressão majoritária dos Parlamentares. Não é a cultura do Senado. Temos sempre respeitado a proporcionalidade e a alternância na constituição das comissões. Nossa cultura não é definir no voto, mas construir um acordo.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – No entanto, até este momento, não conseguimos construir um acordo em torno de Presidência e relatoria. Se não houver disposição de diálogo, de buscar construir...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Há orador na tribuna.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Um momento, estamos ouvindo o Líder do Governo.

Peço encarecidamente que ajamos civilizadamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O nosso interesse será evidentemente, a CPI instalada, ao contrário do que está sendo mencionado aqui, nós teremos tempo e tranquilidade para apurar tudo o que se refere aos Correios.

Nós temos dez anos para serem investigados com todo o rigor. Nada pode deixar de ser investigado. É fundamental que haja transparência, que a sociedade conheça os contratos, os procedimentos, as auditorias, e possa comparar os diversos períodos da gestão dos Correios, para que possamos ter uma leitura completa dessa instituição. E qualquer irregularidade será apontada, e os responsáveis punidos. Essa é a nossa disposição.

Acerca da gestão dos trabalhos, o ideal é que consigamos construir um acordo, para que os trabalhos possam fluir com tranquilidade, com respeito ao pluralismo, como ocorreu em algumas Comissões na história desta Casa. Em outras, em que tivemos uma partidização política muito forte, os trabalhos não evoluíram bem. Às vezes, sequer se conclui a gestão.

Por isso, a nossa disposição continua sendo de buscar construir um acordo, desde que haja disposição em se discutir nomes, e não em simplesmente cada campo definir um nome sem nenhuma consulta e sem nenhum diálogo. Nós não queremos repetir o

que já ocorreu em outros momentos, particularmente na eleição da Mesa da Câmara dos Deputados. Nós queremos construir um acordo, se possível. Até este momento, nós não temos esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador José Agripino, para falar pelo Bloco de Minoria do Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra em seguida ao Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio; em seguida, o Senador Efraim Moraes.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Eu gostaria de saber de V. Ex^a se os indicados para integrar a Comissão têm o direito a ter assento. O Líder está de pé; eu, que sou da Comissão, estou de pé.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Maguito Vilela, respondendo a sua indagação, eu fiz um apelo a Parlamentares que, por ventura, não sejam membros da Comissão, que cedessem os lugares aos titulares e suplentes. Espero que façam isso.

Senador José Agripino, está V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tem lugar aqui atrás, no baixo clero.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Jefferson Peres, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não tendo acordo e não tendo conforto, vamos para a votação. Esse é o regime democrático. Eu prefiro votar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, eu ouvi o Líder do Governo. Estou ouvindo agora o Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a solicitasse silêncio, para que os argumentos e as opiniões...eu gostaria que V. Ex^a solicitasse do Plenário um pouco de silêncio, para que as opiniões pudessem ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM)

– O apelo do Senador José Agripino é o meu. Se não houver condições de se dar atenção aos oradores, é melhor eu suspender a reunião ou evacuar a sala. Senador José Agripino, espero que o ouçam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Pre-

sidente, diferentemente da proposta que o Líder do PMDB acabou de apresentar, o que o Bloco da Minoria – e aqui eu tomo a liberdade de falar, secundando a posição do Senador José Jorge -, que a sua posição é de diálogo, sim; mas com equilíbrio e com respeito; respeito à tradição, respeito ao Regimento, respeito ao direito das Minorias, que é uma tradição de anos e anos nesta Casa.

Eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que, se o direito das Minorias, que é uma tradição de anos e anos, não for respeitado, as consequências vão fugir ao nosso controle, por mais equilíbrio e determinação que tenhamos em fazer as coisas de forma racional, vai-se criar um clima absolutamente incontrolável. Estamos tratando de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que vai tratar de denúncias seriíssimas de corrupção – reincidência. Quero repetir que o meu Partido, o PSDB, o PDT, tem interesse específico focado em investigar corrupção. Não é investigar Governo; vou repetir, é investigar corrupção, onde ela estiver.

Não é investigar Governo. Se ela estiver encastelada no Governo, a consequência será inevitável. O que é que nós fizemos? O Presidente Renan Calheiros solicitou, por ofício, a indicação de cinco membros no Senado ao Bloco da Minoria, quatro membros ao PMDB, quatro membros ao Bloco do PT.

Ora, obtiver a indicação de cinco membros é considerado maioria. O que nós entendemos? Há anos e anos, nas CPMLs, o Senado indica, pela sua maioria, pela sua Bancada majoritária ou o Relator, ou o Presidente, e a Câmara indica, pelo seu Bloco Majoritário, o outro cargo, ou o Relator, ou o Presidente.

O que nós, na presunção de sermos maioria que somos, fizemos, quando solicitados pelo Presidente Renan Calheiros a indicar os cinco membros? Indicamos cinco titulares e cinco suplentes. Dentre esses membros, que são todos categorizados, homens experientes, conscientes de sua responsabilidade, escolhemos, dentro daquilo que é o nosso arbítrio e o nosso direito, um nome para indicar. O cargo que nos caberia seria o de Relator, porque, na última CPML, à da Terra, coube à Minoria no Senado a Presidência, do Senador Álvaro Dias, ao PT, que é majoritário na Câmara, a Relatoria.

Pelo rodízio, portanto, na CPML, caberia o seguinte: a Presidente, ao Bloco do Governo; e a Relatoria, ao Bloco da Oposição. Eu, o Senador Arthur Virgílio,

o Senador Jefferson Peres, V. Ex^a conversamos bastante com o Deputado Chinaglia, Líder do Governo na Câmara, com o Senador Mercadante, buscando o entendimento em torno de uma coisa que é tradição e é equilíbrio e dissemos a S. Ex^{as} que houve exemplos recente nesta Casa de perda de eficiência nos trabalhos pelo excesso de radicalismo. Não quero citar, mas o radicalismo, recentemente, redundou em perda de eficiência e perda de eficácia na obtenção de resultados, por conta da relação extremada entre Presidente e Relator.

Os Líderes tentaram, muitas vezes, repor a ordem e não conseguiram, pela relação extremada. Se nós instalarmos, agora, pelo voto, sem respeito à tradição e ao Regimento o Presidente, e este indicando o Relator, vamos incorrer no mesmo erro da última CPI, que não teve bons resultados. A culpa não será nossa, mas de quem impôs essa nova norma. As consequências vão ser, inevitavelmente, ruins.

Antes que seja tarde, propus aos Líderes que, se conseguíssemos montar um esquema de comum entendimento, de comum acordo, em que o Presidente seja eleito, poderíamos abrir mão do direito de indicar o Relator, até disso abríriamos mão. Se fizermos um entendimento em torno de um nome equilibrado, que já temos indicado, com o de um Relator, seja quem for, em cujo equilíbrio confiamos, vindo por parte do Governo, o Colégio de Líderes já parte com a pré-condição de, em momentos de tensão, se ocorrerem, se reunir para repor a ordem nos trabalhos da Comissão por antecipação, por pacto estabelecido.

Isso foi dito por mim, pelo Senador Arthur Virgílio, ao Senador Mercadante, ao Deputado Chinaglia. O que é a intenção evidente de investigar a corrupção?

Sr. Presidente, a Oposição seria pouquíssimo inteligente, se quisesse fazer das investigações desta Comissão um palco eleitoral. A sociedade é quer ver investigada a corrupção; não quer ver brilharco de ninguém. Quer ver corrupção investigada. Se houver a tentativa de brilharco, palco eleitoral, a consequência será, por efeito bumerangue. A Oposição reagirá. Nós temos essa consciência. Não abrimos mão de ter ou o Presidente, ou o Relator, o nosso indicado, com equilíbrio, com racionalidade, e o pacto está estabelecido. Se quiserem entendimento, o entendimento será feito neste momento, à luz da tradição. E oferecemos um nome equilibrado, chama-se César Borges, que é o nome que o Bloco da Minoria indica para ou ser eleito presidente ou ser relator desta comissão.

Caso não cheguemos a bom termo, não teremos, Sr. Presidente, nenhuma alternativa, porque os trabalhos de ponto e contraponto entre governo e oposição para que o debate se estabeleça e para que do deba-

te resulte o bom resultado, a boa investigação, a boa consequência, se não se estabelecer o ponto e contra-ponto pela truculência, que não desejo, não teremos outra alternativa senão propor a CPI da corrupção só no Senado, onde temos a maioria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Líder, V. Ex^a me permite uma pergunta?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então a polêmica está, se bem entendi, o governo quer indicar o nome da Oposição?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para não azedar o diálogo, desde já, preferia não responder a V. Ex^a. Mas V. Ex^a está concluindo com acerto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevo, pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Aloizio Mercadante, quer ouvir o Senador Arthur Virgílio?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Evidente, é sempre um prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como demonstração de boa vontade da Oposição, começo citando o Senador Mercadante para ele falar duas vezes.

Vou falar com a maior pureza de sentimentos. Se fosse valer aqui o interesse estrito das oposições, o melhor caminho certamente seria o governo atropelar a chamada minoria, quebrar a praxe, abrir um precedente perigoso, apontar para o caminho da radicalização das posições, e, ao fim, ao cabo, termos que partir para uma atitude que no Senado podem ser adotadas com número suficiente, com número bastante, com número mais que cabível, de modo a não nos sentirmos frustrados no dever de investigar as denúncias.

Eu disse que eu citava o líder porque ele disse: vamos nos últimos 10 anos. É modesto, nos últimos 10 anos não, líder Mercadante, Pero Vaz de Caminha, Pedro Álvares Cabral. Agora vamos começar no Governo Lula, de frente para trás, não é de trás para frente, senão a gente morre e não chega a Pedro Álvares Cabral. É preciso perceber que o fato, e se discutiu tanto constitucionalidade na Comissão de Justiça, que determina, que legitima o requerimento de constituição da CPI é precisamente o fato de Correio e Telégrafos, o Sr. Maurício Marinho, sua denúncia contra um partido que compõe a base governista. Eu tenho ouvido coisas estranhas, eu queria que saíssemos, e o Senador José Agripino falou com acerto,

fazer um pacto sim, um pacto, e deixando bem claro que estrelismos, espetaculosidade por parte da Oposição levaria a Oposição a descrédito sim, porque não é para se brincar de pré-eleição nem de eleição com um instrumento relevante como este, numa hora como esta, e o PSDB tem até pago os seus preços para dizer que a qualquer preço sustenta a ordem constitucional neste país. Não quer golpe, não quer ouvir falar em nada que signifique desestabilização do governo que aí está. Não fez nenhuma acusação ao governo que aí está, está, isto sim, entendendo que os fatos denunciados por revistas, televisão, jornal e rádio devem ser investigados com dureza. Hoje eu tenho ouvido coisas terríveis, me perguntaram agora jornalistas sérios o que eu achava de uma CPI para investigar compra de votos no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu quero me desculpar com a família do meu querido amigo Sérgio Mota, mas eu terminei fazendo humor negro, primeiro isso significa revanchismo, é um sentimento canhestro; segundo, então é isso para não investigar aquilo. Esse interesse repentino em reviver aquele fato é possível sim. Agora, não se vai ouvir por exemplo o Ministro Sérgio Mota, a não ser que se fizesse uma sessão espírita. Eu vou ceder de novo ao humor negro, porque não temos como levar a sério uma proposta dessas. Essa proposta não é de quem está com a cabeça política no lugar. Essa proposta não é de quem está olhando para os desafios que a nação coloca sobre os ombros de governo e oposição nesta Casa. Eu faço um apelo, o Senador Agripino já disse das nossas intenções, e quero aqui repelir qualquer desconfiança a respeito do comportamento que teria na Comissão o Senador César Borges: um Senador aplicado, correto, preparado, ex-governador de Estado, experimentado; não tem porque alguém aqui colocar em dúvida S. Ex^a. Mas faço aqui um apelo dizendo, Senador Agripino, que não vou redundar; V. Ex^a tem toda a razão, a nossa posição é a que V. Ex^a aqui expôs: nós vamos ter uma postura sóbria, séria. Esperamos que seja esta a CPI a concentrar as atenções de todos – o Brasil espera isso. Faço um apelo. Esse apelo já foi feito particularmente, e quero aqui louvar o PT por ter mandado para cá Deputados que representam de fato uma excelência parlamentar: Deputado Maurício Andes, Deputado José Maurício Cardoso, Deputado Jorge Bittar e todos – não quero nomear. Considero que é uma demonstração de apreço e respeito que dão pela Constituição. Em seguida, vem o desmentido porque nós temos, Sr. Presidente, algo que estará nos jornais amanhã: por que concordaram com o rodízio na CPMI da Terra, na CPMI do Banestado e, de repente, nesta não? Não é bom para o Governo, não é bom para a maioria, não é bom para a relação intra-

Congresso, não é bom para o Congresso diante da opinião pública. O apelo que faço é no sentido de fazermos a coisa tipo ovo de Colombo: confiança mútua, confiança em que, cumprindo o nosso dever de indicar de acordo com a nossa possibilidade seguindo a praxe desta Casa, do Congresso Nacional, aceitando eles, portanto, o Senador César Borges, e nós nem sequer questionando. Eu poderia citar todos os Deputados do PT a quem caberia pela normalidade indicar para uma das posições estratégicas. Não brigamos por nenhuma das duas posições, pode ser relatoria, pode ser presidência. Eu citei três nomes, todos os três, ou qualquer outro mereceria o nosso aplauso e a nossa confiança plena. Nós entendemos que, por uma questão de forma, o Governo poderá começar desacreditando esta CPI, começará por passar para a sociedade a idéia de que não é para apurar de verdade, começará por transmitir desconfiança a pessoas íntegras que ele, Governo, indicaria para comporem a direção desta CPI. Considero que é uma verdadeira Vitória de Pirro. Não tenho nenhuma dúvida de que se vota, e a Oposição perde no voto aqui. Não sei se não é a Vitória de Pirro, aquela em que o vitorioso sai destruído, e, às vezes, o derrotado não sai tão destruído assim. O apelo é muito simples: é no sentido de aceitarmos a normalidade. Esta CPI não deve ser encarada pelo Governo diferentemente da CPMI da Terra ou da CPMI do Banestado; é uma CPI a mais, normal, numa democracia que se respeita, e que se preza, e que se quer reproduzir como modelo. Portanto, faço um apelo de coração no sentido de que as manobras cessem, e nós pura e simplesmente aceitemos o nome indicado pelos Deputados do Partido dos Trabalhadores, e eles aceitem, o Governo, ilustres Senadores e Deputados, Deputadas e Senadoras, o nome que nós estamos a indicar para compor a Relatoria.

Isso é reunião para durar quinze minutos, não é reunião para, em quinze minutos, desmerecermos e desmontarmos o conceito de uma Comissão que ainda nem começou a investigar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pelo art. 14, Senador Aloizio Mercadante; depois, Senador Efraim Morais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Primeiro quero publicamente dizer que o Senador Arthur Virgílio tem-se comportado nesse processo com muita responsabilidade pública, com muito equilíbrio. Acho que isso é muito importante e tenho certeza de que a manifestação dele vem no sentido de buscar construir um caminho que dê credibilidade à CPI, que também é o nosso interesse.

Mas, queria primeiro esclarecer alguns pontos. O Sr. Marinho tem 28 anos de carreira. Não creio que um sujeito que tem um momento como aquele de embolsar R\$3 mil da forma como o fez, que escandaliza toda esta Nação, possa ter começado essa prática ilícita agora; não começou. Então vamos investigar para valer os Correios: todos os contratos, todas as licitações, todas as auditorias do Tribunal de Contas; tudo que foi feito. Nós queremos ir até o fim; ir ao fim significa analisar a história recente dos Correios para que possamos inclusive comparar o padrão das contratações, os padrões das licitações de preços, o comportamento do Tribunal de Contas, e possamos evidente ajudar a reconstruir a credibilidade de uma instituição que é fundamental para o povo brasileiro e garantir inclusive políticas públicas que aprimorem o desempenho dessas funções, dessas instituições, para que não se repitam episódios como esse.

Por isso, queremos uma investigação ampla, sem fixar apenas no momento ou no período menor do tempo. É evidente que isso inclui os dois anos e cinco meses desse Governo, mas incluirá também o do passado. Esse é o caminho que o Brasil espera desse plenário. (Palmas.) Esse é o caminho e é o que nós vamos fazer. (Palmas.)

Em segundo lugar, tenho um imenso respeito, ainda que tenha sido adversário político do ex-Ministro Sérgio Motta, conheço-o durante boa parte da minha vida pública, fomos adversários, tivemos métodos, atuações diferenciadas, mas tenho respeito, e não há, da nossa parte, qualquer tentativa de macular, sobretudo uma pessoa que não está presente para se defender. Mas quero lembrar, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a propôs uma CPI sobre o caso Celso Daniel, que é companheiro morto, que não pode se defender, cuja investigação do assassinato – quero só concluir -, cuja investigação foi feita pela Polícia do Estado de São Paulo, a conclusão do inquérito, depois reaberto, recorrentemente reaberto, uma figura que eu tenho imenso respeito, mas eu acho que aquele episódio tem que ser esclarecido de forma cabal pelo Ministério Público ou qualquer instrumento que seja colocado. Nós achamos que a compra de votos no Parlamento é uma prática inaceitável no Parlamento.

Então, qualquer indício relacionado a episódios dessa natureza tem que ser apurado com rigor.

Finalmente, a idéia do equilíbrio não pode ser: eu estabeleço o nome, você vota a favor, sobretudo quando uma Comissão, marcada por esse nível de polarização, num ano pré-eleitoral, exige muita vivência, muita experiência, muito equilíbrio, e a construção de um nome de consenso é sempre o melhor caminho para que o trabalho se faça com mais credibilidade.

Eu sugeri ao Senador José Agripino e também ao Senador Arthur Virgílio nomes da Bancada da Oposição para serem, só queria ponderar aos companheiros da Câmara que aqui no Senado temos uma prática que seria boa para a CPI, sempre ouvimos o argumento do outro, depois, no debate, colocamos outros argumentos. Por isso, gostaria de concluir o meu raciocínio. Eu fui Deputado também e tenho imenso respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM)

– Senador Aloizio Mercadante, com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) –

...pela Câmara, militei lá oito anos, tenho imenso respeito, muitos foram companheiros, só ponderaria que é melhor ouvirmos os argumentos e depois no debate contraditar, que é da natureza da democracia.

Mas nós sugerimos tentar construir nomes, mais de um nome, mais de um nome foi buscado para se construir esse acordo.

Por exemplo, a Bancada do PT, quando foi da Presidência da Câmara, não conseguimos construir um diálogo e acabamos achando que aquele que para nós era o melhor nome não era para o plenário o melhor nome, e nós perdemos a eleição.

Então, se for para construir um nome de equilíbrio, de comum acordo, a Oposição tem que dialogar tanto no nome que nós estamos propondo quanto no nome que eles propõem.

Tenho imenso respeito pelo Senador César Borges, aqui não se trata de qualquer pré-condição em relação ao desempenho funcional. Mas para a Presidência, por exemplo, de uma Comissão, eu acho que poderíamos construir nomes que têm mais vivência do ponto de vista regimental, porque temos um ambiente de convivência mais favorável e que poderia sair da Bancada da Oposição. Poderia sair.

Agora, o que é difícil é definirmos um nome e não permitir,,,

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Aceito, de pronto. Aceito. (Palmas.) Aceito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Senadora Heloisa Helena para Relatora, está bem?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Então, construirmos um nome que não tenha esse tipo de consideração.

Temos o nome, por exemplo, do Senador Delcídio. Queria ponderar, Senador Arthur Virgílio e Senador José Agripino, quando foram formados os Blocos estabelecemos um compromisso no Senado que o Bloco não constituiria critério para se estabelecer composição de comissões, que o critério seria o resultado dos votos. A maior Bancada do Senado é o PMDB, a maior Bancada da Câmara é o PT, que saiu do resultado das urnas e que os Blocos não seriam utilizados

para essa finalidade, tanto que o Presidente do Senado Federal é um Parlamentar do PMDB, porque esta era a maior Bancada. Esse foi o critério que nós pactuamos desde o início dessa Legislatura, e que não haveria alterações de Bancada de última hora para mudar as composições, que nós íamos respeitar o resultado das eleições. Por isso, o Presidente Renan foi eleito por consenso. A maior Bancada é o PMDB. O PMDB do Senado delega à Bancada da Câmara a indicação; a Bancada do PT da Câmara delega à Bancada do PT do Senado a indicação; e a Bancada do PMDB do Senado delega à Bancada do PMDB da Câmara, no critério das maiores Bancadas das duas Casas.

Apesar disso, portanto, temos um argumento que é o que vale para o Senado e para a Câmara, que são as duas maiores Bancadas que saíram do resultado das urnas do povo. Para presidir qualquer uma das Casas, sempre tivemos abertos ao diálogo, se for para construir nomes de comum acordo, tanto o nosso quanto o da Oposição. Estamos abertos para essa construção, caso contrário, vamos, pelo argumento do voto da maior Bancada, que é a tradição parlamentar, defender os nomes que estamos indicando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, art. 14. Fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – O Senador Arthur Virgílio, pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, as palavras...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Questão de ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, em respeito ao meu Partido, o PFL, quero protestar contra com os argumentos levantados aqui pelo Senador Mercadante com relação ao Senador César Borges. S. Ex^a alega que...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Um momento, Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Questão de ordem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Regimental?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Regimental.

Não é possível a intromissão na vida das outras Bancadas. S. Ex^a alega falta de experiência parlamentar para o impedimento do Senador César Borges, mas, ao mesmo tempo, cita como exemplo o Senador Delcídio Amaral, um brilhante Senador, mas também sem a mesma experiência do outro. De forma que esse não é o real motivo. É preciso que as coisas fiquem claras com relação a essa indicação e deixar para as Oposições a indicação consciente do seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, as palavras do Líder Aloizio Mercadante são preocupante porque nos leva a indagar se não procedemos errado quando da instalação e dos procedimentos das Comissões Parlamentares de Inquérito do Banestado e da Terra. De repente, a regra que valia para essas duas CPMI's passou a não ser considerada legítima para a CPMI que ora se tenta instalar. Estou chamando a atenção de V. Ex^a para algo que é grave.

Dizia eu ainda há pouco ao Deputado Rodrigo Maia: “Por essa nova regra e se vai valer esse tratamento da maioria, não temos mais condição de indicar relator em qualquer comissão parlamentar de inquérito.” Esse é um dado. Então não deveríamos ter... Se não temos o direito, não deveríamos ter indicado para duas; se temos o direito, deveríamos ter indicado para todas. Parece-me anormal é termos indicado para duas e não podermos indicar precisamente para esta. Não consigo imaginar algo mais penoso, mais daninho para a imagem do Governo do que todos esses cuidados que estão cercando esse caso dos Correios.

Quanto a investigar, queria mais... não sei se a comissão outra é mista, se não é, essa da sessão espírita... eu quero assinar, Sr. Presidente. Quero assinar. Recomendo que os Deputados do PSDB assinem. Quero assinar, se couber assinatura dos Senadores, embora deixando bem claro que não tomei iniciativa de algo que pode a todos nos cobrir de ridículo, mas investigar o que quer que tenha que ser investigado do governo passado e de outros. Vamos ser precisos, então. Que se investigue nos Correios e Telégrafos! Vamos fazer uma coisa...

Quantos anos tem o Presidente Lula de Governo? (Pausa.)

Tem dois anos e seis meses, dois anos e meio. Então, vamos fazer o seguinte. Ela investiga nos Correios dez anos e seis meses, ou seja, abrange os oito anos do Presidente Fernando Henrique e os dois anos do Presidente Lula, com o compromisso de não mais

fazerem bobagem. Agora começamos de Lula para trás. Não vamos começar de 1995 para cá porque não é isso que espera a opinião pública, não é isso que espera a imprensa brasileira, não é isso que espera o Parlamento, enquanto instituição que precisa ser preservada.

Portanto, Sr. Presidente, fico a indagar se não estamos errados nós ao termos nos alçado a postos elevados nas Comissões Parlamentares anteriores ou se não estaria obrando em equívoco político e regimental terrível o líder Aloizio Mercadante porque não poderíamos nós ter participado antes de comissão nenhuma, a vigorar e a vingar o raciocínio dele, ou teríamos nós de participar desta também. Fica uma pergunta que é política no ar, não é regimental, não é constitucional, é política. Por que não esta? Por que a preocupação do Governo de ter o relator nesta e ter o presidente nesta? E por que o Governo desacreditar figuras honradas, que acompanham a sua Base, que podem perfeitamente se alçar a esses vãos e a vãos mais altos com toda integridade? Por quê? Porque o Governo insiste em perder aquilo que sempre foi uma marca do PT, não perder as batalhas de comunicação social? Por que perde de maneira tão pequena, tão rasteira essa batalha? Está perdendo a batalha, a sociedade está de fato a cada dia com a sua orelha mais em pé diante das razões que está tendo para desconfiar do Congresso, para entender que se está propondo aqui não um caminho, mas um descaminho. Portanto, Sr. Presidente, reitero o apelo no sentido de que aqui confiemos na capacidade de ambos os lados de defender as instituições, no caso, o Congresso Nacional, e que façamos, sem mais delongas, a indicação por aclamação do nome do PT, onde quer que o PT queira. E digo mais, Senador Agripino, vou tentar improvisar. Se quiserem inverter, por que não colocarem um deputado nosso? O Senador César Borges é o nosso candidato. V. Ex^a dá a palavra final e ele também, mas, de repente, se couber ao PT do Senado... Queria que a Oposição não ficasse fora deste momento, em nome da integridade do Governo, em nome da respeitabilidade do Congresso Nacional, em nome da certeza que temos de ter de que somos capazes de defender esta Instituição. Portanto, Sr. Presidente, já estamos demonstrando demais. Lá fora já começam os ruídos. Por que tanta dificuldade para se instalar esta CPI? Quando parecia que ela ia sair, ela não veio, quando parecia que ela ia marchar em paz, ela não marchou, quando parecia que havia um acordo rotineiro, porque seria a terceira vez, o acordo é rompido, rompido nesta, não em outra. Amanhã, numa próxima, podemos voltar a ter a Relatoria ou a Presidência, quem sabe podemos, mas nesta não podemos. A Nação vai perguntar a si

própria e vai nos perguntar, a cada um de nós, nos elevadores, nos táxis, nos aviões, nos aeroportos, vai nos perguntar por que não nesta. O que tem nesta? Vamos passar a imagem de que estamos aqui a montar algo que não é para funcionar... Não é bom para quem integra a Base do Governo, não é bom para nós, que queremos uma apuração serena, não é bom para a imagem do Congresso, não é bom para a imagem do Governo e não é bom para a verdade dos fatos, que temos de buscar com isenção e com a competência que sei que não falta a quem quer que represente o povo brasileiro na Câmara ou no Senado, seja apoiador do Governo ou seja militante da Oposição, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Antes de ceder a palavra... É uma questão de ordem? Qual é o artigo do Regimento, Deputado?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito acabou de fazer uma questão de ordem sem citar o artigo. Só quero pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Foi uma falha minha. Eu me penitencio, mas, questão de ordem, daqui por diante, seja do Governo ou da Oposição, vai ter de indicar o artigo do Regimento que pretende questionar ou invocar. Qual é o artigo do Regimento, Deputado?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu só quero consultar, Sr. Presidente, qual é o critério do uso do art. 14, porque não sou Senador. Se o art. 14 é usado dessa maneira, vamos ficar ouvindo dois ou três Senadores falando o tempo todo e os outros não poderão falar, porque se a citação foi simplesmente uma situação rápida, não é citação injuriosa, etc, temos de rodar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – V. Ex^a tem razão. Ninguém mais vai invocar a palavra pelo art. 14. São duas por reunião.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para uma questão de ordem, art. 10.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Um momento. Sou eu quem vai falar agora, antes do Senador Agripino e antes de V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. Ex^a tem a preferência porque preside, mas V. Ex^a ainda não havia concedido a palavra e a questão de ordem antecede as outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Deputado, já vou lhe ceder a palavra.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sou Parlamentar, como as Senhoras e os Senhores. Eu tenho convicção e a percepção clara de que se esta CPI desandar e desandar no nascedouro não vai ser ruim, vai ser péssimo ao Congresso Nacional. Creio que todo têm consciência disso, não beneficia ninguém.

Se tanto entendi, o Senador Aloizio Mercadante – me corrija, Senador – admite reabrir negociação com a Oposição, mas condicionada ao seu direito, ao direito da Bancada Governista, de discutir nomes. É isso?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Critérios evidentemente, e vice-versa. Nós dialogaremos critérios e buscaremos uma chapa que todos se sintam contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Obrigado, Senador.

As coisas estão claras, portanto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Deputado Asdrubal Bentes. Art. 10.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, é evidente, diante de tantas discussões acaloradas, que não levam a lugar nenhum e a nada, não há, neste momento, clima para um acordo. Até porque não é através dos discursos aqui que se vai chegar a um acordo, os acordos se fazem com as lideranças, num recinto fechado. Sugiro a V. Ex^a que, se não houver a suspensão desta reunião, por um prazo determinado e pequeno, para os entendimentos entre as lideranças, que se aplique o disposto no art. 10, do Regimento Comum, que é o que rege essas reuniões. No mais, estaremos prolongando algo que seria curto, rápido e ao encontro de todos os anseios de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Deputado, não foi à toa que fiz a indagação ao Senador Aloizio Mercadante. Preciso saber se há ou não possibilidade de reabrir negociações para um acordo. Se houver eu ... É claro que isso não se fará hoje, muito menos agora, é claro que neste caso eu suspenderei a reunião para que façam o acordo ou não.

Senador Agripino, que já vai falar pela Oposição, creio eu, até em resposta ao Senador Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Exatamente, Sr. Presidente, queria só chamar a atenção, vou falar muito rapidamente. Para o tom em que a Oposição falou, Senador Arthur Virgílio e eu próprio, de conciliação, de concórdia, de busca de entendimento, de busca de investigação correta, sem emocionalismo, sem provocação, sem provocação, não provocamos hora nenhuma ninguém. E o Governo, na sua forma

de falar, fez três ou quatro colocações que nós não passamos em cima, porque aqui queremos produzir resultados. Essa é a primeira colocação que eu gostaria que ficasse clara aqui pela palavra, do Líder do PFL, do Líder do PSDB, do Líder do Governo. Cada qual que faça a sua constatação.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar claro o seguinte: a minha preocupação com o pensamento da sociedade com a opinião pública. Já imaginou a CPI de um lado só. O Presidente de um lado, o Relator do mesmo lado e a maioria do Plenário no mesmo lado. A sociedade vai perceber isso claramente. Tudo o que acontecer.. e muitas vezes a interpretação: ah, isso não está correto, isso é faccioso. Tudo o que acontecer que puder ter interpretação de facciosidade vai ser visto com lente de aumento, porque a CPI é de um lado só. Vai ser pizza por antecipação. Será que não estão enxergando isso? Será que não vale a pena um esforço para nos entendermos. Concorde com o diálogo, com o entendimento, mas com determinação. Vamos tentar evitar, pela maturidade política que temos, encontrar nomes, assumir responsabilidades e encontrar o caminho da investigação sem suspeitas. Sem suspeitas. Eu jamais, jamais, tomaria a iniciativa de dizer: não, o Senador César Borges não é mais o indicado nosso. Isso poderia parecer à sociedade que nós capitulamos, que nós estamos participando de uma farsa.

Por quê? Qual é a desqualificação do Senador César Borges? Onde está o defeito do Senador César Borges? Eu não vejo onde? Agora, diálogo, busca de entendimento estamos abertos, para conversar, para tomar compromissos, para caminhar no sentido da credibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma entidade sob suspeita, depois de algumas que não deram resultados, a CPI passou a ser questionada, e para que esta não o seja, estou com essa proposta de conciliação, entendimento e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Deputado, V. Ex^a é membro da Comissão?

Mais um momento, antecipo que tão logo falem todos os Parlamentares inscritos, suspenderei a reunião na esperança de que haja um entendimento. Um momento, procuro ser o mais democrático possível. Então, antecipado isso e a minha decisão, indago se os Parlamentares ainda querem falar?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Melhor, Sr. Presidente, que fosse suspensa a reunião para que se tentasse o acordo. É a melhor coisa. O que tinha que ser falado já foi falado

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Ou todos desistem ou vão falar todos. Gostaria que... mas todo discurso agora será inútil.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, vamos suspender para uma tentativa de acordo. Essa proposta do Senador Mercadante não ficou clara...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Art. 17 do Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Pois não, leia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O art. 17 do Regimento da Câmara que pode ser utilizado nessa circunstância diz o seguinte:

Art.17. São atribuições do Presidente, além do que está expresso neste Regimento, ou decoram da natureza de suas funções e prerrogativas:

j) suspender ou levantar a sessão quando necessário;

O entendimento, que é majoritário, é que devemos buscar uma resposta para a sociedade brasileira. V. Ex^a, com base neste Regimento, independente se há ou não inscrições, Sr. Presidente Jefferson Peres, V. Ex^a pode manter as inscrições, suspender por trinta minutos. A Oposição e a situação indicam seus representantes, busca-se um diálogo e um entendimento, a sociedade brasileira, a imprensa do país, o país está olhando para esta sala, não podemos frustrar o país, Sr. Presidente, e apelo para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Deputado, vou suspender a reunião; mas, em trinta minutos obviamente não se chegará a um entendimento. Prefiro designar outra data.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma proposta nova que tem que se considerar antes de encerrar a reunião, eu estava inscrito para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Os Srs. Senadores e Deputados inscritos concordam em uma hora a suspensão?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Está suspensa a reunião por uma hora.

(Suspende-se a reunião por 1h.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados, participei da reunião com os Líderes e não Líderes, percebi que, embora não houvesse acordo, há ainda o propósito

de chegar a um entendimento, pelo menos da maioria dos participantes da reunião. Sendo assim, como julgo importantíssimo, até mesmo vital talvez, para a sobrevivência e eficácia desta CPI que ela tenha uma *délivrance* feliz e não um parto teratológico, vou, na esperança de que em 72 horas acabe a “marcha da insensatez”, adiar para terça-feira, às 10h, a eleição do Presidente e do Vice. A CPI já está instalada, estou adiando apenas a votação, mas vou prosseguir nesta reunião porque há Parlamentares que estavam inscritos antes e desejam usar da palavra. A votação está adiada para terça-feira.

Com a palavra o Senador Efraim Morais

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, declino da minha palavra e aguardo terça-feira para me pronunciar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, sei que a balbúrdia já está instalada, mas é evidente que eu não poderia deixar de fazer uso da palavra.

Primeiro, nós, do P-SOL, queremos deixar registrado que chega a ser vexatório a posição do Líder do Governo de dizer que havia indícios de corrupção no Governo Fernando Henrique. O Governo atual nada fez para investigar. Portanto, o Governo prevaricou, sabotou a lei e acobertou os crimes contra a Administração Pública efetuados no Governo Fernando Henrique. O Líder do Governo chega a ter a dissimulação de dizer que assim tem que investigar o Governo Fernando Henrique também. Queremos deixar isso absolutamente claro.

Segundo, queremos dizer que não somos parte de nenhum acordo para adiar essa votação. Na nossa opinião, era para votar hoje. Não somos parte de nenhum acordo para adiar a votação, até porque existe claramente um veto a um Senador, a um Senador contra o qual faço uma oposição ideológica, programática, em relação ao seu grupo político quase que pessoal. É inadmissível que aqui seja dito que o Parlamentar, o Senador César Borges, não sabe o regimento e não tem experiência, porque, se assim for, daqui a pouco vou ter que solicitar uma prova de regimento, oral e escrita, para todos os Senadores que estão se propondo a ser presidente, vice-presidente.

É bom também que se deixe claro que essa CPI não vai ficar entre duas “panelinhas” aqui. Se for para ter “panelinhas”, nós temos também um caldeirão de água fervendo para colocar alguns, quando necessário for. Se for para manipular regimento, conheço o regimento muito bem, sei manobrar o regimento e sei como fazê-lo também. É apenas para deixar absolutamente claro, até porque não somos do Bloco da minoria, do PFL, do PSDB e do PDT. Entendemos que, pela tradição, não

pela Constituição ou pelo Regimento, têm direito de fazer a indicação, e não é sério que essa CPI queira ser transformada em um sepulcro caído de interesse do Governo. A partir do momento em que o Governo quer indicar, interferir, indicar o Presidente e o Relator, deseja transformar essa CPI em um sepulcro caído, em um anexo medíocre dos interesses do Palácio do Planalto, e não vamos entrar nessa.

Quero deixar registrado que não tem acordo no P-SOL para adiar a votação, para fazer marola ou para qualquer outro argumento benevolente ou de estratégia protelatória em relação à votação. Na nossa opinião, votaria hoje e, cumprindo a tradição da Casa, um lado indicaria a Presidência e o outro, a relatoria.

Agora, de uma coisa fiquem certos, se essa CPI se transformar no sepulcro caído, na CPI chapa branca a serviço do Governo, vamos trabalhar muito aqui para impedirmos isto.

É apenas para deixar registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Os próximos oradores são o Senador Álvaro Dias e o Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu imaginei que, neste tempo em que o País está à deriva, em que há uma onda de indignação contida a caminho daquilo que podemos denominar de revolta popular, o Congresso não viesse a desperdiçar esta oportunidade preciosa de, a partir de fatos deploráveis que culminaram com o escândalo de corrupção, iniciarmos um tempo de reconstrução da imagem da instituição pública no nosso País.

Essa é mais uma frustração nesse tempo de sucessivas frustrações que o comportamento não ético de políticos no Governo e fora dele, no Executivo e no Legislativo, oferece como exemplo lastimável à sociedade brasileira. Vejo uma atitude desonesta das lideranças situacionistas. Eu creio que nem mesmo os integrantes do PT, da base aliada, devem concordar com esta postura desonesta, sim, porque afronta a tradição do Parlamento, porque desrespeita, sobretudo, um dos colegas de melhor reputação no Senado Federal, um homem cordial, elegante no trato e no comportamento, competente, que exerce o seu mandato com muita eficiência. O desrespeito a esse Parlamentar se amplia e alcança todo o povo da Bahia. Certamente, o povo brasileiro deseja a consolidação do processo democrático e não admite esse tipo de discriminação odienta em relação a um dos Parlamentares mais respeitáveis do Senado Federal, sobretudo o desmentido ao Presidente da República.

Quem não ouviu no País, através da mídia, especialmente da televisão, o pronunciamento do Presidente da República no Fórum Internacional de Combate à Corrupção. O que disse o Presidente da República? Nós ouvimos frases de efeito: “Doa a quem doar”, “Investigação isenta”. Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós estamos aqui assistindo ao desmentido às palavras do Presidente. O Presidente não foi sincero ou a sua base aliada no Congresso é desobediente, indisciplinada. Não atende à sua convocação, ao seu chamamento e à sua Liderança. Nós, da Oposição, temos o direito de dizer que o Presidente da República não tem liderança, é despreparado, é incapaz de exercer a função mais importante na Nação, mas aqueles que o seguem, aqueles que a ele oferecem apoio, não têm o direito de considerá-lo incapaz de decidir e de liderar. A sua liderança, neste momento, está sendo questionada pela base aliada, pelos Partidos que o apóiam no Congresso Nacional ou, então, o Presidente mentiu à Nação. Prevaricou antes e mentiu agora? A Oposição, responsável, não defendeu o **impeachment** em que pese o fato de ter razões para tal. O Presidente sabia da corrupção incrustada em vários órgãos da Administração Federal. Ficou silente, omisso, conivente e tornou-se cúmplice, prevaricou, cometeu crime de responsabilidade. Ignoramos isso porque queremos que a Nação avance, que a Nação se desenvolva. Queremos a construção e não a destruição. Mas nos parece que o Governo não entende. Parece-nos que o Governo não merece uma Oposição responsável como aquela que se opõe aos seus erros, aos desmandos do seu Governo e à corrupção, que temos que combater, sim. Ela tem que ser denunciada, combatida, exposta e condenada em qualquer governo. Não faz jus à inteligência do Senador Mercadante esta pseudo-esperteza de pretender alcançar pela investigação outros governos. Que alcance! Não alcançaram antes? Não cumpriram o dever antes? Um governo quando assume tem a obrigação de fazer o balanço e anunciar à Nação o que encontrou. Não fez, não cumpriu o dever. Confessam agora que não cumpriram também este dever elementar de quem se elege para governar.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos abusando demais da paciência da população brasileira. Que há indignação, ninguém ignora. Que essa indignação pode se transformar em revolta, certamente ninguém desconhece. Mas o que fazemos? Continuamos presenciando, ouvindo um discurso e presenciando uma prática totalmente oposta ao discurso pronunciado.

Não é outro episódio que estamos vivendo agora. O Presidente da República ameaça reagir e reage timidamente mas diz que quer a investigação e, na

verdade, investigação não quer. Quem quer investigação não manipula. Quem quer investigação não tenta através de estratégias as mais despidoradas impedir que a minoria cumpra o seu dever de fiscalizar, de investigar e de denunciar. É este o comportamento lamentável do Governo Lula. A sua credibilidade está no chão e sem credibilidade governo nenhum vai a lugar algum.

O que pretende a Liderança do PT, a Liderança do Governo no Congresso, a Liderança do PT no Senado, enfim, as Lideranças do Presidente Lula no Congresso Nacional é simplesmente ridículo. Seria o mesmo que o técnico Parreira, Senador Augusto Botelho, da Seleção Brasileira, ter a pretensão de escalar o ataque da Argentina para o próximo jogo.

Ora, não há como não se indignar diante de tamanha aleivosia, de tamanha ridicularia, de tamanha mediocridade política. Não há como não se indignar. Nós esperamos que esse final de semana possa ainda despertar esperanças de que temos instrumentos e vontade política para mudar de rumo e nos reencontrarmos com a sociedade brasileira numa conjugação de esforços e sobretudo de aspirações na direção de um futuro melhor para este País.

Pela experiência que temos de CPI no Congresso Nacional, é preciso alertar: o espetáculo das bravatas, a exacerbação oratória irresponsável, o descumprimento do Regimento passa à população uma péssima imagem do Parlamento. É preciso que esta CPMI se instale com a seriedade e com a responsabilidade pública que dela se exige.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, é preciso fazer a retificação de uma falha minha: o Regimento, em seu art. 7º, inciso III, não permite reunião de Comissão Parlamentar de Inquérito em horário coincidente com reunião de Comissão Permanente, e terça-feira às 10 horas haverá reunião da CAE aqui no Senado.

Portanto, comunico aos Srs. Parlamentares presentes e peço à Secretaria que comunique a todos os demais membros que a reunião de terça-feira fica marcada para as 15h e não às 10h.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. Eu faria um apelo para que fossem breves.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, até porque fomos pacientes, aliás a Oposição tem tido uma paciência de Jó nesta Casa e tem esperado tanto do Governo e não vem do Governo, por conta do que temos que nos expressar e dizer o que pensamos sobre aquilo que o Governo está fazendo.

Esta CPMI, Sr. Presidente, não é da Oposição e, com certeza, não é uma CPMI contra o Governo, mas é, sim, da sociedade brasileira contra a corrupção. O primeiro aspecto que temos que deixar muito claro. Mais do que isso, o PT, partido que, até há algum tempo, era o arauto da democracia, era o arauto da investigação, enfim que gostava de ver as coisas serem ditas de forma clara, objetiva, transparente, era aquele que propugna CPIs e mais CPIs. E sou testemunha disso, até porque acompanhei intensamente, no mandato passado, na Câmara dos Deputados, e esse era o comportamento do PT.

Agora, próceres do PT, próceres do Governo, pegos com a mão na massa, misturando o pouco que era deles com muito que era do povo e embolsando um tanto, o que faz o Governo? Não quer a CPMI. Absolutamente não quer, e fez de tudo para que a CPMI não acontecesse. Ela só está acontecendo em função de que houve uma mobilização da sociedade, a imprensa, a opinião pública, as pesquisas; hoje uma reação e uma ação de indignação do povo.

Por conta disso, o PT cedeu. Cedeu e admitiu a CPMI, mas, na medida em que admitiu a CPMI, Presidente, o que fez? No mesmo ato que admitiu a CPMI, ele simplesmente tenta transformar a CPMI num pequeno espaço. Diria assim, se fosse uma casa, ele quer fazer a limpeza tão-somente do quarto da empregada e deixar todo o resto escancarado e que fique como está, exatamente para que ele, o Governo, se safasse de toda a situação que estamos vendo de corrupção dentro do Governo e que o Governo não teve condições de implementar.

Essa é a segunda parte. Aí vem a terceira: não conseguiu impedir que a CPMI avance. O que faz o Governo? Tenta dominá-la, tenta tomar conta da CPMI, indicando Presidente, possivelmente o Vice-Presidente e, com certeza, o Relator. Ou seja, ele quer, se fosse um jogo, bater o escanteio, cabecear na área, bater o tiro de meta e apitar o jogo.

Quer dizer, não dá para aceitar, Presidente, e ainda jogar sem goleiro, para ver se ganha de goleada.

Por conta do que, Sr. Presidente, nós absolutamente não aceitamos. Temos, sim, a compreensão que a investigação começa neste Governo e não termina neste Governo, porque a investigação não é contra este ou aquele Governo, é contra a corrupção, e, se na investigação da corrupção que existe dentro deste Governo, mostrarmos e conseguirmos provar que é continuação do governo anterior, vamos atrás da corrupção, seja de governo que for, até porque sabemos que quem está agindo de forma corrupta, agora, já o fazia antes, se nos mesmos cargos estavam ou se tinham funções importantes no governo anterior.

Aliás, Presidente, fico impressionado, quando o Governo, querendo limitar a CPMI, querendo nomear os seus membros, imiscui-se e se intromete dentro da Oposição. O Governo que nomeie os seus membros, que a Oposição nomeie os que lhe compete. Aliás, esse é um comportamento, Sr. Presidente – e eu preciso dizer isso –, muito ruim. É uma prática que nos decepciona em relação àquilo que o PT dizia quando na Oposição estava.

Nós, Presidente, o PDT, no Rio Grande do Sul, ajudamos o PT a ganhar o governo do Estado na legislatura passada, compôs o Governo. O que fez o PT? Imiscuiu-se dentro do PDT até tentando desmanchar, desestruturar internamente o Partido. O PT adora se meter no meio do outro Partido para influenciar lá dentro. Assim o fez conosco. Aliás aqui quando o PT foi para o Governo fez a mesma coisa. O PDT não foi convidado para compor o Governo, mas foi o Miro Teixeira, Líder do PDT, guindado dentro do PDT, para ser Ministro das Telecomunicações.

Onde está o Miro, então Líder do PDT na época? Lá no PT. Essa é a prática de cooptação que o PT tem. Aliás, aqui, não por acaso, está aqui o Senador César Borges, que tem uma história no Senado, tem uma história na Bahia, tem uma história no Governo do Estado da Bahia, tem uma história na Nação. E eu tenho divergências políticas, partidárias, com o Senador, mas tenho um respeito pela sua integridade. Vem o PT dizer que ele não pode. No entanto, pode um outro Senador do PFL. Qual é a diferença entre um Senador do PFL e outro Senador do PFL, se os dois são do PFL? Aí vamos a miúdo, vamos a fundo e vemos que nas votações um tem um comportamento e o outro tem outro comportamento. Um vota divergindo do Governo e o outro vota, não raro, concordando com o Governo – e nós respeitamos a posição do Senador –, mas o PT quer exatamente que estejam com ele e ao lado dele tão-somente aqueles que possam dizer amém para o PT. E nós não vamos aceitar, Sr. Presidente, a CPI “chapa branca”. A sociedade está olhando lá fora, e nós não podemos pagar esse preço. Pode até ir a votação, pode o PT nomear o Relator no voto, pode o PT nomear o Presidente no voto, pode o PT nomear o Vice-Presidente no voto, mas não sem nossa indignação, nem sem nós denunciarmos isso e não sem que a sociedade fique sabendo lá fora do que está acontecendo. E aí vai-se explicar da razão do ser, do porquê, onde a CPI vai dar.

Nós queremos, Sr. Presidente, é investigar e queremos acreditar que o Presidente Lula, quando disse que ia cortar na própria carne, quando o Presidente Lula disse que, doesse em quem doesse, a CPI sairia, nós acreditamos naquele discurso, só que nos parece

que o que o Presidente Lula fala não vale, vale aquilo que o Delúbio faz, vale o “mensalão”, vale a propina. Aliás, propina, Sr. Presidente, que nós – e para encerrar vou dizer isso – achamos que elas vêm exatamente das estatais, a começar pelos Correios, a andar pelo Instituto de Resseguros do Brasil, a continuar pela Eletronorte e a dar seqüência na Petrobras, e quem sabe outros tantos que, no decorrer da investigação, se for possível nós fazermos a CPI como a sociedade quer, vai florescer, e aí a sociedade vai ficar estarecida com aquilo que acontece porque se tem Deputado que se vendeu – e a notícia que corre é essa – tem alguém que os corrompeu, tem alguém que comprou. E quem comprou Deputado? E o que é mais: de onde veio esse dinheiro? Com certeza, Sr. Presidente, não veio do caixa do PT, não veio das contribuições do PT de carteirinha, com certeza não veio, Sr. Presidente, dos cargos de confiança do PT, nem do fundo partidário do PT. Isso é dinheiro mal-havido, isso é dinheiro do caixa dois, que nós precisamos esclarecer, e esse é o papel que nos cabe. E o PT não quer uma direção isenta, altiva, da CPI, exatamente para fazer o jogo do poder e ficar tudo por isso mesmo, corre o mês por trinta dias e ninguém descobre nada.

Portanto, Sr. Presidente, nós concluímos, dizendo que queremos uma CPI isenta, ampla, abrangente, clara, fazendo a perquirição, a investigação nos Correios, mas onde nós encontrarmos ligação, onde nós formos desenrolando novelo de lã, onde nós encontrarmos os nós, vamos ter que desatar cada um dos nós. Por isso, Sr. Presidente, nós precisamos de alguém com altivez, com a dignidade, com a responsabilidade com o contraponto, enfim, com a segurança que a sociedade precisa de que nós vamos fazer uma CPI da sociedade, que é da Câmara e do Senado mas que, fundamentalmente, é a CPI da verdade, para que aqueles que são corruptos paguem por conta da corrupção que cometeram, tanto os que se corromperam, quanto os que são corrompedores, tanto aqueles que são nomeados pelo Sr. Roberto Jefferson quanto outros que são nomeados por outros, cujos nomes não aparecem mas que, no decorrer da CPI, Sr. Presidente, o PT teme que venham a aparecer. E nós temos convicção de que vai surgir. Nesse mato tem coelho. É só começarmos a apertar que as coisas vão começar a acontecer. Nós queremos, Sr. Presidente, uma CPI de verdade, nós não queremos uma CPI que vire “pizza”. Essa, Sr. Presidente, é a nossa posição, é a posição do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – O Deputado Álvaro Dias está presente? (Pausa.) Não? Ausentou-se.

O próximo é o Deputado Maurício Rands. S. Ex^a está presente? (Pausa.) Também não.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.) Também não está presente.

Então, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia para encerrar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu procurarei ser breve. Primeiro, quero registrar que V. Ex^a sabe, a posição nossa era de querer votar hoje e começar os trabalhos. Mas tenho que render homenagem à serenidade do Presidente, Senador Jefferson Peres, que decidiu dar mais uma oportunidade ao entendimento.

Sr. Presidente, Senador Jefferson Peres, S. Ex^a certamente faz isso porque seu espírito público está em consonância com o espírito público da sociedade. Como seria ruim se fizessemos a votação hoje sem acordo e o Governo elege-se uma Mesa exclusivamente da Base do Governo. Ora as pesquisas mostram muito claramente que a sociedade espera que seja feita aqui uma investigação sem pré-julgamentos. Não estamos acusando, inicialmente, o Governo do Presidente Lula.

Esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dará uma oportunidade ao Presidente Lula de mostrar se o seu Governo é ou não um governo comprometido na alma, na essência, no núcleo de poder com a corrupção. O Presidente Lula foi aconselhado por alguém, percebeu e, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, promovido pela ONU, em Brasília, nesta semana, fez um discurso politicamente correto, dizendo que era a favor da investigação, que queria uma investigação isenta e que queria que fosse punido quem fosse, dizendo que se cortasse, inclusive, na própria carne. Certamente, seu Partido e seus aliados fazem parte da própria carne.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza do movimento da imprensa, da sociedade, dos líderes do Governo e do próprio Presidente no fim de semana. Como disse o Senador Alvaro Dias, o próprio Presidente tem o dever de chamar os seus líderes ao Palácio e lhes dizer: “Eu preciso e o meu Governo precisa de uma CPMI com selo de qualidade”. Selo de qualidade de uma CPMI só se estabelece quando há participação do Governo e da Oposição.

Nós do PFL, da Oposição, tivemos uma feliz idéia ao apresentarmos o nome do Senador César Borges. Como pefelista e baiano, falo que o Senador César Borges exerceu dois mandatos de deputado estadual antes de ser Governador da Bahia, foi Secretário de Estado, foi Vice-Governador da Bahia, é um excelente Senador da República, um homem moderado. Em muitas oportunidades, o Senador César Borges, inclusive,

votou em desacordo comigo e votou com o Governo porque entendeu que era, na sua maneira de ver, a melhor solução para o País. Portanto, não poderíamos estar mais bem servidos.

Não farei nenhuma restrição aos nomes que o Governo porventura apresente. Mas imaginem como ficaria ruim uma CPMI cujo Presidente fosse o Senador Delcídio Amaral, que é meu amigo. Eu o conheci como engenheiro. Somos engenheiros eletricitas. S. Ex^a tem uma carreira brilhante como engenheiro, administrador de empresas e está iniciando uma carreira brilhante como político. Mas, evidentemente, comparando-se a experiência de Parlamento do Senador César Borges com a do Senador Delcídio Amaral, o Senador Delcídio Amaral leva desvantagem. Não estou falando das qualidades. Todos são homens de bem e com qualidades. Mas ficaria muito ruim a Presidência do Senador Delcídio Amaral e a Relatoria de um deputado também do Partido dos Trabalhadores. Essa CPMI já nasceria com defeito, sem trazer esperanças ao País. O que diriam todos? Será uma CPMI de faz-de-conta, que não ajudaria Lula a tentar limpar e salvar seu Governo.

Hoje, li artigo do ex-Deputado Eduardo Jorge, que foi do Partido dos Trabalhadores, meu companheiro, em que ele diz que o PT está ferido de morte. Ele faz a previsão: a única solução do PT é seguir o caminho do partido comunista italiano, se dividir em dois e expulsar os corruptos. Há corruptos em todo partido e em todo lugar.

Aliás, Sr. Presidente, esta CPMI não deve se restringir apenas a identificar onde há corrupção e quem a praticou. Tenho certeza de que os Senadores e Deputados procurarão trazer recomendações ao País. O que devemos fazer para diminuir a corrupção?

Nesta semana, há o encontro mantido entre as oposições. O Subsecretário da ONU para combate ao crime, à corrupção e ao tráfico, entregamos um documento ao Sr. Antônio Costa, um italiano com nome em português, que veio aqui ao Parlamento, conversou com várias pessoas, e identificamos alguns pontos que dão origem à corrupção. Um deles é o processo político. Nosso processo político dá origem à corrupção, todos nós sabemos. O outro é o excesso de cargos de confiança. Hoje o Tribunal Superior Eleitoral está, inclusive, julgando uma ação que impeça que aqueles que ocupam cargos de confiança possam contribuir compulsoriamente para o Partido, ou seja, nomeia-se alguém, paga-se com o dinheiro público e obriga-se que 10% voltem para o Governo. Isso é uma forma de corrupção. Portanto, não vou me estender, Senador, mas sua decisão foi uma decisão em desacordo com a nossa, traz esperança de que, no fim

de semana, que a imprensa, que a sociedade e que o próprio Presidente Lula... Meu apelo vai para Lula: Presidente Lula, seu nome, sua história está em jogo. Se V. Ex^a quer que a corrupção em seu Governo, nos Correios e Telégrafos de seu Governo, seja apurada por uma comissão de amigos, Vossa Excelência não está querendo recuperar a credibilidade perdida perante a sociedade brasileira.

Muito obrigado e parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Antes de encerrar, quero me dirigir ao Senador César Borges. Senador, saia daqui altivamente, que qualquer que seja o desfecho deste episódio, V. Ex^a sairá dele engrandecido e o Governo, diminuído.

(Encerra-se a reunião às 19 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 e 15/06/2005.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e sete minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Jefferson Péres e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Idelí Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Junior, bem como dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Alvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Inaldo Leitão e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental o Presidente eventual, Senador Jefferson Péres, declara abertos os trabalhos e pergunta aos líderes presentes se há acordo quanto aos nomes a serem indicados para os cargos de Presidente e Relator. Os Senadores César Borges, Aloísio Mercadante, Arthur Virgílio, Heloísa Helena, Ney Suassuna, Álvaro Dias e os Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e Arlindo Chinaglia pedem à Presidência que a reunião seja suspensa para que haja nova tentativa de acordo. O presidente decide acatar a sugestão dos parlamentares e suspende a reunião às dez horas e trinta minutos, marcando sua reabertura para o dia seguinte, às quatorze horas. Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia seguinte (15/06/05) o Presidente reabre a reunião e pergunta se houve acordo quanto aos nomes indicados para Presidente e Relator da Comissão. O Senador Aloísio Mercadante manifesta-se afirmando que não vê sentido em protelar a eleição, uma vez que esgotou-se a possibilidade de acordo e sugere que sejam ouvidos os líderes da oposição para que se posicionem. São indicados para concorrer ao cargo de Presidente os Senadores Delcídio Amaral e César Borges, os quais fazem suas considerações. Para a Vice-Presidência são indicados para concorrer o Senador Maguito Vilela e o Deputado Eduardo Paes. O deputado Onyx Lorenzoni suscita questão de ordem, de acordo com o art. 151 do Regimento Comum e pede esclarecimentos quanto à votação, sugerindo que esta seja feita em cabines. A presidência procede à chamada para a votação. Como escrutinadores foram escolhidos o Senador Demóstenes Torres e o Deputado Jorge Bittar. Após a apuração contata-se que foram computados dezessete votos para o Senador Delcídio Amaral e Maguito Vilela, os quais foram eleitos para exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Comissão. O Senador César Borges e o Deputado Eduardo Paes, que também concorriam a esses cargos, receberam quinze votos cada. Os Senadores Arthur Virgílio, Aloísio Mercadante, Ney Suassuna, José Agripino, Leonel Pavan, César Borges e Heráclito Fortes, assim como os Deputados Pompeo de Mattos, Mauricio Rands e Eduardo Paes saúdam o Presidente eleito, Senador Delcídio Amaral, que assume a presidência às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. O presidente agradece a confiança depositada em sua candidatura. O Deputado Osmar Serraglio é indicado para a relatoria. Dando continuidade, a Presidência coloca em votação requerimento de convocação do Senhor Mauricio Marinho para terça-feira (21/06/05), o qual é

aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra, ainda, os Senadores Aloísio Mercadante, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, José Agripino, Heloísa Helena, Delcídio Amaral, César Borges, Ney Suassuna, Leonel Pavan e Heráclito Fortes, bem como os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Alberto Goldman, Arlindo Chinaglia, Asdrúbal Bentes, Pompeo de Mattos, Mauricio Rands, Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Luiz Eduardo Cardozo e José Carlos Aleluia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos, convocando-se os membros para a próxima reunião no dia vinte e um de junho de dois mil e cinco às dezoito horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS **DA 2ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS.**

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Proponho a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Dispensada.

A presente reunião se destina, como todos sabem, a fazer a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Entretanto, antes, devo um esclarecimento aos Parlamentares, membros da Comissão.

Esta reunião tinha sido adiada para às 15 horas, porque a coincidência com a reunião com a Comissão de Assuntos Econômicos feria o Regimento Comum das duas Casas do Congresso. Entretanto, graças à boa vontade do Senador Luiz Otávio, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos foi transferida para outra hora, de forma que estamos reunidos, rigorosamente dentro do Regimento.

Se não houver objeção, haverá eleição, mas antes pergunto aos Líderes presentes, se houve entendimento, se querem...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, queria ponderar a Ex^a, porque na quinta-feira passada, ao término da nossa reunião, V. Ex^a tinha fixado a reunião para às 15 horas, inclusive, pedi aos demais componentes que estavam presentes que avisassem aos companheiros, o que foi feito. Então, de

certa forma, alguns se prepararam para a reunião às 15 horas e não estariam aqui – cito o caso do Senador Romeu Tuma que estava comigo ontem na cidade de Aracaju e que está vindo, deve chegar mais tarde. Não me parece que este seja o momento mais apropriado que nós possamos fazer uma deliberação porque, talvez, alguns não estejam avisados dessa modificação da reunião para às 10 horas.

Por isso, a nossa ordem é no sentido de que pudéssemos adiar a reunião para outro momento do dia de hoje, ainda, para que todos tenham a oportunidade de estar presente à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Sr. Presidente, evidentemente, eu gostaria de concordar com o encaminhamento do Senador César Borges. Foi o nosso entendimento também que a reunião seria às 15 horas, no entanto, queria propor que fizéssemos a reunião de instalação, às 18 horas, porque temos sessão deliberativa às 16 horas e são matérias importantes que estão pautadas para o dia de hoje.

Já havia conversado com o Líder Senador Arthur Virgílio a respeito dessa questão, mesmo porque tínhamos a intenção de conversar com o Líder José Agripino que, infelizmente, em função de compromisso, não pôde estar aqui ontem – estará chegando agora às 11 horas e 30 minutos. Poderíamos, evidentemente, também conversar com a Oposição, na perspectiva do entendimento e poderíamos fazer essa sessão às 18 horas, permitindo que o Senado delibere matérias que estão pautadas às 16 horas.

Se houver acordo, evidentemente, temos a mesma compreensão do Senador César Borges e poderíamos fazer a sessão às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, seguindo a linha do que falou o Senador César Borges, de fato, alguns Parlamentares não estão presentes neste momento. Acho que às 18 horas é um horário muito extenso, acho que poderíamos fazer esta eleição às 14 horas.

O Governo fala que quer acordo, mas só conversa, pelo menos com o PFL, pela imprensa da Câmara. Acho que às 14 horas seria um horário mais do que suficiente para que os Parlamentares estivessem na reunião, todos presentes podemos eleger o Presidente e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, sucessivamente, concedo a palavra aos Senadores Arthur Virgílio, Heloísa Helena e ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, parece que é consenso que se deva adiar a reunião, até porque alguns passos devem ser encetados. Não vamos tapar o sol com a peneira, todos estamos interessados em ouvir o depoimento do Deputado Roberto Jefferson – esse é um ponto.

Segundo, temos que fazer uma conversa – e poderíamos tê-la feito – mas temos que fazer uma conversa entre PSDB e PFL na Câmara e no Senado. E temos que fazer uma conversa oficial entre Governo e Oposição visando a se tentar, que seja pela última vez, o acordo visando ao consenso quanto à direção desta CPI.

Por isso e por essas reuniões seguidas e porque não temos como disfarçar que é de interesse de todos e, portanto, de ambos os lados, ouvirmos o depoimento do Deputado Roberto Jefferson, é só por isso, Deputado Rodrigo Maia, que considero mais justo fazermos a partir das 18 horas – seria a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nós também concordamos que seja feito após a Ordem do Dia. Claro que alguns podem até pensar que é um estratagemma do Governo em tentar aprovar uma medida provisória na Casa, dar um certo fôlego, supostamente vitorioso, mas essas coisas, de fato, não influenciam.

Entendo, espero que até às 18 horas possamos construir um consenso relacionado à indicação da Presidência e da Relatoria – ficará muito feio para esta Comissão que a Relatoria e a Presidência estejam antecipadamente marcadas como vinculada ao Governo. Então, tira a legitimidade do procedimento investigatório e que a gente possa construir até lá.

Evidentemente, alguns fatos – como o Senador Arthur Virgílio falou, estão na cabeça de todas as pessoas – em relação ao depoimento do Deputado Roberto Jefferson poderão, inclusive, trazer novos elementos já para que, após a eleição, se possa até fazer a primeira reunião administrativa desta Comissão, já estabelecendo quais os passos do procedimento investigatório a ser estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a reunião do Conselho de Ética está marcada para às 14 horas e 30 minutos. Existem mem-

bro, no caso do PSDB, dois membros da CPI, fazem parte do Conselho de Ética. Portanto, será impossível compatibilizarmos esse horário de 14 horas, 14 e 30 minutos, porque vai se iniciar a reunião do Conselho de Ética.

Em segundo lugar, quero lembrar que o plenário da Câmara funciona, pelo menos das 14 horas às 19 horas, são 5 horas de sessão ordinária. Durante a sessão ordinária não se pode fazer reunião de Comissão, não podemos estar aqui e estamos no plenário ao mesmo tempo.

Portanto, sugiro, terminada a sessão da Câmara, às 19 horas, imagino que do Senado também, a partir de 19 horas, temos a noite inteira, a madrugada inteira, para discutirmos, votarmos e chegarmos a qualquer conclusão aqui nesta Comissão.

Portanto, sugiro que seja a partir das 19 horas de hoje – 19 e 30 que seja, o tempo de chegarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se na Comissão não-membros da Comissão terão oportunidade de falar, de argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Claro que sim, têm direito à voz e não a voto apenas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, com direito à voz, eu me atrevo, com a experiência, embora não faça parte da Comissão, de quem vem de longe, a dizer algumas palavras aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Comissão vai ouvi-lo com toda atenção, pode estar certo disso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As Comissões Parlamentares de Inquérito marcaram uma posição muito importante na política brasileira. Houve um momento em que a sistema judiciário decaiu no que diz respeito a cumprimentos da Justiça pela morosidade e as CPIs realmente exerceram um papel significativo.

É verdade que perante a opinião pública ficava aquela interrogação, terminava em pizza, porque a CPI concluía e ninguém ia para a cadeia. Não entendiam eles que a CPI concluía, mas não podia concluir se não mandar para o Procurador-Geral da República.

Tivemos, durante 8 anos, um “engavetador” que só engavetava. Ultimamente, temos um Procurador que está fazendo o seu papel. Mas a CPI na Comissão do **Impeachment**, na Comissão dos Anões do Orçamento, inclusive na Comissão que debateu o sigilo, a

questão do sistema financeiro, elas marcaram época e posição. Uma das tradições da CPI é que todos aqui temos Partidos, idéias e pensamentos. Essa, inclusive, como outras tantas, cada um já vem com o seu pensamento.

Quero dizer com toda a sinceridade que as pessoas que participaram de outras CPIs vão reconhecer isso, com suas idéias e seus pensamentos, a CPI funcionou, mesclou um pensamento que funcionava como se fosse uma câmara de um Tribunal, porque, na verdade, somos membros de Ppartido, e estamos participando de uma Comissão que faz às vezes de um Tribunal. Vamos decidir, vamos julgar, vamos condenar, e não pode haver, e tivemos um caso dramático, cruel, e para mim foi humilhante, que foi o da CPI do Banestado. Na verdade, entre o Relator e o Presidente houve um debate tão violento que a CPI não funcionou. Não funcionou e, talvez, tenha sido a CPI que tenha tido mais provas concretas nas mãos, enviadas diretamente pela Justiça americana, as contas CC-5 ficaram engavetadas, porque não se abriu, não se permitiu que se abrisse, uma hora um dizia não, outra hora outro dizia não, nunca aconteceu isso, em meio a um debate, com cinco, seis, sete membros da CPI. Mas era um depoimento que não tinha nada a ver com isso, pedia-se então verificação de quórum para suspender a reunião. Então foi um fracasso, quer dizer, hoje, uma humilhação. O Sr. Mentor apresentou o relatório, o Presidente apresentou outro relatório, nenhum dos dois vale nada, e uma das coisas mais sérias que aconteceu nessa CPI é que se desmoralizou. O medo que tenho, neste momento, e o apelo que faço, é que não se repita esse erro que aconteceu há tão pouco tempo. Não se venha com esse clima, acho que ele é normal. Acho que o PT está aí para defender o Governo, acho que o PSDB e o PFL estão aí para fazer oposição, mas isso tem que ser colocado num patamar, onde o cidadão, que é Parlamentar, coloque o bem comum acima disso. E que haja um interesse de buscar a verdade, de debater e de analisar. E se nós repetirmos nesta Comissão o que aconteceu na Banestado, e pelo início está pior do que a Banestado, quando se fez um acordo, foi natural. O PSDB deu o Presidente, o PT deu o Relator. Começou tudo normal e terminou como terminou. Essa já não está começando normal, porque não há entendimento antes de começar. Então faço um apelo para os companheiros, pelo amor de Deus, não repitam, a questão da Banestado. Se fizermos isso, vai ser um fracasso dos membros da Comissão, fracasso do Congresso e ninguém vai ganhar, Sr. Presidente. Não vão ganhar os que querem fazer oposição, mas também não vai ganhar o Governo que vai sofrer o desgaste se ver que há um boicote para

que as coisas não se realizem. Acho que é o primeiro passo, acho que vai ser um absurdo se tivermos que partir para votar os membros Presidente e Relator. É um absurdo o Presidente e Relator pertencerem ao mesmo Partido. Isso não aconteceu antes, porque agora tem que acontecer. Se na comissão anterior do Banestado, que foi no início do ano passado, o PMDB, que é o maior Partido, não deu o Presidente, quem deu o Presidente foi o PSDB; quem deu o Relator foi o PT. Na Comissão da Terra também aconteceu a mesma coisa, quem deu o Relator foi o PT, quem deu o Presidente foi o PSDB, argumento não existe. Argumento existe para quem quer, para fazer o que quer. Então tem argumento, pode se inventar argumento para os dois serem do mesmo Partido e de Partido contrário. Mas a Comissão começa mal, e se a Oposição tiver maioria aqui e ganhar o Presidente, o Relator fica mal para a Oposição, porque dá entender que veio aqui para esmagar e não para buscar a verdade, e a recíproca é verdadeira. Eu me atrevo a dizer mais, Sr. Presidente, o ideal seria que os membros do Governo e da Oposição tivessem grandeza de encontrar pessoa que tivesse a credibilidade da sociedade brasileira pelo seu estilo, pela sua maneira para conduzir. E eu me atrevo a indicar o nome de V. Ex^a. Acho que o nome de V. Ex^a seria alguém que tem, ao longo de seus pronunciamentos, votado a favor do Governo, contra o Governo, tem feito pronunciamentos duros defendendo o Governo, contrário a ele. Mas há uma unanimidade com relação à sua imparcialidade, à sua seriedade, à sua dignidade, e, às vezes, até pelo seu estilo, pela sua rapidez, V. Ex^a tem uma rapidez de pensamento e diz em duas palavras aquilo que deve ser dito e não se espalha ao longo do tempo. Acho que se a Casa aceitasse esse entendimento e colocasse o Presidente Jefferson com essa responsabilidade na Presidência dos trabalhos, seria um grande passo. O Presidente Jefferson como Presidente... o Governo indicaria o Relator, e partiríamos com pé direito nesta Comissão. É o apelo que faço, não faço parte da Comissão porque a minha Liderança achou que estou numa idade avançada e não tendo condições de colaborar nesta Comissão, mesmo assim é a colaboração que dou.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, mas eu também já estou numa idade avançada, queria até me afastar da Presidência, mas o seu pronunciamento vai figurar na minha biografia, muito honroso. Muito obrigado.

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, nas últimas CPIs, o PMDB abriu mão do seu espaço

e não ficou muito feliz em ver os resultados que aconteceram. Como é o maior Partido no Senado, quero deixar claro que nós fazemos questão de ter um dos cargos e vamos lutar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Alvaro Dias, em seguida, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, oportuna decisão de protelar um pouco exatamente porque estamos colocando a Instituição a correr o sério risco de uma desmoralização sem precedentes, que a marcará com consequências imprevisíveis para o futuro.

Não se diga que o PT e o PMDB tem maioria no Senado Federal, porque não há constituição do Bloco Parlamentar. O Bloco Parlamentar, no Senado, é PSDB e PFL. Bloco Parlamentar, portanto, indica uma das posições para a condução dos trabalhos desta Comissão.

A minha preocupação é com a Instituição, Sr. Presidente. Tenho também alguma experiência, não a mesma experiência do Senador Pedro Simon em CPIs, mas estou presidindo já uma segunda CPI. Presidi a CPI do Futebol e agora presido a CPMI da Terra.

Nós não temos nenhuma possibilidade de chegar ao final dos trabalhos desta CPMI com um êxito, mesmo que relativo, se não cumprirmos a tradição, se não respeitarmos a tradição do Congresso Nacional, se não chegarmos a um acordo para a condução dos trabalhos.

Certamente, esta CPMI oferecerá um espetáculo deplorável à sociedade brasileira durante o transcorrer dos debates que aqui serão travados, dos trabalhos que serão realizados, porque, certamente, ela nasce com o vício de origem. E é, Sr. Presidente, esse vício insanável durante o transcurso dos trabalhos. Não há como saná-lo, porque esse vício de origem estabelece uma predisposição de não investigar e, sobretudo, desmente o discurso do Líder maior, que é o Presidente da República.

Eu creio que até em respeito ao discurso do Presidente, nós temos que chegar a um acordo. O que disse ontem o Presidente? “Desejo investigação de forma absoluta. Não ficará pedra sobre pedra”. É o que diz o Presidente da República. Mas é esse o desejo do Congresso ao se comportar dessa forma, ao sinalizar com essa pretensão de facciosismo, ao assumir a base aliada responsabilidade pela condução dos trabalhos de forma inteira?

Não creio, Sr. Presidente, que isso seja bom para a instituição que representamos. E, num momento de descrédito generalizado, em que os Partidos políticos, as instituições públicas e os políticos de forma geral

estão desacreditados pela sociedade brasileira, é nosso dever construir uma nova imagem.

Esses momentos frustrantes para o Brasil, com a decepção da corrupção, que aflorou de forma contundente na denúncia, através da mídia nacional, dá-nos a oportunidade da reconstrução. Temos dois caminhos: ou consolidamos esse estágio desmoralizante que nos envergonha ou caminhamos para a construção da nova imagem, sinalizando com um futuro de maior dignidade na representação parlamentar. É o nosso desejo, Sr. Presidente. Certamente, o Senador César Borges, que foi escolhido pelo PFL, é um Senador de postura imbatível no Senado Federal sob o ponto de vista ético, do comportamento na relação com os seus Colegas, na seriedade no exercício do seu mandato, competente e experiente. Não se diga que não conhece Regimento, porque isso é uma ofensa desprezível. O Senador César Borges está preparado para o exercício do mandato e de todas as funções que a ele incumbirmos aqui nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não se trata de desrespeitá-lo, desrespeita-se o povo da Bahia, o povo do Brasil, que quer exatamente essa relação democrática no Parlamento brasileiro. É claro, o Senador Arthur Virgílio já deixou isso enfatizado ontem, hoje novamente. Nós dependemos da palavra final do PFL. Respeitamos a nossa aliança no Senado Federal, respeitamos o Bloco Parlamentar que integramos no Senado Federal e nenhum entendimento se fará, com a exclusão do Senador César Borges, sem a palavra final do PFL. Essa é a palavra do Líder Arthur Virgílio, que enfatizamos aqui, certamente com o apoio integral dos nossos Colegas da Câmara dos Deputados. Enfim, Sr. Presidente, o que desejamos é que a palavra do Presidente da República ontem, reiterando pronunciamento anterior, é de que o Governo não quer que fique pedra sob pedra. Vamos respeitar o Presidente da República, porque o oposto seria ou desobediência ao Líder ou, de outro lado, estaríamos aqui afirmando que o Presidente não é sincero e não queremos que isso aconteça, porque isso, certamente, pesa e pesa duramente contra a credibilidade de quem governa o País.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem pelo art. 131. Veja, o Senador César Borges, de início, colocou algo absolutamente relevante, que diz respeito ao horário pré-determinado e o horário em que esta reunião está acontecendo. A partir daí, alguns Parlamentares deram sua contribuição. Mas eu queria sugerir a V. Ex^a e a esta Comissão que decidíssemos se vamos entrar no debate agora ou se vamos definir o horário da reunião. E, no horário apropriado, façamos as considerações que cada um de nós julgar apropriadas. Então, queria

propor a V. Ex^a, respeitosamente, que definíssemos se vamos fazer a reunião agora ou se vamos fazer no horário proposto, por exemplo, pelo Deputado Goldman, que concordamos, 19 horas ou 19h30min.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péeres. PDT – AM) – Deputado Chinaglia, parece-me que é consensual que a reunião seja suspensa e reiniciada à tarde. Resta saber se às 18 ou 19 horas. Isso é irrelevante. V. Ex^a faz essa sugestão no sentido de que os Parlamentares deixem seus pronunciamentos para depois. Eu poderia suspender a reunião agora, mas seria um gesto antidemocrático de minha parte se, tendo oradores inscritos, eu lhes cassasse a palavra.

Pergunto se os que estão inscritos, Senador Roberto Saturnino, Deputado Maurício Rands, Deputado Eduardo Paes e Deputado Rodrigo Maia gostariam de se pronunciar. Se eles quiserem falar agora, eles falarão, eu asseguro. Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Se todos concordarem, eu também.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péeres. PDT – AM) – Todos concordam? Então, a reunião está suspensa e será reiniciada às 19 horas.

(Suspensa a reunião às 10 horas e 32 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péeres. PDT – AM) – Estão reiniciados os trabalhos da Comissão suspensos na última quinta-feira.

Antes de ceder a palavra aos Líderes para informar se houve ou não acordo, em respeito aos Parlamentares, membros da Comissão, que se inscreveram na última reunião e não puderam falar, pergunto se querem fazê-lo agora. (Pausa.)

Senador Roberto Saturnino abre mão.

Deputado Maurício Rands, está aí? Abre mão também.

Antes de ceder a palavra aos oradores inscritos, gostaria de ouvir os Líderes para saber se houve ou não acordo. Aliás, o Senador Aloizio Mercadante é o primeiro inscrito.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, demais Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, nós fizemos um esforço, eu diria, sincero de buscar construir um acordo, tanto que chegamos a adiar propriamente a instalação da CPMI – ela já estava formalmente constituída e instalada – para tentar construir um entendimento. Achamos que esgotamos esse esforço, que não há mais sentido em protelar o processo, porque todas as nossas tentativas não permitiram construir uma solução de comum acordo. Infelizmente, não foi possível.

Quero, de antemão, dizer que, da nossa parte, absolutamente não há qualquer procedência na avaliação que se trata de um veto. Não é um problema de veto. Tão pouco é qualquer desqualificação em torno do mandato do Senador César Borges, que tem tido um mandato eficiente, aplicado, respeitoso. Menos ainda a idéia que talvez tenha passado de que o problema se trata de experiência parlamentar. Absolutamente. S. Ex^a não teve a experiência de presidir comissões ao longo deste mandato, mas isso não quer dizer que S. Ex^a não poderia presidi-las. O Senador presidiu uma subcomissão da qual não pude participar – era um grupo menor –, mas S. Ex^a poderia presidir uma comissão com muita competência. Não há, portanto, nenhuma questão de veto. Há um problema político, há um problema de preferência, há um problema de avaliação de qual é o melhor caminho neste momento para a construção de uma CPMI.

E quais são os argumentos que movem a nossa proposta? A maior Bancada na Câmara dos Deputados – é o que o Regimento recomenda – é a Bancada do PT. E a Bancada do PT na Câmara está indicando o Senador Delcídio Amaral para a Presidência da CPMI. Ela está propondo uma troca com a maior Bancada do Senado, que é a Bancada do PMDB. A Bancada do PMDB manifestou, inclusive nesta Comissão, a sua intenção de ter um membro na CPMI, porque eles já não tiveram nas duas últimas. Mas quando analisamos a história recente, das dezenove CPIs e nove CPMIs feitas, sempre foram as duas maiores Bancadas quem indicaram os nomes. O nosso Partido, por exemplo, no Governo anterior, jamais teve relatoria ou presidência. E a maior Bancada é o PMDB, tanto que é o PMDB que tem a Presidência da Casa, é o PMDB que tem a primeira escolha das Comissões de Presidência. Nós nunca utilizamos o critério de Bloco para confirmar a indicação das Presidências de Comissão, em nenhum momento. Por isso, no Senado, a maior Bancada para a indicação, que é o resultado do voto do povo, é o PMDB, que pleiteia também uma indicação na relatoria do Deputado Osmar Serraglio.

Quero concluir dizendo que fizemos o esforço de tentar construir uma solução negociada de um *tertius*. O Senador Delcídio Amaral, inclusive, Líder da nossa Bancada, retirou a sua indicação para ver se conseguiríamos avançar nessa direção, mas não houve progresso, não houve.

Algumas tentativas foram mencionadas, do Senador Sérgio Guerra, Senador Tourinho, Senador Edison Lobão – que tem uma boa experiência de Presidência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, mas as negociações não prosperaram. Entendo a motivação. Um setor da Oposição, realmente, buscou

esse entendimento, mas entendo o que motivou a Oposição a indicar um nome e manter essa indicação. Não há qualquer objeção a esse procedimento, mas chegamos a um momento em que temos que tomar uma decisão.

A nossa preocupação é que, ontem mesmo, quando estávamos tentando buscar o entendimento, o encaminhamento que Oposição deu à votação daquela MP, que, sob o nosso ponto de vista, era imprescindível para melhorar a fiscalização dos Fundos de Pensão – um patrimônio de R\$ 290 bilhões que só tem 90 fiscais, hoje, e queríamos ampliar, por meio de concurso público, uma rede eficiente de auditores, de especialistas para fiscalização –, mostrou que as paixões eleitorais partidárias estão-se sobrepondo à racionalidade que tem marcado nossos encaminhamentos.

Infelizmente, estamos vivendo um momento de tensionamento político, próprio da política. Espero que o possamos superar e preservar o Plenário, preservar as votações, porque elas são fundamentais para o andamento do País.

Era um compromisso da Oposição realizarmos uma CPI a partir de fato concreto e a estamos realizando. Como dissemos, se fosse um fato concreto, nós a faríamos. Não temos, portanto, por que não apurar tudo que está sendo posto em cima da mesa do País neste momento. Queremos investigar tudo e vamos investigar com toda profundidade e com isenção.

Ontem, tivemos, no depoimento do Deputado Roberto Jefferson, um momento muito difícil do Parlamento brasileiro – as imagens, as cenas, o depoimento. Eu diria que, mesmo ele tendo dito que não havia nenhum Senador envolvido, que a Bancada do PT não estava envolvida, e tendo feito menção respeitosa do meu nome, só quero lembrar em que condições: quando fizemos a CPI do Orçamento, pedi a quebra do sigilo bancário e fiscal de todos que foram citados. Ele foi citado e era membro da CPI. O Deputado Roberto Jefferson, àquela ocasião, disse que eu estava fazendo aquilo porque queria persegui-lo, em função do enfrentamento que tivemos na CPI do Collor. Eu disse, naquela ocasião, que eu não perseguiria nem pouparia ninguém.

Tenho a mesma avaliação do Senador Pedro Simon. Somos magistrados e temos que nos comportar com isenção, evitando a partidarização. Ainda que tenhamos a motivação partidária, devemos procurar evitá-la no âmbito da CPI. O que dirige uma CPI são os fatos, são as provas; é a concretude das provas que dirige o processo.

Tenho absoluta segurança de que o Senador Delcídio Amaral saberá, como Presidente, respeitar todas as decisões do Plenário e jamais tomará uma decisão

que não seja democraticamente discutida, sendo ouvidas todas as partes.

Fizemos um acordo preliminar de procedimentos de que os requerimentos serão apresentados e votados na sessão seguinte, para que todos possam avaliar e amadurecer, e que teremos, portanto, um processo de investigação bastante rigoroso, bastante profundo.

Tenho certeza de que o País exige isso e de que o Congresso Nacional tem que dar resposta a todas as denúncias novas que foram apresentadas ontem. Todos os indícios têm que ser investigados. Existe, já, uma CPI do “mensalão” na Câmara, protocolada, e uma CPI Mista, apresentada no Congresso Nacional, quanto às denúncias que vieram a público a partir daquela gravação do Sr. Marinho.

Também chegamos a um acordo de procedimento de que a primeira oitiva, o primeiro depoente seria o Sr. Marinho, que é exatamente quem estava recebendo a propina, com toda aquela intervenção que fez, gravada naquele vídeo que veio a conhecimento público, que é o fato originário desta CPI e que é, portanto, o início do processo de investigação.

Portanto, qualquer que seja o resultado da Comissão, nós respeitaremos a decisão. Quem for eleito terá todo o nosso respeito e consideração para Presidir a Comissão, e o Relator indicado também.

Apesar de não termos tido entendimento em relação aos cargos, tenho certeza de que teremos o entendimento em relação aos procedimentos, às iniciativas e a aprofundar, com todo rigor, essa investigação. É o que o País espera do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, e desta Comissão Mista.

Vamos nos empenhar verdadeiramente para que isso aconteça, porque é fundamental para a democracia que todas as denúncias sejam apuradas, os indícios investigados, os envolvidos em fraudes exemplarmente punidos. O nosso papel é encaminhar à Justiça essas investigações, e nos empenharemos para que ela seja feita de forma exemplar, para que dê prestígio e grandeza ao Congresso Nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, questiono a V. Ex^a se existe uma ordem de inscrição para uso da palavra. Ontem, foi facultado aos Srs. Parlamentares se inscreverem em uma lista. Gostaria de solicitar a V. Ex^a que mantivesse as inscrições feitas no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Deputado Antonio Carlos, logo após abrir a reunião, disse que os Parlamentares inscritos na última reunião, na última reunião não, já que a mesma apenas fora suspensa, portanto, na quinta-feira – que não puderam falar naquela oportunidade, teriam preferência hoje.

Indaguei dos presentes se abririam mão. Dois Parlamentares inscritos anteriormente, o Senador Roberto Saturnino e Deputado Maurício Rands, abriram mão. V. Ex^a estava inscrito?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estava inscrito numa lista que foi facultada aos Parlamentares. Imagino, foram duas as possibilidades de inscrição: uma, que foi pedida pela ordem, pelos Parlamentares, e outra, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Deputado, vou inscrevê-lo, mas não prioritariamente. Vou respeitar a lista de hoje.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, eu estava inscrito na reunião de ontem, juntamente com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, como Líder.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Deputado Álvaro Dias estava inscrito, ontem, também.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Um momento. Vou pedir ao secretário que inscreva a todos que pedirem, mas aqui não há preferência dada aos líderes.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Creio que o Deputado Henrique Fontana é suplente. Está inscrito em primeiro lugar, mas, como suplente, S. Ex^a perde a vez para os titulares, que têm preferência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que seria prudente e recomendável que ouvíssemos dois Líderes da Oposição, em função do pronunciamento que fiz, para que S. Ex^{as} também possam dar o informe ao conjunto dos Parlamentares das tratativas e dos desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Aloizio Mercadante, eles estão..

O SR. (Orador não identificado) – Tem mais do que dois Líderes a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino já estão inscritos. Mas, diante do pronunciamento de V. Ex^a, já se sabe que a solução será pelo voto.

O terceiro inscrito é o Deputado Arlindo Chinaglia, a quem concedo a palavra.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, primeiro, quero fazer referência ao pronunciamento já feito pelo Líder Aloizio Mercadante no que diz respeito ao esforço de uma composição.

Queria apenas acrescentar um comentário, dado que encontramos em interlocutores da Oposição, eu diria, a mesma intenção e a mesma disposição de se produzir aqui um acordo.

E como parte desse processo, nós evitamos a todo custo que nomes cogitados viessem à baila, porque não ajudaria.

O fato é que, como já foi relatado, não foi possível. Portanto, o que quero dizer agora, eu diria, é consequência da argumentação que ouvi na reunião próxima passada nesta Comissão. Quais eram as preocupações que Líderes da Oposição manifestavam e que através da imprensa também alguns têm se manifestado? A primeira preocupação é que isso mudaria o clima da CPI. Eu gostaria de ponderar, respeitando sempre a opinião da Oposição, que o clima da CPI sempre será o mesmo, ele será ditado pela busca da verdade, pelos fatos e, é claro, é normal que, na argumentação política, poderá haver, eu diria, os desafios de praxe. Mas, do ponto de vista da essência do trabalho, nada muda até porque tudo será votado.

Quando a Oposição argumenta que, se a Presidência e a Relatoria estiverem com Partidos – ainda que tenham as maiores Bancadas – ambos da base do Governo, eu queria não fazer uma provocação, mas fazer um alerta: poderia ser interpretado não como uma consideração ácida à Base do Governo, mas poderia ser interpretado como uma dura autocritica, até porque, nos oito anos do Governo passado, as CPIs que foram propostas e algumas instaladas na Câmara dos Deputados – de 1995 a 1999, foram propostas 26, foram instaladas quatro, foram concluídas as mesmas – em nenhuma delas coube a Presidência nem a Relatoria a um Partido de Oposição à época.

Na legislatura de 1999 a 2003, foram propostas 44, foram instaladas 19, concluídas 15, e a única que coube ser presidida por um Partido de Oposição – o Presidente foi o hoje Ministro Aldo Rebelo, Deputado Federal pelo PCdoB – encerrou seus trabalhos sem conseguir votar o relatório final.

Aqui, eu quero fazer outro registro: de um total de 70, foram instaladas 23, portanto, apenas uma coube a um Partido de Oposição, mas eu quero registrar que os temas que foram investigados por essas CPIs, quando eram temas, eu diria, quentes, demoraram 4 ou 5 anos, como foi a do Sivam. Outras tinham, diga-

mos, o interesse difuso, e não cabia saber se era Situação ou Oposição.

Ouvi, ainda, um argumento de que, se a CPI mista próxima passada, teve a Presidência e a Relatoria, respectivamente, de um Partido de Oposição e um Partido de Situação, isso, evidentemente, não deu nenhum argumento sólido para que nós repetíssemos a dose, até porque o exemplo é muito ruim. Foi exatamente a CPI do Banestado, sobre cuja condução não encontramos praticamente ninguém no Congresso Nacional que faça sua defesa.

E, finalmente, eu quero dizer que o argumento da proporcionalidade é um argumento forte até porque busca preservar o equilíbrio de forças, mas ele não pode “absolutizar” e prevalecer sobre outros valores. E outros valores são, por exemplo, as maiores Bancadas e também aquilo que nós podemos definir, sem medo de dizer, que são avaliações políticas. E, aí, faço referência ainda, e tive oportunidade de conversar com Líderes de Oposição na Câmara, àquilo que aconteceu na Comissão de Ética ontem. A rigor, aquilo, que era a possibilidade de o representado apresentar provas, obteve, em dado momento, do Relator um apoio que gerou protestos na própria Comissão.

E quero dizer, francamente, claramente, aqueles que, como eu, como o Senador Mercadante e vários outros vimos trabalhando para que de fato produzíssemos aqui um acordo – e o maior exemplo foi, digamos, momentaneamente, o Senador Delcídio, que nós indicamos e queremos como Presidente, S. Ex^a abdicou momentaneamente para produzir o acordo, aquela situação, naquela Comissão de Ética, nos fragilizou, por quê? Aqui tem que ter uma relação de confiança e, no momento em que se está negociando cargos numa CPI tão importante quanto essa, aquilo ali ficou como uma vacina, mas eu diria uma vacina negativa.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, creio que, se pegarmos a história das CPIs, esse argumento ficaria fora dela. É só pegar várias CPIs que tinham como presidente e relatores parlamentares de governos passados e observar o resultado que deram.

Portanto, estamos aqui para investigar, para trabalhar duro, para respeitar a Oposição, mas, acima de tudo, para respeitar a sociedade brasileira e prestar contas ao povo brasileiro. E aqueles que forem identificados em qualquer circunstância como tendo responsabilidade, como tendo praticado o ilícito, esses merecerão – é claro que sempre assegurado o direito de defesa na instância, mas aqui na CPI – o tratamento exato de quem merece a punição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, que é

o Deputado Asdrúbal Bentes, devo dizer que não vou fixar tempo para os oradores, mas peço, encarecidamente, que sejam breves, entre outros motivos, porque V. Ex^{as} todos, Senadores e Deputados, são homens e políticos vividos e experientes e sabem que o Congresso Nacional está num processo de envilecimento e ontem atingiu um dos seus piores momentos. Poucas vezes, em dez anos de mandato, eu me senti tão deprimido. E V. Ex^{as} sabem que não importa o que todos nós digamos aqui. Não importa. O que vai decidir se esse processo de envilecimento é irreversível ou não é a percepção que a sociedade tem de nós. Não adiantam os nossos discursos. Se a percepção da sociedade for de que esta CPI vai resultar em nada, não é séria, é isso que vai agravar muito esse processo que, infelizmente, está em curso.

Então, eu pediria, repetiria mais uma vez, sejam objetivos e breves, se puderem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria propor que intercalassem, como é recomendável,...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Oposição e...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...a Oposição e Governo, são 14h53min, temos sessão às 16h, para que todos possamos falar, os argumentos serem apresentados e tomarmos as decisões compatíveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aceitam... Um momento, já vou ceder, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Arthur Virgílio.

Pergunto se é consenso a sugestão feita pelo Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que sejam intercalados os oradores, um da Oposição e outro do Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É sobre isso, Sr. Presidente, que eu...

O SR. (Orador não identificado) – É isso, Sr. Presidente, cinco de um lado, cinco de outro e terminamos logo. Vamos votar. Vamos fazer esta Comissão funcionar. Vamos lá. Chega de onda, vamos lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria, no sentido de colaborar, evidentemente respeitamos a competência de quem preside esta reunião, mas no sentido da colaboração, indagar de V. Ex^a se não seria mais adequado, já que ouvimos dois Líderes da Situação, que ouvíssemos os dois Líderes da Oposição e deliberássemos sobre a composição da Mesa dos trabalhos e fôssemos ao voto. Como disse o Líder Aloizio Mercadante, temos Ordem do Dia a partir das 16 horas. Se todos os oradores inscritos forem chamados, certamente não cumprimos o dever até às 16 horas.

Assim, Sr. Presidente, com o intuito de colaborar, faço essa sugestão.

O SR. (Orador não identificado) – Senador, não se esqueça que a Câmara também tem Líderes e faz parte desta reunião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Alternar um do Senado e um da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eu vou ficar no meio termo: vou alternar três e três. Já falaram dois do Governo – Senador Aloizio Mercadante e Deputado Arlindo Chinaglia. Vai falar agora o Deputado Asdrubal Bentes. Em seguida, falarão os dois Líderes da Oposição.

Está correto assim?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, proponho que agora sejam dois da Oposição para haver intercâmbio.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Dois e dois?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já falamos dois do Governo. Poderiam falar agora dois Líderes da Oposição e votarmos... Depois, poderíamos começar a encaminhar os trabalhos da CPMI.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Da minha parte, eu, que seria o próximo orador, nada a opor. Concordo com o Líder Mercadante. Aguardarei o momento oportuno para me manifestar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão. Sugiro a V. Ex^a que complete o terceiro da Oposição e, em seguida, dê a palavra à Senadora Heloísa Helena, ao Senador Arthur Virgílio e a mim.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Três e três.

Concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu me permito comunicar a V. Ex^{as} que vou falar por delegação do Líder Ney Suassuna e na condição de Vice-Líder do PMDB na Câmara, pela Liderança do PMDB.

O País vive um momento difícil, uma crise que não se sabe até que ponto vai chegar, e que consequências advirão para o País e, particularmente para esta Casa, como disse há pouco V. Ex^a, em franco processo de envelhecimento.

Nosso Partido, o PMDB, conforme muitos têm noticiado, está nesta Comissão para blindar. Na realidade, nós não estamos aqui para fazer blindagem a quem quer que seja. Estamos aqui para apurar em profundidade, com seriedade, com isenção de ânimos, sem fazer prejulgamentos a quem quer que seja, com direito ao contraditório e à ampla defesa, princípios constitucionais que asseguramos em nossa Carta Magna. O PMDB quer apurar, como quer o Presidente Lula, como quer o PT, como querem os partidos da base aliada. Mas quer apurar sem passionismos, sem holofotes para impressionar quem quer que seja. Nós queremos apurar, Sr. Presidente, com profundidade. Nós queremos apurar, Sr. Presidente, porque a sociedade exige isso, e nós estamos aqui em nome do povo brasileiro. Nós fomos mandados aqui para representá-los. Há um clamor de combate à corrupção, no sentido de que se possa extirpar esse mal daninho que avassala a sociedade brasileira e que, lamentavelmente, corrói as instituições públicas deste País.

Assim, o PMDB, cômico das suas obrigações e em obediência aos seus princípios estatutários e à sua tradição de lutas – a luta contra a ditadura, a campanha das Diretas Já, pela democratização deste País –, participa desta Comissão e quer que sejam apurados todos os fatos e responsabilizados aqueles que os praticaram. No entanto, não vamos concordar, em momento algum, que se transforme esta Comissão em palanques político-eleitorais. Nós não concordamos com isso. Estamos aqui cumprindo a nossa missão constitucional e vamos apurar, sim, com seriedade, com competência, com equilíbrio, para que amanhã a sociedade brasileira reconheça que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito encarregada de apurar a corrupção nos Correios apurou não só a dos Correios, mas tudo aquilo que veio em decorrência dessas apurações. Estamos aqui para isso e temos certeza de que os partidos da base aliada assim entendem, assim pensam e assim vão agir. O que esperamos da Oposição é que mantenha o equilíbrio, é que mantenha a

cordialidade, é que mantenha esse espírito que deve prevalecer em todas as nossas ações.

Sr. Presidente, o PMDB declara à Nação brasileira que quer apurar, em toda a sua profundidade, os fatos relativos à corrupção nos Correios e os dela decorrentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente. Começo dizendo a V. Ex^a que, ainda há pouco, conversei com o Presidente Renan Calheiros, e S. Ex^a se dispôs a retardar a Ordem do Dia pelo tempo necessário, para que, hoje, pudéssemos levar ao ar o primeiro capítulo dessa verdadeira novela que é a instalação da CPMI em torno, inicialmente, dos Correios. Temos tempo, portanto, mas poupar tempo é de bom tom.

Começo pelo cotejo, meu prezado Deputado Arlindo Chinaglia, dos dados que tenho com os seus, para registrar que o Governo Fernando Henrique Cardoso conviveu com 32 Comissões Parlamentares de Inquérito entre Senado, Congresso e Câmara dos Deputados, dezenove das quais só no último ano do seu mandato e só na Câmara dos Deputados. Por acaso, era o ano da eleição, 2002. Graças a Deus, este é um País que tem eleições periódicas, inarredáveis!

Mais ainda: eu me bati muito nessa convivência fraterna que mantenho e mantereí com V. Ex^a. V. Ex^a teve a honra – e tivemos a honra com esse fato – de ter sido Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, como membro empedernido da Oposição que era, em torno do Sivam. V. Ex^a chamava de Escândalo Sivam e eu dizia Caso Sivam; escândalo é uma coisa, caso é outra.

O seu governo completará essa obra monumental, essencial para a minha região, essencial para o combate às drogas, para o combate ao narcotráfico e às queimadas, para a plotagem de oportunidades boas para a agricultura, para o monitoramento do tempo. Trata-se de obra monumental que não deixou de ser tocada pelo seu governo, como, aliás, era obrigação sua fazê-lo. É uma obra, portanto, que deixa de pertencer ao Presidente Fernando Henrique ou ao Presidente Lula, porque pertence, grande como ela é – reconheço o importante papel da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira –, ao povo brasileiro.

Não posso deixar de fazer aqui uma observação, até pela lealdade que merece o meu prezado e querido companheiro Senador Antero Paes de Barros. Houve distorções. Parte delas foi culpa do Antero? Quem sabe? Foi culpa do Relator? Confio muito na integridade intelectual de V. Ex^a. E as coisas começam a aparecer. Já está aí a tal Secretária oferecendo ra-

zões outras para analisarmos mais profundamente o que se passou no Banestado – está aí a tal “república das secretárias”.

Gostaria apenas de dizer que estamos prontos para começar com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Percebo que o Governo e suas lideranças, íntegras, valorosas, valiosas, optam pelo caminho de romper com uma praxe. Nas duas CPMLs anteriores, não dá para se dizer como método – não aceitaria que o meu amigo Chinaglia dissesse isso – que não deu certo porque essa divisão de poderes não é correta, não funciona. Então, funcionaria só o pensamento único? Não é bem assim. O PT não teve direito a presidir e a relatar CPLs no Governo passado por uma razão simples: o povo do Brasil não tinha feito justiça ainda ao tamanho que o PT mereceria ter. Àquela altura, era um partido de tamanho médio, era ínfimo do ponto de vista não do seu valor intelectual e moral, mas ínfimo do ponto de vista numérico no Senado e era pouco representativo na Câmara.

Então, ele poderia ter até os dois, relator e presidente, desde que fosse – no meu entendimento e no entendimento da praxe – a maior bancada no Senado e a maior bancada na Câmara. A maior bancada no Senado é a do Bloco PSDB/PFL, e a maior bancada na Câmara é a do Partido dos Trabalhadores. Isso vigorou de maneira pacífica quando eu e o Deputado Bittar analisamos a CPML do Banestado e, depois, a CPML da Terra.

Fico a pensar em pedir ao Senador Alvaro Dias que renuncie à presidência da CPML da Terra, porque teria que ocupá-la, quem sabe, o PMDB. Se a nossa não é a maior bancada, então o que faz V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, presidindo a CPML da Terra? O MST vai adorar, mas não se trata de adorar ou não: trata-se de dizer que, se esse é o critério correto e é o que vai vigorar daqui para a frente, se esse critério não é sequer uma violência, nós...

Só tem oposição aqui, parece que é o nosso último dia nesta Mesa, amanhã é o resto do pessoal, amanhã muda o disco. Estamos aqui aproveitando, usufruindo da alternância do poder – o José Jorge está aqui! Seremos despejados desta Mesa amanhã, a única coisa que pode nos salvar é a instituição secular e surpreendente do voto secreto.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que penso muito no futuro. Como será a próxima comissão? Quer dizer, nós não somos maioria ou somos maioria quando interessa ao governo? Quando vamos voltar a interessar ao governo para que ele nos reconheça como maioria? Seremos na próxima CPML ou não seremos? Se ela for inócua, seremos ou não seremos?

Penso ainda: se é verdade que cabe ao PMDB, por ser o PMDB a maior bancada, por que discutir alternativas conosco ao nome do Senador César Borges? Ora, se cabe ao PMDB, então o PMDB deveria ter indicado, de pronto, nomes para todas as três. Não deveria ter discutido conosco alternativas já que seríamos ilegítimos, até porque não-majoritários.

Encontrar uma fórmula em que 22 signifiquem mais que 28... Talvez pelo valor dos peemedebistas, talvez pelo seu preparo, talvez pela tradição desse partido que tanto fez pela democracia brasileira. Até chego a dizer que, quem sabe, por aí, 28 valeriam menos que 22. Nós, com o pouco que podemos contribuir para o País, teríamos de nos conformar com essa nova matemática, apesar de ser um ataque à matemática que queremos que os nossos filhos aprendam na escola.

São acontecimentos irreversíveis. Eu saio desta eleição, qualquer que seja o resultado, seguro de que são acontecimentos irreversíveis que adquirirão velocidade própria. E percebo um outro dado: descredita, no nascedouro, a CPML; desacredita, no nascedouro, figuras bem intencionadas que haverão de vir para o comando da CPI. Por outro lado, não contribuem para que se crie o melhor clima nas votações do Senado seguramente. Estamos tendo problemas dentro da nossa base para administrar isso, que para nós representa uma violência.

A oposição tem, neste momento, que marcar com clareza quais são os seus desígnios nesta comissão parlamentar mista de inquérito: primeiro, investigação de tudo e de todos com pertinência, com o critério de preservar inocentes e com a firmeza de apontar os que se evidenciem como culpados; respeito absoluto às instituições democráticas deste País; nada que signifique aproveitamento da crise para efeitos eleitoreiros. A proposta é muito clara: o governo não abafa, a oposição não faz circo. Se o governo abafar, fica desacreditado perante a opinião pública; se a oposição fizer circo, a oposição que pague perante a opinião pública.

Temos de dar responder, a meu ver, a três questões essenciais: a primeira, a punição conjuntural de quem mereça; a segunda, o mergulho fundo nas causas estruturais da corrupção neste País; a terceira é nós sairmos daqui com a reforma política não como cortina de fumaça para tirar a crise da cena, até porque nada tira a crise da cena, a não ser a resposta adequada e ética para a crise, mas discutirmos o peso e a necessidade de uma efetiva reforma política, para que o Brasil tenha as garantias, sobre algo que está sendo endemicamente a realidade nossa, de que alguma coisa episodicamente possa repetir-se, mas, endemicamente, não mais e, epidemicamente, jamais.

Gostaria de dizer que esta tem de ser a CPI do “não ao abafa”. E o Governo demonstra – não tenho por que duvidar da boa-fé dos seus líderes – esse desejo, esse desígnio. A Oposição – esta é a nossa determinação – dirá “não” ao circo. Ela não jogará na espetaculosidade, nos holofotes, na inconseqüência. Ela jogará, pura e simplesmente, em algo que é essencial e substantivo numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a apuração dos fatos – a apuração exaustiva e exclusiva dos fatos, meu prezado Deputado Jorge Bittar.

Entendo que mais palavras significariam redundar, mais delongas significariam impedir que a CPI hoje expresse a sua verdade. A votação ocorrerá, após ouvirmos os oradores faltantes e os candidatos à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Delcídio Amaral, pelo lado do Governo, e Senador César Borges, pelo lado da Oposição, representando S. Ex^a a Bancada que, do ponto de vista da matemática que conhecemos, é a majoritária e que, do ponto de vista do Governo, passa a ser minoritária, de acordo com o caso que está sendo investigado. Após ouvirmos os dois, não temos por que, pura e simplesmente, não votarmos com toda a civilidade; não votarmos com toda a educação política; não votarmos, com todo o acatamento, aquilo que vai ser a verdade exposta pela CPI. A CPI vai dizer: hoje esta é a minha verdade.

É uma verdade justa que vai ser bem compreendida pela imprensa brasileira? Não sei. É uma verdade justa que vai, da melhor maneira, conduzir a CPI? Não sei também. Espero que seja. Mas a verdade da CPI vai ser exposta daqui a pouco, e não tenho por que imaginar que devamos colocar mais delongas. Que a verdade da CPI saia agora.

A primeira verdade será essa; outras surgirão independentemente dessa, seja o Senador César Borges ou o Senador Delcídio Amaral o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A verdade surgirá, os fatos têm velocidade própria. A dinâmica das investigações não dependem dos expectadores que somos. Não somos sujeitos. Não somos atores de primeira categoria, porque há todo um processo de uma sociedade dinâmica, que, na verdade, alimenta uma imprensa que é investigativa e que faz com que o nosso peso seja algum. Mas o nosso peso não é determinante do que vai acontecer nesta CPI.

Maioria, minoria, tudo isso é menor do que a verdade dos fatos. Maioria, minoria, Relator para cá, Relator acolá, Presidente de tal facção, Presidente de outra facção, isso tudo é menor do que a avalanche ou a não-avalanche de fatos comprováveis.

Gostaria, Sr. Presidente, meus prezados aliados, meus prezados adversários, de dizer que o compromisso que tem o PSDB – percebo que também as Oposições como um todo, mas posso falar seguramente pelo PSDB – é não deixar que se imolem inocentes e que se preserve quem se revele culpado, para que o Brasil possa sair deste episódio de CPI fortalecido como instituição democrática, como um país de instituições sólidas, dando ao Congresso a força que hoje lhe retira a opinião pública.

Temos que partir da premissa de que começamos esta CPMI com o conceito do Congresso Nacional no chão. Começamos esta CPMI com graves acusações pesando sobre o Governo do Presidente Lula, que faz da sua credibilidade pessoal exatamente o passaporte para a sua atuação na vida pública.

Então, o momento é grave, exige responsabilidades. Eu poderia fazer um teatro e dizer “pela última vez apelo”. Não apelo pela última vez. Vamos ao voto, à decisão; vamos ver qual é o pronunciamento, no voto direto e soberano desta CPMI. E vamos dizer, com muita clareza, que, a partir deste momento, Deus haverá de nos iluminar a todos. Que cada um de nós saiba cumprir com o seu dever; que cada um de nós saiba colocar-se à altura das exigências – e coloque exigência nisso! – que a Nação está tendo sobre a nossa capacidade de isenção, de intervenção positiva sobre os fatos, de dizer que o Congresso, como instituição pilar da democracia, haverá de cumprir, estrita e rigorosamente, de maneira alta e elevada, com o seu dever.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 151.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Um momento. Tendo em vista a grande afluência de pessoas, aviso que há um telão instalado na Sala nº 3.

Qual é o artigo?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 151 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Vou consultar o Regimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, à medida em que se encaminha para um processo de votação, busquei no Regimento Comum o art. 151, que dispõe:

“Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissos, as do da Câmara dos Deputados.”

O art. 88 do Senado diz que a eleição se dará por escrutínio secreto. O art 7º, IV, do Regimento da

Câmara dos Deputados, afirma que serão “colocadas, em cabina indevassável, as células em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto”.

Como teremos uma votação a seguir que deve ser secreta, peço a V. Ex^a que solicite à Secretaria da CPMI que providencie a cabina enquanto os parlamentares usam da palavra para que se proceda à eleição.

É essa a contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Deputado, as cédulas já estão assinadas, a urna será colocada aqui sobre a mesa, se não houver objeção. Será que, numa Casa deste nível, é preciso cabina de votação? Não sei. Consulto os presentes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, simplesmente estou seguindo o que determina o Regimento do Senado e o Regimento da Câmara. Acho que é importante darmos tranqüilidade para o voto, Sr. Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Perguntaria aos Líderes partidários. (Pausa.)

A Mesa poderá providenciara a cabina se for...

O SR. (Orador não identificado) – Se está no Regimento, vamos cumprir. Não vamos discutir; não custa nada. Vamos perder mais tempo nessa discussão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, é uma providência muito simples de ser adotada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Muito bem, Deputado. Vamos instalar a cabina e vamos votar escondidos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Com a palavra o Senador José Agripino e, em seguida, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, desejo fazer uma manifestação do meu íntimo.

Devo dizer que, nesses últimos dez dias, ao lado do Senador Arthur Virgílio, ao lado dos companheiros do PDT, procuramos desenvolver uma ação forte no sentido de encontrar uma forma consensual que desse à opinião pública a oportunidade de ver investigada a corrupção denunciada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito vista como isenta.

E devo dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que o meu sentimento nesta hora é que nadamos, nadamos, nadamos e morremos na praia, Senador César Borges. Nadamos, nadamos, nadamos e morremos na praia, e sabem por quê? Quero fazer justiça ao Deputado Arlindo Chinaglia, quero fazer justiça ao Senador Mercadante, quero fazer justiça ao Senador Delcídio Amaral: nas conversas que tivemos com S. Ex^{as} encontramos sempre espaço para conversar, dialogar e, pelo menos, tentar encontrar equilí-

brio e entendimento. Mas preciso dizer a este Plenário que, cada vez que a gente encerrava uma rodada de conversas – sempre, claro, marcada por divergências –, os Líderes pediam tempo ou saíam para ter outras conversas e, na volta, estava tudo travado.

Quero dizer que sinto, claramente, que forças estranhas a esta Casa atuaram para que o entendimento não fosse possível. Estou absolutamente convencido de que não foi pelo espírito do Líder Mercadante, do Líder Chinaglia ou do Líder Delcídio que não se chegou a um entendimento: foi por forças externas, forças externas ao Congresso. Emanaram coisas de fora para cá, coisas que vão gerar frustração, principalmente porque a palavra de Sua Excelência, o Presidente, é pública.

Ele disse sucessivamente, primeiro, que ia rasgar na própria carne; depois, que iria às últimas consequências e, depois, que não iria sobrar pedra sobre pedra. O que se esperava é que a sua base, agindo como sinto que ela tinha vontade de agir, encontrasse o caminho do respeito ao contraditório, do respeito às minorias, que respeitasse isso que está aqui, Senador Aelton: “Bancadas dos Partidos do Senado Federal” – publicado no Diário Oficial do Congresso – “PMDB, 22 Senadores; Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL e PPS), 20 Senadores; Bloco Parlamentar da Minoria, 28 Senadores...”

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem: o PPS, não.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O orador não pode ser interrompido. Desculpe-me.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso vale para o Senado, estou me referindo ao Senado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Desculpe-me.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – “PDT, quatro Senadores; PTB, três; P-Sol, dois; PP, um”. Está claro quem é a maioria, isso está no Diário Oficial do Congresso, não vamos sofismar com argumentos fabricados de última hora.

As comissões permanentes do Senado, todas elas, têm membros indicados nessa proporção. Expedientes relativos à indicação dos membros para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujas cópias tenho aqui, com a assinatura de Renan Calheiros, que é Presidente do Congresso, pedem ao Bloco da Minoria a indicação de cinco membros; ao PMDB, quatro membros, e ao Bloco do Governo, quatro membros. Quem é a maioria no Senado? Pelo Diário Oficial, pelos expedientes do Presidente do Congresso, quem é maioria? Quem é que tem o direito de ser respeitado? Não fabriquem sofismas, não apresentem argumentos outros que não sejam a manifestação que vai ficar, la-

mentavelmente, clara, Senador César Borges, de que esta CPMI vai se instalar com uma espada de Dâmo-cles na cabeça: a do questionamento de sua credibilidade, porque ela não é uma CPMI que respeita as minorias nem o Regimento nem a tradição. Que isso fique muito claro!

Sr. Presidente, não vamos – já conversamos com a Senadora Heloísa Helena; com os nossos, do PFL; com os do PSDB e do PDT –, nem por isso, criar dificuldades às investigações. Não vamos dar as costas, não vamos nos retirar do plenário, porque esse não é o desejo da opinião pública brasileira, que vai comandar a nossa ação.

Quem esperar gestos sensacionalistas do PFL e do PSDB, vai perder o bonde da história; quem esperar cartazes bizarros, não vai entender qual é o espírito que preside o PFL e o PSDB. Estamos conscientes de que a opinião pública, Deputado Arlindo Chinaglia, não nos perdoaria se praticássemos a insensatez na averiguação das irregularidades denunciadas.

Vamos agir com justiça. E lamentamos apenas que o equilíbrio que estamos revelando o Governo não tenha tido a dignidade de manifestar na instalação dessa CPI, porque, Senador César Borges, V. Ex^a é o nosso indicado. Eu ainda confio num gesto de afirmação do Congresso Brasileiro.

Senador César Borges, o Congresso Brasileiro – o Congresso Brasileiro – está vivendo um momento de grande dificuldade. O que a TV mostrou ontem foram cenas de degeneração política explícita. Nós temos uma rara oportunidade de recuperar o conceito do Congresso, na medida em que, agora, demos uma manifestação de independência, de respeito à Constituição, aos princípios democráticos, ao Regimento. Nós vamos retirar a espada de Dâmo-cles de cima da cabeça desta CPI. Basta que o Congresso aqui reunido respeite o Regimento e diga com dignidade: vou respeitar a opinião pública e o direito das minorias e vou seguir o caminho lógico, que é votar em César Borges. S. Ex^a vai dizer: sou candidato à Presidência desta Comissão, mas, eleito, pedirei à Bancada do Governo ou do PMDB ou do PT que indiquem, e não vou vetar, como fizeram comigo. Indiquem o Relator, para que possamos fazer um trabalho parceiro de investigação a serviço do interesse do povo do Brasil.

Com essas palavras, Sr. Presidente, gostaria de pedir a reflexão dos membros da CPMI. Nós vamos trabalhar com equilíbrio, com decência. Nós, Líderes, assumimos aqui o compromisso de nos reunirmos nos momentos de tensão, para baixá-la, se ela existir, mas queremos o respeito, que pode ser manifestado, agora, com o voto, respeitando-se o direito das minorias, em César Borges, que é o nosso candidato.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero dizer que estamos muito tranquilos na participação desta CPI. É evidente que, todas as vezes em que ouço um Parlamentar dizer que não se pode transformar isso num circo, sempre fico imaginando o que passa na cabeça de quem nos ouve: primeiro, porque respeitamos os profissionais do circo; segundo, porque, se se fizesse uma pesquisa no Brasil para ver quem é mais respeitável, se o circo, o Congresso, o Palácio do Planalto e outras coisas mais, com certeza os profissionais do circo seriam identificados pela população como muito mais respeitáveis do que o Congresso Nacional.

Talvez assim, por identificarmos exatamente onde estamos e como estamos sendo apresentados para a grande maioria do povo brasileiro – como delinquentes de luxo, parasitas, saqueadores dos cofres públicos, experientes e novatos na arte de conjugar, em todas as formas e modos, o verbo “roubar”, espero que isso nos mova a todos, para que queiramos ir até o fim, em todos os procedimentos investigatórios que aqui sejam estabelecidos.

Estou tranqüila também, porque não sou parte desse amor platônico, dessa paixão desenfreada entre o PT e o PSDB, em que cada um quer ser o que o outro foi no passado. Estou mais tranqüila ainda, para que possamos de fato aprofundar as investigações.

Como todos estão dizendo – ninguém seria tão insano a ponto de não dizer, mesmo que estivesse pensando em ser parte da operação “abafa” – que querem o aprofundamento das investigações, depoimentos, acareações, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, doa a quem doer, façamos os trabalhos como são efetivamente necessários. E, por via das dúvidas, que a opinião pública acompanhe, de forma implacável, os procedimentos a serem adotados na CPMI.

E, em relação à disputa da Presidência e da Relatoria, fico absolutamente impressionada de ver como a arrogância os cega, ao ponto em que cega o Governo, a ponto de abrirem mão de uma flexibilidade tática, quando sabem que efetivamente poderão, inclusive, impedir procedimentos investigatórios aqui montados, sem aceitar requerimentos, sem aprovar vinda de personalidades e outras coisas mais. A arrogância os cega.

Ao PFL da Bahia, Senador César Borges, desculpe-me, eu não poderia deixar de fazer uma provocação. Se fosse eu a vetar – porque sabem todos dos problemas não apenas ideológicos, mas quase que pessoais –, alguns entenderiam, mas V. Ex^a e a Bancada de Senadores do PFL da Bahia, de uma forma geral, ajudaram o Governo aqui, em todas as votações. Eu

quase que estrebuchava de raiva ao vê-los lá, sendo recebidos com tapinhas nas costas. Depois o punhal, nas costas também.

Infelizmente, eu não poderia deixar de fazer essa provocação, até porque fui testemunha do zelo e da fidelidade de V. Ex^{as} em votações tão polêmicas na Casa. A vontade que tenho é de dizer, desculpem-me: “Eu acho é pouco”, para que se consiga identificar quem é quem, porque não tem amigo. Não tem amigo. Cada vez mais eu identifico que não existe amizade. Existem conveniências, relações oportunistas e espero que o povo brasileiro, por via das dúvidas, fique fiscalizando, de forma implacável, todos os passos a serem dados por todas as Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores desta Comissão.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Falarão, agora, três Parlamentares do Governo ou da base governista.

Eu perguntaria se os oradores inscritos querem mesmo falar ou se vamos fazer a eleição?

(Manifestações do Plenário.)

O SR. (Orador não identificado) – Vamos votar, Presidente. Votar.

O SR. (Orador não identificado) – Depois do discurso da Heloísa, tem que votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Quem são os candidatos a Presidente e a Vice, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu sugiro que fale a Maioria, primeiro, essa maioria da matemática que eu não entendo. Que fale o candidato da maioria de quatro contra cinco.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Antes, eu quero saber quem são os candidatos a Presidente e a Vice, pela Maioria e Minoria?

Senador Aloizio Mercadante, há nomes de candidatos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sugeriria que falassem os dois candidatos, começando pelo candidato da maioria de quatro contra a minoria de cinco. Começaria o da maioria de quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os candidatos querem falar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Maioria tem sempre a preferência para falar por último, a maior Bancada. E a maior Bancada....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, César, por cinco, você fala por último.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A maior Bancada é quem indica a Presidência da Casa e as Presidências.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Você, que representa cinco Senadores, fala depois de quem representa quatro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Portanto, o Senador César, seguramente, se antecipará.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se a maior Bancada indica, então a menor Bancada indica a Relatoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A minha filha Carol está desaprendendo a matemática, e a bichinha está lá na TV Senado. Está desaprendendo tudo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se a Maioria indica o Presidente, a Minoria indica a Relatoria. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O candidato César Borges disse que deseja falar.

O candidato Delcídio Amaral deseja falar ou abre mão?

Foi uma sugestão do Senador Arthur Virgílio para que os dois candidatos falassem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu estava consultando o Regimento.

O Senador César Borges, meu grande amigo, vai falar?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vou falar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, como sou um homem elegante, eu gostaria que S. Ex^a falasse antes de mim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – César, a ordem dos fatores não altera a legitimidade das coisas. Fale primeiro, César. Vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador César Borges com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vemos o menor sentido em quem fala antes ou quem fala depois. Portanto...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador César Borges, sente-se aqui, porque é mais próximo do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Delcídio, depois V. Ex^a falará daqui. Se quiser, é claro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa, minhas senhoras e meus senhores, sinto-me na obrigação de falar, neste momento. Procurei

não falar nas reuniões que antecederam a esta para colocar certas coisas nos seus devidos lugares.

Primeiro, eu coloco que o meu nome nunca foi uma imposição pessoal, muito menos partidária. Pessoal pelo fato de que eu não sou candidato a presidir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito por uma decisão minha, própria, mas o Bloco de Oposição no Congresso Nacional me honrou com essa escolha, achando que eu poderia fazer um bom trabalho, desempenhando aqui o meu papel de Senador.

Quero agradecer aqui a todos os companheiros, de todos os Partidos, que me trouxeram, de forma extremamente confortadora, palavras de defesa do meu nome como escolha para ser o Relator na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque o PFL, o PSDB, o PDT e acho que os Partidos de Oposição no Senado Federal e na Câmara acharam que, mantendo a praxe legislativa do rodízio, teríamos agora a vez de a Oposição ter a relatoria, pelo fato de que, na última Comissão, exatamente, o PT tinha a relatoria e o PSDB tinha a Presidência.

Agora se faria o rodízio natural, e nunca poderíamos imaginar que essa indicação simples e normal seria passível de proteção da implantação da CPMI, que é um desejo da Nação brasileira, por quase uma semana, porque haveria um veto. Não há como dissimular, não há como sofismar. Sem sombra de dúvidas, é um veto, e há uma indicação livre e soberana das Oposições.

Tenho assistido – e por isso uso a palavra neste momento –, desde a reunião da quinta-feira passada, a sofismas, que tentam justificar o veto. Mas é um veto antidemocrático, um veto autoritário. O que nós defendemos aqui, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que é preciso cada um assuma com honestidade, com honestidade intelectual, que às vezes é tão cobrada, mas não é praticada. Que possam dizer claramente, porque, durante essa semana, eu fui atacado.

Na quinta-feira passada, o nobre Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante, argumentou – imaginem os senhores – que, pelo fato de eu ser Senador de primeiro mandato – encontro-me aqui há dois anos e seis meses, e ele também é Senador de primeiro mandato – eu não teria o devido conhecimento de Regimento desta Casa. Seria um concurso de conhecimento de Regimento. Ele disse isso, está escrito, consta das notas taquigráficas desta Casa. Usou esse argumento.

E, ao mesmo tempo, vejam bem Srs. Senadores e Deputados, para desmistificar o argumento, o candidato, o nobre Senador Delcídio Amaral, meu amigo

Delcídio Amaral, também é um Senador de primeiro mandato, assim como ele.

Chego a esta Casa depois de passar por Assembléias Legislativas, ser Vice-Governador do meu Estado, Secretário de Estado, Governador do meu Estado e agora Senador; portanto, eu renego plenamente, rechaço plenamente esse tipo de argumentação.

Pois bem, não decidido, continuaram os argumentos e os ataques. Não, César Borges é muito opositorista. Isso, para mim, é título, porque o povo me colocou aqui na Oposição e procuro fazer Oposição fiscalizadora e responsável, assim como o meu Partido, diferentemente do que foi feito no passado, que não era tão responsável. Então, a minha posição é essa e muito me honra. Isso para mim não é crítica, mas foi argumento do Governo.

Depois, argumentaram que eu seria um poço de mágoas. Vejam bem, Srs. Senadores e Deputados, um poço de mágoa porque perdi a eleição, e não foi para o PT, porque o PT não foi sequer ao segundo turno na cidade de Salvador. Perdi a eleição para Prefeito de Salvador.

Pois vejam bem os senhores, se eu sou um poço de mágoa, e não sou e em momento nenhum o fui, tenho o melhor relacionamento com todos os Senadores da Casa, todos sem exceção, a minha atuação parlamentar pauta pelo respeito, pela serenidade, pelo equilíbrio – acho que todos aqui estão de prova, ninguém pode dizer o contrário. Pois bem, “sou um poço de mágoas”. Assim fui caracterizado por alguns membros do PT, como a Senadora Ideli Salvatti, que foi para Santa Catarina dizer isso de mim. O que dizer do Ministério deste Governo? É um caudal amazônico. O próprio Presidente, que perdeu três eleições, entrou em profunda depressão. Depois, os Ministros do Governo, todos derrotados em grande parte: Ciro Gomes, Nilmário Miranda, Jaques Wagner, José Fritsch, Humberto Costa, Tarso Genro, Miguel Rosseto, Olívio Dutra, que foram derrotados em seus Estados. A população disse que não os queria na vida pública, e o Presidente Lula resgatou todos, dando a eles, de presente, os mimos de um Ministério. Portanto, eu rechaço inteiramente.

E mais um argumento: que eu seria ligado ao Senador Antonio Carlos. Não há nenhum segredo nisso. Minhas ligações regionais com o Senador Antonio Carlos existem, mas a minha independência de Senador é simplesmente uma coisa clara e muito lúcida da minha posição. Agora, o que está havendo, hoje, aqui, sem sombra de dúvida, é uma interferência no Executivo em uma decisão dentro do Parlamento.

Sabemos de reuniões que aconteceram recentemente para se tomar a lista, de um por um, para sa-

ber quem vai voltar, numa pressão indevida. Chegou a ponto de a imprensa noticiar palavras ditas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria dito que “não temos que ter pudor – pudor – de ter a relatoria e a presidência da CPMI”. Ora, um Presidente dizer “não devemos ter pudor”, isto é, vamos ser despidorados, vamos rasgar a praxe, rasgar os acordos e vamos fazer a relatoria e a presidência. Por quê? Porque aí está o verdadeiro motivo do veto do Presidente da República: é que não deseja ver apurados devidamente todos os fatos que hoje, infelizmente, estão trazendo tanta inquietação às instituições brasileiras.

Senhores, é preciso ser dito que o Presidente faz um discurso, é festejado pelo discurso e quer ver tudo esclarecido, e, no dia seguinte, sua Base tenta sempre segurar as apurações, desqualificar os denunciadores e os interlocutores. Essa tem sido a prática nesta Casa. Portanto, neste momento, quero dizer que a minha posição, como candidato a Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para quem peço o apoio de todos os Srs. Senadores e Deputados, é, primeiro, assumir o compromisso de uma isenção completa nos trabalhos, sem nenhum prejulgamento, sem nenhum **parti pris**, mas de coração aberto, de mente aberta, na vontade de fazer o melhor, porque o que está hoje em risco são as instituições, o Congresso Nacional e o Executivo. Se há um centro efetivo que tenha sido ativo em todos esses processos que hoje deslustram a República Federal brasileira, tem saído do Executivo. O Parlamento é um sujeito passivo nessa história. Portanto, precisamos investigar profundamente, culpando quem tiver culpa e inocentando quem estiver inocente.

Segundo, quero dizer, com muita tranquilidade, que, se eventualmente – o que não parece ser fácil –, tivermos sucesso e eu puder ter a honra de presidir esta Comissão, a primeira ação minha será exatamente, sem vetos e sem condições, chegar para a Liderança do Governo e dizer-lhe que escolha o relator; que escolha livremente o relator. Esse é o meu compromisso, assumido perante a Nação brasileira: escolha o relator, sem veto, sem qualificação, sem adjetivação de ninguém, sem falar que A conhece mais o Regimento, que B não conhece, que esse é mais oposicionista, que esse é menos oposicionista, que aquele é amigo de fulano e aquele, de sicrano, sem sofismas. É isso que proponho. Vamos, então, dar a resposta que a Nação brasileira está esperando de uma CPMI que deve cumprir seu dever. O Brasil e a opinião pública exigem isso. Nosso mandato advém da vontade popular. Não devemos este mandato ao Governo do Presidente Lula, mas ao povo brasileiro. Respeitemos este mandato!

Sei como o Senador Delcídio Amaral está agastado para ser candidato. S. Ex^a, inclusive, retirou sua candidatura ontem, mas a pressão do Presidente o fez chegar aqui novamente candidato hoje. Pela primeira vez – nunca vi isso –, o Líder do PT, do Partido que está no Governo e que deve ser investigado, será o Presidente da Comissão. S. Ex^a, que é Líder do PT no Senado, irá investigar a si próprio!

Não me lembro, Senador Jefferson Péres, de um antecedente como este: um Líder de Partido presidir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Sei que o Senador Delcídio Amaral tem qualidades para isso. Espero que S. Ex^a possa, até para ilustrar todo seu currículo e toda sua vida pública, fazer o trabalho que pretendo fazer.

Para finalizar, peço a confiança de todos os presentes, independentemente de Partido ou de facção, porque, neste momento, fala muito mais alto o interesse da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. V. Ex^a quer sentar-se à mesa? (Pausa.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, as Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados.

Primeiramente, Sr. Presidente, registro a maneira habitual, competente, isenta e, acima de tudo, paciente com que V. Ex^a conduziu os trabalhos na definição da Relatoria e da Presidência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, neste momento importante, quando todo o País nos acompanha. Todo o País avalia cada palavra dita, cada comportamento, cada ação.

Sr. Presidente, não foi pequeno o trabalho e o esforço desenvolvido pelos Líderes da base aliada, pelos Líderes do Governo e pelos Líderes da Oposição na busca de um acordo. Houve várias reuniões, pautando, efetivamente, uma relação civilizada, como disse o Senador José Agripino, uma relação elegante, a despeito das divergências.

Estamos aqui hoje. Há algo importante, meu caro Senador César Borges: nós dois, amigos, estamos em uma disputa eleitoral hoje. Quem diria a Bahia e o Mato Grosso do Sul disputando os votos do Brasil!

Sr. Presidente, farei algumas ponderações com relação a afirmações feitas aqui, primeiro no que se refere à maioria no Senado.

No próprio **Diário do Senado Federal**, fica muito claro que a maioria é o PMDB, um Partido. Por isso, o Senador Renan Calheiros foi eleito Presidente do Senado Federal. É importante dizer também que, como foi dito aqui, o rodízio caberia ao PMDB, que ficou de fora de outras Comissões Parlamentares de Inquérito.

Presidente, fiz um esforço muito grande, para que buscássemos a conciliação, alternativas que viabilizassem uma composição. Tomei a decisão até no sentido de me afastar, para, quem sabe, facilitar o nosso diálogo. Aguardamos pelo dia de hoje.

Confesso, Sr. Presidente: estive com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta manhã, numa reunião. Conversei com Sua Excelência, como homem público que é, mais do que nunca, um ícone do nosso Partido, um homem que representa efetivamente o sucesso das pessoas que vieram de baixo, porque chegou à Presidência da República.

Se não houve o acordo, o compromisso é com a lisura dos atos desta Comissão Parlamentar de Inquérito; com a isenção, equilíbrio, serenidade e apuração dos fatos, como disse o Presidente, doa a quem doer.

Eu tenho um compromisso público, com os cidadãos e as cidadãs brasileiras, com a imprensa, que tem feito um papel fundamental em todos os trabalhos por ela desenvolvidos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Aqui, Sr. Presidente, prestaremos contas. Aqui, como disse a Senadora Heloísa Helena, todos os nossos passos serão acompanhados. Tudo aquilo que é importante para o País será discutido aberta e democraticamente. Por isso, coloco minha candidatura à Presidência da CPMI, para honrar, acima de tudo, meu Estado de Mato Grosso do Sul, meu Brasil e efetivamente aquilo que todo o povo brasileiro espera dos trabalhos desta Comissão.

Tomando como base conversas mantidas com o Líder Aloizio Mercadante, com o Líder Arlindo Chinaglia, com o Líder Arthur Virgílio e com o Líder José Agripino, afirmo que não tenho dúvida nenhuma de que trabalharemos muito juntos, faremos uma avaliação crítica dos trabalhos, quando for necessária a atuação dos Líderes, serena, equilibrada, sem ódio, sem discriminação e pelo Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, peço votos, lançando-me candidato à Presidência desta CPMI, esperando, acima de tudo, que Deus nos ilumine, que nos abençoe e ajude nessa grande caminhada por um Brasil cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. (Orador não identificado) – E o Relator?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só depois de eleito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Delcídio Amaral responderá, se quiser, é claro.

O SR. (Orador não identificado) – Admitiram que S. Ex^a será eleito.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só falarei sobre o Relator depois de eleito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Vamos proceder à votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, as chapas vão indicar o Vice-Presidente agora?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Vice-Presidente será eleito conjuntamente?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim, creio que sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, gostaria de propor, sem ter podido...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de indicar – evidentemente, podemos recolher outras sugestões, pois não tivemos essa discussão preliminar com todos os companheiros que participaram da construção dessa candidatura –, como Vice-Presidente, o Senador Maguito Vilela, um homem que tem uma postura muito correta.

Não há nenhuma exigência regimental em relação a Vice. Não há nenhuma exigência regimental. Como a Bancada da Câmara cedeu à Bancada do Senado a indicação, estamos...

(Manifestações do Plenário.)

O SR. (Orador não identificado) – A Bancada da Câmara vai ter o Relator. Ela concorda com a proposta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Temos um acordo com a nossa Bancada na Câmara – PMDB, PT, PP, PL e todos os outros Partidos que estão envolvidos nesse processo – de que a indicação da relatoria será feita na Câmara dos Deputados, na Bancada do PMDB, que é a maior do Senado.

A Bancada da Câmara delegou ao Senado a Presidência, a direção dos trabalhos, e a Bancada do Senado delegou à Câmara a relatoria – as duas maiores Bancadas, PMDB e PT. Portanto, a relatoria será da Câmara e a direção dos trabalhos do Senado.

A nossa indicação para a Vice-Presidência é o Senador Maguito Vilela, que tem uma longa militância, vivência, experiência; é ex-Governador de Goiás e dará uma grande contribuição a este trabalho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, da mesma forma, as Oposições têm o seu candidato a Vice-Presidente. Parabenizam o Governo pelas excelências, todos os dias aqui vistas e apresentadas, do candidato Maguito Vilela, mas as Oposições preferem fazer algo mas equilibrado, prestigiando a Câmara dos Deputados.

Portanto, o nosso candidato sai da Câmara dos Deputados: é o Deputado tucano Eduardo Paes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Vou proceder à chamada para votação.

Por favor, peço à imprensa que se afaste um pouco da urna. *(Pausa.)*

Obrigado.

Começaremos pela Câmara dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, oriente sobre se é necessário escrever o nome do Vice também.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Serão votados simultaneamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É automático?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Automático.

(Continua o processo de votação.)

É melhor demorar um pouco para não tumultuar. Deputado Maurício Rands.

Pelo PMDB, o Deputado Asdrubal Bentes.

Deputado Osmar Serraglio.

Deputado Fernando Diniz.

Devo comunicar aos presentes que, tão logo se encerre a votação, as cédulas serão inutilizadas, incineradas.

Pelo Bloco PFL/Prona, Deputado Félix Mendonça, da Bahia.

Deputado Onyx Lorenzoni, do Rio Grande do Sul.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pelo PL, houve uma troca de posição, e o Deputado Inaldo Leitão passou à condição de titular. Chamo S. Ex^a para votar. *(Pausa.)*

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Bloco PT, PSB, PL e PPS, Senador Delcídio Amaral.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senadora Ideli Salvatti...

Farei uma consulta ao Plenário que decidirá democraticamente uma questão que não está prevista no Regimento.

O Senador Sérgio Guerra acaba de me comunicar que, por inadvertência dele, porque imaginou que os nomes estavam impressos na cédula, depositou a cédula em branco, mas S. Ex^a não quer votar em branco.

Pergunto se admitem que seja retificado?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro!

O SR. (Orador não identificado) – Não há dúvida, Sr. Presidente. Anula a que estiver em branco.

O SR. (Orador não identificado) – Ou então vota de novo, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como alguém mais pode ter votado em branco, talvez repita o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se houver apenas uma cédula em branco, será computado o voto de S. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Tasso Jereissati passou duas horas orientando e S. Ex^a errou?

O SR. (Orador não identificado) – Eu pedi inclusive o voto Guerra e Paz e nem em mim para Vice V. Ex^a votou?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – S. Ex^a não precisa votar. Se só tiver um voto em branco, é o de S. Ex^a e irá para a sua legenda.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Roberto Saturnino... Senador Aelton Freitas...

Pelo PMDB, Senador Luiz Otávio, sua cédula.

Senador Wirlande da Luz. *(Pausa.)*

Senador Maguito Vilela. *(Pausa.)*

Senador Ney Suassuna. *(Pausa.)*

Passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma para que eu possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Jefferson Péres votando.

Senador Fernando Bezerra, pelo PTB. *(Pausa.)*

Senadora Heloísa Helena, pelo P – SOL. *(Pausa.)*

Todos os Srs. Senadores votaram.

Não houve voto de suplente dos Senadores nem dos Deputados.

Devolvo a Presidência ao Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Convido para escrutinadores o Senador Demostenes Torres e o Deputado Jorge Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Houve apenas um voto em branco, que é o do Senador Sérgio Guerra, obviamente.

Creio que ninguém argüirá a nulidade da votação por causa disso. Será computado na Ata como voto em branco.

Vou proclamar o resultado.

Computando-se o voto do Senador Sérgio Guerra para o Senador César Borges, o Senador Delcídio Amaral obteve 17 votos, e o Senador César Borges, 15 votos, e, assim, também foram eleitos os respectivos suplentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

Convido o Senador Delcídio Amaral e o seu Vice, Senador Maguito Vilela,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, desejo o máximo de êxito e de isenção nessa Presidência do ilustre Senador Delcídio Amaral, registrando que a Oposição brasileira confia claramente na velocidade e na dinâmica própria dos fatos, ela que pretende preservar inocentes e apontar culpados.

Registro, num sentimento muito agradecido, essa manifestação. Nós haveríamos de ter obtido, pela ordem supostamente natural das coisas, 13 votos, e o Governo deveria ter sufragado com 19 expressões o Senador Delcídio Amaral. No entanto, a fala da Comissão Parlamentar de Inquérito foi altaneira, sim, porque, de 19 votos, desceu-se para 17 votos; e, de 13 votos, subimos para 15 votos. Por um voto, não houve um empate, e aí o mais velho seria empossado, o Senador Delcídio Amaral, embora não aparente. S. Ex^a seria empossado.

O fato é que estamos presenciando um momento de independência desta Comissão já ao alvorecer. Que seja feliz o Senador Delcídio Amaral! Que S. Ex^a responda às exigências de uma sociedade exigente! Que responda às indagações de uma imprensa experimentada, investigativa e já brilhantemente adaptada à sociedade democrática que nos rege!

A nós, da Oposição, competirá claramente mantermos o compromisso essencial. Jamais o holofote, jamais o holofotismo – repito! E sempre a preocupação de não deixar, aí sim, pedra sobre pedra de qualquer caso de corrupção que apareça à nossa frente, na certeza de que essa será a manifestação de todos

que compõem esta Comissão, até porque seria tapar o sol com a peneira imaginar-se outra coisa!

É uma pena que, sendo o voto secreto, eu tenha de fazer um elogio genérico. Pode ser feito a qualquer um, podem ter sido quaisquer dois, mas agradeço muito a demonstração dessas duas figuras que revelaram o seu desejo de ver a verdade e a maioria repostas nesta Comissão, que, portanto, tem, assim, o seu primeiro e alvissareiro passo, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de falar antes de o Senador Delcídio Amaral e o Senador Maguito Vilela assumirem a responsabilidade da condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu gostaria, da mesma forma, de elogiar a condução dos trabalhos pelo Presidente em exercício, que se mostrou, tanto no empenho de um acordo, quanto na isenção, na seriedade da condução desta Comissão.

Queria igualmente saudar o Senador César Borges por ter feito a sua argumentação, por ter apresentado suas convicções e demonstrado a sua disposição para contribuir para esta CPI e ter disputado a possibilidade de presidi-la.

Saúdo também a Oposição pela forma democrática como se portou diante dessa disputa. Considero absolutamente legítimo que o convencimento e os votos se façam não apenas na indicação da Mesa, mas em cada decisão da Comissão. É no argumento, é no mérito, é isso que faz a força da democracia e o respeito ao pluralismo do Parlamento.

Finalmente, agradeço os 17 votos que deram ao Senador Maguito Vilela, que, tenho certeza, serão honrados pela isenção, pela independência, pela seriedade, pelo respeito, que vai dar credibilidade a esta Casa e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em nome do PMDB, louvo V. Ex^a frente à Comissão. V. Ex^a foi imparcial. Aliás, não é de hoje. Quando foi o Relator da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpriu o seu dever à risca. Eu era o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e V. Ex^a era Oposição, e, sob sua relatoria, saiu a lei que saiu. Quando veio a complementação, V. Ex^a fez o mesmo. V. Ex^a tem crescido nesta Casa por procedimentos como esse.

Elogio a Oposição pela democracia, pela lhanura. Não é diferente. Como seria bom que todos os opositores no Brasil tivessem a firmeza, a lhanura e o cavalheirismo que V. Ex^a tem!

Elogio também o Senador César Borges, meu conterrâneo nordestino, mas, lamentavelmente, nesta situação estamos em lados opostos.

Ao mesmo tempo, desejo muita sorte ao Senador Delcídio Amaral e ao Relator. Tenho certeza de que o trabalho desta Comissão vai honrar o Congresso e a Câmara nacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Permitto-me, juntamente com os demais colegas, dizer da honra que nós, pedetistas, temos de ter visto V. Ex^a presidir com sabedoria, equilíbrio, segurança e retidão o trabalho de implementação e iniciação desta CPMI. Começamos bem, de forma correta, reta. Esperamos que possamos avançar. Afirmou-se a democracia pelo voto. Gostaríamos de ter a Mesa composta da CPI que não fosse tida e havida como chapa branca. Se mais não fizemos, mais não pudemos. Mas bem que tentamos! Tenho a convicção de que V. Ex^a compareceu com a melhor das contribuições no sentido de fazer uma Mesa plural. Se não foi possível, vamos avante! Vamos fazer uma CPI para que o Brasil possa ver os Deputados e Senadores passarem a limpo essa sujeira que está aí! É o papel que nos cabe, e V. Ex^a fez a sua parte, dando-nos seu exemplo. Parabéns, Senador! Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas uma breve observação. As câmeras de televisão estão no fundo, e nós estamos aqui na frente. Nem todos perceberam o ar de estupefação daqueles que fazem a Bancada do

Governo, quando V. Ex^a, Sr. Presidente, proclamou o resultado. Foi uma palidez geral.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Fora do microfone.) – Por um voto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Que a palidez geral, porque ganharam por um voto, sirva de lição para um fato que tem que ser observado! O Bloco PFL, PSDB, PDT, PPS, P-SOL, que não é Bloco, mas a representação desses Partidos, tem 13 votos nesta Comissão. O Governo, 19 votos. O Senador César Borges teve 15 votos e o honrado Senador Delcídio Amaral teve 17. Ambos falaram. O Senador César Borges foi, durante dez dias, objeto, eu diria sem medo de errar, de tentativa de desqualificação. Tenho que ser franco. Foi objeto de tentativa de desqualificação. V. Ex^a sai desse embate glorificado, porque teve os 13 votos dos seus companheiros e 12 votos daqueles que acreditam na sua qualificação como Senador. Teve mais dois votos. Um, dois ou três, pouca importa. V. Ex^a teve todos os votos daqueles que defenderam sua candidatura e daqueles que tentaram desqualificá-lo. O Congresso brasileiro dá uma sinalização clara de independência, dá uma manifestação clara de que vai impor ao Presidente Delcídio e ao Relator que vai ser escolhido o rumo da independência; que as imposições do Poder Executivo aqui tenham um limite, e o limite é o placar 17 a 15. Cumprimento o Senador Delcídio, cumprimento o Senador César Borges.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Deputado Maurício Rands, pela ordem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A bancada do Partido dos Trabalhadores inicialmente parabeniza V. Ex^a pela isenção e seriedade com que conduziu os trabalhos.

Nós não tivemos, Senador José Agripino Maia, nenhuma estupefação. Temos clareza que a missão desta Comissão não é servir a palco de disputa política. Começamos bem porque começamos com tranquilidade elegendo um Senador que vai conduzir os trabalhos para que a Comissão investigue, traga tudo às claras para que dias como o de ontem no Congresso Nacional não sejam repetidos.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores deseja ao Presidente que acaba de ser eleito um trabalho proífico, sério, investigativo. Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não vai se prestar à disputa política, a palanque eleitoral; ela vai investigar, esclarecer tudo à população brasileira.

O Presidente eleito pode contar com o trabalho sério de todos nós que estamos aqui para investigar. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, primeiro o Senador Leonel Pavan e, depois, o Senador César Borges.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, me permita.

Não temos dúvida nenhuma da honradez do nosso Presidente eleito, o Delcídio, que certamente vai fazer um grande trabalho, transparente e merece o nosso voto de confiança.

Queria pedir ao Delcídio – eu, como sou um Senador da Oposição, mas isento e neutro, quero me oferecer para ser o Relator da CPI e me ofereço ao meu amigo Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria em primeiro lugar... (Pausa.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E com o apoio da Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador César Borges com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de agradecer e parabenizar V. Ex.^a pela maneira como conduziu os trabalhos, o seu equilíbrio, a sua serenidade e a sua paciência principalmente para que pudéssemos chegar a um acordo. Nunca faltou essa vontade a V. Ex.^a para que fosse possível aqui se manter a tradição da Casa. Mas, não sendo possível presidir os trabalhos, levando a todos nós este momento que é efetivamente um momento de afirmação do Parlamento.

Queria agradecer também a todos aqueles que durante mais de uma semana, dez dias como disse o Líder Agripino, fizeram a defesa do meu nome, que sofria veto específico do Governo, tinha embate no sentido de tentar desqualificar – essa é uma verdade que não posso negar porque estava aí nas declarações de partidários do Governo. Mas houve também todos aqueles que fizeram aqui desta Casa, desde o primeiro momento, desde aquela reunião da quinta-feira passada, uma defesa da minha vida política, da minha posição dentro do Parlamento, da maneira como sempre me comportei. Tenho a obrigação de agradecer a todos de forma indistinta. Agradecer àqueles que fizeram essa defesa e agradecer aos 15 votos que muito me honram e esperar, Sr. Presidente, que não haja caça às bruxas, que não haja retirada de Senadores ou Deputados por conta dos 15 votos.

Se o Deputado Maurício Rands me permitir aqui uma inconfidência, ele me dizia “falharam dois”. Eu poderia dizer que falhou um só para mim, mas que não se faça isso, que não se comece esse movimento de troca de Senadores e Deputados. Isso seria muito ruim. Se para ele falhou dois, eu diria que para mim falhou um. Mas esse é o jogo democrático, e estamos aqui para fazer o melhor trabalho.

De qualquer forma, tenho certeza que se esta Comissão tiver êxito, muito desse êxito se deverá à sua presença, Senador Jefferson Péres, nesta Comissão.

Muito obrigado.

Parabéns.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, um breve comentário como candidato recém-lançado e também, infelizmente, derrotado nessa votação.

Congratulo-me com V. Ex.^a pela maneira como conduziu o processo. Mas me mantive quieto nas duas, três primeiras reuniões que esta Comissão teve, Deputado Chinaglia, porque me parece que perdemos, em determinados momentos aqui, não sei se de forma proposital ou não, completamente o foco real do debate, o que interessa à população.

Eu disse aqui desde o início para o Senador César Borges: é inacreditável agora estarmos aqui analisando o currículo do Senador César Borges, da sua capacidade, da sua competência e das suas qualidades. Isso é algo inaceitável porque não é isso que a população quer ver discutido neste momento. O que a população deseja, Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres, é aquilo que V. Ex.^a vem buscando desde a semana passada. Muitas vezes, a opinião pública, aqueles que nos assistem pela TV Câmara, pela TV Senado, pelos órgãos de imprensa, não entendem, não têm a compreensão desta discussão aqui. Mas é muito importante que essas pessoas entendam que esta Comissão não teve seu Presidente eleito já na semana passada por um simples motivo, por um pequeno motivo: porque esse homem, o Senador Jefferson Péres, buscou fazer com que o Regimento desta Casa, aquilo que é prática nesta Casa, aquilo que sempre foi respeitado nesta Casa, que é o direito das Minorias de se fazerem representadas, e esse direito estava sendo ameaçado. Infelizmente, depois das tentativas do Senador Jefferson Péres de construir esse acordo, chegamos a uma situação em que tivemos que ir para

o voto. Infelizmente, o Senador César Borges e eu, como seu vice, perdemos essa votação.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que temos confiança. Preferimos acreditar que essa chapa eleita, o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator a ser indicado tratarão com a responsabilidade e a seriedade que o momento exige.

O que vimos ontem no Congresso Nacional, ao contrário da maioria das pessoas, ao contrário da maioria dos Parlamentares que aqui falaram, não me deprimiu. Ao contrário, me deixou animado. Porque acho que todos nós aqui, de certa forma, ouvimos falar, temos ciência. A política, como bem disse a Senadora Heloísa Helena, é o tempo todo criticada e contestada; e quando essas vísceras, esse câncer do Parlamento é exposto, o Parlamento só tem a ganhar com esse processo. Portanto, temos todos nós uma responsabilidade enorme, Senador Delcídio. Tenho certeza que V. Ex^a vai conduzir os trabalhos, e o Relator também, principalmente o Relator, sem sobrestar requerimentos, sem impedir que se votem questões, aquilo que é necessário para que os Srs. Parlamentares membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito possam apurar. Vamos agir com responsabilidade e mostrar para a população brasileira que aquilo que representa o Senador Jefferson Péres desde a última semana é verdade. Queremos, sim, apurar os fatos e condenar os culpados.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, Deputado Onix.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em relação ao art. 14 do Regimento do Senado, que diz, no seu inciso VIII, a respeito do andamento dos trabalhos.

Quero, primeiro, parabenizar a conduta de V. Ex^a ao longo de todo esse processo e ainda me valer de V. Ex^a para os préstimos democráticos indispensáveis ao bom andamento desta CPMI.

Tenho a informação, Sr. Presidente, de que devemos ter hoje mais de 50 requerimentos protocolados na secretaria da CPMI. Quero fazer um apelo a V. Ex^a de aconselhamento à Mesa diretora dos trabalhos: que se indique o Relator amanhã, numa reunião de trabalho convocada para amanhã, para que possamos aprovar e dar celeridade aos requerimentos que estão na secretaria da CPMI. O Brasil quer respostas. O nosso trabalho é dar respostas ao País.

Não podemos aceitar, Sr. Presidente Jefferson Péres, que haja a postergação para a próxima sema-

na da primeira reunião de trabalho. Estamos todos em Brasília, disponíveis ao País, e precisamos trabalhar.

A minha solicitação a V. Ex^a é no sentido do aconselhamento ao Presidente, Senador Delcídio, e ao Vice-Presidente, Senador Maguito, para que amanhã seja convocada uma reunião, pela manhã, desta CPMI, uma reunião administrativa, para que se analise o roteiro proposto pelo Sr. Relator e os mais de 50 requerimentos apresentados, para que imediatamente a CPMI possa dar respostas ao País.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não poderia deixar, Sr. Presidente, de me congratular com V. Ex^a pela maneira impecável, imparcial com que se comportou em todos esses episódios.

Quero parabenizar o Senador Delcídio, vitorioso, na certeza de que desempenhará um papel equilibrado nesta CPMI.

Parabenizo, a meu ver, o grande vitorioso de fato, que é o Senador César Borges.

Desejo muitas felicidades ao Relator, já escolhido pelo Senador Mercadante, Deputado Osmar Serraglio. Esperamos de S. Ex^a um trabalho claro, transparente, eficiente, porque os holofotes da Nação estarão, a partir da instalação efetiva desta Comissão, voltados para o que ocorre aqui. Não poderemos colocar nada, absolutamente nada, sob o tapete. Temos que apurar o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores, ao declarar empossados os Senadores Delcídio Amaral e Maguito Vilela nos postos de Presidente e Vice desta Comissão, não poderia deixar de fazer um pronunciamento brevíssimo, porque a hora não é de discurso, a hora é de exemplo.

Cito o quase esquecido Rui Barbosa, até em homenagem a V. Ex^a, Senador César Borges. Dizia o grande baiano que “as palavras convencem, mas só os exemplos arrastam”. Os membros desta Comissão têm que dar sobretudo exemplos.

Não vou lhes dar conselhos, Deputado Onyx, porque dizia um grande político brasileiro que conselho não se dá nem a quem pede, quanto mais a quem não pede.

Tenho confiança de que o Senador Delcídio Amaral, pelo que dele conheço, tem plena consciência da gravidade da hora presente. S. Ex^a tem uma grande responsabilidade nas costas. Conforme o andamento dos trabalhos desta Comissão, o Congresso Nacional sairá enxovalhado ou dignificado. Tenho certeza de que S. Ex^a vai dignificar o Congresso.

Boa sorte, Senador. (Palmas.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Obrigado, Presidente.

Cumprimento mais uma vez o nosso Presidente, Senador Jefferson Péres, e elogio o seu trabalho.

Cumprimento meu caro amigo Senador César Borges. A votação que S. Ex^a teve demonstra a respeitabilidade que tem nas duas Casas do Congresso – Câmara e Senado.

Cumprimento todos os Líderes da base aliada, os Líderes da Oposição e agradeço os votos que recebi, os 17 votos que recebi com muita honra e que aumentam... O Arlindo está dizendo votos suados. Realmente, está um calor danado aqui dentro, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Salvou! É um Presidente mesmo. Salvou o Arlindo!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então quero agradecer a confiança e a honra de presidir esta CPMI num momento tão importante para o País, num momento crucial, como disse muito bem o Presidente Jefferson Péres, num momento delicado. E esta é a nossa responsabilidade, a responsabilidade com a população brasileira, com a opinião pública, tendo um acompanhamento diuturno, sistemático, permanente da Imprensa Nacional, de fundamental importância também no acompanhamento dos nossos trabalhos.

Quero agradecer as palavras, os desejos de sorte, de dedicação, de trabalho. Cumprimento meu caro Senador Maguito Vilela, eleito junto comigo Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero aproveitar também e desejar, meu caro Senador Maguito Vilela, muito sucesso, muita sorte. Sei da competência de V. Ex^a e do homem público que é. Eu gostaria de pedir a presença, indicando como Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o nosso caro Deputado Federal, do PMDB do Paraná, Osmar Serraglio. (Palmas.) Apesar da pressão forte do Senador Leonel Pavan, que será indicado sub-Relator.

Eu queria fazer e solicitar a V. Ex^{as} uma ponderação. Como foi dito muito bem pelo Deputado Onyx, temos muitos requerimentos já apresentados, são 84 requerimentos apresentados.

Eu gostaria de propor aos senhores, até para que se trabalhe, uma vez que já temos o Relator indicado aqui presente, o Deputado Osmar Serraglio, eu gostaria de ponderar com os senhores, de fazer a nossa primeira reunião na terça-feira, às 18 horas, porque o Relator já começa a trabalhar a partir de amanhã. Temos muito a fazer e para que nos organizemos e esta Comissão seja eficiente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Seja uma Comissão que realmente corresponda àquilo que todos nós esperamos, eu gostaria de pactuar com os senhores essa proposta.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Rands pediu pela ordem.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão aqui na Comissão, Sr. Presidente, exatamente na linha expressa por V. Ex^a. A escolha dos requerimentos, o processo de votação dos 84 requerimentos – e vão surgir muito mais – já implica um avanço em procedimentos, em linhas de investigação. Precisamos ter um tempo para pactuação dos procedimentos de funcionamento desta Comissão. Penso que ela está começando bem. O próprio resultado mostrou que os membros não estão vendo a questão pelo prisma de quem é Base do Governo. Estamos aqui imbuídos da responsabilidade que o País nos conferiu de investigar.

Para investigar, precisaremos que o Relator disponha, em primeiro lugar, de uma ciência de quais são os procedimentos que vão ditar os trabalhos. A Comissão precisa constituir equipes de assessorias e precisa catalogar esses e outros requerimentos de produção de provas, que não são somente depoimentos, são pedidos de quebra de sigilo, são pedidos de requisição de documentos. Tudo isso envolve um prazo razoável e equilibrado, para que possamos acertar procedimentos e para que, a partir desses procedimentos, possamos ter um roteiro que vai guiar a escolha e a ordem – aí a hierarquização – desses requerimentos de produção de provas.

Então, quero dizer que entendemos que a sugestão de V. Ex^a é equilibrada e razoável, para que esta Comissão comece bem os seus trabalhos e cumpra a sua missão, sem se prestar – repito – a objeto de disputa entre Governo e quem não é Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria apenas fazer uma ponderação.

Estou fazendo uma proposta que é sensata. Não há qualquer tipo de imposição. Conversamos com os Líderes. Temos de estabelecer os critérios e uma metodologia clara de funcionamento da Comissão. Estamos estruturando as assessorias. Então, esse é um tempo efetivamente necessário para que esta Comissão faça um bom trabalho e para que nós, de comum acordo, venhamos a ter consenso sobre isso.

O Deputado Onyx Lorenzoni pediu a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente, posteriormente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, conforme o art. 14 do Regimento do Senado Federal conjugado com o art. 89, inciso VII, gostaria de fazer um requerimento para que realizássemos, amanhã, uma reunião extraordinária – se V. Ex^a não desejar marcar uma reunião ordinária.

Este requerimento refere-se a uma reunião extraordinária e, portanto, deve ir a voto da Comissão.

Justifico, Sr. Presidente.

Tenho alguma experiência parlamentar acumulada em Comissões Parlamentares de Inquérito. Sou, neste momento, honrosamente, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, presidida, de maneira extraordinária, pelo nobre Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, este é um momento de inquietação da nacionalidade; é um momento em que o Brasil todo espera que cada Senador e cada Deputado Membro desta Comissão cumpra com o seu dever. E o dever, hoje, Senador, com todo o respeito e a admiração que lhe tenho, seria o nobre, competente e trabalhador Deputado Osmar Serraglio – sei que S. Ex^a não se furtaria –, com a assessoria técnica das comissões, se for o caso, ingressar noite adentro e na manhã de amanhã para fazer um esboço – os fatos são conhecidos nacionalmente, não há surpresa alguma – e uma pré-seleção de alguns desses requerimentos que norteariam os trabalhos na próxima semana. E votaríamos aqui a convocação imediata do Sr. Roberto Jefferson, do Sr. Marinho e de quem mais o Deputado Osmar Serraglio julgar adequado.

Considero isso imprescindível, Sr. Presidente, porque a transferência para a próxima semana soar ao País como uma postergação inaceitável. O Brasil não deseja isso. A sociedade quer resposta.

Se a CPMI fizer um esforço, amanhã, aprovam-se, sob orientação do Relator – não há conflito algum aqui entre Oposição e Situação –, quatro ou cinco dos requerimentos que estão ali elencados. Isso já dá

tempo para que a sociedade saiba que, na terça-feira próxima, já estaremos ouvindo depoimentos aqui; a CPMI já estará trabalhando. E o Relator ganha então, Sr. Presidente, um prazo, de agora até terça-feira que vem, para ordenar e apresentar um plano de trabalho à CPMI.

Esse cuidado com a imagem da CPMI e com a expectativa da sociedade é imprescindível. Apelo à sensibilidade de V. Ex^a, do Senador Maguito Vilela, do Relator, pois esse esforço o Brasil precisa e espera que façamos.

É esse o requerimento que quero fazer. No momento em que V. Ex^a e o Relator não aceitarem a proposição, tenho que me valer do Regimento e solicitar que seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, com a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, todos aqui temos a obrigação de fazer um esforço enorme para que tudo isso que dissemos anteriormente, durante o processo eleitoral, possa de fato acontecer e se verificar.

Portanto, não quero começar discordando do Sr. Presidente, mas me parece – e eu conversava com o Senador Aloizio Mercadante – que alguns procedimentos, Deputado Osmar Serraglio, são necessários para que nós possamos, já na semana que vem, começar a trabalhar.

A primeira questão, Sr. Presidente e Senador Arthur Virgílio, para a qual gostaria de chamar a atenção é sobre a necessidade de termos conhecimento desses 84 requerimentos que foram aprovados...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Apresentados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão. Eu gostaria que fossem todos já aprovados – esse é um desejo, uma simples manifestação de vontade. Portanto, que nós pudéssemos ter conhecimento dos 84 requerimentos apresentados. É fundamental não só que o Relator tenha conhecimento, mas que todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito também o tenham.

Portanto, solicito a V. Ex^a que já autorize à Secretaria da Comissão que informe os Srs. Parlamentares sobre esses requerimentos.

Eu conversava com o Senador Mercadante aqui, e S. Ex^a me falava em um acordo pelo qual se começaria ouvindo, dentro do foco da Comissão, o Sr. Marinho, os diretores dos Correios; enfim, são questões nas quais há uma ou outra divergência, mas me parece que todos nós temos esse interesse.

Eu gostaria de chamar atenção para o fato de que, se desejamos convidar essas figuras já na se-

mana que vem – e acho importante, na linha do que disse o Deputado Onyx Lorenzoni, que a Comissão dê respostas à sociedade e mostre trabalho – teríamos, aí sim, que fazer uma reunião consensual, Senador Aloizio Mercante, na qual deliberaríamos sobre alguns dos requerimentos, para já preparar a pauta da semana que vem. Se nos encontrarmos terça-feira, aqui, às 18h, e só então deliberarmos sobre esses requerimentos, o Sr. Marinho, ou seja lá quem for convidado, só vai voltar a falar na outra semana, provavelmente, porque não haverá tempo hábil para marcar o depoimento. Poderemos até fazer um esforço, mas as justificativas poderão ser colocadas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, na linha do que disse o Senador Aloizio Mercadante – e, a meu ver, não é hora para embate, para conflito, concordo com a tese do Senador Aloizio Mercadante –, nós tínhamos de fazer uma reunião, ainda nesta semana, para aprovar requerimentos, que o Relator e todos nós temos consenso em aprovar, para, já na semana próxima, esses ilustres personagens estarem aqui prestando depoimento.

Eram essas as duas questões que gostaria de apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu já havia me inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Deputado Pompeo de Mattos já estava inscrito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer coro com a manifestação dos que me antecederam, para dizer que víamos há pouco o Senador Aloizio Mercadante falando com os Líderes do PFL e do PSDB. E S. Ex^a já tinha em mão o requerimento, para ser aprovado, de convocação e oitiva do Sr. Maurício Marinho.

O que me parece, Sr. Presidente, é exatamente a ponta do novelo de lã que precisamos desenrolar nesse processo todo. É o início de tudo, até porque as denúncias no Correio também começaram por aí.

Parece-me, Sr. Presidente, que está mais do que claro – por conta das entrevistas da **Veja**, das reportagens em jornais diários do País, dos depoimentos de

Maurício Marinho à Polícia Federal, aos quais todos têm acesso – que ele é, exatamente, a ponta do novelo que deve ser desenrolado.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Deputado Osmar Serraglio tem a tarefa hercúlea de ordenar e de estabelecer um roteiro, de empreender as primeiras ações na CPI. Se há um lugar por onde devemos começar é, exatamente, pela oitiva do Sr. Maurício Marinho.

Vi o requerimento pronto na mão do Senador Aloizio Mercadante. Eu mesmo tenho um requerimento já apresentado à Secretaria. Acredito que outros colegas Parlamentares também o tenham, também tenham apresentado requerimentos para começar os depoimentos por Maurício Marinho.

Sr. Presidente, vou concluir.

Ouvi a recomendação – que não era um conselho – do Senador Jefferson Péres, que presidiu todo o início da CPMI e a montagem da sua direção. Neste momento, os Jeffersons estão em evidência – um pelo mal; o outro pelo bem: o Roberto Jefferson, pelo que denuncia, e o Senador Jefferson Péres, pela forma como nos conduziu.

Ouvindo as palavras de S. Ex^a, Sr. Presidente, verificamos que não podemos demorar. O Brasil espera mais do que podemos dar. Para que possamos dar um pouco do que o Brasil espera, temos de começar imediatamente.

Sr. Presidente, proponho que ouçamos imediatamente – se possível, amanhã ou, no máximo, na terça-feira – o depoimento de Maurício Marinho. Na segunda-feira ou na terça-feira, se não for possível amanhã, o Relator terá, com base em todos os requerimentos que recebeu, um cronograma de oitiva a oferecer à CPMI, que, então, aprovará coletivamente. Acredito que haverá vários requerimentos sobre o mesmo nome.

O caminho é este, Sr. Presidente: que possamos ouvir Maurício Marinho, se não amanhã, no máximo na terça-feira, ou seja, urgentemente. S. S^a vai desencadear todo o processo. É uma definição que a CPMI tem de estabelecer hoje. Os demais nomes, parece-me que o Relator poderá sugerir. Há uma concordância por parte do Líder do Governo na CPMI.

Fico agradecido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Antes de continuar com a lista dos Deputados e Senadores inscritos, eu gostaria de passar a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho noção da expectativa que a Nação deposita em nosso trabalho.

Ao longo do tempo em que houve a subscrição, a apresentação e os debates no encaminhamento, vimos os desencontros possíveis. Mas imagino que eles possam ser postos de lado, porque estamos todos imbuídos do mesmo sentimento. Se a Nação tem uma expectativa em relação ao que iremos produzir, nós, Parlamentares, temos uma responsabilidade e uma expectativa muito maiores.

Já se fez referência ao fato de que a visão da opinião pública nos é desfavorável. Ontem, isso se exacerbou ainda mais. A única forma de virarmos esta página triste, este momento da história deste Parlamento, é sermos sérios. É esse o compromisso que quero assumir com esta Comissão.

Há poucos dias, assistimos à população de Rondônia indo às vias de fato diante da conduta dos seus políticos. Quero assegurar a esta Comissão – e tenho certeza de que esta Comissão assegura isso à Nação – que a população brasileira não precisará ir às vias de fato. Brasília não reproduzirá Rondônia no que depender dos nossos companheiros, dos nossos colegas, que partilham dessa mesma apreensão e desse mesmo desejo de, efetivamente, contribuir para que não só a Administração Pública quanto a Casa possam expungir de seus quadros aqueles que nos comprometem.

Há menos de uma semana, a **Folha de S. Paulo** divulgou uma pesquisa da Datafolha que, de dezembro até hoje, os índices de desaprovação, de rejeição da Câmara dos Deputados – e o foco hoje incide mais sobre nós – se elevou de 29% para 38%. E isso antes dos episódios com que nós estamos convivendo agora. Imaginem nosso nível de rejeição hoje em razão da nossa conduta como políticos, como pessoas sobre as quais, quando a população foi às urnas, ela, com certeza, não tinha essa expectativa.

Quero assumir esse compromisso e dizer que, a par desse compromisso de seriedade e, espero também, de tranquilidade, porque os que me conhecem sabem que eu procuro ser sereno, equilibrado, serei imparcial nos limites da possibilidade ou das minhas energias para que, quando aportarmos ao final dessa apuração, dessa investigação, nós nos sintamos todos não só colaboradores, pois é nossa obrigação fiscalizar, mas que nos sintamos com a obrigação moral, que temos hoje, de unirmos nossas forças para apurar definitivamente e responsabilizarmos os culpados, fugindo, ao mesmo tempo, de eventuais “denuncismos”.

Imagino o que pode significar para alguém correto na sua conduta estar no rol daqueles que estão sob os olhos da Nação porque jogado numa vala comum da generalização. Esta Casa tem gente muito séria, tem gente muito competente, muito trabalhadora, e é

esta Casa que haverá de ser a vitrine, o espelho que apresentaremos à nossa comunidade.

Espero que, ao final, tenhamos não só descoberto as mazelas, as causas, pois nós sabemos, basta ler na imprensa, os consultores políticos, nós sabemos quantas mazelas já sabidas poderiam ser corrigidas. Está aí a pretensão de reforma política, um sistema partidário que compromete e se traduz nesses desvios que nós testemunhamos no dia-a-dia. Está aí uma lentidão da Justiça, e nós ainda estamos fazendo a reforma do Judiciário, para que ela não se traduza na impunidade, porque não adianta de nada nosso trabalho, até porque ele não é terminativo, pois o que apurarmos teremos que submeter às autoridades competentes, ao Ministério Público e, eventualmente, ao Conselho de Ética.

Nós somos um instrumento inicial de busca da verdade, e é para essa busca da verdade que encargo a contribuição de todos os companheiros. Serei sempre solícito, estarei aberto, serei franco, e já neste sentido, manifestando-me sobre os requerimentos que foram formulados, pelo menos *en passant*, para que depois, evidentemente, nós possamos apreciar, quero dizer que entendo, sim, possível, até como o eminente Deputado Pompeo de Mattos anunciou, e também o Deputado Paes Landim, pois já temos possibilidade, pelo menos imediata, de ouvir o Sr. Maurício Marinho, que foi quem abriu nosso leque de dúvidas que alimentamos em relação ao âmago da CPI dos Correios.

Em relação à postulação do Deputado Onyx Lorenzoni, com certeza, também é procedente, mas gostaria de fazer uma ponderação. Não sistematizei nada. Alguém deverá fazer isso com a contribuição do que for apresentado, mas não se trata de espírito de postergação. É preciso que tenhamos racionalidade, inteligência e que organizemos de tal forma nosso trabalho para que seja produtivo, e que tudo aconteça a seu tempo, de forma que não tenhamos que eventualmente reproduzir atos, porque, no momento em que os produzimos, não estávamos preparados para fazê-lo.

Inclusive, avento sobre a ouvida do Deputado Roberto Jefferson. Sei que ela é fundamental para nós, mas precisamos ter mais elementos à mão a fim de sabermos como questioná-lo quando aqui estiver. De forma que apresento a V. Ex^ª, Sr. Presidente, um requerimento, acolhendo as formulações já feitas. Concorde – manifesto minha concordância ao Plenário – com a formulação, que se diz já estar feita por escrito pelo Deputado Pompeo de Mattos, para que ouçamos o Sr. Maurício Marinho na terça-feira.

Isso não significa que seja um momento estante, porque os requerimentos podem ser formulados a qualquer tempo. Mas, para a organização da sistema-

tização, solicitamos que os requerimentos formulados nos sejam apresentados até segunda-feira a fim de que, na terça-feira, além de ouvirmos o Sr. Maurício Marinho, já possamos submetê-los ao Plenário, à Casa. Dessa forma, poderemos organizar, por assunto, os nossos trabalhos, como também a obtenção de resultados, trabalhando de forma inteligente.

Esta é uma oportunidade rara que a Nação oferece a nós, Parlamentares, para que, de uma vez por todas, mostremos que somos políticos sérios. Neste aspecto, agradeço a deferência do Presidente eleito, Senador Delcídio Amaral, e dos Partidos da Base e, se me permitem, acima de tudo, do meu PMDB, que me escolheu e me apoiou, dentre tantas pessoas preparadas aqui, como o Deputado Wilson Santiago, o Deputado Asdrúbal Bentes, enfim, companheiros que, com certeza, teriam a oportunidade de melhor oferecer a sua contribuição na relatoria.

Nós, do PMDB, há duas semanas, realizamos uma reunião da Bancada, em que foi aprovado, por unanimidade, o nosso apoio definitivo a toda a investigação dos Correios, do IRB, do mensalão. E é com esse espírito que estou aqui, em nome do meu Líder, Deputado José Borba, que me convocou a isso. Num primeiro momento, relutei porque, quem está assistindo sabe, sou um Deputado do Baixo Clero e sei – e tenho humildade para reconhecer – que ascendemos na vida pública gradualmente. E, no momento em que fui convocado, pensei que estivesse além da minha energia e da minha capacidade. Enfim, aqui está um humilde cidadão oferecendo o seu trabalho.

Para concluir, quero dizer que já tinha ouvido o eminente Senador Arthur Virgílio na televisão, ontem, e fico satisfeito porque isso deve ser, com certeza, o espírito que norteia toda esta Comissão. Queremos dizer “não” ao abafa. Queremos dizer “não” ao circo. Esse será o mote da nossa condução.

Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, solicito a palavra, já que fui citado pelo nosso Relator. Se compreendi, o Relator propõe que seja convocado, e aí teria que ser aprovada hoje essa convocação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só para esclarecimento do Plenário, Sr. Presidente, que formulo essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Onyx, há mais Parlamentares inscritos, e, em função até das palavras do Relator, já teremos condições de, ouvidos os Deputados e Senadores, encaminhar.

Só pediria a V. Ex^{as}, em função do adiantado da hora, no máximo três minutos, para encerrarmos a sessão.

Com a palavra nosso caro Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Acho que estamos bem próximos do consenso neste momento. E seria muito importante para esta Comissão iniciar com uma perspectiva de consenso, que mostraria a unidade de todos os membros desta Comissão na perspectiva de uma investigação séria, dentro das premissas traçadas pelo Sr. Relator.

Em primeiro lugar, penso que poderíamos aprovar hoje, por um requerimento subscrito por todos os membros da CPI, a oitiva do Sr. Marinho na próxima semana. Há consenso quanto a isso.

Segundo, acho que poderia ser determinada de imediato a degravação da fita da entrevista do Sr. Marinho, para que pudéssemos ter subsídios para a arguição na próxima semana.

Terceiro, de hoje até a semana que vem, S. Ex^a o Relator prepararia o plano de trabalho, examinando os requerimentos, examinando todas as providências que integrarão este plano.

Quarto, S. Ex^a o Presidente cuidará, junto com o Relator, da formação da assessoria desta Comissão, para que, a partir da próxima semana, iniciemos, a todo o vapor, a investigação.

É a proposta que faço para, se possível, ser aprovada por consenso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria apenas de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares no sentido de que a Comissão visivelmente está se esvaziando. Então, para que se possa ouvir, alguém terá que se submeter à votação. Não sei se o Relator gostaria de, assim que o Presidente retornar, colocar em votação já a primeira oitiva ou não. Mas gostaria de chamar a atenção só para este fato de que poderemos não ter **quorum**.

Com a palavra o Deputado José Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou dispensar as referências à Mesa, porque conheço todos. O que menos conheço é V. Ex^a, pelo fato de estarmos em Casas distintas. Porém, conheço de longa data o Presidente Delcídio Amaral, que ingressou na política há pouco tempo, mas é um homem de vida pública extensa. Conheço muito bem o Relator, com quem convivi – e o admiro – tanto na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara, quanto no plenário da Câmara. Não gastarei, portanto, tempo com isso.

É evidente que quem olha para a fotografia não agora, mas há pouco tempo, verifica uma Mesa intei-

ramente composta pela Base do Governo, como todo o mundo falou. Mas eu queria fazer uma sugestão. Evidentemente, além das reuniões da Comissão, existem as reuniões internas. E o Relator se referiu à sistematização. É evidente que é preciso escolher um reflexo da Oposição para dialogar em número menor com a Mesa. Pediria que a Oposição na Câmara indicasse dois Deputados, e a Oposição no Senado indicasse um ou dois Senadores, para, junto com a Mesa, poderem sistematizar inicialmente as coisas até terça-feira.

É a única sugestão que trago. Acho prudente para dar celeridade aos trabalhos e para dar transparência à organização da Mesa. Essa é a minha contribuição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria dizer, rapidamente, ao Sr. Presidente, meu companheiro Senador Delcídio Amaral, que, mesmo em sua ausência, desejo que seja bem sucedido na tarefa que tem pela frente. Não é tarefa fácil. É extremamente difícil. A última coisa em que podemos pensar é que há uma sociedade, uma população inteira lá fora que não está nos observando. Há uma intensa observação e pouca confiança no trabalho do Congresso. Não há uma definição negativa, mas a esperança no nosso trabalho é muito fraca. Episódios como os de ontem são comprometedores, de forma poderosa, à imagem da instituição.

Não estou entrando no mérito nem na palavra do Deputado Roberto Jefferson ou daqueles que o questionaram, mas aquele espetáculo de ontem comprometeu imensamente o conceito da instituição no Brasil. Concorde que pessoas que saem de casa para pagar imposto ou trabalhar e assistem a um espetáculo como o de ontem estejam num momento de extrema decepção, o que não ajuda a construção de um país democrático.

Desejo ao meu amigo Delcídio Amaral, a quem sugeri que não fosse Presidente desta Comissão, por ser seu amigo, que trabalhe bem, tenha autonomia, personalidade, vontade, porque será S. Ex^a, como Presidente desta Comissão, aquele que catalisará, mais que qualquer outro, os seus resultados positivos ou negativos.

Gostei muito da palavra do Relator, que foi segura, discreta, firme. Gostei da expressão “aqui temos que ser sérios”. A sociedade lá fora espera que sejamos sérios. Esperteza, habilidade e astúcia não devem aparecer aqui. Deve haver aqui, ao contrário, o máximo de seriedade. Se esse for o padrão, temos boas chances de fazer algo.

Preocupa-me a convivência da operação desta Comissão com o funcionamento do Conselho de Ética da Câmara, com todo um procedimento que, pela própria natureza da Câmara, é diferente do procedimento do Senado. Não o questiono no seu mérito nem na sua forma, mas é claro que aquele procedimento produz uma ampla mobilização de interesses e atenções. Esta Comissão terá que estabelecer um padrão de trabalho que não seja polêmico, mas operacional em relação àquele outro, para que se chegue ao resultado final que todos desejamos.

Sugiro ao Relator e ao Presidente que façam esse ajuste de conduta, por assim dizer, com o Conselho da Câmara que cuida da perspectiva da ética, que ontem produziu uma reunião extremamente forte e, na minha opinião, também extremamente negativa. Não faço avaliação das pessoas, que são de qualidade; muitas delas são meus amigos. Fato concreto é que fazer conviver este trabalho daqui com aquela operação que se dá na Câmara dos Deputados, que já levou para audiência o Deputado Roberto Jefferson, não é matéria simples, mas de difícil solução, que tem que ser encontrada.

O Relator deve propor – penso que é a sua intenção – um plano de trabalho a esta Comissão. Por exemplo, não devemos aprovar requerimentos em quantidade, porque a própria movimentação das entrevistas e das audiências já vai produzir mudanças nos procedimentos e nas prioridades de requerimento. Tem que haver um processo gradual, permanente, democrático e, principalmente, transparente de ajuste.

Desejo a todos sucesso neste trabalho. É fundamental que cheguemos a um bom resultado. Ninguém deve subestimar a complexidade deste momento, que é muito grande. Estamos com uma responsabilidade nas costas aqui que nunca tivemos. Temos possibilidades. Alguém falou de momento histórico, de chance. É verdade. Mas é verdade também que os desafios nunca foram tão fortes. As instituições nunca foram tão contaminadas, tão contestadas. CPIs já se deram antes, mas ninguém falava de partidos. Não é mais um Deputado, dois Deputados, cinco Deputados, três Senadores. É um Partido. Os Partidos, as instituições partidárias estão sendo questionadas. É uma parcela relevante do Governo que está sendo questionada. Não é um Ministro qualquer que está sendo polemizado; talvez, de todos, seja o Ministro mais relevante dos Ministros do Presidente Lula.

Essas questões estão muito próximas do Presidente. A população vê, observa isso. São situações que precisam ser tratadas com responsabilidade e, como se disse aqui, sem circo, mas com firmeza, determinação, planejamento, ordem.

Tenho certeza de que o Relator – com a responsabilidade de pertencer a um Partido de grande história no Brasil, o PMDB – vai honrar essa tradição e vai nos premiar com um relatório que poderá ser aprovado por todos. Nem pensar em dois ou em três relatórios! Vamos pensar num relatório que dê solução ao problema, que seja responsável e que não prejudique ninguém.

Não se deve jogar para as arquibancadas, não se devem procurar os refletores, mas os resultados! O Brasil precisa disso, os Partidos precisam disso. Mais do que qualquer outro Partido, neste momento, o PT precisa disso. Essa gente, que tem uma história de luta que o Brasil conhece e reconheceu nas urnas, deve estar muito preocupada agora com o que está aí.

Eu estava viajando e vi as três revistas do fim de semana. É deprimente um país colocado naquele quadro de acusação, de discussão, que compromete esta Instituição de maneira muito forte!

Tenho esperança, vontade e sincera convicção de que o Senador Delcídio Amaral será um grande Presidente. Como amigo dele, eu disse que não o fosse, mas, sendo, terá a nossa ajuda e a nossa confiança para exercer o seu papel, que, tenho certeza, será bem desempenhado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Quero fazer um esclarecimento. Eu gostaria de dar uma sugestão. Parece-me que havia o encaminhamento aqui – desculpem-me se entendi mal – de eventualmente se deliberar já hoje sobre a convocação do Sr. Maurício Marinho.

Então, devíamos deliberar logo. Há um requerimento. E sobre a questão da fita de gravação... Penso que vários partidos devem ter apresentado requerimento. O PSDB tem um requerimento, que já apresentou, já deu entrada. Vários Partidos devem ter feito isso.

Portanto, reitero o pedido, Sr. Presidente. Gostaria de sugerir, até para adiantar os trabalhos de V. Ex^a, que deliberássemos logo – depois, continuaríamos aqui discutindo – e que não nos esquecêssemos da cópia dos requerimentos.

Só queria ajudar os trabalhos de V. Ex^a. Vamos votar, Sr. Presidente! Vamos deliberar! Vamos colocar esta CPMI para trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se todos estão de acordo, nós então...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra por um segundo, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só peço que V. Ex^a mantenha a possibilidade de os inscritos se pronunciarem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deixe-me explicar para o Presidente, porque S. Ex^a não estava aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não é preciso explicar. Vamos votar!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a estava sendo substituído pelo Senador Maguito Vilela, quando conversamos com o Relator, por proposição do Deputado José Eduardo Cardozo, na busca de um entendimento. E o Relator está de posse desse entendimento, para que possamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, tive de sair rapidamente daqui, mas acompanhei todo o encaminhamento do Relator, Deputado Osmar Serraglio. E, se há um consenso, fica deliberado que, na terça-feira, às 18 horas, deverá estar presente aqui o Sr. Maurício Marinho. Está certo?

Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o que pedimos e combinamos com o Relator é que os requerimentos para o processamento até terça-feira sejam até sexta-feira, para que o Relator possa trabalhar. Os requerimentos que entrarem na segunda-feira são processados para a reunião de quinta-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok, Deputado. De acordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há uma dúvida, Sr. Presidente. O Relator vai apresentar a sistematização na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na terça-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ao tempo em que ouviremos o Sr. Maurício Marinho. Porventura, outros requerimentos de convocação apresentados seriam objeto de deliberação na quinta-feira. É isso? Não haveria prejuízo a nenhum outro requerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não. A idéia é que tudo aquilo que os membros da Comissão julgarem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Para terça-feira, encaminharíamos até sexta-feira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até sexta-feira. E, a partir de segunda-feira, o requerimento que entrasse seria processado para a reunião de quin-

ta-feira, o que daria a folga de tempo de que o Relator precisa para montar a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Inclusive, apresentaremos o calendário das reuniões, até para haver coerência e sabermos exatamente a metodologia de apresentação dos requerimentos e todo o nosso programa de trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

A reunião está definitivamente encerrada, hoje.

(Levanta-se a reunião às 17h34min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO CRIADA MEDIANTE
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005,
DO CONGRESSO NACIONAL COM OBJETIVO
DE INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 3ª Reunião, realizada em 21 e 22/06/2005.

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e quarenta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Garibaldi Alves Filho e Geraldo Mesquita Junior, e ainda com a presença dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Inaldo Leitão, Jose Eduardo Cardozo, Wilson Santiago, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Geraldo Thadeu e Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005, DO CONGRESSO NACIONAL COM OBJETIVO DE INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo núme-

ro regimental o Presidente, Senador Delcídio Amaral, declara abertos os trabalhos e coloca em votação a ata da reunião anterior que é lida e aprovada. Comunica ao Plenário que a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva do Senhor Mauricio Marinho. Os parlamentares discorrem sobre o modo como os requerimentos devem ser apreciados. Ato contínuo, o relator, Deputado Osmar Serraglio, lê o nome das pessoas que serão convocadas e lista algumas informações que precisam ser solicitadas, propondo a aprovação dos respectivos requerimentos, sem citar os números dos mesmos, faz uma explanação sobre a maneira como vem recepcionando e sistematizando os requerimentos. A presidência, baseada na lista de nomes e pedidos de informações lida pelo relator, coloca em votação única, em bloco, os seguintes requerimentos: o **Requerimento nº 01**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que requer cópia das fitas onde o Sr. MAURÍCIO MARINHO fez menção ao esquema de corrupção à Rede Globo e Revista Veja; **Requerimento nº 02**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que requer à Folha de São Paulo cópia da fita em áudio da entrevista dada pelo Deputado ROBERTO JEFFERSON; **Requerimento nº 03**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que requer perícia para confirmar a autenticidade do material em meio magnético a que se referem os requerimentos 01 e 02; **Requerimento nº 09**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. JOÃO CARLOS MANCUSO; **Requerimento nº 10**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. JOEL SANTOS FILHO; **Requerimento nº 11**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. ARLINDO MOLINA; **Requerimento nº 12**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. FORTUNA NEVES; **Requerimento nº 13**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. ROBINSON VIANA DA SILVA; **Requerimento nº 14**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. RICARDO CADDAN; **Requerimento nº 15**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. CARLOS EDUARDO COSTA; **Requerimento nº 16**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUZA; **Requerimento nº 17**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO MARINHO; **Requerimento nº 18**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON; **Requerimento nº 19**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação do Sr. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA; **Requerimento**

nº 21, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer o depoimento do Sr. ARTHUR WASCHEK NETO; **Requerimento nº 22**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer o depoimento do Sr. MAURO DUTRA; **Requerimento nº 24**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer o depoimento do Sr. SÍLVIO PEREIRA; **Requerimento nº 27**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer à Polícia Federal cópia da agenda da Sra. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO; **Requerimento nº 28**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer depoimento do Deputado ROBERTO JEFFERSON; **Requerimento nº 29**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer depoimento do Sr. MAURÍCIO MARINHO; **Requerimento nº 32**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. SÍLVIO PEREIRA; **Requerimento nº 33**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação da Sra. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO; **Requerimento nº 34**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. MARCOS VALÉRIO DE SOUZA; **Requerimento nº 35**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. CRISTIANO PAZ; **Requerimento nº 37**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA; **Requerimento nº 38**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ANTÔNIO OSÓRIO; **Requerimento nº 39**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. MAURO DUTRA; **Requerimento nº 40**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. EDUARDO MEDEIROS; **Requerimento nº 41**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. EDILBERTO PETRY; **Requerimento nº 43**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ANTÔNIO DOS SANTOS PEDREIRA; **Requerimento nº 44**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. CO-MANDANTE MOLINA; **Requerimento nº 45**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. JOSÉ FORTUNA NEVES; **Requerimento nº 46**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Ma-

galhães Neto, que requer a convocação do Sr. JOEL SANTOS FILHO; **Requerimento nº 47**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. JOÃO CARLOS MANCUSO VILELA; **Requerimento nº 48**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. FERNANDO GODOY; **Requerimento nº 49**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer o depoimento do Deputado Federal JOSÉ CHAVES, do PTB; **Requerimento nº 57**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA; **Requerimento nº 59**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ROBERTO GARCIA SALMERON; **Requerimento nº 65**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO MARINHO; **Requerimento nº 66**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. ANTONIO OSÓRIO BATISTA; **Requerimento nº 67**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. FERNANDO LEITE GODOY; **Requerimento nº 68**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. CARLOS EDUARDO COSTA; **Requerimento nº 69**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO COELHO MADUREIRA; **Requerimento nº 70**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. RICARDO CADDAH; **Requerimento nº 71**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. ROBINSON VIANA DA SILVA; **Requerimento nº 72**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. EDUARDO MEDEIROS; **Requerimento nº 73**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. ARTUR WASHECK NETO; **Requerimento nº 74**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. ARLINDO MOLINA GONÇALVES; **Requerimento nº 75**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. JAIRO MARTINS; **Requerimento nº 76**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA; **Requerimento nº 77**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. JOÃO CARLOS MANCUSO VILELA; **Requerimento nº 78**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. JOEL SANTOS FILHO; **Requerimento nº 79**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Dep. Fed. ROBERTO JEFFERSON; **Requerimento nº 81**, de autoria do Sena-

dor César Borges, que requisita cópia de procedimento investigatório da Agência Brasileira de Informações sobre as denúncias de corrupção na ECT; **Requerimento nº 82**, de autoria do Senador César Borges, que requer cópia de procedimento administrativo ou sindicância instaurados pela ECT visando apurar denúncias de corrupção nas contratações de serviços e aquisições de matérias; **Requerimento nº 83**, de autoria do Senador César Borges, que requer cópia do procedimento investigatório da CGU sobre as denúncias de corrupção na ECT; **Requerimento nº 84**, de autoria do Senador César Borges, que requer cópia do inquérito da Polícia Federal para apuração das denúncias de corrupção na ECT; **Requerimento nº 86**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer cópias integrais de todos os contratos de informática e tecnologia celebrados pela ECT desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 87**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer cópias integrais de todos os contratos de propaganda, publicidade, assessoria de mídia e comunicação social celebrados pela ECT desde janeiro de 2003 e respectivos termos aditivos e procedimentos licitatórios ou justificações para dispensa de licitação; **Requerimento nº 88**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer cópias integrais de todos os contratos celebrados pela ECT com a empresa SKYMASTER AIRLINES LTDA, acompanhados dos respectivos termos aditivos, documentos relativos à execução do contrato e cópia integral do procedimento licitatório ou justificação para dispensa/inexigibilidade de licitação desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 92**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ARTUR WASHECK NETO; **Requerimento nº 93**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ANTONIO VELASCO; **Requerimento nº 94**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. JOÃO MARCOS POZZETTI; **Requerimento nº 95**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. HUGO CÉSAR GONÇALVES; **Requerimento nº 96**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que requer a convocação do Sr. AMÉRICO PROZETTI; **Requerimento nº 97**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES; **Requerimento nº 102**, de autoria do Senador José Jorge, que requer todos os contratos e documentação que estiveram sob análise ou foram assinados pelos Srs. Eduardo Medeiros de Moraes e Maurício Coelho Madureira no período em que

exerceram os cargos de diretores de Tecnologia e de Operação, respectivamente, da ECT; **Requerimento nº 103**, de autoria dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar e Maurício Rands, que solicita, ao DPF, cópia, com as respectivas transcrições, das fitas em que o Sr. Maurício Marinho descreve o esquema de corrupção na ECT e requer a convocação, nesta ordem, dos Srs. ANTONIO OZÓRIO BORBA, FERNANDO DE GODOY, ARTUR WASHECK NETO, JOEL SANTOS FILHO, JOÃO CARLOS MANCUSO, ARLINDO MOLINA E JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES; **Requerimento nº 104**, de autoria dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar e Maurício Rands, mesmo teor do Req. 103; **Requerimento nº 105**, de autoria dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar e Maurício Rands, mesmo teor do Req. 103; **Requerimento nº 106**, de autoria dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar e Maurício Rands, mesmo teor do Req. 103; **Requerimento nº 107**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, que requer a convocação do Sr. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA; **Requerimento nº 108**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, que requer a convocação do Representante legal da Skymaster Airlines; **Requerimento nº 109**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, que requer a convocação do Sr. SÍLVIO PEREIRA; **Requerimento nº 110**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, que requer a convocação do Sr. MAURO DUTRA; **Requerimento nº 113**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, que requer a convocação do Sr. ARTUR WASHECK NETO; **Requerimento nº 121**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. SÍLVIO PEREIRA; **Requerimento nº 122**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos; que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO MARINHO; **Requerimento nº 125**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação da Sra. MARGARETH QUEIROZ; **Requerimento nº 126**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. JOEL SANTOS FILHO; **Requerimento nº 127**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. ARTUR WASHECK NETO; **Requerimento nº 128**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. JOSÉ FORTUNA NEVES; **Requerimento nº 129**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. JAIRO SOUZA MARTINS; **Requerimento nº 130**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. FERNANDO GODOY; **Requerimento nº 131**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do

Sr. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA; **Requerimento nº 132**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação da Sra. FERNANDA SOMAGGIO; **Requerimento nº 133**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. MARCUS VINÍCIUS; **Requerimento nº 134**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação de assessor do Sr. Antônio Osório Batista, Ex Diretor de Administração dos Correios; **Requerimento nº 135**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Sr. ARLINDO MOLINA; **Requerimento nº 137**, de autoria do Deputado Álvaro Dias, que requer as razões para a manutenção de MAURÍCIO MADUREIRA e EDUARDO MENEZES após exoneração da Diretoria de Operações e da Diretoria de Tecnologia dos Correios; **Requerimento nº 139**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer o aditamento à convocação do Dep. ROBERTO JEFFERSON; **Requerimento nº 140**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO COELHO MADUREIRA; **Requerimento nº 141**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. RICARDO HENRIQUE SUNER CADDADAH; **Requerimento nº 142**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. JAIRO MARTINS; **Requerimento nº 143**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, requisição de todos os processos licitatórios e contratos firmados pela ECT entre os anos de 2003 e 2005; **Requerimento nº 144**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. CARLOS EDUARDO FIORAVANTI DA COSTA; **Requerimento nº 145**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Sr. ROBINSON KOURY; **Requerimento nº 147**, de autoria dos Deputados Nélio Dias e Nelson Meurer, que solicita material entregue pela Polícia Federal à CMPI; **Requerimento nº 148**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Dep. ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO; **Requerimento nº 149**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. SÍLVIO PEREIRA; **Requerimento nº 151**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, requisição do inteiro teor da gravação clandestina e respectiva de gravação que flagrou o Sr. MAURÍCIO MARINHO; **Requerimento nº 152**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que solicita cópia do pedido de prisão preventiva dos Srs. José Santos Fortuna Neves, Arlindo Mo-

lina Gonçalves, Joel dos Santos Filho e João Carlos Mancuso Villela; **Requerimento nº 153**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES; **Requerimento nº 154**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. MAURÍCIO COELHO MADUREIRA; **Requerimento nº 155**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. RICARDO CADDADAH; **Requerimento nº 156**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS; **Requerimento nº 157**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA; **Requerimento nº 158**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. CARLOS EDUARDO DA COSTA; **Requerimento nº 159**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a convocação do Sr. MAURO DUTRA; **Requerimento nº 197**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer laudos periciais IPL 4488/2005-SR/DPF/DF; **Requerimento nº 198**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer as relações de membros das comissões especiais de licitações CEL – ECT, desde 02.01.2003; **Requerimento nº 199**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer as relações de membros do Comitê de Análise de Compras Estratégicas – CACE – ECT, desde 02.01.2003; **Requerimento nº 200**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de CLAUZER ESTEVES; **Requerimento nº 201**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de EDGAR LANGE FILHO; **Requerimento nº 202**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de EDUARDO COUTINHO LINS; **Requerimento nº 203**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer convocação de JOSÉ GERARDE PONTE PIERRE; **Requerimento nº 204**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de FERNANDO BRITES; **Requerimento nº 205**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de JÚLIO IMOTO e o **Requerimento nº 206**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a convocação de HAROLD MARSCHNER. Os requerimentos foram aprovados através de votação nominal, com a concordância de 23 membros presentes. Em seguida, inicia-se a exposição do Sr. Maurício Marinho, que entrega à Presidência cópias de um dossiê por ele elaborado. Com a palavra, o relator, Deputado Osmar Serraglio, questiona o Sr. Maurício Marinho. Às vinte e três horas e trinta e quatro minutos a reunião é suspensa. É reaberta às nove horas e vinte minutos do dia vinte e dois de junho de 2006. O Senhor Mauricio Marinho prossegue

com sua exposição, sendo questionado pelos parlamentares inscritos. A reunião é suspensa por cinco minutos, sendo reaberta às dez horas e trinta e sete minutos, dando continuidade à oitiva do Sr. Mauricio Marinho. Às treze horas a reunião é novamente suspensa, sendo reaberta às quatorze horas e cinco minutos. Fizeram uso da palavra os senhores Senadores Fernando Bezerra, César Borges, Sibá Machado, Ney Suassuna, Heloisa Helena, Sergio Guerra, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Maguito Vilela, Jose Agripino, Arthur Virgilio, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, Jefferson Peres e Pedro Simon, bem como os Senhores Deputados Eduardo Paes, Juíza Denise Frossard, Onyx Lorenzoni, Álvaro Dias, Mauricio Rands, Jamil Murad, Wilson Santiago, Nelson Meurer, Jorge Bittar, Antonio Carlos Magalhães Neto, Pompeo de Mattos, Carlos Abicalil, Henrique Fontana, Murilo Zauith, Jose Eduardo Cardozo, Nélio Dias, Arnaldo Faria de Sá e Asdrúbal Bentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convoca os senhores membros para a próxima reunião, a ser realizada no dia vinte e três do mês em curso, às nove horas. A reunião encerra-se às dezenove horas e cinco minutos e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 3ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, criada por meio do Requerimento nº 03, de 2005, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão a V. Ex^a. Uma vez que a inscrição para a inquirição do depoente foi feita sem o conhecimento da grande maioria dos Srs.

Deputados e Senadores, na Secretaria da CPMI, que fosse, a partir de agora, estabelecida de maneira muito clara a regra.

Também quero sugerir a V. Ex^a, Sr. Presidente, que não haja uma disputa, que até nos diminui, por assentos nesta Comissão. Alguns, daqui a pouco, chegarão às 13 horas para guardar o assento do fulano. Sugiro que haja um sorteio das cadeiras, alternando-se os lugares para Senadores e Deputados, para evitar que haja essa correria.

Da mesma forma, proponho que se estabeleça um critério de igualdade para as inquirições. A forma como está representa uma completa desorganização. Tive conhecimento de Parlamentares que, às 9 horas, se inscreveram. A grande maioria chegou à Comissão depois das 17 horas e procurou a lista de inscrição, que estava lá. Não quero criar problema com o fato já ocorrido. Quero apenas apelar a V. Ex^a para que, a partir de agora, estabeleça regras claras para que possamos fazer da CPMI algo sério. O objetivo de todos nós é encontrar a verdade para a qual foi criada esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra, esta é nossa segunda reunião. Certamente, deixaremos isso muito claro e estabeleceremos regras para que todos os Parlamentares tenham condições de participar, de colocar seus nomes e de buscar uma acomodação adequada para um momento tão importante do País.

Antes de começar, até para nos iluminar, passo a ler um texto do Evangelho de Mateus, capítulo 10, versículos de 26 a 33: “Naquele tempo, disse Jesus a seus apóstolos: ‘Não tenhais medo dos homens, pois nada há de encoberto que não seja revelado, e nada há de escondido que não seja conhecido’.”

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Amém, Sr. Presidente.

Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Denise Frossard.

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, não tenho aqui o teor da ata, de modo que não sei se posso ou não dispensá-la. Requeiro cópia da ata.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Será atendida a Deputada Denise Frossard.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Maurício Marinho e à apreciação, discussão e votação dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, nossa proposta é no sentido de darmos um norte para os nossos trabalhos. Creio que assume total prioridade que possamos deliberar sobre os requerimentos que aí se encontram – ouvindo, é claro, o Relator – e que haja uma fixação das datas e do trabalho futuro para que, depois, possamos fazer a oitiva do Sr. Maurício Marinho. Caso demore muito a oitiva, com certeza teremos um esvaziamento e não poderemos deliberar sobre os trabalhos futuros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito bem, Senador César Borges.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que nos esclarecesse qual foi o entendimento da reunião, antes de começarem os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado, demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, tivemos uma conversa com as Lideranças do Governo e da Oposição, e eu gostaria de fazer uma proposta a V. Ex^{as}. Fizemos um trabalho bastante prolongado ao longo do final de semana; analisamos 160 requerimentos – e o Relator vai fazer a exposição de requerimento a requerimento –, sendo que a nossa proposta é pela aprovação de 110 requerimentos, que já foram analisados; os demais requerimentos, os 50 requerimentos, nós não os votaríamos agora, Deputado Eduardo Paes. Nós os deixaremos para um outro momento, sempre discutindo de uma maneira harmônica, conciliatória, para que efetivamente esses outros requerimentos venham a ser aprovados em função das investigações.

Portanto, a minha proposta é no sentido de que, antes da oitiva do Sr. Marinho, votássemos os 110 requerimentos, deixando para votar os outros 50 em função das investigações. Ao mesmo tempo, por consenso, montaríamos uma agenda de trabalho nesta e na próxima semana, para que, efetivamente, tenhamos todas as condições para acelerar os trabalhos da Comissão.

Minha sugestão, fruto de diálogo com os Líderes da Câmara, com os Líderes do Senado, é pela oitiva do Sr. Marinho hoje; pela oitiva do empresário Wascheck, na quinta-feira. Eventualmente, traremos outras pessoas que já tínhamos listado e que fazem parte dos nossos requerimentos. Na próxima semana, ouviremos os diretores dos Correios que foram citados, e ouviremos o Deputado Roberto Jeferson na quarta-feira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, só para tecer um breve comentário. Nós discutimos essa proposta aqui. Eu acho que todos nós temos que fazer um esforço enorme para que a Comissão possa caminhar. A sociedade brasileira clama por uma definição, por um posicionamento, por um esclarecimentos dessas denúncias todas que têm surgido em nosso País nos últimos tempos.

Portanto, Sr. Presidente, naturalmente, gostaríamos de ouvir o Deputado Osmar Serraglio sobre quais são os 110 requerimentos que nós, segundo entendo, aprovaríamos em bloco, neste momento, antes da oitiva do Sr. Mauricio Marinho. E que fique bem claro, Sr. Presidente – talvez sejam pequenos detalhes, mas são importantes – que os outros 50 requerimentos não estão sendo deliberados neste momento em razão de um entendimento entre Governo, Oposição, entre os Parlamentares e a Mesa da Comissão, no sentido não de aguardar essa ou aquela investigação, mas de, como não há acordo em torno desses 50 requerimentos, nós deixarmos, em nome da celeridade e objetividade dos trabalhos, para deliberar sobre esses requerimentos num momento mais apropriado, que pode ser até, eventualmente, na próxima semana. Deixamos bem claro que não há aqui uma vinculação para apreciação dos requerimentos num futuro próximo.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr.

Presidente, eu colocaria a V. Ex^a aqui uma questão de ordem. Poderíamos andar muito mais rápido – e submeto a idéia à reflexão de V. Ex^a e do Relator, e eu já fiz esse requerimento na quarta-feira – se tivéssemos as cópias desses requerimentos. Cada um os analisaria anteriormente. Por exemplo, eu fiz o meu requerimento na quinta-feira. Eu já queria chegar aqui com a análise de todos os requerimentos que foram feitos, para ver o que eu poderia ou não votar neste ou naquele sentido.

Minha sugestão, se me permite, seria que tivéssemos todas as cópias antes, ao sairmos daqui, para podermos estudar. Com isso teríamos a regularidade do processo, porque esse é um processo – e eu alerto para isto – é um processo muito especial, porque temos poderes aqui de investigador, mas poderes de investigador e de juiz. Isso é um míssil, ninguém na República tem esses poderes. De modo que é muita responsabilidade deferir ou indeferir neste ou naquele sentido.

Rogo a V. Ex^a que defira meu requerimento para todos os casos, incluindo as atas. E, mais do que isso,

esse procedimento que foi levantado pelo Senador Bezerra a mim me parece absolutamente pertinente para sabermos qual o horário que está aberto, e para sermos bastante breves e céleres nos nossos trabalhos.

Muito obrigada.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputada Denise Frossard, com certeza começamos esta semana com esses trabalhos. E essa é uma das questões importantes que estamos discutindo exatamente para dar celeridade aos nossos trabalhos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ney Suassuna, Senadora Heloisa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, comungo inteiramente com a colocação da Deputada. Mas, hoje, sendo a primeira reunião e já tendo havido acordo em relação aos 110, que as cópias fossem feitas apenas para que a gente tivesse já no que estamos aprovando hoje, para podermos dar partida e avançar. Agora, que dos outros 50 tivéssemos a cópia para analisarmos, ou seja, abriremos a exceção dos 110, hoje, sem as cópias, e, em seguida, teríamos as cópias dos 50 para as próximas votações. É uma forma apenas de avançarmos porque esses 110 já foram motivos de discussão entre Governo e Oposição.

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas eu não participei dessa discussão e pretendo votar. Eu nem sei que requerimentos são esses. Não sei quais são, não me chegaram às mãos e eu pedi vista deles.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu estava com a palavra e queria continuar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

Eu gostaria só de ponderar com os senhores: já temos um encaminhamento à Mesa, gostaria de objetivar essa nossa reunião, porque temos ainda que ouvir o Sr. Marinho. Se já existe uma proposta de encaminhamento, eu gostaria que resumíssemos a fala dos Deputados e Senadores, porque é muito importante dar celeridade ao nosso trabalho.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, em relação a esses 110, para não acontecer de a Oposição não dizer: fizemos um acordo, mas não sabemos bem o que é, poderia ser lido o título rapidamente, lia o título e dos outros 50 que não votamos tirávamos cópia. Vejamos, estamos entre a cruz e a espada:

se não somos céleres, estamos segurando; se somos céleres, criamos problemas. Então, vamos tentar criar um ritmo que seja o melhor possível.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna, estamos resolvidos, conforme combinado, vamos fazer a leitura dos 110 requerimentos e vamos distribuir as cópias dos 50 que faltam para completar os 160.

Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, fui parte da discussão feita aqui em relação a um acordo, mas acho que é absolutamente legítimo porque não existe aqui senador líder, senador de primeira ou senador de segunda categoria, muito menos deputados. Todos os parlamentares têm o direito de saber. Acho que essa observação feita pela Deputada Denise é absolutamente legítima, justa. Os acordos não podem ser feitos nos acordos de líderes, nem que eu esteja presente. Eles têm que efetivamente serem discutidos, partilhados, decididos por todos os membros da Comissão. Então, neste momento inicial até entendo a proposição de V. Ex^a de ler todos os 50. Muitas vezes, só a leitura da ementa não nos dá necessariamente a certeza do que se vai votar, porque com a justificativa você pode concordar ou não. Não são mais só 50 que sobram porque são 50 que foram entregues até de manhã, mas há muitos outros, mais 40, fora os 110 da primeira fase.

E uma outra coisa também, Senador Dalcídio...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a só hoje apresentou dez, Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas já apresentei mais 20 agora. Por isso estou dizendo que até entendo, mas quero reforçar que não há acordo de Líder, porque todos os parlamentares são iguais. Então, mesmo que eu faça parte da discussão aqui foi feita na frente e acordada, acho absolutamente legítimo o que a Deputada Denise disse e que muitos Deputados protestaram quando estávamos aqui. Todos os Senadores e Deputados têm que, coletivamente, discutir. Nesta primeira fase, entendemos que está absolutamente correto distribuir para todos.

Uma outra coisa, que já tive a oportunidade de falar com V. Ex^a, Senador Dalcídio, é que em muitos momentos o próprio requerimento apresentado pode ser aprovado, rejeitado. Também podem ser solicitadas vistas ou ser suspensa a votação na Comissão.

Não é qualquer requerimento que terá que passar pela seletividade, por mais séria que seja, do Relator ou do Presidente. Há requerimento que, feito o depoimento, é apresentado na hora para ser votado. Não

se pode esperar um dia, dois dias ou outra reunião para que ele seja votado e para que os dados sejam apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Eu só gostaria de relacionar os oradores inscritos para uma questão de ordem: Deputado Maurício Rands, Deputado Jamil Murad, Deputado Álvaro Dias, Senador Alvaro Dias, Senador Sérgio Guerra, Senador José Agripino, Senador Heráclito.

Estão anotando tudo? Porque são tantos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, não é pela ordem; é questão de ordem, art. 311.

Eu já havia pedido há algum tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a já anunciou, tomou a decisão da Mesa Diretora dos trabalhos, de fazer a inversão da pauta. Primeiro, vamos votar o requerimento, porque todos concordamos à unanimidade.

O PFL teve o cuidado de encaminhar o Requerimento nº 172, que não está com V. Ex^a – ele tem que vir para o seu conhecimento, tem que ser trazido à Mesa. Segundo o Requerimento nº 172, vamos exatamente na direção do que V. Ex^a e o nobre Relator propõem: ouviremos Antônio Osório Batista, Maurício Coelho Madureira, Carlos Eduardo Fioravante da Costa, Robinson Koury Viana da Silva e Eduardo Medeiros de Moraes, que são os diretores, conforme V. Ex^a e o nobre Relator sugeriram.

Há concordância entre todos quanto à questão do Wascheck.

Roberto Jefferson, neste requerimento, está agendado para o dia 29, conforme V. Ex^a também declarou.

O que há neste requerimento que nos faz querer vê-lo votado em preferência? É a garantia de que, junto com esses nomes, estaria o nome do publicitário Marcos Valério de Souza, que deveria, no nosso entendimento, ser ouvido imediatamente após o depoimento de Roberto Jefferson.

Por isso, peço a V. Ex^a e ao nobre Relator que, no momento adequado para a votação, colocasse em votação este requerimento de preferência, porque garantiria a mesma ordem proposta, agregada do depoimento de Marcos Valério de Souza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Conforme discutido com os Líderes da Situação e da Oposição, ficou muito claro que, na próxima semana

– foi uma proposta inclusive muito flexível –, votaremos as próximas oitivas.

Isso é absolutamente natural. Foi feita uma proposta com bom senso, uma proposta coerente. Então, ao longo da próxima semana, vamos discutir isso numa reunião e olhar efetivamente com todos os Deputados e Senadores a data mais adequada para irmos marcando as outras audiências.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, para complementar. Defendemos o depoimento na sequência quando V. Ex^a e o Relator julgarem adequado, mas queremos ter assegurado que, na próxima semana ou na subsequente, por meio da votação deste requerimento, que solicitaremos que seja votado, tenhamos esse personagem chamado Marcos Valério de Souza, porque ele é vital para o esclarecimento dos fatos relacionados com o fator determinante desta CPMI. Ele detém a conta de publicidade dos Correios. Vamos inquirir sobre o assunto na oitiva que faremos hoje.

Portanto, solicito a V. Ex^a que coloque em votação o requerimento, respeitando o Regimento, no momento adequado que V. Ex^a entender de votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx, só queria ponderar que é importante ouvirmos o Relator, que, com certeza, tratará desse assunto, dessa oitiva.

Passo agora a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, penso que já chegamos a um entendimento geral bastante claro. O Presidente da Comissão sugere – e parcela grande da Oposição já concorda com isso – que sejam ouvidos diretores da instituição e o Deputado Roberto Jefferson; que essas audiências se dêem até quinta-feira da semana que vem. Nesse mesmo período, vamos discutir novos requerimentos que hoje não serão discutidos.

Penso que se continuarmos nessa discussão, por mais relevante que ela seja, não vamos ouvir hoje os depoimentos que temos que ouvir, até porque é preciso fazer a leitura dos 110 requerimentos que estão aceitos e previamente aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, sempre coerente...

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem. Todos aqui chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – ...trilhando o mesmo caminho: o voto popular e democrático do

povo brasileiro. Portanto, Sr. Presidente, aqui ninguém é mais do que ninguém, todos têm a mesma estatura. Entretanto, nós discordamos um pouco porque, às vezes, os grandes partidos monopolizam as discussões. Isso é até salutar e democrático, Sr. Presidente, porque eles têm uma representatividade maior. Mas, o que não pode haver é a exclusão dos pequenos partidos.

Foram aprovados 110 requerimentos. Sou do PDT, o Senador Jefferson Péres também, mas nenhum de nós, nem o Líder, participou dessa reunião. A Deputada Denise Frossard é do PPS e acabou de se pronunciar, dizendo que também não participou da reunião em que foram decididos esses requerimentos. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que se somos contra a exclusão social, somos também contra a exclusão dos pequenos partidos porque eles representam uma parcela importante, significativa, da sociedade brasileira e têm os mesmos direitos e deveres dentro do Congresso Nacional. Queria que fosse levada em conta essa consideração quando fossem feitas reuniões para aprovar os requerimentos e decidir o norte, o rumo da CPI.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para colaborar com o andamento dos trabalhos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu tinha me inscrito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí o colega menciona que é uma questão de ordem e pula a fila.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Senador Heráclito Fortes.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Todos nós estamos discutindo encaminhamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, a minha preocupação é para que não se repitam os erros da última CPI de que participamos, a do Banestado. Sugiro que V. Ex^a e o Relator criem imediatamente as subrelatorias. O grande erro da outra comissão foi que não houve esse tipo de indicação, ocasionando uma sobrecarga para o Relator e para a Presidência. De forma que, se V. Ex^{as} tiveram uma reunião hoje e não atentaram para esse fato, sugiro que imediatamente façam indicação das subrelatorias necessárias, já dando tarefas, para que possamos dar encaminhamento mais rápido aos assuntos da CPMI. Do contrário, seremos atropelados pelo Regimento, pela burocracia, e não vamos andar com a CPMI na velocidade que a sociedade exige.

Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands, Deputado Jamil Murad, Senador José Agripino Maia, Senador Alvaro Dias, Deputado Wilson, vou encerrar, para que tenhamos as condições necessárias para o Relator falar dos requerimentos e avançarmos. Estou sentindo que há um encaminhamento amplamente aceito por todos os presentes.

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, todos nós estamos preocupados com a celeridade. Estamos começando e, só para o encaminhamento que tinha sido muito bem sugerido por V. Ex^a, temos todas essas inscrições.

Quero deixar claro aqui, para o colega que me antecedeu, que o que está sendo feito é uma proposição no sentido de que esses 110 requerimentos que passaram por uma triagem com assessoria técnica da Comissão, com a supervisão do Relator, sejam submetidos em bloco. Eles não foram decididos com exclusão de nenhum Deputado ou Senador.

Então, o encaminhamento está correto; o Relator vai fazer a leitura para que o plenário soberanamente decida. A ordem tem que ser, Sr. Presidente, a do fato determinado. Como é que começou? O que justificou a instalação desta CPMI? Então, o Relator está com uma proposta racional para fazer, com roteiro, a partir dos fatos. Todas as pessoas que forem sendo mencionadas, com esse roteiro, a partir do mais específico e das menções que forem sendo feitas, vão ser objeto de outros requerimentos ou já estão contempladas em alguns requerimentos, porque existem Parlamentares que já chegam com teses feitas. Então tudo isso vai ser submetido ao Plenário.

A nossa preocupação, portanto, é com a celeridade. Quero sugerir a V. Ex^a que realizemos a próxima reunião já na próxima quarta-feira, no dia de amanhã e que hoje já iniciássemos, fazendo um apelo a todos os Deputados e Senadores no sentido de contribuírmos com a celeridade e que possamos fazer a próxima reunião na quarta-feira. E, assim, com a retomada na próxima semana, faríamos as demais oitivas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, se ouvi direito, V. Ex^a já fixou a data do depoimento do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Só que esta reunião já está mostrando que podemos – já que se fixou a data dia 29 – receber aqui o Deputado Roberto Jefferson sem ainda ter ouvido testemunhas importantes relacionadas com os Correios, o que seria apenas um repeteco dos depoimentos já feitos pelo Deputado Roberto Jefferson e não acrescentaria mais nada. A sociedade quer esclarecimento e, nesse jogo, ele pode passar batido mais uma vez, passando como acusador quando ele tem que esclarecer as relações dele com os Correios aqui. Por isso, estamos preocupados e queremos ouvir primeiro os diretores dos Correios e, posteriormente, fixar a data. Porque, se ela for rígida assim, pode retardar e, posteriormente, ele vem aqui sem que tenhamos ouvido os diretores dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad, estou absolutamente de acordo com os comentários de V. Ex^a e tenha absoluta certeza que o Deputado Osmar Serraglio, com toda a competência que tem, vai explicar toda a lógica exatamente da oitiva dos funcionários dos Correios, dos diretores, para que tenhamos toda as informações necessárias na audiência com o Deputado Federal Roberto Jefferson.

Senador Alvaro Dias, depois Senador José Agripino e Deputado Wilson Santiago.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a e esta Comissão estão preliminarmente definindo normas de conduta, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a o despacho a três requerimentos apresentados pela Oposição.

É evidente que um deles se dá em função desse fato novo. Não há a distribuição de responsabilidade entre Situação e Oposição na condução dos trabalhos desta Comissão. E este é um fato realmente novo.

Por essa razão, a Oposição encaminhou requerimento à Mesa solicitando o credenciamento de dois assessores para que, em nome da Oposição, possam ter acesso, junto à secretaria desta CPMI, aos documentos, contratos requisitados, movimentação financeira resultante da quebra de sigilo bancário, documentos da Receita Federal, enfim, toda a documentação sigilosa ou não constante dos arquivos da secretaria desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que possa merecer a atenção da Oposição, por intermédio de pelo menos dois assessores credenciados. O ideal seria dois pelo Senado e dois pela Câmara dos Deputados. Esse é um requerimento.

O outro requerimento, Sr. Presidente, solicita que as reuniões se realizem às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, portanto, três vezes por semana, por motivos óbvios. Essa é uma solicitação formalizada por meio de requerimento.

E a outra solicitação também formalizada por meio de requerimento pretende o funcionamento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito durante o recesso parlamentar do mês de julho, também por razões óbvias. Não há como aguardar o mês de agosto, diante desse apelo popular em favor das investigações eficientes.

Portanto, Sr. Presidente, são três requerimentos. Acrescento uma preocupação em relação ao sobrestamento de requerimentos. Não há forma regimental que possibilite o sobrestamento de requerimentos. Há o oposto, a possibilidade de se requerer que se coloque em pauta matéria pronta para votação. Isso tem suporte regimental.

Por essa razão, Sr. Presidente, faço esta solicitação verbal, de que fique definido hoje o calendário de votação dos requerimentos excluídos nesta reunião, ou sobrestados, como queiram.

Imagino que não seja sobrestamento, realmente. Não é sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não é sobrestamento, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós não votaremos os 50 requerimentos que faltam no dia de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. Solicito a V. Ex^a que defina já o calendário para a votação desses requerimentos, para que não caiam no esquecimento. Até porque imagino que muitos desses 110 requerimentos sejam repetição. Portanto, não levaremos tanto tempo assim, aparentemente, para deliberar sobre eles.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a o despacho da forma que entender conveniente, agora ou depois, mas, se possível, no dia de hoje, dos três requerimentos protocolados pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, com relação aos assessores, estamos absolutamente de acordo. Com relação ao requerimento referente às terças, quartas e quintas, e o requerimento também relativo à questão do recesso, temos restrições, em função do Regimento do Senado.

Mas quero sugerir e propor que venhamos a somar esses requerimentos àqueles 50 que não votamos ainda. E, como há um acordo para que votemos esses requerimentos ao longo da próxima semana, poderemos avaliar essas questões com tranquilidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao meu caro Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Há uma questão de ordem, do Vice-Presidente, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que está havendo uma inversão da ordem. Existe um convocado para às 18 horas. O País inteiro sabe disso. Poderíamos discutir tudo isso que estamos discutindo após o depoimento. Estamos invertendo a ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Senador Delcídio, isso não é possível.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Então, coloquemos para decisão, porque, se formos ouvir todo mundo, vamos ouvir o depoente à meia-noite. E não é justo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Maguito, esse rapaz pode esperar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Maguito, já está com a palavra o Senador José Agripino. Depois, o Deputado Wilson Santiago. Em seguida, passarei a palavra ao Relator.

Estamos todos de acordo? (Pausa.)

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, farei o esclarecimento que acho que se impõe.

Parece que foi feito um entendimento de Lideranças para elencar 110 requerimentos, que fossem do nosso conhecimento, a fim de que fossem aprovados, e 50 seriam deixados para um segundo momento.

Houve por parte da Oposição a intenção, pactuada com o Presidente da Comissão e com o Relator, de colaborar para o início dos trabalhos, para que se pudesse começar efetivamente.

Se perguntar, o PFL sabe quem são os 110 que vamos votar por acordo? Não, não sabe. Sabe apenas que, dentre os 110, está o Sr. Maurício, o Sr. Antonio Velasco e Arthur Wascheck, donos da Coman Comercial, empresa sediada em Brasília, que seriam os mandantes da gravação. Estão todos os diretores dos Correios e está o Sr. Roberto Jefferson.

Esta seqüência não era a proposta pelo Presidente. Mas S. Ex^a concordou com a Oposição e fez esse entendimento, para que pudéssemos, de comum acordo, começar os trabalhos. Foi pactuado. Agora, vamos ouvir quem são os 110 e quem são os 50, com uma advertência clara: estamos pactuando a audiência, hoje, do Sr. Maurício Marinho; na quinta-feira, dos diretores

da Coman; na próxima semana – terça e quarta –, os diretores dos Correios; na quinta-feira, do Sr. Roberto Jefferson. Se, ao longo desses depoimentos, for sugerido ou mencionado algum nome importante para as investigações, essa pessoa poderá ser colocada em caráter prioritário, independente dos 110 ou dos 50 já apresentados. Não há nenhum compromisso, e impõe-se que essa pessoa, se apresentada como prioritária para as investigações, seja votada e ouvida em caráter prioritário. Com isso, queremos deixar muito claro que foi feito um acordo pelo bom andamento dos trabalhos. Não sabemos quem são todos os 110 objetos do requerimento; apenas fizemos um acordo para que pudéssemos começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Wilson Santiago, fecharemos com V. Ex^a. Em seguida, passarei a palavra ao Relator.

Esclareço que já estamos reproduzindo as cópias da lista dos requerimentos, bem como dos requerimentos. Dentro das nossas possibilidades, vamos distribuí-los a todos os Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Santiago, para fechar esta sessão de falas.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, foi repetido aqui por V. Ex^a e por tantos outros que iremos votar os 110 requerimentos. Foi também dito por alguns Parlamentares que não se têm conhecimento dos 110 requerimentos por não ter havido a sua publicação. Com certeza, são consensuais muitos desses requerimentos, talvez até sua totalidade. Sugiro a V. Ex^a que façamos a leitura dos 110 requerimentos, como V. Ex^a inicialmente falou. Saberemos, dentre eles, em quais há acordo. Se houver acordo em todos, tudo bem; do contrário, vamos votar aqueles em que há acordo e, posteriormente, passaremos à oitiva do Sr. Maurício Marinho. Logicamente, o processo terá um andamento mais rápido.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Wilson Santiago.

Passo a palavra agora ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. É importante registrar que S. Ex^a vai apresentar um trabalho, sendo responsável pela sistematização e pela lógica de todas as convocações. Por isso, é muito importante que, agora, nos concentremos na explicação do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de me manifestar a propósito desse material que foi distribuído, farei alguns esclarecimentos sobre a nossa conduta até aportarmos a este momento. Abrimos a possibilidade de receber os requerimentos – não significa que esteja

fechada –, para que pudéssemos organizar o trabalho. Na medida do possível, fomos sistematizando, e ainda hoje incluímos alguns. Fizemos a inclusão até mais ou menos quatro horas atrás. Os mais próximos é que não foram incluídos. E a dificuldade que tínhamos para distribuição dos requerimentos residia no aspecto de que precisávamos – vamos discutir isso na sequência dos trabalhos – de uma certa norma que disciplinasse a distribuição dos requerimentos que estivessemos recebendo, ainda não postos à votação.

Temos, inclusive, proposta interna, em discussão com o Presidente, de disponibilizar na Internet, mas nós sabemos que existem requerimentos que não podem ser divulgados. Como esses critérios não são tão matemáticos, tão objetivos, pelo menos neste primeiro momento, nós não os entregamos à imprensa, a ninguém. Dissemos apenas que os autores poderiam colocá-los à disposição, dar publicidade aos requerimentos que, eventualmente, fossem formulados à CPI.

Dentre os tantos requerimentos que nós recebemos, existem os de oitiva, existem os de requisição de documentos, existem os de realização de perícias. Para que o trabalho da Comissão se desenvolvesse de forma mais produtiva, nós organizamos uma certa sequência, o que não significa que ela não possa ser modificada. Tanto é assim, que o foi, com a concordância que se manifestou agora há pouco antes de iniciarmos nossos trabalhos – com a ressalva, evidentemente, que essa concordância se deu por intermédio dos líderes e quem vai se manifestar é o Plenário.

Invertendo ou não, o que importa é que nós estamos imbuídos do mesmo espírito: o espírito de, efetivamente, chegar à resposta que a sociedade deseja que nós apresentemos com a maior presteza possível.

V. Ex^{as} receberam um quadro demonstrativo com aqueles que correspondem aos 110 deferidos. De maneira que eu vou, de forma sintética, apresentá-los, ressaltando que estou à disposição para qualquer esclarecimento. Em seguida, nominarei e esclarecerei aqueles que pendem de análise, para que também se saiba o que votaremos nas próximas reuniões em relação às propostas apresentadas, que, obviamente, serão submetidas ao Plenário.

Quanto aos requerimentos de oitivas. A primeira oitiva: Maurício Marinho, que é a que se realiza hoje – são os Requerimentos nºs 17, 29, 65 e 122, que foram formulados pelos Deputados Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Para facilitar os trabalhos, gostaria de fazer uma sugestão. Todos os Srs. Senadores e Deputados têm esta relação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Todos a têm; foi distribuída a todos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a poderia simplesmente ler a relação dos depoentes. Penso que ajudaria e que ganharíamos tempo. Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema.

Sei que se trata de uma demasia, mas, a fim de prestigiar também, creio que a nominata é importante para aquele que está tendo o seu requerimento acolhido. Mas não temos objeção nenhuma e leremos os nomes dos depoentes: Maurício Marinho...

O SR. NELSON MEURER (PPB – PR) – Sr. Presidente, um momentinho. Esse quadro das pessoas que vão depor, apresentado aqui, traz nomes que nós não conhecemos. A meu ver, deveria ser colocada a função pública delas ou se são da iniciativa privada, por exemplo. Se assim não for feito, não saberemos se têm relação com a CPI dos Correios ou não. E nós não podemos fazer a votação dessas pessoas sem identificá-las.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer, defendendo aqui o meu Relator, gostaria de dizer a V. Ex^a que nós estamos trabalhando com essas informações já há vários dias e estamos distribuindo para facilitar os trabalhos e para dar transparência a tudo o que estamos fazendo aqui na CPI. Nós, inclusive, estamos distribuindo a nossa cópia de trabalho para acelerar nossas atividades, mas o Relator, quando citar os nomes, vai dizer quem é, atendendo a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu vejo que V. Ex^a fez uma proposta que foi acatada pela Comissão: a de nós sincoparmos a lista e podermos chegar ao Sr. Roberto Jefferson, que me parece chave, na semana que vem.

Penso, Sr. Presidente, que uma outra sugestão que poderia, quem sabe, ser acatada por nós seria procurarmos ouvir, o quanto antes, o Sr. Maurício Marinho – não suponho que seja uma oitiva longa –, porque cumpriríamos logo com esse dever – e para mim é estritamente um dever. Após a fala dele, poderíamos retomar essa parte importante burocrática. Minha sugestão era ouvirmos o Sr. Maurício Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Talvez no mesmo sentido da proposta do eminente Senador Arthur Virgílio... Nós temos um mapeamento, um outro, de requerimento por requerimento, com a identificação de tudo o que se está pleiteando. Talvez nós pudéssemos disponibilizar, tirar cópia imediatamente disso, e daí eu suponho que todos os esclarecimentos, inclusive o detalhamento de quem é e por que está sendo solicitado, ficará à disposição de todos. Para isso, porém, precisaríamos de uns vinte ou trinta minutos – somente agora há pouco se concluiu esse levantamento. Assim fazendo, todos receberiam essa cópia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Meu caro Relator, para sermos práticos, vamos continuar. O Senador Efraim fez uma sugestão objetiva. Nós temos ainda muitas horas de trabalho, nós temos de ser objetivos. Já existe mais ou menos um encaminhamento. Vamos ouvir o Deputado Serraglio para deliberarmos, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É isso mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eis a nominata dos que serão ouvidos: Maurício Marinho, Arthur Wascheck Neto, Antônio Velasco, José Fortuna Neves, Arlindo Molina Gonçalves, Joel Santos Filho, João Carlos Mancuso Vilela, Jairo Souza Martins, Antônio Osório Batista, Fernando Leite Godoy, Roberto Garcia Salmeron, Deputado Roberto Jefferson, Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, Eduardo Medeiros de Moraes, Mauro Dutra, Edilberto Petry, João Henrique de Almeida Sousa, Ricardo Henrique Suner Caddah, Robinson Viana da Silva, Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, Maurício Coelho Madureira, Deputado José Chaves, João Marcos Pozzetti, Hugo César Gonçalves, Américo Proietti, Luiz Otávio Gonçalves, Antonio dos Santos Pedreira, Marcos Valério Fernandes de Souza, Cristiano Paz, Margareth Queiroz, Fernanda Karina Ramos Somaggio, Sílvio Pereira.

Os requerimentos de diligência que estão com parecer favorável são: cópia do inquérito da Polícia Federal; cópia de fitas da Rede Globo, revista **Veja** e **Folha de S.Paulo**; cópia do procedimento investigatório da Abin sobre a ECT, Empresa de Correios e Telégrafos; cópia da sindicância e procedimentos administrativos instaurados pelos Correios; cópia do procedimento investigatório da Controladoria-Geral da União sobre os Correios; cópia dos processos licitatórios e contratos realizados pelos Correios desde

2003, cópia da agenda da secretária Fernanda Karina Ramos Somaggio.

Essas são as diligências e as testemunhas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, não estaria faltando a cópia da fita que gerou toda essa matéria, que, evidentemente, foi publicada?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Foi relacionada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está aí. É a da revista **Veja**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, esperem aí. A cópia da fita da Rede Globo não está na íntegra. Refiro-me à fita do Sr. Maurício Marinho, que, segundo declarações do próprio Deputado Roberto Jefferson, é uma fita bem mais longa. Seria o caso de requisitar também essa fita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Um esclarecimento, eminente Senador: na verdade, nós estamos aqui ratificando uma conduta que já realizamos na convicção de que seria necessária para hoje. A Polícia Federal já disponibilizou, já está à disposição da Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E nós temos ainda requerimentos de diligências e de ouvida de testemunhas que partem do Relator. Nós estamos pedindo uma diligência que, de certo modo, novamente se coaduna com a proposição do Senador Heráclito: laudos periciais do inquérito policial que corre perante a Polícia Federal; relação dos membros das comissões especiais de licitação dos Correios desde 2003; relação dos membros do Comitê de Análise de Compras Estratégicas, o Cace, dos Correios.

A par disso, nós estamos também incluindo a oitiva das testemunhas: Clauzer Esteves, Edgar Lange Filho, Eduardo Coutinho Lins, José Gerardo Ponte Pierre, Fernando Brites, Júlio Imoto, Haroldo Marschner. São todas testemunhas...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor pode especificar quem são essas pessoas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São todas testemunhas que nós colhemos na imprensa, pessoas que, de alguma forma, fizeram alguma referência ao objeto buscado por esta sindicância. Todas elas, necessariamente, de alguma forma, estão vinculadas à busca da verdade que nós pretendemos nos Correios.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria de saber de V. Ex^a se o critério para a seleção dos requerimentos que ora estão sendo objeto de aprovação foi

o de relacionar pessoas envolvidas no episódio dos Correios efetivamente. É isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nesse sentido, pediria a V. Ex^a que esclarecesse a razão pela qual V. Ex^a incluiu o depoimento de Marcos Valério Fernandes de Souza e de Fernanda Karina Ramos Somaggio, porque me parece que ambas estão vinculadas ao episódio do “mensalão”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estou pedindo um esclarecimento ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente – por favor, antes de o senhor responder –, quero dizer que não me recuso a aprovar o requerimento de quem quer que seja. Só peço o esclarecimento, porque acho que temos que adotar uma linha coerente de investigação. Apenas gostaria de saber as razões pelas quais V. Ex^a incluiu esses nomes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não, Deputado Bittar. Eu agi exatamente de acordo com o raciocínio de V. Ex^a. Eu me limitei, pelo menos neste primeiro momento, àquilo que diz respeito aos Correios, até porque existe a possibilidade da instalação de uma CPI específica em relação ao “mensalão” e em relação ao IRB.

Os que dependem de decisão praticamente são esses. Em relação às pessoas que V. Ex^a mencionou, elas estão vinculadas a uma empresa que é fornecedora dos Correios, e essa é a razão pela qual nós as inserimos. É uma agência de publicidade dos Correios.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em socorro ao Relator: só no ano passado, recebeu 29 milhões dos Correios.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o Relator nem leu o meu requerimento de quebra de sigilo, até por ter a serenidade necessária.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Só para esclarecer: considero-me satisfeito com as informações do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quando o Relator encerrar a leitura de todos os requerimentos, gostaria de colocá-los em votação, para que encerremos os debates e partamos para o oitavo do Sr. Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, atendendo ao que foi proposto, imagino que eu já tenha encerrado a apresentação. Ali-

ás, se pretenderem, posso listar aqueles que ficaram pendentes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Queremos que V. Ex^a os liste, mas não precisa ser agora não.

O SR. (Orador não identificado) – Sugiro que o Relator disponibilize cada um desses requerimentos ao final desta reunião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E, antes do final da reunião, reitero a minha solicitação de definição da data para a votação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de fazer um registro. A assessoria está me pedindo que façamos as votações nominais, em função até das orientações do STF e do caso Banestado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, eu gostaria de ponderar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, o caso Banestado era com relação à quebra de sigilo bancário, o que não é o caso aqui. Não há nenhuma dificuldade de os requerimentos serem votados em bloco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Acredito que a votação pode até ser nominal, mas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A votação será nominal, Senador Heráclito, até porque há um recurso perante o STF, fruto da CPI do Banestado, questionando o fato de não ter sido feita a votação nominal de alguns temas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, aquilo era com relação à quebra do sigilo bancário. Foi quando o Relator decidiu quebrar, em bloco, o sigilo bancário de vários brasileiros, uns ilustres e outros, não. Foi justamente na questão do sigilo bancário, e a Constituição assegura que a quebra do sigilo é motivada e individual.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 252.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, eu só gostaria de ler a ementa: “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – **Quorum**: a observância do **quorum** previsto regimentalmente para deliberação, maioria absoluta dos membros que integram a Comissão, é formalidade essencial à valia das decisões, presente ato de constrição a alcançar terceiro.”

É por isso que vamos votar rapidamente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas não diz que é nominal, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, art. 252.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, encaminhamos o Requerimento de preferência nº 172, que não é um... Através do art. 252, inciso III, combinado com o art. 91, § 1º, inciso V, tem de ser submetido à votação preferencialmente a outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de propor a votação. Já estou com a lista de Deputados e Senadores, e, rapidamente, faríamos a votação nominal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em bloco, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em bloco.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os 110 requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os 110 requerimentos apresentados.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há alguns Deputados votando lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar a preferência antes.

Começamos a votação pela Câmara dos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil, como vota?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, um esclarecimento: V. Exª está votando o Requerimento nº 172?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estou votando o bloco: 110 requerimentos.

Deputado Onyx Lorenzoni, quero ponderar que o requerimento de autoria de V. Exª seja lançado nos outros cinquenta, que vamos deliberar ao longo da próxima semana.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, é um requerimento de preferência para a oitiva dos 110 requerimentos que V. Exª está chamando!

O SR. (Orador não identificado) – Depois, amigo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Exª tem de votar depois, pelo Regimento. V. Exª não pode jogar para o 50.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem. OK!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, V. Exª está certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos lá. É a mesma coisa, Deputado Onyx.

Deputado Jorge Bittar? (Pausa.)

Não está.

Deputado Maurício Rands? (Pausa.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eles estão votando no plenário da Câmara.

O SR. (Orador não identificado) – Começa pelo Senado.

O SR. (Orador não identificado) – Pela Câmara. Já começou pela Câmara. Queremos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes? (Pausa.)

Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz? (Pausa.)

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet? (Pausa.)

Não está presente.

Deputado Nélio Dias? (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer?

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sandro Mabel? (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard? (Pausa.)

Deputado Álvaro Dias? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Voltarei a chamar os ausentes.

Deputado Maurício Rands?

Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Para que encerremos, chamarei os suplentes.
- Deputado Wilson Santiago? (Pausa.)
- Deputado Aníbal Gomes? (Pausa.)
- Deputado Alberto Goldman? (Pausa.)
- Deputado Carlos Sampaio? (Pausa.)
- Deputado Benedito de Lira? (Pausa.)
- Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
- Deputado Geraldo Thadeu? (Pausa.)
- Deputado Pompeo de Mattos? (Pausa.)
- Passo a chamar os Senadores.
- Senador Heráclito Fortes?
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador César Borges?
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Demóstenes Torres?
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
- Com o Relator.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Sérgio Guerra?
- O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Com o Relator.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Alvaro Dias?
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Delcídio Amaral? Não vota.
- Senadora Ideli Salvatti? (Pausa.)
- Senador Roberto Saturnino?
- O SR. ROBERTO SATURNINO** (PT – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Aelton Freitas?
- O SR. AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sim, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Luiz Otávio. (Pausa.)
- Senador Wirlande da Luz?
- O SR. WIRLANDE DA LUZ** (PMDB – RR) – Sim, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Maguito Vilela?
- O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
- Senador Ney Suassuna?
- O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Com o Relator, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres? (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Farei a chamada dos Senadores suplentes.

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Fátima Cleide? (Pausa.)

O PT está OK.

Do PMDB: Senador Garibaldi Alves Filho? (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha? (Pausa.)

Senador Gerson Camata? (Pausa.)

Do PDT: Senador Juvêncio da Fonseca? (Pausa.)

Fechou.

Votaram SIM 23 Senadores.

Portanto, aprovado.

Onde está o Requerimento nº 172? (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni, o Relator está recebendo o requerimento e vai emitir o parecer.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O que pretende o Deputado Onyx Lorenzoni com seu requerimento é apenas garantir que, logo após a oitiva do Deputado Roberto Jefferson, ouçamos o Sr. Marcos Valério. O que eu gostaria de sugerir? Que déssemos prioridade, na próxima semana, à deliberação da oitiva do Sr. Marcos Valério, ou seja, antes de agendarmos qualquer outra audiência que não aquelas que já estão marcadas, que já estão definidas por V. Ex^a, a primeira deliberação seria a do Sr. Marcos Valério.

Então, faria um apelo ao Deputado Onyx Lorenzoni para que ele retirasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a garantir que faremos isso, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente. Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Fica, portanto, retirado o Requerimento nº 172, com esse compromisso, Deputado Onyx Lorenzoni, aqui assumido com V. Ex^a e com todos os Parlamentares.

Aprovados os requerimentos, solicito a presença do Sr. Maurício Marinho para a oitiva, conforme programado.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, todo o procedimento desta CPML iniciou-se com a fita citada na reportagem da revista **Veja**. Nesse sentido, para que possamos seguir a sequência dos acontecimentos, queríamos sugerir que, já em presença do Sr. Maurício Marinho, que está se dirigindo a esta sala, seja apresentada a toda a Comissão a fita ou, pelo menos, as partes mais importantes da fita, para que possamos inquiri-lo a partir da primeira fita que suscitou a matéria da **Veja** e todo o procedimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, eu e o Deputado Álvaro Dias estávamos participando de votação na Câmara quando V. Ex^a nos chamou, mas agora estamos presentes para corroborar a aprovação de todos os requerimentos dos quais temos conhecimento prévio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos registrar, Deputado, o voto “sim” de V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre o assunto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Queria discordar do Deputado Maurício Rands, até porque a ponderação dele poderia limitar-nos a apenas aquilo que foi veiculado pela revista **Veja** e publicado também nos outros veículos de comunicação. A fita gravada do Sr. Maurício Marinho tem aproximadamente 1h54min. Ela é muito mais extensa e inclusive foi de fácil acesso para Parlamentares e para os próprios veículos de comunicação, porque o Deputado Roberto Jefferson fez questão de distribuí-la na íntegra.

Então, queria discordar do encaminhamento feito pelo Deputado Maurício Rands, primeiro porque considero desnecessário; segundo porque poderíamos nos limitar a parte de uma coisa que é muito mais extensa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Relator.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, entendo a proposta do Deputado Maurício Rands, mas acho que o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto acabou dizendo exatamente o que é o significado do problema. Se tivéssemos as condições objetivas de ver a fita toda, porque a fita toda é absolutamente relevante; não apenas é importante o momento da entrega do dinheiro, mas todo o detalhamento dos crimes contra a Administração Pública. Agora, se houver acordo, que ela seja apresentada em seu inteiro teor, o que demora quase duas horas. Assim, quando houver, suponhamos, uma súbita amnésia seletiva do depoente, poderemos solicitar a apresentação de um trecho da fita para ajudá-lo a lembrar-se. Não dá para ser somente alguns trechos, porque os mais importantes para mim podem não ser, necessariamente, os mais importantes para outros Deputados e Senadores.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes e, em seguida, os Deputados Carlos Abicalil e Eduardo Cardoso e o Senador Sérgio Guerra, para, então, deliberarmos e aproveitarmos o tempo para ouvir o Sr. Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento que talvez resolva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não poderemos nos valer de qualquer degravação sobre a qual não tenhamos absoluta segurança quanto à sua fidedignidade em relação à origem. Recebemos a fita da Polícia Federal apenas às quatro e meia ou cinco horas da tarde de hoje. Então, nós nos apressamos e fizemos essa síntese que está sendo solicitada. Imagino que, em 15 minutos, tenhamos condições de apresentá-la – a parte possível. Agora, confesso que não a assisti, e o pessoal técnico pediu que nós nos penitenciássemos pela qualidade, pois foi recebida apenas na última hora. Esse é um ponto.

O segundo ponto diz respeito aos debates alongados e esclarecimentos irrelevantes entre as partes que estão no diálogo, mas essa irrelevância não significa que tenhamos esse juízo. A fita, a degravação integral

será posta à disposição, o que significa que todos terão acesso à totalidade do diálogo estabelecido.

Para exibição, fizemos a síntese daquilo que realmente toca no que nos interessa, o que não significa, repito, que não se poderá, quando se desejar – e até agora, se for exigido –, passarmos integralmente a fita.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, são 19 horas e 50 minutos e esta reunião estava marcada para as 18 horas. Não podemos ficar aqui mais meia hora debatendo este assunto.

Deputado Osmar, sei que V. Ex^a recebeu a gravação apenas na tarde de hoje e muitos de nós tínhamos gravações informais da fita. Como disse o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, a fita foi disponibilizada para todos os Srs. Parlamentares, para a imprensa, todos viram essa fita. Creio que seria muito mais interessante, neste momento, aproveitando a presença do depoente, que nós avançássemos no depoimento. Como disse a Senadora Heloísa Helena, havendo uma necessidade, havendo uma amnésia do depoente, nós, aí sim, poderíamos ver alguma coisa da fita. Mas assistir agora a uma síntese, a um resumo, a uma sinopse de horas de depoimento, parece-me que isso poderia, Deputado Osmar Serraglio, induzir, a partir de uma edição equivocada, a uma interpretação dessa platéia. Não estou dizendo que V. Ex^a teve essa intenção, mas quem editou poderia, sem intenção, fazer isso. Portanto, penso que deveríamos ouvir o depoente e avançar, Sr. Presidente, para podermos terminar, a bom termo, os trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigada, meu caro Presidente.

Sou dos parlamentares que, de fato, tiveram acesso aos dois discos distribuídos pelo Deputado Roberto Jefferson. Por essa razão, pude perceber que as matérias ou as frações de matérias divulgadas em diversos veículos de imprensa não revelam o inteiro teor da fita que originou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Toda a transparência possível deve pautar a condução de cada um de nós, ao nos portarmos, como relembra a Deputada Juíza Denise Frossard, não apenas na condição de investigadores, mas também investidos na condição de julgadores. Que tenhamos a oportunidade de assistir a essa fita, ainda que seja a seleção que V. Ex^a preparou, inclusive para justificar

a intervenção que V. Ex^a fará logo em seguida ao depoimento inicial do inquirido de hoje.

E tenho absoluta consciência de que isso não interferirá em nada no tempo de trabalho que nós deveremos dedicar a esta Comissão. Devemos ouvir diversos pronunciamentos, no sentido de fazer com que sejamos céleres, mas ao mesmo tempo contundentes e incisivos na profundidade deste trabalho.

Por essa razão, concordo inicialmente com a posição da Senadora Heloísa Helena, de que o melhor seria que tivéssemos acesso ao conteúdo inteiro, transparente, diante de todas as câmaras que estão aqui atrás de nós, diante do povo brasileiro que assiste à TV Senado, para não ficar qualquer sombra de dúvida sobre omissão induzida por a, b ou c ou d, ou a CPMI conduzida por aquilo que algum veículo de comunicação permitiu divulgar.

Reitero aqui aos meus colegas desta Comissão, que, no mínimo – aquele que é o requerimento do próprio Relator, que sustenta inclusive a exposição que fará ao inquirido na seqüência –, nós e a população brasileira tivéssemos o direito de ter aqui o acesso. Mas reitero também – e me somaria à Senadora Heloísa Helena – termos acesso e publicidade a um conteúdo de uma hora e cinquenta minutos, que é rico nos detalhes, sobre os procedimentos reiterados que o Sr. Maurício sustentava como seu papel dentro da Diretoria dos Correios.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, concordo com a Senadora Heloísa Helena e com o Deputado, mas apenas acredito que a fita é uma prova material. Com o depoimento dele, V. Ex^a teria confronto se ele está ou não falando a verdade, porque a fita orienta o depoimento dele. Ele sabe que existe a fita, conhece os termos da fita – o advogado me disse que é de uma hora e cinquenta e oito minutos. Então, ele faria o depoimento, e qualquer um que tivesse dúvida poderia conferir na fita e trazer posteriormente a esta Casa as deficiências que pudesse haver, e ele seria reinquirido. A meu ver, o Deputado Eduardo Paes está correto na sua colocação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quanto tempo demora a fita que foi selecionada pelo Relator?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu quero saber. Dá licença de eu saber? Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Atenção. A fita demora quinze minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Presidente, é sobre o andamento dos trabalhos, pela ordem.

Faço um apelo a V. Ex^a, ao Relator e a esta Comissão, porque, se vamos assistir a uma seleção feita pelo Relator – não estou, tenha certeza V. Ex^a, previamente desconfiando – será uma confusão. Eu tive uma trabalhadeira terrível, assisti à fita toda e anotei exatamente os minutos e os segundos de tudo que me interessou. Então, se o Relator fez uma seleção que não corresponde a minha preocupação, vou fazer uma confusão, querendo que seja visto e apresentado aquilo que entendi como relevante.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Então, é exatamente nesse sentido que faço o apelo de que se apresente a fita toda, porque a seleção não corresponde.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vamos ouvir a fita toda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, não há dúvida alguma que nesta CPMI a peça fundamental até agora, probatória, é essa fita. Ninguém tem dúvida disso. Tenho absoluta certeza de que todos os membros desta Comissão, sem exceção, querem a busca da verdade da maneira mais precisa e transparente possível. Ora, é sabido que, às vezes, uma degravação, quando temos a palavra escrita, tem um contexto completamente diferente do que quando se vê a imagem. Um “sim”, com certos gestos, pode parecer um “não”. Sabemos disso.

Por essa razão, Sr. Presidente, tenho certeza de que o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto e os demais Parlamentares que aqui falaram querem apenas poupar tempo a esta Comissão, mas temos que lembrar que este é o nosso ponto de partida. O

Sr. Relator é uma pessoa criteriosa. Se S. Ex^a fez uma seleção prévia, eu faria a seguinte sugestão, Senadora Heloísa Helena: nós podemos ver em quinze minutos, rapidamente, a seleção feita pelo Relator. Aqueles Parlamentares que não se sentissem contemplados pela seleção, após o depoimento, fariam o confronto que o Senador Romeu Tuma disse. Mas vamos lembrar das imagens, pelo menos daquelas que o Relator deu uma condição inicial – disse o Deputado Eduardo Paes – que o Brasil não esqueceu.

Sr. Presidente, apenas concluindo, quando começamos uma investigação temos que ter as coisas bem presentes. Não vejo por que privarmos os membros desta Comissão, neste momento, de uma lembrança imediata daquela que é a principal prova da Comissão. Por quê?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – De toda a fita, Eduardo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, art. 14, por ter sido citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Então, de toda a fita, Eduardo.

O SR. (Orador não identificado) – Concordo com a Senadora Heloísa Helena.

Deveríamos fazer o seguinte: ver a seleção e depois ouvir os depoimentos. Se nós quisermos depois ouvir a fita para não ficarmos duas horas aqui, ouviremos depois do depoimento. Agora, façamos uma primeira lembrança durante 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Deputado Eduardo, desculpe-me.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, art. 14, por ter sido citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Senador, deixe-me fazer um apelo mais uma vez.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Só uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana e Deputado Jamil Murad.

O SR. (Orador não identificado) – Artigo 14, por ter sido citado.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só quero lembrar a V. Ex^{as} que se já tivéssemos mostrado essa fita já estaríamos ouvindo o depoimento do

Sr. Maurício Marinho, quer dizer, acho que é uma discussão... Estamos nos atendo a coisas, no meu ponto de vista, que não vão prejudicar de nenhuma maneira o que vai ser exposto aqui. Com o esforço grande de toda a assessoria da Comissão, iríamos à fita. A maioria dos parlamentares já conhece essa fita e...

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, coloque a fita. Coloque a fita, Presidente. Vamos tomar uma atitude...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E rapidamente o Sr. Maurício Marinho falaria.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu fui citado. Evoco o art. 14. Eu queria que V. Ex^a...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Quanto mais transparência melhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, o Deputado Henrique Fontana.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Eduardo Cardozo e gostaria de evocar o art. 14. Eu gostaria...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Presidente, só queria recompor as coisas. O Deputado José Eduardo Martins Cardozo utilizou aqui um argumento inverossímil. Em hora nenhuma aqui sustentei que não deveríamos passar a fita por economia de tempo. Não foi isso. Eu disse que não poderíamos assistir a uma parte editada de apenas 15 minutos de um todo de 1 hora e 54 minutos, sem duvidar do Relator, sem questionar da sua isenção e da sua imparcialidade. Porém, a edição jamais corresponderá à íntegra da fita, que traz inclusive detalhes muito mais importantes do que aqueles que já foram publicados na imprensa e nos grandes veículos de comunicação. Então, quero concordar com a Senadora Heloísa Helena: ou iremos assistir à íntegra da fita ou então não podemos admitir qualquer edição.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, tome a decisão. Ou passe a fita...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana e, depois, o Deputado Jamil Murad, para que encaminhem.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Eu pedi pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Fontana.

O SR. (Orador não identificado) – Eu pedi pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, primeiro... Deputado Zauith.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – A palavra está comigo, Deputado Zauith, a Presidência me concedeu a palavra.

Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo pela forma democrática e serena com que vem dirigindo os nossos trabalhos. Segundo, quero discordar do Deputado que me antecedeu, porque, evidentemente, o Relator goza da nossa mais absoluta confiança e ele tem todo o direito e dever de organizar os trabalhos, porque é uma obviedade dizer que assistir a uma fita de duas horas tem mais conteúdo do que um compacto de 15 minutos. As duas horas inviabilizariam a qualidade do trabalho de hoje. Se vamos ouvir duas horas, depois vamos ouvir o depoente, depois vamos todos questionar, vamos entrar madrugada adentro e até podemos.

Então, depósito absoluta confiança numa seleção que foi feita pelo Relator que está conduzindo, lendo diversos documentos. S. Ex^a assistiu a essa fita diversas vezes como nós, e isso contribui com o início do depoimento. Evidentemente, na seqüência, depois de ouvir o depoente, se algum senador, alguma senadora, algum deputado quiser assistir à fita toda, lógico que vai poder reivindicar. Mas concordo plenamente com o seu encaminhamento e acho que deveríamos entrar imediatamente para assistir a esses 15 ou 20 minutos da fita e depois ouvir o depoente e poder fazer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Murilo Zauith com a palavra.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL/Prona – MS) – Obrigado, Sr. Presidente. O Deputado Osmar Serraglio é uma pessoa idônea, nosso colega Deputado, não temos dúvida nenhuma da sua seriedade, mas precisamos ter determinado aqui: ou assistimos à fita ou não assistimos à fita, por inteiro. Porque não pode alguns deputados conhecerem a fita e outros não conhecerem. Então, ou assiste à fita... Já são mais de 20 horas, e essa fita são quase duas horas. Eu queria que V. Ex^a tomasse essa atitude, Sr. Presidente da Comissão. Ou passa essa fita ou não passa a fita, e vamos ao depoente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Sérgio Guerra.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Se tivesse sido iniciada a vista da fita, ela já estaria avançada.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, penso que já estamos há mais de vinte minutos numa discussão em que os mesmos conceitos são apresentados de várias maneiras, sem resultado. A primeira parte que acho ser mais ou menos consensual é que ninguém deseja ouvir a fita pela metade. Essa questão de o Relator ser bom ou de o Relator ser ruim – eu acho o Relator excelente –, ninguém está discutindo isso. Mas, se é para ouvir fita, tem que ouvir a fita toda. Penso que ouvir essa fita agora não ajudará a eficiência desta reunião de hoje. Se ficarmos mais duas horas ouvindo essa fita, vamos começar a ouvir o depoimento do depoente às 10 horas da noite, não sei quanto tempo ele vai falar, e vamos terminar isso às 2 ou 3 horas da manhã. Duvido da eficiência do interrogatório feito nesses termos. Como essa fita já está aqui, já é conhecida, a qualquer momento ela pode ser solicitada, lida, contestada, como falou o Senador Romeu Tuma.

Sensato é tomar as medidas cabíveis: passar a palavra ao senhor depoente para que ele faça a sua exposição, e dar conhecimento a todos, aos que não o têm ainda, desse documento que tem toda a fita gravada.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, acho que existe uma falsa polêmica aqui. Não estamos aqui para ouvir apenas o que o depoente quer falar, sob a orientação dos advogados dele. Ele tem uma fita gravada, sem o conhecimento dele, em que ele apareceu cometendo crimes contra o patrimônio público. E, seja as perguntas que nós fazemos ou as que o relator faz, sempre é editado. Aqui, temos um depoimento de mais de cem páginas. Fazemos uma edição disso. Destacamos algumas perguntas que queremos fazer para ele. E não ler o relatório inteiro.

Portanto, acho falsa a polêmica de que se veja a fita inteira ou parte da fita. O Relator está nos auxiliando para descobrir a verdade. Eu não quero ser acusado de que fui levado no bico pelo depoente, por meio da orientação do advogado dele. Ele fala, entre

outras coisas, que o Deputado Roberto Jefferson dava cobertura a ele, falava com ele. Não dá para...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não faço nada sem consultar...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Aí, não. Aí vai começar o debate?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Aí, não pode. Aí não pode.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Para um encaminhamento. Para sugerir um caminho, Sr. Presidente. Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais, por favor.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dentro das minhas atribuições, não vamos apresentar mais nada, e vamos para o depoimento do Sr. Maurício Marinho.

(Palmas.)

Com a palavra o depoente, Sr. Maurício Marinho. Eu quero ponderar com V. Ex^{as} sobre a questão do tempo. Precisamos aproveitar a presença. Estamos já muito adiantados na hora. Depois, eu gostaria de ponderar com V. Ex^{as} que, para que esta comissão funcione bem, precisamos ter objetividade nas coisas. Senão, perdemos um tempo enorme. Não podemos mais perder esse tempo.

Com a palavra o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr^{as} e Srs. *(falha na gravação)*, Sr^{as} e Srs. Deputados, na figura de, neste depoimento, como informante, quero identificar-me: Maurício Marinho, brasileiro, casado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Favor aumentar o som do Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Administrador de empresa, portador da Identidade 023570-MS, inscrito no CPMF-MF 126695711 controle 15, residente e domiciliado na SQN 409, Bloco Q, apartamento 108, Asa Norte, Brasília, há 32 anos, como trabalhador e contribuinte.

A origem de todos os pontos até então levantados e amplamente veiculados são decorrentes de uma gravação criminoso e sem validade jurídica. Poderíamos silenciar sobre a situação em que nos encontramos. Porém, por orientação de nossos advogados e para dar uma satisfação ao público em geral, bem como ressaltar que não sou bandido em nenhum grau, que

em nenhum momento pedi propina, em uma hora e cinquenta e quatro minutos de fita...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr Presidente, constrangido, preciso fazer uma questão de ordem para o andamento.

É que o depoente comparece a esta CPMI na condição de testemunha e, como tal, ele precisa prestar compromisso.

Submeto ao Presidente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na condição de informante.

O SR. (Orador não identificado) – Não é como indiciado, é como testemunha.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Indiciado eu fui no exato momento...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Submeto a questão ao Presidente, porque, no nosso entendimento, o depoente precisa prestar compromisso, porque aqui comparece na condição de testemunha.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós consideramos irrelevante essa solicitação.

Sr. Maurício Marinho, por favor, prossiga.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Obrigado, Sr Presidente.

Volto a afirmar que em uma hora e cinquenta e quatro minutos de fita, em nenhum momento pedi propina como foi veiculado na imprensa e que não sou corrupto.

Quero destacar, Srs Deputados e Senadores, que foram 45 dias de trabalho com arapongas. Quarenta e cinco dias em estado de saúde precária, onde foram quatro reuniões gravadas, apareceram duas, mas ele, aquele que me gravou, esteve quatro vezes com a mesma vestimenta e com a mesma maleta.

O SR. (Orador não identificado) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, com base no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, desejo encaminhar o seguinte:

Art. 148. No exercício de suas atribuições, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso (...)

Reafirmo, pois, Sr Presidente, a necessidade de que a testemunha faça o juramento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Questão de ordem, Sr Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se ele é indiciado na Polícia Federal, tem de ter o tratamento judicial...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Deputado Eduardo, quero deixar claro que ele já está indiciado.

O SR. (Orador não identificado) – Aqui ele não é indiciado.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Deputado Eduardo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é de fundamental importância...

O SR. (Orador não identificado) – Tem de ser tomado... Está na lei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr Presidente, a palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele é indiciado, deixe ele mentir. Ele tem direito de mentir.

O SR. (Orador não identificado) – Ele tem que fazer o compromisso prévio, sob pena de perjúrio...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perjúrio é para testemunha; ele não é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria que os Srs. Deputados, por favor, não fizessem diálogo paralelo.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr Presidente, eu gostaria de ponderar a V. Ex^a o seguinte aspecto, que não é meramente formal e que, com a devida vênia, não é irrelevante.

A definição da condição com que o depoente presta depoimento é de grande importância no seguinte aspecto: se ele comparece aqui como testemunha, ele não pode mentir. Se eventualmente mentir, ele será processado, inclusive podendo ser preso se o fizer.

Se ele comparece, ao contrário, como acusado em qualquer dimensão, ele tem o direito de mentir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, que a Constituição lhe assegura. São situações completamente diferenciadas do ponto de vista jurídico.

Evidentemente, o fato de ter sido indiciado no inquérito policial é uma consequência estranha a esta Comissão. Então, temos de definir se ele vem aqui como testemunha ou vem como uma pessoa que se submete a uma investigação, como um investigado.

Essa definição esclarece a situação do depoente hoje. Se prestar depoimento como testemunha, inclusive juramentada, na forma da lei, e mentir, pode sair daqui preso. Se, ao contrário, for investigado, não. Nós não poderemos fazê-lo, conforme já definiu o Supremo Tribunal Federal em decisões judiciais anteriores.

Submeto, portanto, a questão a V. Ex^a para que a condição em que o depoente vem depor seja esclarecida neste instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres com a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, ele é indiciado na Polícia Federal e comparece aqui como investigado. Ele não é testemunha. Agora, vejam bem, a única pessoa que pode mentir dentro de um processo – porque isso, inclusive, faz parte de sua defesa – é ele próprio. Então, se ele está mentindo é uma avaliação que nós vamos fazer.

Agora, nós não podemos sair daqui com ele preso como testemunha, porque pode fazer parte, pode estar orientado por seus advogados como instrumento de defesa negar, dizer que não aconteceu. Isso é um instrumento de defesa. Inclusive, a doutrina nacional é unânime: o interrogatório ou peça assemelhada, que é o caso, é um instrumento de defesa dele. Quer dizer, não estou satisfeito com o que estou ouvindo, mas não podemos, aqui, falar que ele é testemunha, compromissá-lo e prendê-lo por estar mentindo. Porque ele, na realidade, é indiciado na Polícia Federal e, aqui, comparece na condição de investigado.

O SR. (Orador não identificado) – É outro procedimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Mas ele é investigado aqui! Ele é o quê?

O SR. (Orador não identificado) – Isso é prejudicial. Isso é prejudicial.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Ele é testemunha?

O SR. (Orador não identificado) – Ele pode, na conclusão da CPML, ser indiciado. Ele não é investigado, porque a investigação é sobre um fato, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Não é nada disso. Ele não é testemunha.

O SR. (Orador não identificado) – O fato está sendo investigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele não é testemunha.

O SR. (Orador não identificado) – Ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Jamais pensei que viria ao Congresso para voltar aos meus tempos de juíza, mas aqui estou eu lembrando a minha época.

Ratifico, com algumas considerações, o que disse o Senador Demóstenes Torres. Ele, realmente, de fato, é réu. Ele só não é nosso réu, mas ele é réu. Ele é um réu virtual. Ele vai ser enquadrado, ele vai ser submetido a um julgamento e pode ser absolvido ou não.

A ninguém é dada, a ninguém pode ser imposta a confissão da própria torpeza. A ninguém pode ser imposta a confissão da própria torpeza. Entretanto, Sr. Presidente, discordo de que o réu possa mentir. Não, não pode. Ele pode calar-se, mas não tem o direito de mentir, não. Ele tem o direito de ficar calado – é o que a lei processual penal dá a ele. Se ele mente, ele só não poderá ser processado, mas fica cada vez mais revelada a torpeza do caráter do indivíduo que nós vamos ouvir aqui.

É bom que ele, Sr. Marinho, fique ciente de que aqui nós temos poderes investigativos e poderes de juiz. Não prolatamos sentenças, mas julgamos a culpabilidade, sim. E podemos ir muito mais além. Já antevemos, não me quero adiantar agora.

De modo que não tem o direito de mentir. Não, não tem. Tem o direito de se calar. Tem o direito de se calar, isso tem, porque a ninguém é dado confessar a própria torpeza.

De modo, Sr. Presidente, que eu, uma vez mais submeto à reflexão de V. Ex^a que não defira o compromisso da verdade a ele. Não se pode compromissá-lo. Ele, de fato, é um informante, porque, de fato, ele é réu. Vamos ouvi-lo.

Se me permite, Sr. Presidente, estou vendo que o Sr. Marinho está ali lendo um relatório, que veio para ele **ipsis litteris**.

Então, tenho dois requerimentos a fazer: que V. Ex^a e o Relator conduzam o interrogatório dele e, depois, nós o reinquirimos; e, com relação à fita, que, como bem disse Cardozo – meu querido amigo e colega Cardozo –, é a razão de estarmos aqui, que V. Ex^a providencie uma cópia para cada um de nós a fim de que possamos assistir nas nossas casas e, depois, cotejamos com o depoimento, com a fala do Sr. Marinho.

É só, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer, o que eu e a Deputada Juíza Denise Frossard falamos é exatamente a mesma coisa.

É claro, se ele não pode ser preso pelo que está dizendo, é claro que ele tem o direito de mentir – isso já está reconhecido pela jurisprudência. Agora, nós não gostaríamos que ele mentisse; gostaríamos que ele falasse a verdade. Rogamos e apelamos para que fale a verdade. E mais: ele não tem direito de ler. O indiciado, o investigado só tem direito de consultar pequenos apontamentos.

O SR. (Orador não identificado) – Pode ler o que quiser.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não; ele não tem direito de ler. Então, o que disse a Deputada Denise Frossard é verdade. Ele tem que depor espontaneamente. Pode consultar algum apontamento, mas, agora, ler, fazer uma declaração, fazer um discurso, isso ele não tem direito.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para contribuir com V. Ex^a, na linha do que manifestou a Juíza Denise Frossard, nossa colega Deputada, e um pouco com a experiência de advogado criminalista – e lá vai o Judiciário na sua amplitude –, dizer que, na verdade, ele vai depor como informante, até porque como testemunha ele não se presta e réu ele não o é na CPMI ainda; ele pode ser investigado.

Então, ele vai depor, na verdade, Juíza Denise Frossard, como informante. Essa é a característica que a CPMI tem que identificar. E o informante, Sr. Presidente, não pode ler, em absoluto, um discurso. Ele pode buscar apontamentos; pode se informar; enfim, ele pode olhar para se orientar, mas ele não pode vir aqui, Sr. Presidente, fazer um discurso para o Plenário da CPMI. Acho que essas duas características têm que ficar claras.

Quanto a mentir ou não mentir, lembro que a CPMI tem sensibilidade suficiente para isso. Acredito que os Parlamentares têm a formação necessária para perceber quem está ou não mentindo. Sem contar que o povo, lá fora, está ouvindo e vendo muito bem a realidade de quem está falando.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu formulei uma questão de ordem e quero concluí-la.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quem sou eu para contestar a Deputada Juíza Denise Frossard ou o Senador Demóstenes Torres? Mas acho que está havendo um equívoco aqui. A decisão do Supremo Tribunal Federal, Senador Demóstenes Torres – infelizmente não consegui trazê-la nesse exato momento, gostaria de fazê-lo –, é no sentido de que, independente de ele ser indiciado pela Polícia Federal, ao comparecer aqui, a condição dele é de testemunha.

Portanto, como é definido pelo Regimento da Casa e pela lei que regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito e pela Constituição Federal, ele, na condição de testemunha, fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber. Ele pode até se calar, mas ele não tem, como disse o Senador Demóstenes Torres, o direito de mentir.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que ele vem aqui – e esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal –, mesmo como indiciado, na condição de testemunha.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A testemunha não pode se calar!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A testemunha não pode se calar!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a decida a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente,...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estou com a palavra, Deputado.

Quero dizer que o depoente está indiciado no inquérito da Polícia Federal. Aqui, o procedimento é o da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi constituída para investigar um fato certo e determinado. Se nós atribuirmos às declarações do depoente o caráter já do depoimento de um indiciado, estaremos prejudgando, antecipando as conclusões, que só poderão ser tomadas ao final dos trabalhos desta CPMI.

Por isso, Sr. Presidente, parece-me muito claro que ele está comparecendo aqui para esclarecer os fatos investigados pela CPMI. Por isso, aqui vem na condição de testemunha. E isso é importante, Sr. Presidente, para que tenhamos o maior proveito deste depoimento, que está sendo inaugural em relação aos trabalhos desta CPMI.

Volto a requerer a V. Ex^a que tome o depoimento do depoente, como testemunha, para que não haja um prejulgamento. Ele poderá, ao cabo dos trabalhos, nem sequer ser indiciado, ou receber a recomendação do indiciamento pela Comissão.

Então, para que esta Comissão não prejudgue, requeiro a V. Ex^a que tome o juramento. Que a testemunha venha aqui com o compromisso da verdade, porque é esse o caráter com o qual ele comparece, sob pena de estarmos prejudgando, antecipando as conclusões do trabalho desta CPMI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR))

– Sr. Presidente, apenas para uma reflexão dos Srs. Parlamentares. Nós sabemos, em Direito, e temos sempre à memória a frase famosa de que **habitus non facit monachum**. Não é porque uma pessoa se veste de hábito que será um abade. A natureza jurídica não decorre da denominação que nós oferecemos. O que quero dizer com isso? Não é porque iremos chamá-lo de testemunha que ele será obrigado a depor sob juramento contra aquilo que o malferir. É um direito...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está na lei da CPMI. O que vamos fazer então?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, fica fácil para alguém obrigar outrem a jurar que fale contra si, desde que o qualifique como testemunha, e a ninguém de nós é possível isso. Então, o que cabe à Comissão é verificar se ele está na condição de testemunha, não porque nós o chamamos de testemunha, ou se ele está como alguém que pode estar depondo contra si próprio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT

– MS) – Ouço o Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, comecei a questão de ordem e havia pedido a palavra pela ordem há bastante tempo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço, Sr. Presidente. Deputado, eu havia pedido a palavra antes de V. Ex^a, garanto.

Sr. Presidente, essa é uma questão que não é nova nesta Casa, não é nova na história das CPIs e é um vácuo da nossa legislação. Na verdade, o próprio Supremo já se posicionou em situações anteriores, como disse o Deputado Eduardo Paes. Houve situações aqui em que as comissões entenderam que o depoente era testemunha e este se omitira, razão por que houve prisão em flagrante, e o Supremo Tribunal

Federal mandou liberá-lo por entender que ele era investigado.

Então, é necessário ter claro, Sr. Presidente, que, quando se convoca uma testemunha, de antemão temos que saber o papel que ela vem a ter nesta Comissão, por analogia, de certa maneira, com o que ocorre com o inquérito policial. Se a pessoa, **a priori**, pelos fatos que estão postos, pode ter uma imputação contra ela, ela é investigada. Se ela, no momento em que se apresenta a convocação, não tem nada que possa ser colocado contra ela, mas apenas vem presenciar e testemunhar fatos, ela é testemunha. Assim, cabe à Presidência definir esta questão, sob a condição que aparece neste instante o depoente.

Se a Presidência e o Relator o convocaram, entendendo que é uma pessoa que **a priori**, sem pré-julgamento, tem um envolvimento nos fatos, ela é investigada. Se não tem nenhuma situação desse tipo, mesmo sob o risco de, no futuro, vir a ser envolvida, no momento em que comparece é testemunha. Isto muda completamente o regime jurídico e por isso imprescindível – e por isso tem razão o Deputado Maurício Rands – a pré-definição, porque testemunha não se pode calar, testemunha está submetida ao crime de falso testemunho; o investigado não.

Então, reitero a questão de ordem, Sr. Presidente, à vista dessas ponderações e da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal sobre esta matéria, que a Presidência e o Relator definam a condição com que comparece aqui o depoente para que, se entender que não há envolvimento, **a priori**, do depoente, o tenha como testemunha; se entender que existe a possibilidade, que o tenha como investigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, vou retomar a questão de ordem que fiz a partir do Regimento do Senado, em especial no seu art. 148, que determina que o depoimento de testemunha seja colhido sob compromisso. Por favor, vamos à Lei nº 1.579, que dispõe sobre Comissões Parlamentares de Inquérito, art. 3º:

Art. 3º – Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Vamos ao Código de Processo Penal Brasileiro, em seu art. 203:

Art. 203 – A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade.

Agora, por fim, duas decisões do Supremo Tribunal Federal que corroboram o que estamos solici-

tando. O que a Mesa precisa é fazer com que aquele que neste momento está se pronunciando o faça sob juramento para que, sob as penas da lei, se houver qualquer deslize, posteriormente, poderá ou não responder pelas consequências.

O SR. (Orador não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas está aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Deputada Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, para tentar colocar um ponto final e tentar auxiliá-lo, suponhamos que V. Ex^a aqui ceda à pressão e tome o compromisso do depoente. Vamos imaginar a questão fática. V. Ex^a toma o compromisso do depoente, e ele, flagrantemente, vai mentir num ponto. Aí há um requerimento para que V. Ex^a o prenda, porque ele cometeu falso testemunho. Se V. Ex^a o prende, um juiz da esquina vai soltá-lo. Estou querendo ser prática e objetiva.

O SR. (Orador não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Exatamente.

Então, Sr. Presidente, **data venia**, penso que devemos ouvi-lo como informante, e nossas provas serão buscadas muito menos na prova testemunhal, que é dita – e hoje não é politicamente correto dizer –, mas no Direito se diz que é a prostituta das provas. Vamos buscá-las... Este é um caso eminentemente documental.

Obrigada, Sr. Presidente, uma vez mais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, decida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se V. Ex^{as} me permitirem, acho que a ponderação da Deputada Juíza Denise Frossard é sensata e equilibrada. Portanto, até para que continuemos os trabalhos, quero ler para V. Ex^{as} o parecer do Ministro Marco Aurélio de Mello, do STF:

Votação unânime do STF.

Depoimento, termo de compromisso, investigação. CPI, polivalência do termo, impropriedade. A circunstância de o convocado para depor perante a Co-

missão Parlamentar de Inquérito ser alvo da própria investigação, desobriga-o da assinatura do termo de compromisso, não subsistindo, ante à contrariedade à ordem natural das coisas, de força insuplantável, a ressalva de que não estará compelido a manifestar-se a ponto de incriminar-se.

Portanto, gostaria de encerrar este debate e dar a palavra ao Sr. Maurício Marinho.

Sr. Maurício Marinho, V. S^a não pode ler, pode usar simplesmente os documentos de V. S^a para alguma consulta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, recorro da decisão de V. Ex^a à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Solicito que V. Ex^a encaminhe o recurso, porque é um direito...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sem efeito suspensivo.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sem efeito suspensivo, nobre Senadora. Mas para que possamos discutir isso, visto que há jurisprudências conflitantes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado Onyx Lorenzoni.

Com a palavra o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, não sou advogado, não sou Parlamentar, sou um técnico dos Correios. Fiz o roteiro para falar. Pontuei. Achei melhor anotar todos esses pontos, uma vez que me disseram que eu teria vinte minutos no máximo. Em cima desse tempo, procurei descrever os pontos. Independente do roteiro ou do que está escrito como introdução, o que chamei de “Introdução CPMI – Maurício Marinho”, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não vim aqui para falar mentira; vim aqui para falar a verdade. E trouxe todo o dossiê do meu trabalho. Sou um técnico. Sei onde errei e assumi os compromissos dos meus erros. Está por escrito. Sei que falei demais; sei que envolvi pessoas; sei que trabalhei dentro dos Correios mesmo fora do horário, envolvendo assuntos que não eram da empresa. Recebi um dinheiro que não pedi. Está aí registrado em uma hora e cinquenta e quatro minutos de fita gravada. Não estou me eximindo das minhas responsabilidades. Eu quis trazer aqui documentos que comprovem; tirei cópias para todos os senhores dessa introdução, num total de quarenta, cinquenta peças. Do dossiê não foi possível, porque não ganho o suficiente para tirar 40 cópias desse montante, mas trouxe quatro cópias. Elas estão aqui à disposição dos senhores. E essa fita de 1h54min está dentro do dossiê, toda ela degradada, com a justificativa por minuto e segundo. Aquilo que não atender, eu estou à disposição para explicar. Está

aqui dentro toda a fita degradada. É lógico que não fui eu quem fez. Foi a própria revista que passou aos Correios. Eu recebi a fita – 1h54min –, e nós, para cada minuto e segundo, apresentamos uma justificativa.

Agora, eu vim aqui para trabalhar e para me colocar à disposição dos senhores, para mostrar que eu não sou esse homem-chave, como saiu. Ontem, até foi dito que era de quinto escalão, correto? Boquirroto, não é? Peixe pequeno, bagrinho, correto? Cola-selo, boi-de-piranha, entendeu? Eu estou aqui para me defender como técnico, porque até agora não tive a oportunidade, em lugar algum, de me defender. O primeiro local em que eu estou tendo oportunidade de falar alguma coisa é aqui na CPMI. Nem dentro da minha empresa eu tive essa oportunidade. Eu fui chamado com *script* pronto, da mesma forma como eu fui, quarenta e cinco dias – se é da ABIN, se não é; se é coronel, se é almirante, eu não sei –, mas quarenta e cinco dias de lavagem e de trabalho para chegar nesse material. Quarenta e cinco dias! Em nenhum momento, eu trabalhei nem falei com nenhum empresário. Eu não falei, meus senhores, com nenhuma empresa que tenha CNPJ, que tenha um vínculo comercial com a ECT. Podem verificar na fita. Façam as investigações. A Polícia Federal está fazendo; o Ministério Público levantou a minha vida, desde 1975, e de toda a minha família. Está aqui o meu patrimônio. Não meu, da minha família. Está aqui dentro. Toda a fita decupada, todo o meu problema de saúde está aqui dentro. Correto? Eu estou colocando à disposição dos senhores.

Eu preciso falar a verdade. Sou um pai de família. Eu tenho parentes, eu tenho filhos, eu tenho netos. Eu nunca tive a oportunidade de falar em lugar nenhum. Esta CPMI é o único lugar em que estou tendo oportunidade de falar. A coisa que eu mais queria era chegar aqui, falar, discutir. Onde os senhores acharem que eu estou errado... Eu estou aqui; eu não vou fugir. Eu tenho endereço; sou funcionário público; não tenho mansão, como falaram; não tenho fazenda. Eu tenho um patrimônio de R\$200 mil, adquirido em 32 anos de trabalho. A minha vida está sendo achacada desde o momento da divulgação dessa fita, gravada de forma criminoso, cujo motivo eu não sei até hoje. Se fosse a minha saída, eu já tinha pedido a minha saída desde o mês de março por problema de doença. Se fosse problema comercial, problema empresarial, aqui dentro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estão todas as providências que nós tomamos, desde setembro de 2004 até agora, para corrigir problemas no processo licitatório. Eu não preciso disso para falar.

E eu quero dizer para os senhores: eu tenho quase 30 anos de Correios e conheço o processo. Eu não sou do Departamento de Contratação, como estão falando

e imputando-me responsabilidades sobre as compras dos cofres, dizendo que o Sr. Arthur Wascheck, o mandante da gravação, foi que ganhou a licitação em 2002. Eu não estava lá. Falaram de tênis – nem licitação foi feita. Falaram de um senhor de São Paulo com que eu mandei buscar dinheiro para PTB, que eu não sei nem quem é. Mandem buscar o processo da ECT! Vamos analisar! Vamos ver de quem é a responsabilidade dentro dessa organização, dentro de cada departamento. Cada Diretoria lá tem a sua responsabilidade e os seus objetos. Em nenhum momento eu estou correndo ou fugindo. Eu jamais fui chamado, até mesmo para identificar o segundo araponga que foi lá me gravar. Até hoje não fui chamado, não sei se aquele careca é o mesmo que foi lá me gravar. Uma hora não sei se é Molina, uma hora... Não sei nem quem é.

Então, a gente vive com medo de sair, porque nem funcionário da empresa olha para a sua cara, quando vê aquele problema e aquela divulgação.

Então, gostaria que os senhores entendessem que, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, se tem esse antro de corrupção, tem que ser apurado. Agora, o que quero dizer aos senhores, dentro da empresa existem limites de competência, estão todas aqui dentro: quem assina, quem é responsável por cada objeto.

Eu estava na sala de fora, quando queriam que chamassem, não sei qual dos senhores, antes do Deputado ou depois o Marcos Valério. Eu soube, pela imprensa, que ele tem negócio com o Correio, que ele faz parte da parte de publicidade. Eu não sabia disso.

Na parte de publicidade, propaganda, patrocínio, participação de eventos, a fita é verdadeira. Vamos chegar nela. Só que essa fita, nobre Senador, foi trabalhada 45 dias. Isso aí não tem pergunta e resposta; isso tem uma lavagem cerebral pontual. Isso está explicado aqui dentro.

Agora quero dizer que os objetos da ECT são de responsabilidade de cada diretoria de área, que são sete. À Presidência compete a área de comunicação com o Governo Federal; não passa pela área administrativa. A área de tecnologia é específica e não é só *hardware* e *software*. É *hardware*, *software*, manutenção, engenharia, tudo é lá. Entendeu? É isso que tem que ser dito.

Na área de operações, nunca chegou para nós um contrato para contratar um carrinho de mão, que dirá uma aeronave. São específicas da Diretoria de Operações da Empresa as contratações de todas as linhas de transporte.

Compete à área de administração, onde eu estava no departamento, material de consumo. Levantem o orçamento dessas áreas, verifiquem quem tem

o poder de assinar dentro da organização, quem está por trás de cada diretoria. Na minha diretoria, estava o Diretor Antônio Osório, do PTB, indicado por Roberto Jefferson. Não é novidade para ninguém.

Não sou filiado a Partido nenhum, mas ele e o assessor executivo são. O Presidente é vinculado ao PMDB. O Diretor Comercial é vinculado ao PMDB. O Diretor de Operações e Tecnologia, que são os únicos dois diretores de carreira da casa. Todos os outros são políticos. Os dois da casa estão na cota do PT, correto? Que é Tecnologia e Operações. Isso os senhores sabem. Está aí, todos os dias, sendo divulgado.

Agora, há uma semana, começaram a afunilar. Roberto Jefferson bateu de lá para cá, afunilaram no meu nome. Afunilaram de forma tal, que só hoje saíram seis matérias – seis matérias! – em jornais. Estou aqui com todas as respostas delas e à disposição dos senhores. Convoquem, seja quem for da empresa. Vamos verificar o processo. De quem é a responsabilidade de cada um, entendeu? Quem especifica, quem autoriza um processo licitatório nessa empresa, correto? Quem é o Cace, que os senhores comentaram antes, que é o Comitê de Análises de Comissões Estratégicas. Quem autoriza o processo de abertura licitatório, não é ninguém de terceiro, quarto, quinto escalão. Correto?

Os senhores têm que ter conhecimento do processo da organização. Vim aqui para falar a verdade e estou à disposição. Agora, sei que falei demais naquela fita. Falei, envolvi nomes, entendeu? Assumi o compromisso. Assinei embaixo. Registre em cartório. Sei que falei, estava na situação totalmente difícil de saúde, correto? Foi na mesma semana em que fui hospitalizado.

Sabe como eu soube da fita, Srs. Deputados? Foi através do Sr. Policarpo, no dia 12 de maio, às 17 horas e 45 minutos, saindo do hospital, doente, esse senhor, esse jornalista me ligou e tinha 15 minutos para fechar a matéria. Ele não quer saber quem está do outro lado da linha, se é uma pessoa de bem ou de mal. Ninguém me perguntou se aquilo era verdadeiro. A única coisa que ele queria saber era de responsabilizar o Roberto Jefferson.

Não tenho ligação. Aqui disseram alguns que tenho ligação. Rastreiem as ligações; verifiquem quantas vezes em um ano estou lá desde o dia 04 de junho de 2004. Pedi para sair em março. Pedi para sair para tratar de saúde, mas fui liberado pelo Diretor Antônio Osório formalmente – está o documento – no dia 03 de maio. Se eu tivesse saído em março talvez aqui estaria sentado outro funcionário, porque o interesse é incriminar alguém, se é político eu não sei, se é só comercial, pelas mudanças que estávamos processando, eu também não sei. Agora, que as mudanças que

estávamos processando dentro da organização não são de interesse de muitos empresários... Muitos empresários, inclusive, vão lá encaminhados por políticos, e não olho quem é o político que mandou. Eu não conheço os senhores! Chega lá o empresário e diz: “vim aqui, sou muito amigo do Senador Ney Suassuna”, atendo; “sou amigo do Lula”, atendo; “sou amigo do Aníbal”... Está lá na minha agenda. A minha agenda está aberta no Ministério Público. Ela não sumiu.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estou dizendo um exemplo. Naquele dia falei tanto na minha situação que disseram que, se eu demorasse mais 15 minutos, o Bento XVI entraria na minha sala. Entendeu? Foi um jornalista.

Senhores, aqui na decupação da fita, num dos termos, falo num trecho seis assuntos diferentes sem concluir nenhum. Está escrito aqui dentro. O que estou querendo colocar aos senhores... Estou à disposição, podem perguntar, estou à disposição. Jurando, não jurando, como investigador, vim aqui para falar a verdade, e estou deixando todos os meus documentos aqui à disposição dos senhores. O que quero dizer é que não sou político; não tenho vinculação política a partido nenhum. Aquilo que falei que ligava para Roberto Jefferson e ele dizia, eu nunca liguei para ele e nem ele me ligou. Aquilo que disse na fita, que o meu presidente, que é o Sr. João Henrique, a toda semana descia na minha sala, verifiquem os senhores, nesses 11 meses de trabalho, ele nunca entrou no meu gabinete. O que estava havendo? Eu estava negociando com uma empresa que conhecia mais de correio do que nós que éramos dos Correios. Ela tinha informações dos Correios que nós não detínhamos, e estavam representando uma multinacional que entraria no Brasil, seria internalizada para produzir equipamentos que o Governo Federal estaria liberando. Foi esse o início da conversa. Somos maiores do que todos.

Quando falo em Novadata, que está escrito aí dentro, a Novadata ganhou algumas licitações. Ganhou, mas porque apresentou o menor preço. Não sou eu que faço licitação. Quem faz licitação na ECT é a pregoeiro e a CPL. O que compete a nós do Decam é uma única coisa: emitir um termo de referência e, depois de homologado o contrato pelas autoridades superiores... E quando eu fazia assim, a turma falou: “É acerto; é dinheiro que ele está recebendo. Vejam as contas bancárias e o patrimônio. Onde está esse dinheiro?”

Então, fico pensando: será que estamos no caminho certo? Se existe erro lá dentro, que seja apurado. Se de lá sai dinheiro para “mensalão”, como estão dizendo,

que seja apurado. Agora, não dentro do Departamento de Contratação. Não temos poder sequer para autorizar o processo! Não homologamos o processo. Ele só cai na nossa mão depois de assinado pelo presidente e pelo diretor de área. E os senhores têm conhecimento de que a diretoria dos Correios, a diretoria colegiada, as sete pessoas são solidárias. Se um diretor fizer alguma coisa errada e todos concordarem, os sete são responsáveis? A diretoria do Correio é uma diretoria colegiada, ela é solidária. Correto? Então isso a gente precisa saber para discutir esse assunto. Há interesses comerciais, evidente. Qual a empresa que não tem? Qual empresa que não tem interesse comercial, que não quer vender o seu produto? Eu estou a dois anos da minha aposentadoria. Eu tenho interesse nesse negócio. Desde a primeira página que o Sr. Victor Dalcon fala, aos sete minutos e quarenta e quatro segundos, ele já começa a tratar do assunto. Só que aparece a quarta reunião. A primeira, a segunda, a terceira, segundo informações que eu tenho e que a Polícia Federal me passou, as três foram gravadas. E a segunda, a **Folha de S. Paulo** conseguiu reproduzir. Na segunda eu apareço. São dezoito minutos. É quando eu desconfio pela primeira vez do interlocutor. Aí eu queria saber: mas qual é a sua empresa? Qual é o seu produto? E aí ele desvia a conversa, porque eu sou muito parecido com um parente dele e tal. Aí eu ia sair de férias. Tá escrito. Tá na fita gravada. Na segunda. Eu falei: eu não entendo de tecnologia. Eu entendo do processo da ECT. E eu estou aqui pra atender a todo e qualquer fornecedor, seja ele indicado por parlamentar ou não, eu atendo a todos da mesma forma. Isso é processo. Manlic – Manual de Licitação, isso tá escrito. Correto? E isso acontece na nossa organização.

A empresa é uma empresa muito séria. Pode estar havendo alguma coisa? Talvez. Tem que ser investigado. Têm que ser comprovados os fatos. Eu não estou tirando a responsabilidade de ninguém, porque eu não conheço. Porque se eu soubesse, eu colocaria aqui dentro, correto? Agora eu assumo o compromisso dos meus onze meses.

Sr. Presidente, os doze meses de contrato, os doze meses – olha bem o que eu estou dizendo agora (tá na página 390 aqui desse tijolo). Aqui está a página dos Correios na Internet. Poucas empresas têm isso aqui. Poucas. Poucas empresas públicas fazem como nós fazemos. Todo o processo licitatório está na página dos Correios da Intranet, os doze meses de contrato, compras e licitação, processos em andamento e homologados – não é da minha responsabilidade, mas é da responsabilidade da CPL da pregoeira. A Controladoria-Geral da União... estão lá há quase trinta dias. Já passou, já repassou, vai repassar mais quantas

vezes quiser e vai voltar no tempo. Vão descobrir coisas? Lógico que vão descobrir! Deve ter alguma coisa; agora eu não sei se tem no nível que a imprensa tem falado, tem divulgado.

Agora que o Decan eu vendi, eu me autovalorei, eu fiz uma autopromoção do meu conhecimento porque eu tinha interesse, assim como eu ainda tenho interesse no futuro em ter a minha empresa de consultoria. O meu currículo está aqui. Eu trabalho com consultoria dentro e fora do Correio. Eu fiquei fora oito anos, mas depois que eu voltei para os Correios eu parei. Correto? Mas está tudo aqui escrito e foi tudo apurado pelo Ministério Público. A minha agenda está cem por cento à disposição dos senhores.

Falaram do – desculpem se eu estou falando demais... não sei – Roberto Jefferson. Já disse: não tenho ligação nenhuma com ele.

O SR. (Orador não identificado) – Pode falar à vontade porque está tudo sendo gravado, viu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tem problema. Excelente!

Outra coisa: falaram do Marcos Vinícius, que é o genro dele. E eu digo na fita. Atendi. Atendi e está na agenda. Quem ele mandou, pediu que eu atendesse. Ligava: “Marinho, pode atender fulano de tal?” Quem é? “É da empresa X”. Tá lá escrito. Eu não omiti nenhuma palavra. Agora, eu respondi ao que me perguntaram. Hoje aqui, nesses vinte, trinta minutos, eu falei para os senhores muito mais do que eles perguntaram. Correto? Por isso eu resolvi fazer o dossiê e disponibilizar a quem quer que seja porque a gente precisa deixar claro. A ECT é uma empresa séria. Tem problemas? Tem, como toda empresa tem, mas, onde tiver, tem que ser apurado. Agora, cada diretoria tem a sua responsabilidade, tem os seus objetos, e elas têm que assumir os seus compromissos. Cada diretoria... Os objetos são claros. O Departamento de Contratação da área de administração, que é do PTB, cuida de material de consumo. A área de operações, transporte aéreo, fluvial, terrestre, compra de viatura é da área de operações, está aqui dentro. Publicidade, propaganda, patrocínio, outros custeios, eventos é da Presidência, que é vinculada aqui, ao Planalto, está certo? Área de recursos humanos cuida mais: pagamento de pessoal, encargos sociais, saúde.

Falaram do medicamento, que Sr. Policarpo queria que eu afirmasse, em quinze minutos, para ele fechar a matéria, sem eu conhecer a fita. Eu nem sabia que existia a fita. Ele falou: “Olha, eu tenho aqui uma bomba, que vai te arrasar.” Está gravada. É só fazer... Quebra o sigilo telefônico. Vamos verificar o que é que ele perguntou? Quatro perguntas. Foco: Roberto

Jefferson, fraude e licitação e aquisição de medicamentos, correto?

Todas as explicações estão aqui dentro, correto? Não tem nada que está aqui fora. Se faltar algum documento, nós vamos requisitar, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e vamos chamar fornecedor, se for necessário. Nós estamos aqui para esclarecer, certo?

Se eu errei, como já assumi, falei demais, envolvi nome de pessoas que não deveria ter envolvido, eu me autovalorizei, tinha meus interesses, peguei os R\$3 mil. Peguei. Eu não pedi dinheiro nenhum. Na fita lá, quando vocês olharem, escutarem bem a fita, ela está aqui decupada, segundo a segundo, com a justificativa do lado.

Quando ele diz: “Eu vou levar-lhe um negócio”, em nenhum momento se pediu um centavo, mas, na hora da gravação, ele precisava gravar. Ele já tinha feito três gravações, mas, em nenhum momento, ninguém pediu dinheiro. Em nenhum momento, tinha envolvido o nome de outras pessoas. Eles queriam incriminar a empresa, incriminar algum Partido político ou incriminar a mim pelas mudanças que estavam sendo feitas. Foi até entregue... Eu peguei o dinheiro, guardei. Sei que errei, tá? Mas eu tenho certeza que aquilo ali eu não pedi a ele. Está escrito, está gravado na fita, correto? Foi uma falha. Foi um ato impensado. Vocês precisam ver, depois de vocês verem um caso daquele na revista e no Jornal Nacional, na Globo, que explorou isso vastamente, correto? O próprio Partido do PL, aproveitando-se daquela imagem, o que foi feito, correto? E outras empresas, outras mídias, que fizeram o que fizeram, correto? Imagina a esposa, os filhos, o sogro, a sogra, o seu neto vendo aquilo, entendeu? Aquilo não resolve nada a ninguém.

Eles ofereceram R\$15 mil de consultoria quando a empresa multinacional estivesse dentro do País. Eu pensei, inclusive, em tirar a minha aposentadoria proporcional, porque era um grande negócio. A única coisa que a gente aprendeu a fazer dentro do Correio é fazer planejamento, é trabalhar com organização, é trabalhar com projeto base.

Eles insistiram tanto em dar participação a Partido político, e eu disse a ele: “Eu tô dentro de uma diretoria, cujo capitão, cujo chefe é o Antônio Osório; Antônio Osório indicado pelo Roberto Jefferson”.

O SR. (Orador não identificado) – **(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Aqui eu falei na fita, sim. Eu não estou dizendo que não falei. Verifique quantas reuniões foram feitas. Todos os senhores têm condição de ver isso, de apurar. Vejam quantas vezes eu liguei para ele. Vejam quantas vezes

ele ligou para mim. Verifique quantas vezes o Presidente foi lá. Eu vendi uma imagem de competência, que eu queria passar, de oportunidade de negócio, correto? Eu assumi o compromisso com ele de levantar técnicos da própria empresa que estão aposentados ou em fase de aposentadoria, para desenvolvermos projetos para outras organizações. Falamos da parceria público-privada.

Hoje vi, no jornal de hoje ou de ontem, o Serpro, que, se não me falha a memória, está aqui – é um dos casos de que falo na fita – licitando aquisição de computadores com 48 meses. Quem entende da Lei nº 8.666 sabe muito bem que a aquisição é de doze meses. Correto? Mas por que ele chegou aos 48 meses? Este era o meu interesse nos Correios na melhoria do processo: incluir na aquisição a prestação do serviço, o fornecimento do material de consumo. Aqui dentro, há sugestões para a melhoria da Lei nº 8.666.

Eu não chamei o Sr. Wascheck nem outras empresas de “firminha”, como ele falou no jornal. O que eu disse na reunião é que Brasília era um ilha cercada de picaretas, não era de fornecedores. Olhe o que estou dizendo e assumindo aqui: “picaretas”, que não produzem nada e que atravessam todos os órgãos públicos.

Quando a gente exige que uma empresa venha trabalhar conosco, quando eu tenho que cadastrar o fornecedor, quero falar com quem fornece, com quem produz, mas não posso exigir que seja fabricante. Se eu pedir que seja fabricante, a CPL não aceita, nem o departamento jurídico: “Você está diminuindo o espaço de competitividade”.

Parti para um outro processo: criamos a Divisão de Gestão de Fornecedores. Quantos órgãos públicos têm um órgão como esse? Foi implantado em maio agora, aprovado pela diretoria da empresa. Para que uma divisão dessas? Quem é do Espírito Santo deve saber de um órgão lá chamado Prodefor, Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, que trabalha com a Vale do Rio Doce, com o Banco do Brasil e com outros órgãos grandes. Por que não tem um Prodefor nacional, com empresas sérias cadastradas?

Não sou contra o representante. Eu gostaria que o representante, meus senhores, trouxesse os documentos da sua empresa. O que há hoje de representantes esquentando empresas que não pagam impostos! E vêm com documento no processo licitatório, dizendo “eu não uso mão-de-obra infantil”, “eu não uso mão-de-obra escrava”, “eu respeito o Código do Meio Ambiente, a ISO 14.000”. É verdade? Aí, você vai verificar a empresa, ela está em Ceilândia, em Samambaia, numa sala de vinte metros quadrados. É essa empresa que quer ganhar dois, três milhões de contrato nos

Correios? E se ela não entregar? Quem está por trás dela paga os impostos? Então, temos muitos problemas para trabalhar e para resolver.

Quando se criou a Divisão de Gestão de Fornecedores, o objetivo claro – olhem bem, meus senhores – era pré-qualificar os fornecedores, era desenvolver fornecedores não para os Correios, para os órgãos públicos de Brasília. Era a identificação de desempenho de fornecedores, a avaliação de fornecedores. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Maurício Marinho, por favor, V. S^a podia completar o seu depoimento.

O SR. (Orador não identificado) – Deveríamos deixá-lo livre para falar, Sr. Presidente. Vamos dar tempo a ele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o Sr. Marinho, numa citação de um exemplo, eu sei, citou o meu nome.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há inscrição, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas fui citado e estou querendo saber: Sr. Marinho, o senhor já me conhecia antes? Alguma vez já tive algum relacionamento com o senhor? Alguém pediu ao senhor em meu nome alguma coisa, um dia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só de fotografia, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senão, amanhã, a Oposição no meu Estado estará dizendo que fui citado.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Estou aqui para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Maurício Marinho, por favor, o senhor pode falar, porque todos os Parlamentares estão ansiosos pelas revelações.

O SR. (Orador não identificado) – Agora é hora do inquirimento.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quanto às revelações de que eu disse até agora, a responsabilidade é de cada diretoria de área. Onde é que há problema? Saiu, no jornal, o cofre. Quando foi comprado? Quem é o responsável? Saiu, no jornal, a Skymaster. Quem licita transporte? Quem está por trás da Skymaster? Correto? Existem problemas? Quem está por trás das empresas de tecnologia? Quem é todo mundo sabe.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A diretoria de tecnologia... Acabei de falar agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, está bem!

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Falei aqui. Só dois diretores, na empresa, são de carreira – eu disse isso: o de tecnologia e o de operações. Para nós, da empresa, é cota...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E os outros diretores são desonestos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Eu vou dizer quem são.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O de tecnologia é o principal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, o depoente está falando. Peço que ele continue com a sua exposição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tem razão, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, eu disse que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma empresa honesta. Se há corrupção, em nenhum momento, eu disse isso. Eu estou sendo colocado como bode expiatório por causa daquela gravação criminosa. Estou dizendo que cada diretoria da empresa tem um partido político por trás. É isso o que eu disse. Mas isso é o que nós conhecemos dentro da organização. Eu não sou político. Eu disse que, quanto aos dois diretores da empresa, o de tecnologia e o de operações, que detêm o grande valor orçamentário da nossa organização, quem está por trás é o PT, é o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É isso o que foi dito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente. Temos de assegurar a palavra ao depoente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Isso é inadmissível!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há uma lista de inscrições. Os Parlamentares terão o direito de falar no momento em que forem chamados por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse tipo de constrangimento que se tenta causar ao depoente é inadmissível! Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, como foram reiterados...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a não pode apresentar questão de ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não há questão de ordem. Não há questão de ordem. O depoente está falando neste momento!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quem preside esta reunião não é o Deputado Eduardo Paes. Quem a preside é V. Ex^a, Sr. Presidente. Pedi uma questão de ordem a V. Ex^a. Quem preside esta reunião não é o Deputado Eduardo Paes, muito menos o Deputado ACM Neto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Deputado Henrique Fontana está querendo constranger o depoente, Sr. Presidente. Bastou falar no Sílvio Pereira, que ele quer constranger o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana, tem V. Ex^a a palavra pela ordem. Depois, daremos encaminhamento ao depoimento.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, no início, V. Ex^a nos disse que o depoente teria um tempo livre de 20 minutos e que, depois,...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Qual é o artigo, Sr. Presidente? Qual é o artigo, Sr. Presidente? Qual é a questão de ordem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero que o Deputado Henrique Fontana aponte o termo regimental.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é questão de ordem. Não é questão de ordem. Não é!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Aqui não há ninguém mais comprometido que outro com investigações. Todos nós temos o mesmo compromisso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, não diga que é questão de ordem! Não faça manobra regimental!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Ninguém vai ganhar no grito qualquer debate aqui!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Você é quem está gritando! Se você acha que grito não resolve, por que você grita também? Se você gritar, grito do outro lado também!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena! Senadora Heloísa Helena!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, para o bom andamento dos trabalhos,

temos de garantir o tempo que o depoente fala e o tempo que os Deputados e Senadores podem inquirir o depoente.

O SR. (Orador não identificado) – Então, deixe ele falar!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Senão, ele vai falar por uma hora e não vamos poder...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Deputado Henrique Fontana quer assumir a Presidência da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos, vamos...

O SR. (Orador não identificado) – Ele vai falar a noite inteira, Sr. Presidente?

O SR. (Orador não identificado) – Manobra diversionista! Manobra diversionista!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a é o Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Cito o inciso X do art. 398 do Regimento.

O SR. (Orador não identificado) – Temos de fazer as perguntas para ele. Ele não pode falar a noite inteira o que ele quer.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Existe uma regra: por analogia, o depoente pode falar por meia hora.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado Maurício, permita que o depoente fale.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands, por favor...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para a ordenação dos trabalhos e para a tranquilidade do Sr. Maurício Marinho – tenho a impressão de que a ira do PT é justificada; o PT ofendeu-se, porque apenas dois diretores ligados a ele foram citados –, gostaria que o Sr. Maurício apontasse o restante dos diretores e a quem estariam ligados, para não cometer essa injustiça com o PT. Compreendo a ira santa desse Partido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pondero a V. Ex^{as} que já solicitei que ele concluísse seu depoimento. Ele está terminando a exposição. Por isso, para que não voltemos a fazer um debate amplo, estendendo esta reunião demais, eu pediria, Sr. Maurício Marinho, que encaminhássemos, para, depois, os Deputados e os Senadores fazerem as perguntas.

Não tenho dúvida nenhuma de que, ao ser questionado, todas as pessoas terão oportunidade de dirimir qualquer dúvida.

O SR. (Orador não identificado) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Ele foi interrompido quando falava...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao depoente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bom, concluindo, as sete áreas da organização são distribuídas da seguinte forma – esse é o nosso conhecimento técnico dentro da organização, não é influência política de ninguém: as duas diretorias de área, operações e tecnologia, são ocupadas por funcionários de carreira e, para nós, são ligadas ao PT, cujo responsável seria Silvinho Pereira – é o que me disseram; não sei se é Silvinho o nome dele completo, pois eu não o conheço; o Diretor de Recursos Humanos – Ney Suassuna, que aqui está presente; o nosso Diretor Comercial, Carlos Eduardo Fioravante – Senador Hélio Costa; o nosso Presidente, João Henrique de Sousa – Michel Temer; o Sr. Ricardo Caddah, o nosso Diretor Financeiro, para nós, está na quota também do PMDB e do próprio Ministro Eunício Oliveira. Essa é a nossa visão. Essa é a nossa informação. Não sei se faltou algum diretor. O Diretor Antonio Osório Menezes Batista – PTB, indicado por Roberto Jefferson. Está faltando mais alguém? (Pausa.)

Essas são as sete áreas da organização.

Só para encerrar, Sr. Presidente, agora, quero dizer que a minha agenda, bem como toda a minha vida, encontra-se nas mãos do Ministério Público Federal. Eu nunca vi um negócio daquela ordem. Os meus atos estão dispostos nas funcionalidades do site dos Correios: www.correios.com.br. Há três funcionalidades de licitação, inclusive especificações de materiais que muitos não querem que sejam transparentes. Todos os processos estão sendo minuciosamente avaliados por técnicos da CGU – Controladoria-Geral da União.

A diretoria colegiada da ECT é solidária. Não pedi nem negocie propina com os arapongas. Não sou corrupto. Não sou bandido. E sei que falhei por ter tratado assuntos particulares dentro da organização, mesmo fora do expediente. São quatorze horas de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Marinho, o senhor está lendo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É o fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essas afirmações o senhor não precisa ler.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. O que leva a tudo isso? Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só fale de improviso. O senhor está falando tão bem!

O SR. (Orador não identificado) – Pode nos entregar a cópia, que vamos ler.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As cópias eu vou entregar a todos os senhores.

Só para fechar: ao que leva tudo isso? Isso é discutido com funcionários, com técnicos – nós não somos políticos, somos técnicos – da ECT. Há milhares de pessoas lá ocupando função de confiança indicadas por Parlamentares. Ao que leva tudo isso? À falta de oportunidade aos funcionários de carreira de chegarem às principais funções exercidas dentro da organização, que hoje são indicadas por políticos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Marinho, olha a leitura, Sr. Marinho!

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...que possuem compromissos partidários.

Segundo, além das altas funções exercidas por políticos, há indicações feitas por políticos a funcionários de carreira, em muitos casos, sem a devida competência de exercer... Estou falando como técnico, como funcionário da ECT prestes a aposentar. São quase duas mil, três mil indicações. Não sou contra que o funcionário, desde que tenha competência, seja indicado por PT, PL, PMDB, PTB. Mas que indiquem um funcionário competente! Entendeu? Isso é que eu gostaria de deixar claro.

E estou à disposição dos senhores para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Maurício Marinho.

Passo a palavra ao Relator.

Eu gostaria só de destacar a V. Ex^{as} que há 28 inscritos. Então, eu gostaria de solicitar que procurássemos disciplinar um pouco o tempo das perguntas. Eu sugeriria, no máximo, cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Delcídio, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Veja só: também degravei todo o depoimento dele e o estudei. Então, tenho perguntas a fazer. Há gente que não tem o que perguntar. Vamos esperar até o momento de ele se defender, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ao mesmo tempo, faço um apelo pela objetividade das perguntas. Faço um apelo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, proponho que façamos blocos de cinco perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, uma a uma é melhor, Deputado.

Então, vou passar a palavra ao nosso Relator.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu gostaria de entregar ao Relator e ao Presidente cópia de todo aquele material de que falei aos senhores. Está à disposição dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dr. Maurício, V. S^a, evidentemente, tem em sua memória, muito bem gravado, o que foi transmitido naquela gravação que surpreendeu o País.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ali existem, além de possíveis bravatas, referências no seguinte sentido: se o objetivo de V. S^a seria assegurar o contrato de consultoria, não creio que elas enriquecessem a sua postulação, porque, afinal, V. S^a estaria passando a imagem à empresa pretensamente contratante de que V. S^a atuava em ilícitos. Portanto, não seria algo que enriqueceria o seu currículo perante essas pessoas. Por isso, nós, de qualquer modo, surpreendemo-nos. Queremos saber alguns detalhes.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que levou V. S^a a fazer referência para os interlocutores a índices de percentuais que seriam pagos com relação a determinados contratos em que houvesse privilegiamento na administração dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Todo o detalhe da última gravação foi fundamentado nos 45 dias de trabalho que eles estiveram à frente da ECT. O que precisa ficar bem claro é que não existia essa empresa. A empresa não existe. A empresa que lá estava conversando era uma empresa de consultoria, que tinha por objetivo internalizar uma multinacional no País que, ao longo de dois anos, passaria a produzir equipamentos de informática, a fazer a manutenção e o desenvolvimento de *software*. Em nenhum momento, ela apresentou um produto à ECT para dizer que foi fraude, para dizer que ela ia participar, para dizer que ela participou de algum processo licitatório. Agora, que ela detinha conhecimento dos processos passados da organização, eles detinham com clareza brutal! Isso é verdade. Nas quatro reuniões, eles perguntavam sempre as mesmas coisas.

No último dia, nessa quarta reunião, eu falei tanta coisa! Como os senhores podem pegar na fita, tem trecho que não fala nada com nada, não tem nexo, não tem nexos nenhum. Eu poderia ter falado três e dois como eu disse para materiais, só que o assunto não era dentro da ECT, porque eu não tenho esse poder nem de caneta, nem de negociar. Correto?

Falei em consultoria em dez. Eu poderia falar quatro ou cinco ou vinte ou quinze, qualquer número. Eles queriam escutar um número. Eram quase oito horas da noite! São quatorze horas de trabalho! Qualquer número ali valeria. Se ele me desse, passado, R\$500,00, do jeito que eu estava, eu teria pego. Se ele passasse dez mil, eu teria pego, porque eu não sabia nem o que eu estava fazendo naquele momento.

Olhem a situação... É só vocês verem as fitas! A fita está gravada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Suponho que V. S^a tenha tido acesso às investigações, aos depoimentos dos que já foram ouvidos, pelo menos na Polícia Federal, até por meio...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...das publicações nos jornais, onde nos munimos para poder questioná-lo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tive, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ali, nessas informações, V. S^a, por contato telefônico, teria acertado esse valor. V. S^a confirma que, por telefone, fizeram-lhe referência a que lhe entregariam uma determinada importância?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É com o Arthur Wascheck que o senhor está confirmando?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, com um daqueles que se identificaram, e era um dos que participaram da gravação. Em seguida, eles foram lá, mantiveram o diálogo e lhe entregaram o dinheiro.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve um...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Telefonema?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma ligação telefônica?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Houve, houve, mas, na ligação telefônica, ele disse que levaria lá um diretor da empresa multinacional que, no dia seguinte, iria para a Alemanha. Faz parte da fita, está gravado.

Ele ligou para marcar essa quarta reunião. Essa quarta reunião foi marcada para as 14 horas, remarcada para as 16 horas, remarcada para as 17 horas, e eles apareceram às 18 horas. Está registrada na entrada do prédio dos Correios e na “decupação” da fita a hora que eles entraram. Por quê? Porque o trabalho é essa quarta gravação, em que ele levou essa segunda pessoa como sendo o diretor da multinacional. Esse diretor chegou lá: “Não pude fazer a reunião antes porque eu estava tratando desse assunto com quatro empresas públicas. Eu estou viajando para a Alemanha no dia seguinte”. Aí começamos a conversar. Ele disse, ao telefone, que iria levar alguma coisa. Disse, mas não disse que ia levar dinheiro. Eu não pedi a ele dinheiro nenhum. Entendeu? Em nenhum momento, eu pedi dinheiro a ele. Correto? Agora, que estávamos evoluindo para um processo de consultoria e de parceria, isso é fato, é verdade, era do meu interesse.

Agora, 2% e 3% de quê? Qual foi o processo licitatório? Qual foi o produto? Qual foi o objeto trabalhado ou contestado? Não existia. A empresa não apresentou nenhum produto.

Na segunda fita, que a **Folha de S.Paulo** divulgou na semana passada, se não me falha a memória, que está em CD, peço até a um técnico nosso: “Estou saindo uma semana de férias para tratamento. Receba os técnicos dessa multinacional, verifique quais são os produtos”. Até hoje ninguém sabe quais são os produtos. Correto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, o conteúdo não se reporta a nenhum contrato concreto. O senhor estava dizendo qual era o hábito, a conduta dos Correios, o que significava que o senhor estava instruindo aqueles que o estavam abordando sobre como deveria ser o procedimento para que eles fossem contratados. Então, é evidente que não havia contrato feito nem licitação feita. Eles estavam ali aprendendo o caminho das pedras.

Mas a minha pergunta – e creio que também é a da opinião pública – é a seguinte: como é que, sem ter nada desenhado antes, estando eu no meu gabinete, alguém pode me entregar um dinheiro, eu colocá-lo no bolso, sem nenhuma referência, sem nenhuma palavra, sem nada? Nada, nem pergunta sobre o que é isso? A que V. S^a atribui esse seu silêncio, no momento, sem qualquer objeção?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

Esse momento é antecedido por 45 dias de conversas e quatro gravações, que eu julgo terem sido feitas; é o caso da mala. Quatro, ele esteve lá mais vezes. Nós vínhamos conversando desde o dia 3 de março, que dentro da minha agenda está marcado. Correto? Isso era uma evolução. Eles não tinham uma empresa, mas nós estávamos tratando de negócios. Isso é verdade. Em nenhum momento foi... Inclusive na minha justificativa no dossiê, dentro dessa decupação, eu coloco: estávamos tratando de negócios. Agora, qual é o modelo de negócio? Está aí escrito. Não existia, não tinha ainda produto, correto? Então, o senhor podia falar dois, três, quatro, qualquer coisa. Nada daquilo ali tinha validade legal. Agora, eles propuseram – está na fita – quinze mil reais por mês para a gente começar o trabalho de consultoria, e no dia da gravação, da quarta gravação, ele apresenta três mil reais. Correto? Eu peguei, não pedi, não vi o valor, ele é que diz na fita. E realmente guardei. Isso é um fato. Eu assumi esse compromisso. Eu peguei, está lá, está escrito, está assinado. Entendeu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a mesmo fazendo referência a que essas gravações se repetiram.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quatro vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois bem. A informação que se tem é que cada uma delas era por si suficiente. Apenas não se valeram delas porque elas tinham defeito técnico, não tinham a qualidade necessária para os fins desejados pelos que gravaram. Então, a pergunta é: V. S^a, durante quatro encontros com interlocutores, nas quatro vezes, abor- dou corrupção interna, recebeu dinheiro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Em momento algum aconteceu isso. Agora, a terceira reunião, que tem a gravação, ela está – a **Folha de S.Paulo** tem, eu não sei se os senhores têm, eu tenho – em CD. São cinquenta quatro minutos onde falo dezoito, tá? E é CD, é só colocar em qualquer computador que vocês vão verificar. Não se fala em corrupção, não se pede dinheiro, porque, inclusive, nessa terceira reunião ainda não tinha nem produto. E ele ainda pede: “quando vier o nosso diretor da multinacional, eu gostaria que nós conversássemos dentro de um *script*”. Tá? O *script* dele é o seguinte: o que é que nós já tratamos até agora? Só que na última reunião, pensava-se fazer uma reunião de vinte, trinta minutos. Foram duas horas de sabatina, de lavagem cerebral. Correto? De perguntas pontuais, que inclusive quem tem a fita não vai compreender o que o Sr. Vitor fala. O que o Sr. Goldman, o que passa o dinheiro, o que está do lado esquerdo, a mala estava perto dele, mas o Sr. Vitor, que eu acho que não é o tal do Mancuso, porque pelo menos ele não era careca, ele tinha cabelo e uma pinta, que até hoje eu não identifiquei, ele ficava do outro lado com o *script* perguntando: “É Novadata? É medicamento?” Entendeu? “É *kit*?” Então, ele tinha pontuadamente o que eles queriam saber. Só que esses assuntos já tinham sido tratados anteriormente com o Sr. Goldman. O Sr. Goldman já tinha passado as informações para eles. Mas o objetivo deles não era nada disso. Eles não existem, eles não são empresas, eles não têm produto. O objetivo deles era incriminar. E eu não creio que fosse só a mim. Entendeu? É por isso que eu acho que tem muito mais coisas por trás disso. E não acredito que o Sr. Arthur Wascheck seja o único mandante dessa gravação, porque em um hora e cinquenta e quatro minutos de fita, eu acho que 70%, 80% dessa fita fala em tecnologia. E o Sr. Arthur Wascheck nunca participou de contrato tecnologia. Estranho isso. Então, dá para entender que deve ter alguém atrás disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a atribui esse interesse do Arthur Wascheck proceder a essa gravação a quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, quanto ao Arthur Wascheck, o que eu tenho e que está aí no dossiê – tem aqui: “Caso Arthur Wascheck”, tem umas

três páginas – eu atribuo aos cofres que ele vendeu em 2002, que a empresa aplicou uma multa de um milhão de reais, depois. Estão escritas aqui coisas, inclusive muito sérias, aqui dentro. O Sr. Arthur Wascheck ficou revoltado com essa situação na empresa, disse que estava tendo muito prejuízo com a organização. Então, quando eu assumi em junho e comecei a trabalhar efetivamente no mês de setembro, eu fui procurado por ele. Ele queria que arrumasse uma forma, um jeito de rever o processo, que já tinha sido decidido lá atrás pela multa. Como não foi feito nada, o que ele fez? Ele entrou com um recurso jurídico, uma peça. É norma jurídica. Não sou advogado. Ele mesmo dizia: “Não, pode deixar que eu vou conversar. Agora, preciso ser ressarcido desse dinheiro.” Ele julga que a empresa agiu mal com ele. Ele fala isso, que a Empresa de Correios deu um prejuízo grande a ele. Se você provar que a empresa tem culpa, a empresa paga. Ele entrou com uma peça jurídica. O que eu fiz? Encaminhei ao Departamento Jurídico. Isso já era um assunto resolvido. E quem vai resolver esse assunto não é só o Departamento Jurídico, é a Diretoria Colegiada, que autorizou a multa lá atrás. Só ela pode suspender para ressarcir e ninguém mais. Então houve uma revolta desde essa época e de outras licitações de que ele participou e não ganhou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse procedimento de multa, em que momento, desde o lançamento da multa ou da definição até o julgamento do recurso, eventualmente haveria uma participação da sua diretoria para se manifestar.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, o nosso diretor, Antonio Osório, o que ele fez... Por exemplo, eu era chefe de departamento. São 40 e poucos departamentos na empresa. A burocracia interna nossa não nos permite encaminhar um documento ao Departamento Jurídico. Ele é um órgão vinculado à Presidência. Então, qualquer documento para ser encaminhado ao Departamento Jurídico só pode ir com a assinatura do diretor da área.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não estou questionando o aspecto...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, mas quem assinou foi o diretor da área.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Constata-se que uma empresa é inadimplente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A partir dessa constatação, em algum momento passa pela mão de V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Passa, passa. E vou explicar como. A gestão operacional nos Correios compete ao órgão demandante: quem pediu. Depois

de comprado, homologado, autorizado, assinado pelas autoridades competentes, superiores, o contrato, depois de pronto e assinado, vai ao meu departamento, que faria a gestão administrativa. A gestão operacional compete a quem pediu a compra. Certo? Se a empresa não cumpriu o contrato, o gestor operacional daquele contrato tem que nos comunicar por escrito – tem que estar dentro do processo – e nós acionamos o fornecedor e, dentro da lei, são dados cinco dias para recurso. Se ele entrar com recurso, volta ao gestor operacional para avaliar. A decisão final da aplicação da multa é um relatório que sobe para a diretoria. Entendeu? Dependendo da multa e do valor do contrato, tem que ser assinado pelo diretor da área responsável pelo contrato, pelo objeto, e pelo Sr. Presidente da empresa. Isso vale para aplicação de penalidade, para suspensão de contrato e para o processo de impedimento de licitar. Correto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum momento nesse rito, nesse procedimento – porque V. S^a descreve o genérico, queremos concretamente –, V. S^a teria condições de amenizar ou exacerbar essa multa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí não tenho, porque não sou o operacional. Eu dependo do relatório operacional para dar o encaminhamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas esse relatório operacional tem alguma coisa a ver com subordinado seu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em alguns casos, se for material de consumo, sim. Não no caso de cofre, de equipamento, de tecnologia, de transporte, não. Isso é específico das áreas deles. Mas, para material de consumo, sim. Tenho uma divisão dentro do departamento, tinha uma divisão específica: material de consumo de compra centralizada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a faz referência de que não tinha nenhuma possibilidade de intervenção em licitação, em contratação, mas há uma etapa subsequente, que é a da execução.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A gestão administrativa é nossa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A execução dos contratos estava afeta a V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A execução do contrato, depois que ela é autorizada, veja bem, ela vem da área demandante, a origem, correto? O relatório é passado para o CACE – Comitê de Análise de Compra Estratégica –, vinculado à Presidência, prepara um relatório e sobe para a autoridade superior. Se tecnologia, o diretor de tecnologia tem que

aprovar se abre ou não o processo licitatório. Acima de R\$650 mil...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, não é o licitatório. Eu estou questionando...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A execução.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...contrato firmado sendo cumprido ou alguém podendo dizer que ele não está sendo cumprido. Nesse final, na execução, V. S^a tinha acompanhamento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A execução, para nós, era diferente, Relator. Por isso é que eu estava explicando daquela forma. A execução de um processo é feita pelo comitê, assinado, CPL, pregoeiro e departamento jurídico. Depois de tudo OK e homologado, aí o contrato é assinado pelas autoridades competentes. Aí é que ele vai para o meu departamento. Aí, nós entramos na gestão administrativa. Aí, no contrato, pelo menos nos nossos, aparece quem será o gestor administrativo e quem será o gestor operacional daquele contrato. Entendeu? Aí nós entramos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V. S^a tem poder para qualificar o cumprimento do contrato, se ele está sendo adequado ou não.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A parte legal. O gestor operacional entra em contato conosco. Esta xícara é para chegar com 20 dias. Chegou com 25 dias, o gestor operacional nos comunica. Se ele infringiu o prazo, ele tem que levar uma penalidade. Correto? Então, a aplicação da penalidade e a concessão do recurso para o fornecedor são feitos pela gestão administrativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que era o seu...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Era o nosso departamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que é onde o Arthur reclama.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Ele reclamou pela multa que foi aplicada por ordens superiores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas aplicada em virtude do contrato que se deu como não cumprido.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Isso. Isso há dois, quatro anos. O que ele estava pedindo agora era o ressarcimento da multa. E até a minha saída de lá, ainda não havia decisão jurídica. Não sei em que pé está essa situação. Até a minha saída, não havia decisão jurídica se vai ressarcir ou não o Sr. Arthur. Correto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Das pessoas que estiveram nesse *affair*, ou financiando a gravação ou se valendo da gravação, existem duas: uma é esse Arthur e uma é o Fortuna. Vejam o

que um deles fala em relação ao que o Fortuna havia comentado. Está no processo da Polícia Federal.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “Que Fortuna relatou em detalhes que participou de diversas licitações nas quais teria saído vencedor, mas que, no final, acabava sendo desqualificado, apesar de ter preço menor que os demais concorrentes. Que Fortuna então comentou que a pessoa que eu estaria prejudicando nos Correios era o empregado Maurício Marinho.”

Pois não.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Só para situar depois, assim que todos tiverem na mão, tem a aqui “O caso Fortuna”, na página 50 do dossiê, para depois verificarem. Isso é bastante interessante. Muito interessante essa pergunta. O Fortuna, em primeiro lugar, disse à mídia que foi ele que havia me indicado para assumir a chefia do Departamento de Contratações. Esse departamento, não é verdade. Mas, o que é verdade: foi ele que pegou o meu currículo na época, em 2003, e eu estava até panfletando o meu currículo, eu estava sem uma função desse porte. Ele pegou o meu currículo e falou: “Meu amigo, quem é diretor de Recursos Humanos é do PTB”, que era o Diretor Antônio Osório. Ele falou: “Vamos atrás de um Deputado do PTB, eu entrego o seu currículo e vou lhe ajudar, que eu tenho trânsito”. O Fortuna disse ter trânsito aqui, no Correio, em vários lugares. O que ele fez? Me levou ao gabinete do Deputado José Chaves, de Pernambuco, se não me falha a memória. E ele prontamente me atendeu.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) O senhor não sabe de que Estado ele é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pernambuco.

Não. O Deputado José Chaves, a informação que tenho é a de que é de Pernambuco. Pernambuco.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ah, é? Aí eu não sei. Eu o conheço porque fui lá com ele, levado pelo Fortuna. E realmente ele pegou o meu currículo, encaminhou ao Diretor Antônio Osório, levou lá 30, 45 dias, chegaram outros pedidos de currículo, que eu dei uma panfletada realmente. Tinha interesse em voltar para a área de RH, onde eu trabalhei durante cinco anos, no Departamento de Treinamento e Desenvolvimento. A minha formação é essa. Entendeu? E aí eu fui para lá para chefiar. Então, o Sr. Fortuna me ajudou lá atrás. Agora, da Universidade Correios para a Diretoria de Administração, não houve interferência dele, nem de Deputado nenhum. Eu fui convidado pelo pró-

prio Diretor Antônio Osório, entendeu? Ele é que me convidou para assumir o Decan. Ele já estava lá com o assessor executivo Fernando Leite Godoy, os dois indicados pelo PTB. Ele me convidou, e eu fui assumir o Departamento de Contratação. Então, ele não tem essa influência, como diziam.

Agora, ele tem empresa, ele representa várias empresas da área de tecnologia, especificamente tecnologia e engenharia, todas elas vinculadas à diretoria de tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– quais empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Intermec, que ele diz que ganhou, a OMNI e a ATP. Então, ele participou de uma licitação lá de algumas dezenas de milhões de reais, não foi controlado, não passou por nós. Foi toda ela conduzida pela área de tecnologia e CPL.

A informação que se tem é que eles apresentaram o menor preço, mas que houve uma diferença na especificação técnica do equipamento tecnológico.

Em cima dessa especificação técnica, desqualificaram. Em primeiro lugar, era a Intermec, era dele; o segundo lugar, era a OMNI, era dele. Aí, foram desclassificando, desclassificando. Quando chegou no Jurídico, o departamento jurídico analisou o processo e revogou o processo.

Então, ele tinha ganho, mas não levou. Agora, as explicações que constam do processo – que não chegou às minhas mãos, está na mão do jurídico – é que houve descumprimento das especificações do edital.

O fato que ele reclama é que, passados alguns dias, fizeram uma compra emergencial do mesmo item. Estão entendendo? Então, se suspendeu, se revogou um processo. Por necessidade da empresa contratual, precisava-se comprar materiais. E compraram uma quantidade menor.

Essa é a briga. Esta é a insatisfação que ele tem: de ter ganho e de não ter levado. E em seguida a empresa faz uma compra emergencial de uma quantidade menor, para atender a uma necessidade contratual da empresa, inclusive jurídica, que era leitura de conta de água e luz em Rondônia e Manaus, se não me engano.

Então, esse fato é um fato da Diretoria de Tecnologia, desde a concepção da especificação até o final. Coube ao departamento jurídico a revogação do processo.

Essa é uma insatisfação realmente muito grande que ele tem. Mas não compete, como eles falam, o fato de que era a área administrativa que estava atrapa-

lhando o processo. Nós não temos competência para atuar em cima das outras áreas. Não compete ao diretor Antonio Osório assinar esse contrato de tecnologia. E um contrato nessa ordem, de quarenta a cinquenta milhões, quem assina é o Diretor de Tecnologia e o Presidente dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a está fazendo referência a que tivesse havido revogação da licitação? É isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi revogado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Prejudicando. Só que, ao invés de ser diretamente relacionado a sua diretoria, ao seu departamento, estava afeto ao de tecnologia.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A pergunta é se a insatisfação dele fosse em relação à tecnologia, teria razão de ser? Ou seja, ele foi injustificado com essa revogação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não conheço o processo. O processo está no Jurídico. Ele tem de ser requisitado o por quê de ter sido revogado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a insiste tanto que é com a tecnologia, que temos a impressão...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É com a tecnologia, e o processo foi revogado. Existe uma nota jurídica revogando, porque não batiam as especificações. A reclamação dele é essa. E ele diz que o produto atendia. Tanto que eles entraram com um recurso contra a empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Naquelas diversas ocasiões em que V. S^a foi gravado, uma das testemunhas, Joel Santos Filho, se reporta não à última, porque V. S^a dá a entender que foi de tal forma conduzido que, ao chegar a última oportunidade, já estava entregue e praticamente já não tinha mais condições volitivas de se manifestar.

Joel Santos Filhos diz o seguinte – e não foi na última:

“que Artur Ihe falou que quem estava dificultando as coisas no Correio era Maurício Marinho; que Arthur contou que Maurício Marinho estava cobrando propina das empresas que estavam interessadas em disputar licitações; que Arthur também mencionou que Maurício Marinho era ligado ao pessoal do PTB; que na primeira visita que fez a Maurício Marinho, este Ihe disse que era Roberto Jefferson quem comandava as coisas aqui nos Correios [ele se manifestando]; que Maurício Marinho Ihe disse que tratava com o genro de Roberto Jefferson; que ele, Marinho, era a pessoa encarregada de operacionalizar o esquema; que Maurício Marinho, nessa primeira visita, Ihe passou um documento [V. S^a

passou a Joel, que foi lá manter a audiência] contendo informações sobre uma licitação que ainda não havia sido deflagrada; que após o primeiro contato relatou Arthur que Marinho estava falando abertamente sobre o esquema de corrupção nos Correios”.

O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí diz qual é o processo? Qual é o objeto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Joel Santos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, o objeto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Ele não diz. Ele diz que é uma licitação que ainda estava por... Talvez V. S^a se recorde com quem conversou e sobre que assunto tratou.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A licitação de tecnologia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez tenha no processo e eu que não tive o cuidado de...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O ideal é saber qual o objeto, não é? O detalhe que posso afirmar, Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, independentemente do objeto, o que está dito aqui...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fala que é de tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... é que V. S^a deu todo o esquema de corrupção nos Correios, mostrando o caminho para vencer essa licitação.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Olha, tecnologia é responsável pelo seu processo, do nascedouro até a assinatura, correto? Assim como o transporte é responsável, do nascedouro até a assinatura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que elo de ligação não... Enfim, qual a relação que V. S^a tinha com o diretor de tecnologia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nenhuma, nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tirou férias a última vez quando?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a tirou férias a última vez?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu tirei 10 dias de férias no mês de março e, se não me falha, 10 dias de férias no início de abril, na primeira semana de abril. As férias de fevereiro eu tirei separadas. Aliás, foram duas semanas, não foram nem 10 dias, até agora.

Agora, nisso aí é interessante verificar qual é o objeto, porque uma coisa, Sr. Relator e Srs. Deputados

e Senadores, é quando uma pessoa toma conhecimento de uma especificação de um bem que vai ser licitado. Existe, antecipadamente... Além das especificações que são feitas pela área gestora operacional, há um ato logo seguinte, que se chama pesquisa de preços, onde é feita toda a especificação do material – que eu acho que deveria ser um outro órgão nacional a fazer isso e a definir planilhas para ter preços padrões no Brasil -, aí, essas especificações são distribuídas a um grupo de fornecedores. Há casos de mandar para 30 fornecedores as especificações e a planilha. A partir daí, correto, todos tomam conhecimento. Agora, dizer que há direcionamento para fulano ganhar, aí é brincadeira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas se sequer a matéria era afeta à sua diretoria, o que levaria V. S^a dar esquema de vencer licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não existe essa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque V. S^a está se desviando do assunto, dizendo: “Não, mas que licitação é essa?” Não importa que licitação é essa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo dá a entender que, de alguma forma, estava afeto o assunto à sua diretoria.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Sr. Relator, quem executa não é nem a Diretoria de Tecnologia. É o Pregoeiro, a CPL.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou melhor, V. S^a tinha, de certo modo – estou inferindo uma coisa que, depois, terá que ser... -, tal relacionamento com a diretoria técnica que podia dar os caminhos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou não deveria se manifestar em relação ao trabalho de outra pessoa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aqui vão estar presentes, pelo que ouvi nos requerimentos, o Sr. Edilberto Petry, o coordenador-geral da área de tecnologia, e o próprio Sr. Eduardo Medeiros, entendeu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu queria insistir nesse detalhe de que a cada encontro que V. S^a tinha, em todos eles, se manifestou da mesma forma. Não há essa.. enfim, V. S^a não foi tão atingido em sua forma de poder se manifestar em relação ao que estava sendo posto, que, ao final, se entregou. Veja:

“que o segundo contato com o aludido [o segundo, já falei do primeiro] senhor foi filmado e gravado; que Maurício Marinho repetiu o teor da primeira conversa-

ção, além de acrescentar dados novos; que Maurício Marinho falou a respeito do genro de Roberto Jefferson, apontando-o como sendo a pessoa que operacionalizava a arrecadação de dinheiro dentro dos Correios; que Maurício Marinho mencionou sobre a existência de reuniões mensais do PTB, com o objetivo de apurar os valores que caberiam ao Partido”.

No terceiro encontro – no terceiro já lhe perguntei sobre aquele telefonema que eles lhe deram. Mas a pergunta é: o que levaria V. S^a, se esse fato é teratológico, mirabolante, uma elucubração, o que levaria V. S^a a conversar com alguém aventando assuntos desse naipe?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A apresentação do Sr. Goldman quando lá chegou, ele chegou com respaldo de conhecimento e de trânsito político, conhecendo – dizia ele – várias pessoas, inclusive falou que conhecia o próprio Roberto Jefferson, conhecia o genro dele, Marcos Vinícius. Eu falei: “Não tem problema. Nós vamos lhe atender da mesma forma”. Agora, dizer que tinha reuniões mensais para tratar de assunto de negócio, não era no nível do departamento de contratação. Se é que elas existiam, o que eu não tenho conhecimento. Correto? Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca ouviu, internamente, nos Correios, qualquer referência a uma necessidade de recolher dinheiro para um determinado Partido?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, em nenhuma hipótese isso acontece. No nosso nível, não. Nós não temos acesso. O poder da caneta não está na nossa mão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma outra imputação que lhe fazem é a de que V. S^a, em relação a apadrinhados, facilitaria o recebimento de produtos que não corresponderiam àqueles licitados e contratados, e isso retiraria, de quem lhe fosse desafeto, o poder de competição, de competitividade.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, isso eu li nos jornais, tá? Agora, veja bem: quem solicita é que recebe lá na ponta. Não sou eu que recebo o material que vai ser entregue noutro Estado. Há comissões de recebimento de materiais. O senhor vê o quanto não é verdade, e a elucubração que é feita nesse ponto. Correto? Não é feita licitação por nós; alguém ganhou. Se alguém ganhou, esse alguém vai entregar. Agora, se não for aceito o produto, o gestor operacional é que tem que dizer que não é aceito. Aí, nós vamos ter que partir para um segundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não tem nada a ver com o cumprimento...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com recebimento de materiais, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mesmo se alguém, lá na ponta, disser que não corresponde, isso não virá a seu julgamento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Virá para mim para eu acionar o fornecedor, ele vai ser penalizado e, se for uma ata de registro de preço, que parece que é o caso, ele pode, inclusive, solicitar que seja impedido do compromisso com a ECT, e eu posso chamar o segundo colocado. Eu não chamo; eu solicito à pregoeira – a maioria é pregão eletrônico nos Correios – que chame o segundo colocado, de acordo com a Ata. Isso é lei, está lá, está escrito, mas tem que ter recurso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se lembra de uma empresa: Mandic?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Lembro, lembro, lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe de alguma coisa que lhe foi atribuída em relação a essa empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Mandic esteve lá, nos Correios, há mais ou menos uns três meses – por isso que eu digo que não tem nada a ver –, só que o seu Artur Waschek, tá?, o Fortuna, é o representante da Mandic. Na realidade, o contrato que existe com os Correios não é com a Mandic. É com a área de tecnologia e é com a BrasilTelecom. A Mandic é uma prestadora de serviços.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E por que V. S^a mandou um *e-mail* para essa empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Mandic, o contrato está sendo vencido. Vai ser expirado. Todo contrato quando é expirado, a nossa área administrativa, com antecedência mínima de seis meses, fizemos com a Xerox, que talvez o senhor tenha aí, e com qualquer outra empresa. Aí todo o processo, através da área cliente... Você quer que renove contrato? Termo aditivo. Vai vencer o contrato, você deseja que continue? Tem que fazer novo processo licitatório. Então, a gestão administrativa de um contrato contínuo é de seis meses. De uma ata de registro de preço, são três meses. Aí vai ver qual é o contrato.

Agora, não temos contrato com a Mandic. O contrato é com a BrasilTelecom. Agora, se a Mandic vai se habilitar a participar do contrato na hora que vencer, aí é outra conversa. Aí é um processo que ainda vai ser aberto, vai ser divulgado, vai para a mídia e pode ter “n” concorrentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há uma informação de que – não lembro bem quem afirmou – a fita foi inicialmente entregue a Antônio Osório.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Antônio Osório?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acho que é esse o nome, Diretor...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Diretor meu é Antônio Osório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antônio Osório. E isso se deu lá pelo dia 2 ou 3, muito antes da divulgação pela **Veja**.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, através do Antônio Osório, não teve acesso a essa fita naquela oportunidade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Eu... A informação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ninguém o abordou pelo menos sobre essa existência?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A informação que eu tenho, eu não sei da data se foi... eu creio que foi no final da semana do dia três, na quinta-feira, se não me falha a memória, um *boy* chegou ao décimo sétimo andar com envelope e entregou. Esse envelope foi para a mesa dele. Nesse envelope, estavam as fitas. Ele viajou a São Paulo, porque ele tinha um trabalho na sexta-feira – a informação que eu tenho. Ele retornou no domingo. E a informação que eu tenho é de que ele assistiu à fita na casa do Dr. Salmerón em conjunto com o Deputado Roberto Jefferson. Eu fui saber da fita no dia 12 de maio, pelo Sr. Policarpo, quando ele me ligou quando eu estava saindo do hospital.

Eu não creio – posso quase lhe afirmar com cem por cento de certeza – que essa fita não foi entregue ao Antônio Osório nessa data. Entendeu? Porque no dia 12 de maio eu fiquei sabendo, e no dia 12 de maio também, o Sr. Policarpo ligou para o Diretor Antônio Osório, e ele estava em São Paulo. A fita foi entregue na semana seguinte, eu acho. Não na semana anterior.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando houve a descoberta desse fato, por acaso V. S^a deletou a memória do seu computador? Pediu que alguém o fizesse?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. O computador de casa, que aparece também no jornal, nós fizemos uma mudança. É o computador da minha esposa. A própria Polícia Federal que lá esteve, inclusive o delegado, se não me falha a memória, Rodrigo, o nome dele, eu nem estava em casa... Fiquei desesperado quando eu soube que a Polícia Federal chegou lá em casa 9 ou 10 horas, porque a idéia é que saíam quebrando, batendo, prendendo. Era essa a idéia que passava. Graças a Deus, a equipe lá chegou, atendeu muito bem, só estava minha esposa, depois chegou um filho, que

é advogado, tá? Eles foram usar o nosso computador em casa. Nem a impressora estava funcionando. Ele estava quebrado. É um computador da minha esposa, de casa. Correto? E desse computador, houve a troca do *winchester*, sim, mas ele estava sem funcionar. Eu não tinha nada lá dentro. Os meus compromissos estão todos dentro dos Correios. E dentro dos Correios, tanto a agenda quanto os contatos estão lá. Agora, eu usava pouco o computador. O que eu tinha, e eu não tenho medo de dizer aqui... Eu tinha algumas coisas gravadas no *pindrive*, *PenDrive*. E, no dia em que eu cheguei em casa, o próprio menino pegou e me quebrou *PenDrive*. E avisamos inclusive a polícia. Mas não tinha nada que comprometesse porque tudo que está nos Correios está gravado lá dentro. Inclusive, o computador que eu havia usado dois, três meses antes foi para outro funcionário, e a memória não tinha sido limpa. Está no jornal de hoje, sendo explicado esse fato. Eu nem sabia com quem estava o meu computador. Eu recebi um computador novo – novo – e o meu foi destinado a um outro funcionário. A minha pasta, meus documentos foram para lá. Não me preocupei em limpar o equipamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece o Sr. Cristiano Brandão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Cristiano Brandão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ouviu falar em Assurê Seguradora?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Cristiano Brandão, se não me falha a memória, esteve no ano passado – outubro ou novembro – com o Sr. Marcus Vinícius, lá nos Correios. Isso está na minha agenda no Ministério Público.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Marcus Vinícius é o genro....

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É o genro de Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a manteve um contato com eles fora dos Correios? Houve um encontro em um bar na Asa Norte?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bar, não. Fizemos um almoço aqui no...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No Bar do Ferreira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. No Bar do Ferreira, eu estive uma vez com o Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com o Fortuna?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Estive uma vez lá com o Fortuna. Com Marcos Vinícius foi no Don Durica. No restaurante Don Durica, almoçamos os três no ano passado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor não tem nada que passou por sua mão da Assurê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Assurê não sei nem o que é.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É uma seguradora.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Foi feito um contrato recente. Isso é coordenado pela Presidência da empresa. Tem a comissão especial de licitação que trata de seguros lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E da Atrium?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Atrium.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Atrium é uma empresa do Fortuna, do filho dele. Não tem nenhum contrato conosco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor conhece Marcelo Campos Neves?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Marcelo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Marcelo Campos Neves. Filho do Fortuna.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, assim não me lembro. De nome não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lembra-se de algum filho do Fortuna que o tenha, alguma vez, procurado nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Já. Ele participa de vários processos licitatórios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Marcelo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei o nome dele. Se tiver, estará na agenda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez o Coronel Fortuna o ameaçou de – não diria de demiti-lo – influenciar para que o senhor perdesse o cargo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O próprio diretor Antônio Osório me procurou. Alguém havia falado sobre isso com ele. Com as mudanças que estávamos fazendo, eu estava recebendo algumas pressões. Isso é verdade. Mas seria leviandade da minha parte dizer que – vou chamá-lo até de coronel – o coronel Fortuna tenha me ameaçado.

A informação que chegou aos Correios, por meio de uma ligação anônima, foi a de que, em um bar da Asa Norte – e não sei quem estava lá –, alguém disse que ele me tiraria da função até o mês de março. Essa informação chegou a nós. Mas que ele veio até mim e me ameaçou, como falaram, não é verdade. Ele nunca chegou até mim para me ameaçar. Houve

essa ligação, esse comentário em um bar de que ele havia dito que, até o mês de março, eu estaria fora dos Correios. Entendeu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma coisa a ver com reajuste de valor de contrato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, com reajuste não. Nós trabalhamos...bom, é reajuste também. A palavra mais utilizada nos Correios...Se é reajuste, tem que estar dentro do contrato. Se está dentro do contrato, você tem que reajustar. São as bases contratuais que estão no edital. A palavra-chave é reequilíbrio, não é reajuste. O reequilíbrio, as empresas solicitam. Devem apresentar a planilha de custo inicial da época do contrato, da proposta. Devem apresentar uma planilha de custo na época em que ela sofreu desequilíbrio financeiro. Os técnicos financeiros a analisam. Emitem um relatório. Vai ao Diretor da área correspondente. É repassado ao departamento jurídico para ver a legalidade e, posteriormente, se aprovado, é assinado pelo diretor e pelo presidente da empresa. Aí o reequilíbrio é feito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Onde a sua diretoria ou departamento entra nisso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – No início do processo. A carta do fornecedor tem que entrar no meu departamento. A gestão administrativa é nossa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse equilíbrio tem a facilidade, diferentemente do reajuste, de poder ser feito no interregno inferior a um ano.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Há qualquer momento, desde que você comprove – isto é lei – que o contrato sofreu um desequilíbrio financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, estava às mãos de V. S^a a possibilidade de reconhecer um desequilíbrio no segundo mês depois de contratado. É possível?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É possível. Se for comprovado, dali vai para cima. Se vai ser aprovado, é outro problema. Mas passa pela minha área sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fez referência a estatais que teriam influência política. Também era uma bravata?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Não é influência política. O que nós tínhamos conversado, o que ele disse e o que eu estou dizendo, para chegar à quarta reunião, é que nós íamos fechar realmente uma parceria. Como nós – eu, não ele – íamos produzir os projetos básicos, eu disse a ele que teríamos uma ampla oportunidade de vender, vender projetos.

Eu disse a ele: “Sim, eu conheço o Presidente da Eletronorte”. Isso eu disse a ele, a Roberto Garcia

Salmeron. Isso eu disse. Disse porque fui por vinte anos subordinado a ele, e ele foi Vice-Presidente dos Correios. Eu o conheço, e muito me ajudou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se limitou à Eletronorte?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, aí eu falei várias outras empresas, porque o produto dele é tecnologia da informação. Era válido para qualquer empresa. Basta você ter um bom projeto para vender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a chegou a ler com cuidado o que depôs na Polícia Federal?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Li, sim senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teria alguma ressalva ao que lá consta, ou ratifica o que lá está posto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, no momento eu tenho que ver. Para mim, o que eles perguntaram eu respondi e assinei. No Ministério Público também, o que perguntaram, eu respondi e assinei.

E os documentos que eu tenho, o único lugar que tem todos os documentos é este aqui que consegui juntar agora. Terminei hoje de manhã este trabalho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os Correios, em virtude desse fato, instalaram uma...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sindicância.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, ali, a ficha de V. S^a foi verificada. Parece que existe alguma coisa precedente, há muitos anos, em relação à sua conduta funcional. Poderia esclarecer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Desconheço qualquer problema funcional que eu tenha tido nos Correios. Onde eu tenha sido responsabilizado, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em 1991.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu desconheço totalmente. Inclusive...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas o senhor teve um processo que chegou próximo à demissão, e o seu chefe era o Sr. Roberto Garcia Salmeron.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu não tenho nenhum processo que conste, pelo menos na minha ficha, e que eu seja responsabilizado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem em 1984, por emprego de pessoas dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em 1984?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em atividades particulares? Não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não conheço, não. Nem em 1978.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teve acesso à auditoria, ao que foi apurado em relação à sua conduta?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, aqui eu juntei dez depoimentos tomados pela sindicância. Estão aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei, mas, a par desses depoimentos, existem as informações sobre a vida pregressa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não teve acesso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tive acesso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que o seu capital é de duzentos mil, mas, salvo engano, V. S^a comprou um apartamento, e só em dinheiro foram cem mil reais, em espécie, agora, muito recentemente. Qual a razão de pagar em espécie?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse apartamento... Hoje eu até pedi para trazer a escritura, consegui trazer. O apartamento saiu no meu nome. Está aqui dentro o contrato de compra e venda ao meu filho, como ele foi pago e por quê. Está aqui a escritura. Eu vou juntar ao dossiê dos senhores.

Foi vendida uma casa no Paraná pelo meu filho e pela minha nora, funcionária da Receita Federal e ele funcionário dos Correios, concursado. Vou deixar isso aqui. Eles venderam a casa, transferiram, Sr. Relator, cem mil reais. Só que o preço do apartamento na época era cento e sessenta e oito. Nós vendemos um carro, eu usei, saiu no meu nome o apartamento, está escrito aqui, eu usei trinta e poucos mil reais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para completar o dinheiro e mais um empréstimo que foi feito junto ao Postalís, que está dentro da declaração de Imposto de Renda. Foi assim que foi comprado. Esse apartamento está no meu nome.

O que eu tenho é um ágio, que eu falei na Polícia e no Ministério Público, que eu comprei esse ano, na 409, por R\$80mil à vista. Eles me perguntaram: você vive guardando dinheiro? Olha, guardar dinheiro, ninguém guarda dinheiro debaixo do colchão. Eu compro e vendo carro, ganhei férias, peguei todo o dinheiro do Correio... Agora, uma pessoa que ganha R\$140mil a R\$150mil por ano não tem condição de comprar um ágil de apartamento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não entendi. Em espécie, quanto V. S^a pagou?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – R\$80 mil. Está lá declarado também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou apenas abordar mais um, porque sei da impaciência dos companheiros, que também têm muitas coisas para questionar. V. S^a deve ter visto ou lido, há poucos dias, nos jornais, que espelharam um fato de um cidadão, se não me engano, de São Paulo. O Sr. Haroldo Marschner, da Precision, fornecedora de lacres de segurança para os Correios, disse que V. S^a cobrou propina no valor de R\$350mil, para dispensar a empresa de duas multas no valor de R\$900mil.

Segundo o empresário, os contatos iniciais foram com V. S^a, em novembro de 2004. Em seguida, o Consultor da Diretoria de Operações dos Correios, Júlio Imoto, agindo como intermediário de V. S^a, teria ido a São Paulo – e o curioso é que Júlio Imoto confirma que foi a São Paulo –, para receber a propina e que o dinheiro seria para o PTB. Pergunta-se: V. S^a conhece o Sr. Marschner?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de relacionamento V. S^a tem com Marschner?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Sr. Haroldo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em relação a esse fato, sinteticamente, o que o senhor tem para nos dizer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A página 44 do dossiê trata desse assunto. Esse contrato foi feito antes da minha chegada ao departamento. Ele tinha um prazo para entrega dos produtos. Não procedeu à entrega dos produtos. O gestor operacional acionou a área administrativa. O que fizemos? Acionamos o Sr. Haroldo. Ele foi até Brasília; participaram da reunião oito pessoas – e não só o Sr. Haroldo Marschner. Ao participar da reunião, ele pediu mais um prazo, porque não tinha condições de concluir a execução das caixetas operacionais.

A área operacional, através do Sr. Júlio Imoto, concedeu novo prazo para ele. Ele não cumpriu o segundo prazo. Ato contínuo, levei o caso ao Diretor de Administração, e a decisão foi tomada. Cancela-se o contrato – primeiro ato –, aplica-se a multa, e inicia o processo de impedimento de licitar. Não foi mandar nenhum intermediário pedir dinheiro, nem em meu nome e muito menos – não sei, ele está usando o nome do PTB, tem que justificar, não eu, Júlio deve ter que justificar, porque o que fizemos... Está lá o contrato, tem a ata da reunião de que participou o Sr. Haroldo. E tem mais: ele recebeu o recurso da empresa, dizendo que o contrato seria cancelado e que ele seria multado. Ele tinha cinco dias de prazo para recorrer. Não recorreu e desistiu. Ato contínuo: foi multado, cancelado

o contrato e processo de impedimento de licitar, é o que manda a lei.

Agora, se a propina, alguém foi lá em nome de alguém, que esse alguém se justifique, porque, em meu nome, não sei nem onde fica a fábrica dessa pessoa. Nunca fui a ele, mas ele afirma no jornal que uma pessoa dos Correios esteve lá três vezes com ele, numa churrascaria, para acertar esses negócios. Então, que alguém diga em nome de quem ele foi e para quem é esse dinheiro, se é verdade isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma coisa a ver com a execução dos contratos de publicidade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Eu disse que todos os contratos de publicidade, propaganda, patrocínio, participação em eventos são vinculados à Presidência da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não os contratos, mas a execução?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nem a execução.

Fica com o Departamento de Marketing, vinculado à Presidência da ECT. Esses contratos não passam por nós. Assim como não passa inexigibilidade, emergência e comissões especiais de licitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Instituto Brasileiro de Tecnologia da Informação, de propriedade de seu filho, Maurício, e de sua esposa, Maria Anunciada, atua em quê? Qual o ramo de atividade? E tem alguma vinculação com os Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não... Ele trabalhou... O único trabalho que fez foi via Senai, em 2001 ou 2002. Essa empresa deve estar... Não teve nenhum contrato com os Correios; trabalhou via Senai, fazendo alguma coisa, a pedido do Senai.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor sabe se ele tem algum fornecedor dos Correios, além do Senai?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, a nossa empresa – do meu filho e da minha esposa – está sem movimento há uns quatro anos. Ela não tem movimento; só paga taxa, não tem movimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Consórcio Alfa está afeto à sua diretoria ou à de tecnologia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Consórcio Alfa, enquanto operação, gestão operacional, especificações de materiais, recebimento, prestação de serviços, à Diretoria de Tecnologia. O Consórcio Alfa, formado pelas empresas Novadata e Positiva.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor conhece o Sr. Fernando Brites?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele lhe procurou alguma vez para alguma interlocução em relação à empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Procurou. Ele e mais dois funcionários da Novadata estão lá quase que diariamente. Eles têm um contrato com os Correios de fornecimento e manutenção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os projetos Correio Híbrido e Sara estavam sujeitos à sua direção?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Isso é Comissão Especial de Licitação, vinculada à Diretoria Comercial da empresa e à área de tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem a licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nem a licitação. A Comissão Especial é vinculada ao Presidente. Só ele autoriza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor sabe informar o que o Sr. José Gerardo Ponte Pierre faz nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele é chefe do Departamento de Segurança, implantado a partir de setembro de 2004, já na gestão do Antônio Osório. Foi criado um Departamento de Segurança.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Criado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi criado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em 2004. Era Departamento de Patrimônio, Serviços Gerais e Segurança. Então, dividiu-se um departamento em dois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece o Sr. Eduardo Coutinho Lins e o que faz?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço. Ele é consultor da Dirad de assuntos de tecnologia e estava trabalhando comigo nos últimos dois, três meses. Inclusive é mencionado na segunda fita, quando peço que ele atenda os técnicos que viriam da Alemanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a prestou consultoria ao Grupo Reicon?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Prestei, sim, senhor. Está todo o Grupo Reicon...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Grupo Reicon presta serviços aos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Que eu saiba, agora, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De transportes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Na época, prestava serviço de transporte, e eu expliquei também ao Ministério Público Federal que, naquela época, a

coordenação era através da Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante). Não havia contrato; havia relação, resolução da Sunamam. Inclusive o barco era obrigado a transportar mala, senão ele era preso. Era uma resolução nacional da Sunamam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Atendendo ao requerimento amistoso do Deputado Murilo Zauith, encerro provisoriamente meu questionamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa um requerimento, que justifico. O fato é da maior gravidade. Neste momento, encontra-se na Polícia Federal, mais precisamente na Direção Regional do Crime Organizado, em Belo Horizonte, prestando depoimento ao Dr. Élbio Afonso, a Sr^a Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária da empresa SMPB Comunicação Ltda. Ela está confirmando todas as denúncias divulgadas anteriormente pela imprensa, falando na existência das malas de dinheiro que eram remetidas de Belo Horizonte para Brasília. Alegou que, no primeiro depoimento à Polícia Federal, desmentiu porque foi ameaçada e está pedindo proteção. Ela foi intimidada, ameaçada, e houve uma ameaça de seqüestro da sua filha Náila, de oito anos de idade. Ela pede proteção policial para o seu marido, Vitor Somaggio, para a sua filha de oito anos e para ela própria.

Diante desse fato, Sr. Presidente, ela passa a se constituir importante testemunha, talvez a mais importante testemunha desta CPMI e deve ser protegida.

Por essa razão, estou requerendo, com amparo no art. 5º, incisos IV e V, da Lei 9.807, de 1999, a expedição urgente de ofício ao Ministério da Justiça, solicitando a inclusão da Sr^a Fernanda Karina Somaggio, ex-Secretária, no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

E, por extensão, Sr. Presidente, requerer proteção também, é claro, à sua filha e ao seu marido.

Eu repito que se trata de testemunha da maior importância e é responsabilidade, sim, desta CPMI oferecer a ela toda a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, além da segurança requerida à testemunha – estou aqui com a fala dela –, creio que se enquadraria a testemunha naquele caso de antecipação de depoimento, em razão de que disse que está sofrendo ameaças. Ela pode até recusar a proteção da Polícia, ela não é obrigada a aceitar, mas eu acho

que, **ad cautelam**, deveríamos antecipar, o quanto antes, o depoimento da testemunha.

É isto que eu requeiro: que V. Ex^a antecipe o depoimento da testemunha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Denise Frossard, está encaminhado o requerimento – eu acho que todos nós....

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Indago a V. Ex^a se V. Ex^a vai decidir posteriormente, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Decidiremos posteriormente e já o próprio Deputado Onyx Lorenzoni já tinha pedido – e foi motivo de um debate amplo – exatamente a priorização dessa testemunha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a deliberação na próxima semana, não foi isso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quanto à segurança, não pode ser posteriormente; tem que ser imediatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ela pode pedir todas as proteções que o Estado brasileiro... inclusive ela pode pedir para se inserir no Programa de Proteção às Testemunhas. Agora, a deliberação sobre isso vai ser tomada na próxima semana, não é isso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É isso que nós estamos solicitando.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. (Oradora não identificada) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há uma ordem de inscitos, eu peço a V. Ex^a...

A SRA. (Oradora não identificada) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, existe um requerimento de preferência. Foi dada entrada dele no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Foi dada entrada, Senador Efraim, e nós concordamos, de comum acordo com o Deputado Onyx, que, em função daquilo que acordamos, nós daríamos preferência, sem precisar analisar o requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – É verdade. Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Quero ponderar a V. Ex^a, Sr. Presidente,...

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, existe um requerimento do Deputado Antonio Carlos

Magalhães Neto, em que haveria uma deliberação **a posteriori**, se seria feita a antecipação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Isso, é isso que foi por sugestão do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Presidente, quero ponderar a V. Ex^a... A Fernanda Karina prestou um depoimento, parece-me, para a **Folha de S. Paulo**, para a revista **IstoÉ, Exame**, que estava circulando na Comissão de Ética. Houve uma preocupação e nós levantamos uma questão de ordem e pedimos que a Comissão de Ética, imediatamente, buscasse um contato, para tirar a agenda da Sr^a Karina e dar-lhe também a proteção.

No entanto, Sr. Presidente, as providências lá não foram tomadas. O que aconteceu? E é importante registrar. Aconteceu que ela foi dar um depoimento na Polícia Federal ameaçada, por conta da falta de segurança ou da segurança que não recebeu, e aí esse depoimento foi totalmente frustrado, em função do quê, Sr. Presidente? Agora, ela voltou, na medida em que se sentiu segura, e refez o depoimento, voltando atrás ao primeiro depoimento, ou seja, é o terceiro que ela está dando.

Por conta disso, Sr. Presidente, o requerimento do Senador Alvaro Dias é extremamente importante, no sentido de que a segurança seja dada a pedido desta CPI e não por solicitação dela, a pedido desta CPI, ao Ministério da Justiça, ou seja, a iniciativa tem que ser nossa. E aí, Sr. Presidente, me parece que não depende de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Deputado, concluindo, já está deferido. Conversei com a Polícia Federal e esse assunto está resolvido. Vamos voltar para a pauta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de ponderar a V. Ex^as: vamos imprimir dinamicidade às perguntas. Já são 22 horas e 22 minutos e temos 28 oradores inscitos.

O SR. (Orador não identificado) – É uma crítica ao relator?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não é uma crítica, porque o relator está fazendo o seu bom trabalho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Posso começar, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, vou fazer um esforço grande para acolher a sugestão de V. Ex^a. Claro que fiz um esforço muito grande de permanecer todo o tempo, durante o depoimento, durante os questionamentos feitos pelo

relator. Exercitei a minha pouca capacidade de tolerância, não saí para lanchar, como muitos aqui não saíram e outros saíram também. Mas fiz muita questão de ficar todo o tempo ouvindo o depoimento por algumas coisas. Primeiro, porque fico muito tentada a ser boazinha quando sei que alguém tem problema de saúde. E aí, quando fui analisar o depoimento de V. S^a, Dr. Marinho, na Polícia Federal, V. S^a dizia que estava com problema de saúde, inclusive durante o período que foi gravado. E podem nem acreditar os membros da CPI, mas sabe que fui ver a endoscopia digestiva, Senador? Fui. Tudo, a endoscopia digestiva, a ecografia do abdômen, o hemograma completo. Vi tudo. Vi que V. S^a tem uma deposição gordurosa hepática muito levezinha, uma esteatose. Fui ver, porque fico realmente muito tendenciosa a ser boazinha com quem está doente.

E aí fui ver aquilo tudo que estava acontecendo e devo dizer a V. S^a que V. S^a finge muito bem que está bem de saúde, porque, naquele depoimento, analisei tudo antes e fui ver depois o danado do depoimento. Ontem, eu saí daqui às duas horas da manhã analisando o depoimento. E aí por que é, tenha certeza V. S^a, não se sinta desprestigiado com o que comenta nos jornais, do bagrinho, das sardinhas, não sei do quê, porque todos aqui sabemos que, no mar da corrupção, V. S^a não se sinta desprestigiado, mas ocupa o cargo de sardinha diante de vários tubarões que vão sentar aí nesta CPI. Vão sentar.

O Senador Sérgio Guerra disse que é em homenagem aos tubarões, O Tubarão, o filme, que faz aniversário. Então, veja: por que é que fiz questão de ficar todo o tempo aqui, todo o tempo sem sair um único momento? Porque era como se houvesse um abismo entre V. S^a aqui, prestando depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, respondendo ao relator, e V. S^a, de forma cínica, dissimulada, apresentando detalhes das manobras que eram feitas na modalidade de trambicagem explícita nos processos de licitação.

Tenha certeza V. S^a, sei que os seus filhos sofreram também com aquela cena que saiu nos meios de comunicação, onde V. S^a pega o dinheiro e põe no bolso, do mesmo jeito que quando V. S^a na fita relata o caso do tal do Dr. Robson, que é outro trambiqueiro que aparece aqui também, que V. S^a atrita o dedo indicador no polegar, dizendo o que é que eles iam lá fazer.

Então, não consigo, fiquei, tenha a certeza, com toda a tolerância, com o exercício de conseguir entender o abismo que separa V. S^a prestando o depoimento e aquelas quase duas horas que estão lá. Eu vi duas vezes, tenha certeza, anotei. Sei exatamente em quais minutos V. S^a fala alguma coisa, porque eu

voltava para ver novamente. Quando a gente olha, não é elucubração. Há muitos detalhes. Vou falar alguns dos detalhes, que são frases. Por mais que V. S^a diga “eu blefei, eu quis ser melhor do que realmente era”, é muito difícil.

Um deles pergunta, depois que está lá falando de vários mecanismos, tramóia de fazer o processo de licitação: “Existe algum número que vocês costumam tratar?” Aí V. S^a responde: “Existe. O problema é o seguinte, quando é pregão com alta concorrência, vou ser bem franco, é coisinha pequena, coisa de 3% a 5%. É a média do pregão de alta concorrência, esses 5% em alguns casos têm que subir três, ficam dois; dentro da empresa, isso é fechado. Quando é serviço, 10%. Aqui é material. Então, quando é serviço, eles trabalham em paz”.

Depois vem: “Aí a gente senta, conversa, verifica o preço do mercado e até onde posso chegar, entendeu? Tudo é feito dentro do limite. Analiso quanto paguei. Paguei “a”; se eu corrigir esse “a”, posso chegar até “y”? O cara está cobrando “v”; vamos negociar, você entendeu? Mas tem que ser altamente justificado, necessidade, contratação, três justificativas”.

Aí depois ele começa: “Negócio fechado direto, outras coisas mais. É dólar, é euro, tem outros que abrem a conta, que transferem em dinheiro mesmo”.

Depois, entra na Novadata, a Novadata que vamos investigar, a Novadata que vamos analisar, porque é modalidade de trambicagem explícita.

Aí V. S^a mostra um profundo conhecimento: “Fechamos um relatório, assinamos um relatório, emitimos o parecer. Quando chega o diretor, toda a blindagem tem que ser feita”.

“E a Novadata acertou direto com a diretoria ou foi com você”? “Não, não foi eu, foi o Diretor, o Godoy”. São muitos detalhes, detalhes de preços, de como faz a recomposição. É dólar, é petróleo, é o diabo a quatro. “Vamos lá, fazemos várias contas para garantir que isso seja feito”.

Depois vem: “A minha tarefa, a minha função é dar suporte. Tem Deputado, Senador, diabo a quatro. A minha função aqui é dar suporte a eles. Trabalhei em todas as seis áreas, a minha função é essa. Tem coisas que só faço orientar, não é propriamente comigo, mas tenho que dar o encaminhamento certo”.

Depois vem: “Não, às vezes, de repente, aparece alguém do partido. Ele não tem um *site*, não tem papel, não tem uma máquina, um equipamento. Como apareceu recentemente um Deputado do partido, coloca uma máquina importada, fez um encarte, fecha bonitinho, pode estar dentro de um daqueles”.

“Não, não quero vender nada ao Correio”, diz o outro, “quero prestar serviço”. “A gente estuda, monta

um projeto básico, encaminhado à diretoria correspondente, que tem acesso a todas as outras seis”.

Claramente, houve intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, tráfico de influência.

Outro trecho: “Tem que ser muito bem amarradinho, muito bem fechado, muito bem conversado. Tenho umas quatro pessoas de confiança, não mais do que isso, de cem que estão trabalhando. A gente vai lá e faz. Eu digo para eles, entendeu? Vá lá e dê esse laudo, não pode ser qualquer um”.

E aí continua.

Fala da Novadata: “Fizeram um processo. Não tinha nada acertado aqui, acertaram na tecnologia, fizeram um processo licitatório. Aí eles chegaram lá embaixo, só a Novadata e uma outra. E o que eles fizeram? Acertaram com o cara lá de baixo. Vamos, não acontece essa licitação, acharam que o preço estava muito baixo”, ou seja, todo um acordão que foi feito para alguém ganhar.

Aí V. S^a diz: “Não, mas eles não sabiam. Desertou porque tem que marcar uma outra abertura. Eles disseram lá em cima que achavam que podiam ganhar mais. Falaram: ‘Olha, não vamos participar do processo. Marca uma outra abertura’”.

Trata-se de clara e assumida prevaricação.

“Ligaram para o cara da tecnologia e está tudo bem; só esqueceram de combinar no edital de licitação”.

Aqui ele fala de vários detalhes de como é feita a demanda, a necessidade, a especificação técnica, para privilegiar um ou outro.

Depois vem o Robinson. Eita, Robinson, esse é um danado! O Robinson é o Diretor de Recursos Humanos. Sobre a posse da carteirinha de comprar medicamentos, de uma rede credenciada, coisa de pobre mesmo, coisa de funcionário, diz assim: “Isso aqui é uma brincadeira de 60 milhões, para começar a conversar; fazer o projeto básico, vão enrolar um ano para fechar o projeto. Se aparecerem umas quatro empresas, meu amigo, o negócio é seu. Você quer que a gente trabalhe com quem?”, ele falou. E aí vai.

O processo está pronto, fechado, redondo. Ele alocou recurso. Toda a rede de trambicagem, de crimes contra a administração pública absolutamente detalhada, montada, absolutamente montada.

Depois, entra na organização à custa do dinheiro público das estruturas partidárias. Aí diz: “Não, o partido ficou desorganizado porque agora nós temos que planejar, saber quem é candidato a deputado, quem é candidato ao Senado e o que vamos dar para cada um, o que compete ao Governo: Infraero, Eletronorte, Petrobras e outras coisas mais”.

Então, realmente é muito difícil que a gente consiga compatibilizar a imagem que está lá, porque é um detalhamento muito grande. Eu preferia que V. S^a nos ajudasse, informando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito de fato como é que acontece essa fraude do processo licitatório. Isso é essencial pra gente. É a motivação desta CPMI. Claro que devo dizer, e sei que muitos da sua família acham também, que é repugnante aquela cena que aparece na televisão. É repugnante! Mas o debate desta Comissão, o procedimento investigatório que ela estabelece não é apenas na penalização individual, mas na identificação de toda uma rede de promiscuidade estabelecida entre o Palácio do Planalto e as indicações políticas, sejam do PT, do PMDB, do PTB ou de qualquer um outro partido que apareça, em que não se analisa a competência, nem a vida pregressa (enquanto a Abin pode fazer o que quiser, até criar depoimento – imagine investigar a vida das pessoas!), e o espaço público é partilhado com as conveniências políticas para que lá eles estejam fazendo trambicagem à custa do espaço público, do aparato público.

Então, V. S^a nos ajudaria muito, muito mesmo, se pudesse... porque, criminalizado perante a opinião pública, tenha a certeza de que V. S^a já está! Não adianta que ninguém acredita, sabe, vai dar entidade filantrópica... não adianta que ninguém acredita. Ninguém acredita, porque, se qualquer um de nós estivesse no lugar de V. S^a, ninguém acreditaria. Não tem como acreditar nisso. Mostram um processo de corrupção, que pode ser repugnante e até pequeno diante de outro grande processo de corrupção de milhões, bilhões. Então V. S^a nos ajuda analisando isso que V. S^a detalhou aqui, porque eu não consigo entender... V. S^a diz no seu depoimento à Polícia Federal que mentiu, que não expressou a verdade, que, embora a fita seja verdadeira, o que está exposto, o nível de detalhamento, a minuciosidade como V. S^a trata, é impossível que não seja alguém profundamente conhecedor. Se não foi parte do esquema, mas observou, identificou onde é que ele estava acontecendo. E são negócios de milhões e bilhões que estão sendo parasitados pelo espaço público em função das relações promíscuas politicamente do Congresso Nacional, de estruturas partidárias e do Palácio do Planalto.

Então, V. S^a nos ajuda muito, sinceramente, não tentando nos convencer, porque pode até ter convencido alguns, mas a mim – eu me sinto na obrigação de dizer – não me convence, mas, ao menos, nos ajudando a desvendar muitos dos mistérios sujos de corrupção, essa maldita metodologia, essa infame metodologia de parasitar o espaço público para viabilizar as conveniências políticas, as conveniências eleitorais de quem

quer que seja. Então, diante desse nível de detalhamento que o senhor prestou aqui nessa fita, que nos auxilie para que nós possamos identificar, conhecer, estabelecer mecanismos para obstaculizar que isso venha a acontecer novamente. Isso é essencial pra gente, Dr. Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Obrigado, Senadora.

Eu vou tentar os três pontos que eu achei mais fortes: Novadata, medicamentos e partidos, tá? Eu acho que, se eu conseguir transmitir o que está escrito aí, é o grosso de todo o problema. Novadata é tecnologia. Quando o nosso Relator perguntou sobre o Consórcio Alfa, o Consórcio Alfa é composto por duas empresas, Novadata e Positiva.

Eles venceram a licitação passada, em 2002, 2003, não me lembro, e prestam serviço aos Correios até hoje. Agora, esse item que consta desse trecho e da forma como ele está era de pleno conhecimento do Sr. Goldman antes dessas reuniões. Isso é que precisa ser bem claro. E quando eles nos perguntavam, e nós trabalhávamos esse assunto, ele tinha conhecimento detalhado.

As licitações nos Correios ficam expostas na Internet. A licitação foi marcada. Eu vou explicar o que aconteceu. A licitação foi marcada. No dia da abertura – não está bem explicado dessa forma, mas é a verdade –, apareceram três empresas. As três empresas, quando digo que acertaram lá embaixo, embaixo que eu digo é na Licitação, é na CPL, não é conosco, mas a informação que chegou a nós e que era de conhecimento dele, é que essas três empresas, ao não darem lance, ao não participarem do processo licitatório, fariam dela uma licitação deserta, correto? E o que se ouve dentro da área de tecnologia, pelo menos é o que se comentou também, é que se fizesse uma nova pesquisa de preço – olha bem – para aumentar o valor do preço por item. O processo está lá, disponível. Qualquer assunto desse que está aí, bem ou mal explicado, tem processo, tem documento, tem aprovações.

Bom, feita a nova pesquisa de preço, eu dou um chute aí, não sei o valor real, mas, na primeira licitação que foi deserta, eu chutei. Parece que o preço de uma estação de trabalho sairia em torno de R\$3 mil, por exemplo, ou R\$2,7 mil.

O SR. (Orador não identificado) – R\$3,7 mil.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, R\$2,7 mil, não; R\$3,7 mil. E, na nova licitação, fizeram nova pesquisa. As informações chegam a nós, nós não executamos o processo, mas ficamos sabendo de alguns fatos, na segunda pesquisa, esse preço partiu para um valor quase que o dobro, entendeu?

Bom, feito isso, marcou-se uma nova abertura de licitação. É isso que ele trouxe para comentar. Quando ele trouxe para comentar, o Sr. Goldman – por isso que eu digo, caro Relator, que o Sr. Fortuna deve estar atrás disso também, não só o Sr. Wascheck, porque apareceu no segundo momento não mais as três primeiras que estavam sozinhas; apareceram seis ou sete novas empresas. E não era um item só como estão falando; eram quatro itens que estavam sendo licitados, quatro itens estavam sendo licitados. Um item cada empresa ganhou, e eu digo isso não da forma que estou falando aqui, porque lá eu estava numa pressão realmente; e, depois, eu gostaria que, na área de saúde, a senhora verificasse que não são só aqueles itens, aqui dentro estão os outros exames. Eu gostaria do seguinte – isso é o fato Novadata. Aquilo que se esperava “vou ganhar os quatro itens” – aquilo que digo aí: o tiro saiu pela culatra –, ganhou um item; os outros três itens foram ganhos pelas empresas, se não me falha a memória, representadas pelo Sr. Fortuna, correto? E o preço que antes estava previsto de R\$3,7 mil numa pesquisa de mercado foi, num segundo momento, para R\$6 mil; e os Correios comprou a R\$2,7 mil, entendeu? Está lá no processo. Houve uma redução brutal na compra.

Então o pregão eletrônico, quando fala, direciona, tem facilidade, não existe essa facilidade como está sendo dito, porque na hora do vamos ver, lá, na hora da cotação do preço... A não ser que você exclua participantes ou futuros fornecedores. Você cria condições para que se diminua o nível de competitividade. Mas que, nos Correios, há essa prática de direcionamento? Se tivesse voltariam as mesmas três, e o produto seria vendido por seis, correto?

Isso é da área de tecnologia. Agora, eu não vejo isso sinceramente; de R\$6 para R\$2,7 foi um ganho realmente fantástico para a ECT, correto? E outra coisa: o pregão eletrônico foi assinado recentemente aí na ComprasNet pelo Sr. Presidente. As grandes empresas hoje do Brasil têm sisteminha que ela dá 30 lances e não dá oportunidade a outro, os senhores sabiam disso? É o pregão eletrônico. Tem sisteminha hoje que na hora em que entra no randômico, dentro de 30 segundos vai acabar a licitação no pregão eletrônico, correto? Não é assim que diz a lei? Aí as grandes empresas já têm sisteminha. Eu vou dar 30 lances com o espaço de um real. Eu não dou espaço para outro. Ou fico esperando, a hora em que entra no randômico, aí eu entro. Há uma série de coisas que precisam ser melhoradas. Muita coisa precisa ser feita. É o caso dos medicamentos.

O casos dos medicamentos que estão ditos aí e aqui detalhado, quando a senhora cita o Dr. Robinson, o Dr. Robinson, quando entrou... Medicamento faz

parte de um acordo coletivo de trabalho. O Programa de Gerenciamento de Saúde era para ter sido entregue até fevereiro de 2004. Os Correios assumiram um compromisso com a categoria para fornecer medicamentos a doentes crônicos. Esse projeto que eu digo aí: “Não, eles estavam sentados em cima, parado”. Eu falei para o Sr. Goldman, porque o projeto realmente passou pelo meu departamento para ajudar na conclusão, mas todo ele foi elaborado dentro da área de saúde dos Correios. A pesquisa de preço, quando a gente fala que teve quatro, foram quatro empresas que participaram da pesquisa de preço. Na realidade, depois eu descobri uma quinta. As cinco estão aqui dentro do processo, participaram da pesquisa de preços. Os Correios nunca compraram medicamento para doente crônico. Esse era um programa de saúde que estava em estudo, mas, em decorrência da gravação da fita, inclusive o próprio jornalista Policarpo Júnior me perguntou nos 15 minutos que ele me deu, ele queria saber: como é que você disse na fita que as quatro empresas vinculadas a Parlamentares já teriam ganho uma licitação? Eu não disse isso em nenhum momento. Pode ter sido entendido por eles.

Outra coisa: quatro empresas participaram da pesquisa. A modalidade de licitação do medicamento é pregão eletrônico. Inclusive o processo foi suspenso depois da gravação da fita até que seja apurado, correto? Agora, quatro empresas participaram da pesquisa de preços, tá? Duas delas... Teve inclusive visita de gente dos Correios para ver como é que outras empresas trabalhavam esse assunto, que era um produto novo para os Correios, mas isso era restrito à Diretoria de Recursos Humanos, Departamento de Saúde. Agora, a forma como foi falada, as interpretações que estão sendo dadas, que a própria revista utiliza, deu a entender que quatro empresas indicadas por Parlamentares iriam ganhar uma licitação. Seria uma licitação de carta marcada, e pregão eletrônico não tem isso, correto? Isso é aberto ao público, mas foi analisado dessa forma. As quatro empresas estão lá no processo. É só pegar o processo de medicamento, que está lá, está disponível para qualquer pessoa. Em decorrência da fita, foi suspenso o processo.

O outro assunto, Senadora, é sobre os Partidos. Quando eles chegaram e falaram da empresa multinacional, que tinham interesse de internalizar aqui no País a produção de equipamentos, desenvolvimento de *softwares*, fazer produtos customizados, eles diziam francamente: “Nós é que fornecemos todos os produtos – está escrito, inclusive, está na fita – a todas as empresas que venceram, inclusive, os contratos dos Correios, os últimos”. E ele é que diz: “Novadata, Positivo”. Nós fornecemos o produto a essas empresas

brasileiras. Mas é uma estratégia da multinacional vir para o Brasil. Nós temos dois anos para instalar essa empresa dentro do País. Inclusive, o diretor da empresa estaria já fazendo gestões junto a organismos públicos, que não sei quais são, para abreviar esse prazo. Essa era a conversa. Quanto a dar participação a partido político, foi discutido desde o início. Como vai ser dado... O mérito é que teria de ser dado. A forma, sei lá como seria. Mas ele tinha pleno conhecimento de que faria parte do esquema e que ele teria uma diferença de até 30% dos preços praticados hoje no mercado brasileiro. Ele teria uma margem muito grande para trabalhar. Essa é a empresa multinacional que, infelizmente, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, estou fazendo as contas. Se cada um dos 28 inscritos falar dez minutos, sem falar no...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tenho a certeza de que é muito rápido. O Senador Pedro Simon nos solicitou que dissesse – S. Ex^a não pode falar agora porque não é membro titular nem suplente, para infelicidade de todos nós e do povo brasileiro – que o grande auxílio era nos contar todas as outras histórias em detalhes para que nos ajudasse a ajudar o Brasil.

Em relação à Novadata, tenho que dizer, Sr. Presidente, porque essas coisas têm de ficar registradas, que ficou absolutamente claro que houve um processo fraudulento. Ficou absolutamente claro. Por isso, teremos de investigar. Houve um processo absolutamente fraudulento. Duas empresas “laranjas”, uma especificação técnica que, certamente, foi colocada no processo licitatório para se apresentar só a Novadata. Não é à toa que, certamente, depois, as outras empresas descobriram, introduziram a especificação técnica, colocaram o preço lá embaixo, para ganhar de uma forma oblíqua, para ganhar e mostrar realmente que descobriram o que aconteceu lá dentro.

Terminando, em relação às observações do Dr. Robinson, longe de mim ser contra acordo coletivo. Deus me livre, meus queridos amigos, companheiros, lutadores dos Correios, por quem tenho o maior carinho e amor. O problema não é esse. O problema não é a carteirinha. O problema é o que faz depois e que, inclusive, é relatado por V. S^a, que diz: “... O negócio é dele. Agora, o negócio é grande. O que ele fez? Nesse agora, ele vai fechar. Mas uma parte da participação é nossa, entendeu? O negócio é dele, capitaneado por ele. Ele que levantou a bola. Nós fizemos é viabilizar o negócio. Só isso. Então, nós temos uma participação. Dentro dessa participação dele, a gente passa para o nosso partido, porque é ele que sustenta”.

Em relação aos partidos, é a mesma coisa. Está claro. “O que vamos dar para cada um?” “O que compete ao Governo”. Isso é uma demonstração explícita de crimes contra a Administração Pública e de utilização indevida do aparelho de Estado e do aparato público.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Maurício Marinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, de fato, é clara e notória a mudança de comportamento do Sr. Maurício Marinho. Assim como a Senadora Heloísa Helena, tive oportunidade de examinar, minuciosamente, cada segundo de uma hora e cinquenta e quatro minutos das gravações feitas com o Sr. Maurício Marinho. Percebemos que o Maurício Marinho da gravação é um e o Maurício Marinho do depoimento nesta CPMI é outro. Nunca vi uma mudança de comportamento tão grande e tão drástica em tão pouco tempo.

Eu gostaria de chamar a atenção para alguns pontos em que, nitidamente, o Sr. Maurício Marinho mostra suas contradições. Primeiro, ele afirma, como afirmou hoje aqui, que não tomava conhecimento de absolutamente nada que acontecia nas diretorias técnicas dos Correios. No entanto, na fita, o Sr. Maurício Marinho afirma que, quando os projetos saíam das áreas técnicas, das áreas específicas, todos eles, necessariamente, passavam pelo departamento chefiado pelo Sr. Maurício Marinho, onde ele, como chefe do departamento, tomava conhecimento de tudo que aconteceu e que ia acontecer. Então, Sr. Maurício Marinho, qual dos dois está falando a verdade: O da fita ou o do depoimento da Comissão Parlamentar de Inquérito?

V. S^a diz que nunca manteve nenhum contato, nunca manteve nenhum contato com qualquer empresa registrada, com CNPJ, que tenha relações comerciais com a ECT. E eu indago a V. S^a: por que V. S^a fez referência, nessa gravação, de que uma vez marcou para se encontrar, em um hotel de Brasília, com o diretor da Siemens? Esse encontro aconteceu na cobertura do hotel e, no dia seguinte, o seu chefe – suponho eu –, o Diretor Administrativo Dr. Antonio Osório, estava sendo informado do contato que o senhor teve com o diretor da Siemens. Pergunto: a Siemens é ou não é prestadora de serviços para a empresa de Correios e Telégrafos?

Continuo, Sr. Maurício Marinho. O senhor afirma, com toda a clareza, com toda a nitidez, que não tem nenhuma ligação com nenhum partido político. De fato V. S^a não tem filiação, mas foi categórico ao dizer que

tinha a cobertura do PTB e, sobretudo, tinha o apoio do Deputado Roberto Jefferson, com quem mantinha uma relação pessoal, de prestígio, de até amizade, de convívio, convívio que não estava apenas limitado a discussão de temas de natureza profissional.

Quero que o senhor esclareça, Sr. Maurício Marinho, se de fato havia ou não havia uma infecção generalizada na empresa de Correios e Telégrafos do Brasil. Sabe por quê? V. S^a afirmou que existia um conluio entre os diretores e que, na maioria das vezes, o que um fazia todos tomavam conhecimento, até porque respondiam solidariamente, até porque as decisões eram submetidas ao comitê de análise de compras estratégicas, onde há, necessariamente, o assento de cada uma das diretorias, assim como também da Presidência dos Correios. Então, já que havia responsabilidade solidária, já que o senhor afirmou que todos os atos eram de conhecimento comum das diretorias, eu pergunto: a infecção é generalizada? Os atos de corrupção, de fato, alcançaram todas as diretorias da empresa de Correios e Telégrafos? Eu quero que o senhor responda essa pergunta, porque é muito importante para o curso das nossas investigações aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. S^a também faz referência a alguns contratos específicos e precisaria nos esclarecer. Primeiro, há um contrato de compra de tênis. Fala, na fita, em algo aproximadamente de dez milhões de reais, onde quatro grandes empresários do País estariam interessados. E aí V. S^a, se gabando, diz o seguinte: “ao invés desses quatro grandes empresários participarem de um processo lícito de concorrência pública, eu os chamei, negociei com os quatro para que eles repartissem o bolo, fizessem um acordo e todos saíam ganhando.” Em outra etapa dessa fita, V. S^a fala, com toda a clareza, que “era muito melhor fazer os acordos do que haver a concorrência, no final uma empresa sair vencedora” – e são palavras de V. S^a –, “uma empresa sairia vencedora com um preço mais baixo, estaria insatisfeita e a todo o tempo bateria na porta, seja do departamento de V. S^a ou de qualquer outro departamento, solicitando aditivos”. Inclusive V. S^a fez referência à Novadata como uma das empresas que estariam batendo na porta, solicitando aditivos. Mas voltando à história dos tênis, hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo** publica: “PF acha irregularidade nos Correios. Para fechar contrato de compra de tênis, Marinho reuniu os concorrentes e intermediou acordo para a divisão da encomenda”, confirmando, portanto, o que V. S^a relatou na fita. Ficou uma dúvida: V. S^a fez referência a algo em torno de 620 mil pares de tênis por ano, que teriam um preço correto de R\$40, mas que,

com o acordo fechado, poderiam chegar até a R\$70. Se eu estiver equivocado, me corrija.

Com relação à Novadata, vamos à Novadata: porque, não sei se V. S^a se lembra, V. S^a disse que, se, por acaso, o Ezequiel fosse designado o Diretor da área de tecnologia, V. S^a iria pleitear junto ao PTB a indicação para aquela Diretoria, porque queria se tornar “o segundo homem desta Diretoria”. E V. S^a obviamente discorreu, com muito conhecimento de causa, sobre diversos assuntos da Diretoria de Tecnologia. Aqui hoje o senhor reconheceu que 70% da fita – e é verdade – trata da Diretoria de Tecnologia.

Tem um ponto que a Senadora Heloísa Helena não tocou. V. S^a fez referência a um reajustamento de preço em favor da Novadata, um reequilíbrio de contrato. Então, o que aconteceu? Eles entregaram o primeiro e o segundo lotes. Na entrega do terceiro e do quarto lotes dos *kits* de informática, houve um aumento do dólar. O dólar era de R\$3,28, saltou para R\$3,68, aí V. S^a disse que estava tudo conturbado, que eles estavam encontrando dificuldades na Diretoria de Tecnologia e recorreram ao Diretor Antônio Osório Batista para que ele pudesse intermediar a solução do problema. E é nessa hora que V. S^a explicitamente faz referência ao fato de que a Novadata acertou direto com a Diretoria, mas infelizmente fica aí a dúvida do que é que foi acertado, como foi acertado, quanto foi acertado e com quem foi acertado. A referência que a Senadora Heloísa Helena fez a essa última concorrência é clara. Está claro o que aconteceu. O Diretor de Tecnologia do PT, indicado pelo Sr. Sílvio Pereira, armou uma concorrência pública em que somente três empresas iriam participar: a Novadata, a Positivo e uma terceira, que V. S^a não citou o nome, que eu gostaria que citasse o nome, se é que sabe. E aí, antes da abertura do processo, a Novadata percebeu que podia ganhar mais, porque o termo de referência, o preço de referência era R\$3.700. A Novadata queria R\$6 mil, e aí não compareceu, armou com as outras duas empresas, e qual foi a consequência? Esse processo licitatório foi considerado deserto. E aí, Sr. Maurício Marinho, o que é que aconteceu depois? Na segunda data marcada, três empresas foram, as mesmas três da primeira oportunidade. Só que o que a Novadata não esperava, e o que certamente a Diretoria de Tecnologia não esperava, é que outras três empresas, que V. S^a não citou o nome, também comparecessem. Descobriram e compareceram. Foi por isso que dos quatro lotes a Novadata só ganhou um, e com o preço de R\$2.700. E aí V. S^a falou, até de uma forma eu diria que jocosa, fazendo referência à besteira que a Novadata fez por ter perdido R\$1 mil e não ter aceito o primeiro entendimento que havia sido firmado. E V.

S^a também diz o seguinte: que neste processo “eles se acertaram com a Diretoria de Tecnologia, mas não se acertaram com a Diretoria de Administração”, a qual V. S^a estava ligado.

V. S^a também fez uma referência a um contrato de R\$1 bilhão para correio postal, que supostamente teria sido vencido por uma empresa italiana, e aí V. S^a disse: “Eles concluíram o processo com rapidez para evitar qualquer recurso”.

Que empresa foi essa? Que contrato foi esse? E que tipo de envolvimento houve da Diretoria apropriada para que o processo não respeitasse os ditames legais?

Mas também, Sr. Maurício Marinho, queria saber quanto ao serviço de banco postal prestado pelos Correios e que se caracteriza pela prestação de serviços bancários básicos, sobretudo, e principalmente, em cidades de pequeno e médio porte do Brasil. Queria saber se V. S^a tem conhecimento de como foi feita a renovação desse contrato do Banco Postal, como vem se processando essa parceria, quem são os parceiros dos Correios nesse contrato, se V. S^a teve algum conhecimento ou alguma atuação direta na afirmação, e eu diria que na consecução, desse contrato.

Estou encerrando, Sr. Presidente. Peço apenas mais alguns instantes para concluir a minha intervenção.

E também, Sr. Maurício Marinho, eu queria que V. S^a me dissesse se alguma vez teve conhecimento de que a Casa Civil, ou então qualquer membro do Partido dos Trabalhadores, promoveu ingerência direta ou indireta para beneficiar esta ou aquela empresa na consecução de contratos nos Correios, se isso passava pelo conhecimento da Casa Civil, se V. S^a foi informado de algum envolvimento da Casa Civil, que participação a Casa Civil teve, ou, se não a teve, que V. S^a diga, e também do Partido dos Trabalhadores, através do Sr. Sílvio Pereira e do Sr. Delúbio Soares.

E, a última pergunta, sobre a qual não achei que V. S^a foi muito incisivo na resposta, se conhece o Sr. Marcos Valério. Só quero saber se V. S^a, de fato, conhece, já teve algum contato, já teve algum tipo de relação com o Sr. Marcos Valério.

Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sr. Maurício Marinho, só pediria, vou insistir mais uma vez, se fizemos a conta, dez minutos, cada um falando, e também com as respostas, vamos sair daqui umas quatro horas da manhã. Se V. Ex^{as} entenderem que isso é bom, para mim, está tudo bem.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Caro Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, vou tentar... São 12 perguntas, na realidade. Doze. Eu consigo anotar.

Primeiro a mudança de comportamento. Eu assumi um compromisso logo que aqui cheguei, e não foi um compromisso só com os senhores que aqui estão. Eu assumi um compromisso primeiro com Deus de falar aqui a verdade. Eu estou fazendo isso. Agora, eu não vou assumir compromisso, e nem ser leviano em dizer nomes de pessoas, mesmo que queiram.

Agora, as respostas os senhores terão à medida que nós temos o nosso conhecimento técnico. Bom, o conhecimento de diretores e técnicos, todos, que foi dito. A gestão administrativa da área de tecnologia tem vários contratos que passam pela nossa área. A gestão administrativa! A gestão administrativa nos Correios é dividida em materiais e serviços. Aproximadamente 200 contratos, a gestão administrativa é feita pelo meu departamento. Vários contratos da área de tecnologia estão lá dentro. Outros não, são específicos da área de tecnologia. É o que a CGU está fazendo lá dentro. Então, tem contratos que a gestão operacional e administrativa é específica da área, e outros contratos que a gestão operacional é da área demandante. Mas a gestão administrativa fica com o Decam, Departamento de Contratação. CNPJ com a ECT, firma da fita. Não existe CNPJ e não existe empresa. A fita, 1 hora e 54 minutos, qual foi o fornecedor que nós tratamos do assunto? Qual foi o objeto ou o produto que se estava falando em licitação em 1 hora e 54 minutos? Isso eu afirmo que não havia. Desde o início, a firma nem chegou. Ela não existia. Correto? Existiam as pessoas para gravarem. O encontro com o diretor da Siemens, a outra pergunta. Isso aconteceu na semana, foram suspensas as férias, foi feito um Encontro Nacional da Diretoria de Administração no hotel – o nome eu esqueci. Nesse encontro nacional, no dia que era a apresentação do nosso Departamento, que era das 8h às 18 horas, veio um diretor da Siemens, de quem a empresa adquiriu – vejam bem – através de um processo licitatório, esteiras para separação de pedido de fornecimento de materiais para o Centro de Distribuição de São Paulo, que estamos até tentando trazer para Brasília, que foi inaugurado no aniversário da ECT. Esse encontro com o diretor da Siemens, ele veio de São Paulo para esse encontro. Ele estava lá no saguão do prédio. Até o nosso, que eu falo na fita e para a Polícia Federal, chamei o técnico, que conhece da área de tecnologia, ele até me alertou para fazer uma reunião com o fornecedor aqui na frente desse povo todo: “Vamos arrumar um local e vamos conversar.” E conversamos dentro do mesmo hotel. E isso está dito lá, não sei se é o Ministério ou ao Departamento da Polícia Federal.

Foi feita a reunião. Ele simplesmente veio atrás de informações para fazer um cronograma de execu-

ção do projeto, de uma licitação feita no início do ano passado, que o Correio levou um ano para assinar o contrato com a Siemens, tá? E foi feita essa reunião, sim, no hotel, no dia do Encontro Nacional da Diretoria de Administração, com 135 participantes.

Que eu não tenho ligação com nenhum partido político, mas eu digo na fita que ligava Roberto Jefferson, vinha e tal. Isso eu disse na correspondência que encaminhei ao Presidente, e deixei claro. É só verificar quantas vezes ele me ligou, quantas vezes eu liguei para ele. Nós nos encontramos três vezes, as três vezes estão lá relatadas. Eu digo três, ele diz cinco. Só que as duas dele a mais que a minha foi lá na posse da Diretoria da ECT, mas as três em que encontrei com ele está lá relatado. Agora, verifica quantas ligações ele me fez. Eu não tenho acesso a ele. O acesso a ele era através do Diretor Antônio Osório, membro lá do partido. Entendeu? Isso ele tinha, toda a semana eles reuniam, conversavam... Isso é um fato. Agora, isso aqui foi uma bravata que eu fiz. E eu assumi e escrevi. Correto? E eu não tenho esse acesso. Agora, recebi ligações do genro dele? Recebi. Estão todas lá no Ministério Público, dia, hora, quem mandou falar comigo, qual foi a empresa. Está tudo lá. E eu também não estou me omitindo a responder qualquer pergunta nesse sentido.

A infecção generalizada na ECT. Conluio entre diretores. Casse. Diretoria Colegiada Solidária. Veja bem, se há um conluio na diretoria, eu não tenho acesso à diretoria. Diretoria Colegiada são sete pessoas. Se existe, de fato, essa infecção generalizada, eu não tenho conhecimento. Correto? Não tenho, porque não sou eu que autorizo o processo e muito menos homologo e assino o contrato. Eu não sei qual é o nível de conhecimento. Agora, quando digo na fita que eles tinham, realmente eles são fechados, isso é verdade. É verdade. Cada diretor na empresa tem um pauteiro, e fazem uma “pré-redir” na terça-feira. Eles se reúnem. Reunião da Diretoria do Correio é na quarta-feira, se tiver algum problema, algum problema, se eles não acertarem, não entra nem diretoria, nem na reunião. Esse é um procedimento lá dos Correios. Está entendido?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que acertaram?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei. Aí vocês têm que perguntar para os diretores. Eu sou, meu amigo, lá de baixo. Não tenho condição de dizer o que é que eles fazem numa reunião de diretoria. O que eu tomo conhecimento é o que todo mundo sabe, são as decisões de diretoria, homologações de contrato, aprovações de projetos. Isso aí é decisão. Está lá. Agora, o que é que eles conversam eu não sei. Agora, que

eles trabalham de forma fechada, trabalham, porque se um diretor tirar um processo, não vai para a frente. Pedir vista? Não anda. Eles têm que sentar, conversar e ajustar. Isso foi dito, mas não da forma como estão falando. Entendeu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por isso que V. S^a tem razão quando diz que tudo que era acertado tinha sua divisão proporcional para cada diretoria envolvida. Era isso que V. S^a queria dizer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Agora, não estou dizendo em termos da forma de recurso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas V. S^a disse isso na fita.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, mas veja bem, meu amigo, aí falar que isso é recurso...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, um minuto. Acho que estamos aqui, o Sr. Maurício Marinho está prestando um depoimento, numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e dirigindo-se a um Deputado. Portanto, o Deputado Antonio Carlos Magalhães não é “meu amigo” para o Sr. Maurício Marinho. Eu gostaria de pedir que V. Ex^a solicitasse ao Sr. Maurício Marinho um pouco mais de respeito com os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tudo bem. Desculpe, Excelência, porque eu já disse, no início, que sou um técnico. Infelizmente, cometi uma falha.

Quanto aos tênis, saiu no jornal de hoje, está aqui comigo – não saiu só hoje não, saiu antes também. Os Correios não conseguem comprar um par de tênis desde o ano de 2003. Olha bem o que estou dizendo: desde o ano de 2003.

Eu recebi o departamento em junho de 2004, com um processo em andamento e recurso da empresa. Foi aberta uma licitação na minha gestão, somente uma, no mês de janeiro, no dia 11 de janeiro de 2005, onde participaram várias empresas. Teve, inclusive, recursos, não sei o termo jurídico que chamam, liminares, correto? E o Departamento Jurídico julgou que aquele processo licitatório deveria ser revogado. A decisão da polícia... a decisão do Departamento Jurídico foi revogar o processo licitatório.

Bom, passamos um ano e meio sem comprar tênis e faz parte do acordo coletivo. Decisão que foi tomada, uma estratégia, e está dito isso, inclusive, no depoimento do fornecedor, que é de Minas Gerais, a empresa Marluvas, junto à Polícia Federal. Está dito isso por ele.

Em nenhum momento, foi lá para acertar valor, ninguém negociou valor. O que foi tratado foi dentro

da sala do Diretor de Administração. Foram chamados os quatro últimos fornecedores, dos últimos anos, que fizeram o produto para a ECT. Em cinco anos, quatro empresas foram vencedoras. As quatro foram chamadas. Tudo isso foi analisado.

Qual foi o objetivo da reunião? O objetivo da reunião foi passar ao Departamento Jurídico um termo de referência. A seguinte idéia foi passada a eles: vamos dividir os lotes em dois, em quatro, em seis, porque a licitação em um único lote... E não são 620 mil pares, são 60 mil carteiros, o que dá uma média de 3 pares por ano, dá 180 mil pares de tênis por ano, e a compra era de 200 mil, e era ata de registro de preço. À medida que fosse necessário, a empresa solicitava. Não imobilizava capital.

Mas como fazer para não colocar todos os ovos na mesma cesta? Como ninguém tinha o fato legal jurídico, foi feito um relatório e se passou ao Departamento Jurídico. No dia 3 de maio, quando eu pedi o afastamento formal, esse processo ainda não tinha sido terminado, correto?

Agora, a reunião houve? Houve. No Gabinete do Diretor de Administração. Acerto financeiro não houve – pode chamar os quatro fornecedores. Pode chamar os quatro fornecedores. Um já depôs na Polícia Federal.

Agora, como a empresa vai fazer para adquirir os tênis eu não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o preço acertado para cada par de tênis, Sr. Maurício Marinho?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não existe preço acertado, Excelência, não existe preço. Sequer foi feita a pesquisa de preço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é que ...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O que foi comentado lá, que está na fita, é que na última aquisição, do início de 2003, o par de tênis saiu a R\$42,75, que a correção do tênis, em dois anos, ficaria superior a R\$ 60,00, próximo dos R\$ 70,00. Isso é que foi dito. Em nenhum momento, disse que era...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas não foi com esse contexto que V. S^a disse na fita.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, eu não sei o contexto, aí, que está sendo analisado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sabe, porque foi V. S^a que disse.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A reunião foi feita e está lá. A pesquisa de preço foi feita, e a compra de 2003 está no processo, entendeu?

Empresa Novadata. Reequilíbrio. Terceiro e quarto lotes: processo parado. O processo estava parado há

um ano. É verdade? É verdade. Existia um grupo de trabalho, vinculado à presidência da empresa, que faz a análise dos projetos de reequilíbrio, repactuação e reajuste de contrato. Esse grupo de trabalho recebia todos os pedidos que entravam pela Diretoria de Administração e eram repassados a esse grupo. Houve uma série de negociações no ano de 2004, ou de 2003, com a Novadata. As atas de reuniões estão dentro do processo. Todas as atas de reunião estão dentro do processo. Deputado, todas as atas de reunião estão dentro do processo. Agora, a análise das reuniões e o resultado final, que chegou da Novadata, o relatório sobe para a diretoria da empresa; o Diretor Osório encaminhou o relatório para o colegiado; a decisão foi da Diretoria Colegiada Solidária, apesar de um ano de pedido, não foi concedido o que foi solicitado, mas foi concedido um valor a título de reequilíbrio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o acerto a que V. S^a fez referência?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Qual foi o quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com a diretoria. V. S^a disse que a Novadata acertou com a diretoria.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Num contexto muito próprio de um acerto espúrio.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Está dito isso na fita?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a disse. V. S^a disse. Está na fita.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na fita? Que foi feito um acerto espúrio?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, V. S^a não usou o termo “espúrio”, mas, da forma como colocou, estava claro que a Novadata, por meios corruptíveis, acabou fazendo um acerto, que teve, portanto, o reajustamento.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Está dito que é “corruptíveis”, que ela usou também?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a sabe o que disse.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu disse que foi acertado com a diretoria da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a sabe o que disse.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O processo está lá para ser analisado. Requisitar e analisar o processo.

Qual é a outra? Indicação da Diretoria de Tecnologia como segundo homem. Quando surgiu a hipótese, a pedido do Senador Fernando Bezerra, que indicou o Sr. Ezequiel para assumir a Diretoria de Tecnologia

– isso é desde o ano passado –, ficou definido que o PTB teria essa segunda diretoria. Isso era voz corrente. E nós, que estávamos vinculados a uma diretoria, que recebia informações do PTB – eu sabia tudo que acontecia, por quê? Porque o diretor está, toda semana, direto, conversando –, aí, surgiu o nome. Quem iria para a Diretoria de Tecnologia? Seria o Sr. Ezequiel, indicado pelo Senador Fernando Bezerra. Nós estávamos aguardando, tá? Surgiram nomes para ser esse segundo homem, que é o assessor executivo da empresa. Tinham uns quatro nomes, e o meu nome estava dentro dos quatro. Isso, tranqüilamente. É lógico que você... É uma promoção. Até falo: eu gostaria até que fosse aposentado como diretor, porque têm mais duas posições acima da minha. Correto? Isso eu digo também na fita. Está certo? Agora, ser o segundo homem da área de tecnologia, dependeria do diretor escolher quem ele quisesse. Agora, que eu estava entre os quatro, eu estava. Isso é um fato. Correto? Isto eu disse para ele: “Talvez, dentro de uma semana, eu nem esteja aqui”. Está dito na fita.

As três novas empresas do caso da Novadata, que foi dito que eu não disse o nome, naquela licitação que a Senadora Heloísa Helena se retratou. As três empresas que participaram – que eu disse, aqui, para o relator que eram, na minha concepção, representadas pelo Sr. Fortuna – seria a Omni, a firma ATP... Eu não lembro a terceira, senhor, infelizmente. Mas é Omni, ATP, fora a Novadata, e mais a outra. Mas são seis ou sete empresas nessa licitação. Esse processo tem todo ele adjudicação, ata. Há todas essas informações. Se requisitar, tem todas essas informações. Agora, não lembro o terceiro nome. Mas essas duas, eu lembro que cada uma inclusive ganhou um item cada uma.

Correio Híbrido Postal, R\$1 bilhão. Essa empresa do Sr. Goldman, quando lá chegou, e desde o início... E não só ela, várias empresas nos procuraram para saber como participar desse processo, como participar desse contrato. Informações, eu fui atrás. Foi feito por uma comissão especial de licitação. Os fornecedores nos procuram no departamento. A comissão especial de licitação foi coordenada pela Diretoria Comercial e pela Diretoria de Tecnologia. Teve um vencedor que eu digo aí. Esse vencedor, que aparece na... é Postel, e não Listel, como apareceu.

A Postel seria, tipo assim, a cabeça do consórcio, mas várias empresas brasileiras vão fazer parte desse consórcio. Saiu no jornal recentemente o nome dessas empresas. Eu não tenho conhecimento de detalhes técnicos.

Agora, ele perguntou: “como eu poderia participar desse processo, desse grande contrato?” Eu falei: eu te indico para falar sobre esse assunto à Diretoria

Comercial da empresa, porque a Diretoria Comercial... pode haver uma possibilidade de terceirização, já que várias empresas farão parte do consórcio, correto?

Agora, Correio Híbrido Postal, eu estou falando, porque tem o Correio Híbrido Reverso, tem o Correio Híbrido Telemático. São três projetos distintos.

Outra pergunta: “serviço do banco postal. Como foi feita a renovação deste contrato? Tem alguma atuação a vossa área?” Foi a pergunta.

Não teve nenhuma atuação da Diretoria de Administração nesse processo. Esse processo é coordenado pela Diretoria Comercial, pela Diretoria Financeira, que é a chefe do departamento do Banco Postal, e pela própria presidência da empresa.

Então, nesse contrato, eu não tenho nem noção se foi feito algum acerto, alguma renovação, algum termo aditivo...Hã?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)* – Quem executa o contrato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Diretoria Comercial e Financeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bradesco, tá?

“Casa Civil ou membros do PT com ingerência para processos na compra de equipamentos”.

Bom, quando aparece na fita... É por isso que eu digo: a quarta gravação é uma coisa, mas foram 45 dias de conversa e três gravações anteriores.

Quando o Sr. Goldman trata da compra de microcoletores de dados, docas e impressoras portáteis, se não me falha a memória, que foram as empresas administradas, geridas pelo Sr. Fortuna, que ganhou o processo, teve o menor preço, mas a licitação foi revogada, correto? A licitação foi revogada. Depois, teve uma compra de emergência de algumas impressoras portáteis, porque isso já foi dito aqui dentro...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

Eu sei que estou sendo chato e admito, mas gostaria que pudéssemos entender se existe um tempo limite também para as respostas, porque somos 28 e eu gostaria... Eu sou o 28º e só saio daqui quando chegar a minha oportunidade de falar. Gostaria de saber de V. Ex^a se teríamos um tempo para as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estou insistindo, meu caro Senador Sibá Machado, para que agilizemos os trabalhos, mas todos os Senadores e as Senadoras, os Deputados já disseram que estão satisfeitos com esse ritmo, se eles estão satisfeitos com esse ritmo, só resta ao Presidente acompanhar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Senador Sibá Machado vai ser reincidente, vai sair daqui para pegar os meninos no colégio. (Risos.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, como sugestão, eu acho que deveríamos ter paciência com o depoente, pela importância do seu depoimento e pela falta de prática parlamentar. Então, se algum conselho pode ser dado, alguma sugestão, era que nós, Parlamentares, fizéssemos as perguntas mais curtas e deixar ele mais à vontade. Aliás, o Deputado Maurício Rands está aí e pode testemunhar o que vou dizer agora, seguindo um poeta pernambucano que ele conhece muito bem. O caso dele é o seguinte: não tenha pressa que aniquila o verso, nem beba água que não saiba a fonte. Deixa ele falar.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deputado, concluindo a resposta sobre “Casa Civil ou membros do PT com ingerência para processos na compra de equipamentos”, nessa licitação – estou sendo bem claro, por favor – que foi revogada e que, depois, houve uma compra emergencial, por necessidade contratual, se não me falha a memória, de 500 impressoras, projeto coordenado pela Diretoria de Tecnologia, essa compra emergencial foi feita junto a empresa chamada HHP. Voz corrente que essa empresa teria vínculo com o Partido dos Trabalhadores, através do Sr. Sílvio Pereira. Tá? HHP. Esse é o fato.

A última pergunta do nobre Deputado: “Conhece Marcos Valério?” Conheci agora, pelos jornais. Em nenhum momento eu sabia que existia essa pessoa. E o nosso relator havia me perguntado antes se publicidade e propaganda e patrocínio passava por nós. Não, esse assunto é restrito à presidência da empresa, ao Departamento de Marketing. Tá?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Relator: que ele pudesse, depois de encerrarmos a reunião de hoje, fazer uma comparação de todas as diferenças do depoimento do Sr. Maurício Marinho com o que ele disse na fita, para que tenhamos um quadro comparativo claro, a fim de que fique muito evidente à população brasileira a mudança de comportamento dele.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado Antônio Carlos, ele não respondeu a sua pergunta sobre o Banco Postal.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Falei, Banco Postal do Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, fiz algumas consultas espontaneamente aqui, com alguns Senadores e Deputados. Já estamos com o adiantado da hora. Poderíamos, até para melhor qualidade não só das indagações, mas também das respostas do depoente, ouvir, talvez, mais um ou dois Deputados e Senadores inscritos e suspenderíamos a reunião. Essa é a sugestão que fazemos a V. Ex^a, ou seja, suspenderíamos, retomando o depoimento e os questionamentos amanhã, possivelmente já na parte da tarde.

Está se lembrando aqui que, inclusive, o depoente tem atestados e está com problemas de saúde, mas basicamente seria a argumentação de que nós avançamos muito hoje, já há um cansaço natural de todos os que estão participando desta reunião, e tive o cuidado de consultar vários Deputados e Senadores. Há uma propensão do Plenário de, em V. Ex^a assim concordando, aquiescer com o adiamento desta reunião. Avançamos muito hoje. Vários depoimentos e questionamentos foram feitos e poderíamos retomar os trabalhos amanhã, na hora que V. Ex^a achar mais proveitoso, mais conveniente para o bom andamento dos trabalhos.

É essa a indagação que faço a V. Ex^a, já que há vários Deputados e Senadores que concordam com a suspensão dos trabalhos, neste momento ou daqui a um ou dois depoimentos mais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, deixe-me pedir um favor a V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sim, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vamos iniciar um debate sobre essa questão. Poderiam falar mais três. Então, peço a V. Ex^a que decida para não ficarmos todos pedindo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sugiro a V. Ex^{as} suspendermos a reunião, porque esse depoimento é muito importante. Nós estamos tendo a oportunidade de ouvir muitas coisas aqui. Pelo avançado da hora, ficam prejudicadas até as perguntas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião, gostaria que V. Ex^a indagasse ao depoente se ele tem alguma declaração que não deseje fazer em reunião aberta e sim em reunião fechada. Acho que isso é muito importante. Caso o depoente tenha alguma declaração sigilosa a fazer, V. Ex^a tomaria as providências. Nesse caso, ainda o ouviríamos hoje.

Não que o depoente tenha temor de fazer alguma afirmação, mas alguns dados podem ser sigilosos, inclusive por causa de segredos comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil, podemos encerrar?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só pela clareza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aliás, podemos suspender? Essa é a palavra. Suspendemos e amanhã reiniciamos às 18 horas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, antes da suspensão, gostaria de um esclarecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Abicalil está falando, Deputado Eduardo Paes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero apenas ter a informação correta, para além da suspensão que estamos agora definindo em que horário retomamos, qual será o procedimento em relação à ordem da lista de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Manteríamos a mesma ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mantém-se a mesma ordem.

A segunda pergunta, Sr. Presidente, haverá amanhã, fora do horário da reunião de trabalhos aqui, o acolhimento de novas inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Olha, eu penso que não há problema. Os Parlamentares que quiserem se inscrever poderão fazê-lo. Não há problema. Nós abriríamos novamente as inscrições.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente!

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É manter a lista, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, V. Ex^a abriria novamente as inscrições durante a reunião? Na abertura da reunião? (Pausa). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que retomemos os trabalhos amanhã às 9 horas e não às 18 horas.

O SR. (Orador não identificado) – Às 18 horas, vamos cometer o mesmo erro.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Às 9 horas.

O SR. (Orador não identificado) – Às 14 horas é uma posição intermediária.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, amanhã, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Presidência decide que amanhã reiniciaremos às 9 horas.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 23h33min.)

(Continuação da reunião do dia 21/06/05)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Havendo número regimental, declaro reaberta a terceira reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e as consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, na Empresa Brasileiras de Correios e Telégrafos.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura.

Os que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a dar continuidade à oitiva do Sr. Maurício Marinho.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem e não pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para uma questão de ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, os trabalhos desta Comissão são regidos pelo Regimento Comum do Congresso, que veda expressamente – não se trata de interpretação; é explícito o artigo cujo número me foge à memória – a reunião simultânea de reuniões de Comissões Parlamentares de Inquérito e de Comissões permanentes de qualquer das duas Casas.

Às 10 horas, pelo Regimento Comum do Senado, começa a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, Sr. Presidente, das duas uma – e não há terceira opção: ou esta reunião será interrompida às 10 horas, ou V. Ex^a deverá entrar em contato com o Senador Antonio Carlos Magalhães,

para que S. Ex^a adie a reunião daquela Comissão por mais uma hora ou duas horas, a fim de que não haja simultaneidade.

Era essa a questão de ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, nada me causa mais constrangimento e desconforto do que contraditar o ilustre Senador Jefferson Péres. Mas, Senador, estamos aqui, desde ontem, ouvindo uma testemunha, ouvindo o depoente, o Sr. Maurício Marinho. Aliás, há uma discussão sobre se ele é testemunha ou indiciado; não se sabe bem o que ele é. Mas me parece que esse dispositivo regimental funcionaria tão-somente caso tivéssemos de deliberar. Se tivéssemos de fazer alguma deliberação, se tivéssemos de tomar alguma decisão ou de aprovar ou votar um requerimento, aí sim, enquadraríamos o dispositivo a que V. Ex^a faz referência.

Portanto, parece-me que, para a oitiva do Sr. Maurício Marinho, para que possamos argüi-lo e ouvir o seu depoimento, não parece que haja qualquer empecilho ou impedimento regimental.

Portanto, a única atenção que o Presidente deve ter, e V. Ex^a faz bem em lembrar, é a de que não devemos, havendo essas reuniões, fazer qualquer tipo de deliberação.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu queria trazer a esta Comissão o seguinte assunto. O Sr. Molina, que vamos ouvir aqui, procurou-me pedindo para que fosse antecipada uma entrevista dele com o Deputado Roberto Jefferson. E eu o fiz, como atendo, todos os dias, dezenas de pessoas que pedem favores similares.

Um assessor meu ia para a Câmara, e foram conversando os dois. Ele perguntou se ele queria conhecer o Deputado, que parecia ser amigo dele antigo. Eles seguiram juntos.

Hoje, eu me surpreendo ao ler no jornal o seguinte: “Polícia Federal apreende documentos do Tesoureiro do PTB...” E vai levando, vai levando. Diz-se aqui que também foram à casa do Sr. Henrique Carvalho, assessor do Líder do PMDB, Ney Suassuna. O mais interessante é que não foram. E avisam antes de ir? Que maluquice! Estou perplexo com isso, porque, se fossem, não deveriam avisar; se colocam isso no

jornal sem terem ido, parece pirotecnia. Estou meio perplexo com isso.

Aliás, tenho andado meio perplexo com uma porção de coisas.

Outro dia, em uma revista, foi dito que fulano de tal era meu amigo. Também vai ser chamado aqui, e vamos ter oportunidade de ouvi-lo. Eu não o conheço, como esse cidadão, que foi entrevistado ontem. Vocês viram. Eu perguntei: “Me conhece? Tivemos algum relacionamento?” Ele disse: “Nenhum”. “Alguma vez alguém lhe procurou?” Ele disse: “Nenhum”.

Ou o nome do PMDB é muito doce ou é o meu que é muito doce, porque eu não vi tanta coisa. Como disse V. Ex^a, talvez sejam os dois, Senador César Borges.

Era essa a colocação que eu queria fazer.

Também queria dizer da minha perplexidade, porque, se vão, não tinham de avisar, e, se colocaram no jornal sem terem ido, é outra coisa esdrúxula.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, só para encaminhar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No dia de ontem, fizemos um acordo depois de uma discussão, segundo o qual, logo depois dos depoimentos que estão apazados para a próxima semana, deliberaríamos sobre o depoimento do Sr. Marcos Valério de Souza. Com os fatos de ontem, principalmente os que foram posteriores à nossa decisão, a Sr^a Fernanda Karina Ramos Somaggio, essa senhora que foi Secretária do Sr. Marcos Valério, deu um depoimento importantíssimo ontem, a que todo o Brasil assistiu, e está indo hoje refazer o seu depoimento na Polícia Federal, por conta de que havia sofrido uma coação, segundo as palavras dela.

Então, quero só chamar a atenção de V. Ex^a e pedir também um pouquinho da atenção do nosso Relator.

O Requerimento nº 175, entregue ontem à noite, às 22 horas, à Secretaria da Comissão, solicita que, logo após o depoimento do Sr. Marcos Valério de Souza – creio que de preferência deve ser no mesmo dia –, ouçamos a Sr^a Fernanda Karina Ramos Somaggio, e, concluída a oitiva dos dois, o Requerimento nº 176 propõe que a CPI faça uma acareação entre o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Karina Ramos Somaggio.

Então, Sr. Presidente, chamo a atenção para esses dois requerimentos. Solicito que, na próxima semana – quando for colocado em deliberação, para se montar a pauta da semana posterior, já que haverá a oitiva dos diretores e a de Roberto Jefferson, marcada para quarta-feira, e já que, na terça-feira, vamos deliberar –,

esses requerimentos sejam apreciados em conjunto, dada a gravidade do depoimento concedido ao Brasil pela Sr^a Fernanda Karina Ramos Somaggio.

Cada vez, fixo mais a convicção, nobre e competente Relator Osmar Serraglio, de que o Sr. Marcos Valério de Souza tem muito a esclarecer a esta CPI e ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Onyx. Esse é o compromisso que assumimos ontem, na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a é um regimentalista excepcional.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Regimento é lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de lembrar, até em função do que o Deputado Eduardo Paes também considerou, que o inciso III do art. 107 do Regimento estabelece: “as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das Comissões Permanentes”.

Ontem estávamos preocupados exatamente com isso e marcamos esta reunião para as nove horas da manhã, para não coincidir com a reunião da CCJ às dez horas. O tema é controverso, mas queria apelar a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, para o fato de que, como ontem já houve uma sessão deliberativa e como hoje daremos continuidade à oitiva do Sr. Maurício Marinho, até por uma questão de bom senso, tenhamos as condições necessárias para fazer com que a CPI funcione. Nós já temos agenda para amanhã e para a próxima semana, na terça, quarta e quinta-feira.

Então, os trabalhos da CPI estão-se acelerando, e é muito importante essa oitiva. Peço a V. Ex^a a habitual compreensão e o bom senso que sempre pautou sua postura aqui no Senado Federal.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite usar da palavra, não para contraditar, mas para fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Além da questão formal de que é uma infração ao Regimento, existe outra de ordem prática, que é o fato de membros desta Comissão também serem membros da CCJ, onde haverá a votação de projetos importantes.

Pergunto a V. Ex^a: seria muito difícil um contato telefônico com o Senador Antonio Carlos Magalhães, para que S. Ex^a iniciasse a reunião da Comissão às 11 horas?

Isso poderia ser feito mesmo que a nossa reunião fosse prorrogada, pela interpretação que V. Ex^a dá ao Regimento, mesmo que a nossa reunião coincidisse com aquela. Mas, pelo menos, essa é uma questão de ordem prática, para que, por exemplo, outros possam deslocar-se até lá a partir das 11 horas, talvez depois de interrogar o Sr. Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu me comprometo a fazê-lo, Senador Jefferson Péres. Vou ligar agora para o Senador Antonio Carlos Magalhães para avaliar com S. Ex^a a possibilidade de dar início à CCJ às 11 horas, até porque os trabalhos aqui vão se estender por quatro horas, cinco horas, muito provavelmente.

Senador Fernando Bezerra, o Deputado Maurício Rands apenas quer fazer uso da palavra. Depois, passarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, na reunião de ontem, esta Comissão deliberou a convocação de uma lista enorme a partir de todos os requerimentos que aqui foram apresentados. Penso que o Relator, Deputado Osmar Serraglio, foi muito feliz ao traçar um roteiro e uma sequência lógica daqueles convocados, a partir do fato específico daquilo que tem elemento de comprovação, o que justificou a CPI. Temos de seguir, em meu modo de ver, essa lógica, essa sequência.

O Deputado Onyx Lorenzoni levanta a possibilidade de que V. Ex^a já disse ontem, que vai trazer à deliberação da Comissão na próxima semana. Apenas queria, dialogando com o Deputado Onyx Lorenzoni, com V. Ex^a, com o Relator e com os demais membros, ponderar que devemos ter muito equilíbrio, porque só a aprovação ontem, à unanimidade, do requerimento de convocação que abrangia todas as linhas de investigação cogitáveis nesta Comissão já deixou muito claro que todos estamos imbuídos da nossa responsabilidade de fazer investigação e de chamar para depor todas as pessoas que possam esclarecer o fato certo e determinado, que é a denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e qualquer fato subsequente relacionado com a denúncia nessa empresa.

Temos de ter muito cuidado, para não acharmos que, às vezes, para satisfazer ou interesses políticos ou disputa política, devemos convocar todos os contratantes dessas empresas. Para que cada empresa que tem contrato com a empresa dos Correios aqui venha a depor, é preciso um nexo de causalidade, é preciso uma sequência lógica. E me parece que essa sequência lógica que está mencionada pelo Relator respeita os fatos. Essa deliberação de alteração dessa sequência, como V. Ex^a já disse, vai ser feita amanhã.

Insisto que nós, inclusive o Congresso Nacional, requeremos, para investigar denúncias de mensalão, denúncias de compra de votos de Parlamentares, duas CPIs, pelo menos, já protocolizadas, com assinaturas suficientes.

Parece-me que não há nenhuma impropriedade no fato de que esta Comissão venha a ouvir pessoas que estão envolvidas muito mais nas denúncias que cairiam no objeto certo e determinado das demais Comissões, mas, para que essas pessoas venham, pulando uma sequência natural e lógica de um roteiro estabelecido pelo Relator, é preciso que isso fique bem demonstrado.

Então, vamos ter muito cuidado. Já no início desta Comissão, o Presidente, o Relator e todos os membros estão imbuídos, e assim demonstraram pelo seu voto, que querem investigar a fundo. Mas vamos investigar respeitando a sequência lógica dos fatos. Não vamos investigar para fazer notícia, para fazer disputa política, para atropelar essa ordem natural da investigação da CPI.

O SR. () – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente. Quero apenas fazer um esclarecimento ao Plenário. Quero apenas caracterizar...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu já havia pedido a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Fernando Bezerra, que a havia pedido antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, ontem levantei aqui uma questão relativa à ordem de inscrição. Ontem reclamei e disse que a grande maioria dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores não tinha conhecimento da regra para inscrição e que, na Secretaria da CPMI, logo pela manhã, havia sido aberta a inscrição sem que a grande maioria soubesse.

Queria cobrar do Sr. Presidente que estabelecesse agora as regras. Por exemplo, uma hora antes do início da reunião, na sala de reuniões, estaria a lista de inscrições disponível.

Uma outra sugestão que dei, Sr. Presidente, para que não ficássemos colocando assessores para tomar conta de lugares, é que fosse feito um sorteio para que Deputados e Senadores tivessem aqui um lugar determinado, com uma placa com seu nome em frente à sua cadeira, porque há uma enorme curiosidade, em termos do desenrolar desta CPMI, e inúmeros Parlamentares que dela não fazem parte, jornalistas e assessores vêm à sala e, muitas vezes, ocupam os lugares dos titulares da Comissão.

Propus que as quatro primeiras filas fossem ocupadas – exatamente porque são 32 lugares – pelos

titulares, e as duas últimas, pelos Suplentes. Peço isso a V. Ex^a, mas não agora. Agora, sim, poderia ser atendido o meu pedido em relação às inscrições. Mas que, na próxima reunião, já se estabelecesse uma regra para a questão do assento, para não se ficar nessa atitude quase infantil de busca de um assento para as luzes das televisões, em que as primeiras filas são disputadas aqui, às vezes, até de uma maneira que nos envergonha.

Então, Sr. Presidente, quero apenas ressaltar essa questão e pedir providências à Mesa, para que faça valer essas duas regras.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Respondendo à questão de ordem de V. Ex^a, penso que já podíamos disciplinar isso agora, em cadeiras pares e ímpares: as pares ficariam com os Senadores, e as ímpares, com os Deputados. O nosso assessor vai disciplinar a numeração das cadeiras. É uma providência muito importante e boa. Não é preciso ninguém ficar preocupado. Ficaria a última para os Suplentes, Senadores e Deputados, na mesma ordem, pares e ímpares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas por ordem de chegada, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Mas todos terão lugar assegurado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Propus um sorteio. As ímpares – ou as pares, tanto faz – ficariam para os Senadores, e aí seriam...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – ...numeradas as 32 cadeiras, com os nomes de cada um, para que soubéssemos onde vamos sentar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Isso será feito imediatamente.

Qual é a outra questão de ordem? (Pausa.)

A Presidência informa ao Senador Jefferson Péres que o Presidente Antonio Carlos Magalhães atendeu ao pedido de V. Ex^a e passará a reunião daquela Comissão para as 11 horas.

Senador Fernando Bezerra, a segunda questão de ordem foi relativa à disponibilidade da lista.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Uma hora antes do início da sessão, na sala de reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Eu levarei ao conhecimento do Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Vai valer o relógio da parede aqui!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Todos concordam?

O SR. () – Sem sorteio.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente.

O SR. () – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, pondero que há uma norma regimental que diz que as inscrições devem ser feitas na Mesa da sala de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O que S. Ex^a está pedindo é que sejam feitas uma hora antes.

O SR. () – A minha indagação ao Senador Fernando Bezerra é se a sua sugestão é para que sejam feitas aqui na Mesa. Não é isso? Para não ficarmos procurando salas lá embaixo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos resolver esse problema. Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o Deputado Maurício Rands, um Parlamentar por quem tenho imenso respeito, pela sua qualificação e pela seriedade com que conduz o seu mandato, fez algumas referências à proposta que apresentei. Mas quero dizer que a proposta feita pelos Requerimentos n^{os} 175 e 176, que tratam do depoimento de Fernanda Karina Somaggio e de Marcos Valério, com uma posterior acareação – e bato nessa tecla, pois penso que é indispensável a acareação dessas duas testemunhas –, já está aprovada pelo roteiro do Relator. O nobre Relator já previu a convocação tanto do Marcos Valério quanto da Fernanda Karina.

A única coisa que defendi – e, inclusive, peço apoio a essa atitude ao nobre Relator Osmar Serraglio – era que, logo após concluído aquilo com que já concordamos aqui, na próxima semana, tomássemos a decisão de trazer o Marcos Valério, cuja convocação já está aprovada por unanimidade, e a Fernanda Karina e que, logo depois, promovéssemos a acareação, que, tenho certeza, esclarecerá fatos importantíssimos sobre a CPI dos Correios e as suas conexões correlatas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, penso que esse debate não se dará neste momento. Mas, ontem, quando a Sr^a Fernanda Karina – acho que é esse o nome dela – deu a sua entrevista no “Jornal Nacional”, nós, da Comissão, estávamos em reunião. Eu não tinha visto a entrevista dela. É uma entrevista muito contundente, e, inclusive, ela faz referência a licitações nos Correios. Ela disse que a festa, no dia da licitação, já estava pronta, à noite, antes de se saber o resultado. Essa é a declaração dela.

Ontem mesmo, Deputado Maurício, havia o entendimento dos membros da Comissão, do Sr. Presidente e do Sr. Relator, no sentido de que ouvíssemos os Diretores dos Correios, o Deputado Roberto Jefferson e até o Sr. Marcos Valério. Em razão do depoimento de ontem, das declarações dela e do depoimento que ela dará à Polícia Federal hoje, parece-me que está coberto de razão o Deputado Onyx. Mas penso que essa é uma decisão também para ser tomada, e podemos tomar essa decisão – e o Presidente e o Relator, certamente, terão essa interpretação. Penso que fica aqui a percepção de que ela tem informações importantes para passar a esta Comissão, as quais poderão ajudar, e muito, nossos trabalhos. E a acareação é algo importante, como sugere o Deputado Onyx Lorenzoni.

Portanto, manifesto o apoio do PSDB ao requerimento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu me sinto prejudicado nos meus propósitos aqui. Tenho a missão de fazer esclarecimento dessa corrupção nos Correios, mas, ontem, por intervenção de Colegas – que têm todo o direito de fazê-lo –, evitou-se que fosse exposto aqui o que seria reproduzido para o Brasil, ou seja o que o Sr. Maurício Marinho disse numa fita gravada, num momento em que estava descontraído e não estava planejado para mentir. Ele disse que agia nos Correios sob as ordens do Deputado Roberto Jefferson, que lhe dá cobertura, fala com ele, não manda recado. Ele dizia: “Eu não faço nada sem consultar o Deputado Roberto Jefferson. Tem vez que ele vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio”.

Então, Sr. Presidente, precisávamos ouvir aquela fita, para a opinião pública brasileira retomar...

O SR. () – Isso é matéria vencida, Sr. Presidente. Vamos avante!

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, o Sr. Maurício Marinho se colocou aqui como acusador, livrou a cara do Deputado Roberto Jefferson e acusou o PT. É a mesma tática, a mesma técnica usada pelo Deputado Roberto Jefferson. Quero esclarecer a verdade. Se só ficarmos submissos à técnica do Roberto Jefferson, não vamos esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad, as posições de V. Ex^a são muito claras, pertinentes. O Relator pediu a palavra. Vou passar a palavra ao Relator, para darmos início aos trabalhos. Temos muita coisa ainda a fazer hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, ontem, em virtude do horário em que

iniciamos os trabalhos, em virtude de todos os debates que se estabeleceram no início da reunião, foi entendido como oportuno que não se passasse o vídeo. Como são 15 minutos, estou solicitando a V. Ex^a que permita que isso seja feito, para que o apresentemos agora, enquanto os nossos Parlamentares chegam. Que passemos o vídeo, que já está pronto e disponível, para que todos tenham uma noção mais clara dos fatos que estamos investigando.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram muitas horas de discussão no dia de ontem, e não vamos retornar a isso. Se for passar quinze minutos, que se passe a fita inteira! Então, vamos retornar à questão, porque a edição...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, eu gostaria só de ponderar que esse é um pedido do Relator. O Relator é uma pessoa de fundamental importância nessas averiguações. S. Ex^a me garantiu aqui que é uma fita de 15 minutos. Peço a paciência de V. Ex^{as}, para darmos continuidade à oitiva do Sr. Marinho.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, todos já têm a degravação da fita, sabem das declarações; muitos assistiram detalhadamente à fita. Mas assistir a uma edição feita pelo Relator... É uma questão muito pessoal do Relator, e respeito a posição dele...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, vou encerrar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso foi fornecido ontem. Estamos andando para trás, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não podemos mais continuar a postergar, por meio de debates, esta reunião de hoje. Solicito a apresentação da fita, os 15 minutos, e aí trago para depor o Sr. Marinho.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Relator está sugerindo, e solicito a vinda do Sr. Marinho para assistir aos 15 minutos de apresentação.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Nélio Dias.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E, depois, o Senador Sérgio Guerra, Sr. Presidente.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, eu queria perguntar se esta é a continuação da reunião de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É a continuação da reunião de ontem.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, estamos passando a decidir uma nova reunião. A continuação seria o depoente estar aí e a gente já estar interrogando-o.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias, essa é uma prerrogativa do Relator e do Presidente. O Relator me solicitou isso, e vou atendê-lo.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo bem, mas vai abrir nova discussão depois da...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, é a sequência natural, Deputado Nélio Dias, que já foi estabelecida ontem, que foi interrompida com as perguntas do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Quero só registrar, aproveitando a oportunidade, que o Deputado Nélio Dias votou também pelo “sim”, ontem, na proposta relativa aos requerimentos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, qualquer que seja o encaminhamento que o Senador Delcídio Amaral venha a dar a essa questão – e parece que está dando –, terá seguramente a nossa concordância. Mas pondero, Sr. Presidente, que o Relator já fez a sua inquirição ao depoente, e não foi uma inquirição breve, foi bastante longa. Todos nós discutimos ontem, à exaustão, a síntese da chamada gravação do depoente, da famosa gravação que produziu todo esse tumulto.

Há um consenso de que, se é para ouvir gravação, devemos ouvir a gravação inteira. Então, ouvir essa gravação me parece cabível, mas por que não fazer isso depois? Por que não continuamos a ouvir a palavra de quem está depondo, que não devia ser interrompida? Não devia ser interrompida. Eu, pessoalmente, era a favor de que ela continuasse ontem. Vamos ouvir a palavra do depoente, continuar com o debate do que ele afirmou e, se houver necessidade, ouvir 15 minutos ou a fita inteira, como me parece mais plausível, até porque o ponto de vista do Relator é relevante, mas é igual ao nosso, na medida em que tanto S. Ex^a como qualquer um de nós pode ter sobre essa fita uma determinada opinião.

Então, eu queria ponderar isso ao Presidente e ao Relator. Quero dizer que reconheço e acredito firmemente nos propósitos do Relator dessa matéria. S. Ex^a passa essa convicção, é uma pessoa qualificada, e acho que estamos num bom caminho. Mas não é um bom precedente voltarmos agora a uma discussão que já foi encerrada ontem. De toda maneira, se for essa a sua decisão, será francamente acatada, mas considero equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, entendo as ponderações de V. Ex^a, mas, por solicitação do Relator da Comissão, eu gostaria de apresentar o vídeo, os 15 minutos. Até em função dos comentários do Relator, algumas coisas vão ficar muito claras, contradições vão ficar muito claras com relação ao depoimento do Sr. Marinho na reunião de ontem.

O SR. () – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu queria solicitar ao Relator apenas que, ao final desta semana, S. Ex^a pudesse fazer um quadro comparativo da íntegra da fita, portanto, 1 hora e 54 minutos, com a íntegra do depoimento do Sr. Maurício Marinho. Já que V. Ex^a decidiu, vamos acatar e assistir à fita. É importante que todas as contradições sejam expostas e que sejam oferecidas a conhecimento público.

Peço que o Relator, por favor, faça esse trabalho e que possa disponibilizá-lo na semana que vem para os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito bem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Faremos a exposição de quinze minutos, depois retomamos a oitiva começando pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

(Audiência da fita.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, é inútil assistir. Só tem imagem; não estamos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço que suspendam a transmissão. Eu não sabia da qualidade do som. Começaremos agora a série de perguntas pelo Deputado Onyx.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento. Recebemos essa edição feita pela técnica do Senado ontem à tarde. Evidentemente, eu sequer tive acesso, quero esclarecer, a essa parte que eles excluíram e montaram a parte que iria ser transmitida. Penitencio-me. Evidentemente, questionei ainda ontem. Disseram-me que seria audível.

De qualquer modo, solicitarei, como Relator, que providenciem, ainda que seja para outra oportunidade,

algo que seja possível de ser apresentado aos ilustres Parlamentares da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passo a palavra ao Deputado Onyx. Penso que a questão dos lugares já ficou bem estabelecida, Senador Fernando Bezerra. E nós vamos fazer, para não ter aquela correria nas inscrições, por sugestão do Deputado Henrique Fontana, que é muito sensata, alternar Governo e Oposição, Oposição e Governo, porque aí fica uma coisa bem lógica e bem sensata e sempre por ordem de chegada.

O SR. () – Sr. Presidente, a lista de hoje será respeitada?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será cumprida. A lista de hoje, não... Para as próximas reuniões.

O SR. () – Pela ordem, Sr. Presidente. O Relator deve ter a transcrição da fita, porque tem muitas contradições. Queria que entregassem uma cópia para nós, porque o que ele falou aqui, o Sr. Maurício Marinho, é muito diferente do que ele fez e foi filmado, foi flagrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós enviaremos, Deputado, a gravação dessa fita para todos os Parlamentares da Comissão.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A única ordem plausível é ouvir o depoimento, conforme V. Ex^a instruiu. Já estamos aqui, pelo menos tive a informação do Senador Alvaro Dias, há quarenta minutos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Uma hora.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... há uma hora nessa discussão. Vamos ouvir o depoimento que já começou e não foi concluído.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, aproveito para fazer um apelo na defesa de V. Ex^a. É muito difícil presidir uma Comissão desta forma. O Presidente não pode adivinhar qual é a questão de ordem solicitada. Na realidade, não são questões de ordem; são pronunciamentos que, inclusive, passam para trás os inscritos. Perdemos um tempo precioso aqui, Sr. Presidente. Estamos começando os trabalhos desta CPMI. Não vamos nos desmoralizar com discussões inúteis. Estamos, há quarenta minutos, discutindo inutilmente. Ou assumimos uma postura de responsabilidade, ou vamos nos desmoralizar. V. Ex^a democraticamente ouve a todos, concede a palavra a todos, mas temos de ter autocensura, não podemos fazer um papel ridículo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito bem, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr.

Presidente, de maneira objetiva, gostaria de conduzir o meu questionamento ao depoente, fazendo a pergunta, trinta segundos para a pergunta, até menos, e a resposta imediata do depoente. Não pretendo ouvir discurso, quero ouvir respostas. O depoente está aqui para responder, não está aqui para discursar.

Queria lhe fazer uma pergunta, a primeira delas: O senhor, se visse na tela, ali, agora, um servidor público pegar R\$3.000,00 e colocar no bolso, o senhor diria que aquilo é um comportamento correto ou incorreto? Lícito ou ilícito?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, decorrente do que aconteceu e que já foi explicado ontem, e está na gravação, não vejo nenhuma incorreção. Aquilo, para mim, não é um ato corrupto, não existe empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, obrigado. Já estou satisfeito. Penso que, de maneira clara, o senhor estabelece que esse tipo de comportamento para o senhor é correto. Correto? Eu acho que é incorreto. E assim como temos problemas de corrupção na área política, também temos problemas graves de corrupção na área técnica, porque o que diferencia as pessoas não é se ela tem uma atuação técnica ou uma atuação política, o que diferencia as pessoas é se elas são corruptas ou não são corruptas, se elas são éticas ou não são éticas, se elas têm padrões morais sérios ou se elas não têm padrões morais.

O senhor confirma que todos os contratos de âmbito nacional passaram pelo departamento que o senhor chefiava?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais os órgãos envolvidos diretamente no processo licitatório dentro dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em primeiro lugar, o órgão demandante, uma das sete áreas já ditas ontem, onde se inicia o processo; em segundo lugar, o termo de referência feito pelo departamento de contratação; em terceiro lugar, o comitê de análise de compras estratégicas dos Correios; em quarto lugar, a diretoria demandante e o presidente, que autoriza a abertura do processo licitatório; em quinto lugar, a execução, que chamamos, é a pregoeira e a CPL; em sexto lugar, a homologação do contrato pela diretoria colegiada, que é solidária; em sétimo lugar, a assinatura do contrato e a chancela pelo departamento jurídico; em oitavo lugar, retorna ao Decam para gestão administrativa do contrato.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais os limites de competência para autorização, homologação e assinatura de contrato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Até R\$80 mil, isso é documento básico da organização. Cabe ao chefe da divisão que requisita o material e assinatura do chefe do departamento requisitante. Entre R\$80 mil e R\$650 mil, a assinatura é sempre de duas pessoas: o chefe do departamento e o diretor da área correspondente à demanda.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Era essa faixa que o senhor e o seu setor operava?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo. Todos os departamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Compras, aquisições entre R\$80 e R\$650 mil?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo. Acima de R\$650 mil é de exclusividade do diretor da área demandante e do Sr. Presidente da ECT. Isso para os processos de licitações normais. Os casos de inexigibilidade e comissões especiais de licitação são exclusivos da diretoria colegiada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais os principais objetos de licitação pertinentes a cada área?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bom, são sete áreas na organização. Na presidência, o foco maior é a parte relativa à publicidade, à propaganda, a patrocínios, à participação de eventos internos e externos, que, como disse ontem, é vinculado à presidência, ao departamento de *marketing* e à Secretaria de Comunicação aqui do Governo Federal, a Secom.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor mostrou, ontem, que é muito bem informado, apesar de negar uma série de fatos. Mas quando o senhor descrevia todo e qualquer fato, o senhor ia às minúcias, aos detalhes.

Quanto do orçamento da ECT, quanto é o volume que está afeto à Presidência para contratações dessa ordem? V. S^a tem um número?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho esses números. Tenho só da minha área, que é da área de administração, material de consumo. Por exemplo, ano passado, foi em torno de R\$80 milhões para ser aplicado em material de consumo em todo o Brasil. Quanto às demais áreas, não tenho conhecimento do número, do valor total do orçamento, que é verba de custeio e de investimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto à área de propaganda e publicidade que está afeta à Presidência, isso sempre foi assim nos Correios ou foi uma modificação da atual gestão ou sempre estiveram na alçada da Presidência esses contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, antigamente nos Correios...Eu estou falando pelo tempo de serviço que tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Exatamente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Antigamente, a Diretoria de Administração concentrava todos os contratos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A sua concentrava todos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Diretoria de Administração. Eu sou chefe de departamento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A quem V. S^a estava subordinado, ao Sr. Antonio Osório?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, antigamente. Creio que antes de 2002 ou 2001, alguma coisa assim, isso era totalmente coordenado pela Diretoria de Administração.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até 2002?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mais ou menos. Não tenho certeza da data para precisá-la.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Depois que mudou a gestão com certeza modificou-se?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Modificou-se.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com a nova gestão, esse procedimento ficou afeto à Presidência da ECT?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – À Presidência da ECT, essa parte relativa à publicidade e propaganda. A parte de transportes, aquisição de equipamentos e veículos ficou afeta à área de operações. Conforme disse ontem, tecnologia, rádio, *software*, desenvolvimento, obras de engenharia e manutenção são áreas afetas especificamente à área de tecnologia, à coordenação da área de tecnologia. A parte de pessoal, treinamento, desenvolvimento, tíquete-refeição e saúde, à Diretoria de Recursos Humanos. À Diretoria Financeira, especificamente os dados contábeis, aplicações financeiras, recebimentos e pagamentos.

Não me lembro de outra diretoria. A Diretoria Comercial trabalha especificamente focada na rede de atendimento, agências próprias, agências franquizadas, contrato do Banco Postal, Correio Híbrido Postal, Central de Atendimento a Clientes e outros contratos que envolvem a clientela dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A parte de operações é que cuidava dos transportes? Quer dizer, esse contrato de Skymaster está nessa diretoria?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim. Para todo contrato de transporte existe uma divisão de contratação dentro da Diretoria de Operações. Ela não passa pela

área de administração. A área de administração ficou especificamente com material de consumo e móveis administrativos. Os demais foram separados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Todos os processos de licitação estão centralizados na Dirad?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eles passam pela Comissão Permanente de Licitação e pela Pregoeira. Quando se trata da Comissão Especial de Licitação, é definida por portaria do Presidente da ECT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As inexigibilidades, os processos emergenciais e as comissões especiais de licitação são de exclusividade da Dirad?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. São específicos de cada área e dependem do objeto. Se o objeto é publicidade e propaganda, é com a Presidência; se é transportes, é com a área de operações; se é tecnologia, é com a Diretoria de Tecnologia. Mas tudo isso é decidido pela Diretoria Colegiada. Não cabe especificamente ao diretor. A Diretoria Colegiada é solidária.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas isso não tinha que passar pela Dirad? Não era tomada a decisão, iniciado o processo? Esse processo não tinha que transitar pela sua... para fazer a instrução, para orientação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Inexigibilidade e comissão especial, pela documentação e norma interna da ECT, cabem a cada diretoria de área. Isso não passa pela Dirad.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Dirad somente participava no momento da decisão colegiada?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Colegiada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ela era ouvida para a decisão colegiada?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos os diretores. A diretoria é solidária.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E ela poderia colocar algum empecilho ou ela poderia ser um facilitador do trânsito em algum desses processos licitatórios? Ela teria peso para embargar ou peso para ajudar a que transitasse?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todo e qualquer diretor nesse mesmo nível teria este poder, retirar um processo...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A princípio, estaria na possibilidade do diretor da Dirad poder acelerar ou retardar um processo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A qualquer diretor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A princípio.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Em princípio, todos eles têm o mesmo poder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – OK. Qual ou quais os meios utilizados pela ECT para dar transparência aos processos licitatórios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bom, através da publicidade no **Diário Oficial da União**, nos jornais de principal circulação e todos os processos, mesmo em andamento, estão disponíveis na Internet, nas três funcionalidades, na página dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais as soluções adotadas na gestão dos senhores que poderiam prejudicar ou prejudicaram determinados fornecedores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A partir do mês de setembro, houve a divisão do Departamento de Contratação, o estudo, separando materiais de compras e contratações – foi uma primeira medida –, a criação de uma divisão de gestão de contratos, separando materiais de serviços, e a criação da divisão de gestão de fornecedores. A partir dessa divisão, realmente, nós sentimos que havia um certo desconforto porque a divisão de gestão... ela tinha por obrigação trabalhar através daquilo que eu chamei ontem e falei do Prodfor, que é a pré-qualificação de fornecedores, o desenvolvimento de novos fornecedores, indicador de desempenho, avaliação de fornecimentos. Então, em cima disso, a gente percebe que ficaria mais difícil a participação simplesmente de um representante, ou de uma empresa ou de um fornecedor que teria mais de uma pessoa, ou representando dentro de um processo licitatório. Correto? Então, a pré-qualificação visava muito isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na fita, o senhor afirma que todos os processos passavam pelo senhor. A frase é, e o Relator pode me ajudar, “a parte legal dos contratos” era com o senhor. O senhor falou a verdade na fita ou o senhor falou a verdade agora?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estou falando a verdade aqui, como eu assumi o compromisso ontem. Na fita, falei coisas que não são verdades. Muitas das coisas que eu falei são verdades, muitas das coisas não são verdades, mas o que eu assumi o compromisso, aqui eu estou falando a verdade, tá? Na fita...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor reafirma que está falando a verdade agora?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Agora.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor aceitaria ser submetido a um detector de mentiras?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aceitaria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor teve algum contato, recomendação, sugestão do Sr. Sílvio Pereira, para dar algum atendimento espe-

cial ou viabilizar a aceleração de algum processo que fosse do interesse do Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é um homem muito bem informado, como nós já vimos, ao longo do dia de ontem. Inclusive detalhes do tipo de um envelope, a forma como o envelope chegou, o tempo que o envelope ficou, contendo uma fita...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na ECT, havia conversas em relação à ligação de Mauro Dutra, da Novadata, à relação de amizade com o Presidente Lula? O senhor tinha conhecimento? Isso era comentado dentro da empresa pelos funcionários, no que diz respeito a resultados de licitações, a concorrências que foram vencidas por essa empresa? Em algum momento, o senhor testemunhou, ouviu isso a respeito dessa ligação de Mauro Dutra com Lula e as ações da Novadata dentro da empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Dentro da empresa, em nenhum momento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais eram as empresas que detinham a conta de publicidade dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não tenho conhecimento da... São três empresas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De qual o senhor se lembra?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Da que saiu no jornal ontem ou anteontem, que é a SMP&B, algo assim. Eu não conheço. A licitação foi coordenada pela própria Presidência. Eu não tenho acesso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E essa licitação foi feita em que ano? O senhor lembra?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi feita, se não me falha a memória, em agosto ou setembro do ano passado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agosto ou setembro do ano passado. Em 2004?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em 2004.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor lembra o valor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não lembra. Houve termos aditivos de agosto do ano passado para cá?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A gestão administrada desses contratos não pertence a nós. Não temos conhecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E uma das empresas... Foram quantas empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A informação que temos é que seriam três empresas vencedoras.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E qual é a que o senhor conhece?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A que ouvi pela imprensa é a SMP&B, algo assim. Não conheço nenhuma das três.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece o Sr. Marcos Valério?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A empresa Skymaster tem como um de seus clientes a ECT. O contrato foi assinado na sua gestão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele transitou pela sua diretoria?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele não tramita pela Diretoria de Administração. Existe uma Divisão de Gestão de Contrato na própria Diretoria de Operações. A instrução e a gestão do contrato são específicas da Diretoria de Operações. Não temos nenhum conhecimento de contrato de transporte. Não passa pela Diretoria de Administração.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A definição final só passou pelo colegiado da diretoria?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ai, certeza absoluta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como funciona o contrato da Skymaster?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho conhecimento. É só a Diretoria de Operações que faz toda a gestão operacional e administrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Havia exclusividade dessa empresa ou era partilhado esse contrato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho conhecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na gravação, o senhor afirma que as seis diretorias dos Correios foram indicadas pelo PT, pelo PTB e pelo PMDB. Quem fez as nomeações? Quem viabilizou as nomeações? Não me refiro a quem estava lá, a quem foi indicado ou a quem indicou. Quem fez as nomeações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As nomeações são feitas por meio do Ministério e publicadas no **Diário Oficial**, como o diretor da empresa. Agora, o acerto, quem vai ocupar qual diretoria, isso é definido aqui no Planalto mesmo. Não sei qual é o órgão. A informação que temos é que é via Casa Civil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A informação que o senhor tem...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Dentro da empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... é que a definição vem através...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Da Casa Civil. Qual é o diretor que vai ocupar que pasta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, não é o Ministro. O Ministro faz a indicação, a confirmação da nomeação. Segundo o que o senhor sabe, dentro da ECT, vinha de onde, por favor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Da Casa Civil.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Logo no início da gravação, o senhor declara que o PT não queria perder a diretoria de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Fernando Bezerra. Por favor, Deputado Onyx Lorenzoni

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, o Regimento da Casa estabelece prazo, e já se passaram quinze minutos de inquirição. Há 25 pessoas. Ou V. Ex^a estabelece um prazo ou...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou encaminhando para o final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Ontem, democraticamente e de maneira transparente, insisti e pedi o bom senso dos Parlamentares para que limitemos o tempo das perguntas a fim de que todos falem. Primeiramente, quero apelar para o bom senso de todos. Eu gostaria de que, daqui para frente, trabalhássemos com limite de tempo, senão ficará absolutamente impossível trabalhar nesta CPI. Portanto, vou estabelecer...

Concluindo, Deputado Onyx, apelo, portanto, ao bom senso de todos. Peço, Deputado Onyx Lorenzoni, que V. Ex^a conclua seus questionamentos, visto que já está inquirindo há mais de vinte minutos, para que demos oportunidade aos outros. Estabelecerei cinco minutos. Ou melhor, estabelecerei, de comum acordo, dez minutos. Quando se passarem nove minutos, tocará a campanha e conclui-se.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Marcado no relógio, Sr. Presidente.

O SR. () – Sr. Presidente, pelo menos quinze minutos. É o apelo que faço a V. Ex^a, para ficar menos desigual em relação aos que se inscreveram antes.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Estabelecerei dez minutos, e, aos nove minutos, toca-se a campanha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito, com um de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, eu só pediria para encaminhar para a conclusão, para ouvirmos os demais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – São quatro perguntas, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Meia hora, meia hora.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor falou que o PT não queria perder a Diretoria de Tecnologia. Por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa foi uma troca de informação com um dos interlocutores, que me trazia informações nas reuniões que antecederam a gravação. Está gravado na fita também, porque aguardávamos a indicação de mais um diretor na ECT pelo PTB. E a informação corrente dentro da empresa é que a diretoria seria a de tecnologia.

Voz corrente dentro da organização é que não havia interesse, logicamente, em que o PT perdesse a Diretoria de Tecnologia. O próprio interlocutor, em uma das conversas, levou-me a informação de que não seria mais o Sr. Ezequiel o diretor de tecnologia. Seria oferecida a ele outra diretoria.

No mesmo dia, levei esse assunto ao meu diretor, Antônio Osório, dizendo a ele o que essa pessoa, esse interlocutor, de prenome Goldman, havia me falado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Sr. Robinson Koury atuava na Diretoria de Recursos Humanos, onde havia uma licitação de R\$60 milhões para fornecimento de medicamentos. Isso já foi comentado aqui.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na gravação, afirma-se que ele, Robinson, é que vai fechar a participação, que o acerto é dele. Dessa participação do Robinson, vai uma parte para o partido que o senhor, na fita, dizia que defendia, que era o PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, mais uma vez, que concluísse, porque V. Ex^a está há mais de vinte minutos perguntando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, estou indo para o final. Farei mais duas perguntas de trinta segundos.

Em outro trecho da gravação, o senhor afirma que as últimas eleições teriam deixado um rombo no PTB, pois o PT não teria cumprido o acordo firmado. O senhor confirma essa declaração?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo essa declaração.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Consta que o Sr. Eduardo Medeiros, Diretor de Tecnologia dos

Correios, pediu ao Departamento Jurídico e à Auditoria dos Correios que fossem agilizadas certas etapas de uma licitação do Banco Postal. O processo foi parar na Controladoria-Geral da União. Como o senhor afirmou que todas as diretorias trabalhavam em conjunto e a formalização, a parte legal ficava toda a seu cargo, pergunto: por que houve pressa na elaboração desse edital específico, e quem é que seria beneficiado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A área de tecnologia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor participou dessa formulação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Isso é da área de tecnologia. As especificações são da tecnologia. O processo não chegou sequer a ir para a rua.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, mais uma vez, quando o senhor falou na fita, o senhor mentiu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não menti. Estou dizendo que o processo estava na mão da área de tecnologia. Ele não chegou a ir para a rua. Ele não foi publicado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor teve conhecimento ou relação com Waldomiro Diniz?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com quem?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Waldomiro Diniz.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Em nenhum momento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em nenhum momento de seu mandato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, em nenhum momento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em algum momento, o Sr. Gushiken fez alguma indicação, sugestão ao seu Diretor ou ao senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, em nenhum momento. O contato era direto com a área de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu concluo, Presidente, sugerindo ao depoente que, quando chegar em casa hoje, abra o Aurélio e veja o vocábulo “cínico”, porque lá está uma caracterização de um dos depoimentos, com todo o respeito, e isso pode ser até um elogio, dependendo daquilo que o senhor pensa ou daquilo que são seus padrões éticos de comportamento. Mas o senhor, nos últimos vinte anos...

Sr. Presidente, já participei de várias CPIs, e este é o depoimento mais cínico que já tive a oportunidade de assistir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, temos aqui um caso muito típico de múltiplas personalidades.

O Sr. Maurício Marinho faz uma declaração, que foi gravada, em que ele tenta induzir que sofreu uma lavagem cerebral, mas foi uma conversa franca, aberta, em que ele se revela por inteiro, que agora ele procura totalmente descredenciar tudo o que ele próprio disse.

Mas, com certeza, o Sr. Maurício Marinho é um homem profundo conhecedor das questões internas dos Correios. O senhor tem lá duas dezenas de anos e conhece todas as entranhas dos Correios.

V. S^a diz claramente que passam por sua diretoria todos os processos. Então, V. S^a tem conhecimento disso. V. S^a diz inclusive que conhece definições do Palácio do Planalto com relação aos Correios. Chega a dizer que o Diretor Antônio Osório não gosta de fazer acerto, mas que V. S^a faz o acerto por ele, e que ele leva ao Presidente a parte do Presidente. Diz aí: “Essa quota é para ele. Tem a do Presidente. Aí ele vai levar lá em cima.” V. S^a disse isso no depoimento. É verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ah! Não é verdade. V. S^a disse, mas era uma mentira.

Pois bem! Mais adiante, V. S^a disse, com relação à importância da Diretoria de Tecnologia, que aquela iria para o Senador Fernando Bezerra, com apoio do Deputado Roberto Jefferson. O Senador Fernando Bezerra é o Líder no Senado do PTB. “Foi um negócio – palavras de V. S^a – acertado com o próprio Lula”. Quer dizer, V. S^a conhecia de que haveria uma indicação do Sr. Ezequiel para a Diretoria de Tecnologia. Agora V. S^a diz que isso também não é verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse fato era de conhecimento na própria empresa e foi veiculado também na mídia, de que o Sr. Ezequiel ocuparia uma diretoria dos Correios. E, dentro dos Correios, nós tínhamos conhecimento de que ele assumiria a Diretoria de Tecnologia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, como é que V. S^a pode imaginar que aqui vamos entender que V. S^a pinça do seu depoimento na fita gravada o que é verdade e o que é mentira? Aquilo que lhe interessa é mentira, aquilo é verdade. Aquilo é mentira, e aquilo é verdade. Agora V. S^a repõe isso aqui dessa forma? Quer dizer, no fundo, V. S^a conhece efetivamente tudo o que acontece dentro dos Correios. Em suas declarações, há verossimilhanças que se vão encaixando a cada momento, o que me leva a credi-

tar que o seu depoimento lá na fita é verdadeiro, esse depoimento é verdadeiro.

Isso tudo me leva a lhe perguntar o seguinte: na conversa em que o senhor foi gravado com outras pessoas na sala dos Correios, o senhor fez referência ao manejo de um contrato de mais de R\$1 bilhão, que teria sido vencido por uma empresa italiana. O senhor disse que “fizeram tudo rápido para que não entrassem com recurso, já que era um contrato orçado em R\$1 bilhão”. Qual é exatamente o objeto desse contrato? Houve alguma irregularidade nessa licitação? De quem era o interesse por trás dessa contratação? O senhor sabe ou ouviu dizer algum interesse de políticos ou de agentes partidários nesse contrato, por exemplo, do PT?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Senador César Borges, eu peço um aparte a V. Ex^a a fim de esclarecer esse problema, essa questão que V. Ex^a coloca.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se for descontado o meu tempo, tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Desconte. Eu queria fazer uma pergunta a V. Ex^a, Senador César Borges. V. Ex^a já indicou alguém, na sua vida pública, para ocupar cargos públicos em qualquer nível? Nunca indicou?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Fernando Bezerra, não se sinta... Eu não toquei no... Apenas foram declarações dele que estão na fita. Não são palavras minhas. Eu não lhe fiz acusação nenhuma.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – E eu queria fazer a pergunta se o Sr. Ezequiel foi nomeado diretor de alguma instituição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não lhe fiz acusação nenhuma. Está na gravação das fitas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Senador César Borges, para formular suas perguntas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a não se sinta ofendido porque...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não, eu só pergunto se V. Ex^a já indicou alguém, porque o crime que eu cometi foi indicar, e não tive o prestígio para vê-lo nomeado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não tenho nenhum dever e nem direito para lhe responder nada, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Líder, no momento das suas perguntas, V. Ex^a terá oportunidade de fazê-las, inclusive para o Senador. Mas eu asseguro a palavra a V. Ex^a para concluir, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, não tem que responder a nada, Senador Fernando Bezerra. Responda V. Ex^a a si mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria que não tivéssemos discussões paralelas. Eu gostaria que V. Ex^a fizesse a pergunta e obtivesse a resposta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu já fiz a pergunta primeira.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bom, quanto ao Correio Híbrido Postal, em que se fala no contrato de R\$1 bilhão, esse assunto já havia sido tratado também com o próprio Sr. Goldman em reuniões anteriores. Na reunião de ontem, eu detalhei inclusive a resposta sobre esse assunto.

O objeto é correio híbrido postal e foi executado por meio de uma comissão especial de licitação específica para trabalhar nesse caso. Se há interesses políticos por trás e bandeiras, não tenho conhecimento. Mas há grandes empresas por trás – e é para dizer –, saiu recentemente nos jornais. É o Bradesco, que tem parte da American Bank Note – que saiu nas revistas – e da Montreal. São grandes empresas. Entretanto, não tenho conhecimento de quem está por trás dessas empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, qual era o motivo que prendia o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes à Diretoria de Tecnologia, e era tanto do interesse do PT que ele permanecesse até a realização de licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Qual o interesse da permanência?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes de não ser substituído pelo Sr. Ezequiel?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse é um assunto, Senador César Borges, que é voz corrente dentro da empresa, pela demora na indicação do novo Diretor de Tecnologia, que se iniciou em novembro de 2004. A todo mês, a toda semana, esperava-se aquela mudança. Então, a voz corrente é que era de interesse que não houvesse a mudança. Isso aconteceu até o mês de maio. Há seis meses, tratava-se dessa mudança – e era voz corrente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E por que ela demorava?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A conversa que se tem de Correios é que era o interesse na permanência do **status quo** que existia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Havia uma licitação a ser feita?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, licitações são várias, são centenas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não foi nenhuma específica, motivo pelo qual está sendo demorada a mudança?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não estou dizendo nesse sentido. Entendo que há interesse, sim. Não estou dizendo que é a licitação “a” ou “b”, mas são várias licitações de engenharia, de manutenção, de aquisição de equipamentos. São várias as licitações, e são coordenadas pela Diretoria de Tecnologia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a diz, na gravação, que a Novadata é a principal fornecedora de tecnologia para os Correios e que freqüentemente acertava os contratos, embora às vezes se esquecendo de fechar coisas embaixo.

V. S^a tem conhecimento de alguma prática ilícita da Novadata e seus contratos nos Correios? Conhece algum político ou agente de Partido que tenha interesse ou participação nos contratos da Novadata? Alguém já pediu a V. S^a para favorecer essa empresa em alguma licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Senador, a Novadata – eu também afirmei ontem – foi vencedora de algumas licitações na área de tecnologia. Apresentou realmente o menor preço e venceu. A empresa que estava é o meu interlocutor e dizia que eles forneciam os produtos à Novadata, e esse a vendia para os Correios.

Quanto a Partidos políticos por trás da Novadata, não tenho conhecimento. Mas que ela venceu licitações nos Correios é verdade, e elas estão estampadas na Internet – os 12 últimos meses de licitações que ocorreram.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a conhece bem a ação da Novadata nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Eu conheço o Sr. Fernando Brites, como já afirmei na Polícia Federal e no Ministério Público, que é um representante dela perante os Correios. E há outras pessoas que são gerentes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem são essas outras pessoas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fernando Brites e as duas outras pessoas que cuidam da gestão operacional do contrato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o Sr. Mauro Dutra? V. S^a tem algum conhecimento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a soube de alguma influência dele nos Correios para conseguir contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Em nenhum momento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe dizer se ele freqüenta o edifício dos Correios e se mantém encontros com os principais diretores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Eu fico no primeiro, e os outros, no 20º andar. Não tenho nem acesso à Diretoria dessa forma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. No caso dos remédios, eu perguntaria o seguinte: numa grande concorrência com relação a fornecimento de remédios na Diretoria de Recursos Humanos, foram selecionadas quatro empresas; o senhor conhece os critérios para o funcionamento dessas empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Dessas quatro empresas, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sabe da existência dessa licitação e que essas quatro empresas foram selecionadas de forma totalmente aleatória, por conta de uma decisão específica da Diretoria de Recursos Humanos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. O projeto básico foi executado pela Diretoria de Recursos Humanos; foram pesquisadas no mercado várias empresas, e essas quatro empresas – que está dentro do processo – são as que responderam à pesquisa de preço desse processo licitatório. Não chegou a ir à rua. Estava na fase de instrução.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas houve a seleção, pelo departamento de V. S^a, no valor de R\$5 milhões mensais, o que seria R\$61 milhões anuais para o negócio, e as quatro empresas foram convidadas para apresentar o preço.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento foi feito pela nossa área; foi feito pela própria área de recursos humanos. E quatro empresas apresentaram a pesquisa de preço. E nenhum contato foi feito com nenhuma das quatro empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Inclusive havia uma manifestação contrária do setor jurídico, para que não fosse realizado esse tipo de contrato, porque havia uma vedação de despesas com medicamentos a servidores da empresa. Mas, mesmo assim, houve o pregão eletrônico. É verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não chegou a ser realizado o processo licitatório. Até a minha saída, ele não tinha sido levado a efeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas foi publicado no *Diário Oficial da União*.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas não chegou a ser realizado. E seria feito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que não foi realizado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí, Sr. Senador, eu não tenho conhecimento, porque é da área de Re-

curso Humanos, e está na mão da CPL. E o problema jurídico, por que foi retirado, eu não sei. Mas seria pregão eletrônico, sim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Senador, o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem a palavra para concluir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a tem conhecimento de que a Skymaster trabalha para os Correios, que possui vultosos contratos, valores diários somados que chegam a R\$700 mil, quase R\$800 mil, o que leva a valores mensais, considerando o mês de 22 dias úteis, de R\$ 17 milhões; o senhor tem conhecimento de algum fato, com relação à contratação dessas empresas, quando houve um processo licitatório, em que compareceram apenas duas empresas, e uma delas, a TCB, não apresentou devidamente preço, e ficou a Skymaster sozinha no processo licitatório?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É aquilo que eu já havia afirmado anteriormente: toda a área de transporte é coordenada pela Diretoria de Operações. A instrução do processo, a gestão operacional, a gestão administrativa e a decisão competem à Diretoria de Operações. Nós não temos conhecimento, por exemplo, dessas informações que o senhor está me passando agora, de que participaram duas. Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o senhor não tinha conhecimento das denúncias de que esse contrato seria da cota do Sr. Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, e que o Sr. Sílvio Pereira comparecia pessoalmente aos Correios, e que o senhor mantinha contato pessoal, telefônico, com o Sr. Marcos Valério? Quando os Correios enviarem a relação de telefonemas realizados a partir de seu ramal, poderão existir ligações com a Skymaster ou para uma ou mais subsidiárias dela, ou para a pessoa física do Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento fiz nenhum contato através do meu ramal. Eu creio que o Maurício seja outro, não seja o Marinho, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que Maurício seria, então?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Diretor de Operações, que é o Maurício Madureira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse teria contato com o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei. O que eu digo é que ele era o Diretor de Operações e responsável pela contratação na área de transporte.

Agora, quanto à área de administração, estou afirmando que nenhum contato foi feito, nem tenho conhecimento, não conheço o Sr. Marcos Valério, e nenhum representante da Skymaster.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós que agradecemos, Senador.

Com a palavra o ilustre Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de comentar o desempenho de ontem do depoente. Eu, ao contrário da maioria dos Parlamentares aqui, Dr. Maurício Marinho, penso que, principalmente na noite de ontem, o senhor parecia mais relaxado, mais envolvido no clima do próprio debate que se estabelecia aqui na Comissão. Hoje talvez o senhor esteja mais objetivo, mais firme nas respostas, menos relaxado, mas, ontem, o que se percebia era um certo relaxamento. E eu senti uma semelhança muito grande na fita, de mais de 1h50min, com o seu depoimento na noite de ontem. Seu advogado, certamente, como bom advogado que deve ser, deve tê-lo alertado: “Olha: tenha uma postura mais séria, mais respeitosa em relação ao Srs. Parlamentares”. O senhor demonstrou ontem que rapidamente se consegue enquadrar num ambiente, e o seu depoimento me pareceu muito similar àquilo que nós ouvimos na fita ontem.

Estou fazendo essa afirmação, Dr. Maurício, porque o senhor se contradisse muitas vezes. Eu não tenho dúvidas de que o senhor exagerou, em alguns momentos, na sua conversa com aquelas figuras que o filmaram de forma clandestina, mas não tenho também dúvidas de que o senhor, em diversos momentos, passou ali informações de que era conhecedor. Ontem, o senhor revelou isso aqui. Hoje, um pouco menos, mas, ontem à noite, o senhor revelou, em diversos momentos, um profundo conhecimento dos esquemas dos Correios.

O senhor disse ontem o seguinte: aquelas pessoas que me grampearam, que me filmaram de forma clandestina tinham profundo conhecimento dos Correios. E, ao mesmo tempo, o senhor diz que essas pessoas que tinham profundo conhecimento das estruturas dos Correios não procurariam – fico levado a entender isso – alguém que não tivesse capacidade, possibilidade de entrar em todas as áreas, de tratar de diversos temas, que não tivesse algum poder.

Acho até que o senhor não tinha lá um cargo de grande destaque: não era, como o senhor mesmo disse, diretor ou o segundo do diretor; mas o senhor ocupava uma função importante; tanto que essas figuras – que, como o senhor mesmo diz, conheciam os Correios e queriam pegá-lo de alguma maneira e o levaram a aceitar aqueles R\$3 mil – foram procurá-lo para tratar de negócios e para pegar alguém assim.

Eu li atentamente o seu depoimento na Polícia Federal. Na Polícia Federal, o senhor confirma o teor da gravação divulgada pela revista **Veja**. Entretanto, contesta – e estou lendo aqui o que o senhor disse – “a veracidade das afirmações que fez aos seus interlocutores”.

O senhor parece, na minha opinião, verdadeiro na fita – ouvi a fita, vi a fita, li a transcrição –, parece muito verdadeiro, e, no depoimento, o senhor me parece temeroso – para ser gentil. Para ser gentil, o senhor me pareceu temeroso em seu depoimento já indicado.

Como o senhor sabe, o **Correio Braziliense** do dia de ontem... Aí, é mais uma informação para a sua reflexão. Acho que o senhor vem aqui respondendo a perguntas técnicas já há algum tempo, mas apresento um ponto para sua reflexão, já que o senhor vai passar ainda boa parte do dia de hoje respondendo a questionamentos de Parlamentares. Note bem, o senhor, na fita – naquela em que o senhor supostamente estaria mentindo –, revela detalhes de uma licitação de calçados: “Vamos investir milhões; como é que vamos fazer? Temos os quatro principais fornecedores cadastrados e certificados. Há interesse dos quatro? Se eles estão brigando, o preço vai lá para baixo”. Enfim, o senhor conta toda a história. E aí, no depoimento à Polícia Federal, o senhor contesta que tenha contado aquilo.

Mas ontem o **Correio Braziliense**, publica: “O diretor da Marluvas Calçados Profissionais, Denilton José da Silva, confirmou que o ex-chefe do setor, Maurício Marinho, propôs a quatro empresários a formação de um consórcio para repartir o fornecimento de 70 mil pares de calçados para os Correios. O ajuste é ilegal.”

O que quero dizer com isso, para sua reflexão, Dr. Maurício: ou o senhor começa aqui a contar, a explicar, diversas dessas suas afirmações, inclusive feitas no dia de ontem – porque as insinuações acabam até retirando um pouco da credibilidade do seu depoimento –, ou vão começar a surgir figuras, como esse cidadão que surgiu aqui, dizendo: “Olha, realmente, tal episódio da fita é verdade; tal episódio da fita é verdade; tal episódio da fita é verdade.” E, aí, todos nós vamos ter certeza de que o senhor, ali, estava contando um pouco dessa verdade.

Mas, no seu depoimento para a Polícia Federal – não é na fita –, o senhor diz assim: “O Decam é o órgão que recebe – estou lendo o que está escrito no depoimento, estou com o depoimento na minha mão – de todas, de todas as demais áreas da ECT demandas de aquisições de materiais ou contratações de serviço, exceto projetos que são coordenados por comissões especiais de licitação, o tal do CEL. Aliás, depois, o senhor precisa me explicar melhor como se faz para chegar no CEL. Não sei. Não sei se é preciso conversar com o Sílvio Pereira, com o Delúbio... Gostaria de saber como é que faz para chegar no CEL. Mas, no seu depoimento à Polícia Federal, o senhor informa que todos os contratos, licitações de serviços, aquisição de serviços e materiais passam pela Empresa de Correios e Telégrafos. Em reiteradas oportunidades aqui, o senhor vem se confundindo e afirmando...”

Sr. Presidente, eu pediria ao Deputado Bittar... Toda vez que se fala no nome dessas figuras poderosas do Partido dos Trabalhadores, S. Ex^a se exalta. Estamos aqui no processo investigatório.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, eu apenas... Sr. Presidente, apenas quero esclarecer ao Deputado...

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não vamos admitir discussões paralelas. V. Ex^a formule a pergunta, por favor, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como fui mencionado por ele, apenas sugeri que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria da compreensão de V. Ex^a. A palavra está com o Deputado, com o seu colega.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não tenho medo. Estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formule a pergunta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou aqui falando algumas afirmações. Não estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem dois minutos para formular a pergunta. V. Ex^a já usou...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu quero que V. S^a me diga: V. S^a estava aqui ontem, em diversas oportunidades, e hoje afirma que não comandava todas as contratações de serviços dos Correios e Telégrafos. Mas, no seu depoimento, afirma que passavam por V. S^a todas essas contratações. Onde V. S^a dizia a verdade: no depoimento ou no seu depoimento nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir silêncio, porque senão não vamos ouvir a pergunta nem a resposta. Gostaria de pedir silêncio a todos, para que o Deputado possa formular a pergunta.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Poderia repetir, Sr. Deputado, a pergunta?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu também estou tendo dificuldade de me ouvir. No depoimento de ontem e hoje, o tempo todo V. S^a cria uma série de dificuldades ao dizer: “Olha, isso aqui não passa pela minha área”. Mas, no seu depoimento à Polícia Federal, excetuando essa questão do CEL, que não sei como se chega lá, V. S^a diz que todas as demandas de aquisição de material ou contratações de serviço passam pelo Decam.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, onde V. S^a disse a verdade? Aqui ou no depoimento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aqui e no depoimento. O que não passa na nossa área são comissões especiais de licitação e inexigibilidade, e aquelas que são específicas de cada área. Todas as demais passam pelo Decam. Aí tem que saber qual é o objeto da licitação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deixe-me fazer outra pergunta: V. S^a ontem – e aí já em cima desse questionamento – fez referência a uma empresa, HHP, que seria recomendada pelo Sr. Sílvio Pereira, em que não houve licitação, para o fornecimento de 500 impressoras. V. S^a poderia trazer mais detalhes acerca dessa licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Posso trazer as informações que eu já trouxe ontem. Eu não tenho mais do que aquelas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a poderia repetir essas informações? Eu não entendi. Às vezes eu tenho dificuldade de compreensão.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As informações são de que foi revogado um processo licitatório, em que as empresas, quando perguntado pela Mesa, representadas pelo Sr. Fortuna, apresentaram o menor preço. Isso foi discutido com eles não só na quarta reunião, onde foi gravado. Ele teve o menor preço, foi o vencedor da licitação, mas, por problemas de especificações técnicas perante a Diretoria de Tecnologia, esses que venceram a licitação foram desqualificados, e, por decisão jurídica da ECT, esse processo foi revogado. E o que eu disse ontem...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Diretoria de Tecnologia foi que mandou então?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, a Diretoria de Tecnologia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que é ligada...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Que é ligada ao Sr. Sílvio Pereira. E a revogação é feita pelo departamento jurídico da ECT.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu não entendi. Qual é a relação do Sr. Sílvio Pereira com a HHP? Como é que V. S^a tem a informação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A informação que eu passei ontem e que é corrente é que, em seguida, foi feita uma compra por emergência. E compra emergencial também não passa pela nossa área. É direto da diretoria com a diretoria colegiada. Foram adquiridas 500 impressoras, por necessidade contratual, para fazer a leitura de contas, não sei se Amazonas ou Roraima, um desses dois Estados.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Era recorrente essa informação que o senhor teve, em relação à HHP, do Sr. Sílvio Pereira? Era normal o Sr. Sílvio Pereira conversar, levar empresários lá, nos Correios, para essas licitações de emergência?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Aqui, veja bem, ele tem acesso à área de tecnologia. Eu não conheço o Sr. Sílvio Pereira, nunca estive com ele.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Essa informação de que ele tem acesso constante à área de tecnologia...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso é corrente lá dentro.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Deixe-me fazer mais uma pergunta, Sr. Presidente, para respeitar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a dispõe de um minuto, exatamente.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Eu agradeço. É só para concluir mesmo. O senhor usa uma expressão curiosa, para dizer como é que conseguiu chegar ao cargo que ocupava. Talvez seja o convívio com os políticos. O senhor utiliza a expressão “panfletei o meu currículo.” Nós, políticos, fazemos muita panfletagem em épocas de campanha. Mas o senhor diz “panfletei o meu currículo.” Obviamente uma pessoa que vai em busca de uma melhor posição em uma empresa sabe, tem idéia, ouve falar: “Oh, passa por tal sujeito, porque ele vai te dar um empurrãozinho; e outro sujeito que vai dar um outro empurrão”. Até que tem o momento da decisão, onde se diz: “Olha, o Sr. Maurício Marinho vai ser o Chefe do Decam.” O senhor panfletava esse currículo? Como foi esse caminho para o senhor ter a aprovação final do seu nome? Quando lhe deram a notícia: “Parabéns! O senhor agora é o novo Chefe do Decam.” Como, em geral, é esse procedimento? E como ele passou, para ter a sua aprovação?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a se esgotou, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Eu já estava concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Conclua, por favor.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deputado, a panfletagem a que eu me referi ontem, que foi a distribuição do meu currículo escrito “cargo pretendido”, não era ao Decam. Era à Coordenação Nacional da Universidade Correios, que foi feita em 2003. Foi nessa época que o Sr. Fortuna, em conhecimento com ele, dentro dos Correios, ele me levou até o Deputado José Chaves, de Pernambuco, porque o diretor...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Mas o Deputado lhe disse em algum momento: “Olha, é preciso aprovar em tal lugar. Está na Casa Civil, porque eles analisam todos os currículos, para o senhor ser diretor, presidente da Universidade ou chefe da Universidade.” O senhor não teve, em nenhum momento, essa informação? “Olha, foi em tal lugar. Está em tal área, com tal político, ou tal quadro, que vai tomar a decisão.”

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, veja bem...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, infelizmente, eu gostaria de dizer que, quando chegar a minha vez, gostaria do exato momento que faltar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu já pedi para concluir, por favor. Seja objetivo na resposta.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Ah! Tenha calma, o depoente está respondendo...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é questão de calma. Ou se cumpre o acerto ou não se cumpre.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Senador, o depoente está respondendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não está respondendo não. Tem um tempo. Foi dado um minuto a mais, e não terminamos. Eu só quero saber se, quando chegar a minha oportunidade, eu vou receber a mesma complacência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vai, Senador.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – É obstrução. Toda vez que o assunto fica...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu espero que tenha. Eu espero que nem seja ligada a máquina. Se ligar a máquina, eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, é tradição da Casa sempre dar... V.

Ex^a tem isso no plenário e terá aqui. Agora, foi feita uma pergunta, e eu quero ouvir a resposta, como todos querem ouvi-la. Por favor, o senhor tem trinta segundos para concluir.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Senador, ele precisa de tempo para responder.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. S^a tem trinta segundos para concluir.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bom, a panfletagem ocorreu para o cargo na Universidade dos Correios. Agora, de lá para o Departamento de Contratação, o diretor era o mesmo.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Agora, quando o senhor falou com o Deputado, faltava a aprovação de quem? Estava em que lugar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Ele não falou que faltava a aprovação. Ele encaminhou ao Diretor Antônio Osório, que era o Diretor de Recursos Humanos.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – O Diretor Antônio Osório encaminhou para...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, ele era o Diretor de Recursos Humanos da ECT.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Ele tinha liberdade de nomeação? Ele não passava isso por ninguém? Não era preciso aprovar a ficha em tal lugar antes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A nível de Departamento a decisão é do Diretor.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Mas não tem nenhum lugar? Eles têm liberdade total de nomear para baixo, como dizem aí, “porteira fechada”? Não tem de passar em nenhum lugar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A diretoria tem liberdade. Não precisa passar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra. Agradeço ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, é muito importante...

O SR. () – (fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Senador, por favor.

O SR. () – (fala fora do microfone. Inaudível.) – Sr. Presidente, creio que é importante nós...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra já tinha sido dada ao Senador. Eu peço a V. Ex^a que respeite a decisão da Mesa. A palavra está com o Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, tão logo...

O SR. () – (fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Doutor, eu peço ao senhor que respeite a decisão da Mesa, senão eu serei obrigado a pedir a retirada de V. Ex^a. Eu vou pedir sua retirada, se V. Ex^a não respeitar a decisão da Mesa.

Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem algo a dizer?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tenho.

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Sei que V. Ex^a está corretíssimo, Presidente Maguito Vilela, até porque não existe espaço estabelecido para os advogados fazerem questionamentos. Portanto, V. Ex^a está absolutamente correto.

Porém, sinto-me na obrigação até de prestar esse esclarecimento, porque me aproximei dos advogados para saber se existe algo que nós, como Senadores, pudéssemos fazer para ajudar no questionamento, para intermediar, porque o importante é o esclarecimento completo desses fatos. E eles me comunicaram que queriam fazer um apelo para que o depoente expressasse aqui tudo o que sabe. Como isso não está sendo feito, comunicam-me eles que estarão se retirando da sala, porque, segundo a interpretação dos advogados, o depoente não está a expressar toda a verdade que efetivamente sabe.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com o maior respeito que tenho por V. Ex^a, ressalto que o depoente está tendo toda a liberdade; teve ontem e está tendo hoje.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Não é verdade. O depoente está tendo toda a liberdade todo o tempo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não foi isso que falei. Não falei isso não. Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ningué[m] está discutindo isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu não falei isso, Senador Maguito Vilela. V. Ex^a sabe o carinho e o respeito que tenho por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ouço novamente V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Os advogados estão falando outra coisa, muito mais grave. Não estão dizendo aqui que ele não teve espaço. Eles estão a dizer que se retiram do caso – não retiram o depoente –, porque o depoente não está apresentando aquilo que os próprios advogados sabem como verdade. Esse é outro ponto.

O SR. () – Exatamente. E que toda esta Comissão sabe também.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Só estamos fazendo um apelo para que diga a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse é um problema dos advogados... Esse não é um problema desta Comissão.

(Manifestações fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. () – Sr. Presidente, não viemos aqui para ouvir a opinião dos advogados.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sem dúvida, a situação é muito grave.

O SR. () – Não viemos aqui ouvir a opinião dos advogados; viemos ouvir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Quero silêncio! Esse não é um problema da Comissão. Esse é um problema dos advogados e do depoente.

O SR. () – O depoente está desrespeitando a Comissão, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para formular as suas perguntas.

O SR. () – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já concedi a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. () – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. () – Eu também tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHAES NETO (PFL – BA) – Também para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não vou conceder. A palavra está com o Senador Sérgio Guerra. Senador, por favor.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu quero falar e quero ser ouvido. Eu não vou falar para não ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E eu estou concedendo a palavra a V. Ex^a.

O SR. () – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pergunto ao Presidente Maguito Vilela se a palavra está assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está assegurada a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E se ela não será interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não será interrompida a palavra que está assegurada a V. Ex^a. Ouvirei o Deputado logo em seguida.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vou pedir silêncio pela ordem dos trabalhos.

O SR. () – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que suspenda a reunião por cinco minutos e restabeleça a ordem para que eu possa falar e ser ouvido.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, suspenda a reunião por cinco minutos. O próprio depoente quer falar com os seus advogados. Suspenda a reunião por cinco minutos. O depoente quer falar com os seus advogados.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É prudente, Sr. Presidente, suspendê-la por cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele disse isso para mim. Ele pediu aqui. O depoente está pedindo cinco minutos para falar com os advogados dele.

O SR. () – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. () – Sr. Presidente, os advogados do depoente estão solicitando um espaço de três minutos. Creio que esse é um direito do depoente, é um direito dos advogados de conversarem com seu cliente durante cinco minutos.

O SR. () – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. () – Portanto, solicitaria a V. Ex^a que suspendesse...

O SR. () – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campanha.) – A reunião está suspensa por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A reunião está reaberta.

O SR. () – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço silêncio a todos. O depoente tem a liberdade, se entender necessário, de que a reunião se transforme

em secreta por alguns minutos, se tiver algo a dizer apenas aos Parlamentares.

Quero deixar o depoente muito à vontade. Não pretendemos cercear, de maneira nenhuma, o seu direito. Se ele entender que, em determinado momento, precisa falar apenas com Senadores e Deputados, poderá requerer alguns minutos para uma reunião secreta. Mas não vou mais permitir que o advogado interrompa a reunião para instruir seu cliente. Se seu cliente está falando verdade ou mentira, isso é problema dele e não do advogado.

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Gostaria que V. Ex^a citasse o artigo para a sua questão de ordem, senão ficaremos aqui o dia todo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Cito o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil como fundamento legal da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A questão de ordem não será concedida. É regimental.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr.

Presidente, peço um mínimo de atenção, para que possamos dar prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO.

Fazendo soar a campanha.) – Não é possível. Senador Pedro Simon, seu colega está com a palavra ao seu lado. S. Ex^a não quer usá-la, e os trabalhos ficam interrompidos.

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estamos já no segundo dia de um depoimento sobre um tema que incendiou o País. Não é pequena a nossa responsabilidade. Conversei com o Presidente desta Comissão, Senador Delcídio Amaral, pouco antes de S. Ex^a aceitar a Presidência e disse-lhe, como amigo, que lhe desejava a melhor sorte nos seus trabalhos, mas entendia que essa era uma das missões mais difíceis que teria.

Isso está sendo comprovado hoje, mas de maneira muito clara. Há um depoente. A posição desse depoente até agora é no mínimo comprometedor para todos nós. Não há o que perguntar ao Sr. depoente por enquanto, porque todo fundamento da sua inquirição tem consistência numa fita. E, sobre essa fita, ele é muito claro: questões que podem, de alguma maneira, comprometê-lo ou a outras pessoas o depoente insiste em desqualificar. Simplesmente diz que não era verdadeira a afirmação gravada naquele momento, ou seja, que não estava dizendo a verdade naquele instante.

No mais, reproduz o que todos já reconhecemos nele: uma elevada capacidade de conhecimento e técnica, de maneira especial, na instituição na qual trabalha há muitos anos.

Ontem, quando cheguei em casa, liguei para algumas pessoas em meu Estado, e a impressão da nossa reunião foi muito ruim. Meu filho falou: “Meu pai, você entrou numa roubada”. O filho do Deputado Maurício Rands disse o mesmo a ele. Penso que estamos, agora, num momento crítico desta história. Evidentemente, o depoente não é...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Peço a todos mais silêncio e respeito ao orador, que faz as perguntas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por exemplo, o Senador Sibá Machado faz todo esforço para ser ouvido, mas não quer ouvir ninguém. S. Ex^a é muito simpático, mas tem que prestar atenção nos outros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço a todos que compreendam o momento, a situação.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu só achei interessante a citação do filho do Deputado, eu só ri disso. Mas estou prestando atenção.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não há nenhuma razão para rir aqui, Senador, nenhuma razão. Se vamos rir, não temos o que fazer aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, Sr. Presidente, o Relator, até hoje, criou uma situação surrealista. É impossível chegar à conclusão de algo quando, no momento da resposta, alguém diz: “O que eu falei naquele momento não valeu”. Então, ficamos num quadro sem ter consistência. Mas o que tem que ficar claro, para o senhor que nos presta depoimento, Sr. Marinho, hoje, é que quem perde essa consistência é ele. Nós sabemos que ele não é os Correios e Telégrafos. Nós sabemos que nessa luta ensandecida, para nomear diretores dos Correios – da qual eu excludo o Senador Fernando Bezerra, quero deixar claro, porque eu o respeito e conheço –, mas nessa luta ensandecida não se dá apenas para entregar as cartas. Essa luta é mais complicada. Tem muito mais a ver com o que ele disse na fita que gravou e que, agora, ele desautoriza.

Eu penso que estamos diante de um impasse aqui. Começar esse processo de investigação por ele... Foi certo ter começado por ele. Teria que ser começado por ele, embora todos tivéssemos pouca expectativa desse depoimento. Temos outras expectativas. Sabemos que esse cenário é muito mais amplo do que alguns tentam

fazer aparecer. Como se fosse a questão... O Presidente da República reduziu a questão a um funcionário de quinta categoria. Não é de quinta categoria, não. É um funcionário que conhece tudo dos Correios. Tem competência, sabe processo, sabe o que é instância, sabe de responsabilidades, não se deixa encurralar... O que ele não está fazendo é dizer a verdade. Por isso, seus advogados o chamaram, eu imagino... Porque, nesse processo todo, vai ficar a conta toda nele, se for como ele está fazendo agora. Ficar na sociedade, ficar aqui e ficar em todo o lugar.

Está claro que ele não foi orientado por advogados para mentir; ele foi orientado por advogados para falar a verdade. Mas que, por algumas razões, não estava falando. Eu penso que temos ampla responsabilidade aqui. E acredito nos que estão nesta Comissão, inclusive nos que representam o Governo. Eu não acredito que o Presidente Lula esteja envolvido em qualquer ato de corrupção, e muita gente do PT. Eu já votei no Presidente da República em todas as vezes que ele perdeu a eleição. Não votei nessa; votei em José Serra e votei certo. O Brasil vai provar isso. Mas eu quero deixar claro que, neste momento, temos duas alternativas: ou vamos ter um depoimento de fato ou isso aqui é uma grande palhaçada, na qual ninguém diz nada com nada; na qual não se comprova coisa alguma, simplesmente porque o depoente desautoriza a peça que é o fundamento da sua entrevista, da sua inquirição, que é exatamente as fitas que foram gravadas com ele.

Eu penso que... Eu tenho aqui uma pergunta. Não sei se é adequado fazê-la, mas vou fazê-la. Mas o meu apelo ao Dr. Marinho é que, se houver verdade para falar, que a fale; se isso atingir ao Governo do Presidente Fernando Henrique, que fale; se atingir diretores do passado – a quem quer que seja – que fale! O Brasil precisa disso, e o senhor também. Diga a nós aqui o que a sociedade lá fora está esperando para ouvir, porque o senhor já está julgado, e julgado da pior forma possível. E a sua vida continua depois, com seus filhos, com a sua família e com os seus amigos e com muitos que o senhor conhece e que não lhe desejam a posição em que o senhor se encontra hoje. Eu estou convencido de que só temos uma chance aqui: ou investigamos esse negócio inteiro; não vamos desqualificar ninguém, como tem sido feito aqui, até ao Presidente da República. Isso não é questão apenas do Sr. Marinho. Esses Correios são, efetivamente, alvo. Devem ser investigados, muito investigados. É muito estranha a luta por esses cargos dos Correios. Todos aí têm uma relativa cumplicidade. É preciso que tudo fique claro. O que nós desejamos é isso.

Quem foi eleito para aqui, quem representa o povo, de fato, tem de defender isso. Gente que sai de casa para trabalhar, gente que paga imposto tem que tirar daqui um resultado e não uma conversa, não uma sabedoria e uma esperteza. Fatos! Nós precisamos de fatos. Doa em quem doer. Não basta essa eloquência: “Olha, eu estou acima do bem e do mal”. Ninguém está acima do bem e do mal, nem o Presidente da República. Nós o desejamos Presidente. Temos certeza que ele vai continuar, mas queremos esclarecimentos inteiros e que esses esclarecimentos tenham início, tenham lógica no seu depoimento. Por isso, o meu apelo é para que o senhor fale, fale mesmo, porque é o que nós desejamos que aconteça, e o País também.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não, não houve formulação de perguntas.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que é isso? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a formulou?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Como não houve formulação de perguntas, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu quero consultar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Se formulou...

O SR. () – Só um minuto, Presidente. Na verdade, não houve; o Presidente está correto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu quero consultar o Dr. Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado, eu não ouvi formulação, mas...

O SR. () – Não teve nenhuma indagação. Então, formule.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não, já acabou.

O SR. () – Formule.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A minha formulação é só uma.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos permitir que o Senador Sérgio Guerra conclua.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Ele já concluiu.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A minha formulação é só uma. A minha pergunta...

O SR. () – Ele tem tempo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A minha inquisição, a minha palavra...Eu gostaria de ser ouvido como estou disposto a ouvir todos aqui. A minha pa-

lavra é para que o Sr. Marinho responda e fale, fale o que bem entender, mas fale para que nós possamos ouvi-lo. Ele deve dizer alguma coisa. Eu espero que ele fale em relação aos comentários que fiz até agora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. S^a está com a palavra. (Pausa.) Ele vai falar.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é uma comunicação grave. Ele tem que ter tranquilidade para depor porque há cinco minutos conversei com ele, e ele disse que está apavorado, está com medo. V. Ex^a tem que oferecer segurança, tranquilidade para ele poder falar abertamente tudo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Olha, em momento nenhum, cerceamos a palavra a quem quer que seja. Em momento nenhum, houve cerceamento. Eu já disse, inclusive...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele disse

que tem medo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu estou com a palavra.

Eu já disse, inclusive, que o depoente pode ter tranquilidade, tempo suficiente que ele quiser para responder às suas perguntas, ninguém aqui está a cercear.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Para uma questão de ordem, art. 131 do Regimento Interno, Sr. Presidente.

Eu leio para V. Ex^a o artigo do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço a V. Ex^a. Primeiro, para fazer meu protesto. V. Ex^a tem dado a palavra, como há pouco fez, sem arguição de questão de ordem e sem indicação do Regimento. Quando este Deputado arguiu a questão de ordem, nos termos do art. 131, que me permite arguir questão de ordem em qualquer momento da reunião, usando da palavra por cinco minutos, V. Ex^a agiu de forma diferente com os outros Deputados. Portanto, das duas uma: ou V. Ex^a só dá a palavra com questões de ordem para quem invoque o artigo, ou não escolha Deputados para fazê-lo. Esse, o primeiro protesto que faço.

Segundo protesto, Senador Maguito Vilela, que diga o seguinte – era a questão de ordem que eu gostaria de levantar: acredito que a situação que se vivenciou aqui com os advogados é rigorosamente irregular, rigorosamente irregular, por uma razão muito simples...

O SR. () – Já passou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Já passou, mas a minha questão de ordem ia ser feita naquele momento, e S. Ex^a o Presidente não me permitiu, embora tivesse invocado o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. () – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora, estou com a palavra, Presidente. Agora estou com a palavra por cinco minutos.

O SR. () – (Fora do microfone. Inaudível.) Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, não é isso. Faço aqui, Deputado, porque a irregularidade ocorreu aqui. O problema dele com os advogados é dele. Houve uma renúncia de procuração expressa colocada aqui, e os advogados, por meio de uma Senadora, questionaram o depoimento daquele que estava depondo. Isso é rigorosamente irregular, rigorosamente irregular. Os advogados não podem questionar o depoimento do depoente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para contraditar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...mesmo usando uma depoente. Peço que V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para contraditar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...zele pela legalidade da Comissão, pela seguinte razão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Irregular é o depoimento no qual ninguém acredita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...ninguém quer aqui incidentes que possam levar a nulidades futuras no processo de colheita de provas. É nessa perspectiva que peço a V. Ex^a que zele pela legalidade e pelo cumprimento do Regimento e não permita que amanhã ou depois, outro advogado impugne a colheita de provas por situações de ofensa ao direito de defesa ou qualquer situação de constrangimento ilegal ao depoente.

É essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para contraditar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, só porque eu fui citada, eu não vou querer reivindicar o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minutinho, só um minutinho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Faltarei rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu quero é ouvir o Sr. Marinho responder ao Sr. Sérgio Guerra. É isto o que eu quero: ouvir ele responder. Agora, eu vou dizer uma coisa: conversar e ser informado, nós fazemos com quem quiser. José Eduardo sabe disso, qualquer pessoa... Advogado não fala? Fala. Tem boca, cordas vocais, fala. Qualquer pessoa pode informar qualquer coisa a qualquer Senador. O Senador não pode é estar aqui para fazer a operação abafa, para impedir as investigações. Isso é que o Senador nem o Deputado pode fazer.

O SR. () – Deixa o Marinho falar, deixa o Marinho falar!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu quero responder ao ilustre Deputado que eu já tinha dado a palavra ao Senador, ele tinha iniciado a sua exposição, e eu não podia interrompê-lo por uma questão de ordem, tanto é que, logo em seguida, concedi a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Srs. Deputados e Srs. Senadores, há uma diferença entre o Marinho da fita e o Marinho que está aqui. Isso foi dito ontem. Eu não poderia... Eu estava simplesmente me atendo a responder às perguntas que me eram formuladas com relação à fita.

Fui procurado pelo Delegado, Dr. Zampronha, onde me deu o telefone. Estive por algumas vezes sendo acompanhado, não sei por quem, estou fechado há quase um mês, correto? Restrito. Vou falar o que vocês me perguntarem e se me permitirem aquilo que acho que deve ou estar errado dentro da minha organização, mas preciso e peço, porque preciso de uma segurança. Tenho uma família, tenho dois filhos, eu tenho neto, e fui seguido por mais de uma vez. Só tenho o telefone da Polícia Federal, que me deu para que se eu tiver desconfianças que eu ligue. Já ligamos, inclusive, uma vez. Até o momento, não reconheci a segunda pessoa que fez a gravação. Não sei a quem ela está ligada. A gente sabe que a filmagem é criminosa. Agora, quem está por trás de tudo isso? Problemas existem? Existem. Há outros contratos que não foram falados na fita. Na fita tem bravata? Tem bravata. Tem coisa que é verdade? Tem coisa que é verdade. Mas eu trouxe aqui, Sr.

Presidente, Srs. Senadores e Deputados, aquilo que levantei e trouxe aos meus advogados.

Existem problemas? Existem. Agora, é para falar os problemas? Vamos falar. É isso que os senhores querem ouvir? Então, vamos lá.

Peço, pelo amor de Deus, pela segurança da minha família.

Eu gostaria de uma água. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está aqui sua água. Sirva outra aqui para o Relator.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São quase 30 anos de Correios. Isso que os nobres Senadores e Deputados falaram. Trabalhei em todas as áreas dessa empresa, menos as específicas. São seis páginas de currículo que estão aí no dossiê. Tenho conhecimento dos processos da empresa, sim. Tenho participado de alguns processos, sim. Participei de todos os grandes processos e projetos? Não! Comissão especial não me compete, é Diretor e Presidente. Inexigibilidade, contratos emergenciais. Fiz o levantamento daquilo que acho, daquilo que creio, daquilo que a gente verifica que deva ter alguma coisa que leva aonde os senhores certamente vão apurar.

Primeiro, aquisições de máquinas de franquear digitais para empresas, para a empresa de Correios, para agências próprias e franqueadas. Não é um processo que foi feito agora. Não estou aqui vendo se é do Governo “a”, do Governo “b”, não sou político. Se o objetivo foi alcançado, esse processo precisa, de fato, ser analisado.

Segundo: a confecção das salas cofres, Brasília e São Paulo. Quais são as empresas que estão por trás disso, coordenadas pela área de tecnologia?

Aquisição de *softwares*, *hardwares* e licenças de uso, principalmente no sistema integrado de RP, implantado na empresa há anos, e ainda não funciona.

Contratos que envolvem a solução de leitura e entrega simultânea de contas de água e luz em todo o País. Saiu no jornal recentemente uma ação contra os Correios, porque o preço é muito elevado, e a iniciativa privada consegue fazer o mesmo serviço a um preço menor. Nesses contratos, entram a aquisição dos microcoletores de dados, das docas, das impressoras portáteis, onde entra a firma HHP.

Aquisição de *kits* para o Banco Postal e o Projeto Sara – Serviço de Automação da Rede de Atendimento. Foi feito um grande contrato, no passado, com o Consórcio Alfa, Novadata e Positivo, de mais de R\$120 milhões. Aquisição desses *kits*. Quantos *kits*? Onde é que eles estão? Como é que foi feito esse contrato? A garantia? As especificações? A manutenção?

Aquisição de *kits* e estações de trabalho para as áreas administrativas da ECT. São milhares de itens. São milhares de itens.

Todos os contratos de obras de engenharia são subordinados, geridos, operacional e administrativa-mente, pela Diretoria de Tecnologia no Brasil. Não há uma obra neste País que não seja coordenada por essa diretoria e por um departamento específico. Quantos milhões de reais são aplicados? Qual é o orçamento de investimento? Setecentos, oitocentos milhões ano?

Os contratos com as empresas terceirizadas, empresas de Brasília e empresas de outros Estados, todos eles, em sua grande maioria, são coordenados também pela Diretoria de Tecnologia. É essa que dizem que é ligada ao Dr. Sílvio.

Grande número de compras levadas a efeito, nos últimos anos, através das Comissões Especiais de Licitação, que os senhores poderão requisitar. Todas as Comissões Especiais de Licitação são aprovadas e assinadas pelo Presidente da ECT. As Comissões são formadas e dirigidas pela Diretoria Coordenada.

Solicito avaliar o contrato que envolve o item “seguros”, tanto na parte de sistema quanto na parte de produtos. Recentemente, foi feito um chamamento público, processo vinculado à presidência da empresa. Não me perguntem quem ganhou ou como foi feito. Está lá. Requisitem à Comissão Especial de Licitação.

Seguros. Imaginem esse item em 20 mil pontos de atendimento. Avaliar os contratos efetuados com agências de propaganda, destinação de recursos de patrocínio vinculado à Secretaria de Comunicação do Governo, através do Departamento de Marketing da ECT, Dr. Luiz Gushiken.

Solicito aos senhores analisar todos os contratos de transporte de carga aérea, fluvial e de superfície. São milhares de contratos de veículos, de aeronaves e de barcos cortando este País, transportando milhões de toneladas de carga. Não sei quem está por trás disso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. () – Sr. Presidente, o depoente está lendo o escrito dos advogados orientados pelo PFL.

O SR. () – Sr. Presidente, isso é da maior importância para o País. Assegure a palavra do depoente, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Se for para esclarecer a verdade, ótimo.

O SR. () – O Presidente esclareceu que ele poderia consultar anotações. No início do depoimento, o Presidente disse que ele poderia consultar anotações. Outra coisa é ler o *script* dos advogados orientados pelo PFL.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A Presidência entende que o depoente está apenas consultando seus apontamentos.

Continua com a palavra.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não. Obrigado, Sr. Presidente.

Solicito avaliar... São pontuações, não é descrição de contratos. Solicito avaliar a aquisição dos equipamentos operacionais, em especial caixetas, que têm essa denúncia veiculada no Jornal **O Globo** sobre o Sr. Haroldo Marschner, caixetas, que hoje são exclusividade da empresa Marfinite, dentro da ECT, bicicletas, motocicletas, aquisição de veículos em geral, mil vans, mil caminhões, seis mil motos, dez mil bicicletas.

Solicito, também, ainda, avaliar contratos. Não consigo nem enxergar a malha que envolve a ECT e o Bradesco. Correto?

Banco Postal é um contrato. Scopus. A empresa ganhou recentemente a manutenção de equipamentos de informática praticamente em todo o País, vinculada 100% ao Bradesco.

Correio Híbrido Postal, o Bradesco detém 22,5% da American Bank Note. O envolvimento do Bradesco com as agências de Correio franqueadas na postagem de objetos postais. O Bradesco também venceu toda licitação de cartão de compras dos Correios destinados... Veja bem, temos, só vinculada ao Bradesco, todo esse relacionamento.

Por último, Sr. Presidente, levantar... Estou falando como empregado da empresa por todo esse tempo. Levantar o envolvimento dos grandes clientes da ECT, o que pode atingir muitos dos Srs. Deputados e Senadores neste caso, mas é para falar, está sendo falado.

Hoje vinculado às agências franqueadas, as 1.550 agências de Correios. Qual é o faturamento anual dessas agências? Qual é o percentual dessas agências em relação ao faturamento da nossa empresa? Que pessoas, Partidos e Parlamentares estão por trás dessas ACFs, qual é o *ranking* anual dessas franquias faturando milhões de reais por mês, principalmente as de São Paulo. Onde são feitas as principais postagens desses grandes clientes, que foram direcionados da ECT para as agências franqueadas. Isso é recurso que sai para pagar comissão a agência franqueada.

Sr. Presidente, esses são os principais processos.

O SR. () – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Solicito à assessoria que requeira toda a documentação pontuada pelo depoente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. () – Sr. Presidente, para reforçar, em nome do PSDB, estamos formalizando...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, para réplica.

O SR. () – Senador Sérgio Guerra, por questão de cautela, e, se for o caso, com o apoio da Polícia Federal, a busca e apreensão dos 17 contratos solicitados imediatamente; por cautela, notificar o Presidente da Empresa Brasileira de Correios para que todos os documentos ou eventuais novas licitações sejam imediatamente suspensas; e, após o depoimento de Maurício Marinho, peço a V. Ex^a para já marcar uma reunião da Comissão porque muda totalmente o ordenamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido, Deputado.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vou fazer a pergunta que eu tinha escrito na réplica.

Eu pergunto ao Sr. Maurício sobre o correio eletrônico: quem ganhou, quem participou, quem está por trás?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Correio Híbrido Postal o senhor está dizendo. O Correio Híbrido Postal, a licitação foi uma comissão especial, e, pelo conhecimento de processo dentro da organização, a informação que tenho é que quem venceu a licitação foi uma empresa Postel da Itália. Agora, dentro dessa empresa, ela montou um consórcio de empresas brasileiras que fazem parte, das quais identifiquei a American Bank Note, onde o Bradesco detém 22,5%, eu tirei dos jornais...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O senhor conhece alguma interferência nesse assunto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, isso é...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ou tem notícia dela?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso é um processo vinculado diretamente à Diretoria Comercial da ECT. Não tenho conhecimento dos detalhes desse processo. Isso é o que vi, e estou colocando aqui aquilo que sei...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, inscrito regularmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Depoente, gostaria apenas de fazer um preâmbulo.

V. S^a, naturalmente, está respondendo a um inquérito na Polícia Federal.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Seus advogados já o alertaram – porque são homens experientes, um ex-magistrado, um advogado outro com muita tarimba – que, em decorrência de a fita ter sido gravada por pessoas em uma situação absolutamente simulada... Porque por aquele procedimento V. S^a não será condenado absolutamente, porque é um crime impossível o que aconteceu, por mais chocante que seja. Mas V. S^a naturalmente será incriminado em muitos outros procedimentos, especialmente pelo que contém a fita, porque todos tentam minimizar a importância que o senhor teve no processo. Ontem, o Presidente da República o chamou de um funcionário de terceiro escalão.

Isso quer dizer o seguinte: V. S^a pode ser o bode expiatório da história. Pode ser aquele homem escolhido para dar o exemplo para a sociedade brasileira, como um delinqüente, como homem que participou de um esquema e que, efetivamente, tem que pagar. Mas V. S^a também pode – e seus advogados já o alertaram, acredito eu – ter um benefício legal que se chama delação premiada. É o homem que participou – e V. S^a disse que participou –, mas resolveu fazer com que todos conhecessem o que era e derrubou o esquema. Ou seja, V. S^a não será absolvido, mas será aquinhoadado com um benefício muito grande da Justiça brasileira. Esse instituto existe.

Estou apenas dizendo isso porque V. S^a acabou de dar pistas importantes, e é óbvio que, se buscarmos, esses papéis naturalmente são letra fria, letra morta. Muitas vezes, lendo aquele procedimento, investigando, podemos até chegar onde V. S^a indica que podemos chegar, mas podemos demorar um ano, dois anos, três anos nisso. Já que V. S^a começou a colaborar com a Justiça, começou a colaborar com o Congresso Nacional, na elucidação da verdade, eu, primeiro, faço o alerta – e vejo que os advogados de V. S^a, quando eu falava, concordavam com o que eu estava dizendo –, e pediria a V. S^a que já indicasse, porque tudo indica que V. S^a sabe, quem são essas pessoas que participaram, que são os beneficiários dessas licitações, desses contratos formulados, contrato por contrato. V. S^a já mencionou. No contrato nº 1, que V. S^a mencionou, quem é o parlamentar? Porque não queremos esse parlamentar ao nosso lado não.

Então, é a primeira pergunta que lhe faço, porque a primeira tentativa, e me parece que V. S^a estava embarcando, era de V. S^a ser tratado como um mitômano, um homem acostumado a mentir. Então tudo levava a crer que V. S^a assumiria a culpa de todo mundo.

Mas acredito que V. S^a acabou de prestar um grande serviço ao Brasil e pode complementar esse serviço já dizendo quem são os beneficiários. Facili-

taria para nós, do Congresso, para a Polícia Federal, para o Ministério Público Federal e, notadamente, V. S^a também ganharia um benefício maior da Justiça.

Então eu perguntaria a V. S^a, esta é a primeira pergunta que lhe faço, se V. S^a tem como, já agora, dizer quem são os beneficiários desse contrato. Se tem conhecimento, que indique. Um ou dois V. S^a disse, Luiz Gushiken, Sílvio. Mas quem são os outros?

Na questão das franquias V. S^a disse que há muitos deputados federais e muitos senadores. Quem são esses deputados federais e senadores? Quem são outras autoridades efetivamente envolvidas com essas fraudes, digamos assim? V. S^a pode explicitar esses nomes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Não estou mais com a minha relação, porque foram tirar cópia para distribuir aos senhores. Foi feita à mão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas nós podíamos pedir que essa cópia voltasse imediatamente às mãos do depoente. Por gentileza, peço à assessoria que a cópia volte imediatamente às mãos do depoente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Posso lembrar de alguns casos, não conheço todos, tá?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço o processo. Teria que pegar o processo para fazer uma avaliação.

No caso das franquias é um caso que já passa de 10 ou 15 anos e ele já vem sendo protelado, prorrogado com a força muito grande que as franquias têm hoje. Dentro da empresa, nós, que somos funcionários, verificamos que, de certa forma, para o atendimento é bom, mas, de certa forma, para a arrecadação da empresa não é tão bom. Há muitas franquias, de que nós, dos Correios, temos conhecimento. Não sabemos é quem está efetivamente por trás. Mas temos o contrato da pessoa que está à frente de cada agência. Olhem bem o que estou dizendo aos senhores, correto? E a informação corrente é de que atrás dessas pessoas, ditas laranjas, é que se encontram alguns parlamentares. Agora não tenho a informação de qual é o parlamentar que se encontra ligado à agência X.

Mas isso é voz corrente dentro da organização, correto? As máquinas de franquear, as máquinas de franquear da Unisys, algo que está aí nos jornais, vinculado, contrato Correios e da Previdência, dentro da área de tecnologia, quem está por trás disso? Nomes, detalhes de nomes eu não sei. Mas a gente sabe quem está por trás da diretoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem está por trás da diretoria?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Diretoria de Tecnologia, Sr. Sílvio Pereira. Correto? Isso aí está claro.

Eu não tenho outras informações detalhadas do nome do empresário, do nome da empresa que ganhou a licitação. Estou colocando aqui os problemas maiores que me foi solicitado relacionar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a distribuiu o papel, mas os Itens 1 a 12 V. S^a não leu. V. S^a poderia ler e explicar os Itens 1 a 12 das anotações de V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aqui tem anotações que não eram nem só de Correios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A primeira anotação que tenho no papel, de que vão tomar conhecimento todos os senhores: no **Correio Braziliense** do dia 15 de junho, página 12 – eu vim buscando essas informações para tentar me defender, entendeu? –, TCU suspende pregão que favorecia empresa Xerox do Brasil.

Eu anotei aqui. Por que eu anotei? Porque fizeram uma ligação, a Polícia Federal e o Ministério Público, com o genro do Deputado Roberto Jefferson, porque, na minha agenda, consta que ele me encaminhou, no ano passado, uma pessoa de nome César, da Canon – Canon é uma empresa concorrente da Xerox do Brasil, nas copiadoras, e é um grande contrato nacional. Ele pediu que eu atendesse essa pessoa – está lá na minha agenda. Eu atendi a pessoa. Tinha um processo, um recurso dela em andamento, só que ela perdeu o recurso e o contrato ficou com a Xerox do Brasil. Esse contrato da Xerox do Brasil, feito, analisado, assinado pelos Correios em fevereiro de 2004, na ordem de R\$4 milhões, seis meses antes de ele vencer, nós iniciamos a gestão administrativa. Fizemos uma pesquisa de mercado e verificamos que o contrato da Xerox estava com um preço muito acima do preço praticado no mercado, correto? É o mesmo caso que está acontecendo, agora, com o TCU. E o que é que fizemos? Chamamos, fizemos a pesquisa de mercado por duas vezes. Constatado que os preços praticados nesse contrato eram acima do preço de mercado, tomamos a providência de iniciar novo processo licitatório, que é um assunto que compete à área administrativa.

A Xerox fez a redução do preço pela primeira vez, fez pela segunda vez. Só para os senhores terem conhecimento, esse contrato teve uma redução de R\$1,639 milhão por ano – R\$8 milhões, esse contrato, correto?

No item 2, que não falei, que foi uma informação que me chegou, e vamos falar: licitação da dragagem

do Porto de Santos. Venceu uma empresa, não fechou acordo com o Governo atual, perdeu o contrato e foi feito o serviço através de um contrato emergencial. Essa informação me chegou através de gente da área de informações, e fechou através de um contrato emergencial. Não tenho maiores informações, mas fui anotando tudo que eu tinha, Senador Demóstenes:

– aquisição da máquina de franquear digital da Gálix, contrato também fechado com a Unisys; quem está por trás? Diretoria de tecnologia.

– confecção das salas-cofres; qual a empresa que está por trás?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Maurício Marinho, eu só gostaria de pedir a V. Ex^a... novamente, insisto na questão do tempo, porque existem muitas pessoas a serem ouvidas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me, ele tem direito a responder, Sr. Presidente, pelo tempo que lhe convier. Ele está, inclusive, exercendo um direito de defesa. Não podemos abreviá-lo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confecção das salas-cofre – tem uma empresa que trabalha diretamente com a área de tecnologia, não me recordo o nome, mas os dois contratos que foram feitos foram para construção de sala-cofre em Brasília e em São Paulo, e que tem acesso, segundo informações, também via Planalto, via Sílvio Pereira.

É construção de sala-cofre – não sei nem o que significa direito.

– as aquisições de *softwares* e licença de uso, tanto da Microsoft, como da PeopleSoft, como da – o senhor está pedindo os nomes, estou-lhe dando os nomes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...da JD Edwards, que é adquirida, agora, pela Oracle.

Todos esses contratos são geridos e administrados pela área de tecnologia, na implementação do sistema integrado de planejamento dos Correios.

O item 8, que eu não havia dito antes para o senhor: contrato da rede corporativa, que está prestes a se encerrar. Não sei qual o procedimento que será dado, mas é um contrato feito com a Embratel, um contrato antigo, de algumas centenas de milhões de reais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor se lembra com que empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Embratel.

Contratos que envolvem a solução de leitura e entrega simultânea, eu já disse: HHP.

Aquisição de *kits* para o Banco Postal e o Projeto Sara: Consórcio Alfa, empresas Novadata e Positivo.

Aquisição de kits de estação de trabalho para a área administrativa, as empresas que venceram: Novadata, Omni, ATP e uma quarta que não me lembro.

Quanto aos contratos de obra de engenharia, não tenho nenhum conhecimento, eles são específicos da Diretoria de Tecnologia. Há um departamento que só trata desse assunto.

Não falei também sobre contratos de manutenção, mas é um departamento novo, específico também da Diretoria de Tecnologia.

Falei de contratos de empresas terceirizadas, mas não disse nome de empresas. As empresas são: CTIS, Digidata, APC e várias outras. Mas todas estão relacionadas.

O importante, mais uma vez, volto a frisar, são as comissões especiais de licitação, são os grandes contratos, são os contratos de alto valor, são os contratos de complexidade, que não passam nos trâmites normais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a tem dado o nome das grandes empresas, isso é muito importante. Mas, se V. S^a tiver conhecimento de alguma autoridade, algum Deputado, algum Senador, algum Ministro, também poderia detalhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres, há outros Senadores e Deputados para falar, senão vai virar um diálogo esta reunião e não daremos seqüência às outras perguntas, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Tenho 10 minutos que V. Ex^a me deferiu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, pelo Senador Maguito Vilela, já passaram os 10 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele está respondendo. Eu tenho 10, não usei mais do que três. Pode computar o meu tempo, mas ele tem o direito de responder pelo tempo que quiser.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, encarecidamente, quero fazer um apelo a V. Ex^a e aos colegas. Primeiro, ninguém aqui é criança. Todos que estamos aqui temos histórias para contar e muitos têm idade suficiente para entender quando estamos ou não querendo o entendimento.

Temos 10 minutos, pelo que me consta, para fazer perguntas e ouvir respostas, com tolerância de 2 minutos, que é o que a Mesa acatou até o presente momento – tem acatado até 3 de tolerância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente. Cada parlamentar tem 10 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – São 13 minutos, no total, entre perguntas e respostas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não. Ele pode demorar uma hora para a resposta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, não pode. Quero ser sincero; quero o entendimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que estou perguntado está atrapalhando a investigação? Esta não é uma comissão parlamentar de investigação? Tenha paciência. Eu tenho 10 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria só de terminar o meu pensamento, e V. Ex^a pode deferir ou não. É o meu pensamento. Gostaria de continuar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não. Está errado. Ele pode depor pelo tempo que quiser.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores Demóstenes Torres e Sibá Machado, vou passar a palavra ao Sr. Maurício Marinho para ele encerrar. Depois, vou passar para o Senador Alvaro Dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não. Tenho o direito de fazer perguntas. Ainda não esgotei os meus 10 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É isto que quero, Sr. Presidente: decisão da Mesa. Senão, para cada um haverá uma regra nova, e não pode.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu quero os meus 10 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, nos meus 10 minutos, vou usar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu estava fora e fui informado pelo Senador Maguito Vilela que V. Ex^a passou, e muito, dos 10 minutos, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, peço a V. Ex^a que confira junto à assessoria e às notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes, se V. Ex^a, depois, quiser continuar a inquirição, vou abrir as inscrições, de novo, para quem quiser falar novamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a como Presidente, tem que cumprir o que V. Ex^a mesmo determinou. Eu tenho 10 minutos. Consulte as notas taquigráficas.

Ele pode responder pelo tempo que for necessário; a pergunta pode ter 30 minutos de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes, peço que terminemos de ouvir o Sr. Maurício Marinho, por favor.

Concedo a palavra ao Sr. Maurício Marinho por três minutos, e encerramos.

Senador Demóstenes Torres, vamos encerrar este debate que não vai levar a nada, somente nos atrasará.

Senadora Heloísa Helena, por favor.

Vou dar três minutos para o Senador Demóstenes Torres, três minutos para o Sr. Marinho e passar a palavra para o Senador Alvaro Dias. Essa é uma decisão final.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quanto aos contratos de seguros recentes na empresa, não tenho conhecimento das empresas que participaram e das que foram chamadas através dessa comissão especial.

Com relação aos contratos efetuados com as agências de propaganda, eu já disse que são três. Só me lembro de uma, a SPMB, que está na mídia e que é do Sr. Marcos Valério, que está ligada à Secom, Luiz Gushiken.

Todos os contratos de transporte de carga são da Diretoria de Operações. Eu só ouvi falar da Skymaster, mas dezenas de empresas que fazem toda a malha de transportes do Brasil, aéreo, fluvial e terrestre. São dezenas de empresas.

Com relação às aquisições de equipamentos postais, são várias empresas.

No que se refere ao caso do Bradesco, eu relatei os principais contratos e convênios que a empresa tem com a entidade Bradesco, que é feito via empresa Scopus, o próprio Banco Postal; o Correio Híbrido, através do American Bank Note; o Cartão Correios, que é utilizado pelos funcionários, todo com a marca Bradesco – vencida a licitação pelo Bradesco, obviamente –; e o envolvimento do Bradesco em agências de correios franqueadas, lá em São Paulo. Essa é a informação corrente dentro da organização. Por fim, temos o envolvimento, que deixamos para o final, de pessoas vinculadas às agências de correios franqueadas, mais de 1500. Aí nós temos o nome da pessoa que está à frente dos Correios. Não sabemos quem está por trás dessas pessoas.

Fora isso, a aquisição dos cofres de 2002 da Coman, que ele está como mandante da gravação, e não creio que seja só ele. É interessante avaliar esse processo atual, que foi levantado pelo Ministério Público e Polícia Federal.

O caso da Precision, que também veio a público no jornal, em que se diz que se solicita verba para repassar ao PTB. A Precision era um concorrente da Marfinite, mas não cumpriu o seu contrato e foi mul-

tada, foi glosado da sua fatura R\$1 milhão. Ela entrou com recurso e se julga no direito. O direito dela está sendo exercido. O Departamento Jurídico deve opinar a curto prazo.

Com relação ao caso dos tênis, que já foi amplamente dito aqui, foi feita uma reunião dentro da Diretoria de Administração. As quatro empresas que foram chamadas são as últimas dos cinco anos. Em nenhum momento foi feito nenhum acerto, com nenhuma empresa. Nem esse depoimento do Sr. Denilton, que saiu hoje no **Correio Braziliense**, disse que houve qualquer tipo de acerto. Correto? Isso não está claro e precisa ser investigado. Isso faz parte da nossa administração. Eu não estou especificando a administração dos outros e as áreas dos outros. São os principais contratos que nós verificamos que precisam ser mais bem avaliados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, ontem, o depoente, o investigado, naturalmente, disse que era uma pessoa que não tinha conhecimento, que não tinha influência, mas, ontem mesmo, S. S^a caiu em contradição. S. S^a disse que não tinha influência nem amizade com Parlamentares, mas chegou a apontar para um parlamentar e disse que ele mesmo falava com o parlamentar.

Se não tem amizade e não tem influência, por que o parlamentar ligava para V. S^a, Sr. Marinho? Não é verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a, na fita, diz que esses procedimentos passavam também pelas suas mãos. É claro que V. S^a era ponta. V. S^a tinha interface com esses diretores, com as Diretorias? V. S^a se relacionava com essas Diretorias? Insisto na pergunta: algum Ministro... V. S^a mencionou dois ontem, no depoimento: Eunício e José Dirceu. Mencionou **en passant**. Mencionou também que parlamentares poderiam estar envolvidos nesse esquema. Então, perguntaria isto a V. S^a: V. S^a tinha influência nesse processo ou, no mínimo, tinha importância nesse processo, ao menos para interlocução? V. S^a tinha interface com as outras Diretorias? V. S^a sabia, ao menos por conhecimento, mesmo que não tivesse contato, quais eram esses Ministros, esses Parlamentares, Deputados e Senadores, e outras autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Senador, por favor, conclua. Vamos colaborar com os demais Senadores e Deputados. Conclua. Já se passaram 20 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vou atender aos reclames do Senador Maguito Vilela.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Entendida a pergunta.

Quanto ao relacionamento com os diretores da empresa, recebíamos projeto quando era específico da área de administração, passava pelo meu departamento, sim, e a nossa responsabilidade era a emissão do termo de referência. Correto? Os demais processos, que eu já disse por várias vezes – emergenciais, inexigibilidade, comissões especiais de licitação –, não passavam por nós, assim como os projetos específicos da área de transporte e de engenharia não passam pela área administrativa. A minha função básica no departamento era atender fornecedores. Agora, não tenho nenhum relacionamento com Ministros, mas eu recebia ligações de Deputados – está lá na minha agenda, no Ministério Público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a pode nominar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Posso. Dr. Aníbal ligou pedindo: “O senhor pode atender aqui o Sr. Renó?” “Posso”. O Sr. Marquezeli ligou pedindo: “Pode atender o fornecedor fulano de tal?” “Atendo”.

Entendeu?

O Sr. Pedreira, como diz na fita, foi lá: “Preciso ser ouvido”. Todos os fornecedores indicados...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ministros?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, Ministro nenhum... Mas indicados ou não por parlamentares seriam atendidos. Em dois meses, foram mais de 300 audiências. Em dois meses. Foi quando, não suportando mais a pressão da coisa, pedi o meu afastamento. Só em março e abril, foram mais de 300 fornecedores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a foi licenciado da chefia, ou foi demitido?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu pedi o meu afastamento antes da... desde março, venho pedindo. Desde março, estou pedindo o meu afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que colaborassem.

A palavra está com o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o nosso Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas para uma questão: a agenda do depoente está em sua posse ou está com alguma autoridade?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator está falando com V. S^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua agenda está com V. S^a ou está com alguma autoridade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – No Ministério Público Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No Ministério Público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos requerer a cópia da agenda do Sr. Maurício Marinho para esta Comissão. A Assessoria tome as devidas providências.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, indiscutivelmente, trata-se de um depoimento da maior importância. Confesso que o Sr. Maurício Marinho extrapola as minhas expectativas. Nenhum Relator, por mais competente que fosse, teria condições de elaborar um roteiro tão eficiente quanto o elaborado pelo depoente a partir de ontem. Mas, sobretudo depois que tivemos uma manifestação de indignação do advogado, que, se dizendo um ex-juiz, não pode desonrar a sua biografia e que tem um nome a zelar, sentimos uma mudança de comportamento do depoente, que passou a nos propor um relatório pontualmente, com detalhes. E vejo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que não houve bravata na gravação que é documento. Conhecemos a degravação da fita, o próprio depoente afirma que há muito de verdade na gravação. Eu gostaria até que ele apontasse o que há de maior gravidade naquele diálogo.

Mas seria uma bravata muito arrumada, não é? Há muito encaixe; há muita coerência. Há um roteiro de coerência nas conversas gravadas, sobretudo agora, com o testemunho do depoente nessa hora, há como comprovar-se que não houve o intuito de bravata, até porque a bravata é panfletária, a bravata não traz muito conteúdo, a bravata é muito superficial, e o teor das conversas ganham profundidade, detalhes importantes e significativos. Se o depoimento é importante na sua leitura literal, ganha maior importância quando lemos nas entrelinhas. Há muito a se ler nas entrelinhas. Farei algumas indagações, Sr. Presidente, e, depois das respostas, pretendo concluir com uma proposição.

Ontem, o depoente construiu uma ponte, a meu ver indestrutível, entre os Correios e o 4^o andar do Palácio do Planalto. Fez referência específica e reiterada ao nome de Silvio Pereira. Depois do apelo dos advogados, certamente o depoente poderá enfatizar a presença marcante nessa articulação, que determinou

uma relação promíscua do Executivo com o Legislativo, de outros nomes.

Quero indagar do depoente se, dessas articulações, principalmente no momento de “bater o martelo” – é uma expressão usada pelo depoente – nas nomeações, há a presença de Waldomiro Diniz, de Delúbio Soares, de Marcelo Sereno e, inevitavelmente, do Ministro José Dirceu. Já que V. S^a desenhou o loteamento dos cargos, a distribuição desses cargos entre os vários Partidos da Base aliada, citando, no caso os Correios, o PT, com prevalência, o PMDB e o PTB.

Portanto, o Sr. Waldomiro Diniz, por exemplo, era o subchefe da Assessoria Parlamentar da Presidência da República. Inevitavelmente, esses nomes deveriam passar por ele até o arremate final. Essa é uma indagação, porque esse *link* foi estabelecido dos Correios com o 4º andar do Palácio do Planalto, e é preciso que isso fique esclarecido de forma cabal, já que não queremos expor desonestamente ninguém. Mas queremos a verdade, e V. S^a assumiu o compromisso, sobretudo com Deus, segundo afirmou ontem, de dizer a verdade, e é o que esperamos. Essa é uma indagação. Não sei se se quer responder por partes.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Por partes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, por favor.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quanto ao envolvimento das pessoas citadas, nobre Senador, no caso de Waldomiro Diniz, outro nome que V. Ex^a colocou, não tenho conhecimento deles na indicação direta, porque a interferência ou o relacionamento era em nível de Diretoria colegiada para cima. Nós não temos esse conhecimento. Ouvia-se dizer que a decisão era tomada aqui, no Planalto, na Casa Civil. Isso é o que é voz corrente dentro da empresa. Agora, sobre quem vai, quando vai, por que não foi, por que está há seis meses parado e o que está negociando, não temos conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

Para ganhar tempo: V. S^a afirmou que elaborava projetos básicos e termos de referência que direcionavam a licitação para empresas que chama de “principais”. Qual autoridade determinava a V. S^a tal incumbência, ou se isso era feito por conta própria, por sua iniciativa? Alguma autoridade determinava que esses projetos fossem elaborados, direcionando para tais “principais”, ou era V. S^a mesmo que o fazia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador, os projetos básicos são iniciados pela área demandante, a área originária. Quando chegam ao departamento de contratação, os nossos técnicos fecham o projeto básico para a emissão do documento legal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou perguntando apenas se havia alguma autoridade determinando.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Alguma pessoa do Planalto interferia na contratação dessas empresas? O Silvio Pereira, segundo V. S^a afirmou, é o responsável pela nomeação do diretor de operação e tecnologia.

Aliás, essa Diretoria de Tecnologia, segundo disse V. S^a, foi motivo de cobiça durante quase dois anos. Houve uma disputa insana por ela, que acabou, evidentemente, nos braços do PT, e, sobretudo, por orientação do Silvio Pereira.

Além da indicação dos nomes, ele também influía na decisão sobre as empresas que deveriam ser contratadas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador, o contato dele era direto com a área de tecnologia, não passava pela área administrativa. Nós não temos esse conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. S^a conhece o Sr. Antônio Celso Cipriani, de nome?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Não lembro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, V. S^a não tem...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Antônio Cipriani?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antônio Celso Cipriani.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, V. S^a não tem informação sobre ser ele uma espécie de sócio oculto da Skymaster?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que tem um contrato de 204 milhões por ano com os Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Isso é exclusivo da área de operações, da Diretoria de Operações. Todo o processo é lá dentro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. S^a imagina que o Diretor de Operações pode responder essa pergunta?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com certeza absoluta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque o Sr. Antônio Celso Cipriani, aliás, a Skymaster foi citada na CPI do Banestado por remeter milhões de dólares para o exterior de forma ilegal. E há a suposição de uma conexão com o Sr. Antônio Celso Cipriani, razão da minha indagação. A indagação não se faz sem sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero dizer ao Sr. Maurício Marinho que encontrei muita coerência no diálogo com os citados “arapongas” – segundo V. S^a, são arapongas. Nesse diálogo, há fatos concretos, casamento. V. S^a faz referência a um interlocutor. Primeiramente, V. S^a diz que ele era administrador de quatro empresas. Mas depois diz: “Não, administrador não. Ele faz a interlocução”. Leia-se *lobby*. O Sr. Pedreira, que teria sido candidato até a Presidente da República.

Então, há realmente razões.

V. S^a conhece esse Pedreira, não conhece?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E ele apresenta quais empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Até o momento, ele estava representando uma única empresa, os interesses da empresa Proteline, do Rio Grande do Sul, que estava com um processo em andamento nos Correios de um contrato que teria sido suspenso, revogado, em janeiro de 2004. E ele estava defendendo essa empresa, o Sr. Pedreira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele procurava V. S^a para isso, para defender essa empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Procurando informações a respeito do andamento do processo que se encontrava no departamento jurídico e querendo participar, logicamente, de outros processos licitatórios dentro dessa linha de fornecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou cumprir rigorosamente o tempo. Como o meu tempo está se esgotando, vou fazer uma proposição. Tenho três minutos?

Houve a alegação do Sr. Maurício Marinho, de que exagerou com bravatas desnecessárias. Mas o seu depoimento aqui, principalmente quando se lê nas entrelinhas, sinaliza para o fato de não ter havido bravata. Houve, sim, uma manifestação sincera e espontânea diante da surpresa da presença de determinadas figuras.

Por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator sobretudo, já há convocação para que se ouçam aqui Joel Santos Filho e João Carlos Mancuso Vilela.

A minha solicitação é que, em vez de ouvi-los separadamente, determinemos uma acareação. Vamos repetir aqui o diálogo dos Correios. Frente a frente, o Sr. Maurício Marinho, o Sr. Joel Santos Filho e o Sr. João Carlos Mancuso Vilela. Com toda a Imprensa e a Nação testemunhando. Vamos repetir aqui aquele diálogo. E certamente, aqui, não haverá bravatas, mas haverá esse compromisso de se dizer a verdade.

Portanto, estou encaminhando, por escrito, esse requerimento que propõe a acareação entre o Sr.

Maurício Marinho e os Srs. Joel Santos Filho e João Carlos Mancuso Vilela, e a outra solicitação considero indispensável. O depoente afirmou que conversou, várias vezes, com o genro do Deputado Roberto Jefferson, por telefone. Então, é inevitável a quebra do sigilo telefônico.

Evidente, não acredito muito em quebra de sigilo bancário, não creio que cheguemos a grandes revelações, mas, de qualquer forma, é uma prática, e o sigilo fiscal, da mesma forma. Então, consulto o depoente se, já aqui – para facilitar até a esta Comissão e ao próprio Relator, que certamente já pensa em propor a quebra de sigilo bancário, principalmente telefônico e fiscal –, abre, espontaneamente, o sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Plenamente, e o próprio Ministério Público já fez todo esse trabalho, esse levantamento, inclusive.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, requeiro a solicitação da transferência do sigilo bancário, telefônico e fiscal do depoente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD – Sr. Presidente, pela ordem, V. Ex^a pode dizer o número do Parlamentar que está inscrito, para acompanharmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós estamos no número 11.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD – Porque sou 25.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Num total, minha querida Deputada, de 31 Parlamentares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só mais uma questão, nessa mesma questão de ordem. Nós, suplentes, que estamos participando ativamente da Comissão, gostaríamos muito, evidentemente na ordem que conseguimos nos inscrever, de usar a palavra. V. Ex^a tomou a decisão se vai manter a ordem direta de titulares e suplentes?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em função dos trabalhos, aqui existe um critério claro dos titulares e dos suplentes e, depois, dos não-membros, mas vamos facultar a palavra, dentro da sequência, para que todos perguntem e inquiram o Sr. Maurício Marinho.

Com a palavra, meu caro Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu poderia falar? Sr. Presidente, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Vi-mos aqui, nesses dois dias, enormes contradições no depoimento do Sr. Maurício Marinho. Na verdade, ele praticamente tem quatro depoimentos. Um gravado, que não conseguimos ouvir, mas temos a fita degavada, em que ele se contradiz e nega parte do depoimento, embora gravado; o outro, que prestou à Polícia Federal; o outro, que prestou ontem, e, a partir de determinado momento, instado pelo Senador Sérgio Guerra, visivelmente emocionado, outro em que disse: “agora, é para valer, eu vou...”

Na verdade, ele pede garantia de vida e nos traz aqui um *checklist*: investiguem isso, investiguem aquilo, façam isso, façam aquilo, dando uma orientação, na verdade, a esta Comissão.

Então, não sei se estamos a investigar o comportamento do Sr. Maurício Marinho, se o temos como testemunha acusatória ou como acusador, ou como testemunha. O fato é que há uma enorme contradição, e não sei quando ele mentiu mais. Seria bom ele responder se as mentiras maiores foram na gravação, à Polícia Federal, no depoimento de ontem ou só no de hoje.

A verdade é que V. S^a faltou com a verdade aqui várias vezes. Quero fazer a primeira pergunta: V. S^a é funcionário dos Correios há 28 anos, e parece que, ao longo da sua carreira, estabeleceu como prática panfletar currículo em busca de ocupação de cargos. V. S^a já ocupou cargos em outras administrações, que não deste Governo, em decorrência de indicações, ou esta foi a primeira indicação que o senhor recebeu através do Deputado José Chaves?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A primeira indicação política foi na Universidade Correios. Todas as outras funções anteriores eram técnicas.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado.

O senhor passou, portanto, 26 anos indo pelo seu próprio mérito. E, depois disso, decidiu que queria, por meio de panfletos, ter um reconhecimento e ser indicado para uma posição. Muito bem. Eu queria saber, Sr. Presidente – eu não sei nem se devo me dirigir a ele, mas aos inúmeros juristas que aqui estão, pois eu sou apenas engenheiro –, se essa fita vale como prova. Vale como prova? É uma pergunta.

O senhor ontem, aqui, na maior sem-cerimônia, disse que era um consultor de empresas; que fazia consultorias, na verdade, ensinando como se deve partici-

par de uma licitação, mesmo que seja para fraudá-la. V. S^a, que me perdoe – é uma coisa cínica até –, disse que recebeu R\$3 mil. Mas podia ser R\$500; podia ser R\$10 mil. Eu não posso entender como alguém recebe em uma mesa 10 mil, põe no bolso, e não sabe por quê. É algo que o senhor até agora não explicou e não tem explicação. Se era para fazer consultoria, V. S^a não podia fazê-lo, porque era empregado de uma empresa e, portanto, não podia fazer consultoria para alguém que vai ter relações com essa empresa. V. S^a disse que parou as consultorias, e parou em tempo.

Mas há uma coisa que o senhor disse aqui também e que me deixou intrigado. Todos nós, hoje, estamos a solicitar cada vez mais os pregões eletrônicos, como uma forma difícil de se fraudar. Entretanto, o senhor diz aqui que existe um “sisteminha”. Foi o termo que o senhor usou. Um “sisteminha” que quebra a eficiência do sistema padrão. Eu quero saber se o senhor já viu esse sistema funcionando e que nos pudesse explicar o que é isso, até para que pudéssemos fazer com que as licitações neste País sejam sérias. Eu queria saber se o senhor sabe se esse sistema já foi usado para fraudar alguma licitação nos Correios e quem deu essas informações ao senhor.

Por fim, pergunto ao senhor quais os políticos com quem o senhor freqüentemente estabeleceu relações, ou por telefone, ou pessoalmente; se esses contatos com os políticos se deram apenas neste Governo ou, mesmo não tendo o senhor sido indicado por nenhum político anteriormente, se havia telefonemas, indicações para o senhor receber pessoas, ou isso só ocorreu agora, neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quais os políticos com que freqüentemente mantive relações? Eu não tinha nenhum contato direto com os políticos. Eu atendia às pessoas indicadas por políticos, que constam da minha agenda. Citei até alguns nomes aqui, hoje. Mas contato direto, freqüente, com político, não tinha. Agora, atendia a todos os fornecedores encaminhados, por políticos ou não. Essa era a minha atribuição principal.

Quanto aos pregões eletrônicos, o Correio já se utiliza dessa prática desde o início de 2004...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Qual prática, o “sisteminha” ou o legal?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, o pregão eletrônico. O “sisteminha” quem faz é o fornecedor, Senador. O pregão eletrônico é um sistema do Banco do Brasil, que, em conjunto com os Correios, efetuam as licitações através dessa modalidade chamada “pregão eletrônico”. O que eu disse aqui é que verifiquei,

dentro da tela, na licitação, onde determinadas empresas, quando entra no sistema randômico, que diz que, dentro de trinta minutos, a qualquer minuto, a licitação será suspensa. Então, a gente verifica claramente que, principalmente as grandes empresas, elas passam a dar lances elas contra elas mesmas.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Estou satisfeito. Eu queria fazer uma pergunta e não quero passar do tempo. Eu estou satisfeito com a resposta.

V. S^a tem conhecimento de que a Vasp tem uma elevada conta a receber da ECT, e de que esta conta, que ultrapassa a casa dos cem milhões, está para uma decisão na área jurídica e se há alguma interferência para pagamento dessas contas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor. Isso é específico da Diretoria de Operações. Eu não tenho conhecimento da área de transportes.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Por fim, o senhor me conhece pessoalmente? Já lhe cumprimentei?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Nunca.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O senhor já ouviu falar que eu entrei alguma vez nesse prédio do Correio ou falei com alguém?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado. Veja bem, eu quero fazer a última pergunta ao senhor.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O Dr. Ezequiel Ferreira não foi nomeado para os Correios. O senhor sabe alguma razão por que ele não foi? Porque o senhor cita isso na sua fita.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Cito.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Então, o senhor tem que dar a razão.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Cito. Inclusive o próprio interlocutor quando lá estive, e esta parte está gravada na fita, e eu levo essa informação ao nosso Diretor Antônio Osório, depois que ele leva, estava certo que seria nomeado o Sr. Ezequiel. Inclusive eu digo na fita. E ele, interlocutor, na fita, diz: creio que não ocorrerá como vocês estão pensando. Tenho, de fonte segura, do Planalto – não sei qual é a fonte – que o indicado para a Diretoria de Tecnologia seria o Dr. Robson Koury, que é o Suplente do Senador Ney Suassuna, e não mais o Ezequiel, indicado pelo Senador Fernando Bezerra. E que ele ocuparia uma outra diretoria nos Correios.

Esse era o assunto corrente. E essa informação da fita foi dada pelo Sr. Goldman para nós. Está lá escrito na fita. Ele pergunta: mas vai ser o Ezequiel? Eu falei: para nós, sim. Aí eu levei a informação. Inclusive, ele

pergunta: e se for o Sr. Robson Koury? Eu ainda digo para ele: para nós está tudo bem, porque ele é uma pessoa de bom trânsito aqui dentro da casa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Última pergunta. O pregão nº 5004, para a compra de 500 **notebooks** e 14 mil computadores, no valor de R\$65 milhões, foi ganho por uma empresa chamada Metrocom, mas foi desclassificada por falta de condições técnicas. Quem ganhou, por estar em segundo lugar, foi a Novadata. A denúncia é que a Comissão de Recebimento, da qual faz parte V. S^a... É verdade isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não fez a averiguação técnica dos equipamentos entregues e está marcada uma outra avaliação. O senhor tem como explicar isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse é um assunto específico da área de tecnologia e existe uma comissão que analisa o processo, que é a Comissão Permanente ou Comissão Especial de Licitação. Agora, quem decide se o primeiro lugar atendeu às especificações técnicas é a área solicitante, que foi a área de tecnologia. Isso não cabe à Diretoria de Administração. Ela entra após a assinatura do contrato. Nesse momento, é específico da pregoeira, da CPL, da Comissão Especial de Licitação e da área demandante, que é a tecnologia.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, pela consistência e objetividade.

Deputado Carlos Abicalil com a palavra.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, eu também não sou jurista, eu provenho da área de educação e o testemunho que estou verificando do investigado aqui me remeteu a uma aula tradicional de física, ainda no nível médio. Eu não sei se nós estamos diante de um movimento retilíneo uniforme, ou de um movimento retilíneo uniformemente variado, em função do que nós estamos assistindo e testemunhando.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu fui reprovado nessa prova.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Inclusive, pela lamentável recusa desta Comissão de fazer o trabalho que o Relator terá de fazer para nós, de comparar o retilíneo uniforme variado daquela fita com o retilíneo uniforme variado do que estamos assistindo aqui.

Evidentemente, a população brasileira deveria conhecer toda a uniformidade do movimento, seja ela

variada na mentira e interstícios de menos mentira, ou seja ela variada na verdade e na menos verdade.

De todo modo, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer, em função, inclusive, da afirmação de ontem, neste Plenário, do investigado, é se o investigado costuma mentir a qualquer hora do dia, só depois das vinte horas ou quando orientado pelos advogados.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não costumo mentir, nobre Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só aqui já tivemos desmentido de S. S^a mesmo do que teria dito e, evidentemente, com a segurança garantida que a Comissão tem de dar à vida do investigado e de sua família, alterou, inclusive, o procedimento. Por isso a pergunta, a meu juízo, tinha absoluta validade.

Se não costuma mentir, então tudo que está na fita é verdade. Tudo que está na fita é verdade. Nesse sentido, parte do que está sendo considerado aqui, e talvez por isso mesmo o investigado não fez compromisso de dizer a verdade, em função de nós o qualificarmos, na Comissão, na condição de investigado e não de testemunha, evidentemente o nosso trabalho se tornará mais complexo e felizmente temos um roteiro, que eu não sei se é verdadeiro ou mentiroso, das licitações indicadas aqui e dos processos.

De todo modo, creio que, por recomendação do nosso trabalho efetivo, é absolutamente indispensável que todos os procedimentos avaliados no período de onze meses em que o investigado esteve à frente do seu Departamento, em se encontrando empresas que tiveram negócios com os Correios em períodos anteriores, nós possamos, inclusive para definir se o movimento é variado ou se o movimento é uniforme, saber como foi o comportamento pregresso dessas mesmas empresas sob outras direções, sob outras responsabilidades anteriores. Eu estou me referindo às empresas, não aos responsáveis, que dependendo do resultado nós vamos ver o que ocorreu efetivamente.

O senhor fez uma menção, meu caro investigado, de que ficou 45 dias sob lavagem. O que significa isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As reuniões constantes coordenadas pelo Sr. Goldman, onde traria todas as informações relativas a essa internalização de uma multinacional no País. E realmente era um grande negócio. Era uma oportunidade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era um grande negócio. Nessas reuniões, o senhor fez referência a que o Deputado Roberto Jefferson era um “doidão”. Esse diagnóstico da saúde mental do Deputado Roberto Jefferson que relação tem com o procedimento consecutivo de 45 dias na sua presença, do Sr. Goldman?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É que eu disse a eles – e está na fita – que quando eu ia tratar de assuntos... porque a Diretoria de Administração está sob indicação do PTB, que é o Diretor Antônio Osório. E eu disse a ele, quando eu chamei de bravata e escrevi ao nosso Presidente, que eu ligava ao Deputado Roberto Jefferson a hora que eu queria, ele viria e resolveríamos os problemas. Em nenhum momento...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na sua agenda, a indicação de receber o Sr. Goldman procedeu de quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O primeiro, no início, ele veio ao meu encontro em função de informação através do genro do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O genro do Sr. Roberto Jefferson é que indicou o senhor para receber o Sr. Goldman?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual é o nome do Sr. Goldman?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Parece-me que é Joel Silva o nome verdadeiro dele. Eu não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor costuma receber em seu gabinete, para tratar de assuntos de negócios dos Correios, pseudônimos, sem saber a origem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, na fita tem os cartões que eles deixaram. Foram grampados num papel, onde tinham as anotações. Agora, esse papel com esses cartões, na mesma data, às 20 horas, quando terminou – está lá na fita, uma hora e cinquenta e quatro minutos –, desapareceu. Assim como não constava, na entrada do prédio da ECT, a foto dessas pessoas, que todos são identificados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um mistério. Esse mistério foi promovido, então, por indicação do Sr. Marcos Vinícius, genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele é que disse que veio em nome dessa pessoa. Eu atendi normal, como um outro fornecedor qualquer.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qualquer um que chega a V. S^a, então, e se apresenta como indicado por fulano, beltrano ou cicrano o senhor recebe?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos os fornecedores.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por mais de duas horas, numa reunião?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Essa foi a quarta reunião. Essa foi a quarta...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A quarta reunião em 45 dias?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Em 45 dias foi a quarta reunião que ele chegou com a mesma roupa e com a maleta, por isso que eu disse, ontem, que eu acho que foram quatro gravações e não só duas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor informou aos seus superiores da presença desse senhor por quatro vezes, discutindo negócios nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Se eu levei ao conhecimento?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, senhor. É. Para conferir, inclusive, se era a pessoa indicada ou não.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Não fiz nenhum contado nesse sentido. Agora, a partir do momento que a diretoria da multinacional, como ficou acertado, que viria aos Correios, aí, sim, nós deveríamos levar à diretoria da empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que registrou o conteúdo da fita em cartório. É o mesmo registro que fez, entregue ontem, como um dossiê, intitulado pelo senhor, entregue à Mesa da Comissão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu registrei a carta encaminhada ao Presidente da ECT e ao Diretor Antônio Osório, e a que entreguei ontem é a decupação da fita, onde acrescento justificativas, que é um comparativo entre o que foi dito pelo interlocutor e a minha análise.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor esteve contratado pelos Correios, no primeiro período, de 1978 a 1984...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...e pediu desligamento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – À ocasião, segundo o que consta, o senhor havia pedido desligamento por problemas familiares, porque gostaria de permanecer no Mato Grosso do Sul. Confere isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Confere, sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor retorna ao Correio, em 1993....

O SR. MAURÍCIO MARINHO – 92.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – 1992?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – 92, se não me falha a memória.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O dado formalizado aqui está 3 de fevereiro de 1993, sob a matrícula 8.453.128-2.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confere.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então é 1993?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Para mim, é 1992. Eu não tenho esse dado com certeza, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Talvez seja o movimento randômico novamente, substituindo o uniforme ou o uniformemente variado.

A readmissão se deu por acordo judicial, de conveniência dos Correios. Que acordo é esse?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O acordo é que, quando saí dos Correios, em 1984/85, como está aí, eu fiquei um tempo fora da empresa, fui para Mato Grosso do Sul e retornei em seguida para Belém do Pará, por problemas de dificuldades de trabalho e financeiro. Foi onde iniciei todos os projetos de consultoria em 14 empresas lá na região Norte.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Empresa Rebelo Indústria, Comércio e Navegação e todas as empresas vinculadas ao grupo Reicom. Isso foi feito no período em que fiquei afastado dos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essas empresas prestaram serviços aos Correios na ocasião?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Transportavam malas, que é aquilo que foi dito ontem, que perguntaram se tinha contrato, e eu disse que não, que era uma resolução da Superintendência Nacional da Marinha Mercante. Correto?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, aquela parte do seu depoimento se refere a esse período que o senhor esteve no Pará, na condição de consultor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A esse período que estive no Pará. De consultor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Antes de retornar, por decisão judicial, aos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí foi feita uma solicitação, na época, quando eu fiz um requerimento aos Correios, encaminhando aqui à Presidência, em Brasília, solicitando o meu retorno. Isso em 86/87. O requerimento veio para cá e demorou aí eu creio que 4 ou 5 anos, até a sua decisão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem era o Presidente dos Correios à época?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não me lembro, sinceramente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não se lembra.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi em 1992 ou 93.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A partir do seu retorno aos Correios, o senhor exerceu as atividades de gerente de operações no Pará, de 1993 até 1996. Confere?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confere.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem fez a indicação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O diretor regional.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O diretor regional é indicação de quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele é um funcionário de carreira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todos os diretores regionais são funcionários de carreira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos são funcionários de carreira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todos são.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Político só no nível de diretoria nacional.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim. E depois, daí para baixo, como é que faz o processo de nomeação dos diretores gerentes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí é técnico, é da empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É técnico. Mas quem escolhe os técnicos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, antigamente, era a própria empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem é a empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O colegiado. A diretoria era colegiado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O colegiado de diretoria, que é por indicação; portanto, mesmo sendo de carreira, há uma escolha entre os membros de carreira que corresponde àquele quadro de direção lá de cima.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Hoje está dessa forma. Antigamente, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na época em que o senhor estava no Pará?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Hoje está dessa forma, antigamente não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na época em que o senhor estava no Pará?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estava no Pará.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, naquela época, como era?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fui guindado, eu fui convidado a assumir uma gerência de operações, porque, tecnicamente, fui formado para isso. Eu

sou administrador postal, formado pela PUC do Rio, pelos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor teve, o senhor recebeu, foi guindado a uma condição, convidado por alguém que é acima do senhor...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...tinha a tarefa de fazer as nomeações nos cargos de direção, chefia de departamento, gerência etc. Na sequência...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso compete a cada diretor regional.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Claro, ao diretor regional, que, por sua vez, é nomeado também lá pelos diretores do colegiado, como o senhor está falando aí.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo. Certo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, todos os laços que o senhor fala que tem hoje teria naquele momento também como procedimento regular.

Com relação à sucessão, o senhor foi depois chefe de treinamento, coordenador regional de negócios, no Rio de Janeiro, assessor de departamento mais duas vezes, três vezes, quatro vezes, até chegar à condição de coordenador da universidade, que é ao que o senhor ascendeu no ano de 2003 ou 2004.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, senhor. Confere.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Naquele período em que o senhor esteve no Rio de Janeiro, o senhor conheceu porventura o senhor Valdemir Cardoso.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheci. Foi ele que estava no Pará, quando fui gerente de operações.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já conhecia o Sr. Salmeron?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Salmeron eu conhecia há mais de 20 anos. Ele foi o meu chefe durante 20 anos, quando eu era assessor de planejamento, e ele assessor de planejamento e desenvolvimento dos Correios e, depois, foi Vice-Presidente dos Correios. Conheço bem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor o conhece há longa data.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Há muito tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele é compadre do senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não é seu compadre.

O senhor disse que conheceu o Deputado Roberto Jefferson na companhia do Sr. Salmeron.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso, no aeroporto, quando fui apresentado pela primeira vez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os senhores viajavam juntos para tratar de acordos dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, em nenhum momento, viajei junto com eles, para tratar assunto nenhum. Foi só esse momento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só deste momento.

O senhor afirma, meu caro investigado, aspas aqui ao documento transcrito da fita:

“Bom, a nossa função, aqui, hoje, estou como um consultor na área de tecnologia [e o senhor fala o nome do consultor, e ontem o senhor disse aqui à noite] que é suporte de diretoria, trabalhando comigo, o senhor Eduardo”.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eduardo de quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eduardo Coutinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eduardo Coutinho.

“Ele é o meu braço direito”, afirma o senhor.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na área de tecnologia, sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) –

“Quando os projetos vêm das áreas para cá, passa pelo meu conhecimento tudo o que o Eduardo está fazendo.”

O que é isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Os contratos que passam pelo departamento e são de origem da área de tecnologia, que não são feitos pela área de tecnologia, eu pedia que ele fizesse uma análise, porque a área de tecnologia é técnica.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aqui o senhor prossegue, dizendo: “Aqui, nós fazemos a instrução final e encaminhamos para a CPL.” CPL é licitação.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Antes disso, o que nós fazemos é emissão do documento obrigatório por lei que chama termo de referência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Correto.

“Quem faz o termo de referência [o senhor diz] “somos nós”. Entendo “nós aqui” o senhor e o Sr. Eduardo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Tem uma divisão que só trabalha na execução do termo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem “somos nós aqui”?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa divisão é subordinada ao departamento. Nós é o departamento de contratação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O departamento como um todo.

A instrução do processo, portanto, passa pelo departamento depois de demandada pela origem.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Depois que chega o projeto básico e as especificações.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, lá naquelas áreas, depois o senhor faz a instrução, encaminha a execução à CPL e, depois, o senhor afirma o seguinte: “Quando retorna ao processo”, retorna de onde?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Depois de homologado o processo pela diretoria colegiada, ele retorna para a gestão administrativa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que, se for até R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), é resolvido no ambiente da sua própria alçada.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Da própria diretoria.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Da diretoria.

Se supera isso, “tem que subir”, como o senhor fala.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí é a diretoria colegiada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito bem.

O senhor fala o seguinte, ainda:

“Eu imagino que é o seguinte: a gente, tendo conhecimento daquilo que vem, [interpreto eu, do que vem demandado por alguma área dos Correios] você tem um prazo para trabalhar a instrução, tem um período de chancela, de divulgação e de abertura. Depois de tudo isso feito, você ainda precisa passar pela CPL [o senhor está dando o caminho das pedras para o Sr. Goldman e o Sr. Vítor]. A diretoria da empresa homologa, e aí volta para nós aqui”.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Gestão administrativa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para a gestão administrativa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor se considera um funcionário competente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Procuo sê-lo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor considera que é um funcionário correto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha normal que um funcionário receba valores numéricos numa conversa com não sabe com quem? Não tem endereço, não tem empresa registrada, não tem nome, lhe apresenta um cartão que sequer o senhor conferiu, e o senhor aceita isso? É um procedimento absolutamente correto de um funcionário?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não concordo, é um ato impensado, e assumi o erro de receber o dinheiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um ato impensado.

Quantas vezes o senhor ficou sem pensar sobre esse ato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, todos os processos estão lá à disposição.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não estou me referindo aos processos, estou me referindo ao ato impensado. Quantas vezes se repetiu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O ato impensado foi nesse dia, nessa data, naquelas condições.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como é que o senhor agendava suas reuniões?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Através da secretária.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A secretária. Ela tratava, inclusive, anotando as indicações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos. Está na agenda. Quem pedir, quando, a hora, o assunto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sempre teve parcimônia de duas, três horas de conversa com cada um dos demandantes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Em média, atendia 30 minutos um fornecedor. Nesse dia, foi após o horário de trabalho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E por que foram duas horas? Depois da terceira reunião, é a quarta, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa já era a quarta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E por que foram duas horas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A primeira solicitação do Sr. Goldman, na terceira reunião, é que ele traria esse diretor que viajaria para a Alemanha no dia seguinte, e me fez um pedido para que fizéssemos esse relato para posicioná-lo. Essa reunião teria sido

marcada para as 14h, depois 16h, depois 17h, mas ele só apareceu na empresa às 18h.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O relato consiste, então, no procedimento de acerto entre o senhor, o diretor e o Sr. Osório?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Foi...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse procedimento de acerto não faz parte do relato?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não, não. Em nenhum momento, eu envolvi nenhum diretor, porque eu estava trabalhando especificamente ainda com a empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor menciona na fita inclusive as quantidades: 2% até 5%, 6% a 10%. Isso não é parte do relato que o senhor fez ao Sr. Goldman?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Falei com ele, sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor falou sobre isso com o Sr. Goldman?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Falei, falei com ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito bem. O senhor sabe qual era a demanda, a origem da demanda nos Correios para o senhor receber esses empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A demanda?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É. O que tinha sido demandado? Quem demandou dentro dos Correios que o senhor recebesse os empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Dentro dos Correios, ninguém.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ninguém. O senhor recebe sempre demandado com origem de alguma diretoria dos Correios. E o senhor recebeu isso sem nenhuma demanda dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, veja bem: eu recebo qualquer fornecedor dentro do departamento, seja indicado ou não por ninguém. Basta ser um fornecedor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tenha ou não encomenda do serviço. É um fornecedor. Ele foi oferecer o quê para o senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A gestão de fornecedores é dentro do departamento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele foi oferecer que serviços aos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele foi apresentar a entrada de uma multinacional no Brasil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com que serviços? Era a quarta reunião, meu caro investigado.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas foi colocado e está na fita. Está na decupação da fita. A especificidade era tecnologia. O assunto era tecnologia, era construção, confecção.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tinha demanda de tecnologia apresentada para receber essas empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Ele era um outro fornecedor novo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não tinha. Muito bem. O senhor não tinha.

Que obstáculos, então, representava ao senhor, que é subordinado à diretoria, pelo que entendo, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tinha autorização para receber qualquer demandante de vendas aos Correios, mesmo que os Correios não tivessem apresentado qualquer demanda do produto.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justamente. Cadastrar fornecedores e encaminhar às diretorias competentes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem eram os emissários...? O senhor diz que falou por telefone poucas vezes com esses senhores aí. Quem eram os emissários no intervalo dos 45 dias?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Os emissários? Não. Sempre foi o Sr. Goldman. Só apareceu esse segundo na quarta reunião da gravação, que eu acho... que dizem ser o Sr. Mancuso, mas que até o momento ainda não tive oportunidade de confirmar isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Agradeço, então, o depoimento e reafirmo que não posso considerar que alguém que tenha tanta variação no procedimento como funcionário possa ser considerado um funcionário correto. E quero expressar meu respeito aos funcionários de carreira dos Correios que, com 28, 30, 35, 37 anos, como conheço muitos no meu Estado, jamais tiveram a ousadia de praticar tantos delitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, apenas para louvar, agora, a postura de V. Ex^a em relação ao tempo que V. Ex^a tolerou para que o nobre Deputado fizesse perguntas. É assim mesmo CPI. Depoimento é assim. Não tem que ter tempo. É quanto precisar. V. Ex^a, quando eu estava falando, chegou a perder até um pouco da compostura habitual, mas louvo agora a iniciativa de V. Ex^a. Isso é correto

e, daqui para frente, deve ser dessa forma com todos os Srs. Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não. Pela ordem, Deputado Jamil...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a deu o tempo suficiente, em geral, a pessoas que não estavam com tanta disposição de indagar esses aspectos que o Deputado Abicalil indagou. Ouviu ontem, até meia noite, tanto é que estamos aqui desde as 9h da manhã de novo. Portanto, houve muita tolerância, muita disposição. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado. Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu gostaria de encaminhar já a palavra... A palavra está com o Deputado Maurício Rands. Pediria que não desviassemos da programação aqui, porque existem muitos Parlamentares inscritos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não quero desviar nada não, mas, apenas por justiça, o Estatuto da OAB garante aos advogados da pessoa assento numa mesa à lateral, e os advogados estão em pé. Então, para providenciar cadeiras para os advogados. Não vai ser negado não. Eu sou advogado, e os advogados têm esse direito. Eles não podem reclamar. Eu posso por eles, como advogado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, gostaria só de que eles, de comum acordo conosco, concordassem em ficar onde estão. Isso foi ajustado ontem, logo no início dos trabalhos, sem nenhuma dificuldade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas sentados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, eles mesmos, os próprios advogados se colocaram nesse posição e dizem que estão absolutamente satisfeitos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É só colocar duas cadeiras lá, Sr. Presidente. Isso é fácil.

Eles não podem impedir, V. Ex^a pode. V. Ex^a tem a palavra aqui, eles não têm a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eles já recusaram as cadeiras, Deputado. Eles recusaram as cadeiras. V. Ex^a está atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, a palavra está com o Deputado Maurício Rands.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, por uma questão de ordem.

A gentileza sempre foi sua grife. Não lhe custa nada determinar que coloquem duas cadeiras. Eles podem sentar ou não, é problema deles. Mas V. Ex^a, pelo menos, poupa-lhes desse constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito, eles podem pedir. Ontem, eles se dispuseram a ficar assim. Agora, se eles quiserem, temos cadeiras para todos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coloque as cadeiras à disposição, nobre Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– As cadeiras estão à disposição de V. S^{as}.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhor depoente, estamos vendo aqui um depoente investigado porque, como foi caracterizado na Comissão, num intervalo de um mês, apresentou duas versões absolutamente antagônicas sobre eventos que se passaram na empresa.

As boas maneiras de uma pessoa podem ser apreciadas pelos vestígios que ela deixa num banheiro ao por ele passar. O que essa frase quer dizer? Que a pessoa, quando está na espontaneidade, quando não está obedecendo a um roteiro ou a um *script*, às vezes preparado por advogados, tende a ser muito mais próxima da verdade.

O que a Comissão tem aqui? De um lado, a fita em que V. S^a, espontaneamente – depois veio a dizer –, fazia bravatas. Mas V. S^a, detalhadamente, com conhecimento do funcionamento da empresa, explicava os detalhes do funcionamento de um esquema dentro dos Correios, segundo V. S^a, articulado e agindo em benefício e em nome do Deputado Federal Roberto Jefferson. V. S^a entra em detalhes de como funcionava o esquema de propinas num momento em que V. S^a não sabia que estava sendo filmado, num momento em que V. S^a estava sendo espontâneo, num momento em que V. S^a não seguia um *script*, depois de orientado pelos seus advogados.

V. S^a, respondendo à pergunta do seu interlocutor – repito para clarear a memória, já que não foi possível à Comissão e ao povo brasileiro ter acesso na Câmara, no Senado, ao conjunto das gravações que ali foram feitas –, chegou a afirmar:

“Aqui o processo, porque há assuntos que ele não passa para cá, já está fechado. Olha aqui, eles fazem de várias formas: quando é dólar, euro; tem esquema aí, inclusive, de hotéis. Um cara passa pra lá,

troca, passa pra cá. Eles só dizem como é que é feita a remessa. Se é em reais, tem gente que transfere, faz uma ordem de pagamento; tem outros que abrem a conta, transferem para ele”.

Isso era uma resposta à pergunta, que era a seguinte:

“Pois é, isso é que eu quero saber. Como é que a gente procede, Marinho? Isso é que eu quero saber. Como é que a gente procede para efetivar esse pagamento para você? É em dinheiro? É em dólar? É através de contas?”

Indo mais avante. O interlocutor fala lá do Osório, do Antônio Osório, seu diretor, seu superior hierárquico, e diz:

“Não, o Osório não acerta. O Osório acerta comigo ou com o Godoy, seu subordinado.

– Por que o Osório não acerta?

– Ele colocou a gente para fazer essa parte. Somos três fechados com o Partido.

Ele pede:

– Pelo amor de Deus, não me fale de preço aqui. É o estilo dele. Aí a gente vem, acerta, negocia. Aí ele vai levar lá em cima.

– E nessa composição ele permanece?

O Sr. Maurício Marinho: – Permanece. Ele é o homem do Roberto Jefferson”.

Eu teria vários trechos, Depoente, em que V. S^a narra detalhes do funcionamento de um esquema na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. É a prova que o Brasil todo já conhece de que V. S^a embolsou um recurso nos Correios ao conversar com esse interlocutor.

V. S^a talvez não tenha conhecimento do art. 9º da Lei do Colarinho Branco, da Lei da Improbidade, que tipifica a sua conduta, ainda nessa sua versão preparada pelos advogados e orientada por quem nem se sabe mais quem. Mesmo nessa nova versão, V. S^a comete um crime, porque o art. 9º da Lei de Improbidade proíbe o recebimento de qualquer vantagem de ocupante de cargo público. E aí V. S^a vem aqui com ar angelical e apenas diz que estava fazendo bravata.

V. S^a precisa explicar, ainda na tese da bravata, por que é que, para conseguir celebrar um contrato de consultoria com seus interlocutores, V. S^a precisava demonstrar um conhecimento, participação, aquiescência. Precisava receber recurso como parte de uma atividade de um esquema de corrupção? Será que, para alguém, depois de aposentado de uma empresa pública, conseguir um contrato, precisa narrar tantos detalhes de um esquema de corrupção?

V. S^a, ontem, falava que comprou, adquiriu um apartamento por R\$100 mil, se não me falha a me-

mória. Não. Por um valor maior, mas com R\$100 mil em espécie. E V. S^a não esclareceu por que R\$100 mil em espécie. Se os recursos que V. S^a falou vinham de um empréstimo da Postalís, de recursos do FGTS e da venda de uma casa de alguns dos seus filhos. V. S^a, portanto, vem com duas versões, sem explicar os motivos até da segunda versão, quem dirá da primeira versão.

Eu queria também perguntar se V. S^a acha que o fato de mencionar, de listar contratos que existem na empresa a qual V. S^a serviu por 28 anos – não foi isso? – se V. S^a acha que o fato de mencionar contratos, o que pode ser feito por qualquer pessoa que trabalha em qualquer empresa, sem nenhuma demonstração de irregularidade, se isso é feito apenas para desviar o foco da investigação.

Eu já antecipo que a esta CPI compete investigar o foco inicial da CPI, essa fita, as irregularidades e o esquema de corrupção bravateado por V. S^a. Mas a CPI vai, também, examinar – aliás, já tinha sido objeto de requerimento aprovado – a exibição dos contratos que a empresa tem de antes e de algum tempo atrás, para que se possa ter o padrão administrativo dessa empresa.

V. S^a, por exemplo, cita contratos com uma Novadata. Eu queria perguntar e, ao final, ouvir se a Novadata entrou nos Correios, passou a ter contrato com os Correios a partir da administração em que V. S^a ocupou cargo de confiança, ou se a empresa Novadata, só pra citar uma dessas que V. S^a menciona aí nesse extenso rol de contratos celebrados com a empresa... Isso não é novidade, qualquer empresa tem que ter contratos, senão ela não vai ter o fornecimento de bens e serviços. V. S^a, portanto, levanta contratos e diz: “Olha, tem um contrato [sei lá] com o Bradesco”. Bradesco faz parte de um consórcio. V. S^a precisa explicar qual é a irregularidade que há em haver esse contrato. Então, V. S^a precisa dizer se não está, simplesmente, fazendo uma cortina de fumaça para desviar o foco. Eu já esclareço a V. S^a que esta CPI vai investigar todos os contratos do seu departamento, da sua diretoria de administração, da diretoria da qual o senhor fazia parte, mas, também, contratos de outras diretorias. V. S^a diz que fazia parte de um esquema com o Deputado Roberto Jefferson. Mas, no depoimento à Polícia Federal, procura negar que teria qualquer participação. Eu indago: V. S^a já foi demitido da Empresa Brasileira de Correios, nos anos 80? V. S^a trabalhou, em algum momento, no Rio de Janeiro, com o Sr. Valdemir Cardoso, que era diretor regional? V. S^a sabe quem fez a indicação desse senhor Valdemir Cardoso? Eu queria também indagar se V. S^a tem conhecimento de quem é o Sr. Cristiano Luís Brandão? Se V. S^a conhece ou tem

relações, seja com Cristiano Luís Brandão, seja com Marcelo Campos Neves? V. S^a, à folha 49, do depoimento prestado à Polícia Federal, menciona que teve vários contatos com o Sr. Marcus Vinícius, que vem a ser genro do Deputado Federal Roberto Jefferson. V. S^a diz que conheceu o Sr. Marcus Vinícius em um aniversário do Deputado Roberto Jefferson, em 2003, se não me falha a memória, e, posteriormente, se encontrou com o Sr. Marcus Vinícius quando este fez uma visita à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Gostaria de ouvir a resposta. Quantas outras vezes mais V. S^a se encontrou com o Sr. Marcos Vinícius e qual foi o objetivo dessa visita do Sr. Marcos Vinícius à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo recebido por V. S^a?

Eu queria, portanto, Depoente, Srs. Deputados, Srs e Sr^{as} Deputados, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, dizer que o objetivo desta investigação não é fazer disputa política. O objetivo dessa investigação é trazer à luz todos os fatos que devem ser esclarecidos, porque isso é um direito do povo brasileiro. E nós vamos investigar todos os fatos. Não vamos seguir o roteiro apresentado pelo depoente investigado, mas não vamos deixar de investigar todas as menções que aqui são feitas pelo depoente, a meu ver, com o propósito, também claro, de desfocar as confissões que ele espontaneamente fez nessa fita que, infelizmente, não pôde ser ouvida, mas cuja degravação a Comissão tem, em detalhe, salvo alguns trechos ininteligíveis, mas que permitem ter a clareza do que ali ocorreu quando V. S^a estava sendo espontâneo, quando V. S^a não estava seguindo o *script*. Aliás, o *script* que, em algum momento, V. S^a quase que recebeu um puxão de orelha.

Eu queria dizer à Comissão que, nos meus 25 anos de advogado, na minha vida como Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil, eu, pelo menos, não me lembro de ter visto o advogado interromper um depoimento dizendo que é mentira o que o seu cliente, que lhe contrata para defender os seus direitos, está a dizer. Então, do ponto de vista processual, quem está depondo não pode ser interrompido pelos advogados, e o estatuto da Ordem não permite que o advogado chame de mentiroso o seu cliente, porque o contrato de advogados é celebrado para fazer a defesa. Foi dito através da Senadora Heloísa Helena.

Então, Sr. Presidente, Senador Delcídio, o que nós tivemos aqui foi um depoimento em que várias vezes o Sr. Maurício Marinho faltou com a verdade, porque as suas versões são absolutamente antagônicas, contraditórias.

V. S^a, Sr. Maurício Marinho, já incorreu, além daqueles indícios que vão ser investigados e que já constituem indícios de prova através da fita, no crime tipificado no art. 9º da Lei da Improbidade Administrativa.

Então, que esta Comissão, que o povo brasileiro exija e continue investigando todos os fatos que aqui aconteceram e que aqui vieram à tona, e que não deixe de investigar, não se deixe levar por uma tentativa de criar aqui, na Comissão, uma cortina de fumaça para desviar a atenção de fatos que estão descritos aqui espontaneamente, em detalhes. Fatos que não são justificadores para que alguém depois queira, angelicamente, apenas um contrato de consultoria. Quem quer um contrato de consultoria não precisa dizer que faz parte de um esquema de corrupção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São tantos, mas vou tentar responder a todas as perguntas.

Quanto ao Marcos Vinícius, três visitas foram feitas e alguns telefonemas que constam da agenda. Marcos Vinícius fez três visitas. Conheci-o no aniversário, estive nos Correios e, nos telefonemas, sempre me pedia para atender alguém, algum empresário. Esses atendimentos constam da agenda.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas V. S^a precisa... A minha pergunta é: o que é que o Sr. Marcos Vinícius foi tratar com V. S^a lá, nas dependências da empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele foi, primeiro, fazer uma visita; segundo, ele solicitou que eu verificasse um contrato, um recurso da firma Canon, que já disse aqui, e eu fiz o levantamento para posicioná-lo, bem como atendi a outros fornecedores que foram encaminhados até o departamento. Em nenhum momento foi pedido para que seja feito algum beneficiamento porque a licitação é feita pela comissão especial.

Quanto ao Cristiano Luiz Brandão, lembro que ele esteve, em uma das visitas aos Correios, em conjunto com o Sr. Marcos Vinícius. Em conjunto com o Sr. Marcos Vinícius foi o Cristiano Luiz Brandão. Foi-me apresentado e lá esteve; não voltou.

Quanto a Marcelo Neves, não sei de quem se trata; não o conheço. Pode ser que tenha passado por lá entre um ou outro fornecedor, mas não faço idéia de quem seja.

O senhor pergunta quem fez a indicação de Valdemir Freire Cardoso. Valdemir Freire Cardoso é um funcionário da empresa que começou como estafeta, na época com 13 anos de idade – ele tem quase 40 anos de Correios. Não sei quem o indicou e para quê,

mas, quando o conheci, já era Diretor Regional do Pará, onde eu o conheci. Depois ele foi ser Diretor do Rio de Janeiro, e eu fui convidado por ele para fazer um programa comercial durante seis meses lá, no Rio de Janeiro, só que fiquei maio, junho e julho, quando deu o problema com o atual presidente e várias pessoas foram demitidas. Entendeu? É isso que aconteceu com o Sr. Valdemir Freire Cardoso. Trabalhei com ele no Pará e trabalhei com ele três meses no Rio de Janeiro, quando ele foi transferido do Pará para o Rio de Janeiro, como Diretor Regional.

O senhor perguntou aqui: já foi demitido e readmitido? Não; em 1984, solicitei a minha saída e fui readmitido depois, quando fiz o pedido à vice-presidência. Eu já havia falado isso anteriormente. Mas não era em 1980, não; se não me engano, foi em 1984 – dezembro de 1984. Em 1980, fui transferido de Mato Grosso do Sul para o Pará.

Esquema com o Rio de Janeiro. Eu não entendi essa pergunta. Só consegui anotar “esquema com o Rio de Janeiro”. Não entendi essa pergunta ou se é algum questionamento. Não sei do que se trata.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estou perguntando se V. S^a trabalhou na equipe do Valdemir...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Três meses.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – (...) e quais eram as ligações políticas do Valdemir?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As ligações políticas do Valdemir não sei, agora eu trabalhei três meses na área comercial; era para ser seis, fiquei três e retornei a Brasília. Por isso fiquei sem função e fui depois trabalhar na assessoria aí que o nobre Deputado se referiu, aquelas assessorias todas.

Quanto à Novadata, o senhor fez também uma pergunta se ela teria vencido as licitações a partir da minha assunção no departamento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Se ela trabalhou com a Empresa Brasileira dos Correios também antes do período em que V. S^a veio a integrar a direção do departamento.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com certeza absoluta. A maioria dos contratos são anteriores a junho de 2004.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. S^a teria uma estimativa do percentual de contratos desta empresa que foram celebrados anteriormente a 2003 e posteriormente ao novo Governo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho idéia de quantidade. Aí tenho que fazer uma...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas aproximadamente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, depois de junho de 2004, eles venceram, se não me falha a me-

mória, duas licitações. Agora, antes de junho de 2004, só tenho conhecimento da grande, que é a dos *kits* do Banco Postal e o serviço de automação da rede – o grande.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. S^a diria que a maioria dos contratos, a maioria das atividades dessa empresa vem de um período anterior à nova administração?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que o maior contrato sim. Sim, com certeza.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E há quanto tempo o Bradesco tem também contratos com essa empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Com os Correios?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso desde a época em que foi instalado o Banco Postal. Não lembro a data aqui, mas ele ganhou uma licitação e assumiu ser o correspondente financeiro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há mais de uma década, duas décadas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não; isso é coisa de, creio, uns três, quatro, cinco anos, no máximo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Três, quatro, cinco anos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É coisa recente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E as franquias dos Correios? Houve novos contratos de concessão de franquias a partir de janeiro de 2003 ou os contratos que estão em vigor hoje são contratos do período anterior que continuam em sua vigência até o presente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim. O conhecimento que tenho, porque estou fora da área comercial há alguns anos, é que há uma mudança de titularidade. Novas franquias, não, porque agora, segundo a lei, só através de licitação. Mas as franquias anteriores permitem a mudança de titularidade. Correto? Agora, quantas ocorreram, aonde ocorreram não tenho esse conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, mas os contratos, a grande maioria...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Permanecem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Permanecem os mesmos contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Permanecem 1.560 franquias mais ou menos no Brasil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Permanecem os mesmos contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ok.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, com mudanças de titularidade em alguns casos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em alguns casos. Que eu entendi, em alguns casos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Menos com mudança ou mais com mudanças?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho essa informação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de sugerir a V. Ex^{as} uma pausa. O Sr. Maurício Marinho precisa de um tempo para comer por questões de saúde. Então, eu gostaria de suspender a reunião. Nós poderíamos suspender a reunião. Ele é diabético e precisa alimentar-se. Eu gostaria de sugerir uma interrupção de trinta minutos.

O SR. () – Está todo mundo com essa doença.

O SR. () – E já diz a ordem de oradores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os próximos a falar são: o Deputado Henrique Fontana, o Deputado Murilo Zauith, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Jorge Bittar e assim vai.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu pediria só uma gentileza, se houver evidentemente a concordância do Deputado Henrique Fontana e do Deputado Murilo Zauith: faço parte também do Conselho de Ética, e nós teremos uma reunião às 14h30min. Na verdade, até em respeito à tolerância do tempo, vou me dedicar uns cinco minutos; é só fazer uma observação com relação ao depoimento. Se houver concordância, quando V. Ex^a reabrir.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Da minha parte, não tem nenhum problema.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok. Após trinta minutos, voltamos.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Em que número está a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós estamos agora no número 14.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Muito obrigado.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estão reabertos os trabalhos.

Convido o depoente, Maurício Marinho, a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não, concedo a palavra à Deputada Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, já que há poucos Parlamentares neste momento, em número reduzido, e para adiantarmos os trabalhos, porque o depoente já prestou o depoimento dele, vamos seguir a lista dos que estão presentes para procederem às perguntas, a fim de adiantarmos os questionamentos e depois realizarmos nossos outros afazeres.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Grande idéia.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Pois não, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu sou a oradora de número 25.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigada, mas foi por conta de V. Ex^a. Falta agora combinar com a população.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Maurício Marinho, inicialmente, quero agradecer a gentileza dos Deputados Henrique Fontana e Murilo Zauith em permitirem a inversão da lista de oradores, em razão da reunião no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar às 14 horas e 30 minutos.

De forma objetiva, Sr. Presidente, quero fazer três observações e um questionamento.

Passo à primeira observação. Verifica-se uma grande preocupação aqui, da parte de algumas pessoas, em se justificarem por não serem advogadas, por não serem juristas e, ainda assim, participar de uma CPMI. Talvez fosse até bom que advogado não participasse de CPMI, porque é bom lembrar que estamos em um processo político – falo isso em sentido positivo –, em um processo também de avaliação ética – falo também em sentido positivo. Evidentemente, precisamos ter toda a preocupação de ordem legal, constitucional, processual, mas essa não é uma investigação judiciária criminal.

Essa primeira observação é para destacar que o fato de o Sr. Maurício Marinho eventualmente cometer crime, ou haver existência de crime em tese, não desqualifica sua manifestação e seu pronunciamento

nesta Comissão. Apesar de ser assunto vencido, seria importante que ele tivesse prestado depoimento hoje na condição de testemunha, e não na condição de investigado, porque ele deu novos rumos e uma nova abrangência à sua manifestação.

Portanto, a CPMI não é delegacia de polícia, não é Ministério Público. Se, ao final, se verificar que o Sr. Maurício Marinho cometeu algum ilícito de ordem administrativa ou, eventualmente, até com relação à administração pública, caberá ao Relator, se entender, encaminhar essas informações ao Ministério Público para um eventual processo criminal.

Quero deixar claro que há algo maior que está sendo analisado hoje, com relação à ocupação de cargos do Estado, com relação à organização institucional do Estado e, principalmente, com relação à forma de indicação de dirigentes nas empresas públicas brasileiras.

E aqui faço duas observações com relação a várias investigações que estão sendo feitas no Congresso Nacional. É sempre bom repetir: há uma Corregedoria investigando a chamada denúncia do “mensalão” com base no depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Há uma representação contra o Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por quebra de decoro, e há uma CPMI com relação aos Correios.

O interessante é que, à medida que os dias vão passando, e até agora já ouvimos o Deputado Miro Teixeira, o Deputado Carlos Alberto Leréia, a Secretária da SMP&B, Sr^a Fernanda Karina Somaggio, e agora o Sr. Maurício Marinho, todos dando credibilidade às denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson. Portanto, há algo maior que o tempo definirá: se haverá ou não uma confluência, se haverá ou não uma convergência nas investigações, até porque chegará o momento em que teremos conflitos de interesse e conflitos de competência com relação às várias frentes de investigação. Em comum, estamos percebendo os mesmos personagens e uma conexão com todos os fatos. Essa observação é feita porque, até agora, se verifica uma estratégia, principalmente por parte do Governo – e é de se entender isso – em desqualificar os depoimentos. Desqualificaram o depoimento do Deputado Roberto Jefferson, desqualificaram a Secretária, desqualificaram o Deputado Leréia e estão tentando desqualificar hoje o Sr. Maurício Marinho.

O Relator terá o cuidado de fazer uma comparação entre o que estava na gravação e o que foi dito aqui hoje e na Polícia Federal. Porém, de uma análise superficial, a rigor, há duas questões em contradição com relação ao pedido e à razão do pedido feito da chamada consultoria, que levou ao pagamento de R\$3

mil, e no que diz respeito à relação do Sr. Maurício Marinho com determinadas pessoas, particularmente com o Deputado Roberto Jefferson. No mais, nada; não há nem que se falar em contradição porque são fatos novos. Uma questão não exclui a outra. Se o Sr. Maurício Marinho cometeu crime, será investigado na Justiça Criminal. Porém, isso não exclui as denúncias e o mapa da mina que ele apresentou aqui hoje.

Vou além. Eu disse ontem, no Conselho de Ética, que esse fato está vindo à público, como de tempos em tempos no Brasil, porque estão quebrando o código do silêncio. É como se estivessem desrespeitando a *omerta*, da máfia. **A priori**, nenhum tribunal pode desqualificar nenhuma testemunha, nenhum investigado, nenhum denunciado. Podemos até pensar em requalificar a condição do depoente, podemos até pensar em falar em delação premiada, podemos até pensar numa imunidade ao depoente, mas ele hoje fez denúncias gravíssimas com relação, primeiro, à forma de indicação dos Correios. Aqui uma segunda observação com relação à tática do Governo: estão tentando sempre vincular a práticas ocorridas em governos anteriores. Um erro não pode legitimar outro erro. Se quiserem investigar outros governos, não há problema, vamos investigar, é interesse público maior e que fiquem claras as denúncias que estão sendo formuladas. Mas um erro não pode calar outro erro. Se existe essa prática neste Governo, ela não pode ser justificada pela sua existência em outros governos. Se essas pessoas que estão trabalhando nesses contratos neste Governo já trabalharam em outros governos, elas não podem ser excluídas de investigação. Um erro não exclui o outro, um erro não legitima outro e uma verdade não vai excluir a possibilidade de se verificar se há verdade ou não nesses depoimentos.

Essa, a primeira observação. Temos que não permitir que o depoimento do Sr. Maurício Marinho seja desqualificado, apesar da confissão que fez e da culpa assumida com relação à suposta consultoria, que ele chama de lavagem cerebral que sofreu.

Segunda observação – e aqui já uma sugestão ao Relator: foi a mesma pessoa que arrumou o equipamento de gravação no caso do Sr. Maurício Marinho, no episódio da cassação do Deputado André Luis e no episódio Cachoeira–Waldomiro Diniz. É impressionante como se estabelece aí uma conexão que merece ser investigada.

Segunda preocupação: o Sr. Maurício Marinho, o Sr. Lídio Duarte, do IRB, e a Sr^a Fátima mudaram seus depoimentos na Polícia Federal. Isso é grave. Não há suspeita com relação ao papel institucional da Polícia Federal, mas parece haver, claramente, uma disputa dentro do aparelho de segurança no Estado brasileiro

neste Governo. Todas as pessoas que estão vindo a público estão reafirmando seus depoimentos iniciais. Portanto, é fundamental o papel da Polícia Federal, mas temos que ter clareza sobre a serviço de quem está a Polícia Federal. No caso do Sr. Maurício Marinho, as pessoas que gravaram, não sabemos em nome de quem, defendendo que interesses, se há uma disputa comercial pesada dentro dos Correios – é o tempo que vai investigar –, as pessoas foram presas, algemadas, inclusive um advogado que fez a gravação. Qual foi a prática criminosa na sua conduta? Uma gravação clandestina? Foi preso, algemado. Isso também merece consideração no decorrer das investigações.

O outro ponto, Sr. Presidente, diz respeito a verificar a relação direta na forma de ocupação dos cargos dos Correios. O Sr. Maurício Marinho deixou claro que várias diretorias são indicadas por Deputados ou Senadores e por partidos políticos. Não entro exatamente na discussão neste momento, porque há um interesse público e parto do pressuposto de que essas indicações estão sendo feitas no sentido de colocar em prática políticas públicas defendidas pelos partidos. Vamos partir desse pressuposto, até prova em contrário. Mas reparem que nessa lógica só quebrou uma forma de indicação. Todas as diretorias, à exceção de duas, foram indicadas por partidos e parlamentares, menos duas, justamente as que mais movimentam recursos dentro dos Correios: a Diretoria de Tecnologia e a Diretoria de Operações. E o que tem em comum com essas diretorias? Elas foram indicadas pelo tesoureiro do PT, tesoureiro de um partido, que não é agente de governo, que não tem mandato popular, é tesoureiro do PT, o Sr. Sílvio Pereira. Isso ficou muito claro no depoimento do Sr. Maurício Marinho.

Aqui, Sr. Presidente, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só para fazer uma observação. Salvo engano, ele não é tesoureiro, mas secretário-geral.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Desculpe, Sr. Presidente, vale a retificação, mas a preocupação é da mesma natureza: é uma função administrativa de um partido político, não é um agente de governo intermediando.

E aqui começa, mais uma vez, a amarrar com a história do Deputado Roberto Jefferson, quando ele fala nas indicações por contrapartida e nas indicações que passam pelo Sr. Delúbio e pelo Sr. Sílvio Pereira. Então é bom que fique claro: querem desqualificar o depoimento do Sr. Maurício Marinho, como quiseram desqualificar o depoimento do Sr. Roberto Jefferson, mas as peças começam a ser encaixadas. Começa a ser montado um quebra-cabeças que poderá ser resolvido nesta CPMI ou poderá ter outros desdobramentos.

Mas fica claro, e essa é a nossa preocupação, que o Sr. Sílvio Pereira foi denunciado por ter feito a indicação nas duas diretorias que mais movimentam recursos dentro dos Correios. E mais: tivemos hoje a denúncia de pelo menos 17 contratos que merecem a investigação desta CPMI, que tem o foco nos Correios.

Não estou querendo ampliar, mas vai chegar um momento em que vamos precisar ter uma convergência nas investigações. Reparem: são os mesmos personagens, as mesmas conexões e a mesma contrapartida indicada pelo desqualificado, segundo principalmente representantes do Governo, Deputado Roberto Jefferson, que não era desqualificado nas eleições e não era desqualificado no primeiro ano de Governo.

Terceira observação. Quanto à tentativa de se ampliar essa investigação, quero fazer este registro também: o Governo teria todos os instrumentos, via Polícia Federal, Corregedoria ou sindicâncias internas, para apontar eventuais desvios, inclusive da sua área e da sua diretoria. Também é importante refletir por que isso não foi feito antes. Há uma tentativa de acobertamento ou houve uma tentativa de composição, inclusive com grupos que já detinham contratos nos Correios em Governos anteriores.

Sr. Presidente, agradeço a possibilidade de inversão. Faço essas três observações e duas perguntas para encerrar.

Primeira: apesar de não ter relação com esta CPMI, gostaria que o Sr. Maurício Marinho explicasse melhor a denúncia que faz com relação ao Porto de Santos e se há qualquer envolvimento do Sr. Delúbio Soares ou do Sr. Sílvio Pereira.

Segundo: se ele ouviu falar do chamado “contrato abençoado”, ou seja, esses contratos que são realizados pelos Correios já vêm abençoados, ou já vêm carimbados, ou já vêm direcionados para cumprimento por parte da Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Sr. Maurício Marinho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Quanto à licitação da dragagem do Porto de Santos, a informação foi passada por determinada fonte. Ele me passou a seguinte informação: foi feito o processo licitatório, ele venceu o processo licitatório e teve a visita de alguém para negociar esse contrato. Como não houve o fechamento de um acordo, ele perdeu esse contrato e, em seguida, foi contratada outra empresa, de forma emergencial, para fazer a dragagem do Porto de Santos. Maiores informações ficaram de me passar. Não conheço porque é outra empresa. Mas, vendo a situação que estava na mídia, ele me passou essa informação. Agora, não tenho como dar maiores informações. Mas é uma licitação sobre a dragagem do Porto de Santos.

A outra pergunta foi a respeito do “contrato abençoado”. Os únicos contratos que ouvi dizer “abençoados” que iriam para os Correios tinham a interferência de algumas empresas vinculadas à área de tecnologia, principalmente a HHP. É só o que eu tinha de conhecimento. Na área de operações, eu não tinha conhecimento porque ela é específica, ela é fechada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradecemos o Deputado Gustavo Fruet e concedemos, de imediato, a palavra ao Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Maurício Marinho, desde ontem, estamos acompanhando seu depoimento nesta Comissão Parlamentar. Conhecemos, por meio da imprensa, que hoje tem um papel muito importante no Brasil por seu trabalho investigativo... Essa pauta que hoje tem essa investigação no Congresso Nacional também é da imprensa nacional, porque foi por meio dela que vieram todas as denúncias e passamos a conhecer essa fita, que se tornou pública para o Brasil.

Já ouvimos V. S^a falar sobre os contratos. V. S^a criou uma agenda para a Comissão a fim de analisar esses contratos. Nesta manhã, V. S^a propôs uma análise. Conhecemos todo o organograma dos Correios, as suas Diretorias, os Partidos que indicam, os responsáveis por setor. V. S^a mostra que tem um grande conhecimento na estrutura em que trabalha, a dos Correios. É lógico, são trinta anos de trabalho nos Correios. E mostra que é uma pessoa dedicada.

V. S^a, analisando a fita, ontem também, demonstrou ter uma grande desenvoltura para falar, além de conversar bem e de ser muito articulado. É desembaraçado e mostra segurança no que diz. Então, a fita, para mim, cumpre um papel muito importante, porque nela V. S^a mostra, com muita segurança e desenvoltura, como funcionam os Correios.

Com toda essa sua experiência, a primeira indagação que faço é se nunca passou pela cabeça de V. S^a, que recebe tantas pessoas e atende a tantos fornecedores, como disse, que aquelas pessoas não eram do ramo, nunca prestaram serviços para os Correios e aproximaram-se de V. S^a. Não passou isso pela sua cabeça, Sr. Maurício Marinho?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na fita gravada que a **Folha de S. Paulo** veiculou em CR-ROM, do qual disponho e em que falo durante 18 minutos, houve, em determinado momento, essa desconfiança. Até então, não, porque era uma empresa nova que viria, mais um fornecedor; e o assunto, conduzimos em cima desse enfoque.

Mas, nessa gravação, há determinado momento em que fica clara essa desconfiança. Mas, rapidamente, o assunto foi mudado e eu não percebi. Depois, entramos num assunto em que eu chamei o consultor de tecnologia e defini com ele que atendesse os técnicos que viriam do exterior na semana seguinte. Mas, naquele momento, em questão de segundos, se eu tivesse insistido em nome – “qual o produto? Seria feito projeto básico de quê?” Essa era a nossa especialidade e o nosso objetivo.

Quando eu estava atrás das informações, ao mudar, não o percebi. Mas, vendo a fita, verificamos. Foi o único momento em que realmente desconfiei, mas não levei à frente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Nessa desconfiança, na sua experiência, que conclusão V. S^a tem hoje? Quem gravou essa fita? Com que finalidade foi feito esse trabalho no tocante a V. S^a? Poderia ser outro diretor dos Correios? Pela importância, por ser uma empresa multinacional que viria para o Brasil, poderia tratar-se diretamente com o diretor? Qual a sua conclusão hoje? Por que V. S^a foi a pessoa escolhida?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fizemos, inclusive, várias reuniões na empresa. Qual foi a motivação? É simplesmente pessoal? Eu já tinha pedido para sair, afastar. Ela é técnica em razão das mudanças que estavam sendo processadas? Ela é política ou é da própria empresa para que não existisse nenhuma mexida interna? Não conseguíamos chegar a uma motivação.

Eu disse hoje aqui que não acredito. Está sendo chamado a depor o Sr. Arthur Washeck, que foi considerado pela Polícia o mandante da gravação. Não acredito que ele tenha sido a única pessoa, porque ele não participou de licitações na área de tecnologia nos Correios nos últimos tempos, e 70% da fita fala da área de tecnologia.

Então, creio que deve haver outra pessoa por trás. E no momento em que se identificar de fato quem é o segundo que participou da gravação da fita, talvez haja alguém mais por trás disso, porque até agora não conseguimos...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – V. S^a ainda não tem idéia do que existe por trás desse episódio?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Para mim, é um cunho mais político e empresarial, mas envolvendo a própria empresa, a própria ECT.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Porque a dimensão que eles passam para o senhor nas conversas é que eles precisariam conversar diretamente na Diretoria de Tecnologia. É correto isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Inclusive eu digo na fita que, a partir do momento em que apresentar os produtos e tiver projetos, eles seriam encaminhados, mas não daquela forma. Até o momento não tinha nada.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E hoje o Correio abriu uma sindicância interna. O que aconteceu dentro dos Correios a partir dessas denúncias, a partir da publicação da fita? Como ficou a sua situação nos Correios? O senhor está em uma sindicância interna, já foi ouvido dentro dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fui ouvido dentro dos Correios por mais de oito horas por uma comissão de sindicância formada por cinco funcionários, por determinação do Presidente da Empresa e com o acompanhamento de dois técnicos, não sei o nome correto, da Controladoria-Geral da União, além dos advogados presentes em mais de oito horas de depoimentos. Além da minha pessoa, já ouviram, parece-me que dez ou doze testemunhas que trabalharam próximos, assessores, subchefes e pessoas indicadas na fita.

Todos dos Correios já prestaram depoimentos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ontem, no seu depoimento, o senhor passava a impressão de que, com trinta anos de Correios, com essa fita, o senhor queria prestar uma assessoria.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Consultoria era o trabalho.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Uma consultoria depois de aposentado.

O senhor tinha expectativa ainda de que conseguiria provar nessa sindicância dentro dos Correios que o senhor conseguiria terminar seu tempo dentro dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ou o senhor tem claro que está fora do serviço público?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, veja bem. Ninguém sabia da fita, nem eu, nem os Correios. Nós soubemos um mês depois da fita gravada.

O nosso interesse, a nossa conversa era conversa para futuro. Eu tinha dois anos mais de trabalho para aposentar e dois anos para internalizar uma multinacional. Para mim estava perfeito. Mas se ela viesse antes, nós chegamos a discutir que eu poderia sair em uma aposentadoria proporcional. Então, o negócio era muito bom. As oportunidades de negócio eram muito grandes. Entendeu? Era uma grande multinacional.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E nunca tinha acontecido isso com o senhor de ter esse acesso de multinacional atrás dos seus serviços, nesses trinta anos de Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Mas de empresas brasileiras; e quando fiquei fora dos Correios, como está aí, tive vários trabalhos de consultorias com várias empresas: empresas de navegação, estaleiros, madeireiras, consultorias, treinamentos, Sebrae, agências de viagens. Fiz várias consultorias pelo Brasil.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quando o senhor fala das diretorias nesta manhã e divulgou os contratos para que sejam pesquisados, sejam trazidos para discussão nesta Comissão, essas informações são correntes, isso é conversa que tem dentro dos Correios ou o senhor tem acesso às diretorias para conversar com os diretores e participa das conversações, desenvolvimento de contratos que estão em andamento?

Pelo que o senhor contou, o senhor trabalhava na gestão administrativa e todos os contratos, depois da licitação, que eram feitos pelos Correios tinham que passar pelo senhor, porque o senhor era quem implementava esses contratos, é isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, a gestão administrativa dos contratos da Dirad – Diretoria de Administração – e aqueles que, exceto as comissões especiais, as inexigibilidades e as emergenciais. Cada diretoria toma conta do seu e tem também a área de transportes que era específica de operações.

Fora isso, cairia na nossa Diretoria de Administração sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, um contrato que é feito na Diretoria de Comunicação não passa pelo senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Esse é direto, o senhor falou que era direito...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – À Presidência.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – À Presidência.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A um órgão da Presidência.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A um órgão da Presidência que o senhor disse que é ligado ao Gushiken?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ao Gushiken, à Secretaria de Comunicação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, a Presidência dos Correios era diretamente ligada ao Palácio do Planalto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Ele que comandava toda a área de publicidade dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Toda a área de publicidade e propaganda.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E na área tecnologia era um funcionário de carreira...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Funcionário de carreira na diretoria.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...que era diretor, indicado pelo PT, que fazia todos esses contratos de tecnologia, que tem ligação direta com o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Alguns deles iriam para a minha área, para a gestão também.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Esses passavam para serem implementados pelo senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, parte deles. Os grandes contratos só através de Comissão Especial de Licitação. Outros passariam para a minha área. O DECAM tem hoje cerca de 180 processos em que ele faz gestão administrativa, entre materiais e serviços. Estão sendo levantados já há dois meses pela CGU.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Murilo, comunico a V. Ex^a que o seu tempo se exauriu e vou dar mais dois minutos para V. Ex^a concluir, democraticamente.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Indago do Sr. Maurício Marinho o que ele tem a acrescentar nesse raciocínio que estamos levando a respeito da fita – pela sua experiência de vida, o senhor é uma pessoa bem articulada, desembaraçada, preparada para estar nessa função, recebendo as pessoas e implementando – queria, nessas considerações finais, que o senhor dissesse, com toda essa sua experiência, o senhor não tem ainda uma conclusão dessa fita, quem foi gravado, se foram três ou quatro vezes, nunca passou pela sua cabeça isso? Era sobre isso que eu queria suas considerações.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Só nessa fita, que foi veiculada pela **Folha de S. Paulo**, que percebi claramente uma possibilidade de estar trabalhando com alguém que “não existia”. Eu insisto, por duas ou três vezes. Fora disso, em nenhum momento. Inclusive, foi feita uma amizade muito grande desse Sr. Goldman, não só comigo, mas com toda a minha equipe. Ele tinha um trânsito muito bom, correto? Agora, o último, a segunda pessoa, só participou da 4^a reunião, depois das 18 horas, que foi ajudar na gravação. Antes disso, 45 dias, era só o Sr. Goldman.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O Sr. Goldman sempre foi sozinho lá?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sempre sozinho. Depois que foi esse segundo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Deputado Murilo e passo imediatamente a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria de me dirigir ao Sr. Marinho na forma de perguntas e respostas, que prefiro e considero mais eficiente.

Em virtude de estarmos já numa etapa adiantada desse processo de investigação, em que o nosso depoente está revelando informações importantes para todos nós, enfim, já parto do pressuposto de que há uma série de informações de domínio de todos aqui. No entanto, ainda pairam algumas dúvidas no que diz respeito a uma série de temas. Peço, então, que as respostas sejam diretas e breves, pois considero mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se V. Ex^a quiser usar a cadeira da frente, acho que seria melhor. V. Ex^a ficaria frente a frente com o depoente.

Solicito à Assessoria que verifique o sistema de ar-condicionado. Está quase impossível. Ou abrir as janelas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Bem, então vamos às perguntas e respostas.

Houve um momento, durante seu depoimento nesta manhã, de grande expectativa aqui na Casa, quando os advogados de V. S^a ameaçaram renunciar, em virtude de uma suposta negativa de V. S^a em falar a verdade. Criou-se, então, um ambiente de enorme expectativa para que V. S^a pudesse falar a verdade. E o que vimos foi que V. S^a leu uma lista grande de contratos de grande porte dos Correios distribuídos em algumas diretorias, contratos que são próprios de uma instituição grande como os Correios do nosso País, uma instituição que é motivo de orgulho para os brasileiros. Aliás, nenhuma instituição como essa poderia operar sem contrato. Os contratos são a natureza jurídica de uma relação de prestação de serviços, de compra de equipamentos e assim por diante.

No entanto, notei que V. S^a não fez nenhuma menção às irregularidades ou ilegalidades que justificam esse rol de proposições de V. S^a. Gostaria de saber quais foram os critérios que V. S^a utilizou para listar esses contratos, já que V. S^a não explicitou as irregularidades ou ilicitudes contidas nesses contratos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. As irregularidades não foram citadas, foram simplesmente levantados os contratos que, segundo voz corrente na empresa, teriam problemas. Como eram muitos, fiz uma seleção daqueles que achei mais relevantes e trouxe para cá.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. A expressão é esta: voz corrente, a voz dos corredores da

empresa. V. S^a, no entanto, não tem nenhum argumento objetivo para justificar esse rol de contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em segundo lugar, constato que boa parte desses contratos listados por V. S^a é de contratos anteriores, contratos de longa vigência, tal como o contrato do Banco Postal com o Bradesco, sobre o qual V. S^a levantou um clima de suspeição bastante grande, e que não se referem sequer a este Governo. V. S^a levantou a suspeição sem argüir, sem alegar, sem colocar, de maneira objetiva, qualquer fato concreto que justificasse essa suspeição.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Chamo a atenção, também, para o fato de que, conforme declaração de V. S^a, os grandes contratos da empresa são de responsabilidade do conjunto da Diretoria dos Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Solidária.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É bom que se ressalte isso, porque não ficou claro. V. S^a fez questão de ressaltar que são contratos vinculados à Diretoria A ou B, supostamente Diretorias vinculadas a um determinado partido ou a uma determinada pessoa. Mas é preciso que fique claro que contratos grandes nos Correios são submetidos ao conjunto da Diretoria colegiada dos Correios e, portanto, são da responsabilidade de todos os diretores, inclusive aquele Antônio Osório, ao qual V. S^a está vinculado. É correto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Corretíssimo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em face disso, registro, em primeiro lugar, que, a despeito das informações inconsistentes, nós devemos levar adiante a investigação que já foi aqui proposta e que será, de fato, realizada.

Chamo, porém, a atenção para duas coisas. Uma: pelo menos num primeiro momento, a montanha pariu um rato. Ou seja, aquilo que seria a grande verdade, a grande denúncia, acabou por se transformar, na verdade, num rol de contratos. Aliás, chamo a atenção para o fato de que nenhum grande contrato ligado à Diretoria de Administração, à qual V. S^a está vinculado, foi citado por V. S^a. Ao contrário, ficou sempre na defesa.

Em segundo lugar, chamo a atenção para o fato de que V. S^a utiliza aquilo que chamo de “tática do gambá”, que é espalhar o mau cheiro para se defender efetivamente. V. S^a levanta um clima de suspeição sobre o conjunto dessa instituição, que é motivo de orgulho para todos os brasileiros, para se defender de acusações e de fatos que estão registrados, que estão documentados e que são provas cabais de prática de ilicitudes e de prática de corrupção numa instituição como os Correios brasileiros.

Gostaria também de precisar algo acerca da trajetória de V. S^a. Vários de nossos colegas parlamentares solicitaram informações acerca da trajetória profissional, sobretudo nos Correios, do Sr. Marinho. Seria muito importante para todos nós que tivéssemos toda a documentação da área de recursos humanos dos Correios acerca da trajetória do Sr. Maurício Marinho. Requeiro, portanto, à Mesa, que solicite, junto aos Correios, toda a documentação da área de recursos humanos acerca do Sr. Maurício Marinho.

Gostaria de lhe indagar ainda o seguinte. A informação que consta é que V. S^a, quando deixou os Correios, no início dos anos 80, ficou um período fora dos Correios, depois reingressou nessa instituição nos anos 90, 92, 93, por aí, exatamente no momento em que o Sr. Salmeron era vice-presidente dos Correios, durante aquele período de transição pós-Collor, efetivamente. Mas, há uma coisa nebulosa porque há informações de que V. S^a, quando foi demitido, em 1980, o foi em virtude de uma sindicância ocorrida nos Correios. Quando V. S^a foi readmitido, o foi mediante acordo judicial, no início dos anos 93, por iniciativa do vice-presidente, Sr. Salmeron, figura extremamente ligada como o senhor mesmo reconhece, como o Deputado reconhece, ao Deputado Roberto Jefferson.

Eu gostaria de saber de V. S^a se essas informações procedem.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não procedem. Primeiro, porque, em 1980, fui transferido da diretoria regional de Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul, para o Estado do Pará. Em dezembro de 84, 85, solicitei, não fui demitido, foi um acordo feito com os Correios e eu saí. Sindicância houve dentro da organização e não foi imputada nenhuma responsabilidade à minha pessoa.

Dois, três anos depois, entrei com requerimento à Presidência dos Correios pedindo o meu retorno à organização, que levou 2, 3 anos. Parece-me que coincide a aprovação na época pelo então Presidente, quando o vice era o Dr. Salmeron.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, vamos esclarecer os fatos. Houve uma sindicância, o senhor alega que não foi envolvido nessa sindicância...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não é isso? Gostaria que obtivéssemos essas informações precisas dos Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Que não fui demitido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Que o senhor saiu por sua iniciativa...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. A pedido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... e depois solicitou o retorno num longo processo que durou vários anos, tendo retornado a essa instituição durante a gestão do Sr. Salmeron, no início dos anos 90, mediante acordo judicial.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Noventa. Perfeito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, vamos ter que apurar a veracidade dos fatos, porque há uma certa nebulosidade.

Quero demonstrar, meus caros companheiros parlamentares, é que a trajetória do Sr. Marinho é complexa. Os fatos já identificados amplamente não são fatos novos do comportamento desse cidadão naquela instituição, nos Correios. Essa é a informação que quero passar a V. Ex^{as}. E que as ligações dele, como ele mesmo diz, com o Sr. Roberto Salmeron, figura intimamente ligada ao Deputado Roberto Jefferson – como o Deputado Roberto Jefferson aqui externou durante o seu discurso, tão logo surgiram as denúncias. Disse que havia dois grandes amigos, Salmeron e Antônio Osório, Diretor dos Correios, e que essa amizade já vai para além de 20 anos.

Então, na verdade, tudo leva a crer que a trama existente dentro dos Correios é uma trama antiga, de pessoas que conhecem precisamente as formas de como se obtém recursos ilícitamente naquela instituição. Os fatos estão aí e são notórios.

O Sr. Marinho foi indicado pelo Sr. Osório. O Sr. Osório foi indicado pelo Deputado Roberto Jefferson. O Sr. Marinho alega que ele, Fernando Godoy e o Sr. Osório formavam e formam um trio perfeitamente entrosado. Que o Sr. Antônio Osório não se envolvia com os esquemas de propina e que delegava a ele, Marinho, essa tarefa tão bem descrita, com percentuais, com formas de pagamento e tantas outras descrições minuciosas, realizadas ao longo da gravação desse encontro, desse diálogo que o senhor travou com os interlocutores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 2 minutos para concluir.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, eu gostaria de ressaltar que precisamos apurar melhor essa questão relativa à área de recursos humanos. Também gostaria de enfatizar, ainda, mais uma vez, as ligações claras do Sr. Marinho com o Deputado Roberto Jefferson; que usa a mesma tática do Deputado, de se defender de fatos graves identificados e comprovados acusando os outros, espalhando as acusações, espalhando as suspeições, sem levantar, em momento algum, uma única prova das afirmações que faz.

Por que, finalmente, pergunto, V. S^a tem tanto empenho em defender, em poupar a figura do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não tenho nenhum relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson. Eu conheço, há mais de 20 anos, o Dr. Salmeron, sim. Essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, indago ao depoente: onde foi realizado o acordo, em que juízo, em que Vara? Esse acordo judicial, onde ele se realizou?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Para a reintegração dos Correios, foi em Belém do Pará.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o senhor trabalhava onde?

V. S^a estava reclamando do período em que trabalhou no Rio de Janeiro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Rio de Janeiro foi agora, recente, em dois mil e pouco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Então, esse acordo houve em Belém...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em Belém do Pará. Foi solicitado em 1986, 1987, e retornei, se não me falha a memória, em fevereiro de 1992. Acordo judicial feito, não sei qual a Vara, mas lá em Belém do Pará.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E esse acordo que V. S^a realizou significou que foi remunerado pelo período que estava afastado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – De jeito nenhum. Retornei, inclusive, como administrador postal, mas num nível baixo, e nem no nível que eu saí, pois eu pedi para sair. Não fui demitido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas havia uma sindicância à época em que o senhor pediu para sair?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, tinha uma sindicância numa área de serviços, lá, e foi apurado, não teve nenhuma responsabilidade sobre a minha pessoa, e, em seguida, eu pedi para sair porque eu tinha uma outra proposta melhor na época.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Naquela época, o Sr. Salmeron era alguma coisa nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Era, era Vice-Presidente dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Nelson Meurer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, com licença, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só para um esclarecimento, na verdade. É que há uma lista de inscrição e, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estamos obedecendo rigorosamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, só quero que me permita, Sr. Presidente, nem coloquei ainda a minha dúvida. Acontece que sou o segundo inscrito da lista. É verdade que não sou titular pelo PDT, mas já sei que chamaram outros suplentes inscritos depois de mim. Sou o primeiro da lista e fui preterido da lista. Só quero que V. Ex^a atente para esse aspecto e quero ter a certeza. Sou o segundo inscrito da lista geral. Só a Senadora Heloísa Helena se inscreveu na minha frente. Depois, nós nos inscrevemos – o senhor pode conferir. No entanto, um suplente inscrito em 14^o ou 15^o lugar falou e nós fomos preteridos.

Só alerta para esse aspecto. Não tenho nenhuma queixa, pode até ser um equívoco e compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Levarei em consideração as afirmações de V. Ex^a e V. Ex^a será o primeiro inscrito entre os suplentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Parlamentares, tenho algumas perguntas a formular ao Sr. Maurício, para tentar entender, mais detalhadamente, os motivos que o levaram a receber os R\$3 mil que estão colocados na fita.

Sr. Maurício, o senhor é funcionário de carreira dos Correios há quanto tempo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Há aproximadamente 26 anos.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Vinte e seis anos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aproximadamente. Eu fiquei algum tempo fora.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Qual era a sua remuneração mensal como chefe do Departamento de Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Líquida, em torno de R\$6 mil.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – E bruta?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Bruta, uns R\$9 mil a R\$10 mil.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – E sem essa remuneração do cargo de confiança, qual era sua remuneração bruta?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – R\$3,2 mil líquida e R\$5 mil bruta.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Quem foi que lhe indicou para o cargo do Departamento que V. S^a exercia até os acontecimentos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O diretor Antônio Osório.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – O diretor Antônio Osório. O senhor tem condições de informar os cargos de confiança que V. S^a ocupou nos últimos cinco anos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tenho, sim, senhor.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Quais foram?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – De 1997, fui transferido de Belém do Pará para exercer a chefia do Departamento de Treinamento e Desenvolvimento dos Correios, cargo que exerci até o ano de 2001, 2002, se não me falha a memória. Em seguida, fui Coordenador Regional de Negócios do Rio de Janeiro, onde passei três meses. Retornando do Rio, fui assessor do Departamento de Relações de Trabalho, assessor do Departamento de Vendas no Atacado e, em seguida, Coordenador da Universidade Correios. Da Universidade Correios, assumi a chefia do Departamento de Contratação, em junho de 2004, onde fiquei até 3 de maio de 2005.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a prestava consultoria ou assessoramento a outras empresas, enquanto chefe do Departamento dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Nunca?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. Estávamos em vias de criação de uma empresa nesse sentido.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Tudo bem. Isso seria posterior à sua aposentadoria. Mas durante o tempo em que V. S^a assumiu esse cargo de chefe de Departamento, nunca prestou assessoramento ou consultoria a algumas empresas, a não ser àquela que trabalha, os Correios? Isso nunca aconteceu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, de forma alguma.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Eu agora, Sr. Maurício, queria formular algumas perguntas com referência ao depoimento prestado pelo Deputado Roberto Jefferson na Polícia Federal.

V. S^a conhece o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço o Deputado, estive com ele em três ocasiões, conforme foi dito, e mais duas em que ele esteve nos Correios para assistir à posse dos diretores. Em cinco oportunidades, nós nos encontramos.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Em cinco oportunidades?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, em três estivemos juntos mesmo e, em duas, na posse de diretores dos Correios.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a poderia falar onde foram esses encontros?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O primeiro encontro foi no aeroporto, aqui em Brasília. Ele estava junto com o Dr. Roberto Garcia Salmeron, que nos apresentou. O segundo encontro, foi, a pedido do próprio Diretor Antônio Osório, em seu aniversário, que aconteceu no Lago Sul, onde participaram não só eu, mas também outros chefes de departamentos da Diretoria de Administração. A terceira vez – não me lembro bem – acho que foi em um jantar ou em um almoço em um restaurante, na Asa Sul, o La Torreta. Nós sentamos à mesa com várias pessoas. Essa foi a maior proximidade que tive com ele, em todo esse momento, em toda esta vida. Fora disso, em nenhum momento.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a falou, em suas declarações à CPML, de que não tem ligação política nenhuma.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a confirma isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a poderia me informar o que foi fazer no gabinete da Liderança do Partido do qual o Deputado Roberto Jefferson é Presidente e foi Líder aqui na Câmara? Quais foram os assuntos que V. S^a foi tratar? O que V. S^a foi fazer lá, já que disse que não tem ligação nenhuma com o Roberto Jefferson e nem com partidos políticos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito. Isso, inclusive, consta do meu depoimento no Ministério e na Polícia Federal. Quem foi participar da reunião foi o Diretor Antônio Osório. Eu não participei de nenhuma reunião lá – se não me falha a memória – na 302 Norte. Ficamos, inclusive, aguardando a reunião que demorou uns 15 minutos ou um pouco mais. Eu não participei e não sou filiado também a nenhum partido. Não participei da reunião que eles fizeram. É isso que eu quero dizer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – V. S^a acompanhou o Sr. Osório por qual motivo? Por amizade? O que houve?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Em frente à quadra 302 está o restaurante onde ele almoça, o Greens...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, eu estou falando do encontro realizado aqui na Câmara dos Deputados, na Liderança do Partido.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estou pensando que é o encontro da 302 Norte.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Esse encontro já está aqui colocado. V. S^a já falou que realmente teve esse encontro com ele no restaurante.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Aqui não foi só o diretor Antônio Osório, mas estava também o Dr. Salmerón, onde foi apresentado a ele a lista e o pessoal que trabalharia na diretoria de administração, mas não foi feita nenhuma reunião, nenhum contato, só a apresentação. Agora, quem teve contato direto com ele foi o Diretor Antônio Osório e o Salmeron.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Tudo bem. Mas, então, quer dizer que o senhor também tinha um contato com os políticos em virtude do cargo de confiança que assumia nos Correios, indicado pelo Sr. Osório. Então, o senhor não pode falar, de forma nenhuma, que não tinha contato com políticos...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Atendi a vários políticos dentro do departamento de contratação.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Porque ninguém vem a um gabinete de uma liderança simplesmente para acompanhar. Tem de ter um assunto pelo menos, pela importância do cargo que V. S^a ocupava nos Correios.

A outra pergunta que eu queria fazer: o senhor esteve em Curitiba por ocasião do casamento do filho do falecido Deputado Martinez?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não esteve, não é? Faça essa pergunta, porque o próprio Roberto Jefferson disse não se lembrar de ter visto o senhor nesse casamento.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não fui.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Por fim, Sr. Presidente, quero fazer a seguinte pergunta: o Sr. Roberto Jefferson, no finalzinho do seu depoimento, quando foi feita uma pergunta pelo delegado de Polícia, respondeu o seguinte: “Acredito que o Sr. Maurício Marinho tenha montado uma estrutura própria com o objetivo de aumentar os seus rendimentos”. É verdade isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, a única estrutura seria essa consultoria. Não tem estrutura montada.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, mas não estamos falando... Não vamos colocar o futuro no presente...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Então, não tem estrutura.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Porque ele falou aqui, dentro do entendimento dele, que acreditava que o senhor tinha montado – não foi no futuro, ele diz no presente – uma estrutura própria com o objetivo de aumentar os seus rendimentos. Talvez fosse o motivo, essa estrutura, que levou o senhor a receber os R\$3 mil?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não, não. Não tenho nenhuma estrutura montada, e não é verdade essa afirmativa.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não é verdade essa afirmativa que o Roberto Jefferson fez quando prestou depoimento na Polícia Federal?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não montei nenhuma estrutura.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. () – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Desculpe-me. Deputado Henrique Fontana.

O SR. () – Sr. Presidente, há um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mais um equívoco?

O SR. () – (fora do microfone)

O SR. () – O Deputado Fontana é suplente também. Sou o primeiro suplente inscrito de todos os suplentes, Sr. Presidente. Sou o segundo da lista de todas as assinaturas. Tenho esperado pacientemente. Um suplente falou e não tive oportunidade, apesar de ter sido inscrito antes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, Deputado, estamos de acordo.

O SR. () – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente pela deferência, permitindo que os suplentes participem ativamente da Comissão, que é uma decisão que aplaudo. Então, vamos ouvir o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, Sr. Presidente, tire minha dúvida também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um instante, Sr. Presidente. Tire a minha dúvida. Em que lugar estou inscrito, Sr. Presidente, pois agora me perdi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Sibá, V. Ex^a está bem lá atrás. V. Ex^a está no 28º lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tenho consciência de que esse era o número quando assinei, mas queria saber se existe...

(Tumulto.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu consigo estar à frente de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está na frente do Senador Heráclito Fortes.

Vou abrir para o Deputado Pompeo de Mattos, depois para o Deputado Henrique Fontana, voltando aos titulares, dentro da sequência natural dos trabalhos até para... Na verdade, Deputado, nós, no afã de ouvir todos os Parlamentares, estamos inclusive criando as condições para que os suplentes falem. O número de inscritos é tão grande que, se eu fosse seguir a regra de atender primeiros aos titulares e depois aos suplentes, duvido muito que os suplentes fariam alguma coisa aqui.

Então, peço até aos titulares um pouquinho também de solidariedade, de compreensão, porque são muito poucos suplentes aqui na lista, nessa escalação dos 28, e acho que esse número de suplentes não vai afetar o trabalho da Comissão.

Meu caro Deputado Pompeu de Matos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a compreensão e generosidade de V. Ex^a e a metodologia de trabalho que, tenho certeza, vai fazer com que possamos aprofundar as investigações nesta Comissão.

Quero, primeiro, fazer um questionamento ao Maurício Marinho, dizendo: o senhor fez essas declarações todas, aqui, que foram gravadas sem o seu conhecimento. O senhor disse que é uma gravação criminosa. Mas que depois o senhor tomou conhecimento das gravações. E ouvi vários questionamentos, e o senhor disse que era bravata e uma hora não era bravata. Dá para o senhor dizer, de uma forma mais específica, isso que está dito aqui, apesar das bravatas, é verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Há trechos que são verdades e há trechos que são bravatas. Por esse motivo, fizemos a decupação da fita e abri um terceiro campo, onde procuro justificar cada segundo. Foi entregue aqui à Mesa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, acompanhei. O senhor diz que têm mais bravatas aqui ou têm mais verdades?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mais bravatas. Com certeza, porque isso aí eu estava negociando

algo particular, próprio, e com alguém que também fazia bravatas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor há de convir conosco e comigo que os fatos que o senhor diz serem bravatas na verdade são detalhes, são coisas relevantes, importantes, que se olharmos, têm fundo de verdade, parecem verdade. São tão detalhados que dá para irmos atrás e acreditarmos. Qualquer cidadão, em sua consciência, acreditaria nisso que o senhor disse aqui, no que hoje o senhor chama de bravata. Está correto?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Temos lá, no meu Estado, um festival numa cidade chamada Nova Bréscia. Conhece, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe qual é o festival, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o festival da mentira, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem expressar a melhor mentira parecendo verdade leva o troféu. Olha, se tudo o que o senhor disse aqui ou a maior parte do que o senhor disse aqui não for verdade, então o senhor já ganha o troféu, merece o troféu, o troféu da mentira, em Nova Bréscia. E acredito que tem mais verdade aqui do que mentira. Vamos avançar, para ter a compreensão.

O senhor disse que os cargos nos Correios eram loteados na diretoria. Então tinha diretoria do PT, do PMDB, do PTB, que houve um loteamento, e que havia um acordo entre todos. O senhor confirma que havia esse acordo entre todos os diretores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Acordo não, o que eu disse é que eles trabalhavam de forma fechada. É o que está na fita. Inclusive, ontem, expliquei como funcionava a diretoria, disse que tinham os pauteiros, que os diretores se reuniam na terça, fazem a pré-re-dir, e toda quarta-feira a diretoria colegiada se reúne. E, como disse o Deputado Bittar, ela é solidária. Foi nesse sentido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é a responsabilidade penal, isso é a responsabilidade administrativa, isso é a responsabilidade civil. Mas quero dizer nos entendimentos dos acertos, dos negócios dos Correios, um dava cobertura para o outro, um protegia o outro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho esse conhecimento e nem acesso à diretoria para dizer alguma coisa nesse sentido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor falou que tinha um entendimento entre o senhor, o Godoy e o Osório.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso é na nossa diretoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Ali, nos três, então, na parte que lhe toca, um dava cobertura para o outro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todas as assinaturas que sobem, que saem do meu departamento são assinadas ou pelo diretor ou por quem ele delegou, que é o assessor executivo. Por isso, eu disse que eles estavam fechados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor quer dizer que naquilo que o Osório for responsável o senhor o é também?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Se eu assinei, lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece Danilton José da Silva?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da Marluvas Calçados Profissionais?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Conheço o Sr. Denilton.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Denilton?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Denilton, conheço sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – José da Silva, da Marluvas Calçados Profissionais?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De onde o senhor o conhece?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esteve na reunião, no dia da gravação, junto com mais quatro empresas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, isso que o senhor está dizendo na gravação, e vou tentar mostrar para o senhor aqui, o senhor disse, na gravação, que “a idéia nossa, aqui, é essa. Nós temos alguns fornecedores, alguns segmentos – eu acabei de descer de uma reunião com os maiores empresários e produtores de calçados do Brasil: tênis, o Grupo Bertin, que é o maior exportador do País de carne de boi, de couro, ‘o diabo a quatro’. Agora, esses quatro grandes empresários, estamos falando de uma compra de R\$10 milhões em tênis. Então, a gente pega esse pessoal, e é necessário, levo ao diretor, e a gente faz uma reunião, entendeu?” E aí, lá na frente, o senhor

conta como é que era a reunião: “Que havia interesse dos quatro, e eles estavam brigando; e os quatro, brigando, o preço vai lá embaixo, ninguém está ganhando nada e, quando o cara vai lá para baixo, ele não me atende direito e fica me pedindo repactuação, reequilíbrio, entendeu? Então, nós acertamos entre eles, e cada um ganha um pouco.”

O senhor falou isso com ele?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conversamos. Inclusive foi dito, ontem, a reunião existiu, foi feita no gabinete do Diretor do Antônio Osório, participaram essas quatro empresas, foram as quatro empresas que forneceram calçados nos últimos cinco anos; foi estabelecido um novo termo de referência, a empresa há um ano e meio não conseguia comprar um par de tênis, e, dentro do mesmo documento, submetemos esse processo ao Departamento Jurídico para ver a legalidade. Objetivo: não comprar de um só; dividir em dois lotes; dividir em quatro; dividir por região em seis – não sei o que ficou acertado, porque quando saí de lá os processos já tinham sido encaminhados ao Jurídico. Uma das alternativas deveria ter sido aprovada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor chegou a ouvir a declaração desse senhor da Calçados Profissionais, essa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Marluvas? Denilton?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, Denilton.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Vi, hoje, no jornal e na Polícia Federal que ele esteve.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, correto.

E aí, o que ele falou, o senhor concorda? O senhor discorda?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Concordo. Em nenhum momento foi feito nenhum tratamento de acerto financeiro como está se querendo dizer. Perguntaram-me já duas vezes, ontem, a respeito desse assunto. O que foi tratado está no documento; está no Departamento Jurídico. Qual é o resultado final? Não sei, porque saí de lá. Agora o processo deve andar, porque precisam ser adquiridos os tênis. Disseram, hoje, até 620 mil pares. Não são; são 200 mil pares. E o sistema: pregão eletrônico, ata de registro de preço... Entendeu?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor mesmo explicou que, mesmo no pregão eletrônico, dá para fazer esquema? O senhor não explicou?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O que eu expliquei hoje é que empresas que participam do pregão eletrônico, no momento que entram no randômico, elas que têm maior poder... e tal. É isso que eu disse.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sei, o senhor já explicou.

Mas é que eu vi agora o senhor dizendo, como que fazendo uma defesa: “Não, mas isso é problema do pregão eletrônico, não tem problema”. Mas, de manhã, o senhor mesmo disse, reafirma agora, que mesmo no pregão eletrônico tem como fazer.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas o que disse do pregão eletrônico é isso que estou afirmando agora. É o mesmo assunto da manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dá para montar esquema.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor se considera o testa-de-ferro do Osório e do Godoy?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Testa-de-ferro, não. Chefe do Departamento de Contratação, e que todos assuntos deveriam ser assinados por um dos dois; senão, não subia, não saía da Diretoria de Administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor era, digamos assim, “o cabeça”, o homem mais importante quando se tratava da questão de repactuação de contratos, chamado reequilíbrio, e também das multas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Reequilíbrio, repactuação e reajuste, a partir do mês de outubro a novembro de 2004, até aí tinha um grupo vinculado à Presidência da Empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse grupo foi instinto pelo Presidente da Empresa; definiu-se um documento básico a respeito, a partir daí passou para o Departamento de Contratação. Então, a partir de novembro, dezembro, passou para o meu Departamento o estudo de reequilíbrio, repactuação e reajuste.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O senhor apontou vários contratos em que havia problema. Qual é o maior problema desse contrato: é de multa e de repactuação, ou é de contratação mesmo, de licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, os maiores problemas hoje em dia não são de reequilíbrio e repactuação. Há muitos problemas de penalidades em cima de não cumprimento de prazo, de cancelamento de contratos, de processos de impedimento de licitação. Isso existe, tem vários casos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor mencionou, pela manhã, vários contratos.

Sr. Presidente, quero aqui fazer um requerimento para que esses contratos que ele mencionou pela manhã, pela assessoria da Relatoria, sejam, digamos assim, identificados e, juntamente com a Relatoria, ele seja convocado novamente para ele explicá-los.

Pelo que eu senti aqui, somos Deputados, Senadores, somos políticos, entendemos de tudo um pouco, mas de um pouco não entendemos tudo. E, pelo que ouvi, quem entende de tudo desses contratos é o Sr. Maurício Marinho. E, pelo que eu senti, o Sr. Maurício Marinho, Sr. Presidente, está disposto a colaborar com a CPMI, pelo que ele revelou pela manhã e por aquilo que ele revela, pela disposição de dialogar com a Comissão. Nós tínhamos que tê-lo agora como um colaborador, inclusive, com a perspectiva até de beneficiá-lo depois, por conta de eventual crime que ele possa ser processado, até eventualmente condenado, até minorando a pena. Há um dispositivo penal que, quando se colabora no esclarecimento dos fatos e dos atos criminosos, obviamente, a pena diminui. A minha experiência jurídica me ensina isso. Então, não sei agora como é que fica a situação profissional dele, mas a Comissão poderia requisitá-lo para...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, só para esclarecê-lo, nós já requisitamos, inclusive nós temos uma avaliação crítica da Controladoria da União sobre todos os contratos, e nós já requisitamos também todos os contratos. Portanto, vamos atender plenamente a essa preocupação de V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A minha preocupação, Sr. Presidente, é que, embora tenhamos uma Controladoria atuando, um Tribunal de Contas atuando, os órgãos de fiscalização do Governo, o próprio Congresso Nacional, a Comissão de Controladoria da Casa, tudo isso não foi suficiente para evitar tudo o que está acontecendo nos Correios. Então, nada melhor do que estar lá dentro e alguém de dentro... É o exemplo claro do Deputado Roberto Jefferson. Todo mundo falava do “mensalão” à boca pequena, ninguém testemunhava, até porque não tinha como sustentar. Por que o Roberto Jefferson diz o que diz do “mensalão”? Porque sabe, porque estava junto, participou. Então, é aquela velha história: brigam as comadres, aparecem as verdades. É de lá de dentro que alguém pode dizer o que está sabendo.

E o Sr. Maurício Marinho, mais do que ninguém, sabe porque ele estava lá dentro. Ele sabe bem certinho. Ele é capaz de ir direto à pasta e saber que contrato tem problema, qual é o problema, qual é o desvio, qual é o problema que houve na licitação, qual é o problema que houve no reequilíbrio, na repactuação, qual é o problema que houve da multa que não foi efetivada, da multa que foi perdoadada. Ele sabe contrato por contrato.

Eu diria assim, tão importante ou mais importante que a própria Controladoria é ter o Sr. Maurício Marinho, se ele está disposto a colaborar... Aliás, eu lhe faço esta pergunta: o senhor está disposto a colaborar com a CPMI, identificando cada um dos contratos, destrinchando esses contratos, tintim por tintim e retintim, para que nós possamos saber quem ganhou, quanto ganhou, quanto foi, aonde foi e para quem foi?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estou disposto e sempre à disposição estive. E disse ontem: a primeira oportunidade que eu tive de falar e defender-me foi aqui nesta Casa. Eu estou disposto, a hora que me chamarem, eu estou disposto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que naturalmente não me sinto satisfeito, porque tenho muitas perguntas para fazer e outras tantas respostas para receber, mas a CPMI está começando. Acho que demos um primeiro passo, na medida, Sr. Maurício, que o senhor estava do lado de lá, e nós, do lado de cá. Nós pensávamos, olhando: é um bandido perigoso. A sociedade olhava, apavorava-se e assustava-se pelo seu gesto, aquele gesto isolado. Agora, dentro de um contexto, eu sei que o bagre alimenta o tubarão, o senhor, eu acho, era um bagrinho que estava alimentando os tubarões. O senhor tem que deixar de alimentar os tubarões. Que os tubarões não fiquem se servindo do senhor, e que o senhor passe para o lado de cá e comece a contar o que só o senhor sabe, ou, aliás, o que os outros sabem também, mas que, aqui, dentro desta sala, o senhor sabe e pode nos informar. E, a partir daí, poderemos aprofundar e puxar o fio da meada. Com essa gravação, feita com o senhor, nós – a Câmara, o Senado, o Congresso Nacional – pegamos o fio da meada. Porém nós puxamos o fio da meada e tem um nó. Esse nó não sabemos desatar, não conseguimos – pelo menos facilmente – desatar. O senhor sabe, porque, quem sabe, em algumas horas, se não ajudou a atar, viu como foi atado. O senhor é testemunha ocular do processo e da história, sabe como foi dado o nó. Ajude-nos a desatar esse nó, que puxaremos o resto do novelo de lã, e, lá no fim da linha, não é bagrinho que tem, vamos pegar os bagrões, os tubarões, os pacus, vamos pegar todos os bichos grandes, que nem podemos imaginar, mas que estão no fim da linha. Talvez venham até jacaré, cobra brava e ariranha. Todos esses bichos escondidos, vamos tirar para fora, mas o senhor tem que ajudar a desatar esse nó. Esse é o pedido que lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só queria que o ilustre depoente fizesse uma consideração, por uma ilação que extraio da resposta que deu ao Deputado Pompeo de Mattos.

V. S^a afirmou que, há um ano e meio, não havia possibilidade, não havia mais quem fornecesse tênis aos Correios. Aí, V. S^a chamou as quatro últimas empresas que vinham fornecendo nos últimos cinco anos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor fez um ajuste com as quatro. Isso é perfeitamente limpo, porque elas foram para um pregão, e pregão é quem oferece menor preço. É isso? Eu queria fazer-lhe uma questão. É evidente que, se vocês direcionarem, para começar, como V. S^a poderia concluir que apenas quatro empresas neste País poderiam fornecer tênis? Que critério se adotou? Só porque eles estavam fornecendo há cinco anos? Isso é a negação total da Lei nº 8.666.

Segundo ponto. É evidente que no pregão, se eles já estão previamente acertados, vão jogar o que já conveniaram. Agora, a meu ver – e é essa ilação que extraio –, acertaram no gabinete os detalhes técnicos que só poderiam ter sido atendidos pelas quatro que compareceram, por ninguém mais.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Relator, não aconteceu dessa forma pelo seguinte motivo: as quatro que foram chamadas são aquelas que realmente prestaram serviço aos Correios. O tênis dos Correios não é um tênis normal, é desenvolvido ergonomicamente. Essas quatro empresas, inclusive a última, que é do Rio Grande do Sul, estava se adaptando a ter condições de fazer esse produto para os Correios, mas ela fez parte da reunião, foi chamada também. Fizemos a licitação em 2003 e outra em janeiro de 2004, que foi revogada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando o senhor diz que ergonomicamente o tênis tem um desenho, é como o senhor desenhou as empresas que vão fornecer.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, a especificação do tênis...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor faz uma especificação tal, que apenas aquelas empresas podem fornecer.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Relator, esse desenvolvimento específico é feito pelo Departamento de Saúde, junto com a Universidade Federal de São

Carlos, há oito ou dez anos, não foi agora, não é algo recente. O que não estava sendo conseguido é porque a própria empresa estava exigindo documentos – como aparece aí –, certificado de marca da ABNT. Nem todas tinham esse certificado de marca, e isso restringia o mercado. Foram retirados todos os documentos por orientação jurídica, para abrir a competitividade. Quantas empresas vão participar, esse processo não foi para a rua ainda. Creio que ele deve estar para ir para a rua. Os senhores vão ver que várias empresas vão participar, não só essas quatro. As quatro foram chamadas para verificar as condições e as dificuldades de por que ninguém consegue comprar tênis nos Correios. Há um ano e meio, não se fez uma licitação que desse resultado positivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, estou entendendo que V. S^a está dizendo que, durante um ano e meio, foram realizadas licitações que não tiveram resultado positivo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foram, duas licitações, janeiro de 2004 e janeiro de 2005.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, Sr. Presidente, desculpe. Ficou uma curiosidade. Levantei uma questão, o Relator a ampliou, e a Senadora Heloísa Helena também a levanta. Como ficaram um ano e meio sem comprar tênis no Correio, quando sabem que o carteiro usa dois tênis e, nesse período de um ano e meio, teria que ter consumido dois tênis? Eles ficaram descalços ou estavam montando um esquema para ver de onde iriam sair os tais tênis?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O contrato de 2003, com validade de um ano, foi aditado em 25%. Foram comprados os tênis no primeiro semestre de 2004.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aditado, que o senhor diz, é o reequilíbrio. É pagar mais?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. É aditado. O contrato só pode ser aditado em 25%. Foi aditado em 25% do seu valor, convertido em tênis, ao preço da época. A empresa garantiu o preço. Esses tênis foram adquiridos no primeiro semestre de 2004. Só que a licitação de janeiro de 2004 não foi levada a efeito, nem a de janeiro de 2005. Hoje, estamos com falta de tênis no Brasil inteiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ficaram sem tênis? Ficaram descalços?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Cada um está calçando o que acha melhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os carteiros estão chiando, no celular, com a gente. Estão enlouquecidos dizendo que foram logrados. Começa por aí.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É uma verdade.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Senador Dalcídio Amaral, muito obrigado pela deferência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho percebido que vários dos senhores membros da Comissão têm procurado desqualificar o Sr. Marinho. Na verdade, entendo que ele pode ser muito mais útil do que se está imaginando. Ele tem dado algumas informações a esta CPMI que poderão, sem dúvida nenhuma, clarear muitas coisas que estão sendo conduzidas de forma subterrânea. Por meio do Sr. Marinho poderemos ter informações extremamente importantes.

Ainda bem que aconteceu o que aconteceu com o Sr. Marinho. A partir daí é que chegamos até aqui. Logicamente, temos que tirar deste momento de crise a saída para uma solução.

Quero, inclusive, cumprimentar o Sr. Marinho, que está sendo, algumas vezes, injustamente agredido, desnecessariamente agredido. A própria postura de hoje de manhã, corroborada pela posição dos senhores advogados, mostra a sua disposição de colaborar.

Quero perguntar ao Sr. Marinho se tem idéia, noção, de quem é essa segunda pessoa oculta, que está escondida por aí e que deve ser a razão e o porquê dessa briga de quadrilhas que estavam disputando espaço. É uma pessoa que está escondida. V. S^a tem uma leve impressão ou noção de quem possa ser essa segunda pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, reconheci. É sobre as duas pessoas que fizeram a gravação? Correto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A segunda, que não aparece.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Reconheci, por meio do jornal **Correio Braziliense**, o Sr. Goldman, de nome Joel, que é o barbudo. Em seguida, o segundo, que apareceu também no **Correio Braziliense**, é chamado Molina, que não conheço; o outro é o Mancuso. Na realidade, o segundo que apareceu lá na minha frente, para ajudar na gravação e que fazia as perguntas pontuais, era uma pessoa magra – eu o descrevi para a Polícia Federal –, não era careca como aparece na fita e na fotografia do jornal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Poderia ser uma peruca?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pode ser uma peruca. Tinha uma pinta. Falei, lá, sobre a pinta que tinha do lado. Quando vejo a fotografia do jornal...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E essa pessoa não era nem Mancuso, nem Molina ou pode ser um ou outro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ou nenhum dos dois.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ou nenhum dos dois?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pode ser uma terceira pessoa ainda?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pode ser.

Não fui ainda chamado a reconhecer essa segunda pessoa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a disse claramente em seu depoimento à Polícia Federal que tinha desconfiança dessa terceira pessoa – vamos colocar sob interrogação – e a Polícia Federal não procurou avançar nisso aí? Não procurou mostrar um álbum de fotos a V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Mostraram-me duas fotos preto-e-branco muito antigas e não deu para identificar. Numa terceira foto, identifiquei o Sr. Fortuna. Falei: não foi ele que fez a gravação, mas não estava nenhuma das duas pessoas. Arrumaram uma foto, depois, mais recente. Quem descobriu foram nossos advogados, por não sei qual fonte, que foi a do barbudo, que é o Joel. Levamos, pessoalmente, essa foto, de livre e espontânea vontade, ao Ministério Público Federal. Não fomos chamados para identificar; foi levado pelos nossos advogados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora, o sistema de recepção dos prédios dos Correios fotografa todas as pessoas que entram, não fotografa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa era a nossa esperança, de identificá-los, mas, infelizmente, só tinham os dados que estão na fita, na decupação da fita, mas sem a foto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sem nenhuma responsabilidade para V. S^a: o que você acha que houve nessa pessoa não-identificada? A quem ela estava servindo? A quem interessava fazer aquela armação contra V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Olha, a informação do Sr. Arthur Waschek, que é o mandante da gravação, segundo a Polícia Federal, e que tem realmente problemas com os Correios, problemas que são conhecidos, como uma multa de R\$1 milhão, altamente significativa, e reclama muito não ter ganho mais licitações na empresa.

Porém, desconheço que a Comam, empresa do Sr. Arthur Waschek, tenha participado de licitações na área de tecnologia. Entendeu? Agora, em uma hora

e cinquenta e quatro minutos, 60%, 70% ou mais da fita o foco é tecnologia. Por isso, creio que deva ter outra pessoa por trás. Deve ter outros interesses por trás disso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que outros interesses?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tecnologia: ou manutenção, ou mudança, ou simplesmente político, ou só comercial – não sei. Mas o fato é que ele não participa de licitações de tecnologia e é tido, hoje, como o único mandante da gravação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a coloca duas variantes: uma comercial e uma política, entre outras. Vamos procurar explorar um pouquinho. V. S^a conhece muito mais do que eu, que não tenho noção nenhuma. Qual seria o enfoque político nessa sua colocação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu vou fazer o político-comercial-empresarial.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade, à vontade, fique à vontade!

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O foco na ECT: a diretoria de tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não queriam perder.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É lógico! Eu acho que é por aí a coisa. Não queriam perder e, por isso, ficou seis meses aí arrastando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E essa Diretoria do Silvinho Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É a de tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Do Silvinho Pereira.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Então, creio que há alguma coisa por trás disso aí. Eu não tenho a certeza. Isso aí é motivação. Qual é a motivação?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não quero certeza nenhuma! Eu quero apenas a colaboração de V. S^a para podermos desenvolver. V. S^a já percebeu qual é a minha postura em relação a sua pessoa.

Agora, V. S^a pode me dar um detalhe que não tenho, e V. S^a certamente terá: no olho do furacão dessa confusão toda, foi cancelada a licitação de seguro postal. Por que foi cancelada essa licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Do seguro postal?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa é uma das que relacionei, hoje, pela manhã, das 17, 18 licitações,

que ficaram restritas à própria Presidência da Empresa, através de um grupo, de uma comissão especial.

O seguro postal é dividido em dois itens.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quais?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sistema e produtos. Sistema é desenvolvimento de um *software*, de uma tecnologia, para gerir todos os produtos que seriam disponibilizados nas agências. Agora, a informação que tenho é que uma das duas, parece-me, já foi levada a efeito. Não sei se é a de sistema ou se é a de produto. Eu creio que é a de sistema de tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Beneficiaria a quem essa licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A informação que tenho é que já está conclusa. Agora, a gente precisa apurar, levantar, junto à Comissão Especial de Licitação, qual foi a empresa, quem ganhou essa licitação, o que é que ela vai fazer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A quem prejudica, então? Se ocorresse, prejudicaria a quem esse seguro postal?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Prejudicaria?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É. Quem brigou para ser cancelado é porque tem alguma coisa que poderia ser prejudicado. V. S^a consegue identificar isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É que eu não sei qual das duas. São dois processos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Diz qualquer um dos dois. Para mim, serve qualquer um dos dois.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deve ser alguma empresa da área de seguradoras que deve ter algum interesse. Correto? Porque aí entraria um produto de conveniência nas prateleiras dos Correios. Acho que seria de grande interesse para todos usar uma rede de atendimento de mais de 20 mil pontos. Eu acho que é um grande negócio, não é? Eu não sei até que ponto isso aí está sendo trabalhado. Não tenho maiores conhecimentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se conseguir alguma coisa a respeito disso, V. S^a poderia fazer o favor de encaminhar para a CPI.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso fica vinculado à Presidência. Então, têm que ser solicitados esses processos para serem avaliados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E sobre o correio postal noturno, o que o senhor tem a nos informar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O correio postal noturno, que é rede postal noturna... O correio aéreo

nosso, na realidade, é restrito à Diretoria de Informações.

Então, desde o início, a formação das malhas, as licitações, a gestão operacional, a gestão administrativa, isso aí é...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não. O que o senhor tem de conhecimento? Não o que o senhor tem de operação.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ah! Sim. São várias malhas que cobrem o Brasil todo, todo dia, de segunda a sexta, o Correio Aéreo Nacional, rede postal noturna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quem manipula isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Diretoria de operações e várias empresas. Cada uma tem uma linha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe quais são as empresas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Conheço a Skymaster, que está agora no auge da reportagem, mas há várias outras. Não conheço, porque isso é específico da área de operações. Não conheço o nome das outras empresas. São empresas aéreas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Guerra. PSDB – PE)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito

obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores, as Deputadas e os Deputados, o depoente, o Sr. Maurício Marinho. Como é a primeira palavra minha nesta CPI, nobre Relator, quero dizer que eu estou aqui – como todos – com a convicção e com o objetivo de garantir uma investigação profunda, criteriosa e que contribua para esta caminhada no Brasil – que tenho a certeza de que será muito longa –, no sentido de extirpar ou evitar ao máximo esta chaga, que é a corrupção.

Aliás, li hoje a revista **Carta Capital** e quero fazer uma homenagem rápida ao Professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Quando se fala em corrupção, é muito comum que se fale contra os políticos corruptos e contra os funcionários públicos corruptos; e é pouco comum que se fale do papel dos corruptores na estrutura de corrupção. Eu sou daqueles que têm uma enorme convicção de que setores importantes de interesses privados têm como um dos seus métodos, sem dúvida nenhuma, tentar dominar o interesse público por meio de redes de corrupção que lhes permitam fazer negócios privilegiados e obter lucros imorais.

Falo também que o nosso Governo quer e seguramente está entre os maiores interessados – se

não é o maior – para que esta investigação tenha a maior profundidade possível. Aliás, a atuação do atual Governo no combate à corrupção tem sido exemplar, quando comparada com situações anteriores.

A nossa própria estada nesta CPI mostra uma mudança importante. Lembro que nós aqui tivemos um grande embate para saber quem presidiria e quem relataria esta CPI. Estou muito tranqüilo com relação ao Presidente em que votei e a escolha feita do Relator.

Lembrava que, em anos passados, não podíamos nem discutir quem presidiria uma CPI, porque, de fato, não havia CPI para questões fundamentais que precisavam ser investigadas.

Depois de muito ouvir e ler a degravação da fita, que foi gravada sem o seu conhecimento – e aí me parece que a verdade tem muito mais condição de fluir do que quando estamos sob orientação, sob cálculo e assim por diante –, eu me convenci de duas coisas. E não digo isso com tom agressivo em relação ao senhor, porque todo mundo pode se arrepender de um erro e modificar. Estou convencido de que estou diante de um servidor público corrupto e comprometido com uma rede de corrupção dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Não sei quando o senhor optou pelo caminho da corrupção, mas a forma como recebe aquela propina de R\$3 mil – e é óbvio que este valor é pequeno em relação ao que circula nesses contratos –, o conteúdo do palavreado que o senhor utiliza – e alguns eu vou repetir aqui –, ou o senhor seria um novelista de altíssima qualidade, que conseguiria descrever uma novela extremamente complexa, com dados ultra-específicos sobre as redes de corrupção – como se corrompe, como se consegue fraudar um contrato para vencer uma licitação, etc. –, ou o senhor seria esse novelista, absolutamente diferenciado, ou, sem dúvida nenhuma, tem que conhecer as redes de corrupção para poder ter feito essa descrição com tanta qualidade. Eu acho que o caso é o segundo.

Quanto à forma como o senhor recebeu aqueles R\$3 mil, o senhor disse algo que me marcou: o senhor fez um contraponto aqui dos políticos e dos técnicos. Eu quero dizer para o senhor uma coisa: na minha opinião, eu sou médico, administrador de empresas e hoje político, com muito orgulho. Na minha opinião, existem políticos honestos, probos e comprometidos, independentemente das idéias que defendam; existem políticos corruptos e existem ótimos técnicos, qualificados, e técnicos corruptos. Então, o que diferencia a situação não é ser técnico ou político.

E aí eu dizia ao senhor que a outra conclusão a que chego é da sua mais absoluta ligação com o Depu-

tado Roberto Jefferson, porque as coisas que aparecem aqui são fantásticas. Eu vou ler algumas.

Primeiro, eu vi que o senhor tinha um grande interesse em retirar o diretor que estava no setor de tecnologia, o que até me faz acreditar que esse diretor tende a ser honesto, porque se quem está envolvido com a corrupção, como eu penso, faz muita questão de tirar o diretor de tecnologia é porque queria abrir campo para mais corrupção naquela circunstância ali.

Segundo, o senhor diz o seguinte, na página três da minha degravação aqui: “É, tem, e é o Ezequiel, do nosso partido.” Então, ele foi confirmado hoje. E o senhor assina como do nosso partido, talvez sem filiação para poder operar melhor nos meandros do submundo da corrupção, sem uma filiação explícita, mas chega a usar a palavra do nosso partido. “Inclusive o nosso Presidente é o Roberto Jefferson, e já entrou em contato”. Tudo isso que estou dizendo refere-se ao Sr. Maurício Marinho, falando aqui na degravação da fita.

Na página quatro, o senhor diz o seguinte – e aí começa a ensinar os meandros: “Então, está um negócio bem amarrado, bem estruturado. Aquilo que entra aqui está aqui. Estamos fechando um negócio altamente profissional. Poucas pessoas, como você está colocando, muito pouca conversa, e os projetos muito bem direcionados e muito bem trabalhados” – imagino eu, com grande superfaturamento e com grandes comissões para alimentar uma rede de corrupção.

Na página cinco, o senhor volta a dizer o seguinte: “Nós estamos trabalhando fechados; somos três aqui que trabalhamos fechados. Os três são designados pelo PTB e pelo Roberto Jefferson.” Adiante, o senhor diz: “O Osório é o diretor da área, e o assessor executivo é o Fernando Godoy. Tudo que é tratado aqui, tudo que fechamos, o partido fica sabendo.” Então, é um negócio muito aberto e muito tranqüilo, diz o senhor, naquele ar absolutamente seguro de quem se imaginava impune.

Poderia citar outros exemplos, mas quero evoluir aqui. O senhor disse que foi constrangido, durante 45 dias, com uma tentativa de gravação. Ora, nosso problema, evidentemente, é descobrir quem gravou, por que gravou e com que interesse. Isso ajuda no combate à corrupção. Mas o fundamental é que o senhor foi gravado, falando da corrupção, porque eu posso ser gravado por 45 anos e nunca vão conseguir gravar isso aqui que o senhor falou na fita a que assisti. Não são 45 dias: podem gravar 45 anos. Então, isso me dá a convicção de que estamos diante de um corrupto.

Eu também quero, como outros Deputados e Senadores aqui, que o senhor nos ajude e nos dê mais dados sobre a corrupção, porque, como tenho dito, ela pode pegar pessoas com ou sem partido, do meu parti-

do ou daquele que se opõe ao meu, e quero punir todos esses. Agora, é lógico que também tenho que levantar questionamentos sobre a sua credibilidade, porque o seu método é o método Roberto Jefferson. Quer dizer, primeiro eu fico perguntando: se sabia tantas coisas, por que demorou tanto tempo para falar pelo menos uma coisa? E fala exatamente quando surge a fita que mostra que ele está envolvido com a corrupção.

Segundo, faz aquela colocação tipo “é voz corrente na empresa”, mas aí o senhor lança uma suspeita sobre toda a empresa de Correios. Essa empresa é uma empresa que tem história, que tem dignidade – aliás, eu quero aqui fazer uma homenagem: 99% dos servidores públicos ou mais são pessoas honradas e honestas, que não merecem pagar o preço do desgaste pelos poucos corruptos que atuam no serviço público e que, inclusive, geram um problema de imagem para o serviço público.

Então, a questão é: como voz corrente? Quando é que foi feita essa lista que o senhor apresentou aqui? Quem fez? Os advogados ajudaram a fazer? Eu, sinceramente, quero investigar tudo que o senhor botou na lista, mas eu achei a sua lista muito parcial. O senhor diz que é um homem que não tem partido, que não entende muito da política partidária, etc., mas toda a sua lista se dirige para uma determinada área dos Correios que não é aquela que o senhor estava atuando.

E o senhor, que eu vi recebendo R\$3 mil de propina na fita, vem aqui tentar me convencer de que não é corrupto e que nenhum contrato do seu setor, lá, estaria nesses contratos de risco. Olha, é muita coisa. É muita coisa tentar acreditar nisso que o senhor está dizendo aqui e não naquilo que nós estamos vendo lá, na fita.

Eu lhe pergunto: o Deputado Roberto Jefferson o procurou – e eu lhe peço respostas rápidas – logo após o anúncio da fita e da reportagem da **Veja**?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Ningué m lhe propôs nenhum tipo de acordo financeiro ou de pressão para que o senhor passasse a adotar uma outra posição, que protegesse o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O que o senhor foi fazer nos prédios dos Correios no domingo, logo que se ficou sabendo que a reportagem da **Veja** ia sair?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não fui ao prédio dos Correios nem sábado, nem domingo. Não é verdade.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Pela informação que eu tenho, por que o senhor trocou o disco rígido do seu computador, e quem fez esse serviço?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Do meu, não; da minha esposa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Por que trocou, e quem fez esse serviço?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Porque ele estava quebrado, e ele foi trocado. Não é meu. Agora, o meu está lá nos Correios, junto com a agenda.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito bem.

Eu só quero concluir aqui: o senhor conhece o Sr. Emerson Palmieri?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nunca se encontrou com ele?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Aqui, numa determinada página da degravação, ou da “decupação”, como o senhor disse – que é uma palavra que eu aprendi esses dias, não é do meu dia-a-dia -, o senhor, lá pelas tantas, dá uma explicação que eu não vou ler toda, porque ela é muito longa, mas ensinando como é que se fazia para corromper licitações dentro dos Correios, como é que se podia escapar licitação, como é que se podia montar um esquema para ganhar um valor a mais e, evidentemente, aquilo ali alimentar uma rede de corrupção.

Aí o senhor diz:

Quando é consultoria, aí é ajustado antes; aí senta, conversa, principalmente quando entra para a área de inexigibilidade de licitação; aí a gente senta e conversa, verifica o preço de mercado e até onde eu posso chegar, entendeu?

Quer dizer, o senhor dá a entender que vai levando o máximo que pode para ver o quanto dá para sobrar para alimentar uma rede de corrupção.

Tudo é feito dentro do limite. Eu analiso: quanto eu paguei? Paguei A? Se eu corrigir esse A, eu posso chegar até Y. O cara está cobrando V. Eu chego: vamos negociar. Você entendeu? Mas tem que ser tudo altamente justificado.

Eu lhe pergunto: quantos negócios o senhor orientou para ser feito nesse método aqui?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nenhum.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nenhum?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nenhum.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor só fez aquilo que o senhor define “os seus momentos de bravata”; é isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, Sr. Deputado. Os doze meses de licitação estão abertos e sendo verificados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Não, isso o senhor não precisa abrir; evidente, nós vamos verificar tudo isso...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pelo amor de Deus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ... mas o senhor falou aqui, o senhor deu uma aula de como o senhor poderia ajudar a fraudar licitações dentro dos Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não faço processo licitatório, eu já disse várias vezes. Isso é feito pela CPL e pela pregoeira. Nós não fazemos processo licitatório. A conversa toda aí era em cima de projetos, era em cima de projetos básicos, de negócios, e um modelo de negócios. Eles queriam ouvir números. Em nenhum momento, foi definido um modelo de negócios. Não está claro na fita isso. Foi dito...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, eu só quero dizer que, mesmo que a denúncia venha de alguém que, na minha opinião, muito provavelmente está envolvido com a corrupção nos Correios, ela deve ser acolhida, verificada e investigada, porque, em muitos momentos, chegamos a redes maiores de crime e corrupção ouvindo parte do que os criminosos e corruptos têm a nos dizer.

Nesse sentido, acolho o desejo de investigar todas as denúncias que o senhor fez aqui. No entanto, quero deixar bem clara a minha convicção: o senhor está envolvido com uma rede de corrupção – cujo tamanho desconheço – dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e tem uma forte ligação com o Deputado Roberto Jefferson, que aparece aqui em inúmeros momentos nessa gravação. E, como o senhor, do mesmo jeito que o Deputado Roberto Jefferson, diz que sabe de várias coisas que não falava antes e passa a falar no momento em que é acusado, só quero pedir cautela e calma a todos nós – e tenho certeza de que todos teremos – para irmos a fundo nas investigações. Mas, evidentemente, não permitiremos que os acusados passem à função de acusadores, sem responder pelos eventuais crimes que cometeram.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Conforme instrução recebida pelo Presidente, convido o Deputado Jorge Bittar para usar da palavra.

O SR. () – Ele já falou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Então, a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero deixar aqui o meu elogio à defesa técnica do Sr. Marinho, aqui presentificada pelos Drs. Sebastião Coelho da Silva e Ricardo Baitello e pela Dr^a Iara Dayer. E por que faço essa introdução? Porque o compromisso do advogado é com a defesa técnica do seu cliente. Isso ficou muito claro quando os advogados aqui presentes – um deles magistrado aposentado – insurgiram-se quando o Sr. Marinho iniciou por aquela absurda negativa, a tese da negativa diante da evidência, diante da contundência de uma fita.

A defesa não é, em tempo algum, cúmplice, mas ela tem que ver qual o melhor caminho para quem eventualmente se distancia da lei. Naturalmente, a defesa escolheu o caminho que deveria escolher: quem nega só pode negar. Para quem confessa, a verdade ainda é a melhor defesa que existe, Sr. Marinho. Hoje já temos instrumentos legais para quem dá aquele passo e volta atrás. É um passo muito tímido, mas a lei já prevê. Um certo acordo a lei prevê; a lei prevê um certo prêmio. Fui além, em um projeto com o Deputado Mendes Thame – mas não quiseram que passasse, foi vencido –, que era premiar a delação integralmente.

Fica consignado o meu elogio, o meu reconhecimento a essa defesa que é técnica, que tem o compromisso de defendê-lo e que tem esse compromisso com o senhor – com a Nação temos nós, não são os dois advogados. Os seus advogados têm compromisso com o senhor. Nós Deputados temos compromisso com a Nação. Feita essa digressão, que se impunha, serei muito rápida na minha intervenção, Sr. Marinho.

O senhor falou aqui, agora há pouco, sobre as franquias – e passou-se batido sobre isso. O senhor falou que, nas franquias, estariam envolvidos vários políticos. E o senhor fez mais: o senhor disse “Deputados e Senadores”. É fundamental neste momento – lidei com a prova e lido com a prova, por profissão; venho desse meio – definir a teia, portanto, de indicações para essas franquias. Por que digo isso? Quanto significa uma franquia, por exemplo, daqui da Câmara, onde todos mandam telegrama e carta a todo o momento? Quanto não gira?

Por outro lado, isso também passa pelo setor jurídico. Não ficou muito claro para mim quem indicava as pessoas do Departamento Jurídico. Ou seja, quem é o jurídico? Qual o mau hálito político que há sobre o setor jurídico?

Sr. Marinho, V. S^a é um funcionário de carreira; eu sou uma servidora de carreira também. Toda vez que o hálito político cai sobre as carreiras de execução, torna-se o mau hálito político. Não funciona. Essa reforma é mais importante que a reforma política, a reforma da Administração Pública.

Estamos vendo, agora, na Polícia Federal inclusive, que as testemunhas vão lá e desmentem. Isso é perigosíssimo, porque esse é o braço armado do poder. Isso aconteceu no meu Estado, quando um Secretário de Segurança subiu no palanque. Não pode! Não pode!

Então, Sr. Marinho, eu gostaria que V. S^a me dissesse apenas, se puder, os dez, se não, pelo menos os cinco maiores franqueados dos Correios. Quais as cinco maiores franquias? Não estou querendo saber se essas franquias existem há muito tempo; estou querendo saber quem hoje ocupa o lugar, quem está lá, de fato, nessas cinco maiores franquias. Se V. S^a não souber os nomes ou as indicações políticas... Passou-se batido por isso. O senhor foi claro: trata-se de indicação política, de Deputados e Senadores. Mas ninguém perguntou mais. Então, pergunto eu: os nomes? Se V. S^a não tem, diga-me como chegar lá, me dê o caminho, porque tenho que descobrir essa teia de indicações para pegar o mau hálito político.

Depois, terei uma complementação a fazer.

Muito obrigada.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não, Deputada Denise.

As principais franquias ficam no Estado de São Paulo. Não tenho o nome dos titulares, porque há uma grande alternância de titulares nessas franquias. Há uma franquia na avenida Paulista, uma franquia que fica em Barueri, São Paulo, perto de Alphaville, onde trabalha aquela central de impressão de documentos, que antigamente era da Xerox, depois passou – parece-me – para o Bradesco, para outros bancos, financeiras. Ali ficam as maiores franquias do País. Correto? Algumas outras são no Rio. Mas as maiores são todas em São Paulo. Das 1.550 ou 1.560 franquias, creio que 10% – talvez nem isso –, umas 10 franquias seriam suficientes para ver o “ranqueamento”. Na Diretoria Comercial dos Correios, existe um departamento específico, o Departamento de Suporte ao Atendimento, que tem todas essas informações atualizadas, não só de movimento financeiro mês a mês, como de comissão de cada franquia, quem é o titular, qual o tipo de objeto. Todas essas informações estão disponíveis. Não posso, não me lembro realmente do nome do titular. A mudança de titularidade é muito grande dentro dos Correios.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Pois não, Sr. Marinho.

Agora, quanto à questão do Departamento Jurídico. O Departamento Jurídico não se pronunciava nos contratos dos Correios? Quem é o jurídico? Quer dizer, é indicação de quem o jurídico?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Departamento Jurídico é um órgão vinculado à Presidência da ECT, diretamente vinculado à Presidência da ECT.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E a Presidência é indicação política de quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Do PMDB.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Do PMDB.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Michel Temer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não.

Agora, Sr. Marinho, eu gostaria de saber: aquele cidadão Arthur Wascheck...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Arthur Wascheck... Posso dar uma olhada?

Arthur Wascheck é tido hoje pela Polícia Federal como um dos mandantes ou suposto mandante da gravação.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Isso.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – E parece-me que ele já teria confirmado isso junto à Polícia Federal. Isso pelo que li no jornal.

Arthur Wascheck é dono da Comam e da empresa, se não me engano, Vektor. Mantém negócios com os Correios, com as Forças Armadas, com o Ministério da Saúde há alguns anos, talvez duas décadas. Ele tem um contrato, de 2002, que foi a aquisição de não sei quantos mil cofres, e houve uma denúncia que chegou ao Ministério Público Federal, à Secretaria Federal de Controle, ao Departamento da Polícia Federal e à auditoria interna. Então, há denúncias de preços superfaturados, especificações alteradas, a fechadura eletrônica era uma e foi entregue outra. Então, isso está em apuração.

Em decorrência disso, essa empresa levou uma multa de R\$1 milhão. E ela entrou com recursos jurídicos junto à ECT, pedindo ressarcimento, durante a minha gestão. Esse processo foi encaminhado ao departamento jurídico. Mas essa empresa, ainda – eu gostaria só de detalhar –, tem contratos de capas de chuva para os carteiros. Foi lá, pediu a prorrogação de prazo, capas que estão sendo confeccionadas na China. Inclusive, há uma pressão de alguns empresários brasileiros, porque tira o emprego daqui e joga para lá. É um problema muito sério nessa área. E ele atrasou o prazo de entrega; fez a solicitação, que foi submetida à área operacional. O gestor operacional autorizou e foi prorrogado o prazo de entrega. Em seguida, pediu um novo prazo de entrega, que foi concedido pelo diretor. Então, todas as concessões possíveis foram feitas.

Procurava sempre ressaltar o Sr. Arthur Wascheck insatisfação com a equipe da área de administração.

Dizia possuir dossiê que comprometia vários funcionários da ECT em esquemas de corrupção; procurava demonstrar poder, trânsito com superiores dentro da organização para intimidar esse terceiro escalão – “converso direto com o diretor, com o presidente” etc. Reclamava que não estava ganhando nada com os Correios, só prejuízo. Participava de processo e não conseguia vencer. Dizia ter trânsito direto com diretores-presidentes; dizia ter ajudado pedidos de pessoas dos Correios com recursos em eleições de 2004. Esse é o Sr. Arthur Waschek, que virá depor amanhã.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada, Sr. Maurício Marinho. Agora, eu gostaria apenas que V. S^a me dissesse quem é o procurador jurídico do departamento jurídico.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Lá a chefia de departamento é a Dr^a Maria de Fátima Seleme.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Dr^a Maria de Fátima Seleme?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Ela é chefe do departamento jurídico da ECT.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Então, o departamento jurídico é de indicação do PMDB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Bom; ela é indicada pelo Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Que é indicado pelo PMDB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Que é indicado pelo PMDB.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada, Sr. Marinho, e, mais uma vez, parabéns à defesa técnica de V. S^a.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Muito obrigado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço à Deputada Juíza Denise Frossard.

Passo imediatamente ao próximo inscrito, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Marinho, quero dizer que estou bastante impactado com o depoimento de V. S^a. Quero confessar isso com franqueza. Pelo depoimento que prestou a esta Comissão, é uma ilha o departamento em que atua, porque o seu superior é homem indicado por Roberto Jefferson; o seu assessor executivo subordinado, Sr. Fernando de Godoy, é também membro da Executiva do Partido de Roberto Jefferson. Ou seja: V. S^a é o técnico cercado de políticos por todos os lados e políticos de um mesmo partido.

Chamou-me muito a atenção a linha de depoimento de V. S^a, que segue – parece-me – a mesma premissa daquele que, na fita gravada, seria o seu mentor: Deputado Roberto Jefferson. V. S^a, sempre que pode, e favorecido por algumas perguntas deste Plenário, escapa da questão de que foi acusado e abre uma metralhadora de pistas e outras situações naquilo que, na guerra, costuma-se dizer tática diversionista. Bom para nós, que teremos coisas para investigar – e temos de investigar.

Mas eu quero falar de V. S^a, no papel que ocupa no seu Departamento. Uma coisa não me ficou clara, Sr. Marinho: quando V. S^a foi ocupar a Universidade dos Correios, foi uma indicação política ou uma avaliação do seu desempenho pelo Sr. Osório? Foi um Deputado que o indicou ou foi uma questão de desempenho profissional?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Posso responder?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pode, por favor.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em primeiro lugar, eu fiquei três meses no Rio de Janeiro. Quando eu retornei do Rio, fui assessor de Departamento, e estava sem uma chefia a nível de Departamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Para ser bem objetivo, a minha pergunta é: o senhor foi indicado para a Universidade – o antes, eu sei – por um político ou pelo currículo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Primeiro, pelo conhecimento técnico, em que eu fui três anos Chefe de Departamento de Treinamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi por conhecimento técnico?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Por conhecimento técnico. Mas foi o pedido político também, porque chegou o Deputado José Chaves, de Pernambuco, encaminhado pelo Sr. Fortuna...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, o empresário, que tem interesses na empresa, procurou um Deputado. De que partido que ele era?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele é do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah, do mesmo Partido que o Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Do mesmo Partido que o Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, um empresário, que tinha interesses no órgão que V. S^a ia dirigir, procurou um Deputado do Partido do Sr. Roberto Jefferson para endossar a sua competência técnica?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Que encaminhou para o Diretor Antonio Osório, que era o Diretor de Recursos Humanos, indicado pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o senhor não tinha nenhuma relação política com esse Partido?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nenhuma relação política.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nada?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nada. Absolutamente nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Surpreendente, porque, de fato, no depoimento que o Sr. Roberto Jefferson presta na polícia, ele fala que quem indicou foi o Deputado, e o próprio Deputado, em plenário, faz um discurso.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Deputado José Chaves.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O José Chaves faz um discurso de que ele o indicou. Ele falou no plenário da Câmara. Está aqui. Se me permite V. S^a.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas é verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, há uma conotação clara, política, da indicação de V. S^a pelo Partido de Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na Universidade dos Correios, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. Estou satisfeito. Vamos continuar as perguntas.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo. É verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Absolutamente perfeita a situação, ou seja, V. S^a foi indicado pelas mãos, apesar da competência técnica, do brilhantismo, de alguém do Partido do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Prossigo. Em que data V. S^a pediu o afastamento do seu cargo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Informalmente, em março; formalmente, dia 03 de maio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Formalmente no dia 03 de maio?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Confirma. V. S^a disse isso na Polícia. Veja que coincidência. Sabe em que data o Deputado Roberto Jefferson soube da gravação que envolvia V. Ex^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei, não senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No dia 03 de maio – na mesma data. Veja aqui como é curioso. No depoimento na Polícia, o Deputado Roberto Jefferson disse “que ouviu falar, pela primeira vez sobre a existência da gravação, envolvendo o empregado da Empresa de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, no dia três de maio”. Que coincidência!

O Deputado, Presidente do Partido daquele que o indicou, sabe da fita no dia 03 de maio; e V. S^a, no dia 03 de maio – coincidência! – pede o afastamento da empresa.

Não fossem as palavras de V. S^a dignas de credibilidade, sabe o que eu pensaria? Que o Deputado Roberto Jefferson soube nesse dia; ligou para V. S^a ou para alguém, e fala assim “Sai da empresa, correndo, que eu vou tentar evitar que essa fita estoure”. E V. S^a, pelo papel que consta aqui, não pediu o afastamento. V. S^a pediu férias. Eu tenho aqui um papel, assinado por V. S^a no dia 03 de maio, que leio. Maurício Marinho é o senhor, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Está aqui:

Maurício Marinho vem perante V. S^a solicitar que autorize o cumprimento dos dias restantes de minhas férias, referente ao período de 2003/2004 e 2004/2005, totalizando 23 dias, a partir desta data, tendo em vista problemas de saúde.

Aliás, é o primeiro pedido de férias justificado que vejo na minha vida. É primeiro pedido de férias justificado.

Não tivesse V. S^a credibilidade nas palavras, sabe o que eu pensaria? Alguém recebeu um telefonema: “Sai logo da empresa. Pede férias, que eu vou tentar administrar isso”. Essa minha versão é incorreta ou realmente foi tudo coincidência?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É incorreta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É coincidência?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deve ser.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro. Esta Casa tem várias coincidências, Sr. Presidente. Aliás, já houve até quem ganhou várias vezes na loteria, coincidentemente. Muitas coincidências. Mas vamos às coisas.

V. Ex^a junta um atestado médico de que estava impossibilitado. Sabe de quando? Dezoito de maio, quinze dias depois de ter tirado férias. O atestado médico em que V. Ex^a diz que está incapacitado para o trabalho é de 18 de maio – está no inquérito policial –, quinze dias depois de que V. Ex^a pediu suas férias,

alegando que não podia trabalhar. E sabe quem dá o atestado? V. Ex^a é diabético, não é isso? Quem dá o atestado é Sapiens – Clínica Interdisciplinar de Saúde Mental. Eu não sabia que clínica que cuida de saúde mental cuida de diabetes. É novo para mim. V. Ex^a tem algum problema, além da diabetes, que lhe desse um atestado por uma clínica de saúde mental?

Facilito para V. Ex^a: está na página 55 do inquérito em que V. Ex^a depôs, e voluntariamente, pelo que sei, apresentou esse documento à polícia.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Além desse atestado que consta...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É de saúde mental.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Esse é da Sapiens.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Da Sapiens. Saúde Mental.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Saúde Mental.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Cuida de diabetes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Não é que cuida de diabetes.

Sr. Deputado, o da diabetes, está aqui no processo o relatório médico. O da hepatite, 12 de maio, está aqui dentro do processo. Antes de depor. Está aqui dentro do processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, nove dias depois que o senhor saiu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Começou em março. Todos os exames estão aqui. Eu juntei todos os exames.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Os exames, sim, mas a documentação dizendo que V. Ex^a não pode trabalhar é de nove dias depois das suas estranhas férias, que coincidem com o dia em que Roberto Jefferson sabe da fita. E mais: dada por alguém que examina a saúde mental. O senhor estava com problemas mentais na época?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estava com alta depressão. Isso é verdade, e fui pra lá pela segunda vez. Não é a primeira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que por depressão? Algum problema?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Depressão normal do serviço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Será por quê? Porque o senhor sabia da fita? Será que é porque o senhor soube que seria denunciado publicamente e corria riscos? Será esse o fator da depressão de V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não é, porque eu não tive conhecimento da fita. Eu tive conhecimento

da fita no dia 12 de maio, pelo jornalista Policarpo, às 17h47min. É só verificar nas ligações telefônicas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Prossigo. V. S^a disse que participou de um jantar no restaurante La Torreta, com o Deputado Roberto Jefferson. Por que foi esse jantar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É verdade. Apareceram. São oito ou nove pessoas, e o Diretor Antônio Osório me fez o convite para participar também do jantar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o Deputado Roberto Jefferson estava lá, entre essas últimas pessoas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estava ele e outros. Tinha mais um parlamentar que eu não me lembro. Estava o genro dele, o Diretor Antônio Osório, eu e Fernando Godoy.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O que era? Era para um **scotch**, um jantar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Era um jantar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Em homenagem a Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Foi um jantar. Simplesmente, fui convidado a participar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor quer ver que coisa engraçada? Quando Roberto Jefferson é perguntado sobre isso em seu depoimento, ele não fala isso; ele diz que foi um encontro casual, e não sabe se o Sr. Osório estava na mesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Deputado Roberto Jefferson na polícia. Mentiu o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei. Eu não conheço o depoimento dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu leio para V. Ex^a. Gostaria de vê-lo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estou dizendo que eu participei com o Deputado Antônio Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu leio. Eu leio, vai me permitir. Eu acho direitinho para V. S^a. Permite-me aqui. Está aqui: “que noutra ocasião encontrou-se ocasionalmente com o Sr. Marinho, em um restaurante de cujo nome não se recorda; que não viu se Antônio Osório estava sentado na mesa, com o Sr. Marinho, no restaurante; e não se recorda se esse se encontrava com o Sr. Marinho no aeroporto”. Estranho, não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, mas eu estive com ele...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, o Deputado Roberto Jefferson mente aqui.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fui com o Diretor Antônio Osório...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A minha pergunta é: o Deputado Roberto Jefferson falta com a verdade, então?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso eu acho que tem que perguntar a ele, não a mim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, a V. Ex^a. A sua versão, então, não é coincidente com a dele. Está de acordo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É lógico. Eu estou afirmando que eu fui com o Diretor Antônio Osório a um jantar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E não foi um encontro ocasional?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele me convidou para ir ao jantar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Está ótimo. Ótimo.

O senhor foi alguma vez à Liderança do PTB? Encontrar...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Fui só nesse dia, que já foi perguntado, em que eu fiquei aguardando e que ele foi a uma reunião...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No La Torreta.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – La Torreta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– La Torreta.

O senhor foi, uma vez, à Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Pra... Eu fui com o Diretor Antônio Osório, que participou de uma reunião lá na 302 norte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A minha pergunta é se o senhor foi à Liderança do PTB encontrar o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, o Roberto Jefferson mente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O que eu posso fazer?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque, no seu inquérito, ele diz isso, ele descreve o número de vezes que encontrou com V. S^a. E, ao descrever, fala que uma das vezes isso se deu na Liderança do PTB. Não é estranho?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Uma reunião comigo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele não esclarece. Disse que o senhor foi à Liderança do PTB com o Sr. Osório. O senhor nunca esteve na Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fui com o Sr. Osório lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– À Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fui com o Sr. Osório. Eu disse isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, foi? O senhor acabou de dizer que não foi. Defina-se: foi ou não foi?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu fui, mas não participei da reunião. É isso que estou dizendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, mas o senhor foi à Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi. O que o senhor foi fazer lá? Visitar, conhecer as dependências, tomar um café?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, fui acompanhando o Diretor Antônio Osório, que participaria de uma reunião do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor era acompanhante?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Fazer o quê? Apenas companhia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não participei da reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, se o senhor não foi participar da reunião, foi fazer o que com o Sr. Osório na Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fui até lá acompanhá-lo; ele ficou lá em torno de 15 a 20 minutos, e depois retornamos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor ficou onde?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estávamos no carro da própria empresa, inclusive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não foi à Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi na Liderança do PTB a reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor entrou na Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, fiquei embaixo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, o Deputado Roberto Jefferson mente, diz que o senhor foi à Liderança do PTB com o Sr. Osório. Como ele sabia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estive lá, mas eu fiquei aguardando lá embaixo 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor esteve na Liderança?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estive na Liderança do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor entrou na Liderança. Não foi no carro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Defina-se, por favor! Chega de versões contraditórias! É uma coisa ou é outra. O senhor não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, eu desci do carro com o Diretor Antônio Osório, ele subiu para uma reunião, que não sei com quem ele fez...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não foi à Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fiquei embaixo, no térreo da Liderança do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Tem térreo na Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Ele subiu. Deve ter um térreo lá, que eu fiquei embaixo, e ele subiu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Então, o senhor conhece bem a Liderança do PTB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estive lá, estou falando, mas não participei da reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E

o senhor ficou lá sentadinho no sofá, na ante-sala?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fiquei andando ali em volta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Andando? Fazendo exercício? (Pausa.)

Obrigado. Está interessante.

Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, o senhor disse que o conhece. Ele é genro de Roberto Jefferson. O senhor disse aqui que já recebeu uma vez um telefonema dele para que visse o caso da Canon.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor fala também na Polícia. Não falava o nome da Canon. Mas fala que efetivamente foi lá para... Não sabe quantas vezes ele ligou para o senhor. O senhor disse que não tinha contato com ele, que o conheceu na festa do Roberto Jefferson e que não sabe quantas vezes falou com ele. O senhor falou na Polícia isso, não é verdade?

A minha pergunta é a seguinte: o senhor disse que é uma pessoa extremamente aberta com empresários e que todos que iam lá o senhor recebia, não é verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que o genro de Roberto Jefferson tinha de ligar para o senhor para o senhor ver um caso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele esteve lá pessoalmente, inclusive com duas pessoas, visitando os Correios...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele esteve lá, visitando os Correios...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...levando uma pessoa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, inclusive o Sr. César, da Canon.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Considerando que o seu chefe foi indicado por ele, considerando que o seu subordinado foi indicado por ele e considerando que o senhor também foi indicado por um Deputado do Partido de Roberto Jefferson, a minha pergunta é a seguinte: isso não é tráfico de influência? Não é pressão? Não é advocacia administrativa? Não é uma forma de fazer com que V. S^a dê um tratamento preferencial para esse caso? Se o senhor atende todo mundo, por que o genro de Roberto Jefferson tinha de pedir para o senhor atender, em caráter especial, uma empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, ele estava visitando a empresa e foi com o fornecedor até a minha sala, e eu o atendi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, o senhor falou que ligou. No caso da Canon, houve uma ligação, e o senhor falou isso.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Houve uma ligação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que ele ligaria para o senhor para atender uma empresa, se o senhor atende a todos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Atendo a todos, seja dele ou de outros partidos também, de vários partidos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor não acha estranho o genro da pessoa, Presidente do Partido que o indicou, pedir-lhe um favor para uma empresa? E o senhor não tomou cuidados? Por que o senhor não falou “venha o empresário aqui, que eu atendo todo mundo, Sr. Marcus”?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas ele foi e foi atendido, e foi dada a resposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E por que o Marcus precisava ligar para o senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas ele quis ligar e ligou. Ele me ligou para eu atender, e eu atendi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aliás, o senhor tem um atendimento especial com empresas. Nunca vi isso. Mexo com licitação a minha

vida inteira, dou aula disso. Mas o senhor falou no seu depoimento que chegou a se reunir com o Sr. Osório em empresas. O senhor menciona a empresa Riccò.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Riccò, Lexmark,...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor fez uma reunião na empresa Riccò, na Lexmark?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Lexmark.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E aí, perguntado no inquérito, o senhor fala: “não, eu fui me reunir na empresa para dar informações sobre a licitação”. É o único serviço de informação de licitação *delivery* e entrega em casa que eu vi na minha vida, porque, quando se quer saber informação sobre licitação, vai-se à unidade, não se vai à empresa. Não é estranho?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, a visita que foi solicitada, inclusive pelo Presidente da Lexmark Brasil, foi para apresentar o *showroom* em São Paulo a empresas públicas e privadas. O *showroom* está lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E a Riccò?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Riccò também. Agora, o interesse deles era sobre o *outsized* de impressão dos Correios. Todos eles teriam interesse.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então, o senhor foi se reunir na sede da empresa de alguém que teria interesse em vender para os Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Que teriam máquinas e queriam apresentá-las aos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não acha um comportamento estranho e que levanta suspeitas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A licitação está em andamento. O projeto básico está sendo desenvolvido. Qualquer empresa que tiver condição vai participar do processo. E visitas foram feitas a várias empresas. Não só nessa área.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor disse que o termo de referência...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– ... é do seu departamento e da sua unidade.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tem uma divisão específica para isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Que o senhor comanda?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Comando, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É sabido, o senhor me corrija, pelo menos, na mi-

nha vida vi sempre assim, que o termo de referência tem as especificações do objeto da licitação e características centrais que irão informar o edital que será lançado mais tarde, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. É um padrão. Basicamente um padrão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Até as crianças sabem que é nessas especificações que se conduzem as licitações e que, portanto, o termo de referência é a peça estratégica para quem quer fazer o chamado edital dirigido. Todos sabem disso. V. Ex^a sabe disso, não sabe?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Se o edital for dirigido, nós temos de ouvir a Comissão Permanente de Licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas que, se o direcionamento partir do termo de referência, o Jurídico, quando elabora o edital, que não tem o conhecimento técnico, reproduz o termo de referência. Estou mentindo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não é o Jurídico que elabora o edital.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quem elabora?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É a CPL e a Pregoeira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– A CPL não tem problema. Mas, ela reproduz o termo de referência, não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A parte legal já é padrão na empresa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Padrão... Aí, o termo de referência é o recheio, que é onde se colocam os requisitos, onde eu marco as cartas para a licitação. Qualquer criança sabe disso. O senhor também sabe. Aí, eu pergunto: para quem quer orientar uma licitação, o seu departamento não é estratégico? Controlar, ter o diretor, não é estratégico? Controlar e ter o subordinado executivo, não é estratégico?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As especificações, Deputado, não são feitas pelo departamento que emite o termo de referência...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– São feitas por quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São feitas pelo órgão competente que solicita a compra ou a contratação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ao senhor, ao seu departamento. Então, o senhor pega as especificações técnicas, coloca tudo no termo, define os requisitos necessários, técnicos, econômicos e jurídicos. Não? Não é assim que funciona?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Já é um padrão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Já é um padrão. Ou seja, o senhor pega o que os técnicos fizeram, dá a burilada e é aquilo que vai montar o edital.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Exato. Ou seja, é o termo de referência mais importante para quem quer conduzir uma licitação do que quem elabora o edital, porque quem elabora o edital vem com o prato feito no termo de referência. Então, não vamos colocar névoa nas coisas. O seu departamento, para quem quer conduzir a licitação, é estratégico?

O SR. () – Permita-me interromper, só para acrescentar. Veja o que V. S^a declarou na fita: “Então, o que é que nós estamos fazendo? A gente faz esse tipo de negócio, já define, vamos aos outros critérios: capital social, índice de liquidez. Como é que nós vamos compor o nosso edital” – isso é o que está asseverando o Deputado. “A parte legal não é nossa. Agora, quer um equipamento com tantos megahertz, isso é a área que faz o pedido. Só que eu recebo todo o projeto na mão. Estamos fechados? Eles estão querendo comprar isso aqui? As especificações são essas, entendeu? Daqui sai o edital”. Isso é a afirmação de V. S^a.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As especificações são elaboradas pelo termo que requisita, é o órgão demandante. O termo de referência... Quando é dito aí capital social e índice de liquidez, eles são padrões – e o nobre Deputado conhece muito bem –, e o TCU lhe dá uma margem. Uma margem que você possa exigir...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não nas especificações técnicas.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, na especificação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro!

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu digo na parte de capital social, de índice de liquidez, modalidade de licitação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não é disso que eu estou falando. O senhor sabe bem do que estou falando. É de especificação técnica, onde se conduz a licitação. É onde eu pego o requisito técnico e oriento para a empresa que vai ganhar, inclusive no Pregão. Não me venha com a estória de que no Pregão não tem fraude. Tem. Como qualquer licitação. Quando eu marco as cartas, quando eu identifico o objeto, quando eu defino os requisitos da habilitação. É aí que há fraude. É no termo de referência. E é onde o departamento de V. Ex^a tinha responsabilidade. Logo,

departamento estratégico. Departamento estratégico para a burla. V. Ex^a comandava esse departamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deputado José Eduardo Cardozo, V. Ex^a me permite interrompê-lo, até para ajudá-lo. Eu queria saber do Sr. Marinho se havia um limite de atribuição da área dele com relação a valor de licitação. Gostaria de saber até quanto a licitação tinha a decisão e a participação dele, a partir de quanto isso iria para a diretoria e se eram os diretores que decidiam. Com isso, temos uma noção desses valores.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Os limites de competência até R\$80 mil são assinados pelo chefe de divisão e pelo chefe de departamento. Entre R\$80 mil e R\$650 mil, são assinados pelo chefe de departamento requisitor e pelo diretor da área correspondente. Acima de R\$650 mil, são assinados pelo diretor da área requisitante e pelo presidente da empresa – isso para iniciar a abertura do processo licitatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Uma impressão que me fica do depoimento de V. S^a é que V. S^a e Roberto Jefferson se entendem bastante na estratégia de depoimento, têm uma certa afinidade, em tese. No entanto, quando falam de fatos, e um não ouve o outro, é um desastre.

Quando é que o senhor conheceu Roberto Jefferson? Já respondeu aqui, mas quero que responda novamente.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi no aeroporto em Brasília. Creio que foi em 2003, junto com...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Sr. Salmeron?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Salmeron.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Isso. Não é o que diz o Deputado Roberto Jefferson. No inquérito, às páginas 34, ele diz que esteve pela primeira vez com o Sr. Maurício Marinho na posse do Sr. Antônio Osório e que foi o Sr. Antônio Osório que os apresentou. Coincidem na tese, coincidem no espírito, coincidem no **animus**, mas não coincidem nos fatos. É mais uma contradição. Aliás, são coincidências, quando um sabe, e o outro afasta. São contradições, quando se conhecem e não são amigos, mas vão a um jantar. Um diz “não, não fui ao jantar”; e o outro, “eu fui por acaso”.

É estranho, extremamente estranho o depoimento de V. S^a. É muito estranho.

V. S^a é o técnico, pelo menos diz. Na fita que foi exibida, não era um técnico, era um homem de partido. Falava “o nosso partido”, “Roberto Jefferson, meu íntimo”, esse que o senhor encontrou num jantar, depois não encontrou; esse que o senhor não sabe quando conheceu, essa mesma pessoa. Lá, o senhor era ami-

go, companheiro, participava de um esquema para ele. Não é verdade? Ou seja, as coisas começam a ficar claras com o depoimento de V. S^a, quando mente e quando fala a verdade.

Mas como é que um técnico, esse homem que não olha a política, que é apolítico, sabe tão bem o mapeamento político da empresa? Como é que um técnico só almoça licitação, janta licitação, com a seriedade da verdade que Deus lhe deu – porque V. S^a fez um pacto com Deus de não mentir aqui; é o que disse –, como é que esse homem que é um técnico sabe o mapeamento político inteiro, sabe que foi Michel Temer que indicou, que foi Silvinho que indicou? De onde o senhor teve essas informações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Dentro da empresa e na revista *Veja*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem lhe deu essas informações na empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A própria diretoria, nós conversávamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que diretor lhe deu essa informação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Osório, o Diretor Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Osório lhe passou o mapeamento político. Para quê? Para o senhor vir depor? Ele orientou seu depoimento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não, não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando que o senhor soube desse mapeamento político da empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em toda troca de diretor, nós já sabemos de onde vem lá dentro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nós já sabemos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nós já sabemos quando chega o diretor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nós quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nós, que eu digo, são os chefes de departamento; são 40.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, há uma apresentação: “olha, fulano de tal foi indicado pelo Deputado Michel Temer”. É assim?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todo mundo sabe.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como sabe? Quem lhe fala?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É voz corrente lá dentro. Como é que não sabe...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Todo mundo sabe?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...quando vai entrar um diretor dentro de uma área e você não sabe de onde ele veio, quem indicou?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas quem dá essa informação? Porque, até hoje, eu não sabia desse mapeamento, e olha que eu sou Deputado e acompanho o Governo que eu apóio.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Saiu na revista *Veja* recentemente, todos eles.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor tirou da *Veja*?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não sabia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Já sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Já sabia antes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Já sabia antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem lhe disse foi o Osório?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Seu amigo Osório?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que lhe confidenciou?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – E digo mais: quando saiu em novembro a possibilidade de o Sr. Ezequiel assumir a Diretoria dos Correios, nós, nos Correios, já tínhamos fotos e todas as informações do Sr. Ezequiel. Isso foi, em novembro do ano passado. Até maio, ele não assumiu. Mas, quando se fica sabendo, automaticamente – “quem vai assumir? Fulano de tal” –, já corre toda a Internet dos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quer dizer, fazia tempo que o senhor sabia mesmo, não é?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E das falcatuas que o senhor falou hoje ou que está presumindo que sejam, desde quando o senhor sabia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que o senhor não falou para a Polícia o que o senhor falou aqui hoje?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As informações que...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se o senhor tinha informações, se o senhor tinha denúncias, por que não as fez à Polícia e vem fazer

hoje, após um momento estranho, após um momento suspeito?

E vou oficializar à Ordem dos Advogados do Brasil, porque acho absolutamente irregular – me perdoem os advogados, que respeito – que advogados, durante o depoimento, digam que vão renunciar ao mandato porque o seu cliente mente. E, a partir daí, reúnem-se com o cliente, com Deputados juntos, e apresentam um papel!

A minha pergunta é: por que o senhor não apresentou isso na Polícia? Se sabia que havia indícios de irregularidades, por que o senhor omitiu? O senhor prevaricou, porque era essa a sua função, como funcionário público. A lei diz que funcionário público que sabe de irregularidades tem o dever de denunciar. Por que não denunciou? Por que veio fazê-lo somente hoje? Por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na Polícia Federal, todas as perguntas que foram feitas foram respondidas. Primeiro...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o senhor não falou isso por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que o senhor não falou de Silvinho Pereira, não falou que havia esquemas por trás? Por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não fiz esse levantamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah, então, quem lhe deu o afunilamento, hoje?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O afunilamento em cima da minha pessoa na última semana nos levou, como uma estratégia nossa de defesa, a levantar todos os problemas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Era isso que eu queria ouvir. O senhor fez esse levantamento esta semana, estando afastado da empresa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fizemos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se o senhor estava afastado da empresa, quem lhe passou essas informações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tenho algumas informações, e tem gente também que me dá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem lhe passou essas informações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A maioria das informações são minhas, são próprias. Entendeu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas, então, se são próprias, o senhor não as obteve esta semana.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu fiz essa relação esta semana, é isso que estou dizendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Decida-se: ou obteve esta semana...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi essa semana agora que passou, eu fiz a relação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem lhe passou essas informações? O senhor está fora da empresa, o senhor não podia ver os processos. Quem lhe passou as informações que o senhor apresentou hoje?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esses processos são antigos, Deputado, não são de agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E como é que o senhor soube esta semana, se são antigos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu fiz a relação na semana passada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem relaciona o faz quanto a informações que obteve, de algum modo. O senhor ou as obteve esta semana ou já sabia. Se já sabia, tinha de ter denunciado. Se soube esta semana, quem lhe disse, já que o senhor está fora da empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A maioria das informações eu já sabia, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por que não falou na Polícia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Só respondi o que me foi perguntado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que não falou na Polícia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu só respondi o que me foi perguntado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que não falou? O senhor tinha esse dever. Sempre que um funcionário público sabe de um ilícito, ele tem o dever de denunciar. Por que o senhor omitiu esse dever?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tenho... Simplesmente respondi, tanto ao Ministério Público quanto à Polícia Federal, todos os questionamentos que a mim foram formulados, nem um a mais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então omitiu, sabendo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu só me limitei a responder o que me foi perguntado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, V. S.^a omitiu, sabendo. Confirma?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A relação, toda aquela que apresentei aqui...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor já sabia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...eu conhecia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conhecia. Então, omitiu, tendo aquelas informações.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justamente. Aí fiz a relação para apresentar aqui a V. Ex^{as}.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Deputado, peço a V. Ex^a que conclua, porque existem mais Senadores e Deputados que precisam falar, sem deixar de destacar o brilhantismo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a. Eu teria muitas outras perguntas a fazer, mas não quero monopolizar a Comissão. Estou satisfeito, Sr. Presidente. As contradições são evidentes, e a credibilidade de um depoimento se constrói em cima da coerência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero apenas dar um testemunho.

Vou sair daqui, Deputado José Eduardo Cardozo, mais decepcionado ainda com o PT do que quando entrei. Saio daqui profundamente decepcionado com o Partido dos Trabalhadores, e a razão é muito simples: nunca vi ninguém com tanto brilhantismo – em um momento em que falta muito ao PT – defender seu Partido e defender seu Governo como fez o Deputado José Eduardo Cardozo. Foi brilhante, com a cabeça erguida! É raro acontecer isso. E V. Ex^a é tão pouco aproveitado nesse Partido. Nunca foi líder, nunca ocupou lugar de destaque. Que panelinha mal feita essa do Partido dos Trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, esse assunto...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a é uma exceção para confirmar a regra, a sua precocidade superou tudo. Mas saio daqui, mais uma vez, bíblico. Saio daqui realmente cabisbaixo. Que Partido burro! Não aproveita o Deputado José Eduardo Cardozo! E já vi que S. Ex^a reclamou, porque não se enquadrou em determinado momento, renunciou à Vice-Liderança. Quer dizer, só se vêem os defeitos, não se vê a virtude desse rapaz! Como é brilhante! Gostaria de ver um *tête-à-tête* dele e do Deputado Roberto Jefferson, um defendendo o Governo, e o outro acusando-o.

Mas, Sr. Presidente, já se diz em Eclesiastes “aumentei meu conhecimento e, com ele, a minha dor”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Nélcio Dias. Depois,

eu a concederei ao Deputado Asdrúbal Bentes, ao Senador Sibá Machado e ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não diga que já vai chegar a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está chegando, meu caro Senador Sibá.

Concedo a palavra ao Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Para fazer algumas confirmações, queria chamar a atenção do senhor, porque hoje, pela manhã, depois que o senhor foi interpelado pelo Senador Sérgio Guerra, quando ele alegava que o senhor não estava dizendo a verdade, o senhor depois prometeu dizer a verdade, desde que fosse dada a V. S^a pela Polícia Federal garantia à sua família. Você confirma isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo, senhor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Aí você começa o seu depoimento, a nova fase do Maurício Marinho, chamando a atenção para os grandes contratos da área de tecnologia e da Diretoria de Operações, como contratos que sofreram contaminação de alguma forma, e dizendo que essas diretorias foram indicadas pelo Partido dos Trabalhadores. É verdade? Sim ou não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não só essas. Tem outros contratos de outras diretorias também.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Mas indicadas pelo PT?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. A parte de propaganda é PMDB, não tem nada a ver com o comercial PMDB.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo bem. E falou também que as decisões eram tomadas em regime de colegiado.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, você quer dizer que todos os diretores...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Solidários.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – ... são solidários, e eles estão também contaminados dentro do processo, se tiver alguma ilicitude dentro dos contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, está tudo num balaio só?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É verdade, senhor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor falou que a indicação do Presidente da empresa tinha sido do PMDB. O senhor confirma?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E a Diretoria Comercial também...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – ... pelo PMDB?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Quem indicou os diretores? E o Presidente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Presidente, Michel Temer; como Diretor Comercial, Hélio Costa, Senador Hélio Costa; Diretor Robinson Koury, indicado pelo Senador Ney Suassuna; e o Diretor Ricardo Caddah, pelo Ministro Eunício de Oliveira. Essa é a informação que tenho.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E, nesse colegiado, eles conviviam bem, Sr. Maurício? Era uma convivência harmônica, boa, ou tinha disputa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Expliquei, inclusive, que eles tinham implementado na empresa até o ato da pré-redir, onde todos eles se reuniam, para, na quarta-feira, no ato da reunião da Diretoria, terem agilidade na análise e na decisão de processos. Então, dá a entender para nós, que somos lá debaixo, que havia uma coesão, que havia um bom entendimento entre toda a Diretoria colegiada – para nós, que somos funcionários, que não participamos da Diretoria.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, você diz que, na sua concepção, existia uma boa convivência...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – ... entre os diretores indicados pelo PMDB, pelo PTB e...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – E pelo PT.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – ... e pelo PT?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Total.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E você, antes, agora há pouco, dizia, chamava a atenção para contratos que tinha, que estavam contaminados?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pedi para que fizessem a avaliação dos principais contratos...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Dos principais contratos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ... que são dezesseis ou dezessete.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Dezesseis ou dezessete, que estavam contaminados; mesmo assim, esses diretores de várias fontes...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Fazem parte.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – ... conviviam bem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Faziam e fazem parte de vários deles.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Você confirma tudo isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Confirmo, sim.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo bem. Vou concluir, Sr. Presidente. Quais foram os maiores contratos que você tem na sua lembrança? Nos onze meses em que você passou na chefia, quais foram os maiores contratos que a ECT fez?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Recentemente, que está em fase de resolução, é a compra de cofres para agências do Banco Postal, que não estava conclusa ainda, no momento em que saí. Foi o de maior monta; creio que chega em torno de R\$10 milhões. Esse é um processo que estava em andamento, em fase de conclusão. Estou dizendo da minha diretoria, da Diretoria de Administração, da qual faço parte. Agora, fora isso, foram adquiridos equipamentos de informática, obras de engenharia...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Mas que valores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São de outras áreas. Não tenho detalhes, Senador. Não tenho.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Deputado.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deputado. Mas, os Correios têm todas as licitações relacionadas por área e com valor. São dezenas, centenas de licitações, mas temos tudo isso.

O SR. NÉLIO DIAS (PPB – RN) – Está bom, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Nélio Dias. Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, desde ontem ouço com uma paciência verdadeiramente amazônica os depoimentos de V. S^a, Sr. Marinho, e as inquirições dos ilustres Deputados e Senadores e quero dizer que, como advogado, parto da presunção da inocência, não estou prejudgando V. S^a.

A nossa função é apurar todos os fatos para depois encaminhar para os canais competentes. De maneira que se sinta absolutamente tranquilo, porque a V. S^a será assegurado por esta Casa o amplo direito à defesa, ao contraditório e, com os competentes advogados que V. S^a tem, certamente será uma bela questão entre a Comissão e futuramente na Justiça, se for o caso.

Mas, o que me chamou a atenção – e sou um amazônida empedernido – é que quando falam da minha região, do meu Estado Pará, eu quero saber alguma coisa e me causou estranheza o fato de V. S^a ter sido – se não me falha a memória – admitido em Mato Grosso do Sul.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Admitido em Mato Grosso do Sul. Do Rio de Janeiro fui para Mato Grosso do Sul e, em 1980, para Belém do Pará.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em 1980 para Belém do Pará. Passou quanto tempo em Belém do Pará?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em Belém do Pará foram dois períodos. No total, foram quase 18 anos que eu vivi na Região Norte.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quase 18 anos? Mas qual foi o fascínio que o levou para Belém do Pará? Foi a cidade das mangueiras ou as belas morenas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi uma determinação da empresa, na época ainda do Coronel Boto, para, junto com o Diretor Regional de Mato Grosso do Sul, assumirmos a Diretoria Regional do Pará com problemas que havia em Serra Pelada. Na época, fomos para lá com essa missão.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então V. S^a esteve lá no meu reduto, em Serra Pelada?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Estive lá, conheço Paraopebas, Curionópolis, toda a região, Eldorado, Marabá, Transamazônica.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quanto tempo, nessa primeira fase, V. S^a passou no Pará?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – De 1980 a dezembro de 1984 ou 1985, se não me falha a memória. Passei um ano em Campo Grande, retornei ao Pará e entrei na Reicon, onde fui funcionário da Rebello Indústria, Comércio e Navegação...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Vamos por etapa, porque V. S^a falou que, posteriormente, a Reicon foi uma das transportadoras dos Correios em toda a região?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E V. S^a me parece que sofreu uma sindicância, um inquérito, qualquer coisa lá no Pará e foi afastado em consequência disso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu pedi para sair, teve um inquérito que envolvia toda uma área, uma denúncia anônima, foi feito uma diligência, que pode ser verificada, solicitaram a ficha funcional, existe um relatório feito por Brasília. E, como não houve culpabilidade e nenhuma responsabilidade e recebi uma proposta muito melhor da Reicon, pedi o meu afastamento da empresa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E V. S^a pediu para sair antes de concluída a sindicância?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, após concluída a sindicância.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a pode fornecer a esta Comissão a sindicância?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho, mas existe aqui no Departamento de Recursos Humanos da Diretoria de RH.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, Sr. Presidente, requeiro que seja solicitada à Diretoria de Recursos Humanos da EBCT a sindicância na qual ele foi arrolado, mas segundo ele inocentado, na década de 80, no meu Estado do Pará.

V. S^a depois saiu, foi para o Rio de Janeiro. É isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, de lá, eu retornei para Brasília, eu vim para Brasília.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para Brasília. Mas, muito bem, antes disso, o senhor trabalhou na Reicon.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Trabalhei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quem era o diretor regional dos Correios à época?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nessa época... três diretores passaram, nessa época, lá. Foram Waldemir Freire Cardoso, Valgrícia Dantas e o Cabral, Luiz Cabral. Três diretores na mesma época em que eu estava fora.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a disse hoje, aqui, que os cargos de direção são todos por indicação política.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nacional.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nacional. Eu acho que, conseqüentemente, os regionais, por via de dedução, também devem ser indicados pelas Lideranças regionais.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que sim, eu não...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a insiste em dizer que não tem relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nega veementemente esse relacionamento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Nego.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas aqui, no depoimento de V. S^a, em várias partes, há manifestação desse relacionamento.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Há até uma parte em que V. S^a diz assim: “Já fui convidado algumas vezes, mas nunca tive um partido forte. Agora, o PTB me ajudou muito, mas, como tinha Senador, já tinha gente na frente, aí, você... (ininteligível)”.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Certo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “O PMDB está me fazendo convite. Fiquei meio preocupado. Conversei, lá, com Roberto Jefferson: ‘Jefferson,

o PMDB está-me convidando. Se eu for para lá, se o partido achar que eu deva ir, eu vou, eu faço tudo fechado”.

Primeiro, qual era a sua preocupação em ir para o PMDB? Seria para não causar mal-estar com o Deputado Roberto Jefferson? E o que é esse “fechado” que o senhor ia fazer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso, nobre Deputado, é uma das partes que eu assumi, o compromisso por escrito, como uma bravata. Eu, realmente, não fiz o contato com Roberto Jefferson. Existia, sim, na empresa, a possibilidade de uma alteração no segundo escalão, e eu estava pretendendo, realmente, uma ascensão, mas tanto faria PMDB, PTB, seja qual for. Mas eu não fiz esse relacionamento com ele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em que consiste esse fechamento? Seriam vantagens?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Seria uma promoção. Na realidade, seria uma promoção.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não é isso, não. V. S^a diz: “Eu faço tudo fechado”. O que significa esse “fechado”?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Aí, toda essa conversa é em cima de uma possibilidade de ascensão e sem nenhum fundamento a conversa com o Deputado Roberto Jefferson, e com ninguém do PMDB também. Isso foi uma conversa entre quatro paredes, com um interlocutor que também estava contando vantagem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então o senhor confirma que parte daquela fita é constituída de bravatas e mentiras?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Grande parte são bravatas, autovalorizações, tem alguma coisa que é verdadeira; desde o início eu estou afirmando isso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Aí, vou-me lembrar da minha velha mãe, que já se foi: “Cesteiro que faz um cesto faz um cento”. Custa-me crer que V. S^a esteja falando a verdade aqui, porque, se mentiu lá, pode estar mentindo aqui. Como é que podemos acreditar? E eu deduzo, e eu indago: por que V. S^a mentiu aos interlocutores naquela fita?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não existia uma empresa, não existia um fornecedor de fato, não tinha um vínculo comercial com a ECT, não tinha produto colocado, não tinha um objeto a ser tratado. Por que eu abria informações específicas da empresa? Então, era uma série de conversas sem nenhum modelo de negócios. Por isso são bravatas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a disse que, ali, estava tratando de um negócio particular.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justo, esse era o meu objetivo, e o deles era o de gravar a fita. É tan-

to que foi até o último instante para entregar aqueles R\$3 mil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, mas um negócio particular que tinha os Correios como um dos objetivos; algo dos Correios que iria beneficiar alguém.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Para futuro, não tinha dúvida; nós íamos botar uma consultoria, nós íamos trabalhar lá fora, dois anos para aposentar; esse era o projeto inicial.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a acha que é correto estar como funcionário, servidor dos Correios, prestando assessoria à empresa que presta serviços ao órgão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justamente, nós não estávamos prestando serviço. Eu não pedi, em nenhum momento da fita, Sr. Deputado, nenhum valor. Em nenhum momento da fita foi solicitado um centavo sequer. O que eles queriam, no fundo, era incriminar, realmente. Não foi solicitado um centavo. Eu não pedi dinheiro a ninguém. Na fita está claro. No final, ele entregou o dinheiro. Eu peguei o dinheiro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E por que pegou?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Está errado? Está errado. É um ato impensado, eu peguei. Ora, eu nunca neguei isso. A situação em que eu me encontrava, naquele dia, quase quatorze horas de trabalho e de pressão.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas que pressão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A pressão de quatorze horas de trabalho, de duas horas seguidas que o diretor viajaria para Alemanha no dia seguinte, está na fita.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a me parece... Eu vou começar a usar expressões lá da minha terra, não é? V. S^a é um servidor competente. É inteligente, tão inteligente que está no furacão de toda essa crise – não é? – que decorreu daquela gravação, certo? Quer dizer, tudo era fantasma: aquelas declarações, aquela conversação, aquilo tudo foi fantasma; só não foi fantasma o dinheiro recebido.

Algumas pessoas que denunciaram aqui, inclusive o Deputado Roberto Jefferson, dizem que o “mensalão” recebe verbas provenientes de empresas públicas e privadas. E V. S^a, embora diga que o seu departamento é estanque, que tem uma limitação, mas talvez, pela sua competência, porque V. S^a conhece os Correios por dentro e por fora, indo e voltando, V. S^a parece que era muito ouvido em todos as diretorias, porque está a par de tudo o que ocorreu nos Correios nos últimos

tempos. Tudo! Tanto da parte política quanto administrativa e financeira.

Então, V. S^a tem alguma informação de que alguma empresa contratada pelos Correios ou que os próprios Correios tenham fornecido recursos para pagamento do “mensalão”, e a quem esses recursos foram entregues?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não senhor, não tenho esse conhecimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Perfeitamente!

Para concluir, já que o meu tempo está esgotado, mas eu conto com a complacência de V. Ex^a, houve uma licitação em que participaram a Metrocom e a Novadata, para fornecimento de computadores. A vencedora foi a Metrocom. As denúncias que nos chegaram são as de que os computadores foram entregues, mas não foram conferidos e que não atenderam às exigências contratuais.

Então, pergunto: V. S^a pertence à comissão de recebimento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não senhor, isso depende da própria diretoria que requisita, e tem uma equipe que faz o recebimento dos materiais. E não são entregues em um local; são entregues por diretorias regionais. Cada diretoria tem a comissão de recebimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim. V. S^a sabe se foi feita a conferência do recebimento dos computadores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não tem conhecimento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A gestão é equipamentos de tecnologia, nós temos que ver o processo junto à área de tecnologia.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – À área de tecnologia?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Inclusive, a Metrocom, que o senhor está afirmando.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, estou satisfeito com as indagações, embora não com as respostas, porque, ao que me parece, o depoimento do Sr. Marinho foi dividido em duas fases: na primeira fase, antes daquele incidente de hoje pela manhã, e que a partir da sua confissão de que mentiu ao vivo e em cores na televisão, eu não posso acreditar que aquele incidente tenha sido um incidente, mas pode ter sido mais um ato de teatralidade, que, aliás, a Câmara ultimamente tem sido pródiga. Tivemos o Deputado Roberto Jefferson, que, nesta Casa, demonstrou toda a sua competência, inteligência, brilhantismo,

eloquência, oratória, e de acusado, hoje, está, perante a opinião pública, como acusador.

Aqui, o depoimento do ilustre Dr. Marinho que, ontem e hoje pela manhã, no início dos trabalhos, procurava divagar nas respostas, de maneira a não entrar no âmago da questão. Depois, apresentou alguns contratos que ele indica como eivados de nulidade, de vícios e que precisam ser realmente apurados.

No meu entender, no que diz respeito ao relacionamento dele com o Deputado Roberto Jefferson, ele não está falando a verdade. Aliás, ele já se contradisse várias vezes.

Eu lamento profundamente, mas me dou por satisfeito com as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes, só para registro, nós já fizemos o requerimento especificamente com relação ao histórico funcional do Sr. Marinho.

No que diz respeito às providências solicitadas por V. Ex^a, a Assessoria já as tomou.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a minha grande dificuldade, já que fiquei no fim da fila, é saber se ainda tenho alguma coisa para perguntar, Sr. Relator. Isso porque praticamente tudo foi perguntado. Mas vou tentar aqui, num esforço, indo aos meus limites, ver o que ainda posso acrescentar de positivo para esta Comissão.

Observei o Sr. Marinho dizer que recebeu os R\$3 mil após um dia de trabalho, de muito cansaço, de 14 horas.

V. S^a está aqui, juntando o dia de ontem com o dia de hoje, superando as 14 horas. Fique tranqüilo, porque aquele fato não vai se repetir. Pelo menos, eu espero. Fique absolutamente tranqüilo, porque acho, Sr. Marinho, que a coisa mais importante neste instante é a tranqüilidade de V. S^a. O que observei aqui? Um cabo-de-guerra: um lado puxando para lhe tirar segredos; outro lado tentando inibi-lo, com muita eloquência, para que V. S^a ficasse inibido, embaralhasse os fatos e não falasse tudo aquilo que sabe.

Ontem, fiz uma questão de ordem ao Presidente no sentido de que questionasse V. S^a sobre se tinha alguma necessidade de fazer algumas revelações em ambiente fechado e reunião reservada. Ontem V. S^a disse que não.

A minha primeira pergunta, diante dos fatos, diante da revisão comportamental que V. S^a fez hoje, é se mantém a afirmativa de que não tem nenhum

fato reservado para revelar ou se deseja, após a oitiva pública, ter uma reunião reservada para acrescentar mais alguns fatos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em princípio, não, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas fique V. S^a inteiramente à vontade. Não se trata de ter medo, porque o medo de V. S^a já acabou, já destampou a chaleira. Eu sei, no que diz respeito a segredos comerciais, que, com certeza, V. S^a é detentor de alguns deles, até pela função estratégica que ocupava na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Vi aqui, por exemplo, a tentativa de se incriminar um funcionário que tem um limite de até R\$650 mil e que sua decisão é relativa, porque, mesmo com esse limite, isso ainda passa por uma diretoria. Mas não vi se questionar, com mais profundidade, como é que eram discutidos os grandes contratos numa empresa, cuja decisão é colegiada e solidária.

Criticou-se muito a ida do genro do Sr. Roberto Jefferson à ECT. Isso está errado, é passível de todas as condenações e merece os quintos do inferno. Mas se viu com naturalidade que V. S^a também citou aqui – não acusou, mas citou – a influência do Sr. Sílvio Pereira, que não conheço a não ser de informações e de manchetes. Segundo V. S^a, ele detinha duas diretorias nos Correios e mandava. E ninguém questionou se ele visitava... V. S^a conheceu o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não o conheço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas sabia que ele freqüentava os Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tinha informações da empresa de que sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fora ele, quem, ligado ao Governo, à estrutura do PT, freqüentava os Correios para usar de prestígio e influência nessas questões?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É. Ou o pessoal de lá vinha aqui ou alguns iam lá, mas não tenho esse conhecimento nem relacionamento direto com essas áreas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. S^a mostra que é muito informado, e a gente, que convive com o serviço público aqui em Brasília, sabe que existe uma fonte poderosa nas repartições públicas, que é a famosa “rádio corredor”, comenta-se tudo. Sabia ou ouvia-se comentar que, com desenvoltura, o Palácio interferia nas ações dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Algumas vezes sim. Inclusive, disse hoje, no caso da firma HHP.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quais as pessoas do Palácio das quais mais se ouvia falar por interferir nas ações dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Somente do Sílvio Pereira.

Agora, Senador, só para acrescentar um detalhe, o conhecimento que a gente tem é de que todo chefe de departamento, terminada uma reunião de diretoria, recebe tudo aquilo que foi aprovado na reunião da diretoria, as decisões da diretoria, quais contratos foram homologados no Brasil todo. Então, a gente passa a ter conhecimento das decisões. Não participamos da diretoria colegiada, que é solidária, mas tomamos conhecimento daquilo que é aprovado em reunião de diretoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Delcídio é um homem experiente, já participou de diretorias colegiadas. O único reparo que faço ao brilhantismo do Deputado José Eduardo Cardozo é que ele não sabe como funciona a diretoria colegiada. Ninguém quer levar matéria que não seja aprovada, e a discussão é feita amplamente pelos assessores, pelo segundo escalão, pelo terceiro escalão. Na maioria das vezes, reunião de diretoria colegiada é uma confraternização. Ninguém leva matéria polêmica. Você amadurece antes e leva para ser aprovado. Geralmente, aquilo termina com um jantar, com uma confraternização. Na realidade, a cozinha das empresas funciona em outra instância. V. S^a conhecia as instâncias intermediárias, mas, quando subia, escapava exatamente da sua instância.

Agora diga-me uma coisa. Falou-se muito aqui de seguro postal, que o produto estava nas prateleiras, que tem prejudicado, a concorrência foi suspensa... V. S^a poderia falar mais claramente o que é o seguro postal? Quem participou? Quem foi prejudicado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador, respondi a essa pergunta com base naquilo de que tenho conhecimento. Havia duas comissões especiais de licitação, uma trabalhando o seguro – a aquisição de um sistema de tecnologia para gerir todos esses seguros, e uma outra comissão trabalhando os produtos de seguro que seriam disponibilizados na ECT. Não sei qual das duas foi a revogada ou a suspensa. Uma delas já foi levada a efeito. Uma das duas já foi levada a efeito. A informação que a gente tem é a de que já haveria uma empresa trabalhando um desses dois processos. A outra, não sei por que, foi revogada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a sabe as empresas e a quem supostamente estariam ligadas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. A comissão especial de licitação é diretamente vinculada à presidência e, por isso, não tenho conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a falou aqui, em determinado momento, de algumas licitações gigantes. Por exemplo, citou o número de mil veículos, salvo engano, mais ou menos esse número. Essas licitações, quando eram feitas... A compra era feita diretamente com a fábrica ou passava por revendedores? Quais são os revendedores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Normalmente, essas compras, as grandes compras de veículos, de motos e até mesmo de bicicletas, são feitas diretamente nas fábricas. As entregas é que são feitas nas regionais, pelo que conheço, através das revendedoras, vamos dizer assim. Isso é feito também pela área operacional, mas a compra é feita junto às fábricas, direto da Fiat, da Ford. Agora, a entrega dos bens é feita pelas distribuidoras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por exemplo, Brasília. Não conheço bem o mercado, mas vamos dizer que em Brasília haja duas revendas Fiat, duas Volkswagen, uma hipótese, os carros dessas marcas. Qual era a decisão que a diretoria tomava para optar pela revenda do Suassuna ou pela revenda do Ailton.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso é feito pela própria indústria. A indústria é que faz. Não são os Correios que decidem a quem vão distribuir, pelo menos a informação que tenho é essa. Mas compras foram feitas, no ano passado, desses quantitativos que falamos aqui. Certo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quer dizer que a decisão não é dos Correios. O revendedor...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que seja....

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas como o revendedor às vezes é injusto, se quer ter um relacionamento com todos os representados e, por vezes, dirige-se a apenas uma revendedora e não faz uma distribuição eqüitativa com todos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu não conheço o sistema de distribuição das fábricas para os distribuidores. Não tenho conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a falou também sobre a interferência do Palácio do Planalto em relação à publicidade, a verba de propaganda. De onde vinham essas influências?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As influências, diretamente da Secretaria de Comunicação do Luiz Gushiken, Ministro Luiz Gushiken. Toda a verba de propaganda, todas as autorizações e os processos

são coordenados entre a presidência dos Correios. Por meio do Departamento de Marketing, todo o programa tem de vir aqui para a Secretaria de Comunicação, é previamente aprovado e, a partir da aprovação, a empresa... Eu acho que não são os Correios; acho que isso são todas as empresas públicas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não havia licitação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, a licitação foi feita no ano passado, mas pelos próprios órgãos da presidência. Três empresas, pelas informações que eu tenho. Inclusive essa SPM&B é uma das três empresas que detêm a conta Correios. A informação que eu tenho é de que são três empresas que trabalham com a ECT. Correto?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A participação no caso do Palácio era para distribuir? A redistribuição da verba – para que órgão de imprensa vai, vai tanto para fulano... Então, seria isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, eu não tenho esse conhecimento. Eu sei que a pauta dos trabalhos, dos produtos que seriam veiculados, da aplicação dos recursos, era feita pela empresa e que traria aqui para a aprovação da Secretaria de Comunicação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente que um posto correlato ao que V. S^a ocupava, todas as outras diretorias têm iguais.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São 46 departamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Igual ao de V. S^a.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso, têm.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Poderia prestar à Comissão o benefício de citar o nome de seus colegas da mesma posição, nas outras diretorias?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por gentileza.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Na Diretoria de Tecnologia, o órgão mais importante, que centraliza os contratos, é a Cipro – Comissão Interna... aliás...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, seria bom a atenção a esses nomes que ele está citando.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Comissão de Integração de Projetos.

Na área de ...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem é o diretor, o chefe no caso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – De tecnologia, ex-diretor Eduardo Medeiros. Eu não sei como está hoje, porque mudaram a diretoria na semana passada, e ainda não tenho conhecimento.

Na Diretoria de Operações, exercida anteriormente pelo Maurício Madureira, o departamento que coordena a contratação na área de transportes era o Departamento Nacional de Administração da Frota – Denaf, que tem uma divisão que faz os contratos de transporte.

Na área de engenharia, tem o Departamento de Engenharia, que faz toda a contratação, distribuição e aprovação do orçamento em âmbito nacional, também vinculado à diretoria de tecnologia.

Teríamos também, dentro da minha Diretoria de Administração, coordenado por um assessor do próprio diretor, a verba de material de consumo, para o Brasil todo, material de consumo. Estou falando das verbas de custeio, investimentos mais relativos à área de tecnologia, operações e bens móveis administrativos. Verba de investimento.

Na área de recursos humanos, o foco maior é pagamento de pessoal, encargos sociais, saúde e o tíquete refeição/alimentação, correto? Ali são quatro departamentos, cada um cuida de uma conta. O Departamento de Administração de Recursos Humanos, que cuida de todo o pagamento de pessoal, proventos, descontos e encargos sociais. O Departamento de Relações do Trabalho cuida de todos os benefícios. E o Departamento de Saúde, que cuida de todo o plano de saúde, Saúde Correios. Fora isso, senhor... E tem o da Presidência, quem cuida é o Departamento de Marketing, que cuida da verba de publicidade e propaganda. Diretoria Financeira é só aplicação financeira. Tem um departamento de que não me lembro o nome, mas que faz a administração financeira dos recursos da empresa. São as aplicações. A Diretoria Comercial trabalha com o foco no mercado, com rede de atendimento, onde trabalha com o Departamento de Administração da Rede de Varejo e administração de clientes corporativos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas essa é importante, porque os clientes nessa área são...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – São os grandes clientes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente, essa é uma área importante.

Agora, veja bem, senhor....

O SR. MAURÍCIO MARINHO – E o terceiro departamento importante, Senador, dentro da área comercial, é o departamento que cuida da rede de franquias. É o Departamento de Atendimento da Rede.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse é muito importante.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tem o departamento específico que cuida da estruturação da rede

de atendimento dos Correios, um de operação e outro de estrutura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quando, ontem, falei aqui, nesta Comissão, ao Sr. Relator, sobre a necessidade de criar sub-relatorias foi porque acho importante que sejam ouvidos os diretores ou os chefes de departamento com funções correlatas a dele. Porque, pelo que se vê, a dele tem um volume financeiro bem menor do que as outras. Esse foi um caso que, por uma infelicidade dele ou pela esperteza de uma concorrência mal sucedida, foi gravado. E as outras conversas que estão aí? Porque, pelo que se sabe, esse problema, talvez não tivesse apenas se não fosse da área exclusiva dele. É importante que se escute o depoimento dos outros diretores que ocuparam funções iguais, semelhantes, correlatas.

Vocês da mesma área se reuniam constantemente para avaliar o departamento de cada um?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pelo menos uma vez por mês nós fazíamos uma reunião de diretoria, ou seja, o diretor reunia todos os chefes de departamento mais para trabalhar a parte estratégica, planejamento interno, cumprimento de plano de trabalho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a empresa que detém o contrato do tíquete de alimentação dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Senador, não sei precisar se era a Tíquete Refeição. Não sei se era.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tíquete Refeição ou coisa que o valha, cada uma tem um nome mais pomposo do que o outro.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não sei como é que está isso hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, solicitaria que mandasse pedir cópia desse contrato, a data da concorrência, quem participou e quem ganhou.

Com relação a plano de saúde quem foi escolhido pelos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O plano de saúde dos Correios é próprio. Esse programa de gerenciamento de saúde que é tratado na fita foi, inclusive, suspenso; não foi levada a efeito essa licitação. Entendeu?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em cima das fitas, como apareceu que quatro empresas indicadas venceriam. Na realidade, era um item só, só uma poderia ganhar. As quatro empresas que participaram, elas participaram da pesquisa de preços.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quais eram as quatro empresas, por favor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Devo ter aqui dentro, mas é Previ Saúde, ABC, Embrathec.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Embrathec tratando de saúde, imagine, Sr. Presidente! Embrathec!

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Digo ao senhor... Medicamentos. (Pausa.)

Quarenta e cinco?

Aquisição de medicamentos. As empresas são: Financial Card, ABC, Previ-Saúde, DataSaúde e Embrathec. São cinco empresas. Dessas cinco, só quatro apresentaram a pesquisa de preço e a planilha de custo, que é para definir o preço médio para seguir o projeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A Diretoria não estava satisfeita com o serviço próprio de saúde que a empresa estava prestando até então ou por que...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria de ouvir o Senador Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) (Intervenção fora do microfone) – Ele disse que... às vezes, que é para comprar remédio, não era para...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, o plano de saúde não era exclusivamente para compra de remédio.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas estava havendo processo licitatório.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, não. É programa... Chama Gerenciamento de Saúde. Esse programa é para aquisição de medicamentos para doentes crônicos e faz parte do acordo coletivo de trabalho do ano passado. A empresa deveria ter dado já uma satisfação em fevereiro deste ano para a categoria. Essa licitação é que se encontra suspensa, para aquisição desses medicamentos. Entendeu?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quais são as empresas que prestam assistência médica aos Correios? Evidentemente, os Correios não têm hospital próprio... Gostaria de poder perguntar. Entendo a sua emoção no assunto, mas pelo menos me dê o aparte com a maior alegria, porque o senhor me desconcentra, o senhor é uma pessoa que desconcentra qualquer um, sou mortal. Como é feito o serviço da assistência: é convênio com hospital, com vários hospitais? Quais são os hospitais?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Senador, a empresa tem um plano de saúde próprio. Ela tem ambulatórios próprios e também uma rede credenciada,

tanto médicos quanto hospitais. Então, há um livro de saúde em todas as diretorias regionais. A administração é feita pela própria área de saúde dos Correios, vinculada à Diretoria de Recursos Humanos no Brasil. Então, o plano de saúde Correios é um plano próprio da organização. Ele tem ambulatórios, médicos, consultórios e tem mais a rede credenciada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Mas antes quero registrar duas coisas aqui. Uma é repetitiva: a minha extraordinária impressão da competência e da capacidade do Deputado José Eduardo Cardozo. Fantástico! Sabe desviar o assunto com competência, sem aquela arrogância de um antigo, humilde e modesto Partido dos Trabalhadores. É pena que seja tão pouco aproveitado. E, segundo, sem ser médico, dizer que o depoente está completamente restabelecido, porque ficar sentado nessa cadeira na quantidade de horas em que está, submetendo-se a essa bateria de perguntas, de pressão, e não dar nenhum sinal de fraqueza com relação à sua saúde é altamente alvissareiro. Pelo menos, nisso dou parabéns a V. S^a.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E, por último, Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão, onde quer que esta CPI termine, como termine e se terminar, porque sou frustrado, Senador Sibá, de ter participado de uma CPI aqui, em que pensei que fosse esclarecer muitas coisas em relação ao Brasil e, infelizmente, deu no que deu. Qualquer que seja o resultado, não estou fazendo nenhuma avaliação, mas o Deputado Roberto Jefferson – quero dizer aqui, por dever de justiça – está prestando um grande serviço ao Brasil, no momento em que deu oportunidade, com a sua coragem, de destampar uma chaleira de corrupção, vindo de um Governo que achávamos que estava completamente blindado, que era exatamente diferente de tudo aquilo que veio ao mundo. Vi companheiros aqui dizer que o Presidente Lula, no começo do Governo, era um novo messias. Talvez fosse a intenção, mas os maus companheiros lhe tiraram do caminho; talvez não contaminaram, pelo menos lhe tiraram da reta, da rota retilínea que era o seu desejo.

Imagino a frustração do Presidente; o abatimento, vemos na televisão, como ontem. Ele é um guerreiro, tenta fazer da fraqueza a força. Mas imagino aquele homem na solidão do Palácio, os prantos que derrama. Ao ouvir o Deputado Roberto Jefferson, se a informação for verdadeira, a de que havia o “mensalão”, se ele lacrimou, imagine a decepção de Sua Excelência, ao ver vários companheiros com os quais conviveu, aos quais deu carta branca, crédito de confiança... E deve ter assinado também cheque em branco. Porque, se

assinou cheque em branco ou se tinha coragem de assinar cheque em branco para o Roberto Jefferson, que era o seu companheiro recente...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Isso foi negado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O cheque foi devolvido?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não, não, foi negado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele está me dizendo aqui que o cheque foi devolvido.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O José Múcio negou, o Líder do Governo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ou a confiança foi devolvida, foi restabelecida?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Líder do Governo José Múcio negou...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, mas acho que essa questão de errar e reconhecer o erro é fantástica. Só que o Presidente não desmentiu e disse que era companheiro de primeira hora. Mas isso não condena o Presidente Lula, pelo contrário, mostra o homem de boa-fé, o homem bem intencionado, o homem puro.

O SR. () – Ele não chorou, não é?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. E se chorasse, não tinha nenhum problema. Não tem nenhum problema. E não seria eu que iria com um lenço consolá-lo. Penso apenas que isso não tira o mérito do Presidente Lula. Imagino o que é a angústia de um homem como esse que, de repente, chega aonde ninguém esperava que chegasse, vindo lá de baixo, das origens. E o Presidente Lula tem uma coisa, Sr. Presidente, sabe mais do que ninguém o que é a figura do carteiro, que simboliza os Correios e Telégrafos.

Estive agora, no fim de semana, no interior do Piauí e vi a humilhação com que os carteiros brasileiros se encontram hoje, recebendo galhofa nas ruas, sendo vaiados, a meninada correndo atrás. Antigamente, quem corria atrás de carteiro era cachorro; agora é menino, debochando do pobre carteiro, que não tem nada a ver com isso. O problema é que o Governo não entendeu que os Correios e Telégrafos é uma empresa de grande capilaridade. Não há cidade que não tenha padre, polícia e carteiro. E os carteiros estão chegando, Sr. Presidente, na casa do destinatário, geralmente a carta leva cobrança, amor, desilusão, mas leva alguma coisa, saudade, como diz o especialista Maurício Rands, e eles param e passam dez minutos falando mal do Governo. E o pior: 90% eram eleitores do Partido de V. Ex^a. Por isso é que comecei dizendo e vou terminar: aumentei o meu conhecimento e, com ele, a minha dor.

Espero que esta CPI sirva para lavar a alma do Presidente Lula e que ele siga reto o seu caminho, evidentemente que livre de vários amigos que o colocaram nessa situação, não pessoal, mas do seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O próximo orador inscrito é o Senador Sibá Machado. O Sr. Maurício Marinho já retorna, até porque ele já está há muitas horas aqui, respondendo às perguntas dos Senadores e Deputados.

Quero também destacar que as cópias dos requerimentos solicitados pela Deputada Juíza Denise Frossard já se encontram aqui ao lado disponíveis, com a Secretaria. E, para que fechemos aqui a nossa programação, informo que ainda estão inscritos o incansável Senador Sibá Machado, o Senador Ney Suassuna, também bastante cansado, abatido, porque está aqui desde cedo, e, por último, mas não menos importante, o Deputado Jamil Murad, encerrando os nossos trabalhos; e, com muita honra, concluindo os nossos trabalhos, nessa primeira fase, o nosso querido e notável Senador Pedro Simon.

Então, essa é a programação, esses são os próximos oradores.

Passo, agora, a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que a oratória realmente é uma arte, e muito me admiram as pessoas que conseguem fazê-la com bastante presteza, porque qualquer assunto com certeza se torna um excelente assunto.

Queria, com muita tranquilidade, pacientemente, desde ontem, às 18 horas, dizer para o nosso convidado aqui, o Dr. Maurício Marinho, que espero do senhor uma única coisa: que seja muito verdadeiro. Porque qualquer palavra, qualquer citação errada, qualquer pessoa que venha a ser pronunciada por V. S^a, essa pessoa, com certeza, vai para as páginas da imprensa. E se essa pessoa se revelar inocente, o caminho de volta não tem volta. Acabamos de ver uma situação como essa, que é constrangedora, de ver uma pessoa injustamente tratada, presa, e agora não se vê uma linha nas páginas da imprensa defendendo essa pessoa. Infelizmente. Portanto, eu pediria a V. S^a que tomasse o maior cuidado do mundo ao citar uma pessoa; só se tiver verdadeira consciência do que estiver falando. Se não tiver, V. S^a não pode citar ninguém.

Eu pediria, em primeiro lugar, só para repetir mais uma vez: há quantos anos V. S^a é funcionário dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que mais ou menos 26 anos, porque eu entrei e saí. Não chega a 28, como é dito, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – São 26 anos de carreira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É aproximadamente isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesses anos todos, em uma progressiva carreira técnica nessa empresa, V. S^a chegou a tomar conhecimento, de alguma forma, sobre qualquer ilicitude, falcatura, roubo ou coisa parecida nessa empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca ouvi falar de nada?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ouvir falar, de “voz de corredor”, sim, mas certeza de que houve roubo, falcatura, como o senhor está afirmando, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é a mesma coisa que está acontecendo agora?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É por isso que nós estamos aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, V. S^a continua achando que está havendo roubo nos Correios? Há ou não há roubo nos Correios, Dr. Maurício? Se há, diga para nós agora. Este é o momento. Por favor, há ou não há roubo nos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Após apuração dos fatos nós poderemos chegar a essa conclusão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Apurar os fatos?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É lógico.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não há nenhum indício de sumiço, de qualquer desvio de conduta, qualquer material ou qualquer trambique, de desvio de conduta nos Correios? V. S^a está dizendo que não tem essa informação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho essa informação. Com essa precisão, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não tem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Só aquilo que eu já disse até agora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É tudo imaginação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como há 26 anos?

Essa é uma imaginação. V. S^a está dizendo que imagina que há roubo nos Correios, como nos 26 anos de prestação de serviços que V. S^a tem lá. Olha o que eu estou pedindo: se há, é agora a hora de dizer.

Outra, todos os nomes já citados ontem e hoje por V. S^a têm qualquer ligação fundamentada sobre

tudo que já foi imaginado aqui por V. S^a ou é pura imaginação sobre todos os nomes citados?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu disse, desde o início, que era o que me perguntaram aquilo que se comenta, como disse o Senador, na “rádio corredor” dentro dos projetos aprovados...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A “rádio cipó” como nós chamamos na Amazônia.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. A “rádio cipó”, a “rádio corredor”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A rádio da fofoca.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aquilo que é comentado dentro da empresa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então como é que V. S^a, na fita da Globo, na fita da ...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá, não querendo interromper V. Ex^a.

Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu tenho o maior carinho pelo Senador Sibá. Acho ele importante, brilhante. Quando ele falou que admirava a oratória dos outros, a dele é brilhante, mas o estilo com que ele está falando, ele está tentando, sem querer, mas está intimidando a testemunha. Acho que a pergunta deve ser feita no sentido, mas ele fala de uma maneira tal que a testemunha treme de medo: “A hora é agora!” Eu acho que ele devia fazer a pergunta, mas o normal da pergunta é fazer em tom de pergunta e não em tom de ameaça, como ele está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Caro Senador Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu ouvi com atenção, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu conheço, eu sei a pujança de V. Ex^a, a força. Agora, é importante que aproveitemos a oportunidade de arguir aqui o Sr. Marinho para que tenhamos cada vez mais esclarecimentos que nos ajudem nas investigações da CPMI.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vou seguir minha linha, infelizmente.

Então, eu queria só... Eu quero juntar elementos mesmo, porque eu quero pegar se V. S^a tem ou não contradição. Essa é minha função aqui. Eu aqui estou inquirindo mesmo, essa é a minha função constitucional. Não aceito premeditações, nem de V. S^a e nem de ninguém. Não pode haver pré-julgamento. Esse é meu direito e vou exercê-lo. Com licença.

Então, em vinte e seis anos, V. S^a sempre ouviu rumores, “rádio cipó”, conversa de corredores, de que há desvio de conduta nos Correios. Tomou alguma providência durante esses anos, senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu estou ocupando a função dessa área...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, qualquer área, não importa a área. Você é funcionário público.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tudo bem. Então, das outras áreas eu não tenho conhecimento. O conhecimento é de junho de 2004 a maio de 2005. Eu estou aqui por esse motivo, em função da gravação que foi feita e dos processos que sou responsável. Correto?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, V. S^a participou dessa história toda? Por que nunca se importou de denunciar?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Como participava, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a foi pilhado recebendo R\$3 mil e só por isso veio à tona. Está-me dizendo que a partir de 2004... quer dizer que nesse período todo V. S^a sabia de coisas e nunca comentou com ninguém, nunca fez denúncias?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – As coisas que foram levantadas a partir dos depoimentos da Polícia Federal e Ministério Público eu procurei relacionar todas elas na semana passada, tá? Não falei ontem em cima da pressão que foi exercida...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem ontem e nem dia nenhum.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – ...e do medo que hoje senti, porque, ontem, a primeira coisa que eu cheguei aqui... é ansiedade, só se falava em prisão, entendeu? Eu fiquei numa ansiedade muito grande, não sabia nem como me comportar aqui dentro, entendeu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu não me refiro a esse período, Dr. Maurício, eu me refiro do momento em que V. S^a vem a público – em qualquer momento, depois de fita, com fita, sem fita – dizer, e nesta reunião, que há má conduta na direção dos Correios. Se V. S^a sabia, não sabia de antes de ontem pra cá. V. S^a sabia de mais tempo e a pergunta que eu faço é: por que não disse antes? Não procurou nenhuma autoridade? Como o próprio Deputado Roberto Jefferson disse que procurou até o Presidente da República para dizer que havia “mensalão”. Disse que procurou até ele. Disse que não conseguiu falar, mas procurou até ele. Por que V. S^a não procurou alguém da sua confiança pessoal e disse: “Olha, estão acontecendo essas coisas...” Por que não fez isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador, os indícios de má conduta, como está sendo colocado,

existem em toda a administração pública. Dentro dos Correios...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Inclusive da época que V. S^a entrou nos Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Dentro dos Correios, nesse período que nós estávamos – e foi dito agora há pouco –, a Diretoria da ECT é uma diretoria colegiada e solidária. Agora, a solicitação que me fizeram de ontem pra cá e que queriam ouvir era: quais são os contratos, quem está por trás dos contratos? Foi a pergunta recorrente aqui, hoje.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dr. Maurício, eu estou dizendo isso porque eu não sou criança, não nasci ontem e não estou aqui de graça. Quero respeitar este mandato.

De ontem pra hoje,...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Senador, V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não concedo! Presidente, garanta a minha palavra! Eu ouvi pacientemente todo mundo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não concedo. Aparte, não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não concedo aparte.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu não estou pedindo aparte. Estou dizendo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Denise Frossard...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu só pediria, Presidente, que a minha palavra – pacientemente eu ouvi, estou desde ontem, como os demais, aqui – fosse preservada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito. E eu respeito, meu caro Senador Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Qualquer comentário eu não vou concordar. Vou seguir minha linha e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...o direito que V. Ex^a tem de questionar, aqui, o depoente.

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, só pela ordem. Eu requeiro a V. Ex^a: as testemunhas, ou depoentes, ou informantes podem até vir a ser réus e podem ser condenados até a 30 anos, que é o máximo da pena prevista corporal.

Mas eu fui juíza a vida toda e nós temos que ter um... podemos perguntar tudo, mas não podemos coagir a testemunha a um tal ponto que ela fique sem condições de responder.

Então, eu peço a V. Ex^a que só atente para este fato. Não estou dizendo ao Senador Sibá que S. Ex^a não faça as perguntas. Faça tantas quantas forem necessárias, mas não pode, também, levar a coação da testemunha a uma situação que não... a testemunha está visivelmente coagida, de modo que eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de pedir pela ordem. E, desde já, agradeço-lhe. Muito obrigada. Desculpe-me, mas não podia deixar de fazê-lo, como Juíza, e vou morrer com a toga.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Parabéns, Deputada! É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard.

Os advogados podem, de alguma maneira, trazer à Mesa essa preocupação quanto ao desconforto, ao constrangimento. Então, meu caro companheiro Senador Sibá Machado, sei da história de V. Ex^a, da determinação, da força dos argumentos. V. Ex^a tem todas as condições de inquirir e de apresentar as perguntas necessárias ao juízo de V. Ex^a, num momento tão importante do País.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu estava iniciando um argumento e, ainda há pouco, fazia essa comparação. Por que eu tomei essa linha? Porque, de ontem para hoje – e não sou criança –, há um evidente interesse de ligar esse problema a uma pessoa filiada ao meu Partido. Não nasci ontem! Não quero aqui livrar a pele de ninguém, seja do PT, seja de quem quer que seja, mas não sou criança. De ontem para hoje, houve uma mudança de comportamento brutal. Não nasci ontem. Esse nosso convidado recebeu um papel escrito à mão e mudou completamente.

O que ele trouxe aqui de novo para mim? Nada. Não trouxe nada. Leu uma lista do organograma da empresa, o que é normal para a sua administração, citou todos os nomes aqui, a pedido de outros Senadores que são membros da direção dos Correios. Isso não me interessa! O que me interessa aqui é saber se há ou não há falcatura nos Correios. Isso é que me interessa. Depois que se disser que há falcatura, é preciso saber: quem fez? Pronto.

Quero saber até onde ele está ileso. Eu quero saber até onde ele não participou dessas coisas, Sr. Presidente. Esse negócio não está de graça. Havia uma fita. Pelo amor de Deus, existe uma fita! Só se há dois Maurícios Marinhos: aquele lá é um, e este aqui é um sócia ou coisa parecida.

Com licença, não vou abdicar.

Então, é o seguinte, para ganharmos tempo: eu só queria saber que rumo o senhor deu àqueles R\$3 mil. O senhor os devolveu? Depositou-os em juízo? Consumiu-os? O que o senhor fez daquele dinheiro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Dentro do dossiê, tem onde ele foi depositado, em uma entidade sem fins lucrativos, filantrópica. O recibo está aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu não vou perguntar agora, mas depois eu queria saber. Vamos para frente.

Então, se o senhor estava fazendo uma exaltação naquela gravação para impressionar as pessoas, qual era a finalidade? Impressionar para quê?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A finalidade, desde o início, quando foi dito na primeira fita ou na primeira conversa, era uma consultoria que nós firmaríamos entre uma empresa que eu montaria e essa multinacional. Dentro desses dois anos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quer dizer que aí já é benefício próprio mesmo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Desses dois anos que eu teria de aposentadoria e dois anos que ela entraria no mercado nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto. Então, o senhor já ia vender serviço para esses empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Assim que saísse dos Correios, o meu desejo era criar essa empresa de consultoria...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E por que o senhor demonstrou lá que tinha toda essa rede de amizades com Parlamentares, com o Deputado Roberto Jefferson? Para que isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O Sr. Goldman, quando ele lá esteve, eu disse aqui no começo, ele chegou em nome do genro do Roberto Jefferson me procurando, para trazer essa empresa, pedindo informações de como internalizar, de quais são os produtos. Só que, até a quarta reunião, onde ele dá os R\$3 mil, que era o objetivo da fita, em nenhum momento, nem eu pedi dinheiro a ele, e nem ficou claro qual é o produto. E essa empresa, Senador, ela não tem vínculo comercial com os Correios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Teria com V. S^a, o que é pior.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Teria, teria, sim, depois, futuramente, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É interesse pessoal, sim. Começou a dizer o que eu quero. Tinha interesse pessoal.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Teria. Não estou negando.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como V. S^a diz desde ontem, a diretoria que V. S^a ocupa é uma diretoria das menos importantes. Se ela é tão menos importante, para que essa gravação?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos os fornecedores são cadastrados dentro desse departamento, Senador. Todos os fornecedores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, então, o senhor não é tão pequeno assim! Ah, bom! Só queria saber disso. O senhor não é tão pequeno assim! Se o senhor é tão grande, se é maior do que se imagina aqui e se recebe empresários – são mais de 300 em dois meses –, como o senhor falou, para que esses empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Cadastramento, solicitação de cópias de processo, recursos de pedidos de multa, prorrogação de contratos, termos aditivos, processos que estão andando no jurídico, de uma forma genérica.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como também pedido de facilitação para concorrências?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca chegou para o senhor esse tipo de coisa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento, para mim, não. Eu não assino esses contratos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria que o senhor respondesse rapidamente se algum dia o senhor viu, conhece ou viu dentro do prédio dos Correios Sílvio Pereira?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Eu já disse que não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Algum dia recebeu algum telefonema dele lhe pedindo favores?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. José Dirceu, Deputado Federal, chegou algum dia a encaminhar pedidos de favores a V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Roberto Jefferson algum dia pediu favores para V. S^a?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O conhecimento de Roberto Jefferson é de que nível?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – O conhecimento é dele com o diretor que ele indicou para ocupar a Diretoria de Administração.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se essas pessoas nunca fizeram qualquer tipo de solicitação para V. S^a, o que estamos fazendo aqui? Então, não há roubo nos Correios. Os Correios estão uma maravilha.

O Correio está ótimo. Não temos o que fazer aqui e V. S^a pode ir para casa agora. Vamos encerrar a nossa reunião, encerrar esta CPMI. Ou o senhor está predeterminado a achar um cristo para esse negócio? É isso? O senhor está a serviço de quem, Dr. Maurício?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu fui convocado pela CPMI para prestar investigação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu não estou querendo saber da CPMI. Estou querendo saber é do serviço lá. Desde ontem estão tentando vincular V. S^a a escândalos nos Correios. V. S^a me disse que nunca viu, nunca recebeu qualquer tipo de orientação. Para que esses nomes estão discutidos aqui? Por que as insinuações?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Senador, sou chefe de departamento. Eu não trato nesse nível de diretoria. A Diretoria Colegiada é outro nível. Eu não sei se eles fazem contatos com diretor A, diretor B e com o Presidente da empresa. Não tenho acesso a isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nós podemos chegar lá. Por enquanto, quem está respondendo é o senhor e, infelizmente, é ao senhor que a gente tem que perguntar.

Sr. Presidente, já vou encerrar. Só queria saber alguma coisa rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem o tempo necessário para colocar todas as questões.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Agradeço.

Uma outra pergunta: o senhor conhece José Gerardi Ponte Pierre?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Conheço, sim senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem é essa pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele é engenheiro dos Correios, chefe do Departamento de Segurança, implantado na empresa de 2004. Desmembrou-se o Departamento de Patrimônio e criou-se o Departamento de Segurança.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quanto à fita que deveria ter aparecido no sistema de segurança do prédio, que deve filmar as pessoas que entram no prédio, será que essa pessoa não deu sumiço nessa fita porque V. S^a está dizendo que essa fita não aparece?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Aí é outra segurança. Deixe-me explicar, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como funciona isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A segurança do prédio central dos Correios compete a outro departamento, ao Departamento de Administração Central.

O Departamento de Segurança do Sr. Gerardi Ponte Pierre cuida da segurança postal das agências no Brasil todo. Ele é um órgão normativo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem cuida do prédio é outra pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É outro departamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem é essa pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É o Departamento de Administração Central.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas como é o nome dela?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Antônio Pacheco.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Queria registrar esse nome, Sr. Presidente, só para sabermos que fim levou...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – E há uma divisão de segurança dentro desse departamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ... essa bendita fita.

Deixe-me pegar o meu último papel, Sr. Presidente.

O senhor sabe qual é o nome completo do Sr. Vítor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Lá ele se apresentou a mim como Paulo Vítor. Esse nome ainda não sei, porque ainda não identifiquei o segundo nome que participou da gravação dessa fita. Só identifiquei o Sr. Goldman.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Seria Vítor Reis o nome dele?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Ele se apresentou como Paulo Vítor, e trabalhamos na última reunião tratando-o como Vítor. Só que o nome correto dele não é esse porque o cartão era fictício, e não existia empresa. Essa segunda pessoa ainda não foi identificada. A Polícia Federal colocou, no jornal, como sendo uma pessoa careca. E a que esteve comigo tinha cabelo. Ela poderia estar com peruca, mas, de qualquer forma, preciso ver para confirmar se é ela ou não é ela, ou se é uma terceira pessoa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voltemos a falar do Arthur – não sei dizer este segundo nome – Wascheck Neto. O que leva o senhor a crer que quem mandou gravar era alguém da área de tecnologia e não essa pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Eu disse que ele não estaria sozinho, que deve haver outra pessoa. Por que chego a essa dedução, dedução própria? Porque, na fita toda, o foco é tecnologia. E o Sr. Arthur Wascheck, dono da Comam e Vetor, não tem participado

de licitações nos Correios em produtos e serviços de tecnologia. Por isso, creio que deve haver outra empresa ou alguém interessado de alguma forma na área de tecnologia. Por isso, não afirmei. A motivação – se é política, se é pessoal, se é técnica, se é empresarial – não sei. Precisa ainda ser esclarecido.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mais uma pergunta: hoje de manhã, quando a sua assessoria jurídica o ameaçou de abandono, inclusive o chamando de mentiroso, V. S^a voltou com um papel na mão. Quem lhe deu esse papel?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse papel, Senador – podem verificar –, foi feito por mim – a letra é minha – há uma semana. Ninguém me entregou esse papel.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse é o papel que V. S^a chamou de verdade?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Eu fiz o lançamento, levantamento, de contratos que poderiam ter alguma dúvida no processo licitatório. Esse foi o levantamento que fiz na semana passada. Não falei ontem, e, hoje pela manhã, chegamos à conclusão de que deveria falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quando o senhor chegou a essa conclusão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Hoje pela manhã.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Qual momento?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Em nenhum momento isso foi feito por terceiros: a letra é minha, é de próprio punho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O que V. S^a está chamando de verdade nesse papel... Creio que todas as câmeras se abriram no momento em que V. S^a disse: “Agora vou falar a verdade, desde que me dêem garantia de vida”. Em primeiro lugar, digo que V. S^a não disse absolutamente nada que possa incriminar qualquer pessoa para ficar pedindo garantia de vida. A garantia de vida deve ser de outra natureza e não dessa. Outra questão: do seu ponto de vista, há indícios de que esses contratos são irregulares. V. S^a tem acesso a todos os contratos dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, esse é um resumo de contratos que passam por quem, afinal de contas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Alguns, por nós, pela própria Diretoria de Administração; e outros, de conhecimento das decisões tomadas pela Diretoria. Todas as decisões da Diretoria são veiculadas para os chefes de departamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, está colocando sob suspeição 100% dos contratos dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Cem por cento, não. Fiz uma lista de um grupo de contratos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quantos por cento de erros e acertos há lá dentro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Creio que, pelo menos no último ano, não chega a 10%.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Há 10% de suborno dentro dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não estou dizendo que há suborno. Se há suspeição, tem de ser apurada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por quem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Se é a polícia, se é a CPMI... Não tenho poder para fazer esse tipo de apuração.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para concluir, Dr. Maurício, veja o que acontece: o Deputado Roberto Jefferson falou que obrigava as pessoas que ele nomeava para os órgãos públicos a passar R\$400 mil ao mês para financiar o seu partido. Aí aparece uma fita em que mostra V. S^a falando com muita tranquilidade e pegando R\$3 mil, o que levou o Brasil inteiro a acreditar que o repasse dos R\$400 mil para o Deputado Roberto Jefferson era uma verdade. Aí você chega nesta CPMI e diz, de uma hora para outra, que não é nada daquilo, que o recebimento daqueles R\$3 mil é um ato de cansaço durante o dia, que quase não conhece o Deputado Roberto Jefferson. Então, muda tudo.

Portanto, a minha pergunta é nesse tom por quê? Porque estão brincando com pessoas, Dr. Maurício. O senhor está trazendo intranquilidade a tantas pessoas que têm filhos, como o senhor disse aqui, que têm família, que têm história, que têm seriedade a zelar. De uma hora para outra, essas pessoas são jogadas no ralo da lama?!

O senhor pegou R\$3 mil. Até agora, para mim, só está provado um suborno: o seu, de R\$3 mil. O seu!

Roberto Jefferson tem ou não os R\$400 mil? É isso que eu quero saber!

Segundo, V. S^a disse que usava, sim, o nome do Deputado para facilitar as coisas do PTB. É isso que quero saber. Se não há, V. S^a não tem o direito de levantar nenhuma suspeita aqui, nem do Sílvio Pereira, nem de ninguém.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que evitássemos entrar aqui pela “turma do já ganhou”. Gostaria que evitássemos entrar aqui naquela história da queda de braço, como disse aqui o meu antecessor.

Estamos analisando fatos, e, até o presente momento, infelizmente, nem o senhor, nem o Deputado Roberto Jefferson trouxeram fato algum.

É bravata, é pirotecnia, é maluquice querer dizer que este País, de uma hora para outra, virou este escândalo todo!

Mas o senhor, com certeza, tem consciência. Ao pôr a cabeça no travesseiro, vai pensar melhor nessas coisas todas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, há poucos minutos V. Ex^a dizia que eu estava com cara de cansado. É verdade, porque eu estava pensando que, semana que vem, pela manhã e noite, vamos ter outra CPI no Congresso, a do Mensalão. O Supremo Tribunal Federal acabou de decidir sobre a instalação da CPI do Waldomiro, a dos Bingos. Se houve toda essa briga que presenciamos – dois dias numa CPI –, imagine mais duas, ou seja, três simultâneas, além da CPI da Terra! Realmente, teremos dias difíceis. Mas paciência! É a vida. Vamos enfrentar isso.

Sr. Depoente, Sr. Marinho, começo louvando a sua paciência. Como Parlamentar, estive aqui, saí, fui para o plenário, fui para uma reunião de Líderes, fui à outra CPI, fiz mil coisas, e, no tempo que passei aqui, ouvi vinte vezes as mesmas perguntas serem feitas e ouvi vinte vezes o senhor repetir com toda a paciência. Por isso, estou dizendo que o senhor merece a nossa admiração por ser paciente.

Quando eu estava conversando com o Senador Heráclito Fortes, observei que aquela pergunta já havia sido feita dez vezes. Eu já sabia de cor e salteado, mas isso ocorreu ou porque não estavam na sala, ou porque cada um quer fazer a sua pergunta novamente.

Queria tentar achar alguma coisa nova, e, nessa coisa nova, o que vi aqui não deixou de ser uma queda de braço entre Governo e Oposição, tudo isso implementado graças à TV Senado, que permite que saia um *show* em todo o território nacional – e isso não é mal –, e à imprensa normal. Cada um quer fazer o seu papel mais bonito que o outro.

Fico na dúvida porque quinhentas vezes o senhor disse aqui que alguns projetos, alguns processos sequer chegaram a ter leilão. Uns foram feitos, outros não foram feitos. Por exemplo, falaram em medicamentos várias vezes. Isso chegou a ir para o pregão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A informação obtida logo que eu estava saindo é que ele chegou a ser publicado e foi suspenso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E foi suspenso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi suspenso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não foi realizado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não foi realizado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que outros não foram realizados também desses todos que falamos hoje? O senhor consegue ainda, apesar de sua exaustão, relacioná-los? O de medicamentos não foi realizado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Também havia um grande contrato na área de *kits* para compra do Banco Postal, que são estações de trabalho, que também é tratado na fita. A informação que tenho é que também não foi ainda para a rua.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, o de *kits* postais também não foi finalizado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não foi para a rua.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não foi para a rua?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não foi para a rua. Creio que os dois grandes projetos que estavam em andamento era um de tecnologia e um de recursos humanos. Os outros eram projetos... E o de tênis também, que era da nossa área.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O tênis também não foi.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Que era da área administrativa. Quando eu saí de lá, também não tinha ido para a rua.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, desses três, não se pagou nenhum centavo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, nem sequer foi programada a abertura. Ele foi suspenso. Não sei qual é o ponto em que ele se encontra hoje, não sei, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor falou muito de duas diretorias: da Diretoria Operacional e da Diretoria de Tecnologia e Informática.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim, senhor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Parece que são essas que detêm os grandes contratos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quase não ouvi o senhor falar sobre a Comercial. Há algum contrato grande na Comercial?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Há, também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Diretoria Comercial trabalha com o próprio Banco Postal, juntamente com a área de tecnologia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Banco Postal chegou a ser concretizado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Chegou, foram implementadas mais de 3 mil agências no Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse que é com o Bradesco?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esse é em parceria com o Bradesco. A área comercial também administra toda a rede franqueada do Brasil. Não só a rede própria, como a rede franqueada. A área comercial também trabalha com todos os clientes corporativos, são os grandes clientes da ECT que trabalham com as agências próprias ou com as franqueadas, essa é a área comercial. A parte de encomendas em geral também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E esse projeto que colocaria gráficas em várias localidades?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correio Híbrido Postal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse não chegou a ir adiante?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, esse projeto foi adiante. Ele é coordenado pela área comercial. Foi uma empresa italiana que venceu esse processo e parece-me que ela estaria montando um consórcio de empresas brasileiras para viabilizar esse processo no Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Houve a concorrência, então.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Houve a concorrência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ganhou uma empresa, mas não se instalou nada.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não se instalou nada. Parece que entrou um processo de uma empresa brasileira, da Xerox ou da Abigraf. Entrou com recurso contra a ECT sobre esse processo. Está **sub judice**.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse pode ser considerado um dos que não foram adiante até agora, que não se concretizaram.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ainda não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor se lembra de mais alguma coisa na área comercial?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Central de atendimento a clientes. Também é um grande contrato terceirizado; contratam-se centenas de pessoas e, dentro deste exercício, parece que haverá uma grande licitação nesse sentido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não foi adiante também?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, foi prorrogado o contrato, dentro dos termos legais, mas tudo

indica que será feita nova licitação ainda dentro deste exercício. Creio eu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esses dos quais falamos, do medicamento, dessa central de atendimento, do Correio Híbrido e ainda o Kit Postal, esses não foram adiante?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Esses estavam parados lá. Quando eu saí, eles já estavam em andamento. Mas, no estado atual, não creio que tenha ido para a rua, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então os grandes que tivemos e foram realizados foram na área de tecnologia e na área de operações.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Operações, comercial e tecnologia. São os maiores projetos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não ouvi o senhor falar da área de RH, de projetos findados, terminalizados na área de RH. Não houve?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A área de RH só tinha o projeto de aquisição de medicamentos para doentes crônicos, que faz parte da fita, mas foi solicitada sua suspensão pela própria empresa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E por que ele iniciou? Como começou? Qual é a origem?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A origem desse contrato é o acordo coletivo do ano passado com os trabalhadores. Foi feito um programa que se chamava Gerenciamento de Doenças e depois mudou para Gerenciamento de Saúde. Foi aprovado pela Diretoria Colegiada em dezembro de 2004. Como havia prazo para se cumprir no acordo coletivo, a empresa deveria apresentar o programa até fevereiro de 2005, eles fizeram o projeto básico e solicitaram a pesquisa de preços para aquelas empresas que relacionei aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele passou pela sua área?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele passou só para fechar o termo de referência, mas todo o projeto básico foi feito pelo Departamento de Saúde dos Correios.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A licitação dele foi em uma comissão especial ou foi em uma comissão normal, rotineira dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Seria feito um pregão eletrônico, coordenado pela Comissão Permanente de Licitação. No momento em que ele foi divulgado e marcada a abertura, ele foi suspenso em seguida. Então, ele não foi levado a efeito. Esse processo está parado lá. Entendeu?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Entendi. V. S^a não sabe de outro contrato nessa Diretoria?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não; de pronto não, Excelência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. S^a foi Coordenador, Diretor...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Da Universidade dos Correios.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que faz a Universidade dos Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Treinamento para toda a equipe de funcionários e para dependentes também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É terceirizada ou trabalha com seu próprio pessoal?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A empresa mantém hoje, na minha época, em torno de seis mil facilitadores de treinamento no Brasil, e utilizamos muito o sistema de treinamento no local de trabalho. Há algumas terceirizações, mas são poucas. Os Correios...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nesse caso, terceirização é o quê? Universidades?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Universidades federais, fundações, quando desenvolvem algum curso, parcerias. No Brasil todo é feito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não havia nenhum contrato nessa área?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Senai, Sesi... Atualmente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Atualmente... Normalmente, quando é uma fundação universidade, é feito com inexigibilidade. É a própria área que faz. Nesse caso, é preciso verificar com a própria área de recursos humanos. Correto?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou pensando se existe outra Diretoria sobre a qual V. S^a não tenha falado. V. S^a falou sobre a Operacional, sobre a Técnica. Falamos agora sobre a de Relações Humanas e já falamos da Comercial. V. S^a falou, há poucos minutos, sobre a de Marketing...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Presidência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A Presidência. Fale-me um pouco sobre o que esbarra na Presidência. O que a Presidência pode fazer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Presidência tem vários órgãos subordinados. Consideramos, na empresa, a Presidência como uma grande área. Entendeu? Então temos sete grandes áreas: a Diretoria de Administração, a Diretoria de Operações, a Diretoria de Tecnologia, a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira, sobre a qual pouco foi falado, e a Presidência.

Na Presidência, ficam o Departamento Jurídico, a Auditoria, a Inspeção, a Assessoria de Planejamento, a Assessoria da Qualidade e o Departamento de Ma-

rketing, que cuida da parte de publicidade, propaganda, patrocínios e participação em eventos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem. Pergunto-lhe se, na Presidência, pode-se sustar processos ou obrigatoriamente deve envolver-se em todos esses projetos.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A Diretoria é colegiada. Qualquer diretor tem posição e pode tirar um processo para vista, para analisar. Entendeu? A Diretoria da ECT é uma diretoria colegiada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas V. S^a me explicou antes, aliás, na hora em que estive aqui, por algumas vezes inclusive, que, na terça-feira, tem uma pré-agenda.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E dessa pré-agenda sai a agenda da Diretoria. É isso?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso. Funcionando normalmente, nos Correios, até quinta-feira todas as áreas devem encaminhar os seus relatórios que serão pautados para a quarta-feira; até quinta. De quinta até segunda, os pauteiros – lá chamamos pauteiros, e cada Diretoria tem um pauteiro – se reúnem, analisam todos os processos e cientificam os seus Diretores. Na terça-feira, seis Diretores, sem o Presidente, se reúnem e fazem a pré-redir. Aquilo que ficar acordado entre eles entrará na reunião de Diretoria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Um diretor pode fazer um projeto, ele sozinho fazer o processo, e levar diretamente à Diretoria, sem passar pela Jurídica, pelas outras...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. De forma alguma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então todo processo tem um trâmite?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Todos passam pelo Departamento Jurídico. É preciso estar cancelado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Além do Jurídico, passa mais por onde?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Depende do valor do processo, do valor do que está sendo comprado ou contratado. Existe o Comitê de Análise de Compras Estratégicas, que faz um relatório para encaminhar à Diretoria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então passa por um comitê. É feita a proposição...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É feita a proposição.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Passa por um comitê...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Justamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Passa pela área jurídica...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Jurídica. Vai para a Diretoria Colegiada, aprova-se a abertura do processo licitatório, volta ao Comitê e vai para o Decam. No Decam, no meu departamento, faço o encaminhamento com o termo de referência para a pregoeira ou para a CPL, dependendo da modalidade de licitação. Ato seguinte, são passados o edital e a minuta do contrato ao Departamento Jurídico. Após cancelado nessas duas áreas, CPL e pregoeira, divulga-se no Diário Oficial, em jornal de maior circulação e na Internet. Marca-se a abertura do processo. Se a licitação foi normal, a própria pregoeira ou a CPL faz um relatório e encaminha-o à Diretoria Colegiada para homologação. Depois de homologado, volta à CPL e vai para o Decam. Inicia-se aí a parte da gestão administrativa do contrato. Mas volta para o Jurídico, mais uma vez, para numerar. A numeração é centralizada no Jurídico.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, qualquer erro tem a conviência do Jurídico?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Do Jurídico. São seis áreas diretamente envolvidas, no mínimo, no processo – de seis a nove áreas. Depende do tipo de processo. Mesmo que seja uma Comissão Especial de Licitação, deve passar pelo Departamento Jurídico.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há alguma área de controle interno nos Correios, como nos Ministérios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tem. Há uma área de auditoria interna que fiscaliza todos os processos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Antes do encerramento ou concomitantemente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Depois de assinado o contrato, eles fazem a análise da gestão. E os órgãos federais, que são a Secretaria Federal de Controle Interno, o TCU e a própria Controladoria-Geral da União. Todos esses órgãos externos fazem a fiscalização dos nossos contratos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual a porcentagem de processos de concorrências dos Correios o Tribunal de Contas, a Controladoria ou outro desses órgãos que fazem auditoria externa têm recusado?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ultimamente, o número é muito pequeno. É muito pouca a recusa, porque eles também trabalham sempre voltados para um ano ou dois anos atrás. Eles não trabalham no ano. Por exemplo, terminei o ano de 2004, e a programação para iniciar os processos que passaram pela nossa área já estava marcada para o segundo semestre de

2005. Não é de imediato. Não há esse acompanhamento **pari passu**.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, a estrutura não é de bagunça. Há rituais, Regimento Interno, tudo como reza o figurino.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sim. E os órgãos externos têm um *checklist* do que eles verão. Eles, por meio de ofício, afirmam, por exemplo, que pretendem analisar todas as dispensas de licitações de determinado período. Então, temos que separar todo o material e disponibilizá-lo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vamos, nesse caso, esbarrar em três possibilidades. A primeira é o superfaturamento, que não pode ser tão grande que chame a atenção nem do interno nem do externo. É assim?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A segunda é que vamos parar na possibilidade de comprar material que não precisa. Esse procedimento pode acontecer?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pode.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A terceira possibilidade é podermos fazer o privilégio de alguma empresa.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Acho meio difícil, a não ser que haja algum trabalho, como disse o nosso Deputado do PT, da especificação do item.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, a especificação do item pode ser definitiva para orientar a compra?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ela é fundamental, porque o técnico...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa seria a quarta alternativa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A quarta alternativa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quem faz a especificação pode especificar de forma tal que só ganha determinada empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, ou algumas empresas apenas que poderão participar. A especificação é fundamental.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É aí que pode haver erro?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa é uma das etapas em que pode haver.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso não é apanhado no controle externo?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É muito difícil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E no controle interno?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Também é muito difícil, porque o conhecimento é muito técnico. Por exemplo, uma especificação de um servidor, quem sabe fazer? A não ser quem seja específico da área de tecnologia. Entendeu? Quem faz o documento e o manda para frente não tem conhecimento. E temos que admitir que a área demandante encaminhou uma especificação correta daquilo que ela precisa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor já tomou conhecimento de alguma coisa que foi pedido para comprar e não precisava daquelas especificações completas? Poderia ser um equipamento mais barato e resolvia do mesmo jeito o problema que os Correios teriam? Já ouviu falar alguma coisa assim?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador, assim, especificamente, não. O que a gente contesta de vez em quando é em comprar, por que não terceirizar, por que imobilizar. Isso é uma função que sempre, na reunião do 3º escalão, se faz. Por que mandar comprar? Só isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deixe-me dar-lhe um exemplo. Há trinta anos fui funcionário do Ministério do Planejamento e lembro que tivemos um problema porque fizeram a especificação de um computador que tinha *plotter* para fazer perfis e nunca íamos precisar daquilo, mas fizeram a especificação e isso aumentava em tantos por cento a compra. O senhor não tem conhecimento disso ou pensa que esses casos não têm ocorrido atualmente?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Tenho conhecimento do passado, de que foi adquirida uma quantidade de equipamentos, cujo nome não sei precisar e de que não havia necessidade deles. Esses equipamentos também a empresa, se não me falha a memória, Silicon Graphics, entendeu? Isso há muito tempo. Atualmente – tenho que verificar, porque não tenho conhecimento técnico. Esse, sim, por quê? Porque é um caso que está no TCU e está sendo apurado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agora vou fazer uma pergunta para o senhor um pouquinho mais dura.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por favor, responda sério, olhando no meu olho.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando o advogado ali lhe disse “Eu não quero mais saber! Eu não vou mais saber disso!”, aquilo havia sido combinado ou não? Eu fiquei surpreso porque o senhor entrou e, em um minuto, o senhor saiu com a lista, como se a lista já tivesse sido programada. Isso aconteceu ou não? Isso foi uma estratégia hoje para o senhor abrir

o coração ou o senhor realmente foi pressionado pelo advogado e, então, fez isso dessa forma?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – A estratégia da defesa foi dentro do encaminhamento. Correto? Essa relação foi feita por mim de próprio punho. Não foi feita por eles, como disseram. Pode ser comprovado. E o que eles solicitaram a mim foi o seguinte: o pessoal precisa saber da verdade. Isso eles disseram para mim. E são pessoas de bem. Eu disse a eles: “Estou receoso. Estou me sentindo pressionado. Eu estava sendo seguido. A Polícia Federal está sabendo. Eu fiquei com medo. Pedi aqui hoje de manhã”. A partir disso, eles me deram todo o apoio e eu lhes disse: “Eu vou dizer o que eu estou sabendo”. Mas, como diz o Senador Sibá Machado, que saiu, provas, dados... Eu tenho processo. É pegar o processo, analisar o processo, verificar a licitude do processo, quais as empresas que participaram. É nesse sentido que foi feito o levantamento. Eu não estou dizendo que no processo que aqui está existe fraude, corrupção, que fulano acertou. Eu não disse isso. Agora que há indícios, isso foi dito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi isso que o senhor disse?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi o que eu disse.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quer dizer, o senhor não está dizendo que obrigatoriamente existe. Há indícios que podem levar-nos a encontrar uma daquelas quatro alternativas.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Isso!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem! Deixe-me fazer-lhe mais uma pergunta também olhando no olho. O senhor só tomou conhecimento da fita quando o Sr. Policarpo ligou para o senhor ou o senhor já sabia dela antes?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não. Eu soube no dia em que ele me ligou, dia 12 de maio, às 17 horas e 45 minutos, e me deu 15 minutos, que ele queria fechar a matéria. Aí essa fita foi entregue, se não falha a memória, nos Correios na sexta-feira, e não no dia três, como foi dito aqui, para o Diretor Antônio Osório. Ele viajou para São Paulo – essa é a informação que eu tenho – e se reuniu no domingo, na casa do Presidente da Eletronorte, Dr. Salmeron, e, em conjunto com o Deputado Roberto Jefferson, foram analisar a fita. A partir daí é que eu passei a tomar conhecimento e pedi uma cópia da fita.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quer dizer, aquela entrega que o cidadão disse que mandou antes para os Correios não aconteceu?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, mandou parece-me que no dia 13. Mandou no dia 13.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E o senhor foi inquirido no dia 14?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, no dia 15 – parece.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No dia 15.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Inclusive no dia 15, que foi uma segunda-feira, eu estive lá pela manhã. Quando eu cheguei aos Correios, a revista já estava lá. Aí sumiu tudo e o desespero foi total.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Caiu o chão sob os pés. Imagino o que o senhor está passando. Mas o senhor aqui hoje, em várias oportunidades, o senhor fez a seguinte afirmação: “Não, eu menti lá”. O senhor aqui, hoje, afirmou algumas coisas que disse que eram verdade. O senhor podia imaginar – perdoe-me porque esta agora é um pouquinho complicada, mas eu queria uma resposta séria – quantos por cento de verdade o senhor falou aqui?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Senador Ney Suassuna, estamos aqui desde ontem e tudo o que eu assumi de compromisso foi dizer a verdade. Estou assumindo e assumo todo o compromisso daquilo que eu disse até agora.

Agora, que na fita tinha muita bravata, autopromoção? É verdade? É, mas tem algumas que são verdadeiras? Sim, e eu confirmei hoje aqui. E aquilo que eu errei, eu assinei embaixo e registrei em cartório também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Permita-me interromper aqui, Senador Ney Suassuna. É que, pela manhã, a Presidência, na hora exercida pelo Vice-Presidente Maguito Vilela, fixou um tempo máximo para a inquirição em 10 minutos. Eu obedeci e inclusive fui admoestado de que precisava paralisar e já estou aqui há quase 30 minutos e estou vendo o Senador Ney Suassuna se estendendo muito além desse tempo e não vejo a Presidência preocupada com a questão de tempo.

Isso foi marcado pela manhã...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade, V. Ex^a tem razão. Estou perguntando um pouco mais primeiro pela curiosidade de saber e porque estamos aqui para conseguir isso...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não pode haver...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Um minuto, deixa eu concluir, que o senhor ver que tenho razão. Segunda coisa: o Presidente não falou nenhuma vez e não me deu nenhum minuto a mais ou a menos do que deu para Heráclito Fortes, que aqui me antecedeu, antes de Sibá. Então aqui estou pedindo o tempo

que foi dado para o meu amigo Heráclito Fortes e, por essa razão, estou muito confortável. Acho que deveria ser para todo mundo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vou pedir a diferença do tempo que me foi cerceado pela manhã, porque falei 10 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Aí é matéria vencida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero restabelecer o procedimento para não haver dois tipos de Senadores ou de inquirição.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero agradecer inclusive ao senhor que, pelo menos comigo, pareceu sincero. Vou dizer para o senhor que, quando eu o vi na fita, achei que o senhor era meio descompassado; a qualidade da fita está muito ruim, e o senhor devia, no dia em que encontrar aquele cidadão, reclamar, porque eu jurava que o senhor não batia bem da biela e hoje eu vi que o senhor é extremamente coordenado e fiquei surpreso de ver que, mesmo sob tiroteio, o senhor manteve – e sou muito observador – as respostas, em várias ocasiões, sobre o mesmo assunto, idênticas.

Sei do seu cansaço, da sua dificuldade, do seu problema de saúde, mas quero parabenizá-lo pela coerência das respostas. Não sei se verdadeiras ou não, mas as respostas, para o mesmo assunto, o senhor manteve aqui mais ou menos uma homogeneidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, sei que V. Ex^a é um homem disciplinado, como também o Senador Fernando Bezerra cumpriu aquele... Mas, apesar da minha insistência, confesso que foi bastante difícil disciplinar esse tempo. Acredito que nas próximas reuniões vamos ter uma disciplina maior, até para dar mais rapidez aos nossos trabalhos. Quero, apesar de o Senador Ney Suassuna dizer que é um caso vencido, liquidado, temos só o Deputado Jamil Murad e o Senador Pedro Simon, e se V. Ex^a quiser compensar os 10 minutos rigorosos de hoje pela manhã, V. Ex^a poderia encerrar esta nossa reunião hoje. Vou passar para o Deputado Jamil Murad, depois para o Senador Pedro Simon e V. Ex^a encerra a reunião de hoje.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de situar em um minuto como estou vendo esse processo aqui. É importante o seu depoimento e o nosso interrogatório. Também concordo com a opinião do Deputado Onyx Lorenzoni, do PFL, que diz que nunca viu tanto cinismo de um depoente numa CPI como ele viu do Sr. Maurício Marinho.

Eu peguei aqui, na revista **IstoÉ**, que o congresso nacional do PFL “definiu artilharia total no Presidente da República.” Porque o Presidente é um obstáculo para a direita voltar ao poder. Então, temos que situar esse processo dentro do quadro político brasileiro. Alguém pode dizer: como o Deputado Roberto Jefferson, que é da base aliada do Governo e tal, tem um amigo, e ele próprio ajuda a fazer esse tiroteio?

Ele comandou a tropa de choque do Collor, veio para o campo de apoio ao Presidente Lula, mas, nestas alturas, ele já voltou para o campo das forças de direita, as forças que querem derrubar o Presidente Lula, apesar de declarar que não.

Sr. Maurício Marinho, nosso depoente aqui, o senhor negou o que havia dito na fita, negou aquilo que estava na fita, disse que era bravata. Para mim não é bravata; para mim, é a verdade, porque tem imagem, tem voz, ela não foi contestada, ela é verdadeira.

Se fosse bravata, por que o Maurício Marinho retirou o disco rígido do computador da casa dele dois dias depois da divulgação da fita?

Eu quero respostas diretas e sem rodeios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Perfeito. O computador não é do Maurício Marinho, é um computador da casa e que estava com defeito. A própria Polícia Federal esteve lá em busca e apreensão, levou o computador, tentou utilizá-lo e não funcionava.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas posso imaginar que não funcionou porque alguém mexeu nele para tirar o disco.

Segundo, por que tentou entrar nos Correios no fim de semana para mexer no seu computador de trabalho, levando duas pessoas que foram ajudá-lo? Era para anular pistas, anular provas?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deputado Jamil Murad, eu não entrei nos Correios no sábado e no domingo. Foi outra pessoa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quem é essa outra pessoa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa pessoa já está no depoimento e vai ser inquirida aqui. Foi, se não me falha a memória, o Fernando Godoy. Não fui eu. Eu não mexi no computador. A minha agenda está à disposição do Ministério Público.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós vamos voltar a esse ponto. Na fita está dito: “a gente procura ter muito cuidado com o telefone, falar o mínimo possível”.

Mas o senhor aqui falou bastante. Faz 24 horas, praticamente, que o senhor está falando. Então, falar é um hábito seu. Por que esse cuidado quando está se comunicando com o interlocutor? Ter cuidado ao falar por telefone e falar o mínimo possível. Era algo que

não podia ser detectado pelas autoridades policiais, que não poderia ser percebido pela sociedade? Era um crime que o depoente estava cometendo e não queria que fosse ouvido o que ele estava falando?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Deputado, trabalhamos com fornecedores, são concorrentes entre si, os assuntos são tratados dentro da empresa. Todos eles são tratados dentro da empresa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Se fosse só isso, por que tanta audiência particular com os empresários? Eles iriam lá, se inscreviam e apresentavam suas propostas de acordo com a lei.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas eles faziam isso, Sr. Deputado. Eles faziam isso. Quantas entrevistas e atendimentos foram feitos? Todos os atendimentos feitos já estão lá gravados e registrados.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Aquela propina que você estava recebendo, se não me enganar, R\$3 mil...

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, sim senhor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ... aquilo, essa assessoria que prestava em serviço... Inclusive, a assessoria remunerada em serviço é um crime.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Correto. Aquele trabalho, senhor, que é dito na fita era de uma consultoria que precisávamos prestar. Não foi pedido aquele dinheiro em nenhum momento de uma hora e cinquenta e quatro. Eu peguei o dinheiro. É um fato, é um fato, e não se nega. Agora, não foi solicitado. Aquilo foi tudo muito bem trabalhado, muito bem arquitetado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Maurício Marinho, depoente, explica que está ali sob ordens do Deputado Roberto Jefferson. “Ele me dá cobertura” – diz a fita –, “fala comigo, não manda recado. Não faço nada sem consultar. Tem vez que ele vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio”. E, mais posteriormente, fala que o senhor é subordinado de Antonio Osório, que foi candidato a Deputado do PTB da Bahia, que foi indicado pelo Sr. Roberto Jefferson, e que o Godoy, o Antonio Osório e você formam um grupo. A gravação diz: “Integro um grupo e executo uma mesma missão, para o mesmo patrão”. Quem é esse patrão?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Sr. Deputado, o diretor Antonio Osório é indicado pelo Deputado Roberto Jefferson, assim como o assessor executivo. Já respondi a essa pergunta outras vezes. Faço parte do grupo, como coloquei, porque todas as ações do Departamento de Contratação, por determinação da empresa, devem ser assinadas ou por um, ou por outro. Entendeu? Agora, que eu ligo para ele e ele vem tratar de negócios comigo a hora que eu ligo, isso é bravata. Isso foi assumido inclusive.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você chama de bravata. Eu chamo de uma tática que foi usada pelo Deputado Roberto Jefferson na exposição dele na Comissão de Ética e que tem sido repetida na TV Cultura e em outros órgãos de imprensa, onde ele, para se defender, parte para o ataque. A tática dele é idêntica à sua, parece que foi traçada pelas mesmas cabeças, quer dizer, nega o crime e se põe como um acusador, particularmente contra o PT e contra, no caso dos Correios, também o PMDB aqui. A tática é a mesma.

Você diz que vocês trabalham fechado e que você é o departamento-chave. Durante essas 24 horas de depoimento, Maurício Marinho, você sabe de tudo, conhece tudo, mas sempre o poder de decisão você diz que não é seu. Mas, como você está fechado num grupo com Antonio Osório e Godoy a serviço do Deputado Roberto Jefferson, decidindo grandes coisas, e declara que é de um departamento-chave, é lógico que você tem que dizer que isso é bravata. Você quer que eu acredite que seja bravata? É que você foi pego com a boca na botija. Por isso que você fala que é bravata. É uma tática de defesa, apenas isso.

Ontem, podíamos ter dito isso, mas, como a lista foi aberta muitas horas antes, só fiquei bem mais tarde para fazer meu interrogatório. Muitos companheiros, Deputados do PT, inclusive, só puderam falar depois de mais de dez horas de audiência. Então, a sociedade brasileira pode não estar vendo isso aqui agora. Mas ela precisa saber, ela precisa saber da verdade.

Esse projeto dos Correios para comprar medicamento – é sua expressão – é uma brincadeirinha de R\$60 milhões. Então, você não decide coisa apenas de R\$650 mil. Você está envolvido em negociatas de milhões.

Eu quero defender os funcionários dos Correios que são gente digna, mas não esses que, aproveitando-se da boa-fé e mesmo da posição de terem feito um concurso, transformam-se em assaltantes do patrimônio público. Essa empresa multinacional tem interesse na privatização dos Correios? É uma pergunta.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Essa empresa não existe, Deputado. Ela é fictícia; ela só foi só trabalhada, montada com técnicos para fazer a gravação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Existe uma corrente de opinião querendo privatizar os Correios?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não tenho conhecimento disso, não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então o senhor conhece pouco de Correios.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, pelo menos a informação que tenho é de que esse é um assunto vencido. Desde que o Governo Lula assumiu, não se

fala mais na privatização dos Correios. Lá dentro, não falamos a esse respeito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas a desmoralização dos Correios, por meio da sua ação nefasta, criminosa, pode desmoralizar a instituição a ponto de ela ter um clamor popular pela sua privatização. Qual a sua opinião?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não creio nisso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar declarando que o que está em jogo...

Estou recebendo um lembrete dizendo o seguinte: se a empresa é fictícia, como ela foi recomendada pelo Marcos Vinícius, genro do Roberto Jefferson?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Foi essa a recomendação; foi dessa forma que lá eles chegaram e se apresentaram. Não houve nenhuma checagem. Tem que chamá-los e ouvir se realmente foram encaminhados ou não. Mas eles se apresentaram como tal. Nessa mesma data, inclusive na fita, aparece Antonio Pedreira, Deputado Aníbal Mendes... Entendeu? Atendemos três pessoas na mesma tarde, indicadas por parlamentares. Eu nunca checo: “parlamentar, o senhor está encaminhando alguém?” Eu nunca fiz essa checagem. Atendo todos que lá chegam; aquilo que me compete executo e o que não me compete encaminho à área competente da empresa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, estamos vendo que há água suja nessa bacia junto com a criança. A atuação do Maurício Marinho e da gangue dele nos Correios provocou muito prejuízo para o patrimônio público. Agora, não podemos jogar fora a água suja, que precisa ser jogada. Esta CPMI está investigando isso para o acerto de contas com a nossa sociedade, em nome da nossa sociedade, mas não podemos deixar que seja jogada fora a criança, que é nosso Presidente Lula.

A Direita está batendo bumbo pesado no sentido de desmoralizar uma conquista democrática. Atravesei a vida lutando para ter um governo que ajudasse a mudar o Brasil e agora vejo a Direita utilizar mecanismos, subterfúgios, a necessidade de jogar a água suja fora para jogar, na verdade, a criança, porque conviver com a água suja sempre conviveu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o nosso último orador, se o Senador César Borges não quiser fazer uso da palavra.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sou o último hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, V. Ex^a pode falar agora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a me concedeu essa deferência e eu aceitei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, felicito a Mesa pela condução dos trabalhos. Mas a mim me parece que nós estamos vivendo aqui uma hora muito difícil e muito delicada. Está se começando a viver aqui o que vivemos na CPMI do Banestado. Foi a primeira CPI em que conseguiu trazer provas materiais. A Justiça americana mandou para nós as contas da CC-5 e os nomes e as verbas mandadas irregularmente para os Estados Unidos. Essas contas não conseguiram ser abertas. A CPMI durou um ano, com uma briga entre o PT e o PSDB, em que relator do PT, Mentor, boicotava de todas as maneiras a tentativa de atingir o atual Presidente do Banco Central, e o PSDB tentava, de todas as maneiras, evitar que as investigações atingissem o anterior Presidente do Banco Central. E nós cometemos um crime: terminou o prazo sem parecer. E talvez na CPI mais séria, com as provas mais concretas – estão aí no porão, se não roubaram –, não aconteceu nada.

Eu pertenci a CPIs difíceis – uma cassou um Presidente e dez Parlamentares –, mas, nessas várias CPIs de que tenho participado, temos conseguido fazer com que o clima seja de respeito, onde as pessoas, os advogados e os Senadores que falam se dão conta do seguinte: se abrirem a Constituição e abrirem o texto da CPI, a CPI é uma das instituições mais importantes e mais sérias no Brasil. Ela vai além do Judiciário, porque nos dá os poderes absolutos que nem o Juiz tem. Nós temos o poder de Polícia, de Procuradoria, de Presidente da República, de Receita Federal. Então, a CPMI tem a obrigação de entender que isso aqui é um tribunal. Isso não é uma comissão especial, não é uma comissão do “MDB” contra o PT ou o diabo! Isso aqui é um tribunal. Nós somos juízes. É claro que ninguém vai tirar da minha cabeça que sou do “MDB”, ninguém vai tirar da minha cabeça que vou perguntar e torcer do lado do “MDB”. Mas eu tenho de ficar no limite entre eu ser do “MDB” e eu ser juiz aqui para buscar a verdade. Conseguimos fazer isso na CPI do *Impeachment* e cassamos o Presidente da República. Levando o debate, chegamos à conclusão, por quase unanimidade, de que ele era culpado. Cassamos dez Parlamentares, num longo debate, numa discussão, em que chegamos à conclusão de quem eram os culpados.

Agora, o clima que se está criando aqui não é por aí. Não pode, no início, as baterias contra o Sr. Maurício por causa da fita. Então, é o primeiro Mau-

riço. Um grupo batia nele e outro grupo defendia. Aí, temos o segundo Maurício, que foi hoje de manhã, negando tudo, tudo era bravata, e veio com uma teoria completamente diferente. Aí, o comportamento aqui também mudou: os que estavam batendo passaram a defender e os que estavam defendendo passaram a bater. Depois houve a intervenção dos advogados, e parece que o Sr. Maurício resolveu falar com mais franqueza. Aí, está dando essa confusão que está. Não pode! Não pode! Temos a obrigação. Esse caso do Sr. Maurício, o que ele está falando é grave demais. E dá pena, porque sou da geração em que tudo que eu fazia de errado, a culpa era dos Correios: “Mas tu não me escreveu”. Eu mandei pelo correio. “Mas o correio não...”. Os Correios eram culpados de tudo porque era a instituição que tinha menos credibilidade no Brasil. Hoje é a instituição que tem mais credibilidade, que tem mais respeito. Eu, quando quero mandar para Porto Alegre um documento com a certeza de que vai chegar lá, mando pelo correio.

Então, essa instituição de repente entra no meio dessa jogada. Eu entendo o PT. Entendo quando algum amigo diz: lutei a vida inteira para ter um governo; foram 25 anos para ter um governo de esquerda, progressista, avançado, agora querem enxovalhar. Entendo. Acho correta a mágoa, correto o sentimento. Agora, vamos ser sinceros. Temos que responder com argumentos. Que existem fatos graves, existem. Está lá o Presidente da Comissão, do PT. Foi eleito Presidente da Comissão. Enquanto ele estava sendo eleito Presidente da Comissão, um diretor da Petrobras sai com uma bateria ridícula, estúpida contra ele. E ele, em vez de ir para o Senado para defender a CPI, teve que ir ao Senado para se defender. Defender-se de alguém do PT que fez o negócio com ele. Que estão acontecendo as coisas, estão. E temos de apurar.

O PT não pode colocar a cabeça no meio das pernas e esconder o que está acontecendo. Defender sim. Analisar sim. Mas eu defendo a tese de que... não admito que se toque no Presidente Lula. Eu o acho um homem de bem, um homem sério, um homem responsável. Acho que o PT errou, porque o Lula é um homem notável, é reconhecido pelo mundo inteiro. Mas o Lula não é um tocador de obra. Com todas as restrições que se pode fazer ao o Governador de Brasília, mas S. Ex^a é um tocador de obra. O Lula é um líder político de capacidade internacional. Ele quis dar isso para o Chefe da Casa Civil. Quando tirou da chefia da Casa Civil a coordenação política e deu para uma outra coordenação política, disse: “Tu vai tocar o Governo”. Porque ele queria isso, queria que alguém tocasse o Governo. Infelizmente o nosso Zé não entendeu isso. E foi brigando, discutindo e nunca tocou o Governo.

Agora, ele fez uma experiência, pegou alguém que não tem nada que ver, claro que é PT, com as instruções do PT, com as alas do PT, alguém que não tem nada com política, não sabe fazer política e colocou na chefia da Casa Civil para tocar o Governo. Acho que ele fez bem. Desde que ele coloque como assessor um político que esteja ali na coordenação para cuidar da parte política. Não pode ter o “Palácio Piratini” só com o Chefe da Casa Civil, que não quer nada com política, e não ter alguém para ouvir os políticos. Então, vai ficar... É político? É. Então vai falar com o coordenador fulano de tal. É técnico? É. Vai falar comigo.

Agora, que aconteceram essas coisas, aconteceram. O PT tem que entender que essas coisas aconteceram. Isso é o mais grave, o mais triste. Não foi o PSDB. O Fernando Henrique bateu, falou, acusou. Nada do que o Fernando Henrique disse aconteceu. As coisas estão acontecendo dentro do próprio PT. E quem é que fez a gravação do Waldomiro? E agora o Supremo, quase que por unanimidade, por um voto contra, decidiu que vai sair a CPI. Quem é que fez? E por que a Polícia Federal, neste caso dos Correios, está investigando e chegou ao seu final? E no caso do Waldomiro não fez nada? Não tem nada até agora. Vai começar com a CPI.

Então, o que acho é que o PT tem que armar uma equipe, vir para defender, para cobrar, para lutar. Mas não adianta espezinhar testemunha, como fez o meu querido amigo Senador. Não adianta descontar. Acho que há coisas que sabemos e não precisa nem dizer. V. S. não consegue nos convencer de que na fita V. S^a fez bravata. Não, na fita estava V. S^a. Ali estava V. S^a escancarado. Sou advogado. Tenho 45 anos de advocacia, de Tribunal do Júri. Sou formado em Psicologia. Digo a V. S^a que, entre os três homens – o de hoje, o de agora à tarde, o da manhã e o da fita –, o da fita é V. S^a. Na fita, V. S^a está dizendo as coisas que está dizendo. Aí, de manhã, V. S^a muda tudo. E os seus advogados, preocupados com o prestígio e a credibilidade deles, falaram com V. S^a para que dissesse as coisas que deve dizer.

Acho que V. S^a... Olha, tenho rezado por V. S^a. Tenho rezado por V. S^a por uma razão muito simples: machuca-me quando o vejo, dez vezes, na televisão, recebendo dinheiro. Estão exagerando, estão judiando. Eu me coloco na posição de V. S^a, de seus filhos, que estão lá, e a televisão... Dez vezes por dia está lá o senhor recebendo dinheiro. Recebendo dinheiro. V. S^a deve estar realmente machucado. Eu acho que V. S^a poderia fazer... E isso era muito importante. Podíamos até suspender a reunião de hoje, encerrar, e, mais adiante, V. S^a devia contar absolutamente o que sabe.

O que a Deputada Juíza Denise Frossard disse é uma grande verdade. Há hoje na legislação... Isso, nos Estados Unidos, há muito tempo acontece. A maneira que os Estados Unidos têm para pegar os gangsteres, para pegar as quadrilhas de droga, é pinçando um deles que está na cadeia, que está preso, e dizendo: “Você vai lá, descobre, e está solto”. Eles trocam a liberdade de um para pegar dez, para pegar cem. Então, a colaboração é importante.

E se V. S^a, como o primeiro representante... Porque, reparem que é em cima dele que vamos começar a trabalhar. Se V. S^a resolvesse, de repente, dizer: vamos partir para uma quarta versão, agora podem pedir uma reunião fechada, V. S^a tem o direito de pedir uma reunião secreta em que saia a imprensa, em que saia todo mundo, não tenha ninguém, só fiquem os Deputados e Senadores da Comissão, e aí V. S^a conta as coisas como são. V. S^a vai ficar em paz com a sua consciência. V. S^a vai ter... Agora, que errou, errou! Quem de nós não errou? Quem de nós não fez bobagem, e não pode riscar da sua vida? Agora, V. S^a tem um futuro, quer montar uma firma, quer olhar para frente. Colaborando com esta Comissão, V. S^a vai ter o troco desta Comissão. V. S^a não pode, a essa altura, estourar em si, guardar em segredo, as coisas que sabe e que são importantes para nós. Da maneira como me falou, V. S^a entrou no trabalho desta Comissão. Está todo mundo confuso. Porque V. S^a deu várias interpretações. Cada um está pensando uma coisa e acha que tem razão. Todo mundo acha que tem razão. V. S^a não ficou bem com isso. Na hora de julgar, quando vamos concluir os tratamentos, na hora de decidir, vamos olhar para V. S^a e para o seu pronunciamento, e vamos ver o que corresponde e o que não corresponde.

O Congresso Nacional, uma CPI, cassou um Senador só porque mentiu para a CPI. Quando se perguntou a ele quais eram as suas negociações com o pessoal do Tribunal do Trabalho, a construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, aquele do Nicolau: “Não tinha ligação nenhuma. O que eu tive foi uma fazenda que ele comprou de mim ou eu comprei dele, em Goiás, e mais não sei o quê”. “Só isso?” “Só isso”. “Está bom”. Foi embora. Quando vieram as provas, nas provas, ele negociava diariamente com o cara. E aí ele foi cassado. Foi cassado e não teve mais nada. Não sabemos nem se são verdade ou mentira os troços. Foi o depoimento dele que apareceu, de um lado, e, do outro lado, fomos ver as coisas, que eram completamente diferentes daquilo que tinha dito. Isso vai acontecer com V. S^a. As coisas vão aparecer e vão acontecer. Por isso que, se V. S^a, que é o primeiro, e tem essa tranquilidade, é o primeiro que vai falar, é o primeiro que está falando, nessas condições, tem que

abrir e dizer as coisas como elas são. É contra o PT? Fale contra o PT. V. S^a diz – e acho que deve ser verdade – que, antes, no PSDB, também tinha. Fala que tinha antes contra o PSDB. V. S^a fica na imparcialidade de dizer os dois lados, ou seja, não tem que nem bater no PT e salvar o PSDB, nem o contrário. Se V. S^a fizer isso, V. S^a vai sair com credibilidade, vai reformular a sua personalidade, vai firmar, vai dar a volta por cima e isso vai ser um pesadelo que passou, do qual V. S^a vai se esquecer. Agora, é muito importante que V. S^a faça isso. Eu até repetiria, Sr. Presidente, se a testemunha concordasse em marcarmos uma outra data, uma reunião secreta, fechada, ele falasse e fizesse o quarto depoimento, mas que seria o depoimento para valer. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Marinho, o senhor gostaria de falar alguma coisa, fazer algum comentário?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – No momento não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Pedro Simon, nós, fruto dessas mais de doze horas, quase dezoito ou vinte horas de depoimento, em função das contradições, combinamos de fazer uma espécie de matriz, uma planilha mostrando as contradições que V. Ex^a acabou de citar. Fruto dessas contradições, acho que à frente, depois da análise que V. Ex^a fez muito bem – quem era a favor virou contra, quem era contra virou a favor –, e até pelos depoimentos, por tudo aquilo que foi questionado, realmente ficaram dúvidas.

Nós, Sr. Marinho, se V. S^a concordar, vamos novamente convocá-lo, talvez para uma conversa mais fechada, apenas com os Senadores, para que, efetivamente, à luz dessas...

O SR. () – (Intervenção fora do microfone.) E Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E Deputados, claro. Perdão, ato falho. É o hábito.

Para que venhamos a fazer uma nova inquirição, uma nova conversa com V. S^a à luz de todos esses fatos que serão levantados pela equipe técnica da CPI. Acho a sugestão do Senador Pedro Simon muito pertinente, mas nós, agora, Senador, fruto até de tudo o que foi ouvido, vamos ter que trabalhar esses próximos dias para depois fazer, talvez, uma reunião fechada, e ouvindo também outras pessoas, agora os empresários, o Arthur Waschek e o Antônio Velasco, que estão vindo amanhã, para que realmente tenhamos as condições necessárias de buscar a verdade acima de tudo, como disse V. Ex^a. Quero fechar agora esta nossa reunião com o Senador César Borges.

Senador César Borges, V. Ex^a tem três minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço a deferência que V. Ex^a me concede. Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, parabenizar a maneira como V. Ex^a está conduzindo os trabalhos, da mesma forma que o Relator, a maneira tranqüila, serena, firme, mas sempre aberto a ouvir ponderações, não considerando que aqui tem direita, esquerda ou oposição ao Governo. Acho que esse é um discurso falso, Sr. Presidente. Acho que laboram em equívoco aqueles que fazem um discurso hoje para a Nação brasileira no sentido de que é a direita contra a esquerda, porque esse Governo não é lá esquerda. Sabemos que ele adota posições de direita. Não é isso, não se prende a isso. Na verdade, Sr. Presidente, o que o País inteiro verifica é que há uma necessidade de averiguar e colocar frente a frente atos de corrupção com a ética que se exige na condução das coisas públicas.

É isso que todos desejam. Penso que isso deve ser a função de todos que estão aqui nesta CPI, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a visão que nós temos. Acho que, se não fosse a revista **Veja** trazendo ao conhecimento público a fita e, posteriormente, as declarações do Deputado Roberto Jefferson, não teríamos esta CPI, porque o Governo fez de tudo para que não houvesse a CPMI dos Correios.

Sabemos como teve o empenho inclusive do ex-Ministro José Dirceu e de todo o Governo sobre os Srs. Senadores e Deputados, pressionando para que esta CPMI não saísse.

Então, o Governo não pode agora adotar uma postura de que ele é que quer a apuração de todos os atos, porque não é verdade. Hoje, temos uma notícia muito boa para a democracia brasileira: o Judiciário, por nove votos a um, está determinando ao Presidente do Senado que indique os membros para compor a CPI dos Bingos, aquela de Waldomiro Diniz que foi abafada pelo Governo. Se tivesse sido implantada a CPMI e não ficasse para a Nação e para aqueles que fazem parte do Governo aquela sensação de impunidade, talvez não estivesse havendo necessidade da CPI dos Correios. Mas como foi abafada a CPI dos Bingos, que agora está sendo restabelecida pelo Supremo Tribunal Federal, nós podemos dizer que, na verdade, esta CPI dos Correios existe por uma pressão da opinião pública, sobretudo.

Mas, Sr. Presidente, acho que o Presidente Lula é um homem sério. Eu o reputo como homem honesto. Agora, é preciso ficar muito claro que ele não está acima do bem e do mal, porque não é um cidadão acima de qualquer suspeita. Acho que ele não pode neste momento fazer um discurso em que se apóia em dois pontos: primeiro, transformando o Sr. Maurício Mari-

nho em um homem que é responsável por toda a crise, qualificando-o como homem de terceiro ou quarto ou quinto escalão, que recebeu R\$3 mil, e que a crise deve se resumir a isso. Porque sabemos que isso não é verdade. Todo o desdobramento da crise está aí. E não foi a Oposição nesta Casa, não foi o meu Partido, o PFL, não foi o PSDB. Foi a mídia, foi a opinião pública nacional, que está tomando conta. Nós estamos aqui atrasados; a mídia está muito na nossa frente. Então, não é uma questão de Oposição. A Oposição não está querendo bater. A Oposição não prega “Fora, Lula”, nem vai pregar, como foi feito no passado. Não é essa a nossa posição.

Agora, não pode o Presidente também imaginar que não se devem averiguar os atos de corrupção que estão denunciados para a Nação brasileira, Sr. Presidente. Não pode o Presidente querer jogar sobre o Congresso Nacional, sobre a Câmara dos Deputados que esta é uma questão interna, que a Câmara tem os seus instrumentos para punir os Deputados.

Porque, vejam bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, sem sombra de dúvida, há um foco ativo de corrupção. Não existe “mensalão” se não houver esse foco ativo de corrupção. Tem que haver aquele que está corrompendo, e por tudo que foi dito até agora esse foco ativo está no Executivo, utilizando-se inclusive das estatais, de recursos públicos. Então, se há, dentro do Parlamento, Deputados que podem ter sido eventualmente comprados, isso a Câmara dos Deputados vai averiguar. Mas isso é um foco passivo, ele é que está sendo corrompido. Então, tem que ter um foco ativo, o qual está no Executivo.

Vejam bem, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Maurício Marinho, acho que V. S^a deve ter neste momento essa consciência, como foi colocado muito bem pelo Senador Pedro Simon, que está em suas mãos, em suas palavras poder esclarecer à Nação brasileira a verdade.

A fita gravada revela um profundo conhecimento de causa. No entanto, não vejo em V. S^a o elemento formulador dessa política extremamente perigosa e danosa, de captação de recursos através das estatais. Vejo aí uma política onde há método, lógica, precisão, planejamento e que, de certa forma, se aconteceu com os Correios, pode estar acontecendo em várias outras estatais. E isso é muito grave para a Nação.

Mas acho que, a partir das suas declarações aqui nesta Comissão – que tem procurado lhe dar garantia, para que não seja V. S^a apenas motivo de ataques ou de diminuição da sua pessoa, como pessoa humana que está passando por um problema, fruto dos seus próprios erros, mas que V. S^a reconhece – é que V. S^a

tem que abrir o coração e a mente e colocar a verdade pura e absoluta.

Como foi dito aqui, pela manhã, pelo Senador Demóstenes Torres e agora, de certa forma, pelo Senador Pedro Simon, a delação premiada existe efetivamente, e V. S^a estaria fazendo um grande serviço para o País inteiro, não apenas para esta Comissão. É para o País inteiro, porque a luta agora não é Oposição versus Governo. Aqui se lutou para que houvesse uma chapa que foi chamada chapa branca, com eleição do Senador Delcídio e o Senador Osmar. E estamos verificando que não adianta, porque ambos são homens sérios, corretos e estão fazendo um trabalho que merece o elogio de todos. E eles não têm outra maneira, têm que proceder dessa forma.

Então, o que interessa é a luta da corrupção versus ética. Aqueles que pousaram de vestais, de donos da ética não a têm mais. Não têm pelos fatos, não porque há Oposição, mas porque os fatos estão aí para desmistificar algo que foi feito em determinado momento, mas que era a teoria, porque, na prática, ela não se efetivou.

Portanto, apenas para encerrar, Sr. Presidente, porque queria ter falado isso pela manhã, acho que as declarações dele na fita são verdadeiras. E ele ainda sabe muita coisa, e tem que tirar o temor de revelá-las para trazer aqui a esta Comissão e prestar um grande serviço à Nação brasileira.

Este é o apelo que faço a V. S^a, para o seu próprio bem, da sua família, dos seus amigos e do seu futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio,

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero dizer que chego ao término desta oitiva com a mesma percepção do ilustre Senador César Borges e do Senador Pedro Simon.

Isso não significa que seja um juízo que ainda não deva ser submetido ao crivo das provas que serão produzidas. Mas, inauguralmente, na gravação, a primeira coisa que é questionada é se aquele local é um local seguro para as conversas que terão, e o Maurício Marinho confirma, que aquela é a casa, é mais segura do que lá fora, já era um indicativo de que alguma não lícita ali iria ocorrer.

E agora essa versão é própria e natural de quem precisa se defender. É nesse sentido que quero pegar o gancho do Senador Pedro Simon e lembrar que nós liberamos o Sr. Maurício Marinho do compromisso le-

gal da promessa, porque estávamos averiguando a propósito da fita. E, portanto, de fato, ele é indiciado e não tínhamos como compeli-lo a fazer um juramento contra si próprio.

E quero dizer que vou pensar seriamente na possibilidade de convocá-lo, e agora não para falar sobre a fita, mas como testemunha, para que ele nos dissesse, que ele nos esclareça, que ele nos traga as luzes sobre esses eventos, sobre esses contratos, essas licitações, que ele arrolou e apresentou à Casa. Então, ele vai ter um tempo para refletir sobre a proposta do Senador Pedro Simon, como um colaborador, que virá espontaneamente, com as vantagens dessa sua conduta, ou, mais adiante, eu anuncio que é convicção minha que será importante convocá-lo para que, daí sim, livre do exame das coisas pessoais, ele seja obrigado, sob pena de cometer crime, e também sob pena de cometer denúncia caluniosa, a falar, já que cada um precisa responder pelo que diz. Aí, com certeza, teremos elementos mais convincentes para que esta Comissão alcance os resultados que nós todos esperamos.

Eu teria ainda alguma pergunta a formular, mas imagino que, por outros meios, ainda consigamos aportar as respostas, porque são, de alguma forma, possíveis de serem aferidas internamente nos Correios. De maneira que eu agradeço a todos pela colaboração que prestaram ao trabalho deste Relator, com as suas perguntas muito inteligentes, seus questionamentos que, de fato, completaram a reflexão necessária sobre o foco da CPMI. Agradeço também ao Presidente, pela lhança com que sempre tem tratado este Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Também quero agradecer a todos os Parlamentares, já que esses dois dias foi uma verdadeira maratona, tendo em vista o trabalho desenvolvido com a convocação do Sr. Maurício Marinho. Acho que avançamos bastante; avançamos inclusive, ontem, com a aprovação dos requerimentos, fazendo um trabalho de comum acordo com as Lideranças do Governo, com as Lideranças de Oposição. Já temos uma agenda bastante bem estabelecida ao longo desta semana e da próxima, também uma agenda que surgiu de um acordo com as Lideranças. Portanto, quero agradecer a todos os Parlamentares e às Assessorias pelo apoio prestado nessa primeira rodada; agradecer à imprensa pelo acompanhamento metódico, rigoroso, dessas primeiras horas de funcionamento da CPMI e aos funcionários do Senado.

Sr. Marinho, como disse o Senador Ney Suassuna, V. S^a foi resistente, porque, durante muitas horas, respondeu a todas as perguntas.

Quero, dentro do que foi previamente combinado, convocar os Srs. Parlamentares para a 4ª reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a se realizar no dia 23 de junho de 2005, portanto, amanhã, quinta-feira, às nove horas, aqui, na Sala de Reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo II do Senado Federal, cuja pauta será a oitiva do Sr. Antônio Velasco e a oitiva do Sr. Arthur Waschek Neto, que são os sócios da empresa Comam.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, apenas para confirmar os encaminhamentos oriundos do início dos trabalhos de hoje. Ficou acertado que, em sendo convocado para às 9 horas, então, a lista de inscrição será aberta uma hora antes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A partir das 8 horas e 30 minutos, a lista de inscrições vai estar sobre a mesa da Comissão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou esclarecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero agradecer a todos.

Que Deus ilumine e abençoe a todos, e, se Deus quiser, até amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Encerrada a reunião às 18h59min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 4ª Reunião, realizada em 23/06/2005.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e vinte minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Ana Júlia Carepa e Garibaldi Alves Filho, bem como dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar,

Maurício Rands, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Aníbal Gomes, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos e Moroni Torgan, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Arthur Waschek Neto e Antônio Velasco. A seguir concede a palavra aos depoentes para seus esclarecimentos. O Relator, Deputado Osmar Serraglio, faz suas inquirições aos depoentes. Fazem uso da palavra, ainda, os Senadores Jefferson Peres, Heloísa Helena, Ideli Salvatti, Ney Suassuna, Álvaro Dias, e Heráclito Fortes, bem como os Deputados Onyx Lorenzoni, Antônio Carlos Magalhães Neto, Maurício Rands, Eduardo Paes, Jamil Murad, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, Jose Eduardo Cardozo, Nélcio Dias, Gustavo Fruet, Álvaro Dias, Geraldo Thadeu, Moroni Torgan, e Pompeo de Mattos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, convocando-se os membros para a próxima reunião no dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco às nove horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS
DA 4ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Gostaria de ponderar com os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que não conseguimos concluir a ata de reunião dessas oitivas dos dois dias anteriores. Por isso peço autorização de V. Ex^{as} para aprovar, para próxima semana, a ata.

Todos estão de acordo?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT – MS) – Pela ordem, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com base nas oitivas longas desses últimos dois dias, gostaríamos, primeiro, de sugerir que este horário das 9 horas fosse o horário de funcionamento da nossa CPI e de chamar a atenção do Sr. Relator, para que analise o Requerimento nº 207, que já está na posse da Secretaria da nossa Comissão, que trata da solicitação do envio pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos dos contratos de publicidade, propaganda e patrocínio no que diz respeito às suas execuções.

Nós aprovamos, na deliberação anterior, de terça-feira, Sr. Presidente, o Requerimento nº 143, que trata das licitações e dos contratos. Agora estamos sugerindo – no caso, os signatários somos eu e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto – que, na próxima terça-feira, quando vamos novamente deliberar sobre os requerimentos, façamos com que a ECT nos envie a execução dos contratos de 2003, 2004 e o que estiver executado até o dia em que sair o ofício daqui, de tal maneira que possamos acompanhar as execuções para poder, evidentemente, compor o relatório e fazer as ligações necessárias, na busca do esclarecimento.

É esse o requerimento que faço ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Não temos nenhum óbice a isso, até porque o que competia à gestão do nosso interrogado ontem era exatamente a parte de execução dos contratos, de forma que nos manifestaremos na oportunidade favoravelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agradeço, Sr. Relator. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer duas sugestões à Mesa. A primeira delas é que fossem também disponibilizados os documentos com as có-

pias dos depoimentos às Lideranças da Câmara dos Deputados.

Ontem, por exemplo, tive a oportunidade de ligar para o competente assessor, Sr. Wanderley, para solicitar uma cópia do depoimento do Sr. Wascheck à Polícia Federal, porque a Liderança do PFL na Câmara não dispunha dessa cópia. O Sr. Wanderley informou-me que havia sido encaminhada para a Liderança do PFL no Senado. Depois, a nossa assessoria, corroborando com essa informação, havia afirmado que a decisão foi que todos os procedimentos tivessem encaminhamento apenas para as Lideranças do Senado.

Portanto, gostaria de solicitar a V. Ex^a que desse o mesmo tratamento às Lideranças da Câmara. Essa é a primeira questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, foi encaminhado pelo Secretário Wanderley Rabelo da Silva, por meio do Ofício nº 017, para o Exmo. Sr. Deputado Rodrigo Maia, no dia 21 de junho. Evidentemente deve ter havido algum atraso. Então, pensamos que estamos atendendo a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

A segunda questão é a seguinte: ficou acertado que, na semana que vem, iremos ouvir os seis diretores dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson, sendo que o depoimento do Deputado Roberto Jefferson ficou marcado para quarta-feira.

É muito difícil ouvirmos os seis diretores na terça-feira. Então, eu queria propor que fizéssemos uma divisão: que ouvíssemos três diretores na terça-feira e os outros três na quinta-feira, fazendo uma interrupção para a oitiva do Deputado Roberto Jefferson, na quarta-feira.

É evidente que poderíamos acertar entre os membros da Comissão quais seriam os três diretores que ouviríamos na terça-feira e quais seriam aqueles que ouviríamos na quinta-feira, até para nos dar condições técnicas de conhecer a fundo e mais de perto os termos dos contratos dos Correios afeitos a cada Diretoria e a suas competências.

Estamos no início dos trabalhos da Comissão e não tivemos ainda condições de analisar tudo detalhadamente. Então, eu gostaria de fazer este encaminhamento: ouvirmos três diretores na terça-feira, o Deputado Roberto Jefferson na quarta-feira e os outros três diretores na quinta-feira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, após a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Também já pediu pela ordem o Senador Jefferson Péres.

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, a Comissão, após a reunião de hoje, fará uma avaliação das agendas da próxima semana, mas está registrado o encaminhamento de V. Ex^a. Após o término da reunião, ainda teremos muito trabalho pela frente para preparar a pauta da próxima semana.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr.

Presidente, apenas quero reiterar de público o apelo que lhe fiz informalmente, para que, talvez até em uma reunião extraordinária da Comissão, seja definido o calendário de julho. Que seja um calendário realista e que não leve ao esvaziamento desta Comissão!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– OK, Senador Jefferson Péres.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Depois, falarão a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Maurício Rands e o Deputado Eduardo Paes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, sigo a mesma linha de outros Senadores e Deputados que mostraram preocupação. Sei que V. Ex^a e o Relator, ontem, já comunicaram que solicitariam todos os contratos ou representações ou relatórios ou pareceres que tenham sido feitos pela própria empresa de Correios ou pelo Tribunal de Contas da União em relação àquela listagem que foi apresentada pelo deponente de ontem.

O apelo que faço é para que, assim que chegar à Relatoria, que possamos ter acesso a todo esse material, porque, como é de alta complexidade técnica, é essencial que possamos nos aprofundar para não sermos irresponsáveis em relação à análise de contratos, pareceres e representações ou qualquer outro mecanismo que tenha sido feito em relação a todos os atos, porque são muitos contratos. Tanto V. Ex^a como o Relator disseram que já estavam providenciando para que isso seja disponibilizado para a gente também.

Outra coisa. Não quero fazer nenhuma especulação indevida, Senador Dalcídio, até porque parto do pressuposto de que a agenda da próxima semana foi acordada aqui, tendo sido dada a palavra de V. Ex^a, de uma forma muito especial. Ontem, os comentários que se ouviam na Casa eram no sentido de obstaculizar a vinda do Deputado Roberto Jefferson na quarta-feira.

Então, estou logo me adiantando, pode ser mera especulação da minha parte. Sei que outras pessoas... Nós estamos aqui para trabalhar mesmo. Não tem problema irmos até meia-noite, uma ou duas horas da manhã, ou mesmo virarmos a noite. Aliás, esta Casa já virou a noite na reforma da Previdência.

Então, para que isso seja feito, para que seja mantido, se tiver de ser incluída, a proposta do Deputado Antônio Carlos é bastante razoável, de três na terça... Inclusive, V. Ex^a tinha falado sobre isso também: uma parte na terça-feira e outra na quinta-feira. Alguns outros deverão vir antes, porque os últimos dados da secretária, a Sr^a Karina, e do Sr. Marcos Valério, alguns dados poderão, em função da conjuntura, serem antecipados. Mas é essencial para as relações respeitadas e democráticas nesta Comissão a manutenção daquela primeira agenda que foi acordada, inclusive garantindo que o Deputado Roberto Jefferson venha na quarta-feira.

Vamos ter reunião do Congresso, mas à noite, que pode ser às 20 ou 21 horas, a leitura do requerimento da outra CPI Mista, do “mensalão”. Mas é essencial que esse primeiro acordo seja feito e que possamos até introduzir, se for de comum acordo na Casa, dados, personalidades novas que a conjuntura nos empurra a ouvi-las antecipadamente, como a Sr^a Karina e o Sr. Marcos Valério, representante de uma das empresas de comunicação que estão sendo denunciadas. Isso é essencial, porque os comentários ontem eram outros. Espero entender isso como simples especulação, coisas dos corredores da política, e que o que foi acordo fique efetivamente mantido.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Uma questão de ordem, Sr Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, há uma programação já estabelecida. Como aquilo foi motivo de acordo entre os Líderes do Governo e os Líderes da Oposição, agora vamos organizar as audiências da próxima semana, mas essa agenda está definida. Nós precisamos é dar racionalidade às oitivas que serão realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, terão a palavra a Senadora Ideli Salvatti, depois o Deputado Maurício Rands, depois o Deputado Eduardo Paes e depois o Deputado Jamil Murad.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr Presidente, em primeiro lugar, não acompanhei, infelizmente, por motivos pessoais conhecidos tanto o de-

poimento de terça-feira à noite quanto o de ontem, ao longo do dia.

Por outro lado, tenho o entendimento de que as deliberações desta Comissão, inclusive da sequência dos trabalhos desta Comissão, têm de estar diretamente ligadas aos fatos que nos objetivam investigar aquilo que está focado. Principalmente, precisamos ter o encadeamento das oitivas vinculado às questões que os fatos vão apresentando e que vão se sucedendo.

Não é a primeira nem a segunda vez que, no andamento das oitivas, fatos e necessidades de complementação de documentos, de informações que possam, inclusive, subsidiar de forma mais efetiva. Muitas vezes, já aconteceu de termos agendado algum tipo de depoimento, e, para que ele pudesse ser efetivo, conclusivo, havia a necessidade de, anteriormente, obterem-se determinadas informações, até para não permitir que, ao depoente sentar-se nessa mesa para ser questionado e sabatinado, não tivéssemos em mão os instrumentos efetivos para questionar, para fazer uma quebra de sigilo telefônico ou bancário ou a análise de documentos.

Sr. Presidente, aqui já ficou claro e determinado, pelas informações que me chegaram, que não será postergado nada, que não serão readequadas questões para, digamos, fazer benesses políticas. Vamos investigar à medida que os fatos forem sendo apresentados. Então, gostaria, Sr. Presidente, que pudéssemos fazer uma reavaliação, inclusive, das seqüências, porque há determinadas situações em que só poderemos questionar quem sentar aí se tivermos, de antemão, documentos.

Então, quero deixar em aberto essa reavaliação do calendário. Queria que pudéssemos fazer o que viemos fazer hoje: a oitiva dos dois empresários que, segundo se informa, foram os mentores da gravação. Poderíamos cumprir essa agenda, mas nos poderia ser permitido reavaliá-la e readequá-la mediante a ocorrência dos fatos.

Sr. Presidente, houve muitos fatos e coisas novas ao longo dos dias. Talvez, até a lógica e a seqüência precisem ser reavaliadas, sim, mediante algumas informações necessárias, para que as oitivas da próxima semana possam ser mais eficientes, com documentos e com dados adequados para serem ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, a preocupação desta Comissão é exatamente no sentido de haver uma lógica de investigação entendível, sensata, equilibrada, à luz dos fatos. Inclusive, tivemos dificuldade de subsidiar, por completo, os Parlamentares, até porque estamos ainda no início dos trabalhos. Mas, com certeza absoluta, esse é o intuito, dentro de uma lógica de ava-

liação conjunta com as Lideranças, exatamente para que tenhamos efetividade.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, V. Ex^a e o Relator têm procurado imprimir, na seqüência dos depoimentos, uma lógica a partir da ocorrência dos fatos. Parece-me que ninguém critica o conteúdo deste raciocínio: inicialmente, aquele que foi flagrado na fita; depois, quem fez as gravações; quem, supostamente, encomendou as gravações; os diretores da empresa, que têm de ser ouvidos. Inclusive, lembro que, para que possamos dar seqüência aos nossos trabalhos, precisamos ouvir o Presidente dos Correios. Já que estamos ouvindo diretores de departamentos, chefias de departamentos e até auxiliares, precisamos também ouvir a presidência dos Correios.

Não vejo por que esta Comissão não ouvir, por exemplo, o cidadão chamado Godoy, que é apontado como assessor, como o braço direito do Maurício Marinho, que é acusado de participar, junto com o Diretor Antônio Osório, de um esquema a serviço do Deputado Roberto Jefferson.

Todos estamos ansiosos para que esta Comissão ouça o Deputado Roberto Jefferson, o primeiro acusado ao lado de Maurício Marinho, de seu auxiliar e do diretor. Só que não podemos estar ansiosos, pois essa pressa pode aniquilar o verso. Minha querida Senadora Heloísa Helena, se trouxermos um depoimento importantíssimo para esta Comissão antes de coligirmos os dados, poderemos perder uma oportunidade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a está propondo o descumprimento do acordo?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não. Espera aí. Eu vou chegar lá. Ouça-me!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Gostaria que V. Ex^a fosse claro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ouça-me. Estou querendo dizer que não podemos ter essa ansiedade revelada pelo meu amigo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tenho ansiedade nenhuma, Deputado. Eu fiz um acordo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...nem essa ansiedade da Senadora Heloísa Helena. Por quê? Porque só faz sentido ouvirmos depoimentos se tivermos os dados, para que a inquisição seja perfunctória, não seja circo, não seja jogo de cena, não seja apenas um jogo para as luzes.

Portanto, Sr. Presidente, temos a consciência de que este é um objetivo importantíssimo: ouvir o Depu-

tado Roberto Jefferson. No entanto, não temos aqui o dom de cristal, ninguém tem aqui uma bola de cristal. Vimos quantas horas durou o depoimento do Maurício Marinho: foram dois dias, 28 horas, Sr. Presidente.

Então, não podemos trabalhar, de modo algum, com essa rigidez, rigidez que pode atropelar a racionalidade dos depoimentos aqui colhidos, nobre Deputado Relator. Não temos a dimensão do tempo. Acho até que, neste momento, devemos colaborar, sobretudo, com o Presidente, para que não repitamos um depoimento como o de ontem e o de hoje – faremos isso só se for necessário.

Se todo mundo colaborar, atendendo ao apelo do Presidente, o Senador Delcídio Amaral, poderemos ser mais objetivos, para que esta Comissão possa ouvir mais depoentes e possa, por exemplo, chegar ao depoimento do Roberto Jefferson, que está sendo aguardado com tanta ansiedade, depois de ouvir depoimentos que nos possam instruir.

Vou responder ao meu amigo Deputado Antonio Carlos Magalhães, dizendo que o que foi proposto pelo Senador Delcídio Amaral é uma sinalização para que o Deputado Roberto Jefferson venha aqui na próxima semana. Continuamos com essa sinalização, mas temos de ter a consciência de que não adianta, não é racional, não colabora para os trabalhos de investigação o Deputado Roberto Jefferson vir aqui atropelando outros depoimentos.

Ontem, por exemplo, foram feitos requerimentos com o objetivo de ouvir o ex-publicitário que está sendo citado, o Marcos Valério, e a Secretária. Temos a consciência de que, se houver fatos concretos que vinculem essas duas pessoas, elas terão de ser ouvidas aqui também. Mas, neste momento, talvez, ainda não haja indicativos concretos. Trazer um publicitário simplesmente porque tem conta com a empresa não é um bom critério. Quantas empresas fazem contratos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

Então, o fato de ter contrato com essa empresa não é motivo suficiente para trazer todos os contratados aqui. Temos de ter frieza, equilíbrio, e não transformar esses requerimentos de audiência em jogo de cena, em objeto de disputa política. É essa a consideração que faço, lembrando, inclusive, que todos nós estamos empenhados para que não só o que aconteceu nos Correios, mas tudo o que está sendo objeto de discussão na sociedade seja esclarecido.

Não é à toa que a CPI proposta pelo Partido dos Trabalhadores, ao lado de outros Partidos, na Câmara dos Deputados, está sendo votada hoje naquela Casa. É o projeto de resolução que permitirá a instalação de uma CPI, independentemente daquele limite de cinco CPIs na Câmara.

Então, há episódios que, em um primeiro momento, estão mais vinculados a um outro fato certo e determinado. Sei que isso provoca ansiedade, mas não podemos ser ansiosos, para não prejudicar a qualidade da investigação feita pela CPI dos Correios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero falar com base no art. 14, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, não quero tomar tempo desta Comissão, discutindo...

Eu peço a atenção da Senadora Heloísa Helena e do ilustre Deputado Maurício Rands.

Não quero tomar o tempo do ilustre Presidente, do ilustre Relator, de todos nós, da nossa audiência, da imprensa que está aqui, discutindo aquilo que me parece que não deve ser discutido.

Sinto um certo clima. Quando a Senadora Heloísa Helena fez o comentário da especulação aqui, pensei que S. Ex^a estivesse exagerando, mas já estou na fase de achar que o gato subiu no telhado.

Portanto, a indagação que lhe faço, Sr. Presidente, refere-se a uma decisão de V. Ex^a. Na primeira reunião desta Comissão, nesta semana, todos nós, em um acordo, votamos, em bloco, 110 requerimentos. Aprovamos os 110 requerimentos, e, com a aprovação desses 110 requerimentos, V. Ex^a anunciou no microfone qual seria a ordem dos trabalhos. Ouviríamos o Sr. Maurício Marinho naquele mesmo dia.

Sei que o Maurício Marinho surpreendeu. Pensou-se que ele não iria falar muito, que ele era bagrinho sem informação, mas ele acabou dizendo mais do que se esperava. Isso assusta, eu entendo. Mas é importante; acho que foi um bom depoimento. Foram 28 horas muito produtivas, com muitas informações.

Hoje, estamos aqui para ouvir estes dois cidadãos: o Wascheck e o Sr. Antônio Velasco.

Queria pedir a atenção do Sr. Presidente. Estou aqui tentando, Sr. Presidente, reproduzir aquelas que foram as palavras ditas por V. Ex^a, nesse mesmo microfone, nessa mesma cadeira, construindo esse acordo que me pareceu excepcional e que recebeu e vai continuar recebendo elogios da Oposição. Na semana seguinte, ou seja, na próxima semana, estaremos ouvindo os diretores e o Deputado Roberto Jefferson. Esse foi o acordo feito.

Portanto, para não perder meu tempo – quero até tratar de outros temas, Sr. Presidente –, deixaria

essa indagação, porque não temos de ficar debatendo uma coisa que não deve ser debatida, porque é uma decisão do Presidente e do Relator. E temos absoluta convicção, consciência e certeza da seriedade do Presidente e do Sr. Relator. Temos certeza de que S. Ex^{as} vão cumprir aquilo que foi acordado até o fim, para que os trabalhos possam prosseguir com a tranquilidade necessária.

Portanto, Sr. Presidente, não vou entrar nesse debate. Acredito que, certamente, V. Ex^a e o Relator cumprirão o acordo. Se assustou a base do Governo o depoimento do Sr. Maurício Marinho ontem, esse é um problema da base do Governo, e o Governo tem de explicar o que informou aqui o Sr. Maurício Marinho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já estou concluindo, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tenho outra preocupação, Sr. Presidente, que era algo que me incomodava levemente. Diante das especulações que surgem aqui, do gato sendo colocado no telhado, começo a achar que temos também de tratar, na reunião de hoje... E faço essa colocação, Deputado Maurício Rands, porque o Presidente já afirmou isso também. Apresentamos requerimento nesse sentido, mas talvez fosse bom, Sr. Presidente, deliberarmos logo sobre isso, porque a sociedade brasileira precisa ter essa tranquilidade, para que depois não fiquemos só nas palavras, mas também com as coisas concretas aqui.

V. Ex^a, Sr. Presidente, já deu a garantia, e o Deputado Osmar Serraglio também, de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito funcionará durante o recesso parlamentar. Não sei o que vai acontecer na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se vota ou não se vota; se há recesso ou não; se há autoconvocação ou não, essa é uma discussão que paira no ar, ainda cheia de dúvidas. Mas é fundamental – a sociedade brasileira e a opinião pública vão exigir isto de nós, Deputado Maurício Rands – que trabalhemos durante o recesso parlamentar. Parece-me que a Senadora Ideli Salvatti fez um comentário pertinente: façamos uma agenda realista. Perfeito. Concordo. Não tenho a menor objeção quanto a isso.

Poderíamos hoje, Sr. Presidente – faço essa sugestão –, deliberar já sobre o requerimento que foi apresentado pelas Oposições, para que fiquemos tranquilos e para que, amanhã, surgindo novos depoimentos, novas surpresas, a base do Governo não venha com argumentos de que, para os fatos que surgem, deve haver calma, de que deve haver uma sequência

e de que não podemos trabalhar durante o recesso parlamentar. Portanto, gostaríamos de deliberar sobre esse requerimento no dia de hoje.

Finalmente, gostaria de reforçar um apelo ao Deputado Relator, Osmar Serraglio. No dia de ontem, vários contratos foram citados. V. Ex^a já requisitou esses contratos, em decisão anunciada no dia de ontem.

Tenho uma dificuldade enorme de pegar as coisas com rapidez, Deputado Osmar. Sou lento e gosto de ler tudo. É um defeito que tenho, desde os tempos de colégio; eu tinha de ler tudo para poder entender. Não tenho a facilidade que algumas pessoas têm de captar o sentido das coisas apenas lendo uma parte ou ouvindo o que o assessor explica. Eu tenho de ler o negócio todo.

Portanto, esses contratos citados ontem, que V. Ex^a requisitou, adoraria passar o meu fim de semana lendo-os. Seria uma diversão fantástica. É o programa que peço a Deus. Gostaria de reiterar o pedido no sentido de que esses contratos estivessem à nossa disposição no máximo até amanhã. Já não devo estar aqui amanhã, mas pediria que meu gabinete os enviasse por Sedex. Quem sabe, eu possa imaginar que a Senadora Heloísa Helena também estará, no fim de semana, lendo todos esses contratos que estarão organizados e que serão trazidos pelo Deputado Relator. É só uma questão de organização.

Sei que V. Ex^a vai disponibilizá-los. Aliás, V. Ex^a tem disponibilizado tudo para todos os Deputados aqui. Não há do que se reclamar. V. Ex^a tem tido uma postura exemplar. Aliás, a Mesa tem tido uma postura correta. Até o presente momento não temos o que contestar. Temos fé de que as coisas caminharão assim. Mas, só por uma questão talvez de dificuldade minha de captar as coisas, preciso do sábado e do domingo para ler esses contratos. Portanto, gostaria que até amanhã eles estivessem conosco.

Portanto, Sr. Presidente, são essas duas questões: os contratos, a deliberação hoje sobre o trabalho desta Comissão durante o recesso e, claro, para evitar que fiquemos discutindo aqui sobre Roberto Jefferson ou não, que V. Ex^a reitere a sua afirmação e a sua organização no sentido de que o Deputado Roberto Jefferson seja ouvido na próxima semana.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Dalcídio Amaral, não estamos aqui a propor um regulamento de idéia fixa; porque idéia fixa se respei-

ta e muito em quem tem problemas de saúde mental. Não se trata de idéia fixa.

Agora, é evidente que aqui ninguém é besta; o mais besta aqui não anda, voa. Aqui todo mundo conhece exatamente todo mundo. Sei que tem gente que está com muita ansiedade para abafar. Eu só gosto de abafar cuscuz em casa para ficar mole. Mas tem muita gente que quer abafar. Sei que tem gente que está ansiosa para abafar também. E talvez outros estejam ansiosos para desvendar os mistérios sujos da corrupção. Partamos do pressuposto que estamos todos ansiosos pelo aprofundamento das investigações para desvendar os mistérios sujos da corrupção, para agilizar os trabalhos desta Casa e desta CPI, para ajudar naquilo que o povo brasileiro quer.

Todas as vezes que vejo alguém aqui dizendo que isso aqui não vai ser circo, digo: respeite o circo, porque o circo – fora quando maltrata animal, porque não gosto –, já se disse aqui várias vezes, o circo, se se perguntar à opinião pública, é visto como muito mais respeitável do que o nosso Congresso Nacional, que todos os dias é absolutamente desmoralizado porque alguns aqui deixam que se coloque uma etiqueta na testa dizendo qual o seu preço. Então a nossa responsabilidade é muito grande.

O apelo que faço a V. Ex^a, Senado Delcídio Amaral, que neste momento não está mais – e aí é mais a V. Ex^a do que ao Relator –, este momento, depois que V. Ex^a está aí, e V. Ex^a sabe a responsabilidade que tem, V. Ex^a, por mais que se diga CPI chapa-branca, é o Presidente da Comissão do Governo, não tem mais o direito de ser isso; não tem mais. V. Ex^a deve satisfação não apenas a sua querida e maravilhosa esposa, Maika, a seus filhos, mas a esta Comissão também. Então o apelo que faço, mais uma vez, é que não sejamos surpreendidos, porque, se for por prioridade, o Deputado Roberto Jefferson já deveria ter vindo; deveria vir agora, antes até dos outros diretores, porque foi ele quem levantou toda a suspeita; foi ele quem falou de crimes contra a Administração Pública, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, tráfico de influência.

Não adianta menosprezar também a vinda do publicitário. Se o publicitário for inocente, que a CPI a ele entregue o tributo da inocência, o mais belo tributo da inocência, a mais bela honraria que a inocência pode ter é dado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, ele não é “esse” publicitário. Ele é um publicitário que está sendo apresentado pelas denúncias e pelos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, como o homem que ganha licitação fraudada para compensar os fraudadores do processo licitatório com a mala preta, com o “mensalão” e com o paga-

mento de quem quer que seja. Pode ser inocente, a CPI assim mostrará. Mas não é “esse” publicitário.

Portanto, o apelo que faço a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, é que partamos do pressuposto de que todos queremos investigar; partamos do pressuposto de que todos queremos superar essa imagem de Congresso Nacional desmoralizado perante a opinião pública. Partamos desse pressuposto. O apelo que faço a V. Ex^a é apenas que não seja modificado o que foi acordado anteriormente por uma decisão unilateral do Governo, uma decisão unilateral da Bancada do Governo, aqui representada no plenário. Vou até tirar V. Ex^a por enquanto, vou até retirar V. Ex^a por enquanto, porque sei o esforço que V. Ex^a fez. Estou dizendo que é uma articulação, um estratagema, uma tática diversionista de tirá-lo de vir na próxima semana. E isso não é delírio persecutório, não, porque ontem, na própria reunião dos Líderes, quem estava na reunião dos Líderes viu a arrogância das Lideranças do Governo dizendo: “Vamos ver se ele vem na próxima semana. Vamos ver, porque nós vamos lá obrigar a votar”. E eu disse: foi uma palavra e um compromisso do Presidente Delcídio. Ontem, o Senador Mercadante disse, na reunião dos Líderes. Até então eu pensava apenas que era uma decisão pessoal dele, que ele tem todo o direito de fazê-lo. Mas, agora, pela posição de alguns aqui, eu já estou vendo que pode ser diferente. Então, o apelo que eu faço é que, se se vai modificar a agenda, se nós temos de trabalhar um dia ou sete dias na semana, varar a noite ou não, que isso, ao menos, seja feito de forma acordada, discutida coletivamente, da mesma forma que V. Ex^a fez no primeiro dia em que nós instalamos esta Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad, são várias pessoas pedindo a palavra, a Senadora Ideli, pedindo pela ordem. Agora, eu quero fazer o seguinte comentário: toda reunião é essa conversa, e as coisas estão muito bem definidas dentro de um acordo com as Lideranças. O Senador Ney Suassuna também está aqui presente. Está absolutamente definido o seguinte para a semana que vem. Agora, V. Ex^{as} têm que dar um tempo para que consigamos organizar as coisas, porque nós estamos trabalhando aqui. O Relator já não dorme mais, preparando interrogatório, estudando documentos. O que ficou ajustado é que, na próxima semana... Eu confesso que ontem conversei com a imprensa sobre a vinda do Deputado Roberto Jefferson. O Senador Agripino citou quinta-feira e no início eu tinha entendido que era uma quarta. Mas isso não interessa. Acho que o importante do conceito e para mostrar lógica é que

esta Comissão está funcionando. Porque isso é importante, senão começa a passar a impressão de que nós estamos atropelando etapas, e nós não estamos atropelando etapa nenhuma. Na semana que vem, nós vamos ouvir, conforme acordo com os Líderes, tanto do Governo quanto da Oposição, os diretores dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson. Depois, o que também ficou ajustado entre os Líderes é que nós, de comum acordo, faríamos as agendas das outras semanas. Então, essa é uma posição clara. Nós vamos trabalhar com o Relator e com toda a nossa equipe para ajustar toda essa programação. E ponto final. Eu acho que nós não precisamos continuar debatendo um fato que é fato vencido.

Pela ordem, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu agradeço. Concordo com esse encaminhamento que a Presidência deu. Alguns aqui, acho que têm o monopólio da vontade de investigar, ou o monopólio da honestidade, o que é uma infantilidade. Muito bem. Ao tentar fixar o dia da semana, que foi o que o Deputado ACM Neto e a Senadora Heloísa Helena propuseram, a quarta-feira, e se nós tivermos mais uma audiência que dure 24 horas, como durou a do Maurício Marinho, para manter a data de quarta-feira para o Roberto Jefferson, nós chegaríamos lá sem todos os elementos. E, aí, ele passaria a ser apenas o acusador – não é responsável pelos Correios, nada fez –, como ele já fez declaração na TV Cultura, como ele fez na Comissão de Ética etc. É uma tática que ele usa e que até Maurício Marinho tentou usar: olha, eu não devo nada e passo a atirar e ser o acusador.

Legitimamente, o Parlamentar aqui pode escolher que posição tomar. A minha posição é de investigar e não de servir de anteparo para qualquer depoente. Tentar trazer o Roberto Jefferson precipitadamente, antes de os diretores dos Correios virem aqui prestarem esclarecimentos para nós, é proteger o Sr. Roberto Jefferson. Ele vai repetir apenas as acusações anteriores. Mas agora, se ele disser que não tem nada com os Correios, já há o depoimento do Maurício Marinho, haverá o do empresário que vem hoje, haverá o de outros diretores. Então, não vou passar aqui de maneira inocente, ingênua, não. Tem gente que, usando o rótulo de Oposição, tenta proteger aquilo que não deve ser protegido, Sr. Presidente.

Então, concordo com a sua observação: primeiro, os diretores dos Correios. Se os depoimentos deles se estenderem até quarta-feira, o Sr. Roberto Jefferson vai ser ouvido na quinta, e não para cumprir a tabela e vir na quarta para facilitar o trabalho dele. Isso, não. Ele tem que prestar conta aqui do que fez também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu só queria essa confirmação, porque há muito ruído neste debate todo. Quando fiz a minha ponderação, a minha questão de ordem inicial foi exatamente nesse sentido. O cronograma tem que estar adequado aos fatos, tem que estar adequado aos documentos, às informações necessárias para que a oitiva seja a mais eficiente possível. Então, quero saber se é esse o acordo. Como eu não estava, quero ter essa convicção. O acordo é de que ouviremos os diretores dos Correios para nos subsidiarmos, para que, quando formos ouvir o Sr. Roberto Jefferson, tenhamos documentos, provas, informações necessárias a fim de que ele não continue fazendo o jogo de cena de atirar para todos os lados sem apresentar nenhuma prova? É isso que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli, para deixar muito claro, ouviremos os diretores e, depois, ouviremos o Deputado Roberto Jefferson, conforme combinado com as Lideranças, e será na próxima semana. Para que não haja nenhuma dúvida com relação às semanas subseqüentes, o que ficou combinado com os Líderes é que nós discutiríamos de comum acordo as oitivas.

Encerrando este debate inicial, que já está se tornando praxe nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – estamos debatendo há mais de uma hora este assunto –, eu gostaria agora de convidar para tomarem assento à mesa os Srs. Antônio Velasco e Arthur Wascheck Neto, para que nós façamos a oitiva dos dois empresários. E é importante registrar que eles vão depor como investigados. (Pausa.)

Eu gostaria de comunicar que, pelo o que o Regimento determina, hoje o Senador Maguito Vilela não pôde estar presente em razão de compromissos de última hora. Portanto, V. Ex^{as} vão ter que me aturar durante toda a reunião aqui na Presidência da CPI. (Pausa.)

Quero iniciar nossos trabalhos.

Vamos ouvir, um de cada vez, o Sr. Arthur Wascheck Neto e o Sr. Antonio Velasco.

Dou a palavra ao Sr. Arthur Wascheck Neto.

V. S^a tem o tempo disponível para dar todas as explicações à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Primeiramente, bom-dia. Espero poder, da melhor maneira, colocar as posições e os motivos que me levaram a tomar a atitude de mandar gravar, fazer aquela gravação, e poder responder da melhor maneira as perguntas que forem feitas ou dirigidas a mim.

Estava sentindo um desconforto muito grande...

O SR. (Orador Não Identificado) – Só uma pergunta. Indago ao Sr. Presidente se não seria conveniente solicitar que o depoente subsequente ouvisse o depoimento do Sr. Arthur Wascheck, porque a informação que tenho é que ele está no recinto. Podia se checar isso?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já está na outra sala.

O SR. (Orador Não Identificado) – Já está em outra sala? Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele está em outra sala e, evidentemente, foi assegurado que não ouvirá.

Eu os convidei à Mesa, mas tive o cuidado de separá-los. Depois ouviremos o outro depoente, que não está acompanhando o que o Sr. Arthur Wascheck irá falar aqui.

Meu caro e incansável Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, muito obrigado pela adjetivação.

Peço a V. Ex^a que solicite ao depoente que não fique tão frio, que fizesse uma pequena biografia sobre a empresa dele, sobre ele, e diga algumas coisas para que tenhamos noção de quem é e o que faz.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Arthur Wascheck Neto.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Perfeitamente. Eu dei 6 anos de aula em Goiânia, de História e de Literatura Brasileira, quando fui convidado por um amigo para vir a Brasília, porque ele estava assumindo a empresa do pai. E eu, naquele momento, estava em processo de estudo, estava quase me formando. Transferi a faculdade da UFG para o CEUB, em Brasília, e encontrei, no ramo de licitação, aquilo que eu gostaria de fazer para o resto da minha vida e que venho fazendo em Brasília, há 24 anos, com um sucesso relativo e muita luta, muita luta mesmo.

Tenho hoje o orgulho de ter duas empresas: uma de representação e outra de compra e venda para o Governo, especializada em licitação. E tenho uma agência de viagem e uma empresa prestadora de serviço de informática no aeroporto. Tenho 46 anos praticamente – dia 2 de julho faço 46 anos. O meu único sócio é o Antônio, e nós temos uma harmonia boa, que foi um pouco abalada por causa desse problema da fita.

O Senador gostaria de saber mais alguma coisa?

Entro no processo?

Considero os Correios não só meu cliente, mas um órgão de extrema respeitabilidade, com uma burocracia sólida. Na mudança, na qual assumiu o Sr. Maurício

Marinho, comecei a me preocupar com o andamento das questões relativas a execução de contratos.

O pregão, a modalidade pregão licitatória é uma modalidade interessante, que não deixa margem quase nenhuma a fraude ou falcatura. É uma coisa seca: você vai lá, apresenta seu preço, outro vai e apresenta, até que se define o vencedor. A partir daí, comecei a vislumbrar que algo andava errado. Ouvi dizer que começaram a pedir dinheiro. Soube de alguns casos em que se vendia – desculpe a expressão, não é chula – lebre e entregava gato. Quer dizer, soube que algumas empresas não eram punidas.

Eu fui punido exemplarmente. Também tentei, fiz, durante dois anos, a manutenção de um produto dentro dos Correios, e esse produto... Algumas vezes, fui chamado indevidamente, o que chamei de visitas indevidas. Hoje eles devem a mim uns R\$320 mil reais. Comecei cobrando R\$50 mil, R\$120 mil, até que parei de emitir notas. Não entendia por que não me pagavam isso, sendo que os próprios funcionários dos Correios atestaram que eu não devia ter prestado aquele serviço. O que eu era obrigado por contrato foi prestado, acabou. Obrigação. Então, comecei a perder licitação. Comecei a enxergar, nos Correios, 140 processos cancelados no ano de 2004. Quer dizer, fiquei assustado. Eu vivo disso. Preciso trabalhar e não conseguia mais fazer um trabalho de qualidade. Não tenho condição, porque sou uma empresa que preza pagar o imposto. Sou hoje uma empresa que tem no Tare, aqui do GDF, uma condição muito boa de competição. Dificilmente, perco uma concorrência. Tenho, pela minha experiência, pelos meus 24 anos de luta dia e noite, tenho uma condição muito boa. Não quer dizer que eu ganhe todas, mas em certos itens tenho uma condição muito boa.

Vi casos, por exemplo, de uma empresa fabricante de bobina – da última concorrência de bobina que houve –, que colocou um preço inexecutável, e vi essa empresa sendo perseguida. Um preço muito pequeno, mas ela, naquela ocasião, podia ter feito aquele preço. Então, achei que as regras começaram a ficar adulteradas, ou seja, houve uma quebra intensa da isonomia dentro do sistema. Por tudo isso, reputo como responsável o Sr. Maurício Marinho. Então, esse é um resumo básico do que estava ocorrendo nessa Diretoria de Administração.

E notei também que ele virou dono da situação. Não existia Dr. Antônio Osório, existia o Sr. Maurício Marinho, ou seja, ficou difícil. Eu fui para um plano, me afastei, comecei a concorrer normalmente, mas só ganhei uma licitação em 2003 e outra em 2004, com preços abusivamente baixos, ganhei quase nada, mas que valia a pena para mostrar, marcar campo.

Resolvi, em determinado momento, achei que havia muita gente sendo beneficiada – posso esmiuçar depois em que sentido –, eu senti que deveria tomar uma providência e a única providência plausível era provar para alguém, mostrar para alguém como as coisas estavam indo lá. Eu tinha informações de que ele estava conversando, ele montou, inclusive, uma sala só para ele, dividiu o departamento em dois, antes o Decan era um departamento. E ele descentralizou os trabalhos para ficar a caráter, para ficar somente com fornecedor.

Outra coisa, adotava um comportamento extremamente chato. Ou seja, para subalterno, queria bater forte e puxava saco, desculpe a expressão, de quem estava acima, quer dizer, virou uma situação de falar demais, todo mundo falando, inclusive acusando também as empresas – isso incluindo a minha, principalmente empresas de Brasília, de empresinhas e picaretas. Quer dizer, o cenário ficou lúgubre, ou seja, muito difícil de se trabalhar nos Correios. Como para nós é muito importante que os Correios comprem e que vendamos para os Correios, para a nossa própria sobrevivência – tenho mais de 20 funcionários – achei que deveria tomar uma providência. E realmente tomei.

Não tive intenção, de forma alguma, que isso se transformasse no escândalo que se transformou, porque o escândalo para mim é o pior negócio. Trabalho como empresário, não tenho aspiração política, não tenho aspiração política, não sou filiado a Partido, não financiei campanha de ninguém, o meu negócio é o bê-a-bá, o feijão-com-arroz. E o feijão-com-arroz para mim significa vender direitinho e receber direitinho, o que sempre aconteceu nos Correios.

Da minha parte, tomei essa decisão isoladamente, inclusive chamei uma pessoa, convidei uma pessoa, que é um consultor, o Joel, que é meu amigo pessoal de mais de 15 anos, achava que ele tinha discernimento, que tinha capacidade e categoria para fazer essa gravação para mim. Só que o meu erro: eu fiz, eu tive que contratar o aluguel de uma microcâmara que foi apresentada pelo Sr. Jairo Martins – não sei bem se é Jairo Martins o nome dele. Esse senhor foi apresentado a mim por um amigo em comum e eu falei: “Só vou conversar nesse tipo de assunto com gente de muita, muita confiança porque estou fazendo coisa pesada, estou gravando”. Mas, na verdade, a conversa com o Jairo iniciou-se sobre problema de grampo no meu escritório. Eu vinha sendo, pelo sucesso que tenho, sistematicamente, denunciado, anonimamente ou por fala – chegavam e falavam de mim. Até que, finalmente, uma empresa – não vou dizer o nome, embora saiba pelos indícios quem é, que empresa é

– foi ao Ministério Público e me denunciou. Comecei a ficar muito preocupado.

No Ministério Público, fui providenciar uma varredura, foi aí que apareceu o Sr. Jairo Martins, um sujeito especializado em varredura. De fato, ele foi com o uniforme da empresa dele, SAM Alarmes, ao meu escritório e fez varredura, tanto na Coman quanto na Vetor. A Coman é uma empresa minha de representação e a Vetor é outra comercial.

Realmente, foi um senhor trabalho; nós, pela primeira vez, tivemos segurança de que não estávamos grampeados, porque é desagradável estar grampeado. Ninguém gosta disso. Aí a conversa com o Jairo começou a esticar, até que perguntei se nós poderíamos fazer algo a mais, ou seja, eu estava já de olho na possibilidade de fazer essa gravação. Ele disse: “Olha, eu tenho o melhor equipamento”. Falei: “Então vou fazer”. Não precisei... Falei que era Correios, mas não indiquei que era o Sr. Maurício Marinho para ele. Inclusive falei: “Olha, Jairo, eu só gostaria de passar para você o seguinte: não quero envolvimento com polícia, com nada; eu apenas gostaria de mostrar para algumas pessoas o que está ocorrendo dentro dos Correios”. Essa pessoa, especificamente, em que eu mirei na ocasião era o Dr. Antônio Osório. Como o Marinho virou embaixador e tudo da Diretoria, o dono da Diretoria, eu falei: a minha força, quer dizer, eu não tinha influência nenhuma, eu não podia... eu acabei por não ter mais condição de conversar e me afastei do Marinho, nos últimos sete meses. Resolvi, tomei essa decisão e fiz a fita. Peguei essa fita, depois de feita; aliás, foi feita uma fita que considerei vazia, inócua, aí peguei, não dei valor a ela, inclusive joguei fora. A segunda não, já havia o que interessava. Interessava para mim mostrar para o Dr. Osório simplesmente o que estavam falando em nome dele. Agora, o que o Sr. Marinho falou na fita, realmente ficamos um pouco estarrecidos, tanto que falei com meu sócio, e ele falou: “Olha, se eu soubesse que você estava fazendo isso, eu não deixaria jamais você fazer uma coisa dessas. Mas, já que você fez, vamos tomar a atitude correta”. Então, sentamos e fizemos uma reflexão: “Bom, o que está em evidência nesse negócio? É a Diretoria dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson”. Peguei, como eu não conheço pessoalmente o Roberto Jefferson, procurei um amigo que conhece o Deputado Roberto Jefferson – tinha conversa, não sei que grau de amizade, mas eles conversavam sempre – e entreguei: “Olhe, você analise bem. Quer entregar ou não quer entregar a fita? Isso é uma questão sua, pessoal. Queria que você ficasse muito a caráter, porque é bombástico; a coisa é muito séria”. Ele disse: “Não, acredito que, pelo que está na fita, devo entregar”. Isso foi no

dia 3, aqui, na porta do Senado, em frente à Gráfica do Senado. Na verdade, à noite, ele me liga, estava no hotel, e falou assim: “Preciso falar com você”. Eu falei: “Perfeitamente”. “O Deputado Roberto Jefferson mandou você encaminhar essa fita à Diretoria dos Correios”. E eu o fiz no dia 4. Realmente, mandei a fita e não posso dizer... Os dizeres são basicamente estes – não lembro exatamente o que eu escrevi na etiqueta –, disse o seguinte: “Para que o Sr. Antônio Osório conheça a atuação nefasta do Sr. Maurício Marinho”, e até dei uma dica de como... Na verdade, eram duas fitas, porque era muito longa a conversa. Eu nunca esperei duas coisas: que se falasse tanto numa fita e nunca esperei que um ex-araponga – araponga no sentido que parece que ele foi membro de um serviço, não sei; não gostaria de atingir de jeito nenhum a instituição Abin, porque não tem nada a ver uma instituição com uma pessoa –, e essa figura realmente já tinha vendido, ou entregue, ou dado de presente, a primeira fita para uma revista – não sei se foi a **Veja**. A segunda, realmente, depois que o Sr. Marinho, no dia 4, no final da tarde, ou no dia 5, pediu licença médica ou pediu uma licença, se retirou dos Correios, no final de semana estava a fita, estava a revista, aí o mundo desabou, inclusive em cima de mim. Eu falei... Liguei para o Jairo, aliás foi a última... não, não foi a última vez, falei com o Jairo: “Jairo, estão dizendo que vai sair uma reportagem dessa fita”. “Não, não vai, não”. “Você tem certeza, Jairo? O que nós combinamos naquele almoço? O que nós combinamos na minha casa? Que isso não podia acontecer.” Aí o Jairo disse que garantiu para mim. Mas, domingo... Aliás, eu estava em Manaus esse dia. Na sexta-feira ou no sábado, consegui uma revista **Veja** no aeroporto, e estava lá o negócio. Eu falei: bom, a bomba agora estourou; tem que ver o que vai acontecer.

Depois disso, fiquei na expectativa se falava a verdade ou não, porque tinha gente comprometida. Tinha a pessoa que gravou; tinha a pessoa que entregou. São meus amigos, e eu não podia abandonar. Conversei com eles: o que vocês querem fazer? Eles: “Vamos esperar um pouco.” Todo mundo estava com muito medo, porque a Polícia Federal estava investigando, aquela coisa toda. Até que, um dia, eu estive com esse Jairo de novo, e o Jairo quis dizer para mim que estava administrada a situação, ou seja, que a Polícia, e mais não sei quem, estava muito confusa em saber quem eram os autores do vídeo e da gravação. Aí, na verdade, foi a última vez que eu encontrei com o Jairo; fiquei com medo também, porque o Jairo grava até pensamento. Ele grava até pensamento. Por exemplo, ele tem um celular que ele me apresentou,

e o celular é o próprio gravador, e com uma potência incrível, não é?

O resultado disso aí foi a prisão de dois amigos, e eu resolvi me apresentar. Eu também tive uma ordem de prisão, que não foi aceita pela juíza, porque eu tenho domicílio, eu estava bem localizado. Mas quase fui preso também. Quer dizer, foi uma catástrofe geral, em que eu fiquei muito assim... Houve um momento de depressão, vamos dizer assim, um momento de sentimento muito forte, em que nós... Eu tomei a atitude. Eu fui lá e contei exatamente o que estou contando aqui hoje. É claro que pode ter algum detalhe que fugiu, que também não dá para lembrar tudo. E me coloco à disposição dos senhores para qualquer pergunta, se for o caso, se a Presidência...

Quero dizer o seguinte: da minha parte, não houve motivação política, mas era simplesmente uma decisão isolada minha de dar um basta naquilo que estava acontecendo nos Correios. Eu posso pormenorizar, à medida que for necessitando, o que eu achava que estava errado lá dentro.

Então, essa é mais ou menos a história que eu tenho para falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Arthur, como V. S^a mesmo anunciou, na verdade, existe no ar uma dúvida sobre se a iniciativa realmente foi sua ou se eventualmente possa ter sido um instrumento de alguém que tivesse alguns outros objetivos. Dessa forma, as perguntas também incidirão nesse sentido, para que possamos clarear essas dúvidas, que, com certeza, na seqüência, serão adensadas pelas dos Ilustres Parlamentares, além das minhas.

Mas V. S^a acabou de fazer referência a que o ramo da sua empresa é o de licitação? Isso significa que V. S^a tem uma amplitude geral, vende o que aparecer na licitação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, na realidade, não. Veja bem: eu sou uma empresa comercial. Pelo meu contrato social, eu estou apto para fornecer diversos produtos, mas isso... A gente até põe um contrato social desse no sentido de, se aparecer uma oportunidade na vida, você não ter que alterar um contrato. O meu forte é confecção, sapato... Confecção e sapato é o que eu tenho vendido mais, né? Mas eu tenho condição boa em mobiliário, por exemplo, que ultimamente está um pouco prejudicado em função de que as indústrias tomaram conta do mercado. Eu não tenho mais preço como distribuidor, mas a minha empresa, a Comam, ela pode vender, pelo contrato social, uma gama imensa de produtos, o que, na re-

alidade, não ocorre, viu? Você acaba colocando isso como uma estratégia, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesses últimos dois anos, a sua empresa participou de que tipo de propostas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Geral?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Específica para órgãos públicos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza, isso não tem problema nenhum.

Vamos ver: Marinha do Brasil, eu vendi... Não, foi macacão. Eu vendi todo o uniforme esportivo da Marinha, material de natação, sunga para natação, e vendi também calção de ginástica para a Marinha. Vendi também um artigo especializado chamado bota de convés, que é usado em alto-mar – aliás, bons produtos.

Com relação ao Exército, eu hoje me orgulho, depois de 20 anos de luta lá dentro, combatendo as multinacionais... Combatemos a São Paulo Alpargatas, a Santista Têxtil e outras grandes. No ano passado, 2003 para 2004, entregamos 250 mil calções para educação física, entregamos 105 mil pares de tênis e entregamos 45 mil botinhas camufladas usadas pelo Exército nas operações na Amazônia. Isso foi em 2003/2004.

Hoje, em 2005, com mais orgulho ainda, assinei um contrato como o maior fornecedor do Exército brasileiro nos mesmos itens, com exceção do calção que eu não ganhei neste ano. Mas consegui ganhar... são 186 mil pares de coturno, que é a bota militar propriamente dita; sandália de borracha, 70 mil; botinha camuflada, 37 mil... Desculpe-me... E também os tênis, 200 mil pares de tênis. Eu tenho feito um trabalho muito bom, tenho crescido.

Com relação aos Correios, consegui vender, no ano passado, 32.500 capas de chuvas. Corrigi, inclusive, um defeito crônico da capa de chuva, que era o gotejamento. Consegui vender, agora em 2005, 11.200, 11.500 jaquetas para carteiro, usadas no frio.

Esse é o resumo das minhas vendas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso se refere às suas vendas, mas e com relação às licitações de que a sua empresa participou e nas quais eventualmente não foi vencedora?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Dois itens são críticos. Vamos falar sobre Correios? É mais fácil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode ser.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Dois itens são críticos. Não se conseguia comprar mais tênis nos Correios. O que estava acontecendo? Isso é interessante. Houve, na verdade, a entrada de uma empresa nesse setor chamada Proteline. O dono da Proteline,

inclusive, fala muito em nome do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que seria seu protetor. Eu acho que Germano Rigotto, no pedestal em que está, jamais iria compactuar com uma empresa daquele nível. Ele intimida as pessoas dizendo que, se o negócio não for feito, o Germano Rigotto vai brigar, vai fazer não sei mais o quê. Essa empresa começou a entregar produtos... Essa empresa conseguiu entregar tudo errado, abaixo da especificação, fora da especificação, nos Correios...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. S^a acredita que o Governador interfira nessas coisas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Senador, vou contar-lhe uma coisa: conhecendo o dono dessa empresa, eu acho que é o maior absurdo que alguém fala... Eu disse isso para explicar a facilidade que as pessoas têm para falar em nome de outras. Isso é muito sério. Gostaria que V. Ex^{as} refletissem...

O SR. (Orador Não Identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

Que cada Parlamentar faça perguntas na sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço compreensão a todos os Parlamentares, porque quem está arguindo o depoente é o Relator. Gostaria que fizessemos silêncio para que os trabalhos caminhem bem, como todos esperamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a pode prosseguir com a relação das licitações de que a empresa participou.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na ocasião, foram dois itens. Desculpem-me estar falando em item, sei que V. Ex^{as} não sabem o que é, mas é para exemplificar melhor. Por exemplo, são dois itens importantes em termos de calçados dentro dos Correios: a bota para operador de triagem, que é aquele sujeito que fica separando as cartas, as caixas; e o tênis, para carteiro. Normalmente, esse senhor dessa empresa chamada Proteline vinha com 20% abaixo do preço. Olha, não se concebe que... Tudo bem, se você concorre, vai até o final e dá uma diferença de 2 ou 3% – o que ainda é muito hoje em dia, porque os preços estão muito baixos nas compras regulamentares do Governo. Mas o cara vinha com 20% abaixo. Resultado: ele queria impor um tipo de calçado totalmente em desacordo com as normas técnicas dos Correios.

Como os Correios reagem? Como sempre reagiram. Os Correios são extremamente exigentes. O laboratório dos Correios, eu considero intransponível em nível de falcatura. Eles têm um sistema de controle de qualidade impressionante. Como se não bastasse o controle de qualidade que os Correios têm, têm também o uso diário, em que o carteiro é regularmente

ouvido. Como, então, essa empresa sobreviveu? Não foi multada e arranjaram um jeito de ela ficar muito tempo ali. Se havia uma recusa, vinha outra licitação. Acontecia a licitação, Deputado, e ela estava novamente com 20%, 10%, às vezes, até 30% abaixo do preço dos outros concorrentes.

Vamos supor que os outros concorrentes faziam um cartel – não estou dizendo que isso acontecia, mas 20% abaixo é demais; 10% abaixo já é muito hoje em termos de pregão, que é 1%, 0,5%, e os preços são muito baixos –, vinha esse senhor e ganhava a licitação. Voltava a entregar o material fora da especificação. Recolhia-se o material, mas tentava-se colocar de novo. O laboratório nunca deixou. Mas o Sr. Marinho se aproximou de um tal de Sr. Antônio Pedreira, que se dizia candidato à Presidência da República – foi candidato – e virou advogado da Proteline nos Correios; aquilo virou um inferno. Todos os dias, esse Antônio Pedreira e o Marinho ficavam reunidos na sala. Tentaram fazer uma compra de 140 mil pares de tênis. Uma compra de 140 mil pares de tênis – hoje, cada par deve estar na faixa de R\$60 – é uma senhora aquisição! O que o Marinho fez? Dividiu em quatro. As três empresas do ramo e mais uma para entregar no Rio Grande do Sul. Para quem ganhar? A Proteline.

Esse tipo de atitude é que vinha me preocupando e eu vinha combatendo.

Acho que falei de uma empresa. V. Ex^a quer saber de mais alguma empresa?

Só vou citar o nome da Proteline, porque é a única que tenho convicção do que aconteceu, até porque pedi os laudos e os tenho.

Outro item crítico – se me perdoam, abstenho-me de não falar o nome da empresa – é a mala postal. Ora, tênis, mala postal, camiseta, calça para carteiro são itens indispensáveis para o bom uso da profissão. No caso da mala postal, eles venderam um náilon, que é chamado comercialmente náilon cordura, e entregaram o náilon comum, cujo preço é mais ou menos 60% mais baixo do que o náilon especificado na norma técnica. Esse caso vem se arrastando há dois anos, mas essa firma não é suspensa, não é multada, não é isso nem aquilo. Ou seja, não dá.

Na verdade, o que estava acontecendo ali é que as firmas passaram a gostar da impunidade, do regime de exceção que ele implantou. Ou seja, para alguns, tudo; para outros, não vão ganhar a licitação mais, porque o cara tinha aquela segurança. Por que não venceu essa empresa? Porque o laboratório, mais uma vez, recusou os produtos. Mas ele enfrentava, ele ficava forçando a barra para funcionário assinar, dizendo ao Dr. Antônio Osório – isso são conversas que vinham de lá – que o laboratório não aprovava nada, que tinha de existir

uma parceria entre empresa e Governo, que não era assim, que ele se orgulhava de não ter multado ninguém na gestão dele. Então, começou-se a nivelar por baixo mesmo e o poder de competição das empresas... A minha, por exemplo, acabou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, V. S^a fez referência a um fornecimento. O fornecimento de tênis já ocorreu? Está ocorrendo o fornecimento?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Estão há dois anos sem comprar tênis. Eles não conseguem comprar, porque vão comprar, o cara ameaça entrar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois bem, mas, então, qual? Um é o das malas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mala postal é um item; tênis é outro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo o seguinte: dos fornecimentos cujas especificações técnicas não estão sendo atendidas...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu digo dois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais? Os das malas...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu digo três de que sei, de que tenho conhecimento: mala postal, bota para operador de triagem e tênis para carteiro. O tênis para carteiro está sendo adquirido hoje via pregão eletrônico nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voltando ao tênis, está havendo, porque V. S^a acabou de dizer há dois anos não compra e diz que está acontecendo. Está acontecendo alguma execução de contrato, entrega atual de tênis nesses últimos?...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não. Não foi comprado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa diferença de especificação? V. S^a está acusando o recebimento de produtos que não estão adequados ao contrato. Com relação aos tênis, quando é que se operou a última entrega? A última entrega desatendia as especificações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entendi a pergunta. Desde que a Protelyne entrou nos Correios, vamos colocar, há dois, não se entrega calçados dentro das especificações.

Não sei se respondi ao senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não da forma como eu esperava.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu responderei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entregue-se...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entregase o produto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, por enquanto, agora é de acordo com as especificações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Veja bem: há dois anos, nas últimas aquisições, tanto de tênis como de botas de triagem – é difícil precisar se é um ano e meio ou dois anos. Vamos colocar dois anos, como uma média; há dois anos não se consegue comprar no Correio calçados, porque a empresa Proteline veio e trouxe o preço para baixo e impõe, quer impor um calçado totalmente fora das especificações, o que o Correio não aceita. Mas a empresa nunca foi multada, nunca foi suspensa, porque o edital é bravo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ela está fornecendo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. No momento, não. Ela forneceu e teve o material devolvido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, nos últimos dois anos, não ocorreu fornecimento.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. É crítico. O problema de tênis no Correio é crítico. Chegou-se até a pensar em dar R\$50,00 para cada carteiro para que ele comprasse o tênis ele mesmo, o que é um problema, porque o tênis do Correio tem um estudo, tem características que a saúde – esse órgão do Correio, que é muito sério também e muito competente – estuda. O carteiro tem problema de ficar em pé o tempo todo, ele sofre a ação de agentes, de chuva, de sol. Então, é uma coisa séria. O tênis é um produto muito importante, muito sério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Anteriormente a esses dois anos, já que há dois anos o fornecimento parou, era a Proteline que fornecia os tênis?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Era a Bertin e Fujiwara. Na época, eu representava a Fujiwara.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não estou entendendo. V. Ex^a insiste em que a Protelyne fornece produto não especificado. Mas ela forneceu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, a Proteline ganhou a licitação – vou elucidar para o senhor agora – e entregou. Houve uma recusa dentro do Correio. Não aceitaram. Essa recusa implicava sanções – o senhor entendeu agora? – que não foram aplicadas. O senhor entendeu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entendi.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor fique à vontade. Estou à sua disposição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa recusa seria...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Laboratorial.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... a desclassificação para uma próxima licitação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele foi desclassificado em amostra umas três, quatro ou cinco vezes. Três, quatro ou cinco vezes. Deram três oportunidades de amostra para essa empresa, o que é totalmente ilegal. Esse tipo de coisa vinha acontecendo regularmente, Deputado, e foi isso que começou a me preocupar muito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a se reporta a sua empresa, o fornecimento feito é em nome da sua empresa ou representa empresas que fornecem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esses casos que falei são da minha empresa: jaqueta para carteiro e capa de chuva; fui punido com razão porque atrasei. Tive um problema com a máquina que soldava. Fui punido, com razão. São da minha empresa diretamente: capa de chuva e jaqueta para carteiro. São de minhas empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando alguém se habilita a ser fornecedor para órgãos públicos a lei exige que haja aquela habilitação em que se examina as qualidades da empresa, e entre isso, uma das exigências é que se comprove a capacidade de se fornecer.

As licitações que conheço, hipoteticamente, não têm a ver com a sua empresa, se vou contratar uma obra, preciso que a empresa comprove que ela tem uma firma de engenharia. Ou se vou comprar produtos tem que provar que tem aqueles produtos. V. S^a, na verdade, não tem produtos, V. S^a oferece o que aparecer no edital?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, Deputado. O senhor está confundindo, me desculpe. Não é isso. Quando opto por fornecer o produto, tenho alternativas; eu não sou indústria, eu sou comércio, eu tenho opções. Por exemplo: vamos supor um item – calçado – só para exemplificar. Posso comprar o couro, posso comprar a sola, posso comprar os itens que compõem o calçado e terceirizar a mão-de-obra que hoje está muito em vigência no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A minha pergunta não é essa. Eu sou a empresa licitante, ou o órgão licitante; e para que eu o habilite a participar de um fornecimento, preciso antes ter a garantia de que a sua empresa tem condições de me

fornecer. Aí, lícito tênis. Como é que o senhor aparece lá?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu já forneci tênis, 210 mil pares de tênis. Como apareço lá? Eu tenho atestado de capacidade técnica, tenho todas as certidões negativas fiscais, tenho contrato social que me habilita e tenho a solidariedade de quem fabrica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, V. S^a realmente pode fornecer o que aparecer?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desde que eu tenha o atestado de capacidade técnica e os outros itens que configuram o que o edital pede; desde que eu consiga, com a minha empresa, que os itens que o edital prescreve sejam aceitos, não tem problema nenhum. Eu posso entrar no item que eu puder. Em informática, eu não posso, por exemplo. Não sou habilitado para informática.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem lhe dá a demonstração da capacidade técnica?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Demonstração de capacidade técnica é quando fornecemos para algum órgão ou para algum particular. Por exemplo, se eu fornecer para a Secretaria de Educação do GDF 105 mil pares de tênis...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Para o senhor fornecer essa primeira vez, como é que o senhor comprovou que o senhor tem capacidade técnica como fornecedor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nesse caso, o edital não pedia. A Marinha não pede.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todo edital pede.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, senhor. A Marinha, em nenhum edital, pede atestado de capacidade técnica. Eu posso provar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então estão descumprindo a Lei nº 8.666.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja bem, todas as vezes que precisa de atestado, eu apresento se eu tenho. Se eu não tenho, não apresento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não estou me referindo a V. S^a. Estou me referindo a quem está procedendo a uma licitação porque, com certeza, uma das exigências é que se comprove a capacidade de fornecimento.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. Alguns editais não pedem o atestado, outros não pedem uma certidão. Quer dizer, nós nos pautamos pelo que o edital exige. Se eu conseguir complementar o edital, estou dentro da concorrência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Efetivamente, o que V. S^a tem que produz, se é que tem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou hoje com uma produção muito boa de sapatos no interior de Minas Gerais, na cidade de Itahandu; os maiores produtores estão comigo. Produzo calçado em Nova Serrana, que é a capital do tênis..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a diz “um dos maiores produtores estão comigo”, o senhor está agregando ...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Produtor significa mão-de-obra terceirizada. É o sujeito que tem a máquina, Deputado, é o sujeito que transforma a matéria-prima no produto acabado. Isso nós temos em Minas Gerais; em Nova Serrana está o maior pólo de tênis do Brasil, de confecção de tênis. E em Itahandu é o maior pólo de confecção de calçados militares no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez referência, quando se apresentou, a que teria prestado serviços indevidos que lhe foram exigidos e que, na verdade, a sua empresa não estava obrigada a fazê-lo, em relação, suponho, ao contrato dos cofres, ao fornecimento?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, o contrato do cofre é uma novela. Eu acho que vou ter que contar a novela porque, infelizmente, esse cofre, ou, felizmente, ele pode, é uma coisa que... O cofre foi no advento do banco postal. O que aconteceu no cofre? Eu tinha condições de entrar na concorrência para fornecer cofres. Eu tinha condições de conseguir as fechaduras computadorizadas. Ganhei um lote em 2002, vamos deixar bem claro. Eu gostaria de colocar essa data porque essa é importante, essa eu lembro bem. Em 2002, eu forneci, comecei a fornecer um lote de 950 cofres com fechadura de retardo eletrônico, computadorizado. Aconteceu que, nessa ocasião, o Correio pediu algumas modificações do edital, ou seja, exigiu itens tipo boca de lobo, umas que davam mais segurança, e estudamos essas modificações que foram propostas e concordamos, sem ônus, em fornecer as modificações, mesmo após ter ganhado a licitação, e mesmo essas modificações não estarem contidas na norma técnica.

Só que o Correio me deu um prazo muito pequeno para que eu me adaptasse às modificações e, por isso, eu fui multado. Numa ocasião, em 2003, houve uma denúncia contra a minha empresa por parte da Empresa Safe Tronic. E essa Empresa Safe Tronic, naquela ocasião, ela me denunciou não sei o motivo, porque eu não estava concorrendo com ela, os lotes que ela tinha ganhado, ela estava entregando, eu es-

tava entregando os meus. Ela dizia que o meu cofre tinha problema. A partir desse momento, a minha vida virou, desculpe a expressão, um inferno.

Houve uma posição de briga do Depas, que é o Departamento de Patrimônio do Correio, contra mim, violenta. Eu peguei CI's, que são comunicações internas, dizendo: vasculhem, vá atrás, ache, tipo assim... Sabe... Eu não estou dizendo que estava escrito ache algum defeito no cofre dele, não, mas chega pesado. O que eu fiz? Eu não tinha alternativa, eu estava no meio da chuva, como tenho um nome, tenho uma empresa de 20 anos aí, o que eu fiz? Comecei a pegar um cofre, cada cofre – os cofres recusados – pesa quase 1 tonelada, 900 kg, comecei... Não. Trazia para a fábrica de volta, mandava pintar ou mandava fazer isso ou mandava fazer aquilo, tinha um problema na porta, tinha 0,3 mm... Eles pediam 0,3, tinha porta que tinha 0,5. Eu acabei colocando para 0,15, porque eles achavam que se colocasse um pé-de-cabra abriria o cofre. Então, por isso, fui multado na condição máxima do contrato, ou seja, 20%.

Eu atrasei, tive que repor, refazer alguns cofres, tive que refazer algumas portas, refazer pintura, enfim, mas não troquei a fechadura, usei a fechadura que estava escrita na minha proposta, enquanto a outra empresa mudou a fechadura, usou uma fechadura mais barata, mas isso não é problema meu. No entanto, eu fui multado exemplarmente. A firma que usou a fechadura mais barata não foi multada e teve um acréscimo de 25% nos cofres dela. O que aconteceu? Depois desse problema dessas multas, qual é a posição que você tem? Em R\$5 milhões, que era o fornecimento, eu fui multado em 20%, fui multado em R\$1 milhão, que, para mim, é muito dinheiro, para a minha empresa, tirou tudo o que eu tinha ganhado, eu tinha ganhado um pouco menos, mas tirou R\$1 milhão da minha empresa, e eu corri atrás administrativamente. Eu impetrei um recurso administrativo, isso era na época ainda do outro diretor, não era do Sr. Maurício Marinho. Impetrei um outro recurso na época do Sr. Maurício Marinho, pedindo para que reconsiderasse as multas, não que tirasse 20% de multa, mas que reconsiderasse. E impetrei um outro recurso para o Dr. Antônio Osório, pedindo... Também indeferido, três indeferidos. E o último, o quarto, hierárquico, para o Presidente do Correio pedindo que indeferisse aquelas multas. Também não foi possível.

A partir daí, eu me recolhi. Eu comecei a entregar esses cofres em 2002, fui acabar em 2003, fui multado em 2003 e, em 2004, tratei de recuperar o prejuízo. E não consegui. A partir daí, esqueci o problema. Fui para um advogado especializado, que defendeu uma teoria, a de dosimetria da pena, ou seja, apesar

de tudo, você atrasou, mas você entregou todos os cofres em perfeitas condições, você não deveria ter sido multado dessa forma. Mas a dosimetria da pena também esbarrou no Jurídico dos Correios, e eu não consegui um centavo de volta!

Então, essa é a história do cofre. Eu fui multado pesadamente e recuperei, em tese, uns novecentos, uns oitocentos cofres: uns por pintura, outros por porta, outros eu tive que refazer o cofre, fechadura que eu tive que trocar.

Depois disso, Deputado, complementando, eu fui obrigado, contratualmente, a prestar uma assistência técnica de dois anos, em que eu estava gastando, estava gastando por mês... Estava gastando não, eu gastei por mês R\$15 mil. Por quê? Vamos supor: em Tabatinga, eu tinha que pegar um avião para Manaus, disponibilizar um carro, pagar o técnico, quer dizer, eu não tinha opção. Aquilo era muito especializado. Nós optamos por uma equipe só fazer o Brasil todo.

Em alguns casos, esses cofres estavam armazenados ao relento, tomando chuva, como na DR – Minas Gerais. E essa chuva provocou o quê? Um curto-circuito nas fechaduras eletrônicas. Eu tive que reparar assim mesmo. Fui penalizado. Quer dizer, eu não tive direito nenhum nesse negócio dos cofres. Eu fui, simplesmente, duramente penalizado.

Mais: depois, ainda por cima, o Depas, que era o órgão, esqueceu de passar orientações de uso e manutenção dos cofres. Algumas vezes, eu tinha que sair daqui para trocar uma pilha. E isso foi considerado, por mim, como visita indevida, e eu passei a cobrar as visitas indevidas. E foram várias, inclusive várias atestadas – isso já na gestão Maurício Marinho. Não recebi sequer um centavo das visitas consideradas indevidas. Por que? Eu não sei. Porque houve na base, nas regionais, quem dissesse “eu não vou assumir isso”. Mas eu vou esperar o vendaval passar e vou para a Justiça cobrar. Eu não vou cobrar mais dos Correios. Eu já estou com R\$320 mil de visitas indevidas catalogadas e prontas para serem... Só não emito nota fiscal, porque eu emito nota fiscal, eles não me pagam, e eu tenho que pagar o imposto. Então, eu parei de emitir nota fiscal. Essa é a situação do cofre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As multas têm de ser motivadas. Qual é a motivação da multa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Atraso na entrega.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, não é problema de...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. A multa foi aplicada, para mim, com uma certa justiça. Acho que foi aplicada com justiça, porém em dose ex-

cessiva. Poderia haver, na ocasião, um entendimento, como sempre houve nos Correios, um entendimento entre empresa e Correios no sentido de que: apesar de tudo, atrasei, mas eu fiz as modificações por minha conta, eu não cobre nada a mais. Eu, apesar de ter atrasado um pouco, eu recuperei novecentos, oitocentos cofres, gente! É muito cofre! Cada cofre pesa quase uma tonelada. Quer dizer, o meu esforço foi grande, e entreguei um material bom. Eu reconheço que atrasei, sim, senhor, só que achei muito pesada a multa que me foi aplicada e muito pesados os defeitos encontrados. Em determinado momento, estava passando tudo. Quando veio essa denúncia da outra empresa concorrente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, houve multa por defeitos encontrados.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. Estou assumindo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Antes, V. S.^a fez referência a que teria sido só por atraso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, são as duas motivações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Foi mais por atraso. O atraso, porque havia o defeito, e a gente tinha que corrigir o defeito, Deputado. Foi assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S.^a se sentiu injustiçado, então, também no período anterior ao Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Na verdade, não. Eu acho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque tudo isso é anterior ao Maurício Marinho.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim. As multas, sim. As multas contratuais, sim.

Não é injustiçado. Achei que podia haver, em função do esforço que eu fiz de recuperar todos os cofres, material difícil, em função de eles terem colocado cofres ao relento... Eles tombaram cofres também e não me pagaram. Um caminhão dos Correios teve um acidente. Quer dizer, os Correios não levaram em consideração nada: de terem deixado cofre na chuva, de o caminhão... de ter perdido alguns cofres. Eles simplesmente me pegaram pesado. Injustiçado, não. Acho que poderia haver uma compensação, ou seja, multar em 10%, em 5%. Eu propus, inclusive, negociação nesse sentido. Não é injustiça. Foi uma questão de que não houve, da parte dos Correios,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas visitas indevidas, a que V. S.^a se reporta, são...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É gestão Maurício Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Elas são determinadas a partir de quê? Quem dá a iniciativa para que se determine uma visita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Existe um chamado do Correio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De onde? Lá de baixo, de cima?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, tem um telefone que disponibilizamos. Toda vez que tem problema no cofre, ele chama. Ah, inclusive, graças a Deus, está acabando. Acho que esse é o último mês dessa visita indevida, graças a Deus – dessa visita indevida, não, dessa manutenção dos cofres. O Correio chama, temos um técnico que, imediatamente, em 48 horas, está prestando assistência técnica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sei, mas a reclamação inicial, quem desencadeia isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É o Correio, a Regional. É a agência, a própria agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é a direção?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, é a Diretoria Regional.

A agência passa para a Diretoria Regional, que transmite para nós, aqui, e nós vamos atrás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que V. S.^a insiste em que o Maurício Marinho é o responsável por essa perseguição?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não estou insistindo. Eu não disse isso. Eu disse que foi na gestão Maurício Marinho e que eu não recebi um centavo do que me é devido. Não disse que estou sendo injustiçado. Eu me sinto injustiçado no global. Fui multado em 20%. Na gestão Marinho, ninguém foi multado em nada, nem em um por cento. Eu tenho um dinheiro para receber...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S.^a foi multado antes, portanto, nem V. S.^a foi no período dele.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, mas fui. Independente de Marinho ou José, a regra tem que ser igual para todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com certeza.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isonomia é o que rege qualquer princípio de licitação. Esse negócio de não receber dinheiro... É muito dinheiro. Para mim, Deputado, é muito dinheiro; R\$300 mil na conta, ali, é muito dinheiro. Eu tenho meu giro, eu tenho que fazer produção, eu estou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só para...É que a imagem que o senhor passa em seus vários depoimentos é que o senhor vinha sendo perseguido pelo Maurício Marinho. Então, a gente quer saber exatamente onde é que aparece a perseguição do Maurício Marinho.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, primeiro, em caracterizar uma empresa como a minha de “picareta”, como “firminha”. Segundo, uma total preferência, isso fora da lei, por indústrias grandes. Tipo assim, tênis: “Ah, eu vou dar preferência para essa, essa e essa”. “Por quê? Por que você vai dar preferência?” “Porque essa, essa e essa são indústrias”. “E, daí? O preço vai ser mais alto e eu tenho um produto tão bom quanto”.

Outra coisa que quero deixar clara para o senhor: à medida que ele não multa ninguém e que começa, tenta, vamos dizer, entregar produto fora de especificação, eu começo a ser prejudicado. Essa a tendência que vigorou no Correio nos últimos dois anos. Esse problema de não multar ninguém, dar chance para entregar uma outra amostra uma, duas ou três vezes, sendo que, no ato da entrega da amostra, a firma pode ser vencedora do certame ou perdedora do certame. Tem que se chamar o segundo lugar. Então, facilitou-se a vida de outras empresas e eu passei a não vender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quais as outras empresas que tiveram a vida facilitada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, aí, eu vou deixar. Eu citei dois exemplos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, até agora, percebi um, que foi a entrega das...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu posso citar outro: mala postal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim, até agora, só ficou a mala postal. Qual o outro produto que V. S^a nos disse que foi recebido fora da especificação? Qual outra empresa que foi beneficiada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, isso aí, eu... existem vários... são muitos contratos dentro do Correio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não precisam ser muitos. Cite alguns pelo menos para não parecer que há uma generalização indevida. Só para esclarecimento.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, que eu conheça da minha área, que eu gostaria de relatar: o tênis para carteiro, a bota para operador de triagem e a mala postal. Fora isso, eu já... como eu não ganhei outras licitações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tênis... insisto, tênis – não houve esse fornecimento, portanto, não há recebimento sem especificação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Houve o fornecimento. Houve uma recusa de material, depois. Houve o fornecimento específico. Foi fornecido o tênis e o Correio devolveu o tênis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Devolveu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Devolveu sem multar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, mas a multa...são duas coisas diferentes. V. S^a está dizendo, já li em vários depoimentos, que o Correio, na administração de Maurício Marinho, recebia produtos que desatendiam às especificações. Só quero saber quais. Aí, V. S^a diz que há dois anos não se recebem tênis e fico em dúvida.

Com certeza, a mala. Qual o outro?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, eu acho que o senhor não entendeu. Vou tentar explicar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É só, objetivamente, dizer: “a firma tal é fornecedora de tal produto e não atende às especificações”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu expliquei. Falei o seguinte para o senhor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual firma?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A Prote-line. Eu falei o nome dela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ela fornece tênis fora de especificação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ela ganhou licitação para fornecer tênis e para fornecer bota para operador de triagem. Ganhou o pedido, levou o pedido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E o Correio aceitou fora da especificação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não aceitou, mas, aí, o senhor veja bem: nesse meio tempo, o edital dizia o quê? Se a sua amostra está fora da especificação, vamos voltar à questão: você vai ser punido em 20% de multa, o senhor vai ser suspenso por cinco anos. E nunca aconteceu nada com empresa nenhuma, nem com a que forneceu mala postal, nem com a que forneceu tênis e bota de triagem. Pior do que isso é impossível, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, pior é se receber de forma não especificada. Mas tudo bem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas isso não é problema meu, é do Correio. Estou demonstran-

do que essa perseguição – esse termo “perseguição” talvez seja um pouco forte –, essa falta de isonomia, essa ausência de isonomia no Correio estava muito evidente, porque ele tinha que ter sido multado, sim, Deputado, e tinha que ter sido suspenso cinco anos, e não foi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi costurado, para que ele não fosse multado e que muito menos fosse suspenso. Ora, é muito difícil trabalhar assim. Se você anda direitinho e leva multa, por que não o outro levar a multa? Isso, para mim, é perseguição. Acho “perseguição” um termo terrível, mas vamos dizer assim: não usou isonomia, não foi aplicada isonomia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a diz que, nos últimos dois anos, o Maurício Marinho não multou ninguém. Então, ele foi desidioso, mas não é que ele tenha pegado alguém especificamente e multado. Ninguém foi multado. Mas tudo bem. Essa é uma análise que a Comissão fará.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas, se for multado, a coisa é muito séria: 20% do valor do contrato, Deputado. Desestabiliza qualquer empresa. E tem mais: além da multa, tem que haver a suspensão do direito de licitar no Correio durante um tempo. Estou-me referindo não só a uma empresa. Eu não posso falar de várias empresas, porque não sei. Como é que vou prestar um testemunho de outros casos que não conheço? Com certeza, essa auditoria que está havendo dentro do Correio vai apontar outros casos, com certeza, absoluta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas percebe que V. S^a disse que existem outras empresas que fornecem produtos, que são recebidos fora das especificações, e que não conseguimos avançar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não disse isso. Eu disse para o senhor o seguinte: existe...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, se não disse, é a resposta que queremos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, espera aí, eu gostaria de complementar. Espera aí, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor me desculpe, eu disse o seguinte: dois casos eu tive certeza, certeza de que se tentou entregar o material fora da especificação. Não foi aceito por causa do laboratório, porque pelo Marinho seria aceito.

Em outros casos, acredito que tenha ocorrido a mesma questão, em função do quê? Era a voz corrente

que não se multava, não se tomava nenhuma atitude contra empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a também fez referência à existência de um esquema de facilitação, de propinas. Poderia explicar isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não fiz essa menção. Onde?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só eu encontrar.

Independentemente disso, na seqüência eu volto.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu ouvi dizer. O meu depoimento é: eu ouvi dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, mas ouviu dizer?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não falei que tinha esquema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse o seguinte, na Polícia Federal: “que ouviu vários comentários de que Maurício Marinho estaria recebendo propina para beneficiar determinadas empresas”. De quem V. S^a ouviu esses comentários?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Genéricos. Quase todos os fornecedores. Havia muitos comentários.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nós precisamos...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não posso falar. Eu não posso falar se alguém pagou ou não pagou propina. Desculpe, não me estou negando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a pode dizer alguém que tenha afirmado isso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu não posso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Senão ficamos no abstrato, sem ligação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É muito difícil eu falar uma questão dessa. Não estou querendo travar o andamento do depoimento, nada disso, mas eu não posso falar uma coisa dessa de forma alguma.

O comentário era geral, e ele abriu o jogo geral. Qualquer um que chegasse e conversasse com ele, ele falava abertamente, sem saber quem era, de onde veio, quem era, como de fato aconteceu na gravação da fita, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, V. S^a já teria tido algum diálogo como ele precedente a isso, onde ele falou abertamente isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, o Marinho não conversou comigo sobre propina, até porque não havia esse clima. Eu não ia entrar nesse clima de jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece alguém que teria tido essa interlocução, onde ele falou abertamente?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A coisa mais fácil... Para o senhor entender melhor essa questão, é só o senhor ver as benesses concedidas para determinadas empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais? É isso que nós queremos saber.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu falei duas. Isso vai ser... O senhor vai ter um levantamento desses contratos auditados nos Correios, o senhor vai saber de muita irregularidade no sentido de não multar, no sentido de não suspender a empresa que descumpriu cláusula de edital. O senhor vai ter exemplos de sobra.

Outra coisa também que me chamou muita atenção foi que eu pedi, por três vezes, prorrogação de prazo nas capas de chuva, três vezes – aliás, duas vezes. Duas. O Marinho negou. Foi preciso que eu fosse até o Dr. Osório para conseguir uma prorrogação, visto que eu estava entregando um produto muito acima do pedido na especificação, não por ser bonzinho, mas é porque na ocasião valia a pena. Tinha um problema de gotejamento constante nas capas. Eu só consegui, e o Marinho assinou a prorrogação para mim, de acordo com o despacho do Sr. Diretor, eximindo-se. Quer dizer, para mim, a coisa era complicada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez referência ao que foi denunciado no Ministério Público e não quis dizer qual é. Mas se foi, se está documentado, nós teremos acesso...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu posso dizer... Não, eu não quis dizer... O senhor desculpe, às vezes eu estou... Eu não me neguei a falar. Eu fui denunciado anonimamente, dizendo que eu montava cartel, dizendo que eu era isso, que eu era aquilo. A denúncia está lá. Eu não sei o que é que eu fiz. Entendeu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve acesso à denúncia e ela é anônima?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A denúncia é anônima.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais especificamente, se pudesse esclarecer...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso esclarecer. Eu fui denunciado ao Ministério Público como que era dono de duas empresas, que fraudava concorrência pública e montava cartel. Eu não sei como montar cartel com uma empresa só, sendo que uma das empresas, a Vetor, nunca vendeu direto para órgão público.

Isso aí acontece, é um jogo, Deputado. É um jogo de concorrente, um denunciando o outro. Eu não fiz, mas fizeram contra mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não poderia ser a impressão de que V. S^a é um representante, realmente monta todos os fornecedores e se apresenta como...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu não faço isso, Deputado. É muito difícil, eu estou sozinho, estou isolado. Evidentemente, quando o pedido é muito grande, eu não dou conta de atender e existem possibilidades de um outro vender, por que eu vou querer pegar tudo? Eu não posso entregar, aí vai ficar ruim para o órgão. Mas montar cartel é outra conversa, montar cartel é muito sério, e isso eu não faço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como é que V. S^a conheceu o Sr. Joel dos Santos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Joel é amigo meu desde o Governo Itamar Franco, quando ele assumiu no lugar do Collor. Trabalhava na Secretaria ligada ao Ministério da Educação, e nós... Ele saiu logo da Secretaria, foi embora para Curitiba, e nós mantivemos uma amizade, que é uma amizade de bar também. Então, a amizade foi ficando, inclusive muito... Amizade mesmo, amizade de eu ir à casa dele, ele ir à minha casa, eu conhecer filhos e esposa dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Jairo Martins?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, o Jairo Martins foi através de um contato, um amigo meu, pessoal, chamado Kasser Bittar, de Anápolis, que eu pedi para ele...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu pedi para ele... É para eu parar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu pedi para ele se ele conhecia alguém para fazer uma varredura nos meus telefones, porque eu estava preocupado com as denúncias anônimas que eu vinha recebendo. O Jairo foi através do Kasser Bittar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Poderia informar quem é esse Kasser Bittar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É um amigo meu, pessoal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De Goiânia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, de Anápolis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Queria saber se é, eventualmente, parente de um amigo nosso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não é, não. Eu acho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Brincadeira.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tomara que não!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a apresentou à Polícia Federal os cheques com que efetuou o pagamento ao Jairo Martins?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu solicitei a cópia via microfilme e não sei se chegou ainda. Eu posso perguntar para o advogado se chegou?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode.

(Pausa.)

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É, foi feito o pedido, leva dez a quinze dias. E posso fornecer para a Comissão também quando chegar, sem problema nenhum.

Inclusive, fiz questão... Um cheque eu coloquei para a empresa de alarme – ele tem uma empresa de alarme, que, segundo ele, é do pai dele –, e o outro cheque eu não sei se foi em nome dele ou da empresa de alarme. Com certeza, mais próximo que os dois tenham sido em nome da empresa de alarme.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a fez referência ao Joel, na polícia, disse que “se tratava de uma pessoa inteligente e preparada”. O que, na verdade, V. S^a queria traduzir com isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Fazer uma gravação dessa, Deputado, é uma coisa difícil. Foi difícil para eu decidir fazer essa gravação. Foi difícil para eu pedir para alguém fazer essa gravação. É uma manobra, vamos dizer assim, radical. Nunca fiz uma gravação na minha vida. Nunca! Em 24 anos de Brasília, nunca fiz uma gravação dessa. Achei uma manobra radical. Também não vou fazer mais, não. (Risos.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a também fez referência que Antônio Osório seria “um homem honesto”. V. S^a mantém esse conceito?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Totalmente. Em relação ao Dr. Osório, eu estive com ele duas vezes: uma em audiência, outra no corredor. Uma pessoa sensacional. Duvido, duvido – isso é uma premonição minha, não é afirmativa testemunhal – duvido que o Dr. Osório soubesse metade – metade – das coisas que acontecem ali embaixo. Du-vi-do! Dr. Osório e outras pessoas mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa operação, na verdade, o senhor pagou a quem e o quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Paguei ao Joel e ao Jairo. O Jairo, pelo aluguel da maleta. Ele

veio com a maleta, e disse: “Eu posso pôr nessa maleta aqui, posso pôr na sua, posso pôr onde você quiser”. Quando eu chego em algum órgão público, hoje, com uma pasta, o cara já olha para mim e diz: “Pelo amor de Deus, tire essa pasta daqui.” Entendeu? A coisa é muito séria. O desgaste foi muito sério para mim. Foi muito sério. Mil e quinhentos reais, por dia, o aluguel da maleta para o Jairo. Eu paguei para o Jairo, não sei se seis a oito, porque teve também o negócio da varredura. Eu pedi os cheques que eu dei e vou apresentá-los. Assim que chegar, eu os apresento. Para o Joel, o Joel, eu venho ajudando ele há muito tempo. Eu mandei para o Joel coisa de R\$10 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De quem foi a idéia de efetuar o pagamento ao Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu contratei o serviço, e os meios foram estabelecidos pelo Joel. O que ele fez foi problema dele, não foi meu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor teve interlocução anterior ao fato relacionado ao pagamento?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu tive uma interlocução com o Jairo e o Joel no almoço, em que eu falei: “Jairo, nós estamos fazendo mais uma fita. Talvez consiga o resultado. Está mantido nosso acordo de não ‘publicizar’ essa fita?” O Jairo repetiu várias vezes: “Não tem problema; está do jeito que foi...”. Como não tinha acontecido nada com a outra fita, foi-se adiante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo isso porque o Joel diz o seguinte: “Deseja retificar parcialmente seu depoimento de sorte a registrar que foi Arthur quem teve a idéia de dar R\$3 mil a Maurício Marinho”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu aceito uma acareação com o Joel.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez referência a uma fita que teria sido não muito qualificada e se desfez. O que V. S^a lembra do conteúdo dessa fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O objetivo meu era claro. Não. Dessa fita, não tinha quase nada. Nada, nada. Conversa. Conversa entre o Marinho e o Joel. Acho que havia uma menção ao Deputado Roberto Jefferson, que eu não lembro hoje, eu não saberia dizer, porque eu me desfiz dela rapidamente. Uma menção... A única coisa que... Não era uma fita que... O objetivo meu era outro. O meu objetivo foi muito claro. Como eu disse, uma manobra radical, uma manobra dura, que não farei mais. Mais...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quantas gravações, de fato, aconteceram?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, não! Isso eu não sei, porque... Não, duas, duas fitas. É que, às vezes, o Joel não conseguia gravar. O equipamento é meio sofisticado, entendeu? Ele é sofisticado. Então, ele não conseguia gravar. Não conseguindo, tentava-se novamente. Por isso, foram colocados mais de R\$1.500 ou R\$3 mil para o Jairo, porque o Jairo... O problema era por dia, se conseguisse ou não conseguisse. E o meu erro... Se eu tivesse ficado com a fita para mim e editado, não teria tido esse escândalo todo. Como a fita ficou na mão do Jairo, porque só ele sabia editar, o escândalo ocorreu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a também faz referência a que sabia... Antes, imagino que não tenha ouvido pelo menos alguma... Como é que V. S^a teve contato com o Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Molina também eu conheci em Brasília, mais ou menos em 2001, 2002, na época da inauguração do Tribunal Arbitral. Também sou amigo pessoal do Molina, sempre fui. Algumas vezes ele resolveu um ou dois assuntos para mim, mas o nosso contato também não era tão, assim, constante, né? Mas, muita confiança no Molina. E o Molina, na ocasião eu avaliei que conhecia bem, tinha um trânsito bom com o Deputado Roberto Jefferson, o que, para mim, o que interessava? Mostrar para o Roberto Jefferson e para o Osório o que estava acontecendo ali embaixo. Sempre foi essa a minha intenção. O que é que o Marinho andava fazendo. Então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessas conversas que tinha com o Molina, ele exteriorizava essa afinidade que tinha com o Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Disse que tinha um trânsito, não me disse especificamente como era a amizade dele, se via todos os dias, se tinha algum negócio, se não tinha negócio. Ele conhecia bem, tinha trânsito, podia chegar e ser recebido. Mas o que ele disse para mim é que ele podia chegar e ser recebido tranquilamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A quem V. S^a atribui o vazamento à revista *Veja*?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso aí é o Jairo Martins. Ele fez isso. Não podia. Eu quero ser claro. Essa é uma parte que me toca muito. Eu não tinha esse equipamento, só ele que tinha, só ele que sabia manipular. Ele disse, no depoimento dele, que o equipamento seria dado a ele como pagamento. Agora, você imagina, se eu não tenho equipamento, como é que vou dar um equipamento em pagamento? A contradição é evidente. Ele quis me puxar como se eu tivesse passado esse negócio. Para mim, é um péssimo negócio, tem acontecido tudo isso porque

eu não sei nem como, daqui a uns dias, eu vou poder encarar, sei lá, os meus clientes, porque estou há 20 dias fora de casa, 20 dias, digo, fora da minha empresa. Estou só por conta de responder inquéritos, fazer depoimentos. Todo mundo fazendo, tipo assim, desculpem a expressão, gozação comigo, esse negócio de entrar com mala, né? Para mim, foi violenta a consequência comercial. Foi não, vai ser. Eu não sei nem quando eu vou recobrar. Não interessa para mim, como empresário que trabalha com o Governo, que trabalha com o público, como eu trabalho, vazamento de uma informação dessas. Seria um tiro em mim mesmo. Seria um suicídio comercial. Eu jamais faria uma coisa dessas. Jamais faria, e não fiz. Vazou porque o Jairo tem ligação com a imprensa mesmo, ele já tinha me falado em nome de... que falava que conhecia esse, que conhecia aquele, entendeu? Gente da **Folha de S.Paulo**. Conhecia gente não sei de onde. Então ele fez isso, e foi canalha, desculpe a expressão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É, na verdade ele informa que, nas conversas precedentes, V. S^a teria concordado com a informação à imprensa.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Consta do depoimento dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Ele pode falar o que ele quiser.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Para mim, é suicídio. Como eu vou viver a minha vida a partir de hoje, empresarialmente falando? Não sei. Não sei. Vai ser muito difícil. Não sei. Houve um abalo muito forte entre eu e meu sócio, com razão também. Não sei como eu vou enfrentar. Para enfrentar meu pai e minha mãe, foi ontem. Só consegui ontem, depois de vinte dias, porque foi duro. Escândalo nacional, pegou o Governo... Quer dizer, uma coisa muito séria. Agora, isso foi coisa do ex-araponga. Eu me defendo. Faço acareação do jeito que ele quiser.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, pela presença, pelo trânsito que tinha na sede dos Correios, conclui que Maurício Marinho, de certo modo, dominava mais do que o Antônio Osório?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, isso eu posso dar uma impressão pessoal, uma opinião pessoal. Não existia uma audiência, pelo menos comigo – eu tive uma – em que não se chamasse o Marinho para resolver. Então, notei que havia uma força muito grande do Marinho na Diretoria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O atraso de V. S^a na entrega de capas é relacionado a algum problema de...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe interromper o senhor. A capa para carteiro tem um problema grave chamado gotejamento. Você veste a capa, vem a chuva e entra água pelas costuras. Consegui uma máquina com solda a frio, e essa máquina vedava totalmente essa capa, com qualidade impressionante. Foi muito difícil achar essa máquina, havia poucas disponíveis no Brasil. Demorou um pouco, demorou bem mais. Estou acabando de entregar o último lote, acima do que estava pedido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, quando V. S^a participou da licitação, não estava habilitado a fornecer. Depois é que se habilitou com maquinário para poder atender?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sempre estou habilitado. Não está havendo uma sintonia entre o que o senhor acha que é habilitação e o que eu acho que é habilitação. Só entro numa licitação, só sou sagrado vencedor, se estiver habilitado, fui habilitado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Habilitado não é documentalmente, porque se aceita um documento técnico. Habilitado, para mim, é quem, efetivamente, ao ser contratado, tem condições de cumprir.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu tenho condições de cumprir, como tenho cumprido. Eu atrasei, isso é do percurso. O senhor quer dizer o seguinte: que só tem que participar de licitação quem é indústria?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. Pode ser um comerciante, mas que ele tenha condições de...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu tenho condições.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...de, na hora certa, ao tempo, cumprir o contrato.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Dê-me um aparte, o senhor não entendeu. Olhe os meus fornecimentos: 250 mil calções para o Exército, 105 mil pares de tênis, 45 mil botas camufladas, 105 mil pares de tênis para a Secretaria de Educação. Tenho muita condição, tenho capital, tenho uma empresa ajustadinha, tenho trabalho, tenho um sócio que trabalha muito bem comigo e tenho funcionários. Onde eu entro, tenho condições de entregar. Atraso ocorre com qualquer empresa, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é o capital da empresa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Hoje, R\$6 milhões, na última alteração. Não sou picareta igual o Marinho fala não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A multa que está sendo exigida de V. S^a hoje está em torno de R\$1 milhão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, essa foi aquela do cofre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ela perdura.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que não haverá mais jeito. Administrativamente, esgotei todas as fontes. Na Justiça, depois que o vendaval passar, se passar um dia, vou tentar, claro que vou tentar na Justiça. Aí, é uma questão judicial, não é mais administrativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a passou, pelo menos pelo que vi, por três instâncias.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Três.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E as três...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – As três foram negadas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Teria alguma razão específica para ter apresentado o Molina ao Adauto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, sempre conheci o Adauto. Conheço o Adauto e o Eduardo Medeiros há quinze anos. Um dia eu estava num lugar e apresentei. O delegado me perguntou muito sobre o Adauto. O Adauto foi o autor da multa e da perseguição contra mim. Deixei isso claro, para o delegado saber que não existe nada entre mim e o Adauto. Ele me perguntou, fui claro com ele. Fui perseguido pelo departamento quando o Adauto era chefe. Não sei se por força da denúncia que foi feita contra mim, mas fui multado pelo Adauto e toda aquela modificação nos cofres foi feita na época dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa multa ainda não foi paga? O senhor pretende entrar na Justiça?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ela já foi glosada, ela é descontada na nota.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor já pagou toda essa multa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Paguei R\$1 milhão, tiraram R\$1 milhão do meu capital.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No período do Adauto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – No período, em 2003. O Correio é cruel, ele multa na nota.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como o Relator tem a possibilidade de, a qualquer tempo, prosseguir com questionamentos e, para não privar os companheiros que, com certeza, estão ávidos por formular os esclarecimentos que pretendem, dou este primeiro momento como encerrado, Sr. Presidente, agradecendo nosso depoente por ter respondido aos questionamentos que formulamos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

Eu gostaria de combinar com V. Ex^{as} de procurarmos adotar aquela pequena regra, que tentamos adotar ao longo dos dois últimos dias, de tentar limitar os depoimentos a 10 minutos. Eu agradeceria muito o companheirismo e a compreensão de V. Ex^{as}.

Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, espero ser bem objetiva.

Nas declarações que fez, o Sr. Wascheck iniciou dizendo que ficou difícil trabalhar com o Correio e que, em 2003 e 2004, nos procedimentos onde ele entrou, até no que ele conseguiu entrar, os preços eram muito baixos.

A minha primeira pergunta é assim: essa modificação de procedimento é porque antes os preços eram mais altos, eram melhores? As facilidades... Antes, os caminhos que a sua empresa tinha no Correio eram facilitados?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E ficaram dificultados?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. V. Ex^a fez duas perguntas? Se os preços eram mais altos? Eu não entendi a pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, é porque o senhor declarou que, em 2003 e 2004, teve muita dificuldade, muita dificuldade; que os preços ficaram muito baixos e ficaram impossíveis de serem praticados.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Preços baixos por causa do pregão. O pregão...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso. Não tinha pregão antes?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não, não. Era concorrência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O pregão é deste Governo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O pregão é recente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É recente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O pregão, Senadora, desabou o preço das mercadorias.

O SR. (Orador Não Identificado) – O pregão é de 2002. É do outro Governo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De 2002. Obrigado, Deputado. O pregão desabou o preço de mercadoria.

Agora, quanto a preço baixo ou preço alto, depende da concorrência em que se está. Normalmente, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos limitar ao Senador ou Deputado inscrito, por favor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Normalmente, a concorrência depende de quem está qualificado, de quem está presente, para saber se o preço vai ficar embaixo ou em cima. Bom, se não tem ninguém para concorrer, o cara vai deixar o preço alto. Se tem alguém concorrendo... Mas o pregão detonou os preços para baixo. Impressionante. Pode ter certeza disso. Foi o pregão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E antes a facilidade era maior?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não é questão de facilidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A sua empresa não tinha problema antes?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Sempre teve problema.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Faturava bem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nós sempre faturamos bem em qualquer circunstância. Nós vamos até onde o nosso preço aguenta. Nós temos cálculo de custo, imposto, essas coisas. Quando dá prejuízo, nós estamos fora. Vamos até onde dá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há outra questão. O senhor tomou a iniciativa de fazer o grampo, a gravação, se é assim...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que não é grampo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... a gravação, porque o senhor disse que o Marinho era o “quente”, o Marinho era “a chave”, que passava por ele tudo, que ele era o...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O “bam-bam-bam”.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O “bam-bam-bam”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na verdade, é o Departamento, Senadora; é o Decam. Não

é... O Decam é a parte mais sensível dos Correios em nível de contratos. Tudo que diz respeito à execução de contratos, à multa de contrato, a atraso, à gestão de contrato é no Decam. Então, o titular do Decam é um homem muito poderoso dentro da estrutura e o Marinho, nos últimos anos, para mim, foi o mais poderoso de todos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque, no depoimento do Sr. Marinho, ele disse que não, que tudo era dos outros departamentos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, o Marinho nunca foi culpado de nada mesmo, então, mais uma culpa ou menos uma culpa, para o Marinho, dá na mesma, porque ele nunca é culpado de nada. Sempre alguém era culpado... Se o pregão punha preço baixo, ele ia brigar com o pregoeiro, dizendo: “Como é que compra um negócio num preço desse?” Quer dizer, são situações que não tem como ajustar. Não falava coisa com coisa. O Marinho vivia brigando.

Se, por exemplo, uma concorrência ou uma licitação era cancelada, Senadora, sabe o que ele fazia? “A culpa é de a CPL não aceitou as condições”. É claro. A CPL só vai aceitar condições de licitação que estejam dentro da lei.

Acho que a grande barreira contra o Marinho dentro do Correio foi a CPL e o Departamento Jurídico, porque, se não tivesse a CPL e o Departamento Jurídico, Nossa Senhora!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor colocou, também, que, quando foi perguntado sobre outros contratos e questões que ganhou no Governo, listou fundamentalmente uma série de exemplos, todos vinculados à Marinha. Na Marinha não houve nenhum problema? V. S^a citou vários casos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na Marinha, eu forneci normalmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Forneceu normalmente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu forneci normalmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Também em pregão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tudo pregão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sem nenhum tipo de problema?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Hoje em dia, até o Exército adotou uma modalidade de pregão presencial e eletrônico ao mesmo tempo. Ele é eletrônico, mas pode ser presencial.

Penso que o ideal, se eu puder dar uma opinião – desculpe-me, V. Ex^a nem perguntou –, seria o pregão presencial e eletrônico, igual a esse do Exército.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. S^a disse também: “O Sr. Molina resolveu um ou dois assuntos para mim”. Quais são esses assuntos que o Sr. Molina resolveu para o senhor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – São mais de ordem pessoal e de amizade mesmo. Pedi dois favores e ele fez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quais favores?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Num deles, eu precisava fazer a apresentação, na Marinha, de um produto e ele me levou. Fiz a apresentação do produto. Nada mais do que isso. Noutra ocasião, pedi para ele interceder junto a um amigo meu que estava muito resistente em relação a um pedido pessoal que eu havia feito, e ele conversou com esse amigo. O problema foi resolvido, coisa bem íntima. Não foi negócio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Num deles, havia negócio. Foi um procedimento que o senhor estava realizando na Marinha.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi uma demonstração de um produto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nessa demonstração de produto, o senhor estava lá trabalhando?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estava tentando trabalhar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tentando trabalhar. Nesse produto, V. S^a foi bem sucedido?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não consegui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual era o produto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esse produto é uma marmita térmica de campanha para dez rações. Fiz um senhor trabalho no Exército. A marmita antiga era muito ruim, e eu coloquei uma de aço inox que conserva comida em temperatura de 60 graus.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o Sr. Molina era o seu canal na Marinha?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, nunca foi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas V. S^a sabe que ele é oficial da reserva da Marinha?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sei, mas não preciso do Sr. Molina para vender na Marinha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas V. S^a pediu a intermediação do Sr. Molina noutros casos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso faz tanto tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso pressupõe que pode ter havido outras situações em que V. S^a tenha recorrido ao Sr. Molina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu não fiz. Na Marinha é muito seco, há um pregão presencial em que se vende ou não, se entrega ou não. Na Marinha é muito difícil de entregar. Não falei nada disso.

Vamos voltar, porque parece que não expliquei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor falou que foi muito bem-sucedido na Marinha e que o Sr. Molina lhe prestou alguns fatores. Um desses fatores que o senhor citou é exatamente algo que tinha a ver com questões que o senhor estava pleiteando. Há a vinculação de o Sr. Molina ser oficial da reserva da Marinha.

Estou apenas tentando estabelecer até que ponto as facilidades que o senhor tem na sua relação com o Sr. Molina o podem ter ajudado a ser mais bem-sucedido na Marinha do que foi nos Correios. É apenas isso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Para começar, vou responder. Posso responder?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pode.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Para começar, o produto que eu tentei colocar na Marinha não foi colocado. Então, não houve sucesso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o que o senhor está dizendo. Teremos agora que levantar tudo o que o senhor forneceu ou não para a Marinha, porque já passamos a ter esse ingrediente. Vamos ver se esses canais na Marinha não foram devidamente acertados também via Sr. Molina. O senhor trouxe esse ingrediente para cá. O senhor está declarando, afirmando, mas podemos fazer a investigação por essa linha.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou respondendo a uma pergunta de V. Ex^a. Proponho a trazer-lhe todos os meus contratos da Marinha. Pode ser?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entendo que podemos até requerer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ótimo, com o maior prazer.

Posso voltar a responder?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois não.
(Intervenção fora do microfone)

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou desrespeitando a senhora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, de jeito nenhum. Estou sendo contundente e o senhor está me respondendo à altura.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não quero desrespeitar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A partir do momento em que me sentir agredida, eu registrarei.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não quero agredi-la em hipótese alguma. Estou apenas respondendo a uma pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É apenas o meu jeito de ser.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Propus-me a trazer os contratos da empresa com a Marinha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Posso continuar, então, Sr. Presidente? Ainda tenho algumas questões, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo-lhe um minuto, minha querida Senadora Ideli Salvatti, para concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na questão da gravação, foram duas fitas. Em relação a uma delas, o senhor diz que a cópia que possuía foi jogada fora. O senhor diz também que não tem nada de relevante, mas o senhor não sabe o que é que aconteceu com a original. Essa original pode continuar existindo e sendo utilizada.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tenho alguma notícia para falar para a senhora. Posso falar?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pode. Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Parece que ela também foi entregue a uma revista, não sei dizer se é a **Veja**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe qual.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – No caso, não sei, porque ouvi um comentário de que teria sido já também entregue. Então ele fez isso desde a primeira fita, né?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A segunda foi feita a gravação pelo Jairo, o senhor teve... O encaminhamento dessa fita... Vou aqui colocar que o senhor, dado o teor da fita, encaminhou essa cópia de novo ao Molina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A segunda fita?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em primeiro lugar, por que o senhor...? Aliás, na sua fala, um amigo comum entre o senhor e o Roberto Jefferson. Por que o senhor encaminhou essa fita ao Molina? O que o senhor pretendia com isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, com certeza. Eu avaliei que, para atingir meu objetivo, que era denunciar o Marinho, duas pessoas deveriam saber corretamente dessa história: o Deputado Roberto Jefferson, pelas menções que foram feitas na fita, e o Diretor Antônio Osório, que foi o que foi feito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, no seu depoimento, o senhor coloca “que se encontrou com o Molina em frente ao Senado Federal quando esse lhe disse que Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue a Antônio Osório”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, determinou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Roberto Jefferson lhe deu a ordem? Foi ele que determinou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor seguiu a determinação do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Espera aí. Não foi...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A sua ação estava voltada para os interesses do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De forma nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele é que o guiava?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De forma nenhuma. No meu depoimento, se a senhora ler, a senhora vai enxergar o seguinte: eu recebi do Molina a notícia de que deveria entregar essa fita ao Dr. Antônio Osório. Eu não tenho contato com o Deputado Roberto Jefferson.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, mas a sua declaração aqui está muito nítida, inclusive me chamou a atenção, porque diz assim: “Que Roberto... Quando esse lhe disse... Foi o Molina que disse, né? Quando esse lhe disse...”

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esse quem?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que o Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue a Antônio Osório.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Determinou ao Molina. O Molina me repassou que eu deveria entregar a fita ao Dr. Antônio Osório.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então o Roberto Jefferson determinou ao senhor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ao Molina.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, ele estava reproduzindo ao senhor a determinação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não, não, não, não. Ao Molina. Ao Molina, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A sua empresa tem fornecimento ou tem atuação ligada a material de informática?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nunca.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso mandar também todos os meus contratos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nada a ver com isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não que eu não queira. Gostaria muito, mas não tenho. Não tenho chance.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Joel, que é um profundo conhecedor de informática, o senhor ...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não é. Não acredito que seja.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor teria pensado...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quem falou isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nos seus depoimentos... O senhor o procurou porque ele é que poderia trabalhar com...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, informática não.

Desculpe, Senadora. Não falei nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, só para concluir, por favor, para que a gente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, estou devolvendo a palavra, porque eu teria outras perguntas, mas seria um encadeamento longo que eu deixo para...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu gostaria de responder, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu posso até me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aí a Senadora Ideli Salvatti se reinscreve.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, dez minutos, por favor, para que a gente tenha rapidez hoje, que é muito importante, em função de uma quinta-feira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com a mesma tolerância dos três concedidos à Senadora Ideli Salvatti, para completar os treze do PT.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dois minutos e meio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Arthur Wascheck, o senhor afirmou no depoimento à Polícia Federal que possui três contratos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: um do ano de 2002, referente aos cofres; um outro contrato de fornecimento de capas de chuva para carteiro, em execução, e que o senhor está em atraso; e um terceiro contrato de fornecimento de jaqueta para carteiro. Muito bem. Foi veiculada uma matéria no **Correio Braziliense** no dia 12 de ju-

nho, que dá conta de que a Comam teria vencido duas licitações para o fornecimento de módulos de caixas postais comunitárias: uma no valor de dois milhões e outra, de 700 mil e também para fornecer carrinhos de transporte à estatal no valor de R\$106 mil.

Indago do senhor: é verdadeira a informação veiculada na imprensa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não. Em parte, sim; em parte, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual é a parte que é?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado, pode voltar na pergunta? Em parte, fica melhor pra eu responder.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a afirmou...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, eu ganhei três contratos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...à Polícia Federal que só tinha três contratos com a Empresa de Correios e Telégrafos...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, sim, sim. Três contratos. Um deles, cofre.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. Um cofre, uma jaqueta de carteiro e outro, capa de chuva.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A caixa postal comunitária eu não ganhei; foi outra empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor não ganhou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não ganhou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, a matéria publicada no **Correio Braziliense** é inverídica?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Totalmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que dá conta de uma concorrência para caixas postais comunitárias e outra, para fornecer carrinhos de transporte à estatal.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essa concorrência do carrinho de transporte eu ganhei, mas o preço ficou muito ruim. A proposta venceu, eu não renovei a proposta de preço.

Eu ganhei, mas não levei, vamos dizer. Não assiniei contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a abriu mão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, não tinha como, um preço muito baixo!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. V. S^a também afirma com muita

veemência que não possui nenhum tipo de prestação de serviços na área de informática. No entanto, eu estou aqui com uma matéria que foi publicada na **Folha Brasil** e extraí do portal UOL, cujo título é “Escândalo do mensalão”. Nesta matéria há uma informação que desde o Governo Collor a Vetor Comercial e a Comam fornecem materiais de informática e produtos médicos ao Governo. É verdade ou não?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Para começar, é tanta mentira... Um dos fatores que eu chamo a atenção é que a imprensa veicula matérias desse jeito. A Comam tem cinco anos, o Governo Collor acabou há muito mais tempo. A Vetor nunca vendeu, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, um centavo para governo, que não é objetivo dela, tá? Então, não vendi medicamento nunca, nem com Comam nem com Vetor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a nada tem a ver com nenhuma prestação de serviço na área de informática?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu não tenho, não é que eu não queira, eu não consigo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí pergunto a V. S^a... V. S^a afirmou hoje aqui que uma das empresas em que V. S^a tem participação está hoje prestando serviços à Infraero...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, não, não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ... com relações obviamente na área de informática. Eu queria que V. S^a esclarecesse.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não... com certeza. O nome da empresa é Agenda Brasília. Ela tem seis módulos de informática no aeroporto. O cliente chega...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como funcionam esses módulos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, ele consulta, ele entra na Internet.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então V. S^a há de concordar que tem empresas que trabalham com serviço de informática.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas, não é para governo. Mas não é para governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Oh, e a Infraero é o quê? A Infraero é uma empresa privada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não é Infraero, não; é para o público em geral, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas V. S^a deve ter participado de um processo de concorrência pública para poder colocar esses módulos no aeroporto.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não foi isso, não. Eu posso explicar direitinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ou então V. S^a tem amizade na Infraero.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não tenho amizade na Infraero, não é isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é que aconteceu isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu comprei essa empresa, ela já existia. Eu comprei de um grupo lá de Recife.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Waskcek, o senhor pode ter comprado, mas hoje ela é do senhor, de propriedade do senhor. E ela presta serviço na área de informática.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não é para a Infraero; é para o público.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E o aeroporto é administrado por quem, seu ?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, mas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem autorizou o senhor a prestar esse serviço?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quem autorizou?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso vem no contrato. Eu comprei essa empresa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. O senhor é proprietário de uma empresa que hoje está localizada no aeroporto de Brasília, portanto administrada pela Infraero, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa. V. S^a é o proprietário, portanto, dessa personalidade jurídica que hoje está instalada no aeroporto de Brasília.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu sou proprietário da Agenda Turismo, cujo objetivo do contrato social é fornecer pontos de Internet para o público em geral. Não tem nada a ver com licitação de Infraero. Estou dizendo ao senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem a ver, mas V. S^a obviamente precisa da autorização dessa empresa pública para lá estar instalado.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu comprei essa empresa já em funcionamento. Eu não participei de licitação para adquiri-la. Eu comprei já em funcionamento. Tenho concessão para oito anos, inclusive

estou vendendo, porque ela é péssima, dá péssimo resultado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

V. S^a falou em premonição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Atenção, pessoal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu peço que seja descontado meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Atenção, pessoal. Silêncio, por favor!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a afirmou, no depoimento à Polícia Federal, que o objetivo da gravação era o de flagrar o funcionário, Sr. Maurício Marinho, e entregar a prova para o seu chefe, que era, obviamente, o Dr. Antonio Osório. Mas em outro momento o senhor alega que tem “Antonio Osório como uma pessoa extremamente honesta e de poucas posses”. Não posso admitir que alguém estabeleça esse tipo de comentário se não conhece a pessoa.

Então, eu teria duas perguntas a fazer a V. S^a. Primeiro, já que V. S^a tem esse conceito do Dr. Antonio Osório, por que V. S^a teve de gravar uma fita, não foi diretamente a ele para denunciar, eventualmente, as incorreções cometidas pelo Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por favor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Em primeiro lugar, o julgamento meu sobre o Antonio Osório é uma coisa pessoal, Deputado. Se alguém não concordar... Cada um pode emitir o pensamento sobre uma pessoa. A simplicidade, o tratamento do Osório, essas coisas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a o conhecia bem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Bem, não. Eu tratei com ele duas vezes sobre assuntos da empresa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com duas vezes, apenas, dá para V. S^a ter exatamente esse conceito de uma pessoa extremamente honesta e de poucas posses? Ou seja, V. S^a conhece a propriedade do Sr. Antonio Osório, sabe exatamente quais são as suas posses. Foi V. S^a que disse.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não tem problema. Não vou ficar acanhado por essa pergunta. O senhor quer dizer que eu conheço profundamente o Deputado Antonio Osório. Eu digo para o senhor que

não conheço. A análise que eu fiz, substancial, foi essa, que ele é uma pessoa muito honesta, e de poucas poses. E digo mais, em relação ao problema do Marinho, o Osório só acreditaria, pelo que avaliei comigo, uma questão minha, pessoal, só acreditaria vendo. Porque é muito difícil acreditar em certas coisas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. V. S^a acabou de chamar o Dr. Antonio Osório de deputado. De fato ele foi deputado. Mas eu queria fazer uma pergunta a V. S^a. Um pombo correio me trouxe uma informação que eu queria que V. S^a confirmasse ou não. A informação é a seguinte: V. S^a deu dinheiro para a campanha do Dr. Antonio Osório em 2002, quando ele foi candidato a deputado estadual. É verdade ou não?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não confirmo. De forma alguma. É mentira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se o Dr. Antonio Osório, quando aqui estiver e lhe for feita a mesma pergunta, disser que sim, como é que fica V. S^a?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu vou falar com ele que não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então V. S^a estaria disposto a fazer obviamente um confronto público para confirmar essa informação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço a V. S^a.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria também: o senhor afirmou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero a minha tolerância.

Tenho mais duas perguntas apenas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor afirmou que à época dos contratos firmados, portanto, em 2002, o Chefe do Departamento de Contratação dos Correios era o Sr. Adauto Machado. Primeiro o senhor afirma que não possui qualquer relacionamento pessoal com o Sr. Adauto. No entanto, o senhor também afirma que apresentou o Sr. Adauto ao Sr. Molina, que diz ser seu amigo. E que depois o senhor se distanciou do Sr. Adauto. Então, o senhor primeiro disse que não tinha relação pessoal,

depois disse que apresentou o Dr. Adauto ao Sr. Molina, depois disse que se distanciou do Sr. Adauto.

O que pergunto a V. S^a? Como é que o senhor se distanciou de alguém com quem não tinha contato pessoal.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu posso elucidar. Eu falei que me distanciei, porque há dois anos, desde que o Adauto saiu do Decam, eu não tenho mais contato com ele, porque ele foi servir na área de informática.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que o senhor apresentou o Sr. Adauto ao Dr. Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu conhecia bem o Adauto. Apresentei como amigo. Não houve, nessa ocasião... Vamos dizer assim: se o Molina teve algum negócio nos Correios na gestão Adauto, foi por conta de Molina, não com as minhas empresas. Com certeza, não. Eu quero dizer o seguinte: o distanciamento a que me refiro... Afirmo que conheço o Adauto há mais de 15 anos. Me afastei do Adauto em função de trabalho mesmo, porque eu não tendo trabalho em área de informática, eu não tenho por que conversar com o Adauto. Está certo? Não tenho que ir lá fazer alguma consulta ou pedir alguma informação.

Eu apresentei o Molina por apresentar, socialmente, como sempre faço com as pessoas. Não vi... Se o Molina...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então V. S^a tinha relação pessoal com o Dr. Adauto, que diz não ter no depoimento que prestou à Polícia Federal.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Gente, eu disse que conheço o Adauto há 15 anos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então V. S^a tem de se cingir ao depoimento que prestou à Polícia Federal.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso corrigir. Agradeço, Deputado, por ter me chamado essa atenção. Vou fazer com maior...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, já estou encerrando. Tenho apenas mais uma pergunta, que é importante. V. S^a. afirmou que presenciou adulteração de regras e uma intensa quebra de isonomia no tratamento com as empresas. Eu queria perguntar a V. S^a se isso era apenas uma prática do Decam... Porque V. S^a. disse que o Dr. Marinho interagiu com outros órgãos para pressionar, para induzir, para estabelecer algum tipo de contato com outras diretorias e com outras áreas, e diz que há regras adulteradas e quebra de isonomia. A primeira pergunta que faço – são duas perguntas dentro de uma só, para encerrar, Sr. Presidente: V. S^a tem co-

nhecimento se essas adulterações de regra e se essa quebra de isonomia alcançava também outras áreas do Correio? Segunda pergunta que faço: V. S^a conhece ou tem relação pessoal com algum agente político – e pode incluir aí Parlamentar, membro partidário, enfim – do Partido dos Trabalhadores? Terceira pergunta: V. S^a alguma vez já foi apresentado ao Dr. Sílvio Pereira, Secretário do Partido dos Trabalhadores?

Encerro assim, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu... olha, é muito difícil responder. O Deputado faz uma pergunta muito longa. Desculpe, Deputado, é pertinente para caramba, mas eu não me referi...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero que V. S^a respeite a minha pergunta. Ela pode ser longa, pode ser curta. V. S^a tem que responder.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não estou desrespeitando. Só estou querendo responder da melhor maneira possível. Para começar, eu não disse que o Marinho interagiu com outros órgãos. Eu disse: o laboratório do Correio, que é órgão do Decan. Está certo? O laboratório, não quer dizer que seja de outra diretoria. Eu não falei isso. Não sei se respondi essa parte da sua pergunta.

Dois: não conheço Sílvio Pereira em hipótese alguma. Só pelo jornal, revista.

A outra pergunta. Que mais?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se V. S^a tem alguma relação com algum agente político, algum membro partidário, alguém que tenha algum tipo de influência política que seja filiado ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não conheço ninguém do Partido dos Trabalhadores. Para mim, não interessa ter ligação partidária com ninguém, com nenhum partido. Sou um empresário. Se mudar o Governo, eu tenho que me adaptar. Infelizmente, não posso essa ligação. Para mim não tem... eu forneço material muito específico, não tem muito sentido.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bom.

Sr. Presidente, agradeço. Só queria, para que a verdade fique muito clara, pinçar aqui do depoimento do Dr. Wascheck. Dizia o seguinte: “Afirmou ele que o Sr. Marinho tentava, de todas as formas, pressionar outros setores da ECT para que aceitasse os produtos fornecidos fora das especificações.” Palavras de V. S^a, e não minhas...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só existe um setor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...ao depoimento da Polícia Federal. “Outros setores da ECT.”

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só existe um setor, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, só existe um setor que pode dizer “sim” se o produto é bom ou se o produto não é bom: é o laboratório de análise físico-química.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, mas aí... me perdoe. Posso corrigir também no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra, por dez minutos, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Arthur Wascheck, vou tentar ser breve.

Acho que os depoentes todos que têm vindo, Sr. Presidente, o mais fantástico da presença deles aqui até este momento tem sido como eles têm se sentido confortáveis aqui.

O Dr. Marinho, na noite de anteontem, estava absolutamente tranqüilo. É curioso como eles revelam as suas verdadeiras personalidades. Portanto, acho que o Sr. Wascheck também já está muito tranqüilo, imaginando que isso aqui é uma sessão em que não estejamos tratando de algo muito sério. V. S^a pode ter sido a origem dessa questão, mas não ficou, pelo menos para mim e, me parece também, para a Senadora Ideli Salvatti e para o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, a impressão muito clara de que V. S^a não sabia o que estava fazendo, ou que estava agindo de forma tão inocente assim, como V. S^a deixa transparecer. Aliás, quero dizer que estamos tendo um curso de licitações. Isso é importante, porque estamos lidando com figuras que conhecem profundamente – um, dentro da máquina pública, o Sr. Maurício Marinho, e outro cidadão, fora da máquina pública –, conhecem profundamente o processo licitatório, como funcionam os esquemas, como as coisas acontecem e como deixam de acontecer. É impressionante o curso de licitações que a população brasileira está tendo oportunidade de acompanhar pela televisão e nós, aqui, nesta reunião.

Tenho uma curiosidade. O senhor contrata o cidadão para ir lá, pegar o Maurício Marinho, contando – como o senhor mesmo disse, ele é um sujeito que falava demais, falastrão –, o senhor contrata um cidadão para ir lá gravar o Sr. Maurício Marinho se entregando, mostrando todo o seu lado corrupto. Mas o senhor disse aqui, principalmente nas respostas ao Deputado-Relator, Deputado Osmar Serraglio, que a sua área específica era a de botas, botas camufladas, coturnos, sungas, tênis, botinhas, enfim. E é curioso, não sei se o senhor teve, depois, o trabalho de ver a fita que o se-

nhor mandou gravar: 70% do tempo, ilustre Presidente, aqueles que indagavam ao Sr. Maurício Marinho, para ver se pegavam alguma coisa dele, tratavam de uma licitação de informática. Em 70% do tempo.

Ora, se eu quero contratar alguém para pegar no “flagra” um outro alguém, eu vou pedir e instruir aquelas pessoas que tratem da área que conheço profundamente, que não é área de informática. Aliás, V. S^a reiterou a sua afirmação, aqui, ao responder ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que V. S^a não entendia, não se mete nessa área de informática, tem só um *site*, uns quiosques da Infraero. Mas eu queria entender por que nessa discussão, e o senhor deve ter visto a fita, em 70% do tempo, não tratamos de sunguinhas, de botas e de coturnos ao invés de ficar tratando de informática.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Em primeiro lugar, Deputado, eu estou levando...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor instruiu essas pessoas para irem lá gravar.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu queria te responder. Eu estou levando muito a sério, muito mais do que o senhor imagina. Não queira saber a dificuldade que é estar numa situação dessas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu imagino, eu imagino. Eu imagino.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Por favor, não desconsidere isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu imagino.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou levando muito a sério. Acho que aqui as pessoas são muito sérias, acho que eu também sou. Os meios...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Agora, só para que a gente possa avançar, eu tenho um limite de tempo, senão os meus colegas Parlamentares vão... a resposta, ali foi uma afirmação, é uma impressão que tenho. V. S^a diz que não, ótimo. Fico satisfeito, espero que V. S^a se comporte assim.

Mas a pergunta que faço é esta: V. S^a instruiu as pessoas que iam fazer as gravações e em 70% do tempo eles tratam de uma área que o senhor não conhece muito. O senhor entende de bota, de coturno e de sunga.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E por que essas pessoas foram tratar de um contrato de informática, da área de informática?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É bem simples. Primeiro lugar, não tenho contrato na área de informática, já disse, estou reiterando. Eu instruí assim: como a pessoa era... a minha instrução foi sobre a pessoa, o que a pessoa falava; que essa pessoa tinha na

mão todos os contratos do Correio. Assuntos desenvolvidos lá, o tema abordado foi por conta do Sr. Joel. Informática ele usou por conta dele. Eu instruí sobre a pessoa do Marinho, quer dizer, como é que funciona o Decam e sobre o Decam. O Decam é o Departamento de Contratação do Correio e o Sr. Marinho tem essas características que eu já captei. Ele fala...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Joel estava só a seus serviços lá?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estava só.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só a seus serviços?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Meus serviços.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deixe-me lhe perguntar uma coisa: o senhor tem, aí no depoimento da Polícia Federal, aliás o senhor reitera essa afirmação aqui, o senhor é um especialista em licitações, uma empresa de licitações no Governo. V. S^a demonstra. Até aí, nada de mais, mas uma pessoa que tem uma empresa voltada para órgãos públicos, o senhor nunca tinha encontrado, nesses anos todos de empresa, um outro Marinho na sua vida ou foi o primeiro Marinho que encontrou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Igual a esse nunca vi, não, viu.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas parecido?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sempre tem, não é Deputado? É difícil.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sempre tem? Como é que o senhor lidou sempre com essas pessoas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sabe, eu tenho todas as maneiras de lidar com as pessoas. Eu acho o seguinte: para a gente ter o sucesso, o sucesso que tive com a minha empresa... uma empresa que começou do nada, entendeu? Do nada, vendíamos, na ocasião, há 20 anos, beliche, um armário, nós não tínhamos essa... hoje, nós temos essa condição que temos. Eu soube trilhar os caminhos. Esses caminhos são muito complexos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é que são esses caminhos complexos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Você tem que se adaptar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O que é se adaptar? Eu queria até lhe fazer essa pergunta, porque o senhor disse aqui, ao responder ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, ao final de uma das respostas, assim: “Muda governo e a gente se adap-

ta”. Como é que é essa história? O que é se adaptar? Que complexidade é essa? É uma prática?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu quis dizer isso, eu quis dizer...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É uma prática do senhor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não posso ficar apostando num Governo de um Partido, sendo que vai ter uma eleição daqui a quatro anos, vai ter uma eleição no ano que vem. Então, eu quis dizer que sou apartidário, só isso que quis dizer para o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, mas o que é complexidade e essa adaptação que o senhor faz das regras, a vida como ela é?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, as regras mudam sempre. Por exemplo, a Lei nº 8.666 modificou a Lei nº 2.300, a lei do pregão veio e modificou a Lei nº 8.666. Eu me adapto às regras que são colocadas à minha frente. Sou uma pessoa especializada em licitação, tenho um relacionamento bom, mas faço as coisas dentro da lei. Acho que respondi a sua pergunta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor afirmou, em determinado momento, que não pôde, teve que chamar o Sr. Jairo, porque só ele saberia editar a fita. O Jairo editou essa fita? O senhor pegava a gravação, e ele editava, como é essa história?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado Eduardo Paes, se tem uma coisa da qual me arrependo – quero fazer uma confissão – foi ter entregue isso aí para o Jairo. Se eu tivesse editado essa fita, o escândalo não aconteceria. Eu não conheço, não sei manobrar esse tipo de equipamento, para mim é desconhecido. Às vezes, o Jairo tentou, uma ou duas vezes, fazer essa editoração e não conseguiu. Então, não é uma coisa tão simples assim. Isso que queria que ficasse claro para o senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor afirmou, respondendo à Senadora Ideli Salvatti, que é muito difícil. O senhor não tem contrato de informática. E, quando disse que não tinha contrato de informática, o senhor disse que é muito difícil entrar na área. Por que é difícil?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Porque não tenho a empresa, nem representar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor tem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não é minha. Acho que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto bateu numa tecla... Olha, eu tenho seis pontinhos de informática, e o sujeito chega lá e diz: quanto custa? R\$ 15,00.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que é difícil entrar na área de informática? O senhor conhece bem a estrutura dos Correios?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Conheço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Conhece bem, está claro para todos nós que o senhor conhece bem a estrutura dos Correios? Por que é difícil entrar na área de informática dos Correios?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Basicamente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Seja franco.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou sendo franco, estou olhando no seu olho. Não tenho uma empresa que represente, que eu represente, que faça face a essas grandes do mercado. Está entendendo? Eu não tenho o que oferecer em informática. Se eu for entrar numa concorrência de micro, vou levar uma surra, porque não conheço ninguém.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não conhece ninguém?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não conheço nenhuma empresa. Hoje os preços são muito baixos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor tem uma empresa virtual, pelo que me parece.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, vamos esclarecer esse negócio dessa empresa, pelo amor de Deus. Quero pedir até pelo amor de Deus, que é uma empresinha que tem seis quiosques de informática que servem...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não, não...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – ...é particular. Pelo amor de Deus, gente, aí é demais! Desculpe-me, mas não vou...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o questionamento que lhe faço é por que o senhor... O senhor é um homem de negócio, que aproveita a oportunidade: qual é a dificuldade de entrar na área de informática?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não conheço quem vai... quem... Essas empresas que estão competindo hoje no mercado têm preços abusivamente baixos, entendeu? Eu não tenho como.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse que conhece o Sr. Molina há mais de 20 anos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Conheço. Não, 20 anos, não. Eu conheci o Molina – desculpe-me –, quando foi inaugurado o Tribunal Arbitral de Brasília, que foi no ano de 2001 ou 2002, não sei. Falei isso no meu depoimento e estou repetindo para o senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em diversos momentos aqui, o senhor estabeleceu essa

relação de proximidade com o Sr. Molina nesses dois, três anos.

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Não, não. O Molina, desde que conheci o Molina ele sempre foi muito amigo meu; eu gosto muito da pessoa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sempre, sempre, desde quando, desde dois anos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De 2001, 2002.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sempre é desde que eu nasci ou desde que sou jovem.

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Espere aí, reitero: conheci o Molina no Tribunal Arbitral de Brasília.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E ficaram amigos de cara? Quer dizer, a sua relação, por exemplo, com o Diretor Antônio Osório foi parecida com o Sr. Molina?

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Não, de jeito nenhum.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor conheceu, viu e sempre foi muito amigo?

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Não, de jeito nenhum. O senhor quer saber bem a verdade desse negócio? Eu tive uma audiência com o Dr. Osório, nunca falei pelo celular com ele, não tenho intimidade...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – São cuidados que devem ser tomados.

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Não, cuidados, não. Eu não falava. Não falei por telefone com ele, só marcava audiência. Eu, às vezes, simpatizo com as pessoas, não posso? Sou uma pessoa que tem essa capacidade de fazer amigos. Sempre fiz, foi uma das razões do sucesso que tive, foram muitos amigos. Quer dizer, acho que amigo ajuda, quando precisa. O Molina é um cara que está fora da Marinha, não tem, é um consultor particular, é um cara que não tem ligação nenhuma com nada. Só pedi isso em relação ao Deputado, porque ele tinha um trânsito. Para mim, parou aí.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No seu depoimento – já concluo, Sr. Presidente –, o senhor disse que a tal da maleta custava R\$50 mil. Confesso a V. S^a que eu, como boa parte da Nação, tenho uma enorme curiosidade de saber a origem dessa maleta.

O Sr. Jairo, o senhor também presta, no seu depoimento, algumas informações, apesar de não conhecê-lo bem. O senhor diz que ele não era exatamente uma pessoa... Aliás, o senhor faz até a afirmação, em relação ao Sr. Joel, de que ele é uma pessoa confusa...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. De vida pessoal confusa. Ele se separou da esposa, está sem emprego. Foi isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Como essas pessoas conseguem recursos, para comprar uma maleta que custa R\$50 mil? O senhor tem idéia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Se a maleta custa R\$50 mil...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor é que disse em seu depoimento à Polícia Federal. Não sou eu quem está dizendo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quem me disse isso foi... Estou usando o que o Jairo me pediu, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele lhe pediu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ou eu pagava R\$50 mil ou eu alugava. Essa era uma questão minha, de definir. Como nunca fiz uma fita na vida, ia fazer só uma, aluguei aquela maleta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem é esse técnico de informática que o Jairo trouxe para dar maior credibilidade?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esse entrou de gaiato, coitado. Esse é amigo do Joel.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas quem é esse cidadão que entrou de gaiato?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É o João Carlos, amigo do Joel. Não é meu amigo. Eu vi o João Carlos, uma vez, num restaurante, e, uma vez, na porta do hotel, com o Joel.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o que ele fez?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele foi ajudar o Joel.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A editar a fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, ele foi ajudar o Joel a conversar com o Marinho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o Cássio Ebitar quem é que...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Cássio Ebitar é um amigo meu, de mais ou menos...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dois anos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, mais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse é desde sempre?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu conheci o Cássio Ebitar quando ele inaugurou um restaurante. Se eu soubesse quando foi inaugurado aquele restaurante, deve ter uns cinco anos já... São mais ou menos cinco anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele é o amigo do Jairo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele é que me trouxe o Jairo, com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu me considero satisfeito e depois gostaria de me inscrever. Eu acho que esta audiência está sendo importante também por um motivo: mostra a necessidade de esta CPI efetivamente avançar também em outras áreas. A própria Senadora Ideli Salvatti já requisita contratos com a Marinha. Portanto, não há dúvida de que a CPI dos Correios...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esse contrato com a Marinha...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dê-me licença, que não estou fazendo nenhum tipo de questionamento.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Senadora Ideli Salvatti mostra a necessidade de avançarmos em outras empresas e em outros órgãos governamentais, não só os Correios, porque infelizmente me parece uma teia muito mais ampla do que a diretoria do Sr. Maurício Marinho.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro dias, dez minutos, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente. Vou cumpri-los rigorosamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ainda não estou satisfeito com os esclarecimentos referentes a uma suposta participação da Abin nas gravações. Eu gostaria de esclarecer melhor.

O senhor tem informações, e todos nós temos, sobre a participação da Abin nessas gravações. O senhor confirma que houve participação da Abin?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Senador, jamais. Como vou confirmar? Eu não conheço a Abin, não sei como ela trabalha. Fiquei sabendo que esse rapaz pertenceu à Abin, não sei, parece que nove anos, salvo engano.

Eu não contratei a Abin para fazer trabalho nenhum. Nunca entrei na Abin, não sei como funciona.

Gostaria... Estou sendo muito sincero com o senhor e corro longe disso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agora, o senhor tem informações de que a Abin estaria a serviço do Governo, realizando gravações em função da suposição de fraudes em licitações nos Correios, já que denúncias ocorriam anteriormente? A Abin es-

taria fazendo um trabalho já há seis meses, como se noticiou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, o que sei da Abin é nada, sinceramente. Eu nunca soube que a Abin estivesse fazendo algum trabalho nos Correios.

Eu nunca entrei... Como disse para o senhor – não estou fugindo do questionamento que o senhor está me fazendo, de forma alguma...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que, então, o senhor procurou o Sr. Molina, se já tinha o Sr. Jairo Martins como extremamente competente na área de gravações, como araponga competente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, é diferente. Não tem nada... Posso esclarecer para o senhor?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Molina...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só peço para a Assessora da Senadora sair da frente, porque senão fica difícil. Não consigo ver o depoente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu adoraria se fosse minha, mas não é.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É nossa Assessora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é aliança nem com a direita do PSDB, nem com a direita do PT, Deputado Maurício Rands. A “direitona” do PT.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É aliança em busca da verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, desconte o tempo, até que se acabe essa discussão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senadora. Está certo.

O Sr. Molina é ligado ao Sr. Roberto Jefferson.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, essa ligação...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que houve necessidade de contatá-lo para esse tipo de serviço, já que o Sr. Jairo Martins seria extremamente competente, segundo o senhor mesmo disse?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. O Jairo só emprestou, alugou para mim – vamos colocar alugou – a maleta, nada mais. O Jairo não par-

tipicou de gravação. Ele só alugou a maleta. No caso do Deputado Roberto Jefferson, quando apareceu o nome dele, o Molina eu sabia que tinha uma ligação com Roberto Jefferson. Foi simplesmente de levar: “Olha, está correndo perigo. Está acontecendo isso aqui”. Nada mais do que isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que o senhor levou ao Roberto Jefferson? Para protegê-lo, porque ele era citado na gravação, ou para entregar o Sr. Marinho àquele que supostamente seria afilhado de Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu só tenho um objetivo nessa conversa toda, nessa operação toda – vou chamar de operação, que é um nome também forte: derrubar o Marinho, mostrar o que estava acontecendo. O meu único objetivo não foi proteger Roberto Jefferson. Completei a resposta? Meu objetivo era mostrar o que Marinho estava fazendo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, derrubar o Marinho.

Então, esclareça-nos. É claro que há aí uma discordância entre o senhor e o Joel. O senhor disse que foi ele que tomou a iniciativa de oferecer os R\$3 mil. De qualquer maneira, o senhor deve saber a que título ele ofereceu esses R\$3 mil, já que o Sr. Marinho alega que recebeu R\$3 mil como antecipação de pagamento de uma futura consultoria que ofereceria. Certamente, não é verdade. É verdade isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, veja bem: a essa parte do diálogo eu não tive acesso. Eu não participei da gravação, porque eu não podia participar, não queria participar. E contratei uma pessoa que eu considerava apta para fazer. O que ele fez lá dentro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele não lhe disse isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso não. A estratégia que ele usou, o diálogo que ele usou, a linha de conversa foi evoluindo à maneira dele. Eu não tive ingerência nisso. Eu apenas, conforme o Deputado Eduardo Paes me perguntou, dei a dica: o que é o Decam e o que é o Marinho, quem é o Marinho. Aí facilitou o trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor acha que o Marinho mentiu ao justificar o recebimento dos R\$3 mil?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Minha opinião pessoal?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi a forma que ele usou para não ficar tão forte, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voltarei à pergunta anterior, só para completar. O senhor co-

nhece o Sr. Edgar Lange, da Abin, que é muito amigo do Jairo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, nunca ouvi falar. Não conheço ninguém da Abin. Gostaria que V. Ex^a acreditasse em mim, se for possível. Não conheço a Abin. Inclusive, a Abin veiculou no jornal, um dia, que a razão de tudo isso era uma multa de R\$1 milhão. Não sei como a Abin soube disso. Ela não conhecia meus contratos! A não ser que ela tivesse visto os meus contratos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor faz referência a denúncias ao Ministério Público de fraudes em concorrências nos Correios. Naturalmente, como interessado, como militante na área, como operador do setor, deve ter informações. Quais foram essas concorrências denunciadas junto ao Ministério Público?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi uma denúncia genérica e anônima: fraude e não sei o quê. Aí esperei a hora de ser notificado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor falou do Pedreira.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Pedreira é...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me. Pode falar, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ontem, o Sr. Marinho confirmou que o recebeu, exatamente quando estava sendo gravado, e que ele foi lá buscar informações. O senhor tem notícias de que ele buscava informações e levava alguma coisa em troca dessas informações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Pedreira, particularmente, não conheço pessoalmente. O que sei dele é que foi contratado como advogado da empresa Proteline e que, de advogado, passou a ser uma espécie de representante comercial, defendendo os interesses da Proteline junto aos Correios. O que sei do Pedreira é só isso. Se ele esteve com o Marinho, não sei. Disso não sei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não acredita que o Marinho tenha usado do artifício da bravata, como ele justificou posteriormente, não é? O senhor acha que ele foi sincero nessa gravação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Considere o Sr. Maurício Marinho um falastrão, bravateiro. Se ele usou bravata, não sei, mas ele falou pra caramba, não é, Senador? Foi muito sério! Eu já sabia que ele ia falar pra caramba, mas não sabia tanto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, se o senhor mandou gravar é porque o senhor sabia de

irregularidades, de ilícitos praticados, de desonestidade, de corrupção.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ouvi dizer sempre, e acontecia, sim, porque eu....

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então tem sentido o que o Sr. Marinho confessa aqui. Confessa, não, ele tratou de negócios com o seu enviado, falando em percentuais que iriam de 3 a 10%, dependendo do valor do negócio. E chegou a acusar o Sr. Antônio Osório, a quem o senhor considera extremamente honesto. Em determinado momento, ele diz o seguinte: “O Osório não acerta, ele colocou a gente pra fazer essa parte. Então, dos três, que é fechado com o partido, ele deixa eu e o Godói.” Ou seja, os três, o Osório, o Godói e o Marinho. “...ele deixa eu e o Godói. Ele não gosta de acertar. Outra coisa, vai lá os fornecedores... Aí a gente vem acertar, negocia. Ah, essa cota é pra ele. Tem a do presidente, tem a dele, e aí ele vai levar lá em cima, quer dizer, é dividido em três partes, a do partido e entre eles.”

E, mais à frente, ele relata também essa transação com o partido e, mais uma vez, ele se refere ao Osório, não é, porque o Osório é que comanda esse processo em nome do Presidente do Partido. Ele fala que o PT não cumpriu o compromisso integral na campanha eleitoral, não repassou os recursos, portanto, bate com a declaração do próprio Presidente do Partido, Roberto Jefferson. Ambos, portanto, estão aí sintonizados em relação aos compromissos do PT com o PTB. Aí ele disse: “Quase quebra o partido. Agora, a situação está melhorando. Não estamos pagando despesa em Mato Grosso, Bahia, Pernambuco.” Enfim, ele faz referência, então, ao repasse de recursos para o Partido. Isso como uma rotina, em função desses percentuais aí arrecadados nos negócios realizados.

V. S^a entende que essa parte do depoimento dele, na fita gravada, tem relação com a realidade que o senhor constata no dia-a-dia dos negócios que celebra com os Correios?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, é muito difícil mapear todos os negócios que são feitos nos Correios. O senhor imagina, por exemplo, o setor de serviço no Correio, prestação de serviço, não é. É muito difícil para mim, que tenho poucos negócios, imaginar como isso flui. Não tenho conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor já foi cooptado nesse tipo de providência?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nunca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já tentaram...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não pago propina.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...obter propinas do senhor nas transações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não pago propina! Eu não pago!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não paga. Mas tentaram? Houve tentativa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Tentaram quem? Desculpe, estou perguntando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem tem que dizer quem é o senhor. Eu estou perguntando se alguém tentou, seja quem for.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Entendi. Desculpe, desculpe, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aliás, é até bom que diga quem foi, se houve.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entendi que o senhor perguntou, se estava perguntando, como está muito próxima a conversa, do Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, só pediria que encaminhe as conclusões, por favor, em razão do tempo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja bem, nunca ninguém me pediu propina. Eu não dou propina.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor tem algum contato direto com a Diretoria de Tecnologia, com o Sr. Eduardo Medeiros?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, vou dizer uma coisa: nunca tive uma audiência com o Sr. Eduardo Medeiros na Diretoria. Nunca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tinha várias outras perguntas, Sr. Presidente, mas vou fazer mais uma em atenção só ao pedido de V. Ex^a.

O senhor, evidentemente, acusa o Sr. Marinho, não é? O senhor acusa o Sr. Marinho. Essa gravação não teve outro objetivo, foi para derrubar o Sr. Marinho, porque, a seu juízo, ele não se comporta bem, ele não é honesto na função que exerce. Ele diz aqui que ele não favorece licitações. Esteve, ontem, aqui, dizendo que ele não participa dessa ação de favorecimento das licitações. Mas, de qualquer forma, ele elabora os editais e pode, através dos editais, direcionar. Não é ele que elabora os editais.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ao contrário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele influencia na confecção dos editais?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, a elaboração de edital não diz respeito a ele, eu acredito. Não tenho bem certeza de como o edital dos Correios é elaborado. Pode ser que ele dê alguns elementos, porém não é só ele.

Onde a fraude existe – e nisto eu quero ser claro, Senador Alvaro Dias – é na execução do contrato, conforme o meu depoimento para o Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, o senhor acha que ele ganha, ele cobra esses percentuais aqui alegados na execução do contrato, durante o pagamento?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza absoluta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor está afirmando que, com certeza absoluta, ele obtém vantagens na execução do contrato?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na execução do contrato, não se multa, por exemplo. Na execução do contrato é quando não se suspende uma empresa. Na execução do contrato é quando se pode admitir, por exemplo, a entrega de um material fora de uma especificação, um material mais barato. Entendeu?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas a execução do contrato não compete a ele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Compete só a ele. Sim, senhor. Só a ele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, eu peço ao Sr. Relator que registre bem esta afirmativa: as vantagens são obtidas pelo Sr. Marinho na execução do contrato, segundo o depoimento do Sr. Arthur.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Após o contrato estar assinado, na execução dos contratos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Supostamente ou certamente, ele estaria, até aqui pelo menos, até se afastar do cargo, recebendo percentuais dos contratos para utilização indevida?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu só posso afirmar o seguinte: se ele está recebendo dinheiro, eu não sei; eu não vou falar que está, porque eu não vi ninguém pagando nada para ele. Agora, que ele...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas há pouco o senhor afirmou que tinha certeza.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Espera aí. Vamos voltar. Posso voltar? Senador, como eu disse ao Deputado Eduardo Paes, estou levando muito a sério.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só volta a fita. A palavra pronunciada é como a flecha lançada, não volta mais. O senhor afirmou, taxativamente, com absoluta convicção, que, na execução dos contratos, o Sr. Marinho obtinha as vantagens.

Eu já encerrei, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, mas eu nunca...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, eu só pediria a V. Ex^a e ao deponente que encerremos, porque existem muitos inscritos, Senador, para obedecermos às regras.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quero ser compreensivo com V. Ex^a e já encerro, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas essa pergunta ficou sem resposta, e eu acho que ela é importante. Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, responda, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para mim, foi respondida. Não é como a fita que volta. Não há como voltar. O senhor afirmou taxativamente, e eu estou satisfeito com a resposta.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com todo o respeito, estou afirmando ao senhor o seguinte: na execução do contrato é que as coisas acontecem. Nunca vi ninguém dando dinheiro para o Sr. Marinho! Só isso.

Continuo afirmando que é na execução do contrato, mas nunca vi ninguém dando dinheiro para o Sr. Marinho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que não poderia ver, porque o senhor não trabalha ao lado dele nem é convidado para esse espetáculo, não é? Teria que pagar um ingresso caro.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É na execução, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Randes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero dar continuidade à linha que vinha sendo percorrida pelo Senador Alvaro Dias.

Então, o senhor já está nos Correios há muito tempo, as suas empresas estão fazendo contrato com os Correios há muito tempo. O senhor chegou a fazer uma manobra arriscada, como o senhor diz, por conta de que percebia que havia um tratamento injusto. O senhor demonstra que conhecia não só como os contratos eram celebrados, mas também como eles eram executados.

Então, quero indagar ao senhor a que título o senhor acha que o Maurício Marinho recebeu R\$3 mil. O senhor já disse que, em princípio, não tem um convencimento e disse: “Uma forma para não ficar tão forte”.

Eu queria que o senhor explicasse melhor o que o senhor disse como justificativa para que o Sr. Mau-

rício Marinho recebesse os R\$3 mil naquela reunião que foi gravada.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, conforme eu disse, esse problema dos R\$3 mil não diz respeito a mim. Eu dei os meios, orientei, paguei o que me foi pedido. E o que foi feito lá foi uma situação elaborada pelo Joel. Se o Marinho recebe R\$1 mil ou R\$3 mil, Deputado Maurício Rands, é muito difícil... Eu suspeito, ouvi dizer muitas vezes, mas é muito difícil para eu afirmar, porque, daqui a alguns dias, eu recebo um negócio por injúria ou calúnia, eu já estou encrocado demais com a CPI, levando a sério esse trabalho todo, para responder dessa forma. Acredito. Com certeza, ouvi dizer que ele levava dinheiro, podia ser mil ou três mil. Dizem que era qualquer dinheiro. Ouvi dizer que era qualquer dinheiro mesmo. Agora, três mil e qualquer dinheiro é a mesma coisa. Três mil é qualquer dinheiro nesse sentido. Eu poderia responder dessa forma para o senhor.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor consegue lembrar de outros comentários como o senhor fala? Porque, evidentemente, quando alguém recebe um dinheiro...

Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a para solicitar um pouco mais de silêncio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Obrigado, Presidente.

A minha indagação, depoente, é se o senhor... É evidente que ninguém, quando recebe um dinheiro, recebe na presença de outra pessoa, a não ser que haja uma mala filmando, como ocorreu nesta reunião com o Sr. Maurício Marinho. Mas o senhor tem conhecimento de outros comentários, o senhor que está há muito tempo no Correio, de que o Sr. Maurício Marinho, nessas execuções do contrato, ao discriminar empresas, como o senhor falou, punir umas e não punir outras pelos mesmos motivos, recebia vantagens? O senhor tem alguma indicação do porquê ele agia discriminando algumas empresas e favorecendo outras?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Como a situação se configura depois de assinado o contrato, corria no meio dos concorrentes, as pessoas falavam... Como isso era feito? Em primeiro lugar, acabou a multa no Correio. Ninguém multava mais. Em segundo lugar, eu citei aqui dois itens importantes, que foi a mala postal, o tênis e a botinha para o operador de triagem, em que se tentou, de todas as formas, aceitar um produto fora da especificação. E ele estava segurando. Ele só não segurou, não aceitou aquele produto, em função da reação de um órgão dentro do Decam, que é o laboratório.

Então, dessa forma eu ouvia, várias vezes. A não aplicação de multas e também a não suspensão das empresas, Deputado. O Edital prescrevia: a partir do momento em que a amostra não passou, o licitante seria multado em 20% e suspenso pelo prazo que for. Era de dois a cinco anos.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Ficar sem poder licitar.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, na auditoria vocês vão ver que isso é a pura verdade. Eu não estou mentindo. Eu não posso é falar caso por caso, porque é muito difícil para mim o que acontece em cada empresa. Eu não posso ficar o tempo inteiro pensando no Correio, porque eu tinha que correr atrás de outras, se não eu não dava conta.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas para esses favorecimentos e essas perseguições, o senhor tem informações, ouvia falar, ou lembra de alguém concretamente, que mencionou que o Sr. Marinho ou outra pessoa recebia vantagens?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ouvi, uma pessoa fez um depoimento, dizendo que foi pedida uma vantagem para resolver o problema das caixetas plásticas.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Das caixetas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Parece que essa pessoa foi lá no Correio, falou com o novo Chefe do Decam.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O que sucedeu o Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Como é o nome dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não sei o nome dele, eu nunca mais fui ao Correio.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Não tem problema.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essa pessoa teria dito a esse empresário que fosse diretamente ao Ministério Público. Parece que essa pessoa foi ao Ministério Público dizer que o Sr. Maurício Marinho teria pedido uma vantagem para ele através de um canal, que eu não sei quem é.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Esse empresário o senhor não sabe o nome dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sei. No meu depoimento tem.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor poderia lembrar aqui para a Comissão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na hora. É Aroldo.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Um empresário de nome Aroldo. Aroldo de quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O nome da empresa...

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Não tem problema. Se lembrar daqui a pouco...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu lembro daqui a pouco.

Eu tenho certeza que o Aroldo falou isso. Eu citei isso no meu depoimento. O Aroldo teria sido contatado para que alguém obtivesse vantagem.

Isso ele declarou, inclusive, acho que no Ministério Público.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Isso inclusive o senhor ouviu da boca do Aroldo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Ouvi dizer também, nos corredores aí.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor lembra alguma outra pessoa que menciona que teria tido...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Algum problema com o Marinho?

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Alguma abordagem para conceder vantagens?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

A partir de determinado momento, eu me afastei do Correio, eu devo ter ido ao Correio depois disso aí umas quatro ou cinco vezes, em sete meses. Nunca mais pedi audiência lá com o Marinho e me afastei sinceramente porque eu vi que não ia dar.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Isso, mas nesses contatos que existem entre os contratantes, entre as pessoas dos Correios? Havia vários comentários no sentido de que o Sr. Maurício Marinho também recebia vantagens. Alguém mais recebia, segundo esses comentários, ou apenas o Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza o nome que foi ao Correio, que foi ao Ministério Público...

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Precisar...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Precisar. É o Sr. Aroldo, da Precision.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – A empresa é a Precision?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele peitou mesmo. Ele foi e disse que pediram o dinheiro para ele.

Eu fiz isso, eu declarei isso no meu depoimento.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – E o Sr. Aroldo já prestou depoimentos, além do Ministério Público Federal, em alguma outra investigação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Há muito tempo eu não tenho contato com o Aroldo.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Nesses comentários que surgiam, o senhor avalia que, se efetivamente o Sr. Maurício Marinho recebia vantagens, eram apenas para si ou essas vantagens eram repartidas, como lembrou na degravação, o Senador Alvaro Dias?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Senador fez menção, mas para mim é difícil.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Não o senhor, mas outras pessoas. O senhor ouvia esses comentários?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, ninguém falava nada. Eu até acho que isso é uma coisa muito difícil de avaliar. Para que nunca participou do negócio fica ruim; é muito difícil para mim.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – À fl. 331 do inquérito policial, o senhor disse que o Molina tinha contatos com o Roberto Jefferson, que mostrou a fita ao Roberto Jefferson, que o senhor também discutiu com o Joel e o Molina para mostrar a fita ao Sr. Roberto Jefferson, insinuando que era para que o Deputado tomasse providências para estancar as irregularidades.

A pergunta que eu lhe faço: o senhor acha normal, ao invés de pedir pelo menos as sindicâncias internas do Correio, pedir providências a um Deputado para que estanque uma irregularidade que está sendo constatada e filmada a pedido de V. S^a?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso foi perguntado várias vezes, e eu gostaria, mais uma vez, de esclarecer.

Achei que, pelo fato de a indicação da Diretoria ter sido feita pelo PTB, como o Deputado era – ou é, não sei – Presidente do PTB e foi citado inúmeras vezes, para configurar realmente uma demissão do Marinho, que era o meu objetivo, eu deveria agir não só junto com o Osório, mas também com o chefe, quer dizer, com o Presidente do Partido. Acho que agi de uma maneira mais definitiva. O meu pensamento foi esse.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – E o que mais o senhor sabia da influência do Deputado Roberto Jefferson na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Para mim, o Deputado, como ouvia dizer, indicou... O PTB, o Partido, não o Deputado Roberto Jefferson, indicara a Diretoria de Administração, que é uma diretoria do Correio. Nada mais do que isso.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece Fernando Godói?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, nunca vi.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – A sua empresa – fui informado e queria saber se isso é verdadeiro... Há uma versão de que a sua empresa teria representado uma empresa de Maringá chamada Balfar, que foi propriedade do ex-Deputado Federal Antônio Bárbara, do PRN, o Partido de Collor.

O senhor foi representante? O senhor tinha alguma relação também com o Deputado Antônio Bárbara?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na verdade, o Sr. Bárbara é muito amigo do meu sócio. Quando eu conheci o meu sócio, ele já era representante da Balfar, e nós rompemos essa representação há algum tempo.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor já ajudou alguma campanha eleitoral?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Sr. Bárbara? Não.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Não, se o senhor já ajudou alguma campanha eleitoral de qualquer partido ou candidato.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu não tenho dinheiro para campanha.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Eu queria pedir para o senhor fazer um esforço para se lembrar um pouco mais sobre essa primeira fita. O senhor disse que, aparentemente, ela não lhe chamou a atenção. Naquele momento talvez ela não chamasse a atenção. Depois, à luz de tudo o que aflorou neste caso, o senhor teria alguma outra lembrança? O senhor teria alguma outra lembrança? Faça um esforço para a CPMI de se lembrar dessa primeira fita.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que o Joel, para gravar essa primeira fita, não teve habilidade. O meu objetivo é claro: eu queria mostrar o que o Sr. Maurício Marinho estava fazendo. Fui claro. Eu quis mostrar isso, sim. Achei que não tinha nada grave naquela primeira fita, que comprometesse. Só isso. Só vi lá uma menção ao Deputado Roberto Jefferson, nada mais.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Qual era a menção?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Citando que o Marinho teria uma ligação com o genro ou com o filho dele, alguma coisa nessa linha. Nada mais.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – O senhor não lembra qual era a ligação.

O genro, suponho que era o Marcos Vinícius.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não conheço o genro do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – E o senhor não consegue lembrar qual seria essa ligação do Maurício Marinho com o Marcos Vinícius, o genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, foi citado. O que eu lembro de ter ouvido nessa fita era ele falando que tinha muito trânsito no Partido, que falava com o genro e o filho. Isso e o que ele falou depois, a mesma coisa. Não tinha nada mais do que isso, Deputado. Por ter certeza.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Sr. Wascheck, com quem o senhor lidava, ou as suas empresas lidavam, lá nos Correios além do Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Pregão eletrônico é muito impessoal.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas não só é o pregão eletrônico. É também execução dos contratos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas execução de contrato é por carta. Você manda carta, eles respondem. É frio, é calculista. O Correio não dá folga para ninguém.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas quando surgem problemas ou atraso na execução do contrato ou descumprimento de regras, como o senhor admitiu no início da sua fala...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, sim, eu tive uma audiência. Eu pedi para o Marinho, duas vezes, uma pessoalmente, duas vezes por carta, uma prorrogação de prazo para as capas de chuva. Como ele não concedeu, eu pedi uma audiência com o Dr. Antônio Osório. Inclusive o Marinho ameaçou, numa carta, que ia me suspender por cinco anos, uma das coisas que me chamou muita atenção. Por que eu? Se eu estou atrasado, concordo. Se tem gente que não está entregando nada ou estão entregando porcarias não é suspenso, não tem esse tipo de terrorismo.

Uma das razões que eu tive, Deputado, para poder tomar essa atitude que eu tomei, sabe? Porque era muita perseguição sem necessidade nenhuma, tanto que eu pedi, expliquei: Dr. Antônio Osório, estou atrasado, porque estou melhorando a qualidade do produto. E mostrei uma capa antiga e uma capa nova. E ele me concedeu. O Marinho assinou a contragosto, sublinhando: “de acordo com o despacho do chefe”.

Então, eu tinha muito motivo para fazer o que eu fiz.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que me ater ao tempo, meu tempo está encerrado, eu queria só, rapidamente, se fosse possível: nos contratos anteriores ao Maurício Marinho e a atual gestão, com quem o senhor tinha contato nos Correios? E, se

puder também, rapidamente, dizer: quando o senhor foi ao Diretor Antônio Osório, qual foi a atitude dele? Como ele reagiu à queixa, vamos dizer assim, que o senhor fez?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, o Dr. Antônio Osório chamou o Marinho na sala dele – isso eu posso precisar bem –, chamou o Marinho e disse:

– Não, não sei o quê, não vai ter problema nenhum, vou chamar o Marinho.

Eu falei:

– O senhor fique à vontade.

Aí o Marinho chegou na sala me esculhambando, dizendo que eu tinha entrado com um mandado de segurança contra a licitação... (Pausa.)

Posso continuar?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por favor, estou dizendo só a ele que eu já encerrei. É a última resposta de V. S^a.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Chamou o Marinho, e o Marinho chegou me ameaçando, dizendo que eu tinha entrado com um mandado de segurança contra a concorrência dos tênis.

Eu falei:

– Olha, eu não entrei com um mandado de segurança contra a concorrência dos tênis.

– Você agiu covardemente, querendo me queimar com o Diretor. Você agiu covardemente.

Eu falei:

– Olha, o mandado de segurança é um instituto que faculta uma empresa questionar se a coisa está certa ou não está certa, e, se você ficou chateado, eu não sei por quê. Você conseguiu um concorrente a mais para baixar o preço do seu produto, entendeu?

Aí, depois o Osório contemporizou e explicou para ele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, ele ficou chateado porque conseguiu-se defender o interesse da empresa.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente, porque o que ele queria: comprar os tênis um tempo atrás, dividir em três ou quatro lotes e passar um para essa Proteline, que ele estava pressionado por esse Pedreira, com certeza estava.

Aí o que eu fiz. Eu falei: Essa empresa não é minha responsabilidade...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, a empresa que vendeu mais caro por causa disso foi a Proteline?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, a Proteline é outro caso. Deixa eu só concluir aqui, depois explico para o senhor.

Aí eu disse o seguinte: Eu acho que **habeas corpus**, mandato de segurança é um instituto que cabe a

quem quiser usar, na hora que quiser, independente se assinou ou contrato ou não, se recebeu o dinheiro ou não. O senhor devia estar feliz porque o senhor conseguiu um bom resultado, o senhor vai ter novos concorrentes. O senhor não vai ficar só na mão de três.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele vai poder baixar, não é?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente.

Aí o que que aconteceu? O Dr. Osório contemporizou e disse:

– O que é difícil para mim, para atender certos pleitos, é que vocês atrasam muito.

Eu falei:

- Concorro, sim, senhor.

- E eu fico muito questionado pelas regionais. As regionais falam: por que eu que não compro por aqui? Por que eu não faço isso? Por que eu não faço aquilo?

Foi isso que ele me explicou. Era uma questão de gestão. Aí o Marinho chegou lá, começou a falar de gestão, fez aquele discurso que vocês conhecem, que ele faz, entendeu? E eu consegui essa prorrogação de prazo e a não suspensão da minha empresa, por causa de um despacho do Dr. Osório.

Foi por isso que eu falei que nunca esse assunto eu tratei. Achei assim um abuso ele vir me condenar na frente de um Diretor, dizer que eu entrei com um mandado de segurança para me queimar na frente do Diretor. Não tem sentido isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Senadora Heloísa Helena, dez minutos, minha querida Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Meu querido Senador Delcídio, farei um esforço inimaginável para possibilitar isso.

Bom, essa reunião, sem dúvida, teve algumas coisas muito interessantes, né? Todos os Deputados e Senadores que antecederam conseguiram identificar até alguns detalhes, que promoveu frisson no plenário, tipo botinha camuflada e outras coisas mais.

Embora eu tenha sido colocada aqui pelos meus chefes da Casa – e os únicos que deixo me chefiarem na Casa são os servidores –, coincidentemente fui colocada aqui entre a direita ideológica, do PFL, que se reivindica centro, e a nova direita do PT, o Maurício Rands. Então, eu realmente não me senti muito estimulada a reivindicar a botinha camuflada. Fiquei mais interessada no coturno, porque, se de repente necessário for, as canelinhas dos dois da direita po-

derão ser acometidas com ternura, mas com a devida necessidade.

Acabamos, nestas Comissões, obtendo também detalhes importantes sobre como é o capitalismo. No capitalismo, há gente que vende a alma, Senador Delcídio Amaral, e não entrega a mercadoria não por respeito à digna genitora, mas para vender de novo e não entregar a mercadoria.

Então, muitas dessas coisas que vemos aqui são da alma da patifaria neoliberal e capitalista, exatamente isso. Todas as modalidades que vão sendo expostas aqui, ou pelo agente público ou pelo empresário, dão conta de detalhes sobre a modalidade do trambique explícito nos processos de licitação.

Inclusive, Sr. Relator, é muito importante que não estejamos apenas a solicitar os contratos, mas que estejamos solicitando toda a documentação que originou os contratos, porque a farsa, a fraude acontece, inclusive, na instrução: a necessidade, a demanda criada, a especificação técnica colocada na licitação para favorecer um ou outro empresário.

Dr. Arthur, na política, digo sempre que só enriquece quem é ladrão, porque é salário. Se ele passa a intermediar interesse privado, explorar prestígio, fazer tráfico de influência, ele está fazendo crime contra a Administração Pública. No mundo empresarial, enriquece-se também explorando a mão-de-obra. Isso faz parte do capitalismo. Existem outras formas... Por mais que se diga, é a relação capital/trabalho, concepções ideológicas distintas de quem é socialista e de quem é capitalista. Passemos essa parte.

Entretanto, se V. Ex^a quer realmente nos ajudar – para mim, Excelência é tudo igual, o serviço é Excelência, tudo igual –, se V. S^a quer de fato ajudar esta Comissão, pode nos ajudar pensando no interesse público. O senhor pensou apenas no seu interesse privado, na sua conta, no seu negócio, na sua empresa, e, portanto, montou toda uma estrutura de gravação clandestina, porque viu que os seus interesses pessoais e empresariais estavam, de alguma forma, impedidos de ser concretizados por um agente público que estava instalado nos Correios e que, penso eu, não é o único – talvez, seja piaba, sardinha, no maldito mar da corrupção; os tubarões ainda vão sentar nessa mesa.

V. S^a pensou só no interesse privado, no interesse da sua empresa, em como estabelecer mecanismos para promover a tal da isonomia. Mas, ao fazer isso e ao identificar isso, V. S^a nos obriga a tentar esclarecer outras coisas. Por isso, se o senhor quer nos ajudar, em nome do interesse público, pode nos auxiliar também dizendo se essa mesma modalidade de gravação o senhor já a fez em outros momentos. V. S^a insiste em

dizer que nunca a fez, que essa é a única vez em que a fez. E, do mesmo jeito, em outro momento, para ganhar licitação, o senhor usou do mecanismo que, segundo o senhor informa, vários outros estavam usando. É claro que estavam usando, porque, se ganhavam licitações sem cumprir as especificações técnicas, burlando as normas estabelecidas na legislação em vigor no País, então, faziam alguma coisa.

Então, se V. S^a quer nos ajudar, de fato, porque o processo no qual o senhor está envolvido, que vai desde as gravações clandestinas, que defendo, que não apenas quem foi lá fazer as gravações clandestinas, mas o mandante também, tenha a mesma penalização. As infrações penais são exatamente as mesmas. Defendo até que agente público não tenha nem sigilo, nem bancário, nem fiscal, nem telefônico. Sei que alguns fazem grampos telefônicos até porque são mal resolvidos sexualmente e ficam querendo saber da vida dos outros, mas eu defendo que agente público não tenha sigilo nenhum até para evitar esse tipo de coisa também.

Agora, são duas perguntas muito objetivas: em algum momento, ou no Governo Fernando Henrique ou no Governo Lula ou em outro Governo caso V. S^a tenha se relacionado, V. S^a disse aqui, “deixou meio que obscuro”, mas acabou dizendo, não me lembro exatamente o termo, mas as notas taquigráficas apresentarão isso, da forma como se relaciona com o Poder Público para tentar, de alguma forma, ter uma vantagem num processo licitatório. Em algum momento, V. S^a, ou no Governo Fernando Henrique ou no Governo Lula, intermediou junto a quem fazia o processo até a instrução do processo licitatório para que uma especificação técnica que atenderia apenas V. S^a fosse incluída no processo de licitação ou usou aquele “argumento” – entre aspas – de atritar o dedo indicador com o polegar para, de alguma forma, comprar um agente público para que ele pudesse viabilizar ou agilizar os interesses de V. S^a? Porque fica realmente muito difícil. Tenho obrigação, todos temos obrigação, de acreditar, primeiro, na inocência de todos, mas é muito difícil que passemos de pronto a acreditar que, em nenhum outro momento – não é à toa que teve gravação clandestina – da relação de V. S^a com agentes públicos, não foi possível utilizar isso ou que não foi necessário utilizar isso. Então, se o senhor quer, de fato, ajudar-nos, para nos ajudar é necessário que possamos fazer isso também. Em algum momento, a relação do senhor, como empresário, precisou, para ter uma vitória na licitação ou para se capacitar a prestar um serviço, desse tipo de relação promíscua com agentes públicos ou não? Ou se V. S^a – é muito importante isso – atesta que, durante toda a sua relação, entre relação de empre-

sário com os agentes públicos, em nenhum momento, o senhor ou fez intermediação de interesse privado, buscando outros para comprar agentes públicos para facilitar, para favorecer, para trazer uma “especificaçãozinha” no edital de licitação que lhe favorecesse. Então, isso V. S^a precisa efetivamente nos dizer, pensando no interesse público, porque é esse, de fato, o objetivo desta Comissão.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bem, eu tenho, procuro manter uma relação tranqüila com os órgãos que trabalho. É lícito você lutar por uma especificação, por um produto, desde que ele não fique com uma exclusividade. Se virar exclusividade, é muito difícil o órgão aceitar. Você não pode colocar... Você tem que colocar: ou similar. A lei diz isso. Nas minhas relações, eu nunca precisei disso, aliás, sempre lutei contra isso, entendeu? Lutei muitos anos para poder me firmar no mercado, entendeu? Da minha parte, posso dizer o seguinte: esse negócio de pagar, nunca paguei, está certo? Não vou pagar e respeito: quem quiser fazer faça. Eu não vou pagar, está certo? Se eu puder lutar por uma especificação, com certeza, vou lutar. Se eu tenho um produto bom, que vai servir à administração, que vai ser bom para a administração e que eu possa oferecer, com certeza, farei. Agora, se a administração vai aceitar, ela vai avaliar. Vamos nos ater aos Correios. Os Correios é um órgão... Para você montar uma especificação de tênis, por exemplo, você tem que dispor de uma quantidade “x” de pares, e eles ficam fazendo seis meses um teste com o carteiro para saber se vai ou não... não é tão fácil esse tipo de coisa. No meu ramo, onde tenho mais atuação, Senadora Heloísa Helena, não agrega tecnologia nenhuma. É muito pouca tecnologia; é sapato. Não é uma coisa que você vai fazer um milagre de um dia para a noite. Não é uma solução de informática. É muito difícil trabalhar. A gente tenta fazer o melhor, mas, da minha parte, quero dizer o seguinte: tenho uma relação tranqüila com as pessoas. Não pago, nunca paguei e nem vou pagar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Apenas para concluir, Senador Delcídio. V. S^a poderia detalhar um pouco como se dá isso que V. S^a caracteriza como uma luta para garantir a especificação técnica, porque veja: supõe-se, se o procedimento fosse normal – talvez, estejamos sonhando; talvez, estejamos sendo românticos em querer a honestidade –, que se um determinado órgão público tem, por exemplo, como V. S^a mesmo disse aqui, um bom laboratório, ele tem uma boa área de saúde, portanto, ele é capaz de identificar, inclusive, qual o tipo de tênis, para evitar agravos à saúde do carteiro, então se supõe que a

demanda, a necessidade do objeto a ser adquirido é definida pelo setor público.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas V. S^a disse que luta por especificação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, V. S^a procura quem? Vai até os setores, apresenta o produto...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O setor técnico. Normalmente, o setor técnico. O setor técnico.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Apresenta o produto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Cada órgão tem o seu setor de qualificação técnica, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, eu sei. Pela declaração, o Sr. Marinho disse que cada órgão tem o seu homem de confiança. Ainda foi pior.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não é o caso. Não estou falando de homem. Desculpe-me, Senadora. Eu estou querendo responder à sua pergunta.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pode responder.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quando você vislumbra a possibilidade... vamos supor: tem um tecido que, por exemplo, resolve o problema do suor, é resistente ao suor; tem um tecido que resolve o problema do fogo, o bombeiro usa muito. Se eu tiver condições de apresentar um tecido desse para o Corpo de Bombeiros, o que eu vou fazer? “Olha aqui, eu gostaria de apresentar, você pode enviar isso ao Comandante-Geral?” O Comandante-Geral vai mandar, na vez dele, para quem é de direito, que vai dar esse parecer, que é o setor técnico. Normalmente, esse trabalho é feito hierarquicamente. Você manda para o comando do órgão e o comandante do órgão, o chefe, o diretor, o presidente encaminha para o setor técnico responsável. Daí se começa a ter a base de uma especificação para um produto. Nunca participei de uma licitação em que tenha entrado sozinho. Sempre tive concorrente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mesmo com especificação técnica definida por V. S^a? Apresentada por V. S^a?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, eu nunca defini. Eu nunca defini.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quem define é o órgão, apresentada por V. S^a ?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, porque não tem muito segredo. Hoje, ninguém esconde nada de ninguém. Hoje...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O pior é que estamos descobrindo que escondem. Aliás, escondem tanto que V. S^a precisou de uma gravação clandestina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas, veja bem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É a prova de que escondem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de ...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estamos concluindo. Ele está com a resposta, para eu não impedir que ele responda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos concluir, minha querida Senadora Heloísa Helena, porque existem ainda muitos oradores ainda inscritos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu quero dizer o seguinte: o trabalho técnico é muito importante em um órgão e ele define. Agora, não que vá atender só a mim. Eles, normalmente, pegam uma coisa mais genérica, porque qualquer um pode impugnar uma coisa dirigida.

O juiz aceita rapidamente. Judicialmente, você consegue uma liminar, e o próprio órgão corre muito o risco se ele começar a dirigir para uma empresa só. Isso é muito grave. É isso que eu quero responder.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada. Infelizmente, V. S^a talvez tenha até tentado contribuir; mas não contribuiu tanto. Mas está tudo bem.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu me coloco à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa-tarde a todos e a todas.

Provavelmente, nós estamos, aqui, trilhando rumos entre Hitchcock e Sherlock Holmes, dadas as práticas e as intensidades das conseqüências delas. E provavelmente, também, a Zoologia não registrará tubarões, sardinhas e piabas, mas é provável que seja outro tipo de vivente que está neste cenário.

Em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar ao senhor investigado de hoje, que afirma estar há 24 anos no ramo de licitações... Não?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso esclarecer?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu estou em Brasília há 24. Eu comecei a trabalhar como empregado em Brasília.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A minha firma, Comam, tem cinco anos e a Vetor tem 15.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor tem 15 anos participando de licitações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu tenho 24 anos, mas não só com as minhas empresas. Eu fui empregado antes de ter as empresas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor trabalha há 24 anos com licitações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com a sua firma, há 15 anos, e com a segunda firma, há cinco anos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Há cinco anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde quando o senhor presta serviço aos Governos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desde sempre. Nós sempre fomos dedicados ao Governo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde sempre. Há 15 anos, o senhor presta serviço aos Governos. A que esferas de Governos? Somente ao Governo Federal ou outros Governos são clientes das suas empresas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, nós somos mais focados em Governo Federal. Nós não temos estrutura...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu não perguntei mais ou menos. Eu perguntei se é exclusivamente federal ou se há outros Governos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, é... eu estou focado no Governo Federal porque eu não tenho estrutura para atender ao estadual ainda. Eu estou tentando montar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O seu foco é, então, Governo Federal?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Diversos órgãos do Governo Federal, entre eles os Correios.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor mencionou uma das Forças Armadas, que é a Marinha.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Exército também.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exército. Três.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Menos a Aeronáutica.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bom. Há quinze anos, portanto, já tem esse relacionamento...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...envolvendo o Governo Federal ou alguns dos seus órgãos.

O senhor fala que há conversas de corredores. Quanto tempo o senhor costuma passar pelos corredores dos seus clientes?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso não é... Eu não tenho... Assim, vamos dizer, eu vou pela minha necessidade. Quando eu preciso, eu vou. Você encontra com os concorrentes em vários lugares, às vezes até aleatoriamente; não necessariamente você marca uma reunião.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim. O senhor mencionou corredores. Eu estou perguntando quanto tempo o senhor costuma passar nos corredores.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, eu passo sempre.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Toda vez que eu posso, não é?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E nesses corredores o senhor costuma fazer que contatos com informantes?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu ouço conversa. A gente pára pra conversar: como é que foi a licitação tal? “Não sei o quê. Não sei o quê. Está rolando um negócio aí”. Tem muito murmúrio. É por isso que, quando eu me referi...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor busca, continuamente, esses murmúrios, até para se informar.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, eu preciso de informação, não é, Deputado?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor precisa dessa informação. Por essa razão, inclusive, é que o senhor organizou todo um roteiro encomendado aí ao seu amigo, para que pudesse editar três ou quatro fitas sobre as quais o senhor próprio fez a seleção de conteúdos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, duas fitas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Duas fitas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Duas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O depoente de ontem informava que teriam sido três fitas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor diz que uma descartou e duas outras o senhor ouviu.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não. É que é a mesma gravação, em dois CDs, porque não dava tempo. Desculpe. Eu estou esclarecendo melhor para o senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim. Pois não. O Sr. Joel é o Sr. Goldman, do roteiro que V. S^a apresentou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Sr. Joel é o Goldman? O outro personagem que o senhor criou é o João Carlos, que é o Victor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu não criei não. Eu não criei. Eu encomendei. Eu queria deixar bem claro que a maneira como se conduziu a gravação ficou por conta do Sr. Joel. Ele é que...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tá. O senhor apresentou ao Sr. Joel um roteiro?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu dei... Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que o senhor queria que ele perguntasse?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não era roteiro. Eu não fiz roteiro. Eu já disse o que eu fiz. Posso esclarecer para o senhor?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. O senhor diz que não fez roteiro; o senhor disse que precisava ter informações “a”, “b”, “c” ou “d”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu posso... Eu dei informações básicas. Eu já falei isso duas vezes. Eu gostaria de esclarecer para o senhor, se o senhor me permitir. Eu dei duas informações... Eu dei informações básicas sobre o Decam, que é o Departamento de Contratação, e sobre a personalidade do Sr. Maurício Marinho. Só. Como ele agiu lá na frente foi problema dele. É uma questão dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele escapou, então, da encomenda que o senhor fez a ele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu fiz a encomenda pra ele, mas dei as dicas da seguinte forma...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor diz que houve, então, duas fitas. Eliminou a primeira e disse que a primeira tinha o mesmo conteúdo que o

Marinho falou na segunda, acerca do procedimento do grupo dos três, de quem que era o chefe, de qual era o percentual dividido a cada um ou a outro.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu falei o seguinte: acho que foi o Senador Alvaro Dias que me perguntou isso, salvo engano, ou foi... Não, foi o...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Maurício Rands.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Deputado Maurício Rands.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Meu colega Maurício Rands.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe. Eu disse que na fita anterior eu ouvi simplesmente uma menção de que o Sr. Maurício Marinho tinha conhecimento com o filho ou o genro, ou o filho e genro do Sr. Deputado Roberto Jefferson. Só isso que eu falei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi isso que o senhor falou.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi. Eu falei isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, isso já estava na primeira fita, e o senhor considerou menos importante?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor diz que tem informações dos laboratórios dos Correios, etc. O senhor costuma freqüentar o laboratório dos Correios?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não é isso, não é isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não é isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. É que esses resultados são públicos. Eu posso tê-los...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Com relação aos resultados eu sei que são públicos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu posso tê-los. Toda a papelada de uma licitação é dado a mim conhecê-la, desde que eu peça, sem problema nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor disse que funcionários desse laboratório diziam que não... o Sr. Marinho aí não prestava.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Eu não disse isso. Eu disse o seguinte...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não atendia corretamente. Como é que era?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso esclarecer?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não me referi a funcionários do laboratório. Eu me referi ao laboratório como órgão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, mas laboratório não fala; ele fala por alguém que trabalha lá dentro.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Sim. Isso é aquele problema do corredor. Ouvi dizer que o laboratório estava reprovando os tênis, as botas para operador de triagem e as malas postais. Isso eu ouvi dizer, com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que capacidade o senhor reconheceu no Sr. Joel pra realizar com eficiência o roteiro que o senhor recomendou a ele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, primeiro, amizade, não é?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Amizade com o Sr. Joel?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu tinha. Sempre tive.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E ele tinha as qualidades para levar adiante isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tinha. É. Não é?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estava com dificuldades pessoais?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele jamais... Ele jamais publicaria essa fita, daria pra alguém, não é?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele tem um poder de raciocínio...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, quanto ao grampo que o senhor desconfiava ter no seu telefone, qual a razão que o levou a desconfiar que havia um grampo no seu telefone?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Em função de uma denúncia anônima que foi colocada no Ministério Público.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa denúncia falava de que mesmo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Falava que eu e meu sócio tínhamos duas empresas que fraudavam os Correios e...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas, então, o senhor supõe que, nessas gravações do grampo, havia alguma informação comprometedoras sobre fraude?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não é isso. Eu me precavi. Acho que ninguém gosta de ser grameado. V. Ex^a concorda? Ninguém gosta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou perguntando ao senhor exatamente o que o levou a temer que houvesse o grampo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou respondendo. Temo qualquer grampo, não gosto de grampo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor só teve atenção para o grampo quando houve a denúncia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, achei o seguinte: quando alguém protocola uma denúncia contra você no Ministério Público, o Ministério Público pode pedir a quebra de sigilo telefônico.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Então, fiz como acho que agiria...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas o Ministério Público pediu? O senhor disse que encomendou ao Sr. Jairo Martins, que era de um serviço de vigilância, a *Sun*, que depois conversou com o Casseb e o Bittar, etc.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, é diferente. Eu respondi o seguinte: eu pedi para fazer uma varredura nas minhas duas empresas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente, já entendi. Essa parte já entendi.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Obrigado. Depois, prolonguei e perguntei se poderia fazer uma gravação, se havia meios, porque ele conhecia muito esse tipo de equipamento...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Fazer uma gravação de outrem? Aí, não seria grampo, seria gravação com os instrumentos que o senhor encomendou ali?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente. Outra história.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que seu sócio não deixaria. Por quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele não aprovou de jeito nenhum. Ficou muito chateado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele não aprovou depois. Mas o senhor disse que ele não deixaria.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas não passei isso a ele. Fiz sozinho. Só mostrei depois que a fita ficou pronta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim. O senhor disse, então, que a diretoria do depoente de ontem, do Sr. Marinho, era uma diretoria fundamental por causa da execução dos contratos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Decam tem todos os contratos nas mãos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. E a sua insatisfação existia porque teria recebido uma multa justa, porque o senhor considerou a multa justa. Ela estava prevista no contrato. E considerou injusto que outras empresas não tivessem aplicadas as sanções do próprio contrato em situações similares e que o responsável por não aplicar essas outras sanções seria o Sr. Marinho. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, é o seguinte. Esclarecendo...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quanto foi proposto ao senhor para que a multa fosse reduzida ou eliminada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nunca. Na verdade, o que eu disse foi o seguinte: a multa foi justa, mas, em dose excessiva.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso já sei, o senhor já disse.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – V. Ex^a se lembra disso?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Lembro.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou respondendo, o senhor falou. Tentei, na verdade, em três ocasiões, administrativamente, tirar a multa e não tive condições.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Compreendi. O senhor tentou retirar a multa e não teve condição. Aí, a forma de retirar a multa seria a chantagem com a fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não houve.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não estou dizendo que houve. Estou perguntando se, na sua estratégia, a forma de reduzir a multa ou de retirar a sanção seria a chantagem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Acho que poderia haver um entendimento de que, apesar de eu ter atrasado e tido alguns defeitos nos cofres, eu consertei todos os cofres e entreguei todos os cofres em perfeitas condições. Era isso que eu gostaria de passar, de informar aos senhores.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, então o senhor gostaria de nos informar. Agora, o senhor disse que entregou a fita posteriormente, depois de conhecer o conteúdo de duas, o senhor selecionou uma das duas. A partir daí, o senhor soube pela fita que quem tinha indicado o Sr. Osório, que tinha ascendência como chefe sobre o Sr. Marinho, foi o Deputado Roberto Jefferson. O senhor soube pela fita ou soube antes?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu soube que quem nomeou a Diretoria de Administração dos Correios foi o PTB. Então, me reportei...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor soube antes da fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, sempre soube.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sempre soube antes da fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sempre soube. Há muito tempo, desde que foi nomeada a diretoria eu já sabia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, qual era a razão de o senhor entregar a fita ou recomendar que ela fosse entregue, no percurso que o senhor citou, primeiro, ao Deputado Roberto Jefferson, depois, ao Sr. Osório, no dia seguinte, pelo que o senhor está dizendo aqui...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...por algum portador, qual era o objetivo do senhor entregar a eles, que estavam envolvidos, segundo a fita que o senhor selecionou, nesse processo absolutamente irregular, criminoso, o que levou o senhor a levar aos próprios criminosos aquele fator que os denunciava?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder? Escuta ambiental não é crime. Eu tinha que tomar uma posição pessoal; não me levem a mal, pessoal mesmo. Eu tinha que tomar uma posição, não dava conta de continuar ouvindo aquilo. Se alguém é criminoso, não sei. Só estou dizendo que, da minha visão, quem deveria saber da fita, quando avaliei, era o presidente do partido que nomeou a diretoria e o superior imediato do Sr. Maurício Marinho, que era...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sabia que era o presidente do partido que estava citado na fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu ouvi a fita, Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor ouviu a fita e, portanto, disse que era um instrumento seu de correção daquilo que o senhor chamou de injusto, que foi a aplicação de uma multa contratual. O senhor reclamava que ela fosse uma aplicação isonômica com outros fatores similares, pois até agora, pelo que o relator inclusive pode detectar, se aplicaram sanções, exceto a da multa. Eu pergunto: se aqueles eram os envolvidos, naquele que V. S^a supunha ser o autor de medida injusta, V. S^a vai exatamente apresentar ao conjunto que está arrolado por ele, como sendo membro do mesmo esquema, a denúncia que V. S^a queria fazer?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom; eu não sei se era membro do mesmo esquema. Não sei nem se tem esquema.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A fita lhe disse isso, como disse a mim e disse a todos aqui.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu posso responder, ou não posso?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Então, gostaria de lhe dizer o seguinte. Se eu puder responder, eu vou dizer ao senhor que não tem nada a ver multa de cofre com fita. Eu já expliquei isso várias vezes, porque eu fui multado... Esse é um processo de 2002, anterior ao Sr. Maurício Marinho...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essa multa foi aplicada na gestão anterior. O que eu cansei de dizer aqui – e posso repetir quantas vezes os Srs. Deputados e Senadores quiserem – é que eu estava me sentindo prejudicado. E, na minha avaliação, eu deveria mandar para o Deputado Roberto Jefferson, como Presidente do Partido, e para o superior imediato do Sr. Marinho, que era o Osório, para eles tomarem as providências cabíveis.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Meu caro investigado, V. S^a não acha que seria mais coerente, com toda a correção de conduta que V. S^a pretende demonstrar aqui, ter levado essa fita ao Ministério Público?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não; eu avaliei que deveria...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não acha. Então, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad. (Pausa.) Então, com a palavra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, há possibilidade de permutar o meu nome com o Senador, porque eu tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se o Deputado Jorge Bittar, assim concordar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria de permutar com o Deputado Jamil Murad.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas o próximo, na seqüência, quando...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Seria o Deputado Jorge Bittar, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Re-colho-me às regras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar, só peço a paciência de V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Solicito. É exatamente isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O investigado teve de se retirar por alguns minutos, mas já retorna.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas era algo que só ele próprio poderia fazer. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, pelo Rio de Janeiro. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Arthur Wascheck, gostaria de obter respostas a algumas dúvidas que tenho, a alguns esclarecimentos que pretendo obter. O primeiro diz respeito a uma afirmação sua, no seu depoimento, de que, em 2004, houve 140 processos licitatórios cancelados pelos Correios. Eu gostaria que o senhor descrevesse um pouco melhor essa afirmação, em que circunstâncias, que aspectos motivaram esses cancelamentos predominantemente, porque considero essa informação importante.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na verdade, pegamos pela Internet. Não sei os motivos, porque são muitos processos. Deputado, na verdade, isso é um dado grave mesmo, mas é muito difícil se saber, porque são processos distintos, são materiais distintos. Um dado relevante é que foram cancelados na gestão do Sr. Marinho 140. Agora eu posso...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas isso não é usual?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, de jeito nenhum.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer, essa quantidade de processos licitatórios cancelados é absolutamente não usual.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não usual. E havia, sim, um zum-zum-zum. Estou falando em zum-zum-zum, ouvi dizer, porque é muito difícil eu ficar apontando nomes e não sei o quê, para mim, é muito difícil; eu não tenho certeza das coisas. Havia uma conversa a seguinte: ele estava inventando regra para compor o edital. Como eu disse anteriormente, um edital é composto em várias sessões, não é o Sr. Maurício Marinho que elabora um edital. Então ele sofria muito questionamento. Muitas vezes era obrigado a cancelar a licitação em função de quê? Recursos administrativos, mandados de segurança e decisões internas que eles mesmos tomavam, tipo assim: isso é um absurdo. Mas cancelou demais, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pelo que o senhor sabe, em geral, os editais, os termos de refe-

rência dos editais eram elaborados pelas diretorias específicas – diretoria de tecnologia, diretoria de operações –, mas quem faz as licitações nos Correios, os procedimentos licitatórios todos, a responsabilidade é da Diretoria de Administração?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja: a CPL é que conduz as licitações, a não ser quando é de pregão.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa CPL...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Comissão Permanente de Licitação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ela está vinculada a quem, a que órgão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Pois é, não sei se ela é vinculada...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Se o senhor não sabe, está ótimo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ela com certeza é vinculada à administração, não sei se ao Decam.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O importante é isso: está na área de administração.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que posso até...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então todas as licitações passam pela área de administração...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...e são conduzidas. Só para que nós nos informemos, porque o Sr. Marinho ontem nos disse que cada diretoria era responsável por suas licitações.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Só um segundo. Posso esclarecer tanto a sua pergunta e a dúvida da Senadora Heloísa Helena. Algumas licitações, poucas, são feitas fora do âmbito, podem ser feitas fora do âmbito da diretoria administrativa, uma coisa muito especializada. Exemplo: eu acho que a rede postal noturna, que é o Sedex aéreo, é feito na Diretoria de Operações dos Correios. Acho que eventualmente o Correio Híbrido foi feito nos Correios na Diretoria de Tecnologia, embora, Senadora Heloísa Helena, desculpe-me, só para te ajudar e para esclarecer melhor, acredito que quem tenha tomado conta dessa licitação, salvo engano, foi o próprio Decam, mas existem formas de sair um pouquinho; são poucas, não são muitas, não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. Está ótimo. Eu gostaria que o senhor nos fornecesse informações mais precisas sobre essa Protelyne. Quem é o empresário, quem é o proprietário dessa empresa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essa empresa pertence a um empresário chamado Ivacir, não sei o sobrenome.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ivacir?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tem mais alguma informação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tenho, aquelas que eu dei aqui.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, além das que o senhor já nos...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ela funciona num presídio, a parte de máquinas dela está num presídio, e ele sempre usou isso...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Presídio onde? Aqui, no Distrito Federal?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei se é Erexim, acho que é Erexim, no Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Então, a qualidade técnica, a mão-de-obra de presídio é muito complicada. É claro que é uma coisa social interessante o preso poder produzir e reduzir a pena dele, mas eles não dão conta de fazer coisa boa, e a máquina dele é péssima, a máquina dele é péssima.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. Sobre a questão da mala postal, qual foi a empresa que apresentou a mala postal confeccionada com um náilon diferente do especificado no edital. Qual é o nome da empresa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que, salvo engano, posso estar enganado, a empresa Dismaf. Não sei se foi ela; ou ela ou A JFirmo. Um dos dois. Não sei porque não sei mesmo; alguém ganhou, são dois tipos de mala, uma menor. Mas com certeza uma dessas duas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Outra informação. O senhor contratou um cidadão chamado Jairo para fazer as gravações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, para me alugar a microcâmera. A gravação foi o Sr. Joel.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Joel.

Quais foram as pessoas que fizeram a operação, foi o próprio Joel e mais alguém?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi o Joel e o João Carlos. O Joel fez a primeira; e o Joel levou esse João Carlos Mancuso, que é amigo dele, para ajudar a fazer; mas ele quase não falou nada, acho que nem falou nada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Na segunda?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Joel que foi o responsável mesmo, Deputado; realmente é o Joel.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas o João Carlos Mancuso o acompanhou na segunda. E foi exatamente quem discorreu sobre aspectos tecnológicos, na área de tecnologia da informação.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Se houve alguma coisa sobre aspecto técnico na gravação, que eu não lembro ...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Houve, com certeza.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza foi o Sr. ..., que é quem entende de informática.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor nos disse que o Sr. Antônio Osório e o Deputado Roberto Jefferson tomaram conhecimento da fita anteriormente a ela vir a público.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. Foi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um dos intermediários disso foi o Sr. Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria que o senhor descrevesse um pouco melhor, o senhor o conhece? Há quanto tempo? Enfim, as características, o que o senhor sabe sobre esse cidadão de nome Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Molina era professor; eu o conheci quando foi montado o tribunal arbitral aqui de Brasília, ele era um dos fundadores do tribunal arbitral. Fiz com ele uma amizade muito boa, sempre saímos socialmente para tomar um vinho, uma coisa dessa, para jantar juntos, mas negócio, muito pouco, acho que nenhum. Essa amizade ficou boa porque nós tínhamos confiança um no outro, e eu achei que pelo trânsito que ele tinha com o Deputado ele poderia levar e dizer: está acontecendo isso. A idéia foi essa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas como é que o senhor soube que ele tinha um trânsito junto ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele me contou.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ele lhe contou que tinha relações estreitas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, isso é uma coisa que não tem nem como. Ele me contou, sim, senhor. Comentou comigo. Estreitas, não. O quanto estreita, o quanto é, não sei. Que tinha relações...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E no retorno como é que ele lhe relatou sobre a conversa que ele teve com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Molina relatou que foi uma conversa muito rápida, em que ele perguntou: “Quem é Marinho”?

Teria respondido o Molina: “É o chefe de contratação do Correio”.

Ao que o Deputado Roberto Jefferson respondeu: “Não conheço Marinho, conheço Osório”.

Mais ou menos isso que o Molina me contou.

O Molina me disse que era para pegar a fita e entregar na mão do Diretor Antônio Osório. Foi feito no outro dia. Foi isso que aconteceu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Deputado Roberto Jefferson declarou publicamente que houve uma tentativa de extorsão em relação a essas fitas, junto a ele Deputado Roberto Jefferson. O senhor tomou conhecimento dessas informações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Li pelo jornal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Apenas leu pelo jornal, não teve informação adicional?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Molina me contou que conversou com ele; não tocou em extorsão. Pelos jornais, quando houve o escândalo, ou seja, que a revista publicou a reportagem, fiquei sabendo pela revista que houve essa tentativa de extorsão, foi só nessa ocasião.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso nos causa estranheza, porque pelas informações que temos, esse senhor de nome Molina divide um escritório na cidade do Rio de Janeiro com Henrique Brandão, que é proprietário de uma empresa de seguros, chamada Assurê, estreitamente ligada ao Deputado Roberto Jefferson. Causa-nos estranheza que ele pudesse ser o portador de um processo de extorsão junto ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Se existe a corretora..

Deputado, estou sendo muito sincero com o senhor. Não conheço o senhor... O senhor falou um nome aí do... Não sei se o Molina tem escritório, nunca me atendeu em escritório, sempre encontrei com ele ou na casa dele, ou na churrascaria lá na Barra, no Rio de Janeiro; não sei se ele é sócio do Roberto Brandão. Aliás, eu não sei, realmente, essa situação do Molina de que tinha escritório no Rio de Janeiro. Sinceramente,

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está caracterizado que esse cidadão, o Molina, trata-se de um lobista, de alguém que transita amplamente pelas esferas públicas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu não vejo o Molina fazer nada, viu, Deputado? Se ele transita amplamente, não vejo resultado nenhum. Nunca vi o Molina chegar...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor apenas tinha uma informação genérica de que ele gozava da privacidade do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim. A informação que eu tive bem clara é de que ele era recebido. Podia ser recebido. Na hora em que ele poderia ligar, seria recebido. Não sabia se a hora era agora ou amanhã, mas ele podia ser recebido. Tinha condição de ser recebido. Só isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei. Não lhe ocorreu, em momento algum, de o senhor ir levar ao... Por que o senhor recorreu a essa intermediação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu levaria essa fita, levaria, estou dizendo anterior, ao Dr. Osório. Com certeza, eu o faria. Eu ponderei o seguinte...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Foi o próprio Molina quem levou ao Dr. Osório?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não. Eu mandei a fita.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Você mandou?

O SR. ARTHUR WASCHECK – Via motoboy.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Via motoboy?

O SR. ARTHUR WASCHECK – Sim. Deputado, avaliei o seguinte: existia uma confiança muito grande do Osório com o Sr. Maurício Marinho. Então, eu achei que tinha de ser uma coisa mais contundente, não só o Osório, mas também alguém. No caso que foi citado, o Deputado Roberto Jefferson, Presidente de um Partido que nomeou a diretoria. Eu achei que, aí, não ia ter erro. O Marinho ia ser demitido sumariamente. Essa foi a idéia.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está certo. Perfeito. E não lhe ocorreu também de se dirigir diretamente ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sou recebido por Deputado nenhum. Eu não tenho relacionamento com políticos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nem lhe ocorreu acompanhar o Sr. Molina para expor ao Deputado sobre o conteúdo da fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não me ocorreu e, outra coisa, eu faria isso diretamente com o Osório. Isso eu faria. Teria coragem, pelo conhecimento, porque eu conheci o Dr. Osório em duas ocasiões. Tinha conversado com ele. Faria com o Dr. Osório. Com o Roberto Jefferson, jamais. Não tenho intimidade nenhuma.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Agora, o Dr. Osório recebeu essa fita anonimamente ou endereçada pelo senhor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Eu digo o seguinte: eu escrevi o seguinte texto: “Essa é uma gravação”... – tem algum erro, claro, não lembro exatamente o que eu escrevi – “para que se conheça

a atuação nefasta do Sr. Maurício Marinho”. Entreguei. Pus uma etiqueta. Eram duas fitas, porque era muito longa a gravação. Entreguei e, seguindo a orientação que o Deputado Roberto Jefferson deu ao Molina, que o Molina me transmitiu, eu mandei entregar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E o senhor se identificou na...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não me identifiquei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não se identificou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Simplesmente fez chegar a ele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só reconheci depois que eu fui o autor disso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E não obteve retorno algum?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. O retorno que eu soube foi que, logo depois, não sei se foi no mesmo dia ou no dia seguinte, da entrega da fita ao Dr. Osório, o Marinho, o Sr. Maurício Marinho teria pedido licença por motivos de saúde.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Bittar.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, estamos ouvindo aqui o Sr. Wascheck. Evidentemente que o Relator, homem experimentado nesse tipo de oitiva, está sabendo tirar o proveito devido das declarações dele.

Sr. Wascheck, primeira pergunta: além dos Correios – pode até ser que anteriormente essa pergunta já tenha sido respondida no todo ou por metade – além dos Correios, quais são as empresas ligadas ao Governo Federal a quem o senhor fornece?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, estou restrito hoje, pela envergadura dos contratos que eu assinei agora, aos Correios e ao Exército. Só tenho contrato agora com os Correios e com o Exército. Com a Marinha está quase, quase acabando, e eu não tenho mais condição de pegar pedido. Vai ser muito difícil eu pegar. Eu tenho de pensar antes de pegar, porque a venda está muito grande.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – As duas empresas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É. Correios e Exército.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. As duas empresas que o senhor...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, não. Uma empresa só. Só a Coman.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E a outra empresa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. A outra é representação. Ela é representação. Ela não vende direto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem marcou a sua audiência com o Dr. Osório?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A secretária.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não houve nenhuma interferência?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não, é tranquilo. A gente era recebido normalmente. Nunca houve problema de ser recebido, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não houve nenhuma dificuldade?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Lá eles recebem todo o mundo. Não havia nada assim, tipo, tem de chamar um Deputado ou um Senador. Nada disso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o senhor já disse anteriormente que quem lhe levou ao Deputado Roberto Jefferson foi o Dr. Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não me levou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Levou a fita? Levou a conversa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, tá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Bom, nessa conversa, quando, por sugestão sua ou por pedido seu, o Dr. Molina foi procurar o Deputado Roberto Jefferson, qual foi a orientação que o senhor deu a ele para o encaminhamento da conversa? Teria sido: “Aqui está a fita e conduza dessa maneira?”

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como foi?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi outra. Pelo conteúdo da fita, como citava nome, falava aquelas coisas todas, eu falei: “Você avalia se você quer fazer, entregar ou não. É uma questão sua. Eu vou entregar nos Correios, de um jeito ou de outro”. Aí, o Molina achou que, pela gravidade, ele deveria alertar o Deputado Roberto Jefferson. Foi uma avaliação dele. Eu deixei bem claro para ele que ele não era obrigado, era um favor que ele estava me fazendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor disse, então, que, por recomendação e orientação do Deputado Roberto Jefferson, o Dr. Molina lhe transmitiu orientação de que repassasse imediatamente para o Diretor dos Correios?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Isso foi o que o Molina me transmitiu, à noite, depois da reunião.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Após a conversa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Após a conversa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor tem essa fita completa em mãos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Eu não quero ver essa fita mais na minha frente, sabe, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, mas...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor me desculpe, mas é uma coisa que vai marcar minha vida: antes da fita e depois da fita. Eu joguei isso fora... Não, eu já nem tinha. Eu não... Já sei todo o teor disso. Tenho lido, tenho feito as coisas. Eu não quero ver essa fita.

Desculpe. Eu não sei se respondi... Nem quero ser mal-educado, pelo amor de Deus.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, eu estou entendendo. O senhor fique absolutamente tranquilo, até porque parto do pressuposto de que o senhor não tem nenhuma experiência parlamentar. Então, qualquer deslize, qualquer falha, desde que seja dentro do admissível... Essas coisas não... Pode ficar absolutamente tranquilo. O que queremos aqui é que o senhor dê um depoimento absolutamente tranquilo e à vontade.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu tenho feito o máximo que eu posso. Se eu não ajudei... Fica difícil. Tem coisa que não sei responder, mas fico à sua disposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ontem, o Sr. Marinho declarou aqui, insistentemente, que notou, após todo o episódio, que vinha sendo gravado e sofrendo essas pressões há pelo menos 45 dias e que, em duas das conversas, havia sempre um interlocutor, que era o mesmo em todas as conversas, mas houve troca entre uma e outra. Ele disse que foram quatro. O senhor afirma que somente foram duas gravações. Ele disse que o de uma não foi o mesmo da outra. Quem seriam os dois interlocutores?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Quando eu falo duas fitas, Senador... Na verdade, eu só tive acesso a duas fitas. Eu mandei fazer... Se foram quatro gravações, eu não sei.

Que pressão ele sofreu? Ele soltou o verbo. Não sofreu pressão nenhuma. Na verdade, ele soltou o verbo naturalmente. Se o senhor olhar, reparar...

O senhor quer falar? Desculpe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não. A pergunta não é essa. Ele diz que, em uma conversa, o segundo interlocutor era uma pessoa – ele até descreveu aqui como sendo uma pessoa careca –, na outra, não: era um outro cidadão.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que ele mudou. Ele confundiu ou mudou. Era um cara muito alto, careca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os dois sempre foram os mesmos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, foi uma vez só. Esse rapaz, inclusive, esse alto e careca, como tinha conhecimento de informática, foi lá para esclarecer, eventualmente, algum fato que surgisse na conversa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como é que essa fita foi bater nas mãos da revista?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi através do Sr. Jairo Martins.

Eu contratei essa pessoa para me alugar... A proposta era ficar com a microcâmera ou alugar a microcâmera. Eu falei: “Ficar, para mim, é besteira, porque eu não vou fazer isso. Nunca fiz isso... Uma vez na minha vida... Nunca fiz. Vai ser a primeira vez por necessidade pura. Então, prefiro alugar”. E alugava por 1.500 por dia. Só que, na última vez em que ele esteve lá, eu paguei 2.000, porque ele ia fazer duas edições na fita. Disse: “Eu vou te pagar mais 500”.

Essa pessoa tem ligação... Ela garantiu para nós, diversas vezes... Ele fez duas varreduras, um bom serviço nos meus escritórios aqui em Brasília. Ele garantiu para mim que jamais faria a entrega de um material desse na revista ou em qualquer órgão de imprensa. Esse debate de entregar ou não entregar, eu tive com ele mais ou menos umas quatro vezes. Disse: “Não faça isso comigo. O interesse não é esse. Não pode acontecer. Olha só, esse negócio é muito sério”. Não sei mais o quê, não sei mais o quê. Inclusive, no dia em que foi feita essa gravação, teve um almoço com ele. Uma hora antes, ele repetiu para mim que jamais faria uma coisa dessa, e já tinha feito com a fita anterior. Ele tinha entregue para uma revista, não sei qual delas. Entendeu? A outra que ele entregou depois. Eu jamais faria. Isso é um tiro, é um suicídio comercial. Não tenho interesse nisso. Entendeu? Para mim, foi péssimo, está sendo péssimo. Só eu sei o que estou pagando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a declarou aqui que mandou a fita para o Dr. Osório; que imediatamente mandou entregar.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Logo, no outro dia em que fui notificado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi recebida a correspondência?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não. Com certeza, quem recebeu, posso dar uma opinião, foi a secretária.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sabe o nome da Secretária?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Recorda-se da data?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quatro de maio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, essa data é importante, porque o Dr. Osório recebeu a fita no dia 4 de maio, e a matéria saiu na revista, que dia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que foi logo no final de semana depois. Isso era terça ou quarta-feira, não lembro bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a não sabe se o Dr. Osório imediatamente reuniu a diretoria dos Correios para comunicar os fatos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não; eu não tive mais contato com o Dr. Antônio Osório nem com o Sr. Maurício Marinho depois disso, nunca mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a disse, no seu depoimento, que mandou e recebeu lá, por parte do Sr. Marinho, várias correspondências. Houve troca de correspondência, ele lhe chamando atenção, multando-o?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não. Isso aí é correspondência administrativa comum, vai assim porque eu provoquei essa correspondência, eu que mandava e recebia a resposta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria que o Relator solicitasse ao depoente a remessa para esta Comissão de todas essas correspondências trocadas entre S. S^a e o Sr. Marinho.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Perfeitamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A provocação e a resposta e vice-versa.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Senador, só uma observação, se me permite?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A minha empresa foi... A Polícia Federal esteve nas minhas duas empresas e tirou todos os documentos de lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No caso, o Relator requisita ao inquérito.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Os Correios devem ter. Está muito difícil até de trabalhar, porque os computadores foram levados, tanto da minha casa como nos dois escritórios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os R\$3 mil entregues ao Sr. Marinho eram de sua propriedade, era dinheiro pertencente V. S^a?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu paguei R\$10 mil para o Sr. Joel em etapas distintas. Sobre o que ele fez lá., dei só uma dica: quem era o Sr. Maurício Marinho e o que era o departamento de contratação dos Correios chamado Decam. Como se operacionalizou lá dentro, se deu, se não deu dinheiro, isso foi o Joel que operacionalizou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nas suas atividades, os negócios que V. S^a tinha com os Correios, todos eles eram exclusivos da diretoria do Sr. Marinho ou tinha negócios em outras diretorias.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Todos os negócios eram oriundos da diretoria de administração, só administração.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a disse que a fita foi editada. V. S^a viu a fita, anteriormente, ela toda?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Na verdade, não sei se eu estou usando o termo certo: “editar” uma fita. Acho que não é isso. Às vezes, na falta de outro, estou usando esse. Desculpem-me. Mas eu vi a fita, sim, com certeza, vi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ela completa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Vi completa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dizem que essa fita é demorada, que, naquelas bravatas...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quase duas horas de fita.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Duas horas de fita. Ele acusa outros diretores, cita outros diretores ligados a outros partidos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, acho que não, basicamente, falou de PTB.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Porque uma das queixas do Deputado Roberto Jefferson, inclusive no depoimento e, depois, na televisão é de que a fita foi realmente editada, como V. S^a disse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A fita não tem conclusão. Eles não saem da sala.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exato; mas além daquilo que foi publicado, haveria denúncias envolvendo outras diretorias.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, na fita, não, com certeza. Não vi nada. Eu vi a fita, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a viu a fita. Mas não lembra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É a mesma que está apresentada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É, aquela mesma.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por que eles não concluem a saída, eles fazem desde a entrada e não tem saída? Ela pára no momento.

Penso que é um fato relevante. Desculpe-me, Senador Heráclito, porque aquela fita, quem a viu toda, quem viu duas vezes para analisar, para contribuir melhor, viu que ela simplesmente pára. Ele está conversando, pára a fita. Então, não tem o término da conversa, não tem a famosa despedida, porque, quando o início da fita, eles vão até a zoada, até o barulho de descer do carro e fechar a mala, como se fosse um feixe para fechar a mala, até isso tem no início. Vai percorrendo para saber onde é que você está entrando, tudo, e, de repente, a fita não conclui. Ela pára, como se dissesse assim: “Olha, eu parei nesse momento do depoimento que eu queria e, depois, não me interessa mais o resto da fita.”

Então, isso se pudesse ser disponibilizado, seria uma coisa extremamente importante, porque quem assistiu vê claramente isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Da maior importância, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito importante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por isso é que eu agradeço a sua intervenção sempre oportuna, porque ...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quero saber se eu entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito, eu só gostaria, V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Um minutinho, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Porque nós já estamos com o tempo esgotado já em quase três minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como eu sei que, acima de tudo, V. Ex^a é um lorde, eu quero apelar para essa sua gentileza, que é sua grife, para que eu possa concluir.

O senhor afirmou que o Sr. Jairo entregou a primeira fita ou a fita anterior a uma revista. Ele lhe comunicou isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Aliás, Senador, posso até fazer uma ressalva aqui, se me permite.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele vai jurar até a morte que eu estava envolvido nisso. É claro, sozinho? Ele vai querer ficar sozinho nessa? Mas eu tenho testemunho do Joel, com certeza, que, várias vezes falei com o Sr. Jairo: Não faça isso. O objetivo aqui é outro, entendeu?

A verdade sempre foi essa. Eu nunca neguei que mandei fazer a fita. Que o Marinho deveria ser... O que ele estava fazendo deveria ser comunicado ao Dr. Antônio Osório. Nunca neguei isso. Agora, entregar fita para revista, jamais. Jamais. Isso para mim é um suicídio comercial, que está sendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A última pergunta.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E volto à questão do segundo interlocutor. O Sr. Marinho, na entrevista – porque agora peguei minhas anotações aqui exatamente pelo que ele disse – ele diz o seguinte: que diferentemente do primeiro interlocutor, o segundo não era careca e tinha uma pinta no rosto.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, isso não sei dizer. Eu não estava lá na hora, não sei dizer para o senhor. Para mim, ele mudou alguma coisa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor já esclareceu bem. Contratou o serviço, queria o resultado e a equipe ...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente, foi o que eu fiz. Foi o que eu fiz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, perdoe-me por abusar do seu tempo, mas concluí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Heráclito Fortes.

Passo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, caros colegas, antes de mais nada, eu queria consignar a minha grata constatação pela forma como V. Ex^a vem presidindo esta Comissão, como magistrado que deve ser. De modo que a tranquilidade se instaura, V. Ex^a está percebendo, pela forma de magistrado como V. Ex^a vem presidindo. Meus parabéns a V. Ex^a e que continuemos assim.

Sr. Presidente, eu vou passar, então, a inquirir bem objetivamente o senhor Arthur, a quem eu dou boa-tarde, Sr. Arthur.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Boa tarde.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Arthur, nós estamos aqui reunidos, porque o que

nos incomoda e incomoda o Brasil é a corrupção. Este é o motivo da nossa reunião aqui: é a corrupção. E a corrupção que perpassa esse relacionamento espúrio que, até onde a vista alcança, se dá em razão dos financiamentos de campanhas políticas. E aí nesse ponto, Sr. Arthur, eu acho que o senhor tem muito a nos esclarecer da sua experiência.

E eu me lembro, mal comparando aqui, por favor, não estou comparando, mas eu me lembrei da minha vida pregressa, quando o senhor disse ao Deputado ACM, ao Deputado Eduardo Paes, ao se referir como apartidário. Aí o senhor me permita, eu me lembrei da minha vida de Juíza, quando, na minha frente, estava Castor de Andrade. Naquela que se convencionou chamar as listas da corrupção, onde, elencados na lista de Castor, estavam quase toda a classe política do Rio de Janeiro, além de alguns segmentos mais cultos da sociedade. Eu me lembro da frase daquele que era tido como o **capo di tutti i capi** do crime organizado e a frase dele me marcou. Disse Castor de Andrade, intimidado em lidar com os governos: “A contravenção sempre foi governo. A contravenção não tem culpa se o governo muda a todo momento”. Isso disse Castor de Andrade. Não estou naturalmente fazendo comparações, mas como V.^a disse que foi apartidário, eu não pude deixar de me lembrar disso. Não há nenhuma comparação aqui. O termo “apartidário” nos leva para aquela situação de quem tem partido. V.^a é um empresário. De pronto, disse: “Eu não tenho lados”. Naturalmente V.^a sabe que se estivesse do lado do perdedor não teria nenhum ganho com aquele que venceu. Isso seria fatal para os seus negócios. Isso explica também, por outro lado, Sr. Arthur, eu vou aqui refletindo e vou caminhar para os procedimentos de pouso. Isso nos leva para a questão daqueles financiadores tradicionais de campanha que apostam em todos, inclusive, nos perdedores, o que também é uma forma de ser apartidário, uma forma inteligente de ser apartidário. Pois bem, o senhor, que se declara apartidário, aprendeu isso porque sabe que terá dificuldades se não for assim.

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Eu...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu ainda não concluí.

O SR. ARTHUR WASCHEK NETO – Desculpe-me, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu vou concluindo o raciocínio... Desculpe-me. Vou concluir e pedir a sua opinião sobre isso. O senhor tem muito a dar. O senhor sabe, é um empresário. Eu fui juíza de júri e gostava dos empresários no júri, porque são homens que têm o bom senso. Pena que eles não podiam ir, porque tinham que estar nas suas empresas,

senão iam à falência. Mas são boas pessoas. Meu pai era empresário. Ele tinha um bom senso enorme. Tinha instinto de sobrevivência, sabia como agir na vida. Pois bem, o senhor aprendeu isso, porque sabe que vai ter dificuldades, quase que intransponíveis se apostar no lado que perdeu. Isso o senhor deixou claro. Por outro lado, a sua briga com o Marinho – ontem ouvimos aqui o Marinho – se deu porque ele não fez o que o senhor quis. Não estou entrando no mérito do que o senhor queria. Pode ser lícito ou não. Isso não importa. Mas Marinho não fez o que o senhor quis porque ele queria o que era melhor para o Governo? Esse é um lado. Por que o Marinho queria aumentar o valor da extorsão dele? Esse é um lado. Por que o Marinho queria outra pessoa no lugar do senhor? Esse é outro lado. São linhas de investigação.

Já que o senhor disse que é apartidário, mas um sobrevivente no mundo negocial, como é que conseguiu, Sr. Arthur, sendo apartidário... O senhor contribuiu para alguma campanha? Nenhum tostão! Como é que o senhor conseguiu, como é que se dá essa relação? Quando diz que tem que ser apartidário é porque os que tomaram partido, os que apostaram nessa campanha e deram vão ter algumas benesses, eles vão estar ao lado do ganhador. É assim que é. Sejam os francos! Mas como é que o senhor encontrou essa maneira de passar nesse buraco de agulha? Eu acho que nesse aspecto, Sr. Arthur, eu não estou absolutamente preocupada com a questão de V.^a. Aqui a questão é pública. Estou preocupada com a corrupção pública. V.^a não tem nenhuma preocupação aqui, mas estou preocupada com a questão do sistema. Conheço profundamente bem isso, tive de viver, tenho intimidade com isso. Lá atrás, tive de julgar esses homens. Seja como for, como é que V.^a sobreviveu? V.^a nos dará uma informação para uma assepsia do sistema que se impõe? Se V.^a nos der a informação de como é que encontrou o buraco na agulha, de, apartidário, não tendo contribuído para as campanhas, ainda assim, conseguir fazer algum negócio, como se diz, como dizia o Castor, ele não tinha lado, ele estava sempre... A contravenção nunca teve lado; ela sempre foi Governo. Como é que V.^a encontrou uma saída, um **modus vivendi**? Como foi isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A senhora se refere especificamente aos Correios ou a outros órgãos?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A quaisquer órgãos, porque, como V.^a é apartidário, tem convivência... Estou falando aqui dos Correios, mas V.^a deve ter uma maneira de conviver sendo apartidário, porque, **a contrario sensu**, aqueles que apostam no ganhador é que levam o filé *mignon*; não é?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Exatamente. É que não participo do filé *mignon*. Talvez seja a resposta para a sua pergunta. Vamos colocar o que é o filé *mignon* nos Correios. São as diretorias de tecnologia e a diretoria de operação. Concorde? São as diretorias que têm...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Dos negócios.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, os negócios. Essas duas diretorias ditam, mandam nos negócios mais importantes dos Correios. É o transporte aéreo de carga; é a parte de informática. Houve, realmente, de quatro anos para cá, uma implementação na parte da informática nos Correios de forma violenta. Eu não participo. Os meus negócios... Inclusive, os militares, Deputada, são o feijão com o arroz. Não existe Exército sem ginástica nem sem sapato. Não existe carteiro...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, V. S^a trata disso em um nível Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não tem como passar de Marinho. Quando passa, complica, até porque quem está em cima não quer conversar sobre isso. Se eu dei a dica, a senhora entendeu. Sou, na verdade... Não estou dizendo... Considero-me muito bem sucedido, não estou chorando miséria, não é o caso; mas eu não participo do filé, em hora nenhuma. Quando digo o partido... Sou apaixonado por política, tanto que a senhora entrou, era juíza e agora é Deputada. A política é uma coisa apaixonante.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sou juíza, só que estou aposentada. Estou Deputada. Deputada é que é transitório.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me, não sabia. Então, a minha preocupação é... Vamos supor que eu goste de um partido, mas não sei se vou me filiar, vou entrar, vou participar... Não tenho tempo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Vamos voltar ao negócio, porque as suas preferências, com todo respeito, não são propriamente públicas. A questão que quero que V. S^a me explique com mais detalhes – e dei até uma dica a V. S^a –, se V. S^a lidava até o nível de Marinho, não é isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não ia acima?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Por isso que V. S^a conseguia pegar o contra-filé?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não é nem contra-filé; é fraldinha. Não é que seja ruim trabalhar

com isso; ganhamos dinheiro, ninguém está aqui para perder dinheiro. Às vezes você tem algum problema ou outro, mas sobra alguma coisa, com certeza, mas não demais, como eles falam, por ser empresário. Não tem nada disso. Com esse negócio do pregão, os preços desabaram. Na verdade, é isso. As campanhas, com certeza, existem. A senhora mesma afirmou de campanha; a Senadora Heloísa também falou em campanha. Quem entra em campanha, com certeza, vai ter lá na frente. Eu, como não participo de campanha, não tem nem como. O meu volume de negócios não comporta patrocinar campanha, é muito difícil. São contratos menores. E as Forças Armadas, que tenho muita...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E aí V. S^a se sente excluído?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu me senti também por outras razões. Não me senti excluído. Dentro do meu negócio, eu me senti excluído porque o tratamento não estava sendo isonômico entre a minha empresa e as outras empresas. Como eu já disse e repito, ninguém estava sendo multado mais, e o edital prescrevia que multasse.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Por favor, V. S^a já disse isso, mas queria centrar objetivamente. Dei três opções para que tivesse havido essa briga do senhor com o Marinho. Primeiro, porque ele queria o que era melhor para o Governo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah! Não acredito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não acredita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não acredito. Não estou dizendo que não era. Ele pode até querer, mas eu não acredito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A segunda, o Marinho queria aumentar o valor que ele queria tirar do senhor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Na verdade, o Marinho nunca me pediu nada. Distanciei-me do Marinho totalmente quando eu vi com quem ele se relacionava. Não dá para sentar à mesa ou conversar com uma pessoa, ou tratar de qualquer assunto, por mais... que conversa com uma firma igual à Proteline, que nivela sempre por baixo. Então, a partir daquele dia em que vi Marinho conversando com Proteline, eu senti. Acabou.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ele queria, então, outro no lugar do senhor talvez?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu não vendi mais nada. O que eu vendi foi – desculpe-me a expressão – “na porrada” em pregão eletrônico e um pregão presidencial: uma capa vendida a 19,80.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Meu caro Arthur, as expressões são inadequadas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me. Eu sempre peço desculpas quando falo uma expressão... Desculpe-me mais uma vez.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Aceito suas desculpas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não quis ofender de forma alguma. Sempre que falo uma expressão, eu peço “com licença da expressão”. Dessa vez, eu não falei. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não é para pedir licença, é para não falar mesmo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quando falo alguma expressão mais forte, falo assim: “Perdoe-me a expressão”.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ficou o sabor de uma interjeição. Vamos tomá-la assim, não é, Sr. Presidente?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me. Mil desculpas, Sr. Presidente. Mil desculpas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não se preocupe. Não houve, digamos assim, a intenção.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É porque o depoimento é muito longo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, da minha parte, Sr. Presidente, estou satisfeita.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Obrigado.

Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard. Obrigado pelos elogios. Vou registrar isso, sem dúvida.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA JÚNIOR (PT – RS)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Também cumprimento não só V. Ex^a, como também o nosso Relator, que, evidentemente, estão só confirmando aquilo que é a confiança e a convicção de todos nós. Todos temos partidos e uma visão de sociedade pela qual lutamos, mas todos temos capacidade de isenção necessária para buscar o que o povo brasileiro quer, ou seja, uma investigação criteriosa, séria e aprofundada desse tema.

Cumprimento também o depoente, Sr. Arthur, que seguramente está contribuindo com o nosso trabalho. Se ele está dizendo verdades ou não nós iremos checar, mas está contribuindo.

Quero esclarecer um ponto rapidamente. Como sou Deputado do Rio Grande do Sul e de oposição ao Governador Rigotto – recebi três ou quatro telefonemas –, quero que o senhor explique, bem rápido, mas com bastante precisão, como essa empresa que vendia calçados utilizou o nome do Governador etc. O senhor citou rapidamente e, é evidente, causou uma repercussão.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. O dono da empresa usa o nome do Governador para se valorizar. Com certeza, o Governador não tem nada a ver com isso. Penso isso. Isso é bravata pura.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Está bem.

Eu, como Deputado de Oposição, digo também que jamais devemos transformar uma citação rápida, como o senhor fez, em algo que possa ser lido como uma eventual incriminação do Governador. Eu quero ganhar as próximas eleições no Rio Grande do Sul e luto para isso dentro da democracia, mas jamais quero utilizar algum tipo de regra que não sejam as regras decentes da democracia. Então, temos de ter cuidado.

Aproveito para abrir um parêntese: critico, por exemplo, a manchete de hoje de um importante jornal do País, o **Estado de S. Paulo**. Ontem, assistimos ao depoimento de uma pessoa de que tenho convicção, cada vez maior, que é alguém envolvido com o esquema de corrupção dentro dos Correios, que é o Sr. Marinho. Ele pode dizer coisas verdadeiras ou falsas, porque uma pessoa envolvida com corrupção pode estar tentando se proteger, fazendo movimentos de lançar acusações que abram outros focos de investigação que retirem seu foco. A manchete principal diz que ele sugeriu uma devassa nos Correios e envolveu um Ministro do atual Governo. Temos de ter mais rigor na questão de quem vamos envolvendo. Eu acho que uma simples citação não pode envolver uma pessoa. Eu, por exemplo, acho que o Governador do Rio Grande do Sul não está envolvido porque foi citado de maneira a ilustrar que tem lá um empresário, que se vangloria de dizer que tem relação com o Governador e assim por diante. Assim como o Sr. Marinho, na minha opinião, não pode automaticamente envolver um ministro porque o cita de passagem.

Nós, sim, vamos fazer uma investigação, que pode ser chamada ou não de devassa, mas que vai ser uma investigação que vai olhar tudo. Sob a condução do nosso Relator e das diferentes avaliações dos nossos Senadores, devemos, evidentemente, entrar em todas as questões.

Agora, quero dar um outro exemplo da sua fala e quero lhe pedir um último esclarecimento, e com a maior precisão possível. O senhor disse que foi o se-

nhor que mandou gravar essa fita, a que todos nós temos assistido à exaustão. E o senhor pediu a esse senhor chamado Joel para que ele gravasse a fita. E aí ele, com a fita gravada, entregou uma cópia para o senhor fazer uso comercial que queria, e a outra cópia é que entregou ou vendeu para uma revista.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor me permite esclarecer?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Com a máxima rapidez possível.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, o Joel pegou a fita, eu peguei essa fita e dei para o Sr. Jairo Martins. Estou chamando de editoração fazer a edição dessa fita. O Sr. Jairo Martins é que entregou isso para a revista. O Joel não tem nada a ver com isso. O Joel pegou a fita e me deu. Fez o trabalho dele e foi embora. O Sr. Jairo Martins é que entregou essa fita.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas isso fica claro o seguinte... porque eu lembro, e nós tivemos um depoimento espetaculoso do Deputado Roberto Jefferson, na Comissão de Ética da Câmara Federal – aqui estamos no Senado. Lembro-me de que uma das questões que centrou o raciocínio do Deputado Roberto Jefferson foi a seguinte: existe alguém na Casa Civil que desencadeou um processo de perseguição política sobre mim, sobre o meu partido. Estavam preparando – ele usava outras linguagens – e separando o quartirão, porque vão explodir o quartirão e querem explodir a minha credibilidade. A Casa Civil, alguém ligado ao Governo, encomendou a gravação dessa fita para a Abin.

Então, ele criou todo um mecanismo para envolver o Governo com a gravação daquela fita. Se o que o senhor está dizendo for verdade, e isso a nossa CPI tem que investigar, porque, evidentemente, temos uma outra opinião, está totalmente desqualificada aquela parte da fala do Deputado Roberto Jefferson.

Sigo dizendo nesta CPI: vamos investigar tudo, a todos, com a maior profundidade, com a maior seriedade possível. Agora, também temos que ter alertas e cuidados, porque eu, por exemplo, tenho cada vez mais o sentimento de que tem um esquema de corrupção dentro dos Correios. O Sr. Marinho faz parte dele, outras pessoas podem estar envolvidas, não sei qual é o tamanho. E este esquema de corrupção do Sr. Marinho tem ligação com o Deputado Roberto Jefferson.

Quando essa fita, por uma situação inversa, de um interesse comercial contrariado, que foi o seu, apareceu, o Deputado Roberto Jefferson passa a tentar criar uma versão que envolve o Governo e procura, evidentemente, retirar sua responsabilidade, como acusado que é, por aquilo que apareceu na fita, e procura também deslocar as responsabilidades sobre o seu en-

volvimento eventual, que não aqui estou julgando em definitivo. Passo a ter indícios cada vez mais fortes de que ele estava envolvido com o Sr. Marinho, que tinha esquema de corrupção. Não estou, evidentemente, tomando uma decisão definitiva, porque aqui temos que ter muito critério em acusações.

Mas quero dizer que a contra-acusação que ele fez é uma contra-acusação interessada e uma parte já está desmentida, se for verdadeira a sua versão de que foi o senhor que encomendou a gravação da fita.

Quero dizer uma outra questão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta reunião da nossa CPI, que essas estruturas de corrupção no nosso País...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Deputado Henrique Fontana, o Sr. Arthur quer só alguns minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Com certeza, faço questão de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Desculpe, ele quer um tempo maior, um intervalo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Uma pequena interrupção.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Vamos aguardar isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu queria fazer uma consulta aos Parlamentares. Até em função das investigações da Polícia Federal, bem como fruto de tudo aquilo que nós apuramos, o depoimento mais importante é o do Sr. Arthur Wascheck Neto, ainda porque S. S^a é que foi efetivamente investigado, está sendo investigado pela Polícia Federal, e também reconheceu que foram de iniciativa dele, pessoal, todas essas providências que tomou e que está descrevendo nesta audiência. Minha sugestão ao Plenário, se todos estiverem de acordo... Sei que alguns estão com fome, alguns já almoçaram, a imprensa está reclamando muito, porque até agora não almoçou. E peço à Segurança que garanta espaço para a imprensa porque parece que houve algum problema hoje pela manhã.

Mas gostaria de ponderar o seguinte: faltam poucos inscritos. E nós, depois, chamaríamos o Sr. Antônio Velasco para fazer uma exposição. Em função da própria exposição e dos motivos dele, nós faríamos uma avaliação; ou seja, se abríamos, seguindo essa mesma seqüência, se faríamos uma nova inscrição. Eu acho que o foco principal é o depoimento do Sr. Arthur Wascheck Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. Quando V. Ex^a parou, faltavam 5 minutos e 40 segundos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Sr. Arthur Wascheck Neto, V. S^a confirma, então, que foi V. S^a quem encomendou a gravação da fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Confirmo quantas vezes V. Ex^a me perguntar. Eu fui responsável por isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Está bom. Muito obrigado. Isso é muito importante.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A única coisa de que eu não fui responsável foi ter entregue essa fita para a revista. Para mim, isso foi um crime. Mas isso eu não posso falar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu passo a reforçar a minha convicção de que essa parte do depoimento feito pelo Deputado Roberto Jefferson à Comissão de Ética da Câmara é uma parte fantasiosa, em que ele dizia que havia sido feita uma encomenda para a Abin. E o Sr. Maurício Marinho também falou isso, dizendo que passaram quarenta e cinco dias perseguindo-o. Eu até brinquei, ontem, e disse que poderiam passar quarenta e cinco anos sendo gravado, que nunca conseguiriam gravar uma cena como aquela, com a minha participação, como gravaram a dele.

Eu quero fazer-lhe um pedido a V. S^a, Sr. Arthur Wascheck Neto. Nós sabemos que as estruturas de corrupção que sangram os cofres públicos deste País, há muitos anos, e que nos impedem de ter recursos necessários para garantir políticas públicas fundamentais de direito de toda a população brasileira, precisam ser enfrentadas da maneira mais profunda possível. E, para enfrentar, é preciso que todos nós façamos um compromisso de que isso ocorra. Peço que, se V. S^a conhece outros mecanismos que podem ter facilitado negócios corruptos dentro da empresa estatal Correios, que V. S^a, por favor, nos descreva; entregue por escrito, inclusive, para esta CPMI, porque nós queremos investigar.

Quero dizer, também, que a sua decisão de trabalhar com a fita – e talvez hoje V. S^a revise essa posição – e de não ter entregue essa fita para o Ministério Público, por exemplo, é uma posição ruim do ponto de vista de um brasileiro que quer negócios lícitos, que quer combater a corrupção. Como eu disse ontem, aqui, nós temos, todos nós, todo o Brasil tem que se olhar e dizer o seguinte: nós, políticos, empresários, trabalhadores, professores, enfim, todos precisamos ter compromisso com a ética. Nós não podemos fazer aquela leitura simples de que é na política que nasce a corrupção. Não. A corrupção nasce na sociedade e ela tem representação no meio empresarial, no meio

político, no meio do Judiciário, enfim, em tantos e tantos meios.

Então, aceite aqui a minha crítica pessoal a esta conduta, porque percebo que V. S^a trabalhou com a idéia da fita para buscar benefícios. Não tratou de usar aquele momento para, de fato, combater a corrupção de forma republicana.

Por último, Sr. Presidente, insisto que os depoimentos e entrevistas do Deputado Roberto Jefferson estão sob forte suspeita em diversos aspectos do que ele tem dito. Isso não nos arreda um milímetro do compromisso de investigar tudo aquilo que ele eventualmente diga. Mas eu assisti ao programa Roda Viva, no último domingo – e até quero prestar homenagem ao jornalista Marco Aurélio Weissheimer, da agência Carta Maior, que faz um artigo interessante, e esse jornalista coloca que teve pouco desdobramento, no debate público, a parte da fala do Deputado Roberto Jefferson no programa Roda Viva, onde ele cita o financiamento do ex-banqueiro José Andrade Vieira, do antigo Bamerindus, à campanha do então candidato à eleição presidencial, Fernando Henrique Cardoso. Ele se refere aqui à primeira campanha. Segundo ele, o Deputado Roberto Jefferson diz no programa que o financiamento teria sido por dentro e por fora na primeira campanha de Fernando Henrique. Ele diz: “Tinha caixa-2, sim senhor, e vocês sabem disso” – disse o petebista em tom de desafio aos jornalistas. Mais adiante ele diz: “Eu estou afirmando a você” [não me lembro a quem ele falava]: “o PSDB destinou dinheiro ao PTB sem registro na Justiça Eleitoral”.

Então, eu fiz um requerimento, Sr. Presidente... Quero aqui fazer uma crítica, embora S. Ex^a não esteja aqui, mas o faço de forma evidentemente democrática e aberta, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que fez um conjunto de perguntas ao nosso depoente hoje: “Mas o senhor falou com Sílvio Pereira? E tem algum contato com alguém do PT?” etc. Então, esse tipo de visão partidarizada me preocupa. É evidente que o PT pode ter responsabilidades. Algum indicado pelo PT pode estar envolvido com algum ato ilícito e deve ser exemplarmente punido. Agora, nós precisamos conduzir... Quando há uma preocupação, ela deve ser republicana, que envolva a todos os partidos. Então, perguntar para o depoente se ele falou com alguém do PSDB, ou, para homenagear o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, perguntar se ele falou com alguém do PFL... Lógico que eu não vou fazer uma pergunta dessas, que seria uma pergunta infantil, quer dizer, de uma direção evidente. Então, para que essa direção partidarizadas nas perguntas?

O SR. (Orador Não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Está bem, mas eu digo que perguntou se tinha tido contato com alguém do PT.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Então eu concluo, Sr. Presidente, só dizendo que eu...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria que já nos encaminhassemos à conclusão. Por favor, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Isso. Eu vou encaminhando, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que apresentei um requerimento à nossa Comissão pedindo para – é evidente que não estou com pressa, pois sei que nós temos uma sequência de trabalho – que possamos ouvir o Sr. José Andrade Vieira a respeito desse tema que o Deputado Roberto Jefferson citou na entrevista ao programa Roda Viva do último domingo.

No mais, agradeço a sua compreensão de permitir que os suplentes atuantes tenham direito a voz, palavra e trabalho nesta CPMI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. (Orador Não Identificado) – Sr. Presidente, apenas para dizer ao Relator que o requerimento dele tem que ser votado depois da convocação do Deputado José Dirceu, na ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, nós todos temos uma...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Para mim, não há nenhum problema quanto à ordem cronológica, apenas fiz um requerimento para ouvir uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Está absolutamente registrado, Deputado Henrique Fontana.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Podemos instalar a CPI do setor elétrico, que é do Governo anterior e que vocês estão obstruindo, na Câmara, a instalação. Podemos também.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu também sou a favor da CPI do setor elétrico, já que o Deputado está me fazendo uma série de ilações, eu sou a favor da CPI do setor elétrico também.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Como nosso assunto não é a CPI do setor elétrico, passo a palavra para o Deputado José Eduardo Cardozo sobre a CPI dos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao Sr. Molina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Arthur.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu me confundi. Perdão, Sr. Arthur. O senhor é muito amigo do Sr. Molina, não é?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sou amigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É amigo? Há quantos anos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu conheci o Molina em 2001, ou 2002, na inauguração do Tribunal Arbitral de Brasília.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E desde então mantém contatos freqüentes com ele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sempre. Não, não assim tão freqüentes, mas sempre falo com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quantas vezes o senhor falou com ele este ano?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, muitas vezes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mais ou menos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, é difícil. Eu falo. Eu sempre vou jantar com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele disse que falou 30 vezes este ano com o senhor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Por aí. Eu sempre vou jantar com ele lá no Rio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Amigão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Amigo mesmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Amigão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Amigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele tem uma vida um pouco enrolada, não tem!?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ué, seu amigo!

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas vem cá, tem coisa que eu não sei, né!? Veja...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor se encontra com uma pessoa 30 vezes no ano, fala de negócios com ele – ele disse, no depoimento dele na polícia, que fala em negócios com o senhor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, veja bem:..

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não sabe do que ele vive?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei... Ele é consultor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Consultor de quem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele apresenta um cartão da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que projetos ele tocou com a Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não sei. À vida profissional do Molina, eu não tenho acesso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor sabia que, na Fundação Getúlio Vargas, ele não conseguiu concretizar nenhum projeto até hoje? Pelo menos ele diz isso no depoimento.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não? E ele vive do que, se não conseguiu nenhum projeto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele tem fazenda?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele fala para mim que tem uma mineração, uma fazenda, é consultor...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Consultor do quê? Só da FGV?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu até já falei em meu depoimento que eu tenho dois amigos consultores que eu não sei realmente o que são... Até o delegado brincou. Eu falei: “Eu acho que eles são bem malsucedidos como consultores, né?”

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas ele disse para o senhor que conhece muitos políticos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, ele fez uma referência de que conhecia alguns políticos. Mas eu nunca...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem ele conhecia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele falou no Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É que o senhor falou no plural: “políticos”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, é que ele transitava no meio político. Então, eu coloquei “políticos”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E ele mencionou apenas o Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja bem, eu quero ser sincero com o senhor. Respondo a qual-

quer pergunta. Sobre a vida particular do Molina, eu sei muito pouco. Como ele vive, o que ele ganha, sinceramente, eu tenho assim... nós aqui temos muitos problemas, assim... Ficamos dia e noite no trabalho. Na verdade, eu não sei. Se eu soubesse, falaria com o maior prazer, viu? Agora, eu sempre... tem muita coisa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sabe que eu acho curioso o senhor conhecer pouco da vida do Molina? Olha o que ele fala das conversas que mantém com o senhor. Está aqui: “Que neste ano conversou aproximadamente 30 vezes com Arthur, e que conversava com Arthur sobre vinhos, samba, churrascos e seus negócios”.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu sempre pergunto para o Molina... Calma, posso falar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Estou esperando. Aliás, sou todo ouvidos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu pergunto muito para o Molina: o que eu devo fazer? Que campo devo prospectar? Porque os negócios estão ficando... Eu preciso achar uma outra alternativa; eu preciso ganhar mais dinheiro...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele é seu conselheiro?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De certa forma, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque é um homem bem-sucedido em negócios. Eu só peço conselhos para quem é melhor do que eu. Imagino que V. S^a também.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Olha, Deputado, quanto a isso, eu respeito muito sua opinião; não quero desrespeitá-lo de forma alguma...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu não estou dando opinião, estou fazendo uma pergunta.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, eu estou dizendo para o senhor que o consulto, sim, sobre muita coisa, inclusive sobre vinhos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque ele é um homem bem-sucedido?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olhe, ele sabe muita coisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Do quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Parece, a mim, que ele é uma pessoa culta; parece, a mim, que ele é uma pessoa culta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Posso imaginar que o senhor, mexendo há 25 anos com licitação, imagine que ele deva conhecer bastante dessa área, ou de relações governamentais com

políticos. É isso que ele sabe? É essa consultoria que ele dá ao senhor?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu pergunto sobre mercado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que mercado?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O que vai acontecer com o dólar, por exemplo? O que vai ser da economia do Brasil daqui para diante? Se o setor terciário vai crescer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, ele é um economista de grande avaliação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, nas conversas que tenho, Deputado, ele entende de tudo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, para que o senhor precisa saber do preço do dólar se o senhor vende em reais?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, isso que estou dizendo: a tendência, se o dólar vai continuar caindo, se o dólar vai continuar subindo... Ele discorre normalmente sobre essas coisas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é um analista econômico?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, é uma pessoa que o senhor não sabe o que faz; é uma pessoa que...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu sei que ele é consultor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Da FGV.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que tipo de consultoria ele presta?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não conheço. Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele tem um cartão da FGV. Ele disse que nunca conseguiu nenhum projeto. Trabalha hoje em Belém, com o filho do Roberto Jefferson e, até agora, não recebeu nenhum pagamento da FGV. Pelo menos é o que está aqui.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, mas veja bem, eu não conheço...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é pós-graduado em economia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não sabe. Mas ele conhece bastante? De licitação não conhece nada.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De licitação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não conhece nada.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não participo de licitação com ele. Não preciso dele para nada. Sinceramente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não tem consultoria política com ele, sobre que pessoas procurar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder? Eu gostaria de responder. Eu já disse, eu consulto o Molina sobre vinho, sobre samba.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é um enólogo? (Pausa.)

Estou ouvindo o senhor, por favor. Não se sinta contrafeito com perguntas. Ele é um enólogo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe. Necessariamente, eu tenho que consultar um enólogo sobre vinho?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se o senhor me consultar, eu não conheço nada de vinho.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me. Para consultar leis, tem que ser com um juiz?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pode ser com um advogado. Mas consultar com um barbeiro, duvido que consultasse.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Se eu puder resumir a situação, eu digo o seguinte: é meu amigo, consulto-o quanto a assuntos diversos. Não tenho o tempo; não sei se falei 30 vezes com ele, falei bastante. Visito-o sempre.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou fazer uma suposição. O senhor conversa com ele sobre política. Ele é uma pessoa que se relaciona com vários políticos e foi por isso que o senhor o escolheu para ir falar com o Roberto Jefferson. Essa é a verdade. O senhor o escolheu sabe para quê? Para negociar a queda do Sr. Maurício. O senhor não queria atingir mais ninguém; o senhor queria derrubar o Sr. Maurício, escolheu uma pessoa que mantém contatos com a Administração Pública para fazer uma negociação. É isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Qual negociação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A queda do Sr. Maurício.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Eu que bolei isso. Eu quis fazer isso, mas eu não escolhi o Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Você o escolheu porque ele é uma pessoa afinada com políticos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, senhor. Não foi nada disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que o senhor o escolheu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder? A única pessoa... Escuta... O senhor me pergunta já dando minha resposta. Eu acho que fica difícil. A minha resposta não é a que o senhor está dando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, dê a sua resposta.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Minha resposta é a seguinte: conheci o Molina, conheço o Molina e ele tinha trânsito com o Roberto Jefferson. Achei que era suficiente não só entregar a fita ao Dr. Antônio Osório, mas também, ao Deputado Roberto Jefferson, por ser ele o Presidente do Partido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, o senhor queria só derrubar o Sr. Maurício.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não queria prejudicar mais ninguém?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Por que eu prejudicaria?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se houvesse bandidos outros envolvidos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Que bandidos? Envolvidos em quê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Amigos seus envolvidos nessa falcatrua toda.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não ando com bandido, Deputado. Desculpe-me.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não temia, então, prejudicar nenhum amigo seu com essa história?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sr. Presidente, estou-me sentindo ofendido com as questões. Eu gostaria de não responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não tente tergiversar, porque não estou respondendo, estou perguntando. Então, por favor, respeite o Parlamento da mesma forma que estou respeitando. Estou sendo contundente, mas não estou sendo ofensivo à honra de V. S^a. Então, responda ao Parlamento, responda ao povo brasileiro, porque aqui só há representantes. Não estou faltando-lhe com o respeito, não estou fazendo nenhum juízo de valores. Estou apertando o senhor, e o senhor está querendo fugir das respostas. Responda.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não fugi a nenhuma resposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, responda.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Respeito o Parlamento brasileiro. Desde que cheguei aqui, estou respondendo a todas as perguntas na maior educação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Também estou argüindo-o com a máxima educação, mas de forma contundente, porque tenho a impressão... Sou eu que estou falando agora. Veja, numa argüição, não há divisão de tempo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor pode falar mais devagar? É possível? Fica mais fácil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Falo. Por favor, se o senhor pudesse responder as perguntas, tenho pouco tempo e V. S^a tenta fugir sempre que é argüido.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado, não é justo. Não estou fugindo de pergunta nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quero saber o seguinte: o senhor só queria derrubar o Sr. Maurício? Mais nada. Responda.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E não queria prejudicar nenhuma outra pessoa, mesmo que estivesse envolvida nos fatos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas que pessoa eu vou prejudicar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Seus amigos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É o senhor quem diz isso, não sou eu. O que eu disse?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu leio para o senhor o que disse na Polícia.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Pode ler.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu leio. Eu sei que eu posso ler.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Agradeço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não precisa me dizer, eu sei.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu estou respeitando o senhor; fique tranqüilo. Estou falando alguma coisa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu também. Estou confirmando que tenho poderes para ler e o senhor de falar e de ouvir, cada um na sua vez. O senhor fala textualmente, Sr. Arthur: “Que nesse encontro fixou para Jairo que aquela gravação não poderia vazar para a imprensa, uma vez que não tinha

intenção de prejudicar pessoas amigas ou inocentes”, ou seja, amigas ou inocentes. Na medida em que o senhor excluiu inocentes, imagino que existam amigos que possam estar incriminados. Quem são?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja bem. A suposição que tenho, desde o início é que, na verdade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – ...o Marinho é responsável por tudo isso, por tudo aquilo ali, sabe? É muito difícil eu acreditar que tem alguém envolvido daquela maneira que o Marinho colocou. Então, a preocupação minha foi que não respingasse em qualquer outra pessoa que não fosse ele. Quando me refiro a amigos ou inocentes, reporto-me a qualquer pessoa que não fosse o Marinho. A idéia minha... Falei com o Deputado, falei com quem me perguntou aqui, que eu, nessa fita, tinha um objetivo: mostrar para o Dr. Osório o que estava ocorrendo, que estava falando em nome dele.

Se me permite, posso continuar? O Deputado falou: “Você cita o nome de uma pessoa aqui. O Governador do Rio Grande do Sul”. A pessoa cita o nome. Então, é muito fácil falar em nome dos outros. A minha preocupação é o sujeito falar em nome de uma pessoa, e depois começa a respingar para cá e para lá. Eu quis evitar isso. Essa foi a minha referência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aliás, o senhor fez uma consideração muito interessante, quando argüido pelo Deputado Jorge Bittar. Disse que não encaminhou diretamente ao Sr. Osório e que preferiu essa pessoa que o senhor não sabe direito o que faz, que é o Sr. Molina, para conversar com o Roberto Jefferson, porque o Osório era uma pessoa muito próxima do Marinho. O senhor disse isso e não eu. Não disse?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Disse. Posso responder?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu não perguntei; o senhor disse isso. E já que disse isso, parece-me curioso que fale que o Sr. Osório é uma pessoa honesta, de poucas posses, mas próximo de uma pessoa que o senhor descreve como essa figura que é. Quando o senhor diz que não tinha medo de prejudicar amigos, um desses amigos não é o Sr. Osório? Ou é o Sr. Adauto que antecedeu o Sr. Osório? Ou os dois?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essa pergunta já foi feita algumas vezes. Eu não sou amigo do Dr. Osório. Você pode considerar uma pessoa amiga de várias formas. Você é uma pessoa conhecida... Conheço o Adauto há quinze anos. Também não tenho relacionamento comercial com o Adauto, mas profissional. Eu

ia lá e dizia: “Adauto, estou aqui. Não sei o quê”. Isso acontece. Sou um fornecedor. Quer queira quer não, não sou um marginal. Sou um fornecedor. O Adauto, quer queira quer não, era Chefe do Decam. Como não conversar com o Chefe do Decam, entendeu?

Com relação ao Dr. Osório, ele ficou muito próximo do Marinho mesmo; com certeza, Deputado. Estou dizendo que, na verdade, não existia mais Dr. Antônio Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas não sabia das irregularidades, próximo, ligado...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Como eu vou saber? Eu quis mostrar a ele que havia irregularidades. Se ele sabia, ficava para ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se o senhor tivesse certeza de que ele não estava envolvido, por que o senhor não levou a fita ao Chefe e procurou uma pessoa estranha chamada Molina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quem é o chefe?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Osório. Ele não é chefe de Maurício?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu ia entregar ao Osório de qualquer maneira. Apenas raciocinei, em determinado momento, que tinha de ser mais contundente. A partir daquilo ali, eu achava que dava para mostrar o que o Marinho estava fazendo e falando... Posso concluir? O senhor fique à vontade. Se quiser perguntar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Estou à vontade. O senhor me deixa à vontade no Parlamento. Pois não, continue.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Desculpe-me, Deputado. Eu não estou querendo ofendê-lo de forma alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por favor, continue.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Estou querendo explicar que o Marinho se tornou muito próximo do Osório. Achei que, entregando a fita ao Deputado Roberto Jefferson, seria um reforço, porque foi ele quem nomeou a Diretoria. Eu ia entregar aquela fita ao Deputado... ao Diretor Antônio Osório de qualquer maneira, com ou sem Deputado Roberto Jefferson. O senhor pode ter certeza disso. A decisão foi minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que o senhor demorou tanto? Quanto tempo o senhor demorou para encaminhar a fita ao Sr. Osório depois que o Sr. Molina falou que o Jefferson havia mandado o senhor entregar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – No máximo, doze horas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No máximo, doze horas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entreguei no outro dia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor entregou no outro dia.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que ele lhe informou? Nessa conversa do Molina com o senhor, o que ele lhe falou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele falou o seguinte: que tinha uma orientação do Deputado Roberto Jefferson, para que eu encaminhasse essa fita ao Dr. Antônio Osório, que tomaria a providência cabível. Só isso. Eu fiz exatamente isso. Peguei a fita e no outro dia a encaminei à secretária.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi depois que o próprio Maurício havia pedido afastamento, não foi?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, senhor. Aí não. De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo, eu só gostaria que V. Ex^a concluísse, porque o tempo já ultrapassou em três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Concluirei agora.

Perceba que o senhor está contradizendo o seu depoimento na Polícia. O senhor fala o seguinte: “Quando este lhe disse que Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue ao Antônio Osório e que esse tomaria as providências necessárias para demitir Maurício Marinho. Que, de fato, Maurício Marinho, no dia seguinte, licenciou-se da função. Que um dia depois, ou seja, no dia 4 ou 5 de maio mandou entregar a gravação à Diretoria na Administração da ECT”. Ou seja, depois que ele se licenciou, o senhor mandou a fita.

O senhor está se contradizendo.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Não estou me contradizendo nem me contradisse em hora nenhuma aqui. Gostaria de expor a V. Ex^a o que aconteceu novamente.

Fui instruído pelo Sr. Molina, depois da conversa dele com o Deputado Roberto Jefferson, a entregar a fita ao Dr. Antônio Osório. Logo depois que este pegou a fita, o Sr. Marinho pediu licença.

Eu não me contradisse em nada. Estou colocando exatamente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se me permite, lerei novamente o que V. S^a disse na Polícia. Pode ser que eu esteja lendo mal – seria um problema meu.

O senhor disse o seguinte:

Que se encontrou com o Molina em frente ao Senado Federal, quando esse lhe disse que Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue a Antônio Osório e que esse tomaria as providências necessárias para demitir Maurício Marinho; que de fato Maurício Marinho, no dia seguinte, licenciou-se da sua função; que, um dia depois, ou seja, o dia 4 ou 5 [Marinho licenciou-se no dia 3], mandou entregar a gravação à Diretoria da Administração da ECT.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Vou repetir o que eu disse a V. Ex^a, novamente.

Eu disse que fui instruído pelo Molina a entregar a fita ao Dr. Antônio Osório. Eu entreguei a fita para o Dr. Antônio Osório. Depois da entrega da fita para o Dr. Antônio Osório, o Sr. Marinho pediu licença, alegando motivo de saúde.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pelo que o senhor está dizendo e consta aqui, o Sr. Marinho pediu licença no dia 3. O senhor disse que entregou no dia 4 ou 5. Não está diferente o que o senhor está dizendo agora do que está aqui? O senhor falou: “No dia 3, ele saiu”.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Penso que V. Ex^a está fazendo confusão. Estou repetindo o que eu falei na Polícia Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vou ler pela última vez. Então, farei a última pergunta e acabo, Sr. Presidente. Comprometo-me.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Posso ler?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por favor, leia comigo. Está na página 331:

Que, de fato, Maurício Marinho, no dia seguinte, licenciou-se de sua função; que um dia depois, ou seja, nos dias 4 e 5 [observe V. S^a que Maurício licenciou-se no dia 3], mandou entregar a gravação à Diretoria da Administração da ECT.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Não. Eu tive o encontro no dia 3 e entreguei a fita no dia 4. O Sr. Marinho licenciou-se depois que eu entreguei a fita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor mesmo, no depoimento, disse que foi um dia depois.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Mas eu entreguei a fita... Deputado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não está dizendo, no depoimento na Polícia Federal, que entregou um dia depois que ele se licenciou?

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Não. Eu entreguei a fita um dia depois que o Molina esteve com o Deputado Roberto Jefferson. Foi logo depois – 12 horas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi no dia 3.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – No dia 3, o Molina me disse, à noite, que era para eu entregar a fita. Eu entreguei no outro dia, no dia 4.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E no mesmo dia 3?

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Dia 4. Eu falei dia 4. V. Ex^a está confundindo a data.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não estou confundindo. Posso assegurar-lhe que consta dos autos que o Deputado Roberto Jefferson disse que foi no dia 3; que, ontem, o Sr. Maurício afirmou que foi no dia 3; o senhor diz aqui que foi no dia 3 e, depois, afirma que é um dia depois. Então, o dia depois do 3, se não erro na aritmética, é o dia 4.

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – A minha resposta para a sua pergunta é bem clara. No dia 3, estive com o Sr. Molina, que me disse que entregasse a fita para o Dr. Osório um dia depois. Um dia depois, eu entreguei a fita. Após eu entregar a fita, o Sr. Marinho pediu demissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vou fazer-lhe a última pergunta, porque já acabou o meu tempo.

É uma ilação minha e peço que o senhor diga se estou errado ou não. Sabe o que entendo que aconteceu? O senhor acionou o Sr. Molina, pessoa que mantém relações na área política, para iniciar uma negociação com o Deputado Roberto Jefferson para derrubar o Sr. Maurício e o senhor ter situações outras na ECT. O senhor, então, abafaria a fita. Isso foi feito no dia 3.

Imediatamente no dia 3, o Deputado Roberto Jefferson avisou o Sr. Osório, dizendo: “Afasto o cara da empresa, porque estou tentando negociar essa fita”. O senhor, então, depois desse fato, um ou dois dias, manda a fita para a empresa, estabelecendo a negociação via Sr. Molina com o Sr. Roberto Jefferson.

Mas uma araponga estoura para a revista, implode o seu esquema e o Sr. Roberto Jefferson, que, a partir de então, para se preservar dessa podridão inteira, começa a fazer uma série de outras denúncias. Estou errado?

O SR. ARTHUR WASHECK NETO – Completamente errado, equivocado e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Para fechar lista, o próximo orador é o Deputado Nélcio Dias e, em seguida, o Deputado Gustavo Fruet; depois, o Deputado Álvaro Dias e o Deputado Geraldo Thadeu. Por último, mas não menos importante, será o Deputado Jamil Murad.

Assim, terminaremos a reunião, porque as inscrições estão absolutamente encerradas a partir de agora.

Concedo a palavra ao Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Arthur, V. S^a afirmou hoje aqui que venceu uma concorrência das capas e que elas tinham defeitos que foram consertados pela sua empresa. Foi isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Perfeitamente.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Mas ontem o Sr. Maurício disse aqui que as capas eram confeccionadas na China. O senhor tem algo a dizer sobre isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tenho. Eu importei da China. Essa máquina, essa máquina cuja costura...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor importou a máquina ou as capas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu importei as capas. Eu tive que achar uma máquina que fizesse essa costura, uma costura a frio. É uma máquina difícil de achar.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor importou legalmente essas capas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu só importo legalmente.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor afirma que comprou uma empresa de informática, que funciona no aeroporto, de um empresário de Recife. O senhor comprou de um empresário de Recife?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Qual é o nome desse empresário?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Leonardo Marinho e Roberto Marinho.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Há quanto tempo ela funcionava no aeroporto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Há quanto tempo? Bom, eu devo tê-la há um ano e meio, dois anos. Anterior a isso, eu posso verificar. Eu posso dar uma informação depois, subsequente?

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Pode, pois não.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Faço questão. Eu pego o contrato social. Posso entregar o contrato social. Eu já peguei uma empresa já em funcionamento, Deputado.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Tudo bem! O senhor afirma que o Sr. Maurício o prejudicou quando não multava outras empresas? Foi isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Absoluto.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Quais as empresas que ele multou e quais as que ele não multou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que ele não multou ninguém. O que multou...

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – E as que ele não multou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O nome das empresas?

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, a Proteline foi uma que não pagou multa.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Qual?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Proteline.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor poderia fazer uma relação e entregar aqui na Comissão das que ele não multou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não tenho essas empresas todas. Eu conheço uma, essa que eu tenho certeza de que não foi multada. Se foi, foi depois de muito, muito problema ou de alguma repercussão da mídia. Das outras empresas eu teria que fazer um levantamento nos Correios. Eles não me vão deixar fazer, com certeza.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Qual é o nome da empresa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não tenho. Eu não tenho. Mas ele se gabou, ele se gaba de nunca ter multado mais ninguém nos Correios.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – O senhor afirma que tomou a iniciativa de gravar as fitas sem conhecimento do seu sócio? Foi isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Por quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Acho que ele não aprovaria. Eu precisava tomar uma atitude. Acho que ele não aprovaria, com certeza.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Há quanto tempo o senhor é sócio dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, nós temos de 15 a 20 anos.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, o senhor traiu a confiança do seu sócio?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – De certa forma, sim. Nesse sentido, sim.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Está bom. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Nélio Dias.

Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Intervenção rápida. Um padre da minha cidade diz que a intervenção ideal tem que

ser a intervenção minissaia: justa, curta e provocante. (Risos.) Mas, por mais objetiva que se queira ser, há alguns momentos em que acaba havendo um debate em que se mistura a objetividade de um trabalho de uma CPI e, ao final, o relator vai ter que filtrar o que há de aproveitável, de real e separar o que há de imaginário, mais o debate político.

Eu não tenho procuração, mas faço duas observações, para insistir na argumentação de que não há problema nenhum em investigar fatos de Governos anteriores, é fundamental, mas um erro não pode legitimar outro erro e é um equívoco muito arriscado essa estratégia ou essa tática de toda vez tentar criar uma confusão com fatos passados, tentando também partidarizar. Eu faço essa observação primeiro. Quando o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto fez a citação do Sílvio Pereira, isso se deve à denúncia grave – que será ou não qualificada ou desqualificada ao longo da investigação – por parte do Sr. Maurício Marinho de que dois diretores importantes de duas diretorias importantes dos Correios foram indicados pelo Sr. Sílvio Pereira. Nós não fizemos nenhum prejulgamento, mas, quando ele fez essa observação, foi em função da denúncia grave formulada no dia de ontem, não foi com a intenção de desejar prejudicar ninguém. Pedir a convocação do ex-Senador José Eduardo de Andrade Vieira não há problema. Mas veja as consequências. A primeira delas: quem está ampliando a investigação não é a Oposição. A votação desse requerimento e do requerimento da Senadora referente aos contratos da Marinha não há objeção, mas esse precedente irá estabelecer se estará ampliando ou não. Veja a contradição. O Governo trabalhou para restringir a investigação desta CPMI e agora, involuntariamente, está procurando ampliar a investigação. E, sob o aspecto político, resalto que duas pessoas da maior importância ligadas ao ex-Senador José Eduardo de Andrade Vieira, que foram ligadas a Governos anteriores, são peças-chave na Base de sustentação do atual Governo.

Um, a quem estimo, o Deputado José Borba, Líder do PMDB e, outro, saiu há duas semanas, demitido pelo Governo da Diretoria da Embratur, o Sr. Emerson Palmieri, que é Primeiro Secretário Nacional do PTB e esta semana teve documentos apreendidos em sua propriedade no Estado do Paraná. Então, insisto, um erro não justifica outro. Olhe o precedente que se está abrindo e a contradição com relação a algumas iniciativas.

O segundo ponto, também sem ter procuração, ficou clara a posição do Governador Germano Rigotto. Não estamos prejulgando, estamos investigando e ficou muito claro o depoimento do Sr. Arthur com relação

à utilização indevida do nome dele nesse processo, nesse episódio.

As perguntas que faço de forma objetiva são: primeiro, o senhor já fez outras gravações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Jamais, te falei. Foi a primeira e a última. Nunca mais.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento se o Sr. Molina fez outras gravações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, isso não sei. Veja bem. Esse problema do Molina, se me permite...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, como o Molina é, o que ele pensa, o que ele faz não me diz respeito. Eu tenho uma pessoa que conheço, com quem tenho uma convivência, não é uma convivência estreita de falar todo dia, mas o que o Molina faz é uma coisa que, sinceramente, para mim, eu... Nunca fiz. Se ele fez gravação, não sei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Independentemente de gravação, alguma vez o senhor já denunciou algum esquema de licitação viciada?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nunca. Nunca denunciei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Qual é a sua relação com o Sr. Joel Santos Filho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Joel é amigo meu. Esse é muito mais amigo do que o Molina.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas quando é que se estabeleceu, quando é que começou essa relação com o Sr. Joel Santos Filho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Quando o Joel trabalhava no Ministério da Educação, na Secretaria de Projetos Especiais, eles construíam... Era a empresa, na ocasião, que construiu os Caics, os Ciacs.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Em algum momento... Quer dizer, o senhor insiste que nunca fez nenhuma denúncia com relação a vícios em licitação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Insisto. Não, não fiz.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – De forma objetiva, Sr. Presidente, leio aqui o depoimento do Joel Santos Filho, que afirma que conhece o Sr. Arthur desde 92, quando era coordenador no Mec; que conheceu o Arthur pois o mesmo participava de licitações na Secretaria de Projetos Educacionais; que Arthur neste época delatou o esquema de propina na secretaria tendo sido encarregado pelo Secretário Cleto de Assis para integrar a comissão de licitação;

que fora orientado a observar a atuação do presidente da comissão de licitação, que estava sob suspeita, de nome Arnaldo e, mais adiante afirma que, há aproximadamente dois anos, Arthur ligou para o declarante dizendo que estava tendo problemas de licitações na Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo e que essas licitações diziam respeito a compra de uniformes escolares; que Arthur contou que as empresas, citou dentre outras, estavam tendo privilégios nas licitações, e que Arthur encaminhou ao declarante uma série de documentação para que fosse analisada. Vem, na sequência, a manifestação do Sr. Joel.

Faço a observação porque, sem querer fazer disso uma ilação neste momento, mas o seu depoimento e essa investigação são para desvendar três possibilidades. Uma: se esse é um caso isolado e, portanto, trata-se de uma disputa comercial sua, da sua empresa, que teve interesses contrariados ou em licitação, ou na execução de contratos com os Correios, ou se trata de algo maior. E surpreende que, para uma denúncia dessa, pelo menos cinco pessoas participem sendo que três ligadas à área de informação, particularmente o Sr. Molina, o Sr. Fortuna e o Sr. Jairo Martins. É impressionante o tiro que o senhor usou. O senhor usou um canhão para matar um passarinho. Desculpe-me a impressão, mas é impressionante a estrutura fabulosa montada para denunciar uma pequena licitação ou, além disso, é algo maior que passa pelo loteamento de cargos na Administração Pública, particularmente nessa diretoria, e eventual envolvimento de outras pessoas em outras diretorias, particularmente na área de tecnologia e operações. Portanto, essa investigação é seria porque ela não vai se restringir somente ao seu contrato. Pode ser que ao final se constate que era um fato isolado, e assunto encerrado, e não é nem motivo de CPI. Isso resolveríamos no tribunal de Pequenas Causas porque estamos criando uma investigação tão ampla para analisar um contrato dessa natureza. Faço essa observação para juntar para que o Relator solicite o depoimento do Sr. Joel Santos Filho e, posteriormente, é objeto já de uma convocação do PSDB para que ele compareça à CPI.

Pergunto também: o senhor tem dois contratos hoje com o Governo: Correios e Marinha. O senhor participa de outras licitações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder a todas as perguntas?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Claro.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não denunciei nada na Cepesp. Eu gostaria que o Joel dissesse... Estou respondendo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não, mas não fiz pergunta. Eu só comuniquei a declaração do Sr. Joel.

Nessas contradições não estou julgando o senhor agora. Caberá, depois ao Relator e à Comissão, avaliar o que tem de real e imaginário e filtrar o que é aproveitável ou não, mas é para mostrar que há uma série de contradições não só no seu depoimento, mas...

De forma alguma, estou perguntando. Estou perguntando das licitações.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Veja, eu gostaria, se for permitido, se houver tempo, que não houvesse contradições. A contradição seria o quê? Uma coisa que eu falo, e é outra. Eu não fiz denúncia contra a Cepesp, de forma alguma. Isso pode olhar, inclusive investigar. Com certeza, vai ser investigado.

Dois, não fiz denúncia contra a prefeitura de São Paulo. Eu pedi para o Joel dar uma olhada para mim. Eu não escrevi nada, não falei: Olha, está acontecendo isso, isso e isso. Isso não é denúncia, entendeu?

Outra coisa.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O Joel trabalhava com empresas com interesse no Governo também, em Brasília?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não trabalha.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nunca trabalhou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Joel trabalhou na Cepesp. Na Cepesp, ele era, lá, acho que era substituto. Na época, era diretor substituto, uma coisa nessa linha. Não sei, não lembro do cara, é muito tempo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E, com relação à pergunta, o senhor participou de outras licitações no atual Governo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. Ganhei... Acabei de assinar um contrato com o Exército.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Com o Exército e com os Correios.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Com os Correios, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não? Só com o Exército?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Inclusive acabei de fazer um fornecimento para o Exército, grande, e peguei outro, entendeu?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor ganhou alguma licitação, contrato com a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ganhei. Agora não sei se eles empenharam para mim, em

função das denúncias. Começou a aparecer no jornal. Desenvolvi uma bota especial lá para eles e não sei se eles empenharam. Estou ausente há vinte dias da empresa.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está certo.

Sr. Presidente, era só para registrar. Então, quero solicitar essas informações...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – E havia, só para complementar melhor ainda, para não haver esse problema de contradições, que eu gostaria que não houvesse, eu gostaria de esclarecer tudo o que está colocado aqui, foi tentado também... As Forças Especiais da Polícia Federal encomendaram um tanto de botas, essa bota tática especial que a própria Polícia Rodoviária Federal ia fazer.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, solicito também ao Relator... Lendo nos termos das declarações na Polícia Federal a qualificação do Jairo Martins – coincidentemente, nós o ouvimos no Conselho de Ética, quando foi cassado o Deputado André Luiz –, vimos que a qualificação que ele fez lá é totalmente diversa. E o prontuário juntado é totalmente diverso do apresentado à Polícia Federal. Inclusive com a indicação dele para a Abin pelo Coronel Loureiro, do Exército Brasileiro.

Então, haveria esses documentos, mas como estavam no processo, que o Relator solicite ao Conselho de Ética o prontuário e a qualificação do Jairo Martins, dentro daquela linha de investigação, para se verificar a conexão. E também ao Tribunal de Contas da União a análise dos contratos que foram denunciados, que estão sendo objeto desta investigação. São as considerações, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, faltando 30 segundos, eu perguntaria se o Deputado Eduardo Paes poderia fazer uma pergunta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como colega de Partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem 25 segundos, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dr. Wascheck, o senhor tem algum tipo de relação em alto escalão neste Governo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não tem nenhum tipo de relação, o senhor não tem contato com nenhuma pessoa de alto escalão desse Governo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No Ministério das Comunicações, o senhor não tem relação com ninguém do alto escalão?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Não conheço o Ministro, não conheço...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não conhece o Ministro, não conhece ninguém do gabinete do Ministro, ninguém da estrutura do Ministro?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Com certeza, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor afirma?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Afirmo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor tem certeza do que o senhor está dizendo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Categoricamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sr. Presidente, poderia eu fazer uma consideração pequena?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok. E aí, depois da consideração, está com a palavra o Deputado Álvaro Dias.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado Fruet, eu não conheço o Fortuna, eu o vi uma vez. Então, ele não tem conexão com o Fortuna. Eu gostaria que ficasse bem claro. Eu tenho amizade com o Joel e com o Molina e pedi os dois favores. É só para esclarecer para o senhor. É claro, vai ser investigado, mas estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Álvaro Dias; depois, o Deputado Geraldo Thadeu e, por último, o Deputado Jamil Murad, e nós encerramos as perguntas.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quantas empresas possui, e quais são?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu tenho duas, a Comam e a Vetor. E mais a Agenda Brasília, que é um quiosque de turismo no aeroporto. Aliás, a Agenda Brasília é ponto de... Ela subloca lojas no aeroporto, alguns pontos de informática, de prestação de serviços de informática, e a Agenda Turismo é um quiosque no aeroporto de venda de passagem.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então, são quatro empresas.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – São quatro empresas. Vetor Assessoria, Comam Comercial, Agenda Turismo e Agenda Brasília.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quantas licitações ganhou na ECT, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entre 2002 e 2005, três licitações.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Três licitações.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Só para a Comam; a Vetor não vende para órgão público.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então, todas as três foram ganhas pela Comam...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – ...que, segundo a imprensa divulgou, cuida de cama, mesa, banho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É. Expliquei que o meu contrato social é amplo, mas nunca vendi cama, mesa e banho. A imprensa veiculou muita coisa que não corresponde à realidade.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Não pagou, nem lhe pediram propina em nenhuma dessas licitações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, licitações bem...

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Não pagou, nem pediram?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nem me pediram, nem eu paguei.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – No entanto, você sabia que existia o esquema de propina na Empresa dos Correios e Telégrafos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Esse é um assunto que já abordei. Achei que havia. Num momento, as coisas começaram a acontecer diferente dentro dos Correios, ou seja, empresas entregando material fora da especificação da norma técnica que prescreveu o edital. O edital prescrevia pena de multa e suspensão, ninguém era multado, nem era suspenso. Então, senti que tinha alguma coisa errada. Ouvi dizer sim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Ouviu dizer, então, que tinha um esquema de propina?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim. Sim, senhor.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Você ganhou essas... Estava em atraso com a entrega das capas de chuva e foi multado por não ter... Com relação à entrega dos cofres, recebeu uma multa, não foi?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, a multa dos cofres analisei aqui, considerei a multa justa pelo meu atraso, porém muito alta. Isso foi em 2002, fui multado em 2003.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Isso não teve nada a ver com a gravação da fita?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, porque foi anterior ao Maurício Marinho. Isso transitou em julgado, Deputado.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Por que você mandou entregar a fita ao Deputado Roberto Jefferson e não ao Ministério Público?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi uma decisão que tomei. Na hora, não mandei entregar ao Roberto Jefferson. Perguntei ao Molina: Molina, vale a pena entregar para o Roberto Jefferson? Analise você – você tem um trânsito com o Roberto Jefferson – se vale a pena entregar ou não. Eu disse: a questão é entregue se quiser; você não é forçado a fazer nada. O Molina avaliou que deveria entregar. Eu iria entregar a fita de qualquer maneira – eu fiz foi para isso – ao Dr. Antonio Osório.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Para punir Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E ele não teria uma punição melhor se tivesse sido entregue ao Ministério Público?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado, acredito que sim, o senhor está afirmando uma coisa correta. Mas, na minha visão, pensei diferente. A decisão que tomei foi essa, não adianta eu mudar.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Você acha que ele seria melhor punido entregando a fita ao Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, ao Roberto Jefferson não; ao Dr. Antonio Osório. O Roberto Jefferson... Fiz uma avaliação com o Molina. Ele achou que era melhor entregar.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Você disse que a Abin não esteve envolvida na gravação da fita que você mandou fazer?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Comigo não, comigo não.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Mas você sabia que Jairo era ex-funcionário da Abin?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não sabia. O Jairo foi apresentado para mim – posso elucidar esse caso? Posso elucidar para o senhor?

O Jairo foi apresentado para mim. Procurei inicialmente uma pessoa que pudesse fazer uma varredura no meu escritório. Ele se apresentou com uniforme, foi com uma camisa da SAM Alarmes. Mexia com telecomunicação, com varredura. Comecei a estender o assunto e perguntei: você conhece isso assim, equipamento assim? Ele disse: conheço. Quero fazer uma gravação. Eu disse que era nos Correios, mas não disse

que era sobre Marinho. E, sobre a ligação dele com a Abin, eu não sabia. Soube depois.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Você afirmou, no seu depoimento, que várias empresas forneciam produtos totalmente fora das especificações e tinham a cobertura de Maurício Marinho. Que empresas são essas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Citei duas aqui só, porque tenho conhecimento de causa. Eles tentavam, ganhavam a licitação. Ganha a licitação. E, a partir daí, começavam a querer impor um produto que estava em desacordo com as especificações. Tentavam impor. E o padrão disso era o Marinho.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Eles tentavam impor, impunham, entregavam o produto fora das especificações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Entregavam, e os Correios recusavam. O Marinho forçava a barra para receber. Entregava de novo, voltava de novo. Mas isso, nesse meio tempo, Deputado, ninguém foi punido com multa, ninguém foi punido com nada.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quais as empresas?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Citei a Proteline e a Dismafe.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Álvaro Dias.

Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, meu caro Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Acho que não vou utilizar tanto. Sr. Presidente.

Sr. Arthur, o senhor tem uma grande experiência pelos vinte anos trabalhando em Brasília. O senhor nunca teve ligação política com alguém?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi uma opção que eu fiz. Para mim, na verdade, nunca tive. Foi uma opção que eu fiz. Eu poderia ter. Não faltaram oportunidades.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor nunca usou de influência política para chegar onde queria?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, eu usei trabalho. Eu trabalho mais de 12 horas por dia, Deputado. Eu trabalhei pra caramba. O que eu pude aproveitar, eu aproveitei. Agora, ligação política, eu não fiz. Sinceramente, o senhor pode ver. Eu nunca ajudei em campanha...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor nunca patrocinou campanha da alguém? Ajudou na campanha de alguém?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não. Acho que o meu dinheiro não é tão grande para isso. Uma campanha é cara, né? Para mim, é difícil.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor disse que – ficou muito claro –, com a multa que o senhor recebeu do contrato dos cofres, se sentiu prejudicado, porque o senhor viu que foi rigorosa a atuação contra o senhor. E o senhor sabia que outras empresas não cumpriam o contrato e não eram multadas. Aí, o senhor ficou revoltado. Foi isso?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso esclarecer para o senhor?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A multa dos Correios, considereei justa. Eu atrasei, sim. Mas foi rigorosa demais. Poderia haver uma penalidade um pouco menor. Vinte por cento é a penalidade máxima. Entendeu, Deputado? Bom, depois que o Maurício Marinho assumiu, comecei a ver empresas não sendo multadas, não sendo punidas – regra geral –, não sendo suspensas, não sendo punidas e tentando entregar material fora do que previa a especificação. Aí, eu falei “por que sou multado dessa forma radical”? Tive que refazer 800 cofres. Cada cofre pesando 800 quilos. Pensei “e as pessoas estão nadando de brçada. Não é justo”. Não é justo. Entendeu? Tive que tomar uma atitude. Ninguém ganhava mais concorrência. Desse jeito, não ganha. O senhor, Deputado, podendo entregar material fora da especificação, não ganha. O senhor pode ser dono de qualquer empresa. O senhor pode ter incentivo fiscal, o senhor pode ter o que for, o senhor não ganha. A matéria-prima é a base de tudo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Como foi aquela questão que o senhor entrou numa concorrência, ganhou, mas não levou, porque estava o preço muito baixo. Como o senhor entra numa concorrência com um preço, sabendo que não vai empregar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não é assim. A gente tem um limite. Você calcula uma margem e vai até onde a margem der. Temos a margem de risco. A partir daí, você não pode fazer mais nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pois é, mas quando o senhor coloca um preço na concorrência, o senhor sabe se pode entregar ou não. Como é que o senhor faz uma concorrência, participa de uma concorrência, sabendo que não ia entregar; e vence, e não entrega?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu sempre entreguei tudo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor mesmo falou que houve uma concorrência que o

senhor não entregou. O preço era tão baixo, que não valia a pena.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não foi isso. A proposta... Posso esclarecer para o senhor?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Foi o seguinte: ganhei dois itens pequenos, carrinhos, rodízios. Esse carrinho, a minha proposta venceu. Os Correios não fizeram o contrato comigo. A minha proposta venceu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Venceu, como? Explica isso.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A proposta tem validade de 60 dias, normalmente. Então, ultrapassou o limite. Eles não podiam contratar se eu não renovasse a proposta. O senhor entendeu? Como eu analisei os preços naquela ocasião, vi que não tinha condição mais de assinar aquele contrato e não renovei a proposta. Foi isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não vou prolongar muito, porque acho que todos foram exaustivamente argüidos. O senhor falou de duas empresas, da Proteline e a Dismaf. A Proteline, parece que o senhor falou que tinha uma interferência política. De quem era?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu não falei interferência.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Era meio apadrinhado de quem?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu falei que o dono sempre citava o Governador do Rio Grande do Sul. Mas achei, na minha visão, que as pessoas usam facilmente o nome das outras. Jamais acredito – não conheço o Governador, não sei – que ele estaria apadrinhando uma empresa naquelas condições. Então, só falei isso como exemplo para dizer que é muito fácil falar em nome dos outros.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a Dismaf?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – A Dismaf, não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem era padrinho da Dismaf?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei. A Dismaf, não tenho ligação com ela, não conheço. Bom, esse negócio de arrastar, de não multar, essas coisas todas dizem respeito ao Marinho, ao Sr. Maurício Marinho.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabia da ligação política do Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Olha, sabia de ouvir nos corredores...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O que o senhor ouvia?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Que era ligado com... Foi uma indicação do Partido...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De quem? Qual o Partido?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – PTB.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – PTB?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – PTB.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O Sr. Maurício Marinho?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim. Só isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele disse que é de carreira e tal...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ele é de carreira.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É de carreira.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas a indicação para um cargo de direção é sempre...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, com certeza, ainda mais um cargo desse. O Decam é um cargo tão importante quanto uma diretoria. É evidente que, na hora “H”, quem bate o martelo é o diretor, mas execução de contrato...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A execução de contrato. O senhor teve notícia de alguma empresa que entregou algum produto que não estava dentro da especificação?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Essas duas que eu citei para o senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Entregavam e aceitavam?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Tentaram entregar. Não aceitaram, porque tinha alguém barrando, mas o Marinho sempre forçou a barra para aceitar.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, eu gostaria de dizer para o senhor que...

Então, o senhor não tem nenhuma preocupação de envolvimento político, de tráfico de influência, na vida do senhor de vinte anos de empresa? Nada, nada, nada? Posso sugerir uma coisa ao senhor? Coloca o seu sigilo bancário e telefônico à disposição.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – À disposição.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, Sr. Presidente, os sigilos bancário e telefônico do Sr. Arthur ficam à disposição, de acordo com a proposta do senhor. Acho que até ajuda o senhor nisso, se for essa a versão que o senhor está dando.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está correto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Está correto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que eu vejo que, às vezes, em alguns momentos, nobres colegas ficam naquela preocupação do que era para trás, do que é agora. Acho que estamos passando por um momento muito difícil, principalmente na questão política. Estou no primeiro mandato aqui e vim para o Congresso Nacional com todo o ideal de servir e de ser útil à sociedade. O PPS é um Partido independente. É um Partido que não é nem de oposição nem de situação. Fico muito tranquilo nessa posição, aqui, acho que de justiça, de respeitar, de querer a verdade – nós queremos a verdade. Não temos de buscar para frente, para trás, onde é, onde não é; buscar a verdade, saber a verdade.

Por isso, parabeno o Sr. Presidente, pela condução tranquila, paciente como tem se mostrado aqui, e mesmo o Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Acho que este é um momento histórico que temos, para passar muita coisa a limpo na classe política e no Congresso Nacional. Que este País possa realmente saber as coisas. Hoje, a população clama para saber a verdade. Acho que aqui temos de buscar essa verdade, custe o que custar, independente de tudo.

Então, é isso que eu deixo ao Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. A Mesa solicita a V. Ex^a a apresentação do requerimento com relação aos sigilos, para que cumpramos a formalização com vistas a atender o pedido, uma vez que o próprio deponente já se colocou à disposição nesse sentido.

Passo a palavra, agora, para fechar a oitiva do Sr. Arthur Wascheck, ao nosso caro Deputado Jamil Murad. Dez minutos, por favor, meu caro Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mais uma pequena interrupção. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria cumprimentá-los pela forma eficiente e competente com que têm dirigido os trabalhos. Estamos em uma missão muito especial, em nome da sociedade brasileira.

Como sou o último, praticamente poucas questões me restaram para perguntar. Aliás, só há uma questão. Para ser bem rápido, eu gostaria de registrar, antes da questão que colocarei ao nosso investigado, Arthur Wascheck, o seguinte: com essa atitude que você tomou, declarada aqui, em sua defesa comercial, defendendo os seus interesses, na verdade, foi desencadeado um movimento nacional em que todas as forças políticas, todas as lideranças, a sociedade se “antenou” e começou a agir. Dentro de um ano e pouco, teremos eleições, e a luta pelo poder já vem acirrada. Agora, então, explodiu a luta pelo poder.

Esse processo desencadeou uma situação em que o Brasil e a nossa sociedade estão em uma encruzilhada. Procuraram puxar o processo, até mesmo alguns jornais, alguns políticos, alguns articulistas começaram a levantar a hipótese de *impeachment* de um Presidente da República legitimamente eleito.

Isso já ocorreu. Getúlio foi assassinado... Se matou cercado, não é? João Goulart foi derrubado. Então, estamos escaldados. O povo brasileiro, aqueles que têm memória histórica estão escaldados com isso. É contra a corrupção o nosso movimento, que trouxe o Presidente Lula para a Presidência da República. Nós somos contra a corrupção, queremos investigar e queremos que a Justiça puna. Naquilo que estiver sob a órbita do Congresso, vamos contribuir para a punição.

No entanto, observamos que há forças políticas e lideranças que não estão preocupadas com a corrupção, porque muitas vezes, no passado, nem se importavam com isso ou ajudavam a abafar a corrupção. Não deixavam nem investigar. Ontem, entidades respeitáveis da nossa sociedade, como a CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, a União Nacional dos Estudantes, a CNBB, as pastorais sociais e tantas outras, de diferentes espectros, elaboraram um documento e vieram à Brasília para entregá-lo aqui no Congresso, em mãos, ao Presidente. Por quê? Eles querem que se investigue, que se puna e que se acabe com a corrupção.

Eles analisam e dizem o seguinte:

“De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação, uma campanha para desmoralizar o Governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, que estão paralisadas, atendendo os interesses do capital internacional”.

Eles exigem a investigação das denúncias, e nós fazemos questão de investigá-las, estamos trabalhando direto aqui. Eles vêm a público defender o Governo Lula, ao mesmo tempo em que exigem a apuração.

Vêm defender, também, a realização de uma reforma política democrática que acabe com aquilo que a sociedade não aguenta mais: a politicagem. Neste momento, conclamam as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua, protestos e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças de que o País e o povo precisam para que haja desenvolvimento, emprego e distribuição de renda em um nível muito mais elevado.

A CPMI, esta investigação, tem essas duas vertentes. Uma é a luta para desestabilizar o Governo e, se possível, até derrubá-lo antes de terminar o mandato. O Governo poderá acabar muito enfraquecido, e as forças conservadoras poderão voltar ao poder.

Queremos investigar a corrupção, combatê-la, esclarecer os fatos, impedir a tergiversação, como disse um dos deputados que me antecederam. S. Ex^a falou o seguinte: foi citado o nome do Governador do Rio Grande do Sul, mas isso não pode ser motivo para seu nome ir para a primeira página de um jornal como ele se fosse um corrupto, como se estivesse encobrindo a corrupção – o que, do lado do Presidente Lula, está sendo feito. Não queremos que se faça isso.

Os meus colegas fizeram perguntas importantes que ajudaram a esclarecer. Acho que o investigado, o Arthur, não é apenas um empresário. Pelo jeito, é empresário mas também se mete com figuras difíceis de serem defendidas, como o Molina, que faz aquele jogo.

Ao entregar a fita para o Deputado Roberto Jefferson, Molina foi acompanhado por um cidadão chamado Fortuna. O senhor conhece esse Fortuna? É um capitão reformado da PM mineira e ex-agente do SNI.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso fazer uma consideração, sem querer interromper o seu discurso?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Molina... Eu conheci o Fortuna uma vez na minha vida, há uns quatro anos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então o conheceu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Uma vez.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Há uns quatro anos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Um contato.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Há uns quatro anos?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Há uns quatro anos. Uma vez, Deputado. Uma vez na vida

eu vi o Fortuna. Não me enrolei com o Fortuna. Não neguei...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Era só isso o que queria.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Justo. Falei...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, você não é apenas um empresário que veio e procurou, junto àquela empresa que fazia varredura. Você contou, no começo, uma história de que procurou o pessoal da empresa de varredura para fazer esse serviço, mas, na verdade, você tinha relação com o Fortuna, que é capitão reformado da PM mineira, ex-agente do SNI, e com o Molina. Encontrou umas 30 vezes com o Molina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor me permite? Eu não tenho relação com o Fortuna, Deputado. Eu já falei dez vezes. O senhor me permite mais uma vez, sem...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A segunda pergunta. Você mandou a fita para o Osório, com um bilhete. Só que você é muito bem preparado, inclusive nas relações com as instituições públicas, para saber que um documento sério desse teria que ter garantia que você entregou. Quer dizer, protocolar o documento. Você entregou como bilhete. Por que o bilhete? Por que não protocolar?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Posso responder?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Rápido. Rápido porque o meu tempo já está vencido.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O senhor me perdoa, mas eu preciso raciocinar, Deputado. É muito longo, eu tenho que responder muita coisa. O senhor me perdoa. Olha, eu não tenho relação com o Fortuna, vi o Fortuna uma vez. O senhor está colocando que eu tenho relação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não, eu estou falando da fita.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas o Molina não foi com o Fortuna para ver o Roberto Jefferson. Não tem nada disso, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você encaminhando uma fita para o Antônio Osório.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, senhor! Não tem nada a ver com o Fortuna.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas por que você não protocolou, para ter garantia oficial de que você entregou essa fita para o...?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu mandei entregar na mão da Secretária, melhor do que isso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas a Secretária costuma dar um protocolo.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu mandei um *motoboy*. Mandei um *motoboy*.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O *motoboy* costuma trabalhar tendo uma prova de que entregou.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não tenho prova. Eu entreguei na mão do Dr. Osório, porque iria entregar de qualquer jeito. Com ou sem Deputado Roberto Jefferson, iria entregar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você evitou, então, a via formal.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não é que evitei, eu entreguei, achei que era uma maneira de entregar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque eu posso supor que, ao evitar a via formal, vocês poderiam entrar em um acordo de interesse seu e dele.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Interesse de quem?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Do Osório.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não tenho interesse com o Osório.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E seu.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não tenho interesse com o Osório, nenhum.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você queria fazer uma negociata com o Osório?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nunca quis. Eu falei com o Osório duas vezes, Deputado. Duas vezes na minha vida.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Roberto Jefferson pediu para você entregar a fita para o Osório.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Roberto Jefferson não falou comigo, Deputado. Tem alguma coisa errada!

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Através do Molina.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, veja bem. Vamos esclarecer.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você não protocolou, porque você estava num esquema entre Roberto Jefferson, você e Osório. Ao fazer isso sem registro, poderia retirar o Maurício Marinho, atendendo o interesse geral.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Deputado, em primeiro lugar, eu nunca neguei que meu objetivo com a fita foi mostrar o que o Maurício Marinho fazia. Nunca neguei. O tempo inteirinho! Eu conversei com o Molina e perguntei para ele se ele queria fazer: “Você avalia a situação. Compensa ou não compensa falar

com o Deputado sobre isso? Porque o nome dele está citado, e, com certeza, agora, nós precisamos, eu preciso tirar, mostrar isso pro Osório, o que está acontecendo com ele”.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você usou isso pra também pressionar o Deputado, então?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jamil Murad, eu só gostaria... A questão do tempo, para concluirmos, por favor.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas eu não consigo responder, porque... Eu comecei a responder. Eu não conheço o Fortuna, primeira.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você conhece o Fortuna. Você falou que encontrou com ele há quatro anos.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Então, uma vez, Deputado. Uma pessoa que você vê uma vez na vida...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas conhece, uai.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Sim, conhecer é uma coisa, se eu visse o Fortuna. Se eu não visse na televisão de novo, não reconheceria. São quatro ou cinco anos que eu não falo com essa pessoa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você está tergiversando.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu tentei fazer o melhor de mim. Até agora, respondi todas as perguntas. Não estou tergiversando em nada.

Segundo, o Fortuna não foi com o Molina procurar o Roberto Jefferson. Eu conversei com o Molina e perguntei: “Compensa, vale a pena você...”

Eu posso continuar, Deputado? Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jamil Murad, é que eu gostaria que nós encaminhássemos já, fechássemos já.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Só para ele terminar, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – É permitido acabar só a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeitamente!

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Então, o seguinte: não existe essa... O Fortuna acompanhou o Molina para ir fazer, entregar a fita pro Roberto Jefferson. Eu não conheço o Fortuna nesse sentido de pedir um favor desse. Vi o Fortuna. Ver uma pessoa não é conhecer uma pessoa.

Dois, o Fortuna não foi com o Molina. Eu perguntei para o Molina. Você quer mesmo entregar essa fita. Avalia se você quiser, acho que é uma questão sua.

Ele falou assim: “Olha, acho que preciso entregar em função do que eu vi e ouvi.”

Depois eu entreguei para o Antonio Osório porque eu quis entregar. Com o Molina, sem o Molina, com o Fortuna, sem o Fortuna, eu ia entregar. O meu objetivo sempre foi esse. Se aconteceu que alguém entregou na hora...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas o Deputado falou que era para entregar ou não. O Roberto Jefferson falou para o Molina. O que o Molina me transmitiu...

O SR. (Orador Não Identificado) – Sem registro. Portanto estava um processo de acerto.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas como registrar como, Deputado, como é que eu vou registrar uma conversa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Um documento tão sério. Você discutiu com o Molina? Será que entrega para o Deputado, será que não entrega. Você analisou o que tinha na mão.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Analisei, sim, senhor. Só que eu Deputado, tem uma coisa que o senhor precisa levar em consideração. Não precisa de acreditar mim, eu só estou falando isso, é até um desabafo, o Deputado também não precisa acreditar em mim. Eu não entreguei essa fita para a revista Veja. Isso foi obra do Sr. Jairo Martins. Não participei de conspiração com Araponga que eu não conheço. Eu sou empresário e eu vivo do jeito que eu vivo. Normalmente. Vocês vão esperar sigilos aí, não tenho participação em conluio para derrubar governo de ninguém. Não apoio elite para derrubar Governo. Acho que o Governo é eleito pelo povo acabou tem que terminar o mandato.

Não conheço o Fortuna. Vi o Fortuna uma vez na vida. Eu gostaria que ficasse bem claro, que eu queria mostrar para o Dr. Antonio Osório a posição adotada pelo Sr. Maurício Marinho, fiz isso eu mesmo, assumo e assumi perante todo mundo aqui. Agora, o fato que gerou isso tudo foi ter entregue. Agora o fato que gerou isso tudo foi ter entregue. Lamentavelmente eu fui responsável, sim, mas não por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT – MS) – Eu quero passar a palavra para o Relator que tem mais 35 perguntas para fazer.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Quero pedir permissão para recobrar essa reflexão levantada pelo eminente Deputado do nosso Partido Comunista, o Jamil. Ao mesmo tempo, refletindo em cima das afirmações do depoente Arthur. Ele insiste em que todo o seu objetivo foi única e exclusivamente foi o de incidir sobre o Maurício e essa sua visão dele

pode ser absolutamente correta. Mas que há alguma por trás que precisa ser realmente mais clareada, ela remanesce.

A primeira pergunta é a seguinte: alguém pode ter se valido de uma empresa que eventualmente pudesse ter sido satisfeita. E aí teria doutrinado, enfim posto na sua cabeça que deveria reagir contra isso, teria servido de cunha para carregar o verdadeiro objetivo que era um dos terceiros que estariam valendo de um inocente útil. A pergunta é: V.S^a pode afirmar à Comissão que essa idéia de alguma forma incidir sobre o Maurício Marinho, ela é absolutamente originária sua ou nessas conversas de bar com Molina ou não sei com quem, alguém poderia ter pego esse gancho da sua insatisfação e colocado na sua cabeça que deveria reagir contra isso? Enfim, a origem absoluta, limpa, dessa idéia foi de V. S^a?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) Deputado, foi minha. Prejudiquei meus dois amigos Molina e Joel por causa disso. O Molina fez por quê? Eu pedi a ele. Avalie se funciona ou não. O Joel fez porque eu pedi. Foi minha, senti muito, fiquei decepcionado comigo mesmo. Eu não estou a serviço de grupos nem político, nem comercial...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Ninguém está afirmando.

Eu até ressalvei, o senhor pode ser absolutamente inocente nisso, mas há um momento em que V. S^a foi ao Molina e agora está reafirmando, de certa forma, consultar sobre agir ou não agir, essa idéia não poderia ter sido impingida a V. S^a.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu pedi ao Molina: eu tenho este negócio aqui, quero que você veja essa fita.

E falei para ele: O que eu faço? Eu preciso entregar isso para o Osório. Devemos entregar para o Roberto Jefferson?

– Fica a seu critério entregar ou não entregar.

Por acaso o Molina estava em Brasília. Eu não o chamei. Ele veio por outro motivo. Ele ia para Belém. Isso ele vai constatar depois no depoimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que V. S^a apresentou o Molina ao Adalto?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Faz muito tempo, estávamos em um bar, em um restaurante, não me lembro bem, e apresentei, por apresentar. Por que não apresentar? É uma coisa de convívio social. Não teve essa intenção. Tanto que o Molina nem negócio no Correio tem.

Gostaria de esclarecer que esse caso do Adalto, o Delegado me perguntou muito sobre o Adalto, mas eu falei: Gente, o Adalto se isolou completamente na Diretoria de Tecnologia do Correio, há dois anos. Eu

vi o Adalto no elevador. E o Molina, com o Adalto, se houve alguma coisa, um conheceu o outro em função de uma coisa social. Na verdade, o Molina nem negócio com o Correio tem. Aliás, o Molina nunca tentou ter negócio com o Correio, na minha visão. Eu não sei se ele teve negócio com o Correio. Que ele não tem, eu tenho certeza que ele não tem. Se tentou, nem eu sei se tentou ou não. Sinceramente.

O SR. (Orador Não Identificado) – *Intervenção fora do microfone. Inaudível.*

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – O Roberto Jefferson eu não conheço.

O SR. (Orador Não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Ah, bom, isso eles têm há muito tempo!

Eu não sei o que é muito tempo. Temos que tomar muito cuidado com as coisas que nós falamos. Muito tempo significa cinco, dez? Eu não sei quantos anos eles têm esse relacionamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Molina com o Roberto Jefferson?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Com certeza. Eu só fiz isso para alertar o Roberto Jefferson. Eu queria só ressaltar, mais uma vez, embora o senhor não tenha me perguntado, mas isso já foi dito aqui, que eu não estou a serviço de grupos. Fiz por uma questão de sobrevivência e achei que aquilo estava errado. Não é justo participar de concorrência daquele jeito. A pessoa não está sendo multada, não está sendo suspensa, entregando abaixo da especificação, e a minha firma, que tem lá a receber 320 mil, não recebe um centavo, ninguém sabe por quê, entendeu? Esse tipo de perseguição.

E outra coisa, chamar a minha empresa de firminha não dá. São vinte e quatro anos de luta, dia e noite aqui, para chegar aonde eu cheguei, com muito orgulho.

Então, eu acho que estava errado. Eu tomei uma atitude.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem ouviu o Maurício Marinho chamando sua empresa de firminha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se o senhor me permitisse eu gostaria até que o Relator dirigisse uma pergunta, porque eu fiquei um pouco confuso agora. Ele afirmou que tem certeza que o Sr. Molina não tem negócio com o Correio, inclusive que nunca pensou. Ele havia dito que não sabia o que

o Molina fazia, que negócios ele tinha. Queria que ele esclarecesse melhor. Como é que uma pessoa pode saber que não tem negócios com o Correio se não sabe o que ele faz?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, foi em decorrência, talvez o senhor não tenha entendido, posso falar? Foi em decorrência da pergunta que ele fez Molina para Adalto. Eu quis caracterizar que eu apresentei socialmente o Molina para o Adalto, e que essa apresentação não gerou nenhum negócio no Correio. Foi isso o que eu quis dizer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como é que o senhor sabe?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu acho que não tem. O Molina nem vem à Brasília para tratar desses negócios. Quando ele vem, ele liga para mim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se o senhor não sabe da vida dele, se ele vem à Brasília, uma pessoa que o senhor só viu uma vez na vida?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Se o Molina tivesse algum negócio no Correio, certamente falaria comigo. Por que não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se ele não fala de negócios...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Mas por que não falaria comigo, Deputado, nós somos amigos, o senhor esqueceu disso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, não esqueci. É que o senhor disse que não sabe o que ele faz, que ele não comenta negócios.

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu quis dizer o seguinte, volto a repetir, não vou cair em contradição, eu volto a repetir: em função da apresentação, não gerou negócio. É isso que eu quero dizer, eu tenho convicção, quase que absoluta, que o Sr. Molina não tem nenhum negócio no Correio. Com certeza, ele falaria comigo se tivesse. Certeza absoluta. É jogo aberto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS) – Com a palavra, para concluir, o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra que, há quatro anos, por uma única vez, viu o Fortuna. O que o faz lembrar, o que marcou, qual a razão de o senhor, tendo visto uma pessoa há quatro anos uma única vez, agora rememora que o viu. Onde V. S^a o viu e o que o faz lembrar tanto dele, o que marcou?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu nunca lembrei do Fortuna não. O Fortuna estava sumido. Eu vi o Fortuna depois que apareceu no jornal. Eu não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas há quatro anos o senhor o viu?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu estive lá, eu vi, eu conheci o Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Onde?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Nós nos conhecemos acho que no escritório dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Onde é o escritório dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não sei, não sei mais, faz muito tempo, não sei dizer onde é o escritório. Deputado, juro que se eu soubesse, até se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor se lembra da pessoa?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Lembro da pessoa. Agora, faz muito tempo que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E não lembra...

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Eu não tenho nenhum negócio que confronte com o Fortuna, não tenho contato com o Fortuna. Infelizmente, a verdade é essa. Não tem nada, ligação nenhuma com o Fortuna, é zero. Sinceramente, não tenho mais o que dizer sobre o Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra da figura física dele?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Bom, eu vi agora no jornal. Muito tempo, gente, uma vez só vi o Sr. Fortuna. Não tenho a mínima ligação com o Sr. Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No início do seu interrogatório, V. S^a fez referência a que teria procedido a perícias. V. S^a tem laudos sobre produtos para demonstrar que eles não estavam adequados às especificações?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu nunca fiz análise sobre nenhum produto entregue aos Correios. Quem faz é o próprio Correio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação a quê?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Em relação a todos os produtos. Todos os produtos dos Correios sofrem esse laudo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a nunca procedeu a nenhum laudo?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, eu não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a solicitou que fosse feito?

O SR. ARTHUR WASCHECK NETO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a tem algum pedido de ressarcimento, além da briga da multa, tramitando nos Correios?

O SR. ARTUR WASCHECK NETO – Bom, vou deixar sepultado o assunto da multa. A multa dos cofres foi aplicada em 2003. Entrei com três recursos administrativos, e os três foram julgados improcedentes. Então, acabou. Depois disso, no cumprimento que tive de assistência técnica dos cofres, com certeza, eu avalio uns 320 mil para serem ressarcidos em função de prestação de assistência técnica não devida, que eu prestei porque os Correios pediram, e que eu não deveria tê-las prestado. Mas não vou, não devo fazer isso administrativamente, eu devo fazer isso na Justiça; vou cobrar na Justiça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas já tentou administrativamente pelo menos em audiências.

O SR. ARTUR WASCHECK NETO – Tentei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tentando justificar isso.

O SR. ARTUR WASCHECK NETO – Não sei nem quantas vezes eu tentei. Como disse para o senhor, são R\$300 mil. Na época, eram R\$100 mil, depois foi passando para R\$200 mil e, agora, chegou a R\$300 mil. Todo dinheiro que entra serve de giro para a empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Sr. Maurício Marinho teria competência para decidir isso?

O SR. ARTUR WASCHECK NETO – Com certeza, certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Para concluir, só quero informar que o Deputado Moroni Torgan passa a ser suplente em função da saída da Deputada Kátia Abreu. Esse ofício já foi lido também pela Mesa do Senado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agradeço a deferência de V. Ex^a e me uno a esta Comissão com a vontade de descobrir a verdade, como todos os demais membros aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Com certeza. Bem-vindo, Deputado.

O SR. (Orador Não Identificado) – Agora, tem Polícia Federal na Comissão, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Com uma vasta experiência.

Eu gostaria de encerrar a oitiva do Sr. Artur Wascheck, registrando a paciência de V. S^a, porque estamos com 6 horas e 25 minutos de depoimento.

Se V. Ex^{as} permitirem, já gostaria de solicitar a vinda do Sr. Antônio Velasco, para tomar assento à Mesa Diretora dos trabalhos, a fim de iniciarmos imediatamente a arguição de S. S^a, sócio do Sr. Arthur Wascheck Neto.

Muito obrigado, Sr. Artur.

O SR. ARTUR WASCHECK NETO – Eu gostaria de agradecer a atenção de todos. Se fui grosseiro, lamento; não quis sê-lo hora nenhuma. O depoimento é muito longo, Sr. Deputado. Desculpe-me. Sinceramente é muito longo, é capcioso e tudo o mais.

Particularmente, não sei se ofendi a Deputada Juíza Denise Frossard. Fiquei muito sentido, porque eu jamais ofendo alguém, é muito difícil ofender alguém. Que fiquem aqui as minhas desculpas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Solicitamos a presença do Sr. Antônio Velasco. (Pausa.)

Eu gostaria de fazer uma sugestão quanto ao depoimento do Sr. Antonio Velasco. Temos as inscrições feitas. Hoje são oito Parlamentares inscritos. Poderíamos, como todos se inscreveram, obedecer a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Velasco.

O SR. ANTONIO VELASCO – Quero pedir desculpas porque, realmente, não tenho nenhum hábito de falar em público e estou nervoso em função disso. Se houver alguns erros, peço perdão a vocês.

Sou um dos sócios da empresa Comam, sócio do Sr. Arthur, e participo da empresa na parte mais interna, e minhas atribuições são de compra de produto e entrega de produto.

A relação externa da empresa fica a cargo do Sr. Arthur. Como também não participei dessa gravação e nem tive idéia, em nenhum momento fui avisado disso, não tenho muito a esclarecer quanto a isso, mas estou aqui para vocês fazerem as perguntas que acharem necessárias. Não concordei com a coisa, e, se tivesse sabido, não teria acontecido isso, porque não deixaria fazer isso. Acho que é uma coisa muito difícil de se usar. Eu jamais faria isso. Aconteceu uma crise desse tamanho em função, às vezes, de uma coisa que, para mim, foi uma bobagem ter sido feita.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Boa-tarde.

De qualquer modo, depois que o fato foi revelado, V. S^a deve ter lido nos jornais. Algum daqueles nomes que participaram, Molina, Fortuna, Joel, Jairo, V. S^a reconhece alguém, conhece alguém, esteve em contato com alguém?

O SR. ANTONIO VELASCO – Conheço. Conheço o Sr. Joel dos Santos Filho de vários tempos, pois ele freqüenta muito nosso escritório, com a amizade que ele tem com o Sr. Arthur.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse período que coincide, em maio, com a gravação, ele freqüentava?

O SR. ANTONIO VELASCO – Ele freqüentou umas três ou quatro vezes o escritório, porque eu o vi lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participou das conversações do Arthur?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor, não participei de nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor conhece o Molina, esse que faz...

O SR. ANTONIO VELASCO – Conheço, sim, conheço o Sr. Molina.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele costuma freqüentar a empresa?

O SR. ANTONIO VELASCO – Olha, o Molina deve ter ido umas duas vezes na nossa empresa, foi muito pouco. É uma pessoa, um senhor que mora no Rio, então, ele quase não aparece aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Sr. Arthur viaja muito para o Rio?

O SR. ANTONIO VELASCO – O Sr. Arthur viaja muito, não só para o Rio, mas ele viaja muito pelo Brasil todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe o que o Sr. Molina faz?

O SR. ANTONIO VELASCO – O Molina apresenta-se no escritório como Consultor da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele se apresenta como sendo, mas as atividades, os contatos, enfim, com esse conhecimento que tem do comparecimento dele a Brasília, o que ele faz? Ele não vai à Fundação, suponho? O que V. S^a ouviu nas interlocuções que teve com ele para onde estaria se dirigindo, com que finalidade teria vindo a Brasília?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Olha, tive muito pouco contato com ele para responder isso para o senhor. Mas ele sempre fala que tinha relacionamentos políticos aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem eram as relações políticas do Molina em Brasília?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Uma das pessoas que ele falava era no Deputado Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor conheceu...

O SR. (Orador Não Identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado.

O SR. (Orador Não Identificado) – Como ele não foi ouvido pela Polícia, creio que deve estar sendo ouvido na condição de testemunha. Se estiver sendo ouvido na condição de testemunha, terá que assinar o termo sob as penas da lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está sendo ouvido na condição de testemunha.

O SR. (Orador Não Identificado) – Ele terá que assinar o termo de testemunha para que pudesse então falar sob as penas da lei.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu assino qualquer termo que trazer aqui nesse sentido. E juro dizer a verdade sob as penas da lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registrado, vamos adiante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas para rememorar, V. S^a ratifica o que acabou de falar, embora precedentemente...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, ratifico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca lhe chamou nada a atenção em relação às atividades de Molina e eventualmente algo em torno de investigação ou de...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, Sr. Relator. Até então, a minha convivência com eles era muito...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Consultor, limitado a isso.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Limitado a Consultor da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele serve de intermediário de alguém junto a algum órgão público? Ele representa alguém, alguma empresa?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De toda a leitura que V. S^a teve, de todo o fato, na medida em que foi surpreendido, foi ao mesmo tempo, com certeza, avidamente acompanhando o desenrolar dos fatos. Alguma coisa lhe chamou a atenção? Algum nome? Alguma referência, a presença em algum lugar de alguém? Nada o surpreendeu? Enfim, que lhe chamasse a atenção: ah, esse aqui participou, esse aqui não sabia que estava envolvido, que estava junto com o meu sócio?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, em um determinado ponto, soube da fita. Depois de feito, alguns dias, o Sr. Arthur me comunicou que tinha sido feito e que tinha até pago com o próprio recurso dele, do

bolso dele, esse dinheiro. E eu condenei isso com ele e disse que isso não poderia ser usado em espécie alguma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, quando V. S. soube da fita ainda não tinha sido divulgado?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não tinha sido divulgado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o que ele anunciou que faria?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – O Sr. Arthur disse que iria entregar isso, convidou, segundo ele convidou o seu Molina para levar isso para alguém, até parece que era o Deputado Roberto Jefferson, e que ele ia encaminhar isso ao Diretor do Correio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quando ele justificou a V. S.^a a razão da gravação, ele disse qual era o motivo?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Que o Sr. Marinho tinha chamado nós de picaretas e que estava prejudicando as coisas, como eu não tenho essa relação interna lá, não assisti nada desses fatos que ele disse para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele já vinha há muito tempo reclamando do Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Uns 30 dias reclamando, um pouco mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não tem um desentendimento mais antigo entre a empresa e os Correios?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não é bem um desentendimento. O Correio nos multou em R\$1 milhão. E o Arthur dizia que outras pessoas não estavam sendo multadas também e que ele estava muito chateado com isso, que nós estávamos começando a perder as concorrências em função de outras coisas do Marinho. Mas eu não tenho conhecimento, foi por ouvir dizer. Aliás, o S. Arthur me disse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez, ele lhe fez referência de alguma empresa que estivesse sendo beneficiada ou prejudicada?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, ele citou o nome de uma empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De uma empresa?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Que estava sendo... Não entendi bem. Que estava sendo beneficiada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele citou o nome de uma empresa, Proteline, uma coisa assim, de calçados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele lhe disse em que sentido estava sendo beneficiada?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Parece que a pessoa tinha tido uma multa de R\$800 mil e tinha sido perdoada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na Proteline?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As multas, já que o senhor trabalha no setor administrativo, o senhor sabe. Qual a razão, a motivação da multa?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – A nossa multa foi por atraso de entregas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nada mais?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, simplesmente por atraso de entrega. Entregamos as peças, e algumas tinham defeito. E, em função disso, não é contado o tempo de entrega, e sim, só depois que nós corrigimos os defeitos. Fomos penalizados, numa multa, no máximo que podia ser. Ou seja, nós fomos penalizados em 20% sobre o contrato nosso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O seu sócio atribuía, de certo modo, a manutenção dessa multa ao Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor. Porque, na época em que nós fomos multados, o Sr. Maurício ainda não estava na função.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na época em que foram multados, mas, posteriormente a isso, vocês interpuuseram vários recursos.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, não foi provido nenhum recurso. Nem de antes do Marinho nem depois que o Marinho estava lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E alguma instância desse recurso estava afeta ao Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu não entendi a pergunta, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vocês interpuuseram vários recursos.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Parece que foram três recursos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum momento, em alguma instância dessas, a competência para decidir, ou pelo menos a influência, poderia ser de Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, não, senhor. Parece que a assessoria jurídica é que tinha o poder de decidir isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A sua empresa está realizando, ou vendeu e já entregou os cofres todos e julgou que alguma coisa foi exigida a mais do que a entrega, a manutenção? A manutenção estava ou não prevista no contrato?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Estava prevista, de dois anos, e está terminando agora este mês.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, é procedente a solicitação de visita para verificar a qualidade, enfim, a durabilidade dos cofres?.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Algumas, sim; outras, não. Porque teve cofre que foi transportado indevidamente e danificou todo o aparelho eletrônico dele, a parte eletrônica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Transportado indevidamente pelos Correios?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Indevidamente pelos Correios. E o não-treinamento do pessoal para o uso adequado de uma fechadura eletrônica. E isso gerou várias vezes que nós tivemos que ir aos lugares mais distantes do País para fazer pequenos reparos que podiam ser feitos por qualquer um, se tivesse sido treinado. E também alguns cofres tomaram chuva, e a parte eletrônica de um cofre não suporta isso. E eles imputaram a nós a troca de todo esse material, e o fizemos sem receber nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a empresa aprovou isso?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Tem fotos no processo, tem tudo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quem decidia isso era o Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu acho que é a administração. Não posso dizer que era o Sr. Maurício.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Além disso, vocês, além da multa, a empresa ainda julga que tem direito a receber.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Com certeza, e vamos lutar por isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Chegou a formular pedido por escrito nesse sentido?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Fizemos vários pedidos, e parece até que o Jurídico agora deu um parecer que nós teríamos direito de R\$120 mil a R\$130 mil disso, mas também não foi pago.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Antes de ir ao Jurídico, por acaso isso poderia ter sido decidido, ou pelo menos passou pelas mãos de Maurício Marinho?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Passou, sim, senhor. Porque, inclusive, é o local competente em que você registra a entrada dos pedidos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve delonga, má-vontade, alguma coisa traduzida?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não posso dizer isso. Mas, com certeza, isso está arrastando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quanto tempo? Quanto tempo está entre a interposição e hoje?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Isso já tem um ano, mais ou menos. Do primeiro pedido nosso, tem mais de um ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não lembra de qual setor em que mais permaneceu imóvel...?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor. Não lembro. E também não sei. Não é que não lembro, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, na concepção da empresa, se Maurício Marinho quisesse ter acolhido, poderia ter acolhido, ou ele dependeria dessa manifestação que está pendente?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu acho que ele dependeria da assessoria jurídica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu já fiz essa pergunta ao Arthur. Eu sou professor de Direito Administrativo na universidade e me espantou a forma como ele...eu não conhecia. E eu leciono licitação, inclusive. Aí, eu pego a Lei nº 8.666 e estranho essa possibilidade de uma empresa que é *free lancer*. Aparece um edital, e ela tem capacidade técnica de participar da licitação. Eu entendi isso até agora. Eu não sei. Eu gostaria que V. S^a me esclarecesse. A empresa, é Comam, não?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É Comam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Empresa Comam, qual é o ramo dela? Ela fornece o quê para os órgãos públicos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nós fornecemos calçados e uniforme militar – calção, coturno...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cofre...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Cofres nós tínhamos fornecido para empresas privadas. Nós não tínhamos fornecido para empresa pública.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na realidade, a questão é... Tudo bem, tem um leque, mas esse leque poderia ser ampliado? Se aparecer um edital de alguma outra coisa, e, eventualmente, vocês tiverem alguma empresa que tenha essa produção, vocês entram e se valem da empresa que seria produtora?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, porque a lei não permite isso. Nós estamos vendendo aquilo que nós temos documentos para entrar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Documento para entrar? Esse documento a empresa tem...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Significa atestado de capacidade técnica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que documento a empresa tem de que está dentro da sua capacidade técnica?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Em relação aos cofres, o senhor está dizendo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, hoje, se o senhor quiser se identificar. Eu sou um órgão público e quero saber que tipo de fornecimento a sua empresa pode ter para satisfazer as necessidades da minha repartição. V S^a diria que tem possibilidade de atender a quê?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nós temos de calçados a uniforme militar, uniforme estudantil e... Basicamente isso, o que já é amplo. Já é bem amplo isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todas as licitações de que essa empresa participou nos últimos cinco anos... Vocês tem cinco anos, parece-me, de empresa.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Cinco anos, aproximadamente cinco anos com a Comam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enfim, sempre incidiu sobre calçados, confecções?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor. Nós entramos algumas vezes em móveis; mas não fomos bem sucedidos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Móveis?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Móveis. Entramos nos Correios com móveis postais, e até ganhei uma concorrência. Mas, como a empresa de Correios demorou muito tempo para nos contratar, e o tempo da validade da proposta expirou, nós não renovamos isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só como curiosidade. Como é que demonstraram a capacidade técnica para se habilitar em relação aos móveis?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nós já vendemos móveis para escolas particulares e temos atestado de móveis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É. Vivendo e aprendendo, Sr. Velasco.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou seguir a ordem de inscrição. Passo a palavra para a Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu já combinei aqui com o Deputado Maurício Rands algumas questões a fazer, e elas serão feitas por S. Ex^a, em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, passo a palavra ao Deputado Federal Maurício Rands, que falará...

O SR. () – Siga a ordem, aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se a Senadora Ideli Salvatti passou a palavra a S. Ex^a, será o Deputado Maurício Rands; depois, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Antônio Velasco, o Sr. Arthur Wascheck Neto disse que fez a gravação para deixar de ser prejudicada a empresa de Correios pelo Marinho; e disse que, além de mandar para o diretor, resolveu procurar, por intermédio do Sr. Molina, o Deputado Roberto Jefferson, para defender os interesses da empresa.

O senhor disse que não concordava com essa estratégia da empresa. O senhor acha que a estratégia perseguida pelo Sr. Wascheck foi apenas de pedir ao Deputado Roberto Jefferson que interviesse junto ao Marinho, ou a estratégia do Sr. Wascheck era não somente para que deixasse de haver discriminação à empresa, mas também tentar aumentar os negócios da empresa dos senhores com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É difícil responder isso para o senhor, porque eu não tenho essa certeza. Pois se ele fez sem me comunicar, eu que sou um sócio de 50% da empresa... Agora, o que ele ia fazer com isso eu não sei. Agora, a orientação, depois de dito pra mim, que não era pra tirar proveito em benefício da empresa, e, sim, mostrar um esquema que existia, latente, de corrupção dentro dos Correios. Isso são palavras dele pra mim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas, na sua interpretação, por que ele precisou recorrer ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele quis, com isso, avisar quem estava envolvido nas palavras, ou seja, no contexto da fita. Ele ia avisar ao Sr. Osório e ao Deputado Roberto Jefferson. São as pessoas que estavam citadas na fita.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, o senhor acha que ele ia chantagear o Deputado Roberto Jefferson, porque o Deputado Roberto Jefferson está mal no filme?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor. Jamais acho que ele ia fazer isso, até pela postura dele e pela personalidade dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor acha... o Molina. O senhor disse que sabe que ele é muito amigo do Sr. Wascheck. O Molina já ajudou a empresa ou o Sr. Wascheck a resolver problemas com o Correio ou com outras empresas?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Com o correio, não. O Molina acho que ajudou o seu Arthur apresentando algumas pessoas na Marinha. Porém, nós nunca fomos beneficiados com nenhuma ajuda do Sr. Molina.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E que outra empresa? Nenhuma outra empresa mais, então?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nenhuma outra empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tá. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares... Dr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Desculpa, Doutor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu queria usar talvez uma expressão popular, sem querer ser indelicado. Eu não tenho dúvida de que V. S^a, antes até de ouvi-lo, é um pouco o marido traído dessa história, ou a mulher traída. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade, aqui, para esclarecer alguns aspectos da personalidade e da forma de trabalho do seu sócio.

O senhor é sócio dele há quantos anos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Aproximadamente quinze anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quinze anos. Quer dizer, quinze anos de convívio permitem que a gente conheça uma pessoa muito bem.

Antes de entrar nesses questionamentos, eu gostaria de indagá-lo. O relator perguntou a V. S^{as} se os senhores já teriam tido algum tipo de contrato que não fosse uniforme, casaco, roupa, tênis, e o senhor disse que não. Inclusive, afirmou que não tinha nenhum tipo de contrato relativo a fornecimento de cofre; que cofre só teria sido para empresa privada.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim. Cofre nós já tínhamos entregue para algumas empresas privadas e o contrato dos Correios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está certo. Perfeito.

Deixe-me perguntar-lhe uma coisa: essa relação do seu sócio com o Sr. Joel, o senhor sabe como é que se estabeleceu essa amizade, qual a origem dessa amizade? Porque, pelo que eu sei, eles eram muito próximos, como o senhor mesmo aqui afirmou.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – São sim. E eu não sei direitinho como começou a amizade dos dois. Sei que isso tem bastante tempo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca, em um dia daqueles, tomando um café juntos lá na empresa, no escritório, nunca conversaram: olha, nos conhecemos em tal momento?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É. O Joel entrava lá no nosso escritório e pedia emprestado um *laptop*...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas vocês nunca bateram um papo pra saber que...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, eu já. Mas não de onde veio a amizade. Eu não lembro, realmente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não faz idéia que...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Porque o Sr. Joel, inclusive, de vez em quando, ficava na casa do Sr. Arthur, hospedado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso.

Há quanto tempo tem isso?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Há mais de cinco anos, com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Há mais de cinco anos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor não tem idéia de que tipo de... Por exemplo, quando se dizia: olha, o Joel... O senhor sabia o que o Joel fazia da vida? Qual era a função dele, trabalho, ofício, profissão? Ou ele só se hospedava lá, enfim...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele se hospedava lá e sempre dizia que estava fazendo um trabalho ou outro em Brasília. Era um negócio meio vago, muito vago, muito vago.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca teve curiosidade pra perguntar... Isso nunca lhe causou nenhum tipo de desconforto, desconfiança? Uma pessoa tão próxima do seu sócio que sempre vinha com coisas vagas?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Mas o que eu podia fazer? Eu sou uma pessoa...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não. Eu não estou pedindo para o senhor fazer nada. Eu queria saber o que o senhor... Como é que o senhor imaginava isso? O senhor não teve curiosidade de perguntar?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, já tive curiosidade. Só que, segundo o Arthur falava, o Sr. Joel estava em dificuldade financeira e que, então, ficava na casa dele, que era um amigo que eles conheciam... Já tinha ido lá visitar a esposa dele... Mais ou menos assim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas não dizia de onde conhecia?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu nunca fiz essa pergunta de onde veio essa amizade, mas parece que o Sr. Joel trabalhou no MEC, há uns tempos atrás. Pode ter sido de lá essa...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O seu sócio é uma pessoa estourada, porque pelo que o senhor informou ao Relator. Esse incômodo com o Sr. Maurício Marinho não era uma coisa muito longa, era uma coisa que vinha a um mês – foi a expressão que o senhor usou. O seu sócio costuma ter rompantes de vingança de apurar, gravar, filmar, levantar a vida do sujeito rapidamente assim?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca teve, mas o Arthur tem realmente umas reações muito rápidas que, às vezes, assustam, ou seja, ele disse: vou tomar essa atitude. Eu disse: pelo amor de Deus, não tome.

Então, sempre oriento muito o Sr. Arthur a ir pelo caminho correto. Se tivessem me consultado, já disse, eu não teria deixado fazer isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor sabia que ele conheceu o Sr. Joel numa situação parecida com a de agora, guardadas as devidas proporções, claro. Mas, ele conheceu o Sr. Joel quando trabalhava no Ministério da Educação, como o senhor disse, e ele foi fazer uma denúncia para o Ministério da Educação. Justamente quem recebeu a denúncia foi o Sr. Joel. O senhor sabia disso? Porque o senhor era sócio da empresa. Vou lhe dar o ano já.

No ano de 1992, o Sr. Joel era coordenador do MEC e participava de uma licitação na Secretaria de Projetos Educacionais Especiais – Sepesp. E o Sr. Arthur, nessa época, delatou um esquema de propina na Sepesp – esse era o depoimento do Joel –, tendo sido encarregado pelo Secretário Clayton de Assis para integrar a Comissão de Licitação. Ou seja, o Sr. Arthur, já seu sócio em 1992... Não era seu sócio ainda?

O SR. ANTONIO VELASCO – Em 1992, já era sócio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sempre fui ruim de Matemática, mas, achei que fosse.

Então, em 1992, o senhor deve lembrar da história. O seu sócio, em 1992, foi ao Sr. Clayton de Assis, que era Secretário da tal Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, e denunciou uma fraude: estou sendo roubado, estão me prejudicando. Por isso eu disse que o caso é parecido. Não é igual, mas é parecido. Aí, é que ele conheceu o Joel. O senhor sabia disso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, não sabia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nem conhecia essa denúncia na época?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não conhecia e não conheço esse assunto de denúncia no Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vou lhe dar mais uma informação que espero que o senhor saiba. O seu sócio, Dr. Antônio, ele também – acho que foi no ano de 2002 –, salvo engano meu, portanto, também ainda como seu sócio, fez uma denúncia na Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo sobre umas licitações, sobre compra de uniformes escolares. O Arthur, na época, contou para o Joel que as empresas Rhodia, Dupon, Alpargatas, dentre outras, estavam tendo privilégios nas licitações. E Artur encaminhou ao declarante uma série de documentações.

O senhor sabia que também, em 2002, a sua empresa queria vender uniformes e, mais uma vez, o seu sócio fez uma denúncia e utilizou-se do Sr. Joel inclusive para fazer contato com Vereador de Oposição, enfim, para denunciar esse esquema?

O SR. ANTONIO VELASCO – Esse assunto eu sabia. Agora, eu não sabia qual era a intenção, porque, a nossa empresa, até esse momento, não participamos dessa licitação nem tivemos intenção de participar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, o que foram reclamar lá? Foi por espírito público do Arthur?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei. Sei que estou dizendo... Houve esse assunto, mas não estou vendo nexos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas ele foi a São Paulo e chamou o Joel para tratar de uma história por puro espírito público ou não?

O SR. ANTONIO VELASCO – É muito difícil eu saber disso, porque o Arthur viaja muito e se ele encontrou com o Joel em São Paulo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor é sócio dele na empresa.

O SR. ANTONIO VELASCO – Mas ele viaja muito. Então, não saberia, há dois anos, o que ele foi fazer em São Paulo, se ele encontrou com Joel ou não. Agora, que ele disse isso para nós numa época, que ele tinha vontade de denunciar o esquema da Prefeitura de São Paulo, ele disse.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor não sabia, então, que o Sr. Joel já tinha sido utilizado em pelo menos duas oportunidades anteriores conhecidas – que tenhamos conhecimento; pode ter sido mais vezes. Já tinham utilizado o Sr. Joel para fazer esse tipo de denúncia, a apuração de armações, de esquemas. O senhor não sabia disso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Estou achando que o Arthur usou muito o Joel, pelo que estou entendendo agora. Mas é possível...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pelo menos é o que Joel diz.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É possível! Eu estou dizendo que é possível: pela amizade que eles tinham e pela dificuldade financeira do Sr. Joel, eu acho que o Arthur deve ter ajudado ele...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Usava o Joel para o jogo sujo?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – **Acredito que sim.**

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – **Deixa eu só lhe perguntar mais uma coisa, Dr. Antônio. O senhor, em 15 anos de convívio, deve ter uma boa noção das relações do seu sócio. O senhor ficava ali na empresa, tocando o seu dia-a-dia, a parte administrativa, como o senhor mesmo disse, e ele saía por aí nas suas relações institucionais, como se costuma dar o nome aos lobistas, em Brasília. Então, ele nas suas relações institucionais, ele... Quem ele conhecia de poderoso aqui em Brasília e que ele contava ao senhor? Em algum momento, ele deve ter dito: Hoje eu jantei com fulano de tal, que assumiu tal ministério; que assumiu tal cargo de importância; fui convidado a tomar um cafezinho no gabinete dele. Aquela coisa que as pessoas têm, natural, de se gabar, de conhecer alguém importante, um sujeito que saiu na televisão... Em algum momento?**

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não. Em nenhum momento, ele disse isso. O Arthur é uma pessoa que frequenta todos os restaurantes de Brasília. O *hobby* dele ir para restaurantes, mas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca perguntou o que ele foi fazer nesses restaurantes?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não. Ele vai habitualmente, ou sozinho ou com pessoas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em geral, é a empresa que paga essas contas de restaurante, ou...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Algumas coisas nós pagamos. Quando...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca deu uma cobrada como um sócio diligente...?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Já. Já dei...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está gastando demais. Com quem você jantou, tomando esse vinho caro?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Já dei, porque ele gastou muito. Já fiz isso, sim senhor. Ele estava gastando muito com o cartão de crédito, em função de jantares, e eu não admitia isso mais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E aí, em nenhum momento, ele lhe deu... disse: Olha, mas nesse dia eu estava jantando com um sujeito lá que

é amicíssimo do ministro, é o segundo homem do ministro. É uma pessoa próxima ao ministro...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca? O senhor nunca soube.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nunca soube e parece até...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quero lembrar que eu fiz aqui, eu adjetivei para V. S^a no início, talvez de forma, enfim, um pouco chula, mas para lhe dizer que essa é a minha impressão. V. S^a acabou de prestar juramento. Portanto, vamos aqui pensar e refletir, para que V. S^a não entre aqui em uma condição e saia em outra.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Perfeitamente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, é importante que V. S^a diga tudo. Não há problema algum. Há a percepção de todos aqui, inclusive o entendimento de que os questionamentos seriam limitados, partindo do pressuposto de que V. S^a não sabia de nada. Mas V. S^a acabou de prestar um juramento. Portanto, é importante que V. S^a diga: nesses jantares, nesses gastos que a empresa pagava, em nenhum momento, o senhor teve a curiosidade de perguntar para o seu sócio, há 15 anos, com quem ele jantava muito ou se ele conhecia alguém poderoso em Brasília? Um deputado, um deputado distrital, um secretário-executivo de um ministério? Nada? Nada...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nenhum. Nada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nada?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nunca disse para mim. E ele sempre dizia, porque ele tem vários amigos...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E nem o senhor perguntou?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, eu já perguntei, sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E ele disse: não, eu não posso contar.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sempre eram contatos, amigos e tudo o mais. Uma coisa sem nexos. Ou seja, não tinha nenhum poder com pessoas com poder de decisão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, o senhor não tem conhecimento de qualquer relação dele com figuras de primeiro escalão deste Governo, nem de outros governos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não tenho conhecimento. Não tenho e acredito que ele não tenha, porque, se tivesse, acho que eu saberia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo, do PT de São Paulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há algumas pessoas que, realmente, são curiosas, e precisamos definir um pouco o seu perfil. Uma delas é esse Sr. Joel. Realmente, é uma pessoa um pouco misteriosa. O senhor mexe com a parte interna da empresa, contabilidade e pagamentos, não é isso?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Joel chegou a fazer algum pagamento em nome da sua empresa?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Se o Joel fez ou nós fizemos para o Joel? Eu não entendi a pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não. A pergunta, então... Eu fiz a primeira, mas, então, já completo a segunda. A sua empresa fez algum pagamento a Joel; e Joel fez, em nome da sua empresa, pagamento a alguém?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – O Joel nunca fez pagamento, em nome da empresa, para ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É que eu quero observar...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Agora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pois não.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – O Sr. Arthur, teve um dia, pediu uma transferência em dinheiro... Eu não sei se foi em dinheiro, que, que ele queria ajudar o Sr. Joel, porque o Sr. Joel ia dar uma assistência para nós e tudo o mais... E ele chegou a transferir um dinheiro para o Sr. Joel...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quanto, o senhor sabe?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu tinha esses recibos, mas não tenho mais. Não tenho porque...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mais ou menos...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Parece que foram dois pagamentos de R\$1.500,00 cada um.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que tipo de auxílio ele fez?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – O Sr. Arthur alega que o Sr. Joel está numa situação muito difícil, estava morando, parece, até numa pensão, alguma coisa assim; e algumas coisas que não gostaria de falar porque é meio pejorativo para o Sr. Joel.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, na verdade...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Pela função dele, uma pessoa casada, que tem filho, que tem tudo, vou dizer aqui para ele que a situação financeira dele como é que está? Não sei. Poderia até dizer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso realmente não é relevante, a situação dele. Quando foi feito esse pagamento?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Tem mais ou menos uns dois meses.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Dois meses atrás.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a não sabe que tipo de atividade ele exerceu para receber esse pagamento em favor da empresa?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Segundo o Arthur, estava ajudando-o, em função da situação difícil dele, que ele queria mudar, acho que para uma pensão...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, ele não estava trabalhando para a empresa. Era um auxílio?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, não estava. Ele estava morando numa pensão e queria morar num lugar mais adequado para uma pessoa do nível dele. Porque o Joel realmente é uma pessoa que tem uma postura muito firme, muito tudo... É difícil você ver uma pessoa daquele nível sem nenhum centavo no bolso. Mais ou menos assim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Deixa eu fazer uma pergunta a V. S^a. É curioso. O Sr. Joel Santos, na polícia, disse o seguinte: “que então começou uma relação de amizade com o Arthur, uma vez que o declarante – ele – foi responsável por alguns pagamentos para a empresa de Arthur e seus representados”.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Olha; do nosso caixa isso não saiu. A menos que o Arthur tenha dado dinheiro para ele, coisas particulares.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É que ele fala que foi a empresa.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Pois é. Mas eu não vejo como ele pagar alguma coisa para a empresa, não tem nenhuma razão.

O SR. (Orador Não Identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)* ...em nome da empresa.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, mas pagar o que, se a empresa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele fala que o responsável por alguns pagamentos para a empresa de Arthur e seus representados.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Mas, como ele ia pagar? Não vejo nenhuma relação. Se a empresa emite

um cheque para pagar, tem que pagar alguém. Se o Joel foi portador de pagar um fornecedor...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Arthur operava algum tipo de “caixa dois” que permitisse pagar propinas, por exemplo?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Porque poderia ser, ou seja, se não saiu nada oficial tem que ser alguma coisa extra-oficial. Se é extra-oficial...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Mas pagar o que para empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Propinas, por exemplo.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Olha; nós não trabalhamos com essa modalidade de propina, de comprar as pessoas. Então, não vejo essa razão. Não sei realmente explicar qual o motivo por que o Joel disse isso. Teria que perguntar para saber o que ele pagou para a empresa, com que dinheiro ele teve acesso à empresa para pagar coisas da empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Arthur tem alguma ligação partidária?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Joel tem?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Também, não... Não sei, não vou dizer que não tenha, não conheço isso. Porque a relação de Joel, de amizade, não é comigo. Apesar de conhecê-lo, de considerá-lo, não é comigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque, pelo que consta aqui, quando ele esteve em São Paulo, fazendo denúncias à Prefeitura de São Paulo, procurou o Vereador Marco Zerbini – aliás Vereador honrado, eu o conheço –, mas é do PSDB. Ele tem alguma relação com o PSDB, o Sr. Joel?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não sei, não conheço as relações do Sr. Joel.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Certo. A sua empresa tem algum tipo de negócio com o Ibama?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Nunca vendemos nenhum centavo para o Ibama e não conhecemos nada sobre o Ibama.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque aqui ele declara também que conheceu várias pessoas na casa de Arthur, algumas ligadas ao Ibama e à Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Fundação Getúlio Vargas poderá ser o Sr. Molina, porque teve até um dia de uma festa lá, eu não estava – raramente vou na casa do Sr. Arthur –, em que ele falou que o Sr. Molina estava lá. Então, pode ser isso. Agora, não sei

também do Ibama quem é. O Arthur deve ter amigo no Ibama, então.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pelo menos é o que parece. Há muitas coisas, vamos ter que verificar o que acontece. O Sr. Osório é pessoa séria?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não conheço o Dr. Osório, nunca estive com o Dr. Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Arthur comenta se é pessoa séria?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele sempre falou muito bem do Dr. Osório; que ele não tinha problema com o Dr. Osório; que, quando ele tinha dificuldades nos Correios, procurava o Dr. Osório para que este dissesse o que estava acontecendo em relação a uma dificuldade de um pedido de prorrogação, alguma coisa assim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele conversava, freqüentemente, o Sr. Arthur com o Sr. Osório?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não. Freqüentemente, não. Mas ele foi, pelo menos, acho que duas ou três vezes, falar com o Dr. Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas ele garante que o Sr. Osório era uma pessoa de bem e que tinha poucas rendas. Ele tinha uma relação de amizade com o Sr. Osório para fazer essa afirmação?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não sei por que ele fez a afirmação. Se ele sabe ou não sabe, eu, como não conheço o Dr. Osório, não sei se ele é um homem rico ou pobre, se tem posses, qual a personalidade dele, se ele é uma pessoa boa ou ruim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o Sr. Adauto, o senhor o conhece?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que função ele desempenhava nos Correios?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele, antes do Sr. Marinho, era o chefe do departamento, do Decam.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele é amigo do seu sócio, Arthur?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eles se conheciam bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eram bons amigos?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu não digo bons amigos. Eles se conheciam. Ele conhecia bem o...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando V. S.^a diz “conhecer bem”...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu estou dizendo que ele tinha acesso ao gabinete dele ou ia lá e conver-

sava com ele, não estou dizendo o que era, o que não era, não tenho essa certeza, mas ele conhecia o...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Sr. Adauto era amigo do Sr. Molina?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não sei. Eu sei que, um dia, o Sr. Arthur parece que apresentou o Sr. Molina ao Sr. Adauto, agora, eu não estava junto, eu não sei qual foi a conversa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a chegou a comentar que o Sr. Molina teve a missão de apresentar pessoas da Marinha para o Sr. Arthur. É isso, né? Ele apresentou pessoas da Marinha.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Ele apresentou algumas pessoas na Marinha para o Sr. Arthur. Agora, como eu nunca fui na Marinha, nunca fui no Rio de Janeiro encontrar com o Sr. Molina ou fazer qualquer negócio – isso ficou a cargo do Sr. Arthur –, eu não sei dizer quem ele apresentou e por que motivo apresentou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, veja uma coisa curiosa, se me permite. A sua empresa, quando faz negócios, o faz através de licitação.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– As licitações, pelo que entendi, são sempre licitações de compras.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – De compras.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que interessaria para alguém que participa de licitações e, portanto, sabe de licitações por editais, conhecer pessoas da Marinha? Não bastaria o senhor ver os editais e participar? Qual o interesse que tinha a sua empresa em contatar o Sr. Molina para conhecer pessoas na Marinha se as licitações são abertas a todos? Por quê?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – As licitações, para iniciar, tem de ter uma especificação, ou seja, você tem que oferecer um produto para eles. Então, você pode oferecer uma bota melhor um pouquinho, que você desenvolve; você pode oferecer qualquer produto. Agora, cabe à administração saber se aquilo é correto, manda para laboratório para analisar e, se especificar, tudo bem. Então, esse trabalho é feito por nós.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Posso, então, dizer que o objetivo do contato feito pelo Sr. Molina seria orientar ou trocar idéia sobre a especificação dos produtos. É isso?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Eu não sei se foi isso, eu não estava junto nesse encontro, mas, possivelmente, pode ser que ele quisesse apresentar um produto novo à Marinha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Claro. É que uma das formas...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – E a gente não tem muito acesso às pessoas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É que o nosso Relator, inclusive, é professor de licitação, e uma das formas clássicas de conduzir uma licitação é com a especificação do objeto.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque, quando se especifica o objeto, o senhor marca a empresa que vai ganhar. Então, o senhor me diz que o contato com o Sr. Molina para abrir portas na Marinha era para dar sugestões em relação ao produto. Não haveria aí uma intenção de direcionar licitações da Marinha para que a empresa de V. S^a ganhasse as licitações?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, Sr. Deputado. Isso acontece normalmente, nós estamos oferecendo produtos para os órgãos, mas nem sempre isso é aceito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, veja...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Agora, lógico que nós temos que fazer um trabalho, se a gente conseguisse especificar um produto nosso, quem vai correr atrás é o concorrente, nós já temos o produto...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a há de concordar comigo...

O SR. ANTÔNIO VELASCO – ...agora, a concorrência é pública, entra quem quiser.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas V. S^a há de concordar comigo numa coisa. É comum, quando é um produto novo, se procurar a empresa para dizer: “Olha, esse produto é bom. Eu quero vender uma espaçonave. Então, olha, faça uma licitação, espaçonave...” Agora, os produtos que os senhores vendem são produtos comuns, é bota, botina, é coturno, quer dizer... Agora, e V. S^a concorda comigo que a especificação do coturno, com 2 cm para lá, 3 cm para cá, afasta concorrentes, não?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – O produto é o seguinte: ele pode ser de poliuretano, ele pode ser de borracha vulcanizada, ele pode ser de uma série de coisas que nós, às vezes, não temos. Então, a gente oferece o produto que nós temos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor concorda que, se o senhor conseguisse vender essa idéia para a Marinha, com certeza, outros concorrentes seriam afastados, e V. S^{as} ganhariam?

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não, não, senhor. Eu disse que eu passo a ter. Agora, o concorrente tem também. Agora, se especificar um produto que eu não tenho, eu vou ficar fora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro. Então, V. S^a faz o *lobby* para orientar que os produtos comprados sejam, efetivamente, aqueles que V. S^a pode fornecer e, portanto, começa a haver um direcionamento da licitação.

O SR. ANTÔNIO VELASCO – Não. Ela é aberta. A licitação é pública. Agora, se eu puder especificar um produto que eu tenho, eu vou ficar muito mais satisfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É claro que a licitação é pública e aberta. Mas, quando eu especifico o objeto, eu defino o universo de pessoas que podem participar. Vejam que interessante: ontem, o Sr. Maurício disse que o seu departamento fazia o termo de referência. Aí eu o questionei: ou seja, é no termo de referência que se fazem as especificações dos produtos. O seu departamento, portanto, é estratégico, na perspectiva de poder fixar e orientar produtos.

V. S^a me disse que a relação com a Marinha se deu por intermédio do Sr. Molina, justamente para que pudesse apresentar produtos – ou seja, influenciar nessa parte de especificação –, e que nos Correios quem cuidava disso era exatamente o nosso amigo, o Sr. Maurício, que tinha um litígio com o seu sócio. O Sr. Molina, a partir de certo momento, grava uma fita, leva-a para o Deputado Roberto Jefferson. Segundo a versão que apresentei aqui e que foi negada pelo depoente, ter-se-ia iniciado uma negociação.

Será que não se tentou fazer uma negociação com essa fita ou uma chantagem, digamos assim, para que o Deputado Roberto Jefferson efetivamente influenciasse, lá nos Correios, para que as orientações fossem especificadas para que a empresa de V. S^a ganhasse as licitações? A partir do momento em que se iniciava uma negociação, um araponga perdido na vida estourou a fita e prejudicou a todos?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não confirmo isso. Eu acho que foi feito, segundo o que o Arthur disse, para entregar ao Dr. Osório para provar que o Sr. Marinho estava fazendo coisas muito erradas dentro dos Correios. Ele disse que dizia para qualquer um, para qualquer pessoa que chegasse lá, ele falava tudo isso que falou na fita. Nós tivemos a infelicidade, o Sr. Arthur como sócio, de ter feito essa bobagem. Mas qualquer um iria fazer isso a qualquer momento, porque ele dizia abertamente o que acontecia ali dentro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Permita-me uma brincadeira. O Deputado Bittar há pouco falava que o Barão de Itararé dizia que nego-

ciata é um bom negócio daquele que nós não participamos.

Nessa linha, concluindo a pergunta feita a V. S^a, com relação ao Sr. Molina, a sua empresa chegou a fazer algum pagamento ao Sr. Molina, ao longo do período em que manteve relações com ele?

O SR. ANTONIO VELASCO – A nossa empresa, através do Sr. Arthur, tirando da cota dele, emprestou para o Sr. Molina eu não sei qual o valor. Mas ele emprestou para o Sr. Molina, se não me engano, R\$20 mil ou R\$27mil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Generoso o empréstimo! Isso foi contabilizado como empréstimo?

O SR. ANTONIO VELASCO – Foi contabilizado como empréstimo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando foi isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Há uns trinta dias, mais ou menos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Trinta dias atrás?

O SR. ANTONIO VELASCO – Mais ou menos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Coincide com a época da fita?

O SR. ANTONIO VELASCO – Foi antes um pouquinho da fita. Por que aconteceu? Segundo o Arthur me revelou, o Sr. Molina estava tendo dificuldades em uma fazenda ou em uma mineração. Eu nem sei se ele tem mineração, mas parece que a expressão usada foi essa. Ele precisava urgentemente de um valor “x” de dinheiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É evidente, é de bom tom social que as empresas tenham uma função social de benemerência. Afastando essa hipótese de que tenha sido uma benemerência com essa pessoa interessante, o Sr. Molina, isso não terá sido uma forma de pagamento pela negociação que ele fazia da fita com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com relação a esse empréstimo que o Sr. Arthur fez, eu posso levantar isso e mostrar para vocês.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a poderia mandar para cá a documentação para que pudéssemos analisá-la. Realmente, esse tipo de benemerência é um pouco estranha, especialmente considerando que o Sr. Molina, pelo que consta do inquérito, é uma pessoa que tem posses, é uma pessoa que vive muito bem. Tem, inclusive, uma empresa no Uruguai, não é verdade?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Está aqui. Diante desse tipo de coisa, me causa es-

pécie realmente esse empréstimo pessoal justamente feito para a pessoa que entrou em contato com o Deputado Roberto Jefferson para mostrar a fita à pessoa que tem relações na Prefeitura de Belém, com o filho do Deputado Roberto Jefferson. Isso me causa espécie.

Não tenho mais tempo, Sr. Presidente. Vou esperar a documentação para poder analisá-la com cuidado.

O SR. ANTONIO VELASCO – Vou enviá-la com certeza para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou iniciar me referindo ao depoente, Sr. Antônio Velasco, interrogando se ele é sócio somente nessa empresa ou também em outras empresas do Sr. Arthur.

O SR. ANTONIO VELASCO – Sou sócio na empresa Vektor, com o Sr. Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor é sócio da outra empresa também?

O SR. ANTONIO VELASCO – E sou sócio das outras empresas também. Nós temos outra empresa...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quantas são as outras?

O SR. ANTONIO VELASCO – A Agenda Brasília e a Agenda Turismo, que presta serviço de locação de computadores.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em todas elas, a sua cota é de 50%?

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim. Acho que na Vektor não, mas não estou lembrado agora.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que maneira o senhor conheceu o seu sócio Arthur?

O SR. ANTONIO VELASCO – O Arthur eu conheci há 15 anos, mais ou menos, aqui em Brasília. Ele trabalhava como funcionário de algumas empresas e me pediu emprego.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Empresas de quê?

O SR. ANTONIO VELASCO – De vendas de medicamento. Ele era funcionário.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vendia medicamento para a rede privada de farmácias de Brasília ou fornecia para municípios?

O SR. ANTONIO VELASCO – Era uma empresa que entrava em concorrência pública, com certeza. Ele estava sendo demitido, alguma coisa assim, estava numa situação difícil e foi falar comigo. Eu disse a ele que estava precisando de uma pessoa. Ele ficou lá sem ser sócio por um período, parece que uns dois ou três anos, e depois, pelo trabalho prestado por ele, nós o colocamos como sócio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não só conseguiu atestar a competência dele como ele auferiu fundos suficientes para montar uma sociedade de 50% em menos de dois anos?

O SR. ANTONIO VELASCO – Mais de dois anos. É que montamos empresas novas. A minha empresa era outra empresa. A minha empresa só vendia mobiliário.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vendia no Rio de Janeiro?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca vendi no Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor vem do Rio de Janeiro?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não entendi a pergunta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor é originário do Rio de Janeiro?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não; sou goiano, da cidade Goiás Velho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já trabalhou no Rio de Janeiro?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca trabalhei no Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca teve nenhuma relação com o Ibama como fornecedor ou de compra e venda?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca, nem como fornecedor, nem venda. Talvez nunca tenha feito uma visita ao Ibama.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor conhece a Deputada Alcione Athayde?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca ouvi falar nem de nome.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que é responsável pelo setor de compras e entregas. Em qual das quatro empresas?

O SR. ANTONIO VELASCO – A empresa que movimenta é a empresa Coman. As outras são empresas inexpressivas. Essa empresa do aeroporto nos dá um prejuízo imenso. Estamos querendo até nos desfazer dela porque realmente aquilo é brincadeira! O prejuízo, em função de o aeroporto ter mudado a posição da nossa sala, hoje, mal paga os funcionários que tem lá.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A outra posição era melhor?

O SR. ANTONIO VELASCO – Era, porque ela ficava em outra posição. Quando houve essa modificação no aeroporto, fomos colocados no segundo andar, onde ninguém nem sabe que a gente existe.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor é responsável por compras e entregas, mas

quem viaja é o Sr. Arthur? As compras e entregas o senhor gerencia sem se mover do escritório, da sede?

O SR. ANTONIO VELASCO – Fico em Brasília. Viajo também, de vez em quando, mas não tanto quanto o Sr. Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse aqui que o Molina é consultor da Fundação Getúlio Vargas, além de ser consultor e agente beneficiado pela benevolência da sua empresa. Ele atua em que área nessa consultoria?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei, porque ele se apresenta com um cartão da Fundação Getúlio Vargas. Nunca o vi fazendo nenhum negócio em nenhum local.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor afirma que tem perdido concorrências. A sua empresa teria perdido concorrências. Foi essa a expressão que o senhor usou. Quais foram as concorrências perdidas pela sua empresa no período que provocou essa manobra, já ensaiada em 1992, no MEC e depois reeditada em 2002, em São Paulo, segundo consta pelo que já foi ouvido aqui?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não saberia dizer quantas concorrências, mas são várias, porque as concorrências têm praticamente todos os dias.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nos Correios? O senhor perdeu quantas concorrências nos Correios?

O SR. ANTONIO VELASCO – Várias concorrências eu perdi nos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde quando?

O SR. ANTONIO VELASCO – Desde quando trabalhamos com os Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E desde quando os senhores trabalham com os Correios?

O SR. ANTONIO VELASCO – Desde da instituição da firma. Sempre tentamos vender para os Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde o início da firma.

O SR. ANTONIO VELASCO – E vendemos aos Correios, até hoje, três contratos. E do resto, que participamos, nós perdemos. Eu não saberia falar para você aqui agora quantas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

V. S^a citou que uma empresa, supostamente concorrente, ou também contratada pelos Correios, Proteline ou coisa parecida, teria tido aliviado uma multa de R\$ 800 mil. É isso mesmo que o senhor afirmou?

O SR. ANTONIO VELASCO – Isso quem me afirmou foi o Sr. Arthur. Eu nunca vi documento nenhum nesse sentido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A iniciativa que a sua empresa buscava era o mesmo alívio junto aos Correios?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não entendi a pergunta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a reafirmou que a outra empresa, denunciada pelo senhor, chamada Proteline, ou alguma coisa similar a isso, teria tido aliviado uma multa de R\$ 800 mil. Foi o que o senhor reiterou.

O SR. ANTONIO VELASCO – Foi o que o Sr. Arthur me disse.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A sua empresa foi multada em mais de R\$ 1 milhão.

O SR. ANTONIO VELASCO – Parece que é novecentos e oitenta e alguma coisa... Eu não sei direito...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, R\$ 1 milhão. O senhor estava buscando o mesmo alívio da outra empresa?

O SR. ANTONIO VELASCO – Isso, nós tentamos várias vezes, através de algumas... administrativamente, e nunca foi provido. Isso é de público. Está no processo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E qual a estratégia que o senhor, com o seu sócio, traçou para, então, ao atingir o objetivo do alívio da multa para além das gestões administrativas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não entendi o que o senhor quer dizer com “além das ...”.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a diz que cumpriu com os procedimentos administrativos, tentando reverter a multa. Evidentemente, se o senhor e o seu parceiro, o seu sócio...

O SR. ANTONIO VELASCO – Íamos entrar com pedido na Justiça para que se reconsiderasse pelo menos parte disso, porque achamos que a dose foi excessiva.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A dose foi excessiva em relação às multas. Depois o senhor reclama que as visitas técnicas para reparar os chamados cofres eletrônicos, já no interrogatório feito pelo nosso relator, o senhor achou também que havia um exagero, do ponto de vista dos requerimentos a essas visitas, e uma incúria dos responsáveis nos Correios no trato do equipamento. O senhor se referiu a isso.

O SR. ANTONIO VELASCO – Os Correios, tinha que ser feito um treinamento que era de responsabilidade...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a já declarou isso: “que era de responsabilidade dos Correios, e não o fez”.

O SR. ANTONIO VELASCO – Ele fez sabe quando? Faltavam 20 dias para acabar o contrato. O contrato nosso era de dois anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim. V. S^a fala, então, que teria a receber R\$ 120 a R\$ 130 mil dos Correios. Tem uma reclamação de sua empresa para receber...

O SR. ANTONIO VELASCO – Tem, já passou pelo Jurídico, e o Jurídico autorizou. Só que ninguém nunca deixou a gente...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A que título? Receber a que título?

O SR. ANTONIO VELASCO – A título de visita indevida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De visita indevida. O senhor emite nota dessas visitas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nós não emitimos as notas porque, se ele não paga, sou obrigado a recolher os impostos. Então, sou penalizado duas vezes. Então, enquanto os Correios não me pedir para emitir as notas, eu não posso emitir essas notas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E anteriormente, as notas eram emitidas só mediante pagamento?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca recebemos nada nos Correios de visita indevida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E em outra modalidade de serviços?

O SR. ANTONIO VELASCO – Outra modalidade era entrega de produtos. E só entrega o produto com a nota fiscal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mesmo antes de receber?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, a nota fiscal é emitida antes de receber. A nota fiscal se emite para acompanhar o produto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na entrega.

O SR. ANTONIO VELASCO – Na entrega.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente. Portanto, também esse procedimento tem seus problemas, pelo que está revelado aqui.

V. S^a afirma que o Sr. Molina teria apresentado o seu sócio a pessoas da Marinha. Quando que ocorreu esse evento tão significativo?

O SR. ANTONIO VELASCO – Quando ele me fala as coisas... Não sei dizer para o senhor qual foi essa data. Acredito que isso tem mais de um ano, ou mais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a diz que trabalha no setor de compras e entregas. No setor de compras o senhor realizou pagamento a alguma empresa de segurança chamada SAM Alarmes?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não senhor. Essa SAM Alarmes, parece que o Sr. Arthur me disse que ele pagou para uma empresa que ele alugou a mala. Porque isso foi explorado entre nós mil vezes, para colocar em pratos limpos o que aconteceu. E ele disse que pagou uma empresa chamada... que ele alugou uma mala, e o 'cara' deu uma nota para ele de alarme.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele alugou uma mala, e o 'cara' deu uma nota de alarme. E aí, o senhor pagou a nota de alarme...

O SR. ANTONIO VELASCO – Não fui eu que paguei. Isso ele pagou do bolso dele, com o cheque dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, da sua empresa não saiu pagamento.

O SR. ANTONIO VELASCO – Não saiu, não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não saiu da sua empresa esse pagamento.

O senhor refere-se que há cinco anos o Sr. Joel hospedava-se na casa do Sr. Arthur. O senhor ia com frequência à casa do seu Arthur, seu sócio?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, vou muito pouco à casa do Sr. Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor contribuiu como pessoa física a alguma campanha eleitoral ou partido político?

O SR. ANTONIO VELASCO – Até hoje não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nem como personalidade jurídica nas quatro empresas que o senhor divide?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, nunca contribuimos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor teve o telefone da sua empresa com uma operação de varredura, ou rastreamento, ou coisa similar, no período em que a SAM visitou...

O SR. ANTONIO VELASCO – Nós sofremos uma denúncia anônima, e isso o Arthur achou que algum concorrente até pudesse grampear o nosso telefone para fins comerciais. Ele chamou uma empresa para fazer uma varredura na nossa empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual a empresa que ele chamou para fazer a varredura?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei o nome.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor pagou a conta da varredura?

O SR. ANTONIO VELASCO – O Arthur pagou essa conta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Arthur pagou pela empresa essa conta?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei dizer para o senhor agora se foi pela empresa ou não. Estou meio confuso para responder isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A situação está de fato bastante confusa.

O senhor já fez negócios com prefeituras municipais, ou Estados, outras esferas de Governo que não o Governo Federal?

O SR. ANTONIO VELASCO – Já.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já fez com quais prefeituras e Estados?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com prefeituras nunca fizemos negócio. Fizemos negócio com Brasília, com a Secretaria de Educação de Brasília, vendemos 105 mil pares de tênis para eles.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Uniformes escolares, então? Parte dos uniformes escolares?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nós só vendemos os tênis.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor se referiu a venda de móveis para escolas, inclusive atestou por esses móveis a condição de capacidade técnica para participar de licitações. A quem foram vendidos esses móveis escolares? O senhor falou, inclusive, de mobiliário escolar.

O SR. ANTONIO VELASCO – Já vendemos mobiliários escolares para algumas escolas particulares, que não sei falar aqui, e, recentemente, vendemos móveis para igrejas...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando o senhor fala de móveis, nós vendemos, o senhor está se referindo a qual das quatro empresas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Somente a Comam faz vendas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Somente a Comam.

O seu negócio anterior à Comam também era de móveis?

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim, eu tinha uma loja de móveis, mas já tem, acho, dez anos que fechei essa loja, chamava Ravel Móveis, que ficava na 302 Sul, que era só loja de móveis. Eu trabalhava com revenda de móveis na loja e fazia venda em órgão público com essa empresa. O Sr. Arthur não era sócio da empresa a essa época.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não era sócio nessa época, foi precedente à constituição da sua empresa.

Qual era o interesse específico de participar dessa denúncia no Município de São Paulo, no ano de 2002,

já que sua empresa não se relacionava com prefeituras municipais?

O SR. ANTONIO VELASCO – O senhor está dizendo que o Arthur fez, é isso? Não entendi a pergunta, poderia repetir, por gentileza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou dizendo o que o Deputado Eduardo Paes fez menção aqui, fez uma interrogação ao senhor inclusive.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu disse que, possivelmente, o Arthur tenha feito, mas eu, nós não temos, não vendemos e nem participamos dessa concorrência na Prefeitura de São Paulo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não participou, não tem interesse, não fez, e não ...

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, não vou dizer que não tenho interesse de vender para a Prefeitura de São Paulo, se surgir uma oportunidade, e estivermos aptos, vamos participar, mas não participamos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual é a atual consultoria que o Sr. Molina presta à empresa de V. S^a?

O SR. ANTONIO VELASCO – É mais de amigo do Arthur do que de consultor para a empresa. Para mim, essa consultoria serve muito pouco.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Abicalil.

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

V. Ex^a tem 10 minutos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro gostaria de saber do senhor a que órgãos públicos a sua empresa fornece, além de Marinha, Correios. Que outros órgãos públicos?

O SR. ANTONIO VELASCO – Essa empresa vendeu para o Ministério da Saúde em 2002; vendemos para o Ministério do Exército, Ministério da Marinha, Correios. Não estou lembrado assim de outros órgãos em que atuamos com vendas de produtos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Das Forças Armadas só faltou a Aeronáutica.

O SR. ANTONIO VELASCO – À Aeronáutica tentamos várias vezes e não conseguimos vender.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Por quê?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não conseguimos. Olha que não foi por falta de tentar, mas não conseguimos vender nada na Aeronáutica até hoje.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Por que o senhor acha que não conseguiu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Porque o produto que nós temos não enquadrado corretamente na Marinha. E os preços da Marinha, lá, que são variáveis...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Da Marinha, não; da Aeronáutica.

O SR. ANTONIO VELASCO – Da Aeronáutica. O preço da Aeronáutica está tão baixo que, para mim, não serve. Tenho já... Participei de várias concorrências lá. É um pregão. Você coloca um preço “X” e ele sai por menos “Y”. Como se vai fazer? Dar, de graça, o produto nós não podemos. Por isso eu tenho até vontade de mudar a especificação da Aeronáutica, para que a gente possa entrar. Dos produtos que estão sendo comprados hoje, eu não tenho competitividade.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para entrar. Por causa da qualidade, que é mais baixa?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei se a qualidade é mais baixa, mas nós não temos competitividade.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, esses contatos que o Molina fez anteriormente com a Marinha e tal, tudo o mais, a empresa pagava para ele?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor. Até hoje, o único dinheiro pago para o Sr. Molina foi esse empréstimo que o Sr. Arthur fez. Até hoje.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o Molina fazia isso, por quê?

O SR. ANTONIO VELASCO – Acho que fez por amizade ao Sr. Arthur, porque, realmente, ele nunca cobrou nada de nós.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só pediu emprestado?

O SR. ANTONIO VELASCO – Só pediu emprestado, justificando que ele estava com uma situação muito difícil, que a mineradora dele tinha dado um grande prejuízo, que ele tinha alugado uma fazenda que estava dando prejuízo também e que... Mais ou menos assim. É uma conversa nesse nível.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Assim como o Sr. Molina intermediou esses contatos com a Marinha, quem mais intermediava para vocês nesses outros órgãos?

O SR. ANTONIO VELASCO – A intermediação é feita através do Sr. Arthur.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas eu não entendi.

O SR. ANTONIO VELASCO – Se tinha outros consultores?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É.

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não tinha mais nenhum?

O SR. ANTONIO VELASCO – Ninguém. Nenhum. Nunca houve.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, fica difícil de entender por que precisava de um consultor para a Marinha e não precisava de consultor para os outros.

O SR. ANTONIO VELASCO – Acredito eu que, de ele ter vindo de funcionário da Marinha, podia conhecer alguém que pudesse indicar para o Sr. Arthur, um amigo dele ou alguma coisa assim. Acredito eu. Não estou afirmando, porque não participei disso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor nunca precisou de intermediário. A empresa nunca precisou de intermediário para as outras vendas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só precisava do intermediário para a Marinha?

O SR. ANTONIO VELASCO – Para a Marinha foi feito, o Sr. Arthur, não é que ele precisou intermediar. Ele pediu para o Sr. Molina alguma coisa, que apresentasse pessoas da Marinha.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Certo. Qual era o gasto do Sr. Arthur no cartão, que o senhor chegou a reclamar? Qual era o gasto mensal dele?

O SR. ANTONIO VELASCO – Ele gastou em um mês, no mês que chamei a atenção dele, porque não poderia acontecer isso mais, ele gastou mais de R\$5 mil no cartão da empresa. E eu achei que aquilo, que a empresa não suporta esse tipo de coisa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o que ele justificou para o senhor?

O SR. ANTONIO VELASCO – Justificou que viajou o mês todo, que tinha pago os hotéis, que tinha pago jantares, ele tinha saído, e tudo o mais. E que não ia acontecer isso mais.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Como é esse contrato de empréstimo da sua empresa com o Molina? Vocês assinaram um contrato?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não. O Sr. Arthur fez como retirada para ele e emprestou para o Sr. Molina. A empresa não emprestou para o Sr. Molina.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A empresa não emprestou para o Sr. Molina?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não. O Arthur retirou para isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Retirou, mas não tem documento nenhum sobre isso. Não tem nenhum documento sobre isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Tem o da retirada do Sr. Arthur, que passou para o Sr. Molina, que isso é de responsabilidade dele.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Era bom, depois, a gente pegar essa documentação para comprovar nesse sentido.

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O Sr. Arthur falava que tinha ligações com quem no Governo, e independente de que governo fosse? Com quem ele tinha essas ligações para poder dizer: “Olha, vamos preparar uma venda assim, que eu vou abrir uma porta agora para a gente poder vender”? Como ele fazia isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – O Arthur nunca me disse que tinha relação com pessoas influentes no Governo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nunca lhe disse isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca me disse isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E como ele conseguia essa colocação dos seus produtos. O que ele dizia?

O SR. ANTONIO VELASCO – Essa colocação do produto, ele é um produto comum. Vários produtos são comuns a todo mundo. Então, nós participamos de pregão eletrônico, ou presencial, de acordo com a modalidade que vier pelo órgão. Então nós participamos e ganhamos ou não. Não há muito o que fazer nessas modalidades, a menos que você vá trabalhar uma especificação do produto.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – A empresa teve alguma venda à Abin, alguma vez, ou não?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor. Nunca fomos à Abin, nunca vendemos nenhum centavo na Abin.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nunca venderam nada?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca vendemos nada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor diz que está por fora de todo esse esquema, que fez gravação e tudo mais, que o senhor inclusive é contrário.

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, eu não disse que estou por fora, eu disse que não participei em hora nenhuma, e fiquei sabendo depois disso e não gostei da atitude de ter sido feito isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas o senhor não acha que é um dever de todo cidadão denunciar a corrupção?

O SR. ANTONIO VELASCO – Olha, eu acho, mas eu não sou o cara que queria fazer isso. Não que eu queira dar uma de honesto, de bonzinho, ou de deso-

nesto. É que nós vamos ser retaliados, com certeza. E já estamos sendo.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Ah, então o problema é que geralmente há uma retaliação...

O SR. ANTONIO VELASCO – Acredito, em nível assim, por exemplo...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que tipo de retaliação? É isso o que queria saber.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu estive numa gerência de banco e o banco falou para mim: Olha, esse negócio que você estava arrumando aqui eu vou ter que falar com o superintendente, porque vocês estão envolvidos nesse escândalo. Eu falei: nós não estamos envolvidos no escândalo; nós somos uma empresa séria e vamos continuar o nosso trabalho, independente de o nosso nome constar. “Ah, mas a Polícia pegou todo o seu material!” Eu falei: a Polícia vai devolver todo o nosso material. Então, eles acham que fomos bandidos, em função de a Polícia ter entrado e feito o que fez no nosso escritório. Levou todos os produtos e estamos lá hoje sequer sem agenda para trabalhar, porque está tudo preso na Polícia Federal, computadores e tudo mais.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o senhor considera que isso foi uma retaliação?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não da Polícia. Não digo retaliação da Polícia, mas do povo, das pessoas, que vêem isso como se fôssemos bandidos e pensam que por isso a Polícia foi lá, porque quando não se deve nada a Polícia não vai. É assim que eles raciocinam.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Penso que o povo veria os senhores com uma denúncia de um ato de corrupção. Inclusive muitos do povo gostam dessa denúncia.

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim, mas entre gostar e sofrermos as consequências há uma grande lacuna.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, para finalizar, nem vou ocupar todo o tempo, eu queria saber: o senhor tem conhecimento de alguma outra exigência, em qualquer órgão do Governo, à empresa de vocês, que seja irregular?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não entendi a sua pergunta, o senhor me desculpe.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – A empresa de vocês participa de várias licitações em órgãos governamentais. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento... Essa irregularidade nos Correios foi até filmada. Quero saber se teve conhecimento de outros órgãos que tenham qualquer exigência, que não seja legal, feita à empresa de vocês?

O SR. ANTONIO VELASCO – Vou dar um exemplo aqui. Nosso capital social hoje é de R\$6 bilhões, e foi alterado recentemente porque havia uma concorrência em Santa Catarina que pedia um capital social de R\$5,9 milhões. Eu acho aquilo um absurdo. Como eu poderia participar? Eu tive que fazer tudo para alterar o meu contrato social, rapidamente, para tentar participar.

Não participei porque veio este escândalo e tudo mais e não tivemos nem cabeça para fazer cotação de preços e para fazer amostras para participar.

Eu estava me preparando, quando isso aconteceu.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Foi com quem isso lá? Com o Governo do Estado?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com o Governo do Estado, comprando uma quantidade grande, parece-me que 450 mil pares de tênis e também 450 mil conjuntos de uniforme que só uma empresa poderia vender. Ou seja, quem ia vender o tênis ia vender o gorro, o sapato, a meia... Então, como é que você participa disso? Por que ele não comprou isso separado? Ou seja, tênis eu podia vender. Então eu poderia apresentar preço. Mas como eu vou vender o tênis? Eu não vendo o moleton, eu não vendo a meia. Então, é complicado. Isso existe. Não sei se foi feito para beneficiar alguém, mas está aí um exemplo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor citou um exemplo. Há alguns outros de que o senhor se lembre?

O SR. ANTONIO VELASCO – Que eu me lembre agora não, Senador.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não se lembra de mais nenhum outro nesse sentido?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, Sr. Senador, desculpe-me, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É Deputado mesmo. Esta é uma comissão mista, com Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Moroni Torgan, gostaria também de registrar que, hoje, – sei que hoje também a Câmara está bastante, a agenda está muito pesada –, nós já estamos entrando com requerimento de pedido de quebra de sigilo do Sr. Arthur Wascheck Neto. Isso, de certa maneira também, irá responder aos comentários que V. Ex^a apresentou nessa primeira série de questionamentos de V. Ex^a aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos que, a pedido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Apenas cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...falará por cinco minutos – temos procurado sempre administrar essas questões aqui.

Com a palavra Deputado Pompeo de Mattos, apenas por cinco minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom, Sr. Presidente. Agradeço. Fiz esse pedido especial para V. Ex^a, porque também tenho compromisso depois. Estou na Liderança da Bancada do Partido nas votações que ainda teremos na Ordem do Dia, mas eu queria fazer alguns questionamentos ao Sr. Antonio Velasco, exatamente sobre essa questão toda envolvendo os Correios.

Sr. Antonio, a sua empresa não produz esse produto que o senhor vende para o Correio, esses itens?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor. Nós entramos com revenda de produto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor, na verdade, é representante, então, dessa...

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, representante é outra história. Representante é aquele que leva uma indústria para representar e vende em nome dela. Eu vendo em meu nome e compro no mercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah! O senhor compra no mercado; é uma espécie de intermediário, então?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu sou um intermediário; eu sou uma revenda de produto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Quando o senhor falou da multa de quase R\$1 milhão que lhe foi aplicado, o senhor acha que, nos Correios, “carregaram nas tintas” no seu caso, ou essa multa era devida?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, a multa é devida em função do atraso que eu realmente cometi. Agora, eu acho que a dose foi muito grande; não precisava me multar com a pena máxima. No contrato, fala-se que, se você atrasar 30 dias, a pena é máxima. Mas isso não acontece com todo mundo e, por isso, nós ficamos revoltados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por exemplo, o senhor tem conhecimento de alguém que esteja na mesma situação que o senhor, mas com quem não aconteceu como foi com o senhor?

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim, nós acabamos de citar, Deputado, um exemplo desse.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual?

O SR. ANTONIO VELASCO – Que a Empresa Proteline não entregou o produto, teria que ser multada em 20% e parece que não o foi. Isso pode constatar no processo que está nos Correios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu faço uma dedução e quero ter a sua posição sobre ela.

O senhor quer dizer que havia nos Correios um esquema, digamos assim, para preterir algumas empresas e dar preferência a outras?

O SR. ANTONIO VELASCO – A forma mais simples de se saber é analisando os processos que estão lá. V. Ex^{as} verão. Acho que algumas pessoas já estão lá hoje fazendo isso e, com certeza, vão constatar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor poderia citar três processos, por exemplo, de três empresas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei citar três; sei citar uma, que é essa que citei agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Especificamente.

O SR. ANTONIO VELASCO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor disse que perdeu várias concorrências nos Correios. Cite três concorrências que o senhor perdeu e que o deixou com “a pulga atrás da orelha”.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não estou lembrando. Mas quase todas as concorrências são pregão eletrônico, e o preço desce muito. E o pregão eletrônico, hoje, para nós que temos empresa, é um pepino, ou seja, um problema seriíssimo, porque, além de você ter que ter o preço baixo, você tem que ter o fator sorte de o seu preço chegar lá. Ou seja, quando você emite aqui, no computador, que seu preço chegue lá. Normalmente, você emite aqui e não chega lá. Então, em concorrência pelo sistema de pregão, você tem que ganhar no preço e tem que ter sorte de o seu lance chegar aos computadores da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem uma boa experiência nessa questão do pregão eletrônico, dos lances dados e da emissão do lance, enfim, do sistema *on line* como ele funciona?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com certeza. Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Maurício Marinho declarou aqui que havia uma maneira de fraudar o pregão eletrônico. O senhor conhece esse procedimento?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não. Eu o ouvi dizer isso e gostaria de conhecer esse procedimento, ou acabar com isso porque isso, realmente, não nos deixa vender. Ele disse que existia um programinha – escutei isso no depoimento dele –, e eu gostaria até de conhe-

cer isso, de saber se realmente existe, porque tem que se combater isso. Nós vamos ficar sempre dependendo da sorte para ganhar a concorrência?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor acredita que alguma vez tenha sido vítima desse programinha?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com certeza. Várias vezes nós apresentamos preço, eu perdi por um centavo, dois centavos. Eu dou um lance e encerra sem o meu lance chegar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sem o seu lance chegar lá

O SR. ANTONIO VELASCO – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Equivale dizer que alguém tenha apresentado vários lances?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Um minuto, Deputado.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não, não afirmo isso. Pode ser que o cara, o computador dele seja mais ágil, ou seja mais... Acho que o meu, pelo que estou entendendo, é muito lento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu queria fazer exatamente essas perguntas, porque aquilo que o Marinho disse, e a sua empresa, nas concorrências que tem lá, perdeu por centavo, perdeu por pouco, quer dizer, casa a informação de um... alguém que está lá dentro dos Correios diz que existe um esquema e alguém que está aqui fora e que busca, digamos assim, furar o esquema e cai exatamente na rede do programa do pregão, mostra que o pregão eletrônico não é infalível, como nós vimos inclusive o próprio Governo anunciando.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu acho que ele não é infalível. Ele é injusto com quem está aqui fazendo cotação. O presencial é mais justo porque aquilo vai até exaurir: “Você tem mais algum lance para dar? Você tem...” E o eletrônico não. Você emite e tem o tempo randômico. Acabou, acabou. Você...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Agradeço, Sr. Presidente, e só quero deixar esta afirmação: que o pregão eletrônico não é a coqueluche, não é a saída do problema, de todos os males. O Governo anunciou isso e acho que até na melhor das boas intenções, como se fosse o pregão a solução dos problemas da corrupção, enfim, nessa questão da licitação. Quando, na verdade, não é e nós temos que buscar outros mecanismos, ou pelo menos fazer uma devassa nessa questão e fazer o enfrentamento até mesmo do pregão eletrônico, que parecia muito bom e não é tanto quanto parece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. (Orador Não Identificado) – Pela ordem,

Sr. Presidente. Só rapidamente. Parece-me que V. Ex^a ia encerrar ou não? Já acabou... Ah! Desculpe. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não. Não. Ainda temos mais inscrições.

O SR. (Orador Não Identificado) – Perdão. Per-

dão. Perdão. Faço questão de ouvir a Senadora Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu era a primeira inscrita, abri mão, achei que teríamos um depoimento tranqüilo e eu acho que é um depoimento com muitas novidades. Por isso voltei a me reinscrever aqui para fazer alguns questionamentos. O primeiro deles é: quem é o Sr. Kasser Bittar?

O SR. ANTONIO VELASCO – Kasser Bittar é uma pessoa que eu não tenho amizade com ele, mas sei quem é. Kasser Bittar apresentou, segundo Arthur – isso ele me dizendo –, que esse Kasser Bittar apresentou para ele o cara que alugou a mala para ele. Isso palavra do Sr. Arthur para mim. Após estourar tudo isso eu virei: mas como é que você fez isso? Ele pegou e disse que o Kasser Bittar tinha apresentado para ele um araponga para fazer varreduras e não sei o que lá, e acabou alugando a pasta para ele, a pasta que tinha essa máquina de gravar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor respondeu para mim o que o Kasser Bittar fez. Eu perguntei quem é o Kasser Bittar.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não conheço quem é Kasser Bittar. Eu sei que ele é um amigo do Sr. Arthur, que apresentou outras pessoas ao Sr. Arthur, conforme ele me disse. Agora, eu não conheço de onde ele é, nem nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca viu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não. Eu já vi esse Kasser Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já viu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Já. Ele esteve no escritório um dia e o Arthur me apresentou: esse aqui é o Sr. Kasser. Mas eu... é um senhor alto, um rapaz forte. Mas não tenho nenhuma convivência com o Sr. Kasser Bittar, não sei nada sobre o Sr. Kasser Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra pergunta que eu queria fazer é a seguinte, até reforçar: quando mesmo que o Sr. Arthur começou a reclamar do Sr. Marinho?

O SR. ANTONIO VELASCO – Olha, eu não sei precisar mas isso eu acho que a vida toda o Arthur

reclamou do Sr. Marinho. Ele sempre está reclamando do Sr. Marinho. Isso é um hábito normal dele falar: Antônio, estão difíceis as coisas. Com o Marinho lá não tem jeito. Mais ou menos assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é que o senhor, no seu... Eu só estou fazendo essa pergunta porque me chamou atenção que o senhor disse que o Sr. Arthur tinha começado a reclamar do Marinho há coisa de trinta e poucos dias, recentemente.

O SR. ANTONIO VELASCO – Não. Que ele estava com muita raiva do Sr. Marinho tinha pouco tempo, mas sempre reclamou do Sr. Marinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, bom! Reclamava há bastante tempo, mas raiva recente?

O SR. ANTONIO VELASCO – Raiva é maneira de dizer. Ele estava muito assim... estava com raiva tanto que fez o que fez. Eu acho que só a pessoa assim, para fazer o que ele fez, devia ter as razões de muita raiva, porque senão a gente não faz isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Raiva recente então? Agora deixa eu fazer uma outra pergunta. O senhor disse que, há cerca de dois meses, houve um repasse de um dinheiro, uma ajuda para o Sr. Joel?

O SR. ANTONIO VELASCO – Houve.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Houve. Confirmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De qual valor?

O SR. ANTONIO VELASCO – Para mim, foi de R\$3 mil reais. Eu não sei. Posso até levantar isso, mas não tenho certeza. Para mim, foram duas vezes de R\$1,5 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Duas vezes de R\$1,5 mil?

O SR. ANTONIO VELASCO – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o tempo em que isso aconteceu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Há uns dois meses.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uns dois meses.

Acho que o senhor confirmou que foi feita varredura na empresa?

O SR. ANTONIO VELASCO – Foi feita. Eu não estava na empresa nesses dias, mas o Sr. Arthur disse que contratou uma empresa para verificar se os nossos telefones estavam sendo grampeados, ou por concorrente ou não, porque estávamos sofrendo denúncias anônimas. Então, ele estava preocupado.

Como nós mexemos com...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor não estava na empresa quando teve a...

O SR. ANTONIO VELASCO – Nesse dia em que se fez a varredura, eu não estava na empresa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a informação que temos é de que foram feitas duas varreduras.

O SR. ANTONIO VELASCO – Olha, se foram feitas duas varreduras...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Duas sessões de varreduras.

O SR. ANTONIO VELASCO – Pode até ser que...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não estava em nenhuma das duas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Em nenhuma das duas, eu não estava. Não vi...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o seu trabalho é dentro da empresa?

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por coincidência, nos dois dias das varreduras, o senhor não estava? Foi coincidência?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu acredito que essa varredura tenha sido feita em um dia em que não trabalhamos, porque não iam fazer varredura com os funcionários lá nem nada. Talvez tenha sido feita em um sábado ou alguma coisa desse nível. Não sei afirmar isso também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o depoimento aqui diz que o Jairo compareceu na empresa vestido com o uniforme da empresa SAM Alar mes. Então, se ele compareceu na empresa vestindo o uniforme da SAM Alar mes, se está registrado aqui, é porque foi dia de expediente.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não estava, não vi o Sr. Jairo lá com uniforme nenhum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor confirma que foram feitas as varreduras e elas foram pagas?

O SR. ANTONIO VELASCO – Confir mo que foram feitas. Foram pagas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor sabe o valor?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhora. Aqui, agora, não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não foi?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A época o senhor não sabe precisar, mais ou menos?

O SR. ANTONIO VELASCO – Tem uns três meses, mais ou menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Três meses o pagamento da varredura, dois meses... Mas uma var-

redura que o senhor não confirma efetivamente, porque o senhor não viu acontecendo, não é?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não vi ela acontecendo.

Inclusive, gostaria agora de fazer uma varredura no meu escritório, porque agora estou preocupado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora o senhor está começando...

O SR. ANTONIO VELASCO – Agora estou preocupado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Chama o Jairo, é isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhora. Jamais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor falou também na questão do tal do empréstimo para o Molina. Vinte... Eu não guardei bem...

O SR. ANTONIO VELASCO – A retirada do Sr. Arthur foi de R\$27 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – R\$27 mil, que foi emprestado para o Sr. Molina. Isso também a que tempo?

O SR. ANTONIO VELASCO – Há uns quarenta dias, mais ou menos. Eu não sei falar datas aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quarenta dias...

O SR. ANTONIO VELASCO – Não que eu não queira, mas a posição em que a gente fica aqui para responder é muito difícil para raciocinar com datas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, vamos retroceder no tempo. Três meses atrás, aproximadamente, o senhor acha que foi feito o pagamento da...

O SR. ANTONIO VELASCO – ...da varredura.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dois meses atrás, a ajuda humanitária para o Joel; e, a uns quarenta dias atrás, os R\$27 mil para o Molina.

Pelo depoimento que temos, foram pagas duas vezes R\$3 mil para a varredura. Então, dá R\$27 mil, mais R\$6 mil, mais R\$3 mil, dá R\$36 mil pagos em um período entre três meses a quarenta e cinco dias atrás; é isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Mais ou menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fecha isso.

Isso tem registro na contabilidade da empresa? Qualquer uma das três coisas?

O SR. ANTONIO VELASCO – O registro é o seguinte: dos R\$27 mil, foi a retirada do Sr. Arthur...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em nome dele?

O SR. ANTONIO VELASCO – Em nome dele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não está registrado como despesa da firma?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não está registrado como despesa da firma.

O pagamento do Sr. Joel, esse que estou confirmando, foi feito, não sei... Parece que não foi também em nome da firma, porque vi isso, estou dizendo, porque vi esses recibos lá um dia e perguntei ao Sr. Arthur do que eram. Mas o recibo estava sendo...Tinha um recibo em nome do Sr. Joel. Não era transferência da empresa para o Sr. Joel. Eu perguntei para ele, e ele falou: “Não, esse é um pagamento que vou fazer para o Sr. Joel, porque a situação dele está difícil, ele quer alugar outro imóvel, porque está morando em uma pensão...” Mais ou menos assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a varredura? A varredura ficou registrada como?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não lembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou perguntando isso...

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu entendo; desculpe-me de às vezes não responder corretamente para a senhora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desculpe-me, mas o senhor tem uma aparência de ser aquele “crica”, que se preocupa até em monitorar o gasto do cartão de crédito do seu sócio...

O SR. ANTONIO VELASCO – Mas eu não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor se incomoda até em saber se ele está... Aliás, estou louca para arranjar uma sociedade dessa, porque paga o lazer; o cara janta para baixo e para cima, e não diz nada; hospeda-se e tal. Eu fiquei surpresa. Mas o senhor deu várias demonstrações de ter preocupação de monitorar, de cobrar tudo, mas essas coisas aqui não estão registradas na contabilidade da empresa.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não sei afirmar para a senhora. Agora, nós estamos falando sobre... a varredura?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor veja bem: houve pagamento para o Joel sob um título; pagamento para o Jairo sob outro título – inclusive, o motivo do pagamento o senhor não comprova. A varredura, o senhor não viu. Então, temos uma hipótese de pagamento por uma varredura, que o sócio – imagino que a varredura deve ter sido feita na sua sala... O senhor não ter visto ou alguém ter...

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, eu confirmo a varredura. Eu só não assisti à varredura.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, veja bem, foi um serviço prestado, mas que não está registrado. O senhor não confirma que tenha sido feito na contabilidade da empresa. O senhor controla o cartão de crédito, mas não controla o pagamento dessas duas parcelas? Controla o pagamento do cartão de crédito

de cinco mil, mas não lembra o pagamento de duas parcelas de três mil para a varredura? É, no mínimo, estranho! O senhor concorda comigo?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO VELASCO – Concordo com a senhora que é estranho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Então, fazendo assim: pagamento para o Joel; pagamento para o Jairo; pagamento para o Molina, circunscrito a um período de 45 dias, aproximadamente há 45 dias. Tudo – pelo menos até prova em contrário – feito num caixa dois – no mínimo, um caixa dois do Sr. Arthur, porque não temos nenhuma prova de isso ter sido pago, em nenhum momento, pela empresa, como serviço prestado a ela. Então, queria fazer a seguinte indagação: como o senhor justifica que alguém que cobra da empresa os seus jantares, sem justificativa de serviço prestado a ela, e faz pagamentos para serviços prestados à empresa, sem ser por dentro da contabilidade da empresa?

O SR. ANTONIO VELASCO – O caixa dois nós não temos até então, porque nós vendemos muito pouco para particular. Em todas as nossas vendas, deve ser emitida nota fiscal, recolhidos todos os impostos, porque são vendas feitas a órgão público. Entendo como caixa dois quem vende uma cerveja, que pode receber em dinheiro. Nós não temos nada disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas a contabilidade da empresa permite fazer pagamentos desse tipo, sem estar na contabilidade.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não disse para a senhora que não está na contabilidade. Eu disse que não sei, agora, responder isso para a senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É apenas coincidência que todas as pessoas envolvidas na gravação, na movimentação da fita – até a fita chegar ao Sr. Roberto Jefferson, que determina ao Sr. Arthur o que fazer com ela –; é só mera coincidência, que exatamente os três envolvidos na gravação, na coleta, na fita, na entrega, no repasse, na ordem, tenham recebido dinheiro no período? É só coincidência isso? (Pausa.)

O SR. ANTONIO VELASCO – No caso do Sr. Joel, o Arthur vem ajudando-o não é de hoje, não. É de dois, três anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, mas o Sr. Joel presta serviços – aí já ficou claro – há muito tempo. No questionamento do Deputado Eduardo Paes, ficou claríssimo: ele é o assessor para serviço sujo. Ele é o assessor do grampo, o assessor de acertar a pressão depois – por que não deu o resultado que eu queria, que a empresa precisava que desse? –, isso já ficou claro nos questionamentos.

Estou perguntando o seguinte: é mera coincidência que os três envolvidos na questão da fita – gravação, cópia, repasse, chegada até o Sr. Roberto Jefferson, ordem para o que fazer com a fita dada pelo Sr. Roberto Jefferson –, que exatamente esses três personagens tenham recebido dinheiro no período da execução desse acerto? Isso é só coincidência?

Quero perguntar mais: esta questão da gravação da fita – gravação, pagamentos, etc. – não tem um grande esquema, inclusive de extorsão?

O SR. ANTONIO VELASCO – Senadora, com certeza, não tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — Com certeza? Isso aqui é tudo coincidência?

O SR. ANTONIO VELASCO – Com certeza; jamais nós extorquiríamos uma pessoa, jamais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — Como o senhor justifica que três pessoas envolvidas nesse escândalo, nesse esquema, recebam dinheiro, e recebam dinheiro inclusive por fora?

O SR. ANTONIO VELASCO – Sim, justifica o seguinte: se eles receberam dinheiro para fazer esse trabalho, o trabalho não foi feito para extorquir ninguém. Se o Arthur fez esse trabalho – não estou aqui para defender o Arthur, porque achei isso uma grande bobagem –, jamais foi feito para extorquir alguém. Por que pagou ao Sr. Joel ou se emprestou dinheiro para o Sr. Molina para extorquir? Significa isso? Eu não entendi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — Mas por que essas pessoas, estranhamente, receberam dinheiro concomitantemente à ocorrência desse episódio todo? É, no mínimo, estranho. Como o senhor justifica isso?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não sei justificar, mas jamais iriam..., jamais foi feito para isso – se o Arthur fez isso –, para extorquir alguém. Tanto que ele fala que foi entregue para o diretor dos Correios. Por que ia extorquir alguém se entregou a fita aos Correios? Não vejo nenhuma relação nisso. Quem quer extorquir outras pessoas não mostra...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — Isso não poderia ser algum tipo de chantagem, para que fosse resolvido o problema que estava causando dificuldades à sua empresa, para poder ter acesso e facilidade nas licitações?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — A fita não poderia servir exatamente para isso, para chantagem?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhora. Tudo que eu sei...não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) — E recebeu por conta de quê? Dessa forma, tem-se a impressão de que se trata de uma sociedade beneficente e não de uma empresa, porque fica apenas pagando. Assim, quero ser inscrita nessa entidade filantrópica, porque se paga o Joel, se paga o Jairo, se paga o Molina...

Sr. Presidente, daqui não vai sair mais nada. Creio que ficou bastante claro que há um episódio extremamente mal explicado de pagamento das pessoas envolvidas na gravação, no caminhar da fita e na utilidade da fita, ou seja, para que a fita foi efetivamente produzida.

Quero apenas a confirmação: que solicitações de quebra de sigilo já foram apresentadas? Porque vamos precisar da quebra de sigilo da empresa, do Sr. Arthur, dos sócios, do Jairo, do Joel, do Molina, no mínimo, para podermos confrontar. No mínimo, vamos precisar da quebra de sigilo desses para podermos confrontar esses pagamentos coincidentes durante o processo de execução e de tramitação, para termos claro o objetivo da gravação da fita.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Antonio, pelo que estou vendo, o senhor coloca, assim como o Sr. Arthur, que os senhores são sócios independentes?

O SR. ANTONIO VELASCO – Somos, sim senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Independentes? Cada um tem sua carta branca; cada um faz o que quer?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nós... somos independentes. Não entendi o que o senhor quis dizer com independentes, mas eu quis dizer que as nossas relações comerciais são um pouco independentes. As amizades são independentes, e cada um pode assinar também, independentemente, pela empresa. Ou seja, se eu não estiver na empresa, o Arthur pode assinar um cheque. Ou seja, eu tenho o poder de assinar independente. A pergunta era nesse sentido?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Normalmente, vemos “amigos, amigos; negócios à parte”, mas acho que, neste caso, estamos vendo “negócios, negócios; amigos à parte”. É mais ou menos isso. Está invertida a situação.

O SR. ANTONIO VELASCO – Com certeza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor confia no seu sócio?

O SR. ANTONIO VELASCO – Confio nos sócios. Agora, nossa sociedade, depois de passar esse ven-

daval, vai ter que ser reciclada de uma forma que já até conversei com ele, porque a situação... Está com som? A nossa sociedade vai ter de ser revista, por tudo isso que está acontecendo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Antonio, sinceramente, é difícil acreditar que o senhor não sabia de nada.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu não disse que eu não sabia de nada. Fiquei sabendo após ele ter feito. Ele me falou: “Seu Antonio” – ele nunca me chamou de Seu Antonio – “está aqui o que eu fiz. Eu queria que você visse”. Eu vi aquilo e fiquei muito chateado com a atitude dele de ter feito sem o meu conhecimento, sem eu saber de nada. Eu tinha visto movimentação do Sr. Joel dentro do escritório. Ele tinha entrado e saído algumas vezes. Isso foi o que aconteceu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Todos estes – Joel, Molina – envolvidos com o Sr. Arthur frequentavam sempre o escritório. Mas o senhor não tinha nenhum relacionamento com eles de proximidade, de amizade? O senhor também não ia a barzinhos bater papo com eles, jantar?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor. Nunca fui.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para concluir, Sr. Presidente.

Sr. ANTONIO, os senhores são sócios na empresa Comam. Em investimento particular, os senhores são sócios?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nenhum?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nenhum.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu, também pela paciência. Sei que V. Ex^a, paciente, está aqui desde as 9 horas da manhã e estava em último lugar nas inscrições. Agradecemos a V. Ex^a.

Os próximos são o Deputado Eduardo Paes, a Senadora Heloísa Helena e o Deputado José Eduardo Cardozo, para começarmos a encaminhar as decisões.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Antonio, vou tentar, neste momento, falar-lhe com muita franqueza. Estamos aqui num cenário que nem sempre é fácil. Nós, quando chegamos aqui também – apesar de vir de uma campanha eleitoral, de

disputar eleições ou de outros mandatos –, trememos um pouco na base quando temos de ficar diante de tantas pessoas, tantos jornalistas, tantas autoridades, tantas Excelências, câmeras e holofotes. Tudo isso nos constrange. Para as pessoas tímidas – o senhor me parece ser uma pessoa tímida –, é mais difícil ainda.

O SR. ANTONIO VELASCO – É a primeira vez que falo em público na minha vida.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Imagino. Estou querendo, neste momento, chamar a atenção do senhor, porque está claro aqui para todos os Parlamentares... Quero lhe dizer que, nas conversas e nas trocas de opiniões que tivemos aqui, está claro que o senhor é um pouco – vou ter de repetir a expressão – “marido traído” nessa história. Apesar de sócio do Sr. Arthur, parece-me que de boa parte daquelas atividades que ele desenvolvia V. S^a não tinha total conhecimento, controle ou capacidade de compreensão. Compreendo isso. Mas quero que o senhor entenda e contextualize o momento que estamos vivendo.

Essa gravação que o seu sócio fez, pediu para fazer, gera uma crise enorme no País: coloca incredibilidade nas instituições, na imagem de diversos homens públicos, mas tem um aspecto positivo, porque ela desencadeou outras tantas denúncias, que é bom que venham a público. Ao contrário da maioria das pessoas, acho que é ótimo o que está acontecendo neste momento no Congresso Nacional. É uma maravilha! Essas coisas têm de vir à tona. Que paguem os culpados e que sejam inocentados os inocentes. Mas o fato é que reputações são ameaçadas por essa fita, esquemas são desvendados.

Eu não tenho mais dúvida – quero-lhe afirmar isso – de que o seu sócio, Sr. Arthur Wascheck, estava a serviço, sim, de um outro grupo que se sentia ameaçado na disputa pela corrupção na Empresa de Correios e Telégrafos. Não tenho dúvida! O Sr. Maurício Marinho representava um grupo e, como ele tramitava e transitava em todos os processos de todas as diretorias – ele tentou negar isso aqui, mas depois o próprio depoimento dele na Polícia Federal confirma isso –, acabava atrapalhando os interesses de outro grupo.

É um pouco aquela história: gangue de quartelão brigando com a gangue de outro quartelão. É isso o que está acontecendo, e foi isso que levou, Dr. Antonio Velasco, o seu sócio a ser utilizado por determinado grupo para fazer essa gravação. Não tenho a menor dúvida disso. Nós vamos chegar a isso. Não há como não chegar a isso, porque é tanta gente envolvida, é tanto empréstimo, é tanto dinheiro, é tanto interesse, que as pessoas acabam falando, acabam contando.

Por exemplo, o Dr. Maurício Marinho dizia que nada do que ele disse naquela fita ali, naquela grava-

ção que seu sócio fez, era verdade; que ele estava ali se arvorando, estava dando um de falastrão, que ele não conhecia ninguém, que ele era um pobre coitado, um sujeito que não tinha importância nenhuma. Mas bastou ele sentar aí nesse lugar, Dr. Antonio Velasco, que ele negou, mas se revelou. Foi igualzinho. Se nós pegarmos a fita dele falando aqui anteontem e ontem pela manhã e formos ver a fita que o seu sócio gravou clandestinamente, vamos constatar que ele é exatamente a mesma pessoa. Exatamente a mesma pessoa! Ele mesmo se entrega. Não precisa de depoimentos. Mas aí começa a surgir: foi lá um sujeito do Sul que estava armando o negócio dos tênis que ele vendia, a licitação dos tênis, e já confirmou uma história que estava na fita clandestina.

O seu sócio se revelou aqui hoje também – fiz esse comentário, essa observação... Os advogados até instruem os clientes, dizendo-lhes para tentarem manter determinada postura, para referirem-se aos Srs. Parlamentares com elegância, para não pensarem que devam estar relaxados em nenhum momento. Tenho certeza. Todos os senhores têm advogados muito competentes, é assim que os advogados fazem, é a obrigação deles, e eles fazem bem em fazê-lo. Mas o fato é que as pessoas acabam-se entregando, e as provas começam a surgir. O seu sócio acabou de prestar um depoimento de seis horas e meia, sete horas aqui, e o senhor vem e começa aos poucos: primeiro, pelo próprio depoimento do Joel, o homem do jogo sujo do seu sócio; depois pelas declarações, pelas afirmações e pelas informações que o senhor presta aqui.

Por que é que eu estou-lhe dizendo tudo isso? Porque creio que temos uma excepcional oportunidade. Primeiro, a sua presença aqui tirou um pouco do discurso que alguns, até companheiros, pessoas por quem eu tenho o máximo de carinho do Partido dos Trabalhadores, vinham utilizando, dizendo que isso era um complô das elites, da Direita, de não sei quem para derrubar o Governo Lula. Não é nada disso! Isso é briga de bandido querendo ver quem é que toma mais. Não há complô de Direita nenhum! O problema foi entregar uma estatal – espero que seja só essa – a um grupo de bandidos. Mas isso é briga de bandidos, não há golpe. Até os Srs. Parlamentares do Partido dos Trabalhadores já têm essa convicção. Esse é um discurso que tem que ser deixado para aqueles que estão enfraquecidos. Têm que dizer alguma coisa, não conseguem explicar-se e vêm com esse papo de golpismo. Mas o fato é que é briga de bandido.

E aí, Dr. Antonio, quero dizer-lhe uma coisa que eu disse para o Sr. Maurício Marinho e para o seu sócio hoje, aqui. Eles se revelaram como pessoas que têm exatamente aquele perfil. O seu sócio, desculpe-

me, tem cara de fazer esse jogo sujo há muito tempo. Aqui, nas afirmações que faz, na forma de lidar e de tratar, parece-me que há muito tempo ele opera dessa forma, e o Sr. Joel confirma no depoimento dele. Por isso, falo com a maior tranquilidade, Presidente Delcídio Amaral.

O Sr. Maurício Marinho também tem toda a pinta de que está ali já há algum tempo, como funcionário de carreira da Empresa de Correios e Telégrafos, também aprontando das suas. Não tem jeito!

Mas V. S^a, não. A impressão que me passa – pode ser que eu esteja errado – é a de que está aqui em um enorme constrangimento, em uma situação difícil e delicada, sem ter tido a intenção ou o desejo de praticar nenhum tipo de ato de corrupção. Não sei nem se o senhor se beneficiou com isso, indiretamente, sem saber. Talvez o senhor tenha sido excessivamente inocente – espero que seja assim –, mas o fato é que reputações são ameaçadas por essa fita, esquemas são desvendados. Eu não tenho mais dúvida – quero-lhe afirmar isso – de que o seu sócio, Sr. Arthur Wascheck, estava a serviço, sim, de um outro grupo que se sentia ameaçado na disputa pela corrupção na Empresa de Correios e Telégrafos. Não tenho dúvida! O Sr. Maurício Marinho representava um grupo e, como ele tramitava e transitava em todos os processos de todas as diretorias – ele tentou negar isso aqui, mas depois o próprio depoimento dele na Polícia Federal confirma isso –, acabava atrapalhando os interesses de outro grupo. É um pouco aquela história gangue de quartirão brigando com a gangue de outro quartirão. É isso que está acontecendo e foi isso que levou, Dr. Antonio Velasco, o seu sócio a ser utilizado por um determinado grupo para fazer essa gravação. Não tenho a menor dúvida disso. Nós vamos chegar a isso. Não há como não chegar a isso, porque é tanta gente envolvida, é tanto empréstimo, é tanto dinheiro, é tanto interesse, que as pessoas acabam falando, acabam contando. Por exemplo, o Dr. Maurício Marinho dizia que nada do que ele disse naquela fita ali, naquela gravação que seu sócio fez, era verdade, que ele estava ali se arvorando, estava dando um de falastrão, que ele não conhecia ninguém, que ele era um pobre coitado, um sujeito que não tinha importância nenhuma. Mas bastou ele sentar aí nesse lugar, Dr. Antonio Velasco, para ele negar, mas se revelou. Foi igualzinho. Se nós pegarmos a fita dele falando aqui anteontem e ontem pela manhã e formos ver a fita que o seu sócio gravou clandestinamente, vamos constatar que ele é exatamente a mesma pessoa. Exatamente a mesma pessoa! Ele mesmo se entrega. Não precisa de depoimentos. Mas aí começa a surgir: foi lá um sujeito do Sul que estava armando o negócio dos tênis que ele vendia,

a licitação dos tênis, e já confirmou uma história que estava na fita clandestina.

O seu sócio se revelou aqui hoje também – fiz esse comentário, essa observação... Os advogados até instruem os clientes, dizendo-lhes para tentarem manter uma determinada postura, para referirem-se aos Srs. Parlamentares com elegância, para não pensarem que devam estar relaxados em nenhum momento. Tenho certeza. Todos os senhores têm advogados muito competentes e é assim que os advogados fazem e é a obrigação deles e fazem bem em fazê-lo. Mas o fato é que as pessoas acabam-se entregando, e as provas começam a surgir. O seu sócio acabou de prestar um depoimento de seis horas e meia, sete horas, aqui, e o senhor vem e começa aos poucos: primeiro, pelo próprio depoimento do Joel, o homem do jogo sujo do seu sócio, e depois pelas declarações, pelas afirmações e pelas informações que o senhor presta aqui.

Por que é que eu estou-lhe dizendo tudo isso? Porque creio que temos uma excepcional oportunidade. Primeiro, a sua presença aqui tirou um pouco, até de companheiros, pessoas por quem eu tenho o máximo de carinho do Partido dos Trabalhadores, do discurso que alguns vinham utilizando, dizendo que isso era um complô das elites, da Direita, de não sei quem para derrubar o Governo Lula. Não é nada disso! Isso é briga de bandido querendo ver quem é que toma mais. Não há complô de Direita nenhum! O problema foi entregar uma estatal – espero que seja só essa – a um grupo de bandidos. Mas isso é briga de bandidos, não há golpe. Até os Srs. Parlamentares do Partido dos Trabalhadores já têm essa convicção. Esse é um discurso que tem que ser deixado para aqueles que estão enfraquecidos. Têm que dizer alguma coisa, não conseguem explicar-se e vêm com esse papo de golpismo. Mas o fato é que é briga de bandido.

Dr. Antonio, quero dizer-lhe uma coisa que eu disse para o Sr. Maurício Marinho e para o seu sócio hoje, aqui. Eles se revelaram como pessoas que têm exatamente aquele perfil. O seu sócio, desculpe-me, tem cara de fazer esse jogo sujo há muito tempo. Aqui, nas afirmações que faz, na forma de lidar e de tratar, parece-me que há muito tempo ele opera dessa forma, e o Sr. Joel confirma no depoimento dele. Por isso falo com a maior tranquilidade, Presidente Delcídio Amaral.

O Sr. Maurício Marinho também tem toda a pinta de que está ali já há algum tempo, como funcionário de carreira da Empresa de Correios e Telégrafos, também aprontando das suas. Não tem jeito!

Mas V. S^a, não. A impressão que me passa – pode ser que eu esteja errado – é a de que está aqui em um enorme constrangimento, em uma situação difícil e

delicada, sem ter tido a intenção ou o desejo de praticar nenhum tipo de ato de corrupção. Não sei nem se o senhor se beneficiou com isso, indiretamente, sem saber. Talvez o senhor tenha sido excessivamente inocente – espero que seja assim. Quero, neste momento, dizer ao senhor, Dr. Antonio, o seguinte: pela quantidade de informações e pela proximidade com o Sr. Arthur, seu sócio, pelo tempo em que estiveram juntos, pelas contas que o senhor via que surgiam, pelas conversas que tinham, é impossível, em 15 anos, nesse tempo todo, que o senhor não tivesse conhecimento desse tipo de ação que vinha fazendo o Sr. Arthur.

Talvez o senhor não tivesse conhecimento. Mas, depois de ver a fita, a gravação, o escândalo que deu – o Sr. Joel, um amigo estranho; o Molina, um amigo estranho; empréstimos de R\$20 mil para os outros sem que nem por que; tudo muito esquisito, sem pé nem cabeça –, o senhor, juntando essas informações todas e as do passado, possa, ainda no dia de hoje – eu queria lhe falar isso como bom brasileiro que o senhor deve ser, pela oportunidade que o senhor tem de sair daqui de uma situação constrangedora, não de ser herói nacional, porque já há muita gente querendo ser herói nacional –, Dr. Antonio, prestar informações que amanhã poderão ser utilizadas para desbaratar uma quadrilha, sim, que toma conta desse espaço. Ou, então, pode acontecer – acho difícil, porque as coisas vão surgir –, depois, surgindo os fatos, de chegarmos à conclusão de que o senhor não disse a verdade aqui. Aí, o senhor, que supostamente – esse é meu entendimento – não teve objetivos escusos nessa história, pode acabar sendo o único culpado, ou um dos culpados, ou um a mais dos culpados nessa história.

Portanto, Dr. Antonio, não sei se eu lhe faria um questionamento; não sei se o senhor deveria falar agora, mas eu queria lhe fazer esse apelo. Não tenho dúvidas; tenho convicções de que, com as informações que o senhor poderia prestar a respeito das relações que mantinha seu sócio, Dr. Arthur – o senhor conhece as relações deles, sabe quem são os contatos e os bons contatos dele aqui em Brasília, porque em algum momento ele falou –, o senhor estaria prestando um enorme serviço ao País, estaria evitando neste momento, repito, sob juramento, o constrangimento de ter que voltar a esta Comissão e ter que dizer que o que disse atrás não era verdade, criando-lhe problemas.

Portanto, faço-lhe esse apelo. Se o senhor entende que tem informações a dar, que o faça. Se achar que não tem, que deve seguir em frente dessa forma, reafirmando todas as suas convicções, que o faça também. Não quero lhe causar constrangimentos maiores do que esses pelos quais o senhor já deve estar passando nos últimos tempos, nos últimos dias e nas

últimas semanas. Mas seriam muito importantes as suas informações.

Vou lhe refazer a pergunta: o seu sócio tem, certamente, contatos importantes em primeiro escalão e em segundo escalão do Governo, em ministérios, pessoas próximas a ministros. O senhor conhece algum desses contatos?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não conheço, Deputado. Ele jamais me disse que tinha esse tipo de relação. Estou sob juramento e estou dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já conheci.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Nem precisa apelar, Sr. Presidente, porque estou vendo o rostinho de cansaço de V. Ex^a. Embora eu nem sempre seja um poço de ternura, é evidente que reconheço isso.

Eu estava acompanhando o depoimento do Sr. Antonio em partes importantes, porque, infelizmente, aqui todos temos que ser onipresentes, temos que estar no plenário e em outra Comissão. Isso é de levar à exaustão, inclusive física, de saúde. Fiquei todo o tempo fazendo um esforço para acompanhar todo o depoimento de V. S^a, Sr. Antonio.

Tenho certeza de que, em algum momento, V. S^a se sentiu traído ou constrangido. Não sei se V. S^a é inocente diante de todo esse processo, esse verdadeiro conluio do setor empresarial com o setor público, com agentes públicos. Ninguém pode, sem se conhecer profundamente ou sem ser apresentado num procedimento investigatório como uma CPI, dizer exatamente da inocência. No entanto, uma CPI também é capaz de dar o tributo da inocência para quem é inocente ou de estabelecer os mecanismos para incriminar quem é efetivamente culpado.

Sei que o sentimento de traição pode ser, pelo menos, pelo que eu percebi, a angústia e até a sensibilização emocional que sentimos ao ver alguém tão próximo de nós cometer determinados atos que não nos foram comunicados e dos quais não fomos parte. Sei exatamente o que é isso, até porque, todas as vezes que sei desses casos que estão sendo apresentados de corrupção, essa verdadeira delinquência de luxo, sempre me pergunto: “Deus do céu, como o Presidente Lula indicou esses delinquentes de luxo, esses parasitas conhecidos da história política nacional para ocupar os mesmos espaços públicos?” Quando o Governo Fernando Henrique fazia isso, Senador Delcídio

Amaral, eu fazia, com grande satisfação, o confronto ideologizado e programático, pois lá supostamente era a Direita, que, infelizmente, hoje está no atual Governo também. Hoje, não o faço ou o faço até com tristeza, porque nem posso retomar os melhores anos da minha vida que dediquei para ajudar a construir essa estrutura partidária.

Se fossem ilustres desconhecidos, que nunca tivessem se apropriado e parasitado o espaço público, desculpa poderia haver. Mas com a estrutura da Abin, com todas as estruturas capazes até de inventar que alguém é o que não é, imagine hoje o Governo patrocinando o mesmo comportamento que o Governo passado fazia de entregar o espaço público para ser parasitado, privatizado, a serviço de quadrilhas, amigos, partidários ou outros mais. Isso é extremamente doloroso, muito doloroso. Quando eu escutava o Roberto Jefferson sendo tratado como parceiro, como companheiro, com beijinhos, abraços, confiança e entrega de espaço público para ele ocupar, imaginem o que dava na alma.

Farei um apelo a V. S^a. Há um texto muito bonito e muito antigo que dizia que havia uma sutil diferença entre dar a mão e acorrentar a alma. Então, V. S^a poderia ajudar-nos, nesta Comissão, a identificar procedimentos que podem ser caracterizados no espaço público. Talvez V. S^{as} tenham vivenciado essa experiência, em que o espaço público, os agentes públicos passam a ter uma relação promíscua com o setor empresarial. Essa prática está definida no Código Penal como crimes contra a Administração Pública: tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, que, no imaginário popular, é trambicagem, roubo e outras denominações mais.

Será de fundamental importância se V. S^a conseguir nos ajudar a identificar pontos na Administração Pública que favoreceram a promiscuidade na relação setor público e setor empresarial.

No depoimento anterior, o Sr. Arthur Wascheck Neto disse a esta Comissão que usou um mecanismo que ele mesmo julgou não ser o mais adequado e que ele se arrependia de tê-lo usado – não sei se se arrepende de fato, mas verbalizou isso para a Comissão e temos a obrigação de dizê-lo. Além disso, ele falou que certamente havia uma situação de constrangimento com V. S^a em razão do que ele fez. Sabemos que esse mecanismo é absolutamente ilícito – para mim não deve ficar preso simplesmente quem executou o serviço, mas também quem patrocinou e comprou o serviço. Ele disse que usou esse mecanismo, porque estava sendo lesado por instrumentos de corrupção que eram montados no espaço público para favorecimento de outras empresas.

Pergunta a V. S^a se pode ajudar a Comissão, porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito dá um tributo de inocência para uns, encaminha outros ao Ministério Público para que sejam criminalizados. Mas sabem os Senadores Delcídio Amaral e Osmar Dias e todos nós que estamos aqui que, às vezes, uma CPI também traz instrumentos importantes para o aprimoramento da legislação em vigor a fim, portanto, de coibir determinadas práticas danosas à Administração Pública.

Assim, questiono se V. S^a nos pode dizer, porque sabemos que quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico haverá em relação a todos. Aliás, defendemos que haja até no tocante aos membros da CPI. Sempre solicitamos a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Parlamentares. Desse modo, todos poderão atuar com mais tranquilidade.

Haverá essas quebras do sigilo de V. S^a, do seu sócio, do Sr. Molina, do Sr. Fortuna ou de quem quer que seja. Também ocorrerá a quebra do sigilo do publicitário bem como do empresário que ganhou, de forma fraudulenta, os contratos da Nova Data.

O que fica para todos nós é o seguinte: o empresário articulava com um agente público para fraudar licitação e a vencia. Como compensação ao fardo da dor, saía o propinóquio – em forma de “mensalão”, de “mensalinho”, de dinheiro de campanha, de recursos para partidos políticos etc.

Então, V. Ex^a pode ajudar-nos muito se puder identificar os focos que a sua empresa considerava lesivos ao interesse público e à suposta isonomia que deveria haver no tratamento com todas as empresas – agentes públicos ou políticos, enfim, determinadas personalidades ou setores na empresa. Peço-lhe que nos auxilie em relação a essa questão.

Pergunto se V. S^a tem conhecimento desse assunto e se pode ajudar aos membros da CPI até a corrigir ou a fiscalizar.

O SR. ANTONIO VELASCO – Sr^a Senadora, é muito difícil comprovar uma corrupção. Todos sabemos – e é voz corrente – que existe corrupção num local ou noutro, pois, às vezes, as pessoas falam. Mas como vamos comprovar esse fato? A menos que se participe, filme ou faça algo. Como eu não participo, como vou comprovar os fatos ou ajudá-la? Não vejo como fazer isso. Entretanto, se falo que ouvi dizer que houve corrupção num órgão “x”, como vou afirmar esse fato? Se não existir, vou ser preso e achincalhado em razão de estar mentindo?

Então, não tenho como ajudá-la nesse sentido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Acaaba-se retirando todo o argumento utilizado pela empresa – não sei se pelos dois ou apenas pelo Sr. Arthur

– de que a única forma que ele viu de tentar coibir os abusos que estavam sendo estabelecidos no setor público foi a gravação.

Tenho certeza de que não cabe a V. S^a apurar, mas à Comissão. Se existem denúncias ou indícios, V. S^a, se o quiser, pode ajudar-nos – ou em sessão secreta, para não se comprometer, ou por escrito ao Relator e ao Presidente da Comissão, ou até de forma anônima –, porque foram comentários, denúncias ou indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública. Desse modo, V. S^a estará auxiliando a Comissão Parlamentar de Inquérito a decifrar os mistérios sujos da corrupção, esteja em que setor estiver, sob a bandeira de qualquer Partido.

É o apelo que faço a V. S^a se puder explicitar e nos auxiliar, encaminhando ao Relator, ao Presidente ou a algum membro da Comissão. É essencial que possamos ter conhecimento desse assunto.

O SR. ANTONIO VELASCO – Certo, Sr^a Senadora. O que eu puder farei para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, já falei demais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo e, depois, ao Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a a deferência. Para não abusar dos membros desta Comissão, faço uma pergunta e um apelo.

Questiono se o depoente conhece a Idasa Distribuidora de Petróleo.

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca ouvi falar, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não conhece?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não conheço, nunca ouvi falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A pergunta se deve ao fato curioso de que, segundo o Sr. Joel, foi essa distribuidora que pagou a passagem para ele vir a Brasília, no momento em que ele veio gravar a fita. Ele disse que presta também consultoria à Idasa Distribuidora de Petróleo. O senhor nunca ouviu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca ouvi, nem sei de que se trata.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Idasa Distribuidora de Petróleo.

O SR. ANTONIO VELASCO – Nunca ouvi esse nome na minha vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bem, essa é a pergunta. E agora um apelo: eu já participei de muitas sindicâncias na minha vida. Já tive a oportunidade de presidir duas Comissões Parlamentares de Inquérito, também bastante turbulentas, e aprendi que não se pode julgar pelas aparências. Mas, às vezes, as aparências nos levam a certas situações que me fazem a fazer este apelo a V. S^a. É possível que eu esteja errado, mas a sensação que tenho, ao ouvir o depoimento de V. S^a, é de que é um empresário que subitamente foi pego num turbilhão de situações que não gerou, por força de um sócio, que, evidentemente, até por lealdade e amizade, V. S^a talvez não possa tecer comentários outros aqui, e que, de repente, se vê numa situação bastante complicada em que não queria ter estado e, talvez, não tenha engendrado nada para que isso ocorresse. O que quero ponderar é que V. S^a depõe hoje como testemunha aqui, e, pela lei, eventuais fatos ditos não verdadeiros ou omissões imputarão crime direto a V. S^a.

O SR. ANTONIO VELASCO – Tenho toda a consciência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se V. S^a deixar de falar a esta Comissão qualquer fato relativo às perguntas que lhe foram feitas ou outros relacionados, V. S^a será responsabilizado. E creio que talvez para os homens honrados nem tanto a sanção penal dói tanto, mas a opinião pública, a família, os amigos pesarão muito mais na hora em que uma imputação desse tipo puder cair sobre V. S^a.

Faço-lhe um apelo então. Se não estou enganado, acho que V. S^a é uma pessoa honrada e que, possivelmente, sabe de outros fatos que não revelou. Se V. S^a tiver esses fatos, haverá com certeza uma disposição do Presidente e do Relator para que possamos ouvi-lo reservadamente, numa reunião secreta. Com isso, V. S^a não só estaria contribuindo com o País, mas também estaria liberando a alma e evitaria qualquer situação penal futura ou reprovação social. Deixo a V. S^a a possibilidade de, se quiser, de neste momento, pedir uma reunião secreta com os membros desta Comissão para poder revelar, longe das câmeras e da vista de todos, aos representantes eleitos pelo povo eventuais fatos que V. S^a julgue relevante contar dentro dessas condições que lhe expus. Indago se V. S^a teria interesse numa reunião desse tipo agora, para que pudesse declarar o que não disse até agora.

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu só não falei o que não foi perguntado. Eu não tenho nenhum fato novo, sob responsabilidade, sob juramento que fiz aqui a vocês, sobre este assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou qualquer conexo ao que está sendo investigado aqui?

O SR. ANTONIO VELASCO – Ou qualquer assunto conexo. Se vocês quiserem fazer uma reunião, estou disposto, estou pronto para ser inquirido aqui novamente, a qualquer momento, com imprensa ou sem imprensa, mas não tenho o que acrescentar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas algumas questões muito pontuais. Apesar de, visivelmente, o nosso depoente ter idade superior ao seu sócio, toda vez que se refere ao seu sócio, refere-se ao seu Arthur. É hábito seu no trato com as pessoas ou há certa subordinação? O que o faz chamar o seu sócio de seu Arthur?

O SR. ANTONIO VELASCO – Eu o estou chamando de seu Arthur porque, no dia em que ele apareceu com essa fita, ele me chamou de seu Antônio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, isso é coisa recente?

O SR. ANTONIO VELASCO – Coisa recente.

Como ele me chamou de seu Antônio, fiz isto: eu passei a chamá-lo de seu Arthur.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A participação – tenho a impressão de que já foi questionado –, mas V. S^a tem 50% da Coman?

O SR. ANTONIO VELASCO – Tenho sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a faz referência de que Artur teria apresentado Molina ao Adatao. Lembra quando foi, em que circunstâncias isso ocorreu?

O SR. ANTONIO VELASCO – Não, senhor, mas isso tem mais de quatro, cinco anos. Agora, não é certeza. Como eu não estava junto, não lembro a época, mas esse relacionamento deles é mais antigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eu, ao mesmo tempo que agradeço, encerro o questionamento do depoente, agradecendo da mesma forma que os demais Parlamentares o fizeram. Temos convicção de que V. S^a, se não prosseguiu, não ampliou as informações, é porque de fato – pelo menos traduz isso com sinceridade – não tinha ou não tem conhecimento do que possa ultrapassar o que nós até agora vislumbramos.

De qualquer sorte, continuamos a disposição tal qual foi posto e V. S^a, podendo ou vindo a saber, com certeza, estará dando a sua parcela nessa dificuldade de toda que estamos enfrentando para efetivamente

pegarmos o fio da meada disso que entendemos que seja um câncer, uma mácula e que, se não o for, pelo menos nas dimensões que estão sendo apresentadas ao País, que a opinião pública saiba que chegamos aos limites do que nos era possível e no que dependia da nossa sinceridade, da nossa boa vontade, do nosso esforço, nós o fizemos.

Em relação aos Srs. Parlamentares, à Senadora Ideli mais especificamente, estamos ainda recolhendo os pedidos. Não nos opomos a nenhum, o meu parecer vai ser favorável à quebra de sigilo telefônico, fiscal, bancário. Apenas porque há um certo rigor jurídico na fundamentação, não podemos fazer isso enquanto não tivermos as justificações. Enfim, uma fundamentação que possa ultrapassar os limites do direito à restrição, à proteção das informações do cidadão, para não sermos submetidos a alguma eventual liminar infirmando o rigor técnico que queremos imprimir aos nossos trabalhos.

Muito brevemente começaremos a submeter ao Plenário porque não temos nenhuma restrição àquilo que foi, ao longo dessas três audiências, solicitado ao Presidente, à Mesa e que dependa do parecer deste Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agradeço a resistência dos Parlamentares, Deputados, Senadores, Senadoras. Quero agradecer o trabalho do nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio e também ao Antonio a paciência ao longo do dia porque o primeiro depoimento foi muito longo e V. S.^a aguardou.

Quero dizer, sem fazer qualquer juízo de valor, que esses três primeiros dias de trabalho da comissão foram de fundamental importância. O depoimento do Sr. Marinho, o depoimento do Sr. Arthur hoje pela manhã. E quero confessar a V. S.^a, Dr. Antonio, que, em função até, creio nisso, das informações que obtivemos com relação a V. S.^a o fato de também V. S.^a não ter sido ouvido pela Polícia Federal pelas razões que nos foram informadas, esse depoimento, apesar de ter sido o mais curto dos três, foi um depoimento extremamente relevante e extremamente importante, mostrando que toda a sequência de depoimentos em que vimos trabalhando, que inclui, além do Sr. Marinho, do Sr. Arthur e de V. S.^a, a oitiva do Sr. Molina, a oitiva do Sr. Joel, a oitiva do Sr. Jairo, e essas informações que V. S.^a hoje, de maneira franca, aberta, nos falou, tudo isso realmente cria uma nova luz nas investigações. Tenha absoluta certeza disso.

Acho que concluímos bem esta semana, esta primeira semana de trabalho, e, ao longo de amanhã e no final de semana, a equipe técnica e o Relator vão trabalhar em cima dessas informações, cruzan-

do informações, acessando novos documentos que recebemos da Controladoria, fruto de todo o trabalho que já vem sendo desenvolvido desde o escândalo dos Correios.

E, na próxima semana, teremos também uma semana importante, quando não só vamos pautar nossa agenda em função do que ouvimos ontem, anteontem e hoje, como também em função daquilo que já discutimos com as Lideranças, principalmente com relação à agenda principal, a agenda em que ouviremos os diretores dos Correios, em que ouviremos também o Deputado Roberto Jefferson.

Mas quero registrar aqui que esse depoimento de V. S.^a, apesar de curto, foi um depoimento de extrema relevância, de extrema importância para os trabalhos desta CPMI. E se ninguém mais...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas quero reiterar todas as observações feitas por V. Ex.^a, da importância desse segundo depoimento do dia de hoje. E quero lembrar que quando começamos os trabalhos fiz uma questão, que não vou chamar de ordem, mas de ponderação, dizendo que a lógica dos nossos trabalhos tem que ser guiada principalmente pelos fatos que vão surgindo, ou pelos elementos que podem nos dar condições efetivas de chegar aos fatos e chegar à verdade.

Então, quando iniciamos o trabalho, pela manhã, eu tinha a convicção de que não poderíamos fazer a oitiva do Sr. Roberto Jefferson antes de ouvir os diretores dos Correios. Essa era a minha convicção, apesar de não estar no depoimento do Sr. Marinho, na terça à noite e na quarta, ao longo do dia. Mas, pelos elementos aqui trazidos, e pelo que já sabemos de vários depoimentos prestados pelo Sr. Roberto Jefferson, precisaríamos ter, obrigatoriamente, o contradito. Ou seja, precisaríamos ter o confronto, saber se aquilo que o Sr. Marinho falou, aquilo que o Sr. Roberto Jefferson vem falando reiteradas vezes se confirma ou não nas outras diretorias que também estão envolvidas, ou tem ilações, ou suposições, ou observações da mais ampla ordem.

Agora, ao final do dia de hoje, eu estou convencida de mais uma coisa. Não é possível ouvir o Sr. Roberto Jefferson sem confirmarmos uma hipótese muito forte que apareceu no depoimento desta tarde, que é a gravação ter sido feita, ter sido sustentada financeiramente com o objetivo de uma chantagem que, inclusive, pode ter sido voltada até contra o Sr. Roberto Jefferson.

Essa hipótese apareceu aqui de forma muito forte no dia de hoje. Então, estou com o entendimento de que temos que ter um cronograma adequado, adaptado à evolução dos trabalhos da CPI. E para ouvir o Sr. Roberto Jefferson vir aqui repetir aquilo que sabemos que ele já falou pelo menos três ou quatro vezes, sem ter os elementos da palavra do Sr. Joel, da palavra do Sr. Jairo, da palavra do Sr. Molina, inclusive para podermos confrontar se aquilo que ficou desenhado – e do Sr. Osório – na reunião desta tarde, se esses elementos fortíssimos indicadores, porque envolvem dinheiro, envolvem pagamento de serviços prestados que têm forte tendência de ter sido feito com uma determinada intenção, não venham a ser anteriormente confrontados.

Então, eu queria, mais uma vez, não fazer uma questão de ordem, fazer uma questão de bom senso, de apelo, para que possamos adequar. Eu já queria saber quem vamos ouvir na terça-feira, por onde vamos começar, lembrando ainda que a semana que vem será bastante trabalhosa em termos de Congresso Nacional, porque temos a LDO.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, tenho verdadeiro horror a ter que discordar da Senadora Ideli Salvatti, mas me parece o seguinte: que tivemos, sem dúvida alguma, elementos novos trazidos aqui, aliás, nos três depoimentos. Eu diria que os três elementos foram muito esclarecedores e acima das nossas expectativas.

Não me parece, no entanto, que o fato de trazeremos diretores dos Correios aqui, e o próprio Deputado Roberto Jefferson, a partir de informações de que já dispomos, e de informações de que vamos dispor em relação a alguns contratos que devem estar chegando, poderemos analisá-los, não me parece que ouvi-los na semana que vem, como combinado com as várias lideranças de diversos partidos aqui presentes, geraria qualquer tipo de conflito com a continuidade na apuração dos episódios, e, eventualmente – aliás, acho que isso vale para todos os casos –, não tenho dúvida de que vamos ter uma CPI trabalhosa, que V. Ex^a vai ficar aí sentado nessa cadeira durante muitas e muitas horas até o fim desta CPMI, mas nada impede que, havendo necessidade, não tenho o menor problema em ouvir o Deputado Roberto Jefferson. Gostaria de ouvi-lo mais vezes, e gostaria que ele trouxesse, inclusive, sempre mais elementos. Gostaria que fosse assim com os diretores também e com todos que aqui se sentam e que têm nos surpreendido de forma muito positiva.

Portanto, acho que não há dificuldade, se eventualmente for necessário, que possamos trazer todos de volta de novo. Não vejo a menor dificuldade nisso.

Portanto, Sr. Presidente, não quero aqui me arvorar em falar em nome de todos os líderes que não estão presentes, mas posso falar em nome do meu partido, na condição de membro da Comissão, e único membro presente, que gostaríamos de manter aquilo que V. Ex^a já reafirmou. Mas, para reforçar sua posição, dizer que é importante a oitiva dos dois senhores diretores da Empresa de Correios e Telégrafos. Porque me parece, Senadora Ideli Salvatti, que o mais triste é que aquilo de que eu desconfiava, com o depoimento do Sr. Antonio Velasco, tive quase certeza hoje, de que o conflito é entre diretorias, entre feudos dentro da Empresa de Correios e Telégrafos. Portanto, é importante ouvir os donos dos feudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Falo aqui em nome do PFL.

Acho que não é bom para esta Comissão, não é bom para o partido do Governo, propor o adiamento da presença do Deputado Roberto Jefferson.

Essa tentativa de adiar a presença do Deputado Roberto Jefferson a esta Casa não é boa conselheira, não é boa companhia. Acho até que ele poderá vir aqui todas as vezes que se fizerem necessárias. Agora, a partir do momento que se propõe esse adiamento, não vamos nos sentir confortáveis. E V. Ex^a sabe que esse calendário foi produto de um entendimento, de um acordo. A Senadora Ideli Salvatti tem longa experiência, até porque foi inspiradora da CPI do Banestado. Ela sabe exatamente o que é modificação de roteiro, o que significa isso. Não podemos nem de longe permitir que esta CPMI siga os mesmos caminhos que, infelizmente, seguiu a CPI do Banestado.

Daí porque pondero a V. Ex^a que se mantenha o calendário proposto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, serei breve.

O Deputado Eduardo Paes acaba de realçar o que me parece ser um consenso. Todos precisamos nos municiar, aprofundar nos dados objetivos, inclusive ouvindo os diretores. Estamos querendo ouvir, o mais brevemente possível, o Deputado Roberto Jefferson,

que, na fita, é apresentado como coordenador do esquema dos Correios.

Queremos que este depoimento seja frutífero. Evidentemente, o andamento de uma CPMI – todos sabem – não tem um cronograma absolutamente matemático. É impossível a precisão. Não se sabe quantas horas vai durar um depoimento. Por exemplo, pensava-se que o depoimento do Dr. Antonio Velasco poderia ser até mais rápido.

Temos a consciência de que temos que ouvir alguns diretores, aqueles que fizeram a gravação; temos que ouvir o Molina, que fez uma articulação para levar o Roberto Jefferson. Senão, é só repetir o *show*. Se queremos, realmente, uma investigação séria, temos que ter, de comum acordo, o entendimento de que alguma maleabilidade é possível, só isso. Queríamos que já estivéssemos em condição. Apesar de partilhar da avaliação de V. Ex^a, avançamos muito no dia de hoje. Evidentemente, este é um trabalho demorado, que não é feito só aqui na reunião. Estamos aqui desde as 8h30, sem arredar pé. Além deste, temos que fazer outro trabalho que não é visto aqui na reunião: examinar os documentos, receber aquilo que vai ser compilado pela própria Assessoria da Comissão. Não temos a precisão, do *time* da evolução desses elementos que vão propiciar que os depoimentos de Roberto Jefferson ou de qualquer outra pessoa ou autoridade seja frutífero, produza resultados.

Queremos ter uma idéia sobre se V. Ex^a mantém que, na terça-feira, ouviremos o Joel e o Molina, o que já foi apresentado pelo Relator e pelo Presidente, para que os ouçamos na terça-feira. Entendi bem que o roteiro, a diretriz é a partir do específico para o geral, a partir de quem fez essas gravações, de quem fez esses contatos que foram confirmados aqui nesta reunião. Estou imaginando que teremos a oitiva do Molina, do Joel, do Jairo Martins, além dos diretores, de Antônio Osório e do Presidente dos Correios. Parece-me que essas oitivas são fundamentais para que cheguemos aos depoimentos subseqüentes bem municiados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quería deixar bem claro que estamos terminando como começamos. Quero deixar bem claro que o acordo de Líderes que pautou a agenda desta e da próxima semana considera a oitiva dos diretores e do Deputado Roberto Jefferson. Cumpriremos o acordo que foi feito.

Amanhã, a Assessoria da CPMI vai reunir-se. Vamos procurar encaixar também nessa programação, mesmo que seja uma semana exaustiva para a CPMI, que já sinaliza realmente uma CPMI de grande ativi-

dade, com um trabalho muito forte... Amanhã, vamos, pela manhã, reunir a Assessoria da CPMI e vamos ajustar essa agenda à luz do acordo que foi feito com as Lideranças do Governo e da Oposição. Portanto, semana que vem será de muito trabalho em função dos depoimentos que já ocorreram, do Sr. Marinho, do Sr. Arthur e do Sr. Antonio. Não tenho dúvida nenhuma de que talvez tenhamos que trabalhar não três dias, mas quatro ou cinco dias ao longo da semana que vem, para cumprir o que foi acordado e para buscar as informações necessárias, fruto das oitivas que tivemos ontem, anteontem e hoje.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O PSDB está de acordo, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite... As pessoas que vamos ouvir terça-feira já estão definidas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Existe só o que foi definido, para deixar bem claro a todos os membros da Comissão e para honrar o acordo que já foi feito. Na seqüência seriam os diretores e o Deputado Roberto Jefferson. Poderíamos, eventualmente, fazer antes a oitiva do Sr. Molina, do Sr. Jairo, do Sr. Joel, do Sr. João Carlos. Mas nós vamos localizar essas oitivas todas ao longo da semana que vem. Portanto, na semana que vem... Eu não vou poder citar o nome dos diretores ainda, porque amanhã precisamos fazer uma análise, mas, na semana que vem, vamos ouvir o Sr. Molina, o Sr. Jairo, o Sr. Joel, o Sr. João Carlos, os diretores dos Correios e o Deputado Roberto Jefferson.

Amanhã anunciaremos a agenda da próxima semana, depois da reunião de trabalho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, sabemos que o Deputado Roberto Jefferson foi ouvido na Corregedoria, e a sua oitiva na Corregedoria se deu sob sigilo e está sob sigilo. Imagino que, para que possamos ter a cópia do depoimento dele na Corregedoria da Câmara dos Deputados, precisemos submeter ao Plenário a aprovação da requisição.

Formulo esse requerimento para que tenhamos a cópia. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aprovado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sim, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, mais uma vez apelo a V. Ex^a e ao Relator para que acatem uma sugestão que será produtiva para esta Comissão: a criação das sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esse assunto será..

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vamos

chegar a um momento em que vamos sacrificar com tarefas o nosso Relator. Estou com muita cautela para evitar repetições de erros recentes. De forma que eu faria essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes, a sugestão que V. Ex^a vem fazendo desde os inícios dos trabalhos será um dos temas da reunião técnica de amanhã.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito

obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A reunião está encerrada.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se-

nhador Delcídio Amaral, por gentileza. Deputado Carlos Sampaio, apenas para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V.

Ex^a aprovou os requerimentos nºs 1, 2 e 3, que foram formulados por mim. O terceiro deles dizia respeito ao encaminhamento das fitas para o perito Ricardo Molina, na Unicamp, que iria degravar as fitas...(Pausa.)

Propus o encaminhamento das fitas da **Veja**, da **Folha** e da **TV Globo** para o perito Ricardo Molina, que iria degravar essas fitas, porque de muitas partes dessas gravações consta o termo “ininteligível”. Daí o porquê da importância dessa perícia.

Eu gostaria de saber se já foram encaminhadas. É essa a questão de ordem que levanto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado, já foi aprovado, encaminhado e já está na perícia para as providências devidas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Reunião encerrada.

(Levanta-se a reunião às 17h59min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO CRIADA MEDIANTE
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005,
DO CONGRESSO NACIONAL COM OBJETIVO
DE INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 28/06/2005.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves e Leomar Quintanilha e dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio e Geraldo Thadeu, e ainda com as presenças dos não-membros Rodrigo Maia, Wellington Fagundes, Edinho Montemor, Remi Trinta, Fernando Costa e Freire Junior, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005, DO CONGRESSO NACIONAL COM OBJETIVO DE INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Delcídio Amaral, declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se às oitivas dos senhores Joel Santos Filho, Arlindo Gerardo Molina Gonçalves e Jairo Martins de Souza. Fazem uso da palavra os Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra e César Borges, e os Deputados Rodrigo Maia e Arnaldo Faria de Sá, para demonstrar preocupação quanto ao atraso e à dificuldade de terem acesso aos documentos, aos contratos de licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos S/A, que deverão ser analisados pela Comissão. Os Deputados Alberto Goldmam,

Eduardo Paes e a Senadora Heloísa Helena sugerem a criação de uma subcomissão de busca e apreensão para dar celeridade aos trabalhos. Dando continuidade, o Presidente convida o senhor Joel dos Santos Filho para tomar assento à mesa e prestar esclarecimentos sobre o seu envolvimento na gravação. Após sua explanação inicial, o depoente é questionado pelos seguintes parlamentares: Deputado Eduardo Paes, Senador César Borges, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Carlos Sampaio, Senador Heloisa Helena, Deputado Jamil Murad, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Álvaro Dias, Deputado Carlos Sampaio, Senadora Ideli Salvatti, e Deputado Mauricio Rands. Dando continuidade, o Presidente informa ao plenário que o advogado do senhor Jairo Martins de Souza comunicou que o seu cliente encontra-se impossibilitado de atender a essa convocação. O Relator, Deputado Osmar Serraglio, diz que ele será reconvocato o mais breve possível. A seguir o Presidente convida o senhor Arlindo Gerardo Molina Gonçalves para prestar esclarecimentos acerca do seu envolvimento. Após sua explanação inicial, este é inquirido pelos seguintes parlamentares: Deputado Osmar Serraglio, Senador Ney Suassuna, Deputado Maurício Rands, Deputado Eduardo Paes, Senador César Borges, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Deputado Jorge Bittar, Deputado José Eduardo Cardozo, Senadora Ideli Salvatti, Senadora Ana Júlia Carepa, Deputado Álvaro Dias, Deputado Geraldo Thadeu e Deputado Asdrúbal Bentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião à uma hora da madrugada do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, convocando-se os membros para a próxima reunião às dez horas do mesmo dia. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

DA 5ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 03, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata de reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura.

Os que aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Depois eu, pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Antes de conceder a palavra pela ordem, eu gostaria de, até para dar seqüência aos nossos trabalhos, em função do que conversamos hoje aqui pela manhã, informar a V. Ex^{as} que cumprirei o acordo previamente ajustado na semana passada.

Portanto, hoje vamos ouvir os três responsáveis pela gravação. Amanhã, com o que já foi disponibilizado, mesmo que uma oitiva seja prejudicada por não termos todas as informações, nós ouviremos os diretores dos Correios. E na quinta-feira, ouviremos somente o Deputado Roberto Jefferson.

Quero sugerir a V. Ex^{as}, conforme acordo feito na semana passada – deixando bem claro isto –, na primeira reunião de oitiva do Sr. Marinho com as Lideranças, que amanhã discutiremos os requerimentos. Não só os requerimentos, alguns dos requerimentos que ficaram para serem analisados pela CPI na semana passada, bem como também novos requerimentos que foram apresentados.

Portanto, amanhã nós faremos essa discussão não só para ajustar a questão dos requerimentos, mas também para combinar a nossa agenda da primeira semana de julho e da segunda semana de julho.

É importante registrar que eu louvo a atitude dos Líderes da Oposição e do Governo para que nós tenhamos celeridades nestas duas semanas. Agora, com o funcionamento da CPI, podemos de comum acordo trabalhar nos requerimentos, trabalhar nas agendas sem nenhuma dificuldade para que a CPI cumpra com os seus compromissos especialmente junto à Nação e à opinião pública.

É o que eu gostaria de deixar claro para V. Ex^{as}.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, depois, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço que anote o meu nome, Deputado Arnaldo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – He-loisa...

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra, o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

A minha questão é simples. Os contratos pedidos pela CPI em relação aos Correios, pela informação que eu recebi, chegaram apenas ontem à noite. Havia uma expectativa de que o próprio Tribunal de Contas mandaria parte desses contratos na sexta-feira à noite.

A nossa Assessoria tentou pela Internet, por várias vezes, investigar, descobrir esses contratos. Só que os Correios, depois da crise, tiraram tudo. A informação que eles dão é que foi tudo para a Polícia Federal – deve ter ido a memória junto.

Então, Sr. Presidente, a questão que coloco é se de fato a CPI terá condições de questionar, arguir os diretores, os ex-diretores dos Correios. Depois, eu gostaria que V. Ex^a, como Presidente da CPI, como representante do Congresso Nacional nesta CPI – e o é de todos, não apenas dos que são membros aqui –, que pudesse pressionar de alguma forma o Governo, o Tribunal de Contas, principalmente o Governo, para que esses documentos chegassem de forma mais rápida. A Polícia Federal entra na casa dos outros com a maior tranquilidade e com a maior facilidade, mas entra somente na casa de uma parte dos investigados, não entra na casa da outra parte – entra na casa do tesoureiro do PTB e não entra na casa do tesoureiro do PT. Tudo bem; vamos acompanhando. Estamos criando a Comissão Externa exatamente para que possamos acompanhar os trabalhos da Polícia Federal.

Por que uma parte do Governo trabalha com tanta agilidade e a outra, quando se trata apenas de remeter documentos para que o relator, os membros da CPMI e V. Ex^a possam trabalhar, leva um tempo que não tem explicação? Trata-se apenas de entregar um disquete com os contratos ou entregar papel. Temos de ter acesso ao arquivo dos Correios, arquivos que não podem, de forma alguma, ter saído dos Correios. Essa é a minha questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a não considerou minha solicitação de questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Perdão, Senador. V. Ex^a tem absoluta razão.

Concederei a palavra ao Deputado Arnaldo somente para S. Ex^a concluir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Deputado Arnaldo pode falar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Senador pode falar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Arnaldo.

Sr. Presidente, é evidente que todos devemos estar preocupados com a imagem que passamos à opinião pública. Gostaria, então, de fazer um apelo para que reuniões extemporâneas, como a que assistimos há pouco, não se realizem mais – lembrou-me um pouco o tempo das assembleias em grêmio estudantil no meu período de secundarista. Faço esse apelo em nome até da imagem e do conceito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

De outro lado, no sentido da colaboração, solicito à Mesa e, especialmente, a V. Ex^a, Sr. Presidente, uma maior flexibilidade. Determinados requerimentos, a meu ver, devem ser deliberados na oportunidade da apresentação. Por exemplo, na oitiva do Sr. Marinho, propus que aqueles que serão ouvidos hoje, o Sr. Joel especialmente, fossem ouvidos juntamente com o Sr. Marinho, realizando uma acareação. Se solicitei durante o depoimento do Sr. Marinho, assim o fiz porque senti, naquele momento, que uma acareação seria muito mais objetiva, oportuna e nos proporcionaria um resultado muito mais eficiente.

Imagino que o brilhantismo dos senhores parlamentares aqui presentes possa arrancar dos depoentes algum fato novo, mas tenho dificuldade de acreditar nisso. Se hoje tivéssemos aqui de novo o Sr. Marinho, numa acareação com aqueles que serão ouvidos, os que gravaram a fita, certamente teríamos condições de concluir se realmente ele foi sincero no momento da gravação ou se foi sincero depois da gravação, quando disse que apenas usou de bravata naquela hora.

Sr. Presidente, estamos iniciando os trabalhos desta CPMI. Embora V. Ex^a tenha dito à imprensa que pretende encerrar os trabalhos desta CPMI o mais rapidamente possível, entendemos que isso é impossível e que ela demandará, no mínimo, seis meses, que é o prazo do requerimento. Solicito a V. Ex^a essa flexibilidade para sermos mais práticos.

Volto a insistir, Sr. Presidente: ouvir os diretores dos Correios sem conhecer os contratos, sem poder analisá-los e submetê-los a técnicos de confiança para que possamos indagar de forma inteligente é também perder tempo. Deveríamos suspender a oitiva de amanhã. O correto seria – como propôs a Oposição – antecipar o depoimento do Sr. Roberto Jefferson para amanhã e adiar o depoimento dos diretores dos Correios

sob pena de estarmos fazendo aqui o jogo deles e não o jogo do interesse da investigação para valer.

De outro lado, não deveríamos estar adiando a votação de requerimentos porque perdemos tempo. Por exemplo, a solicitação da transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Marcos Valério se deu no primeiro dia. Na instalação desta CPMI, já requeri a quebra e transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério. E não vamos deliberar, hoje, sobre isso? Não vamos dar formalidade para que se possa pedir a transferência desse sigilo em tempo até de podermos fazer consultas antes do depoimento dele nesta CPI?

Sr. Presidente, são esses os apelos que formulei a V. Ex^a, pedindo, mais uma vez, que considere a possibilidade de não realizarmos os depoimentos dos diretores dos Correios amanhã e de votarmos, hoje, sim, pelo menos, o requerimento de quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério, que creio que é unanimidade aqui, e nós votaríamos isso em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, solicito ao Presidente, Senador Delcídio Amaral, que consultasse à Assessoria da CPI sobre a possibilidade de subsidiar os nossos trabalhos durante o mês de julho. Porque, não havendo convocação extraordinária e sendo o Regimento do Senado omissivo quanto à possibilidade de depoimentos durante o recesso, é necessário que o Presidente do Congresso Federal, com aquiescência do Presidente da Câmara, convalide os atos da CPMI durante o mês de julho. Do contrário, podemos correr o risco de sermos desautorizados por estarmos funcionando durante o recesso, sendo o Regimento do Senado omissivo em relação ao funcionamento nesse período.

Então, na verdade, essa é uma sugestão preventiva, que visa dar suporte legal aos nossos trabalhos.

E queria insistir na parte final do que foi dito pelo Deputado Alvaro Dias. Entendo, Senador Delcídio Amaral, que precisamos ter ligeireza quanto à decisão da quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério, divulgado a semana inteira pela imprensa, e, de repente, parece que não estamos querendo decidir aqui essa questão. Acho que decidir outros requerimentos amanhã, concordo plenamente com V. Ex^a, mas pelo menos o do Marcos Valério deveríamos decidir hoje, para não passar a impressão de que estamos perdendo oportunidade de tempo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, solicito V. que responda às questões de ordem, senão vai acumulando e depois V. Ex^a não lembrará de todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Meu caro Senador Alvaro Dias, estou anotando tudo e vou responder em bloco, senão vai virar um debate interminável.

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra e, depois, o Senador César Borges.

Está anotado também aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Já estão registrados os pedidos para falar pela ordem, que terminam na inscrição da Senadora Ideli, pois, do contrário, vamos ficar aqui pela ordem, falando uma porção de coisa até nem Deus sabe quando!

Já estão inscritos o Deputado Goldman e o Deputado Bittar.

Senador Sérgio Guerra!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, uma primeira ponderação é no sentido de reconhecer, de elogiar a atitude e o comando que o Presidente tem tido nesta Comissão. Há um evidente esforço de lucidez, de reconhecimento democrático por parte do Sr. Presidente da Comissão, o que nos tem levado a resultados, que considero positivos, neste momento de grande turbulência.

Segundo, apenas ponderaria ao Presidente Delcídio, em colaboração ao seu trabalho – não veja nessa ponderação nenhum tipo de questionamento polêmico –, o seguinte: é natural que, num quadro destes, todos se esforcem para contribuir e colaborar para um resultado positivo. Como estamos no começo de um processo e esse processo pode nos levar a várias formas de encaminhamento, sugeriria ao Presidente que tivesse como regra levar sempre a discussão ao conjunto da Comissão para decisão. Por mais relevantes que sejam os líderes, que possa ser a minha contribuição, ou de qualquer deputado, ou de qualquer senador, o preenchimento dessa formalidade garantirá a todos nós para o futuro. Mesmo que ela seja trabalhosa, exaustiva, muitas vezes aparentemente desestruturante, essa formalidade é imprescindível para que o começo da sua gestão nesta Comissão seja continuado até uma conclusão que todos desejamos.

Eu faria uma ponderação que até o presente momento não foi acatada por V. Ex^a, que é natural que seja discutida aqui. Foi da Oposição – e de maneira especial de alguns parlamentares, entre eles eu, e até assinei um requerimento – a idéia de ouvir diretores dos Correios, brevemente, o mais brevemente possível.

Depois dessa decisão, houve aqui um depoimento do Sr. Maurício Marinho no qual ele de alguma maneira levantou expectativas sobre um conjunto de contratos que, nos Correios e no âmbito daquelas diretorias, poderiam estar contaminados de irregularidades.

Nós estávamos a praticamente menos de 24 horas da audiência prevista para quatro diretores. Além disso, estaremos todos, ao longo do dia de hoje, em depoimentos já marcados, que são também relevantes. Então, eu não vejo possibilidade material de a Comissão, no plural, inclusive o Sr. Relator e todos nós, encontrar base para um questionamento produtivo dos quatro diretores.

Na medida em que compareçam aqui, apresentem os seus argumentos e não tenham da parte da Comissão um conteúdo relevante no contraditório, essa audiência poderá não ser produtiva para a visão geral do processo.

Eu não quero rigorosamente dizer que o Presidente está errado quando propõe e confirma o que foi sugerido por este Plenário, de uma maneira especial por alguns parlamentares, inclusive o Senador que lhe fala. Eu não estou de maneira nenhuma querendo alterar a sua primeira opinião. Apenas estou sugerindo que V. Ex^a considere o fato concreto, real, de que não estaremos amanhã tomando conhecimento dos contratos a partir de hoje, e rigorosamente só quando terminarmos as audiências de hoje. Estaremos, amanhã, em condição de fazer aqui uma sessão produtiva, com a qualidade das sessões que têm aqui se desenvolvido.

Essa é a ponderação que eu faria ao Presidente Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, na semana passada tive a oportunidade de tecer aqui elogios à condução dos trabalhos por V. Ex^a nesta Comissão, na quarta-feira da semana passada.

No entanto, hoje, Sr. Presidente, diante da agenda que foi feita por essa Presidência, a meu ver ao arrepio de deliberações desta Comissão, fico extremamente preocupado com a condução dos trabalhos.

Nós vamos hoje fazer a oitiva de arapongas, pessoas que fizeram gravações. O Sr. Relator está ouvindo atentamente, e não podemos transformar esta CPI em uma CPI de arapongas. Arapongas fizeram as suas gravações de forma ilícita, então que respondam, e a Polícia Federal está aí para ouvi-los. Não podemos aqui ficar de forma detalhada olhando para trás. Como é que foi originada a gravação? Quem fez? Qual foi a tecno-

logia? Qual foi o método? Se foi uma câmara dentro de uma maleta ou uma maleta dentro da câmara, não sei bem. Isso não é especialidade nossa aqui, nem é esse o nosso fim, nem é isso o que está interessando a população brasileira, e não vai nos levar a nada.

Na verdade, nós temos hoje uma rota muito clara. Uma rota que a própria mídia está colocando aí para toda a Nação brasileira, mídia esta que está à frente desta Comissão, Sr. Presidente. Fico muito preocupado com o fato de que esta Comissão possa sair desmoralizada perante a opinião pública. Estamos sempre a reboque de uma imprensa que faz um trabalho investigativo muito bom.

Nesse final de semana, foram apresentados para a população brasileira os saques acima de R\$100 mil feitos no valor de R\$20 milhões, podendo chegar a R\$27 milhões, pelas empresas do Sr. Marcos Valério.

Eu tinha apresentado, na terça-feira da semana passada, nobre Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPMI, três requerimentos, Sr. Presidente, que não foram apreciados e que poderiam ter poupado esta CPMI desse vexame de ter de correr atrás – como hoje faz o Relator – da informação da imprensa. A imprensa cita que, a partir da informação da revista **IstoÉ**, que dá a rota do “mensalão”, o Sr. Relator agora faz requerimentos pedindo a transferência do sigilo da SMP&B e também da DNA.

Na semana passada, pelo Requerimento nº 165, de minha autoria, estava requisitado ao Banco Rural que identificasse, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em dinheiro nas agências de Belo Horizonte, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil. O Requerimento nº 166 solicitava ao Banco Rural que identificasse, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em agências de Belo Horizonte, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil, a partir das contas da SMP&B Comunicação e de suas empresas coligadas. Outro Requerimento, o de nº 167, pedia que fosse requisitada ao Departamento de Aviação Civil a listagem de todos os deslocamentos realizados pelos aviões de propriedade do Banco Rural ou de seus sócios, desde janeiro de 2003, bem como a relação dos passageiros que neles viajaram em cada projeto.

Ora, não aprovamos nenhum desses requerimentos. Eles ficaram sobrestados por uma deliberação da Presidência. Houve várias sessões, foram três na semana passada. Hoje, a Presidência diz novamente que vamos deliberar a partir de amanhã sobre o requerimento. Poderemos ter a surpresa de novas informações na mídia.

Então, esta CPMI está ainda a reboque do que está sendo publicado. O próprio Relator, ontem, declarou para a imprensa nacional que vai fazer requerimen-

tos a partir de agora, Sr. Presidente. Por isso, estou temendo que a própria opinião pública formule uma idéia de que estamos aqui num faz-de-conta atrás das informações da imprensa. Sr. Presidente, isso é muito grave, até porque, para mim, há quebra de acordos.

Tenho aqui a transcrição do que V. Ex^a disse na semana passada, na terça-feira. V. Ex^a disse textualmente que, na próxima semana, que seria agora, ouviríamos os diretores dos Correios que foram citados e ouviríamos o Deputado Roberto Jefferson na quarta-feira – está dito aqui “quarta-feira” por V. Ex^a. Posteriormente, olhou-se exatamente para trás, foi-se ouvir o Sr. Wascheck. A partir daí, muda-se o cronograma preestabelecido, que era a oitava hoje dos diretores dos Correios, e passa-se a ouvir agora novos arapongas, que foram os autores materiais da gravação. O que isso vai acrescentar à linha de investigação, Sr. Presidente?

A imprensa está muito adiante, está chegando na fonte dos recursos que tornaram possível criar toda essa instabilidade existente hoje no País, por conta de que dinheiro público estaria sendo utilizado para compra de consciência de Parlamentares.

Portanto, Sr. Presidente, quero, além disso, solicitar também a V. Ex^a que possa abrir – coisa que não foi feita até agora – aos funcionários indicados pela Oposição os documentos da CPMI, porque havia um comprometimento pela Presidência, pela direção dos trabalhos, de que haveria a garantia desse acesso, coisa que não houve até o momento. A assessoria da Oposição não está tendo – como deveria ter – acesso a esses documentos.

Além do mais, Sr. Presidente, parece-me que ouvir Marcos Valério é urgente urgentíssimo. A partir da oitava de Marcos Valério, da Sr^a Fernanda Karina Somaggio e do próprio Ministro Gushiken, que foi citado aqui – e a própria imprensa já coloca que, por meio de interferência da Secom e do Ministro Gushiken, foram alteradas normas internas dos Correios para licitação da contratação de empresa de publicidade, a licitação que possibilitou a contratação da SMP&B, do Sr. Marcos Valério. Então, isso é muito grave, Sr. Presidente.

Então, eu quero voltar novamente à questão do elogio que fiz a essa direção. Eu acho que V. Ex^a tem todos os méritos, nós temos relações de amizade, temos todo respeito por V. Ex^a, mas, se os trabalhos aqui não forem conduzidos para resolver rapidamente a votação dos requerimentos, uma pauta que possa fazer andar célere os trabalhos desta Comissão para dar uma resposta à opinião pública brasileira, eu lamento, Sr. Presidente, que, efetivamente, aí a pecha de chapa branca, ou de que nós estamos aqui numa Comissão procurando atender os desígnios do Go-

verno, que não quer investigação, tem um discurso de cortar na própria carne, mas, na prática, faz tudo para abafar e para impedir exatamente o andamento dos trabalhos... A Polícia Federal investiga aquilo que o Governo quer e não investiga aquilo que o Governo não quer. Tem sido assim. Ouve o que é de interesse do Governo, da linha investigatória que o Governo deseja, mas não ouve a todos.

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo a V. Ex^a, ao seu currículo de político, à sua vida pública, Por favor, não se apequene diante das pressões do Governo. Assuma, efetivamente, o que a Nação brasileira espera de V. Ex^a. Acelere esses trabalhos, dê o rumo certo, que está aí indicado pela mídia nacional, e que a opinião pública já tem conhecimento. Não podemos ficar aqui fazendo de conta, para ouvir aqui os senhores que hoje serão ouvidos, o Sr. Jairo, o Sr. Molina, o Sr. Joel Santos Filho, o que não vai acrescentar, efetivamente, nada ao que nós queremos esclarecer para a opinião pública brasileira, que é o nosso dever e a nossa obrigação.

Portanto, fica esse apelo dramático e veemente a V. Ex^a, porque eu tenho, efetivamente, apreço pela sua figura, e quero vê-la preservada desse lamaçal que hoje, infelizmente, traz preocupações muito grandes a toda a Nação brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador César Borges.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Jamil Murad, se nós não nos organizarmos, vamos ficar aqui até o meio-dia, todo mundo pedindo pela ordem,...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – ... não atendendo ao que é pela ordem, e prejudicando o andamento dos trabalhos da CPI. Se V. Ex^a quiser se inscrever, eu o inscrevo, excepcionalmente, porque já há dez pessoas inscritas pela ordem. E ninguém fala pela ordem, a maioria,...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Senador que me precedeu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com algumas exceções, a maioria fala para tratar de outros assuntos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele não... Foi resolvido ouvir depoentes aqui, e ele propõe...

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, ele está subvertendo a ordem de inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Jamil Murad, eu vou ter a oportunidade de explicar essas questões, mas não vou começar a debater com cada orador, senão não acabamos nunca.

Com a palavra, o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, cumprimentar V. Ex^a e o Relator pela forma pela qual vêm conduzindo os trabalhos, e temos que reconhecer que V. Ex^{as} estão respondendo de forma correta à demanda que não é nossa, é da sociedade. Que se portem – tenho certeza que assim será – até o final desses trabalhos, porque nós vamos, o Congresso Nacional vai responder, como está respondendo, à sociedade.

Inclusive, ontem, a leitura de material dos jornais mostrou o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, se opondo, de uma forma até ridícula, a uma convocação do Marcos Valério, figura central agora, pelo menos neste momento, em todos esses episódios, porque, a partir daí, poder-se-ia, então, chegar ao famoso “mensalão”, e, segundo ele, a CPI dos Correios não pode tratar de “mensalão”, nem que os Correios tenham sido a fonte para uma distribuição de recursos, se isso se comprovar adiante.

Então, V. Ex^{as}, ao tomarem essa atitude – eu li pelos jornais – e apoiarem a convocação do Valério, sem dúvida, estão tendo uma postura isenta, e nós temos que cumprimentá-los por isso.

Sr. Presidente, a questão de ordem é a seguinte: a Comissão tem o desejo de funcionar durante do recesso, no mês de julho, mas existe uma dúvida regimental. Essa dúvida regimental tem de ser resolvida e não pode ser resolvida aqui apenas. Ela tem que ser resolvida pelo Plenário do Congresso. V. Ex^a deve, na minha opinião, fazer uma questão de ordem ao Presidente José Sarney sobre essa questão – desculpe, ao Presidente Renan Calheiros.

Essa questão de ordem se deve porque o Regimento Comum não trata da questão do funcionamento de comissões no período de recesso. O Regimento do Senado impede que comissões temporárias funcionem. Mas, no caso específico, quando trata das CPIs, é omissivo em relação a isso. O Regimento da Câmara que é subsequente, vem depois para efeito de decisão, permite que CPIs funcionem dentro do período de recesso.

Então, essa decisão é fundamental e vai, inclusive, orientar o nosso trabalho tanto no Plenário da Câmara e do Senado, como vai orientar o nosso trabalho em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nossa

atuação no Congresso depende da decisão que for tomada a respeito dessa matéria.

Então, sugiro a V. Ex^a que faça uma questão de ordem. Formalize ao Presidente Renan Calheiros uma questão de ordem em plenário, ainda hoje, de maneira que essa questão fique absolutamente esclarecida e que esta Comissão possa funcionar. Do contrário, se não tivermos feito isso, a qualquer momento, qualquer Deputado ou Senador, membros da Comissão, numa questão de ordem, pode levantar essa questão e, de repente, todos os trabalhos ficam suspensos ou até prejudicados aqueles que já foram feitos.

É a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Alberto Goldman.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não quero aqui parecer redundante, mas também faço o registro da postura correta que vêm adotando o Presidente Delcídio Amaral e o Deputado Osmar Serraglio, saudando, principalmente, a postura do Presidente tomada neste exato instante nesta Comissão.

Acho que pecadilhos se cometem, mas o que havia de grave, efetivamente, em relação à agenda acordada, para esta semana, era a introdução de uma figura, um depoente que não havia sido acordado. Portanto, o Presidente aqui, de público, reconhece o seu erro, volta atrás na sua decisão e estabelece o calendário definido na semana passada.

Portanto, creio que, se continuarmos, Sr. Presidente, avançando dessa forma, conversando, deliberando em conjunto, acordando, não teremos dificuldade de trabalho e daremos à sociedade a resposta que ela exige do Congresso Nacional neste momento. Quero parabenizar V. Ex^a, inclusive pela humildade em reconhecer um erro, ao incluir na agenda uma figura que não estava incluída.

Sr. Presidente, seria interessante – é uma sugestão – que todas as decisões fossem tomadas no plenário da Comissão, mas é importante, talvez, que V. Ex^a e o Relator estabeleçam algumas conversas com todos os membros da Comissão ou com membros da Comissão, representantes partidários, no sentido de que cheguemos aqui e não percamos tanto tempo, enfim, com tantos “pela ordem”, como V. Ex^a mesmo diz.

Mais uma vez, reitero o apelo feito pelo Senador Sérgio Guerra. Quanto à questão dos diretores – na verdade, trocamos, e disse isso à Senadora Ideli –, invertamos os papéis nesta semana. Na quinta-feira, a Oposição batia firme no sentido de que se cumprisse aquilo que havia sido acordado, que era a necessidade do depoimento dos diretores nesta semana. E os

Deputados da base do Governo não queriam que os diretores fossem ouvidos nesta semana. Inverteram-se os papéis. Por quê? Faço questão de explicar, mais uma vez, para apelar ao Sr. Presidente sobre a importância da decisão que S. Ex^a pode tomar.

O fato de nós não termos tido acesso aos contratos, aos documentos da Empresa de Correios e Telégrafos, tornará muito difícil o depoimento, ou que nós, da Oposição, ou os próprios membros da base do Governo possam argüir os diretores da Empresa de Correios e Telégrafos. Portanto, Sr. Presidente, o que vamos ter aqui amanhã, com o exíguo tempo que temos para olhar e debater os contratos, provavelmente, seja um debate político: saber quem indicou o diretor tal; qual o envolvimento dele; onde ele já foi filiado. Esse será o debate. O que não creio ser um debate. É relevante, mas não será um depoimento completo. Portanto, reitero esse apelo para que V. Ex^a reflita a respeito da oportunidade ou não de ouvir os diretores dos Correios.

Sr. Presidente, quero também fazer uma sugestão a V. Ex^a – aliás, é quase um requerimento – e ao Relator também, Deputado Osmar Serraglio. O Senador Romeu Tuma me fez uma sugestão, lembrou-me de algo acerca da Comissão. Os documentos requeridos pela Comissão não estão chegando. Na verdade, a única coisa que tínhamos ontem, às 19 horas, era o inquérito da Polícia Federal. O Relator, ontem – estive com S. Ex^a na Sala da Comissão –, estava com dificuldade para trabalhar, em razão da ausência de documentos, pois não chegou nada da Controladoria-Geral da União; nada, absolutamente nada. Não chegou absolutamente nada dos Correios; não chegou absolutamente nada da Procuradoria. Ou seja, não é possível que não tenha havido tempo de os documentos solicitados por esta Comissão, que já funciona há duas semanas, terem sido encaminhados! O Senador Romeu Tuma lembra-me, também, que a Comissão tem o poder de montar uma subcomissão de busca e apreensão. Portanto, estamos chegando a um ponto, Presidente Delcídio Amaral, de necessitar criar essa subcomissão aqui, se as coisas continuarem caminhando da forma como estão, com a lerdeza que estão. Isso é necessário para que tenhamos acesso aos documentos de que precisamos, a fim de que possamos fazer os depoimentos, enfim, para que o Relator possa iniciar a montagem do seu relatório final. Portanto, essa é uma questão grave, e a cada momento fica mais grave. Já foi dito aqui ser curiosíssima a postura da Polícia Federal ao apreender documentos e ao invadir a casa do Tesoureiro do PTB. Mas, quanto ao Tesoureiro do PT, que está em todas, absolutamente em todas – é o primeiro nome citado; é o campeão de audiência nas citações –, não

há qualquer tipo de ação da Polícia Federal, nem relação aos documentos que pudesse estar guardando. Ou seja, já deu tempo de ele guardar ou limpar tudo aquilo que ele deveria limpar ou esconder. Sr. Presidente, chegou a hora – parece-me –, principalmente em razão, Deputado Osmar Serraglio, da dificuldade que tivemos. Eu disse, na semana passada, que o meu sonho, pela dificuldade que eu tenho de compreensão das coisas, seria passar o fim de semana inteiro lendo contratos dos Correios. A Senadora Heloisa Helena disse que esse era também o seu sonho. Infelizmente, nenhum de nós pôde concretizar esse sonho, porque os documentos não apareceram. Sr. Presidente, V. Ex^a deveria refletir sobre a possibilidade de criarmos essa subcomissão de busca e apreensão para que esses documentos não atrasem mais.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à questão colocada pelo meu Líder, o Deputado Alberto Goldman, precisamos deliberar urgentemente sobre esses requerimentos – pelo menos internamente, nem que seja uma manifestação política para fortalecer a questão de ordem que V. Ex^a fará, como sugerido pelo Líder Alberto Goldman ao Senador Renan Calheiros – antes que V. Ex^a o faça – creio que esse seria o único requerimento sobre o qual poderíamos deliberar hoje –, de a Comissão deliberar sobre o seu funcionamento durante o recesso. Poderíamos deliberar isso hoje, para que V. Ex^a possa fazer a questão de ordem que V. Ex^a tem que fazer ao Presidente Renan Calheiros, dizendo-lhe: “Olha, Presidente, a Comissão deliberou e aprovou o requerimento de que vai funcionar durante o recesso. Como V. Ex^a entende isso? Isso poderia fortalecer a sua posição? V. Ex^a teria um entendimento favorável, Senador Renan Calheiros?”

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Tem a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que solicitasse ao Plenário silêncio.

Sr. Presidente, evito me juntar àqueles que pretendem denominar esta CPI de “CPI Chapa-Branca”. E gosto, sim, de reconhecer e louvar a correção do comportamento das pessoas. Sem dúvida alguma, nessas duas últimas semanas, tanto V. Ex^a como o Relator têm tido um comportamento isento, imparcial, digno dos nossos elogios e do nosso reconhecimento.

Agora, Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex^a para uma ponderação que vou lhe apresentar. Gostaria que V. Ex^a a analisasse com o mesmo equilíbrio e a mesma isenção com que vem conduzindo esta Comissão. Nós, na semana passada, fizemos um acordo político para viabilizar o funcionamento das duas primeiras semanas desta CPMI. Esse acordo político passava pela oitiva do Sr. Maurício Marinho, o que aconteceu, pela oitiva do Sr. Wascheck e do sócio dele, o que aconteceu. Nesta semana, iríamos analisar os depoimentos do Sr. Roberto Jefferson, Deputado Federal, e dos ex-diretores da Empresa de Correios e Telégrafos. Só que dois fatos supervenientes, na minha opinião, mudaram o curso do funcionamento da CPMI nesta semana. O primeiro fato superveniente: o depoimento do Sr. Wascheck. Depois do interrogatório dele, ficou claro que era fundamental ouvirmos os executores da gravação do Maurício Marinho. É por isso que hoje estamos reunidos para a oitiva do Sr. Joel, do Sr. Jairo, assim como a oitiva do Sr. Molina. Isso não estava acertado. Eu quero frisar: o acertado era ouvirmos os diretores dos Correios e o Sr. Roberto Jefferson, só que um fato superveniente, que foi o depoimento do Wascheck, obrigou-nos a interrogar hoje os três responsáveis diretos pela gravação.

Há outro fato superveniente que, da mesma forma, obriga-nos a rever o cronograma de funcionamento desta Comissão nesta semana. Qual é o segundo fato? É justamente a dificuldade que a Comissão teve de ter acesso aos contratos dos Correios. Eu vinha fazendo um apelo, desde a quarta-feira da semana passada, a V. Ex^a e à assessoria da Comissão para que cobrássemos da Controladoria-Geral da União que enviasse a esta CPMI, no mais breve espaço de tempo possível, todos os contratos da Empresa de Correios e Telégrafos, porque, assim como outros Parlamentares, este que neste momento se dirige a V. Ex^a gostaria de, com cuidado, de forma detalhada, com equilíbrio, analisar cada contrato. Só que isso não foi possível. Estou começando a suspeitar, inclusive, da condução da CGU. Estou começando a suspeitar dela, repito. Não suspeito desta CPMI, não suspeito de V. Ex^a, não suspeito do Relator, mas acho que a CGU está trabalhando a passos lentos para dificultar o trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Por quê? Há duas semanas, a Liderança do PFL recorreu ao Tribunal de Contas da União, recorreu à Empresa de Correios e Telégrafos para ter acesso aos contratos, e a resposta foi: todos os contratos foram entregues à Controladoria-Geral da União. Portanto, não foi na semana passada que a CGU teve acesso e posse dos contratos. Esses contratos estão com a CGU há muito tempo. Se a CGU não nos enviou no tempo hábil, a responsabilidade é

dela. E que fique claro: nós não poderemos ouvir os diretores amanhã porque a CGU não encaminhou no tempo hábil os contratos dos Correios e Telégrafos. Então, existiu esse fato superveniente. Amanhã, o que vai acontecer aqui, como bem disse o Deputado Carlos Sampaio, são alunos indagando aos professores. Esta Comissão se colocará como aprendiz das lições dos diretores da Empresa de Correios e Telégrafos. É claro, é obvio que nem os Parlamentares da base do Governo nem os da base da Oposição estarão preparados amanhã para argüir os diretores. Nós não estaremos preparados. Nós não temos conhecimento a fundo dos contratos; e até de outras informações afeitas a essas diretorias, que não foram disponibilizadas para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Sr. Presidente, o apelo que faço, para o bom funcionamento desta Comissão e, sobretudo, para que nós aqui não nos prostremos diante dos diretores, é que V. Ex^a reveja a audiência de amanhã; que remarque logo, para segunda ou terça-feira da semana que vem, a oitiva dos diretores. Mostraremos a data já acertada para ouvirmos os diretores dos Correios. Mas isso não pode acontecer no dia de amanhã, Sr. Presidente. Não estamos preparados. Seremos humilhados pelos diretores. Ficará feio para os Parlamentares desta CPMI, porque não tenho dúvida de que o que alguns querem – não vou nominar, não vou “fulanizar” – é que as manchetes dos jornais de quinta-feira digam o seguinte: “Diretores da Empresa de Correios e Telégrafos vão à CPMI e mostram que não há irregularidades, que a empresa funciona bem; dão uma aula de conhecimento técnico e colocam os Deputados na parede, colocam os Senadores na parede”. Não podemos permitir que isso aconteça, sob pena de desmoralizar esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, Sr. Presidente, realmente quero que V. Ex^a pondere esta argumentação que lhe trago. Tenhamos o equilíbrio necessário para, até com a concordância deste Plenário, remarcar a oitiva dos diretores para a semana que vem. Ouviremos na quinta-feira o Deputado Roberto Jefferson. Cumpriremos o acordo que foi encaminhado por V. Ex^a. Amanhã, nós nos reuniremos para discutir os requerimentos que são vários; para deliberar sobre o funcionamento desta Comissão no mês de julho. Não há por que ouvirmos os diretores amanhã, Sr. Presidente.

Assim, peço a V. Ex^a que realmente dê atenção a esta minha ponderação. Vamos agir da forma correta, da forma que a sociedade brasileira quer. Vamos nos preparar para indagar as peças que são talvez as mais importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito na primeira fase, que são os diretores.

Essa é a ponderação que deixo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr.

Presidente, pela ordem, para o encaminhamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr.

Presidente, acerca do andamento dos trabalhos uma série de pessoas estão fazendo ponderações. Isso é natural. Mas, para o andamento dos trabalhos, penso que, como temos aqui três pessoas para serem ouvidas, temos de tomar uma decisão antes. Está-se falando muito da questão dos contratos. São quatrocentos contratos, e há alguns destacados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– São seiscentos contratos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim,

seiscentos.

Então, talvez tenhamos de decidir se paramos ou se analisamos todos os contratos. Digo isso porque, por exemplo, não tínhamos analisado os contratos que estavam sob a gestão do Sr. Maurício Marinho, e nós o ouvimos. E talvez precisemos ouvi-lo novamente. Então, se é uma questão dos contratos, teremos de parar um pouco e analisar todos.

Então, penso que, para o bom andamento dos trabalhos, seria bom que pudéssemos decidir isto: ou paramos e analisamos todos os contratos para ouvir todos, porque tudo tem relação, ou então ouvimos hoje as pessoas que estão marcadas, amanhã também e, se for necessário, assim como nós mesmos avaliamos que é necessário ouvir o Sr. Maurício Marinho... Também não temos conhecimento. Mesmo assim, consideramos ser importante ouvi-lo logo. Foi a primeira pessoa ouvida, sem conhecermos os contratos que estão sob a gestão dele.

Então, eu creio que é esse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Senadora, nós tínhamos 1 hora e 54 minutos...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pelo

andamento dos trabalhos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Há

uma ordem de inscrição, Sr. Presidente. Todos pediram a palavra pela ordem. Então, quero que V. Ex^a volte à ordem de inscrição. Ninguém está pedindo a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Todos

pediram a palavra pela ordem, ninguém formulou questão de ordem, ninguém citou o Regimento. Portanto, apelei a V. Ex^a para manter a inscrição, porque todos estão tratando sobre o andamento dos trabalhos.

Presidente, é claro que o temperamento de V. Ex^a e do Relator ajudaM muito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Nem todos, não é, Senadora Heloisa?

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – É

verdade. Eu sei mexer no Regimento e, quando quero enrolar, eu posso fazê-lo também, mas não estou a fim de fazer isso.

Sei que o temperamento de V. Ex^a e do Relator ajuda muito a manter o equilíbrio dos trabalhos, porque aqui todo mundo se conhece e ninguém ganha de ninguém no grito. Quando alguém grita, outro grita mais alto; então ninguém ganha de ninguém aqui no grito. Talvez ganhe no argumento, mas nem sempre ganha no argumento. E isso faz parte da vida, porque às vezes argumentos são aniquilados em função das relações estabelecidas de quem seja Oposição, de quem seja Situação.

O apelo que todos estão fazendo, acho que seja um apelo absolutamente justo. Se os diretores vêm amanhã, eu vou estar aqui cumprindo a minha obrigação, tentando ouvir os depoimentos, como foi acordado anteriormente. Não se pode mais reivindicar o que foi acordado anteriormente, porque houve uma flexibilidade, definida por V. Ex^a – e humildemente reconheceu que daqui para frente todas as outras serão discutidas pelo Plenário – em função da necessidade – que acho que é correta também – de ouvir o Sr. Marcos Valério.

Entretanto, é importante que se deixe absolutamente claro que não se trata de pegar apenas os contratos. Não é isso! O Deputado Eduardo dizia que sonhou e que a gente sonhava em passar o fim de semana analisando os contratos. Ninguém pensa que somos masoquistas, porque ninguém quer passar fim de semana analisando contratos. Isso é um verdadeiro pesadelo; não é sonho. Entretanto, não é apenas o contrato; é todo o processo de instrução. Todos sabem: nenhum delinquente de luxo deixa as suas digitais, ou as suas patas no contrato. É o processo de instrução do edital de licitação, as definições que são tomadas pelas diretorias, as necessidades ou demandas criadas que acabam fraudando o edital de licitação. Então, não é só o contrato. Quando estamos discutindo – e por isso que é um processo grande – discutimos o processo de instrução do edital, é o contrato, é a execução do contrato e os aditivos que possam ter vindo. Por isso não é uma coisa simples. Para quem

quer fazer frase de efeito, ou para quem quer abafar, ou para quem quer investigar, ou para quem é do Governo e para que é Oposição ao Governo, para quem quer fazer frase de efeito nos depoimentos, é a coisa mais fácil e cômoda de fazer.

Então, só para deixar absolutamente claro que não é uma coisa simplória; é uma coisa extremamente grave. É todo o processo de instrução; não é uma coisa simples. Para que tenhamos, o mais rápido possível, todos esses detalhes. O Senador Tuma trouxe algo que é vivenciado em outras CPIs também, que é uma diligência, oficiada por V. Ex^a como Presidente, para que um grupo de Parlamentares faça a busca e apreensão de determinados documentos. Do mesmo jeito que se fez a busca e apreensão da agenda do Sr. Marinho, que se faça também das de todos os diretores, que nós não temos ainda. Todo o processo de instrução, mais a agenda do diretores – então são muitas coisas.

Quero deixar absolutamente claro que, se for mantido... E aí V. Ex^a pode, de pronto, manter a agenda. Apelamos até que isso seja discutido no Plenário. Se não puder modificar – e acho que é conseqüente tecnicamente modificar, conseqüente tecnicamente –, eu não vou fazer nenhum boicote. Vou estar aqui amanhã tentando auxiliar no procedimento investigatório, tentando aprofundar as investigações.

Mas é bom que se deixe claro, porque de repente a imprensa nos consulta lá fora, dizendo: “Fulano de tal, da Base do Governo, chegou aqui e disse que vocês é que querem adiar porque estão com medo, porque não têm como inquirir o depoente”.

Não adianta esse tipo de marola, de manobra fraudulenta, porque os detalhes técnicos são muitos. Não é uma coisa qualquer; não se trata da subjetividade. Por mais complexas que sejam, não se trata disso. É um processo técnico, extremamente complexo e que exige de todos nós o aprofundamento.

Se quer manter para amanhã, eu, pelo menos, quero deixar absolutamente claro, estarei aqui tentando aprofundar as investigações. Mas sei que é absolutamente justa, conseqüente politicamente, conseqüente tecnicamente a necessidade de que tenhamos acesso a todo o processo de instrução, ao edital, ao contrato, à execução, aos aditivos. Isso é essencial para que nós façamos um trabalho sério.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)– Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse, porque, devido às exposições, surgiram algumas questões e vejo-me obrigada a manifestar-me.

Muito obrigada.

Desculpe-me, Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, da mesma forma que outros Parlamentares aqui se manifestaram, quero também ressaltar o equilíbrio e a competência que têm pautado a atuação de V. Ex^a e do Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Isso, inclusive, nos conforta muito, porque, inicialmente, levantou-se um clima de suspeição sobre nosso Presidente e nosso Relator, pelo fato de ambos pertencerem à base de nosso Governo. E nós afirmamos, desde o início, que desejávamos a apuração dos fatos e a realização de um trabalho sério nesta CPMI. V. Ex^{as} estão nos brindando com um trabalho de excelente qualidade, capacidade de ouvir, seriedade, enfim, com uma boa linha de trabalho.

Esta é uma CPMI que tem um objeto claramente definido: apurar os fatos graves ocorridos na Empresa Brasileira de Correios. Um processo de investigação pressupõe uma linha de investigação. Desde o início, temos nos pautado por esta perspectiva, por esta assertiva, ou seja, não adianta sair ouvindo pessoas a esmo, se não tivermos uma linha de investigação e se não estivermos preparados para inquirir cada um dos depoentes que aqui vier a comparecer.

No entanto, esta é uma Casa política em que você é obrigado a combinar um trabalho técnico investigativo com as pressões políticas daqui ou dali. A Oposição, com toda legitimidade, tenta generalizar as críticas não só à Empresa de Correios e Telégrafos, mas ao Governo. É próprio do papel da Oposição, e nós entendemos. É um processo democrático. E nós tentamos trabalhar e mostrar que queremos a apuração, porque é da tradição de nossos partidos, é da tradição dos homens de bem buscar colocar os problemas em pratos limpos. A democracia supõe um tratamento rigoroso de situações como essa, e é disso que estamos aqui tratando.

Então, uma linha de investigação, por mais que se queira achar que, aparentemente, possa ser supérfluo, não pode abdicar de ouvir os chamados arapongas porque nem todos são exatamente arapongas. O Sr. Molina, por exemplo, é um lobista – não é exatamente um araponga – com vinculações não totalmente explicitadas com o Deputado Roberto Jefferson, autor da denúncia. O Deputado diz que este Molina foi autor de uma tentativa de extorsão sobre ele. Há, na verdade, um ambiente nebuloso nas relações que marcam o Sr. Molina. O Sr. Molina, quando foi ao Sr. Roberto Jefferson, declarou que estava representado não só o

empresário Wascheck, aqui ouvido, mas um grupo de empresários insatisfeitos com o trabalho da diretoria de administração dos Correios.

Nós temos que colocar em pratos limpos essas informações, porque, certamente há fatos e questões importantes atrás dessas afirmações que não foram desvendados até agora e que, possivelmente, possam ser desvendados a partir de depoimentos e da documentação à qual nós estamos tendo acesso.

Da mesma maneira, não podemos ouvir o Deputado Roberto Jefferson antes dos arapongas e antes dos diretores, porque o primeiro a denunciar outras diretorias dos Correios foi exatamente o Deputado Roberto Jefferson.

Então, cumpre a nós, a partir de uma denúncia sem apresentação de provas, sem fundamentação, inicialmente, conhecer os contratos, inquirir os diretores. Após a inquisição do Sr. Marinho, do Sr. Wascheck, de todos os envolvidos nos depoimentos previstos para hoje, e dos diretores, aí, sim, devemos ouvir o Sr. Roberto Jefferson. Parece-me ser esse o fio lógico e natural de um trabalho sério e competente, tendo em vista o objeto definido para a investigação desta Comissão, que são os fatos ocorridos na Empresa de Correios. A Oposição, naturalmente, tenta extrapolar esse limite também – isso está claro nos depoimentos de alguns. É natural. É natural, Deputado Rodrigo Maia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) –... que V. Ex^a tenta fazer isso ficou claro no depoimento do nobre Senador César Borges e de outros que aqui se pronunciaram também. Desejam trazer apressadamente, do meu ponto de vista, pelas mesmas razões pelas quais quisemos construir uma linha de investigação mais consistente, tentam trazer apressadamente o Sr. Marcos Valério sem ter toda a documentação, todas as informações que nos permitam inquiri-lo mais profundamente. Claro. Entendo os risos todos aqui, porque essas mesmas pessoas falavam isso quando pedíamos para que nós tivéssemos mais consistência nas informações antes de inquirir os diretores dos Correios. E eles quiseram acelerar, porque o Sr. Marinho listou catorze contratos, o Sr. Roberto Jefferson lá, no Plenário, denunciou a Skymaster, HHP, que foi citada.

Sim, vamos apurar. Interessa a todos nós agir com a seriedade; todos nós temos um patrimônio moral e ético, e essas Casas têm também, e nós queremos apurar verdadeiramente. Agora, é claro que, por trás disso, há um processo de disputa política.

Então, uma questão nesta CPI vai pairar o tempo todo mal resolvida, ou não resolvida até agora, que foi objeto de discussão intensa na CCJ da Câmara dos

Deputados. É a seguinte questão: qual o limite dos nossos trabalhos? Qual o objeto verdadeiro do nosso trabalho? Está definido no texto, mas há Deputados e Senadores que querem que venhamos a ouvir o Sr. Marcos Valério. É sabido e notório que os episódios aos quais o Sr. Marcos Valério está vinculado têm relação com a chamada denúncia do “mensalão”, que deve ser apurada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por favor, com a palavra o Deputado Jorge Bittar. Por favor, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu entendo, veja bem, que todos devem ser investigados, agora, de forma tecnicamente adequada, de forma competente, de forma precisa. Então, essa questão não está resolvida, e sinto que não será resolvida aqui dentro. É preciso que os Líderes de todos os partidos, da Câmara e do Senado, definam esta questão: se teremos uma CPMI específica para o “mensalão”, se teremos uma CPI na Câmara para o “mensalão” ou se abriremos esta CPI... De minha parte, não tenho objeção a nada; apenas quero que pisemos em terreno político seguro, que não atoplemos o processo com argumentos... Alguns estão preocupados porque estamos pautados pela imprensa. Ora, não temos que ser pautados ou não pautados pela imprensa. Temos de averiguar os fatos e construir uma linha investigatória séria, consistente, para que possamos produzir resultados e para que esta CPI não acabe em *pizza*. Isso é o que todos nós verdadeiramente desejamos.

Sempre haverá, evidentemente, a tentativa de desqualificar as nossas assertivas. Nós ouvimos com a máxima atenção ataques ao nosso Governo, ataques a ministros etc, mas alguns parecem não ter a maturidade suficiente para se comportar numa situação tão importante para todos nós, num momento histórico tão importante para todos nós. No entanto, não vamos perder a serenidade, Sr. Presidente. Vamos continuar. Estou sendo absolutamente claro e objetivo no que diz respeito a isso. Então, em função disso, considero que, se há necessidade...

Eu ouvi de V. Ex^a – e gostaria depois que V. Ex^a precisasse – que os contratos, se não todos, a maior parte deles – não sei se todos –, já estão de posse da nossa Comissão; já foram enviados. Enfim, que esses contratos sejam disponibilizados da maneira... Eu estou indagando. Quero que o Presidente se coloque... Se isso não tiver ocorrido, que aceleremos o acesso a esses contratos, definindo o prazo mínimo para análise – não serão os Deputados e Senadores que vão analisar, mas as nossas assessorias, que são as pessoas qualificadas para isso. Nós, evidente-

mente, de posse das análises de pessoas confiáveis e competentes, vamos buscar aprofundar isso aí na análise dos depoimentos aqui formulados. Por mais que o Deputado Eduardo Paes tenha dito que adoraria ler os contratos nos fins de semana, acredito que S. Ex^a gostaria de ler umas duas ou três páginas de um desses contratos para pegar no sono mais rápido, apenas isso. Verdadeiramente, ninguém ficaria examinando-os no fim de semana, porque isso é papel de analistas, especialistas, profissionais dessa matéria.

Proponho que definamos um prazo. Não há motivo para adiantamento. Se há necessidade de um prazo maior, que venhamos a ouvir os diretores na quinta-feira ou na sexta-feira. O que não faz sentido é anteciparmos a oitiva do Sr. Roberto Jefferson ou do Sr. Marcos Valério, usando como pretexto essa informação de que não tivemos acesso ainda aos contratos. A nossa linha investigatória pressupõe coerência.

V. Ex^a e o nosso Relator agiram com a coerência necessária sobre esses fatos. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Bittar.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, há uma hora e quarenta minutos, estamos fazendo este debate, sendo que concordamos que é importante fazer as três oitivas, fruto exatamente do trabalho realizado na semana passada. Na evolução do trabalho, entendemos que, antes de ouvirmos o Sr. Roberto Jefferson, seria importante ouvirmos, além dos diretores dos Correios – este já era um acordo feito antecipadamente na semana passada –, também os responsáveis pela gravação.

Ontem, tive de responder a várias entrevistas a respeito das insinuações e propostas de fazer alterações no cronograma, de modificá-lo, por conta dos fatos supervenientes, como disse o Deputado ACM Neto.

Esta CPI precisa manter uma lógica, uma sequência, uma linha de investigação muito clara e acordada entre todos nós. Que aquilo que está acordado entre nós seja cumprido e que não estabeleçamos a “operação pipoca”, tirando da linha antes de concluir, antes de terminar aquilo que está acordado: se apareceu não sei o quê, não sei onde, pulamos para uma outra situação antes de concluir aquilo que acordado estava. Não podemos trabalhar na lógica da pipoca, ou seja, a cada fato novo alterarmos o que estava acordado. Se o fizermos, vamos ser surpreendidos – todos sabemos disso –, porque o assunto entra na disputa dos meios de comunicação; cada meio de comunicação quer dar um furo maior que o outro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a distribuísse nesta CPI alguns chazinhos de maracujá, porque há pessoas que não estão com a calma necessária para a condução dos trabalhos.

Que não adotemos essa lógica de, a cada fato, mudar o procedimento, porque vão aparecer denúncias, vão aparecer matérias! Que concluamos aquilo que se estabeleceu para esta semana!

O que foi acordado para esta semana foi acordado no plenário. Acordamos em ouvir, num primeiro momento, diretores, antes do Roberto Jefferson. Fruto do depoimento dos empresários, acordamos em ouvir os arapongas também antes do Roberto Jefferson. Aquilo que não foi acordado no plenário, V. Ex^a mesmo tomou a deliberação de suprimir, que era a questão do genro do Roberto Jefferson. São essas as ponderações que quero fazer.

A questão da dúvida regimental, o que podemos ou não fazer durante o recesso, precisa ficar absolutamente definida, para que o nosso trabalho não seja questionado juridicamente, inclusive na condução, na conclusão da própria CPI. Por isso, a questão deve ser levantada efetivamente. Quanto ao nosso cronograma, quero deixar claro que todos nesta Comissão têm o interesse não só de acelerar, mas de trabalhar durante o recesso, desde que haja amparo legal, porque, se não houver amparo legal, estaremos correndo o risco de aquilo que produzimos como prova durante o recesso não ser convalidado posteriormente.

Apenas para contribuir com os dados supervenientes, muita gente está colocando a história de “passar a pipoca da vez”, que é a história do Marcos Valério, é importante lembrarmos que o depoimento do Marcos Valério já está aprovado na Comissão, mas na lógica de que ele tem um contrato com os Correios e não na lógica do que apareceu no final de semana, tendo em vista que os saques não são dinheiro carimbado, não tem como dizer que o saque é para “a”, “b” ou “c” **a priori**.

Portanto, temos que ouvi-lo dentro da lógica daquilo que está estabelecido.

Sr. Presidente, gostaria que fosse estabelecido um mínimo de respeito, sem provocação, durante a fala das pessoas. É inadmissível esse tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ouvimos todos os inscritos. Pediria, por favor, silêncio a V. Ex^{as}. A Senadora Ideli Salvatti está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É desrespeitoso. Vale aqui para todos os que estão nos assistindo, transmitirmos esse clima de respeito mútuo e

de foco naquilo que estamos obrigados e comprometidos a fazer.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não disse que nenhum colega é pipoqueiro, Senador. Aliás, pipoca é excelente; adoro. Gostaria de comê-la com mais frequência, vendo filmes, não tão lógicos, acompanhada de chá de maracujá para os que estão nervosos.

Gostaria apenas de completar, se me permitem, que esta é a CPI dos Correios. Ela está investigando o fato dos Correios. Aquilo que tiver lógica e vinculação com o que estamos investigando será feito até as últimas consequências.

Portanto, o Sr. Marcos Valério, que tem um contrato de publicidade com os Correios, será investigado nessa lógica e não em outra, pois a lógica que estão tentando colocar neste momento aqui não cabe, até porque temos um debate esta semana, inclusive podendo sair a CPI do Mensalão da Câmara, ou a Mista. Talvez esse seja o foco, pelo qual desejam trazer o Marcos Valério para cá, da investigação e não o que estamos fazendo.

Então, precisamos ter muita calma, manter o cronograma, trabalhar com intensidade, de acordo com o que está previsto para esta semana, com várias oitivas, com sete oitivas, e conduzir com os chazinhos necessários, sem a “pipoca” da mudança de assunto a cada momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, foi protocolado, agora, pela manhã, atendendo a uma necessidade regimental, o Requerimento nº 230, que deveríamos submeter à votação, para que haja continuidade do trabalho desta CPMI ao longo do recesso parlamentar.

O Regimento Comum, no art. 151, remete, ou para o Regimento do Senado, ou para o Regimento da Câmara dos Deputados. O Regimento do Senado não tem nenhuma orientação a respeito do funcionamento das CPIs no recesso parlamentar. O Regimento da Câmara, no art. 35, inciso III, diz que *a Comissão poderá atuar também durante o recesso parlamentar, desde que a Comissão faça a deliberação.*

Por essa razão, Sr. Presidente, amanhã será o dia de deliberação. Então, responde ao questionamento do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá e de outros Senadores que também se manifestaram, esse requere-

mento, aprovado aqui, com o referendo, por garantir segurança dos Presidentes do Senado e da Câmara, dando tranqüilidade do ponto de vista jurídico regimental para a funcionalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito ao longo do mês de julho, problema que todos nós estamos discutindo no momento.

Feita essa colocação, gostaria de lembrar que, na quinta-feira da semana passada, o Requerimento nº 207, que foi à mão do Relator, discutido também por V. Ex^a, dizia da necessidade da solicitação da execução dos contratos de publicidade da SMP&B com os Correios que viessem para esta Comissão.

Quero dizer aos nobres Senadores e nobres Deputados que se formos receber a licitação e os contratos gerais, o contratão – aquilo que é o acordado pós-licitação –, muito dificilmente vamos encontrar irregularidade, por óbvio, ninguém aqui é ingênuo. Os eventuais desvios de dinheiro público podem ocorrer exatamente na execução. Na minha opinião, estamos diante de uma quadrilha que começa a sua operação nos Correios e que espalhou seus tentáculos por várias estatais. Sem dúvida nenhuma, um tentáculo importante é o Sr. Marcos Valério. Para mim, de tudo que foi analisado até agora, não há nenhuma dúvida sobre isso.

Por essa razão, quero lembrar ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator, propusemos, terça-feira passada, um requerimento que elencava as pessoas que vão ser ouvidas esta semana e nos batíamos, o Deputado ACM Neto e eu, exatamente para que tivéssemos o Marcos Valério aqui. A argumentação de V. Ex^a, Sr. Presidente, é de que tínhamos uma pauta que seria de acordo para essa semana, a qual estamos cumprindo, e que não deliberaríamos nenhuma outra convocação – esse foi o acordo feito semana passada, está na Ata – sem que definíssemos a data da oitiva do Sr. Marcos Valério. Na quarta-feira, como fruto das novas declaração da Sr^a Fernanda Karina, apresentamos um outro requerimento conjunto, no qual solicitávamos que, por ocasião da oitiva do Sr. Marcos Valério, esta comissão fizesse a primeira acareação, que para essa data viessem juntos Marcos Valério e Fernanda Karina, e uma posterior acareação.

Então, só quero recuperar essas duas discussões que tivemos aqui, na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira da semana passada, em que o nobre Relator concordava com a importância do requerimento que solicita a execução dos contratos, nos Correios, da SMP&B, para requisitar, através do 228, que vai ser apreciado amanhã, que todos os contratos que a SMP&B e a DNA tenham com estatais ou com Administração Direta, como é o caso do Ministério do Trabalho e do Ministério do Esporte, seja remetida para

cá a sua execução. Porque já estão aparecendo, inclusive em períodos anteriores, prestações de contas feitas a contratações da DNA, em que, supostamente, notas frias foram compradas, já com nomes inclusive dos fornecedores das notas frias. Então, não tenho dúvida nenhuma de que devemos buscar amanhã, e eu apelo ao nobre Relator, que selecione todos os requerimentos que solicita o envio da execução dos contratos, quer do ano de 2003...

Se eu tiver atrapalhando o debate paralelo, fico em silêncio, até que eu possa concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – V. Ex^a não está atrapalhando, Deputado Onyx, ao contrário, está fazendo ponderações muito equilibradas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, desejo que o nobre Relator desse atenção à execução dos contratos da SMP&B e da DNA por conta de tudo que tem sido noticiado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero trazer a sugestão firmada pelos nobres Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes, Antonio Carlos Magalhães Neto e este Parlamentar, no sentido de que, obedecendo ao que nós discutimos na semana passada, o Requerimento 229 sugere ao Relator, uma possibilidade de agenda para próxima semana, na qual viriam Marcos Valério e Fernanda Karina, na terça-feira, com posterior reação entre ambos. Na quarta-feira, José Fortuna e Edgar Lange, por óbvio de tudo o que já passou por esta Comissão. E estamos requerendo, para a próxima quinta-feira, também como desdobramento das oitivas da semana passada e desta, a vinda do Sr. Delúbio Soares, requerimento esse que ainda não está aprovado. Sugerimos que seja aprovado amanhã.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Agora, para encerrar, a Deputada Juíza Denise Frossard com a palavra, para encaminharmos todo esse rol de sugestões, a fim de que, realmente, tenhamos efetividade no dia de hoje e nos dois próximos... Deputada Juíza Denise Frossard.

A SR^a JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a, cumprimento todos os colegas. Já me manifestei pela maneira como V. Ex^a vem conduzindo os trabalhos, a sua paciência, que tem que ser própria de quem preside. Eu presidi tribunal do júri por cinco anos, então é isso mesmo que o Presidente tem de ter: essa paciência infinita.

Sr. Presidente, eu não ia me manifestar, mas, diante das dificuldades que ouvi de cada um dos colegas Parlamentares, resolvi me manifestar.

No livro **Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal**, cujo autor é Mauro Márcio Oliveira, consultor legislativo, aposentado, desta Casa,

ele analisou que, de 1946 a 1989, Sr. Presidente, passaram por esta Casa, pelo Senado, 37 CPIs, sendo que apenas 19 chegaram ao relatório final. A última, a CPMI do Banestado, de junho de 2003, descobriu que o montante de dinheiro desviado foi de R\$150 bilhões, muito acima dos R\$30 bilhões inicialmente aventados. A CPMI não aprovou o relatório final. Citarei as palavras do autor: “Quando a CPI chega num ponto que vai esparramar lama para todo o lado, realmente tem que terminar em *pizza*” – palavras do autor.

Pois bem, Sr. Presidente, ouvi as dificuldades de todos, aqui, sobre quem se deve ouvir primeiro. É claro que abrir o foco só interessa a quem não quer apurar.

Quando pegava um processo de 40 volumes, o juiz tinha que dar uma sentença de uma folha e meia. É a lógica. Quando se abre o foco, não se chega a lugar algum.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, quando Maurício Marinho e Wascheck, e todos os depoimentos que tivemos aqui... mais do que se lê na mídia, é certo, Sr. Presidente, que existe uma ligação complicada, eu diria, entre as nomeações para os cargos de função pública, que alguns preferem chamar, eu repito aqui, de “composições políticas para a governabilidade”, e a corrupção sistêmica, que é o que se discute nesta CPMI.

Os requerimentos que já foram apreciados aqui demonstram que, com exceção do Deputado Roberto Jefferson, nosso colega, talvez estejamos na busca de ouvir os responsáveis menores pelo que acontece na máquina pública brasileira. As pessoas que aqui estão, que estão arroladas como depoentes, foram designadas para os cargos públicos mas receberam as suas designações de Parlamentares. Portanto, elas têm uma missão a cumprir. Para entender o ciclo inteiro do problema, Sr. Presidente, nós precisamos dos testemunhos daqueles que são os responsáveis pelo preenchimento das funções e dos cargos públicos. Precisamos ouvir aqueles que sentaram à mesa das negociações e, com o aval do Senhor Presidente da República ou de suas lideranças no Congresso, terminaram por inserir na máquina pública os seus correligionários ou apadrinhados. É muito grave o que estou dizendo. Precisamos desses testemunhos, para saber, primeiro, quais as premissas para as indicações; segundo – não estou “fulanizando”, Sr. Presidente –, o que foi solicitado de cada um dos indicados; terceiro, como se dá a relação dos indicados com os Partidos que os indicaram; quarto, se houve metas a cumprir; cinco, que metas são essas; seis, como e por que foram convidados; sete, como e por que foram aqueles os escolhidos e não outros.

Pelo que vimos até agora, Sr. Presidente, o corpo diretivo dos Correios esteve loteado – esse é o termo – entre PTB, PMDB e PT.

Ouviremos os ex-diretores beneficiários diretos da partilha do loteamento, mas, antes disso, entendo que seria extremamente produtivo para a busca da verdade real ouvir os responsáveis diretos pela presença deles na máquina dos Correios. Então, pelo PTB, julgo que falará o Deputado Roberto Jefferson, pelas indicações que fez como Presidente do Partido. Pelo PT, talvez seja suficiente ouvir o Sr. Sílvio Pereira, com o crachá de Secretário-Geral do Partido, ou o Sr. Delúbio, ou, quem sabe, o Presidente do Partido, Genoíno. Todos, de alguma maneira, são responsáveis pelo preenchimento das Diretorias de Tecnologia, de Infra-Estrutura e de Operações.

Falta-nos, portanto, o PMDB, que respondia pela Presidência, setor ao qual está afeto o comando de toda a empresa e, de forma direta, as áreas de propaganda, de relacionamento com as empresas de publicidade, que, ao que tudo indica, Sr. Presidente, está no núcleo da confusão, além naturalmente do setor jurídico, que inquiria aqui o Marinho, que deu curso livre aos diversos contratos, sobre os quais se levantam seriíssimas dúvidas.

Então, nada mais indicado do que convidar – e, aqui, desde já requeiro, Sr. Presidente – o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Michel Temer, para falar sobre as composições das diretorias que couberam ao seu Partido, com a vantagem de ter sido ele o responsável pela indicação maior, qual seja a do Presidente João Henrique.

Sr. Presidente, ele poderá dizer como se formou o modelo de loteamento dos cargos dos Correios e, quem sabe, a partir daí, demonstrar como se dá o funcionamento desse sistema. Por que digo que é muito importante o depoimento do Presidente do PMDB? Porque, agora, neste exato momento, a imprensa já antecipa que novos loteamentos surgirão a partir do PMDB sob o argumento de governabilidade.

Sr. Presidente, lamento dizer, não queria intervir agora, mas o dever de quem me colocou aqui me faz intervir: o que vemos é um Presidente inepto, frágil, e aquela foto que vimos é a mesma foto dele com Roberto Jefferson.

Portanto, a minha preocupação tem relação com quem indicou. Esses com que estamos aqui, Sr. Presidente, são menores; não tem a menor importância a oitiva dessas pessoas. Quem? Quem indicou? Por que indicou? Quais as metas? É o que requeiro, Sr. Presidente.

Peço perdão pelo excesso, mas dizem os juristas que só comete excesso quem está em legítima defesa própria e de terceiros, como eu aqui me encontro.

Muito obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard.

Acho que poderíamos encerrar já, até porque já são 11h03min. Então, eu gostaria de ponderar com V. Ex^{as}... Por favor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Sr. Presidente, gosto de ficar sempre para o final. Mas considero um fato importante que pode ser muito útil para a CPI, para seu Presidente e seu Relator. Estamos discutindo aqui muito a questão do Sr. Marcos Valério. Dá para se notar, para quem conhece o Sr. Marcos Valério, que é uma pessoa envolvente, inteligente, esperta, ex-funcionário do Banco Central, com trânsito nas esferas políticas, empresários, bancos, etc. Com todas essas características, Sr. Presidente – e outras mais –, proprietário de várias empresas de publicidade, usava de tráfico de influência através de políticos e outros meios inicialmente para captar recursos para campanhas. E depois, com o andamento de sua vida, esse empresário começou a aumentar sua influência, e é bem claro hoje que essa influência pode ter uma finalidade, inclusive, neste mensalão que está aí. Considero que as colocações do Deputado Roberto Jefferson são bem válidas, têm que ser aprofundadas realmente, e tudo que for de relacionamento do Sr. Marcos Valério tem que ser investigado e tem que ser visto. Então, acredito que não tem como separar uma coisa de outra. Eu respeito a Senadora Ideli, mas vejo que temos que aprofundar essas investigações em todas as atividades do Sr. Marcos Valério: na captação de recursos, no relacionamento com políticos, nas empresas, inicialmente para um relacionamento e depois para levar proveito próprio – é claro –, mas com a finalidade a que estamos chegando neste ponto.

Então, temos que aprofundar e ter todas as informações para que possamos... O fio da meada, realmente, é o Marcos Valério – não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu queria encaminhar com V. Ex^{as}. Primeiro, gostaria de registrar, para deixar bem claro para todos, o cumprimento da agenda desta semana. Nós, quando iniciamos os trabalhos desta Comissão, além do cumprimento da agenda da semana passada, com a aprovação dos requerimentos, fizemos uma agenda para esta semana que incluía os diretores dos Correios, o Deputado Roberto Jefferson, e tivemos duas mudanças: a primeira, como foi muito bem dito aqui, fruto da oitiva da semana passada dos empresários Wascheck e Velasco, que, em função delas, fomos levados a agendar os encarregados pela gravação na terça-feira.

E assim foi feito. Fruto desse entendimento, e como não havíamos – isso é real – acordado o depoimento do Sr. Vinícius, retirei o depoimento do Sr. Vinícius na quinta-feira. Portanto, ouviremos o Deputado Roberto Jefferson – e aí eu peço à Assessoria da CPMI – é importante essa comunicação, até porque, também, o Deputado Roberto Jefferson, sendo ouvido às 9 horas da manhã, seria bastante produtivo, ele não entraria às 3 horas da tarde, como previsto, e eu gostaria de destacar que entendo as ponderações de vários parlamentares aqui no que se refere ao depoimento dos diretores. Realmente, não temos as informações necessárias, temos ainda vários contratos – praticamente a Assessoria trabalhou em cima dos contratos que foram citados pelo Sr. Marinho para que se priorizassem as atividades da CPI, mas quero pedir a compreensão de V. Ex^{as}, até porque esta CPI tem todas as condições de reinquiri-los, que mantivéssemos amanhã, quarta-feira, o depoimento dos diretores, a despeito de todas as deficiências – que eu reconheço aqui – colocadas de uma maneira muito clara por boa parte dos Parlamentares, especialmente pelo Deputado ACM Neto.

Então, eu gostaria de manter amanhã, na quarta-feira, a oitiva dos diretores. Retiramos a oitiva do Sr. Vinícius da quinta-feira. Ficaremos só com o depoimento do Deputado Roberto Jefferson, às 9 horas. Se for necessário inquiri-los novamente – e acredito que vamos inquirir muitas pessoas e, inclusive, até acarear muitas pessoas, como disse o Deputado Onyx –, penso que esta CPI tem absoluta liberdade para chamá-los ou, então, confrontá-los com informações que os trabalhos podem indicar como contraditórias, senão informações falsas.

Já encaminhando para também ouvirmos hoje as pessoas que serão inquiridas, é importante registrar que o acordo que fizemos levava em consideração uma reanálise dos requerimentos – não só dos requerimentos que já existiam, quando começamos a CPI, como também dos novos requerimentos que viriam.

Como disse o Senador César Borges e como disseram outros, pode existir uma intenção, uma vontade ou até uma exigência, em função dos fatos, de que se antecipem algumas coisas ou não. Mas devemos ter a consciência de que a CPI, principalmente no momento em que o País vive, é um processo absolutamente dinâmico, em que os fatos vão se precipitando. As denúncias vão surgindo, a despeito de todo o esforço da Comissão Parlamentar de Inquérito de se antecipar aos fatos.

Também queria entrar em consenso com todos os Parlamentares no sentido de que, amanhã, faríamos a aprovação dos requerimentos. Dos requerimentos que deixamos, além daqueles 110, vamos ver quais

os requerimentos pertinentes. Vamos analisar – e já os estamos analisando – os novos requerimentos apresentados.

Aqui, foi citada a questão de quebra de sigilo. Independentemente dessas questões regimentais, daquilo que efetivamente entendemos como necessário, é melhor quebrar o sigilo agora, para que ninguém depois questione o funcionamento da CPI em julho, eventualmente em função de questões legais, caso tenhamos algum tipo de dificuldade no futuro.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as}, em função até do comportamento que tem pautado os trabalhos da CPI, que cumpramos a agenda de hoje, que aproveamos amanhã os requerimentos e que aproveamos, nas duas primeiras semanas de julho, a nossa agenda. É muito importante, Deputado Eduardo Paes e Deputado Onyx, que hoje possamos aprovar o requerimento de encaminhamento ao Presidente do Senado do funcionamento da CPI, para que não tenhamos... Essa é uma condição **sine qua non** para que a gente dê continuidade aos nossos trabalhos. Quero ponderar a V. Ex^a porque acho que com isso tocaríamos em frente. Já há quase três semanas de trabalho profícuo, mostrando a isenção, mostrando o equilíbrio com que todos nós temos pautado as nossas atividades aqui na CPI dos Correios. Eu queria ponderar a V. Ex^a se é uma proposta razoável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para tentar colaborar com o que V. Ex^a acabou de dizer, encaminhei, juntamente com o Senador Tuma, um requerimento solicitando a convocação, possivelmente até numa reunião reservada, por conta do sigilo dessas informações, do Presidente do Coaf.

É sabido que vazou uma relação de informações com relação a apenas um dos acusados, mas poderá haver a possibilidade de outras pessoas envolvidas nessa questão terem tido saques que o Coaf tenha detectado. Daí por que acho da maior importância que, com a maior urgência possível, convoque-se ou convide-se o Presidente do Coaf para vir aqui prestar esclarecimentos. É uma colaboração que eu queria dar a V. Ex^a, porque o tenho visto muito interessado em acelerar os trabalhos e desfazer o que tentaram fazer junto à opinião pública: a imagem de que esta CPMI seria “chapa branca”. É uma colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador Heráclito. Se todos estiverem de acordo com as ponderações, absolutamente procedentes... Quero registrar que, ontem mesmo,

conversei com o Ministro Waldir Pires, reclamando do encaminhamento dos contratos, porque isso é absolutamente necessário para que tenhamos um quadro claro de tudo aquilo que acontece nos Correios.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) (?) – Sr. Presidente, e o acompanhamento pelos nossos assessores?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Nós, amanhã, faremos esse encaminhamento, aproveitando a reunião, onde aprovaremos os requerimentos e vamos definir essas questões também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que tem os contratos citados pelo Marinho. Eles já chegaram à CPI?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Nós estamos, Senador Alvaro Dias, fazendo um esforço. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, fui ao Tribunal de Contas da União, requisitei três representantes do Tribunal de Contas da União e estamos fazendo um esforço hercúleo para obter pelo menos os contratos citados pelo Sr. Marinho, até para que, entre outros assuntos, venhamos também a conversar, a discutir e a debater sobre esses contratos citados pelo Sr. Marinho na oitiva aqui realizada na semana passada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que disse o Sr. Waldir Pires, quando indagado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Que encaminhará, nesta semana, os contratos – são mais de 400 – que a Controladoria está analisando. Iremos aguardar com absoluta ansiedade a chegada desses contratos, até porque o Deputado Eduardo Paes, mesmo morando no Rio de Janeiro, lerá, com certeza, esses contratos no final de semana, na capital daquele belo Estado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a concordaria quanto à necessidade (**Inaudível. Fora do microfone**) ...espero estar errado, tanto quanto à CGU, como também com relação à realização da audiência de amanhã. Espero estar errado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Meu caro Deputado ACM Neto, espero que V. Ex^a esteja errado.

Quero, agora, convidar o Sr. Joel Santos Filho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está aprovado o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Nós votaremos amanhã, meu caro Senador Heráclito. Já está considerado isso. Nós, inclusive, discutimos isso ontem, com o Relator.

Eu gostaria de convidar o Sr. Joel Santos Filho para prestar o seu depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Pela ordem, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, parece-me que os demais depoentes não estarão aqui, acompanhando, ouvindo o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, não estarão. Não estarão. (Pausa.)

O depoente fará seu depoimento na condição de investigado.

Passo a palavra ao Sr. Joel Santos Filho; depois passarei a palavra ao Relator e, após, aos inscritos na lista que a Mesa já detém.

Quero deixar claro: quanto a essa questão de listas, eu gostaria de pedir a paciência e a compreensão de V. Ex^{as}. A lista, todos os dias, às 8h30min, estará disponível. Hoje, mais uma vez, tivemos dificuldade. Mas, excepcionalmente, vamos considerar as duas listas – são três nomes apenas na outra lista –, mas, daqui para frente, se não assinar a lista às 8h30min, não vale lista em lugar algum aqui do Senado. Está certo?

Com a palavra...

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Gostaria de solicitar um esclarecimento a V. Ex^a: como será estabelecida a lista paralela ou a original? Hoje aconteceu algo que sei não é responsabilidade dos funcionários. Eles, evidentemente, ficaram constrangidos, porque os Senadores, ao se dirigirem à sala lá embaixo, não puderam assinar. Por exemplo, eu sou a quarta inscrita nas duas listas. E isso eu quero preservar. Eu fui lá embaixo, não assinei a lista, embora tenha chegado aqui cedo. O Deputado também chegou cedo, e a lista não estava aqui. Fui lá embaixo. Como a informação era a de que nós deveríamos assinar apenas nesta sala, eu, pacientemente, retornei. Quando cheguei aqui, acabei assinando as duas listas. Então, quero preservar o meu quarto lugar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Heloisa Helena, eu gostaria só de registrar que, a partir de amanhã – o que vale para quinta-feira também –, as listas só serão assinadas aqui, após às 8h30min. Como houve um mal-entendido, vou, de certa maneira, considerar, até porque constam três nomes

na lista que foi assinada lá na Comissão. Foi um vacilo nosso. Mas, de qualquer maneira, a partir da próxima semana, já falei com o próprio Vanderlei, é a segunda vez que acontece isso aqui. Isso é inadmissível.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, parece que é de propósito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Amanhã, se não assinarem aqui, às 8h30min, não terá validade nenhuma lista que não for assinada aqui na CPMI dos Correios, que estará sobre a Mesa Diretora.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, apenas para que não parem dúvidas reiteradas, desde a primeira reunião, tenho apontado esse problema. Como V. Ex^a está mencionando que é às 8h30min da manhã, todas as vezes, o encaminhamento anterior era de que seria meia hora antes do início da reunião, porque haverá reunião às 8h, às 9h, às 10h, às 15h. Então, creio que, para o entendimento de todos, para que não pare qualquer dúvida quando mudar o horário da reunião, sugeriria que V. Ex^a mantivesse a disposição original: meia hora antes da reunião, seja ela de manhã ou à tarde, abre-se a lista sobre esta mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Absolutamente correto, Deputado Carlos Abicalil, até porque poderemos ter uma agenda variável. Então, quero fazer um consenso com V. Ex^{as} para que, meia hora antes do início dos nossos trabalhos, a lista esteja disponível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu lhe pediria também, até para manter a ordem dos trabalhos da inscrição na lista, que o funcionário verificasse aqui a chegada de cada um, porque se pode chegar às 8h25min ou até 40 minutos antes. E, aí, como proceder? Poderemos ter dez Parlamentares querendo assinar a lista ao mesmo tempo, já que ela abre exatamente trinta minutos antes do início. A ordem de chegada deveria ser mantida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador César Borges, esse negócio é uma coisa inacreditável! É inacreditável que ainda estejamos fazendo confusão com lista de oradores!

Quero dizer o seguinte:: vai ficar um funcionário destacado, a partir das 08h30min, para coletar as assinaturas dos Parlamentares, para que não tenhamos mais esse tipo de problema. Pelo amor de Deus!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, escolha um funcionário bem forte para resistir às tentações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador, forte e truculento.

Com a palavra, o Sr. Joel Santos Filho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para consultar a V. Ex^a se o depoente, já que ele presta depoimento como testemunha, não deve assinar o termo de compromisso. Creio que seria correto a assinatura desse termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS) – Senador, como eu disse aqui, ele está sendo investigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que nesta CPMI ele não está sendo investigado. Ele vem como testemunha. Ele deveria, a meu ver, assinar o termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS) – Isso, Senador, é um fato vencido e vou dar a palavra para o Sr. Joel Santos.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Primeiramente, o meu bom dia aos Srs. Senadores.

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, desculpe, o depoente poderia, inicialmente, se autoqualificar – brasileiro, casado, solteiro, o que faz na vida, a qualificação completa. Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS) – O currículo de V. S^a, que é importante também, até para ilustrar a exposição de V. S^a.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não. Meu nome é Joel Santos Filho.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, aumente o som porque ele está de propósito falando baixo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT– MS) – Gostaria que aumentassem o som, porque é muito importante esse depoimento.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Primeiramente, gostaria de dizer que é a primeira vez que venho a um lugar assim. Eu, realmente, estou muito nervoso e até peço desculpas.

O SR. (orador não identificado) – Quando o senhor gravou não estava nervoso, não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por favor, vamos ouvi-lo, são 11h25min. e precisamos dar seqüência ao nosso trabalho. Por favor, gostaria contar com a paciência de V. Ex^{as}.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Realmente, estou muito nervoso, tomei até um calmantezinho que a minha mulher me receitou antes de entrar aqui. A situação para mim é atípica.

Meu nome é Joel Santos Filho. Sou registrado na OAB. Sou Bacharel em Direito. Advoguei durante muito pouco tempo e depois parti para a consultoria, porquan-

to fiz um curso de especialização em Marketing pela Escola Superior de Administração de Negócios, Proex, na época – chamava-se assim – em convênio com o Proex, Programa de Treinamento de Executivos.

Como falei, quando vim para Brasília, assumi um cargo de coordenação no MEC, naquela secretaria que construía os Caics, na Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Vim a convite de um amigo já há 30 anos. Nessa oportunidade, fiquei impedido de advogar, porquanto no exercício do cargo público. Isso foi de 1992 até 1995 – acredito, salvo engano.

Depois disso, fiz várias consultorias, mais para o lado de Curitiba. A última que me recordo, só para resumir, foi para a Secretaria de Educação do Paraná.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. A qualificação é algo muito sucinto – fulano de tal, brasileiro, casado, solteiro, residente em tal lugar, funcionário público ou não – e muito objetivo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Perfeito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Depois o senhor começa o depoimento, senão não sei com quem estarei falando.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não sou mais funcionário público desde essa época. Sou casado, ex-casado, recentemente ex-casado, mas me dou maravilhosamente bem com a minha família, somos uma família realmente, com os meus filhos. Bom, sinceramente seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Então, o senhor poderia dar início, Sr. Joel, ao seu depoimento.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Bom, o que é que posso falar para vocês? Na realidade, quando o Arthur me falou que tinha problemas dentro dos Correios, exatamente com o Sr. Marinho, e me perguntou se eu podia efetivamente levar a cabo essa ação de gravar – porque ele disse que precisava produzir uma prova para o Sr. Osório e que o Osório só acreditaria mediante uma prova –, eu disse: “Bom, vamos ver. Eu queria conhecer o Sr. Marinho antes, Arthur, ter a minha impressão, ter a minha idéia”. Aí me dirigi até os Correios, entrei lá com o meu documento normal e fui conhecer a sala do Sr. Marinho, que era no primeiro andar. Falei com a secretária dele, que é Amparo o nome dela, e ali, na hora já, eu inventei a história. Disse: “Olha, queria falar com o Sr. Marinho. Na realidade, represento um grupo de empresas multinacionais e tínhamos interesse em entrar nos Correios, de sermos fornecedores dos Correios, queria saber se ele pode me atender, porque estou de passagem em Brasília”. Aí ela foi lá falar com ele. Ele estava lá no canto da sala,

ele me olhou. Demorou um pouquinho, ele veio, me conduziu até a sala dele. Até estranhei, a porta estava aberta, falei: “O senhor não vai fechar a porta?” Ele disse: “Não, não precisa”. Aí comecei a minha dissertação, que eu tinha pensado ali, justamente. Novamente, falei para ele: “Olha, Sr. Marinho, represento um grupo de empresas multinacionais que estão se instalando no Brasil e o interesse dessa empresa, precipuamente, é efetivamente fornecer para empresas públicas. E, como tal, escolhemos os Correios, uma vez que os Correios desfrutaram de um conceito quase que de cem por cento de aceitação nacional, e, então, para nós, seria de muito interesse poder fornecer. A empresa estaria disposta” – isto falei para ele já na primeira vez – “a qualquer coisa para ser fornecedora dos Correios”. E aí ele começou a falar dos Correios realmente e tal. Daí eu falei: “Olha, inclusive, o pessoal...” Porque o Arthur tinha me falado anteriormente, ele tinha me dado algumas dicas, de que ele era indicado pelo PTB, que o Presidente era o Deputado Roberto Jefferson, me deu algumas dicas de nomes de algumas diretorias só para eu poder falar alguma coisa, demonstrar que conhecia alguma coisa dos Correios. E foi o que falei: “Olha, inclusive sabemos que o senhor é indicado pelo Deputado Roberto Jefferson. Nossa empresa tem pessoal dentro dos Correios” – isso inventei na hora –, “temos consciência de como funciona. Queremos saber se é com o senhor que a gente trata efetivamente, porque fica muito difícil tratar com várias pessoas ao mesmo tempo para esse tipo de situação. O que queremos? Queremos ganhar uma licitação”. Nessa ocasião até... Bom, isso foi depois. Só concluir essa parte: “Queremos ganhar uma licitação, queremos ser fornecedores dos Correios”. Aí ele começou a falar, dizendo que efetivamente o departamento dele era o departamento nevrálgico, era o departamento que cuidava de todas essas situações, que eles faziam a coisa de uma forma tão aparentemente legal que não haveria problema nenhum. E começou a explicar algumas das formas que eles faziam. E eu lhes confesso: não prestei muita atenção, não. Eu estava muito nervoso. O meu objetivo era fazer um favor para o Arthur e tomar a primeira impressão dele nessa primeira entrevista.

Daí ele falou. Falou aproximadamente... Eu não me recordo, mas tenho a impressão que foi coisa de meia hora aproximadamente. Aí eu me despedi dele e disse: “Então está bom, voltamos a conversar oportunamente. Provavelmente eu vou ter que conversar com a minha diretoria, levar esses recados que o senhor está me dando e depois a gente volta a conversar”. Essa foi a primeira vez. Já na segunda vez – eu acho que foram quatro vezes, três ou... quatro vezes que eu fui lá –, na segunda vez eu já fui para gravar. E eu

já tinha conhecido... Os senhores.... Eu preciso pedir perdão por mais uma coisa: eu tenho uma dificuldade enorme, mas muito grande, com datas. Eu tenho uma “agendazinha” dessas... como que chama? *Palm*, não é? Eu anoto tudo, tudo ali, até um cafezinho que eu tomo, quanto eu pago, tudo. A Polícia Federal pegou essa agenda e eu asseguro que eu não deletei absolutamente nada dela. Ela está íntegra. Então, ali tem passo a passo meu. Passo a passo mesmo, Senador. No meu computador também tem... Eles pegaram também todos os meus – como é que chama? – extrato bancário. E nos meus extratos eu também... Eu sou bem organizado com as minhas coisas, eu ponho tudo no ladinho: o que eu gasto, de quem eu recebo, para quem eu pago. Tenho tudo certinho, já de dois, três anos. Então, a minha vida está completamente aberta dentro da Polícia Federal. Completamente aberta. Vocês, se for o caso, podem pedir abertura de sigilo telefônico, bancário. Não sei se isso a gente precisa autorizar, mas eu autorizo com a maior boa vontade, até porque eu tenho tudo lá. Tudinho.

E, bom, onde é que eu estava? Ah, sim! Daí, já nessa segunda vez que o Arthur me apresentou o Jairo, no escritório dele, disse: “Olha, o Jairo é um amigo meu de confiança que já fez um serviço para a gente e que efetivamente ele tem alguns equipamentos, equipamento bom que daria para você fazer essa filmagem do Marinho”. Antes disso, convém falar isto – eu vou esquecendo, vocês desculpem essas rés que eu dou às vezes, porque me falha um pouco a memória –, mas antes disso eu falei para o Arthur, eu digo: “Arthur, eu vou gravar para você sim, porque o homem é danado. Ele nunca me viu na vida e ele já foi me falando como funcionava o esquema, como é que eles faziam de forma que aparentasse uma forma legal. Então, realmente, o meu... a impressão primeira que eu tive foi de que não é uma pessoa honesta mesmo. Então, eu faço isso para você, para te ajudar, com a maior tranquilidade”. Até aí eu imaginava que fosse para fazer uma vez, porque é chegar lá, filmar, ligar aquele equipamento e pronto. Aí o Arthur, ainda nessa ocasião, no escritório dele, pediu ao Jairo, disse: “Olha, Jairo, isso não pode ser vazado em hipótese alguma, pelo amor de Deus! O nosso objetivo é tão-somente gravar ele, apresentar para o Osório e fazer com que ele saia dessa função, porque consiste uma pedra dentro desse esquema todo”. Isso ele falou para o Jairo.

Aí, depois, em seguida... o... Nossa! Em seguida, o... Em seguida, não, depois dessa fase o Jairo foi me explicar como é que funcionava esse dito equipamento, essa pasta, né? É uma pastinha normal, de *nylon*, sei lá, com zíper. Ele abriu, dentro tinha uma bateria e um dispositivozinho com uma tela. Ele me ensinou como

é que funcionava. Eram três teclinhas. Você aperta a primeira, espera um pouquinho, aparece não sei o quê, aí aperta duas vezes a terceira tecla. A câmara acende. Ele me fez movimentar a pasta, mostrar na telinha que, à medida que movimentava, aparecia na câmara, então, estava ligado. Está bem.

Aí eu fui fazer a primeira gravação. Liguei para ele, porque, quando eu saí da casa do Arthur – foi no terraço da casa do Arthur, que ele me explicou –, eu falei para ele que quando eu fosse fazer a gravação, eu ia telefonar para o Marinho, marcar, eu ligaria para ele, para ele me levar a pasta. E assim foi. Ele me levou a pasta. Não me recordo exatamente o local, tive dificuldades de lembrar isso na Polícia Federal, mas, com certeza, deve estar na minha agenda também, porque, como eu falei, eu anoto tudinho.

E aí, de posse da pasta, ele me falou ainda o seguinte... Ah, sim, perdão, nessa conversa ainda, no terraço do Arthur, eu perguntei para ele: “Mas, Jairo, você trabalha com isso, só com isso há muito tempo”. Ele disse: “Não, eu já faço isso há muito tempo. Sou ex-Polícia Civil ou Polícia Militar – alguma coisa nesse sentido que ele falou – e estou acostumado a fazer, inclusive, veja esse telefone que eu tenho aqui comigo é um telefone que grava digitalmente durante cinco horas”. Eu disse: “Nossa! E funciona como telefone?” Ele disse: “Funciona como telefone normal e tem cinco horas de gravação”. Eu disse: “Bom, e essa pasta grava quanto tempo?” Ele disse: “A capacidade da bateria dela é para cinco horas também”.

Então, quando eu fui para os Correios, eu marquei com o Sr. Marinho e liguei para ele, para me levar a pasta. Aí ele me levou a pasta. Ele me instruiu que eu podia ligá-la quando saísse do carro em que eu estava – e assim eu fiz. Eu a liguei dentro do carro, só que, quando eu fui ligar essa pasta, eu abri. Isso foi na primeira ou na segunda? Acho que foi na primeira, senhores. Eu acho que foi na primeira. Bom, eu já me recordo, mas o fato relevante é que, quando eu abri a pasta, tinha um fiozinho desligado, um fiozinho vermelho. Aí eu liguei para o Jairo. Eu digo: “Jairo, tem um fio desligado aqui. Vai funcionar?”

Não, foi na segunda. Foi na segunda. Na primeira vez, eu fui, gravei. Exatamente, na primeira vez eu fui e gravei, deu... Não sei quanto tempo deu, mas não foi muito tempo. Eu estava nervoso. Ele falou basicamente as mesmas coisas que ele havia me falado, quando eu fui sem a pasta, para conhecê-lo, e entreguei para o Jairo, nessa primeira vez.

É importante eu salientar, senhores: eu nunca tomei contato com essa fita. Eu acho que fui o único, pelo jeito, que nunca tomei contato com essa fita, porque eu sempre saía dos Correios, ligava para ele, entregava

a pasta, ele levava e depois dizia que ia entregar para o Arthur, para o “meu amigo”.

Então, eu estava nessa primeira vez... É, não, a primeira...

O SR. (orador não identificado.) – *(Intervenção feita fora do microfone.)*

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A primeira gravação. Pois é. Então, essa não demorou muito tempo, sabe? Realmente não demorou muito tempo e, basicamente, ele falou as mesmas coisas. Eu gravei e liguei para o Jairo. Entreguei para ele. E, logo depois, ele me disse: “Olha, essa gravação não gravou”. Eu disse: “Mas, como não gravou? Eu fiz tudo direitinho como você me explicou!”. Eu ainda repeti para ele todo o procedimento: “Olha, primeiro fiz isso, fiz isso, fiz isso, apertei o botão duas vezes, movimente a pasta, ela mostrou que estava filmando. Como não filmou?” Ele disse: “Olha, não sei. Talvez tenha até um bloqueador na sala dele, e tal”. Isso foi o que o Jairo me falou. Eu digo: “Mas eu não entendo disso, gente! Eu fiz certo! Eu não me lembro de ter errado em nenhum momento!”. Ele disse: “É. Acho que vamos ter que fazer outra gravação”.

Aí, você está na chuva, vamos nos molhar, então, não é? Eu tinha prometido que ia fazer. “Então, tá bom; vamos fazer a segunda gravação”. Foi marcado, volto a dizer, com certeza, na minha agenda, que se encontra na Polícia Federal, tem as datas em que vim para Brasília e voltei para Curitiba. Tem tudo certinho. Para quem tem problema de data aniversário, como eu, de se lembrar, você anota-se tudo. Lembro-me de fisionomias; lembro-me quando olho alguém. Isso eu me lembro bem, não me esqueço. Mas, datas...! Realmente... Então, por essa razão, eu tomo esse cuidado: eu anoto “tudinho”.

Eu estava falando da segunda, já?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Você ia para a terceira agora. “Não deu certo, e você foi gravar de novo”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, daí...Estava na terceira visita; segunda gravação, não é? É isso. Daí, fui novamente tentar gravar o Sr. Marinho. Foi exatamente nessa vez – segunda gravação e terceira visita – que...o mesmo procedimento. Eu liguei para ele; ele me entregou a pasta; eu aguardei – acho que isso foi após o almoço, isso; e ele me entregou pela manhã; acho que foi após o almoço que eu fui fazer essa gravação. Abri a pasta, aí é que eu vi os fiozinhos desligados. Foi nessa vez. Aí eu liguei para ele, e digo: “Jairo, tem um fiozinho que está desligado aqui”. Daí, ele me disse assim: “Então, faz o seguinte, Joel: desligue os dois”. Eu desliguei um, porque um já estava desligado. Ele disse: “Agora, pegue o vermelho

e ligue em tal contato”. Não me recordo, sinceramente qual, mas eu liguei direitinho, como ele falou – ou no de cima, ou no de baixo –, mas eu liguei, como ele falou. “E pegue o outro e ligue em tal contato”. Acho que era o preto no de baixo e o vermelho no de cima. Acho que era isso. Daí, ele disse: “Agora, aperte o botão, aperte novamente o botão”. Aquele procedimento que ele já havia...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, acumulei, como muitos Parlamentares, alguma experiência em oitivas de CPI.

Solicito a V. Ex^a que determine um prazo para exposição dos fatos relevantes, a fim de nos poupar da explicitação de se o fiozinho é vermelho, se o fiozinho é branco, se apertou o botão ou não apertou o botão, Sr. Presidente! Senão, penso ser um desrespeito para com todos os Parlamentares presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Sr. Joel, V. S^a tem quinze minutos...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHAES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, desde que possamos ouvir todos os fatos relevantes. Haverá outros depoimentos, cujos depoentes terão muito a acrescentar e em que não se poderá limitar o tempo do depoente em quinze ou vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Em função do que foi ponderado, Sr. Joel, aproveitando a presença de V. S^a, quanto à questão da cor do fio: se é vermelho ou preto, se liga em cima ou embaixo, isso não vem ao caso. O importante é o senhor se ater aos fatos que, efetivamente, são motivos das denúncias apresentadas com relação ao Sr. Marinho e todas as consequências dessas denúncias.

Por favor, peço a V. S^a objetividade, até porque, temos, hoje, uma agenda bastante extensa.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não. Desculpe, não é minha intenção desrespeitar ninguém não, senhores. Eu só estou relatando isso, do fio vermelho e fio preto, porque o Sr. Jairo declarou. Eu só tomei conhecimento dos outros depoimentos ontem, e ele declarou que tinha sido ele que observou esse aspecto dos fios desligados, e não foi. Então, eu achei que era relevante colocar esse tipo de situação. Por isso é que estou explicando dos fios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Sr. Joel, na sequência, vamos em frente, por favor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não; aí foi feita essa segunda gravação, novamente eu entreguei

para ele e, dias depois, ele disse que também não tinha sido gravado. Eu disse: “Mas gente, foi gravado. Como é que não foi gravado?” E tal, tal, aí ficou aquela coisa. Aí resolveram que ia fazer a terceira gravação. Eu disse: “Não vou fazer a terceira gravação, o homem não tem mais o que falar. Ele já falou a mesma coisa três vezes que eu fui lá. Como é que eu vou fazer mais uma gravação, gente? Eu, sinceramente, não...” Aí, uns dias depois, o Jairo disse assim: “Ah não, eu consegui localizar a gravação perdida”. Não sei como é que ele conseguiu localizar a gravação, eu não entendo desses equipamentos. Daí o Arthur me disse que a fita tinha ficado inócua, que o que ele falou muito pouco o incriminaria. Eu digo: “Mas pelo que eu ouvi ele falar...”, quer dizer, na realidade eu não prestei muita atenção no que ele falou, porque você fica ligado para pegar aqueles ganchos para fazer com que a pessoa desenvolva o assunto. Mas, até onde eu lembro, pelo que eu vi, eram relevantes.

Ele falou de todo o procedimento licitatório, como é que fazia, como é que dividiam as coisas, que ele contactava todos os fornecedores. Eu não entendo muito de licitação, mas ele falou que contactava todos os fornecedores antes, que isso era ajustado. Poxa, eu acho que isso é relevante, mas de qualquer maneira me disseram que era inócua a fita e que, se eu pudesse fazer novamente, eu digo: “Olha, gente, eu vou fazer pela última vez essa fita, eu estou cansado já”.

Aí eu fui, para resumir, para a última gravação. Só que aí teve um interregno de tempo entre essa gravação anterior e a última, em que eu vim para Curitiba e eu havia dito para o Arthur: “Arthur, talvez seja melhor pegar mais alguém, porque, como é que eu vou chegar lá para o homem e fazer ele falar a mesma coisa, tudo de novo, sem um fato novo, sem um motivo, sem uma motivação?”. Aí eu falei: “Tenho um amigo meu em Curitiba que entende um pouco de informática” e, como ele na realidade falou quase todas as vezes em informática, até numa das vezes me entregou um edital – edital não, era um documento sobre uma licitação que ainda iria haver nos Correios e versava sobre informática, eu digo: “Eu vou pegar o João Carlos, vou conversar com ele e ver se ele topa vir junto para cá”. Em Curitiba, eu falei com o João, que era meu companheiro de clube, e disse: “João, eu estou indo a Brasília fazer um serviço lá nos Correios, você não quer ir junto comigo para me ajudar? Porque talvez a pessoa que eu vou conversar traga o assessor dele, que é da área de informática, e talvez precise conversar com ele, enfim, eu não entendo dessa área, você entende, para você fica melhor discutir sobre isso, talvez até tenha que sair da sala para discutir sobre isso e tal”.

O João disse: “Olha, Joel, nesse dia que você quer que eu vá, eu tenho uma aula para dar – alguma coisa assim – e vai me render perto de mil reais. Você me paga isso, e eu vou. Eu disse: Não, eu posso ver. Daí, liguei para o Arthur e disse: o João vai ter uma despesa para vir; é possível cobrir? Ele disse: “Não, é possível”. Aí, nós viemos juntos, e, isso, inclusive, lembrei depois, porque, no meu depoimento da Polícia Federal, eu estava bem nervoso, não lembrava realmente se tinha vindo junto com ele ou separado dele, se fui pegá-lo no aeroporto. Mas nós viemos juntos, ele se dirigiu ao hotel, e acho que foi à tarde mesmo. Nós chegamos pela manhã e, à tarde mesmo, fomos ao Correio, e eu falei com ele umas duas horas antes. Eu disse: “João, o que vou fazer, na realidade, é o seguinte: vou gravar o cara; você vai ver, não se assuste, como não me assustei, porque ele nunca te viu e vai começar a falar, vai começar a te mostrar coisas, vai apontar coisas dentro do Correio que são ilícitudes. Então, não se assuste. Precisamos gravar ele, para mostrar para o diretor dele que ele realmente é um funcionário não correto, etc e tal. E lá foi o João.

É duro fazer isso com alguém. Aí, fomos lá para gravar antes, logicamente. Até, nessa primeira gravação, entreguei um cartão meu para eles, posso até deixar aqui um exemplo do cartão depois. Nessa segunda, não. Nessa segunda, a gente teve mais tempo. Eu engendrei o nome de uma empresa de nome Alcom, que tinha alguma coisa a ver com informática.com. Achei que ficava bom. O nome que eu já tinha usado na primeira vez era o de J. Goldman, por uma razão qualquer: J, porque era Joel, e Goldman, porque me veio à cabeça. O meu sobrenome Santos Filho não dá muita respeitabilidade. Um nome também para o João Carlos, e, nessa última gravação, o Jairo tinha se comprometido a ir junto, como tesoureiro dessa suposta firma. Então, mandei fazer também o cartãozinho da Alcom para nós três. Estava marcado, inicialmente, para as 4 horas, e, deu bem perto de 4 horas, eu ligava para o Jairo e nada, ligava para ele e nada. Daí, liguei para o Marinho, acho que foi do hotel em que o João Carlos estava, do Pathernon. Liguei para ele e disse: Marinho, um dos nossos diretores está em outra reunião, está impossibilitado de vir. Dá para marcar um outro horário? Ele remarcou para mais tarde. Foi passando o tempo, eu ligando para o Jairo e nada, aí vi que ia ficar em cima de novo, liguei novamente para ele e disse: Olha, ele ainda não se livrou, dá para a gente procrastinar isso um pouco mais adiante? O Marinho remarcou novamente. Num desses telefonemas para o Marinho... Porque o Arthur tinha me adiantado já R\$5 mil para pagar o Mancuso. Num desses telefonemas, eu achei que ele não... ele marcou para ir lá, mas eu

falei para ele: Olha, inclusive, conversei com um dos nossos diretores financeiros, o nosso tesoureiro que se encontra aqui também, no sentido de sugerir a você, se quiser, que a gente pode fazer um adiantamento de R\$15 mil, só que, neste momento, podemos, no máximo, conseguir R\$3 mil, que eu levaria aí para você nesta vez, para a gente poder conversar, e vai junto o diretor, que está de viagem amanhã para a Alemanha. Eu inventei essa história. Mas aquilo me veio na hora, dos R\$3 mil. O Arthur já tinha me adiantado os R\$5 mil. Eu digo bom, então... E o Arthur já tinha dito que ele era louco por dinheiro. Então, daí, veio a idéia de levar esse dinheiro para ele, porque, com certeza, ele iria me receber e falar tudo novamente.

Olha, senhores, dessa última vez, fui proposto a gravar mesmo, porque tinha que ser a última. Pus a pasta, entramos no Correio também com a minha identidade normal. Sinceramente, nunca achei que estava fazendo nada errado com relação a isso. Nunca imaginei que fosse resultar nisso tudo.

Eu pus a pasta no braço da cadeira, pus o meu braço em cima e fiquei segurando aquilo firme o tempo todo. Foram quase duas horas de gravação. E digo agora que ele fale tudo.

O João iniciou a conversa, já que seria um dos diretores, apresentando a empresa do mesmo jeito, deixando ela grande, dizendo inclusive que a empresa estava comprando a IBM na Europa, etc e tal. Ele abriu o olho e daí perguntou qual era o espectro da empresa. Eu disse: “Olha, ela trabalha na área de informática, mas o espectro é enorme: uniformes, praticamente quase todos os itens”. Quando eu falei uniformes, ele disse: “Nossa, uniformes me interessam sobremaneira. Nós temos muita compra de uniformes. São não sei quantos mil carteiros, são não sei quantos mil isso, não sei quantos mil aquilo”. E começou a descrever.

Ele começou a falar para o João Carlos novamente todo o envolvimento: quem comandava as ações ali dentro era o Deputado Roberto Jefferson; que ele era um – não empregado o que ele falou –, mas que servia ao Partido etc e tal, assim como o Osório. Em uma das vezes, ele falou inclusive que o Osório era um “roda presa”, que quem decidia tudo era ele; não nessa última vez – é que eu fui lembrando. E começou essa dissertação dele do mesmo jeito, acusando percentuais, quanto ficava em baixa, quanto ia para cima. Se fosse licitação de materiais, se não me falha a memória, eram 3%; se fosse licitação de serviço, tinha de ser mais alto, porque tinha consultoria no meio, que isso, que aquilo. Que todos os diretores resolviam em colegiado, mas, na realidade, havia uma conversa entre eles sobre esses acertos; que eu podia ficar tranqüilo e que, na realidade, tudo se resolvia com ele.

Nós frisamos mais uma vez ainda: “Mas, Marinho, é importante para a gente, para a nossa empresa saber se efetivamente é só com você que a gente trata, porque, claro, fica muito mais fácil, até para fazer os pagamentos que será preciso fazer. O nosso interesse, como eu lhe falei, é única e exclusivamente sermos fornecedores dos Correios. Agora, nós temos que entrar na primeira licitação que houver; nós temos que entrar”. E ele continuou descrevendo os processos todos. Então, nessa última fita, terminou de gravar. Até houve um fato que posso reputar como meio engraçado no final. O João Carlos estava tão atônito com o que ele tinha dito, e eu sentia que ele me olhava volta e meia, na medida em que o Marinho foi descrevendo as ações todas; ele ficava me olhando. Depois, num determinado momento, o João se calou. Ele ficou tão assustado... Ora, ele estava com um cartão da Alcom, uma empresa que não existia; ele estava com um nome que não era dele. Ele ficou realmente assustado, que, ao final dessa dissertação do Marinho, ele disse: “Olha, o senhor me desculpe, mas dava para o senhor me devolver o cartão? Não é por nada não, mas dava para o senhor me devolver o cartão?” Assim como ele pôs o dinheiro no bolso, ele pegou o cartão do João e deu de volta, na maior.

Dali, praticamente acabou a nossa... Foram quase duas horas. Nós saímos dos Correios, eu acho que eram oito horas. Deve estar registrado lá o horário que nós saímos; com certeza está registrado, porque nós entramos com o nosso nome e, então, deve haver esse registro lá. Na realidade, foi isso. Não sei se posso falar resumidamente, mas os fatos foram esses. A minha participação foi tão-somente essa. Depois disso, eu entreguei essa fita para o Jairo no hotel. Eu liguei para ele logo em seguida que eu saí de lá, eram oito, oito e pouquinho, e ele disse que nos encontraria no Hotel Parthenon...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, já deram os quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ele já está concluindo, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ele vai começar a falar agora? (Pausa.)

É bom prorrogar o tempo, pois ele vai contar o que queremos ouvir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, não se pode ser rígido, até porque outros falaram mais tempo também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Até por solicitação do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que fundamentou, inclusive, os argumentos em fatos relevantes, se for necessário, ele

fala. Evidentemente, ele tem consciência do número de inquiridores e do que ainda temos pela frente em termos de agenda.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para concluir, na realidade, ele marcou para nos encontrar nesse hotel, onde entregamos a pasta a ele. Ele abriu e mostrou que havia sido gravado. Eu realmente não queria mais saber de gravar coisa nenhuma. Então, eu queria saber se efetivamente tinha sido gravado.

Ele demorou para chegar – foi às dez horas ou dez e meia a hora em que ele chegou ao hotel – e foi embora. Depois disso, só fui saber dessa fita por meio da imprensa, para minha surpresa, porque me garantiram que jamais isso vazaria.

Pode-se concluir assim?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Certo, Sr. Joel.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Registro, novamente, que há 27 Parlamentares inscritos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de inquirir o nosso convidado como depoente, farei um esclarecimento, porque, eventualmente, algumas perguntas que eu vier a formular poderão aparentar-se despropositadas, tendo em vista que se já aventou, inicialmente, que estaríamos concentrando a nossa investigação no aspecto da “arapongagem”. Mas, na verdade, há várias vertentes sobre as quais há interesse, segundo os atores desse cenário, que sejam esclarecidas.

Existe uma vertente que indica no sentido de que haveria, eventualmente, o serviço de inteligência oficial trabalhando nesse intuito, nessa operação. É uma das hipóteses levantadas.

Há também a vertente do Deputado Roberto Jefferson, que diz que teria sido algo preparado para desestabilizá-lo e desestruturá-lo como Presidente de um Partido que teria indicado funcionários nos Correios.

Há a versão do Sr. Maurício Marinho, que se disse induzido àquela conversa e não teve, no fim, resistência suficiente para não ser ilaqueado na sua boa-fé pela forma como estava sendo questionado, na sequência das formulações que lhe foram feitas naquela gravação.

Existe, ainda, a possibilidade de discussões internas de diretorias que, eventualmente, estariam procurando desarticular esquemas que poderia, na hipótese, haver nos Correios.

Desse modo, às vezes, alguns detalhes em que insistiremos poderão ter uma imbricação, uma liga-

ção, uma vinculação à frente que possa interessar à CPMI.

Quando V. S^a esteve, na primeira vez – e valho-me, para que V. S^a tenha a informação da fonte, ou do que falou aqui ou na Polícia Federal –, o Sr. Maurício Marinho lhe fez uma afirmação de que “quem comandava as coisas” – isto está entre aspas no depoimento – “nos Correios era Roberto Jefferson, o Deputado Roberto Jefferson”. Ele lhe traduziu o que significavam “essas coisas”? Enfim, no diálogo, falou-se mais do que esta mera referência de que “quem comandava as coisas era Roberto Jefferson”?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sr. Relator, até onde eu lembro, ele falou que quem comandava as coisas era o Deputado Roberto Jefferson e que eles se reuniam para avaliar esse tipo de coisa uma vez a cada mês. Ele falou que havia essa reunião entre os integrantes do partido uma vez por mês. Até onde eu lembro foi isso que ele relatou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessa relação que havia falava-se eventualmente em participação em dinheiro ou era uma prestação de contas de ordem partidária?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele falou que, entre outras coisas, também se tratava de prestação de contas, porque tinha ficado muita conta do partido para pagar. Esse tipo de coisa assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele era útil internamente para a arrecadação de recursos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso eu não sei lhe...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele não fez referência a isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Se fez, eu não me recordo. Deve conter na fita, mas, realmente, eu não me recordo. Como eu lhe falei, eu ficava prestando atenção em nomes para ver se ele continuava a dissertar. Na forma como era feito eu não... Eu não conheço nada dos Correios. Se o senhor ver, a minha vida toda, quantas vezes eu entrei nos Correios, vai verificar que foram só essas vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que já na primeira vez que teve contato com Maurício Marinho ele lhe abriu as informações internas – aqui no depoimento consta – “do esquema”. Que esquema ele lhe explicou, e aí vamos por etapa, da primeira vez, no primeiro encontro?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele falou do esquema de licitação, da forma como era feito. Ele falou que o esquema lá funcionava assim: na realidade, tinham vários diretores indicados por alguns partidos e que todos eles atuavam em consonância, quando

decidiam em colegiado, porque havia essa concordância. O que eu entendi do que ele falou é que qualquer coisa que ele decidisse ali, no âmbito da diretoria dele, uma vez proposta para cima, para o colegiado, passaria, desde que houvesse interesse. Esse foi o meu entendimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ele lhe esclareceu como era feito o esquema para se ganhar a licitação? Se o trabalho era feito antes da elaboração do edital, no edital, ou eventualmente os fornecedores teriam a possibilidade de recuperar a proposta quando da execução?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, o que eu lembro que ele falou é que o trabalho era sempre feito antes da elaboração do edital. Eram tomados todos os cuidados antes, de contatar os fornecedores, de contatar fornecedores para dar cobertura, de falar com os fornecedores; enfim, de revestir de toda a legalidade os atos que efetivamente eles fariam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele lhe deu algum exemplo de algum encontro com fornecedores para elaboração de edital?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não fez referência?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, da minha lembrança, não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em nenhum dos encontros?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele falou numa empresa, num dos encontros, que foi a Novadata. Ele relatou até, acho que na fita, como é que a Novadata tinha ganho a licitação, ou como é que eles tinham feito para a Novadata ganhar essa licitação. Isso é o que eu lembro, né?.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele não fez referência, em determinada oportunidade, a um encontro que, pouco antes, tinha tido com fornecedores?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não, que eu possa lembrar, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S.^a também fez referência aqui, hoje, que, num encontro, já lhe entregou um documento que se reportava a uma licitação que ainda seria realizada. Que licitação era essa? Pelo menos diga qual era o ramo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu acho que era da área de informática, porque daí é que suscitou essa conversa toda de informática, que eu falei que... Porque eu tinha falado que a empresa que a gente representava equipamentos de informática, mas o espectro era enorme. Então, ele tirou da mesa dele exatamente esse documento, que era sobre a área da informática,

e começou-se a conversar exatamente em cima disso. Ele falou em impressoras, ele falou em um monte de coisas. Essa não é a minha área, informática. Eu ficava escutando e tentando estabelecer alguma ligação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa área de informática é muito ampla. Não lembra algum detalhe sobre em quem incidiria essa licitação? Algo mais próximo? Chegou a ver em algum documento eventualmente o que estava sendo pretendido?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, com toda a franqueza do meu coração, Relator, eu não cheguei nem a ler; tanto que isso ficou na minha casa, e a Polícia Federal deve ter pego porque eu guardei tudo lá. E quando foram até em casa revistar tudo, eles pegaram esse documento também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S.^a afirma que trabalha para uma empresa de combustíveis? Que consultoria presta?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Uma das empresas. É uma empresa distribuidora de combustíveis, é uma empresa pequena. Presto consultoria a essa empresa há uns sete meses aproximadamente. Eles queriam montar uma filial aqui em Brasília. Então eu vinha para ver um escritório para eles, para ver um contador, para contratar uma secretária. O escritório, eu contatei um amigo meu que se chama Rogério Torres, que tem um escritório e divide as despesas desse escritório. Como eles iriam se instalar inibidamente aqui, queiram ver também uma base secundária para funcionamento de uma nova distribuidora que eles iam montar de nome Monvale. Mas essa é simplesmente uma consultoria. Então, lógico,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mesmo aqui em Brasília atuou em nome dessa empresa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, sim, sim. O diretor mesmo veio várias vezes comigo para cá e trabalhamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S.^a abordou, inicialmente, para captar a confiança de Maurício Marinho, fez referência a que para a empresa seria muito importante que ele fosse uma pessoa muito relacionada com o meio político?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fiz referência que, para a empresa, seria muito importante que fosse ele a pessoa centro e convergência de todas as negociações. Isso eu deixei bem claro para ele. Que para nós era interessante tratar apenas com uma pessoa, porque senão ia ficar um negócio dissociado. Você trata com ele, trata com o diretor, trata com o Deputado. Eu falei isto para ele: “Eu queria saber, Sr. Marinho...” – junto com o João Carlos – “...se efetivamente seria só com o senhor que a gente trata”. Ele reiterou e dis-

se: “Não, é só comigo”. Eu até fiz menção como seria no caso de haver pagamentos, como é que seriam os pagamentos. Ele me explicou. Eu perguntei: “Mas como é que você faz esses pagamentos em dólar, em banco, nisso, naquilo”. Tentando explorar mais o que ele havia falado, e ele foi explicando logo como é que isso era feito. Até ele falou que o lugar mais seguro para se conversar isso era dentro da sala dele mesmo, porque senão, se fosse em restaurante, poderia ser gravado, qualquer coisa assim. Que ali era o local mais seguro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O lugar mais seguro era na sala dele para conversar sobre isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Dentro dos Correios. Disse que tratava todos os assuntos ali porque ele não confiava em outro tipo de lugar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesses diversos encontros, comentaram alguma coisa relacionada à consultoria dele, Maurício Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, a não ser com relação a essa conversa efetivamente da licitação. Era essa a consultoria. Quando falei para ele nos três mil, até falei que a gente sugeria esse valor de quinze mil inicialmente e que eu levaria três mil para despesas que ele eventualmente pudesse ter para conseguir essas informações para a gente. Se ele entendeu isso como consultoria, mas acho que foi só nesse momento. Mas consultoria, expressamente dita, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No esquema que foi referido nas conversas, falou-se sobre o que isso significaria, o que custaria para os fornecedores? A facilitação, hipótese da sua empresa que queria, a todo custo, participar, ser fornecedor dos Correios.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se isso fosse permitido e viabilizado através do Maurício Marinho, que ganharia... qual o benefício que teria o funcionário em assim facilitando?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não se chegou a tratar disso, Sr. Relator. A conversa ficou restrita a este valor de R\$15 mil. Seriam pagos R\$3 mil, em algumas parcelas, até completar esses R\$15 mil, e o resto efetivamente se trataria depois, na consequência das conversas que porventura fosse haver adiante. Mas não se chegou a tratar não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Comentaram a propósito de porcentagens que seriam de alguma forma atribuídas a alguém, em virtude de ter vencido as licitações – pelo menos isso consta da gravação. Se fossem serviços, se fossem obras...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso, isso eu lembro bem. Isso me marcou bem, na realidade, quando ele falou que, se fossem materiais – não é verdade? –, seriam acho que 3% ou 4%, donde ficaria, parte disso, 1% para o pessoal de baixo, que ele falou ainda; e o resto subiria, entendendo-se que era – eu entendi – para rateio entre os diretores. E se fosse consultoria, que seria maior o valor... consultoria não, se fossem serviços, o valor seria maior, “porque o senhor entende – ele falou – tem consultoria no meio, então os valores são diferentes, são mais altos”. Nesse ponto é que ele falou em consultoria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele fez referência a quem seria o operador, quem receberia esse dinheiro relativo a esse contrato?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sempre ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele que receberia e faria a partilha?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Exatamente. Que ele seria o centro das negociações e, dali, a partir dele é que se desenvolveria a negociação. Mas aí tão-somente por conta dele. Quer dizer, a negociação toda, na realidade, se daria através da pessoa do Sr. Maurício Marinho, nessa simulação que foi proposta aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a também afirma, na Polícia Federal, que, segundo Maurício Marinho, um dos que mais serviam de agente entre as empresas e os Correios seria o genro do Deputado Roberto Jefferson. Lembra de alguma coisa disso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Lembro. Fiquei sabendo que o Deputado Roberto Jefferson tinha genro e tinha filho exatamente nessa entrevista com ele. Eu me lembro que, em determinada etapa... E ele falou isso na última gravação e na penúltima gravação. Ele repetiu isso.

O SR. (orador não identificado) – Está muito baixo, Sr. Presidente.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu lembro que ele... Como é que ele fez alusão? Ele falou que tratava diretamente com um genro do Deputado Roberto Jefferson sobre os assuntos do partido e que, às vezes, com o filho também ele tinha contato. Que tinha ido já aos Correios, enfim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a faz referência que teria recebido diversos favores do Arthur. Poderia esclarecer o que significaria isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, favores. Na realidade, favores de amigo. O Arthur é meu amigo, bom amigo, excelente amigo, na realidade. Já o conhecido há bastante tempo. E, lógico, passei situações difíceis na minha vida.

Quando saí da secretaria, voltei para Curitiba, fiquei uns dois anos e meio, três anos aqui e, quando voltei para Curitiba, tinha que praticamente começar tudo de novo. O senhor sabe, depois que o senhor sai de um cargo público, ninguém mais lhe conhece. Perde-se o interesse. E voltei para Curitiba para recomeçar, na realidade. Então, comecei atrás de consultorias, comecei até a tentar advogar novamente, enfim. E o Arthur, por algumas vezes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a alguma vez, anteriormente a isso, prestou algum serviço a ele quase que no mesmo sentido de investigação em algum lugar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim. Ele me pediu, uma ocasião, para ver sobre uma licitação em São Paulo, que estava ocorrendo sobre uniformes escolares, e era compra de um milhão de uniformes escolares em São Paulo, e ele me falou que tinha vontade de participar com alguns clientes nessa licitação, alguns representados, alguma coisa assim, e me mandou uma farta documentação. Ele disse: “Olha, Joel, está havendo problema nessa licitação aí. Vê o que você consegue fazer para ou travar ou possibilitar que a gente entre”. Eu disse: “Mas não entendo muito disso, Arthur”. Ele disse: “Não, vou te mandar o material porque inclusive teve uma publicação num jornal em São Paulo dizendo quem iam ser os ganhadores dessa licitação, antes de haver esse julgamento. Vou te mandar a cópia disso também”.

Aí ele me mandou uma cópia. Realmente era um anúncio de jornal onde dizia quem iam ser os ganhadores de uma licitação que ocorreu semanas depois, alguma coisa assim. Então, lógico, mostrava claramente que havia alguma ilicitude. Como é que você vai saber antecipadamente quem vai ganhar uma licitação? E me mandou uma documentação também dessas empresas, que eram a Du Pont, Rhodia, Alpargatas – que eu lembre, essas três. Ele anunciou mais uma ou duas que iam participar também. Mandou-me a documentação de que essas mesmas empresas haviam participado no GDF, numa licitação de uniformes também, em tecido de poliamida na confecção dos uniformes – e aí já é um pouco mais técnico, que não entendo bem, mas vou procurar explicar –, mostrando, em alguns comparativos, que havia tido superfaturamento aqui no GDF com essas empresas.

Bem, não entendo muito disso, até porque, com licitação, a única vez que eu tive contato com licitação foi na CPS em que o Secretário pediu para eu integrar uma comissão de licitação juntamente com várias pessoas que ele nomeou, porque estava tendo problemas nessa comissão de licitação face a uma delação que houve – que eu até confundi, quando fa-

lei que eu conhecia o Arthur por conta dessa delação. Não foi o Arthur que delatou. Quem delatou foi uma pessoa que mandou uma fita para lá para o Abdala na época – Abdala era o Diretor de Operações e eu era o Diretor-Adjunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do MEC?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Da CPS, da Secretaria. É do MEC. E mandaram uma fita anônima para lá e depois se descobriu que era um senhor de nome Razeira que mandou essa fita. Digo isso porque eu tinha na minha cabeça que quem tinha delatado isso tinha sido o Arthur, em razão da nossa amizade. Só explicando. Fui me informar. Quando ouvi o depoimento dele aqui junto a vocês, bateu-me a dúvida, fui falar com o Abdala, que foi meu diretor, mora em Curitiba. Eu disse: “Abdala, como foi esse negócio dessa licitação do Arnaldo”...

O SR. (orador não identificado) – Por favor, Presidente, peça para elevar o som um pouco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fale um pouquinho mais alto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu sugeriria, Sr. Joel, falar um pouco mais alto. A equipe técnica vai aumentar o som também, mas é muito importante que V. S^a fale mais alto, fale firme, até para deixar bem claro. Isso é importante inclusive para V. S^a.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho dúvida disso.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a que também pedisse ao auditório para fazer mais silêncio. Está havendo muito ruído, o depoente já fala muito baixo, não ouvimos nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu pediria apenas, porque o depoente fala num tom de voz um pouco mais baixo, a V. Ex^{as} que tivéssemos um pouco de paciência para ouvir esse depoimento importante para a CPMI.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é claro que V. Ex^a está pedindo seguidamente que o depoente pudesse falar mais alto. Mas é bom dizer ao depoente que agora a porca vai torcer o rabo, é diferente porque as perguntas que serão feitas certamente não serão em cima daquelas coisinhas que V. S^a explicou. Dá impressão de um carro afogado, que não sai do lugar. Está com medo de alguma coisa. É importante que V. S^a seja bem claro, para que todos possamos ouvir. De repente, não há necessidade de lhe fazer perguntas. Por isso, falar objetivamente, firme, para que possamos ter esclare-

cimentos, senão vamos ficar aqui até acabar o dia e será cansativo para ti e para todos nós. Não será bom certamente para você, se você não for bem claro nas suas explicações, até porque você colocou que tem 30 anos de marketing. Veja se usa um pouco de sua experiência e seja mais claro com aqueles que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senador Pavan, com certeza, vamos continuar com a inquirição do Relator, Deputado Osmar Serraglio, para depois passar a palavra aos próximos parlamentares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que momento V. S^a conheceu Molina?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Molina, eu conheci numa churrascada na casa do Arthur, acho que foi no ano passado. E depois só vim tomar contato com ele no Rio de Janeiro, quando o Arthur marcou para ir até lá e conversarmos. Isso foi a umas três, quatro semanas atrás – não chega quatro semanas atrás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Atrás em relação à gravação ou atrás agora?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, atrás agora. Foi bem recente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Após a gravação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, bem após a gravação. Ele me ligou e disse que queria desculpar-se comigo, me olhar no olho e explicar o que estava acontecendo em razão de tudo isso.

Eu disse: olha, Arthur, eu estou assustado com tudo isso que você mesmo havia me falado que não iria vazar, etc e tal.

Bom, fui até o Rio de Janeiro, encontrei com o Arthur e o Sr. Molina. Foi quando eu soube que o Molina tinha tido esse episódio com o Dr. Roberto Jefferson. Eu já tinha lido na imprensa antes. Não entendi a ligação dele com o tal de (inaudível).

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual o episódio com Roberto Jefferson?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Esse episódio de ele ir avisar ao Deputado Roberto Jefferson que ia haver problema no Correio, porque isso foi o Molina que me relatou lá no Rio de Janeiro. E eu realmente não estava entendendo, porque quando eu fui embora para cá, Sr. Relator, perdão, para Curitiba, não tomei mais contato mesmo. Só fui tomar contato quando houve a divulgação pela imprensa e começou aquela situação constrangedora, de você dizer: poxa, será que... Eu sabia que iam me localizar, porque eu deixei todos os meus documentos. Eles só podiam me localizar. Jamais eu ia esperar que fossem me prender. Isso para mim foi muito difícil.

Mas as duas vezes em que eu encontrei com o Molina – foi essa a pergunta, me desculpe a divagação – foram essas. Eu conheci ele nessa churrascada, no ano passado, com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual era a participação do Molina nessa conversa, nessa formação desse grupo? Qual é a razão de ser de o Molina estar por dentro da sua operação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho a menor idéia. Realmente, não tenho a menor idéia, porque a minha participação concluiu-se no momento em que eu entreguei aquela pasta para o Jairo, no Hotel Parthenon. Depois dali...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas mesmo na reunião no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, que já é um local distante do Arthur...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O que ele me falou e explicou foi que, efetivamente, tinha ido ao Deputado Roberto Jefferson. O Arthur também me explicou que, como o Molina conhecia o Deputado Roberto Jefferson, achou melhor que ele fosse o porta-voz para avisar que estavam citando o nome dele na determinada fita, que isso podia comprometer-lo. Enfim, foi isso que eles me contaram. Agora, além disso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca percebeu a razão de ser da presença do Molina no grupo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, o Molina é amigo do Arthur, sempre foi amigo dele. Ele sempre me falou do Molina e tal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a foi detido pela Polícia Federal, o Molina lhe pediu que não noticiasse o fato do encontro no Hotel Glória. É verdadeiro isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É verdadeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não lhe disse qual a razão que queria ocultar esse encontro?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque ele estava receoso com os efeitos disso, então que era melhor que não citasse, porque podiam interpretar de uma forma diferente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mesmo depois dessa solicitação dele, não conseguiu esclarecimentos sobre o porquê da pretensão dele de que isso não viesse à tona, esse encontro.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não. Inclusive, ele me falou, na oportunidade, em outra ocasião: “Olha, Joel, seria bom se você, para se comunicar com o Arthur, daqui para a frente, você mudasse os seus *chips*”. Eu disse: “Mas, gente, eu não devo nada. Eu não vou mudar nada. Eu quero levar uma vida normal. A hora que eles vierem para mim e disserem para eu

ir depor, eu vou. Eu vou e conto o que houve, porque a minha participação foi essa”. Não vou... Tanto, que eu não mudei número de telefone nenhum, não peguei *chip* novo nenhum. É tudo no meu nome. Eu não tomei atitude nenhuma, e nem haveria por que fazer isso, né?

Eu fiquei aguardando, sim, que fossem me intimar para depor. Lógico: você fica com muito medo, com muito receio, porque você vê todo aquele alarde nos jornais, em televisão, aquela coisa toda. O tamanho que isso tomou assusta qualquer um.

Quando a Polícia Federal chegou à minha casa... Primeiro, foram na casa da minha esposa – nós, como eu falei, somos recém-separados. Estou morando junto com meu irmão, alugamos uma casa juntos. A Polícia Federal chegou na casa da minha esposa, a minha esposa me ligou e disse: “Joel, tem uns homens de preto aqui. Acho que são da Receita Federal”. Eu falei: “Não, Denise, eu acho que eu já sei o que é. Você dá o endereço para eles, que eles vêm aqui, que eu acho que eles querem me intimar para depor nesse negócio aí, dos Correios”.

Aí ela deu o meu endereço certinho, e eles foram até lá. Chegaram em cinco, fortemente armados, todos de preto mesmo, muito educados – quanto a isso, principalmente um delegado de nome Eduardo foi educadíssimo. Me deram voz de prisão, disseram: “O senhor está preso. O senhor permite que revise a sua casa?” Disse: “Bom, podem revistar”.

Pegaram meus vizinhos todos, levaram para dentro da minha casa para servir de testemunhas e revisaram tudo, reviraram tudo, pegaram micro, arquivos, tudo o que eu tinha ali de documentos. E pegaram tudo mesmo, porque eu nunca escondi nada, nem deletei nada, não há razão para isso. Eles vão ver que não há razão para isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a foi, a primeira vez... No primeiro contato, antes de iniciar a seqüência de gravações, naquele primeiro momento, quem sabia dessa operação? Com que pessoas havia conversado que participavam, de alguma forma, para contribuir e auxiliar que essa operação fosse bem-sucedida?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, que eu tenha conhecimento, o Arthur sabia e o Jairo já sabia que ia ser feita essa gravação. Eu pedi a ele para ir aos Correios essa primeira vez, para conhecer o Maurício Marinho e não errar. Vai que você vai filmar uma pessoa que, realmente, não... Filmar é um negócio sério; você vai produzir prova em cima de uma pessoa que, de repente, não é bem aquilo. A impressão difere de pessoa para pessoa. Eu tinha que tomar a minha impressão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Àquela altura, não havia ainda conversado com o Molina?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu só fui conversar com ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece o Fortuna?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca ouvi falar no Fortuna e não entendi até agora também a participação dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma dessas pessoas que participaram da gravação tinha um sinal no rosto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sinal?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma mancha no rosto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Na minha lembrança, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na gravação, na última, na mais importante delas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Não. O Marinho se reportou ao João Carlos como tendo um sinal, uma verrugazinha. O João Carlos estava de cavanhaque, na época ele estava usando cavanhaque, é calvo. O Marinho não lembrou se ele era calvo e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como era o nome dessa pessoa que V. S^a está descrevendo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O João Carlos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – João Carlos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, que estava junto comigo na última gravação. Éramos só nós dois.

Ah, sim, eu lembrei! Dá para falar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode e deve.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu lembrei um aspecto. Nessa última gravação, inclusive, teve uma hora em que a secretária entrou na sala. Nós vimos pelo vidro – ali da salinha dele que tem uns vidros –, nós vimos um vulto chegando. A secretária entrou na sala dele e disse: “O Sr. Pereira” – ou Pedreira – “está aí e quer falar com o senhor”. É Pedreira, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A testemunha é V. S^a.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu não me lembro do nome. Mas, na fita, eu acho que consta isso. Acho que é Pedreira.

Aí, o Marinho comentou: “Não, é um que foi candidato à Presidência da República, e que havia uns problemas aí. Mas ele que trate lá em cima isso, por-

que eu não vou ter tempo para ele agora”. Falou isso para a secretária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Eu só pediria, Sr. Joel, que o senhor falasse mais alto. O senhor está falando tão baixo que não estão conseguindo gravar lá.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nossa! Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Então, por favor, eu insisto, até para não ser indelicado com o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) –

Mas eu pediria ao senhor que aumentasse o tom de voz porque já está havendo problemas na gravação lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aliás, aqui, próximo tanto quanto estou, quase não consigo ouvi-lo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Me perdoem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ainda em relação a essas pessoas, essa a que V. S^a fez referência chegou a adentrar a sala?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Não chegou a adentrar a sala. Está bom assim?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora está bom.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não chegou a adentrar a sala, não senhor. Ele bravateou em cima. Ele disse que ela fosse tratar dos assuntos dela nos andares de cima, que ele conhecia o Presidente e os Diretores. Então, que ele não tinha tempo para ele agora. Foi isso o que ele falou na hora em que a pessoa se fez anunciar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem uma empresa que se chama AMS?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. O nome da minha empresa é Mix Pesquisa e Consultoria, e encontra-se desativada já há uns dois anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu queria insistir nesse detalhe das pessoas. Estavam V. S^a, o João... V. S^a estava de bigode, de barba?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Como eu me encontro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O João e o Jairo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, o Jairo não foi. Era para ele ter ido. Eu havia dito para ele: “Jairo, você vai junto com a gente para fazer a filmagem. Eu não sei lidar direito com isso”. O meu medo, Relator, era de que não gravasse, mais uma vez. Então, eu tinha pedido ao Jairo que fosse junto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É que há uma pessoa descrita que não coincide com essas pessoas que estão...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Fomos só nós dois. Isso, com certeza absoluta. Só eu, o Sr. João Carlos e o Sr. Marinho, logicamente, que estávamos presentes na sala.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não tem conhecimentos de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Muito básico, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Maurício Marinho não fez referência que era muito... que a área de informática não competia a ele? Que há uma diretoria específica e um quadro diferenciado para...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele fez referência que não era da diretoria dele, mas que tudo se resolvia ali. Inclusive a área de informática.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como V. S^a soube que o Deputado Roberto Jefferson esteve em um casamento no Paraná?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu li em um jornal, a **Gazeta do Povo**. No Paraná, foi noticiado antes de eu vir para Brasília. Eu sabia que vinha falar com o Sr. Maurício Marinho. E, lógico, lá foi noticiado que ele esteve em um casamento do filho ou da filha do Deputado Martinez, alguma coisa assim. Como ele já havia me falado no nome do Deputado Roberto Jefferson, eu guardei isso para ter como assunto, como motivo de assunto, como motivação de assunto, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Arthur fez referência, alguma vez, do porque da animosidade dele em relação ao Maurício Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que ele não conseguia... Fez, fez referência de que ele não conseguia entrar mais nos Correios em função dessa blindagem que ele fez, porque tinha empresas que ele estava favorecendo, e ele não estava conseguindo entrar dentro do Correio, que o Marinho era corrupto, que ele já tinha ouvido nos corredores que não era pessoa correta etc, etc.

Eu disse: “Joel...”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem não era pessoa correta?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Marinho. Eu disse: “Joel, é fundamental constituir essa prova para o Osório. O Osório só acredita vendo. Ele não vai acreditar se alguém for lá falar para ele. Tem que ser vendo”. Ele disse: “Está bom, então...”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Arthur é fornecedor do quê? A empresa dele...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Até onde eu sei, de botas, uniformes, que ele fornece. Para os Correios, parece que ele já forneceu cofres, forneceu envelope de Sedex, não é? Mas os produtos com que ele trabalha basicamente são esses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ele lhe falou que estava sendo perseguido pelo Maurício Marinho em razão de uma multa imposta em fornecimento de cofres?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não. Isso não foi aludido. Está dando para escutar ou voltei a falar baixo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)
– V. S^a tem que continuar falando alto. Isso é importante para a gravação e para todos ouvirem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a conhece alguém da Diretora da Siemens?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Da onde?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Da Siemens.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Siemens? Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nessa operação, não teve nenhum contato com ninguém dessa empresa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca tive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quando faz referência a um espanhol, quem seria esse espanhol? Conhece alguém?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu faço referência?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O senhor teria condições de me lembrar porque eu não lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em seguida, veremos. Conhece o Sr. João Carlos Mancuso, que esteve com V. S^a?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ele não tem uma pinta no rosto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a está suspenso na OAB?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, de forma alguma. Eu deixei de pagar a OAB, mas punição disciplinar não tenho nenhuma. Eu explico: quando parei de advogar e vim para Brasília, a OAB realizou algumas votações. Não votei, e gerou multa etc. Eu tinha meu escritório de advocacia, que funcionava em Curitiba, mas, pelo exercício do cargo público, não estava mais advogando. Então, eu falei para o João, que trabalhava comigo lá – não é o João Mancuso, é o João Habib:

“João, providencie para mim, por favor, a interrupção do pagamento da anuidade da OAB, uma vez que estou por aqui e não sei por quanto tempo ficarei em Brasília. Teve essa votação, já teve multa e eu me esqueci de votar. Então, provavelmente, terão outras”. Ele disse: “Ah, está bom! Eu providencio”. E o tempo passou. Quando voltei para Curitiba, essa multa já se encontrava bem alta porque ele havia se esquecido de providenciar isso. O valor da época, quando saí da secretaria, como não saí com dinheiro da secretaria, não pude pagar. Isso foi crescendo. Mas punição disciplinar nunca tive. Nunca tive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A interlocução que V. S^a teve foi a seguinte: estavam conversando sobre a possibilidade de o Maurício Marinho abrir espaços dentro dos Correios. V. S^a questiona: “Através de você, a gente consegue?” Marinho: “Eu posso abrir, eu abro em várias empresas. Tem Presidente da Eletronorte, Diretor Nacional de lá, tem Infraero, tem Petrobras, tem Eletrobras, tem umas oito empresas”. Sua pergunta: “Como é sua ação na Paraíba?” E daí não se ouve muito. Continua o Marinho: “É muito grande”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na Paraíba?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E aí vem V. S^a: “Agora, conversemos sobre o espanhol”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na Paraíba, Sr. Relator? Perguntei como era a ação dele na Paraíba?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É. Na gravação, está identificado como sendo o senhor ou talvez o seu colega. Foi abordado isso? Ele responde: “É ele, o Salmeron, foi Vice-Presidente dos Correios”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Realmente não me lembro nem de eu ter falado e nem do meu colega. Eu lembro que ele falou no Salmeron, que, se a gente precisasse de alguma ajuda, inclusive na Eletronorte, para esse espectro de produtos que a gente tinha, ele tinha um amigo deles, que era do Partido também, que é o Salmeron, que ele poderia me apresentar e me conduzir a ele. Isso eu tenho certeza de que ele me falou. Mas me desculpe, sinceramente, eu não me recordo de ter enunciado Paraíba ou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, por hora, esta Relatoria se dá por satisfeita, até porque poderá intervir a qualquer momento, oportunizando os ilustres Parlamentares, que aguardaram até agora para formular seus questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)
– Com a palavra, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vou tentar falar um pouco mais alto para que mudemos um pouco o tom dos depoimentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Confesso-lhe, Deputado Eduardo Paes, que esse tom de voz deu uma revigorada aqui em toda a Comissão, inclusive na Mesa Diretora.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, antes de argüir o depoente, eu acho que esta Comissão tem que pensar e refletir seriamente sobre a questão da condição dos depoentes, investigado ou testemunha, porque está claro aqui para todos os atores que assistem ao depoimento de V. S^a, Dr. Joel Santos Filho, que se V. S^a tivesse aqui prestado juramento estaria entrando em confusões um pouco maiores do que as confusões em que já se meteu.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas eu posso prestar juramento, independentemente da Comissão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dr. Joel, o senhor aguarde que eu lhe farei as indagações que eu achar pertinente. Eu estou me dirigindo ao Presidente da Comissão.

O que se nota nos depoimentos que V. S^a prestou na Polícia Federal e a partir também do depoimento do Dr. Arthur Wascheck nesta Comissão é que ambos têm uma relação muito próxima. Essa relação, me parece, vem desde 1992, quando o Dr. Wascheck lhe conhece, apresentando uma denúncia e um certame licitatório no Ministério da Educação e V. S^a é, então, a pessoa com quem ele mantém contato. Estou correto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O senhor pode formular a pergunta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não consegui ouvi-lo, Dr. Joel! O senhor fale alto para que possamos ouvi-lo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O senhor pode continuar a formular a pergunta. Não, não está correto!

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão!

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não está correto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor conheceu o Dr. Wascheck quando?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu conheci o Arthur em 92, o senhor está correto, quando tomei o exercício de cargo na Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Eu relatei, na Polícia Federal, em Curitiba, eu estava, inclusive, muito assustado, sem advogado, pra lhe falar bem a verdade, eu não lembro nem o que eu depus.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu vou lembrar o que V. S^a disse na Polícia Federal.

Que conhece o Arthur Wascheck Neto, desde o ano de 92, quando era coordenador do MEC. Conheceu o Arthur, pois o mesmo participava de licitações na Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Que Arthur, nessa época, delatou um esquema de propina na Cepesp, tendo sido encarregado, V. S^a, pelo Secretário Cleto de Assis, para integrar a Comissão de Licitação. Que foi orientado a observar a atuação do Presidente da Comissão de Licitação, que estava sob suspeita, de nome Arnaldo. Isso foi o que V. S^a declarou na Polícia Federal. Foi nesse momento, já numa denúncia que o Sr. Wascheck apresentava, que V. S^a conheceu o Dr. Wascheck.

V. S^a confirma o depoimento aqui à Polícia Federal? V. S^a também esqueceu disso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não, não confirmo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que V. S^a disse isso na Polícia Federal, então?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque, na realidade, eu não lembrei, exatamente. Eu fui checar isso com o Abdala, se realmente tinha sido o Arthur que fez essa delação. O Abdala me confirmou que não foi.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a é muito próximo ao Dr. Arthur Wascheck. Está correto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu sou.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Há muito tempo. Em geral, as pessoas, quando são próximas, se lembram quando se conheceram. V. S^a está me dizendo que o momento que o senhor relata que conheceu o Dr. Arthur Wascheck que o senhor diz na Polícia Federal não é esse mesmo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu gostaria de explicar. Eu estava lhe explicando.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aguardo a sua explicação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Muito obrigado. Então, em 92, conheci. Houve uma delação, houve uma pessoa que delatou o esquema de corrupção que estava tendo naquela comissão de licitação. Essa pessoa com que eu me informei agora, após o depoimento do Arthur, que me deu a dúvida: será que foi o Arthur mesmo que delatou? Na realidade, eu conheci o Arthur e simpatizei com ele porque, após esse aspecto da fita que entregaram anonimamente na Secretaria, em que o Secretário na época era Cleto de Assis, nomeou eu e mais quatro ou cinco pessoas para integrar temporariamente uma comissão de licitação, onde ele afastou esse Arnaldo e o Bira, que era outra pessoa envolvida. A Secretaria, naquele tempo, não vinha muito dinheiro para pagar a conta dos fornecedores, enten-

de? Então, quando vinha, era aquela corrida. Todos os fornecedores corriam, porque tinha empresa que estava quebrando. Eles falavam, etc e tal.

O pagamento. Não era eu o ordenador do pagamento. Eu nunca fiz pagamentos. O meu diretor enviava para o Financeiro. Então, nós pedimos, na época, eu e o Abdala... O Abdala reuniu todos os fornecedores, inclusive o Arthur, e disse: “Olha, vocês apresentem os processos de vocês que estão em ordem, com a documentação em ordem, etc e tal, para que a gente efetive alguns pagamentos”. E a maior parte desses fornecedores apresentou processos faltando documentos etc e tal. O Arthur e mais uns três ou quatro fornecedores apresentaram a documentação toda em ordem. Então, para eles foi efetivado o pagamento. Volto a dizer: não fui eu que efetivei o pagamento, porque eu não tinha essa condição. E daí para a frente é que nós firmamos amizade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Só para lhe afirmar, o Dr. Arthur confirmou aqui, em seu depoimento, que havia apresentado essa denúncia. Mas não é só. Depois de alguns anos, em 2002, salvo engano meu, o senhor diz que mais uma vez o senhor se envolve – parece que V. S^a já respondeu isso aqui hoje –, o senhor mais uma vez vai atender e fazer um serviço especial para o seu amigo Arthur Wascheck em relação a uma licitação em São Paulo. Eu vou lhe poupar de responder. V. S^a confirmou com a cabeça que participou de um problema que também o Sr. Arthur tinha em uma licitação em São Paulo. E aí, mais uma vez, pelo menos esse é o terceiro caso conhecido, o Dr. Arthur, quando tem um problema com licitações da Empresa de Correios e Telégrafos, mais uma vez, convoca V. S^a.

Queria indagar-lhe se V. S^a é uma espécie de “homem do jogo sujo” para o Dr. Wascheck. Quando ele tem problema de licitações, quando ele desconfia da idoneidade de certas licitações... Que tipo de papel? Porque é muita coincidência, em três ocasiões diferentes, por depoimento de V. S^a – pode ser que tenha havido outras situações –, V. S^a tem um amigo em apuros com licitações do setor público e pelo menos em uma delas vai fazer gravações clandestinas. Que tipo de ligação é essa que o senhor mantém com o Dr. Arthur Wascheck?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A relação é puramente de amizade. Ele é meu amigo, realmente é meu amigo. Eu não vejo nenhum serviço sujo, Deputado, com a devida desculpa, na minha ótica de ver. O senhor tem todo o direito de achar, mas eu nunca fiz serviço sujo nenhum nem tenho a intenção de fazer. Acho que esse aspecto da gravação dos Correios foi realmente um deslize, não esperávamos que resultasse

em tudo isso. Estou arrependido, porque parece que todas as vezes que... Eu aprendi a lição, realmente aprendi a lição.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Arthur, quando lhe chama para esse último trabalho, disse que ele tinha empresas conhecidas que estavam tendo problemas nos Correios.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu gostaria só de complementar um pouco mais esse episódio de São Paulo, se o senhor me permitir.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não é necessário para mim. Eu simplesmente relatei um depoimento de V. S^a, que V. S^a disse à Polícia Federal que teria conhecido ele em uma denúncia no Ministério de Educação, depois trabalhado com ele em uma denúncia na Prefeitura de São Paulo, e, agora, nesse caso. Isso é uma afirmação. Eu não estou lhe indagando. Eu estou fazendo uma afirmação.

Eu agora já estou lhe fazendo uma outra indagação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Arthur disse a V. S^a, quando lhe chama para fazer a gravação do Sr. Maurício Marinho, que tinha empresas que ele conhecia que estavam com problemas com a Empresa de Correios. Ele chegou a dizer quais eram essas empresas conhecidas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pode repetir? Ele chegou a me dizer que tinha empresas...?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Arthur, quando lhe chama para fazer a gravação do Sr. Marinho, para pegar o Sr. Marinho, ele disse para o senhor que tinha empresas que ele conhecia que estavam tendo problemas com esse cidadão, com o Sr. Marinho.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele chegou a lhe dizer quais empresas eram essas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele me falou exatamente nesses termos: “Joel, tem empresas...”

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu não consigo ouvir o depoente se o Plenário não ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por favor, Deputado Eduardo Paes.

Sr. Joel.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O que ele me falou exatamente foi exatamente como o senhor enunciou. “Sr. Joel, tem empresas que a gente ouve falar, tem empresas que estão causando problemas nessa área; que o Marinho está causando problemas nessa área para algumas empresas. Olha, eu tenho interesse

em participar de licitações lá, mas não tá dando. Não tá dando porque ele é um entrave.”

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse em seu depoimento que “Arthur falou que representava empresas que estavam tendo problemas.” Ele não lhe disse quais empresas eram essas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas também, no depoimento, o senhor não afirma que ele teria feito referência a problema das empresas dele, a interesses pessoais dele. Eu leio aqui. V. S^a disse que foi ajudar um amigo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse amigo, quando lhe chama, ele não afirma ou não lhe diz que estava, ele, tendo problemas. Ele disse que outras empresas estavam tendo problemas. V. S^a, portanto, estava ajudando os amigos do seu amigo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu entendi. Ele disse que outras empresas estavam tendo problemas, que ele estava tendo problemas também para participar das licitações do Correio. Isso ele afirmou para mim. É lógico. Se ele estava tendo problemas, eu vou socorrer o amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a afirma no seu depoimento à Polícia Federal que o Arthur não mencionou nenhum contrato específico dele nos Correios ou licitação que quisesse participar que ele estivesse tendo problemas. V. S^a só faz referência às empresas.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, V. S^a também estava lá a pedido do Sr. Arthur, para tratar de problemas de outras empresas. O senhor, com essa relação, toda vez que o senhor vem a Brasília, o senhor afirma no seu depoimento e o próprio Dr. Arthur confirmou isso aqui, o senhor permanece, fica na casa, se hospeda na casa do Dr. Wascheck, correto?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na maioria das vezes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse tipo de relacionamento permite, nesse tipo de contato, que o senhor saiba um pouco quais são os relacionamentos pessoais que mantém o Dr. Wascheck ou o relacionamento profissional. O senhor tem notícia de figuras importantes da República que o Sr. Wascheck conheça? De contatos que ele tenha? Nunca viu ele falando com nenhum ministro, nenhum Secretário-Geral de ministério, nenhuma autoridade de primeiro escalão?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca vi ele falando e nunca presenciei também na casa dele, porque, nas vezes em que eu fico na casa dele, ele tem contato

com mãe, às vezes, com a irmã, com a empregada. Ele viaja muito. Agora, não por isso logicamente. A gente sempre conversa. Vamos em bar, saímos. Sempre quando venho para cá, eu venho para fazer alguma coisa diferente. Eu não sou funcionário do Arthur, eu não sou agregado da empresa dele, nem nada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qual é a sua relação com essa empresa Idasa? Que tipo de serviço o senhor faz para essa empresa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A Idasa?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A idasa.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A Idasa é uma distribuidora de petróleo, que eu dei consultoria para eles?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que tipo de consultoria?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Já vou lhe explicar. Eu dei consultoria interna, na parte de O&M, de entrevistar os funcionários, de colocar algumas rotinas internas em andamento. E eles me pediram, por não terem conhecimento nenhum em Brasília, se eu poderia ver a possibilidade de instalar uma filial deles, que eles queriam começar a explorar o mercado de Brasília. Então, eu vim para cá várias vezes para ver o local, para contatar uma secretária, para alugar uma sala comercial, para tentar conseguir uma base secundária. Foi até feito um contratinho com a base secundária de Ceilândia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. O senhor disse aqui – somente para concluir, Sr. Presidente –, agora no seu depoimento que o senhor não tinha muito conhecimento de processo licitatório, que o Dr. Maurício Marinho, quando falava na fita, o senhor tinha dificuldade. O senhor é específico na área de informática, mas o senhor disse aqui que não entendia muito de processo licitatório.

O senhor já participou dessa Comissão de Licitação em 1992, ou seja, há treze anos, quando o senhor fazia parte de uma comissão de licitação; depois, assessorou de novo o Sr. Wascheck em um problema de licitação em São Paulo. Segundo o Dr. Wascheck, o senhor estaria até participando lá também do processo licitatório. E, mais uma vez, o senhor participa de uma investigação e faz mais um favor para o seu amigo em um processo licitatório.

É só para deixar claro aqui, Sr. Presidente, que, pelo próprio depoimento, Deputado Relator Osmar, do Sr. Joel Santos Filho à Polícia Federal e pelas afirmações aqui hoje, há uma contradição enorme. O Dr. Joel, pelo que parece ser, é um profundo conhecedor de procedimento licitatório e aparenta trabalhar nessas questões o tempo todo com o Dr. Arthur Wascheck.

Atendendo aos interesses de quem é que nos resta descobrir, Sr. Presidente.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu posso responder?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não fiz nenhuma indagação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas isso que o senhor fez foi uma assertiva, e não é verdade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, se V. S^a desejar contestar...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu gostaria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ... a minha assertiva, V. S^a pode contestar a minha assertiva, mas eu não fiz nenhum tipo de indagação a V. S^a.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não tenho o desejo de contestar sua assertiva porque é uma opinião sua, e opinião a gente respeita. O que eu quero dizer é o seguinte: eu não preciso de conhecimento licitatório para levar uma pasta, conduzir uma pasta e ficar lá, quase duas horas, com o braço em cima, filmando alguém, escutando o que praticamente ele falou o tempo todo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas para participar, para ser membro de uma comissão de licitação em 1992, V. S^a tinha que conhecer procedimento licitatório.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fui membro... Você conhece alguma coisa do que você estuda na faculdade. Agora, vivência em comissão de licitação eu nunca tive, e na época...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas V. S^a afirma, no seu depoimento à Polícia Federal, que, em 1992, o senhor foi convidado pelo secretário Cleto de Assis para integrar a comissão de licitação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Junto com mais quatro pessoas que também entendiam de licitação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que também entendiam, como o senhor disse. O senhor também entendia de licitação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, mas eu entendia da parte doutrinária, daquilo que você estuda na faculdade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o tempo todo o depoente... Por isso é que eu chamo a atenção...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – E o de São Paulo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Um minuto, por favor.

Eu fiz questão aqui, Sr. Presidente, de fazer, nessa questão da licitação, um comentário da incoerência das afirmações feitas pelo depoente ao longo de todo o depoimento, o tipo adotado pelo depoente, porque é

uma reflexão que nós precisamos fazer, de que forma essas figuras vão vir depor aqui, ou como indiciados ou como testemunhas. Porque não é admissível que tantas incoerências surjam no meio de um depoimento, que tantas mentiras saiam no meio de um depoimento e que nós estejamos aqui...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não minto, Deputado. Eu não estou mentindo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a, por favor, me aguarde. E que nós tenhamos que ficar aqui, enfim, como se bobos fôssemos.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro minha arguição aqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra, o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. Ex^a havia feito referência, se eu não estou enganado, a 28 inscritos e inscritas. Então, para que não haja prejuízo do interesse e da vontade de todos nós, que queremos inquirir o investigado hoje, eu gostaria que, desde o início, o senhor já disciplinasse de que maneira se dará a participação do plenário, sob pena de nós termos, para aqueles que estão lá pela quinta, sexta, vigésima posição, prejuízo até do uso do tempo, em função de que isso se estenderá, evidentemente, em função da curiosidade que cada um tenha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Correto, Deputado Carlos Abicalil. Eu queria ponderar com V. Ex^{as} porque muita gente reclama da hora do almoço. Então, eu queria sugerir que, daqui para frente, nós cumpríssemos aquele tempo que foi dado na última reunião da nossa Comissão, a que nós destináramos dez minutos. A minha sugestão é que às 13 horas e 30 minutos nós suspendêssemos esta reunião para retornar às 14 horas e 30 minutos, até porque nós vamos muito longe hoje. Eu acho que seria sensato suspender por pelo menos uma e meia, para que o pessoal possa almoçar, e depois toquemos direto, até o final dos trabalhos.

Então, eu gostaria de ponderar que, a partir de agora, procurássemos cumprir esses dez minutos regulamentares, porque eu acho que é muito importante disciplinar o tempo, senão nós não sairemos do primeiro depoente nos trabalhos de hoje. Começando pelo Senador César Borges.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes do Senador César Borges. Realmente, o trabalho vai até muito tarde, porque certamente vai ter Ordem do Dia, e, havendo Ordem do Dia, não poderemos estar nós aqui, trabalhando na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Registrado, Senadora Heloisa Helena.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador César Borges, ao qual eu peço a compreensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero começar lamentando que, sempre quando chega a minha vez, V. Ex^a limita o tempo. Eu sei que não é nada de pessoal, é uma coincidência lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senador, é a objetividade de V. Ex^a que me estimula a marcar esse tempo de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu sei que não é intencional, mas veja V. Ex^a como eu sou premiado: na última reunião, V. Ex^a teve que me dar o tempo no final, porque houve o relaxamento do tempo no final da reunião, e V. Ex^a, de forma magnânima, me deu esse tempo. Então, caso me limite agora terá que me dar o tempo posteriormente no final da reunião, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente, volto à questão de ordem, à palavra pela ordem que fiz inicialmente. Considero totalmente inócuo este tipo de oitiva que estamos tendo hoje aqui para os trabalhos desta Comissão; acho isso diversionismo. Não estamos indo para o âmago da questão. Acho que a arapongagem é uma questão ultrapassada, não diz respeito aos problemas que existem dentro dos contratos dos Correios, à utilização de recursos públicos que foram para empresas de publicidade fazerem caixa para a compra de consciência de Deputados. Estamos aqui inquirindo o Sr. Joel Santos Filho. Das duas, uma: ou ele disfarça muito bem ou ele é uma pessoa que está aqui acuada e que mal consegue articular os seus raciocínios e sua própria palavra. Essa é a realidade. Então, estamos aqui no exercício da tentativa de extrair algo, mas que dificilmente vai ser esclarecedor para o Relator ou para qualquer um de nós.

Então, fica consignado isso, Sr. Presidente.

Agora, como eu não poderia deixar de fazer, já que, pelo depoimento que foi feito na Polícia Federal, alguns questionamentos também me trouxeram dúvidas, gostaria de indagar o Sr. Joel Santos Filho. Ele afirmou aqui que, quando ele conheceu o Sr. Jairo, ele já tinha, o Sr. Jairo, feito serviços. Saberíamos dizer que serviços foram esses que o Jairo já teria feito anteriormente, que o credenciava na sua amizade com o Sr. Arthur Wascheck, para que ele pudesse fazer esse trabalho de arapongagem como está dito aqui pelas suas palavras – que o Jairo era um araponga que havia sido indicado por um amigo cujo nome não se lembra?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Até esse termo araponga, eu fiquei conhecendo pela imprensa e me chamaram várias vezes de araponga.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor disse aqui no seu depoimento, falou em araponga.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, sim, eu fiquei conhecendo pela imprensa esse termo de araponga.

Mas, Senador, respondendo a sua pergunta: na realidade, ele não me falou que serviços, nunca me falou. Ele me falou que já tinha feito diversos serviços nesse sentido, que já tinha experiência nisso, razão pela qual ele ia me ensinar como operar aquela pasta. Até me deu algumas dicas de como eu deveria me portar diante do Sr. Marinho nesse dia. Ele me disse que eu deveria ficar prestando atenção no que ele falava, para pegar os ganchos justamente para fazer com que ele desenvolvesse os assuntos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Não tenho muita expectativa de que ele vai esclarecer a resposta, estou fazendo por um dever de ofício as perguntas, como, acho, fez o Sr. Relator. Então, vou fazer uma outra pergunta: o Sr. Maurício Marinho disse que foi iludido na sua boa-fé. Efetivamente, seria pelo senhor e pelo senhor que o acompanhou, o Mancuso. Muito bem. Ele disse que, na verdade, estava dentro de uma tratativa para que ele fosse contratado, após a sua aposentadoria, para uma consultoria e que, por isso, ele tentou mostrar capacidade de articulação, de conhecimento e de tráfico de influências dentro dos Correios. É realmente isso? V. S^a conseguiu ou tentou fazer esse tipo de lavagem cerebral, como ele disse que foi feito? Ou ele simplesmente se abriu e foi sincero, e a impressão que passou é que ele disse a pura verdade das suas influências dentro dos contratos dos Correios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A impressão que ele me passou é de que ele tinha segurança absoluta do que estava falando. A impressão que ele me passou é que, efetivamente, ele conhecia o assunto **ipsis litteris**, ele conhecia realmente o assunto. Agora, quanto à consultoria, deve ter sido alguma divagação dele pelo interesse talvez que nós tenhamos causado com aquela conversa toda de empresa multinacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não foi falado em contratação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Em nenhum momento, em nenhum momento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E os R\$15 mil, que está aqui no seu depoimento, dos quais foi paga a parcela dos R\$3 mil que ele embolsou, era em função exatamente de quê? Por que esse pagamento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu havia falado pelo telefone para ele que, como tinha um dos diretores da empresa, que era o Mancuso, em Brasília, que iria embora no dia seguinte, que eu havia gerenciado junto a esse diretor que faria um adiantamento de R\$15 mil para ele, sugerindo a ele que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Adiantamento para quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para eventuais despesas que ele fosse ter na captação de informações e passar para a gente essas informações, para que a gente pudesse participar efetivamente, para que a gente pudesse ganhar efetivamente alguma licitação dentro dos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem pagou, então? Foi V. S^a quem pagou os R\$3 mil?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Os R\$3 mil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor considera o Sr. Maurício Marinho uma pessoa venal, que estava dentro dos Correios plantado para fazer falcatuas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Se eu não tivesse essa idéia, eu não teria feito as gravações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, isso o senhor afirma taxativamente?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Taxativamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor tem no Sr. Maurício Marinho essa figura?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não faria as gravações mesmo, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há nenhuma dúvida sobre a inocência dele? Ele é, efetivamente, um marginal propriamente dito?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não digo marginal, mas foi a impressão que ele me passou de venal mesmo, de intencionado em fazer coisas ilícitas. Marginal eu acho pesado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem!

A última pergunta, Sr. Presidente, o Relator, de certa forma, já se preocupou com ela. Trata-se do envolvimento do Molina na questão. O Molina, pelo que sabemos, é alguém que tem inclusive contatos dentro do Congresso Nacional, porque V. S^a cita que, depois de alguns contatos com o Molina, que o senhor já conhecia de época anterior, da própria casa do Arthur Wascheck, o senhor cita, textualmente, que “perguntou ao Molina qual o motivo do seu nome ter sido envolvido nesses fatos, tendo este respondido que foi ao gabinete do Deputado Federal Roberto Jefferson, juntamente com o assessor de um Senador, cujo nome não se recorda; que agora se lembra que o tal Senador é o Ney Suassuna; que não se recorda

do nome do assessor do Senador; que Molina contou que falou para o Roberto Jefferson que iria explodir uma bomba nos Correios”.

Como é que o senhor vê, exatamente, essa ligação do Sr. Molina com o Arthur Wascheck, com V. S^a, com o Senador, para levar ao Deputado Roberto Jefferson, como se fosse um achaque ou uma chantagem, a questão da gravação da fita feita por V. S^a?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Como eu falei, Senador César Borges, a minha participação no que se refere a esse triste episódio da fita acabou no momento em que eu entreguei para o Jairo essa fita no Hotel Parthenon.

Agora, o Arthur sempre me relatou que era amigo do Molina. Eu conheci o Molina nessa churrascada na casa do Arthur. Inclusive, o Arthur não se encontrava, estava chegando de viagem naquele dia, e o pessoal estava lá, esperando ele chegar e tal. Aí o Molina chegou. Chegou e me foi apresentado como Molina, não é? “Esse é o Molina, amigo do Arthur”. Foi nessa ocasião que eu o conheci. Depois disso... Ah! ele me deu um cartão da Fundação...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele é amigo do Arthur? Tem realmente ligação forte com o Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Arthur sempre me falou que era amigo dele. “Não, o Molina é amigo meu”, “O Molina é muito amigo meu”, “O Molina entende de vinho”, porque o Molina isso, porque o Molina aquilo. E o Molina é uma pessoa, depois que o conheci na Polícia Federal, ele ficou junto comigo lá, é uma pessoa falante, é uma pessoa bem falante.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nessas falas, ele, em algum momento, falou que poderia ter uma ligação direta com a Abin ou que estivesse a serviço da Abin ou da Casa Civil para realizar esse tipo de serviço de “arapongagem”?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, a história que ele sempre sustentou foi essa de que ele foi tão-somente avisar ao Deputado Roberto Jefferson que iria ocorrer esse fato dentro dos Correios e alertar o Deputado Roberto Jefferson. Essa é a história que ele sempre sustentou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como é que V. S^a conhecia esses detalhes de que ele procurou o Senador Ney Suassuna?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele me contou isso no Rio de Janeiro, daí por que eu falei para ele: “Eu queria entender qual é a tua participação e a do Fortuna nisso”, porque eu não conhecia o Fortuna, nunca tinha ouvido falar até então. E ele disse: “Olha, o Fortuna, eu não conheço também, não sei como é que entrou. Agora, eu, porque o Arthur tinha me pedido para ir até

o Deputado Roberto Jefferson avisá-lo disso, que isso estava acontecendo, que ia acontecer no...”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E V. S^a confirma que, na cela da Polícia Federal, ele lhe pediu, textualmente, que não revelasse esse diálogo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, ele disse que estava com receio de que interpretassem de outra forma isso. Então, ele disse “Olhe, Joel, você procure não revelar esse episódio do Rio de Janeiro”. Eu disse: “Mas não tem problema nenhum, na realidade”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não revelasse o quê, exatamente?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O encontro que nós tivemos no Rio de Janeiro, porque esse encontro do Rio de Janeiro...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas também dessa ação dele junto ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Quanto a isso, não. Ele me falou sobre o encontro. Não me preveniu para falar do Roberto Jefferson. Falou-me sobre o encontro, que era preferível que eu não citasse esse encontro do Rio de Janeiro, porque podiam interpretar de forma diversa, mas eu falei porque, realmente, não vi nada de mal nesse encontro. O Arthur até se emocionou, desculpou-se comigo nesse encontro. Disse: “olha, Joel, pelo amor de Deus, desculpe-me, não era para vazar”, etc, etc e tal. Então, realmente, não vi por que omitir isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que mantive o tempo. Tenho um crédito para o final da reunião. Agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – O crédito será considerado, meu caro Senador César Borges.

Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço.

Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Joel Santos Filho, eu quase que concordaria integralmente com o protesto realizado pelo Senador César Borges no sentido de que não deveríamos estar, prioritariamente, debruçados na oitiva das pessoas que foram mais diretamente responsáveis pela realização da gravação do Sr. Maurício Marinho. Digo que concordaria quase totalmente porque, talvez, de forma pouco apercebida, pouco cuidadosa, o Sr. Joel nos fez uma revelação muito importante.

Gostaria de chamar a atenção para a revelação que fez o Sr. Joel, porque já presumíamos que o que motivou o Sr. Wascheck a determinar a gravação não foi apenas o interesse dele de delatar o Dr. Maurício Marinho ao diretor Antônio Osório. Isso nós já presumí-

amos, porque, se o interesse dele fosse esse, ele não precisaria fazer a gravação, não precisaria se utilizar da arapongagem. Ele poderia procurar diretamente o Sr. Antônio Osório com quem ele disse que tinha relação. Muito bem.

O Sr. Joel fez as duas primeiras gravações e as entregou ao Sr. Wascheck. E o Sr. Joel nos afirmou aqui que, na opinião dele, a gravação era satisfatória para caracterizar o Sr. Maurício Marinho como um chefe de departamento incorreto, como alguém que não honrava a administração pública, como alguém, portanto, passível de ser demitido por desvio de conduta.

O senhor disse isso aqui, que a primeira gravação era suficiente para caracterizar a conduta ilícita do Sr. Maurício Marinho.

Entregou ao Sr. Wascheck, só que o Sr. Wascheck não se deu por satisfeito. Não era suficiente, não estava bom. Aí o amigo do Sr. Joel, o Dr. Arthur Wascheck, amigo pessoal – portanto, pessoas que desfrutavam de uma relação de confiança –, solicita ao Sr. Joel que recorra a alguém da área de informática. Aqui, para mim, está a principal revelação do Sr. Joel. Ele não foi buscar o Sr. Mancuso por acaso. Ele não foi tirar o Sr. Mancuso de Curitiba por acaso. Ele foi procurar o Sr. Mancuso porque o Sr. Mancuso era entendido da área de informática, e tudo o que o Sr. Joel fez, nesse episódio, foi a pedido e por ordem do Sr. Arthur Wascheck.

Então, o Sr. Arthur Wascheck não estava satisfeito com o material que tinha, que era suficiente para incriminar o Maurício Marinho, e pediu ao amigo dele, Joel Santos Filho, que recorresse a um técnico da área de informática para, então, fazer uma gravação mais extensa, uma gravação mais completa.

Indaguei aqui, por vezes e mais vezes, ao Sr. Wascheck se ele não teria nenhum interesse na área de informática. Ele disse peremptoriamente que não, mas está agora comprovado que o interesse do Sr. Arthur Wascheck estava totalmente direcionado para a área de informática. Caso contrário, o Sr. Joel, amigo dele, não ia levar um técnico de informática, que levou mais de uma hora da gravação – do todo de 1 hora e 54 minutos – falando da área de informática e provocando questionamentos ao Sr. Maurício Marinho na área de informática. Então, eu queria que o senhor falasse a verdade, seria muito importante, é a primeira pergunta que eu lhe faço. O Sr. Arthur Wascheck revelou ao senhor ou não os interesses dele de obter informações do Sr. Maurício Marinho sobre procedimentos na área de informática dos Correios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não especificamente. Na área de informática, não. O que ele falou para mim era do interesse dele em participar de lici-

tações, o que estava difícil. Essa foi a explicação dele para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E por que o senhor recorreu ao Sr. Mancuso, técnico da área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque desde a primeira conversa com o Sr. Maurício Marinho, mesmo a primeira em que eu não fui gravá-lo, ele mesmo falou, exemplificou com a área de informática, quando ele falou na Novadata, a primeira vez que nós conversamos. Eu imaginei que ele se centralizaria aí. E quando ele me entregou documento, que também era de uma licitação que iria haver e era sobre informática, eu disse: bom, eu acho que a coisa é por aí. Quando eu pedi ao Mancuso para vir, eu pedi a ele porque, claro, ele entende de informática, ele dá aula disso, ele dá treinamento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, por que uma pessoa que entende de informática para colaborar com o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Até porque o Marinho tinha dito que iria chamar, na próxima conversa, um assessor dele, não me lembro o nome... Eduardo, alguma coisa assim, que era o técnico dele de informática, sabe? Aí eu disse: então, o negócio é informática.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Na opinião do senhor, qual é de fato o interesse que motivou o Sr. Wascheck a lhe pedir uma segunda gravação, sendo que a primeira, segundo opinião do senhor, era suficiente para incriminar o Sr. Maurício Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu achei que era mesmo. A primeira eu achei que era suficiente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, por que o Sr. Wascheck lhe pediu mais uma gravação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Primeiro, eu nunca entreguei a fita para o Arthur, sempre foi entregue para o Jairo. Eu saía da gravação, telefonava para o Jairo, ele ia buscar e para outras gravações ele ia levar a dita pasta. Porque ele é que manuseava essa fita, na realidade, e depois entregava para o Arthur. E quando ele entregou para o Arthur essa segunda fita, que anteriormente ele tinha dito até que não tinha ficado boa, eu me apavorei: “Pô, mas como que eu fui errar duas vezes? Será que apertar aqueles botõezinhos...” Nessa segunda vez, ele tinha dito que também não tinha gravado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o senhor me disse, e também falou para toda esta Comissão, que o Dr. Wascheck achou que deveria ser feita uma nova gravação. Ele não fi-

cou satisfeito. Apesar de o senhor ter dialogado com ele...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, isso ele falou, ele falou para mim. Ele disse assim: Joel...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, por que ele não ficou satisfeito? É isso que eu queria saber, o senhor não é amigo dele?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, isso ele falou para mim, como eu declarei. Ele disse assim: Joel, ficou inócua, não tem nada que incrimine o Maurício Marinho nesta gravação. Ficou inócua. Eu disse: “Não é não, eu lembro que ele falou bastante coisa. Lembro que ele falou dos diretores, eu lembro que ele falou de como eram feitas...” Porque basicamente, Deputado, o que ele falou em quase todas as conversas seguiu o mesmo rito, o que me leva a crer que era efetivamente verdade o que ele estava falando, porque ele repetiu. Tanto que a minha preocupação na última gravação foi a de fazê-lo repetir tudo de novo. Meu Deus, como eu vou fazer o cara repetir tudo de novo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, se o senhor quisesse fazê-lo repetir tudo de novo, o senhor não teria convocado o Dr. Mancuso, seu amigo e profissional da área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu convoquei o Mancuso porque ele entende de informática, mas o objetivo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o senhor tinha algum interesse em extrair informações do Dr. Marinho sobre a área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, era só para o caso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não? E por que leva um técnico da área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Era só para o caso de o Marinho, como ele tinha falado que esse Eduardo era o entendido dele na área de informática, querer saber alguma coisa daquela nossa empresa que simulamos e tal. Eu digo: então, para não dar furo, o Mancuso vai junto porque da área de informática ele sabe responder. Eu não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, parece-me que está claro que se formou em todo esse episódio uma verdadeira quadrilha, envolvendo uma série de agentes, agentes que têm uma capacidade de simulação enorme, porque se envolvem em todo esse episódio e chegam aqui, esquecem daquilo que fizeram, esquecem daquilo que disseram e, infelizmente, tentam comprometer as

investigações. Mas isso não acontecerá, porque para mim está claro. Tudo o que aconteceu não se desenvolveu nas áreas de interesse do Sr. Arthur Wascheck: compra de uniformes, de botas, de botinhas e outras coisas mais. Nada disso. Está tudo deslocado, desviado para a Diretoria de Informática. Tudo se deu em torno disso.

E há uma figura que não foi chamada hoje, que é o Sr. Fortuna, que é representante de uma série de empresas de informática e atuou nos Correios por muito tempo, advogando os interesses de uma série de empresas de informática. O Dr. Fortuna está diretamente relacionado ao Sr. Molina, ao Sr. Wascheck e ao próprio Deputado Roberto Jefferson.

Agora, o que deixa isso tudo muito claro?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Que havia uma máfia; interesses de toda parte. Começou a haver uma disputa interna entre as pessoas interessadas que motivou essa gravação. Depois, obviamente, muitas coisas fugiram do controle das pessoas que executaram a gravação. Agora está claro. Está claro. Foi uma máfia montada nos Correios para procurar beneficiar empresas que tinham interesses diretos no setor de informática. Isso ficou claro pela motivação da gravação do Sr. Arthur Wascheck, que não foi denunciar o Sr. Maurício Marinho nada; foi desviar o foco para ter informações importantes da área de informática e defender interesses comerciais.

Eu queria fazer uma última pergunta, Sr. Presidente: por que o senhor faz a seguinte questão ao Sr. Marinho: “Deixa eu perguntar uma coisa: como você está em relação à Novadata”? Qual era o interesse, portanto, eu pergunto, do Sr. Wascheck em relação à Novadata? Porque o senhor pergunta ao Dr. Maurício Marinho na fita – eu assisti à fita integralmente, certo? –, o senhor pergunta: “Deixa eu perguntar uma coisa: como você está em relação à Novadata”? Pergunta do senhor para o Sr. Maurício Marinho. Se não houvesse uma instrução do Sr. Arthur Wascheck para que o Sr. Joel fizesse essa pergunta, certamente ele não a faria, porque ali ele estava a serviço do Sr. Wascheck. Então pergunto: por que esse questionamento que o senhor fez ao Sr. Maurício Marinho? Foi ou não foi o Arthur Wascheck que o orientou a fazer esse questionamento ao Sr. Marinho? Por que a empresa Novadata foi citada? Por que não outras empresas, tendo em vista que várias empresas prestam serviços de informática aos Correios?

Assim encerro, Sr. Presidente.

O SR. JOES SANTOS FILHO – Porque o próprio Sr. Marinho, já desde a primeira conversa que eu tive com ele, ele mesmo citou a Novadata. Foi o gancho que

eu peguei. Eu achei que o interesse era por ali. Achei que o caminho era por ali. Nada mais além disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

Para encerrar esta sessão matutina, passo a palavra para o Deputado Carlos Sampaio. V. Ex^a terá dez minutos, caro Deputado. Então, vamos parar. Retornaremos às 14h30min para continuar a reunião.

Com a palavra, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a, aproveito para cumprimentar a todos os Parlamentares presentes.

Sr. Presidente, falou-se muito de uma primeira fita e eu faria uma indagação que é fundamental para que eu prossiga nas minhas indagações: em algum momento foi requerida essa primeira fita ao Sr. Arthur Wascheck?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há uma passagem, quando interrogado sobre isso, que a Polícia Federal pretendia a requisição, a busca dessa fita. Mas a pessoa que detinha a fita informou que ela havia sido destruída.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A pessoa que detinha? Quem seria, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em seguida eu lhe passo o nome dela.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não. Estou falando isso, Sr. Presidente, porque quer me parecer que a primeira gravação foi mais importante que a segunda. Na primeira gravação, não se obtiveram os elementos necessários...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na primeira gravação, não se obtiveram os elementos necessários para se incriminar o Sr. Maurício Marinho, mas certamente foi nessa primeira reunião, cuja gravação extraviou-se...

Pois não, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só para esclarecer, está no depoimento do Arthur Wascheck.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu digo assim: quem estava com a fita que ele disse que foi extraviada?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele próprio. Ele diz que recebeu duas gravações de Jairo em tempos distintos; que descartou a primeira gravação, pois não era boa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Esse descartar não quer dizer que ele se desfez da fita?

Eu pediria, então, à Presidência que pudesse tentar recuperá-la, porque – insisto –, se não foi aproveitável para ele, pode ser a fita mais aproveitável para esta CPMI.

Por que digo isso? Porque, até o presente momento, não entendi a relação inaugural estabelecida entre o Sr. Joel e o Sr. Maurício Marinho. A conversa que ele teve na segunda gravação foi a de quem já tinha antes adentrado nos detalhes de como seria próxima a conversa; caso contrário, ele não teria tanta intimidade, a ponto de colocar em seu depoimento – como o colocou e aqui reafirmou – que estaria indo lá para uma nova reunião e que, naquela oportunidade, levaria um agrado ao Sr. Maurício Marinho.

Disse aqui o Sr. Joel que o “contrato” estabelecido entre ele e o Sr. Joel foi de R\$15 mil e que, naquele primeiro momento, levou R\$3 mil. Então, a primeira pergunta que faço ao Sr. Joel é a seguinte: nesse primeiro contato que o senhor teve, quando se estabelece um preço de R\$15 mil, e o senhor paga, no segundo encontro, R\$3 mil – insisto na pergunta feita pelo Senador César Borges –, o senhor não compreendeu ou não é crível que ele tivesse compreendido que o senhor estava querendo dele uma consultoria, ou não?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deixei bem claro para ele. A minha sugestão, na realidade, foi de que eu levaria esse agrado – e foi a palavra que usei, mesmo por telefone – de três mil, de um total de quinze mil, para eventuais despesas que ele fosse ter em conseguir as informações que nós, Alcom, iríamos precisar para ganhar uma licitação, qualquer que fosse, dentro daquela gama de produtos que eu havia enumerado para ele.

Na realidade, foi com esse intuito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor coloca, na verdade, que a motivação seria o fato de que a Alcom gostaria de estar dentro. Isso no seu depoimento. Estar dentro significa, na verdade, ganhar? Significa participar? Digo isso, porque me parece que R\$3 mil não seria algo aceitável como uma corrupção passiva, a ponto de justificar o fato de se ganhar uma licitação desse tamanho.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não... Veja bem, Deputado Carlos Sampaio. Como o Arthur me havia antecipado cinco mil de valor, e eu tinha que dar mil para o Mancuso e ainda custear as minhas despesas, digo: “Bom, é três mil”. Então, para não parecer muito pouco para o Dr. Maurício Marinho, o que eu faria? Digo: “Olha, é três mil, de um total de quinze mil, para que você consiga as informações para a gente.”

Quanto ao fato de a empresa Alcom participar, fui bem taxativo com ele nas conversas: “Nós queremos o Dr. Maurício, efetivamente, ganhar uma das licitações

que esteja dentro do nosso espectro de produtos. Nós queremos ganhar, porque os Correios desfrutaram de um conceito de quase 100% de aceitação nacional; interessa-nos essa tarja, essa marca dos Correios...”

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso na primeira conversa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Na primeira e nas outras também foi explicado isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na segunda, confesso. E aqui reitero o pedido, Sr. Presidente, da importância de se encaminhar para a perícia do Dr. Ricardo Molina – que nada tem a ver com o Molina aqui, objeto da investigação – porque muitas partes das fitas são ininteligíveis. É muito importante que tenhamos uma degravação adequada. E esse Requerimento nº 03 foi deferido. Se tivéssemos, hoje, essa degravação em mãos, já poderíamos saber o que, de fato, significavam muitos desses termos ininteligíveis.

Digo isso porque me quer parecer, Sr. Joel, com toda a sinceridade, que o senhor não participou, enquanto alguém que teria ganhos, nesse evento, nesse episódio do Maurício Marinho, mas me parece o senhor foi um instrumento. É o que me parece.

Digo isso porque, em um primeiro momento, o senhor disse que ele o contratou porque haveria ali solicitação de propina. Mais para frente, em seu depoimento, o senhor diz exatamente esta frase: “Arthur solicitou o meu trabalho e me falou que quem estava dificultando as coisas nos Correios era o Sr. Maurício Marinho”. Parece-me que a expressão “quem estava dificultando as coisas” leva à conclusão de que eles teriam tentado algo que o Maurício Marinho estaria dificultando. O senhor pensa como eu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, porque na oportunidade... Deixa-lhe explicar: você tem um amigo, você deve alguns favores a ele...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite, Joel, apenas para nós ficarmos bastante na objetividade da pergunta.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não foi minha impressão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a disse textualmente, no seu depoimento à Polícia Federal: “Ele me chamou e disse: quem estava dificultando as coisas nos Correios era o Maurício Marinho”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, foi isso mesmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso não me parece uma frase de quem queira, de uma forma bastante nobre, mostrar ao Brasil que existe corrupção. Parece-me uma frase de quem estava querendo ingressar no sistema de licitação dos Correios e estava tendo dificuldades.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, me parece que há um interesse comercial; leva a crer que há um interesse comercial.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, nós chegamos à mesma conclusão: há um interesse comercial.

A segunda conclusão a que chego, colocada aqui pelo Deputado ACM Neto, é de que, de fato, esse interesse era na área de informática. E, para mim, fica bastante claro. Ao responder uma indagação do Deputado ACM Neto, sobre o porquê V. S^a teria ido buscar alguém da área de informática, V. S^a disse: “Não, foi porque ele mesmo, Maurício Marinho, me disse que, na próxima reunião, levaria um tal de Eduardo para falar de informática”.

Aí, eu lhe pergunto: se, na primeira conversa, que foi aquela que não serviu, cuja fita foi descartada, V. S^a não tivesse tocado no termo diretamente “diretoria de informática”, por que ele teria lhe dito, nessa segunda gravação que V. S^a fez – e essa foi boa –, que levaria um tal de Eduardo que entende de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Veja, essa alusão à Novadata ele já fez desde a primeira vez, que inclusive não foi nem gravada...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não me refiro à Novadata; eu me refiro à frase que V. S^a disse que ele lhe disse na segunda gravação. V. S^a disse que, na primeira gravação, ele lhe disse o seguinte: “Eu vou levar na próxima reunião o Eduardo, que é da área de informática”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que era o assessor dele...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a afirmou isso hoje aqui?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele levaria para a segunda reunião? Com que propósito levaria ele para a segunda reunião o Eduardo, que é da área de informática, se, na primeira reunião, cuja gravação foi descartada, V. S^a não tivesse dito do interesse direto na área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não; na segunda gravação, ele relatou esse assunto de informática com vários exemplos. Então, eu achei que a condução dele era para a área de informática.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou repetir a pergunta porque talvez eu não esteja me fazendo entender.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a disse ao Deputado ACM Neto, agora, que só levou alguém que era um *expert* em informática por sugestão do Sr. Arthur; que V. S^a só levou alguém para essa

segunda reunião porque, na primeira reunião, o Sr. Maurício Marinho havia-lhe dito que levaria um técnico na área de informática, cujo nome V. S^a acha que é Eduardo. Estou certo na minha afirmação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que alguém, numa primeira reunião, diz que vai levar para a segunda reunião alguém que é um *expert* em informática se, na primeira reunião, V. S^a não tocou no assunto específico de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, mas foi tocado no assunto de informática nessa gravação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Primeira.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – (...) em que o Jairo disse que efetivamente não tinha ficado boa, que não tinha acontecido, na realidade, essa gravação. Tocou-se no assunto de informática quando da primeira conversa com ele; tocou-se no assunto de informática...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A que título foi essa conversa na primeira reunião? Porque ele não disse que levaria técnicos para a segunda reunião das várias diretorias. Ele disse a V. S^a que levaria um técnico de informática, chamado Eduardo, para a segunda reunião.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para conversar com o técnico...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então eu lhe pergunto: a que título foi conversado sobre o tema “diretoria de informática” na primeira reunião?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O título foi em função das alusões dele quanto à Novadata. Somente isso, Deputado Carlos Sampaio. Quando ele começou a exemplificar como aconteceu o negócio da Novadata... Isso ele explicou em várias reuniões, em duas ou três das vezes em que nós conversamos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não vou insistir nessa pergunta porque me parece que ele está fugindo dela.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, absolutamente. Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Joel, se V. S^a me disse que, para uma segunda reunião, ele disse que vai levar um técnico específico de informática é porque, nessa segunda reunião, V. S^a queria detalhes sobre a área de informática. Se V. S^a queria detalhes da área de informática, é porque o Sr. Arthur, minimamente, deve ter dito a V. S^a: “Me interessa mais conversar sobre esse tema, porque esse é o tema que me interessa”. Eu não estou lhe dizendo que V. S^a participou disso. Na minha opinião, V. S^a foi um instrumento disso; mas, que foi um instrumento disso, foi. É a minha conclusão.

Vou passar para uma outra pergunta. V. S^a disse que conheceu o Sr. Molina logo depois do episódio da **Veja**.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu já o conhecia antes da casa do Arthur, como eu falei, em uma churrascada que houve, em um churrasco, né, não é churrascada, à noite, que houve na casa dele.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E, nesse dia, o senhor ficou... passou a ter com ele um contato de intimidade a ponto de conversar como amigo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, uma conversa com o Molina, uma vez apresentado, ele me perguntou o que eu fazia. À época, eu falei que trabalhava com consultoria, com técnicos da USP, não é?, que tinha feito algumas consultorias. A gente conversou, e ele disse: “Ah, eu também sou Consultor da Fundação Getúlio Vargas. A hora em que você precisar de alguma coisa, tiver algum projeto...”

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já entendi. Eu digo o porquê da minha pergunta. O senhor afirmou “que Arthur estava...” – vou ler o seu depoimento –: “Que Arthur estava no Rio de Janeiro quando dessa ligação...” – quando ele ligou para o senhor depois da revista **Veja** –; “que Arthur lhe disse que tomasse cuidado, que estava muito preocupado com o depoente...” – com o senhor –; “que precisava falar, pessoalmente, com o depoente” – que é o senhor –; “que o depoente deveria pegar um voo para o Rio de Janeiro, a fim de que se encontrasse pessoalmente com ele, Arthur.” Daí, o senhor conclui: “Que, na ligação feita por Arthur, Molina tomou o telefone e falou para o depoente que tomasse alguns cuidados, tais como: trocar o *chip* do aparelho celular por outro, em nome de terceiros, não usasse Internet, dentre várias outras precauções”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Exatamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Parece-me que uma relação superficial do senhor com o Sr. Molina não se coaduna com a de alguém pegar o telefone da mão do Arthur e falar: “Olha, Joel, toma cuidado também com isso, com isso e com aquilo”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi o que ele falou mesmo, na realidade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agora, é uma preocupação bastante exacerbada para quem sequer o conhecia minimamente.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – E, no Rio de Janeiro, novamente, ele fez as mesmas, é...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As mesmas colocações.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – As mesmas colocações.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Molina, amigo íntimo do Dr. Arthur, bastante preocupado com o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, ele, ele, ele, na realidade, me fez essas... me deu esses cuidados porque o pessoal estava investigando. Então, eu dizia...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas ele não queria o quê? Que o senhor sofresse alguma...?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. O Arthur estava preocupado comigo, porque a polícia estava investigando, porque podiam pensar diferente, então...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, estou perguntando o seguinte: a preocupação do Molina em lhe dar tantas sugestões, tantas formas procedimentais para o senhor não ser pego, era para proteger o senhor, ou o senhor acha que era mais para proteger o Arthur, amigo pessoal dele?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, os dois, né? Eu acredito que os dois. Eu não tomei cuidado nenhum, lhe sou bem franco, porque não havia por que tomar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Carlos Sampaio, só gostaria que encaminhassemos as conclusões.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma última pergunta.

O senhor afirma, em seu depoimento “que Molina contou, que falou para Roberto Jefferson, de que – como foi dito aqui – iria explodir uma bomba nos Correios; que, desde que a **Veja** publicou a matéria relativa às gravações, Maurício Marinho recebeu cerca de três ou quatro ligações telefônicas de Arthur para tratar de assunto em questão”.

O senhor sabe, na intimidade que tinha com o Sr. Arthur, se o Sr. Molina poderia ter também esse interesse nos Correios, assim como o Sr. Arthur, ou se estava a serviço dele? Porque, pelo depoimento do Sr. Molina, ele não demonstra ter uma ligação muito forte com o Deputado Roberto Jefferson a ponto de olhar uma coisa – uma gravação – feita pelo senhor, na qual ele e outro interessado, o Arthur, tinham conhecimento; ir até o Deputado Roberto Jefferson para dizer-lhe: “Olha, vai estourar uma bomba!” O intuito disso foi preservar o Deputado Roberto Jefferson, com quem ele não tinha intimidade, ou seria realmente, talvez, uma extorsão para poder garantir benesses no processo licitatório, que estava acontecendo nos Correios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não tenho idéia, na realidade, de qual é intenção, ou era a intenção do Sr. Molina.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas o senhor afirmou aqui que ele foi até ao Deputado Roberto Jefferson dizendo que iria estourar uma bomba?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Isso foi o que ele me contou.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Certamente, preocupado com o Deputado Roberto Jefferson...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso foi o que ele me contou.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ... com quem ele sequer tinha intimidade.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O que ele relatou.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Quero informar às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que, em alguns instantes, a lista de inscrição para o depoimento do Sr. Molina estará na mesa.

Vamos suspender a reunião, e às 14h30min retomaremos o depoimento do Sr. Joel.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 13h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Daremos continuidade à oitiva do Sr. Joel dos Santos Filho, o qual convido para retornar aqui à Mesa Diretora. Vou seguir a lista de inscritos.

Em razão das ausências verificadas, eu já vou adiantando os trabalhos. Passarei a palavra ao Deputado Federal Jamil Murad e, depois, ao Deputado Alvaro Dias, que já estão aqui presentes. O Senador Ney Suassuna está inscrito na outra lista, não é, meu caro Senador? Eu pediria ao Deputado Jamil Murad os dez minutos regulamentares em razão do número de Parlamentares inscritos para inquirir o Sr. Joel.

Com a palavra, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Só um instante, porque havia dois na minha frente, e eu estou pegando as minhas anotações aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – V. Ex^a gostaria de falar depois do Deputado Alvaro Dias, Deputado Jamil Murad, ou já está preparado para fazer a inquirição?

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Você está na minha frente. Quer falar?

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Não estou, não. Aliás quase que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – É porque chamei os que estavam presentes.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Não, eu não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Mas V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena... Eu vou chamá-la porque, na seqüência aqui, V. Ex^a...

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Não há outros na frente, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, não, nenhum Parlamentar na frente de V. Ex^a.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Que milagre, porque, de repente, ficaram três na minha frente. Tudo bem, eu posso começar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Então, com a palavra a Senadora Heloisa Helena, o Deputado Jamil Murad e o Deputado Alvaro Dias.

Com a palavra a Senadora Heloisa Helena. V. Ex^a tem dez minutos, Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr. Joel, vários outros Parlamentares tiveram a oportunidade também de fazer alguns questionamentos que também coincidem com a minha análise em relação ao que pôde ser visto tanto no depoimento de V. S^a na Polícia Federal como em relação à degravação da conversa que V. S^{as} gravaram clandestinamente. A outra fita – eu até discutia no intervalo com o Relator – eu até solicito a V. Ex^a que a solicite aos advogados do Dr. Marinho para que a disponibilizem, até porque a própria **Folha de S. Paulo** já tinha feito uma divulgação tratando dessa outra fita que não é a que foi apresentada pelas revistas e a que tivemos a oportunidade de assistir. Então, espero que V. Ex^a possa solicitar ao advogado do Dr. Marinho a primeira fita. Não, Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – A primeira fita, Senadora?

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Sim, porque eles não disseram que gravaram 3 fitas.

O SR. JOEL DOS SANTOS FILHO – *(Fora do microfone.)*

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Não, mas eles têm acesso a essa fita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Os advogados do Sr. Marinho?

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Eles tiveram acesso a essa fita, aliás, não só eles, é por isso que é estranhíssimo quando diz que a fita sumiu, porque a **Folha de S. Paulo** teve acesso à fita, divulgou a fita, não apenas essa grande que todos nós tivemos a possibilidade de tomar conhecimento.

Tive o cuidado de analisar todos os depoimentos, de ver a transcrição da gravação clandestina, tudo, e também acompanhar com muita atenção os depoimentos dos dois empresários que aqui estiveram onde V. S^{as} supostamente estariam prestando um serviço, que eu caracterizo como serviço sujo, eu sei que V. S^a

não gosta desse termo, mas é porque eu tenho pavor desse tipo de coisa, parece sabotagem, chantagem. Eu realmente tenho pavor desse tipo de coisa. Então, esse serviço. Entretanto, toda a documentação, eu sei que outros Parlamentares já falaram sobre isso também, toda a documentação, os senhores, em nenhum momento, em nenhum momento, tratam das “mercadorias” que, supostamente, seriam fornecidas pelo Dr. Arthur, V. S^{as} só tratam de tecnologia e de disputa de gangues partidárias. Isso é absolutamente claro. Eu posso... se o senhor não lembrar, eu tenho todos os pronunciamentos gravados. Todos. Os senhores ficaram o tempo todo dizendo assim: o que eu acho importante você saber – eu acho que conversava com outro – o que se identificava como Vítor é quem era o João Carlos? O que se identificava como Vítor. Aí, vocês diziam assim – dirigindo-se ao Marinho: É aqui, o canal é aqui mesmo. Já veio de dentro do partido daquele meu conhecido, você tem lá, o pessoal que nós temos já informou também. Então, o que acontece, se houver um acerto financeiro com ele? Ele distribui, acabou a dor de cabeça. E depois, ou o senhor, ou o outro diz: olha, pessoal – eu não quero chegar aqui, checar e dizer, olha, pessoal, é o seguinte: Agora, vou ter que mandar dinheiro para o partido. Quando o senhor dizia: já veio de dentro do partido daquele meu conhecido que você tem lá, quem é essa pessoa do partido que o senhor conhece ou o outro que estava com o senhor? Quando o senhor foi procurar o Sr. Marinho, o senhor falou em nome de alguém, de algum partido, de alguma pessoa ou apenas usando o estratagema que vocês disseram que chegaram lá falando de uma suposta firma, empresa multinacional ou qualquer outra coisa? E quem é essa pessoa que vocês diziam aqui que conheciam de dentro do partido, daquele meu conhecido, você tem lá, o pessoal que nós temos que já informou também? E, aí, tem uma coisa muito esquisita porque a grande maioria das vezes que tratam do Deputado Roberto Jefferson são os senhores que tratam, em todos os momentos onde o Marinho faz alguma sinalização quem complementa com a palavra Roberto Jefferson são sempre vocês. Ele, às vezes, nem está falando do Deputado Roberto Jefferson, vocês entram: até o Roberto Jefferson, se for preciso. A divisão já está definida. Depois, vocês voltam. Sempre que se fala do Deputado Roberto Jefferson ou da suposta, que eu identifico como gangues, uma briga de gangues partidárias, PT, PTB e PMDB, porque sempre fica se tratando disso, e quando se fala da possibilidade de trocar pelo PMDB, e os senhores, não sei se o senhor ou o que estava com o senhor fazendo a gravação clandestina, um dos dois fala sempre sobre isso. Melhorar em que sentido, se sair

o PMDB? É bom deixar isso bem claro: os senhores sabiam muitos detalhes. Quando o senhor disse que não sabia detalhe sobre a tecnologia e o seu amigo era apenas um conhecedor, me desculpe, fica difícil de acreditar, porque vocês sabiam detalhes sobre a Novadata, detalhe sobre a Scopus, detalhe sobre a Bematech, de Curitiba, tudo, todos os procedimentos antigos e novos, de licitações antigas e de licitações em andamento, na área de tecnologia, os senhores conheciam todas. E essas não tem nada a ver com as ações comerciais do Dr. Werneck.

Outra coisa, depois os senhores voltam para o Deputado Roberto Jefferson: “Mas é o próprio?” Ele diz: “O próprio.” Aí um de vocês: “Roberto Jefferson? E vocês introduzem ou você fala direto com o genro dele? Como é que você fala?”

Depois os senhores é que ficam o tempo todo falando do Roberto Jefferson, dizendo: “E esses acertos financeiros é com o genro do Deputado Roberto Jefferson?” E volta, deixa eu objetivar um pouquinho mais essa conversa aqui, todas as vezes que tratava do PTB. Inclusive, os senhores conheciam detalhes sobre a troca que supostamente deveria haver, indo o Sr. Ezequiel, também indicado pelo PTB, para substituir o indicado pelo PT. Aí os senhores dizem que tinham quase certeza de que... Sim, ainda vou voltar para a área de licitação antes de entrar no PMDB, na indicação que os senhores perguntam, dizendo que tinham certeza de que quem ia ganhar o cargo era o PMDB.

“Para efeito dessa licitação, o que vai acontecer na área de informática? Como é que nós podemos objetivar esses acertos?” Depois, “E a Novadata?” “Veio, acertou direto com a Diretoria.” E começam a entrar em detalhe sobre a Novadata, sobre informações confidenciais, sobre os casos específicos de informática, porque a situação dentro da inflação é crítica, a atualização de peças de computadores, os insumos, enfim, é tudo muito rápido. Voltam a falar da área de informática e, num único momento em que tentam falar de uniforme, V. S^{as} que retomam a área de uniformes, aí V. S^{as} saem rapidamente: “Marinho, na área de informática...” Aí começam a falar da área de informática mais vezes. Aí voltam, falando de procedimentos que tinham acontecido: Itaotec, Microtec, Del, falando muitas, muitas, muitas e muitas vezes.

E depois os senhores mostram um profundo conhecimento de algo que eu caracterizo – e V. S^a pode entender o contrário – de uma verdadeira gangue de partidos instalados dentro dos Correios. E a prova é que os senhores – para você ver que não era um debate comercial sobre quem ia ganhar ou se o Dr. Arthur ia ter a capinha de chuva, a bota camuflada – dizem: “Deixa eu te falar uma coisa: sabe, teve uma época

que eu cheguei a pensar que o Robson ia assumir a Tecnologia. Ele está dentro do acerto do trem, não é? Do mesmo time?” Quando ele diz “é, ele é do PMDB, está fechado”, aí um de vocês responde: “Manozinho, into beleza!” Para dizer que está uma beleza.

Aí começa perguntando sobre a Paraíba. É porque está aqui. Começam a falar sobre a Paraíba, qual é a ação na Paraíba. Depois entra aquilo que o Relator iniciou e que V. S^a não completou sobre o espanhol, que os senhores estavam querendo ter conhecimentos precisos sobre os processos de licitação na Eletronorte. E aí, depois, os senhores entram perguntando também se já estava acertado com o PMDB, porque o Robson é um extra do PMDB. Está aqui.

Então, queria que V. S^a nos explicasse um pouco sobre algumas dessas. Era blefe dizer que a multinacional tinha bala na agulha para apresentar o menor preço no mercado? Que apoiaria os partidos políticos que aprovassem os seus projetos?

Outra coisa, quem passou para o senhor tantas informações da área de tecnologia, referentes a contratos antigos, a contratos novos e a processos em andamento? Quem passou para V. S^a tantas informações? Porque um dos dois tinha. Se o Sr. João Carlos foi pego quase que no meio da rua... Aliás, eu espero que ele não trabalhe oito horas por dia, porque senão vão ser mais de R\$20 mil de aula de informática por mês. Então, , quem passou tantas informações, na área de tecnologia, referentes a contratos passados e a processos em andamento? O senhor tem conhecimento de outros dossiês sobre outros funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos? O senhor já ouviu falar ou já entrou em contato com o Sr. Eduardo Medeiros, Adauto Tameirão, Edilberto Petry ou Júlio Imoto?

É isso. Responda-me a essas perguntas nessa primeira etapa, por favor, Sr. Joel.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Primeiramente, o que eu conseguir... Se V. Ex^a puder ir me lembrando de algumas perguntas...

No que se refere ao Robinson Koury, que a senhora citou, esse foi um nome que... Quando falei com um amigo meu, em um almoço de Rotary...

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Que amigo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Luiz Cecílio é um funcionário dos Correios que eu conheci no Rotary. Perguntei-lhe quem eram os diretores do Rotary Vinte e Um de Abril e quem eram os diretores dos Correios. Ele disse-me: “Tem o Fulano, tem o Sicrano, tem o Robinson, tem isso, tem aquilo”. Mas quais são as áreas deles?

Na realidade, Senadora, eu estava coligindo, coletando algumas informações, uma vez que eu não

conhecia nada dos Correios. Então, é lógico, eu anotei esses nomes para poder enunciá-los na frente do Marinho, para poder criar alguma credibilidade. Eu falei do Robinson Koury, e foi aí que ele falou em resposta: “Não, não vai ser o Robinson. Vai ser o Ezequiel, indicado por Fulano, etc., etc. e tal”. Essa foi a citação do Robinson Koury. Eu não o conheço. Realmente, eu não o conheço. Aliás, eu não conheço nenhum dos diretores do Correio.

Com relação ao Deputado Roberto Jefferson, fiz várias citações que a senhora mencionou. Realmente, eu as fiz. Eu as fiz em função de que, se o objetivo era coletar prova material da atuação do Sr. Maurício Marinho ali, onde ele dizia, veementemente, que era com ele o esquema, que era ele que comandava, eu fui explorando o que me era possível explorar. Ele havia falado já no Roberto Jefferson, e eu explorei isso as vezes que pude explorar.

Quanto ao espanhol que a senhora falou, esse realmente eu não me recordo. Gostaria que a senhora... O espanhol de que a senhora fala é o Salmeron?

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Exatamente.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, tá.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Mas quem pergunta “vamos falar sobre o espanhol” é um de vocês dois.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque ele havia citado o Salmeron em uma dessas interlocuções, em que ele disse: “Se você quiser, inclusive, negociar na Eletronorte, tem o Salmeron lá, que é muito amigo meu e que eu conheço já de tempo. Eu posso encaminhá-los.” Essa coisa toda.

O espanhol é o Salmeron, então. Ele citou várias vezes o Salmeron. E uma dessas vezes em que ele citou foi exatamente para dizer que nos conduziria à Eletronorte, que nos apresentaria a ele para futuros negócios, se a gente quisesse, que era muito amigo dele.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas os senhores já conheciam o Salmeron? Sabiam até que ele era espanhol? Como é que souberam, se ele não falou sobre isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca, nunca, nunca. Nunca conheci o Salmeron. E também não tenho como lhe responder sobre o espanhol, porque não me recordo se foi o Marinho que falou em uma das fitas ou não.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Não, são vocês. Está aqui muito claro. São vocês. É ele que depois responde que é o Salmeron.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ou foi alguma dedução do João Carlos. Mas eu não me recordo de ele ter falado isso.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Quer dizer que o senhor está afirmando aqui que nem o senhor nem o Sr. João Carlos tiveram informações privilegiadas ou tiveram informações pelo Sr. Arthur, pelo Sr. Molina ou por qualquer outra pessoa sobre os processos de licitação antigos ou em andamento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Esses processos de licitação que a senhora citou além da Novadata, que foi o único nome, a única menção que eu tive como guia, as outras menções todas foi o Marinho que citou. Seria importante conseguir essa segunda fita. Provavelmente, isso está nela.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – É porque são os senhores que estão citando. Eu até fiz questão de voltar para o vídeo, lá no computador, para identificar quem é que estava falando sobre isso, dando detalhes. É claro que o Sr. Marinho dava muitos detalhes, mas, mesmo naquilo que ele não verbalizava, vocês introduziam sempre detalhes, considerações relevantes sobre licitações antigas ou processos em andamento, como se alguém tivesse informado a V. S^{as} detalhes sobre a área da tecnologia – era sempre sobre isso que vocês falavam – e sobre a área de operações.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – As citações, eu lhe asseguro, foram a partir do Sr. Marinho. Esses nomes que a senhora enunciou, além da Novadata, todos eles, foi ele quem falou, na realidade. Lógico, você vai pegando esse gancho; vai tentando explorar a situação, porque, na medida em que ele ia falando os nomes, eu ou o João Carlos íamos tentando explorar isso para ver se ele falava mais, se surgia alguma coisa. Enfim...

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – É, mais só se foi em outra fita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Heloisa Helena, peço a V. Ex^a que observe o tempo, porque nós já...

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Concluo. Estou concluindo, Senador Delcídio Amaral. Só espero que V. Ex^a seja tão rigoroso, como está sendo com o tempo, ao exigir do Governo Federal, da Polícia Federal, da Corregedoria ou de quem quer que sejam todos os dados relevantes para que nós possamos instrumentalizar o nosso trabalho, porque já são 15h16min e não chegou absolutamente nada sobre o processo de instrução em que vamos trabalhar amanhã. Tudo bem que alguém poderá dizer: não tem problema, porque se os diretores, por acaso, fizerem uma declaração, verbalizarem algo que depois, ao analisar os dados e

o processo de instrução, possamos identificar se eles estão mentindo, faltando com a verdade, alterando ou manipulando dados, isso é possível fazer. Quero solicitar a V. Ex^a o mesmo empenho, porque daqui a pouco vai ficar muito feio, muito esquisito, porque daqui a pouco seremos nós a ir à Polícia Federal ou ao Ministério Público, isoladamente, solicitar documentos, como temos o direito de fazer.

Só para deixar claro que continuo, infelizmente... Fico até sempre querendo me convencer... Estou querendo ter a maior paz de espírito, até porque Brasília está tomada de ipês rosa, está muito linda, mas não tenho condição. Além de esse ser um tema que me irrita profundamente... Sr. Joel, sei que, muitas vezes, quando as pessoas sentam aí, alguns que aqui embaixo sentam até se aproveitam da soberba e dos cargos para fazer provocação, o que não é o meu estilo, mas esse negócio de sabotagem, gravação clandestina, chantagem, isso é uma coisa, realmente, que a sociedade não aceita. E o que é mais grave é que, em todos os momentos, ficamos aqui identificando que tudo isso, que todas as informações que V. S^{as} nos dão não têm coerência com aquilo que V. S^{as} estão falando aqui, infelizmente. V. S^{as} diziam que estavam prestando um serviço – na minha avaliação, como na de muitos outros, um serviço sujo – para determinado fornecedor. Nenhuma das conversas aqui trata daquilo que efetivamente teria uma relação com a área a que vocês estariam prestando serviço – é só tecnologia ou problema de partidos. É por isso que fica muito suspeito. V. S^{as} passam todo o tempo falando do PMDB, do PTB, do PT, do Deputado Roberto Jefferson e da área de tecnologia e depois dizem que alugaram uma maleta para resolver problemas comerciais? Fica realmente muito difícil acreditar no depoimento de V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, queria passar imediatamente a fazer as perguntas ao interrogado, Joel Santos Filho.

Joel Santos Filho disse, no depoimento à Polícia Federal, que conhecia o Sr. Arthur Wascheck desde 1992, quando ele, Joel, que está aqui como interrogado, como investigado, era coordenador do MEC. E, nessa época, o Sr. Arthur Wascheck, que se apresentou aqui como empresário, já estava preocupado com propina, e V. S^a, Joel, se associou ao Wascheck em investigações de propina. Quer dizer, em outras palavras, é um grupo que pelo menos há treze anos está associado ao submundo das licitações. Treze anos. E o Joel diz que recebeu carta branca de Arthur Wascheck mostrando a intimidade entre eles, o jogo de interesses entre eles para investigar licitações de compras de uniformes em

São Paulo. E contratou o vereador de oposição, apresentado por alguém da USP.

Segundo seu depoimento na Polícia Federal, você contratou alguém da USP porque você achava que deveria contatar um vereador de oposição para detonar a licitação de uniforme. E quem ele procurou? O Sr. Marcos Zerbini, do PSDB de São Paulo, vereador de São Paulo, do PSDB. E falou que esteve em contato com outros políticos em São Paulo. A minha pergunta, está no seu depoimento na Polícia Federal, não adianta fazer sinalização que não, porque está aqui registrado, quero saber quem são esses outros políticos de São Paulo. Sou Deputado Federal de São Paulo, moro na Cidade de São Paulo e um já identificamos é o vereador Marcos Zerbini, do PSDB de São Paulo. Você falou que contratou outros políticos de São Paulo.

Bom, depois, no seu depoimento à Polícia Federal, sobre esse episódio atual, dos Correios, ele disse que o Arthur Wascheck deu carta branca para ele comprovar, registrar as irregularidades de Maurício Marinho. Muito bem, posteriormente, vocês estiveram reunidos, você esteve trabalhando nessa questão dos Correios com um agente chamado Jairo Martins, que foi cabo da Polícia Militar do Distrito Federal, foi soldado da PM do Distrito Federal, desde 89, em 93 foi da ABIN e trabalhou na ABIN até 2001. Depois teria vindo à Câmara de Deputados e saído e voltado à Polícia Militar em 2003, ou seja, o Sr. Jairo Martins que trabalhou com você nessa gravação em relação ao Sr. Maurício Marinho. Só que esse Jairo Martins é o mesmo contratado pelo Carlinhos Cachoeira para gravar aquelas irregularidades do Deputado recentemente cassado, chamado André Luiz.

Queria, inclusive, nesse caso, o Sr. Jairo Martins fala que ele já contratou logo o Sr. Policarpo; o Sr. Wascheck falou: será que tem algum jornal, isso daria imprensa. O Sr. Jairo Martins falou: dá imprensa e aí o próprio Jairo Martins que é o seu comparsa nesse jogo falou: dá imprensa e aí contratou o jornalista Policarpo da revista **Veja** e mostrou o DVD logo no dia seguinte, mostrando que o interesse, no meu entendimento, não era apenas comercial ou da bandidagem, mas tinha o interesse político nesse processo. E essa organização – que eu não ainda não descobri o nome, mas que é o Arthur Wascheck, o Joel, o Molina, o Jairo Martins – é contratada em determinados momentos para fazer um determinado jogo sujo. Então, eles têm algum proveito comercial nisso, mas o principal é que eles são especializados em gravação secreta etc. e que serve para uma determinada finalidade política.

Depois ele entregou a última fita de DVD também para o Sr. Policarpo, que era jornalista da revista **Veja**.

Eu queria saber esclarecimento seu – e esta é a oportunidade. Se você não ajudar a esclarecer, para o bem público, você vai ser condenado e vai sofrer as penas de membro de um grupo de criminosos contra o patrimônio público, criminosos contra as instituições. E você daria seqüência ao acobertamento disso.

Então, era isso. Desde 92, com Arthur Wascheck, foi investigar licitação de compra de uniforme em São Paulo e contratou um político do PSDB chamado Marcos Zerbini, que é vereador na cidade. Quero saber quais foram os outros políticos contatados e o que você sabe dessa investigação que o Carlinhos Cachoeira contratou junto ao Jairo Martins para investigar e que acabou resultando na cassação do André Luís. Se você participou também desse processo, já que não aparece o seu nome ali.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deputado, objetivamente, quanto a Cepesp, eu já retifiquei de início. Na realidade, não foi o Arthur que delatou o esquema de corrupção na Cepesp, como eu pensava a princípio e declarei na Polícia Federal, até sob alguma pressão, porque foi para mim uma surpresa a prisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Você elogiou a Polícia Federal e disse que não foi pressionado. Está escrito, você assinou e, inclusive, você declarou hoje aqui.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Elogiei e ratifico o elogio quanto à Polícia Federal. Eles me trataram bem. Agora, eu fiquei assustado, realmente. Eu nunca fui preso, Deputado. Nunca fui preso. Só pensava na minha família naquele momento, por favor.

Agora, respondendo a sua pergunta do Arthur. Então, eu tomei o cuidado, quando vi o depoimento do Arthur, de perguntar para o meu chefe, na época, que era o Professor Abdala se, realmente, tinha sido o Arthur que disparou o esquema. Ele disse: não, Joel, não foi o Arthur. Foi o Razeira, que ele me falou, que entregou a fita aqui. O Arthur veio várias vezes comentar sobre isso, como todos os fornecedores.

Os pagamentos que eu indiquei para fazer para a empresa do Arthur, na realidade, foi um procedimento da própria secretaria, Deputado. Eles apresentaram os processos de que eles haviam fornecido. Nós examinamos a documentação. Não fui só eu; foi o pessoal todo de um departamento que analisa, isso é passado para o diretor, que manda para o financeiro, que paga, que é o ordenador de despesas.

Eu não vejo atitude ilícita nenhuma aí nem de quem é ré que entregou essa fita, porque estava delatando o esquema de corrupção na Cepesp.

Quanto a São Paulo, a mesma coisa. O que fiz em São Paulo? Eu não conheço outros políticos em

São Paulo. Nem o Sr. Marcos Zerbini eu conhecia. Eu falei com um amigo meu da...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o nome da pessoa da USP que te apresentou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu declarei, Paulo Hernandez. O Paulo disse: olha, Joel, tem um vereador, que é o Marcos Zerbini, mas ele também não o conhecia. E disse: eu vou ver um amigo meu que conhece e vou dar o telefone dele. Você entra em contato com ele.

E foi assim que aconteceu. Peguei, entrei em contato com ele, ele marcou comigo um local para almoçar. Eu mostrei e disse: olha, vereador, eu tenho essa documentação aqui, que um amigo meu mandou de Brasília, dizendo que houve superfaturamento lá em Brasília e tal. **O modus operandi** desse pessoal é o mesmo. Qual que era o interesse do Arthur em São Paulo? Ele queria participar da licitação de uniformes em São Paulo, com algumas empresas dele, sei lá, com alguns representados dele. Então, ele queria, efetivamente, travar essa licitação, para que pudesse entrar nessa licitação.

Bom, como minha atividade parava aí, o que eu podia fazer diante disso? Que poder eu tinha para parar uma licitação que estava em andamento, para parar uma licitação em que tinham declarado antes que os ganhadores seriam Rhodia, Du Pont e não sei o quê e mais uma empresa, a Alpargatas? Eu achei que o Vereador teria poder para isso. Entreguei para ele e fui embora. Na realidade, o que eu fiz foi isso.

Quem delatou o esquema da Prefeitura de São Paulo, dos uniformes, não fui eu não, foi o Vereador, com a documentação que eu forneci para ele. Foi somente, tão-somente isso. Tem um inquérito em São Paulo, os senhores podem requisitar, está tudo lá. Foi tão-somente isso. Existe toda uma documentação feita em São Paulo.

E a notícia que eu tive depois, através do próprio Arthur, foi que não adiantou nada, porque, na verdade, a Prefeitura de São Paulo continuou a comprar, etc e tal. Eu não sei. O que eu posso lhe falar é isso.

Quanto ao Jairo, eu não conheço o Jairo. Conheci o Jairo... Agora eu conheço, é lógico.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quais outros políticos de São Paulo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nenhum.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque você declara aqui na Polícia Federal, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Jamil, eu só pediria para V. Ex^a acelerar no tempo, para concluir, em função de que há outros oradores, outros parlamentares inscritos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas é importante isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ok. Mas conclua, Deputado.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não declaro aqui, Deputado. Se V. Ex^a puder me mostrar, se V. Ex^a puder me indicar... Eu não declaro que conheço outros políticos em São Paulo. Declaro que entreguei para o Vereador Marcos Zerbini, cujo Partido eu não me recordava até o senhor esclarecer que é o PSDB.

Quanto ao Jairo, concluindo, lembrei-me: conheci o Jairo pela apresentação que o Arthur me fez no escritório dele. A primeira vez, ainda pedi ao Jairo que não houvesse divulgação. Depois, novamente, encontramos num restaurante aqui de Brasília que se chama Intervalo. Mesma coisa: no restaurante Intervalo, o Arthur pediu encarecidamente para esse Sr. Jairo, para esse rapaz, o Jairo, que não houvesse divulgação. E ele disse: não, Sr. Arthur, eu sou profissional nisso, estou acostumado a fazer isso, ninguém vai divulgar nada. Pronto. Esse é o meu conhecimento do Jairo.

O Molina eu conheço do churrasco na casa do Arthur, e depois vim tomar pé com ele no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, depois, na Polícia Federal, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

O próximo inscrito é o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Joel, quero informar ao Sr. Joel que vou fazer um requerimento para que ele venha depor como testemunha.

Temos percebido, várias vezes, Sr. Joel, que V. S^a tem se colocado de forma evasiva, tem procurado fugir das respostas, e, como testemunha, o senhor não poderá fazer isso. Então, o senhor fique, desde já, ciente de que vou tomar essa providência.

Seu advogado que está aqui presente é o Dr. José Hamilton Araújo Dias? (Pausa.) É o mesmo que esteve com o senhor na Polícia Federal? (Pausa.)

Na Polícia Federal, o senhor ficou detido juntamente com as outras pessoas desse caso, na mesma cela? Então, vocês tiveram oportunidade de conversar antes de depor? (Pausa.)

Sr. Relator, V. Ex^a percebeu o quão grave é isso aí? As pessoas ficaram na cela, juntas, antes de depor. Elas tiveram toda a oportunidade de tramar o que iriam dizer ou não dizer. E o Joel, inclusive, disse aqui que o Molina pediu para ele não falar esta ou aquela coisa.

Quais outras coisas uns pediram para os outros não falarem e o que combinaram? É uma coisa extremamente absurda! Eu queria chamar a atenção para

isso, e é por isso, Sr. Relator, que vou fazer questão de convocar essas pessoas como testemunhas. Sob juramento, vamos poder esclarecer coisas que lamentavelmente estão sendo omitidas. Estão nos fazendo de bobos o tempo todo aqui, fugindo de respostas, dando evasivas.

O Deputado Jamil, agora há pouco, leu um trecho de um depoimento dele e ele disse que não disse isso. Eu fui dar uma olhada aqui, e o Jamil tem razão. Está aqui: “Tal publicidade causou o cancelamento **(trecho ininteligível)** que, por esse levantamento feito em São Paulo e contatos realizados com políticos locais, recebeu de Arthur R\$5 mil.” Está aqui, Jamil, você tem razão: “com políticos locais”. E ele diz que não tem político nenhum.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não... Político...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ou ele mentiu na Polícia Federal ou ele está mentindo aqui, agora. Não tem lógica.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Agora eu vi. Não, não... Políticos locais, me referindo ao Vereador do Partido. Com políticos locais. Mas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Um político ou políticos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, Deputado, é um erro de linguagem, ou na hora que o escrivão fez ou na hora que eu declarei. Eu estava nervoso. Mas eu me referi aqui, quando falo de políticos locais, eu me referi ao Vereador. Eu não entrei em contato com mais ninguém. Ninguém em São Paulo além desse Vereador, que foi o primeiro que me indicaram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu vou ler para o senhor: “Que, por esses levantamentos feitos em São Paulo...”

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu li, eu li.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – “...em contatos realizados com políticos” – no plural – “locais, recebeu de Arthur R\$5 mil.”

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu li aqui, achei localizei aqui, mas eu estou lhe dizendo, eu estou me reportando ao político Marcos Zerbini, porque ele estava junto com um outro assessor dele. Tem, deve ter o nome dele na minha agenda que foi presa. Com certeza tem. Foi ele e mais um assessor de gabinete... De chefe de gabinete dele. Então... E até falo políticos locais, mas exatamente – foram dois –, mas exatamente era me reportando ao Vereador Marcos Zerbini.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora, o senhor se vangloria de que o seu trabalho suspendeu a licitação que o Deputado Jamil Murad fala. O senhor reafirma isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se vangloria de que o levantamento que o senhor fez suspendeu a licitação que estava ocorrendo em São Paulo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não me vanglorio disso. Eu falo que o meu trabalho ocasionou a suspensão de licitação, mas temporário também, porque ela depois ela continuou do mesmo jeito, Deputado. O senhor pode pedir essa informação. Ela acabou ocorrendo, quer dizer, de nada adiantou o meu trabalho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parece que o seu trabalho nunca adianta de nada, né?!

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Parece.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabia que estava fazendo um trabalho sujo para o Sr. Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas o senhor acha... O senhor me perdoe, eu entregar uma documentação de uma licitação que vai haver numa cidade em que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. Não. Eu já estou em outro, já estou em outro...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não vejo como trabalho sujo isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já estou em outro momento. O trabalho que o senhor fez para o Arthur aqui nos Correios era um trabalho sujo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fiz por amizade ao Arthur o trabalho. Puramente amizade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Um trabalho sujo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não considero como trabalho sujo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Uma gravação clandestina?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É de alguém que confessou aqui, exatamente para o Brasil inteiro, que o que ele fez é aquilo. Alguém que confessou aqui para o Brasil inteiro, que disse a todo o País que ele agia exatamente daquela forma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é policial?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Não sou policial...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é do Ministério Público?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Também não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é função do senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não esperava que o que ele fosse falar fosse aquilo. Eu só fiz pela amizade. Quando o teor das declarações se revelou daquela forma, Deputado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que teve uma gravação anterior que não foi confirmada. Depois o senhor teve que fazer uma nova gravação. Na gravação anterior também o senhor deu R\$3 mil para ele?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não, não. Foi só nessa última, porque não havia motivação para eu voltar lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então espera um pouquinho. Espera um pouquinho. Se o senhor... Se a gravação anterior tivesse sido válida – e o senhor não tinha dado os R\$3 mil –, se não tivesse sido necessária a outra gravação, não teriam os R\$3 mil, então?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu só dei os R\$3 mil nessa última gravação por achar que eu não tinha motivo mais para ir lá para ele falar as mesmas coisas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não entendeu ou não está querendo entender.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se a gravação anterior tivesse sido concluída, o senhor não precisaria ter feito a próxima. Se, na anterior, o senhor não deu os R\$3 mil, então, não teria os R\$3 mil, porque só na seguinte é que teve os R\$3 mil?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. A idéia minha dos R\$3 mil foi tão-somente para a última gravação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então eu lhe pergunto: se a gravação anterior tivesse sido positiva não teria a história dos R\$3 mil?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não teria. Realmente não teria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Absurdo, Sr. Relator! Alguma história aí não está batendo.

O senhor sabia que o Jairo já tinha trabalhado na Abin?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Desconhecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O João Carlos sabia disso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Também, muito menos. De jeito nenhum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que, no dia em que vocês estavam saindo da gravação – e o Jairo estava com o senhor... Em uma das gravações, o Jairo estava com o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Era para ele ter ido, ele acabou não indo, deu uma desculpa que tinha um serviço para fazer fora e ele não ia poder ir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, ele foi. Você sabe o que aconteceu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na última gravação...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele foi. Ele foi, o senhor sabe o que aconteceu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele não foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele foi, estou afirmando. Ele foi. Eu estou afirmando.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, ele não foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele foi. Eu estou afirmando! Ele foi. Acontece que, quando ele estava subindo nos Correios, para encontrar com o senhor e com o João Carlos, cruzou com o alemão, que é outro agente da Abin, e aí quando perceberam os dois, ele deixou de dar sequência àquela combinação que tinha com o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deputado, no dia...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou afirmando para o senhor. O Jairo ia com o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É um direito seu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E, no dia em que o Jairo estava se encaminhando, para, junto com o senhor e com o João Carlos, fazer esse jogo sujo, ele cruzou com o alemão, que é um outro agente da Abin, que estava lá nos Correios, e, por causa disso, o Jairo abortou a companhia de vocês. Eu estou lhe afirmando.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É um direito seu. Eu não vi, não presenciei. O que aconteceu no dia da gravação? Ele me entregou a pasta, veio numa caminhonete branca, me entregou essa pasta; eu peguei a pasta, liguei o equipamento e fui gravar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas vocês haviam combinado que ele iria com o senhor? Antes?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Estava combinado de ele ir junto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Escutou, Senador?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – E ele disse que não ia poder ir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estava combinado de ir junto.

Não é que ele não podia ir, não, é que aí, o alemão, que é agente da Abin, que estava lá no Correio, percebeu e abortou toda a participação dele, Jairo, mas a maleta ele lhe entregou.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Me entregou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E lhe entregou pela terceira vez, não é?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Hum, hum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela terceira vez?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Três vezes o senhor gravou? (Pausa.)

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, vou apresentar um requerimento, convocando o Sr. Joel Santos Filho como testemunha, para ver se ele vai mentir, como mentiu hoje.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não menti, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a concluiu?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mantenho, depois do que ouvi hoje, a mesma posição que me levou a suscitar uma questão de ordem sobre a necessidade de estabelecermos prioridades.

Nós temos um farto material para investigação, gente importante para depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, se tentarmos abraçar o mundo, não vamos chegar a lugar algum. Precisamos focalizar bem as prioridades.

Este depoimento de hoje, certamente, pouco vai acrescentar, até porque o Sr. Joel não é o alvo desta CPMI. Ele comparece não como investigado, a meu ver, e, sim, como testemunha, porque fez a gravação e pode, se desejar, contribuir mais ou menos, com os esclarecimentos que aqui presta. Mas certamente teríamos resultados mais expressivos, se realizássemos a acareação que propus do Sr. Joel com o Sr. Maurício Marinho. Aí, sim, poderíamos obter resultados mais expressivos deste dia de trabalho.

De qualquer forma, vamos cumprindo o ritual e indagando do Sr. Joel. É por isso que propus, no início também, que ele prestasse o compromisso como testemunha. Creio que é essa a razão da presença dele aqui, porque não o vejo como, primeiramente, arquiteto de nenhum esquema de corrupção. Ele não é o idealista, não idealizou esse esquema, não arquitetou a estratégia, apenas cumpriu um papel – o de gravar – evidentemente remunerado, ao realizar esse trabalho.

Por essa razão, gostaria de ouvi-lo, já que a cena emblemática de toda essa história, de todo esse escândalo é aquela do Sr. Maurício Marinho, recebendo

R\$3 mil e colocando no bolso. Ou seja, com imagem e som para todo o País, a corrupção, alguém corrompendo e alguém sendo corrompido e recebendo R\$3 mil. Eu acho que isso é emblemático. É um símbolo de toda essa... Aliás, essa imagem foi repetida quase tanto quanto a propaganda da Coca-Cola. Nós já estamos até cansados de ver essa imagem.

Então, a que título o senhor entregou esses R\$3 mil e o convenceu a receber? Parece-me que não foi difícil convencê-lo a receber. Ele acabou pretextando a antecipação de pagamento de uma futura consultoria que faria. É evidente que nós, que não acreditamos em Papai Noel, não acreditamos também nessa estória. Gostaríamos de saber do senhor Joel a que título foi-lhe repassado esse valor de R\$3 mil.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Após a gravação da segunda fita, Deputado Alvaro Dias. A primeira o Jairo havia me dito que não aconteceu, que sumiu. A segunda, inicialmente, havia dito que também não tinha conseguido gravar, que tinha que gravar uma terceira. Depois localizou, etc e tal, entregou-a ao Arthur, que me disse que o conteúdo da fita era meio inócuo e para eu ir a terceira vez gravar. Conseqüentemente, era a quarta vez que eu iria ter com o Sr. Maurício Marinho. A primeira vez eu fui sem gravar. Fui para conhecê-lo. Achei que tinha que ter algum argumento forte. Houve tempo para isso entre a segunda e a terceira gravação. Eu liguei uma das vezes para o Marinho e ele disse-me que se encontrava em férias, no Mato Grosso me parece. Isso por telefone. Liguei de Curitiba para ele. Ele me disse que se encontrava em férias no Mato Grosso. Perguntei-lhe quando estaria em Brasília. Ele falou-me da data que estaria em Brasília.

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – Só para economia de tempo, vamos ser bem objetivos.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor entregou esse dinheiro por quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para haver uma motivação. Liguei para ele...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o que o senhor disse a ele? Estou aqui antecipando-lhe R\$3 mil para você facilitar a licitação, a concorrência?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Disse-lhe o seguinte: Marinho, estou com uns diretores da empresa aqui em Brasília – seria o João Carlos. Ele está indo embora para a Alemanha e precisava apresentá-lo a você. Inclusive, já falei para eles que você iria nos ajudar, que você iria colaborar para que nós ganhássemos uma licitação dentro dos Correios. Esse era o interesse dessa empresa simulada, a Alcom. Era exatamente esse o interesse que eu tinha exposto para

ele. Eu precisava que ele o convencesse daquilo tudo que me falou. Para que você possa tomar as suas providências. Tem até um agrado que consegui com eles de R\$3 mil, em um total de R\$15 mil. Achei que R\$3 mil era pouco. Na realidade, o Arthur tinha me pagado R\$5 mil para eu pagar o João Carlos a despesa da viagem. Por conta, veio na hora isso porque achei que iria ser difícil receber-me, falar tudo de novo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E recebeu com a maior facilidade? Como antecipação dos R\$15 mil.

Ao final de quase duas horas de gravação há uma interrupção abrupta. Não sabemos se acabou a bateria, o que houve. Se houve o desligamento do aparelho, se o senhor o desligou. Neste momento, parece-me que a conversa era importante porque se falava em deputados. Não sei se falavam em partidos, em deputados. Imagino que estavam tratando, exatamente, do objetivo da corrupção, que os recursos eram repassados a políticos. Indago ao senhor: depois que houve a interrupção da gravação o que se conversou? O que ele disse?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quanto à interrupção da gravação deve ter sido por conta da bateria, até porque para interromper você teria que abrir a pasta e daria para ver toda a movimentação.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – (Fala inaudível.)

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Jairo havia me falado que durava cinco horas.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Só tinha uma hora e quarenta.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele me disse que tinha ido a uma outra missão. Quando me entregou a pasta...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse detalhe não importa muito, pois o tempo irá acabar.

Quero saber o que ele estava dizendo nessa hora e o que disse e não ficou gravado. Ele falava em deputado, em partido.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Finalizou quase em seguida àquele tempo. É fácil verificar até por conta de que foram mais despedidas, e pelo episódio de o João Carlos pegar o cartão dele de volta pelo receio que teve do que ouviu. Foi o tempo de nos despedirmos, sairmos, pegarmos o elevador e descermos nos Correios, de passarmos pela roleta lá em baixo. Se for computar dá mais ou menos esse tempo, Senador. Não teve muita coisa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nesse período, nada de importante ele disse?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – De que eu tenha lembrança, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Entre gravações e períodos não gravados de conversa, eu gostaria que o senhor detalhasse essa história que ele conta, embora ele tenha dito depois que foi bravata. Mas, como se vê, não houve bravata. Há muita mentira da parte dele, em relação, inclusive, ao recebimento dos R\$3 mil. Houve corrupção mesmo. Ele foi corrompido. Ele foi corrompido, aceitou R\$3 mil para prestar um serviço, que seria o de facilitar para a empresa que supostamente o senhor estava representando naquele momento ganhar uma licitação. Isso se chama propina mesmo e corrupção.

Ele fala que era ali o artífice maior do esquema envolvendo o Osório, que é o chefe dele, e o Godoy e que o dinheiro oriundo dessa propina da corrupção na execução dos contratos era dividido em três, e uma parte ia para o Partido, para pagar as contas da campanha. O senhor tem condições de detalhar isso? Como era essa divisão? Ele alega que o Osório apenas autorizava a operação, mas ele não negociava a propina. Então, o senhor tem condições de detalhar melhor isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho condições, Deputado, até porque eu não lembro nem se ele falou do **quantum** que ia para o Partido. Eu lembro que ele falou do **quantum** que era para materiais, do **quantum** se fosse uma licitação na área de serviços, que tinha consultoria – ele falou que a primeira era 3%. Acho que ficava um embaixo, subiam dois, para cima, alguma coisa assim; nessa área de serviços, que envolvia também consultoria, ele disse que era mais alto o esquema, que seria na faixa de 10%. Se bem recordo, ele falou isso. Agora, é o que me recordo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na divisão, ele não clareou, entre eles, entre os três e o Partido, não é? Isso não ficou claro?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que eu me recorde não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor se lembra de nomes de políticos que ele possa ter citado durante essas conversas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nome de político que ele recitou mesmo foi do Dr. Roberto Jefferson, do genro ou filho dele – ele falou do filho também, mas não sei se falou o nome. Ele falou do genro, que é o Marcus...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Marcus Vinicius.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – ...Vinicius. É o genro, não é? Mas falou também que ele teve contato com o filho dele lá nos Correios. Mas o que eu me recordo é isso aí. Aí falou dos políticos: quem tinha indicado quem. Falou que o Robson – eu acho que

era do PMDB – que também não tinha problema, que o Robson sabia das coisas; que, quando se reunia o colegiado, isso era decidido. Falou que ia entrar esse Ezequiel, quando citei o Robson para criar essa oportunidade. Ele falou que ia entrar esse Ezequiel indicado pelo... eu não lembro, mas por um Senador. Bezerra, né? Bezerra. Falou que a cota do PT era para o pessoal da tecnologia. O que eu lembro na realidade era isso, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Alvaro Dias, o tempo de V. Ex^a está...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Eu vou concluir apenas fazendo uma última pergunta. Concluo o seguinte: primeiro, há um interesse especial nessa armação de gravação, na área de tecnologia, especialmente de informática. Há esse interesse, e precisa ser investigado o porquê.

De outro lado, essa história de Abin não está bem esclarecida, porque há essa conexão do Jairo Martins com o Alemão. Fica a impressão de que o Jairo Martins ainda presta serviços à Abin. Fica essa impressão. Não sei se o depoente tem condições de dizer algo a respeito, se ouviu alguma coisa do Sr. Jairo Martins a respeito: se a Abin realmente estava empenhada em esclarecer esses fatos, orientando um trabalho por intermédio do Alemão e do Jairo Martins. É isso que eu gostaria de saber, para finalizar, Sr. Presidente Maguito Vilela.

Eu gostaria de ouvir também se o Sr. Joel sentiu da parte do Sr. Marinho alguma encenação no que dizia. Na verdade, ele não estava sendo contratado para ser consultor, como disse. Ele mentiu.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mentiu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor está dizendo que ele mentiu, então?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mentiu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E ele disse que fez bravatas. O senhor não viu bravata nenhuma também?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, até pelo que conheço, Senador, eu acreditei no que ele falou, até porque ele falou isso várias vezes e do mesmo jeito. Ele reiterou, não é? Realmente, eu acreditei. Não só eu, o João Carlos também acreditou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Joel. Por isso, propus essa acareação. Realmente, o Sr. Maurício Marinho disse a verdade na fita, disse alguma verdade aqui, mas, lamentavelmente, acabou mentindo na Polícia Federal. Aqui, até que não mentiu muito, mas, no depoimento à Polícia Federal, mentiu totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Deputado Alvaro Dias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ao final da primeira parte dos trabalhos, tive oportunidade de inquirir o Joel. Tive oportunidade de dizer que, a meu ver, ele foi um instrumento dentro desse processo e não tinha um envolvimento maior com o objetivo final do Sr. Arthur, do Sr. Jairo ou de quem mais estivesse envolvido nesse esquema todo. Acho que a primeira fita, que foi essa à qual até agora não se teve acesso, é a reveladora dos fatos, porque é a fita na qual o primeiro contato gravado se deu entre o Sr. Joel e o Sr. Maurício Marinho. Informo a esta Comissão, ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator que fui contactado pelo advogado do Sr. Maurício Marinho, logo após a minha inquirição, e ele me afirmou que, no dia de hoje, fará a entrega dessa primeira fita. Dessa primeira fita ele não me disse o teor, mas ela contém fatos reveladores.

Por essa razão e em respeito, Sr. Presidente, à amizade que sei que o depoente tem – porque relatou por várias vezes – com o Sr. Arthur, pondero se não seria o caso de, por dois ou por três minutos, suspender a sessão, para que ele voltasse a conversar com seu advogado. Se a fita revelar fatos diferentes do que ele disse aqui hoje, ele passará a se envolver diretamente nisso, quando acho que ele é apenas um instrumento disso.

É apenas um registro que faço a esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço o registro. Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não atrapalhando meu colega, Carlos Abicalil, queria colocar que o Carlos deve ser... Qual é a sua inscrição?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Minha inscrição era lá atrás, ela foi...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu queria ver com o Sr. Presidente, porque está havendo uma média de 20 minutos por inquiridor junto ao depoen-

te. Então, são três por hora. Eu queria saber quantos faltam, para fazermos uma programação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Faltam exatamente 17, para encerrarmos este depoimento, sinal de que temos que ser mais objetivos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Vão mais

de cinco horas ainda, pela nossa conta. E há mais dois depoentes ainda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Exatamente, vamos trabalhar, então.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Vamos

confirmar os dois depoentes ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço. Vamos. Vamos trabalhar.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil, solicitando, mais uma vez, objetividade nas perguntas e nas respostas.

Obrigado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito

obrigado, meu caro Presidente. Boa-tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar que não estamos diante de um fato de pegadinha, nem de um evento do Big Brother, efetivamente. Portanto, revestese de muita gravidade o que estamos tratando aqui e de muita seriedade.

Gostaria de fazer uma primeira pergunta ao investigado, de quais são suas fontes permanentes regulares de renda.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sou profissional liberal. Presto consultoria a algumas empresas, uma delas eu citei aqui, a Idasa. Já prestei consultoria ao Cefet.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor presta como pessoa física?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pessoa física.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que já encerrou sua empresa...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Há dois anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Sr. Wascheck foi cliente de o senhor desde 1992?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, o Arthur nunca foi meu cliente, ele sempre foi meu amigo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como o senhor costuma cobrar seus honorários dos serviços prestados ao seu amigo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca cobre honorários dele. Sempre disse...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Suas viagens Brasília–Curitiba, Brasília–Curitiba, Brasília–Curitiba sempre foram gratuitas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nas vezes em que fiz essas viagens, ele pagou, porque era de interesse

dele. Mas, cobrar o serviço, eu sempre dizia: Arthur, para você eu faço de graça, pois eu devo favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde 1992, o seu grau de amizade autoriza que o senhor faça essas viagens absolutamente gratuitas, como também serviços continuados de portador, de *office-boy*, levando documento para Vereador. Sempre foi desse jeito?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, Deputado. Possibilite-me esclarecer.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Desde 1992, eu conheço o Arthur. Agora, de 1992 para cá, por três vezes, eu me vi envolvido com o Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor mesmo confessou aqui – e o Arthur também – ser frequentador costumeiro da casa do Arthur.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, quando eu venho a Brasília.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, não são só três vezes; seguramente houve muitas outras.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas eu não venho a Brasília trabalhar para o Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente. Então, houve muitas outras oportunidades em que as trocas foram feitas...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim. Ele é meu amigo e sempre o visito quando venho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... de serviços, etc. Então, o senhor vai a Curitiba e volta de Curitiba regularmente – Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, etc. – em razão dos seus laços de amizade e das prestações de serviço que faz como pessoa física.

O senhor conhece o Marinho desde a primeira reunião?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando foi?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu tenho impressão de que foi em março.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em março.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na minha agenda que está presa na Polícia...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já falou da sua agenda e de sua ausência de memória de data.

O senhor considerou o Marinho um profissional que tinha experiência?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Bastante experiência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor acha normal que um profissional experiente receba um desconhecido por duas horas, a cada vez, por quatro reuniões, sem saber a procedência da empresa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nem um pouco normal. Não acho normal isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não acha isso normal?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não acho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor conhece o senhor Marcos Vinícius?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não conheço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Consta da declaração do Sr. Marinho que sua empresa inexistente foi recomendada pelo Sr. Marcos Vinícius.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não. Isso não é verdade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não consta? Essa informação foi o senhor que deu à secretária dele ou foi a secretária dele que anotou pessoalmente por conta própria?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quando eu falei com a secretária dele, eu nem sabia quem era Marcos Vinícius. Eu fui saber na conversa que tive com o Marinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já teve vinculações partidárias?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nenhuma, nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor se refere a amizades que teve no Paraná que inclusive foram responsáveis por sua indicação a um posto de trabalho no Ministério da Educação em 1992.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Quem me indicou foi o Professor Abdalla, que era amigo do então Deputado Elias Abraão, que, na época, foi Secretário de Educação no Estado do Paraná. O Abdalla era muito amigo dele. Uma vez ele me apresentou ao Sr. Elias na Secretaria, e ele já estava indicado pelo Ministro Murilo Hingel para vir para Brasília; não pelo Deputado, mas pelo Ministro. Aí ele me convidou e disse: “Joel, você é meu amigo de quase 30 anos...”

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bem, entendi. Então, o Sr. Elias Abraão apenas foi uma amizade comum entre o senhor e o Sr. Abdalla, que ele recomendou a sua nomeação no Ministério, em 1992.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Ele era amigo do Elias; eu o conheci.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Claro. Consta que o senhor participou de licitações e que sua área era precisamente a dos Caics, um grande pro-

grama nacional que substituiu os Ciacs do Governo Collor de Mello, se eu não estou enganado.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso, isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, efetivamente, eram licitações de montante grande, porque era um projeto de âmbito nacional, de envergadura inclusive de lastro em muitos Municípios brasileiros. O senhor era um dos quatro membros da comissão de licitação e disse que tem pouca experiência de licitação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Fui um dos quatro membros durante um curto período; somente nesse período investigativo, até se apurar, porque, efetivamente, esses senhores, o Sr. Arnaldo, que eu declarei, e o Sr. Bira – acho que era Bira – tinham alguma coisa a ver. Mas foi nesse momento que eu participei da Comissão de Licitação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi apenas nesse momento. O seu registro na OAB seccional do Paraná provém de que data?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – 1985.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde 1985. Então, o senhor já deveria exercer a advocacia desde 1985.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu exerci durante um tempo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sempre mediando problemas relativos a licitações públicas, à Administração Pública, a interesses de empresas, a interesses comerciais, à advocacia política. Qual era a área?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Era mais família que passava, e uma causa de terço de risco de vida da Polícia Militar, que foi uma causa grande que pagamos à época, inclusive,...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o seu escritório, que era o seu negócio oficial, não tinha relação com esses processos licitatórios...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nenhuma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... nem de “arapongagem”, nem de investigação sobre licitações.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deus o livre! Nenhuma. Nenhuma.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a empresa que o senhor montou com o nome de alguma coisa relativa a *marketing*, que eu não me recordo agora?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mix Pesquisa e Consultoria.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ela fazia pesquisa de quê? De processos licitatórios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nessa época, a gente captava muito pela Universidade de São Paulo, junto com...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela Universidade de São Paulo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Exatamente projetos de pesquisa que foram feitos pela Universidade para...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para fundações da Universidade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não só para fundações, mas para clientes mesmo, porque alguns professores da USP, na época, tinham essa condição de captar a consultoria em nome da Universidade. Então, fizemos pesquisas...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em que época isso ocorreu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, Deputado,...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não se recorda também porque o senhor tem dificuldade com datas.

O senhor já interpretou outras personagens além do J. Goldman?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – 1990,... Respondo sobre a data, 1990 aproximadamente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, provavelmente, já no período em que havia as fundações de apoio, as famosas fundações de apoio.

O senhor já interpretou outros personagens, além de J. Goldman?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca, nunca, nunca, nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca, nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse foi o único personagem? Quem fez o *script*, para o senhor, do J. Goldman e do outro, que era o acompanhante?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ninguém fez o *script*.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ninguém fez o *script*?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu tive a idéia e fui colocando: “J”, de Joel, e o Goldman eu achei que ...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, isso o senhor já explicou, que era para fazer alguma cola com o nome da empresa multinacional. O senhor disse, inclusive, que “Santos Filho” não daria credibilidade, mas que um “Goldman” daria credibilidade.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso, isso, isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quem sabe eu perguntando para o Goldman a gente alcance alguma credibilidade sobre seu depoimento agora, ao invés de eu perguntar ao Joel.

O senhor afirma que não teve filiação partidária, que não participou de consultoria partidária, que não participa de campanhas. Já contribuiu para campanhas eleitorais?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – De que jeito?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor representa, hoje, que empresas? Hoje, o senhor representa que empresa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu não represento empresa nenhuma. Sou profissional liberal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E, como profissional liberal, o senhor não representa empresa nenhuma?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nem do Sr. Arthur? Nenhuma das quatro empresas do Sr. Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Em processo algum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como o senhor recebia, como eram feitos os pagamentos do seu traslado Curitiba-Brasília-Curitiba, Rio-Brasília-Curitiba? Como eram feitos os pagamentos desses traslados?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, esse do Rio de Janeiro, que foi a única vez que eu fui, em muitos anos – isso é fácil verificar -, foi o Arthur que pagou, porque ele queria encontrar comigo no Rio. Para Brasília, umas duas vezes somente, ele pagou. Outras vezes, eu já estava em serviço de consultoria com a Idasa, então a Idasa me pagava essas passagens.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A Idasa que pagava?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, quem financiava os seus traslados, aí, era a empresa representada pelo seu escritório?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não é pelo meu escritório. A consultoria era pessoa física. A minha empresa não existe mais há dois anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando o senhor se apresenta para ser consultor, pessoa física, quais são as características que o senhor apresenta que lhe abonem, seu portfólio?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, o da Idasa, especificamente, é conhecido de Rotary, do meu clube

de Rotary em Curitiba. O dono da Idasa frequenta o mesmo clube, sabia que eu...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A principal referência do currículo que faz esses vínculos, então, é o clube do Rotary?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O mesmo clube no qual o senhor diz ter tido relações com o João Carlos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É desse clube que o senhor está falando propriamente?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É o mesmo clube.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E esse clube do Rotary é sediado no Paraná?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E é lá, então, que esses negócios, essas outras operações, assim particulares, privadas, de arapongagem podem ter algum tipo de conversação, tratativa, combinação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deputado, nenhuma operação de arapongagem...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhuma, só com o João Carlos é que foi lá, no clube?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A única operação, a que o senhor se refere e denomina como arapongagem, foi essa dos Correios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor diz que quem fez o *script* foi o senhor, do filme?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No roteiro do primeiro, da segunda tentativa frustrada e do terceiro filme? Esse primeiro filme, o senhor diz que foi entregue a quem, mesmo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu sempre entreguei ao Jairo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ao Jairo? Então, esse primeiro filme estaria na mão do Jairo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deveria.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E que foi reprovado, esse é que não valeu. No segundo, falhou a máquina?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. No primeiro ele disse que falhou a máquina, o segundo foi dito que era inócuo, daí foi feito o terceiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bom. E o senhor diz que não viu nenhum filme depois?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só assistiu ao roteiro que o senhor mesmo fez.

Esse roteiro que o senhor fez, diversos oradores já se pronunciaram aqui, deu um foco específico à área de tecnologia, não é isso?

Essa empresa que o senhor serviu, Idasa ou coisa parecida, o senhor diz que é da área de petróleo ou de derivados de petróleo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ela mexe com tecnologia também?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não mexe com tecnologia?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Só com distribuição de combustível.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha que esse procedimento que o senhor fez foi absolutamente limpo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu acho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor é advogado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sabe que essa prática é criminosa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, quando há um interesse...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sabe que a sua utilidade foi de chantagem?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não? Não sabe?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não sabe. Mas, então, o senhor sabia, tinha conhecimento de que era uma prática criminosa. Por amizade, o senhor procedeu, sendo autor, inclusive, do *script*, do roteiro do filme que foi exibido, para o vexame e o horror da população brasileira, e o senhor, mesmo assim, acha que foi um procedimento normal?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 30 segundos para concluir, Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já vou concluir.

A Mix Pesquisa e Consultoria era a empresa do senhor, desativada há dois anos. O senhor continua prestando serviço como pessoa física. Diz que não vê nada sujo no procedimento que ocorreu nesse período recente.

O senhor acha que chantagem é um serviço limpo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Claro que não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha que chantagem não é um serviço limpo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Claro que não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha que chantagem não é um serviço limpo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – E eu nunca a pratiquei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas o senhor se considera, em nome da amizade com o Sr. Arthur Wascheck, pau para toda obra?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu nunca pratiquei chantagem, Deputado. O que eu fiz foi levar uma máquina e filmar o Marinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por dez minutos improrrogáveis.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Joel, tenho escutado muitas perguntas relacionadas ao Arthur. Queria que o senhor me respondesse qual a sua relação com o Velasco.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Velasco é sócio do Arthur na empresa Vetor. Eu o conheço, lógico, pelo mesmo tempo em que eu conheço o Arthur. Só que o Antonio é mais fechado, o Antonio é mais família.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Repita. O senhor disse que conhece o Velasco há quanto tempo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pelo mesmo tempo que eu conheço o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pelo mesmo tempo em que conhece o Arthur.

O senhor conheceu o Arthur e o Velasco ao mesmo tempo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, eu conheci os dois.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os dois?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, eu tinha mais relacionamento com o Arthur, porquanto que quem ia mais à Seesp era o Arthur, mas eu conhecia o Antonio também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Velasco sabia tudo que o senhor fazia para o Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas fazia o quê? Na Seesp?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor fez vários serviços para o Arthur.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, na Seesp, eu nunca fiz serviço para o Arthur. Os únicos serviços que eu fiz para o Arthur foram esse de São Paulo e esse dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, o senhor fez, sim. Consta aqui do seu depoimento. O senhor fez inclusive pagamentos para a empresa de Arthur e seus representados.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – No depoimento, o que consta, Senadora, vou lhe explicar. No depoimento, o que consta...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor fez pagamento, ou não fez pagamento? É isso que o senhor tem que responder.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não fiz. Não fiz.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor declarou à Polícia Federal que fez pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria que V. S^a se limitasse a responder o que a Senadora pergunta.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu estava tentando. Eu não fiz pagamento para o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então o senhor mentiu no depoimento.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não menti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou ler o que o senhor disse aqui.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pode ler, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Que então começou uma relação de amizade com o Arthur, uma vez que o declarante foi responsável por alguns pagamentos para a empresa de Arthur e seus representados.” Está dito aqui que o senhor fez pagamentos para a empresa do Arthur.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pagamentos de fornecimentos que ele fez para a secretaria na época do equipamento dos Caics. Agora, esses pagamentos como são feitos? Eu peguei o processo, analisei a documentação e passei para frente. São esses os pagamentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então o senhor prestava serviço para o Arthur e para o Velasco, com o conhecimento do Velasco?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não, não, Senadora. Eu prestava serviço para a Secretaria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando o senhor fez pagamentos, o Velasco sabia dos pagamentos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É lógico. Eles não são pagamentos espúrios. Foram pagamentos da Secretaria para um monte de fornecedores, inclusive a empresa do Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Todas as vezes que foram repassados recursos, dinheiro, para o senhor, o Arthur e o Velasco sabiam?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu trato sempre com o Arthur. Sempre a minha amizade foi mais com o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, no depoimento do Velasco aqui na CPI, ele disse que sabia de pagamentos feitos para o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Provavelmente porque o Arthur contou a ele. Agora, eu sempre tratava com o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tratava com o Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sempre.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não se encontrava com o Velasco?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, várias vezes eu encontrei o Antonio, mas ele...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual foi a última vez que o senhor encontrou com o Velasco?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Num cumprimento normal. Foi na empresa do Arthur, por ocasião dessa gravação dos Correios, quando eu fui três ou quatro vezes lá e cruzei com o Antonio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Lá?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas conversei com o Arthur numa das vezes, com o Arthur e com o Jairo, mas o Antonio não estava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Antonio não estava?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não encontrou com o Velasco nestes últimos meses?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Encontrei. Acabei de lhe dizer. Encontrei na própria Votorantim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aqui em Brasília?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Ele não estava na sala quando...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aqui em Brasília?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Ele não estava na sala, quando o...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou perguntando se o senhor encontrou com o Velasco aqui em Brasília.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Aqui em Brasília, aqui em Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Onde em Brasília?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na Votorantim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na Votorantim?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só na Votorantim?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Só na Votorantim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em nenhuma outra atividade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nos últimos meses, o senhor esteve no Piantella?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fui com o Arthur lá ao Piantella.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas com o Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Arthur e mais um amigo dele, acho que o Resende, mas não com o Antonio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Antonio não estava?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O que o senhor foi fazer no Piantella com o Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Tomar um aperitivo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas comer e tomar champanhe.

Quanto o senhor recebeu das mãos do Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na primeira gravação...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não, não, eu estou perguntando ao longo dos seus longos anos de serviços prestados ao Arthur e ao Velasco. Quanto o senhor recebeu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foram cinco mil na gravação de São Paulo, na... Perdão, cinco mil na ação de São Paulo e cinco mil...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cinco mil o senhor fez um ato falho aí, agora? Cinco mil na gravação de São Paulo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu me confundi. Foi na ação...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi ato falho só?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi ato falho só. Não houve...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um ato falho muito interessante. Cinco mil na gravação de São Paulo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Senadora, não houve gravação em São Paulo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não houve?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Claro que não, Senadora. A senhora tem acesso aos processos todos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Gravação só agora.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, então vamos voltar aos recebimentos. Cinco mil na gravação ou ação de São Paulo, nós vamos precisar descobrir isso...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, uma ação de São Paulo, Senadora, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tá, e o que mais?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Cinco mil na primeira fita e mais cinco na segunda fita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cinco mil...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Aproximadamente R\$ 10 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cinco mil na primeira fita, cinco mil na segunda, e na terceira fita foi grátis?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu estou considerando a primeira válida, a segunda válida, né?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A primeira imprestável o senhor não cobrou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foram, então, cinco mil na ação em São Paulo e mais dez mil agora.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Aproximadamente dez mil, porque houve despesas nisso tudo, paguei o João Carlos, paguei passagem...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E as despesas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – ... passagem, paguei o João Carlos, paguei passagem, paguei o João Carlos, quer dizer, essas despesas normais que ocorrem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – As despesas foram de quanto? Quanto é que foi a despesa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, aí não sei lhe precisar quanto foi a despesa, porque almoço, jantar... Realmente, não sei precisar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas quem pagava a despesa? O senhor pagava a despesa, depois cobrava? O senhor não tem idéia de qual é o montante?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, desse dinheiro que ele me passou, eu pagava a despesa desse dinheiro, exatamente desse dinheiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o dinheiro era para o seu serviço, incluídas aí as despesas.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu dizia sempre para ele: Arthur, eu faço, eu faço de graça para você.

– Não, Joel, eu quero te pagar isso aí, porque você também está precisando.

Tá bom.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em depoimentos aqui nesta CPI, teve retirada na empresa do Arthur Velasco para o senhor. Estas retiradas da empresa foram feitas em dinheiro vivo, em cheque, em depósito ou ordem bancária?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, ele me deu em dinheiro algumas vezes, que eu depusitei na minha conta, consta na Polícia Federal, e as outras vezes eu não sei como é que ele depositou, porque ele fez daqui e eu estava em Curitiba. Então, não sei se foi feito em dinheiro ou cheque, né? Talvez da empresa dele tenha acusado isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quais foram as datas das idas para gravações no Maurício Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Agora eu não sei lhe precisar as datas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mais ou menos.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deixa eu tentar aqui, vê se eu, vê se eu... (Pausa.)

A última foi em abril. Aí teve um período grande antes de abril, que provavelmente foi em março. Provavelmente em março houve duas. É, março e abril. Março e abril.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre março e abril.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre março e abril. E aí o senhor foi com o equipamento do Jairo nas quatro vezes que o senhor foi ao ...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Três vezes. Numa das vezes eu fui para conhecer o Sr. Maurício Marinho e fui sem equipamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas nós temos aqui depoimento que foram quatro reuniões.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Três vezes. Com o equipamento foram três vezes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, com o equipamento foram três vezes, e uma sem equipamento, é isso? Foram quatro vezes, três... E as três foi o equipamento do Jairo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Jairo, e o Velasco sabia da gravação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho idéia se ele sabia. Eu tratava com o Arthur, na realidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor acha que ele ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... teria conhecimento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu acho que não, porque...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seria normal ele ter o conhecimento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, o Arthur me falou que o Antônio era contra isso. Então, eu acho que ele não tinha conhecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tinha conhecimento.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu acho que não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é Kasser Bittar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho idéia de quem seja.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não conhece? Não sabe quem é? (Pausa.)

O senhor conhece Alcides José Peres?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Também não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A empresa Sainel? Nunca ouviu falar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nunca.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu fico por aqui, Sr. Presidente.

Depois, se faltar algo, eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, Carlos Assunção. S. Ex^a está presente? (Pausa)

Depois, Onyx Lorenzoni. S. Ex^a está presente? (Pausa)

Maurício Rands com a palavra. São 10 minutos improrrogáveis, Sr. Deputado. Haverá, ainda dois depoimentos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Joel Santos Filho, na transcrição da fita gravada por V. S^a, logo no início, há duas referências a uma mesma pessoa e ainda não ficou claro quem é essa pessoa. V. S^a, como autor da gravação, participando daquele encontro, é a pessoa indicada para esclarecer a CPMI. É na parte em que V. S^a fala assim: “A questão é [falando para Maurício Marinho], chegamos até você porque nos foi indicado por uma pessoa correta. Então precisei ter certeza mesmo. Amanhã estou voltando para a Alemanha e preciso basicamente de uma informação. Não sei se é você que vai poder me dar ou não. Aí continua: O [e está ininteligível a referência a essa pessoa] já tem conversado com você, já andou me dando certas informações, mas preciso levar isso para a matriz amanhã e preciso ter certeza das coisas. Precisamos conversar, inclusive ele informou umas coisas

que tratam de [aí está ininteligível] e isso a gente vai conversando ao longo dessa nossa reunião. O que a gente precisa saber basicamente, Marinho, é o seguinte, nós não temos tempo de estar conversando com muita gente, a gente quer uma pessoa para conversar, para acertar o esquema.”

E aí eu pergunto: quem é essa pessoa correta, que já tinha sido contatada.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Essa fala é do...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa pessoa diz: “O ... já tem conversado com você.” Essa pessoa já tem conversado com você. Quem é essa pessoa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Essa fala é do João Carlos, na verdade. Não foi minha. Porque era ele que eu havia falado para o Marinho que estava indo para a Alemanha, para poder marcar com o Marinho naquele dia mesmo. Então, eu quis apressá-lo dizendo: Olha, o nosso diretor está indo para a Alemanha.

A pessoa a que ele se refere, ele desconhece, então ele falou em pessoa correta para dar alguma credibilidade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas estava falando com o Marinho, então o Marinho podia desmentir e não desmentiu. Então está subentendido que ele sabia quem era essa pessoa, que já deu informações sobre o Marinho.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Marinho podia até ter perguntado quem era a pessoa correta, ele não iria saber responder.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que o Arthur Wascheck procurou-o para agir em nome de várias empresas. O mesmo disse o Deputado Roberto Jefferson no seu discurso na tribuna da Câmara, alegando que Molina também o procurou em nome de um grupo.

Só que o Wascheck disse aqui que contratou o senhor individualmente. Era o interesse dele.

Então, V. S^a diz que foi um grupo, Roberto Jefferson diz que foi um grupo, apenas Arthur Wascheck diz que foi uma questão comercial da empresa dele, que estava prejudicada. Quem está falando a verdade, quem está mentindo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele me contratou individualmente, foi ele que me contratou realmente, por entender que já existia essa nossa amizade há algum tempo e que eu seria pessoa de confiança para ele, uma vez que não era intenção dele, em momento algum, divulgar essa fita.

E ele falou isso para mim. Ele disse: Olha, Joel, não é minha intenção divulgar essa fita. Foi só por isso que eu topei fazer até para ele, por amizade...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, isso aí o senhor já disse, mas a questão é: o Arthur Wascheck contratou-o em nome de um grupo, segundo ele diz, segundo, depois, o Roberto Jefferson diz. E aí quem é que está mentindo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu ele não contratou em nome de grupo nenhum.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Arthur Wascheck disse que foi em nome próprio, e o senhor disse que foi de um grupo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu disse para o Marinho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então quem é que está mentindo, o Arthur Wascheck ou o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, espera, Deputado, eu disse que foi em nome de um grupo para o Marinho. É, para o Marinho eu disse que foi em nome de um grupo, realmente. Eu não ia dizer que foi em nome do Arthur.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o que está na fita.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não ia dizer para o Marinho que foi em nome do Arthur, que foi o Arthur que me contratou, foi um grupo. Falei para ele que era um grupo de empresas multinacionais, que inclusive estavam comprando a IBM na Europa, etc. e tal, que nós estávamos montando uma subsidiária no País e que queríamos participar, ganhar uma licitação nos Correios.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor nega que havia outras empresas que estavam se sentindo prejudicadas ou que tinham interesse em gravar o Sr. Maurício Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, mas foi uma simulação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Luiz Cecílio, seu amigo do Rotary, relatou-lhe ações de Maurício Marinho. Quem é mais precisamente o Luiz Cecílio, que o senhor diz que trabalha na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Coitadinho, coitadinho do Luiz.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...e deu informações sobre as ações do Marinho?

Esse Luiz Cecílio tem notícia do que está sendo dito que é um esquema do Sr. Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, ele não sabe nada. Luiz Cecílio...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que ele lhe falou? Porque o senhor, antes de gravar o Marinho, tomou informações sobre Marinho e sobre suas ações com Luiz Cecílio.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, tomei várias informações. Li essa notícia na **Gazeta do Povo**

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, isso não está no jornal, está na página 292 do Inquérito Policial, na Polícia Federal.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Estou lhe dizendo que tomei várias informações antes de falar com o Maurício Marinho. As que o Arthur havia me passado... O Cecílio – respondendo objetivamente a sua pergunta – é uma pessoa que conheci no Rotary 21 de abril aqui, e eu soube que ele trabalhava nos Correios. Então, fui perguntar para ele quem eram os diretores dos Correios, somente isso. E ele me respondeu. Mas não sabia o porquê, nada. O diretor de recursos humanos é o...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas o senhor diz no inquérito que o Cecílio lhe relata ações do Sr. Maurício Marinho nos Correios. O Luiz Cecílio tinha conhecimento desse esquema que foi evidenciado na fita?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não. Alguém entendeu errado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não lhe relatou. Isso é o que está no inquérito.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não me relatou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor retira o que está dito no inquérito da Polícia Federal?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Totalmente, totalmente. Ele não me relatou nada. Coitadinho do Cecílio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor diz também, disse aqui hoje para a CPML que o senhor se interessava mais por nomes e não pelas formas da fraude. Eu queria saber por que o senhor estava mais interessado nos nomes e não nos mecanismos, se a sua versão é que o senhor ia lá, a pedido de Wascheck, gravar o Sr. Marinho apenas porque queria derrubar Marinho, porque ele estava prejudicando a empresa de Wascheck. Por que o senhor estava tão interessado em outros nomes?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque o objetivo era comprometer o Marinho. O objetivo do Arthur era esse, comprometer. Então, se era para comprometer, eu tinha que forçar a situação para ele...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas se era para comprometer apenas o Marinho, o senhor já tinha o nome de Marinho. Então, precisava saber os esquemas da fraude, as formas do esquema de atuação. Por que o senhor disse que estava mais preocupado com os nomes?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque achei que, através dos nomes, ele ia contar mais alguma coisa, mais algum envolvimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – João Carlos Mancuso. Eu queria que V. S^a fizesse uma descrição novamente sobre o Mancuso, fisicamente; o João Carlos Mancuso, que lhe assessorou na gravação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Fisicamente, o João é uma pessoa alta, calvo na parte de cima, cabelos dos lados, usava um cavanhaque na oportunidade, 46 anos, aproximadamente, 44 anos, não sei exatamente a idade dele, mas é mais de 40 anos. É isso. A descrição física é essa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O rosto do Sr. João Carlos, como o senhor descreveria? Teria alguma característica que lhe chamasse a atenção?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quanto à pinta, não me recordo de ele ter pinta no rosto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não identifica. Então, essa descrição do senhor não bate com a descrição que, na página 49 do inquérito da Polícia Federal, é feita pelo Sr. Marinho. Olhe como ele descreve o seu acompanhante: que Vitor – foi o codinome dado para passá-lo como representante da empresa, suposto diretor financeiro da empresa – é magro, rosto fino, cabelo baixo penteado para trás, com pequenas entradas de calvície – está aí o ponto em comum com a sua descrição – de aproximadamente 1,75 metro – não dá para dizer que isso é alto –, de aproximadamente 40 anos – e não os 46 –, cor branca, apresentava uma pinta no rosto.

É normal que as pessoas, ao identificarem alguém com uma pinta no rosto, chamadas a recobrar essa imagem, façam menção.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Marinho deve ter se equivocado. Primeiro porque ele é alto, o João realmente é alto, ele é mais alto do eu, eu tenho 1,80m.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E aqui a descrição do Marinho não bate com a descrição do João Carlos.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – E o nome que ele usou não foi...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem um minuto para concluir, Deputado.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O nome que ele usou também não foi de Vítor, o nome que ele usou foi de Paulo, salvo engano, mas não Vítor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, o que está no inquérito aqui é Vítor. Já há também outra contradição. O que está no inquérito aqui é o Vítor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Com certeza o Sr. Marinho confundiu, porque o nome que o Sr. João

Carlos Mancuso usou foi o nome de Paulo. Inclusive nesses cartões – que deve ter cópia lá onde mandei fazê-los – está como Paulo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem são os outros sócios da empresa Idasa que financiava suas despesas junto com o Arthur quando aqui vinha? Quem são esses sócios dessa Idasa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não... Veja...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem são esses sócios dessa Idasa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Onilson Zanella é um dos sócios. Mas veja, só para esclarecer, eles não financiavam minhas despesas junto com o Arthur, gente, senhores.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, porque uma parte das suas despesas aqui em Brasília, Arthur bancava, quando o senhor ficava aqui, por exemplo, na casa dele.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E as passagens e algumas hospedagens, outras hospedagens, às vezes eram feitas pela Idasa, segundo o senhor declarou no inquérito da Polícia Federal.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, porque...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Minha pergunta é simples: quem são os sócios da Idasa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Um sócio que conheço é o Sr. Onilson Zanella.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Senhor Wilson... ?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Onilson.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Onilson de quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Zanella.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Onilson Zanella.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso, que é meu companheiro de rota.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que, quando estiveram encarcerados na Polícia Federal o Sr. Molina pediu-lhe que não contasse o encontro que teve entre o Sr. Arthur Wascheck e o Molina. O senhor já confirmou essa declaração. O que foi conversado nesse encontro que o Sr. Molina queria esconder?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não sei por que razão ele queria esconder. O que foi conversado é... um que o Arthur, quando me pediu para ir ao Rio de Janeiro, disse que queria falar comigo, queria se desculpar comigo para... Como isso aí estava quente, tinha saído na imprensa e tal, ele queria combinar algumas coisas comigo. Eu fui. Chegando lá, o Molina estava lá, aí o Molina... Eu ainda perguntei para o Ar-

thur, digo: “Arthur, qual é o envolvimento do Molina e desse Fortuna nesse episódio todo, uma vez que eu gravei as fitas e depois não soube mais nada, só vi nos jornais o nome do Molina?” Ele disse: “Não, Joel, o Molina, tentei falar com ele até para tentar abafar isso tudo. Essa foi a explicação que ele me deu. O Molina me disse que tinha ido falar com o Deputado Roberto Jefferson para avisá-lo de que ia acontecer, de que ia disparar, sei lá, acontecer um escândalo nos Correios. Isso foi o que o Molina me passou. E ele me passou também na oportunidade que seria bom, de bom alvitre que eu trocasse meus celulares, trocasse *chips*, essa coisa toda, no qual falei para ele que não havia necessidade nenhuma de fazer isso uma vez que eu não tinha nada a esconder de ninguém.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual foi a data – estou concluindo, Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por favor, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero só concluir indagando: qual foi a data do encontro no Hotel Glória entre Molina, Wascheck e o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi há pouco tempo atrás. Foi – dia 9, que houve a prisão provisória minha – uma semana ou duas semanas antes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E eu posso entender que nesse encontro no Hotel Glória o que se tratava era de tomar providências para esconder as evidências do que estava sendo denunciado à opinião pública.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não digo esconder as evidências, até porque, no meu material todo, não há evidência nenhuma. Isso vai ser constatado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A última pergunta, Sr. Presidente, com a sua generosidade, é apenas que, na página 249 do inquérito policial, o senhor fala que na segunda conversa, a que foi gravada, Maurício Marinho apontou o genro do Deputado Roberto Jefferson como sendo a pessoa “que operacionalizava a arrecadação de recursos dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”. O senhor confirma isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que o Maurício falou isso?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E como se dava essa arrecadação feita com a centralização do genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não me recordo porque, como ele não falou como se dava... Como se dava ele não falou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, por gentileza, senão não vamos ouvir os outros depoimentos hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado, satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao Deputado Maurício Rands.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só uma questão. Foram quatro encontros. No primeiro, não gravou; gravou no segundo, terceiro e quarto. No quarto estava com o Mancuso, no segundo e no terceiro estava absolutamente sozinho.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Absolutamente sozinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o ilustre Deputado Onyx Lorenzoni por dez minutos improrrogáveis, porque, senão, teremos de dispensar os outros que foram convidados a depor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero tranquilizar V. Ex^a. Serei muito objetivo e conciso, até porque o conjunto de perguntas feitas já cobre praticamente toda a relevância do Sr. Joel.

Sr. Joel, no depoimento que o senhor fez à Polícia Federal, o senhor afirma que, no primeiro encontro com o Sr. Marinho, este teria entregue ao senhor um documento contendo informações sobre uma licitação que ainda não havia sido deflagrada – isso está na Polícia Federal. Que licitação era essa e com quem está essa documentação que o senhor afirmou na Polícia Federal que recebeu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Está na posse da Polícia Federal. Estava em casa, porque... Veja, eu peguei esse documento... Pois não. Ele me deu, eu peguei. Disse: “Essa é uma licitação que ainda vai haver aqui da área de informática...”

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa era da área de informática?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele, Marinho, falou “da área de informática”. Eu digo: “Está bom...”

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se lembra do que é que tratava?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não lembro. Nem li aqueles papéis. E deixei em casa. Veio a Polícia Federal e pegou em casa. Nunca escondi nem deletei nada que tinha na minha casa. Eles pegaram tudo que tinha lá. Tudo que estou lhe falando...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse documento, o senhor o levou para alguém? O Sr. Wascheck teve acesso a esse documento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu só mostrei esse documento para o João, que entendia dessa área, porque ali falava em compra de equipamentos, eu acho, compra de impressora, qualquer coisa nesse sentido. Aí, dei para o João dar uma lida. Na época, ele deu uma lida e ficou nisso mesmo. Ele estava consciente de que íamos versar no assunto sobre informática, pois ele entregou aquilo para a gente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque... Em um questionamento feito ao Sr. Wascheck aqui, que ele não atuava na área de informática e não tinha nenhuma representação nessa área. Logo depois – essa pergunta foi feita pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, do meu Partido – o Deputado relembra isso aqui, no questionamento que fez ao senhor, e questiona a respeito da Novadata. E o senhor responde a ele, dizendo o seguinte: que o senhor achava que era o caminho. Achava que era o caminho o quê, em relação a esse setor da informática? Isso não aparecia no início. Cada vez fica mais claro que havia um foco objetivo, que era a área de informática, só que ele vem perpassando os depoimentos de maneira bastante sutil. Eu quero lhe perguntar o que o senhor quis dizer com “achei que era o caminho”?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quando eu me referi à Novadata, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando se discutiu aqui a questão da Novadata e a relação dela.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O senhor teria condições de ler para mim o que eu declarei, porque já tem tempo isso e eu sou o único que não teve acesso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, isso foi hoje de manhã.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, hoje? Então, por favor...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor já havia falado bastante sobre as questões da gravação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí, o Deputado ACM lhe questiona: que o Sr. Wascheck foi veemente no seu depoimento, dizendo que não atuava na área de informática, que não tinha nenhuma representação nessa área.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Entendi. Entendi já.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí, ele lhe pergunta qual era o conhecimento que o senhor

tinha em relação à questão da área de informática; por que, em mais de 60% da fita, a conversa travada entre o senhor e o Sr. Marinho gira em torno desse tema; por que, após uma hora, o senhor menciona o interesse na área de uniformes; e por que o senhor fez a seguinte questão – foi o senhor que perguntou para o Sr. Marinho: “Deixa eu perguntar uma coisa: como você está em relação à Novadata?”

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque o Marinho já havia citado esse processo da Novadata em conversa anterior, e outras empresas que ele citou não me recordo. Então, como ele tinha me dado também esse edital sobre informática, achei que o caminho era esse, era a área de informática, era a área de tecnologia, sei lá, que ele tinha interesse.

E eu falei, quando cheguei, que o espectro da empresa era informática, dessa empresa simulada. Talvez, até por isso, ele tenha feito questão de enfatizar em cima.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem.

Sr. Presidente, estou satisfeito. A minha inquirição está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço, Deputado Onyx Lorenzoni.

Convido o Deputado Nelson Meurer. (Pausa.) S. Ex^a está presente? (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes (Pausa.)

Senador Roberto Saturnino Braga, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos. Se quiser assumir a bancada aqui mais à frente, fique à vontade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, daqui mesmo faço as indagações.

Sr. Joel, na gravação, V. S^a teria pedido informações a Maurício Marinho e dito que tinha algumas coisas a entregar. O que eram essas coisas? E quem teve a idéia de entregar os R\$3 mil? Joel diz que foi Arthur, e Arthur diz que foi Joel.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, na realidade, a idéia foi minha de entregar os R\$3 mil.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – O senhor confirma isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Confirmo. Confirmo, porque o Arthur me fez o pagamento... Como?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de pedir ao depoente que confirme ou não. O senhor está espichando as coisas sem necessidade.

O senhor confirma ou não confirma?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Confirmo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Objetivamente. Obrigado.

Quando Maurício Marinho fala, na fita, em porcentagens destinadas ao “homem”, ou a “ele”, em dólares ou euros, a quem se referem quando dizem esse “homem” ou “ele”? É uma referência vaga. V. S^a é capaz de identificar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim. Não. Na verdade, perguntei a ele: se fosse o caso de se fazer – acho que foi mais ou menos assim – algum pagamento a algumas pessoas aqui dentro, a quem eu faria? Ao senhor? Porque, para nós, para a nossa empresa interessa tratar com uma pessoa só. E ele disse que sim, que seria ele e confirmou tal hipótese.

E ainda perguntei: isso seria através de cheque, dólar, banco? Fui dizendo o que me vinha à cabeça. Ele disse que seria ele, sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Seria ele mesmo.

João Carlos Mancuso disse, na Polícia Federal, que V. S^a viajou para o Rio de Janeiro, depois que a gravação foi divulgada pela revista *Veja*. E Molina confirma a reunião no Hotel Glória, com Joel e Arthur.

O que V. S^a foi fazer no Rio de Janeiro, depois da divulgação dessa gravação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Fui a convite do Arthur, que queria conversar comigo, queria se desculpar, queria me dizer da preocupação dele, queria me explicar o que aconteceu depois que entreguei a última fita para ele, porque eu também não entendi. Eu não entendi a entrada do Molina, não entendi a entrada do Fortuna. E ele não... Ficava difícil falar no telefone. Eu sempre usei meus telefones, até prenderem os telefones. Não via por que não usar.

Mas eles estavam trocando o telefone. Você não achava. Então, ele ligou para mim e disse: “Olha, Joel, eu tenho que te explicar o que aconteceu depois”.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – E, só então, ele explicou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. O Molina me deu a explicaçãozinha dele, que foi rápida. O Arthur me deu a explicação dele, e me fizeram essas ponderações, com *chip*, com não sei o quê...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador Roberto Saturnino Braga. Agradeço também à ilustre Deputada Juíza Denise Frossard, que abriu mão da sua inscrição.

Passo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, solicitando que fale com objetividade, em dez minutos, para que possamos concluir esses depoimentos e iniciar os demais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Com certeza, Sr. Presidente. Vamos procurar, quem sabe, usar menos do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Primeiro, Sr. Presidente, queria organizar um pouco o raciocínio, especialmente para as pessoas que não estão conosco nesta CPI e estão acompanhando um conjunto de notícias, em que se misturam denúncias sem provas, em que se cria um ambiente de “denuncismo” em muitos momentos e de denúncias que efetivamente se vão comprovando e mostrando terem um foco e uma confirmação na realidade. A convicção que até agora conseguimos, na minha opinião, firmar nesta CPMI foi a de que existe claramente um foco de corrupção dentro dos Correios; até o momento, as provas que aparecem são a de que esse foco dá-se em torno da Diretoria de Administração; que o Sr. Maurício Marinho é um dos elos fundamentais desse processo de corrupção dentro dos Correios; que não sabemos ainda a dimensão que tem o processo de corrupção dentro dos Correios; que o Sr. Maurício Marinho tem uma forte ligação com o Deputado Roberto Jefferson e que, tão logo a fita gravada pelo Sr. Joel veio a público, isso gerou um conjunto de denúncias que se sucederam à sua divulgação. Boa parte dessas denúncias está sendo feita exatamente pelas pessoas que estão mais comprometidas com a prova mais concreta que nós temos, que é a fita que o senhor gravou.

É evidente que todos nós, independentemente de sermos de um partido da Base de Sustentação do Governo ou de um partido de Oposição – ou mesmo tendo uma posição de independência em relação à Oposição ou a à Situação –, queremos, como todo o Brasil, que este momento sirva para uma profunda e criteriosa investigação, em que a nossa CPMI contribua com as outras estruturas do Estado brasileiro, ou seja, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União, enfim, com todos aqueles que investigam e trabalham constantemente para extirpar – e é bom que se cite aqui o Tribunal de Contas – a corrupção da gestão pública e do nosso cotidiano.

Disse isso, Sr. Presidente, aproveitando os meus primeiros três minutos, porque as pessoas vão ficando embaralhadas. O volume de denúncias que duram vinte e quatro horas ou daquelas que se configuram vai-se multiplicando. As pessoas me atacam na rua e me perguntam: “Deputado Fontana, o que, afinal, está acontecendo?” Até o momento, a minha opinião, que não quer prejudicar ninguém, é a de que há claramente um foco de corrupção nos Correios. Alguém que estava ou participando de um foco de corrupção anterior, ou

alguém contrariado com o atual foco de corrupção trata de desencadear um processo de guerra por interesses e, neste momento, encontra outras pessoas dispostas a alimentar essa rede de corrupção, que, como o Sr. Joel, foram gravar algo que, evidentemente, não serviria para o mecanismo lícito de corrigir eventuais distorções de corrupção dentro dos Correios.

Quero dizer-lhe, Sr. Joel, que sua fala não me convence. O senhor participou, certamente, de um ato ilícito. A sensação que tenho é a de que o senhor já participou outras vezes de tentativas de contribuir, com sucesso ou não, com sucesso maior ou menor, para passos e iniciativas de corrupção dentro da gestão pública brasileira.

Eu lhe pergunto: quantas outras vezes o senhor participou de uma gravação desse tipo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Nenhuma.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O que o senhor fez aquela vez que tentou desmontar uma licitação em São Paulo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tentei desmontá-la. A licitação já existia. Só levei os documentos que o Arthur me mandou, dizendo que a licitação era viciada. Entreguei ao vereador, à época. Essa foi a minha participação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sabendo pelo seu amigo, como disse, “de longa data”, o Arthur, que aquilo que ele ia lhe pedir demandava muita reserva, que o senhor tinha de ter muito cuidado de não divulgar o que estava fazendo, em nenhum momento, pensou que estava cometendo um ilícito ou um crime? Aquilo em que é necessário ter muita reserva normalmente está envolvido com um ilícito, com um crime.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A reserva a que ele se referia, a que se referiu, e o cuidado que ele teve em alertar isso foi para o Jairo. Eu, ele sabia que eu jamais divulgaria algo nesse sentido.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Não, eu pergunto mais objetivamente: quando ele lhe pediu tanta reserva e tantos cuidados, o senhor não percebeu que podia estar-se envolvendo em algo ilícito ou em algum crime?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fiquei com medo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E, mesmo assim, o senhor foi adiante.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu comecei, devia esses favores a ele, achei que realmente não ia vazar nada disso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor achou que, para pagar um determinado favor

– aproveito e pergunto-lhe que favores seriam esses –, valia a pena cometer um crime?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não achei que seria crime, Deputado, porque, uma vez que eu estava me utilizando de uma simulação de uma empresa, eu não achei que haveria crime nisso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Relemos aqui diversas partes do depoimento da gravação feita pelo senhor, num momento, aparece o Sr. Maurício Marinho dizendo que era Roberto Jefferson quem comandava as coisas. O senhor se lembra dessa passagem?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Todas as vezes que eu conversei com ele, ele falou dessa forma. Eu lembro, lógico.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Que era Roberto Jefferson que comandava as coisas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quando o senhor foi chamado no Rio de Janeiro pelo Sr. Molina e pelo Sr. Arthur, o que exatamente de mais importante eles lhe disseram naquele encontro no Hotel Glória?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – No Hotel Glória, foi o que eu relatei para o senhor: o Arthur me expôs que pediu ao Molina que avisasse ao Deputado Roberto Jefferson, até com o intuito de abafar um suposto escândalo, que avisasse ao Deputado Roberto Jefferson que estava ocorrendo isso nos Correios. E o Arthur me relatou que o Deputado Roberto Jefferson havia dito ao Molina que... Deixa eu lembrar bem direitinho. O Deputado Roberto Jefferson havia dito ao Molina que não conhecia o Sr. Marinho e que era efetivamente para ele entregar a fita ou a gravação para o tal do Osório. Quer dizer, essa foi a explicação que o Arthur ou o Molina me deram lá no Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas por que eles tinham que lhe dar essa explicação se o senhor, como disse, simplesmente foi lá, gravou, entregou a pasta e não tinha mais nada a ver com isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque o Arthur disse que queria me dar uma satisfação do que aconteceu, tudo isso. E eu perguntei para ele: mas onde é que entra o Molina e o Fortuna nessa história? Não conheço nenhum deles! Depois que eu entreguei essa fita, o que sucedeu eu achei bem estranho mesmo. Eu nunca ouvi falar em nome de Fortuna. Do Molina, sim, sabia que era amigo dele, mas não sabia que ele tinha envolvido o Molina nessa situação da fita. Essa é a verdade.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Concluso, Sr. Presidente, dizendo que, evidentemente, o foco da nossa CPI é a partir da corrupção que encon-

tramos nos Correios, e a nossa Presidência e a nossa Relatoria têm-nos conduzido muito bem nesse sentido. De fato, devemos verificar qual é a abrangência, quais as relações que essa corrupção eventualmente tenha com outros setores que estejam até fora dos Correios. E, evidentemente, nós não vamos, não podemos priorizar o aprofundamento num foco localizado como o do depoente de hoje. Mas não tenho dúvida de que devemos, sem atrapalhar os rumos da CPI, nos aprofundar nessa questão, pois, seguramente, do meu ponto de vista, vamos encontrar e conseguiremos mostrar o envolvimento do nosso depoente de hoje com atos ilícitos. Eu não acredito que ele estivesse participando dessa gravação da forma como ele colocou hoje aqui, de maneira absolutamente fortuita, simplesmente por uma relação de amizade que tinha com o Sr. Arthur e por um eventual favor que ele devia ao Sr. Arthur.

Então, por ora, é isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço ao nobre Deputado Henrique Fontana.

Vários parlamentares já desistiram de usar da palavra, outros estão ausentes, então, consulto: quem está no plenário e está escrito? Jorge Bittar e José Eduardo.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo.

Gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo para que façam uso somente dos 10 minutos, improrrogáveis, a fim de que possamos ouvir os novos depoentes. Agradeço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a tem colaborado bastante.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes de V. Ex^a iniciar, gostaria de passar a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, porque eu relato o primeiro item da pauta no plenário do Senado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Joel, eu, durante todo este depoimento, fiquei me perguntando exatamente qual era sua profissão. Até agora não entendi. Qual é a sua profissão?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu sou advogado e consultor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não exerce a advocacia há muito tempo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu parei de exercê-la no momento em que assumi o cargo público.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor presta consultoria de quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Consultoria de *marketing* para empresas, atividades de *coaching*, atividades de aconselhamento profissional.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor tinha uma empresa de consultoria de *marketing*, a MX?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mix Pesquisa e Consultoria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Encerrou-a em 2002?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Em 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E, depois disso, o senhor está desempregado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não desempregado, porque eu sou um profissional liberal. Eu não tenho renda fixa, mas desempregado não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É o senhor quem fala. Não sou eu. Na Polícia Federal, o senhor disse o seguinte: “que sua empresa Mix está desativada há praticamente dois anos; que a última consultoria que fez foi em 2002 para a Universidade do Professor, da Secretaria de Educação do Estado do Paraná”.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Essa foi uma atividade remunerada que eu tive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi a última consultoria?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi a última atividade remunerada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A última atividade remunerada.

“Que desde 2002 está desempregado, não possuindo nenhuma renda”. É o senhor quem fala.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Renda fixa. Eles devem ter esquecido de colocar. Renda fixa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor só tem rendas variáveis?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quer dizer, a última consultoria remunerada que o senhor fez foi essa aqui, para a Universidade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para a Universidade do Professor. E agora, por último, na Idasa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pois é. E essa é a sua contradição, porque o senhor disse que a última consultoria que o senhor fez foi essa e, agora, o senhor aparece com uma consultoria do Ibase.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Idasa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Idasa, perdão. E é uma coisa curiosa: quanto o senhor ganha da Idasa para dar consultoria?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eles me pagavam R\$4.000,00/mês.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso não é renda fixa? Quatro mil reais por mês não é renda fixa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, é renda fixa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, o senhor recebe R\$4.000,00 de renda fixa e não está desempregado. Tem uma outra consultoria, quando disse na polícia que tinha tido apenas aquela em 2002?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu disse na polícia que tinha aquela de 2002; me esqueci de mencionar a Idasa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Uma pessoa que não tem emprego esquecer de mencionar o atual emprego é estranho, não é!?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu já mencionei várias vezes a Idasa aqui hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

Então, por que o senhor mentiu na Polícia Federal?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não menti na Polícia Federal, eu só me esqueci de mencionar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor só esqueceu de mencionar o seu emprego? Perfeito. O senhor realmente tem lapsos de memória acentuados.

O que eu não consegui entender é que o senhor diz que dá consultoria de *marketing*. No entanto, o senhor veio pela Idasa a Brasília para – como disse – procurar o local da locação, contratar pessoas... Isso é *marketing*?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, isso não é *marketing*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, que diabo de consultoria de *marketing* que o senhor presta que não tem nada haver com *marketing*?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eles me contrataram, inicialmente, para fazer uma reestruturaçãozinha administrativa dentro da empresa e pelo fato de eu conhecer pessoas aqui em Brasília. Eles não conheciam ninguém. Eles me pediram para ver um local, secretária, contador, alugar uma base secundária – porque eles precisariam de uma base secundária –, e promover a conseqüente autorização na ANP para funcionamento dessa distribuidora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, esta CPI tem revelado que eu tenho um

conhecimento pobre do que seja consultoria. Porque presta consultoria quem responde consultas. E consultas responde quem tem capacitação técnica para fazê-lo. O senhor é um consultor de *marketing* que faz trabalhos de organizações e métodos, que não tem nada haver com *marketing*. É um consultor especialista em *marketing* que vem apresentar pessoas em Brasília que o senhor conhece e a empresa não conhece. Ou seja, o senhor faz tudo menos consultoria de *marketing*, o que me leva a crer que, por alguma razão, o senhor está tentando encobrir o verdadeiro objeto dos seus contratos. Estou errado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, absolutamente. Os meus contratos são bem claros, Senador. São poucos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Os contratos podem ser claros. Agora, o que o senhor faz em relação aos contratos é bem obscuro, porque o senhor faz tudo menos *marketing*.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, isso não é obscuro. Organizações e métodos têm a ver com *marketing*, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como também *public relations* tem a ver com *marketing*, como contratar secretárias tem a ver com *marketing*. *Marketing* é um objeto bem amplo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, isso não. Contratar secretárias não, mas isso faz parte de uma consultoria. Eles não conheciam ninguém aqui e eu vim para desenvolver esse tipo de atividade, de fazer o contrato de base secundária. Essas coisas assim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que função o senhor exercia em 1992 no Ministério da Educação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Era coordenador.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Do quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Coordenador de operações.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que faz o Coordenador de operações?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na verdade, eu tinha como cargo de nomeação Coordenador de Operações e exercia uma função de Diretor-Adjunto junto ao Professor Abdala.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Era um cargo de confiança?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não era funcionário efetivo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, era DAS-4.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor foi nomeado por indicação política de quem?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Por indicação política de ninguém. Eu vim a convite do Abdala.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Abdala o convidou por quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pelo tempo de conhecimento, há trinta anos que ele é meu amigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por uma relação de amizade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor saiu do Paraná, veio trabalhar no Ministério da Educação, num cargo de confiança, mexendo numa área que não é de *marketing*, que não é da sua especialidade, passou a mexer com licitações, com pagamentos, que não têm nada a ver com a sua formação profissional, por uma relação de amizade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Exato. Tem a ver com a minha relação profissional na área do Direito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Do Direito, que o senhor nunca advogou, ou advogou bem pouco.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, advoguei pouco.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isto. Agora, o senhor conheceu o Sr. Arthur e o Sr. Antonio no exercício dessa função, não foi?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor participava da Comissão de Licitações na época, não é verdade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não participava, vim a participar depois, a convite...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor conheceu o Sr. Arthur antes ou depois de ser membro da Comissão de Licitação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E ele era fornecedor e participava de licitações da secretaria, não participava?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Participava.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor era amigo de uma pessoa que era fornecedora da secretaria que participava de licitações, veio a ser membro da Comissão de Licitação e continuou tendo uma relação de amizade estreita com ele. O senhor não acha isso uma relação, no mínimo, promíscua?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – De forma alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Um membro de uma Comissão de Licitação ser amigo próximo, de ficar na casa do fornecedor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não vejo... Na época, eu não ficava na casa do fornecedor. Eu fiz amizade com ele depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ali no período em que o senhor cuidava das licitações é que o senhor solidificou uma relação de amizade?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu o conhecia nessa época, mas acho que eu não ficava na casa dele. Nem procede. Depois que eu saí da secretaria é que o Arthur começou a me dar uma ajuda, porque você sai e você não conhece mais ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que ajuda ele dava ao senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Uai, ele me indicou alguns clientes. Acabou não dando certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Clientes de quê? De *marketing*? Diga-me os clientes que ele indicou para o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não é de *marketing*. Ele me indicou clientes...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nome das empresas.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Vai ser difícil. Eu posso lhe trazer o nome das empresas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não lembra nenhuma empresa com que o senhor trabalhou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foram duas as empresas que ele me indicou, mas não deu negócio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor lembra que foram duas. Quais são?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas não deu negócio com essas empresas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, ele indicou... Quais são as empresas que ele indicou e não deu negócio?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu me comprometo a trazer os nomes. Eu não lembro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não quer dar o nome por quê? Por que o senhor está omitindo? Está com medo de dar o nome dessas empresas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, absolutamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quais são as empresas que o Sr. Arthur indicou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não me lembro. Eu trago os nomes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não se lembra que trabalha, não lembra as empresas, não lembra de nada?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu não lembro das empresas, mas eu trago os nomes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Para que empresas o senhor prestou consultoria desde que o senhor saiu do Ministério da Educação? O senhor é um consultor. Quais foram as empresas para as quais o senhor prestou serviços nesse período?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Olha, foi para o Cefet.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Cefet.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que faz o Cefet?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É o Centro Federal de Educação Tecnológica. Eu desenvolvia atividades de *coaching*, aconselhamento profissional para empresas encubadas dentro do Cefet...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor dava consultoria de *marketing* para o Cefet?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para essas empresas encubadas dentro do Cefet.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E quais eram as empresas encubadas dentro do Cefet?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eram várias empresas pequenas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nomes, por favor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, Tesla, tinha a Geracuca, tinha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor prestava consultoria para todas essas empresas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Para o Cefet. Para o Hotel Tecnológico do Cefet.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por quanto tempo prestou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, foram alguns meses.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Alguns meses. Eu falei de 92 até 2005.

Que mais de consultoria o senhor prestou? Para que empresas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu tentei advogar, mas, como eu não tinha a minha OAB, eu levava...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor viveu do quê nesse período, se o senhor revela apenas uma consultoria?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi muito difícil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor é casado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sou casado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sua esposa trabalha?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Trabalha. É médica.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor tem filhos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Tenho filhos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual é a sua renda familiar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, sim, recentemente... Sou ex-casado. O Relator...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, o senhor é separado agora?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Agora sou separado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Há quanto tempo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quatro meses, três meses...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual é a sua renda familiar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A minha renda pessoal era em torno de quatro a cinco mil reais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que vinha de onde? Porque o senhor não me revela uma empresa que o senhor fez consultoria, a não ser essa escola a que o senhor prestou dois a três meses.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na Universidade do Professor, que eu ganhava em torno disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor era professor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Universidade do Professor era...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas à Universidade do Professor o senhor falou que prestou em 2002.

Eu quero saber de 2002 a 2005, o que o senhor fez nesse período?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fiquei um tempo desempregado, prestei consultoria para a Universidade do Professor, prestei consultoria para o Cefet, prestei consultoria para a empresa Idasa e, nesses interregnos de tempo, eu fiquei realmente desempregado, sem ganho...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De quando a quando o senhor ficou desempregado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ah, difícil precisar. Difícil precisar, assim...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Realmente a sua vida profissional é extremamente...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Conturbada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ... curiosa. Extremamente curiosa.

Mas sua ida para São Paulo. O senhor disse que tentou, inicialmente, no depoimento para a Polícia, se aproximar dos responsáveis pela licitação. Foi a sua primeira iniciativa em São Paulo. Por quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Fui tentar ir na Ouvidoria da Prefeitura. Tive dificuldades.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor formalizou a queixa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foi formalizada, através, acho que do...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Ouvidor era o Sr. Benedito Mariano, à época, não era?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não lembro o nome dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor formalizou, protocolou, tem o protocolo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, quem formalizou foi o Arthur, que formalizou a queixa para a Ouvidoria. Eu fui tentar falar com ele, daí.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, havia já uma queixa para a Ouvidoria.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor foi tentar falar com o Ouvidor, não conseguiu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não conseguiu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não lhe recebeu? Ninguém da Ouvidoria lhe recebeu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E aí o senhor foi procurar os responsáveis pela licitação, porque a Ouvidoria não é responsável pela licitação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu não fui procurar os responsáveis pela licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor, então, mais uma vez mente na Polícia Federal, porque o senhor diz isso. Mais uma vez. O senhor, na Polícia Federal, diz claramente que foi procurar os responsáveis, que, como não conseguiu se aproximar dos responsáveis pela licitação... O senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, na Prefeitura. Eu não consegui ir na Ouvidoria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor tentou procurar... Não, não estou falando de Ouvidoria. A Ouvidoria não faz licitação. O senhor foi procurar os responsáveis pela licitação na Secretaria de Educação de São Paulo?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não fui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por que o senhor mentiu, então, na Polícia Federal?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque foram pessoas lá procurar e não conseguiram, não tiveram sucesso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que pessoas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Amigos do Arthur.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem foram os amigos do Arthur?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não sei quem são, porque tinham ido antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem lhe falou que foram pessoas procurar a Secretaria de Educação? Quem lhe contou isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O Arthur.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Arthur disse que foi só o senhor.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu fui...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele mentiu, então, no depoimento, aqui?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, isso ele tinha feito antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mentido ou...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu fui depois que ele já tinha feito esse tipo de coisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor disse na Polícia... Eu vou ler.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Das duas, uma: ou o senhor não lembra o que falou...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu lembro o que falei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ... ou o senhor mente lá ou mente cá. Que o senhor mente é indiscutível, agora vamos ver se mente aqui ou lá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Deputado José Eduardo Cardozo, eu apelo a V. Ex^a que conclua.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu concluo em três minutinhos só.

Diz claramente que, como não conseguiu se aproximar dos responsáveis pela licitação... O senhor nega que tenha feito isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não nego.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não lembra ou não nega?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não nego.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então o senhor tentou se aproximar?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu tentei me aproximar, mas não consegui. Como ele já tinha formalizado isso, eu não vi a necessidade, aí eu fui direto procurar um contato para entregar esse material todo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu vou fazer uma conjectura, só tenho uma última pergunta e uma conjectura, que o senhor vai confirmar ou rejeitar.

O Sr. Antônio Velasco tinha conhecimento da gravação da fita desde o início?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu acho que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor acha que não. Por que o senhor acha que não?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque eu conversei isso tão-somente com o Arthur, e ele já havia me revelado que o Antônio era contra esse tipo de procedimento e que ele achou por bem tomar a iniciativa de fazer porque achou que precisava dessa prova do Marinho. Por isso que eu acho que o Antônio não tinha conhecimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando foi que o senhor ofereceu os R\$15 mil para o Marinho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quando da última gravação, um pouco antes de efetivar a gravação, pelo telefone, que eu liguei para o Marinho para marcar horário para ir lá...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor estava onde quando telefonou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Estava em Brasília.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas em que local?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Estava no hotel que o Mancuso estava hospedado, no Parthenon.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Então o Mancuso viu o senhor oferecer os R\$15 mil?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Viu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Viu?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Viu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque ele não fala isso no depoimento dele. Eu acho que o senhor ofereceu esses R\$15 mil na primeira gravação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, foi na segunda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Acho que essa primeira gravação tem muito mais coisa do que o senhor está dizendo.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Deputado, foi na segunda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Acho que essa gravação sumiu misteriosamente por alguma razão e que ela existe. Eu lhe pergunto: há algum fato na primeira gravação que acrescenta circunstâncias à segunda gravação?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – De minha lembrança, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não lembra.

Concluo, então, Sr. Presidente, apenas fazendo uma conjectura – o senhor me confirme ou não. O Sr. Arthur tem uma empresa curiosa. Ele não produz nada e vende tudo, como já observou o nosso Relator, Osmar Serraglio. Me dá a impressão de que a empresa dele é especializada em licitações, ou seja, ele representa empresas para criar brechas em licitações, e que quando ele não consegue, efetivamente, ele busca utilizar os expedientes mais sinistros para poder ou destruir a licitação ou ser aquinhado com ela. Foi por isso que ele conheceu o senhor na Secretaria de Educação, quando o senhor mexia com licitações e cuidava de pagamentos de contratos, formaram amizade, a partir daí o senhor é escalado para todas as situações em que ele se vê em dificuldade com licitações. O senhor tentou, na Prefeitura de São Paulo, furar alguma situação da licitação. Não conseguiu e, ao invés de ir ao Ministério Público, que seria o lugar correto para quem quer fazer denúncias, o senhor procurou um vereador de oposição, justamente para encobrir a firma em nome da qual o senhor trabalhava.

Foi o mesmo procedimento feito agora. O senhor, em nome da empresa do Sr. Arthur ou de quem o Sr. Arthur representa – vamos descobrir quem é –, queria furar o esquema nos Correios e, portanto, fez a gravação na perspectiva de estabelecer uma negociação. Essa negociação, quando o Sr. Molina entrega a fita ao Sr. Roberto Jefferson, inicia-se. Eis que subitamente o ingrediente aparece, e essa fita aparece de público, e os senhores são pegos de surpresa quando o objetivo dos senhores é seguir o mesmo método sempre: entrar em esquema de licitação, participar do bolo com uma firma especializada em vender tudo, desde que seja

licitação e se consiga entrar no esquema. É errada a minha conjectura?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É errada a sua conjectura.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ)

– Deputado Jorge Bittar é o último indagador inscrito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vou procurar ser breve, atendendo solicitações da Mesa, e direto. Então, solicito respostas diretas e objetivas do Sr. Joel.

O senhor recebeu em torno de R\$10mil pelo serviço de gravação realizado. O senhor falou que faria o serviço até de graça, no depoimento prestado à Polícia Federal, porque, segundo o senhor, o senhor deve muitos favores ao Sr. Arthur. Gostaria que o senhor precisasse quais são esses favores, porque não se trata – o senhor há de reconhecer – de um serviço qualquer. O senhor mesmo disse quanto lhe custou realizar esse serviço para o qual o senhor teve que realizar quatro tentativas, ou seja, teve que se dirigir quatro vezes aos Correios. Então, foi algo muito penoso para o senhor e disse que faria de graça porque deve muitos favores. Devem ser favores muito relevantes. Quais são esses favores?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Até não são relevantes mas são favores de estadia, porque em várias vezes que vim para cá fiquei parado na casa dele, usufruí da hospitalidade dele, e isso para mim sempre foi uma economia, para mim isso são favores. Alguma vez, ele me emprestou dinheiro, não foi muita coisa, mas foi muito importante na época e realmente eu precisava. Então, nessas horas, o pouco vale muito e para mim são favores.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor, como advogado que é, sabe que estava realizando uma atividade ilegal, para dizer o menos sobre isso, não é isso? Ainda assim, o senhor julga que, por conta de alguns pequenos favores do Sr. Arthur, como o senhor mesmo descreveu, faria de graça.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não achei que era uma atividade ilegal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como não? O senhor me disse agora. O senhor sabe que é uma atividade ilegal, o senhor é advogado. Não estamos aqui tergiversando sobre...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu não achei que era uma atividade ilegal. Eu fiz assim, concordando com o que o senhor está falando, mas não concordando que fosse uma atividade ilegal. Não achei realmente que fosse uma atividade ilegal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como é que o senhor faz uma coisa totalmente clandestina, usando

codinome, contratando, articulando com um conhecido araponga, e o senhor acha que está fazendo algo perfeitamente legal? O senhor sabe que, para fazer um trabalho legal, teria que se dirigir à Polícia Federal, ao Ministério Público, solicitar autorização judicial. O senhor sabe disso, o senhor é um advogado formado e o senhor sabe que estava exercendo uma atividade ilegal. Por que o senhor resolveu fazer uma atividade ilegal em troca de pequenos favores?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Em troca da amizade, em nome de pequenos favores. Em troca da amizade. Mas eu realmente não achei que era uma atividade ilegal. Achei que era só ir lá...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não lhe ocorreu, quando solicitado, procurar a Polícia Federal, o Ministério Público, como homem de bem que o senhor julga ser?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quando eu tomei pé de que o Sr. Marinho realmente praticava atos ilícitos lá, eu resolvi fazer a gravação. Falei com o Arthur: “Eu realmente faço, porque o homem realmente não é sério. Eu faço sim”. Até aí eu sempre achei que efetivamente a intenção dele era tirar o Marinho, mostrar ao Dr. Osório, e pronto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É suficiente.

O Sr. Arthur o procurou em nome de várias empresas – isso está dito pelo senhor. Quais são as empresas que se consideravam insatisfeitas com o que estava ocorrendo na área do Sr. Marinho nos Correios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele não me procurou em nome de várias empresas. Ele falou que soube que várias empresas estavam sendo extorquidas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Permita-me que eu leia o que o senhor disse?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É bom para refrescar a sua memória: “que Arthur contou que algumas empresas que forneciam para os Correios estavam preocupadas com essas irregularidades, pois queriam entrar nas licitações; que Arthur falou que representava empresas que estavam tendo problemas”. Isso foi dito pelo senhor. O senhor leu e assinou esse depoimento.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Empresas que ele representou em algumas licitações e empresas que ele...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ele representava essas empresas diante... Quais são essas empresas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu desconheço as empresas que ele representou em licitações. Sei o que ele vendia, como vocês sabem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor pelo menos admite que estava agindo não só em função dos interesses do Sr. Arthur, mas de interesses mais articulados, mais amplos, ou seja, de um conjunto de empresas.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu agi tão-somente pela amizade pelo Arthur, tão-somente por isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mesmo sabendo que ele representava várias empresas, conforme o senhor disse?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – As empresas que ele representava, nunca soube de nenhuma atividade ilícita dele.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas ele disse que representava várias empresas que estavam insatisfeitas com as irregularidades dos Correios e que ele representava essas empresas. O senhor disse isso.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sim, realmente ele estava insatisfeito com a atividade do Marinho em relação à empresa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, está claro. Então, o senhor confirma isto: que ele lhe disse que representava várias empresas insatisfeitas com a situação dos Correios.

É importante registrar, Sr. Relator, Sr. Presidente, que não se trata apenas dos interesses da empresa do Sr. Arthur. Na verdade, há outras empresas. Vamos ter de investigar isso de maneira mais clara.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Perdão, perdão. Eu fiz unicamente pelos interesses do Sr. Arthur.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, está dito, está dito. Agradeço ao senhor. Um minuto só. Vamos continuar porque o meu tempo é pequeno.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Mas eu gostaria de registrar que a minha intenção foi só essa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um minuto só. No final, se o senhor quiser, pode fazer o registro.

O senhor utilizou o codinome de J. Goldman. O “J” do primeiro nome seu, Joel, e Goldman; enfim, utilizou o nome-fantasia. O codinome que o senhor deu ao Sr. Mancuso foi Paulo Maftum. Curiosamente, é o mesmo sobrenome de Abdala Radi Maftum, que lhe apresentou ao Deputado Elias Abraão, que lhe indicou para o Ministério da Educação, contrariamente ao que o senhor disse, que não havia sido indicado por nenhum Parlamentar, por nenhum Deputado para o Ministério da Educação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não fui indicado pelo Deputado Elias Abraão.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu pus o nome de Paulo Maftum porque foi um nome que me veio à cabeça na hora.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas o senhor disse que foi indicado.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É um nome diferente, eu falei que ele era de fora, eu quis pôr um nome diferente do dele, só isso. Assim, como pus o meu Goldman, pus o Maftum; foi o que me veio à cabeça.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É curioso. No seu caso, o senhor inventa o Goldman. O Maftum, o senhor foi buscar de um amigo seu, conforme o senhor declara. O senhor declara aqui que conheceu o Deputado Elias Abraão quando ele era Secretário de Educação do Estado do Paraná, que conheceu Elias Abraão por meio de seu amigo Abdala Radi Maftum, que desde 2002 está desempregado, não possuindo nenhuma... Bom, isso é outra informação. Está claro que o senhor é amigo do Sr. Maftum e, curiosamente, o senhor coloca o sobrenome.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Porque é um sobrenome diferente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Olha, meu amigo...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Paulo Maftum...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente, nem em Portugal se cometeria uma situação dessa. É muito curioso. Quero registrar no mínimo essa curiosidade de o senhor ter utilizado o nome-fantasia. Estou em dúvida se a pessoa que lhe acompanhou é esse José Carlos Mancuso verdadeiramente ou se a figura é outra, ou se há outras pessoas, porque a descrição que o senhor faz do Sr. Mancuso não coincide com a descrição que o Sr. Marinho faz da mesma pessoa.

O SR. (orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É isso. Obrigado.

O SR. (orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para informar aos membros da Comissão de fato inusitado. Durante o período em que eu estava fazendo a arguição e o depoente estava prestando o depoimento, o Sr. Antônio Velasco estava acompanhando o depoimento, em pessoa, no fundo da sala. Em princípio, a reunião é pública, não há nenhuma ilegalidade. Mas, evidentemente, a presença de um dos investigados cara a cara com outro investigado tem ou pode ter um elemento intimidador em relação às circunstâncias. Quero registrar esta situação da presença do Sr. Antônio Velasco durante o depoimento, para que possamos meditar acerca da questão e para dizer que, se eventualmente o depoen-

te quiser falar numa reunião secreta sobre realidades que efetivamente neste momento se sinta intimidado a fazê-lo, sob as proteções da lei, por favor, peça-o. E se, eventualmente, ele se sentiu constrangido com a presença do outro investigado aqui, por favor, informe de imediato a esta Comissão.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Obrigado. Eu não havia notado a presença do Antônio até a sua observação, de forma que não haveria necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Não se sentiu intimidado?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Eu nem..

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Nem percebeu.

Bem, ainda há um Deputado inscrito, o Deputado Murilo Zauith, o derradeiro.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Joel Santos Filho, que, nesta tarde, presta depoimento a esta Comissão por estar envolvido no serviço de “arapongagem”, tive a oportunidade de acompanhar o seu depoimento com outros colegas Parlamentares. O senhor disse que foi a primeira vez que fez esse trabalho. Disse que isso se liga ao fato de ser muito amigo do Sr. Arthur. Essa amizade levou o senhor a esse tipo de trabalho. O senhor imaginava que incursão o senhor estava entrando na sua vida ao se prestar a um serviço desse? O senhor disse que fez mais por amizade, não tinha problema financeiro. Eu quero saber se realmente o senhor tem uma condição financeira tranquila, renda mensal, que não precisaria de recursos para fazer esse serviço ou realmente o senhor fez isso precisando de recursos?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Minha condição financeira atual não é tranquila; minha condição financeira atual é dificultosa. Agora, eu falei para o Arthur, efetivamente, que faria até de graça para ele pela condição de amizade que nós temos e pelos favores que devo a ele. Toda vez que eu venho para cá, fico... Eu acho chato isso, sempre fico na casa dele. Ultimamente, nossa, a maior parte das vezes que eu venho para cá. E ele me atende sempre muito bem. O Arthur é uma pessoa boa. Claro, minha condição financeira não era boa. Quando eu falei para ele que eu faria até de graça, ele disse: “Não, Joel, eu faço questão de pagar alguma coisa para você, pelo menos a tua despesa e mais alguma coisa para te ajudar”. Realmente, me ajuda.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O Sr. Marinho, no seu depoimento aqui, disse que o senhor gozava de certa amizade que o senhor fez lá nos Correios; que o senhor chegava, conversava bem com todo mundo, com a secretária dele, criou até uma certa li-

berdade de se tornar conhecido. O senhor mostra aqui uma personalidade diferente, uma pessoa retraída. O senhor aqui está retraído ou o senhor é uma pessoa expansiva que lá, nos Correios... ou o senhor se preparou para esse serviço que o senhor prestou lá?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Normalmente, eu não sou tão retraído, normalmente não, mas normalmente o meu comportamento, a minha conduta é séria, não é rindo o tempo todo. Normalmente, a minha conduta é uma conduta séria.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas o senhor preparou o ambiente lá?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não preparei o ambiente. Eu não lembro de ter sido ultra-simpático com ninguém. Eu cheguei para a secretária dele, que foi o contato que eu tive quando eu deixei o meu documento na entrada, e depois com a secretária dele, a Amparo, mas não me lembro de ter me desmanchado em simpatias com ela. Eu só disse a ela que eu representava um grupo de empresas, assim, assim assado, como eu já declarei, e que queria falar com o Sr. Marinho. Ela foi lá, avisou ele e me conduziu até a sala dele e iniciou-se a primeira conversa. Eu não sei o que o Sr. Marinho quis dizer com isso, mas, realmente, eu não...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor disse, no seu depoimento à Polícia Federal, que a idéia de dar ao Sr. Marinho os famosos R\$3 mil foi idéia do Sr. Arthur, e aqui o senhor disse...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Pois é.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – ...o senhor preparou para o terceiro depoimento, o senhor sentia que precisava ser mais incisivo, mostrar mais serviço...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não só do Arthur, Deputado. Vem a calhar essa sua observação. Eu falei na Polícia Federal que eu estava realmente nervosíssimo lá porque podiam tornar a minha estada mais demorada ainda, eu estava realmente muito nervoso, sob pressão, apesar de terem me tratado muitíssimo bem. Eu queria... eu não sabia... os advogados não tinham tido acesso aos depoimentos até então. Eu não queria prejudicar o Arthur. Eu tentei protegê-lo. Primeiro eu falei que... Eu estou falando absolutamente a verdade. Primeiro eu falei que tinha sido o Jairo. Eu não quero ser injusto aqui com mais ninguém. Não foi o Jairo que me deu os R\$3 mil. Depois, eu falei que foi o Arthur. O Arthur me deu R\$5 mil para pagar as despesas. Desses cinco mil, eu decidi dar três mil para o Marinho, porque eu achei que ia ficar difícil marcar com ele, sem um agrado. O que Arthur havia me dito, na oportunidade, é que o Marinho era “dinheirista”. Então, baseado nesse aspecto, eu aproveitei e falei. Mas

eu achei que R\$3 mil era pouco. Aí eu falei em R\$15 mil para ele. Eu disse: “Não, Sr. Marinho, é R\$15 mil, mas, agora, o que eu posso adiantar...”

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas R\$15 mil seria um início de pagamento do quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu inventei na hora. Eu falei para ele “Quinze mil para que o senhor faça os “providenciamentos” necessários para incluir a gente em alguma licitação, que a gente possa ganhar.” Quer dizer, isso foi por telefone; na hora que me veio, eu falei. E ele marcou, incontinenti. Na hora, ele marcou o encontro para as quatro horas, que depois foi transferido para as sete.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor já disse isso aqui. Quanto tempo demorou entre o começo dessa trama, da preparação, até a última gravação? Qual o período disso? Quantos dias? Quantas semanas? Quantos meses levou todo esse preparo, o senhor estudando o caso, passando a conhecer a estrutura dos Correios, conversando?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Da primeira vez que eu conversei com o Marinho até a última, eu tenho a impressão de que foram uns dois meses, março e abril.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E, antes de o senhor ter a primeira incursão sobre o Sr. Marinho, quanto tempo o senhor ficou se preparando para iniciar esse trabalho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Foram poucos dias.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Dias?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, foram poucos dias, porque eu vinha a Brasília. O Arthur me falou da intenção dele, e já, quase logo em seguida, eu fui ter a primeira conversa com o Sr. Marinho.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Pelo que o senhor depôs aqui, o senhor tem conhecimento de licitação, como funcionava, o que licitavam os Correios. Quer dizer, para ir conversar com o Sr. Marinho, o senhor se preparou.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu me preparei com nomes, com fatos. Agora, conhecimento em licitação, eu efetivamente não tenho. Tenho conhecimentos. Sei alguns termos. Eu sei como funciona. Eu participei de uma comissão, mas não fiz muita coisa nessa comissão, porque, quem entendia na época de licitação e que participou era a Edil Romão, que era *expert* em licitação, na época da Secretaria. Então, a gente ia pelo que ela falava. Não era minha área. Nunca foi licitações, nem quando advoguei. Eu advoguei na área de família. Eu não entendo. De licitação, eu realmente não entendo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas hoje o senhor entende; pelo que o senhor explanou aqui, o conhecimento que o senhor adquiriu nisso daí, o senhor adquiriu conversando com o Sr. Marinho? Como foi?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Hoje eu sei como funciona um pouco mais esses meandros da licitação, que ele descreveu tão bem, dizendo como eram favorecidos alguns clientes, como eram consultados os fornecedores, previamente, que eles legalizavam o processo todo antes. Mais nesse sentido.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor estudou a personalidade do Sr. Marinho? Que tipo de pessoa o senhor iria encontrar lá, que ele ia se abrir de imediato, ou que o senhor ia ter dificuldade? O que o senhor imaginava nesse primeiro trabalho?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não há muito o que estudar na personalidade do Sr. Marinho. O Arthur já me havia falado que ele falava fácil para qualquer um que fosse lá. Então, não foi muito difícil. Realmente, constatou-se isso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A primeira gravação, a segunda e a terceira foram... O senhor disse aqui no depoimento que o senhor não tinha mais o que tirar dele, que ele já tinha repetido a mesma história duas vezes, quando o senhor foi oferecer o dinheiro para fazer a terceira gravação.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Três vezes.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Três vezes.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele tinha repetido a primeira vez, que não foi gravado; tinha falado nessa linha...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Já tinha falado.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na primeira gravação e que o Jairo disse que não gravou, que achou até que a sala estava “grampeada”. “Grampeada”, não; como eles falam? Bloqueador. Que tinha bloqueador na sala. Isso foi o que o Jairo disse e que inutilizou a gravação. Talvez, por isso. E aquela gravação, antes da última, que ele disse que, na realidade, não tinha ficado boa, que ele não conseguiu localizar, mas que depois conseguiu localizar. E deu ao Arthur. O Arthur disse que era inócua a gravação. Então, aí...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – No primeiro conhecimento que o senhor teve com ele, ele já chegou se abrindo com o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – No primeiro.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Na segunda, confirmou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Assim como aconteceu com o João Carlos também. Na primeira intervenção do João Carlos, ele foi o que mais falou

efetivamente, por achar que o João era o Diretor, etc. e tal.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E que conclusão o senhor tira desse trabalho que o senhor fez, nessa incursão que o senhor teve em arapongagem? O que isso mudou a sua vida?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que lição eu tiro?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Que experiência o senhor tem? O senhor falou que não estava fazendo um serviço sujo por fazer um trabalho desses.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A lição que tive aqui, se houve qualquer estupro, assassinato, funcionário público corrupto, não delato mais ninguém. E acho que o povo brasileiro, ninguém deve delatar, porque a complicação que dá é muito grande. Às vezes, você incorre num erro. Eu acho que incorri num erro, quis ajudar um amigo. Mas, olha o que estou passando! Minha vida mudou completamente, a partir de agora. Já estava difícil e acredito que vai ficar muito mais difícil, muito mais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – O Deputado Geraldo Thadeu está inscrito ainda, embora não estivesse no momento em que foi chamado. Mas S. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Joel, serei bem rápido, mas gostaria que o senhor respondesse bem rápido também. Acho que o senhor já está cansado de responder a essas perguntas. Mas qual é a atividade atual do senhor? O senhor faz o quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu sou advogado e presto consultoria.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Consultoria? Está bem. E hoje o senhor presta consultoria para alguém?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Atualmente, não. A última que prestei foi para a Idasa – Distribuidora de Combustíveis, e já se concluiu. Pode ser que volte, se a ANP aprovar a autorização do funcionamento deles aqui em Brasília.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Esse encontro com o Sr. Maurício, através do Sr. Arthur, foi um contato. O senhor chegou lá sem marcar? É isso? Freelancer?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – A primeira vez, sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E ele já atendeu o senhor na primeira vez? Quando o senhor se apresentou para ele estava com a câmera?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. Na primeira vez, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o que o senhor tratou com ele de concreto na primeira vez?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Na primeira vez, fui para conhecê-lo, para ter uma idéia de quem era o Sr. Maurício Marinho; para ver se o Arthur não estava exagerando, não estava enganado, se eu não ia incorrer em alguma injustiça de gravar alguém. Porque gravar é sério, lógico que é sério, dependia do emprego da pessoa. Então, fui para conhecê-lo, para ver se efetivamente era aquilo que o Arthur estava dizendo. Eu acreditei no que ele me falou, que o elemento estava complicando...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Confirmou o que o Arthur disse sobre ele?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Além da expectativa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Além da expectativa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Confirmou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – No primeiro encontro ele já abriu o jogo para o senhor?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Totalmente. Nunca me viu na vida e abriu totalmente o jogo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor falou que ia prestar concorrência com a sua empresa; que ia prestar serviço aos Correios?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, a conversa do senhor era de prestar serviço aos Correios? Que ia entrar numa concorrência, e como é que se fazia para vencer a concorrência?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Que a nossa empresa, que era uma multinacional que estava se instalando no País, queria ser fornecedora dos Correios e para tal ela precisava ganhar uma licitação junto aos Correios. Como a gente faria para isso acontecer.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Daí, no segundo encontro, o senhor já gravou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Já foi gravado no segundo encontro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a mesma conversa?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É claro que ele deu mais detalhes sobre licitação; ele deu mais detalhes sobre fornecedores; ele exemplificou um pouco mais. Foi uma conversa, acredito, de uns 40 minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E as condições que ele colocou para o senhor quais eram?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Condições com relação a quê?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para ele facilitar, para o senhor vencer a concorrência.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, ele disse que era com ele que tratava, que a coisa se centralizava ali, porque, a partir dali....

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, mas que condição ele colocou? Ele deve ter colocado uma condição: custa tanto.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, ainda não colocou essa condição de quanto custa, até porque não havia uma licitação em andamento. Ele iria ver em que poderia nos encaixar para depois negociar isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E esses R\$15 mil, como é?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Esses R\$15 mil foram de um telefonema que eu dei para ele. O Arthur me havia pago os R\$5 mil para que eu efetivasse o pagamento ao Mancuso, das aulas que ele ficou de dar em Curitiba, para que eu tirasse algumas despesas minhas nessa segunda vez, e resolvi dar os três mil para ele para poder marcar mais uma audiência com ele e levar...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vai dar uma posição com ele...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É, porque...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor não tinha falado em dinheiro para ele... Nada! O senhor pegou R\$3 mil do bolso e entregou para ele?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, eu falei por telefone com ele em dinheiro. Por telefone, eu estou lhe explicando.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com o Maurício?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É. Por telefone, eu estou lhe explicando, porque, quando...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor falou isso por telefone? Assunto de dinheiro?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso, isso. Por telefone.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor combinou 15 mil?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Quinze mil, e que eu poderia dar, nessa oportunidade, três mil. O resto a gente providenciaria depois...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para colocar numa próxima concorrência...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Numa próxima conversa, para tratar de concorrência...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, está bom. Mas não teve nada de consultoria, teve?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não teve, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Parece que ele falou aqui que o senhor estava pagando para ele uma consultoria.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Isso é fruto da imaginação dele.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, não é consultoria. Era concorrência o que o senhor estava fazendo, não é isso?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – O que nós queríamos era isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, está bom. Então, esses R\$3 mil o senhor tirou do bolso, entregou para ele e tal e gravou a última... É através de facilidade para, numa próxima concorrência, entrar em sua empresa para ser colocada e vencer a concorrência?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Exatamente...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor não tratou nada? Dez por cento, vinte por cento?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele falou tudo, menos o valor que ele queria? Nada?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele falou tudo, eu acho; como era dividido, quais eram os percentuais.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor acha que o Arthur agora vai te dar todo o apoio?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Se o Arthur vai me dar todo o apoio?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É, vai te dar todo o amparo aí nessa enroscada que o senhor entrou?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ele está me dando. Eu não tenho dinheiro para pagar nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabe que o senhor, como advogado, melhor que eu – eu não sou advogado –, mas o senhor entrou em uma enroscada danada...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Danada!

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor cometeu um ato ilícito, o senhor fez uma gravação clandestina e proposta também de corrupção, de levar vantagem, não é? Eu imagino que isso aí também pudesse ser usado pelo Sr. Arthur para vencer a concorrência lá, não é isso? Não teria essa intenção também não?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não. A minha intenção não foi essa em momento algum.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, tá bom. Então, fica claro que não era... Que o senhor não estava prestando nenhuma consultoria para ele.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Pela ordem, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só para comunicar os presentes que recebemos, agora há pouco, de parte dos advogados do Maurício Marinho, um CD, que seria aquilo que estamos eventualmente procurando: a gravação que nós, até agora, não tínhamos. A primeira gravação, porque a segunda é esta que estamos apurando.

Eu só dou esta informação para não se dizer, daqui a pouco, que nós a recebemos e que ocultamos. Nós recebemos e estamos anunciando. Apenas nós nos reservamos o direito de examinar se, de fato, é uma outra gravação, enfim, para evitar que se imagine que nós tenhamos uma gravação, que é aquela que nós buscamos, e não temos convicção. Está sendo verificado isso e, mais tarde, a gente confirma ou não ao Plenário e aos ilustres Parlamentares.

O SR. (orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para termos todos e todas aqui clareza da informação precisa que o Relator vem trazendo. Quem entregou este CD foram os advogados do senhor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Maurício Marinho.

O SR. (orador não identificado) – Maurício Marinho. Portanto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que também não sabemos como é que ele teria essa... Já questionamos, por isso é que nós estamos...

O SR. (orador não identificado) – Portanto, os advogados do Sr. Maurício Marinho têm a gravação que o Arthur disse que teria destruído, porque era invalidada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente...

O SR. (orador não identificado) – É isso o que o senhor está informando aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por isso que estamos ressaltando a informação, porque, daqui a pouco, os advogados informam, de público, que nos entregaram, e nós não sabemos exatamente...

O SR. (orador não identificado) – Ainda para continuar apenas o raciocínio, essa gravação foi feita, com *script* e tudo, pelo Sr. Joel, que está presente aqui?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. (orador não identificado) – Então, vamos ter de apostar na autenticidade desta gravação com esta personalidade que já foi J. Goldman no passado. É isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. (orador não identificado) – Muito obrigado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de me dirigir ao Sr. Relator.

Em primeiro lugar, peço que verifiquemos cuidadosamente a autenticidade, a veracidade dessa fita, porque são informações importantes, talvez até recorrendo a peritos nessa questão.

Em segundo lugar, sendo verdadeira, solicito que providenciemos a exposição e a transcrição da fita, pois seria algo importante para todos nós.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza. Nós não quisemos criar uma expectativa, porque pode eventualmente o advogado anunciar que nos entregou e, daqui a pouco, nos coloca numa situação que desconhecemos o imbróglio que pode estar sendo estabelecido.

Então, estamos avisando que recebemos. Sequer quiseram que se passasse o recibo – isso foi lá embaixo, não fomos nós aqui. Entregaram nas dependências da CPI, e o pessoal já está verificando. Com certeza, passaremos uma perícia técnica bem rebuscada para que não incidamos em equívoco.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Resta saber também como o Sr. Marinho obteve essa gravação. Não informaram os advogados, simplesmente entregaram.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Está esgotada a lista de inscritos para o depoimento do Sr. Joel.

Eu indago ao Relator se tem alguma pergunta ainda a fazer?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não tenho, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Não havendo mais questões a fazer, dou por encerrado o depoimento do Sr. Joel dos Santos, agradecendo a presença de S. S^a.

Considerando que há Ordem do Dia em curso nas duas Casas, suspendo a reunião para que seja retomada às 19 horas, após a Ordem do Dia, quando ouviremos o outro depoente, o Sr. Arlindo Molina Gonçalves.

Peço à Segurança que cuide do esvaziamento da sala para que os materiais fiquem intactos.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 17h39min.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Extra-reunião, estamos aqui com o advogado do Sr. Maurício Marinho, que está dizendo que quem disponibilizou essa fita ao Sr. Maurício Marinho foi a **Folha de S.Paulo**. Informação “da advogada de Maurício Marinho”, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Estamos reabrindo os nossos trabalhos da CPI. Queríamos prestar alguns esclarecimentos importantes.

Amanhã começaremos a nossa reunião às 10h. Portanto, a inscrição vai estar disponível aqui na mesa a partir das 9h30min. Amanhã, como todos sabemos, vamos ouvir os diretores dos Correios. Quanto a quinta-feira, conversei com o Deputado Roberto Jefferson, que pediu que fosse realizada a oitiva às 10h30min de quinta-feira. Então não será mais às 9h.

Informo a V. Ex^{as} que conseguimos reproduzir cópias dos contratos, pelo menos aqueles dos Correios que, inclusive o Deputado Eduardo Paes, que, nos finais de semana, procura sempre estudar esses contratos dos Correios, na cidade do Rio de Janeiro, poderá fazê-lo até com maior prazer aqui em Brasília. Então, pelo menos não é o suficiente, mas é o possível para que tenhamos boas condições, Deputado Abicalil, de argüir amanhã os diretores.

Se não for satisfatório no todo, Deputado Maurício Rands, nos reconvocamos os diretores com toda tranquilidade.

Agora, conversei também com a Controladoria, hoje à tarde, inclusive é por isso que eu me retirei daqui da CPI e amanhã já começa a chegar cópias de todos os contratos. Conversei também com o Presidente dos Correios, Dr. Jânio que também já está encaminhando. Então vamos ter condições de analisar, estudar todos os contratos dos Correios. A partir de amanhã, já começam a chegar, maciçamente, os contratos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, receba os parabéns de todos nós que fazemos a comissão, pela presteza de todas as diligências empreendidas nesse curto interregno. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado Deputado Maurício Rands.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para parablenizar V. Ex^a pelo pronto atendimento, encaminhamento das questões.

Gostaria de fazer um requerimento. O Sr. Maurício Marinho, no primeiro dia que esteve aqui, trouxe um documento que ele chamou de dossiê ou coisa similar, e nesse dossiê, inclusive, estariam não apenas o que eles chamou de decupagem integral da fita, que foi levada a público, e não dessa que foi entregue hoje pelos seus

advogados e uma série de justificativas. Gostaria de pedir a V. Ex^a a disposição de pelos menos uma cópia para a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– A Secretaria da Comissão vai encaminhar esses documentos entregues pelo Sr. Maurício Marinho. Também é importante registrar que foi recebida hoje aquela famosa primeira fita que foi citada. Hoje ela está sendo degravada e vai ser, quando possível, disponibilizada aos membros da CPML.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Jamil.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu queria cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Mas não vamos falar tanto pela ordem, senão vamos ficar pela ordem do dia.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas, desta vez merece, porque V. Ex^a e o nosso Relator, Deputado Osmar, têm sido exemplares na condução dos trabalhos. Entendo o sapateado dos Deputados da Oposição, porque também já fui da Oposição, não é?

O SR. (orador não identificado) – Qual é o sapateado? O que V. Ex^a quer dizer com isso? Explique! Talvez seja a inspiração das botas do Dr. Wascheck.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Procura fazer...

O SR. (orador não identificado) – Qual é o sapateado?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Procura fazer aqueles clichês: “CPI Chapa Branca”, etc. Mas todos aqueles cidadãos brasileiros que estão vendo pela televisão ou presenciando diretamente estão percebendo que está sendo investigado.

O SR. (orador não identificado) – V. Ex^a está faltando com a verdade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Está sendo investigado. Estamos vendo os documentos, fazendo os interrogatórios. Não é mesmo? Temos o cuidado de não transformar cidadãos em réus sem julgamento, como a Oposição tenta fazer, querendo atingir até mesmo a figura do Presidente da República, até mesmo com pedido de *impeachment*. Uma entidade de mutuários de Goiás, no começo das investigações, muito longe de atingir a figura intocável do nosso Presidente da República, já quer a destituição do Presidente.

O SR. (orador não identificado) – Deve ser pelego.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós, não. Achamos que devemos agir com serenidade, de acor-

do com os interesses da Nação brasileira e do povo brasileiro. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes, pela ordem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, aguardei, pacientemente, o dia todo para me manifestar no momento da minha inscrição. Mas o dia tumultuado, inclusive com reunião do meu Partido para tomar decisões importantes, fez com que, lamentavelmente, no momento da minha inscrição, eu não estivesse aqui. Eu queria apenas fazer um posicionamento do meu Partido, o PMDB.

Hoje pela manhã a Deputada Juíza Denise Frossard, a quem eu respeito e prezo muito, por quem eu tenho maior admiração por sua sabedoria jurídica, pelo seu equilíbrio, talvez tenha tido alguns daqueles momentos raros de infelicidade que todo ser humano tem no dia-a-dia. Ela, traindo a presunção da inocência que preside todos os atos da vida jurídica, solicitou que fossem intimados, ou notificados, ou convidados a comparecer a esta Comissão todos os Presidentes de Partido que porventura tenham indicado alguém para exercer funções nos Correios. Ora, já se está adiantando, colocando a carroça na frente do boi.

O Presidente dos Correios, que é do meu Partido, do PMDB, que foi indicado pelo Partido, sequer foi citado por quem veio depor. Creio que a prudência nos manda evitar que se prejudique, porque a pior coisa que está ocorrendo neste País hoje são prejudgamentos, são prisões arbitrárias, sem determinações legais. Ora, estamos subvertendo a ordem jurídica. Como advogado, não posso admitir – não falo nem como Parlamentar – que isso ocorra. Quero apelar à nossa companheira, a ilustre Deputada Denise Frossard, para que repense esse seu pedido, que certamente não contará com o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, se ela formalizar, isso será discutido futuramente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Eduardo Paes. Depois, vamos convidar o Molina.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu havia proposto ao Presidente Delcídio que ele evitasse conceder a palavra pela ordem, mas me sinto obrigado a me manifestar diante do pronunciamento do Deputado Jamil Murad. Imagino até que ele deve estar desesperado para se cacifar com

o Governo, para que o seu aliado político Aldo Rebelo se mantenha no primeiro escalão, porque tem sido a prática do Deputado Jamil agredir a Oposição de forma descabida.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Deputado Antonio Carlos, não procede nem cabe aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero fazer um protesto, porque, hoje, no início das minhas argumentações, fiz questão de registrar a isenção e a imparcialidade do Presidente Senador Delcídio e do Relator Deputado Osmar Serraglio. Então, não partiu da Oposição qualquer prejudgamento com relação àqueles que estão conduzindo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas, Deputado, toda hora estão chamando de “chapa branca”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero que V. Ex^a me respeite. Deputado Maurício Rands, depois, se V. Ex^a quiser, terá a palavra.

Inclusive eu disse que evitava rotular a direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito como uma direção “chapa branca”. Hora nenhuma usei esse argumento. Agora V. Ex^a tenha respeito pela Oposição, a Oposição quer investigar, quer apurar todos os atos de corrupção, e, diferentemente de alguns comunistas que se tornaram governistas e abriram mão do seu passado, temos um compromisso com a ética no nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo, solicitando que seja o mais sucinto possível, para que possamos começar o depoimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, sou daqueles que quero ir para o depoimento imediatamente, mas, como o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, eu não poderia me calar neste momento.

Não há nada pior do que aqueles que vêm para cá para prestar algum serviço. Há um clima muito favorável e positivo entre os parlamentares, seja da Oposição, seja da base do Governo. Temos conversado, buscado agir em conjunto no entendimento. O Presidente, hoje pela manhã, deu demonstração dessa linha de trabalho que resolveu adotar, ouvindo a Oposição e os Deputados e Senadores da base do Governo. Portanto, esse tem sido o norte dos trabalhos desta Comissão.

Não é admissível, Sr. Presidente – talvez com menos ênfase, mas com a mesma contundência –, esse tipo de provocação. A Oposição não tem feito, em nenhum momento, qualquer tipo de provocação. O que dissemos, desde o início, é que a opinião pública estaria atenta e que estaríamos também numa posição de

respeito vigilante, acompanhando como as coisas se dariam nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Ex^a há de convir comigo, com todos nós da Oposição, que uma regra que vinha funcionando nas CPMLs do Congresso Nacional foi, no caso desta CPML, desrespeitada, o que provocou protestos, sim, da Oposição.

Mas sabemos que não há, apesar de o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, esse tipo de argumento não vai nos levar a nada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me permita concluir o raciocínio. Peço a V. Ex^a que mantenha o direito da minha palavra.

Deputado Jamil Murad, apesar de o Presidente Lula estar se arvorando nos programas do Partido dos Trabalhadores, nas rádios, no horário eleitoral gratuito, como se a CPML fosse uma conquista do Governo, quero lembrar que o Governo lutou muito contra essa CPML. Portanto, temos todas as razões do mundo para ter desconfianças em relação aos procedimentos que se adotam aqui.

Nós mesmos, da Oposição, hoje pela manhã, todos, unanimemente, Senador Maguito, aplaudimos o trabalho da Mesa que conduz os trabalhos, na pessoa do Senador Delcídio, de V. Ex^a, como Primeiro Vice-Presidente, e do Deputado Osmar Serraglio.

Portanto, que esse tipo de provocação não se repita, para que não fiquemos debatendo coisas que não são importantes e que a população não deseja.

Quero que V. Ex^a me perdoe, Sr. Presidente, mas esse registro era importante.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos ao depoimento.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO.) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado. Essa discussão não leva a nada, essa discussão não contribui para nada.

O SR. (orador não identificado) – É só pegar as fitas. O Governador César Borges, de manhã, fez questão de dizer que era uma “CPI chapa branca”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não vou permitir discussão paralela.

O SR. (orador não identificado) – Depois, Deputados e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O objetivo aqui é ouvir o Molina Gonçalves. Ficar Deputado acusando Deputado, defendendo partido,

não é esse o objetivo da Comissão. A Comissão é para investigar.

O SR. (orador não identificado) – Por isso é que nós estamos dizendo que precisa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quero contar com a colaboração de V. Ex^a.

O SR. (orador não identificado) – Perfeito. Mas não é ataque, é só um esclarecimento. Há duas observações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois é, mas esta Comissão é para investigar. Eu acho que está todo mundo...

O SR. (orador não identificado) – ... pedir para ir para o depoimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A discussão é paralela, a discussão não leva a nada, vai ficar um acusando o outro.

O SR. (orador não identificado) – É porque eu não tinha citado o nome, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas V. Ex^a já se defendeu. Acho que a Comissão está indo tão bem. Vamos ao trabalho. Vamos ao trabalho.

Convido o Molina Gonçalves para adentrar ao recinto, sentar no local e começar a sua exposição.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, enquanto o Sr. Molina se encaminha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não, Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria que o senhor confirmasse a informação que nos foi oferecida de que o Sr. Jairo não comparecerá hoje. Enfim, ele se dirigiu à Comissão? Em que circunstâncias?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Foi encaminhado um fax, via advogado, justificando e se colocando à disposição para outra oportunidade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para outra oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exato.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E nós faremos o convite imediatamente. Eu considero fundamental que o Sr. Jairo compareça aqui. Ele é uma pessoa chave neste processo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu informo a V. Ex^a que ele não foi encontrado pela Polícia Federal e o advogado dele, hoje, através de um fax, manifestou aí o interesse de que ele preste depoimento em outra oportunidade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E qual a nossa resposta diante disso?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Naturalmente, se ele não pôde comparecer numa

primeira oportunidade, é possível que isso aconteça. Agora, é lógico que a Comissão vai tomar as devidas providências. E se ele não comparecer, vai ser intimado. Vai ser intimado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Exatamente. Eu quero apenas registrar, Presidente, para ficar claro, que o art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre Comissões Parlamentares de Inquérito, diz exatamente o seguinte:

“Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único. Em caso de não comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.”

Peço que observemos esse dispositivo legal...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será observado, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... e que nós marquemos data para o Sr. Jairo, nem que ele tenha que vir sob guarda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Será observado. Pode ficar tranquilo.

Com a palavra o Sr. Molina Gonçalves.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas, como temos dois tipos de oitivas, que V. Exª pudesse qualificar se estamos tratando com um investigado ou com uma testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como investigado.

Eu gostaria que V. Sª fizesse um breve relato da sua qualificação, enfim, mas de forma breve. Pode iniciar o seu depoimento.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sou consultor da Fundação Getúlio Vargas. Eu estou um pouco nervoso. Eu estava fazendo um projeto na Prefeitura de Belém, que acabou desencadeando todo esse processo, em função desse projeto.

O projeto da Prefeitura de Belém era um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Infelizmente, o Presidente do Senado acaba de nos informar que estamos tendo votações importantes, e que a Comissão não pode funcionar concomitantemente com votações no Plenário.

O SR. (orador não identificado) – Estamos liberando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já há questões de ordem no Plenário, exigindo

a suspensão dos trabalhos. É o que vou fazer neste momento.

O SR. (orador não identificado) – V. Exª suspenderá até quando?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está suspensa por 30 minutos, com as nossas escusas. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião às 19h59min.)

(Reabre-se a reunião às 20h26min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Reabrindo os trabalhos da CPMI, gostaria de convidar o Sr. Arlindo Gerardo Molina Gonçalves para que reiniciemos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Justifico que tivemos que interromper os nossos trabalhos porque o Senado e a Câmara estavam votando e porque houve solicitação, do plenário do Senado, para a suspensão dos trabalhos da CPMI, como determina o Regimento.

Pediria só um pouquinho de paciência a todos os Senadores, aos Deputados e à imprensa, pois estamos também votando. O nosso querido Relator, Osmar Serraglio, não chegou ainda, dado que estava votando na Câmara, mas já está retornando. Pediria só um pouco de paciência.

Com a palavra, o Sr. Arlindo Gerardo Molina Gonçalves.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Uma questão de ordem, primeiramente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Questão de ordem para o Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, há pouco, esta sessão foi suspensa por ter iniciado a Ordem do Dia no Senado Federal. No entanto, durante todos esses dias, temos tido também Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Neste momento, está tendo e a sessão não foi suspensa. Acredito que deve haver o entendimento de que não devamos suspender as sessões durante a Ordem do Dia porque, senão, ficam impossíveis os trabalhos, mas o que não pode ocorrer são dois pesos e duas medidas numa CPI Mista. Ou não se suspende nunca ou se suspende quando qualquer das Casas esteja na Ordem do Dia. Portanto, ela não vai andar. É a questão de ordem que faço a V. Exª para que essa Presidência, considerando essa questão, uniformize o entendimento: ou não se trabalha quando da Ordem do Dia em qualquer das Casas ou, ao contrário, trabalha-se sempre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Tem absoluta procedência essa questão de ordem

e vou, inclusive, conversar também com o presidente Renan Calheiros, porque sei que as dificuldades são as mesmas, não só para os Senadores como também para os Deputados Federais. Muito pertinente, Deputado. As providências serão tomadas.

Com a palavra o Sr. Molina.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Boa noite, Srs e Sr^{as} Parlamentares, boa noite, Sr. Presidente, boa noite, Sr. Relator. Em função de um trabalho que eu vinha desenvolvendo na Prefeitura de Belém – praticamente por isso que acabou tendo toda uma seqüência, que culminou em eu estar aqui sentado na frente de vocês –, eu vinha fazendo um plano de viabilização de metas para a Prefeitura pela Fundação Getúlio Vargas. Eu soube que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Sr. Molina, eu só pediria a V. S^a que se qualificasse: nome, endereço, um relato rápido da formação de V. S^a, profissão, por favor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Meu nome é Arlindo Gerardo Molina Gonçalves, moro na rua Prof. Pantoja Leite, nº 304, no Rio de Janeiro, e, como profissão, sou consultor **ad hoc** da Fundação Getúlio Vargas. Desenvolvo, paralelo a isso, a função de... Sou arrendatário de uma fazenda e presto consultoria para mais uma outra, duas outras empresas. Em função disso e em função da Fundação Getúlio Vargas, eu estava fazendo um trabalho em Belém. Esse trabalho em Belém, eu soube que o prefeito de Belém tinha ido conversar com o Senador Ney Suassuna. Fui ao Senador Ney Suassuna para saber o que eu poderia acrescentar no meu projeto de Belém, o que é um processo normal. A partir do momento em que você termina um plano de viabilização do plano de metas, você vai para um plano de censo econômico. Isso tudo acaba desaguando numa reforma administrativa. E em cima disso você tenta captar outros serviços para uma mesma prefeitura, o que é um processo normal de um consultor, você vai agregando valor.

Imaginando o que eu poderia agregar de valor a partir do Senado Federal, a partir da ajuda que pudesse vir do Senado, pedida pelo Prefeito Duciomar Costa, fui conversar com o Senador Ney Suassuna. Pedi ao Senador Ney Suassuna que me recebesse e ele me recebeu. Eu não o conhecia com intimidade, eu tinha dado aula num colégio do Senador Ney Suassuna há muito tempo atrás. Moro no mesmo bairro que o Senador Ney Suassuna, moro no Rio de Janeiro, freqüento a associação que o Senador Ney Suassuna já freqüentou, mas sem nenhuma intimidade maior. Como consultor da Fundação Getúlio Vargas, pedi uma audiência e o Senador Ney Suassuna me recebeu.

Comentando com o Senador Ney Suassuna, ao final da conversa, falando com ele se, por exemplo, na reforma administrativa, que eu poderia fazer uma reforma administrativa pequena e uma reforma administrativa maior, que essa reforma administrativa poderia, por exemplo, ser financiada pelo PNUD e que eu poderia precisar, por exemplo, da aprovação do Senado para determinados financiamentos externos para a Prefeitura de Belém. Ele se colocou à disposição, até por que disse que era um grande amigo do ex-Senador Duciomar Costa. Ao final da conversa, comentei com o Senador Ney Suassuna: Senador, é verdade que está havendo uma conversa entre o PT e o PMDB, numa aliança para o Governo do Estado do Pará no ano que vem?" O Senador me confirmou, até porque estava na imprensa.

Eu cheguei ao Senador Ney Suassuna e falei: "O senhor não acha que o Prefeito da capital é um grande eleitor e que não pode se fazer um acordo desses sem passar por ele?". O Senador concordou, disse que era muito amigo do Prefeito Duciomar e eu lembrei a ele que o Prefeito Duciomar é um homem de partido. Falei com ele que eu teria um encontro com o Deputado Roberto Jefferson e que, se ele quisesse, eu poderia falar com o Deputado. Ele falou: "Bem lembrado, fala com ele que a gente pode tomar um café-da-manhã, porque eu gostaria de conversar isso com ele". Eu falei: "Senador, quem sou eu para marcar um encontro entre um Senador da República e o Presidente de um Partido? O senhor pelo menos ligue a ele dizendo que, quando eu for a ele, estou autorizado a marcar esse encontro, ao senhor falar, e se ele quiser eu adianto o assunto". Por aí morreu.

Na sexta-feira daquela semana, depois, marquei com o Deputado Roberto Jefferson, pelo telefone, quem marcou foi eu, fiquei sabendo depois que o Senador Ney Suassuna também falou com ele, mas a marcação do encontro quem fez foi eu. Fiz um *link* com o Deputado, vim ao gabinete dele. Ele me disse que estava de carro no interior de São Paulo, não iria ao Rio de Janeiro naquele final de semana, iria a Belo Horizonte e de Belo Horizonte iria direto a Brasília, chegando a Brasília na terça-feira, dia 3, depois do meio-dia, e que a gente poderia se encontrar a partir das 17 horas, que eu confirmasse com o gabinete. Dessa forma que foi marcado o encontro.

No dia 3 de maio, fiquei sabendo dessa fita pelo Arthur, que me chamou, perguntando se eu teria condições de avisar ao Deputado Roberto Jefferson. Eu falei a ele: "Olha, eu hoje vou estar com o Deputado". Não fui ao Deputado para falar sobre fita, eu fui ao Deputado para tratar de vários assuntos.

Quando eu ia para Belém, até porque o filho do Deputado está trabalhando em Belém como coordenador-adjunto da Belemtur, eu tentava entrar em contato com o Deputado. Já tinha havido outro encontro com o Deputado no gabinete dele, que, inclusive, foi tratado desse outro encontro no dia 3. Tratamos de um assunto referente a outro encontro no dia 3, com testemunha.

Passei no gabinete, entrei pelo Prodasen, por aquela entrada do Prodasen, fui, tentei achar o Vice-Presidente do Sindilegis, porque eu encaminhei uma proposta ao Sindilegis também de reforma administrativa. Não o encontrei, subi a escada que tem acima da biblioteca, ouvi duas pessoas comentando sobre uma bomba no Correio, um deles estava com um tripé na mão, deveria ser um jornalista. Nesse momento, vi a maior gravidade do assunto que já tinha tratado com o Arthur, porque ele tinha me mostrado uma parte da fita. Me dirigi ao gabinete do Senador Ney Suassuna, encontrei com um assessor do Senador, Sr. Henry, que se propôs, até para conhecer o Deputado, a me acompanhar. Fui ao gabinete do Deputado Roberto Jefferson acompanhado, com testemunha.

Ficamos esperando o Deputado por uns quinze minutos, entramos juntos, o Deputado falou que não poderia ter esse encontro matutino com o Senador, porque ele pratica canto lírico de manhã. O assessor do Senador, então, falou que ele receberia um telefonema do gabinete marcando outro dia, outra hora. Nesse momento, o Deputado Roberto Jefferson transcorreu sobre canto lírico, sobre que tinha parado de fumar, sobre as vantagens, exercícios de diafragmas, uma série de coisas, uma conversa normal, uma conversa tranqüila. Quando ele falou que parou de fumar, inclusive, eu perguntei, eu tinha dado uns charutos a ele e perguntei o que ele tinha feito com os charutos. Ele apontou a porta, eu quero até falar sobre esse assunto dos charutos, porque a porta estava aberta, um assessor dele estava na porta, ele apontou ao rapaz e falou: “Olha, quem vai se dar bem é ele”. Imagino que tenha sido ele que ficou com os charutos. Depois disso, falamos sobre o filho dele em Belém, da vontade dele de nomeá-lo Presidente da Belemtur, que seria o patrão do filho dele. Comentamos um assunto sobre Câmara e Senado, sobre as dificuldades do Governo na Câmara e as dificuldades no Senado. Essa conversa toda levou mais ou menos uns 15 minutos.

Nos despedimos, o Deputado deu a volta na mesa, me pegou por debaixo do braço, e, entre a porta do gabinete do Deputado e a porta que dá – não a porta de entrada do gabinete do Deputado, no anexo IV –, entre aquela primeira da saída do gabinete particular dele até a porta que dá para a salinha de espera, nesse

pedaço, de pé, andando, em menos de dois minutos, eu participei ao Deputado sobre um boato. Falei com o Deputado o seguinte, um boato: “uma bomba atômica vai explodir nos Correios, acabei de escutar. Eu escutei que um tal de Marinho” – não escutei isso, eu sabia da fita, falei que tinha escutado –, “que um tal de Marinho, diretor de contratação”...

Ele me cortou e falou: ‘diretor de contratação é o Osório’.

Eu falei: “um tal de Marinho, diretor de contratação, foi flagrado e gravado recebendo dinheiro dentro do gabinete dele nos Correios”.

Ele me falou: “não conheço nenhum Marinho”.

Eu falei: “Ótimo! Isso é bom sinal. Já estou mais tranqüilo.

“Se isso aconteceu, é caso de demissão, não posso fazer nada”.

Mas eu falei: “mas ele disse que está pegando dinheiro para você, com teu genro, envolveu o nome do teu genro, do Partido.

E ele falou: “não posso fazer nada, Molina. Pode ter muita gente por aí que pega dinheiro e diz que é para mim. Não conheço nenhum Marinho.

Eu falei: “bom, se você não conhece nenhum Marinho., ótimo!

E assim nos despedimos.

Não houve expulsão de gabinete. Eu estava... O único momento que não tive a testemunha do seu Henry foi exatamente nesse pedaço, em pé, entre a porta do gabinete particular dele e a entrada da salinha de espera. Isso foi muito pouco tempo, porque, quando saí, ainda alcancei o Henry antes do elevador. Então, isso deve ter levado no máximo um minuto.

Então, vejam bem: ele alega que eu fiz uma extorsão, uma chantagem para obter benefícios para um tal de Sr. Fortuna. Eu fui preso, o Sr. Fortuna foi preso, a Polícia Federal fez todos os levantamentos do mundo, e se chegou à conclusão: eu não conheço nenhum Fortuna.

Então, eu pratiquei uma extorsão, uma pseudo-extorsão em menos de um minuto, de pé, num ambiente com mais três pessoas – que são as duas secretários mais um assessor –, andando, com uma notícia velha, porque a notícia que já estava divulgada para a revista desde abril. Isso foi no dia 3 de maio. Foi uma notícia velha, que depois pelo noticiário fiquei sabendo que além da revista **Veja**, a própria revista **Veja** fez checagem nos Correios ainda no mês de abril. Então, setores dos Correios também sabiam dessa fita, porque é normal que a revista faça essa checagem. Que a Abin, pelos noticiários, estou sabendo que também tinha notícia dessa fita desde abril; e também pela própria imprensa e jornalistas que me telefonaram. E

a própria Polícia Federal poderia ter essa fita, já que a **Veja**, normalmente, numa situação dessa gravidade, não deixaria de avisar a Polícia Federal.

Então, eu pratiquei uma extorsão de pé, andando, em menos de um minuto, com uma notícia velha, para obter benefícios para uma pessoa que eu não conhecia, que nunca vi, que nunca me viu. Tudo isso foi levantado e investigado à exaustão pela Polícia Federal.

Então, esse é o assunto em pauta que me levou a ser preso e que me trouxe aqui. Os envolvimento que tive nesse assunto foram muito maiores depois da gravação sair na revista do que antes. Até aquele momento, eu sabia da fita. No dia 3 de maio, eu soube do fita. No dia 3 de maio, eu escutei esse comentário no Senado. No dia 3 de maio, fiz o aviso ao Deputado Roberto Jefferson. Isso é uma cronologia que, nos outros depoimentos, eu vi que ficou muito perdida, porque, do dia 3 de maio, houve um final de semana inteiro pela frente, e só no dia 15 de maio é que houve a publicação na revista **Veja**. Então, entre o dia 3 de maio e o dia 15 de maio... E no dia 3 de maio, à noite, cheguei para o Arthur e falei: “Olha, o Deputado não conhece nenhum Marinho. Ele disse que isso é caso de demissão. Leve essas fitas para os Correios”. E ponto final. O dia que ele levou eu não sei. Como ele entregou eu não sei. Até aquele momento, eu não sabia quem tinha feito, eu não sabia o mecanismo que ele tinha usado. Eu não conversei com ele sobre esse assunto depois, até porque ele viajou.

Quando houve a publicação da fita, no dia 15, já no dia 14 se sabia, ainda tentei entrar em contato com o Deputado. Não consegui. No dia 16, de manhã, acordo e meu nome está no jornal. O Deputado Roberto Jefferson estava me acusando de tentar uma chantagem com ele. Se não me engano, o **Jornal do Brasil** dizia até que eu tinha pedido dinheiro. Tentei falar com o filho dele, não consegui. Tentei falar com ele, não consegui. Tentei falar com o Prefeito de Belém, não consegui. Nesse momento, a partir daquela notícia, eu já era um pária social, ou seja, já senti que foi feita toda uma barreira, e não conseguia chegar em ninguém. Vim para Brasília. Ainda tentei entrar em contato com ele. Ele não estava no gabinete. Não foi ao gabinete, ou pelo menos me disseram que foi direto para o plenário e deu o discurso, onde citou meu nome. E meu mundo, que tinha começado a ruir na segunda-feira, desabou na terça-feira com o discurso dele em plenário.

A partir daquele momento, a natural curiosidade do ser humano é, primeiro: quem é o tal do Fortuna, que não conheço e que me envolveram junto com ele. Tenho que perguntar para alguém, tenho que procurar saber. Fiquei em Brasília do dia 17 até o dia 20,

fazendo um trabalho de gestão para mim mesmo, ou seja, comecei a focar, pedi um computador emprestado, inclusive para o próprio Arthur, peguei Internet, jornal, revista, tudo que podia, para me inteirar do que estava acontecendo, para me inteirar exatamente sobre os envolvimento em que eu estava “involucrado”, ou seja, da forma como eu estava “involucrado” nesse assunto.

Peguei um advogado amigo meu, que infelizmente não posso pagar porque é um excelente advogado, e fiz minhas indagações jurídicas sobre as implicações que aquilo poderia ter para mim. Perguntei se valia a pena eu ir ou não à Polícia Federal. Ele me respondeu: “Molina, volta para o Rio, volta para sua casa, atende todo mundo, seja jornalista, seja polícia, seja quem for, mostre que você não está fugindo, que você está num endereço fixo e que pode ser localizado por qualquer autoridade ou qualquer pessoa, na hora que quiserem”.

Voltei para casa no sábado. A situação em minha casa logicamente foi um burburinho total. Minha filha, minha mulher, todo mundo super nervoso, super constrangido. Amigos, vizinhos, todo mundo perguntando o que estava acontecendo, porque um Deputado falou meu nome no plenário, e numa situação bastante desagradável. Ou seja, é um desagravo muito grande à minha pessoa.

Um dos jornalistas que me ligou me fez a pergunta: “O senhor foi chamado na Polícia Federal?” Minha resposta está no jornal, se não me engano, **O Estado de S. Paulo**. Eu falei: “Ainda não, estou esperando. Estou em minha casa. Da mesma maneira que você me localizou, a Polícia me localiza. Vou falar com ela à hora que ela quiser”.

Muito bem. A partir desse momento, quando digo que meu envolvimento com esse assunto foi posterior ao dia 3 de maio, até o dia 16, ou dia 17, porque foi a partir desse momento que pedi ao Arthur que me explicasse tudo. Ele voltou de uma viagem, ele estava, se não me engano, em Manaus, ele falou comigo, no dia em que a revista saiu, que estava em Manaus. Eu pedi para ele: “Nós precisamos nos encontrar, porque eu quero saber dessa história toda. Tudo direitinho, como é que foi, porque naquele dia você não me explicou a história toda”.

Ele marcou para terça-feira daquela semana, se não me engano, que ele viria ao Rio. Marcou no Hotel Glória. Eu pedi que ele levasse o Joel, porque ele tinha feito uma... Tinha conversado com o Joel, tinha dito que Joel tinha falado com ele e tinham falado em duas gravações. Eu falei: “Opa! Então o assunto, ou seja, existe o comprometimento maior do que você me contou até agora. Vamos fazer o seguinte? Vamos nos

encontrar no Rio de Janeiro. Eu quero saber de tudo, como é que aconteceu, quem fez, quem não fez, como é que foi, como é que deixou de ser”.

Daquele dia, do dia 15 até... No dia 15 não, desculpe. Foi no dia em que eu voltei para o Rio, foi no dia 20, 21, 22... No dia 22. Do dia 22 em diante, o Arthur me disse que estava muito preocupado com o Joel, que esse assunto tinha fugido das mãos dele, que ele gostaria que eu realmente conversasse com o Joel, porque o Joel estava apavorado, que ele também estava apavorado. Eu falei: “Então, nada melhor que a gente se encontrar. Já que você vem para o Rio, então que venha o Joel, a gente se encontra no Rio de Janeiro. Toma todos os cuidados necessários, porque até agora a única pessoa envolvida neste assunto sou eu. Então vamos estudar, vamos ver como é que está essa situação. Está certo? Porque o meu mundo já caiu, vamos ver o que a gente pode preservar disso tudo”. E dessa forma foi que nós marcamos um encontro no Hotel Glória. A partir daí os fatos tomaram conta. Ou seja, a partir daí já houve, logo depois, a Polícia Federal entrando no assunto, a partir daí as pessoas que fizeram a gravação já foram descobertas, a partir daí veio busca e apreensão e o meu mandado de prisão e a partir daí os fatos tomaram conta da... Ou seja, já não houve mais controle de ação nenhuma. Ou seja, os fatos tomaram controle da ação e, em função disso, a sequência foi o que é... Aí já é história, já foi manchete, já foi notícia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra, o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ilustre convidado, nós, a partir do depoimento seu na Polícia Federal, terminamos tendo algumas informações que, de alguma forma, passam uma imagem surpreendente de V. S^a. E como temos a sua versão e a versão de um Parlamentar, é preciso que, num primeiro momento, nós nos debruçemos sobre questões mais pessoais para, depois, nós verificarmos e adentrarmos mais especificamente nessa operação que foi traduzida conclusivamente na gravação que desencadeou esta CPML.

Uma coisa que chama a atenção é que V. S^a diz que é consultor da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Getúlio Vargas expediu um documento, encaminhando um documento dizendo que V. S^a não tem nenhum projeto lá aprovado. O que teria V. S^a a esclarecer sobre isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES MOLINA – Eu estava desenvolvendo um projeto na Prefeitura de Belém pela Fundação Getúlio Vargas. O Coordenador do projeto junto comigo é o Dr. Carlos Kerbs. Eu

tinha uma proposta de projeto no Sindilegis. Eu estava preparando o projeto de um seminário para o Sindilegis, uma reforma administrativa. Tem vasta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nenhum deles foi aprovado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Foi aprovado. O projeto estava em andamento. O projeto não foi terminado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem o do Sindilegis?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, o do Sindilegis não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem o da Prefeitura de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– O da Prefeitura de Belém não foi terminado. Eu estava para terminar o projeto agora. Foi feito, inclusive, o seminário. O seminário foi feito... O seminário foi num final de semana, na Ilha de Mosqueiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O documento que recebemos...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Tenho aqui até o disquete do seminário: Encontro de Gestores da Administração de Belém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a não poderia, eventualmente, estar se fazendo agregado a um projeto de algum outro que estivesse vinculado à Fundação Getúlio Vargas, e não especificamente V. S^a, por sua...?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, não. Esse projeto inclusive... Para o senhor ter uma idéia, esse projeto, inclusive, era uma viabilização de plano de metas, foi um projeto que nós... Eu partia de uma idéia e vendia essa idéia para a própria Fundação. E criamos um projeto em função disso. O coordenador do projeto era o Carlos Kerbs, o coordenador-geral era o Ricardo Simonsen, e eu era o consultor do projeto.

Estou desde fevereiro lá, mas vastamente documentado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou ler para V. S^a. Relação de todos os projetos desenvolvidos ou propostos por Arlindo Gerardo Molina Gonçalves, em nome da Fundação Getúlio Vargas, ou em comum acordo com outros consultores e coordenadores desta fundação. Nenhum projeto da Fundação Getúlio Vargas foi desenvolvido ou proposto pelo Sr. Arlindo Gerardo Molina Gonçalves, uma vez que ele jamais teve qualquer vínculo de emprego ou mesmo qualquer relação jurídica constante, permanente ou rotineira com a Fundação Getúlio Vargas, simplesmente figurando no quadro de consultores técnicos eventuais que, por demanda, podem atender à Fundação Getúlio

lio Vargas, sem qualquer exclusividade, em projetos específicos.

Continua. No quadro a seguir, estão relacionados os projetos nos quais o Sr. Arlindo Gerardo Molina Gonçalves colaborou. Aí vem uma relação. Em todos eles, está: contrato, não foi assinado, não foi assinado, não foi assinado, não foi assinado. Não há nenhum que...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Estou trabalhando na Prefeitura de Belém desde fevereiro. Tem vasta documentação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqui está o da Prefeitura de Belém...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A parte contratual, quem trata não somos nós. Se o contrato foi assinado, se o contrato já foi assinado, se os pagamentos já foram feitos, se os pagamentos não foram feitos, isso é a Fundação Getúlio Vargas. Ela tem um departamento para isso. Têm pessoas lá dentro para isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez, V. S^a percebeu alguma remuneração da Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Da Fundação Getúlio Vargas, só reembolso. Reembolso de despesas, de diária.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqui está no rol o projeto da Prefeitura de Belém. Não foi assinado, não foi executado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tem no reembolso de diárias, e as despesas são pagas pela Fundação Getúlio Vargas, através da Agência Promotional, que funciona dentro da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Desde quando V. S^a se considera vinculado à Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sou consultor *ad hoc*, sem vínculo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Desde?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sem vínculo... Desde o ano passado. Eu não preciso o mês. No início do ano passado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antes disso, qual era a atividade de V. S^a?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Antes disso, eu fazia o arrendamento de uma fazenda. Antes disso, fui...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa fazenda é que...? Como é o nome da cidade?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Piraúba, Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a arrenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Arrendo a Fazenda Felicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É do contador seu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não é do contador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É do primo do contador.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É do primo dele. Meu contador tem uma fazenda do lado e nós desenvolvemos um projeto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor é arrendatário de uma fazenda cujo proprietário se chama?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ari Arrigues.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a informou à Polícia Federal que teria pago pelo arrendamento R\$60.000,00, em três pagamentos de R\$20.000,00.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso, em 2003. Isso foi pago em um acerto de contas, entre eu e o Francisco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a faz referência que ela lhe dá uma renda de R\$8 mil a R\$10 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deu no ano de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Surpreende-me um investimento de R\$60.000 que dê R\$10 mil...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, o problema todo é que teve toda uma série de outros investimentos. Mudamos toda a parte do que se fazia na fazenda. Passamos a fazer orgânicos, que a fazenda não fazia. Levaram-se quase três meses sem fazer nada, preparando terra, fazendo tudo isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o montante que V. S^a, mais ou menos, investiu nessa fazenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Essa parte do investimento... Quem fez a parte do investimento foi o Francisco. E nós juntamos as duas coisas. Foi uma *pick-up*, foi a parte de arar, preparar a terra, corrigir solo e de fazer a parte de bombeamento para fazer a irrigação por gotejamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o valor aproximado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deve ter sido uns R\$20 mil, R\$30 mil, R\$40 mil

também. Porque ele está ali do lado, é tudo mais fácil para ele. Isso em 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, uma fazenda bastante rentável.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– É. Porque você entra em um ritmo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Investe menos de R\$100 mil e ganha R\$10 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Excelência, esse ano que passou já não foi rentável. Você não está lá, não está tomando conta, já houve chuva, houve barragem quebrada. E esse ano que passou já não teve essa rentabilidade toda. Nesse ano que passou a rentabilidade total foi de R\$24 mil, em 2004. Em 2003, a rentabilidade foi boa porque eu tinha tempo. Eu ia lá de 15 em 15 dias, toda semana. Em 2004, já não teve isso tudo. Houve um problema de chuvas, arreventou uma barragem, levou sementes... E a situação já ficou um pouquinho mais difícil. No ano de 2005, a queda já foi para R\$24 mil, em um ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a, de certo modo, fez referência ao fato de que a partir de um determinado período estaria vivendo de cheque-especial. Só que, em uma passagem seguinte, faz referência ao fato de que, se tivesse dificuldade, venderia seus relógios marca Rolex.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não. Relógio... Isso foi... O Procurador me perguntou: “Se você está tão mal assim, como é que vai pagar o seu advogado?”. Falei: “Vendo meu relógio”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tu tens um relógio Rolex só?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Tenho. Vendo o meu relógio. Eu ia responder o que para ele?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Outra coisa interessante que V. S^a informou é que estaria ocupando uma casa de uma empresa que tem sede no Uruguai, a empresa Bled Grand, e que, na verdade, não paga aluguel há sete anos.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– A empresa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não paga aluguel há sete anos.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– A empresa... Eu não pago aluguel. A empresa não paga os impostos. A empresa saiu do Brasil. Fiz um projeto para a empresa em que conseguimos custodiar títulos da dívida na CLC da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A empresa tinha que me pagar uma comissão em função do movimento de compra de títulos que fez. Ela comprava esses títulos e fazia custódia para negociações de lastro no exterior. Não

me pagou. Combinamos que ela compraria a casa parcelada e que a casa entraria como parte do que eu iria receber. Não me deu nenhum documento referente a isso. Sumiu do Brasil e não pagou nem os impostos. Essa casa está com todos os impostos atrasados. A procuração que eu tinha da empresa não me dava a liberdade de vender a casa para mim ou para terceiros, porque a procuração teria que ter uma prestação de contas. Ou seja, se eu vendesse a casa, seria obrigado a colocar o dinheiro à disposição da empresa, porque não é minha. Então, o advogado aconselhou-me, já que eu tinha a posse mansa e pacífica através da própria procuração da casa, que eu aguardasse o tempo necessário para fazer a adjudicação. Ou eu pagaria ou faria um acordo com relação aos impostos, mas pagando em meu nome. Se essa casa fosse patrimônio meu, não dá para entender porque não se paga impostos. Quem tem um patrimônio não deixa de pagar o IPTU. Essa casa, desde que foi comprada pela empresa, não pagou nem o IPTU. E eu, por indicação legal, já que tenho a posse mansa e pacífica, já que a procuração da compra da casa foi passada para que eu a efetuassem, essa casa foi comprada em vinte prestações de R\$10 mil. Só levei a primeira dessas prestações. O resto foi tratado pelo advogado da empresa. Os pagamentos foram feitos diretamente ao antigo proprietário. Essa casa deveria ser, dentro do acordo que eu tinha com a empresa, parte do pagamento, ou eu deveria completar. Tal coisa não foi feita. Quando a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro fechou, que foi para São Paulo, que eles não conseguiram custodiar os títulos em São Paulo, deixou de ser interessante a operação no Brasil, e eles foram embora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez, aliás, referência a isso, mas, salvo engano jurídico meu, como procurador V. S^a jamais poderá fazer isso que está escrito aqui, porque pretende usucapir. Mas é um problema jurídico, porque o procurador não pode usucapir a propriedade de quem lhe outorga o mandato. Agora, V. S^a está afirmando que mora na casa...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Moro na casa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não paga o imposto e atribui o não-pagamento à empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, não. Veja bem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, não paga nem aluguel nem o imposto? Essa...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, não pago o aluguel nem imposto. Eu estou

em posse mansa e pacífica. O imposto é da empresa. O imposto é a empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A casa é da empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– A casa é da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E por isso o imposto é da empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– O imposto é da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Percebe? V. S^a mora numa casa que sequer paga o imposto dela.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a faz referência que é sócio de uma empresa que se chama GM-Rio. Qual é a atividade dessa empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ela está sem atividade agora. Ela está inativa segundo a Receita Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desde quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Deve ter uns quatro anos. Eu não precisei fazer uso da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade nesses últimos três, quatro anos, V. S^a se mantém através de...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – De 2003. Em 2003, foi a Fazenda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2003, foi a Fazenda.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em 2004, Fazenda, SD Empreendimentos e, através de projetos que seriam feitos, o empréstimo que me foi feito, à guisa de adiantamento, mas está contabilizado como empréstimo pelo Carlos Kerbs, que é coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas, com quem eu estava desenvolvendo os projetos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Onde mora esse Carlos Kerbs?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Rio de Janeiro. E está contabilizado o empréstimo que ele me fez.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a faz referência a estar contabilizado, está contabilizado onde, em que empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na empresa dele, e eu falei com o meu contador para regularizar esse empréstimo no meu imposto de renda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Consta de sua declaração esse empréstimo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Da minha declaração original, não. Da retificadora, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a procedeu a essa retificação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente quando estourou esse problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso é ilógico. V. S^a faz referência a que um sócio seu na GM-Rio é a Associação Pró-Progresso e Cultura de Mato Grosso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que teria levado V. S^a a colocar ou, enfim, fazer sociedade com uma Associação Pró-Progresso e Cultura do Mato Grosso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Essas associações eu criei há mais de 14 anos. A minha idéia, quando saiu a Lei Sarney, lá atrás, era criar uma série de centros pró-cultura em vários lugares, onde várias pessoas fariam captações de projetos culturais e uma associação central centralizaria isso. Não deu certo. Todas as associações foram desativadas e desabilitadas. Já prestei esses esclarecimentos na Receita Federal. E só a Associação de Mato Grosso, por quê? Porque eu não tinha família. Desde os 17 anos, meus pais foram para a Espanha, minha mãe voltou, minha mãe morreu. A única pessoa que eu tinha como sócia era minha mãe nessas associações, então, para que eu tivesse uma empresa em que só eu fosse o dono, eu tinha que fazer uma sociedade de mim comigo mesmo. Então, tinha que pegar uma outra empresa em que eu fosse sócio e assinando comigo como sócio. Ou seja, você pega uma empresa em que você é sócio, em que você assina, e você, sendo sócio, então você assina pela empresa que é sócio e você assina como pessoa física. Era a maneira. Porque eu pensava em ter patrimônio e colocar nessa empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu tenho quase convicção de que essa Associação, se for ver os estatutos, é uma entidade sem fins lucrativos, e V. S^a a colocou como sócia na empresa sua.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não é não. E ela também está desabilitada em conjunto com a GM-Rio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há uma passagem no depoimento de V. S^a em que afirma que não sabe dizer qual é o endereço da firma.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Ah, o endereço da GM-Rio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que não sabe dizer qual o endereço... Que tal empresa está registrada na Receita Federal.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. É Visconde do Rio Branco, 23. Na hora, realmente, eu não me lembrava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a faz referência a que teria se encontrado mais de dez vezes com o Arthur, que também investigamos aqui, inclusive no Rio de Janeiro. O que levaria o Arthur a se deslocar de Brasília? Que negócios tinham entabulado que o fizesse se dirigir ao Rio de Janeiro para lá ter encontro com V. S^a?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Arthur não ia para se encontrar comigo. O Arthur ia ao Rio de Janeiro e me ligava. Dos negócios que ele ia fazer lá não tenho a mínima idéia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca comentou com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, comentava com ele, sim. Ele ia para o Rio de Janeiro para negócios dele. Ele ia para o Rio de Janeiro...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas que tipo de... Porque aqui fala inclusive que V. S^a esteve mais de trinta vezes conversando, neste ano, com o Arthur.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por telefone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, mesmo assim, V. S^a não sabe que negócios...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, ele tem negócios, eu declarei. Ele tem negócios... Ele vende material para as Forças Armadas, ele vende material para a Prefeitura, ele vende material para os Correios, ele vende material aí... Ele tem... Pelo que eu sei, ele vende uma gama enorme de materiais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que é uma das dúvidas nossas. Segundo V. S^a, qual é o ramo da empresa dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A empresa dele... Inclusive ele já fez declaração aqui na própria CPI que a empresa dele trabalha exatamente com licitações. O que eu sei dos principais ramos da empresa dele é confecção e calçado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a foi solicitado a esclarecer sobre como teria tido conhecimento da gravação, deu uma versão de que tomou conhecimento através de uma conversa próxima ao telão do Senado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E também falei que soube através do Arthur.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E por que, no primeiro momento, V. S^a fez... Qual das duas opções nós deveremos entender como sendo a verdadeira?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – As duas opções. O Arthur me falou, e eu, quando subi, escutei um comentário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quer dizer, no dia 3, porque a divulgação aconteceu no dia...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia 3. No dia 3. Eu escutei em frente ao telão. Eu já sabia da fita, eu tinha visto uma parte da fita, estava achando que a situação era grave, e achei que ficou mais grave ainda quando escutei duas pessoas comentando: “Vai estourar uma bomba atômica nos Correios”. Estava Walfrido Mares Guia no telão. Ele estava numa comissão do Senado para alguma coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa associação lá do Mato Grosso, V. S^a conhece alguma atividade que ela tenha exercido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, nenhuma. Ela consta como desabilitada e inativa. Nem conta, nem movimento, nada. Ela foi criada para se fazer um projeto que não deu certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não me lembro se já questionei a V. S^a sobre o ramo de atividades da GM-Rio.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Administração e participações. Ela foi criada exatamente para dar respaldo a projetos, a negócios, que eu viesse a fazer, e acabei não fazendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que V. S^a, quando estava na Polícia Federal, pediu ao Joel que omitisse a informação de que tiveram um encontro no Hotel Glória, no Rio de Janeiro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dentro da cela da Polícia Federal, o Joel estava com medo de falar e até onde isso comprometeria. Eu cheguei para ele e falei: “Se você achar que você não deve falar, você não fala; eu vou falar”. Tanto que falei. Ele me falou que estava com medo até onde isso poderia comprometê-lo, tanto que, no meu depoimento, eu falei. Então, não poderia dizer para ele para não falar, e depois, no meu depoimento, eu falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a viajou logo em seguida, ou pelo menos da gravação para cá, para Belo Horizonte?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Da gravação para cá, para Belo Horizonte, eu

tenho impressão que não. Fui antes, mas depois da gravação não. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Depois dessa ciência que tomou da fita, por meio do Arthur, não viajou para Belo Horizonte?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não. Depois daquilo, com certeza não. Depois daquilo, eu fui ao Rio de Janeiro, Brasília, Rio de Janeiro e mais nada. Com certeza, não. Absoluta certeza que não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem mais sabia da gravação da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quem mais sabia da gravação da fita que o Arthur tenha me participado? O Arthur me disse que, no dia 3 – está certo? –, só ele sabia e que o sócio dele que ficou sabendo, também no dia 3, tinha ficado muito chateado com ele. Que ele participou ao sócio que me falaria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma ligação especial com a Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não. Fui professor do Colégio Naval.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por isso, chamam-no de Comandante Molina?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Desde aquela época. Eu treinava os alunos, porque eu dava aula.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nunca foi um militar?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A que V. S^a atribui a afirmação do Deputado de que teria se valido da gravação para extorqui-lo, compeli-lo a alguma atitude, enfim, a que ele não estava disposto a se submeter?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A sua pergunta é o que eu posso achar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Inferir dos fatos, do acontecimento.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia em que o meu nome apareceu no jornal, eu não consegui entender. Não tive a mínima idéia, até porque ele colocava um nome que eu não conhecia: Fortuna. Nunca tinha ouvido falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele afirma no depoimento dele...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Que ele inclusive...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

–... que V. S^a apresentou o Fortuna a ele.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele afirma isso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu acho que não. Eu não ouvi isso no depoimento dele. Que eu apresentei o Fortuna a ele? Acho que não. No depoimento dele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que V. S^a era ligado ao Fortuna.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ah, sim. Isso ele afirma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que o Comandante Molina disse que era ligado ao Coronel Fortuna e a um grupo de empresários por eles representados, ou seja, por V. S^a e pelo Coronel Fortuna.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Excelência, a esse ponto de detalhamento, que não pode ter sido feito num minuto, eu me reporto à testemunha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que V. S^a se reporta a um minuto? Um encontro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Porque, veja bem, é fato que pode ser testemunhado que eu só fiquei sozinho com o Deputado em pé, andando e durante um minuto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a quer passar ao Plenário que a única vez que V. S^a se encontrou...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Ele falou que eu disse isso lá no dia 3.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

–... com o Deputado...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Excelência, ele falou que eu disse isso para ele no dia 3.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, ele está falando... Não é isso? Que o Comandante Molina disse que era ligado ao Coronel Fortuna.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia 3. Ele é específico que eu falei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, no encontro em Belém que V. S^a esteve com ele.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E, no dia 3, eu repeti. No depoimento dele, no discurso que ele faz, ele fala que, no gabinete dele, eu tentei de novo intermediar interesses do Coronel Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que conhecimento V. S^a tem do Coronel Fortuna?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nenhum. Eu não o conhecia, a ponto de, quando vim a Brasília, no dia 3, fazer este tipo de questionamento até para o Arthur: quem era Coronel Fortuna? Perguntei para quem poderia me dizer quem era Coronel Fortuna. Eu nunca tinha ouvido falar em Coronel Fortuna. Isso inclusive foi objeto de investigação na Polícia Federal. O Coronel Fortuna também declarou que nunca me viu. Eu não conheço Coronel Fortuna. Eu não conhecia o Sr. Marinho. Eu não conhecia o Sr. Godoy. Eu não conhecia o Sr. Osório. Eu não conhecia o Sr. João. Eu vi o Sr. Joel uma vez, no ano passado, na casa do Arthur – uma vez, antes desse evento. Eu não conhecia o Sr. Jairo – nem conheço ainda. Não conheço o Fortuna pessoalmente nem agora – conheço-o por uma fotografia de jornal.

O Sr. Marinho eu nunca vi, nem nunca me viu. O Sr. Osório eu nunca vi, nem nunca me viu. O Sr. Godoy eu nunca vi, nem nunca me viu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem relação com alguma empresa que forneça, tenha pretendido ou pretenda fornecer aos Correios ou a algum órgão público?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Representa alguém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A única coisa nos Correios foi em 2002, ainda na gestão do Presidente Humberto Mota. Quando comecei as minhas gestões com a Fundação Getúlio Vargas, acompanhei técnicos da Fundação para fazer a apresentação de uma série de projetos, inclusive projetos de preço – se tivessem sido implantados, provavelmente, não teríamos todos esses problemas.

A Fundação Getúlio Vargas tem índice de preços, e uma das idéias era que, na implantação do pregão que estava para ocorrer, se fizesse o balizamento do preço. Vendo toda essa situação que está acontecendo agora, fico imaginando que teria sido uma boa solução, porque evitaria o cartel mesmo no pregão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a serviu de intermediário na Marinha em favor do Sr. Arthur?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Questionei, inclusive, o Sr. Arthur disso e falei com ele. Ele vai ser chamado de novo, porque ele terá que dizer quem eu apresentei e quando. Eu não apresentei ninguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele é fornecedor da Marinha, pelo menos afirmou aqui.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não apresentei ninguém. Inclusive, falei para o Sr. Arthur que ele será chamado novamente para dizer quem e quando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ainda costuma freqüentar os estabelecimentos da Marinha no Rio de Janeiro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Só no caso de ex-aluno. De vez em quando, me chamam. São amigos que fazemos e não perdemos. Não nascemos ontem. Temos toda uma bagagem de amigos, uma série de coisas. Não vamos chegar e apagar o que há para trás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a fez referência à Câmara Arbitral em Brasília, reportou-se a pagamentos que lhe foram feitos; quem efetuou o pagamento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Juiz Vasconcelos – vou lembrar o nome dele. Quem fez o pagamento foi a Câmara Arbitral, que eu ajudei a montar, ou seja, fiz o projeto de montagem de uma Câmara Arbitral baseada naquela lei do Senador Marco Maciel. Afastei-me exatamente porque não gostei do andamento que estava tendo a coisa, mas ela ficou montada e funcionando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De qualquer modo, V. S^a fez para algum órgão público?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, senhor. As Câmaras Arbitrais são particulares. É baseado na chamada Lei Marco Maciel.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os recursos que a sustentam são de empresas, de particulares?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – São empresas e particulares. É arbitragem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que teve quatro encontros em 2005 com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a poderia noticiar a que título?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Um em Belém e outro no Rio de Janeiro, no Barra Leme. É exatamente onde ele mora, na Avenida Sernambetiba – creio que ali não é Sernambetiba, mas Avenida do Pepê. Só não sei a ordem das coisas. O outro, o primeiro, foi no gabinete dele, e esse no dia 3.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foram encontros de quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Num deles, nós estávamos em Belém e,

na presença de várias outras pessoas, jantamos. Não chegamos a ficar sozinhos em momento algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não houve nenhuma tratativa a propósito de empresas, de fornecimentos ou de intermediação de órgãos públicos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Só se falou de Correios, porque uma das pessoas da mesa era o gerente dos Correios de Belém, que era, inclusive, a pessoa que ele estava querendo nomear para a Presidência da Belemtur.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o que é que se falou de Correios?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Nada. Se falou de Correios, da empresa Correios, da capilaridade; que continuo achando que os Correios são uma forma de indução social, que, inclusive, esse era um dos projetos que eu tinha muita vontade de fazer com a Fundação Getúlio Vargas; que os Correios são a instituição de maior capilaridade no Brasil. O senhor imagina que, através dos Correios, se faz um programa de alfabetização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Chegou a solicitar junto aos Correios, ou pelo menos postular que se formulasse um projeto nesse sentido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Foi feito em 2002. Foi um dos que foram apresentados em 2002.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com quem V. S^a entabulou isso nos Correios?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Toda a Diretoria dos Correios, na Presidência do Sr. Humberto Motta, foi reunida, toda a Diretoria, e oito técnicos que foram da Fundação Getúlio Vargas, comigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em dois mil e...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Em 2002. Foi na virada do Governo, finalzinho do Governo Fernando Henrique e início do Governo Lula; no final do Governo Fernando Henrique – foi em setembro isso. Foi, inclusive, no mês em que os Correios foram declarados a instituição de maior credibilidade no País.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece o genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Nunca vi. Nunca vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O filho, V. S^a já fez referência que sim.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– O filho, sim, Roberto Neto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece alguma dessas pessoas: Henrique Brandão, Cristiano Brandão Cunha, Marcelo Campos Neto...?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Henrique Brandão, eu encontrei uma vez. O Henrique Brandão, todo o mundo conhece no Rio de Janeiro. É uma pessoa que circula; é uma pessoa que tem uma empresa de grande porte, e eu estive com ele uma vez há mais de três anos; ele estava num restaurante almoçando com pessoas comuns e eu fui apresentado a ele. Só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Jairo Martins de Souza.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Nunca vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a poderia esclarecer uma passagem em que V. S^a telefona para o Joel? V. S^a falou pelo telefone com o Joel Santos Filho, lembra sobre o que conversaram?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Isso foi no dia 20 e poucos, já na semana. Foi o Arthur que me pediu para ligar para o Joel, porque o Joel estava nervoso. O Joel já tinha feito uma ligação comigo. O Joel... comecei a puxar pelo Joel foi quando o Joel me falou que tinha feito uma gravação, uma segunda gravação, e foi quando aproveitei para marcar com ele e dizer para ele que eu tinha falado com o Arthur que eu queria o encontro de nós todos. Foi daí que houve a marcação no Hotel Glória.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a recebeu algum valor do Arthur?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Recebi depois do dia 3, não foi... Porque o que está dando conotação hoje, inclusive na imprensa, é que eu recebi em duas partes, uma antes e uma depois da gravação. Não. Eu recebi do Arthur para cobrir meu cheque especial que tinha sido cancelado por causa de um cheque. Então, o banco falou: “Olha, se vai bater mais cheque, cobre o cheque especial”. Eu tinha um recebimento para fazer no dia 9, que não recebi; foi adiado para o dia 16. Eu pedi ao Arthur que ele cobrisse meu cheque especial para que não batessem cheques sem fundos. Pedi ao Arthur e pedi a um outro amigo. Pedi R\$2 mil a um amigo e ao Arthur, R\$10 mil. No dia 9, Excelência, 9! No dia 9, já tinha passado fita; já tinha passado o dia 3; já tinha passado tudo. No dia 9. Dez mil reais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dez mil?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Dez mil reais. Efetivamente, no dia 16, eu

recebi o dinheiro. Só que dia 16 foi o dia em que exatamente apareceu a notícia no jornal, de que eu tinha tentado extorquir o Deputado Roberto Jefferson. No dia 17, o Deputado Roberto Jefferson coloca meu nome no discurso dele. O banco não me reabilitou o cheque especial e eu fiquei com esse furo no banco. No dia 20 ou 22, que eu não tinha mais como fazer frente às despesas porque todas as portas se fecharam, peguei mais R\$7 mil com o Arthur – dia 20 ou 22. Já tinha havido a reportagem; já tinha... o meu mundo já tinha desabado. E depois peguei mais R\$3 mil para pagar minha despesa de Brasília, entre dezessete e vinte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– A soma?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– A soma total foram vinte mil reais, todos posteriores à gravação de fita, à divulgação de fita, toda essa história de fita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Quem organizou o encontro no Hotel Glória?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– No hotel, no hotel, não. Quem organizou o encontro... Eu pedi o encontro. Quem organizou no Hotel Glória foi o Arthur, que estava hospedado lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– V. S^a conhece o Sr. Adauto Tameirão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Que tipo de relação tem com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Totalmente social.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Nunca V. S^a o encontrou, enfim, procurou de alguma maneira ingressar nas atividades do Correios quando ele era diretor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não. Na época da apresentação dos projetos da Fundação Getúlio Vargas, em 2002, ele trabalhava na Diretoria de Administração, e um dos projetos, que era exatamente esse índice de preços, era afeito a ele e quem tratou disso com ele nem fui eu, foi o Rubens da Fundação. Depois disso, nós tínhamos uma relação de amizade. Só vim a falar com ele quando ele sofreu um acidente pouco tempo atrás e, depois, eu fui perguntar para ele, exatamente quando estava aqui, se ele conhecia algum Fortuna. Isso eu fiz, porque eu queria saber quem era Fortuna e qual era a relação do Fortuna. Foi quando fiquei sabendo, que também não foi por ele, foi o Artur quem me falou, que o Fortuna tinha tido uma discussão acalorada com o Marinho nos Correios. Aquela pergunta que o senhor me fez lá trás, “por que eu achava que o Deputado tinha feito essa conexão,

essa relação com o Fortuna?”, eu imagino que ele tenha imaginado que ele tenha, lógico, entre o dia três ou o dia quatro, que a fita foi mandada para o Correios, e o dia quinze, quando foi publicada, se passaram doze dias. É tempo suficiente para quem recebeu as fitas nos Correios ter pesquisado quem poderia ter feito essas fitas. As pessoas envolvidas na gravação tiveram ciência dessa gravação, senão antes, quando o Artur mandou as fitas para os Correios, o senhor concorda comigo? Foi dia três – dias três não –, foi dia quatro, dia cinco. Só que entre o dia quatro e o dia cinco até o dia da publicação da revista, foram mais de dez dias. Nesses dez dias, será que as pessoas que receberam essas fitas nos Correios não fizeram uma pesquisa para saber quem poderia ter feito isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Na verdade, eles não receberam imediatamente. Isso foi enviado aos Correios num envelope e a pessoa que iria receber não estava no serviço, só recebeu na semana seguinte, mas tudo bem.

Uma última pergunta: o que explicaria que V. S^a, morando no Rio de Janeiro, em um episódio como esse, o Arthur o procurasse e lhe passasse essa informação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– O Artur me perguntou se eu viria a Brasília por aqueles dias. Eu disse para ele que eu estava vindo a Brasília na terça-feira, que talvez eu fosse direto para Belém, mas que, independente de eu ir a Belém ou não, eu teria que passar em Brasília porque eu tinha marcado um encontro com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Antes de V. S^a saber da gravação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Tinha agendado uma audiência, um encontro com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Com certeza. Não fui tratar com ele de gravação, Excelência. Eu fui tratar com ele o assunto de Belém, do que eu tinha conversado com o Senador Ney Suassuna, eu fui tratar com ele de um assunto, também de Belém, da reforma administrativa, que ele... o senhor há de entender o seguinte: numa reforma administrativa, você mexe com o poder dentro de uma estrutura, você tira... quando você faz a reforma administrativa, as atribuições de uma secretaria passam para outra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Eu li isso. V. S^a entende que ou V. S^a tem poder suficiente para dar uma partilha de poder em Belém e, por isso, ele lhe procurou...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – ...ou V. S^a o procurou porque achava que ele tinha interesse na partilha do poder em Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, dessa forma, não. Veja bem: quando se diz qual é o interesse que tenho com o Deputado Roberto Jefferson, o senhor há de entender que ele era presidente do partido da Prefeitura em que eu estava trabalhando. Isso é ponto pacífico. Se o senhor perguntar “qual é o interesse que ele teria em conversar com você?”, aí, eu vou dizer o seguinte: ele poderia ter interesse em conversar comigo a partir do momento que, na proposta que você faz de uma reforma administrativa, você propõe onde se mexe.

Ou seja, Belém é a cidade das mangueiras. Hoje, em Belém, as mangueiras estão sob os auspícios da Secretaria de Urbanismo – a Senadora deve saber –, da Belemtur, da do Meio Ambiente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, mas o que o Deputado Roberto Jefferson teria a ver com essas mangueiras?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não estou falando que tem a ver com mangueiras, estou falando que tem a ver com reforma administrativa. Tem a ver com a Belemtur, por exemplo, porque o filho dele trabalha na Belemtur. Então, tem a ver com a Belemtur.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a pretendia agradá-lo desenhando uma estrutura...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu não falei isso. Eu não falei isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas pode-se extrair essa ilação. Qual é a razão, então, para que eu seja imparcial, de o Deputado Roberto Jefferson, de alguma forma, ter interesse na estrutura administrativa de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não estou falando que ele tem interesse. Eu falei que ele poderia ter interesse. Ele nunca me falou que tinha interesse.

O que me foi perguntado é se ele poderia ter interesse. Ele poderia ter interesse, o filho trabalha lá, o filho dele é coordenador adjunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é V. S^a que afirma que veio aqui, ao gabinete dele, discutir esse assunto.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu vim aqui, no gabinete dele, porque quando eu ia para Belém, eu ligava para ele; ou, passando por Brasília, falava com ele, como já tinha

feito outra vez. Primeiro. Segundo, eu tinha um recado do Senador Ney Suassuna com ele. Terceiro, ele tinha feito um comentário comigo de que Deputados Federais do PTB não estavam sendo bem recebidos pelo gabinete do Prefeito.

E uma das coisas que falei com ele naquele dia e testemunhado pelo Henry é que eu já tinha participado disso para a assessoria do Prefeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aí volto a lhe perguntar: se tinha tanta proximidade com o Deputado, por que, na sua opinião – porque isso não é um fato, é algo subjetivo –, ele lhe teria atribuído um ato tão ilícito como o da extorsão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Já me fiz essa pergunta mil vezes. E gostaria de ter sido acareado com ele, como estava marcado, para perguntar isso para ele também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perdoe-me a franqueza. A versão de V. S^a de que teria marcado audiência, de que teria pedido a intervenção não são fatos posteriores ao conhecimento da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não senhor. Não senhor. Eu tomei conhecimento da fita no dia 3 de maio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na sua afirmação.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tudo bem. Na minha afirmação, na afirmação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi no dia 3 de maio que V. S^a pediu a interferência do gabinete. É o que consta.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não senhor. Foi na semana anterior. Foi na semana anterior. Na semana anterior, eu estive com o Senador Ney Suassuna. Na sexta-feira da semana anterior, eu marquei com o Deputado Roberto Jefferson. Na sexta-feira da semana anterior.

É uma coisa fácil de verificar, Excelência. O Presidente de um Partido, no interior de São Paulo, passando o final de semana em Belo Horizonte e só vindo para Brasília na terça-feira depois de meio dia, não é uma coisa difícil. Não precisa nem quebrar o sigilo telefônico. Ele é uma pessoa notória, que, se esteve no interior de São Paulo, deve ter algum tipo de passagem dele por lá. Se ele passou o final de semana em Belo Horizonte...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é a isso que me reporto. Eu me reporto ao fato de que a sua solicitação de intermediação, pelo menos foi o que extraí dos fatos que li, no gabinete do Senador Ney Suassuna, ocorreu no dia 3.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não senhor. Foi na semana anterior. Foi na semana anterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Sr. Relator, se V. Ex^a me permitir apenas uma ponderação na linha do raciocínio de V. Ex^a, o depoimento dele é expresso nesse sentido.

Ele diz que a primeira vez que ouviu falar a respeito da gravação divulgada pela revista **Veja** foi no Senado, em uma visita que fez no dia 3 de 2005. Que ouviu duas pessoas conversando em frente ao telão do corredor do Senado, sendo que um deles afirmou que uma bomba atômica estava para explodir. Que essas duas pessoas falavam sobre Maurício Marinho, que haviam flagrado recebendo propina. Que essas pessoas falaram que Maurício Marinho tinha envolvimento com Roberto Jefferson. Que chegou ao prédio do Senado neste dia [exatamente assim]. Foi neste dia, no início da tarde, não sabendo precisar o horário, que ingressou no prédio do Senado desacompanhado, que não se lembra se estava com o celular; entrou no Senado, que, uma vez lá dentro, encaminhou-se até o gabinete da Liderança do PTB no Senado; que, ato contínuo, dia 3, dirigiu-se ao gabinete do Senador Ney Suassuna, a fim de dizer a ele que estava indo ao encontro do Deputado Roberto Jefferson.

Portanto, V. Ex^a tem razão, porque foi exatamente isso que ele disse no depoimento que deu à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, de qualquer modo, eu já não quero privar mais uma vez o Plenário do adensamento, do aprofundamento dos questionamentos que formulei. Agradeço e devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É permitido a mim esclarecer ao Deputado?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se me couber, não há problema.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Veja bem. Passei no gabinete do Senador Ney Suassuna, dizendo que ia ao encontro do Roberto Jefferson, encontro esse marcado uma semana antes. Antes disso, eu tinha falado com o Deputado Roberto Jefferson e fiquei sabendo, pelo noticiário e pelo discurso do próprio Deputado, que o Senador avisou que eu ia lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Muito bem. Embora, uma semana antes a gravação também já tivesse sido feita.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O encontro foi marcado antes. Passei lá para avisar que eu ia ao encontro, encontro esse que eu tinha marcado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador, V. Ex^a dispõe de dez minutos, e vamos ser muito rigorosos no tempo em função do avançado da hora.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Arlindo Gerardo Molina Gonçalves, o senhor tinha algum relacionamento comigo antes de ir ao meu gabinete?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor, embora tenha sido professor, como disse agora, ex-professor de um colégio meu, alguma vez encontrei com o senhor no colégio ou (*ininteligível*)?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. No colégio, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em qual colégio o senhor foi professor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Anglo-Americano, ali, na Praia de Botafogo. Na Praia de Botafogo, não; em frente ao que hoje é o *shopping*.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O campo de Botafogo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em que ano?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Bastante tempo atrás, na década de 80 ainda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, pessoalmente o senhor não me conhecia.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem. O senhor tinha ligação com algum amigo meu, alguém de suas relações que fosse das minhas relações?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Fica difícil, Senador. Assim... Que tenha anunciado que era de suas relações, não. Mas se tinha relações com o senhor ou não... Que tenha anunciado para mim que era de sua relação, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor falou comigo quantas vezes em meu gabinete?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uma vez.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma vez. Mas o senhor foi duas, pelo o que senhor explicou aqui.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Fui. Na outra vez o senhor não estava, foi quando o Henry me acompanhou, inclusive até para conhecer o Deputado Roberto Jefferson, porque ele tinha um tempo antes de um outro compromisso dele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor falou comigo no dia 28...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tenho a impressão que sim, foi na semana anterior.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dia 28, pela manhã, às 10 horas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tenho a impressão que sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi essa hora que liguei para o Deputado dizendo que havia interesse...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não assisti a esse seu telefonema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor não assistiu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O seu telefonema, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Engraçado, na minha lembrança, acho que eu tinha telefonado na sua frente.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Na realidade, o senhor telefonou na minha frente, e o Deputado não estava. O senhor deve ter ligado depois.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se foi marcado, se falei com o Deputado que o senhor ia – e o senhor inclusive sugeriu no encontro que seria importante para Belém do Pará e todas essas possibilidades de se ajudar ao Prefeito Duciomar Costa, que foi Senador conosco até poucos dias atrás – por que o senhor só foi na outra semana falar com o Deputado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque, primeiro, não tive a confirmação através do senhor desse encontro. Porque, como lhe falei, quando o senhor ligou, na hora ele não estava. Depois, se foi feito qualquer encontro... Porque, na realidade, quando pedi para o senhor telefonar, eu pedi para o senhor telefonar me autorizando a fazer esse encontro. Eu já tinha idéia de telefonar para ele marcando, coisa que eu fazia normalmente quando ia para Belém ou que passava em Brasília.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quer dizer, o senhor já era amigo do Deputado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Amigo do Deputado. Estreitou-se a relação a partir do relacionamento com o filho dele em Belém. Em Belém, eu era amigo do filho dele. E, sozinho em Belém, da mesma cidade que eu, é um processo normal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, no dia em que o senhor esteve comigo – devemos ter demorado uns dez minutos, não mais que isso – o senhor não sabia das fitas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor, absolutamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor só foi saber das fitas na outra semana?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia 3 de maio, no dia 3 de maio. E o senhor há de lembrar que eu falei com o senhor que eu ia encontrar com o Deputado Roberto Jefferson, que pedi ao senhor que me autorizasse a falar com ele do assunto e se ele perguntasse adiantar o assunto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que era um encontro para que juntos pudessem, ele, como presidente do Partido, e eu, como amigo do... Como o senhor tomou conhecimento de que tinha estado com o Prefeito Duciomar Costa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Pela assessoria do Prefeito. Quando perguntei para ele o que tinha vindo fazer em Brasília, perguntei, (inaudível) esteve em Brasília, e me disseram que tinha estado com o senhor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele esteve comigo e com o Senador Luiz Otávio e com o Presidente da Casa e nós conversamos sobre ... Por isso quando o senhor chegou e me disseram que era sobre a Prefeitura de Belém eu o recebi. Mas o senhor foi apresentado pela minha secretária como comandante Molina.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Daí inferir que o senhor era Marinha, e por isso falei, ou eu falei ou o senhor falou sobre o almirante cabo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tinha sido na época em que fui professor do Colégio Naval, eu o conheci.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O almirante cabo? Por essa o Deputado deve ter se confundido e pensado que tinha servido à Marinha. Ele disse: não, ele pediu como companheiro de Marinha. Eu nunca fui da Marinha...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não assisti à sua conversa com o Deputado. Na hora em que o senhor ligou...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, não, não o que estou falando não é isso. É que o Deputado depois disse que eu pedi, dizendo que era companheiro de Marinha.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu assisti isso no depoimento do Deputado, no discurso do Deputado ele falou isso: atenda aí ele que ele é meu amigo, não sei o quê.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor conhecia o Henry antes de o ter encontrado no seu gabinete?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, conheci o Henry no seu gabinete.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor encontrou com o Henry posteriormente no dia em que o senhor foi para falar com o Deputado, por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Posteriormente. Como assim?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando o senhor foi falar com o Deputado, o senhor Henry o acompanhou, por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me acompanhou porque tinha um compromisso mais tarde, dava tempo, e ele queria conhecer o Deputado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E ele esteve com o senhor durante toda a conversa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Toda a conversa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Me-nos...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele só não esteve comigo de pé, ele só não esteve comigo de pé, ele não esteve comigo assim mesmo porque ele saiu na frente. Nós nos levantamos, ato contínuo o Deputado me pegou pelo braço, do espaço da porta do gabinete dele até a porta que dá saída para a sala de espera foi que tive esse breve relato com ele, e encontrei o Henry ainda antes de ele pegar o elevado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quer dizer que o senhor já tinha marcado esse encontro antes de ter ido ao meu gabinete com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu já tinha marcado com ele que o encontraria, quando fosse a próxima vez a Belém isso já foi no encontro anterior. A próxima vez que ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse é encontro do jantar que ele citou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, não, o encontro no gabinete dele também, foi quando ele me participou inclusive que os deputados federais do PTB estavam com dificuldade de acesso ao gabinete do Prefeito, ele (inaudível) que a assessoria do Prefeito faz uma blindagem em volta dele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando o senhor me procurou o senhor me procurou por quê? Achou que ia prestar um serviço ao Prefeito?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ao Prefeito, dentro de um projeto que estava desenvolvendo lá.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, não foi o prefeito que pediu para vir falar comigo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não foi o prefeito que pediu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O incômodo que já sofri por isso, por esse encontro com o senhor, foi grande. No meu Estado, por exemplo, os meus adversários já colocaram que era envolvimento, envolvimento com isso ou com aquilo. Sei que o senhor também está passando por esse problema. Mas o senhor não acha estranho, o senhor não se acha um personagem meio misterioso. A casa em que o senhor mora não é sua, a fazenda é uma fazenda arrendada. Eu fiquei, depois que aconteceu tudo isso, e eu não o conhecendo, fiquei assim pensando cá com meus botões mas isso uma figura um pouco não é complicada, é meio misteriosa. O senhor não se vê assim?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor não acha, quando o Relator, porque o Relator exauriu a metade das perguntas que eu ia fazer ao senhor, quando o Relator pergunta sobre essas dificuldades, o senhor não acha que qualquer pessoa normal acha meio complicado isso de uma empresa que tinha uma dívida com o senhor mas que foi embora e deixou a casa e faz quantos anos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Desde 98.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E nunca mais apareceu ninguém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa empresa não tem endereço?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu, inclusive eu já procurei, eu consegui encontrar o advogado no Uruguai, mas não consegui encontrar os donos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem. Eu não tenho mais perguntas para fazer, porque o assunto é até pequeno, mas o senhor me sugeriu um café entre mim e o Deputado. O senhor já explicou. Agora, eu estou tendo a resposta, porque eu não tinha tido a resposta antes. Não houve o café, porque o Deputado não podia no horário...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Deputado colocou que de manhã era impossível, porque ele pratica canto lírico.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, não podia ser pela manhã? E não marcou data?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, o seu assessor, nesse momento, disse o seguinte: “Então, o Gabinete vai ligar para marcar uma outra data, um outro horário”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O senhor esteve no gabinete, uma vez?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Qual gabinete? No seu gabinete?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No meu.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Duas vezes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas falou comigo uma vez.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uma vez.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Na segunda vez, encontrou o Henry e seguiu, com ele, para o gabinete do Deputado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Passei lá exatamente para dizer que eu ia num encontro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi, nesse dia, que o senhor tomou conhecimento dessa fita?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi nesse dia que eu tomei conhecimento da fita, no dia 3 de maio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil. V. Ex^a tem dez minutos – rigorosamente dez minutos –, meu caro Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com o rigor e a generosidade combinados, seguramente eu terei êxito em fazê-lo dentro dos dez minutos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de confessar ao investigado que tenho, sobre o mistério da sua vida,

uma opinião bastante próxima à do Senador Ney Suassuna. Entretanto, algumas informações adicionais seriam importantes para qualificarmos alguns substantivos usados aqui.

O senhor disse que é consultor *ad hoc* da Fundação Getúlio Vargas e é consultor de mais duas empresas. Que duas empresas são essas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uma empresa que, este ano, comecei fazendo, que é a CMP. É uma empresa de mineração que estou fazendo para ela um projeto de contrato com...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só o nome da empresa me basta.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – CMP.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Localizada onde?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A CMP fica em Belo Horizonte.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A segunda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A segunda é SD Empreendimentos, no Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que é *ad hoc* da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como consultor *ad hoc* da Fundação Getúlio Vargas, o senhor representa a Fundação frente a demandantes ou apresenta demandas da Fundação aos futuros clientes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – As duas coisas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor é lobista da Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Sou consultor da Fundação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É lobista das empresas que contratam a Fundação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Não é dessa forma que funciona.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que forma funciona, então, o *lobby*?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Você tem uma...

De que forma funciona o?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O *lobby*, essa situação que o senhor...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não é *lobby*. A Fundação presta serviços de consultoria. Se têm projetos que são colocados à

sua disposição na Fundação, se você tem contatos em que você já trabalha, por exemplo, vou para a Prefeitura de Belém e tem um projeto de recuperação do Pasep, dentro da Fundação Getúlio Vargas, eu ofereço aquilo também, dentro do próprio portfólio. Você tem um portfólio de projetos da Fundação...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor vende, em nome da Fundação, projetos já prontos para futuros demandantes, não é isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, ou onde você já está fazendo serviços.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Normalmente, é onde você já está fazendo serviços. Você aumenta sua gama de...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Entendi. O senhor gera demandas novas e...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. Ou...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi aquilo que o senhor chamou de agregar valores.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Agregar valores.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor agrega valores à Fundação Getúlio Vargas, porque ela pega mais clientes...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E agrega valores aos clientes, porque gera neles outras demandas adiante.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Pode ser.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pode ser. Então, o senhor usou a expressão “agregar valores”. Foi essa agregação de valores que fez o investigado chegar, então, ao Senado Federal para mediar essa agregação de valores à Prefeitura de...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Belém.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Belém. O senhor também faz consultoria política eleitoral?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não? Porque o senhor mencionou que o que interessava era um debate de sucessão eleitoral no Estado do Pará e de que maneira uma Prefeitura, como a de Belém, poderia ou não agregar valores mediante essa negociação política que estaria em curso entre dois grandes Partidos, o PT e o PMDB.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, isso foi uma questão eventual. Eu tinha visto isso na mídia, fiz um comentário com o Senador...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual Senador?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Senador Ney Suassuna.

Fiz um comentário com o Senador. O Senador achou o comentário pertinente. Foi daí que, inclusive, houve essa marcação. Já que eu iria falar com o Deputado, é que houve essa marcação desse café da manhã, que seria um café da manhã entre o Deputado e o Presidente do PTB.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para incluir, na coligação que o senhor leu na imprensa, mais um Partido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi uma eventualidade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por uma eventualidade, o senhor, então, estava fazendo também uma negociação que poderia resultar, mais adiante, numa coligação, numa composição política mais adiante.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E numa aproximação maior minha com ...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor afirmou que já estava tranquilo – palavra que o senhor disse aqui. Estava mais tranquilo, que era ótimo, depois que o Deputado Roberto Jefferson afirmou ao senhor que não conhecia Marinho.

O senhor ficou mais tranquilo por que razão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque ele foi bastante convincente quando ele me falou que não conhecia nenhum Marinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor não conhecia a fita antes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES Não. Eu já conhecia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já conhecia a fita antes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu conhecia. Eu vi pedaços da fita.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o que está na página 307, ao final da página 307 da resposta que o senhor deu à Polícia Federal...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu retifiquei no final...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E que está ao final... O que está valendo é ao final.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ao final, está lá.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor conheceu a fita antes ainda, através do senhor Arthur?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Inclusive está ao final desse mesmo depoimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a sua tranquilidade é porque o Deputado Roberto Jefferson não conhecera Marinho.

Mas o senhor fala ao mesmo tempo – e não retirou aqui – que a primeira vez que ouviu falar da fita foi diante do telão do Senado, por ouvir comentários de duas pessoas, uma das quais o senhor supõe ter sido um jornalista.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. No meu depoimento aqui eu falei que antes tomei conhecimento da fita com o Arthur.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com o Arthur. E aí ficou a atenção mais aguçada, porque repetiu esse mesmo tipo de assunto quando passava à frente...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No telão eu escutei duas pessoas... “uma bomba...” As pessoas viram a figura do Ministro Mares Guia e falaram “vai estourar uma bomba no correio”.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato. E o senhor inclusive teve tempo de ver a figura que estava na tela, qual era o comentário...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu estava passando ali, Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tem a atenção muito aguda. Essa atenção inclusive fez com que o senhor, no que nos expôs aqui, explicasse algumas coisas, por exemplo: entre 98 e 2003, o senhor diz que a situação com essa empresa do Uruguai – da qual não sabemos o nome ainda. Se o senhor pudesse declinar o nome...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Está no meu depoimento. Bled Grand.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Bled Grand. Bastante latino esse nome. Essa empresa do Uruguai em 1998 abandonou o Brasil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em 98.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E abandonou o contrato que tinha com o senhor também.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E ficou me devendo inclusive.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ficou devendo de 98 para cá.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Ficou me devendo em 98.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acionou essa empresa em que instância?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não tinha nenhum documento para acionar a empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhum documento. Era um contrato de amizade com a empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Não era um contra de amizade. Eu tinha o contrato, mas não tinha o recebimento.

A empresa, eu fazia intermediação. Ela comprava títulos direto no balcão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor ganhava sobre a quantidade de títulos negociados?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu ganhava sobre a quantidade de títulos negociados e custodiados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E quem pagava os títulos era a empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A empresa direto...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Através de quem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não era através de mim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor só ia ao balcão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Através... Não, eu não ia ao balcão. Eu fazia a intermediação. Esse mercado você consegue ele até pelo jornal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pelo jornal e pelo telefone. Isso, então, fez com que o senhor dispusesse de uma residência de quando até 1998?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A residência não foi por causa disso. A residência foi porque eu fiz um projeto. Esse projeto, inclusive, foi obra de uma demanda judicial. Nós ganhamos a liminar e ganhamos o mérito para fazer com que os títulos fossem custodiados na Câmara de Liquidação e Custódia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Esse projeto para fazer essa custódia quem desenvolveu e quem fez ele todo fui eu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aí o senhor ganhou a casa por procuração...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Aí eu ganhei...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tá. Aí esse projeto durou de que período a 1998? É isso que lhe estou perguntando.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Até...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desde quando até 98 o senhor teve vínculo com essa empresa do Uruguai?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Até 98...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Até 98 eu sei. Estou perguntando desde quando? A partir de quando o senhor tinha negócios com essa empresa uruguaia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – De 97 a 98.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois bem. Então, há um período de 1998 a 2003, o senhor montou duas empresas, comprou uma fazenda, aliás arrendou uma fazenda. Nada disso funcionou, porque as duas empresas o senhor afirma aqui que estão canceladas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Qual empresa?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – GM Rio.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É a anterior.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a outra é lá do meu Estado, o Mato Grosso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É bem mais anterior ainda.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É bem mais anterior ainda. Então, entre 1980, que foi quando o senhor saiu da Escola Naval, até 1997, quais foram as atividades que o senhor desenvolveu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu dei aulas em vários colégios. Fui professor em uma série de colégios. Vários mesmo, em vários colégios. Eu fiz consultoria.

Está tudo dentro das declarações... Perguntar agora vai...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, o senhor sobreviveu desse mesmo modo, montando e desmontando empresas, uma funcionava outra não funcionava...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Eu sobrevivi dando aula...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dando aula?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dando palestra.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Numa o senhor era sócio de si mesmo. Noutra, era a família que era sócia. Como funcionaram ao longo do tempo essas empresas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em qual empresa?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nessas que o senhor diz que tem. Duas o senhor disse quais são. O arrendamento da fazenda também o senhor disse aqui. Nesse período de 20 anos em que o senhor prestou consultoria e foi professor há uma nuvem que não sabemos. O senhor prestou consultoria como pessoa física? Como empresa? Já era *ad hoc* da Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Eu, por exemplo, fiz um consultoria para a Biblioteca Nacional como pessoa física.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como pessoa física. Então, o senhor tem múltiplas fontes de renda, entretanto não acumulou patrimônio.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não acumulei patrimônio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em seu nome não há patrimônio?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não acumulei patrimônio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não acumulou patrimônio?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Patrimônio, patrimônio, não acumulei. Professor acumular patrimônio? Consultar patrimônio?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor costuma receber as suas consultorias por que meio?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por que meio?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É. Qual é o meio de pagamento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Cheque, dinheiro, depósito em conta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Depósito em conta corrente. Então, o senhor mantém essa conta corrente. Foi a que foi saldada no saldo negativo do cheque especial pelo Sr. Wascheck?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uma delas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor declarou aqui ter recebido do Sr. Wascheck R\$20 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O chefe do Departamento de Compras, que é sócio do Sr. Wascheck, disse que foi mais. O senhor faz idéia qual a razão de ter sido mais?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Assisti ao depoimento dele. Falou de R\$20 mil a R\$27 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por isso, estou perguntando ao senhor se sabe por que razão.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele falou que o Sr. Arthur retirou R\$27 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. O senhor recebeu esse montante em espécie ou em depósito na conta corrente? O senhor mencionou um cronograma. Dia 9 de junho...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia 9 ele fez TED.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No dia 9 ele fez uma transferência.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E depois, nos outros dois?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nos outros dois? Um deles ele me deu em dinheiro, aqui em Brasília, e deposei na minha conta. Eram R\$7 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está certo.

O senhor faz negócios com a Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não? E por que o Sr. Wascheck disse que o senhor, inclusive, facilitou o negócio com a Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Vou repetir o que falei ao Relator: chamem o Sr. Wascheck e perguntem a ele quem e quando eu apresentei?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que conheceu o Sr. Wascheck por ocasião da montagem da Câmara Arbitral. A partir daí encontrou-se muitas vezes com o Sr. Wascheck.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Várias vezes. Fizemos amizade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em torno do que essa amizade era cultuada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em torno de gostos comuns.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Gostos comuns por negócios, por mediações, por licitações, por contas públicas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por nenhum negócio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor afirma que o Sr. Wascheck tem negócios com Estados e Municípios?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele nega. Essa pergunta eu fiz aqui. Ele nega. A partir de onde o senhor tem essa informação de que ele tem negócios com Estados e Municípios?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu achei que ele tivesse negócios com Estados e Municípios.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu achei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estamos buscando achar a verdade. Muito obrigado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Então, tudo bem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu também acho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Abicalil.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. Lembro-lhe de que dispõe de dez rigorosos minutos, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Muito obrigado, Presidente.

Quanto tempo o senhor esteve, quando tempo deu aulas no Colégio Naval?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Três anos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De quando a quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Setenta e sete, setenta e oito e setenta e nove.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Até 81.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Até 79.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De setenta e...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Se não me engano até um pedaço de 80. Não tenho certeza, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse ao Deputado Abicalil que ainda ficou dando aula de quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – De física e de matemática.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em um dos colégios do Senador Ney Suassuna, não é?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dei aula em um dos colégios do Senador Ney Suassuna.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas não dá mais?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Faz tempo. Foi na década de 80.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor falou para a Comissão que estava passando por dificuldades financeiras – o que não é nenhum demérito porque a maior parte do povo brasileiro vive em dificuldades econômicas. Quero perguntar-lhe. Como é que o senhor vive? O senhor vive em um apartamento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em uma casa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em uma casa. Em que bairro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No Juá, Rio de Janeiro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No Juá, Rio de Janeiro. Como é essa casa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É uma casa grande.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantos dependentes o senhor tem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – São três quartos e duas salas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E quantos dependentes vivem com o senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu, minha mulher e minha filha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem quantos veículos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tenho dois veículos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No ano passado o senhor viajou ao exterior?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No ano retrasado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Também não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E este ano?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Também não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Roberto Jefferson, Sr. Arlindo Molina, relatando o encontro que o senhor confirma, em Belém, disse que o senhor sentou-se, muito bem falante, delicado, gentil e habilidoso. Disse a Roberto Jefferson: “Deputado Roberto Jefferson, represento um grupo de empresas.” “Primeiro se apresentou falando em várias pessoas de minha relação”, disse ele. “Temos uma relação com o Coronel Fortuna”, que o senhor agora nega e diz que ele também não diz a verdade. “Pessoa ligada a mim em Brasília”, e “temos interesse na área de informática

e fazemos negócio com os Correios, mas estamos tendo alguns problemas com a Diretoria do PTB. Queria sentar com o senhor para conversar sobre isso e com o Antônio Osório, uma coisa que é boa para todos”.

Depois, a pedido do Senador Ney Suassuna, ele disse que ia recebê-lo. E relata: “que foi ao gabinete dele, às 17h ou às 17h e 15min”, para esse encontro que o senhor relatou, de 15 minutos. Isso foi no dia 3 de maio, Sr^{as} e Srs. Deputados. “Sentou-se à minha frente e voltou com a mesma conversa que havia tido em Belém”.

A versão do senhor é de que ficou apenas dois minutos, de que Roberto Jefferson não falou nada disso, de que o senhor não falou nada disso ao Deputado Roberto Jefferson. A que o senhor atribuiu essa história que, pela narração de V. S^a, é mirabolante, não tem relação com aqueles dois minutos, pois o senhor ficou só na conversa de 15 minutos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Bom, primeiro, na conversa de Belém, não tenho como trazer as testemunhas, porque as testemunhas – tinha mais gente à mesa, está certo –, mas eu não tenho como trazer essas testemunhas, até porque são da relação do Deputado Roberto Jefferson. Agora, no gabinete, Deputado, eu tinha testemunha de que eu não falei nada disso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Naturalmente elas serão ouvidas. Ok. Satisfeito.

Eu queria que o senhor falasse um pouco mais da sua relação com o filho do Deputado Roberto Jefferson, por gentileza.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O filho do Deputado Roberto Jefferson é coordenador adjunto da Belemtur, na Prefeitura de Belém.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso o senhor já disse. Eu queria saber um pouco mais do relacionamento. O senhor falou que, estando os dois do Rio de Janeiro, em outra cidade, lá no Pará, era natural que se encontrassem. Não acho tão natural assim, não, porque, evidentemente, em Belém do Pará, há muitas pessoas egressas do Rio de Janeiro. Como é essa sua relação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Saímos para jantar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor o conheceu lá em Belém ou já o conhecia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, o conheci em Belém.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor tinha apenas essa relação de consultoria lá para o projeto que tinha na Prefeitura de Belém, nenhuma outra mais relação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Antes, já tinha trabalhado ou feito algum projeto em comum com o filho do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, absolutamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quando o senhor foi preso, Sr. Molina, o senhor, segundo a imprensa – queria ver se é verdade isso, porque nem tudo o que sai necessariamente corresponde à realidade –, o senhor teria dito que, uma vez solto, poderia destruir o Deputado Roberto Jefferson. O que o senhor sabe sobre o Deputado Roberto Jefferson que poderia levá-lo à sua destruição política, imagino, de ciência própria ou por ouvir dizer?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, quem falou isso foi o meu advogado, não fui eu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E por que o seu advogado fala pelo cliente?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E ele, numa outra entrevista dele, disse que eu o proibi de falar, porque tinha falado besteira.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que, quando chegou no Senado naquele dia 3, primeiro, foi ao gabinete da liderança; depois, foi ao gabinete do Ney Suassuna; depois, ao gabinete do Deputado Roberto Jefferson. Ou o Deputado Roberto Jefferson, como Presidente do Partido, ia recebê-lo na liderança do PTB?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor, desculpe-me.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que o senhor foi primeiro ao PTB? O que foi fazer lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, não, a liderança do PTB, no Senado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o que o senhor disse na Polícia Federal, exatamente.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A liderança do PTB, no Senado, quem trabalha lá, é o Vice-Presidente do Sindilegis, e eu fui saber como estava a proposta apresentada pela Fundação Getúlio Vargas, através de mim, ao Sindilegis.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Molina, sua versão aqui, de que não teria entrado em detalhes, ou de que não teria pressionado o Deputado Roberto Jefferson, naquele dia 3, sobre a fita, entra em contradição absoluta com alguns outros depoimentos que estão surgindo nessa história. Um deles já prestado aqui nesta CPMI é do Sr. Arthur Wascheck. Ele diz que era seu amigo, o senhor confirma; que o se-

nhor tinha uma relação com o Roberto Jefferson, que o senhor tinha muito trânsito; e que, como ele, Arthur Wascheck, achava que Osório confiava em Marinho, ele achou importante que o Deputado Roberto Jefferson fosse demover o Marinho, que, segundo ele, estava prejudicando as suas empresas. E o senhor já reconheceu que conversou quatro vezes com o Deputado Roberto Jefferson.

Aliás, nessas quatro vezes, só em 2005, que o senhor conversou com o Roberto Jefferson, do que o senhor tratou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A primeira foi um almoço, um jantar, em Belém, que tinha mais gente sentada. Falamos sobre vários assuntos. Conhecidos comuns.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tratou de negócios, de representações?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não. Absolutamente. Deputado, como é que eu iria falar de uma pessoa que eu não conhecia e que não me conhecia? Esse é o primeiro ponto. A Polícia Federal esgotou as possibilidades de fazer qualquer ligação entre a minha pessoa e a pessoa do Fortuna.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu estou falando das suas relações com o Deputado Roberto Jefferson. Pelo menos quatro vezes... E essas suas relações com o Deputado Roberto Jefferson levar o Sr. Arthur Wascheck a achar que o senhor tinha trânsito, que o senhor podia pressionar o Deputado Roberto Jefferson para ele pressionar o Marinho, já que ele estava mal na fita. Então, a minha pergunta é: por que o senhor acha que o Deputado Roberto Jefferson inventou essa história e por que o Arthur Wascheck afirma tão peremptoriamente aqui na CPMI para todos os Deputados e Senadores que o senhor tinha condições de pressionar, ou – ele não usou a expressão extorquir – o Deputado Roberto Jefferson? Mas ele afirma que o senhor era a pessoa iria dá encaminhamento à fita que, segundo ele, foi uma manobra radical que ele fez para defender os interesses da empresa dele, que ele via-se prejudicado pelo comportamento do Sr. Maurício Marinho. Então, por que o senhor acha que o Wascheck afirma tão peremptoriamente aquilo que é antagônico ao que V. S^a afirma aqui nesta reunião?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O que o senhor chama da afirmação peremptória do Arthur Wascheck?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele disse que o Arthur tinha boas relações com o senhor e que o senhor tinha boas relações, tinha trânsito, influência, não só com o filho do Deputado Roberto Jefferson e que, portanto, o senhor era o homem escolhido para ir lá

pressionar o Deputado Roberto Jefferson para que ele interviesse. E diz mais o Senhor o Sr. Arthur Wascheck. Ele diz: “Olha, nessa conversa com do Sr. Molina com o Deputado Roberto Jefferson, o Deputado Roberto Jefferson usa o verbo “determinou”, “determinou”, olha a moral, que entregássemos, ou seja, o Sr. Wascheck e todos os outros que estavam nesta articulação, determinou que a fita fosse entregue ao Sr. Antonio Osório. O que, aliás, foi feito no dia através do motoboy. Então, se tudo isso é um delírio do Sr. Arthur Wascheck, por que há tanta contradição entre a versão dele e a sua versão? Quem está dizendo a verdade?”

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, veja bem. Deputado. Eu acho que o que está havendo aí é uma questão de colocação que ele deu. A conotação que ele deu que determinou eu não passei para ele. Eu cheguei para ele e disse que tinha falado com o Deputado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso aí o senhor já disse. O senhor disse que o Deputado disse que não tinha relação, não conhecia Maurício Marinho, mas não é isso que ele diz. Ele diz que o senhor deu o encaminhamento como combinado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu cheguei para o Dr. Arthur Wascheck no final daquele dia e disse o seguinte: o Deputado não conhece nenhum Marinho...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso o senhor já disse.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Então, se eu já falei...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sabe o que fica, Sr. Molina? É que o senhor exatamente foi a pessoa escolhida, porque o senhor já tinha relações, já fazia articulações neste sentido e o senhor foi lá para pressionar o Deputado Roberto Jefferson, que, recebendo a pressão e a fita – isso precisa ser esclarecido – determinou o afastamento do Sr. Maurício Marinho, que ocorreu na quarta-feira, da diretoria do dia 11 e só no dia 16 saiu a fita.

Então, neste interregno pela sua pressão na articulação do Wascheck... E aí fica a indagação que essa Comissão precisa investigar: se essa investigação foi só do Sr. Arthur Wascheck ou também de outras empresas ou também de outros interesses e até possivelmente políticos e foram pressionar e efetivamente a fita, como o senhor reconheceu já chegou à Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos. E o senhor sustenta uma versão que foi um elo neste acontecimento, que, pelo conjunto de depoimentos, começa a ficar claro.

A última pergunta, para devolver a palavra ao Exmº Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral: por que o senhor pediu a Joel Santos, quando estava no cárcere

re da Polícia Federal, que ele não falasse do encontro que o senhor já confirmou, e já houve confirmação do próprio Joel Santos ainda nesta reunião, do encontro de Joel Santos, Arthur Wascheck e o senhor no Hotel Glória? Por que o senhor no cárcere pediu isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O ilustre Relator já me fez a mesma pergunta e eu vou repetir a mesma resposta. Joel, no cárcere, estava com medo de dizer que tinha tido esse encontro. Eu falei com ele: você pode não falar; eu vou falar. Foi exatamente assim. Tanto que eu, no meu depoimento, falei do encontro. Se eu disse para ele para não falar do encontro, é uma questão de lógica, se eu tivesse dito para ele para não falar do encontro no meu depoimento, eu diria que houve o encontro?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Está aí mais uma contradição que a comissão no andar das investigações vai esclarecer.

A última pergunta: O Sr. Conversou com Arthur Wascheck depois que ele depôs na Polícia Federal, seja pessoalmente, seja por telefone?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Conversei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantas vezes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Depois que ele depôs na Polícia Federal?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Depois dos depoimentos dele e de V. Sª na Polícia Federal os senhores continuaram conversando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Depois que eu saí da prisão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, aí conversou com ele, continuou conversando.

E falaram o que, depois?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O senhor imagina o que nós falamos?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É isso que eu queria saber o detalhe do que vocês combinaram. É isso que eu quero saber.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não combinamos. Não tinha mais nada para combinar, Exª.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então apenas lamentaram o episódio?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. Não tinha mais nada para combinar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – OK. Obrigado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Com a palavra, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu confesso a todos que esses depoimentos que ouvimos no dia de hoje o Sr. Joel e o depoimento que ouvimos agora do Sr. Molina, cada vez mais me convencem da importância de conhecermos melhor o Sr. Arthur Wascheck.

Trata-se de uma figura muitas vezes mais misteriosa do que o Sr. Joel ou que o Sr. Molina.

Algumas das afirmações que o senhor faz no seu depoimento Dr. Molina me chamam a atenção.

Eu queria indagar a V. S^a sobre algumas dessas afirmações.

O senhor afirma que o Arthur havia chamado o senhor pedindo que avisasse ao Roberto Jefferson da fita.

Na sua opinião, ou a sua interpretação que o senhor foi cumprir para o seu amigo, porque o Dr. Wascheck tem essa qualidade, ele tem amigos que fazem qualquer tipo de missão para ele.

O Dr. Joel disse aqui hoje que foi prestar um favor a um amigo e, pelo que me parece, o senhor, no mesmo dia em que toma ciência da fita, também vai ao Deputado Roberto Jefferson, a pedido do Sr. Wascheck, falar sobre a fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor afirmou isso aqui.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu afirmei a mesma coisa de outra forma, Deputado. Desculpa. Eu já tinha um encontro com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E aí o Arthur pediu que o senhor desse o recado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Arthur me perguntou, por telefone, quando eu iria a Brasília.

Eu disse que tinha marcado de ir a Brasília de qualquer forma na terça-feira, independente ou não de ir a Belém depois. E ele ficou de me encontrar na terça-feira. Foi quando ele me falou da fita.

E me pediu que eu levasse a fita para o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não levei a fita ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas pediu para o senhor falar sobre a fita com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, ele pediu até que eu levasse a fita.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas qual era a intenção dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me disse que só queria tirar de lá o Marinho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Interesse público?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não no interesse público, é lógico que é interesse comercial, Deputado. Ele estava sendo prejudicado de alguma forma pelo Marinho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor conhece o Dr. Wascheck já há algum tempo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Desde pelo menos 2002; 2001/2002.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dois mil e um, é o que você diz no seu depoimento à Polícia Federal.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – 2001/2001. É

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estamos falando de quatro anos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Mais ou menos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Wascheck não lhe chamou nesse dia, justamente para levar a fita ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu já tinha marcado com o deputado Roberto Jefferson.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor comenta também um boato com...

O senhor comenta com o Deputado Roberto Jefferson que ouviu o boato de uma fita...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não falei para o Deputado Roberto Jefferson que tinha a fita, até porque naquele momento já não tinha.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse que era só boato?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu passei como boato até para evitar um comprometimento maior.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas naquele momento o senhor já tinha visto a fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu já tinha visto a fita.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É uma coincidência fantástica. No dia da sua reunião com o Deputado Roberto Jefferson, no mesmo dia que o senhor viu a fita, o senhor também pára no painel do Senado, no telão, e ouve também duas pessoas

combinando, é uma coincidência isso? Falando, comentando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Veja bem, na realidade eu só ouvi da bomba atômica nos Correios. Eu aproveitei esse gancho para usar do que eu já sabia da fita e falar com o Deputado Roberto Jefferson o diálogo que eu tive com ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E por que o senhor orientou o Sr. Joel para que ele tomasse todo tipo de cuidado logo que ele soube da divulgação da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quando ele soube da divulgação da fita não, quando houve a divulgação da fita, o Arthur me ligou, dizendo que estava muito preocupado com o Joel. Aí ele me colocou toda a participação do Joel nesse assunto, que eu não sabia, e eu pedi uma reunião com todo mundo no Hotel Glória. Até aquele momento, a única pessoa envolvida, a única pessoa que estava no meio desse turbilhão era eu. Então, para preservar e para tentar ver o que ia se fazer, a primeira coisa que eu tinha que fazer era saber exatamente o que tinha acontecido, porque até aquele momento eu não tinha idéia de quem tinha feito a fita, de como tinha sido feita a fita, de como essa fita foi produzida, de quais os entes envolvidos nessa fita.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que o senhor, então, pegou o telefone da mão do Arthur, isso lá no Rio de Janeiro, e pediu que ele tomasse cuidado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque ele estava com medo, e o Arthur tinha medo do envolvimento do Joel. O Arthur queria preservar o Joel porque o Arthur se sentia culpado pelo que estava acontecendo. Então, se você está preocupado com o que está acontecendo, quem tem que tomar cuidado é ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas por quê? Por que o senhor teria tido essa atitude de tomar o telefone da... O senhor pegou o telefone da mão do Arthur...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ... e pediu que ele tomasse cuidado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, o Arthur me passou o telefone.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Joel afirmou isso aqui, hoje, no depoimento dele. O Joel afirmou hoje, no depoimento dele, que o senhor pegou o telefone da mão do Arthur e pediu que ele tomasse cuidado. O Joel afirmou isso aqui hoje. Lá no Rio de Janeiro isso aconteceu.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, como é que ele podia ver, lá em Curitiba, o que eu estava fazendo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou falando do encontro no Rio de Janeiro.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, quando o senhor diz que ele afirmou que eu tomei o telefone do Arthur, ele não estava do lado para saber.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que a sua preocupação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Minha preocupação?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que a sua preocupação de ter tomado o telefone da mão do Arthur?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O senhor está falando que eu tomei, o Arthur me passou o telefone...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem falou foi o Sr. Joel.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E o que eu estou dizendo para o senhor é que o Sr. Joel não estava no Rio. É difícil, ele não teria como saber.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

O senhor disse também que não possuía nenhuma relação comercial com o Arthur.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse no seu depoimento na Polícia Federal.

No mesmo depoimento à Polícia Federal, um pouco mais abaixo, onze linhas abaixo, para ser mais preciso, o senhor, para justificar alguns encontros com o Arthur e seus trinta contatos telefônicos, afirmou que conversava com o Arthur sobre: “vinhos, samba, churrasco e seus negócios”.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Negócios?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Os negócios...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na mesma folha, o senhor diz que tratava também com assuntos relacionados a projetos da Fundação Getúlio Vargas. Afinal, havia ou não havia uma relação de negócios entre o senhor e o Sr. Arthur?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, negócios não. Comentar sobre os negócios não quer dizer que você tenha negócios com ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor diz aqui que, nas vezes em que encontrou o Arthur em Brasília, veio tratar de assuntos relacionados a projetos da Fundação Getúlio Vargas, que, entre esses projetos, pode citar dois apresentados ao Sindilegis.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Hum-hum!.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor Arthur é que apresentou o senhor ao Sindilegis?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Não, não tem nada a ver.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor costuma prestar serviço de consultoria a órgãos públicos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O único serviço de consultoria para órgão público que eu prestei ultimamente foi para a Biblioteca Nacional.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. O senhor recebeu quanto por isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – R\$5.800,00, se não me engano.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Eu tenho aqui, pelo sistema de acompanhamento da execução financeira da União, que V. S^a recebeu esses valores.

Como é que V. S^a conseguiu essa consultoria na Fundação da Biblioteca Nacional, que é um órgão ligado ao Ministério da Cultura?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu fui apresentado à presidente da associação. Na Biblioteca Nacional, a Liliane e a Dae me fizeram a apresentação, e o Beto Sales.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem são essas pessoas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – São pessoas que trabalham na Biblioteca Nacional, que trabalham no Instituto Nacional do Livro e que acharam que eu poderia fazer um projeto, e esse projeto versava exatamente sobre gestão, era uma gestão da Lei Rouanet, era uma forma, inclusive, de preparar um projeto maior que eu tinha intenção de levar para dentro da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor fez uma afirmação aqui contestando o Sr. Arthur. O senhor disse que o Sr. Arthur vai ter que vir aqui, quando o senhor falava da Marinha, que o senhor teria levado ele na Marinha, que ele vai vir aqui dizer quem e quando.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor tem essa informação de quem e quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não tem essa informação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Exatamente. Se ele diz que eu apresentei, ele tem que dizer...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor chegou a falar com ele por telefone depois do depoimento dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Falei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E ele não lhe disse também do mesmo jeito?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, ele disse que ele foi apertado pela Senadora Ideli Salvatti e falou qualquer coisa. Foi o que ele disse para mim, que ele estava apertado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aliás, eu acho que isso aqui está um *show* de falar qualquer coisa.

Sr. Presidente, eu tenho enorme curiosidade, só para concluir. Como eu lhe disse, Dr. Molina, eu tenho enorme curiosidade nessa figura chamada Arthur Wascheck. Eu não tenho dúvidas de que o Sr. Arthur Wascheck, com a participação do Sr. Joel, com a participação do Sr. Jairo, com a participação de V. S^a, cada um cumprindo com seu papel – V. S^a obviamente com o papel mais sofisticado e mais inteligente, é o seu perfil, obviamente se nota isso aqui –, mas todos participaram da gravação ou do que se faria com essa gravação, dos objetivos do Dr. Arthur Wascheck. Eu não tenho dúvida disso. A indagação que lhe faço: V. S^a tem uma relação muito próxima do Dr. Arthur. Uma pessoa que empresta R\$20 mil a outra é porque tem uma relação muito próxima, principalmente num momento de dificuldade em que o barco está afundando. Não me venha aqui dizer que a sua relação é informal ou distante. Vocês não tratam de negócio, tratam de samba, bebida e carnaval, só podem ser muito amigos. Se um dá R\$20 mil para o outro, empresta R\$20 mil para o outro, sem garantias de que vai receber de volta, os senhores são muito amigos. O senhor conhece os relacionamentos do Sr. Arthur Wascheck aqui em Brasília? O Sr. Wascheck é uma pessoa bem relacionada? Nos encontros que o senhor tem tido ao longo desse tempo, desses anos de convívio com ele, os senhores conversaram sobre alguns dos relacionamentos dele, com tanta licitação que ele faz com órgão público?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Churrasco na casa dele...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Alguma figura mais importante presente a algum churrasco na casa dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Teve uma vez um churrasco na casa dele, inclusive, nesse churrasco, estava o Joel. Foi o único evento social na casa dele, né?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é que os senhores se encontravam então? Os senhores têm uma amizade.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Discutiam samba, vinho, carnaval e negócios um do outro.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, e sempre que ele tinha oportunidade, ele me pegava para jantar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E os senhores iam jantar sozinhos, os dois? Não tinham nunca...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A maioria das vezes, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca, em nenhum momento, o Sr. Arthur lhe relatou relacionamentos com esse ou aquele Deputado, com esse ou aquele Senador?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ... com essa ou aquela figura importante da República?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com políticos, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Em nenhum momento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nem com pessoas ligadas a políticos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes. Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Arlindo Molina, as suas declarações na Polícia Federal demonstram uma amizade realmente grande com o Sr. Arthur Wascheck. Uma amizade grande, porque, pelas suas declarações, essa amizade, apesar de vir de 2001, apenas quatro anos de amizade, o senhor declara que conversava com o Sr. Arthur Wascheck aproximadamente 30 vezes

– da sua declaração aqui, 30 vezes; que ligava para o telefone cujo número é 9655 9293, conversava sobre vinho, samba, churrasco e seus negócios. E seus negócios. V. S^a mostra-se um homem bem articulado, com boa memória, que sabe precisar, quando deseja, os fatos, e também, quando não quer, não precisa porque falou aqui que não conhece os negócios do Sr. Arthur Wascheck, mas declarou que conversava sobre seus negócios. Então, V. S^a conhece com detalhes os negócios do Sr. Arthur Wascheck.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Com detalhes, não, Senador, mas teve comentários. Por exemplo, ele comentou comigo da dificuldade que ele estava tendo numa multa que ele teve nos Correios, o negócio dos cofres; ele comentou comigo que foi penalizado por causa de 1 cm da porta; ele comentou comigo que estava perdendo uma série de negócios porque ele não estava conseguindo fechar representações que lhe dessem vantagem de preço; ele comentou comigo que o mercado chinês era um mercado promissor; ele comentou comigo que ele não tinha conhecimento da área de câmbio e que ele precisava fazer importações. Ele comentou comigo que a empresa dele tinha crescido o suficiente e ele não estava tendo condições de gerir a empresa. São coisas que ele comentou. São comentários que se fazem sem entrar em negócios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso me leva a simplesmente constatar que V. S^a tinha uma relação íntima com o Sr. Wascheck. Afinal de contas não se emprestam R\$20 mil assim, que não tenha uma relação não apenas de amizade, mas de negócio mesmo, de algum interesse.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Algum problema, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, porque estamos ouvido V. Ex^a, mas para que as pessoas fiquem atentas à sua exposição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pensei que V. Ex^a estava sinalizando que o meu tempo estava concluído, que ia sentir mais uma vez.

Quero acreditar que V. S^a tenha efetivamente uma relação bastante próxima, íntima, com o Sr. Wascheck.

O segundo ponto vem do fato de que não ficou claro para mim quando V. S^a tomou conhecimento da fita, qual foi o momento exato em que lhe deu esse conhecimento.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dia 3 de maio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem lhe deu esse conhecimento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Arthur Wascheck.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dia 3 de maio. A que horas ele lhe deu conhecimento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Próximo ao meio-dia, uma hora, mais ou menos. Não tenho idéia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi antes de o senhor se encontrar com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com certeza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Momentos antes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, bastante... Umas cinco horas antes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, cinco horas, mas do mesmo dia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No mesmo dia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E nesse mesmo dia V. S^a declara que viu duas pessoas conversando em frente ao telão do corredor do Senado, sendo que um deles afirmou que uma bomba atômica iria explodir nos Correios; que essas duas pessoas falavam que o diretor Maurício Marinho havia sido flagrado recebendo propina em sua sala, etc, etc.

Então, é uma coincidência?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu só... Veja bem...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, o senhor ouviu uma hora da tarde, aproximadamente, ou meio-dia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A fita? Mais ou menos uma hora da tarde.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Arthur Wascheck, por que ele lhe deu conhecimento disso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque ele queria que eu levasse fita ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ah, ele queria. Então, V. S^a se prestou a esse trabalho?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu não levei a fita.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas foi e levou o assunto ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Avisei, avisei ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pelo pedido de Arthur Wascheck?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Pelo pedido de Arthur Wascheck.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, ficou bastante claro que V. S^a prestou então um serviço ao Sr. Arthur Wascheck, levando esse assunto ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que o Deputado Roberto Jefferson interpretou como sendo, então, um achaque?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E declarou isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora. V. S^a disse que não fez uma achaque ao Deputado; foi uma conversa *en passant*, como se não quisesse dizer nada ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E testemunhado, inclusive.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. V. S^a disse que não teve testemunha na hora...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, só não teve testemunha nesse lapso de tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse é o momento essencial. É como V. S^a falou da fita.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

Nós ouvimos o depoimento aqui do Sr. Joel Santos Filho e verificamos que ele é homem de pouca articulação, muito diferentemente de V. S^a, que é um homem bem articulado. A impressão que V. S^a me deixa é a mesma que outros Parlamentares já tiveram, de que há uma articulação, há um planejamento. Esse planejamento não foi feito para fazer essa gravação, para se ter todo o encadeamento, inclusive o *script* da conversa da criação de empresas, que foi levado a fazer com que o Sr. Maurício Marinho se abrisse e falasse. Isso me parece algo articulado. E o articulador e o planejador disso, sem sombra de dúvida, pela capacidade que vejo de articulação, é o comandante Molina. Está muito claro.

Creio que o que precisamos saber, Sr. Relator, é quem efetivamente estava por trás, quem tinha interesse em fazer essa articulação: Arthur Wascheck, Molina... Joel é um autor material apenas, não é autor intelectual dessas gravações. Então, pelo que o Depu-

tado Roberto Jefferson disse, sofreu efetivamente um achaque. Parece-me uma disputa de espólio de poder dentro dos Correios. Falava-se na mudança do diretor de operações, que o PTB reivindicava e que o PT não queria ceder em hipótese alguma. E o Deputado Roberto Jefferson, gostem ou não dele – suas declarações têm sido confirmadas dia-a-dia –, fez a dedução muito clara. Foi uma armação contra ele, que saiu da Abin, da Abin 2, da Abin secreta, se podia ser mais secreta ainda, e da Casa Civil. Foi isso que ele declarou, e me parece que as coisas vão se encaixando muito nesse roteiro.

Inclusive, o Comandante Molina tinha espaço para conversar com o Deputado Roberto Jefferson. Ele tinha acesso ao Deputado Roberto Jefferson. Eu acho que ele não precisou nem da articulação do Senador Ney Suassuna para chegar ao Deputado Roberto Jefferson. Ele mesmo confessa, no seu depoimento, que também estava com o Deputado Roberto Jefferson, algumas vezes, conversando. Chegou a lhe levar presentes.

Sr. Presidente, vejo exatamente isso. Eu não posso ver de outra forma. Isso não é uma coisa fortuita. Isso não aconteceu por acaso. O Comandante Molina não entrou nisso de gaiato, como se diz na gíria. Quer dizer, ele está aqui como se ele não tivesse, como se tivesse sido pego de surpresa. Não dá para ser crível. Não tem verossimilhança isso que foi dito aqui e que lemos nos depoimentos, Sr. Presidente.

Para mim, é suficiente. O meu juízo de razão está feito, porque acho que o Deputado Roberto Jefferson, até pela sua função de Presidente do Partido e Deputado Federal, fez uma declaração que merece ser considerada. Ele vai repetir, provavelmente, na quinta-feira, que sofreu esse assédio que, provavelmente, tinha um objetivo: que era de desestabilizá-lo ou o seu Partido, para permanecer o PT comandando as ações nas diretorias importantes de operações e de tecnologia dos Correios.

Era isso, Sr. Presidente. Não tenho muito mais a acrescentar. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Molina, é evidente que muito já foi perguntado. O Sr. Molina parece ser uma pessoa bem articulada, de boa formação. Entre vários indícios que nos ofereceu no dia de hoje, percebo que, talvez, um

dos mais importantes seja justamente a sua efetiva relação de amizade com o Sr. Arthur Wascheck.

Gostaria que o Sr. Molina, se pudesse, em breves palavras, em pouco mais de vinte segundos, descrevesse como, de fato, baseia-se a amizade dele com o Sr. Arthur Wascheck.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Meu amigo. Posso falar com uma palavra: meu amigo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor tinha conhecimento, obviamente, dos hábitos pessoais do Sr. Arthur Wascheck.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Até porque o Sr. Wascheck, quando foi ao Rio de Janeiro, encontrou o senhor por, pelo menos, dez vezes.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, neste ano inteiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Sr. Wascheck é um homem de grandes posses?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me parece bem de vida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Bem de vida?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me parece bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, obviamente, comparando com o poder econômico do senhor, ele é um homem rico.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Bastante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Bastante rico.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Bastante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Será que é razoável imaginarmos que, durante um ano, o Sr. Wascheck foi ao Rio de Janeiro por, pelo menos, dez vezes e encontrou o senhor e que, durante essas dez vezes, os assuntos tratados eram todos eles de natureza pessoal?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Eu acabei de falar com o Senador. Se comentava de negócios, só que nós não fazíamos negócio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Senhor nunca teve nenhum tipo de relação empresarial com o Sr. Arthur Wascheck?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nunca tive nenhum tipo de relação empresarial com o Sr. Arthur Wascheck.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, há outra coisa que precisa ficar mais clara, justamente a relação do senhor com o Deputado Roberto Jefferson. O Deputado Roberto Jefferson, em determinada oportunidade, disse que havia estado com o senhor por duas vezes. O senhor depois disse que havia estado com o Deputado Roberto Jefferson por quatro vezes. Aí, então, por último, afirmou a esta Comissão que tinha o hábito de, sempre que vinha a Brasília, procurar o Deputado Roberto Jefferson. Então eu queria que o senhor esclarecesse melhor qual era, de fato, o hábito do senhor com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu disse que, sempre que eu ia a Belém, eu me comunicava com o Deputado Roberto Jefferson, até para dizer “Estou indo para Belém.”

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, permita-me entender. O senhor presta serviços à Prefeitura de uma capital, certo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Hum, hum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E é obrigado a, toda vez que vai a Belém, manter contato com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não sou obrigado, Deputado. Eu não sou obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas se o faz é porque tinha uma relação próxima com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Primeiro, o seguinte, eu faço por delicadeza, porque o filho dele está lá. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, está certo, é que o Presidente de um Partido, principalmente o Presidente do Partido da Prefeitura em que trabalho, é do PTB, me interessa manter um relacionamento, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Parece-me que há muito mais do que um desejo de agradar o pai, o pai do Roberto Neto. Há muito mais do que isso. Não é habitual. O Deputado Roberto Jefferson, Presidente de um Partido, homem com diversas atribuições, receber constantemente ligações do senhor, sendo que, parece-me, devia ser uma rotina para o senhor ir a Belém. Afinal de contas, o senhor prestava serviços para a Prefeitura.

Continuo. Outra coisa que é muito estranho, uma coincidência, nobre Relator, que eu nunca vi igual. O

Sr. Molina tinha uma audiência marcada no dia 3 de maio com o Deputado Roberto Jefferson para tratar de assuntos outros, de interesses empresariais. Muito bem. Aí, nesse mesmo dia, aparece, no mesmo dia, aparece o amigo do peito do Sr. Molina, o Dr. Arthur Wascheck, e pede a ele um favor: que seja intermediário de uma notícia gravíssima que ele, naquele mesmo dia – outra coincidência -, no mesmo 3 de maio, teve oportunidade de ver, com os próprios olhos. Então o Wascheck mostra a fita. O Sr. Molina vê com os próprios olhos. Coincidentemente, isso tudo acontece no mesmo dia da audiência com o Deputado Roberto Jefferson; e foi uma mera casualidade. É inexplicável, Sr. Molina.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O senhor quer que eu explique?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor já ganhou na loto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O senhor quer que eu explique?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero que o senhor explique.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Falando dessa maneira, eu até concordo com o senhor. Agora, vamos falar de outra maneira?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por favor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tudo bem. O Arthur Wascheck me telefonou, repetindo exatamente o que eu já falei mais uma vez. O Arthur Wascheck me telefonou perguntando se eu ia para Brasília. Eu falei que estaria em Brasília na terça-feira, independentemente ou não de viajar para Belém, porque eu tinha uma reunião. Então, na realidade, o que aconteceu foi o seguinte. Por eu ter uma reunião com o Deputado Roberto Jefferson é que o Arthur me apresentou a fita. Por eu ter uma reunião com o Deputado Roberto Jefferson é que o Arthur me apresentou a fita. Se ele já tinha essa fita antes ou não, não tenho idéia. Só foi no dia 03 de maio, porque no dia 03 de maio foi o dia em que eu vim a Brasília. Então, na realidade o nexo causal é diferente, Deputado. Ele me apresentou a fita, porque eu ia ter uma reunião com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor fez uma suposição se referindo aos interesses do Dr. Arthur Wascheck. Disse o senhor, se não em palavras semelhantes, pelo menos muito próximas, que existia um comprometimento maior, revelando uma coisa que nós já imaginávamos, ou seja, que o Dr. Wascheck não fez essa gravação apenas para incriminar o Sr. Maurício Marinho. Alguma coisa, em qualquer momento de todo esse episódio, pode ter

despertado a atenção do senhor, nem que fosse aquele momento de reflexão interna, despertado a atenção do senhor para quais poderiam ser efetivamente os interesses do Sr. Arthur Wascheck em promover essa arapongagem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me colocou categoricamente que o interesse dele era tirar o Marinho de lá. Se o senhor me perguntar se eu posso imaginar que ele teria outros interesses, eu não consigo fazer ligação do Sr. Arthur Wascheck com interesses outros no Correio que não seja vender pro Correio. Outras empresas que poderiam estar junto com ele nesses interesses não tenho a menor idéia, Deputado.

Ele me colocou categoricamente que o interesse dele era tirar o Maurício Marinho, tanto que eu disse pra ele: o Deputado não conhece nenhum Maurício Marinho. Manda essa fita pro correio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas quando o senhor viu tudo isso imagino que o senhor deve ter ficado indignado, porque se o senhor estiver falando a verdade, foi envolvido de uma forma até inocente. Então, obviamente o senhor deveria estar procurando explicações, certo? Então, nessa imaginação, continuando essa imaginação, será que passou pela cabeça do senhor, em algum momento, que esses interesses de empresas, ou do próprio Wascheck, ou de empresas ligadas a ele poderiam ter alguma relação com a área de informática dos Correios? Pelo menos por suposição?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Lógico. Vendo a fita, essa suposição passa na cabeça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Passa.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Lógico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, é uma afirmação importante, porque trata-se de uma... Eu sei que foi suposição; eu perguntei dessa forma.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por favor, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas se trata de um amigo pessoal do Dr. Arthur Wascheck. Tanto amigo pessoal que o Arthur pediu para que ele ligasse pro Joel. Aí é outra pergunta que eu faço, porque vejo uma grande contradição. Vejamos: o senhor foi envolvido no dia 3.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O senhor foi envolvido no dia 3. Até lá o senhor não sabia de nada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, o Joel tinha uma participação muito maior do que o senhor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Concorde? Por que o senhor, então, seria a pessoa chamada pelo Wascheck pra acalmar o Joel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque eu fui a pessoa que cobrou do Wascheck, porque eu queria saber tudo que tinha acontecido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas então o senhor não iria acalmar o Dr. Joel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pelo contrário, o senhor iria colocá-lo na parede mais ainda.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, mas foi exatamente por isso que o Arthur me passou o telefone: Fala você com o Joel.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor me informou que o Arthur pediu que o senhor mantivesse contato com o Joel para acalmá-lo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, não procede.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Como não, Deputado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há uma incoerência. Óbvio que há uma incoerência.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não fui falar com...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor está me dizendo que foi ao Arthur... O que é que o senhor está me dizendo agora? Que foi ao Arthur Wascheck pedir explicações.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E que o Arthur Wascheck disse: estou no telefone; fala com o Joel.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Estou preocupado com o Joel.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Quero que o senhor acalme ele. Não foi isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Muito bem.

Como é que o senhor, que foi envolvido no dia 3, pode acalmar alguém que participou do processo desde o início?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque ele disse que o Joel estava apavorado. Isso aconteceu depois da divulgação da fita pela **Veja**. Isso já foi no dia vinte e poucos, Deputado. E aí ele chegou... A única coisa que ele não queria é que eu interpelasse o Joel... A única coisa que ele não queria é que eu interpelasse o Joel como o interpelei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Agora, o senhor concorda que alguém só pode acalmar alguém se tem conhecimento pleno de tudo que aconteceu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Oh, claro!

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Logicamente que não, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Porque senão o Dr. Wascheck naturalmente recorrerá a outras opções que não o senhor, para acalmar o Dr. Joel.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Dr. Wascheck, tá certo, ele me passou o medo do Dr. Joel de que eu o envolvesse, porque eu era a única pessoa envolvida. Quando eu fiquei sabendo que o Joel fez a gravação, o Arthur Wascheck me pediu que eu falasse com ele pra dizer que eu não iria envolvê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Aí o senhor fez tipo o Deputado Roberto Jefferson, disse que matava no peito e que a responsabilidade era do senhor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E aí depois disso recebeu R\$20 mil reais emprestado do Sr. Wascheck. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não senhor. Não, não senhor. Eu pedi uma reunião, no Rio de Janeiro, porque eu queria saber, tim-tim por tim-tim, o que tinha acontecido e só iria decidir o que iria fazer depois dessa reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Última pergunta, Sr. Presidente. Parece-me claro que o Senador Ney Suassuna não tem nenhum envolvimento que seja comprometedor com o Sr. Molina. Mas a minha última indagação é... E aí não houve, da parte do Sr. Molina, uma explicação detalhada, até porque não foi questionado ainda sobre isso.

Quais eram, de fato, as ligações do senhor com o Sr. Henry Carvalho, assessor do Senador Ney Suassuna?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nenhuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Nenhuma.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu fiquei conhecendo ele no gabinete do Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Não tem relação nenhuma. Mas aí o Sr. Henry Carvalho já tem abertura e autoridade pra levar o senhor ao gabinete do presidente de um partido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Foi ao contrário, Deputado. Foi ao contrário. Eu fui lá...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Então explique, por favor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu fui lá para lá para avisar que eu iria a um encontro que eu tinha marcado em função do recado do Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E quem levou o senhor lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Aonde?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – O Sr. Henry Carvalho não acompanhou o senhor ao gabinete do Deputado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu levei o Henry Carvalho comigo ao gabinete do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – E o senhor não o conhecia antes? Não tinha nenhuma relação com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com Henry Carvalho?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu o conheci na primeira visita ao gabinete do Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sr. Presidente, vou respeitar o tempo e encerro aqui. Guardo minhas forças, e obviamente

da Comissão, para amanhã. Agora, está muito claro que o papel do Sr. Wascheck está sendo revelado aos poucos, que está sendo desmascarada essa grande farsa que foi montada, e que infelizmente o Sr. Molina participou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar, por dez minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Molina, gostaria por favor que o senhor me respondesse algumas indagações, algumas questões que não ficaram claras até agora, porque, embora tenha havido uma tentativa de esclarecimento junto ao senhor, mas, pelas circunstâncias do diálogo que foi travado não ficaram claras.

Para mim ficou claro que o senhor disse que sempre que ia a Belém entrava em contato com Deputado Roberto Jefferson, sistematicamente. E que esteve em Belém, com o próprio Deputado, participando de um jantar, enfim, tal como descrito aqui. Além disso, o senhor declarou que esteve com o Deputado Roberto Jefferson por mais três vezes, uma delas na casa do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, embaixo do prédio.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Embaixo do prédio. Gostaria que o senhor descrevesse esse encontro.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Só fui levar uns charutos para ele.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Entregou em mãos do Deputado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Entreguei em mãos para o Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Qual foi o diálogo que o senhor travou com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nada, porque ele estava chegando, ele estava cansado; eu sabia que ele estava chegando por um assessor dele, e entreguei os charutos. Já era bem tarde da noite. Realmente não teve muito mais... Já não teve muito mais... Realmente ele – como se diz – passou batido e subiu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Posteriormente, antes do dia 3 de maio, o senhor ainda esteve, em uma ocasião anterior, no gabinete.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No gabinete.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E qual foi a conversa que o senhor manteve com o Sr. Roberto Jefferson nessa ocasião, no gabinete?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nesse dia, no gabinete, foi rápido também, porque dessa vez eu estava indo para Belém. E, nesse dia, conversamos sobre a parte de estrutura. Ele estranhou que no gabinete do Prefeito de Belém tinha-se feito uma blindagem em volta do Prefeito; a assessoria do Prefeito estava muito fechada. Ele ainda brincou que ele colocou um monte de mulheres lá e essas mulheres ficam em volta dele e não deixam ninguém chegar. E ele me fez um comentário, inclusive, de que alguns Deputados não estavam conseguindo o acesso e vieram reclamar com ele em Brasília.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Bom, nisso tudo fica claro que o senhor mantinha conversas e tinha uma relação regular com o Deputado Roberto Jefferson, em função da tentativa sua de prestar serviços à Prefeitura de Belém, e que, provavelmente, essa proximidade com o Deputado foi um elemento importante que estimulou o Sr. Arthur Wascheck a solicitar os seus serviços, os seus préstimos, no sentido de encaminhar a fita ao Deputado Roberto Jefferson. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim. Acho que sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria de saber também: o senhor declara que esteve com o Sr. Henrique Brandão apenas uma vez, na ocasião em que foi apresentado a ele.

Consta de informações que nos foram enviadas, que um dos endereços comerciais utilizado por V. S^a é exatamente o mesmo do escritório do Sr. Henrique Brandão, que fica na Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29, no centro do Rio de Janeiro.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. O meu endereço fiscal é o mesmo endereço fiscal dele, em nível de declaração do imposto de renda. O mesmo contador que faz a minha declaração de imposto de renda, fazia para mais umas 300 pessoas, e é contador dele também. É a única ligação. Não é rua (inaudível). É rua México. Por isso eu falei que não era este endereço. É rua México.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor conhece o grupo Fradema, consultores tributários?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Conheço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por que o senhor não nos relatou de sua relação com este grupo aqui?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque ninguém me perguntou. Eu conheço o Fradema...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim. Pessoas perguntaram sobre suas relações comerciais. Para o senhor descrever suas relações. Então, o senhor não pode dizer que não foi perguntado sobre isso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O meu contador é um dos donos da Fradema. Mas eu não faço contabilidade pela Fradema.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois é. Essa Fradema Consultores mantém relação com o senhor Henrique Brandão também.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Um momentinho. A contabilidade que faz a Fradema com o Henrique Brandão é outro departamento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não estou falando de contabilidade. O senhor está misturando coisas absolutamente distintas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tem um contrato ou tentou estabelecer um contrato de prestação de serviço com esta Fradema? No sentido que o senhor fosse o vendedor, o lobista como aqui se disse, junto a órgãos públicos dos serviços desta Fradema Consultores. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Na realidade, não foi isso não. O Francisco...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, você está se chocando com o que disse o representante da Fradema Consultores. Está registrado na imprensa do jornal **Estado de São Paulo** do dia três de junho de 2005 deste ano.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Francisco, que eu conheço desde 1982...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Aqui está dito o seguinte: “Na primeira reunião da Fradema, Molina se apresentou como consultor de empresas. Se disse bem relacionado no governo. Mostrou desembaraço para falar...” Aliás, isso nós já notamos. “... decorreu com desenvoltura sobre vários assuntos...” Também já notamos isso. “... e deixou ótima impressão. Recebeu proposta de ganhar 20% sobre os que os advogados cobrassem de clientes que o ‘comandante’, como depois ficou conhecido, lhes apresentasse. Ele disse: viajo muito pelo Brasil, mas vou cuidar disso com Tom Lopes que afirmou ter atuado para Molina de graça em um processo trabalhista de pequeno porte. Mas nunca se concretizou. O ‘comandante’ ainda foi recebido pelo menos mais uma vez e esteve na Fradema, no mínimo, mais três vezes, mas sem conseguir ver os advogados”. Isso é verdade?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, Francisco Arrigue, que é um sócio da Fradema, é meu amigo desde 1982...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Que tem a ver com a sua fazenda também?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. É primo do dono da fazenda que eu arrendo. É vizinho meu, fazemos o projeto juntos, e é ele quem faz meu imposto de renda.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas e daí? E a relação com a Fradema?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Que não é sócio do Henrique Brandão, Deputado. Eu acho que ele é contador do Henrique Brandão. Não tenho nem certeza disso. Isso é pelo noticiário. Desculpa, Senador.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vamos apurar isso melhor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por fim, eu gostaria de solicitar ao senhor a seguinte informação: consta que o senhor solicitou um computador emprestado ao senhor Arthur Wascheck, e este computador foi recolhido pela Polícia Federal.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É verdade? Ele esteve com o senhor, foi utilizado pelo senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi. Quando eu estava aqui em Brasília. Nem foi o Arthur. O Arthur estava viajando. Quem me levou o computador foi o Antônio. Eu precisava de um computador para acompanhar, na Internet, o noticiário.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Acompanhar, ao noticiário, na Internet?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É. Porque foi depois do discurso do deputado Roberto Jefferson.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tá. E este computador foi recolhido onde?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na minha casa. Eu levei o computador para o Rio de Janeiro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para o Rio de Janeiro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Levei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É um computador portátil? É um *notebook*?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está na Polícia Federal?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Está na Polícia Federal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Obrigado, Deputado. Com a palavra, o Deputado José Eduardo Cardoso. Dez minutos, meu caro deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Senhor Presidente, talvez a CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Queria que registrasse os dez minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Talvez a CPMI não devesse se chamar CPMI dos correios, talvez, CPMI dos consultores. Eu nunca vi tanta consultoria prestada em relação ao episódio. Sr. Molina, o senhor é um consultor. O objeto da sua consultoria é político ou técnico? Eu não entendi até agora.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Técnico.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Em que área?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Gestão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Gestão. O senhor mexe com gestão? Ou seja, embora bacharel em Direito, sem formação acadêmica na área administrativa, o senhor dá consultoria em gestão? É nessa perspectiva que o senhor mexeu com arbitragem, por exemplo? O que tem a ver gestão com arbitragem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tem nada a ver com arbitragem. Eu fiz...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor fez um projeto de arbitragem.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Eu fiz um projeto da montagem da Câmara Arbitral, na questão de gestão, como gerir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, o senhor sempre faz um projeto de gestão.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E é nessa perspectiva que a Fundação Getúlio Vargas, uma das entidades mais conceituadas do País na parte de administração pública, pega um bacharel em Direito, que não tem formação na área administrativa, para dar consultoria técnica na área de gestão?! É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No entanto, o senhor também mexe com títulos da dívida pública, pelo menos foi o que o senhor falou ao prestar essa consultoria para empresas do Uruguai, o que não tem nada a ver com gestão.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Administrativa? Título da dívida pública? Área financeira?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tem a ver com gestão a partir do momento que foi um projeto de gestão para que se transformassem esses títulos em títulos que fossem custodiados na CLC. Eu não mexi com títulos, eu não vendi títulos, eu não comprei títulos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Desculpe-me, Sr. Molina, o senhor respondeu ao Deputado Carlos Abicalil e disse que fazia uma intermediação. Essa foi a sua expressão, não a minha.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Onde está a consultoria de gestão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu também falei aqui que foi feito, inclusive por via judicial, a custódia desses títulos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor está fugindo da pergunta.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor, para o Deputado Abicalil, disse que fez uma intermediação. Intermediação não tem nada a ver com gestão, a não ser a gestão de seus interesses.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, será que o senhor é um consultor ou é um intermediador? Todo o perfil que o senhor descreve é de uma pessoa que vai procurar o cliente para, a partir daí, montar um projeto, aproximar pessoas e ganhar dinheiro. É esse o seu papel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Eu vou procurar um cliente, eu vou montar um projeto e vou vender para ele um projeto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como é que o senhor chegou a Belém do Pará?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Através do Vice-Presidente do Sindilegis, que era chefe de gabinete do Senador Duciomar Costa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que conhecia o senhor aqui?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Que conheceu a partir do momento que eu apresentei uma proposta para o Sindilegis.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, a Prefeitura de Belém não procurou a Fundação Getúlio Vargas, foi o senhor que levou a Fundação Getúlio Vargas a Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela sua reputação “técnica” na área de administração e gestão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, por um projeto de viabilidade do Plano de Metas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, veja, quando essa pessoa do Sindilegis o procurou e o chamou a ir à Prefeitura de Belém, o senhor não tinha projeto nenhum...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor, eu tinha um projeto de reforma administrativa do Sindilegis. Era para adaptar o Sindilegis à reforma sindical. São dois projetos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E aí o senhor foi fazer o Plano de Metas em Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, aí eu cheguei para ele e perguntei o seguinte: “Você era chefe de gabinete do Duciomar?” Ele falou: “Eu tenho um projeto que estou desenvolvendo para viabilização do Plano de Metas.”

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De que lugar?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu estava desenvolvendo um projeto. Eu desenvolvo um projeto e levo esse projeto para quem possa se interessar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, é um projeto de Plano de Metas para qualquer lugar do planeta?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Inclusive, esse projeto era piloto e, infelizmente, deu esse problema todo. Porque, realmente, é um projeto interessante para prefeituras e Estados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, quem leva a Fundação Getúlio Vargas é o senhor? O senhor não é consultado e indicado pela Fundação Getúlio Vargas, estou errado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor entendeu bem. Quem leva a Fundação Getúlio Vargas ao cliente é o senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não é a Fundação que chega e diz: “Ilustre consultor, preciso da sua consultoria nesse caso.”

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Se for um caso em que um projeto foi desenvolvido por mim e uma outra pessoa leva esse projeto a algum lugar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Me diga um caso em que a Fundação Getúlio Vargas tinha um projeto e o chamou para integrar a equipe.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tem projetos que não deram certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, eu quero um projeto em que a Fundação Getúlio Vargas, lembrando e conhecendo a sua “renomada” reputação na parte de gestão, disse: “Venha integrar a nossa equipe.”

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Esse projeto do Sindilegis, que a proposta foi colocada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Sindilegis não foi o senhor que levou para a Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Sindilegis? Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi a Fundação Getúlio Vargas que o procurou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Eu levei o projeto da Fundação Getúlio Vargas para fazer o projeto de reforma administrativa. O projeto de seminário e projeto de gestão, está certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, foi o senhor, mais uma vez, que levou a Fundação Getúlio Vargas, não foi a Fundação Getúlio Vargas que o contratou.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor é um vendedor de projetos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu apresento os projetos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É um vendedor de projetos. Ou seja, não é bem uma consultoria, é um vendedor de projetos.

Em cima disso, o senhor disse que o senhor trabalhou com o Sr. Carlos Kerbs. Quem é o senhor Carlos Kerbs?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Coordenador de Projetos da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Coordenador de projetos da Fundação... Ele tem uma empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Distinta da Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual é a empresa dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque inclusive... É CK.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– CK. O que faz a CK?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É uma empresa que está registrada dentro da Fundação Getúlio Vargas e que presta serviços para empresas. Ela tem auditoria. O Carlos é o auditor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, a Prefeitura de Belém contratou por notória especialização a Fundação Getúlio Vargas – iria contratar –, e a Fundação Getúlio Vargas terceirizava o serviço. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como é que seria o contrato com a Prefeitura de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com a Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Com licitação ou sem licitação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, é por notória... É...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por notória especialização. Inexigibilidade de licitação.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Inexigibilidade. Exato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O art. 25 da lei, que não permite terceirização. O senhor sabe muito bem disso.

O SR. ARLINDO MOLINA – Mas não tem terceirização.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não estava o Sr. Cláudio Kerbs atuando com a sua empresa lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não está atuando com a empresa dele. Ele atua como coordenador de projeto da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Da Getúlio Vargas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, quando ele deu a antecipação ou o empréstimo, deu a que título? Pela Fundação Getúlio Vargas ou pela empresa dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Pela empresa dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas espera um pouquinho: se quem é contratada é a Fundação Getúlio Vargas, como é que ele lhe dá uma antecipação por aquilo que ele ia receber pela empresa dele, e não pela Fundação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O que nós iríamos receber eu pagaria a ele. Eu ia receber e ia pagar ele. Não foi porque a empresa dele adiantou para mim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor disse que o Sr. Cláudio Kerbs lhe deu um empréstimo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Depois o senhor fala que foi uma antecipação por um projeto que ainda não havia sido aperfeiçoado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, que nós estávamos desenvolvendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que é uma coisa um pouquinho diferente antecipação e empréstimo, mas o senhor está dizendo que são as duas coisas juntas. Quem lhe deu o empréstimo e a antecipação foi a CK. No entanto, quem estava prestando os serviços era a Fundação Getúlio Vargas. A CK antecipou o quê, se ela não era subcontratada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A CK me emprestou o dinheiro para receber quando recebêssemos da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quanto foi?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Cento e cinquenta mil reais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor recebe empréstimos? O senhor tem bons amigos, realmente. Recebe vinte mil de um e cento e cinquenta mil reais de empréstimo por uma antecipação de um projeto que sequer havia sido feito, que até agora não foi feito. E o senhor trabalhou meses lá sem esse projeto.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E o projeto está quase pronto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor vê que coisa! Quer dizer, o senhor trabalhou por benemerência social, realmente.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não trabalhei. Trabalhei para receber agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, mas o senhor vai ter que devolver esse... Olha, o senhor acaba de confessar um delito, me perdoe.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por quê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor, sem ser contratado, já fez o projeto? Ou seja, a Prefeitura de Belém do Pará... E, portanto, peço, Sr. Presidente, que se oficie para a Prefeitura de Belém do Pará a informação, inclusive para o Tribunal de Contas do Estado do Pará – requeiro desde já –, que há um projeto sendo feito sem a devida contratação. E já está quase pronto. Ou seja, quando houver a contratação, será uma contratação retroativa, o que é obviamente ilegal. Peço que se oficie à Prefeitura de Belém para informar esse fato. E o senhor, como bacharel em Direito, com certeza não desconhece isso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Essa parte de contrato não sou eu quem trata.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Claro, até porque não há contrato. O senhor vai receber depois; depois do projeto feito, depois do trabalho feito, não é verdade?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A gente trabalha no êxito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, contratada por notória especialização, a Fundação Getúlio Vargas, em que uma das pessoas notoriamente especializadas que trabalha não é um notório especialista na área, porque o senhor não tem sequer habilitação acadêmica para fazê-lo. A Lei nº 8.666 é claríssima no art. 25, § 1º. Há a definição do que é notória especialização. E lá o senhor não é um notório especialista.

Portanto, o senhor está fazendo um trabalho sem contratação para uma contratação retroativa por notória especialização.

Prossigo.

A empresa Bled Grand – realmente um nome latino. Quem são os donos da Bled Grand?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quem se apresentou como dono da Bled Grand foi o Sr. Selva Politz, o Sr. Politz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Uruguiaio?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uruguiaio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual é a finalidade dessa empresa, senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A Bled Grand não teve nenhuma negociação, a Bled Grand foi feita só para a compra da casa. Na realidade, esse pessoal trabalhava com títulos públicos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, agora eu me perdi completamente. A Bled Grand foi feita só para comprar casa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu tenho a impressão que sim. Ela não teve nenhum movimento. A Bled Grand não teve movimentação bancária.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu desconheço essa finalidade estatutária: comprar casa. Ela foi criada como empresa para quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não tenho idéia. Não fui eu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor é procurador de uma empresa e não sabe, não tem idéia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu sou procurador da empresa especificamente no assunto da casa. Só. O procurador da empresa, aqui não era eu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem lhe outorgou a procuração?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quem outorgou a procuração foi o advogado da empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como é o nome?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Bernardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bernardo do quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É um nome iídiche. Bernardo Libber, Bernardo Libberman...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O depoimento na polícia fala “Bernardo de tal”, porque o senhor não sabia o sobrenome.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, eu não me lembro, como eu não me lembro agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, diga se eu entendi bem: o senhor trabalhava para um grupo de pessoas e fazia uma intermediação com títulos da dívida pública. Quem fazia essa negociação não era a Bled Grand. Quem era?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Sr. Silva Politz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Como pessoa física ou como empresa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho idéia de como ele fazia a compra dos títulos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor intermediava uma venda e não tem idéia para quem intermediava?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu indicava quem tinha títulos para ele comprar, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Para ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Indicava. Falava assim: “Olha, procura o fulano de tal”?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É, e ele levava esses títulos para uma corretora. Essa corretora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Qual era a corretora?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Várias corretoras. Uma delas era a Pacto, a outra... Uma foi a Pacto, uma outra corretora foi a Potencial.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Permita-me, então, uma questão: se foi apenas para fazer a negociação com a casa, por que montar uma firma no Uruguai? Não é longe demais?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não tenho idéia se foi só com a casa. Eu só conheço essa operação da Bled Grand.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nós sabemos que, com relação a títulos da dívida pública e com empresas no Uruguai, temos situações bastante sinistras no passado brasileiro. O senhor não suspeita de que possa ser alguma coisa de lavagem de dinheiro essa operação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Não suspeito, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor garante que não é lavagem de dinheiro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso aí é feito judicialmente, doutor. Deputado, isso foi tudo feito...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Como foi judicialmente? Descreva-me esse processo judicial, porque eu estou realmente perplexo com o que estou ouvindo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A custódia foi feita na CLC...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– A custódia dos títulos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dos títulos. Feita na CLC.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– CLC o que é que é?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Câmara de Liberação e Custódia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ok. E daí?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Do uso desses títulos, eu não tenho idéia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não, eu não entendi. O senhor falou que foi uma transação judicial.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, para que seja feita a custódia desses títulos na CLC, tem que ser feita uma série de exposições de motivos para fazer esse enquadramento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E onde é que entram a sua casa e a Bled Grand?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, a minha casa... O que entra na casa é o seguinte: a Bled Grand comprou a casa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Foi criada para comprar a casa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A Bled Grand não sei se foi criada para comprar a casa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não, o senhor falou agora.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu só conheço esse negócio da Bled Grand na casa. Desse negócio específico da Bled Grand na casa.

A casa foi comprada, e essa casa, quando foi comprada, seria uma forma de pagamento pelos meus serviços, onde eles comprariam a casa parcelada e eu teria a casa ao final do trabalho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então, montaram uma empresa, ou tinham uma empresa no Uruguai, onde compraram a casa e lhe deram uma procuração. A procuração era somente em relação à casa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Só.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E a procuração dizia o quê? Que o senhor poderia vender?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E a procuração é para que em relação à casa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A procuração, que eu podia vender, sim, mas eu teria que prestar contas dessa procuração.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor tem o contrato social da Bled Grand?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não tenho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não tem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Onde foi outorgada a procuração?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A procuração...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É instrumento particular ou público?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu acho que é instrumento público, mas eu poderia procurar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor tem cópia da procuração?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu tenho impressão que sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor tem impressão. O senhor mora numa casa e não sabe se tem a procuração?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Mas eu tenho a cópia dessa procuração, sim. É só procurar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor poderia encaminhar a esta Comissão a cópia da procuração?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Posso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ou seja, em síntese, o senhor é intermediador de uma negociação com títulos que o senhor não sabe precisar exatamente quais são e nem onde se encontram as pessoas? Têm que estar registrados.

Esses títulos, o senhor tem como identificá-los? Os que o senhor negociou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – São títulos da época do Império, são títulos de...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Até D. Pedro entrou, agora, na situação.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – São títulos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)
– Deputado Eduardo Cardoso, peço que conclua, porque ainda existem Parlamentares inscritos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Eu vou concluir, Presidente. É que eu não imaginava, pois essa era uma pergunta simples, que D. Pedro fosse entrar na nossa arguição.

E são títulos da época do Império? São títulos da época do Império?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, são títulos... Os títulos são comprados. Eles compravam os títulos. Os títulos da época do Império...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– São aquelas chamadas “moedas podres” que tanta confusão dão no Brasil, não é?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, tinha LTN, que não era “moeda podre”, tinha ORTN, que não era “moeda podre”, está certo? Tem títulos que vinham...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Posso terminar, Sr. Presidente? Gostaria de fazer duas ou três perguntas – depois, se puder, vou inscrever-me novamente –, porque eu fiquei perplexo com essa nova situação aqui colocada.

Roberto Jefferson – são perguntas importantes, Presidente, me perdoe, eu fiquei entusiasmado com história do filhos do Império e perguntei mais do que devia – ...Mas, em relação ao que diz aqui, o senhor se encontrou quatro vezes com o Roberto Jefferson. Não é isso? Uma vez em um almoço; uma vez o senhor foi levar charuto para ele tarde da noite ...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Um jantar, em Belém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Perdão, um jantar. O senhor foi levar charutos para o Roberto Jefferson.

Por que, hein?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque o filho dele me disse que ele gostava de charutos. Eu tinha uns charutos em casa e fui levar para ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– À noite?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – À noite.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– À noite? O senhor chegou lá, e falou assim: “Vou levar ...”

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – À noite, porque ele chegaria à noite. À noite, porque eu liguei lá para o Apart Hotel que ele mora e o rapaz disse que ele chegaria à noite

O senhor, quanto entrou no Senador, o senhor foi aonde, no dia 3? Fatídico dia 3! Tudo acontece no dia 3! Qual foi o primeiro lugar que o senhor foi?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O primeiro lugar em que eu fui, foi na Liderança do PTB, no Senado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Fazer o quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tentar encontrar Eduardo Lopes, vice-presidente do Sindilegis.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque eu queria saber como estava a proposta que nós encaminhamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– E o vice-presidente do Sindilegis fica na Liderança do PTB?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É. O Sindilegis é o sindicato do Legislativo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Ele trabalha lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele trabalha lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Aí, o senhor saiu de lá e foi aonde?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu saí de lá e fui ao gabinete do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Não.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Desculpa. Do Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Fazer o que lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Avisar para ele que eu estava indo ao gabinete do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Por que o senhor avisaria o Ney Suassuna que estava indo ao gabinete do Roberto Jefferson? Não são nem do mesmo Partido! Um é Senador, e o outro Deputado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque eu estava...ia levar exatamente o recado que eu tinha conversado com o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Não. Espera aí um pouquinho! O senhor passou no gabinete do Ney Suassuna para quê? Para levar um recado do Ney Suassuna?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Para dizer que eu estava indo, conforme combinado, conversar com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Combinado, quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na semana anterior, com o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Mas o senhor falou que não havia estado com o Senador na semana anterior!

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na semana anterior, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Ele não perguntou, o Ney Suassuna, quando o senhor falou, ele falou que o senhor esteve uma vez só com ele. Ou eu estou enganado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim. E foi na semana anterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– E na segunda vez, o senhor passou, e ele não estava lá.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele não estava lá!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Ah! Então, o senhor foi lá falar: “Olha, estou indo ao gabinete do Roberto Jefferson!” Foi só isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu queria saber, inclusive, se ele tinha conversado com o Roberto Jefferson ou não. Porque eu ia ao Deputado Roberto Jefferson; eu ia falar do assunto do Senador Ney Suassuna sem saber.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Por que o senhor estava tão interessado nessa relação entre Ney Suassuna e Roberto Jefferson do ponto de vista político, se o senhor é um consultor técnico?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque um consultor técnico, hoje, tem que trabalhar com o Executivo, e o Executivo tem um simbiose muito grande com o Legislativo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)
– Ou seja: quando o senhor faz uma reforma administrativa – é a primeira vez que vejo isso; eu já mexi muito com reforma administrativa, aliás, eu sou professor de Direito Administrativo, mas é bom aprender – quando o senhor faz uma análise da racionalidade administrativa, então, o senhor tem que saber quem está no poder, quem vai se coligar, não é verdade?, e qual é a divisão de poder para o senhor estruturar. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT– SP)

– Então, por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Mas se eu quiser fazer uma reforma administrativa em outro Município e eu conhecer um Deputado importante ou um Senador importante que me possa apresentar a um prefeito, sim, e o senhor sabe disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então o senhor foi procurar o Roberto Jefferson ou o Ney Suassuna para conseguir novos clientes, e não para cuidar da reforma administrativa de Belém como o senhor disse hoje aqui e na Polícia.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Também. Um momento só.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor disse hoje aqui e disse na Polícia que foi procurar o Roberto Jefferson porque queria saber da divisão de poder da Prefeitura de Belém justamente para poder estruturar a reforma administrativa; agora, o senhor está mudando.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, eu não falei isso nem na Polícia nem aqui, Deputado. O que cheguei e falei foi o seguinte:

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que foi tratar da divisão de poder na Prefeitura de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Eu não falei isso, que fui tratar da divisão de poder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não falou? Que foi tratar da reforma administrativa, que queria saber a opinião do Roberto Jefferson porque era presidente de partido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Também não falei isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não falou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não. Eu falei que tanto era interesse dele quanto meu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A reforma administrativa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não. O senhor falou: “Qual seu interesse no Deputado Roberto Jefferson?”

É uma pessoa importante, é uma pessoa que tem contatos – isso é um interesse, não há dúvida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, para não monopolizar, depois, se houver espaço, farei novas perguntas, porque realmente há uma contradição evidente no depoimento dele aqui e o que está na Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Cardozo.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti. Depois, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Deputado Alvaro Dias e em seguida o Deputado Geraldo Thadeu, encerrando os trabalhos de hoje.

Dez minutos, minha querida Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Sr. Presidente, eu deveria ter reivindicado o art. 14, por ter sido citada naquela espremida que deu no Arthur. Mas quero começar exatamente pela espremida do Arthur.

O senhor não intermediou nada na Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Nada, absolutamente nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Quer dizer que o Sr. Arthur mentiu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Ele me disse que se sentiu pressionado e aí falou qualquer coisa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Basta pressionar que ele fala qualquer coisa. Até porque o senhor não tem negócios com a Marinha? Nada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não, senhora. Nada, absolutamente nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Nunca cuidou de nada ligado à Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Então como o senhor explica que, no documento encaminhado pela FGV, tem um dos projetos que o senhor apresentou: Reformulação da Estrutura da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Não foi em frente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Não foi em frente mas o senhor apresentou.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– A senhora perguntou se tinha algum projeto meu em andamento na Marinha: não tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– O senhor apresentou no ano passado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Sim, mas não foi em frente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Então o senhor teve relação com a Marinha.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Ah, sim, mas não foi em frente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC)

– Mas quando eu lhe perguntei se o senhor tinha algum processo, alguma coisa negocial...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES

– Está. Apresentei um projeto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apresentou um projeto. Porque para apresentar um projeto o senhor tem que ter um mínimo de relação, não é? Este de Belém já tem R\$150 mil de adiantamento e ainda não está sequer contratado nem concluído, o senhor fez várias tratativas, inclusive levando charuto para o Sr. Roberto Jefferson, porque era importante o senhor manter a relação com o presidente do partido que dirige a Prefeitura de Belém. Então, para o senhor apresentar algo relacionado à Marinha, no mínimo, fazendo uma correlação, algumas conversações, contatos e ligações na Marinha o senhor tem que ter. Ou cai do céu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. A senhora está colocando uma situação, fazendo uma comparação que não tem. Uma coisa não tem a ver com a outra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como não tem? De onde o senhor tirou a idéia de apresentar um projeto da estruturação da caixa de construção de casas para o pessoal do Ministério da Marinha? De onde saiu essa idéia? Como o senhor teve essa brilhante idéia, e chegou a apresentar inclusive para a FGV como uma proposta?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E foi feita a proposta da FGV para a Caixa de Construção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor sonhou, então? Não conhece ninguém na Marinha, não tem relação com ninguém, não faz nada, não sabe nada da Marinha e bola um projeto para a Marinha.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Senadora, eu falei que não tenho negócios com a Marinha. Conhecer pessoas na Marinha, eu conheço. Fui professor do Colégio Naval; tenho ex-alunos na Marinha; tenho ex-colegas na Marinha. Está certo? Posso saber que a Marinha está com deficiência na Caixa de Construção; na realidade, isso aí aconteceu porque a Caixa de Construção da Marinha...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor é bem informado sobre as questões da Marinha, tanto que recebe um título de comandante sem nunca ter sido do quadro da Marinha.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso vem desde a minha época de Colégio Naval.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito bem.

Ao apresentar os projetos, o senhor recebe adiantamentos ou custeios da FGV. É isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, quando estou executando os projetos, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando está executando os projetos, o senhor faz isso. Então, suas despesas de viagem e tal.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, nós temos aqui uma lista de despesas de viagens, adiantadas, pagas pela FGV, para Belém, para Brasília, mas tem uma muito interessante: para Belo Horizonte.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O que o senhor foi fazer em Belo Horizonte, pago pela FGV.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu fui ver se conseguia, na Copasa, fazer alguma coisa pela FGV.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na Copasa.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor não tem projeto apresentado.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não tenho. Não consegui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não conseguiu. Mas a FGV pagou para o senhor fazer uma sondagem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma sondagem.

Numa das suas conversas com o Roberto Jefferson, quando o senhor diz que estava tentando marcar com ele, nas suas declarações consta que ele estava no interior de São Paulo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que iria para Belo Horizonte.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E depois para Brasília.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma coincidência?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Absolutamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando foi esse telefonema que o Roberto Jefferson...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi no final de semana, na sexta-feira anterior ao dia 3 de maio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na sexta-feira...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Anterior ao dia 3 de maio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...anterior ao dia 3 de maio. Então não tem nada a ver com essa sua ida paga pela FGV?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não, não. Minha ida pela FGV foi no início deste ano.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No início deste ano, não.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quando foi? Não me lembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor é quem deve saber. Foi o senhor quem viajou.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Mas foi bem antes. De março para trás.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor fez uma viagem a Belo Horizonte para fazer uma sondagem e não lembra a data?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não lembro a data. Com certeza, não lembro a data.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não lembra a data?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, não lembro a data.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vou lhe informar a data, que é muito próxima de tudo isso que estou lhe perguntando. A data é 19 de abril.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dezenove de abril?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dezenove de abril deste ano.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Início de abril, bem, bem...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que início? Dezenove já é...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Segunda quinzena.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já é a segunda quinzena. Já são quase três quartos do mês.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Agora, o que tem a ver a viagem para Belo Horizonte...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É apenas uma coincidência interessante, porque o senhor disse que o Roberto Jefferson lhe disse que ia a Belo Horizonte. Isso me chamou a atenção, primeiro porque o senhor

não tinha nenhum projeto. Os projetos que o senhor tem na FGV são este da Marinha, o do Sindicato dos Servidores do Sindilegis, do Tribunal de Contas, também Sindilegis, e o da Prefeitura Municipal de Belém. Portanto, nada do que o senhor estava tratando com a FGV tinha a ver com Belo Horizonte. Aí, isso coincide exatamente com a mesma época em que, pelas suas declarações, o senhor afirma que Roberto Jefferson não pôde atendê-lo porque estava no interior de São Paulo e iria para Belo Horizonte. Isso me chamou muito a atenção porque é coincidência demais. Aí, o senhor não se lembra da data, me dá uma data que não tem nada a ver, e eu lhe digo que tem tudo a ver porque é muito próximo das datas em que o senhor estava tentando conversar com o Roberto Jefferson.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Deputado Roberto Jefferson, quando falei com ele, foi dia 28 ou 29, pelas minhas contas aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor já tinha telefonado antes.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Vinte e oito ou 29, ele estava no interior de São Paulo e iria no final de semana para Belo Horizonte.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor falou que encontrou com ele quatro vezes.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso foi antes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O jantar foi antes. O charuto foi antes.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O jantar foi em Belém. O charuto foi bem antes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O charuto foi quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Março, mais ou menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Março, mais ou menos.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Depois do jantar de Belém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é a sua relação com o Velasco?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com o Antônio Velasco?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele é sócio do Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que ele é sócio do Arthur todos nós sabemos. Quero saber qual é a sua relação.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho a mesma relação de amizade que tenho com o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que relação o senhor tem com o Velasco?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Conhecido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conhecido?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Encontra com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, só quando o encontro junto com o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só quando o encontra junto com o Arthur.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem lhe emprestou o computador?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Velasco levou o computador para mim no hotel em que eu estava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É tão conhecido que chega a levar o computador?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu liguei para o Arthur, o Arthur não estava em Brasília, e pedi ao Antônio para levar o computador para mim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Amizade! O senhor conhece Kasser Bittar?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nunca ouvi falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca ouviu falar.

E o alemão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho a mínima idéia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem a mínima idéia.

O que o Arthur tinha a ver com a Câmara Arbitral em Brasília?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O Arthur queria participar da Câmara Arbitral em Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O que significa “queria participar”?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A Câmara Arbitral é um órgão privado, Senadora, no qual se fazem arbitragens, arbitragens de contratos, arbitragens de litígios. Então, não tem por que ele queria... A questão... Ele queria ser árbitro...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas foi nessa época que o senhor conheceu o Arthur.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi nessa época que eu o conheci.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quem apresentou o Arthur ao senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi um amigo comum que estava lá, na Câmara Arbitral, chamado Genildo, aqui de Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Zenildo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria entender uma questão. Na sua declaração, o senhor coloca o seguinte. Vou pedir um pouquinho de paciência, Presidente, para eu localizar aqui...

Assopra a Senadora Ana Júlia: qual é o sobrenome do Genildo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho a mínima idéia. Aí eu já não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não lembra?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na sua declaração, às páginas 322, o senhor disse: “Tinha o bochicho lá no Senado da fita e tal...” Depois o senhor diz, na página 324, que, um certo dia, o senhor recebeu uma ligação do Joel. Aí, o Joel mencionou a execução da segunda gravação. Consta que o senhor não conversava com o Joel há mais de um ano e que, preocupado por conta da gravação, o senhor ligou para o Arthur.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. Eu sabia já que o Arthur tinha feito a gravação. Quando o Joel me fez essa ligação, eu liguei para o Arthur e perguntei qual era a participação do Joel. O Arthur ligou para o Joel e foi quando nós marcamos aquele encontro no Hotel Glória.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor confirma isto: foi o Joel que ligou em primeiro lugar para o senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me fez uma ligação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele fez uma ligação.

Nessa ligação, ele falou da questão da segunda fita, da segunda gravação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na ligação, ele deu a entender que haviam sido feitas duas gravações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Segundo as suas declarações, o senhor não conversava com o Joel há mais de um ano.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde é que o senhor conhecia o Joel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu conheci o Joel uma vez, na casa do Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o Joel tinha o seu telefone...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele pediu ao Arthur, só pode ter sido assim. Na realidade, Senadora, o que eu imagino que aconteceu é que, quando ele viu o meu nome nesse negócio, ele deve ter ligado para o Arthur, devem ter trocado idéias em relação ao que tinha acontecido, e o Joel me ligou. A preocupação tanto do Arthur, quanto do Joel foi que exatamente o meu nome foi o que ficou nesse furacão todo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, deixa eu fazer aqui a leitura da declaração do Sr. Arthur Wascheck Neto:

Que em nenhum momento teve conhecimento que Jairo estava tendo contato com jornalistas para revelar as gravações encomendadas; que recebeu duas gravações de Jairo em tempos distintos; que descartou a primeira gravação pois não era boa; que, de posse da segunda gravação, procurou o seu amigo Arlindo Gerardo Molina Gonçalves; que conheceu Molina quando da fundação do Tribunal Arbitral de Brasília, por volta do ano de 2002; que sabia que Molina tinha contatos com o Deputado Federal Roberto Jefferson; que, como sabia que Roberto Jefferson poderia ser prejudicado pela gravação, resolveu consultar Molina sobre a possibilidade de avisar o Deputado Roberto Jefferson a respeito do conteúdo da gravação; que não conhece detalhes a respeito do tipo de relação que Molina mantinha com Roberto Jefferson; que sabe dizer que Molina conhece muitos políticos, conforme o mesmo contava; que no início de maio mostrou para Molina a segunda gravação feita por Joel; que pediu para Molina analisar se valeria à pena mostrar para o Deputado Roberto Jefferson o teor da gravação; que Molina avaliou que aquele conteúdo era bastante comprometedor e que era necessário conversar com o Deputado; que forneceu uma cópia da gravação para Molina, que após ter se encontrado com Roberto Jefferson, telefonou para o declarante pedindo para en-

contrá-lo mais tarde; que se encontrou com Molina em frente ao Senado Federal, quando este lhe disse que Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue ao Antonio Osório e que esse tomaria as providências necessárias para demitir Maurício Marinho; que, de fato, Maurício Marinho, no dia seguinte, licenciou-se de sua função; que um dia depois, ou seja, no dia 4 ou 5 de maio, mandou entregar a gravação na diretoria da administração da ECT.

Quem é que está mentindo? O senhor, ou o Arthur Wascheck?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Sobre o que Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque as versões não batem.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu acho que sim, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é que batem? Ele entregou a fita, pediu avaliação. Pelas datas... Não fecha a data que o senhor disse que ouviu pela primeira vez falar da fita.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Dia 3 de maio. Ele fala dia 3 de maio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas ele diz que entregou a fita para o senhor, que o senhor avaliou a fita, que o senhor viu a fita, que o senhor...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu vi partes da fita; não desmenti isso. E que ele me entregou a fita, também já falei. Só que eu não entreguei a fita para o Deputado Roberto Jefferson; eu destruí.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor destruiu a fita.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu quebrei. Eu achei que não ia me comprometer a ponto de entregar uma fita para ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: não fecham essas versões. Elas são absolutamente contraditórias, do meu ponto de vista, nem sequer em termos de data. Por que qual é o dia do afastamento do Sr. Maurício Marinho? Qual é o dia que está no processo do afastamento dele? Que ele pediu licença para tratamento de saúde? Qual foi o dia? Exatamente o mesmo dia que diz que ele tomou conhecimento da fita. Portanto, o Sr. Maurício Marinho desistiu do cargo em que ele estava no mesmo dia que tem essa contradição de quem é que informou a quem a existência da fita.

Então, só podemos ter – quero dizer aqui – claro quem é que está falando a verdade a respeito de como é que a fita foi feita, montada, armada... Se era para avisar ou se era para achacar, porque agora vamos ter que ouvir o Roberto Jefferson, que já disse 500 vezes que foi chantageado, foi achacado com a

fita. Então, temos que fazer, do meu ponto de vista, uma acareação entre as figuras que estão aqui: uma desmontando, desmentindo a versão da outra e a declaração da outra.

Esses dois tópicos do que está dito pelo Sr. Molina, nas declarações e reafirmado aqui, e o que diz o Sr. Arthur Wascheck, na Polícia Federal e de novo aqui, no depoimento, não batem, como não batem também uma série de declarações entre as questões feitas pelo Sr. Arthur, pelo Sr. Velasco, pelo Sr. Molina e pelo Sr. Joel, que ouvimos até agora. Então, do meu ponto de vista, a acareação é absolutamente necessária para podermos checar todas essas contradições.

Eu queria ainda perguntar mais uma coisa: o que aconteceu no telefonema entre o Roberto Jefferson e o Sr. Molina no dia 6 de abril?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Em 6 de abril?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No dia 6 de abril.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não tenho a mínima idéia, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas teve esse telefonema de início de abril?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu posso ter ligado para ele, dizendo que eu estava indo para Belém. Eu posso ter ligado perguntando se ele queria alguma coisa para o filho dele. Não tenho a mínima idéia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só as suas relações amistosas? Por que o Jairo não foi para o Rio de Janeiro, já que ele era o grande operador de todo esse maquinário.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu nem sabia do Jairo

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nem foi informado? Há uma fita gravada, aliás, uma fita não... Há... o senhor sabia de três...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu soube... Eu soube...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor soube de três?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Não, não sabia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor soube de duas?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Só

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, três fitas com o equipamento do Sr. Jairo, aí o Sr. Molina lhe passa a fita, o senhor vê a fita e não quer nem saber como é que isso foi feito, nada?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Eu só soube do Jairo nesse encontro do Hotel Glória, quando eles me contaram a história toda. Que eu soube da pessoa Jairo, que eu não conheço e nunca vi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é o endereço comum que o senhor tem com o Brandão?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Rua México, 11

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Rua México?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Rua México, 11

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí...

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Ou 41. Uma coisa assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor disse que aí é o quê?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – É o endereço do meu contador, da pessoa que faz a minha declaração de Imposto de Renda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é o nome do seu contador?

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Francisco Arrigue.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Francisco Arrigue.

O SR. JOEL SANTOS FILHO – Francisco Arrigue.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Arrighi ou Arriche?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Arrighi. Eu falo Arrighi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque o que tem na Rua México, 41, salas 1.404/1.405, é a empresa Fradema Consultores Tributários, sob a responsabilidade dos advogados Alvaro Monteiro Lopes e Francisco de Arriche. É só coincidência, nome trocado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, é a mesma pessoa. É o Francisco Arrigue.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É a mesma pessoa. Mas não é um escritório de contabilidade; são advogados.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele é quem faz o meu imposto de renda. Ele é contador.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E também do Brandão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deve ser. Eu não tinha a mínima idéia disso até o noticiário.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem a fazenda ainda.

É isso, Sr. Presidente. Fica o meu pedido de acareação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Fica registrado o pedido de acareação.

Tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa e, posteriormente, o Deputado Alvaro Dias.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço que cumpra os dez minutos, em função do adiantado da hora. Amanhã, teremos muitas coisas ainda pela frente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Serei breve, até porque muitas perguntas já foram feitas e muitas dúvidas já foram colocadas.

O senhor disse que foi contratado, estava fazendo um trabalho para a Prefeitura de Belém, porque conheceu um assessor do ex-Senador. A Prefeitura de Belém contratou quem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A Fundação Getúlio Vargas.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Por que não consta no Diário Oficial do Município nenhum extrato de contratação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Senadora, como já falei, eu não cuido da parte burocrática.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O senhor recebeu alguma coisa da Prefeitura?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhora. Da Prefeitura não. Era *ad exitum*. Era na apresentação do projeto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quem pagava as suas despesas em Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A Fundação Getúlio Vargas.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A Fundação Getúlio Vargas diz que pagou apenas duas diárias e meia. O senhor foi várias vezes a Belém.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ela me pagou as diárias. Quando você paga, ela lhe devolve as diárias. Quando a Fundação paga, ela não devolve a diária. Se você custear, ela devolve a diária. Se você não custear, fica pago pela Fundação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A Fundação deixa claro que a despesa paga...Dá a entender que pagou as suas despesas: “Demonstrando a eventualidade da prestação, vale frisar que, além das despesas com passagens aéreas, duas diárias e meia foram arcadas pela Fundação Getúlio Vargas”. A Fundação está declarando que só bancou suas passagens aéreas e duas diárias e meia. Portanto, as outras despesas a Fundação está dizendo que não pagou. Quem está mentindo? A Fundação Getúlio Vargas está mentindo neste documento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhora. As despesas de hotel, eu posso ter pago. Eu posso ficar no hotel que eu quiser. Normalmente, eu ficava de uma noite para outra, dois dias. Só teve uma semana inteira que fique lá, que levei minha família e custeei o hotel.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De 29 de janeiro a 12 de fevereiro?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi exatamente quando levei minha família.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foram 13 dias.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tinha o carnaval no meio, por isso levei minha família.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O senhor falou há pouco à Senadora que talvez tivesse ligado dia 6 de abril ao Deputado Roberto Jefferson para dizer que o senhor estava indo para Belém. Por coincidência, no dia 6 de abril o senhor voltou de Belém e só foi a Belém novamente no dia 3 de maio. Portanto, quase um mês depois. Está aqui: 3 de maio saiu de Guarulhos, parou em Brasília, foi para Belém e voltou para Guarulhos. Em 3 de maio, o senhor saiu de Guarulhos, veio para Brasília. De Brasília, o senhor foi para Belém. O horário de voo para Belém só existe pela manhã...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – E à noite.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – ...e à noite. Só existem esses dois horários de voo em Belém. Não existe nenhum voo à tarde, só pela manhã e à noite, às 20 horas.

Então, o que a Fundação diz aqui não combina com o que o senhor fala: em várias diárias. E também há uma situação estranha: o senhor falou tanto que, em 3 de maio, estava aqui de manhã, que estava aqui à tarde, que ouviu tanta coisa, que, depois de o senhor se encontrar, quebrou a fita, mas, ao mesmo tempo, falou para o Sr. Arthur Wascheck que ele deveria entregar a tal fita que o senhor já havia quebrado para os Correios.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não a que eu havia quebrado, Senadora, logicamente que não. Ele tinha cópia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas o senhor falou que quebrou.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele me deu uma cópia. Ele me deu uma cópia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho que, neste momento, cabe a nós pedir, Presidente, as passagens, os horários de embarque, porque pode

ter sido um vôo direto. Já fiz muitas vezes esse vôo, saindo de Guarulhos, indo para Belém. Ele apenas faz escala em Brasília.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Senadora, eu não fui para Belém.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Ah, não?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A passagem foi emitida, e eu troquei a passagem, não fui para Belém. É mais fácil ver isso pela companhia de aviação. Ou eu tenho os tíquetes e posso encaminhar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, fica mais clara ainda essa contradição.

Quero saber também... O senhor falou de um recebimento que ia ter no dia 9 e que só recebeu no dia 16. De quem era esse recurso que o senhor recebeu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Esse recurso é exatamente do arrendamento da fazenda.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O recurso...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Do arrendamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Do arrendamento da fazenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É. Eu tinha R\$24 mil para receber, iam ser pagos R\$10 mil, R\$10 mil e R\$4 mil.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E o senhor recebeu...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Recebi, no dia 16, R\$10 mil.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Dez mil reais. E não recebeu mais? Ou já tinha recebido? Como é?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, depois do dia 16... Depois do dia 16... O dia 17 foi o dia do malfadado discurso, Senadora. De lá para cá, minha vida virou de cabeça para baixo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. O senhor, então, começou a trabalhar na Prefeitura de Belém simplesmente levado por esse assessor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhora. O assessor me apresentou ao Prefeito, e eu apresentei o projeto. Um projeto de viabilização do Plano de Metas. O Prefeito aceitou o projeto, e nós começamos a fazer o trabalho. Eu fiz um trabalho, entrevistei todos os Secretários. Todos os Secretários foram entrevistados, foi feito um seminário. Esse seminário foi na Ilha de Mosqueiro. E esse seminário era praticamente o final do projeto. Com base

no que vimos nesse seminário é que íamos fazer o relatório final.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. Isso, muito rapidamente. O senhor convenceu o Prefeito rapidamente, em janeiro. Apenas pela indicação de um assessor, apresentou o projeto, já foi contratado, reuniu com os Secretários e, em tão poucos meses, fez todo esse trabalho?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não foi tão rápido. Não foi tão rápido, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Nossa! Pelas datas aqui colocadas, foi extremamente rápido.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tive que apresentar o projeto para outros Secretários; tive que apresentar o projeto em Belém. A coisa aconteceu dentro do nexo normal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O senhor diz que trata de questões de gestão – isso já foi até bastante explorado pelo Deputado José Eduardo Cardozo –, mas veio tratar de questões políticas, preocupado, inclusive, com comentários, porque não existe absolutamente nada concreto ou real de qualquer parceria ou qualquer provável coligação entre PT e PMDB. O PMDB, inclusive, não nos apoiou na Prefeitura de Belém; apoiou muito mais o Prefeito. Então, V. S^a veio aqui tão preocupado com isso, para falar com o Senador Ney Suassuna, para falar com o Deputado Roberto Jefferson, que o senhor conhecia pouco?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputada, saiu na mídia esse possível acordo; isso foi uma eventualidade, não fui tratar desse assunto. O assunto que fui tratar com o Senador Ney Suassuna é no que ele poderia ajudar a Prefeitura de Belém.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas aqui, na sua declaração, o senhor fala de um acordo pelo PTB.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tratei, no final da conversa perguntei a ele se existia fundamento na notícia da mídia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não é o que está na sua declaração.

Eu queria, inclusive, Sr. Presidente, solicitar todos os tíquetes das passagens de todas as datas que estão colocadas aqui pela Fundação Getúlio Vargas e também fazer essa solicitação à Prefeitura de Belém de como foi feito esse contrato, de como eram pagas essas despesas quando o Sr. Molina estava em Belém.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Com a palavra, o Deputado Alvaro Dias. Depois, o Deputado Geraldo Thadeu e, para fechar o dia de hoje, o Deputado Asdrubal, que não esquece o trombone.

Dez minutos, Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – O Senador Ney Suassuna, quando estava falando, disse que V. S^a é uma pessoa estranha e misteriosa. E acho que ele tem motivos para ter feito tal afirmação. Por exemplo, V. S^a tomou um empréstimo de R\$20 mil a Arthur Wascheck e de R\$150 mil a Carlos Kerbs por um projeto, segundo V. S^a falou, em elaboração, não estava concluído.

Em que pé está esse projeto? Onde está esse projeto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Veja bem, na realidade, foi um empréstimo que eu pagaria com projetos. Um dos projetos que estava em elaboração, que estava em andamento, era na Prefeitura de Belém.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Um dos projetos? Então, era mais de um projeto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Porque veja bem: o Dr. Carlos Kerbs é coordenador de projetos, tem uma série de partes que você tem que... Dentro de um projeto, você tem cálculos, tem relatórios, uma série de coisas que você acaba fazendo, onde a coordenadoria do projeto é de outro, e você participa do projeto. Essa participação no projeto é quase que uma participação braçal.

Então, você tem projetos de recuperação de impostos que o cálculo não é feito por você; você que mandar o cálculo para fazer. Você tem relatórios na área de gestão dentro de um projeto maior. Então, existe uma possibilidade de você ser remunerado dentro de um projeto sem ser o coordenador do projeto. Isso é um procedimento completamente normal. Um projeto não se desenvolve por uma, duas ou três pessoas; às vezes são dez pessoas que fazem um projeto. E consta do projeto o coordenador, o consultor e mais um. Vamos dizer, a mão-de-obra é...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Esse projeto era referente a quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Viabilização do Plano de Metas.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Do Plano de Metas da Prefeitura de Belém.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Da Prefeitura de Belém.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Qual era o valor do projeto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Esse projeto, inicialmente, era de R\$160 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E você recebeu R\$150 mil emprestados, adiantados...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não referentes só a esse projeto. Excelência, já falei que não era só referentes a esse projeto; esse era um dos projetos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Onde está esse projeto? Em que pé está?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Esse projeto já estava em fase de relatório final. O último passo desse projeto era um seminário que já foi feito.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Onde foi feito o projeto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na ilha de Mosqueiro...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Onde ele foi elaborado? Na sua empresa ou na de Carlos Kerbs?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O coordenador do projeto é quem faz a elaboração dele. A gente faz o trabalho e vai passando o material pra ele. Eu fiz as entrevistas, fiz a parte de nomenclatura, fiz aquela parte toda. Você pega esse material todo e entrega ao coordenador de projeto, que faz a fundamentação.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – O Deputado Eduardo Cardozo lhe perguntou, e você disse que a empresa Bled Grand tinha sido constituída apenas pra comprar a casa.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu falei que eu só sabia desse negócio.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas, no seu depoimento, você diz que a empresa Bled Grand lhe deve dinheiro e que inclusive você estava pensando em pedir usucapião da casa; é isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. A partir do momento em que só tenho como referência a empresa Bled Grand para as pessoas que estavam me devendo dinheiro, a minha referência é a empresa Bled Grand.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas como é que a empresa foi constituída apenas pra comprar a casa, e a empresa lhe deve dinheiro, e tanto dinheiro que...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, eu não falei que a empresa foi constituída pra comprar a casa; o único negócio que eu conheço da empresa foi a compra da casa.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas como é que ela lhe deve tanto dinheiro assim?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A única referência que eu tenho daqueles

senhores é a empresa Bled Grand. Então, eu tenho que cobrar da empresa Bled Grand.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, a dívida não é da empresa Bled Grand?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A dívida não é da empresa Bled Grand; a dívida é...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas a casa é da empresa Bled Grand?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A casa é da empresa Bled Grand.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E V. S^a vai pedir usucapião por causa da dívida, uma dívida que não é da empresa, que é de outras pessoas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não vou pedir o usucapião por causa da dívida, porque usucapião você não pede por causa de dívida.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a disse que tem uma fazenda arrendada; aqui no depoimento, a fazenda é em Piraúba.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Piraúba, Minas Gerais.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a conhece bem a cidade?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Piraúba? Conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – O valor do arrendamento da propriedade é de R\$60 mil?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi, em 2003.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Por quanto tempo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Cinco anos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Foi pago à vista?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi pago num acerto de contas meu com o Francisco. Foi à vista. Consta à vista.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Consta que foi pago à vista?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Consta à vista.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas acho que... No seu depoimento, você diz que pagou pelo arrendamento da fazenda três parcelas de R\$20 mil, e agora está dizendo que pagou à vista, num encontro de contas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, estou falando que já foi pago, Deputado. À vista, que eu digo, é que já foi pago.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas, aqui no seu depoimento, você diz que foram três parcelas de R\$20 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Está bom, Deputado. Os R\$60 mil, tudo bem, foram pagos em três vezes; quem pagou foi o Francisco, porque eu repassei pra ele. Eu tinha um acerto de contas a fazer com ele, e ele pagou ao primo dele.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Quantos hectares tem a fazenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A área plantada é de 112 hectares.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E a área total da fazenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho idéia, porque só vejo a área plantada. E inclusive são duas fazendas: a fazenda do Francisco e a minha do lado, que dão 112 hectares totais de área plantada.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Quanto você investiu nessa fazenda, fora os R\$60 mil do arrendamento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em conjunto com ele, devem ter sido mais uns... Acho que o total do investimento acima disso foi R\$40 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Então, R\$100 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Mais ou menos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – A fazenda produz o quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É toda a parte orgânica: rabanete, alface, abobrinha. Tudo isso é vendido no Ceasa ensacado.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – No Ceasa de Piraúba?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não tenho idéia: Juiz de Fora, Piraúba, Rio Pomba, toda aquela região de lá. Tem uma picape que faz isso.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E lhe dá um rendimento de R\$8 mil a R\$10 mil todo mês?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não deu; só deu no primeiro ano. No ano passado, só deu R\$24 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – No depoimento...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O rendimento que deu foi em 2004. Foi nesse ano que deu esse rendimento. Em 2005, já não deu esse rendimento.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Em 2003, deu R\$10 mil por mês; em 2004...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em 2003, deu mais ou menos isso. Em 2004, eu me lembro bem que deu entre R\$8 mil e R\$10 mil por mês.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E este ano só deu R\$24 mil?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Este ano de 2005 só deu R\$24 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Você tem experiência em atividade agrícola?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Se me perguntar se sou *expert*, não; agora, se perguntar se entendo alguma coisa, a partir desse momento, em 2004 eu batalhei bem em cima disso, eu estudei bem isso, inclusive até para fazer essa parte desse projeto.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Foram beneficiados 112 hectares.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Já. Hoje não tem tudo isso, porque caiu barreira, levou canteiro, levou tudo.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Cento e doze hectares, se gastou uma média de... Foram adubados?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na realidade, o que foi feito foi correção de solo, só. Mais nada. Já tinha...

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Não se usou adubo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, o adubo foi o adubo normal, orgânico, da fazenda lá. Até porque, nessa parte orgânica, essa parte de adubo tem que tomar cuidado.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – A sua empresa é GM Rio Administração e Participação Ltda., é isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Essa empresa está desativada há muito tempo, mas era uma empresa que eu tinha, sim.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Há quanto tempo está desativada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Há uns cinco anos, cinco ou seis anos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Há cinco anos ela está desativada?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tenho a impressão que sim.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – E qual o rendimento que ela tem?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ela não tem rendimento. Ela está desativada e inabilitada.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Não tem rendimento. No entanto, você declarou que tem uma Toyota Hilux que é da empresa.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi o último bem que essa empresa comprou.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Mas ela foi desativada há cinco anos?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É, e esse carro é 2000, 99/2000.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Com o último rendimento, adquiriu a caminhonete e fechou, a empresa deixou de funcionar, não é isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ela não deixou de funcionar, ela está desativada.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – RN) – Tudo bem! Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Alvaro Dias.

Agora, com a palavra, o Deputado Geraldo Thadeu, por dez minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Molina, o depoimento do senhor é realmente cheio de mistérios. O senhor diz que é sócio de uma empresa que é sua mesmo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Como?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor disse, no início, que o senhor tem uma empresa e é sócio de uma outra empresa de que o senhor é proprietário.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não tenho família. Eu não tinha família na época em que eu fiz a empresa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – o senhor é sócio do senhor mesmo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, você cria uma empresa, e, quando você cria a outra empresa, você coloca você como sócio da tua própria empresa.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, mas o senhor confirma isso?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim. Que essa empresa inclusive é a tal GM Rio que está desativada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor trabalha para a Fundação Getúlio Vargas mas não tem vínculo nenhum com a Getúlio Vargas?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Consultor *ad hoc* nenhum tem.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim. O senhor mora numa casa e o senhor não paga aluguel. Essa casa de quem que é?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Essa casa é da Black Grand(?). É de uma empresa uruguaia, de uns uruguaios que fizeram negócios aqui, em que eu fiz o projeto para custódia de títulos, que eu intermediei, como disse o Deputado...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor mora nessa casa desde quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Desde 98.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A Black adquiriu essa casa quando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em 98. Que seria para um acerto de contas comigo, que eles não fizeram.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Como é que o senhor foi fazer um contrato lá em Belém do Pará, hein?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu fiz o contrato em Belém do Pará através de relacionamento aqui de Brasília, como eu estava falando com a Senadora.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sei. Quem que foi o seu relacionamento para fazer esse contrato?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O ex-chefe de gabi... O que era chefe de gabinete, o Vice-Presidente do Sindilegis. Na realidade, eu fiz uma proposta para o Sindilegis, o Vice-Presidente do Sindilegis era chefe de gabinete do Senador Duciomar Costa, quando o Senador Duciomar Costa era Senador aqui.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, também me intriga, Sr. Molina, essa relação sua com o filho do Deputado Roberto Jefferson. Como é que foi essa amizade aí? Como é que o senhor o conheceu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele está trabalhando em Belém. Ele é coordenador-adjunto da Belemtur.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Aí o senhor encontra com o Deputado Roberto Jefferson por quatro vezes?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Só.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí o senhor quer falar com ele e ele não quer atender o senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Isso foi o que ele colocou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E ele recebeu um telefonema da seguinte forma do Senador Ney Suassuna: “Ô, Roberto, atende aí o Molina. É um grande amigo, é da Marinha, é gente boa. Atende ele aí, bate um papo com ele”. Aí o senhor foi lá e ele atendeu o senhor?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Nesse caso aí não foi assim, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas ele declarou isso.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim, ele pode ter declarado, mas eu falei com ele no telefone. Esse encontro do dia 3 de maio fui eu que marquei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a que marcou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu que marquei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas ele disse que V. S^a o havia procurado lá em Belém, tentando uma extorsão.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele disse que eu o procurei em Belém para falar de negócios com um tal de Sr. Fortuna, que nunca vi e que nunca me viu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas que o objetivo era uma extorsão.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quando? Em Belém?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; lá, em Belém, ele diz que toquei em um assunto de negócios com... Que eu queria que ele me apresentasse – isso pelo depoimento dele – nos Correios para intermediar negócios do Sr. Fortuna.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E, agora, dia 03 de maio, V. S^a veio para cá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sim; dia 03 de maio vim para cá.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E por quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Como eu ia a Belém e foi cancelado, acabei não indo e vim para cá.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E coincidiu de o Sr. Arthur querer falar com V. S^a?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; coincidiu que eu tinha uma reunião marcada com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí o Arthur ligou para V. S^a e perguntou quando é que V. S^a viria a Brasília.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; o Arthur me ligou perguntando...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quando V. S^a viria a Brasília.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente. Eu disse: dia 03.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E foi da 03, ou seja, coincidiu.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; eu disse dia 03. No dia 03, ele me procurou. Quando eu disse a ele que viria a Brasília no dia 03, ele me procurou no dia 03 aqui em Brasília.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim; ele procurou V. S^a no dia 03.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí coincidiu com a questão da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; no dia 03, ele me apresentou a fita. A fita deveria estar pronta antes, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas V. S^a não teve conhecimento da fita através do Ministro Walfrido, que comentou e V. S^a ouviu?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, Excelência. Ele me mostrou parte da fita, entregou-a para mim; no final...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a viu o inteiro teor da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não vi toda não; só vi uma parte.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí V. S^a estava aqui no corredor e ouviu um comentário?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Aí, no final do dia, quando eu estava me dirigindo ao gabinete do Senador Ney Suassuna, escutei – e só escutei – a parte da “bomba atômica”; na hora em que se via a imagem do Ministro Walfrido no telão.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Foi V. S^a que entregou a fita para a imprensa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, Excelência.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não entregou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Quanto a isso já há depoimento de quem entregou foi um tal de Jairo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tudo bem.

V. S^a conhece o Sr. Marcos Valério, de Belo Horizonte?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, Excelência. Só pelo noticiário agora.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a recebeu um empréstimo do Sr. Arthur de R\$27,5 mil?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, Excelência; foram R\$20 mil.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o Sr. Antônio Velasco disse que foram R\$27,5 mil.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; foram R\$20 mil. E foi depois...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E disse que tem o registro, em recibo, da saída do dinheiro da empresa na forma de um empréstimo.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele disse no depoimento dele, ao qual eu assisti, que o Arthur retirou R\$27 mil.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Aqui consta que V. S^a disse que: “não, porque são R\$3 mil da viagem ao Rio para cá”. Mas essa viagem V. S^a já não tinha mesmo que fazer?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, Excelência. Isso foi posterior; isso foi quando eu vim para cá no dia do discurso do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a compra da casa pela Black? É devido à negociação das letras que V. S^a fazia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não; a compra da casa pela Black...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Era pagamento...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na época se disse que ela ia comprar a casa em parcelas, financiada, para me pagar parte do que me devia ou eu ficaria devendo no final da negociação.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ela devia...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque, como disse o Deputado, eu fiz todo o projeto de custódia de títulos, e ela comprava títulos no mercado e custodiava.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tudo bem, Sr. Molina. O interessante é que esse depoimento de V. S^a é tão confuso que eu tomo a liberdade de fazer uma brincadeira com V. S^a: lembra-me aqui o “Mister M”, já que o seu nome começa com “M”. Acho que é tão confuso, que não bate nada com nada, que a situação poderia ser...

Sr. Molina, qual é o valor do contrato que V. S^a fez com a Prefeitura de Belém e com o Sindilegis?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com o Sindilegis eu não fiz contrato; o que houve foi uma proposta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Houve uma proposta; não foi feita. E da reforma administrativa da Prefeitura de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O primeiro projeto, que é o projeto de viabilidade, foi orçado em, se não me engano, R\$160 a R\$180 mil reais.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor recebeu esse dinheiro antecipado?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não recebi esse dinheiro. É *ad exitum*, só na entrega do relatório.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor recebeu...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, um amigo me emprestou um dinheiro que eu pagaria com diversos projetos, não seria com um projeto só não, Deputado. A gente ia pagando. Eu ajudava ele em projetos dele. Isso está contabilizado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, quer dizer que o caso do senhor aqui, com o Sr. Arthur, de tomar conhecimento da fita, foi para acalmar o Joel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Como assim?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para acalmar o Joel? Quando o Sr. Arthur entregou a fita para o senhor, ele pediu para o senhor vir aqui para acalmar o Joel?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Qual foi a razão?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quando ele me entregou a fita?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Que pediu para eu vir aqui?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso,

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ele não pediu pra eu vir aqui para entregar a fita, Deputado. Eu vinha a Brasília, ele me perguntou quando eu vinha a Brasília. Eu falei que estava vindo a Brasília dia 3.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora outra coisa que não entendo. Por que o senhor pediu autorização para o Senador Ney Suassuna para falar com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não pedi autorização.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor falou aqui. O senhor falou várias vezes aqui. “Eu pedi autorização para o Senador Ney Suassuna para falar com o Deputado Roberto Jefferson”. Está aqui, o senhor falou aqui hoje, várias vezes.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu não falei autorização.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Autorização sim, senhor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Que ele me autorizasse a tratar de um assunto. Eu já ia falar com o Deputado Roberto Jefferson. O assunto, que era o encontro do Deputado Roberto Jefferson com o Senador Ney Suassuna...Eu cheguei para o Senador e falei: “o senhor ligue para ele para que eu esteja autorizado a falar nesse assunto e, se preciso inclusive, adiantar do que se trata.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Por que o Senador?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Por que o Senador?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Porque eu tinha estado com o Senador para falar sobre a prefeitura de Belém, porque o Prefeito de Belém tinha estado com o Senador antes, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o que tem a ver a fita com o Senador Ney Suassuna e com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Nada, nada, nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, como é que o senhor vai pedir uma autorização para tocar nesse assunto?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Mas eu não pedi autorização para tocar em assunto de fita, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o senhor pediu para quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Para falar de um assunto. Era um acordo que PT e PMDB estavam fazendo em Belém, no Pará, que estava na mídia na semana anterior. Toquei no assunto com ...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Acorde do PMDB com PT?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É, estava na mídia na semana anterior.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Olha, cada vez mais, Sr. Presidente, vejo que estamos na frente do “Mister M”.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Estava na mídia, é só ler jornal.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quero só concluir, Sr. Presidente, desculpe-me, sei que sou sempre o último ou o penúltimo, mas estamos aqui e vamos ficar juntos aqui até o final desta CPI, porque queremos desvendar isso aqui.

Fiz uma sugestão ao Sr. Arthur e vou fazê-la ao senhor também: como o senhor tem tranquilidade de que não deve nada, de que não tem nada a ver com isso daí, gostaria que o senhor colocasse o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico à disposição da CPI.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Com certeza, já deve ter sido pedido e quebrado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas gostaria que o senhor colocasse.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Coloco, sem problemas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vou fazer um requerimento para pedir. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Obrigado, Deputado Gerardo. Agora, por último, para fechar o dia de hoje, o nobre Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, enquanto não vem o depoente, eu queria só aperfeiçoar o requerimento que eu havia feito. Requeiro que seja expedida uma cópia desse depoimento para encaminhamento ao Ministério Público do Estado do Pará, ao Sr. Prefeito de Belém, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará e à Presidência da Fundação Getúlio Vargas para as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Será providenciado, meu caro Deputado Eduardo Cardozo.

Amanhã, nós vamos começar às dez horas da manhã. A partir das 9 e meia, está a famosa lista de inscrição aí preparada. Amanhã, logo no início da reunião, às dez horas, vamos votar os requerimentos e uma agenda mínima para as duas primeiras semanas de julho, e aí vamos ouvir os diretores dos Correios. Nós distribuimos algumas cópias de contrato para que tenhamos condição de trabalhar até amanhã, em função dessa inquirição dos diretores. Acho que essa questão dos contratos vamos equacionar definitivamente ao longo desta semana. Eu conversei com o Ministro Valdir Pires e também com o Presidente dos Correios. Eu acredito que, até o final da semana, nós teremos todos os contratos à disposição dos Parlamentares.

Houve alguns problemas no encaminhamento dessas solicitações, mas, hoje de tarde, nós trabalhamos com os Correios e também com a Procuradoria,

exatamente para sanar essa falha. Então, até o final da semana, nós vamos ter todos os contratos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Jorge Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI () – Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Só lembrando que, hoje, nós acabamos por não termos tido a oitiva do Sr. Jairo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SP) – Era isso que eu ia perguntar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Perfeitamente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Uma peça importante nessa história da arapongagem e fundamental nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Perfeitamente. Nós fizemos a convocação, ele não foi localizado. Tivemos informações dos advogados do Sr. Jairo de que ele estaria já à disposição para se apresentar, para vir aqui depor. Mas nós entendemos que, fruto até dos depoimentos que ouvimos ao longo do dia, acho que podemos nos preparar ainda muito melhor para argüi-lo numa outra situação. Então, nós vamos, de comum acordo, definir uma nova data para que o Sr. Jairo venha aqui depor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu queria sugerir, talvez, a semana que vem, porque me parece que isso é importante, diante do conjunto de informações que nós tivemos nesses últimos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza, Deputado Jorge Bittar, a intenção é essa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. Obrigado, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque nós apresentamos também o requerimento para a oitiva do Kasser Bittar.

O SR. (orador não identificado) – É o primo do Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – É parente do Deputado Jorge Bittar?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, parente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quero esclarecer, Sr. Presidente, que não há nenhum...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A família Bittar está profundamente complicada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É uma mera coincidência de sobrenome, como também não tenho nada a ver com o proprietário do Hotel Gran Bittar, tão citado também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Presidente, então, tem o Jairo, tem o Kasser Bittar, tem o Fortuna, que eu acho que ainda acaba fechando essa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... essa “cosa”, como a gente diz lá na Ilha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza.

E, agora, eu passo a palavra ao Deputado Asdrubal, para fechar o trabalho de hoje.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Companheiros Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizem que os últimos serão os primeiros, mas o adiantado da hora me leva a crer que eu sou o último mesmo. Mas eu, sinceramente, ouvindo o depoimento agora do Sr. Molina, fui tomado de uma surpresa muito grande, porque eu faço parte do Diretório da Executiva do PMDB no Estado do Pará e me parece que o Sr. Molina está muito bem informado da política do Pará, muito mais até do que nós, porque traz ao conhecimento da Nação e desta Casa uma aliança entre o PT e o PMDB. Nada contra até porque somos parte integrante da Base Aliada federal. No meu município, sou candidato a Prefeito, numa eleição que foi anulada, e o meu vice é do PT. Agora quero parabenizá-lo pelas suas fontes de informação. Aliás, V. S^a, que anda ao lado de arapongas, deve ter, realmente, muito mais informações do que nós, pobres mortais.

No início do seu depoimento, hoje pela manhã, na sua qualificação, V. S^a declarou que é consultor da Fundação Getúlio Vargas e, agora à noite, que é consultor *ad hoc*. Desde quando exerce essas funções para a fundação?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Vai fazer um ano e meio, quase dois anos. Foi no ano passado que comecei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Antes disso trabalhava por conta própria, com empresas próprias?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Sempre fiz consultoria. Trabalhava por conta própria.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Firms pessoa jurídica, ou pessoa física?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Fazia consultoria na pessoa física.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pessoa física.

Mas algum dia V. S^a foi sócio do Sr. Henrique Brandão ou alguém de sua família?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Como o senhor conheceu Jairo Martins?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não o conheci.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não conhece?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – No período de 1980, 1997, lembra V. S^a de onde trabalhava?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Em vários colégios.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Lecionando?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Física, matemática...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Os rendimentos, nesse período, foram declarados à Receita Federal?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Parte não, parte sim, até porque teve uma parte que não houve declaração, e eu paguei multas. Isso nos anos 80.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tem como comprovar?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É só levantar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Nunca fui.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tem relacionamento com políticos de Brasília?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Relacionamento, exatamente, como V. Ex^a viu: relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson, quando precisa, acho que é questão ... o relacionamento é mínimo, digamos assim, só quando há necessidade de chegar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Há quanto tempo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não vinha a Brasília, Deputado, há muito tempo. Comecei a vir a Brasília de dois, três anos para cá. Voltar vir a Brasília foi *a posteriori* da criação da Câmara Arbitral.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A partir daí, o relacionamento seu com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, o meu relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson foi em relação a este ano, ou seja, havia o conhecimento, mas a intensificação em função do trabalho, de Belém, do filho dele, foi esse ano.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pois é, esse trabalho em Belém, há uma coincidência: o meu amigo, prefeito Duciomar Costa, que foi Senador aqui pelo PTB, é do mesmo partido do Deputado Roberto Jefferson, me dá margem a fazer uma ilação. Houve alguma participação do Deputado Roberto Jefferson nessa aproximação sua com o Prefeito de Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Absolutamente. Foi posterior, foi ao contrário.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Foi ao contrário?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Acabei me aproximando mais do Deputado Roberto Jefferson pelo trabalho em Belém.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em Belém, V. S^a conheceu o filho do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Foi só em Belém?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Foi só em Belém.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual a função que ele exerce lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Coordenador-Adjunto da Belemtur.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor esteve num jantar, em Belém, com o Deputado Roberto Jefferson e uma pessoa que atua nos Correios. Quem era essa pessoa?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu soube que era o gerente dos Correios, o gerente regional dos Correios.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Lembra-se do nome?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Veja bem, sem ter certeza, se não me engano, Horácio. Não tenho certeza.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É porque existem duas fases na gerência dos Correios: uma que o gerente era ligado ao PT e a outra que já foi indicação do meu Partido, o PMDB. Daí por que eu gostaria de saber. Em que data foi, então, esse jantar, aproximadamente?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Março. Deve ter sido em março. Final de fevereiro, março, alguma coisa assim. Foi no dia...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Março deste ano?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É. Um momentinho. É fácil, porque foi no dia em que houve um seminário sobre exploração sexual em Belém.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É recente. Realmente é bem recente. Nas últimas eleições o senhor contribuiu ou intermediou alguma contribuição eleitoral para algum candidato?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Absolutamente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voltando a Belém. V. S^a sabe que essa pessoa dos Correios esteve prestes a ser indicada para ser o Presidente da Belemtur? Participou V. S^a dessa conversa nesse jantar?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Isso foi posterior. Foi o Deputado que colocou que ele gostaria de fazer essa pessoa, que nem é Presidente, porque, na realidade, a Belemtur não tem presidência. É coordenador.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E depois desses encontros em Belém e aqui, com o Deputado Roberto Jefferson, após, vamos dizer na gíria do campo, o “estouro da boiada”, V. S^a voltou a encontrar-se com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Logicamente, não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nem lhe telefonou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas parece que V. S^a disse que ele não queria ouvi-lo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu tentei telefonar para o Deputado Roberto Jefferson no dia 16. Não consegui.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pois é. Mas, então, V. S^a tentou?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Ah, sim. Eu tentei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Certamente para tratar dos assuntos da sua consultoria lá?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Estou falando dia 16, depois do “estouro da boiada” que o senhor está falando...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – No dia 16, eu liguei para o Deputado Roberto Jefferson para saber por que ele tinha colocado o meu nome nesse rolo todo. Liguei, inclusive, para o filho dele. Liguei para ele e não consegui falar com ninguém.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A que o senhor atribui a colocação do seu nome nisso pelo Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu gostaria sinceramente de perguntar para ele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a deve presumir.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Infelizmente, não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não tem nenhuma idéia?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Teria sido uma perseguição?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não acho. A impressão que eu tenho é o que eu já falei aqui. É que entre o dia 4 e o dia 5, dia em que a fita chegou na mão dos Correios, e o dia 15, que houve a publicação na revista **Veja**, nesse tempo, muita coisa pode ter sido, pelas pessoas envolvidas na fita...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – ...pode ter sido pesquisado, pode ter sido visto. Eu não tenho a mínima idéia do que levou o Deputado Roberto Jefferson a achar que eu que poderia estar envolvido de alguma forma nisso daí.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual a sua participação no episódio desta fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – A minha participação no episódio desta fita foi exatamente avisar o Deputado Roberto Jefferson. Eu fui avisar o Deputado Roberto Jefferson a pedido do Arthur.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quer dizer que foi o Sr. Arthur que pediu que o senhor avisasse ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Na realidade, ele pediu que eu entregasse a fita. Eu não quis entregar a fita.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sabia o conteúdo da fita?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu já tinha visto uma parte dele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E como é que o senhor viu essa parte?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Dentro do carro...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor não tinha nenhum...

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não. Ele tinha. Ele mostrou em um **laptop**. Era um DVD. Mostrou dentro do carro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas o senhor não tinha um relacionamento com as pessoas que filmaram, que fizeram?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Eu tinha...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Como é que o senhor chegou lá para saber da fita e ser intermediário para levar um recado para o Deputado Roberto Jefferson com quem que o senhor disse que não tinha lá essa intimidade?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Deputado, o Arthur me mostrou a fita no dia 3 e me pediu que entregasse a fita ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E o Arthur? Qual o seu relacionamento com ele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É meu amigo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Há muito tempo?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Uns quatro anos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É. O Arthur é, todos que vieram aqui são amigos dele. Círculo grande de amizade, Presidente, o do Sr. Arthur.

Mas eu vou encerrar com a última pergunta. V. S^a disse que teve de pegar um empréstimo, pedir para o Sr. Arthur, o seu amigo Arthur, porque furou um pagamento no dia 9. Pagamento de quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Furou um recebimento. Eu tinha que receber um dinheiro...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pagamento para o senhor.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É, eu tinha que receber um dinheiro no dia 9, que era referente exatamente a uma parcela do que eu tenho a receber do arrendamento, era uma parcela que eu tinha de R\$24 mil para receber. No dia 9...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O arrendamento da fazenda?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – É.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a disse que arrendou isso por 60 mil e recebeu em três parcelas.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, senhor. Em 2003...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ainda há pouco.

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Não, eu paguei em 2003, paguei pelo arrendamento de cinco anos. Caiu exatamente, foi para R\$24 mil, que era exatamente o dinheiro que eu estou esperando para receber.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Caiu muito, né?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – O total do rendimento da fazenda em 2004 para 2005 foi 24 mil e poucos reais.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quem era que tinha que lhe fazer esse pagamento?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Quem tinha que fazer o pagamento? Quem tinha que fazer o pagamento era o Ari, que ele faz através do primo dele, quando o primo dele vai lá e traz o dinheiro para mim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ari de quê?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Arrigue.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tem o endereço dele?

O SR. ARLINDO GERARDO MOLINA GONÇALVES – Tenho, é lá em Piraúba, é na fazenda.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Piraúba? Na fazenda mesmo? Eu acho interessante que seja convocado aqui para prestar esclarecimentos.

Sr. Presidente, eu acho que ainda tinha mais algumas coisas, mas o tempo urge, e amanhã, daqui a pouco, estaremos de volta aqui, certamente trazendo, como me é peculiar, o trombone.

Muito obrigado, Sr. Molina.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Asdrubal.

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Dois requerimentos, cada um em uma frase. Primeiro, requerer a V. Ex^a que, na notificação a ser endereçada a Jairo Martins, conste a expressão “da advertência da condução coercitiva”, para que não frustremos esse depoimento. E o segundo requerimento, depois ratificaremos por escrito, é de convocação para depoimento, inclusão, se possível já na próxima semana, do Luiz Cecílio, que pode ser uma testemunha que descreva o funcionamento do esquema nos Correios, como foi relatado ao Sr. Joel. O requerimento de oitiva do Sr.

Luiz Cecílio, funcionário dos Correios. O.k., Relator? O.k., Presidente? Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado, eu só queria registrar que, no caso do Sr. Jairo, ele não recebeu ainda a primeira convocação, mas, de qualquer maneira está registrado, Deputado Maurício Rands, até porque, em última instância, o expediente que nós vamos adotar é exatamente...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É condução coercitiva porque nós temos os poderes jurisdicionais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Exatamente. Para readmitir uma indagação. A Polícia Federal informou que não o localizou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não, ele mandou o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, essa informação...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Parece-me que o Senador Maguito prestou essa informação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – A Polícia Federal não o encontrou. Nós fomos contatados agora, no final da tarde, pelo advogado dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Houve um fax em que parece que o Sr. Jairo se coloca à disposição para que seja marcada a data.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Perfeitamente, Deputado, é isso mesmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A convocação do Kasser Bittar e também que seja marcada a história do Fortuna, que nós possamos ter também a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Perfeitamente, já está registrado aqui pela Assessoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria saber, Presidente, se nós precisamos apresentar o requerimento ou se vai ser aceito pelo próprio Relator a necessidade daquela passagem do dia 13 de maio, para confirmar os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, já está registrado também na Assessoria. É preciso elaborar um requerimento, um ofício.

O SR. (orador não identificado) – Presidente, só para prevenir. Que as próximas notificações para depoimento já façam constar “advertência da condução coercitiva”, porque, processualmente, ela já pode ser feita na primeira, não precisa esperar uma segunda, para que não haja o que aconteceu com o Jairo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Absolutamente correto. Será assim feito, com certeza absoluta. Muito boa sugestão.

A reunião está encerrada.

Até amanhã, às 10 horas.

(Levanta-se a reunião às 00h36min do dia 29/06/2005.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 6ª Reunião, realizada em 29/06/2005.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta e sete minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa e Sérgio Zambiasi, bem como dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Murilo Zauith e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da

sexta reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a submete à votação (aprovada). Em seguida, informa ao plenário que houve acordo sobre proposta de agenda para os trabalhos da comissão no período de recesso parlamentar: as sessões serão realizadas nas terças e quartas-feiras. No dia cinco de julho (terça-feira) – oitava dos senhores José Fortuna, Kasser Bittar, Jairo Martins de Souza e Edgar Lange. No dia seis de julho, quarta-feira – oitava do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza e da senhora Fernanda Karina Somaggio. No dia doze de julho, terça-feira – oitava dos ex-diretores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. No dia treze de julho, quarta-feira – oitava do Presidente da Skymaster Airlines Ltda e dos dois ex-presidentes dos Correios. Antes de a Presidência colocar em votação os requerimentos, concede a palavra ao Relator, que profere parecer oral sobre o conjunto dos requerimentos que serão apreciados nesta reunião, informando que o prazo concernente à transferência dos sigilos bancário, fiscal e telemático terá início a partir de janeiro de 2000. Em seguida, a Presidência coloca em votação nominal, em bloco, os seguintes requerimentos, que receberam 18 votos favoráveis e 1 contrário: **Requerimento nº 91/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor Delúbio Soares. **Requerimento nº 163/2005**, de autoria do Senador César Borges, que solicita a relação de todas as pessoas que se identificaram na portaria do Edifício-sede da EBCT, desde janeiro de 2003, indicando data, hora e local a que se dirigiram; **Requerimento nº 166**, de autoria do Senador César Borges, que seja requisitado ao Banco Rural que identifique, no prazo de 15 dias, todos os saques realizados em dinheiro nas agências de BH, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil, a partir das contas da SMP&B Comunicação, suas coligadas e sócios; **Requerimento nº 170/2005**, de autoria dos Deputados Eduardo Paes, Antônio Carlos Magalhães Neto, Gustavo Fruet, Onyx Lorenzoni, e dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, que solicitam o funcionamento da CPMI durante o recesso parlamentar do mês de julho de 2005; **Requerimento nº 174/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam a agenda de compromissos do Sr. Marcos Valério de Souza entregue pela Sra. Fernanda Karina à PF; **Requerimento nº 207/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a requisição de todos os processos de acompanhamento das execuções dos contratos de publicidade firmados pela EBCT, inclusive subcontratações; **Requerimento nº 208/2005**,

de autoria dos Deputados Juíza Denise Frossard e Geraldo Thadeu, que solicitam informações da EBCT sobre as dez maiores franquias de cada UF, os nomes dos atuais titulares e cópia dos contratos; **Requerimento nº 210/2005**, de autoria dos Deputados Maurício Rands, Jorge Bittar, Carlos Abicalil e Senadora Ideli Salvatti, que solicitam o envio de cópia de todos os contratos comerciais assinados pela EBCT entre 01.01.91 e 20.06.05; **Requerimento nº 212/2005**, de autoria do Senador José Jorge, que solicita a requisição junto ao Ministério da Agricultura de cópias de todos os atestados de vacinação de aftosa e brucelose e também as guias de Trânsito Animal – GTA, emitidos para animais e/ou rebanhos de propriedade de Marcos Valério ou Renilda Maria Santiago; **Requerimento nº 222/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a realização de reunião reservada dos membros da CPMI com os integrantes do COAF; **Requerimento nº 225/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a convocação do Sr. Luiz Otávio Gonçalves; **Requerimento nº 227/2005, de autoria dos** Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam os relatórios produzidos pelo COAF acerca da movimentação financeira das agências de publicidade SMP&B e DNA; **Requerimento nº 230/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicitam o funcionamento da CPMI dos Correios durante o período de recesso parlamentar; **Requerimento nº 240/2005**, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes, que solicitam que seja convidado o Presidente do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, Sr. Antônio Gustavo Rodrigues; **Requerimento nº 241/2005**, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes, que solicitam que o TCU encaminhe a esta CPMI análises realizadas, até o momento, em relação aos contratos dos Correios que estão sendo auditados; e **Requerimento nº 243/2005, de autoria do** Deputado Osmar Serraglio, que solicita cópia do depoimento prestado pela senhora Fernanda Karina Somaggio à Câmara dos Deputados. A seguir, o Presidente coloca em votação o **Requerimento nº 249/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Washeck Neto, que recebe 22 votos favoráveis. Por último, a Presidência submete à votação, em bloco, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 91/2005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, é omissa com relação ao período. Ele diz: requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Sousa; **Requerimento nº 185/2005**, de autoria da Senadora Heloísa

Helena, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Souza, desde janeiro de 2003; e **Requerimento nº 219/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, desde 2003. Enquanto o Presidente procede à contagem dos 21 votos para esses três últimos requerimentos, o Deputado Henrique Fontana declara o seu voto pela aprovação, totalizando, assim, 22 votos. Após questão de ordem levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, no sentido de que não seja computado o voto do Deputado Henrique Fontana, em razão de a bancada do PT já ter somado os 3 votos possíveis, a Presidência declara que os requerimentos ficam aprovados com 21 votos. Como houve interrupção dos trabalhos da reunião, em face de votação nominal no plenário do Senado, a Comissão decide transferir os depoimentos dos senhores Antônio Osório Menezes Batista e Eduardo Medeiros de Moraes, para as nove horas e trinta minutos do dia trinta de junho de dois mil e cinco, e o depoimento do senhor Maurício Coelho Madureira, em data a ser acertada oportunamente. O Presidente informa que o depoimento do Deputado Roberto Jefferson será às quatorze horas de amanhã. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte e uma horas e quarenta minutos e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia trinta de junho. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

DA 6ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É evidente que eu não estou irritada com os 48 minutos de atraso. Não sei quais as motivações, espero que legítimas e limpas, que fizeram com que esse atraso tenha acontecido.

Eu sempre fui absolutamente favorável a essa história de aprovar a Ata sem leitura, mas às vezes existem dados que são relevantes para nós. Assim, para que V. Ex^a possa orientar... Sei que todos estão ficando aqui até tarde, os funcionários estão cansados, todos estamos cansados também. Sugiro que ao menos às 9 horas da manhã, por exemplo, nós tenhamos acesso à leitura da Ata, para que depois não sejamos pegos com alguma surpresa no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Até por uma questão de bom senso, eu rogo a V. Ex^{as} que pelo menos excepcionalmente aproveemos esta Ata. Depois seguiríamos essa rotina, conforme combinado com nossa Assessoria, a Dr^a Cleide.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Disse, em nome do bom senso, que tenhamos acesso à leitura da Ata uma hora antes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso é absolutamente procedente.

Portanto, os que aprovam a Ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de começar os trabalhos, gostaria de fazer uma justificativa. Sei que o Senador Jefferson Péres é um homem regimentalista e pontual. Gostaria de justificar o nosso atraso de 48 minutos, como bem disse a Senadora Heloísa Helena. Até porque, Senadora, demais Senadoras e Senadores, nós tivemos que preparar a reunião de hoje. Reconhecemos que a Mesa da CPMI realmente não teve as condições necessárias de disponibilizar todos os contratos necessários para a oitiva de três diretores dos Correios hoje. Mas já corrigimos isso, graças a uma forte ação da Assessoria, que trabalhou ao longo da madrugada. Apesar de não contarmos com todos os contratos nesta oitiva, todos os Parlamentares terão acesso aos contratos dos Correios. Foi feito um esforço grande junto à Controladoria-Geral da União. Foi feito um esforço grande junto à Empresa de Correios e Telégrafos.

Assim, vamos começar a regularizar essa questão dos contratos.

V. Ex^{as} têm absoluta noção do momento difícil e delicado que estamos enfrentando. Eu acho que esta Comissão, no meio de uma série de acontecimentos

ao longo da semana, tem pautado principalmente, a despeito das dificuldades, por um comportamento... Nós estamos buscando construir as agendas, nós estamos buscando aprovar os requerimentos, discutindo com as Lideranças de Governo, as Lideranças de Oposição.

Gostaria de pedir compreensão aos Srs. Parlamentares, no sentido de que não sejam solicitadas questões de ordem, até pelo adiantado da hora. Valeu a pena esse atraso e vou explicar por quê. Conversando com as Lideranças do Governo e com as Lideranças de Oposição, em reunião terminada a essa hora...

Já sei o que a Senadora Heloísa vai falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em nome do P-SOL e do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E do PPS.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ)

– E do PPS também, Sr. Presidente. Eu sou singular aqui. Nós estamos os três aqui: PPS, PDT e P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também. Nós, os singulares que somos da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza, Senadora Heloísa. Assim como, democraticamente, de uma maneira transparente, estamos discutindo essas coisas todas, claramente vamos, todos nós, compartilhar dessas decisões todas, não só hoje – ainda um pouco em caráter excepcional, em função da correria –, mas dentro da sistemática normal de funcionamento da Comissão.

Eu gostaria de sugerir a V. Ex^{as} – e aí vou pedir a suspensão da reunião por 30 minutos e vou explicar por quê. Nós construímos uma agenda para as duas primeiras semanas de julho. Essa agenda, uma proposta de agenda, deve não só ser avaliada por nós, como também claramente impactará os requerimentos apresentados por vários Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Então, a proposta de agenda para a semana que vem e para a segunda semana de julho é a seguinte: nós trabalharíamos em julho às terças e quartas-feiras, com reuniões tendo início às 9 horas da manhã.

Evidentemente que os outros dias serão utilizados para se avaliar os depoimentos, discutir contratos. Quer dizer, atividades de gabinete absolutamente essenciais, necessárias. Até porque uma CPI não vive só de oitivas, mas de investigação e de análise.

Então, nós funcionaríamos às terças e quartas-feiras a partir das 9 horas da manhã. Na próxima semana, na terça-feira, às 9 horas, ouviríamos, para

terminar, dentro desse procedimento de investigação, que começou com o Sr. Marinho, depois, os empresários que contrataram as gravações, o pessoal que executou as gravações. A nossa sugestão é zerar as oitivas todas na terça-feira, a partir das 9 horas, do Sr. Jairo, do Sr. Fortuna, do Sr. Edgar Lange e do Sr. Kasser Bittar. Terça-feira, a partir das 9 horas.

Na quarta-feira, a partir das 9 horas, ouviremos o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Fernanda Karina.

Na semana seguinte, terça-feira, às 9 horas da manhã, ouviremos os demais diretores dos Correios que não serão ouvidos hoje, além dos dois ex-presidentes. Perdão, na próxima terça-feira, os diretores e, na quarta-feira, o Sr. Gonçalves, presidente da Skymaster.

Então, o que é que eu gostaria de deixar bem claro? Terça-feira da próxima semana, às 9 horas, ouviremos o que falta daquele pessoal que operou na gravação, os quatro. Vou repetir: o Sr. Fortuna, o Sr. Bittar, o Sr. Jairo e o Sr. Edgar Lange. Na quarta-feira, ouviremos o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Fernanda Karina. Na semana seguinte, a segunda semana de julho, ouviremos, na terça-feira, a partir das 9 horas, os diretores dos Correios que não foram ouvidos, que não serão ouvidos hoje, e os dois ex-presidentes. Na quarta-feira da segunda semana de julho, também a partir das 9 horas, o Sr. Gonçalves, presidente da Skymaster. (Pausa.)

Senador, vamos combinar depois. Achamos por bem, em função até da dinamicidade dos trabalhos, senão ficaríamos muito amarrados.

Então, vamos já agendar, Senador Jefferson Pêres, fazer essa proposta de agenda das duas primeiras semanas e, ao longo das duas próximas semanas, as avaliações necessárias.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas para que fique claro como construímos essa proposta. Ela tem uma lógica de investigação. Iniciamos o processo de investigação a partir da fita, dos envolvidos citados na fita, dos que executaram, realizaram, inventaram, operacionalizaram a fita, e as contradições que estão contidas na fita entre os citados.

A outra lógica tem início um pouco hoje, semana que vem mais um tanto, na outra semana mais um tanto e refere-se a uma investigação dos contratos dos Correios. É essa a lógica. Fita, todos os envolvidos e o que tem de contradição entre si e a lógica de investigação dos contratos dos Correios. Essa lógica da investigação que norteou a proposta que estamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito bem. É importante destacar ...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vamos ter uma carga de trabalho muito grande na oitiva dos demais diretores dos Correios, eu antes só gostaria de propor, até por sugestão do Deputado Onyx, o que é razoável, que os dois ex-presidentes venham depor no mesmo dia do presidente da Skymaster, porque, assim, teremos uma distribuição melhor, ouviremos três na terça-feira e três na quarta-feira da segunda semana de julho. Então, é importante registrar a lógica que tem pautado os trabalhos desta CPI, até em função dos comentários da Senadora Ideli. Passamos pela questão que gerou as denúncias, depois para a fita e os contratos. A proposta estabelecida é absolutamente coerente com essa seqüência, ou seja, a denúncia, o fato gerador que foi a fita, os responsáveis pela gravação e os contratos.

Essa é a lógica que está pautando os trabalhos da Comissão. É importante que não nos desviemos dessa lógica, porque ela tem bom senso e clareza na avaliação de todos os fatos associados à CPI dos Correios.

Pela ordem, Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Presidente, vamos continuar ouvindo o Deputado Roberto Jefferson, na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O importante...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Eu acho que aí não tem razão nenhuma. Vamos aguardar então, adiar isso, ouvir os diretores todos para, depois, ouvir o Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Meurer, entendo até a lógica da proposta de V. Ex^a, mas já está agendado. Eu só alertaria os Parlamentares da Comissão que, a pedido do Deputado Roberto Jefferson, o depoimento dele será amanhã, às 10 horas e 30 minutos. A partir das 10 horas e 30 minutos da manhã, porque ele sofreu um pequeno acidente e tem que fazer um tratamento antes de vir para cá. Então, está marcado para amanhã, a despeito da procedência dos comentários de V. Ex^a. Mas, Deputado, discutimos isso à exaustão e não podemos mais alterar nossa agenda.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, à Deputada Juíza Denise Frossard. Gostaria, depois, de encaminhar para tenhamos celeridade, porque temos que ouvir três diretores ainda, além de aprovar os requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, é sobre o andamento dos trabalhos mesmo. É sobre os andamentos dos trabalhos e não vou nem discutir a agenda.

Eu posso falar com 300 pessoas gritando, não se preocupe. Se V. Ex^a me escutar está tudo muito bem.

É sobre os documentos a serem analisados, inclusive instrumentalizam as oitivas a serem feitas. Já tive a oportunidade de solicitar, tanto a V. Ex^a como ao Relator, todo o processo de instrução. Foram disponibilizados agora, pela manhã, os contratos.

Os contratos, sabemos todos nós, não dizem nada. Nenhum delinqüente de luxo colocaria uma digital no contrato, porque, de pronto, outra empresa, com uma gigantesca assessoria jurídica, o próprio Tribunal de Contas da União, é evidente, identificariam qualquer mecanismo de fraude. Então o que solicito, apelo a V. Ex^a, mais uma vez, é que seja disponibilizado todo o processo de instrução. Temos que ser honestos intelectualmente. Não adianta dizer que é o contrato ou alguns termos aditivos que dizem conta disso. Todas as denúncias feitas, os indícios relevantes de tráfico de influência e intermediação de interesse privado, eles vão desde quando a assessoria da diretoria põe uma especificação técnica, cria uma demanda que acaba iniciando o processo de instrução do contrato.

Solicito a V. Ex^a, sei que V. Ex^a e o Relator concordam com isso – já expressaram que concordam –, mas no sentido de que seja solicitado. Antes de sair da diretoria a solicitação, portanto, todo o processo de instrução da licitação, os contratos, os aditivos e a execução. Esses elementos são essenciais para que possamos, de fato, aprofundar, fazer um procedimento investigatório que possa, de alguma forma, se aproximar da verdade. Então, é um apelo que faço a V. Ex^a, para que seja deixado absolutamente claro, para que não pensem que somos alguns irresponsáveis, incompetentes ou incapazes de analisar denúncias, indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública.

Mais uma vez o apelo. Se existem determinados procedimentos de investigação que já foram iniciados ou nos Correios, ou no Tribunal de Contas, ou na CGU, o que tem em relação a isso que seja disponibilizado, mas que seja especialmente disponibilizado todo o processo, do início até os aditivos.

Sei que o Relator está concordando com a cabeça, ele sabe o quanto isso é importante. Então é para V. Ex^a apelar, insistir para que isso seja disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Este é o objetivo nosso mesmo.

Tivemos dificuldades, como estou reconhecendo para V. Ex^{as}, mas vamos corrigir isso e tenho ab-

soluta certeza de que todos os Parlamentares terão as informações necessárias para bem desenvolver os seus trabalhos.

Com a palavra, a Deputada Juíza Denise Frossard. Depois, o Senador Jefferson Péres.

Gostaria de... ah, não. É que V. Ex^a sempre ilumina, esclarece e ajuda as decisões desta CPI, meu caro Senador Jefferson Péres.

Deputada Juíza Denise Frossard.

Gostaria que ninguém mais pedisse a palavra pela ordem, porque vou suspender a sessão por 30 minutos para que, de comum acordo com o Relator, as Lideranças já discutam o requerimento à luz dessa agenda. Com a agenda definida, os requerimentos ficam mais claros. Pediria que votássemos os requerimentos em bloco, como fizemos na semana passada.

Então, com a palavra, a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, serei muito rápida, é apenas um esclarecimento que peço a V. Ex^a.

Tenho dois requerimentos e indago de V. Ex^a: quando é que eles serão votados? (Pausa.)

Sr. Presidente, aguardo uma resposta de V. Ex^a.

Em toda esta CPI, V. Ex^a conhece o meu posicionamento, acho que quanto mais requerimentos de oitivas e de documentos (falha na gravação), mais isso aqui se transforma num pandemônio, e ninguém conseguirá decantar todos esses documentos. De modo que é importante o foco. Eu só fiz dois requerimentos. O primeiro sobre os dez maiores franqueados. Não preciso nada além dos dez maiores franqueados, Sr. Presidente. E o segundo requerimento formulei ontem verbalmente e por escrito, que, por uma questão de isonomia, se ouça também o Presidente do PTB, nominado pelo Sr. Marinho como aquele que indicou o Presidente dos Correios. Então, só tenho esses dois requerimentos e gostaria de ouvir de V. Ex^a quando é que eles serão aqui votados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Dalcídio, posso ajudar numa coisa, sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Sim, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para que o senhor disponibilize para os três singulares toda a listagem de todos os requerimentos, porque vai haver uma paralisação de meia hora. Então peço que disponibilize todos os requerimentos, os aprovados, os não aprovados; todos os requerimentos que foram apresentados, pelo menos o cabeçalho, para que também possamos identificar o que queremos aprovar nessa meia hora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Os abusos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, para que a Deputada Denise Frossard, o Senador Jefferson Péres e eu, possamos identificar quais os requerimentos que queremos que sejam votados. Todos os que foram apresentados, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok, Senadora Heloísa Helena, Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nessa linha, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e, depois, Deputado Eduardo Paes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, é evidente que a paralisação em meia hora agora não será suficiente para discutirmos os requerimentos, até porque alguns Deputados e Senadores não sabem ainda a numeração dos requerimentos e não têm ainda condições de analisar a totalidade dos requerimentos. Então, o que gostaria de sugerir é que déssemos continuidade à reunião, iniciássemos a oitiva e que, entre a primeira e a segunda oitiva, fizéssemos, aí sim, uma reunião interna, entre os membros da comissão e o Relator, para discutirmos sobre os requerimentos. Teríamos tempo para avaliar um por um e faríamos a deliberação logo depois da primeira oitiva e não perderíamos tempo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Concordo com a proposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu, pela primeira vez, desde o início dessa comissão ou desde o início dessa legislatura, vou ter que discordar do meu amigo Antonio Carlos Magalhães Neto. Penso que podíamos fazer o seguinte: O Presidente, o Relator tem uma cópia, que acabei de receber, com o número dos requerimentos não aprovados e com o resumozinho do que quer dizer cada um. Isso facilita muito o trabalho. Eu, aqui numa rápida olhada, já identifiquei os requerimentos que me parecem interessantes e que colocarei para os demais membros do meu partido como alternativa. A única coisa, Sr. Presidente, que sugeriria a V. Ex^a é que, nessa meia hora, tivéssemos uma espécie de reunião reservada,

para que, aí sim, a gente pudesse tomar a decisão aqui na conversa. Chegaríamos obviamente a 90% de consenso. E deve ter um, dois ou três requerimentos que não serão consenso entre os partidos. Portanto, sobre esses últimos poderíamos sim deliberar e os outros, votar em bloco.

Mas considero importante, infelizmente discordando do meu companheiro Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que fizéssemos isso ainda agora, antes de começar a oitiva. E, com meia hora de reunião reservada, tenho certeza que resolvemos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu queria... Pessoal! Senadora Heloísa Helena, ao contrário de V. Ex^a, Senadora, não consigo falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas V. Ex^a está se dirigindo a mim por quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Porque V. Ex^a está hoje eletrizada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não estou. Os ipês de Brasília estão lindos, róseos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – É porque nós fizemos um “bloquinho” aqui, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tem nada a ver. O que a Deputada Denise Frossard deixou muito claro é que somos agora o bloco dos singulares. Então, é exatamente por isso que estamos simplesmente solicitando de V. Ex^a não uma reunião fechada, mas a cópia de todos os “requerimentozinhos”. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – São singulares porque são pessoas especialíssimas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, insisto na minha proposta. Não vamos suspender a reunião agora, a gente suspende entre a primeira e a segunda oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou, até para encaminharmos os trabalhos, primeiro... Deixa, Deputado Onyx Lorenzoni... Eu queria só agora um pouquinho de paciência para encaminhar as coisas.

Deputada Juíza Denise Frossard, V. Ex^a apresentou três requerimentos, três: o 208, o 209 e o 237. O de nº 209 é a cópia da degravação da fita, a degravação da fita; o de nº 208 são as franquias e o de nº 237 que são os presidentes. Quero já adiantar para V. Ex^a é que o 208 e 209 já foram deferidos; o 237, o Relator vai avaliar mais a frente.

Para resumir, Deputado ACM Neto, a sugestão de V. Ex^a é muito pertinente, mas há uma pressão grande dos Líderes para que, em 30 minutos, venhamos a deliberar sobre os requerimentos.

Então, para fechar esse assunto: na terça-feira, nos reuniríamos, faríamos a oitiva dos quatro últimos responsáveis pelas gravações; na quarta-feira, ouviríamos o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Fernanda. Na segunda semana, ouviríamos os diretores dos Correios que não vão ser ouvidos hoje e, na quarta, o Sr. Gonçalves, Presidente da Skymaster, e os dois ex-presidentes dos Correios.

Com base nessa pauta, eu vou suspender a sessão por 30 minutos para que aproveemos os requerimentos e, depois, darmos início à oitiva dos diretores. Eu queria pedir a V. Ex^{as} brevidade, porque eu vou ser rigoroso com o tempo hoje, para que não estendamos esta reunião até meia-noite, 1 hora da manhã, 2 horas da manhã, como tem acontecido.

Eu suspendo a reunião por 30 minutos. Voltaremos para aprovar os requerimentos.

Obrigado.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião às 13h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Reabrindo a reunião, que foi suspensa por meia hora...

O SR. (Orador não identificado) – Meia hora longa, heim, Presidente! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E chegamos às 13h52min...

O SR. (Orador não identificado) – Meia hora de Correio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Uma vez que a agenda da próxima semana e a da segunda semana de julho, as duas agendas, já estão definidas – portanto, acho que já é fruto do consenso da discussão entre as Lideranças –, agora vamos avaliar os requerimentos.

Demoramos muito tempo para discutir os requerimentos. A intenção é aprovar aqueles requerimentos que são consenso entre os Líderes. Resta a questão das quebras de sigilo bancário, que, até em função de um acordo com os Líderes, nós vamos conduzir também a votação nominal, como também vamos votar nominalmente os requerimentos em bloco, os requerimentos de consenso; os demais requerimentos, vamos discuti-los ao longo das próximas semanas. Até porque os requerimentos são dinâmicos, têm uma velocidade toda própria, em função do andamento da CPML.

Passo a palavra ao Relator, Osmar Serraglio, que vai, primeiramente, falar dos requerimentos sobre os quais há consenso; depois, os de quebra de sigilo e, a seguir, nós encaminharemos as votações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Só para ficar claro, Sr. Presidente, o Relator vai propor que requerimentos serão votados?

Não, porque isso não ficou claro para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É que o Relator não está, em função das discussões...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu terminei não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ele terminou não ajustando aqueles requerimentos de consenso.

Então, o que nós poderíamos fazer para adiantar e, depois, aí, nós ajustariamos, porque isso é feito rapidamente, é só uma questão de checar item a item e, depois, consolidar aqui, no plenário, consolidar aqui, no plenário...

Eu gostaria, então, que o Relator passasse... que nós começássemos pela...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu vou anunciando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu insisto numa dúvida. Os de consenso, parece-me, que serão facilmente aceitos pelo plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas ele precisa citar, ele precisa relatar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só anuncio o número.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Tudo bem. Mas eu queria saber se também o Relator vai citar quais são os requerimentos não consensuais que serão votados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não. Ele simplesmente vai relatar aqueles que são consensuais, ficando para a próxima semana a discussão dos outros requerimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, não foi isso que nós...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Foi isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Foi isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu queria que V. Ex^a me desse a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Incluindo a quebra de sigilo do Dr. Marcos Valério?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Presidente, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, só estou perguntando, Presidente. Só perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Heloísa Helena, eu fui muito claro naquilo que disse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nós vamos falar primeiro dos requerimentos que são consenso, e, aí, o Relator vai falar um a um. Depois nós vamos falar sobre os requerimentos relativos à quebra de sigilo, que serão votados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Muito bem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Hoje.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, esse agora, o Relator vai detalhar todas as ações, aquilo que ele vai apresentar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, mas também V. Ex^a falará sobre os requerimentos que não foram votados, para quando será afixada a votação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Na complementação dos trabalhos, nós vamos definir isso.

Com a palavra, o Relator. Eu não dou mais palavra de ordem para ninguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, como todos nós temos à nossa disposição o mapa demonstrativo dos requerimentos que estavam pendentes, eu vou anunciar o número; depois, se eventualmente houver a omissão de algum, nós reconferiremos: 163, 166,... 163, 166, 170, 174, 207, 208, 210, 222, 225, 227, 230, 241, 243, 247, 249.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, sem querer incomodá-lo, apenas para ajudá-lo. Como eu estava com o Deputado Osmar Serraglio e o Deputado Maurício Rands, quando fizemos a leitura da lista, parece-me que alguns itens, Deputado Maurício, foram esquecidos.

Vou lembrá-los: Item 162, sobre o qual houve acordo, desde que se tirasse o Sr. Eduardo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Contesto porque, na reunião, nós nos opusemos. O Deputado Eduardo Paes, como bem disse, não estava com a delegação para negociar. Então,

ou o requerimento seria aprovado integralmente ou é melhor não votarmos esse requerimento...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Deixamos para semana que vem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Saímos do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ficaria para a próxima semana.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Achei que o ilustre Deputado do mesmo Estado do signatário do requerimento, Senador César Borges, fosse ficar satisfeito, entre os três requerimentos, com a presença de dois.

Próximo item: Item 212.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Correto. Também

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está de acordo, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De acordo. Item 212.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Item 219 não está incluído, pois trata de quebra de sigilo.

O próximo item seria o Item 234.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado Rands. Deputados ACM Neto e Lorenzoni, não é?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pelas minhas anotações, não o tinha colocado como objeção. De acordo? Não anotei como objeção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a tinha concordado com esse, mas tinha discordado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não, não. Parece-me que V. Ex^a é a favor de todos, mas na prateleira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Na prateleira, não. Alguns, no congelador. Então, para ninguém não entender, é melhor dizer...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Senadora Heloísa Helena, só para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, para fecharmos essas dúvidas que ainda pairam. Depois, o Relator lerá novamente todos os requerimentos aprovados para que ninguém tenha dúvida nesta CPMI.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Finalmente, Sr. Presidente, o último item que me parece ter sido omitido da relação trazida pelo Relator é o Item 240, que, na verdade, é muito similar a um, anteriormente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que era para combinar os dois, não é?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na verdade, é uma combinação. Vamos aprovar o que diz respeito ao Presidente do Coaf.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que era em reunião secreta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato. Então, no Item 240, também havia uma concordância, sem objeção também.

Era isso, Sr. Presidente. Lamento interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Insisto que minha preocupação é com os trabalhos de hoje, que ainda são longos. Ainda nem começamos hoje.

O SR. (Orador não identificado) – Ainda há o jogo Brasil e Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Há o jogo Brasil e Argentina hoje também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, além desses requerimentos que foram anunciados, temos aqueles que correspondem à quebra de sigilo. Há também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Relator, se V. Ex^a me permite, só fazer a leitura dos requerimentos que estão aprovados, para, depois, entrarmos na questão do sigilo. Eu pediria silêncio, por favor.

Senador Wirlande da Luz, a Senadora Heloísa Helena diz que eu só reclamo de que ela fala bastante. Então, agora, preciso encontrar outro Senador de quem reclamar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vai ter de falar de muitos, viu?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu acho que regimentalmente não podemos votar o requerimento pelo número do requerimento. Pelo menos a ementa do requerimento tem que ser lida ou pelo Relator ou por alguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, vamos fazer um apelo. Deputado, vamos fazer um apelo, Deputado Arnaldo Faria de Sá, há uma identificação clara...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só a ementa. Só a ementa. Se V. Ex^a não lê ementa, V. Ex^a não pode... vamos votar em bloco. Que é isso? Vamos tomar cuidado. A votação será em bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu acho totalmente desnecessário...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pelo menos a ementa do requerimento, nós vamos votar em bloco. Isso é responsabilização.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não sendo requerimento de quebra de sigilo e havendo uma indicação clara, Sr. Presidente, do número, e há uma correlação: todos os Parlamentares sabem. Essa decisão será uma decisão pública. Então, acho que não há problema.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pelo menos a ementa do requerimento tem que ser anunciada. Apenas a ementa, não o requerimento todo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Olha, para não criar mais uma discussão... Aliás, prefiro perder mais tempo e não abrir uma outra discussão aqui também, que, no meu ponto de vista, só vai atrasar ainda mais os trabalhos. O Deputado Osmar Serraglio vai fazer a leitura dos itens com a ementa rapidamente, para que todos saibam o que estamos aprovando em bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 163, do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Atenção, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 163, do Senador César Borges, solicita a relação de todas as pessoas que se identificaram na portaria do Edifício Sede dos Correios desde janeiro de 2003, indicando data, hora e local a que se dirigiram;

Requerimento nº 166, do Senador César Borges, solicita que seja requisitado ao Banco Rural que identifique no prazo de 15 dias todos os saques realizados em dinheiro nas agências de Belo Horizonte, desde janeiro de 2003, superiores a R\$100 mil, a partir das contas SMP&B Comunicação, suas coligadas e sócios;

Requerimento nº 170, do Deputado Eduardo Paes e inúmeros outros Deputados, que solicita o funcionamento da CPI no recesso;

Requerimento nº 174, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e do Deputado Onyx Lorenzoni, agenda de compromissos da secretária de Marcos Valério;

Requerimento nº 207, do Deputado Onyx Lorenzoni, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicita uma requisição de todos os processos de acompanhamento das execuções dos contratos de publicidade firmados pelos Correios, inclusive subcontratados;

Requerimento nº 208, da Deputada Juíza Denise Frossard, que solicita a lista dos dez maiores contratos de franquia;

Requerimento nº 210, do Deputado Maurício e outros, que solicita a cópia de todos os contratos comerciais dos Correios, de 1991 a 2005;

Requerimento nº 212, do Senador José Jorge, que solicita junto ao Ministério da Agricultura os atestados de vacinação, com o objetivo de identificar as propriedades de gado de Marcos Valério e Renilda Maria Santiago;

Requerimento nº 222, dos Deputados Gustavo Fruet e Deputado Eduardo Paes, querem uma reunião reservada com os integrantes da Coaf;

Requerimento nº 225, do Deputados Gustavo e Eduardo Paes, convocação do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, da Skymaster;

Requerimento nº 227, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães e Onyx Lorenzoni, os relatórios produzidos pela Coaf acerca da movimentação financeira das agências de publicidade SMP&B e DNA;

Requerimento nº 230, do Deputado Relator, funcionamento da CPMI dos Correios no recesso;

Requerimento nº 240, dos Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes, o comparecimento do Presidente da Coaf, Sr. Antônio Gustavo Rodrigues;

Requerimento nº 241, dos Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes, a cópia de todos os processos e auditorias que estão sendo realizadas pelo TCU em relação aos Correios;

Requerimento nº 243, cópia do depoimento da Fernanda Somaggio prestado na Comissão de Ética; Correto? Faltou algum?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os de nºs 247 e 249 não podem ser em bloco?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, esses eu vou anunciar.

Pois não, Sr. Presidente. Devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estamos de acordo, então, com aqueles requerimentos que são consenso na CPI? Então, procederei à votação nominal desses requerimentos em bloco.

Eu gostaria que a Secretaria me trouxesse a relação aqui.

Vamos começar a votação pelos Deputados titulares.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Ausente.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Ausente.

Passaremos aos suplentes.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Alberto Goldman; Deputado Carlos Sampaio; Deputado Benedito de Lira; Deputado Sandro Mabel; Deputado Pompeo de Mattos; Deputado Eduardo Paes ainda não votou. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino; Senador Aelton Freitas; Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Enquanto o sol não derrete as geleiras onde estão os meus requerimentos, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vota “sim” a Senadora Heloísa Helena.

Passo agora aos Suplentes. Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Está fechado.

Votaram SIM 18 Srs. Parlamentares; e NÃO 1. Portanto, esse conjunto de requerimentos está aprovado de comum acordo.

Passo a palavra novamente ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, que tratará dos requerimentos relativos à quebra de sigilos bancário e fiscal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, enquanto sistematizo os diversos requerimentos que estão relacionados à quebra de sigilo de Marcos Valério de Souza, anuncio o Requerimento nº 249 do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático...

O SR. (Orador não identificado) – Transferência, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... do Sr. Arthur Wascheck Neto, que deverá ser submetido à votação. Esse é o primeiro requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – Transferência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Votação nominal. Quebra de sigilo do Sr. Arthur Wascheck Neto.

Começarei a chamar, para votação, os Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorezoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Chamarei, agora, os Suplentes.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Fernando Diniz; Deputado Sandro Mabel; Deputado Pompeo de Mattos; Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quebremos os sigilos das piabas antes dos dos tubarões.

Voto “sim”, Sr. Presidente. E espero quebrar os dos tubarões também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Chamarei os Senadores Suplentes.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir

Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Votaram SIM 22 Srs. Parlamentares.

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, essa é a primeira quebra de sigilo aprovada.

Além do pedido de quebra de sigilo bancário do Sr. Arthur Wascheck, estão também relacionados os do Sr. Antônio Velasco e das empresas? E serão votados em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Relator. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti, creio que teremos que votar um por um, fruto do entendimento que fizemos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É obrigatório legalmente, inclusive, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Além disso, é obrigatório.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, pelo esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, enquanto consulto o Plenário sobre se eventualmente alguém formulou o pedido de quebra de Antônio Velasco, que não estou identificando na lista...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou formular.

Já anuncio também que, incrivelmente, apesar de tudo o que discutimos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi por conta de não ter visto que fiz a indagação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

E, inusitadamente, há algo ainda mais estranho. Falamos durante duas semanas sobre a quebra do sigilo do Sr. Maurício Marinho e também ninguém formulou o requerimento. Aliás, ele até se dispôs a... De forma que vou formular agora.

O SR. (Orador não identificado) – O Relator formula.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Relator, talvez fosse interessante quebrar o sigilo desses cida-

dãos e de seus cônjuges; da esposa do Sr. Marinho, da esposa do Sr. Velasco...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se for, terá que ser do Marcos Valério do mesmo jeito. Só pegar as piabas não é certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos, neste primeiro momento, até porque teremos que identificar e justificar...

O SR. (Orador não identificado) – Vamos por partes. Primeiro, podemos fazer a quebra dos autores e, depois, partimos para os cônjuges.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – A quebra de sigilo, que é um direito constitucional, a inviolabilidade dos dados e dos sigilos, a mim me parece que seria de bom alvitre que fosse formulada formalmente, por escrito, para que não haja dúvida quanto ao pedido, aos limites do pedido e à autenticidade. É da máxima importância. É necessário para a investigação. Não se investiga sem essas quebras de sigilo bancário e telefônico, mas, ao mesmo tempo, há que se ter uma responsabilidade muito grande quando excepcionalmente se requer uma quebra de um direito constitucional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas endosso as palavras da Deputada Juíza Denise Frossard e acrescento um aspecto: a jurisprudência é pacífica ao afirmar que, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, existe a possibilidade de quebrar sigilo telefônico, bancário e telemático, mas sob os mesmos pressupostos sob os quais um juiz pode fazê-lo. Portanto, é necessário, no requerimento, haver também a motivação, a fundamentação, o porquê da quebra. Se não apresentarmos em cada caso a fundamentação, essas quebras poderão ser derrubadas na Justiça *a posteriori*.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem, para contribuir com o processo. Já que o Deputado José Eduardo Cardozo exige essa precaução, que considero correta, o Relator, então, precisaria formular pelo menos um ofício para submeter à apreciação do Plenário. Caso isso não possa ser feito em poucos minutos, eu solicitaria ao Relator que já passasse para a consolidação dos requerimen-

tos do Sr. Marcos Valério e de suas empresas. Então, votaríamos essa quebra de sigilo e teríamos o tempo necessário para votar a do Sr. Maurício Marinho e a do Sr. Antônio Velasco, que ainda não estão formulados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Maurício Rands e, depois, Senador Ney Suassuna.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, quanto ao requerimento da quebra de sigilo do Sr. Arthur Wascheck e aos que estão sendo sugeridos, proponho ao Relator que, na formulação do requerimento, além da fundamentação, para que o requerimento fosse mais bem precisado, se estabelecesse um prazo de cinco anos para cá. Seria a sugestão, para ficar bem delimitado e também não haver problema técnico depois de questionamento judicial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Absolutamente procedente.

Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, li na imprensa que a Polícia Federal já havia quebrado o sigilo. Talvez um contato com a Polícia Federal possa esclarecer-nos se isso aconteceu. Se aconteceu, é só fazer a transferência. Do contrário, faremos a quebra. Mas seria bom para ganhar tempo.

O SR. (Orador não identificado) – Não há prejuízo algum em aprovarmos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, quando há um sigilo bancário quebrado por algum órgão – e, no caso, a Polícia não pode quebrá-lo; só o juiz pode fazê-lo – somente poderemos ter acesso àqueles dados se também quebrarmos o sigilo. Portanto, é indispensável que o façamos hoje.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tendo em vista o que o jurista disse, retiro minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito bem retirada a ponderação de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, submeto à apreciação do Plenário o Requerimento nº 256, em que o Relator postula a quebra dos sigilos fiscal, bancário...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não existe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É esse que, exatamente, foi solicitado agora que o Relator formulasse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo.

O que S. Ex^a está verbalizando não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será na seqüência. Esse será o número, na seqüência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exatamente.

Estamos com a fundamentação que está sendo disponibilizada em Plenário. A rigor, ela se substantia, no caso do Sr. Maurício Marinho, na própria oferta que ele próprio fez da quebra de sigilo ao Plenário e à CPMI.

Assim, formulo o Requerimento de nº 256, de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Maurício Marinho segundo as justificativas apresentadas no requerimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Questão de ordem, Sr. Presidente.

Creio que um requerimento verbal não pode ser apreciado quando se trata de quebra de sigilo bancário. O requerimento tem que ser formulado. É preferível perder a oportunidade, ganhar tempo, mas não correr riscos. Tem que ser por escrito. Não aceito um requerimento verbal para quebra de sigilo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem.

O SR. (Orador não identificado) – Nobre Relator, vamos passar à apreciação daqueles que já estão formatados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, enquanto está sendo documentada a justificação, passamos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero apenas lembrar ao Relator que o Sr. Maurício Marinho ofereceu a quebra de seu sigilo. Então, não há necessidade dessa cautela toda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, a cautela eu exijo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como sabemos das exigências regimentais do Deputado Arnaldo Faria de Sá, em homenagem a S. Ex^a, suspendemos a apreciação, sustamos a apreciação e passamos ao item seguinte.

Sr. Presidente, reporto-me agora à transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Souza, das empresas DNA e SMP&B, nº 91, do Senador Alvaro Dias, e nº 185, da Senadora Heloísa Helena...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a percebe que não está mais no congelador, não é, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Apenas nos outros dez, Senador Delcídio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nº 186, da Senadora Heloísa Helena; nº 219, do Deputado Gustavo Fruet e do Deputado Eduardo Paes; nº 223, do Deputado Gustavo Fruet e também do Deputado Eduardo Paes; nº 226, do Senador César Borges; e nº 231, do Relator.

Sr. Presidente, como se tratam, no núcleo, de mesmo pedido, mas com algumas dissensões em relação ao período, este Relator formula o requerimento no sentido de que corresponda aos últimos cinco anos, aos contratos, à quebra de sigilo da movimentação do Sr. Marcos Valério e em relação às empresas, dos últimos cinco anos em relação aos contratos vinculados aos Correios.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não,

não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela

ordem, Sr. Presidente. Inscreva-me. Todo mundo se inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estamos pelo menos desenhando... E invoco a inteligência da juíza Denise, embora não signifique que ela esteja acorde, porque não a consultei sobre isso, mas imagino que não possamos quebrar o sigilo de todas as atividades de uma empresa. É preciso que elas sejam, de alguma forma... O nosso vínculo é relacionado aos contratos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Pre-

sidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, o Deputado Maurício Rands.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, o Relator está com a palavra. O Relator precisa concluir as suas explicações, até porque não está claro o que S. Ex^a está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi-nos suscitada a cautela de que, ao adentrarmos no

sigilo... Enfim, talvez possamos, conjuntamente, desenharmos um esquema que solucione o que vou aventar.

Estamos, de alguma forma, quebrando o sigilo de todos aqueles que têm um vínculo com essas empresas. Outros Estados, outras prefeituras. E, de certo modo, isso pode ser questionado até à Justiça: até onde podemos, a partir de uma empresa, saber de suas vinculações com outros órgãos públicos? Não tenho restrição alguma. Só quero que, conjuntamente, reflitamos sobre a possibilidade de um questionamento judicial.

Não é porque tenho contrato com uma empresa, que, através da ciência da sua documentação, posso saber até das coisas bancárias de um outro órgão público ou de outra empresa.

Por isso, pelo menos a formulação é posta dessa maneira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas essa cautela V. Ex^a não teve para a quebra do Wascheck, neste instante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu fui o primeiro a pedir a palavra depois do Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só para concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pensei que V. Ex^a havia concluído. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quando concluir o Relator, concederei a palavra pela ordem para os inscritos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tenho receio pessoal – isso é opinião minha – de quebra generalizada a partir de uma empresa. Isso é o que coloco à disposição do Plenário, para que discutamos e construamos uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deixe-me apenas colocar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há uma ordem, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Como o Relator me citou, eu gostaria que V. Ex^a depois me desse a palavra, quando considerar cabível, porque S. Ex^a citou que seria um entendimento jurídico. Como a vida inteira fui juíza, eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Deputada, em função da solicitação do Relator.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Vou dar uma experiência da vida jurídica, rapidamente. A preocupação do Deputado Osmar Serraglio,

em primeiro lugar, procede. Por isso é que nós juízes, quando quebramos o sigilo e praticamos a intervenção telefônica também, temos que trazer tudo, não há como separar. Mas não podemos dar publicidade de tudo, só podemos dar publicidade do que tem pertinência com a lide. É só isso, Sr. Presidente.

Solicitam-se todos, mas não se pode abrir todo. Tem que ver o que tem pertinência com a lide, com o fato. É só isso, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, vou fazer uma proposição aqui que talvez possa facilitar um consenso. Em primeiro lugar, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos de acordo com os requerimentos...

Eu pediria silêncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria a atenção de todos os Parlamentares, de todas as pessoas que estão participando desta reunião da CPML.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos de acordo com os requerimentos de quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério. Durante o dia, fizemos a ponderação de que um procedimento razoável, para que o trabalho da Comissão tenha coerência, racionalidade e equilíbrio, sobretudo como disse a querida Deputada Juíza Denise Frossard sobre a questão da quebra de sigilo, seria ter, como procedimento, deliberar sobre a quebra de sigilo após a oitiva. Isso não precisa ser uma regra geral, tanto é que nós...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Maurício Rands. Peça que os demais Parlamentares ouçam, por favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para nós, não precisa ser uma regra geral, tanto é que estamos de acordo com a quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério, da empresa DNA e da empresa SMP&B. Gostaríamos de acrescentar ao requerimento, que é conexo, da quebra de sigilo do publicitário e das agências, a quebra de sigilo da Sr^a Fernanda Karina Somaggio, já que os fatos que vieram a público são conexos a esse contrato que existe entre as agências do Sr. Marcos Valério e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Por isso, é pertinente a oitiva e a quebra de sigilo. Já havíamos concordado com a oitiva na próxima quarta-feira, como sugerido por V. Ex^a...

Pois não, escuto V. Ex^a, Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Já concordarmos com a oitiva do publicitário, e agora estamos concordando com o requerimento da quebra de seus sigilos e de suas empresas. Queremos acrescentar ao requerimento a quebra de sigilo da secretária, a Sr^a Fernanda Karina Somaggio, porque os fatos que vieram, e que justificaram essa quebra de sigilo mesmo antes da oitiva, apontam que ela também teria recebido recursos. Então, para que o esclarecimento seja pleno a esta CPMI e à sociedade brasileira, queremos acrescentar: achamos que, na lógica do requerimento do Sr. Wascheck – eu pediria ao Deputado Onyx Lorenzoni que colaborasse, por gentileza –, achamos que a sugestão do Relator, que foi aplicada pela CPMI ao deliberar quebra de sigilo do Sr. Wascheck, deve ser mantida também nesses requerimentos de cinco anos. E propomos, como uma solução para essa questão das empresas que têm contratos com as agências DNA e SMP&B, a seguinte solução: em vez de quebrarmos os respectivos sigilos, que aprovemos – e deixamos para discutir isso aqui agora porque a matéria é conexa, e não naquele momento dos requerimentos –, que aprovemos um requerimento de apresentação à CPMI de requisição da lista dos contratos, dos demais contratos que as agências DNA e SMP&B têm nas suas operações. Qual a fundamentação da extensão desse requerimento?

Quando é feito o requerimento de oitiva e também de quebra de sigilo do publicitário e de suas agências, o que está sendo conexo a esta CPMI e o que justifica essas deliberações? É que alguns desses recursos podem vir dos Correios, podem vir dos contratos com os Correios. Daí porque concordamos tanto com a oitiva quanto com a quebra de sigilo.

Nesse sentido, como tudo está conexo e como essas agências não recebem recursos apenas do contrato com os Correios, para que toda a verdade, que é o que os 32 membros desta CPMI pretendem, aflore de modo integral, completo, que não seja parcial, que permita comparações e proporções de receitas e de despesas, achamos, Sr. Presidente, que neste requerimento possa ser feito um requerimento conexo, repito, de inclusão, senão, como inicialmente aventado, de quebra de sigilo de todos os contratos, até porque não temos a lista agora de todas as empresas que contratam com DNA e SMP&B.

Então, nossa sugestão é que, neste momento, sem prejuízo de deliberação posterior, que se torna necessária, mas que aprovemos um requerimento de requisição da relação dos contratos que a SMP&B e a DNA mantêm em suas atividades de publicidade, além do contrato com os Correios. Isso vai permitir uma visão de conjunto.

Em síntese, concordamos com a quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério, da DNA, da SMP&B; requeremos que seja acrescentada a quebra de sigilo da Sr^a Fernanda Karina Somaggio; que o prazo de todas essas quebras e sigilo seja o de cinco anos, como foi em relação ao Sr. Wascheck, e que aprovemos um requerimento de requisição da lista dos demais contratos dessas agências com outras pessoas jurídicas e físicas mantidos nas suas atividades.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, queria pedir a atenção do Deputado Maurício Rands e do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– (*Faz soar a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Confesso a V. Ex^a que o Deputado Maurício Rands não se fez entender muito bem. Eu, por exemplo, não consegui compreender a sua proposta. Não sei se porque ele é um Parlamentar que se utiliza de palavras muito rebuscadas, próprias do seu vocabulário, às vezes para desviar um pouco o foco, ou se porque ele não se fez muito claro. Então quero, Sr. Presidente, antes de emitir a minha opinião, pedir ao Deputado Maurício Rands, que tem a minha atenção, que seja claro. Quais são os limites que ele quer impor à quebra do sigilo do Sr. Marcos Valério e das empresas que estão sob a sua batuta?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Meu querido Deputado Antonio Carlos Magalhães, queremos ampliar os limites. Os requerimentos foram quatro, mencionados pelo Deputado Osmar Serraglio. Alguns não têm data e podem cair judicialmente. Nesse caso é meu dever como advogado e professor da Universidade Federal de Pernambuco garantir não só a fundamentação, mas a precisão: como disse a Deputada Denise Frossard, um requerimento de quebra de direito constitucional tem que ser devidamente delimitado. Então queremos que o prazo seja – o da Senadora está – queremos que haja um prazo claro, sugerimos cinco anos; que ele seja fundamentado. E queremos estendê-lo; queremos, sim, a quebra de sigilo do Marcos Valério, queremos estender às suas empresas e queremos estender à sua ex-secretária. Queremos não quebra de sigilo, mas a lista das empresas que contratam, para que esta CPMI tenha mais informação ainda do que o que está sendo solicitado nesses quatro requerimentos. Era isso, meu querido colega, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Maurício Rands, porque confesso a V. Ex^a que estava temeroso de haver uma manobra por parte da base do Governo para evitar as quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Marcos Valério e das empresas a ele relacionadas. Como, como, como o Deputado Maurício Rands, nessa segunda intervenção, foi mais claro, me parece então que não há nenhuma tentativa de se impor qualquer limite. Com os cinco anos concordamos, é justo; com relação à Sr^a Fernanda Karina, não tem problema nenhum, não haveria, da parte do PFL ou da Oposição nenhum obstáculo para aprovar a quebra de sigilo da Sr^a Fernanda Karina. Agora que fique claro que todas as empresas do Sr. Marcos Valério que contratam com o serviço público, todas as empresas relacionadas aos Sr. Marcos Valério que fazem movimentações financeiras e bancárias terão os seus sigilos quebrados. Que isso fique claro!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que isso fique claro! Não aceitamos que seja apenas nos contratos relacionados à Empresa de Correios e Telégrafos; queremos, como disse o Deputado Maurício Rands, ampliar o limite, fazer uma quebra de sigilo irrestrita que possa nos dar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – *(Faz soar a campainha.)*

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero a atenção do Plenário, Sr. Presidente. Uma quebra de sigilo que possa nos dar um espelho completo do que foram as movimentações financeiras do Sr. Marcos Valério, seja como pessoa física, seja como pessoa jurídica, e aí não pode haver qualquer limitação aos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Todas as movimentações ...

Gostaria de concluir, Senadora!

Todas as movimentações afeitas ao Sr. Marcos Valério, ou como pessoa física, ou como pessoa jurídica, nos últimos cinco anos, serão disponibilizadas para esta comissão. Se assim o for, esta proposta conta com nosso apoio, vamos votar o requerimento por consenso, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado José Eduardo Cardozo. Estou seguindo pela ordem aqui...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é Eduardo Paes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem da lista de inscrição. Está certo.

O SR. (Orador não identificado) – **Pela lista de inscrição.**

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é Eduardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela lista de inscrição.

O SR. (Orador não identificado) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É o próximo, meu caro Deputado. É o próximo.

O Deputado Onyx Lorenzoni não se inscreveu ainda.

(Interferências fora do microfone.)

Vai para o último da fila.

(Interferências fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois da minha “pessoinha”, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Também já está inscrita a Deputada Ideli Salvatti.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sou Senadora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Senadores, a proposta feita pelo Deputado Maurício Rands é claríssima. Estamos propondo a quebra do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério, pessoa física, da Sr^a Fernanda Karina Somaggio, pessoa física, e das pessoas jurídicas SMP&B Comunicação e DNA Propaganda. Portanto, não há limitação. Sigilo bancário é sigilo bancário. Vem tudo. Não há como peneirar os dados.

O que quero precisar – é importante – é que, quando o Deputado Maurício Rands propõe cinco anos – é necessário isso, Sr. Presidente, pois, quando se quebra sigilo bancário, é necessário estar tudo fundamentado, porque, se não, amanhã ou depois, pode-se discutir o porquê desse prazo etc. –, não há nenhuma razão política por trás disso. Há uma razão fática financeira de estudo que gostaria de apresentar brevemente a V. Ex^a, para que conste como fundamentação do requerimento apresentado pelo Deputado Maurício Rands.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, os dados, o relatório sintético, que tem como fonte o Siafi, dos contratos de publicidade entre a administração direta do Governo Federal e a SMP&B Comunicação e DNA Propaganda dos últimos cinco anos. É por causa disso que é necessário que seja por cinco anos. Não é arbítrio.

DNA Propaganda, no ano de 2001, no Ministério do Trabalho, quando era titular da Pasta o Sr. Francisco Dornelles, do PFL, o gasto foi...

O SR. (Orador não identificado) – Não, do PP.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele era do PLF na época, Deputado.

(Interferências fora do microfone.)

Então, mudou depois, mas eu tenho, da época...

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não importa.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos discutir agora isso? Pelo amor de Deus!

Deputado José Eduardo Cardozo, com a palavra.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Na época, era PFL.

(Interferências fora do microfone.)

Não?

(Interferências fora do microfone.)

Não importa.

(Interferências fora do microfone.)

Dezesseis milhões.

O SR. (Orador não identificado) – Está errado. Quem era é o Hildebrando Pascoal...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Poderia ser até do PT, não é essa questão que influencia.

Dezesseis milhões.

Em 2002, mesmo Ministro, 13 milhões.

Em 2003, quando Ministro Jacques Wagner, 4 milhões.

Em 2004, Ricardo Berzoini, 1 milhão e 500 mil.

Em 2005, Ricardo Berzoini, 316 mil.

Total dos gastos dos últimos cinco anos: 36 milhões.

SMP&B, 2001, Ministério do Turismo e Esporte, Carlos Melles, 2 milhões e 817.

Ministério do Turismo e Esporte, Caio Carvalho – vou omitir o Partido, claro, para evitar confusão, todos sabem –, 6 milhões e 812 mil.

Ministério do Esporte, Agnelo Queiroz, 676 mil.

Ministério do Esporte, Agnelo Queiroz, 792 mil.

Câmara dos Deputados, que surgiu agora, 7 milhões.

Ministério do Esporte, Agnelo Queiroz, 595.

Câmara dos Deputados, 2005, 2 milhões e 642 mil.

Total: 21 milhões.

Portanto, na soma, durante os anos de 2001 e 2002, no Governo que antecedeu ao atual, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, gastos com as duas empresas do Sr. Marcos Valério: 39 milhões e 469 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, ele quer fazer a defesa do Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Durante o Governo Lula, 2003 e 2004, 14 milhões...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO

(PFL – BA) – Deputado, V. Ex^a quer fazer a defesa do Sr. Marcos Valério!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pelo contrário.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor. Com a palavra... Estamos ouvindo...

(Interferências fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como poderia eu estar fazendo a defesa do Sr. Marcos Valério se estou relatando os gastos de dois Governos, para mostrar que é necessário, não apenas nos termos apresentados, que a quebra do sigilo se dê nos anos de 2003 e 2004. Tem de ser cinco anos, porque houve, efetivamente, um gasto substantivo também nos anos que antecederam àqueles requeridos.

Peço que conste do requerimento, Sr. Presidente, para ter a fundamentação do lapso temporal da quebra de sigilo bancário no requerimento apresentado pelo Deputado Maurício Rands.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só de mala preta de um ano, foram 24 milhões. Tem de quebrar de todas as empresas. Agora é que tem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ok, Deputado José Eduardo Cardozo. Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Parlamentares, gostaria de pedir a atenção da Senadora Heloísa Helena. Aqui vou falar, Deputado José Eduardo Cardozo, já que V. Ex^a quer politizar a questão, nós aqui estamos desde cedo tratando de construir um consenso, um acordo, para que esta Comissão não pareça aos olhos da população uma grande palhaçada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com todo respeito.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aliás, já disse a Senadora Heloísa Helena, com todo respeito aos profissionais do circo.

Mas, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, o PSDB não tem o menor problema em que todos os contratos da agência de publicidade SMP&B, da Agência de Publicidade DNA e de todas as agências do Sr Marcos Valério, aquelas que ele tiver, sejam investigados no período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E sabe por que não tememos, Sr Presidente? E por que o Partido dos Trabalhadores, só às 2h52min da tarde nos permite deliberar sobre a questão? Porque no Governo deles é que se iniciaram as suspeitas cada vez mais verídicas, cada vez mais verdadeiras, cada vez mais sendo comprovadas, de que esse cidadão é um instrumento para pagar mesada para funcionar a Câmara dos Deputados. É isso o que estamos falando. Esse cidadão serviu de instrumento de corrupção, não só aqui na Empresa de Correios, mas me parece também, Sr. Presidente, dado o temor que o Partido dos Trabalhadores tem em ouvir o nome desse cidadão, que também em outros locais.

Portanto, nós do PSDB – estão aqui os Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra e o Deputado Gustavo Fruet – estamos aqui, com toda tranqüilidade e responsabilidade em uma crise que não é nossa, em uma crise que não foi provocada pela Oposição, em uma crise que é provocada constantemente pelo Governo, pela incompetência do seu partido, pela ocupação do Estado pelo seu partido, pela sua base completamente diluída, porque é um Governo que não tem agenda para o País. Nós não temos o menor problema, Sr. Presidente, em apurar tudo. E vamos continuar aqui, Deputado Maurício Rands e Deputado José Eduardo Cardozo. Vamos continuar aqui tentando tratar da questão de forma responsável. O Presidente é testemunha disso. Estamos dando respaldo ao Sr Presidente.

Portanto, não venha o Deputado José Eduardo Cardozo, pessoa que respeito, que sei que é séria, querer agora começar a fazer a estratégia de sempre do Partido dos Trabalhadores. A crise é dos senhores. Os senhores é que têm a responsabilidade de administrar essa crise e não têm o direito de vir aqui tentar a estratégia de dissimular as coisas; não deixar que esta Comissão trabalhe de forma séria.

É inadmissível, Sr. Presidente. Se for para fazer palhaçada – desculpe-me novamente, senadora Heloísa Helena, mas não encontro outro adjetivo para isso –, se for para fazer politicagem aqui, Sr. Presidente, teremos muito mais facilidade, porque somos Oposição.

Isto posto, confesso que fiquei com uma dúvida só. Primeiro, eu não entendi os limites – o Deputado

Maurício Rands, quando falou me pareceu claro – colocados pelo Relator. Isso é o que ficou obscuro.

O SR. (Orador não identificado) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gostaria só de indagar, Sr. Presidente, e de voltar a ter a palavra para fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agora, eu gostaria... Eu só queria...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, invocando o art. 14, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria, até por uma questão de... Acho que está sendo colocada já uma proposta, e temos condição de encaminhar, porque, se não, vamos ficar discutindo. O Relator vai falar. Vamos tentar já encaminhar uma proposta de decisão, e vamos encerrar o assunto, porque temos ainda oitivas a fazer.

Eu acho que agora vou dar a palavra ao Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, invocando o art. 14, porque fui citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se V. Ex^{as} me permitem, vou dar a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a dar a palavra ao Relator, deixe-me fazer mais uma sugestão. Além de querer entender o que disse o Relator, parece-me, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor!

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Maurício Rands, parece-me também pertinente, já que V. Ex^a sugere a inclusão da Sr^a Renilda, perdão, da Sr^a Karina, que a esposa do Sr. Marcos Valério, a Sr^a Renilda – não sei o nome todo, há aqui nos requerimentos –, que também fosse incluída.

Esse é o apelo que faço. Parece-me que o Deputado Maurício Rands não tem nenhum problema...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, eu quero... Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14, já que fui citado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, tenho a palavra. Fiz uma indagação ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Invoco o art. 14, **a posteriori**, Sr. Presidente. Fui citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vou invocar o art. 14 também. Por isso, solicito a V. Ex^a, já que é sobre o andamento dos trabalhos. Ninguém ganha no grito. V. Ex^a sabe. Há uma lista de inscrição de pessoas que querem contribuir com os trabalhos. Não quero reivindicar o art. 14. Entretanto, se outra pessoa reivindica, e se isso vai ser uma norma estabelecida, vou querer reivindicar também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, confesso que aquela ressalva que coloquei trouxe-me preocupação. Afinal, estaremos, por via transversa, adentrando em dados e informações que, a rigor, nada têm a ver com a CPMI. Isso me preocupou, enquanto, eventualmente, colocarmos em risco a validade da nossa decisão, que poderia ser questionada no Supremo. Diante do esclarecimento da conduta de quem nisso já atuou e que nos anuncia que teremos acesso, mas um acesso **a latere**, um acesso que se nós, de alguma forma, levarmos adiante, significará que estaremos cometendo crime de violação. O que significa que os dados que recolhermos só poderemos utilizar na medida da necessidade da investigação da Comissão. Não me oponho. Retiro qualquer óbice. Confiamos, evidentemente, em nossa autocensura, em nossa autotutela, para que não extrapolamos os limites dos direitos individuais, que são assegurados muito restritamente, exatamente nisso que estamos incidindo.

Submeto, da mesma forma que fiz, em relação ao requerimento precedente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, Sr. Presidente, encerro minha participação dizendo que concordo, solicitando ao Relator a inclusão da Sr^a Renilda.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a vai manter a lista?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex^as. Já temos claramente determinado, pelo que entendi, o encaminhamento é de consenso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aguardem um momentinho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Pela ordem, quero manter a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou esperar que a assessoria termine de conversar.

O SR. (Orador não identificado) – Não há consenso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 131, Sr. Presidente, enquanto a assessoria fala. Art. 131, Sr. Presidente, por favor!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Invoquei o art. 14 previamente, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 131, Sr. Presidente. Quero fazer um esclarecimento da experiência...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, S. Ex^a começa a falar sem pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni, vou conceder três minutos para cada um.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se V. Ex^a me der um minuto, ficarei satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não. V. Ex^a está em último lugar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas agora estou pedindo pelo art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não adianta. Já tentei encaminhar. Por favor. Art. 131, então, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que quero dizer, baseado no art. 131, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O relatório deverá ser oferecido por escrito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De acordo com o art. 131, em qualquer prazo da sessão, o parlamentar terá direito, quando envolve questões constitucionais, quando envolve questões regimentais e a sua prática, com o que quero contribuir, Sr. Presidente? Da forma como o nobre Relator falou, propõe que seja quebrado o sigilo fiscal, bancário e telefônico das pessoas físicas e da empresa, em um único ato. Precisamos de uma votação exclusiva para cada empresa e para a pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não há dúvida nenhuma a respeito disso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas como foi colocado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele foi encaminhado dessa maneira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi encaminhado dessa maneira, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foram lidos os requerimentos em conjunto, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Invoquei o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi encaminhado dessa maneira.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Invoco o art. 14 também, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não pretendo retrucar nada, apenas fui citado. Estou espantado porque o Deputado Eduardo Paes é sempre uma pessoa tão alegre e comedida, uma pessoa que tem sempre uma relação de urbanidade. O que fiz aqui, Sr. Presidente, foi apenas acrescentar dados. Não fiz nenhum juízo de valor, não falei que o Governo anterior roubou ou deixou de roubar. Não falei do PSDB. Fiz apenas uma constatação fática! A partir daí, ele simplesmente enlouqueceu, ficou vermelho, suou. Não sei, não foi para lhe dar nenhuma carapuça, Deputado! Se V. Ex^a vestiu, não era essa a minha intenção. Desculpe. Apenas registrei dados, dados de gastos que são objetivos. Se V. Ex^a se sente ofendido por dados, não é um problema de quem falou, é um problema de quem ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, quando ouvi agora o diálogo, mais ou menos moderado, entre o Deputado do PT e o Deputado do PSDB, cada vez mais chego à conclusão de que o coeficiente de criatividade para os governos administrarem suas respectivas crises é zero. A mesma coisa. Repetem os mesmos argumentos. Os mesmos argumentos!

Antes de fazer os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das transferências de quebras, fiz questão de analisar muitos requerimentos que foram apresentados em outras Comissões Parlamentares de Inquérito, e nada disso que aqui está sendo discutido era discutido no passado. Só era dis-

cutido quando os governos queriam administrar suas crises, ludibriando a opinião pública, e restringindo. Olha, os dados que foram apresentados nos obrigam, mais ainda, a fazer a quebra de sigilo total. Total! Porque se os dados que foram apresentados dos contratos, incluindo, o que eu nem estava falando, incluindo a Câmara dos Deputados sob a gestão de um petista, se deu 14 milhões, e em um ano e meio apenas a mala preta retirou 27 milhões, isso nos obriga, mais ainda, a tratar da quebra de sigilo total, obriga que tenhamos responsabilidade, e vamos ter. Até porque o sigilo, quando é quebrado, é transferido para quem vai analisar os dados. Então, não há problema algum. Absolutamente nenhum! Todas as condições jurídicas para proteger o indivíduo e a empresa estão preservadas nos requerimentos de quebra de sigilo total, porque o sigilo passa a ser assumido por todos os parlamentares que responderiam na justiça, se disponibilizassem esses dados. Então, estaria resolvido.

Portanto, Sr. Presidente, para que possamos votar, é essencial, porque a mudança de posição e de argumento desse pouco metro de corredor foi muito grande, e aí nós acabamos de nos desconfiar também. Portanto, é essencial que seja geral, não podemos definir um ou outro contrato, em relação a uma ou a outra empresa pública, e assumiremos, com a responsabilidade constitucional que temos obrigação de fazer, o sigilo que passa a ser transferido por todos nós, igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quando iniciamos os trabalhos, hoje pela manhã, fiz questão absoluta de explicitar o que norteou a construção do acordo para apresentar a agenda dos trabalhos das duas próximas semanas, que foi algo não muito simples de ser construído na reunião que nos antecedeu, porque a proposta era bem outra do que a que foi apresentada aqui. E a proposta apresentada para a construção da agenda tem a ver com o que estamos fazendo. Constituímos uma CPI como um fato determinado que tem uma lógica. Obrigatoriamente, tem que haver uma lógica de investigação articulada com o fato determinado que a Constituição nos obriga a seguir nesta investigação. Por isso que nós estabelecemos que...

Sr. Presidente, gostaria que fosse mantido silêncio.

Por isso que estabelecemos uma sequência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso que estabelecemos o cronograma das duas próximas semanas, terminando a lógica da investigação, da ligação da fita, dos envolvidos na fita, dos citados na fita, dos contraditados pelos depoimentos relacionados à fita, e iniciamos a lógica da investigação dos contratos que determinadas empresas têm com os Correios. E foi sob a ótica do fato determinado que se instalou esta CPI dos Correios. Concordamos e fechamos o acordo para, na semana que vem, além de ouvir os vinculados ao episódio da fita, ouvirmos também o Sr. Marcos Valério. E na outra semana, além de concluirmos a votação dos demais diretores do Correio, ouvirmos também o Sr. Guimarães, se não me falha a memória, da Skymaster.

Por isso, Sr. Presidente, até concordamos em proceder de forma diferente da que procedemos na quebra do sigilo do Sr. Arthur Wascheck, das empresas dele e tal, porque a lógica seria ouvir primeiro e quebrar depois. Concordamos em quebrar antecipadamente, dado o tumulto. Todo o fato consumado que se cria com as declarações, com as observações, com as ilações, com as acusações, enquanto estávamos ainda conversando, já havia gente dando declarações à Imprensa de que há um pânico com a quebra do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério.

Então, vai ser quebrado o sigilo daquilo que tem conexão com o fato determinado que estamos investigando. Como não é possível na quebra do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério, acho que essa era a preocupação do Relator, o sigilo bancário do Sr. Marcos Valério, é óbvio que é amplo, geral e irrestrito, até porque não pode ser feito de forma diferenciada.

Agora, contratos apenas das empresas que têm contrato com os Correios, a não ser que nestes cinco anos que está sendo solicitado tenha tido outra empresa de posse do Sr. Marcos Valério que tenha tido contrato com os Correios no levantamento que o Deputado José Eduardo Cardozo apresentou. Porque, se não, estaremos absolutamente trazendo para esta CPI aquilo que não é relacionado diretamente com o fato determinado que constitucionalmente temos a obrigação de dar andamento.

Então, Sr. Presidente, eu queria que pudéssemos, até porque a quebra de outros contratos, se for necessário,... Tem tanta CPI sendo criada! Só hoje, já foi a dos bingos, vai ter a do “mensalão”, vai ter para todos os gostos e prazeres e realizações. Nas outras CPIs, os outros sigilos poderão ser quebrados. Agora, nesta, será quebrado o sigilo dos contratos que têm a

ver com o fato determinado que estamos investigando, que é o dos Correios.

Por isso, há apenas duas empresas que têm contratos. Se houver, nos cinco anos que estamos pedindo, que se apresentem. Se não, nós não temos como constitucionalmente quebrar sigilo bancário de contratos envolvendo atividades que não são um fato determinado em pauta investigado nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, só para comunicar que, em relação à CPI dos Bingos, faço parte dessa CPI, fui escolhido Presidente, e foi instalada sem a presença do PT e do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, lamento que V. Ex^a, por quem tenho um apreço muito grande, tenha simplesmente pulado minha inscrição e levado para a Senadora Ideli Salvatti. Lamentavelmente, fico ligando isso ao fato de que sempre que chega a vez de outros deputados e senadores, especialmente a minha, V. Ex^a sempre procura limitação de tempo ou modifica o procedimento até ali adotado.

Portanto, espero que V. Ex^a, até dentro desse apreço mútuo que temos, possa evitar esses fatos, que realmente são desagradáveis e creio que foge um pouco até de sua maneira democrática e aberta de ser.

Mas, Sr. Presidente, tudo começou, infelizmente, por uma colocação do Sr. Relator, uma colocação, a meu ver, extremamente equivocada.

Quando, após a leitura de cinco requerimentos, o de nº 91, do Senador Alvaro Dias, cuja ementa diz: Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Souza. É o que está na ementa.

Depois, nós passamos para o de nº 185, da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Souza desde janeiro de 2003.

Depois, nós passamos para o 219, do Deputado Gustavo Fruet e do Deputado Eduardo Paes, que solicita a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza desde 2003.

Depois, o de nº 31, do próprio Relator. Veja bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, o Deputado Osmar Serraglio, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B e DNA e não restringe, em momento nenhum, a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Trata-se de solicitação do Sr. Relator.

Por último, nós tivemos o de nº 247, também do Deputado Gustavo Fruet e do Deputado Eduardo Paes, que solicita – aí não foi lido – a transferência dos sigilos bancário fiscal e telefônico da Sr^a Renilda Fernandes de Souza.

Penso que o Relator se equivocou na sua observação, mas já se retratou. Entretanto, Sr. Presidente, o Deputado Maurício Rands disse que queria ampliar – não apresentou requerimento não está aqui na relação dos requerimentos –, oficiosamente, para que a quebra de sigilo fiscal e telefônico fosse em cinco anos e também atingisse a Sr^a Fernanda Karina So-maggio.

Penso que não há nenhuma restrição com relação a isso. Agora, também, ele abre o espaço para que possamos pedir a ampliação da quebra de sigilo bancário da esposa do Sr. Marcos Valério, que é a Sr^a Renilda Fernandes de Souza, como está no Requerimento nº 247.

E, mais do que isso, Sr. Presidente, queria trazer aqui ao conhecimento desta Comissão que estou de posse do registro de quatorze empresas que têm a participação do Sr. Marcos Valério ou da sua esposa. Sete estão na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Vou ler o que há sobre cada uma, rapidamente, Sr. Presidente:

SMP&B Comunicação Ltda. Inclusive, pelo menos na certidão simplificada da Junta, ele não consta como sócio, mas consta a Sr^a Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza.

DNA Propaganda. Não tem nenhum dos dois, mas tem a Grafite Participações Ltda. E vamos ver de quem é a Grafite.

Depois, a Presepiú Centro de Preparação Equestre, também com a sociedade do Sr. Marcos Valério.

Depois, a Estratégica Marketing e Promoções Ltda., que tem como sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza.

Depois, a Grafite, que é a controladora da DNA. Mais uma vez, não tem o Sr. Marcos Valério; tem a Sr^a Renilda Maria Santiago Fernandes de Aguiar.

Há, ainda, Pouso Alegre Editorações Ltda, de quem o Sr. Marcos Valério é sócio.

Há, ainda, a Feeling Propaganda Ltda., de quem a Grafite Participações também é sócia.

Além dessas sete empresas, que têm registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, há, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, mais sete registros no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. São sociedades civis. A Target Representações e Intermediações de Negócios, que tem um objetivo bastante amplo. Para quem quiser conhecer, está aqui.

Há, também, a MG5 Participações Ltda.; a Novo Mundo Participações Ltda.; a SF Assessoria Empresarial Ltda.; a JVN Participações Ltda.; a 2S Participações Ltda; a Tolentino & Melo Assessoria Empresarial, sociedade civil.

Portanto, Sr. Presidente, penso que, no bom propósito, se é esse efetivamente, e queremos crer que seja, de se apurar tudo, que não fique nada às escondidas acho que temos que incluir – ainda falta mais uma; eu tenho essas catorze, então são quinze – que todas elas tenham também o seu sigilo fiscal e telefônico transferido para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já que foram apresentados, oficiosamente, requerimentos pelo Deputado Maurício Rands, eu quero também, desde já, apresentar, Sr. Presidente, dizendo e defendendo que vejo total conexão com o assunto dos Correios, porque a pessoa do Sr. Marcos Valério está ligada diretamente à questão dos Correios, tendo distribuído recursos da estatal Correios, Empresa de Correios e Telégrafos, para toda essa rede de empresas que podem estar participando de desvio de recursos públicos e dos próprios Correios.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria agora de fazer algumas ponderações, até para resgatar o equilíbrio das decisões que têm pautado esta CPMI. Todas as decisões tomadas nesta CPMI têm sido sensatas e discutidas previamente com todos os Líderes. Temos responsabilidade não só para apurar os fatos, punir os responsáveis, como também para criar instrumentos que venham a ajudar a gestão pública. Portanto, temos que ter responsabilidade inclusive para discutir e avaliar os requerimentos. Se não tivermos uma estratégia clara, que começou na denúncia, que veio na gravação e que prossegue pelos contratos, se perdermos o fio dessa meada, esta CPMI, efetivamente, não vai dar em nada. Se não tivermos responsabilidade para avaliar efetivamente aquilo que é necessário, não vamos chegar a lugar algum.

No afã, muitas vezes, de querer abrir o leque das investigações, vamos perder o foco. A partir do momento em que perdermos o foco, não vamos investigar absolutamente nada, e quem vai perder não é só o Governo e não é, acima de tudo, o povo brasileiro, somos nós, a CPMI dos Correios, somos nós, Senadores e Senadoras, somos nós, Deputados Federais e Deputadas Federais. Temos que ter responsabilidade nas coisas que são colocadas e nos requerimentos que são tratados, para que tenhamos lógica e bom senso.

Quero só registrar, para alertar os Parlamentares presentes, em função de tudo o que estou ouvindo, que há vários mandados de segurança do STF,

do Supremo Tribunal Federal, e gostaria de ler alguns deles, muito rapidamente.

Ministro Celso de Mello: “A quebra de sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o texto da Constituição quando fundada em deliberações emanadas de CPI, cujo suporte decisório apóia-se em formulações genéricas, muitas vezes padronizadas, que não veiculam a necessária e específica indicação da causa provável, que constitui pressuposto de legitimação essencial à válida ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Carta política”.

Ao mesmo tempo, o STF, há um parecer do Relator Ministro Maurício Corrêa: “A legitimidade da medida excepcional deve apoiar-se em fato concreto e causa provável, e não em meras conjecturas e generalidades insuficientes para ensejar a ruptura da intimidade das pessoas”.

Há outro mandado de segurança do Ministro Celso de Mello na mesma linha.

Por isso, gostaria de ponderar com V. Ex^{as} para que tenhamos um encaminhamento claro, um encaminhamento objetivo para essas questões, porque, se começarmos a apresentar um cem número de variantes, não vamos produzir absolutamente nada.

As observações estão feitas. Depois, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes, mas gostaria de encerrar este debate que, no meu ponto de vista, não está conduzindo a nada. Vamos colocar as questões como foram aqui colocadas e vamos votar, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é evidente que...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou interromper o Senador Heráclito Fortes, porque volto à questão suscitada pelo Senador César Borges. Pode-se encerrar a discussão – sou amigo, companheiro, e estamos juntos nesta luta da CPMI; somos da Oposição –, pois o Senador César Borges há pouco levantou uma questão: que V. Ex^a está alterando a ordem dos inscritos. Não faço nenhuma questão de falar pela ordem, mas, se há uma relação de inscritos, deve ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Sr. Heráclito está com a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, levantei a questão de ordem para contra-argumentar exatamente com o que acabou de dizer o Presidente da Comissão, lembrando que o que foi lido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu também queria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Cedo, então, com muita humildade, a palavra ao Senador Alvaro Dias, que, com mais brilhantismo do que eu, fará esta Comissão chegar onde quer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a chegou há pouco e não está acompanhando os debates. O seu colega César Borges fez questão de ressaltar que o Presidente estava alterando a ordem dos inscritos, e sei que V. Ex^a não concorda com isso.

Estamos, Sr. Presidente, preocupados exatamente com o andar dessa carruagem. Hoje andamos muito mal, e fica a impressão de que estamos em trabalho de obstrução, de que não queremos que a CPMI investigue para valer, porque estamos desde nove horas da manhã discutindo obviedades, como agora. Há um bom tempo estamos discutindo aquilo que não deveríamos estar discutindo.

Todos sabemos que um requerimento de quebra de sigilo tem que estar respaldado por uma argumentação jurídica consistente, caso contrário vai ao Supremo Tribunal Federal. Não há necessidade de se discutir isso. Aqui estão apresentando requerimentos orais. Todos sabemos que um requerimento só é votado se apresentado por escrito, formalmente, à Mesa. Aqui não se alteram oralmente requerimentos apresentados, como se pretende.

Estamos discutindo se a quebra de sigilo bancário pode implicar apenas determinados contratos que queremos. Não há possibilidade de se distinguir, na quebra do sigilo bancário, qual contrato será atingido, qual empresa será alcançada, qual beneficiário será penalizado no futuro.

Portanto, estamos discutindo obviedades, e fica a impressão de que queremos obstruir os trabalhos.

Sr. Presidente, quem quer apresentar alterações de requerimentos deve apresentá-las por escrito. Os requerimentos devem ser encaminhados à Mesa formalmente. Não há, Sr. Presidente, outra forma de se apresentarem requerimentos.

O apelo que estou formulando é no sentido de que se votem os requerimentos apresentados. O que está escrito no requerimento é o que será votado por este Plenário. Esse é o apelo que estou formulando a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer, até porque, Senador Jefferson Péres, o Brasil todo nos assiste. Na hora que o Presidente da Comissão leu três despachos de Ministro sobre um assunto que não é o atual, mas relativo à CPMI do Banestado, pode ter criado uma

confusão na cabeça de quem está nos assistindo – o Brasil todo o está –, fazendo com que se pense que esses despachos se refiram a requerimentos da atual Comissão. Quero lembrar que os despachos dos dois Ministros se referiam a uma prática errada da CPMI do Banestado, quando se quebrava de maneira coletiva sigilo bancário, fiscal, telefônico, e hoje esses sigilos se encontram em poder da Comissão. A Comissão lacrou essa documentação. E a Nação brasileira ficou sem tomar conhecimento do seu teor. Os requerimentos de agora não, são fundamentados e com base legal. Diferentemente dos erros cometidos no passado.

De forma que a única cautela que se tem que tomar aqui para atender aos requisitos do Tribunal é exatamente fazer de maneira fundamentada, individual e baseada, evidentemente, em dados claros e lógicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, a quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério de Souza está justificada nos Requerimentos nºs 91, 185 e 219. De maneira que o que submetemos à apreciação de V. Ex^a para que repasse à apreciação do Plenário é a quebra já devidamente justificada nos Requerimentos nºs 91, 185 e 219. Estou me restringindo agora à pessoa física do Sr. Marcos Valério de Souza. E solicitaria a V. Ex^a, se for o caso, que submetesse à votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, para discutir o requerimento. Gostaria de perguntar algo ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele está usando a justificativa que foi dada pelos próprios Senadores, inclusive o meu. Então, preserva a ementa e a justificativa, que são...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A justificativa dos requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. De fato, Sr. Presidente, vamos votar dois. Depois vem o das empresas. É isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exato, por exigência regimental, estamos separando os requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, quero me inscrever. Exigência regimental ilegal. Está certo. Então, quero me inscrever para discutir quando for o requerimento das empresas.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, estava inscrito para fazer a discussão. Para acelerar, abro mão, mas quero me inscrever quando vier o requerimento das empresas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já me inscrevi também, Sr. Presidente.

Estou me inscrevendo para a discussão do segundo requerimento, que trata das empresas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando aprovamos a quebra do sigilo do Sr. Arthur Wascheck, estabelecemos que o prazo da quebra do sigilo era dos últimos cinco anos. Confere?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Confere.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Requerimento nº 91, de autoria do Senador Alvaro Dias, é omissos com relação ao período. Ele diz: requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Sousa, sem estabelecer...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em virtude disso que, quando apresentamos antes, dissemos que estávamos aditando, porque alguns anunciam prazo, alguns que não anunciam. Por inserção do Relator, fixamos nos últimos cinco anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, esses requerimentos que estamos votando, omissos ou com prazo diferenciado, quero saber o que é que vamos estar aprovando. É a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério de Sousa nos últimos cinco anos? É isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria que ficasse bem claro o que vamos votar agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estamos, Sr. Presidente, votando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ... para iniciar a votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... os Requerimentos nºs 91, do Senador Alvaro Dias; 185, da Senadora Heloísa Helena; 219, dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, com o acréscimo da relatoria em relação ao prazo que corresponde aos últimos cinco anos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Excelente. Está bom. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou iniciar a votação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, depois, antes de começar a próxima votação... Sr. Presidente, me desculpe. V. Ex^a sabe que tenho me comportado com muito respeito e disciplina

ao regimento de V. Ex^a, mas parece que, às vezes, é necessário levantar a voz para ter direito à voz. Peço a V. Ex^a que, após esta votação, inscreva-me para fazer um protesto à condução dos trabalhos, aos procedimentos adotados e à conduta da Bancada do Governo com relação a esta votação e às demais, que estão vinculadas. Então, para não atrapalhar esta votação, peço que V. Ex^a me inscreva como primeiro na próxima.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Já estou eu, a Senadora e V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou começar a votação pelos Deputados. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. (Orador não identificado) – S. Ex^a vem daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Álvaro Dias. Suplentes: Deputado Henrique Fontana. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputada Kátia Abreu. (Pausa.)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Deputado Henrique Fontana vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Henrique Fontana vota “sim”. Deputado Benedito de Lira; Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Sandro Mabel. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Senadores. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, finalmente consigo votar com o Governo, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito Vilela; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto com os três requerimentos da Oposição. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Presidente, Deputado Nelson Meurer, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer, “sim”.

São 22 votos “sim”.

Foram aprovados os requerimentos.

Eu gostaria de lembrar a V. Ex^{as} que começou a Ordem do Dia no Senado. Pelo Regimento, deveríamos suspender a reunião. Voltaríamos...

Acho muito arriscado, Senadora Heloísa Helena, porque alguém pode vir a questionar as decisões da CPI.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas eu não estou questionando nada, Presidente. V. Ex^a, como é muito querido – eu gosto muito da sua esposa –, está querendo adivinhar todos os meus pensamentos. Isso é um absurdo! Que comadre Maica faça isso, tudo bem, mas V. Ex^a eu não autorizo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, nós vamos suspender a reunião. Retomaremos às 17 horas e 30 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Após a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Após a Ordem do Dia.

(Suspende-se a reunião às 15h37min.)

(Reabre-se a reunião às 19h03min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Peço a palavra para uma questão de ordem que eu reputo de fundamental importância para a validade dos atos que vão ser praticados agora nesta Comissão. É regimental tanto na Câmara quanto no Senado que,

durante a Ordem do Dia, todas as Comissões devem suspender seus trabalhos, sob pena de nulidade dos atos praticados nesse horário. Hoje, neste momento, estão na Ordem do Dia a Câmara e o Senado.

Os depoentes estão aqui acompanhados de seus advogados, que, certamente, amanhã poderão questionar a validade de seus depoimentos aqui, em juízo, por infringência dos dispositivos regimentais.

Então, eu queria apenas suscitar essa questão de ordem para que amanhã não se venha dizer que esta Comissão, propositadamente, tomou os depoimentos neste horário, para torná-los nulos lá adiante.

É essa a questão de ordem que eu suscito e submeto à decisão de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vejo procedência na argumentação do Deputado Asdrubal Bentes. Por quê? Porque nós não iremos, efetivamente, deliberar sobre nenhuma matéria no dia de hoje; nós vamos dar seguimento a uma sessão que teve início às 10 horas da manhã, que teve de ser interrompida. Nós estávamos, sim, em processo de votação de requerimentos, processo esse que foi interrompido e que não poderá ser retomado neste momento. Mas nós poderemos iniciar a oitiva dos diretores, sem maiores problemas. Não há nenhum tipo de confronto com o que dispõe o Regimento do Senado, que deve ser aplicado, neste caso, supletivamente.

Mas eu queria, Sr. Presidente, ainda também dizer aqui, com clareza, que a Oposição e o PFL vão cumprir aquilo que for a decisão da Mesa. Nós queremos deixar com o Senador Delcídio Amaral a prerrogativa de tomar as decisões apropriadas sobre como é que deve se comportar esta Comissão no dia de hoje e no dia de amanhã. Nós temos, reiteradas vezes, dito que acreditamos na isenção e na imparcialidade do Presidente e, principalmente, no seu bom senso. Se nós aplicássemos o bom senso, não daríamos seguimento a esta reunião, iríamos marcar uma reunião extraordinária para a semana que vem, transferiríamos o depoimento dos três diretores para esta reunião extraordinária, a critério do Presidente e do Relator, e fosse na segunda ou na quinta-feira, todos nós estaríamos aqui

aplicando o bom senso. Bom senso para os Membros e para os depoentes.

Agora, caso haja uma objeção do PT – porque está querendo criar um fato que é negativo, que depõe contra a CPI e depõe contra a Casa –, caso haja essa objeção, respeitaremos a decisão do Presidente e estaremos aqui até 5, 6, 7 horas da manhã. E, se for preciso emendar com o depoimento do Deputado Roberto Jefferson, vamos emendar. Não há problema.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Qual é a sua proposta de entendimento?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A minha proposta seria transferirmos o que aconteceria hoje, que era a oitiva dos três diretores e a votação dos requerimentos, para a semana que vem, ou na segunda ou na quinta, tendo em vista que o Presidente já agendou audiências para terça e quarta-feira da semana que vem, sem prejuízo da sequência lógica que estamos imprimindo.

Então, Sr. Presidente, quero finalizar dizendo o seguinte: eu queria que V. Ex^a tivesse a prerrogativa de decidir. Estou lhe dando aqui uma procuração para que V. Ex^a possa decidir o que fazer, aplicando o bom senso, como tem aplicado até agora.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Senador Heráclito Fortes já tinha se inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos entrar novamente naqueles longos debates, quando precisamos ouvir os diretores...

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O zelo da Oposição com o exercício da Presidência de V. Ex^a é total e sincero. Estamos tendo a preocupação de que tanto V. Ex^a como o Sr. Relator continuem nessa linha de postura com que têm se conduzido até agora. Infelizmente se inaugurou, neste momento, através da intervenção do Deputado Asdrubal Bentes, a invocação do Regimento. Pode ser até uma manobra do Governo para adiar depoimentos, mas faz sentido. Ele é regimental.

A minha sugestão a V. Ex^a é de que não macule a sua atuação agredindo o Regimento, embora na melhor das intenções, para que depois não pague o preço por isso. Dessa forma, a minha sugestão – penso que não temos pressa nenhuma – é de esperar a conclusão da Ordem do Dia e, após a Ordem do Dia, iniciarmos essa reunião, não importando a hora. O Brasil inteiro está aguardando essas oitivas de hoje; o Brasil inteiro está aguardando o desenrolar dessa

CPMI. Estaríamos faltando com os nossos deveres se não fizéssemos isso hoje, a partir do momento em que não houve entendimento com setores do Governo para equacionar para a próxima semana a oitiva dos diretores do Correio.

Portanto, a minha sugestão a V. Ex^a é de que suspenda imediatamente a reunião e a recomece logo após a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, de maneira muito rápida reafirmo, por óbvio, a absoluta confiança que temos na condução dos trabalhos por V. Ex^a e pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio, confiança essa demonstrada desde o momento em que jamais levantamos qualquer objeção do estilo adjetivação de que esta CPMI poderia ser “chapa branca” ou não. Aliás, estamos mostrando na prática que esta CPMI é extremamente séria: tem feito as investigações que precisam ser feitas, já votou uma quebra de sigilo bancário importantíssima hoje.

Evidentemente, a contradita que faço à fala do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto é de que, às vezes, não podemos raciocinar o bom senso só conforme o bom senso pessoal que temos. Eu, por exemplo, considero que é um bom senso muito mais razoável continuar a sequência de depoimentos, que foram montados em uma sequência por uma determinada lógica, porque houve uma acusação que envolveu diretores dos correios; essa acusação foi pública, dentro da Comissão de Ética por parte do Deputado Roberto Jefferson; e obviamente me parece que é muito mais lógico a CPMI poder ouvir primeiro os diretores, que vão colocar a sua visão, para depois ouvirmos, novamente na CPMI, o Deputado Roberto Jefferson, a qualquer tempo e a qualquer hora.

Agora, com toda franqueza, Deputado ACM Neto, não me parece razoável que evidentemente trabalhemos 24 horas em sequência. Eu também tenho coragem e desprendimento para, se precisar, ficar aqui até 24 horas consecutivas girando, mas não me parece razoável. Fico me perguntando por que é tão fundamental que a oitiva do Deputado Roberto Jefferson seja exatamente às nove e meia da manhã ou às dez horas da manhã de amanhã? Por que essa preferência tão grande por essa oitiva nessa hora e nesse minuto? Parece-me que isso, sim, é um tanto quanto intransigente para quem procura uma negociação e uma composição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, nos termos do art. 107 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – SP) – Deputado Gustavo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o art. 107 é taxativo, não é interpretativo.

Art. 107 As comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para funcionamento das comissões permanentes.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião da comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado.

Portanto, é nula toda essa discussão e qualquer deliberação que vier a ser tomada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands, estou chamando todos. O Deputado Arnaldo é o próximo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, todos estamos a par da norma regimental. O que estamos tentando aqui é um entendimento para que prossigamos em oitivas, sem deliberação, para não ter qualquer risco de que as deliberações possam ser inclinadas de nulidade. Então, nós estamos querendo ver se, num acordo – aí tem que haver realmente esse entendimento –, podemos prosseguir com as oitivas dos investigados e testemunhas aqui convocadas.

Sobre a proposta de entendimento, o que queremos ponderar é exatamente isto: todos aqui têm uma concepção do que é o bom senso naquele caso concreto. Queremos realçar que o bom senso para nós é mexer no que já está acordado o mínimo possível. Estamos diante de uma dificuldade, já são 19h13h. A média de duração de cada depoimento tem sido três, quatro, cinco horas, no mínimo, e até mais. Ratifico o que disse o Deputado Henrique Fontana. Estamos prontos aqui para virar noite e dia, não tem problema, mas temos também um compromisso muito grande para que a investigação seja feita com qualidade, seja frutífera e que avancemos na verdade.

Então, sem dúvida, fazer aqui mutirões, um após o outro, prejudicará ou os primeiros ou aqueles que vierem logo em seguida. E são matérias sobre cujos contratos precisamos nos debruçar.

Portanto, Sr. Presidente, o que queremos propor de entendimento? É que haja um bom senso. Deputado Onyx Lorenzoni, peço sua atenção por gentileza. Mexer na seqüência – porque cada um tem um entendimento do que é a lógica de causalidade para a seqüência de oitivas, de investigações – é algo muito

mais complicado. O que temos, com mais facilidade, para chegar a um entendimento é mexer no menos; mexer no mais é mais difícil. Mexer no menos é o quê? É estabelecer horários para os interrogatórios. Mas a seqüência já foi um longo acordo que se construiu ao longo desses dias.

Então, o que queremos propor? Que possamos ouvir hoje – já são 19 horas –, por acordo, mesmo havendo Ordem do Dia nos dois plenários, um dos diretores e, em seguida, transferimos para o dia de amanhã os seguintes, mantendo a seqüência. Ninguém quer entender isso. Não é manobra. Queremos ouvir todos. Agora, o que fica parecendo manobra é um intuito de que tem que proteger para se criar um intuito de proteger o horário que foi combinado com o Deputado Roberto Jefferson. E os outros? Já não tiveram também seus horários combinados alterados? O que é muito mais complexo, Sr. Presidente, é mexer na seqüência.

E aí fica a indagação: se queremos o bom senso, vamos tentar mexer no menos, porque mexer no mais é menos bom senso do que mexer no menos. Portanto, Sr. Presidente, que ouçamos um segundo, dependendo do andamento, se for rápido, mas tenhamos a clareza de manter a seqüência.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, a campanha que está soando significa não só votação lá no Senado, mas, neste caso, significa votação nominal, porque é Proposta de Emenda Constitucional.

Então, eu queria dizer que não sei o que vamos fazer depois. Neste momento, tem que interromper para que possamos ir votar. Não tem como.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, por favor, decida as questões de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu estava à tarde aqui, durante a votação do requerimento em que se abre o sigilo do senhor Marcos Valério, e acabei me ausentando, porque tomei conhecimento de uma edição extra do Diário Oficial, cancelando uma medida provisória para desobstruir a pauta e que, dessa forma, pudesse ser votado, lá no Plenário da Câmara, a CPI do Abafa. Chegando aqui, Sr. Presidente, fui conferir a votação da quebra de sigilo... (Pausa.)

Eu fui conferir a votação da quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério e constatei um grave equívoco. Eu gostaria que V. Ex^a pegasse a planilha. A votação tem quatro votos do PT quando o PT tem três Deputados. Eu gostaria que V. Ex^a visse a planilha... A planilha de votação tem quatro votos do PT, quatro votos do PT, quando o PT tem apenas três votos, como Deputado... Então...

(Tumulto no plenário da comissão.)

Deixa eu falar, porra! Eu fiquei quieto o tempo inteiro, porra!

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pois não, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, sou uma pessoa que cumpre o Regimento. Se não se fizer essa correção, a votação da quebra de sigilo de Marcos Valério está equivocada. Do PT votaram dois Deputados Titulares e dois Deputados Suplentes. O PT tem três vagas. Esta é a questão de ordem...

A Mesa é que informa; não sou eu quem informa. Quem votou pelo PT?

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, não... O que aqui a Mesa está me informando... Na verdade, foram registrados 22, porque a planilha, efetivamente, tem um engano com relação ao Deputado Henrique Fontana que votou depois... Perdão, foram registrados 21...

O Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas está registrado 22, e há quatro votos do PT. O PT tem direito a três votos. Esta é a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado, retiramos o voto do Deputado Henrique Fontana, que chegou **a posteriori**, e eu registrei aqui para que a gente corrija esse equívoco da Mesa.

O Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem que corrigir na Ata, não é, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Claro! A Ata, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Deputado Arnaldo Faria de Sá, por favor, a Ata já está sendo feita e, exatamente, levando em consideração esse equívoco que a Mesa já havia levantado.

O Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O Sr. ONYX LORENZONI (PFL – SP) – Sr. Presidente, para colaborar com os trabalhos, de maneira muito rápida. Primeiro, solicito de V. Ex^a que, amanhã, às 9h, das 9h às 10h e 30 minutos, a gente discutisse os requerimentos pendentes, para que não atrasem a remessa daquelas quebras de sigilo que são importantes. Segundo, creio que há, através do comando de

V. Ex^a, condições de nós fazermos a oitiva de todos os diretores, hoje, com tranquilidade, de tal forma que venhamos a cumprir a pauta do dia de hoje, que é o que a sociedade espera que a gente faça. E nós, do PFL, reafirmamos a confiança na condução dos trabalhos por V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de sugerir, até... Eu não sei... Até que horas vão a votações, hoje, na Câmara? Não se sabe.

O Sr. (Orador não identificado) – Imprevisível.

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Imprevisível.

O Sr. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se for usar esse critério, quase tudo o que foi feito até agora teria que ser anulado.

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza.

O Sr. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Teria de ser anulado...

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É esse...

O Sr. (Orador não identificado) – Não, não, Presidente. Nós não deliberamos enquanto estava tendo votação na Ordem do Dia.

O Sr. (Orador não identificado) – Na Câmara, sim; no Senado, não; na Câmara, sim. Na Câmara, houve deliberação na Comissão, com Ordem do Dia.

O Sr. (Orador não identificado) – Tem alguém que quer anular a quebra de sigilo do Marcos Valério, porque estava no período e funcionamento do Plenário?

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de... Deputado...

O Sr. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, um erro não justifica outro. Suscitei esta preliminar com o intuito de colaborar para o êxito desses trabalhos. Nós não podemos... Nós não podemos cometer um erro, porque já foi feito um anterior. De maneira nenhuma... Nós temos é que reparar os erros.

O Sr. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não houve erro anterior. Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o Regimento é claro: é sessão do Senado. Não importa se houve sessão da Câmara. É claro, é taxativo. E seria inaceitável se tivesse ocorrido e não fosse cancelado agora. Não se trata de corrigir ou de admitir um erro. Não houve votação enquanto estava havendo sessão ou votação na Ordem do Dia do Senado.

O Sr. (Orador não identificado) – É que é desumano que esses depoentes, que já estão aguardando aqui há doze horas, fiquem mais doze horas aqui depondo. Isso é um absurdo! Não há ser humano que

resista. Eu estou Deputado, estou político, mas sou advogado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu queria apelar para o bom senso para ver se conseguimos construir essa agenda definitivamente. Os diretores estão bastante cansados. Eu tive uma conversa com eles agora. Eles estão aqui desde a manhã. Existe essa restrição. Se algum Senador levantar uma questão de ordem lá no Senado, efetivamente, vamos ter que interromper a reunião. Então, quero ponderar com V. Ex^{as} para que suspendamos esta reunião por meia hora, quarenta minutos ou uma hora, até para que retiremos o óbice do Senado, que está votando a PEC Paralela, e depois vamos cumprir a oitiva dos diretores até a hora que for necessária.

O SR. (Orador não identificado) – Vai haver reunião do Congresso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas o Congresso não impede. O problema, como disse o Deputado Gustavo Fruet, é só o Senado.

Então, eu gostaria de ponderar e apelar para a boa vontade de V. Ex^{as} para, em um dia conturbado na Câmara, no Senado, fora do Congresso, impreterivelmente, começarmos a oitiva às 20 horas. Certo?

(Suspende-se a reunião às 19h23min.)

(Reabre-se a reunião às 21h03min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou reabrir a reunião relativa à CPMI dos Correios.

Quero, primeiramente, agradecer a todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, aos consultores, à assessoria, à imprensa pela paciência com que acompanhou e tem acompanhado os trabalhos desta CPI. A realidade é que estamos tendo um dia agitado no Congresso Nacional. Estamos discutindo a PEC Paralela no Senado Federal, o que nos levou, inclusive, a suspender, até por razões regimentais, a reunião da CPI. A Câmara dos Deputados continua trabalhando e votando, não só medidas provisórias como também a questão do “mensalão”.

Ao mesmo tempo, hoje também tivemos algumas lideranças nossas, do Governo e da Oposição, em reunião com os produtores rurais. Todos sabemos do “tratoração” que acontecerá em Brasília.

Então, hoje é um dia absolutamente excepcional, um dia diferente da rotina, do cotidiano do Congresso, apesar de estarmos vivendo dias agitados, pelo menos nas últimas semanas, fruto dessa situação de excepcionalidade, fruto da própria situação que os diretores ou os ex-diretores dos Correios efetivamente vivenciaram no dia de hoje, até em função de todos os trabalhos exaustivos da CPMI ao longo do dia, não só definindo a sua pauta de trabalhos nas duas primeiras semanas de julho, mas também discutindo os requerimentos. Por-

tanto, trabalhamos bastante não só na CPMI, mas no Congresso, nas Comissões. Vários Deputados, várias Senadoras e Senadores se deslocaram não só para debater uma série de projetos nas Comissões Permanentes, mas também no próprio plenário.

Até por uma razão de humanidade – posso ter todos os defeitos, mas sou um humanista, a minha formação é de humanista –, acho que estamos muito cansados. Não faremos um trabalho eficiente. Portanto, a Mesa toma a decisão de fazer a oitiva de dois diretores dos Correios amanhã de manhã. Começaríamos os trabalhos votando os requerimentos pela manhã, às 9 horas, e apelo a todos os Parlamentares para que, depois disso, como já discutimos esses requerimentos à exaustão, celeremente aprovemos os requerimentos que ainda estão pendentes.

Após os requerimentos, poderíamos fazer uma reunião, das 9 horas às 10 horas da manhã, para aprovarmos os requerimentos. A partir de então, ouviríamos dois diretores dos Correios, o Diretor de Administração e o Diretor de Tecnologia, diretores importantes e que vão nos pautar, inclusive, na audiência que teremos com o Deputado Roberto Jefferson. Começaríamos a oitiva do Deputado Roberto Jefferson às 15 horas de amanhã.

Portanto, às 9 horas votaríamos os requerimentos e, apelando a todos os Parlamentares para que os votássemos rapidamente, às 10 horas iniciariamos a oitiva dos dois diretores, de administração e de tecnologia, e às 15 horas ouviríamos o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, respectivamente, os Deputados Eduardo Paes, ACM Neto, Arnaldo Faria de Sá, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo...

O SR. (Orador não identificado) – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ... e Deputado... Ou seja, todos. Vamos começar.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tenho sido aqui, pública e internamente, um defensor das decisões que V. Ex^a vem tomando. V. Ex^a vem agindo com muito equilíbrio, muito discernimento, desde o início dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Creio que V. Ex^a, nessa decisão, erra pela primeira vez.

Na verdade, Sr. Presidente, desde o início da semana alertamos para a impropriedade da oitiva desses diretores, uma vez que os elementos que instruíam a arguição só chegaram às mãos dos Parlamentares ou muito tarde, ontem à noite, ou hoje pela manhã. Portanto, já teríamos dificuldade em ouvi-los.

Segundo, Sr. Presidente, na verdade passamos o dia de hoje inteiro – e aí tenho que ser justo com V. Ex^a, pois V. Ex^a tentou contornar os mais diferentes interesses, funcionando como magistrado – para que convencêssemos a base do Governo a aprovarmos o requerimento de quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério. Não teve nada a ver com o prazo em que esse sigilo seria quebrado, porque esse prazo foi trazido ao plenário e prontamente aceito pela Oposição. Portanto, passamos o dia inteiro para convencer o Governo, que parece temer profundamente o Sr. Marcos Valério, a quebrar o sigilo dele.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a tomasse, talvez, uma ou outra decisão que eu daria como sugestão. Quero dizer que sou contra a decisão de V. Ex^a, mas a acato e penso que V. Ex^a tem que decidir neste momento, sim. Talvez me pareça importante que V. Ex^a também tome duas ou três decisões, Sr. Presidente, porque temo e sinto no ar... Sei que o Deputado Roberto Jefferson talvez... Não sei de quem o Governo tem mais medo, se do Roberto Jefferson ou do Marcos Valério. Sei que os dois causam pânico ao Governo, porque o Roberto Jefferson disse algumas coisas que supostamente seriam mentiras, mas essas mentiras são confirmadas pelo Marcos Valério. Então, é um terror, é um pesadelo para o Governo ouvir ambos.

Sinto um certo clima de tentar não se ouvir o Deputado Roberto Jefferson amanhã, mas considero importante, porque o Deputado Roberto Jefferson já falou muito em foros informais, quer dizer, na verdade, tivemos o Conselho de Ética, mas este não tem os instrumentos de que dispõe a CPMI. Depois, lemos uma entrevista dele na **Folha de S.Paulo**, depois vimos o Deputado Roberto Jefferson naquele programa da TV Cultura, o Roda Viva, e penso que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é o foro adequado para o Deputado Roberto Jefferson contar o que tem para contar.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, se possível, que ficasse muito claro aqui que meia hora para votarmos os requerimentos acordados é mais do que suficiente. Poderíamos começar às 9 horas, votar o requerimento em meia hora, e já chamaríamos os diretores para as 9 horas e 30 minutos.

Agora, Sr. Presidente, penso que, além da decisão de meia hora para votar – é importante que os Deputados da base do Governo expressem essa

concordância, depois da noite de hoje, que tinham em relação aos requerimentos – também deveríamos ter um prazo limite para encerrar a oitiva dos senhores diretores no dia de amanhã. Esse prazo limite seria às 14 horas e 30 minutos ou às 15 horas, para que às 15 horas o Deputado Roberto Jefferson, que ainda é Parlamentar, que ainda é Deputado, que está aqui – por mais que se especule, se fale da sua cassação, o Deputado Roberto Jefferson ainda é Deputado –, convocado, compareça às 15 horas.

Portanto, eu gostaria que V. Ex^a definisse esse prazo limite para a oitiva dos senhores diretores.

Claro que V. Ex^a vai precisar muito da colaboração de todos nós, com menos intervenções “pela ordem” e com menos arguições que não terminam nunca, mas que V. Ex^a, então, estabeleça esse prazo limite até as 14 horas e 30 minutos ou 15 horas.

Quero deixar muito claro, Sr. Presidente, que eu não veria o menor problema – estamos todos cansados, não há dúvida alguma – em relação a nós. Nós, aqui, teríamos, sim, que virar a noite, seria nossa obrigação, mas penso que, em razão do cansaço dos depoentes no dia de hoje, a decisão de V. Ex^a só se justificaria por causa disso, apesar de considerá-la um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta preliminar.

O Deputado Roberto Jefferson já foi contactado sobre a possibilidade de ser modificado o horário pré-estabelecido das 10 horas e 30 minutos para as 15 horas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não foi. Estamos tentando fazer isso agora, meu caro Deputado ACM Neto, porque estamos com dificuldade para localizá-lo. Estou aqui de olho no telefone, exatamente para ajustar com ele esse horário das 15 horas, mas é o possível, é o razoável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que eu lhe pergunto isso, Sr. Presidente? Porque o Deputado Arnaldo Faria de Sá trouxe-me a informação de que o Deputado Roberto Jefferson não estaria disposto, ou não poderia comparecer a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito às 15 horas. Para que qualquer deliberação seja tomada, primeiro precisamos dessa resposta. Tenho algumas colocações que quero fazer. Proponho, então, que suspendamos esta reunião por mais 15 minutos, até que tenhamos a confirmação do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quero informar que tive contato com o Deputado Roberto Jefferson agora à tarde e S. Ex^a me confirmou

sua presença, amanhã, nesta Comissão. S. Ex^a me confirmou a sua presença, amanhã, às dez e meia. Ele já havia invertido o horário, porque, inicialmente, seria à tarde e foi transferido para de manhã. Então, à tarde S. Ex^a vai cantar. Então, pela manhã é o horário dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não encerrei, apenas fiz uma proposta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou ouvir os demais Deputados. Enquanto isso, vamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, então pretendo concluir aquilo que tinha a expor.

Sr. Presidente, realmente lamento o que está acontecendo. Hoje, pela manhã, quando iniciamos os nossos trabalhos e V. Ex^a anunciou a agenda para as duas primeiras semanas de julho, fiz uma sugestão à Mesa: chamarmos o primeiro diretor a ser ouvido e, no intervalo entre o primeiro e o segundo diretor, nos reunirmos para discutir sobre os requerimentos. Por quê? Porque teremos tido tempo para as negociações partidárias, para aprofundarmos o diálogo extracomissão e então estaremos preparados para deliberarmos os requerimentos com rapidez. Cheguei a dizer a V. Ex^a que eu previa cerca de 10 horas para deliberarmos os requerimentos se não houvesse acordo. No entanto, V. Ex^a não aceitou a minha sugestão. Achou que era mais oportuno deliberar imediatamente sobre os requerimentos, entendendo que poderia fazê-lo em menos de uma hora. O resultado é que já são quase 21 horas e 30 minutos e nós estamos aqui sem ouvir os diretores.

O dia passou, as coisas aconteceram no Congresso Nacional, e V. Ex^a, que é um homem que normalmente trabalha com o bom senso, V. Ex^a, conversando com alguns Parlamentares, estava quase concluindo que a melhor hipótese seria desmarcar a oitiva dos três diretores do dia de hoje e remarcá-la para a semana que vem, na segunda ou na quinta-feira. Esse encaminhamento estava sendo quase acordado, até que se levantaram as vozes do PT – não quero aqui incluir nenhum outro Partido da Base do Governo porque não ouvi de nenhum outro Parlamentar repúdio à proposta feita – opondo-se à transferência desta reunião para a semana que vem. Tenho a certeza de que V. Ex^a e o Relator teriam aceitado esse encaminhamento se não fosse a objeção do PT. Então, diante dessa objeção, o que nós pleiteamos – e vamos insistir nesse pleito – é que se realize ainda hoje a oitiva dos dois diretores, que V. Ex^a entende ser importante para instruir a arguição do Deputado Roberto Jefferson. Fiquemos aqui até a hora que tivermos que ficar! Proponho que cada

Partido indique um Parlamentar da Câmara e um do Senado para fazer a arguição dos diretores, como forma de ganharmos tempo, proponho que o tempo seja reduzido de dez para oito minutos, e seja um tempo imperativo, proponho que haja limite de tempo também para o Relator e que, assim, possamos encerrar a oitiva dos dois diretores, do Diretor de Administração e do Diretor de Tecnologia, ainda no dia de hoje, para que não tenhamos que fazer qualquer mudança no horário marcado com o Deputado Roberto Jefferson, porque o Deputado, a partir de agora, vai poder se negar a comparecer à Comissão. Afinal de contas, é a segunda mudança que está sendo proposta a ele. Em nenhum momento o Deputado Roberto Jefferson – faça-se justiça – impôs qualquer dificuldade para estar presente nesta CPMI. Pelo contrário, disse que queria vir.

O encaminhamento que faço a V. Ex^a é que ouçamos os dois diretores agora, definamos um limite de tempo para o Relator, um Parlamentar de cada Partido de cada Casa, podendo arguir no máximo oito minutos, e encerraríamos num prazo razoável, ainda hoje, os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presiden-

te, Srs. Parlamentares, fico verdadeiramente perplexo diante do contorcionismo verbal que marca algumas colocações feitas aqui. Fazem acusações de que nós temos medo de fulano, sicrano ou beltrano, como se o problema da CPMI fosse estritamente político, de temor de alguém. Já demonstramos que queremos trabalhar com absoluta seriedade nesta Comissão. O mesmo não posso registrar com relação a certas práticas, certas iniciativas verdadeiramente coercitivas que se procura estabelecer a partir dos encaminhamentos que são propostos.

Definimos uma linha de investigação. Lembro que esta é uma CPMI para apurar os fatos graves ocorridos na empresa de Correios. Lamentavelmente, tenho que estar sempre lembrando que este é o objeto desta CPI, porque parece que isto não está registrado na memória, na cabeça de alguns dos nossos companheiros Parlamentares.

Quando aqui compareceu o Diretor de Administração, o Sr. Marinho, houve um momento em que ocorreu um verdadeiro teatro nesta CPI. Houve um momento em que o Diretor de Administração...

Vou aguardar que o Presidente possa... (Pausa.)

O Presidente não está me ouvindo, e quero me dirigir a ele. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Até pelo adiantado da hora, venceu novamente o bom senso, amanhã iniciamos às 9 horas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não posso falar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo, por favor. É a sugestão que estou fazendo. Acabei de conversar com o Deputado Roberto Jefferson, que concordou em vir às 14 horas. Portanto, com isso, não só atendemos a oitiva dos dois diretores dos Correios como também ouvimos o Deputado Roberto Jefferson. Podemos fazer das 9 horas às 13 horas e 30 minutos. A partir das 14 horas ouviremos o Deputado Roberto Jefferson.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, também o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, apenas vou concluir o que eu estava dizendo.

Quando insistimos na oitiva dos diretores dos Correios – estamos abrindo mão de ouvir um diretor importante, que é o de operações – foi porque o Sr. Marinho fez acusações, sem comprovação, fez acusações graves a essas diretorias. O Deputado Roberto Jefferson, que comparecerá aqui amanhã, também fez acusações graves a contratos firmados por essas diretorias. Como poderemos ouvir o Deputado Roberto Jefferson se, antes, não pudermos discutir a situação desses contratos? Então, acredito que, tal como está definido, ainda que de maneira insatisfatória, vamos poder conhecer aspectos importantes dos contratos da Diretoria de Administração e da Diretoria de Tecnologia e teremos, então, substância e argumentos concretos para argüir o Deputado Roberto Jefferson. Acredito que desta maneira encontramos uma solução satisfatória para o encaminhamento de nossas oitivas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, é apenas para saber se entendi a proposta, até porque estávamos no plenário tentando votar a PEC Paralela. Então, V. Ex^a está propondo que os diretores fiquem de 9 horas às 13 horas e 30 minutos. Depois, caso não seja possível a conclusão dos questionamentos, a oitiva dos diretores, começaremos o debate com o Deputado Roberto Jefferson para, depois, retomarmos. Do contrário, vai parecer que é uma manobra: dizer que vamos ouvir os diretores e, após uma,

duas, três horas... Haverá votação na Casa – amanhã, será uma grande confusão, porque se estará votando também a PEC Paralela. Então, pergunto a V. Ex^a se entendi direito: de 9 horas às 13 horas e 30 minutos serão só os diretores e depois, independentemente de sua conclusão, ouviremos o Deputado Roberto Jefferson. Em seguida, se necessário, retomamos com os diretores, os dois e mais um...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, vamos encerrar com os diretores às 13 horas e 30 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, que pediu a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quando vamos deliberar os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Das 9 horas às 9 horas e 30 minutos, até por solicitação de várias Lideranças, que disseram que votariam os requerimentos em 30 minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, aos Deputados Álvaro Dias e José Eduardo Cardozo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas lembro a V. Ex^a que amanhã teremos a votação, no plenário do Senado, da PEC Paralela, cuja discussão não chegou a bom termo hoje. Não houve acordo. Está marcada uma sessão para amanhã, às 10 horas. A minha preocupação é que o Governo levante, evidentemente com respaldo regimental, a mesma questão de ordem que levantou hoje e peça a suspensão da sessão. Estou avisando isso para que V. Ex^a reflita sobre esse cronograma montado. Tenho impressão de que para as 9 horas e 30 minutos está tudo bem, mas a partir de 11 horas ou um pouco mais terá início a Ordem do Dia e vamos ter de suspender a reunião. Pela nossa tradição aqui, o depoimento dos diretores têm sido sempre demorados. Digo isso porque vi V. Ex^a ao telefone e depois o ouvi informar que a vinda do Deputado Roberto Jefferson está marcada para as 14 horas. Apenas alerta em relação ao cumprimento desse calendário que, tão bem intencionado, V. Ex^a propõe.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, é para também expressar minha preocupação com relação à questão levantada pelo Senador Heráclito Fortes. Amanhã, com certeza, haverá votações importantes tanto na Câmara como no Senado. Devemos encontrar uma maneira de não ficar interrompendo a reunião. Se isso ocorrer, Sr. Presidente, vai ficar impraticável o funcionamento da CPI amanhã. Até às 9 horas e 30 minutos teremos que deliberar os requerimentos. Faço um apelo no sentido de que não se extrapole esse prazo.

Outro apelo que faço é no sentido de que as inscrições dos Parlamentares tenham um tempo determinado, dez minutos. No entanto, alguns Parlamentares falam vinte minutos, outros falam quinze minutos. Então, faz-se necessário o cumprimento do horário estabelecido para cada Parlamentar.

Precisamos ver uma maneira de não interrompermos as reuniões. Amanhã, teremos de deliberar os requerimentos, ouvir dois diretores dos Correios e ouvir o Deputado Roberto Jefferson. Se houver interrupção das reuniões para votação em plenário, vai ficar impraticável. Uma sugestão seria, talvez, os membros da CPMI deliberarem o voto de acordo com a Liderança de cada Bancada. É uma sugestão, Sr. Presidente, senão, ficará impraticável o funcionamento da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro, são procedentes os comentários de V. Ex^a. Se eu fosse seguir a regra – é importante, para que todos entendamos –, eu poderia, como Presidente, em função da agenda do Congresso para amanhã, suspender os trabalhos desta Comissão. Em razão das votações no Senado, eu poderia suspender tudo. Assim fazendo, eu estaria totalmente amparado pelo Regimento e seria absolutamente coerente. Quero dizer com isso que o importante é verificar o esforço que estamos fazendo para fazer com que, a despeito desta semana conturbada, a CPMI, efetivamente, mostre resultados.

Os comentários de V. Ex^a são muitos importantes, porque demonstram a boa vontade da Mesa de fazer com que os trabalhos caminhem a despeito das dificuldades muito bem apontadas por V. Ex^a e pelo Senador Heráclito Fortes.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, não estou fazendo nenhuma crítica à condução dos trabalhos por V. Ex^a. Não votei em V. Ex^a, mas queria dizer que o parabenizo pela condução dos trabalhos. V. Ex^a tem demonstrado, no desenrolar dos trabalhos, equilíbrio, serenidade, cautela. Acho que isso precisa

pautar o procedimento não só de V. Ex^a como também de todos os integrantes da comissão parlamentar de inquérito. Isso é salutar, é importante para o funcionamento dos trabalhos e para que a sociedade possa perceber que o interesse dos Parlamentares é apurar as denúncias e chegar à verdade. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a pela condução dos trabalhos. As sugestões que faço são no sentido de melhorar, aprimorar, cada vez mais, o funcionamento da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Entendo, Deputado, e agradeço, mas gostaria de deixar muito claro o esforço que está sendo feito, já que algumas referências deram a entender que havia a intenção de procrastinar. Se essa fosse efetivamente a intenção, bastaria simplesmente atender o Regimento.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo pela imparcialidade, pela maneira como V. Ex^a tenta conciliar as propostas apresentadas à Comissão. Está de parabéns V. Ex^a pela elegância e pela forma como está conduzindo os trabalhos.

Eu não poderia, porém, deixar de registrar uma observação que julgo importante fazer a partir de duas ponderações, uma feita pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que, excepcionalmente, está à minha esquerda neste momento, e outra feita pelo Deputado Eduardo Paes.

Relativamente a isso, Sr. Presidente, tenho absoluta convicção de que uma CPI sempre pode seguir dois caminhos. Um deles é o da investigação, no qual se mira o fato, no qual se mira a verdade, e é nessa perspectiva que se trilha um caminho. Outra perspectiva é a do fato político, aquela em que se quer a publicidade, a audiência. Normalmente, quando as CPIs visam este objetivo, elas vão para o buraco. Normalmente, acabam em reprovação pública, porque, quando se deseja o espetáculo, a investigação fica em segundo plano.

Quando o PT propôs que ouvíssemos previamente os três diretores, ao contrário do que inferiram os dois Deputados que citei, nós não tínhamos o objetivo de não ouvir Roberto Jefferson ou quem quer que seja. Muito pelo contrário: como o Sr. Roberto Jefferson já fez um depoimento público na Comissão de Ética, depoimento que foi acompanhado por todos nós, como já fez pronunciamento em plenário, como já foram publicadas diversas entrevistas, de certa forma, sabemos um pouco do que ele tem a dizer. E ao dizer o que disse nesses depoimentos e nessas entrevistas, ele fez uma série de insinuações e acusações que envolvem as diretorias dos Correios. Sendo assim, esta Comis-

são, para fazer uma arguição séria do Sr. Roberto Jefferson, tem, antes, de ouvir os diretores. Isso é óbvio, qualquer iniciante de investigação sabe disso.

No entanto, para meu espanto, dois Deputados tão empenhados na investigação, como Antonio Carlos Magalhães Neto e Eduardo Paes, propunham que, hoje à noite, numa arguição de pé quebrado, com os depoentes trancafiados há 12 horas, começássemos a ouvi-los. Ou, então, que fizéssemos amanhã, como propôs o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, uma arguição meia-boca com os diretores: falam oito minutos, só por bancada. Ou seja, o importante não é a verdade, o importante não são os diretores, o importante não é nos capacitar para arguir o Roberto Jefferson amanhã; o importante, Sr. Presidente, são as luzes, é o espetáculo.

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Eduardo Paes, acho que, neste momento, V. Ex^{as}, que são Parlamentares que respeito, por quem tenho um carinho, que se empenharam tanto para que pudéssemos ter este momento de uma CPI, deviam colocar a mão na consciência e dizer o seguinte: qual é o nosso objetivo? O *show business* ou, efetivamente, uma investigação séria?

Nós, do PT, estamos defendendo uma investigação séria, por isso queremos ouvir antes os diretores, para que possamos estar capacitados e instrumentalizados com as informações devidas para uma arguição firme, correta e eficiente que leve à verdade e não a um número ou um traço a mais no lobo, ou a uma maior popularidade dos Deputados que estão nesta CPML, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente. Fui citado e gostaria de corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado ACM Neto e, depois, o Senador César Borges, para concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O Deputado José Eduardo Martins Cardozo parece que iniciou a sua atividade parlamentar do ano de 2005 há pouco mais de uma semana. Se esquece, parece até que tomou um remédio – não sei qual o remédio, pois não sou médico – para esquecer. Ele se esquece das suas posições na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados.

Felizmente, eu, ele e o Deputado Maurício Rands somos membros daquela Comissão, e, até muito pouco tempo atrás, o Deputado José Eduardo Cardozo buscava estratégias jurídicas para evitar a realização desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Evitar, pres-

tando um competente serviço ao seu Partido, PT, e ao seu Governo, o Governo do Presidente Lula, que não queriam a investigação, que manobram para evitar que esta CPML existisse, que fizeram de tudo para colocar as denúncias de corrupção como poeira debaixo do tapete. Só que fomos mais fortes. A sociedade falou mais alto, e tivemos força para evitar as manobras jurídicas arquitetadas pelo grande advogado, jurista, José Eduardo Martins Cardozo, que queria, sim, enterrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Porém, Deputado, V. Ex^a não começou a sua atuação parlamentar há duas semanas, lembro-me muito bem de todos os debates na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, e não apenas eu, como esta Casa, como todos os cidadãos que nos estão acompanhando desde que essa vergonha passou a tomar conta do Brasil. Vergonha produzida pelo Governo do PT, vergonha produzida pelas relações espúrias que foram constituídas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no nosso País.

Mas não tem problema, Deputado. O Brasil sabe quem quer investigação. O Brasil sabe quem quer chegar nos grandes, nos poderosos, nos que estão no comando. V. Ex^{as} querem só os pequenos. V. Ex^{as} só querem os magrinhos. Nós queremos chegar naqueles que arquitetaram tudo isso. Portanto, vamos ouvir os diretores, vamos ouvir o Deputado Roberto Jefferson e vamos ouvir todos que virão a esta CPML: Sr. Delúbio, Sr. José Dirceu e todos eles, porque, como disse o Presidente Lula, não vai ficar pedra sobre pedra, já que é o maior ato de corrupção já perpetrado na história do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Senador César Borges e, depois, terminando, o Deputado Maurício Rands, por 30 segundos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu só vou ter 30 segundos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Não, V. Ex^a terá o tempo que julgar conveniente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero, na verdade – e sempre vou ter este desejo –, elogiar a atuação de V. Ex^a à frente desta Comissão.

Mas V. Ex^a tem que afirmar sua autoridade. Por diversas vezes, hoje, poderíamos ter trabalhado mais rapidamente, porém há uma ida e vinda de posições – até elogio a paciência e a forma sempre democrática de ouvir de V. Ex^a. Por isso, acho que a Presidência terá de dar uma direção aos trabalhos, senão passaremos, como aconteceu hoje, o dia inteiro para produzir muito pouco.

Tínhamos uma agenda de trabalho, que compreendia uma parte preliminar de elaboração da agenda para as próximas semanas; depois, votaríamos os requerimentos e faríamos a oitiva dos diretores. Mas passamos o dia inteiro nas duas primeiras fases. Não conseguimos avançar. E essa responsabilidade e essa autoridade é da Presidência, que tem de assumi-las em determinados momentos. Mesmo que não haja concordância absoluta de todos, quero dar um apoio para que V. Ex^a consiga fazer com que os trabalhos avancem.

Perdemos muito tempo hoje discutindo se vamos ouvir ou não os diretores dos Correios. Seria interessante que pudéssemos ouvi-los. Eles estão aí, com seus advogados. Ficaram disponíveis durante todo o dia, e fomos incapazes de ouvi-los. E vamos ouvi-los amanhã, novamente, em um horário extremamente sacrificado. Sabemos que é preciso não cercear a atuação dos Senadores e Deputados. A limitação do tempo e dos oradores não é boa para quem quer fazer uma investigação profunda. E vamos trabalhar amanhã premidos pelo tempo. Isso não é bom, Sr. Presidente. Temos que trabalhar com calma.

Se amanhã, às 13 horas e 30 minutos, os trabalhos ainda não estiverem concluídos, V. Ex^a tem que assumir o compromisso de que, efetivamente, às 14 horas, ouviremos o Deputado Roberto Jefferson. Esse é o compromisso que V. Ex^a tem de que ter com sua autoridade. V. Ex^a não poderá fugir desse compromisso. Senão o PT irá dizer: “Nós não o ouvimos, todos não falaram”.

Claro que V. Ex^a terá de cercear a palavra de muitos Parlamentares, porque sabemos que não será cumprido esse cronograma, conforme está preconizado. Estamos idealizando, colocando no papel, mas, na prática, teremos um prejuízo para os trabalhos. Eu, por exemplo, não sei quais serão os dois diretores que serão ouvidos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã serão ouvidos Eduardo Medeiros de Moraes, Diretor de Tecnologia, e Antônio Osório, Diretor de Administração.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nessa ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nessa ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi escolha pessoal de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (PFL – BA) – Escolha pessoal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, está definido.

Começaremos a oitiva a partir das 10 horas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Iremos começar a partir das 9 horas e 30 minutos, por solicitação dos Líderes da Oposição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A oitiva será às 9 horas e 30 minutos. Votaremos os requerimentos das 9 horas às 9 horas e 30 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a acredita realmente que votaremos das 9 horas às 9 horas e 30 minutos? Sequer tenho visto a Comissão iniciar seus trabalhos na hora marcada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Presidente e o Relator sempre estão presentes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe que hoje, por exemplo, estava numa discussão preliminar e não se abriram os trabalhos no horário marcado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aliás, estávamos junto com V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu fui lá buscar V. Ex^a e o Relator, pois todos aqui os estavam aguardando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, Sr. Presidente, a Bancada do Governo era absolutamente minoritária naquela reunião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, só quero dizer que V. Ex^a precisa marcar sua posição. Sinto que V. Ex^a tem a maior boa vontade, está querendo ouvir todos e satisfazer todos. Mas quem quer satisfazer todos não vai satisfazer ninguém. Penso que a responsabilidade de V. Ex^a é com a sua figura, é com a opinião pública brasileira e não ouvindo pressão do Partido que não pode dizer que quer a apuração, quer cortar na própria carne, porque sabemos que não é verdade. Hoje, na Câmara, tivemos um exemplo disso: uma medida provisória foi retirada pelo Governo, três urgências constitucionais. Para quê? Para se tentar aprovar a CPI da vergonha na Câmara dos Deputados, porque lá se deseja simplesmente se fazer uma lavagem e se esquecer de tudo o que está acontecendo. Essa é a visão do Partido dos Trabalhadores e de todo o Governo. Então, V. Ex^a não pode fazer parte disso. V. Ex^a tem uma figura nacional, tem uma figura no seu Estado e não pode prestar-se a receber pressões de Deputado que fala mais alto, que fala mais baixo, que é assim ou assado.

Sabemos que a figura principal de toda essa questão chama-se Deputado Roberto Jefferson, porque simplesmente o Presidente da República disse que todo esse escândalo a que a Nação assiste e que está nas televisões se resumia a um funcionário de quinto escalão, que recebeu R\$3 mil, quando não

é verdade. A situação é muito mais profunda. E foi o Deputado Roberto Jefferson, gostem ou não, que colocou para a Nação a questão da compra de Deputados na Câmara dos Deputados. S. Ex^a trouxe a questão do mensalão.

E o que o Deputado Roberto Jefferson disse está se comprovando pouco a pouco. As televisões estão andando muito à frente. Nós estamos a reboque, Sr. Presidente. O Jornal Nacional fez uma comparação entre os saques no Banco Rural feitos pelo Sr. Marcos Valério e as suas viagens que estavam nas agendas. Isso já foi conferido, e aqui estamos discutindo ainda se vamos ouvir amanhã, ou não, os diretores do Correio, o Deputado Roberto Jefferson.

Não adianta escamotear aquilo que se deseja fazer, que é ouvir a todos rapidamente, para dar uma satisfação à opinião pública, que está nos cobrando a cada momento, Sr. Presidente.

Então, é para apoiar o seu trabalho. Mais uma vez, digo: assumo a sua autoridade, marque a sua posição e faça e mantenha aquilo que foi acertado, dentro do acordo de se fazer uma agenda segundo a qual ouviríamos amanhã o Deputado Roberto Jefferson. Se não se vai ouvir às 10h ou 10h30min, vai-se ouvir às 14h, mas que amanhã não tenhamos nenhuma procrastinação sobre esse horário das 14h, Sr. Presidente. É o que lhe peço.

Gostaria de saber se V. Ex^a confirma se às 14h estaremos ouvindo o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Eu me reservo o direito de falar no final.

Deputado Maurício Rands, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, o Deputado José Eduardo Cardozo foi muito feliz, ao dizer que duas condutas são possíveis numa Comissão Parlamentar de Inquérito: uma, o *show* de apresentar requerimentos às vezes sem fundamentação, de apenas jogar para a platéia; outra, o que a sociedade brasileira quer.

O SR. (Orador não identificado) – Como o PT fazia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O outro é o que a sociedade brasileira quer: investigação a fundo, com eficácia, que não vá, na primeira disputa, ser anulada no Poder Judiciário.

Então, Sr. Presidente, essa trajetória de seriedade, de preocupação com a investigação e com o rigor e a obediência à Constituição e à lei data desde a Comissão de Constituição e Justiça. Sabe como foi, na Câmara dos Deputados, o julgamento do recurso apresentado pelo Deputado João Leão, do qual era Relator o Deputado Inaldo Leitão? Quero registrar

aqui, para ficar na memória desta Comissão, que nós, preocupados em que houvesse a investigação e que o requerimento de instauração fosse constitucional, articulamos e encaminhamos, para que o relatório do Deputado Inaldo Leitão fosse aprovado quanto à constitucionalidade, corrigindo o defeito regimental e constitucional presente no requerimento inicial. Com essa correção, podemos hoje fazer um trabalho sério, que não está sendo anulado no Poder Judiciário.

E sabe o que aconteceu, Sr. Presidente, naquela votação da Comissão de Constituição e Justiça? PT, PSDB, PPS, PCdoB, PSB, todos os Partidos, com uma única exceção: o Partido da Frente Liberal, representado na Comissão, entre outros, pelo Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que obstruiu a votação, para que fosse instalada a Comissão. Requeria S. Ex^a verificação de votação até para discutir a Ata. Todas as Atas foram objeto de discussão, de pedido de verificação e de procrastinação pelo Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. A sua posição era de tanta intransigência, que S. Ex^a não teve sequer o acompanhamento dos seus aliados, dentro da Comissão de Constituição e Justiça. O próprio Partido, o PSB, votou pelo relatório do Deputado Inaldo Leitão, que corrigia defeitos constitucionais e que permitiu que os trabalhos hoje fossem feitos com solidez jurídica.

Então, Sr. Presidente, estamos preocupados em que a investigação avance, mas temos preocupação com que os passos que sejam dados aqui sejam sólidos e com que haja uma linha de investigação que garanta a eficácia na apuração. Daí por que nós, muitas vezes, aceitamos defender posições que são objeto de exploração, de disputa política, de *show* como se nós não quiséssemos que todos sejam ouvidos. Todas as posições aqui da Bancada do Partido dos Trabalhadores deixam claro que estamos querendo que todas as linhas investigatórias sejam perseguidas, não mudamos de galho em galho, porque, durante o dia de hoje, o que se tentou foi abandonar a investigação que iniciou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O que se queria é que nem fossem ouvidas pessoas como Jairo Martins que, todos sabem, são cruciais para esclarecer a fita, esclarecer os interesses que estavam por trás daquela gravação que foi à revista **Veja** e que deu início a essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, Sr. Presidente, surgiu a questão do Sr. Marcos Valério a partir de um contrato. Nós queremos e aprovamos aqui não só a sua convocação, mas a quebra do seu sigilo. Nós não queríamos aceitar o abandono de uma linha de investigação que devemos perquirir, buscar a fundo e trabalhamos aqui para consertar requerimentos de convocação ou de quebra

de sigilos que eram juridicamente defeituosos e que serviam para o *show* das luzes e da televisão e que depois iriam ruir no Judiciário. Então a nossa posição, Sr. Presidente, é de compromisso para investigar perseguindo todas as linhas de investigação que surgem aqui e investigar com respaldo jurídico, com respeito à Constituição e às leis.

Então é, sim, Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores que está trabalhando aqui com seriedade para garantir investigação com constitucionalidade para que, depois, as decisões aqui tomadas não sejam anuladas. E isso, Sr. Presidente, tomando posições que, por serem responsáveis, dão margem a que se faça discurso como se não quiséssemos apurar. Todos os que presenciaram o trabalho aqui, todos os que começaram aqui às 8 horas da manhã, sabem que todas as posições do Partido dos Trabalhadores foram para apurar, para investigar e para perseguir todas as linhas investigativas com competência e com solidez jurídica. Então, não aceitamos essas acusações que são feitas apenas para o *show*, para a disputa política, afastando a CPMI do objetivo que é exigido pelo povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Eu gostaria só de registrar, e isso é muito importante, o esforço que fizemos, a despeito das idas e vindas, para que efetivamente ouvíssemos os Diretores dos Correios. Isso demonstra o desejo da Mesa Diretora da CPMI, no sentido de seguramente apurar os fatos, mas daí a colocar em xeque a vontade de fazer com que as coisas aconteçam, o espírito de conciliação com a alegação de não-autoridade vai aí um grande engano, um ledor engano, porque se eu fosse seguir à risca, como o Deputado Gustavo Fruet falou hoje, logo no início da tarde, e seguir o Regimento, nós simplesmente estaríamos com as nossas atividades encerradas hoje e, inclusive, encerradas amanhã, porque eu teria absoluta cobertura do Regimento para nada realizar aqui nesta CPMI, inquestionável sob o aspecto legal, inquestionável com relação à postura de um Presidente de CPI.

Portanto, quero deixar muito claro que as atitudes que estão sendo tomadas aqui são atitudes para buscar os fatos, para buscar a verdade, com isenção, com dignidade, com respeito às pessoas, independentemente de Partidos, sem gritaria. Algumas pessoas aqui, alguns parlamentares confundem gritaria com coragem ou com autoridade. A vida me ensinou a ter autoridade ouvindo, a ter autoridade com humildade, ter autoridade com lealdade e ter autoridade com amizade. Esse é o grande desafio. A gritaria não constrói

nada, e vamos provar, nesta CPMI, que os resultados dela serão resultados das pessoas que agiram com isenção, com equilíbrio, com técnica e sem *show*. Acima de tudo, com espírito de ser brasileiro e com o espírito que deve pautar a responsabilidade de todos nós, membros desta CPMI.

A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 21h54min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 7ª Reunião, realizada em 30/06/2005.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e oito minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente da Comissão, e com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, bem como dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélio Dias, Nelson Meurer, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, Jamil Murad, Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da sétima reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente em exercício, Senador Maguito Vilela, informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e à oitiva do senhor Antonio Osório Menezes Batista. A seguir concede a palavra ao relator, que cita os requerimentos que serão submetidos à apreciação. A Presidência coloca em votação nominal, em bloco, os seguintes

requerimentos, que recebem 17 votos favoráveis: **Requerimento de nº 186/2005**, de autoria da Senadora Heloisa Helena, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa SMP&B Comunicação Ltda, desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 223/2005** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas DNA e SMP&B; **Requerimento de nº 226/2005**, de autoria do Senador César Borges, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa de publicidade DNA, desde janeiro de 2003; **Requerimento nº 231/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B e DNA; **Requerimento nº 244/2005**, de autoria do deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B, DNA, Multi Action, Grafitti e Estratégia Marketing, bem como dos senhores Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerback e das senhoras Renilda Maria e Margareth Queiroz; e **Requerimento nº 251/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B Comunicações Ltda, SMP&B Publicidade Ltda e SMP&B São Paulo Comunicação Ltda. Dando continuidade à votação, O Presidente, em exercício, submete à votação o **Requerimento de nº 260/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do senhor Antonio Velasco; recebendo 20 votos favoráveis. Em seguida, a Presidência coloca em votação nominal, separadamente, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 247/2005**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicitam a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Senhora Renilda Fernandes de Souza (aprovado com 20 votos favoráveis); **Requerimento nº 259/2005**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Maurício Marinho (aprovado com 21 votos favoráveis); e, por último, **Requerimento nº 257/2005**, de autoria do Deputado Maurício Rands, que solicita a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário da Senhora Fernanda Karina (aprovado com 21 votos favoráveis). Dando continuidade à reunião, a Presidência convida o senhor Antônio Osório Menezes Batista para prestar seus esclarecimentos. Fizeram uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Osmar Serraglio, relator, Antônio Carlos Magalhães Neto, Heráclito Fortes, Henrique Fontana, Gustavo Fruet, Maurício Rands, Ideli Salvatti, Arnaldo Faria de Sá, Onyx Lonrezoni, Asdrúbal Bentes, Edu-

ardo Paes, Jorge Bittar, Heloísa Helena, Álvaro Dias, José Eduardo Cardozo, César Borges. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. E para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 7ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião desta CPMI, criada para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Vou passar, de imediato, a palavra para o Sr. Relator para que possa colocar os requerimentos em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no entendimento estabelecido ontem em relação às quebras consensuais, nós estabelecemos que quebraríamos os sigilos bancário, fiscal e telefônico pendentes: o de Antônio Velasco, que é o sócio do Arthur Wascheck, Requerimento nº 260 desta Relatoria. Indago se anuncio todos ou vamos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Um a um.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Um a um. Então, o primeiro, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 260, que tem como objetivo a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Velasco.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. (Orador não identificado) – Tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por favor, a lista.

Vamos passar, então, à votação nominal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a fizesse um apelo para que os membros da Comissão pudessem comparecer, porque nós vamos precisar de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos pedir à assessoria que providencie telefone-

mas a todos os gabinetes, e vamos também anunciar o início da reunião. (Pausa.)

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, enquanto isso, tenho um pedido de esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O Relator anunciou que houve uma sugestão de acordo. Quais seriam os próximos pedidos de quebra de sigilo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, até talvez fosse interessante já abordar todos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente, boa idéia! O Relator vai fazer referência a todos os requerimentos e, naturalmente, se até o final não tiver número legal, vamos suspender a reunião.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, não teremos oitiva agora pela manhã?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só está esperando dar quórum.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Primeiro, a votação dos requerimentos, Deputada. Aí, logo em seguida, a oitiva.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – A minha preocupação se insere em razão de que ontem as testemunhas esperaram aqui até à noite, e isso – desculpe-me, mas a vida inteira eu fui juíza – é um desrespeito que faz com que as pessoas não contribuam depois com a vinda da verdade.

De modo que, Sr. Presidente, eu rogo que, quando tiver testemunha, que primeiro ouçamos as testemunhas e depois discutamos a questão administrativa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Por exemplo, Sr. Presidente, já que não temos quórum, nós poderíamos ouvir as testemunhas que estão aí e depois deliberaríamos acerca disso. Vejo com muita preocupação que, se isso se tornar uma prática, tende-se a criar uma praxe que dá uma impressão ruim da Comissão. De modo que, em prol do bom trabalho da Comissão e para que não se pense que a Comissão tem algum problema, sugiro a inversão da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem toda razão, e eu consulto o Plenário. A Deputada Federal Juíza...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Concorde com a Deputada Juíza Denise Frossard, pois seria bom que tivéssemos todos os membros presentes, gostaria de aduzir que, na verdade, a reunião da oitiva foi convocada para as 9h30min, e talvez boa parte dos Parlamentares que não estão presentes – e é até importante para que os nossos telespectadores da TV Câmara e da TV Senado entendam – não tenha sido esclarecida de que a Comissão, pelo seu Presidente, tenha convocado esta reunião tão-somente para votarmos os requerimentos. Talvez, por isso, alguns Parlamentares estejam atrasados.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós vamos aguardar. Vamos seguir o horário.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Seria mesmo bom que aguardássemos, Sr. Presidente; então, votaríamos logo esses requerimentos, uma vez que não foi possível votá-los ontem. Ainda porque, depois, começam as sessões do Congresso, da Câmara, do Senado, e não seremos liberados.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos seguir o ritual.

Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, uma breve observação: ontem eu já havia sugerido que nós invertêssemos a ordem, iniciando as oitivas, até em respeito aos depoentes, e depois votando os requerimentos. Isso não foi aceito no dia de ontem; agora, hoje, entendo que é possível fazê-lo, que dá para avançar. Os Parlamentares já estão chegando; o Relator poderia anunciar todos os requerimentos que serão votados, com as suas ementas, e, logo depois, passaríamos ao processo de votação célere.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ouço a nobre Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, apenas para reafirmar: o Congresso Nacional tem que dar o exemplo. Às 9h30min, em ponto, a testemunha, conforme previamente marcado, deve adentrar o plenário da Casa para que possamos dar início à oitiva – isso às 9h30min em ponto, e não cinco minutos depois. Feito isso, posteriormente resolvemos os problemas domésticos, administrativos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Perfeito. Sugestão acatada.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, iremos apreciar os Requerimentos:

nº 186, de 2005, da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa SMP&B Comunicação Ltda., desde janeiro de 2003;

nº 223, de 2005, dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, pelo qual solicitam a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas DNA, SMP&B;

nº 226, de 2005, do Senador César Borges, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa de publicidade DNA;

nº 231, de 2005, do Relator, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa SMP&B e DNA;

nº 244, de 2005, ainda do Relator, acolhendo sugestão do Senador César Borges, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B, DNA, Multi Action, Grafitte, Estratégia Marketing.

Nesse último caso, embora o requerimento seja mais abrangente, esclareço que ele se restringe às empresas; em seguida, vêm os relacionados às pessoas físicas.

Continuando com os requerimentos que solicitam quebra dos sigilos de todas as empresas relacionadas a esse grupo empresarial, há o requerimento de minha autoria de nº 251, de 2005, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B Comunicação, SMP&B Publicidade, SMP&B São Paulo Comunicação. Esses são os requerimentos relacionados à quebra de sigilos de empresas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, se V. Ex^a me permite, a idéia seria consolidar esses requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, acho que vamos votar...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Um a um?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Um a um. Só estou anunciando os requerimentos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que seria ideal é o seguinte: V. Ex^a tem que separar as empresas porque existe mais de um requerimento sobre a mesma empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O primeiro que aprovarmos prejudica o seguinte. Vamos evoluindo sistematicamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Seria importante V. Ex^a organizar essa ordem, separando a partir da diferença de empresas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Maguito, posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Relator, a intervenção que solicito a V. Ex^a é no sentido de que possa nos comunicar, porque é evidente que, se há consenso no Plenário de que se pode votar a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todo o complexo empresarial do Sr. Marcos Valério, V. Ex^a poderia, de pronto, apresentar um relator – com certeza não seria o Senador César Borges, nem eu, nem outro Senador autor de processo semelhante. Iríamos nos sentir arrasados em nossa vaidade humana se quem assinasse o requerimento fosse V. Ex^a.

Peço apenas que V. Ex^a nos comunique se essa decisão, digamos, metodológica deveu-se ao fato de que V. Ex^a foi comunicado de que não há acordo ente todos no sentido de que se quebre o sigilo bancário, fiscal e telefônico de todo o complexo empresarial. É nesse sentido? Ou se trata de mera formalidade processual? Isso porque, até por economia processual, poderia V. Ex^a – não sei se o Senador César Borges concorda com isso –, não havendo divergência, apresentar um requerimento incluindo todas as demandas que foram feitas sobre o tema, e seria votado um único requerimento, conforme solicitou tanto o Presidente quanto a Deputada Juíza Denise Frossard, para que pudéssemos às 9:30 já estar ouvindo os depoimentos. Isso poderia ser feito.

Faço um questionamento objetivo: a proposta de V. Ex^a de votar um a um – parece-me que são seis – deve-se ao fato de não haver consenso, de V. Ex^a ter sido comunicado que não havia consenso ou por uma questão, repito, meramente metodológica?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Senadora Heloísa Helena, se me permite, trata-se de uma questão de cronologia. Na medida em que os requerimentos foram sendo propostos, fomos elencando-os; de maneira que não houve uma sistematização entre os que formularam. Por isso, de certo modo, eles são até reincidentes, repetitivos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apenas ao final, fizemos a inserção de um rol maior. A quebra de sigilo não pode ser generalizada em torno de todos. Então, procuramos atender às exigências sistemáticas, legais e jurídicas para evitar qualquer contestação, mas, com dois, no máximo três, desses, liquidamos o assunto das empresas. Para formularmos de novo outro requerimento submetendo-o à apreciação e disponibilizarmos...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, tudo bem, até porque todos os argumentos atendem ao requisito jurídico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exatamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Todos atendem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O seguinte, do Deputado Gustavo Fruet e também do Deputado Eduardo Paes, é o nº 247, que quebra o sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Renilda Fernandes de Sousa, esposa do Marcos Valério.

Ainda há o Requerimento nº 259, da Relatoria, na verdade, reafirmando o que foi decidido quando da oitiva do Maurício Marinho, ou seja, quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Maurício Marinho.

Esses são os decorrentes das discussões de ontem que percebemos que, a despeito de estarmos acordes a propósito da quebra, não tínhamos formulados ainda de forma expressa. Eles se reportam a Antônio Velasco, o 260 de Antônio Velasco; 259 de Maurício Marinho; 257 do Deputado Maurício Rands, da Fernanda Karina; e aqueles que já foram anteriormente nominados por mim, que se reportam às empresas de Marcos Valério.

Sr. Presidente, esses são os requerimentos que serão submetidos à apreciação e votação do Plenário.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É para uma observação, um registro, até um protesto que ia fazer ontem com relação à forma como se deu o procedimento e os requerimentos que foram, segundo consta, num acordo com alguns Parlamentares desta CPI, não com todos. E a primeira observação que faço é que, quando o PSDB apresentou a quebra de sigilo e convocação de algumas pessoas como o Sr. Arthur, o Sr. Maurício Marinho e o Sr. Marcos Valério é

porque há uma conexão direta com os Correios, para ficar bem claro.

Nós reiteradamente já falamos que, em um determinado momento, haverá convergência, e há uma linha muito tênue que separa investigação da questão dos Correios com outras denúncias que estão sendo investigadas no Congresso Nacional.

A questão do Sr. Marcos Valério e da agência é muito específica porque há claros indícios de que há um vaso comunicante entre os Correios, as agências, ele e retirada de recursos, independente da destinação se é ou não ao mensalão. Mas, no caso da Srª Fernanda, é deixar bem claro: no meu entendimento, é chantagem. A Srª Fernanda se, ao final, se comprovar que ela recebeu dinheiro de revista, de quem quer que seja para fazer denúncia, isso não é um problema da CPI, é um problema da polícia, do Ministério Público e da justiça criminal. Em momento algum, há qualquer menção do nome dela aos Correios. Então é para deixar registrado que, após a santa inquisição que ela sofreu, o Governo é capaz de transformá-la na Joana D'Arc desse episódio do mensalão no Congresso Nacional.

E mais um detalhe, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu vou consultar o autor do requerimento.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – ... estão ampliando a investigação da CPI dos Correios ao trazer os seus dados. Não há restrição. Acharmos importante essa investigação até para saber as razões efetivas que fizeram ela a fazer essa denúncia, mas que fique claro mais uma vez: não é o PSDB que está ampliando a investigação na CPI dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vou comunicar ao Plenário que, se nós não disciplinarmos o trabalho e começarmos com muita discussão, eu não vou deixar depoente aí esperando; vou chamar no horário exato, suspendo e depois vamos discutir os problemas administrativos.

Nós vamos seguir o calendário.

Com a palavra o Relator para a votação do primeiro requerimento, já que há número legal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, embora não na ordem cronológica, mas para facilidade, o primeiro, o de número 260, que corresponde a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Antônio Velasco.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Quem é o autor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O autor é o Relator. Antônio Velasco é o sócio do Arthur Wascheck.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – pela ordem, Sr. Presidente. Então comece pelos que já têm ... Excelente, excelente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Solicito que a assessoria providencie as cópias com urgência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 244, que solicita a transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas SMP&B, DNA, Multi Action, Grafite e Estratégia Marketing.

Esclareço que nesse requerimento, que é mais abrangente, os que estão sendo submetidos à votação de quebra; são essas empresas que nomeiei e cujo requerimento agrego o de nº 251, que vamos votar agora conjuntamente. Esclareço que no 244 há referência simples a SMP&B, mas como a SMP&B tem comunicação, é uma; publicidade é outra e São Paulo Comunicação é outra; então estamos votando a quebra dessa MP&B, sobre os três nomes em que ela exerce atividade. Portanto, Sr. Presidente, o 244 e o 251.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou passar à votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT–SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT–SC) – Sr. Presidente, só para meu esclarecimento.

A SMP&B tem contrato com o Correio.

DNA tem contrato com o Correio.

MultiAction.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa discussão foi vencida ontem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB–PR) – São empresas nas quais a própria SM&P é sócia, ou elas são sócias da SM&P, é um grupo empresarial só.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT–SC) – Obrigado.

Sr. Presidente, só espero que tenham a paciência e a condescendência, fiz uma pergunta... Se paciência tem limite, a minha já se esgotou, Senador César Borges. Então, até para que as pessoas possam entender também porque estamos incluindo outras empresas, quem está nos assistindo, eu também quero ter esse entendimento. Todas estas que estão citadas: a Grafit, a Estratégia Marketing é porque a SMP&B compõe. É esse o critério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB–PR) – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT–SC) – Então muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB–PR) – Queria acrescentar que de certa forma, Sr. Presidente, também estão atendido os requerimentos da Senadora Heloísa Helena – 186 -, que é da SMP&B; e o Requerimento nº 223, dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes, que correspondem a DNA e a SMP&B porque estão incluídos; e o de nº 226 do Senador César Borges que também corresponde a DNA. Finalmente agrego a isso tudo o que nós ontem vimos – e aí formulação do relator – que eles são abrangentes ao período dos últimos cinco anos. Para ficar expresso isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT–MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jorge Bittar (Pausa.); Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURICIO RANDS (PT–PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Asdrúbal Bentes (Pausa.); Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB–PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Fernando Diniz (Pausa.); Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Onyx Lorenzoni (Pausa.); Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB–RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB–PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Nélio Dias; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Welinton Fagundes (Pausa.); Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS–RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Álvaro Dias; Senadores Heráclito Fortes; César Borges, Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias; Delcídio Amaral (Pausa.); Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT–SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senadores Roberto Saturnino; Aelton Freitas; Luiz Otávio; Wirlande da Luz; Ney Suassuna; Jefferson Peres; Fernando Bezerra (Pausa.); Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado (Pausa.); Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Suplentes de Deputados: Henrique Fontana; José Eduardo Cardozo; Jamil Murad; Wilson Santiago; Aníbal Gomes; Kátia Abreu; Murilo Zauith; Alberto Goldman; Carlos Sampaio; Benedito de Lira; Ibrahim Abi-Ackel; Luiz Antonio Fleury; Sandro Mabel; Geraldo Thadeu; Pompeo de Matos. (Pausa.)

Vou computar os votos.

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento de transferência de sigilos bancário, telefônico e fiscal.

Vamos ao segundo requerimento.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, disponibilizados os requerimentos, nós nos reportamos ao Requerimento nº 260, do Relator, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Velasco, sócio do Sr. Arthur Wascheck.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vamos ao voto.

Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Jorge Bittar. Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Nélcio Dias; Nelson Meurer; Arnaldo Faria de Sá; Wellington Fagundes. (Pausa.)

Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Henrique Fontana. Vou aos suplentes de Deputados. Henrique Fontana; José Eduardo; Jamil Murad; Wilson Santiago; Aníbal Gomes; Kátia Abreu; Murilo; Alberto Goldman; Carlos Sampaio; Benedito de Lira; Ibrahim Abi-Ackel; Luiz Antonio Fleury; Sandro Mabel; Geraldo Thadeu; Pompeo de Matos. (Pausa.) Nenhum suplente presente.

Senadores Heráclito Fortes; César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Roberto Saturnino; Aelton Freitas; Luiz Otávio; Wirlande da Luz. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)
Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Senador Efraim Morais?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Senador José Jorge. (Pausa.)
Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado. (Pausa.)
Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvenício da Fonseca; Sérgio Zambiasi. Geraldo Mesquita Júnior; (Pausa.) (Pausa.). Onyx Lorenzoni presente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Dezenove votos “sim”. Registro também o voto do Deputado Nelson Meurer. V. Ex^a vota “sim” ou “não”?

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vinte.

Vinte Srs. Deputados e Srs. Senadores votaram favoravelmente, a unanimidade dos presentes.

Aprovado o requerimento.

Terceiro requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o Requerimento nº 247, dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da S^{ra} Renilda Fernandes de Souza.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Vamos ao voto.

Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Jorge Bittar. (Pausa.)

Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Deputado Maurício; Asdrubal Bentes. (Pausa.)
Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Nélcio Dias. (Pausa.)
Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Arnaldo Faria de Sá; Welinton Fagundes; Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSAR (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Deputado Álvaro Dias.

Aos Suplentes:

Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Kátia Abreu, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Benedito de Lira, Ibrahim Abi-Ackel, Luiz Antônio Fleury, Sandro Mabel, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos.

Srs. Senadores:

Heráclito Fortes; César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Álvaro Dias; Delcídio Amaral; Ideli Salvatti; Roberto Saturnino; Aelton Freitas; Luiz Otávio; Wirlande da Luz; Ney Suassuna; Jefferson Peres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Aos Suplentes:
Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – José Jorge; Romeu Tuma; Leonel Pavan; Almeida Lima; Sibá Machado; Fátima Cleide;

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves; Leomar Quintanilla; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita.

Vamos computar os votos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente.

Senador Aelton, Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Registro o voto de V. Ex^a.

Aelton Freitas.

Vinte dos Srs. Deputados e Senadores votaram favoravelmente.

Aprovada a transferência dos sigilos.

Ao próximo requerimento.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo, 259 da Relatoria, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Maurício Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação.

Deputados:

Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

Jorge Bittar; Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asdrubal Bentes; Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Fernando Diniz; Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nélcio Dias; Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Arnaldo Faria de Sá; Welinton Fagundes; Juíza Denise Frossard; Álvaro Dias.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Álvaro Dias.

Vamos aos Suplentes:

Henrique Fontana; José Eduardo Cardozo; Jamil Murad; Wilson Santiago; Aníbal Gomes; Kátia Abreu; Murilo Zauith; Alberto Goldman; Carlos Sampaio; Benedito de Lira; Ibrahim Abi-Ackel; Luiz Antônio Fleury; Sandro Mabel; Geraldo Thadeu; Pompeo de Mattos.

Srs. Senadores:

Heráclito Fortes; Senadora Ideli Salvatti; César Borges.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Delcídio Amaral; Ideli Santana; Ideli Salvatti, querida Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Presidente, não troque o nome, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ideli Salvatti; Roberto Saturnino; Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É a pressa para não deixar os depoentes esperando por tanto tempo.

Luiz Otávio; Wirlande da Luz; Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Fernando Bezerra; Heloisa Helena; Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-Sol – AL) – Sim, Ex^a, querido, é porque o Senador Tuma respeitosamente está aqui discutindo questões importantes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Romeu Tuma, aproveita já o microfone ligado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – José Jorge; Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Leonel Pavan; Almeida Lima; Siba Machado; Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antonio Carlos Valadares; Garibaldi Alves; Leomar Quintanilla; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita.

Vamos computar os votos.

Aprovado por unanimidade dos presentes.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o último requerimento de quebra de sigilo de número 257, do Deputado Maurício Rands, que solicita a quebra dos sigilos telefônicos, fiscal e bancário da Sr^a Fernanda Karina.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido. Vamos aos votos.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Jorge Bittar; Maurício Rands;

O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asdrubal Bentes; Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Fernando Diniz; Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gustavo Fruet; Nélcio Dias; Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Arnaldo Faria; Welinton Fagundes; Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Deputado.

Vamos aos suplentes de Deputados.

Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Kátia Abreu, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Benedito de Lira, Ibrahim Abi-Ackel, Luiz Antonio Fleury; Sandro Mabel, Geraldo Thadeu, Pompeu de Mattos.

Senhores Senadores, vou colher os votos:

Heráclito Fortes, César Borges Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Delcídio Amaral; Ideli Salvatti (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Roberto Saturnino, Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Fernando Bezerra, Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Leonel Pavan, Almeida Lima, Siba Machado, Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antonio Carlos Valadares, Garibaldi Alves, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Zambiasi, Heraldo Mesquita.

Vamos computar os votos.

Votaram SIM 21 Srs. Senadores e Deputados.

Aprovado pela unanimidade dos presentes.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, nós concluímos os requerimentos de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a colaboração de todos os Srs. Deputados e Senadores. A votação foi extraordinariamente rápida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Tem a palavra V.Ex^a

O SR. ONYZ LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, queria sugerir ao nobre Relator que fizesse uma solicitação. Tudo que nós estamos fazendo aqui está relacionado à movimentação de algumas empresas do Sr. Marcos Valério. Eu sugeriria que fosse requerido, Sr. Relator, à Receita Federal toda a movimentação financeira dos últimos três anos do Sr. Marcos Valério em cima do seu CPF. Não é apenas os sigilos fiscal e bancário. Pedir junto à Receita Federal toda a movimentação que, por meio do CPF do Sr. Marcos Valério possa ser obtida. Eu recebi informações que esta movimentação supera a cem milhões de reais. Portanto, eu sugiro que o Relator – porque isso não é apenas uma decisão do Relator, mas do Presidente – faça um requerimento à Receita Federal, solicitando à Receita Federal um levantamento de tudo que cerca o CPF do Sr. Marcos Valério. E eu agregaria como sugestão a da esposa Renilda. Porque, aí, seguramente, nós vamos encontrar um volume muito grande de movimentação financeira.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator para responder a V.Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, só para esclarecer que nós, nas duas pessoas que o nobre Deputado Onyx Lorenzoni fez referência, quebramos o sigilo fiscal. Portanto, temos a amplitude de investigação referida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ney Suassuna.

O SR. ONYZ LORENZONI (PFL-RS) – Só para complementar, Sr. Presidente.

Só quero solicitar, porque independe, a quebra lhe dá mais força, por um requerimento simples as equipes da Receita Federal podem, em dois dias, lhe produzir um relatório que pode ser elucidativo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado pela sugestão.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna. Após, o Relator e o Carlos Magalhães Neto e vamos à oitiva.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem. Sr. Presidente, queria indagar da Mesa, de V. Ex^a e do Relator, se o Ministério Público já está participan-

do concomitantemente conosco. Eles têm interesse e estão fazendo uma investigação paralela lá, como está fazendo também a Polícia Federal.

Se tivéssemos aqui representantes da Polícia Federal e do Ministério Público, com certeza, isso convergiria e seriam mais rápidas todas as ações de que precisamos.

Daí a minha indagação à Mesa se já fizemos a solicitação, para que o Ministério Público também esteja presente na CPI, de forma a que nós encetássemos as três vertentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator, para responder a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, desde o começo estamos em contato com a Polícia Federal, que mantém um delegado no grupo de Assessoria. E quanto ao Ministério Público, nós já solicitamos a disponibilização de alguém deles, que ficaria conosco. Mas eles já estão com toda a documentação e por meio do delegado da Polícia Federal estamos tendo acesso junto ao Ministério Público.

Refiro, novamente, foi expressamente solicitada a presença de alguém na Consultoria. O que eles nos informaram é que muito brevemente eles colocarão essa pessoa a nossa disposição.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por um minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, como sempre recebemos a pauta da nossa reunião e há o hábito da Presidência de respeitar aquela ordem que está estabelecida na pauta.

Aqui nós temos duas oitivas previstas: a do Sr. Antônio Osório Menezes Batista e a do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que convocasse os depoentes nesta ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu quero deixar claro que não é meu parente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Tudo bem, Senador Efraim.

Mas que convocasse os depoentes nessa ordem, que vem sendo a praxe da Comissão, conforme estabelecido na pauta que foi distribuída para todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Convido o Sr. Antônio Osório Menezes Batista para adentrar e prestar o seu depoimento.

Antes, com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado ACM Neto já esclarece a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu peço à Assessoria que faça entrar o Sr. Antônio Osório Menezes Batista, para prestar depoimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Maurício.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ontem ficou decidido pela Presidência que seria ouvido primeiro o Diretor Eduardo Medeiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não houve esse entendimento. Não houve.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, por gentileza, a pauta consta, em primeiro lugar, Antônio Osório e é ele que fará o seu depoimento nesse momento.

Com a palavra o Sr. Antônio Osório Menezes Batista.

Ele prestará o seu depoimento como informante. Portanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, acabei de receber aqui das mãos do Procurador do Sr. Antonio Osório uma solicitação ao Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, com o seguinte teor:

“Antonio Osório Menezes Batista, brasileiro, casado, servidor público federal, ex-parlamentar, residente no Hotel Torre Palace, apartamento 215, nesta Capital, com o escopo de bem colaborar com essa douta Comissão, vem expor e requerer como contido a seguir:

Primeiro, espontaneamente vem disponibilizar e autorizar a transferência do seu sigilo telefônico até a presente data.

Vou citar os números, Sr. Presidente. Não sei se há necessidade disso, porque está tudo escrito aqui.

(Manifestação do Plenário de que não é necessário citá-los.)

2) Autorizar a transferência do seu sigilo bancário referente a todas as suas contas a seguir relacionadas:...

Estão relacionadas aqui quatro contas bancárias.

3) Disponibilizar e autorizar a quebra do seu sigilo fiscal no seu CPF [está aqui o número do CPF].

Pede deferimento.

Assina o procurador do Sr. Antônio Osório, Sr. Clementino Contreiras de Almeida.

Passo o documento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Recebo e agradeço. Logo após, daremos a decisão a esse caso.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Osório Menezes Batista.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu não diria que é com satisfação que aqui estou, porque foi um momento muito triste na minha vida. São 35 anos de serviço público e, graças a Deus, sem nenhuma mácula por onde passei.

Trabalhei, primeiramente, como estagiário, na prefeitura de Salvador, tendo como orientador um dos baluartes da Academia Brasileira de Letras – o que muito me honra –, o Prof. João Ubaldo Ribeiro Osório, sem ter nenhum parentesco comigo.

Logo depois, assumiu a prefeitura, no lugar de Nelson Oliveira, o então Senador Antonio Carlos Magalhães. Continuei lá como estagiário. Ainda antes de me formar, passei a coordenar uma Comissão de Reforma Administrativa da Secretaria de Finanças da prefeitura, cujo titular foi meu professor e hoje está morto, Luiz Antonio de Oliveira.

Logo depois, assumiu o Governo do Estado da Bahia o Senador Antonio Carlos Magalhães e me convidaram para ser o secretário de planejamento adjunto. Graças a Deus, fizemos lá um excelente trabalho, que revolucionou a Bahia na época.

Terminado o governo, vim para Brasília, onde ingressei no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea –, onde também pudemos desempenhar um grande papel.

Logo depois, convidado para coordenar o programa de governo do Estado da Bahia, eu voltava para ser secretário de planejamento, por quatro anos. Dali, saí candidato a Deputado Federal e fui eleito.

Esse é um resumo da minha história.

Depois, voltei para o Ipea, continuei lá e voltei à Bahia para ser presidente da Urbes, empresa de habitação.

Logo depois, fui coordenador do Prodetur, um programa de desenvolvimento turístico, tendo em vista que eu tinha um conhecimento razoável da economia baiana e, conseqüentemente, da região do extremo sul, onde fica minha cidade natal, que eu costumo chamar de república independente de Porto Seguro, porque é um pouco diferente da Bahia. Eu sou de lá.

Aqui, logo depois, participei da coordenação da candidatura do Ministro Ciro à Presidência, na Bahia, quando foi derrotado. No segundo turno, nós nos reunimos – o PTB – e alguns defendiam a coligação e o apoio no segundo turno. Entre essas pessoas estavam Carlos Wilson, Antônio Osório, Max Mauro, o Deputado

José Carlos Martinez e alguns outros. Nessa época, inclusive, o meu amigo e hoje Presidente do PTB, Roberto Jefferson, não era um partidário muito forte, mas acompanhou o Partido. Daí o meu nome foi indicado pelo Diretório do Partido e, conseqüentemente, por José Carlos Martinez, para a Empresa de Correios e Telégrafos, como Diretor de Recursos Humanos. Essa não era a minha praia. Apesar de ter sido Secretário de Planejamento, a minha formação é de administrador com especialização na área de administração pública. Acredito que fizemos um bom trabalho nessa área.

Logo depois, o PDT se afastou do Governo e eu passei a responder por duas diretorias: a Diretoria de Recursos Humanos e a Diretoria Administrativa. Durante esse período, o que se sentia? Sentia-se que o processo de compras, o processo de licitação era um processo lento, e a Empresa de Correios e Telégrafos é uma empresa pública, mas uma empresa pública diferente, porque é atuante, é uma empresa que orgulha todos nós. Confesso a todos que não conhecia os Correios na sua integridade. Fui conhecê-lo ao chegar. Vi no olhar dos empregados da empresa orgulho, sentimento nacional, disciplina, hierarquia e vontade de fazer as coisas. Isso eu notei e vesti a camisa da empresa de Correios e Telégrafos. No decorrer desse tempo, vi como se trabalhava. E olhe que eu vinha de uma das instituições mais respeitadas, que era o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas! Fundamos e participamos ativamente da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia na Bahia, que também foi um exemplo em termos de trabalho. Temos alguns exemplos, como é o oeste da Bahia, um programa que ocorreu quando o governador era o Antonio Carlos e eu era o Secretário de Planejamento, que hoje é um dos maiores produtores de grãos da Bahia.

Daí em diante, trabalhamos e, com essa vacância que houve, surgiu a oportunidade de ir para a administração, que, digamos, fechava com o meu pensamento, pela minha formação profissional, além do fato de que, na época das discussões, dos acordos coletivos, muitas vezes, aquilo entrava em choque. Sou um cara de coração muito aberto, muito bom. Então, eu ficava querendo ir mais e nem sempre é possível ir mais, porque tem todo um controle pelo Dest, pelo Ministério do Planejamento. Daí o motivo de eu ter ido para a área de administração. E, na área de administração, fui com o pensamento de acelerar o processo. Tinha licitações que demoravam 270 dias, etc e tal. Comecei a introduzir e a fazer com que o pregão eletrônico viesse a ter mais força. Tanto isso é verdade que, já no ano de 2005, de 38 licitações que ocorreram na nossa área, apenas 2 foram pregões presenciais, as 36 outras foram pregões eletrônicos. Montamos uma equipe que

visitou os Estados. São seis regiões que consideramos, e essas regiões são consideradas pelo PIB, pelo seu valor, pelo seu desenvolvimento econômico, como é São Paulo metropolitano, São Paulo interior, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia. Treinamos esse pessoal justamente para a introdução do pregão eletrônico. O crescimento foi muito grande.

Mas nos Correios existe uma coisa, você tem a CPL, que é a Comissão Permanente de Licitação, e, de vez em quando, criam-se comissões especiais de licitação, a depender da natureza do produto que se está colocando ou que se vai licitar. Na medida em que você tem essa comissão... E gostaria de esclarecer aos senhores que, quando entrei, só levei duas pessoas. Levei o Sr. Maurício Marinho e levei o Fernando Godoy. Por que levei esses dois? Primeiro porque, quando entrei na área de recursos humanos, conheci o Godoy aqui quando todos tomavam posse. Comecei a perceber que o meu nome começou a surgir como uma possibilidade em duas direções: uma para a Embratur e a outra para os Correios e Telégrafos. Como o Godoy era uma pessoa muito bem quista nos Correios e, ao mesmo tempo, conhecedor de Brasília, porque ele foi por 10 anos diretor regional aqui em Brasília, eu o convidei para me assessorar. Chamei o então assessor executivo e disse: Olha, você é um excelente funcionário, mas eu já havia convidado uma outra pessoa. Vou falar com o presidente porque o meu objetivo aqui não é prejudicar ninguém. Falei com o presidente, que era o gaúcho Dip, que colocasse o Dr. Virgílio numa posição que não o prejudicasse. Ele foi ser consultor do presidente e eu segui o meu trabalho.

No decorrer, o Marinho ainda não estava comigo; a coordenadora universitária era a Dr^a Vera. Eu ia muito à universidade, querendo levantar a universidade, e não via as pessoas. Ah, porque é ensino a distância, é virtual. A Dr^a Vera foi à França participar de um trabalho – parece que tem um filho que estuda por lá – e, quando voltou, disse-me: “Dr. Osório, gostaria de pedir o meu afastamento porque estou tendo um desentendimento com a minha substituta”. Lógico que o natural, em ela saindo, era eu colocar a substituta, mas, na medida em que houve um choque entre as duas, preferi não fazer dessa maneira, porque seria o prestigiamento daquela que, enquanto ela estava fora, talvez tenha lhe causado algum transtorno. Chamei-a então e disse: vou procurar outra pessoa. Aí veio o nome de Marinho. Como conheci Marinho? O Dr. Maurício Marinho. O diretor comercial dos Correios, Dr. Paulo Minecutti, convidou-me para assistir a apresentação de um projeto de um programa chamado “Aumento do reforço de venda dos Correios”. Era treinar a mão-de-obra dos Correios para vender seus produtos, para

fazer com que aumentasse a receita dos Correios. A apresentação – eu não sabia nem que o Marinho era dos Correios – foi excelente. Fiquei naquela dúvida: é daqui ou não é? Quando aconteceu esse fato, eu procurei saber e algumas pessoas me falaram sobre o Marinho. E tinha um pedido do Deputado José Chaves indicando o nome dele. Eu digo: bom, é do meu Partido também; tem um bom currículo... Peguei o assentamento. Ele tinha sido diretor do departamento de treinamento dos Correios, que se transformou depois na Universidade Correios. E pelo trabalho que ele fez, foi um treinamento feito naquela época.

Eu o convidei para..., eu disse: olha, eu quero que você vá para duas coisas. Primeiro, voltar ao curso de administração postal, que formou excelentes técnicos e que hoje é a espinha dorsal da Empresa de Correios e Telégrafos. Ela, na verdade, é que dirige. Sai Antônio Osório; entre Pedrinho; entra Joaquim, mas lá tem essa espinha dorsal que conhece a empresa. É como a École Nationale d'Administration, por exemplo, na França, de que todo mundo fala. Muda o Ministério, mas você tem um pessoal que garante as rédeas do negócio. Isso é o que queríamos fazer.

Gostaria também que criasse um programa de treinamento e de bolsa de estudo, para segundo e terceiro graus para os funcionários da empresa. Isso foi feito, um projeto de excelente nível, impessoal, porque o pessoal entre na Intranet nossa com a sua matrícula e verifica a sua pontuação. Lógico que tem uma proporcionalidade com relação aos estados. Não poderia ser de outra maneira. Não posso atender mais a Bahia, por mais que eu quisesse, porque também tem São Paulo com uma população trabalhadora muito maior que a outra. Queria que o pessoal, que os carteiros tivessem a oportunidade de crescer, e isso eles estão tendo, essa possibilidade. Entra, vai ver se está pontuado ou não. Lógico, aí vem um outro problema: à medida que você vai envelhecendo vai perdendo suas oportunidades. Lamentavelmente, a vida é assim, e todos nós sabemos que é assim.

Então, o Marinho fez um excelente serviço. Quando fui para os Correios, para a administração, eu fui com esse objetivo. E começamos a traçar o trabalho, graças a Deus introduzindo – pode ver o crescimento na área de pregão foi a melhor possível; eu tenho os dados aqui. O sistema é um sistema muito bem bolado. Todo sistema pode ter falha, mas é muito bem bolado. Quando se vai abrir uma licitação, primeiro, verifica-se se aquele projeto está no plano estratégico da empresa. Como é traçado esse plano estratégico da empresa? Todo o corpo diretivo da empresa, inclusive os diretores regionais, seus mais diretos, nos reunimos, nos trancamos, vamos ver para onde vamos levar os Cor-

reios; qual o caminho que queremos dar aos Correios; queremos que seja uma empresa pública respeitada – porque, antigamente, empresa pública era como órgão de administração direta, que não tinha nada.

Eu me recordo, inclusive, de uma citação do professor Celso Antonio Bandeira de Mello, que dizia, justamente no Rio de Janeiro – e aqui está o Senador Saturnino, que é um homem de veia, e tem uma posição nacionalista como a minha –, quando o pessoal lá cantava e dizia assim: “Rio de Janeiro, cidade que me seduz, de dia falta água, de noite falta luz”.

Não queremos isso. Queremos a empresa pública firme, fazendo um trabalho, buscando recursos justamente para pagar seus funcionários. Nós não dependemos do Tesouro da União. É a própria empresa que se paga, inclusive distribuiu dividendos que, digasse de passagem, eram 25%, conforme estabelece a legislação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– De última hora, precisamente no dia 26 ou 27 de dezembro, apareceu lá, aumentando de 25 para 50, quando já estávamos com todo o esquema para fazer a distribuição, inclusive da participação de lucros e resultados. Montamos esse esquema e a empresa andou.

Então, se ficou definido que se vai fazer uma licitação, o projeto é encaminhado pela área demandante, que pode ser a área de tecnologia, a área de operação, a área de recursos humanos, a área comercial. A nossa parte, a área administrativa, é um órgão meio, que fica mais ou menos nessa parte de tênis, camisa que faz o retrato da empresa. E a gente precisa ter uma preocupação muito grande. Por isso que aí é centralizado o processo licitatório, entende?

Então, quando é feito isso, vai se encaminhado com os pedidos que já são feitos pela demandante, que diz qual é o objetivo, diz que está no plano estratégico – se estiver no plano estratégico –, vê se tem orçamento, se bloqueou o orçamento. Faz a justificativa do projeto e encaminha para o Cace, que é um Comitê de Avaliação das Contratações Estratégicas.

Quem compõe esse Comitê? São pessoas de experiência, na empresa, de mais de 20 anos, como é o caso de Marinho, que tinha 30 anos de serviço e é um excelente profissional. Estou falando do ponto de vista profissional. Um excelente profissional – não nego isso em lugar nenhum; não posso negar.

Então, feito isso, vem a decisão daquele Comitê. Se é da minha área, pego, preparo o meu parecer. Acima de R\$650 mil, levo ao Presidente da empresa, que autoriza, juntamente comigo, e é publicado no **Diário Oficial**.

Publicado, volta para o Decam, onde está o Marinho, que prepara alguns documentos, como termo de referência, que é baseado nas informações que lhe foram encaminhadas pela parte demandante e pela equipe técnica. Vai, então, para a Presidente da Comissão de Licitação, que é a Dr^a Tânia Munari que lá estava e lá continua – e, diga-se de passagem, é uma excelente profissional, administrativista, conhece e é séria. E a pregoeira Dr^a Marta, que tem mais tempo que ela. A Tânia tem oito anos, a Marta tem algo em torno de 28 anos de serviço. Vejam como são os Correios: o pessoal sempre tem muito tempo de serviço.

Elas analisam. Ela faz o edital, prepara o edital com base nas informações. O edital vem para a minha mão, eu encaminho para o departamento jurídico, para a Dr^a Fátima, também uma grande administrativista, excelente profissional. Quando eu digo assim não é por querer ajudar ninguém, porque a gente tem que dizer quem é bom na empresa. A gente tem que dizer, porque é uma profissional de mão cheia.

Então, vem para a minha mão...

O SR. (Orador não identificado) – O Sr. Marinho é bom profissional?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Excelente profissional. Não conheci o outro lado. Eu não conheci o outro lado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não seria melhor o senhor se abster de juízos de valor?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu prefiro. Estou falando dessa maneira.

Então, depois que vem o processo, eu autorizo a publicação do processo licitatório. É feita a licitação, ou pelo processo de pregão. Não me meto na licitação. Só estive na Comissão de Licitação uma vez, para conhecer de perto como funcionava o nosso pregão eletrônico, que poderá ser melhorado.

Aí, nesse dia, aconteceu até um fato que me chamou a atenção. Estava vendo – não tinha ninguém na sala – e estava em torno de 900 mil, quando, repentinamente, passou de 900 para 90. Aquilo me chamou a atenção. Saiu lá: “inexeqüível”.

Chamei o pessoal e disse: olha, o pregão eletrônico é o melhor sistema. Primeiro, porque ele é transparente, democrático, mas ele impõe uma dosagem psicológica, emocional às pessoas que estão disputando, que pode levar o cara a chegar a um preço que, muitas vezes, não tem condições. Isso ocorre muito nos Correios.

Então, nós perdemos tempo, dinheiro e não temos o produto para entregar, porque é uma empresa pública e tem que estar com o produto. Tem que estar com a caixa, tem que estar com o envelope do Sedex,

tem que estar com tudo que, na hora em que se procura, se quer.

Recordo-me que fomos a Minas, numa reunião de gestão, com todo o grupo, e a crítica que se fazia à minha área – e, logicamente, é meio, e meio sempre tem as críticas – era: olha, só chegou o produto de Natal agora, em cima da festa. Eu disse: não diga isso, porque nós precisávamos que vocês apresentassem, inclusive, qual era o motivo dos cartões de Natal, etc. E vocês só entregaram agora, por isso que estamos abrindo a licitação.

Então, eu acho muito difícil – perdoe-me dizer isso a vocês, e digo com pureza d’alma – acho muito difícil o problema de fraude no processo licitatório da empresa. Ocorrer pode ocorrer, mas não vi e não posso entender como é que se faz. Primeiro, é o pregão eletrônico.

Pedi depois o seguinte: Você tem o registro de preço, que é feito também por pregão eletrônico, o que é que ocorre no registro de preço? São produtos como bobina, cartucho, que você precisa no dia-a-dia; você não pode ficar esperando para fazer licitações a toda a hora. Então você faz o registro de preço e está lá o preço. Quando chega na hora, não pode entregar. Digo: Olha, está errado, precisamos classificar pelo menos os três primeiros, porque quem não puder, você vai para o segundo, contanto que ele venha para o preço que o outro estava cobrando; se não for, vamos ter que partir para fazer outra licitação. Isso foi uma primeira medida que tomei. A segunda: chamei as duas da CPL, Comissão Permanente de Licitação, que já estava lá e é pregoeira, e disse: Olha, supervisiono uma parte, como também os outros, porque tem parte de tecnologia em que não me meto; tem a parte de operações em que também não me meto – o que é um erro; deveria ser centralizado de uma maneira só. Mas isso foi uma decisão tomada muito antes das duas diretorias que tiveram aí. Devia ser só uma comissão. E aquilo ali funcionava. Veio da época do Hassam Gibrim, que estabeleceu lá um sistema, fazendo essas divisões, quando eu achava que deveria ser normalmente, porque todos nós saberíamos. Cheguei a dizer ao Presidente e a alguns outros: Presidente, em vez de fazer comissão especial, coloca na própria Comissão Permanente de Licitação, porque geralmente a gente vai convidar a Tânia para ser presidente ou um outro, e tem a equipe técnica que vai dar o suporte. E disse para ele o seguinte: É autônomo, vocês decidem, quem decide são vocês, que são a comissão; estou aqui para, se estiver correto, opinar e firmar posição, e vocês façam mais do que isso, formalizem tudo que for possível.

Então, essa foi uma medida que tomamos e que estava dando certo. A outra coisa que percebi – e é onde pode ter problema e poderia ocorrer problema –: a formulação da pesquisa de preço. Ou seja, o que é a pesquisa de preço? Em pesquisa de preço, você tem um funcionário da empresa que fornece o produto, digamos, fornece tênis. Aí eu mando uma carta de preços para aqueles que já fornecem para os Correios. Quem é que vai impedir que, dentro disso, e com a maior boa vontade – e talvez aí não tenha nenhuma maldade –, venha a se formar um conluio entre essas empresas e chegue lá com um preço de referência alto? Recordo-me que a Tânia vinha contente e dizia: Dr. Osório, conseguimos uma economia muito grande para a empresa, o preço de referência era tanto e desceu para tanto. Quando, um dia, sou surpreendido com uma licitação, cujo valor de referência era algo em torno de 6 milhões, e se conseguiu fechar a 2 milhões. Eu aí a chamei e disse: Olha, alguma coisa está errada. Em estatística, uma variação de 10% é admissível, com muito esforço, mas a esse número é muito difícil. Vamos estudar uma maneira de acabar com isso. O que foi que fiz? Convidei a Fundação Getúlio Vargas, que estuda os índices, chamei o departamento jurídico, para que a Fundação Getúlio Vargas fizesse a pesquisa de preços de algo em torno de 400 produtos, em todo o Brasil, para consubstanciar qualquer pesquisa de preço que se faça. Então, daí para frente, estamos fechados e sabendo que aquela pesquisa de preço vai dizer como é que está o mercado. Então, isso aí acho que foi um trabalho, considero que vai ser um trabalho muito importante.

Outra coisa que também pedi, e acredito que aí pode estar a razão de muita coisa que ocorreu, ou seja, muitas vezes – e em Brasília acontece isso, não estou fazendo crítica a ninguém, cada um tem sua maneira de viver, estamos numa economia de mercado, as pessoas vendem, estão com sua situação resolvida, fiscalmente está tudo no sistema, pagando seus impostos em dia –, a pessoa chega num negócio desse, entra e depois não entrega o produto. Digo: Vamos formar um grupo de trabalho; vamos convidar a Caixa Econômica e o Ministério Público. Chamei a Dr^a Fátima, que é diretora do Departamento Jurídico e disse: Vamos formar um grupo, para ver se saímos daqui com uma espécie de um estatuto das licitações dos correios ou o nosso manual. Porque nos Correios tudo é “manualizado”. O alcance de controle do administrador, e aqui está um administrativista...

Ele é formado ou nos regimentos, ou nas leis, ou nos manuais. A gente não está lá na ponta. Aqui estava o Presidente, ontem, que depois daquela reunião que aconteceu aqui, estávamos ali com fome ain-

da, mas não nos queixamos disso, acho que é nosso dever cumprir, quando ele atenciosamente se dirigiu e chegou para mim, para todos nós que estávamos, prestou uma satisfação, pediu desculpa porque nós não tínhamos providenciado o almoço, o pessoal não tinha avisado e ele não sabia.

E eu disse a ele o seguinte: veja, Presidente, o senhor está aqui nesta sala e, anexo a esta sala, estamos nós. E o senhor não sabia. Como é que eu, no décimo sétimo andar, vou saber que alguém que é a mim subordinado, e eu assumo a responsabilidade porque eu sou responsável pela Diretoria, vou saber que alguém está recebendo 3 mil reais lá embaixo? Então aproveitei para dizer isso. É apenas uma ilação, que estamos conversando, nesse processo aqui.

Aí pedi para ver se nós fazíamos a pré-qualificação das empresas. Quando pensei em pré-qualificação, eu pensei na empresa de Correios e Telégrafos. Ou seja, o cara entra numa licitação, tem um telefone, tem um micro e um telefone, ganha uma licitação e não tem como... depois fica vendendo para “a” ou “b”, e não tem condições de entregar. Eu disse: “Vamos buscar uma pré-qualificação. Vamos criar uma gestão de fornecedores.” E eu fiz isso baseado em quê? Eu fiz baseado num estudo que foi feito pela Vale do Rio Doce. Lógico que, se eu estou numa empresa, tenho que procurar estar lendo, acompanhando as coisas. A Vale do Rio Doce fez um acompanhamento que deu resultado. Lógico que a Vale do Rio Doce é uma empresa privada. Mas as coisas... você tem que costumizar, você tem que fazer as reduções sociológicas e aplicar, se é possível aplicar. Então nós estávamos querendo melhorar a empresa. E estávamos melhorando. Tenho certeza que íamos chegar a esse fato.

A outra coisa que vocês precisam... que V.Ex^{as}. – desculpe, é que muitas vezes a falta de prática, que já vai de muito tempo, muitas vezes leva a gente a cometer esses enganos, quero que me desculpem. V. Ex^{as} devem notar que, na fita, o Dr. Marinho tem uma hora que diz assim: “Um negócio que está...”

(Ruído no recinto.)

Quando é assim é para parar? Quando chama assim é para parar ou não?

Ele diz o seguinte: “Vejam os senhores que o grande negócio aqui agora é a terceirização”. O que foi que nós fizemos, gente? Nós criamos para melhorar. E daí criamos o Departamento de Suprimento, que estava atrasando, as pessoas reclamando, faltava a camisa, a camisa estava rasgada, eu fui à Bahia, lá no extremo sul, na Regional, o pessoal recebeu o tênis e o tênis soltou. E olhe que o tênis, nós temos um contrato com a Universidade de São Carlos, que estudou toda a ergonomia. Então a gente pega aque-

le modelo e os caras faziam mal. Então nós tínhamos que acompanhar isso. Não é?

Então eu cheguei para ele e disse: “Vamos que nós temos o CD”. Como foi que fizemos o CD? Fizemos o projeto, que é um grande armazém, todo ele, todo ele, digamos, informatizado, com segurança de televisão, de tudo, apresentamos o projeto, abrimos chamamento público, aumentamos inclusive o prazo para que mais empresas tivessem. Aprendi isso com S. Ex^a o Senador César Borges quando dizia: “Quanto mais gente estiver participando da licitação, melhor”. Entende? Aí eu fiz isso, ampliamos. Foi feita a licitação. Quem ganhou foi o Grupo da Gol, que eu não me lembro o nome qual era. São 11 mil metros de área coberta que vai servir para armazenar produto da Administração Pública Federal. Conversei isso com o Dr. Eduardo, do Dest. Vai ser importantíssimo isso para o Ministério da Saúde que os Correios poderá alugar espaço e fazer receita. Afinal de contas, ela é uma empresa pública. Tem toda ela, digamos, de esteira para funcionar como tem em São Paulo.

Nós alugamos, e o aluguel está em torno de 120 mil por mês, o que significa algo em torno de 1,5% do capital empregado, o que é mais ou menos o que se paga por qualquer empréstimo que você faça ou qualquer aplicação que você faça no mercado. E não imobilizamos nenhum tostão. Não imobilizamos nenhum tostão. Entende? Então veja, está lá, aqui, todo ele informatizado. Isso vai ser muito bom porque vamos... Com isso vou ter... dar celeridade ao processo. Como é que eu vou dar celeridade ao processo? Como é que eu vou dar celeridade ao processo? Na hora que eu soltar, que eu comprar os tênis, que eu comprar as camisas, que eu comprar os envelopes de Sedex e distribuir isso, na mesma hora, eu abro o processo licitatório, porque já foi entregue o produto na ponta. Lógico que eu tenho que fazer um *feedback* para poder acompanhar o que está ocorrendo, entende? Precisa ir ver a outra ponta, mas eu já tenho esse dado. Nem sempre, digamos, o gestor operacional está atento. Daí a questão do gestor operacional e o gestor administrativo, que ficam na área administrativa. Então essa é uma questão, do ponto de vista da celeridade, que eu acho que vai dar certo; eu tenho certeza que vai dar certo porque o projeto está aí para que todo mundo veja.

A outra área que todos vocês sabem é a área de segurança. A área de segurança cresceu estupidamente nos Correios com o advento do Banco Postal; logicamente que isso começou a ocorrer. E aí nós começamos a nos preparar. Eu digo: eu não posso, face a importância patrimônio e segurança. Eu vou colocar uma área de segurança. E criei um departamento

de segurança só para ele voltado. E veja o que é que ocorreu? Começamos a acompanhar estatisticamente. Hoje nós temos um dado estatístico; é só ver o *site* dos Correios: está lá um dado que mostra, por exemplo, onde estão os assaltos no Nordeste. Os assaltos estão nas agências e nos carros que transportam numerário. Por que isso? Porque lá nós pagamos a maioria dos aposentados. Quando chega essa época, torna-se um negócio muito sério.

Eu comecei a defender contratação e convênio com as Polícias Militares. Eu sei que houve uma reação inicial porque acham que o papel do Estado é aquele. Mas se nós podemos colaborar um com outro em prol da sociedade... Não é para botar o soldado lá dentro; mas que ele esteja próximo à agência. Estando próximo à agência, ele impõe muito mais respeito de que qualquer outra empresa de segurança. Isso nós fizemos e está dando resultado.

Já no Sul do País, já no Sul do País, o assalto é a quem? É ao motoqueiro, é ao carteiro, é ao agente de banco. Está tudo num dado estatístico, e nós estamos acompanhando e fazendo, etc.

Cofres que disseram que fui eu que fiz a licitação de cofres... Nós não fizemos licitação de cofres. Quando eu cheguei lá, já existia a licitação de cofres, eu vi isso nos jornais, entende? Mas é necessário fazer uma licitação, está sendo feita – aí eu abri outra licitação porque é uma necessidade de contrato.

Permita fazer um parêntese, esse negócio do Banco Postal

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não queria interrompê-lo, mas o senhor será indagado por todos estes Deputados e Senadores e pelo Relator, então eu acho que quanto mais o senhor for objetivo, melhor para o senhor e melhor para a Comissão porque todos aqui vão fazer perguntas. Vai ser uma saraivada de perguntas.

Então para ele não ser...

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E ele tem toda a liberdade. Eu só estou advertindo que ele vai ser ainda questionado por todos. De repente, cansa muito, cansa muito e, na hora das respostas...

É só para colaborar, é para colaborar com o senhor...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Seria uma sugestão ao senhor, depoente, se pudesse já afunilar porque há muitas perguntas que vão facilitar o depoimento de V. S^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só não pode ser tratado de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Não, não. Pelo contrário, só que ele, nas perguntas, terá oportunidade de falar tudo isso novamente.

O SR. (Orador não identificado) – Não, necessariamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu acho que deve se permitir que ele fale. Dr. Antonio Osório, fique à vontade para falar.

O SR. (Orador não identificado) – Não necessariamente. Ele está dando informações importantes sobre o processo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já disse, eu já disse que era apenas para colaborar e informar. Mas ele tem toda a liberdade. Pode ficar a tarde toda aqui falando.

O SR. (Orador não identificado) – Dr. Antonio Osório, queremos ouvir. A tarde toda não será possível, até uma e meia, mas...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Senadoras, o meu objetivo foi apenas dar um panorama das várias áreas sob minha jurisdição.

Então eu estava falando da questão dos cofres. Dos cofres, eu sabia, já sabia que existia um acompanhamento da Polícia Federal a respeito desse assunto que veio de outra época.

Desta vez, é uma questão de contrato, foi feito, está sendo, contratamos inclusive a UnB para dar toda a assistência na área, na área de mecânica, para fazer um acompanhamento, para uma maior abertura possível. Está lá o Dr. Pierre comandando esse processo.

Com relação ao Banco Postal, eu tenho uma posição ideológica. Eu defendia que essa coisa fosse feita com o Banco do Brasil. Mas aí, eu também, há de se convir, eu tenho que olhar os Correios. Quando eu pedi que fizesse uma apresentação porque eu não estava na empresa, para entender como foi aquilo. Foi feita uma licitação. O Banco do Brasil, lamentavelmente, não participou da licitação; a Caixa Econômica participou com todos os índices iguais. Ora, o Bradesco foi e ganhou. Desde então, é o Bradesco que está levando.

Mesmo assim, ainda na área de recursos humanos, comecei a perceber uma migração das contas-salário do Banco do Brasil para o Bradesco. Chamei a atenção da diretoria e provoquei, numa reunião – houve uma reunião de toda a Diretoria dos Correios com toda a Diretoria do Banco do Brasil... O Presidente à época era o Dib, que pediu que eu fizesse uma relação. Eu fiz, mostrando que estava havendo esse processo migratório e que era ruim para o Banco do Brasil. Aí começou-se a estudar e surgiu a idéia do Banco Popular. Aí me veio uma idéia da Bahia, e eu disse: por

que não montarmos um banco num modelo tripartite: Correios, com a sua capilaridade, Caixa Econômica e Banco do Brasil? Os três juntos para fazer e levar; e o Banco Popular seria movimentado por esse negócio.

Saí dali, confesso, veja como nós nos enganamos, imaginando que era o cara mais inteligente deste País. Quando eu chego em baixo – e vocês sabem que não é isso –, quando eu cheguei lá em baixo, conversei com o Presidente, que chega para mim e diz: “Osório, na Holanda é assim! Os Correios têm um banco!” Eu fiquei mais na euforia. Disse: é esse o modelo! Vamos lutar por esse modelo! Aí quando me chega Orestes, um rapaz que trabalha nos Correios, que tomava conta do museu e me viu conversando, me traz um decreto de 1922, de Epitácio Pessoa. E diz para mim: “Aqui, Osório, desde essa época, os Correios poderiam ser agente financeiro!” Aí que eu fui ver que, na vida, nada se cria, tudo se copia. Foi aí que eu fui perceber essa questão. Então a questão do Banco Postal foi essa, a questão dos Correios foi essa.

Outro assunto que eu gostaria de adiantar, não é da minha área, mas foi colocado como se eu tivesse assinado, é o contrato do Correio Híbrido.

É preciso que nós tomemos consciência de uma coisa: a gente tem que pegar o projeto e analisar o projeto na sua inteireza; ver os custos e benefícios do projeto; se ele traz benefício para a empresa. Não é de minha área, mas, se fosse de minha área, Antônio Osório assinaria o contrato do Correio Híbrido porque é uma tendência mundial. Eu estou aqui com um documento. Isto aqui é uma tese de mestrado de um companheiro, meu consultor da minha empresa, da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Santos. Está aqui! Está aqui o resumo de todo o projeto feito. Muitas vezes, o que a gente vê, aquele valor, muitas vezes, a gente não vai aquilatar ou não vai mensurar se é importante para a empresa ou não. O importante é saber se nós temos condições de investir. Ora, o que é que ocorreu? O que é que ocorreu? Híbrido.

Em poucas palavras, porque não sou especialista. Mas, digamos, todo boleto de telefone que é pago lá em Alagoas, da Senadora, lá na Bahia, que os Correios entregam, como é que é feito? É feito em São Paulo, impresso em São Paulo e mandado pelo transporte, por caminhão, por isso e aquilo outro. Agora como é que vai ser? Por isto é híbrido: é eletrônico e é o esquema de correio. Então eles mandam eletronicamente. Vai chegar nos Correios eletronicamente. Chega ali o negócio, os Correios arrumam e entregam. Ora, com essa posição, o fluxo foi diminuindo. Aí as empresas, muitas empresas ficaram aborrecidas, as empresas de gráfica. Houve, na verdade, um processo licitatório tortuoso porque houve recurso, eles erraram

no recurso, entraram com recurso contra o Presidente da empresa, quando deveriam ter entrado contra o Presidente da CPL. Ganhou-se o recurso e gerou-se essa animosidade toda que está aí.

Mas lhe digo com pureza d'alma, eu assinaria o Correio Híbrido e acho que é a saída para nós. Todos os países mais avançados estão usando, Itália, Finlândia, entende? Todos os países estão usando. E os Correios estão num ponto, digamos, numa posição muito boa, mas muito boa, no mercado internacional.

Então, meus amigos, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, é apenas um relato que estou fazendo. Na hora em que apresentei isso da Vale do Rio Doce, que tem os fornecedores, que tem a pré-qualificação, entende, que é um estudo que ia fazer, eu não estava dizendo que ia fazer. Nós íamos fazer um seminário para ver se era possível. Isso surgiu e quando surgiu pode ter sido o estopim de todo esse negócio, de pessoas que iam perder o seu mercado e começaram a preparar essa coisa.

Não sei se me aprofundi, se disse o que deveria dizer, se falta alguma ... Ah, temos a área de Patrimônio. Os Correios, hoje, detêm algo em torno de trezentos e seiscentos e setenta e dois mil imóveis. Nós não poderíamos estar com imóvel dessa natureza porque estamos criando um esquema para não ficar pagando imposto, imobilizando e, logicamente, o que era? Lá em Jequié de antigamente, tinha um terreninho de trinta por quatro para fazer agência dos Correios. Doavam para a gente. Estamos revertendo quando não podemos vender, mas vamos alienar. Tínhamos um terreno grande em Itaparica, grande, que, todo dia, estava sendo invadido inclusive pelo Movimento dos Sem Terra. Chegamos, fizemos licitação, fizemos avaliação, fomos à Caixa Econômica, que avaliou, e alienamos. Não podemos ficar com isso porque estamos imobilizando o patrimônio, o que só traz prejuízo para a empresa. Essa é a parte do patrimônio.

E Suprimento, que nós criamos, que vai comandar toda essa parte de suprimento. Tiramos do Decam, dessa parte de Marinho, e vai para cá.

Outra coisa, só para chamar a atenção – perdão-me todos –, para terminar, é que, numa das declarações feitas pelo Marinho, ele chega naquele projeto para os doentes crônicos, que está no acordo coletivo, e diz: “Isso é alguma coisa de 60 mil”. A proposta dele, na época, era de ser pregão presencial. A decisão não foi pregão presencial, foi pregão eletrônico. Então não tinha esse poder que ele diz que tinha porque ele não ia ter mais do que Antônio Osório, que era o Diretor Administrativo, seria mais do que a Diretoria, seria o Presidente com todos os Diretores. Falou que falou com Ministro, que falava... Não existe isso. A empresa

não permite isso. Não cabe isso. Tem auditoria, tem o controle externo, tem tudo isso.

Então, meus senhores, não sei se eu pude, nesse tempo, dar um panorama da coisa da área administrativa. É um órgão meio, que oferece as condições para os outros. Lá as outras áreas, como a área de tecnologia, como a área de operações, podem exercer o problema de compra que, na minha maneira de ver, é errado. Mas nós encontramos isso lá.

Há outra coisa: sem prejudicar ninguém – quero que vocês entendam apenas o esforço de raciocínio –, fiquei muito chateado, fiquei estarecido quando vi a **Veja** até porque a minha história, quem me conhece – a Bahia me conhece... Não vou dizer a Bahia, coitada, mas Porto Seguro, minha terra natal, e algumas pessoas da Bahia me conhecem. Quando vi aquela fotografia dizendo que eu era o cabeça de todo o sistema. Ora, eu era do PTB, uma única pessoa. A empresa, diga-se de passagem, tinha gente muito competente, o Presidente João Henrique, que foi Deputado Federal e Ministro. Os outros Diretores estavam lá. Como é que eu, sozinho, ia mandar numa empresa dessa? Não existia isso. Isso não ocorre. Digo-lhes com pureza d'alma. Eram essas as palavras. Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator para suas perguntas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nosso convidado Dr. Antônio Osório: com certeza, V. S^a também tem conhecimento de todo o imbróglio que fez com que houvesse necessidade da sua presença para nos esclarecer.

Ele se inicia com aquela fita gravada em que Maurício Marinho, seu subordinado, anuncia que havia um conjunto de pessoas num sistema de fraudes e de ilícitudes e que, de alguma forma, ele seria o operador e que, a partir da coleta dele, ele recolheria os benefícios e passaria para as instâncias superiores, entre as quais estaria V. S^a.

V. S^a fez referência à sistemática das aquisições. V. S^a partiu da Comissão de Licitação. Queria, antes, refletir e, depois, quero o período precedente. A Comissão de Licitação Permanente é exclusiva dos Correios na sua Diretoria ou existe Comissão de Licitação em cada Diretoria?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, a Comissão Permanente de Licitação é única, mas pode se criar comissões especiais de licitação para alguns casos, de acordo com a importância ou magnitude do projeto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A Comissão Permanente de Licitação atende a todas as Diretorias e fica sob uma supervisão velada de minha parte, mas chamei a Diretora e disse: “Eu quero a autonomia de vocês”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto essa Comissão Permanente atua nas licitações de todas as Diretorias.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– De todas as Diretorias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a escolha dos integrantes dessa Comissão Permanente...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Elas, de quando entrei, já tinha a Comissão Permanente de Licitação e todo ano aquela mudança que a legislação e a própria Lei 8.666 estabelece. Geralmente sai um e entra o outro e vai fazendo rodízio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa escolha do rodízio quem procedia?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tem procedido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem procedia? Quem escolhia o nome que seria o substituído?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A Presidente da licitação leva para mim e diz: “Dr. Osório, agora, dentro das normas estabelecidas, essa pessoa sai para subir esse e botar outro no lugar. E a gente vai fazendo rodízio sempre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São funcionários efetivos?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Só pode ser efetivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a escolha dos integrantes das Comissões Especiais? Pelo menos, V. S^a lembra... Se forem muitas, eu retiro a pergunta, mas, por serem especiais, suponha-se que tenha uma magnitude, uma certa dificuldade. V. S^a poderia dizer as Comissões Especiais dos dois últimos anos? Seriam muitas?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Todas eu não posso dizer, mas citarei pelo menos duas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais ou menos quantas?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Citarei duas, uma, por exemplo, do Correio Híbrido. O Correio Híbrido, o projeto foi desenvolvido por uns técnicos da empresa, inclusive com visita a outros países – à Itália, etc. etc. e tal – tinha o Augustinho, tinha o Paulo Lobo e a presidência dessa Comissão foi o Adauto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem escolheu... Adauto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Adauto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Adauto, sobrenome...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Que foi diretor do Decan. Quando entrei foi que ele saiu, e eu levei o Marinho para lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele ainda hoje integra essa Comissão?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, porque já foi feita a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez referência a duas, mas, mais ou menos quantas? Só para ter uma noção...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Uma outra que foi feita, que foi aquela que não foi à frente, que foi aquela de seguros, que me parece que o Presidente – não tenho certeza – , mas me parece que era Cabral que ia ser o Presidente, porque foi ele que formatou o projeto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os Diretores dos diversos, enfim, os que presidem as diversas Diretorias, não tinham participação na indicação dessas pessoas que integrariam as Comissões Especiais?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Geralmente a indicação partia do projeto ao qual o projeto estava vinculado. Se era um projeto vinculado à área comercial, geralmente ele ia ao Presidente e conversava com o Presidente, indicava e pedia muitas vezes a indicação de alguns: “Fulano, que é um cara que conhece essa área, você podia colocar na Comissão etc.” Era mais ou menos assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez Maurício Marinho indicou alguém para participar de alguma Comissão Especial?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não, não. Que eu saiba não. Geralmente era a nível de Presidente essas questões. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As compras todas e os serviços todos contratados, a parte da licitação, a parte burocrática, era afeta a sua Diretoria, ainda que fosse de Informática, de Transportes, a licitação?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eles preparavam o projeto com os termos de referência ou o projeto básico e ia, então, feita a abertura de licitação, ia para o Decan. O Decan – e nessa época até para agilizar, criamos, aumentamos o número de agentes de compras. Não são pessoas

de nível superior, porque, para agilizar o negócio, nós focávamos de acordo com a Diretoria, botávamos um ou dois de acordo com o tamanho da Diretoria para poder andar mais rápido. E até a linguagem, porque, digamos, o jargão da área de tecnologia é diferente do jargão da outra. E quando a coisa chegava, já chegava, digamos, num linguajar popular, me perdoe, “redonda”. Evitava-se perder tempo, já vinha arrumada dentro do que o manual estabelece, etc. e tal. O que chamo a atenção no fato é que muitas vezes vinha até com uma pesquisa de preços. Eu já disse como é feita a pesquisa de preços. Que uma vez uma pessoa me pegou e disse: “Ô Osório, que negócio é esse? O cara está me pedindo para me ouvir aqui para mandar o preço disso aqui”. Era esse o sistema que estava no manual, e daí o motivo pelo qual eu busquei a Fundação Getúlio Vargas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a procedeu a essa modificação desse critério da pesquisa de preços, através da Fundação, quando ocorreu isso?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA –

Isso tem, mais ou menos, uns dois meses, ou mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dois meses.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ou bem antes. Foi antes desse fato todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque, realmente, uma das dificuldades que estamos encontrando é que é impressionante a diferença – e V. S^a fez referência a um caso, mas é mais ou menos generalizado –, a disparidade existente entre os preços anunciados como referência pelos Correios e aqueles ofertados pelos proponentes. Dá a impressão de que era inchado duas vezes. Até há casos de três vezes o valor.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É aquilo que eu disse a V. Ex^a. Têm-se duas pontas: uma é o descer de preço, sem condições de fazer a entrega do produto. Isso acontece muito, o que gera para a gente prejuízo. Daí o motivo pelo qual eu estar querendo fazer esse encontro – a Dr^a Fátima sabe disso – para ver se fazíamos o mínimo e o máximo, dentro daquele intervalo. Se passasse daquele mínimo, cortava, seria inexequível aquilo que eu vi no dia em que fui verificar na prática o que estava ocorrendo.

A outra era tinha o preço lá em cima, e citei aquele exemplo de seis e tanto e foi fechado por dois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem procedia a essa pesquisa e a anunciava? Era o Decam?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Essa pesquisa o Decam podia fazer, como os outros

também podiam fazer. Quando ele mandava o projeto, muitas vezes já vinha com a pesquisa feita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é o critério para se saber quando era do Decam e quando era de outra diretoria?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Dependia do assunto, não tenho precisão. Eu gostaria de esclarecer ao senhor o seguinte: quando ele mandava, ele manda para quem? Aí a necessidade do que nós criamos, que é o cadastro de fornecedores, que lamentavelmente não tinha. Tinha-se aquilo que vinha ocorrendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando introduziram esse cadastro de fornecedores?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Está sendo montado, estou há um ano lá. Estamos montando isso agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quer dizer, na verdade, ainda não existe.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Já está fazendo. Criamos já gestão, já criamos o grupo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ainda não está implantado?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Está sendo implantado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não seria, talvez, essa a razão da insatisfação do Wascheck? Porque, com essa implantação, ele está fora do jogo.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É isso que eu disse ao senhor. Eu disse: na medida em que nós estabelecemos uma pesquisa de preço que vai dizer a verdade, na medida em que nós pensamos – e foi só um pensamento – poderia ocorrer ou não, ia depender do contado que íamos ter com o departamento jurídico e também com o Tribunal de Contas da União, se era possível ou não, a pré-qualificação das empresas. Aí, eles achavam que a pré-qualificação das empresas seria privilegiar grandes. Ora, mas eu sou empresa. É lógico que eu sei que a legislação de licitação quer democraticamente agir, mas nós também temos que olhar a nossa empresa. Então, o que nós queríamos? Nós queríamos ver se seria possível criar um esquema em que empresas pudessem cumprir com suas obrigações. Não é contra pequena ou grande, o importante é que cumpra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os Correios não têm um cadastro de fornecedores por ramo?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tem, mas está falho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque todos os órgãos públicos têm isso.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Veja bem, você compra. Geralmente é a empresa tal, empresa tal, e a empresa tal que fornece. Quando chega numa hora dessa, você vai num cadastro que você tem lá e encaminha a carta, dizendo qual é a especificação do projeto, como você quer o produto e cada um manda. Quem é que vai garantir que não pode haver um conluio? Não é verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, se V. S^a procedeu a uma licitação segundo o procedimento correto, o senhor vai, necessariamente, além de os cadastrados participarem, o senhor vai anunciar para abrir para quem queira participar.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mas a gente abre também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, não posso supor que haja tanta facilidade no conluio.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– A gente abre, sim. A gente abre também.

Estou falando da possibilidade de existir. Estive conversando, inclusive, no meu depoimento na Procuradoria da República e quem me inquiriu foi justamente um juiz focado na área de licitação. Ele me chamou a atenção para esse fato também. Ele disse: “É difícil, Dr. Osório. É (*sic*) difícil essas coisas. Eu acho que o senhor está no caminho certo. Essas coisas, a gente sabe, quando a gente chega lá, inclusive, o senhor é um administrativista e sabe como essas coisas são difíceis”. Tenho impressão de que a coisa surgiu por aí. Não houve perseguição. Eu ouvi, inclusive, nos jornais que não estava havendo perseguição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que conseguimos captar das pessoas que aqui compareceram e do material recolhido é que as empresas – aí, sim, abre a possibilidade de se privilegiar – eram precedentemente contactadas. A partir dessa conversa – inclusive uma que se tornou por demais repetida aqui é aquela dos tênis que reuniu as empresas no dia precedente à gravação –, ficou muito claro que este era o procedimento dos Correios: reunir as empresas que partilhavam, segundo os interesses. Daí, para não dificultar aparentemente eventuais recursos, elas iriam com as propostas divididas em lote, segundo os interesses que, de alguma forma, acomodassem a todas elas.

Sempre houve esse contato? Era essa a praxe quando ia se proceder a uma licitação, antes de se perceber quem poderia ter interesse? E essas pessoas eram solicitadas a uma conversa com os Correios?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não era bem assim; não era bem assim. O que estava ocorrendo, na verdade, era que ficamos quase um ano sem conseguir comprar um par de tênis, porque a briga embaixo era uma briga terrível. Um entrava com uma ação contra o outro; então, o outro entrava com uma ação. Tinha Protelyne, tinha não sei quem e tal. Corria para um lado, corria para outro. E sempre alguns olhavam, e outros diziam: “Porque a minha empresa em Erechim usa mão-de-obra carcerária”. Aí bate o coração de alguém. Aquelas coisas todas. Veja bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Erechim é a minha cidade.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Desde que tinha lá um negócio. Então, verificamos que eles não tinham condições de entregar. Aí surgiu uma proposta, ouça bem, Deputado, de ver se regionalizava para fazer isso. E me trouxeram essa proposta. Eu reuni com o pessoal e disse: “Olha, eu tenho a impressão de que não é possível, mas, de qualquer maneira, vamos ouvir o Departamento Jurídico”. Depois, a Dr^a Marta Coelho, conversando comigo, disse: “Dr. Osório, vamos diminuir porque está tendo problema muito sério”. Aí aconteceu um fato. Eu viajei para São Paulo no dia 13, pela manhã, porque eu fui ter uma reunião com o diretor regional de São Paulo. Quando eu cheguei a São Paulo, a discussão que estava tendo aqui, eu estava lá, o rapaz me chamou e disse: “Dr. Osório, vamos ver esse negócio de material. Está um negócio sério: o problema de tênis e o problema...”. Peguei o telefone na hora, liguei para o Godoy, pedi que chamasse Liana, que é a moça que estava respondendo pelo Departamento de Compras, e chamasse Alexandre que estava no Departamento de Suplemento: “Olha, eu quero uma decisão disso hoje. Isso não pode ocorrer. Então, procure Marta, que tem uma proposta mais rápida para a gente abrir logo um pregão eletrônico para atender isso enquanto a gente vê o outro. O que nós não podemos é ficar parado”. A única vez que aconteceu essa tentativa foi aí, que não foi feita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessa conversa dos tênis e na gravação, fez-se referência ao preço que seria em torno de R\$60,00, R\$70,00 – não lembro agora –, até porque a aquisição precedente teria ocorrido há um ou dois anos. A justificativa dessa elevação foi aquela negociada pelo menos entre os quatro. Mais uma vez, surpreendentemente – suponho que o preço referencial dos Correios tivesse sido de R\$60,00 a R\$70,00 –, parece que, na semana passada, quem venceu o fez com R\$40,00 de novo. Então, continuam praticando esse diferencial.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Sr. Relator, é o seguinte: nessa época em que ocorreu esse fato, vai para o Cace (Comitê de Avaliação das Compras Estratégicas). O Cace analisa esse preço e mostra, muitas vezes, chama a atenção se o preço está alto, se o preço está baixo; que deve diminuir; se tem que se basear no último contrato. Por isso, na especificação do relatório, tem lá: última contratação. Ora, se teve a última contratação e dependendo dos índices econômicos e financeiros que a gente tenha, é lógico que a gente tem que analisar, levando em consideração esses aspectos, entende?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem faz a escolha das pessoas que fazem essa pesquisa?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Essas pesquisas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pesquisas de preço.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – ... são feitas... podem ser feitas pelo órgão demandante e, como é feito, pode ser feito pelo Decam também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pelo Decam também.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pelo Decam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Percentualmente, no universo das pesquisas, quem mais...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Na parte, nessa parte menor de meio, é mais pelo Decam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pelo Decam.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Tanto pela área de tecnologia – na parte de computador – quanto pelo setor de operações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem juízo concreto, hipoteticamente, é possível que o Decam, ao estabelecer esses valores – primeiramente, alguém que não estivesse com a conduta adequada – poderia escolher as pessoas que fariam a pesquisa e, por isso, poderiam colocar um preço referencial nas licitações de valor elevado?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Ele poderia fazer isso, mas o Cace chamava atenção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas como ele não chamou atenção em todas as outras que foram feitas?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele chamou. É o que estou dizendo a V. Ex^a. Quando

eu percebi que isso poderia existir, eu disse a maneira que tínhamos que fazer. Chamamos a Fundação Getúlio Vargas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas quando V. S^a tomou conhecimento – parece que tudo está acontecendo há dois meses...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não. Não foi bem assim. O que acontece é o seguinte:

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a poder falar.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Entre o preço de referência e o acordado, muitas vezes, existia uma distância grande também – em alguns casos. Chamei a atenção de V. Ex^a, porque, muitas vezes, esses não tinham condições nem de entregar o produto. Essa é uma questão.

Aconteceu um fato, chamei a Dr^a Tânia e conversei com ela. Eu disse: “Dr^a Tânia, a senhora, que vibra tanto com as economias que estamos fazendo – porque o pregão ajuda a isso –, nesse caso, é impossível que não ocorra, pois a diferença... Em qualquer estatística, vemos isso, que não pode ocorrer”. Vamos melhorar isso. Foi aí que começamos.

Isso já faz algum tempo – eu diria que há mais de seis meses estamos trabalhando nisso. Primeiramente, fomos à Fundação Getúlio Vargas, que veio. Estudamos quais eram os produtos que tinham que entrar. Fomos ao Departamento Jurídico e à UnB, que não tinha essa prática.

Então, depois que se formatou tudo, levei à Diretoria. Há mais ou menos três meses isso aconteceu em termos de aprovação em Diretoria, porque, só assim, eu poderia introduzir um novo esquema. Tenho certeza de que – imagino –, depois dessa tomada de posição, teremos um controle muito maior do que era.

Mas essa era uma prática, Sr. Senador, que vem de anos. V. Ex^a sabe que, em qualquer organização, uma mudança numa empresa desse tamanho, com 110 mil empregados, espalhada em todo o Brasil – só aqui, temos 3.800 empregados em 20 andares, apenas naquela sede, temos uma prefeitura para tomar conta –, é um negócio muito sério. Numa organização pequena, o comportamento é muito sério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Salvo engano, o termo de referência é o estabelecimento final das características desejadas no serviço ou no produto. Quem faz essa determinação final, o termo de referência?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O termo de referência é feito. Se é da área de tecnologia, já vem o povo dessa área.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Decam não tem possibilidade de...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele pode fazer da área dele. Ele pode discutir com o pessoal de lá. Entende? Mandamos, inclusive, pessoas fazer cursos para formação de projeto básico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há casos em que, a despeito de ser da área técnica ou tecnológica, ao chegar o Decam, houve mudança no termo de referência.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Mudança, não. Chamam o pessoal para adequar – não mudança no mérito da questão, apenas do ponto de vista da formalidade, para arredondar o processo etc.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nada sobre aspecto técnico?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, porque, inclusive, o pessoal de cá não entende dessa parte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, na sua Diretoria ou no Decam, não havia um cidadão especializado em informática para dar assessoria? Qual era o nome dele?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele entrou há pouco tempo nessa área de assessor – não mais de seis meses. É o Dr. Eduardo Coutinho, que foi um dos que formulou o projeto do CD, o Centro de Distribuição, que depois transformou-se no... É um excelente profissional no meu ponto de vista, conhece a área de tecnologia. Levei para que, quando houvesse alguma questão, eu pedisse o seu apoio, haja vista o que aconteceu recentemente.

Não conhecemos os Correios. O Governo não conhece os Correios. Nós, os Srs. Deputados e os Srs. Senadores precisamos conhecer os Correios.

Quando surgiu aquela denúncia da Globo sobre o problema do Bolsa-Família, eu chamei e disse o seguinte: “Isso com os Correios não ocorreria”. Por quê? Porque a Caixa Econômica espera que a pessoa vá buscar o cartão, enquanto os Correios vai entregar, ao entregar, ele sabe se a pessoa tem condições, se não tem condições.

A mesma forma – e foi uma proposta da nossa diretoria para a diretoria. Eu disse: “Vamos aproveitar que está o novo Ministro aí. As idéias dele vêm ao encontro das nossas e estamos com o absenteísmo muito alto, desde a minha época. Estamos lutando contra isso. É uma Volkswagen que nós temos de absenteísmo. São mais de 10 mil empregados”. Então, cheguei e disse: “Vamos aproveitar!” E fizemos uma reunião com o Ministro Romero Jucá. Quando essa reunião terminou, peguei o material e pedi ao Eduar-

do Coutinho: “Eduardo, o que eu quero é o seguinte: temos que acabar com o absenteísmo nos Correios e temos que ajudar o INSS, que está tomando prejuízo, porque é ele que vai pagar. Nós temos que ajudar isso. Então, o que quero é o seguinte: vamos ver se nós fazemos um contrato, um convênio, o que seja com o Ministro ou o Presidente do INSS, o Presidente do Correio, dando as normas para nós começarmos um trabalho”. Havia gente que pedia para fazer uma perícia e demorava dois, três anos. Então, não dava certo. Então, eu cheguei e disse: “E no mesmo dia”. Aí é o mote da comunicação e para influenciar o pessoal psicologicamente. Eu digo: “No mesmo dia, na mesma hora, o homem dos Correios da Bahia se reunindo com o homem do INSS da Bahia e nós iniciarmos um projeto”. Ele bolou o projeto, entregou-o ao Diretor de Recursos Humanos – eu já não fui a essa reunião. Então, ele é um rapaz de mão cheia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As aquisições feitas pelas regionais terminam com palavra final na sua Diretoria ou têm decisão definitiva nas regionais?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Na Redir, na Diretoria de todos os Diretores, na quarta-feira. Ela vem para homologação pela gente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a, com certeza, deve ter assistido – ou lido nos jornais – ao depoimento do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Alguma coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele anunciou, inclusive provocou os Líderes de cada Partido para que não houvesse hipocrisia e que se reconhecesse que as pessoas colocadas nos lugares, nos postos, nas diretorias tinham uma razão de ser e ele deixou claro isto: que eram para servir de intermediários dos Partidos para obter recursos.

V. S^a, alguma vez, foi abordado nesse sentido? Ouviu alguma coisa nesse sentido?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não aceito a tese, não concordo com a tese, nunca participei disso, nunca pedi dinheiro a ninguém, nunca recebi dinheiro de ninguém. A minha vida, graças a Deus, foi pautada nisso. Esse foi o motivo pelo qual eu tive, e não titubiei. Quando o meu nome surgiu, quando eu vi, na revista **Veja**, em São Paulo, o que estava ocorrendo, eu liguei para o Presidente dos Correios e lhe disse: “Presidente, eu quero que o senhor marque uma reunião extraordinária da Redir para segunda-feira. Aceite esse meu telefonema como um pedido de afastamento da empresa. Abra uma sindicância, e a

minha conta bancária, tudo meu está aberto para isso, porque eu justamente não aceito esse...?

Fui ao Deputado Roberto Jefferson e disse a ele: “Roberto, o que é que você quer dizer com isso?” “Não é bem isso que estou dizendo. O pessoal não entendeu o que eu disse.” Eu disse: “É porque eu não aceito isso e quem me conhece e quem já trabalhou comigo sabe qual é a minha história”. Graças a Deus, nunca aconteceu isso comigo e eu não faria isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Além de V. S^a, há mais alguém indicado pelo PTB nos Correios?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Não, não. Nos Correios, há um que veio, foi chamado por mim, e veio a convite meu entrar no PTB do Distrito Federal, que é Fernando Godoy. Mas, quando ele foi trabalhar comigo, ele não foi como petebista. Ele foi porque eu o conhecia aqui. Ele era amigo de outras pessoas, do Otávio, do Arruda, de pessoas daqui. Dez anos em Brasília. Para mim, uma pessoa como essa, que conhece Brasília e que conhece a administração, muito querida principalmente entre os carteiros, entende? Uma pessoa desse tipo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essa pessoa que serviria desse elo entre o Partido e os recursos não poderia ter sido o Maurício Marinho, tal qual ele anunciou na gravação?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Olha, Doutor, eu não acredito nesse negócio do Maurício Marinho. Eu não estou aqui para fazer... Não quero ser leviano para dizer uma coisa desse tipo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A que V. S^a atribui...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Para o partido, para o Antônio Osório e para o Roberto Jefferson, acho muito difícil o que foi feito. Primeiro, porque tinha muito pouco contato com o Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Muito pouco contato com...?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Com o Roberto Jefferson. Ele não tinha quase contato com o Roberto Jefferson. Ele foi indicado. Roberto Jefferson não o conhecia. Daí o motivo pelo qual fico a desconfiar. Porque, quando sai daqui, na sexta-feira de manhã, para São Paulo, quando estive na Diretoria Regional de São Paulo, encontrei com o Dr. Eduardo Medeiros, diretor de Tecnologia, conversei. Aí, comecei o pessoal a dizer que estava faltando produto, e eu tomei as providências.

Quando eu cheguei às quatro horas da tarde no hotel que tem convênio com os Correios, eu recebi um telefonema do Dr. Fausto, que é o assessor de imprensa

dos Correios. O Dr. Fausto me dizia o seguinte: “Osório, está havendo problema na sua área, e o Policarpo Júnior está com uma matéria para fechar da **Veja**. Eu gostaria se você pudesse falar com ele...”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O senhor pode, cronologicamente, dizer mais ou menos quando isso aconteceu?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Foi na sexta-feira. Dia 14. Foi sábado? Foi no dia 13 de maio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Dois dias antes da...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Um dia antes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Um dia antes da publicação.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Um dia antes, porque eu estava em São Paulo. Eu cheguei, peguei o telefone, ele me deu o número do telefone, e eu liguei para o Policarpo. Eu não conhecia o Policarpo. Ele chegou e disse: “Ah, Dr. Osório. Pelo menos alguém responde uma ligação”. Ele disse: “Dr. Osório, foi Roberto Jefferson”, veja bem como estava a coisa, “quem indicou o Dr. Marinho?”. Eu digo: “Não. Quem indicou o Marinho fui eu, até porque não podemos trazer ninguém de fora, tem que ser da própria empresa”. Ele chegou e disse: “Mas ele não é amigo de Roberto Jefferson?”. Eu digo: “Que eu saiba, não”.

O Marinho esteve com o Roberto Jefferson e comigo em duas oportunidades. Uma, no aniversário do Deputado Roberto Jefferson, em que eu convidei meus amigos, os assessores, os consultores, chefes de departamento. Alguns foram, outros não foram.

A outra vez foi quando o Roberto Jefferson foi aos Correios – foi a única vez em que ele foi aos Correios – ao gabinete do Presidente, me avisou, eu o acompanhei. Quando voltou, passou na Diretoria de Recursos Humanos – eu ainda era Diretor de Recursos Humanos – e quando lá chegou estava Marinho, estava o Godoy. Eu entrei na Diretoria Comercial que ficava junto. Foi nessas duas vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Marinho não foi acompanhado de um parlamentar, não foi indicado por algum parlamentar?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA
– Eu tinha transmitido ao senhor que havia um currículo que me foi encaminhado para os Correios pelo Deputado José Chaves. Mas lhe garanto: isso ajudou, mas não foi isso que determinou. O que determinou foi o que vi, a apresentação que eu vi, foi o histórico dele como diretor do departamento e outras informações que tivemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu admito isso, até porque há boas referências em relação a V. S^a. Mas esse foi um enfoque que, sob o seu juízo, ocorreu. Mas que o Maurício Marinho foi indicado ou, pelo menos, foi acompanhado e poderia ser essa cunha, tanto é que ele foi com um parlamentar do PTB para ser indicado a V. S^a, que era um...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não. Ele mandou um ofício, aliás, um currículo, como mandou de outros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim. Ademais do currículo, houve a indicação de um parlamentar do PTB.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É isso que estou dizendo. O Deputado José Chaves mandou o currículo, como mandou de outros. Eu só escolhi o de Marinho depois que eu vi o histórico dele e o trabalho que ele fez no Departamento de Treinamento, que deu origem à Universidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há uma divergência entre as informações de V. S^a com uma pessoa e as do Maurício Marinho com uma pessoa e essa pessoa – não quero já anunciar, mas na sequência talvez eu lhe diga, para não aparentar que eu o estaria induzindo – referencia uma data muito anterior do conhecimento da gravação que V. S^a teria tido.

Aquele histórico do motoboy que levou a fita aos Correios, que V. S^a estaria viajando e que só teria recebido na semana seguinte. Há uma pessoa muito próxima a V. S^a ou ao Maurício que testemunha, na Polícia Federal, que foi recebida a fita e que estavam ali juntos V. S^a, o Maurício e, salvo engano, o Fernando Godoy; tiveram acesso, quiseram, a todo custo, saber que pessoa teria levado lá; soltaram o pessoal de segurança, entrada, tudo, para identificar quem entregara a famosa gravação. Isso muito antes do fato, da data em que se diz que V. S^a teria tomado conhecimento.

A pergunta é: exatamente qual é o primeiro momento em que V. S^a tomou ciência da gravação?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu assisti à fita no domingo, dia 15, na casa do Dr. Salmeron, juntamente com o Roberto Jefferson. A fita eu assisti aí.

Na quinta-feira, eu tinha dentista. Cancelei o dentista, porque eu estava com problema de lombalgia, um dor muito grande nas costas, quando chegou um envelope, que eu não saberia dizer se era a fita ou se não era a fita, acredito hoje que fosse, e me entregaram. Eu estava de saída, peguei, para Fernando Godoy, entreguei. “Fernando, eu estou viajando amanhã muito cedo, estou de saída, depois eu vejo... Veja isso

aí.” E saí. E viajei para São Paulo. Foi aí que recebi o telefonema do Policarpo.

Quando chegou no outro dia, eu vi a matéria na revista **Veja**. Tentei entrar em contato com o Presidente, não consegui, só fui entrar no sábado, e disse tudo aquilo que já falei com o senhor.

Quando voltei, na segunda-feira, tive uma reunião cedo, já subi direto para a diretoria e apresentei a minha carta de exoneração, e a diretoria achou por bem transformá-la em afastamento. Eu desci, convoquei todos os meus assessores e consultores, muito emocionado, e disse para eles: “Eu só peço a vocês que contem a verdade e a maneira como nós, sempre, nos entrosamos aqui, a maneira como sempre os tratei, a maneira como sempre eu procedi com vocês; que eu nunca pedi nada a ninguém, nunca fiz isso, etc. e tal.” Pedi à secretária: “Arrume o que for meu.” Tinha alguns livros meus. E saí, deixei aquilo ali. Desci o elevador e fui-me embora. Só vim a receber depois, parece que fui rapidamente, foi o Presidente que me mandou uma carta de Maurício Marinho aos ecetistas, etc.

Tive ímpeto até de procurar o Marinho. Mas, depois, cheguei e disse, eu vou procurar, os meus telefones estão grampeados e, conseqüentemente, vão pensar coisas que, na verdade, não estou querendo. Estou querendo é que se apure com isenção, esse foi o motivo pelo qual eu pedi meu afastamento.

Logo depois, saiu a entrevista de Roberto Jefferson na **Folha de S. Paulo**. Aí eu me senti em condições de continuar, digamos, afastado. Aí eu, novamente, e dessa vez de maneira irrevogável, irrestrita, pedi o meu afastamento, porque afinal de contas eu sou do PTB, o partido tomou essa posição. A minha indicação para lá foi do diretório da época de José Carlos Martinez e o Roberto era o chefe, era o líder do Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR) – Há um depoimento que diz que no dia 5 de maio, não no dia 13, aproximadamente 10 dias antes da publicação da matéria da revista **Veja**,...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu soube disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR) – V.

S^a soube dessa versão?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu soube dessa versão, e inclusive ontem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR) – E

que pessoa seria essa? Era um funcionário?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu soube que estavam dizendo que tinha chegado nessa data lá. E como ontem saiu uma matéria, uma nota, na **Folha de S. Paulo** – que eu estava deixando de ler, porque estava me aborrecendo muito –, dizendo que foi encaminhado não no dia 4, mas no

dia 5, que foi pelo motoboy, e que essa fita teria saído do PTB. Ora...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR)

– Exato. E que, na verdade, não era...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu garanto ao senhor o seguinte: eu vi a fita, no domingo, na casa do Dr. Salmeron, no dia 15. Foi aí que eu vi, com o Dr. Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PR) – V.

S^a tem conhecimento sobre como o Dr. Salmeron teve conhecimento da fita?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não tenho, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PT – PMDB

– PR) – O senhor ouviu junto com ele?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ouvi com ele e com o Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E ele não falou nada sobre como aquilo tinha chegado às mãos dele?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, também nem perguntei assim. Fiquei muito interessado em ver as imagens que me chocaram muito, enfim, procurei analisar: Por que surgiu isso? De onde veio? Comecei a fazer algumas conjecturas que todos nós somos levados a fazer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor conhece Arthur Wascheck?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de relacionamento? Comercial?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele esteve... vi duas vezes o Arthur. Uma vez ele pediu uma audiência, uma audiência na minha sala, lá no...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Desculpe-me a interrupção, mas eu, como Presidente, tenho que ter responsabilidade aqui. Há ainda outro depoimento, 23 ou 24 inscritos para indagá-lo, outro depoimento, o depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Temos que decidir: ou vamos ser objetivos nas perguntas e respostas, ou nós vamos ter que adiar ou prorrogar para outro horário o Deputado Roberto Jefferson. Não há como...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. (Orador não identificado) – Mas, Sr. Pre-

sidente, espera aí. Há o compromisso de, às 14 horas, ouvirmos o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Exatamente. Mas não vou deixar de seguir a pauta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Sr. Pre-

sidente, há o compromisso do Senador Delcídio, na

noite de ontem – só para esclarecer. Ontem, quando o Senador Delcídio marcou as oitivas de hoje...

(Intervenções no recinto.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter sua atenção. Só para concluir, peço aos meus companheiros a atenção.

Na noite de ontem, quando o Senador Delcídio tomou a decisão, eu fiz até uma questão de ordem, no momento exato em que ele anunciou a agenda, em que ele disse que ouviríamos os dois diretores pela manhã, mas sim com o prazo limite, porque o Deputado Roberto Jefferson estaria aqui às 14 horas. Às 13 horas e 30 minutos seria o prazo limite, independente de terminar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu advirto que possivelmente não vai dar para ouvir o segundo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu sugeri...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para evitar esse tipo de problema, sugeri que continuássemos...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Há orador com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço.

Ontem, eu sugeri que continuássemos as oitivas durante a madrugada, para evitar esse tipo de discussão no dia de hoje. A Senadora Heloísa Helena indagou ao Presidente, Senador Delcídio, sobre a eventualidade de nós não concluirmos a oitiva dos dois diretores até às 13 horas e 30 minutos. E o Senador Delcídio foi claro: ele disse, com todas as palavras, que, às 13 horas e 30 minutos, encerraria, colocaria para depois a oitiva dos diretores e, às 14 horas, começaria a ouvir o Deputado Roberto Jefferson. Esse foi o entendimento.

O Deputado Maurício Rands quis dizer que há aqui uma articulação nossa para evitar que os trabalhos continuem. Não há! Nós ainda estamos ouvindo as indagações do Relator. Então, o depoente falou e o Relator está falando. Nenhum de nós sequer usou a palavra, Deputado Maurício Rands. Nenhum de nós usou a palavra. Agora, compromisso tem que ser cumprido. Palavra dada é palavra cumprida. Agora vamos exigir isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Eu vou responder. Será cumprido o compromisso do Presidente Delcídio Amaral. Alerto o depoente que...
(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Não concluí. Eu estou falando.

Alerto o depoente: se não concluir o depoimento de V. S^a até as 13 horas e 30 minutos, a reunião será suspensa e às 14 horas será ouvido o Deputado Roberto Jefferson e, posteriormente, V. S^a e Eduardo Medeiros.

Encerrada a questão.

Com a palavra o Relator.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Eu vou cumprir...
(Tumulto no recinto.)

(O Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) –

Eu vou ouvir o Presidente Delcídio Amaral.

Com a palavra o Relator.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Eu vou ouvir o Delcídio, vou ouvir o Delcídio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E vai ouvir o Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a disse que passaria a palavra para mim...

E V. Ex^a toma uma decisão sem ouvir uma posição diferenciada em relação aos dois Parlamentares...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Não tomei decisão nenhuma.

O SR. (Orador não identificado) – O contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Relator.

O SR. (Orador não identificado) – O contraditório usual para tomada de decisão num momento desses. Então deixo a minha crítica a V. Ex^a, porque não me parece razoável fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Relator.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, só queria um esclarecimento técnico-jurídico. Estou vendo as colocações absolutamente... São nervos partidários expostos, mas a questão jurídica é uma só: o Deputado Roberto Jefferson goza da prerrogativa, por ser um Parlamentar da República, de

designar o dia e a hora em que quer ser ouvido. É assim também que a lei determina com relação aos juízes. De modo que S. Ex^a designou a data, e nós não podemos alterá-la, porque a lei determina que seja assim.

Muito obrigada, Sr. Presidente, e nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Relator.

Vou ouvir o Presidente Delcídio para saber se já há alguma coisa nesse sentido.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tenho procurado ser muito objetivo nas minhas questões, muito breve na formulação, todas elas absolutamente pertinentes, mas também reconheço que evidentemente...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– ...esse mesmo estudo e aprofundamento que realizei os colegas Parlamentares também na medida do possível o fizeram. De forma que, para que não se imagine que pretendo monopolizar o tempo da Comissão, eu me retiro do questionamento para que o Plenário possa ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– (Faz soar a campanha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– ...prosseguir e aí irei excluindo aquelas matérias que iria enfocar, porque daí por outra via estariam sendo respondidas as questões e ao mesmo tempo estaria prestigiando, mas queria também, da mesma forma, fazer uma sugestão, também me valendo da experiência e de uma conversa com a eminente Deputada Juíza Denise Frossard, que tal qual procedi objetivamente, que também os colegas Parlamentares o fizessem. O que temos visto é que uma pergunta que faço em dois minutos aqui depois de esgotados os dez minutos é que é formulada e aí prejudicamos a investigação.

Tenho convicção e daí por isso, Sr. Presidente, devolvo a V. Ex^a a palavra. Eu me reservo... Tenho oportunidade de, ao final, prosseguir, se eventualmente alguma das dúvidas que tenho não for esclarecida. Tenho convicção também de que encontrarei eco nessa minha formulação junto aos colegas Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra a primeira inscrita, a ilustre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Maguito Vilela, bem rapidamente no início, sei que V. Ex^a está fazendo um esforço muito grande para diminuir a turbulência aqui, mas apenas para deixar absolutamente concreto qual foi a resposta do Se-

nador Delcídio. Sei que V. Ex^a está corretíssimo em consultá-lo.

Quando questionei se às treze e trinta se encerrariam todos os depoimentos S. Ex^a disse que sim e às quatorze horas estaríamos ouvindo o Deputado Roberto Jefferson; o único complemento a ser feito é que S. Ex^a disse que iria garantir que os diretores fossem ouvidos, agora que treze e trinta tiraria quem estivesse inscrito, colocaria ou não, e treze e trinta.

Agora, para evitar qualquer turbulência aqui, porque já começam a balançar as cabeças e também posso balançar o meu rabo-de-cavalo, então só para que V. Ex^a solicite a ata de ontem, porque aí a gente vai saber exatamente o que foi dito, quais as palavras que foram ditas, para evitar a turbulência aqui.

Dr. Antonio, eu sei que V. S^a esteve à frente da Diretoria de Administração. Sei também que os chamados objetos por área da área que V. S^a dirigia era material de consumo, vigilância e limpeza, consultoria e prestação de serviços, bens móveis administrativos, produtos consignados, cartão de compra. Esses eram os objetos de área, o chamado macro, da diretoria que V. S^a definia. Entretanto, o chamado gestor operacional da empresa se dividia em sete áreas, a sétima sendo o Presidente do órgão. Esse gestor operacional obriga que todos acabem por responder solidariamente, porque nenhuma decisão era tomada sem o consenso e, portanto, a unanimidade dos diretores. É claro que um diretor poderia, diante de um processo em que ele entendesse que havia algum mecanismo fraudulento ou em que ele tivesse alguma dúvida técnica, pedir vista. Até porque o próprio processo de construção da reunião... Por isso, Sr. Relator, é que estou solicitando a V. Ex^a que requeira – não sei se já o fez – todas as atas das reuniões que eram feitas e não apenas as atas, mas o processo de construção das reuniões. Até porque havia os pauteiros, dois diretores precisavam inicialmente discutir um tema para que ele começasse a andar, os chamados redisos, os relatórios de diretoria. Então, desde o processo definido pelos chamados pauteiros até a construção da reunião propriamente dita, eu gostaria que V. Ex^a solicitasse todas essas atas.

Então, Dr. Antonio, foi algo muito estranho que vimos nesses dias, não apenas denúncias na imprensa, mas com indícios relevantes de crimes contra a administração pública, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, aquilo que V. S^a e todos sabemos. Está no Código Penal e, às vezes, o povo brasileiro entende como trambicagem, como corrupção, essas coisas todas.

Então, eu até entendo que deveríamos nos aprofundar mais no conhecimento das empresas públicas, das estatais e dos próprios Correios. Para tristeza de

todos nós, o momento de aprofundamento e do conhecimento de uma instituição importante como essa acabou sendo diante não apenas de denúncias, mas de indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública.

Em alguns momentos aqui, parecia mais – continua parecendo – que havia, além dessas questões, uma verdadeira guerra de gangues partidárias instaladas dentro da estrutura dos Correios.

Então, sobre o debate político, vou fazer algumas perguntas; sobre o debate técnico, vou fazer outras perguntas também – se o senhor quiser anotá-las por economia processual, para que todos possam fazer os questionamentos também.

Em relação às questões políticas, ao debate político – eu me sinto na obrigação, até por tudo que eu já ouvi aqui e pela imprensa, de dizer que mais parece uma guerra de gangues partidárias –, como V. S^a já foi candidato em eleições anteriores, então, eu gostaria que V. S^a pudesse nos dizer qual a ajuda financeira, do ponto de vista legal, e de quais empresas V. S^a teve ajudas financeiras. Se não se lembrar de todas, que, depois, possa disponibilizar isso para esta comissão. Também se houve ajuda financeira – aí é uma pergunta específica – da Coman, mas temos interesse em saber de todas as outras empresas.

Também que V. S^a pudesse nos dizer se, em algum momento, o Sr. Wascheck o procurou para fazer denúncias ou para relatar preocupações relacionadas ao Sr. Marinho ou a qualquer um outro funcionário dos Correios. Se ele não tinha intimidade suficiente, porque ele disse num dos depoimentos que talvez V. S^a não acreditasse na denúncia que ele fez e, portanto, ele se viu obrigado a fazer a gravação clandestina...

Eu também gostaria que V. S^a me respondesse se conhece uma pessoa chamada Horácio.

Depois, eu quero também, Sr. Relator, que seja disponibilizado, lógico tratando de todo processo de instrução. Sei que com o tempo e, certamente, com a ausência de documentos que não chegaram, certamente o Dr. Osório e todos os outros diretores e vários outros terão de voltar a esta Comissão, porque, quando iniciarmos a análise dos documentos, é natural que isso volte.

Claro que nós gostaríamos que o senhor pudesse nos dar em detalhes todos os contratos decorrentes de CEL – Comissão Especial de Licitação, tratando de inelegibilidade, de dispensa de licitação. Entretanto, e eu quero a atenção do Relator, porque nós deveríamos verificar, até para que depois pudéssemos identificar se há coerência ou abismo entre o que relata o Dr. Osório e o que o processo de instrução, os contratos, a execução dos contratos, os aditivos e outras coisas

mais, se existe coerência ou abismo no que ele está a nos relatar. Seria até importante que ele pudesse nos dar detalhes sobre alguns desses projetos da área específica dele.

Entretanto, eu também gostaria de saber se o senhor em algum momento, em todas essas reuniões... e volto a responder, as reuniões eram decididas, por isso V. S^{as} respondem solidariamente, as reuniões eram tratadas, todas as decisões eram feitas coletivamente. Portanto, o senhor participou certamente, se não por motivo de doença ou por outro motivo, de todas as reuniões que acabaram por aprovar determinados contratos ou processos de instrução para edital de licitação, ou aditivos ou execução de contratos de determinadas áreas que estão sob suspeita e que estão publicamente estabelecidas.

Então, eu gostaria que o senhor disponibilizasse para nós se o senhor tem informações, se identificou algum mecanismo, se levantou suspeição, se tratou desse tema nas reuniões da diretoria sobre Novadata; os contratos de transporte, especialmente o Skymaster; a disputa entre a Xerox e Conan; a HHP; SPMB. Até porque a informação que temos desse caso é de que a própria assessoria jurídica do órgão tinha apresentado uma nota negando esse tipo de contrato que estava sendo feito e acabou tendo uma interferência direta da Secon e, portanto, direto do Palácio do Planalto. Essas são as informações que nós tivemos.

A mesma coisa eu acho que, quando V. S^a respondeu ao Relator dizendo “é, mas tem outros contratos que acabam saindo por dois, quando se pedia seis”, talvez tenha sido exatamente tratando da Novadata, porque, por coincidência foi nesse processo que a Novadata entrou com duas outras certamente empresas laranjas no processo. Como deu deserta no processo de licitação, eles acabaram, para querer ganhar mais, entrando em outro, solicitando um outro procedimento, achando que ganhariam mais. Acabaram perdendo porque algum outro empresário, certamente inteligente, identificou algo suspeito no processo licitatório e acabou por ganhar três dos quatro itens.

Então, eu queria que V. S^a nos dissesse se, em algum momento, identificou ou relatou, nas reuniões de diretoria ou fez algum comentário com alguém, relacionado a esses contratos que estão sob suspeição. Ou inicialmente, quando a diretoria ou um assessor identificou uma mercadoria, a demanda, a necessidade, a especificação técnica, ou durante... Se em algum momento, em todos esses – se V. S^a puder lembrar de todos. Se não, inicialmente em relação a esses que estão sendo apontados e que eu compartilho com aqueles que identificam que existem indícios

relevantes de crime contra a administração pública em outras áreas.

Eu peço porque V. S^a participou de todas as reuniões. A não ser que por um outro motivo, sim. Mas, se não participou, então, que nos diga: Novadata, transporte aéreo.

Quero também que V. S^a apresente sua opinião, suas considerações em relação a franquias – algo muito importante e relevante – e a outros contratos, independente de estarem diretamente ligados à Diretoria de Administração.

Outra coisa – que ainda é no maldito do debate da politicagem e das brigas partidárias: alguém comunicou a V. S^a que o Dr. Ezequiel não seria consagrado substituto da Diretoria de Tecnologia porque havia um acordo entre PT e PMDB para excluir o PTB da Diretoria? Alguém comunicou a V. S^a que tinha conhecimento de que o Sr. Ezequiel não iria substituir o então Diretor de Tecnologia, que, segundo alguns dizem – alguns dizem, não, um Senador confirmou aqui –, o Sr. Sílvio Pereira dizia que o cargo era dele, e o cargo era do PT?

Que o senhor possa fazer esses esclarecimentos, para que depois eu continue, bem rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem antes de o depoente se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como há um zelo muito importante pela isonomia de tratamento – seguramente, o Senador César Borges já reclamou disso diversas vezes –, é preciso que saibamos a regra para o inquirimento antes do primeiro, depois do Relator, se pronunciar. Com todo o respeito à Senadora Heloísa Helena, ela começou a falar às 11h19min, e o relógio só começou a funcionar às 11h30min. Se for assim, um tratamento em que não saibamos o procedimento, evidentemente, cada um de nós poderá intervir de maneira diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem razão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para sabermos desde agora...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem razão. A assessoria não marcou o tempo e houve uma certa tolerância.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dependendo do estilo...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou com a palavra ainda, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Dependendo do estilo de inquirimento que façamos, o tempo que usamos como orador é menor do que dez minutos porque se conta, inclusive, a resposta do depoente no tempo de dez minutos. É bom que tenhamos um pouco de equilíbrio nessas situações. Eu sei que a Senadora já exerceu seu direito de fazer o pronunciamento. Só peço o cuidado para que a Mesa, antes de iniciar o primeiro orador, dê um pouco de disciplinamento e ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a duplamente, e também ao Deputado Maurício Rands, pela colaboração no sentido de que as coisas continuem de forma tranqüila.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, rapidamente, sobre o andamento dos trabalhos. Sei que as considerações são importantes e corretas. É evidente que qualquer pessoa de bom senso, com o mínimo de condição racional, jamais iria supor que V. Ex^a estaria criando algum mecanismo diferenciado para mim, porque isso seria quase escandaloso. Basta ver como nós da Oposição somos efetivamente tratados, nesta Comissão, pela Base do Governo.

Faço apenas essa consideração porque não tenho dúvida de que foi um detalhe técnico que acabou criando essa contenda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o depoente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Senadora, fique tranqüila. Coincidiu porque V. Ex^a era a primeira. Não há nenhuma razão específica.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o depoente, para responder à Senadora Heloísa Helena.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – A administração pública é impessoal. Eu atendo qualquer pessoa que me procure. É o meu dever. O Sr. Arthur – eu o conheço mais como Arthur na empresa –, de vez em quando está por lá, pediu uma audiência à minha secretária, onde foi levada uma questão específica de uma capa de chuva. Tinha sido feita uma licitação, ele estava atrasado na entrega da capa de chuva e queria ver se eu poderia dilatar esse prazo,

tendo em vista problemas que ele encontrou na Alfândega. Parece-me, pelas informações de processos inclusive, que tinha adquirido essas capas de chuva na China. Eu, então, consultei a área operacional para ver se era possível. Era possível porque ele estava dentro do prazo e tinha uma margem de segurança. Aí, tomamos a decisão. Nessa hora – e é um costume meu, que não é de agora –, eu chamo geralmente a pessoa da área para saber. E chamei Marinho, que era da área, para ver, para saber qual era a decisão que eu estava tomando naquele instante, depois de ouvir a área de operações. E tomei essa decisão de dilatar mais dez dias, porque não teria prejuízo para a empresa.

É isso o que eu conheço do Dr. Arthur, assim, que tem algumas licitações na empresa lá. E também tomei conhecimento, uma certa vez, de uma certa denúncia que houvera sido feita, anônima, para o Ministério Público, se não me engano, e o Ministério Público encaminhou essa denúncia para o departamento jurídico. O departamento jurídico me mostrou a questão, eu chamei o Dr. Marinho, chamei a pregoeira, chamei a diretora da CPL e mostrei o que estava havendo. As informações foram prestadas ao departamento jurídico, que encaminhou essas informações, logicamente, para o Ministério Público. Essas são as questões. Então, eu conheço o Dr. Arthur dessa maneira. Não tenho amizade com o Dr. Arthur.

Do ponto de vista político, se eu recebi, faz pena se a senhora vir as minhas campanhas políticas. Aqui têm alguns baianos que poderão lhe dizer isso. Eu sempre fiz política, muito com o meu dinheiro, que era muito pouco. Meu pai, quando morreu, deixou dois terrenos: um terreno, indo para Arraial d'Ajuda, e um outro terreno junto do aeroporto. Ambos eu vendi e botei na política. Tenho até vergonha de solicitar dinheiro a A, B ou C. Logicamente que tive alguns amigos que me ajudaram, não me recordo assim, mas não passei, nas minhas campanhas de deputado, de mais de duzentos mil reais. Até carro me faltava! Quantas vezes, quantas vezes, eu saí de Salvador para ir a algum município, chegava no meio do caminho e aquilo ia batendo na minha cabeça. Dizia: rapaz, e gasolina? Vão lhe pedir isso! Aí eu parava, inventava alguma coisa na minha cabeça, voltava com o carro, ia embora e não ia pra lá. E deixava de fazer a política, justamente por falta de recurso financeiro. Nunca tive recurso financeiro para fazer campanha política dessa natureza. Nunca passei de mais de duzentos mil reais.

O Horácio, que a senhora perguntou, é um primo meu. Horácio Martins Batista. Eu tenho um primo chamado Horácio, tenho um colega de turma chamado Horácio, que foi contemporâneo meu na universidade. Tenho um primo chamado Horácio. São duas pessoas

que se dão comigo. Não tenho visto Horácio ultimamente. Foi no casamento de minha filha, agora, no dia 11, que foi com quem eu estive.

Qual foi a outra pergunta?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Horácio tem algum relacionamento com a Coman?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Se tem, eu não sei. Se tem, eu não sei.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agora, é evidente que o senhor vai disponibilizar para a gente. Não pense que é só para V.S^a que perguntamos sobre ajuda financeira. Como existem as denúncias e os indícios relevantes de tráfico de influência, intermediação de interesse privado, é absolutamente normal que, de qualquer personalidade ou qualquer empresário que aí esteja, quais os agentes públicos que ele está a financiar, ou, do agente público, se, sendo candidato, recebeu recursos de campanha. Então que V. S^a possa, inclusive, disponibilizar para o Relator essas ajudas financeiras relacionadas a isso.

Agora, quero que o senhor entre nas questões das reuniões de diretoria, que trata de todos os temas....

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Mas, antes de tudo, imagino que a senhora me fez a pergunta, me perdoe, talvez imaginando que esse Arthur tivesse me ajudado financeiramente na campanha. É uma ilação que estou fazendo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Mas ajudou?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por isso é que tenho procurado colaborar. V. Ex^a tem que responder o que foi perguntado. Exatamente o que foi.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Até porque eu disputei a última eleição para Deputado Estadual, na Bahia, e perdi a eleição. Não conhecia nem o Dr. Arthur e nem estava na Empresa de Correios e Telégrafos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para o senhor disponibilizar para a gente.....

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 30 segundos para concluir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, mas é ele que tem que concluir. Não me respondeu.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Essa disponibilização eu vou pedir ao Tribunal Regional Eleitoral.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é sobre isso, Dr. Osório. Isso aí o senhor já disse que vai disponibilizar. O que estou solicitando de V. S^a é que, por estar presente na gigantesca maioria das reuniões que trataram de questões gravíssimas que estão sendo investigadas por esta Comissão, qual a posição, se o

senhor viu alguma falha, algum mecanismo que poderia significar crimes contra a administração pública. É sobre isso que o senhor não respondeu ainda.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA –

Vou contar apenas um rápido. Toda reunião de diretoria precede umas reuniões da pregoeira. Representa-me nessas reuniões a Dr^a Rosângela. Quando chega no fim, eu chamo: qual é a pauta das reuniões? Discuto com ela os projetos, verifico quais são os problemas existentes. Quando tem algum problema a mais, eu digo: tire cópia deles que eu quero ler. Eu nunca verifiquei alguma coisa por baixo ou sub-reptícia que tivesse ali no processo. Verifico sempre o parecer jurídico que exista lá. Tem departamento jurídico. O processo é muito bem organizado, vem descrevendo o projeto, diz quais, digamos, são os custos-benefícios do projeto e é entregue para todos nós. Discuto com a pregoeira, de vez em quando tem algum problema. Muitas vezes, eu ligava para saber se existia alguma coisa ou outra. E, francamente, que eu tenha percebido, eu não percebi, até porque o volume é muito grande. Eu me dedico a minha área e logicamente que procuro participar das outras, mas não percebi coisas desse tipo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor lembra se houve um relatório do setor jurídico em relação à empresa de comunicação do Sr. Marcos Valério?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, Senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, quer dizer que, em relação a todos estes temas, Novadata, Skymaster, HHH, Xerox e Comam, V.S^a não identificou nenhum mecanismo que pudesse caracterizar crimes contra a Administração Pública?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu não vi esse documento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O documento é só sobre uma área. Então, o que eu estou perguntando a V. S^a, para ser objetiva...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Esse documento saiu quando, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é isso. O documento do setor jurídico se relaciona à SMBP, do Sr. Marcos Valério. O senhor já disse que não viu. O que eu estou perguntando, só para que o senhor diga sim ou não, é se em relação a todos esses processos escabrosos que a Imprensa todos os dias publica, dizendo que é um verdadeiro trambique explícito, que trata Novadata, HHP, empresas que não conseguiram nem se capacitar no pregão, porque a Xerox pode ter armado alguma coisa, essas coisas todas que estão na Imprensa. Eu queria só que o senhor dissesse. Se o senhor disser: não, eu nunca vi nada de suspeito,

absolutamente nada de suspeito, ponto, aí, o senhor responde a minha pergunta de franquia.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu nunca vi nada de suspeito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Pronto!

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Com relação à franquia, eu tenho a dizer à senhora é que está se formatando um novo modelo, porque houve uma reunião – não é da minha área, é da área comercial –, está tendo uma reunião, inclusive, já teve com o Tribunal de Contas da União, para... parece-me que há uma tendência com relação à discussão de que deva ser através de licitação e não como era anteriormente. Então, isso está se estudando, ainda não se chegou ao ponto final, para poder se apresentar e discutir com as autoridades e, conseqüentemente, levar à diretoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Pronto, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Eu só gostaria que todos os encaminhamentos, que vão desde a questão da relação dos imóveis vendidos e adquiridos pela empresa dos Correios às questões relacionadas a prorrogação de prazo, reequilíbrio de preços, reajuste e repactuação, inelegibilidade, todas essas coisas, V. Ex^a solicitasse.

Eu posso fazer um requerimento também, mas como eu não tenho vaidade de assinar, se V. Ex^a fizer, acaba nos auxiliando de forma essencial para investigação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO.) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Paes para formular a sua pergunta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de elogiar a condução que V. Ex^a está dando aos trabalhos no dia de hoje. V. Ex^a, desde o início da manhã, tem tentado colocar as votações e que as coisas se agilizem dentro dos prazos previstos pelo Regimento. Portanto, gostaria de saudar V. Ex^a e dizer que não há, por parte da Oposição, qualquer tentativa de protelar o depoimento desse ou daquele diretor. Até porque nós estávamos dispostos a ouvi-los ontem, durante a madrugada e respeitamos a decisão do Presidente Delcídio Amaral, em razão do cansaço que, provavelmente, os Srs. depoentes já teriam, porque ficaram aqui o dia inteiro. E não ficaram o dia inteiro esperando por causa da Oposição. Ficaram aqui esperando o dia inteiro porque foi difícil convencer a Base do Governo a votar a quebra

de sigilo do Sr. Marcos Valério. Finalmente conseguimos, ao final do dia.

Mas, Dr. Antônio Osório, eu gostaria de poder me aprofundar com V. S^a em relação aos contratos da Empresa Correios e Telégrafos, mas obviamente, como V. S^a deve ter notícia, esta Comissão só recebeu esses contratos, aliás, uma pequena parte desses contratos, na manhã de ontem. Portanto, é impossível que os membros desta Comissão tenham se aprofundado sobre esses contratos. Na verdade, nós estamos numa fase dos trabalhos que me parece V. S^a pode colaborar muito, e peço a atenção para isso, porque é como se tivéssemos aqui um crime de adultério e estivéssemos ainda querendo descobrir quem foi o marceneiro que fez a cama, portanto, quem gravou a fita.

O SR. (Orador não identificado) – Não é mais crime.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão, é verdade. Não é mais crime. É um marido ou uma esposa que descobriu um adultério e está querendo descobrir quem foi o marceneiro que construiu a cama.

Mas, Sr. Antonio Osório, o senhor tinha notícia... O senhor tem hoje convicção que o Dr. Maurício Marinho é um corrupto? O senhor está de acordo comigo?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O Dr. Maurício Marinho me chocou muito, quando vi aquela imagem dele recebendo os três mil reais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a ainda não tem convicção de que se trata de um corrupto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Lógico, que era dentro do setor público, no prédio da empresa onde ele trabalha, ele está recebendo o dinheiro, mesmo dizendo que era por uma consultoria, que também ele não poderia assumir sendo empregado, lógico que ele cometeu...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu vou fazer perguntas muito subjetivas, Dr. Antonio Osório, porque quero ouvir um pouco das suas opiniões.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Ele cometeu um erro gravíssimo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a não está convencido de que ele estava recebendo dinheiro para privilegiar esta ou aquela empresa?

V. S^a acha que ele estava também num trabalho de consultoria?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O que eu acho que ele estava querendo fazer era vender um prestígio que ele não tinha.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas para que ele vendia o prestígio que não tinha?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Logicamente, segundo as informações que se tinha, para depois formar uma empresa com aquele caso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto estamos falando de um corrupto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– É. Cometeu uma corrupção, um ato de corrupção.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não sabia ou sabia que ele era corrupto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sabia, porque eu não o convidaria para isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

O que me causa estranheza e quero ir um pouco na linha do que disse aqui, Dr. Antonio Osório, a Senadora Heloísa Helena... Nós não temos mais dúvida nesta Comissão, ou pelo menos uma parte significativa dos membros desta Comissão, de que havia quadrilhas operando dentro da Empresa de Correios e Telégrafos.

Agora, o curioso do Dr. Maurício Marinho é que o departamento dele era o único departamento que pertencia à sua diretoria, mas que também entrava em contratos de outras diretorias.

A indagação que faço a V. S^a e aí são perguntas subjetivas, porque é uma leitura que eu faço do que se passou ali, das razões da gravação da fita, a pergunta que faço a V. S^a é se, em algum momento, V. S^a ouviu algum outro diretor ou algum outro departamento reclamar, apontar o Dr. Maurício Marinho, ouviu algum boato, de que ele estaria entrando nos negócios de outras diretorias?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não ouvi isso. E lhe digo mais, se eu ouvisse e soubesse das coisas eu tomava providências. Era meu dever tomar providências.

Não soube disso, não ouvi isso. Agora, lamentavelmente, da estrutura organizacional, nesse particular, eu discordava, tanto do ponto de vista da CPL, da comissão permanente, que eu disse que foi aquela reformulação feita, há muitos anos, pelo Hassan Gebrin, que, não sei por qual motivo, tirou muitos dos poderes da CPL e de outros organismos e dividiu em partes. Entende? Agora eu não ouvi falar que o Dr. Maurício Marinho estava fazendo isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a sabe que o Dr. Maurício Marinho esteve aqui e negou que o departamento dele tratasse de assuntos de outras diretorias. Depois ficou comprovado, aliás, os próprios contratos que recebemos mostram que ele acompanhava a execução e instrução de alguns desses contratos.

O único lugar que ele não ia era para a CEL, a tal Comissão Especial de Licitação, mas o resto, de todas as comissões, de todos os contratos, o Dr. Maurício Marinho participava.

O senhor disse que conhecia o Dr. Arthur Wascheck.

O senhor disse em que ano?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Agora, nos Correios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor sabe, tem conhecimento, o senhor esteve quantas vezes com o Dr. Arthur Wascheck? O senhor não se considera um amigo do Dr. Arthur Wascheck?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não era amigo dele não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor esteve com ele quantas vezes?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Umas três vezes, duas ou três vezes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Dr. Arthur Wascheck, para todos os membros desta Comissão, ou pelo menos para a maioria, para aqueles com que tenho conversado certamente estava a serviço de alguém. Ele foi ali o organizador da turma, que preparou o grampo, a fita, enfim, tudo isso que originou esses escândalos que temos visto acontecer, saudáveis para o País, mas o senhor tinha conhecimento? Quem é que pediu que o senhor recebesse o Dr. Arthur Wascheck pela primeira vez? Alguém ligou para o senhor para pedir para receber?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, ele entrou em contato com minha secretária...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Direto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Direto. Marcou, eu recebo. A pessoa marcou, eu tenho que receber, o meu dever é receber.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

O senhor não tem conhecimento de nenhum tipo de relação que o Dr. Arthur Wascheck mantenha com algum poderoso da República, algum Deputado, algum Senador, alguma autoridade do Governo?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Pessoalmente eu não tenho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele não fez referência a nada disso com o senhor?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Doutor, o senhor tinha a responsabilidade na assinatura de diversos contratos da Empresa de Correios e Telégrafos, correto?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Correto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor assinava contratos só da sua Diretoria ou também subscrevia contratos de outras Diretorias?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Eu assinava os contratos de minha Diretoria e não assinei um contrato sequer sem que fosse analisado pelo Departamento Jurídico.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Os contratos de publicidade, V. S^a assinava?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, os contratos de publicidade, não. O que eu assinei foram alguns patrocínios.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca assinou nenhum... Nem aditivos de contrato de publicidade?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, eu não me recordo dessa parte, eu não falo com segurança, porque é uma coisa... Eu assinei...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu vou lhe mostrar aqui, Dr. Osório, para que V. S^a se lembre. Obviamente V. S^a não vai lembrar de todos os contratos que assinou, mas é curioso. Nós temos aqui um contrato de prestação de serviço de transporte aéreo de carga, é um modelo de um contrato que foi enviado a esta Comissão. Temos aqui um contrato de aquisição de microcomputadores, que é também de outra Diretoria já, e note bem que o modelo é muito parecido com o modelo, aliás, é igual, é idêntico ao modelo do contrato anterior. Temos aqui um contrato de aquisição de cofres equipados com fechadura eletrônica de retardo, também V. S^a vai notar, e todos aqui podem notar, que é um contrato que segue exatamente o mesmo modelo dos contratos, certamente é um padrão de contratos da Empresa de Correios.

Mas, Dr. Osório, por que eu faço essa indagação?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Deputado, só para colaborar, eu tenho mais quatro contratos em mãos aqui, assinados também pelo depoente, na área de publicidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, mas eu quero chegar lá, Senador Alvaro Dias. Já estava chegando lá.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E aí eu tenho aqui um contrato de publicidade, é um contrato, por acaso, com a empresa SMP&B, do Sr. Marcos Valério, e V. S^a assina esse contrato, aliás assina aqui, o primeiro termo aditivo desse contrato assinam V. S^a e o Presidente da empresa, Sr. João Henrique de Almeida. É um aditivo de 25% no valor contratual. Portanto,

V. S^a tinha conhecimento desse contrato e contratos de publicidade, pelo que me diz aí o Senador Alvaro Dias, V. S^a também tinha obrigação de assinar, assinou os outros também.

Mas a indagação que faço é a seguinte: primeiro, por que o modelo desse contrato aqui é diferente dos outros contratos, do modelo-padrão da Empresa de Correios e Telégrafos?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Francamente eu não sei, porque aí, veja vem como é a sistemática: o Departamento de Marketing...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor pode falar, por favor, mais próximo do microfone?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O Departamento de Marketing é que cuida dessa área, que é vinculado diretamente ao Presidente, e um dos Diretores tem que assinar algumas questões.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, esses contratos chegavam para o senhor via Departamento de Marketing, que é ligado ao Presidente, para que o senhor assinasse.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, mas passava antes no Departamento Jurídico.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor – eu já concluo, Sr. Presidente, já vou concluir –, mas o senhor recebeu algum tipo de pressão?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Nenhuma pressão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porque V. S^a, não sei se V. S^a sabe, mas, por uma incrível coincidência – espero que seja só coincidência – esse padrão aqui, além de não ser o padrão utilizado pela Empresa de Correios e Telégrafos, é exatamente o mesmo padrão – isso não era feito na sua Diretoria, esse contrato de publicidade?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– O quê?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não era elaborado na sua Diretoria?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não, não, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse padrão aqui é o mesmo utilizado na Presidência da República, na Secon.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Isso vem do departamento de marketing, vai para o departamento jurídico e tem que ter a assinatura de dois diretores.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso não era elaborado na sua diretoria?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA

– Não Senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a não sabe de onde vinham?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Vinham do departamento de marketing.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Antes de vir do departamento de marketing V. S^a não tem idéia de onde vinham ou que tipo de pressão...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Porque quem cuida disso...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dr. Antonio, o senhor é chamado a subscrever um contrato que dá um aditivo de 25% a uma empresa de publicidade. É claro e sei quais são os procedimentos numa empresa, já estive em função no Executivo e nós assinamos uma quantidade enorme de contratos, não há dúvida disso. Quero que V. S^a tente aqui lembrar, puxar, porque não é um contrato simples, é um contrato de 25% de aditivo de uma empresa de publicidade. Portanto, não havia nenhum pedido especial, não lhe causava estranheza esse modelo diferenciado, essa similaridade com os contratos?

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Juro por Deus que ninguém me pediu nada, o que ocorria era que o departamento de marketing preparava, ia para o departamento jurídico. Eu tinha uma assessora chamada D. Denise, que cuidava dessas coisas para mim antes de assinar. Eu antes conversava, se tinha alguma dúvida procurava a Dr^a Fátima, que era do departamento jurídico e tinha que ser assinado por duas pessoas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exatamente como todos nós que estamos no Executivo e temos responsabilidade fazemos.

O senhor sabe quem é que indicou a diretoria de marketing? Todo mundo sabe e até o Maurício Marinho, que era peixe pequeno supostamente, sabia quem indicava quem.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – O Dr. Otaviano...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que é o chefe do departamento de marketing.

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – ...que é do departamento de marketing e hoje é o diretor comercial, com a nova mudança que aconteceu...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele era indicado por...

O SR. ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA – Eu não sei por quem ele era indicado. Só sei que ele tem uma simpatia muito grande pelo PT. Agora, quem indicou francamente não sei. **O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de informar a todos que o Plenário do

Senado vai deliberar sobre algumas matérias importantes e o Presidente Renan Calheiros já solicitou o encerramento desta reunião.

Vamos encerrar e retornar às 14 horas com o depoimento do Deputado Roberto Jefferson.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS, NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 8ª Reunião, realizada em 30/06/2005.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Antonio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Wellington Fagundes, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Goldman, Geraldo Thadeu e Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos da oitava reunião que se destina a oitava do Deputado Roberto Jefferson. Solicita dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloca em votação (aprovada). A Presidência esclarece que o Deputado se encontra na condição de testemunha, sendo permitido, portanto, comunicar-se com seus advogados durante sua oitiva. A seguir, convida o depoente para fazer sua exposição,

sendo inquirido pelo Relator e também pelos Senadores Álvaro Dias, Jefferson Peres, César Borges, Ideli Salvatti, Sérgio Guerra, Heloisa Helena, Ney Suassuna, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy, bem como pelos Deputados Murilo Zauith, Onyx Lorenzoni, Antonio Carlos Magalhães Neto, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, Asdrúbal Bentes, Eduardo Paes, Mauricio Rands, José Eduardo Cardozo, Gustavo Fruet, Carlos Abicalil, Nelson Meurer, Jorge Bittar, Jamil Murad, Carlos Sampaio, Álvaro Dias, Geraldo Thadeu, Nélcio Dias e Arnaldo Faria de Sá. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião à uma hora e quarenta minutos da madrugada do dia primeiro de julho de 2005.. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 8ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Gostaria de registrar o encerramento da 7ª Reunião, a anterior, dispensar os dois ex-diretores dos Correios e remarcar a oitava dos dois diretores.

Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitava do Sr. Deputado Roberto Jefferson, que já está aqui ao meu lado.

Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, inicialmente, peço licença para dizer a V. Ex^{as} que, apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista. E, se me julgam assim, queria pedir desculpas por tentar fazer as colocações que faço na condição de pessoa física, de homem, deixando de lado qualquer pendor, qualquer veia vocacional, profissional ou artística que eu possa ter ou que tenham cada um dos senhores e das senhoras.

Participei no passado de uma CPI, a CPI do PC, como advogado. Exerci um papel de advogado naquele momento. Tentei fazer naquela CPI o que vi ontem aqui por parte de alguns membros de partidos políticos: im-

pedir que as investigações avançassem. Também procurei evitar que os fantasmas do PC Farias pudessem viver à luz do dia. E, nessa inversão de papéis que vivo hoje, vejo que muitos que ontem exorcizavam aqueles fantasmas agora se abraçam com eles. Só que eles não são mais os fantasmas do PC, são os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério.

O curioso é como a vida nos prega lições. O curioso é como as peças e os atores se modificam. É uma espécie de roda da vida, Sr. Presidente, uma espécie de roda da fortuna, de Carmina Burana, que Carl Orff escreveu. Ora nós estamos em cima, com a fortuna; ora, embaixo, com “desinfortúnio”; ora com alegria, em cima; ora a tristeza. E é isso que vim colocar aos senhores aqui. Aqueles que já viveram a glória em momentos passados vivem, no presente, o opróbrio que vivi naquela hora. Não é fácil tentarmos impedir que as contas dos fantasmas sejam vasculhadas. Aqueles que foram exorcistas ontem se abraçam com os fantasmas hoje.

Sr. Presidente, assisti ontem a uma queda de braços de quase nove horas na Comissão para se quebrarem ou não as contas do Sr. Marcos Valério, de Belo Horizonte, aquele moço carequinha, e percebi que um partido queria impedir, de toda maneira, que ele fosse investigado, um partido que até ontem fazia da acusação a sua afirmação de luta, do libelo pessoal contra pessoas a escada para subir, do cadáver de homens troféus a ostentar à opinião pública. Duro é quando esses cadáveres começam a repousar no nosso colo e os fantasmas que eles representam, a assombrar nossas bandeiras, nossas lutas e assustar os nossos discursos.

A CPI que ora empalmamos, Srs. Congressistas, tem origem numa fita que agentes, a mando da Abin, porque o braço sujo da Abin é aquela gente tipo Molina, que não é comandante. Aquilo é uma falsidade ideológica dele. Ele não é da Marinha. Já recebi da Marinha vários documentos mostrando que ele não é comandante. E aquela súcia de asseclas dele desempenha o papel sujo daquela que é filhote do SNI, a polícia de Estado, a agência política que age em favor do Governo e não em favor da sociedade.

Há seis meses, e a imprensa dá notícia disso, o **Estadão** e o **Globo** já noticiaram: a Abin infiltrar agentes lá, nos Correios, para descobrir irregularidades licitatórias em contratos. A competência é tão grande que a Abin conseguiu que os seus agentes filmassem um “petequero”, um leviano apanhando R\$3mil num movimento de contratos de bilhões, mas a Abin foi incapaz de dizer ao Governo, à Casa Civil, ao Presidente da República, ao chefe da segurança institucional do Brasil que o Sr. Marcos Valério, versão moderna em-

bacaqueada do Sr. PC Farias, sacava um milhão por dia nas contas do Banco Rural, ou sacava em Minas Gerais, ou aqui no prédio do Brasília Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem “mensalão” e que estão registrados na portaria subiam até o escritório do banco para receber lá 30, 40, às vezes 20, e até R\$60 mil. O Brasil gasta uma fortuna com a Abin. Ela descobriu, através dos seus agentes, liderados pelo falso comandante que um “petequeiro” leviano usava nome de gente séria para pegar R\$3 mil, R\$2 mil. Só a **TV Globo** não sabe que ele é chefe de departamento. Até hoje eu vejo a **TV Globo** colocar no ar: ex-diretor dos Correios... Porque a coisa é tão pequena que, se dermos a dimensão da pequenez dela, apequenamos os nossos trabalhos: uma CPI de Srs. Senadores, de Sr^{as} Senadoras, de Srs. Deputados, de Sr^{as} Deputadas, para apurar R\$3 mil que a Abin conseguiu descobrir do Sr. Maurício Marinho. Até foi bom para dar pompa e circunstância o “ex-diretor dos...”. Vejo aquele moço de cabecinha assim, com um cabelinho assim meio branco, o Sr. Boner, dizendo “o ex-Diretor...”. Não é, não. É chefe de departamento; é quarto escalão dos Correios.

Eu vi ontem que a Receita Federal multou em R\$63 milhões as empresas do Sr. Marcos Valério, porque a movimentação financeira é incompatível com o dinheiro declarado. A Receita já começou a agir com toda a firmeza.

Mas volto à fita, à fita de DVD que dá origem a este encontro fraterno que estamos vivendo aqui; uma fita que a revista **Veja** recebeu, editou e deu parte, tentando proteger gente que realmente aparecia de maneira assim muito clara naquelas gravações que fizeram aqueles moços, a mando da nossa grande agência de inteligência do Brasil. A fita é ilegal.

Como diz a legislação americana, a prova é envenenada, podre, porque fruto de árvore envenenada e podre. Quatro homens foram presos pelo crime de violação de sigilo do Sr. Marinho, o que anula completamente aquela prova, mas isso prova legal. A CPI não caminha sempre na vertente da legalidade. Ela busca fazê-lo. Ela tem como motor, como móvel, como objetivo a discussão e o debate político das práticas de crime diante do qual a sociedade se assusta e fica perplexa. E é esse motor que tem levado adiante esta nossa CPI. Apesar de sabermos que legalmente a prova é injurídica, é ilegal, temos uma sociedade toda que nos cobra, ali atrás, nas costas dos Senadores, das Senadoras, dos Deputados e das Deputadas, o esclarecimento dessas coisas.

Se PC “faria” – e fez –, hoje, Delúbio e Marcos Valério fazem e outros que virão continuarão a fazer

se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral.

O povo cansou dos políticos. No processo do Presidente Collor – vejo ali atrás velhos jornalistas que estão ficando de cabeça branca, como eu, que me acompanharam naquela fase, há treze anos, no passado –, eu não brilhei como político. Como político, fui um fracasso, porque fiquei contra a onda de opinião. Eu tive rútilo como advogado. Político estou; advogado eu sou. Amanhã posso deixar de ser, até por vontade dos senhores, Deputado Federal aqui nesta Casa, no Congresso Nacional. Mas advogado serei até o momento em que nosso Deus me chamar a seu convívio – se Ele achar que eu mereço, Sr. Presidente; se Ele achar que eu mereço. Sou advogado. Lá eu não brilhei como político, porque espousei o que eu entendia ser a razão contra toda a onda de opinião. Cento e três processos cuja defesa ajudei a escrever, cento e três absolvições.

Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de advogado, porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício. Tem aqui os dois advogados ao meu lado, o Dr. Luiz Francisco Barbosa e o Dr. Itapuã Prestes de Messias, que farão isso por mim. Mas eu também não sou o político Roberto Jefferson. E não sou o político porque não vim aqui pedir aos senhores que me absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim aqui perorar pelo Deputado. Absolutamente. Absolutamente!

Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente. Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. Ninguém vai me acanalhar. Ninguém.

Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. Não faço o papel de vilão, porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu.

Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: “Não temais aquele que pode matar o corpo, teme o que pode matar a sua alma e o seu espírito”. Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

O mandato eu sublimei, mas não faço concessões à honra. Perfeito? Não sou. Passei, como Presidente do PTB, na construção do meu Partido, aliás de braços dados e esposado com outros presidentes,

pelo afrouxamento das regras da eleição e do financiamento das campanhas.

Eu trouxe aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, porque peguei na Justiça Eleitoral, todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. Aí é o princípio da mentira que a gente vive aqui. Não há, povo do Brasil, cidadã do Brasil, cidadão do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de um milhão, ou de um milhão e meio de reais. Mas a média, aqui na CPI e da Câmara dos Deputados, a prestação de contas é de R\$100 mil.

Não há eleição de Senador da República que custe menos de dois milhões, R\$3 milhões, mas a prestação de contas que exibo...

O SR. (Orador não identificado) – Por favor. Por favor, Senador Saturnino?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu vou exibir a V. Ex^a em seguida. V. Ex^a terá tempo de protestar. Aliás, todo tempo do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral – PT-MS) – Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não há eleição de Senador que custe menos de dois milhões, R\$3 milhões. Eu quero mostrar a V. Ex^{as} e ao povo do Brasil. Porque esse julgamento aqui do Plenário não me preocupa, Senador. Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo que me vê lá fora.

Não há uma eleição de Senador com menos de dois milhões, R\$3 milhões e a prestação de contas, a média é duzentos e cinquenta mil. Esse processo começa na mentira e deságua no PC Farias, deságua nos outros tesoureiros de campanha, agora no Sr. Delúbio, agora no Sr. Marcos Valério. Esse afrouxamento é que tem levado ao enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos Estados.

Fui ao Rio de Janeiro ver a prestação de contas do meu candidato a prefeito e comparei a prestação de contas da candidatura dele com a do ex-candidato José Genoíno para governador de São Paulo. É de deixar a gente perplexo. Ou alguém tem dúvida de que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste.

E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade; nem a minha, porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente. E onde enfrentamos esse problema, Deputado Onyx? Eu assistia sábado ao Jornal Nacional e, de repente, entrou uma matéria mostrando que o Coaf, por meio do Ministério Público Federal e a revista **IstoÉ**, desvendou as contas do Sr. Marcos Valério. Aí revestiu a realidade a prova que tanto

foi cobrada. No início me cobravam: “Provas, provas, provas”! A realidade foi vestida, vestiu o discurso que fiz, as informações que dei.

Agora me colocam com a pecha de artista. Tenho ouvido: “Vamos desqualificar o Roberto porque ele é um artista”. Mas, a verdade, contra ela ninguém se ergue. De repente o carequinha deixou de fora o que o PC Farias fez no passado, o rabo. E a Coaf mostrou os saques dele. Tem que procurar o Banco do Brasil também, tem que procurar o Banco do Brasil porque me recordo que dos recursos que recebi do PT, encaminhados pelo Presidente José Genoíno e Delúbio, que vieram do Banco Rural, cerca de 60% das notas tinham a etiqueta do Banco do Brasil. Até agora só Banco Rural, de Minas, e esse escritório aqui em Brasília. Vocês vão descobrir quem foi lá para buscar recursos.

A realidade vestiu as minhas palavras. Hoje, tenho informações que passo a esta CPI, de novo, uma decisão de Governo desmonta uma estrutura de financiamento de Partidos na empresa Furnas. Os três diretores, a jornalista Renata Lo Prete em entrevista comigo divulgada hoje na **Folha de S.Paulo** publica que já foram exonerados agora à tarde.

Eu vim dizer aos meus iguais, às minhas iguais, que quero contribuir para que esse assunto possa ser discutido e debatido. Estamos às vésperas de reformas. Tenho ouvido falar em financiamento público de campanha. Digo ao meu Partido, de que me afastei como Presidente: é um escândalo o financiamento público, é um escândalo. Hoje, um bilhão, pelos R\$2,00 por voto que estamos vendo serem colocados a partir de agora no Orçamento da União. Mas, lembrem-se, o senhor e a senhora que estão em casa, que quem faz o Orçamento é o Congresso Nacional. Um bilhão hoje com o voto a R\$2,00. Amanhã, dois bilhões com o voto a R\$4,00. Depois de amanhã, 3 bilhões vai custar a eleição com o voto a R\$6,00, porque quem faz o Orçamento somos nós, os que vamos nos beneficiar do financiamento público.

Aí volto lá ao William Bonner, no sábado; ele fez, vestiu o fato, falou longamente com o Sr. Marcos Valério – para não fechar dando razão ao Roberto Jefferson, aquele velho troglodita, o general da tropa de choque do Collor, que não pode virar, está amarrado a um passado, não consegue avançar – entendo esse preconceito. Aí diz assim: “O Henrique Brandão, que mantém relações com o IRB, negócios com o IRB, é amigo de Roberto Jefferson – graças a Deus –, há trinta anos, deu R\$ 90 mil à campanha de Cristiane Brasil, vereadora no Rio, filha do Deputado Roberto Jefferson. Sou empresário, estou em casa vendo televisão, não dou um centavo por dentro para candidato nenhum na próxima eleição. Quem se arrisca a dar

é escrachado pela imprensa ou teme a vingança do partido adversário”.

A democracia do mundo precisa de dinheiro para ser feita. A democracia precisa de dinheiro para financiar a política. Nós não podemos é inverter, é permitir que a política financie dinheiro ou faça dinheiro. Na América, quem dá o cheque maior para candidatura presidencial assenta ao lado do presidente e tira uma foto com ele. É uma honra. Não é que aquele moço esteja comprando o governante. Não, ele está apostando no regime democrático. Aqui, no Brasil, há um preconceito da mídia, porque toda a doação de empresário a partido político é criminosa. Virgem aqui só o Pisol, até a próxima eleição, que se não sucumbirá ante o caixa dois, porque senão não vai fazer campanha. E nós tínhamos que permitir que isso fosse aberto, que o empresário que desse fosse respeitado, não fosse escrachado na mídia, como se doar a um partido fosse comprar consciência parlamentar e não um gesto grandioso de se apostar num regime democrático, na democracia política. Isso nós precisamos conversar de verdade aqui, na Câmara dos Deputados.

A mim, Roberto Jefferson, não alegra, não gera felicidade, não dá alegria olhar o Partido, que, durante 25 anos – esse ano é ano de seu aniversário, de suas bodas de prata –, que empunhou essa bandeira da ética, da moralidade, rasgou a bandeira. A mim, isso não traz felicidade, porque chafurdou no mesmo esquema de financiamento político e partidário, se sujou, se sujou como os outros do passado, nos quais atirou pedra. E para que isso não se repita, para que nós não fiquemos com a frustração de ver o partido obreiro macular o seu ideal de luta, o seu passado de lutas, temos de enfrentar essa corrupção que está na raiz do financiamento eleitoral. Esses fantasmas que ficam rondando o poder sempre são os fantasmas do financiamento eleitoral: Delúbio, PC Farias, Marcos Valério. É sempre a mesma gente. É sempre a mesma prática, porque a legislação eleitoral que nós temos ainda é a de Castelo Branco. Ela não é clara, ela não permite o financiamento político que proteja o doador para que ele não seja escrachado como se tivesse querendo comprar os Deputados. Vi todos os partidos aqui representados, até com doações de banco, de grandes empresas nacionais. E não vejo na luta até dos obreiros, que têm um grande financiamento de banco em suas contas, nenhum comprometimento com esse sistema financeiro traindo a luta dos sem-terra ou dos trabalhadores. Os formadores de opinião na mídia geram essa suspeição contra o financiamento privado das campanhas políticas particulares, mas esse é o único caminho.

Eu não quero vestir amanhã uma camiseta “Roberto Jefferson, Deputado Federal”, sabendo que a camiseta que coloco no meu corpo tira do velho no hospital o remédio de que ele precisa. Eu não quero botar uma corneta de som no meu carro, Sr. Presidente, Sr. Relator, sabendo que vou tomar de uma criança a vaga na escola. Eu não quero estender uma faixa, um *outdoor*, sabendo que o dinheiro público que vai para a minha campanha vai tomar o prato de comida do pobre que não tem. Se fôssemos um país rico, tudo bem. Se viesse o financiamento público para impedir o caixa dois, tudo bem. Ele não vem. Ele vai somar crimes. O crime do dinheiro do imposto. Roubar do pobre em favor do Governador, do Senador, do Deputado, do Vereador e do Prefeito e o crime do caixa dois, que vai continuar a existir.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PTB quer enfrentar a reforma política. O que espera de nós o povo que nos vê ao vivo aqui? Na raiz do “mensalão”, tenho certeza, está o troca-troca de legenda, de partido. Até de “luvas” de R\$1 milhão e financiamento de R\$30 mil de taxa de manutenção nós já temos denúncia aqui na Casa. Uma Deputada vem e diz: “A proposta a mim é R\$1 milhão e R\$30 mil por mês”. Por quê? Para que ela deixasse a legenda original dela e fosse para outro partido.

O que sonha o povo de nós? Primeiro, fidelidade partidária. Eu tenho seis mandatos consecutivos como Deputado Federal, pelo meu Estado do Rio, no PTB, pelo PTB. Tive dois Partidos na vida: o MDB, quando era menino, militante, e, depois, o PTB, que ajudei a fundar com Ivete Vargas lá no meu Estado, na minha cidade de Petrópolis, e depois na cidade de Três Rios, na cidade de Sapucaia, de Teresópolis, na minha região serrana. Fui eleito em 1982, pelo PTB, Deputado Federal e depois, cinco vezes consecutivas, reeleito pelo PTB.

O que espera o povo de nós? Que nós estabeleçamos regras rígidas para acabar com os Deputados que trocam de partido como se trocassem de camisa. Isso é uma vergonha!

O que espera o povo de nós? Que nós acabemos com as legendas nanicas e os partidos de aluguel. Essa cláusula de barreira que está posta hoje, na legislação atual, de 5% dos eleitores nacionais em nove Estados, reduz, na próxima eleição, o quadro partidário para, no máximo, cinco partidos aqui na Casa: um de esquerda, um de centro-esquerda, um de centro, um de centro-direita e um de direita.

Mas a proposta que o Governo manda para cá – e estou vendo, na relatoria, que vai a plenário – reduz de 5% para 2% a cláusula de barreira. Ou seja, hoje, de trinta partidos, vamos pular para 60, para atrapalhar

a novela da senhora, o jornal que a senhora gosta de ver na televisão. Nós, com o discurso da moralidade, estamos rasgando a moralidade. Nós, com o discurso da reforma salvadora da classe política, estamos agravando a relação partidária aqui no Congresso Nacional, porque a lei já estabelece 5%; se reduzirmos para 2%, vamos piorar, e muito, a situação político-partidária do Brasil.

O PTB tem outras propostas, como, por exemplo, o vice – vice-Prefeito, vice-Governador, vice-Presidente – é o coisa nenhuma na expectativa de ser alguma coisa algum dia. É o conspirador do dia-a-dia, que quer sempre o lugar daquele que ocupa o cargo de Prefeito, de Governador ou de Presidente. Para que vice? Com aquela estrutura de mordomia, de palácio, de segurança... Para que vice? Hoje, tudo se faz pelo computador. Isso se justificava na época do Império, em que o Imperador saía daqui para Portugal de navio e levava vinte dias no mar. Não tinha um telégrafo, não tinha um fax. Hoje vai de avião. Fala no avião o tempo todo com o chefe da Casa Civil ou com a chefe da Casa Civil. Para que vice?

Nós temos que reduzir, na Câmara dos Deputados, pelo menos três deputados federais por bancada. Tirar um Senado de lá – um Senado com as despesas que o Senado tem. Se nós reduzíssemos três senadores por Estado, nós tiraríamos um Senado... três deputados por Estado, nós tiraríamos um Senado de dentro da Câmara dos Deputados. Ou seja, 81 deputados federais a menos. Nós precisamos acabar com três senadores aqui, no Senado da República, por Estado.

Só no Brasil! Não existe isso em lugar nenhum do mundo. Isso foi uma cria da ditadura para tentar manter no Colégio Eleitoral a vitória dos militares. Eu me lembro daquele Deputado gaúcho, gordo, o Uequed, Jorge Uequed. Ele começava uma sessão do Congresso dizendo assim: “Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, Srs. Senadores eleitos pelo voto do povo, demais funcionários desta Casa”, se referindo aos Senadores do voto indireto, os da nomeação. Eu me recordo disso, eu era Deputado.

E, por fim, Srs e Srs. Senadores, para me colocar à disposição de V. Ex^{as}. O meu Partido também esposa a tese de despartidarização da máquina do Estado, a redução desses cargos de confiança. Hoje são 25 mil. Vamos reduzir para prestigiar e fortalecer o servidor público na sua carreira. A ascensão será por mérito, será meritória, e não partidária. O PTB esposa a tese. E, para fechar, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, Srs. Deputados, acabar com a suplência de senador, que é outra coisa que o Brasil não compreende. Uma coisa antiga, superada. Normalmente, o suplente é o

financiador e gera sempre tensões ruins. Quer ocupar o lugar, fica suscitando conversas, sempre arruma uma encrenca o suplente. E nós queríamos ver se, superando essa conversa de suplente de senador, poderíamos fazer o seguinte: o senador se retira para governar o Estado, se licencia para ser ministro do Governo, assume o segundo mais votado do Estado. Assim, a expressão do voto do povo.

Então, são propostas que o PTB traz ao debate, porque esta Comissão não vai ficar – eu tenho certeza disso – apenas no debate pequeno dos três mil reais, que um “petequero” leviano que usa o nome alheio, e que foi gravado pela Abin, que não viu Marcos Valério, que não soube do Banco Rural, que não soube das movimentações do Banco do Brasil, que não sabia das atividades do Sr. Silvinho Pereira nem do Sr. Delúbio; sabia que tinha lá um cara que pegava três mil reais, chefe de departamento do quarto escalão – grande descoberta da Abin! Grande descoberta! No próximo Orçamento, quero votar contra recursos para a Abin, porque já vi que é apenas uma polícia política usada para constranger os que se opõem, em certo momento, a certas figuras do Governo. Não é o Governo em si.

Agradecer a paciência que os senhores tiveram comigo, a gentileza de me ouvir e eu me coloco, Sr. Presidente, Sr. Relator, à disposição de V. Ex^{as} para os questionamentos que poderei escutar de cada um dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, Sr. Deputado Roberto Jefferson, vou começar de uma forma talvez apequenada, mas por obrigação de ofício.

Eu tenho convicção absoluta de que o nosso inteligente depoente acredita numa máxima de um filósofo moderno de muita expressão, Bertrand Russell, que afirmava que ele não daria – vejam, do alto da sua inteligência, a modéstia – a sua vida por suas idéias, porque ele poderia estar equivocado.

Tenho absoluta convicção de que o nosso depoente comunga dessa mesma concepção. Ele tem uma idéia, que pode ser a verdadeira: a de que foi vítima de um complô de uma agência de inteligência e, daí, estaríamos num emaranhado, num imbróglio que envolve até, talvez, essa decantada crise política em que nos embrenhamos nesses últimos tempos. Mas, repetindo, como talvez essa concepção possa não ser a definitiva, essa vertente, essa alternativa... esta é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

e, por sinal, quem estudar a teoria, a origem das Comissões Parlamentares de Inquérito, vai observar que, mais do que descobrir as mazelas, e é preciso que se as descubram, a razão de ser é buscar que elas não se repitam. Nesse aspecto, o depoente nos trouxe contribuições muito importantes de quem conviveu e convive com as dificuldades que nós todos, aqui, nos defrontamos com essa construção, com essa estrutura, com essa engenharia política que conduz as nossas atividades, tanto eleitorais quanto internas, enquanto representantes do povo.

Mas nós temos outras versões e, repito, esta é um CPMI. Aliás, uma versão primeira de S. Ex^a, o Deputado Roberto Jefferson, que também viu na possibilidade de um empresário de somenos que, em atrito com alguém que o obstaculizava nas pretensões internas, na sua busca de fornecimento aos Correios, estaria direcionando toda a sua ira... e, aliás, é o que ele confessa e, portanto, é uma versão. A versão de Arthur Wascheck é uma versão que a Comissão precisa investigar e ela se limita a uma empresa insatisfeita, direcionada a um funcionário de quarto escalão.

Mas no discurso, S. Ex^a também, no plenário, fez referência à possibilidade – possibilidade – de que houvesse grandes empresas em conflito. Até fez referência a contrato, na época, de 35 milhões. É uma versão possível.

Nós podemos ter, a par disso... e aí pegamos a degravação e constatamos que, de certo modo, ressuma das manifestações do próprio Marinho um desentendimento, talvez uma briga de poder – aliás, também remarcada até por informações que o próprio depoente também nos trouxe no sentido de que 70% praticamente das licitações estão concentradas numa diretoria. Então, pode ser que estejamos com a possibilidade de que tudo que aconteceu, a origem, ser um conflito de diretores por espaço. Conflito de partidos – também já se aventou –, que se espraiava, se instrumentalizava internamente nas empresas estatais, disputando espaços. Qual a versão verdadeira? Cada um de nós, cada um que compareceu aqui deu uma versão. E uma delas – e pode ser essa a de S. Ex^a – pode ser a que conduziu a que nós nos agregássemos e nos esforçássemos juntos, neste plenário, para que conseguíssemos aportar a uma solução que, repito, apesar de todo esse desenho, essa vitrine que nos envergonha, nos ensinou muitas coisas.

Sou professor de universidade, dessa área de direito administrativo, e, em poucos dias, me espantei com muita coisa que acontecia numa empresa do nível dos Correios. E aqui está o meu companheiro, professor da mesma cadeira, o Deputado José Eduardo Cardozo.

Vimos aqui empresas que são virtuais, que vendem de tudo e que não têm nada. Quando se verifica a lei que disciplina isso, a Lei nº 866, tão exigente para não se colocar o órgão público numa aventura de contratar com alguém que amanhã não tenha como garantir o que ofereceu. E, aliás, o Sr. Arthur Wascheck trouxe até informações nesse sentido, de que estava vendendo coisas importadas e que estava tendo dificuldades – capas de chuva e tal. Vimos isso. Nunca imaginei que isso ocorresse. Em Brasília temos empresas virtuais.

Vimos também – eu desconhecia isso também – que há uma prática de se conversar, precedentemente à elaboração do edital, com os interessados para se detalhar o que possa amarrar; não digo que o seja, mas que permite que o seja, de forma que o edital, quando trazido a lume, já venha direcionado. E não adianta nada alguém examinar o procedimento licitatório, porque ele já nasceu ocultando os fatos.

Enfim, vimos hoje a referência à pesquisa de preços. E, quando olhamos os contratos, o que vemos? Nas licitações, antes de se emitir um edital, para se dar um parâmetro àqueles que pretendam participar da licitação, a empresa estabelece um valor referencial. E o que assistimos? Repetidas vezes, relativamente ao valor referencial, as propostas vencedoras correspondiam a até 50% do valor. Que pesquisa de mercado é essa? É direcionada também? E as revogações? Não tenho essa confirmação, mas alguém, em algum lugar, afirmou, ou está registrado em algum documento ou algum depoente reportou que há mais de 140 revogações. Revogações?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Peço silêncio, por favor, para darmos andamento aos trabalhos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Revogações, quem conhece, repito, se há um princípio geral que autoriza, que rege o direito administrativo, da revogabilidade dos atos administrativos, hoje avançamos muito, e aquilo que era tão generalizado, hoje é tão afunilado que a revogação exige um fato novo. Não é a discricionariedade inicial que desencadeia a competência para editar o ato? E vai permanecer até o momento em que ele é posto em concreto. Então, vamos examinar se essas revogações – por isso, estamos aqui juntos – foram, de fato, a título de interesse público ou se visavam a dificultar aqueles que, vencedores nas licitações, eram posteriormente aliçados, afastados. De forma que só essas lições dos primeiros dias já vão ensinar, com certeza, a esta Comissão a diligenciar no sentido de que nossa legislação se aperfeiçoe, pelo menos no trato desses assuntos.

Agora, caio no mundo real da nossa investigação e volto a dizer que precisamos nos apequenar, porque também existem versões apequenadas. E Deus queira que cheguemos à conclusão de que, a despeito de tudo o mais que deve ser corrigido, na verdade, a República não foi manipulada, de sorte a colocar um cadáver nos braços do nosso depoente.

Ilustre Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a insiste em dizer que se trata de uma orquestração da Abin. Dessa forma, gostaríamos que V. Ex^a nos desse mais elementos para que pudéssemos aferir e avaliar, avançando, enfim, nessa nossa investigação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Relator, a matéria publicada na revista **Veja** foi publicada no *site* no dia 14 de maio de 2005. Nós acessamos o *site* da revista, e lá só aparecia o Marinho. A fita tem 1 hora e 54 minutos. Só o Marinho, petequieiro, pegando lá R\$3 mil. Volto a advertir a Rede Globo, para que ela não erre mais: ele é chefe de departamento; não é diretor. Não errem mais nisso, porque é ruim. Pegando R\$3 mil, de peteca.

Passei a fita, olhei, vim embora para Brasília. Liguei para o Antônio Osório, diretor dos Correios, que esteve hoje aqui pela manhã, meu amigo, que honra o Partido, homem digno, correto. Eu assinei sua indicação e o faria novamente. E, pelo meu companheiro, Roberto Salmeron, ex-Presidente da Eletronorte, há 20 anos filiado ao PTB, um dos melhores quadros que temos no Partido. Perguntei-lhes: vocês viram a fita? “Não.” Então, eu vou para Brasília... Disse-me o Salmeron: “eu recebi aqui através de um motoboy”. Falei: então, vou para sua casa, vou almoçar com você. Quero ver. Antônio Osório, vamos nos encontrar lá.

Passei no meu apartamento, tinha chegado, em um envelope amarelo, a fita, que mandei reproduzir em 600 cópias e dei a toda a imprensa e a todo o Congresso Nacional. Assisti durante 1 hora e 54 minutos àquela fita. Comparei com o que havia no *site* da **Veja** e com a matéria da **Veja**. A **Veja** chegou ao cúmulo de tentar conspurcar a imagem virtual do diretor que ocuparia o cargo do Sr. Eduardo na diretoria de informática. Coloca lá: o Sr. Ezequiel, indicado do Senador Fernando Bezerra... Os outros estão certinhos. Roberto Jefferson indicou Antônio Osório; Michel Temer indicou o Sr. João Bezerra – vem assim, na seqüência. Aí, vem assim: o Senador Fernando Bezerra indicou Ezequiel... Falei: espera aí. Não é isso. É o Silvinho Pereira, com quem se negociava no PTB, para substituir o Sr. Eduardo, diretor de informática. Eles esconderam o real e puseram o virtual, que nunca foi nomeado. Eu falei: tem dedo do Governo nessa matéria. Aí, lendo depois o jornal **O Estado de S. Paulo**... No dia 21 de maio, o **Estadão** diz que a Abin já possuía a fita há 20 dias,

antes de ela ser publicada. O jornal **O Globo** do dia 11 de junho diz que a Abin já estava com agentes infiltrados há muitos meses nos Correios: “Abin infiltrara agentes na ECT” – sábado, 11/6.

Qual foi a minha leitura? Depois que eu disse ao Presidente Lula sobre o mensalão, caí na desgraça. Tentei tirar o meu PTB do mensalão desde agosto de 2003. Ficava este jogo: “Vai ser nomeado diretor da empresa, não vai ser nomeado diretor da empresa”. Passavam-se os dias e nunca o PTB tinha acesso ao poder, nunca o poder era repartido conosco.

O mensalão funcionava para dois outros partidos que compõem a base governista. E não são todos os deputados, quero deixar isso claro, não estou generalizando: nem todos os deputados desses partidos recebem o mensalão. Muitos recebem, mas nem todos recebem.

Percebi que a tentativa era sempre nos levar para o mensalão – a conversa que tive com o Martinez, que ele recebeu do Delúbio; a conversa do Delúbio comigo; a conversa do Pedro Henry; a conversa do Bispo Rodrigues, que agora não é mais bispo, é simplesmente Carlos Rodrigues; com o José Múcio, ele o Pedro Henry e o Valdemar Costa Neto.

Vocês vão dizer: “Roberto, o Múcio não está afirmando isso”. Ele não é obrigado a comprar minhas lutas, não é obrigado. Ele quer preservar relações que eu já rompi, mas essa conversa vem lá de trás – que nós aderíssemos ao mensalão. Eu não aderi; o PTB não aderiu. Levei isso ao Ministro Walfrido, disse-lhe: “Walfrido, tem essa proposta de desencravar unha todo mês. Você quer essa proposta?” “Eu não tenho como olhar nos olhos do Presidente se isso acontecer”.

Numa conversa informal com a minha Banca, no princípio da legislatura passada, disse: “Gente, vocês estão falando desse mensalão...” Isso era voz corrente, desconfie de quem não ouviu falar no mensalão: ou se omite por medo de enfrentar o que estou enfrentando aqui, ou recebe. Não tem saída. Isso é conversa comezinha na Casa; o mensalão é comezinho. Até quando daquela sindicância que o João Paulo mandou fazer, que abriu às 10 horas e fechou às 10 horas e 40 minutos, uma sindicância de brincadeira só para constranger o **Jornal do Brasil**, já se sabia que havia o mensalão. Aliás, o Governador de Goiás já vinha dizendo isso desde maio do ano passado.

Como eu não aderi ao mensalão e choquei o Presidente Lula quando ele soube, percebi nitidamente que o meu Partido caiu em desgraça. O meu Partido caiu em desgraça: fomos colocados, aos olhos da opinião pública, como responsáveis por uma corrupção que o PTB não praticou. Então, essa é a convicção que eu tenho, é intuitiva.

No dia 17 de maio, Sr. Relator, o Presidente da Câmara, o Deputado Severino Cavalcanti, me permitiu usar a tribuna da Casa para que pudesse me defender das acusações que a revista fazia. No sábado, a revista traz acusações em relação ao IRB, que não são verdadeiras, e elenca um outro grupo de informações que caminham na verossimilhança, que é pior que a mentira. Pessoas de alguma relação comigo, mas que jamais participaram de qualquer ação em favor do PTB ou pelo PTB, são alinhadas e colocadas num grande esquema do Presidente do PTB, Roberto Jefferson, desconstruindo a minha imagem. No sábado, dia 21 de maio, **O Estado de S. Paulo** diz: “A Abin já sabia há mais de quinze dias e possuía a fita”.

Na terça-feira, dia 24 de maio, convoquei a Executiva Nacional do meu Partido. Cheguei a Brasília no domingo, dia 22. Na noite do dia 23, na minha casa, eu estava sentado na sala, eu, o Deputado Fleury, que se recupera de uma cirurgia de três hérnias – saúde, Fleury, Deus o abençoe; está em casa, fez três hérnias grandes esta semana –, e o Deputado José Múcio. Estávamos conversando sobre essa crise que se abatia sobre o PTB – na segunda-feira à noite.

Foi convocada uma reunião para a terça-feira para que todos os companheiros do PTB assinassem a CPI, como eu assinara no dia 17, quando saí da tribuna. De repente, me vira o Fleury e diz assim: “Robertão, aqui embaixo estão cinco Ministros – Paulo Bernardo, Ciro Gomes, José Dirceu, Aldo Rebelo – e querem subir para falar com você”. Eu disse: eu não vou falar não, porque o Governo está jogando contra nós. Não vamos fazer isso. Não vou retirar assinatura. Vamos, amanhã, fazer uma reunião da Executiva com as assinaturas. E estou sentindo a tensão porque metade do meu Partido é governista e a outra metade quer sair. O PTB está assim como o PMDB: metade dentro, metade fora. E metade quer sair.

No dia seguinte, me liga o Múcio às 10 horas da manhã. Eu tinha sentado, lido a mídia e me preparado para a reunião, quando o Múcio me diz: “Eu preciso falar com você”. Eu disse: eu vou tomar banho e em meia hora você chega aqui. Quando chego na sala, às 10h30, 11 horas, estão sentados: os Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo, que falam: “Roberto, você não vai assinar essa CPI, você não pode fazer isso com a gente. Essa CPI é contra o Governo. Essa CPI é para paralisar o Governo. Essa CPI é para atingir o Governo do Presidente Lula e vai-nos atingir”. Eu falei: não tenho dúvida, Zé, porque eu sou escada, sou ponte. O alvo é você, o alvo é o Delúbio, o alvo é o Silvinho Pereira. A CPI vai atingir vocês, mas não posso sair disso sem alma, não vou virar zumbi. Está atingindo a minha honra pessoal.

Nesse íterim, chega o Dr. Itapuã a minha casa, levando já um boletim da Polícia Federal, onde o Marinho, Maurício Marinho, dissera que não conhece o Roberto Jefferson a não ser de contatos superficiais; que não foi o Deputado Roberto Jefferson que o nomeou para os Correios, foi outro Deputado; que é homem e assumiu de público isso. Foi para a tribuna e disse que foi ele e que ele usou levemente o meu nome para receber aqueles R\$3 mil que o flagrante ilegal, feitos por agentes ligados à Abin, mostrou por meio da revista **Veja**.

De posse disso, eu, o Deputado Múcio, o Ministro Aldo e o Ministro José Dirceu, àquela época, começamos a conversar e eu disse: não tenho problema de recuar. Não tenho nenhum problema em recuar. Tiro a assinatura, mas você tem que me dar uma saída honrosa. Estou sendo linchado nisso. Quero que você me ajude na **Veja**. Ele disse: “Na **Veja**, eu não posso”. No **Globo**? Ele falou: “Vou tentar”. Não quero usar expressões aqui, pois a minha assessoria de imprensa fica toda hora me chamando a atenção, dizendo que não devo usar aquelas expressões que usei... Mas aquela história que vocês já conhecem e que repito, mas não quero mais colocar de público aqui.

Você tem como me ajudar? “Vou tentar te ajudar, Roberto”. Falei: então, tá bem. Vou atravessar a rua e digo à imprensa que tiro a assinatura. Foi o meu maior erro, Senador César Borges. Cheguei no Partido, reuni e falei: tiro a assinatura e peço aos companheiros que retirem. Estava toda a imprensa lá.

A partir daí, foi um linchamento que não parou mais. Retirei a assinatura no dia 25 de maio. Na sexta-feira, dia 3 de junho, começo a ver os saques, começo a acompanhar... começo a ver o meio eletrônico, e estou vendo em todas as agências – **Estado, Folha, O Globo** – S. Ex^a o Ministro da Justiça dizendo que faria um comunicado à Nação na segunda-feira, 6 de junho, desmontando o esquema da corrupção, que estava na Eletronorte, nos Correios e no IRB.

Falei: é no colo do PTB. Eu cometi um erro: tirei a assinatura, a mídia já está envenenada, já envenenou o PTB e a mim, tem que ter sangue para chacal, e vai o PTB. E o que vamos fazer? Enterrar a CPI e vamos ser destruídos no Partido, e eu, pessoalmente. Aí liguei para o Walfrido e falei: Walfrido – ele estava na cidade de Ouro Preto, estava rouco –, o Ministro da Justiça vai atirar no PTB na segunda-feira. Ele, rouco, falou: “Vou falar com ele; ele não pode fazer isso...” Eu falei: mas é o que está claramente para mim, Walfrido. O Walfrido não me deu mais retorno.

No dia 4, sábado, a mãe dos meus filhos e avó dos meus netos, a Ecila, me liga do Rio, às 2 horas da tarde. Ela tinha comprado **O Globo**, porque **O Globo** de

domingo sai no sábado às 2 horas da tarde. Ela falou: “Você já leu? Você já sabe de **O Globo**?” Eu falei: “Eu não”. Ela disse: “Está destruindo você”. Estavam mentindo e mentindo gravemente, atribuindo a mim coisas que jamais fiz: Buião, Saião, do INSS, gente que nunca vi na minha vida. Compareci a eventos da Anfip – Associação Nacional de Fiscais da Previdência, porque presidi, por duas vezes, a Comissão de Seguridade e Família, da Câmara dos Deputados. E, num jantar, onde essas pessoas estavam presentes, **O Globo** disse que eu tinha relação com Buião, Saião, João, os caras que tinham fraudado a Previdência Social. Uma matéria desconstrutiva em cima de mim, violenta.

Mais tarde, acesso o *site* da revista **Época**, e a desconstrução é familiar. Colocam a mãe de meus filhos e avó de meus netos de *baby-doll* na revista, abrem a porta do banheiro e colocam-me sentado na privada, e um amigo meu, meu irmão preto, o Durval, como laranja de uma rádio que arranjei para um cara, há vinte anos, no Governo do Presidente Sarney, à época Ministro das Telecomunicações, Antonio Carlos Magalhães, para umas pessoas. Isso porque antigamente era assim: você influía. Hoje, os critérios são diferentes. Mas antigamente você influía para que essas rádios fossem liberadas, e eu influí em favor de grupos do interior do Estado do Rio de Janeiro. E, para proteger o Durval, que era pobrezinho, coloquei ele no contrato social de duas rádios, que devem dar R\$500,00 a R\$600,00 reais por mês de renda. E a revista diz que ele é o laranja do Roberto Jefferson. A **Época**, **O Globo**, desconstrutiva dessa maneira, e esta semana a Comissão de Justiça vai votar o fim da CPI, é nítido que vão colocar isso no colo do PTB.

Então, percebi, pelas informações que vazavam, por exemplo, Roberto Maia, que é um homem de bem, sei que é, um homem sério, numa interpretação de decisão que tomou, ele é colocado como sendo indicação minha sem ser. Ele foi indicado por um Deputado que saiu do PTB, o Luís Piauhyllino. Eu, como Presidente, tinha a célula. Essas indicações são assim: o Deputado manda ao Presidente, que chancela e manda para a Casa Civil. Assinam o Líder e o Presidente e vai para a Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Tem uma pessoa passando mal. Por favor, o Serviço Médico do Senado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, aproveito para me dirigir a V. Ex^a, enquanto o Serviço Médico atende a pessoa que necessita de atendimento.

Respeitando o direito do investigado de usar da palavra, o Brasil evidentemente quer ouvi-lo, mas tenho certeza de que o Brasil também quer nos ouvir,

aqueles que vão questioná-lo. Se a cada pergunta, o Deputado tiver 10 ou 15 minutos, como está tendo agora, e basicamente repetindo tudo o que falou no Conselho de Ética, não teremos possibilidade de inquiri-lo como gostaríamos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Sr. Presidente, o tempo é do próprio depoente. O tempo só é cortado contra nós, que indagamos. O depoente tem o tempo que julgar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza, Deputada Juíza Denise Frossard, vamos encerrar a fase das perguntas do Relator ao Deputado Roberto Jefferson e, depois, seguiremos a lista de inscritos. Eu serei absolutamente severo no tempo. Os Parlamentares terão 10 minutos cada um, e quando faltar um minuto iremos interromper.

Tem a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, estou atentamente ouvindo as respostas do Deputado Roberto Jefferson, mas ainda não consegui encontrar nenhuma resposta efetiva à pergunta feita pelo Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, não cabe a pergunta feita pela ordem pela Senadora Ideli Salvatti. Não concordo com o que está sendo feito, porque o depoente está com a palavra e, devido a um acidente, foi retirada a palavra do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado ACM Neto, vamos prosseguir.

Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Presidente, vou encerrar brevemente.

No dia 7 de junho, **O Globo** diz que a Abin filtrara, há seis meses já, um agente na Empresa de Correios e Telégrafos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No dia 14, vou à Comissão de Ética. Estou realmente repetindo o que falei, mas esqueci de falar uma coisa importante. Quando, nesse dia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Insisto: por favor, silêncio!

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quando percebi, Presidente, esse noticiário no dia 5, falei: é a hora de eu enfrentar isso; tenho de romper, não tenho de negociar, apesar de, na véspera, na sexta-feira, eu ter recebido o Líder do Governo na Câmara, Deputado Chinaglia, que me propusera, não em nome do Governo – ele foi muito enfático nisso –, mas em seu nome pessoal, que eu assumisse tudo, para que pudéssemos encerrar esta CPI: uma investigação rá-

pida acabaria com a crise política. Eu disse que não confiava no Governo e no PT, para poder fazer esse acordo, mesmo porque eu não tinha nada a ver com isso. No dia 14/06 fui depor na Comissão de Ética, dia do meu aniversário. Aliás, dizem que o inferno astral e zodiacal do homem começa um mês antes do seu aniversário: começou em 14 de maio, e, em 14 de junho, eu estava depondo na Comissão de Ética.

Nesse dia, a Juíza da 10ª Vara Federal de Brasília, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, manda invadir duas residências em Petrópolis, de forma leviana. Que ela esteja me ouvindo, para eu repetir isso para ela ouvir: leviana, solerte. Primeiro, invade a casa de um menino que mora no Valparaíso, chamado Marcos Silva Vasconcelos, que trabalha no Rio com a esposa, em frente à Beneficência Portuguesa, ao lado do metrô. Arrombaram a porta, levaram tudo. Só que esse rapaz não é o meu genro. Meu genro mora no Retiro, do outro lado da cidade. No dia em que eu estava depondo, a ordem judicial tão leviana não sabia onde era a casa de minha filha – tão leviana, tão açodada, tão solerte, tão desonesta, tão comprometida com o Governo, como estava o inquérito da Polícia Federal e o civil do Ministério Público.

Uma hora da tarde, recebo uma ligação da mãe de meus filhos. Fabiana estava em casa, ela... Os marginais: minha filha de 28 anos, meu neto de um ano de idade, o Bernardo, o caseiro, a empregada. Seis homens de colete e metralhadora da Polícia Federal, mais um Procurador e um Delegado arrombaram o portão e invadiram a casa – helicópteros, um cerco de helicópteros – da minha filha, na hora em que eu ia sentar para depor.

Foi bom, que me deu equilíbrio para fazer o que fiz e definir o caminho que tinha que tomar. Foi bom. Foi melhor para mim. Ficou claro. Tomei o caminho que tinha que tomar. Eu estava indo assim meio... vou ou não vou tão fundo? Não volto mais. Tem coisa que não pode... Um homem não faz concessão com a honra; pessoal ou familiar, não dá para fazer. Foi bom. Quero agradecer a atitude leviana da Justiça da 10ª Vara Federal de Brasília, que me deu força para fazer, enquanto eles estavam dentro da casa da minha filha e de meus netos pequeninos, aquilo que fiz na Comissão de Ética. Muito obrigado à senhora. Eu esqueci de lhe agradecer, como agradei a Valdemar Costa Neto naquele dia.

Saíram de lá às 19 horas. Passou. Mas me deu plena convicção, Sr. Presidente, Sr. Relator, da mão do Governo tentando colocar só o PTB nisso e tirar o outro Partido, que é o principal e que está envolvido nisso até os cabelos. E vi que funcionou a inteligência do Governo não em favor da sociedade, não em favor

do Governo, mas para bater naquele que ousou contar um esquema que para mim é claro que foi montado pela cúpula do PT. Não quero acusar o PT integralmente. É a cúpula: o Presidente do PT, José Dirceu; o Vice, José Genoino; o Delúbio; o Silvinho Pereira. Isso é uma inteligência. É mais fácil alugar o Deputado, do que dividir um compromisso político. É mais fácil o exército mercenário mensalão, do que distribuir cargos e dividir poder. É claro que é uma jogada socialista para pagar à burguesia corrupta, só que eles não me conheciam e pensavam que o PTB ia fazer esse mesmo jogo, ia aderir a essas mesmas práticas.

É isso tudo, Sr. Relator, e peço desculpas; na próxima, vou procurar ser bem sintético; não quero mais incomodar a Senadora Ideli, apesar de não estar preocupado com o julgamento que ela faça de mim; não é para ela que falo, falo para o povo que me vê; disso eu já passei, não é para ela que estou preocupado em falar, porque ela não é melhor do que eu, nem V. Exª é. Os que aqui se arrostam juízes, vou questionar um por um. Vamos ver se as práticas são diferentes daqueles que vão querer levantar a voz contra mim.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Para não fugir da matéria da Abin, V. Exª acha que é um raciocínio equivocados ou é possível que tenha havido um primeiro momento em que, de fato, houve uma integração de personagens pequenos, e um segundo momento, em que apareceu envolvido um líder, ou algo assemelhado – ainda hipótese –, e então seria admissível esse seu raciocínio de que teria havido uma interferência da Inteligência? Ou acha que a Inteligência é desde o primeiro momento?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Relator, o Marinho foi filmado, pelo que vi aqui, no dia 14 de abril, naquela fita de 1h54min que distribuí...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Dia 12 de abril, mas tudo bem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No dia 12 ou 14, me perdoe, no dia 12 de abril. Falei ao Presidente Lula no final de janeiro sobre o mensalão, quando ele teve aquela reação que contei ao Brasil. E eu, vendo aquelas fitas, a indução era contra o PTB. “E o Roberto Jefferson, e o Roberto Jefferson, e o Roberto Jefferson?! Meu amigão, é doidão, é doidão!” Não me conhece! Não me conhece. Não me conhece... Não entendo o riso de escárnio. Posso ter sido, no passado, um cara assim mais atirado, mas procuro pautar a minha conduta com muito equilíbrio e muita serenidade,

Sr. Presidente. Não me conhece, não tinha convivência comigo. Me vendeu, infelizmente me vendeu!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Nós tivemos um depoente que deu uma versão um pouco diferente em relação àquele momento em que V. Ex^a foi abordado, acho que no seu gabinete, quando lhe levou a notícia da existência da gravação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O

Molina, que não é comandante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Ela foi amistosa ou ela foi de cunho de achaque?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Os

senhores entrevistaram aqui o Molina, não entrevistaram?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Entrevistamos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele

é até uma figura frágil, não é uma figura assim truculenta. Eu o conheci em Belém do Pará, numa sexta-feira, 4 de março, num evento do Ministério do Turismo, com o prefeito Duciomar, de combate ao turismo sexual de menor. Ele veio falar comigo. Sentou-se, à noite, para jantar comigo e começou a dizer que uma empresa, que ele representava nos Correios, estava tendo os interesses contrariados na Diretoria do Dr. Antônio Osório, de Administração. E que ele queria uma solução que seria boa para todos. Eu falei: espera aí, Dr. Molina, só um momentinho, Comandante – eu achei que ele era comandante; naquela época, eu o chamei de comandante. O que o senhor está me propondo aqui é negócio, e eu não gosto de tratar negócio com ninguém. Eu sou político, sou Deputado Federal e presidente de Partido. Não converso negócio com o senhor. Se o senhor está tendo problema, eu ligo para o Dr. Antônio Osório, e o senhor vai lá e acerta com o Dr. Antônio Osório, que é o diretor da empresa.

Ele tentou falar comigo, Sr. Relator – quero lhe passar aqui o relatório disso -, várias vezes. Eu tenho uma folha dobrada aqui em que está escrito Molina; está aqui debaixo. Várias vezes ele tentou falar comigo. Eu quero lhe passar esse relatório da agenda do meu gabinete. Ele me ligou:

– 10 de março, quinta-feira, duas vezes;

– 15 de março, terça-feira, duas vezes;

– 5 de abril, terça-feira, duas vezes; ligou duas vezes, e eu atendi na ligação de 19h17;

– 6 de abril, ligou de novo, e eu não falei;

– aí, no dia 27 de abril, quarta-feira, 18h05, o Senador Suassuna me ligou várias vezes, pedindo para atendê-lo;

– no dia 28 de abril, de novo; e estou dizendo: “Senador, deixa isso para frente, já vou atender”; e me ligou de novo; pediu que eu falasse com ele às 9h35min, às 9h48min, às 10h16min; o Senador Suassuna me ligou: “Roberto, atende. É companheiro meu de farda” – eu nem sabia que o Senador Suassuna teria sido militar. Falei: “Eu atendo”.

Marquei com ele no meu gabinete, 3 de maio.

Recebi o Sr. Molina em 3 de maio, por volta das 17 horas. Ele se sentou à minha frente e veio com a mesma conversa lá de Belém, só não falou o nome do Fortuna. Porque, em Belém, ele me falou em Fortuna; nessa vez em que esteve comigo, em 3 de maio, terça-feira, não falou mais em Fortuna. E disse que estava sendo prejudicado, que uma empresa que ele representava estava sendo prejudicada e que ele queria acertar, que era bom para todos. Digo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Ele chegou a nominar a empresa?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não nominou a empresa.

Digo: “Amigo, nossa conversa está encerrada. O senhor pode se retirar. Não tenho mais nada a tratar. Essa conversa o senhor já falou comigo em Belém”. Ele falou: “Mas tem uma segunda coisa, Deputado”. Eu digo: “O que que é?” “Essa empresa tem uma fita do Sr. Marinho pegando dinheiro em seu nome e em nome do PTB e quer negociar com o senhor.” Eu falei: “Já não negocio com empresa de maneira direita e correta, ainda mais assim, com essa conversa, meu irmão! Você faz um bom uso da fita e, por favor, se retire daqui”.

Mas ele não chegou a chantagear, a me ameaçar, nem eu dei dimensão de ameaça, porque não acreditei. Eu achei tão frágil a conversa dele, assim tão... Não botei fé. Mande ele embora, e ele foi embora. E, depois, aconteceu o que aconteceu.

No dia 11 de maio, quarta-feira, às 14h50min, Molina ligou no gabinete, dizendo que queria o *e-mail* do Deputado, porque não queria passar para o *e-mail* do gabinete, que era assunto pessoal do Deputado. “Eu quero passar a V. Ex^a esse relatório de meu gabinete.” Ele queria me passar já alguma coisa da fita que a revista **Veja** publicou no dia 14 no *site* e no dia 15 nas bancas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Além dessa referência que Molina...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor quer que eu assine?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Embora V. Ex^a já tenha declinado no próprio microfone...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu assino aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – V. Ex^a se reportou a que Molina teria mencionado Fortuna. O que evoca Fortuna nas suas lembranças?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Na primeira reunião em Belém, ele disse que tinha um amigo, Coronel Fortuna, que tinha interesses nos Correios com ele. Em Belém, ele falou isso na conversa comigo, sentado no restaurante do hotel. E que queriam conversar comigo, que seria uma coisa boa para todo mundo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Essa foi a única vez que...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Foi a única vez... Ele esteve pessoalmente comigo duas vezes, lá em Belém e, depois, aqui, no meu gabinete.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – E V. Ex^a não teve mais informações outras a respeito desse Fortuna, se ele teria cruzado alguma vez...?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Tive depois. Recebi informações do Sr. Fortuna depois. O Sr. Fortuna é amigo do Deputado que indicou o Dr. Maurício Marinho para a função que ele ocupa de chefia de departamento nos Correios. O nome saiu dele. E, pelo que me informou o Antônio Osório, pelo que me informou, naquela época, o Godoy, que são companheiros do PTB, ele havia tido um entreviro com o Marinho e ameaçado o Marinho: “Você está me prejudicando, e eu vou te derrubar dessa cadeira! Vou acabar com a tua carreira”.

Mas isso eu ouvi falar depois, Sr. Relator. Não conheci o Sr. Fortuna antes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – V. Ex^a fez referência a duas empresas: a Novadata e a Skymaster. Poderia esclarecer um pouco o conhecimento que V. Ex^a tem sobre eventuais equívocos ou vícios nos contratos, na execução?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Superfaturamento. A Skymaster, não. Ela domina todas as licitações da área de informática. Não tenho informação... A Novadata...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Quem teria dado a V. Ex^a essas informações?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Esse grupo do PTB dos Correios. Quando nós sentamos... Onde tem problema aí? Antônio Osório, onde é que tem problema? Ele falou: “Olha, quem domina aqui a área toda de informática é a Novadata, ligada ao grupo do Silvinho Pereira”. Não me disse que havia superfaturamento. Mas, no que toca ao Correio Aéreo Noturno – inclusive, tem outras empresas, Total e uma outra do Nordeste, que não sei o nome –, há superfaturamento

grave! Aviões que são para dezoito toneladas vão com quatro toneladas de carga, e o Correio paga as dezoito, porque ele voa... O contrato é pela capacidade, não é pela carga que ele leva. O contrato está com o dólar equivalente a R\$3,00. Baixou, o contrato tinha que baixar para R\$2,40. Continua pagando a R\$3,00. Então, eu soube dessa informação e coloquei publicamente nos meus discursos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Segundo essa informação, eles lhe detalharam quem é que tinha o poder de assim proceder?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Na diretoria da Skymaster, tinha o Madureira; e, na diretoria onde estavam os negócios da Novadata, o Sr. Eduardo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Ou seja, segundo esse seu informante, essas pessoas estavam praticando...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Meus informantes são os companheiros meus, o Antonio Osório, que é do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Segundo o Antonio Osório... E quem mais?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O Godoy.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – O Godoy, Fernando Godoy?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Fernando Godoy, que é companheiro do PTB do Distrito Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Segundo eles, a informação que eles lhe deram é que essas pessoas estavam praticando os atos...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, na hora em que nós vimos tudo, onde tem problema? O problema está aqui. Quem domina 70% de tudo o que acontece aqui na área da informática é a Novadata. Inclusive a briga dessa pequena empresa que faz a gravação a mando, é porque ela perdeu uma concorrência para a Novadata. Foi a informação que eu... HHP ou HPP.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – HHP.

Também em uma passagem V. Ex^a fez referência a que apenas a diretoria administrativa estava sendo investigada pelo Ministério Público, pela Controladoria, pela Polícia Federal. Efetivamente, ficou visível isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Para mim, ficou. Agora, depois que as coisas começaram a caminhar, depois que, no jornal **Folha de S.Paulo**, aquela entrevista com a jornalista Renata Lo Prete saiu – a primeira, no dia 06 – é que a Polícia Federal começou a perseguir as provas daquilo que eu contei

naquelas informações. Mas eles já sabiam. Procuraram colocar só em cima do PTB. Invadiram a casa do Salmeron, a casa da minha filha e do meu genro. A juíza da 10ª Vara Federal, tão leviana a atitude dela! Nós já pedimos cópia do despacho, e ela não entrega, para ver em quê ela fundamenta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Isso V. Exª afirmou lá atrás. Ainda hoje não?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Até hoje não temos a cópia do despacho. Eu pediria à CPI que tivesse essas... Porque todo despacho dela é Segredo de Justiça, e as pessoas são escrachadas. O despacho de S.Exª togada é Segredo de Justiça, mas as pessoas são escrachadas de público, algemadas, as casas invadidas. Ela mandou invadir o escritório do Henrique Brandão no Rio, Assurê – que é a maior corretora privada do Brasil –, a casa dele no Rio e em Teresópolis, quando se trata de IRB com jurisdição na cidade do Rio de Janeiro, Justiça Federal do Rio de Janeiro. Não é Correio, jurisdição Brasília. Mas ela mandou fazer por aqui. Tudo foi feito rapidamente para colocar... tentar descobrir alguma coisa contra o PTB, botar no colo do PTB e encerrar a investigação, como se o PTB fosse o responsável pela corrupção da República. Nitidamente, eu vi isso, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– V. Exª fez referência a que teria recebido uma fita no seu apartamento. Quem entregou no seu apartamento?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Um *motoboy*. Deixou-me receber junto com a minha correspondência. Quando cheguei em casa, no domingo... domingo... que saiu a fita foi sábado... No domingo dia 15, eu recebi na minha correspondência, junto com meus jornais, com as minhas revistas, um envelope pardo, e tinha uma fita para mim. Eu não sei se eu deixei com o Salmeron ou mandei a do Salmeron para o General Chefe da Casa de Segurança Institucional. Porque ou eu mandei copiar a fita do Salmeron, que recebeu também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Essa era uma pergunta. Então, o Salmeron também recebeu...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Recebeu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Sabe a origem da que chegou, enfim?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Chegou por um *motoboy*, que colocou na caixa de correio na casa dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Mais ou menos no mesmo dia ou muito próximo...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu não fiz essa pergunta ao Dr. Salmeron, mas quero crer que no mesmo fim de semana que eu, sexta-feira, sábado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – V. Exª fez referência a que muita gente estaria entrando em contato com o Deputado para anunciar outros casos de corrupção nos Correios. Foi abordado ou por pessoas ou por correspondência?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Essas coisas vêm. Eu, por exemplo, recebi... Empréstimo aqui, por gentileza? Hoje, em meu gabinete... Agora, a gente tem que peneirar. Eu recebi o contrato da Sky Master e passei para frente; acabou na imprensa. Eu recebi hoje, de um moço chamado Ricardo, um *e-mail*, dirigido ao Deputado Roberto Jefferson: a SMP&B Comunicação Ltda., do Sr. Marcos Valério, tem dois registros no CNPJ; a mesma empresa com dois registros, todos os dois com o final 1 (um), que significa “matriz”. Um, de 02/12/1998, ativo até 16/10/2004 – e tenho aqui o número; outro, de 10/07/1996, ativo até 23/04. As certidões foram emitidas em 28/06/2005. Estão aqui, e quero passar às mãos de V. Exªs. Em todos os dois, o número da inscrição é 0001. O endereço muda: um, município Rio Acima; outro, município Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Só uma curiosidade. Talvez V. Exª possa até confrontar já, porque parece que ela tem três denominações diferentes com um segmento um pouco diferente: há a SMP&B Comunicação, a SMP&B Publicidade e SMP&B outra coisa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Aqui temos SMP&B Comunicação Ltda., agência de publicidade e propaganda; e SMP&B Comunicação Ltda., agência de publicidade e propaganda. Ou seja: é a mesma coisa. E vou assinar para deixar com V. Exª, porque recebi... E tenho recebido coisas assim. Há coisas que eu filtro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– O Presidente já anda me censurando porque sei que muito do que ainda posso perguntar, com certeza, ainda virá à baila; mas, enfim, muito rapidamente, se me permitirem, gostaria de indagar: V. Exª conhece ou ouviu falar de José Gerardo Ponte Pierre?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Não tem nada a ver com o PTB? É filiado ao PTB?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Sobre o Alemão?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nunca ouvi falar. Quer dizer: estou lendo, vejo a CPI, leio os depoimentos da Polícia Federal, mas nunca antes ouvir falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Fernando Godói é indicado do PTB nos Correios?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É companheiro do PTB há quarto anos aqui no Distrito Federal; é membro da Executiva Nacional do partido.

Antônio Ozório é meu amigo há 23 anos. Coloco a mão no fogo por ele, Sr. Presidente. Fui eu que indiquei. É um homem de bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Que não signifique que nós não pudéssemos avançar. Tenho procurado corresponder às expectativas do nosso Plenário, dando oportunidade a que muitas das perguntas que ainda estão por ser realizadas que os parlamentares as possam traduzir, ainda porque nós podemos, a qualquer momento, interferir e, ao final, solucionar as dúvidas que eventualmente temos.

Dirigindo-me à opinião pública, apenas esclareço um aspecto técnico. Provavelmente gostariam que eu tivesse abordado o assunto do mensalão. Como sou Relator de uma CPMI que tem, ainda, por enquanto, fatos determinados e podendo sobrevir a instalação de uma outra CPMI, cuja abrangência pode vir a ser delimitada, tecnicamente me absteve de qualquer questionamento, o que, para encerrar, esclareço que não significa que tenhamos receio de adentrar no tema, mais à frente, se essa competência nos for atribuída.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Muito menos porque haverá limitações...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MT) – Pois não, Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA) – Indago de V. Ex^a qual será o tempo destinado aos Parlamentares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MT) – Deputado Asdrúbal Bentes, concederemos, inapelavelmente, dez minutos.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA) – Mas quero saber, Sr. Presidente: esses dez minutos são para as nossas indagações e respostas do Deputado inquirido ou apenas para as nossas indagações?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MT) – Não; são dez minutos para as indagações. Todavia, peço aos Srs. Parlamentares que façam as suas indagações num tempo menor do que esse, porque temos 31 Parlamentares inscritos e vamos controlar o tempo rigorosamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

Por favor, peço silêncio a todos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Nesta semana, quando da indagação minha e também do Deputado ACM Neto ao Sr. Joel, autor da gravação, perguntamos a ele se haveria a primeira fita, e até solicitei a V. Ex^a que requisitasse a tal primeira fita de gravação, na qual se poderia estar tratando de um assunto que daria a todos os membros desta CPMI a informação correta sobre o que pretendia o Sr. Arthur com aquela gravação.

Chegou às minhas mãos, na data de ontem, o teor integral, e agora já possível de ser aberto por esta CPMI, da primeira conversa mantida entre o Sr. Maurício Marinho e o Sr. Joel. Nessa fita, fica claro o interesse não só de envolver diretamente o PTB com questionamentos sobre quem era quem dentro do PTB, como interesses comerciais que poderiam estar por trás ou, talvez, interesses aqui declinados pelo Deputado Roberto Jefferson relacionados à Abin.

Reputo muito importante essa fita e acho que todos os membros desta CPMI devem ter ciência do seu teor. Passo-a à mão de V. Ex^a, pedindo que cada um dos membros tenha uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Será reproduzida.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Presidente, peço uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Pois não, Deputado Roberto Jefferson, será providenciada também.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Alvaro Dias, por dez minutos. Pediria aos Parlamentares que pudéssemos reduzir esse tempo, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, desculpe-me Senador, mas tínhamos uma ordem, e não era o Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Falo por cessão do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por cessão do Senador Demóstenes Torres, que precisou viajar para Goiânia, com urgência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Mas Presidente, eu gostaria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Será seguida a listagem, a ordem de inscrição, meu caro Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Mas o Senador Demóstenes era o quarto?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não, o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – O Deputado Murilo fez a cessão para ele?

Obrigado, Presidente. Está encerrada minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, esse tempo será descontado de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, pretendo ser rápido. O Deputado Roberto Jefferson é um homem corajoso, sempre foi e tem sido, e, certamente com arte, a verdade alcança ainda mais, atinge uma profundidade superior.

Reanimado com essa expectativa, com essa perspectiva, quero expor o que penso e ouvir sua análise sobre o que esse momento significa como explosão de um escândalo. Vejo a arquitetura de um projeto de poder. Na arquitetura desse projeto de poder, vários componentes de comunicação, administração, relação com a sociedade, entidades, partidos, com o Congresso. Mas vamos apenas nos restringir a esse componente que é deploravelmente o mais sujo nisso que imagino um projeto de poder arquitetado por algumas lideranças políticas que assumiram o poder há dois anos e meio.

Essa parte de captação de recursos para a sustentação material desse projeto de poder é, sem dúvida, a parte suja dessa arquitetura, que começa com esse modelo espúrio de relacionamento do Poder Executivo com parte do Congresso Nacional, invadindo especialmente os partidos da base aliada com a barganha que se estabeleceu.

O partido evidentemente estabelece uma competição em relação aos cargos mais apetitosos, porque movimentam maior soma de recursos públicos. O partido nomeia, e o nomeado é encarregado de mensalmente captar recursos supostamente para manutenção da estrutura partidária. E é evidente que, para alguns, o fim justifica os meios. O fim é um projeto arquitetado; os meios escusos da cooptação de Parlamentares de partidos, através da captação de recursos que tem uma fonte específica aqui, que discutimos Correios, mas, não é única. E evidentemente a barganha, ao final, no chamado “Mensalão”.

Gostaria, farei outras indagações, quero fazer, Sr. Presidente, rapidamente todas elas, porque confio na

memória do depoente, Deputado Roberto Jefferson, que tem uma memória indiscutível. E destacando apenas a importância da contribuição que ele pode oferecer nesse momento a essa CPMI e ao país. Talvez a contribuição mais importante pode advir exatamente do Deputado Roberto Jefferson.

Nesse loteamento do Governo, como parte dessa arquitetura de um projeto de poder, há a nomeação para cargos centrais, para diretorias. Hoje, V. Ex^a quase não citou o nome do Ministro José Dirceu. Mas, quem batia o martelo por último para essa nomeação? Quem dava a última palavra. V. Ex^a fez referência ao Sr. Sílvio Pereira, mas, tem outros nomes como: Waldomiro Diniz, que era assessor e chefe da Assessoria Parlamentar da Presidência da República; Marcelo Sereno; Sílvio Pereira; Delúbio Soares; etc.

Então, gostaríamos que ficasse claro quais são os responsáveis finais pelas nomeações, pelo atendimento aos Partidos da Base Aliada.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O ex-Ministro José Dirceu e o Sr. Sílvio Pereira.

V. Ex^a, Senador, inclusive vai ver na **Revista Veja**, que foi publicada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Se preferir, Deputado, farei todas as perguntas, aí V. Ex^a responderia ao final.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No dia 28 de maio, que o próprio Líder de Governo, meu companheiro de Partido, Fernando Bezerra, coloca claramente que a negociação para nomear o Diretor de Informática nos Correios, o Ezequiel, passava pelo Sr. Sílvio Pereira. Ele coloca isso na entrevista. E era assim que funcionava. Toda estrutura era montada com o Sr. Sílvio Pereira e quem batia o martelo era o Ministro José Dirceu. Foi assim em todos os cargos que o PTB nomeou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok. Gostaria de saber se é real que o PT concordava com a indicação do PTB, por exemplo, no caso dos Correios, mas, calçava, abaixo do ocupante do cargo maior, com integrantes do próprio PT.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim. E o Sr. Sílvio Pereira dizia que era o jeito do PT governar. Dava a cabeça e tomava o corpo. A expressão que sempre usei: dava a cabeça e tomava o corpo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Nessa questão de nomeações e V. Ex^a participou diretamente, não só em nome do PTB, no episódio Correios, mas, também Furnas. Gostaríamos que...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Furnas, DNIT, ELETRONORTE, todos já devolvidos, mas, sempre assim. Até a PETROQUISA, o atual presidente foi nomeado pelo Sr. Sílvio Pereira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Furnas, vamos por partes.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não conseguimos fazer o Presidente, porque o Sílvio não abriu mão do presidente da PETROQUISA, que é dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O que quero saber, e certamente essa Comissão, é mais detalhes sobre esse esquema de repasses de recursos mensalmente da ordem de R\$ 3 milhões, com a seguinte divisão: R\$500 mil para a diretoria; mais R\$1 milhão para o PT; outro R\$1 milhão para o PT de Minas Gerais; e mais R\$500 mil para a direção...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Para o ex-diretor financeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato. Esse era o esquema, então, de Furnas. Furnas era tido, no meio político do “Mensalão”, como uma espécie de coroa da rainha, porque com esse valor mensal certamente despertava muita cobiça. E é exatamente isso que V. Ex^a percebeu quando tentou substituir o diretor de Furnas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Vou inverter isso com V. Ex^a. Não tentei substituir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Foi oferecido a V. Ex^a pelo Presidente da República?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E o Presidente ofereceu pelo seguinte: o Dr. Dimas, ex-diretor, porque foi exonerado hoje, repassou para a Cemig...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas interrompendo, V. Ex^a merece os maiores aplausos. O Presidente Lula não consegue fazer reforma ministerial, mas V. Ex^a já derrubou um Ministro, diretores dos Correios, do IRB e hoje três diretores de Furnas. V. Ex^a é o maior reformador do atual Governo. Apenas para quebrar o gelo, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O Presidente, logo no início do ano, quando conversava comigo e o Ministro Walfrido dos Mares Guia, colocou esse cargo para nomeação pelo PTB. Eu disse ao Presidente: Presidente, eu não tenho nome para isso. Ele falou: vocês me consigam um bom nome porque eu quero tirar esse moço. Ele é incorreto com o Governo. Falei: mas por quê, Presidente? Ele transferiu quase R\$1,5 bilhão para a Cemig, em Minas Gerais, para fazer um programa popular de iluminação chamado Luz para Todos. E o Governador de Minas, que tem feito a má ausência do Governo Federal – o Presidente nos disse isso naquela época –, colocou placas em todas aquelas áreas carentes para onde ele levava aquela iluminação: Obra Governo de Minas Gerais; e uma tirazinha embaixo, inegável: Apoio Governo Federal.

Então o Presidente se sentiu traído por isso e nos ofereceu indicar um nome. Procurei o Dr. Roberto Salmeron, que já havia sido diretor financeiro da Eletrobrás e era o Presidente da Eletronorte, e disse: Salmeron, você tem um nome para que a gente possa levar para o Presidente Lula? Ele deu o nome de um técnico da empresa de vasta experiência: Dr. Espirandel. Eu levei o nome ao Presidente junto com o Ministro Walfrido dos Mares Guia. O Presidente olhou o nome; a Ministra Dilma aprovou, disse que era um técnico de altíssimo gabarito; a Casa Civil, a Sandra Cabral aprovou o nome; a área de informação aprovou o nome; só não saiu a nomeação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – V. Ex^a citou alguns nomes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Alvaro Dias, concluindo V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É que o meu tempo foi muito curto, Sr. Presidente. É que o depoente usou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Mas se interpretarmos assim, Senador Alvaro dias, vamos falar aqui durante vinte minutos cada Parlamentar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu queria fazer todas as indagações para ele responder depois. Eu vou sintetizar. Só duas perguntas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor quer que eu ouça primeiro?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só duas perguntas e depois responde, então, o Deputado Roberto Jefferson. A primeira delas: eu vi, numa entrevista sua, alguns nomes como beneficiados pelo esquema Furnas. V. Ex^a tem mais detalhes sobre isso? Certamente, não seriam apenas dois ou três Parlamentares. V. Ex^a fez referência a Parlamentares que teriam deixado o PSDB para ingressar em Partidos do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Alvaro Dias, por favor, eu pediria, senão vamos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ok. Eu vou concluir. Essa está formulada. A última pergunta: V. Ex^a fez referência, em entrevista a uma rádio em Minas Gerais, a uma suposta relação da morte do Prefeito Celso Daniel, de Santo André, com o escândalo do “mensalão”. Gostaríamos que V. Ex^a esclarecesse essa relação. Que relação existiria entre o episódio de Santo André e o “mensalão”.

Depois, Sr. Presidente, vou encaminhar alguns requerimentos exatamente como consequência do depoimento de hoje do Deputado Roberto Jefferson. Não farei referência em função do tempo, mas ouço com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Alvaro Dias, se V. Ex^a quiser, novamente, fazer questionamentos, V. Ex^a poderia se inscrever como 34º colocado na nossa relação de inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vou poupá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Assumo a entrevista e assino. Facilita para V. Ex^a. Eu assino o jornal. É a expressão da verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente porque aqui passa a ter valor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A jornalista Renata Lo Prete traduziu *ipsis verbis* o que falei. Então assino o que está publicado no jornal **Folha de S.Paulo**.

A outra pergunta diz respeito... Eu fui procurado, quero dizer a V. Ex^a, pela família. Não é que eu faça conexão com o “mensalão”. Estou dizendo forma de financiamento porque lá são empresas de lixo e de ônibus que são um sistema que acaba levando a esse tipo de corrupção. Então fui procurado pela família, que fez um contato, me pedindo inclusive para advogar o processo na assistência de acusação. Isso é que eu quero dizer a V. Ex^a. E a informação que já recebo é que há uma conexão com financiamento, financiamento que viria de empresa de ônibus, financiamento que viria de empresas de lixo daquele Município. Não coloco isso vinculado ao mensalão. É que, no meio dessas questões do mensalão, saiu essa pergunta e respondi da forma como respondo a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só faltou V. Ex^a responder à primeira pergunta sobre a arquitetura de um projeto de poder que seria a razão maior de todo esse modelo de relação política.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor me pede para fazer uma avaliação política, então vou dizer a V. Ex^a o que eu penso. O Partido do Governo não tem um projeto político claro; tem um projeto de poder, porque não nos constrangeu apoiar o mesmo sistema econômico que foi, durante oito anos, o do Fernando Henrique. A política neoliberal esposada hoje até de forma mais ortodoxa pelo atual Governo foi a que nós apoiamos oito anos no Governo Fernando Henrique. E eu vi até no plenário, porque sou velho Deputado, tenho 23 anos de mandato, cenas de pugilato, de radicalismo total do Partido que ora é o Partido do Governo contra a política que era levada a cabo pelo Malan e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, para mim não é um projeto político o projeto que tem o PT no Governo; é um projeto de poder. E entendeu alugar uma burguesia que entendia

corrupta para não partilhar, primeiro, o processo decisório. Não chama ninguém para o processo decisório. Não somos chamados a pensar a concepção de uma medida provisória, que tem posto de cócoras o Congresso Nacional – essa quantidade de edição de medida provisória nos desmoraliza. A concepção de um projeto econômico que afeta até o agricultor na ponta de cá – estamos aqui sitiados por tratores da agricultura – vem tudo pronto dos técnicos legislativos que estão lá no Ministério da Fazenda. Eles não são feitos aqui por nós. Então, entendo isso. Não há um projeto político, há um projeto de poder e não quer partilhar poder com ninguém. Há uma concentração. O PT fez 20% das cadeiras no Congresso Nacional e detém 80% do poder na Esplanada dos Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL/PRONA-MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a tem passado nesta Comissão, nas outras a que o senhor foi, como na tribuna da Câmara, que V. Ex^a usou, toda uma experiência de vida como parlamentar – seis mandatos –, como advogado. Eu queria indagá-lo, porque V. Ex^a está pautando hoje o Brasil. Eu vou usar alguns termos que V. Ex^a senhor usou na tribuna, usou na Câmara, quando disse: “Provas não tenho, mas conto o que vivi esses anos”. E o que me deixa perplexo e me leva a fazer uma reflexão maior é que V. Ex^a pauta o Governo.

O Presidente Lula tem dois Ministros que foram indiciados pelo Supremo Tribunal Federal mediante o Procurador-Geral da República, Procurador-Geral de Justiça. E sobre esses dois o Presidente disse à imprensa que não era a imprensa que ia pautar o Governo dele para tirar Ministros. Até que eles fossem condenados, ele não teria nada para condená-los.

V. Ex^a, que tirou o Ministro José Dirceu, sente essa força que V. Ex^a teve de tirar o Ministro José Dirceu da Casa Civil? Porque logo que ele tomou posse aqui como Deputado Federal, no seu discurso na tribuna, ele disse que não tem processo nenhum na vida dele e ele foi demitido do cargo de Ministro da Casa Civil.

Hoje V. Ex^a mencionou, e está estampado nos jornais, que a diretoria de Furnas foi toda afastada. Foi V. Ex^a que deu o caminho para essa CPI aqui, quando disse: “Vocês vão conhecer um carequinha, de pombo-correio, chamado Marcos Valério, que é publicitário lá em Minas Gerais, repassa dinheiro, o chamado “mensalão” a partidos que compõem a base de sustentação do Governo.” Foi aí que o senhor criou a palavra “mensalão”.

A primeira pergunta seria essa: o senhor está agendando o Governo?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, o Presidente Lula não é um homem que se deixa pautar. É um homem de bem, é um homem honrado, é um homem correto e tem hoje, na Casa Civil, uma mulher vertical.

Acho que o Ministro Gilberto Gil foi infeliz ao dizer que ela era uma mulher de dotes masculinos. Ele não conversou com ela sobre os dotes musicais. Ela conhece profundamente música clássica. A Ministra Dilma Rousseff é uma guerreira que nunca perdeu a sensibilidade. Conhece Puccini, Mozart, Wagner, conhece profundamente música lírica. É que ele não teve oportunidade, julgou pela imagem, não conversou com a Ministra que honra a Casa Civil do Presidente Lula. Não tenho condições de pautar o Governo, nem tenho essa veleidade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Por que o senhor julga que o Ministro José Dirceu foi substituído na Casa Civil e voltou a cumprir seu mandato de Deputado Federal, sem ter nenhum processo...?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu entendi e vou dizer a V. Ex^a o que disse a ele, que foi motivo de desentendimento entre nós lá no passado: ele deveria ter saído com o Waldomiro. Ele era a crise. Ele ficou e fragilizou a Casa Civil.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – O senhor disse na tribuna da nossa Casa: “José Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu uma pessoa inocente. Rápido, sai Zé.”

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado, é porque as conversas mantidas com ele lá na Casa Civil eram republicanas e não-republicanas. Não era lugar de se conversar isso o quarto andar do Palácio do Planalto.

Tudo o que eu tratei na Presidência do PT, lá no prédio da Varig, na W3 Norte, foi homologado por ele na Casa Civil, até dinheiro de campanha. O não-financiamento de campanha, essa história de Furnas, tudo isso foi tratado com ele lá. Então, eram conversas republicanas e não-republicanas, incompatíveis com a função que ele ocupava. Agora, o Presidente está protegido, tenho certeza de que ele sai disso com toda a tranquilidade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Outra pergunta: quando o senhor fala da fita... O senhor assistiu a fita num domingo à noite...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, à tarde, na hora do almoço.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Com o Dr. Salmeron...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Antônio Osório, na casa do Dr. Salmeron em Brasília.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – E ele pode confirmar isso aqui hoje.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E eu digo o dia que foi. No dia 15 de maio, domingo, almoço com Salmeron e Osório. Assistimos à fita.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Para entender o seu raciocínio, o senhor confirma que foi a Abin que fez essa gravação. Por que ela se tornou pública, essa gravação, se foi a Abin que fez? O senhor confirma também que a Diretoria de Informática dos Correios detém 60% das atividades bilionárias, que é comandada pelo...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É o orçamento da empresa. A estrutura de poder toda da empresa é a Diretoria de Informática e de Transportes, aquelas operações.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Por que gravou o diretor do PTB e essa fita foi divulgada à imprensa?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Tenho que perguntar isso para a Abin. Pegou o “petequieiro” e deixou de fora o Marcos Valério, o grande esquema. Isso eu não entendi. De um serviço de inteligência desse o Brasil não precisa! É um prejuízo para nós mantermos isso aberto.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Mas o Governo publicando isso, a Abin tornando isso público, não traria prejuízo para o próprio Governo, como está trazendo?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não tenho dúvida. O próprio delegado da Polícia Federal que preside esse inquérito está questionando esses métodos da Abin. Estou vendo na mídia uma queda de braço do delegado titular do inquérito na Polícia Federal com a Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Murilo Zauith.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, eu gostaria que o senhor retornasse à situação do Banco Rural, da agência de Brasília, e o senhor, rapidamente, nos dissesse desse local, já que...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nono andar do prédio do Brasília Shopping tem uma agência, que é um escritório, para fazer pagamentos e saques. Recebi a informação de que ali tem sido operado o pagamento, desde que as coisas ficaram claras e as

malas de dinheiro não puderam mais entrar aqui. Então, assessores de deputados têm ido ao prédio pegar 30 mil, 40 mil, 50 mil reais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – O que eu quero perguntar para o senhor é o seguinte: desde que houve a revelação pública da existência do “mensalão”, as malas pararam de chegar, até porque Marcos Valério passou a ser monitorado. A manutenção do processo se dá nessa agência?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei se no presente, mas até há pouco tempo, no passado, sim. É a informação que tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, queria sugerir a V.Ex^a, na ausência do nobre Relator, que fossem requeridas à administração deste prédio todas as identificações diárias de janeiro de 2003...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Vá mais atrás.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – ...até a presente data. E, também, após a identificação das pessoas e a conexão com Parlamentares, a identificação visual. É feito fotografia?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Há identificação, na portaria, das pessoas e quem leva o dinheiro tem que assinar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – OK. Então, seriam os relatórios de presença diários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Será requerido, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Roberto Jefferson, o senhor sabe dizer da existência, da utilização de influência política na montagem de esquemas de corrupção no sistema de publicidade do Governo?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei lhe dizer não, Deputado, não posso lhe informar isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – A Lei nº 10.683, que o Presidente Lula emitiu em 28 de maio de 2003, dispõe sobre a organização da Presidência da República, dos Ministérios e dá outras providências. Estabelece, no art. 4º, que “à Secom cabe a coordenação, a normatização, a supervisão e o controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União”.

Depois, no Decreto nº 4.799 (complementar), de 4 de agosto de 2003, que dispõe especificamente sobre a área de comunicação lá, no seu art. 10, § III, diz o seguinte: a Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica – Secom indicará a maioria dos

membros da Comissão Especial de Licitação. Ou seja, haverá dois membros do órgão, e haverá, onde a licitação é feita na área de publicidade, três membros por indicação da Secom.

Na questão dos Correios me chama a atenção – e eu vou perguntar para o Sr. Antonio Osório, para os Presidentes que virão aqui, o senhor raciocine comigo – o seguinte: em 2003, foi feita uma licitação de R\$72 milhões, onde a SMPB, é uma das empresas. Há mais a BEG e a Giovanni FCB. Corre todo o ano de 2004. No ano de 2004, o Sr. Marcos Valério, da conta da SMPB, saca R\$16 milhões na boca do caixa. No final do ano de 2004 é assinado um termo aditivo, empurrando esse contrato – dentro da lei, é 25%, dezoito milhões – até o final de 2005. Por que os Correios podem operar o seu sistema de publicidade e propaganda com uma dotação orçamentária de R\$18 milhões, em 2005? Os Correios não diminuíram as suas agências, os Correios não diminuíram os seus funcionários e precisaram de R\$72 milhões para 2004? Será por que era ano eleitoral? Qual a sua opinião sobre isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei avaliar isso, Deputado Onyx, não sei. Não posso lhe dizer, não sei, não tenho noção.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – O senhor acompanhou a ação do Ministro Gushiken em algumas das discussões que o senhor fez com a alta cúpula do PT?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nunca. Nunca esteve presente conosco nessas tratativas políticas o Ministro Gushiken.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – No tema dos fundos de pensão, o senhor sabe de alguma influência ou controle de algum membro do Governo Federal?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Infelizmente, não, Deputado. Não posso lhe ajudar nisso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Nas questões que envolvem Furnas, o senhor poderia relatar sinteticamente este caso de que o senhor recebeu a informação do Dr. Dimas para que isso conste dos autos desta CPI?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Pois não. Para tratar do assunto com o Presidente Lula, nós levamos o currículo à Ministra Dilma, à Sr^a Sandra Cabral, que faz a seleção dos currículos na Casa Civil, e ao Ministro José Dirceu – três cópias. O currículo começou a transitar. Todo mundo dizia que era um técnico espetacular, um grande nome para substituir o Dr. Dimas. Mas a coisa não evoluía. Uma pressão grande de vários Deputados sobre mim, sobre o Ministro Walfrido, “não tira o Dimas, não tira o Dimas”. E eu percebi que o próprio Ministro José Dirceu não queria tirar.

Toda hora, ele dizia: “Tem muita pressão. Tem pressão do Aécio; tem pressão do Papa, de gente lá de Roma. Quando houve o enterro do Papa, gente que está em Roma pressionou”. Entendi claramente que era o ex-Presidente Itamar Franco para não tirar.

E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, que eu não sou problema, que eu não estava colocando a faca no peito de ninguém, que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: “Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você.” E me procurou. No dia 13, na madrugada do dia 14, à uma hora da manhã, ele chegou a minha casa e conversou comigo como funcionava o esquema de Furnas. Explicou-me o seguinte: que Furnas deixa, sem problema, R\$3 milhões por mês, a Diretoria dele. E que ele fazia os seguintes repasses: R\$1 milhão para o Sr. Delúbio, PT Nacional; R\$1 milhão para o Dr. Rodrigo, PT de Minas Gerais; R\$ 500 mil para o Dr. Cury, para uma diretoria de um grupo de Deputados, que havia constituído esse diretor no princípio do Governo com o Ministro José Dirceu; e R\$500 mil ficavam na diretoria. Voltei ao Ministro José Dirceu, relatei essa conversa, e ele falou: “Então, nós nos acertamos por cima, sem problema”. Eu falei: “Eu não sou problema para você. Preciso do financiamento para o PTB, o que a gente acertar está acertado”.

Voltamos ao Presidente da República na terça-feira, 26 de abril, às 10 horas da manhã, eu e o Ministro Walfrido dos Mares Guia. Participou da reunião o Ministro José Dirceu. O Presidente falou assim: “O Jefferson, vocês estão fazendo acordo para manter aquele cara, o Dimas? Aquele senhor (não vou falar essa expressão ‘cara’), aquele senhor, o Dimas?” Falei: “Estamos sim, Presidente”. Ele falou: “Eu não quero não. Eu quero tirar. Vocês não vão fazer isso. Aquele senhor está traindo o Governo, está fazendo o jogo do Governador de Minas Gerais, e eu não quero a permanência dele.” Aí a minha ficha caiu. Falei: o Presidente está vendido nisso. Falei: “Então, está bem. Insisto com o Spirandel.” Falou: “Então, vou mandar nomear o Spirandel. José Dirceu, nomeia o Spirandel. Peça a Dilma para fazer o Spirandel. Já passou em tudo, nos órgãos de informação, como é nome? Perfeito, tem apoio. Tem apoio de segmentos do PT; tem apoio de segmentos importantes do PT. Então, eu quero o nome, quero atender essa posição para o PTB”.

Saindo de lá, o Walfrido, antes de entrar no carro, na garagem, falou: “gostei, cartada de mestre. Esse cara se relaciona com todo mundo, é de todo mundo. Você jogou bem, moralizou o esquema. Gostei, Roberto.” E fomos embora.

A assembléia da empresa, Deputado Onyx, foi convocada para o dia 16 de maio, segunda-feira. A assembléia de Furnas foi convocada. O Presidente do Conselho de Furnas é o Presidente da Eletrobrás. Na época, o Dr. Silas Rondeau. Fomos jantar em minha casa, na segunda-feira à noite, eu, o Dr. (Roberto) Salmeron e Antonio Osório, no arder da crise da primeira publicação da revista **Veja**. Deram 9 horas da noite, toca o telefone celular do Dr. Salmeron. Era o Dr. Rondeau, lá do Rio, de Furnas, para onde havia viajado de manhã cedo, levando com ele o Dr. Espirandel, para informar que a Ministra Dilma Rousseff ligara para ele naquela hora mandando suspender a assembléia. Isso foi no dia 16, segunda-feira, às 21 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, seu tempo já está esgotado. Pediria, até em consideração aos demais Parlamentares que estão inscritos, por favor...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – A questão Ezequiel, na ECT, obedeceu ao mesmo grau de problema, na sua avaliação? E concluo com a seguinte pergunta: o Ministro José Dirceu, o Delúbio e o Silvio são a conexão e o cérebro desses tentáculos que se estabeleceram por Furnas, pelos Correios e outros órgãos que tendem a surgir?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu afirmo isso sem nenhuma dúvida. A cabeça do sistema de corrupção é essa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – O nome V. Ex^a está dando: corrupção. Mas o sistema funcionava assim, e era para financiamento partidário e compra de Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sem dúvida. Há cooptação inclusive de Deputados. Há vários Deputados que chegaram, inclusive, ao meu Partido com nomeações feitas pelo José Dirceu, para poder compor a base de meu Partido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Só um adendozinho. Essa operação... Porque eu chego aqui, eu sou Deputado de primeiro mandato, eu conheço uma pessoa chamada Waldomiro Diniz...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, gostaria que V. Ex^a concluísse, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Mas eu acho que é relevante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Mas nós precisamos atender os demais Parlamentares também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Concluirei, Presidente, disciplinadamente, da mesma forma com que tenho atendido a todo os seus pedidos.

O Sr. Waldomiro Diniz agia na sombra, aqui do Parlamento, em 2003. Eu assisti conversas de Parlamentares que se transferiram de partidos políticos. Nesse esquema, ele era o braço operativo do José Dirceu, aqui dentro da Câmara dos Deputados, e auxiliou na montagem, no seu entendimento?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não posso lhe dizer isso. O que eu tratei? A Diretoria do Dnit, a Diretoria Financeira do Dnit foi tratada com o Sílvio Pereira. Nós fizemos o Diretor, o Carlos Cotta, e toda a estrutura em baixo, até o gerente, é do PT, indicada pelo Sílvio Pereira.

Quando nós fizemos a diretoria da Eletronorte, toda a estrutura, diretoria, presidência, em baixo, tratada com o Sílvio Pereira, era do PT.

Quando nós fizemos, lá no Rio de Janeiro, o Delegado Regional do Trabalho, a Chefia de Fiscalização e a Chefia de Vigilância de Medicina do Trabalho, Acidente e Medicina do Trabalho, indicadas pelo Sílvio Pereira, do PT.

Quando nós indicamos a estrutura lá na Eletronorte, foi o Dr. José Carlos Martinez, ainda vivo, e era o Rondeau o Diretor Administrativo da Eletronorte, toda a estrutura em baixo nomeada pelo Sílvio Pereira.

Quando nomeamos o Presidente do IRB, toda a estrutura foi costurada e montada pelo Sílvio Pereira.

Quando o Senador Fernando Bezerra, do PTB, tentou indicar o Dr. Ezequiel, e não conseguiu, quero deixar claro isso aqui, não foi nomeado para a Diretoria de Informática.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Tecnologia.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A tratativa foi feita com o Sílvio Pereira.

Quando nós tentamos fazer a presidência da Petroquisa, a tratativa teria que ser feita com o Sílvio Pereira, que não concordou, porque o indicado era dele e continua lá.

Ele participava da indicação de todos os cargos do PTB. Quem batia o martelo era o José Dirceu, mas a costura para preenchimento das funções era feita com o Sílvio Pereira, Secretário-Geral do PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr. Deputado Roberto Jefferson, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de qualquer coisa, quero dizer que foi de fato a coragem do Deputado Roberto Jefferson de dar uma entrevista

à **Folha de S. Paulo** que garantiu a constituição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Digo isso porque, como membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, fiz um esforço hercúleo para evitar uma manobra da Base do Governo, que tentava, infelizmente, enterrar a CPI. Só que, diante das declarações do Deputado Roberto Jefferson, a Base do Governo não teve força para evitar que esta CPI acontecesse. Dito isso, quero afirmar, Sr. Presidente, que as peças todas estão se encaixando. Vou começar pelos Correios. Parece-me que a motivação do Sr. Arthur Wascheck, de promover o ato de arapongagem, estava toda ela relacionada com a disputa pela indicação da diretoria de tecnologia dos Correios. O Sr. Arthur Wascheck não quis comprometer apenas o chefe de departamento, o Dr. Maurício Marinho. Ele queria muito mais e ele estava a serviço de pessoas muito mais importantes. Talvez não tenhamos ainda elementos para fazer uma ilação, mas quero aqui levantar uma suspeita. Talvez, Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a possa depois emitir alguma opinião sobre essa suspeita que quero levantar. Imagino que o Dr. Eduardo Medeiros, então diretor de tecnologia, percebendo que poderia ter o seu cargo ameaçado, percebendo que, por um acordo político, seria exonerado da diretoria de tecnologia, foi um dos grandes responsáveis por toda essa gravação que aconteceu. O Sr. Eduardo Medeiros envolveu outras pessoas. Quero chamar a atenção aqui para alguns nomes. O nome do Sr. Petri e o nome do Sr. Adaauto, porque hoje eu soube que o Sr. Adaauto, que era o então diretor administrativo dos Correios até o Sr. Osório assumir. O Sr. Adaauto foi o chefe da Comissão Especial de Licitação dos Correios Híbridos. Então, as coincidências são muito grandes, mas quero voltar à ilação que estou levantando. O Sr. Eduardo Medeiros, amigo do Sílvio Pereira, indicado por ele – o Sílvio Pereira, para aqueles que não sabem, é o secretário do Partido dos Trabalhadores –, percebendo que perderia o seu cargo, que seria exonerado, armou, com o apoio extra-oficial da Abin, aquela arapongagem e só levou para a publicação o que lhe interessava, porque detonava o PTB e, automaticamente, impedia que a mudança da diretoria fosse feita. Protegia, assim, o seu espaço, protegia o espaço do indicado, do Sr. Sílvio Pereira, que é o secretário do Partido dos Trabalhadores. Quero que o Deputado Roberto Jefferson faça algum comentário, se essa ilação, que não passa por enquanto de ilação, pode ou não ter fundamento. Deputado, queria apenas concluir todas as perguntas, porque senão o meu tempo, infelizmente, vai ser esgotado. A segunda colocação que faço é de que o Deputado Roberto Jefferson trouxe ao conhecimento da Nação brasileira a presença de uma

figura que muito mais que um publicitário, um dono de agência de publicidade, era um operador de um dos maiores esquemas de corrupção que já foi montado neste país. Refiro-me ao Sr. Marcos Valério. Poucos de nós... Eu, por exemplo, não conhecia o Sr. Marcos Valério, nunca sequer tinha ouvido falar do Sr. Marcos Valério. Diante das revelações, apareceu o Marcos Valério, que me parece ser um dos braços desse amplo esquema de corrupção que foi montado no Governo Federal. Então, uma indagação eu faria ao Deputado Roberto Jefferson. Existe ou existem outros braços? Se existe ou existem, quais seriam os seus principais cabeças? Quais seriam os principais operadores? Será que essa relação que estamos vendo clara, que foi estabelecida entre Delúbio, Sílvio, José Dirceu e alguns outros, será que essa relação pode ter acontecido em outros órgãos, em outras estatais, envolvendo autoridades políticas ou membros do Partido que governa este País? Então, eu faço essa pergunta. Mesmo, Deputado, que tenha sido por uma suposição de V. Ex^a ou por ouvir falar ou por comentários, eu queria que V. Ex^a, se possível, pudesse nos comunicar se tem ou não conhecimento desses fatos. E ainda com relação ao Sr. Marcos Valério – veja como são as coisas –, ele não é um simples publicitário. Ele reconheceu, no depoimento prestado à Polícia Federal – pelas informações que eu tive –, que tratava com o Sr. Delúbio, que tratava com o Sr. Sílvio, de assuntos administrativos do PT. Ora, o que é que um publicitário tem de tratar sobre assuntos administrativos do Partido dos Trabalhadores? Eu não consigo entender. Com toda a honestidade, eu não consigo. Ele sequer é o publicitário do PT. Ele sequer tem a agência do Partido dos Trabalhadores. Mas tinha o hábito de ligar, de duas a três vezes por semana, para o Sr. Delúbio, segundo declarações do próprio Sr. Marcos Valério – não são minhas; tinha o hábito de se encontrar com ambos para tratar de assuntos administrativos do PT. Então, está configurado que o Sr. Marcos Valério era um verdadeiro operador, que já cai em contradição, porque ele disse que a destinação dos 20 milhões seria para comprar bois. Só que agora já refez a sua informação anterior e, neste momento, ele afirma que o dinheiro era para pagar fornecedores. Eu nunca vi você tirar dinheiro do caixa para pagar fornecedor. Emite-se fatura e contrafatura. Então, o dinheiro era para pagar fornecedores; o dinheiro era para dividir o **pro labore** e os dividendos entre os sócios e para comprar ativos financeiros. Mas, muito bem. Isso vai ser objeto do interrogatório do Sr. Marcos Valério.

Mas veja, Deputado Roberto Jefferson, que a máscara caiu. O operador do PT se auto-revelou. Agora, ele está se auto-incriminando, porque não tem jeito.

Os fatos falam muito mais alto do que as versões que se pretende dar a determinados assuntos.

Mas eu queria ainda, Sr. Presidente, no tempo que me falta, perguntar ao Deputado Roberto Jefferson um assunto importante. O Deputado Roberto Jefferson disse que esteve duas vezes com o Presidente Lula. Isso procede, Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Não, digo: pelo menos no ano de 2005. Tenho duas informações e eu queria que o senhor as confirmasse ou não. O senhor esteve com o Presidente Lula, no dia 05 de janeiro de 2005, uma quarta-feira?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No Palácio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – E o senhor esteve com o Presidente Lula, no dia 23 de março?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu estive com ele no dia 27 de janeiro também. No dia 23 ou 27 de janeiro. Eu posso olhar a minha agenda. Eu estive com ele duas vezes em janeiro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Eu perguntaria a V. Ex^a...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Em março, umas duas ou três vezes; e em abril também.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Eu perguntaria a V. Ex^a: V. Ex^a informou o Presidente do esquema do mensalão?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No meu segundo encontro com ele, no dia 23 de janeiro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – No dia 23 de janeiro?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Isso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Aí, eu pergunto...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ou 27 de janeiro. Eu não quero errar nisso, porque depois ficam assim “Ah, ele disse que foi dia 23; e foi dia 27”. Eu lhe dou pelo meu gabinete, Excelência, por favor, toda a minha agenda, corretinha. Eu não trouxe a agenda das ligações, porque eu sabia que ia ser requerida. Entreguei ao Relator; mas se V. Ex^a me pedir, trago a minha agenda certinha.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Eu não exigiria tanto da memória de V. Ex^a, até porque talvez eu também não me lembrasse do que fiz no dia 23 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto,...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – ...V. Ex^a dispõe de 52 segundos para concluir.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a foi benevolente com todos. Espero que seja comigo também. Estou concluindo.

Então, o Deputado Roberto Jefferson, em janeiro, informou ao Presidente Lula do mensalão. Voltou a estar com o Presidente Lula, não voltou, Deputado Roberto Jefferson? Em março, quando V. Ex^a esteve com o Presidente Lula e que estava presente o Deputado e Ministro Aldo Rebelo, V. Ex^a voltou a tratar do assunto com o Presidente, não voltou?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Voltei.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Então, está configurado que o Presidente foi informado em janeiro do esquema do mensalão; não tomou providências. O Deputado Roberto Jefferson foi obrigado a, mais uma vez...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não, não...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – ...falar com o Presidente sobre o problema e aí é que o Presidente mandou parar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – O que eu indago a V. Ex^a – nem eu quero aqui construir uma realidade que não tenha existido: V. Ex^a esteve duas vezes, pelo menos, com o Presidente tratando desse assunto?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Pelo menos duas vezes...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Tratou do assunto do mensalão. Houve uma primeira informação, suponho eu que V. Ex^a não viu nada avançar, e aí houve uma segunda informação ao Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deixa eu lhe falar. V. Ex^a me faz várias perguntas...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Se V. Ex^a me permitir, vou concluir, Sr. Presidente, para ouvir todas as respostas do Deputado Roberto Jefferson.

A última pergunta que faço – e quero também deixar V. Ex^a muito a cavaleiro, não quero constranger V. Ex^a de forma alguma.

Houve alguns acordos eleitorais nas eleições de 2004, nas campanhas municipais, onde o PT e todos os partidos disputavam as eleições com candidatos a prefeito pelo País? Se V. Ex^a se achar no dever ou se tiver condições – quero deixar V. Ex^a absolutamente confortável –, mas se V. Ex^a puder nos dar detalhes sobre os acordos feitos para as eleições de Belo Horizonte e Salvador, em que dois candidatos do PT disputaram as Prefeituras Municipais, eu agradeço e também encerro, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Começo fazendo um preâmbulo por essa última pergunta de V. Ex^a. Não passou nenhuma tratativa de dinheiro nessas campanhas. Salvador era uma troca de cargo, um companheiro do PTB seria nomeado, preencheria uma vaga que existia numa outra diretoria do IRB, no Rio de Janeiro. Esse foi o acordo feito e não passou por dinheiro. Foi feito primeiro no prédio da Varig, na W-3 Norte, na sede do PT nacional, depois homologamos isso com o Ministro José Dirceu.

Um companheiro nosso da Bahia não sairia candidato, eu conseguiria retirar a candidatura dele, nós negociaríamos isso, para apoiar o candidato do PT e, em contrapartida, ele ocuparia um cargo na administração do IRB, no Rio de Janeiro.

Quanto ao Presidente Lula – acho que é a pergunta mais importante: quando o Presidente Lula me perguntou, em janeiro, o que era o mensalão falou: “Roberto, esclarece para mim o que é isso”. Quando eu esclareci ele tomou um baque.

Quando voltei a estar com ele em março – e aí estava o Ministro Aldo Rebelo, o Líder Chinaglia, o meu companheiro de Partido, o Deputado José Múcio – o Presidente falou: “Roberto, o que você está achando? Por que está esse envenenamento nas relações?” Eu falei: O mensalão matou.

As relações ficaram as piores do mundo, elas ficaram fisiológicas a ponto de troca-troca de dinheiro. Acabou. O mensalão está minando gravemente a nossa relação política com os partidos da base. É isso que vejo na má vontade da Câmara dos Deputados.

Mas eu já percebia, Deputado, que o Presidente ao saber, em janeiro, puxou o freio. Alguém do partido... porque temos que separar partido e governo. Ele, apesar de ser do PT, não é o Presidente do PT. Eu percebi que a coisa minou, porque as pressões cessaram sobre os meus Deputados.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Mas V. Ex^a entende – só para completar

a pergunta – que foi necessário, mais uma vez, falar com o Presidente para que derradeiramente...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, aí a conversa foi política, porque ele me perguntou por que estavam minadas as relações, a que eu atribuía a derrota do Greenhalgh, e sobre a iminente vitória que poderia vir do Tribunal de Contas de outro candidato que não era do PT. Era uma conversa política de espectro mais amplo, já não era uma coisa fundada no mensalão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente... *(Inaudível)* ...que eu gostaria que o Deputado respondesse pois tem tudo a ver com a CPI dos Correios. A primeira é com relação à disputa da Diretoria de Tecnologia e um possível envolvimento do Sr. Eduardo Medeiros nesse processo todo de “arapongagem” com a Abin, e a outra é do Sr. Marcos Valério.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não quero dizer que ele é responsável, mas quero chamar a atenção de V. Ex^a para a revista **Veja**. Quando ela saiu com esta informação do Marinho, esta reportagem que a Abin fez: “Roberto Jefferson indicou Antonio Osório”, está perfeito, irrefutável, fui eu mesmo e ele honra o PTB. “Michel Temer indicou João Henrique Almeida de Souza”. Perfeito! “Senador Hélio Costa indicou Carlos Eduardo Costa como diretor comercial”; “Ney Suassuna indicou Robson Viana da Silva, diretor de recursos humanos”; “José Borba indicou Ricardo Kadá, diretor econômico e financeiro”; PT... Bota PT, mas aqui é Sílvio Pereira. “PT indicou Maurício Coelho Madureira, diretor de operações”. Aí vem aqui, Fernando Bezerra indica Ezequiel Ferreira. Aqui a mentira da revista, aqui é que vi que houve um acordo da revista com o governo. Porque a revista, para dizer a verdade, teria que ter dito: Sílvio Pereira, diretor Dr. Eduardo. Colocou aqui um cara que nunca foi diretor, que é o Ezequiel. A revista participou disso. E há depoimentos na Polícia Federal que mostram que o repórter que fez essa... Li vários depoimentos da Polícia Federal, não sei se do Jairo, do Joel, de ele junto, no carro, na hora da entrega da fita, de apanhar a fita. Está aí nos depoimentos da Polícia Federal, que V. Ex^{as} podem requisitar. Suspeito claramente disso. Não sei se esse é o motivo, mas que a negociação passou pelo Sílvio Pereira, passou, não sei se foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT-MS) – Obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Boa noite, Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Boa noite, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Vou ser muito breve, Deputado Roberto Jefferson, por dois motivos: Em primeiro lugar, evito questionamentos que geram muito calor e pouca luz. Segundo, não sou seu juiz, a avaliação ética da sua conduta está sendo feita no órgão competente, que é o Conselho da Câmara. E, em última instância, o seu julgamento será feito pelo tribunal da História. V. Ex^a quando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT-MS) – Pediria, por favor, silêncio, o Senador Jefferson Péres está com a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – V. Ex^a, quando fez as suas denúncias, dizendo que naquele momento tinha prova, sabia que ia para o julgamento da História. Ou as provas não apareceriam, e V. Ex^a ficaria como um grande mitômano, ou apareceria, e V. Ex^a passaria a ser um benfeitor do País, por ter trazido à tona todo esse lodo que realmente corre no fundo da política nacional, infelizmente.

Mas, Deputado Roberto Jefferson, eu nem ia lhe fazer essa pergunta, mas a farei a partir de uma resposta que V. Ex^a deu ao Deputado Onyx, e é *en passant* mesmo.

V. Ex^a respondeu ao Deputado Onyx que não tinha nada a dizer com relação a fundos de pensão. Mas creio – salvo engano meu, traição de memória – que, no programa Roda Viva, V. Ex^a fez uma referência e pediu que se investigassem os fundos de pensão. V. Ex^a se lembra dessa passagem da sua entrevista no Roda Viva?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Recordo-me, sim, Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Mas V. Ex^a não tem realmente conhecimento de fatos? É apenas uma intuição?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei quem opera. É uma intuição, mas não tenho nenhuma informação de operador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Muito bem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele me perguntou o operador. Lá no Roda Viva – eu já revi a fita três vezes –, a pergunta foi a seguinte: se eu poderia dizer quais eram as áreas mais cobiçadas para a nomeação de cargos. Aí eu disse “inclusive fundos de pensão”.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a, na verdade, é o criador desta CPI. Esta CPI não se justificaria apenas por aquela fita de um funcionário de terceiro escalão dos Correios recebendo propina. Foi V. Ex^a quem revelou um suposto esquema gigantesco de corrupção, que passaria pelas empresas estatais, que se irradiaria

para o Congresso, com a compra de parlamentares, e que seria comandado do coração do poder pelo Sr. Delúbio Soares, que freqüentava o Palácio, com o pleno conhecimento do então Ministro José Dirceu. V. Ex^a tem certeza de que o então Ministro José Dirceu tinha conhecimento desse esquema todo ou é apenas um palpite de V. Ex^a?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não. Tudo o que tratei, tratei com José Dirceu: tudo o que conversei, até de negócios, de política, de campanha eleitoral, R\$20 milhões, Senador. Tive uma reunião no PT, eu, José Múcio, Emerson Palmieri, Delúbio, José Genoíno e Marcelo Sereno. Fechamos uma planilha de custos para financiamento das campanhas do PTB nacional – a eleição de vereador e prefeito, como é nacional, é mais cara que eleição de Deputado Federal –, de todo o Brasil. Vinte milhões de reais, volto a lhe dizer isso, que seriam pagos em quatro vezes de R\$4 milhões. A primeira parcela chegou no princípio de julho, final de junho, princípio de julho. Foi aí que não mencionei do Banco Rural. E chamo a atenção de V. Ex^a para o seguinte: eu não contei, mandei botar no cofre e no armário – porque o dinheiro não cabia só no cofre, que é pequeno. Mas 70% das moedas não eram só do Banco Real, eram do Banco do Brasil. O esquema se amplia. Há saques no Banco do Brasil. Vejo que o Coaf mandou a lista de saques no Banco Rural, mas eles correspondem, vamos dizer, de R\$4 milhões a R\$1,5 milhão, R\$1,2 milhão, se tanto; o resto é Banco do Brasil. Eu vi pela fita que envolvia o dinheiro, aquelas notas de cinquenta e cem mil reais. Tudo isso era tratado com o José Dirceu. Essa operação inteira de Furnas foi tratada com José Dirceu; até os números, quero dizer isso a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Quem levou o dinheiro ao PTB foi o Sr. Marcos Valério?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mar-cos Valério.

O SR. ROBERTO JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O pró-prio Marcos Valério?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mar-cos Valério. Estive com ele duas vezes com certeza e uma vez no princípio deste ano, quando começou a crise grave do PTB, em setembro, pela falta do recurso assumido. Ele foi mandado pelo Delúbio ao PTB. Eu o recebi à tarde. Posso olhar a data para lhe dar com certeza. Vocês vão ver aqui – ele fala escrevendo num papel – que ele pega uma folha de papel em branco e começa a escrever.

Ele queria que eu propusesse no IRB a transferência dos depósitos do IRB de 600 milhões num banco na Europa, não sei qual, acho que na Suíça, para o Banco do Espírito Santo, em Portugal. E vinha

fazendo números no papel. Estava ao meu lado o Emerson. Eu falei: “Ó Emerson, esse cara é maluco. Ele fala de dinheiro como se fosse um negócio assim banal, uma coisa assim... Ele fala como se a coisa caísse do céu”.

Aí, depois, liguei para o Genoíno e falei: “Zé, o cara é doido. Não é possível que isso...” Porque levar a mala é uma coisa, mas ir falar em negócio, propor um negócio pela direção do PT, pelo Delúbio e pelo Genoíno... Então, falei: “Ó Zé, esse cara é doido”. E ele falou: “Não, não, não, pode confiar”.

Então, eu entendo que ele era o PC Farias do sistema – ele operador. Ele não fazia só as contas de publicidade.

Foi V. Ex^a que me fez essa pergunta?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Fui eu.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele não fazia só, a meu ver, operação na publicidade, não. Ele avançava em outras áreas.

Penso que respondi a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sim, mas V. Ex^a também disse – creio que numa das suas entrevistas – que contou, não sei em que data, ao então Ministro... Falou ao então Ministro José Dirceu sobre o “mensalão”...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Vá-rias vezes.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Várias vezes?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Vá-rias vezes. Várias vezes. Várias vezes. Falei com o Zé Dirceu seis ou oito vezes sobre o “mensalão”.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Pre-sidente,...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu sentava com ele e dizia assim: “Zé, está levando à desgraça a nossa relação na Câmara. A crise está no ‘mensalão’. A pressão que eu recebo diariamente no meu Partido é por causa do ‘mensalão’, que os que recebem ficam dizendo aos meus que recebem, e alguns dos meus querem o ‘mensalão’. E o meu problema é mantê-los no PTB”.

Falei isso com ele várias vezes. Não foi só com ele, não. Disse isso a outros Ministros, mas com ele, várias vezes.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Depu-tado, eu estou satisfeito com suas respostas. Agora eu quero me dirigir ao Presidente da Comissão e ao Relator.

Sr. Presidente, esta Comissão foi criada para investigar um fato determinado, suposta corrupção dos Correios. Mas, a partir da entrevista do Deputado

Roberto Jefferson, uma entrevista sem provas, como ele mesmo disse, os fatos foram aparecendo e se concatenando.

O Sr. Marcos Valério tem um contrato com os Correios, milionário. Não importa se houve fraude ou não – isso é um fato a investigar. Prova que ele tinha... Recebia dinheiro do Correio com um contrato muito alto. Ele se confessa amigo, amigo mesmo do Sr. Delúbio Soares. Confessa que foi quatro ou cinco vezes à Casa Civil e conversou com uma Sr^a Sandra sobre banalidades, o que é inverossímil. Está provado que o Sr. Marcos Valério retirava dinheiro vivo, comprovando o que lhe havia dito o Deputado Roberto Jefferson. Mesmo que sejam R\$21 milhões, nenhum empresário sério deste País movimenta tal quantia em dinheiro vivo. Nenhum! Isso é uma evidência do que disse o Deputado Roberto Jefferson.

Então, não vou falar nem no depoimento da secretária, que deixa muito a desejar, mas o Sr. Delúbio Soares tinha um contrato com o Correio, retirava dinheiro vivo, milhões, tinha... Era amigo do Sr. Delúbio Soares, apontado pelo Deputado como o grande operador do esquema, e teve contatos com o Deputado, com o então Ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, esses fatos todos são de suma gravidade. É preciso que uma pessoa seja insensível, irresponsável para não concluir que, se verdadeiros, são de extrema gravidade.

V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, aceitaria uma acareação?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A hora que o senhor..

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Com Delúbio e Dirceu?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A hora que V. Ex^a marcar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, meu caro amigo Senador Delcídio Amaral, esta Comissão vai ouvir depoimentos de pessoas que já depuseram na Polícia Federal e no Ministério Público. Entretanto, o que é importante e relevante para a sociedade brasileira toda é saber se é verdade – e até que ponto – que o Ministro José Dirceu, no coração do poder, comandava ou supervisionava esse esquema. Se não fizermos isso o quanto antes, Sr. Presidente e Sr. Relator, esta comissão vai caminhar celeremente para a irrelevância.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Obrigado, Senador Jefferson Péres. Se entender como oportuno, V. Ex^a poderia encaminhar esse pedido numa reunião interna, numa reunião administrativa da comissão, e analisaríamos essa solicitação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Farei isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Meu caro Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estou vendo que o depoente está sendo assistido.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não. Estou prestando atenção. Sem problema.

O SR. (Orador não identificado) – Está sendo assistido. Talvez fosse melhor...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sem problema. É só que inchou um pouquinho.

O SR. (Orador não identificado) – Isso. Poderíamos aguardar o tratamento, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não, vamos tocar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – O Deputado Roberto Jefferson já tinha me dito que seria, ao longo desta reunião...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É que eu ainda não tirei os pontos. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – É que ele não tirou os pontos do ferimento; então, dá um pouquinho de secreção.

Meu caro Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia restabelecer meu tempo, porque ele já é pouco e...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – Eu pediria aos técnicos do Senado Federal que tomassem essa providência, inclusive com uma diferença de vinte segundos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o ágio concedido ao meu tempo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Deputado Roberto Jefferson, acho que V. Ex^a entende muito bem a sua presença hoje no cenário político brasileiro – é inegável -, a partir das suas declarações.

Tenho uma convicção, Deputado Roberto Jefferson, de que tentaram atingir o seu Partido, PTB, e a sua figura. Para mim, por meio de depoimentos aqui, ficou bastante claro que houve uma armação e que lhe fizeram de alvo. Acontece que o tiro, na verdade, foi dado no alvo que estava fixado num paiol de pólvora, que foi a consequência desse tiro feito contra o seu Partido e a sua figura. V. Ex^a tem, repetidas vezes, declarado que sentiu que havia essa armação. A partir

daí, tomou uma posição, que sua consciência lhe ditou, de escancarar para a Nação tudo o que V. Ex^a sabia.

Acho que é isto que queremos aqui, efetivamente, no dia de hoje: a sua total e completa sinceridade para expor aquilo que V. Ex^a sabe. No depoimento, por exemplo, na Câmara dos Deputados, V. Ex^a não falou em Furnas, mas hoje lemos, na **Folha de S. Paulo**, que V. Ex^a trouxe elementos novos a toda essa situação triste para o País – eu diria esse mar de lama – com a questão de Furnas, que já teve, aliás, conseqüências.

Então, o que eu perguntaria, bem objetivamente: na entrevista da **Folha de S. Paulo**, V. Ex^a afirma que o dinheiro para pagar o “mensalão” vem de operações de empresas do Governo com empresas privadas; o senhor acredita, tem certeza de que a Empresa de Correios e Telégrafos é uma dessas empresas?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não posso lhe afirmar isso, mas o Marcos Valério opera com os Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então, é uma ilação ou uma suspeição que V. Ex^a faz?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, porque a pergunta é se o dinheiro sairia de empresa pública. Não, não sai da empresa pública; sai da empresa privada na relação com a empresa pública, mas não sai da empresa pública. Essa é a minha resposta, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim, mas existiria, por exemplo, um superfaturamento para as empresas do Sr. Marcos Valério, que seria feito a partir dos contratos com as empresas públicas estatais?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não posso dizer isso a V. Ex^a. Não sei dizer isso a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito bem.

V. Ex^a sabe de outros esquemas que poderiam estar por trás disso, acontecendo em outras estatais, com outra contratação de empresas privadas que tivessem relação com estatais que estariam repassando recursos?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Senador, penso que V. Ex^a vai... a CPI vai precisar investigar o Sílvio Pereira, porque na área de petróleo quem manda é ele. Toda decisão que tem que ser tomada – nomeação da Transpetro, da Petrobras, da Petroquisa – passa por ele. Toda operação nessa área é ele que faz. Então, ele tem que vir aqui explicar como é que funciona isso, qual é o controle que ele tem, o que ele detém de poder. Não posso lhe dizer.

Posso relatar a V. Ex^a... O que relatei foi desse acordo político feito na sede do PT. O Deputado Genóino me disse, e o Delúbio também, que eu seria procurado por esse rapaz, o Marcos Valério, esse senhor. E

ele não me procurou. Levou lá a primeira parte, que foi tratada. Desse eu sei falar porque eu conheci. Depois, ele voltou ao PTB – vou lhe dar certinho, na agenda. Ele voltou este ano para tratar desse assunto, IRB, a transferência de depósitos. Mas as outras áreas eu não posso lhe informar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas V. Ex^a, hoje, citou suspeições sobre outras estatais. Falou em Eletronorte, em Furnas, em Dnit...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, isso foi... Não, o Dnit... tem um ex-funcionário...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Quais são os elementos que V. Ex^a possui com relação ao Dnit?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu gostaria de indicar um nome. Mandarei para cá um dossiê de um ex-funcionário do Dnit que foi diretor da área, sabe como é que se opera toda a estrutura e quer vir depor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V. Ex^a pode declinar o nome?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – José Pimentel.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu gostaria de que o Relator anotasse para que pudéssemos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Está registrado, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ainda tenho cinco minutos, Sr. Presidente.

V. Ex^a, em seu depoimento na Câmara, também falou de ter recebido os R\$4 milhões, que o PT lhe deu, mas que, conversando com o ex-Ministro José Dirceu, hoje Deputado, ele disse: “A Polícia Federal é meio tucana e meteu em cana 62 doleiros.”

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Confere, é verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – “A turma que ajuda não está podendo internar o dinheiro no Brasil.”

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Confere, é verdade, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então, eu pergunto: além do esquema de operações com empresas do Governo e com empresas privadas, há também um esquema de internalização, de doações que venham de outros países, de paraísos fiscais? Porque V. Ex^a falou: “podendo internar o dinheiro no Brasil.” Quer dizer, há uma conexão externa para a vinda desses recursos?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não posso lhe dizer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas V. Ex^a afirmou, Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não. Isso foi a minha conversa com ele ainda Ministro. Quando chegou o ápice da crise, em setembro do ano passado, em que o Deputado Luiz Piauhyllino fez aquela denúncia à **Veja**, em que eu cheguei a uma situação de crise absoluta na Presidência do Partido, tive uma reunião da executiva em que quase caí. Todo mundo reclamava o cumprimento do acordo que não foi feito. As palavras eram as mais ásperas possíveis, Senador. Só encontrei defesa no Deputado Eduardo Seabra. Foi o único que me defendeu.

Aí, fui ao Ministro José Dirceu. Falei: Zé, está esgarçando ao ponto de eu não conseguir mais controlar o meu Partido. O que foi tratado não foi cumprido. Ele falou: “Roberto, não está dando. Os doleiros foram presos. Não há como internar dinheiro. A turma que ajuda não está podendo ajudar.” Isso é que ele me disse e eu repito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso leva à conclusão de que poderia estar vindo dinheiro, lavagem de dinheiro externo, entrando no País para isso. Inclusive, V. Ex^a terminou dizendo que o ex-Ministro José Dirceu informou que “a turma que ajuda” não podia mais internar o dinheiro no Brasil.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Foi a frase dele para mim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito bem. Agradeço-lhe.

Mais uma pergunta. V. Ex^a falou também muito em encontros que se dariam a partir de uma sala que haveria no Palácio do Planalto. Declarou, inclusive, quando se referiu à questão dessas reuniões: “Genóino, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, José Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias conversei com Genoíno e com Delúbio no gabinete do Ministro José Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Sílvia Pereira.”

Pergunto-lhe: de quantas conversas o senhor se lembra de ter participado naquela sala do Palácio do Planalto com aquelas pessoas? Sabe mais ou menos o período, Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Umas dez, umas doze. No primeiro ano de Governo, em 2003, na montagem de toda essa estrutura que falei a V. Ex^a, umas doze conversas. É um salinha no fundo, no quarto andar, onde ficava, no início, o Sílvia Pereira; depois, foi ocupada por Marcelo Sereno. Em várias reuniões, fizemos ali a composição, quem faria o diretor de quê. O PP indicaria um; o PL, outro; o PT, outro; o PTB, outro; a turma de baixo do PT. Sempre

com o Sílvia Pereira ali. O Genoíno participava dessas reuniões, batia o martelo ali e depois íamos para a sala do José Dirceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V. Ex^a não estranhava que pessoas dirigentes de um Partido político despachassem dentro do Palácio do Planalto sobre essas questões?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É um critério subjetivo meu. É um critério subjetivo meu, mas eu estranhava, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Por fim, o que tenho notado nas suas declarações é que V. Ex^a teve o cuidado de falar com várias autoridades do Governo sobre o suposto do “mensalão”. Falou com o José Dirceu.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Várias vezes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Que não se importou e não tomou providências. Falou com o Ministro do PTB, Walfrido Mares Guia. Falou com o Presidente do PT, José Genoíno.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Um, hum!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Falou com o Ministro Ciro Gomes.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Um, hum!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Falou com o Ministro Palocci.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Falei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Dentro da sua declaração.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Falei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E falou também com o ex-Ministro Miro Teixeira.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Falei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito bem. Nenhum tomou nenhuma providência efetiva?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Aí, V. Ex^a resolveu por bem falar com o Presidente da República e disse a ele sobre o mensalão. Tenho aqui a sua transcrição: “Eu tenho contra mim essa tentativa do mensalão que o negocio está enfraquecendo o senhor na Casa”. Ele falou: ‘Mas que é mensalão, Roberto?’ Quando eu contei: ‘Eu sou um homem vivido. Tenho mais de 200 júris feitos na minha vida. Tenho uma trajetória. Tenho 23 anos de mandato’, a reação do Presidente foi de

facada nas costas: ‘O que é isso?’ Eu contei, as lágrimas desceram dos olhos dele”.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É verdade o que eu estou falando ao senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É verdade. Muito bem. Mas eu sinto que V. Ex^a conduz sempre para isentar o Presidente Lula de qualquer responsabilidade. Mas, a partir daí, ele não tomou nenhuma medida efetiva para coibir, para denunciar à nação, para acusar aqueles que estivessem fazendo uma prática tão delituosa para as instituições?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Acusar à nação, não. Mas instaurar inquérito na Polícia Federal eu tenho informação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim, mas nós não sabemos publicamente de nenhuma medida, tanto que a imprensa sempre faz uma análise: ou o Presidente é inepto, porque deixa ocorrer um fato tão grave no seu Governo sem providências, ou comete crime de prevaricação, de irresponsabilidade. Então, não há como isentá-lo, uma vez que foi V. Ex^a que trouxe à cena a participação do Presidente da República e ele reconheceu. Ele reconheceu que V. Ex^a nunca desmentiu a sua assertiva.

É eu encerraria, Sr. Presidente, dizendo isso é muito grave, porque envolve o primeiro mandatário da República. O Presidente disse que o Deputado Roberto Jefferson era seu parceiro e que daria a ele um cheque em branco. Eu só dou à minha mulher. Se eu não der, ela briga comigo. Mais do que isso, não dou a ninguém. Mas o Presidente disse que daria ao Deputado Roberto Jefferson. Então, não venham agora o Presidente ou os seus correligionários do Partido dos Trabalhadores tentar desqualificar as declarações do Deputado Roberto Jefferson, que, neste momento, está tendo credibilidade, porque os fatos estão-se ligando. As correntes estão-se encadeando, mostrando à nação, infelizmente, como é que ela foi assaltada neste atual Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard, por dez minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Poderia colocar o meu *counter* ali, Presidente?

O SR. (Orador não identificado) – O que ela pediu? Senhora?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Não, não. Não comecei.

Deputado Roberto Jefferson...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Pois não, Juíza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Cumprimentando-o, devo dizer-lhe, iniciando as mi-

nhas perguntas, que só quem conhece e tem coragem é que fala o que V. Ex^a acabou de falar agora.

Vou fazer algumas perguntas ao senhor. Não vou fulanizar. Ouvindo aqui esse esquema, eu anotei o seguinte: como é que era decidido que um Partido ficava com este cargo e o outro Partido ficava com o outro? Por exemplo, quem ficava com a diretoria ou aquele ficava com a Presidência ou ficava com aquele cargo que fura poço e sai petróleo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Entfim, qual a lógica que havia nisso? Eu queria saber o seguinte: Quem decide? É por número de votos? É pelo valor do cargo? Como é que era isso, a lógica disso? Porque o desenho já está feito, V. Ex^a fez com uma precisão perfeita, mas a lógica é que eu queria que V. Ex^a me explicasse.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quem construía embaixo, Juíza Frossard, a organização e a distribuição das diretorias, era o Silvio Pereira, e o martelo era batido depois, na Casa Civil, pelo Ministro José Dirceu e, mais tarde, com o Ministro da Pasta. Quem construía, por exemplo, o IRB? O PTB fez a Presidência, o PP fez a diretoria comercial, a diretoria administrativa foi feita pelo ex-Ministro Delfim Netto, o Vice-Presidente era homem do Ministro Palocci; o diretor financeiro, homem do Ministro Palocci. Toda essa costura embaixo, assim, quem fazia era o Silvio Pereira. Depois ele levava à Casa Civil, o Ministro José Dirceu fechava e comunicava ao Ministro da área para poder executar aquelas nomeações.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Mas a minha pergunta da lógica, Deputado, é: por que se quer um cargo que fura o poço e sai petróleo? Como é isso? Que lógica é essa? Me perdoe, eu sou...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mas esse não entrou no PTB, esse não passou pelo meu Partido.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Não, não. Eu iniciei dizendo que o senhor conhece, que o senhor tem coragem. E mais: eu acho que o senhor pode prestar um serviço à Nação de abrir esse esquema para, depois que se verificar tudo isso, mudá-lo, porque, senão, vamos viver de crise em crise – o senhor mesmo diz isso. É apenas esperar a próxima crise. É isso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O que eu entendo da pergunta de V. Ex^a? V. Ex^a quer me perguntar se esses cargos ajudam ao financiamento dos Partidos. É isso?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Isso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ajudam. E vou explicar a V. Ex^a como, a regra que eu te-

nho no PTB. Primeiro, a empresa pública. Disse isso sempre aos meus companheiros diretores. Segundo, o interesse da empresa privada que se relaciona; se é possível, na relação, a empresa privada ajudar por dentro, no caixa, o Partido, fazendo doações. É assim que funciona há anos, sempre foi assim. Essa é a discussão que eu gostaria de abrir aqui, e V. Ex^a, com muita sapiência, o faz. É assim que funciona. Toda essa disputa, Juíza Frossard, passa por aí.

Por que os Partidos buscam nomear os cargos de Governo? Para ter um homem numa área importante de decisão, que estabeleça uma relação com as empresas privadas que gravitam em torno dessa área para, na seleção de algumas – isso respeitando parâmetros éticos –, pedir àquele empresário que possa contribuir com o caixa do Partido que representa aquela pessoa. É assim que funciona, Juíza Frossard.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É muito difícil.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Agora, o senhor acha...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É muito difícil, Deputado. Na prática...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Concorde com V. Ex^a, Senador. Já ouvi discurso de V. Ex^a denunciando isso várias vezes.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Eu também.

Deputado Roberto Jefferson, o senhor acha que, diante disso que o senhor acaba de me dizer, seria conveniente aqui para nós, que estamos nesta CPI, ouvirmos os Presidentes dos Partidos? O senhor acha? Isso aqui é uma orientação que eu lhe peço.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu acho que sim. A senhora pode perguntar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Seria conveniente?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Se a senhora quiser, eu venho discutir com eles os critérios, como foram.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Pois não. E, finalmente, Sr. Deputado Roberto Jefferson, devo lhe dizer que tudo o que estou vendo e ouvindo aqui é muito novo para mim. Eu venho de uma área onde as coisas... E o senhor a conhece muito bem, embora nós nunca estivéssemos estado juntos, o senhor na tribuna e eu presidindo um júri – fui Presidente do Quarto Tribunal do Júri – mas...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A senhora foi depois da minha época, um pouquinho depois...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Exatamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – ... das minhas atuações.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Essa área é uma área muito definida, mas é uma área em que todas as pessoas têm que falar, como V. Ex^a faz, a verdade, seja ela qual for, e é uma área em que se tem que ter coragem. Eu confesso para o senhor que, depois de tudo isso que ouvi aqui, estou estarecida. Quero fazer-lhe uma pergunta de quem não tem essa vivência, de quem chega a essa cadeira nova. Eu lhe disse isso a primeira vez que nos encontramos aqui. Eu lhe disse: “Eu não tenho... eu não sou do ramo; eu não sou do ramo”. Pois bem. V. Ex^a tem mais de vinte anos de mandato. Sempre foi assim em todos os Governos?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sempre foi assim, Juíza Frossard; sempre foi assim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Obrigada.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sempre foi assim, Juíza Frossard.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana pelo prazo de 10 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Cumprimento o Deputado Roberto Jefferson, todos os colegas Deputados e as Deputadas.

Existe um problema,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – ... na minha opinião, Deputado Roberto Jefferson, do qual não podemos fugir. Podemos falar de muitos assuntos: do sistema político brasileiro, dos vinte anos de mandato de V. Ex^a, dos problemas gravíssimos de como se financiam campanhas no nosso País – por isso, sou um defensor absolutamente convicto do financiamento público exclusivo e republicano de campanhas. No entanto, não podemos deixar de analisar que chegamos a esta CPMI porque há uma acusação. Nos Correios, há um foco de corrupção. Levantam-se teses sobre quem teria gravado a fita e com que objetivo, mas não podemos levantar teses sobre o que está escrito ou dito na fita. Ali podemos ler claramente, como o fiz na transcrição, Deputado Roberto Jefferson, que V. Ex^a, na minha opinião,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – ... tem uma forte proximidade com o Sr. Maurício Marinho. Com toda a franqueza, Deputado Roberto Jefferson, ele diz quatro, cinco, seis vezes: “Nós somos um time. Ele sabe tudo. É o nosso Partido, é o nosso Presidente. Está para cair fulano, vai nomear beltrano”. Ou seja,

acreditar que tudo isso era um conjunto de bravatas parece-me ser uma das grandes fragilidades da fala de V. Ex^a. Talvez para ter coragem mesmo, V. Ex^a deveria assumir que participou daquele esquema de corrupção nos Correios.

A minha convicção é de que estou na frente de um homem que está falando muitas coisas sobre a história política deste País; em algumas tem razão. Quero investigar todas, mesmo aquelas que acho em que não tem razão. Mas estou na frente de um homem – tenho muita convicção de dizer – que já mentiu muito ao longo de sua vida e está mentindo também em muitos momentos neste processo. Estou na frente de um homem contra o qual pesam indícios fortíssimos de envolvimento com corrupção naquele foco que estamos investigando nos Correios.

V. Ex^a foi explícito ao dizer: “Eu procurei falar com o atual Governo. Falei com A, falei com B, falei com C. Eu estava disposto a fazer um acordo. É possível segurar a mídia?” V. Ex^a queria, mais uma vez, a proteção para acobertar um processo de corrupção. E estou orgulhoso do meu Governo, porque não houve esse acobertamento. V. Ex^a não encontrou a proteção que queria, e a investigação foi adiante, e V. Ex^a, ao estar cada vez mais perto de se encontrar envolvido, evidentemente diz: “Agora, vou trocar de lado. Vou trocar de lado mais uma vez”, porque V. Ex^a trocou de lado muitas vezes na sua vida pública. É verdade que sempre no mesmo Partido, mas já apoiou, com muita convicção, um Governo que foi o mais corrupto da história deste País: o Governo Collor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Só perde para o atual, Excelência.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – O mais corrupto da história deste País.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Só perde para este.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – V. Ex^a tem sua opinião, e eu tenho uma diferente. V. Ex^a foi, como diz, da tropa de choque do Governo mais corrupto deste País. E pergunto: por que nunca disse nada, Deputado Roberto Jefferson? Por que nunca ajudou a cidadania deste País a enfrentar a corrupção? Por que, agora, diante de tão graves acusações, V. Ex^a procurava as reuniões reservadas para negociar proteção? V. Ex^a não procurou o Ministério Público para falar um terço do que diz saber. V. Ex^a não procurou a Polícia Federal nem foi pedir investigação no Governo.

Agora, Deputado Roberto Jefferson, segue outro problema: V. Ex^a virou acusador geral da Nação – mas depois de estar sob forte acusação. E vou investigar tudo. O PFL já reage, o PSDB, dizendo: “Ainda bem”. Também estou feliz. Quero apurar tudo, porém pretendo

evidentemente investigar V. Ex^a e quebrar o seu sigilo bancário para verificar se V. Ex^a não participou de nenhum desses tantos atos ilícitos que está narrando.

Custo a acreditar, Deputado Roberto Jefferson, que, se há um esquema de “mensalão”, como V. Ex^a diz, o seu Partido esteja absolutamente preservado – é o Partido das santidades nesta política tão difícil. V. Ex^a chega a dizer, Deputado Roberto Jefferson, sobre questão das mentiras. Ouvi uma entrevista sua, afirmando, numa rádio do Rio Grande do Sul, que não houve dinheiro do PT para o PTB; depois, que houve dinheiro do PT para o PTB. Fico me perguntando quando V. Ex^a mente e quando diz a verdade. Quando lhe convém? Conforme a circunstância? Para se proteger melhor? Ou há realmente um interesse republicano de combater a corrupção?

Deputado Roberto Jefferson, fico pensando numa passagem da sua fala no Conselho de Ética, tratando da nomeação do Dr. Lídio para a Presidência do IRB: “Disse que sentaria na Presidência do IRB e ajudaria o PTB; que iria juntar um grupo de cinco ou seis *brokers*”. Repare bem, Deputado, disse-se que há diferença quanto a Partidos e que cada um daria R\$60 mil. Essa era uma espécie de mesada para o PTB, usando cargos públicos, ou para V. Ex^a? É o que está por trás do que V. Ex^a mesmo falou durante o depoimento?

Há também outra passagem muito interessante de V. Ex^a quando fez a primeira defesa na tribuna da Câmara; na época, V. Ex^a dizia o seguinte: “Que conversou com o Presidente Genoino e que, de fato, o dinheiro não veio até porque o Presidente Genoino teria dito que não está dando nem para sustentar as nossas campanhas, quem dirá a sua”. Foi o que V. Ex^a disse. V. Ex^a afirmou ali que o Sr. Maurício Marinho era um excelente servidor e deu toda uma explicação – que não vou ler, porque o meu tempo é muito curto –, defendendo o Sr. Maurício Marinho, que hoje alega mal conhecer. Será que, quando aparece essa fita, tudo o que o Sr. Maurício Marinho diz é bravata e tudo o que V. Ex^a fala é verdade? É muito maniqueísmo, Deputado Roberto Jefferson.

V. Ex^a tem uma longa história, como disse. Foram cerca de 20 anos de mandato e de política. E tentou, inclusive, intimidar os Deputados, dizendo que queria ver que Deputado faria, de fato, uma inquirição porque V. Ex^a alega ter todo mundo na mão.

Deputado Roberto Jefferson, também penso como V. Ex^a, ou seja, que o Presidente Lula é um homem digno e honrado. Meu Partido não é perfeito. Estou há 20 anos construindo o PT, mas é um Partido honrado, digno, que conquistou credibilidade nesta sociedade com bastante trabalho, combatendo muito a corrupção

inclusive no tempo em que V. Ex^a não estava muito interessado em combatê-la.

Houve outras questões, Deputado Roberto Jefferson, que V. Ex^a afirma em suas falas: “Tentei tirar o PTB do mensalão”. Mas, afinal, o PTB estava no tal “mensalão” se é que ele existia? Só tiramos alguém de um lugar em que está.

Deputado Jefferson, V. Ex^a tem acusado muitas pessoas num forte ambiente de denunciismo no País; e investigaremos tudo porque a única maneira de combater as denúncias é punir os culpados e dar o atestado de idoneidade para quem não tem culpa. Não é V. Ex^a, evidentemente, que vai julgar cada um dos casos. E aí lhe pergunto: Nesse processo de tantas entrevistas, etc., V. Ex^a esteve no Roda Viva e ali V. Ex^a disse que o ex-banqueiro José Eduardo Andrade Vieira foi um dos financiadores, por dentro e por fora, da primeira campanha de Fernando Henrique Cardoso em 1994. “Tinha caixa dois, sim, senhor, e vocês sabem disso”, disse V. Ex^a aos jornalistas no Programa Roda Viva”. Num primeiro momento, houve repasse do PTB para o PSDB na campanha do Presidente Fernando Henrique. Uma parte foi declarada. A outra parte, segundo Jefferson, não foi declarada ao Tribunal Superior Eleitoral. Mais tarde, segundo ele, o PSDB destinou dinheiro ao PTB sem registro na Justiça Eleitoral.

Eu pergunto se V. Ex^a reafirma essa acusação que fez e, se reafirmar, se V. Ex^a pode nos explicar os detalhes desse processo. Quanto dinheiro foi? Como foi? Quem entregou? E assim por diante.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – V. Ex^a apenas tenta desqualificar meu depoimento, mas penso que, na minha trajetória de vida, fui mais coerente que V. Ex^a.

O meu Partido jamais teve financiamento de bicheiros. O do Rio Grande do Sul foi um escândalo que o PT recusou a fazer a CPI, porque varreu para baixo do tapete o envolvimento do Sr. Olívio Dutra com os bicheiros do Rio Grande do Sul.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Vou pedir ao Presidente para usar da palavra depois de ouvir...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – V. Ex^a vai me escutar agora!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Eu vou, lógico! Só quero usar da palavra depois de V. Ex^a. Só depois. Existe réplica.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não tem Cachoeirinha no PTB, não, Deputado, nem Valdomiro Diniz!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra, o Deputado Roberto Jefferson e, en-

tão, concluímos e vamos passar a palavra ao próximo orador, Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No meu Partido, não tem Cachoeirinha, não, Deputado, nem Valdomiro Diniz, aliás, essa intimidade zoológica é do Partido de V. Ex^a.

Quanto à coerência, eu sou mais coerente que V. Ex^a, porque eu não cuspo nas minhas bandeiras de luta. Apóio o modelo neoliberal esposado pelo Ministro Palocci, que V. Ex^a combatia ao paroxismo quando era o Ministro Malan. É fácil apoiar o PT, porque a política econômica é mais ortodoxa que aquela neoliberal do Governo do Presidente Fernando Henrique. Eu não mudei. Quem mudou foi V. Ex^a e o Partido de V. Ex^a. De campeonato de corrupção, o PC Farias é pinto perto do que eu estou vendo hoje! Pinto! Advoguei para o Presidente Collor.

Eu não o suportava pessoalmente, Deputado Henrique Fontana, de quarto mandato: dois de Vereador, lá no Rio Grande do Sul; e agora, dois de Deputado Federal. V. Ex^a não é nenhum neófito. É um político de carreira. Eu não o suportava pessoalmente. Achava-o arrogante, pedante. E era Líder do Bloco PTB/PFL o Deputado Luís Eduardo Magalhães, meu amigo pessoal. Eu, advogado criminal, professor de Processo Penal. Ele me pediu que fosse para aquela CPI e eu me apaixonei pelo processo, porque tudo que via escandalizado na CPI, que o Partido de V. Ex^a era um dos que mais barulho fazia e ontem tentou impedir – e V. Ex^a ajudou – quebrar as contas do Marcos Valério. A ética de V. Ex^a funciona em mão única! V. Ex^a, ontem, nove horas, tentou impedir as quebras do sigilo das contas de Marcos Valério. E não vai me dar lição aqui de ética e de moralidade! E eu quero dizer a V. Ex^a que, no total como advogado, eu vi movimentados naquelas contas fantasmas do PC Farias R\$64 milhões, a conta dos fantasmazinhos. Só por dentro nas contas do Sr. Marcos Valério no Rural tem R\$45 milhões! Meça o tamanho do que vai acontecer! Eu depois vou ter outro encontro com V. Ex^a para esse campeonato de ética e moralidade que V. Ex^a arrosta. Não estou aqui para levar lição moral de V. Ex^a nem de comportamento político. V. Ex^a não quis me fazer pergunta, quis me desqualificar, mas não aceito a desqualificação de V. Ex^a porque não há um filete de água pura em um cano de esgoto e V. Ex^a não é o único limpo do PT.

Devolvo a V. Ex^a as increpações que me fez, de mentiroso, de desonesto e de corrupto.

O SR. O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer que a CPI que ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul, quando foi analisada pelos Tribunais Superiores e pelo Ministério Público, todas as acusações feitas contra o nosso

Governo estão arquivadas, e o Deputado ... (Tumulto no Plenário. Interrupção no som.) ... o Deputado ACM Neto também pode pedir a última pergunta e quero a resposta sobre a questão do financiamento da campanha de Fernando Henrique Cardoso, que o Deputado Roberto Jefferson não respondeu. Eu quero a resposta. Ele disse que eu não fiz pergunta e não respondeu. A questão que ele falou no **Roda Viva**...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra...

Deputado Roberto Jefferson, somente a pergunta sobre a ...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu Não tenho mais nada a dizer a S. Ex^a. Nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Deputado Asdrubal Mendes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson, Srs. Deputados, Srs. Senadores, depois da alta temperatura a que chegou este plenário com a intervenção do Deputado Fontana, espero, com a minha tranquilidade cabocla da Amazônia, trazer um pouco da calmaria que as águas do rio Amazonas transferem para os cidadãos e que o verde das florestas traz para o espírito de cada um de nós.

Não estamos aqui, penso eu, para prejudicar ninguém. Não estamos aqui para incriminar quem quer que seja. Estamos aqui para apurar com seriedade e com profundidade, mas com muita serenidade – esta é a tônica do meu Partido –, os fatos que estão denunciados às escancaras por toda a imprensa nacional.

Conheço V. Ex^a desde a Assembléia Nacional Constituinte, quando nós, muitas vezes, noites adentro, estivemos no plenário da Assembléia Nacional Constituinte defendendo pontos de vista que, àquela altura, nos eram comuns e que continuam sendo até hoje, como o direito de propriedade e tantas outras coisas. V. Ex^a demonstrava àquela altura, já no segundo mandato, muita visão, tinha o dom da oratória, da eloquência e um grande poder de persuasão.

Diz V. Ex^a que não veio aqui hoje a esta Comissão nem na condição de advogado nem na condição de político, mas na condição de cidadão. Mas o que V. Ex^a demonstrou é que veio nas três condições, de cidadão, de advogado e de político, porque, a exemplo do que fez na outra comissão, na Comissão de Ética, em que V. Ex^a deixou estarrecida e embevecida a população brasileira pela sua eloquência, pela sua oratória, pelo seu poder de persuasão, enfim, V. Ex^a conseguiu, desde aí, mudar o roteiro. V. Ex^a, que entrou na Comissão como acusado, passou a ser o grande acusador e o grande responsável pela existência desta Comissão. Daí porque é muito importante que V. Ex^a esteja aqui

para prestar estes esclarecimentos que toda a sociedade brasileira quer conhecer. V. Ex^a pertence ao PTB há muitos anos, já o conheci nesta Casa no PTB, como V. Ex^a me conheceu no meu velho PMDB. Então, V. Ex^a, aqui, disse que participou também do Governo passado. É claro, o PTB apoiava também o Governo passado de FHC, como o PMDB também apoiava. V. Ex^a me parece que, no último mandato, era líder do PTB na Câmara, enquanto o saudoso Martinez era o Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Correto, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Então V. Ex^a deve ter participado de muitas reuniões do Governo FHC para a divisão dos cargos com que o PTB foi aquinhado.

Pergunto eu: os critérios para a divisão dos cargos eram os mesmos de atualmente?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – V. Ex^a quer que eu responda imediatamente?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Se puder ser breve, porque nós estamos diante da ditadura do tempo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado Asdrubal, deixe-me falar a V. Ex^a. No segundo governo do Presidente Fernando Henrique, o PTB não participou do Governo. Nós participamos do primeiro. Nós tínhamos o Ministro da Agricultura, que era o Dr. José Eduardo Andrade Vieira, depois o Senador de Minas Gerais, cujo nome está me fugindo, Arlindo Porto, e tivemos o Ministério do Trabalho, com Paulo Paiva. Tivemos integralmente esses dois ministérios. Os ministérios, suas secretarias e suas delegacias.

No segundo governo do Presidente Fernando Henrique, nós tomamos a decisão, a partir de mim, Líder, de José Carlos Martinez, Presidente, meu irmão, que Deus o guarde, do Ministro Walfrido dos Mares Guia e do meu companheiro Luiz Antonio Fleury, de não participar com cargos no Governo do Presidente Fernando Henrique.

Para quê? Havia sobre nós, Deputado Asdrubal Bentes, uma pecha muito forte de fisiologismo. Nós queríamos virar um pouco a folha desse passado, que muito nos marcou, de fisiologismo.

Fomos ao Palácio e o Ministro da Articulação Política, naquela época, era o Deputado Luiz Carlos Santos. Estivemos reunidos com o Presidente Fernando Henrique, toda a nossa Bancada, comunicamos a ele o seguinte: que íamos apoiar integralmente o seu Governo, porque acreditávamos nas idéias que ele esposava na globalização, e não queríamos cargos na administração pública. Por quê? Para podermos construir o que construímos depois, do que todo mun-

do duvidou. A imprensa duvidou. O único jornal que não duvidou do PTB foi a **Folha de S. Paulo**, quando nós dissemos que apoiaríamos a candidatura de Ciro Gomes a Presidente do Brasil.

Nós não participamos, por isso eu não posso responder a V. Ex^a sobre critério. Porque nós não ficamos no Governo, apoiamos Ciro Gomes e, no segundo turno, a candidatura do Presidente Lula. Nós não participamos com cargos, com critérios de nomeação de cargos, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No segundo governo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Mas no primeiro, sim.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mas aí eu já não articulei. Eu não era líder, não era comigo a articulação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Tudo bem. Então gostaria de fazer algumas indagações. E como o tempo urge e a Mesa vai cumprir os 10 minutos, eu gostaria de indagar e V. Ex^a teria tempo suficiente, depois, para responder.

V. Ex^a fez referência rápida, aqui, a conseqüências do dito “mensalão” na eleição da Câmara e, depois, na eleição de Ministro do Tribunal de Contas. Poderia explicitar melhor? É a primeira pergunta.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Explícito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Permita-me fazer todas as indagações, para que eu possa aproveitar o meu tempo.

A outra indagação é com relação à verba para campanha que o PTB recebeu, e que não adianta repisarmos, porque todos já sabem quem trouxe recursos, de onde vieram, e que V. Ex^a acha que, em conseqüência desses recursos que outros partidos recebem, ocorreu o mensalão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Os advogados não podem se comunicar durante o depoimento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Sr. Presidente, restitua-me o tempo, por favor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não foi o advogado. Isso aqui me veio do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Posso mostrar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Por favor, Sr. Presidente, restitua-me o tempo. Garanta-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli, é direito dele esse suporte dos advogados.

Meu caro Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Fui interrompido por uma questão de ordem. Quero que me restitua o tempo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Senador, entenda, chegou do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – É um texto do Deputado Arnaldo Faria de Sá, da própria palavra do Deputado Arnaldo Faria De Sá.

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a falou que o PTB recebeu R\$4 milhões, de um total de R\$20 milhões, para campanha política.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Certo, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Esses recursos seriam divididos com candidatos a prefeitos de vários municípios do País? Chegaram a ser divididos? Com que municípios...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor quer que eu responda agora, ou tem mais perguntas?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – A seguir, porque está terminando meu tempo.

Com que municípios e se houve a prestação de contas na forma da lei. Porque entrou o recurso para a campanha política, deve ser aplicado em campanha, então deveria ter a contrapartida dos recibos eleitorais. Mas me parece que V. Ex^a falou aí, em outro depoimento, ou em uma entrevista, que precisaria o PT dar a origem dos recursos, ou ele se encarregou depois de, numa outra reunião, passar o recibo ou coisa que o valha para que V. Ex^a pudesse comprovar junto ao Tribunal a origem do recurso, não é isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Já é para responder?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) – Essa é a penúltima pergunta.

A quem V. Ex^a atribui a ação da Abin, segundo V. Ex^a manipulada por segmentos do Governo, já que V. Ex^a isenta integralmente o Presidente Lula? Quais seriam esses segmentos que estariam influenciando na Abin ou até junto a uma rede de rádio, jornal e televisão – que V. Ex^a diz que noticia e que certamente é a responsável por muitas das acusações que lhe são feitas, inclusive por parte dessa denúncia de corrupção nos Correios, que foi a Abin que fez, segundo V. Ex^a, a “arapongagem”? A quem V. Ex^a atribui, a quem ou a que segmentos do Governo, já que o Presidente Lula está totalmente isento, segundo V. Ex^a?

São essas as perguntas, já que o tempo esgotou.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Co-meço pela última.

Sr. Deputado Asdrubal Bentes, minha convicção é de que toda matéria que vazou contra o meu partido saiu da Casa Civil, com a ajuda da Abin. Toda verossimilhança dos cargos, das indicações estavam arquivadas na Casa Civil. Aquilo tudo vazou para o jornal pela mão da Casa Civil num concerto com a Abin. Não tenho nenhuma dúvida de lhe afirmar isso.

Quanto aos R\$4 milhões, recebi para o PTB e para as coligações do PTB em São Paulo, em Belo Horizonte, em Goiânia, em Rio Branco, no Acre, e em Curitiba. Só que, como conheço a regra e fechei com o Deputado José Genoíno, no final, a legalização da doação e ele não me deu, não posso admitir isso e não vou admitir, como Presidente do PTB, sob pena de cancelar o registro de meu partido. Se V. Ex^a me perguntar doou, talvez, mas não digo nem amarrado na árvore, levando “facçãozada”, nem amarrado na árvore, levando “facçãozada”, eu conto a respeito disso. Quero lhe dizer isso. Morre comigo a informação. Não vou prejudicar inocentes, não vou prejudicar. Recebo na pessoa física e assumo a responsabilidade civil e criminal disso. Quero dizer isso a V. Ex^a por lealdade a pessoas inocentes que não podem ser envolvidas nisso por omissão do Presidente do PT e erro meu, Presidente do PTB.

V. Ex^a me fala do “mensalão” da Presidência da Câmara e no TCU. Eu vi claramente a insatisfação instalada, porque o “mensalão” tratado em 30, ora era 15, ora era 20, e havia um comentário que havia grupo de 50. Foi a pior Legislatura que vivi na minha vida.

Sou Deputado Federal desde o Presidente Figueiredo. Nunca tinha ouvido falar em financiamento de partidos da base pelo Partido do Governo. Foi só nesta Legislatura. Foi a maior provação que vivi. A Presidência do PTB não me deu felicidade. Ela me honrou porque culminou com a minha trajetória, vinda de Presidente do PTB da minha cidade, Petrópolis, onde fundei o Partido com meu pai. Fui vereador duas vezes pelo PTB. Lá, presidi o PTB do Estado do Rio durante oito anos. Fui vice-líder do Gastone Righi aqui na Câmara dos Deputados, sete; vice-líder do Deputado Nelson Marquezelli, um ano. Fui líder da Bancada cinco anos, e presidi o Partido por dois.

O momento mais infeliz da minha atuação parlamentar foram estes dois anos como Presidente do PTB, porque a pressão era brutal, Deputado, porque alguns levantavam a mala assim para os Deputados do PTB. E pena que não tenha deputados com coragem no meu partido, que não querem fazer a ruptura que fiz. E eu dizia: “Ô cara, vai lá e avisa àquele malandro que se ele tomar deputado do PTB na mala, dando

essa luva e esse mensalão, eu vou para a tribuna e vou contar a história da maçã”. Mas não têm coragem de vir a público e dizer isso para V. Ex^{as}.

Então, quando capenga a minha versão, capenga dentro de Casa, porque para fora estou mostrando que sabia, e as coisas vão se casando. Eu percebi nitidamente que essa queda de braço contaminou a Câmara. Primeiro, o candidato foi ruim, o candidato que o PT... Não pela qualidade moral. Um homem de qualidade moral, o Greenhalgh, mas não dava bom dia a ninguém. Quando resolver disputar a eleição, começou a cumprimentar as pessoas no corredor.

Funciona com a gente assim: quando a gente vai a uma cidade no interior, anda de carro fechado, com ar refrigerado e Insulfilm, depois volta para pedir voto, não vai ter. E ele fazia isso aqui. Andava com a cabeça baixa, pelo canto, é timidez, entendo. Foi Presidente da Comissão de Justiça, todo projeto importante ele se nomeou relator. Então, só tinha prestígio, ele só aparecia, plim, plim: “Vai falar o Greenhalgh!”. Ficaram 50 deputados contra S. Ex^a lá, trabalhando contra. Nós dissemos isso ao Presidente: “Presidente, vai perder. O candidato é horrível. Vossa Excelência tem o Virgílio, que dá uma lavada. Vossa Excelência tem o Chinaglia, que vai dar uma lavada”. Sua Excelência vai com um homem para perder. Sua Excelência insistiu. “Vossa Excelência manda um candidato que era fraco, não moralmente, politicamente, quero insistir aqui, Vossa Excelência manda isso!” Essa conversa do “mensalão” que permeava a disputa entre os partidos para ver quem tirava do outro, para poder somar, para fazer mais número na Mesa, ter mais comissão, indicar os cargos de comissão, um troço terrível que acabou levando naquela insatisfação à eleição do Presidente da Câmara. E o TCU. Vi aquela articulação brutal para se derrotar o PT.

Eu, eu, Roberto Jefferson, chamei todo companheiro meu que dependia de uma relação afetiva comigo há mais tempo, não alguns que foram colocados mais recentemente pela mão do Deputado e ex-Ministro José Dirceu, a esse não tinha como pedir, mas aos que eram mais próximos a mim pedi que votassem no candidato do PT. Está aqui um candidato que disputou a eleição do Tribunal de Contas e é o Relator desta Comissão. Amigos nossos no Paraná me ligaram pedindo que votasse em S. Ex^a. E eu respondi, com toda a sinceridade: “Vou votar no candidato indicado pelo PT para respeitar a nossa aliança com o Governo”. Chamei todos os meus companheiros lá na Liderança do Partido, todo mundo querendo votar no Severino. Digo: “Gente, aqui, se vocês vão votar, não alardeiem, vocês vão desmoralizar a mim e ao Líder. Temos uma aliança com o Governo. O meu candidato é o Greenhalgh.

Está aqui. Meu voto é de S. Ex^a. Quem é meu irmão vem comigo nisso. Quem votar no Severino não precisa alardear, porque vai desmoralizar o Presidente e o Líder do Partido”. Foi assim. O “mensalão” influenciou porque desagregou a relação dos partidos da base com o Partido do Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)
– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)
– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)
– A propósito da primeira pergunta levantada pelo Deputado Asdrubal Bentes, muito rapidamente, ainda sobre a Abin. Não sei se V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, chegou a perceber ou, enfim, teve a informação de que quem estava por trás, filmando, era o mesmo Jairo Martins que filmou o episódio que causou todo aquele transtorno para o Deputado José Dirceu. Quem filmou Waldomiro foi o mesmo que instrumentalizou e fez tudo agora, para pegar o Marinho. Como V. Ex^a atribui isso a uma indústria, a um engenho do José Dirceu, será que tanto lá ele foi vítima quanto aqui ele teria sido vítima junto com V. Ex^a?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Os analistas de informação da Abin não são os homens de campo. Os homens de campo são como fortuna. Pode ser na época do Curió, na época do SNI, ou da Abin, bastou pagar, vai e faz. O Jairo é a mesma coisa. Esse jogo sujo da inteligência não é a inteligência que faz, ela contrata.

Eu vi aqui, no depoimento na CPMI daquele Wascherck, que ele transferiu dinheiro para conta do Molina. Depois, o sócio dele veio dizer que discordava dessa atitude dele. Eu tenho assistido aos trabalhos da CPMI. Estou em casa e estou ligado aqui, estou monitorando, estou vendo.

Esse jogo sujo não é o agente da Abin, o funcionário da Abin que é qualificado que faz, o que analisa a informação. Isso é dinheiro que eles pagam. Ouvir um empresário ou o sistema de financiamento para essas informações por dentro das contas do Governo, eu não sei se são secretas, não sei como funciona. Mas a Abin não se expõe nisso, põe seus ex-agentes, que ora servem a um lado, como servem ao outro. Ora serviram ao Governo do Fernando Henrique, agora servem ao Governo do Presidente Lula.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)
– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS)
– Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Deputado Roberto Jefferson, passamos as duas últimas semanas aqui,

ouvindo depoimentos de figuras que, supostamente, seriam os autores daquela gravação feita ao Sr. Maurício Marinho. Confesso a V. Ex^a que, o tempo todo, tínhamos que pressionar essas figuras que aqui estiveram, porque estava claro que essas figuras mentiam. Elas mentiram o tempo todo e não mostraram, em nenhum momento, que tivessem qualquer tipo de ligação no processo de gravação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Não mostraram, em nenhum momento, se conheceram ou tenham se reunido para fazer aquela gravação. Portanto, o que ouvimos aqui, nas duas últimas semanas, foram mentiras.

O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, quando indagou V. Ex^a, desenvolveu aqui uma tese sobre um conflito interno, já que o Sr. Maurício Marinho, apesar de ser um funcionário de terceiro ou de quarto escalão, tinha a possibilidade de transitar em vários contratos de outras diretorias dos Correios.

O que eu quero dizer, Deputado Roberto Jefferson, é que, no seu primeiro depoimento, ainda na Comissão de Ética, as pessoas contestavam a veracidade das suas afirmações. Eu me lembro de que, naquele dia, muitos de nós dissemos: “O Deputado Roberto Jefferson confessa algumas irregularidades, confessa erros cometidos e, ao mesmo tempo, aponta erros cometidos pelos outros”. Portanto, as informações que V. Ex^a apresentava naquele momento já continham, para boa parte dos Parlamentares desta Casa e para a opinião pública que tem lhe assistido, um altíssimo grau de veracidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

V. Ex^a esteve aqui há duas semanas, Deputado Roberto Jefferson. É incrível como, ao longo dessas duas semanas, boa parte ou quase a totalidade das denúncias que V. Ex^a fazia vai sendo confirmada. A verdade vai surgindo.

Hoje, V. Ex^a volta aqui, consolida algumas informações prestadas ali e traz uma informação nova e importante, que é a informação do suposto local ou agência bancária onde se buscava o tal do “mensalão”.

Portanto, Deputado Roberto Jefferson, faça essas considerações, porque penso que todos nós aqui, diante dos fatos que vêm se repetindo a partir das declarações e informações que V. Ex^a presta, os Deputados, os Senadores que querem a verdade, que querem investigar, o que vão é aproveitar a oportunidade da sua presença aqui diante das câmeras, e diante dos seus depoimentos, e tentarão identificar mais informações para que possamos nos aprofundar nessa investigação e, aí sim, encontrar a verdade. E, pelo que consta até o momento, parece que V. Ex^a tem tido e tem trazido,

o tempo todo – os fatos vêm se confirmando –, a verdade em seus depoimentos.

Aliás, V. Ex^a confirma a verdade quando fala, pede a cabeça de alguém do Governo e essas pessoas são demitidas. O Governo acredita certamente nas suas informações e sabe muito bem a que V. Ex^a está se referindo. Mas eu quero aproveitar esta oportunidade, Deputado Roberto Jefferson, para lhe indagar algumas outras informações.

V. Ex^a trouxe à luz a figura do Marcos Valério como um dos operadores do mensalão. Eu gostaria de indagar se V. Ex^a conhece o empresário – talvez eu faça as indagações, Deputado Roberto Jefferson, todas de uma vez...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor quer que eu vá respondendo?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Se o Presidente me permitir ter um pouco de tempo a mais... (Pausa.)

Perfeito, então, eu vou perguntar e, depois, V. Ex^a responde.

O senhor conhece o empresário Fernando Moura, amigo de Silvio Pereira?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – O senhor tem conhecimento de algum favorecimento à empresa de informática Cobra em contratos com o Governo ou estatais?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Qual é – se V. Ex^a tem ciência disso – a ligação do ex-Presidente do Banco Popular, o Sr. Ivan Guimarães, e outros diretores do Banco do Brasil com o Sr. Marcos Valério?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – V. Ex^a não tem noção.

Além de Furnas, que V. Ex^a aponta hoje na entrevista à **Folha de S. Paulo**, e das agências de publicidades, quais seriam essas outras fontes do chamado mensalão? V. Ex^a teria outras informações? Tem desconfiança ou informações?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu tenho desconfiança, porque o esquema da agência de publicidade do Sr. Marcos Valério era o de Furnas, e o recurso que eu recebi para o PTB, 70% dele era do Banco do Brasil. Ele não retirou só de Furnas os recursos dos 4 milhões.

Vamos dizer, Deputado – eu não contei os maços de dinheiro quando mandei guardar no cofre, no armário –, que tenha um 1,2 milhão do Banco Rural e os

outros 2,8 milhões eram do Banco do Brasil, e eu não vi na lista da Coaf, na matéria da revista **ISTOÉ**, neste final de semana, nenhuma alusão a essa movimentação altíssima, elevadíssima de recursos do Banco do Brasil. Isso é coisa que a CPI vai ter de apurar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Ok. Na entrevista que deu ao **Jornal do Brasil**, no domingo passado, V. Ex^a fez referência a uma operação da Telmex. V. Ex^a se recorda?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Telmex... Eu não me recordo não. V. Ex^a pode esclarecer para mim o que é?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Eu estou sem a matéria aqui, Deputado Roberto Jefferson, mas é a operação da compra da Telmex, parte da Telefônica, Embratel...

O Senador Heráclito Fortes me deu a informação de que V. Ex^a teria feito referência a essa empresa na sua entrevista.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a tem tido, nesta Comissão – aliás, em todos os seus depoimentos –, uma postura muito franca e aberta no sentido de dar as informações de que esta CPI necessita.

Quero dizer, Deputado Roberto Jefferson... Talvez o Senador Heráclito Fortes queira complementar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Eu disponho de tempo ainda. Talvez o Senador Heráclito Fortes possa me complementar aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou mandando pegar a matéria para tirarmos a dúvida.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Perfeito. O Senador Heráclito Fortes está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS. Fazendo soar a campainha.) – Eu pediria, Deputado Eduardo Paes, para não dividir assim, porque, dessa forma, será muito difícil de administrar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Eu disponho de 03 minutos e 13 segundos... 12 segundos neste momento, Sr. Presidente.

Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a – e aí é mais uma afirmação do que uma indagação – deve estar percebendo, e acompanhou muito bem durante o dia de ontem, que há, como parece praxe no Partido dos Trabalhadores, uma estratégia diversionista. Em vez de assimilar alguns dos episódios tristes da história do Partido e procurar resolver esses problemas, vimos, por exemplo, o Senador Eduardo Suplicy, que ali está, por ter assinado a CPI dos Correios, ser imediatamente retirado de uma chapa eleitoral do Partido dos Traba-

lhadores – diz aqui o Senador Sérgio Guerra que já teria sido devolvido. Vi figuras, como a Senadora Heloísa Helena, passarem por um processo de expulsão. O que temos visto, o tempo todo, é isso. Quando se fala de figuras que, já de certa forma, os indícios mostram que há envolvimento com o Sr. Marcos Valério, com o mensalão, com diversos desse episódios, essas figuras são intocáveis, Senadora Heloísa Helena. Lá permanecem e ninguém diz nada. Permanecem sendo defendidas, com unhas e dentes, pelo Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer isso, Deputado Roberto Jefferson, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, porque essa estratégia diversionista utilizada, por exemplo, pelo Deputado Henrique Fontana demandando questionamentos acerca do Governo passado, é para reafirmar, em nome do PSDB, que não temos e não teremos o menor problema em analisar todas essas questões relativas ao Governo passado. Essa é uma estratégia do Partido dos Trabalhadores que, ao invés de assimilar esses equívocos, esse erros, de tentar corrigi-los, enfrentá-los, entender que essa crise é do Governo, que foi feita pelo Secretário-Geral do Partido, pelo Ministro Chefe da Casa Civil, pelo Presidente do Partido, quer pôr a culpa na Oposição. Na verdade, a Oposição tem agido com responsabilidade e continuará buscando apurar os fatos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. investigado, Deputado Roberto Jefferson, Sr. Relator, estamos aqui em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar denúncias que surgiram a partir da gravação de uma fita em uma empresa pública federal em que, segundo as evidências, V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, estaria envolvido no esquema a partir da utilização de cargos públicos, que não são do quarto escalão, mas do primeiro escalão. São de diretoria administrativa – indicação de V. Ex^a – e de segundo escalão, chefia de departamento. Aliás, houve o relato do Sr. Maurício Marinho, que aqui veio, e mostrou profundo conhecimento dos esquemas de irregularidades que estão acontecendo nos Correios.

V. Ex^a passa uma versão que, talvez, o vitime por um paradoxo do sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Peço à assessoria do Senado que cronometre. O Deputado Maurício Rands está há uns três minutos falando. Peço a atenção da assessoria.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Três não. Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Nós cronometramos aqui. Peço a atenção da área técnica do Senado, por favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Vão descontar, não é? Eu recebi a palavra agora. São 6h:50.

Sr. Presidente, o Deputado Roberto Jefferson é acusado. Está sendo investigado por um episódio de corrupção. É reconhecidamente um político dotado de grande capacidade de oratória. Sua versão, já que papel aceita tudo, já que microfone aceita tudo, Deputado Roberto Jefferson, começa a ser fraca a partir do paradoxo do sucesso. Suas qualidades oratórias permitem a V. Ex^a, aparentemente, achar que basta desviar o foco das acusações em uma manobra diversionista, como falou o Deputado Eduardo Paes. Suas qualidades, Deputado Roberto Jefferson, permitem que V. Ex^a, aparentemente, ache que basta lançar acusações contra tudo e contra todos que essas acusações tornam-se verdadeiras. Só que V. Ex^a, até agora, não fez prova de quaisquer das acusações lançadas contra pessoas e contra instituições.

No depoimento de V. Ex^a, assim como em outras falas, já há uma série de contradições que cabe a esta CPMI investigar, uma série de conflitos entre o que V. Ex^a afirma e o que foi afirmado aqui em outros depoimentos e em fatos coligidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu lembraria, por exemplo, o Sr. Molina afirma que, em nenhum momento, fez chantagem a V. Ex^a. E V. Ex^a afirma que foi chantageado pelo Sr. Molina, lá naquela reunião, na Câmara dos Deputados no dia 03 de maio.

O Sr. Maurício Marinho diz que, uma vez abordado pelo Sr. Molina, o Senhor determinou a entrega da fita.

O Sr. Wascheck disse que foi ele quem fez as gravações porque tinha interesses contrariados contra uma pessoa que participava das articulações que o Senhor tinha nos correios. O Sr. Arthur Wascheck afirmava que ele tinha contratado o Sr. Joel Santos, o Jairo Martins, para fazer a investigação, e não a Abin como o Senhor está alegando.

O Líder do seu Partido contraria a sua versão, Deputado Roberto Jefferson, em pelo menos três pontos desta história muito bem articulada por V. Ex^a, quando diz que houve um repasse de quatro milhões para membros do seu partido, o líder do seu partido nega e outros deputados também o fazem nos corredores do Congresso, como o Deputado José Múcio, em depoimentos prestados em outros órgãos investigatórios aqui da Câmara.

O seu Líder nega a acusação que o senhor faz de ter submetido a proposta de mensalão a uma deliberação da sua bancada, outros deputados também negam.

O seu Líder nega ter sido abordado pelos Deputados, Waldemar Costa Neto, Pedro Henri, Bispo Rodrigues, e que tenha falado com o seu Delúbio sobre o mensalão.

Há uma série de contradições que eu não mais tempo para continuar insistindo neste ponto que se chocam com a história trazida aqui para V. Ex^a.

Eu no final foi fazer ainda algumas perguntas para ajudar a esclarecer. É uma pena, Sr. Presidente, que nós não temos tempo suficiente para esclarecer uma série de questões.

Uma delas é que eu queria que o Senhor narasse melhor como foi a conversa com o Sr. Molina no dia 3. Exatamente o que ele falou para V. Ex^a porque há um conflito muito grande. O que vai ficando claro, Deputado Roberto Jefferson, é que V. Ex^a que ficou fazendo críticas ao sistema político brasileiro, a reforma eleitoral, mas cujo partido, eu posso dar esse testemunho, quando ocupei a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça aqui da Câmara, coloquei o projeto de reforma política para avançar e quando chegou no momento derradeiro que foi a votação pelos 54 membros da Comissão, entre outros partidos, o partido de V. Ex^a bloqueou aquela votação porque não tinha consequência o ato de V. Ex^a, com a retórica de V. Ex^a de dizer que quer modificar o sistema político. O Senhor participa há 23 anos e nunca tomou qualquer iniciativa para modificar a questão do financiamento das campanhas, o sistema eleitoral brasileiro que o senhor agora se arvora em defensor da mudança. Antes tarde do que nunca!

Faz V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, acusações sem prova, contra deputados de PL, do PP; faz acusações contra dirigentes de partido e tudo o que começa a aflorar, começa a levar uma conclusão já muito forte entre as pessoas que estão acompanhando atentamente os acontecimentos Deputado Roberto Jefferson. V. Ex^a que tinha uma vontade e uma ambição muito grande por cargos, até o momento derradeiro. Ainda há pouco o senhor estava lutando para fazer uma indicação para a diretoria de furnas. O senhor que ocupou tantos cargos, o senhor participava dessa ocupação de cargos? É isso que está sendo investigado com a finalidade de arrecadar recursos para as suas campanhas e para o seu partido, como o Senhor aliás já declarou em depoimentos.

E quando foi pego pela investigação, pela fita que foi feita na investigação do Sr. Arthur Wascheck, o senhor queria que o Governo do Presidente Lula, que

o senhor sabe é um homem honrado, é um Governo honrado, o senhor queria acobertamento, como não teve o senhor resolveu partir para a ofensiva, atendendo ao velho adágio popular, que a melhor defesa é o ataque. E acusou, Deputado Roberto Jefferson, muitas pessoas e instituições, sem trazer uma prova sequer. Agiu com muito ressentimento, com muito ódio, contra alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores porque não teve acobertamento e porque a sua ambição de fazer a ocupação de cargos públicos para arrecadar recursos na administração não teve avanço.

Então esses ressentimentos todos fazem com que a sua versão, Deputado Roberto Jefferson, comece a se tornar frágil. É uma versão de quem, só no momento derradeiro, porque não teve proteção, quis agora ir para a contra-ofensiva e desviar o foco, porque V. Ex^a é investigado no Conselho de Ética, é investigado aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E V. Ex^a não esclareceu, por exemplo, de onde vem esses recursos, esses três milhões de Furnas, quais são as empresas. O senhor não perguntou na época.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – Deputado Maurício Rands, por favor conclua.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Eu vou concluir, Senador Delcídio Amaral.

O senhor, só no momento derradeiro, querendo partir para o contra-ataque porque sabe que a sua posição é frágil, o senhor nunca fez denúncias, o senhor acusa irregularidades em “n” instituições. Por que quando houve irregularidades em furnas, o senhor não foi à Ministra, não foi ao Ministério Público, não foi à Polícia Federal?

Por que o senhor não compareceu para depor na sindicância aqui em setembro, na Câmara dos Deputados, do mensalão?

Eu concluo dizendo por que o senhor sabedor, durante tanto tempo, não tomou qualquer providência em defesa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr. Presidente, ontem eu estava no Conselho de Ética, quando fiz a pergunta ao Deputado José Múcio, que participou da reunião onde o Deputado Roberto Jefferson cobrava do Presidente Genoíno a parte restante daquilo que fora combinado.

E perguntei a ele...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, isso não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Carlos Sampaio, eu vou cortar...

Deputado, quando V. Ex^a estiver inscrito, V. Ex^a falará.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – A afirmação é inverídica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nem preciso responder Sr. Presidente.

Não tenho o que dizer.

São vazias as palavras dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Sr. Presidente, eu tenho direito às respostas das questões que fiz. Quero saber os detalhes do Sr. Molina, quero saber das provas para todas as acusações, quero saber de onde vem esse dinheiro, esses três milhões, que ele disse que surgiu de Furnas, porque a tática do Deputado Roberto Jefferson é atacar sem qualquer prova, lançando dúvida contra todas as pessoas e contra as instituições.

Então eu queria ouvir as respostas, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sr. Presidente, mais ataques do que ele me fez?

V. Ex^a lê nos jornais e nas revistas o que está me perguntando. Não tenho nada a dizer a V. Ex^a. Não estou preocupado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Porque o senhor não tem prova de nada do que fala.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É problema de V. Ex^a acreditar ou não. Não estou preocupado com V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Esta CPMI está aqui para investigar e para adquirir as provas do esquema de corrupção de que o senhor é acusado, e o senhor não tem nenhuma prova contra as acusações.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E cuidado para V. Ex^a não ficar de rabo preso nela, hein?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Eu quero as respostas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Muita gente da sua patota vai ficar de rabo agarrado aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Ninguém tem rabo preso, não tenho rabo preso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Eu vou cortar a palavra.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT-RN) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Pelo art. 22, Sr. Presidente, do Regimento Comum, a reunião terá uma duração de quatro horas e, para ela continuar, qualquer membro da CPI, ou mesmo o

Presidente, pode propor uma votação ao Plenário e prorrogar a reunião.

Agora eu queria indagar, Sr. Presidente, quando eu estava no Plenário da Câmara Federal, ouvi alguns Deputados falando sobre a criação da CPI de Furnas e queria saber se essa CPI pode alargar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Deputado Álvaro Dias, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, essa questão é absolutamente fora de propósito.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Citado como?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Fui citado pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, Senador Heráclito. Se eu começar a dar a palavra para cada Parlamentar citado, não vamos acabar com isso hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, art. 14. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito. V. Ex^a terá a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu queria pedir a compreensão de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Inscreva-se, Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Várias pessoas, meu caro Senador, foram citadas aqui e eu não posso fazer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Uma informação na qual foi usado o meu nome, Sr. Presidente. Eu gostaria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Ex^a agora, por menos disso, concedeu a questão de ordem, Sr. Presidente. Era muito mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador, V. Ex^a está inscrito logo em seguida aqui, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em um minuto. Em um minuto eu resolvo. Abro mão da minha palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Na sua inscrição, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, é uma questão de momento, uma citação recente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Em primeiro lugar, recomponha meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Quero registrar aqui o tempo que perdemos com algumas discussões absolutamente fora de contexto. Vamos suspender durante alguns instantes, porque o Deputado Roberto Jefferson...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Neste vazio, Sr. Presidente, V. Ex^a me concede uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Fale, Senador Heráclito, rapidamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, depois V. Ex^a me concede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Mas é pertinente. Depois do Senador. Isso não é ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Suspende, porque, se abrir o precedente, vai ter que ser para todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, Senador Heráclito, não é isso não, ninguém quer mandar na vontade. Existe uma regra de inscrição que vamos cumprir. (Pausa.)

Senador Heráclito, V. Ex^a está inscrito logo em seguida, quando terá oportunidade de colocar suas posições.

Senador Heráclito, se V. Ex^a falar, posso retirá-lo aqui da lista de inscrição?

Então, por favor, esclareça, Senador Heráclito.

Senador Heráclito, só registre, por favor, e nós encerramos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Pronto, Senador, enquanto o Deputado Roberto Jefferson não vem. Essa é a exceção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, no questionamento feito pelo Deputado Eduardo Paes, ele fez uma pergunta – até por sugestão minha – baseada numa entrevista que o Deputado Roberto Jefferson deu ao **Jornal do Brasil**. Essa entrevista saiu no **Jornal do Brasil** de 19 de junho.

Sr. Relator, numa das perguntas feitas, a repórter diz a ele: “O senhor acha que uma operação como a da Telmex pode internalizar dinheiro de campanha?”

E ele responde: “Não tenho dúvida, pode”. O que é a Telmex? É a empresa de telefonia mexicana que adquiriu a Embratel, frustrando um consórcio das empresas nacionais montado especialmente para essa operação. De uma maneira rápida, houve a decisão de um grupo de trabalho chefiado pela Casa Civil, que transferiu a direção da Embratel para a Telmex, daí por que, quando foi feita a pergunta, o Deputado Roberto Jefferson disse que não se lembrava. Estou apenas rememorando exatamente o que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ok, Senador Heráclito.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, mil desculpas por ter envolvido a telefônica, o nome da telefônica...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Daí por que eu gostaria de prestar esse esclarecimento, para que não parecesse uma invenção minha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ok, Senador Heráclito. Está registrado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode ser até que o Deputado tenha sido pego de surpresa e respondido o que não sabia exatamente o que fosse Telmex, mas quero apenas que fique o registro para todos que estão assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Ok, Senador Heráclito. Registrado.

Concedo a palavra à Senadora Ideli.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Desculpas à telefônica, Sr. Presidente, porque a citei aqui indevidamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, quero que, antes de começar a contar o meu tempo, se restabeleça a calma.

Quero o meu tempo integral.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de colocar que houve uma observação feita pelo Deputado Roberto Jefferson citando o meu nome, e eu não levantei o art. 14 porque queria falar na minha inscrição. Aqui ninguém é melhor ou pior do que ninguém, só que a posição é diferente. O senhor está senado na cadeira como investigado. Essa é a diferença.

O senhor está colocado na cadeira como investigado por causa de uma fita gravada onde temos...

Sr. Presidente, vou interromper, porque ou ele vai ter o atendimento ambulatorial ou ele vai prestar atenção no...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– O Deputado Roberto Jefferson está prestando atenção, Senadora. Ele só pediu um colírio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já perdi tempo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Então, por favor, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque na fita gravada são várias as citações. Várias. Não vou repetir porque todo mundo já ouviu à exaustão: de que era uma equipe, que ele participava, que ele acobertava, que ele se comunicava permanentemente, que era ele orientava, tudo isso está à exaustão naquela fita de quase duas horas.

Deputado Roberto Jefferson, o senhor não tinha relações com o Marinho? O senhor não tinha relações com o Marinho? Estou perguntando.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, não. Quero que o senhor me responda já.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, senhor. Aqui o senhor responde às minhas perguntas.

Então, Sr. Presidente, vou fazer como? Eu preciso dessa resposta para dar continuidade às minhas perguntas.

Ele pode até dizer que não quer responder. Agora, ele não vai responder na hora em que ele quiser!

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, isso é inadmissível. Ele pode se recusar a responder, ele pode fazer o que bem entender, mas ele não pode responder na hora que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli, gostaria que V. Ex^a continuasse, apresentasse as perguntas, e aí o Deputado Roberto Jefferson responderia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, já que o depoente se recusa a responder, porque a relação está colocada à exaustão na fita, vou fazer mais uma pergunta: ele se encontrou, em dezembro de 2003, no aeroporto, com o Sr. Salmeron e o Sr. Maurício Marinho? (Pausa.)

Estou fazendo a pergunta. (Pausa.)

Quero as respostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli, faça as perguntas, e aí o Deputado Roberto Jefferson responde a todas elas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está anotando... Interessante.

No Ministério Público Federal o senhor disse que o seu genro, Marcus Vinícius, trabalhou com Henrique Brandão na Assurê Seguros, que ainda mantém relações comerciais e que é filiado ao PTB. Pergunto: quais são os negócios do Marcus Vinícius com Henrique Brandão? Marcus Vinícius nunca lhe falou do Molina? Nunca falou do Francisco Arrighi?

O senhor conhece Armando Virgílio dos Santos Júnior?

Quais as relações do Molina com o seu filho?

O senhor confirma o encontro com o Molina em Belém e que, nesse encontro, o Molina teria feito referência ao coronel Fortuna?

V. Ex^a conhece Marcelo Campos Neves?

Qual foi o dia que o senhor recebeu o Molina? Foi no dia 3 de maio? Foi nesse dia que houve a chantagem, a ameaça, o achaque por causa da fita? O Sr. procurou informações junto a Antônio Ozório sobre o Coronel Fortuna? Por que o Sr. não procurou o Marcos Vinícius, seu genro, que é amigo de Cristiano Brandão, que é sócio de Marcelo, que trabalhou em três gabinetes de Deputado do PTB e que é filho do Coronel Fortuna? V. Ex^a confirma que o Coronel Fortuna fez ameaças a Sr. Antônio Osório por ter perdido uma licitação nos Correios?

Agora quero as respostas, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O Fortuna nunca ameaçou o Dr. Antônio Ozório. Eu não recebi nenhuma ameaça, nem achaque do Molina. Não conheço Marcelo Campos Neves. Conheci Molina em Belém, através de meu filho, que trabalha na Prefeitura com Duciomar, e ele não é amigo de meu filho. Meu filho é um menino de 27 anos, e ele é um homem de 60. Não tem nenhuma relação de amizade. Ele prestava uma assessoria em nome da Fundação Getúlio Vargas ao Governo do ex-Prefeito Duciomar do Município de Belém. Armando Virgílio é meu companheiro do PTB e foi indicado para a direção da Sussep num acordo que fiz com Delúbio e Genoíno, para a Prefeitura de Goiânia. Armando Virgílio foi indicado por mim, por Jovair Arantes num acordo que fiz com José Genoíno, Delúbio Soares e José Dirceu para a eleição a coligação do PTB/PT no Município de Goiânia. O meu genro trabalhou durante 6 ou 8 anos, 6 anos como corretor com Henrique Brandão, que é meu amigo há 30. O Henrique foi padrinho dele de casamento e é meu amigo dileto, do peito, um amigo de quem gosto muito.

Se eu me encontrei com Salmeron e Maurício Marinho no aeroporto em 2003, sinceramente, Senadora, não me recordo disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas o Sr. usou isso no seu discurso no dia 17 de maio.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A Sr^a falou Salmeron e Maurício Marinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Salmeron e Maurício Marinho.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Já me encontrei uma vez no aeroporto com Maurício Marinho, mas ele não estava com Salmeron.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas isso está no seu discurso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não pode estar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, não quero fazer mais nenhuma pergunta. Quero apenas fazer uma leitura de um documento, que depois vou encaminhar oficialmente, para que a CPI possa fazer a triagem, se tudo que está aqui, que me chegou é verdadeiro, porque, se isso daqui tiver pelo menos um percentual, 70%, de verdade, as relações do Sr. Marinho com o Sr. Roberto Jefferson, direta ou muito próxima a ele, poderá ficar comprovada. Peço um pouco de paciência.

“O Sr. Maurício Marinho freqüentou durante cerca de dois anos o curso de Administração Postal, administrado pela PUC do Rio em convênio com a ECT. Concluído o curso, foi admitido na ECT em 11/12/1978 na Diretoria Regional do Rio de Janeiro e transferido de imediato para a Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul.

Trabalhou na regional de Mato Grosso do Sul até 9 de julho de 1980, quando foi transferido para a diretoria regional do Pará, onde foi chefe da Assessoria de Planejamento e Gerente de Serviços Gerais. Como Gerente de Serviços Gerais do Pará acabou se envolvendo em irregularidades administrativas com malversação do dinheiro público ao ser flagrado em 1984 utilizando uma equipe de empregados dos Correios, subordinados seus da área de Engenharia, Manutenção Predial, efetuando serviços de reforma na sua residência. Consta também que foi encontrado na sua residência, na mesma ocasião, aparelho de ar-condicionado da ECT, contendo a placa que o identificava como patrimônio da empresa. Em vista disso, para evitar situações ainda piores, rapidamente pediu demissão, desligando-se em 30 de dezembro de 1984. Passado mais de oito anos fora da ECT, acabou retornando aos quadros da empresa via acordo judicial, promovido pelo então Diretor Regional do Pará Waldemir Freire, ligado ao PTB, graças à sua vinculação pessoal e política a Roberto Garcia Salmeron, que naquela oportunidade ocupava o cargo de vice-Presidente da ECT. A vice-Presidência, órgão que desde 1997 deixou de existir na ECT, era responsável pela coordenação administrativa das diretorias regionais da

empresa. Logo, o Sr. Salmeron, como Vice-Presidente, era o chefe imediato de Valdemir.

Marinho ficou no Pará de 3 de fevereiro de 1993, data de sua readmissão, até fevereiro de 1996, quando retornou para Mato Grosso do Sul, seu Estado de origem. Porém, depois de pouco mais de quatro meses, foi levado de volta para o Pará pelo Valdemir, ainda diretor naquele Estado, onde ficou como gerente comercial até outubro de 1997. Em novembro de 1997, foi transferido para Brasília e colocado à frente do Departamento Nacional de Treinamento da ECT, função em que permaneceu até abril de 2001.

Em 2001, o Valdemir, até então diretor regional do Pará, foi designado diretor regional da ECT no Rio de Janeiro, por indicação política do PTB, sob influência do Roberto Garcia Salmeron, ligado pessoal e politicamente ao Deputado Roberto Jefferson, que, na época, era diretor da Eletrobrás, cuja sede era no Rio.

De imediato, em maio de 2001, o Valdemir, novamente, levou o Marinho para trabalhar diretamente com ele na Diretoria Regional da ECT.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Ideli só gostaria...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, é relevante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Acho importante que ela fale tudo, porque a Abin descobriu agora quem eram essas pessoas. É importante.

O SR. (Orador não identificado) – Tudo é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Continua com a palavra a Senadora Ideli, concluindo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, discordo, acho que a Senadora tem que cumprir o tempo. É um currículo, chega!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado, já estamos concluindo. Também dei espaço para alguns parlamentares.

Continue, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – De imediato, em maio de 2001, o Valdemir, novamente, levou o Marinho para trabalhar diretamente com ele na Diretoria Regional da ECT do Rio na função de coordenador regional de negócios, que é uma das funções de primeiro escalão nos Estados.

Durante sua passagem pelo Rio, Valdemir mantinha contatos regulares com Roberto Garcia Salmeron e com o Deputado Roberto Jefferson, encontro dos quais Marinho eventualmente participava.

Além de Marinho, Valdemir levou mais dois empregados para o Rio: o Sr. Fernando, que coordenava a área de tecnologia e engenharia, e o Sr. Paulo Maurício, para coordenar a área de licitações.

Durante sua estada no Rio de Janeiro, estava em andamento no Pará, origens do Sr. Valdemir, Fernando e Paulo Maurício, uma sindicância para apurar irregularidades em licitações e obras de engenharia. Essa sindicância culminou com a demissão em 8 de outubro de 2001, por iniciativa da empresa do Valdemir.

Marinho retornou para Brasília e permaneceu por três meses sem qualquer função de confiança. Valdemir retornou para a ECT em 4 de fevereiro de 2003 e, por decisão judicial, imediatamente foi cedido a Câmara Federal, onde atuou como assessor do Deputado Roberto Jefferson. Atualmente, Valdemir está cedido para Prefeitura Municipal de Belém.

Em 6 de agosto de 2003, por indicação do PTB, Deputado Roberto Jefferson, Marinho foi designado para coordenador nacional da Universidade dos Correios pelo Diretor de Recursos Humanos à época, Antônio Osório. Quando Antonio Osório foi transferido para a Diretoria de Administração, levou de imediato Marinho para o departamento de contratação e administração de material, onde ficou até 11 de maio de 2005.

O SR. (Orador não identificado) – É melhor trazer os arapongas da Abin, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Portanto, Sr. Presidente, vou oficializar, por meio de documento, o requerimento, para que todo esse histórico possa ser confirmado.

O SR. (Orador não identificado) – É assinado por quem, Sr. Presidente?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu vou assinar e solicitar para que possam ser verificadas todas essas informações.

O SR. (Orador não identificado) – Quem lhe mandou? A Abin?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra, a Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, esse tipo de provocação não leva a nada se quisermos, efetivamente, investigar. Volto a dizer que esta CPI...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente a Senadora já leu o documento que tinha que ler.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora, conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se eles me deixarem falar, eu posso concluir.

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora já tinha que ter concluído.

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora nunca respeita o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora, conclua, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esta CPI, o fato originador, aquele que lhe deu origem, é exatamente a fita, em que há uma suspeita, colocada na gravação, de envolvimento de um esquema relacionando o Sr. Roberto Jefferson e o Sr. Marinho. Portanto, não sei se isto aqui é verdade ou não. Estou pedindo que a CPI investigue, porque, se pelo menos uma boa parte disso for verdade, fica confirmada a relação do Sr. Marinho com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Encaminhe então à Mesa da CPI, por favor.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, só conta o tempo quando começar o silêncio. Senão não conta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, Deputado Roberto Jefferson, meus Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por favor, assessoria técnica do Senado marcando tempo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A partir de agora.

Sr. Presidente, estamos hoje num momento importante desta CPI, por mais que se deseje, por mais que se deseje desqualificar o depoente, o Deputado Roberto Jefferson, essa tentativa é absolutamente inócua. Não sou eu, não é a Senadora Ideli e nem o Deputado Maurício Hands ou o Deputado do Rio Grande do Sul que falou de forma incisiva, Henrique Fontana, nenhum de nós está em condições de desqualificar a personalidade e a presença, nesse processo, do Deputado Roberto Jefferson, por uma razão muito simples, porque a sua presença e a sua palavra já desequilibraram muita coisa.

Vamos ser sinceros, não adianta ficar tapando o céu com o peneira, não fosse a palavra do Deputado Roberto Jefferson não haveria esta CPI, não haveria toda essa confusão instalada, um Governo perdido, rigorosamente perdido, um Presidente que diz uma coisa hoje, outra amanhã, uma desordem política integral. Sem dúvida, para tudo isso, podem gostar ou não do Deputado Roberto Jefferson, isso aconteceu em face por conta do que ele disse. Como desqualificar a palavra do Deputado Roberto Jefferson se eu compro o jornal de manhã, leio uma acusação à diretoria de uma empresa estatal de grande porte,

e no outro dia ou no mesmo dia o Presidente da república demite essa diretoria? Não terá sido porque ele confia na diretoria, mas seguramente porque ele desconfia que o Deputado Roberto Jéferson trem razão. No mínimo. Ele pode saber que o Deputado Roberto Jéferson tem razão, como ele sabia do mensalão e não fez coisa alguma.

Esses são os fatos. Não adianta querer fazer em torno deles uma cortina de fumaça. Percebo um esforço enorme de reduzir tudo isso a uma fitinha. E ao Sr. Maurício que depois aqui, de uma maneira deplorável. Não é isso. Basta perceber o movimento que vem das ruas, o que estamos ouvindo nos aeroportos, em todos os lugares, por onde a gente anda. O que o Deputado Roberto Jéferson disse sobre o Congresso, de uma maneira especial sobre a Câmara, o que o Deputado Roberto Jéferson disse sobre administração de empresas estatais no Brasil foi relevante à vida pública brasileira.

Se tivermos juízo, se tivermos juízo um mínimo de compreensão, se enxergarmos um palmo além do nariz vamos atrás de dar consequência ao que ele disse e não a desqualificá-lo.

É uma atitude precária, elementar e pouco inteligente que vai afundar o Governo do Presidente Lula se o Presidente Lula, que acredito ser uma pessoa honesta, se o Presidente Lula quer governar o Brasil, como é o desejo da Oposição, do PSDB, do PFL, não tem golpista aqui, se o Presidente quer governar o Brasil, não permita esse tipo de encaminhamento.

Essa raiva precária, essa indignação para inglês ver, falsa indignação, não tem indignação nenhuma nessa atitude aqui. Tem que dar esclarecimento ao que foi dito, como desqualificar uma palavra que todos nós sabemos é real, essa história do mensalão. Qual o parlamentar que não sabia ou que não ouviu falar disso? Por que tanta hipocrisia? Querer explicar a atitude dos que vão para essas empresas estatais para fazer financiamento de Partido político. Onde termina, a gente sabe, o partido político e começa o patrimônio pessoal. Quem disse que isso é apenas para financiamento político, de Partido político?

E como é esse negócio? Eu nomeio um diretor, no outro dia eu consigo financiamento para o meu partido. Não é bem assim. Eu nomeio um diretor, consigo financiamento para o meu Partido, mas eu vou ter que tratar bem esse fornecedor que me ajuda depois. Poderei tratá-lo de forma correta ou incorreta. Temos que investigar isso; aprofundar isso. Agora, ficar aqui na fitinha, numa manobra pra reduzir esta CPI a nada, não vamos ficar.

Onde vamos botar essa tal diretoria de Furnas? Aqui? Nesta CPI restrita? Vamos ter que ampliá-la,

queiram, ou não, petistas de todos os tipos, os bons e os maus. Porque há petistas nos quais eu acredito. Temos que trazer para cá essa questão de Furnas. Onde ela vai ficar? Não é relevante? Como não é? A diretoria foi demitida. Vamos ficar calados como se nada tivesse acontecido? Como se tudo fosse uma ficção? É apenas uma tentativa, uma manobra das elites. Quais elites? Que conversa é essa de elite?

Eu estava ontem aqui na rua. Eu fui para rua e vi aqui produtor rural. Pequeno produtor rural. O que eu ouvi de todo mundo foi: “Mensalão”! E um político respeitável quando apareceu lá, eu ouvi com muita intensidade o que não desejo ouvir: “Fora Lula!” Foi isso que eu ouvi de duas, três, quatro, cinco mil pessoas. Vamos fechar os olhos a isso? Fechar os nossos ouvidos?

Que grandeza é essa do PT? Que coragem cívica é essa? Quem é esse Dr. Delúbio, essa personalidade esquisitíssima no nome e na prática? Esse Dr. Silvinho? Esses caras estão fazendo o quê? Qual é o papel deles?

Como explicar as campanhas milionárias do PT da última eleição? Eu as denunciei aqui no plenário do Senado porque eu vi em todo lugar. Que conversa é essa? Vamos aos fatos e deixar desqualificar quem contribuiu. Eu não reclamo pelo que disse até hoje o Deputado Roberto Jefferson; eu reclamo pelo que ele ainda não disse porque eu tenho certeza, não estou prejudgando, que se ele quiser dizer mais saberá o que dizer e vai dizer, como disse até agora, coisas verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Sr. Presidente e Sr. Deputado Roberto Jefferson, inicialmente eu gostaria de dizer a V. Ex^a que eu me surpreendi com a interessante análise feita pelo nobre depoente relativamente ao sistema eleitoral e à estratégia com que os partidos desenvolvem a ocupação ou a indicação de pessoas para cargos públicos. Realmente acho que foi bastante reveladora até porque o Deputado Roberto Jefferson, de certa maneira, já havia revelado essa estratégia.

Na entrevista para **Folha de S. Paulo** ele revela que utilizou a indicação do Presidente do IRB, pelo Partido que comandava, para solicitar que pessoas contratadas pelo IRB fizessem uma arrecadação de campanha para o partido que ele, Deputado Roberto Jefferson, preside.

A primeira pergunta que faço ao nobre depoente é a seguinte: a nomeação do Sr. Osório para os Correios seguiu essa mesma estratégia, ou seja, captar recursos financeiros para campanha?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Segunda pergunta, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Sr. Presidente, questão de ordem, sem a contagem do tempo.

Sr. Presidente, é pacífico, na jurisprudência, que o depoente, quando investigado... 131, Deputado. ... que ... V. Ex^a confia no Regimento que tem, Deputado. Aliás, o Deputado Antonio Carlos Magalhães parece que quer tomar o lugar de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Se for por Regimento, V. Ex^a já cria um problema porque é suplente. Então vamos acabar com o Regimento e deixar todo mundo falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Os suplentes podem falar, Deputada, pelo Regimento. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Mas todos estão falando.

Senadora Heloísa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Não. Primeiro os titulares.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Mas todos estão falando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Não foi o acordo que fizemos, inclusive com a presença de V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente?

O SR. (Orador não identificado) – Garanta a palavra para o Deputado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Por favor! Deputado Eduardo Cardozo, por favor!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– A questão de ordem que faço... Não, o tempo, eu peço que descontem porque estou levando a questão de ordem.

É pacífica a jurisprudência, Sr. Presidente, que o investigado pode se recusar a responder. É verdade. Nesse ponto pode se recusar a responder. Porém, nunca pode o depoente definir o momento em que responde. Porque, é óbvio, aquele que faz a arguição define a estratégia da arguição; ele não pode dizer que responde depois, que responde antes. E não é porque o Deputado Roberto Jefferson tem mandato que ele deverá ser tratado diferentemente de qualquer depoente. A Lei é igual para todos.

Portanto, a admitir-se essa tese de que o depoente escolhe a hora que responde, Senhores, paremos com as CPIs, porque todo aquele que vai arguir terá que previamente revelar sua estratégia à Comissão.

É a questão de ordem que faço a V. Ex^a e encaminho no seguinte sentido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para contraditar questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Só um minuto, Senador. Não acabei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – A questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 53 da Constituição.

Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Não há questão de ordem sobre questão de ordem. Estou fazendo questão de ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Não é questão de ordem; é Regimento.

O SR. (Orador não identificado) – Não há questão de ordem sobre questão de ordem.

Sr. Presidente, é o art. 53. Se V. Ex^a não aceitar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Estou fazendo uma questão de ordem, Sr. Presidente. O Deputado...

O SR. (Orador não identificado) – Mas, é uma questão de ordem...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-AM) – V. Ex^a pode contraditar, não levantar questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Garante a palavra do Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O legítimo de defesa permite a recusa a falar, mas, não a definição do momento em que se responde.

Nessa linha, Sr. Presidente, a minha questão é a seguinte: se o Deputado não quiser responder na hora em que faço a pergunta, que conste que ele se recusou a responder, e o Relator fará a avaliação do sentido probatório da recusa da resposta. Mas, não se pode obrigar ao arguidor ou inquisidor que revele todas as perguntas, se ele assim não o quiser, para uma resposta global.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo, ficará registrado. Caso o depoente não responda, ficará registrado.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, para que continue com a arguição.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 53 da Constituição.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, garanta a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo. Há Deputados que não querem deixá-lo falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado José Eduardo Cardozo, continue a arguição.

O SR. (Orador não identificado) – É questão de ordem, Sr. Presidente. Isso é regimental.

O SR. (Orador não identificado) – Ele fez uma questão de ordem...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, garanta a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo. Há Deputados que não querem deixá-lo falar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a contradita é regimental.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Pelo amor de Deus!

(Intervenções simultâneas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, para continuar a arguição.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a pode não aceitá-la, mas, é questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a Oposição não quer que o Deputado José Eduardo Cardozo fale.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado José Eduardo Cardozo com a palavra.

Por favor, peço a Vossas Excelências...

Estamos conduzindo os trabalhos com muito cuidado. Ainda há muitas pessoas para falar. As coisas estão colocadas, estão esclarecidas, e a palavra está com o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é regimental...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode não aceitar, mas é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra assegurada o Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é cerceamento de questão de ordem. É matéria constitucional, é regimental.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não falo na vez de ninguém. Por que interrompem quando eu falo? Sou tão quieto, tão paciente. Não é justo que não possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é para esclarecimento do Deputado José Eduardo Cardozo...

O SR. (Orador não identificado) – É uma tática. Sr. Presidente, para não deixar o Deputado José Eduardo Cardozo falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Essa é a tática da Oposição. Não querem que ele fale.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Deputado Roberto Jefferson,...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, registrado o protesto, É o segundo protesto contra a direção do trabalho a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – A pergunta que faço ao depoente é a seguinte: Deputado Roberto Jefferson, a nomeação que V. Ex^a fez do Sr. Osório atendeu a essa estratégia revelada por V. Ex^a de buscar captar recursos eleitorais?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Está registrado, vou responder depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Peço que conste, então, que não foi respondida a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu vou responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Desculpe, mas, a arguição está comigo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Por favor, Deputado José Eduardo Cardozo prossiga. Não foi respondida. Por favor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Agradeço, Sr. Presidente, a pergunta.

O SR. (Orador não identificado) – Será respondida posteriormente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – A segunda pergunta que faço, Sr. Presidente, é se o depoente tem um genro chamado Marcus Vinícius. (Pausa.)

Não respondida, Sr. Presidente.

A terceira pergunta que faço: qual a razão pela qual o Sr. Marcus Vinícius dirigia telefonemas ao Sr. Marinho para que ele atendesse empresários. Se ao ver do depoente isso está dentro dessa estratégia de

captação de recursos para a campanha, para um atendimento privilegiado de certos empresários. (Pausa.)

Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

Pergunto se o genro do Deputado depoente é sócio ou não da Assurrê, com o Sr. Henrique Brandão, que é, na verdade, pertencente também ao Sr. Henrique Brandão. Quero saber se ele é sócio, porque essa empresa está sendo acusada de ser beneficiada pelo IRB, na perspectiva de, obviamente, haver algum tipo de remuneração indevida a esta empresa, que é um *broker*. Disse o próprio Deputado Roberto Jefferson que tinha pedido ao Presidente do IRB que reunisse uns *brokers* para conseguir captação de recurso de campanha. O *broker* é quem faz a intermediação do resseguro. Para meu espanto, porque eu não conhecia isso, o IRB escolhe livremente os *brokers*, sem nenhum tipo de critério isonômico, e são operações de milhões que são feitas.

Portanto, a questão que faço ao Deputado Roberto Jefferson é a seguinte: essa obtenção de recurso de campanha feita a partir de *brokers* não é uma forma de corrupção escancarada no IRB? Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

Outra pergunta. Do ponto de vista objetivo, legal e ético, não há nenhuma diferença entre o “mensalão”, dito pelo Deputado Roberto Jefferson, e os R\$4 milhões recebidos por ele. Vamos dar por verdadeira a versão dele, porque, do ponto de vista legal, o pagador é o mesmo, o banco é o mesmo, o financiador é o mesmo, e o propósito do “mensalão” não sei se é eleitoral ou não, pode até ser. Portanto, entre “mensalão” e os R\$4 milhões, efetivamente, parece que não há grande diferença. Poderia até chamar os R\$4 milhões de “semestrão”, porque aquilo que, na versão do Deputado Roberto Jefferson, alguns querem receber em parcelas, ele conseguiu receber no todo.

Então, a pergunta que faço, Deputado, é a seguinte, tomando-se por pressuposto... Eu falei claramente, Deputado Antonio Carlos Magalhães, tomando-se a versão dele... A partir da versão dele, o Sr. Múcio disse que não foi repassado... O Sr. Múcio disse que não foi repassado para nenhum Deputado do PTB o “semestrão”... Líder do PTB... A pergunta que faço é: o senhor Múcio mentiu ou V. Ex^a, dentro da sua versão, ficou com o dinheiro? Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

A outra pergunta: o Sr. Múcio negou que tenha havido uma votação na Bancada do PTB sobre se deveria receber o “mensalão” ou não. O Sr. Múcio mentiu? Porque o Deputado, na Comissão de Ética, declarou, textualmente, que houve uma votação da Bancada do PTB. Mente o Líder do PTB ou mente o depoente? Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

O Sr. Múcio declarou que nunca foi pressionado por Pedro Henry e Valdemar Costa Neto a aderir a um suposto “mensalão”. Mente o Sr. Múcio ou mente o depoente? Resposta não feita, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Jefferson disse, quando perguntado por mim, na Comissão de Ética, que não depôs na Comissão de Sindicância da Câmara, aberta pelo Deputado João Paulo Cunha, a partir de denúncia feita pelo...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – É isso o que eu vou falar, Deputado. V. Ex^a pode deixar que o Deputado Roberto Jefferson responde... V. Ex^a responder fica ruim, Deputado, antes. Disse que não depôs na sindicância porque houve 45 minutos, apenas, a sindicância. Eu tenho aqui, em mão, a cópia da sindicância, e não demorou 45 minutos, Deputado Roberto Jefferson. Lamento informar que V. Ex^a faltou com a verdade. Ela foi aberta no dia 24 de setembro, pelo Presidente João Paulo Cunha, e foi encerrada ou houve a proposta de arquivamento no dia 6 de outubro. Houve, portanto, tempo suficiente para que V. Ex^a subisse as escadas da Câmara dos Deputados e pudesse, evidentemente, prestar o depoimento. V. Ex^a tem algo a comentar a respeito? Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

O Sr. Declarou que o senhor Osório é amigo e companheiro...

O SR. (Orador não identificado) – O tempo, Sr. Presidente, o tempo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – ...e que, freqüentemente...

Sr. Presidente, foi a questão de ordem que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, não foi passado. Houve várias interrupções. Eu dou mais dois minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Obrigado.

O Sr. Roberto Jefferson disse ser amigo do Sr. Osório, a quem nomeou e eu me recordo de ele ter dito que encontra com ele freqüentemente. O Sr. Osório soube da fita no dia 3 de maio....perdão, o Deputado Roberto Jefferson soube da fita dia 3 de maio. O Sr. Osório disse que soube da fita no dia 13, às 17 horas. Entre o dia 3 e o dia 13, o Deputado Roberto Jefferson não teve nenhum contato com o Sr. Osório? Não falou da fita para o seu amigo?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

Há uma clara desconcordância entre o depoimento do Sr. Molina e o do Deputado Roberto Jefferson. O Sr. Molina disse que esteve com ele duas vezes... perdão, quatro vezes. O Deputado Roberto Jefferson disse que esteve duas. O Sr. Molina disse que esteve, além das vezes reveladas pelo Deputado Roberto Jefferson, uma vez em Belém – perdão, uma vez em Belém, confere com o Deputado Roberto Jefferson; no dia 3 em seu gabinete, confere com o Deputado Roberto Jefferson, mas disse que esteve uma vez em seu gabinete discutindo uma situação que envolvia a Prefeitura de Belém, que o Prefeito, na verdade, não recebia bem deputados etc, e uma outra vez que esteve na sua casa, no Rio de Janeiro, à noite, lhe entregando charutos.

A pergunta é: mente quem, o Sr. Molina ou o Deputado Roberto Jefferson?

Pergunta não respondida, Sr. Presidente.

Eu tenho mais perguntas a fazer, mas, infelizmente, eu respeito o tempo e a vez dos meus colegas. Portanto, deixo de fazê-las e vou me reinscrever ao final, talvez para fazer as perguntas e ouvir o silêncio do Deputado Roberto Jefferson, que, pelo jeito, teme responder perguntas quando lhes são incômodas.

O SR. (Orador não identificado) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo. Com a palavra Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sobre a primeira pergunta, Sr. Presidente, se o Dr. Antonio Osório soube de mim essa estratégia de arrecadação, soube. Eu pedi a ele que, se possível, na relação com algum empresário privado, que é uma coisa que tem que ser selecionada, amadurecida, ele pudesse, no final, nessa relação, ajudar o caixa oficial do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Marcus Vinícius é meu genro, casado com minha filha Fabiana, já me deu três netos: o Vítor, com 6 anos; o Arthur, com 4 anos; e o Bernardo, com 1 ano de idade. Se ele dirigia telefones à Marinha, V. Ex^a é que está dizendo, eu não tenho nenhuma informação disso. “Seu genro é sócio da Assurê.” Nunca foi. Ele foi empregado do Henrique Brandão durante seis anos. “Brokers de livre escolha do IRB.” É verdade. O IRB é que escolhe. Isso é o forte da democracia. A democracia é social e econômica. Se os grupos forem sempre os mesmos...por exemplo, os banqueiros que eram do Fernando Henrique continuam agora no PT. Isso é que está ruim. Por isso é que temos essa passeata de agricultores aí, porque mandavam no Governo do Fernando Henrique os banqueiros, continuam mandando no Governo do Presidente Lula. Essa é a desgraça.

Se a gente pudesse influir para tirar os banqueiros e botar um capitão de indústria no Ministério da Fazenda, era melhor para o Brasil. Essa é uma tese que temos que enfrentar aqui. E no IRB é de livre escolha. Nos Correios, não. E a Novadata, empresa do amigo do Presidente Lula, manda lá. É corrupção, Deputado? Esse pessoal não enxerga o rabo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Não respondido.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Livre escolha do IRB – palavras de V. Ex^a. É verdade, o Henrique Brandão cresceu 3,6% naquele contexto.

Gostei que V. Ex^a admitiu o “mensalão”. Pelo menos foi o primeiro do PT que teve coragem de dizer isso aqui. Gostei. Foi a primeira vez que alguém do PT assumiu. Eu não sei se são ecos da **Veja** que “O Mensalão da perua”, denúncia de suborno de Vereador paulistano durante gestão de Marta Suplicy, pedido de instalação de CPI”... Se a **Veja** vale para mim, vale para o Partido de V. Ex^a também.

O Múcio. Não foi repassado semestralmente. Está absolutamente combinado comigo. Ele não sabe para quem eu dei e se dei. E eu não digo a ninguém, nem a ele porque não vou prejudicar meu Partido e companheiros inocentes. Ele tem razão quando afirma isso. Não houve uma votação na minha Bancada. No princípio do legislativo passado, quando essa questão do mensalão tomou conta da Casa – e há aqui ex-Deputados, companheiros meus, que estão em outros partidos, mas que são homens de bem –, coloquei isso em debate. Eu estava na reunião e começou: ah, o pessoal do PP tem, do PL. Eu digo: “Aqui, não. Eu não vou dar. Aqui, não vou dar. Não vou me chafurdar nisso. O mensalão escraviza e desmoraliza. Não vou fazer.” Acordo com o PT, financiamento para as nossas coligações, eu fiz. Não é Deputado Bittar? Eu fiz. É claro que fiz. Não é, Senadora Ideli? Fiz acordos com ela também lá em Santa Catarina. Fiz acordos lá no Rio com o Sr. Bittar. Na coligação, fizemos mesmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Que tipo de acordo que envolveu dinheiro?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Político.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Ah, político.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Com V. Ex^a, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O senhor apoiou a minha candidatura, é isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, mas com V. Ex^a, não. Estou só esperando V. Ex^a chegar. Estou ansioso que V. Ex^a venha me fazer perguntas. Eu, aqui, na expectativa de encontrá-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Estou absolutamente tranquilo, Deputado Roberto Jefferson. Já ouvi de V. Ex^a muitos elogios à minha retidão de princípios.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, ansioso por ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, deixa eu terminar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Eu disse Roberto Jefferson com a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – ...para

ele não achar que eu não respondi, porque senão ele vai chorando para casa: “Não fui respondido”. Aquele choro que a gente conhece do PT.

O Deputado José Múcio declarou não ter sido pressionado. Eu digo que foi. Só que o Múcio não sou eu. Ele não quer romper com as relações que tem. Ele já me disse que, depois, não sabe como encontrar com essas pessoas e conversar. Eu rompi. É um problema dele. Eu afirmo o que disse: “O Osório é amigo e companheiro do peito.” “Encontra frequentemente?” “Sim.” “Falou sobre a fita com o Osório?” Não falei, porque, nesse interregno, até a publicação dela, não encontrei o Osório e não maldei a conversa do Molina. Eu o achei 171.

Deputado, respeito V. Ex^a, professor universitário, procurador municipal. Tem currículo. E faço o seguinte: eu distingo os erros da direção dos homens do partido. Não sou como V. Ex^a, que generaliza.

Quando conversei com o Osório, foi na véspera da publicação da revista. Já estava no *site*; nós tínhamos a informação. Vim para Brasília, fui para a casa do Salmeron e assisti com ele à fita, no domingo, detalhadamente. Não tratei da fita antes com ele. Por quê?

Quando conheci o Sr. Molina, que não esteve no meu apartamento – ele mandou pela portaria uma caixa de charutos, que não fumei, porque não fumo –, quando conversei com o Molina em Belém, ele usou o pior expediente que existe para se aproximar de uma pessoa. Ele quis falar de intimidade de mulheres. O tipo do cara escroto, me perdoem o termo não-regimental. Escroto! Sentou-se comigo e quis falar de uma pessoa pela qual sempre tive respeito e consideração. Insinuante. Morreu para mim. Morreu. Eu vi que era boquirroto, lobista, aqueles caras que querem vender facilidades e entrar na intimidade das pessoas. “Sou comandante”. A única coisa respeitável que ele ostentava para mim era ser consultor da Fundação Getúlio Vargas e comandante da Marinha, que ele dizia que era. Já descobri que comandante da Marinha ele não é. Mentira. É falso. Tenho aqui um manifesto da Ma-

rinha, dizendo que ele foi professor da escola de 2º Grau, de 1978 a 1980, e usa a carteira de ex-professor para se dizer comandante. É não é. Então, achei uma figura horrorosa!

Quando ele veio conversar comigo pela segunda vez, não me extorqui. Tudo dele é insinuado. Não botei fé, Deputado. Não botei. Achei ele tão frágil, tão vagabundo, tão sem essência, que não botei fé. Por isso não fui ao Osório tirar o sossego dele: “Osório, me apareceu aqui um tal de comandante Molina.” Não fiz isso! Como não chamei a Segurança da Câmara para prendê-lo... Poderia ter feito, mas não me ocorreu, porque achei tão inconsistente... Ele não me achacou, ele não me extorqui, ele não me chantageou. Pelo contrário, ele disse: “Esses empresários têm uma fita e querem negociar com o senhor”. Eu usei termos não regimentais com ele para ele fazer um uso da fita, e pedi que saísse do meu gabinete. Achei que era um lobista vagabundo, como outros lobistas vagabundos já me procuraram, e tratei assim. Só o recebi porque o Senador Ney Suassuna me ligou cinco ou seis vezes pedindo para recebê-lo: “Osório é amigo, companheiro, pepepé...”.

Molina, duas vezes no gabinete. E a caixa de charutos, ele não esteve na minha casa, deixou. Moro no Hotel Barra Leme, na praia do Pepê, no Rio de Janeiro, e ele deixou na portaria do prédio. Ela foi levada ao meu apartamento com um cartão dele, e sequer devolvi a ligação para agradecer.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Questão de ordem, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR) – Sr. Presidente, invocando o art. 403, V. Ex^a pode não aceitar a questão de ordem, mas..

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Aqui, uma informação que saiu no Jornal Nacional, agora: o Sr. Marcos Valério, no dia 19 de agosto, sacou R\$150 mil do Banco Rural, no Brasília Shopping. Agora, acabou de sair no jornal. No Banco Rural, no Brasília Shopping, o Sr. Marcos Valério, no dia 19 de agosto do ano passado, sacou R\$150 mil em dinheiro. É a primeira informação sobre essa agência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR) – Quando pedi a questão de ordem, Sr. Presidente, com todo respeito e urbanidade, e por isso faço o segundo registro de protesto, com todo respeito a V. Ex^a, foi porque, ontem, eu já havia protestado. Falei com V. Ex^a após a reunião, e, hoje, eu o faço em público.

Não se pode admitir que se vença no grito. A questão de ordem, V. Ex^a pode não aceitá-la, mas não pode cercear a possibilidade de ser questionada. E era oportuna, como é agora, porque há razão quando se afirma que a pessoa que está depondo aqui, seja na condição de investigado, testemunha ou indiciado – e não é o caso do Deputado Roberto Jefferson, que está aqui na condição de testemunha, como todos que estão sendo chamados e convocados a esse depoimento –, seja como for, é Deputado Federal e, portanto, aplica-se a possibilidade do direito ao silêncio, a possibilidade de se recusar a falar, mas, além disso, leio o art 53 da Constituição: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.”

Sem entrar no mérito da posição por ele tomada, ele é inviolável. Isso é imunidade parlamentar, e é inadmissível transformar isso numa Santa Inquisição. Os questionamentos podem ser duros e contundentes, mas jamais no aspecto inquisitorial e de Santa Inquisição, e cerceando a possibilidade de um Deputado parlamentar usar da sua imunidade. Irá responder politicamente por isso, mas não pode ser pressionado e ser obrigado a dar a resposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Questão de ordem, Sr. Presidente.

A questão de ordem... Agora, houve uma questão relevante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Qual é o artigo? Pergunte o artigo, Presidente, porque vai ficar brincadeira. Qual é o artigo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – É o mesmo artigo 131.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Qual é o artigo? Pergunte qual é o artigo.

O SR. (Orador não identificado) – Estão usando esse 131 sem fundamento, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Virou brincadeira!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – É o 131, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a me desculpe, mas o Deputado José Eduardo Cardozo está abusando do art. 131.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Não, me permita. Houve uma questão suscitada.

O SR. (Orador não identificado) – De novo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – No começo, pelo que eu bem deparei, V. Ex^a disse que ele estava depondo na condição de investigado.

O SR. (Orador não identificado) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, não foi dito isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Não? Então é testemunha?

O SR. (Orador não identificado) – Não disse nada. Não houve nenhuma afirmação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Então, terá que assinar o termo de testemunha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nem pode dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Não foi dito, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Me perdoe, Senador Pedro Simon. Na verdade, na definição de uma CPI, se a pessoa é investigada ou testemunha, conforme já debatemos aqui, é de condição fundamental para o enquadramento.

É bem verdade que o Deputado Roberto Jefferson goza de imunidade quanto à palavra. É verdade.

O SR. (Orador não identificado) – Ele não é investigado, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Porém, a condição...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Deputado está sendo investigado na Comissão de Ética da Câmara. É uma coisa.

O SR. (Orador não identificado) – Aqui, não.

O SR. (Orador não identificado) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Aqui, ele está como testemunha. Uma coisa não tem nada a ver com a outra coisa.

O SR. (Orador não identificado) – Exatamente. O Senador Pedro Simon está corretíssimo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Então, que o Presidente defina. Que o Presidente defina a condição para que nós saibamos a que título ele comparece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Aqui, ele está como testemunha, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. (Orador não identificado) – Aqui, como o homem que entregou o “mensalão” do PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Veja por que, Presidente.

Há uma questão, Senador Pedro Simon: testemunhas não podem ser orientadas por advogados durante o depoimento. De acordo, Senador Pedro Simon? Ele está conversando com o Deputado o tempo inteiro.

O SR. (Orador não identificado) – Ele está aqui como o homem que entregou o “mensalão”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Eu não levantei essa questão...

O SR. (Orador não identificado) – O Deputado José Eduardo Cardozo quer impedir o funcionamento desta reunião, Sr. Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. (Orador não identificado) – Já estiveram aqui acompanhados. Todos já estiveram aqui. Todos já estiveram aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Ele não pode conversar. Testemunha... Senhores, é uma questão legal. Testemunha não pode ser orientada por advogado. Depoente, quando é investigado, no exercício de defesa, pode. Foi porque tive a impressão falsa de que estava sendo investigado que não argui o fato de o Deputado Roberto Jefferson conversar o tempo inteiro com os advogados. E cobrei à Deputada inclusive quando levantou; o depoimento será nulo, se for testemunha, porque conversou com os advogados o tempo inteiro, inclusive consultou.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado José Eduardo, tem que ser anulado o depoimento do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O que disse o Deputado Roberto Jefferson até agora? O Brasil não ouviu nada; é nulo o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. (Orador não identificado) – Suspende a demissão de Furnas; suspende a demissão de José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR) – Sr. Presidente, primeiro, mais um esclarecimento. Há uma preocupação muito grande com a intervenção de advogados. Não vejo o porquê desse receio. Não há restrição constitucional. Pelo contrário, há alegação inclusive de inconstitucionalidade de vários regimentos e de vários procedimentos em comissões parlamentares de inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Gustavo Fruet, quero registrar que V. Ex^a está com a palavra mesmo, por dez minutos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR) – Sr. Presidente, eu reconheci e comecei com isso. Entendo, e estou entrando nesse dispositivo para deixar registrado, que não se pode cercear e não se pode ter medo de os advogados intervirem, até para não caracterizar cerceamento. Não há por que esse receio.

De forma objetiva, uma pergunta e uma observação que cabe o registro político: peço ao Deputado Roberto Jefferson para explicar mais uma vez a questão do despacho que permitiu à Polícia Federal entrar ou invadir – como foi a expressão que V. Ex^a utilizou

– a residência da sua filha, e pergunto se essa decisão foi emanada pela 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Tenho a cópia do mandado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR) – V. Ex^a tem o nome do Juiz ou da Juíza?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É a Juíza. Tem o Juiz Substituto que começou. Na casa da minha filha, foi a Juíza Titular – não me recordo do nome dela. Quero dizer a V. Ex^a que ela teve a leviandade de, não sabendo onde morava a minha filha, mandar invadir, por homônimo, o apartamento de um rapaz, em Petrópolis, que trabalha no Rio com a esposa, no Valparaíso, que é do outro lado da cidade onde mora minha filha, que mora no Retiro. O rapaz chama Marcos Silva Vasconcelos; meu genro: Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira. Ela mandou arrombar o apartamento desse Marcos Silva. Quer dizer, uma atitude açodada, não investigada. Um absurdo! Quando a Polícia Federal viu que não era o apartamento do Marcus Vinícius saiu e foi para a casa da minha filha, aí, sim, no Retiro. Chegaram lá à uma hora da tarde.

O apartamento desse rapaz Marcos Silva Vasconcelos foi invadido às 11 horas. Quando constataram o absurdo do mandado ... Porque ela está em Brasília, quer fazer gracinha lá em Petrópolis... Devia pendurar uma melancia no pescoço. Aí o que ela fez? Foram à casa do meu genro: seis policiais federais, o delegado e um procurador. Estavam em casa: minha filha, o Bernardo, o caseiro e a empregada. Uma hora da tarde, eu ia chegando para depor e a mãe dos meus filhos me ligou dizendo: “Vou para a casa da Fabiana que tem uma turma da Polícia Federal lá”. Saíram de lá às 19 horas, à noite. Foi bom porque me deu mais força para fazer o que fiz naquela Comissão de Ética. Eles me ajudaram. Agradeço a ela a atitude leviana que tomou, porque ela me deu força para aquele depoimento que fiz na Comissão de Ética, dia 14. Obrigado, doutora. Quero agradecer ao Valdemar, e quero agradecer à colega do Valdemar agora.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR) – Sr. Presidente, essa informação é muito grave. Partindo do pressuposto – não tenho o nome da Juíza que deu o despacho – é o primeiro requerimento que faço, para que seja solicitado pela CPMI esse despacho, porque a titular da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília é a Dr^a Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa. Falo isso com o maior respeito ao Judiciário, com muito cuidado. Não podemos colocar em dúvida as decisões do Judiciário e a ação da Polícia Federal no Brasil, que têm que estar a serviço do Estado e do interesse público e não de governo. Mas, coincidentemente, se for essa

Juíza, o esposo dela é o Dr. Álvaro Ribeiro da Costa, Advogado Geral da União, nomeado pelo Presidente Lula. Isso é muito sério. Se se confirmar, é mais do que uma coincidência que merece averiguação, com todo respeito à Justiça Federal do nosso País.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mas é ela mesma, da 10ª Vara. Vou trazer o mandado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR) – Esse é o primeiro requerimento.

A segunda observação é para o registro político, também fundamental numa CPI. Aqui não se trata do bem contra o mal, é ter algo meio sartriano; há vítimas e cúmplices nesse processo, e o Governo por vezes insiste num erro de querer legitimar, com erros do passado...

O SR. (Orador não identificado) – É o aparelho de Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB-PR) – ...querer legitimar um ato de desvio ou até de corrupção, por ter acontecido no passado; querer desqualificar o Deputado Roberto Jefferson por ter sido denunciado ou, supostamente, estar envolvido com pessoas que foram denunciadas por atos de corrupção no passado. Um erro não legitima outro erro. Uma corrupção não vai legitimar outra corrupção. Nenhuma quadrilha criminosa no mundo foi desmantelada se não fosse por denúncia de um de seus membros e componentes. Por isso, inclusive, o Brasil aprovou a delação premiada e a proteção de testemunhas. É quando se quebra o código de silêncio da máfia, a lei da *omertà*. E, neste momento, estamos vendo uma sucessão de coincidências nessa corrente da alegria denunciada pelo Deputado Roberto Jefferson. Na primeira vez, quando ele citou o nome de Marcos Valério e essa operação, foi uma tentativa de desqualificação brutal em cima de um Deputado Federal no uso da imunidade parlamentar e com direito à exceção da verdade e à exceção de notoriedade. Depois dessa denúncia, passado pouco mais de duas semanas, está-se estabelecendo um elo com uma série de seqüências, denúncias e testemunhos que estão confirmando, em parte ou totalmente, as denúncias formuladas pelo Deputado Roberto Jefferson. Destaco isso, porque, em momento algum, ele está adotando um discurso hipócrita de que não soubesse, ou não tivesse conhecimento, ou de que o PTB não tivesse alguma relação junto ao Governo, que passasse também – sem entrar no mérito se isso é equivocado ou não – de indicação de pessoas para ocuparem cargos públicos no Governo Federal. É até algo para ser repensado diante da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, diante da possibilidade de ser um divisor de águas, inclusive com a reflexão

inteligente, aqui provocada por ele, do sistema político, do sistema eleitoral brasileiro e da necessidade de uma reforma política.

Portanto, não é o bem contra o mal. Não é 8 ou 80. É necessário que o Governo também tenha auto-crítica e faz-se necessário humildade junto ao PT, para passar por um processo de purificação. Na política, há uma tendência à mistificação e a trabalhar com ufanismo, e achar que as críticas aos outros são todas procedentes. No entanto, quando criticam a nossa família, os nossos amigos, os nossos companheiros, estabelece-se uma barreira, achando que estamos blindados, não sendo necessária uma investigação. O mal – caso se confirmem essas denúncias, que começam com a investigação nos Correios – que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Silvio Pereira estão fazendo ao PT e à democracia brasileira é brutal. O PT é fundamental para a democracia brasileira. O PT tem uma das histórias mais bonitas na vida partidária brasileira e não pode ser prejudicado e contaminado por um processo dessa natureza, que fica, de forma muito objetiva, na denúncia do Deputado Roberto Jefferson, restrito à sua direção e com o conhecimento do seu presidente nacional. Tanto que, ontem, o Deputado José Múcio Monteiro foi taxativo e foi a segunda pessoa a confirmar que o Deputado Roberto Jefferson teve a reunião em junho do ano passado e em março deste ano. O tesoureiro, ou secretário do PTB, Sr. Emerson Palmieri, também confirma as denúncias do recebimento do recurso.

Fiz uma conta muito grosseira neste início, mas, dos 14 testemunhos públicos já realizados, 12 dão procedência às afirmações do Deputado Roberto Jefferson. Inclusive o ex-Ministro Miro Teixeira, que disse que recebeu a consulta e a manifestação do Deputado Roberto Jefferson. A partir dos testemunhos, estamos vendo fechar o quebra-cabeça, numa sucessão de fatos que se vão somando e completando uma história. Ou é uma coincidência fantástica, que o melhor roteirista do Brasil não seria capaz de escrever ou, efetivamente, o indício é muito forte e está-se confirmando a partir das investigações.

Ouvimos a Fernanda Somaggio, cujo sigilo bancário foi quebrado hoje por esta CPI, proposta do Governo, ampliando o foco dessa investigação. Por meio da agenda dela, dos depoimentos de uma série de pessoas que aqui estiveram, inclusive os arapongas, efetivamente, verifica-se que a investigação dos Correios, foco desta CPMI, não se restringe à denúncia contra o Sr. Maurício Marinho. Parece ter algo maior, não só na sua diretoria, mas a possibilidade de uma arapongagem, que pode estar funcionando há muito mais governos do que somente o Governo atual. É muito sério.

A manifestação e o requerimento do Deputado Carlos Sampaio, hoje, vêm reforçar a possibilidade de que ali havia uma disputa comercial, não específica dessa diretoria, e permite supor que havia uma tentativa de chantagem, quer seja contra o Deputado Roberto Jefferson ou contra a diretoria demissionária dos Correios do Brasil.

Da mesma forma, ampliou-se a investigação para outras diretorias dos Correios, e novas denúncias merecem investigação. No entanto, esse fato se confunde em determinado momento ou com o Conselho de Ética, ou com a Corregedoria da Câmara, ou com a possibilidade de instalação da chamada CPI do Mensalão ou da compra dos votos. Em determinado momento, será necessária a convergência desses fatos, mas, até este momento, com muita responsabilidade, reafirmando o que disse o primeiro depoimento do Deputado Roberto Jefferson, que consegue inverter o foco da investigação, que consegue trazer outros atores e personagens a esse cenário, que provoca uma profunda reflexão, sem hipocrisia e sem receio do efeito bumerangue para qualquer dos Partidos ou para qualquer dos Governos, e que começa a ter consistência a cada dia que os atos vão sendo formulados.

Aqui não vai prejulgamento contra ou a favor do Deputado Roberto Jefferson, mas entendo que é preciso assegurar a S. Ex^a os seus direitos como cidadão e, mais do que isso, é preciso que lhe sejam assegurados os seus direitos de Parlamentar, que tem imunidade justamente para fazer denúncias. Se não forem comprovadas, a responsabilidade é dele – e ele tem muita consciência, como já demonstrou ao longo de todas as suas manifestações.

Sr. Presidente, estamos a reboque da imprensa – falo no lado positivo. Estamos trabalhando com as informações que são publicadas antes de chegarem ao conhecimento desta Comissão. Boa parte das manifestações da Comissão se dão em função das denúncias veiculadas pela imprensa, como a de que o Sr. Marcos Valério esteve, no dia 19 de agosto de 2003, no Banco Rural do Brasília Shopping, no banco citado hoje como fato novo no depoimento do Deputado Roberto Jefferson, com registro de ingresso às 14h57 e, nesse mesmo dia, de acordo com dados do Coaf publicados pela revista **IstoÉ** aos quais não tivemos acesso ainda – já pedimos, inclusive, uma reunião secreta com o Coaf –, a empresa DNA sacou R\$150 mil. Coincidentemente, no mesmo dia, no mesmo banco que foi denunciado hoje pelo Deputado Roberto Jefferson!

Ou seja, começa a ficar evidente a ligação e a se fechar o quebra-cabeças com este depoimento.

Portanto, Sr. Presidente, esta manifestação é para deixar claro que não se trata do bem contra o mal, não

estamos aqui para uma santa inquisição, para colocar na fogueira quem quer que seja, inclusive um Deputado Federal. Queremos investigar. Ao final, se houver mais de um culpado, que sejam todos responsabilizados, sob pena desse maniqueísmo criar uma barreira, errada, contra a possibilidade de ser um divisor de águas nessas denúncias que merecem profunda reflexão, feitas ao longo dessas duas semanas e hoje reafirmadas pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma informação aos colegas. Eu acabo de receber dois ofícios que me pediram que fossem lidos. Acho importante... São dos diretores de Furnas, que estão sendo...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a tem de tratar todos igualmente...

(Intervenções fora do microfone. Tumulto.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, qual é o dispositivo regimental?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, é um minuto apenas, lerei a pedido dos diretores de Furnas! Estão sendo citados como demitidos, mas eles pediram demissão.

O SR. (Orador não identificado) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado, nós vamos dar sequência e, depois, V. Ex^a, no final, se inscreve e fala.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Sr. Presidente, qual é o dispositivo regimental?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Para facilitar, vou passar às mãos de V. Ex^a para que V. Ex^a leia. Não é justo que os diretores de Furnas sejam enxovalhados aqui e não tenham direito de verem lidas suas cartas de demissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – OK. Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sr. Presidente, vou pedir que volte a ser contado o meu tempo. O Deputado Roberto Jefferson parece estar se medicando. Só um minuto.

O senhor está se medicando?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Estou, mas é rápido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Eu aguardo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Uma vez que o Presidente definiu a condição de V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, como de testemunha... Não sou advogado, mas sei que há, para o processo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – A propósito, gostaria de informar sobre o esclarecimento que me foi dado pela assessoria: o Deputado, com base nas denúncias da fita, está depondo aqui como investigado e tem direito a ter livre acesso aos advogados que estão ao lado dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Agradeço o esclarecimento e quero dizer que, até pelo princípio da isonomia, que tenho procedido em todas as audiências com este pré-requisito: de inquirir acerca da posição em que o depoente aqui se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Foi uma falha minha. A Mesa admite que não definiu claramente a posição do depoente, não usou da clareza que tem pautado a condução dos trabalhos desta CPI em todas as oitivas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Eu agradeço, Sr. Presidente, mas apenas para que não fique qualquer dúvida sobre maniqueísmo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de aproveitar a oportunidade.

Para que fique bem claro, Sr. Presidente, no começo da arguição, V. Ex^a definiu se é investigado ou testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – E se for testemunha, advogados não podem orientar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Já admiti que foi uma falha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – E segundo, Sr. Presidente, apenas para meditação de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Já admiti que foi uma falha minha no início dos trabalhos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – E me permita, Sr. Presidente, não é apenas para este depoimento, mas para qualquer outro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com certeza absoluta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Mas não é esse aspecto, é um outro aspecto. Penso que o fato de se permitir que o depoente responda ao final... Com a devida vênia, peço que medite sobre isso, pois dá o direito para que, daqui para frente, todos os depoentes possam assim proceder. Isso aniquila a estratégia de investigação. Peço que V. Ex^a medite

sobre isso, pois foi um precedente gravíssimo que foi aberto esta noite. Que se medite sobre isso independentemente, Senadora Heloísa Helena, de ser...

O SR. (Orador não identificado) – Ele é um Parlamentar, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Mas não muda...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas você está se dirigindo a mim por que, cara pálida?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Não muda. Não muda. A lei é igual para todos sob o ponto de vista da investigação. Peço apenas que medite sobre isso, porque, amanhã ou depois, a estratégia de investigação...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Obrigada. Está certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – ... de qualquer um dos membros da CPI será prejudicada por isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Feito o registro para a reflexão, Deputado Eduardo Cardozo.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Vou pedir apenas que se restitua, Sr. Presidente, o tempo adequado de modo que eu possa usar exatamente os dez minutos. E vou fazer uma reflexão junto ao povo brasileiro, assim como fez a proposta de reflexão o depoente e investigado hoje, ilustre Deputado Roberto Jefferson.

Houve aqui algumas assertivas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Gostaria que se restabelecesse o tempo do Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Está difícil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Mas vou tentar recompor...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Nas próximas sessões, vamos servir maracujá para todos os Parlamentares.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Agradeço a oferta. Gostaria de ter garantido a minha palavra, pois ouvi aqui, pacientemente, todos os oradores e oradoras. Não fiz qualquer perturbação quando outros estavam fazendo sua investigação.

O Deputado Roberto Jefferson apresenta uma reflexão, a partir dos seus mais de 20 anos de experiência política e de mandatos consecutivos, em torno da composição de forças e da organização de governos dentro do Estado brasileiro. E fez questão de dizer,

inclusive, que a experiência que ele tem até de composição de cargos, de repartição de espaço dentro de governo, é uma experiência que vem de muito além do exercício de 2003 até o ano de 2005.

Creio que, nesse sentido, é importante saber, toda a população, o povo brasileiro, que, de fato, neste País, nenhum partido governa isoladamente, sozinho. Estamos em uma democracia que é representativa. E em que pese, ainda, a dicotomia entre Legislativo e Executivo, optamos por um regime presidencialista. E que, evidentemente, nem todas as condições de eleger maioria para o Executivo se repercute nos Legislativos dos diversos âmbitos: Municipal, Estadual e Federal. E que, portanto, dentro da experiência do Deputado Roberto Jefferson, a repartição de poder dentro do Executivo busca, na composição de forças, pactuar um tipo de procedimento entre os partidos políticos.

Portanto – e é bom que a população brasileira saiba –, se estamos num exercício democrático de representação, evidentemente não é ilegítimo que haja uma composição política para levar adiante o Governo. Então, o ponto um é restituirmos isso, sob pena de não termos a validação do regime democrático e do pluripartidarismo. Senão, só valeria o partido que toma o poder, o partido de assalto, ou a Arena do período militar.

O Deputado teve experiência de Oposição no MDB, se não estou enganado, ainda no período de Oposição. Sucessivamente, depois, o Deputado viveu governos, mencionou aqui que houve um período em que deixou de ser Governo, com o segundo período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, preparando, inclusive, sua Base, seu Partido, sua coalizão, para sustentar uma candidatura à Presidência da República. E disputou legitimamente as eleições, obteve representação popular e trouxe para cá mandatos, evidentemente.

O Deputado menciona também que há, no exercício dos mandatos, as influências políticas e que parte da influência política, ao longo da sua experiência, também era medida na participação em espaços de poder, mediante quantificação de quanto isso representaria de exercício, de Orçamento, de organização vinculada a prestadores de serviço, a fornecedores, a industriais, enfim, ao mundo econômico. Acho que nenhum de nós é ingênuo de saber que isso se faz em qualquer governo. O problema não está aí. O problema é saber de que maneira o exercício desses cargos, o exercício dessas funções, a repartição desse poder está ou não ferindo os princípios republicanos de gestão da coisa pública, de desvio de dinheiro, de prática de corrupção ativa ou passiva. Concretamente, o fato que estamos apurando se origina de corrupção.

E é esta a razão de uma CPI: ter gerado um flagrante de corrupção. Ou estaríamos aqui fazendo o quê? Enganando a quem?

Outra vez, o Deputado menciona que estamos em um teatro político. Isso também é verdade, Deputado Roberto Jefferson. Nós estamos em um teatro político. E, no teatro político, nesta arena aqui, nós interpretamos os papéis que originam a nossa condição de mandatários e de representantes de interesses, de setores, de partidos políticos. Portanto, é evidente que o partido político que está no poder, nesta CPMI ou em outra, tenha o dever de defender o seu governo.

Quero dizer que o Governo do Presidente Lula, nesta repartição, que recebe uma herança política de tempos passados, evidentemente teve de negociar para conformar sua maioria. E o senhor é testemunha disso, não apenas o seu Partido, como também outros partidos da base aliada. Até aí, estou dizendo que não há nada de ilegítimo. O que ocorre de ilegítimo vem no momento seguinte.

O senhor menciona, Deputado Roberto Jefferson, que os postos que escolheu no Governo Fernando Henrique Cardoso, dois ministérios, se não estou enganado – Ministério do Trabalho e Ministério da Agricultura – e um outro que não me recordo. Vou usar aqui, com a licença regimental, o termo da rua “porteira fechada”, “cabo a rabo”, todos os cargos desses postos. Alguém já mencionou aqui que não há inovação e há uma queixa de inovação. Qual foi a queixa de inovação? Não teve porteira fechada no Governo do Presidente Lula. Aqui, há uma diferença notória dessa cultura dos anos anteriores. Segundo, o que lemos, segundo, o que ouvimos. Tanto é assim que, em diversos exemplos que V. Ex^a citou, há participação plural, às vezes com gente do PT, do PMDB, do PTB, do PP, do PL, do PDT, originalmente do PPS. Portanto, há uma história que foi rompida, foi modificada por este Governo.

Passo, agora, Deputado Roberto Jefferson, a fazer apenas duas ou três menções a declarações de suas, em 9 de fevereiro de 2004, para a revista **IstoÉ**.

Pergunta a **IstoÉ**:

“Os políticos pedem mais empregos, menos ortodoxia e juros menores, mas a área econômica continua mantendo os juros altos e o espetáculo do crescimento não aparece. O que está acontecendo?”

Resposta de V. Ex^a:

Há um erro gravíssimo no calendário eleitoral do País. [O senhor hoje inclusive falou sobre reforma política]. As eleições não poderiam se dar de dois em dois anos. Essa eleição de prefeito sempre coloca em xeque a posição do governo. Medidas econômicas surtem efeito antes de dois, três anos. A reforma da Previdência é a mais profunda que já vi, sem dar um

tiro, sem revolução. Se o governo pudesse aplicar a política econômica em dois, três anos, e começasse a abrir na hora da eleição, ela seria mais palatável. Por mais que Palocci (Antonio) e Meirelles (Henrique) sejam ortodoxos, eles vão ter que abrir para as eleições. Não tem saída.

Contesta a **IstoÉ**:

Abrir como?

Responde V. Ex^a:

Irrigar a praça com dinheiro, abrir o Orçamento, investir em obras públicas, gerar empregos, contratar 40 mil pessoas, fazer o que todo governo faz, senão perde a eleição. Perde, porque vira plebiscito.

A experiência de V. Ex^a retratou, por essas palavras, mudanças de comportamento. Mudanças de um governo que faz pacto, sim, mas em outro molde, distinto daquele que era o anterior. E a pergunta que faço, Sr. Deputado Roberto Jefferson...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Sr. Deputado Roberto Jefferson...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Quero garantir a minha palavra.

Sobre as alianças e os métodos, o Sr. Roberto Jefferson já se pronunciou.

A pergunta que fica, Deputado Roberto Jefferson, é se essa estratégia de fazer composição sem porteira fechada porventura interditou os esquemas que, ao longo dos 23 anos anteriores, funcionavam tão perfeitamente, tão hermeticamente, tão vinculados a pactos com o instrumento A, B, C ou D, de forças políticas e de imprensa, que nunca vieram à tona.

E, por isso, quero dizer, como o Deputado Henrique Fontana falou aqui: tenho orgulho do governo que muda e que faz um pacto em que a interdição de determinados interesses aflora, para que sociedade conheça de que modo ele se move.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra, o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quero cumprimentar o Deputado Carlos Abicalil, do PT do Mato Grosso. Quero dizer que recolho as palavras de V. Ex^a, extremamente elegantes, fecundas. Achei importante a sua colocação. V. Ex^a discrepou, não quis montar armadilha, não partiu para uma linha de desqualificação, não partiu para uma linha de confronto, de desmoralização; pelo contrário, V. Ex^a fez uma colocação construtiva.

Concordo com V. Ex^a. E quero dizer a V. Ex^a o seguinte: meu Partido... E só há um cargo que peço ao Cotta que devolva, que é o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. Não queremos mais que você fique

aí, Cotta. Você é o único que está agarrado. Entregue, por favor. Nós não queremos.

Nós queremos que ele entregue, porque é o único que está agarrado. Eu queria que ele entregasse. Está ruim isso. Nós queremos, com todo o respeito, continuar apoiando o Governo do Presidente Lula, sem participar de cargo no Governo. Então, estou pedindo ao companheiro Carlos Cotta, do PTB de Minas Gerais, que hoje está em uma Vice-Presidência da Caixa Econômica, que devolva. É o último que falta devolver. Se Deus quiser, que ele devolva o cargo, para que a gente possa fazer isto, a mesma coisa que fizemos com o Presidente Fernando Henrique no seu segundo Governo: um apoio com total independência, mas apoiando os projetos do Presidente Lula, que sei em favor do Brasil.

Obrigado a V. Ex^a, pela oportunidade que me dá de falar assim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

Peço silêncio aos parlamentares e a todas as pessoas que estão participando desta oitiva.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Deputado Roberto Jefferson, tenho algumas perguntas a fazer a V. Ex^a. Elas são simples, de rápida resposta.

A primeira pergunta que queria fazer é se V. Ex^a conhecia de quem foi as indicações dos demais cargos de diretores dos Correios ou se V. Ex^a só tomou conhecimento após a publicação da revista **Veja**.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Depois da **Veja**.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – O senhor conhecia o Sr. Marinho antes das denúncias vinculadas na revista **Veja**?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – O Sr. Marinho se encontrou com V. Ex^a no gabinete da liderança do seu Partido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim. Eu já disse isso.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – O senhor lembra qual foi o assunto tratado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Foi fazer uma visita junto com Antônio Osório à liderança. Eu era Líder.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Agora tenho aqui algumas confirmações, ou não, suas. Apenas

uma: que o senhor, no final do depoimento à Polícia Federal, disse o seguinte...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ao Ministério Público.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Ministério Público, desculpe-me.

O senhor disse o seguinte: que acredita que o Sr. Maurício Marinho tenha montado uma estrutura própria, com o objetivo de aumentar o seu rendimento. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Confirmo.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Confirma. Muito bem.

Agora, eu queria fazer duas perguntas, apenas, no caso de afirmação ou não, no depoimento do Dr. Osório. O Dr. Osório, quando tomou conhecimento da publicação da **Veja**, ele diz o seguinte: que ligou para o Presidente do PTB que ainda não havia tido conhecimento da matéria publicada pela revista **Veja**. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nós falamos no sábado, eu cheguei em Brasília no domingo.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Acho que foi o dia 14, que é sábado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deixe-me olhar aqui...

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Ele disse assim: que ligou para o Presidente do PTB, que ainda não havia tido conhecimento da matéria publicada pela revista **Veja**.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Dia 14.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Dia 14, é verdade?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É verdade.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – No dia 15, no domingo, ele diz o seguinte: que no domingo foi realizada uma reunião na residência do Dr. Garcia Salmeron, localizada no Lago Norte, de cujo endereço específico não se recorda, da qual também participou o Deputado Roberto Jefferson. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Confirmo.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Aqui diz o seguinte: que, quando assistiu à gravação, pela primeira vez, juntamente com o Deputado Federal Roberto Jefferson, este mencionou que Molina teria tentado fazer chantagem com a gravação. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, ele pode ter interpretado errado a minha palavra. Não

é chantagem. Ele quis negociar e eu estou dizendo isso desde o primeiro momento. Ele quis negociar, em nome de empresários, a fita comigo. Ele não tentou me chantagear.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Então, o senhor não confirma o que ele falou aqui. Ele deve ter entendido mal essa resposta.

Deputado Roberto Jefferson, última pergunta. O senhor me desculpe, mas farei essa pergunta porque há uma pressão muito grande no meu Partido Progressista quanto ao que está acontecendo neste momento.

V. Ex^a afirmou no Conselho de Ética e reafirmou no programa Roda Viva, ao qual tive o prazer de assistir, quando lhe perguntaram em relação ao meu Partido Progressista: “O senhor viu, ouviu ou lhe falaram sobre a distribuição de dinheiro?”, o senhor afirmou que deduziu. Esta foi a resposta nesses dois eventos: que o senhor tinha uma dedução sobre isso. V. Ex^a confirma aqui essa afirmação nesses dois eventos?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quero pedir perdão a V. Ex^a. Não são todos, mas eu não tiro Janene da minha colocação. Afirmo que o Janene está na operação do “mensalão”, afirmo por ouvir dizer.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Por ouvir... Por isso que eu disse...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Espere... Até pela reação...

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Pela dedução...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Estou respondendo. Deixe-me contar para V. Ex^a. Eu estava uma vez no gabinete com o Ministro José Dirceu e ligou um diretor da Petrobras dizendo que o Janene estava lá dizendo que era operador dele.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Quando foi isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – No ano passado. E ele reagiu violentamente a isso: “Meu operador, não... Se ele voltar aí com essa conversa você manda prendê-lo.” Por ouvir dizer, eu sabia das operações do Janene.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Não, não...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O Genu li agora, o assessor dele. Eu não conhecia o Genu, mas, sobre o Janene eu posso afirmar... está de cabeça nisso.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Por dedução ou por ouvir dizer é a mesma coisa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, claro, por dedução e por ouvir dizer. E reitero isso.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Por dedução do que ouviu dizer. Era isso apenas o que o senhor afirma?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Afirmando.

O SR. NELSON MEURER (PP-PR) – Obrigando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Deputado Roberto Jefferson, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que episódios como esses que ocorreram e têm ocorrido nos Correios, enfim, os fatos todos decorrentes desse episódio são situações graves que merecem ser devidamente apuradas, mas que colocam todos nós, Parlamentares, em situação delicada, difícil, já que somos obrigados a ouvir um Parlamentar e a interpellá-lo em função de fatos que justificaram a instalação desta CPI, que, aliás, foi movida também a partir da iniciativa de V. Ex^a em subscrevê-la. V. Ex^a insistiu que constituíssemos este fórum.

Em segundo lugar, quero fazer um registro político de caráter geral, porque o tempo não permite que eu estenda a minha fala.

Registro que tenho muito orgulho do nosso Governo. Penso que estamos conseguindo fazer com que a economia brasileira siga uma trajetória de crescimento sustentado, o que é importante para todos nós, estamos gerando empregos, estamos com absoluto equilíbrio fiscal, exportando. O Brasil não tem vulnerabilidade em relação às flutuações do mercado financeiro internacional. O barril do petróleo foi, agora, a US\$61 ou a US\$62, e a economia brasileira está bem. A nossa Petrobras está bem. A economia está muito bem, obrigado. Isso se deve a uma política séria no que diz respeito à economia do nosso País.

Orgulho-me muito também das ações de nosso Governo: as mudanças profundas na área da Educação, com o Fundeb e a reforma universitária; as mudanças na área das políticas públicas de saúde; o Bolsa-Família, que rompeu com a fragmentação dos programas de transferência de renda; e uma série de iniciativas fundamentais.

Estamos honrando a história do PT, que já foi citada aqui por muitos Parlamentares. E queremos apurar tudo, como disse o nosso querido Presidente da República, doa a quem doer. Se tivermos que cortar na carne, vamos fazê-lo, Deputado Roberto Jefferson.

Gostaria de ouvir os comentários de V. Ex^a sobre minha avaliação acerca desse processo como um todo.

Em primeiro lugar, ouvi de V. Ex^a uma avaliação de que tudo foi uma grande trama que envolveu a Abin, o PT, o ex-Ministro José Dirceu, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, entre outros, e de que tudo iniciou a partir de uma matéria plantada na revista **Veja**. Sinceramente, custa-me acreditar na consistência desse cenário construído por V. Ex^a, porque, no caso da revista **Veja**, basta ver a forma verdadeiramente panfletária com que essa revista tem tratado o Partido dos Trabalhadores e o nosso próprio Governo.

Em segundo lugar, há, sim, suspeitas graves de vinculação de arapongas possivelmente da própria Abin, mas não há registro, até agora, que ligue esses arapongas a uma ação institucional do Governo, a uma ação iniciada pelo Governo.

Em terceiro lugar, que interesse teria, Deputado Roberto Jefferson, o nosso Governo em atacar V. Ex^a? Que interesse teriam os integrantes do nosso Governo em atacar V. Ex^a, Parlamentar integrante da base do Governo? E V. Ex^a declarou a mim – e declarou isso hoje aqui também – que tinha muito orgulho em apoiar o Presidente Lula, que queria participar do processo de reeleição do Presidente Lula, talvez até fornecendo o candidato a Vice. E V. Ex^a falava do Ministro Walfredo Mares Guia, que tem recebido muitos elogios do Presidente Lula, muitos elogios meus e de todos que acompanham o seu trabalho sério.

Minha avaliação, Deputado Roberto Jefferson, é que houve uma perda de controle desse processo. Houve grupos de alguma maneira contrariados nos seus interesses na diretoria de administração. São eles os grupos ligados ao Sr. Wascheck, são eles os grupos de fornecedores dos Correios ligados ao Sr. Fortuna e muitos outros, que se uniram. Não por acaso, em vários momentos, fala-se que o Sr. Wascheck é representante de um grupo de empresários, que acabaram se envolvendo com o Joel, o Jairo, o Alemão, o Molina, todos especialistas em extorsão, em arapongagem e nessas coisas que aí estão.

Parece-me muito mais consistente entender o que aconteceu a partir dessa avaliação, desse cenário que procuro construir para V. Ex^a, do que a partir do cenário que, a meu ver, sinceramente, é fantasioso, tal como está sendo elaborado por V. Ex^a.

Em segundo lugar, quero registrar, Deputado Roberto Jefferson, que a diretoria ocupada pelo Dr. Osório, pelo qual temos respeito e apreço, é a Diretoria de Administração, e ela está entre as diretorias com maior orçamento dos Correios, Deputado Roberto Jefferson. Não é verdadeiro...

Tenho aqui os dados sobre despesas de custeio e investimentos dos Correios e despesas de pessoal, que mostram que o orçamento da Diretoria de

Administração, somados custeio e investimentos, é de R\$840 milhões/ano. Não é de se estranhar, porque, afinal de contas, essa diretoria é responsável por todo o suprimento dos Correios. Aqui se falou de uniformes, botas, alimentação, material de escritório e tantas outras questões que são fundamentais para os nossos Correios.

A Diretoria de Infra-Estrutura, citada por V. Ex^a, não tem um orçamento muito maior que o da Administração, não. A Diretoria de Infra-Estrutura tem um orçamento de R\$928 milhões, e a Diretoria de Informática, o item informática, tem um orçamento de R\$386 milhões. Então, repito: R\$840 milhões, no caso da Diretoria de Administração; R\$386 milhões, no caso da de Informática; e R\$928 milhões, no caso da Diretoria de Infra-Estrutura.

Deputado Roberto Jefferson, o Sr. Maurício Marinho não era um funcionário qualquer dos Correios. Ele ocupava uma função muito importante. Ele era o todo-poderoso chefe de um dos grandes departamentos, o Decam. Está logo abaixo dos diretores. Não é um funcionário de quarto escalão. Ele é um funcionário de segundo escalão, abaixo do diretor. E tinha assim uma...

Não quero incriminar o Sr. Antônio Osório, mas os fatos revelados na fita são muito evidentes, Deputado. São muito evidentes. Ali, o Sr. Maurício Marinho estava à vontade, estava falando a verdade dos fatos, não estava submetido a nenhum tipo de constrangimento, conforme revela a transcrição dos diálogos ou aqueles que assistiram às gravações ali efetuadas.

Quero que V. Ex^a reconheça isto: houve um fato grave ocorrido nos Correios que merece a apuração de todos nós aqui. Aliás, a história do Sr. Maurício Marinho contém, em muitos momentos, estreiteza enorme, relações estreitas com o PTB, como aqui se viu. Primeiro, é um sujeito desqualificado, porque, já lá na origem, levou um aparelho de ar-condicionado para a casa dele, levou trabalhadores dos Correios, exonerou-se antes de ser demitido para fugir à sindicância; depois, voltou à época em que o Sr. Salmeron estava na Vice-Presidência dos Correios. Tem uma trajetória toda tortuosa nos Correios. Teve relações com o tal de Valdemir Cardoso, que também acabou passando pela assessoria da Bancada do PTB. Ou seja, há fatos evidentes que revelam...

Veja bem, nós temos que apurar. Esses fatos não significam que V. Ex^a tivesse conhecimento pleno deles ou que o Dr. Antônio Osório o tivesse, mas que há fatos evidentes aqui registrados, quanto a isso, não paira a menor sombra de dúvida, Deputado Roberto Jefferson.

Finalmente, Sr. Presidente, no último minuto que me resta, quero me referir a outras denúncias apresentadas aqui pelo Deputado Roberto Jefferson.

Seria muito importante que V. Ex^a desse consistência, comprovação às denúncias que faz, como a da Skymaster, como as da Novadata. Tenho aqui informações sobre a Novadata, que procurei, como Parlamentar zeloso que sou dos interesses públicos, sobre uma empresa tão importante como os Correios do Brasil, que neste momento passa por uma verdadeira execução pública.

Essa empresa é motivo de orgulho para todos nós brasileiros, porque ela tem um padrão de qualidade e de eficiência reconhecido mundialmente, meus companheiros. Ninguém faz falcatura nos Correios, porque há governança. O Dr. Osório disse isso aqui, Deputado Roberto Jefferson. Há governança, há controle.

Claro que, aqui ou ali, algum sujeito poderá desviar recursos, mas V. Ex^a não pode se utilizar daquilo que eu chamo respeitosamente de “a teoria do gambá”, para espalhar o mau cheiro como um todo e, supostamente, defender, elidir ou esconder fatos graves ocorridos ali naquela Diretoria.

A meu ver, o erro de V. Ex^a foi exatamente esse: ter suposto que havia uma grande armação contra V. Ex^a e de ter, em decorrência disso, tomado uma série...

Agora, a partir daí, há informações que estão sendo comprovadas. Vamos apurar! Claro! Se houver fatos graves, que estão aí sendo registrados, vamos apurar, vamos identificar responsáveis e vamos puni-los.

Por fim mesmo, sinceramente digo: Deputado Roberto Jefferson, assim como V. Ex^a, Presidente do PTB, pôde participar das negociações para ocupação de cargos, eu não vejo por que o Presidente do PT, José Genoíno, ou o Secretário-Geral do PT, Sílvio Pereira, não pudessem participar de discussões sobre a ocupação de cargos. Parece-me absolutamente legítimo tudo isso. Não me parece, pois, conveniente que se lance um véu de suspeição sem que haja comprovação real sobre envolvimento de Sílvio Pereira e de Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Respeito o Deputado Jorge Bittar. Sem dúvida é um dos melhores políticos do nosso Estado. Tenho orgulho de tê-lo apoiado para prefeito de uma capital nas últimas eleições.

V. Ex^a repare uma coisa: não critiquei a Novadata; pelo contrário. Fiz uma comparação com a empresa do Dr. Henrique Brandão, que é a maior corretora privada de seguros do Brasil, uma grande empresa.

A Novadata é uma grande empresa, e eu sempre disse, em outras ocasiões, até de público, pela televisão, independentemente de a sua direção ter vinculação com dirigentes do PT. A democracia é isso! Por que as outras ficariam lá nos Correios se a Novadata tem esse padrão técnico de qualidade, empata em todos os critérios objetivos, e, na hora de decidir os critérios subjetivos, vai dar para as empresas dos outros partidos? Isso é democracia! E entendo que tem de ser assim. Não estou criticando a Novadata não.

Mas, agora vou falar com V. Ex^a com toda a serenidade: onde há fraude à licitação do Marinho? O Marinho foi apoiado levando uma “peteca”. Trata-se de um “petequero”, amigo: levou R\$3 mil de um; R\$2 mil de outro. Onde é que há fraude à licitação? Cadê a fraude que estamos examinando aqui? Nós estamos aqui em uma CPMI que foi montada a partir de uma fita obtida por meio ilegal, e a Polícia Federal prendeu todo mundo que fez a fita por meio ilegal. Então, pergunto mais uma vez: cadê a fraude à licitação? Não quero ser o advogado do Marinho, não; um “petequero” que usou indevidamente meu nome, porque não tem intimidade comigo. Eu não o coloquei lá; não encomendei serviços a ele; não é das minhas relações. O Deputado que o colocou lá já disse que o colocou. E nós estamos aqui discutindo o quê? R\$3 mil que ele recebeu num final de expediente, vendendo uma intimidade comigo que ele não tem. Se V. Ex^a analisar a fita, ele é tão leviano que ele diz que coordena dezoito empresas estatais do Governo. Nem o Presidente Lula tem tanto poder! E ele diz isso na fita. Quer dizer: só vale o que é para me ofender e ao meu partido; o resto não vale.

Deputado, qual é a fraude que estamos investigando aqui? Qual é o objeto da CPMI? Os R\$3 mil que o Marinho levou? Cadê a substância? Qual foi a ação criminosa? O Marinho está absolvido, Deputado. A fita foi obtida por meio ilegal; a Polícia Federal já instaurou inquérito contra os arapongas que fizeram aquela prova viciada contra ele. Não há qualquer fraude à licitação. Foi um barulho político. E eu, quando procurei o José Dirceu, senti que ele colocou aqui ó... Ele só me dizia que a preocupação dele era o Silvinho e o Delúbio; ele não tinha nenhuma preocupação comigo ou com o meu partido, aliado firme, correto com ele.

Eu disse isso ao Presidente Lula: “Presidente, o PTB é diferente do PP, que pode lhe fazer mal porque tem o Severino? Diferente do PMDB, que pode lhe fazer mal porque tem o Renan? Diferente do PL, que pode lhe fazer mal porque tem o Vice que trombeteia contra a sua política econômica? O PTB só tem lealdade a lhe dar e tem dado.” Mas acho que essa moeda não tem valor. Vi que o Zé Dirceu lavou a mão no sangue do justo. Eu não. Eu não, Zé. Eu não, eu não Eu não

vou sair pela porta dos fundos, nem com o rabo entre as pernas. Não tem cabimento isso, não tem saída. Fui correto, fui sincero, fui leal, apoiei o Governo, de peito aberto, aceitei todo o jogo que me foi posto e estou vendo que a CPI está reunida aqui porque, não havendo fraude... Digam-me a fraude, a licitação que estamos examinando aqui. Não tem. Não tem! Há ali o Marinho levando uma “peteca” de três mil reais. E bota na minha conta, Deputado! Era mais fácil eu ter acertado o “mensalão” lá atrás a viver este sofrimento que estou vivendo agora – e tive que viver um ano e meio sob pressão de alguns companheiros dentro do PTB. Respeito V. Ex^a, um valor excepcional do nosso Estado. V. Ex^a é um grande político, e agradeço as palavras de V. Ex^a, que somam muito para a elucidação dos fatos nesta CPI. Obrigado, Deputado Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad por 10 minutos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Roberto Jefferson, temos que partir do princípio que a afronta à lei não depende do tamanho da afronta. Portanto, ter flagrado o Maurício Marinho pegando ilegalmente R\$3 mil é uma irregularidade. E, graças à denúncia feita por uma revista, estamos aqui e temos que investigar, buscar a verdade, punir culpados. Essa é a determinação da lei e o anseio da sociedade. Muitas vezes a pessoa não leva um pão para casa porque não tem R\$5 e, se surrupiar R\$5, vai preso. Ou, ainda, se pegar uma bicicleta, que seria de grande utilidade para ele, vai preso. E já vi pessoas presas porque furtaram bicicletas.

Temos visto aqui o seguinte. Eu quero colocar o meu depoimento, a minha intervenção e o meu questionamento no leito político. As perguntas que tenho inicialmente são as seguintes: Deputado Roberto Jefferson, o senhor recebeu um telefonema do Salmeron, voltou para Brasília para assistir à fita juntamente com Salmeron e Antônio Osório. E. logo em seguida, o Sr. Antônio Osório se afastou da função.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – A meu pedido.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Por que mandou que Antônio Osório se afastasse da função? Essa é a pergunta.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Para ser investigado. Pedi a ele que se afastasse para ser investigado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – E é o que estamos fazendo aqui. Após ver a fita, o Salmeron também pediu demissão. Muito bem. Então não é o tamanho da irregularidade, mas a existência de uma irregularidade que ofende o patrimônio público, e so-

mos obrigados, tomando conhecimento, a investigar e tomar providências de acordo com a lei.

Eu queria, como segundo ponto, Deputado Roberto Jefferson, dizer que V. Ex^a erra. É uma pessoa inteligente. Não preciso dizer isso porque o Brasil todo percebe. No entanto, erra redondamente quando fala que o Governo colocou a Abin para te investigar.

Veja bem: o Sr. Joel, em 1992, conheceu o Sr. Arthur Wascheck. Ele trabalhava no Ministério da Educação, e lá o seu Arthur Wascheck disse o seguinte: “Vamos investigar irregularidades de licitação”. Está certo? E ali já estava a arapongagem, já estava o jogo sujo, a extorsão, etc.

Segundo, o Sr. Joel, Deputado Roberto Jefferson, foi a São Paulo, na Prefeitura, na gestão da Marta Suplicy para fazer uma arapongagem e detonar uma licitação da compra de um milhão de uniformes, porque achava que Alpargatas ou outra, não sei quais as outras firmas, não poderia vender para a Prefeitura. Ora, Alpargatas é uma firma conhecida. Muito bem, ele, por orientação de uma pessoa da USP, entregou essa irregularidade – aliás, não é irregularidade, porque não tinha irregularidade – essa investigação que ele fez a um vereador do PSDB, chamado Marcos Zerbini. A Prefeita desfez a licitação, refez a licitação. Ele impediu a compra daquele um milhão de uniforme. O terceiro fato muito importante é que o Sr. Joel e o Sr. Jairo estavam envolvidos e contratados por Carlinhos Cachoeira para investigar aquele processo do Waldomiro Diniz. E acabou dando na cassação do Deputado André Luiz, que ocorreu recentemente.

Então, esse grupo, Deputado Roberto Jefferson, age se colocando como empresário, mas age também num processo paralelo, porque, ao detonar a questão dos Correios, eles indispueram V. Ex^a com o Governo. E o Governo precisava do seu partido e de sua intervenção como Parlamentar, mas os acontecimentos levaram a isso. O Governo ficou prejudicado. No caso do serviço que eles fizeram para o Carlinhos Cachoeira, o Governo era o alvo, o Governo Lula era o alvo. E no caso da Prefeitura de São Paulo, campo do Presidente Lula, porque ele apoiava Marta Suplicy, também era... Então, V. Ex^a declarou aqui que passou para o outro lado, inclusive, como um partido de tamanho médio. Diz que defende um enxugamento dos partidos, uma reforma política enxugando que pode acabar até com o partido de V. Ex^a. Portanto, quer dizer, precisamos de reforma política democrática, que dê mais liberdade sincera para o povo se organizar em partidos, e não uma restrição em dois ou três partidos.

Então, acho que existe um processo perverso, porque a partir daí desencadeou uma tempestade contra o Governo Lula.

O Governo Lula vinha discutindo crescimento, vinha discutindo como diminuir o juro, estávamos fazendo pressão para ver como distribuir renda, como se faz mais investimento, como se atende ao setor produtivo. E agora a agenda do Brasil virou combate à corrupção. O Brasil está mergulhado na corrupção, como a gente vê o setor conservador aqui, a oposição conservadora, fazer.

Portanto, Deputado Roberto Jefferson, eu acho que o Presidente Lula é uma experiência histórica do Brasil. V. Ex^a fala que não quer atingir o Presidente Lula, e eu acredito nisso. No entanto, não tem como não atingir quando a cada momento, acho que V. Ex^a escolheu um caminho... A cada depoimento que V. Ex^a vai fazer, faz uma nova denúncia. V. Ex^a escolheu um caminho da defesa, do ataque para se defender, e quem perde é o povo brasileiro, é o Brasil, que deseja ser um país desenvolvido. Chega! A oposição que temos do imperialismo... A Condoleezza Rice veio aqui para impedir um encontro com os árabes, que era bom para o Brasil. O Presidente Fernando Henrique disse: “O que o Presidente Lula vai fazer na África? Não tem nada para vender. Aliás, eles nem têm dinheiro para comprar”. Isso que ele disse. Como se relações exteriores fosse só dinheiro, não a cooperação, o entrelaçamento, a aproximação dos povos.

Portanto, achamos – falo aqui pelo PCdoB – que deve haver investigação, deve haver punição dos responsáveis, mas, fundamentalmente, temos que enfrentar essa onda conservadora que é uma tsunami, uma tempestade para destruir uma conquista, uma construção do povo. O Presidente Lula deve fazer uma reconformação do seu Governo, precisa das forças políticas sinceras na busca de desenvolvimento, distribuição de renda e defesa da soberania do Brasil, e a parte do PTB que V. Ex^a falou que está apoiando o Governo, essa parte deve permanecer, ou até se ampliar, porque não conseguimos fazer votação, faltando dois, três, cinco votos, na noite passada. Um Governo não pode sobreviver dessa forma. A Oposição conservadora parece um urubu esperando a carniça. Eu, que vi o Getúlio morrer, eu, que vi a destituição ilegítima de um governo como o de João Goulart, eu, que vi tanta desgraça atingindo o povo para manter uma ordem política perversa, uma ordem social perversa, atuo nesta CPI para defender aquilo que o povo deseja. O povo deseja um Brasil no caminho do desenvolvimento, do progresso, do bem estar para si. Nós não podemos ser instrumento; temos que investigar, temos que defender o nosso povo, temos que buscar o caminho de defesa de uma sociedade melhor. No entanto, não podemos nos conformar com o que está acontecendo.

Amanhã irei a Goiânia. Vai haver uma manifestação popular em defesa do Governo Lula. Logo falaram... Não tem vontade de golpe, não há golpismo. Mobilizaram Maria Vitória Benevides, mobilizaram Roberto Romano na *GloboNews*, mobilizaram artigos, articulistas, políticos para não dizer que não havia golpe. Mas eu ouvi, os senhores ouviram aqui um Senador, quando foi falar, procurar mostrar o caminho do *impeachment* do Presidente. Isto não está afastado. Ou o povo defende a sua conquista, que é o Governo Lula, ou vamos ser carniça para os urubus da democracia do Brasil voltarem a fazer o seu piquenique aqui.

Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para defender a honra e a independência – tenho certeza que o Senador Suplicy concorda comigo – de Maria Vitória Benevides. Dizer que Maria Vitória Benevides é usada para complotar para derrubar Governo é um desrespeito. Maria Vitória Benevides é uma das pessoas independentes deste País.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Não é isso, ela assina a luta contra o golpe. Ela é muito lúcida e merece o respeito da Nação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um delírio! Delírio!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Eu acho este debate inócuo.

O SR. (Orador não identificado) – Tem que haver liberdade de expressão aqui, Sr. Presidente. Cada um diz o que acha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado Murad, V. Ex^a, do PCdoB, do Estado de São Paulo, é um dos Partidos mais corretos desta Casa. Sou amigo pessoal do Ministro Aldo Rebelo, com muita honra, sou amigo de Renato Rabelo, Presidente do Partido de V. Ex^a, e quero dar uma explicação a V. Ex^a.

Quando saiu a matéria, pedi a Antônio Osório que se afastasse para ser investigado, ele e o Godoy. Quatro semanas de linchamento, não dava para segurar mais na Eletronorte. O sindicato da Eletronorte começou a publicar matérias questionando o Salmeron. E nós acertamos de ele pedir demissão também, porque aí acaba a condição completamente de governar, de ser respeitado. Você é apontado no corredor como suspeito de um grande esquema de corrupção que não havia. E eu quero dizer a V. Ex^a que o Salmeron quase morreu na saída dele da Eletronorte. Foi aplaudido por quinze minutos de pé, por todo o quadro de

funcionários, na frente de toda a imprensa que estava lá. Ele já é um homem de 65 anos de idade, tem dificuldade de respiração, começou a ter um ataque cardíaco, quase morreu porque se despediu. Disse: “Eu saio, porque estou prejudicando, na presidência, esta companhia, a Eletronorte, e a Eletronorte é maior do que eu.” Foi aplaudido por um auditório lotado, porque todo cana-brava petista, do PPS e do PcdoB na empresa era assessor dele. Todo, todo cana-brava, tudo lá era firme e certinho. E ele foi aplaudido de pé quinze minutos. Quase morreu de emoção, mas estava na hora de sair. Estava na hora de sair, porque não tinha mais condições, como eu. Eu renunciei à Presidência de meu Partido, o PTB. Licença é uma expressão; eu saí, eu renunciei à Presidência do meu Partido – as convenções serão em dezembro –, porque eu não podia passar por isso com a bandeira do meu Partido nas costas. Onde eu fosse, ela seria conspurcada. Ela sairia arranhada, iria perder um pedaço. Então, me afastei também, para ser investigado e passar por isso que estou passando aqui.

Abraço V. Ex^a, saúdo V. Ex^a e quero lhe dizer que o Presidente Lula pode contar com o meu voto, com o meu apoio até o final do seu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Passo a palavra, na sequência, ao Deputado Carlos Sampaio, ao Deputado Álvaro Dias e, depois, ao Deputado Geraldo Thadeu. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr. Presidente, caro Deputado Roberto Jefferson, colegas Deputados, colegas Deputadas, tenho percebido, ao longo desse processo, tanto no Conselho de Ética, que integro... Aguardo, Sr. Presidente.

(Conversas paralelas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Carlos Sampaio com a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu dizia, Sr. Presidente, que eu tenho percebido, pelo fato de integrar tanto o Conselho de Ética como esta CPMI, ao longo deste processo, deste procedimento investigatório, uma tentativa, ora por parte de integrantes do Partido dos Trabalhadores, ora por parte da Base aliada, uma tentativa inequívoca de desqualificar o depoimento dado pelo Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética. No primeiro momento, afirmaram textualmente, lá no Conselho de Ética, que ele não tinha provas para afirmar aquilo que estava afirmando. E eu, naquele momento, fiz uma intervenção, dizendo que o depoimento dele inaugurava os trabalhos do Conselho de Ética, ao invés de concluir, cabendo ao Conselho de Ética apurar devidamente as graves denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson. Num segundo momento, tentaram desqualificá-lo e disseram isso a

mim em um debate na televisão, um Deputado do Partido dos Trabalhadores: “Como é que V. Ex^a defende as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, quando ele mesmo disse que mentiu, no ano passado, no episódio para proteger a então Prefeita Marta Suplicy?” Eu disse: Para mim, quem assume que mentiu, tem verdade na sua fala, porque não é qualquer um que assume que mentiu. Assumir que mentiu, para mim, é um ato de verdade e não um ato a referendar que ele é de fato uma pessoa que não deve ser qualificada pelo seu falar e pelo seu proceder.

Num terceiro momento, tentaram desqualificá-lo, e eu percebo claramente isso, dizendo que integrou a tropa de choque do Collor e defendeu PC Farias. O Deputado Roberto Jefferson, acho que é prova, nunca nos falamos, não o conheci pessoalmente, exceto pelos corredores, nunca conversamos sobre assunto nenhum. Mas, quando tentam desqualificá-lo, dizendo que, lá, no passado, ele fez parte de algo, eu me pergunto, porque daí eu confesso que não entendo mais nada. Quando é para integrar o Governo, ele é uma pessoa proba, útil, interessante, que recebe um cheque em branco e que é chamado pelo Presidente Lula de parceiro. Agora, quando ele denuncia a corrupção no Governo do Partido dos Trabalhadores, ele é desqualificado. Então, o Partido dos Trabalhadores o qualifica para chamá-lo para integrar o time, mas o desqualifica quando ele denuncia corrupção dentro do Governo do Partido dos Trabalhadores. Eu digo isso, Sr. Presidente, porque, para minha formação, como Promotor de Justiça, algumas pessoas me perguntam por que eu estou aqui mais exercendo a defesa do que o ataque. E eu explico: porque a minha formação me foi dada pelo meu pai e aprendi com ele que um bom promotor de justiça é aquele que nasceu com o dom de defender, porque aquele que nasce com o dom de acusar só pode ser um infeliz por excelência. E quando eu defendo as denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson é porque eu estou defendendo a sociedade, que quer a apuração. A minha função aqui é apurar a verdade real. É o que eu estou fazendo no Conselho de Ética e é o que eu estou fazendo aqui, sem partidarizar, buscando a verdade dos fatos. Eu sinto, Deputado Roberto Jefferson, sinceridade na fala de V. Ex^a. Confesso que sinto muita sinceridade e firmeza nas suas denúncias e na sua fala. O que o motivou a fazer essas denúncias, a mim, confesso, Sr. Presidente, não me importa. O que me importa é apurar as denúncias feitas.

Dentro dessa linha – e aí eu vou para o questionamento –, se não me importa...

Deputado José Eduardo, com licença.

Se, por um lado, não me importa a motivação, Deputado Roberto Jefferson, eu confesso que me importa e muito o que motivou essa gravação. Quando inquiríamos aqui o Sr. Joel, o araponga, eu fiz um questionamento a ele, e o questionamento foi muito objetivo, se ele sabia da primeira fita. Ele disse que a primeira fita foi dispensada. Ato contínuo o nobre Relator pediu a palavra e disse: “Aqui, o próprio Arthur disse que dispensou a fita.” E eu ainda disse: “Dispensou, mas quem sabe não a destruiu. Então, solicito que seja requisitada a primeira fita.” Porque eu entendia que aquela primeira fita podia evidenciar o real interesse do Sr. Arthur. Para mim, importa muito saber se o que motivou o Sr. Arthur foi realmente aquela nobreza de propósitos que ele mostrou para o mundo, que era apurar um sistema de propina dentro dos Correios, ou se havia interesses outros por trás. E daí o porquê da importância dessa primeira fita. Eu, saindo daqui, para minha surpresa, me liga o Dr. Sebastião dizendo o seguinte: “O senhor é Promotor de Justiça. Eu acabo de ouvir o senhor falar. Eu sou advogado do Sr. Maurício Marinho e sou juiz aposentado. Eu gostaria de entregar a fita em suas mãos.” Ele me entregou, e hoje passei a V. Ex^{as}. Essa primeira fita é muito relevante, porque a história do Sr. Joel é uma história minimamente estranha em dois pontos: no primeiro, quando ele diz que foi movido, na verdade, pelo interesse de apurar o esquema de propina. Só que, eu lendo o depoimento dele, ele cai numa contradição brutal, porque ele diz que foi contratado para apurar o esquema de propina e, um pouco mais abaixo, ele diz assim, textualmente: “Fui chamado pelo Sr. Arthur porque quem estava dificultando as coisas no Correio era o Sr. Maurício Marinho.” Quem dificulta as coisas, obviamente, é porque não as facilitou. Então, poderia ter um interesse comercial, pensei eu. E, num segundo momento, como a Diretoria de Tecnologia de Informática é uma diretoria importante, perguntei a ele se nessa primeira fita havia a conversa sobre a Diretoria de Tecnologia e Informática. Ele disse: “Não. Conversamos por alto”. Falei: “Mas não se comentou sobre o assunto Diretoria de Tecnologia e Informática?”. “Não. Não comentamos com profundidade sobre esse tema.” As duas afirmações feitas por ele que me pareceram estranhas.

Quanto ao Sr. Molina, o depoimento dele foi uma coisa que me deixou assim surpreso. Ao longo de dezoito anos de Ministério Público, nunca vi tamanha “cara de pau”, desculpem-me a expressão. Ele afirmou que, indo para o gabinete do Deputado Roberto Jefferson, no dia 3 de maio, por coincidência, ele parou em frente a um telão. E, nesse telão, conversavam dois jornalistas, Deputado Roberto Jefferson, sobre o tal escândalo que ia acontecer nos Correios. E que esse

escândalo envolvia o nome do Sr. Maurício Marinho e envolvia também, por tabela, o nome do Deputado Roberto Jefferson. Ele ali passando pelo corredor, a caminho do gabinete de V. Ex^a, e ouviu essas pessoas comentando. E daí chegou ao seu gabinete para conversar sobre Belém, segundo ele, e, nesse momento, resolveu comentar aquilo que ouviu ali embaixo: “Olha, ouvi dizer ali, naquele telão...” E peço licença aos colegas, afirmando ele, sem nenhum propósito extorsivo, sem nenhum propósito de tentar negociar, para tirar a expressão “extorsão”, eu acho que o propósito dele foi, sim, o de negociar. Daí por que criei a primeira fita. Só que quando vi a primeira fita – os colegas aqui ainda não tiveram a oportunidade de vê-la –, o que salta aos olhos, o que efetivamente marca, são duas questões: primeiro, ele entra falando sobre a Diretoria de Tecnologia e Informática, do começo da fita ao fim da fita. E, num determinado momento, o Sr. Maurício Marinho é obrigado a chamar um técnico chamado Eduardo Coutinho: “Essa área não é minha, eu não entendo disso, mas esse aqui entende, entende das licitações”. E o próprio Sr. Geraldo dizia: “eu também vou trazer os meus técnicos, porque também não é um assunto que eu entendo”. Tratou do assunto “Diretoria de Tecnologia e Informática” do começo ao fim da fita. Primeiro ponto interessante a ser apurado, o que demonstra que ele mentiu. Portanto, fica aqui um requerimento para que ele seja reinquirido. Tanto ele como o Sr. Molina e o Sr. Arthur.

E, num segundo momento, uma preocupação dele. O Deputado Roberto Jefferson afirmou aqui que queriam envolver o PTB. Do começo ao meio da fita, ele tenta, a todo momento, jogar nomes de Deputados do PTB para ver se colava: “Não, esse eu não ouvi falar; não, mas esse eu soube que estava no esquema; não, esse eu não tenho conversa”. Maurício Marinho dizia: “Por que?”. Porque queria, de qualquer forma, macular o PTB. E aqui falo com a isenção de quem é do PSDB: queria, de qualquer forma.

Aí vem a minha indagação ao Deputado Roberto Jefferson: quando V. Ex^a fala sobre a Abin, que ela poderia estar envolvida, eu pergunto: estaria ela envolvida na medida em que o Sr. Sílvia foi quem indicou?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado, já se passaram quase dois minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Não, acabou de encerrar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, é trinta e nove. Conclua, Deputado, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – São duas perguntas apenas.

O interesse da Abin poderia estar voltado ao fato de o Sr. Sílvia ter indicado para Diretor de Tecnologia

e Informática alguém do PT? E por que desqualificar o PTB? Porque, desqualificando o PTB, o PTB não pleitearia, por exemplo, aquela Diretoria, e ela permaneceria ainda no comando do PT. Pergunta um. Se poderia ser isso. É uma ilação que faço. Daí o porquê do envolvimento da Abin.

E, dois: se o interesse, talvez, não fosse realmente comercial, do Sr. Arthur, para tentar, numa ponta, extorquir ou – usando o termo que V. Ex^a usou – negociar com V. Ex^a e, na outra ponta, tentar negociar ou pressionar o Sr. Maurício Marinho.

São essas duas perguntas, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado Carlos Sampaio, V. Ex^a é um dos maiores valores desta Casa. Eu tenho olho clínico, tenho vinte e três anos de vôo aqui. V. Ex^a é Deputado Federal pela primeira vez. Vem de Campinas, era do Ministério Público, tem futuro. V. Ex^a começa a nos substituir, começa a tomar o lugar de velhos Deputados que já estão se aposentando. V. Ex^a é uma grande liderança, um grande Parlamentar.

Essa informação que a Abin poderia estar tentando obstaculizar a substituição do Dr. Eduardo pelo Dr. Ezequiel quem deu à **Veja** foi o Líder do Governo, Fernando Bezerra. Ele dá uma entrevista sim à **Veja**. Ele denuncia isso à **Veja**, não é? porque quando ele negociava com o Silvinho – todos esses cargos são negociados com o Silvinho – ele achou que o Silvinho estava criando embaraços para que o Ezequiel assumisse essa diretoria.

Depois ele vai à minha casa, na véspera do discurso que fiz aqui no dia 17, no dia 16, o Senador Fernando Bezerra esteve comigo para ler uma carta anônima que a **Veja** publicou.

Eu disse: eu não vou embarcar, eu não estou acreditando nisso! Mas é uma suspeita. Mas aquilo já entrou no meu espírito, eu lhe confesso isso! Por que tanta ligação com a Abin assim? Por que a Abin já possuía a fita? Se eles são apenas comerciantes, desprovidos de caráter – e eu também não tenho dúvida que eles são pessoas sem caráter, pelo que eu assisti aqui nos depoimentos na CPI –, por que a fita foi para a Abin? Por que o **Estado** já anuncia que quinze dias antes ou vinte dias antes da publicação da **Veja** a Abin já tinha a fita? Por que no momento em que a revista é publicada a diretoria de informática fica escondida pela **Veja**?

Então, essas coisas começaram na minha cabeça. Esperei uma semana, esperei duas semanas, três semanas, quatro... Linchamento violento! Eu comecei a ver que o PTB estava sendo isolado, para ser desmanchado. Era mais fácil jogar o PTB aos leões do

que segurar o companheiro e enfrentar a situação. Foi quando eu parti para o ataque. A motivação é essa. Eu reagi atacando, porque eu estava quieto. Toda a minha assessoria de imprensa me dizia: espera! Espera! Espera! Um dia eu disse: eu não vou esperar mais nada, vou para a frente, porque não é possível continuar sendo vítima dessa campanha demolitória, que não nasceu das revistas. Aquela da **Época**, do dia 6, não é uma matéria da **Época**, aquela veio de dentro de casa mesmo. Eu leio ali assinado: Abin, Casa Civil, tem assinatura aquela matéria. Por que botam o Durval? Porque era meu irmão, preto, porque eu ajudei um pobrezinho a ter...

Eu vou contar uma coisa para V. Ex^a: em Petrópolis, nessa época, eu consegui uma concessão de rádio influir, não é que eu consegui influir para o Francisco de Orleans e Bragança, o Príncipe, dono do jornal **A Tribuna de Petrópolis**, Rádio FM Tribuna de Petrópolis, ele veio falou assim comigo: Roberto, quer botar o seu pai aqui na sociedade comigo? Eu falei: eu não! Senão papai seria o laranja. Eu falei você vai ajudar o Helmut Lauterjung, que é o editor do jornal **A Tribuna de Petrópolis**, é pobrezinho. Se você está me oferecendo, então que quero que você transfira para ele a participação na sociedade da Rádio. E ele que é rico, dono da Companhia Imobiliária de Petrópolis, não foi chamado pela revista **Época** de meu laranja. Também conseguiu a concessão para ele.

Tem outra Rádio lá em Paraíba do Sul que hoje o ex-Prefeito Rogério Onofre é o dono dela, e eu consegui a concessão para ele, ele dono de uma imobiliária, e quando ele conseguiu a concessão eu falei: olha, você bota o Miranda da **Light** que aposentou, que é pobrezinho, no contrato com você. E ninguém disse que o Rogério Onofre é o meu laranja.

Hoje, estava lá a **Época** em Paraíba do Sul, porque hoje ele virou meu inimigo político, aquele negócio, você ajuda e depois .. o criador e a criatura! Ele é que está monitorando a revista **Época** lá em Paraíba do Sul contra a Abin. Ele que poderia ser o meu laranja, rico! O pobrezinho que é meu laranja! São essas coisas... Eu olhei a matéria, quando li a matéria da **Época**, vi como veio **O Globo** no dia 6, aquelas matérias que mentiam a meu respeito, relações que eu nunca possuí, Li a assinatura, porque **O Globo** não tem esse arquivo de memória, não é isso, não é do jornal **O Globo**, e vi que todas as informações sobre nomeação saíam de dentro da Casa Civil. Todas essas pessoas que eu assinei, que nem sempre são indicadas por mim, quero que V. Ex^a entenda isso, eu sou o Presidente do Partido, o Deputado, como fez o Piauhyllino, que graças a Deus deixou o PTB, de tanto mal que nos fez, quando ele me mandou a indicação, eu não quis

saber de currículo. O Deputado é meu companheiro, e eu chamei. Fui para a revista **Época** um bandido, porque indiquei aquela pessoa que era indicada dele. Ele não teve a hombridade de ir para à tribuna para dizer que foi ele que indicou.

Já o José Chaves, que é muito mais humildezinho, que indicou o Marinho, foi para a tribuna e disse: “fui eu que indiquei o Marinho. O Marinho é meu amigo de muitos anos”. Eu não me lembrava de Marinho. Não sabia quem era Marinho. Eu era o Líder da Bancada. O Presidente era o Martinez. Ele mandou uma carta ao Martinez e a mim indicando o amigo dele, que realmente é um homem altamente qualificado e tem um currículo qualificado – não sei como ele é na vida pessoal porque não tenho convívio com ele – para ser o reitor da Universidade dos Correios. Ele não indicou o Marinho para ser chefe de departamento. O Marinho é um grande funcionário da área de seleção e treinamento dos Correios. Não deu certo nessa área de administração, de licitação. Não deu. Cresceu na cabeça dele. Viu passar.

Eu tenho certeza de que tem o dedo da Abin aí, porque o Governo quis sair rápido da crise e quis botar no colo do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Passo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu primeiro, porque cometi um equívoco aqui. S. Ex^a deveria ter falado antes.

Passo a palavra a V. Ex^a, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Sr. Presidente, cedo a palavra ao Deputado Álvaro Dia; falarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – A Mesa pede desculpas a V. Ex^a, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT-RN) – Sr. Presidente, inicialmente, acho importante parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos, pois tem demonstrado tranquilidade, serenidade, equilíbrio e cautela. Além do mais, tenho o dever de fazer isso por não ter votado em V. Ex^a, mas afirmo que os trabalhos desta CPI vêm sendo conduzidos de maneira exemplar.

Mesmo assim, estou preocupado com o andamento dos trabalhos desta Comissão que investiga as denúncias dos Correios. Sei que, em plena vigência do Estado democrático de direito, não cabe censura a nenhum Parlamentar, a nenhum integrante da Comissão, mas, às vezes, alguns Parlamentares acabam tergiversando, cometendo redundâncias nas perguntas. Isso não contribui para o bom andamento dos trabalhos da CPI. Além do mais, há freqüentes interrupções. Ontem, por exemplo, durante todo o dia,

nós praticamente não ouvimos ninguém. Hoje, devíamos ter ouvido os dois diretores dos Correios. Ouvimos um, parcialmente. Isso me preocupa. Temos que dar o máximo de celeridade possível aos trabalhos de investigação. Não é brincadeira. Temos instalada no Congresso Nacional a CPI dos Emigrantes, a CPI da Terra, a CPI da Privatização dos Serviços Elétricos, a CPMI dos Correios, a CPI dos Bingos, e será instalada a CPI do Mensalão. Isso, sem falar nas investigações que estão sendo feitas pela Comissão de Ética e pela Comissão de Sindicância.

Assim, Sr. Presidente, temos que dar celeridade aos trabalhos.

Além de todas essas CPIs instaladas, existem as grandes questões que não podem ser esquecidas e nem podemos deixar de debatê-las, como, por exemplo, a questão da política econômica, dos juros elevados, do arrocho salarial, da saúde, da educação.

Hoje, tinha três perguntas para fazer ao Deputado Roberto Jefferson, mas elas já foram feitas. Se eu for fazê-las novamente, vai ser uma redundância.

Assim, Sr. Presidente, como forma de contribuir para o bom andamento dos trabalhos, vou encerrar as minhas palavras repetindo o que disse no início: precisamos acelerar, agilizar os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Álvaro Dias, até repercutiu um pouco o que V. Ex^a falou porque o que se observa, o que, evidentemente, não é uma coisa generalizada, é claro, mas estamos vendo muitas intervenções que são reflexões e fugindo das questões efetivamente ligadas às perguntas, à investigação. Acho que precisamos aperfeiçoar os trabalhos da CPMI exatamente com esse intuito. Perguntas repetidas, várias. Então, quero deixar claro que os comentários de V. Ex^a são muito pertinentes e vamos procurar, ao longo dos trabalhos, nos disciplinar, fazer isso, respeitando evidentemente a independência, a biografia e a história de cada Parlamentar. Mas acho que o comentário é muito pertinente.

Passo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Sr. Presidente, gostaria que ajustassem lá isso.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, realmente, o Presidente tem conduzido muito bem, juntamente com o nosso Relator, os trabalhos. Claro que tem os momentos de dificuldades, de debates. Isso é normal, mas acredito que o Deputado Álvaro Dias colocou muito bem aqui a questão dessas reflexões. E desejo dizer que estamos diante de um problema muito grave em nosso País. É um momento difícil, grave. É o meu primeiro mandato, venho pelo PPS. Apoiamos muito o Governo Lula porque acreditamos que o País precisa melhorar, crescer, gerar emprego, desenvolvi-

mento, e acreditamos nas mudanças, nas reformas. O Deputado Roberto Jefferson está sempre na Liderança do PTB e nós lá, com o PPS, unidos, trabalhando, mas o Partido dos Trabalhadores é teimoso. Quantas vezes buscamos a reflexão? Queríamos ser ouvidos sobre a questão econômica, sobre os programas sociais, sobre as condutas dos trabalhos do Governo, mas nunca fomos ouvidos, nunca fomos levados em consideração. Esse foi um grave erro que o Governo cometeu por teimosia, por cabeça dura. E hoje a situação poderia ser bem diferente. Então, vejo que essa situação de agora é complicada e vejo, Deputado Roberto Jefferson, que V. Ex^a, com uma coragem muito grande, homem muito inteligente, grande orador que é, neste momento tem a oportunidade de ajudar muito este País, de contribuir muito com o nosso País. Já está contribuindo.

Lembro-me que quando entrei aqui, numa das primeiras sessões da Câmara, ouvi um discurso do Deputado Pompeo de Mattos. Ontem, ele deu uma escorregada feia lá, mas é um grande orador também. Ele dizia: “O que estamos vendo aqui? Quem era a favor hoje é contra e quem era contra hoje é a favor”. Mas não o espírito nacional de resolver os problemas do País, porque às vezes um é de um lado e o outro é de outro lado; mas nós tínhamos de ter o interesse nacional em primeiro lugar, o que não tem acontecido muitas vezes.

Muito bem, vamos a algumas questões, caro Deputado Roberto Jefferson.

Entendi muito bem, até não entendia muito isso antes, agora é que me clareou alguma coisa, a respeito de nomeação, indicação para uma estatal, para uma empresa, de nomes, geralmente, tendo um fundo de ajuda partidária. V. Ex^a colocou e eu só gostaria de saber o mecanismo, caro Deputado Roberto Jefferson: Como é que essa contribuição é feita? As empresas contribuem através de facilidades ou manobras nas concorrências, nos cumprimentos dos contratos através de aditivos, no superfaturamento das obras e serviços, através das agências de comunicações – que ficou evidente no caso de Marco Valério -, ou na boa vontade das empresas?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado Geraldo Thadeu, a minha orientação no PTB é através da boa vontade.

Repare V. Ex^a que eu já passei por tudo nesta Casa, esta já é a terceira CPI. Com toda a tranquilidade, porque há uma linha amarela. V. Ex^a diz é afrouxamento moral? Eu acho que é. É uma espécie de afrouxamento moral, mas sem se praticar a imoralidade. A relação tem que ser uma relação que leva a empresa a ajudar o partido, sem extorsão, sem superfaturamento, sem

aditivo contratual, diferente da Skymaster. Quem tomou atitude digna em relação a Skymaster nos Correios foi o Ministro Miro Teixeira. Depois a coisa degingolou, porque a relação tem que ser muito sutil. Você não pode abrir para todo mundo. São dois, três empresários que te inspirem confiança lá e que possam, sem superfaturar, sem ganhar contrato aditivo, sem cometer irregularidade em relação à empresa pública, ajudarem o partido. Como a gente faz essa relação política? Aí, porque o dinheiro faz a política, a política não pode fazer o dinheiro. A democracia é financiada pelo dinheiro, mas os políticos não podem se financiar do dinheiro que recebem da democracia. É isso que é diferente. É uma linha sutil, mas que é complicado.

Qual a dificuldade que vejo de todos aqui. Estou olhando aqui a prestação de contas, a minha. Quando a gente recebe doação na campanha é aí que está o problema. O que acontece? O empresário dá, mas quer dar por fora. Por dentro com preocupação para não aparecer no jornal, no jornal de televisão: aquele ali deu para o fulano de tal, é bandido. Essas coisas que temos que debater aqui com muita clareza, porque o financiamento é a democracia. O financiamento político não me compromete com a empresa.

Eu, por exemplo recebo da Taurus há dez anos, Taurus Forjas Taurus. Por quê? Absoluta afinidade com a Taurus Forjas Taurus. Ele já me financiou em campeonato de trap, de skeet, de fossa olímpica, de PSC, eu atiro, agora não, mas eu atirei até dois anos, ano passado, fazia mil tiros todo o final de semana. Era o meu esporte. Tenho afinidade? Tenho. Então recebi financiamento dessa empresa. O dono é meu amigo fraterno, do peito, Murgel, o dono da Taurus. Meu amigo fraterno, está lá, mas sempre que querem enxovalhar aqueles que se opõem aos desarmamentos das famílias, eu não defendo revolver na cintura, na rua, mas quero ter em casa.

Roberto Jefferson, da bancada da bala, é vendido a Taurus a R\$50 mil. Isso é uma corrupção do financiamento. Não é por isso meu alinhamento, não é por R\$50 mil que vendi minha opinião, Deputado, eu tenho um alinhamento ideológico com a posição. Desde garoto, com vinte anos, que eu pratico tiro ao alvo, mas Roberto, o senhor pode olhar: bancada da bala, no **Viva Rio**, Roberto Jefferson financiado por R\$50 mil da Taurus.

O que fizeram com a minha filha por causa do Henrique Brandão, sábado. Se eu sou empresário, eu não dou por dentro para ninguém. **Jornal Nacional**, Cristiane Brasil, filha de Roberto Jefferson, recebeu de Henrique Brandão, parece que é bandido, o maior corretor privado de seguros do Brasil, que não ajudou só a mim, não. Ajudou Carlos Wilson a vida inteira. Vive

se hospedando na casa do Cali, em Porto de Galinhas, em Pernambuco; ajudou o pai dele, Wilson Campos, até aqui na eleição que o Wilson disputou para Presidente da Câmara, e o Cali é do PT, gente boa, meu amigo, fui financiado por ele quantas vezes? Nunca foi bandido, é um homem sério, amigo com “A” maiúsculo. No momento bom e no momento ruim da vida da gente. Mas está lá: o Henrique Brandão é bandido, porque deu, por dentro, declarado na Justiça Eleitoral, R\$90 mil para Cristiane Brasil. Se eu sou empresário e estou em casa, olho e digo: “Não dou nunca mais ajuda para deputado nenhum. Não dou; para aparecer assim na televisão?”.

É essa a discussão que vamos ter que travar daqui para frente. E a relação é essa mesmo que V. Ex^a me perguntou, Deputado Geraldo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Muito obrigado, Deputado Roberto Jefferson. Acho que a sua resposta foi muito importante.

Gostaria de fazer algumas perguntas; depois V. Ex^a pode responder. É que eu perguntei por dois minutos, e ele deu uma resposta muito importante, muito esclarecedora, que levou tempo, é claro; até agradeço.

Quanto ao valor de R\$45 milhões administrado pelo Marcos Valério, que acha que é pouco, que tem muito mais, V. Ex^a tem notícia e/ou indícios ou alguma pista de outros operadores de outras estatais, como o Marcos Valério?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não tenho não, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Temos provas evidentes do Marcos Valério. São provas evidentes. Não adianta questionar, porque são evidentes. As contas de publicidade com as empresas estatais, os saques dos bancos, a agenda da secretária Karina, as ligações pessoais dele; e aí quero perguntar a V. Ex^a: os R\$4 milhões entregues a V. Ex^a e ao tesoureiro do PTB foram entregues pelo Marcos Valério ou por outra pessoa?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Pelo Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – A questão das fitas, nós ouvimos aqui: o Maurício Marinho, o Arthur... Tivemos até um Mr. M aqui, Deputado Roberto Jefferson – acho que o Presidente Delcídio lembra-se bem, o Relator também -, de tão estranho que ele era: era o Sr. Molina. O Joel, o Osório... Olha, são muitas contradições. E a gente vê, claramente, que muitos deles não estão falando a verdade. Então, isso leva a crer que vamos encontrar problemas.

E considero que esta CPI não vai acabar em pizza não. Ela vai apurar, e o povo está esperando que

apure. E para nós, do Congresso Nacional, é questão de moral apurar. E sabemos a questão do “mensalão”, das estatais... Estou muito preocupado.

Quando vejo Furnas, uma grande estatal que responde por 50% da energia elétrica do nosso País, fundada em 1952 pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, hoje administrada, inclusive, por um homem digno, que é o Dr. José Pedro, que tem uma ficha das mais exemplares no Brasil, ela está hoje colocada do jeito que está. E esperamos que tudo isso seja esclarecido.

Estou preocupado com a Petrobras. Caro Deputado Roberto Jefferson, se tiver alguma pista, fale para nós da Petrobras.

Tenho informações, às vezes, e gostaria de perguntar a V. Ex^a de políticos, ex-políticos que são colocados nas estatais em cargos de relevância, que inclusive usam de influência política para fazer campanha durante o tempo todo, não estando no mandato, por meio de campanhas, de doações, de patrocínio dessas grandes empresas, fazendo lá sua política, usando o cargo nas estatais como tráfico de influência. V. Ex^a tem conhecimento disso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E concorrem depois deslealmente com a gente. Inauguram obras em cima de nós, fazem extensão de obras em cima de nós. Eu sei disso sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Então, vamos ter a oportunidade de apurar tudo isso. Temos que ir fundo nessas investigações e apurar tudo isso.

Sr. Presidente, recebemos aqui as cópias dos contratos, mas gostaríamos de recebê-los por completo, com processo de instrução, o processo licitatório acompanhado, a execução e os aditivos todos, de todos os contratos que aqui estão.

E gostaria de dizer a V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, que V. Ex^a tem hoje a oportunidade de ajudar este País a diminuir as desigualdades sociais que temos, que são gritantes. Existe muita gente passando dificuldades, e precisamos enfrentar essa realidade e amenizar o problema do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Agradeço a V. Ex^a, mas nós temos oportunidade, todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – Concedo a palavra ao Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP-RN) – Sr. Presidente, eu, na realidade, não vou questionar mais quase nada aqui, nem fazer nenhuma pergunta sobre esse problema dos Correios. Tudo aqui já foi perguntado. Foram feitas diversas perguntas, diversos questionamentos, mas a minha conclusão é que realmente o sistema

político brasileiro chegou ao final esta noite. Ele está literalmente falido. Não só por conta das denúncias de corrupção, não só por isso, porque esse é o sistema usado em todos os governos passados, mas pelo que acabei de ver e de ouvir hoje à noite, na introdução do Deputado Roberto Jefferson, quando ele adentra aqui esta comissão com uma mala e ameaça os 32 membros desta comissão, dizendo: “Aqui tenho as prestações de contas de todos vocês”. Como se fossem uma ameaça aquelas prestações de contas que foram aprovadas pelo Tribunal de Justiça, que nos diplomaram, com que este Congresso nos empossou.

Aí está a constatação de que precisamos é de uma reforma política urgente. Não de mais tantas CPIs, mas, sim, de uma reflexão destas duas Casas, para que essa reforma política chegue rápido, porque não adianta. De que adianta instalarem-se vinte, trinta CPIs, se o sistema continua o mesmo? Trinta e dois membros de uma comissão que foram diplomados, foram empossados. Um colega nosso chega aqui e diz: “Tenho os 32 membros na mão”.

Acho que essa contribuição que o Deputado Roberto Jefferson nos deu hoje à noite foi fantástica. Deputado Roberto Jefferson, penso que V. Ex^a contribuiu, mais uma vez, para com esta Nação, não só com as denúncias que fez, que serão apuradas, mas muito mais pelo sistema político nosso, que está falido, absolutamente falido. Chegamos ao fundo do poço, Sr. Presidente; chegamos ao fundo do poço. Que vergonha temos nós de apresentar uma prestação de contas que foi aprovada no Tribunal de Justiça? Quem está **sub judice** é o sistema político brasileiro, não nós, que já prestamos as nossas contas. Esse sistema político brasileiro, esse sim está **sub judice**.

Parabênizo, mais uma vez, o Deputado Roberto Jefferson, porque tirei a lição de hoje sem lhe fazer nenhuma pergunta, muito mais por essa reflexão que temos que fazer. Temos que apressar nossa reforma política, e não só mudar procedimentos políticos. Temos que fazer uma reforma, porque o povo brasileiro está precisando saber. É preciso que se dê uma resposta à nossa sociedade.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, queria apenas dizer ao companheiro que, para político, fundo de poço tem mola.

O SR. NÉLIO DIAS (PP-RN) – Não, o sistema político...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Deputado Nélcio Dias, compreendi bem V. Ex^a, mas não o ameacei. Eu disse que a raiz da crise está no financiamento político-eleitoral. A minha declaração também não condiz com a realidade – ela é muito menor do

que o que recebi. Só que quem me deu não quer que eu declare. Essa é a verdade. E todos nós ficamos escravos desse sistema aqui. Até o PT ficou escravo desse sistema, porque quem doa não quer aparecer, porque tem medo de ser esculachado pelos formadores de opinião. Isso vamos ter que discutir mesmo. Não é que eu queira ameaçar as pessoas que aqui estão. Não interprete assim, porque a minha é igual a dos senhores: não condiz com a realidade; não porque eu não queira que ela seja real, é porque quem doou não permite que eu coloque a doação na minha declaração à Justiça Eleitoral. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, Deputado Roberto Jefferson, primeiro, quero fazer uma consideração até porque não me senti nem um pouco agredida pela observação que V. Ex^a fez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Eu queria que fosse corrigido o tempo da Senadora Heloísa Helena, porque não são cinco minutos. Ok.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Obrigado, Exm^o, Ilm^o Presidentíssimo.

A reunião de hoje é realmente **sui generis**. Estou até impressionada com a minha paciência, porque todos sabem que sou extremamente intolerante, mas, às vezes, o jogo de cinismo e dissimulação chega a tal ponto que, em vez de você ficar intolerante, você vai ficando nauseado, você vai ficando mais cansado. Hoje estou falando baixo, né? Estou falando bem baixinho. Tá bom.

Ao contrário de alguns que se sentiram agredidos com as considerações do Deputado Roberto Jefferson, quero dizer que é tudo igual. Isso é só pose de Senador e Deputado.

Sinceramente, Deputado, não me sinto nem um pouco atingida. Eu não tenho os “por fora”. Quando V. Ex^a disse que ninguém presta suas contas corretamente das suas campanhas eleitorais, eu recebi um monte de recadinho, de brincadeiras de pessoas que são meus amigos, que sempre me ajudaram em campanha, ou dos meus filhos, dizendo “mas não chegou nem o ‘por dentro’, imaginem o ‘por fora’”.

Tenha certeza V. Ex^a. Não quero ser a santinha do altar. Agora sou absolutamente responsável. Desafio qualquer um para dizer onde entrou o “por fora”, quem veio “por fora”. Isso realmente não dá. Para mim, não dá. É exatamente por isso que eu me sinto mais infeliz com todo esse processo não apenas de degeneração moral, burocratização que vejo no PT. Sinceramente, acho que ninguém fica mais triste do que eu. Não fica.

O dia em que V. Ex^a deu aquela declaração na **Folha de S. Paulo** foi justamente o meu aniversário. Todas as pessoas que ligavam para mim, no dia 6 de junho, diziam “que presente de aniversário”. É evidente que sei que essas pessoas que foram sendo citadas por V. Ex^a foram aquelas – algumas delas ainda não o foram – que comemoraram os açoites, as humilhações do verdadeiro tribunal do santo ofício, que, tal e qual o outro, de santo nada tinha, para me expulsar do Partido a que dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir. Como não posso pegar de volta os melhores anos da minha vida, não fico alegre. Gostaria de ficar muito alegre ao ver essa tristeza que está sendo estabelecida hoje aqui.

Mas estou absolutamente triste. Por quê? Porque o mesmo balcão de negócios sujos que condenávamos com veemência quando patrocinado pelo Governo Fernando Henrique, que fazia isso, o verdadeiro balcão de negócios sujos de distribuição de cargo, prestígio, liberação de emenda, poder e “mensalão”, porque “mensalão” é um dos componentes do balcão de negócios sujos, então, a mesma metodologia, os mesmos argumentos fraudulentos... Quando vejo aqui alguns Parlamentares, fico pensando: Deus do céu, a paixão realmente me cegou ao longo da minha vida, que eu não fui capaz de desvendar os mistérios sujos da alma de alguns. Porque nós passamos a vida dizendo que a partilha do aparelho de Estado não podia estar a serviço de gangues partidárias. Nós passamos a vida dizendo quem eram os delinquentes de luxo do Brasil.

Eu fico impressionada, absolutamente impressionada, quando vejo aqui... Era V. Ex^a falando e o burburinho atrás: “desmoralizado”, “não tem autoridade”, “vigarista”! Mas um dia desses entregaram a V. Ex^a o aparelho de Estado para ser ocupado em postos-chaves, absolutamente em postos-chaves! Então, como é que um dia uma pessoa é uma coisa, é parceiro, é companheiro, dá cheque em branco, pode usar o aparelho de Estado e, no outro dia, não serve mais? É porque esse mundo da política, realmente... Que mundinho desmoralizado! Aqui não se tem amigos, aqui não se tem companheiros, aqui tem oportunistas, só, unicamente oportunistas.

É por isso que toda vez que V. Ex^a vai falar, Deputado Roberto Jefferson, vira um pandemônio – nesta Casa e em outras Casas também –, dos pequenos, que já foram denunciados, ficam torando aço, morrendo de medo de V. Ex^a denunciar mais alguma coisa, e dos que fingem que são “alto clero” dos grandes Partidos também. Eu não boto a mão no fogo pelo Senado para não virar churrasco. Não! Eu não boto a mão no fogo pelo Senado, porque tem muita gente no Senado

e na Câmara que posa de “alto clero” com a estatura moral da “ralé clero”.

Então, por quê? Porque, se não é “mensalão”, deve ter outra coisa, porque, para mim, é a mesma coisa: se distribuí cargos, prestígio e poder; se eu entrego uma diretoria, que vem um contrato de milhões. Para mim é exatamente a mesma coisa. Agora alguns são mais sofisticados, falam melhor, falam mais organizado, ocupam melhores mansões no Lago, mas tudo à custa do dinheiro público também.

Então, eu só tenho dois questionamentos a fazer a V. Ex^a. Eu também estou absolutamente... Cada vez que eu vejo os depoimentos aqui, da arapongagem ou qualquer nome que seja dada à sabotagem, chantagem ou qualquer que seja, eu sempre fico muito irritada.

O Sr. Marinho já foi execrado moralmente e publicamente. Eu não sei por que essa reunião toda foi para falar do Sr. Marinho. Ele já foi execrado moralmente e publicamente; já foi execrado. Se vai ser punido na Justiça, se a gravação é ilegal, se a prova é ilícita, mas já foi execrado moralmente, já foi punido moralmente.

A diretoria de administração não é a única diretoria dos Correios. Ela não é a única. Ela tem um grande orçamento. O Dr. Osório – caso sejam identificados crimes contra a Administração Pública nas outras diretorias –, até pela responsabilidade solidária, ele será penalizado também. Eu inclusive insisto, antes que sumam, Sr. Relator e Sr. Presidente, que todas as atas cheguem aqui e também a nota jurídica, porque nós identificamos a nota jurídica que impedia a contratação, impedia de se fazer um contrato de publicidade com o Sr. Marcos Valério. Houve a nota jurídica, no dia 12 de junho de 2003, dizendo que contrariava a Instrução Normativa nº 07, de 1995, e a Secom fez lá o arranjo de trambicagem explícita, para que ele pudesse ser contratado.

Então, quero que V. Ex^a nos auxilie, já que estamos aqui dizendo que vamos investigar os crimes contra a Administração Pública ou indícios relevantes de tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio em relação aos Correios.... Aqui já se passou o dia todo falando da diretoria administrativa, do Sr. Marinho, da degravação que foi feita. Qualquer pessoa com um mínimo de racionalidade, que não queira fazer vigarice política, com um mínimo de racionalidade, quando vê a degravação em todas as fitas... Eu não entendo como é que um negociante contrata alguém para fazer um serviço sujo e todo o debate do serviço sujo que é feito não serve para nada para o contratador da operação. Nunca vi um negócio desse. Porque o homem vendia galocha, botinhas camufladas, capas de chuva e não sei o quê mais. Os arapongas, que foram fazer a contratação,

não falavam nada disso, só falavam de Skymaster, Novadata, tecnologia, as brigas do PT, PMDB e PTB. Só falavam sobre isso. Então, não sei que contratação foi essa que eles fizeram. Como sei que a Abin é capaz de tudo... Aliás, não sei como essas pessoas foram contratadas. Estou impressionada com a declaração aqui lida do Sr. Marinho. Como ele foi contratado? Como ele foi contratado? Como ele tinha uma ficha podre e foi contratado para ser agente público? Realmente não consigo entender como isso é feito. Todos sabem que a Abin monta dossiê, cria, inventa, esclarece, mente e faz qualquer outra coisa porque é o velho mecanismo da chantagem explícita.

Então, são dois os questionamentos que tenho a fazer a V. Ex^a. Primeiro, já que passou o tempo todo falando da diretoria administrativa, como todos sabemos, o chamado gestor operacional dos Correios é dividido em sete diretorias, sendo uma delas o próprio Presidente. A diretoria administrativa já foi falada à tarde toda. Não há Freud que explique essa idéia fixa. Já falou; vai quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico; o processo de instrução virá; acabará sendo esclarecido. Mas há outras diretorias que quero que V. Ex^a possa nos subsidiar em relação aos indícios relevantes de crimes contra a administração patrocinado nas outras diretorias. Aí vai: Diretoria de Tecnologia, de Operações, de Recursos Humanos, Financeira, Comercial e Presidência. Nem vou entrar no debate de quem indicava cargo porque todos sabem que era assim mesmo. Aliás, todos sabem, não. Não foi o Deputado Roberto Jefferson que disse, não. Foi o Senador Fernando Bezerra. Não disse na **Veja**, não. S. Ex^a disse para a gente e, inclusive, teve a coragem de dizer que, se fosse preciso, ele diria em qualquer outro lugar porque ele procurou o Sr. Sílvio Pereira, nosso ex-Silvinho – porque não conhecemos mais ninguém –, e Sílvio Pereira disse a ele: “Eu tenho um cargo para lhe dar. É cargo meu e do PT”. E era o cargo do Ezequiel. Depois, o Sr. Eunício comunicou a ele que já não podia porque, a essa altura, já devia estar a briga do PT, do PMDB, do PTB para ver quem se apropriava mais das melhores estruturas de lá. Peço a V. Ex^a que nos ajude em relação a indícios. Aí entra tudo: Novadata, Skymaster, Xerox versus Canon, Correio Híbrido, HP, todos esses detalhes que são muito importantes para o nosso procedimento de investigação.

Sobre o outro ponto, que é fato relevante, não sei se V. Ex^a tem condição e precisão de nos dizer: logo no início, V. Ex^a informou aqui que foi procurado – e sai na imprensa até com as notas no painel sobre o comentário que V. Ex^a fez em relação à visita dos Ministros José Dirceu e do Aldo Rebelo. Gostaria de saber exatamente o dia – se V. Ex^a tem condição de

lembrar – em que eles procuraram V. Ex^a e o horário com o documento ou verbalizando que o Sr. Marinho já tinha tirado V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Foi na terça-feira, dia 24 de maio de 2005, na minha casa em Brasília, no apartamento funcional que moro na 302 Norte. Eles chegaram à minha casa por volta das 10h30min.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Olha, essa informação é muito precisa. Qual foi o horário em que eles comunicaram a V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, que o Sr. Marinho tinha declarado que V. Ex^a não estava sendo citado por ele? V. Ex^a se lembra disso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Vou pedir licença a V. Ex^a. No transcurso da conversa, por volta das 11h30min, meu advogado, Dr. Itapuã, levou, porque já havia, no *site*, no meio eletrônico, um boletim da Polícia Federal, comunicando isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Mas essa Polícia Federal é danada! Tenho o maior respeito...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Assessoria de Comunicação da Polícia Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – E aí é que é grave! Veja, tenho o maior respeito pela Polícia Federal. Aliás, quando o Ministro José Dirceu e o Presidente Lula colocaram aquela tropa de choque da Polícia Federal para bater em mim dentro do INSS, a Polícia Federal do Brasil todo, por meio dos sindicatos e das federações, fizeram uma nota de protesto em solidariedade a mim. Agora, é absolutamente estranho que isso tenha acontecido, que tenha sido divulgado isso.

Veja, o Sr. Marinho estava prestando depoimento das 10 horas da manhã às 17 horas. Havia claramente medidas cautelares que foram determinadas pelo juiz para que fosse em sigilo. Se ele estava depondo das 10 horas da manhã às 17 horas, é óbvio que o delegado e a Polícia Federal jamais poderiam, na primeira hora que ele falou, com 40 minutos, divulgar isso, porque divulgar significaria um recado para V. Ex^a, porque ele podia se contradizer à tarde. Ele podia se contradizer até o final. Por que eles divulgaram antes? Para que o seu advogado, ou qualquer um outro, pudesse chegar para V. Ex^a e dizer: “Olha, pode abrir mão”, ou publicamente tivesse dito.

É um absurdo isso que aconteceu. É um absurdo, porque é um mecanismo absolutamente... é uma manobra da Polícia. A Polícia Federal não podia fazer isso. Ele ainda estava depondo até 16 horas e ficou lá até as 17 horas – os advogados sabem que o delegado termina de assinar o parecer no final –, e o estra-

nhíssimo é porque foi um entra-e-sai desse delegado! Impressionante! A cada uma hora que falava o Sr. Marinho, saía ele ou era para atender telefonema ou era para fazer não sei o quê, como se estivesse tudo montadinho para dizer assim: “Na hora em que ele falar, manda para a imprensa para que o Deputado Roberto Jefferson amanse, e aí, portanto, não faça”.

Isso objetivamente tem que ser investigado, porque é uma coisa muito grave. Agora, apelo a V. Ex^a que nos auxilie em relação a esses indícios.

Além de uma outra coisa, que é importante. Acho que o Deputado Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Heloísa, conclua, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Estou terminando. Homem, fiquei com uma paciência gigantesca hoje.

O SR. (Orador não identificado) – E nós ficamos com paciência para esperar a vez de falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Hoje não se preocupe V. Ex^a. V. Ex^a não se preocupe...

O SR. (Orador não identificado) – Tivemos tempo, inclusive com o protesto dos outros que estavam na fila.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Eu estou só terminando. São 23 horas, ninguém está mais nem nos assistindo. Somos nós aqui, cumprindo nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – É que o Senador Heráclito Fortes, o Senador Pedro Simon e o Senador Ney Suassuna estão nervosos aí, esperando.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Não, estão não. Quem está é V. Ex^a. Não bote para eles, não; eles não estão, não. Estão todos aqui obrigados a trabalhar, muito salário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou embevecido, Sr. Presidente, para falar a verdade, ouvindo Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Nada, pode ficar. Não tem mais ninguém assistindo, não. Quem queria deixar por último para ninguém assistir, já não tem mais, não; só nós aqui, os queridos da TV Senado. Não tem nenhum problema, não. A questão é outra.

Uma outra coisa é se V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, teve conhecimento – não sei se V. Ex^a já teve oportunidade de responder isso, porque acabou tendo que sair um pouco, em função de uma questão particular – de o Sr. Marcos Valério ter intermediado depósitos ou solicitado que V. Ex^a intermediasse um depósito no Banco Espírito Santo de mais de 600 milhões. Não sei se V. Ex^a já respondeu isso...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Falei disso sim. Mas eu volto a falar para a senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Mais detalhes, por favor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele me procurou em nome do Delúbio, quando surgiu esse impasse, agora no princípio do ano. Teve até um jantar na minha casa, que eu não sei se foi 27 ou 28 de março – eu, Múcio, o Emerson Palmieri, Genoino e o Delúbio, para a gente fechar a conta da campanha, que não fechava de jeito nenhum, e uma crise instalada, monstruosa no Partido. Como o Delúbio disse que não tinha recurso para atender, ele mandou, em princípio de abril, Marcos Valério falar comigo no PTB. Ele vem, ele tem uma mania, Senador, de escrever assim: ele vai fazendo contas no papel, me pedindo que fizesse uma intervenção junto ao Presidente do IRB para transferir a conta do IRB de um banco, que não sei qual é na Europa, para o Banco do Espírito Santo. São 600 milhões de dólares. Eu não sei onde é o banco, eu não me lembro onde é o banco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Espírito Santo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Espírito Santo é Portugal. Banco Portugal. Banco Espírito Santo é o terceiro banco da Europa, mas é em Portugal. Esse banco onde tem o depósito do IRB desde o Governo passado, já há uns cinco anos, não é o Banco Espírito Santo, é um banco inglês.

O SR. (Orador não identificado) – Mas o Marco Valério pediu para que banco?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele queria que eu entrasse em contato e eu falei que não vou fazer isso. Mas ele fala em números assim? Aí, liguei para o Genoino e disse: Zé, esse cara é doido. Ele fala em números que não é possível, dinheiro não cai do céu, não existe isso, amigo. Ele falou: “Não, ele é firme”. É isso que quero dizer a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Mas ele solicitou alguma estratégia específica?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senadora Heloísa, concluindo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Eu imagino, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, ele queria que eu fizesse uma intervenção.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Porque, imagine, depositar 600 milhões, transferir 600 milhões. Imagine o que se pode ganhar em relação a isso? É por isso que estou perguntando a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É isso que estou respondendo a V. Ex^a, as contas são mirabolantes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Em relação às outras diretorias, V. Ex^a tem mais algo que possa acrescentar para nos ajudar na investigação?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não. A informação que eu tinha clara era a da Skymaster. Eu sabia dessa intervenção do ex-Ministro Miro Teixeira, reduzindo a cona. Tinha informação, depois daquela remajoração(?) dos preços, tanto que tenho dito desde o início: por que não vão investigar a Skymaster? São aviões de 18 toneladas que são pagos por terem 18 toneladas e que vão com 4 toneladas. Os contratos são em dólar, o dólar cotado a R\$3,00, quando a moeda está sendo cotada no dia a R\$2,45 e o Correio vem pagando à Skymaster no dólar a R\$3,00.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, depois o Senador Heráclito, Senador Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e, para encerrar, reinscritos os Deputados Onyx Lorenzoni, Eduardo Cardoso e Eduardo Paes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – E Senadora Heloísa Helena, inscreva-me novamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Mas são falas muito rápidas, Senadora Heloísa.

Vou sugerir que, na segunda fala, 5 minutos. Então, 3 minutos na segunda fala.

Com a palavra Senador Pedro Simon, por 10 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nós nos conhecemos de longa data, Deputado. Aqui nesta sala eu, participando de uma CPI e V. Ex^a de um lado defendendo o ilustre Presidente Collor de Mello.

Eu tenho dito, fale-se o que falar de Collor, a nossa CPI aqui atou com a mais absoluta liberdade. O Presidente colocou a Procuradoria, o Ministério Público e a Polícia Federal à nossa disposição para fazer as investigações. Eu coordenava aquela CPI, não conheço um Parlamentar que tenha sido acuado, recebido promessas de favores e coisa que o valha.

É verdade que, no seu estilo, na sua vaidade, o Collor não imaginava que a CPI chegaria nele, como nós também não imaginávamos. Talvez, por isso, ele tenha dito que, apurem o que apurarem, vou cumprir. Mas é importante. A CPI foi criada, funcionou, andou sem nenhuma pressão.

Mas agora estamos vendo CPIs em que não se está procurando atingir o mandato de ninguém. Há hoje um sentimento no Brasil defendendo que devemos fazer o máximo possível para que o Presidente se recomponha, reestruture seu Governo e caminhe para

o fim. Mas, nessas CPIs que se criaram aconteceram fatos lamentáveis, retirada de assinatura. Se, quando entramos com a CPI, tivéssemos, no caso Waldomiro aqui no Senado, em que o Presidente... Os Líderes da Maioria recusaram-se a indicar os nomes, e o Presidente Sarney, que deveria indicar os nomes, não o fez. Entramos no Supremo, ganhamos por dez a um, e ontem foi instalada essa CPI. Se a CPI do Waldomiro tivesse sido instalada há um ano e meio, talvez seria o mote para que esses fatos que ocorreram depois não tivessem ocorrido. Se o Governo, em vez de forçar o Senado a proibir a CPI, tivesse liberado a sua criação, talvez a CPI não ocorresse.

Discordo muito de V. Ex^a. Defendo o financiamento público de campanha como grande saída. Acho essa proposta viável, junto com o voto distrital e com uma reforma partidária em que haja realmente a diminuição de Partidos aliada a uma política cujas verbas sejam públicas. V. Ex^a perguntou: “Mas de onde vem o dinheiro? Do povo, da comida, da escola?” Mas de onde vêm as verbas dos empresários? Da bondade deles? Do que sobra deles? Ou entra no custo da produção? É evidente que as verbas que eles destinam aos políticos entram no custo da produção, sem desconto de imposto, e sai muito mais caro.

Na minha opinião, os meus bravos amigos do Governo, do PT e companhia estão cometendo um equívoco muito grande.

V. Ex^a está sendo julgado na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, onde o seu mandato está em jogo. Naquela Comissão, discutirão o que é e o que não é, mas, nesta CPMI, V. Ex^a é testemunha, uma testemunha da maior importância, a mais importante. Diga o que disser, não devemos analisar que V. Ex^a esteve lá e agora está aqui; V. Ex^a esteve distribuindo cargos com o PT e agora está aqui; V. Ex^a era amigo íntimo do Lula e agora está aqui. Esse problema não interessa a esta Comissão. Esta Comissão não tem nada a ver com isso. Esta Comissão precisa examinar o fato de que V. Ex^a, a rigor, se formos analisar, não tinha motivo para romper com o Governo porque, ficando do lado do Governo, ganharia algumas coisas; ficando contra não ganhará nada. V. Ex^a teve o gesto de romper e falar. O mais importante não é o fato de V. Ex^a estar lá, romper e falar; é que V. Ex^a foi à Comissão, falou durante muito tempo. Mas onde estão as provas? “Eu não tenho prova”. Ficou aquela interrogação, e os homens do Governo dizendo: “Mas ele não tem prova”. Porém as provas foram surgindo naturalmente; elas vieram naturalmente. Apenas hoje, foram duas. Numa reportagem ao jornal **Folha de S. Paulo**, V. Ex^a disse que os diretores de Furnas estavam metidos na questão, e o Presidente da República demitiu os três. Hoje, V. Ex^a

fala, às 20 horas aqui, que, além do Banco Rural em Minas Gerais, também aqui, no 9º andar do Shopping, na sede, há um esquema. E o Jornal Nacional noticiou logo depois o fato. Portanto, os fatos estão sendo provados, e V. Ex^a deve ser respeitado.

O equívoco dos meus amigos do Governo é querer desmontar V. Ex^a, desmoralizar V. Ex^a, ridicularizar V. Ex^a, dizer que V. Ex^a está errado. Não temos nada a ver com a vida de V. Ex^a. Não estamos discutindo a ética de V. Ex^a, a dignidade de V. Ex^a; se V. Ex^a é ou não é; os erros que fez ou não fez e o que deixou de fazer. Para quem quer apurar, V. Ex^a é o que temos de mais importante para buscar o esclarecimento e os elementos e, com isso, encontrar o caminho. Vejo pessoas brilhantes por quem tenho a maior admiração, companheiros do PT, que estão equivocadas. Não é assim! Mesmo que eles queiram ajudar o Governo, eles não o estão fazendo. Eles não estão prestando nenhuma ajuda ao Governo porque, desmoralizando o Deputado Roberto Jefferson, não somam dois mil réis para o Governo. O que importa é ver e analisar os fatos. O Governo deve se compenetrar de que tem a obrigação de ver, analisar, interpretar os fatos e decidir sobre a situação. No início, quando apareceram os fatos com relação ao Ministro da Previdência, que nunca podia ter sido nomeado, porque tudo o que se fala hoje do Ministro da Previdência já se falava antes de ele ser nomeado, dois anos antes. Então, não é dizer: nomearam e depois falaram. Não. Já se sabia de tudo. Mas quando saiu no jornal a matéria depois da nomeação dele, o Presidente Fernando Henrique disse: “Mas eu não vou demitir por causa de notícia de jornal”.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Presidente Lula disse... O que eu falei?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – É tudo igual.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que Fernando Henrique também... Só espero que não seja praga para voltar.

Mas quando ele foi para o Supremo, o Procurador-Geral da República denunciou. A denúncia foi aceita, só falta ele ser condenado. Pela lógica, está aqui uma juíza que diga se não deve ser afastado um cidadão do cargo quando ele está sendo processado no Supremo Tribunal, afastado para que possa se fazer com isenção a apuração. E mesmo o Presidente do Banco Central, o Ministro e o presidente do Banco Central. As contas deles estão sendo analisadas. As vísceras dele estão colocadas a nu no tribunal, e, no entanto, esse cidadão... Diz-se que não pode mexer no Banco Central porque teme a Nação, e o Presidente não faz

nada. Eu acho que aí é que o PT devia entrar. Aí é que os aliados do Governo deviam entender. Quer dizer, o que tem de ser feito, meus irmãos, é um choque de ética no Governo. O Governo tem que aproveitar esse fato não para desmoralizar o Deputado, que não resolve nada; não para querer esconder as coisas, que não resolve nada. Andando por aí, lá pelo Rio Grande, sentimos que há uma tristeza, uma mágoa profunda com relação ao País e à nossa realidade. Eu acho que aqui – falo de coração – nós tínhamos de nos juntar, nós que tínhamos de nos juntar para buscar o que está acontecendo, o próprio Lula deu o caminho: “Descubram, se tiver que cortar na própria carne, eu corto na própria carne”. Ele disse. Eu acho que devíamos partir desse princípio. Eu acho que tínhamos que caminhar neste sentido: deixar de lado o Sr. Jefferson, aproveitar e até dizer ao Sr. Jefferson que nem se estivessemos numa Corte de Justiça americana, faríamos até um acordo: olha, Jefferson, conta tudo o que tu sabes, mas conta tudo mesmo, e nós vamos facilitar tua vida lá no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Mas não podemos fazer diferente, falando de coração.

Outra coisa que se podia fazer é, à margem dessas Comissões de Ética que estão aí, nos reunir para conversar. Não pode continuar. Não pode continuar. Nós não podemos continuar com uma, duas, três, quatro Comissões de Ética, brigando para instalar esta, brigando para instalar aquela, fazendo isso, fazendo aquilo; nós temos que tomar posição. Eu já propus a um grupo que vamos ao Presidente Lula, vamos debater, vamos analisar. Temos de sair dessa situação em que nos encontramos. É ridículo o Presidente Lula fazer um acordo com o PMDB, achando – coitado de meu velho MDB, ainda se fosse o velho MDB –, que se se juntasse ao PMDB ia salvar o Brasil. Mas não salva a pele dele coisa nenhuma. Não é por aí. Não é por aí. É um pacto de ética, de dignidade, de seriedade. É um chamamento geral. É bater na culpa: “Estive equivocando, eu reconheço que as coisas não são por aqui”, e mudar. Porque a maioria dos companheiros que vejo, do PT, estão magoadíssimos com o PT. A maioria das pessoas que conversam comigo, do PT, por onde ando, estão magoadíssimas com essas questões, com essas coisas que eles nunca imaginavam que iam acontecer. Acho que mudar é importante. O PT tem uma saída: mudar, mudar, e vamos ver o que fica, ou ficar nessa tese que está ficando aí, botando a cabeça para baixo e querendo arrumar um bandido e não sei o quê. E o povo vai dar um resultado muito triste.

Um abraço, Jefferson, pela tua competência. Eu disse que aquela tua manifestação lá naquele dia na Câmara, no Conselho de Ética, foi a peça mais bonita

que vi em toda a minha vida no Congresso Nacional. Não entrando na análise da ética, mas no conteúdo, no brilhantismo, foi sensacional. E o fato de estares contando essas coisas, e se contares mais as outras que souberes, estará prestando um bom serviço a este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, por dez minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Deputados, Deputadas, nobre Deputado Jefferson, V. Ex^a tem mais de vinte anos de militância nesta Casa, vinte e três anos.

Impressiona a mim a coordenação, a eloquência, a inteligência de V. Ex^a. E não é só a mim que impressiona. Hoje, o clima nos corredores do Senado era de copa do mundo. Em frente de cada telão, as exclamações eram dessa ordem: todo mundo impressionado com a coordenação, com a inteligência e com a eloquência de V. Ex^a.

V. Ex^a, em vinte e três anos de Casa, sabe como ninguém da hipocrisia que rola no nosso meio, que reina no nosso meio e também sabe como ninguém do preconceito que muita gente tem em relação a políticos. O público nos ama nas eleições, briga por nós. Depois, parece que vem uma tsunami e bota todos os políticos na mesma vala, como se fossem todos iguais e ninguém prestasse. Estamos em uma dessas ocasiões.

Eu acho que V. Ex^a exagerou até na dose porque V. Ex^a injetou nitroglicerina pura nas veias da Nação. É impressionante o teor explosivo das suas denúncias. Elas são tão fortes, que, no bojo da citação de V. Ex^a, basta citar um nome para que pareça que também tem corrupção, sujeira, ladroeira e tudo o mais, tão forte foi a mensagem de V. Ex^a.

V. Ex^a também é um grande criminalista. Advogou muitos anos, é bom de júri. Até lhe faço uma pergunta. Imagine que alguém procure V. Ex^a e converse com V. Ex^a sobre um assunto qualquer e uma semana depois cometa um crime. Que culpa tem essa pessoa com quem se conversou generalidades? A citação de V. Ex^a em dizer “o Senador Suassuna pediu que eu atendesse fulano” me parece uma coisa normal, simples. No meu Estado, por exemplo, a Oposição se valeu disso e disse “foi citado, foi citado no meio da corrupção”. Fiquei impressionado como a Oposição, imediatamente, aproveitou o alto teor explosivo das suas declarações.

O senhor assistiu ao depoimento do Sr. Molina?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Assisti a um pedaço, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ele diz, no depoimento dele, eu indaguei e perguntei: o senhor me conhecia? Ele disse “não”. “Tinha alguma relação de amizade comigo?”. Ele disse “não”. “O senhor, quantas vezes foi em meu gabinete?” “Duas”. “Mas o senhor só falou comigo uma”. E o Sr. Molina disse “não, eu falei como senhor uma vez”. E eu não sabia, até o depoimento dele, que ele só tinha falado com o senhor uma semana depois. Eu achava que ele tinha falado.

Quando V. Ex^a dá ênfase e diz “mas o Senador me ligou várias vezes”, eu tenho certeza que o senhor, como eu, quem deve fazer as ligações é a secretária. Eu pedi para que ela fizesse e ela só passou para mim quando conseguiu. Se tentou uma, duas, três, quatro, e eu só falei uma vez. Não é verdade?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É verdade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, me causou espécie também quando o senhor, hoje, falou sobre a brutalidade e a incoerência dos mandatos como estão sendo cumpridos. Eu fiquei pasmo. Agora, a Senadora Heloísa falava ali uma outra coisa e me causava espécie também, porque foi a primeira vez – e reclamei do Diretor-Geral da Polícia Federal – que só porque um assessor meu que, da segunda vez que o Sr. Molina passou, eu não estava, mas ele encontrou e convidou para ir ao gabinete de V. Ex^a, ele teve um mandado de busca na casa dele, mas o mandado de busca só ocorreu no dia seguinte, porque a publicação nos jornais foi no dia anterior.

Eu dizia “eu não estou entendendo, Diretor-Geral: a Polícia Federal primeiro anuncia no jornal, vinte e quatro horas de antecedência, que vai fazer uma batida no dia seguinte? Parece polícia portuguesa”. Sem nenhuma ofensa aos portugueses. Mas, na brincadeira e fazendo aqui uma frase jocosa, eu nunca vi ninguém anunciar que vai fazer. Mas eu fiquei mais impressionado ainda quando esse mesmo cidadão foi chamado para depor no Ministério Público e perguntavam a ele sobre o IRB. E ele não sabia nada sobre o IRB, porque ele estava sendo acusado, entre aspas, de ter ido até o gabinete de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O seu secretário?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Assessor.

Então, eu fiquei impressionado. Quando V. Ex^a estava falando, eu pensei que realmente está havendo exageros. Exageros da imprensa, exageros do Mi-

nistério Público, exageros da Polícia Federal, e tudo para fazer divulgação, ora pintando com cores leves, ora pintando com cores demoníacas. É uma coisa impressionante.

Eu acho que V. Ex^a está prestando um grande serviço à Nação. A exemplo de Pedro Simon, eu acho a mesma coisa. E o PMDB quer muita firmeza nas investigações. O que V. Ex^a tem denunciado, lamentavelmente, para o Brasil, está se mostrando realidade. E temos que aprofundar.

Eu me regozijo aqui com o Presidente da CPML, porque ele não tem sido parcial. Como um magistrado, ele e o Relator têm feito tudo para esclarecermos isso.

E eu queria dizer que, embora não sendo advogado do Sr. Molina, eu já vi o senhor dizer que houve uma acusação, depois ouvi o senhor dizer: não, acho que foi uma sugestão. Até achei jocosa a maneira como o senhor falou. Em vez de dizer foi uma sugestão, o senhor disse que foi uma sugesta. Disse duas vezes. E hoje o senhor disse que não foi nem achacado, tampouco ameaçado por ele.

Diga alguma coisa sobre esse assunto, porque esse assunto tem me angustiado. Hoje foi um dia terrível. Estou vendo que o seu dia foi muito pior do que o meu; além disso, ainda está aí acidentado. Mas o dia nosso hoje foi duro. Cheguei em casa, comecei a ver pela televisão, e disse: Eu não posso deixar de ir lá. E vim para dizer isso, da minha surpresa com a sua eloquência, com a sua coordenação. Aliás, não é surpresa. Nós já sabíamos que o senhor é realmente um Deputado muito inteligente, muito atuante.

Agora eu o vejo como uma pessoa que, embora se defendendo, está tentando jogar luz sobre uma porção de lugares que precisavam de luz. Mas me faça alguma consideração sobre isso que acabei de falar com o senhor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Primeiramente eu vou repetir o nosso diálogo ao telefone, quando eu o atendi: atenda um companheiro meu de farda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Permita-me só dizer que eu nunca fui da Marinha. Farda porque, do mesmo modo que pareceu ao senhor um comandante, ele também me disse que era um comandante.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim, mas ele mentiu para nós dois, Senador. Ele mentiu para o senhor, porque ele não é comandante da Marinha. Como o senhor é um velho amigo, o senhor diz que eu sou bom orador. Bom orador é meu pai, que é seu amigo. Papai consegue fazer uma coisa que eu jamais consegui: discursar em versos. Papai é formado

em Matemática e Português, e fala em verso. Ele faz o caco do homem culto. E tem aquela voz dele de baixo barítono. Uma vez eu perguntei: Papai, como é que você consegue fazer isso, discursar em verso, criando assim? Ele olha uma criança e começa discursar sobre a criança, fazendo verso. Fala no céu, que vai para o céu, fala em...

V. Ex^a conhece papai, ele discursa em verso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Claro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E ele diz, com aquela voz de barítono: Meu filho, ou é fácil ou é impossível. Eu digo: Para mim é impossível. O maior orador que eu conheço é o meu pai, o Professor Roberto Francisco, lá em Petrópolis. E o que eu disse, eu repito. V. Ex^a me ligou de espírito aberto, absolutamente de alma franca, e me disse: Atenda um companheiro de farda. E eu atendi o Molina. E ele sentou na minha frente e não falou em seu nome não. Ele usou o senhor para furar o bloqueio do meu gabinete, porque eu não queria falar com ele. Eu não gostei da maneira como ele se referiu a pessoas sérias: sem seriedade. Achei que ele era um cabra horroroso. Achei ele uma pessoa horrorosa. Ele se apresenta como comandante e não é comandante.

E eu quero dizer a V. Ex^a que o único crime que V. Ex^a cometeu foi ter sido gentil com um homem da Fundação. Porque aí, sim. Ele é consultor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E trabalhando para um amigo comum nosso, Duciomar Costa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Duciomar. Então, quando o senhor me ligou eu o atendi em meu gabinete. Não achei, Senador, que estava me ameaçando. Eu o achei tão vagabundo, tão vagabundo, tão inconsistente, que não levei a sério a conversa. Tenho uns amigos que têm uma fita do Marinho. Falei: piorou, agora. A Conversa já era ruim. Faça-me um favor, guarde a fita no cofre. Creio que fui um pouco indelicado com uma figura tão doce. Se foi da Marinha, não saiu do barril. Aquele não saiu do barril.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLIO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Roberto Jefferson, o Brasil inteiro ouviu o depoimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Por favor, que a assessoria técnica do Senado marque os dez minutos, por favor.

O SR. HERÁCLIO FORTES (PFL-PI) – Não me importa o adiantado da hora.

O velho Ulysses Guimarães, com quem tive a oportunidade de aprender muito, dizia que em uma

CPI, em uma crise, o que havia de mais importante era sua excelência “o fato”. Estamos vivendo, esses dias, por um fato criado por V. Ex^a, que foi a coragem de rasgar um tumor que se sabia existir no Brasil, uma prática que estava sendo usada. Evidentemente, ninguém sabia com grandes detalhes, ninguém sabia a fundo como a coisa era operacionalizada. Mas até um cego via, Deputado Roberto Jefferson, pelo comportamento diferenciado que o PT apresentou nas duas últimas campanhas. Na primeira houve aquela expectativa pela eleição do Lula. Sua Excelência sempre lá na frente das pesquisas. Na segunda, a de prefeitos do Brasil inteiro, não. Essa campanha foi vergonhosa. Enquanto se procurava, em Estados pobres como o meu, resolver problemas de palanques com pequenos conjuntos regionais, eles ostentavam bandas. No Brasil inteiro. O Partido se vangloriava de ter uma dupla sertaneja dessas para fazer shows três ou quatro vezes por dia. Havia um jato para a banda, outro para o conjunto. Eram dois ou três jatos voando pelo Brasil inteiro na maior ostentação que se poderia ver nos últimos tempos. Em alguns casos misturou-se o público com o privado. Dou um exemplo, levou-se Arthur Moreira Lima a Teresina para fazer shows pagos pelo Banco do Brasil. Paralelamente, fazia shows em cidades próximas na campanha do PT. Tudo isso foi denunciado.

Mas parece que a opinião pública, de repente, fica anestesiada. Apreendi que defeito de Governo só começa a aparecer quando dobra o cabo da Boa Esperança, do segundo ano em diante.

Conversei com várias pessoas, meses antes, prevendo a derrota do candidato do PT, que depois ficou definido que seria o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh. Mas previa porque sentia, como V. Ex^a declarou depois, aquele ambiente de insatisfação que reinava entre a base de apoio do Governo.

Estou nesta Casa há vinte e cinco anos. Converso com todo mundo. Tenho essa liberdade. Ouvíamos. Não sabia a maneira, não sabia o modo.

Sr. Presidente, o homem público tem que ter cuidado quando vê a mudança das pessoas. Infelizmente, tiraram o Presidente Lula de sua origem no dia de sua vitória, os maus companheiros. O Presidente Lula foi comemorar a vitória na Avenida Paulista, Deputado Roberto Jefferson, saiu lá da sua região, da cidade dos trabalhadores, em um helicóptero Rolls-Royce. Naquele mesmo dia teve dois encontros de comemoração, antes de ir à Avenida Paulista, em dois hotéis de multinacionais, nas proximidades. Deixou o hotel Maksoud, que é um hotel nacional em processo de decadência e crise financeira, no esquecimento.

Se você comparar a origem de vida dele e a do Collor, representa, a meu ver, o que representou para Collor aquela viagem às ilhas Seichelles. E, de lá para cá, tudo mudou.

O PT era um Partido fiel ao velho e decadente Hotel Torre, em Brasília. Mudou para o Blue Tree. Aquela mania da pinga foi trocada por whisky, selo azul, de não sei quantos anos, complementado com o mal gosto que é tomar um whisky dessa idade com guaraná. A Casa Colombo, que vestia a maioria do PT com seus blazers mal cortados, foi substituída pela do Sr. Ricardo Almeida. Até o Porcão foi criado. O PT passou a viver uma nova vida. E ninguém procurava saber de onde isso veio, por que mudou de costume, e as coisas foram se sucedendo.

Na campanha de 2002, houve a primeira denúncia, que foi abafada por uma revista, de encontros de arrecadadores do PT com empresários em hotéis de São Paulo. Isso tudo foi abafado.

Mas é isso, a panela de pressão vai ganhando corpo, vai ganhando corpo, e estoura. O PT paga um pouco pelo muito que fez com os outros no passado. V. Ex^a se lembra que por se encontrar no cabeçalho de uma agenda o nome do Sr. Henrique Hargreaves, que era chefe da Casa Civil de Itamar Franco, esse homem foi execrado pelo Partido dos Trabalhadores como se corrupto fosse, em uma injustiça que se cometeu. Ele teve que se afastar da Casa Civil, e voltar posteriormente.

Com o Sr. Eduardo Jorge foi a mesma coisa, a mesma campanha de massacre. Se compararmos os erros do atual Governo com os do Governo do Presidente Collor, a partir do vôo do helicóptero até a presente data, vamos ver as semelhanças.

Um das coisas, Sr. Presidente, que mais desgastaram o Governo Collor foi ter montado um esquema paralelo para fiscalizar fundo de pensão pelo então chefe da Abin no Palácio do Planalto, o Sr. Pedro Paulo. Criou grandes prejuízos ao sistema, desenquadrando e fazendo com que investigações fossem feitas.

Hoje, fundo de pensão que é vinculado à Previdência Social é administrado, como o Brasil todo sabe, pela Secretaria de Comunicação. São os mesmos erros. Há mais de dois ou três meses, fala-se que há irregularidades na Cobra. O Governo não toma providências. Fala-se em uma transação entre essa Cobra e o Banco do Nordeste. E que há, no Banco do Nordeste, um diretor com ligação familiar a um grande dirigente nacional do PT. Não sei quem é o dirigente, mas é preciso que essas coisas sejam apuradas para que se preserve a biografia do Presidente Lula.

V. Ex^a disse uma coisa, Deputado Roberto Jefferson, que merece uma reflexão, principalmente da Justi-

ça Eleitoral. Na campanha de 2002, eu era candidato a Senador. O que mais me assombrava era fazer alguma coisa errada. O candidato a Governador foi nosso ex-colega aqui, o Sr Wellington Dias, que, quando Deputado, denunciou 148 prefeitos. Vários desses prefeitos pagaram o pão que o diabo amassou. Eu disse: “Vou fazer tudo direitinho!”. Fiz minha campanha, e a minha declaração foi em torno de dois milhões e seiscentos. Mais ou menos isso. Fui denunciado pelo Presidente do Partido, Deputado João de Deus, de que eu tinha feito uma campanha milionária, que eu gastava mais do que a de São Paulo.

Realmente, Senador Eduardo Suplicy, gastei mais do que a candidatura de José Genoíno e do Senador Aloizio Mercadante. Não sei que tipo de milagre fizeram em São Paulo para gastar tão pouco, mas tenho certeza de que fiz aquilo com a minha consciência.

Sabe quanto o Deputado João de Deus declarou em sua campanha para Deputado estadual no Piauí? Vinte mil reais. Imagine. Isso em um Estado com 222 Municípios. Imagine.

Se examinarmos a prestação de contas do candidato a Governador, não há nem combustível. Aí se justifica: “Mas o Partido tem uma estrutura de arrecadação”. Mas cadê essa estrutura? Quem arrecada? Como arrecada? É uma caixa preta.

Essa realidade eleitoral, essa hipocrisia é que é preciso ser combatida com recursos públicos de campanha ou com recursos privados. Até o momento, tenho minhas dificuldades de aceitar o recurso público pelos mesmos motivos que o Deputado Roberto Jefferson e que outras pessoas. Em primeiro lugar não temos fidelidade partidária. Um partido financia com recursos públicos e, no dia seguinte, o eleito troca de partido por um interesse imediato. Você está recebendo recursos de campanha em um Estado em que não se tem sequer escola para as crianças. Tenho minhas dúvidas.

Sr. Presidente, o Deputado Roberto Jefferson disse-me uma coisa que precisa ser analisada com seriedade e dedicação com dois aspectos. Falo dessa solicitação de aplicação de recursos do IRB em um banco português. Primeiro, isso aconteceu, Senadora Heloísa Helena, no exato momento em que a gente lutava aqui com uma CPI que combatia a evasão de recursos. O PT, como paladino da verdade, fez acusações contra homens públicos. E, inclusive com a ajuda de um servidor da Polícia Federal, assacou contra a honra de quatrocentos políticos. Essa lista nunca apareceu. Ficou reduzida a três ou quatro pessoas, que já respondiam a processos. Eram o Sr. Maluf, o Sr. Celso Pitta e mais uns dois ou três. Quando foi-se fazer a checagem eram homônimos. Era coincidência, era erro do CPF. Essa CPI acabou no dia em que se che-

gou em uma ferida chamada PT. Quando chegamos a uma questão envolvendo o Partido dos Trabalhadores tivemos uma confusão, comandada pelo Senador Arthur Virgílio e o Partido dos Trabalhadores. O PT dizia que qualquer dinheiro mandado para fora era “lavanteria”. Encheu-se de dignidade. Dois meses depois, descobriu-se que o Presidente do Banco do Brasil e do Banco Central tiveram empresas que funcionavam nas ilhas que condenavam e fazendo aplicações do mesmo jeito, Sr^a Juíza.

Creio que isso vai servir de lição. Na véspera da eleição municipal, Sr. Presidente, fui visitar o Município de Barreirinhas, no Maranhão, levando uns amigos de fora. Fui acusado pelo candidato do PT a prefeito de Barreirinha de estar na cidade levando dinheiro para a campanha do Maranhão. Não tinha dinheiro nem para a campanha do Piauí. Passei por um constrangimento. Tive meu carro seguido, minhas malas revistadas. Exigi que o juiz desse declarações de que não havia nada. O juiz, no dia, escondeu-se. Tive que acionar o tribunal. Depois, vi que o juiz tinha ligações – inclusive de invasão de terras em Barreirinha – com o irmão do candidato a vice-prefeito.

Causou-me surpresa uma jornalista de São Luis, de nome Jaqueline Rauli ou qualquer coisa assim...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS) – Senador Heráclito Fortes, pediria a V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, esperei tanto tempo! Gostaria de concluir só para mostrar isso.

Deputado Roberto Jefferson, essa moça mandou correspondências, *e-mails*, para a imprensa de Teresina. O que me salvou foi que quando a notícia chegou à Brasília, para ganhar foro nacional, na central de apuração montada, estavam os Deputados Greenhalgh e Sigmaringa. S. Ex^{as} imediatamente me localizaram. Solidarizaram-se comigo e deram outra curso aos fatos. Vejam como a Justiça tarda mais não falha. Essa moça, eu não sabia, é filha da candidata à Deputada Estadual do PT de São Luís, que agora é acusada por ter recebido uma mala de US\$150 mil, que nunca chegou ao Maranhão. Se chegou ninguém a recebeu, mas saiu de lá. Só espero que essa senhora, que não conheço, seja tão inocente quanto fui. E que sua filha, a jornalista Jaqueline, aprenda agora a ser responsável com o exemplo que teve com a mãe. Quando outro fato como esse acontecer que tenha, pelo menos, a dignidade de ligar para o acusado para, ao menos, ouvir a sua versão.

O PT jogou um seixo de pedras para cima, Sr. Presidente, e elas estão caindo sobre sua cabeça. Espero até que essa seja uma lição pedagógica. Ainda há tempo. Virgem não é mais. Antigamente, o PT

exaltava a honradez de todos os seus membros. Hoje, vi a Senadora Ana Júlia, com muita insistência, defender, pelo menos, a do Ministro Patrus Ananias. Mudou muito, se nivelou! Mas eu acho que isso faz parte do jogo político de quem assume o poder. E o PT está vivendo essa nova realidade.

Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena disse aqui uma coisa correta: esse Marinho é apenas um diretor. Chamo a atenção para um fato. Nas diretorias colegiadas dos Correios, esse chefe de departamento tem um orçamento razoável, mas pulverizado, porque as diretorias de todo o Brasil têm autonomia, diferentemente das outras diretorias que têm os orçamentos centralizados na sede, e as grandes compras, diferentemente das administrativas, são feitas na sede e distribuídas nas agências: é grande quantidade e computador e outras coisas mais.

Pedi, aqui, no primeiro dia, que se chamassem todos os correlatos que ocupassem funções iguais a do Sr. Marinho, para serem ouvidos aqui. O Sr. Marinho teve o azar de ser gravado. E os que não foram gravados, como é que se comportaram? É preciso que essa coisa seja apurada para que possamos, pelo menos, ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito, por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vou encerrar apenas.

A minha vida toda pautei com coerência e fiquei muito nervoso achando que tinha criado uma saia justa para o meu amigo Eduardo Paes, quando citei uma matéria do Deputado Roberto Jefferson no **Jornal do Brasil**. E o primeiro registro que quero fazer é quanto à correção com que ele agiu aqui. De repente, alguém tenta colocar o Mercadante na questão. Ouviu o nome do Senador Mercadante e disse: “Com esse, eu nunca conversei! O Mercadante nunca esteve nessas conversas! O Genoíno e o Dirceu estiveram, várias vezes...”

V. Ex^a sabe que todos nós, inclusive V. Ex^a, o seu partido, temos dificuldade de conviver com o Mercadante. É um prepotente, embora inteligente! É um arrogante, embora trabalhador! E que faz uma coisa que não dá nenhum lucro na vida: bota bom-dia, boa-tarde e boa-noite na poupança. No fim do ano, não rende nada! Mas temos que lhe fazer justiça!

Nesse fato, quando li isso, a minha primeira certeza era de que o Deputado Roberto Jefferson estava coberto de razão.

Mas, mais adiante, se fala sobre fonte de dinheiro que é dinheiro estrangeiro, e ele cita a nobre Deputada Juíza Denise Frossard: “Vi uma matéria da Deputada Denise Frossard. Ela acompanha uma movimentação desse dinheiro através de uma *off shore* que já existe e

estaria ligada a esse movimento de pessoas ligadas ao PT”. É um pingue-pongue de perguntas e respostas.

Aí vem a pergunta a que me referi: “O senhor acha que uma operação como a da Telmex pode internalizar dinheiro de campanha?”

Aí vem a resposta de V. Ex^a: “Não tenho dúvidas, pode.”

A Telmex foi uma das transações mais misteriosas que houve, ano passado, comandada por um daqueles grupos de trabalho da Casa Civil. Chamaram as empresas telefônicas para fazer um *pool*, para que assumissem a Telebrás. E, de repente, numa ação diplomática muito arrojada da Embaixadora do México no Brasil, que já tinha convivência anterior com o Ministro José Dirceu – daquela época do exílio, que foi quem o acolheu no México. Estou-lhe dizendo isso, porque tenho matéria de jornal da época que retrata esse fato. Ela foi mandada aqui pelo Sr. Fox, e a Telmex comprou a Telebrás. Por isso é que fiz essa pergunta a V. Ex^a. Se V. Ex^a tiver algum dado a acrescentar, tenho certeza de que prestará informações importantes para o País.

A última pergunta: V. Ex^a vem-se queixando, desde o começo, que a fita foi editada, que a fita não está completa. Então, o que mais poderia ter nesta fita, Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não. A fita que eu vi no *site* da **Veja**, não é a fita que eu distribuí, aquelas 600 cópias; por isso eu fiz questão de colocar as 600 cópias para fora, porque quando eu fui ao *site* da **Veja**, no sábado à tarde, a fita de 1h54 foi reduzida a 5 minutos e só atacava ao PTB. Ela era circunscrita ao PTB. Ou seja, ela não falava nada mais a não ser acusações contra o meu Partido e contra mim. Eu disse: “Espera aí, essa fita tem 1h54, tem um monte de informações. Isso aqui está armado!” Aí eu peguei e mandei fazer 600 cópias e distribuí para todos os Deputados e todos os jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Eduardo Suplicy, eu vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é titular da Comissão, e passaria a palavra a V. Ex^a. E depois existem mais quatro reinscritos, que, acredito, devam falar em três minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aguardarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – V. Ex^a não terminou, meu caro Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esqueci. V. Ex^a quer que eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, não. (Risos.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Ex^a me despacharia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, eu reinscrevo V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu só peço a V. Ex^a para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu tinha tomado por decisão não fazer nenhuma intervenção até por ser do Partido do Deputado Roberto Jefferson, mas ao final resolvi pedir ao Senador Delcídio Amaral a inscrição porque vi vários depoimentos aqui que demonstram a postura, a decisão, a lealdade e a determinação do Deputado Roberto Jefferson. Alguns estranhando de maneira positiva a postura do Deputado Roberto Jefferson, e outros, embora poucos, na tentativa de desqualificá-lo, sabemos nós o porquê: na vã vontade de achar que com isso se safarão dos problemas que estão metidos. Mas o que quero dizer é que essa postura do Deputado Roberto Jefferson, eu a acompanho há vinte anos com ele no Partido. E faço questão de dar um depoimento extremamente importante.

Quando o PTB resolveu apoiar o PT eu me coloquei na posição de dissidente, lamentavelmente eu estava certo, não é Deputado Roberto Jefferson? Mas o que eu quero dizer é que nunca, em momento nenhum, o então Líder Roberto Jefferson, depois o Presidente Roberto Jefferson, cobrou de mim uma posição diferente; sempre apoiou e sempre permitiu que dentro do Partido houvesse a democracia. O muito que ele pode ter me pedido, durante todo o período foi: “Essa daí não vota, vê se não comparece”, mas nunca pediu para que eu me violentasse. Esse é o Deputado Roberto Jefferson. Por isso que eu tenho certeza que ele tem o respeito de todos nós.

Quando houve o acordo do PT com o PTB no qual o nosso Partido apoiaria a candidatura do PT em várias cidades nessa eleição que o Deputado Heráclito Fortes coloca como megaeleição, a principal capital que o PT queria era São Paulo, e eu seria candidato de São Paulo e V. Ex^a pediu-me que deixasse de disputar a convenção, porque se não fechasse o acordo em São Paulo atrapalharia o acordo no Brasil como um todo. E eu entendi a posição do Deputado Roberto Jefferson. É por isso que eu fiz questão de pedir ao Senador Delcídio Amaral a oportunidade de, primeiro, fazer esse registro; e segundo, porque as tentativas de desqualificação do Deputado Roberto Jefferson quando falou do tal “Careca”, o Marcos Valério, está aí provado tudo. O que falou de Furnas, ao longo do

dia, está provado; o que falou do Banco Rural, aqui de Brasília, agora à noite foi provado.

Fica demonstrado que o Deputado Roberto Jefferson está numa cruzada, imolando seu próprio mandato, sabendo do que está fazendo, de forma consciente.

Queira perguntar ao Deputado Roberto Jefferson, por conhecer coisas extremamente importantes e que poderão colaborar com esta comissão e com o País como um todo, V. Ex^a acha que o Delúbio deve vir depor rapidamente nesta Comissão?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Claro que sim, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – E o Sílvia Pereira?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O Sílvia Pereira, o Delúbio e o Marcos Valério têm que vir depor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Esse já está convocado, depois de uma longa briga ontem, conseguimos aprovar o Marcos Valério, mas o Delúbio e o Sílvia Pereira não estão querendo aprovar Deputado.

Por que será que não estão querendo aprovar, Deputado Roberto Jefferson?

(Intervenções fora do microfone.)

Não está marcado. O Delúbio, não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Todo o esquema de arrecadação passava por eles.

Desde que o Martinez era Presidente e o líder, nós íamos ao Palácio, toda a estrutura que foi montada foi montada com eles, todo esquema de financiamento, depois, foi tratado com eles. O Múcio se refere ao almoço, quando nós fechamos a primeira conversa sobre o financiamento das eleições, o Silvinho estava junto. O Múcio não nega isso. Ele tem cuidados, ele é diferente de mim. Não quer fazer essa ruptura que eu fiz, mas ele não nega.

Ontem na Comissão de Ética eu prestei bastante atenção ao depoimento do José Múcio e ele afirma, estava lá o Silvinho Pereira, o Marcelo Sereno, o Delúbio e o Genoino, quando nós tratamos a primeira vez do financiamento da campanha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Eu também quero trazer um dado que considero importante.

Houve uma reunião, um pouco antes da eleição da Presidência da Câmara, em que as bancadas estariam definidas para a questão das composições das comissões de participação e, nessa reunião da nossa bancada, V. Ex^a advertiu que alguns partidos estavam querendo tirar parlamentares do PTB para aumentar suas bancadas e que o zunzum é que tinha a história

do mensalão. V. Ex^a falou isso para toda a bancada reunida e eu estava presente.

Naquela época, início de fevereiro deste ano, ainda não havia acontecido todos esses problemas.

E quando eu falei daqueles fatos que se tornaram realidade, ao longo da tentativa desqualificada das suas posições, a o do Zé Dirceu foi logo daí que saiu.

Para encerrar, eu queria fazer uma pergunta que todas as pessoas me têm feito na rua. Por que o Deputado Roberto Jefferson acusa Delúbio, Sílvia Pereira José Dirceu, José Genoino, Marcelo Sereno...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não acuso o Marcelo Sereno, não.

Não é acusação, é uma conversa anormal com ele. Não é acusação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então suprime esse. E procura sempre ressaltar a figura do Presidente Lula?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Porque o Presidente Lula está acima disso.

Em duas oportunidades eu pude medir, nessa de Furnas e a do mensalão, eu vi nitidamente que o Presidente Lula não sabia nada disso.

Bateu a ficha na hora. A conversa de Furnas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Mas está dando a impressão de que o senhor está tentando defender o Presidente Lula.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não é isso, mas eu não posso fazer a irresponsabilidade de acusar um inocente. Porque ele que insistiu que nós nomeássemos. Eu tinha voltado atrás, tinha acertado com o Zé Dirceu de não mais trocar o Dr. Dimas na Diretoria de Engenharia.

Quando sentamos eu, o José Dirceu, o Ministro Walfrido e o Presidente Lula, ele disse: Oh, Jefferson, por que vocês mudaram, rapaz? Eu não quero manter esse cara lá. Por que vocês não vão fazer a nomeação do PTB?

Aí a minha ficha caiu. O Presidente não sabe de nada daquela conversa que eu tive, dois ou três dias atrás com o José Dirceu. Bateu na hora a ficha. A maneira dele, sincera, desabrida, ele não estava encenando um jogo comigo. Estava me cobrando por que eu tinha recuado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Essa conversa foi a de março?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não podemos errar. Foi em abril. Foi a última vez que eu estive com o Presidente, 26 de abril de 2005, terça-feira de manhã, Lula, José Dirceu, Walfrido e eu. Foi a última vez que eu estive com o Presidente Lula para tratar desse assunto, e foi Furnas, 26 de abril de 2005.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, nessa data o Presidente Lula já sabia que tinha alguma coisa errada em Furnas?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

Ele queria, desde o início, em janeiro, ele queria tirar o Dr. Dimas – só um instantinho –, porque o Dr. Dimas só prestigiava o Aécio. A reclamação do Presidente conosco em janeiro, foi a seguinte: o Dr. Dimas pegou R\$1,5 bilhão e repassou para a Cemig, para fazer um programa de luz popular chamado Luz para Todos. O Governador Aécio meteu placa em Minas inteiro, iluminando a casa das pessoas mais humildes. Botou lá: “Governo de Minas Gerais”. Embaixo, invisível, botou: “Governo Federal”. Isso deixou o Presidente Lula chateado. E o Governador Aécio, a essa época, vivia fazendo má ausência do Governo Federal. Eu percebi que o Presidente queria tirar de lá o Dimas, que estava ajudando o Governador Aécio Neves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Essa denúncia de Furnas, ao longo do dia, se mostrou positiva. O senhor ficou constrangido de ter citado o nome de dois companheiros de partido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eles chegaram no PTB, porque foram colocados lá pelo Ministro, agora Deputado, José Dirceu. A estrutura existe, é para dentro e é para fora. Tem coisa que não dá para segurar, é para dentro e é para fora. Eu sei que eu machuquei gente de dentro, mas... É para dentro e é para fora. Eu não posso apontar o dedo para o PT, aliás, para o PT, não, vou fazer a ressalva aqui, para esse comando do PT, porque, com a Bancada do PT, não tem nenhum problema, e, quando chega no PTB, eu vou poupar gente que eu sei que está lá dentro metido no negócio, porque eu ouvi, ouvi do Ministro José Dirceu e ouvi do Dr. Dimas nas conversas que nós mantivemos, não posso fazer isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, o paciente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Dalcídio Amaral, Deputado Osmar Serraglio, Relator desta CPI.

Deputado Roberto Jefferson, na sua exposição inicial, V. Ex^a, dentre outras proposições para melhorar o sistema político brasileiro, dentre outros temas, falou da importância de se acabar com o senador suplente. Eu tenho uma proposta, já apresentada no meu primeiro mandato, para que todo e qualquer senador aqui só chegue ao Senado por eleição livre e direta da população, e por isso a sugestão que eu formulei é que, ao se votar no senador titular, dentre 4 nomes

alternativos, a população também escolherá, ela própria, o primeiro e o segundo suplente. A proposição foi aqui arquivada na reforma política, mas como vai voltar para o Senado, isso era um projeto de lei, agora eu vou reapresentá-lo na forma de uma proposta de emenda à Constituição, mas, se tiver alguma sugestão sobre esta proposta que guarda relação com a sua sugestão, agradeço.

O art. 54 da Constituição diz que os deputados e senadores não poderão, desde a posse, patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público. Concorde V. Ex^a que, quando um parlamentar indica um ministro ou diretor de empresa pública, com a expectativa de conseguir obter recurso, seja para suas campanhas ou de seus partidos, em função de contratos que essa empresa ou que esse diretor fizer com empresas privadas, ele está infringindo a Constituição?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Senador, o sistema é viciado, e é um afrouxamento moral.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas V. Ex^a concorda...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – É uma interpretação que V. Ex^a tem, que é um afrouxamento moral, eu não tenho dúvida e repito isso para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu considero que é uma afronta à Constituição, ao art. 54, e gostaria inclusive de perguntar, então, como é que podemos chegar a definir, mais claramente, que se trata de um crime. E por essa razão, eu lhe pergunto: dentre as medidas de combate à corrupção, anunciadas hoje pelo Presidente Lula e pelo Controlador-Geral da República, Waldir Pires, está o projeto lei para a criminalização do enriquecimento ilícito. “Será definido como crime o enriquecimento de qualquer agente público que não possa ser explicado com os rendimentos declarados, sendo a pena de reclusão definida de três a oito anos”. A Juíza Denise Brossard, querida Deputada, que sabe muito mais do que eu, está aqui já fazendo um protesto com a cabeça, eu a respeito muito, mas quero aprender, inclusive com V. Ex^a, que conhece tão bem. A minha pergunta: considera V. Ex^a, que será próprio definir, nessa lei, que também será um crime qualquer recebimento, digamos, de um mensalão? Ou não seria o caso de aproveitar esse projeto para tipificar, de forma inequívoca, o crime de recebimento de vantagens ilícitas, tais como o mensalão, que V. Ex^a explicou aqui tão bem o que é, por parlamentares, e aí estabelecendo as penas? A não ser que a Juíza Denise Brossard me diga que isso já está bem definido.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu concordo com V. Ex^a. Só que a matriz do nosso Direito vem da nossa religião. É judaico-cristã. O Direito brasileiro, o Direito Penal brasileiro tem um grave vício, a meu ver; ele só fala em pena de cerceamento de liberdade, não tem pena pecuniária. Nós tínhamos que liberar, e eu fui o Relator da Lei dos Crimes Hediondos hoje em vigor no Brasil, quando eu liberei, eu fiz, em um substitutivo a vários projetos que tramitavam na Casa, uma liberação para que o juiz, ante a situação econômico-social do acusado, do réu, fixasse a pena de multa. Caiu em Plenário. Porque as penas de reclusão são altíssimas, mas as de multa são baixíssimas. E a pior dor não é a dor da reclusão, da perda da liberdade, mas a que bate no bolso. E o nosso Direito não assimila a pena pecuniária. O que nós tínhamos de focar no nosso Código Penal é abrir para que o juiz, diante da condição sócio-econômica do acusado, pudesse apenas pecuniariamente o acusado, o que ele não pode fazer, hoje ele tem limite. Se ele tem sempre um teto, e que é um teto baixo, para que ele possa punir os crimes financeiros. A pena de cadeia é enorme, e a pena pecuniária é miudinha. Tinha que bater no bolso, Senador. Não adianta falar em cadeia, vamos falar em pena pecuniária. Aí, sim, vai dar resultado a nossa legislação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Talvez possamos inclusive criar penas alternativas. Vamos supor que um parlamentar que tivesse recebido o mensalão, tivesse, digamos, que pelo menos alfabetizar mil pessoas analfabetas e comprovar isso. E outras idéias que poderíamos ter... Mas eu preciso caminhar aqui no meu tempo.

A SRA. JUÍZA DENISE BROSSARD (PPS-RJ) – Senador, me permite só uma frase, aí...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Peço ao Presidente que, depois, possa considerar.

A SRA. JUÍZA DENISE BROSSARD (PPS-RJ) – Aí vai uma experiência minha como juíza. Eu fico muito apavorada quando se fala em criar mais uma lei, porque o Brasil tem a tradição de criar uma lei e resolver a situação. E o que agrega valor à mente do criminoso é a impunidade. Hoje se mata só por dinheiro. Não se morre de vergonha e não se mata por amor. Que pena! Mas não se mata. De modo que hoje o crime é sempre econômico. Então, o criminoso tem a mesma mente do homem de negócio, ou seja, custo/benefício. Qual é o custo de ele ser preso, de ele ser processado, de ele ir para a cadeia ou não, ou pagar uma pena: é nenhum, é nenhum! Então, o crime compensa no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agradeço a contribuição, mas eu gostaria de ter a contribuição

da juíza Denise sobre como colaborar na definição do que é que deve acontecer com quem porventura tenha recebido o “mensalão” e assim por diante.

Tenho algumas perguntas de detalhe sobre o que foi aqui perguntado, acho que faltaram alguns esclarecimentos.

V. Ex^a disse que recebeu a fita dia 15, domingo, juntamente com sua correspondência. Como sabe, então, que foi entregue por um *motoboy*? Farei diversas perguntas e passarei a V. Ex^a para que eu consiga fazer no tempo que tenho. Até passo a V. Ex^a por escrito para que facilite depois. Não precisa anotar.

Como soube que Salmeron também recebeu a fita por um *motoboy*? V. Ex^a já afirmou que vive na Super Quadra Norte 302, apartamento 604. Procede a informação de que é o único morador desse prédio funcional da Câmara de 12 apartamentos? O prédio onde reside é próximo da sede nacional do PTB, tipo 5 minutos a pé? Diz que colocou parte dos R\$4 milhões num cofre do PTB e parte num Box de armário. Esse Box é na sua casa ou na sede do PTB? Por que o tesoureiro do PTB não tem a chave do cofre do partido, se é que tem? V. Ex^a já disse que não revelaria a destinação dos R\$4 milhões, mas, pelo que entendi, talvez, mediante alguns fatos novos, venha a revelar. Eu gostaria de saber em que condições ocorrerá isso.

V. Ex^a considera o cargo que era ocupado por Maurício Marinho de menos importância? Considera que quem faz os termos de referência para os editais de contratação dos Correios, um cargo de quarta categoria, de fato? Por que Maurício Marinho precisava do apadrinhamento de um Deputado do PTB de Pernambuco para ocupar a Universidade dos Correios? V. Ex^a saberia explicar a quem o Deputado José Chaves encaminhou a indicação de Maurício Marinho para diretor da Universidade dos Correios? Quem incitou, em nome do PTB, o Deputado José Chaves a que fizesse a indicação de um nome para compor a direção desta Universidade? O que fazia o Dr. Roberto Garcia Salmeron, em dezembro de 2003, no aeroporto de Brasília, quando o Sr. Maurício Marinho foi apresentado a V. Ex^a pela primeira vez, conforme seu discurso no plenário? Sabe de alguma relação de amizade entre Marcus Vinícius e Cristiano Brandão, sobrinho de Henrique Brandão? Que motivos levaram Cristiano Brandão a procurar Maurício Marinho? Esteve em Belo Horizonte no mês de abril do corrente ano? Poderia explicar o motivo da viagem?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quem esteve em Belo Horizonte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se V. Ex^a esteve é a pergunta.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Em abril?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Em abril do corrente ano. Vou encaminhar a V. Ex^a só as perguntas assinaladas. Sr. Presidente, quase por uma questão pessoal, de meu relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson, peço agora dois minutos para uma explicação pessoal.

O Deputado Roberto Jefferson, no seu pronunciamento na Câmara, ao qual fui assistir, fez uma referência a um episódio de 13 anos atrás, de 1992, o qual eu gostaria de recordar aqui, com todo respeito a ele. Ele lembrou-se do dia em que a excelente jornalista Tereza Cruvinel, por quem tenho o maior respeito, havia dialogado comigo e registrado um fato. Eu tinha recebido uma informação a respeito, conversei com ela e saiu uma notícia referente ao Deputado Roberto Jefferson, que poderia ter recebido alguma vantagem especial no que diz respeito a um procedimento de empresa de ônibus aqui em Brasília e, em função desse episódio, o Deputado Roberto Jefferson e, ainda há pouco, o Senador Pedro Simon, que se encontrava ao meu lado, recordou do episódio e se lembrou exatamente da cena. Senador Roberto Jefferson, S. Ex^a poderá descrever com maior precisão, entrou aqui muito bravo, nós estávamos em meio à CPI do caso PC Farias e dirigiu-se a mim. Eu estava possivelmente onde está o Senador Heráclito Fortes, ou naquela cadeira ali e descreveu o Senador Pedro Simon para mim agora, e eu me lembro bem, recordei bem, que é fato que o Deputado Roberto Jéferson veio falando palavras assim muito bravas comigo, digamos, ele vai se lembrar de qualquer uma muito quase próxima, não usou palavras de baixo galão, usou palavras de grande indignação para comigo. Quase que veio, mas não usou de qualquer violência pessoal. Aliás, quero aqui registrar, até porque a Tereza Cruvinel escreveu que naquele dia ele teria dado um bofetão em mim, e isso não ocorreu. Ele não levantou os braços. É fato que como ele veio e ainda era muito maior do que hoje, do ponto de vista pelo menos do seu peso e Senador Pedro Simon descreveu há pouco aqui que eu estava com os meus braços a ponto, para a eventualidade de ter que me defender. É possível que o Deputado Roberto Jéferson saiba muito bem judô, pugilismo, alguma coisa, é verdade que eu sei me defender se por ventura ocorresse qualquer episódio.

Até aproveito a oportunidade. Estão aqui telefonando e perguntando o que houve com o Deputado Roberto Jéferson, se foi de fato um acidente pessoal ou alguma ameaça de alguém indevidamente. Então, antes que termine a reunião, as pessoas estão telefonando aqui. Pergunte ao Deputado Roberto Jefferson o

que aconteceu na vista dele. Pelo menos que está na **Folha** hoje de que foi um acidente doméstico.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A maior suspeita é a Deputada Laura Carneiro.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Enfim, ele próprio esclareceu que a Comissão Parlamentar de Inquérito, rapidamente esclareceu, inclusive o Senador, então Deputado, Aloizio Mercadante, fez questão de providenciar o esclarecimento do episódio, isso portanto ficou superado. A Tereza Cruvinel me disse: mas você vai lá e cumprimenta o Deputado Roberto Jéferson? Eu falei: olha, eu tenho mantido ao longo desses anos, o Deputado Roberto Jéferson, eu tenho mantido com ele uma relação de respeito, esse episódio foi, pelo que entendo, superado, até pelo esclarecimento havido naquela CPI. Acontece que como o Deputado Roberto Jéferson, depois de ficar bravo comigo, saiu daqui – essa cena eu assisti – e foi bravíssimo lá para a sala de imprensa. Alguns jornalistas disseram a Tereza Cruvinel: ele vai te pegar. Ela ficou tão preocupada, e estava numa situação que não sei se sua filha tinha nascido recentemente que ela ficou preocupada que ... e tudo isso fez com que ela não dialogasse mais com o Deputado Roberto Jéferson nesses treze anos e eu, de alguma forma, fui o causador desse episódio.

Eu recorro aqui um episódio especial porque

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Suplicy, eu não posso... esse final aqui está virando uma catarse de parlamentares.

O SR. (Orador não identificado) – Terapia de grupo, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Serei brevíssimo nesse esclarecimento. Mas é importante na história.

O Deputado Roberto Jéferson foi Relator do projeto de união civil, da Deputada Martha Suplicy e fez uma defesa que considerei muito bem feita e o cumprimentei por isso naquela oportunidade. Dialoguei, projeto aliás, aprovado ontem na Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concluindo, Senador Suplicy, por favor. V. Ex^a já está concluindo?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Bom, eu ainda... Eu só iria perguntar a mais se ele conhece um episódio que não foi perguntado aqui, mas que surgiu de maneira importante nestes últimos dias. E ele, então, terá condições de esclarecer se sabe a respeito do que aconteceu na Cobra e no Banco do Brasil nestes últimos dias, se for do conhecimento pessoal dele; se não souber, não precisa dizer.

E, enfim, eu avalio, senhor... quero apenas dizer que eu o vi no Diretório Nacional, quando o Deputado

José Dirceu, Silvinho Pereira e Delúbio Soares afirmaram para todos nós que não tiveram qualquer procedimento que possa ser considerado incorreto. Então, eu acho muito importante nós ouvirmos muito bem o Deputado Roberto Jefferson. Ele próprio será o primeiro a estar defendendo o direito de defesa de todos aqueles que foram mencionados por ele e acho que constitui a nossa obrigação dar aqui a oportunidade completa para que a verdade venha à tona completamente.

Eu só tenho uma recomendação diante de todos estes fatos, na linha daquilo que o Senador Pedro Simon fez ao Presidente Lula: que caminhemos numa direção para corrigir todo e qualquer problema desvendado nesta CPI, na do Mensalão ou qualquer outra que surja. E que sobretudo possa o Presidente Lula estar dizendo a cada Deputado Federal e Senador: vote sempre de acordo com o que considera a defesa do interesse público, a defesa da Nação e nunca porque foi designado, ou não, alguém que você sugeriu, ou porque foi liberada tal ou qual verba. É importante que venhamos a ter um outro tipo de atitude, de procedimento.

O Deputado Onyx não concorda comigo? Mas esta é a minha recomendação ao Presidente Lula e se o Deputado Roberto Jefferson, que tem uma experiência de 23 anos noutra direção, mas se avalia que um novo procedimento nessa direção poderá ser saudável para o Brasil, eu gostaria de ouvir a sua opinião.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá de esclarecer um episódio de treze anos, no passado. V. Ex^a tem um peso monstruoso no que diz. A palavra de V. Ex^a tem peso, força. O povo crê em V. Ex^a porque V. Ex^a é um homem simples, é um homem correto, é um homem sério.

E V. Ex^a, naquela fase em que eu defendia o Presidente Collor aqui no Plenário da CPI, disse à Teresa Cruvinel, numa nota assinada, que eu recebera US\$1 milhão do PC Farias pra fazer a defesa do Presidente Collor. Foi a maior infelicidade que eu vivi na minha vida. Nunca mais consegui superar aquilo. Aquele foi o princípio do preconceito contra mim. V. Ex^a fez acusação e eu jamais consegui me absolver dela. Criei contra mim esse preconceito que até hoje luto pra superar. E eu não recebi nenhum milhão de dólares pra fazer a defesa do Presidente Collor.

Aquele episódio entre nós aqui está superado. Eu quero...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Acho importante que tenhamos agora a oportunidade de esclarecer completamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mas pra mim está... Depois nós tivemos uma reunião aqui...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Desde aquela época...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – V. Ex^a vai se lembrar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Certo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu não sei se era o Deda... Alguém, alguém amigo nosso comum, do PT...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Certo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – ... depois fez o nosso reencontro aqui no Plenário e ficou completamente superado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É verdade. E ficou superado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nós nos abraçamos, nos apertamos a mão e acabou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Mas como parece que naquele dia não... não estava esclarecido...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Mas eu falei porque aquilo pesou. Ficou no preconceito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Certo.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Fez a minha imagem pra imprensa, não é, de uma coisa que eu não era e eu não consegui apagar. Eu lutei contra isso a minha vida inteira.

Mas V. Ex^a é um homem capaz de fazer o que está fazendo aqui, pela simplicidade e a grandiosidade do seu coração. E eu quero agradecer as palavras de V. Ex^a. Vou responder a esse questionário que V. Ex^a me manda com toda serenidade amanhã e lhe mando segunda-feira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Bom, até então eu falei só umas nove ou dez de vinte e três perguntas. Se puder ter a gentileza de responder a todas, então, melhor ainda.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ok. Vou responder as perguntas e devolver a V. Ex^a. E, no mais, é abraçar V. Ex^a e cumprimentá-lo. Saudar V. Ex^a que honra o Senado da República e o Estado de São Paulo que V. Ex^a representa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Queria só dizer que inclusive o meu Presidente e Líder Dalcídio Amaral que, quando causei preocupação a ele, mas, quando resolvi assinar naquele dia a CPI, depois de ter cumprimentado V. Ex^a e depois de ter dito lá que iria assinar a CPI, mas, quando resolvi assinar aqui no Plenário, preoquei meus colegas de Partido. Mas,

disse ao Presidente da República que foi para o seu bem, do Presidente Lula, de toda a nossa história de 25 anos do PT e para o bem da nação.

O SR. (Orador não identificado) – O Senhor já foi colocado na chapa de novo, Senador? V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Não, na chapa do clã majoritária não, porque, afinal, me tiraram no último dia.

O SR. (Orador não identificado) – Deixa só em contar um negócio aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Ele está em outra chapa agora.

O SR. (Orador não identificado) – Deixe-me só contar um negócio aqui que precisa ser dito, para irmos embora. Fui Relator da União Civil de Homossexuais. Um dia, estou no meu gabinete e chega a Deputada Marta Suplicy e diz: você vai relatar isso para mim. Eu disse: mas eu? Eu pesava 170 quilos naquela época. Ela disse: é você. Eu falei: mas, eu Marta? Não tem nada a ver comigo. Ela falou: não, tem que ser você, senão não vou conseguir passar nos conservadores esse meu projeto.

Eu falei: está bem, vou te ajudar, só que vou ter que fazer uma mudança aqui: união civil, na Constituição, se equivale ao casamento para efeito de proteção do Estado. Vou fazer aqui esse pacto de solidariedade no substitutivo. Conversei com a Benedita e ela disse que não podia apoiar dada às circunstâncias religiosas. O Hélio Bicudo. Daí, fomos. Havia uma comissão na Câmara dos Deputados, que era uma Comissão Mista, era a Comissão de Seguridade Social e a Comissão de Justiça. E, no dia da votação, o Severino Cavalcanti era o maior opositor do projeto. E conseguimos aprová-lo, eram 33 Deputados na Comissão, de 30 a 3 no meu relatório. E fiz um discurso, e havia defendido uma prostituta no Rio, e a tese foi a legítima defesa da honra da prostituta. Foi um dos maiores júbis que fiz na minha vida. E fiz alusão a esse fato e defendi a tese, dizendo que não havia crime no amor. Tinha que ser respeitado.

Usava terno branco naquela época e tirei uma caneta e assinei o relatório que foi aprovado por 30 a 3. Daí, o professor da Bahia, do Movimento Atobá, Professor Luiz Motti, levanta chorando de emoção, por causa daquela cena, e diz: Deputado Roberto Jefferson. E estava com a caneta *Mont Blanc* de ouro, banhada a ouro. Ele falou: essa pena de ouro que o Senhor tem na mão o momento em que a Lei Áurea foi assinada no Brasil. O Senhor assina com essa pena a Lei Áurea do Movimento Homossexual e do Movimento Gay do Brasil. Eu falei: Professor Motti, espera aí. Vou deixar o papel da Princesa Isabel para nossa Marta

Suplicy. E foi assim que terminamos aquela sessão, naquele dia.

Um abraço, Senador.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Temos aqui – e é evidente que agora já no final da reunião as regras ficaram mais relaxadas – temos o Deputado Onyx, o Deputado Eduardo Cardozo, Deputado Eduardo Paes, Senadora Heloísa Helena, Deputado Abicalil, Senador Heráclito, Deputado Bittar e Deputada Juíza Denise Frossard.

Vou passar a palavra ao Deputado Onyx e pedir três minutos. E quero combinar com V. Ex^a que se passar dos três minutos vou contar o som.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Combinado. Então, vamos direto e rápido.

Não me surpreendi, Deputado Roberto Jefferson. Oito anos de mandato de Deputado Estadual, vi os quatro anos do Governo Olívio Dutra. O que estamos assistindo aqui, os gaúchos conhecem como poucos no Brasil. E a mesma fórmula lá foi aplicada aqui. Não vou me referir à fórmula lá porque não tenho tempo para isso. Mas o Presidente Lula assume. Em 23 de janeiro, tem um decreto onde ele transfere ao Ministro José Dirceu plenos poderes: nomeia todo o mundo, escolhe, passa tudo por ele. Os cargos principais são todos nomeados pelo Ministro José Dirceu; os Ministros só têm condições de nomear os cargos pequenos, para baixo da estrutura de segundo e de terceiro escalões. Está aqui. Foi tanta a concentração de poder pelo Ministro José Dirceu que, historicamente, na República, nos atos da República... Eu peço que o senhor me ajude, Sr. Presidente, senão não consigo..., porque tem muita conversa. Nos atos da República, era citado o Presidente; logo depois, o Ministro da Justiça. O poder do Sr. José Dirceu era tamanho que ele alterou uma regra histórica no Brasil. E, depois do Presidente, passou ele a ser nominado nas cerimônias oficiais. Pode um homem com tamanha estrutura, quem montou a estrutura do PT; que começa lá no depoimento do Prefeito Celso Daniel; que diz que lá saiu dinheiro daquele esquema que é confuso, para dizer o mínimo, para adubar a estrutura partidária. Esse mesmo homem é o homem que, depois, V. Ex^a relata ao Presidente, a questão do Mensalão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Um minuto, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – V. S^a percebe que a Abin e o esquema viram violentamente contra o senhor e contra o PTB. Depois, vem a estória de Furnas, onde o Presidente cobra a tomada de providências. E é obstaculizado porque o interesse – e eu duvido que o Ministro José Dirceu desconhecesse

o processo lá de Furnas... Era do seu interesse, porque financiava com R\$1 milhão... Segundo as suas palavras, o PT nacional, R\$1 milhão, ao PT de Minas, mensalmente. A pergunta é a seguinte: Alguém tomava alguma decisão entre Delúbio, Sílvio Pereira, sem que tivesse acordado com José Dirceu? E se isso é verdade, a corrupção não é solteira. Há o corrompido e há o corruptor. E se V. Ex^a está lá...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado, terminou o tempo. Terminou o tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – No Conselho de Ética, na minha opinião, Deputado tem que ter decoro, inclusive quando está licenciado. E eu acho, por tudo o que foi dito aqui – e eu quero ouvir a sua opinião – o Ministro José Dirceu tem de ir lá ao Conselho de Ética explicar onde estava...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado Onyx, seu tempo está encerrado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – ... compactuou com tudo. Eu quero a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– O tempo está encerrado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – O senhor me coloca em uma situação difícil. Eu na quero opinar sobre isso. Eu não posso, eu não devo. Eu penso que a Comissão de Ética é que deve decidir. Não é? Mas que eu quero afirmar aqui que as conversas eram republicanas e não republicanas, eu afirmo. As conversas com o Ministro José Dirceu, lá na Casa Civil, ora eram republicadas, ora não eram republicanas. E nada se fechava, lá no prédio da Varig, na W3 Norte, que não tivesse que ter a prova final do Ministro José Dirceu. Isso eu reitero. Digo na frente dele, sem querer ofender o PT. Eu estou vendo que o PT está se tomando de dores pelo comando. Minha briga não é para baixo, eu não tenho nada com isso. Acho que são homens de bem. Eu nunca ouvi nada que pudesse tisonar a imagem dos Deputados e Senadores e Deputadas do PT. Nada. Nada! Eu ouvi em relação a outros partidos. Comentário que eu sei não atinge os Deputados do PT. Mas José Dirceu enfrenta a situação e nós vamos conversar. Tudo o que eu fui conversar com ele, se ele sentar aqui do meu lado, eu vou repetir. O que ele disse e o que eu disse a ele. Conversas republicanas e não republicanas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra, Deputado Eduardo Cardoso. Dois minutos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Três minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Aliás, perdão, três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) –

Agradeço. Deputado Roberto Jefferson, Senador Pedro Simon falou uma grande verdade esta noite. Se V. Ex^a estiver dizendo a verdade, com certeza, doa a quem doer, atinja a quem atingir, V. Ex^a terá prestado um grande serviço à Nação. E é exatamente para apurar essa verdade que nós estamos aqui. Foi a orientação que recebemos do Presidente Lula: a verdade doa a quem doer. E vamos cumprir isso. Eu e a Bancada do PT. Pode ter certeza disso V. Ex^a.

Porém tenho uma discordância com o Senador Pedro Simon: não concordo, em hipótese nenhuma, que se faça qualquer tipo de acordo que transija na ética parlamentar. E falo isso com lealdade parlamentar, olhando V. Ex^{as} olhos nos olhos, como V. Ex^a gosta.

Se V. Ex^a está envolvido em algum ato de improbidade, de imoralidade, nós lutaremos pela cassação de V. Ex^a e pela punição rigorosa de V. Ex^a. Se não estiver, apertarei a mão de V. Ex^a. O nosso compromisso é com a verdade. Pode ter certeza disso, Deputado. Não é com a desmoralização de ninguém, é coma punição de quem tem que ser punido.

A corrupção é intolerável, venha de quem venha. Portanto, nós queremos investigar V. Ex^a e é nessa perspectiva de busca da verdade que lhe peço três informações rápidas e singelas, sem outro objetivo, Deputado, pode ter certeza.

Não sou daqueles que se intimidam. O compromisso de vida que tenho é com a ética na política e vou segui-lo para honrar os votos que tive em cima disso.

A primeira pergunta que faço a V. Ex^a bem rapidamente: V. Ex^a falou que o seu genro trabalha na Assurê?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Trabalhou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Trabalhou. De quando a quando trabalhou, quanto recebeu, se era salário fixo ou participação?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele recebia sem carteira assinada, porque ainda não estava formado como corretor. Hoje ele é corretor formado. Ele recebia uma base fixa e uma base comissionada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O senhor não tem idéia de quanto foi esse montante, de quando a quando?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

– Não tem idéia?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu acho que ele deixou a Assurê deve ter uns quatro anos. Eu penso que ele deixou a Assurê há uns quatro anos.

Ele deve ter dez de casado, ele trabalhou os seis primeiros anos na Assurê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O senhor falou que as nomeações feitas nos Correios e prendiam, sim, a uma estratégia de captação de recursos eleitorais. Quanto foi captado por essa estratégia nos Correios pelo Partido a que pertence V. Ex^a?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Absolutamente nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
– Nada?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nada. O Antonio Osório não chegou a montar nenhuma estrutura para nos ajudar no PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
– Então, falhou nessa estratégia?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não falhou, não teve condições de fazer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
– Por quê?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não teve condições de fazer. Ele não conseguiu levar nenhum empresário a nos doar qualquer recurso ao Partido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Perfeito. O senhor conhece o Sr. Francisco Arrigue?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
– Nunca ouviu falar dele?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nunca ouvi falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
– Perfeito. Infelizmente, o tempo acabou. Eu teria mais coisas, mas agradeço a disponibilidade de V. Ex^a e do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)
– Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, por três minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, para ir direto ao assunto: Deputado Roberto Jefferson, eu vou ter contestar um pouco antes de indagar duas coisas. O Deputado que me antecede, Deputado José Eduardo Cardozo, diz que tem uma orientação do Presidente Lula para que esta CPI apure. Espero que isso seja, de fato, algo que venha a acontecer a partir de agora.

Na verdade, esta CPI – é só para lembrar, porque é importante que as pessoas saibam – só saiu porque V. Ex^a deu as declarações que deu em entrevista à **Folha de S. Paulo**. Com muita luta a Oposição conseguiu coletar as assinaturas, porque algumas figuras do Partido dos Trabalhadores, como o Senador

Eduardo Suplicy, resolveram assinar essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como bem lembrou V. Ex^a hoje, nós permanecemos o dia inteiro de ontem, por nove horas, para conseguir quebrar um acordo, para conseguir quebrar o sigilo da figura do Sr. Marcos Valério. Portanto, não tem sido essa a prática.

Eu vi até o Presidente Lula, apesar de todos os esforços, no programa de rádio do PT, dizendo que a CPI dos Correios iria apurar, como se fosse uma coisa do Presidente da República. É importante que a população saiba que o Presidente lutou, e lutou muito, contra esta CPI.

Deputado Roberto Jefferson, que queria, com o tempo de que disponho, fazer duas perguntas, Deputado Onyx.

A primeira, porque não me ficou clara a pergunta que a Senadora Heloísa Helena lhe fez. Eu queria que V. Ex^a tentasse lembrar um pouco mais aquela questão do pedido que o Marcos Valério lhe faz de tentar interceder para que o IRB colocasse os dinheiros...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu não sei qual é o banco onde está depositado. Não sei se é na Inglaterra, se é na Suíça, não sei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Mas...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – São US\$600 milhões.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Mas eu estava mais interessado em saber o banco que eles queriam que depositasse.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Espírito Santo. Banco do Espírito Santo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Espírito Santo. Para ficar claro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Banco do Espírito Santo, em Portugal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – E ele disse por que no Banco Espírito Santo ou alguém teria dito para ele para ser no Banco Espírito Santo?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Porque o Banco do Espírito Santo tem interesses no Brasil e, a partir desse depósito, começaria a movimentar esses seus interesses no Brasil.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Mas que interesses, Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Isso aí eu não sei. Eu sei que ele disse que sobriam muitos recursos para o PTB e para o PT.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Ele usou essa expressão?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – E os recursos...

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – E os recursos que ele colocou no papel, fiquei tão impressionado que falei com o gerente: “Gerente, não é possível isso aqui”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Mas qual era o valor que ele colocou?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Em torno de R\$100 milhões.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – E aí V. Ex^a ligou para o Deputado Genoíno e o Deputado Genoíno confirmou.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não. Eu não disse o valor. Falei: “Zé, o cara bota no papel uns negócios aqui que parece que chove dinheiro no mundo”. Ele falou: “Não, mas pode acreditar nele, porque o que ele está falando é a vera”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – E quem pediu, Deputado Roberto Jefferson, para que o senhor recebesse, nessa oportunidade, o Marcos Valério?

O SR. PRESIDENTE (Dlecidio Amaral. PT-MS) – O tempo está encerrado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Quem me pediu que o recebesse foi o Delúbio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – O Delúbio. Em nome dele próprio ou em nome de alguém?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ele é o Tesoureiro do PT. Eu me encontrei várias vezes com ele, com o Dr. Delúbio, várias vezes. Ele tem relação comigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Cem milhões de reais!

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Cem milhões de reais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Só para terminar, Sr. Presidente, a última pergunta, como a gente fez aqui um pingue-pongue, o Deputado Miro Teixeira, Deputado Roberto Jefferson, tem, em reiteradas oportunidades, dito que V. Ex^a ainda não contou tudo. V. Ex^a ainda teria informações para passar. Hoje, cada vez mais informações que V. Ex^a tem passado, tem dado, tem ganho credibilidade. E até aqueles que diziam que o que V. Ex^a dizia não era verdade já hoje não o dizem com tanta autoridade, com tanta impetuosidade. Já baixaram um pouco a crista, porque os fatos mostram que o que V. Ex^a tem dito tem se comprovado.

Existe alguma informação – e queria terminar com esta indagação – ao que se refere o Deputado Miro Teixeira?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Penso que ele está confundindo de pessoa. O episódio que ele insinua, eu nunca disse que a ele. Ele deve ter ou-

vido alguém falar... É um negócio relacionado a uma reunião com o Ministro...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Mas o que, especificamente?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não sei, eu li no jornal. Que um Ministro teria recebido pessoas. Eu nunca relatei esse episódio ao Deputado Miro Teixeira. Quando ele era Líder do Governo, ele me propôs fazermos juntos a denúncia do mensalão, porque ele conhecia também por ouvir dizer. E eu disse a ele que nós precisávamos antes falar ao Presidente Lula. Ele ficou de marcar. E não marcou.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB-RJ) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Roberto. Cem milhões!

O SR. PRESIDENTE (Dlecidio Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dlecidio Amaral. PT-MS) – Três minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Tentarei fazê-lo dentro do tempo e divagando, como muitos fizeram aqui, para fora do tema da CPMI, em função do que se falou, de muitas coisas diferentes do foco da CPMI. E, evidentemente, é muito interessante o conceito reiterado pelo próprio Deputado Roberto Jefferson, de aqui se tratar de um teatro político. E CPI é um instrumento de oposição. É óbvio! Isso é da tradição da vida democrática; é da tradição da vida democrática, reitero, em que a disputa política é legítima, desde que, dentro dessa disputa, se paute, efetivamente, o desejo de ser republicano, como dizia aqui o Senador Suplicy. O desejo de buscar a verdade, o desejo de chegar a fato, o desejo de produzir prova e de não fazer apenas informações, ilações ou, como disse o Presidente, uma catarse eleitoral e política.

Poderíamos trazer aqui também dezenas de denúncias sobre financiamentos de campanhas no interior, dezenas de denúncias sobre quem foi perseguido pelo PFL, pelo PSDB, pelo PDT, por quem tivesse poder na época contra a sua posição ou sua minoria em milhares de cidades do Brasil. Isso faz parte da disputa do campo político.

Não sou daqueles, Deputado Roberto Jefferson, que se sentiu incomodado com V. Ex^a ter dito que trouxe prestação de contas ou algo similar. Não sou daqueles, porque imagino que o senhor trouxe como um instrumento da sua defesa inclusive, caso fosse necessário utilizar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não em defesa pessoal, mas da tese que estou esposando aqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Claro, claro. Exatamente. Por isso estou dizendo: não sou daqueles que possam ter-se sentido incomodados ou coisa parecida. Muito mistério se fez, por exemplo, em relação à mala que V. Ex^a trouxe aqui, uma mala vermelha, não é isso?

Bom, o PT já foi acusado de seqüestro, de latrocínio, de defender posições que eram contra o Direito, contra a democracia, contra o exercício democrático da diferença de opinião. Aqui, na Câmara, o PT foi acusado de fazer dízimo com dinheiro público. Os outros Partidos é que estão condenados no Tribunal. Os outros Partidos é que estão condenados no Tribunal, não é o PT, que não faz saque na folha de pagamento. É bom ver quais são os Partidos que o Tribunal mencionou com saque em folha de pagamento.

O PT está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – A palavra está com o Deputado Abicalil. Ninguém foi interrompido. Por favor.

Por favor, Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Agradeço que o senhor...

O SR. (Orador não identificado) – Sabe que não é assim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... exija que os que são da Oposição tenham o exercício democrático, aliás porque a verdade, só vale a que eles falam. Só existe a verdade de um lado e dizem que nós é que somos maniqueístas. Como é que pode?

Não estou-me referindo a V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Eu sei, eu sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Estou-me referindo ao teatro feito aqui.

Nós é que somos maniqueístas. Por isso estou dizendo: há milhares de denúncias em campanhas no interior, sobre milhares de candidatos, sobre compra de voto de “a”, de “b”, de “c”, de “d”, sobre financiamento de “a”, de “b”, de “c”, de “d”. Aqui não é a CPI do financiamento de campanha. Se for necessário fazê-la, vamos fazer, mas não é aqui. Não me parece que seja aqui o lugar, pelo menos pelo objeto definido.

Há, efetivamente, como eu disse, uma decisão soberana do Congresso, porque é uma CPI Mista, de conceder...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concluindo, Deputado Abicalil, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Eu vou pedir a mesma parcimônia que o senhor teve com outros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Não, mas agora, nessa rodada, é...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Eu não fui incomodado. É, vou concluir a rodada.

Tenho dito que se, de fato, a apuração da corrupção envolver dinheiro público sendo transferido, nós temos de apurar. Se o dinheiro tem fontes desconhecidas, como se insinua, em operações internacionais, nós temos que apurar.

O Sr. Marcos Valério, o sigilo telefônico e fiscal dele, das empresas e da esposa já estão todos aqui, quebrados por esta CPML, não apenas para o período de 2003 para cá, não.

O SR. (Orador não identificado) – É muito difícil, tem uma guerra, tem uma guerra.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Estão abertos desde 2001, porque esse senhor mantém relações com governos há mais tempo do que em 2003.

Creio, portanto, que nós temos o direito, nós temos o direito de, assim como damos crédito, credibilidade, verossimilhança...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... às informações que são dadas pelos depoentes que vêm aqui, também merecem crédito, verossimilhança, informações que não sejam daqueles que passaram aqui, também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Abicalil, concluindo, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Nesse sentido, vou concluir. Eu esperei pacientemente o meu tempo. Na primeira parte, usei 10 minutos. Houve quem usasse 28, o senhor sabe disso. Houve quem usasse 28.

Falamos, aqui, de preconceitos. Falamos de preconceitos.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Atenção.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Há muitos preconceitos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Onyx.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Há muitos preconceitos que foram sendo superados. Nós éramos inimigos da Nação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Se continuar essa discussão, eu vou, simplesmente, encerrar a reunião e acabou-se.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... nós éramos inimigos do capital nacional, nós éramos inimigos do desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Vamos lá, Deputado Abicalil, conclua, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – ... nós éramos inimigos do desenvolvimento nacional, nós éramos inimigos da indústria. Fizemos uma aliança para governar o País e há aqueles que ainda insistem em quem faz aliança, na aliança que é correta, que foi apresentada à população, uma aliança que tem base programática, uma aliança que governa o País e que não fez maioria parlamentar, e, por isso, teve de fazer uma outra recomposição. Tem gente que ainda acha, no preconceito, que um Presidente eleito não pode subir em helicóptero. Há gente que ainda acha, no preconceito, que nós que viemos da classe trabalhadora alcançar poder, não podemos freqüentar hotéis, tem gente que ainda age no preconceito achando que até a disposição regimental de desobrigar, nesse calor todo, a vestir terno, pautando-se pelo preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado Abicalil, conclua, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Estou concluindo.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Compreendo a Oposição, sei que faz o seu papel, respeito cada voz que se levanta aqui para falar a sua opinião, e agradeço, Sr. Presidente, a condição que V. Ex^a me concedeu de falar por segunda vez, assim como tenho convicção o depoimento do Deputado Roberto Jefferson naquilo que afirmou e naquilo que deveremos apurar, sem dúvida nenhuma, colaborará para que cheguemos à verdade, por mais ou menos do que acreditemos naquilo que foi dito aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Abicalil.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, o Abicalil é campeão de mudar o sentido do que você afirma. O que critiquei do Presidente Lula foi, no dia da vitória, usar um helicóptero de uma empresa multinacional, da Rolls– Royce. Não estou condenando a figura do Presidente da República. Não condeno nem comprar um *air bus*; mas não quero perder tempo com o desespero do Deputado Abicalil.

Sr. Deputado, por questão de justiça e até a minha consciência doer – é um dos motivos que vou voltar a intervir – eu queria concordar com V. Ex^a. Conheço o Dr. Salmeron há muitos anos. Para mim será a maior decepção se um dia eu tiver notícia do Dr. Salmeron envolvido em falcatura e corrupção. Para mim, ele é uma sardinha ensaboada, é um político hábil, promete e não cumpre, mas, desonesto, não. Essa justiça eu

quero fazer a ele. Político, tudo, jeitoso, mas, desonesto, não. E conhecemos o desonesto no arriar das malhas. Quero fazer justiça porque numa hora como essa as pessoas fogem de dar depoimento como esse que eu gostaria de dar.

Quero fazer uma pergunta ao Deputado Roberto Jefferson: V. Ex^a fez uma ligação do Bispo Rodrigues com o mensalão. Tenho o maior apreço pelo Bispo Rodrigues, mas ele não explicou ainda aquela questão do envolvimento dele com o Waldomiro Diniz, que o afastou inclusive da Igreja Universal, onde ele era um dos pares mais expoentes. V. Ex^a acha que essa ligação dele com o Waldomiro e mensalão foi transportada do Rio de Janeiro para cá?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Foi. E lá no Rio se chamava mensalão. Quem inventou esse negócio foi o Bispo Rodrigues lá no Rio, na Assembleia Legislativa, que fazia uma arrecadação tanto do Detro, das empresas de transportes, como da folha de salários dos cargos de confiança e repartia entre os Deputados. Essa denominação mensalão vem da Assembleia do Rio. A imprensa carioca...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Do Waldomiro e do....?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não. Com o Bispo Rodrigues.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Desde quando, Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Desde quando Chico Alencar denunciou. Tem uns 6 anos. Quem denunciou isso pela primeira vez foi o Deputado Estadual Chico Alencar, hoje nosso colega Deputado Federal. Isso foi um escândalo no Rio, e arquivaram a CPI, não levaram adiante essa CPI. Mas posso pegar as memórias da CPI – do PL do Rio de Janeiro (pede-me para esclarecer o meu advogado) – não estou generalizando, PL do Rio de Janeiro. E posso pegar a memória dessa documentação e trazer. A prática é igualzinha: todo mês um aditivo salarial para os Deputados. E essa nomenclatura mensalão vem de lá, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concorro com V. Ex^a e torço do fundo do coração para que o Presidente Lula não esteja envolvido nessas questões, mas ontem ele deu o primeiro sinal de fraqueza – sei que não foi culpa dele, é da má assessoria –: ontem, fez uma edição especial do Diário Oficial, que circulou com uma página só no Congresso Nacional, um negócio vergonhoso, apenas para, por mecanismos regimentais, impedir que a CPI do Mensalão fosse instalada. Quero fazer apenas esse registro aqui para a história.

Mas, Sr. Presidente, finalizando o que eu queria trazer aqui, mostrando a relação, não sei dizer se pro-

míscua, mas pelo menos esquisita do Sr. Delúbio na Administração Pública Federal não é de agora. V. Ex^a tem razão. Em setembro de 2003, ele foi ao Piauí, naturalmente como dirigente partidário, e os jornais lá estampam isso na primeira página. Trouxe aqui, agora: “Governador pede socorro ao tesoureiro do partido”. E ele aqui promete soluções para problemas e recursos na área de saúde, saneamento, estrada e atração de novas indústrias. Era papel do tesoureiro do partido, que não participa da administração formalmente? Muito esquisito isso aqui. A maneira como foi recebido, porque o Sr. PC Farias não era do governo, não participava do governo, mas não tinha a audácia de fazer esse tipo de coisa. E aqui está havendo. Onde estão os ministros? Quem libera verba é ministro formalmente ou era o Sr. Delúbio Pereira? Quero que fique aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito Fortes, por favor, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Quero passar ao Relator, só para que fique nos Anais da Casa. Isso é de setembro de 2003. O diretor foi recebido aqui com honra – teve banquete, teve tudo –, com todo o aparato que se merece. É até normal...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito Fortes, por favor, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Estou concluindo.

É até normal como dirigente partidário. Agora, entre isso, invadir a administração pública federal? Eu acho que essa questão, Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – É o Delúbio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Delúbio. Estou dizendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...merece uma reflexão do Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ) – Sr. Presidente, em função do adiantado da hora, serei telegráfico. Em primeiro lugar, eu não ouvi falar, pois ouvi de viva voz do Presidente Lula sua posição clara, sempre defendendo a instalação de CPI. Agora, falou que não era uma questão que lhe cabia; que era uma questão que cabe ao Parlamento. “Agora, eu, pessoalmente, sou favorável a que se monte uma CPI para apurar todos esses aspectos, doa a quem doer”. Isso eu ouvi, de viva voz, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em segundo lugar, nomeações. De fato, o Ministro José Dirceu era um ministro forte. O chefe da Casa Civil de qualquer governo é uma personalidade importante, tem função importante na coordenação de governo. Daí a atribuir-se ao Ministro José Dirceu a responsabilidade final sobre toda e qualquer nomeação ocorrida dentro do Governo, isso vira, na verdade, folclore, algo absolutamente irrereal. Na verdade, os processos de discussão de cargos ocorreram nos ministérios, nas empresas, entre os partidos e tinham como desaguadouro, sim, a Casa Civil, porque é quem instrui todos os processos para que o Presidente da República possa, enfim, aprovar essas questões. Então, não procedem, a meu ver, colocações desse tipo.

Terceira questão: a Telmex. Foram dadas várias informações, e não domino algumas delas. Agora, telecomunicações é uma área que conheço profundamente. Trabalhei 23 anos na Embratel, sou da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Casa e acompanho atentamente o setor. Havia, sim, quando a Embratel – não é a Telebrás – foi colocada à venda... É uma das empresas concessionárias no Brasil. São quatro empresas concessionárias, pelo modelo firmado no governo anterior: Embratel, Telmar, Telefonica e BrasilTelecom. Sim, então, quando a Embratel foi colocada à venda, surgiram três propostas: uma de executivos da Embratel; outra das demais concessionárias, chamadas concessionárias locais, lideradas pelo Sr. Daniel Dantas; e surgiu uma proposta da Telmex. E quem era o vendedor? Era o grupo MCI, grupo americano, proprietário da Embratel, tendo adquirido essa condição a partir das licitações, aliás muito discutíveis, ocorridas no governo passado. E as licitações das telecomunicações não foram apuradas no governo passado. No entanto, estava claro que as demais concessionárias não podiam comprar a Embratel. Isso foi uma questão que orientou a venda da MCI para a Telmex, e não para o grupo... Por quê? Porque a Lei Geral de Telecomunicações, aprovada pelo Congresso Nacional, proíbe que um mesmo grupo controle mais do que uma concessionária no Brasil. Então, esses três grupos, liderados por Daniel Dantas, não poderiam comprar a Embratel pela legislação, a menos que se mudasse a legislação brasileira.

Venceu a Telmex. Submetida à Anatel, foi aprovada a venda da Embratel para o grupo Telmex, que já controla aqui no Brasil a telefonia celular através do grupo Claro, como é do conhecimento de todos.

Quanto ao Governo do Rio Grande do Sul, faço a seguinte observação. Nenhum governo é perfeito, mas tenho absoluta convicção de que o nosso Governo gaúcho honrou as melhores tradições republicanas deste País e honrou o nosso Partido. Tenho o maior

orgulho de Olívio Dutra e de todos os companheiros que o conduziram.

Por fim, quero aqui registrar a minha grande consideração, o meu grande apreço por José Dirceu e por José Genoíno, figuras fundamentais da luta contra a ditadura neste País, figuras exponenciais na construção de nosso Partido e que ainda são fundamentais nesse sentido. São figuras que admiro profundamente e, certamente, continuarão a desempenhar papel de liderança muito importante em nosso Partido e na política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS)

– Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena por três minutos. Em seguida, falará a Deputada Juíza Denise Frossard, também por três minutos.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PTB-MS)

– Senador Heráclito, por favor, estamos concluindo, depois de uma jornada extensa...

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Estou acostumada a trabalhar com um monte de crianças berrando por perto, não tem problema algum.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que recebi milhares de ligações e milhares de *e-mails* nos quais as pessoas estão dizendo que estão nos assistindo – eu havia dito que, a esta altura, ninguém mais estava nos assistindo. Disseram que estão nos assistindo e que esperam que a CPMI não vire pizza, que seja tudo investigado. Ainda bem que pensa assim a grande maioria do povo brasileiro, embora esteja, certamente, como a grande maioria de nós, em estado de náusea permanente – só tomando Engov todo dia! Ainda bem que é assim. Parabéns ao povo brasileiro, que está nos auxiliando a aprofundar as investigações e, portanto, a impedir qualquer vexatória, vergonhosa “operação abafa”, venha de onde vier.

Gostaria, ainda, de fazer uma última consideração. Fico dizendo sempre, no maldito plenário dos tapetes azuis, que chega a me irritar essa relação de ódio e amor platônico do PSDB e do PT. É impressionante: Fernando Henrique virou objeto do desejo de Lula, é um querendo ser o que o outro foi no passado. Isso é para cortar o coração.

Nesta sessão é a mesma coisa. Vejam: quando fui Líder do PT no Senado e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, quase que em estado de ferocidade absoluta, dizia que, no Governo Fernando Henrique, havia crimes contra a Administração Pública, que era um governo corrupto. Eu continuo achando que assim foi. E mais: cometeu crime de lesa-pátria. O que é mais grave é que o Governo Lula assumiu e não fez nada para desvendar os mistérios sujos daquele

governo. Então, ou prevaricou ou nada havia deixado de trambique explícito o governo tucano.

Às vezes se fala em mudar a legislação. Sei que é muito interessante mudá-la à luz de uma conjuntura política, seduz os corações e as mentes brasileiras, mas se o que está previsto no Código Penal quanto a crimes contra a Administração Pública fosse cumprido, já estariam na cadeia muitos dos delinquentes de luxo brasileiros. O problema é que, infelizmente, não se faz o que os velhos humanistas espanhóis diziam: que a mesma lei, ao ser aplicada, tem de ser flexível para o fraco, firme para o forte e implacável para o contumaz. Aqui é o inverso: ao pobre, o destino é o Carandiru, apanhar na cadeia; ao rico, muitas vezes, os salões da *high society* – porque inúmeras pessoas desmoralizadas são recebidas e, quando é oportuno, participam de banquetes pagos com dinheiro público. E ainda colocam o tanto de caviar que comeram na coluna social para dizer que aquilo é sinal de prestígio.

Quero dizer que sinto muita vergonha, muita vergonha mesmo, de ouvir as pessoas dizendo que o Governo Fernando Henrique fez isso, aquilo e aquilo outro. Não tenho dúvida que fez. Não tenho dúvida. Para mim, a tristeza é que o Governo Lula, a maior liderança popular da América Latina, o que era o maior partido de Esquerda da América Latina, hoje é uma ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, porque nunca a pocilga do capital chafurdou com tanta desenvoltura como agora. E os desvios éticos que condenávamos com veemência, com truculência e com intolerância, no passado, infelizmente, esses mesmos desvios éticos são apropriados. E os mesmos argumentos fraudulentos que a base de bajulação do Governo Fernando Henrique fazia, hoje a base de bajulação do Governo Lula faz.

Aliás, muitos que hoje estão na tropa de choque eram os mesmos que estavam em outras tropas de choque também, inclusive do Governo Fernando Henrique, porque existem alguns que se é Governo, está dentro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senadora Heloísa Helena, concluindo, por favor.

O SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Já estou concluindo. E para concluir, quero agradecer muito a todos os brasileiros e brasileiras que nos estão agüentando pacientemente e que estão cumprindo com sua belíssima condição de lutar por um País livre, ético, soberano e fraterno. Não foi nenhuma ofensa, mas é que ficamos aqui trabalhando independentemente de ter alguém nos assistindo. O Deputado está aqui até esta hora, chegou desde cedo, ficamos em 300 votações. Estamos cumprindo a nossa obrigação. Que bom que muitas pessoas estão nos assistindo para que

possamos aprofundar as investigações e desvendar os mistérios sujos da corrupção, estejam onde estiverem, tenha na lapela do terno o brochinho que tiver, mas que possamos auxiliar o País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

O Deputado Geraldo Thadeu pede um minuto e meio para falar.

Então, com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Depois de todos, quero fazer um resumo sobre o dia de hoje.

O SR. GERALDO THADEU (PPS-MG) – Com muito merecimento e pelo tempo que for Presidente. E pela conduta e pelo que tem feito nesta CPMI, terá todo o tempo que desejar e ficaremos aqui o tempo todo com muito interesse em ouvi-lo.

Sr. Presidente, quis falar esse um minuto e meio no final para parabenizá-lo pela sua conduta imparcial, paciente – sofrendo, às vezes, provocações de um lado e de outro – e com toda a correção. Por isso é que acredito, conhecendo também o nosso Relator, o Deputado Osmar Serraglio, que esta CPI não vai acabar em pizza.

Temos provas evidentes que confirmam todas as declarações do Deputado Roberto Jefferson, principalmente na questão do Sr. Marcos Valério. E tenho certeza que vamos aprofundar.

O Presidente Lula colocou, segundo os representantes do Partido dos Trabalhadores, que quer a apuração. Queremos paz neste País. Queremos que este País viva. Queremos que o Presidente cumpra o seu mandato, que seja feliz, porque queremos o bem do nosso povo. Queremos que este País tenha condições, nesse processo democrático, de ter normalidade.

Nas próximas reuniões, Sr. Presidente, temos que fazer um apelo aos companheiros, aos colegas para que parem com provocações. Vamos encarar as coisas com seriedade, sem provocações. Já aconteceram muitas provocações. Agora, chega! Queremos apurar a verdade e mostrar ao povo brasileiro o que tem que ser feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu, pelas ponderações de V. Ex^a.

Para encerrar, com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard, por três minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Sr. Presidente, ontem, fui entrevistada e pergunta-

ram-me como estava a CPMI. Eu disse: “Engatinhando, com uma boa notícia: hoje, podemos dizer que temos um belo Presidente e um belo Relator, que estão caminhando, que estão engatinhando – foi esse o termo – entre nervos partidários expostos”. E disse mais: “Mas é natural que seja assim, pois os nervos estão expostos”.

Eu acredito que, com um pouco mais de tempo, nós vamos andar. Hoje, acredito que nos tenhamos levantado, já estamos nas próprias pernas, caminhando um pouquinho, mas os nervos partidários ainda estão expostos. É natural, entende-se, compreende-se. Porém, é preciso caminhar, na busca da verdade, sem esses nervos expostos. E, hoje, tivemos aqui, graças a V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, um desenho impressionante que nos indica o rumo certo a seguir. Não é a reforma política, o que não significa que ela não seja necessária, ela é, vamos discuti-la, mas a reforma que se impõe – e que está muito clara – é que, enquanto nomearmos uma única pessoa, isso vai se repetir, e vamos viver de crise em crise.

Sou nova aqui, este é um mundo novo para mim. Eu acreditava que a figura do Presidente era a de uma pessoa com que não se vai conversar sobre cargos. Com o Presidente, conversa-se sobre as políticas públicas – o que vou fazer com a educação, com a saúde, com a diminuição dessa enorme distância entre os que têm e os que não têm – e não sobre cargos. Então, o que me assusta não é poder nomear um parente, mas poder nomear qualquer pessoa.

Acho que a primeira reforma que temos de fazer, se quisermos evitar problemas no futuro, é essa reforma. Não é a reforma administrativa que se diz por aí: vamos acabar com o funcionário público. Não! Vamos dar a carreira, porque, no meu Estado, isso é fatal, pois o mau hálito político nomeia inclusive um delegado, para esta ou aquela delegacia, que dá mais ou menos.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a aula que tive aqui hoje. Acho que essa catarse, que V. Ex^a muito bem definiu, é importantíssima. Tenho certeza de que esta CPMI vai andar. Tenho certeza de que ela produzirá resultados. Tenho certeza de que todos aqui vão lembrar-se de seus nervos partidários expostos e entender que todo partido é muito bom, mas que nenhum deles pode avançar nos limites dos princípios de cada um de nós. Se eles avançarem, eles devem ceder, e os nossos princípios devem prevalecer.

Essa catarse de hoje agradeço ao Deputado Roberto Jefferson. Nunca estivemos juntos, embora sejamos do mesmo Estado. Fui professora de sua filha e o conheci apenas uma única vez, aqui, há pouco tempo.

Reitero, V. Ex^a é corajosíssimo, não é fácil vir aqui, na frente de todo mundo e nos possibilitar pegar isso tudo e reformular a maneira de se fazer política neste País. Ou se faz isso, ou vamos sucumbir. Perdoem-me, eu não deveria falar, porque sou “pato novo”. E pato novo deve mergulhar. Mas me senti à vontade aqui de terminar; estou acostumada, como mulher, a esperar que os homens falem. E, lá pela hora áspera, que já vai tardia, de 1h40min, falamos de mansinho, não é, minha companheira? Eu e a Senadora Heloísa Helena, as duas únicas mulheres aqui.

Muito obrigada a todos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, deixe-me falar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Ah, a Bete, lá de São Paulo, que é do grupo Mulheres da Verdade, da luta contra a corrupção, ligou, dizendo: “Nós, Mulheres da Verdade, estamos aqui vendo vocês”. Ela mandou avisar os homens.

O SR. (Orador não identificado) – Juíza Frossard, a Cristiane entrou na vida pública, para se candidatar a Vereadora contra a minha vontade. Eu queria que ela seguisse a carreira da Magistratura; ela saiu no segundo ano da Escola da Magistratura. Não acho que ela tenha feito a melhor opção. Meu sonho para ela era a carreira de juíza. V. Ex^a foi...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)

– Que, aliás, é da sua família.

O SR. (Orador não identificado) – Pois é. V. Ex^a foi professora dela. Mas ela insistiu comigo e disputou essa eleição para o cargo de Vereadora. E quero estar do lado de V. Ex^a na próxima eleição, se Deus quiser, para Governadora do Rio de Janeiro. Tenha certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator quer fazer algum questionamento?

Deputado Roberto Jefferson, algum comentário adicional?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, só agradeço aos senhores, ao povo que nos assistiu, a todos os Srs. Senadores, às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Deputados...

Senador Eduardo Suplicy, foi tombo mesmo. A Laura Carneiro que me... Eu fui pegar uma escada e não abri a escadinha para subir. Desequilibrei-me, segurei em um armário de 200 quilos, de sucupira, aqueles antigos da Câmara, e ele bateu aqui e me botou para dormir. Quem me socorreu foi a Laura Carneiro e a Luísa, minha Assessora de Imprensa, que está aqui. E me carregaram para o hospital. Foi tombo mesmo. Fui pegar os CDs do Lupicínio Rodrigues. Nós estávamos conversando sobre o Lupicínio, e a Laura falou: então, bota para tocar o Lupicínio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual era a música, por favor? A curiosidade é nacional. Que música era, Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não estava tocando ainda a música. Mas era “Nervos de Aço”.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião à 1h e 42min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 9ª Reunião, realizada em 05/07/2005.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e vinte e cinco minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Kátia Abreu, Álvaro Dias, Murilo Zauith, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu, Pompeo de Mattos e Jamil Murad, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da 9ª reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da sétima e da oitava reuniões, submetendo-as à votação (aprovadas). O Presidente em exercício, Senador Maguito Vilela, informa que a pauta da presente reunião se destina à oitava dos senhores José Fortuna, Jairo Martins de Souza e Edgar

Lange. A Presidência informa que o depoente Kasser Bittar não se encontra presente, motivo pelo qual será solicitado à Polícia Federal a apuração da razão de sua ausência. Dando continuidade, o Presidente em exercício, submete à apreciação da Comissão solicitação do senhor Jairo Martins de Souza para que o seu depoimento seja em reunião reservada. Colocada em votação, a Comissão rejeita tal pedido. Ato contínuo, a Presidência convida o senhor Jairo Martins de Souza para prestar esclarecimentos. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Osmar Serraglio, relator, Eduardo Paes, Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães Neto, Ideli Salvatti, Juíza Denise Frossard, Onyx Lorenzoni, Maurício Rands, Álvaro Dias, Henrique Fontana, Jamil Murad, César Borges, Carlos Abicalil, Gustavo Fruet, José Eduardo Cardozo, Jorge Bittar, Murilo Zauith, Carlos Sampaio, Asdrúbal Bentes, Sérgio Guerra e Geraldo Thadeu. A Presidência submete à apreciação do Relator ofício enviado pelo senhor Edgar Lange, solicitando que seu depoimento seja em caráter sigiloso. Colocado em votação, a Comissão rejeita a proposta. A Presidência esclarece que o senhor Edgar Lange se encontra na condição de testemunha, sendo permitido, portanto, comunicar-se com seus advogados durante sua oitiva. O Presidente em exercício convida o senhor Edgar Lange para prestar seus esclarecimentos. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Osmar Serraglio, Maurício Rands, Arnaldo Faria de Sá, Antônio Carlos Magalhães Neto, Ideli Salvatti, Geraldo Thadeu, Sibá Machado, César Borges, Heloísa Helena, Carlos Sampaio, Onyx Lorenzoni, Pompeu de Mattos, Sérgio Guerra e Heráclito Fortes. Em seguida, O Senador Maguito Vilela, Presidente em exercício, convida o senhor José Fortuna para prestar seus esclarecimentos acerca de sua participação na gravação da fita. A seguir, concede a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Onyx Lorenzoni, Asdrúbal Bentes, Jamil Murad, Jorge Bittar, Henrique Fontana, Sibá Machado, Maurício Rands, Arnaldo Faria de Sá, Antônio Carlos Magalhães Neto, Ideli Salvatti, José Eduardo Cardozo, Heloísa Helena e Eduardo Paes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e nove minutos, convocando-se a Comissão para a próxima reunião que será realizada às nove horas do dia 06/07/2005, para as oitivas do senhor Marcos Valério e da senhora Fernanda Karina Somaggio. E para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente

com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As das reuniões anteriores, 7ª e 8ª, encontram-se sobre a mesa. Coloco-as em votação, propondo, naturalmente, a dispensa de sua leitura.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Esclareço que a pauta desta reunião destina-se às oitivas dos Srs. José Fortuna, Casser Bittar – Casser Bittar acaba de encaminhar um ofício dizendo que não se encontra durante esta semana. Vou requisitar à Polícia Federal que cheque as informações para ver se ele está ou não está em viagem, como argumenta no seu requerimento. Vou requerer à Polícia Federal que faça checagem exatamente na manhã de hoje ainda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Só um minuto, eu estou com a palavra.

Vamos ouvir o Sr. José Fortuna, Jairo Martins de Souza e Edgar Lange.

Consultando o Relator, ele nos informa que seria de bom alvitre ouvir primeiro o Sr. Jairo Martins de Souza.

Consulto primeiro o Plenário se concorda com o Relator. (Pausa.)

Estou fazendo primeiro uma consulta, depois vou conceder...

Pela ordem, o Deputado Eduardo Paes, que se inscreveu em primeiro lugar.

Depois o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e depois o Senador César Borges. Após, a Líder Ideli Salvatti, depois o Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, sobre o assunto. Estou fazendo uma indagação e quero que se limitem ao assunto.

Com a palavra o Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, cumprindo o que V. Ex^a me pede, vou me referir a esse assunto, mas eu pediria a V. Ex^a, então, que já me inscrevesse quando for tratar de outros assuntos, porque eu gostaria de fazer algumas considerações aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ... e espero que os companheiros que venham depois de mim se limitem também a esse tema.

Não vejo o menor problema na ordem a ser definida pelo Relator, acho que o Relator tem aí a responsabilidade maior do que todos nós de compilar todos os trabalhos, enfim, de desenvolver seu relatório, portanto, não vejo o menor problema em relação à questão do Relator.

Agora, Sr. Presidente, eu queria ter a oportunidade de fazer um apelo a V. Ex^a.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem trabalhando – acho que está claro para todos – com o máximo de seriedade e equilíbrio, tanto os Deputados e Senadores da Oposição como os Deputados e Senadores da Base do Governo. O que eu queria, Senador Romeu Tuma, é chamar a atenção do Presidente. É que, na semana passada, a Oposição fez uma proposta para deliberarmos sobre uma série de requerimentos pendentes ainda e que não haviam sido deliberados, inclusive alguns requerimentos que o próprio Relator sentia necessidade de ver aprovados.

Senadora Ideli Salvatti, eu acho que ninguém vai contestar aqui a posição do Deputado Osmar Serraglio, do Relator, na ordem que ele quiser colocar, acho que todos concordamos.

O que eu quero chamar a atenção, Sr. Presidente – e as pessoas não vão pedir a palavra para concordar ou discordar do Relator porque irão concordar – é que me parece que, em razão... Nós já vínhamos chamando a atenção, nós da Oposição, em relação à necessidade de aprovação dos requerimentos que estavam pendentes desde a semana passada. Numa negociação com o Partido dos Trabalhadores, com a Base do Governo, nós, a duras penas, conseguimos aprovar a quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério e suas empresas. Perfeito.

Mas, Sr. Presidente, os fatos, os episódios que surgem a cada momento, e por isso esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu concordo com a Senadora Ideli, não deveria se ater aos episódios que vão surgindo, por isso talvez nós tivéssemos que estar nos antecipando às coisas que surgem, e por isso nós já queríamos ter votado alguns requerimentos na semana passada, nós precisamos avançar. Nós temos hoje

a oitiva desses arapongas, enfim, daqueles que estão envolvidos com a gravação da fita, e temos no dia de amanhã o Sr. Marcos Valério e sua secretária. Certamente, uma audiência pública que será muito concorrida e que durará muitas horas. O apelo que faço a V. Ex^a é de que seria importante, necessário, importante para a opinião pública que está nos assistindo neste momento, para a população que quer a apuração dos fatos, que esta Comissão possa deliberar sobre os diversos requerimentos que existem dependentes. Mais claramente, Sr. Presidente, nós entendemos que deveria ser deliberado, agora na parte da manhã, antes até de iniciarmos a oitiva ou então que V. Ex^a defina o horário no começo da tarde, para que nós possamos deliberar. Nós desejamos, sim, Sr. Presidente, marcar aqui, convocar e marcar a vinda do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, do Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sr. José Genoíno. Desejamos, sim, avançar na quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, do Partido dos Trabalhadores. Portanto, são todas essas medidas importantes que têm relação direta com as investigações desta CPMI, não se trata de movimento político, de demagogia ou de...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a conclua, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já estou concluindo.

Ou de partidarização desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas é fundamental que V. Ex^a, Senador Maguito, tome a decisão de, ou deliberamos neste exato momento sobre alguns desses requerimentos ou que V. Ex^a defina um horário, no início da tarde, logo depois do almoço, para que nós possamos deliberar. Nossa preferência é que nós pudéssemos deliberar aprovando esses requerimentos e marcando a data de oitiva dessas figuras que estão envolvidas até o fundo com os episódios desta CPMI, Sr. Presidente.

Agradeço sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, diante do habilidoso desrespeito do Deputado Eduardo Paes, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que, até para que não haja uma reinscrição, nós possamos, em poucos segundos, expressar de forma completa as nossas impressões e oferecer as nossas sugestões.

Primeiro, com relação à proposta do Deputado Osmar Serraglio, eu quero concordar com ela, porém, fazendo uma ressalva: é necessário que, a cada mu-

dança de ordem daquilo que está previsto na pauta da nossa reunião, haja, como V. Ex^a fez, a possibilidade de que o Plenário decida. Então, há uma pauta pre-estabelecida onde há exposição da ordem de oitivas. Qualquer alteração nessa ordem, é preciso que haja uma deliberação do Plenário como democraticamente como V. Ex^a fez. Então, eu quero concordar com o Relator.

E aproveitando, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão objetiva a V. Ex^a, para não tomar muito do tempo da Comissão. Eu entendo que nós podemos começar a nossa reunião hoje ouvindo os senhores convocados, os senhores depoentes, nós podemos adiantar os nossos trabalhos, e V. Ex^a poderia acertar um horário no dia de hoje, para que nós votássemos os requerimentos que estão pendentes. Eu tenho certeza que, se V. Ex^a acertar um horário garantindo que os requerimentos serão deliberados ainda no dia de hoje, não haverá nenhum prejuízo para o funcionamento da Comissão, para a oitiva dos depoentes e para o atendimento daquilo que é pleito das Oposições, que é a possibilidade de nós discutirmos os requerimentos ainda no dia de hoje. De fato, a reunião de amanhã será muito mais concorrida. Nós vamos ouvir o Sr. Marcos Valério, que é a figura central de todo este episódio. Nós não podemos confundir deliberação de requerimentos com audiência do Sr. Marcos Valério, nós temos que aproveitar o dia de hoje, nem que isso se faça pela noite. Agora, o que eu queria de V. Ex^a e do Relator, Deputado Osmar Serraglio, é uma garantia de que, seja a hora que for, hoje, nós iremos deliberar sobre os requerimentos, de tal forma que nós possamos começar imediatamente a ouvir os depoentes e, no momento oportuno, definido por V. Ex^a, com a concordância do Relator, as Oposições vão apresentar as suas sugestões a partir da votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a a sugestão e concedo a palavra ao Senador César Borges, logo em seguida, a Senadora Ideli Salvatti. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs....

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Gostaria de alertar a todos que vou cumprir, que a Mesa vai cumprir rigorosamente o que está pautado para hoje. Não adianta querer atropelar os fatos que não vamos. E quanto mais falarem, mais tempo vai sendo consumido, e menos possibilidade de outras definições para hoje. Isso quero alertar. Não vou fugir da pauta. Quanto mais demorarmos, vou ter paciência. Já falaram dois oradores sobre o mesmo assunto. Podem falar todos sobre o mesmo assunto, mas vou seguir

rigorosamente a pauta. Se houver tempo, vou discutir outras questões. Se não houve, paciência.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex^a para que prevaleça o bom senso. Acho que estamos aqui discutindo de forma parlamentar, de forma democrática. Não podemos simplesmente dizer: temos aqui uma pauta, porque antes da pauta vêm os interesses da Comissão. E esta Comissão tem sempre deliberado antes de iniciar as oitivas com relação aos requerimentos.

Na primeira reunião, Sr. Presidente, desta Comissão, nos início dos trabalhos, o Presidente Delcídio Amaral disse muito claramente que não haveria sobrestamento de requerimentos. O requerimento é um instrumento do Parlamentar, que ele pode apresentar a qualquer momento e tem que ser deliberado de imediato.

O requerimento tem que ser deliberado de imediato. Já estamos na 9ª reunião desta Comissão, na terceira semana dos trabalhos. E temos requerimentos aqui, como o de nº 5, foi o quinto a ser apresentado, que não foi sequer apreciado. Portanto, isso é fundamental. Estamos aqui hoje para ouvir alguns membros da Abin – é que não sou muito familiarizado com os serviços secretos, com arapongagem, estamos aqui na grampolândia –, quando na verdade o Requerimento nº 5, do Deputado Carlos Sampaio, requer o depoimento do General Jorge Armando Félix. O nº 6, também do Deputado Carlos Sampaio, convoca o Sr. Mauro de Lima e Silva. E quem são? É o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e outro, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Então, vamos ouvir ainda o contínuo da Abin, o investigador da Abin, quem fez o grampo pela Abin, quando já deveríamos estar ouvindo as autoridades que determinaram efetivamente para que eles pudessem fazer aquela ação. E não estamos deliberando sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

Então, a palavra do Senador Delcídio Amaral não está sendo cumprida. Está havendo sobrestamento da aprovação ou pelo menos para que seja...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quero fazer uma indagação a V. Ex^{as}: essa pauta foi ou não aprovada por esta Comissão?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então, ela vai ser cumprida primeiro. Não estou cometendo nenhuma arbitrariedade. Estou querendo cumprir o que foi deliberado por esta Comissão. Agora, V. Ex^{as} estão querendo discutir outros assuntos, e não vou antes de concluir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acho até um desrespeito, chamar os depoentes, eles estão aqui, e não ouvi-los. Vou ouvi-los.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a está presidindo, requerer exatamente as fitas, nas quais o Presidente Delcídio sempre se comprometeu que todo início de semana, teríamos apreciação dos requerimentos. Seria feita uma seleção dos requerimentos que deveriam ser votados, e, havendo consenso, seriam aprovados em bloco. E caso não houvesse consenso, seria submetido à votação. O que não podemos é chegar ao final dos trabalhos desta Comissão, e requerimentos que foram apresentados no início não sejam submetidos à votação, Sr. Presidente.

Então, é isso que me parece que a direção da Comissão está querendo levar avante. Então, estão muito bem assentadas aqui as posições dos que me antecederam, pedindo a V. Ex^a, que dirige os trabalhos, que fixe pelo menos o momento que vamos fazer a apreciação dos requerimentos que aqui se encontram. Se é hoje à tarde, se é hoje à noite, tem que ser hoje, porque tem sido a praxe desta Comissão, assumida pelo Presidente, que, sempre às terças-feiras, faríamos a apreciação desses requerimentos. É esse o apelo que faço a V. Ex^a, peremptoriamente, porque, senão, a direção dos trabalhos está cerceando aqui um instrumento legítimo dos Parlamentares, que é ver o seu requerimento apreciado pelo Plenário da Comissão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti e, logo em seguida, o Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a foi muito claro. O que nos traz aqui hoje foi uma deliberação coletiva e unânime desta Comissão quando marcamos o calendário das atividades da primeira e segunda semana de julho. Marcamos esse calendário, inclusive, na lógica das investigações que esta CPMI determinou, delimitou para trabalharmos. Portanto, acho que não podemos repetir o episódio da semana passada, em que gastamos o tempo da oitiva em discussões prolongadas que poderiam ter sido resolvidas se a determinação de votação de requerimentos fosse precedida daquilo que toda deliberação tem que ser precedida, que é de conversações entre as partes. Porque, depois que as conversações entre as partes ocorreram, tivemos aqui uma reunião

de deliberação de requerimentos com muita tranquilidade. Inclusive não houve nenhum requerimento que não tivesse sido aprovado por todos nós. Agora, querremos repetir, nesta semana, aquilo que foi feito de forma errada, no meu ponto de vista, na semana passada não leva a nada. V. Ex^a tem que cumprir o que a deliberação da Comissão fez, que é a oitiva. A oitiva dos três depoentes, até para que não aconteça, como a própria Deputada Juíza Denise Frossard levantou, esse absurdo de chamarmos as pessoas para prestar depoimentos e elas ficarem aqui 12, 15 horas e depois serem, absolutamente, dispensadas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Isso não vai acontecer, Senadora Ideli Salvatti. Serão ouvidas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero que iniciemos os trabalhos e, depois de cumprida a agenda que deliberamos, por unanimidade, nesta Comissão, que possamos deliberar sobre outros assuntos. A minha questão de ordem é seguir a ordem, qual seja, ouvir os depoimentos e, depois disso, podemos fazer complementos na nossa ação durante o dia.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço V. Ex^a. A ordem será cumprida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, Para uma questão de ordem, art. 251.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias e, posteriormente, a Senadora Heloísa Helena e...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 251, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o art. 251 do Senado sinaliza claramente que temos que decidir em cima daquilo que foi proposto. A circunstância que estamos defendendo é, primeiro, que se cumpra a pauta que foi acordada e, segundo, precisamos deliberar sobre requerimentos por conta de que fatos novos ocorreram. Não há, Sr. Presidente, a mesma circunstância que tínhamos na semana passada. Inúmeros requerimentos que estão hoje de posse do Relator na Secretaria da nossa CPMI já estão superados pelos fatos. Estamos querendo que esta CPMI cumpra com o seu papel, que é tomar a dianteira nas investigações do Brasil. Esta CPMI não pode estar a reboque. Por essa razão que, de maneira coerente e respeitosa, a Oposição está solicitando a V. Ex^a que designe, Sr. Presidente, o horário, a hora do dia de hoje que vamos deliberar. É apenas isso. V. Ex^a designa às 14h30, 15h, 16h e vamos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o horário é o final dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou decidir. Estou ouvindo pacientemente e vou decidir.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alegação de que há inúmeros requerimentos que devem ser votados e que a votação dos mesmos tomaria muito o tempo das audiências públicas que realizaremos hoje, já que serão três depoentes para ouvir. Isso leva-nos a sugerir o seguinte: que se votem os requerimentos essenciais, que já foram, inclusive, selecionados pela Oposição no dia de hoje, e que se convoque para eliminar, com a deliberação de todos, os requerimentos apresentados, uma reunião na quinta-feira, às nove da manhã. Porque há requerimentos mais importantes sobre outros, é isso que eu estou propondo. Hoje nós deliberaríamos sobre a agenda da próxima semana, a complementação da agenda da próxima semana, que seria marcar reunião na próxima quinta-feira, para ouvir Delúbio Soares e Silvio Pereira, e na terça da outra semana, para ouvir José Dirceu e José Genoíno. Essa seria a proposta da Oposição.

E deliberaríamos hoje sobre a quebra de sigilo bancário do Sr. Delúbio Soares e do Silvio Pereira. Deliberaríamos sobre a quebra do sigilo bancário. Apenas esses requerimentos seriam votados no dia de hoje. Nós poderíamos votar rapidamente, desde que a Bancada da Situação concorde com essas providências. Os demais deveriam, a meu ver, e esta é a proposta que faço, serem colocados em deliberação na próxima quinta-feira às nove horas da manhã. Porque são requerimentos que solicitam providências administrativas, informações. São inadiáveis, porque são requerimentos que demandam algum tempo para o seu atendimento. Por exemplo, eu estou solicitando que se requeira do Banco Central cópias de todos os contratos nos quais constam o nome do Sr. Marcos Valério na qualidade de avalista, fiador ou devedor solidário. É claro que nós não receberemos no dia seguinte. Portanto, a deliberação sobre requerimentos dessa natureza é urgente. Daí essa sugestão.

Sei que temos aí certamente mais de duzentos requerimentos propostos que não foram deliberados. Então, há necessidade realmente de uma reunião exclusivamente para a deliberação desses requerimentos. Quanto a essa agenda proposta pela Oposição para a próxima semana, ela diz respeito aos fatos. Os fatos devem orientar o calendário da CPMI. Nós não podemos ficar a reboque dos fatos e distanciados deles. Nós temos de acompanhar a evolução dos fatos

no dia-a-dia dos acontecimentos. CPMI é isto, para propor transparência e elucidar dúvidas não só dos integrantes que aqui estão coma tarefa da investigação, mas da própria sociedade que tem o direito de acompanhar esses acontecimentos.

A outra questão, Sr. Presidente, eu sei que eu não deveria dirigir especificamente a V. Ex^a e sim ao Presidente Delcídio. Mas como S. Ex^a está ausente, por intermédio de V. Ex^a, eu faço mais uma vez esse apelo. Nós requeremos, as Lideranças da Oposição requereram, desde o início, o credenciamento de dois assessores para que pudessem nos auxiliar, com acesso facilitado à documentação que chega à Secretaria da CPMI. Só ontem, eu liguei três, quatro, cinco vezes para a Secretaria na busca de informações.

Então, eu vejo o nosso trabalho comprometido em função da dificuldade que estamos tendo de acessar informações junto à Secretaria. Isso porque nós estamos vivendo um fato novo em CPMI, que é a composição da Mesa Diretora apenas de um lado, e não com a essa alternância de situação e Oposição, entre Relatoria e Presidência. Daí a necessidade do credenciamento dessa assessoria, para que a Oposição possa ter esta orientação em razão da documentação que chega, das informações que chegam. Nós estamos tendo o nosso trabalho comprometido. Nós não podemos ser eficientes dessa forma.

Por isso, Sr. Presidente, faço esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu sei que V. Ex^a – pode deixar todos conversarem. Eu não me incomodo – está fazendo um esforço grande, bem como o Presidente e o Relator para compatibilizar as divergências gigantescas que existem aqui. Eu continuo fazendo o mesmo apelo que eu fiz anteriormente. Algumas pessoas usam determinadas palavras, como racionalidade lógica das investigações, e, depois, tudo isso é jogado na lata do lixo, quando significa a proteção ou não de determinadas personalidades políticas. Por isso, é que eu sou contra. Arrependo-me de ter participado algumas vezes das tais conversações entre as partes para decidir o que vai ser aprovado ou não com relação a requerimentos. Quando se diz conversação entre as partes, ou seja, em quem é Governo e em quem é Oposição, já passa para a opinião pública, Juíza Denise, como se fosse um grande acordo. Porque se é um procedimento investigatório, qual a necessidade de haver conversação entre as partes para ver qual requerimento será aprovado, para ver quem irá ter quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico ou quem vem ouvir? Tem que ser aqui. Se é

pela lógica das investigações, se é pela racionalidade do procedimento investigatório, teríamos que, objetivamente, já esta semana, trazer o Senhor Delúbio, o Senhor Sílvio Pereira, o Ministro José Dirceu e todos aqueles que foram aqui citados e não estão nem tendo a oportunidade de se defender, de dizer o contrário ou de participar de um depoimento aqui.

Não estou propondo nenhuma alteração do procedimento, penso que é essencial que possamos nos reunir também às quintas-feiras. Todos estamos exaustos, algumas pessoas vêm aqui, falam e vão embora descansar, outros estão ficando aqui até uma, duas horas da manhã, até o horário que seja necessário, portanto penso ser essencial que possamos introduzir a quinta-feira no calendário que foi proposto, para que possamos auxiliar e agilizar o procedimento de investigação. É essencial que sejam votados determinados requerimentos, porque não tenho nada contra o jornalismo investigativo, considero essencial, uma vez que auxilia, não com denúncias, mas com indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública. Mas é inadmissível que tenhamos acesso a alguns dados pela imprensa quando existem requerimentos que estão engavetados aqui e que não está havendo a necessária agilidade em ter esses requerimentos. Não é possível que não tenhamos os dados do Coaf, em relação ao Banco do Brasil ou Banco Rural. É inadmissível que não tenhamos os documentos relacionados ao processo de instrução de licitações fraudadas, de contratos que foram executados fraudados, de aditivos fraudados. Isso não é possível. Portanto, o apelo que faço é no sentido de agilizar as diligências necessárias para que esses documentos cheguem e sejam disponibilizados. Não podemos aceitar o que aparece em um jornal, em qualquer que seja: “O documento chegou, está na CPMI”. Aí vem aqui o Deputado e o Senador, querem o documento e não tem, porque diz que tem que passar por uma peneira de não sei quem para este documento chegar. Não vamos aceitar isso. Que o Relator possa analisar os dados é absolutamente necessário, mas que todos os Senadores tenham direito a acesso imediato aos dados. Se o Senador ou o Deputado quebra o sigilo, divulga algo que é sigiloso, ele que seja responsabilizado. Mas é inadmissível que passe por peneira, que os documentos não venham e que nós estejamos aqui fazendo de conta que estamos analisando. Não vamos aceitar as peneiras do Governo, porque se demora a chegar aqui é uma outra coisa, não podemos aceitar. De repente, vão sumir as Atas das reuniões, as notas jurídicas que o setor jurídico dos Correios deu contra aquela contratação com a empresa do Senhor Marcos Valério, e veio uma ordem de não sei onde para que isso fosse feito.

É o apelo que faço para que as diligências sejam agilizadas e que tenhamos os dados que são necessários para fazer um bom trabalho da CPMI, como manda a lei, como manda a nossa obrigação constitucional e como quer, apela e exige a grande maioria do povo brasileiro que acompanha os trabalhos desta Comissão. Portanto, o apelo é no sentido de que V. Ex^a convoque uma reunião para que possamos analisar todos os requerimentos que são colocados, analisar objetivamente quais os dados que não chegaram ainda, por que esses documentos não chegaram ainda e de quem é a responsabilidade desses documentos não serem disponibilizados. Esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas para informar a nobre Senadora, depois percebi, pelo prosseguimento da sua manifestação de que estaria dizendo que a peneira seria para chegar, é que, num primeiro momento, eu havia entendido que estava dizendo que nós, da Comissão, estaríamos procedendo, já percebi que não.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, porque, se tiver, é mais preocupante ainda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, já percebi que não, porque nós temos absolutamente nenhum documento que nós não tenhamos franqueado. Só isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, art. 255. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Pois não, com a palavra V. Ex^a.

Já temos uma hora de atraso dos depoimentos e vamos passar o dia inteiro aqui ouvindo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso não faz mal, Presidente, isso nos ajuda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Minha preocupação é com os depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vamos ouvi-los pacientemente

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, o art. 255 do Regimento do Senado reforça de maneira consistente no seu Inc. III, que diz que a votação dos requerimentos, página 130, no Inc. III, do 255, combinado com o 92, que disciplina sobre as Comissões, que deve ser a votação imediata nos requerimentos não constantes nos Incisos I e II.

Nós não estamos solicitando isso, Presidente. Nós estamos solicitando a V. Ex^a apenas que apraze para o dia de hoje um horário para que nós possamos deliberar. E eu quero fazer uma reclamação-sugestão: nós deliberamos na quinta-feira que nós precisávamos,

para que o Relator pudesse trabalhar, dos relatórios do Coaf referentes ao Banco Rural, ao Banco do Brasil. Eu fui surpreendido, Sr. Presidente, sabendo que a solicitação da nossa Comissão só chegou ao Coaf ontem. Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que nós tivéssemos um processo mais expedito, porque, se tivesse chegado na sexta-feira de manhã, como seria razoável, muito provavelmente nós já teríamos esse relatório aqui. Ontem, foram divulgados números, inclusive em órgãos de comunicação, e, por essa razão, vários órgãos de comunicação procuraram Senadores e Deputados, na busca da confirmação desses números, Sr. Relator, que não faz parte do mundo real, porque, na Comissão, não chegou relatório nenhum do Coaf. Então, por essa razão, eu quero só chamar atenção: a deliberação foi feita na quinta, a solicitação da nossa Comissão chegou ontem ao Coaf, ela deveria ter chegado na sexta, porque seguramente já estaria conosco.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a que chamasse o primeiro depoente e que V. Ex^a marcasse para o final da tarde...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não é assim não, espera aí, de forma nenhuma, não é assim, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu tenho o direito de falar como qualquer um. Eu estou falando, por favor, respeite a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos ouvir o Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então que V. Ex^a, é o meu apelo, estou fazendo um apelo a V. Ex^a...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Mas tem outros Senadores...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas V. Ex^a pede a palavra depois e fala.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Efraim Morais, eu concederei a palavra a V. Ex^a, logo após o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, a minha solicitação a V. Ex^a é que, o mais rápido possível, chame o primeiro depoente e que marque hoje no final da tarde uma reunião para a gente votar, porque não é possível, nós estamos com uma hora de atraso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Bem, Sr. Presidente, a única coisa que eu solicito de V. Ex^a é que seja encaminhado aos Srs. Parlamentares da Co-

missão de CPMI dos Correios um relatório da parte do Secretário da Comissão do encaminhamento dos requerimentos e das solicitações já aprovadas. É isso o que nós desejamos, só isso, para que saibamos se há demora, qual o motivo. Se for questão de pessoal, eu quero inclusive dizer ao pessoal da Comissão que, na condição de 1º-Secretário da Casa, eu coloco à disposição mais pessoas, mais assessores, para que se agilize essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, eu fui informado pela Secretaria da Comissão que está sendo feita uma peneira dos requerimentos que podem ou não ser apreciados. Eu acho que quem tem que fazer isso somos nós. O que estamos fazendo nós aqui, Sr. Presidente? Eu acho que nós temos que decidir aquilo que pode ou não pode ser votado, ninguém tem que peneira nada não. Daqui a pouco, nossa CPMI vai ficar a reboque da imprensa, tudo o que nós queremos, nós não temos, e a imprensa tem a todo dia e a todo momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator para responder V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, pode...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas para dizer que o que nós temos é um encontro de entendimento estabelecendo quais os que seriam postos, ninguém está fazendo peneira, passando por censura, por crivo nenhum. A Secretaria da Comissão está informando que a Mesa está fazendo uma peneira.

O SR. (Orador não identificado) – Bom, a Secretaria da Comissão terá que fazer depois esses esclarecimentos à Presidência sobre pena de nós também tomarmos providência porque que informação é essa que a Secretaria da Comissão presta que nem o Presidente, nem os Secretários, nem o Relator saibam? Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela PMDB – GO)

– Com a palavra o senhor Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, nós temos a relação dos requerimentos já solicitados. É claro que há vários que são repetitivos. Então, nesta análise, todo mundo aqui tem condição de votar. Agora, eu tenho feito alguns requerimentos, que eu acho importante, de diligência externa. Alguns órgãos se atrasam em remeter documentos importantes à esta CPMI, dificultando-nos interrogar pessoas que vêm

depor. Então, a diligência externa, feita por um grupo de Parlamentares, acompanhada dos assessores e, se precisar de ordem judicial, solicitar, terá uma rapidez muito maior, Sr. Presidente. Eu acho que a polícia fez algumas diligências externas que poderiam nos remeter. Mas muitas, ela não fez ainda, como as de agências de publicidade, as de bancos do Coaf. Essas diligências têm que nomear uma comissão externa para buscar **in loco** e, imediatamente, analisar aquilo que é importante ou não, Sr. Presidente. Tem que votar os requerimentos, porque todo dia se muda o perfil da investigação pelo noticiário da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço à V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Senador Maguito Vilela, Presidente da nossa CPMI, é incrível como esta CPMI procura – alguns procuram fazer isso – evitar que as coisas dos Correios sejam investigadas, protegendo o Sr. Roberto Jefferson e sua turma. Aqui nós tivemos depoente que parou o seu depoimento e não foi retomado. Aqui, nós tivemos a dispensa do genro do Sr. Roberto Jefferson e ninguém falou mais nada. Tem depoente, como o Jairo Martins, que já veio várias vezes, e eu vejo, Senadores e Deputados, aqui argumentando que nós vamos tratar de outros assuntos e que não ouça esses que fizeram a gravação, por que fizeram a gravação, a serviço do que fizeram a gravação? Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu quero ouvir o Deputado. Todos foram ouvidos. É preciso que ele fale também.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ...eu estou falando para o público, para os telespectadores. Eles que prestem bem atenção. Para aqueles que querem que haja investigação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Heráclito, se for necessário, eu darei a palavra à V. Ex^a em seguida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só queria avisar para ele que a televisão não está ligada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas, assim como todos tiveram direito à palavra, o Deputado também tem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pede para desligar quando V. Ex^a estiver falando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, nós queríamos dizer o seguinte: nós queremos investigar. E não é dispensando uns e evitando que outros deponham, que estão aí na sala esperando, que nós vamos investigar. O povo brasileiro tem que ficar aten-

to para perceber esta sutileza que parece elefante em loja de moça.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou cumprir, rigorosamente, a agenda. Vamos ouvir o primeiro depoimento.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, que horas vão deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Após ouvir os quatro que foram convidados...

O SR. (Orador não identificado) – Três, porque um não...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Aí nós vamos decidir se faremos ou não uma reunião.

O SR. (Orador não identificado) – Aí não, Sr. Presidente. Incompreensível.

O SR. (Orador não identificado) – Seu foco é a reunião, Senhor Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não posso garantir. Temos uma hora e dez minutos de atraso e eu não sei que horas que nós vamos terminar. O que eu garanto, é dar uma seqüência dos trabalhos aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Rapidamente, Sr. Presidente. Entendo V. Ex^a. Creio que V. Ex^a tomou a decisão de que seguiremos a pauta da reunião e que já há uma compreensão nesse sentido. Agora, V. Ex^a tem que decidir, Sr. Presidente!

A reclamação que faço é porque V. Ex^a decidiu que cumpriremos, seguiremos a pauta e ouviremos os três que estão marcados para hoje – ótimo, maravilhoso –, mas V. Ex^a precisa já decidir, neste momento, que depois da oitava dessas testemunhas teremos uma reunião para deliberar. Isso é fundamental, sob pena de estarmos aqui aparentando para a opinião pública que não queremos deliberar. Entendo, concordo com V. Ex^a de que podemos, sim, seguir a pauta para a qual esta reunião foi convocada, vamos atender ao fim a que ela se destina, mas precisamos deliberar, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente Maguito...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de concluir o meu raciocínio.

Portanto, eu gostaria que V. Ex^a decidisse: terminada a oitava das testemunhas, esta Comissão deliberaria sobre os requerimentos, Sr. Presidente. Isso é uma coisa óbvia! Não podemos ter medo de deliberar sobre o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem que seja feito à noite...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a concluiu?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, a questão que levantei quando falei é exatamente essa: vamos cumprir a agenda, vamos ouvir os três depoimentos que estão marcados, de imediato, e, ao término dos depoimentos, vamos deliberar sobre os requerimentos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ainda hoje, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ao término... Se terminarmos as duas horas da manhã, será às duas da manhã. Se terminarmos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já não será mais hoje. Por isso não vou assumir compromisso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se a proposta da Senadora é uma proposta oficial...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu nem terminei. Se o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto tiver a gentileza e a delicadeza de me ouvir, posso até terminar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero que a senhora seja bem clara.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Até porque nós também queremos aprovar alguns requerimentos. Há também alguns fatos novos que nos interessam. Há, por exemplo, a acareação do Roberto Jefferson com o Maurício Marinho...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – José Dirceu!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...porque os dois já foram ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos ouvir a Senadora! Quando V. Ex^{as} falam todo mundo ouve. Não sei por que os três ficam interrompendo a Senadora. É complicado!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há uma prática nesta Comissão, Sr. Presidente, que penso que, de uma vez por todas, temos que regulamentar, que é o óbvio ululante: quando um está falando, os demais

que tenham a paciência de aguardar e, depois, inscrevam-se para falarem o que bem entenderem.

A nossa proposta é muito clara: ouvir os depoimentos; e, assim que terminarem os depoimentos, vamos fazer reunião deliberativa dos requerimentos. E volto a dizer que nós também temos requerimentos que entendemos importantes para aprovar no dia de hoje, dos quais citei apenas um...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, Senadora, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...o da acareação de Roberto Jefferson com o Maurício Marinho, porque os depoimentos dessas duas figuras a CPMI já ouviu e já descobriu que têm contradição. Então, é muito importante que esse requerimento seja...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Deputada Federal Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, caros Colegas, falo apenas a título de colaboração. São posições igualmente respeitáveis. V. Ex^a tem que seguir a pauta, os depoentes estão aí, é natural, e eu mesma já defendi que temos que ouvi-los, por respeito às testemunhas. Talvez, Sr. Presidente, o que esteja faltando dizer – o Senador Tuma veio falar comigo agora e S. Ex^a tem total razão – é que teremos que fazer talvez algumas diligências, teremos que examinar documentos, e haverá até fatos – que surgem, no calor dos acontecimentos – que teremos que ouvir, como muito bem disseram aqui os Deputados Eduardo Paes, ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Desse modo, talvez poderíamos, Sr. Presidente, guardar um dia para essas situações que surgem, sem – com toda a justiça – alterar a pauta, que foi objeto de deliberação coletiva. Então, V. Ex^a, não pode ser acusado, absolutamente, a Presidência, de nada, porque se deliberou aqui, isso foi deliberado.

Então, poderíamos, Sr. Presidente – e esta já é a sugestão –, deixar as quintas-feiras para esses casos fortuitos ou de força maior, como esse aqui citado pelo Senador Tuma.

É apenas uma colaboração, Sr. Presidente, que submeto à reflexão de V. Ex^a.

Obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o art. 405 é muito claro ao estabelecer que a questão de ordem será decidida pelo Presidente. O Deputado Onyx Lorenzoni levantou uma questão de ordem com base no art. 255, III, que determina a imediata deliberação sobre os requerimentos.

Nós aqui, Sr Presidente, a fim de obter uma decisão da Mesa, fizemos uma sugestão que considere ser ponderada, equilibrada. Inclusive, fui um dos que verbalizou essa sugestão, assim como o Deputado Eduardo Paes. Que V. Ex^a desse seguimento à oitiva dos depoentes, mas que garantisse que ainda no dia de hoje, como horário pré-estabelecido, que pode ser à noite, depois da Ordem do Dia do Senado, para que não haja conflito com o Regimento... Depois da Ordem do Dia, com horário pré-estabelecido nós nos reuniremos para deliberar sobre os requerimentos.

A Oposição não quer insistir naquilo que prevê expressamente o art 255, III, desde que haja por parte da Mesa uma flexibilidade de nos dar garantia de que os requerimentos serão deliberados ainda no dia de hoje.

Não se quer subverter a ordem, não se quer aqui propor alteração naquilo que foi acordado. O que se está querendo é que o Regimento seja cumprido, é que o debate democrático seja travado e que, sobretudo, questões que são fundamentais, imprescindíveis sejam deliberadas ainda no dia de hoje, como a decisão desta Comissão de convocar o Sr. Sílvio Pereira, o Sr. Delúbio, o Sr. José Genoíno, o Sr. José Dirceu.

Se há por parte do Governo receio de enfrentar esse debate, o Governo tem de assumir isso claramente. Agora, nós só aceitaremos o não-cumprimento do art. 255, III, se a Mesa assumir um compromisso expresso de que ainda no dia de hoje, com horário pré-estabelecido, nós iremos deliberar sobre os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr Presidente, estamos aqui há uma hora e quinze minutos, todos se repetindo, alguns Deputados que querem fazer proselitismo usaram a palavra duas vezes. Eu peço a V. Ex^a e aos brasileiros que nos ouvem que avaliem: se nós queremos realmente investigar, deveríamos desde o começo ter aceito o que V. Ex^a falou, que é ouvir os depoentes que já se encontram aqui na sala ao lado e, ao invés de ficar fazendo proselitismo, viabilizarmos que a pauta seja cumprida, que as oitivas sejam tomadas, para que possamos avançar nas convocações.

Então, eu quero que V. Ex^a observem: uma coisa é o discurso, outra coisa é a prática. Nós estamos

aqui desde o começo acatando a orientação de V. Ex^a para que comecem logo os depoimentos, porque as pessoas convocadas estão aqui na sala ao lado, e o Brasil todo quer que prossigam as investigações, como estamos querendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quero dizer que, após a oitiva – já há uma pauta aprovada, e eu vou seguir rigorosamente o que está aprovado – após as oitivas podemos decidir se vamos fazer uma reunião administrativa, se vamos votar os requerimentos. Não há problema. Vamos discutir e decidir. É isso o que acontecerá.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr Presidente, nós queremos uma decisão, Sr Presidente. Não é depois da oitiva, Sr Presidente. O que estamos queremos com todo respeito...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele acaba de decidir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...usando o que o Regimento permite, é que V. Ex^a diga “nós vamos decidir”. Agora, V. Ex^a está dizendo “nós vamos ouvir, depois vamos discutir se vamos decidir. Aí V. Ex^a não está cumprindo o que o Regimento determina, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estou cumprindo rigorosamente a pauta. A pauta é para ouvir quatro depoentes. Um não compareceu, então, vamos ouvir três. Logo em seguida, vamos discutir. Se a maioria entender que deva... Aqui não há quem esteja querendo encobrir nada ou proteger... Nada disso. Aqui há quem queira investigar a verdade, quem quer saber tudo dos fatos, quem quer celeridade. Tanto é assim que, quando eu presido eu exijo celeridade. Não tenham dúvidas disso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós todos testemunhamos, Sr Presidente, a sua correção na conduta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se vocês quiserem ultrapassar a madrugada, ir para a manhã discutindo e votando, não há problema algum por parte da Mesa. Estou aqui para trabalhar. Se for preciso ficarmos aqui ininterruptamente quatro dias eu topo como Presidente. Não há problema.

Agora, o que precisamos é primeiro seguir a pauta. Vamos ouvir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Ex^a está se prendendo à pauta só que o Regimento é superior à pauta. Nós aceitamos a argumentação de V. Ex^a desde que, terminada a oitiva, nós iremos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por favor, leia o art. 108, parágrafo único, do

Regimento. Tenho que seguir a pauta. Não vou fugir da pauta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Ex^a tem que ler os arts. 255 e 91, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Podemos votar requerimentos, não há problema algum.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, está combinado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas, primeiro, vamos ouvir os depoimentos. Eu disse isso desde o início.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Depois, vamos votar. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator sugere que o primeiro depoente seja o Jairo Martins de Souza. Indago do Plenário se há alguma dúvida, se pode ser o Jairo Martins Souza o primeiro a depor? (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sei que o tumulto às vezes fica muito grande, mas não pode um Senador, um Parlamentar querer ter acesso ao som e ficar impedido. Não quero fazer guerra regimental, porque há muito tempo que estou tentando, e, de repente, ninguém consegue. Não vou fazer guerra regimental. Sei fazer, sei usar artifícios. Disseram “o art. 108 diz”... O que o art. 108 diz é que, com o mínimo da maioria dos membros, se inicia a reunião. O artigo não está dizendo que a pauta dos trabalhos em caso de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É o parágrafo único, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, a pauta será distribuída com antecedência mínima de dois dias. Se não se distribui, não é problema de quem entrega o requerimento, é porque não se distribuiu aos outros. Apelo a V. Ex^a sobre o andamento dos trabalhos, porque, se for para fazer guerra de Regimento, eu sei fazer; se for para inventar coisa no Regimento, eu sei fazer. Mas não estou querendo fazer isso. Apenas quero deixar claro que é essencial que os Parlamentares possam ter acesso ao som na hora em que desejarem, para tratar do andamento dos trabalhos. O Presidente tem o direito de interromper aquilo que não é regimental, mas tem que responder também a questões de ordem. Só quero deixar isso absolutamente claro. Não vamos fazer marola regimental. Sei, aprendi a fazer para enfrentar a tropa de choque do Fernando Henrique, sei fazer para enfrentar a tropa de choque do Lula. Então, não quero entrar nessa guerra de inventar artigo do Regimento. Só quero deixar isso registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

O Sr. Jairo Martins de Souza requereu reunião secreta. Para que isso ocorra, é preciso que haja deliberação do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de me opor à solicitação do Sr. Jairo. Ele alega que estaria sendo ameaçado de morte e que, por isso, teria temores sobre as suas declarações. Agora, entendo que o remédio necessário para qualquer um que esteja ameaçado de morte é a segurança prestada pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, ele requereu, e não quer dizer que a reunião vai ser secreta. Estou colocando à deliberação do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero encaminhar contrariamente ao requerimento dele, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tudo bem.

Ele tem o direito de requerer.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, embora ele tenha esse direito, realmente é um direito que deve ser respeitado. Mas, neste caso, não deve ser acolhido. Primeiro, imagino até que esta oitiva com arapongagem é muito mais para investigação policial que para investigação política. Particularmente, eu dispensaria esses depoimentos.

No entanto, é um fato consumado. Esses requerimentos estão determinados para o dia de hoje. Eles serão ouvidos. Mas trata-se de investigação política, e o objetivo da investigação política é conferir transparência para mobilizar a opinião pública na convocação das autoridades responsáveis, das autoridades que se encarregarão da responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos em delitos. Esse é o papel central de uma CPI.

Portanto, Sr. Presidente, se fizermos uma reunião secreta, melhor seria não a realizar. A minha posição, portanto, é a de que não devemos aceitar a solicitação do Sr. Jairo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Cardozo e, logo em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, princípio que governa as investigações parlamentares é o princípio da publicidade. Só em hipóteses excepcionais, como particularmente informações que possam trazer prejuízo à investigação é que devem ensejar uma reunião secreta. A proposta que faço a V. Ex^a e ao Plenário é que nós iniciemos uma reunião pública. Se, no desenrolar do depoimento, ficar claro que alguma informação a ser dada por ele puder trazer prejuízo para as investigações, se reveladas de público, nós transformaríamos em reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é sobre a questão do Deputado José Eduardo. É exatamente aberta, e se houver necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos disciplinar os trabalhos.

A Sr^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. É pela ordem mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos disciplinar os trabalhos.

Eu só vou falar um minuto. Ele pediu e é um direito dele. Mas o Plenário é que vai decidir. Sou obrigado a colocar em votação. É isso que estou fazendo. O que o Plenário decidir será acatado.

O SR. (Orador não identificado) – A proposição do Deputado Eduardo Cardozo já pode ser colocada em votação, é a mais equilibrada.

A Sr^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, tudo o que enfoca o subjetivo acaba criando um problema para manter a lógica e a racionalidade, termos muito utilizados e pouco viabilizados numa investigação. Não se pode aceitar antecipadamente, não

se pode votar antecipadamente o que é que vai ser um depoimento sigiloso ou não. Não se pode também em função da interpretação de um ou outro Parlamentar, porque eu posso entender que é algo que o depoente vai dizer deve ser dito em público, e outro entende que não deve ser dito em público. Algumas pessoas podem temer que ele fale sobre “fulano de tal que é meu amigo e eu não quero que seja público, ou fulano de tal que já foi meu amigo e eu não quero que seja público”. Portanto se é para realmente iniciar os trabalhos que os iniciamos até porque o que o Deputado Eduardo está dizendo já é absolutamente um procedimento comum em qualquer investigação. Já é um procedimento comum. Nós não podemos antecipadamente analisar, avaliar porque o próprio depoente e o Plenário serão capazes de entender o que é necessário ou não para uma reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet. Logo em seguida, Arnaldo Faria de Sá.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para o registro neste caso: não é primeira vez que o Sr. Jairo vai depor no Congresso; ele depôs este ano no caso do André Luiz. Pediu reunião secreta, foi atendido, não houve justificativa, ele alegou que estaria sofrendo ameaça de morte e foi dada toda a garantia e proteção, mas o fato é que ele, há muito tempo, vem participando dessas gravações e parece que até para preservar uma atividade profissional, entre aspas, que ele exerce. Se houver algum argumento procedente, deve-se garantir a segurança, mas se nós abrirmos o precedente, evidentemente estaremos dando cobertura a alguém que poderá estar profundamente envolvido em vários casos de arapongagem, espionagem na história recente do Brasil. Hoje é uma oportunidade de ouvi-lo. Se houver algum fato concreto, poderemos, como disse o Deputado José Eduardo Cardozo, na sequência modificar. Mas neste momento vamos garantir a segurança, mas não transigir nesta alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que V. Ex^a não precisa nem colocar em votação. Negar-lhe o direito. Se, no curso do depoimento, houver necessidade, a Comissão vai decidir e transformar em secreta. Ele tem que entender que isso aqui não é reunião da Abin, não; é uma reunião da comissão parlamentar mista do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu tenho colocar em votação o pedido do depoente.

Os que concordarem que seja aberta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade. A reunião será aberta.

Convido o Sr. Jairo Martins de Souza para comparecer e prestar o seu depoimento em reunião aberta, conforme deliberação unânime da Comissão. (Pausa.)

Sr. Jairo Martins de Souza, V. S^a está com a palavra.

A praxe é fazer uma qualificação rápida e depois o histórico que V. S^a tem a apresentar.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JAIR MARTINS DE SOUZA – Primeiramente, bom-dia a todos os Parlamentares, a todos os representantes da imprensa, ao Brasil, que nos ouve.

Em minha rápida apresentação, quero dizer que meu nome é Jairo Martins de Souza, tenho 37 anos, sou casado, tenho três filhas, sou jornalista formado pela Faculdade Icesp, do Distrito Federal, sou ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência, porém há quatro que não faço mais parte do Sistema.

Gostaria de colocar para os senhores que eu requeri que a reunião fosse fechada não foi porque eu tenho algo a dizer que pudesse abalar ou que eu tivesse alguns amigos que eu quisesse encobrir. Eu solicitei a reunião fechada, sem a presença da imprensa, para que a minha imagem não fosse exposta. Por quê? Porque eu, realmente, desde o episódio do caso André Luiz venho recebendo ameaça de morte. Por isso, tirei a minha família de Brasília e levei-a para Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Agora estou tirando-a de lá e levando-a para outro local. Então, a minha preocupação é com a exposição da minha imagem, porque facilitaria qualquer tentativa de atentado contra minha integridade física. Então, foi somente por esse motivo, como está no requerimento feito pelos meus advogados.

Quero dizer também que, em nenhum momento, deixei de atender qualquer solicitação desta CPMI para prestar esclarecimentos. Estou à disposição para todo e qualquer esclarecimento. Quero colocar que o episódio da minha participação nesse fato se dá no momento em que tomo conhecimento de que o empresário Arthur Wascheck estava com algum tipo de problema nos Correios, que eu não sabia qual era e que ele queria divulgar.

A partir de então, faço contato com a revista **Veja** e coloco para a revista **Veja** que um empresário tem interesse em divulgar uma matéria porque estaria passando por problemas nos Correios. De imediato, o jornalista da revista **Veja** me informa que, se fosse

um fato de interesse jornalístico, ele participaria da referida matéria, o que foi feito.

Minha participação nesse episódio se dá na seguinte situação: o empresário dizendo a mim que não tem conhecimento técnico para realizar a produção de provas, eu me disponho a realizar uma pesquisa para que fosse adquirido equipamento de qualidade para que viesse à tona o que veio. Minha participação se deu no momento em que eu fui à feira do Paraguai, adquirei o equipamento, montei o equipamento, conheci as pessoas que iriam participar da gravação em determinado momento e orientei tecnicamente as pessoas como realizar essa gravação. Em todo momento em que havia contato entre essas pessoas que estariam realizando essa gravação e o Sr. Maurício Marinho, a revista **Veja** teve conhecimento do fato. Quando as gravações já estavam prontas, realizadas – essa gravação que veio à tona na revista **Veja** –, eu entreguei uma cópia ao Sr. Arthur Wascheck e entreguei uma cópia ao jornalista da revista **VEJA**. Assisti à fita com o jornalista da revista **Veja** no carro dele, no parque da cidade, em Brasília, momento em que tomamos conhecimento de que o Sr. Maurício Marinho havia recebido os três mil e que realmente aquilo que estava naquela fita deveria ser publicado, deveria ser divulgado, para que o Brasil tomasse conhecimento daquele fato. Minha participação se dá, nesse episódio, dessa maneira. Todo tempo que entrei nesse episódio eu tinha a consciência de que a minha participação se daria na facilidade de divulgar tal fato, o que foi feito. Todo momento o empresário Arthur Wascheck colocou para mim que queria a divulgação de tal fato, que queria a divulgação do que estava ocorrendo nos Correios.

Quero alertar aqui a todos que, independentemente da vontade do Sr. Arthur Wascheck, eu, Jairo Martins de Sousa, publicaria tal **notitia criminis** e, posteriormente, estaria pronto, como estou neste exato momento, para informar qual a minha participação nesse fato. Quero dizer que meu último contato com o Arthur Wascheck se deu no Setor Comercial Sul, num restaurante, se não me engano no início de maio, quando conversamos a respeito da divulgação, momento em que ele concordou comigo com a divulgação e seguiu seu caminho e eu, o meu, que foi o de autorizar a revista **Veja** a publicar tal fato. Minha participação se deu dessa maneira nesse episódio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Com a palavra o Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– V. Ex^a com a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a, antes de chamar o depoente, informou que ele havia pedido uma reunião secreta e colocou em votação e a decisão foi unânime pela reunião aberta. Se ele não estava na sala, como ele está sabendo que se tomou essa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele deve ter sido comunicado imediatamente. Não vejo problema nenhum nisso, Sr. Deputado. Não há nenhum problema nisso, em ele ter sido comunicado. Teria que ser comunicado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Ele não colocou a ficha dele, quem ele é...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Isso pode ser indagado, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas na entrada ele precisa dizer quem ele é.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele já concluiu.

Com a palavra o Relator.

Acho que todo mundo tem o direito de fazer essas perguntas para ele.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhor depoente, nessa linha de curiosidade do Deputado Jamil Murad, gostaríamos que V. S^a nos fizesse maior referência sobre a sua vida, o seu currículo, a sua participação, eventualmente, em alguma outra gravação que tenha sido matéria bastante conhecida e que V. S^a, aliás, noticiou quando ouvido na Polícia Federal. Já avançando um pouco, V. S^a participou da gravação do conhecido episódio Waldomiro Diniz? V. S^a participou, também, do conhecido episódio do Procurador da República Santoro? Já fez referência que desde o episódio André Luiz teria sido ameaçado e vem sendo ameaçado, mas reafirmo a pergunta para que, de alguma forma, V. S^a nos esclareça se participou também da gravação relacionada ao ex-Deputado André Luiz.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quero dizer a V. Ex^a que participei de duas gravações: a gravação do Deputado Federal André Luiz e a gravação do Deputado Estadual Alessandro Calazans. Somente essas duas gravações. Nos outros dois episódios eu não tinha contato com o Sr. Carlos Ramos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem o contactou para que efetuasse essas gravações, aquelas que V. S^a acabou de confirmar que realizou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com todo respeito, vou responder a V. Ex^a, mas esses fatos já foram relatados numa comissão lá na Câmara dos

Deputados e no Ministério Público, mas vou relatar, com todo respeito a V. Ex^a.

Esse fato se deu a convite de um amigo, Alexandre Chaves, que é meu amigo e que tem negócios com o Sr. Carlos Ramos, que me convidou para participar com ele dessas gravações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não participou da gravação do episódio Waldomiro Diniz?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Nesse período eu não conhecia o Sr. Carlos Ramos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Polícia Federal, V. S^a reconheceu que participou do episódio do Subprocurador José Roberto Santoro.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em momento algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o que está posto.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Então, está posto errado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a também faz referência – é um esclarecimento necessário –, V. S^a insiste em dizer, e aí contraria o depoimento prestado aqui pelo comerciante Arthur Wascheck, de que ele, o tempo todo, fez questão de que a gravação não fosse utilizada, a não ser internamente nos Correios, inclusive dizendo que a intenção era entregar a fita ao Diretor Antônio Osório. E, por várias vezes, abordado por V. S^a, insistiu que não deveria ser divulgada na Imprensa. V. S^a insiste?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Insisto. Insisto. Meu contato com ele foi sempre nesse caminho. Por esse motivo, trouxe a revista **Veja** para dentro do assunto. Insisto nesse assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu esclareço um pouco as perguntas que estou formulando porque, de alguma maneira, há uma linha de investigação de que é muito estranho que V. S^a estivesse exatamente, dentro desse contexto, colocando alguém que já vinha atuando na “arapongagem”. A pergunta é: em que circunstâncias e como V. S^a explica essa extraordinária coincidência de alguém que tenha todo esse trabalho precedente voltado a esse tipo de investigação – que V. S^a diz ser investigação jornalística – coincidir que, num bar, encontra com o Sr. Arthur Wascheck?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu só gostaria, se me permitem, de fazer somente uma correção de arapongagem. Não é arapongagem não. Eu fui um agente de operações de Inteligência durante nove anos. Fui sim. Porém, tem quatro anos que eu já não estou na atividade de Inteligência. Busquei uma

faculdade, estudei, paguei caro, me formei e não desempenhei mais atividade de arapongagem. O que me move – entendeu? – é o interesse jornalístico.

Todas as vezes em que eu participei desses dois fatos que V. Ex^a coloca, eu, de imediato, trouxe uma revista para dentro do assunto. Então, eu queria colocar para V. Ex^a que eu não desenvolvo atividade de arapongagem. Fui, não me envergonho, tenho muito a agradecer à Agência Brasileira de Inteligência, na qual eu passei nove anos como agente de operações de Inteligência. Hoje, não faço arapongagem. Hoje, o que me move é o interesse público, a questão jornalística.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, atualmente, presta que serviços, sobrevive do quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atualmente, eu sobrevivo de uma empresa que eu tenho, junto com meu pai, que é de monitoramento de alarme. Em 2004, eu faço uma alteração para poder atuar na área de comunicação, alteração essa que está aqui, que vai ser juntada, a alteração da empresa. Vai ser juntada também a minha mensalidade paga no Sindicato dos Jornalistas e vão ser juntados os documentos que comprovam onde eu me formei em Jornalismo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se formou quando em Jornalismo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu me formei no ano passado, em 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, as atividades precedentes ainda não eram de um jornalista.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – As atividades precedentes, não. As atividades...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As gravações?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – As gravações, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. S^a se formou no ano passado...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu gravei no ano passado, no final do ano e gravei este ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu na Abin um cidadão que se chama, um funcionário, Edgar Lange Filho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheci, claro que conheci. Passei nove anos na Agência e conheço o Edgar Lange Filho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse cidadão, nessa operação de gravação do comerciante Arthur Wascheck, manteve contato com V. S^a?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em momento algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca o abordou nem ele fez qualquer referência a que estivesse procedendo a uma investigação nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu fazer referência para ele ou o inverso? Não entendi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca o abordou em relação a trabalhos que estava realizando, de investigação, tampouco ele lhe fez referência de que ele estaria procedendo a uma investigação para a Abin nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor, em momento algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a é policial? Atua ou atuou na Polícia Militar?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atuei. Inclusive fui requisitado na Abin através da minha função na Polícia Militar. Sou policial militar afastado das atividades sem remuneração. Com uma licença, tenho direito a permanecer sem remuneração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a prossegue com licença sem remuneração?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor. No momento estou em licença, sem remuneração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Abin, V. S^a também era alguém concursado ou era agregado? Como era?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Na Abin, eu era requisitado. Ela tem autoridade para requisitar qualquer servidor público, seja federal ou estadual. Lá, eu estava requisitado pela Abin.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Casser Bittar?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Casser, eu conheço. Eu não sabia que o nome dele era Bittar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia esclarecer quem é esse cidadão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Hoje eu me lembro de que foi ele – acho que foi ele – que assinou para mim nesse bar. Havia umas quatro pessoas. É um amigo meu, Casser Bittar. É isso mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele que, no bar, lhe fez?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele que assinou para mim na mesa. Hoje eu me lembro de que foi ele que assinou. É um menino novo. Ele que assinou para mim essa mesa. Não tenho quase contato com ele. Eu o conheço através de... Ele mexe com negócio de construção, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele tem algum parentesco com o Cachoeira?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei informar. Sei que o conheço de uma construtora. Ele mexe com negócio de construtora, e de vez em quando eu coto para ele câmeras, coisas de alarme, câmeras de vídeo, esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Foi ele que apresentou a V. S^a o Arthur Wascheck?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acho que foi ele sim. É, foi ele sim. Ele estava nessa mesa sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– No depoimento à Polícia Federal, V. S^a informou que os primeiros serviços que prestou a Arthur Wascheck foram os concernentes à gravação audiovisual do Maurício Marinho. V. S^a confirma?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O jornalista Policarpo Júnior afirma que ouviu, na primeira gravação, referências ao Deputado Roberto Jefferson. Arthur, por sua vez, ouviu referências a Marcos Vinícius, genro do Deputado. V. S^a ouviu a primeira gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu acredito ter ouvido uns 15 a 17 minutos. Lembro-me de não a ter ouvido toda, mas me lembro de ter ouvido de 15 a 17 minutos. Eu não tenho paciência; não ouvi toda não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E na gravação havia essa referência a essas pessoas? Que referências eram?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, aí eu fico com medo de cometer alguma injustiça. Mas eu acho que havia referências sim. Ao genro dele, eu acho que nessa primeira fita havia referência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Referências a quê? A que atividades? A que participação? Enfim, foram referidos em que sentido?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ah, eu acredito que no contato, porque o Maurício Marinho informou que teria contato com ele. Eu acredito que seja nesse sentido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nas conversas que V. S^a teve com o Maurício Marinho, ele comentava a respeito de esquemas nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu nunca estive com o Maurício Marinho, não. Eu não conheço o Maurício Marinho. Conheço agora. Nunca estive com o Maurício Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E com o Arthur Wascheck? Ele comentou sobre esquemas nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, em momento algum. No início, ele só falou que tinha um problema e que queria divulgar, e eu providenciei os equipamentos para divulgação. Não me informou que tipo de problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu só informo a V. S^a que, na delegacia, V. S^a fez referência a que Arthur teria dito que havia esquemas nos Correios.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, ele falou que estaria com problemas nos Correios. O tipo de problema eu não sabia não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A que horas V. S^a entregou a maleta para gravação ao Joel, no dia em que ela se procedeu, no dia 12 de abril passado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que às 14 horas e 50 minutos. Quatorze e cinquenta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É só para esclarecer que temos exatamente essa dúvida, porque o João Carlos Mancuso fala que foi às 17 horas.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, 14 horas e 50 minutos. Na porta do edifício dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a confirma as declarações à Polícia Federal de que não se encontrava em uma caminhonete branca, quando entregou a maleta ao Joel?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não me recordo de estar em uma caminhonete branca porque eu não tenho caminhonete branca. Não me recordo. Mas eu acho que não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas quando procedeu à entrega, V. S^a estava em que veículo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu poderia estar numa Blazer, mas não branca. Escura. Eu poderia estar nessa Blazer escura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sabe se o Alemão se vale de uma Blazer branca?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, não tenho... Não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a conhece Paulo Ramos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheço. Paulo Ramos, conheço. Esse é meu amigo pessoal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a pode esclarecer qual é a atuação dele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele, hoje, eu acho que é o Diretor de Operações de Inteligência da Abin.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nesse intervalo em que V. S^a foi contatado com o Ar-

thur Wascheck, de lá para frente, V. S^a se encontrou, conversou com esse seu amigo, o Dr. Paulo Ramos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conversar pelo telefone eu me recordo que conversei. Mas encontrar com ele, não me recordo de ter encontrado pessoalmente. Mas por telefone conversei com ele. Nunca sobre o assunto. Nunca sobre o assunto. Porque até mesmo o conhecimento que eu adquiri de Inteligência me dá o seguinte direcionamento: ou você vai por um caminho, que é o jornalístico, ou você vai por outro caminho, que é o da Inteligência. Os dois juntos não combinam. Então, em momento algum, eu conversei sobre esse assunto com o meu amigo Paulo Ramos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não procedeu a nenhuma varredura nos equipamentos de comunicações do Arthur, na empresa do Arthur ou na empresa de V. S^a?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Esse é um fato até que, tomando conhecimento do depoimento dele, eu quero relatar, que eu não havia relatado, por esquecimento, e corrigir uma injustiça que eu fiz. Eu cometi uma injustiça no meu depoimento na Polícia Federal. Hoje, eu me lembro perfeitamente. Foi feita uma varredura sim no escritório dele. Mas não foi por mim. Foi por outra pessoa. Eu somente indiquei a pessoa. E quem acompanhou essa pessoa foi o sócio do Sr. Arthur. Então, foi nesse momento que eu tive contato com o sócio, quando eu coloquei a pessoa que iria fazer o trabalho com ele. E eu coloquei que ele estaria sabendo da gravação. Depois, sentado, eu me lembrei. Falei: “Eu acho que eu fiz uma injustiça com o sócio dele”. Eu não tinha estado com ele, eu acho, no momento antes das gravações. Essa eu acho que é a injustiça que eu cometi. Eu não fiz a varredura. Eu intermediei a varredura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a faz referência a que se encontrou com Arthur Wascheck no bar, esse encontro é precedente à varredura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Esse encontro é precedente à varredura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa varredura foi procedida por uma empresa que se chama SAM – S, A, M?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não, não. Essa varredura foi procedida por um amigo meu. Não tem nada de empresa não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem participação em alguma empresa que se chama SAM ou S A M?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. É AMS.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – AMS?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É. Tenho participação sim. Junto com meu pai. É uma empresa de monitoramento de alarmes. Alarmes de segurança. Alarmes comerciais e residenciais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não foi essa empresa que prestou o serviço de varredura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Em momento algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Arthur disse que inclusive as pessoas estavam com os uniformes com esses dizeres.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Em momento algum. Não, eu estava, uma vez que encontrei com ele, no escritório dele, com uma camisa minha que traz o nome da empresa. Traz o nome da empresa, por isso ele sabe o nome, porque eu tinha que passar em alguns outros clientes e estava com a camisa da empresa. Mas, em momento algum, foi a minha empresa. Eu só intermediei uma pessoa para fazer essa varredura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a foi abordado a propósito da intenção da gravação, há uma divergência entre a informação de V. S^a e a do Arthur Wascheck. V. S^a dá a entender que ainda não dispunha dos equipamentos e que depois procedeu à compra. E o Arthur diz que V. S^a apresentou a ele e que ele alugou esses equipamentos. Portanto, que V. S^a os teria apresentado imediatamente e não que teria procedido à essa compra depois, positivamente, em razão da contratação por Arthur Wascheck.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, posso afirmar que adquiri esse equipamento na Feira do Paraguai, aqui em Brasília. Você adquire um equipamento, e aí você monta... Você não compra a mala, você adquire o equipamento e monta. Foi adquirido exclusivamente para essa atividade com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora, uma opinião, já V. S^a não está como testemunha. V. S^a não acha estranho que alguém que tenha participado da gravação do caso do André Luís, que alguém que tenha participado... V. S^a nega, mas, enfim, fez referência, na Polícia, ao caso Santoro, têm-se informações – e que aí V. S^a também disse que não tem ligações com o caso do Waldomiro Diniz, mas acaba de reconhecer que é amigo e conhecido do genro. Esse que V. S^a diz não conhecer o parentesco é o genro do Cachoeirinha, o Bittar, que deveria ser ouvido hoje, o Cássio Bittar, que é o genro do Cachoeirinha. V. S^a não acha coincidência demais, uma pessoa que faz

jornalismo investigativo, ocasionalmente, se encontrar num bar, encontrar com uma pessoa que não conhecia e que, imediatamente, é contratado, ou pelo menos contatado para proceder a uma investigação? A história que nós temos é que V. S^a se encontrou num bar, ocasionalmente, com alguém que tinha atrito com os Correios e que essa pessoa buscou o seu trabalho indicado pelo genro do Cachoeirinha. É uma coincidência da vida encontrar num bar em Brasília com essas pessoas?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu só quero informar para V. Ex^a que desconheço esse caso de o Cássio ser genro do Cachoeirinha, até mesmo porque conheço o Sr. Carlos Ramos e ele tem dois filhos pequenos. Então, desconheço tal fato. A coincidência se dá, realmente. Estava num bar, ele me chamou, se deu a coincidência, e essa coincidência se deu sim, e reafirmo que a história começou dessa maneira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a prestou depoimento na Delegacia de Polícia Federal, fez referência a que Arthur perguntou ao declarante se esses fatos dariam uma matéria jornalística. Que fatos Arthur relatou a V. S^a, que V. S^a entendeu que dariam uma matéria jornalística?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A questão de ter dificuldades nos Correios, de ter dificuldades em participar da licitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas só o fato de alguém dizer que tem dificuldades em participar de uma licitação daria uma matéria jornalística? Que dificuldades eram essas?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu informo para ele que, se tivesse algum problema, que desse matéria jornalística, seria importante. Isso no primeiro contato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a reafirma que não recebeu nada pelo serviço?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Receberia a maleta, que hoje não está mais comigo. Apresentei-me à Polícia Federal, espontaneamente, prestei o meu depoimento – era um domingo – e entreguei a maleta para que ela fosse apreendida, periciada, para que tomassem as providências cabíveis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participa de uma atividade como essa, que exige de certo modo até risco, enfim, para não receber nada!? Qual a intenção verdadeira?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A maleta. A maleta é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vender uma maleta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, receber a maleta. Eu queria a maleta pra mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Receber a gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, Excelência, a maleta. Eu queria receber a maleta. Como ele disse pra mim que ele só tinha esse interesse, eu solicitei a maleta pra mim. A minha consultoria pra ele seria o equipamento. O equipamento passaria a ser meu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a já tinha algum contato anterior com o jornalista Policarpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Já. O jornalista Policarpo foi o autor da matéria do Deputado André Luiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a pode informar o custo da maleta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ela sai em torno de R\$8 mil. Sete mil e pouquinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Arthur faz referência de que os equipamentos eram em torno de R\$50 mil, e que V. S^a estaria cobrando aluguel, inclusive anunciou quantos dias seriam, três ou quatro dias, em que ela seria utilizada, e daí o pagamento de R\$8 mil como aluguel.

V. S^a insiste que o que recebeu foi o pagamento da maleta, que esse era o custo da maleta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Insisto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entre o episódio em que V. S^a comprou os equipamentos, V. S^a comprou os equipamentos, e, quando comprou, ainda Arthur não havia diligenciado as pessoas que procederiam à gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor. Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entre a sua aquisição e o anúncio de Arthur de que já dispunha das pessoas para que atuassem, V. S^a poderia nos dizer mais ou menos o intervalo que ocorreu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, Excelência. Isso aí não sei precisar não, até mesmo porque não fico direto aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a manteve contato com o Joel?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Mantive contato com o Joel.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E era o Joel sozinho que procedia à gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Bom, o meu contato primeiro foi com o Joel sozinho. Na última vez que ele foi gravar, ele apareceu com uma pessoa, que ficou um pouco mais distante do recebimento do equipamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quantas vezes Joel procedeu à gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Joel, com o equipamento, esteve três vezes com o Diretor Maurício Marinho. Ele esteve três vezes com ele, carregando o equipamento. Porém, na primeira vez em que ele esteve lá, ele adotou um procedimento errado, que foi não conectar alguns fios; por isso não executou nenhum tipo de gravação. Existem, na verdade, duas fitas: essas duas fitas que foram divulgadas já.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Além de ter o conteúdo da fita, V. S^a alguma vez manteve diálogo, conversou com o Joel a respeito do que ele havia gravado, do que ele havia constatado, enfim, da surpresa que ele teve em relação à conduta de Marinho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não. Ele só passava pra mim, e a gente não conversava. Não desenvolvemos nenhum tipo de amizade, nenhum tipo de diálogo não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que momento V. S^a tomou ciência de que Maurício Marinho anunciava, aos quatro ventos, o esquema existente dentro dos Correios? Quando foi a primeira vez que V. S^a ouviu falar que o Maurício Marinho abria a caixa, contando e revelando como era o procedimento interno, os esquemas, enfim, as interferências políticas?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, logo após a gravação. Logo após a gravação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A primeira ou a segunda?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A primeira ele não deixa claro. Acho que na primeira ele não deixa claro não. Mas, na segunda, logo após a gravação, no dia seguinte, ficam bem claras as colocações dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a assistiu à fita onde e com quem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu assisti à fita com o jornalista da revista **Veja**, num míni DVD que ele tem. Assisti com ele. Acho que foi no Parque da Cidade, dentro do carro dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tinha algum objetivo específico nessa repetida intenção de manter contato com a revista e levar a gravação ao Policarpo, ao jornalista...?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com o objetivo específico?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nesse fato?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que o movia? Ao invés de levar essa gravação a alguma autoridade para que tomasse alguma providência, ao invés disso, a primeira coisa imediatamente foi levar à imprensa.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, isso aí é um ato contínuo, a notícia crime, que foi dada pela revista **Veja** e que disponibilizou integralmente a fita na *internet*. No dia seguinte, as autoridades já tomariam conhecimento, a fita já estaria à disposição das autoridades e, então, o procedimento seria esse que está acontecendo agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a há de convir que quando nós atuamos, sempre temos uma razão de ser, um objetivo, um móvel que nos faz agir. E V. S^a disse que gravou sem pretensão nenhuma, a não ser receber – e ainda há divergência a propósito de ter recebido aluguel ou o valor da mala. Portanto, V. S^a se diz tão desinteressado e, ao mesmo tempo, a primeira preocupação que tem é levar à revista. Pergunto: V. S^a não recebeu nada da revista? Qual a vantagem pessoal, perdoe-me a expressão, de V. S^a em ter participado desse evento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha vantagem pessoal? O que me move?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exato.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O que me move é o meu País, é ver a melhora do meu País, é ver a melhora do Brasil. Quando tomei conhecimento do que estava acontecendo, independente de autorização ou alguma coisa, claro que eu levaria isso a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então V. S^a, que trabalhou em duas instituições – trabalhou na Polícia Militar e trabalhou na Abin –, não acredita em nenhuma instituição oficial? V. S^a acredita que a solução do País vem por meio de divulgação de um caso como esse pela imprensa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, aí o senhor está colocando uma coisa que eu não falei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, mas eu lhe perguntei qual a razão que o levou...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito nas instituições brasileiras. Acredito, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não se valeu delas, preferiu...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu me vali, eu me vali delas, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a levou ao conhecimento de alguém esse fato?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Levei ao conhecimento da imprensa como ato contínuo para

que as autoridades tomassem conhecimento, e espontaneamente compareci à Polícia Federal, prestei os meus esclarecimentos, entreguei o equipamento... Eu confio bastante na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez, nas conversas que ouviu com as pessoas com quem manteve interlocução, alguém fez referência a diretores, mais especificamente ao Diretor de Administração, o Sr. Antônio Osório, sobre a atividade dele dentro dos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, eu só mantive contato com o Sr. Arthur Wascheck para a execução dessa gravação e posterior divulgação. Não conheço nenhum diretor dos Correios, não conversei com ninguém sobre diretoria dos Correios. O meu papel foi somente este: dar condições para que fosse produzida a gravação e divulgar tal fato. Não conheço ninguém dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As outras gravações que V. S^a fez e se reportou também eram por interesse público e não recebeu nada? Era o interesse do País?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também, também. As outras duas, também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, como sempre, eu tenho a liberdade de prosseguir no decorrer dos questionamentos e, se necessário, eu interferirei novamente. Mas, por ora, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMSB – GO) – Tem a palavra o Deputado Eduardo Paes, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, para as suas perguntas.

Vamos fixar os dez minutos? (Pausa.)

Aprovado pelo Plenário.

Teremos dez minutos improrrogáveis.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dr. Jairo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esse caso da gravação é algo que esta Comissão vem ouvindo testemunhas ou indiciados ou pessoas sob investigação, há algum tempo, e confesso a V. S^a que nós aqui já ouvimos todo tipo de versão desqualificada para essa gravação. Inclusive, V. S^a hoje desmonta uma série de teses que alguns daqueles que o antecederam aqui apresentaram como verdades absolutas, principalmente o Sr. Arthur Wascheck.

Inicialmente, vou insistir em algumas questões.

Qual é de fato sua relação com o Sr. Cachoeira.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Hoje, ele é meu amigo. A partir do episódio do Deputado André Luiz, hoje ele é meu amigo. O meu sigilo telefônico está à disposição de todos da CPML, que poderão constatar

que, antes desse episódio, nunca tive contato com ele. Posterior a esse episódio mantive contato com ele e, hoje, é meu amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – De que forma ele está ajudando V. S^a episódio que, mais uma vez, V. S^a presta depoimento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não está me ajudando de maneira nenhuma. Apenas, um amigo, não me ajuda em nada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor afirmou aqui que não tinha qualquer tipo de relação com o Sr. Waldomiro Diniz. O senhor confirma essa afirmação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor mantém algum tipo com atores políticos, com Deputados, lideranças partidárias?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, nenhum contato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor já manteve?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Há um Deputado Federal que é meu amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem é o Deputado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Bispo Rodrigues. Ele é meu amigo antes de se tornar Deputado, porque meu primo foi bispo da Igreja Universal, ficou 18 anos na Igreja. Esse é meu amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor já trabalhou na Câmara dos Deputados?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Trabalhei na Liderança do PSL, com o Deputado Valdecir Paiva, que também era meu amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que foi assassinado.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi assassinado. Tenho conhecimento com ele pelo fato de o meu primo ter passado 18 anos na Igreja Universal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas há uma série de pessoas que têm primos na Igreja Universal – aliás essa igreja cresce cada vez mais – mas nem todas essas pessoas que são primos de frequentadores ou de bispos da Igreja Universal ficam amigos do Bispo Rodrigues ou qualquer outra figura simplesmente por ter sido indicado para um cargo de Secretário Parlamentar, na Câmara dos Deputados.

De que forma houve essa aproximação entre o senhor e o falecido e assassinado Deputado Valdecir e o Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Tenho essa ligação, como já coloquei para o senhor, antes dele ser

Deputado. Porque o meu primo também era bispo. Era bispo da cúpula da Igreja. Então tenho amizade com eles. Essa amizade vem antes de ele ser Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas que tipo de função V. S^a desempenhou na Liderança do PSL?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atividade normal. Quero deixar claro, para que todos fiquem tranquilos, não foi nenhum tipo de arapongagem, foi atividade parlamentar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que tipo de atividade parlamentar V. S^a desenvolvia. Fazia requerimentos, acompanhava processos...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acompanhava o Deputado algumas vezes...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Fazendo...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em algum lugar, às vezes, quando ele queria ir, eu acompanhava o Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na função de quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Para ir com ele, somente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a era como se fosse uma pessoa que acompanhava para nada?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acompanhava o Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas que tipo de função V. S^a desempenhava na Liderança do PSL? Quero insistir nessa tese porque V. S^a foi Secretário Parlamentar nomeado num cargo, na liderança de um partido, portanto deveria ter alguma função. Acompanhar o Deputado para quê? Aonde?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha função quando eu estava na liderança, era atender o telefone, levar documento em algum lugar, quando ele me chamava para ir a algum lugar, eu ia com ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele quem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Deputado Valdecir.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a procedeu esse estilo de gravação, ou seja com Inteligência ou como jornalista, para o Deputado Valdecir?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em nenhum momento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na Liderança do PSL?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em nenhum momento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para o Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também em nenhum momento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – As suas relações com a Abin. Em seu depoimento, V. S^a diz que foi convidado a trabalhar na Abin porque o seu pai teria trabalhado no Exército e conhecia um militar que o convidou para trabalhar na Abin.

A Abin costuma – V. S^a passou muito tempo lá – contratar pessoas de fora?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Contratar serviços, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para serviços?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Contratar pessoas de fora, não. No meu caso, fui requisitado no período em que estive lá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Mas eu digo o seguinte: V. S^a passou lá um bom tempo, nove anos. É isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quantos anos o senhor tinha quando começou a trabalhar na Abin? Vinte e poucos anos até trinta e poucos anos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Vinte e quatro ou vinte e cinco anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Em algum momento o senhor viu serviço sujo – vamos chamar assim –, a Abin tem o costume de chamar pessoas de fora, ex-agentes, figuras que o senhor conheça que tenham relações com os agentes da Abin, como é o caso de V. S^a neste momento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Primeiro vou colocar para V. Ex^a que lá não se faz serviço sujo. Segundo, que nunca presenciei esse tipo de atividade lá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse aqui que o Sr. Paulo Ramos, atual diretor da Abin, é seu amigo pessoal?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É meu amigo. Foi meu chefe, estive subordinado a ele quando estive por lá. Por isso, ficou meu amigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gostaria de voltar aqui à questão da mala, que causa curiosidade em todos nós, porque ela já custou R\$50 mil, já custou R\$8 mil. V. S^a comprou essa mala na Feira do Paraguai?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não se lembra onde?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Lembrar eu não lembro. Se eu for à Feira, posso indicar em que banca eu...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se saíssemos daqui agora e fôssemos à Feira do Paraguai todos juntos, certamente V. S^a poderia apontar qual é a barraca?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza absoluta. Estando aberta, eu poderia apontar qual a barraca.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a ainda tem essa mala?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A mala se encontra na Polícia Federal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor teve uma série de contatos com o Sr. Wascheck, o suposto interessado, aquele que assume ter contratado todos os atores, inclusive V. S^a, para fazer a gravação; quais eram as intenções do Sr. Wascheck?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, posso falar das intenções que ele colocou pra mim, que eram gravar e divulgar esse fato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que fato? Ele disse o quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele me falou que estava com alguns problemas nos Correios, em questão de licitações. Aí, quando eu falo a ele “que problemas?”, ele me responde: “Ah, estou com uns problemas lá, porque tem gente que fica cobrando propina. Então, eu disse: “Olha, isso é um negócio muito sério, você tem que ter provas disso aí!” Aí é quando eu entro na questão da...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse o seguinte: “Arthur relatou que, nos Correios, havia um esquema de corrupção, que passava por determinadas diretorias”. V. S^a disse isso no seu depoimento à Polícia Federal.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo. No segundo encontro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a tinha ciência, quando começou e quando estava gravando, de que V. S^a estava desmantelando um suposto esquema de corrupção em diversas diretorias. É o que V. S^a afirma.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A partir do segundo encontro. Fique claro que, no primeiro encontro, ele não me fala. A partir do segundo encontro, ele fala. Aí é quando eu peço a ele: “Então nisso você tem que ter provas.”

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Há uma suspeita constante – e volta e meia aparece uma fita aqui – de que foram quatro gravações e de que seriam três fitas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já concluo, Sr. Presidente.

E apareceu a fita que foi utilizada na **Veja**, e a primeira fita surgiu na semana passada. V. S^a sabe por que tantas gravações?

A primeira, V. S^a disse que houve o problema de os fios não estarem conectados; mas, dos quatro encontros, três teriam sido gravados, e o Sr. Joel afirma que, em diversas oportunidades, diziam que a fita não estava boa; V. S^a tem conhecimento por que tantas gravações?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Tenho conhecimento de que foram quatro encontros, três com equipamento para produzir a gravação. Um não gravou por questões operacionais, e dois foram gravados. A questão de estar boa ou ruim não era questão minha; era questão do Arthur Wascheck com eles.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, está claro aqui – e já concluo, respeitando o meu tempo –, primeiro, que o Sr. Jairo tem ligações muito fortes com o Sr. Paulo Ramos, atual diretor da Abin – Agência Brasileira de Inteligência. O Sr. Jairo é ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência. E o Sr. Jairo também era sabedor – como afirma em seu depoimento e acaba de confirmar, apesar de não ter confirmado isso quando o Relator lhe indagou –, o Sr. Jairo sabia também que estava indo fazer gravações para desmantelar um esquema de propina em várias diretorias dos Correios. Portanto, Sr. Presidente, só para que a Comissão tome ciência, em conjunto com o Deputado Gustavo Fruet, estamos apresentando um requerimento para que a Abin encaminhe todos os relatórios sob a sua atuação na investigação das denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Isso é fundamental, porque fica claro, cada vez mais, que havia um envolvimento, sim, de atores da Abin se utilizando, em conexão com o Sr. Jairo, para investigar essas denúncias de corrupção. Não foi algo que surgiu pela simples vontade do Sr. Arthur Wascheck Neto, como temos dito aqui desde o início. O Sr. Arthur Wascheck também era um instrumento para se apurar essas denúncias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, de fato, eu tinha me

inscrito, porque eu queria inquirir o Sr. Fortuna. Como acabou sendo, por decisão do Plenário, modificada a ordem dos inscritos, eu não estava interessada em fazer, mas, já que estou no meu tempo e não vou poder preservar minha primeira inscrição para o Sr. Fortuna, que é, de fato, quem eu quero inquirir, vou tratar de algumas coisas aqui.

Primeiro, eu sei que o debate não está circunscrito a essa história de fita. Não convence mais ninguém o detalhe da fita. A fita poderá ser utilizada para desvendar toda uma rede de crime organizado montada no País, que vai desde a guerra de gangues partidárias até o parasitismo das instituições públicas. Então, não consegue convencer mais ninguém esse detalhe da fita. A cada dia aqui, vemos verdadeiras redes de sabotagem e chantagem que são montadas. É claro que o problema não é do feirante da feirinha do Paraguai, que, a esta altura, já deve ter fechado a sua banquinha e corrido de lá, com medo de sobrar para ele, porque sabemos que no mar da corrupção do País sempre sobra mais para as piabas, e nosso interesse é que sobre para os tubarões também.

O que eu questiono a V. S^a é que, em alguns momentos, tem uma memória preciosa para o relógio e não tem uma memória preciosa para outros detalhes. De pronto, respondeu o Relator: 14 e 50, que é algo que precisa de uma grande memória. Para as outras, o senhor não lembra bem quem é, quem não é, a cor, o carro, essas coisas que passam a ser quase que impressionantes, não podem ser risíveis, porque toda a rede de sabotagem e chantagem que seja montada, não é à toa que o senhor cometeu até um ato falho quando, no início, disse que não se tratava de arapongagem, e após, na resposta do Deputado Eduardo, imediatamente o senhor disse: “Não, era só trabalho legislativo”. Então, não era arapongagem, que é o nome comum que se dá a essa rede de gravações clandestinas, de sabotagem, de chantagem, coisa que sempre achei desprezível. O que eu pergunto ao senhor é o seguinte... Até porque todos nós sabemos que o Sr. Marinho está depondo no Ministério Público desde quarta-feira. Qualquer pessoa, com um mínimo de bom senso, sabe que ele não está desde quarta-feira depondo no Ministério Público sobre fita. Certamente coisas importantes para o interesse público virão também com esses depoimentos que ele está prestando no Ministério Público. O que eu questiono a V. S^a: o senhor está atestando aqui que, em nenhum momento, nenhuma pessoa da Abin ou da Casa Civil discutiu com V. S^a sobre esse fato, em nenhum momento ninguém discutiu com V. S^a, ou da Abin ou da Casa Civil sobre esse fato, em nenhum momento ninguém confessou a V. S^a sobre essas gravações clandestinas, sobre isso

que estava sendo investigado, em nenhum momento ninguém da Casa Civil ou da Abin conversou com V. S^a sobre esse fato?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atesto para V. Ex^a que, em nenhum momento, eu mantive contato com o pessoal da Casa Civil, até mesmo porque não tenho acesso, em nenhum momento eu também informei a pessoas da Abin sobre esse fato.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quem organizou a abordagem, ou seja, a contratação dos dois que foram conversar com o Sr. Marinho? Qual o tema que ia ser discutido na reunião? Porque não consegue mais convencer ninguém. E disputas que se relacionam à Inteligência industrial, esses grandes debates, espionagem industrial, isso acaba interessando às pessoas que querem ler, tomar conhecimento sobre o fato. Agora, a abordagem como foi feita, ela desqualifica a disputa comercial de imediato.

Ora, se o Sr. Arthur Wascheck tinha interesse em determinadas mercadorias e determinados produtos, como é que toda a abordagem foi montada para tratar de alta tecnologia e de problemas relacionados às gangues PT, PTB e PMDB, as disputas partidárias? Quem montou essa abordagem, as perguntas a serem feitas, as pessoas que lá iriam? Quem montou? Foi o senhor também?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora, Senadora. A minha participação foi só dar as condições do equipamento. Não participei de nenhum tipo de montagem, eu não sabia o que queriam em nenhum momento.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quando o senhor foi no carro ver o CD com o jornalista, porque o senhor disse que não tinha visto a fita, e por que achou interessante e acabou indo ver com o jornalista?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu tinha que – essa eu falo a segunda fita, a que foi publicada – ver a fita; vi um pedaço dela, não vi toda e, depois, caberia a ele assistir toda a fita para fazer a matéria. Eu não assisti toda a fita com ele, assisti parte da fita.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para informar ao Plenário, a propósito do requerimento do eminente Deputado Gustavo e do Deputado Eduardo, nós aprovamos um requerimento do Senador César Borges que é exatamente isso que estão pretendendo.

Requerimento: requisito a cópia do procedimento investigatório da Agência Brasileira de Informações sobre as denúncias de corrupção. Portanto, já há um requerimento aprovado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Só para um esclarecimento, Presidente, em cima do Relator: domingo saiu uma matéria no jornal **Correio Brasileiro** com o seguinte teor: “Entre meados de abril e meados de maio, a Abin envia ao Gabinete de Segurança Institucional pelo menos quinze relatórios sobre o esquema de corrupção nos Correios, informando inclusive a existência do vídeo da propina. Contudo, o Ministro-Chefe do GSI, General Jorge Armando Félix, não leva o caso ao conhecimento da Presidência da República”.

Esse é mais específico. Nós entramos com um também, junto com o Senador César Borges, pedindo inclusive a convocação, mas, com esse dado, ficou específico, e pela primeira vez vem a público a informação de que a Secretaria de Segurança Institucional tinha conhecimento da gravação. Então esse requerimento vem especificar o pedido já anteriormente aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Para suas perguntas, dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Jairo, venho insistindo na tese de que nós deveríamos estar dedicando o nosso tempo para ouvir as figuras centrais de todo o episódio de corrupção que, infelizmente, hoje entristece o País e que atinge diretamente o Governo Federal e parte do Poder Legislativo. Acho que a oitiva das pessoas envolvidas na gravação, os arapongas ou qualquer nome que se queira dar deveria ser objeto do trabalho da Polícia Federal. Mas, muito bem, vamos cumprir com o nosso dever.

Sr. Jairo, o senhor colocou de forma muito clara que o empresário Arthur Waschek, desde o início, na primeira vez que lhe procurou, deixou muito explícito que o interesse dele era dar publicidade à gravação. O senhor reafirma o que disse?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Reafirmo, sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque o Sr. Arthur Waschek, no depoimento prestado à Polícia Federal e no depoimento prestado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, declarou o seguinte: que marcou um encontro com Joel em seu apartamento, juntamente nesse encontro fixou para Jairo que aquela gravação não podia vazar para a imprensa. Então...

Sr. Presidente, eu peço silêncio ao Plenário, é impossível.

Senadora Ideli, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, o empresário Arthur Waschek afirmou claramente a esta Comissão e à Polícia Federal que deixou explícito para o Sr. Jairo que não gostaria de que a gravação vazasse para a imprensa. E, no entanto, o Sr. Jairo nos afirma aqui que o Sr. Waschek, ao contrário das declarações dadas, ele informou que gostaria de dar publicidade à gravação.

Não é isso, Sr. Jairo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso corrobora com uma tese que eu venho sustentando desde o início de que o Sr. Arthur Waschek não estava apenas motivado com o objetivo de enquadrar o Sr. Maurício Marinho, com o objetivo de levar a conhecimento da diretoria da Empresa de Correios e Telégrafos que o Sr. Marinho era um funcionário público corrupto, que agia de forma indevida. O Sr. Arthur Waschek queria muito mais. O Sr. Arthur Waschek revelou, confessou ao Sr. Jairo, desde o primeiro encontro, que pretendia dar publicidade à gravação. Aí eu pergunto ao Sr. Jairo: em algum momento, o Sr. Arthur Waschek fez alguma referência, fez alguma menção de que pessoas ou que outras figuras poderia também ter interesse em dar publicidade a essa gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, em momento algum, nós conversamos sobre outras pessoas, ficou só na questão de querer dar publicidade e eu dar publicidade, não conversamos sobre...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor assistiu à primeira fita que foi gravada e que permitia, com clareza, perceber-se as atitudes do Sr. Maurício Marinho? Porque, pelo que nós aqui pudemos depreender, foram feitas 3 gravações...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Duas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...a primeira, imprestável.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, a primeira não gravou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não gravou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não gravou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Imprestável. A segunda gravação, o senhor teve acesso a essa gravação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Assisti em torno de 15, 17 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que nos foi dito nesta Comissão é que essa gravação, e nos foi dito pelo Sr. Joel, já seria suficiente para enquadrar o Sr. Maurício Marinho como funcionário corrupto. O senhor confirma isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu não assisti ela por completo, eu acho que eram 54 minutos, eu não assisti por completo. Nesses 15 minutos que eu assisti, eu não me recordo se já tinha fatos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor está me dizendo...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu sei que ele cita, como eu confirmei aqui, que tinha ligações com o genro nessa fita, nessa primeira fita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor está me dizendo que essa fita tinha uma duração de 54 minutos? O senhor confirma isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que tinha por volta de 50 minutos, alguma coisa nesse sentido, a primeira fita, que é a segunda que apareceu, essa é a primeira fita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. A segunda fita, pelo que nós analisamos, tinha 1h54min, a primeira fita tinha 33 minutos. Então, V. S^a está se contradizendo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu estou dizendo para V. Ex^a que eu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem segurança na afirmação que está fazendo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – ...não assisti ela toda, acreditava que tinha sido em torno de 50 e poucos minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S[sabe por que o Sr. Waschek pediu ao Joel que requisitasse o apoio de um profissional da área de informática para proceder à segunda e última gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor, Ex^a, foi surpresa minha, quando cheguei no local e se encontrava outra pessoa por lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Em que local?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Próximo ao prédio dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ficou claro que V. S^a, além de ter presta-

do serviços para a Abin, durante, pelo menos, 9 anos, mantém, até hoje, um relacionamento muito estreito, muito próximo com pessoas que ocupam cargos importantes dentro da Agência Brasileira de Inteligência. Eu aí pergunto a V. S^a: qual é exatamente a relação que V. S^a tem com o Sr. Alemão, Sr. Edgar Lange?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhuma. Foi meu amigo de trabalho no tempo em que estive por lá. Meu amigo, como eu já falei aqui, é o Sr. Paulo Ramos, esse é meu amigo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – As relações com o Sr. Alemão foram interrompidas depois que o senhor saiu da Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não foram interrompidas; nem foram aumentadas, nem interrompidas. Não. Quando eu estava por lá, era meu amigo. Como não frequento mais o ambiente, a gente não tem contato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor teve conhecimento de uma operação da Abin dentro da Empresa de Correios e Telégrafos com o objetivo específico de analisar os contratos de uma empresa denominada Unisys?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Tive conhecimento posterior, divulgado no jornal **Correio Braziliense**, de que eles estavam trabalhando nos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a poderia nos afirmar se haveria possibilidade de uma ação ser realizada pela Abin dentro de qualquer órgão público sem que isso passasse por uma decisão expressa do responsável principal pela Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei afirmar. Nesses casos específicos, não sei informar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Molina?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Fortuna?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria de dizer que o Sr. Fortuna declarou à Polícia Federal ter trabalhado na Abin no mesmo período que V. S^a. V. S^a afirmou aqui que mantinha relações com os seus colegas de trabalho. Será que o senhor não encontrou com o Sr. Fortuna no mesmo período que ele trabalhou na Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. O Sr. Fortuna, pelo que li nos jornais, trabalhou na década

de 80. Sou da década de 90. Que eu saiba, não no mesmo período que eu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a: o senhor tem conhecimento de uma possível pressão que o Sr. Fortuna pode ter recebido por parte do Sr. Alemão para assumir a autoria das gravações?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Não tenho esse conhecimento, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca teve conhecimento dessa informação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Também, a fita que foi entregue à revista **Veja** – ela foi entregue por V. S^a e V. S^a já admitiu isso...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A fita que foi entregue à revista **Veja** reproduz a segunda gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor. Segunda gravação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a acha que houve uma edição anterior ou posterior à entrega à revista **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Edição, não. A fita está na íntegra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que a revista **Veja** publica é a íntegra da segunda fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É a íntegra da segunda fita que ela disponibiliza no *site* dela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que V. S^a disse ter 54 minutos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E que eu já mostrei aqui que são 33 minutos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Essa fita, essa segunda que o senhor fala, a segunda, ela é a primeira. Essa segunda fita que o senhor fala, ela é a segunda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, é a primeira que foi...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Que foi feita?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aproveitada. É isso que estou pergun-

tando. É a primeira que foi aproveitada e foi entregue à revista **Veja** por V. S^a?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não. A que foi aproveitada, sim, senhor. Aí, essa tem 1 e 50 e poucos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A gravação que V. S^a entregou à revista **Veja** tem 1 hora e 54 minutos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É essa que tem 1 hora e 50 e poucos minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi a que V. S^a entregou à revista **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a reafirma isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Reafirmo isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A última pergunta, Sr. Presidente, para não desrespeitar o tempo: o Sr. Wascheck afirmou que já havia contratado a empresa de V. S^a para prestar um serviço de varredura numa empresa de alarmes, que as pessoas, inclusive, foram até a residência dele e às empresas dele com uniformes da vossa empresa. V. S^a já disse que isso não procede.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, só...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que indicou um amigo para fazer o serviço. Aí vem a história da mala. Vem a história da mala. Porque o Sr. Wascheck é claro em dizer que hora nenhuma teve qualquer interesse de adquirir os equipamentos. Hora nenhuma teve interesse. Que pagou pela utilização por quantas vezes teria sido utilizado aquele mesmo equipamento, certo? Óbvio que ficou uma dúvida na cabeça de todos nós, porque V. S^a não iria fazer isso por mera liberalidade, investir recursos próprios na aquisição de uma mala sem que houvesse qualquer contraprestação. Fica mais claro que o pagamento que o Sr. Wascheck fez a V. S^a foi justamente nos equipamentos. Foram os equipamentos que ficariam de posse de V. S^a. Quero perguntar a V. S^a: o Sr. Wascheck investiria tanto para fazer uma gravação, utilizando de um requinte bastante sofisticado, de procedimentos muito duvidosos e até, por que não dizer, criminosos? O Sr. Wascheck recorreria a V. S^a por uma mera indicação ou ele sabia que V. S^a tinha uma experiência larga e acesso a pessoas que trabalham na Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Não tem... Ele não tinha conhecimento da minha

vida, da minha atividade, foi meramente a indicação de uma pessoa. Não comentei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – ...não comentei, em nenhum momento, qual a minha atividade com ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu concluo, agradecendo a V. Ex^a e deixando evidente que todos que aqui sentaram até o presente momento que estão envolvidos nesse esquema de arapongagem, entraram em contradição, mentiram na Polícia Federal ou mentiram aqui, entenderam, ou então, de fato, estão encenando uma grande mentira para poder desviar o foco das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A Comissão apurará tudo, Sr. Deputado.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Jairo, o senhor conhece o Coronel Loureiro?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Coronel Loureiro foi quem, na época, era o Chefe de Operações, quando eu fui para a Agência Brasileira de Inteligência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele era o chefe...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – De operações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...de operações. E o senhor confirma que o seu pai trabalhou durante 33 anos no Centro de Inteligência do Exército?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Confirma? E que o Coronel Loureiro conhecia o seu pai?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deveria conhecer, né? Deveria conhecer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, foi por indicação desta amizade do seu pai que o senhor foi parar então na Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É, com pessoas que eram amigas do meu pai e que trabalhavam na Abin, que tinham ligações Exército com a Abin.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com a Abin.

Quando o senhor disse que tomou conhecimento que a Abin estava investigando os Correios, que época foi que o senhor descobriu?

O SR. JAIRO MARTINS – Matéria publicada no **Correio Braziliense**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só pelos jornais?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Só pelo **Correio Braziliense**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor respondeu: eles estava trabalhando nos Correios. O senhor sabia quem estava trabalhando nos Correios.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eles, que eu digo, a Abin.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É, matéria...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabia quem era?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, a matéria dizia do Edgar Lange, né, estaria trabalhando no Correio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor nunca se encontrou com o Alemão agora nesses últimos tempos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma vez?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhuma vez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma vez. O senhor não encontrou com o Alemão no **hall** dos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre a sua entrada e saída, nunca se encontraram?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, posso atestar para a senhora que isso nunca ocorreu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca ocorreu? Em nenhum momento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhum momento. Inclusive, lá é gravado, né, em nenhum momento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, pois é! Lá é gravado?

Eu já quero aproveitar, Presidente, para requerer, se não foi requerido até agora a fita do dia 12 de abril do **hall** dos Correios, porque há informações de que houve o encontro do Sr. Jairo com o Alemão no **hall** dos Correios. Então, eu quero já requisitar a fita. E quero requisitar mais: parece que essa fita desapareceu e, se ela desapareceu, já quero requerer que seja levantado, se há sindicância para descobrir quem é que sumiu com a tal da fita.

O senhor disse aqui que participou de gravações no caso do Maurício Marinho... qual mais?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deputado André Luiz.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado André Luiz.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – E o Deputado Estadual Alessandro Calazans, do Rio de Janeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Calazans.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nos 3 casos, quanto é que o senhor recebeu por cada uma dessas gravações, desse serviço?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No dois primeiros casos, não recebi nada, foi um amigo meu que me convidou, que me relatou a história e, no segundo caso, eu recebi a maleta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, no caso do André Luiz e do Calazans, o senhor por favor. Quem é o amigo que pediu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Era um caso só, Alexandre Chaves.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Alexandre?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Chaves.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Chaves.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É um amigo meu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é a sua relação com Alexandre Chaves?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele é meu amigo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é o Sr. Alexandre Chavez?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele é um empresário aqui em Brasília, é amigo meu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele é um empresário de que?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ah! Senadora, ele tem algumas coisas de construção, publicidade, eu acho, não, não sei qual o ramo específico da atividade dele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor é... Porque veja bem, o Casser Bittar foi quem apresentou o senhor, o Casser Bittar, o parente do Cachoeira, né?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É disso aqui que é genro?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Desconheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas foi o Casser Bittar que apresentou o senhor para o Arthur Waschek?

O SR. JAIRO MARTINS – Isso. Coincidentemente, num restaurante em Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. Aí, o senhor levado também a fazer as gravações do André Luiz e do Calazans pelo empresário...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Alexandre Chaves.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Alexandre Chaves. Então, o senhor é amplamente conhecido como um gravador ambulante.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu fui 9 anos da atividade, né? Então...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah! Então, a fama é ampla, geral e irrestrita. Mas o senhor disse aqui que fez isso pelo interesse da Nação e como jornalista investigativo. O senhor disse aqui também que fez isto combinado com o Jornalista Policarpo. O senhor confirma?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não entendi. Entendi, não entendi. Como a senhora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi o senhor que disse.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Combinado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque o senhor que disse.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu disse que todo o momento eu fui acompanhado pela revista. Quando eu tomo conhecimento de um fato desse que é para ser divulgado, eu não tenho veículo, Senadora, eu tenho que trazer um veículo. Eu trouxe a quinta maior revista maior revista do mundo para dentro do assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para dentro assunto.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Senhor fez isso no caso do Maurício Marinho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Perfeitamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fez isso, no caso do André Luiz?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Perfeitamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fez isso, no caso do Calazans?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Perfeitamente.

A SRA. IDELI SALVATTI(PT – SC) – Então, o senhor é uma espécie de funcionário da revista **Veja** para arapongagem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é muito coincidência três episódios nos três o senhor é quem faz as gravações que dão a...Então, eu quero saber. Tem vínculo direto ou indireto com a revista **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não tem vínculo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quanto é que o Policarpo Quaresma lhe paga para fazer esse serviço para ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, não paga nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não paga nada. Só de bondade, só de amor à Pátria.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É um amigo meu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Amigo. O senhor tem muitas amizades, não é, senhor Jairo? Bastante amizade. Mas amizades que provocam determinados serviços que têm interesses econômicos, empresariais e de corrupção e de crime organizado, como é, no caso lá do André Luiz e do Calazans, isso tudo por amizade, faixa, só faixa.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, os meus amigos me convidam, aguçam a minha...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aguçam a sua cobiça.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, aguçam a minha intenção de ajudar, a minha intenção jornalística, a minha intenção de prestar um serviço, eu vou e faço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O conhece Armando Virgílio dos Santos Júnior?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não conhece.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca ouvir falar, nem sabe que é o antigo Diretor das Loterias do Estado de Goiás, ligado ao Carlinhos Cachoeira. Não tem nenhuma ligação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma ligação.

A história da varredura, o senhor disse que foi feita por outra pessoa. Quem é que fez?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É um amigo meu de nome Francisco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é que é o nome?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Francisco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Francisco do quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ah, Ex^a, sobrenome eu não sei. Mas é Francisco. Qualquer momento que a Comissão quisesse, eu procuro e aponto quem é.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor disse que este Francisco, que o senhor não sabe das quantas, foi acompanhado na varredura pelo sócio do Arthur Wascheck.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso? O senhor confirma?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Velasco acompanhou na varredura.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque aqui ele mentiu dizendo que não sabia de varredura. O senhor confirma, então, que ele acompanhou na varredura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor confirma também que não foi o senhor que fez a varredura.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Confirma. Então, o Wascheck também mentiu aqui porque ele deu no depoimento aqui que foi o senhor que fez a varredura.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando que não fui eu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só mentira, só mentira.

A questão do carro. O tal do carro com aquela hora tão precisa que o senhor deu lá de 14h50, era, efetivamente, a blazer escura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor acredita.

Mas o senhor tem uma blazer escura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Tenho. Eu não tenho carro...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem outros carros, não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não tenho carro branco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tem carro branco.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não tenho carro branco.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tem carro branco.

Então, Sr. Presidente, eu já quero requerer os veículos de propriedade do Sr. Jairo e também do Sr. Alemão. Porque requerer informações – é claro, não o carro, estou dispensando o carro – dos veículos porque se confirmado o encontro no **hall** dos Correios pode ter sido o veículo do Sr. Alemão e não do Sr. Jairo que estivesse sendo utilizado naquele momento.

Para completar, Sr. Presidente, eu queria ainda fazer aqui uma seqüência. O parente do Cachoeira lhe apresenta o Arthur. Aí o Arthur combina o trabalho da gravação com o senhor. É isto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Essa relação de parente se a senhora disse que o Casser me apresentou, confirmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso. Confirma.

Aí o senhor combina o trabalho com o Arthur.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Naquele primeiro momento, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posterior a um segundo encontro que eu tenho com ele, casualmente, num restaurante.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Num segundo encontro casual.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Num segundo encontro casual.

E aí quando é que o senhor fala com Policarpo, entre um encontro e outro, depois do segundo encontro.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No segundo encontro. Posterior ao segundo encontro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois do segundo encontro.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí o que que o senhor diz para o Policarpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Que tem uma pessoa que está querendo denunciar algumas irregularidades que estariam acontecendo nos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nos Correios.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não disse quais.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Eu também não sabia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor também não sabia. Em nenhum momento o Arthur lhe passou qual era o motivo da necessidade dele...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posteriormente, ele fala que é problemas, questão de licitação e corrupção. Mas eu não sei quem, por que não sei, eu não sabia nada disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, aí a primeira fita dá errado, tem lá o problema, o Joel não conecta direitinho, dá errado. Aí grava a segunda. É isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É sim senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem ouve a segunda fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quem ouve a segunda fita?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem ouve e vê a segunda fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu ouvi quinze minutos, mais ou menos, e entreguei para...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor e mais quem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu ouvi sozinho, acho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor ouviu sozinho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acredito que sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E entregou para quem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Entreguei para o Arthur Wascheck.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entregou para o Arthur Wascheck?

Por que o senhor não entregou essa fita para o Policarpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu iria entregar depois da autorização dele, eu queria que ele fosse o denunciante. Não entreguei essa fita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor entregou a primeira fita só para o Arthur, não entregou para o Policarpo Quaresma – troquei o sobrenome, por causa do personagem do Machado, vá lá...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Júnior.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, então, a segunda, a primeira fita que deu certo o Policarpo não ouviu? O Arthur Wascheck é quem teria que dar a autorização para?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu queria que ele, como empresário, que queria denunciar o fato, fosse até o jornalista, relatasse o fato, queria que acontecesse isso. Eu queria que acontecesse isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a terceira?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A segunda, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A terceira aqui, deu certo, a segunda, aí qual é a cronologia disso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Aí eu entrego uma para ele e entrego uma para o jornalista, uma para o Wascheck e outra para o jornalista.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor entrega para o jornalista primeiro?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, entrego para o Wascheck, depois para o jornalista.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Wascheck lhe dá autorização para entregar para o jornalista?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Tínhamos já combinado que isso seria divulgado, então não seria preciso...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já tinha essa combinação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Já, desde o início.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, nem precisava a autorização?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – MG) – Senadora, o tempo de V. Ex^a já esgotou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só mais uma perguntinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – MG) – Nenhum ultrapassou até agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando o senhor ouviu, junto com o jornalista a última vez, por que teve o ok! neste caso, vai publicar.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso aí foi passado um tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já um tempo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Aí, em posterior encontro com o Arthur Wascheck, ele disse que vai divulgar, que pode divulgar a fita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Velásquez sabia?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu até falei aqui de uma injustiça que eu cometi com ele, acredito que ele já sabia quando já estava gravada. Não é um procedimento...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sabia quando estava gravada? Desculpe-me, Presidente, já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço à Senadora.

Com a palavra a ilustre Deputada, Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, apenas para chamar o feito à ordem.

Essa CPMI se constituiu não porque houve uma gravação, não porque o Sr. Marinho veio aqui dizer que ele estava ou não estava pegando alguma parte de algum dinheiro, não se constituiu por isso, porque não é por esse motivo que se constitui uma CPI, ainda mais uma CPMI.

Esta CPMI se constituiu – é bom deixar bem claro – porque um Deputado Federal, com a responsabilidade de presidir um partido, o PTB, declarou que havia uma captura de cargos em troca de dinheiros, dando os contornos de uma organização criminosa.

Então, a mim me parece, Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta nem ao Sr. Jairo nem a nenhum dos depoentes de hoje.

O Sr. Jairo e os demais depoentes não têm o menor interesse para essa CPMI, porque o que nós estamos investigando é o caminho político, o braço político que permitiu que nos Correios, em primeiro lugar, e talvez depois em outras, se desenhasse o modelo de uma organização criminosa que permitisse alcançar o primeiro, o segundo e o terceiro, quarto escalões, para produzir dinheiros para partidos e para bolsos de alguns.

De modo, Sr. Presidente, que eu acho, permita-me usar o microfone para isso, para consignar aqui a absoluta perda de tempo, porque o Sr. Jairo, assim como o Sr. Wascheck, se alguma conta tiver que prestar certamente não é a nós, poderá ser ao Ministério Público, poderá ser à investigação policial, não estou dizendo que é isso, mas estou ressaltando que, se tiver, será aí e não é este o foro adequado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Ausente.

Onyx Lorenzoni, para as suas perguntas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu compartilho, Sr. Presidente, da mesma opinião da Depu-

tada Juíza Denise Frossard. Eu creio que nós temos que consolidar, ao longo do dia de hoje, a votação dos requerimentos que estão pendentes e, principalmente, trazer a esta Comissão, garantir que para esta Comissão venham aqueles que organizaram todo esse sistema criminoso. Nós temos que deliberar, no dia de hoje, a questão da vinda, e programar para esta Comissão a vinda daqueles que, na minha opinião, estão diretamente envolvidos em todo esse esquema, que se apropria de verba pública, que desvia verba pública. Chega-se ao cúmulo de um partido político ter feito um empréstimo de US\$1 milhão, empréstimo que foi sendo pago com recursos de um contrato de publicidade com a Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil. Isso para dizer o mínimo. Escandaliza a população brasileira, causa assombro a qualquer homem ou mulher de bem ver expoentes que tiveram a possibilidade de determinar, lotear os cargos, partilhar, criando um esquema tentacular, em que os Correios... O que estamos investigando é apenas o erguer o véu de um tentáculo apenas, de um tentáculo que rendeu muito em contratos de publicidade, de um tentáculo que ainda nós não descobrimos, a área de operação e a área de tecnologia da Empresa de Correios e Telégrafos, onde interesses ainda mais escusos que esses que estamos vendo desfilar aqui são responsáveis por apenas um dos braços desse formidável esquema de corrupção que cada dia fica mais claro.

Um colega nosso de Câmara, na função de Ministro, quando saiu dizia que o Governo não rouba e não deixa roubar. Já está claro o suficiente para mim que não é que o Governo na rouba e não deixa roubar, mas montou, sob a supervisão dessa figura, um dos mais graves esquemas de corrupção que o País já conheceu. Nós estamos apenas começando a levantar o manto, ainda muito distantes de ter tudo claro. É por isso que a Oposição lutou e vai continuar lutando para fazer com que aí onde está o Sr. Jairo, que tem explicações sim a dar lá na Polícia Federal, que tem explicações sim a dar, porque não é possível que Governo nenhum vá usar a ABIN para fazer dela uma polícia política. Está aí o Presidente, não é o Deputado oposicionista Onyx Lorenzoni, do Superior de Justiça do País, a última e mais importante Corte, antes da Corte constitucional, dizendo que nós vivemos a expectativa de estar diante de um Estado de perfil nazista. Direitos e garantias individuais violados com violência. O uso da Polícia Federal, a quem respeito, a quem admiro e a quem eu quero preservar como polícia técnica, como polícia política, em manobra diversionista, em manobra intimidatória, em manobra impensável e inadmissível do ponto de vista das garantias e dos direitos que uma democracia tem de garantir a cada cidadão.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos hoje sim. Vamos aqui cumprir a tabela de ouvir o Sr. Jairo, de ouvir o Sr. Fortuna, de ouvir o Sr. Lange. Mas, ao final, vamos deliberar para trazer aqui e fazer sentar aí, onde a sociedade brasileira deseja... A sociedade brasileira quer ouvir o que o Sr. Delúbio, que tem salário de R\$5mil, por mês, do partido, e fuma um charuto por dia que custa R\$100. Ele gasta R\$3 mil, por mês, de charutos. O que esse cidadão tem para dizer? Por que é que ele mentiu para o Partido dele, para o Presidente do Partido dele, dizendo que o Sr. Marcos Valério, que vai estar sentado aqui amanhã, não era avalista de um empréstimo de 2 milhões e 400 mil reais? Por que é que ele teve de levar o Sr. Delúbio e o Sr. Valério, os diretores da alta direção do Banco BMG, até o ex-ministro José Dirceu para garantir o empréstimo que está sendo pago com dinheiro público? Isso é uma vergonha, Sr. Presidente. Nós temos de fazer sentar aí o Sr. Sílvio Pereira, que tinha uma salinha lá na Casa Civil para partilhar e para lotear cargo no Governo Federal, entregar uma porção para o PTB, uma porção para o PL, uma porção para o PP, uma porção para o PMDB, que agora quer ser aumentado, com sinal verde para sacar dinheiro... O Sr. Sílvio Pereira tem de sentar aqui, o Sr. José Genoíno não pode vir com uma afirmação de um estelionatário de quinta categoria, que pulula pelas delegacias do Brasil, quando diz o Sr. José Genoíno que ele assinou um empréstimo de 2 milhões e 400 mil sem ler. Ninguém acredita nisso, nem as crianças acreditam nisso, nem os filhos dos petistas acreditam nisso. Por que nós, brasileiros, vamos ser humilhados com esse tipo de afirmação? Não, tem de sentar aqui no lugar do Sr. Jairo para dar satisfação à sociedade brasileira. E vamos convocar, Sr. Presidente, porque duvido que haja um deputado aqui, um senador, que tenha coragem de votar contra o requerimento para, na próxima semana, termos Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Genoíno e José Dirceu, de agora até o final do mês, sentados onde está o Sr. Jairo para responder ao Brasil como é que este Governo se organizou para permitir o assalto às estatais brasileiras e como é que num Partido que sempre trabalhou sob uma organização fechada o Sr. Presidente nada sabe, nada vê, nada conhece. Eu não acredito mais na tese do Presidente Lula, de inocente útil, cercado e protegido por José Dirceu e essa camarilha que tomou conta do Governo brasileiro. Quadrilha! É isso o que o homem e a mulher de bem nos dizem nos aeroportos, nos supermercados, nas ruas... Que Presidente é esse que nada sabe? Que ouve falar do mensalão e não acaba com a fonte de pagamento para o mensalão? Que ouve falar e determina ao Sr. Chefe da Casa Civil para substituir o diretor de Furnas e leva

24 dias para demitir a diretoria dos Correios depois da denúncia da revista **Veja**? Estava fazendo o quê? Em que planeta habitava o Presidente que levou 24 dias para fazer o que qualquer administrador de um nível mais humilde faria no primeiro dia após uma denúncia daquela gravidade? Sr. Presidente, uso esse tempo regimentalmente para fazer V. Ex^a compreender que a luta dos parlamentares da Oposição é para que, ao final da pauta dos trabalhos de hoje, a sociedade brasileira possa ver ser votado aqui o Requerimento 317, que é assinado por todos os parlamentares de Oposição e que querem ver o Delúbio Soares e o Sílvio Pereira aqui no dia 14 de julho, José Genoíno no dia 19 e o José Dirceu no dia 20 de julho. Quero ver, a sociedade brasileira quer ver quem é que vai votar contra os esclarecimentos que a cidadania brasileira exige neste momento. Essas pessoas são vitais para que a gente possa esclarecer e, principalmente, sanear o Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Jairo Martins, um agente de campo da ABIN é, necessariamente, uma pessoa observadora, de boa memória, detalhista. Estou certo? Um ex-agente da ABIN, estou certo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Correto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse, ao depor na Polícia Federal, quando estava depondo, que conhecia o Sr. Wascheck, lá nesse BSP Grill, no mês de março. Nesse dia, o senhor disse que foi chamado à Mesa desse empresário por um conhecido e, além de não lembrar do nome dele, do conhecido, não seria capaz de descrevê-lo. Disse mais, que esse conhecido falou ao Wascheck que o senhor faz esse jornalismo investigativo, ao qual o senhor se refere. O senhor confirma essas declarações?

O SR. JAIRO MARTINS – Confirmo. Na mesa existiam várias pessoas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não se lembrava.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não me lembrava. Existia um grupo numa mesa ao canto e eu não lembrava, alguém tinha levantado a mão para mim e eu não me lembrava quem tinha levantado a mão para mim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E essa pessoa não foi o Sr. Casser Bittar?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Hoje eu acredito que tenha sido ele sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que no primeiro momento o senhor negou na Polícia Federal?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu não neguei, eu disse que não lembrava.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que não conhecia, mas o senhor como um ex-agente da Abin...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não, não, disse que eu não me lembrava quem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos supor lembrasse.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Disse que não me lembrava.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há quanto tempo o senhor conhece o Sr. Casser Bittar?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Uns seis a sete meses.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor tinha conhecido há seis meses, e depois o encontra lá nesse BSP Grill, não lembra dele aparentemente e depois lembra que era ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deputado, eu disse que não me lembrava quem me chamou à mesa, alguém acenou a mim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor reconhece agora que foi o Sr. Casser Bittar?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acredito que tenha sido ele sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É que nesse momento então o senhor não teve a boa memória e o detalhismo que era de supor que um agente por sete anos da Abin tivesse?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quatro anos fora de lá que eu não desenvolvo essa técnica?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem é o Sr. Adauto Machado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não ouvi.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Adauto Meirão Machado.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei, não conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe quem é o Sr. César Tiwana?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também, não senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já negou que conhece Molina, não conhece Molina?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Também não conhece Fortuna e nunca teve contato? Não há

possibilidade agora, já que num primeiro momento não lembrou do Casser Bittar, de o senhor agora, querendo colaborar com a CPMI, a bem do Brasil, como o senhor falou, o senhor não pode lembrar que conhece o Sr. Fortuna?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo que não conheço Sr. Fortuna.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o Sr. Edgar Lange o senhor já confirmou que encontrou com ele no Pátio Brasil. Num dos depoimentos prestados por V. S^a o senhor disse que encontrou com Edgar Lange, ex-colega, no Pátio Brasil. Foi isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Tem tempo. Não sei a data, mas foi a última vez que o encontrei, na rua.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aproximadamente. Na rua ou no Pátio Brasil?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu digo que encontrei na rua dentro do Pátio Brasil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não foi na rua, foi dentro do Pátio Brasil?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Embora seja um lugar público.

E os senhores falaram de quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu encontrei com ele estava engraxando sapato, brinquei com ele, deixa uma paga para mim aí e fui embora.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não falaram de nada?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Claro que não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor depôs no dia da terceira gravação, aquela que foi passada para a **Veja**.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Segunda gravação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – o senhor mencionou aqui já, **en passant**, que não teve contato com o Sr. Alemão, como Sr. Edgar Lange Filho.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo, não tive contato com ele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há registro em depoimentos que teria havido uma presença sua nos Correios às 14h30. Já o senhor Joel confirmou aqui, confirmou não, afirmou à CPMI que teria chegado às 17h no Correio, a gravação teria se dado às 17h. O que o senhor estava fazendo lá às 14h30, naquele dia da gravação, que foi levada a **Veja** lá nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não estive nos Correios nesse momento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não teve nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não estive nos Correios.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor não acha estranho que essa fita do Rol, a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti, até hoje não tenha aparecido? Eu até requeiro, Sr. Presidente, que seja expedido com toda a velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com toda a velocidade o requerimento dessa fita aqui.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ninguém mais do que eu torce para o aparecimento dessa fita.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há quanto tempo o senhor conhece o jornalista Policarpo Júnior, que não é o Policarpo e Quaresma do Triste Fim, a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheço o Policarpo ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Espero que esta CPMI não tenha o triste fim, que ela esclareça todas as linhas investigativas sem abandonar qualquer linha investigativa que surja no correr dos seus trabalhos.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu o conheci quando do episódio da matéria do Deputado André Luiz, quando conheci o jornalista Policarpo Júnior.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quando foi?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ano passado. Tem um ano e pouco.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Houve quatro gravações feitas pelo Sr. Joel, acompanhado do João Carlos Mancuso Vilela, com equipamento do senhor.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Houve, houve quatro tentativas de reunião.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantas houve? Duas gravações, com um fracasso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então foram três tentativas, uma não deu certo e duas deram certo. Mas somente na última ele estava acompanhado.

Essa segunda, o que é que tinha, Sr. Jairo Martins, nesse segunda, que o senhor viu lá no carro? Essa dos dezoito minutos, que o senhor falou quinze. O que é que tinha na gravação? Aliás, quero também, Sr. Presidente, ratificar o requerimento, que essa fita que foi entregue pelo Deputado Carlão seja transcri-

ta e disponibilizada para todos os membros da CPML. Porque ela foi entregue à semana passada e até agora não temos notícia. Está aqui até o Deputado Carlão ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a formalize e será atendido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado. Quero saber o que tinha nessa fita, em poucas palavras, porque o tempo está se esgotando.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Vi pouca coisa da fita. Que me lembre, do trecho que vi, ele cita ter contatos com o genro do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele fala só do contato do genro Marcos Vinícius, genro do Deputado Roberto Jefferson, com o Sr. Marinho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É, ele relata ter contato com ele. Do pouco que vi.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E, pela sua experiência, o senhor acha que é razoável que alguém contrate um araponga, um profissional para fazer filmagem clandestina e direcione, alegando que é apenas uma briga comercial, interesse contrariado, e direcione a filmagem, através das perguntas formuladas, para uma área completamente diversa daquela, objeto da disputa comercial?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, aí é uma pergunta que eu não tenho...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Queria saber a sua experiência, como ex-membro da Abin.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha experiência me diz que devo me calar, porque a gente só fala de fatos concretos. A minha experiência é de Inteligência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não acha estranho, por exemplo, que o Sr. Arthur Waschek, que é empresário ligado à área de compras, procurar direcionar na arapongagem por ele encomendada as perguntas para a área de informática?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não tenho como responder, excelência, a minha questão foi só técnica, produzir o equipamento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem avaliação sobre isso? Quando é que o senhor foi apresentado ao Sr. Joel Santos. Qual a sua impressão sobre ele? O senhor achou que ele era um homem experiente em trabalhos de filmagem? Pareceu-lhe nervoso, incomodado com a situação, de estar fazendo algo que é ilegal? Qual a sua avaliação, como homem experiente, ex-membro da Abin, repito?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha avaliação dele? Não tenho muita experiência não. Ele

parecia nervoso. Agora, fui apresentado a ele e o orientei tecnicamente. É fácil de operar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – a que o senhor atribui a realização de uma terceira filmagem, uma terceira reunião e, portanto, a segunda filmagem que prestou, se o próprio jornalista Policarpo Júnior já tinha lhe dito que os fatos contidos na segunda gravação eram graves, por que é que se tentou ainda uma terceira, e nessa terceira houve um desvio do foco, passou a ser o da informática? O senhor atribui isso a quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei, Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas o senhor me disse que conversou com o jornalista Policarpo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, mas a questão da outra gravação é a questão do empresário Arthur. Aí eu não sei, não tenho como falar para o senhor o que é que ele queria. Não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor, nas conversas com o Policarpo, de tudo que ouviu, não imagina que houve outros interesses também na gravação do Waschek? Porque começa a ficar claro, Sr. Jairo, aqui, é que o Sr. Waschek tinha um interesse contrariado pelo Sr. Maurício Marinho, Sr. Relator, mas que, no curso dessas gravações, daí por que a insistência inclusive com a terceira, houve também outros interesses que foram perseguidos por essa gravação. O senhor não arrisca e não avança nenhuma interpretação disso? O senhor, por exemplo, não imagina que o Sr. Fortuna entrou nesse processo, e aí o senhor tem a esclarecer porque entrou muito em contato com o Sr. Policarpo, o senhor não tem nenhuma idéia, por exemplo, se o Sr. Fortuna entrou também nessas investigações e dirigiu as perguntas a serem feitas?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, não sei, não conheço o Fortuna, não sei da participação dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu tenho uma série de outras perguntas, vou me reescrever depois, Sr. Presidente. Mas a última pergunta que deixo é: como é que é, como é que foi o diálogo, o acerto, o entendimento do Sr. com a revista **Veja** e por que a revista **Veja** e não outras revistas?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acerto não teve nenhum. A revista **Veja** porque fiquei amigo do jornalista, no momento da primeira matéria dele, achei que ele era uma pessoa correta e procurei a revista...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De novo a tese de que o Sr. faz tudo que os seus amigos pedem apenas por filantropia, mesmo que sejam operações

arriscadas, muitas delas entrando no limite da ilegalidade, sempre para atender aos amigos. É isso que o Sr. quer dizer aqui à Comissão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Essa questão da ilegalidade é discutível, né!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado pela sua filantropia e pela sua extrema solidariedade aos seus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu também entendo que no mínimo este depoimento não é prioridade. É claro que a investigação policial já feita dá os elementos necessários para que se faça um julgamento sobre a existência de ilícito ou não, delito, ter havido delito ou não na execução da gravação que afinal prestou um grande serviço à sociedade porque fez explodir o tumor da corrupção exigindo agora essa assepsia geral e irrestrita que estamos tentando realizar. Então o nosso objetivo não é alcançar o Sr. Jairo Martins na investigação policial. Eu particularmente não tenho nenhuma preocupação com isso. A minha preocupação é outra. Não me cabe aqui explorar eventuais contradições havidas entre o depoimento na Polícia Federal com o depoimento que ora presta o Sr. Jairo Martins. Se ele ouviu sozinho a fita ou se ele não ouviu sozinho a fita pouco me importa. Se foi ele o responsável pela divulgação ou se foi o Sr. Arthur também não me importa. O Sr. Arthur responsabiliza o Sr. Jairo. O Sr. Jairo diz que foi a pedido do Sr. Arthur, mas isso não me importa. O que me importa investigar é a corrupção.

Mas antes de dizer o que importa, preciso também por uma questão de justiça fazer referência a essa tentativa de ironia de mau gosto em relação ao jornalista Policarpo Júnior. Eu o conheço há bastante tempo. É um dos jornalistas mais competentes que conheço, sobretudo sério, responsável, ético que preserva a fonte como eticamente é do seu dever. Portanto, não cabe nenhuma tentativa de ironia relativamente a presença dele nesse episódio que foi essencial também para que a sociedade possa exigir, possa exigir o rigor da lei em relação aqueles que praticaram atos delituosos, sobretudo no campo da corrupção que é, sem dúvida, responsável pela miséria, em boa parte pela miséria, pela pobreza e pelo subdesenvolvimento do nosso País. É claro que este País seria muito mais rico, muito mais poderoso não existisse essa roubalheira desenfreada que temos o dever de combater, sobretudo agora.

Portanto, é claro que seria... Até pode ser que o Relator, Osmar Serraglio, recolha algum subsídio desse depoimento para o seu relatório final, mas não acredito que possa recolher subsídio de importância em relação aos objetivos fundamentais desta Comissão Parlamentar de Inquérito que é investigar a corrupção. É descobrir quais são os corruptores, os corrompidos, enfim, os corruptos. É desmontar este modelo de corrupção implantado na atual gestão de Governo que a meu ver é a parte suja desse projeto de poder – aqui já me referi em outras oportunidades. Na verdade, o que há é essa arquitetura real de um projeto de poder de um grupo que sonhou em permanecer por muito mais tempo no exercício do Poder Maior no País, e esta é a parte suja desse projeto de poder. Os principais arquitetos desse projeto colocam a tese de que o fim justifica os meios que estão liberados para corromper e para a corrupção porque imaginam estarem trabalhando a favor do País, já que entendem ser o seu Projeto o Projeto adequado para atender as aspirações nacionais e, evidentemente, ao fazer com que os meios justifiquem os fins, estão possibilitando que outras figuras deletérias possam buscar, através dos meandros da corrupção, encontrar meios de satisfazer o seu desmesurado apetite pessoal de enriquecimento ilícito. Não há dúvida de que este é o quadro que se desenha neste momento e é em função disto que devemos trabalhar. Temos muito a investigar e nós estaríamos ganhando tempo se estivéssemos ouvindo, aqui, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. José Dirceu, o Sr. Silvio Pereira, o Sr. Luiz Guschiken, o Sr. José Genoíno que são figuras centrais – são os principais coadjuvantes do Presidente da República desde o tempo em que presidia o PT e sobretudo agora que preside o País. São as pessoas da sua intimidade que participam das reuniões decisivas, que opinam, que influenciam, que viajam com o Presidente. Enfim, são os coadjuvantes de primeira linha do Presidente Lula os responsáveis maiores pela arquitetura desse modelo espúrio de relacionamento Executivo-Legislativo. Eles devem ser, sim, figuras centrais da nossa investigação. É evidente que nós estaríamos ganhando tempo porque, hoje, discutindo, aqui, a quebra do sigilo bancário de Delúbio Soares e outras pessoas, nós estaríamos ganhando tempo, aprovando requerimentos que exigem providências administrativas no sentido de se buscar informações. Por exemplo: quais são os contratos existentes que implicam na presença do Sr. Marcos Valério como avalista ou como devedor solidário? Enfim, nós temos que buscar elementos para reunirmos provas documentais que possam dar substância ao Relatório final, capaz de indiciar os verdadeiros responsáveis pela corrupção no País.

Portanto, eu não vou formular ao Sr. Jairo Martins. Não vou indagar se ele estava sozinho mesmo ou se não estava sozinho? Se foi ele quem teve a idéia de chamar o Polícarpo para esta divulgação ou se foi o Sr. Artur? Tudo isto, eu repito, não importa muito. O que importa é desvendar os mistérios dessa corrupção e, mais uma vez, Sr. Presidente, eu vou insistir para que deliberemos hoje. Aliás, não deliberar sobre Requerimentos é cercear o direito ao livre e completo e absoluto exercício do mandato parlamentar. Nós não podemos ter esse cerceamento ao exercício do nosso mandato. Apresentar Requerimento faz parte desse exercício. Vê-los deliberados, também. E é regimental. A deliberação é prioridade. Há uma prática nas Comissões Parlamentares de Inquérito em que o Requerimentos apresentados, quando há quorum, são deliberados imediatamente. Nós já interrompemos depoimentos importantes em CPIs para submeter à deliberação Requerimentos de quebra de sigilo e de convocação de depoentes. Sr. Presidente, nós não podemos mais conviver com esta prática de protelar deliberação. A deliberação é urgente. A deliberação é prioridade e isto é regimental.

Então, o apelo que formulo ao final é que deliberemos, hoje, como já está prometido, os Requerimentos fundamentais, estabelecendo a agenda para quinta-feira próxima, a fim de que possamos ouvir Delúbio Soares e Silvio Pereira. E, para terça-feira seguinte, para que ouçamos José Dirceu e José Genoíno e para que quebrems o sigilo bancário no dia de hoje do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Silvio Pereira, inicialmente, já que há outros requerimentos de quebra de sigilo, sugiro que se convoque uma reunião para quinta-feira desta semana, às 9 horas da manhã, quando poderemos limpar a pauta, votando todos os requerimentos até agora apresentados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, com a palavra o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, apenas para que eu possa ordenar a minha vida pessoal, eu gostaria de saber, já que a minha inscrição é lá no final, se vai haver alguma interrupção para o almoço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Acho que sim, porque ninguém é de ferro, Deputado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu pretendia sair e voltar, de maneira que ficasse assegurada, então, a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sem dúvida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para complementar a questão de ordem do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é uma prática muito comum a interrupção dos trabalhos para almoço. Normalmente não há essa interrupção, há um lanche, e os Parlamentares se revezam. Não há necessidade de interrupção numa CPMI tão importante como esta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A maioria é quem decide.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estranhei em outras reuniões...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem almoço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se decidirem assim, não interromperemos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em outras reuniões, estranhei muito essa interrupção.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem almoço. Quem estiver desmaiando, lancha. Sem almoço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Submeto à apreciação de V. Ex^{as}.

Os que concordarem com a interrupção se manifestem. Os que discordarem permaneçam sentados (Pausa).

Não haverá interrupção.

Com a palavra, o Deputado Henrique Fontana.

Desculpe-me. Com a palavra, o Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o Deputado Henrique Fontana. Ambos têm barba.

Com a palavra V. Ex^a, ilustre Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela condução dos nossos trabalhos, assim como cumprimento o nosso Relator mais uma vez e dizer que, do nosso ponto de vista, esta CPMI tem feito um trabalho absolutamente criterioso na busca da investigação, que é o que todos nós queremos. É evidente que pode haver controvérsias sobre qual a melhor ordem para ouvir tal ou qual testemunha ou depoente, mas fato é que nosso trabalho tem confirmado que esta CPMI tem caminhado na busca de provas e na investigação

criteriosa, profunda e responsável do tema que constituiu essa CPMI.

Sr. Jairo, na verdade, só quero uma resposta rápida do senhor, mais uma vez, sobre quais foram as pessoas que participaram da encomenda da gravação que todos nós assistimos, gravada com o Sr. Maurício Marinho, dentro da sede dos Correios.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Sr. Arthur Wascheck.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E ele encomendou com que objetivo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O objetivo dele era divulgar o fato.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Divulgar o fato.

Estranhei, Dr. Jairo, quando o senhor disse que a outra fita o senhor não teve paciência para ouvir. O senhor confirma que não ouviu a outra fita por falta de paciência?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ela toda, não. Confirmo que não ouvi a fita toda.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Confesso que achei muito estranho porque o senhor estava movido por aquilo que o senhor falou ser o jornalismo investigativo, tinha um material tão importante do ponto de vista do jornalismo investigativo e não teve paciência de ouvir a fita. Isso me retira bastante a credibilidade das coisas que o senhor está colocando aqui.

De qualquer modo, quero colocar reforçar algo que para mim – existem opiniões diferenciadas dentro desta CPMI – vai se consolidando como convicção. A fita que ouvimos – e felizmente ouvimos, como foi dito aqui por muitos Deputados e Senadores – indica claramente um foco de corrupção dentro dos Correios. Este foco de corrupção envolve o Sr. Maurício Marinho, toda a fala e todos os indícios que nós temos é de uma proximidade muito grande do Sr. Maurício Marinho com o Sr. Roberto Jefferson, por isso eu digo que o Deputado Roberto Jefferson, ao mesmo tempo que todos nós devemos dizer: vamos, sim, investigar todas as questões que são levantadas pelo Deputado Roberto Jefferson, mas não vamos transformá-lo num herói da República, defensor da ética na gestão pública, porque nós poderíamos estar cometendo um erro muito grave para com a história do nosso País.

Eu tenho uma convicção cada vez maior de que o Deputado Roberto Jefferson está, sim, envolvido com o esquema de corrupção que nós estamos desvendando dentro dos Correios e passou à posição de grande acusador, independente da veracidade ou não das coisas que ele diz, exatamente no momento em que ele percebe que a investigação conduzida sob o

foco de corrupção nos Correios vai atingir ao Deputado Roberto Jefferson.

Então, o País e nós todos, Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas, temos que ter uma enorme responsabilidade para, ao mesmo tempo que defendemos toda investigação sobre todas as questões que estão levantadas, nós não transformemos o Deputado Roberto Jefferson numa espécie de herói da luta pela ética na política no nosso País, porque eu tenho a convicção de que ele não preenche os requisitos para se transformar nesta figura dentro da política brasileira ou dentro do cenário do nosso País.

Quero dizer também a um Deputado do PFL que me antecedeu que nós não temos nenhuma prova que permita a um Deputado do PFL acusar que o atual Governo é um Governo composto por uma quadrilha ou por uma camarilha. Esse tipo de debate político coloca bem qual o objetivo que move algumas das vozes que, dentro desse processo de investigação que nós estamos conduzindo, querem fazer o julgamento político antecipado, precipitado, sem provas e sem o critério que todos nós devemos ter ao analisar as situações que estamos analisando.

Eu vou abordar, Presidente, ainda nesses quatro minutos, um tema que tem sido muito debatido. Eu sou um defensor de que nós devemos fazer alterações na gestão pública do nosso País, para que se diminuam os cargos em comissão de livre nomeação pelos governos que se sucedem por decisão democrática da população.

Acho que todos nós devemos incentivar um aperfeiçoamento como este. O Brasil, por exemplo, tem 19 mil cargos de livre nomeação. O nosso Governo nomeou 5 mil cargos de livre nomeação, os outros 14 mil continuaram sendo ocupados por pessoas que estavam exercendo essas funções, nomeadas por governos que nos antecederam.

Evidente que o critério de uma nomeação tem que ser, quando se trata de um cargo de direção, de coordenação, um duplo critério. O primeiríssimo: a competência da pessoa que será nomeada para exercer aquela função. Por exemplo, quando eu fui Secretário de Saúde de Porto Alegre – nós temos aqui ex-Governadores, ex-Secretários de diversas áreas, ex-Prefeitos –, eu decidi a nomeação, por exemplo, do Diretor-Geral do Hospital do Pronto-Socorro de Porto Alegre. Qual é o critério para nomear esse Diretor-Geral do Hospital do Pronto-Socorro? Em primeiro lugar, ele tem que ter uma alta capacidade para dirigir um hospital com aquela complexidade. Em segundo lugar, evidentemente, ele tem de ter compromisso com a visão programática do secretário e do prefeito eleitos naquela eleição. Por exemplo, não posso nomear para dirigir a Eletrobrás

alguém que queira privatizá-la. Não posso nomear para exercer uma determinada função num ministério alguém que tenha compromisso com o governo que está exercendo o poder no País no momento. É contra a privatização? Não posso nomear alguém que tenha compromisso com a privatização.

A acusação de loteamento político-partidário não se sustenta porque os governos sempre foram montados com estes dois critérios: a identidade do projeto que venceu as eleições e a identidade com a boa qualidade de quem vai exercer uma determinada função pública. Se alguém utilizar, em qualquer governo, uma função pública para obter vantagens ilícitas, isso, sim, é um ilícito e um crime que deve ser, evidentemente, denunciado, investigado e punido.

Por isso, digo também que as críticas precitadas, que aparecem sem provas, aquilo que nós provarmos, como estamos provando em torno, por exemplo, dos Correios, devem ser punidos, deve ser responsabilizados. E é isso o que o Brasil quer. Mas não podemos aceitar uma generalização de um denunciismo sem provas, que envolva um conjunto de dirigentes, gerentes, chefias que estão exercendo seus papéis com dignidade e compromisso público.

Vou falar uma última frase, Sr. Presidente, para ficar dentro do meu tempo. Vejam o caso dos Correios. É uma estrutura absolutamente qualificada para atender ao interesse público deste País. Sou daqueles que defendo que os Correios devam continuar sendo públicos sempre e sou daqueles que digo que 99% – se eu pudesse fazer um cálculo para ilustrar minha fala – de todas as pessoas, funcionários de carreira, funcionários em chefia, direções, etc, trabalham com dignidade dentro dos Correios, fazendo daquela empresa uma empresa que orgulha o nosso País.

Portanto, aquilo que estamos descobrindo aqui, que é um foco de corrupção, não pode nos servir para alguns discursos que ouço e leio, às vezes, de que o problema do País seria o papel do setor público. Não! O problema do País, quando se trata de corrupção, é o papel de uma pequena parcela de dirigentes públicos ou servidores públicos que se envolvem com corrupção e o papel dos corruptores...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Concluo, Sr. Presidente. O papel dos corruptores, que são os fortíssimos interesses empresariais, que, muitas vezes, exercem o papel de corruptores para obter vantagens indevidas nos negócios com o setor público.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Com as minhas escusas, concedo a palavra ao ilustre Deputado Jamil Murad. Minhas escusas porque havia pulado o nome de S. Ex^a. Logo em seguida, o Senador César Borges.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

É muito importante a opinião pública e os telespectadores acompanharem de perto a opinião de Deputados e Senadores nesta Comissão. Há Deputados e Senadores que usam o tempo apenas para dar opinião em outros assuntos sem fazer perguntas pra investigar quando S. Ex^{as} assumiram o compromisso de fazer investigação sobre a corrupção nos Correios.

Existe um submundo nessa questão. O Sr. Jairo não é isolado. A vida vai mostrando as relações e inter-relações com ele e é importante para o patrimônio público, para a democracia, para o interesse do Brasil, da sociedade brasileira, que conheça esse grupo que age no submundo, que age não a favor do interesse do Brasil ou da liberdade, mas vamos ver um aqui que vem logo em seguida que ele era braço direito, inclusive na época da Ditadura, do Major Curió no garimpo de Serra Pelada, onde não existia lei, existia exploração total daqueles garimpeiros. Muito bem. Seu Carlinhos Cachoeira, o genro dele, Casser Bittar, apresentou...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, permite só uma intervenção rápida? Eu dei essa informação de genro, mas equivocada. Ele é sobrinho. A informação que me veio é que ele é sobrinho.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela informação que tenho aqui, na minha pesquisa, a informação que tenho é que era genro. Então, ele é sobrinho. Mas é ligado, então, ao seu Carlinhos Cachoeira, não é? Então, ele que apresentou o investigado aqui, o depoente, Jairo Martins, ao Arthur Waschek?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O senhor está me perguntando?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Exato.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele quem apresentou.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Isso.

Quem o contratou para gravar o Deputado André Luiz, que foi cassado há dois meses atrás?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em respeito a V. Ex^a, vou voltar a responder. Eu não fui contratado, eu fui “contactado” por um amigo, Alexandre Chaves.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Alexandre Chaves. De onde é essa pessoa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É um amigo meu de Brasília.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Estou recebendo a informação que é sócio de Carlinhos

Cachoeira numa empresa. O Deputado conhece esse aspecto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se eu conheço esse aspecto?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheço.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sabe que ele é sócio do Carlinhos Cachoeira?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sei, tenho conhecimento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, olhem o quanto é importante esse depoimento, que tentaram evitar que ele viesse aqui, que Senadores falaram e Deputados falaram que não era importante este depoimento, que podia desprezá-lo, que iam ouvir políticos. Muito bem. Quem fez a gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Qual gravação?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Do Deputado André Luiz.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu e o Alexandre Chaves.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque o Joel, que fez depoimento aqui, falou que ele participou dessa gravação. É verdade?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Qual gravação?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Dessa do André Luiz.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em hipótese alguma.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você gravou o Waldomiro Diniz?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também não. Já informei que nesse período eu não conhecia o Sr. Carlos Ramos, como consta no meu depoimento na Polícia Federal. Foi informado que eu...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quem gravou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quem gravou quem?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Waldomiro Diniz?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deputado, se eu não gravei, como é que eu vou saber quem gravou?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas você é desse submundo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor, não sou do submundo não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Joel, Srs. Deputados, o Joel, que recebeu o aparelho gravador

das mãos desse depoente que está aqui – quero que o público veja a ligação –, o Joel, que gravou o Sr. Marinho, que todas as pessoas viram na televisão, ele recebeu o aparelho desse depoente, o Joel. É o mesmo que em 1992 detonou uma licitação no MEC com Arthur Wascheck e é o mesmo que recebeu a incumbência, carta branca do Arthur Wascheck para ir detonar uma licitação de compra de uniformes em São Paulo e que entregou essa investigação, o resultado dela, para o Vereador Marcos Zerbini, do PSDB da Câmara de São Paulo.

Outra questão. Essa ligação Carlinhos Cachoeira, a Cassação de André Luiz, a gravação do Marinho que deu essa crise que estamos investigando agora, a detonação da compra de uniforme lá em São Paulo, na Prefeitura de São Paulo, que entregou na mão do Vereador do PSDB Marcos Zerbini mostra que existia uma motivação política, além de interesses sujos de ganhar dinheiro com extorsão, vender informações, trabalhar a favor de um grupo político contra outro, existia essa motivação política. Temos que descobrir, a sociedade brasileira agora tem que cobrar dos Senadores e Deputados que continuem nessa investigação. Um nome já vimos qual é, o Deputado Roberto Jefferson, que é envolvido nessa corrupção dos Correios. Mas temos que saber quem comanda politicamente esse submundo, que detonou o caso Waldomiro Diniz, que detonou o caso Marinho, que detonou um caso na Prefeitura de São Paulo. Quem é o comando político disso? Esse grupo, por exemplo, nunca levanta o caso do S. Daniel Dantas, do Banco Opportunity, que estaria interessado, está envolvido numa briga de vida ou morte em torno de interesses contra fundos de pensão.

Também, alguns setores políticos – em geral, conservadores, que querem substituir o Presidente Lula – não levantam que o S. Dimas, que foi destituído de Furnas, era apadrinhado do Governador Aécio Neves. Nós que temos que levantar, porque eles nunca levantam. Eles também nunca levantam que o Sr. Marcos Valério, se eles querem falar, trabalhou em duas campanhas para o hoje Senador Azeredo. Eles nunca levantam também que o Sr. Marcos Valério entregou R\$150 mil para o ex-Ministro do Fernando Henrique Cardoso chamado Pimenta da Veiga.

Alguns falam aqui que é quadrilha. Não. O Governo do Presidente Lula e o Presidente Lula são honrados, são filhos do povo. Se há erro, ele encabeça a investigação, procura colocar todos os instrumentos para a investigação. Não podemos concordar em jogar a água suja com a criança fora, mas há Deputado aqui que já fez discurso hoje querendo a cabeça do Presidente. Eu não sou ingênuo, o povo brasileiro tem muito a perder com esse grupo político que detona nes-

ta CPMI. Procuraram encobrir e elogiaram de cabo a rabo o Deputado Roberto Jefferson, dispensaram gente que não acabou o depoimento, procuraram retardar o depoimento desse depoente, que é muito importante para podermos ir mais fundo para detonar esse tumor que está na base da corrupção. Sai governo, entra governo, um grupo age em proveito próprio, age para efeitos políticos, para detonar um grupo político para dar vez à volta das velhas raposas que governaram o Brasil nesse último século todo.

É por isso, Srs. Deputados e caro telespectador, que esta CPMI precisa funcionar mesmo, ela precisa ir fundo. O telespectador, a opinião pública, precisa saber aqui quem quer investigar e quem não quer, quem quer apenas fazer o proselitismo para derrubar o Presidente Lula. Não acho que querem derrubar apenas o Ministro “A” ou “B”. Acho que eles querem derrubar o Presidente Lula para voltar ao Poder, para dar continuidade à privatização da Petrobras, à privatização do Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Peço a V. Ex^a que conclua, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ...a uma nova reforma previdenciária e para tirar mais direitos dos trabalhadores. Queremos um programa de mudança, e, para mudar, é preciso eliminar a corrupção que for provada, fortalecendo e sustentando um Governo que é filho do povo: o Governo do Presidente Lula.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. S^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Temos assistido, nesta Comissão, a muito diversionismo. Lamentavelmente, alguns dos Srs. Parlamentares que dizem querer a investigação procuram, na verdade, abafar ou desviar o assunto que toda a Nação brasileira já conhece e está conhecendo dia-a-dia, infelizmente, Sr. Relator, Sr. Presidente, não pelo trabalho que estamos realizando, mas pelo trabalho de um jornalismo investigativo, feito de forma competente. A verdade está aparecendo e os fatos estão vindo à tona, porque eles existem. Não é questão de Direita ou de Esquerda. Não sou investigador nem fui atrás de documento algum. Sei dos acontecimentos, efetivamente, pois leio todas as revistas semanais e todos os jornais. Aí estão as denúncias que estamos vendo.

Lamento, Sr. Presidente, que os trabalhos da Comissão estejam se arrastando lentamente. Repito – já o fiz diversas vezes – que passaremos à Nação brasileira, à opinião pública que estamos fazendo aqui

um faz-de-conta, e a imprensa trará toda a verdade e as denúncias. Se existe o denunciismo, é da imprensa brasileira que pode ser cobrada disso. Hoje, há diversos artigos publicados nos jornais sobre esse assunto. Por exemplo, no **Jornal do Brasil**, Augusto Nunes diz: “Enquanto a CPMI caça trombadinhas, os ladrões do trem pagador contam dinheiro na locomotiva”. Estamos fazendo um papel de ouvir trombadinhas, segundo a imprensa brasileira. E diz mais ainda: “O que se procura nesta CPMI é obstruir obtenção de provas fundamentais para o esclarecimento de parte das incontáveis patifarias que compõem o pântano da corrupção”. Sr. Presidente, devemos trabalhar para que isso não aconteça e não paire esse tipo de acusação sobre esta CPMI e sobre todos os seus membros. Efetivamente, quem tem procurado encobrir fatos nesta Comissão tem sido a Bancada do Governo.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, devo dizer que não temos encontrado na direção dos trabalhos da Casa a vontade de acelerar esse processo, e acelerar o processo significa, antes de tudo, colocar em apreciação os requerimentos e votá-los. Um requerimento de minha autoria foi apresentado no dia 15 de maio, e faz 20 dias que não foi apreciado. Estamos no dia 5 de julho, e os requerimentos estão aí há 20 dias. Por exemplo, o Requerimento nº 5, ou seja, o quinto a ser apresentado, requer o depoimento do General Jorge Félix, que comanda o gabinete de segurança institucional da Presidência da República. É uma autoridade que deve responder às dúvidas dos Srs. Parlamentares. Havia conhecimento do gabinete institucional da Presidência da República da investigação nos Correios, da corrupção dos Correios? Que providências não foram tomadas? Havia ou não? Pedirei ao Sr. Jairo Martins que me responda a esses questionamentos? Efetivamente, não. Da mesma forma, o Requerimento nº 6 requer a convocação do Sr. Mauro de Lima e Silva, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin –, que, segundo o **Jornal Folha de S. Paulo**, está investigando os Correios.

Pergunto sobre essa questão ao Dr. Jairo Martins de Souza, que há quatro anos não está na Abin. Se hoje ele trabalha na referida Agência – e creio que o faz –, é de forma solerte, não trabalhando de forma direta. Ele é contratado para fazer trabalhos que a Abin não deseja fazer. Então, Sr. Presidente, essa é uma situação que não podemos mais aceitar que aconteça.

Há outra situação, Sr. Presidente. As informações da Secretaria da Comissão não estão chegando em tempo hábil para os seus membros, saindo, às vezes, em *sites* que não são oficiais. Por *sites* que não são oficiais da Comissão nem do Senado saem informações privilegiadas.

Aqui, Sr. Presidente, há um requerimento do início de junho, pedindo que dois servidores da Casa que estão à disposição dos Parlamentares da Oposição, o Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello* e o Sr. André Eduardo da Silva Fernandes*, tivessem, como assessores dos Parlamentares, acesso a todo o material que compõe o acervo – sigiloso ou não – desta Comissão. Até hoje, não houve, Sr. Presidente, uma deliberação efetiva da Presidência dos trabalhos desta Casa quanto ao acesso para esses servidores.

Então, Sr. Presidente, lamentavelmente, solicitamos que a Presidência supere esses problemas para que possamos fazer o trabalho que nos compete e que é nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pretende fazer alguma pergunta neste momento?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não entendi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O depoente está pedindo para ir. Se V. Ex^a não tiver pergunta neste momento, vou liberá-lo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Farei, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então, interrompa por dois minutos, pois ele merece ser atendido.

V. Ex^a esteja à vontade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a suspendeu a contagem do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está suspenso no meu relógio. Pode ficar tranquilo, porque V. Ex^a terá o tempo integral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o meu tempo que quero que ele suspenda.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O cronômetro está parado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, enquanto ele não chega, vou apenas continuar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sim. Vamos ganhar tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não podemos ficar aqui ouvindo arapongas de terceira categoria enquanto o próprio PT está andando mais rápido, porque já está começando a limpeza do Partido. Já caiu o Sr. Sílvio Pereira, hoje é o Sr. Delúbio e, depois, será o Sr. Genoino. E nós ficamos ouvindo os arapongas que fizeram a gravação da fita.

Então, o PT está mais ágil e rápido em fazer a sua limpeza interna do que a própria Comissão. Precisamos ouvir, Sr. Presidente, rapidamente, o Sr. Delúbio Soares, o Deputado José Dirceu, o Sr. Sílvio Pereira e

o Ministro Luiz Gushiken*, que está envolvido, inclusive, em favorecimento por meio dos próprios Correios. Nada disso sequer foi, ainda, votado, Sr. Presidente. É lamentável que estejamos nessa situação.

Mas, para aproveitar o meu tempo e vendo a presença do Sr. Jairo Martins, não vamos descaracterizá-lo por ser meramente uma pessoa que praticou um ato de arapongagem – e ele já fez alguns. Mas, efetivamente, ele não esclarecerá, para ninguém nem para qualquer pessoa que nos ouça no País, esse antro de corrupção ativa no Governo e que permeia todo o Partido dos Trabalhadores, salvo honrosas exceções.

Gostaria até que os Parlamentares não se expussem – aqueles que efetivamente não participaram desses atos – e que deixassem com os verdadeiros culpados, porque acredito que muitos dos Srs. Parlamentares apenas são do Partido dos Trabalhadores, mas não estavam a par desses acontecimentos que são reais. No momento em que a revista **Veja** apresenta à nação brasileira um empréstimo do PT num banco que cresceu, do ano passado para cá, 222% do seu patrimônio líquido e esse empréstimo foi concedido após uma audiência com o Ministro José Dirceu e que leva o aval do Sr. Marcos Valério, que é um avalista honrado, porque pagou a prestação pelo PT, que foi, na verdade, o tomador de empréstimo que não cumpriu suas obrigações, quando se faz essa relação, os Deputados e Senadores do PT poderiam até se preservar para preservar suas imagens.

Sr. Presidente, eu queria perguntar ao Sr. Jairo o seguinte: O senhor tem conhecimento de que a Abin tem feito ações de investigação junto à Empresa de Correios e Telégrafos ou que estejam em andamento essas investigações?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor, Excelência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca tomou conhecimento disso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Só através da imprensa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Agora, quando o fato veio a público.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Volto a perguntar porque considero muito difícil que V. S^a não tenha relações com o tal Comandante Molina e o Sr. José Fortuna. É essa a sua posição?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha posição é esta: nunca estive com eles.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nenhum relacionamento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhum relacionamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Poderá V. S^a me dizer aqui por que não disse na sua declaração quem foi que fez a varredura na empresa do Sr. Arthur Wascheck?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi um amigo meu de nome Francisco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dê o nome.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Francisco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Francisco de quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, não sei o sobrenome.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É seu amigo, mas é só Francisco?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É meu amigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tem sobrenome?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O sobrenome dele eu não sei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele pertence aos quadros da Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, de maneira alguma. Nunca pertenceu, nem pertence a nenhum órgão de Inteligência.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a poderia declinar aqui o endereço dele, onde ele trabalha?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O endereço dele eu não sei, mas posteriormente, sendo solicitado pela CPML, posso...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse consignado pelo Relator que ele desse esta informação aqui: Quem é esse amigo dele que fez essa varredura, porque ele apenas dá o nome – Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – E eu, de pronto, já me comprometo a fazer isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ouvi de V. S^a um conceito de trabalho sujo, de que a Abin não faz trabalho sujo. É um conceito subjetivo do que é sujo e do que é limpo, porque há trabalhos na Abin que são secretos ou não. É uma coisa muito subjetiva. Porque a Abin, pelo que estou informado, tem investigado os Correios. Inclusive, o resultado dessas investigações tem sido dado conhecimento ao Diretor de Operações, que é o seu amigo, o Paulo Ramos, e que o Paulo Ramos, provavelmente cumprindo suas obrigações, encaminhou esses resultados para as instâncias superiores, que é o Diretor-Geral da Abin, e provavelmente até ao

Ministro Félix, da Segurança Institucional. Portanto, que conceito é esse de trabalho sujo ou limpo que há nesses aspectos das investigações que são feitas de forma secreta, insidiosa, com câmera dentro de pasta ou não. A Abin faz esse tipo de trabalho que V. S^a fez, por exemplo, para o Arthur Wascheck?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – De forma alguma. Existem serviços, como o senhor colocou, secretos. Agora, sujos eu desconheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que é sujo e o que é limpo nesse mundo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, porque Parlamentares colocaram aqui serviço sujo. Eu gostaria que fosse colocado primeiramente o que é que é esse sujo para que eu pudesse diferenciar esse sujo do secreto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para V. S^a, o que é sujo e o que é limpo nesse caso? O seu trabalho foi um trabalho limpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Colocar uma câmera de forma insidiosa, levar e fazer uma gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acredito que sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a estaria participando de um complô coordenado pela Casa Civil, com a participação da Abin, para fazer essas gravações e que essas gravações levariam a desestabilizar Diretores do Correio, para que pudessem permanecer Diretores do interesse do Partido do Governo, o Partido dos Trabalhadores?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Respondo a V. Ex^a que de maneira alguma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, é um trabalho que V. S^a nega ter feito.

Mas nós assistimos aqui a vários depoimentos, Sr. Presidente, e não chegaremos a lugar nenhum. Este não é um trabalho para nós, Parlamentares. É um trabalho para quem tem formação de advogado ou mesmo de engenheiro ou outro tipo de formação. É trabalho para formação de policiais. Quem deve cuidar do Sr. Jairo Martins é a Polícia Federal, que deve fazer essas investigações. Lamentavelmente, estamos aqui perdendo o nosso tempo ouvindo pessoas que não atestam a realidade dos fatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a ultrapassou o tempo. Agradeço.

Com a palavra o ilustre Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, meu caro Presidente, em primeiro lugar gos-

taria que a Mesa pudesse registrar formalmente em que condições estamos ouvindo o Sr. Jairo de Souza Martins se é como testemunha ou como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Investigado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas pela forma de modo a que não venhamos a ter problemas no futuro sobre o processo resultante desta CPMI.

O nosso investigado, Sr. Jairo, afirma que a sua profissão formal é de jornalista e que tem uma grande inclinação para o jornalismo investigativo. Foi isso que V. S.^a afirmou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor. Afirmo isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor vive dessa profissão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atualmente, não. Vivo de uma empresa de monitoramento de alarmes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Monitoramento de alarme e lida com que tipo de equipamento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Alarmes residenciais e comerciais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esses alarmes são de que tipo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – São sensores que você instala a partir de um arrombamento. A partir de um arrombamento, toca em uma central e você aciona a polícia.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sensores, câmaras, gravadores?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não.

Câmaras se o senhor tiver interesse em circuito interno.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tudo bem. Então, o senhor faz por hobby a sua profissão de jornalismo investigativo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, estou iniciando e quero ir por esse caminho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está iniciando por esse caminho depois de ter passado nove anos pelo caminho oficial da investigação da Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim e há quatro anos deixei o caminho oficial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor afirma que ficou nove anos cedido pela Polícia Militar à Agência Brasileira de Informações?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E confirma que há quatro anos está licenciado sem remuneração?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor. Confirmo que há quatro anos estou fora da atividade. Licenciado sem remuneração deve estar chegando a um ano.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor está licenciado sem remuneração e os outros três anos era remunerado e licenciado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Licença especial que se tem direito, férias de um ano, férias de outro ano.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso somado deu três anos de licença?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Posteriormente, eu estive nesta Casa, na Câmara Federal como foi colocado por Parlamentares do PSL – Partido Social Liberal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nesse período, então, há um interstício de permanência nesta Casa. Aqui também o senhor prestou serviços de alarme, serviços de segurança?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Aqui nesta Casa prestei serviços de Assessor Parlamentar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a sua empresa MAS tem quanto tempo de atividade?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – AMS.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – AMS, perdão.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Atuando na área de alarmes ela deve ter um ano e alguma coisa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E antes disso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Antes disso?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor atuava em quê? O senhor falou que atuando na área de alarme tem um ano e pouco e antes disso ela atuava em quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ela estava parada. Não tinha...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor abriu uma empresa e deixou parada?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deixei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor diz que teria interesse no equipamento que o senhor comprou junto à feira do Paraguai.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor aluga equipamento dessa natureza?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu queria o equipamento para mim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor queria para o senhor e isso não era a remuneração para os serviço?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Era a remuneração pelo serviço como foi combinado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era a remuneração pelo serviço. Então, o senhor tem também como fonte de renda o serviço investigativo dessa ordem?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posso ter. Dentro da legalidade, posso ter.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pode ter. O senhor acha que a prática que o senhor fez é legal?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acredito que sim. Isso está sendo discutido na justiça.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E a sua empresa registra a entrada, o ingresso desse equipamento como sendo patrimônio da empresa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor presta esse serviço como pessoa física ou como personalidade jurídica?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu quero entender porque era o primeiro serviço que eu estava prestando. Então...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas é como pessoa física ou como pessoa jurídica, foi isso que eu perguntei.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu, Jairo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pessoa física. Então, o senhor incorpora os equipamentos que auferem dos serviços de grampo para o seu patrimônio pessoal?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Depende do que o senhor considera como grampo?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse que o senhor acabou de fazer.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, isso não é grampo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso é o quê, então?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso não é grampo. Isso foi uma filmagem como, por exemplo, nós temos aqui a emissora de televisão, a Rede Globo que está aqui que se utiliza de câmeras escondidas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Certo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso é grampo?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso não é grampo, isso é uma filmagem com câmera escondida.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi isso que eu providenciei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Servindo para algum tipo de interesse porque o senhor foi demandado, não foi a sua curiosidade que o levou a fazer a gravação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi movido por um interesse terceiro. Esse interesse era um interesse de empresa ou não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Era interesse do empresário que se apresentou para mim.

Qual era o interesse dele eu já deixei claro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele disse para o senhor que estava defendendo os interesses da empresa dele em concorrência junto ao Correio ou não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em determinado momento pode ter sido isso aí, mas se ele queria divulgar, não sei como é que ele ia utilizar isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele queria divulgar e nega que queria divulgar. Diz que o senhor divulgou sem autorização. O senhor disse que viu a primeira fita e entregou a ele para perguntar se devia divulgar ou não. A segunda fita, por conta própria o senhor entregou a ele e entregou a um jornalista?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu estava com um crime na mão. Eu tinha que aguardar o quê?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual é o crime que o senhor estava na mão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Maurício Marinho relata aquele tipo de procedimento que estava ocorrendo dentro dos Correios. Eu tinha que guardar a fita para mim ou eu tinha que entregar, como combinado, para a imprensa?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor tinha combinado com quem para entregar à imprensa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com o Arthur Wascheck.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Bom, o encomendador do serviço nega essa sua informação, aquele que encomendou o serviço ao senhor naquelas duas conversas ocasionais, ou coincidentes, em restaurantes, sucessivamente, como ocorreu aqui.

O senhor menciona, Sr. Jairo, que, do conteúdo da primeira fita, o senhor teria assistido apenas 17 minutos e julgou que não precisaria entregá-la de pronto ao Policarpo.

E a segunda fita o senhor assistiu inteiramente no carro do Sr. Policarpo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor. Parte dela.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Justamente a parte que tinha o crime?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O crime estava comentado pelo Maurício Marinho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois é. Então o senhor assistiu justamente a parte que estava ali.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Desde o início. Ali era o crime contra o patrimônio público, contra a Nação brasileira.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Certo. Então o senhor estabeleceu o juízo sobre a parte da fita que tinha crime ou que não tinha crime, a parte da fita que correspondia ou não ao interesse do empresário que o contratou, e, portanto, o senhor deveria conhecer o roteiro da fita.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não conhecia o roteiro. Foi a esmo. O senhor sorteou um pedaço da fita e coincidiu que ali estava a transcrição do crime ou não.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. A esmo. Foi por sorteio então que o senhor adivinhou onde estava o crime colocado lá.

Veja que nós estamos aqui, efetivamente, diante de um assunto que alguns parlamentares costumam colocar como secundário dentro do tema. Mas vamos aos temas que foram abordados aqui e às justificações daqueles que raciocinam que interesse empresarial e espionagem estão fora do nosso foco de investigação.

Esses mesmos parlamentares atribuem crédito ao que eu ouvi aqui de uma ilustre parlamentar desta Comissão, ao fato de que havia “uma captura de cargos em troca de dinheiro”. Essa conclusão é dada a partir da informação do Sr. Maurício Marinho e da confirmação do Sr. Roberto Jefferson, flagrados em crime.

O Sr. Roberto Jefferson, aqui mesmo nesta CPMI, denuncia que há 23 anos as coisas se faziam assim e sua insatisfação era porque queria trocar diretores e esses diretores não foram trocados. E ele assume, no questionamento que fiz, que cessou a fonte daquilo que há 23 anos funcionava.

Esses mesmos parlamentares que dizem que a disputa de cargos é em função de recursos, que dão crédito ao Sr. Roberto Jefferson, que esses recursos sustentam, por contribuição privada – palavras do Roberto Jefferson, não minhas, verifiquem os depoimentos do Roberto Jefferson –, que as empresas contribuem

voluntariamente, como empresas, ou na conta contribuição – diz ele –, ou na conta de campanha – isso são palavras do Roberto Jefferson –, quando nós estamos vivenciando, neste momento, arapongagem empresarial buscando as vias da sua consecução, esses parlamentares que dão todo o crédito àquilo que foi “denunciado” pelo Sr. Roberto Jefferson agora dizem que não temos que verificar o que está ocorrendo nesse mundo empresarial. Esses parlamentares afirmam que é esse mundo empresarial, pelas formas transversas da espionagem e da chantagem, que interfere nos critérios de licitação e aqui atuam como muro desses interesses empresariais.

É importante que comecemos a refletir sobre quais são efetivamente os objetivos de uma CPMI como esta, que mexe com uma empresa de tradição nacional, com uma das melhores eficiências do mundo, que tem um quadro de profissionais altamente qualificado e demonstra isso pela sua eficiência, e que, neste momento, revela um grande conflito de interesses empresariais disputando, sim, grandes negócios como fornecedores.

No momento em que estamos tocando nos interesses empresariais que encomendam esses serviços de curiosidade investigativa, de ex-agentes da Abin, de estruturas do Estado, como é o caso de policial militar, e o senhor não é o único, que está aqui, parece que é uma coisa secundária, que não se precisa verificar de que maneira essas coisas interagem: os interesses empresariais que disputam concorrências, os interesses políticos que disputam nomeação de cargos e os interesses de conflito entre aqueles que querem ganhar, à custa do dinheiro público, melhores condições empresariais nas licitações.

Portanto, meu caro Presidente, já vou concluindo, diante do nosso investigado aqui. A proteção da arapongagem não merece, da nossa parte, nenhum tipo de crédito. Nos interessa saber quem está por trás, que interesses moveram a sustentação daquele esquema que não sou eu que digo que funciona, é a Oposição e é Roberto Jefferson, e esse esquema funciona a partir de empresas que disputam fornecimento de serviços ou materiais a estatais ou a Ministérios. Quando queremos percorrer o caminho para achar quem está por trás, a cortina volta diante, querendo tapar o sol com a peneira. Não estamos querendo tapar o sol com a peneira. Quando afirmamos que a Polícia Federal tem o seu papel e o está exercendo, ela deve exercer com toda segurança e liberdade. Não fomos nós que reclamamos, em 2002, da Polícia Federal ter flagrado estruturas de campanha de, hoje, uma Senadora que era candidata à Presidência da República. Naquele tempo, diziam que a polícia era política. Esta

Polícia Federal tem prendido militantes do meu partido inclusive, tem denunciado possibilidades de corrupção naqueles que estão nomeados por este Governo. Aí dizem que ela é política contra outros, está intervindo na nossa administração e responsabilizando, como no caso dos “vampiros”, da Operação Curupira, como no caso do Estado do Pará, do Estado de Roraima e Amapá, militantes do meu partido. Quero entender esse tipo de raciocínio. Para mim, está parecendo de fato cortina de fumaça.

Mas vamos cumprir nossa agenda de investigação. E haja que interesse houver, nacional ou transnacional, envolvido nesse tipo de prática investigativa, de curiosa vinculação com aparelhos de Estado que funcionam há 13, 14, 20 anos e que aqui na CPMI muitos dão crédito à veracidade das informações, que tenhamos de fato condição de investigar até chegar à verdade, que precisa ser conhecida pela população, as decisões de punir responsáveis e de conduzir a política pública brasileira ao estágio que a nossa sociedade merece.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, duas observações, até para dar mais trabalho ao Relator.

No decorrer das investigações e hoje, mais uma vez, verifica-se alguns desdobramentos da CPMI. A partir da verificação da denúncia de contratos ou de benefícios através da Diretoria dos Correios, constatou-se, primeiro, que um empresário, Arthur Wascheck, contratou cinco pessoas, sendo três ligadas à área de segurança, para filmar um chefe de uma diretoria administrativa dos Correios, ou seja, um canhão de guerra para pegar um passarinho. Então, efetivamente é algo muito grande para o pouco que foi denunciado. É fundamental aprofundar, verificar que interesses levaram a tão nobre decisão de proceder esse tipo de tentáculos.

E o segundo, que é tão grave quanto o primeiro, é o fato de que pessoas que em algum momento foram ligadas à Abin participam de um processo de monitoramento, ou com a enorme coincidência da utilização de ex-agentes ou ex-pessoas ligadas à área de segurança e área de investigação, ou diretamente, conforme a notícia que é objeto de requerimento proposto hoje pelo PSDB de que a Abin teria pelo menos 15 relatórios sobre o esquema de corrupção dos Correios. E aí há duas vertentes. A primeira: se a Abin tinha conhecimento e não levou ao Presidente da República ou não tomou providências no âmbito da Administração,

é muito sério. Agora, se a Abin não tinha conhecimento e nega sistematicamente o envolvimento dessas pessoas, é uma sucessão de trapalhadas que merece inclusive o desdobramento para melhorar o papel da Abin na área competente, inclusive já está sendo objeto de investigação do Senado.

Então, como consulta e sugestão ao Relator, porque não temos o conhecimento oficial, primeiro, encaminhar um pedido de abertura já de providências junto ou à Câmara Criminal do Ministério Público, ou à Procuradoria da Defesa do Cidadão, para verificar o envolvimento dessas pessoas, para verificar – e essa notícia que ouvi que, das cinco pessoas denunciadas, três foram presas pela Polícia Federal, pelo que li, o Sr. Jairo, e hoje ele confirmou, compareceu espontaneamente à Polícia Federal, a princípio, efetivamente, em tese, não é ilícito na conduta dele. Mas, se houve na conduta das demais pessoas presas, evidentemente pode caracterizar ou até uma participação, ou até uma co-autoria. E, da mesma forma, verificar junto à Polícia Federal se este inquérito que foi aberto diz respeito ao processo de investigação ou à denúncia de corrupção dentro dos Correios. Porque o que se verifica também, e isso é próprio dos cínicos, os fins justificam os meios. E estamos vendo uma sucessão de envolvimento de pessoas ligadas à área de segurança como há muito não se tinha notícia em nosso País.

Estou aqui hoje, é meu procedimento que adotei até com o Sr. Jairo quando ele esteve lá naquele episódio do Deputado André Luiz. Acho que ele tem noção do que ele fez, vai ter que se responsabilizar na eventualidade da existência de crime. Mas estamos aqui, e não é a preocupação de tornar isso secundário, mas estamos falando dos meios. O fim, que estamos procurando identificar, é o envolvimento de tantas pessoas no processo de corrupção que neste Governo veio a público e que neste Governo envolve os Correios, e que a partir dos Correios estamos vendo desdobramentos em outras diretorias, em outras áreas do Governo envolvendo partidos e até o financiamento de eleição, o financiamento parlamentar que as investigações vão dizer se tem ou não procedência. Então, observação, é para verificar se já foram tomadas essas providências, se já existem essas informações ou levá-las adiante.

O segundo registro, o Senador Eduardo Azeredo pediu para constar que em 98 a campanha dele foi feita pela agência do Duda Mendonça, em 2002, pela agência RC Propaganda. Eventual envolvimento há que ser separado com as agências SMP&B, DNA e a partir do ingresso do Sr. Marcos Valério.

O que estamos investigando é que a partir do ingresso do Sr. Marcos Valério essas agências passaram

a ter uma outra dimensão, um outro papel e apesar de ainda não ser o foco precípuo desta CPMI, verifica-se que a partir dos contratos, inclusive dos Correios com essa agência, há uma direta relação ou enorme uma enorme coincidência de um vaso comunicante, ou seja, entra o dinheiro na agência contratada pelo Governo e a partir daí é feito um saque para, segundo a denúncia, para partidos ou parlamentares e sempre com o envolvimento do Sr. Marcos Valério.

Então queremos separar alhos e bugalhos, queremos aprofundar a investigação, porque o fato de ser cliente dessa ou daquela agência não é prejulgamento de ninguém, o fato de constar de uma agenda não é prejulgamento de ninguém e o fato de estar numa gravação não é prejulgamento de ninguém. Isso tudo começamos a investigar há 15 dias.

E por fim registro, e sem ironia, e aqui para diminuir a tensão até. Quando a Senadora Ideli Salvatti, depois do Deputado Maurício Rands, mas antes, num ato falho, fez a comparação com o Policarpo Quaresma. Mas veja como a história se repete e se repete como farsa. O Lima Barreto denunciou nesse livro o mal que a burocracia faz ao processo político, e ao final, o Major Policarpo Quaresma estava decepcionado de forma até quixotesca porque via que os egoístas e os espertos acabavam sendo os vitoriosos. Quase um século depois a gente vê o mal que a burocracia faz a um partido e o mal que a burocracia de um partido faz principalmente quando está no governo, e aqui abstraindo até da investigação. Porque, no fundo, estamos investigando todas essas denúncias que envolvem principalmente dois burocratas e um partido. O Sr. Pereira e o Sr. Delúbio Soares e a partir daí se processa a investigação. Então é para mostrar que a história se repete e se repete como farsa, mas, de forma alguma, com nenhuma ironia, o eventual ato falho cometido pela Senadora.

É o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente apenas ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas para me referir ao questionamento do... Efetivamente embora tenhamos implementado o que se decidiu ainda não recebemos nada oficial da Abin. Temos a promessa de que atuarão com agilidade para que tenhamos uma informação mais precisa sobre essas diligências e investigações que a Instituição procedeu. De certo modo, alguma coisa, imagino que possamos

extrair daqui há pouco, quando iremos ouvir alguém que teria sido o encarregado dessas investigações pela Abin, que é o Lange.

A Polícia Federal?

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – V. Ex^a recebeu informação sobre a prisão dessas pessoas envolvidas na gravação? Se é um inquérito específico para isso ou para a investigação dos Correios?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, temos inclusive o inquérito policial integral à disposição e onde eles foram efetivamente em virtude desse questionamento, não é por causa da Abin, é em virtude do inquérito que foi desencadeado em torno da gravação que eles operaram.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de inicialmente indagar ao depoente, porque ele disse aqui que o Policarpo ele considera como amigo seu, depois de algumas atividades em conjunto. Ele é seu amigo realmente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ficou um amigo meu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Ele é um jornalista sério a seu ver?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza absoluta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – O senhor põe a mão no fogo pelo Policarpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ele é um jornalista sério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Como foi o primeiro contato que o senhor teve com ele? O senhor o procurou para falar o quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Procurei para falar que tinha um empresário que estava se queixando de alguns problemas nos Correios e que poderia vir a ter uma matéria jornalística.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Foi por telefone ou pessoalmente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Primeiro contato foi por telefone depois pessoalmente. Não conversamos sobre isso por telefone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Nessas oportunidades, por telefone e pessoalmente, o senhor falou que havia algum esquema de corrupção nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No telefone?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – E pessoalmente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, nem pessoalmente. Não sabia do que se tratava.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não sabia do que se tratava.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, se-

nhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Isso foi feito antes da gravação da fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Antes da gravação da fita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Pois é, se o senhor confia no Policarpo – é o que o senhor disse -, então, o senhor está mentindo. O Policarpo fala exatamente o contrário do senhor na Polícia. Quer ver? (Pausa.)

Então, eu acho que alguém mente. Ou o senhor ou o Policarpo. O senhor disse que o Policarpo fala a verdade. Então, o senhor está mentindo.

Veja aqui: “José Policarpo de Souza que, no final do mês de março do corrente ano, foi procurado por uma fonte que narrou uma história envolvendo um suposto esquema de desvio de dinheiro público dos Correios para o PTB.” Coisa que o senhor disse que não falou. “Que, após narrar superficialmente o suposto esquema, a fonte indagou ao depoente se o mesmo tinha interesse jornalístico na história, tendo respondido que sim. Que perguntou à fonte se havia algum elemento para embasar as denúncias, o que foi respondido que realmente havia provas”. Ou seja, no primeiro contato, o senhor já falou que havia provas. “Mas sem entrar em detalhes. Que, dias depois, foi feito um novo contato com a fonte, sendo que, nesta oportunidade, lhe foi mostrado um trecho da gravação de áudio”. Veja que o senhor mostrou para o Sr. Policarpo uma gravação de áudio, dias depois desse primeiro contato, ainda no mês de março. É o que diz o Sr. Policarpo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Áudio e vídeo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor mostrou, então?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Esse encontro, em que eu relato esse fato, era quando eu já tinha tomado conhecimento do fato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não é o que o Sr. Policarpo diz. O Sr. Policarpo diz que, já no primeiro contato, o senhor falou que havia um esquema de corrupção no PTB e se ele tinha interesse pela matéria. Ele disse que sim. O senhor já disse, na oportunidade, que tinha provas. Aí, ele marcou um encontro com o senhor. Aí, sabe o que ele diz? Que essa primeira fita que o senhor mostrou para ele não é aquela que foi, depois, mais tarde, publicada. Ou seja, o senhor mostrou para ele uma primeira gravação, contrariamente a tudo que o senhor disse agora. Policarpo mente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu digo

para o senhor que eu mostrei para ele a fita que foi para a Revista **Veja**.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Ele disse que não.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Aí é com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Quer ver? Não é com ele, não. É com o senhor e com ele. Porque ele é um homem sério, o senhor atestou, falou que botava a mão no fogo. Queimou a mão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu falei que ele era um homem sério. O senhor perguntou se eu colocava a mão no fogo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Ah, não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu falei que ele era um homem sério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, um homem sério não mente. Concorde?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Concorde. Como eu também não minto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, o que acontece aqui? É uma situação de esquizofrenia dupla? O senhor fala uma coisa e ele fala outra. Quem mente? O senhor ou o Policarpo?

Veja só: “Que esta primeira gravação foi apresentada como prova da existência de tal esquema. Que sua fonte explicou que outra conversa com o Maurício Marinho já estava marcada, quando, inclusive, participaria um suposto diretor da empresa que estava negociando com os Correios. Que sua fonte afirmou que não tinha participado das gravações”. Veja agora: “Que a sua fonte alegava que o intuito das pessoas que realizavam as gravações era revelar a existência de esquema no PTB”.

Desde o início, o senhor falou para o Sr. Policarpo que a idéia era pegar o esquema do PTB. Por que o senhor está mentindo hoje aqui?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não estou mentindo. Desde o momento em que eu tomei conhecimento, foi falado para ele. Não estou mentindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, o Policarpo mente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, há duas verdades diferentes sobre o mesmo fato, não coincidentes?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deputado, estou disposto a qualquer tipo de atitude que o senhor queira tomar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– A minha pergunta é se o senhor nega essa versão do Sr. Policarpo, se está mentindo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Estou dando a minha versão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– A versão dele não corresponde à sua?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A versão dele é a versão dele. Estou dando a minha versão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– A versão dele, então, não corresponde à sua. O senhor concorda?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É, se o senhor está lendo isso aí... Não coincide com a minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não coincide.

O senhor, respondendo ao Deputado Carlos Abicalil, falou uma coisa que me chamou a atenção: que o senhor só ouviu parte da primeira gravação, mas, no entanto, o senhor sabia que havia um crime lá. O que o senhor ouviu exatamente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Falei na segunda gravação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Na primeira, o senhor só ouviu uma parte?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Na primeira gravação, eu ouvi uma parte e foi-me perguntado e eu disse que ouvi o nome do genro do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Mas sabia que tinha crime?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Falei na segunda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Por que o senhor não ouviu a fita inteira? O senhor não tem aparelho de DVD na sua casa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, porque eu não tive interesse em assistir à fita por completo. Eu saberia que ela viria a público, depois, eu assistiria na imprensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor é o primeiro jornalista que não tem interesse em saber os fatos que investiga.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não era eu o autor da matéria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor era o quê, então?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu fui só a fonte do jornalista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor é jornalista e fonte ao mesmo tempo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posso ser. Qual é o problema?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– É fonte que não sabe o que jorra dela?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não tive interesse, que, posterior, assistiria na imprensa. Saberá que ela ia ser divulgada, assistiria posterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, o senhor é um jornalista que pega um DVD e vai ver uma parte com o Sr. Policarpo. Não vê tudo porque não tem curiosidade. E esperava para ver tudo na revista **Veja**, ao invés de ouvir o DVD que estava com o senhor. É isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor é um jornalista surpreendente. Realmente, surpreende-me.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quando ela for minha assistirei até o final. Quando for assinada por mim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Antes não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Quer dizer, o senhor não é um jornalista investigativo? É um investigador jornalista?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Pode ser.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– E nem sabe dos fatos que investiga por que não os quer ver?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Pode ser também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– E faz isso em amor à pátria?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza absoluta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Por amor à pátria o senhor não tem curiosidade de ver tudo? O senhor ama tanto a pátria que não quer nem ver o que está na fita. É isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não tenho.

Eu sabia que ia para a revista e que teria a oportunidade de assistir na televisão e de ler na revista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Na televisão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É. Foi disponibilizada a fita, na íntegra, para a revista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor entregou essa fita para a Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – De maneira alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Saber por quê? Saiu uma matéria no domingo, no **Correio Braziliense**, dizendo que a Abin já teria ciência desses fatos. Está no **Correio Braziliense**.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu li.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor leu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Li.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Curiosamente, isso não tinha sido informado ao Presidente da República. Que quinze dias antes a Abin tinha a informação de que havia uma fita que circulava entre os agentes, que tinham a posse da fita; que Sua Excelência, o Presidente da República, não tinha sido informado de nada disso.

Ora, se só o senhor tinha a fita e o Sr. Policarpo...Desconheço que Policarpo tenha relação com a Abin. Quem tem relação com a Abin? O senhor. Como posso dizer, então, que o senhor não entregou essa fita para a Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posso afirmar-lhe que não a entreguei. E o senhor errou na sua conta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Por quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Porque Arthur Waschek tinha a fita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– E Arthur Waschek tem ligação com a Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Que eu saiba não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Entre os três quem tem é o senhor.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Errei na conta, mas não errei na afirmação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza absoluta. Estive nove anos por lá. Há quatro não estou mais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Se das três pessoas que tinham a fita, uma tinha ligação com a Abin não é mais crível que tenha sido o senhor que a entregou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Claro, é mais crível. Porém, não foi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– O senhor não teve, durante esse período, contato com ninguém da Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Contato telefônico?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Pessoal.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Contato telefônico tive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Com nenhum dos seus amigos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Pessoal não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Ok.

Com relação ao Sr. Arthur. Quando o senhor fez a varredura no escritório do Sr. Arthur, na Vetur?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, esse é um fato com relação ao qual tenho que me comprometer a trazer a data. Não me recordo. Fisicamente não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Foi antes ou depois da gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No decorrer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– No decorrer da gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. No decorrer dos contatos com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Quando foi o primeiro contato com ele? Foi no restaurante, não foi?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi. Não me recordo da data. Posso perguntar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não estou perguntando a data.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Deve ter sido em março.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Acenou para o senhor o parente do Cachoeira, o senhor foi lá. Quando foi que o senhor encontrou outra vez o Sr. Arthur?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acho que já decorrida uma semana, uns dez dias.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não consigo entender se há um problema de personalidade. No depoimento da política o senhor disse que foi no dia seguinte. No dia seguinte em que o senhor encontrou, no almoço, com o Sr. Arthur foi ao mesmo restaurante. Por acaso – aliás é tudo por acaso – , o senhor encontrou o Arthur. Foi no dia seguinte.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não falei isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não? Espere um momentinho só. Talvez eu tenha lido errado. Acontece.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a, por gentileza, conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Já foram dez minutos de perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a já se esgotou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Vou concluir e inscrever-me de novo, Presidente. Há muita coisa estranha nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a será atendido na nova inscrição.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Agradeço.

Gostaria de concluir. Queria achar aqui o depoimento em que o senhor falar, Sr. Jairo, do Sr. Arthur. Olha aqui, vou ler para o senhor. Agora o senhor não vai desmentir o Arthur, vai desmentir a si mesmo. Vamos ver se li certo. O Sr. Jairo é o senhor, não é?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sou eu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Que não se lembra do nome desse conhecido que apresentou, sendo que sequer tem condições de descrever fisicamente a pessoa. Que nessa conversa seu conhecido falou para Arthur que o declarante gostava de atuar na área do jornalismo investigativo. Que não entrou em detalhes com Arthur a respeito de suas atividades. Que outro dia foi novamente ao BSB Grill...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – “No outro dia”. Não foi “no outro dia” que o senhor falou?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Foi.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Falei que “em outro dia”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então foi por acaso também, a segunda?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em outro dia. Por acaso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– A investigação que o senhor fez, a varredura, foi antes ou depois desse dia?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, tenho que tentar identificar as datas. Aí eu trarei perfeitamente para a CPML.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Mas se o senhor conheceu, à mesa, um dia, o Sr. Arthur e só começou a ter uma conversa com ele nesse outro dia, entre uma coisa e outra já fez a varredura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor. Foi no decorrer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Então, foi depois?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, houve várias gravações. Isso decorre um tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não, não, não...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No meio desse tempo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Mas quando o senhor encontrou pela primeira vez o Sr. Arthur, no restaurante – a primeira vez que o senhor o encontrou – , o senhor acertou a gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Na primeira vez? Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Foi na segunda. Não é isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Na segunda vez já conversamos sobre a gravação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Foi aí que foi decidido fazer a gravação. Não foi?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Falamos sobre o assunto, e, posterior, ele afirma que quer fazer a gravação, aí já é no encontro na empresa dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Aí já é o encontro na empresa dele.

E a varredura foi quando?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi no decorrer, excelência. Por volta de terceiro ou quarto contato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Foi antes da gravação ou depois da gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei precisar. Tenho que tentar verificar essas datas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– É que o Sr. Arthur disse que conheceu o senhor pela varredura, e não pela gravação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Mas eu posso afirmar que não foi dessa maneira, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Ele está mentindo, o Sr. Arthur?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu posso, eu, Jairo, afirmar que não foi dessa maneira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Está certo! Eu vou encerrar, depois eu volto a me inscrever, porque, realmente, o depoimento do depoente não bate com o próprio depoimento, não bate com a pessoa que ele põe a mão no fogo, não bate com nada do que está no inquérito. Muito estranho!

Sr. Presidente, apenas para adicionar, não bate nem com o que ele falou anteriormente aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, ele se desmentiu aqui, porque ele disse que ele não tinha mostrado a segunda fita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Tadeu. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não está.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para reiterar o pedido. Em função de tamanhas contradições,

por isso que eu falei do cínico. É mandar imediatamente para o Ministério Público e não esperar o final das investigações. O Relator pode fazer isso, de ofício, porque está evidente isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente,

Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de fazer um comentário sobre nossos trabalhos, manifestando, inclusive, discordância contra algumas abordagens que ouvi aqui acerca do objeto dos nossos trabalhos e sobre a linha investigatória que estamos seguindo.

Em primeiro lugar, esta CPMI foi constituída com a finalidade de investigar os graves fatos denunciados, ocorridos, na empresa de Correios. Esses fatos envolvem diretamente um parlamentar, presidente de um partido, e, a partir do envolvimento desse parlamentar, então são realizadas novas denúncias. Esse mesmo parlamentar, no plenário da Câmara dos Deputados, começa a formular denúncias sobre irregularidades ou ilicitudes que teriam ocorrido em vários contratos da empresa de Correios. Ele menciona explicitamente a Diretoria de Tecnologia, menciona a Diretoria de Operações e, posteriormente, menciona a área de publicidade. Então há aí uma série de questões a serem investigadas.

Evidentemente que avaliar o papel de quem contratou a gravação é absolutamente importante, menos por se entender precisamente como é que se dá a rede de arapongagem e extorsão que operou em torno desse processo, mas para que possamos saber também as razões que estavam atrás disso. Ou seja, é apenas o Sr. Arthur Wascheck a pessoa que encomendou? É apenas a empresa do Sr. Arthur Wascheck a interessada? Ou também o Sr. Fortuna, que representa vários interesses comerciais e que tem ligações históricas, porque foi do SNI, com essa área de arapongagem, também um ator fundamental, importante desse processo, para que possamos saber que interesses estavam sendo contrariados e qual a trama de corrupção que envolve esse processo dos Correios.

Por outro lado, há a necessidade de se investigarem esses contratos, afinal de contas, o deputado que foi, enfim, identificado como interessado em fraudes ocorridas na Diretoria de Administração, Deputado Roberto Jefferson, por sua vez, ao tentar passar de réu a acusador, fez uma série de denúncias e continua fazendo denúncias até hoje. Esta CPMI é para avaliar o processo dos Correios, portanto, é importante que possamos dar seqüência aos depoimentos dos diretores. O Sr. Antônio Osório pôde falar apenas alguns minutos, aqui, na semana passada, e o depoimento dele foi suspenso, em nome da necessidade de se ouvir

o Sr. Roberto Jefferson, e esse processo foi abortado, a oitiva do Sr. Antonio Osório, a oitiva do Sr. Eduardo Medeiros, Diretor do área de tecnologia, a oitiva da área do Sr. Madureira ao qual está vinculado operações, ao qual está vinculado o contrato da Sky Master e eu tive a curiosidade de ir atrás desses contratos, dos atos de licitação, enfim estou preparado para participar dessa discussão que é de extrema importância para os Correios, para o nosso Governo e para o País, para todos os homens de bem neste País.

Ouvi também muitas informações a meu ver não tanto consistentes com relação à empresa de publicidade do Sr. Marcos Valério, alguns falam que há superfaturamento. Como é que se dá o processo de faturamento na área de publicidade. O que todos nós sabemos que as agências de publicidade contratam órgãos de mídia, emissora de rádio, emissora de televisão, jornais e revistas que têm as tabelas, não é isso, essas empresas são remuneradas diretamente pela entidade contratante, que no caso os correios e a agência de publicidade fica com um percentual disso, no caso, 15% a 20%. É um percentual normal desse processo, aqui se falou em centenas de milhões de reais e se falou em superfaturamento, mas ninguém foi capaz de precisar as supostas ou seja, cria-se toda uma cortina de denúncias verdadeiras, mas não se apresentam as provas concretas desta situação. Isso é um fato grave, porque evidentemente nós temos responsabilidade enquanto integrante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem o seu trabalho acompanhado por boa parte da sociedade brasileira e que desperta grande expectativa no sentido de desvendar as ilicitudes aqui apontadas e identificar culpados e punir verdadeiramente esses culpados.

Ouvir também Deputados fazerem uma série de acusações à direção nacional de meu Partido. Um Deputado que é de um Partido cujos dirigentes nacionais foram notórias as lideranças da época da ditadura militar deste País, do período da tortura, do período do corrupção deslavada que marcou os governos militares desse País.

Pois bem! Esse Governo militar que deve conhece bem o problema porque deve ter no mínimo o relato desses dirigentes de seu Partido, inclusive Partido que deu sustentação ao Governo Collor, ao Governo mais corrupto da História desse País. Mas esse Deputado vem aqui acusar genericamente, usar expressões absolutamente impróprias e condenáveis, como as expressões quadrilhas, onde usar figuras que são um marco na luta da democracia desse País, na luta de resistência à ditadura militar como o ex-Ministro José Dirceu e o nosso Presidente José Genoíno. É bom lembrar que essas são figuras que marcam profun-

damente a luta de todos os democratas brasileiros e nós nos sentimos muito orgulhosos de tê-los como os nossos dirigentes, de tê-los como os nossos líderes nacionalmente. E essas figuras não têm se furtado a comparecer a público para esclarecer situações. Ainda ontem mesmo quem assistiu o Programa Roda Viva, pode acompanhar o Deputado José Genoíno esclarecendo a um conjunto grande de jornalista acerca de todos os episódios que envolvem a participação dele, José Genoíno.

Então, eu quero repudiar as afirmações aqui colocadas. Acho que nós temos que definir claramente qual é o escopo desta Comissão. Eu, ao ler o escopo definido no documento, vejo Empresa de Correios. Quando eu leio Empresa de Correios, eu leio os fatos ocorridos na gravação e leio as denúncias que o Deputado Roberto Jefferson fez envolvendo as nossas diretorias. Esse é o escopo do nosso trabalho e é o objeto fundamental.

Outras questões merecem serem investigados, mas em fóruns apropriados. Está aí a CPMI da Proposta do Mensalão, as duas propostas de CPMI do Mensalão. Caso queiramos trazer para cá essas questões, nós precisamos tomar uma decisão clara, precisa que envolva inclusive as Lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados no sentido de se definir qual o papel deste fórum e dos demais fóruns que estão para serem constituídos, sob pena de os demais estarmos aí apenas dispersando esforços sem produzirmos resultado verdadeiros para este Parlamento e para a sociedade brasileira.

Por fim, gostaria de me dirigir ao Sr. Jairo. Já tive muitas informações e gostaria apenas de ter uma informação mais precisa. Em vários depoimentos, inclusive no do Sr. Wascheck e nas gravações, nos depoimentos da polícia Federal, fala-se que havia empresários insatisfeitos com o que ocorria na Diretoria de Administração dos Correios, quer dizer, não havia uma empresa apenas.

O senhor tem informação de que outros empresários estivessem igualmente insatisfeitos, como é o caso do Sr. Fortuna, que representa vários interesses comerciais na área dos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhor, Ex^a, só tive contato com o Arthur Wascheck.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por que o senhor Arthur Wascheck, tal como se definiu aqui se considera traído pelo senhor? Porque ele disse aqui que havia encomendado ao senhor os equipamentos, que o senhor deveria entregar a ele a gravação e que essa gravação seria utilizada para desvendar o episódio e resolver o problema e não para se criar um fato público, através da divulgação na revista **Veja**, ou

seja, ele nega que tenha acertado com o senhor a divulgação dessa gravação na revista **Veja**, de maneira muito clara. Todos aqueles que aqui acompanharam o depoimento do Sr. Wascheck puderam perceber isso. Por que ele se considera traído pelo senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei Ex^a. Desde o primeiro contato com ele o combinado era para a divulgação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O combinado era isso? Ou seja, o senhor acertou com ele que daria os equipamentos, instruiria as pessoas que fizeram a gravação, obteria essa fita, daria uma cópia a ele para que ele pudesse utilizá-la nos seus propósitos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Deputado, o tempo de V. Ex^a se exauriu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu estou concluindo mesmo.

O senhor daria uma cópia para o Sr. Wascheck para que ele, enfim, realizasse as ações que pretendia realizar junto a empresa de Correios, junto ao PTB, junto ao Deputado Roberto Jefferson e, ao mesmo tempo, ele acertou com o senhor, que o senhor divulgaria esta fita através da revista **Veja**, é isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, só acertamos que seria divulgada a fita. Somente isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ah, não ficou claro que isso envolvia uma relação sua com o jornalista Policarpo e a revista **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se ficou claro?

Ficou claro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Entre o senhor e ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Entre eu e ele.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ah, então ficou claro. Estou lhe dizendo exatamente isso.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, mas o senhor fala da questão da utilização dele para Correios e para o Deputado. Isso aí não...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ah, sim, quer dizer, o acertado entre o senhor e ele era apenas a divulgação na revista?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Todo o tempo que eu estive com ele foi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então por que o senhor entregou uma cópia para ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Porque eu queria que ele se apresentasse como uma pessoa, o empresário, para que eu não tivesse que passar por aqui.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa história não está clara. Se o senhor entregou à revista

Veja, se a sua fonte, dentre elas o empresário Arthur Wascheck, não queria se identificar, por que o senhor agora afirma que...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu queria que ele entregasse, ele não seria identificado pelo jornalista.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ah, o senhor queria que ele entregasse à revista **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Claro; para o jornalista. Ele era o ofendido. Ele sabia em que ele estava ofendido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E ele não quis entregar, foi isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como não sabe? O senhor foi entregar à revista **Veja**? Essa coisa é que não está muito clara para nós.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu entreguei à revista **Veja**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois é, mas o senhor acabou de dizer agora que o senhor queria que ele entregasse à revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, ninguém passou tanto do tempo. Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que reinscreva, por gentileza.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bem. Eu registro mais um aspecto contraditório no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Jairo, o senhor trabalhou nove anos na Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmando.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Essa experiência que o senhor teve na Abin nesses nove anos, o senhor tem usado ela nesses serviços que o senhor tem feito? Foi lá que o senhor adquiriu essas experiências de filmagens e gravação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Lá eu adquiri essa experiência, mas não tenho usado não. Usei ela duas vezes.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Duas vezes.

E lá na Abin o senhor fez algum trabalho de relevância, de filmagens e gravações que tiveram repercussão nacional? A Abin deixava vazar alguma coisa quando interessava para a imprensa? Aconteceu isso alguma vez?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Que fosse do meu conhecimento, nunca aconteceu isso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Todo o seu trabalho lá foi reservado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E esse momento que o senhor está vivendo hoje, inclusive o senhor mostrou uma preocupação com a sua família, e o senhor disse também que quando iniciou esse trabalho o senhor tinha um compromisso de passar para a imprensa. O senhor não tinha a dimensão dessa repercussão que ia ter isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Talvez porque o senhor já tinha feito um trabalho para o Cachoeira e não teve essa repercussão, não se conseguiu abrir a CPMI do Cachoeira, foi por isso que o senhor pensou que não ia dar em CPMI?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não, não. Ali era uma situação diferente dessa. E acredito eu que essa repercussão não foi nem por causa da gravação dos Correios, essa repercussão vem a partir do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas no momento que solta uma fita e o senhor entrega para a **Veja** todo esse material, logicamente o senhor sabia que ia colocar o Deputado Roberto Jefferson como participante disso, e ele sendo um Deputado isso iria desaguar aqui no Congresso Nacional.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu sabia que de alguma maneira vai repercutir, agora, essa dimensão não foi dada pela fita, né?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não foi dada pela fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que essa dimensão foi dada pelo Deputado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor acredita que a fita não tem essa dimensão da criação desta CPMI? Ela foi criada em função disso, dessa fita.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, ela tem a repercussão dela, ela tem a força dela, mas outras coisas que estão acontecendo vêm do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E o senhor faria esse trabalho novamente?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se eu faria esse trabalho novamente? Com certeza absoluta.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E essa preocupação que o senhor tem com o senhor, com a sua família, o senhor se sente seguro, está bem? O senhor falou que o senhor ia tirar a sua família de Brasília. Isso não traz preocupação para o senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Traz preocupação, bastante preocupação, tive que tirar a minha família daqui, foi acho que para o Estado de V. Ex^a, né? Traz preocupação, mas não posso me calar, né?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Porque o Deputado Roberto Jefferson, aqui na CPMI, ele garantiu que esse trabalho foi feito pela Abin.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – E eu garanto que não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor disse que não. O senhor disse que foi contratado pelo Waschega, não é?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Wascheck.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Wascheck para fazer esse trabalho, inclusive a troca de um equipamento que o senhor adquiriu na feira paraguaia. Naquela outra gravação que o Sr. fez para o Carlos Cachoeira o senhor também foi depor na Polícia Federal, entregou o equipamento lá, que o senhor utilizou para fazer as gravações com o Deputado?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Fui depor no Ministério Público e prestei depoimento da Câmara Federal, no Conselho de Ética, né?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – No Conselho de Ética.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conselho de Ética.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E o equipamento que foi usado lá era de propriedade de quem, da gravação que o senhor fez lá?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O equipamento, um era meu e o outro era do Alexandre, foram utilizados dois equipamentos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E agora, nessa gravação, o senhor foi comprar o equipamento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nessa agora eu fui adquirir o equipamento.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Porque era outro tipo de gravação que o senhor queria fazer, propor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O empresário queria outro tipo de gravação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Outro tipo de gravação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Outro tipo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E é diferente da outra, os equipamentos são diferentes?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Num basta somente o gravador, esse agora tinha som e imagem.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Som e imagem.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Som e imagem.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor compra as peças lá na feira paraguaia e monta todo esse equipamento dentro de uma pasta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso, com certeza.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Desses nove anos que o Sr. trabalhou na Abin, o senhor saiu de lá por quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu saí de lá por vontade própria. Chega um determinado momento que a tua dedicação ali é integral, ela é integral, e você tem, você participa de viagens, e nessas viagens você fica de 22 a 28 dias fora, e eu decidi que eu queria estudar, eu precisava estudar. E comecei a estudar ainda lá, e isso me trazia um problema sério de faltas, e aí eu decidi que não queria mais permanecer na atividade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas do trabalho que o senhor faz o senhor gosta? Desse trabalho...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Gosto. Gosto. Gosto.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor pretende ainda voltar para a Agência?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Olha, se for convidado... Agora está meio difícil, né, porque agora eu estou conhecido nacionalmente, mas gosto da atividade sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigando.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares que compõem essa CPMI. Gostaria de fazer algumas reflexões iniciais porque todas as vezes que participo de qualquer uma das reuniões desta Comissão percebo uma intenção bastante forte, por parte do Partido dos Trabalhadores, de em desqualificar as gravíssimas denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson e, mais do que isso, percebo uma tentativa bastante forte, incisiva, no sentido de desqualificar não só a denúncia mas de desqualificar o próprio Deputado Roberto Jefferson.

Volto a dizer o que disse na reunião anterior. Não conheço pessoalmente o Deputado Roberto Jefferson, nunca conversei com ele, o via – como todos nós – pelos corredores mas algumas afirmações que

são feitas sobre ele me chocam e devem chocar a opinião pública.

O Deputado Henrique Fontana disse aqui, em alto e bom som, que sobre o Deputado Roberto Jefferson, afirmou ele, o Deputado não preenche requisitos para ser considerado uma pessoa ética. Indago ao Deputado Henrique Fontana se para o Presidente Lula ele preenchia, porque foi o Presidente Lula que o convidou, através do seu Ministro José Dirceu, para integrar a base do Governo. Então, para integrar a base do governo, para votar com o Governo, o Presidente Lula qualifica Roberto Jefferson. Na hora que ele apresenta, o Deputado Roberto Jefferson, denúncias gravíssimas de corrupção dentro do próprio governo do PT vem a tentativa do Partido dos Trabalhadores e não vou generalizar. Estou aqui me referindo a uma fala do Deputado Henrique Fontana tentando desqualificá-lo.

Em seguida vem o Deputado Jamil Murad, que infelizmente não está aqui agora, e afirma que tem Deputados que tem elogiado muito o Deputado Roberto Jefferson e que ele não aceita isso. Quero dizer ao Deputado Jamil Murad e a V. Ex^a, nobre Relator, que quem elogiou o Deputado Roberto Jefferson foi o Presidente Lula. Foi ele que disse que para o Deputado Roberto Jefferson daria um cheque em branco. Foi o Presidente Lula que, logo depois das gravações, afirmou para toda a imprensa: Roberto Jefferson é meu parceiro.

Então, não nos esqueçamos porque quem qualificou, quem elogiou o Deputado Roberto Jefferson foi o Presidente Lula. Quem convidou o Roberto Jefferson, o PTB, para integrar a base do Governo foi o Partido dos Trabalhadores e quem referendou o nome dos Diretores dos Correios foi o então Ministro José Dirceu, porque toda a nomeação passava por ele. Acho importante que isso fique muito claro para o País. Aliás, o Deputado Jamil Murad também fez a afirmação de que nos esquecemos que a SMP&B também prestou serviços para o Senador Azeredo, para o Governador Aécio Neves...

Essa empresa existe há 25 anos. Ela presta serviço em Minas para todos os Governantes e Prefeitos que lá passaram. Não é objeto de investigação publicidade ou atuação publicitária dessa empresa. O que é objeto de investigação aqui é que nos últimos sete anos, quando ingressou o Marcos Valério nela e nos últimos anos quando o Marcos Valério se tornou um instrumento do Partido dos Trabalhadores no pagamento do mensalão, que é o que está se apresentando ao País até o presente momento. Ou alguém tem dúvida hoje de que existia o tal mensalão? Acho que isso é um fato inconteste.

Estamos buscando as provas tão-somente para definir quem recebia, mas que havia mensalão, havia. Ouvi também hoje muitos Deputados falarem com veemência contra o Deputado Roberto Jefferson e tentando dizer que as denúncias feitas por ele não mereciam credibilidade. Apenas registro, não são os que estão aqui agora, mas esses mesmos Deputados que falaram com muita eloquência contra o Deputado Roberto Jefferson, hoje, no dia em que o Deputado Roberto Jefferson esteve aqui, falaram como verdadeiros carneirinhos acuados. À distância, crítica fica fácil. Falar mal sem a presença, é fácil. Mas na presença do Deputado Roberto Jefferson muitos aqui se calaram.

Agora, passo à indagação, nobre Relator. Sr. Jairo, ficou claro que tinha o seu interesse comercial na gravação e também jornalístico, na medida em que o Sr. mesmo afirma que com este trabalho conseguiu ficar com a mala, que tinha um valor de cinco, oito mil reais, e, portanto, o Sr. acabou tendo interesse comercial e jornalístico. Está correta a minha afirmação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nesse sentido, sim, Senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está correto. Uma outra pergunta: o Sr. afirma que a primeira fita, salvo engano, foi a primeira fita que o Sr. ouviu só aproximadamente uns quinze, dezessete minutos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Foi a primeira fita.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A primeira fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A primeira fita.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Essa primeira fita chegou às minhas mãos. Apresentei à CPMI, e até o presente momento tenho cobrado do nobre Senador Presidente e tenho indagado ao relator, até o presente momento não foi degradada, mas tive a oportunidade de ouvi-la. E as conversas mantidas nessa primeira fita não levaram vinte minutos. Portanto, posso que afirmar que o Sr. ouviu a fita toda. E nessa fita, que o Sr. viu por quinze, dezessete minutos, a conversa toda foi pautada por interesse do Sr. Joel, apresentado como Sr. Goldman, o interesse dele sempre foi na Diretoria de Informática e Tecnologia. Só falavam sobre isso. Inclusive chamaram um técnico dessa área para fazer parte dessa reunião. O Sr. viu isso na fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a quando o Sr. coloca que ela tem vinte e poucos minutos, precisaria ver, porque ela não tem somente esses minutos, porque há uma entrada nos Correios, há uma apresentação na recepção, há elevador, há espera, então eu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas tudo isso seria do seu interesse ficar vendo? Eu vi, por exemplo...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Por isso mesmo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vi que a mala estava dentro do carro, no console do carro. Tudo isso não me interessou. Fui pondo a fita para frente, para chegar.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, fiquei vendo passo a passo dessa fita.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Passo a passo. A apresentação dele.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Aí, eu... chega até esses minutos que relatei para V. Ex^a e desisto de assistir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não porque a única coisa que o Sr. disse que se lembra da fita é que ele mencionou o genro do Roberto Jefferson.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Lembro. Isso aí lembro sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, nesse momento da fita já havia ali um quarto elemento, digamos assim, que era esse que foi chamado. O Sr. se lembra de ter visto isso na fita? Essa pessoa...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Me lembro de alguém ter sido chamado na...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o Sr. se lembra que foi chamado...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Alguém, não sei quem, me lembro...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Essa pessoa é na verdade o Sr. Eduardo Coutinho, um especialista na área de informática e tecnologia, que, a meu ver, é evidente o interesse do Sr. Arthur Wascheck nessa licitação de informática e tecnologia. Mas em momento algum ele disse isso ao Senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Em momento algum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas o Sr. viu essa parte da fita que ele chama...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Cheguei a ver alguém realmente entrando na...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que é um técnico de informática. O Sr. sabe dizer por que essa fita não teria sido válida aos olhos do Sr. Arthur, que foi quem encomendou a fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, não sei. Pensei que seria essa a divulgada, quando ele pede uma outra gravação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E essa primeira foi a que o Sr. viu junto com o Sr. Policarpo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A segunda.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Essa primeira, então, o Sr. viu sozinho?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Vi quando estava baixando ela vi alguns pedaços, deixei lá e saí.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. viu aonde, Sr. Jairo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Vi na minha empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Viu alguns minutos e saiu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É e deixei ela rodando e saí.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque o Sr. Joel diz que entregava sempre a fita ao Senhor.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A mala, né? O equipamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso, para ser produzida a gravação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O equipamento?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A gravação, produzido o CD.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. viu só uma partezinha?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Vi.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não se interessou pelo assunto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não quis ver mais a fita.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas teve a impressão de que poderia ser uma matéria jornalística...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...e que efetivamente a **Veja** poderia ter acesso a ela...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...porque ali continham denúncias graves de corrupção?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Até aquele momento, eu não tinha... Acho que não tinha muita coisa nesse sentido.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, talvez, essa primeira fita não tivesse sido interessante porque não explicitava a corrupção?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu acredito que para eles sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para eles sim.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei qual era a finalidade. Exato.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor foi apresentado ao Sr. Joel? Em que local?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Na residência do Sr. Arthur. Eu não cheguei a entrar. Eu fui para o terraço. Acho que no Sudoeste, aqui em Brasília.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem conhecimento do que afirmou aqui o Sr. Joel com relação ao momento em que lhe conheceu e como é que foi travada a conversa entre o senhor e ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, eu vou lhe fazer algumas afirmações com relação ao depoimento dele, que é exatamente nos termos em que ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, o tempo de V. Ex^a esgotou e estamos sendo rigorosamente pontuais porque ainda há muitos inscritos e mais dois depoimentos. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu vou me reinscrever e concluo por aqui a minha fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, inicialmente, quero manifestar a minha concordância com alguns que me antecederam e demonstraram que a participação do depoente, como de outros que aqui vieram, realmente não tem tanta importância na apuração desses fatos, mas são certamente de muita valia porque foi através dessa filmagem que os fatos se originaram. V. S^a demonstrou, ao longo dos depoimentos a que assisti, que tem um profundo conhecimento da arapongagem que procurou transformar em jornalismo investigativo a partir do momento em que saiu da Abin, cursou jornalismo e declarou que pretendia fazer exatamente o jornalismo investigativo. No episódio desta filmagem, V. S^a sabe que a atividade praticada não é legal, não tinha autorização para fazê-lo. A fita foi usada para prova que, juridicamente, não tem validade, mas V. S^a incorreu numa atividade delituosa praticando esse ato, certo que não foi V. S^a quem efetuou a filmagem...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Correto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas aquele que concorre para a prática do ato delituoso responde nas mesmas sanções. V. S^a está consciente disso, de que a sua experiência, o seu know-how na

arapongagem, a construção, digamos assim, daquela maleta que propiciou a filmagem foi um ato praticado por V. S^a?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A assessoria técnica, perfeitamente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Perfeitamente. A assessoria técnica para a consumação de um ato ilegal que V. S^a sabia. Sabia para que se destinava aquele aparelho que construiu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se eu sabia?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tinha conhecimento...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Que seria usado numa gravação?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Claro, com certeza.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sabia.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Essa questão de ilegal ou não é discutível.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, V. S^a confirma que compactuou com a atividade delituosa. Na sua presunção de estar praticando um ato em defesa do País, como disse isso aí, há pouco tempo, no seu depoimento anterior, V. S^a não achava que o correto, ao invés de entregar para os meios de comunicação, deveria entregar ao Ministério Público, se é que V. S^a queria realmente a apuração dos fatos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Queria, queria a apuração dos fatos. Entreguei para a revista e, ato contínuo, isso é disponibilizado para as autoridades.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Esta não foi a primeira vez que V. Ex^a praticou um ato desta natureza. No caso do Deputado André Luiz, V. S^a também participou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E ao tempo em que participava da Abin, tem noção de quantos atos desta natureza V. S^a cometeu?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhum.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nenhum? Então, na ABIN passou em branco? Não se apurou nada? Durante nove anos de exercício na ABIN, V. S^a nunca ...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Dessa natureza não. Dessa natureza não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quer dizer, criminosa, não. Não é?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O senhor coloca que é criminosa. Isso ainda está sendo discutido, não?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, a atividade é criminosa. Por enquanto, ela não foi punida, porque não foi julgada. Mas, o Ministério Público e a Justiça, certamente, irão apurar. Eu já requeiro à Presidência que, diante de tantas contradições no depoimento, seja encaminhado realmente ao Ministério Público para apuração, porque ele diz que é amigo do Sr. Wascheck; que fez o trabalho para o Sr. Wascheck. O Sr. Arthur Wascheck uma hora ele diz que entregou a fita para a revista; outra hora ele diz que entregou para o Sr. Arthur Wascheck. E, no fundo, na realidade, além de V. S^a querer a promoção pessoal, para o seu futuro na profissão que abraçou. Daí esta vinculação restrita com uma das maiores revistas de maior circulação neste País, V. S^a leva tudo para esta Revista, tudo que V. S^a vê que pode dar uma ampla divulgação, que pode até criar uma comoção nacional, como no presente caso. Então, V. S^a teve dois objetivos aí. Primeiro, a promoção pessoal, profissional. E a segunda, segundo o seu entendimento, prestar um relevante serviço ao País. Era isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O senhor acha que era a minha promoção pessoal. V. Ex^a acha. E, no entanto, vim aqui, a esta Casa, e pedi que a minha reunião fosse fechada, fosse secreta. Então, não estou atrás de promoção.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Depois que a coisa está mais...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não estou atrás de promoção pessoal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Espere aí. O senhor não veio aqui pedir não foi por questão de promoção pessoal. V. S^a vem alegando segurança pessoal.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Por esse motivo também.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas não se lembrou disso no momento de fazer a divulgação.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se eu não me lembrei disso? Me lembrei, tanto que o jornalista não divulga quem é a fonte. E eu pedi reunião fechada. Não estou aqui para querer minha promoção pessoal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Nota-se. É de se notar desde o primeiro momento.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu estou querendo colaborar com a CPMI. Não precisaria es-

tar a minha imagem exposta. Eu não quero promoção pessoal. O senhor pode ter certeza disso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor pode não estar querendo agora aqui, porque não lhe é conveniente. Mas, no momento de promover reação, foi-lhe muito interessante fazer isso. Agora vou fazer algumas indagações. V. S^a evidentemente percebeu uma remuneração. Foi apenas a maleta ou houve algo mais em dinheiro?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Apenas a maleta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para o pagamento dos serviços profissionais?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Apenas a maleta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Apenas a maleta. E esse preço, V. S^a acha que é o bastante para um ato arriscado dessa natureza ou será que quem foi filmar levou a maior fatia?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, eu pedi a maleta; e recebi a maleta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Essa maleta, pelo jeito, no futuro, vai produzir muitos outros atos.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ela está com a Polícia Federal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Só por isso ela não vai produzir novos atos. Porque, senão, produziria mesmo, não é?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Produziria.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a conhece o Sr. Alexandre Chaves?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheço. É meu amigo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Seu amigo? E qual é a sua relação juntamente com ele e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha com ele e com o Sr. Carlos Cachoeira, hoje, é de amizade. Fiquei amigo dele posterior ao episódio do Deputado André Luiz.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Após a prestação dos serviços profissionais...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a não praticou nenhum ato profissional no episódio do Deputado André Luiz?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Prestação de serviço, não. Fui acompanhar um amigo meu.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E orientar tecnicamente.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Também.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Certamente. Então é uma prestação de serviços técnicos. Qual é o tipo de relação que o senhor mantém, então, com o Sr. Alexandre? É de amizade, não é?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – De amizade.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Junto com o Sr. Alexandre, além desses dois atos cometidos de gravação, o senhor fez mais algum?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não? Sr. Presidente, ainda tenho uma última pergunta. O senhor conhece o Sr. Antonio Velasco?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Conheci quando ocorreu o episódio da varredura e cometi uma injustiça com ele, na questão dele saber da preparação da gravação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E por acaso ele tinha conhecimento da operação da gravação dos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não. Essa é a injustiça que estou querendo corrigir. Ele ficou sabendo posteriormente que já estava gravado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, cumprindo religiosamente o tempo regimental, dou-me por satisfeito, por um lado, porém insatisfeito com a participação do depoente que, no meu entender, não sei se está faltando com a verdade lá no Ministério Público ou aqui, mas, na realidade, em algum lugar ele está faltando com a verdade e precisamos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou usar os dez minutos que são previstos. Quero dizer que o senhor Jairo, como outras pessoas que estão sendo ouvidas aqui, preenche uma rotina que foi desenhada aqui pela Comissão de ouvir a todos os que estão citados e envolvidos. Sou da opinião, que vou defender junto ao Presidente Delcídio, ao Vice-Presidente Maguito, ao Senhor Relator e a todos, que devemos reformular esse sistema de atuação da Comissão, para que se estabeleça uma organização no nosso trabalho, a fim de que matérias possam ser observadas no nível de Subcomissões, de forma que elas possam ser mais tranquilas, menos públicas, mais efetivas, mais organizadas e não percamos o foco do essencial.

Ouvi aqui, em alguns minutos, palavras de alguns Parlamentares do PT que respeito, como pessoas e Parlamentares, mas há um profundo erro de observação e de foco na palavra desses Parlamentares. Creio que irão alterar o roteiro do seu procedimento, não porque eu deseje, não porque alguém mandou que eles alterassem, mas porque há um evidente confronto entre a rua, os fatos, a preocupação coletiva e o discurso que tenho ouvido aqui.

De uma maneira essencial, básica, a rua, a sociedade, espera que tomemos aqui algumas providências muito fortes. Se vamos ter CPMI de Mensalão na Câmara, temos que ter, a partir dessas CPMIs, efetiva punição de responsáveis. Se temos uma CPMI aqui para cuidar dos Correios, ninguém segura essa CPMI dos Correios, muito menos nos aspectos que estão ligados a essa fita propriamente dita, ao trabalho, a interferência do senhor Jairo ou de quem quer que seja. Esses fatos hoje são fatos nacionais, o País não pensa em outra coisa, as preocupações são muito fortes e não vai demorar para que esses fatos comecem a interferir de maneira consistente sobre as decisões da política econômica e da própria economia.

Enfim, estamos na véspera de um tumulto muito mais relevante do que aquele que tivemos até agora e não vamos enfrentar esse tumulto nesse exame exaustivo que estamos fazendo aqui dessa fita, que podia ser feito numa Subcomissão, por exemplo. Não é que ele não devesse ser feito. O senhor Jairo tem que ser ouvido, todos têm que ser ouvidos, mas há uma noção de prioridade. A sociedade exige de nós, agora, mais do que nunca, uma providência. É preciso que tenhamos condição de olhar para aqueles que olham para nós, enfrentar a situação como ela está se apresentando e dar solução a esta situação. Sou da opinião que, em face de várias conjunturas que estão aí, no fato da Câmara estar sendo muito envolvida no processo e estar muito conturbada em torno desse processo, o ambiente de uma Comissão Mista para mim é o melhor. Essa questão de que Senador vai fiscalizar Deputado e Deputado vai fiscalizar Senador é falsa. Ela nunca se levantou antes. O importante é que os fatos sejam encarados na sua dimensão. Percebo, no PT, um esforço enorme de reduzir a dimensão desses fatos a algo que não lhe cause dano. Mas, os danos estão causados. Não adianta fechar os olhos, não adianta tapar o sol com a peneira. Os fatos reais estão aí na frente de todos. A sociedade, os países, a inteligência do País, de uma maneira geral, quase unânime, exige punição e todos acreditam na falta de rigor na conduta política democrática do Partido dos Trabalhadores e do Governo dele. Porque eu tenho a preocupação pessoal e política de preservar o Presidente Lula, mes-

mo sendo da oposição dele. Acho que o País precisa do Presidente Lula, do Presidente da República com autoridade. Mas, é vidente que, este Governo contaminado de denúncias, e são muitas as outras que vão aparecer ainda, este Governo é um Governo do PT e do Presidente Lula. Reduzir esta discussão ao PTB, ao Roberto Jefferson ou a quem quer que seja, é uma fraude. Não é isso. O que está sendo discutido, de uma maneira muito clara, é um esquema de poder. E o esquema de poder que tem um desdobramento do Congresso. Reduzir esta questão ao Congresso também é um crime. Não é apenas problema, é contaminação do Congresso. Se há contaminação aqui é porque há iniciativa numa outra área que é no Executivo. Temos que ter tranqüilidade, prudência e não adianta tentar se esconder atrás de pequenos fatos. Por mais importante que estes fatos possam parecer, eles não são, de fato. Importante, de fato, muito importante, é que o doutor Silvio não é mais da Direção do PT. Que o Ministro José Dirceu não é mais o homem forte da República. Que o Deputado, com a história do Deputado José Genoíno, está uma operação que ele negou para confirmar meia hora depois. E que é um comprometimento integral do PT. Como vai pegar dinheiro emprestado com o aval de alguém que é grande fornecedor do Governo? Favorecido pelo Governo? Com o aval mais do que isso, com o pagamento deles com parcelas que se vencerão a seguir. Por que querer iludir os outros se os fatos são esses? O Senhor fez muito bem ao entregar sua fita à **Veja**. Ainda bem que entregou. Todos que tenham fita devem entregar à **Veja**, à **Folha de S. Paulo**, a esses que estão, de fato, fazendo a investigação. É preciso reconhecer, com humildade, que não somos nós, da Oposição, que levantamos esta crise. Ela surgiu dentro do Governo. Da sua base, das práticas das suas bases e das denúncias daqueles que compõem esta base. Estamos cumprindo nosso papel com o maior senso de responsabilidade. Mas, é claro, Senador Delcídio, votando aqui, hoje, com o Presidente Maguito Vilela, com o senhor Relator. Não há mais como escapar de uma óbvia. Temos que ampliar esta CPMI. Temos que alargá-la. Eu gosto muito dos argumentos da minha amiga, Senadora Ideli. Porém, ela fala muito de lógica. “A lógica das fitas, depois vamos fazer a lógica dos contratos”. Ora, a fita está aí. Já cumpriram mais que o seu papel para esclarecer o País de muita coisa. Os contratos são de difícil elucidação. Contratos são formalmente bem-feitos. É muito difícil você pegar um contrato eivado de vícios. Execução dos contratos é complicada. A forma de negociação que chegaram aos contratos, também são complicadas. Efetivamente, a simples leitura dos contratos não nos remete à grande

solução. Mas, os fatos são mais do que claros, não foram levantadas por nós da oposição, foram levantadas pela imprensa brasileira, pela sociedade do Brasil no plural e eu quero dizer ao senhor Jairo que ele cumpre o seu papel por aqui. Eu não tenho julgamento de valor. Se a sua posição era positiva, negativa, se o senhor atuou bem, se o senhor atuou mal, não é relevante. Qualquer pessoa é relevante. Mas, relevante para nós aqui, é esclarecer o País sobre vícios, contaminações, corrupção, processos, que a sociedade quer ver debelados com a maior urgência. O PT, PSDB, PMDB, PFL, qualquer Partido que tiver lucidez para preservar as instituições, tem que se voltar para isso. Por isso, não tenho o que lhe perguntar. Tenho que dizer que o assunto que o senhor trata é importante, não condeno a quem lhe fez perguntas, até entendo que muitos a façam. O senhor é o Relator, tem que proceder, tem que trabalhar num processo, num sistema, mas vamos alargar isso tudo aqui. Vamos fazer a investigação que a rua espera que façamos. Vamos ouvir os atores principais desse processo, que precisam esclarecer imediatamente se são culpados ou não, para que possamos evoluir e sair de um impasse que cada dia mais compromete a perspectiva e a visão que as pessoas têm de nós. Estamos sendo julgados também, cada um de nós, até aqueles que estão sentados aqui julgando, avaliando ou fiscalizando estão sendo julgados.

Acredito que o Presidente Delcídio, o Sr. Relator e o Sr. Vice-Presidente caminharão nessa direção, porque é assim que a sociedade empurra, é o que ela deseja e vai conseguir que aconteça entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Desculpem-me.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, também concordo plenamente com o Senador, que foi muito feliz em sua explanação. Vejo que aqui estamos hoje para ouvir o Sr. Jairo. Eu tinha aqui várias perguntas, Sr. Presidente. Acredito que o Sr. Jairo tem uma passagem, agora, ultimamente, de descobrir algumas coisas importantes neste País, por exemplo, com o Cachoeira e agora nessa questão dos Correios. E vejo aqui...

Eu tinha perguntas, tinha curiosidade, Sr. Jairo, de saber: o senhor está fazendo esse trabalho para quem agora? Para a Abin, para a Soletur, para o Dr. Arthur, para revista? O senhor fala que está fazendo esse trabalho como patriotismo, de fazer o bem, de denunciar as irregularidades no País todo.

Então, sinceramente, penso que este é o momento em que estamos aqui para investigar todas as denúncias de corrupção. O senhor pode até ajudar, e ajudar muito. Não vejo, por exemplo... Não vou falar que o senhor está mentindo, porque não posso falar que o senhor está mentindo, mas posso também falar que não acredito em muita coisa que o senhor está falando. É um direito que tenho não acreditar em muitas coisas que o senhor está falando.

O senhor fala em interesse jornalístico. Está bom. Por interesse jornalístico, se o senhor é um profissional de imprensa e faz uma gravação dessas, o senhor vai vender essa matéria, não vai entregar isso de graça. Então, para qual revista o senhor está trabalhando? Para qual órgão de imprensa o senhor está trabalhando, se tem esse interesse jornalístico? Mas quem contratou o senhor foi o Dr. Arthur. E o senhor queria saber qual era o motivo e ele não passou para o senhor qual era o motivo. O senhor falou que ele disse ao senhor que poderia passar para frente. Ele já chegou aqui e falou que não deu autorização para passar para frente, porque ele foi pego de surpresa; contradiz completamente o que ele disse aqui. O senhor está entendendo?

Então, acho que aqui estamos para apurar, e temos que apurar. Vejo, por exemplo, que a imprensa tem trabalhado com muita competência em todo esse processo de investigação. Aliás, a imprensa, o Deputado... Inicialmente o Deputado Roberto Jefferson deu os caminhos, mostrou os caminhos, e a imprensa foi, e com muita competência. Temos uma equipe de assessoria aqui na CPMI de pessoas experientes, que estão acostumadas com CPMI, que têm capacidade, e esperamos que essa equipe técnica da CPMI vá fundo, e apure a fundo todas essas questões. Vemos hoje na imprensa...

E vejo também o seguinte: que aqui se misturou tudo. Não adianta Oposição ou Situação quererem separar uma coisa de outra. Tudo aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente, tudo que for denunciado aqui dentro, embora seja dos Correios ou não seja dos Correios, temos obrigação de apurar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, eu gostaria de saber de V. Ex^a se tem pergunta a formular.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Já fiz várias perguntas para ele.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É que o depoente está pedindo um minuto e vou conceder. Suspendo por dois minutos a reunião.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Minhas escusas ao Deputado Geraldo Thadeu, que, pela segunda vez, é interrompido. Com a volta do

depoente, concedo a palavra a V. Ex^a novamente. O tempo será descontado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Continuando, Sr. Presidente, eu apenas vou resumir algumas perguntas rápidas, só por curiosidade.

Realmente, na minha explanação, eu já disse que não posso dizer que o senhor está mentindo, mas posso falar que não acreditei. Tenho minhas dúvidas. Uma das dúvidas é, por exemplo, se o senhor trabalhou para a Abin, para o Dr. Arthur ou para alguma revista.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nesse momento? Nesse fato? Nessa questão?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nessa questão.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Trabalhei para o Dr. Arthur.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor fala que faz, por exemplo, por jornalismo e por interesse público. Mas como interesse público? O senhor passou essas informações para que revista, para que órgão de imprensa?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Essa fita, passei para a revista **Veja**.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quanto a revista **Veja** pagou para o senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Nenhum tostão.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, Sr. Presidente, vamos ter que convocar o diretor da **Veja** aqui, para saber qual foi o negócio que o Sr. Jairo fez com a revista **Veja** para ter essa informação importante, que dá uma vendagem muito grande para a revista, que dá um destaque muito grande na imprensa nacional. Acho que a **Veja** está trabalhando, fazendo o papel dela de denunciar. Mas temos que saber a verdade: se o senhor recebeu, se o senhor tem recibo, se foi de graça, se foi por patriotismo. Sinceramente, não estou acreditando nesse fato.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Posso responder para V. Ex^a?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Claro, pode responder.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não teve pagamento, não teve recibo, não teve nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Foi doação, então?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, o fato teria que ser divulgado. Algum veículo teria que divulgar.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor escolheu a **Veja**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Escolhi a **Veja**.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O Sr. Arthur, quando contratou o senhor, disse aqui que não concordaria que isso não fosse divulgado. O senhor confirma isso?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo que era para ser divulgado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele falou aqui que foi pego de surpresa e que jamais ele deixaria isso ser divulgado pela imprensa. Trata-se de uma contradição muito forte entre o senhor e ele. Então, Sr. Jairo, acho que o senhor fez o seu trabalho, não sei se é legal, se é ilegal. Não estou no julgamento jurídico do fato. Mas o senhor já disse que passou para a revista. Acho que o senhor poderia contribuir para o País, se o senhor tem esse patriotismo de que fala, e dizer toda a verdade, dizer realmente os fatos que aconteceram. Sinceramente, acho que o senhor ganhou e ganhou bastante para divulgar essa fita. Gostaria que o senhor falasse disso.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Afirmo para V. Ex^a que não recebi um tostão da revista **Veja**; o que recebi foi do empresário, a mala, a maleta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só a maleta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Só a maleta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o R\$1,5 mil por hora?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não existe esse R\$1,5 mil por hora.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele falou aqui.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Mas não existe.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor recebeu só como pagamento a maleta?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A maleta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom. Acho que a opinião pública, nós aqui, a equipe técnica termos que nos aprofundar muito nessa questão, porque ainda fica muita dúvida. Ainda insisto: se o senhor não quiser falar agora, mas quiser falar em reunião fechada, o senhor fique à vontade.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, Ex^a. O que estou falando aqui é a expressão da verdade. Reunião fechada, eu queria para garantia de vida. Então, volto a afirmar para V. Ex^a que não recebi nenhum tostão da revista **Veja**.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem. Então, o senhor fez isso pela moralidade, pelo interesse jornalístico e pelo patriotismo do senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Com certeza absoluta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu que agradeço e informo aos Parlamentares que a lista para o próximo depoimento já está aberta.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por três minutos improrrogáveis, porque, senão, não cumprimos a agenda de hoje. O tempo para reinquirição será de apenas três minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria perguntar ao nosso depoente, que ele me fizesse uma descrição do Sr. Joel, como é que é o Sr. Joel fisicamente.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Sr. Joel é alto, claro, tem barba, bigode, cabelos pretos, usa óculos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o acompanhante do Sr. Joel, o técnico, qual é a...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A pessoa que foi com ele, não tenho como descrever, Ex^a. Eu sei que ele era...ele ficou distante. Apenas sei que ele era careca, isso eu sei. Ele era alto, pois eu o vi de longe. E claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele alto, careca e claro? E qual é a sua altura?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu meço 1,78 m.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – 1,78m. Aqui tem algumas coincidências na descrição que o Marinho dá do acompanhante, altura, a pinta. Talvez, fosse interessante depois, nos pedidos de acareação, poderemos fazer o confronto da descrição dada pelo Marinho e do Sr. Jairo.

Eu gostaria de ainda fazer três questões. Quando eu lhe perguntei, nas vezes que o senhor prestou serviços ao Sr. Policarpo Júnior, o senhor me disse que prestou serviços naquele episódio da gravação do André Luiz, do Calazans e do Marinho. Mas quando o Deputado Eduardo Cardozo lhe perguntou, o senhor disse que a primeira vez que o senhor conversou com o Policarpo Júnior foi apenas no caso do Marinho.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então me explique a contradição.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Respon-di que eu conheci o jornalista a partir do episódio do André Luiz. Isso é que eu respondi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. O senhor respondeu para o Eduardo que...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, eu respondi para ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois as notas taquigráficas vão confirmar o que é que o senhor falou, pois eu fiz questão de colocar na mão do Deputado Eduardo Cardoso de que a resposta que o senhor estava dando era uma mentira, porque o senhor já tinha dito antes, anteriormente, que havia trabalhado para o ...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Trabalhado não. Que eu tinha mantido contato com ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Prestado serviços, digamos assim, gentilezas para com o Polícarpo Júnior.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Se eu, nesse determinado momento, falei isso, eu posso agora corrigir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para dizer que não.

O Deputado Carlos Sampaio entregou a cópia da fita que ele recebeu do advogado do Maurício Marinho. Com o é que o advogado do Maurício Marinho tinha a cópia da fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não sei responder Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe responder?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é que essa fita que o senhor entregou uma para quem mesmo? A primeira. Não segunda, mas a primeira.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A primeira? Para o Arthur.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para o Arthur.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – E, posteriormente, para a **Folha de S. Paulo**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah! Posteriormente para a **Folha de S. Paulo**!

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele está dizendo que entregou para a **Folha**.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Para a **Folha**. Foi publicado na **Folha**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E aí se confirma, porque o advogado do Marinho informou à Assessoria da Comissão de que foi da **Folha**. Então, confirma isso que o senhor está dizendo.

A outra coisa, entre as minhas perguntas e as do Deputado Eduardo, o senhor se contradisse. Quais fitas o Polícarpo Júnior ouviu junto com o senhor?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A da divulgação pela revista **Veja**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só a segunda? A primeira não?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não foi isso que o senhor respondeu a ele. E nem pelas declarações do Polícarpo.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Mas foi isso que eu respondi a ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então está bom, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes. Por favor, 3 minutos improrrogáveis, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Percebo sua pressa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na verdade, eu não quero fazer qualquer tipo de indagação ao depoente, mas chamar a atenção. Esta Comissão aprovou, Deputado Osmar Serraglio, na tarde de quinta-feira, o requerimento dos dados do Coaf. Parece que o ofício encaminhado pelo Presidente desta Comissão só foi no dia de ontem. Desde ontem, na parte da tarde, todos nós estamos buscando essas informações porque elas são informações preciosas, valiosas e que podem nos ajudar muito em relação ao depoimento do Sr. Marcos Valério, aquele, o carequinha. Muito bem.

O que temos até o presente momento é a mesma informação da tarde de ontem, de que o Coafi não poderia encaminhar os documentos uma vez que seria uma quantidade enorme de documentos para tirar cópias e estas teriam de ser autenticadas.

Eu gostaria de contar com a atenção do Sr. Presidente, porque vou fazer aqui um requerimento formal.

Não sei se V. Ex^a ouviu o que eu disse. Vou repetir: o Coafi alega, desde a tarde de ontem, ou seja, há 24 horas, pelo menos, estou ouvindo que o Coafi não manda os documentos para cá porque eles estão tirando xerox, e são muitas, e têm que autenticá-las.

Sr. Presidente, isso me parece inadmissível. Ninguém demora 24 horas para tirar cópias, ninguém demora 24 horas para autenticar absolutamente nada.

Sr. Presidente, V. Ex^a, como presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tem o poder de realizar uma diligência de busca e apreensão desses documentos, dessas informações. Portanto, requeira formalmente, publicamente, não por escrito, mas

oralmente, que V. Ex^a indique imediatamente alguns Parlamentares desta Comissão para irem ao Coafi em diligência de busca e apreensão desses documentos porque eles são fundamentais para o depoimento que ouviremos amanhã. Eles não podem chegar, como tem sido praxe, em cima da hora. No dia do depoimento dos diretores, os documentos chegaram apenas uma hora antes do horário previsto para ouvirmos os diretores. Será impossível qualquer Deputado ou Senador fazer qualquer questionamento amanhã ao Sr. Marcos Valério, figura central desse escândalo, se não tivermos acesso a esses documentos. Portanto, requeiro a V. Ex^a que, imediatamente, designe uma comissão, constituída por membros desta CPMI, para fazer uma diligência de busca e apreensão desses documentos, para que tenhamos acessos a eles.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, com essa mesma preocupação exteriorizada pelo ilustre Deputado Eduardo Paes, nós tomamos a rigor, antecipadamente, essa providência. Quero dizer que o Presidente Maguito Vilela há uma hora, mais ou menos, assinou um documento, exatamente porque nós também entendemos que essas diligências precisam ser realizadas com a maior presteza, designando...

Nós recebemos, uma hora atrás, uma parte das informações. Como eu dispunha de um rol, olhei e vi que estavam faltando algumas. Imediatamente entrei em contato para saber o que estava ocorrendo. Eles informaram que a remessa havia sido parcial em virtude do excesso de documentos. Comuniquei isso ao Presidente, que, imediatamente – daqui a pouco vou ler aqui –, determinou fosse designado um dos técnicos, que se deslocou e, a essa altura, deve estar lá. Daqui a pouco ele deve retornar com essa documentação.

Portanto, já foi tomado providência. Já foi feita uma diligência dessa Presidência determinando ao técnico que se dirigisse à Coafi e trouxesse os documentos, que não se retirasse de lá enquanto não estivessem disponíveis esses documentos, que os trouxesse, porque temos a mesma preocupação que V. Ex^a manifesta.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria ...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Um instante, por favor, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a pela decisão, mas chamar a atenção para isso, que está

chegando a um limite nesta Comissão. Eu sugeriria ao Presidente e ao próprio Deputado Relator que na próxima oportunidade é importante que alguns Parlamentares designados, um Parlamentar de cada Partido, designados pelas suas Lideranças possam acompanhar, também, essas diligências. Todos sabemos que o Governo teme, profundamente, porque as coisas vêm se mostrando a cada dia: o que eles negaram ontem aparece como verdade hoje e eles terão que inventar uma boa desculpa amanhã. Mas esse temor do Governo não pode servir como obstáculo ao bom desempenho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, Sr. Presidente, congratulo-me com V. Ex^a pela iniciativa e esperamos ter acesso a esses documentos para que possamos, amanhã, ter condições de indagar ao Sr. Marcos Valério, que assusta muito o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu teria uma indagação ao Relator.

Em resposta ao Deputado Eduardo Paes, parece-me que o Deputado Osmar Serraglio afirmou que uma parte dos documentos já havia sido enviada pelo Coaf. É isso, Deputado? V. Ex^a pode confirmar essa informação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Confirmo. Eu solicitei à consultoria que fizesse um levantamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Indago se V. Ex^a teve oportunidade de ter acesso a essa parte dos documentos que foi encaminhada?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Embora em cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas teve?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a acha que é oportuno que os Parlamentares já possam ter acesso aos documentos que já chegaram?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema nenhum, só que em caráter de sigilo, com aquelas regras...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro, conforme determina a exigência legal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema nenhum. Está à disposição, com uma

peessoa que tem a incumbência de não ferir esse preceito legal...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nós, então, poderemos ter acesso na Secretaria da Comissão. É isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu queria adiantar um esclarecimento. Como percebi imediatamente que estava incompleto? É que o que veio só veio relativo a Belo Horizonte, e como há informação de saques em Brasília, ou há ou não. Se há em Brasília, veio incompleto. Aí nós determinamos esse prosseguimento da diligência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu gostaria de, antes de fazer a indagação, levantar uma questão pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Deputado Relator Osmar Serraglio afirmou que foi um técnico ao Coaf, que está aguardando essa documentação e não vai sair de lá enquanto essa documentação não vier. O problema é se essa documentação vier, por exemplo, na parte da noite. Nenhum dos Deputados terá acesso e amanhã, na parte da manhã, o Sr. Marcos Valério vai ser inquirido. Está correto? É na parte da manhã? Então, como é que poderemos dispor...?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Hoje à noite.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Precisaremos ter esse...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – As providências já foram tomadas. Vamos aguardar. Vou voltar a insistir lá.

Com a palavra V. Ex^a para reinquirição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Jairo, o senhor conheceu o Sr. Joel no Terraço, juntamente com o Sr. Arthur. Nesse momento, o Sr. Joel afirmou o seguinte... O Sr. Joel afirmou que o Arthur disse: “Vou lhe apresentar um amigo meu de confiança”. O senhor se considerava um amigo de confiança dele, já que o senhor havia sido apresentado a ele...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Há pouco tempo. Fui apresentado a ele há pouco tempo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Essa afirmação, então, não procede? O senhor não é um amigo de confiança...?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu não presenciei esse diálogo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele afirmou isso.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Joel afirmou, no depoimento dele na Polícia, que o Sr. Arthur disse: “Vou lhe apresentar um amigo meu de confiança”. E apresentou o senhor.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O Sr. Arthur comentou isso com ele, não é?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E o Joel disse...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu sei. Mas não na minha presença.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na sua presença. Falou assim: “Olha...”

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não me recorde desse diálogo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então o senhor... Não está correta essa afirmação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não me recorde desse diálogo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Tá.

O Sr. Joel também afirmou que estava muito nervoso em relação a essa gravação e tudo e que o senhor disse para ele: “Pode ficar tranquilo. Eu faço isso há muito tempo”.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, em nenhum momento eu falei para ele que eu fazia isso há muito tempo. Em nenhum momento eu falei nada a respeito da minha vida.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Também não procede essa afirmação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, em nenhum momento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Tá.

Por último, quero entender o seguinte: essa primeira fita, que é a fita que chegou às minhas mãos, o senhor disse que viu só uma parte.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não se interessou? E depois...

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Como da segunda também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. Da primeira parte não se interessou e depois entregou para aquele que o contratou, que foi o Sr. Arthur.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então o senhor estava trabalhando para o Sr. Arthur.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Naquele momento, sim, claro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que o senhor pega uma fita que era do Sr. Arthur e entrega à **Folha de S. Paulo** ao mesmo tempo em que entrega a ele?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Porque ele disse que tinha interesse na divulgação do fato. Então eu tenho que entregar para algum outro veículo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mesmo sem ele ter visto o teor completo, porque o senhor viu uma parte da fita, entregou uma fita para ele e uma para a **Folha de S. Paulo**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Isso. Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma última pergunta, Sr. Presidente.

O senhor entregou essa fita à **Folha de S. Paulo** e, em que pese ela ser bem menor do que a outra gravação, ali tem comentários expressos de um possível esquema de corrupção. Por que a **Folha de S. Paulo** não teve o menor interesse de divulgar essa fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, teve.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E somente dias depois divulgou?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, foi somente dias depois que eu entreguei para a **Folha**. Fica claro isso aí, eu entreguei para a **Folha**...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, eu quero saber: antes da segunda gravação, o senhor entregou para a **Folha**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não, não. Eu entreguei para a **Folha** já posterior à **Veja**.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Depois da **Veja**, o senhor entregou para a **Folha**?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Entreguei para a **Folha** e ela publicou no dia seguinte.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Essa primeira fita?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Essa fita foi entregue para a **Folha**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o último orador reinscrito, o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Jairo, qual foi o período em que o senhor trabalhou aqui na Câmara dos Deputados?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ex^a, acho que em 2001.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas quanto tempo de 2001?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Quanto tempo?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Acho que pega de 2001 a 2002, por volta de dez meses, alguma coisa nesse sentido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua ligação com o Bispo Rodrigues era por qual razão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – A minha ligação com ele é de amizade, pelo fato de meu primo ter sido bispo da Igreja.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o nome do seu primo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Paulo Roberto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Bispo Paulo Roberto ainda é da Igreja?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não entendi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Bispo Paulo Roberto ainda é da Igreja?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Uma das vezes o senhor foi aos Correios, a pedido do Arthur, para eventualmente fazer a primeira, a segunda ou a terceira gravação, das gravações? O senhor, quando estava junto com as outras pessoas, avistou ou se encontrou com o Alemão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor, de maneira alguma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor soube que o Alemão estava também estava fazendo algum trabalho lá nos Correios?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu soube que a Agência estava trabalhando, a partir do **Correio Braziliense**.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Antes o senhor não tinha essa informação?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse mecanismo de montar a mala que o senhor montou, para que fosse utilizada na gravação, o senhor aprendeu na época da Abin?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Apreendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E os recursos para poder comprar a máquina, comprar a mala para montar? Quem lhe deu esses recursos?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O recurso foi dado pelo empresário, o Arthur Watscheck.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quanto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, existem dois cheques. Ele vai girar em torno de oito mil, sete e alguma coisa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Cheque dele mesmo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Cheque dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor lembra os valores desses cheques?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, preciso não, mas vai girar em torno desse valor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mais ou menos?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Entre sete mil e alguma coisa a oito mil. Vai girar nisso aí.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A primeira fita que não foi utilizada, da segunda gravação, ela também tinha a entrega de algum valor ou só a segunda fita tinha a entrega dos três mil reais?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, até o momento em que eu assisti a essa fita, não vi entrega de valor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o senhor disse que a primeira fita não teria valor jornalístico?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não. Eu não falei nada disso. Eu falei que o empresário disse que ela não teria valor, que ele teria que fazer nova gravação. Qual era esse valor que ele estava pretendendo eu não sei informar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual o seu último contato, sua última conversa com o Alemão?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, eu o encontrei casualmente tem tempo. Eu não sei precisar a data – num *shopping* em Brasília. Passei rapidamente, ele estava engraxando o sapado. Aí, brinquei com ele. Falei: Opa! Deixa uma paga para mim aí. E segui meu caminho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Uma parte do quê?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sapato. Engraxando sapato. Aí, eu pedi para ele deixar um pago para eu engraxar o sapato, brinquei, só bati no ombro dele e fui embora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual foi o *shopping*?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No... acho que é o Brasília Shopping.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sr. Deputado, conclua, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço ao Sr. Jairo Martins de Souza, que acabou de prestar depoimento, a seus advogados. Estão dispensados. Desculpem. Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apenas uma conclusiva. V.S^a usa barba o tempo todo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – O tempo todo, Excelência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No dia da gravação, V.S^a estava com esse visual?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É usual essa barba sua esse ano todo?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Esse ano todo. Usual.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, no dia da gravação, esse era o seu visual?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – No dia em que fui encontrar o pessoal para fazer a gravação, esse era o meu visual.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V.S^a tem uma pinta no rosto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, não. Eu tenho um sinal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Um sinal, uma pinta no rosto?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Não, tem um sinal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Um sinal?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque nós tivemos a presença do Maurício Marinho aqui, que não soube identificar a pessoa que estava na gravação que tinha uma pinta e entradas na cabeça.

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Eu estou disposto a uma acareação. Há a entrada nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se for necessário. Agradeço a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos um ofício, endereçado ao Presidente desta Comissão, Delcídio Amaral, solicitando que o Sr. Edgar Lange fosse ouvido em reunião secreta. Eu despachei

o ofício para que o Relator opinasse. O Relator deu o seguinte parecer: “A atividade de Inteligência do Estado tem como peculiaridade a não exposição pública de suas ações. Deve esclarecê-lo, sim, mas ao Parlamento. De igual modo, a divulgação da imagem de um agente de Inteligência dificultará o exercício futuro de suas funções. Concorde, assim, com a reunião reservada”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou concluir e depois ouvirei as questões de ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não pedi uma questão de ordem, e sim pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por favor, inscreva-me.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estou com a palavra e vou concluir.

Então, o parecer do Relator é concordando. A Presidência vai submetê-lo ao Plenário. Só o Plenário é soberano para dizer se será secreta ou não a reunião.

Antes, porém, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, gostaria só que V. Ex^a lesse todo o requerimento que foi assinado pela Direção da Abin. Digo isso por economia processual, para evitar que se tenha de tirar cópia e nos entregar. Até porque, para que algo seja votado, deve ser disponibilizada a cópia. Peço que V. Ex^a leia todo o documento que foi apresentado para vermos qual é o argumento, além do lido pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a vai ler o documento?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu aguardo a leitura para formular a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator passará a ler o documento vindo da Presidência da Abin.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional. Brasília, 4 de julho de 2005.

Ofício nº 494, de 2005.

A S. Ex^a, Sr. Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Correios, Senado Federal.

Assunto: convocação de servidor da Agência Brasileira de Inteligência, Abin.

Sr. Presidente, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, Sisbin, que criou a Agência Brasileira de Inteligência, Abin, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, tem a seu cargo o planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de Inteligência do País.

Os assuntos referentes ao peculiar funcionamento da Abin, às suas atribuições, à sua atuação, às especificações de seus cargos e à movimentação de seus titulares, entre outros, destacam-se por sua própria natureza típica da atividade de Inteligência. Tanto que o art. 9º, § 1º, da citada lei, transcreve o rol exemplificativo de atos que merecem resguardo:

“§ 1º – Incluem-se entre os atos objeto desse artigo os referentes ao seu peculiar funcionamento, como as atribuições, a atuação e as especificações dos respectivos cargos e a movimentação dos seus titulares.”

O art. 4º da citada Lei nº 9.883, de 1999, traz as competências da Abin, o que deixa claro o caráter sigiloso de algumas das ações por ela planejadas e executadas, tendo em vista a obtenção de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar a Presidência da República,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto, por favor, Sr. Relator. O documento é muito importante. No entanto, estou percebendo que quase ninguém está prestando atenção. Depois, vai ficar difícil decidir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “...sendo, portanto, merecedores de maior proteção e cautela.

No que diz respeito à figura dos agentes envolvidos em atividades de Inteligência, deve estar presente, em face da preservação constitucional dos direitos fundamentais relativos à imagem, à intimidade e à segurança dos indivíduos, a necessidade de que seja evitada sua exposição, sob pena de o Estado responder objetivamente por eventual dano, conforme prevê o art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

A divulgação da imagem desses agentes, além de torná-los inabilitados para atuar em futuras missões, poderia expô-los a risco desnecessário, sobretudo os ligados a sua segurança e a de seus familiares.

Isso posto, venho a V. Ex^a solicitar a reconsideração quanto à forma de convocação e apresentação do servidor da Abin, Edgar Lange, de maneira que a oitiva

ocorra em reunião sigilosa, bem como resguardados o local, data e horário, mantida a prerrogativa constante do art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Jorge Armando Félix,

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.”

Esse, Sr. Presidente, o ofício recebido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, gostaria de encaminhar uma questão de ordem a V. Exª no sentido de que não fosse dado provimento ao pedido da Abin. Até porque ninguém precisa de reserva neste momento, quando estamos vendo, todos os dias, em órgãos de imprensa, sigilos devassados e informações que não são preservadas. Estamos permanentemente expostos. É estranho que um simples agente da Abin tenha que ter toda essa cautela e toda essa preocupação. Aliás, uma das últimas respostas do Sr. Jairo Martins, que terminou de sair, diz que o encontrou em um *shopping*, engraxando sapato. Quer dizer, ele não tem nenhuma preocupação em se preservar. Se eu não fosse descendente de portugueses, talvez não fizesse a brincadeira. Mas agente português tem que ser identificado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sobre o requerimento do depoente, concordo com o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Compreendendo os argumentos do nobre Relator, mas entendo que não há o que esconder. Até então, todo esse processo vem acontecendo de forma pública. Muitas das informações, inclusive, são obtidas por um trabalho investigativo da imprensa. Nós, às vezes, infelizmente, temos que nos pautar por aquilo que sai na opinião pública. Não é o nosso desejo, mas entendo que a sociedade brasileira, até por respeito, tem o direito de acompanhar o depoimento do Sr. Edgar Lange. E as informações que nos serão transmitidas entendo que também devem ser transmitidas à população em geral. É evidente que se no decorrer do depoimento do Sr. Edgar Lange, percebermos que há uma necessidade iminente de transformarmos a reunião em secreta, nenhum de nós, por responsabilidade, se furtará a esse dever.

Gostaria de fazer mais um comunicado a V. Exª. Eu havia solicitado ao Relator que viabilizasse o acesso dos Parlamentares aos documentos enviados pelo Coaf. Assim como o Relator, também fui pego de surpresa, porque, ao que me parece, os documentos encaminha-

dos à Comissão não diferem em nada daqueles já veiculados pela imprensa. Imagino, portanto, que o Coaf não encaminhou a totalidade dos documentos. Já temos que trabalhar com uma séria desconfiança de que pode estar havendo manobra para dificultar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Espero em Deus que o Governo, através de suas prerrogativas e de seus Poderes, não esteja manobrando para dificultar os trabalhos desta Comissão. Eu pergunto a V. Exª, inclusive, Presidente Maguito, como nós estaremos amanhã devidamente municiados de informações para arguir o Senhor Marcos Valério se até o momento não tivemos acesso aos seus documentos? Nós estamos cobrando desde que esse requerimento foi aprovado. Há uma cobrança de Deputados e Senadores, que é uma cobrança incansável. Eu até imagino que assessoria desta Comissão está de “saco cheio” em ter que receber de Deputados e Senadores, a toda hora, telefonemas, ou então, presencialmente, a cobrança para ter acesso a documentos, o que é um direito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, acho que V. Exª age bem quando toma uma decisão mais enérgica. Nós não podemos ficar a reboque de questões burocráticas, nós temos que ter celeridade, e para que essa desconfiança não se confirme, de que pode estar havendo uma manobra, nós temos que ter no mais rápido espaço de tempo possível acesso completo aos documentos do Coaf. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Nós já tomamos todas as providências. Inclusive, pedimos a um assessor que fosse para lá, pessoalmente, e que trouxesse toda a documentação.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, que todos se manifestassem através do voto, porque aí começaríamos o depoimento. Se não, vamos ficar ouvindo encaminhamentos aqui...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não é encaminhamento, mas apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu soube que o depoente solicitou um capuz. Se isso é fato, ele pode depor publicamente. Caso contrário, deporia numa sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De qualquer forma, vou colocar em votação. É minha obrigação e vou fazê-lo. Aqueles que concordarem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aqui é diferente, Senador, me perdoe. Mas, com o capuz, eu votaria favoravelmente a ser pública a audiência.

Sem o capuz, eu votaria que fosse sigilosa. É relevante o fato.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu gostaria de ouvir o relator.

Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, me parece procedente que diz o Deputado. O único problema – como diz o expediente da Abin – com o depoimento dele não é tanto o teor do que ele vai dizer, é com a identidade dele, com o rosto, porque no momento em que a face desse funcionário público se tornar conhecida de todo o Brasil, ele deixa de ser um agente de um órgão como a Abin. Então, o que o Deputado diz é relevante; o nosso voto depende de saber se o rosto dele ficará oculto ou não. O meu, pelo menos, é como o de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu gostaria de ouvir o Sr. Relator. Em relação ao uso do capuz ou não, confesso a minha ignorância.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estou também nessa expectativa. Acabei de solicitar informação, através do pessoal que está assessorando a Polícia Federal, para ver se ele vem com ou sem. De forma que solicito, eventualmente, a suspensão por cinco minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nós temos duas deliberações para tomar: ou fazer a audiência pública ou reservada. Vamos a voto. Se for pública, não pode ter capuz.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Acabo de receber uma informação. Se for secreta, ele usará o capuz. Se não for secreta, ele não usará.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, ele tem a possibilidade de usar, ele está habilitado a vir com capuz...

O SR. (Orador não identificado) – Depende da atividade dele.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A decisão é do plenário. Se o plenário decidir que será secreta, não há que usar capuz. Se o plenário decidir que é aberta, ele terá o direito de usar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu pergunto a V. Ex^a: qualquer um, então, qualquer depoente, em qualquer outra reunião terá o mesmo direito, caso queira vir de capuz...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, nas condições dele. Ele é um funcionário da Abin, e se ele...

O SR. (Orador não identificado) – Não, caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Lógico! Qualquer outro da Abin que for convocado terá esse mesmo direito. Agora, se não for, não vai ter.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Já que V. Ex^a vai encaminhar a votação, vou preferir, então, falar na hora em que for para votar, mas quero falar sobre isso. (Pausa.)

Além da recomposição do quorum. Tem quorum? Será nominal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Tem quorum sim.

A votação é simbólica, há quorum...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra V. Ex^a, para encaminhar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro, até por economia processual.

Sr. Presidente, tenho uma preocupação grande em relação a isso. Não tenho dúvida de que as atividades do Serviço de Inteligência, o qual respeito, são essenciais para qualquer País que se queira soberano. Mas é evidente que um serviço de Inteligência vai desde o planejamento ao controle das atividades de Inteligência de um País, ao assessoramento de um Presidente da República, à defesa do interesse público; isso é algo absolutamente lógico e está nas legislações do mundo todo. Entretanto, esse senhor que vai depor agora já está de tal forma vinculado ao caso que – esperamos todos nós – seja deslocado das funções dentro da Abin, porque ele já não tem – se é que alguém tem lá; até acredito que alguns tenham – a isenção necessária para participar disso. Porque dizer que é para auxiliar o Presidente da República... Ora, se tivessem auxiliado o Presidente da República, das duas uma: ou estabeleceram um procedimento de investigação e disseram ao Presidente quem era quem e Sua Excelência preferiu ceder às gangues partidárias e não entendeu os relatórios feitos; ou os relatórios não foram feitos com tanta precisão e o Presidente, sem saber, acabou nomeando muitas personalidades com a tradição de saquear e privatizar o espaço público. Outra coisa grave é dizer que há a questão da proteção do indivíduo e da sua família. Todas as pessoas que aqui estão vindo, independente da sua função profissional, estão se pondo em risco. Todas as pessoas podem ser ameaçadas de morte. Nunca vi tantos problemas como esses! Então, se é para reivindicar o artigo da Constituição, teríamos que reivindicar o artigo que diz que “todos são iguais perante a lei”. Isso, quanto à questão da reserva, da proteção da pessoa, do sigilo à informação.

A meu ver, trata-se de algo muito grave, efetivamente muito grave, essa decisão que estamos a tomar nesse sentido.

Sr. Presidente, apesar do respeito que tenho pelo Serviço de Inteligência, o Sr. Alemão, infelizmente, já rasgou a legislação ao se envolver num caso como esse, portanto, não poderá, neste momento, proteger-se em relação a essa legislação que criou o sistema de Inteligência.

Assim sendo, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A decisão, realmente, é séria, é importantíssima, tanto é verdade que ela será tomada pela maioria dos senhores e das senhoras presentes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, também para encaminhar esta questão, acho que o Sr. Edgar Lange já está devidamente identificado. Ele já esteve depondo na Polícia Federal; ele hoje é publicamente conhecido; ele tem uma função dentro da Abin que é pública – ele é coordenador geral de operações sistêmicas – CGOS da Abin. Portanto, Sr. Presidente, se nós deliberarmos ouvir o Sr. Edgar Lange de forma privada, sem a participação da imprensa, estaremos abrindo um precedente extremamente perigoso, porque, doravante, qualquer justificativa poderia aqui, por um voto que seja da maioria – e se desejar, sim, a maioria que aqueles fatos não sejam de conhecimento público e da mídia brasileira, da imprensa brasileira –, abafar aquele depoimento.

Sr. Presidente, acho muito bom que, neste momento, possamos refletir para não se criar uma jurisprudência nesta Casa e não abrir esse precedente extremamente perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A decisão do Plenário será acatada.

Com a palavra V. Ex^a, Deputado Maurício Rand's.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, quero chamar à reflexão os colegas da Comissão de que este, seguramente, não é um assunto para nos confrontar entre aqueles que eventualmente pretenderiam garantir uma investigação transparente e aqueles que pretenderiam abafar qualquer investigação. A mim sensibiliza o argumento do relator de que, pelas funções ocupadas por esse servidor público, ele deve ter o direito ao depoimento em sigilo, o que não quer dizer que nós, enquanto Parlamentares, sejamos Senadores ou Deputados, não entendamos que parte

desse depoimento se faz necessário que seja “publicizado”. É evidente que temos responsabilidade parlamentar para fazer esta escolha, a de que parte do que foi dito aqui deve ser colocado para a sociedade brasileira, o que seria fundamental para a compreensão da investigação que estamos fazendo.

Então, a mim sensibiliza o argumento do relator e faço um apelo à Comissão no sentido de que não transformemos esta votação numa divisão entre aqueles que querem a investigação aberta e aqueles que querem uma investigação que não seja de acesso da opinião pública. Parece-me que é um caso diferenciado de um servidor que exerce um papel diferenciado e, portanto, a questão constitucional aqui levantada pelo relator a mim sensibiliza.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em votação.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem que seja feito de forma aberta queiram permanecer sentados. E os que discordarem, se manifestem, por favor. (Pausa.)

Explico: quem vota com o relator se manifesta. (Pausa.)

A reunião será aberta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, já que a decisão está tomada, requeiro a V. Ex^a que ouça o Plenário novamente no sentido de que, em sendo aberta, o depoente não utilize capuz.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, isso eu não vou submeter. Ele poderá vir da forma que ele quiser. Ele será interrogado aqui e não vou exigir que ele venha com capuz, sem capuz, com terno, sem terno. Isso é um problema do depoente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só quero que ele venha sem capuz para ver a expressão dele!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Convido o Sr. Edgar Lange para tomar assento à mesa e prestar o seu depoimento. (Pausa.)

Peço à assessoria que faça entrar o Sr. Edgar Lange, a fim de que venha prestar o seu depoimento. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Convido o Sr. Edgar Lange a tomar assento. Comunico à Imprensa que ele já se encontra no local adequado.

Tomarei o termo de compromisso do depoente. V. S^a prestará o seu depoimento como testemunha e, portanto, está sujeito ao art. 203 do Código de Processo Penal.

Nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, V. S^a se compromete, sob as penas da lei, a di-

zer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal?

O SR. EDGAR LANGE – No que a lei me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito. Portanto, solicito a V. Sª que assine o termo de compromisso, depois de preenchê-lo, por favor. (Pausa.)

O Sr. Edgar Lange assinou o termo de compromisso: tem o número da sua identidade; idade, 50 anos; CPF; estado civil, casado; endereço residencial SQN, bloco C, bairro Asa Norte, Brasília; profissão, funcionário público; local onde exerce sua atividade atualmente, Abin. É parente em algum grau de parte envolvida, não.

Com a palavra V. Sª para o seu depoimento.

O SR. EDGAR LANGE – Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Exmo. Sr. Relator, Exmo. Srs. e Srªs Parlamentares.

Parece esdrúxulo o que vou lhes dizer mas para mim é uma honra ter sido convocado para esta Comissão. Agradeço ao Parlamentar, em nome da minha família, ter sido convocado para esta Comissão, porque o meu nome é vilipendiado de tempos em tempos e nunca tive a menor oportunidade de me defender. Graças à casa do povo hoje posso me defender.

Sr. Presidente, infelizmente, não posso falar absolutamente nada sobre o que não investiguei: o que eu produzi sobre os Correios. Não posso relatar nada sobre o que ocorreu, porque a Lei 9.083/99, criação da Abin, em seu art. 4º, diz, em suma: "... todos os atos revestidos de sigilo".

A Lei 8.059/91 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências.

Segundo o Decreto 4.553/02, arts. 2º e 5º, tenho o dever de sigilo:

"Art. 2º. São considerados originariamente sigilosos, e serão como tal classificados, dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º. Os dados ou informações sigilosos serão classificados em ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos."

O Código Penal, em seu art. 325, diz o seguinte:

"Art. 325. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave."

Em assim sendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, estou inteiramente à disposição dos senhores, para falar com os senhores, revelar, mas em reunião secreta, porque senão estarei cometendo crime.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Dr. Edgar Lange, efetivamente, começa mal a sua participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando que não quer facilitar os trabalhos dos nobres Congressistas que são membros desta CPMI.

Nós deliberamos, por vontade majoritária do Plenário desta Comissão, que a reunião de oitiva do Sr. Edgar Lange seria feita abertamente. O que eu entendo, Sr. Presidente? Na medida em que a reunião possa se desenvolver, se considerarmos que existem informações cuja divulgação viola um princípio legal, obviamente, a qualquer instante, nós podemos transformar esta reunião em secreta, mas é preciso que o depoente respeite aquilo que foi decisão majoritária do Plenário desta Comissão, sob pena de estarmos aqui perdendo tempo.

Acho que o depoente não começa bem, porque está desrespeitando a decisão que foi do Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu quero que V. Exª, como Presidente, use dos meios regimentais e legais que lhe cabem para fazer com que o Sr. Edgar Lange colabore com esta Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, encontra-se em minha mão um termo de depoimento que presta o Sr. Edgar Lange Filho no Departamento de Polícia Federal, no dia 10 de maio ou de junho. Isso é público. Aqui está. Houve, portanto, por parte do Sr. Edgar Lange Filho, um depoimento, que é público – está nas mãos de todos os Senadores e Deputados aqui –, onde ele se qualifica como Coordenador-Geral de Operações Sistêmicas da Abin, onde

ele diz que desenvolveu uma operação de investigação na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que tal operação foi iniciada após a Abin ter recebido denúncia – não cita que denúncia foi essa – de fonte que relatava corrupções na ECT e que essa denúncia citava nomes. Ele cita inclusive um nome aqui: Petry; que não se lembra de outros nomes; ele cita que isso foi uma semana antes da divulgação, pela revista **Veja**, da gravação de áudio e vídeo envolvendo o servidor Maurício Marinho; cita também que encontrou-se casualmente com o Sr. José Santos Fortuna Neves, que conhece o Fortuna; descreve vários encontros com o Sr. Fortuna. E aqui não corre em segredo de Justiça, Sr. Presidente, é público. Não entendo essa posição agora do Sr. Edgar Lange, que já fez esses depoimentos na Polícia Federal e se nega na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem mais poderes do que a Polícia Federal, a prestar esclarecimentos até sobre suas próprias declarações na Polícia Federal, Sr. Presidente, a não ser que ele esteja procurando, de certa forma, confrontar a decisão soberana deste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e solicito ao Sr. Edgar Lange que colabore com a Comissão. Naturalmente, se tiver alguma parte que ele entender... (*Inaudível.*) Não é só o do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, não. O meu também.

Solicito à assessoria que examine o sistema de som.

Solicito ao Sr. Edgar Lange que colabore com a Comissão Parlamentar de Inquérito. É lógico que se tiver alguma coisa que ele entender que não possa ser dita publicamente, nós iremos ouvi-lo reservadamente, mas em partes. Naquilo que puder, nós pedimos a sua colaboração.

O SR. EDGAR LANGE – Sr. Presidente, o senhor, o Plenário, conte comigo, total colaboração.

Agora, a partir do momento que eu entrar e tratar de assuntos que são sigilosos, eu não posso tratar, porque estarei cometendo crime contra mim mesmo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a está resguardado...

O SR. (Orador não identificado) – Não tem crime nenhum, não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos disciplinar os trabalhos. Vamos falar pela ordem.

Pela ordem, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. S^a está resguardado pela CPMI; V. S^a não estará cometendo nenhum crime, de forma nenhuma. V. S^a poderá cometer um crime se não cooperar ...

O SR. EDGAR LANGE – A questão, Senador Efraim, o art. 325 do Código Penal: "...revelar fato de que tenha ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo". Isso é crime. Falar para os Srs. Senadores e Deputados numa reunião secreta é uma coisa. Mas agora, com toda a imprensa, como vou revelar? Isso é crime.

Agora, eu posso, Sr. Presidente...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ainda pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. EDGAR LANGE – Sr. Presidente, eu vou fazer uma introdução, se V. Ex^a permitir, e, a partir daquele momento, eu vou dizer: a partir de agora, eu não posso. O senhor me permite?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Da forma que ele colocou, ele vai fazer uma introdução e, a partir daí, não vai falar mais nada. E, se a gente ficar quieto, vão aceitar. Eu não aceito não, Presidente. Vai fazer a introdução e vai responder as minhas inquiuições.

O SR. EDGAR LANGE – Sr. Presidente, as inquiuições, eu respondo, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. S^a.

O SR. EDGAR LANGE – A minha qualificação, eu já dei. Vou lhe relatar os fatos até o momento de receber ordem do Sr. Ministro, e quem me passou esta ordem foi meu diretor de departamento...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Que ministro?

O SR. EDGAR LANGE – Do Ministro do GSI, de suspender o trabalho nos Correios.

Em 5 de abril, o meu diretor de departamento determinou-me, mediante despacho, na primeira hora da manhã, porque eu chego lá 7h e 30min, e ele já está lá, que eu produzisse documentos, perdão, conhecimentos de Inteligência sobre possíveis irregularidades na Empresa de Correios e Telégrafos, determinação essa que veio do gabinete do Diretor-Geral.

Em que se baseou todo esse início? Em cima de uma denúncia anônima que foi enviada ao gabinete do Sr. Diretor-Geral. Muito bem. Por que produzir conhecimento, Srs. Parlamentares? Porque a Abin não investiga, não tem como atribuição precípua investigar. Investigar pressupõe produzir provas, nós não produzimos provas, nós produzimos conhecimento para assessorar a autoridade, seja o Ministro, se ele solicitar e, principalmente, o Presidente da República, não investigar, só produzir conhecimento, análises. Porque toda prova é uma informação, mas nem toda informa-

ção é uma prova. Qual foi o primeiro passo que eu fiz após receber esta ordem com o despacho do Diretor do Departamento? Eu tenho 29 anos naquela Casa, nós temos já um esboço de um plano de operações. Pela manhã, em seguida, eu preparei um plano de operações. O que que é este plano de operações? Ele simplesmente coloca desde os dados conhecidos, e aí vem a denúncia, os meios a ser empregados, e como será procedido esse trabalho. Tudo isso aí. Este plano recebe o carimbo de, a classificação, perdão, de secreto. Este plano foi enviado, na primeira hora da tarde, pelo Diretor do Departamento que ele despacha, na primeira hora da tarde, com o Sr. Diretor-Geral. No final da tarde, eu recebi o OK, eu vi a chancela do Diretor-Geral neste plano de operações. Esse plano de operações encontra-se num cofre, ele tem a classificação secreta. Muito bem.

Qual o outro passo, no dia seguinte? Determinar à equipe que reunisse o maior número de dados possíveis. Dados possíveis, quais? Abertos. 95% dos dados estão em fontes abertas, é só saber procurar e juntar. Contratos, valores estão abertos, não precisa estar fazendo, desculpem-me, eu vou usar esta palavra, que não mereço ser tratado assim, afinal de contas, sou um Analista de Informações, não precisa de arapongagem, não, está aberto, é só procurar e juntar as peças. Muito bem. O maior número de dados, então, reunir tudo, tudo o que for possível reunir, para, então, verificar quais dados precisam ser obtidos mediante – nós chamamos isso de dado negado – quais dados que nós precisamos conseguir através de uma técnica. Isso sobra 2, 3% desses dados, sobram, para conseguir. Muito bem. Terceiro passo: bom, decidido, toda a coleta foi feita, analisada, isso muito antes de, uma semana, um pouco mais de sair a denúncia na **Veja**. Qual foi o outro passo? Como obter esses dados negados? Como obter esses dados negados? Através do emprego de técnica. Nós não estamos autorizados a usar o grampo. Nós não temos autorização de usar o grampo. Então, quais as técnicas que nos sobram? E, neste caso, eu optei pela única técnica que eu achava que poderia ser usada neste caso: a entrevista. O que é uma entrevista? Ninguém pega e força a pessoa a falar. Não, não. O que é uma entrevista neste caso? É uma conversa evidentemente controlada, que quem está fazendo a entrevista está à par da situação, com o objetivo de obter dados do interlocutor de maneira voluntária. Ninguém foi forçado, ninguém forçou ninguém dos Correios a falar, ninguém. Ninguém chegou assim: “Você tem que falar se tem corrupção nos Correios!” Ninguém chegou. Simplesmente, primeiro, fontes nossas foram consultadas; depois, pessoas que nos poderiam fornecer dados. Digo a V. Ex^{as}, existem muitas,

porque a desavença, o conflito nos órgãos é grande. Então se encontra pessoas fáceis para falar.

Muito bem, em treze de maio uma fonte nos disse que um semanário mensal iria publicar uma reportagem sobre corrupção nos Correios. Em momento algum essa fonte disse que teria uma fita, ou sem fita, ou com fita, nada disso; não disse nem qual o semanário, de maneira alguma, não disse.

Muito bem, em dezesseis de maio recebi uma cópia dessa fita, entregue a mim pelo meu diretor de departamento. Essa fita Srs. Parlamentares, foi enviada ao Ministro do GSI, pelo Deputado Federal Roberto Jefferson, que solicitou ao Ministro que a Abin tentasse levantar quem fez esta gravação.

Foram produzidos, neste período, dezesseis relatórios de Inteligência, com a classificação sigilosa, sendo o primeiro expedido em 20 de maio de 2005 e o último, em 1º de maio de 2005. No dia dezessete, à tarde, não posso precisar a hora, pode ter sido, dezesseis, dezesseis e trinta, dezessete horas, recebi a determinação do meu diretor que suspendesse esse trabalho. De quem veio à ordem? Do Sr. Ministro, chefe do GSI.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, recebi, hoje, pela manhã, delegação do Sr. Ministro do GSI para colocar à disposição desta Comissão os documentos produzidos, ou seja, a Comissão solicita ao GSI os documentos e se compromete a mantê-los em sigilo. Recebi delegação para comunicar ao Sr. Presidente, que está à disposição. Diz: “Avisa ao Sr. Presidente que estamos aqui prestes a colaborar.”

O SR. (Orador não identificado) – É transferência sigilosa dos documentos.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O relator faz e disponibiliza para os membros da comissão que assumiu o sigilo.

O SR. EDGAR LANGE – Isso.

Então, recebi essa delegação, que vou repetir agora, que pode solicitar ao gabinete do GSI e, mantendo o grau de sigilo, ele enviará os documentos.

Sr. Presidente, era isso que tinha a falar inicialmente.

Devo dizer a V. Ex^a que, dependendo da pergunta, eu me reservo o direito de não respondê-la. As demais inquirições que eu verificar que não, que me coloquem como réu, não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB-GO) – Com a palavra o nobre Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Desculpe, com a palavra o nosso querido Relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, evidente-

mente, não tenho o condão de fazer a separação entre o que possa ou não ser sigiloso, de forma que vou formulando o posicionamento.

O SR. EDGAR LANGE – Pois não, Excelência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a recebeu uma denúncia anônima que continha informações sobre ilícitos em licitações dos Correios. Esse conteúdo desses ilícitos teria V. S^a como nos anunciar?

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, só retificando, não fui eu que recebi. Foi o Diretor-Geral que recebeu, que entrou na cadeia hierárquica, e ela chegou a mim. Para não cometer injustiça, não vou citar nenhum nome, apesar de ter citado lá, porque foi o único nome que lembrei e que está, inclusive, na baila – devo dizer a V. Ex^a que são inúmeros nomes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não estou perguntando nomes.

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Mas que, no decorrer do trabalho, verifiquei que várias pessoas ali citadas, a meu ver, a nosso ver, não tinham absolutamente nada a ver com a questão. Mas isso, se outro órgão investigar mais a fundo – porque nós fazemos, preparamos documento de análise e não prova... Mas, desculpe, o senhor ia falando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a faz referência a pessoas estou entendendo que, na denúncia, havia um rol de pessoas...

O SR. EDGAR LANGE – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... um rol de pessoas, mas seriam pessoas jurídicas?

O SR. EDGAR LANGE – Pessoas jurídicas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É. Empresas?

O SR. EDGAR LANGE – Havia, há, perdão, havia não, há um rol de pessoas que eu me resguardo não falar e, depois, há cada pessoa associada a uma empresa; uma ou mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As pessoas que eram referidas eram pessoas dos Correios, referidas das empresas, ou proprietários referidos a empresas?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não. Todos, de acordo com a denúncia, todos servidores dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, de um lado, havia o rol das pessoas dos Correios relacionadas a contratos...

O SR. EDGAR LANGE – Não. Contratos, não. Nomes de empresas só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A nomes de empresas?

O SR. EDGAR LANGE – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não precisa dizer o nome – acho eu também, porque não sei até onde pode ou não – das pessoas, mas das empresas, porque são contratantes dos fornecedores e, portanto, são contratos públicos.

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais as empresas que lembra constarem desse rol?

O SR. EDGAR LANGE – Posso citar duas ou três? Porque são tantas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Todas as que lembrar. Não só duas ou três.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Mas só vou lembrar: HHP, Cimen, se não me engano; Intermec. Ah, meu Deus do céu, tem várias outras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deixe-me ver se entendi o que V. S^a afirmou: essa documentação produzida já há autorização para que não seja liberada? É isso que V. S^a afirmou antes?

O SR. EDGAR LANGE – Essa documentação, os dezesseis?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. EDGAR LANGE – Não. O Sr. Ministro me delegou para dizer ao Sr. Presidente da Comissão que a Comissão pode solicitar a documentação ao Gabinete de Segurança Institucional, mantendo, evidentemente, o grau de sigilo, que o Gabinete de Segurança Institucional disporá para a Comissão os documentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Então, na verdade, já temos um requerimento nesse sentido do Senador César Borges.

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Lógico. Só estou lhe dizendo o que o próprio Ministro me delegou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. V. S^a disse que organizou uma equipe de quantas pessoas?

O SR. EDGAR LANGE – Esse é um dado que não posso revelar, porque aí estaria falando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

(Superposição de intervenção dos Srs. Senadores.)

O SR. EDGAR LANGE – Sim, sim. Isso consta, obrigado Senadora, até variou um pouquinho, porque, veja bem, uma hora preciso de tanto, outra hora de tanto. Na verdade, se eu revelar para o senhor, estou revelando número imperfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. (Orador não identificado) – Só para entender: não quero dificultar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não tem problema, não. O que apuraram em relação a tudo o que foi denunciado, embora anonimamente, o que consta desses relatórios?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, consta. O que foi...

Mas, veja bem, não só... Porque nós já avançamos um poucos mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Certo.

O SR. EDGAR LANGE – A gente vai, vai, vai, da-

qui a pouco... Posso lhe dizer que, nesse documento, inclusive, se disse isso na Polícia Federal, porque compareci voluntariamente, não consta o nome do Maurício Marinho. Não consta o nome de Maurício Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a manteve contato com o Maurício Marinho quando da investigação?

O SR. EDGAR LANGE – Não, nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem os seus integrantes da equipe.

O SR. EDGAR LANGE – É ordem minha, é de-

terminação minha de que ninguém – e muito menos eu – entrássemos na sede dos Correios. Ninguém, nem eu. Há anos que eu não entro na sede dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E essa produção de prova foi mediante requisição de documentos?

O SR. EDGAR LANGE – Nenhuma requisição.

As fontes, você contatando com as fontes ou pessoas elas lhe dão os documentos, elas lhe trazem documentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São fontes internas e externas aos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Sr^a declarou à Polícia Federal – e preciso esclarecer à V. S^a que um dos objetivos dessa investigação é perceber até onde há um possível liame entre o aparelho de Inteligência com algum grupo que pratique arapongagem e possa estar envolvido com atividades não tão lícitas.

O SR. EDGAR LANGE – Conte comigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a declarou à Polícia Federal que entrou em contato com o Fortuna. Conhece o Fortuna?

O SR. EDGAR LANGE – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Poucas semanas antes da divulgação da gravação da **Veja**. V. S^a confirma isso?

O SR. EDGAR LANGE – Posso lhe fazer um relato?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Necessariamente.

O SR. EDGAR LANGE – Há muitos anos eu

não via o Fortuna – e o nome é interessante, não se esqueçam, Fortuna. Um dia andando naquela estrada do Pátio Brasil e virando o carro escuto alguém falar assim: Alemão, Alemão. Quero esclarecer que o nome não é agente Alemão. Sou Alemão porque sou filho de alemães e quem me conhece me chama de Alemão.

Falei para o menino que estava do meu lado assim: “Olha só quem está aí, o Camisa de Seda.” Eu desci e no próprio carro ele veio – eu não tinha tempo porque estava com outros dois... encontro com duas outras fontes, uma no Pátio e uma no setor de rádio e televisão – e me diz: “Me dá o seu celular que te ligo depois.” Ele fala assim: “Tenho um escritório aqui perto.” Nessa hora, inclusive, ele me induziu ao erro, e no depoimento o senhor pode ver, porque outra vez depois nos encontramos na frente da Varig e ele tinha dito que era lá perto, mas, na verdade, era na Varig o escritório dele. Só foi esse contato.

Depois, sabendo que Fortuna mexia com problemas de informática e estávamos tratando de um assunto que também envolvia informática, isso antes da denúncia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a diz nós estávamos tratando é a Abin que estava tratando de assuntos de informática?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Não, de um outro traba-

lho, de uma força-tarefa entre Polícia Federal, Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União e TCU e nós fazíamos os nossos documentos para encaminhar isso a esses órgãos.

Veja bem, antes da denúncia chegar às minhas mãos, eu o encontrei casualmente naquele negócio, depois de anos que eu não o via! Liguei para ele e ele disse: “Vem aqui, vem ao meu escritório.” Fui ao escritório dele sempre acompanhado, em todos os lugares. Começamos a conversar e vi uma série de documentos e ele começou a falar e vou lhes relatar exatamente o que foi dito. Ele chegou e disse assim: “Está vendo, vocês achavam que estava roubando ouro em Cumaru?” Vou fazer um parênteses. Por quê? O Fortuna nunca foi da atividade de Inteligência. Ele foi colocado no SNI através do Nilton Cardoso – perdão, é inimigo inclusive dele – através do Nilton Cruz para trabalhar onde? No projeto ouro de Serra Pelada e de Cumaru. Então, nós não tínhamos contato. Claro, contato assim casual. Mas não contato.

Muito bem! Relembrando o que foi que ele disse: “Está vendo vocês achavam que eu estava roubando ouro em Cumaru. Eu não estava roubando ouro, eu es-

tava vendendo leite em pó”. E eu acrescentei: vencido não é? E acrescentei mais: além do leite em pó tênis e calças jeans. E isso, então, depois, noutra conversa, conseguir montar uma empresa de táxi aéreo, nome da mulher, tudo isso aí. Muito bem.

Muito bem! Então, conversamos sobre o passado, no SNI, ele conversou não sei o quê de como ele encontrou Newton Cruz, lá, no interior de Minas. Ele estava querendo montar um quartel, lá, da PM, mas que não tinha recursos. Mas encontrou Newton Cruz e Newton Cruz deu toda a força para que ele pudesse montar aquele postozinho lá no interior de Minas Gerais. E a conversa foi, foi, foi tal. E aí eu perguntei a ele, assim, – claro, Srs. Senadores, Srs. Deputados – a técnica da entrevista os Srs. Jornalistas sabem. A gente demora muitos anos para poder pegar um dos ganchos. Aí eu viro rapidinho para ele, assim, falei assim: “Fortuna, você conhece alguém na Unysis? Falei: “Não, não conheço”. Por quê? Você conhece alguém na Unysis? Ele falou: “Não, Unysis tem um escritório aqui em cima. O que que você quer? Falei: “ não se você conseguir um contato com alguém seria interessante a gente conversar. Por quê, Sr. Relator? Exatamente, para que trabalho da força-tarefa lá atrás que tinha iniciado em setembro.

Muito bem! Depois disso, o que aconteceu? Passou-se o tempo. E por cargas d’água do destino, chega à minha mesa uma denúncia dos Correios. Chega à minha mesa, por despacho, eu recebi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto tempo depois desse encontro?

O SR. EDGAR LANGE – Acho que foi duas ou três semanas, uma coisa assim.

Porque o encontro com Fortuna, primeiro, foi no final de fevereiro, início de março, coisa assim.

Muito bem! Chega esta denúncia. Lhes digo na nossa profissão, acho eu, 50% é sorte, 50% é profissionalismo. Aí, eu olhei para aquele negócio e falei, assim, – meu Deus! – o Fortuna tinha falado – desculpe eu esqueci de falar – que a Unysis tinha contrato – desculpe – nos Correios. Aí, caramba! Ele disse que tinha contato nos Correios. Cheguei para o meu Diretor e disse a ele: “O Fortuna pode ser uma boa fonte”. E o Diretor concordou. Porque ele pudesse ser uma boa fonte. A partir daí, inúmeras vezes, nós nos encontrávamos, passando ele material, passando dados, alguns não com credibilidade, mas passando dados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No ano passado.

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Até o momento em que passou inclusive todo o catálogo com toda a Diretoria dos Correios: nome, função, telefone, tudo, tudo, tome aqui para te ajudar. Para mim. Muito bem!

Até o momento em que estourou a reportagem na **Veja**. O que aconteceu? Aí o Sr. Fortuna...Se eu tiver prolongando nesse assunto, porque eu posso. Até o momento em que o Sr. Fortuna...Saiu o negócio da reportagem da **Veja** aí ele ficou um pouco preocupado. Depois disso, ele disse que ia se esconder numa chácara. Não tive mais acesso direto a ele. Meu acesso a ele, então, passou a ser indireto através de um filho dele. Eu ligava para o filho, aí o Fortuna me ligava de um telefone sem o saber onde ele estava. E não sei onde ele estava. Não sei. Nunca fui à casa dele, não sei nem onde ele mora, que já foi até colocado aqui. Não sei quem é. Muito bem!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como era o nome do filho do Fortuna?

O SR. EDGAR LANGE – Rodrigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Fortuna relatou a V.S.^a alguma coisa relacionada a ilícitos no Correio?

O SR. EDGAR LANGE – Ex^a, acho que é melhor o senhor pegar os documentos, porque aí eu vou estar exatamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. EDGAR LANGE – O senhor entendeu, não é? Porque aí vou estar me comprometendo. Mas os dados com valor, que ele passou, estão lá. Em verdade, digo-vos o seguinte: de início, o Fortuna demonstrou uma raiva contra o Maurício Marinho, porque ele diz o seguinte: “Eu coloquei esse homem lá e ele puxou o meu tapete!” Isso não tem problema falar, porque foi isso que aconteceu.

Bom, agora sobre o que o senhor me perguntou é melhor eu não me expor, porque... Ok!?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse encontro de V. S.^a na empresa do Fortuna foi no Shopping Brasília?

O SR. EDGAR LANGE – Não, eu fui na empresa dele?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Onde fica a empresa dele?

O SR. EDGAR LANGE – No Edifício da Varig, 103. Inclusive, está um nome lá, nome de ficção, Atrium.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S.^a não teve encontro nenhum com ele em nenhum local do Shopping Brasília?

O SR. EDGAR LANGE – Não, estive sim. Ele esteve na empresa e eu o convidei para um café. Aí sentamos lá no Café Pão de Queijo e conversamos. Sim!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nas conversas que V. S.^a teve com o Fortuna fez

referência a Edilberto Petry, o Petry, e quem é esse senhor?

O SR. EDGAR LANGE – Não, a mim ele não fez referência ao Petry?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem alguma informação sobre quem é esse senhor?

O SR. EDGAR LANGE – Não, eu sei, pelo trabalho, que ele é um dos funcionários dos Correios. Isso está nos documentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O trabalho de V. S^a não foi generalizado, foi específico, atendendo a um rol que lhe foi apresentado?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, o rol foi o ponto inicial. A partir daí você descarta o que efetivamente não tem nada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não chegou a ampliar também o rol?

O SR. EDGAR LANGE – Tanto é que, veja bem, em seguida, nós chegamos... Ex^a, é melhor pegar a documentação, porque aí nós chegamos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece a Kroll?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem investigação?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pelo menos sabe dizer se ela atuou em alguma investigação nos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Li alguma coisa em jornais e revistas, mas não sei. Oficialmente não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez referência ao nome de um dos filhos do Fortuna. Conhece o filho Marcelo?

O SR. EDGAR LANGE – Não senhor, nunca o vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece Marcus Vinícius, genro do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. EDGAR LANGE – Nunca o vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a confirma ter pedido a Fortuna que o ajudasse a descobrir quem estava por detrás da gravação que foi publicada?

O SR. EDGAR LANGE – Não, em verdade, não fui quem pedi. Ele chegou e me disse: “Me ajuda a ver, depois que estourou, e o Deputado Jefferson falou que um tal de Coronel Fortuna e um tal de Comandante Molina...” Aí ele chegou num desses encontros e falou: “Pô, Alemão, ajude-me a descobrir quem está por trás disso!” Não! Mas a estrutura da Abin é muito grande.

Em verdade, nessa hora, eu já estava usando o Fortuna como fonte. Então, eu não ia chegar a atender um pedido dele. Quem sou eu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Depois dessa gravação, quantas vezes V. S^a se encontrou com o Fortuna?

O SR. EDGAR LANGE – Foram, não vou dizer diversas vezes, mas algumas vezes. Três ou quatro no escritório; duas na QI 25, depois da ponte, que ele estava com medo, mas também eu me resguardando com todo o cuidado, entendeu? Ele tinha medo em razão de quê, se ele não participara? Não sei qual o medo. Mas o senhor vai me perguntar, tenho certeza. Mas eu não sei porque ele tinha medo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E nesses vários encontros a discussão era sobre?

O SR. EDGAR LANGE – Não, a minha...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teve vários encontros?

O SR. EDGAR LANGE – Não, a minha provocação sempre foi em conseguir dados dele sobre possíveis irregularidades nos Correios, tão somente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tinha conhecimento que a Atrium tinha interesse nos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – O próprio fortuna me disse que ele tinha e estava perdendo inúmeros contratos nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele era fornecedor de quê?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, pelo que ele me disse, não era fornecedor. Ele, simplesmente, tinha conhecimento de que sairia uma licitação ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fosse qual fosse?

O SR. EDGAR LANGE – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele participava?

O SR. EDGAR LANGE – Ele sairia em campo para então conseguir a empresa para fornecer esse produto. Ele só fazia esse meio-de-campo e recebia um percentual que ele não me falou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Jairo Martins de Souza?

O SR. EDGAR LANGE – Conheço. O Jairo trabalhou alguns anos na ABIN, como requisitado. Eu não tinha contato funcional de trabalho, porque ele trabalhava numa coordenação e eu em outra.

Outra coisa, Excelência, existe um problema chamado compartimentação. Eu não queria saber o que ele fazia. Só para que V. Ex^a veja como eu sou maníaco com relação a essa questão, a minha esposa fica chateada até hoje, porque eu não levo nenhum colega

de serviço para minha casa. Nunca ninguém, depois e vinte e nove anos, esteve em minha casa. Por quê? Porque a partir do momento em que começam a tomar, começam a falar....Não é o meu problema. Não levei. Inclusive não sou nem muito benquisto, mas não levo. Informação é informação. Depois que eu produzi, entreguei o documento, ele não me faz mais parte. Pertence ao Estado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que encontros mais V. S^a pode nos informar que teve, neste ano, com o Jairo Martins?

O SR. EDGAR LANGE – Com o Jairo Martins nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nenhum?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não foi encontro. Eu estava engraxando meus sapatos, lá no Pátio Brasil, ele passou que nem um foguete, com uma bolsa na mão e disse:deixe uma paga aí para mim, e foi embora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como é que V. S^a sabe que ele era Jairo Martins?

O SR. EDGAR LANGE – Porque eu o conheço. Ele trabalhou vários anos na ABIN.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com relação a essa passagem, V. S^a tem como associá-la a algum dia?

O SR. EDGAR LANGE – Não lembro. Mas foi a um bom tempo atrás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E em relação à gravação, quanto tempo antes? A publicação da gravação.

O SR. EDGAR LANGE – Meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Meses antes da publicidade na **Veja**?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, eu acho. Não me lembro de ter sido tão próximo não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Abin estava procedendo alguma investigação em torno do Sr. Roberto Salmeron?

O SR. EDGAR LANGE – Não, em torno do Sr. Roberto Salmeron, desconheço totalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E das atividades que ele exerce, que eram submetidas à administração dele?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Eu me preendi ao foco dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fortuna lhe apresentou um *e-mail* que teria vindo da empresa Mandic, sobre uma pretensão de desconto, com certo benefício não tão adequado a um administrador? O que V. S^a pode dizer a propósito disso?

O SR. EDGAR LANGE – O que eu posso dizer, sem depois entrar nos detalhes, porque já está nos documentos, ele me apresentou esse documento e deixou cópia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que histórico ele lhe deu sobre esse documento? Que referência ele fez quando apresentou o documento?

O SR. EDGAR LANGE – Que ele tinha recebido esse documento do Mandic.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que dizia?

O SR. EDGAR LANGE – Eu posso explicar. Ele me apresentou o tal do *e-mail*, apresentou aquele documento: está vendo aqui, isso não sei o quê. Eu vou me reservar a não falar. Ele me deu cópia desse documento. Eu fiz e V.Ex^a vai ver isso no documento...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez uma investigação a propósito desse *e-mail*?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Vou relatar exatamente... O que eu fiz foi um pequeno relato sem anexar esse *e-mail*. Por quê? Porque se eu anexasse esse *e-mail*, o que diriam V. Ex^{as}? Que eu tinha quebrado o sigilo sem ordem judicial e isso é crime. Eu só aproveitei a questão do contato e que está no documento e que não vou poder falar, mas que no documento V. Ex^a vai poder ver, mas sem anexar esse documento. Aí estaria caracterizando... Não adianta eu querer dizer para V.Ex^{as}: mas não fomos nós que quebramos o sigilo, recebemos. Não adiantaria. Então, nada de anexar para não ficar caracterizado que eu possa ter quebrado o sigilo de comunicação sem ordem judicial.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a investigou também a diretoria de Tecnologia dos Correios, que é presidida por Eduardo Medeiros?

O SR. EDGAR LANGE – Confesso a V. Ex^a que, no dia 16, fizemos o último documento. Estávamos nos aproximando dessa área, só que, no dia 17, recebi a ordem de suspender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma informação a dizer do porquê do seu trabalho ter sido interrompido bruscamente quando estava chegando?

O SR. EDGAR LANGE – Não, foi uma determinação do Ministro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a confirma as declarações do Sr. Fortuna, de que V. S^a teria insistido em que ele desse a entrevista à revista **Época** depois da publicação da gravação da **Veja**?

O SR. EDGAR LANGE – A palavra insistido é muito forte. Veja bem. O Fortuna, àquela altura, já estava meio encurralado. Não sei porque, já que ele diz que não tinha nada a ver. Uma vez o diretor me perguntou:

você acha que o Fortuna tem alguma coisa a ver com isso? E eu disse: meu sentimento – foram exatamente essas palavras – é de que alguma coisa ele deve ter, porque não é possível. Por que o cara está tão... Mas, com relação à revista **Época**, ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não entendi essa expressão de V. S^a, o seu sentimento... Quem é o cara e a que sentimento o Senhor se refere?

O SR. EDGAR LANGE – Desculpa. Como eu lhe disse que o Fortuna estava muito arredo, muito preocupado, uma vez o diretor me perguntou: você acha que o Fortuna tem alguma coisa a ver com essa gravação? E eu disse: chefe, o meu sentimento, que não vale nada, porque é um sentimento... Por causa da maneira dele agir, a raiva que ele tinha das pessoas... Pode ser que ele tenha alguma coisa, mas não se confirmou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele nunca lhe fez referência de que dispusesse de uma fita, de uma gravação?

O SR. EDGAR LANGE – Jamais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que...

O SR. EDGAR LANGE – Deixei de responder ao Senhor o negócio da revista **Época**. Não insisti. Ele, simplesmente, chegou uma hora... Bom, tem tantos jornais, **O Estado de S. Paulo**, que queriam falar com ele, mas tinham denegrido, inclusive, a imagem dele. Então, o que ele fez? Quem pode dizer algo para me salvar? E eu disse: você quer? Tem um jornalista que conheci no dia do café da manhã com o Sr. Diretor Geral. Se você quiser conversar com ele, a gente liga para ele. Falei com o jornalista e ele concordou com a seguinte condição, de que eu também iria gravar a entrevista para poder ter dados a respeito do que ele iria falar. Só isso. Mas não insisti: você tem de falar. O Fortuna é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Fortuna informou à Comissão que V. S^a insistiu em que ele não prestasse informações ao jornalista Policarpo Júnior da revista **Veja**.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Ele estava com entrevista marcada com a **Veja** – isso são palavras dele, na frente do jornalista da **Época** –, com a Record. Só não lembro agora se foi com **O Estado de S. Paulo** ou com a **Folha de S. Paulo**. E que ele, na sexta-feira, iria ao Ministério Público Federal. Aí o repórter falou: Fortuna, você vai me dar exclusividade. Não procure essas revistas e nem procure o Ministério Público Federal. Deixa para procurar na segunda-feira. Não fui eu, foi a insistência do repórter. Repórter é isso mesmo, quer

exclusividade. Então, ele não queria que o Fortuna concedesse entrevista que não fosse para ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a já trabalhou em gabinete, já foi assessor de algum parlamentar?

O SR. EDGAR LANGE – Jamais tive essa honra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não? Agora já não mais como testemunha, mas como alguém expert em investigação...

O SR. EDGAR LANGE – Não em investigação, mas em produção de conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como V. S^a, com certeza, acompanhou tudo que temos acompanhado e, portanto, sabe exatamente como os fatos se desenrolaram, no juízo, na opinião de V. S^a, juízo de opinião, se é que não lhe foi atribuída à incumbência de investigar o que eu vou lhe dizer: qual a sua concepção a propósito do que é que está efetivamente, se é que há, alguma coisa, por trás dessa gravação? Em outras palavras, nós estamos aqui investigando se eventualmente há um conflito de interesses de partidos, de diretorias, que manipularam um comerciante que, momentaneamente, estava indisposto com o Governo, aproveitaram o inconformismo dele e, sem ele perceber, aí não sei se a Abin ou não, mas enfim, o que V. S^a extrai desse fato todo?

Ele se resume a uma briga de comerciante pequeno com o diretor, que lhe cria óbices na oferta em que ele é plurioferteante? tudo o que aparece ele oferece e quer participar?

É um conflito de grandes empresas que usaram isso para derrubar alguém dentro dos Correios?

É um conflito de líderes de partidos que querem ocupar espaço dentro dos Correios?

Ou foi a Abin, perdoe-me pela pergunta, que aprontou, e a versão do Roberto Jeferson..., a Abin que participou dessa operação com alguma intenção, com algum objetivo, voltado ao Deputado Roberto Jeferson? Eu acho que essa última V. S^a não pode nem responder, porque é uma coisa interna. Mas, enfim, juízo de opinião até aonde puder.

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, o senhor disse inicialmente que eu não estou então como testemunha, a partir desse momento. Bem, ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é a partir desse momento, é em relação a essa pergunta.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, desculpe, é claro. Eu entendo.

Veja bem, temos determinação de não atuar na área política, primeiro ponto. Segundo ponto, se o senhor for ler essa documentação, e eu lhe digo como

profissional, não tem uma linha sequer voltada à área política. A questão era, era não, é tão somente empresarial, por espaço. Empresários que estavam sendo prejudicados, outros que entram no meio e não sei o quê. Todo, todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse conflito aparece nesses relatórios?

O SR. EDGAR LANGE – Estão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Maurício Rands.

Com a palavra...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sou eu, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Oh! Maurício, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Edgar Lange, o senhor falou que o Fortuna esteve no projeto Ouro, lá me Serra Pelada, no Pará, e no Cumaru, não foi isso?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em Serra Pelada, qual era a relação dele com o Sebastião Curió, o senhor sabe dizer?

O SR. EDGAR LANGE – É, o que aconteceu? Depois que foram criados dois projetos: Serra Pelada e Cumaru, o Sebastião Curió – desculpa – o Sebastião Curió passou a ser o administrador dos dois projetos. Um, que se não me engano foi Coronel Santos, também não dá para...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso foi nos anos 80, não é?

O SR. EDGAR LANGE – É lá pelos anos 80. Era muito novo ainda.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós.

O SR. EDGAR LANGE – E o Fortuna ficou especificamente cuidando de Cumaru.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, em Cumaru, mas trabalhava com o Sebastião Curió.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, veja bem, acima deles...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eram auxiliados.

O SR. EDGAR LANGE – É, o Coronel Curió estava lá em cima e os dois subordinados. Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor teve um primeiro encontro com o Sr. Fortuna, sempre acompanhado. Quem era que o acompanhava nesses encontros?

O SR. EDGAR LANGE – Perdoe-me, Deputado, mas aí eu não posso revelar porque são funcionários.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu sei, o senhor está acobertado pela Lei em dois artigos: 414...

O SR. EDGAR LANGE – Isso.

Obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Art. 406, do Código de Processo Civil.

O SR. EDGAR LANGE – Obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o 207, do Código de Processo Penal.

O SR. EDGAR LANGE – Obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Respeito, por que sou advogado e a lei deve ser respeitada.

O SR. EDGAR LANGE – Obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero perguntar ao senhor: No depoimento prestado à Polícia Federal o senhor disse que o Fortuna teria lhe relatado “em detalhes, que participou de diversas licitações, nas quais teria saído vencedor, mas que no final acabava sendo desclassificado, apesar de ter preço menor que os demais concorrentes.” O senhor ratifica aqui na CPMI isso que foi declarado?

O SR. EDGAR LANGE – Totalmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe dizer quais foram essas licitações?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, em momento algum ele citou nenhuma licitação, qual seria...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe pelo menos a área dessas licitações?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Porque era para atender a tantas áreas dos Correios que não posso dizer para o senhor “foi essa, essa aqui”. Não sei. A única que depois ele reforçou mais foi aquela da Intermec, que eles inclusive entraram com uma ação no TCU, se não me engano, não, TCU não, TCU já estava investigando uma ação na Justiça, que eles haviam perdido também.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já afirmou aqui para a CPMI, em outros depoimentos, que tem clareza que o Sr. Fortuna tinha um conflito com o Maurício Marinho, que ele tinha um sentimento de raiva em relação ao Sr. Maurício Marinho. E o senhor disse na Polícia Federal, *ipsis litteris*, que “não pode afirmar com certeza se Fortuna tem participação direta na gravação publicada pela revista **Veja**”. Então, não pode afirmar se ele tinha participação direta. Então afirma que ele tinha participação?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Até falei com o Sr. Relator, veja bem, continuo dizendo assim: não tem participação nenhuma, mas o que aconteceu?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E ele tinha um conflito com o Sr. Maurício Marinho, ele tinha todo o interesse...

O SR. EDGAR LANGE – Sim, veja bem, tudo caminhava, no desenrolar do negócio lá, de que, “pô, mas não é possível”, mas verificou-se depois que aparentemente não tem, entendeu?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E hoje, vinte e cinco dias depois desse depoimento em que o senhor achava que ele poderia ter participação, o senhor, hoje, acha que ele teve participação na gravação da fita, direta ou indireta, mas provavelmente indireta?

O SR. EDGAR LANGE – Vou lhe dizer, seria até perigoso, mas como tivemos que suspender os trabalhos, aí não posso dizer agora: será que ele tem ou não tem. Chegamos num ponto em que... O senhor entendeu?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, nesse documento que vai ser encaminhado à CPMI esse assunto é tratado?

O SR. EDGAR LANGE – Não de forma direta. Veja bem, vou repetir o que falei para o relator. No trabalho, no desenrolar do trabalho o meu sentimento era esse, que levei até ao diretor, que me perguntou: Por que é que ele está se escondendo? Por que ele tem essa raiva toda contra o Maurício Marinho, que ele disse que colocou lá através do Deputado, que entregou o currículo do Deputado lá de Pernambuco. Declarou na tribuna que o cara estava dificultando a vida dele. E vou repetir, ele não fala baixo não, ele fala alto: Todas as licitações eu ganhei. Todas. O menor preço. E depois eu perdi.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe qual era a relação dele com Jairo?

O SR. EDGAR LANGE – Desconheço se ele tem algum tipo de relação com o Jairo. Desconheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E com o Joel?

O SR. EDGAR LANGE – Quem, o Fortuna?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Fortuna.

O SR. EDGAR LANGE – Desconheço totalmente, não tenho a menor idéia se ele tem alguma relação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor não tem informação se essa possível participação dele nas gravações, que prejudicariam o Marinho, não foi feita a partir de contatos com o Jairo ou com o Joel?

O SR. EDGAR LANGE – Não tenho a menor idéia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E com o Sr. Arthur Wascheck?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe se eles tiveram contato, o Sr. Arthur Wascheck e o Sr. Fortuna?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Pelo menos eu não detectei e também não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso. E o senhor falou aqui para a CPMI que o Deputado Roberto Jefferson encaminhou...

O SR. EDGAR LANGE – Ao Sr. Ministro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... à Abin, ao Sr. Ministro um ofício. Pelo que entendi, esse ofício era solicitando que a Abin esclarecesse participação na fita, ou quem teria feito aquela fita que foi à **Veja**. O que foi esse ofício?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não, desculpe-me, não foi ofício nenhum.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não mandou ofício? E solicitou oralmente?

O SR. EDGAR LANGE – Isso são palavras do Sr. Ministro para mim. E ainda perguntei...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Sr. Ministro relatou ao senhor que o Deputado Roberto Jefferson tinha solicitado oralmente e não por escrito?

O SR. EDGAR LANGE – Não, enviou...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Teria enviado a fita?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei se ele entregou diretamente ao Ministro, não sei. Mas que ele enviou a fita... Ainda eu perguntei: “Mas isso está em segredo?” “Não. Não tem segredo nenhum.” Daí enviou a fita e solicitou – também não sei se ele diretamente solicitou ou se foi através de uma outra pessoa, não sei porque o Ministro não me falou isso –, solicitou que a Abin tentasse levantar se... Ah, perdão! Quem estaria...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem estaria por detrás daquela gravação da fita?

O SR. EDGAR LANGE – ...por detrás da gravação. Exatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor pode dizer quando foi que o Deputado Roberto Jefferson solicitou à Abin o esclarecimento e quem estava por detrás da gravação?

O SR. EDGAR LANGE – São oito...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu lembro, assim, apenas algumas datas para facilitar aqui os esclarecimentos.

O SR. EDGAR LANGE – Não. É o seguinte: pelo que a fita saiu – vou fazer uma dedução – a reportagem saiu num sábado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É, no dia 13, sexta-feira, o jornalista Policarpo Júnior procurava os principais na fita e já dizia, porque a revista sai no sábado.

O SR. EDGAR LANGE – Aí não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu estou só clareando as datas para a gente estabelecer esse momento.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, mas veja...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDGAR LANGE – Sei. Sei. Tudo bem. Tudo bem. Tudo bem. É...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDGAR LANGE – Eu recebi a cópia da fita na segunda-feira, dia 16. Pelo que eu deduzi o Deputado teria mandado essa fita também na segunda-feira, 16, ao gabinete do Ministro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quer dizer, o senhor acha que o Ministro recebeu essa fita no mesmo dia lhe a enviou.

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Isso aí... Veja bem, eu tenho praticamente certeza que foi isso, porque não ia...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No mesmo dia.

O SR. EDGAR LANGE – É. Fazer o que com essa fita?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque o senhor era o agente que estava tratando...

O SR. EDGAR LANGE – Não. Agente, não. O analista de informações.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Oh! Desculpe. Perdão.

O SR. EDGAR LANGE – O agente é negação de gente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o que vai no certo. O analista de informações que estava levantando informações sobre os Correios.

O SR. EDGAR LANGE – Isso. É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Só para ajudar. Só para ajudar. Qual é o Ministério? Qual é o Ministério? Qual é o Ministro? *(Pausa.)* Ah, ele já disse. É o Ministro Félix – ele já disse. É o General da Abin. Presidente, estou satisfeito. Obrigado.

Obrigado, Sr. Deputado. Desculpe alguma...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Oh, desculpe! Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Edgar, por que o Sr. queria que essa oitiva fosse reservada?

O SR. EDGAR LANGE – Desculpa. Eu não estou vendo. Ah!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor queria que essa audiência fosse reservada?

O SR. EDGAR LANGE – Por quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor queria que essa audiência fosse reservada?

O SR. EDGAR LANGE – Por quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, eu acho que não devia ter exposto, inclusive o desenrolar dessa operação em que eu fiz uma quantidade de relatórios em que eu coloquei a questão do plano de operações. Isso é assunto interno de um órgão de Inteligência. Mas como isso também não iria me ferir... Não tem problema.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor acha que é tão importante o trabalho de Inteligência, se o Sr. saudou o fato do Fortuna ter dado um catálogo dos Correios para o senhor? A Abin precisa de um catálogo de alguém para saber quem dirige os Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Mas... Ele é Deputado? *(Pausa.)* Sr. Deputado, o senhor acha que um analista de informações que está querendo sugar uma fonte vai deixar de receber um catálogo desse, por mais que eu tenha dez? Se uma fonte chega para o senhor e lhe entrega um documento que o senhor já tem conhecimento... Eu não vou desprezar porque a fonte vai se sentir desprezada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que usou o Fortuna. Ou será que o Fortuna usou o senhor?

O SR. EDGAR LANGE – Não entendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor...

O SR. EDGAR LANGE – O termo usar é meio grotesco, mas não é. Eu tentei obter da...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi o termo que o senhor usou.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, tudo bem. Tudo Bem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que usou o Fortuna.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, como fonte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ou o Fortuna usou o senhor?

O SR. EDGAR LANGE – Eu usei o Fortuna como fonte. Bom, só ele pode declarar se me usou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Fortuna recebeu alguma gratificação, algum agrado para lhe prestar esse serviço?

O SR. EDGAR LANGE – Nenhum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem era o Camisa de Seda?

O SR. EDGAR LANGE – Camisa de Seda exatamente era o apelido dele na época em que ele trabalhava no Projeto Ouro, porque ele sempre se vestia da melhor qualidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual o seu apelido?

O SR. EDGAR LANGE (PTB – SP) – Alemão não é meu apelido, nem meu codinome. Alguns me chamam de Alemão exatamente por causa da minha descendência alemã e eu falo fluentemente o Alemão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor em que período esteve trabalhando pela Abin na apuração dos Correios? Não precisa nem o que fez, só qual foi o período.

O SR. EDGAR LANGE – Do dia 5 de abril ao dia 16 de maio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que parou, por que parou em 16 de maio?

O SR. EDGAR LANGE – Por dia dezoito... Perdi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que parou em 16 de maio?

O SR. EDGAR LANGE – Eu já havia... Por determinação do Ministro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além de trabalhar como analista da Abin, o senhor faz “arapongagem” para alguém?

O SR. EDGAR LANGE – Eu me dedico, 24 horas, à atividade Inteligência. A minha esposa disse que eu tenho uma deformação profissional de tanto gostar dessa atividade. Poderia muito bem estar no escritório de Advocacia que ela havia me dado de presente e eu recusei. Dois meses depois, ela vendeu o escritório porque eu não ia ao escritório – porque eu me dedico a esta atividade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor se considera um maníaco?

O SR. EDGAR LANGE – Maníaco? É expressão – modo de dizer. É expressão porque eu gosto da atividade como o parlamentar gosta de estar na tribuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que compareceu espontaneamente à Polícia Federal. Por que o senhor procurou a Polícia Federal e compareceu espontaneamente para fazer o seu depoimento?

O SR. EDGAR LANGE – Por que chegou – como vou dizer para o senhor... Houve um momento em que, depois, a Polícia Federal também entrou no caso. E aí é bom. Se ela entrou no caso, como estou trabalhando no caso...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o senhor não disse que fazia uma força-tarefa junto com a Polícia Federal?

O SR. EDGAR LANGE – Não, senhor. No caso, não senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas falou. O senhor falou.

O SR. EDGAR LANGE – Não, senhor. Nos Correios não foi força-tarefa. Foi numa outra operação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Operação da área da Unisys.

O SR. EDGAR LANGE – Envolve a Unisys também. Mas é outra coisa que não tem a ver com isto aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No Correios tem Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Na denúncia cita a empresa Unisys, mas não seguimos – os senhores vão ver nos documentos – essa linha porque ela tem contrato nos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que outra ação da Abin, tirando os Correios, o senhor trabalhou nessa Operação Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Outra ação?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, sem ser os Correios, da Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Com relação a isto que não é só a Unisys, nós integramos uma força-tarefa – e eu já lhe disse de quais órgãos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que órgãos?

O SR. EDGAR LANGE – DPF, TCU, Ministério Público Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isto faz parte da força-tarefa. Mas qual é o alvo dessa força-tarefa?

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Começou em setembro do ano passado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Aonde, qual é o alvo?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, eu vou lhe dizer: o Ministério da Previdência, a Dataprev, o INSS e a influência da Unisys nesses órgãos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi o resultado final desse trabalho?

O SR. EDGAR LANGE – Esse trabalho continua por determinação do Ministro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Continua?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vocês detectaram alguma intercorrência ou alguma coisa em relação aos Correios nessa área de informática?

O SR. EDGAR LANGE – Só se chegou a verificar que os Correios tinham, também, contratos com a Unisys, mas não se partiu para isto porque a denúncia dos Correios é outra história.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Foi só esta presença espontânea do senhor ou dos Correios na Polícia Federal ou qualquer operação que o senhor tenha feito, o senhor, também, comunicou à Polícia Federal?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não. Só essa dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

por que essa dos Correios o senhor se preocupou em dar informes à Polícia Federal se ela não participava dessa sua ação?

O SR. EDGAR LANGE – Nesse caso, nós começamos antes de sair a fita – não é isso?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que a sua preocupação em avisar a Polícia Federal se em outras vezes o senhor não fez isso?

O SR. EDGAR LANGE – Eu não tenho que avisar à Polícia Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu

sei que o senhor não tem.

O SR. EDGAR LANGE – Não é a minha atribuição

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas por que o senhor foi, agora, nesse caso, especificamente, à Polícia Federal?

O SR. EDGAR LANGE – Eu vou lhe dizer especificamente porque: para desvendar – e a maior arte do depoimento é sobre isto –, para desvendar a questão do contato meu com o Fortuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

senhor, então, estava preocupado com isso?

O SR. EDGAR LANGE – Quem estava preocupado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

senhor acabou de dizer que foi tentar desvendar.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, para esclarecer o porquê dos meus contatos com o Fortuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas o Fortuna é alguma pessoa perigosa, uma pessoa problemática que precisava ter esse cuidado ou essa cautela de desassociar os seus encontros que, depois de casual, se tornaram contínuos?

O SR. EDGAR LANGE – A questão do Fortuna é que ele passou a ser uma fonte aberta e não aquelas fontes fechadas. Ele não é fonte fechada – fonte fechada é fonte fechada e não se fala nunca.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor estava engraxando sapato, o Jairo passou pelo senhor e pediu para o senhor deixar paga uma dele e ele estava com uma pasta. Foi a pasta que ele usou para gravar?

O SR. EDGAR LANGE – De maneira alguma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é a diferença? Se a que ele estava não é a de gravar, qual é a diferença? O senhor disse...

O SR. EDGAR LANGE – A pasta que ele estava levando, se não me engano, era preta, aquelas pastas comuns, 007. Não é uma pasta...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a pasta que ele usou para gravar qual foi?

O SR. EDGAR LANGE – Vi na imprensa uma foto de uma pasta mais quadrada. Não vi em outro lugar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então como o senhor sabe que é diferente, se o senhor só viu pela imprensa, e o senhor afirma que é diferente a pasta?

O SR. EDGAR LANGE – Claro! Eu vi pela imprensa e lembro do dia em que ele passou correndo com essa pasta, que ele sempre usou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está bem de fisionomia, heim? O cara passa correndo, o senhor filma a pasta e lá na imprensa a pasta, aquela pasta não é a mesma pasta da pasta do outro dia.

O SR. EDGAR LANGE – Deputado, temos cursos de observação, memorização e descrição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que o senhor memorizou dos seus encontros com o Sr. Fortuna que pode ajudar essa Comissão?

O SR. EDGAR LANGE – Os encontros com o Fortuna, não posso dizer nada. Por isso, estão nos documentos. O resultado dos encontros estão nos documentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quando o senhor encontrou com o Jairo, além desse dia de engraxar os sapatos e ele passar correndo pelo senhor?

O SR. – Não encontrei mais nenhuma vez. Fazia muito tempo que eu não encontrava. Inclusive teve um jornalista que colocou que eu ia na casa do Jairo, que o Jairo ia na minha casa. Jamais! Nem sei onde o Jairo mora. Jamais eu fui na casa dele e ele foi na minha. Jamais! Naquele dia do encontro no Pátio Brasília, ele passou, e passou rápido mesmo, e não parou nem para conversar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Gabinete de Segurança Institucional ou o senhor ou alguém ao seu mando tentou obter uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal para não participar de uma reunião aberta hoje aqui nesta Comissão.

O SR. EDGAR LANGE – Tentamos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que foi?

O SR. EDGAR LANGE – Um **habeas corpus**. Não sei nem se foi...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero que o senhor informe. O que foi que o senhor pediu para... Foi um **habeas corpus** para quê?

O SR. EDGAR LANGE – Simplesmente para não depor em aberto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor não quer depor?

O SR. EDGAR LANGE – Se eu estou dizendo que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. O senhor foi buscar no Supremo uma guarida para não depor. O senhor não conseguiu. Por que o senhor não queria depor?

O SR. EDGAR LANGE – Não consegui, não sei, por que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não consegui. Eu estou lhe...

O SR. EDGAR LANGE – Não sei se consegui ou não. Não faço a menor idéia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Independente de conseguir ou não, admitamos a hipótese de que o senhor tivesse conseguido, qual era o medo do senhor de depor aqui na CPMI?

O SR. EDGAR LANGE – Medo nenhum, só que... Veja bem, Deputado, eu poderia estar muito mais tranqüilo não relatando planos de operações...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não está tranqüilo?

O SR. EDGAR LANGE – Estou muito tranqüilo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o senhor disse que poderia estar mais tranqüilo...

O SR. EDGAR LANGE – Não, mais tranqüilo em conversar, não relatar... me expondo dizendo tem plano de operação assim, não-sei-o-quê...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vou me reinscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, inicialmente gostaria, em nome da Comissão, louvar a decisão do Sr. Edgar Lange de abrir as informações que possui, que acha que são pertinentes sobre esse episódio. De fato, seria muito ruim se tivéssemos privados de ouvir os esclarecimentos do Sr. Edgar Lange.

Primeira pergunta que faria. Há quanto tempo o senhor conhece o Sr. Fortuna?

O SR. EDGAR LANGE – Só cheguei a conhecer o Sr. Fortuna – e não me lembro mais o ano – na época em que ele de uma hora para outra apareceu no SNI, colocado pelo Newton Cruz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas lá pelos idos de?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Deve ser 80, na época do garimpo de Serra Pelada e de Cumaru.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De lá para cá, é óbvio que o senhor manteve uma relação com o Sr. Fortuna.

O SR. EDGAR LANGE – Não. O Sr. Fortuna, depois disso, voltou a Minas Gerais. Foi candidato a Deputado Federal, depois a suplente, não-sei-o-quê. Isso foi ele me contando...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E quando o senhor retomou o contato com ele?

O SR. EDGAR LANGE – Foi exatamente nesse dia lá, próximo ao Venância 2000, depois de muitos anos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem, mas o senhor nos disse aqui que esteve algumas vezes com o Sr. Fortuna porque o considerava uma boa fonte.

O SR. EDGAR LANGE – E disse isso ao Diretor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Poderia extrair do Sr. Fortuna informações que fossem importante para os trabalhos da Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Portanto, se o senhor considera o Sr. Fortuna uma boa fonte, o senhor também o considerava uma fonte confiável?

O SR. EDGAR LANGE – Não! Isso não quer dizer que... Tanto é que, veja bem, quando eu passei a sentir... Como ele disse que tinha várias, entrado com várias, ganho várias licitações, e contou todo aquele problema, nã, nã, nã, e que perdia todas, mesmo sendo o preço menor... não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas é evidente que o senhor deu algum tipo de crédito ao Sr. Fortuna senão...

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...não teria encontrado com ele por diversas vezes e, obviamente, tentado extrair dele informações.

O SR. EDGAR LANGE – Sim. Veja bem, o que vou dizer para o senhor de crédito. A fonte ela me traz o dado, esse dado tem que ser checado, tem que ser confrontado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem, mas se, pelo menos, os dados iniciais não fosse, de alguma forma, procedentes ou não merecessem a atenção do senhor, é evidente que o senhor não estaria por encontrá-lo outras vezes.

O SR. EDGAR LANGE – Mas, Deputado, aí que está. A fonte, pode ser que naquele momento, ela não está assim: pronto, vou reparar tudo ... O senhor entendeu? Mas você...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu confesso a V. S^a que não entendi e quero explicar o porquê dessas perguntas, porque é preciso ficar mais claro para essa Comissão qual era exatamente a relação do senhor com o Sr. Fortuna, que é uma peça-chave de todo esse processo de arapongagem que foi feito na Empresa de Correios e Telégrafos.

O SR. EDGAR LANGE – A única relação minha com o Sr. Fortuna foi depois que eu o reencontrei... Até nós nos encontramos e, tendo ido visitá-lo no seu escritório e ele relatado aqueles problemas todos, foi: e eu cheguei no meu Diretor, dizendo que ele seria uma boa fonte. Então, só para isso. Nada...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor sabe que o Sr. Fortuna disse, em depoimento à Polícia Federal, que a Abin estava investigando lá a Empresa de Correios e Telégrafos desde o ano passado, que o alvo da investigação seria uma suposta denúncia de corrupção, certo? E que havia uma relação direta com o cumprimento de uma determinada orientação da Casa Civil da Presidência da República. Essa foi uma declaração do Sr. Fortuna: de que a ação da Abin nos Correios seria fruto de uma orientação direta da Casa Civil da Presidência da República. Com o objetivo claro: um objetivo de retirar a empresa de informática Unisys do contrato que essa mesma empresa prestava aos Correios.

Eu pergunto então ao senhor: o senhor teve alguma notícia, alguma referência de certa determinação da Casa Civil para que fosse promovida alguma investigação na Empresa de Correios e Telégrafos?

O SR. EDGAR LANGE – Primeiro que o trabalho sobre os Correios não começou em 2004. Começou dia 05 de abril de 2005. Segundo,

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o Sr. Fortuna mentiu à Polícia Federal.

O SR. EDGAR LANGE – Bom, isso não sou eu que posso falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o senhor está afirmando uma coisa diferente daquele afirmou.

O SR. EDGAR LANGE – Mas o senhor vai ver na documentação, o senhor vai...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Será que o Sr. Fortuna não conversava com o senhor a respeito dessa operação? Por que ele diz à Polícia Federal que a Casa Civil determinou que a Abin entrasse nos Correios para proceder a uma certa investigação com um interesse muito específico e, já que os senhores tinham contatos permanentes, isso não foi colocado nos contatos comuns?

O SR. EDGAR LANGE – Eu posso explicar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por favor.

O SR. EDGAR LANGE – Bom, primeiro, de maneira alguma começou em 2004, tanto que a denúncia está clara lá e o despacho do Diretor-Geral e do Diretor do Plano de Operações, está tudo lá. Bom.

Segundo, jamais recebi... Não tenho acesso, não conheço ninguém, nesses governos passados todos eu nunca entrei na Casa Civil e muito menos agora recebi qualquer orientação da Casa Civil. Agora, a ligação Correios/Unisys cita – cita – a empresa Unisys na denúncia, só que – e o senhor vai receber, com certeza, a documentação – o senhor vai verificar na documentação que não se tratou de investigar a Unisys.

Nos 16 relatórios, se eu não me engano, citado numa vez a Unisys, e nada sobre a Unisys.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E eu pergunto ao senhor: esses relatórios versam prioritariamente sobre que área dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Sobre diversas áreas. Onde a gente poderia identificar qualquer tipo de possível indício de irregularidade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sem querer ferir ao sigilo deste documento, eu perguntaria ao senhor ainda: Diante dessa curta investigação que foi feita pela Abin, pelo menos oficialmente – oficiosamente a gente não tem elementos...

O SR. EDGAR LANGE – Não, oficialmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Diante dessa curta investigação, o senhor poderia nos afirmar que existem indícios – e eu pergunto indícios, não comprovações –, existem

indícios de irregularidades na Empresa de Correios e Telégrafos?

O SR. EDGAR LANGE – É... Os documentos da Abin não são conclusivos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso, por isso perguntei indícios, Sr. Edgar.

O SR. EDGAR LANGE – Não são conclusivos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por isso, perguntei indícios. Não perguntei conclusões.

O SR. EDGAR LANGE – Mas veja bem: os documentos não são conclusivos. Não afirmo. Agora, se há indícios ou não, não poderia dizer para o senhor porque, o senhor, vendo o documento, senhor vai deduzir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor deveria dizer porque essa informação é importantíssima. Mas continuo, Sr. Presidente.

Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Fortuna afirmou que o Dr. Edgar Lange teria insistido para que ele, Fortuna – abro aspas – “confessasse ter sido o responsável pela gravação” – fecho aspas. Quero fazer esta afirmação de forma categórica: o Sr. Fortuna, em depoimento à Polícia Federal, informou que havia sido pressionado pelo Sr. Edgar Lange para assumir a responsabilidade pela gravação. O senhor confirma a existência desse fato?

O SR. EDGAR LANGE – Não nesses termos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria que o senhor esclarecesse em que termos.

O SR. EDGAR LANGE – Vou esclarecer a V. Ex^a. Não nestes termos: “Você não sei o que, não”. É até – até –, depois de todo o desenrolar, estando as vezes em que estive com ele e vendo a situação dele, cheguei a ele duas vezes – primeiro, vou lhe dar as duas vezes –, botei a mão no ombro, em tom de brincadeira, e falei: “Fortuna, você está por trás disso?” “Não estou, não estou”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o senhor insistiu para que ele confessasse ter sido o responsável pela gravação.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não insisti para ele confessar. Eu lhe disse, no início, que o meu sentimento com o confronto que estava havendo, poderia ter uma participação dele. Aí, usando um pouco da técnica, falei: “Oh, Fortuna, me diz uma coisa. Você está por trás disso?”

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Uma coisa é o senhor questionar o Sr. Fortuna – o senhor tinha intimidade com ele para fazê-lo –, outra é o senhor orientá-lo a confessar.

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É evidente que sim.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há uma diferença enorme, Sr. Edgar Lange. Ninguém iria ao Sr. Fortuna recomendar a ele que assumisse uma responsabilidade sobre um ato sem que tivesse interesse que o próprio, o requisitado, de fato, assumisse tal responsabilidade.

O SR. EDGAR LANGE – Mas veja bem: quem sou eu para chegar e dizer assim: “Fortuna, você não sei o quê”? Não! Desta maneira bem tranqüila, disse assim: “Fortuna...”. Uma hora, cheguei para ele e falei: “Fortuna, você sabe que a comunidade está achando que você está por trás disso”. Mas eu chutei. Chutei por quê? Para ver se, meu Deus... Agora, eu lhe pergunto. Desculpe-me – sei que não posso perguntar a V. Ex^a –, mas por que, então, o Fortuna chegou para mim e disse assim: “Me ajuda a descobrir isso. Vocês são um órgão tão poderoso”? Por quê? Porque o Deputado Jefferson havia dito que, por trás disso, havia um Coronel Fortuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Confesso ao senhor que não imagino como um profissional do gabarito do senhor, que ocupa uma importante função na Abin, pudesse ter esse tipo de diálogo – eu até diria – irresponsável porque induzindo uma pessoa a assumir uma responsabilidade que, supostamente – ainda não podemos afirmar –, não seja dela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tenho uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formule a última, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ainda o Sr. Fortuna, no depoimento dele à Polícia Federal, relatou vários encontros entre ele e o repórter da revista **Época**, Sr. Matheus Machado. Pergunto ao senhor obviamente: primeiro, qual era o tema dos encontros? Pergunto também: quanto ao ponto que o Sr. Fortuna disse ter estranhado o fato de o senhor, Dr. Edgar, ter instruído ele a não manter qualquer contato com o repórter da revista **Veja** Policarpo Júnior, por que tal ressalva? Por que o senhor orientou o Sr. Fortuna a manter os encontros com o repórter da revista **Época** – e pergunto – e qual era o tema tratado nesses encontros? E insisto: por que recomendar a ele que não falasse com o repórter da revista **Veja**? E, assim, encerro, agradecendo, Sr. Presidente.

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, não recomendei. Foi o próprio repórter que pediu, insistentemente, que ele não concedesse nenhuma outra entrevista para outro órgão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o senhor acha que o Sr. Fortuna se equivocou, mais um vez, no depoimento dele à Polícia Federal?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não sei. Não sei. Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, informo ao senhor que sim. Ou, então, o senhor não está falando a verdade.

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Não sei. Vou lhe dizer exatamente: aí o Fortuna ainda falou assim: “Mas o que eu vou fazer” – olhe as palavras literais – “o que eu vou fazer com o cara da **Veja** que está me esperando? A **Record** está lá e não sei mais quem está lá, o jornalista disse assim: “Não, liga e desmarca, mas me dê a preferência da entrevista”. Aí ele falou assim: “Não, mas sexta-feira eu vou ao Ministério Público Federal me apresentar voluntariamente”. Aí o repórter falou assim: “Não vá, vá só na segunda-feira”. Esse debate foi entre os dois, não foi comigo. E eu não indiquei, ele simplesmente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor não participou desse debate?

O SR. EDGAR LANGE – Eu estava lá junto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor estava presente?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, mas não fui eu. Foi o “repórter” que pediu insistentemente para que ele não... Porque para mim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o senhor fez questão de acompanhar o Sr. Fortuna.

O SR. EDGAR LANGE – Vou lhe dizer por quê. Vou dizer por quê. Porque ficou acertado que ele falaria sobre problemas nos Correios e que eu, com o repórter, falei assim: “Mas eu vou gravar”. E eu gravei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está clara a relação do Sr. Edgar com o Sr. Fortuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Carlos Sampaio, em permuta com a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

O Deputado Carlos Sampaio não está.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero fazer algumas questões. Sr. Edgar, o senhor disse que, na denúncia anônima, e tal, tinha uma questão de conflito empresarial.

O SR. EDGAR LANGE – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não? Onde é que o senhor falou que tinha essa questão do conflito empresarial?

O SR. EDGAR LANGE – Não senhora. Lá não trata nada de conflito empresarial. A nossa... Nós, nos documentos produzidos, concluímos, e a senhora vai receber os documentos, que a questão é tão-somente empresarial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, depois de feitas as investigações, os levantamentos...

O SR. EDGAR LANGE – É, produzido o conhecimento...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... o conhecimento, vocês chegaram à conclusão que eram apenas conflitos empresariais.

O SR. EDGAR LANGE – Empresariais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pequenos interesses ou grandes interesses?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou especificar. Interesses envolvendo empresas tipo Atrium e Coman ou envolvendo Unisys, Simens, IBM, multinacionais?

O SR. EDGAR LANGE – Não, aí eu não posso lhe dizer exatamente quais as empresas, não sei o quê. Agora... E também não posso lhe dizer se são grandes ou pequenos os interesses, porque eu não tive acesso aos valores. Eu só tive acesso a um valor, que é o da Intermec, que foi o último lá, que é de 37 milhões, se eu não me engano. Os demais eu não tive acesso a ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só isso.

O SR. EDGAR LANGE – Então, eu não posso lhe dizer se... Podem ter sido grandes valores, como podem ter sido pequenos valores. Agora, em conclusão de que não há nada de... Tão-somente empresarial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só empresarial?

O SR. EDGAR LANGE – O interesse é... Bom, na nossa, na nossa...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É assim: os senhores fazem toda essa análise e não conseguem nem identificar se são grandes interesses ou pequenos. Ou os dois tipos de interesse.

O SR. EDGAR LANGE – Mas veja bem, Excelência, a única técnica que nós usamos foi a entrevista.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, o senhor disse que nunca entrou no correio?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não, nunca, não. Há muitos anos que eu não entro. E determinei a minha equipe que ninguém poderia ir à sede dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E fez as investigações como?

O SR. EDGAR LANGE – Através de fontes. Fontes nossas e fontes dos próprios Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fontes tipo o Fortuna.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, o Fortuna é uma fonte que se tornou aberta agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Fortuna serviu de fonte para o senhor quanto tempo?

O SR. EDGAR LANGE – Eu acho que foi pouco tempo, porque logo depois ele... Assim que ele foi preso, não sei o que, ele nunca mais contactou. E eu também nunca mais consegui contactar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque há uma contradição. Nos depoimentos dele, ele diz que durante meses conversou com o senhor.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É mentira, não foi durante meses?

O SR. EDGAR LANGE – Exatamente... Deve ter sido final de fevereiro e início de março quando nós encontramos o Fortuna junto ao Venâncio 2000, por aquele Setor de Rádio e Televisão Sul.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas aí já começaram as conversas. Foi exatamente por causa dessas conversas que o senhor sabia que o senhor sabia que o Fortuna poderia ser uma boa fonte...

O SR. EDGAR LANGE – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... quando veio a determinação de o senhor investigar.

O SR. EDGAR LANGE – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor disse isso, quando estava falando.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não foi isso. Naquele momento eu só recebi o celular dele, o telefone celular dele, me convidando a ir ao escritório. Aí eu fui ao escritório falar com ele sobre Unisys. Quando ele diz que a Unisys tem contrato nos Correios. Além de tratar de todas aquelas coisas. Em seguida, vem a denúncia sobre os Correios. Aí...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí o senhor ligou as coisas.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, sim, só isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o Fortuna ficava informando o senhor sobre a Unisys antes?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Foi a primeira vez que eu pedi a ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor confirmou que teve a apresentação de um *e-mail*?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que era um *e-mail* do Maurício, da empresa Mandic. Nesse *e-mail*, o Marinho pediu um encontro com o Alexandre Mandic, proprietário da empresa. O senhor confirmou que viu esse *e-mail*? Pegou cópia desse *e-mail*?

O SR. EDGAR LANGE – Não só vi, como ele me deu cópia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele lhe deu cópia, aí o senhor fez um relato, não anexou o *e-mail*. O que o senhor fez com a cópia?

O SR. EDGAR LANGE – Está guardada, com sigilo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está guardada com sigilo onde?

O SR. EDGAR LANGE – No nosso departamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E vai vir para nós nos documentos?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem. Isso não faz parte. Por que não foi colocado?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, eu quero saber. Não vai ser colocado. Então, Presidente, estamos requisitando que venha esse *e-mail*. Nós vamos requisitar, não há problema. O senhor colocou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendida. Pode continuar as perguntas.

O SR. EDGAR LANGE – V. Ex^a me permite?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me continuar a pergunta? O senhor confirma o Fortuna ter dito que não seria adequado o encontro de Mandic com Marinho? O senhor disse isso ao Fortuna? O senhor confirma? Nós temos declarações nesse sentido. O senhor confirma?

O SR. EDGAR LANGE – O encontro do Mandic com o Marinho?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque o *e-mail* era exatamente para ter o encontro. Então, quero saber se o senhor confirma que disse ao Fortuna que não era conveniente o Marinho ter um encontro com o Mandic?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não deu essa orientação?

O SR. EDGAR LANGE – Inclusive correndo risco, vou-lhe relatar exatamente o que aconteceu. V. Ex^a terá oportunidade de perguntar para o Fortuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se o senhor puder ser rápido e objetivo, porque corre meu tempo e tenho mais várias perguntas a fazer. Vamos lá.

O SR. EDGAR LANGE – Depois que ele me mostrou esse *e-mail* – e eu não o anexei exatamente para preservar a instituição, senão vão dizer que fize-

mos quebra de sigilo de comunicação – naquele dia, o Fortuna disse que estavam querendo fazer reuniões fora do regular. E, depois, ele me disse que fez uma denúncia anônima à direção dos Correios para que essa reunião não se realizasse. Só isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele fez uma denúncia anônima.

O SR. EDGAR LANGE – À direção dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ao Presidente dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. As palavras são dele, não são minhas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São dele.

O SR. EDGAR LANGE – À direção dos Correios para que esta reunião não se realizasse.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor não o orientou para que esta reunião não acontecesse?

O SR. EDGAR LANGE – Quem ficou preocupado de que não acontecesse a reunião foi ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi o Marinho?

O SR. EDGAR LANGE – Não, o Fortuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O objetivo disso era para não indispor a Mandic com a Brasil Telecom?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe. O senhor sabe dizer quais são os interesses da Brasil Telecom nos Correios e por que o Marinho teria problemas com a Brasil Telecom?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tem esse tipo de informação?

O SR. EDGAR LANGE – Não tenho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Fortuna não lhe passou esse tipo de informação?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor se locomove com qual carro? O seu carro, o carro da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – O único carro que eu tenho é uma Fordcourier 1.6, 1999/2000, JFT 7359, cor prata.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cor prata. Em nenhum dos seus movimentos o senhor utiliza carro da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Utiliza?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em algum momento o senhor se locomoveu com uma caminhonete branca da Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Em momento algum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca se utilizou desse tipo de...

O SR. EDGAR LANGE – Nunca.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nos depoimentos de outros aqui, há uma declaração de que o senhor estava fazendo levantamento a respeito dos Correios, pois havia uma determinação do Gabinete Civil da Presidência da República de retirar a Unisys dos contratos com o Governo que ela mantém na Previdência e nos Correios. O senhor confirma que havia a determinação para investigar a Unisys nos Correios também?

O SR. EDGAR LANGE – Não. A Unisys apareceu na questão Correios, porque na denúncia ela aparece empresa Unisys. V. Ex^a vai receber os relatórios e verificar que nos 16 relatórios não se fez nenhuma investigação no caso dos Correios sobre Unisys.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é a empresa que teria interesse em retirar a Unisys dos diversos órgãos estatais.

O SR. EDGAR LANGE – Desconheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor desconhece?

O SR. EDGAR LANGE – Totalmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabe quem...

O SR. EDGAR LANGE – Não faço a menor idéia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se a Unisys faz um tipo de serviço e não for mais para ela fazer, alguma outra empresa vai fazer. O senhor não sabe quem é?

O SR. EDGAR LANGE – Não tenho a menor idéia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nem idéia. Isso não aparece naqueles conflitos empresariais que o senhor identificou no levantamento? Não aparece Siemens, não aparece IBM, não aparece nada?

O SR. EDGAR LANGE – Em momento algum. Excelência, nós só estivemos do dia 5 ao dia 16.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De 5 a 16?

O SR. EDGAR LANGE – De 5 de abril a 16.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho outras questões a fazer, mas vou reinscrever-me depois para não ultrapassar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a ainda dispõe de 40 segundos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é um encadeamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração.

A lista, por favor.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Deputado, com as escusas, precisarei suspender a reunião por três minutos.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião por 3 min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Edgar, tenho acompanhado o seu depoimento com bastante atenção. V. Ex^a afirmou que o trabalho da Abin é coletar dados por meio de informantes indiretamente – não diretamente, pelo que entendi. Mediante esses dados, V. S^{as} chegam às origens das investigações. É isso?

O SR. EDGAR LANGE – Nós usamos, sim. Essa é uma das técnicas. Usamos para produzir conhecimentos e não são conclusivos. Eles apresentam indícios.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, a Abin produz indícios.

Nos Correios, quais os setores em que esses dados chegaram a indícios de algum problema?

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, vou resguardar-me, porque a documentação...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a vai desculpar-me. V. S^a disse que, aqui, deveríamos evitar argüir sobre métodos e como seria a parte sigilosa, envolvendo nomes de agentes.

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas, agora, isso, não. Nesse período, V. S^a disse que foram coletados dados e indícios de funcionários dos Correios com empresas. Gostaria de saber os nomes dos funcionários e as respectivas empresas.

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, isso está nos documentos. A partir do momento em que eu revelar isso para V. Ex^a, estou cometendo um crime.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas pergunto a V. S^a: se tivermos acesso aos documentos, não é a mesma coisa?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Claro que é.

O SR. EDGAR LANGE – Não. A partir do momento em que eu, tendo conhecimento de um docu-

mento sigiloso, chegar à CPMI e revelar o conteúdo desse documento, estarei cometendo um crime. Está claro na lei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a passa a desacreditar a Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Não entendi.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – V. S^a passa a desacreditar a Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Por quê?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Porque V. S^a pode entrar em contradição aqui com os documentos que estão lá. Por isso, insisto em que V. S^a fale.

O SR. EDGAR LANGE – Não entro em contradição, porque fui eu que produzi os documentos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quais os tipos de irregularidades produzidas?

O SR. EDGAR LANGE – Excelência isso está nos documentos. Não posso falar sobre isso. Não posso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já ficou bem claro, Sr. Deputado, desde o início, que ele não revelaria dados.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, sugerirei ao Sr. Presidente que, em outras Comissões Parlamentares de Inquérito, quando o depoente se negar a falar por uma razão ou outra em público, como aqui, e terminada a oitiva do Sr. Edgar Lange, façamos uma reunião com ele, numa sala, em segredo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse procedimento foi tentado, mas o Plenário decidiu assim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Em razão da profissão dele e do serviço que ele exerce, não podemos forçá-lo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, mas ele disse que, numa reunião fechada, falaria.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Em momento algum, eu disse isso. Mesmo numa reunião fechada, não posso revelar documentos sigilosos. O Código Penal é claro: “Revelar fato de que tenha ciência em razão do cargo” – analista de Inteligência – “e que deva permanecer em segredo ou facilitar-lhe a revelação”. O que é facilitar a revelação? É se eu chegar e falar para V. Ex^a aqui.

O Sr. Ministro já disse, me delegou para falar para o Sr. Presidente os documentos. É só solicitar e ele vai mandar os documentos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Solicitaremos, Sr. Presidente, por meio de requerimento, todo o relatório da Abin.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido prontamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quanto tempo durou a Operação Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Do dia 5 de abril até 16 de maio.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E por que V. S^a colocou sempre a empresa Unisys*?

O SR. EDGAR LANGE – Só citei a empresa Unisys quando me foi perguntado, porque, na denúncia, é citada, uma vez, a empresa Unisys. V. Ex^a verá nos documentos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Qual denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Na denúncia que provocou esse trabalho de produzir conhecimento a respeito de possíveis irregularidades nos Correios.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Também é sigilosa essa denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, a partir do momento em que integra os documentos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem.

V. S^a sabe algo sobre a Nova Data?

O SR. EDGAR LANGE – Absolutamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E Skymaster?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Não tem, ou é porque é sigilo?

O SR. EDGAR LANGE – É porque é sigilo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Mas não tem, ou é porque é sigilo?

O SR. EDGAR LANGE – Não, veja bem...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não pode falar.

O SR. EDGAR LANGE – É isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tá. Então o senhor não pode falar sobre empresa nenhuma, sobre funcionária nenhuma, nada, nada sobre a investigação.

O SR. EDGAR LANGE – Mas veja bem, o Código Penal e a legislação é clara a respeito disso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem. O senhor conhece o Sr. Fortuna há quanto tempo?

O SR. EDGAR LANGE – O conheci na época em que ele atuou no garimpo de Serra Pelada em Cumaru, mas nós não trabalhamos juntos, apesar de tê-lo encontrado uma outra vez nesse negócio de garimpo, mas não trabalhamos, porque o Sr. Fortuna...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso foi em que ano mais ou menos?

O SR. EDGAR LANGE – O garimpo de Serra Pelada eu não me lembro agora, no momento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mais ou menos. O senhor não lembra?

O SR. EDGAR LANGE – Era na época de 80, não?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Oitenta, tá. Então o senhor conhece o Fortuna há bastante tempo.

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, conheci lá. Mas depois nunca mais vi Fortuna.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabe que ele foi candidato a Deputado?

O SR. EDGAR LANGE – Citei isso aqui.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Onde?

O SR. EDGAR LANGE – Em Minas Gerais. Ele me falou nesse outro encontro que, inclusive, era suplente, depois tinha perdido a eleição, depois a legenda não lhe deu o direito de concorrer... naqueles momentos de desabafo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele é ligado à política há bastante tempo?

O SR. EDGAR LANGE – À política?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É.

O SR. EDGAR LANGE – Não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não sabe.

O SR. EDGAR LANGE – Veja, há quanto tempo eu não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com quem ele era ligado?

O SR. EDGAR LANGE – Bom, dizia ele que tinha uma certa ligação com o ex-Governador Newton Cardoso, mas se tem ou não tem não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Com o ex-Governador Newton Cardoso. Ah, tá.

O SR. EDGAR LANGE – Mas foi só uma vez só.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Tá. Depois que o Sr. Fortuna foi preso, o senhor tentou falar com ele?

O SR. EDGAR LANGE – Depois...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor disse aí que ele não ligou mais para o senhor e que o senhor tentou falar com ele também, mas não conseguiu.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não, não. Antes... Não, não, não, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Hem?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não, não. Antes dele... Bem antes de ele ser preso, tivemos um últi-

mo contato e depois não tive mais contato com ele. Só que – posso até me enganar – ele meu deu duas ligações e eu fiz uma ligação a ele através do filho, e nunca mais falamos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado por permuta com o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dr. Edgar, uma pergunta por curiosidade: o trabalho da Abin precisa ser provocado para fazer qualquer tipo de investigação, ou é uma decisão própria da instituição? Quais são os critérios para que ela decida fazer investigação sobre qualquer tipo de caso?

O SR. EDGAR LANGE – Posso responder?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu gostaria que V. S^a fosse respondendo de imediato.

O SR. EDGAR LANGE – Tá. Com relação a casos, aí é decisão do diretor-geral de produzir conhecimento ou não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, a Abin tem autonomia, então, para fazer investigação.

O SR. EDGAR LANGE – Investigação, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou ela precisa ser provocada por alguma instituição?

O SR. EDGAR LANGE – Só um minutinho. Investigação, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Desculpe, produzir informações.

O SR. EDGAR LANGE – Isso. Agora, e por outro lado existem as diretrizes anuais do órgão que dizem os temas que vamos trabalhar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por exemplo, todas as pessoas que vão assumir cargo público por nomeação devem passar por uma investigação de sua vida pregressa, não é isso? Quando, com relação a alguma pessoa, há alguma dúvida de idoneidade, qual é o procedimento da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Eu não trabalho nessa área.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas não tem informação de como é que o procedimento que é feito?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Vou repetir para V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. EDGAR LANGE – Na Abin, num órgão de Inteligência, assim como nas Forças Armadas, a hierarquia é o dorso, a linha, na Abin a coisa que tem

que ser preservada é a compartimentação. Quando há um tipo de vazamento, é a mesma coisa que advogado perder prazo. Olha, isso arrasa. Existe uma compartimentação rígida. Eu não entro em qualquer departamento lá. O meu crachá não permite.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

O SR. EDGAR LANGE – OK?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – OK.

Então, sobre Fortuna, o senhor falou alguma vez de ameaças que o Sr. Maurício Marinho teria sofrido pela não concretização de negócio de interesse nos Correios. O senhor tem conhecimento de ameaças sofrida pelo Sr. Maurício Marinho?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Desconheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nenhum tipo de ameaça?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E nunca, nesses encontros, o Fortuna nunca falou que estaria ameaçando ele ou não?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele simplesmente tinha um certo receio, não, uma certa chateação?

O SR. EDGAR LANGE – Isso, mas uma certa raiva porque eu coloquei não sei o quê e agora...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Havia de V. S.^a interesse direto em ter maiores conhecimentos sobre determinados tipos de licitação dentro dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Não, sobre determinado, não. Não é “determinado”. Tudo que as fontes passaram foram trabalhados porque aí tem material que é desprezado, não serve para nada, não tem uma consistência para integrar um documento de conhecimento. Então, isso é desprezado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

V. S.^a sabe de alguma investigação da Abin sobre as ações dentro do IRB?

O SR. EDGAR LANGE – Desconheço totalmente. Nunca me chegou nenhuma determinação para que eu atuasse nessa área.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou isso é um fato de outro departamento da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Vou lhe repetir o problema da compartimentação. Não sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se há V. S.^a não sabe, mas pode haver?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei, não sei. Não tenho a menor idéia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E a quem nós poderíamos recorrer para ter essa informação? Poderia nos dizer?

O SR. EDGAR LANGE – Ou ao Diretor-Geral, ou ao Sr. Ministro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Diretamente ao Ministro?

O SR. EDGAR LANGE – Ou o Ministro. Eu sou um simples analista.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu até recomendaria ao Relator, se fosse o caso, ter este tipo de informação do Diretor: se havia algum interesse de investigação sobre contratos dentro do IRB.

V. S.^a chegou a monitorar relações de Marcus Vinícius, genro, do Roberto Jefferson dentro dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Em momento algum.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Também não?

O SR. EDGAR LANGE – Em momento algum.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por último, V. S.^a sabia que o Deputado José Chaves é quem havia indicado o Sr. Maurício Marinho para a Universidade dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Eu vim saber disso depois de uma reportagem que foi publicada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas somente isso?

O SR. EDGAR LANGE – Só.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex.^a.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Asdrúbal Bentes. (Pausa).

Ao Deputado Ônix Lorenzoni. (Pausa).

Ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou fazer algumas indagações ao Sr. Edgar Lange Filho esperando que ele possa efetivamente responder. Essas indagações estão baseadas no depoimento que ele prestou na Polícia Federal no dia 10 do mês de junho.

Primeiro ele fala, Sr. Edgar Lange, o senhor fala que foi iniciada uma operação após ter recebido uma denúncia de fonte que relatava corrupções na ECT. Eu perguntaria e pergunto a V. S.^a: Quem fez essa denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Essa denúncia, a fonte que digo, porque o papel também é uma fonte, veio uma denúncia por escrito enviada ao Diretor-Geral da Abin, agora anônima.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – 6BA) – A denúncia foi anônima?

O SR. EDGAR LANGE – Anônima.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Costuma, então, na Abin, se dar procedência e se dar credibilidade a denúncias anônimas que chegam à Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Aí a decisão cabe ao Diretor-Geral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas eu lhe fiz uma pergunta nesse sentido. É costumeiro, é de rotina, se dar andamento a denúncias anônimas que cheguem, de qualquer espécie, na Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Muito raramente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas neste caso da empresa Correios e Telégrafos foi dado, então, credibilidade, a uma denúncia anônima?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem. Eu já disse aos senhores que essa denúncia anônima, em parte, inclusive, eu desprezei, porque havia dados que simplesmente não tinham o menor valor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, então V. S.^a poderia detalhar um pouco essa denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Não, Ex.^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que não?

O SR. EDGAR LANGE – Porque ela foi exatamente objeto de todo esse trabalho de produção de conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então V. S.^a considera esse dado do que está nessa denúncia confidencial?

O SR. EDGAR LANGE – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seria...

O SR. EDGAR LANGE – Porque, veja bem – desculpe-me, Senador –, foi ela exatamente o – desculpe o termo – pontapé inicial de todo o trabalho de produção de conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é importante que nós tomemos conhecimento do que constava dessas denúncias.

O SR. EDGAR LANGE – Quando V. Ex.^a receber os documentos, V. Ex.^a vai poder ver. Agora, a denúncia em si, é como eu lhe digo, eu vou cometer injustiças e não posso revelar também, porque tem nomes que não têm nada a ver.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. A minha segunda pergunta é a seguinte: apesar de V. S.^a dizer que não pode cometer injustiças nem tampouco fazer alguma vinculação com nomes, V. S.^a citou Petry. Isso é uma pessoa jurídica, uma pessoa física?

O SR. EDGAR LANGE – Não. O delegado, quando me perguntou se eu lembrava de algum nome dessa coisa, como eu já tinha visto em outra situação, eu falei: “Não, como ele já está, o Sr. Petry não tem problema nenhum.”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É Petry que se pronuncia?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei, eu falo “Petry”. Não sei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é Petry?

O SR. EDGAR LANGE – Depois eu fui verificar que ele era um servidor dos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor sabe qual é a função do Petry nos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Até está escrito no documento, mas não me lembro agora não. Está no documento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lembrou do nome, mas não lembra qual é a acusação?

O SR. EDGAR LANGE – Não lembro. É muita coisa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pesa uma acusação contra o Petry?

O SR. EDGAR LANGE – Não posso lhe dizer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Também não pode precisar.

O SR. EDGAR LANGE – Não, porque aí estarei... V. Ex^a vai receber a documentação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não acha V. S^a também muito interessante essa coincidência de datas, que essa operação de apuração – são palavras suas – de denúncias na ECT iniciou-se aproximadamente uma semana antes da divulgação, pela revista **Veja**, da gravação de áudio e vídeo envolvendo o servidor Maurício Marinho?

O SR. EDGAR LANGE – Mas, Senador, foi exatamente uma semana ou 10 dias antes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Coincidência?

O SR. EDGAR LANGE – Bom, isso não posso dizer por que houve. Mas eu sei que foi uma semana. A denúncia veio e depois...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E aí entra o seu relacionamento com o Sr. Fortuna. E esse relacionamento com o Sr. Fortuna...

O SR. EDGAR LANGE – Eu não diria relacionamento, eu diria simplesmente, vou repetir: Comuniquei ao meu Diretor que o Sr. Fortuna seria uma fonte interessante, uma vez que ele estava – e vou repetir as palavras que eu disse ao Diretor – enfiado até o pescoço dentro dos Correios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então o Sr. Fortuna tinha perfeito conhecimento das coisas que aconteciam nos Correios. E ele foi útil nas suas investigações – não é investigação –, na procura de informações de V. S^a?

O SR. EDGAR LANGE – Em parte, sim. Muitos dados que ele forneceu, confrontados com outros, foram muito valiosos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas também esses dados não podem agora...

O SR. EDGAR LANGE – Eles já compõem os documentos sigilosos, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. O senhor foi acompanhado, nesses contatos com o Sr. Fortuna, de um servidor. Que servidor foi esse?

O SR. EDGAR LANGE – Eu já declarei aqui, não foi só um servidor, e não posso declinar o nome, porque são funcionários da Instituição e eu tenho que preservar esses servidores, assim como eu também deveria ser preservado.

Agora, o senhor imagine como eu, exposto aqui, vou desenvolver, por um tempo, alguma atividade de Inteligência. Amanhã a minha foto vai estar nos jornais. E aí?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bem, a outra pergunta.

Sendo assim o depoimento, Sr. Presidente, fica muito difícil que ele seja elucidativo para nós.

A outra seria exatamente saber que outra operação estava em andamento que tivesse essa conexão com os Correios. V. S^a diz que essa visita programada ao Sr. Fortuna tinha o objetivo de colher informações para outra operação em andamento. Para nós é importante saber que conexão estava desejando a Abin estabelecer em relação aos Correios.

O SR. EDGAR LANGE – Não foi nem a Abin que estabeleceu, foi o próprio desenvolvimento do trabalho. E aí eu já declarei aqui que na denúncia que o Diretor-Geral recebeu, uma das empresas citadas é a Unisys. Desde setembro do ano passado, estou coordenando um trabalho para produzir conhecimento para uma força-tarefa, integrada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo TCU, pela CGU, a respeito desse assunto. Mas só apareceu esse nome. V. Ex^a vai acessar os documentos e vai verificar que não houve mais nada sobre Unisys.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu perguntaria a V. S^a o seguinte: Os resultados dessas informações foram efetivamente dados a conhecimento ao Diretor-Geral da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Posso responder?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, estou lhe perguntando.

O SR. EDGAR LANGE – A minha capacidade termina na hora em que entrego o documento ao meu diretor de departamento, que então faz a difusão. Agora, garanto-lhe que esses documentos chegaram ao Diretor-Geral da Abin.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é o seu Diretor de Departamento?

O SR. EDGAR LANGE – Dr. Paulo Ramos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dr. Paulo Ramos, que é amigo do primeiro depoente hoje aqui, Sr. Jairo Martins, se não me engano, é amigo. Então, Paulo Ramos. E o senhor acredita que o Paulo Ramos passou essas informações para o Diretor-Geral, que é o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva?

O SR. EDGAR LANGE – Acredito não, tenho certeza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem certeza.

O SR. EDGAR LANGE – Agora, minha função é passar o documento produzido ao meu Diretor de Departamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Provavelmente ele deve ter passado para o General Jorge Armando Félix?

O SR. EDGAR LANGE – Quem?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Mauro Marcelo.

O SR. EDGAR LANGE – Bom, aí seria perguntar para o Dr. Mauro. Não posso responder isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, Sr. Presidente, é que retorno àquela questão. Os Requerimentos nºs 5 e 6 feitos pelo Deputado Carlos Sampaio é para ouvir o General Jorge Armando Félix e para ouvir o Diretor da Abin, o Sr. Mauro de Lima e Silva, e isso até hoje sequer foi submetido a Plenário para apreciação.

Veja V. Ex^a que efetivamente são poucos os esclarecimentos. Queremos saber o seguinte: se a Abin fez a investigação; se essa investigação foi dada ao conhecimento às autoridades superiores e se não foi tomada qualquer providência; se houve aí um crime de responsabilidade; se a Abin nesse relatório chegou à conclusão de que havia dolo por parte de funcionários dos Correios, sejam eles diretores ou qualquer chefe de departamento.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permito, pois não.

O SR. EDGAR LANGE – Apesar de V. Ex^a não ter perguntado, mas colaborando com V. Ex^a: a Abin não é órgão decisório, a Abin é órgão de assessoria, precipuamente, ao Senhor Presidente da República.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso, mas é aí que quero chegar: Se o senhor viu dolo, o senhor não fez prova, mas teve essa informação e passou para o Presidente da República, ele não teria que tomar providências?

O SR. EDGAR LANGE – Não, eu não. Bom, isso cabe perguntar ao Presidente da República.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas o senhor disse que passou ao seu Chefe de Departamento, que, por sua vez, o senhor afirma que passou ao Diretor-Geral da Abin, e acredita que ele deve ter passado para o Ministro.

O SR. EDGAR LANGE – Não, aí teria que perguntar ao Ministro. Outra coisa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem que concluir, Senador. O tempo de V. Ex^a já esgotou.

O SR. EDGAR LANGE – Só para explicar a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

Sr. Presidente, ele vai só concluir. Deixo ele concluir...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor. Porque vamos seguir rigorosamente o tempo.

O SR. EDGAR LANGE – Só acrescentar mais um coisa: o Dr. Mauro Marcelo e o Ministro estiveram na Secae e colocaram, expuseram tudo à Secae.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, concluo, Sr. Presidente, achando que a Abin tem uma participação muito grande nesse episódio. Acho que a Abin está por trás dessa formulação, que talvez fosse uma ação – volto a repetir o que eu já disse em vezes anteriores – no sentido de desestabilizar um setor dos Correios, aquele que seria indicado pelo Deputado Roberto Jefferson, pelo PTB, para manter, então, aquele indicado pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa é a suposição que faço baseado nos depoimentos que ouvi até agora, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a ilustre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero solicitar a V. Ex^a que junto com o Relator encaminhasse ainda hoje a solicitação dos documentos que foram aqui relatados pelo depoente. Até porque solicito a V. Ex^a muita urgência nisso, porque, não sei se é o trânsito de Brasília ou é a má-vontade dos agentes públicos envolvidos, está sendo uma vergonha para todos nós, que estamos participando desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a demora, o vagar, a morosidade, as informações que estão sendo encaminhadas que não correspondem àquilo que muitas vezes os meios

de comunicação estão apresentando. Então solicito que sejam encaminhados todos os documentos, para que depois não venha uma parte dos documentos da produção de conhecimentos que aqui foi relatada pelo Sr. Lange, uma vez que existe uma classificação dos documentos, Sr. Relator, em secretos, ultra-secretos. De repente, na outra reunião, podem chegar aqui e dizer que só vieram os documentos classificados como tal, os documentos classificados como secretos ou ultra-secretos não foram disponibilizados. Então a gente está aqui tendo que fazer um super-exercício de adivinhação e de detalhamento para que não venham as informações parceladas, como infelizmente estão chegando aqui.

Eu cada vez mais vou chegando à conclusão da verdadeira disputa de gangues partidárias na estrutura pública no Estado brasileiro, porque são gangues partidárias que fraudam processos de instrução, fraudam licitações, fraudam a execução dos contratos, fraudam os aditivos. É realmente uma coisa impressionante o que estamos vendo em todos os momentos.

Então, assim sendo, quero fazer um questionamento ao Sr. Lang.

Ele nos informou que, através de um despacho no dia 5 de abril, a ele foi entregue a tarefa de produzir conhecimentos de Inteligência relacionados a uma denúncia recebida pela Direção dos Correios ou pelo Diretor de Departamento. Então, por mais que Paulo Coelho nos convença de que o Universo conspira a nosso favor, fica realmente muita coincidência, coincidência demais, que a denúncia tenha sido recebida num período próximo ao dia 5 de abril, porque no dia 5 de abril é que o senhor foi comunicado de que deveria produzir conhecimentos nessa área, e é justamente na semana em que a primeira fita estava sendo montada, já que a fita que foi divulgada pela revista **Veja** foi de uma gravação do dia 12 de abril. V. S^a não acha que é coincidência demais que o período das gravações clandestinas tenha sido justamente no período em que os senhores estavam iniciando um procedimento para a produção de conhecimentos de Inteligência relacionados à denúncia? Não é... V. S^a não acha que é coincidência demais?

O SR. EDGAR LANGE – Posso responder?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não.

O SR. EDGAR LANGE – Não vejo como coincidência. Agora, vou lhe garantir, Senadora, se eu soubesse o mínimo, um dadozinho qualquer de que estavam sendo feitas gravações sigilosas para incriminar um servidor da Abin, olha....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Da Abin?

O SR. EDGAR LANGE – Não, perdão, desculpe, desculpe, dos Correios. Olha, eu seria felicíssimo, porque poderíamos produzir documentos valiosíssimos. Só que não tem coincidência e eu não sabia absolutamente nada nem meu Diretor, ninguém.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas veja, o senhor teve várias conversas com o Sr. Fortuna, uma, como fonte.

O SR. EDGAR LANGE – Depois.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, como fonte, jorrando informações a todo momento, porque se assim não fosse o senhor disse aqui que encontrou com ele várias vezes, que, através da triangulação com o filho dele, se comunicou com ele várias vezes por telefones. Então muitas outras informações devem ter vindo dessas conversações que o senhor continuava mantendo com o Sr. Fortuna, porque foram muitas conversas, o senhor mesmo aqui relatou que foram várias conversas e que depois, várias vezes, o senhor falou com ele por telefone – embora não soubesse a sua localização -, através de uma triangulação com o filho dele.

Quais as informações novas, preciosas, importantes que vieram desse processo de tantas conversas? Porque certamente já não eram conversas rápidas. Se havia necessidade de fazer contatos permanentemente com o Sr. Fortuna, era porque havia informações relevantes ao procedimento que o senhor estava encarregado de tomar, por delegação da diretoria da Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Posso responder?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. EDGAR LANGE – Ocorreram inúmeros contatos, ou via telefone ou pessoais. Alguns provocados por ele, porque teria mais algum dado relevante para passar. Agora, garanto a V. Ex^a, Senadora, que nem todos os dados foram aproveitados. V. Ex^a não se esqueça de que ele estava com um pouco de raiva de algumas pessoas. Então, eu não vou pegar dados em que há uma influência de... Né? E colocar... Não. Né? Então, tem de confrontar. Então, eu garanto a V. Ex^a que não foram todos os dados aproveitados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, ao encerramento, no dia 17 de maio, segundo o relato de V. S^a... Porque o senhor é muito experiente. Pelo menos, pelo que foi divulgado pela imprensa, o senhor não é um novato no serviço de Inteligência. Já estive, inclusive, ainda na época do ex-Presidente Figueiredo. A imprensa divulgou, esses dias, que se relacionou ao Caso Baumgart. Não sei se é verdade. Então, o senhor é uma pessoa com muita experiência. Quando o senhor recebeu a ordem, se é assim que pode ser chamada, de interromper, a determinação de suspensão do tra-

balho, no dia 17 de maio, o senhor disse que não sabe qual foi a motivação que levou o seu diretor a solicitar a suspensão – esperamos que os dados que serão coletados a partir de agora de todo o procedimento possam nos auxiliar nessas informações -, como uma pessoa experiente, no momento em que recebeu a ordem de paralisar a produção de conhecimento de Inteligência, o senhor achava que já tinham sido coletadas todas as informações? Ou ainda havia fontes a serem consultadas, informações a serem conferidas? Ou o senhor achava que, naquele momento em que se solicitou que houvesse a suspensão dos trabalhos, o senhor entendia que já havia realmente necessidade ou ainda havia informações a serem conferidas, fontes com novas informações, documentos a serem averiguados, quando o senhor foi comunicado disso, no dia 17 de maio?

O SR. EDGAR LANGE – Posso responder primeiro à primeira pergunta?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pode.

O SR. EDGAR LANGE – Senadora, eu lhe agradeço de coração, mas, do fundo do coração, em nome da minha família, dos meus filhos, como pai honrado, a pergunta que V. Ex^a me fez: “O senhor tem alguma coisa a ver com o Caso Baumgart?” Obrigado, Senadora.

Jamais, eu cheguei perto desse homem. Jamais. Na época, somente a imprensa me perseguiu por alguns meses. Nenhuma autoridade policial, nenhuma autoridade do Ministério Público, ninguém da Justiça jamais me procurou ou me intimou para falar alguma coisa. Ninguém me procurou jamais, porque eles deviam saber que eu não tinha nada a ver com isso. Com certeza. Então, em absoluto, não tenho absolutamente nada a ver com o Caso Baumgart.

Assim como a imprensa também tem publicado – acho que, desta vez, também publicou – que eu estaria envolvido no Caso Lunus, aquele do Maranhão, com... Não estou. Nunca produzi um único documento sobre o Caso Lunus. Nunca estive em São Luís.

Outro caso que a imprensa... Estou aproveitando exatamente essa gratidão que V. Ex^a está me dando.

BNDES. Também publicaram algumas coisas. Jamais eu trabalhei nesse assunto. Nunca trabalhei nesse assunto.

Agradeço à senhora, de coração, por ter provocado essa pergunta.

Com relação à outra pergunta, os trabalhos foram suspensos por determinação do Sr Ministro. O último documento saiu no dia 16 e, inclusive, o meu diretor, posso acrescentar agora, chegou: “suspende, inclusive, as pesquisas”. Ou seja, as pesquisas em fonte aberta. Suspende. Tudo ficar suspenso.

Agora, se nós chegaríamos a mais alguma coisa, ou não, somente a continuidade do trabalho poderia nos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou. Formule a última pergunta por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro. É evidente que talvez o senhor ainda volte aqui para colaborar com a Comissão. Nós vamos analisar todos os documentos. Agora, temos obrigação de registrar como um procedimento absolutamente suspeito um procedimento investigatório para produção de conhecimentos de Inteligência, para qualquer nome com que seja classificado procedimentos como esse, mas é muito suspeito que no meio de um procedimento de produção de fatos relacionados... simplesmente suspenda, e suspenda justamente quando já existe uma gigantesca confusão instalada nos meios de comunicação.

Então, ao invés da produção de conhecimentos de Inteligência ser aumentada, aprimorada para auxiliar o poder público a desvendar os mistérios sujos da corrupção, acontece justamente o contrário: a paralisia de uma produção de conhecimento de Inteligência, que auxiliaria e muito o procedimento investigatório.

Então, como última pergunta, Sr Lange, o senhor conhece o Sr Geraldo Fragoso?

O SR. EDGAR LANGE – Conheço.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor pode nos dizer de onde e relatar as características dele, não um completo retrato falado, mas algo que possa nos auxiliar?

O SR. EDGAR LANGE – A senhora tem o nome completo dele?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Só Geraldo Fragoso.

O SR. EDGAR LANGE – Ele é um funcionário que trabalha comigo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Como é ele fisicamente? Rapidamente, porque eu não vou fazer retrato falado, nem outros. Mas é um...

O SR. EDGAR LANGE – Só para facilitar V. Ex^a...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim...

O SR. EDGAR LANGE – Ele esteve...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É careca, tem bigode, tem barba?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Pode colocar um metro – ele é mais alto do que eu -, um metro e setenta e cinco, cabelos pretos, sem barba e bigode, pele branca. O nariz é normal, não tem nada que chame a

atenção. Deve ter – eu tenho 60 quilos –, ele deve ter, acho, uns 75 quilos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, só para complementar. É porque há um dado que ainda não se fechou na gravação clandestina: quem era o segundo que estava fazendo a gravação do Sr. Marinho. E não se fechou, e nem ele conseguiu identificar ainda. Nem ele foi chamado para identificar, e ele não conseguiu ainda identificar quem é o segundo.

Todos que passam aqui, que imaginávamos nós que era o Sr. Jairo, ele já disse que não é. Então, não se conseguiu identificar ainda quem é a segunda pessoa que fez a gravação clandestina – claro que todos nós temos críticas a gravações clandestinas, porque servem para sabotagem, para chantagem e para auxiliar gangues partidárias, mas essa acabou sendo um mecanismo relevante, porque acabou por auxiliar o Congresso e a opinião pública a tentar desvendar os mistérios sujos da corrupção, estejam onde eles estiverem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. EDGAR LANGE – Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se o depoente achar que é relevante... Para depois não dizer que a gente impediu...

O SR. EDGAR LANGE – Só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Objetivamente, porque depois temos de prosseguir com os nossos trabalhos.

O SR. EDGAR LANGE – Se V. Ex^a quiser, eu assino a minha demissão agora em Cartório. Garanto que ele jamais esteve envolvido nessa gravação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Carlos Sampaio. Posteriormente, Pompeo de Mattos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de fazer qualquer indagação, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a. O Decreto nº 4.553, de 2002, fala exatamente sobre a salvaguarda de dados, informações de interesse, portanto, da segurança do Estado. Esse mesmo decreto, em seu art. 37, autoriza que agentes públicos tenham acesso às informações sigilosas se forem do seu interesse. Estou certo? A CPMI tem o poder de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Não existe sigilo quando está prestando informações a quem tem o direito de tê-las. Menciona esse fato a V. Ex^a porque o relatório, vindo para a CPMI, vai tornar-se público. Tenho até

uma pergunta para corroborar o que estou dizendo. Qual o grau de sigilo desse documento?

O SR. EDGAR LANGE – A maioria é sigilosa. Tem alguns secretos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que não? A lei prevê, Senadora, documentos ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados. Os documentos ultra-secretos assim serão declarados pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente ou por Ministros. Caso contrário, as informações são, como regra, sigilosas. Temos o direito, a CPMI tem o direito a essa informação. Não comete ilícito por uma razão muito simples, Sr. Presidente. Quem deve manter o sigilo tem o dever de mantê-lo, mas não perante quem tem o poder de ter essa informação. Há um equívoco de análise por parte do depoente. Até entendendo sua preocupação. Já foi votado se a reunião, aqui, seria reservada ou se seria pública. Soubesse eu que seria pública para ele dizer que nada poder afirmar e votaria para que fosse secreta. Peço a V. Ex^a que fala aos colegas sobre a possibilidade de converter essa audiência pública em secreta. O fato é relevante. Ele tem o dever de prestar essas informações. A CPMI tem o direito. Nós, Deputados da CPMI, temos o direito constitucional de ter essas informações. Não cabe a ele esse resguardo. Ele não vai falar o que deve para esta CPMI. De forma alguma estará situado entre aqueles que poderiam cometer a conduta criminosa prevista no art. 325 do Código Penal, em hipótese alguma. Caso contrário, Sr. Presidente, não teria o menor sentido esta CPMI chamar para inquirir pessoas que dissessem: eu tenho direito ao sigilo. Tem direito ao sigilo, mas não perante esse órgão que tem o direito jurisdicionais. Seria a mesma coisa que dizer ao juiz: tenho o direito de não informar. Podemos investigar, Sr. Presidente, a Abin. Como é que um agente da Abin nega-se a dar uma informação se temos o direito de investigar, como CPMI, a própria Abin? O general que preside o GSI, o próprio presidente da Abin, todos, sem exceção, podem ser objeto de investigação. Não há limites constitucionais para a investigação de uma CPMI. Pondero a V. Ex^a que está havendo um equívoco por parte da mesa, talvez por parte do depoente, que foi acolhido por todos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Deputado, o equívoco, então, foi do Plenário, não da Mesa. A Mesa democraticamente colocou, o plenário estava lotado. V. Ex^a não defendeu a questão no momento oportuno. Não vou atender seu requerimento, porque V. Ex^a é o penúltimo a depor. Eu estaria prejudicando todos aqueles que já participaram da reunião aberta. Creio que seria uma contradição enorme.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a perdoe-me. O que foi votado, Sr. Presidente... eu estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Foi se seria secreta ou não. O Plenário decidiu essa questão. É uma questão vencida.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu estava aqui. Foi colocado: a reunião será pública ou secreta. Foi isso. V. Ex^a não colocou em pauta se, na pública, ele teria o direito de não falar absolutamente nada. Se isso fosse colocado, é evidente que todos votariam pela secreta. Ele não tem o direito de negar-se, Sr. Presidente. Não tem. Creio que não estou desrespeitando ninguém. Creio que todos os colegas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formule as perguntas de V. Ex^a, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Excelência, vou formular as pergunta e ele não vai responder a nenhuma delas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Paciência, foi essa a decisão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não foi essa a decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Foi essa a decisão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Desculpe-me, mas discordo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Aqui não há nenhum inocente. Deputados e Senadores sabem que uma reunião secreta é secreta e que muita coisa seria revelada secretamente. E aberta é aberta. Não temos aqui inocentes. É uma matéria vencida.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não só não temos inocentes como confesso-lhe que minha formação é essa. Sou, há 18 anos, membro do Ministério Público. Então perfeitamente eu sei o que o senhor... Só que eu sei o que foi colocado em votação. E o senhor me perdoe, não foi colocado em votação que, se ele fosse ouvido em reunião aberta, ele teria o direito de se negar a falar. Onde que tem esse direito? Onde que ele tem esse direito constitucionalmente? Nós temos poderes jurisdicionais. A gente quebra sigilo fiscal, bancário, telefônico, agora, a Abin pode. Nós podemos investigar a Abin, Sr. Relator! Investigar a Abin! Como é que um agente vem aqui e diz que não pode passar informação? Ele pode e deve! Ele pode e deve!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Relator deseja fazer um esclarecimento. Concedo a ele a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez V. Ex^a ainda não estivesse exatamente no

momento em que ele até fez referência a que, por ser aberta, ele não poderia avançar em certos assuntos. Isso foi trazido à informação, e é evidente que, se ela fosse secreta, nós teríamos a possibilidade ampla de indagar sobre tudo. Isso ficou bastante claro. Aí, a opção que foi feita é que ele fosse interrogado numa reunião aberta, lamentavelmente, porque a gente pode, eu não me oponho a que futuramente se faça, mas o que foi decidido foi isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser contar o tempo, vou usar os meus 10 minutos para continuar defendendo a minha tese, ao invés de fazer indagação. Eu tenho direito a 10 minutos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Exato!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, eu estava aqui todo o tempo. Quando não estava aqui, estava em meu gabinete assistindo pela televisão ao que ele falava. Eu estava aqui, no exato momento, à questão de uma hora atrás, quando ele foi indagado pelo Deputado Geraldo, e ele afirmou: “Eu não posso dar informação nenhuma, e, salvo engano meu”, gostaria que ele confirmasse o que eu estou dizendo, “nem se secreta fosse”. V. S^a falou isso, ou não? Apenas pergunto se V. S^a respondeu que, nem se secreta fosse, o senhor não poderia dar essa informação.

O SR. EDGAR LANGE – Eu não posso falar sobre documentos com classificação sigilosa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nem se fosse secreta!

O SR. EDGAR LANGE – Nem se fosse secreta. Não posso!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Veja, Sr. Relator, como não é, como não procede a colocação de que, em sendo secreta, todos aqui saberiam o que poderiam indagar. Não, ele está equivocado! O art. 37 da Lei nº4.553 nos autoriza, e a CPMI tem poderes jurisdicionais. Eu acho que estamos perdendo um tempo absurdo ouvindo um agente da Abin que tem o direito de dizer “eu não posso responder sobre essa pergunta”. Ele tem o dever de responder!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Me permite?

Ele efetivamente está equivocado, quando ele fala que, numa secreta, ele não poderia se manifestar. Isso é um equívoco. Agora, não está havendo equívoco na condução desta reunião, na medida em que ela está sendo aberta, aí, de fato, ele tem restrições.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, alguém sabia que, em sendo aberta, ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas foi essa a razão de ser da votação, ou aberta ou secreta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não! Tanto não é esse o objeto, se V. Ex^a me permite, que se falou de ele usar o capuz, porque o que ele não queria era revelar a identidade física dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deputado, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não, Senador!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para tentar ajudar!

Sr. Presidente, Sr. Relator, essa questão é muito fácil de ser resolvida. O relator tem prerrogativa para a qualquer momento, assim achando conveniente, de pedir que a reunião se transforme em secreta. É uma prerrogativa que o relator tem. O Plenário acata ou não, mas ele tem essa prerrogativa. Se ele achar conveniência, pode imediatamente solicitar reunião secreta. Acho importante que se admita essa possibilidade. E, portanto, quero propor a V. Ex^a, Sr. Presidente, Sr. Relator, que solicite a permanência do depoente, no recinto da Casa, inclusive para haver a possibilidade de uma acareação com o próximo depoente. Porque já se vê, de antemão, que o depoimento entre um e outro está eivado de contradições, e aí se faria essa acareação secreta.

Eu acho, Sr. Relator, para o trabalho de V. Ex^a, importante que isso aconteça. Agora, caso o depoente, na reunião secreta, se negue a responder, convocar-se-ia imediatamente o seu superior, no caso, o Ministro-Chefe do SNE, alegando-se os motivos por que estão sendo colocados: por insubordinação do depoente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para colaborar, Sr. Presidente.

O que ocorre? Todos os colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, fizeram o seu questionamento. Obviamente que esses Deputados e Senadores foram prejudicados, na medida em que não tiveram a oportunidade de, inscritos anteriormente, fazerem o questionamento na plenitude, na medida em que a reunião foi aberta.

O que ocorre, Sr. Presidente? Pelo que denotou de todo o depoimento, e estou acompanhando desde o início, ele prestou muitas informações, e algumas omitiu. A verdade é que nós não sabemos que o seu relatório, e o relatório dele está à disposição... Entendo que nós deveríamos seguir a reunião nos moldes em que começou, terminá-la neste sentido, e aí a equipe do Relator e, enfim, de quem interessado esti-

ver, vamos checar esta documentação, confrontar os relatórios que ele apresentou à Abin, que a CPMI vai ter acesso com o depoimento, com o questionamento, enfim, com esta reunião, ver o que mais ele pode informar ou o que ele não informou ou que nós podemos buscar, aí, sim, nós faríamos uma reunião, com uma nova convocação do Sr. Edgar Lange, secreta. Mas nós estaríamos, Sr. Presidente, com a documentação na mão, com as nossas dúvidas todas à flor da pele, e poderíamos expô-las de forma adequada. Este é o posicionamento mais equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Continua com a palavra o ilustre Deputado Carlos Sampaio para formular as suas perguntas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço os apartes e vou continuar insistindo nesta tese até porque, quando V. Ex^a fala na questão do quorum, a maioria absoluta, segundo o nosso requerimento, é exigido quando há um requerimento de informação sigilosa.

A conversão de uma audiência pública e não reservada não demanda da maioria absoluta, não demanda sequer votação nominal. Por mais que tenhamos poucos deputados e senadores, vamos aproveitar este momento para obtermos as informações fundamentais para o relatório que vai ser elaborado pelo Deputado Osmar Serraglio, sob pena do depoimento não valer absolutamente nada. Senador, eu insisto nisso, a CPMI tem problemas jurisdicionais. A pessoa só pode alegar sigilo perante órgão que não tenha o poder de ter a informação. Se nós temos o poder de ter a informação...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, formule então a sugestão, eu vou ouvir o relator, porque senão eu vou ficar aqui...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já foi formulada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Permita-me. Ouço o relatório.

Sr. Relator com a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero dizer que comungo da mesma argumentação do Deputado Pompeo de Mattos e esclareço porque acho que não prejudicaremos os nossos trabalhos. Ao contrário, se nós retomarmos, teremos que dar oportunidade para todos aqueles que se manifestaram de uma amplitude maior de questionamento, o que eles não tiveram.

Pelo andar da nossa reunião, penso que realmente seria muito mais substancial, recebermos o material, estudarmos o material e, se for o caso, convocarmos uma reunião, daí teremos, como todos,

igualdade de condições para a aprofundarmos o nosso questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Bom, eu acho que aí seria uma medida de bom-senso. Eu gostaria de fazer um apelo neste sentido. Vamos usar o bom-senso, requisitar o relatório por inteiro e naturalmente, se for o caso, convocá-lo para uma reunião secreta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só quero que fique registrado ao final da minha fala que o bom-senso dita que não ouçamos mais quem não pode falar. Isso que o bom-senso dita. Com muita sinceridade. Acho que não tem o menor cabimento convocarmos quem tem o direito de não-falar, porque, se for assim, não tem o direito de ter a convocação.

Faço esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu estava na frente, Sr. Presidente, V. Ex^a não me citou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria, Sr. Presidente, muito rapidamente encaminhar minhas perguntas, até porque já esgotou praticamente tudo aquilo que é possível, pelo que ouvimos, ser manifestado pelo Sr. Edgar.

Nós temos informação, Sr. Presidente, que desde de 2004, a Abin recebeu uma determinação, deslocou agentes para fazer uma investigação, nos Correios e em outras empresas por conta da ação da empresa Unysis. O senhor conhece isso?

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, o trabalho de Inteligência sobre os Correios começaram dia 05 de abril e foram encerrados. Peço desculpas para retificar uma data, que não foram encerrados no dia 16, mas sim no dia 17.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu pediria só que V. Ex^a solicitasse a colaboração do auditório porque está difícil trabalharmos.

O SR. EDGAR LANGE – Mas eu estou falando alto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Solicito, encarecidamente, a todos os participantes, que têm toda a liberdade, que façam silêncio para que o Deputado Onyx possa ouvir as respostas da testemunha.

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, os trabalhos de Inteligência sobre os Correios começaram no dia 05 de abril de 2005 e terminaram no dia 17.

E quero fazer uma retificação. No dia 06 eu fiz o último relatório, e no dia 17, por determinação do Sr. Ministro, os trabalhos foram encerrados.

Quanto à questão de 2004, que eu coordenei e ainda coordeno, começou em setembro, não sei que dia agora, um trabalho de uma força-tarefa com a Polícia Federal, o que eu já disse aqui, TCU, CGU, Ministério Público Federal, não especificamente sobre a empresa Unysis, mas uma série de problemas que estariam acontecendo, irregularidades, na Previdência, na Dataprev e no INSS.

Sim, por que a Unysis? Porque a Unysis é a empresa que detém, e aí de informática eu não entendo, todo o processo de trabalhar os dados da Dataprev, que estavam tendo problemas. Então, não houve. Agora, o *link* entre este trabalho e os Correios aconteceu no momento em que veio a denúncia. Ou seja, nessa denúncia cita-se a empresa Unysis.

Agora, V. Ex^a vai receber os documentos e verificar, se não me engano cito uma vez a Unysis só por causa desse *link*, que não trabalhamos esse dado Unysis no trabalho de Inteligência dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso é curioso, porque o senhor conhece o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva.

O SR. EDGAR LANGE – É o Diretor-Geral.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Diretor-Geral da Abin, na Comissão de Segurança do Congresso Nacional declarou, está gravado aqui, que a Abin, desde 2004, investiga Novadata e Unysis, exatamente por conta desse poder que essa empresa tem de deter a base de dados da Previdência e as intercorrências da base de dados dos Correios. Foi declaração do seu Diretor que, desde 2004, a Abin desenvolve acompanhamento, investigação e estudos sobre essas duas empresas, particularmente sobre essa que o senhor diz que só tem o relatório. Quem está se reportando à verdade? Seu Diretor ou o senhor? O seu Diretor diz que, desde 2004, investiga, e temos testemunhas dentro desta sala que ele disse isso. E o senhor diz que só tem um relatório.

O SR. EDGAR LANGE – Não, um relatório não. Veja bem...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sobre a Unysis. O senhor disse que há só uma citação. O senhor acabou de dizer, está gravado. Eu sou bom de memória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depoente, o que ele está dizendo é que não é um relatório, o senhor disse uma citação...

O SR. EDGAR LANGE – Sim...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor disse uma citação e dezesseis relatórios.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, mas veja bem, a Unysis é citada uma vez na denúncia sobre os Correios.

E aí o trabalho foi-se desenvolvendo nos Correios, mas não levando em conta tanto a Unisys.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o trabalho de 2004 foi feito em cima de quê, se não existia denúncia nenhuma?

O SR. EDGAR LANGE – Mas o trabalho de 2004 foi iniciado por determinação do Sr. Ministro para subsidiar exatamente essa força-tarefa, que eu já citei quais os órgãos que integram essa força-tarefa, entendeu? E que efetivamente o ponto crucial seria a tal da Unisys, que teria, tem muitos contratos em diversos órgãos públicos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, em 2004 iniciou uma investigação sobre a empresa Unisys na Previdência, nos Correios...

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... e onde mais? Na Dataprev, quer dizer.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não... Só foi...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque os contratos dela são só aí, pelo que se sabe. A não ser que seja mais do que isso. É mais do que isso? O senhor conhece contratos em outras áreas?

O SR. EDGAR LANGE – É aquilo que eu vou lhe dizer agora: infelizmente, não vou poder falar, porque isso também faz parte de relatórios, que foram abastecidos, que foram para subsidiar essa força-tarefa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque nós temos informações de que a Abin não apenas conhecia os problemas que existiam nas Diretorias dos Correios como foi feito um relatório informativo à Presidência dos Correios para que houvesse uma tomada de providências. O senhor desconhece isso?

O SR. EDGAR LANGE – Totalmente. Não é da minha alçada, e desconheço totalmente esse dado.

A minha função termina a partir do momento que eu produzo o relatório e entrego ao meu diretor de departamento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor não participou da investigação de 2004?

O SR. EDGAR LANGE – Sobre?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Unisys.

O SR. EDGAR LANGE – Inclusive quem coordenou fui eu, desde setembro de 2004.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então como é que não investigou os Correios, se ela está lá muito antes disso?

O SR. EDGAR LANGE – Veja bem, eu posso até não me lembrar, mas não tem, eu não vi *link* nenhum, se tem contratos ou se não tem contratos, esse dado só veio a mim através do Fortuna, que, não, os Correios também têm contrato na Unisys, agora o...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas espere aí. O senhor coordenou uma investigação numa empresa do porte da Unisys e o senhor não sabia onde ela tinha contrato?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não. Só um minutinho, não. O foco era a atuação da Unisys dentro da Dataprev, no Ministério da Previdência e no INSS, por quê? A Dataprev – perdão –, a Unisys é que cuida de todo o banco de dados e estava criando problemas nesses bancos de dados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas junto estava a operação Correios.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não. A operação Correios, efetivamente, a operação, a produção de conhecimento sobre possíveis irregularidades na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos começou com essa denúncia anônima que chegou ao Diretor-Geral.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu queria requisitar a V. Ex^a e ao Relator que solicitassem o depoimento tanto do Mauro Marcelo de Lima e Silva bem como do General Jorge Félix, que fizeram à Comissão de Segurança do Congresso para que a íntegra desse depoimento e dos questionamentos venha a esta CPMI para que nós possamos confrontar o que disse o Diretor-Geral da Abin e o que nós estamos ouvindo aqui do Sr. Edgar Lange.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Onyx, eu acho correto, só que são depoimentos secretos por terem sido feitos pela Comissão...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eles vêm de maneira secreta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – ... de maneira secreta e confidencial.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... para a utilização sobre esses compromissos, a CPMI tem esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeito. Requerer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E no mesmo caráter.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria lhe perguntar...

O SR. EDGAR LANGE – O senhor me permite? O que eu quero deixar claro aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o senhor já deixou, eu estou satisfeito com o senhor.

O SR. EDGAR LANGE – O *link*, houve um *link*...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Onyx, depois o senhor formaliza para a Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tudo bem, essa é a sua leitura, minha leitura é outra, até muito mais grave. O senhor tem obrigação de fazer o que o senhor está fazendo. Não estou lhe responsabilizando, o senhor cumpre o que lhe mandam fazer, porque isso é da sua formação.

O SR. EDGAR LANGE – Dentro da lei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nem sempre e às vezes além.

O senhor conhece o Sr. Pedro Longuinho de Andrade?

O SR. EDGAR LANGE – Não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele é motorista da Abin.

O SR. EDGAR LANGE – Mas eu não conheço.

O senhor me permite? O meu departamento fica fora do grande departamento onde fica a Inteligência com a Inteligência, e eu não circulo, assim, no meio de motoristas. Não conheço. Posso até ter visto, mas não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E a Sr^a Maria Aparecida Dichiki.

O SR. EDGAR LANGE – Com esse nome, eu não conheço, não. Não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Maria Aparecida Dichiki.

O SR. EDGAR LANGE – Não conheço. Com esse nome, não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, o tempo de V. Ex^a se esgotou. Conclua, por gentileza.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria requerer, Presidente, que o senhor solicitasse à Abin os termos de contratação, a forma de contratação do Sr. Pedro Longuinho de Andrade e da Sr^a Maria Aparecida Dichiki. A informação que tenho é que o Sr. Pedro Longuinho de Andrade era motorista do PT do DF e está hoje na Abin. E a informação que tenho também é que a Sr^a Maria Aparecida Dichiki vem ser cunhada do Sr. Swedenberg Barbosa, Secretário-Executivo da Casa Civil. E as duas indicações que são contratações por comissionamento foram feitas pelo Sr. Swedenberg Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será atendido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o último orador, ilustre Deputado

Pompeo de Mattos, penúltimo, o último será o Senador Sérgio Guerra. Com a palavra V. Ex^a, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Edgar, a primeira pergunta que eu lhe faço: o senhor é agente da Abin há quantos anos?

O SR. EDGAR LANGE – Eu entrei no Serviço Nacional de Informações no dia 1º de julho de 1976.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor nunca teve um questionamento semelhante a este em qualquer órgão do Governo?

O SR. EDGAR LANGE – Jamais.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor considera a sua carreira de agente encerrada, então?

O SR. EDGAR LANGE – Eu não vou considerar encerrada, mas, de certa maneira, ser exposto fisicamente dificulta bastante o trabalho.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – A arapongagem não dá mais?

O SR. EDGAR LANGE – Bom, eu não faço arapongagem, eu faço... Sou analista de informações e produzo documento de conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor falou que não participou do caso Baumgarten, do caso Lunus, lá da Senadora Roseana Sarney, enfim, de vários episódios que o senhor citou aí que não participou. E qual é sua participação no episódio Valdomiro Lima, Valdomiro e os bingos?

O SR. EDGAR LANGE – Nenhuma. Desconheço totalmente...

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Qual é sua ligação?

O SR. EDGAR LANGE – Nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor investigou alguma coisa?

O SR. EDGAR LANGE – Nada. Eu, não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – A Abin investigou?

O SR. EDGAR LANGE – Aí eu desconheço.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor não participou em nenhuma oportunidade.

O SR. EDGAR LANGE – De maneira alguma.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Isso, o senhor está afirmando, é um compromisso.

O SR. EDGAR LANGE – Eu não participei...

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Não, o senhor está afirmando isso sob compromisso, que nunca teve nenhuma relação com Valdomiro Diniz, em termo de investigação, essa questão dos bingos, do Carlinhos Cachoeira. Qual é a sua relação com Carlinhos Cachoeira?

O SR. EDGAR LANGE – Nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Nunca conversou com ele?

O SR. EDGAR LANGE – Jamais.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Nunca investigou ele?

O SR. EDGAR LANGE – Eu, não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Alguém do seu Departamento?

O SR. EDGAR LANGE – Ah! Bom, aí eu não sei. Eu, não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Que o senhor tenha conhecimento.

O SR. EDGAR LANGE – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor não quis definir quem fez a denúncia. Mas essa denúncia aqui o senhor disse que é anônima. Ela é anônima para nós ou para a Abin tem alguém... O senhor sabe quem fez efetivamente a denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não sei.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – A Abin não tomou conhecimento de quem teria feito a denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não diz o documento.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor nem faz idéia de quem fez a denúncia?

O SR. EDGAR LANGE – A menor idéia. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Nessa questão da gravação, o senhor diz que não foi o Fortuna que participou, o senhor tem essa convicção? O senhor dá só uma opinião?

O SR. EDGAR LANGE – Não, eu não posso afirmar de maneira alguma que ele tenha feito a gravação.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor não pode afirmar?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Mas o senhor não tem certeza de que não foi ele?

O SR. EDGAR LANGE – Bem, aí seria interessante o senhor exatamente verificar os documentos.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Quando o senhor fala na Unisys, essa empresa, o senhor investigou-a por quanto tempo? 2 anos?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Nós começamos não sei que dia de setembro. Ela já tinha sido iniciada no início de setembro e depois eu assumi a coordenação, em setembro.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor disse que investigou os Correios por mês e uns quebrados.

O SR. EDGAR LANGE – Não. Eu investiguei o Correio do dia 5 de abril ao dia 17, 16 fiz o último relatório. É pode ser um mês e pouco.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – De maio?

O SR. EDGAR LANGE – É isso.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Pouco mais de um mês. Nesse período o senhor fez 16 relatórios sobre os Correios, é isso?

O SR. EDGAR LANGE – Dezesesseis relatórios inteligentes, Senador.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Está bom. E aí bateu na Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Não.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quero a colaboração dos colegas.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não. Em momento algum disse que bati na Unisys.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Não, o senhor disse que a citou no seu relatório.

O SR. EDGAR LANGE – Se citou, deve ter sido uma vez só, por causa de um contrato que tenho com ele. Na investigação só ficou na área dos Correios.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. EDGAR LANGE – Quer dizer, investigação não, desculpa, o trabalho de Inteligência, perdão.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Só que nesse período que o senhor investigou a Unisys, um período muito maior, quantos relatórios o senhor fez sobre a investigação na Unisys?

O SR. EDGAR LANGE – Ex^a vou... efetivamente, não me lembro agora. Não faço nem idéia, porque foram diversos. Eu lembro desses agora porque é um período recente, mas foram diversos relatórios.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Quando o senhor recebeu a incumbência de fazer essa investigação, o senhor tinha noção de que a questão dos Correios era a ponta do fio da meada? Que puxando a questão dos Correios vinha atrás dos Correios vinham as licitações e que as licitações alimentavam um caixa dois, que o caixa dois alimentava a compra de Deputados, enfim, todo esse imbróglio? O senhor tinha noção disso?

O SR. EDGAR LANGE – Não, de maneira alguma. E nem cheguei a este ponto.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – É isso que queria dizer. E no final, o senhor tinha alguma noção de que chegaria nisso?

O SR. EDGAR LANGE – Não, porque sei até o ponto em que eu fui. A partir daí não sei o que pode acontecer. Os dados que viriam.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – O senhor disse que não foi adiante em função de que o Ministro pediu para parar.

O SR. EDGAR LANGE – Determinou.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Determinou. O senhor indo adiante ia dar aonde?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei. Não faço a menor idéia.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Sinaliza um caminho.

O SR. EDGAR LANGE – Não, não sei. Não tenho a menor idéia para sinalizar, porque pode ir para um lado, pode ir para outro. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – E numa reunião secreta, o senhoralaria isso?

O SR. EDGAR LANGE – Só posso dizer uma coisa para o senhor: os interesses que nós detectamos foram tão somente empresariais.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Encontrou ou não encontrou na sua checagem dos Correios indícios de corrupção?

O SR. EDGAR LANGE – Indícios, sim.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Só indício?

O SR. EDGAR LANGE – Vou repetir, Ex^a: os documentos da Abin não são conclusivos. Eles não produzem prova.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Sim, agora o senhor veja como a Abin está adiantada num jeito de fazer e atrasada numa maneira de concluir. Quer dizer, todo esse esquema de corrupção nos Correios, todo esse esquema de mensalão, tudo isso aí a Inteligência, pelo que vi, é a última a saber. O senhor veja, houve a investigação e chegou a lugar nenhum, e ainda nem tinha caminho para onde ir, pelo menos é aquilo que o Sr. está passando e nos dando essa impressão. A Unisys tinha com a Dataprev, com o Ministério da Previdência, e com quem mais, relações comerciais?

O SR. EDGAR LANGE – Não são comerciais, ela está na Dataprev para atender o INSS.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Sim. Com o Ministério da Previdência para atender o INSS, e quem mais?

O SR. EDGAR LANGE – Não, o foco foi nesse sentido: Unisys, Ministério da Previdência, Dataprev, Ministério da Previdência e INSS.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, temos aqui um requerimento para formular, aliás, são dois. O primeiro é que seja requisitado

da Abin todos os relatórios que o Sr. Edgar Lange fez em relação a Unisys, porque me parece que aí há uma conexão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode formalizar e eu atenderei, mas precisa que seja formalizado.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Perfeito, vamos formalizar, porque aí há uma conexão que, com certeza, dará nos Correios.

E outra questão, Sr. Presidente, é que a CPMI não só solicite para a Abin, mas que vá buscar, porque estou desconfiado, Sr. Relator, de que se pedirmos para a Abin, vamos ficar esperando quem não ficou de vir. Acho que a CPMI, por meio da relatoria, tem que marcar uma data, tem que marcar um dia, e ela ir até a Abin para trazer esses documentos. Senão, vai passar a CPMI e não vamos ter esses documentos, porque, como disseram aqui os que me antecederam, a coisa está andando muito devagar, está muito lerda. Pedimos, eles ouvem o pedido, mas fazem de conta que não ouviram, ficam cegos, surdos, mudos. Não agem, não interagem, não reagem e não dão as respostas. Está muito devagar nesta Casa.

Aliás, Sr. Presidente, está tão devagar que o meu Partido, o PDT, fez o pedido de uma CPI, em 1997, para investigar a compra de votos na emenda constitucional que permitiu a reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Esse projeto de resolução da criação da CPI foi para a Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara. Lá terminou aquele mandato no final de 1998, veio outro mandato de 1999 a 2002, terminou o mandato de 1999 a 2002, estamos mais da metade do mandato de 2002 a 2006 e continua na Comissão, não foi apreciado. O Relator apresentou um parecer, que não foi apreciado. Pasmem, há dois anos e meio, a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, presentemente é presidida pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia e não conseguiu nomear Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a exauriu.

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – Vou concluir, Sr. Presidente. Até hoje a CPI está lá parada com uma espécie de carta na manga, tipo assim: se me acusarem de uma coisa, puxo dessa arma e acuso vocês de outra. Então, precisamos apressar o passo e, nesse caso dos relatórios da Abin, a CPMI tem que ir lá buscar, Sr. Presidente, porque, se pedir, não vai vir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos apressar o passo. Determinaremos que todos os requerimentos sejam agilizados. Com a palavra o último inscrito, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quem ouviu esse depoimento, alguém que acompanha a CPMI, deve estar muito preocupado porque não nos entendemos aqui e não há razão para que não tenhamos nos entendido. Tudo faz indicar que, se tivéssemos a chance de ouvir o depoente numa reunião do tipo secreta, o seu depoimento poderia render muito mais do que numa reunião do tipo da que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, coloquei em votação. V. Ex^a não pode culpar a Mesa. A Mesa fez o que devia fazer. Se o Plenário...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Presidente pode fazer tudo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se o Plenário optou pela reunião aberta...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Presidente pode fazer tudo, menos defender-se do que não foi acusado. V. Ex^a está dando esclarecimentos que não lhe cobrei. Nem sequer ouviu minhas ponderações. Se quiser falar, é Presidente, continua a falar. Eu fico calado, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou dizendo que o depoente, o seu depoimento renderia muito mais numa reunião que fosse secreta. Estou dizendo o óbvio. Não tem cientista nem Presidente que contrarie isso. Segundo, que o depoimento... E não estou julgando o depoente de maneira alguma. Ele deve ter suas limitações profissionais, etc., que respeito. Não há absolutamente nada com relação ao senhor, mas o que eu mais ouvi aqui é: não posso, não posso dizer, não sei, não é assim. Isso é parte de um relatório. Enfim, acho que está claro que houve um problema de encaminhamento. Se tivéssemos feito uma reunião secreta, poderíamos ter melhor rendimento. Agora, o que eu quero dizer, para quem quiser ouvir – e não vai aí nenhuma crítica a ninguém em particular –, é que não podemos reproduzir uma reunião dessa, porque a leitura pública é que não estamos fazendo nada, apesar do esforço de muitos que fizeram perguntas aqui e da correção pessoal, que imagino – meu julgamento é sempre assim –, da pessoa que prestou o depoimento, mas ficamos aqui, duas, três, quatro, cinco horas num cenário onde quem tem cabeça sabe que todos exigem esclarecimento, transparência, clareza para não produzir resultado algum. Então, penso que urge uma reunião nossa... Não faz mal que demore, democracia é assim mesmo. Se demorar doze, treze, quatorze, quinze horas para que nós tenhamos um acordo, para que continuemos a CPMI. Que demore.

O importante é que ela continue para dar resultados, porque eu estou com a convicção de que, nesse caminho, os resultados serão muito modestos. Documentos não chegam, não são organizados, não estão na hora adequada. Vamos amanhã para um depoimento faltando muita coisa.

Um dia desses, eu ouvi um argumento absurdo. Que não pode quebrar sigilo de quem vai prestar depoimento. Ora, é preciso quebrar o sigilo de quem vai prestar depoimento para ter elementos para fazer exatamente as perguntas àquele que vai se apresentar. Mas nós não podemos, porque alguém disse que a prática é que só se quebra o sigilo depois de quem vem aqui dar a sua palavra. E não faz sentido nenhum. O fato é que eu espero que a Mesa, o Presidente que não está aqui hoje, e todos nós tenhamos, façamos uma reavaliação do quadro em que estamos para que caminhemos e não continue o cenário que está aí. Os fatos caminham a quilômetros de distância, na nossa frente, e nós ficamos aqui quase paralisados em reuniões estéreis como essa que aconteceu hoje.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Permito a V. Ex^a que suspenda a reunião por dois minutos.

Concedo a palavra ao Ilustre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, como preliminar, eu gostaria de consultar o Relator se ele acatou a minha sugestão de pedir a permanência do depoente nas dependências da Casa, para a necessidade de uma acareação com o Sr. Fortuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu penso que, na seqüência, eu posso até sugerir que se vote isso. Eu só encontro um pouco de dificuldade em virtude da limitação que foi imposta a uma reunião aberta em que, ainda que nós o coloquemos em confronto, ele vai prosseguir com o “Eu não posso.” Eu não tenho restrição nenhuma a que assim se proceda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, V. Ex^a pode solicitar que a reunião se transforme em secreta no momento em que achar conveniente. É uma prerrogativa que tem tanto o Presidente como o Relator desta Casa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, só que em relação à reunião secreta, nós já ponderamos e praticamente houve acolhimento a isso, para que nós iríamos receber as informações e os relatórios todos e, se necessário, nós convocaríamos uma reunião secreta em que, aí, sim, teríamos a possibilidade ampla de questioná-lo. Eu falo em termos de produtividade, até porque eu vi essa censura toda

à reunião aberta e fica claro que nós fizemos aberta, porque, em um primeiro momento, havia a visibilidade que todos queriam. Ele preferiu um questionamento limitado, desde que transmitido, do que um aprofundado reservado. Foi uma opção tomada. E ficamos limitados a isso. Agora, prosseguir, eu penso que estaríamos cerceando todos aqueles que desfilaram hoje, à tarde, fazendo questionamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Bom, Sr. Relator, a minha precaução é exatamente em homenagem ao trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo. O que eu acho é que poderemos ter a necessidade de fazer um comparativo entre o que declarou o Sr. Depoente e o que vai declarar o Sr. Fortuna. Já se sabe que existem diferenças de afirmações entre o que um diz e o que o outro diz. A minha preocupação é pelos dois que estão dirigindo os trabalhos da Comissão. Evidentemente que o fracasso que foi esse depoimento é menos responsabilidade nossa, como membro da Comissão, do que de quem está dirigindo. Infelizmente, essa é a dura verdade, porque, a partir do momento em que o depoente usou do subterfúgio de fazer declarações porque a reunião é aberta, cabia a V. Ex^{as} como Presidente e Relator da Comissão a prerrogativa da transformação em reunião secreta. É uma questão apenas de decisão pessoal do Relator. O Relator é quem sabe como conduzir, a melhor maneira de conduzir os trabalhos da reunião, para alcançar os objetivos que todos queremos.

Não é a primeira CPMI de que participo, tenho visto como essas coisas acontecem e a minha preocupação é apenas essa. Estamos aí com a opinião pública nacional toda nos acompanhando e vendo exatamente esta frustração. Preocupado com isso é que pondero a V. Ex^a que medite sobre essa possibilidade e a necessidade – se houver, após o pronunciamento do senhor Fortuna – de liberar o depoente, mas quero sugerir a V. Ex^a que, por cautela, solicite a permanência do depoente para, em caso de necessidade, se fazer uma acareação, que poderá ser secreta. É uma ponderação que faço, não tenho perguntas mais a fazer, até porque qualquer pergunta aqui se mostrou inútil ao longo da tarde. Entendeu, senhor relator? Qualquer pergunta aqui é inócua, não renderia nenhum dado positivo para esta Comissão. Apenas faço essa colocação para que, V. Ex^a acatando ou não, fique registrado nos anais da Casa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em homenagem a V. Ex^a, queria dar alguns esclarecimentos.

O primeiro é que quem acompanhou o depoimento percebeu que, logo no início, o depoente fez referência às restrições que eram impostas ao seu depoimento,

de forma que todos que estavam aqui sabiam, tanto é que toleraram as oportunidades em que ele disse que não poderia. Conhecemos o Plenário e sabemos que, quando alguma testemunha vem e se recusa, o Plenário cai em cima da testemunha. Não. Todo mundo aceitou e tolerou, porque entendeu que esse era o espírito do desenvolvimento dos trabalhos.

O segundo esclarecimento é que gostaria que V. Ex^a se colocasse na posição desse humilde relator e imaginasse, ao se proceder uma votação no Plenário em que se decidiu que era aberta, se eu teria a possibilidade de formular, sem ser contrariado e com muita veemência, como quem quisesse se sobrepor, como relator, a uma decisão que havia sido tomada no Plenário. Até onde é possível, me penitencio, mas ainda continuam imaginando que eu não teria como ultrapassar esses dois lados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, **data venia**, a decisão foi um ato inicial dessa Comissão, mas à medida em que os fatos vão surgindo e o Relator sente a necessidade da oitiva secreta, ele pode imediatamente requerer que isso aconteça. Não discuto, penso até que foi um erro do Plenário em ter decidido pela oitiva aberta. Não discuto. V. Ex^a tem razão, mas tem a prerrogativa de, se o desejar, transformá-la em secreta. As comissões parlamentares aqui nesta Casa sempre funcionaram aqui e as assessorias que orientam são as mesmas. O que me causa espécie e estranheza é que, de repente, se mude esse critério. Sempre houve isso. Tivemos isso aqui com o Dr. Luis Francisco, que era um intocável da República, com relação à CPMI do Banestado. De repente, a reunião foi tornada secreta por uma decisão, por uma solicitação do relator, com o apoio do Presidente, é claro. Gostaria apenas que isso ficasse registrado aqui, nos anais, mas creio que essa não é a atitude mais confortável que poderíamos tomar.

Exaustos, como o depoente, estamos todos nós. Sugiro a V. Ex^a que solicite, por uma questão de cautela e de precaução, pois V. Ex^a tem a prerrogativa disso sem precisar passar por nenhum sistema de votação. Pode solicitar a presença do depoente para a necessidade de uma acareação. Fica feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador, pelo respeito que devo a V. Ex^a, penso que V. Ex^a deveria fazer justiça ao Relator. Colocamos em votação, o Plenário decidiu, por maioria, que a reunião seria aberta. Se algum dos senhores Senadores ou Deputados estivessem requerido isso antes, no início, ou depois de ouvir cinco, mas ouvimos quinze depoimentos! Quinze parlamentares! Mas, por último é que o Deputado Carlos e V. Ex^a levantam essa questão. Vamos fazer justiça ao Relator. Ele não poderia,

ex-officio, pedir que a reunião se transformasse em secreta. Ele teria que botar novamente à apreciação do Plenário, é o que diz o art. 27. Agora, ele, para fazer isso, teria que ter sido provocado no momento exato. Não é no final que nos vamos transformar. Agora, eu gostaria, com todo respeito que devo a Vossa Excelência que, se após a oitiva do senhor José Fortuna, tiver essa decisão, nós seremos favoráveis e o requerimento nós vamos acatar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, devolvo esta insinuação injusta que V. Ex^a faz com relação a minha interpelação ao Relator. Não admito que V. Ex^a interprete meu sentimento e meu pensamento por mais poder que tem o presidente de uma CPMI, ele não tem o poder de penetrar no que os outros estão pensando. Acho um desrespeito para um colega V. Ex^a insinuar que eu estou cometendo uma injustiça contra o Relator. Muito pelo contrário. A minha intenção foi de socorrê-lo e ajudá-lo. Então, não dou a V. Ex^a – nem a ninguém – o poder de interpretar o que eu disse. V. Ex^a sabe que o Brasil todo está nos ouvindo, sabe o meu comportamento e sabe o comportamento de V. Ex^a. Portanto, não admito esse tipo de insinuação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço a Vossa Excelência. Mas, se Vossa Excelência estivesse aqui há mais tempo e tivesse feito essa observação, talvez teria se transformado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não existe tempo para observação de transformação em reunião. É só a boa vontade de isenção de quem preside. É só um desejo. O desejo de apurar. O que se está fazendo aqui é de um fato que poderia estar fazendo agora. Mas, V. Ex^a é o dono do destino desta CPMI, aja como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De forma nenhuma. O dono do destino da CPMI – todos estão assistindo – é o Plenário e, democraticamente, nós ouvimos e o Plenário decidiu que a reunião seria aberta. O Brasil inteiro testemunhou. Portanto, nós não temos nenhum reparo a fazer nesta questão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A qualquer momento, Sr. Presidente, a Comissão pode ser transformada em secreta. É só uma decisão de quem dirige o trabalho da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sim, Senador. Mas se nós formos... Ainda que formulasse o requerimento neste momento, nós não teríamos número para deliberar. É isso que V. Ex^a tem que entender. Não adianta ficar aqui tapando o sol com a peneira. Se V. Ex^a fizesse por escrito, agora, não teria número para deliberar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, no momento eu não estou discutindo isso. No momento, eu estou solicitando que deixe o depoente aguardando a necessidade de uma careação. Eu estou pedindo outra coisa. Eu não estou discutindo a questão dela ser secreta. Eu estou pedindo que o Presidente haja...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se V. Ex^a, no momento oportuno, requerer nós iremos colocar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não estou pedindo agora porque está terminando o depoimento dele. Que ele não seja liberado é a única coisa que eu estou pedindo. Tão certa que a Senadora Ideli, que hoje tem ligações com órgãos de segurança, vai pedir que libere, que não aceite. Mas essa é uma maneira de agir do Governo. Eu acho que, em nome da reunião, nós devemos, com cautela, solicitar a permanência dele. Isso é uma prática que as CPMIs fazem, Senador.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero agradecer a clarividência e a leitura da mente do Senador Heráclito Fortes, mas eu ia falar outra coisa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é difícil ler o seu pensamento. É uma das coisas fáceis que eu aprendi no Senado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senhor se restrinja. Porque é o seguinte. Nós tivemos uma deliberação, o que o Senador Heráclito está colocando, é apenas outra questão. É a questão apenas do depoente poder permanecer até o fim. Então, não é contraditório. É o que nós já deliberamos. Então, Sr. Presidente, eu só queria pedir que nós déssemos andamento aos trabalhos porque, para quem ficou aqui o tempo inteiro, como V. Ex^a, o Relator e alguns outros Parlamentares, realmente está muito cansativo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a deseja reinquirir?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu tenho ainda algumas perguntinhas para fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes que a Senadora Ideli...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a pelo tempo de três minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu só queria saber o seguinte: V. Ex^a não acata a minha solicitação. Queria que o senhor negasse a solicitação que eu estou fazendo. O pior disso é o silêncio da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a acata ou não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou ter que colocar em votação. E, se eu colocar em votação, não tem número e nós vamos ter que encerrar a votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é uma decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não, não. Não é decisão minha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, não é, não?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De forma nenhuma. A decisão é do Plenário. Se V. Ex^a fizer um requerimento por escrito, eu vou submeter ao Plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não fiz nenhum requerimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não vou definir nada pela minha própria cabeça. Eu vou ouvir o Plenário. Se V. Ex^a quiser, tem todo o direito de fazer o requerimento e eu vou colocá-lo em votação. Com a palavra, Senadora Ideli por três minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos lá.

O senhor disse que, depois da denuncia, o Fortuna ia se esconder. Ficou escondido e que ele estava com medo. Por que o Fortuna estava com medo?

O SR. EDGAR LANGE – Bem, isso foram palavras dele, que ele disse para mim: “Eu não vou aparecer mais; eu vou estar escondido...”

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas estava com medo de quê?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele não lhe disse?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Disse apenas que estava com medo e não disse nada?

O SR. EDGAR LANGE – Primeiro... A única coisa que ele me disse com relação ao medo é que não queria que a imprensa o encontrasse.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não queria que a imprensa...

O SR. EDGAR LANGE – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi aí, então, que o senhor colocou para ele assumir a fita?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque, pelas declarações dele, o senhor insistiu para que ele assumisse a fita.

O SR. EDGAR LANGE – Mas a palavra “insistir” é muito forte... Da maneira que falei para V. Ex^a: “Fortuna, você está por trás disso...” Foi dessa maneira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na denúncia anônima que chegou aos Correios com ilícitos...

O SR. EDGAR LANGE – Não chegou ao Correio, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Chegou aonde?

O SR. EDGAR LANGE – Ao Diretor-Geral da Abin.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desculpe. Ao Diretor-Geral da Abin. Perdão. Essa denúncia anônima com ilícitos nos Correios o senhor falou que tinha rol de pessoas e rol de empresas, ligando empresas a pessoas. O senhor citou algumas. O senhor poderia repetir quais as que o senhor lembra? As empresas, não as pessoas.

O SR. EDGAR LANGE – Eu citei a Intermec, a HHP, a Simens e o nome do Petry, porque era o que eu lembrava.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Intermec, a...

O SR. EDGAR LANGE – A HHP e a Simens. Acho que foram essas três.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A maioria, informática?

O SR. EDGAR LANGE – Sim, acho que atuam na área de informática. Acho que sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A maioria é de informática?

O SR. EDGAR LANGE – Acho que sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A briga nos Correios era a informática?

O SR. EDGAR LANGE – Excelência, eu não sei se era a informática. Só posso dizer para V. Ex^a que o caminho era para um lado. Agora, eu recebi determinação de suspender o trabalho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou fazer mais algumas perguntas, Sr. Presidente. Tenha só um minutinho de paciência.

A Atrium é concorrente da Coman?

O SR. EDGAR LANGE – Pelo que o Fortuna me disse, a Atrium – e não sei nem se o nome real dela é Atrium, porque deve ser fantasia...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É fantasia.

O SR. EDGAR LANGE – É, deve ser fantasia. O que acontece? Ela intermediava, ou seja, tinha o

dado de que haveria uma licitação a respeito de um certo produto, a Atrium ia em campo para ver... pegar uma empresa...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era a mesma coisa que a Coman fazia. Portanto, elas concorriam. As duas saíam buscando gente para comprar os produtos para os quais estavam sendo abertos as licitações, é isso?

O SR. EDGAR LANGE – Não sei, aí não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Havia a disputa entre o Fortuna e o Wascheck e o Velasco?

O SR. EDGAR LANGE – Não, não, não...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso o senhor nunca ficou sabendo?

O SR. EDGAR LANGE – Nunca foi me dito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Atrium representava quem?

O SR. EDGAR LANGE – O quê?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A quem? Quem a Atrium... comercializava produtos de quais empresas?

O SR. EDGAR LANGE – O Fortuna nunca me disse quais empresas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca lhe disse?

O SR. EDGAR LANGE – Não. Ele só disse que tinha participado de inúmeras licitações; o preço dele sempre ficou abaixo do preço das empresas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E ele perdia?

O SR. EDGAR LANGE – E ele... perdia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele relatou uma concorrência, uma licitação que ele perdeu...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, mais uma pergunta apenas, senão vamos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só um minutinho.

Que ele perdeu para a HHP, e ele estava representando o interesse da Intermec, ele lhe relatou isso?

O SR. EDGAR LANGE – Não. O que eu sei é que ele, sim, na questão da Intermec, ele estava representando a Intermec, inclusive entraram na Justiça, porque, apesar de apresentar o preço menor, eles perderam.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Perderam.

O SR. EDGAR LANGE – E aí, então, inclusive, o TCU – tenho até cópia que ele me forneceu – o TCU estava investigando essa área.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando o senhor respondeu, o Edilberto Petry o senhor disse

que era funcionário dos Correios, é isso? Que o senhor sabia que ele era funcionário dos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – Porque a denúncia, ela diz: “os funcionários dos Correios abaixo relacionados...”

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E aí estava listado o nome do Sr. Edilberto Petry?

Na denúncia, aparecia o que o Sr. Edilberto Petry fazia nos Correios?

O SR. EDGAR LANGE – É... não. Mas aí...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em nenhum momento o senhor soube...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, por gentileza. Mais uma pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não. V. Ex^a usou o tempo regulamentar, já exauriu, agora novamente... Há Senadores...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha de que apenas fiz perguntas, em nenhum momento fiz discurso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. A última, por favor, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na denúncia, o senhor nunca ficou sabendo que o Sr. Edilberto Petry era o pauteiro, a pessoa que preparava os contratos estratégicos, aqueles acima de seiscentos e cinqüenta mil, que seriam encaminhados para o Cace, o comitê de ajustes de contrato?

O SR. EDGAR LANGE – A denúncia não cita isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E nem o senhor ficou sabendo disso?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nem o senhor ficou sabendo disso?

O SR. EDGAR LANGE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, último inscrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma única pergunta: o senhor, quando estava lá, a serviço da Abin, investigou também a Unysis?

O SR. EDGAR LANGE – Senador, já declarei aqui que a questão Unysis começou em setembro do ano passado, por determinação do Sr. Ministro, para subsidiar uma força-tarefa composta pela Polícia Federal, pela CGU, pelo Ministério Público e pelo TCU.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, por três minutos improrrogáveis.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Gostaria de perguntar ao senhor o seguinte: normalmente, o procedimento inaugural de um trabalho de produção de conhecimento por parte da Abin se faz por meio de uma denúncia, que é o que gera. O início do trabalho se deve a quê?

O SR. EDGAR LANGE – Há casos – muito raros – de denúncias. Os outros casos estão nas diretrizes anuais da Abin.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já fazem parte das diretrizes.

O SR. EDGAR LANGE – Sim, nas diretrizes, e as áreas encaminham tudo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Qual o rito do trabalho desenvolvido pela Abin no caso de uma denúncia específica. Concluído o seu trabalho, o senhor o encaminha ao diretor?

O SR. EDGAR LANGE – O meu trabalho termina a partir do momento em que produzo um relatório e o encaminho ao meu diretor de departamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E, depois do diretor, vai para quem?

O SR. EDGAR LANGE – O diretor encaminha isso ao diretor-geral.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ao diretor-geral.

Por último: é normal, nos seus anos de Abin, aconteceu com frequência, seria normal a interrupção abrupta de uma investigação por determinação do Ministro?

O SR. EDGAR LANGE – Se eu me lembro, houve alguns casos, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas não é a regra?

O SR. EDGAR LANGE – Não me parece ser a regra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Encerrada a oitiva do Sr. Edgar Lange, a quem agradecemos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só uma curiosidade, Sr. Presidente. O depoente, quando chegou aqui, disse que agradecia a oportunidade de estar aqui para se defender. Mas ele não se defendeu de nada. Do que ele queria se defender?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não se trata de questão de ordem, Sr. Deputado.

Agradeço ao depoente e convido o Sr. José Fortuna para prestar o seu depoimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, estamos em trabalho ininterrupto desde as 9 horas da manhã. Queria saber se há condição de termos uma interrupção de pelo menos uns 15, 30 minutos, para que os que permaneceram aqui o tempo inteiro, como V. Ex^a e Relator, possam esticar um pouco as pernas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A idéia não é má.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Consulto os demais se concordam em suspender a reunião por 30 minutos ou se continuamos os nossos trabalhos. Gostaria de ouvir o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Evidentemente, não tenho nada a opor, até porque estamos aqui, nós dois pelo menos, direto, desde a abertura dos trabalhos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Acho justo para que V. Ex^{as} possam levantar e esticar as pernas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está suspensa a reunião por 30 minutos. Depois, voltaremos com a oitiva do Sr. José Fortuna.

(Suspende-se a reunião por 30 min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está reaberta a reunião.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, ainda teremos duas atividades simultâneas, a reunião do Congresso Nacional e a reunião da Comissão Mista de Orçamento que deveria votar a LDO hoje às 21 horas. Pergunto a V. Ex^a se poderíamos antecipar os trabalhos, começar logo para ganhar tempo e convidar logo o nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Esse é o desejo de todos nós. Muito obrigado, Senador.

Eu convido o Sr. José Fortuna para prestar o seu depoimento. Solicito à assessoria e tome as providências.

O Relator já está a caminho e enquanto ele não chega, convido o Senador Augusto Botelho para ser Relator **ad hoc**. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a orientasse os membros da Comissão a respeito de uma liminar obtida pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza sobre o **habeas corpus** para que ele possa se manter calado, e até mentir à nossa CPMI, conforme despacho da Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Daremos conhecimento à CPMI no momento oportuno, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual será o momento oportuno, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual será o momento oportuno? É agora! Ele vai depor amanhã cedo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já convidei o depoente para iniciar os trabalhos, Sr. Deputado. Logo em seguida nós daremos conhecimento.

Indago da assessoria por que ainda não conseguimos a presença do Sr. José Fortuna. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Relator que dê conhecimento ao Plenário desta decisão do STF, por gentileza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, uma decisão do Supremo num **habeas corpus** impetrado por Marcos Valério. A notícia: publicitário obtém liminar no Supremo. É do *site* do Supremo esta informação: a Ministra Ellen Gracie, Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, deferiu pedido de liminar impetrado por Marcos Valério Fernandes de Souza no **habeas corpus** nº 86.232, para que receba o tratamento de investigado nesta quarta-feira ao prestar o seu depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

A defesa pediu para que Marcos Valério recebesse o tratamento de investigado, sendo-lhe garantido o direito de não ser preso, no caso de se recusar a firmar termo de compromisso legal de testemunha ou exercer o seu direito ao silêncio, bem como para que possa ser assistido pelo seu advogado. A Ministra Ellen Gracie, ao deferir a liminar, observou que o entendimento do Tribunal sobre o pedido feito pela defesa do publicitário é no sentido de que as comissões

parlamentares de inquérito detêm o poder instrutório das autoridades judiciais. “Logo, às comissões parlamentares de inquérito poder-se-ão opor os mesmos limites formais e substanciais oponíveis aos juízes dentre os quais os derivados da garantia constitucional da não auto-incriminação, que tem sua manifestação mais eloqüente no direito ao silêncio dos acusados”, afirmou a Ministra. A liminar dispensa Marcos Valério de firmar termo de compromisso legal de testemunha, assegurando-lhe o direito de se calar sempre que a resposta à pergunta, a critério dele ou de seu advogado, possa atingir a garantia constitucional de não auto-incriminação.

É a notícia, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, apenas para registrar

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex.^a.

O SR. (Orador não identificado) – A mesma Ministra Ellen Gracie declarou prejudicada liminar requerida na tarde de hoje pelo depoente Edgar Lange Filho, que acabou depondo. Dois pesos, duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex.^a pela informação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o nobre Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu só queria fazer um registro de que não é praxe das comissões, até onde acompanhei nesta Casa, estar premeditadamente deliberada a agir da maneira em que a decisão do Supremo se preocupou. Acho que é um excesso de zelo.

Vale a pena ter o zelo, mas, pelo pouco que acompanhei, esta Comissão e as demais Comissões sempre trabalharam exaustivamente no intuito de preservar o direito de qualquer depoimento da pessoa omitir a informação, ficar em silêncio, como queira. Pelo que compreendi, todos os membros dessas Comissões entendem que ninguém aqui é obrigado a prestar qualquer tipo de informação que venha a se somar contra ela própria ou contra si próprio. Então, é um direito de defesa da pessoa. Mas vamos entender que é um zelo e esta Comissão não tem nenhum interesse de quebrar por esse zelo.

Por isso, queria fazer o registro a V. Ex.^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex.^a.

Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O nobre Senador Sibá tem toda a razão quando reconhece que esta Comissão tem trabalhado de maneira séria, isenta, garantindo os direitos constitucionais assegurados a todo e qualquer cidadão, mas, nobre Senador, é um direito que também assiste ao cidadão pleitear em juízo ou o mandado de segurança, **habeas corpus** desde quando ele se sinta ameaçado de qualquer forma.

De maneira que não podemos criticar, em momento algum, a decisão da eminente Ministra Ellen Gracie, que é uma das Ministras competentes que honra a Magistratura nacional. Creio que é apenas uma medida preventiva que está prevista na lei, na Constituição. De modo que não devemos nos preocupar e devemos, sim, amanhã, usar de todos os meios possíveis para podermos apurar os fatos que toda a Nação quer conhecer, quer vê-los punidos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex.^a.

Decisão judicial não se discute, cumpre-se e, naturalmente, que a decisão do Supremo Tribunal Federal será rigorosamente cumprida.

Estou tomando o termo de compromisso do depoente. Ele está preenchendo o termo de compromisso e, logo a seguir, faremos a leitura. (Pausa.).

A SR.^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a ilustre Senadora Heloisa Helena.

A SR.^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, rapidamente antes de começar e agradecendo a generosidade de V. Ex.^a, criou-se um tumulto. Alguma fala nossa ou alguma interpretação dada nos meios de comunicação sobre a questão do Coaf ou algum outro motivo gerou um pânico dizendo que iam fazer intervenção no Coaf.

Assim, sinto-me na obrigação de prestar um rápido esclarecimento, eu sei que o Relator também pode fazer isso. Fizemos várias críticas, e continuamos a fazer, em relação à lentidão, à morosidade provocada, ou não, para a disponibilização dos documentos. Entretanto, fui informada pelo Coaf que, de fato, Senador César Borges, eles só disponibilizaram hoje, às 10 horas, porque só receberam o requerimento ontem à noite, às 18 horas e 29 minutos. Então, foi em função disso que houve o problema. E os termos utilizados no primeiro requerimento acabavam por não solicitar aquilo que seria necessário para o esclarecimento dos fatos. Então, hoje, às 10 horas, foi encaminhado um novo documento. Portanto, eles só puderam disponibilizar um novo relatório à tarde.

Assim sendo, solicito a V. Ex.^{as}, Sr. Relator e Sr. Presidente, os documentos do Coaf. Como sabemos todos nós, a obrigatoriedade de carta-circular só se deu a partir de 2003, e o Coaf não fiscaliza os bancos. É papel do Banco Central fiscalizá-los para ver se eles, de fato, estão encaminhando a documentação necessária. Sugiro mais uma vez que seja solicitado – e sei também que existe requerimento do Senador César Borges, há requerimento meu também – aos bancos, que têm obrigação de guardar os documentos, que podem ou não informar, independentemente de ser em 2003, se estamos investigando os cinco anos, que solicitemos ao Banco Central também, mas aos bancos, ao Banco Rural, ao Banco do Brasil, ao Banco Real, a todos os bancos em que foi identificada movimentação financeira, que encaminhem aos bancos, porque o Coaf só tem os dados, e assim mesmo nem sabe se tem todos, porque, como não cabe a ele a fiscalização, cabe ao Banco Central...

Então, apelo a V. Ex.^a e ao Relator para que seja encaminhada, o mais rapidamente possível, a solicitação aos bancos, que têm a obrigação de guardar esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apenas para informar que nós, inclusive com esta mesma dúvida que a ilustre Senadora levanta, formulamos os ofícios. Apenas, como indicamos como signatário o Presidente Delcídio, que está ausente, momentaneamente, do Senado, eles estão e devem aparecer imediatamente aqui, porque autorizei que eles mudassem para o Senador Maguito e esclareço que ofícios são. Estamos encaminhando três ofícios, um para o Banco Central, um para o Banco Rural e um para o Banco do Brasil, solicitando a relação dos saques em espécie acima de R\$100.000,00 em relação a todas aquelas empresas que foram objeto de quebra de sigilo bancário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só aproveito, Sr. Relator, que também seja encaminhado ao Banco ABN AMRO Real porque tem um saque muito grande também feito por um sacador nessa empresa. São R\$620.000,00. Então, apenas para solicitar também de um outro banco.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex.^a será atendida.

Informo à CPML que o Sr. José Santos Fortuna Neves prestará depoimento como investigado, já que ele se negou a assinar o Termo de Compromisso para prestar o depoimento como testemunha. Então, será colhido seu depoimento como investigado.

Com a palavra o Sr. José Santos Fortuna Neves para uma rápida auto-apresentação e o seu depoimento.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Exm^o Sr. Senador Maguito Vilela, mui digno Presidente; Srs. Senadores e Deputados que compõem a Mesa; Sr^{as} e Srs. Parlamentares, há 21 anos, exatamente no dia 21 de maio de 1984, retornei à minha Força de origem, a Polícia Militar de Minas Gerais, de onde saí em 1978 para servir à Presidência da República, no então Serviço Nacional de Informações. Sou aspirante, formado na Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, no dia 29 de novembro de 1968. Exerci meus cargos e funções durante o período em que estive no comando de tropa no Estado de Minas Gerais.

Portanto, há 21 anos, deixei o Serviço Nacional de Informações e, a partir daí, nunca mais tive nenhum contato com o Serviço Nacional de Informações, hoje Abin, e, nesses 21 anos residindo em Brasília, nem sequer passei pelas ruas onde se situava o local em que eu servi.

Depois do SNI, tirei dois anos de licença. Nesse período, exerci atividades empresariais e voltei à ativa em 1987, já às vésperas da Constituinte, quando fui designado para integrar uma Comissão da Polícia Militar de Minas Gerais e das Polícias Militares do Brasil. Acompanhei os interesses de nossas instituições dentro destas Casas, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Dias atrás, fui preso, algemado, sob a acusação de ter gravado uma conversa com um servidor dos Correios. A minha residência e de meus filhos foi invadida pela Polícia Federal. Tive documentos e bens apreendidos e, por dez dias, fui recolhido à prisão. Fui ouvido na Polícia Federal, no Ministério Público, e aqui estou agora para contribuir com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Nos anos em que estive fora, exerci funções no escritório de representação de Minas Gerais. Participei de três campanhas políticas, sempre obtendo uma votação entre os quatro primeiros suplentes do PMDB de Minas Gerais.

Agora estou aqui à disposição de todos os senhores para responder às perguntas que acharem adequadas me fazer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. depoente, V. S^a declarou à Polícia Federal que, meses antes da publicação da revista **Veja**, encontrou-se com o Alemão, próximo do estacionamento do Conjunto Venâncio 2000.

Tem, V. S^a, condição de precisar melhor em que época isso aconteceu e em que circunstâncias?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Prezado Relator, não tenho assim precisão, porque considere aquilo um fato casual. Eu não posso precisar a data exata, porque não me recordo, e se foi realmente no estacionamento do prédio ali próximo ao Venâncio 2000.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, esse estacionamento não é vizinho ao Brasília Shopping?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ele é do outro lado, é Asa Sul.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Atrium já esteve localizada no Brasília Shopping?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Como Atrium, não. Nós tivemos lá um escritório, mas não como Atrium

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe onde funciona ou funcionava a Unysis?

JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu sei que é em cima do prédio da Varig, o edifício Varig, mas não sei nem o andar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não tem nenhuma relação comercial com a Unysis?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, não tenho nenhuma relação comercial com a Unysis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem como nos informar a razão da visita do Alemão à sua empresa Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Quando me encontrei com ele – há muitos anos não o via –, tive oportunidade de convidá-lo para me fazer uma visita, mas no relacionamento antigo, de conhecido, e ele lá compareceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse encontro, tiveram conversa a propósito dos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tivemos conversa a propósito dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que conversa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nessa época, conversamos amenidades e, depois, começamos a tocar em assuntos... E, como é praxe no serviço de informações, a gente não faz muitas perguntas. Mas ele falou comigo sobre a Unysis e, a partir daí, começamos a conversar. Eu puxei o assunto dos Correios, que eu trabalhava com tecnologia, tinha interesses comerciais nos Correios, etc. E a conversa correu por aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez alguma referência a esquemas, a fraudes eventualmente ocorrentes nos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nes-

se encontro... Não sei se foi a primeira ou a segunda vez que ele lá esteve, mas acho que, nessa vez, a gente fez referências a interesses que eu tinha nos Correios, que eu havia participado de licitações e vencido no preço com uma empresa de porte internacional, uma multinacional, e que eu não havia conseguido o contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que empresas seriam essas? De que licitações V. S^a participou, foi vencedor e terminou não sendo contratado?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi, se não me engano, o Pregão nº 059, que é a aquisição de coletores. Vencemos a licitação no preço, com a Intermec, uma empresa que eu representava. E foi dito, inclusive, nos jornais, na imprensa, que eu era representante da HHP. Eu não tenho nenhuma negociação com a HHP. Nem conheço a empresa, a não ser como concorrente nessa licitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o que sucedeu na seqüência? A Intermec foi afastada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES –

Quando abriram a concorrência, viram que tínhamos as condições técnicas. No nosso entendimento, nós tínhamos, com um preço de R\$9 milhões a menos. Interromperam a licitação e determinaram diligências, dizendo que não tínhamos condições técnicas. Pediram a exibição do equipamento. Nós entregamos sob protesto. Está tudo registrado em Ata. Entregamos lacrado. Aguardamos a diligência, que foi demorada. Aguardamos e entramos com recurso, depois da desclassificação. Entramos com recurso administrativo na Justiça e no TCU. E nesse período a licitação foi cancelada por interesse público.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que época foi isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A data, agora...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aproximadamente.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi no ano passado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No ano passado?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acredito que em setembro ou outubro, se não me engano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses órgãos a que V. S^a dirigiu os recursos pronunciaram-se ou o cancelamento da licitação ocorreu antes do pronunciamento deles?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós temos todas as decisões já alinhadas no processo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas insisto: V. S^a diz que encaminhou recursos inclusive ao TCU e a quem mais?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ao TCU, para recurso administrativo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E que resultado apresentou o prosseguimento desses recursos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu entendo – não sou jurista – que todas as nossas teses foram acatadas pelo TCU, que inclusive, parece-me, determinou, no bojo da decisão, que essa licitação passasse pelo crivo deles se fosse aberta novamente. Estamos aguardando a abertura da nova licitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve uma revogação noticiada como sendo por interesse público? Qual a motivação da revogação da licitação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não tenho aqui a decisão da... Acho que simplesmente alegaram interesse público, e eu acredito que chegaram à conclusão de que a tecnologia era obsoleta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há alguém que opine nesse sentido, em algum momento nesse processo, que a tecnologia era obsoleta? Alguém assinou isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi...

Uma das nossas teses foi a de que a tecnologia que se pleiteava naquela licitação era uma tecnologia inadequada àquele equipamento de que precisavam no Correio naquela época.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a está dizendo que o Correio colocou em licitação algo que estava inadequado ao momento. E, apesar disso, evidentemente, como o interesse (*inaudível*), o Correio prosseguiu, e V. S^a se adequou e apresentou aquela tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Apresentamos aquela tecnologia e, mesmo assim, fomos desqualificados. Pela tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse montante... V. S^a fez referência à diferença. Mas qual era o valor do contrato? Da proposta?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O valor da... Eu não tenho assim os dados aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aproximado. Não tem...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu acredito que a nossa concorrente apresentou um preço de 37 milhões. Nós apresentamos de 28, 27. Algo assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E ela apresentou com a mesma tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Com a mesma tecnologia. Só que o nosso equipamento era muito superior em memória, em todos os indicadores de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E os Correios estão reabrindo essa licitação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O nosso problema... O nosso problema se situava em uma exigência de um intercomunicador IrDA, que dificilmente equipamentos hoje modernos teriam para atender àquela necessidade do Correio. Tanto é que na primeira licitação, aberta em 2003, se não me engano é o Pregão nº 107, apenas a HHP teve condição de participar. Empresas que detêm 40% do mercado mundial não serviam para atender essa tecnologia. A HHP ganhou, em 2003, e ninguém concorreu com ela, a não ser as empresas que tinham a mesma tecnologia, que era o mesmo equipamento dela. Na segunda, nós nos preparamos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o intervalo, mais ou menos, entre uma e outra?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Uma foi em 2003, eu acredito, 2003, no início do ano, e a outra foi em 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez referência a que esse mesmo fato teria acontecido mais vezes. Qual a outra proposta sua que foi... Uma outra proposta sua em que foi vencedor e terminou não sendo contratado?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Bem, entramos em algumas licitações do Correio. A outra foi a impressora, impressora Zebra, a compra de impressoras Zebra, e que nós entramos com uma outra empresa, representando a Intermec, que foi a Omni. A empresa Omni entrou com o mesmo produto, que é uma impressora. A patente é o mesmo número. Nós inclusive levamos esse equipamento ao Presidente dos Correios e mostramos. Tapamos o nome do fabricante. Um é Intermec e o outro é Zebra. Nós tapamos para olhar qual a diferença entre os equipamentos. Não havia nenhuma. Não havia nenhuma diferença. Na época, a empresa com a qual nós entramos, que era parceira nossa, ela tentou uma carta do fabricante Zebra, diretamente. Mas não forneceram. Nós então entramos no *site*. Existia uma empresa chamada Barcold, e essa empresa era uma revendedora Zebra no Brasil. E ela nos deu uma carta de solidariedade. Mas

essa carta foi, de certa forma, desqualificada. E nos desqualificaram também, da licitação. E o nosso preço era bem mais barato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que montante era essa proposta? Aproximado.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A mais antiga, eu não me lembro assim. Se eu der os valores a V. Ex^a agora, eu vou... Está tudo no processo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, nesse caso, a sua empresa foi desclassificada, a proposta foi consagrada em relação a alguma outra? Houve adjudicação a uma outra empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. O que houve, na época, se eu não me engano, foi que cancelaram a licitação e, por inelegibilidade, compraram da empresa que vendia o produto Zebra, que é a Seal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que não havia participado da licitação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ela estava na licitação. Como não aceitaram, vamos dizer assim, o fornecimento dessa máquina, desse equipamento, dessa impressora, através do produto Intermec, que é a mesma máquina. A mesma. Se o senhor colocar um esparadrapo em cima da marca Intermec e da marca Zebra...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É a mesma fábrica?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, são fabricadas em outros locais do mundo, mas a patente, o número é o mesmo; a máquina é Zebra, só que a Zebra autoriza a fabricação por outros fabricantes; a máquina é a mesma. Então, isso nos desclassificou, porque também não aceitaram... o vendedor Zebra no Brasil dizendo que – apesar de ele estar no mesmo nível da Seal, até no *site* estava – ele não tinha autorização para vender equipamento Zebra no Brasil, mas estava no *site* da Zebra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a atua ou representa em nome de que empresas? Quais as empresas por meio das quais V. S^a participa de licitações?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós participamos por meio da nossa empresa em outros órgãos, TSE, Anvisa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a sua empresa, é uma só, a Intermec?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, Atrium. Quando o nosso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V. S^a é da Intermec?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da Intermec nós fomos parceiros, porque não tínhamos

capital suficiente, nós não tínhamos condições de entrar diretamente. Como houve a compra em 2003, nós procuramos no mercado... porque a Symbol também tem 42% do mercado, não teve condições de participar. Porque não é possível que uma só, em todo o mundo tenha condições de atender ao correio brasileiro. Verificamos que a Intermec tem 14 mil máquinas funcionando em Memphis, o maior centro de distribuição, atende ao correio de Cingapura, atende o correio inglês. Então, nós nos preparamos para entrar com essas empresas, buscamos essas empresas e fizemos uma parceria com elas, e ela entrava diretamente na licitação pela nossa incapacidade em capital para poder participar da licitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participou de quantas licitações dos Correios no ano de 2004?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No ano de 2004, através dessas parcerias?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou diretamente com a sua empresa, ou através de parcerias.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós tentamos participar. Em algumas não tivemos condições de participar porque não estávamos com habilitação técnica adequada. Em 2004 nós só participamos, através da Intermec, nas coletoras; através da Omni, nas impressoras; e através da ATP, na venda de computadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua participação sempre foi relacionada à diretoria de tecnologia nos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Os assuntos que dizem respeito à (*inaudível*) vendemos tecnologia, seria com a Diretoria de Tecnologia. Eu não tinha nenhuma mágoa, como se falou aí, que fui perseguido, que fui desclassificado, que fiquei irado; eu não fico irado; o senhor não vai me encontrar irado nunca. Isso não é verdade. Eu não fui prejudicado pela Diretoria de Administração...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas foi pela Diretoria de Tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fui desclassificado pela Diretoria de Tecnologia. O assunto meu era tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor entende que a decisão foi correta, justa, jurídica, com relação a essa sua desclassificação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, nós recorreremos aos canais competentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, mas não é uma questão de perseguição, é uma questão de conceito. A decisão da administração não

foi uma decisão que, em virtude de o Fortuna estar participando, ter tido uma decisão diferenciada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acredito que não. Eu não levei para esse lado e nem imaginei isso. Apenas imaginei que nós tínhamos a tecnologia; eu me senti, de certa forma, indignado por ter uma tecnologia, e, por razões que desconheço, nos desclassificaram com relatórios técnicos que desclassificavam a empresa Intermec. É uma empresa que, hoje, no mundo, detém um mercado mundial em níveis bastante consideráveis; perderam uma licitação para um equipamento da HHP que detém 8% no mundo na venda desses equipamentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse trânsito que V. S^a tem nos Correios e atuando na área de informática, ouviu alguma vez algo relacionado a uma conduta não muito adequada, nos Correios, em relação às licitações?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, apenas nesses casos em que participei, eminente Relator, em que entro com uma tecnologia superior à da concorrente, entro com uma tecnologia muito superior à da concorrente, faço a mesma adaptação que fez a HHP e sou desclassificado, não fiquei satisfeito com isso. De certa forma, houve uma indignação, mas uma indignação que me fez recorrer aos canais competentes, que é a Justiça. E obtive decisões favoráveis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas quando se estabelece uma tecnologia, ela deve ser objetivamente, previamente, estabelecida no edital. Não é possível que alguém participe de uma licitação que pretenda vencer por ter uma tecnologia melhor. Porque, daí, vai permitir que haja um juízo subjetivo de quem está julgando achar que a sua tecnologia é melhor e quem apresentou adequadamente ser aliado. Quando V. S^a faz referência a uma tecnologia melhor, é superior à proposta no edital?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Em termos de memória, o equipamento tinha mais memória; tinha as mesmas teclas; fizemos a adaptação – nesse tempo todo a Intermec autorizou adaptar, colocar o intercomunicador Irda. Esse intercomunicador Irda que detectamos na primeira licitação, que nenhuma outra empresa no mundo teve condições de entrar, só a HHP, nós fizemos a mesma coisa, obtivemos, inclusive, informação de que a HHP não fabrica com essa tecnologia Irda, que já estaria ultrapassada porque o carteiro chegaria com esse equipamento, teria que colocá-lo numa visada direta na doca, o que dificultaria a transferência de dados. Nós oferecemos, inicialmente, nós tínhamos, na primeira a licitação, já a comunicação *wireless*, o sujeito já entrava dentro dos Correios e já transmitia por radiofrequência. Nós tivemos que,

praticamente, atrasar a tecnologia para atender à especificação do edital...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a ou a sua empresa não impugnou o edital para evidenciar que a tecnologia adequada não era a mais apropriada.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós fizemos recursos; fizemos cartas na época, nas diligências nossas, protestamos... Exigiram que nós tivéssemos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Antes da licitação? Antes de formular a proposta?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Antes de formular a proposta, nós nos manifestamos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem esses documentos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deve estar no processo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Poderia disponibilizá-los para a CPMI?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acredito que sim, porque deve estar no processo de licitação, e eu vou verificar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece ou ouviu falar de Edilberto Petry?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É um funcionário dos Correios da área de tecnologia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez V. S^a teve uma interlocução, algum processo, algo que estivesse vinculado, ou relacionado ao Edilberto?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim, esses processos, certamente, passavam pelo crivo dele. Algumas vezes, nós chegamos a conversar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a manteve contato com o Alemão, abordaram o assunto Unysis?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem tocou no assunto, V. S^a ou o Alemão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Unysis foi o Edgar Lange, o Alemão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que ele falou a propósito da Unysis.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ele me falou que estava fazendo apurações nos Correios e, na sua conversa, me deixou entender, me disse claramente, que havia instruções do Palácio, do Gabinete Civil para que essa empresa fosse descartada dos negócios com o Governo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que razão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Irregularidades a partir da Previdência, que eu desconheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que época foi isso, mais ou menos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi numa dessas reuniões que a gente... dessa visita que ele me fez. Inclusive me perguntou se eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais ou menos a data disso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não tenho porque não dei... Até ele me visitou, e eu disse para a minha esposa uma vez: “Achei estranho, recebi uma visita e depois desapareceu...” Porque o que eu falei para ele foi: “Olha, o que eu puder ajudar... eu estou aí para ajudar”. E falei para ele fazer uma relação dos seus interesses. E ele desapareceu... e demorou a aparecer – inclusive comentei, uma noite, com a minha esposa: “Poxa, recebi uma visita do pessoal e estou afastado há tantos anos! Recebi a visita que me falou numa coisa e sumiu”. Aí passou um tempo... Não me lembro mais, pois não dei tanta atenção a isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez referência a propostas em que não se sagrou vencedor...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A essas propostas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não é fornecedor de nada, não ganhou nenhuma licitação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nos Correios, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Maurício Marinho teria alguma coisa a ver com essas dificuldades de V. S^a, de sua empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu acredito... não era a área dele, não era a área do Marinho. No que eu entrava, em tecnologia, o Marinho apenas entraria, talvez, na fase do contrato. O Marinho não me prejudicou em nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe de uma versão que existe, na qual V. S^a o teria ameaçado de tirá-lo do cargo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não faço isso. Isso aí é mentira!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas ouviu dizer?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É claro, os jornais estão falando... é mentira! Eu não ameaço ninguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

O Pregão nº 59 é esse ao qual V. S^a fez referência?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É esse das coletoras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu uma pessoa chamada Comandante Molina?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca! Vim conhecê-lo aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqui? Onde?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Aqui, na televisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece o Henrique Brandão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. Nunca vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Filho do Henrique Brandão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o Marcelo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O Marcelo é meu filho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É seu filho? Mas o seu filho é sócio do filho do Henrique Brandão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu fiquei abismado de saber disso. O Marcelo é um sujeito que conversa tão pouco... Nunca falou disso comigo. Eu não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O seu filho, na verdade, é sócio, porque ele foi ouvido em algum lugar e não sabe o nome da firma, não sabe qual é o capital da firma, não deu um centavo para a firma...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É coisa de rapaz de rei do cerrado, de companheirismo aí... Sinceramente, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V. S^a não sabia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sabia dessa sociedade dele e nem que ele havia assinado o contrato social dessa empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem qual era o ramo dessa empresa do seu filho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Qual era...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O ramo. Qual era a atividade dessa empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei, sinceramente, não sei. Depois é que eu ouvi aí comentário... a Polícia Federal me perguntou, o delegado ainda me disse: “Mas você é covarde! Você vai

deixar o seu filho!” E falei: “Mas covarde como, se eu não sei de nada?!” Eu teria dado uns bons tabefes no meu filho se eu soubesse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não seria alguma empresa de V. S^a que estaria em nome do filho e, por isso, ele desconhecia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente! Nego!

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não entendi bem a pergunta de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em alguma passagem, porque eu não teria condições agora...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Com relação a essa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez mais tarde, enquanto os demais Parlamentares efetuam seus questionamentos, eu pudesse mostrar a V. S^a que há alguém que foi ouvido e que passou a informação de que, na verdade, há uma determinada empresa da qual o verdadeiro titular é V. S^a e que seu filho seria um “laranja”. É por isso que ele não sabe de nada.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, o meu filho não é “laranja”. O meu filho é formado em computação e, como eu não tenho essa especialidade em minha empresa... Essa empresa é nova, a Ato é nova. Então eu tentava consolidar a empresa, ela precisa habilitar-se, eu precisava ter registro no Crea... O meu filho é formado em computação. Pedi a ele que assinasse, e ele assinou. Isso é verdade. Ele é o sócio de direito. É uma coisa que eu pensava em deixar para ele, depois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Marcus Vinícius, genro do Roberto Jefferson?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não o conheço. Já ouvi falar, mas não o conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe se, eventualmente, Cristiano Brandão é amigo de Marcus Vinícius?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei, não conheço nem Marcus Brandão nem... nem Cristiano Brandão nem Marcus Vinícius.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O seu filho tem atividade na Câmara dos Deputados?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim, ele está há quase dez anos na Câmara; esteve na 2^a Secretaria desde o Deputado Leopoldo Bessone, a quem agradeço. Eu nunca pedi a ele emprego para o

meu filho, foi o Deputado que o chamou. É um menino extremamente querido, porque eu nunca pedi para renovar o contrato dele; cuida de um computador. Os colegas, os companheiros, os Deputados que lidam com ele o conhecem, e ele é mantido pelos méritos dele. É de uma docilidade tremenda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como V. S^a tomou conhecimento da gravação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Pela revista **Veja**. Um dia antes dela ser publicada, tentei arranjar uma senha, porque um amigo me ligou dizendo que ia sair uma publicação sobre o Marinho, e que já estava na **Veja**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que amigo seria esse?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Esse amigo não sei se foi o Edílson que me ligou dizendo que estava saindo uma publicação sobre o Marinho. Daí tomei conhecimento e fiquei abismado em ver aquilo lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse Edílson não lhe disse como ele sabia de uma notícia que iria sair na **Veja**?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ele é assinante da **Veja**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas a **Veja** avisa aos leitores antes?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, normalmente eu entro... Toda madrugada, às 5 horas, o senhor vai me encontrar lendo todos os jornais do País.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V.S^a tomou conhecimento a partir da publicação no *site*...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da **Veja**, eu não sabia nada, absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Atrium participa de licitações específicas ou tem um leque de...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Dentro daqueles em que temos condições técnicas. Participamos do TSE, tentei participar dos Correios, mas havia bastantes restrições. Tentamos participar da Anvisa, da Caixa Econômica, da manutenção de sala-cofre, tentamos participar da Infraero, em diversos órgãos públicos. Tentamos vender equipamentos para o CNI (*inaudível*) distribuidor de medicamentos, Siemens...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum órgão público a Atrium tem contrato?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tem um contrato com o TSE.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como contratada ou como subcontratada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No caso do Samur. A Simens tem o contrato e nos subcontrata para prestar serviços na área de instalação de rede.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Rede de informática?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Rede de lógica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Arthur Wascheck e Antônio Velasco?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Conheci Arthur, há alguns anos, uma vez, por uma apresentação feita por um amigo comum, um coronel do Corpo de Bombeiros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Antônio Velasco?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Era companheiro dele e estava presente, na época.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso há muitos anos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acho que há uns dois ou três.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Este ano V.S^a não teve nada com Arthur Wascheck?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Este ano, agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim, 2005.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, nunca mais o vi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conhece Jairo Martins de Souza?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Conheci hoje, quando aqui cheguei, ali na sala.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Roberto Salmeron?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Conheço. Foi da Eletrobrás. Ele substituiu um mineiro, Gamaliel Herval, que era o Diretor de Administração, e eu o conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma ligação com algum partido político?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sou filiado ao PMDB, já participei de três eleições, fiquei sempre entre os 4 suplentes; fui do Diretório Nacional do PMDB, entre os 12 mineiros; votei com Michel Temer – fui o único mineiro que votou com ele, porque eu havia me desentendido com Newton Cardoso que me derrotou em 1998 – e freqüento a Casa, aqui, há muito tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando os Correios revogaram as licitações das quais V. S^a participou, foi interposto algum recurso ou acionado algo em relação a isso? Ou aceitou a revogação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós entramos com recurso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da revogação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da revogação, não. A Intermec parou por aí e aguarda, conosco, a próxima licitação que ficaram de abrir novamente. A revogação, nos diz o advogado, que também é advogado da Intermec, foi por nossa iniciativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a estava com o recurso interposto e daí solicitou a revogação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não tenho detalhes com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Os advogados estão aí e não podem se manifestar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Entendeu? A pergunta é simples: V. S^a estava postulando, por meio de um recurso, que se tornasse o vitorioso daquela licitação?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Que não fôsemos desclassificados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E interpôs outro pedido, solicitando o cancelamento? Porque a revogação é o cancelamento da licitação.

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Não, eu acredito que não houve esse pedido. Posso até trazer o processo aqui, mas não estou mais muito ligado a isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tomou conhecimento de um *e-mail* enviado pela empresa Mandic?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como chegou a sua mão esse *e-mail*?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – O dono da Mandic me mandou esse *e-mail*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas que ligação tinha V. S^a com essa empresa, que é de São Paulo, salvo engano?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Mandic? Tenho ligações com o Mandic, fundador da Internet no Brasil, Alexander Mandic, e ele me passou um *e-mail*, dizendo que estava sendo convidado para ir ao Correios tratar de assunto de novos produtos. Eu achei estranho, porque esse convite feito a ele para uma reunião nos Correios não era na área adequada. Ele é contratado

da BrasilTelecom, que era contratada dos Correios. Eu aconselhei é que haveria algum atrito aí, porque a BrasilTelecom poderia não gostar disso, que não seria oportuna a reunião dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A origem desse *e-mail* seria do Maurício Marinho?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Do Maurício Marinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Havia alguma referência a algo relacionado à multa da Mandic?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Absolutamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a conversou com o Mandic sobre uma multa existente nos Correios.

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Multa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Desconheço. Não conversei nada sobre multa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também não leu nos jornais sobre isso?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Não vi essa passagem. O Mandic não tem contrato com os Correios. Então, não teria multa. Ele não é contratado dos Correios. Não tem nada a ver com os Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse *e-mail*/V. S^a exibiu à Polícia Federal quando foi ouvido?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Eu não exibí, porque a Polícia Federal me apreendeu tudo. Não tenho nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a é amigo de Eduardo Medeiros?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Não, só estive com ele uma vez, quando apresentei um equipamento que seria o carro chefe da nossa empresa quando ela começou, que é o *pack shaper*, um equipamento hoje que no Brasil só tem o TSE. Ele otimiza a qualidade da rede, aumenta a capacidade da rede e a qualidade de serviço. Então, esse equipamento foi testado nos Correios. Conversei com o Eduardo Medeiros, ele não me falou nada, ouviu o tempo todo. Nós testamos esse equipamento nos Correios, foi só isso, e não obtive sucesso nessa venda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No depoimento à Polícia Federal, V. S^a fala que é amigo dele.

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Não, eu não falei que era amigo do Eduardo Medeiros, não. Não sou. Se eu disse, tem que corrigir, porque não é verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a confirma que Alemão insistiu que V. S^a desse entrevista à **Época**, depois da publicação da gravação pela revista **Veja**?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Confirmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual a razão?

O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES – Bem, no começo, fui, até de certa forma, inocente, porque, quando eu ouvi o Deputado Roberto Jefferson falar que Fortuna foi achacá-lo, que o Molina falou em Fortuna, achei muito estranho. Nem sabia que era eu o Fortuna. Ele falou: “Coronel Fortuna”. Foram até procurar meu filho, que disse: “Meu pai não é coronel de nada”. Realmente, não sou coronel. Aí falaram: “É da Marinha, é da Aeronáutica, é Almirante. Eu fiquei na minha.

Saiu a reportagem no Estadão, do Expedito, eivada de mentiras, já confirmadas aqui ao longo desta CPMI, nos depoimentos já ocorridos, que têm duas verdades: sou adversário de Newton Cardoso, no meu PMDB, e sou ex-servidor do SNI antigo – há 21 anos saí de lá.

Aí, como eu tinha contato com o Alemão, eu disse: “Me ajuda a resolver isso aqui. Que problema é esse? Eu não tenho nada a ver com isso”.

Eu nunca sonhei em gravar, eu jamais gravaria, nem o pesadelo de gravar alguém eu tive na minha vida. Nem quando estive no Serviço de Informações acho que não gravei, porque trabalhei em outra área.

Aí se iniciou uma abordagem comigo. Eu queria sair em campo, porque eu vi o Deputado Roberto Jefferson ir ao Ministério Público, e eu quis ir. E ele me disse: “Não vá. Vá conversar...” Primeiro, ele me deu o telefone do Policarpo. Aí, me falou: “O Policarpo viajou para o Rio. É melhor você falar com o funcionário, com o repórter da **Época**.” Eu então aceitei a proposta dele: “Na próxima semana, sai uma entrevista exclusiva. Você tem que ser exclusivo. Você não pode hoje ir à Procuradoria, você não pode falar com a Polícia Federal.” Eu então marquei um encontro com o repórter Mateus e me encontrei com ele lá no Terraço. O Alemão mandou... Foram duas vezes. Encontrei a primeira vez; ele iria lá conversar com a **Época**, voltaria para falar comigo no dia seguinte. Estava presente também o meu advogado.

Da primeira vez, eu sentei de costas, na penumbra, para que eu não fosse fotografado, porque eu não queria fotografia. Mas, da segunda vez, já no almoço, havia a promessa de não fotografar. Depois me espantei, daí a uma semana, com a minha fotografia, até muito bem tirada, na revista **Época**. Quer dizer que quando saíram da mesa, foram lá e me fotografaram. Eu dei a entrevista a esse repórter. Esperei umas semanas.

Me pediram que ficasse isolado, não fiquei escondido. Eu achava que aquilo ia ser a minha redenção de envolvimento nesse Tsumani que estava acontecendo comigo, sem eu ter nada, mas nada mesmo, com isso. Eu nunca sonhei em gravar, eu nunca pensei em gravar alguém. Eu achava até um acinte à minha condição intelectual dizer que eu vou gravar, se o meu objeto é negócio. Eu vou criar confusão para mim? Eu vou ouvir os outros, vou gravar, vou usar isso? O que eu ganho com isso? Eu não sou burro. Eu não ganho nada. Mas a reportagem não saiu. Eu reclamava, e a reportagem... “Mas, Fortuna, tudo isso indica que foi você que gravou.” Eu achei aquilo um absurdo.

Aí, me deu um estalo: alguma coisa está acontecendo, eu estou sendo conduzido por alguma coisa. Vou sair em campo. Conversei com o repórter.

Na segunda vez, se não me engano, meu filho foi pegar com ele o termo do depoimento do Marinho, e foi lá no setor Sudoeste. Meu filho voltou e falou assim: “Papai, o repórter perguntou se o senhor fala latim”. Aquilo... O único lugar no mundo, Relator, que tem a minha ficha, constando que eu falo latim – e eu já falei, fluentemente –, é o SNI. Nem o Seminário Menor de Mariana, onde cursei vários anos, não tem nada registrado que eu falo latim. E a ficha... Aí eu fui em cima do Mateus. O que é que está havendo? Você é repórter da **Veja** ou da **Época**? “O que é isso, Fortuna?” Não, estou perguntando **Veja** e **Época**, porque acho que você é do SNI. O que está ocorrendo é que vocês estão me manipulando. Vocês me isolaram. Ah, não sei o quê, etc e tudo. Eu falei: “Não, você foi nos porões do SNI buscar a minha ficha. Aquele papel que você...” “Por que você não assume? Você sai como herói.” Mas eu, como herói, falando mentira? Eu não gravo ninguém.

A partir daí, eu comecei a tomar a atitude de me separar daquele grupo. Eu estava sendo manipulado. Aí, vou para a imprensa, vou ser fotografado, eu quero que reconheçam, se o Deputado Jefferson me conhece, se o Senador Ney Suassuna me conhece... Eu nunca estive com essas pessoas. Vou mostrar a minha cara, eu não estou me escondendo de nada.

Aí, nesse momento, eu liguei para ele às 8 horas da manhã – não me lembro mais o dia. Já desorientado, eu tenho que agir, tenho que sair em campo, estou sendo isolado. Eu disse ao Mateus: eu vou para a imprensa, vou pedir que me fotografem, vou dar entrevista. E liguei para o repórter Jailton de Carvalho, que é do mesmo **O Globo**, da mesma empresa, marquei com ele às 11 horas, fui para o escritório. Lá no escritório, daí a pouco, eu recebo uma ligação do Mateus:

“Fortuna, eu tenho uma coisa gravíssima para te falar. Gravíssima.”

“Fala Mateus, fala.”

“Mas não pode ser por telefone.”

Eu falei: “Pode, porque, se meus telefones estão gravados, eu quero que todo mundo escute. Eu não tenho medo de nada.”

“Não, você precisa encontrar comigo antes.”

“Você quer me ameaçar de alguma coisa? Faça a ameaça. Eu não tenho medo de nada. Você foi nos porões buscar a minha ficha; só o SNI tem uma ficha escrita lá que consta que eu falo latim.”

“Não, você não vai ao repórter.”

Você não sei o quê, etc e tudo. Eu pensei e falei com o meu filho: “Vai acompanhar o Jaílton, leva para o Liberty Mall, que é ali perto.” Eu descí, apanhei meu advogado pelo braço, no prédio Central Park; não falei com ele nada, apenas “Desça.” Cheguei à porta do edifício Central Park. Havia um senhor de cor, alto, que já era a segunda vez que estava lá, falei: “Você está aqui, por quê? Você é segurança aqui?”

“Não, não.”

“Então, o que você faz aqui desde ontem?” Ele desapareceu. Eu perguntei à segurança do prédio: “Esse cidadão que está aqui é segurança aqui?”

“Não, ele é segurança, mas não é daqui.”

Eu falei: “Bem, então tá vendo.” Subi com ele, descí, entramos no carro. Marquei com o Mateus debaixo do edifício... Como chama aquele edifício ali no início da W3 sul? (Pausa.) Marquei com ele lá e pedi a meu filho que, sem usar telefone, pegasse o Jaílton com o fotógrafo e levasse para o encontro meu com o Mateus. Eu falei: “Eu quero registrar isso.”

Quando cheguei para me encontrar com o Mateus, lá no edifício... Edifício Assis Chateaubriand? (Pausa.) Assis Chateaubriand. Meu advogado estava comigo dentro do carro, não entendia nada. Eu falei com ele: “Vou voltar aos meus velhos tempos de agente secreto; alguém está me seguindo, mandei entrar na contra-mão, vai para cá, aquela coisa toda, vou me encontrar com ele, eu quero fotografar a minha entrada, porque, se estão me isolando, alguma coisa está acontecendo comigo.” Vem o Mateus, o meu advogado também é testemunha. Havia um outro cidadão lá, que eu encarei também. Falei: “Poxa, isso deve ser algum agente aqui que...” Fui até ele. E acho que era mesmo porque ele desapareceu. O Mateus veio, e falei: “Mateus.”

“Ah! Mas por que você não assume?”

“Mateus, vou te dizer uma coisa: eu não assumo porque eu não sou mentiroso. E eu falo latim, sim.” Ainda falei para ele uma frase: “*Si fractus inlabatur orbis, impavidum ferient ruinae*. Se o mundo vier abaixo, me encontrará de pé. Isso é latim, Mateus, que você foi buscar nos porões do SNI.”

Um órgão a que eu servi, Relator, com dignidade, servi dentro da lei, servi com todo o meu esforço, e não tive nenhum deslize lá dentro.

Esta foi a minha história com a **Época**. A partir daí, ele não me ameaçou de nada, eu não tinha nada para falar. Só que vão mudar as coisas. A partir de amanhã, vão mudar, desse fim de semana, dessa reportagem. E é esse o caso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teria alguma indicação de como Mateus teria tido essa informação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Qual informação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sobre essas qualidades suas.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Uai, parece-me que tinha uma ficha na mão que eu, num relance de olhos... Ele estava com algum papel que só podia ser lá de dentro. Agora, eu não sei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas se trata de alguma pessoa que tem relacionamento com a Abin, esse Mateus?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei, eu não sei. Não sabia do relacionamento do Mateus.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguém fez referência a que não se devesse passar informações ao Jornalista Policarpo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ele me disse: “Não fale com o Policarpo, não fale com mais ninguém. Você, agora, é exclusivo da **Época**, e não terá fotografia.” Ainda me deu um gravador que eu não sei manusear, um pequeninho, parece uma coisa... Eu também não estava interessado em gravar nada, eu não estava com receio, o meu advogado estava comigo. Ele disse que o meu gravador não gravou. Tudo bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece a Empresa Pactum?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não é essa que o Marcelo... O senhor perguntou... Eu soube que o Marcelo assinou com o Cristiano Brandão, mas já na Polícia Federal. Eu não sabia que meu filho tinha assinado isso. E ele assinou para ajudar o amigo. É coisa do rei do cerrado, que promove festas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Clauzer Esteves?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É, esse é meu sócio lá na Atrium.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Na Atrium. É, o sócio do Marcelo; ele assina com o Marcelo o contrato social.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a consta oficialmente como sócio da Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, é o Marcelo, meu filho, para ter o registro do Crea, porque, se não, não entraria em licitação nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, por ora, é o que nós tínhamos a questionar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB–GO) – Agradeço o ilustre relator.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

(Solicito à assessoria que marque o tempo, por favor.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor afirmou, quando depôs na Polícia Federal, que, por trás das gravações, no caso de propina dos Correios, haveria envolvimento da Casa Civil.

O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Essa informação eu a recebi do Edgar Lange, na minha sala, dizendo que fazia uma apuração nos Correios, a respeito da Unisys, e que era uma determinação do Palácio, da Casa Civil. Foi o que entendi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Abin é um órgão de assessoramento direto da Presidência da República. Por que o senhor acha que a Abin estava investigando relações comerciais, empresariais?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Exm^o Sr. Deputado, eu não sei. Não posso dizer por que ela estava fazendo isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor, que trabalhou nessa área, sabe que, na verdade, não é essa a atividade precípua da Abin e, para que houvesse a determinação de que ela procedesse a investigações para obter informação sobre atividades empresariais, evidentemente, haveria algum interesse no caso, entre quem deu – porque há o comando político da Instituição – e quem cumpre a ordem que vai rastrear relações político/empresariais.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ilustre Deputado, confirmo a minha informação de que não conheço nem a legislação da Abin, nunca tive interesse mais... É uma página virada na minha... Sabia que o usuário final é o Presidente da República. Se a legislação mudou, ou não, nem sei, para lhe dizer a verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando o senhor esteve na Polícia Federal, o senhor afirmou

que a ECT tinha um contrato grande relacionado ao TAP?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual a importância desse contrato, qual era o objeto? Por que o senhor pediu que o Alemão investigasse esse contrato em particular?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não pedi que ele investigasse nada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas conversaram sobre isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ele falou na Unisys.

Falei: A Unisys é aqui em cima; tem um contrato grande com os Correios, o TAP. Parece que está paralisado. Eu até tenho um equipamento que se presta talvez a fazer isso funcionar, *pack shaper*, um equipamento americano de qualidade de serviço que talvez possa fazer isso funcionar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando o senhor depôs na Polícia Federal, o senhor teria dito para o Alemão que conhecia o Aduino Tamerão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca estive com ele Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o senhor conhecia o Aduino Tamerão (?), que era a pessoa que foi substituída pelo Marinho. E o Aduino era muito amigo do Eduardo Medeiros, não é seu. Isso está correto quando o senhor respondeu ao Relator. O senhor diz no depoimento, coloquei bastante atenção, que a relação de amizade era do Aduino e do Eduardo.

O senhor tinha relação com o Eduardo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nenhuma. E suponho que ele era amigo do Eduardo porque o Eduardo o abrigou numa função na tecnologia depois da perda ... É por dedução, como diz o Deputado ACM Neto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O meu questionamento ao senhor é o seguinte. Qual parte da discussão que origina o levantar o véu sobre o tentáculo de corrupção que se espalhou pelos Correios, que começa pela publicidade, está lá pela tecnologia e que surgiu lá da operação do Marinho? Por trás de tudo isso, não estava a disputa pela Diretoria de Tecnologia que, politicamente, estava prometida ao PTB e que o Sr. Eduardo Medeiros... Porque tinha uma série de relações que, ao longo da sua conversa... Por que é a tecnologia melhor disponível? Por que serve para outros países, mas não serve para nós? Não está por trás de todo esse movimento em que a Abin se inseriu?

Para mim, não há mais dúvida nenhuma de que a Abin foi-se inserir nesse processo para defender o interesse político localizado, que era a Diretoria de Tecnologia dos Correios.

O senhor não acha que há uma ligação direta entre a disputa pelo controle da tecnologia entre o PT e o PTB, Eduardo Medeiros e o Ezequiel, que era o indicado pelo PTB, e aí se arma todo esse cenário para desgastar ou para criar o comprometimento do PTB para que não se ocupasse esse espaço?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sr. Deputado Onyx, diante dos fatos que já estão aí esclarecidos em que ouvi o Senador Fernando Bezerra declarar que foi procurar um servidor fora do palácio para negociar um cargo para o Sr. Ezequiel, diante das gravações do Marinho, que ouvi, dizendo que ia ser o segundo homem na tecnologia, iria ocupar o lugar do Adauto de novo, iria para a tecnologia, o PTB... É uma ilação, mas eu também, como muitos aí, chego a essa conclusão, a essa apreciação dos fatos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando o Sr. Edgard Lange depôs na Polícia Federal – e aqui ele desdisse algumas coisas que ele disse lá, mas isso é um outro capítulo –, ele afirmou que o senhor teria comentado que a pessoa que o estaria prejudicando nos Correios era o Maurício Marinho. O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. Eu acho que ele entendeu errado. Eu não tinha interesse na área do Marinho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O seu interesse maior era...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Em tecnologia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tudo o que eu entendi, desde que o senhor começou a falar, é na tecnologia.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É na tecnologia. Eu não vendo tênis. E o Marinho sempre me recebeu bem. Eu fiquei abismado de ver aquela gravação, porque não era a pessoa que eu conheci.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado Roberto Jefferson, quando da sua defesa prévia no Conselho de Ética, afirmou que teria encontrado o Molina duas vezes: uma lá no Paraná e, lá no Paraná, ele teria mencionado que representaria o senhor, que, por sua vez, atuava em prol dos interesses, na área de informática, de empresas do Rio. O Sr. Molina teria relatado ao Roberto Jefferson que o Sr. Antônio Osório estaria prejudicando a empresa. Segundo o Deputado Roberto Jefferson, empresa que, mais tarde, eu vim saber que era a HHP. A sua relação com o Molina era

próxima? O senhor tinha negócios com ele? Atuou em conjunto recentemente, ou isso remonta só ao...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca o vi na minha vida, a não ser nesse lugar que eu estou hoje aqui falando aos senhores.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais eram as empresas da área de informática que o senhor representava, para ficar bem caracterizado?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Que nós tivemos parceria: a Intermec, a Equipa...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas a Intermec perdeu para a HHP, não perdeu? Um contrato de 36 milhões, não é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A HHP não ganhou também nada, não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque depois revogou, não é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi cancelado. Foi cancelado por interesse público.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas, no primeiro momento, sim. Depois que houve o cancelamento.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Aliás, na primeira licitação. Na 107, em 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ela levou?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E aí foi cancelado, a bem do interesse público, motivado...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A segunda licitação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Motivado por que Sr. Fortuna?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Pelas decisões judiciais que nós obtivemos, eu acredito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que comprovavam que havia algum grau de favorecimento. É isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sei.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ou de privilegiamento da HHP?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É. A verdade: ela tinha 9 milhões a mais no preço, uma tecnologia que eu considero...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Inferior.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – ...e que os técnicos consideraram inadequado, inferior...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até pelo depoimento que o senhor deu...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O Correios se convenceram de que havia ali uma inadequação da tecnologia que eles estavam comprando. Cancelaram e vão fazer outra. Estou aguardando. Não fiquei magoado, não fui contrariado. Recorremos aos canais competentes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Considero importante, Sr. Relator, até para que consigamos entender este mundo lá da Diretoria de Tecnologia dos Correios, requerer à CPMI sobre esse episódio dessa licitação, e, oportunamente, inclusive, fazer a oitiva de representantes desta empresa. Depois poderemos parear com os argumentos do Sr. Fortuna, que representava outra empresa, exatamente porque entendo que ali está o nervo exposto desta questão. Poderemos encontrar aí pistas que vão nos levar ao esclarecimento de muitas coisas que, hoje, olhamos e não compreendemos. Mas se caminhamos pelo favorecimento, pelo privilegiamento e pela articulação para favorecer determinadas empresas que tenham vinculação não apenas empresarial, mas profundamente políticas, vamos entender uma parte desse quebra-cabeça dos Correios, de que agora começamos a unir as peças. Era isso.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Muito obrigado. Agradeço a V.Ex^a

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O depoente fez referência a decisões judiciais. Há alguma decisão judicial? V.S^a interpôs alguma ação relacionada a quê? Eu tenho impressão que ouvi V.S^a fazer uma referência a decisões judiciais que lhe foram favoráveis. Foi isso que eu ouvi? Ou eu não ouvi isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O advogado da ação está aqui do meu lado. Mas creio que não posso consultá-lo. Então, eu não sei de cabeça as decisões que foram feitas. Nós recorremos a todos os canais que eram possíveis de serem recorridos. Essa foi a decisão da Intermec. Tivemos decisão do TCU e tivemos decisão do recurso administrativo, que foi o cancelamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apesar das decisões judiciais, houve o cancelamento?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Houve o cancelamento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para completar. O Sr. Relator, se buscar as decisões e as inspeções do TCU, creio que lá está bastante bem explicado este episódio, pelo que recebi de informações.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – E até de diligências que foram feitas, o nosso protesto...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Exatamente. E vai esclarecer o que aconteceu, porque entendendo que existe aí um fio condutor importante.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Fortuna, talvez possa parecer estranho para os companheiros da Comissão e para o público que assiste pela televisão que eu vá me transportar ao sul do meu Estado do Pará, onde tive a oportunidade de conhecê-lo há mais de vinte anos.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É verdade.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Naquela época, a corrida ao ouro, no sul do Pará, foi notável. E surgiram os garimpos de Serra Pela, Cumaru e tantos outros garimpos. O esquema de segurança nacional, àquela época, era predominante. Então, Curió, que foi Deputado Federal e hoje é Prefeito, em Curionópolis, durante a guerrilha, tinha o nome de Dr. Lucchini; depois, foi para Serra Pelada já como o Curió. E V. S^a esteve naquela região, àquela época, integrante, ainda, do SNI.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Participou de operações no garimpo chamado Cumaru.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Dirigiu o garimpo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É a pergunta?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu agradeço a V.Ex^a a oportunidade que me dá de esclarecer isso. Isso foi um momento na minha vida, importante para o sul do Pará, cujos registros estão no Museu do Banco Central. Nosso trabalho lá foi do mais alto nível. Dele participaram mais 700 funcionários do Governo, foi uma ação de governo que atuava no âmbito de uma Portaria Interministerial nº 237, criada na época do Governo Figueiredo. Fomos uma força dissuasora de problema fundiário. E V. Ex^a pôde testemunhar isso porque lá V. Ex^a já fazia política na região, conhece a retidão do nosso trabalho lá. Nosso trabalho, que livra

os brasileiros, não foi estampado, mas, se forem ao Banco Central, há várias obras americanas escritas sobre o nosso trabalho. Vários dirigentes do Banco Central passaram pelo nosso convívio naquela época e se tornaram Diretores do Banco Central. Há pouco tempo me encontrei com um deles, que me disse que fomos, vamos dizer assim, os incentivadores de uma nova política na área de ativos financeiros, que é o caso do ouro. A Caixa Econômica era a única empresa que comprava e que poderia comprar o ouro naquela região. Foram centenas de toneladas de ouro. Inclusive, o Presidente Figueiredo, à época, nos reuniu, no mês de dezembro, e nos disse: “Vocês salvaram o País. Nós tivemos de transferir ao tesouro americano 452...”

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Gostaria de pedir que V. S^a fosse breve, porque, do contrário, o meu tempo se esvai.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. EX^a....

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Só queria confirmar a sua presença lá.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É o entusiasmo da sua terra, do sul do Pará. Eu hoje estou com o meu coração sentido de não estar lá, no mês de julho.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É uma pena que você não possa fazer essa saudação em latim agora.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não falo mais latim, perdi o treinamento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, àquela época, V. S^a integrava os quadros do SNI?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim, sem dúvida.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Durante quantos anos pertenceu ao SNI?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Seis anos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Seis anos? E largou há 21 anos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No dia 21 de maio de 1984.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – 21 anos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acho que já estou redimido de ser araponga! Já prescreveu o meu crime, se é crime. Não sei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Depois, em 1987, 1988, já o encontrei aqui em Brasília...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Na Câmara Federal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Trabalhando junto aos policiais militares...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – ...no Capítulo da Segurança Pública. Eu fazia parte desta Comissão.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sem dúvida.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mais tarde vim encontrá-lo já como político, candidato a Deputado lá por Minas Gerais, mas V. S^a, parece-me que era integrante do grupo do Newton Cardoso, não é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Há pouco V. S^a falou que é adversário dele, do grupo Newton Cardoso.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Porque o Newton me derrotou em 1998, no dia 5 de julho, na mesa com o Itamar, com Hélio Costa. E o Newton me dizendo que política se fazia com ética e com moral e lançou a mulher dele como candidata. Era a única promessa que ele me havia feito, e eu estava na base dele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E como foi essa transformação do ex-agente do SNI e do policial militar para o empresário ou o representante de empresas aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Necessidade de sobreviver, economia, fator econômico, eu precisava desenvolver atividades, porque passei para a reserva em 1993, aposentado da Polícia Militar, como se diz no linguajar civil, no meu caso da reserva, eu iniciei atividades, como tive no período em que eu só atuei na área privada no período em que eu estava fora da Polícia Militar, com licença para tratar de interesses particulares.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E nesta condição, além de ter a sua própria empresa, a Atrium,...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Atrium é recente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É recente? E quais foram as outras empresas?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu tive Comercial Campos Neves. À época, vendi leite em pó, e, maldosamente, alguém liga leite em pó vencido... É mentira, é a forma de desinformar, que a Itambé não me venderia leite em pó vencido. Fui credenciado pela Receita Federal para comercializar ouro. Tive táxi

aéreo, foi um dos primeiros de Palmas, Nobre Táxi Aéreo, nessa época.

Gastei os recursos todos em campanha política e não fui eleito.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E na condição de empresário ou representação de empresas participou de licitações em vários órgãos aqui na Capital Federal?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim, aqui. Também tentamos outros Estados.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mais precisamente em que ramo da atividade?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tecnologia.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tecnologia e engenharia.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E participou então nos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Correios, Anvisa, TSE.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – De várias licitações ligadas à área da tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E a que V. S^a pode atribuir essas denúncias do grampo à sua autoria? Do grampo, não, da filmagem?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu acredito que o Deputado Roberto Jefferson, no seu discurso, sem me conhecer, disse que conhecia o Comandante Molina, que me abordou e disse que conhecia Fortuna. Eu acredito que, no afã de procurar algum culpado que tenha gravado aquilo naquela ocasião, possa ter o Marinho falado como disse aí, que eu estava com raiva dele: “Isso pode ter sido gravado por Fortuna.” Mas eu nunca sonhei em gravar, jamais gravaria, jamais voltaria ao meu passado, como disseram V. Ex^{as}, araponga. É uma página virada.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Até porque, no seu passado de araponga, não era o Fortuna. Era o Major Ramos.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Doutor Ramos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Dr. Ramos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Abstraído isso, atualmente, o Fortuna participou de licitações aqui e foi na área de tecnologia que, digamos as-

sim, sua empresa ganhou o primeiro lugar pelo preço e foi desclassificada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a atribui a que essa desclassificação? A uma perseguição, à corrupção? A que V. S. pode atribuir essa desclassificação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acharam que o equipamento nosso estava em desconforme com as especificações. Nós recorremos, e a Justiça nos deu ganho de causa. Cancelaram a licitação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ainda há pouco, o Relator lhe perguntou sobre decisão judicial, e V. S^a disse que não podia precisar. Agora volta a repetir “que a Justiça nos deu ganho de causa”.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, as decisões, no seu conteúdo, eu desconheço. Eu desconheço o seu conteúdo. Eu só sei o resultado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E do Tribunal de Contas da União?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – As nossas teses foram recebidas. Tribunal de Contas? Pelo que eu me recordo da decisão, exige que esse edital passe por lá agora, sob o crivo deles, assim me disse o advogado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a conhece... Do Molina, V. S^a já falou.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca vi.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E o Maurício Marinho? Qual o seu relacionamento com ele?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O Maurício Marinho, eu o conheci em 2003. Peguei um currículo dele. Na época, ele estava nos corredores dos Correios, ele pleiteava ser o coordenador da Universidade Correios, que havia sido criada há pouco tempo. Ele tinha um perfil de treinamento excelente. Eu entreguei o currículo dele a um amigo que já conhecia na Câmara, o Deputado José Chaves. Ele já confirmou que levou o currículo dele à Diretoria de Recursos Humanos, a que está subordinada a Unic, a Universidade Correios (*inaudível*) estava na diretoria do PTB. O Sr. Osório era o Diretor de Recursos Humanos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual o seu relacionamento com o Sr. Osório?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nenhum. Nunca estive perto dele. Nunca vi o Sr. Jairo Martins de Souza. Nenhum, absolutamente nenhum.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Com o Sr. Casser Bittar, e que não é primo do nosso...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca o vi e nem o conheci hoje, porque parece que ele não veio depor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a se julga prejudicado por essa decisão dos Correios? O Tribunal de Contas decidiu favoravelmente à sua tese?

Eu pediria, Sr. Presidente, que fosse solicitado ou requisitado esse processo do Tribunal de Contas para melhores esclarecimentos. Parece-me que lá consta realmente todo o processamento e as decisões de natureza técnica que poderão embasar melhor esta Comissão.

Eu, sinceramente, entendo que, às vezes, as pessoas são colocadas no meio de um furacão por concorrentes até; outras vezes, por questões pessoais. De maneira que nesse caso do Fortuna, eu, sinceramente, tenho minhas dúvidas. Isso porque o araponga, Dr. Ramos, já abandonou a arapongagem há mais de vinte anos.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Há vinte e um anos. Já prescreveu.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu não creio que ele tenha participado direta ou indiretamente desse grampo. Mas ele está aqui para ser investigado, e vamos fazer isso.

Para terminar, usando a linguagem de que V. S^a gosta, V. S^a deve ter falado para alguns dos seus adversários o que Cícero diria: (*inaudível*) Se César estivesse aqui agora, diria: **alea jacta est**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que terminou, rigorosamente, nos 10 minutos. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por 10 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria que o Sr. Fortuna me explicasse qual é o patrimônio da sua empresa.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O patrimônio líquido é de algo perto de R\$200 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Duzentos mil reais. O senhor tem idéia de qual é o patrimônio da Intermec?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acima de 1 milhão e 700, porque ela entrou diretamente na licitação que exigia acima de 1 e 700.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas ela é uma empresa internacional?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Mas ela entrou como Intermec Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor tem idéia de quanto ela movimentou?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei. Ela detém...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor falou que a HHP tem 8% do mercado mundial. E a Intermec, quanto?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Cerca de 38% a 40%, segundo a informação que tenho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor pode me explicar por que uma multinacional desse porte precisa de uma biboca como a sua empresa para participar de uma licitação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei lhe dizer, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe me explicar isso? Por que uma multinacional precisa de uma empresa de intermediação com vínculos na arapongagem, no serviço de espionagem deste País, para participar de uma licitação pública? Uma multinacional não tem capacidade de se apresentar e de concorrer, de forma limpa, honesta, transparente, e ganhar pelo menor preço? Não tem? Precisa de uma “personalidade empresarial”, como o senhor, para intermediar, para entrar, para poder fazer... Que tipo de serviço o senhor, com uma empresa de 200 mil réis, está prestando para uma internacional de bilhões? O senhor pode me explicar? Não consigo entender isso.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acho que a Senhora deveria convocar aqui, então, o presidente da Intermec no Brasil, o diretor dela, e ouvir dele...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque é uma coisa... Sr. Presidente, penso que essa é a pergunta mais importante para ser respondida, porque não é só a Atrium, com a Coman é a mesma coisa. A Coman é a mesma coisa, é uma intermediadora de licitações públicas a serviço de empresas de grande porte, de médio porte, todas elas vinculadas a serviço de arapongagem, de achague, de chantagem. É o crime organizado, é algo muito sério. Estou ficando estupefata com o que estou apreciando aqui entre o depoimento do Sr. Velasco, do Sr. Wascheck e do Sr. Fortuna agora, porque está nítido que é um baixo mundo, que opera no achague, na intermediação, entrando por vias ou de relações ou de intermediações ou de contatos partidários para prestar serviço para as disputas dos grandes grupos econômicos. É a isso que estamos assistindo aqui. E há gente pensando ainda que esse tipo de interrogatório que estamos fazendo aqui é perda de tempo.

Considero esse tipo de esclarecimento, de tudo que temos de fazer aqui, uma das coisas mais importantes que estamos fazendo nesta CPMI. Por quê? Porque estamos desnudando como os grupos econômicos se utilizam de arapongas, de filmagens, de achagues, de chantagens, de relações, de extorsões.

Então, essa é a pergunta que temos de fazer. Não quero fazer nenhuma outra pergunta. Só quero que esta CPMI me responda, que tenhamos a capacidade de ter resposta de como esse tipo de empresa se apresenta e ganha licitação, fazendo serviço sujo para os grupos econômicos. É a isso que estamos assistindo aqui, relator. Para mim, não precisava perguntar mais nada, porque ficou claro, escancarado. São dois exemplos gritantes: a Coman e a Atrium. Estou estupefata com o a que estou assistindo aqui, porque não me entra na cabeça que uma empresa que detém 40% do mercado mundial de um produto precise de uma empresinha, uma empresinha que não tem nem duzentos contos de patrimônio para poder ganhar uma licitação.

Então, não quero fazer mais nenhuma pergunta. Eu paro por aqui, entende? Depois, se eu me acalmar... Fiquei nervosa ao ouvir tanta coisa que estamos ouvindo aqui. Mais calma, eu quero depois, numa repescagem, fazer outras perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, por coincidência, eu vou falar logo depois da Senadora Ideli.

É muito importante: a sociedade brasileira quer se livrar desses tumores, desses cânceres, e estamos diante de uma situação dessa aqui.

O Sr. Fortuna foi braço direito do Major Curió, na Serra Pelada, no auge da ditadura. Quer dizer, acostumado com o trabalho sujo, trabalho indefensável.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA – O senhor está me perguntando, ilustre Deputado, o senhor já está fazendo pergunta para mim?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não, vou fazer ainda, vou fazer.

Gente do submundo do crime. E se apresentam, tem a Atrium, mas num depoimento que ele fez à Polícia Federal fala que é intermediador de negócios, em outras palavras está lá, é lobista junto a órgãos públicos. Empresário agora é uma palavra utilizada para verdadeiros empresários, mas também para aqueles que querem se ocultar das suas atividades indefensáveis, como lobista, aquele trabalho sujo contra os interesses públicos. E é isso que acontece com o Fortuna.

Nós temos aqui a Senadora Ideli que disse: por que será? Quer dizer, foram pegar remanescentes da ditadura, das atividades mais nojentas da ditadura, foram pegar essas pessoas para entrar, eles organizaram um grupo que comete o crime organizado.

Levantamos de manhã, agora a Senadora Ideli lembra de novo, todas as atividades. O Jairo Martins é o homem que aluga a maquininha. O Joel é especialista em usar a maquininha, ali eles fazem a investigação no Marinho, fazem a investigação na Prefeitura de São Paulo ou fazem do Deputado André Luís que já perdeu o mandato, há dois meses, e o Jairo Martins falava que trabalhava com um Deputado do PFL que foi assassinado. Quer dizer, vê-se que... E é amigo do Carlos Cachoeira, aquele que foi... que fez aquela gravação com o Waldomiro Diniz.

Então, vê-se que é o submundo. E a sociedade brasileira é vítima dessas pessoas. Por isso que o povo fica desesperado. Mudou o governo, mas as coisas se repetem. As coisas não mudam. A mesma sujeira, porque os agentes da sujeira são essas pessoas manipuladas de acordo com os interesses políticos. E é isso que estamos vendo aqui, a manipulação grosseira, dura, partindo de certas situações concretas, levando a uma crise governamental, uma crise institucional, uma crise política. É isso que estamos vendo.

O Marinho fala; o Roberto Jefferson teria colocado o Marinho na diretoria dos Correios. E o investigado aqui presente fala que ele é que apadrinhou o Marinho, pela entrega do currículo para um Deputado do PTB, chamado José Chaves, PTB de Pernambuco. Quem nomeou Marinho nessa função dele? Foi o investigado aqui presente ou foi o Roberto Jefferson?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, V. Ex^a sabe que eu não tenho mandato, não nomeio ninguém, não indico ninguém, fui apenas o portador de um currículo ao Deputado José Chaves. Nessa função, do Decam eu não tive nenhuma participação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Por que o investigado declara que visitou inúmeras vezes o Marinho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não foram inúmeras vezes que visitei.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas está lá na declaração sua na Polícia Federal.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se estiver, não foram inúmeras, posso contar nos dedos, foram poucas vezes. E quero esclarecer a V. Ex^a que nunca fui braço direito de Curió. A minha função...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É o que está escrito.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Escrito, quem escreveu, escreveu mentira. Curió tinha o mesmo nível que eu lá dentro do serviço, ele tinha uma função e eu tinha outra. E nunca fiz serviço sujo. Aqui do meu lado tem um advogado que ficava do outro lado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para mim, estamos esclarecendo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos apenas fazer a pergunta e limitarmo-nos à resposta. Qual é a pergunta de V. Ex^a?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Estamos esclarecendo, Sr. Presidente. Pela formação, pela hierarquia dele, ele pode ser o chefe desse grupo que pratica o crime organizado de maneira repetida contra o patrimônio público, o interesse público. Esse cidadão que está aqui a nossa frente não é do nível do Joel ou do nível do Arthur Washeck não, até mesmo pela intervenção dele e ao dizer que ele era do mesmo nível do Curió, mostra que ele se deslocou para cá, se instalou aqui, mas é um nível de comando. E o comando é todo voltado para o serviço sujo, para o submundo, para o **lobby** venal.

O Fortuna fala que o cancelamento do negócio da Getec, por iniciativa do Tribunal de Contas, foi o estopim do descontentamento. Como é que é isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não trabalhei com a Getec, ilustre Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Marcelo Campos Neves, quem é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Meu filho.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele trabalha onde?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ele hoje trabalha na presidência da Câmara, numa função de computador que foi colocada lá certamente pelo Deputado Severino Cavalcanti.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Atualmente?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Atualmente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quando o investigado acompanhou o Deputado José Chaves, do PTB de Pernambuco, para visitar João Henrique, Presidente dos Correios, saiu de lá dizendo que tinha cancelado uma licitação.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não saí de lá dizendo que cancelou a licitação; a licitação foi cancelada antes. Fui ao Presidente João Henrique para falar sobre a empresa Intermec, que era uma empresa boa, empresa de porte, empresa que merecia ...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Era um negócio de R\$34 milhões.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É a licitação dos coletores, que já expliquei ao ilustre Relator.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você anulou, cancelou essa licitação que a HHP tinha ganho para favorecer a Intermec?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, não cancelei nenhuma licitação, só oferecemos o melhor preço, o preço mais barato, cerca de R\$9 milhões, e fomos desclassificados.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas você foi lá com o Deputado José Chaves?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fui com o Deputado José Chaves lá, bem depois. Havia sido cancelada a licitação. E como se propunham os Correios a abrir nova licitação, quis mostrar ao Presidente João Henrique... Aproveitei uma visita do Deputado José Chaves ao Presidente João Henrique. Ele tratou do assunto dele e depois fui chamado e apresentei a ele a empresa Intermec. Até fui com o objetivo de convidá-lo a conhecer essa empresa nos Estados Unidos, Memphis, onde ela trabalha, tem seus equipamentos instalados. O maior centro de distribuição de encomenda do mundo, que é Memphis, nos Estados Unidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Encerrando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem 34 minutos para concluir, por favor. Segundos. Segundos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Segundos.

Encerrando, é o suficiente, encerrando eu quero dizer que se a sociedade e nós, como representantes do povo aqui, não contribuirmos para desmontar o crime organizado que circula, inclusive dentro da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, nos órgãos públicos, na hora das licitações, dificilmente o povo brasileiro vai eleger representantes e se sentir representado quando o faz, porque uma parte do poder permanece na mão desses remanescentes da ditadura fazendo o jogo sujo, como temos visto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à ilustre Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Ausente.

O ilustre Deputado Jorge Bittar tem a palavra por 10 minutos, improrrogáveis.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Fortuna. Bom, primeiramente, eu gostaria de registrar ao Presidente, ao Relator e às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que mais uma vez surgem aqui problemas, supostos problemas ligados a licitações e contratos dos Correios. Inclusive com acusações, como as que já se tornaram rotineiras, do Deputado Onyx Lorenzoni, que infelizmente não está aqui para nos ouvir, porque ele fala e

some do espaço, fazendo declarações absolutamente, a meu ver, irresponsáveis, porque nunca são declarações comprovadas, arquitetando situações que são difíceis de acreditar.

Agora, na linha de uma investigação séria, tenho insistido, desde o início, diante das denúncias originalmente feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, depois ratificadas pelo seu parceiro Maurício Marinho, dos Correios, que façamos aqui a oitiva dos diretores envolvidos. Estamos levantando suspeição sobre a empresa, levantando suspeição sobre esses diretores e não dando a eles o direito de virem aqui esclarecer os fatos. É algo profundamente injusto e profundamente incorreto do ponto de vista de uma investigação séria, já que esta CPML, parece-me, é para tratar do problema dos Correios. Existem alguns que preferem trabalhar na superfície, fazendo espuma, seguindo a linha do denunciismo generalizado, aquilo que já se denominou aí a tática do gambá: espalhar o mau cheiro para elidir, para esconder os problemas reais que aí estão envolvidos.

Eu pergunto, Sr. Fortuna, a que o senhor atribui a declaração enfática do Deputado Roberto Jefferson, logo na... Na primeira declaração que S. Ex^a fez no plenário aqui da Câmara – quando veio aqui para se justificar, para esclarecer os fatos graves denunciados pela revista **Veja**, a partir da gravação de que todos têm conhecimento –, o Deputado Roberto Jefferson, de maneira muito enfática, dura e direta, atacou o Sr. Molina e o senhor como parceiros que realizaram, segundo o Deputado Roberto Jefferson, uma tentativa de extorsão junto a ele.

Eu gostaria que o senhor esclarecesse esses fatos. A que o senhor atribui esse e como o senhor interpreta essa situação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ilustre Deputado, eu nunca tive nenhum contato com o Deputado Roberto Jefferson. Eu atribuo isto, como eu disse, talvez àquela correria de verificar – que viram antes a gravação de que todos nós temos conhecimento – quem fez isso e quem não fez. Deve ter aparecido o meu nome em algum lugar, falado pelo Marinho que eu estava... Ele disse que eu iria persegui-lo. Eu não sei, porque nunca estive com ele para falar isso. Ele pode estar aqui na minha frente para ver se confirma isso. Eu nunca estive. Não é meu estilo fazer uma coisa dessas. Porque, para um fato ser verdade, é preciso de menos que seja coerente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor afirma que o Deputado Roberto Jefferson está mentindo quando diz que houve uma tentativa de extorsão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sem dúvida. Sem dúvida porque eu jamais faria isto, tanto na minha Polícia Militar, porque me envergonharia demais. Ao longo da minha carreira, eu sou alguém, sou condecorado com todas as condecorações de Minas Gerais. Eu sou elogiado pelas atividades que exerci na minha função de policial militar. Ao longo da minha carreira, eu não tive nenhuma acusação. Eu vou achacar um deputado federal? Eu, com a atividade política, eu, membro do Partido do PMDB, integrante do Diretório Nacional, já com três eleições, vou procurar um deputado para achacá-lo e sem motivo nenhum?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. Está esclarecido. Eu gostaria que o senhor... Eu perdi, aqui, a linha do que ia perguntar. Eu tenho uma outra questão a perguntar, mas gostaria que o senhor nos respondesse também... Agora eu me recordo, peguei o fio de novo. Enfim, há uma outra informação que, por diversas vezes, aqui e na imprensa, foi abordada. Surgiu, nas declarações, que o senhor, como o senhor mesmo declara, foi uma das pessoas que ajudou o Sr. Marinho a galgar aquela posição numa diretoria que é importante...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Universidade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Inicialmente, a Universidade. Mas, por decorrência disto, o senhor Marinho galgou a Diretoria de Administração.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Depois que ele já estava escolhido...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor, de alguma maneira, se julga padrinho, se julga padrinho, se julga alguém que beneficiou o Sr. Marinho. E o que se diz é que o senhor cobrou do Sr. Marinho a interveniência dele para que a empresa que o senhor representa na licitação, que acabou sendo adjudicada, inicialmente, e, depois, cancelada – a HHP – pudesse ser a vencedora; e que o senhor teve alteração forte com o Sr. Marinho em decorrência disto; e que, em função disto, o Sr. Marinho passou para o Sr. Deputado Roberto Jefferson a informação de que o senhor seria um dos autores das gravações, visando derrubá-lo.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Esta informação, Sr. Deputado, é inverídica.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor a rejeita totalmente?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não existe, eu nunca tive uma discussão com o Marinho. Eu não falo com o Marinho desde o ano passado. Eu jamais tive uma discussão com o Marinho. Ele foi sempre educado e me atendeu bem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor identifica de onde surgiram essas informações, essa versão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei dizer. É absurdo o meu nome figurar como gravar – não gravei, não achei, e o meu nome apareceu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Agora, eu gostaria de indagar ao senhor sobre uma outra questão que me parece que não ficou muito clara. Durante o seu diálogo com o nosso Relator, o senhor informou – foi o que entendi e gostaria que o senhor comprovasse – que o Alemão – o Sr. Alemão – que é agente da Abin, após a divulgação da fita, diante da sua preocupação, teria sugerido que o senhor desse uma entrevista para a revista **Época**. É isto?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim. Ele me conduziu até o repórter.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E ele o conduziu a um repórter de nome Mateus. Pelo que entendi, esse repórter não é um repórter. Existe esse repórter da revista **Época**?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ele me afirmou que é da **Época**, e eu creio que realmente é. Ele me disse até para ver que o nome dele estava lá, mas eu duvidei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E o senhor deu essa entrevista, que nunca foi publicada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Só saiu a minha fotografia. Na época, foi tirada, à minha revelia, quando eles saíram da mesa, eu falei: fui fotografado. Só pode ser. Saiu todo mundo e me largaram sozinho ali. Eu tinha levado o meu filho para acompanhar de longe, e ele não notou nada, mas a fotografia no restaurante do Terraço, lá no setor Sudoeste, no Cruzeiro, saiu na revista **Época**. Então, eu fui fotografado sem o meu consentimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois é. E quem agendou a sua entrevista para a revista **Época** foi o Alemão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi o Sr. Edgar Lange.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, julgo ser importante que possamos saber em que circunstâncias ocorreu esse agendamento de entrevistas por parte do Alemão. Cremos na afirmação, aqui, do Sr. Fortuna, de que o Alemão teria intermediado essa entrevista com o repórter chamado Mateus, da revista **Época** e, pelo que diz o Sr. Fortuna, induzindo-o a declarar que ele – Fortuna – teria sido o autor da gravação.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não é induzindo. Ele não me fez induzir ao repórter que eu gravei. O repórter... Depois de alguns dias, não saiu a

minha reportagem. Eu disse “E aí, o que eu faço? Continua aqui escondido com exclusividade para vocês?” “Não. Vamos conversar, vamos conversar”. Adia, até que conversou comigo e disse “Fortuna, quero te dizer. Por que você não assume? Tudo conduz a você. Tudo indica que é você que gravou.”

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Mateus, o repórter?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O Mateus. Eu falei “Mateus?”

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor acha que ele é realmente um repórter da revista **Época**?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da **Época**. “Foi você que gravou. Tudo induz a você. Por que você não assume? Você sai como herói nacional.” “Mas o quê, Mateus? Depois de falar aquelas horas com você, você ainda tem dúvida? Eu não gravei, não assumo que gravo, não gravaria e não gravarei nunca. Eu não tenho esse interesse de gravar. Não é meu objetivo.”

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Ilustre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O senhor poderia explicar rapidamente quais foram as principais fontes de renda da empresa Atrium, nos últimos doze meses?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Contrato com o TSE, contrato com a Siemens. São esses dois contratos que a Átrio tem.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E quanto faturou a empresa Atrium nos últimos doze meses?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não tenho o balanço. Parece que já está no depoimento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Qual é a sua renda mensal?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O meu salário é de capitão da reserva da Polícia Militar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor não ganha nada com a Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu ganho com a retirada do meu filho. Alguma parte eu ganho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Como o senhor diz com a retirada do seu filho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Meu filho é o titular.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas o senhor recebe dinheiro da Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Meu filho entrou na Atrium este ano, este ano. Então, as retiradas que se faziam eram creditadas para mim.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – A retirada do seu filho era creditada em nome do senhor.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É. Seria em nome dele.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas por que essa triangulação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Por que meu filho... Eu exercia, sou de fato o dono, meu filho...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor é o dono, mas o seu nome não aparece no contrato?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não aparece. É o meu filho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O nome do seu filho aparece, ele retira o dinheiro, e o dinheiro vai para a sua conta.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Qual é o motivo concreto dessa confusão societária do dinheiro?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu conduzo a firma, eu conduzo a firma em nome do meu filho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor conduz a firma em nome do seu filho.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Não conduz em nome do senhor.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Com procuração dele, com procuração.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Qual é o contrato que o senhor tem com a Simens?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É o contrato, como já disse, de subcontratação do projeto Samur.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – É o contrato de subcontratação...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Para fazer a parte de rede. Subcontratado da Simens no projeto Samur.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Ou seja, a Simens. Eu conheço o projeto Samur profundamente. A Simens venceu uma licitação no projeto Samur e passou o serviço para o senhor?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É. Parte do serviço. Ela subempreita para diversas empresas o serviço que ela tem que fazer.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quanto o senhor ganha da Simens?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Varia o número de *sites* que são montados no mês.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor disse em um dado momento, e a sua fala teve componentes meio novelescos, vamos dizer assim, “que estou sendo isolado”. Por quem, com que finalidade, dizia o senhor quando descrevia a relação com o jornalista que tentou dar a entrevista? Aliás, o senhor disse que passa, pega o seu advogado pelo braço e o leva sem saber para onde ele está indo nem o que ele vai ver, coloca o seu filho numa mesa no restaurante onde está para ficar acompanhando as circunstâncias. Por que a sua vida tem esse grau de preocupações?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ela não tem. Teve nesse dia.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Por quê? Por que o senhor estava sendo isolado? Por quem?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Por que a imprensa estava me acusando de ter gravado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas o senhor estava sendo isolado. Fico pensando comigo: se o senhor fosse um empresário como qualquer empresário que tem negócios normais no mundo dos negócios, por que estaria sendo isolado, por que estaria sendo perseguido por alguém e assim por diante?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, o que eu quero esclarecer é o seguinte: quando me levaram para dar uma entrevista para a *Época*, me pediram exclusividade. Eu, naqueles dias, eu estava disposto a ir ao Ministério Público, como fui depois. Me pediram: não, não vai agora. Dê a entrevista, espera sair a reportagem.

Eu falei: estou sendo confinado quando vi que não saiu a reportagem no fim de semana, não saiu nada.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas por que que o senhor não procurou a Polícia Federal, por exemplo, para dizer que o senhor tava sendo perseguido, que corria risco de A ou de B, para pedir uma determinada proteção...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, eu não corria risco.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor, na verdade, procurou entrar no mecanismo da guerra eventual de reportagens. Seria isso? Mas por que que... Um cidadão comum, quando ele está se sentido acuado por algum motivo e não tem nenhuma culpa, ele procura o órgão público competente para colocar a situação, pedir investigações, dizer que ele está sendo... Por que que o senhor fez essa coisa tão diferente?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu estava tendo um comportamento normal. Prestei uma entrevista e me pediram que esperasse a reportagem, que seria de interesse deles ser exclusiva... Eu esperei o fim de semana, não saiu...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Quer dizer que todo o envolvimento do seu nome nesse processo foi tudo uma grande causalidade que o senhor não consegue compreender até agora por que que ocorreu?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sem dúvida.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sem dúvida é isso.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sem dúvida.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Agora, o senhor é um homem que tem relações políticas fortes. Por exemplo, eu quero compreender melhor. O senhor disse que o seu filho trabalha num computador, mas ele está ocupando um cargo em comissão de livre...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – CNE.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nomeação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – CNE. Há dez anos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Há dez anos.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Na 2ª Secretaria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E atualmente ...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Na Presidência da Câmara.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E quem convidou ele para ir para a Presidência da Câmara?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deve ser o Deputado Presidente, o ilustre Deputado Severino Cavalcanti.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor, nesses dez anos, nunca teve nenhuma relação de pedir a nomeação dele mesmo, sendo...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ... um candidato a Deputado Federal...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sou extremamente grato ao Deputado Leopoldo Bessone, meu amigo, que um dia disse: deixa seu filho trabalhar comigo, eu preciso de alguém que mexa com compu-

tador. E ele foi para lá, e cuidou do passaporte de V. Ex^{as} durante esse ano todo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – E o senhor que é um homem assim desinteressado nas questões políticas mais gerais, por que que o senhor entregou o currículo do Sr. Maurício Marinho para o Deputado José Chaves?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sou desinteressado das coisas políticas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Então, a pergunta direta: por que o senhor entregou o currículo do Sr. Maurício Marinho para o senhor José Chaves? Deputado José Chaves?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Porque o Marinho pretendia ser o coordenador da Universidade do Correio e eu fui portador...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas por que que o senhor se envolve com isso? Se o senhor não conhece o Maurício Marinho...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se eu posso ajudar...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O senhor é um homem que não tem nenhum interesse real..

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, eu conheci Maurício Marinho em 2003.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Por que que o senhor se envolve...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não disse que não conheço, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Mas tudo bem, mas vamos pensar o seguinte: uma pessoa que o senhor conheceu uma vez, o senhor começar a se empenhar e andar com um currículo na mão...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não andei com o currículo na mão.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Pedindo pro Deputado, pra A, para B, para que interfira pra nomeação daquela pessoa? É uma história fantástica.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não vejo fantasia nenhuma nisso. Fui portador. O Deputado é do PTB, ele pretende ser coordenador da coisa... Achei que ele tem um perfil ligado a essa área de ensino.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nesses outros períodos que seu filho trabalhou na Câmara, ele trabalhou nomeado por quem? Quais os outros Deputados além do atual Presidente da Casa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado Leopoldo Bessone, Deputado Nilton Capixaba, Deputado Severino Cavalcanti e Nelson Trad também.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Esses quatro Deputados?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu, quando fico, Presidente, procurando compreender, não é fácil, porque as pessoas que prestaram depoimento hoje são pessoas que conseguem dissimular muito as suas colocações. Compreender que nós estamos diante simplesmente de um empresário que apresenta proposta para eventualmente ganhar licitações da maneira lícita que todos nós queremos ver as licitações sendo feitas... É difícil juntar isso com todo um conjunto de informações que envolvem claramente a busca de tráfico de influência política, como disse a Senadora Ideli. Aliás, fico mais impressionado e quero pedir, na verdade, uma... algum tipo de diligência e análise. Vamos estudar para apresentar por escrito, Presidente, como é que uma empresa como a Siemens ganha uma licitação – eu quero ver se, na licitação que a Siemens ganhou, consta que ela iria terceirizar esse serviço através da empresa Atrium, porque eu acho que isso não deve ser aceitável do ponto de vista da gestão pública. Imaginem o setor público contratar uma empresa com a credibilidade da Siemens e essa empresa entregar o serviço para a empresa Atrium, que, eu imagino, não domina nada da tecnologia que está sendo utilizada naquilo ali. Provavelmente, os critérios de seleção para entrar em uma licitação devem demandar determinado volume de capital, etc. Imaginem esses serviços sendo terceirizados na mão de uma empresa que tem um capital registrado de R\$200 mil.

Sr. Presidente, nós, de fato, estamos – e vou concluir com isto – verificando progressivamente um conjunto de relações que demonstram uma guerra comercial, em que se utilizam mecanismos inaceitáveis, como é o caso de chantagem, grampios, especialistas em encontrar escaninhos para extorquir, alterar contratos. Fico pensando como o Sr. Fortuna foi de carona a uma audiência com o Presidente dos Correios. Só isto já é um acinte do ponto de vista da gestão pública: pegar uma carona com um deputado para ter uma audiência com o Presidente dos Correios. É um conjunto de coisas que vamos, progressivamente, Sr. Presidente, esclarecendo. Certamente, vamos concluir esta CPMI, propondo alternativas que impeçam esse tipo de situação em licitações públicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o nobre Senador Sibá Machado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 14, inciso VI, do Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por um minuto apenas, vou utilizar este espaço, já que o povo do Rio Grande está assistindo a esta CPMI. Recebi quatro telefonemas do meu Estado, cobrando-me uma manifestação minha em relação às agressões que sofri por parte do Deputado Jorge Bittar.

O Deputado Jorge Bittar disse que eu fazia afirmações irresponsáveis. Quero dizer que estou legitimado por um mandato popular, que uma parte expressiva da população do Rio Grande do Sul me concedeu. Tenho direito – isto é constitucionalmente garantido ao Parlamentar – de ter as minhas opiniões e fazer a minha leitura do processo político e da grave situação de corrupção que se criaram dentro do Governo do Partido dele. Ele usou do artifício de dizer que eu falo e saio. Mas não saio por qualquer coisa. Fui à Secretaria da Comissão para estudar os documentos – que, V. Ex^a sabe, recebemos do Coaf há pouco – e estava junto com o Relator da CPMI, que está lá. Mas não vou usar o mesmo argumento que ele utilizou porque respeito o Deputado Jorge Bittar.

Sr. Presidente, somente solicito que ele tenha um pouco mais de respeito comigo e com todos os demais. Temos o direito de ter nossa opinião parlamentar verbalizada neste microfone. E ele não é juiz de ninguém nem aqui nem em lugar nenhum. Que ele se atenha às suas observações e às suas considerações. Estou preparado para qualquer debate político, mas não vou aceitar que homem nenhum, que pessoa nenhuma venha assacar contra a minha honra e o meu trabalho. Está para nascer o homem que fará isso aqui ou lá na rua. Ele pode escolher onde.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. José Fortuna, em primeiro lugar, gostaria de saber se V. Ex^a conhece o Deputado Roberto Jefferson e, se conhece, a partir de quando.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não conheço o Deputado Roberto Jefferson a não ser pela imprensa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca esteve com ele?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Já mais estive com ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem por telefone ou qualquer meio de comunicação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca falei e não sei onde é o gabinete dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para tratar de qualquer assunto?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – De assunto nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Há quem diga que V. S^a já esteve no gabinete do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Então, quem disse mentiu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mentiu?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Mentiu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se houver uma comprovação, que atitude V. S^a acha que poderemos tomar?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fazer uma acareação minha...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Acareação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aceitaria uma acareação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Claro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Faremos isso se necessário for.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Perfeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, quando V. S^a falou, no momento da gravação com o Sr. Maurício Marinho, que se reporta, na gravação, dizendo que lá fora – “lá fora” deveria haver uma ante-sala –, havia um diretor da empresa Siemens. Quem era esse diretor?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não falei isso, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não falou?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Que eu me lembre que eu falei lá na gravação?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em nenhum momento o senhor se refere a um diretor na ante-sala do Sr. Maurício Marinho? No momento da gravação dessa fita?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não gravei fita.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, eu sei que V. S^a diz que não gravou fita. Está vinculada essa gravação da fita a outra pessoa, mas há um momento em que aparece, quando V. S^a diz que havia um diretor, sim, desta empresa. O senhor tem ligação com esta empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu acabei de dizer, Deputado, que nós temos contrato com essa empresa...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Senador, desculpe, que nós temos um contrato com a Siemens, mas eu jamais disse que tinha um diretor na ante-sala do Marinho. Eu não sei. Eu não me lembro...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor tem um contrato, ou o senhor era o representante da empresa ou ainda o é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Representante de qual empresa?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Desta empresa.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da Siemens?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, bem esclarecido. É que havia na gravação... Textualmente, é o Sr. Maurício Marinho que fala que há um diretor desta empresa que V. S^a está dizendo que tem contrato ou representação...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A que estava lá, na época?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ... na ante-sala, e eu queria saber se V. S^a sabe que diretor é este?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, eu não sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não conhece os diretores da empresa aqui no Brasil?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, primeiro esclarece o seguinte: V. S^a é representante ou tem contrato com essa empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu sou contratado da Siemens. A Atrium é contratada da Siemens para fazer o serviço Samur. Só isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto. Conhece toda a diretoria?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nós já fizemos uma oferta de trabalho e eles...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Conhece essa diretoria? Conhece a diretoria da empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não conhece?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem contrato, mas não sabe com quem?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu ouvi falar que tem lá um filho de Governador Valadares que é um dos diretores da Siemens. Ouvi falar, não sei o nome dele. Eu não trato com os diretores da Siemens. É uma empresa tão grande, a gente oferece os serviços, vai pelos canais competentes. Penso que deveria ser dada oportunidade a empresas pequenas, que pudessem crescer, assim como a gente dá a um cidadão, vamos dizer assim, afastado... Que desse também às empresas pequenas, que era meu objetivo, crescer e trabalhar correto. Eu sempre procurei fazer foi isso. Então, não é possível que eu nunca possa crescer. E há o interesse, segundo eu vejo aí, de reservar todo o serviço só para as empresas grandes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Entre 2003 e 2004, a empresa de V. S^a chegou a ter contrato com os correios? Ganhou algum tipo de licitação, nem pregão, nada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não tenho nenhum contrato com os Correios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nenhum tipo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nenhum contrato com os Correios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem nunca teve?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tenho não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E por que é que V. S^a está aqui nesta sala respondendo sobre um assunto que diz respeito à situação dos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Por que eu fui intimado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por quê? Que tipo de interesse? (Pausa.) Se V. S^a está aqui inocentemente, jamais teve coisa e tal, nós estamos perdendo nosso tempo aqui.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, o senhor está me fazendo pergunta. Eu estou respondendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pois então? Eu me preocupo porque, se V. S^a não tem relacionamento nenhum com os Correios, nunca prestou qualquer tipo de contrato e está aqui nesta Comissão, convocado para prestar esclarecimento, é porque certamente há algum tipo de vínculo. Havia algum tipo de interesse de participação em negócio, embora ainda não tinha efetivado? (Pausa.) A empresa de V. S^a tinha interesse em algum tipo de concorrência nos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ilustre Senador, eu já esclareci tudo isso aqui. Eu já

esclareci isso aqui. Nós temos parceiros que participaram de licitação dos Correios; a Intermec não tem sede em Brasília, tem um escritório em São Paulo. Eu entrei com ela, ela entrou diretamente, eu preparei documentação, eu estudei as especificações, e nós formulamos à Intermec uma proposta de ela entrar e oferecer o produto dela aos Correios. Esse é meu interesse com os Correios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O que está se desenhando é que parece que há uma verdadeira guerra-fria de interesses de empresas, inclusive uma delas levando a fazer as gravações para poder, digamos assim, ter pessoas nas suas mãos. E com isso fazer uma espécie de chantagem. E alguma delas chegou a dizer que o Sr. Maurício Marinho é o arquiteto direto desta situação pela que os Correios estão passando hoje, com toda essa onda de escândalo.

Então, se V. S^a, ao apresentar, ao participar, ou ter interesse de participação nessas empresas, é isso que eu queria saber de V. S^a, se essa empresa de V. S^a tem qualquer tipo de ligação com participação no pregão, na licitação, com o fornecimento de equipamento, de qualquer tipo de interesse de venda de produtos para os Correios, porque V. S^a acaba de dizer, em outras perguntas que, dentro dos Correios, a diretoria que mais tinha ligação era a de Ciência e Tecnologia, e não aquela Diretoria do Sr. Maurício Marinho. Porém, o Sr. Maurício Marinho está citado em todos os momentos como a pessoa que fazia a operação. Então, neste jogo frio dessa disputa de empresa, havia algum tipo de interesse da empresa de V. Ex^a de participar desse tipo de gravação?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente, nenhum. Eu, como empresário, jamais pensaria em fazer alguma gravação. Só prejudicaria a mim e à empresa. Jamais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para ficar mais claro para esta Comissão, confesso que fica confuso. Estamos aqui ouvindo o depoimento de uma pessoa que firmemente fala aqui que não tem qualquer tipo de relacionamento com problema dessa natureza. Fico pensando que estamos aqui há algumas horas conversando com a pessoa errada. Poderíamos convidar aqui uma outra pessoa. Os fatos colocados são inverídicos dessa natureza.

Então, eu queria já deixar muito claro a V. Ex^a que eu gostaria de fazer a acareação do momento da vinculação direta e objetiva da empresa do Sr. José Fortuna com aquele escândalo da gravação da fita do Sr. Maurício Marinho.

Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode formalizar que será atendido.

Com a palavra o ilustre Senador César Borges. (Pausa.)

Com a palavra o ilustre Deputado Maurício Rands, por 10 minutos improrrogáveis.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr^{as} Senadoras e Deputadas e Sr. José Fortuna, eu queria começar realçando que, no início desta reunião, Sr. Presidente, pouco mais de 8h, desde que estamos aqui neste recinto, alguns Deputados e Senadores, depois daquela cena inicial do proselitismo político, de fazer a disputa política, muitas vezes a espuma afastando-se do objeto perquirido, chegaram a afirmar que esses detalhes que estamos extraindo aqui durante toda uma jornada e entrando já pela noite são detalhes desnecessários, não precisaria ouvir os arapongas ou as pessoas envolvidas com essas gravações, isso era apenas um trabalho da Polícia.

É preciso ponderarmos que, ao cabo de um dia, cansativo como este, Sr. Presidente, uma série de detalhes vão surgindo de como funcionam esses esquemas dentro das empresas.

A Senadora Ideli Salvatti foi muito feliz ao dizer como multinacionais do porte da Simens, Intermec e outras grandes empresas no mercado internacional precisam, para participar de licitações em estatais brasileiras, socorrer-se de intermediadoras de pequeno capital. O que têm essas pequenas empresas intermediadoras que não poderia ser feito diretamente por aquelas grandes empresas interessadas em participar das contratações, ou dos contratos governamentais, como se diz nas discussões internacionais?

Em vários depoimentos – não tenho tempo para mencionar, mas tenho vários deles transcritos –, o que se mostra é que o Sr. Fortuna usa essas empresas – até tenho aqui uma relação de outras empresas que ele usa também além da Atrium. Ele usa essas empresas, usa suas relações, usa proteções políticas, faz favores políticos – daí por que ele é tão bem relacionado politicamente – e faz essas intermediações para os contratos nos Correios.

Indago, inicialmente, Sr. Fortuna, o que o senhor fez depois que saiu do SNI, como o senhor ganhou a vida depois do abandono da comunidade de informações?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Continuei capitão da Polícia Militar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Exercendo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Exercendo. Dois anos eu tirei de licença.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A partir de quando o senhor passou a fazer essas intermedia-

ções, participar dessas licitações, buscar licitações e se articular com outras empresas?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Isso, recentemente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De quanto tempo para cá?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A partir de 2002, 2003 e 2004. Foi quando eu criei uma empresa, com meu filho formado em computação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que é a Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Além da Atrium, o senhor tem que outras empresas? Tenho aqui algumas que eu queria ver se o senhor vai declinar corretamente.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu tive empresas que estão paralisadas. Tive uma que talvez não conste aí, uma CCN.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que mais?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tive a F&R Consultoria, todas na área de mineração.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – F&R Consultoria e Empreendimentos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É. Metal nobre.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tinha quanto por cento do capital?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não me lembro mais.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – 90%. Recordo a sua memória.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não me lembro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sua sócia era a Ana Maria Moreira Campos Neves, que deve ser sua esposa pelo nome.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Minha esposa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a JSF Empreendimentos e Participações?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Essa está paralisada e está em nome da minha filha e da minha esposa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais são as empresas que, hoje, o senhor coloca nesses contratos que intermedeia com a Administração Pública brasileira?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Atrium.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas a Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Atrium.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não mais a FR? Não mais a JSF?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, não. Essas já estão paralisadas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Embora o senhor tenha dito que não é sócio da Atrium, o senhor reconheceu na Polícia Federal que trabalhava para essa empresa.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu trabalho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor confirma?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É. Só o Sr. Marcelo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Continua trabalhando. É a empresa com a qual o senhor faz os contratos.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Questão de direito e de fato.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quanto ao seu filho, o senhor já disse que não sabia e achava que era uma brincadeira de adolescente o fato de ele ser sócio da Pactum. Efetivamente, ele não tem nenhuma informação sobre a Pactum, segundo depoimento que ele presta à Polícia Federal.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não tinha mesmo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele apenas disse que é sócio do Sr. Cristiano Brandão, que vem a ser filho do Henrique Brandão, aquele amigo de 30 anos do Deputado Federal Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não acha estranho...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... se o senhor trabalha... Calma. Eu ainda não fiz a pergunta. O senhor não acha estranho trabalhar na Atrium, não sendo sócio – sócio é o seu filho –, e não ter nenhuma informação sobre a atividade que o seu filho presta na Pactum, sendo sócio do Sr. Cristiano Brandão, filho do Henrique Brandão? O senhor não acha estranho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acho estranho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O seu filho já não é mais um menino. Trabalha há dez anos no Congresso Nacional, e o senhor tem relações com ele. Se ele está no Congresso Nacional, o senhor participa desse mundo de *lobby*...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Concordo com V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... de intermediações. O senhor não acha isso estranho? O senhor não sabia nada, nada, nada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sabia nada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que o seu filho era sócio do sobrinho do Henrique Brandão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se o senhor ficar perto do meu filho o dia inteiro é capaz de ele não lhe dirigir a palavra nenhuma vez.

Sr. Fortuna, ele organiza festas, e o senhor não sabe de nada.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É, organiza festas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não está querendo encobrir alguma relação...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, absolutamente não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... ao negar um fato tão óbvio? O usual é que as pessoas saibam o que os seus filhos fazem...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Realmente, (*inaudível*) comprometeu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... sobretudo em uma atividade comercial com a qual ele ganha a vida e que repercute também na atividade que o senhor faz. Aliás, uma atividade que ele faz relacionada com aquela desenvolvida pelo senhor.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Concordo com V. Ex^a. Eu não esperava...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não estaria encobrindo alguma relação (*inaudível*.)

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor está com uma versão muito bem preparada. Mas vamos avançar, Sr. Fortuna.

O senhor diz... O senhor é um homem experiente, já participou da comunidade de informações durante muito tempo...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A minha experiência lá foi praticamente nula nesse aspecto. A experiência foi ao longo da vida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor é amigo do Sr. Jairo Martins, não é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não é amigo do Sr. Jairo Martins.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu o vi hoje pela primeira vez aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pela primeira vez.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Pela primeira vez.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele foi agente da comunidade de informações.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fiquei sabendo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em que período?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Li o depoimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe em qual período?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa é uma das questões, Sr. Fortuna. Diferentemente de uma audiência que se faz em um processo penal – o Relator poderá confirmar isso –, em um processo civil ou em um processo trabalhista, as audiências não permitem esses vasos comunicantes. Os senhores estão numa sala, mas estão sabendo o que foi dito no depoimento...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Mas eu não ouvi o depoimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... no dia anterior. Outras pessoas entram na sala, profissionais, etc.

Sr. Relator, essa é uma explicação que encontramos para essas versões bem mantidas, quando sabemos que elas, muitas vezes, não batem com a realidade e entram facilmente em contradição com outros depoimentos prestados. Nesse desenho criado na CPMI – depoimentos muito longos em dias diferentes, salas onde há comunicação de pessoas –, está havendo vasos comunicantes. Então, não é difícil para um depoente como o Sr. Fortuna...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Hoje, eu fiquei completamente isolado, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Várias pessoas entram na sala, o senhor já sabia o que tinha sido objeto de depoimento nos dias anteriores.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O depoimento dele, eu só li esse que está aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso tudo é transmitido pela televisão, isso está em todas as reportagens do dia.

Mas vamos avante, Sr. Fortuna.

O Sr. Jairo Martins disse, na Polícia Federal, que houve duas tentativas de gravação. Todos nós estamos sabendo, e o senhor também ficou sabendo...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... pelos outros depoimentos. Tanto o Sr. Jairo Martins quanto o Sr. Arthur Wascheck Neto reconhecem que, na primeira gravação, já havia... Inclusive perguntei, hoje, a um dos depoentes, não sei se foi ao Lange ou ao anterior – qual foi o depoimento anterior? – ao Jairo Martins – acho que foi ao Jairo Martins –, e todos ratificam que a primeira fita já atingiria o objetivo declarado do Sr. Arthur Wascheck Neto, qual seja, contrariar o Sr. Maurício Marinho, que estava prejudicando os seus negócios. Isso foi confirmado na primeira fita. Depois, vem o Sr. Wascheck e encomenda uma segunda fita após V. S^a ter dito aqui – não repetirei, porque o tempo é escasso –, e outros depoimentos terem deixado claro, que V. S^a não tinha nenhum problema com o Sr. Marinho, mas, sim, com a Diretoria de Tecnologia.

Então, diante desse fato de que o seu problema era com a Diretoria de Tecnologia, o Sr. Wascheck, coincidentemente, encomenda uma segunda gravação, levando com ele o Sr. João Carlos – veja, Sr. Relator, o que está surgindo –, especialista em informática, e fazendo com o Sr. Joel e o Sr. João Carlos conduzam o segundo depoimento gravado com o Sr. Maurício Marinho para perguntas na área da tecnologia e da informática, que é justamente o objeto de contratos da Atrium, ou seja, de atuação da empresa de V. Ex^a;

A pergunta que faço é a seguinte: não terá havido, entre a primeira gravação – não me refiro à primeira tentativa – e a segunda, algum tipo de contato de V. S^a com o Sr. Jairo Martins, com o Sr. Edgar, o famoso alemão, com o Sr. Casser Bittar, que ainda não depôs aqui, ou com qualquer outra pessoa para que V. S^a entrasse também nesse esquema de gravação – evidentemente, não diretamente, mas indiretamente – para poder extrair informações já na área da informática e da tecnologia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É uma ilação que não sei dizer-lhe, porque, se eu tivesse de gravar – coisa impossível –, eu gravaria a tecnologia e não o Sr. Marinho. Não tinha problema o Sr. Marinho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o que eu quero dizer do Sr. Arthur Wascheck.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a esgotou-se.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Arthur Wascheck fez a primeira gravação e, depois, teve injunções para fazer a segunda já na área de informática. Então, fica aí a suspeita para que a Comissão continue investigando, Sr. Presidente, se

o Sr. Fortuna não se incorporou a esse jogo sujo de gravações seja pelo seu interesse na área de informática ou por outro interesse que ainda deve ser objeto de inquirição por parte desta Comissão.

Teria ainda outras perguntas e contradições a levantar, mas reservo-me outra oportunidade para respeitar o Senador Maguito Vilela, na excelente condição que faz dos trabalhos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente, reputo que é falsa essa afirmação ao meu desejo de gravar qualquer coisa. Eu não tinha nenhum desejo de gravar, eu não queria complicação, não queria estar aqui. Para que vou gravar? O que me daria de resultado?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Fortuna, V. S^a deixou claro que tinha interesse na área da tecnologia, na área da informática.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Mas não era para gravar. Era interesse em vender.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Temos uma série de outros indicativos que nos permitem saber que o Sr. Arthur Waschek não agiu, ao gravar o Sr. Marinho, apenas pelo seu interesse específico, mas que outros setores – possivelmente a V. S^a também incorporaram – pegaram carona, a partir de certo momento, nessas gravações que vieram a público.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente. Nego isso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena por permuta com o Deputado Arnaldo Faria de Sá pelo prazo de 10 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiramente, agradeço ao Deputado Arnaldo pela gentileza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a merece, Sr^a Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, primeiramente, a cada novo depoimento, por mais que em muitos momentos identificamos, em alguns depoimentos, o que já disse anteriormente – piabas no mar da lama da corrupção –, os tubarões, de fato, volto a repetir, não se sentaram ainda à mesa para prestar depoimento.

Mas é importante e sei que muitas pessoas aqui já têm esse sentimento – e a grande maioria do povo brasileiro que nos acompanha também –, porque é nesta CPMI que está o nascedouro do mensalão. É nesta CPMI que está a fonte da água podre que move o moinho do mensalão. É exatamente aqui.

Sr. Fortuna, quando algumas pessoas diziam que V. Ex^a está mentindo ao afirmar que não conhece as atividades do seu filho. É evidente que V. S^a pode ser um grande mentiroso. Entretanto, o benefício da dúvida poderá ser aplicado a quem aplica o benefício da dúvida para Lula, José Dirceu, Delúbio, Sílvio Pereira, Valdomiro e outros mais, até porque eles também conviviam todos juntos. Eles também se encontravam sempre e alguns dizem que não sabiam o que os outros fazem. Então, o benefício da dúvida podia até caber também em relação a V. S^a, até porque nem sempre conseguimos saber o que é que efetivamente os nossos filhos fazem.

Como eu não dou o benefício da dúvida para o Sr. Lula, o Sr. José Dirceu, Delúbio, Silvinho, Valdomiro e companhia, não posso dar o benefício da dúvida a V. S^a, até porque, como um grande especialista na área, poderia até ter mais mecanismos para identificar os procedimentos do seu filho do que eu, como uma mãe que posso até de repente descobrir coisas indevidas praticadas pelo meu filho. Mas apenas para deixar claro que a isonomia é necessária para que injustiça não estejamos a aqui patrocinar.

Algumas pessoas também ficavam abismadas como é que grandes empresas internacionais precisavam de uma pequena empresa de “especialistas em espionagem” para entrar em processo de licitação.

Esta CPMI precisa também identificar por que é que grandes empresas com melhor produto e com menor preço não conseguem ganhar licitação nos Correios. Isso é uma coisa muito importante. E, quando ganham, não levam, porque alguém vai lá e anula o processo de licitação. É por isso que não tenho dúvida a cada momento de que pode ter tudo de espionagem industrial, V. S^a pode ter montado – desculpe-me a expressão – um verdadeiro bando para patrocinar espionagem, gravação clandestina. Se fez isso, foi para, de alguma forma, contrapor-se a um outro bando que está instalado dentro dos Correios, porque é uma estrutura de crime organizado montado dentro dos Correios que vai dar articulação de gangues partidárias – PT, PMDB e PTB – em conluio com empresas apaniguadas da estrutura de poder. Isso, é claro, só não ver quem não quer.

Então, se V. S^a realmente quer ajudar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, se V. S^a quer ajudar-nos, auxilie-nos dizendo em qual momento a empresa de V. S^a, contratada por uma grande empresa, identificou as fraudes, pois, se os senhores ganharam determinadas licitações, e não levaram, foi porque identificaram a fraude anteriormente. Por quê? Eu já disse várias vezes ao Relator e ao Presidente que não adianta mandar apenas contrato, porque nenhum

delinqüente de luxo deixa digital em contrato. O que solicitei foi o processo de instrução. Sabemos quem estava na área de tecnologia, por quem era indicado todo o mundo aqui sabe. Quando dois diretores se juntavam, criavam uma demanda, criavam uma necessidade, uma especificação técnica que empresa nenhuma conseguia ter. Eles iam para o processo de licitação, já sabendo que iam ganhar. Lançavam um preço lá embaixo, porque tinham a certeza de que depois a rapaziada de dentro da estrutura dos Correios aprovava um aditivo para que ele recuperasse o preço da operação fraudulenta, da licitação fraudulenta que ele ganhou. Então, talvez a empresinha por aqui, alguns ditos de V. S^a, tenha descoberto esse procedimento fraudulento no processo de instrução. Por isso que conseguiram ganhar uma licitação que já estava anteriormente carimbada para que a empresa que V. S^a representa não ganhasse. Não sei se por grampo, por gravação clandestina ou qual foi a forma de espionagem que os senhores utilizaram, mas identificaram que o processo de instrução estava carimbando para alguém ganhar. Identificaram, apresentaram um produto maior, melhor, com menor preço, porque talvez tenham colocado o preço lá embaixo para ganhar a licitação e dizer: “Nós ganhamos com o melhor produto, com o menor preço. Por que não levamos? Não levamos porque havia um comprometimento anterior de um bando dentro da estrutura dos Correios para privilegiar determinada empresa, empresa essa anteriormente combinada para que ganhasse um processo fraudulento e depois, como compensação ao processo fraudulento, ela pagava aos partidos, que, por sua vez, pagavam aos Parlamentares vendidos em forma de mensalidade”.

Então, se V. S^a quer nos ajudar a esclarecer os chamados mistérios sujos da corrupção, da estrutura que primeiramente estamos investigando, se V. S^a quer realmente nos ajudar, deve dar os detalhes relativos a isso. Qual a metodologia que V. S^a usou eu não sei. Pode ser bandidagem explícita, sabotagem, chantagem, mas eu sei que, de alguma forma, foi também para responder à bandidagem explícita de sabotagem, de fraude, de chantagem que está instalada dentro dos Correios nas diretorias indicadas pelo PTB, pelo PT e pelo PMDB.

Então, se V. S^a quer nos ajudar, deve tratar disso, dizendo qual o momento em que identificaram que havia especificações técnicas, que no processo de instrução os senhores detectaram porque os senhores não adivinharam, uma mosquinha azul não passou e lhes contou. Deve ter alguma coisa, porque como é que havia uma especificação técnica que apenas uma empresa se preparou para ganhar? Os senhores foram

lá, mudaram a mercadoria, baixaram o preço, ganharam e não levaram. Então, essas coisas... Se o senhor puder nos auxiliar dizendo quais os pontos, em quais áreas, em quais processos que, com a mais absoluta clareza, os senhores conseguiram identificar.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ilustre Senadora, eu já fiz referência rapidamente – não sei se ficou esclarecido – ao que usamos de processo, todos eles legítimos, para chegar à conclusão de que nós precisávamos nos preparar para a segunda licitação.

Na primeira licitação – se não me engano, foi o Pregão 107, –, por causa da especificação das coletoras que os Correios pediam só houve uma empresa no mundo que pôde concorrer: HHP. Com ela, concorreram duas outras que são coligadas com ela.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Laranjas dela.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – São coligadas com ela. Diante daquele quadro, não é possível que no universo, não é possível que no mundo, outras empresas que trabalham na mesma área não tenham condição de satisfazer as exigências dos Correios. Durante quase dois anos, nós analisamos isso e verificamos... No processo, Senadora, deve ter lá. Se não tem, a Intermec recebeu diretamente da HHP, que o equipamento vendido aos Correios não tinha o intercomunicador IrDA com a DOC. Nós, então, verificamos que isso era uma adaptação. Isso era uma adaptação e era um dispositivo um tanto obsoleto, que dizer, nós tínhamos que atrasar tecnicamente um produto para atender aos Correios. Nós, reservadamente, em sigilo, sem ouvir, sem gravar – isso está escrito, isso está no papel, publicado no **Diário Oficial**, publicado no *site* dos Correios. Nós verificamos que não era possível só essa empresa atender.

A Intermec – procurei a Intermec – se dispôs a estudar isso conosco. Ela não tem sede aqui em Brasília, por isso, ela usou a Atrium. Nós procuramos a Intermec. Nós precisávamos de alguém para concorrer com a HHP. Nós precisávamos de alguém. A especificação era tão detalhada que as teclas dos dedos do carteiro precisavam ser especiais. Nós atendemos a tudo isso, mas não atendíamos à IrDa. Mas era uma adaptação, porque os mesmos equipamentos vendidos à Belgo-Miniera, se não me engano – está no processo –, não tem esse adaptador. O que vamos fazer? Vamos adaptar o nosso produto. Se é isso que eles querem, vamos atrasar o equipamento. E a Intermec ainda ofereceu aos Correios que instalaria gratuitamente em todas as agência do Brasil um *access point*, que captaria o sinal desse equipamento. É muito mais prático o carteiro

chegar com ele do lado, no cinto. Sem ele fazer nada, já captava os dados que foi coletar na rua.

Nós, então, preparamos em sigilo, sigilo comercial, sigilo industrial. Preparamos esse equipamento e aguardamos a abertura da nova licitação. É público isso, é só ler os documentos. Está tudo lá. Não houve gravação, não houve subterfúgio, não houve estelionato. Não houve nada. Está lá. A Symbol não conseguiu porque ela não teve os olhos voltados para isso; não era nossa parceira. É maior do que a Intermec, louca para entrar. Não é possível que eu vou perder a venda de 5 mil coletores.

Nós, no maior sigilo, preparamos. Na noite anterior, no *site* da Intermec, foi colocado. E, veja bem, houve uma mudança no patrimônio líquido na véspera da eleição. Eu acho que a HHP, eu não sei, porque não me preocupei em fiscalizar isso... Foi reduzido. O patrimônio líquido da empresa que iria participar do certame era, inicialmente, 1 milhão e 700. Foi reduzido para 1 milhão. As nossas empresas todas, até aquelas das quais não foram abertas as propostas – podem verificar e abrir –, todas elas tinham patrimônio acima de 3 milhões, para satisfazer as exigências. Cumprimos tudo. Tudo, absolutamente tudo.

Não constava no manual da Intermec, fizemos um adendo e colocamos no manual da Intermec. Nós colocamos no *site* – não colocamos antes, com medo de mudarem alguma coisa –, nós colocamos na madrugada, quando eles adiaram a licitação mais um dia ou dois. Por sorte, não tinha sido colocado no *site* da Intermec, nós atrasamos. Abriram a licitação. Surpresa geral. Nossa empresa, 9 milhões mais barato.

Vamos fazer a diligência, a Intermec não tem condições. Vamos fazer diligências. Sob protesto, lacramos o nosso equipamento e entregamos nos Correios. Está registrado, por escrito: lacrado, sob protesto. Fizemos diligências. Foram ao aeroporto, à Infraero, soubemos depois. Não abriram o lacre, porque exigimos que fosse na nossa presença, na hora da diligência. Soube que passaram o equipamento no espectômetro, no raio-X, para ver o que tinha lá dentro. Exigiram que nós fizéssemos um *software* em 24 horas. A HHP já tinha. Ela já tinha serviço com esse equipamento lá dentro.

Veio a reunião e nós, então, com um relatório técnico, recorremos administrativamente com relação ao *software*. Como é que nós poderíamos fazer um *software* em 24 horas? Era exigência demais. Revogaram o *software*, que, realmente, não podiam exigir, senão não era pregão, seria, então, uma concorrência, uma licitação.

Diante disso, houve a reunião. Vamos examinar os documentos. “Examina! Não examina! Examina! Não examina!” Vieram com o relatório técnico, em que nós

não atenderíamos as especificações. Encerraram. Nós recorremos, recorremos aos canais competentes, ao TCU, administrativamente, e nesse intervalo foi cancelada a licitação, por interesse público. Reconheceram que, realmente – eu acredito –, nós estávamos certos. E todas as nossas teses defendidas no TCU, está aqui o advogado, que é o advogado da Intermec, que é meu advogado, foram recebidas, acatadas pelo TCU. É isso que eu tenho a falar sobre essa licitação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já se esgotou.

Há mais alguma citação de que o senhor tivesse informações, independente de vinculação com a empresa que V. S^a representa, com que pudesse nos auxiliar?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sou muito assim espírito de missão, faça (*inaudível*.) Aquilo que me interessa, vou em cima até as últimas consequências. Esse é um, e o outro foi a impressora, que já descrevi ao Relator, que não é possível que não pudéssemos atender. E depois se faz uma inelegibilidade e compram-se 500 da Seal. Também estranhei, mas também não vou investigar, não vou reclamar, não vou...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nós é que vamos investigar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço a V. Ex^a que se reinscreva, porque se não vamos...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, só a última coisa, Sr. Presidente.

A visita do Alemão ou o contato que o Alemão teve com V. S^a relacionado a possíveis denúncias de corrupção nos Correios, o senhor consegue lembrar a data ou mês, se foi início de abril... nenhuma relação de data para nos auxiliar?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Posso tentar rememorar, mas não tenho... Foi um negócio **en passant** que, na época, estranhei, mas não marquei aquilo. Mas foi antes desse episódio sair na revista **Veja**, foi bem antes. Não tenho assim a data efetivamente, eu teria que verificar, não sei precisar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. Se V. S^a puder fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço a colaboração de V. Ex^a. Todos cumpriram, todos cumpriram rigorosamente. V. Ex^a tem a oportunidade de...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou me reinscrevendo, excelentíssimo presidentíssimo. Já estou solicitando minha re-inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Fortuna, se o senhor não participou de nada, não tem nada a ver, por que o senhor está aqui?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fui convocado, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas o senhor disse que não tem nada, que não participou da gravação. Por que o senhor foi preso na Polícia Federal então?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Fui algemado também. Não sei qual o crime que cometi até agora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E lá, na Polícia Federal, o senhor ficou junto com os outros que foram presos no mesmo caso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, fiquei no quartel da Polícia Militar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor depôs duas vezes na Polícia Federal? Há dois depoimentos seus, um no dia 9 de junho e outro no dia 16 de junho.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não me lembro se depus duas vezes. Duas vezes. Primeiro, fui intimado. Quando cheguei, eles invadiram as casas dos meus filhos, residências minhas, levaram tudo, eu estava sendo intimado para depor e cheguei preso lá. E depois foi novamente. Creio que fui chamado lá, no final da minha prisão. Nem me lembro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Onde é o escritório do senhor?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No Edifício Varig.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lá no Edifício Varig há algum partido político?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É a sede do PT. Sei que está lá, mas não sei em que andar, só sei que é lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É no mesmo andar, no mesmo prédio?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No mesmo prédio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Alguma vez V. S^a viu o Marcos Valério lá?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não o conhecia, Deputado. Não o conhecia. Eu o conheço agora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quando o senhor encontrou com o Edgar, o Alemão, além do Alemão havia outro agente também.

Quem era esse outro agente que também estava com o Alemão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não o conheço, não o conheço. Eu o descrevi, não sei. Eu poderia até reconhecê-lo, mas não sei o nome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Esse encontro que o senhor teve com o Alemão, o primeiro foi casual, mas depois desse encontro casual, houve uma série de outros encontros, que ele disse que foi no escritório e tal...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que essa série de encontros? Do que se tratava?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, tive realmente vários encontros com ele, principalmente intensificados depois dessa notícia que saiu, e, no primeiro momento, já disse isso aqui no início do meu depoimento, acreditei que aquele Fortuna não fosse eu. Coronel Fortuna, comandante Fortuna, almirante. Falei: não sou eu, não é possível.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Mas o senhor é militar.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sou capitão da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais. Fiquei aguardando, porque existe aí um Almirante Fortuna, que foi candidato a Presidente da República, deve ter algum parente dele. Falaram: “É da Marinha.” O próprio Alemão, na época, falou: “Você conhece, esse cara é da Marinha.” Pensei: então, tudo bem, estou tranquilo, estou fora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Da Marinha, é o Comandante Molina, não é?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, ele falou o Fortuna, que seria um Coronel Fortuna, não sei o quê. Então, fiquei aguardando... E aí a **Folha de S. Paulo** me colocou, me escrachou num artigo do Expedito, dizendo que falei que ia “bamborrar” nos Correios – uma palavra que não usei, nunca usei isso –, que eu vendia leite em pó vencido, que eu não sei o quê. A verdade que existe ali, naquele artigo de **O Estado de S. Paulo** – inclusive, estou processando o **O Estado de S. Paulo** – é que rompi com Newton Cardoso na eleição de 1998. Eu era muito ligado a Newton Cardoso, estava na base dele e, no dia último, dia 5 de julho, decidida a campanha do Itamar, a mulher chegou e me abraçou: “colega”. Aí falei: minhas ações foram lá para as cucuias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que o senhor avalia que houve para um repórter tentar imputar ao senhor a gravação, para o senhor dar aquela entrevista. Por que aconteceu aquilo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ele me disse que tudo caminhava para que eu fosse culpado da gravação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor era?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente! Ele disse que tudo indicava. Eu não tinha conhecimento de nada. Eu não sabia o que estava ocorrendo nos bastidores, eu não tinha (*inaudível*) de depoimentos de ninguém. E não havia, talvez nem houve depoimentos tomados, se não me engano. Só não sei do Marinho, e ele estava ligado lá ao Alemão. Eu falei para ele: “O SNI deve ter alguma – eu chamo de SNI, mas hoje é Abin – informação, porque alguém está me envolvendo.”

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor acredita que o Alemão usou o senhor?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Pelo depoimento que vi, na Polícia Federal, que está aqui no processo de que meu advogado tirou cópia, ele disse que eu era uma fonte, e que depois eu desapareci, rompi, ele não teve mais controle. Eu não gosto de ser controlado por ninguém. Eu não sou teleguiado de ninguém.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o senhor serviu a ele.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não servi a ele. Eu servi ao órgão do Serviço Nacional de Informações; meu nível inclusive lá creio que era até superior ao dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não, digo nesse episódio. Por ser usado, ou por... o senhor acabou servindo a ele, por quê?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Claro, penso que sim, porque quando percebi, rompi. E estava sendo usado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não tem dúvida de que ele estava fazendo serviço de coleta de dados nos Correios e se aproveitou de...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Dos meus conhecimentos, dos meus relacionamentos com os Correios. Penso que sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele disse que o senhor deu um catálogo para ele.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Porque só há uma forma de um espião atuar: infiltração, recrutamento e recursos técnicos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é o espião? Ele?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. Espião é o araponga.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é araponga?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Uai, eu disse (*inaudível*) que sou.. Araponga é quem faz coleta de informações. Não é isso? Ou quem grava, não sei. Eu não vi isso ainda no Aurélio, se araponga é quem grava ou quem faz busca de informações etc. Só existe essa forma, infiltração, recrutamento e recursos técnicos. Não existe outra forma de se buscar dados sigilosamente. E eu estava sendo usado. Como? Eu estava sendo recrutado? Estava sendo infiltrado? Eu não estava infiltrado nos Correios. Eu tinha o acesso a alguns processos de licitação de que participei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Há algum filho seu que trabalha ou trabalhou na Câmara dos Deputados?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, trabalha ainda, já esclareci isso aqui. Há dez anos ele trabalha como CNE; trabalhou na 2ª Secretaria, deve ter cuidado do passaporte diplomático de V. Ex^a; trabalhou desde o Leopoldo Bessone, que é meu amigo, a quem agradeço a indicação. Não o (*inaudível*) indiquei; o Leopoldo, meu amigo, chamou o meu filho para trabalhar com ele. Trabalhou os quatro anos; houve mais um mandato do Leopoldo à frente da 2ª Secretaria, ele trabalhou com Nilton Capixaba, trabalhou com Nelson Trad, trabalhou com o Deputado Severino Cavalcanti e, com o Deputado Severino Cavalcanti, foi para a Presidência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor trabalhou no SNI por quanto tempo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Trabalhei seis anos, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é mais competente, o SNI ou a Abin?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, eu não analiso e nem comparo isso, porque estou fora disso aí. Eu passei os 21 anos... Me considero completamente como página virada. Eu nunca mais estive na Abin, estive no SNI, estive como qualquer pessoa de lá. Se encontrei às vezes num bar “Como vai”, “Será que ainda está lá?” Não sei, não pergunto. Não tenho nenhum relacionamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor considera que já está há tanto tempo sem esse relacionamento com o Alemão e nessa retomada de conhecimento com o Alemão esse relacionamento foi de forma tão intensa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acredito que estava sendo recrutado, foi o que fui (*inaudível*). Eu era uma fonte que poderia informá-lo alguma coisa. Penso que ele estava me recrutando, porque ele disse que estava infiltrado, não sei se está infiltrando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que o Marinho não o prejudicou em nada e nem o ameaçou.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor acabou se envolvendo nessa teia toda?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É o que disse anteriormente quando o Deputado Roberto Jefferson citou meu nome na tribuna, dizendo que “Molina me conhecia, que estava sendo achacado”. A partir daí, começou o meu inferno astral.

Eu não sei o quê... Reservadamente, ouviram a fita e poderia: “Ah, quem pode ter gravado isso é Fortuna”, e não sei o quê. Eu não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora, depois da divulgação de tudo isso, depois da prisão, o senhor tem mais algum contato com o Alemão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não tenho, nem quero ter.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele não é seu amigo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Existe amigo em serviço de informação, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não existe amigo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. Existe conhecido, existe interesse. Porque não é amizade um negócio desse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Naquele momento anterior em que ele encontrou o senhor, casual, e que passou a usá-lo, o senhor sabia desta condição de que, no serviço de informação, na arapongagem, não existe amigo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu fiquei revoltado, quando percebi que estava sendo teleguiado. A partir daí, cortei. Eu não tenho já interesse nenhum com esse serviço. Ainda volto, de novo. Estou 21 anos fora...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas como o senhor ser um teleguiado, se o senhor não é nenhum trouxa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não entendi, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas como o senhor ser um teleguiado, se o senhor não é nenhum trouxa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu me afastei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que foi teleguiado. O senhor não é nenhum trouxa. Como o senhor foi teleguiado?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu estava começando a ser guiado. Rompi. Tomei minha atitude, tomei minha decisão. Eu me afastei dele. Tanto é que ele confessa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para encerrar. Numa reunião reservada, há alguma coisa que o senhor teria a informar que o senhor não pode informar publicamente?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Absolutamente. Sobre esses fatos, absolutamente. A não ser que queira ouvir 21 anos atrás, se isso for conveniente à CPMI. Eu não sei o que pode ser, mas posso falar das minhas atividades, se isso me permitir a lei ou me permitirem...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Fortuna, antes de mais nada, Sr. Presidente, quero reiterar uma afirmação que fiz no início da reunião de hoje. De fato, despendemos muito tempo para ouvir três pessoas que estavam ou que estão diretamente envolvidas com esse processo de arapongagem realizado na Empresa de Correios e Telégrafos, mas, no entanto, não gastamos, não investimos a nossa energia e os nossos esforços para deliberar sobre coisas muito importantes para o futuro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Teria sido muito mais proveitoso, muito mais vantajoso, muito mais produtor, se tivéssemos aproveitado o dia de hoje para deliberar sobre as centenas de requerimentos que estão pendentes. Eles tratam de assuntos que eu diria ser da maior importância para o futuro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, não apenas no que se refere à oitiva de novos depoentes.

Aqui, abro um parêntese para dizer que a Bancada do Governo, a base do Governo pode fazer o esforço que quiser, mas não vai conseguir evitar que, ainda no mês de julho, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possa ouvir os Srs. José Genoino, Delúbio Soares, Sílvia Pereira e o Deputado Federal José Dirceu. Podem fazer o esforço que fizerem, podem armar aquilo que quiserem armar, porém a força dos fatos haverá de falar mais alto, a força da consciência dos membros desta Comissão haverá de falar mais alto e o bom senso, ao final, vai prevalecer.

Até o final do mês de julho, ouviremos aqueles que são, até agora, apontados como os cabeças, os principais responsáveis, aqueles que foram os verdadeiros mentores de todo o esquema de corrupção que foi montado no Governo Federal e que fez drenar recursos públicos para, infelizmente, abastecer Partidos políticos e Parlamentares.

Tenho absoluta certeza, Sr. Presidente, nobre relator, de que não vamos nos furtar de enfrentar esse que é o maior desafio da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faço outro registro, aproveitando o meu tempo. Nós não podemos ficar a reboque da vontade de uma burocracia lenta, de uma burocracia morosa. E eu diria mais, de uma burocracia que não tem a menor intenção de ajudar o funcionamento dos nossos trabalhos, a burocracia do Governo Federal.

O exemplo de hoje tem de servir de lição. Já são 10h20min da noite de terça-feira e, no entanto, não recebemos a íntegra dos documentos que minimamente nos balizariam nas indagações que faremos no dia de amanhã ao Sr. Marcos Valério.

Que isso não se repita! Insisto na suspeita que tenho destacado de que há uma ação organizada por parte dos órgãos do Governo Federal, de forma direta e indireta, para dificultar e complicar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E isso não podemos aceitar: sob da Presidência desta CPMI ter de constituir um grupo com poderes e prerrogativas de fazer diligências nos órgãos que detêm as informações para, diretamente, extrair deles essas informações.

Sr. Presidente, feitas essas duas observações, passo a indagar ao Sr. Fortuna.

Primeiro: Sr. Fortuna, ficou-me muito claro – e para mim não há dúvida – que o Alemão, o Sr. Edgar Lange, funcionário da Abin, aproximou-se de V. S^a para obter informações. E também é indubitável que ele confiou nas palavras de V. S^a, que ele deu crédito às informações que V. S^a levou a ele. Caso assim não fosse, não teria se encontrado com V. S^a várias vezes. Ele infelizmente não conseguiu nos explicar com clareza qual era a relação que estabeleceu recentemente, portanto, do início de 2005 para cá, com V. S^a.

Afinal de contas, um diretor de órgão público, que está subordinado diretamente à Presidência da República, não vai se aproximar de qualquer empresário, não vai se aproximar de qualquer informante. Ele precisa fazer triagem. E ninguém melhor do que a Abin, com a sua estrutura, para obter as informações e para obter a folha corrida de V. S^a ou de qualquer um de nós, cidadãos brasileiros.

Eu faria a seguinte indagação: V. S^a acredita que o Alemão, o Sr. Edgar Lange, deu crédito às informações que V. S^a levou a ele?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, eu não levei informações para ele. No segundo encontro que ele teve comigo, ele me falou sobre Unisys... Eu falei: Olha, é aqui em cima.

Eu conversei, a minha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ele falou sobre Unisys?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Unisys. Falou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Especificamente?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Unisys. “Nós estamos em um trabalho em relação à Unisys. A partir da Previdência...”

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a sabe que ele nega essa informação.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tudo bem. Posso falar na presença dele. Não tenho nada a esconder com relação a isso. Ele me falou isso claramente. A Unisys...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que outras empresas foram citadas pelo senhor Lange?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Só essas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essa foi a única?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No encontro com ele.

A partir daí, eu falei: em que posso ajudar? Faz uma relação, faz um elenco de perguntas. Aquilo que eu puder fazer, de que eu tiver conhecimento... Não voltou para fazer isso, e eu estranhei. Passou uma temporada sem encontrar comigo. Eu até disse a minha esposa, que também foi do SNI – trabalhava no setor de análise. No dia que terminou o Governo João Batista Figueiredo, ela entregou na porta da Abin... Não, do SNI um requerimento pedindo... Foi um erro meu. Deveria ter continuado lá, como continuaram muitos, servindo ao órgão. Ela entregou e não entrou lá. Protocolou o requerimento. Saiu com elogio de lá. Eu disse que estranhei a vinda aqui na minha sala... Chegou assim, sei lá o quê, e saiu sem explicar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aproveitando a oportunidade, indago o seguinte: se V. S^a tivesse de apontar uma das áreas da Empresa de Correios e Telégrafos que estivesse mais suscetível a interferências externas para que houvesse um direcionamento dos processos licitatórios, a fim de

beneficiar esta ou aquela empresa, qual das áreas V. S^a apontaria?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado, só posso apontar os casos dos quais participei. Já aponte aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Queria que V. S^a nominasse a diretoria.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tecnologia é o setor que eu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Diretoria de Tecnologia e Informática.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não estou apontando. Quero que o senhor entenda. Tenho um caso específico, que descrevi há pouco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero tratar desse caso.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Certo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero perguntar a V. S^a sobre esse caso, sobre o caso da Omni com a Seal.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Recebi, Sr. Presidente, cerca de mil folhas de uma documentação que vou encaminhar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que diz respeito a esse processo da Omni com a Seal. Pelo que sei, foi uma concorrência realizada no ano de 2004 com um valor aproximado de R\$22 milhões, algo um pouco acima, um pouco abaixo, para selecionar uma empresa que disponibilizasse equipamentos de impressora que seriam plugados a *palm tops*. Não é isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a confirma?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A Omni foi a empresa vencedora com a melhor proposta para a empresa de Correios e Telégrafos. Contra esse resultado se irressignou a empresa Seal. Recorreu. Esse recurso foi deferido sob argumentos de certificados e outras questões técnicas.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Carta de solidariedade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tenho um parecer do Tribunal de Contas da União que mostra que a decisão da Comissão de Licitação dos Correios foi equivocada e que estava a Omni resguardada, de pleno direito, para poder ver executado esse contrato.

Para surpresa de todos – já no presente ano – a empresa Seal, que foi a segunda colocada, é chamada para fornecer os equipamentos com o processo de dispensa de licitação por inexigibilidade.

Pergunto a V. S^a: já ouviu falar que a empresa Seal, que pelo que sei é uma empresa de São Paulo, tem fortes ligações com membros do Partido do Trabalhadores?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a já ouviu falar que a empresa Seal teve e tem acesso direto ao Sr. Eduardo Medeiros, ex-diretor de Tecnologia e Informática dos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não.

Participei dessa licitação com a Omni, já a descrevi aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por isso estou perguntando a V. S^a.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É o mesmo produto.

Inclusive, o representante da Omni esteve com o presidente dos Correios e ficou com os equipamentos. Levamos cobertos o nome Intermec, o nome Zebra, com uma tarja. Faça o exame, Presidente. Eu não estava presente, mas é descrição de quem esteve.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a desconfiou que houvesse uma decisão que não foi técnica motivada por alguma situação que V. S^a desconhecia para que a Omni fosse desclassificada? Concorde, V. S^a?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não entendi sua pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que havia algum motivo que levou o Sr. Eduardo Medeiros e principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou, já excedeu um minuto. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essa é uma matéria, Sr. Presidente, que vou trazer à Comissão.

Só para que a última pergunta possa ser entendida pelo depoente. Como, do ponto de vista técnico, a empresa Omni, defendida por V. S^a, estava resguardada, tinha os certificados, portanto merecia ser chamada para executar o contrato, mas não o foi? Em 2005, fato superveniente – para surpresa de todos –,

a segunda colocada é chamada. V. S^a, obviamente, desconfiou que alguma coisa motivou a Empresa de Correios e Telégrafos, por meio de seu órgão competente, a desclassificar a Omni e chamar a Seal este ano. Sim ou não?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim. Inclusive houve várias...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi a desconfiança de V. S^a?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A desconfiança é que queriam comprar da Seal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por quê?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O equipamento era o mesmo, Deputado. Não posso saber por quê.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por suposição, por ilação.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não sei por quê.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca nem tentou descobrir?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É uma coisa que nunca lhe causou curiosidade?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. Causou uma indignação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero reinscrever-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não. V. Ex^a será atendido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, até por uma questão de respeito a todos os que permaneceram aqui sem praticamente arredar o pé, como é o caso de V. Ex^a, como é o caso do nosso Relator e de alguns parlamentares também que não saíram daqui, considero lamentável que queiram desqualificar os depoimentos de hoje. Inclusive, tive a oportunidade de só fazer uma pergunta, só uma pergunta, e entendendo que se trata de algo de gravidade imensa. Acredito que os depoimentos aqui prestados desnudam um esquema de utilização, por grandes grupos econômicos, grandes empresas, grandes multinacionais, que se aproveitam de pequenas empresas, utilizando-se de todos os meios, muitos que considero ilícitos, imorais.

Imaginar que isso seja coisa pouca, que seja qualquer coisa que estamos fazendo no dia de hoje...

Então, apenas para restabelecer... Porque estamos aqui desde as oito e meia da manhã, penso que não merecemos, ainda, ter uma desqualificação do trabalho de que estamos tão ciosos, um trabalho que estamos realizando no interesse do País.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. depoente, ouvi o senhor atentamente e gostaria, inclusive, de dizer que fiquei até impressionado quando o senhor fez até uma autocrítica como pai, dizendo que deveria ficar mais próximo do filho de V. S^a, até por não saber nada da empresa Pactum, formada pelo seu filho.

E quero confortar a consciência de V. S^a. O seu filho nunca poderia ter-lhe contado nada sobre essa empresa, porque ele também não sabe nada da empresa, apesar de ser sócio.

Veja o depoimento que ele dá na Polícia. Foi apresentado a ele o contrato social da Pactum, empresa de que ele é sócio com Cristiano Brandão, e o seu filho diz o seguinte: que foi informado por Cristiano que a sede da empresa Pactum seria localizada em um escritório de advocacia; que não sabe dizer o endereço desse escritório, ou seja, o seu filho não sabe o endereço da empresa, ou o nome dos advogados responsáveis; que nunca foi à sede da empresa Pactum. O seu filho nunca foi à sede da empresa que ele criou e de que é sócio; que conheceu o Cristiano etc; que não investiu nenhuma quantia para constituir a empresa Pactum; que o objetivo da empresa Pactum seria prestar assessoria a prefeituras, tais como acompanhamento de processos nos ministérios; que a empresa Pactum não chegou a desempenhar nenhuma atividade, não tendo obtido nenhum rendimento; que não sabe dizer qual o endereço certo de Cristiano. Ele não sabe onde mora o sócio; podendo apenas informar que é em Águas Claras, Distrito Federal. Sabe o bairro, mais ou menos, o lugar; que não sabe dizer se Cristiano possui alguma atividade nos Correios. A única coisa que ele sabe, o seu filho: que Cristiano, anteriormente, trabalhava na Seguradora Assurê, aquela do Henrique Brandão, amigo de Roberto Jefferson, aquela que cresceu no IRB, faturou milhões.

Então, o seu filho não podia lhe informar nada realmente por essa empresa. E como o senhor tem a arte de colocar empresa em nome de familiares, o senhor cometeu um duplo ato falho: o primeiro ato falho é o nome da empresa, Pactum, pacto. Parece que ela

é um pacto realmente, e já, já, vou dizer qual é; e o segundo, é o nome em latim, característica de quem ama o latim, **pactum**, a exemplo de Atrium, ou seja, essa empresa foi V. S^a que montou, com os seus nomes em latim, claramente colocados, fazendo uma associação indireta sabe com quem? com o seu Henrique Brandão ou com outra pessoa. Por que isso? Porque, veja o que diz o Sr. Cristiano Brandão, na Polícia. O Cristiano Brandão disse que conheceu sabe quem? O Maurício Marinho, aquele que o senhor distribuiu o currículo para o deputado do PTB poder indicá-lo. E sabe como é que ele conheceu o Maurício Marinho? Veja só, por meio de Marcos Vinícius. O senhor sabe quem é o Marcos Vinícius? O Marcos Vinícius é exatamente aquele genro do deputado que o senhor não conhece, que é o Roberto Jefferson. Veja que coisa curiosa! E esse sócio do seu filho disse que, às vezes, ele atuava como motorista de Marcos Vinícius. O senhor percebe como o ciclo se fecha? O senhor não conhece o Roberto Jefferson, mas indica alguém que tem contato com o genro de Roberto Jefferson, monta uma empresa que, obviamente, foi o senhor que montou, como montou várias em nome da sua esposa, do seu filho, etc. Aliás, a Atel foi montada em nome do seu filho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nesse ano ele entrou no contrato social.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nesse ano, não; nesse ano, ele saiu. Então, ele está enganado.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ele entrou nesse ano e saiu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, o senhor tem que informar melhor o seu filho das suas operações. Porque, olha só “...que a operação contratual retirando o declarante – é o seu filho – da sociedade da empresa Atrium foi assinada no dia 07 de junho.

Não que ele entrou nesse ano; ele saiu nesse ano. Ou o seu filho está mal informado das empresas que o senhor monta e coloca o nome dele, ou alguma coisa está errada em seu depoimento. Como é que o senhor explicaria esse equívoco do seu filho ou o seu equívoco em relação à própria Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se o senhor olhar o contrato, a data em que ele entra foi neste ano...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah! Eu posso olhar. Ele entrou nesse ano e saiu nesse ano. Agora quando estourou o escândalo... Ou seja, a sua empresa, que o senhor montou, Atrium, Pactum ...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu me separei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor nega que montou a Pactum?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nego.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi o seu filho, com um sócio que ele não conhece, que nunca foi à empresa?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O Marcelo assinou o contrato social da Pactum, como disse aí, eu fiquei sabendo nesse episódio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Marcelo assinou o contrato. Não tenho dúvida. Como ele assinou também a Atrium, as empresas sempre com o nome em latim. Como o senhor gosta tanto: Atrium e Pactum. Agora o senhor montou a Atrium, operava a Atrium. O senhor operaria a Pactum, não é verdade?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, a Pactum, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como é que se explica que seu filho não sabe sequer o que é a Pactum? Não sabe quem é o sócio. Não sabe o que fez. E é uma pessoa inteligente, trabalha aqui na Presidência da Câmara, rapaz bom.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É difícil de explicar, mas eu não sabia...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não sabia. Há um lapso. Não sabe quem é o sócio. Não sabe de memória...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não é lapso, não é esquecimento. Eu não sabia...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas por que ele não sabia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Vamos perguntar a ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor considera natural uma pessoa não saber a sociedade que tem?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É preciso perguntar a ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perguntaremos, com certeza.

Vamos falar um pouco da Revista **Época**, aquela que não saiu.

Se eu dissesse ao senhor que nesta matéria o senhor fez várias denúncias em relação a irregularidades dos Correios, eu estaria mentindo?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não me lembro. Deve ser dentro deste enfoque que dei das minhas participações nas (*inaudível*) dos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não se lembrou de que falou naquela entrevista que o senhor disse que foi induzido pelo Alemão?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu me lembro que dei informações sobre a minha (*inaudível*) nos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não falou de irregularidades nos correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O senhor considera regular a minha desclassificação? Eu entendo que é irregular.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas o senhor falou sobre isso na entrevista **Época**.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Devo ter falado. Eu não tenho cópia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Falou de outras irregularidades?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu devo ter falado dos casos de que eu participei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor deve ter falado de vários, não é? O senhor não falou que os cofres da empresa...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu falei disso aí.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não falou para a **Época** que foram superfaturados, que não foi uma compra superfaturada?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Comparando, Deputado, a licitação anterior da compra de cofres...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A minha pergunta... O senhor não quer...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Espera. É o que falei. Eu devo ter falado isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor falou de uma série de irregularidades.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sobre os cofres?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, sobre várias irregularidades nos correios.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sobre todas de que eu participei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor falou de todas para a **Época**.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sei se foram todas. Eu não sei se...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas várias?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, por que o senhor disse na Polícia que não havia irregularidade nos Correios ou que não havia

corrupção nos Correios. Por que o senhor mentiu na Polícia?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não menti na Polícia. Se eu falei, eu não falei sobre esse caso porque não me perguntaram. Na Polícia, eu falei. “Por que vocês só me perguntam sobre gravação?” Porque eu disse: “Eu não sei de irregularidades. Eu sei das de que participei que a Justiça e o Tribunal de Contas deram como irregularidades.” Eu sei das de que eu participei, que a Justiça e o Tribunal de Contas deram como irregulares e foram canceladas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor veja só! O senhor acaba de concordar comigo que falou de uma série de irregularidades nos Correios para a revista **Época**, no entanto, na Polícia....

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – São as minhas participações.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Um momentinho só. Não. O senhor fala de superfaturamento, de comissão de licitação, etc, mas, na Polícia, que desconhece qualquer esquema de corrupção no âmbito dos Correios. Por que o senhor mentiu na Polícia e falou isso para a **Época**? Qual a sua intenção?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não menti na Polícia. Eu desconheço corrupção nos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah! Fajutar licitação é o quê? Fajutar, conduzir licitação, superfaturamento de cofre é o quê? É presente de Papai Noel ou é corrupção?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Deputado. Eu devo explicar esse negócio dos cofres. O senhor está me induzindo a algumas coisas que eu não falei. O senhor está me induzindo no meu depoimento. Eu estou sendo induzido. Se eu falei sobre cofre lá que eu não sei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Um momentinho só. Eu não estou lhe induzindo. Por favor, não está sendo induzido, eu quero que o senhor responda.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se eu falei sobre cofre lá...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Um minutinho só. Eu não quero saber só dos cofres. Já sabemos aqui dos cofres.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Então o senhor me fale o que quer saber porque o senhor faz um monte de perguntas, eu não sei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro. Então responda. Concentre-se na pergunta. A pergunta é a seguinte: Por que, para a **Época**, o senhor disse que há uma série de irregularidades nos Correios que claramente configuram situações

de corrupção e, na Polícia, o senhor disse que não há corrupção nos Correios?

Essa é a pergunta, por favor.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não falei sobre corrupção com a *Época*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor falou de superfaturamento de cofre para a *Época*?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu falei dos preços na época em que foram vendidos; os que foram vendidos agora foram menores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria saber uma coisa do Deputado José Eduardo, uma coisa importante sobre o funcionamento da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Logo após, eu concedo a V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu falei que a HHP queria vender mais caro e eu tinha mais barato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não falou em superfaturamento, para a *Época*, de cofres?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu falei que os preços anteriores eram superiores ao...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não usou a palavra superfaturamento?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu acredito que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Acredita ou tem certeza?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se não, eu retiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Se não, retira. E não citou outras irregularidades, como condução de licitação da empresa Politec para digitação de AR? Não citou?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não. O que a Politec faz lá é digitalização...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não falou disso para a *Época*?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu devo ter citado o nome da Politec. São empresas que...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por acaso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu devo ter feito ao repórter, na *Época*, alguma afirmação no sentido de que existia nos Correios algumas empresas que sempre ganhavam: Positivo e Novadata.

Quando não eram a Positivo e a Novadata, era o Alpha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Consórcio Alpha?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Então eu devo ter falado alguma coisa nesse sentido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente, e vou me reinscrever de novo. É que eu vejo uma coisa curiosa, eu me lembro da fita, aquela fita de que o senhor disse que não participou. O tempo inteiro, a pessoa que estava gravando perguntou duas ou três vezes sobre a Novadata para o Marinho. E o senhor agora diz que fala também da Novadata para, exclusivamente, à *Época*. Veja que há uma certa coincidência. Mas eu quero voltar a argüir, Sr. Presidente, e vou me reinscrever porque realmente há muita coisa obscura no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, temos um problema sério, diante das indagações feitas pelo Deputado José Eduardo Cardozo ao depoente.

O Deputado José Eduardo Cardozo gastou, quase que o tempo integral que lhe cabia, fazendo referências a uma suposta entrevista dada pelo depoente à revista *Época*.

Eu quero saber, primeiro, se a Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a essa entrevista. Se não teve acesso a essa entrevista, e imagino que não teve, porque, se tivesse, haveria de ter disponibilizado para todos nós... Segundo, se não teve acesso, que é o provável, como é que o Deputado José Eduardo Cardozo tem o domínio de todas essas informações?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Primeiro, eu quero concluir as minhas indagações, até porque eu as farei diretamente para V. Ex^a, até prefiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Coloco-me na condição de depoente de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Terceiro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu vou concluir, mas isto aqui não é brincadeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É lógico que não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Terceiro, creio que não se pode ter dois pesos e duas medidas diferentes. Há, claramente, um deputado do PT, da base do Governo, municiado de informações que não são de conhecimento público, que não foram oferecidas para o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu, por exemplo, não pude indagar ao depoente sobre nenhuma entrevista à revista **Época** porque não tive acesso a isso. Eu quero saber como é que o Deputado José Eduardo Cardozo teve acesso a essa entrevista, como é que ele teve todas essas informações detalhadas, porque não há suposição, não há ilação; são informações detalhadas.

Parece-me, pela arguição do Deputado ao depoente, que ele estava até com a entrevista debaixo da mesa, fazendo as pescas na entrevista.

Então, há um problema grave nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que precisa ser esclarecido pelo Deputado do PT, do Governo, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O depoente José Eduardo vai responder ao meu inquiridor, Deputado Antonio Carlos de Magalhães Neto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Deputado, eu poderia ironizar V. Ex^a, é que eu não faria isso, dizendo que a fonte que me falou dessa entrevista é a mesma que disse que a empresa era ligada ao PT, quando V. Ex^a arguiu o depoente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, é diferente. É totalmente diferente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora sou eu que estou respondendo, Sr. Presidente. O Deputado não gosta de ouvir, ele tem um problema, deve ser o ímpeto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou ouvir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ... deve ser o ímpeto da juventude, o calor dos tempos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou ouvir e V. Ex^a vai ter a resposta na hora certa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro, a hora certa. Se V. Ex^a me permitir falar, todos nós trabalhamos com informações e com deduções, inclusive V. Ex^a, que não citou a fonte que diz que a empresa tem relações próximas com o PT quando arguiu. Aliás, a Constituição ampara nossas fontes, Deputado.

Talvez V. Ex^a não esteja acostumado com a Constituição de 1988, tenha a mente mais formada na época ditatorial, em que as pessoas tinham que revelar as fontes. A Constituição nos protege em relação às fontes, Deputado. Como também não vou lhe arguir como é que o senhor chegou a esta conclusão de que há uma empresa ligada ao PT, que, portanto, foi essa a razão pela qual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

V. Ex^a tem todo o direito de fazer as perguntas que quiser e as investigações que bem entender. Pode ter a certeza absoluta, V. Ex^a, que eu não tenho acesso privilegiado a matérias da **Época**, até porque não tenho nenhuma relação com as Organizações Globo que me permitisse ter um acesso mais próximo.

Dentro dessa linha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não acabei, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu fui citado até de forma ofensiva, eu poderia arguir o art. 14.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, eu não acabei. O Presidente é V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não estou vendo... Eu gostaria de pedir a colaboração de ambos os Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, eu gostaria de arguir o art. 14, é regimental. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Nós estamos aqui desde as nove horas da manhã.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele quer presidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir a colaboração de ambos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu estou reinscrito, eu abro até mão da minha inscrição, mas quero que o Regimento seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está reinscrito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No momento, falará...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, Sr. Presidente, há o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço, agradeço a ambos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu fui ofendido pelo Deputado José Eduardo Cardozo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a está reinscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – E eu tenho direito regimental de poder respondê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu não vou ficar aqui admitindo discussão paralela dos dois, de maneira nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não é paralela, a palavra é minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu não estou aqui para isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A palavra é minha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não estou aqui para isso.

V. Ex^a, se quiser, reinscreva-se.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, a palavra era minha, ele me interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a, se quiser, reinscreva-se.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. Ex^a tem que garantir a minha palavra, eu estava concluindo, Sr. Presidente, ele me interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Concluo, é questão de dois minutos, desde que ele não me interrompa.

Eu diria, então, a V. Ex^a, em síntese, que todos nós, Parlamentares, temos o direito de fazer as nossas investigações e, no momento oportuno, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto poderá apreciar esses fatos que eu lhe disse. Por hora, eu me reservo no meu direito constitucional, como ele também se reserva, de não fazer qualquer referência às ilações ou afirmações que fiz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

Reinscrição, V. Ex^a pediu que eu a reinscrevesse, e eu atendi.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu

sei, querido, eu me reinscrevi. E eu vou acabar falando aqui o que eu queria falar lá, e vou repetir, porque, como aqui tem cantilenas e mais cantilenas, eu agora vou fazer a minha também, no balanço do dia de hoje.

É evidente que, no balanço do dia de hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para qualquer pessoa que

traz a lógica formal, a racionalidade, todo esse palavreiro, toda essa verborragia que supostamente delimita o campo de atuação e de análise das pessoas, para quem acompanhou todos esses dias, e acompanhou também os trabalhos agora no Congresso Nacional, com a instalação da CPI mista, a CPI Mista do Mensalão vai ser muito auxiliada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já tive a oportunidade de dizer, e vou repetir, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito importante para o povo brasileiro. Muito importante. Ela vai possibilitar ao povo brasileiro não apenas desvendar os mistérios sujos dos crimes contra a Administração Pública patrocinados dentro dos Correios, mas ela também acaba por sinalizar, por estabelecer caminhos a serem percorridos para auxiliar os Parlamentares a identificar intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, tráfico de influência, enfim, toda a articulação que foi sendo feita por – volto a repetir – gangues partidárias em conluio com empresários apaniguados que resolveram saquear os cofres públicos, privatizar o aparelho de Estado, tratar o aparato público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais a serem manipulados por suas respectivas quadrilhas, bandos e outras coisas mais.

Então, é muito importante porque certamente aqui é o nascedouro. É esta CPMI que possibilita a identificação – volto a repetir – da fonte da água podre que moveu – e que talvez mova também – o moinho do “mensalão”. É aqui que nasce, é através da articulação de agentes públicos indicados pelo PT, pelo PTB e pelo PMDB, a articulação dessas estruturas partidárias que entregam a conhecidos delinquentes de luxo o aparelho do Estado para que, através da utilização ilícita, indevida, imoral e absolutamente insustentável juridicamente, eles reproduzam aquilo que o Governo Fernando Henrique fazia, que muitos aqui condenavam com veemência e, ao invés de identificar os crimes de corrupção patrocinados pelo Governo Fernando Henrique, o atual Governo, para tristeza de todos nós, reproduz a mesma metodologia de entregar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formule a pergunta porque o tempo de V. Ex^a já esgotou.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...o aparelho de Estado... Não, pois o meu tempo esgotou e ficará...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – São 3 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...esgotado como muitos outros Parlamentares que não fizeram perguntas. Eu já fiz todas as perguntas, posso até perguntar ainda ao Dr. Fortuna se ele tem mais

dados, mais informações que possam ser disponibilizadas a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra V. S^a. Agradeço.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se-

nadora, eu disse quealaria sobre os casos em que eu estive envolvido. Eu penso que já tratei de todos, e se fiz referências a outras coisas dos Correios, como disse ali o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo, pode ser, mas eu não tenho informação, eu não posso declarar aqui, sob peso de não estar falando verdade, qualquer coisa. Eu vou falar sobre os assuntos com que eu realmente convivi, de que participei, que vivenciei, em que estive, que são esses que eu já declarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a e à Senadora Heloísa e concedo a palavra ao reinscrito Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por 3 minutos, improrrogáveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Fortuna, eu pergunto a V. S^a: quem participou dessa entrevista que V. S^a deu à Revista *Época*?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O SNI ou Abin, o meu advogado e o repórter da *Época*.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem. Então, o senhor...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Foi

gravada pelo SNI, foi gravada pelo repórter da *Época*, só; e fotografada, escondido...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – ...si-

gilosa pelo SNI. E saiu na revista *Época*...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, o Sr. Fortuna me deu a resposta de que eu mais precisava esta noite. Por quê? O Deputado José Eduardo Cardozo é um Deputado competente, eu nutro por S. Ex^a o maior respeito. Ele sabe disso. Somos parceiros de trabalho na Comissão de Justiça da Câmara, mas, quando ele é instado a fazer a defesa do Governo, infelizmente, ele perde a cabeça, recorre a argumentos que não são, sequer, condizentes com a história de um grande jurista que ele é. E o pior, Deputado José Eduardo Cardozo, eu nunca imaginei que V. Ex^a também fosse se utilizar do aparato da Abin para ter acesso ao conteúdo da entrevista prestada pelo Sr. Fortuna.

Sr. Presidente, isso é gravíssimo. Um Parlamentar desta Comissão foi informado, por intermédio da gravação feita pelo Sr. Edgar Lange, o Alemão, do conteúdo da entrevista dada pelo Sr. Fortuna à revista *Época*, porque eu vou questionar o repórter da revista *Época*. Caso não tenha sido o repórter da revista

Época – com certeza não foram os advogados do Sr. Fortuna –, então, só pode ter sido a Abin.

Está comprovado que a Abin se intrometeu e continua se intrometendo nas investigações dos graves atos de corrupção que tomam conta do Governo Federal. Quem nos deu essa comprovação foi um Parlamentar desta Comissão, por quem tenho o maior respeito. Eu até sei, e quero dizer isso aqui, que o Deputado José Eduardo Cardozo não teve contato direto com a Abin, mas certamente recebeu as informações que foram oferecidas pelos seus parceiros governistas. Está caracterizada a utilização da Abin para fins políticos, para fins específicos de um Partido, para fins, infelizmente, de fazer o confrontamento do debate político nesta Casa.

Eu quero que os senhores da Abin tomem cuidado, porque, se esta Comissão perceber que a Abin está, de alguma forma, agindo, ou para constranger ou para dificultar ou para impedir as investigações, nós vamos reclamar, vamos denunciar.

E eu quero, infelizmente, dizer ao Deputado José Eduardo Cardozo que S. Ex^a nos deu a grande oportunidade que nos faltava para confirmar a ação espúria da Abin. Quem pega uma entrevista que foi dada, em tese, em sigilo, e passa para um Parlamentar, pode muito bem fazer a arapongagem que foi feita nos Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Art. 14, Presidente, eu fui citado de forma pouco recomendada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu vou conceder a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni. V. Ex^a está inscrito e vai ter oportunidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A minha inquirição é para argüir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Dois já usaram a palavra pelo art. 18, 2,...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Uma pessoa usou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– ...e o Regimento diz...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só o Onyx Lorenzoni utilizou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– ...que, não sendo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só o Onyx usou o art. 14 hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só uma pessoa utilizou, Presidente, só uma pessoa utilizou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Dois já usaram na mesma reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, só o Deputado Onyx utilizou, apenas uma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu pedi o art. 14, e V. Ex^a não me concedeu...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Dois já usaram o art. 14. Gostaria de dizer a V. Ex^a que está reinscrito e terá a oportunidade.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Pre-

sidente, com o dia de trabalho de hoje, com os depoimentos que tivemos ao longo do dia, firmo uma convicção, a primeira delas: deveremos pensar seriamente em fazer uma reunião fechada com o Sr. Fortuna, com o Sr. Edgar Lange e com o Sr. Jairo, e, de preferência, Sr. Presidente, os três sentam na bancada no mesmo momento. E tenho certeza de que muita coisa vai se esclarecer.

A experiência de hoje, de maneira muito objetiva e clara, nos prepara para amanhã, aliás, devemos sempre olhar o que se viveu para preparar o que se vai enfrentar. O depoente de amanhã, que é hoje talvez o depoimento mais esperado desta Comissão, o Sr. Marcos Valério, esta figura que está no olho do furacão e que é o responsável por muitas dessas articulações, desta verdadeira quadrilha que se apossou do Governo Federal, esse cidadão tomou uma atitude hoje, que, de maneira triste para mim, lamentável, recebeu o suporte desnecessário de uma decisão de uma das Ministras a quem mais respeito, a Ministra Ellen Gracie. Ele vai vir aqui munido do seguinte argumento: invoco o meu direito constitucional de não responder, porque posso me prejudicar. Jogo e não perco, que ele vai sentar aí e vai dizer isso para gente.

Então, quero propor a V. Ex^a, Sr. Presidente, com bom senso, com equilíbrio, ao nosso relator: venho insistindo, há mais de quinze dias, que amanhã façamos a primeira acareação desta CPMI. Ele vai depor por primeiro e vai se escudar atrás desse **habeas corpus** que, lamentavelmente, lhe foi concedido. Não vai nos dizer nada. Aí, depois de nos cansarmos de perguntar, bota ele para a sala, coloca aqui a Fernanda Karina que faça seu depoimento. Logo a seguir, bota os dois. E aí vamos perguntar para Fernanda Karina, e vamos ver se ele vai ficar quieto. Aí quero ver se ele vai calar e consentir quando ela o acusar. E aí vamos ter uma investigação com resultados, Sr. Presidente.

Por isso quero já requerer que a primeira acareação desta CPMI seja feita amanhã, para que o Sr. Marcos Valério não fuja à responsabilidade de responder diante desta Comissão e diante da sociedade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O tempo de V. Ex^a esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... da

responsabilidade de justificar os seus atos e explicar esse lamaçal que cerca a vida dele, as empresas dele e, lamentavelmente, o Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Formalize o requerimento que V. Ex^a será atendido.

Com a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti, por três minutos, improrrogáveis.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Fortu-

na, quero voltar àquele *e-mail* que o senhor mostrou ao Alemão, aquele *e-mail* que foi enviado por Maurício Marinho à empresa Mandic. A Mandic, o seu dono é Alexandre Mandic, não é isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Aleksandar Mandic.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual a relação com a Intermec?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma. Não tem relação nenhuma. E quais são as suas relações com a Mandic?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A minha relação com a Mandic é relação comercial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Comercial em que termos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – O produto Mandic, vendemos na praça de Brasília. Oferecemos à Receita Federal, oferecemos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O que é produto Mandic?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É *e-mail*.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, *e-mail*.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Solução de *e-mail*.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Solução de *e-mail*?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, faz o mesmo tipo de trabalho que o senhor faz para a Intermec, para a Simens? É o mesmo tipo de trabalho? É isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, é completamente diferente. Simens é trabalho de engenharia na área rede lógica; a Intermec é venda de produtos, e a Mandic é venda do produto dela, que é o *e-mail*. O *e-mail* certificado, o *e-mail*...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, mas o senhor não trabalha com *e-mail*, o senhor não pro-

duz nada de tecnologia nisso, o senhor intermedeia a entrada da Mandic...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É um produto que se vende no mercado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é o senhor que intermedeia a entrada, é isso?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Da mesma forma...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Da mesma forma que faz para a Siemens, da mesma forma que faz para Intermec. Agora, por que o senhor considerou que não era adequado o encontro da Mandic com o Marinho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Porque a Mandic é uma empresa de tecnologia, é uma empresa que tem um contrato com a Brasil Telecom, e a Brasil Telecom é quem tem contrato com os Correios. Quando a...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos voltar. A Mandic tem um contrato com a Brasil Telecom.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quem tem contrato com os Correios não é a Mandic. É a Brasil Telecom.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Brasil Telecom.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E por que o Maurício Marinho queria conversar com a Mandic?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eu não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E por que o senhor acredita que os interesses da Brasil Telecom podiam originar problemas daí?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – É questão de estratégia comercial. Se eu tenho um contratado meu que é chamado para a senhora, eu vou ficar supondo o que está ocorrendo: por que eu não sou chamado aos Correios, eu que sou o detentor do contrato? Então, a Mandic, aconselhei, dentro do trabalho que a gente faz com o Mandic, que não viesse à reunião, que não fizesse a reunião porque não tinha nada a tratar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E aí eles não vieram, não teve a reunião, não aconteceu nada...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Eles estiveram aí, mas a reunião não teve resultado nenhum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a Brasil Telecom tem o que com os Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Tem contratos com os Correios, desde o fornecimento de *link* ao fornecimento da solução do endereço eletrônico...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas isso não é feito via sua empresa, via Atrium?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não, absolutamente, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí a Brasil Telecom usa outra...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Direto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Faz direto?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Ela subcontrata o serviço da Mandic.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ela subcontrata o serviço da Mandic. Então, o senhor entra porque o senhor tem...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Claro, pela Mandic.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor trabalha com a Brasil Telecom também.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Trabalho com a Mandic, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, por tabela, o senhor trabalha com a Brasil Telecom também.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Está bem. A senhora que diz por tabela. Eu trabalho com a Mandic.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas se o senhor me diz que a Brasil Telecom (*inaudível*) com a Mandic...

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a esgotou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor trabalha com a Mandic, então, o senhor trabalha, por tabela, com a Brasil Telecom.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Se a senhora entende assim. Não é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a já esgotou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para registro, Sr. Presidente, vira e mexe, mexe e vira, vem a Brasil Telecom. Aquele nosso velho caso. Sempre tem uma oportunidade de aparecer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, por dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Requerimento nº 176, de quinze dias atrás, que propunha a acareação de Fer-

nanda Karina e Marcos Valério já está à disposição do Relator. Então, não há necessidade de fazer novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Perfeito. Com a palavra o ilustre Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de usar o tempo escasso que tenho para argüir o depoente. Porém, toda vez que se faz uma argüição séria na questão dos Correios, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto fica irritado. Quando se discute a disputa entre o PT ou o Ministro, S. Ex^a fica com uma irritação terrível. S. Ex^a confunde defesa de um governo com uma argüição séria. De certa forma, como a orientação que recebi do Presidente Lula é a obtenção da verdade, ao fazer uma argüição firme, ao invés de ficar de proselitismo político, sigo a orientação do Governo. E, nessa perspectiva, queria lembrar a S. Ex^a de uma regra que, talvez, tenha ignorado, embora ninguém possa se escusar de não conhecer a lei: a Constituição diz, no art. 53, § 6º, que os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar, etc., nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

V. Ex^a, ao querer me argüir com essa ânsia, pisoteia numa prerrogativa que é de V. Ex^a. Eu jamais perguntaria de onde vêm as informações de V. Ex^a, mas garanto-lhe: se eu tiver autorização pela pessoa que me deu todo o correio de informações, eu informarei V. Ex^a de público; se não tiver, não exporei quem me deu. Agora, digo a V. Ex^a: é muito ruim a um Parlamentar... Escute-me, Deputado. Eu ouvi V. Ex^a. Deputado, se eu puder, vou revelar, e V. Ex^a vai ficar sem graça, mas não sei se vou poder. Tenho que consultar a pessoa. Agora, digo a V. Ex^a que é muito feio um Parlamentar pisotear na prerrogativa dos mandatos dos seus colegas. V. Ex^a não pode ignorar a Constituição. Infelizmente, é triste, Deputado. Talvez a mentalidade de V. Ex^a ainda esteja nos períodos passados, em que a ditadura podia colocar e dizer as fontes. V. Ex^a não obterá de mim a fonte se ela não me autorizar a falar. Tenha certeza, Deputado. Fique tranqüilo que a Constituição será preservada sempre por este Parlamentar, prerrogativa que defenderei a V. Ex^a, porque não permitirei que ninguém pressione V. Ex^a para que declare as fontes em que obteve informações de que a empresa que V. Ex^a disse é próxima do Partido dos Trabalhadores.

Mas tenho ainda um tempinho, não é Sr. Presidente? Se V. Ex^a me permitir, é que infelizmente não vai dar tempo... Registro que vou requerer, Sr. Presidente, uma auditoria. Perdão. Quer dizer, a pergunta é a seguinte. Aí, vou requerer a auditoria. Como o senhor

entra na licitação? O senhor entra em nome próprio, em consórcio, ou apenas acessório?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Quando a minha empresa pode entrar diretamente, no caso do TSE, que tinha todos os pré-requisitos, nós entramos. Quanto não tem, não entramos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nos Correios, embora o senhor não tenha nenhum contrato, o senhor assessorou empresas que têm contrato hoje?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Intermec.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A Intermec.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – A Intermec não teve contrato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não assessorou nenhuma empresa que hoje tem contrato nos Correios?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não assessorou?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas, na atual administração, o senhor pode fornecer a relação de todas que o senhor assessorou ou que têm contratos certos?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Que têm contrato certo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – As licitações de que o senhor participou, ou intermediando ou então diretamente. O senhor pode fornecer a lista?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Posso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, então, ele vai fornecer a lista. Espero que ele saia cientificado disso. E eu vou requerer a auditoria do Tribunal de Contas da União sobre todas as licitações de que o depoente participou, uma vez que, evidentemente, o trabalho de intermediação de licitação não me parece, como bem disse a Senadora Ideli Salvatti, algo lícito. Olha, eu já vivi muita licitação na minha vida, mas eu nunca vi tanto essa missão de intermediar ou, como diz o depoente na Polícia, de fazer prospecção de negócios em matéria de licitação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode formalizar e será atendido.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, já sei do adiantado

da hora. Confesso às pessoas que acompanham esta audiência, a todos os Parlamentares, que me parece que o Sr. Fortuna, em diversos momentos, levantou e especulou sobre a possibilidade de ter as razões do envolvimento do seu nome nesse episódio todo que diz respeito à gravação da fita dos Correios.

Eu confesso a V. S^a, Dr. Fortuna, que eu fiquei absolutamente impressionado com o relato que V. S^a fez no momento em que conversava com os repórteres Jaílton e Mateus: foi de um lado para o outro; entrou com o carro na contramão. Quem assistia ao seu depoimento aqui, certamente se imaginou em um filme desses de espionagem, como V. S^a mesmo faz referência.

Eu queria, de uma forma bem rápida e simples que V. S^a me explicasse ou tentasse explicar a esta Comissão as razões que V. S^a acredita terem sido as razões daqueles que envolveram o seu nome nesse episódio. Por quê? Qual o motivo? Por que razão? E gostaria também de ouvir de V. S^a uma explicação.

Sei que essa pergunta, essa indagação já lhe foi feita também. Mas confesso que não consegui ainda entender tamanho jogo de intrigas. Mas qual seria a opinião de V. S^a – se é que V. S^a tem alguma opinião – sobre esse grupo que procedeu, se é que V. S^a também não tem efetivamente nenhuma relação com esse grupo, à gravação da fita.

Eu gostaria que V. S^a respondesse a esses dois questionamentos. E lembro – antes de V. S^a responder, porque o meu tempo se esgota, e V. S^a poderá responder depois do meu tempo esgotado – ao Sr. Presidente que seria interessante que saíssemos daqui hoje chamando os Parlamentares para aprovar alguns requerimentos ou com a data marcada, provavelmente quinta-feira, para que possamos deliberar sobre os requerimentos que ainda restam serem deliberados.

Sr. Fortuna, eu gostaria de ouvir a resposta dos dois questionamentos que fiz.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Perfeitamente, Excelência. No primeiro caso que me perguntou, acredito que seja porque meu nome surgiu nisso aí. Eu acredito, e já disse, que talvez, em um desses encontros para verificar as primeiras fitas, meu nome foi citado como “ele poderia ter gravado”. E talvez o Deputado Roberto Jefferson...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E por que o seu nome?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Porque, pelo que vi na imprensa e em alguns depoimentos, disseram que eu tinha ameaçado o Marinho. Ele tinha sido gravado, acuado, pode ter imaginado que eu gravei para poder me vingar dele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor deu, de fato, alguns telefonemas para o senhor Marinho?

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – No ano passado, vários. No ano passado, vários. O Marinho é meu conhecido. Em 2003, 2004, há ligações para ele. Frequento muito pouco os Correios. Tenho negócios em outras empresas, em outros órgãos, não apenas lá, mas aqui o assunto é Correios, fixamos e parece fixação que é só isso que faço.

Acredito que tenha surgido meu nome naquela reunião fechada, com fita envolvendo o PTB. Surgiu meu nome e aquilo foi levado à tribuna sem checar, sem verificar, sem analisar a coerência, a compatibilidade. Compatível é. Ele é ex-agente, vão falar que ele gravou. Coerente? Por que ele gravaria? É coerente eu gravar?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que o Deputado Roberto Jefferson envolve seu nome?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a já esgotou, e não vou mais permitir perguntas, como fiz com os demais. Peço a V. Ex^a que conclua e responda a pergunta objetivamente.

O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES – Acredito que ele, ao se defender na tribuna, o Molina disse que conhece um Coronel Fortuna. Nem eu imaginei que eu fosse ele...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e consulto o Sr. Relator se tem alguma observação ou pergunta.

O SR. RELATOR (Oscar Serraglio. PMDB – PR) – Nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 10ª Reunião, realizada em 06/07/2005.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges,

Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Morais, José Jorge, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp e Geraldo Mesquita Júnior, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serráglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Murilo Zauith, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu e Pompeo de Mattos e dos parlamentares não-membros Antônio Carlos Magalhães, José Agripino Maia, Valmir Amaral, Eduardo Suplicy, Maroni Torgan, Edison Andrino, Osvaldo Reis, Edinho Montemor, Bismarck Maia, Carlos Alberto Leréia, Alberto Fraga, Renildo Calheiros, Fernando Coruja, Pauderney Avelino, Itamar Serpa, Jandira Feghali, Luciana Genro, Wanderval Santos, João Fontes, José Rocha, Fernando Gabeira, Sílvio Torres, Paulo Pimenta, Júnior Betão, Antônio Carlos Biffi, Luiz Carreira, Elaine Costa, Bernardo Ariston, Antenor Napolini, Ivan Valente e Almerinda de Carvalho, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da nona reunião e submete-a à votação (aprovada). O Presidente, Delcídio Amaral, informa que a pauta da presente reunião se destina às oitavas do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza e da senhora Fernanda Karina Somaggio. A Presidência convida o senhor Marcos Valério Fernandes de Souza para tomar assento à mesa. O presidente informa que o depoente apresentou *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal determinando que ele será ouvido na condição de “investigado” e não como “testemunha”, podendo permanecer calado, sem correr o risco de ser incriminado por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Informa o senhor presidente que o mesmo *habeas corpus* dispensa, também, o senhor Marcos Valério da assinatura do Termo de Compromisso Legal. O Deputado Eduardo Paes levanta questão de ordem, solicitando que o Presidente dê ciência ao senhor Marcos Valério que após o julgamento do mé-

rito da liminar pelo Supremo, a Comissão solicite ao Ministério Público a prisão do publicitário caso ele falte com a verdade, minta ou omita a verdade. O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto informa que seu partido entrou com pedido de “reconsideração” do *habeas corpus* e aguarda parecer judicial até o final dos trabalhos de hoje. O Presidente lê os artigos constitucionais que tratam dessa questão e apóia a Deputada Juíza Denise Frossard, segundo a qual o silêncio não pode ser interpretado. Dando continuidade, a Presidência convida o senhor Marcos Valério Fernandes de Souza para prestar esclarecimentos e passa a palavra ao relator, Deputado Osmar Serráglio, a quem o senhor Marcos Valério entrega os respectivos contratos sociais e alguns documentos correlatos. Após as interpelações do relator, os seguintes parlamentares inquirir o depoente: Heloísa Helena, César Borges, Juíza Denise Frossard, Antônio Carlos Magalhães Neto, senador Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Murilo Zauith, Jorge Bittar, deputado Álvaro Dias, Carlos Abicalil, Onyx Lorenzoni, Jamil Murad, Gustavo Fruet, Henrique Fontana, Maurício Rands, Geraldo Thadeu, Jefferson Peres, Sibá Machado, Sérgio Guerra, Arnaldo Faria de Sá, José Eduardo Cardozo, Pompeo de Mattos, Demóstenes Torres, Asdrúbal Bentes, Carlos Sampaio, Romeu Tuma e Heráclito Fortes. Após essas inquirições, a Presidência concede a palavra aos seguintes parlamentares não-membros da Comissão para que interpelem o depoente: Pedro Simon, Moroni Torgan, João Fontes, Givaldo Carimbão, Laura Carneiro, Jorge VI, Manato, Magno Malta e Chico Sardelli. O presidente informa que no dia seguinte, às 9h, haverá reunião interna da Comissão, para votação de requerimentos e que às 11h será a oitava da senhora Fernanda Karina Somaggio. A seguir, a Mesa concede a palavra aos parlamentares reinscritos para fazerem uso da palavra: Eduardo Paes, Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães Neto, César Borges, Onyx Lorenzoni, Juíza Denise Frossard, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Sérgio Guerra e Carlos Sampaio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e dez minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e

consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. (Pausa.)

Antes de chamar o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza – já conversei com as Lideranças do Governo e as Lideranças da Oposição –, gostaria de cumprir efetivamente, ao longo do dia de hoje, as oitivas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e da Sr^a Fernanda Karina Somaggio. E, amanhã, pontualmente às 9 horas, faremos uma reunião administrativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Pretendo adotar, já nas próximas semanas, essa rotina – as oitivas nas terças e quartas, e, nas quintas, as reuniões administrativas. Peço o apoio de V. Ex^{as} para que, amanhã, a reunião, antes da votação, seja uma reunião fechada, para que venhamos a consolidar as posições que serão votadas, e as votações serão abertas, como temos sempre adotado ao longo dos trabalhos da CPMI.

Eu gostaria também de ler o **Habeas Corpus** nº 86232-2, que me foi encaminhado...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É uma boa sugestão, é uma boa sugestão.

Eu vou, então, convidar a vir para a Mesa diretora aqui dos trabalhos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, ontem à noite, V. Ex^a não estava aqui e foi, de maneira competente e qualificada, como sempre, substituído no exercício da Presidência pelo Senador Maguito Vilela.

Nós recebemos a informação ontem desse **habeas corpus** fornecido pela Ministra Ellen Gracie. E toda nossa discussão ontem à noite foi no sentido da importância de retomarmos a tese da acareação entre Marcos Valério e Fernanda Karina. Essa foi a tese, e, inclusive, houve concordância dos Parlamentares de Oposição e de Situação que estavam aqui ontem à noite.

O Sr. Presidente Maguito Vilela e o nosso nobre Relator disseram a seguinte frase: “Deputado, V. Ex^a formaliza, que nós aprovaremos”. Aí pedi à assessoria que formalizasse a sugestão. A assessoria informava que o Requerimento nº 176 já estava de posse da Mesa Diretora dos trabalhos há mais de 15 dias, propondo a

acareação entre as duas oitivas que vamos fazer hoje. Ouviríamos primeiro o Marcos Valério, depois, a Fernanda Karina e, em seguida, nos reuniríamos, para, nesta acareação, poder elucidar todos os pontos que esta Comissão e o Brasil querem ver elucidados.

Eu acredito que é imprescindível, Sr. Presidente, e eu gostaria de ouvir a manifestação de V. Ex^a, visto que ontem ficou acordado que poderíamos realizar no dia de hoje essa acareação. Entendo que essa preliminar é importante.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, fui instado ontem a presidir esta Comissão para ouvir os depoimentos do Sr. Jairo Martins, do Sr. José Santos Fortuna Neves e do Sr. Edgard Lange. Procurei cumprir rigorosamente aquilo que já estava pactuado, aquilo que já estava agendado. Os três depoentes estavam aqui na Comissão e, naturalmente, eu teria de cumprir rigorosamente a pauta que já havia sido votada. Infelizmente, hoje a agência Estado e todos os jornais do meu Estado disseram que eu liderei um movimento aqui ontem para abafar para a quebra de sigilo bancário do Sr. José Dirceu, do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Sílvio Pereira e que eu não deixei que isso acontecesse. Eu não tinha como não seguir rigorosamente a pauta. Ouvimos das 9h até às 23h os três depoentes. Não houve espaço para fazer mais nada, nem votar aquilo que não estava agendado para o dia de ontem. Infelizmente, a imprensa do meu Estado tentou provocar – ou provocou – um dano à minha imagem política, porque sou um político com sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado antes de governar o meu Estado. E continua quebrado, à disposição de qualquer promotor de justiça, de qualquer cidadão brasileiro. Eu não tenho sigilo bancário, nem fiscal, nem telefônico. Então, eu não teria dificuldades em votar a quebra sigilo bancário de qualquer homem público.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, em reforço ao que V. Ex^a está dizendo?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu próprio procurei V. Ex^a na Mesa ontem de manhã pedindo que, se possível, não colocasse em votação os requerimentos, até porque a Comissão estaria, talvez,

ao final, esvaziada, os membros cansados e eu próprio talvez não estivesse presente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Da mesma forma, Excelência, também agi assim. V. Ex^a viu que declarei, inclusive, que não ia inquirir as testemunhas porque tinha uma opinião diversa. V. Ex^a quis cumprir estritamente a pauta, e eu disse: amanhã eu fico para os requerimentos. Então, em prol de V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Ouço o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para reiterar, reforçar e dar o meu testemunho também, porque estive aqui presente durante toda a oitiva, e V. Ex^a procedeu rigorosamente dentro do que foi acordado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Dessa forma, agi como deveria ter agido e presidido: com lisura, ouvindo pacientemente.

Agora, com relação ao requerimento do ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, S. Ex^a tem razão. Dissemos que V. Ex^a formalizasse e que, naturalmente, em momento oportuno, seria atendido, que colocaríamos em votação. Acho que é interessante o requerimento, e o Presidente vai, naturalmente, tomar as providências que achar necessárias. Entendo que o requerimento é oportuno, importante e necessário.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu de restabelecer a verdade. Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, com as palavras do nobre Vice-Presidente, em que apenas divergimos no ponto em que isso seria colocado em votação, o entendimento – vou obter o áudio da fita –, é de que já estava deliberado. Vejo que não é isso. Peço a V. Ex^a, então, pela gravidade da situação e pela importância, que rapidamente submeta à votação, que é o meio adequado; ou V. Ex^a delibera, com o Relator e o Vice-Presidente, acatando a suges-

tão, ou o Plenário rapidamente vota a favor ou contra, e teremos ou não a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, faremos amanhã uma reunião administrativa, pela manhã, quando esse requerimento será colocado em discussão. Hoje, ouviremos o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Fernanda Karina. Depois desses depoimentos, teremos os instrumentos necessários para, no dia de manhã, discutir o requerimento de acareação.

Gostaria de convidar o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza para compor a Mesa de trabalhos, como a primeira pessoa a ser ouvida nos trabalhos da CPMI dos Correios no dia de hoje. (Pausa.)

Antes de o Sr. Marcos Valério começar sua exposição, eu gostaria de ler o **habeas corpus** que recebi do STF:

“STF – **Habeas Corpus** nº 86.232-2 – DF.

Paciente: Marcos Valério Fernandes de Souza.

Impetrante: Marcelo Leonardo.

Coator: Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios.

1. Postula o impetrante, via deste **habeas corpus** com pedido liminar, seja expedido salvo-conduto em favor do paciente Marcos Valério Fernandes de Souza, para que seja tratado como investigado na próxima quarta-feira, dia 06 de julho de 2005, quando prestar seu depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar atos supostamente delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos da convocação da fl. 49, e que, como investigado, lhe seja garantido o direito de não ser preso, caso se recuse a firmar termo de compromisso legal de testemunha ou exercite o direito ao silêncio, bem como para que possa ser assistido por seu advogado.

2. Os autos noticiam que o paciente teve seu sigilo fiscal e bancário quebrado pela Comissão Parlamentar Mista (fl. 46) e por autoridade judiciária (fl. 42) em decorrência dos fatos investigados. Tudo indica, portanto, que o Sr. Marcos Valério prestará declarações na qualidade de investigado e não como testemunha.

3. O entendimento desta Corte a respeito do tema posto no **habeas corpus** é no sentido de que as comissões parlamentares de inquérito detêm o poder instrutório das autoridades judiciais e não mais do que o destas. Logo, às comissões parlamentares de inquérito poder-se-ão opor os mesmos limites formais e substanciais oponíveis aos juízes, dentre os quais os derivados da garantia constitucional da não-auto-incriminação, que tem sua manifestação mais eloqüente no direito ao silêncio dos acusados. (HC nº 79.812, de

Celso de Mello; HC nº 79.244, de Sepúlveda Pertence; HC nº 84.335, de Ellen Gracie; HC nº 83.775, de Joaquim Barbosa; e HC nº 85.836, de Carlos Velloso.)

4. Diante do exposto, defiro a liminar para que o paciente seja dispensado de firmar termo de compromisso legal de testemunha, ficando-lhe assegurado o direito de se calar sempre que a resposta à pergunta, a critério dele, paciente, ou de seu advogado, possa atingir a garantia constitucional de não-auto-incriminação.

Comunique-se com urgência.

Expeça-se salvo-conduto.

Publique-se.

Brasília, 05 de julho de 2005. – Ministra Ellen Gracie, Vice-Presidente.

Art. 137, inciso I, do RISTF.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem, nos termos do art. 413, combinado com os arts. 403 e 89, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

Venho requerer a questão de ordem nos seguintes termos: o depoente Marcos Valério de Souza, convocado para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, impetrou **habeas corpus** do qual V. Ex^a acaba de fazer a leitura para os membros desta Comissão. Impetrado no dia 04/06, foi concedida uma liminar na noite de ontem, garantindo, em caráter precário, o salvo-conduto ao Sr. Marcos Valério durante o seu depoimento nesta CPI.

Sr. Presidente, diante dos inúmeros pontos conflitantes prestados em suas entrevistas à imprensa, o depoente se resguardou no provimento da tutela jurisdicional com o intuito de ludibriar os membros desta Comissão, facultando a apresentação de fatos inverídicos que impediriam a sua auto-incriminação. O fato, portanto, resultaria uma contribuição extremamente negativa ao andamento dos trabalhos da Comissão, tendo em vista a sua condição de testemunha-chave na elucidação do caso de corrupção nos Correios.

A liminar que concedeu a ordem se reveste de precariedade, podendo ter o seu efeito cassado após o julgamento do mérito. Uma vez configurada essa situação, ou seja, perdida a eficácia dessa liminar por uma decisão definitiva e tendo em seu depoimento a testemunha produzido afirmações inverídicas a esta CPI, é indispensável que V. Ex^a se manifeste sobre solicitação de um pedido de prisão ao Sr. Marcos Valério, findos os efeitos daquela cautelar, nos termos do

art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, e que seja produzida uma nova inquirição, já agora respondendo a todas as penas previstas em lei.

Sr. Presidente, explico: sabemos que o salvo-conduto, a medida concedida no dia de ontem, tem caráter ainda precário. Essa ação terá o seu mérito julgado. Queremos com esta questão de ordem, Sr. Presidente, que V. Ex^a delibere no seguinte sentido: é importante que o depoente tenha consciência daquilo que se está decidindo aqui e da questão de ordem que faço – se o depoente, no dia de hoje, em seu depoimento, faltar com a verdade, mentir ou omitir a verdade, imediatamente esta Comissão, julgado o mérito dessa ação impetrada pelo depoente no Supremo Tribunal Federal, V. Ex^a, representando esta Comissão, requisitará ao Ministério Público a prisão imediata do Sr. Marcos Valério.

Isso é fundamental, Sr. Presidente. Do contrário, todas as pessoas que vierem prestar depoimento nessas comissões parlamentares de inquérito vão começar a pedir **habeas corpus** preventivos, virão aqui, faltarão com a verdade, mentirão, omitirão a verdade e estarão protegidas **ad aeternum**. Portanto, é fundamental que o Sr. Marcos Valério tenha ciência disso e que V. Ex^a tome essa decisão. Assim, decidida a questão, julgado o mérito, findos os termos do salvo-conduto concedido ontem pelo Supremo, o Sr. Marcos Valério terá, sim, por esta CPI, o pedido de sua prisão, a ser decretada pelas eventuais omissões, mentiras, falta de verdade do Sr. Marcos Valério. Portanto, é importante que V. Ex^a decida neste momento, antes de o depoente começar a depor, para que tenha clareza e consciência dessa posição da CPI.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS.) – Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, faço duas observações: a primeira é que, à luz da leitura feita por V. Ex^a dos termos da liminar concedida pela eminente Ministra Ellen Gracie, entendemos que os termos da liminar são restritos, ou seja, o Sr. Marcos Valério só pode recusar a pronunciar-se sobre aquilo que o auto-incrimine; ele não se pode negar a prestar os esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – somente nas matérias em que, porventura, haja auto-incriminação. E é evidente que os advogados do depoente poderão confirmar essa interpretação nossa.

A segunda informação que quero dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito é de que o PFL está entrando, por meio de seus legítimos representantes, com um pedido de reconsideração ao Supremo Tri-

bunal Federal. Temos a expectativa de que a Ministra Ellen Gracie possa analisar, no mais breve espaço de tempo possível, este pedido de reconsideração, que, se acatado, suspende imediatamente os efeitos do **habeas corpus** concedido ao depoente. E quem sabe, ainda no dia de hoje, teríamos os efeitos desse **habeas corpus** invalidados de tal forma que a Comissão Parlamentar de Inquérito pudesse funcionar plenamente, tendo, assim, cada Congressista o direito de fazer as arguições necessárias à elucidação do envolvimento do depoente nas graves denúncias de corrupção que tomam conta do nosso País.

São essas duas as informações que gostaria de prestar perante esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard e, depois, ao Deputado Murilo Zauith. Em seguida concluímos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, eu não iria interferir se não se colocasse aqui uma questão absolutamente técnica. Estamos aqui buscando provas. Mas não se pode, em prol da ordem, buscar as provas na desordem – já dizia o Dezoito Brumário, de Napoleão.

Julguei durante quinze anos. Sempre busquei as provas dentro da lei. Não podemos nos afastar da lei, não podemos, somos legisladores. E a lei é muito clara. O Sr. Valério tem, no mínimo, meio Código Penal, além de algumas outras leis, à espera dele lá fora, na Justiça Criminal e perante a investigação criminal da Polícia. Pelo que conheço das leis e pelo que já vi até agora, ele tem no mínimo isso. Então, aqui, esse é um princípio constitucional de que ele não precisa. Ele pode calar-se. Outro dia, um colega disse “Ele pode mentir”. Não, não pode mentir. O que acontece é que não há nenhuma consequência se ele mentir. Mas ele não deve mentir. Ele pode calar-se e não deve mentir, porque não é ético mentir. A lei lhe dá o direito de calar-se, e o silêncio não pode ser interpretado, tem mais essa – desde Thomas Moore, não se pode interpretar o silêncio. Isso está expresso na lei. Pois bem, ele pode calar-se.

Também não acho correto – perdoe-me, meu caro colega Eduardo Paes – que se diga que, aí, não teremos como falar.

Maurício Marinho aqui esteve e, seguindo orientação dos seus advogados – um deles um juiz aposentado –, viu qual era a melhor forma de se defender lá fora, pois não é aqui dentro que ele vai se defender. Aqui dentro buscamos apenas a extensão política de todo esse imbróglio. A defesa técnica dele, Maurício Marinho, tem compromisso com a defesa técnica dele, Maurício, e não da Nação. Somos nós os defensores

da Nação. O advogado aconselhou a Maurício Marinho que falasse aqui o que soubesse, porque a negativa é a pior das teses. Quem nega só pode negar; quem diz algo, pode dizer por que o fez, por esse ou por aquele motivo jurídico lá fora. A preocupação dele é lá fora, não é aqui.

Então, nunca poderá ser preso aqui, Sr. Presidente, um homem que, lá fora, é virtualmente um réu. Ele nunca poderá ser preso por nós, porque ele não poderá responder, em hipótese alguma aqui, sob compromisso testemunhal.

Portanto, ACM Neto, meu caro e querido amigo ACM Neto, acho muito difícil, acho improvável, para não dizer que tenho certeza de que a juíza não concederá isso. A situação dele é esta: de fato, ele é um réu criminal lá fora. E aqui não estamos julgando o Sr. Valério. Nós aqui queremos saber apenas e tão-somente quais as conexões, nesse desenho que se afigura como uma organização criminosa, que havia com gente nossa, Parlamentares, membros do Executivo, enfim, como se deu a captura do Estado.

Então, Sr. Presidente, acho que jamais poderemos prender qualquer um aqui, não porque não tenhamos esse poder, mas porque cometeremos fatalmente um abuso de poder, até indenizável pecuniariamente – e quem vai pagar é o Estado.

Portanto, devemos agir com muita cautela. E mais, Sr. Presidente: temos provas.

Ontem foi o dia de nossa recreação aqui, mas não por culpa do Presidente. Ontem foi um dia de recreação, mas cumpriu-se a pauta: a Comissão atendeu todos os requerimentos relativos àqueles depoimentos. De nada nos servem, mas teve que se cumprir a pauta. É importante analisarmos os documentos para buscarmos as provas dentro da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há alguém inscrito pela ordem na minha frente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado Murilo Zauith, e eu gostaria que depois do pela ordem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É sobre o andamento dos trabalhos mesmo, não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Os oradores que falam pela ordem nesta Comissão, em vez de pautar os trabalhos, estão dando vazão a grandes discursos.

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, acabou-se entrando em outro debate, aqui tratado pela nossa querida Juíza Denise Frossard: o do absolutamente técnico. Ninguém aqui é irresponsável para não entender que o procedimento investigatório de uma comissão parlamentar de inquérito, como manda a Constituição, traz para si poder de investigação próprio das autoridades judiciais. Se assim não fosse, não precisaríamos estar aqui: delegaríamos à Justiça todo esse procedimento investigatório – com Polícia Federal, quebra de sigilo, Ministério Público; todo o procedimento estaria lá.

A Constituição delegou às comissões parlamentares de inquérito poder de investigação próprio das autoridades judiciais por entender que as CPIs são o único mecanismo do Poder Legislativo para fiscalizar atos do Executivo. Nenhuma outra comissão pode fazê-lo, nem Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara ou do Senado, nenhum mecanismo de controle externo de fiscalização contábil, financeiro e orçamentário, nenhum outro, só a comissão parlamentar de inquérito.

Independentemente das discussões absolutamente técnicas, há uma discussão também absolutamente responsável e política. A partir do momento em que o depoente silencia no pressuposto da auto-incriminação, nós julgaremos isso como parte do crime contra a Administração Pública, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva. Estaremos também julgando de forma serena, independente, racional, mas se o silêncio o auto-incrimina é porque, efetivamente, ao verbalizar, crime ele estaria assumindo. Então trataremos dessa forma também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registro que, com base no artigo 5º da Constituição Federal, inciso LXIII, todos têm o direito constitucional de não se auto-incriminar.

Sobre as comissões parlamentares de inquérito, registro que as suas conclusões, caso seja detectado algum desvio, serão encaminhadas ao Ministério Público para que o órgão responsabilize civil ou criminalmente os infratores.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não ficou clara a decisão de V. Exª sobre a questão de ordem. V. Exª deferiu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Presidência acompanha **ipsis litteris** o posicionamento da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. (Orador não identificado) – Portanto, V. Exª indeferiu a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não cabe questão de ordem na atual situação.

Com a palavra o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza; em seguida, passarei a palavra ao Relator.

Lembro que serei absolutamente rigoroso quanto ao tempo em função do número de inscritos e porque temos outra oitiva programada para hoje.

Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, mesmo tendo o direito de me calar, coloco-me à disposição para esclarecer qualquer fato. Estou aqui para colaborar com a CPMI. Não me furto ao direito e ao dever de fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Seria importante, Sr. Marcos Valério, o senhor falar rapidamente da sua qualificação, da sua história para darmos continuidade aos trabalhos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E se possível, uma exposição preliminar do depoente sobre os fatos que motivaram o convite a S. Sª para depor na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu evitei muito ir à mídia. Muito. Dei uma entrevista à Rede Globo, levado pela minha família; pela minha filha, pela minha esposa e pelo meu filho. Dei uma entrevista à **VEJA**, e alguns fatos ali não coincidiram com o que eu declarei, por engano ou, então, por não me fazer entender. Fora isso não falei com mais ninguém na imprensa.

Fui massacrado, fui julgado por uma mídia que tem todo o direito dentro da liberdade democrática do nosso País. Mas devo esclarecer, como empresário que sou, que as empresas têm de vinte e cinco a vinte e dois anos.

A SMP&B tem vinte e cinco anos de existência. Trabalhou para vários órgãos públicos, vários governos e várias empresas da iniciativa privada. É uma empresa que vem, aos poucos, aumentando o seu faturamento, dando empregos diretos para cento e cinquenta pessoas e empregos indiretos para mais de quinhentas pessoas.

A DNA Propaganda é uma empresa que atende o Banco do Brasil desde 1994. É uma empresa que faturou no ano passado mais de R\$200 milhões, dando emprego também a outras cento e cinquenta pessoas. É uma empresa que tem vinte e dois anos de existência.

Tudo o que tenho está declarado no meu Imposto de Renda. Tudo o que essas empresas fizeram e faturaram está declarado na contabilidade delas e no Imposto de Renda delas.

Tenho a mania de ser muito objetivo e, por isso, muitas vezes, sou mal interpretado, até porque não tenho vivência política e não sei falar em público. Mas procurarei ser o mais transparente possível nas devidas explicações.

Sou empresário no ramo de publicidade. Tenho uma empresa de eventos. Tenho uma filha de treze anos, um menino de quatro e uma família. Um brasileiro normal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ilustre depoente, na verdade, é bom que V. S^a seja objetivo porque nós teremos, além das minhas, com certeza, um número infindável de esclarecimentos de que precisamos, e a sociedade brasileira ansiosamente espera para que viremos essa página, porque, de certo modo, entendemos, num juízo de valor pessoal, muito triste e que, de alguma forma, deixa não só a administração pública, mas também os Parlamentares, aqueles que pautam sua conduta pela seriedade, jogados numa situação comprometedora. Quanto mais clarificada for, com certeza, com o rigor que todos os que integram esta Comissão estão imprimindo, nós chegaremos a uma definição clara não só do rumo que precisamos adotar para evitar que situações tão deletérias se repitam, mas também quanto à responsabilização daqueles que nos nudoam e nos submetem à execração pública.

Li os depoimentos de V. S^a e confesso que me espantei com o emaranhado de empresas das quais V. S^a participa. Perdoe-me, talvez não devesse dizê-lo porque preciso ser o mais imparcial possível, mas parece algo intencional. Não é comum, mesmo entre os grandes empresários, uma teia tão ampla de firmas organizadas e com intuítos tão diferenciados.

Cito o exemplo da 2S Participações Ltda., empresa que tem capital de mil reais e cujo objetivo é participar de outras empresas. Essa firma foi constituída em nome de dois funcionários de suas empresas e, logo em seguida, 41 dias depois, passou para o seu nome e para o nome de sua mulher. Com o mesmo capital de mil reais, manteve seu objetivo: participar de cotas e ações de outras empresas. É, evidentemente, algo muito virtual. Ainda que fosse uma *holding*, mas, a partir de funcionários...

Vamos começar a esclarecer isso. Quais as firmas de que V. S^a participa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Relator, porque o senhor está me dando a chance de esclarecer muita coisa.

Eu participo da SMP&B Comunicação. E aí vou ter que abusar um pouco da paciência dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores para colocar a história dessas empresas. A SMP&B Comunicação é uma empresa que faz comunicação para entidades públicas e privadas. A SMP&B Comunicação, em 1996, estava com uma grande dificuldade financeira e estivemos procurando um sócio para a SMP&B Comunicação – ela se chamava SMP&B Publicidade, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou anotando.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tivemos uma grande dificuldade e procuramos um sócio. Esse sócio verificou que a SMP&B Publicidade estava muito endividada – se o senhor puxar o Serasa da empresa em 1996, Sr. Relator, vai ver um grande grau de endividamento em bancos e junto a fornecedores, com vários protestos.

Esse sócio, por sua vez, colocou o seguinte: “Olha, não dá para assumir esse passivo todo. Se vocês querem continuar existindo, vamos criar uma nova empresa chamada SMP&B mesmo, para a gente aproveitar o nome, talvez SMP&B Comunicação, vamos tocar a vida para a frente e tentar apagar o passado da SMP&B Publicidade”. Criamos a SMP&B Comunicação e transformamos a SMP&B Publicidade em Solimões Publicidade. Isso está devidamente registrado. Isso foi feito.

Fomos trabalhando na SMP&B Comunicação e pagando o passivo da SMP&B Publicidade, que se transformou em Solimões. Essa é uma das duas empresas que aparecem.

A DNA Propaganda, de que participo, é uma empresa que estava também com dificuldades financeiras. O sócio saiu e me vendeu a participação para uma empresa chamada Graffiti Participações, sendo que a primeira empresa que comprou a DNA Propaganda foi uma empresa chamada Star Alliance. Como já existia uma Star Alliance relacionada a empresas de aviação, nós trocamos o nome para Grafite Participações e fechamos a Star Alliance. Havia uma coincidência de nomes e aí nós tivemos que trocar para Grafite Participações.

A Multiaction é uma empresa que foi criada para fazer eventos. É uma empresa de eventos que faz eventos na Fiat Automóveis, na Telemig Celular, na Mercedes-Benz, na Usiminas, na Cosipa. É uma empresa que trabalha com eventos. No Banco do Brasil também ela faz eventos. Trabalha com eventos.

Tenho também uma empresa chamada 2S Participações. Eu estava com problemas na Receita Federal e problemas na Justiça e, por isso, não conseguia tirar o CNPJ ou não preenchia os requisitos, de acordo com o meu contador. Aí, eu pedi a duas pessoas da minha confiança, funcionários meus, que abrissem uma empresa de participações, a 2S Participações. Eu fui o “laranja” português, porque eu peguei a empresa 2S Participações, que estava no nome dos meus funcionários, e pus no meu nome e no nome da minha esposa e a declarei no meu Imposto de Renda – ela está toda legalizada dentro do meu Imposto de Renda. Eu simplesmente passei pelo nome desses dois funcionários, porque, na época, eu tinha impedimentos legais para usar o meu nome. Então, essa 2S Participações, eu a utilizei para...

É que eu tenho outra empresa chamada Cepel. É uma hípica dentro de Belo Horizonte, e essa 2S Participações fez as obras do Cepel, está fazendo as obras do Cepel, as reformas no Cepel. Foi por isso, Sr. Relator.

Fora isso, aparece uma empresa chamada Presépio, que eu iria utilizar para gerir o Cepel. Essa empresa nunca chegou a funcionar. Ela pode ter o seu sigilo bancário quebrado, ela nunca teve conta em banco, ela nunca teve sequer uma movimentação. Como o Cepel tinha várias atas, eu ia utilizar essa empresa, que era uma empresa privada, mas resolvemos que não iríamos criar essa Cepel. Fechamos essa empresa chamada Presépio e fiquei direto com o Cepel. Eu tenho tudo documentado aqui, vou passar para o senhor, para o Relator e para o Presidente.

Depois, eu criei uma outra empresa com o meu cunhado, Humberto Santiago.

Só um minutinho, Sr. Relator; peço desculpas pela demora.

Este é o contrato da Star Alliance e Participações, que passo às mãos do Sr. Presidente – essa empresa foi fechada; este é o contrato da Grafite Participações, que detém 50%, hoje, da DNA Propaganda; este é um contrato da 2S Participações, que está no nome da minha esposa e no meu nome, declarado no meu Imposto de Renda; este é o contrato da antiga SMP&B Publicidade, que estava muito endividada na época e que se transformou em Solimões Publicidade – ele ainda está em vigor. O da Graffiti eu não sei se eu já passei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já, já passou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho uma empresa que iria ser criada recentemente e que também nunca funcionou. Ela foi criada agora, muito recentemente; nunca funcionou,

não tem nem conta em banco – isso pode ser verificado com a quebra de sigilo. Chama-se JVN, que são as iniciais da minha filha, de 13 anos, e do meu filho, de quatro anos. Era uma empresa que eu estava criando para colocar os imóveis futuros que eu iria comprar no nome dela, para questão de sucessão. Como eu perdi um filho com seis anos, eu já estava pensando no futuro dos meus filhos. Está aqui.

Fora isso, Sr. Relator, tenho umas empresas que foram criadas em sociedade para participar das licitações das TVs a cabo, e essas empresas já foram fechadas. Elas não ganharam, e tivemos que fechá-las. Chama-se Bras Telecom, da qual lhe passo a baixa e o contrato social. Foi exclusivamente para participar das licitações, na época, de TVs a cabo. A outra chama-se Brastev. Está aqui a baixa também. Foi para participar dessa licitação na qual não tivemos êxito. Aqui está a Presépio, que foi criada para gerir o Centro Hípico, em Belo Horizonte, e não chegou a funcionar. Também lhe passo o nome e a baixa dela. E tem uma empresa, chamada Target Representações, que veio para o meu nome em 1996. Depois, transferei essa empresa para outras pessoas. Estou lhe passando o contrato social. Não está em meu nome. E há uma empresa que eu criei, e dei baixa nela, em sociedade com o meu cunhado, que nunca chegou a funcionar, nunca teve conta em banco, nunca emitiu uma nota fiscal. Está aqui. O meu cunhado, Humberto Eustáquio Santiago, tinha acabado de chegar de viagem, e íamos criar uma empresa para que ele começasse a trabalhar, mas nunca chegou a funcionar. Está aqui. Estou lhe passando a baixa também.

Também tenho uma empresa que foi criada para gerir a empresa chamada Multiaction. Essa empresa era formada por cinco sócios. Ela se chamava MG5 Participações. Eram cinco sócios da SMP&B e da DNA. Como não queríamos aparecer, porque a empresa Multiaction prestaria serviço para outras empresas do setor de comunicação, para que não ficasse carimbada como empresas da área de comunicação, como a SMP&B e a DNA, criamos uma empresa chamada MG5. Também lhe passo o contrato social. Ela não tem conta em banco, não tem nada, e nenhum tipo de nota fiscal. Essas são as empresas que constam em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a Estratégia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah, perdão. Está aqui a Estratégia. Desculpe, Presidente. É uma empresa que foi criada em 2004 para fazer campanhas políticas. Foi criada em

6 de julho de 2004. Ela tem conta no Banco Rural, e está à disposição, também, o sigilo bancário. Eu também lhe passo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Qual a razão da empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para fazer campanhas políticas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas qual é o nome da empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Chama-se Estratégia. Não só campanhas políticas, mas também para empresas privadas, para estratégia de desenvolvimento de produtos e de mercado, também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As duas mais importantes que estamos investigando não estão em nome de V. S^a? A DNA e a SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estão no nome da minha esposa, Sr. Presidente, e eu posso explicar.

Continuando a história, em 1998, Sr. Presidente, e isso foi divulgado lá na imprensa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, eu entro numa disputa com o meu ex-sócio. E essa disputa foi muito acirrada. O Dr. Clésio Andrade Soares. Essa disputa foi muito acirrada. E para não ter problema para essas empresas, porque isso se tornou uma disputa quase pessoal, eu transferi essas empresas para o nome da minha esposa. E a minha esposa ficou me representando dentro dessas empresas. Essa disputa acaba, onde nós fazemos um acordo nos autos, e, para falar a verdade, até por questão de família, eu não consegui mais transferir essas empresas depois para o meu nome, porque a questão é que minha esposa achou: “Ah, você vai transferir, e tal”. Para falar a verdade, é o seguinte: ela achou que eu podia me separar dela. Então, ficou no nome dela. E eu, como não pretendo nunca, deixei no nome dela. Nada ilícito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a trouxe os contratos da DNA e da SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Vou passar a V. Ex^a, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As empresas que estão em nome... Enquanto eu aguardo os contratos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio aos Parlamentares. O Relator está fazendo seus questionamentos. Gostaria, também, de pedir à Segurança do Senado... O fundo, as cadeiras ao fundo estão disponíveis para a imprensa. E existem pessoas que não são da imprensa que estão ocupando esse espaço. Por favor, pediria a atenção da Segurança do Senado.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Além da DNA e da SMP&B, existe alguma outra empresa que está no nome de sua esposa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A 2S Participações. Só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Somente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Somente, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. Agora, especificamente com relação a sua contratação, gostaria de ter... Conseguiu localizar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não consegui. Mas com certeza tenho aqui, e vou passar a V. Ex^a daqui a pouco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, só algumas mais... Qual o capital da SMP&B Comunicação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aí eu vou ter que olhar aqui. Só um minuto, Sr. Relator, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Enquanto V. S^a procura, na verdade,...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não trouxe o contrato, Sr. Relator. Eu não estou achando. Mas eu ainda não tenho essa informação. Mas, no decorrer, meus advogados vão procurar saber e eu passo a V. Ex^a. V. Ex^a me desculpe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não. Teremos muito tempo. Na verdade, é uma informação importante. Se possível, gostaríamos que houvesse, na pesquisa que V. S^a irá proceder, e seria uma das perguntas que iríamos formular e que já antecipo: a evolução do capital da SMP&B. Porque há uma certa dúvida em relação à facilitação da participação de sua empresa em uma licitação cujo parâmetro a empresa não atenderia em virtude do capital. E houve uma modificação burocrática nesse limite, o que permitiu que a SMP&B participasse, e que é exatamente a licitação dos Correios. Mas, quando nos trouxer, no decorrer...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu gostaria de responder, Sr. Relator, a essa indagação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não, pode responder.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Posso responder, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito obrigado. Eu quero esclarecer esse episódio.

Primeiro, na licitação dos Correios participaram 55 agências. Qualquer alteração que houve no edital não foi para me favorecer porque, se você pegar a relação das 55 agências, a maioria não teria condições de entrar no estabelecido no edital inicial, somente as multinacionais. Então, foram 55 agências que apresentaram, por meio de processo licitatório dos Correios, as 55 propostas; todas apresentaram documentos técnicos; nós fomos uma delas. Além disso, quem ganhou a licitação dos Correios foram três agências: a Giovani; BAG, da Bahia; SMP&B, de Minas Gerais. Entenda bem. Não houve nenhum facilitador para a SMP&B ganhar, porque senão as outras 52 que teriam ficado de fora haveriam de recorrer. Além disso, houve uma comissão formada, se não me engano, por cinco pessoas, que não sei, não conheço nenhuma das cinco pessoas.

Esse episódio, Sr. Relator, quero deixar bem claro e refutar qualquer insinuação de que houve facilidade para a SMP&B ganhar. Não houve. Foi uma licitação técnica, dentro das normas técnicas que acontecem em todos os governos que nós passamos. E outra coisa: a SMP&B já havia atendido aos Correios em 1994 no Governo Itamar Franco. Então, já possuíamos expertise de atender aos Correios, e fizemos uma licitação que atendeu e ganhou a licitação pública que aconteceu nos Correios; foi estritamente técnica. Só isso que gostaria de deixar claro, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu só pediria, por favor, silêncio porque hoje temos muitos parlamentares e, principalmente, as últimas não estão conseguindo ouvir, efetivamente, o Sr. Marcos Valério. Eu pediria essa compreensão de todos.

Sr. Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a pode nos anunciar quais os valores das três empresas vencedoras?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não saberia informar, Sr. Relator, até porque não acompanhei, apesar da divulgação que saiu na imprensa, da minha ex-secretária, eu não acompanhei essa licitação. Como é de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe qual é o valor atual do contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei o quanto eu faturei no ano passado. Meu contrato começou em 2004. Em janeiro de 2004 eu faturei R\$28 milhões nesse contrato. Agora, eu gostaria de dar uma explicação sobre esse faturamento, se o Senhor me permitir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Bom, desses R\$ 28 milhões... Agora, faço questão de fazer um esclarecimento para acabar com qualquer dúvida, de se houve superfaturamento nas contas dos Correios.

Como é de público, todas as agências do Brasil inteiro faturam veículos e faturam também produção gráfica, e emitem essas faturas para os Correios. E fica à disposição das agências o valor da comissão, ou honorários das agências, que nos Correios a média é de 10% líquido; você tem 15% de média e, se não me engano, 8% de produção gráfica; vamos colocar uma média de 10%. Eu faturei R\$28 milhões; desses R\$28 milhões, eu paguei à Rede Globo de Televisão; eu paguei à revista **Veja**; eu paguei à **ISTOÉ**; paguei várias gráficas deste País. Então, se houvesse superfaturamento, os veículos estariam mancomunados comigo; eles teriam que ter me dado notas superfaturadas. Ao contrário, paguei a todos e me sobram R\$2.8 milhões brutos. Deduzindo os impostos, vamos colocar que me sobra R\$1.9 milhão. Estou fazendo, grosso modo, um raciocínio rápido, para colocar para os senhores que, na conta dos Correios, não há condições de superfaturamento. E eu proponho que se suspenda o meu contrato pelo prazo de uma semana e entre vasculhando tudo o que foi emitido de nota fiscal. Não há condições técnicas de superfaturamento ali. Essa conta é fiscalizada pela Auditoria interna dos Correios e pelo TCU. E eu abro as contas dos Correios, os meus faturamentos, a minha contabilidade para quem quiser. Eu não tenho nada a esconder. Estou aqui para colaborar, respeito profundamente todas as colocações dos Deputados, dos Senadores, e, da minha parte, vocês só vão ter colaboração. Só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O contrato da SMP&B é de R\$90 milhões.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O contrato que foi assinado com as três agências e é distribuído entre as três agências – vou lhe passar a cópia do contrato – é de R\$72 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, houve um aditivo em novembro de 2004, passando de R\$72 milhões para R\$90 milhões, e, no mês seguinte, o contrato foi prorrogado por mais um ano.

V. S^a não tem essas informações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho. E essa prorrogação é permitida por lei. Como também tenho contratos originados do Governo Fernando Henrique Cardoso, que foram prorrogados no Governo do Senhor Presidente Lula.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O questionamento não é quanto à prorrogação, embora ela, de fato, surpreenda, em virtude do acréscimo imediatamente precedente. Poder-se-ia ter feito um aditivo com o acréscimo e com a prorrogação.

Mas a dúvida, Sr. Marcos, é quanto aos 25% aditados, porque, até onde conseguimos investigar – e aí gostaríamos que V. S^a nos esclarecesse –, não se tem direito a acréscimo de 25%. Trata-se de uma leitura equivocada da Lei nº 8.666 que permite o acréscimo de 25%. Para que haja esse acréscimo, é necessário um acréscimo também de produção e, no aditivo, não há uma palavra sobre isso. Por isso, gostaríamos que V. S^a nos esclarecesse qual foi o acréscimo de serviço que correspondeu a exatamente 25% do contrato firmado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito importante. Excelente. O acréscimo foi de propaganda. E eu não sou *expert* em propaganda, não atendo diariamente os Correios. Fui nos Correios raramente. Estou lhe passando a cópia do contrato dos Correios, que foi assinado pelas três agências. E o acréscimo não foi para a SMP&B; o acréscimo foi para as três agências. E como foi de R\$90 milhões o total da verba que o Deputado está falando, ela está dividida entre as três agências. Então, houve uma proporcionalidade entre as três agências: cada uma faturou em torno, aproximadamente, de R\$30 milhões, não a SMP&B. E o aditivo, tenho cópia também, Sr. Relator, e estou lhe passando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a não teria algo mais concreto sobre esse adicional de serviço, foi propaganda de quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não teria porque não é a minha especialidade. Mas eu acho que o próprio Correios, e eu também posso verificar dentro da minha agência o que foi feito e lhe mando por escrito, Sr. Relator. Por escrito. Vou assumir esse compromisso com o senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O contrato que V. S^a tem com os Correios é única e exclusivamente esse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Única e exclusivamente esse, com os Correios. Existem outros contratos com outros órgãos públicos federais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais são os outros contratos que a SMP&B tem com órgãos federais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tem o Ministério dos Esportes, que eu ganhei – perdão –, que a empresa ganhou em processo licitatório...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No ano passado, faturei nesse contrato R\$850 mil, bruto, com uma comissão, no ano, de R\$85 mil reais. Está aqui a cópia do contrato e também foi prorrogado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É o mesmo contrato que vem desde a época sendo prorrogado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vem desde a época do Governo Fernando Henrique Cardoso, permitido pela lei e pelo edital. O original está aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual o outro órgão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Assinei esse contrato em 2001.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) O contrato era 600.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Seiscentos e cinquenta.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Faturei R\$850 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Relator, só...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, por favor, o Relator Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a está elencando os contratos com o Ministério dos Esportes. Qual é o outro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O outro é da Câmara Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual o valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O valor desse faturamento no ano passado foi de R\$8,8 milhões. E ele foi assinado no dia 31 de dezembro de 2003. Também estou passando a cópia, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais algum?

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Os aditamentos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também estou passando a cópia.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Os aditamentos na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio, por favor.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, os devidos aditamentos também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível*) Qual é o valor dos aditamentos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu pediria, por favor... Os Senadores e Deputados estão inscritos. Por favor, não vamos interromper os questionamentos do Relator, Deputado Osmar Serraglio. Há 34 Parlamentares inscritos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, para ajudá-lo, quaisquer que sejam as dúvidas, que reservem para esclarecer na sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com certeza, e é essa a proposta, Senador Jefferson Péres.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não é dúvida. Trata-se de uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Questão de ordem, Deputado...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu li o HC...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Qual é o artigo, Deputado?

O SR. (Orador não identificado) – É porque eu vejo o advogado se referindo ao depoente a todo momento. No entanto, o Código de Processo Penal é claro, em seus arts. 185, 186 e 187, e dispõe sobre o que deverá acontecer.

O art. 187 diz: “O defensor do acusado não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas não é uma questão de ordem isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado, eu gostaria que V. Ex^a reservasse esses comentários para a inscrição de V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Mas é justamente para V. Ex^a decidir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Estatuto do Advogado, claramente, dá condições para que o seu cliente o consulte ao longo do depoimento.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, estou aguardando do depoente a conclusão do rol dos contratos que tem a SMP&B com os órgãos federais.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Somente esses três. Câmara Federal...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ah, e dos Correios. Certo? E da DNA?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da DNA: Banco do Brasil, desde 1994.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Valor atual?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só um minutinho, Sr. Relator.

Faturei no ano de 2001, no Banco do Brasil, 43.882; no ano de 2002, 65.287 milhões; no ano de 2003, 75.771; no ano de 2004, 103; no ano de 2005, 39.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A DNA só tem com o Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Com o Ministério do Trabalho, que vem do Governo Fernando Henrique Cardoso, e foi prorrogado; com a Eletronorte, que também vem do Governo Fernando Henrique Cardoso e foi prorrogado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a conseguiu essa mesma evolução com os Correios? Em 2001, 2002, 2003, 2004?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, o contrato dos Correios começou em janeiro de 2004, e o faturamento de 2004 foi de R\$28 milhões. Estou lhe passando também. Sr. Relator, a cópia dos contratos da Eletronorte e os devidos aditivos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– São da DNA?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – DNA. Do Ministério do Trabalho, a quem nós atendemos desde 2001.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a não fez referência à SMP&B de São Paulo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não tenho contrato lá. A empresa foi fechada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Foi fechada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi fechada.

Vou passar também o contrato do Banco do Brasil, o devido aditivo e a evolução do faturamento, se o senhor quiser.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Queremos sim. É interessante.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

É importante salientar que, no Ministério do Trabalho, em 2002, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, faturamos R\$14 milhões; em 2003, no Governo do Presidente Lula, R\$5,389 milhões; em 2004, R\$1,682 milhão, bruto.

Na Eletronorte, em 2002, faturamos R\$12,208 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – Não ouvi, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em 2002, na Eletronorte, faturamos R\$12,288 milhões; em 2003, na mudança de Governo, R\$7,820 milhões; em 2004, R\$12,83 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez referência a que, evidentemente, estariam seus serviços documentados, e que a cobertura contábil teria ocorrido por meio da confirmação desses serviços pelos usuários da sua empresa, pelos clientes da sua empresa; mas, na verdade, há duas coisas que precisamos que sejam esclarecidas, porque o movimento financeiro das suas empresas – e aí nos centramos mais na SMP&B –, de alguma forma, é inusual. Ele destoa do comum da conduta comercial. E V. S^a, num primeiro momento, quis dar a entender que os seus pagamentos, os seus fornecedores seriam a contrapartida contábil, e que isso fecharia. Mas evidentemente há algo de excedente, há uma gordura não explicada. São valores que obtivemos – a imprensa inclusive noticiou – que chegam a R\$20 milhões, sacados em espécie. Se assim fosse, primeiro, V. S^a estaria anunciando que seus fornecedores privilegiam o pagamento em espécie; segundo, os valores são tão arredondados que dificilmente corresponderiam a pagamentos de algum fornecedor.

Essa informação de pagamento a fornecedor é uma informação que V. S^a dá obrigatoriamente, porque, quando os saques ultrapassam determinada importância, há necessidade de se justificar no estabelecimento bancário. O banco é obrigado a colher uma informação de quem saca sobre a razão de ser, porque isso é encaminhado ao Coaf. Houve uma universalização dessa informação sempre para pagamento de fornecedores. Num primeiro momento, V. S^a informou que seria para compra de gado, e até a Comissão aprovou um requerimento do eminente Senador César Borges, que vislumbrou a possibilidade de controle do Ministério da Agricultura saber qual seria a movimentação do rebanho seu. E, a par disso, este Relator informou ao público, à imprensa, quando questionado, que teríamos um mecanismo possível de aferição, porque gado

é coisa material, não é algo que não deixa sinalização. E dissemos que iríamos proceder a uma diligência para verificar o gado que V. S^a teria adquirido.

Então, de repente, V. S^a se viu em dificuldade, diante da provocação do Senador e diante da provocação da auditoria, e imediatamente retirou essa informação, que consta da imprensa, repetida em várias oportunidades. E, quando foi ouvido na Polícia Federal, passou a dizer que teria feito o pagamento de fornecedores, que teria feito investimentos e mais um, que agora não lembro; mas, enfim, V. S^a informou que teria aplicado em alguma outra destinação.

A distribuição, a empresa estaria distribuindo lucros aos – só pode ser – sócios a distribuição de lucros. De qualquer modo, a dúvida da Comissão, evidentemente, permanece: distribuição de lucros nesses valores, nessas oportunidades? Primeiro. Segundo: se a empresa de V. S^a efetuou investimentos, eles são palpáveis, e eu começaria por isso. V. S^a poderia nos dizer, daquele elenco de saques em espécie, o que daquilo se destinou a investimentos e que investimentos foram esses, para que possamos investigá-los?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Relator. Agradeço, até porque, esse episódio, vou fazer questão de esclarecer.

Primeira coisa: quando dei a entrevista à revista **Veja**, fui entrevistado por um jornalista chamado Edvar. E o Edvar, esse jornalista, me questionou os saques. Eu virei para ele – ele conversando em **off** – e falei: “deixa eu te perguntar: o senhor é da onde”? Ele virou para mim – porque ele questionava que saque não era normal neste País, quero deixar claro, é esse o questionamento dele – e disse: “Eu sou de Brasília de Minas”. “Ótimo, deixa eu te perguntar: eu sou de Belo Horizonte e vou à sua cidade, Brasília de Minas, comprar um gado lá, da pessoa do interior que nunca me viu, que tem lá três, quatro, cinco cabeças de gado. Você acha que ele vai aceitar um cheque meu”? O Sr. Edvar, que é de Brasília de Minas, virou para mim e falou: “Não, não vai aceitar. Só em dinheiro”.

Esse foi o exemplo que dei para a revista **Veja**. Em momento algum, eu afirmo que eu sou pecuarista e dono de cabeças de gado.

Outra coisa, Sr. Relator: na Polícia Federal, o meu depoimento é muito claro. O movimento da minha empresa, a SMP&B Comunicação, é uma empresa que tem 25 anos. Ela ganhou vários prêmios, e eu vou fazer questão de ler esses prêmios: Profissionais do Ano Rede Globo, Anuário do Clube de Criação de São Paulo, Prêmio Voto Popular, Prêmio Imprensa de Turismo, Prêmio Abril de Publicidade, Festival Latino-

Americano de Publicidade de Gramado, Festival de Nova Iorque.

É uma empresa, Sr. Relator, que tem 25 anos, conhecida no mercado publicitário muito, tem um faturamento com a iniciativa privada superior ao faturamento com as entidades públicas e, no ano passado, faturou R\$200 milhões. Os saques corresponderam a aproximadamente 4% do meu faturamento.

Devo informar que a Receita Federal começou um processo de investigação e de fiscalização dentro da SMP&B. Ali, dentro da minha contabilidade, que está apresentada à Receita Federal, nós vamos justificar os saques que porventura aconteceram e a origem de todo o meu faturamento, que está declarado dentro da Receita Federal e dentro da minha contabilidade.

Além disso, devo salientar que a SMP&B pode fazer saques em várias ocasiões. Uma: nós temos, como todos jornalistas aqui têm, pessoas jurídicas. E muitas dessas pessoas jurídicas a gente paga com recursos, em dinheiro. Temos alguns fornecedores para os quais você dá o cheque, ele vai ao banco e saca em dinheiro vivo. Ele endossa o cheque e saca em dinheiro vivo. E temos alguns fornecedores que vão ao banco, também endossa, saca e manda DOCs.

Todo o nosso movimento vai ser comprovado dentro dessa fiscalização que está acontecendo da Receita Federal. E devo salientar que tomei conhecimento do relatório do Coaf, via imprensa, num ato ilícito. Tomei conhecimento, via imprensa, num ato ilícito.

É só, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a terminou não informando, porque afirmou na Polícia Federal que investiu uma parte disso. Que investimentos a SMP&B fez no ano passado e neste ano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, esse investimento será apresentado devidamente no fórum adequado. Reservo-me o direito de não revelar esse investimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a também fez referência à distribuição de lucro. A distribuição de lucro se submete a um rito, é um procedimento, tem desconto de Imposto de Renda na fonte. V. S^a poderia nos esclarecer quanto a sua esposa – porque V. S^a não é sócio da SMP&B –, como sócia, recebeu de distribuição de lucro, em 2004, ou, eventualmente, em 2005?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso está devidamente declarado no Imposto de Renda, e eu não saberia te responder, porque não sou contador e não acompanho a minha declaração, mas, na minha declaração de Imposto de Renda, isso está devidamente declarado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, na verdade, V. S^a declarou na Polícia que quem atua na empresa é V. S^a. Parece que a sua esposa sequer vai até a sede da empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, quem atua sou eu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. S^a desconhece...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... não na área contábil e nem na área fiscal da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As declarações que estão nos jornais, de sócios seus, são de que é V. S^a que atua em relação à parte financeira da SMP&B. É estranho que V. S^a não conheça minimamente a movimentação financeira da empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como já é noticiado pela minha ex-secretária e noticiado pela imprensa, eu viajo muito. A imprensa já noticiou isso. Eu paro pouco dentro das minhas empresas e, se pegar a relação minha de viagens, paro em Belo Horizonte, no máximo, duas vezes na semana.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um inquérito em relação a notas frias, e V. S^a há de entender que se estamos procurando algum indício de superfaturamento, já temos anunciado, quando provocados a esse propósito, que um é esse excesso de dinheiro inexplicável, sacado em valores arredondados. Há um outro fato que foi apurado em inquérito, no sentido de que a empresa estaria se acobertando desses saques, porque, convenhamos, se sai dinheiro em espécie, não há a contrapartida. É preciso cobrir o caixa, senão o caixa via ficar com milhões, e aí ele se autodenunciaria. Como se reduz o caixa? Inserindo-se notas frias.

Nesse aspecto há uma notícia na **Folha de S. Paulo** de um inquérito em que Alcino Chaves Xavier Júnior... V. S^a o conhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço. É meu funcionário e é pessoa jurídica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pessoa jurídica?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, a maioria dos jornalistas aqui deve entender e a maioria do setor de comunicação também: as pessoas são pessoas físicas e pessoas jurídicas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não é preciso ser jornalista para entender. Nós também entendemos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpa, perdão! Peço desculpa. Não estou querendo agredir ninguém.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas que empresa é essa do Alcino?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Alcino...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que é funcionário seu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Eu posso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pode, pode. Gostaríamos da explicação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu gostaria de pedir desculpa.

O Sr. Alcino recebe o salário dele como pessoa jurídica. Não só ele. Como V. Exª vai ver, existe também, na SMP&B e na DNA, o próprio inquérito.

O Sr. Alcino recebe o salário dele como pessoa jurídica, e ele não tinha uma empresa. Ele tinha um problema no nome dele e trazia notas dessa outra empresa. E essa outra empresa, não sou responsável por essas notas. Pagamento de salário dele. Como foi também na SMP&B pagamento de salário da outra pessoa.

Esse é o episódio desses dois episódios. Se você pegar o valor, é o valor correspondente ao salário deles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem diz que V. Sª é o responsável é Cristiano de Mello Paz, que é o seu sócio.

“Marcos Valério é apontado como responsável pela contabilidade das agências por Cristiano de Mello Paz”. Salvo engano, é o sócio seu – Paz com “z”, uma ressalva. É o seu sócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É meu sócio, mas, volto a te falar: se você pegar a relação minha de viagem...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Perdão, Sr. Deputado!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Perdão! Desculpa eu ter chamado de “você”. Perdão!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não se preocupe com isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Volto a falar: se pegar a minha relação de viagem, paro em Belo Horizonte duas vezes na semana. A minha função na empresa é menos tudo do que a área financeira.

Então, a colocação do Cristiano de Mello Paz, meu sócio e Presidente da SMP&B, está equivocada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. Sª está desmentindo o seu sócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nem sei se ele deu essa entrevista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Há uma informação repetida no sentido de que a sua empresa é devedora da Previdência Social. Ela é devedora da Previdência Social?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Procede.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ela participa de licitações a despeito dessa inadimplência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse é um débito que está sendo questionado na Justiça. Estamos questionando na justiça esse débito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Está em juízo. Em que Vara?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aí eu teria que verificar, se o senhor me permitir consultar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pode ser, inclusive posteriormente.

Antes de V. Sª ter esses contratos com os Correios ...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está na Justiça Federal ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não ouvi.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpa, Sr. Relator. Está na Justiça Federal de Belo Horizonte e tem certidão negativa com efeito positivo. Está na Justiça Federal de Belo Horizonte, em discussão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. Sª também tem uma autuação do Imposto de Renda, da Receita Federal? A sua empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se o senhor me permitir, vou explicar um pouquinho desse da Previdência. Da Previdência é a mesma situação da pessoa jurídica. Essa autuação tem a ver com pessoa jurídica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas, enfim, V. Sª está acobertado por uma decisão judicial para participar de licitação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E da Receita o senhor quer as devidas explicações? Também é sobre o movimento total. Como a agência recebe dos veículos, recebe o dinheiro dos veículos que os órgãos fazem a devida comunicação – eu recebo da Rede Globo, recebo de outros veículos, de grandes veículos e pequenos veículos –, o movimento de CPMF é muito elevado e a Receita, então, entende que eu teria de pagar o imposto sobre o total do movimento. E a multa foi relacionada a isso e estamos discutindo, também, na Justiça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antes de V. S^a ter esses contratos com os Correios e com os órgãos públicos, a sua empresa tinha esse mesmo hábito de sacar em espécie?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O procedimento da minha empresa obedece a uma rotina.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, V. S^a tem condições de apresentar à Comissão a demonstração contábil da sua empresa no sentido de que esses saques em espécie não são coisas novas? Nesse volume?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha contabilidade, Sr. Relator, Sr. Deputado, estará à sua disposição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda que pondo de lado o aspecto técnico de contabilidade, V. S^a confirma? Teremos condições materiais, depois, de investigar? Talvez seja um ponto em que V. S^a pode captar a confiança e a confiabilidade da Comissão se aquilo que V. S^a informar corresponder. Em outras palavras, iremos aos bancos verificar se V. S^a tinha esse hábito de saques antes desses todos que estão sendo noticiados nos dois últimos anos. Por isso, pergunto-lhe: esse mesmo hábito V. S^a tinha nos anos anteriores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O movimento da minha empresa corresponde exclusivamente à rotina e, além disso, eu não teria nada a esconder, porque coloquei, na minha resposta ao Procurador-Geral da República, a quebra do meu sigilo telefônico e bancário, das minhas empresas e meu, pessoa física, por escrito. Entreguei no meu depoimento por escrito, que eu fiz ao Ministério Público Federal. Então, como a minha vida fiscal, o meu sigilo bancário, tudo foi discutido abertamente dentro da imprensa, num ato ilícito, então, eu já tinha colocado à disposição dos órgãos competentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ou as empresas às quais está ligado alguma vez fez alguma doação para algum Partido político, para alguma campanha política?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se fez, foi dentro da lei, Sr. Relator, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A pergunta é fática, não é jurídica. Fez ou não fez?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Doação, que eu me lembre, não. Mas posso verificar na contabilidade. Se fez, foi dentro da lei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a, como pessoa física?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a também justificou a possibilidade de que esses saques fossem em espécie, mas, imediatamente depois, depositados também em espécie. Poderia esclarecer se isso significaria algo interno às suas empresas? Qual é a afirmação sua perante a Polícia Federal? Qual a tradução dela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, não sou *expert* em banco, em saques de banco, apesar de haver saques.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A afirmação, a afirmação, Sr. Deputado, é que, muitas vezes, esses saques podem ter ocorrido dentro do banco pelos meus fornecedores ou saído com o dinheiro, ou, então, eles podem ter passado imediatamente DOC, parte de DOC e tudo. É a única afirmação que estou fazendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ou alguma empresa de V. S^a tem algum recurso no exterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, e franqueio também essa investigação por escrito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Outorga uma procuração à Comissão para que faça essa...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Outorgo essa procuração à Comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual a causa que foi patrocinada pelo escritório de advocacia Pimenta da Veiga para a SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vou entrar em detalhes, até para justificar a honra de um homem sério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com certeza, é o que nós desejamos, até para o bem dele, para o esclarecimento público.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Pimenta da Veiga passou pelo mesmo infortúnio que passei. Na época, eu perdi um filho de

seis anos de idade com câncer, e o Pimenta... Eu estava almoçando com um amigo nosso, em comum, em Belo Horizonte, e esse amigo em comum me contou a história do filho do Dr. Pimenta da Veiga, o Vinícius. Eu liguei para o Sr. Pimenta da Veiga e pus-me à disposição para o que ele precisasse. Ele me contou que os gastos estavam muito elevados, do filho. Eu sugeri a ele que eu estava precisando de um consultor jurídico para acompanhar alguns contratos da iniciativa privada e alguns contratos da iniciativa pública. O Pimenta, que é um grande jurista, consultou os impedimentos dele – ele já não era mais Ministro, ele estava começando a advogar – e aceitou a proposta. E foi isso que foi feito, Sr. Relator. Eu paguei ao Ministro Pimenta da Veiga os R\$150 mil – é verdade – pelos serviços jurídicos dele, e muitas vezes – vou deixar claro – foi com sentimento que ele e eu estivemos juntos. Só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Algum funcionário de V. S^a ou da empresa SMP&B procedeu a saque em espécie no banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Que eu tenha conhecimento, Sr. Presidente, no dia-a-dia da empresa, não sei especificar se algum funcionário meu foi na agência e sacou dinheiro, porque a empresa, como eu volto a reportar, faturou R\$200 milhões. É uma empresa que tem um movimento muito grande e os saques correspondem, da SMP&B, a 4% no ano e 8% no total de dois anos. Então, não sei especificar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a participou de uma intermediação de interesses junto ao Governo, em relação ao Banco Opportunity?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse é um episódio que eu gostaria de explicar.

A DNA Propaganda e a SMP&B Comunicação atendem a uma empresa chamada Telemig Celular, desde o tempo em que ela ainda era do Governo Federal. Ela foi privatizada e, depois de privatizada, o grupo do Dr. Daniel Dantas adquiriu essa empresa, e nós passamos a atender, a DNA e a SMP&B.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu peço, por favor... Frequentemente estou tocando esta campanha, pedindo silêncio. Temos, aí, um trabalho enorme ao longo do dia, por favor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aí, nós passamos a atender o Grupo Daniel Dantas. Num dado momento, nós tivemos um relacionamento com o Dr. Daniel Dantas e com o Dr. Carlos Rodenburg, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa intermediação resultou em sucesso no que se pretendia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A intermediação com?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com o Governo, com o poder, com as autoridades constituídas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não intermediei nenhum encontro do Dr. Daniel Dantas com ninguém do Governo. Intermediei um encontro do Sr. Carlos Rodenburg com o Dr. Delúbio Soares. E parece que não deu muito certo, porque o Governo está destituindo das empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem conhecimento de que há uma versão no sentido de que esses saques eram retirados com malas? Há um Deputado Federal, acompanhado do tesoureiro de um Partido, que confirmam que teriam recebido de V. S^a, em dinheiro, em espécie, em duas oportunidades diferentes, a soma de R\$4 milhões. A secretária também confirma a utilização de malas para transporte de dinheiro em espécie. Como a movimentação traduz, realmente, uma manipulação de dinheiro em espécie, que versão V. S^a nos dá a propósito dessas malas de dinheiro que são referidas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Bom, então, vamos reportar ao passado. O então Deputado Roberto Jefferson vem à Comissão de Ética e, na Comissão de Ética, são feitas duas perguntas iniciais a ele. Primeiro, se ele jura dizer a verdade. E ele responde: “Eu juro dizer a verdade”. Segundo, se ele confirma a entrevista da **Folha de S.Paulo**, e ele diz que confirma a entrevista da **Folha de S.Paulo**.

Então, vamos pegar a **Folha de S.Paulo** como verdadeira. Ele faz a seguinte declaração: “No princípio de julho de 2004, eu reuni o Partido e comuniquei: o repasse do dinheiro se daria em cinco etapas. O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho de 2004 – R\$4 milhões em dinheiro, em espécie, em duas parcelas: uma de R\$2,2 milhões e, três dias depois, uma de R\$1,8 milhão. Quem trouxe o recurso à sede do PTB foi o Marcos Valério, em malas de viagem. Eu e o Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, dividimos esses recursos entre candidatos e assumimos o compromisso que era do Genoíno comigo”. Vamos ficar por aí.

Bem, Sr. Deputado, Relator, o Deputado Roberto Jefferson vai construindo o depoimento dele, a versão dele, durante as entrevistas; vai criando e fundamentando os fatos dele. E eu pude acompanhar a entrevista do Sr. Emerson Palmieri, que fala que pegou o dinheiro, que só o pôs no cofre e entregou a chave do

cofre. No Roda Vida, o Deputado fala que já tem um cofre e um armário.

Vamos pegar a primeira quinzena de julho, numa reunião de Bancada – que nenhum Deputado confirma essa reunião, a data dessa reunião como verdadeira. De acordo com documentos que vou-lhe passar, no dia 01/07/2004, que é exatamente uma quinta-feira, eu peguei um avião e fui a São Paulo – estão o número do voo, do *ticket*, tudo aqui dentro. E dormi de quinta para sexta-feira no hotel, que estou apresentando o *voucher*, e voltei sexta-feira para Belo Horizonte. Os dias 3 e 4, respectivamente sábado e domingo, eu passei em Belo Horizonte, com testemunhas, numa hípica chamada Cepel, vendo a minha filha de 13 anos saltar a cavalo.

No dia 5/07, fiquei em Belo Horizonte e tinha que provar que eu estava em Belo Horizonte. Como eu frequento um restaurante onde eu simplesmente assino a nota e o tíquete do restaurante é eletrônico, e pode ser confirmado com testemunhas e tudo, lá, estou apresentando a nota do restaurante. Sai de lá às 14h18min. Então, na segunda-feira fiquei em Belo Horizonte.

Na terça-feira, peguei um avião em Belo Horizonte e fui ao Rio, e do Rio peguei uma ponte aérea para São Paulo. Estou apresentando os tíquetes também.

Na quarta-feira, eu saí de São Paulo e vim a Brasília, de avião de carreira, e também estou apresentando os tíquetes.

Na quinta-feira, fiquei também em Belo Horizonte. Como eu sou uma pessoa que frequenta o mesmo restaurante, assinei as notas também desse restaurante, com várias pessoas na mesa, o que pode ser verificado aqui.

Na sexta-feira, assinei a mesma nota do restaurante e assinei alguns documentos de contabilidade eletrônicos da SMP&B, que estou apresentando – sexta-feira dia 9. E na própria sexta-feira, eu saio de viagem de São Paulo para Guarulhos e embarco para Nova Iorque, entrando dia 10, de madrugada, nos Estados Unidos e só voltando dia 18. Estou te passando toda a documentação dessa relação.

Então, o Sr. Deputado Roberto Jefferson, fisicamente, só teria uma chance de se encontrar comigo: quando vim a Brasília, no dia 7. Fora isso, de acordo com a própria declaração dele, três dias depois, aí ele muda de três para quatro, de quatro para uma semana, e eu acompanhei todos os depoimentos, ele não encontrou comigo. Está aqui documentalmente provando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não se desloca a não ser através de voos comerciais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Polícia Federal já está verificando se eu fretei algum avião, se eu aluguei e se eu viajei em algum avião, de acordo com o DAC, livros de bordo de aviões que eu passei para eles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, independentemente da investigação da Polícia Federal, o que V. S^a nos diz? Viajou ou não viajou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não viajei, na primeira quinzena, de avião nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se valeu de aeronaves do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas vezes, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Saberá dizer mais ou menos em que ocasiões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi no início de 2003, com o então vice-presidente, Dr. José Augusto Dumont, que veio a falecer num acidente de automóvel no decorrer do ano de 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teve algum perdão de dívida de R\$9 milhões do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu fiz um acordo com o Banco Rural, judicial. Paguei e fiz um acordo com ele; não é um perdão de dívida, é um acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a dívida era de quanto e quanto V. S^a pagou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era desse valor e, se não me engano, eu paguei dois milhões, alguma coisa nesse valor. Se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O acordo reduziu de nove para dois?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso. Eu presto serviço de comunicação e são abatidos alguns valores, também, dessa dívida. A conta do Banco Rural é minha há mais de 10 anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem é Glênio...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Minha, não, desculpe, é da agência SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem é Glênio Guedes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, também para defender a honra de uma pessoa, também, que foi injustamente colocada.

O Dr. Glênio Guedes eu conheci durante os eventos de hipismo. Temos a mesma paixão – cavalos – e conversamos muito sobre cavalos, muito. E ele vai a Belo Horizonte, onde tinha uma irmã, ia visitar o Centro Hípico também, a meu convite. E foi a São Paulo, também, ver algumas provas de hipismo a meu convite. Nos tornamos muito, muito, muito... com um relacionamento muito íntimo. E, muitas vezes, o Dr. Glênio Guedes me solicitava ajuda de emitir passagem, não porque ele precisasse que eu pagasse, não – ele reembolsou todas as passagens e isso está na minha contabilidade -, mas porque eu tinha facilidade de a minha secretária emitir passagem e ele não tinha secretária à época. E foi só isso.

Eu, para falar a verdade, me surpreendi com essa colocação do Dr. Glênio Guedes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual colocação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Que saiu na imprensa que ele teria facilitado e que eu teria negócios. Com toda pessoa, agora, que eu falo que eu tenho algum relacionamento, são negócios escusos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A secretária Karina – aí, nós voltamos um pouco a um assunto precedente – falou, na Polícia Federal, que várias vezes presenciou a saída de *office-boys* e *motoboys* com destino ao Banco Rural, para buscarem vultosas quantias em dinheiro que eram entregues a Simone Vasconcelos.

O que V. S^a tem a esclarecer sobre isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante esclarecer que a agência SMP&B, que é um das maiores agências do Estado de Minas Gerais, tem dois andares. No primeiro andar, ficava a Sr^a Karina. No segundo andar, funciona toda a área administrativa. Ela ficava justamente no final do prédio, no final do andar. Ela não tinha acesso nenhum ao financeiro.

Esclareço, também, que a raiva dela da Simone é porque a Simone é testemunha no processo que eu movo contra ela, e sou réu nesse processo, de chantagem e extorsão. A raiva dela, que ela declara em outras entrevistas, é contra Adriana Fantini – perdão, eu sou a vítima –, que também é testemunha contra ela no processo que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais move contra ela também, em que eu figurei como vítima.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, a investigação nossa com os seus funcionários, *boys* e *motoboys*, que, com certeza serão identificados...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...será uma busca baldada, porque não encontraremos pessoas que teriam transportado, retirado dinheiro em espécie e levado para a Simone Vasconcelos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, V. Ex^a verá, dentro dessa busca que vai fazer, Sr. Deputado, o normal de uma empresa trabalhando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a foi avalista de algum Partido político? Em que estabelecimento? Em qual valor? Em que circunstâncias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fui avalista, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Somente do Partido dos Trabalhadores ou de algum outro banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Somente do Partido dos Trabalhadores, no Banco BMG, a pedido do Dr. Delúbio Soares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Financiamento de?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho que de dois milhões e pouco. Não lembro o valor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o pagamento de uma parcela foi efetuado por V. S^a ou pela empresa, ou não foi feito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse episódio eu gostaria de esclarecer, Sr. Relator.

O Dr. Delúbio me pediu para ser avalista, na época, porque o Partido estava precisando liquidar alguns débitos internos dele, e o banco exigia ou garantia real, ou um aval que tivesse lastro. Eu fui o aval, a pedido dele. Na época do vencimento, o Partido não teve condições de honrar e o banco iria executar. Eu falei com o Sr. Delúbio que eu iria pagar a parcela que estava vencida, os juros, e que eu não iria mais figurar como avalista do contrato, porque eu não poderia ter problemas na minha vida de execução. Foi isso que procedeu. Eu paguei, via uma antecipação que foi feita dentro da SPM&B, uma transferência direto para a conta do Partido, eletrônica, identificando e registrado dentro da contabilidade. O Partido dos Trabalhadores deve essa operação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. S^a procedeu no banco a retirada do seu nome como avalista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Eu pedi ao Dr. Delúbio Soares que retirasse meu nome como avalista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas houve essa operação, essa retirada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Houve essa retirada, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, hoje, no banco, V. S^a não é avalista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Não sou avalista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez referência à contratação de funcionário que, na verdade, seria uma empresa. Isso não é uma forma de burlar o Fisco, na medida em que usa um funcionário como empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Eles são prestadores de serviços e isso é praxe dentro do mercado. Apesar de ninguém admitir, é uma praxe dentro do mercado, como é uma praxe dentro do mercado de imprensa, também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fez referência, na Polícia, à distribuição de lucros, disse que eram relacionados à SMP&B, à DNA e à Tolentino&Melo. Em algumas dessas V. S^a é sócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Na Tolentino & Melo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quanto V. S^a obteve como lucro distribuído na Tolentino&Melo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Um momento, por favor. Está no Imposto de Renda, eu não tenho esse valor de cabeça, mas deve girar em torno de 600. Não tenho esse valor de cabeça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E essa distribuição se operou na empresa com valores repetidos, arredondados, tal qual esse noticiado na Coaf, em relação a esse MP, onde V. S^a não é sócio, é a esposa, mas diz que ela tem essa forma de recebimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Acredito que sim. Acredito

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a se comprometeu junto à Polícia Federal a apresentar, em três dias, a relação dos clientes da empresa que estavam relacionados a esses pagamentos. V. S^a atendeu esse compromisso junto à Polícia Federal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Fiquei de apresentar a relação dos meus clientes, não os relacionados aos pagamentos, mas apresento ao Senhor o portfólio, os meus clientes, de onde se originam todos os meus faturamentos, e o portfólio das empresas SMP&B e DNA Propaganda. Vou passar às mãos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é o faturamento? V. S^a fez referência a faturamento privado e público, aproximado. Qual é o faturamento do conjunto, do grupo de empresas, junto à iniciativa privada e junto aos órgãos públicos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Elas são empresas independentes. A SMP&B faturou 200 milhões, 28 no ano passado, com 28 dos Correios, com 8 e pouco, vamos arredondar para 40, para ficar fácil a conta – ela corresponderia a 20% do faturamento global da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As únicas empresas de V. S^a que têm relações com órgãos públicos são a DNA e a SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – As únicas que têm relação de licitação, sim. A DNA e a SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A SMP&B faturou 200 milhões, dos quais essa parte que V. S^a anunciou seria de órgãos públicos. E a DNA, qual é o faturamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Vinte por cento em órgãos públicos. A DNA faturou quase 200 milhões e, ali, a participação de órgão público é maior um pouco. Ficaria em 50 a 50.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a deve ter visto ou ouvido nas notícias que há um movimento de 1 bilhão e algo assemelhado. Que informação V. S^a nos dá a esse propósito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Eu acho que a Receita Federal, que começou um processo de investigação e de fiscalização dentro das empresas, vai chegar à conclusão que os meus faturamentos têm origem e têm destinatários.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas à soma do seu faturamento, no conjunto de empresas, não teria como, pelo menos aproximadamente, fazer referência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – No ano passado, as duas devem ter faturado uns 400 milhões juntas, mais uns 40 da Multi Action, 440, mais uns 2 da Tolentino&Melo, 442. É em torno disso. Estou falando grosso modo, para tentar responder à sua colocação, Deputado. Estou te passando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Alexandre Chaves Rodrigues?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O portfólio de todos, com o faturamento e com os clientes que são ativos dentro das empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra de Alexandre Chaves Rodrigues? Já ouviu esse nome?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Motorista do PTB?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que é uma das pessoas que sacou dinheiro no Banco Rural, na conta da SMPB.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da SMPB, eu não acredito em saques dessa pessoa, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E da DNA?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei da impaciência dos companheiros, mas estou concluindo.

Que tipo de relacionamento V. S^a teve com o Diretor da Casa da Moeda? Que negócios V. S^a teve? Ou não negócios, conversações, com o Diretor da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É outra pessoa também que começa a se relacionar comigo e é julgada também. Todas as pessoas que se relacionam comigo, hoje, têm medo. O Dr. Manoel Severino, eu conversei com ele sobre política. Ele era do PT, do Rio de Janeiro. E essa empresa, Estratégica, foi montada para fazer candidaturas políticas; e nós discutimos políticas. Eu vou lhe apresentar a prestação de contas da Estratégia, e o você vai encontrar – perdão, perdão senhor, desculpa –, o senhor vai encontrar a Prefeitura de Petrópolis, Sr. Deputado, que foi emitido nota dela. Vou lhe passar por escrito agora, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Desculpe também, eu não prestei a atenção. Qual a referência que V. S^a fez a propósito desse contato com o Diretor da Casa da Moeda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Político. Estritamente político, sobre campanhas políticas no Estado do Rio de Janeiro. Ele participava de algo relacionado à Prefeitura de ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De Petrópolis?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele participava do Diretório do PT. Ele era do PT, do Rio de Janeiro. E a única campanha que eu fiz, no Rio, foi a do candidato, então, do PT de Petrópolis. Está aqui o valor da campanha. O nome da empresa que fez, e as declarações do TER.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem uma condenação por sonegação de contribuições previdenciárias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que fase está?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está em fase recursal. Eu não sou *expert* em advocacia, mas está em fase de recurso; eu recorri.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa sonegação teria ocorrido em que empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – DNA Propaganda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – DNA Propaganda.

V. S^a conhece Emerson Palmieri?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Posso te passar também todos os processos dessas empresas.

Um momento. (Pausa.)

Os processos todos estão aí, Deputado Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

V. S^a conhece Emerson Palmieri?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a já fez uma referência a isso. Segundo sua avaliação, é uma pessoa de crédito? De confiança? Uma pessoa em que se pode acreditar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Deputado Relator, eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o tipo de conhecimento que V. S^a tem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu conheci o Sr. Emerson Palmieri na sede do Edifício Varig, no PT. Nós conversamos estritamente sobre política, sobre eleições. Ele me contou as histórias das viagens dele, as que ele faz de Hally Davidson e tudo; nenhuma intimidade maior nesse sentido de nenhum negócio, nenhum negócio de dinheiro, nenhum negócio de levar mala. Eu me surpreendi com essa informação do Sr. Emerson Palmieri. Na minha opinião, nesse dado, ele não merece o menor crédito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece a empresa Longo Alcance, de São Paulo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual a atividade dela, e qual a relação que V. S^a tem, as suas empresas, com essa Longo Alcance? De quem é essa Longo Alcance?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, eu não tenho nenhum relacionamento com essa empresa. Mas conheci o dono da Longo Alcance porque ele era presidente de uma empresa que atende junto com a DNA Propaganda e Ogilvi e a Dmais a conta do Banco do Brasil. Ele era Presidente do Grupo Total. Era o Sr. Gabriel Rico, se não me engano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Gabriel Rico é o titular da Longo Alcance?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era o titular da Longo Alcance.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não percebi. E qual é a atividade, o ramo da Longo Alcance?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu sei, por alto, que ela representa veículos de comunicação. É a única coisa que eu sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Oficiais também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei dizer. Eu não tenho intimidade com essa empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A DNA ou a SMPB, de alguma forma, tiveram algum relacionamento com essa Longo Alcance?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que não, porque é uma empresa que trabalhava, como outras “N”, em Brasília, representando vários veículos de comunicação: rádios do interior, jornais do interior. Eu creio que não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É uma agência de publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é uma agência. Eu diria que é um birô de vários veículos, de jornais. Os jornais, geralmente, do interior ou rádio do interior, têm representantes em Brasília. Ela seria um desses representantes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela teria alguma força para intermediar, enfim, para interferir na distribuição de verbas relacionadas à publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um questionamento em relação ao Banco Popular, que ele teria só três agências, e terminou gastando R\$ 24 milhões com publicidade. V. S^a poderia nos esclarecer que publicidade foi essa, em relação a quê que beneficiaria essa atividade restrita de três agências?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi muito boa e pertinente essa pergunta. O Banco do Brasil possui três agências: a Dmais, a DNA Propaganda e a Ogilvi. Num dado momento, o Banco do Brasil resolve criar um Banco Popular, que era para microcrédito. E procede a uma licitação interna, entre as três agências, de campanha publicitária para lançar o Banco Popular no mercado. As três agências participam dessa licitação interna. E um comitê de *marketing* do Banco do Brasil escolhe as campanhas vencedoras. E uma das campanhas vencedoras, a campanha vencedora de lançamento foi da DNA Propaganda. Então, houve uma licitação interna e a DNA Propaganda lançou. **A posteriori**, houve outras licitações dentro do Banco Popular, que outras agências ganharam, não a DNA Propaganda. Mas o lançamento do Banco do Brasil para o mercado foi feito pela DNA Propaganda, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse valor: R\$ 24 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que sim, apesar de não estar familiarizado com o faturamento do Banco Popular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece João Cláudio Genu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. O conhecimento do gabinete do Deputado José Janene.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele costumava freqüentar encontros seus ou a agência sua? Ele tinha alguma razão, algum elo de ligação, recebeu valores...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. E não tenho nenhuma intimidade com ele, no sentido de negócios, de valores, de transferência de recursos, nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse conhecimento que V. S^a tem, pode pelo menos fazer referência onde isso ocorreu? Foi no gabinete ...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, foi no gabinete do Deputado José Janene.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a esteve no gabinete do Deputado José Janene?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, estive no gabinete do José Janene.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece Marco Antônio, da Diretoria de Comunicação da Secom?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Marco Antônio Flora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Lá, é Marcos Flora. Estou perguntando Marco Antônio, da Diretoria de Comunicação da Secom.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A esposa dele é sua representante em Brasília?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. A esposa dele trabalhou para a Multiaction Eventos, em Brasília; era Diretora da Multiaction Eventos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, evidentemente ainda há muito por ser esclarecido e, já antevendo que nós iremos ficar até à meia-noite, me dou, momentaneamente, por satisfeitos, mas acompanharei os questionamentos. E, na medida do possível, também pedirei a permissão dos Parlamentares para, quando necessário, interferir.

Agradeço a tolerância de todos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Relator, Deputado Osmar Serraglio, pelo otimismo do “até à meia-noite”. (Risos.)

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

Vou controlar o tempo com absoluto rigor e tolerância zero.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Aumentou o número das minhas rugas, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também vou solicitar ao depoente, já que nós não temos, em função do tempo, que é determinado, a possibilidade de fazer como o Relator, que faz os questionamentos e que V. S^a vai respondendo. Nós não temos condição de fazer isso objetivamente, em função do tempo que é dado para cada um das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e Deputados.

Quero deixar claro para V. S^a e para qualquer outra pessoa que, todas às vezes – eu não sinto nenhum prazer de estar em situações como essa –, até porque, todas as vezes que alguém começa a prestar um depoimento, humildemente, eu fico tentada a ficar muito sensibilizada em relação ao quadro e à situação de quem se sente aí na condição de depoente, primeiro, porque eu penso especialmente nas crianças – nos filhos – e nas mães. Eu costumo pensar nessas coisas. Sempre fico pensando, imaginando a dor dos

filhos de quem está aí sentado, das crianças, como eles passam a vivenciar o dia-a-dia na escola, como é que eles passam a ser humilhados na escola, como é que fica a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...como é que fica a angústia no coraçãozinho de uma criança diante das coisas que vão sendo ditas pela imprensa relacionadas aos seus pais. Eu quero dizer a V. S^a também que sinto, sinceramente, a dor da perda do seu filho. Eu sei, porque senti essa dor muito perto da minha vida e sei, certamente, que não há outra dor maior do que essa. Aprende-se a conviver com essa dor, mas não se consegue superá-la.

Eu também não tenho dúvida, não tenho dúvida, e a literatura mostra isso, e também a vida objetiva, que muitas pessoas, que são absolutamente frias na arte do roubar e até do matar, eles, às vezes, conseguem ser bons pais, boas mães. Às vezes, eles conseguem ser acolhedores, carinhosos; às vezes, tentam passar para os seus filhos bons valores que, pelo exemplo, eles estariam incapacitados de passar. Então, não se trata exatamente disso. Eu sei também que quando a gente está tratando de casos como esse, temos a obrigação de pensar além da dor pessoal e familiar, que é muito grande, é respeitável. Mas existe uma outra dor maior, sufocante, angustiante, que é a dor de milhões de mulheres e homens de bem e de paz, que são honestos, que tentam criar os seus filhos dando bons exemplos de honestidade, que ficam absolutamente indignados e angustiados diante da impunidade para a delinquência de luxo. Porque todas às vezes que uma pessoa rica e poderosa se beneficia do dinheiro público, patrocina verdadeiras e luxuosas orgias com o dinheiro público, se beneficiam com viagens internacionais, com casas maravilhosas, com tudo aquilo que o dinheiro é capaz de dar – especialmente o dinheiro saqueado dos cofres públicos. Isso gera uma angústia muito grande na população, de maneira geral, porque a população sabe que se o pobre roubar o pão para alimentar o seu filho faminto, que está em casa, o seu destino vai ser o Carandiru, o presídio, a cela malcheirosa e os maltratos; enquanto que o de luxo, aquele que muitas vezes conjuga de todas as formas e modos o verbo “roubar”, sem risco, sob o manto da impunidade da elite política e econômica, esses, às vezes, são recebidos nos salões da *high society*, no Congresso Nacional, circulam, com desenvoltura, como se pessoas honestas fossem e, efetivamente, não o são. É por isso que nós temos, aqui, a obrigação de sermos extremamente rigorosos no papel que nos cabe. Uma CPI é capaz de dar o tributo, a honraria da inocência para quem inocente é. Mas ela é capaz também de

estabelecer mecanismos para indiciamentos de outros órgãos do Ministério Público e uma gotinha de oxigênio e de esperança para milhões de pessoas que, por mais que a realidade implacável diga “não”, por mais que a realidade implacável diga “que vale a pena roubar”, mesmo assim, eles continuam dizendo aos seus filhos: “Não roubem, não matem, não sejam delinqüentes”. Eles continuam dizendo isso. Então, a nossa obrigação é muito também em relação a isso.

Sr. Marcos Valério, eu vou diretamente a algumas questões, que estão sendo tratadas na imprensa, que V. S^a tratou no depoimento à Polícia Federal. Infelizmente, para tristeza minha – porque eu não me canso de repetir, e se alguém achar ruim, que ache, porque eu vou continuar repetindo sempre –, eu sempre fico angustiada diante dessas denúncias graves, e não são apenas denúncias, mas indícios relevantes de crimes contra a administração pública, patrocinada por este Governo e articulada numa verdadeira articulação de gangues partidárias – PT, PMDB de PTB –, eu fico muito mais triste e, certamente, ficaria feliz de estar discutindo isso quando era o Governo Fernando Henrique Cardoso e a sua tropa de choque quando fazia. Sinto-me mais triste porque eu dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir o PT, e nem os posso trazer de volta, e repito isso muitas vezes – muitas vezes – para quem quiser ouvir, e quem não quiser ouvir, ouvirá todas as vezes que eu entender necessário, porque não é uma coisa qualquer quando um Partido de esquerda se submete, se presta a ser parte de tudo aquilo que condenou ao longo da sua história de vida. E, aí, eu entro nos questionamentos que, se V. S^a puder anotar, seria melhor.

O senhor disse, na Polícia Federal, que, no segundo semestre de 2002, conheceu o Sr. Delúbio Soares, Tesoureiro do PT, que, volto a repetir aqui – para quem quiser ouvir e para quem não quiser ouvir também –, é inimaginável que o Sr. Delúbio Soares, que o Sr. Sílvio Pereira, o Deputado José Dirceu pudessem fazer alguma coisa sem o conhecimento e sem a autorização do Presidente Lula. Mas isso a CPML poderá mostrar, e eu poderei ter que me desculpar no futuro, diante dessa observação muito objetiva que faço. O senhor conheceu o Sr. Delúbio Soares em 2002. Oito meses depois o senhor já era avalista de um empréstimo de R\$2,5 milhões, pagando, inclusive, uma parcela de juros desse empréstimo, porque assumiu a dívida solidariamente – aliás, o BMG, nós temos que investigar também, porque é um Banco que tem 40% dos empréstimos de créditos consignados nele. O senhor tinha inclusive a possibilidade, conhecendo há pouco tempo o Sr. Delúbio Soares, de já ser avalista de um empréstimo como esse. O Deputado José Borba – e

não foi só o Deputado Roberto Jefferson – disse, ontem, da tribuna da Câmara, que os encontros que tinha com V. S^a se destinavam a analisar e definir ocupação de cargos, já que, publicamente, se atribuía dele ser parte do esquema do mensalão. O senhor já era capaz, inclusive, de intermediar relacionamento entre o Banco Rural e o Banco Central, articulando com dirigentes do PT, encontros com os diretores da fiscalização do Banco Central. Intermediou encontro com o Sr. Carlos Rodenburg, acionista do Banco Opportunity, que dizia estar enfrentando problemas na relação com o Governo. O senhor disse, no depoimento à Polícia Federal, que vinha tendo problemas em relação a ganhar licitações. Não conseguiram vencer nenhuma das licitações de que participavam...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... e, sendo assim, as referidas empresas estavam sendo desativadas – estou concluindo, Sr. Presidente. Entretanto, V. S^a ganhou muitos contratos vultosos em órgãos públicos no atual Governo. E aí eu quero que o senhor possa detalhar para todos sobre os contratos de comunicação.

Como sabemos, as licitações dos contratos de publicidade elas são, em maioria, do tipo técnica e preço. Ela tem também um caráter subjetivo, que é quando uma comissão se reúne e, pelo caráter subjetivo, diz que a melhor publicidade é aquela ou outra.

O senhor disse, aqui, que seria tecnicamente impossível superfaturamento, pois os veículos teriam que estar – palavras de V. S^a – mancomunados. Entretanto, sabemos que a agência passa para o cliente uma nota fiscal, que não necessariamente especifica o que foi gasto em cada veículo, notas específicas de cada veiculação. O trabalho todo inclui, para criação e outras coisas mais, inclusive questões subjetivas das agências, que podem dar margem à manobra. Cada agência tem um acordo com um veículo que dá um desconto, e as mais ativas no mercado podem...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... até ser descontado do cliente. Então, eu quero que V. S^a nos esclareça também sobre a bonificação de volume, porque recebemos uma denúncia, que não existe comprovação, até porque a pessoa que fez a denúncia não se predispõe a depor, em que dizia que a forma de desconto, a bonificação de volume, que, como sabe V. S^a, é um estímulo dado pelos fornecedores das agências aos seus anunciantes, ao invés de dez, daria doze anúncios e, ao invés de eles darem dois anúncios a mais, eles pagariam em dinheiro, e a própria agência forneceria...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, por favor, concluindo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou concluindo; estou concluindo.

A agência forneceria uma nota fiscal aos fornecedores, que recolheriam impostos e legalizaria algo que entraria em dinheiro, em espécie.

Uma outra coisa, volto a repetir, Sr. Relator, a necessidade de termos acesso à nota jurídica, que foi produzida pelo setor jurídico dos Correios, que impedia uma das empresas do Sr. Marcos Valério a se capacitar ao processo licitatório. Depois, por vias transversas, segundo denúncias por meio da participação da Secom, isso acabou sendo viabilizado.

Gostaria que V. S^a detalhasse também – aí é uma pergunta grande – em relação ao contrato feito com a Câmara dos Deputados, inclusive de mais de R\$10 milhões, inscrevendo os R\$10 milhões em restos a pagar, ainda no dia 31 de dezembro.

Que V. S^a nos disponibilizasse também, até porque os dados que chegaram, ontem, no Coaf, não por responsabilidade do Coaf, porque o Banco Central, ou por omissão, ou por negligência, ou por qualquer outro adjetivo, ou irresponsabilidade, acabou não fiscalizando os bancos, que, por sua vez, não encaminharam ao Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, por favor, conclua, porque isso vai afetar todos os outros questionamentos. Por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Por uma questão de solidariedade com os colegas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, claro. A solidariedade aos colegas, o respeito aos colegas e a solidariedade ao processo de investigação como quer, como manda o povo brasileiro.

Que V. S^a diga quais os saques. Porque, os saques citados pelo Relator, não houve nenhum saque em Brasília; nenhum saque em agência em Brasília; nenhum saque em dinheiro, montanhas de dinheiro que foram sacadas, supostamente para pagar o mensalão; nenhuma chegou, porque as agências não disponibilizaram ainda. Inclusive apresentamos um requerimento para que isso fosse disponibilizado.

Outra coisa: que V. S^a trate sobre os contratos do Banco Popular. Como sabemos todos nós, o Banco Popular, que emprestou R\$20 milhões e acabou gastando R\$25 milhões em publicidade. Que o senhor possa disponibilizar isso.

O senhor disse também, no depoimento à Polícia Federal, que iria providenciar os levantamentos neces-

sários necessários para comprovação dos saques. No seu depoimento, não indicou nenhum fornecedor ou ativos adquiridos com o dinheiro sacado em espécie. Peço a V. S^a que disponibilize a esta Comissão esses levantamentos, com os quais já se comprometeu com a Polícia Federal.

Já me reinscrevo novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

Gostaria de ponderar – não é crítica a ninguém – que, efetivamente, nos concentremos na averiguação, nos questionamentos, nas perguntas. Peço também aos Parlamentares que não repitamos determinadas perguntas que serão feitas, naturalmente, ao longo desta reunião, para que tenhamos objetividade. O importante é a averiguação.

Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senadora, vou procurar responder a todos os seus questionamentos.

O primeiro questionamento: sou aval do PT no contrato inicial do Banco BMG no valor de R\$2,5 milhões. Eu paguei a primeira parcela do vencimento, de acordo com o que falei ao Relator, de R\$351 mil. É verdade. Procede, e está na minha contabilidade.

O Sr. José Borba: mentiras as afirmações do Deputado José Borba. Volto a falar: mentiras as afirmações do Deputado José Borba.

Relacionamento BC/Banco Central.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. S^a encontrou o Deputado José Borba, e do que tratou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tratei de assuntos políticos, e encontrei realmente o Deputado José Borba. Assuntos políticos. Campanhas políticas do PMDB. Não tratei de cargos, até porque, daqui a pouco, vou ser um ministro sem pasta, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há muitos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – BC/Banco Rural. Levei o Dr. José Augusto Dumont, falecido, ao Banco Central para conversar assuntos relacionados ao relacionamento do Banco Rural com o Banco Central, com a presença do Deputado Virgílio Guimarães, do PT. Entrei calado e saí mudo. O Deputado é testemunha disso. E ele tratou exclusivamente de relacionamento do Banco Central com a entidade dele, e mais nada.

Carlos Rodenburg, eu o apresentei, sim, ao Dr. Delúbio Soares. Verdade. Confirmo essa apresentação.

Meus contratos das agências com Governo Federal. É importante salientar que, primeiro, a licitação da DNA Propaganda com o Governo Federal à Eletronorte aconteceu durante o Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, dentro das normas, dentro da maior transparência. Ganhei – perdão – , a agência ganhou dentro da maior transparência. Não houve nenhuma influência política. As renovações dos contratos **a posteriori** obedeceram às normas licitatórias vigentes.

O Ministério do Trabalho: a agência já atende, há muitos anos, o Ministério do Trabalho – há mais de dez anos – , e veio ganhar também dentro das normas licitatórias. E as renovações foram dentro das normas contratuais permitidas.

O Banco do Brasil: a agência atende desde 1994, e vem ganhando a conta dentro das normas e dentro de um trabalho competente, que vem fazendo dentro do Banco do Brasil.

A SMP&B Comunicação ganhou o contrato do Ministério dos Esportes também dentro das normas, na época do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, transparente, sem menor vício em nada. Ela ganhou dentro da legalidade esse contrato do Ministério dos Esportes.

Idem na conta dos Correios. Já tinha ganho dentro do Governo Itamar Franco, em 1994, e voltou a ganhar agora no Governo do Presidente Lula. Dentro das normas, a nota técnica, a nota jurídica não beneficiou a minha agência. Podemos verificar todas as 55 empresas. Com certeza, beneficiou várias outras empresas também. Da Câmara Federal, ganhamos o contrato através da SMP&B dentro das normas e das normas técnicas também. A subjetividade e a análise da comunicação, isso vem de acordo com vários governos, seguindo o mesmo procedimento: técnico, subjetivo, criatividade e preço. Aí não compete a mim falar se é certo ou errado. Isso é uma análise do Governo. BC/Coaf – isso tomei conhecimento da listagem do Coaf de uma forma ilícita pela imprensa. Não tomei conhecimento, não sei a relação de saque, não sei os valores. Foi o que eu ouvi divulgado pela imprensa; um documento sigiloso – que considero – divulgado pela imprensa. Banco Popular, volto a explicar: foi feita uma licitação entre as três agências para o lançamento do Banco Popular. Essa licitação foi submetida a um comitê de crédito do Banco do Brasil. Com certeza, há uma ata dessas reuniões e onde foram julgadas todas as campanhas. E a campanha vencedora de lançamento foi a da DNA Propaganda. Logo em seguida, teve outras campanhas que outras agências também ganharam. Ativos adquiridos da empresa: reserve-me o direito de não expor aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, Sr. Presidente. Ele faltou responder duas. Faltou responder a que trata do BV, da Bonificação de Volume, e também qual o tema que levou a Sr^a Karina a fazer chantagem e extorsão. Qual o tema que acabou V. S^a processando no Ministério Público? Então, essa questão da suposta chantagem e extorsão da Sr^a Karina, qual a motivação, qual o tema, o volume dos saques em Brasília e a questão do BV – desculpe-me – Bonificação de Volume.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpa, Senadora. Perdi-me um pouco. Bonificação de volume, eu não tenho conhecimento. Não é da minha área porque eu não tenho esse tipo de conhecimento de bonificação de volume. Sei que os veículos fazem, sim, senhora, mas não tenho conhecimento de valores. Não tenho conhecimento.

Karina. Aí eu vou apresentar alguns documentos sobre esse episódio da Karina.

Senadora, vou passar ao Relator como são feitas as notas das empresas e também do Banco do Brasil e de outros órgãos, como é feito e os veículos que estão aqui e o que realmente fica para as agências. Estou lhe passando todas as notas fiscais emitidas em um certo período.

Aqui, um relatório falando dos ganhos das empresas com os devidos veículos também, e é tirado por amostragem. As contas estão abertas para serem verificadas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Os ativos V. S^a disse que não poderia disponibilizar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, por favor. Gostaria, Sr. Marcos,...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele não respondeu sobre a Karina. Ele tem que responder.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Marcos Valério, por favor. Ele vai responder agora, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E sobre os levantamentos necessários...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Estamos há vinte minutos no primeiro Parlamento. É demais!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sinto muito, Sr. Presidente. Ele só tem que responder.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a defi-

nissem claramente dois procedimentos. V. Ex^a delimitou dez minutos para as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Dez minutos entre perguntas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. Ex^a delimitou dez minutos para as perguntas; depois seria dado tempo necessário para o depoente oferecer as suas respostas.

Eu queria apenas que V. Ex^a definisse um tempo para os Parlamentares que fizerem a opção de perguntar e ouvir imediatamente a resposta do depoente, o que, inclusive, é muito mais produtivo para esta Comissão, a fim de que não haja réplica, tréplica, enfim!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Disse que isso não poderia ser feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Portanto, eu gostaria de que V. Ex^a definisse dois procedimentos: dez minutos apenas para perguntas e outro tempo necessário àqueles que queiram travar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Definiremos, entre perguntas e respostas, treze minutos; é o suficiente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Como ele responderá em três minutos, Sr. Presidente? Ele não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, quinze minutos. Passados os quinze minutos, cortarei o som e concederei a palavra ao Parlamentar seguinte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estamos combinados a partir de agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele

não respondeu ao que perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Marcos Valério, por favor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente... Vou anotando as perguntas e vou respondendo às perguntas no final.

Vou responder à Senadora.

O SR. (Orador não identificado) – No meu caso, não aceito, Sr. Presidente. Quero perguntar e obter a resposta na hora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Como cronometrar esse tempo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, Sr. Marcos Valério.

Com a palavra, para responder, o Sr. Marcos Valério. O próximo Parlamentar é o Deputado Eduardo Paes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou responder sobre a Karina à Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero saber sobre os levantamentos necessários que sabe. O senhor disse que faria isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO – Eu tomei conhecimento do Coaf, Senadora, via imprensa. Eu não tomei conhecimento oficial do Coaf. A Receita Federal está na minha empresa; ela está fazendo os devidos levantamentos; está fazendo a fiscalização e também a auditoria das minhas contas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sei que é difícil, Sr. Presidente.

Sr. Marcos Valério, o senhor assumiu na Polícia Federal disponibilizar os levantamentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Marcos Valério, encerrando a última pergunta da Senadora Heloísa Helena. Depois, passarei a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Karina. A Karina trabalhou para mim durante nove meses, até janeiro de 2004. Não tinha nada contra a Sr^a Karina; nada. Ela saiu, e eu ainda dei uma gratificação a ela de R\$5.000,00 por serviços prestados.

Por que a Karina saiu? Porque eu viajava muito e não tinha necessidade de eu ter uma secretária que ficasse ali só marcando passagem e viagem para mim.

Bom, a Karina sai e me liga várias vezes, solicitando recursos financeiros e ajuda financeira; várias. Depois disso, eu comecei a não mais atender a Dona Karina ao telefone. Aí, ela começa a me deixar e a me mandar *e-mails* e recados que vou ler aqui agora:

“Marcos Valério, tudo bem com você? Espero que sim. Estou precisando muito falar com você. Na verdade, estou tentando há duas semanas e não tenho tido sucesso. Quando estiver aí em BH me liga, para eu poder lhe fazer uma visita. Tenho um assunto importante para tratar com você e de seu interesse. Qualquer dúvida me ligue no celular e a gente marca. Obrigada. Beijinhos, Karina.”

Deixou o celular.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Qual é a data?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – 22 de junho de 2004; está aqui.

O que aconteceu? Ela falou com a Sr^a Adriana, a outra secretária, Adriana Fantini, que tinha um jornalista querendo saber coisas a meu respeito e oferecia

gratificação para ela. Até aí não a atendi novamente, e ela deixou outros recados que vou ler: “Descobri que conseguiram entrar com a minha senha no meu Banco e viram o meu saldo, etc. Acho que você deveria saber. Qualquer dúvida me ligue que eu te explico melhor. Ok? Obrigada, Karina”.

Logo depois, ela também não conseguiu falar comigo e foi para uma outra empresa – de vez em quando passo por lá e trabalho lá –, chamada DNA Propaganda, e deixou, com o timbre da DNA, alguns recados. O primeiro recado era:

“Karina. Marcos Valério. MV, fiquei te esperando e tentamos te localizar, mas não conseguimos. Quando tiver por aqui, a gente se encontra. Beijos, Karina.”

Logo depois, ela deixa outro recado com um *e-mail*:

“Sobre o *e-mail*, pedi ajuda de um amigo que faz programas sobre o *e-mail* que recebi. Ele rastreou e descobriu que saiu do servidor do Governo em Brasília. Eles fizeram um *replay* que faz mandar do meu e-mail para ele mesmo”.

Vamos ler o *e-mail* que ela deixou:

“Já faz tempo que não conversamos, não é? Estamos dispostos a lhe ajudar financeiramente para que você apenas responda às nossas perguntas sobre as coisas do seu ex-chefe. Penso que vai ser bom para a nossa investigação e também bom para você. Afinal, você continua sem emprego e não adianta nos falar que isso é contra a sua ética, porque isso não existe quando a gente está falando em uma quantia que vai lhe ajudar e muito. Pense bem. Voltarei a ligar daqui a alguns dias. Espero que a sua resposta seja positiva. Estamos contando com você. Saudações, Ana e equipe.”

Depois disso, não falei com a Sr^a Karina mais. Em meados de 2004, recebi um telefonema de São Paulo de um jornalista chamado Gilberto Mansur. Esse jornalista falou comigo o seguinte: “Marcos, tem uma ex-secretária sua dando uma entrevista para a Revista **ISTOÉ**, que está tirando as devidas fotos, entrevistando ela.” Eu disse: Gilberto, peça, por favor, à direção da Revista **ISTOÉ** que me escute, porque eu também tenho que falar e que provar – dessa entrevista. Não sei o teor dela, mas gostaria de saber.

Então, Sr^a Senadora, o Sr. Gilberto Mansur marcou uma entrevista minha com o meu advogado Rogério Tolentino e ele com o Dr. Domingo Azulgaray. Na revista, ele me deixou ver o teor da entrevista. Eu li a entrevista, virei para o Sr. Domingo Azulgaray e pedi um tempo para provar para ele, documentalmente, que aquela entrevista era mentirosa.

Passaram alguns dias, marcamos novamente uma entrevista com a presença do Sr. Gilberto Mansur, meu

advogado e eu. Apresentei a documentação e, depois, ele ainda a checkou com as pessoas. Ele me entregou o original da entrevista, que está aqui e vou passar ao Relator, que a Sr^a Karina teria dado na época. Ele me entregou e falou: “Isso eu estou convencido de que é mentira e não vou publicar. Acho que o senhor deveria tomar algumas providências”. Está aqui o original.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É Gilberto Alípio Mansur?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Gilberto Mansur, pelo que conheço.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Alípio? ... porque há um Gilberto Mansur, que sacou das contas de V. S^a R\$300 mil; não é esse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu conheço Gilberto Mansur.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – R\$300 mil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou concluir.

Então, em seguida, ele me entregou a reportagem e, por meio do meu advogado, Dr. Paulo Sérgio de Abreu, entrei com uma queixa na Delegacia contra a Dona Karina por extorsão e chantagem. Ela vai à Delegacia e desmente tudo no depoimento dela.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais aceita a queixa-crime e começa um processo criminal contra ela. Ela vai ao Juiz da 6^a Vara e nega tudo novamente.

Ela vai novamente à Delegacia de Polícia Federal, que ela foi a primeira vez, e negou novamente. E depois ela muda o depoimento dela. Vou passar a cópia completa do processo criminal que o Ministério Público e onde eu apareço como vítima da D. Karina. A cópia do processo, estou passando ao Sr. Relator. É esse o episódio da D. Karina.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não entendi a distorção e a chantagem ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

Gostaria de reiterar a V. Ex^{as} o bom senso. Nós, só nessa inquirição, levamos mais de meia hora. Portanto, volto a reiterar o posicionamento do Relator Osmar Serraglio: meia-noite é pouco para nós. Por isso é um homem otimista.

Então, peço, por favor, o bom senso porque estamos há mais de 30 minutos na primeira inquiriente. Não dá!

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antecipando-me, na linha – gostaria de pedir silêncio, Sr. Presidente,

senão não vou conseguir ouvir-me – na linha do que disse a Senadora Heloísa Helena, Dr. Marcos Valério, parece-me que nós não estamos tratando de questões pessoais. V. S^a precisa entender que V. S^a está sob investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que busca apurar denúncias gravíssimas de corrupção, de tráfico de influência e tudo o mais, como disse a Deputada Juíza Denise Frossard, enquadrando-se pelo menos em metade do Código Penal. Portanto, todos nós aqui temos que agir com rigor e pensar, sim, nas famílias que não tiveram condições de dar tratamento adequado a seus filhos porque os recursos públicos não são suficientes.

Portanto, quero primeiro contextualizar. V. S^a disse aqui que a SMP&B e a DNA são empresas de 25, 30, 40 anos. Perfeito! Compreendo. Creio que V. S^a tem razão quando diz isso. Mas entenda: suas empresas, que têm 35, 25, 40 anos, com a sua sociedade ou não, que já prestaram serviço para vários Governos - Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, agora o Governo Lula, provavelmente Governos Municipais e Estaduais -, neste momento, Dr. Marcos Valério, estão sendo acusadas de uma série de desvios e, inclusive, da acusação mais grave já havida nos últimos tempos no Brasil, que é o pagamento de mensalão a Parlamentares. V. S^a está sendo acusado como sendo o agente do mensalão. Portanto, temos que contextualizar porque é este o quadro em que V. S^a vem depor nesta Comissão. Não é outro o quadro. Não é para falar da tradição da sua agência, nem das suas questões pessoais.

Queria que, à medida que eu fosse perguntando, V. S^a, por favor, fosse respondendo com a maior brevidade possível, já que o tempo é curto.

Parece-me que V. S^a vive uma situação de crise, de dificuldades nas agências e depois V. S^a conhece o Sr. Delúbio Soares e, de forma fantástica, torna-se – parece-me que V. S^a alega que por os dois terem características parecidas, serem da roça – V. S^a se transforma num grande amigo do Sr. Delúbio Soares num prazo curtíssimo de tempo. Gostaria de entender um pouco mais, de forma breve, como se iniciou essa relação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em meados de 2002, apresentado pelo então Deputado Federal Virgílio Guimarães.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Existe alguma relação, Senadora Heloísa Helena, entre...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O senhor tem, em 1999, pelo que revelou a revista **Época**, um patrimônio declarado de 2,1 milhões; em 2000, 2,9 milhões; em 2001, 3,3 milhões; em 2002, 3,8 milhões. Ou seja, vem tendo um crescimento aceitável.

Em 2003, porém, V. S^a tem um aumento patrimonial de 3,8 milhões para 6,7 milhões; de 2003 para 2004, de 6,7 milhões para 14,2 milhões. Isso tem alguma relação com a fantástica amizade que V. S^a manteve a partir desse momento e desse ano ou é uma mera coincidência V. S^a ter conhecido o Sr. Delúbio Soares, quando tem esse aumento e incremento patrimonial?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o meu imposto de renda, não é, Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nenhum.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É uma mera coincidência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Não é, não. Vamos esclarecer esse fato. É importante.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro. Estou-lhe ouvindo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Até para eu dar explicação, que o meu imposto de renda foi discutido ao vivo e em cores no Jornal Nacional.

Primeiro, a minha empresa, a SMP&B Comunicação, 20% do valor dela faturado foi da iniciativa pública, das entidades públicas. O restante foi privado. Então, tivemos muito trabalho para atingir o público privado e houve um crescimento muito grande.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, o que V. S^a está me dizendo é que a partir do momento, por coincidência, que V. S^a se torna amigo do Sr. Delúbio Soares o senhor também tem um incremento nas empresas de seus clientes privados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É fruto do trabalho e não do Delúbio Soares.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Vou lhe fazer uma indagação rápida sobre algumas pessoas.

Em que momento o senhor esteve com esse Gilberto Mansur, da Karina, da história da Karina?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em meados de 2004, no segundo semestre.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para constar aqui, Sr. Relator, a Senadora Heloísa Helena tem toda a razão. Há, nos dados enviados pela Coaf no dia de ontem, há um pagamento de V. S^a no dia 24 de março de 2004 ao Sr. Gilberto Mansur. Vamos ter que apurar se é a mesma figura, mas me parece que é muita coincidência.

O senhor conhece o Sr. Márcio Iran Guimarães Novais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, é o meu sócio na Estratégia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Valter Eustáquio Cruz Gonçalves?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço sim, de Belo Horizonte.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem é? Conhece da onde?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele é representante de veículos de comunicação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor sabe que ele é sacador de recursos em dinheiro das suas empresas? O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza deve ser. Ele é fornecedor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Wagner Valter Monteiro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Gerente Financeiro da DNA Propaganda.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Paulino Alves Riberiro Júnior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Diretor Financeiro da DNA Propaganda.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Benone Nascimento de Moura?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele também fez algumas retiradas das suas empresas em espécie.

O Sr. Júlio César Marques Cassal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não conheço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Também fez uma quantidade enorme de retiradas no dia 22, 19/05, 01/07, 22/07 e 19/08 da sua empresa.

O Sr. Robson Ferreira Pego?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, é meu gerente financeiro em Brasília.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gerente financeiro. E o Sr. Benone, o senhor já disse que não conhece.

Há uma coincidência enorme, segundo o relatório da sua secretária e o relatório da Coaf encaminhado com suas viagens e os altos valores sacados em espécie, inclusive aqueles que são retirados por V. S.^a. V. S.^a tem como explicar essa coincidência ou também é coincidência do acaso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Coincidência do acaso. Eu viajo praticamente quase todo dia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Toda vez que o senhor viaja o senhor é uma das poucas figuras no Brasil que saca. Só para dizer a V. S.^a: V. S.^a tirou, em 19/08/2003, R\$150 mil; em 10/10, R\$364 mil; em 23 de outubro, R\$150 mil; em 20 de janeiro, R\$326 mil; em 21 de junho, R\$200 mil.

V. S.^a é uma das poucas figuras que conheço, em um país violento como o Brasil, que saca dinheiro no banco, tantos valores, quase um milhão e cem mil reais pessoalmente – não estou falando aqui de todos os saques da sua empresa – e, provavelmente, vai viajar saindo por aí andando com esses recursos todos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, não peguei nenhum avião e não viajei com esses recursos, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S.^a saiu passeando por Belo Horizonte, muito provavelmente.

Eu queria indagá-lo acerca do empréstimo, essa coisa fantástica. V. S.^a costuma ser gentil a ponto de fazer, de ser avalista de todas as pessoas que o procuram para fazer empréstimos e precisam de avalistas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Relate algum caso. A primeira vez foi para o Delúbio e para o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S.^a é filiado ao PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tem simpatias especiais pelo PT? Eu até entenderia o senhor ser avalista do PT.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Deputado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado Eduardo Paes, desculpa. Eu peço perdão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não há problema algum.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu fui avalista do PT a pedido do Dr. Delúbio Soares, como também fui avalista de outras pessoas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor faria isso para qualquer pessoa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, pessoas com quem tenho relacionamento como já fiz para outras pessoas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Então, o senhor tem um relacionamento com o Sr. Delúbio Soares e aceita fazer um aval para o partido.

E por que o BMG? V. S.^a saberia explicar ou não? Esse banco, como disse a Senadora Heloísa Helena, que tem quase 40% de todo o crédito consignado pelo Governo Federal, é um banco que não tem essas proporções que justificaria ter um percentual tão grande no crédito consignado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Isso tem que perguntar ao PT. Não sei por quê ele escolheu o BMG.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S.^a é muito amigo e talvez V. S.^a tenha sido informado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não fui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S.^a diz que gosta muito de conversar com o Sr. Delúbio e talvez tenha tido a curiosidade de dizer “por que um empréstimo no BMG e não em outro banco?”, já que V. S.^a seria o avalista. Nem essa curiosidade o senhor teve?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é essa história de tirar o aval que V. S.^a informou em seu depoimento hoje?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Paguei a parcela de R\$351mil, juros...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O banco o executou, cobrou do senhor? Como foi isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. O banco estava cobrando. Eram os juros. E eu pedi ao Sr. Delúbio que depois não constasse mais o meu aval. Foi isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas como é? O senhor tem um documento que tira o seu aval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na renovação eu não assinei como aval. É só pegar os contratos, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu não conheço casos de bancos que tenham um avalista no empréstimo original e nessa renovação não o façam.

O senhor esteve com o Ministro José Dirceu, em algum momento, tratando de questões de fundo de pensão? O senhor esteve com o Ministro José Dirceu, o Sr. Daniel Dantas e o advogado Cacaio? E qual foi o motivo da reunião? Eu gostaria de saber de V. S.^a.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca estive com o Sr. Daniel Dantas,

nem com o advogado Cacaio, tratando com o Ministro José Dirceu.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor confirma isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu nego isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nega? O senhor conheceu o Sr. Waldomiro Diniz ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca. Não conheci.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Waldomiro Diniz era também uma pessoa muito próxima. V. S.^a ia muito ao Palácio do Planalto, conversar com a secretária do Ministro José Dirceu. E ele era assessor parlamentar quando das suas idas lá. Ele ficava, ele era o assessor parlamentar da Casa Civil. O senhor nunca teve nenhum tipo de contato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca tive nenhum tipo de contato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Deputado Roberto Jefferson, quando esteve nesta comissão, fez referência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, eu só gostaria de registrar que estamos com 5 minutos, e quando bater 15, eu vou cortar a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex.^a acabou de roubar 15 segundos de mim, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Jefferson faz referência a uma reunião com V. S.^a – certamente os documentos comprovarão, até porque as coisas que o Deputado Roberto Jefferson vem dizendo, infelizmente, para tristeza da Nação, vêm, de certa forma, se confirmando – em que V. S.^a teria pedido que os recursos do IRB que ficam no exterior fossem aplicados no Banco Espírito Santo. O que V. S.^a tem a falar sobre isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mentira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S.^a presta algum tipo de serviço de publicidade para algum órgão público via outra agência de publicidade que tenha ganho uma licitação em órgão público?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor confirma essas informações. Talvez, Sr. Presidente, por isso que eu tenha chamado a atenção para a necessidade de que V. Ex.^a tivesse deferido minha questão de ordem aqui.

Então V. S.^a não presta, por vias transversas, por outra agência, serviço de publicidade para nenhum órgão público?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As agências que prestam serviço para órgão público estão todas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – São todas conhecidas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todas conhecidas, a SMP&B e a DNA.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A minha pergunta é se V. S^a tem alguma outra agência que, de forma informal, faz com que V. S^a preste serviço a ela chegando a órgão público.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não é contratado, terceirizado por nenhuma agência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qual é a sua relação com o Ministro Gushiken? Vou lhe dizer o porquê. Porque o Ministro Gushiken centraliza, por um decreto do próprio Presidente da República, todas as licitações das empresas de publicidade.

V. S^a diz que já participa há muitos governos de contratos de publicidade. Mas V. S^a tem algum relacionamento com o Ministro Gushiken, já esteve com ele, já conversou com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nunca conversou com o Ministro Gushiken?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor disse que tem uma agência chamada Estratégia, que foi criada para fazer campanhas eleitorais em 2004. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que campanhas eleitorais essa agência fez?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu passei para o senhor o relatório...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu gostaria de ouvir.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Osasco, São Bernardo e Petrópolis.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Osasco, São Bernardo e Petrópolis. Todas campanhas do Partido dos Trabalhadores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Algum parente do Presidente da República foi contratado pela

Estratégia para trabalhar em alguma dessas campanhas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, que eu saiba.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não afirma? O senhor não tem certeza?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Que eu saiba, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não tem certeza?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho, porque eu não toco a empresa, quem toca é o Sr. Márcio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não sabe quem são os contratados pela Estratégia. Eu até entendo que V. S^a não saiba, porque V. S^a não teria a obrigação de saber quem são todos os contratados.

É claro que se fosse alguém da importância de um filho do Presidente da República, certamente seria interessante V. S^a saber.

Então o senhor não nega veementemente que tivesse, pela Estratégia, contratado algum parente do Presidente da República, para trabalhar nas campanhas? Por indicação do PT, por exemplo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei nem o nome do filho do Presidente da República. Para falar a verdade, nem sei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então V. S^a desconhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desconheço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que cada vez fica mais claro que a continuarmos, nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com as arguições, com as indagações da maneira que estamos fazendo, corremos aqui o sério risco de, de certa forma, estar fazendo um papel que vai ser muito difícil para que nós possamos avançar nas investigações e comprovar todos os episódios que dizem respeito a essas denúncias todas do chamado “mensalão”.

Por isso, Sr. Presidente, fiz aquela questão de ordem e vou apresentar, entregar a V. Ex^a o recurso neste exato instante, para que V. Ex^a possa – vou fazer um recurso para a questão do indeferimento que V. Ex^a fez porque me parece que isso fragiliza a posição desta Comissão no processo investigatório.

Quero dizer que há uma percepção clara de que todos os investigados até este momento, e o Sr. Marcos Valério certamente, pela capacidade, pelo poder aquisitivo que tem, é o que mais se preparou para este depoimento – entendo, é compreensível, não falo

isso em tom de crítica – , mas é inadmissível que ele tenha que estar aqui na condição em que está e que não possamos minimamente dizer que, se faltar com a verdade, estiver mentindo aqui, isso gerará problemas e terá consequências no futuro. Portanto, entrego o recurso a V. Ex^a.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente Marcos Valério, vou ser bastante objetivo e pediria também respostas objetivas, para que possamos aproveitar melhor nosso tempo.

V. S^a já esteve alguma vez com o Deputado Roberto Jefferson? Em que situação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas vezes, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em que situação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma vez, no princípio deste ano, no PTB, e uma vez, por acaso, num restaurante no Rio de Janeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E trataram o quê no PTB?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Política, estritamente, campanha eleitoral do PTB.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que tipo de política? Qual o interesse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estava querendo fazer umas campanhas para candidatos a prefeitos do PTB. Foi estritamente isso, mais nada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe que o Deputado Roberto Jefferson afirmou ter recebido de suas mãos R\$4 milhões. Verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mentira. Mentira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mentira. O Deputado Roberto Jefferson esteve aqui nesta Comissão e disse que o PT teria patrocinado uma tentativa do publicitário Marcos Valério de transferir uma aplicação milionária do Instituto de Resseguros do Brasil, em bancos da Suíça, para um banco português – seria algo em torno de US\$600 milhões, podendo render US\$100 milhões para o caixa do PTB – , e que V. S^a esteve com ele uma semana depois que ele cobrou o pagamento do restante dos R\$20 milhões acertados

com o PT e que V. S^a fez esse tipo de proposta a ele. O que diz V. S^a sobre isso? Verdade ou mentira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mentira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mentira. Então, o Deputado Roberto Jefferson mentiu aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

Então, Sr. Presidente, passo para a etapa seguinte do meu questionário, já que ele desqualifica exatamente o Deputado Roberto Jefferson, chama-o de mentiroso.

Tenho aqui em minhas mãos o relatório contábil do PT que aponta que esse Partido, Partido dos Trabalhadores, tem empréstimos contraídos que chegam ao valor de R\$27.586.380,00, assim discriminados: BMG, R\$2.741.733,00; Banco do Brasil, R\$19.295.391,00; Banco Rural, R\$5.304.005,00; e outros credores diversos, R\$245.000,00. Minha pergunta: o senhor também é avalista desses outros empréstimos ou intermediou algum desses empréstimos, como, por exemplo, o do Banco Rural?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS. Faz soar a campainha)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tem interferência nenhuma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O seu aval unicamente foi sobre...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – BMG.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – BMG.

Sr. Presidente e Sr. Relator, vejam bem: hoje a mídia noticia que o Banco do Brasil emprestou esses R\$20 milhões ao PT, mas que ele se nega e se recusa a divulgar as garantias, os avalistas, as taxas de juros e quaisquer outros dados sobre os contratos, além de se negar a explicar se as parcelas estão sendo pagas em dia pelo PT. Eu queria que, desde já, Sr. Presidente e Sr. Relator, pudessemos solicitar ao Banco do Brasil essas informações.

Muito bem, então V. S^a apenas foi avalista desse empréstimo. Por que V. S^a foi escolhido como avalista no meio de tantas empresas e figuras que poderiam ter sido avalistas desse empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que é pela minha proximidade com o então tesoureiro Delúbio Soares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma proximidade construída de 2002 para cá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Somente essa proximidade já lhe dava... O senhor como empresário, pelo que conheço, empresário competente, porque amejalhou grandes contratos, inclusive uma fortuna em pouco tempo, não sabia que o PT tinha insuficiência para garantir a dívida e que, o senhor sendo avalista, iria arcar efetivamente, porque o patrimônio é notoriamente suficiente para garantir uma dívida desse valor e que V. S^a iria pagar esse empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, a palavra do meu amigo é que eles iriam pagar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, acho que aí, como empresário, V. S^a falhou bastante, porque ser avalista num empréstimo de R\$2 milhões e 700 mil, sabendo que o mutuário tem um patrimônio negativo e, mesmo assim, o senhor aceitou e depois também, como foi um bom avalista, cumpriu a sua obrigação. O senhor acha isso aí tudo perfeitamente normal e não há nenhum interesse por trás disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na sua declaração na Polícia Federal, V. S^a disse que não tinha nenhum interesse comercial ou negócio – está dito aqui – com o Sr. Delúbio Soares, que não possui nenhum negócio comercial. V. S^a não considera isso um negócio comercial?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu fiz um favor...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não? O aval não é um negócio comercial?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu fiz um favor, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer que um aval não é um negócio comercial dentro do seu entendimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dentro do meu entendimento, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Ainda com relação ao seu prestígio dentro do Governo e do que o senhor tratava dentro do Governo. Também na sua declaração, o senhor diz que se encontrava com o Sr. Sívilo Pereira e que esses encontros foram agendados para discutir assuntos políticos. Esses assuntos políticos seriam esses assuntos que estão dados pela

nota do Líder do PT, José Borba, de que seria com V. S^a que se tratava de nomeações porque tinha prestígio para isso? É como V. S^a bem colocou, sendo um ministro sem pasta dentro do Governo do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Boa pergunta, Senador. Não, o relacionamento com o Dr. Sívilo Pereira foi estritamente político e ele responsável por organizar as campanhas dos prefeitos, então candidatos a prefeitos do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, esse aval que V. S^a deu, por exemplo, não mostra uma intimidade muito grande com o Partido dos Trabalhadores, porque não é uma pessoa física, é uma pessoa jurídica? E V. S^a, pelo que foi declarado, teve encontros efetivos com o Ministro José Dirceu até para tratar questões relativas ao Banco Rural. V. S^a confirma esse encontro com o Ministro José Dirceu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo o encontro com o Ministro José Dirceu, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então V. S^a esteve e tratou, no caso, de interesses comerciais e financeiros com o Ministro José Dirceu na Casa Civil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nem comerciais nem financeiros meus e nem acho do Banco Rural também não. O Banco Rural foi noticiar ao Ministro José Dirceu que iria explorar e estaria tentando explorar uma mina de nióbio lá no Amazonas. É a única coisa que participei dessa reunião.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor freqüentava o gabinete do Ministro José Dirceu para tratar, inclusive, com a sua secretária Sandra Cabral sobre vários outros assuntos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com a Sandra Cabral, a única coisa que tratei foi a eleição do Sr. Delúbio Soares...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso o levou quatro vezes ao gabinete do Ministro José Dirceu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, eles são conterrâneos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quatro vezes, para tratar de uma possível candidatura do Sr. Delúbio Soares.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Quando o senhor assinou esse aval estava presente mais alguém? Quer dizer, o Sr. Delúbio estava presente, o Presidente do Partido, que assina também, o Sr. José Genoíno estava presente nesse aval, quando o senhor deu o aval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Presidente do PT tinha conhecimento desse aval? Porque ele assina um documento, não foi em sua presença, como é que foi? O Delúbio levou o documento, o senhor assinou assim sem olhar direito? O senhor foi o primeiro a assinar, foi o último?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não me lembro. Mas com certeza o Presidente do PT não estava presente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem o senhor sabe dizer se ele tinha conhecimento de que o senhor era avalista desse empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não sei desse conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um pouco estranho, não é? Porque ele, afinal de contas, é quem realmente era o responsável pelo empréstimo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se ele tinha conhecimento. Eu volto a falar. Não me lembro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele assinou um documento sem conhecimento.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Isso aí tem que perguntar ao Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Vamos agora, então, passar a uma outra fase, Sr. Presidente. Penso que o senhor é o único empresário brasileiro que pode sacar essas quantias, nessa magnitude que V. S^a sacou, e é preciso que esta Comissão, por intermédio do seu Relator, possa ter acesso às notas fiscais para ver se há uma documentação que, efetivamente, calce, do ponto de vista fiscal e contábil, todos esses saques. Eles se dão em datas coincidentes com votações dentro do Congresso Nacional, com viagens que V. S^a fazia a Brasília. E V. S^a primeiro começa a dar uma versão de compra de gado, depois muda para pagamento de fornecedores. V. S^a pode discriminar esses fornecedores – porque são fornecedores importantes, com grandes somas de pagamento – para se checar, depois, as notas fiscais desses fornecedores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho mais fácil por a minha contabilidade à disposição. Não me lembro, mas ponho toda a minha contabilidade à disposição da CPI. Outra coisa, a Receita Federal abriu um processo de fiscalização justamente para averiguar isso também, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De 1996 a 2003, V. S^a, através de suas empresas DNA e SMP&B, só tinha contrato com três Ministérios, não é isso? Só

com os Ministérios do Trabalho, Educação, Esporte e Turismo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Sr. Senador. A DNA Propaganda já atendia ao Banco do Brasil desde 1994. Então ela já detinha o contrato, em 2003, do Banco Brasil. Em 2001, ela ganhou a licitação da Eletronorte. E, há dez anos, ela atende o Ministério do Trabalho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso já estava citado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A SMP&B ganhou a licitação do Ministério dos Esportes em 2001. Em 2004, ela ganhou a licitação dos Correios. Em final de dezembro de 2003, a Câmara Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seu portfólio, então, de empresas públicas cresceu bastante no atual Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas contas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O faturamento cresceu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Proporcionalmente, não. As iniciativas privadas e públicas, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom, tem mais uma conta que as suas empresas ganharam, que é uma conta com a Administração Direta, com a Câmara dos Deputados, que foi firmado em 31/12/2003.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É verdade. Como V. S^a conseguiu mais esse contrato para sua empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi um processo licitatório, aberto a todas as agências do mercado, a minha empresa entrou, apresentou a melhor proposta de preço e técnica, e ganhou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E entre as ordens bancárias de maior valor emitidos pela Câmara são aquelas referentes a percentuais sobre faturas de serviços prestados por empresas de televisão. O senhor poderia detalhar o que foi realizado pela empresa nesse contrato com a Câmara, considerando que a própria Câmara tem um canal de televisão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Infelizmente, não tenho conhecimento técnico para isso, mas posso mandar um relatório por escrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse é um contrato que...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É um contrato vigente normal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...o senhor conseguiu também por critério de criatividade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, criatividade, técnica e preço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Com relação aos seus saques, V. S^a confirma que houve saques da SMP&B de R\$16.873.000,00 a partir de julho de 2003, feitos no Banco do Brasil e Banco Rural; da DNA, de R\$4.525.000,00, feitos no Banco Brasil e Banco Rural, a partir de julho de 2003; da SMP&B, de R\$5.545.000,00, no Bradesco, no período de 1º/07/2004 a 13/06/2005, que – destaque-se –, neste caso, essa informação não estava no Coaf. Agora que tivemos essa informação. E mais ainda: que no período de 1999 a 2005, se considerarmos todos esses valores – ainda não temos discriminado o que foi sacado nos anos de 2003 e 2004 – esse total perfaz R\$ 419.225.374,00.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Senador, tomei conhecimento, de uma forma ilícita, dessa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não interessa se ilícita ou lícita. O senhor confirma esses dados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não confirmo. Tenho de ver na minha contabilidade, Sr. Senador. É a única coisa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor contesta os números do Coaf?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Contesto. E eu teria de ver na minha contabilidade. Eu acho que a Receita Federal vai provar ou não a veracidade dessa listagem e para onde foi. Está tudo na minha contabilidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

O senhor tem conhecimento de que R\$377 milhões são de origem não identificada por sua empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, estou tendo conhecimento agora, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em depósitos de sua conta no Banco do Brasil, da DNA?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Estou tendo conhecimento agora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, V. S^a é um empresário efetivamente desleixado com suas empresas. Não conhece absolutamente nada de

suas empresas. Números que são oficiais, que saem exatamente do Coaf, que estão no Banco Central, que estão à disposição do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Senador, todo o meu faturamento está declarado, está registrado na minha contabilidade. Eu não soneguei nada do meu faturamento. Tudo está lá. Se houve esse número de trezentos e...?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – R\$377 milhões são de origem não identificada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estará identificado na minha contabilidade. A Receita Federal, que está dentro da minha empresa agora, vai identificar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas, Sr. Marcos Valério, está muito clara – eu diria até de uma clareza solar – a sua preocupação com a legalidade. O senhor é um homem preocupado com a legalidade. Em todo tempo da sua fala, o senhor sempre diz “Eu fiz isso ou aquilo legalmente” e mostra o contrato. Eu não duvido que esteja tudo legal, até porque o senhor tem vigor financeiro para pagar os melhores advogados. Pois bem. O nosso objetivo aqui, nesta Comissão, não é só saber se houve ilegalidade. Não é só esse, até porque, como eu disse, o senhor tem como pagar os melhores advogados.

Mas, sem dúvida, uma das nossas razões aqui, nesta CPMI, é saber os motivos dos seus atos. É nesse sentido que vou formular ao senhor – anotei aqui, neste pedacinho de papel – cinco perguntas, porque uma... Talvez seis. Rápidas. Não usarei o meu tempo, Sr. Presidente.

Eu só vou lhe perguntar sobre os motivos. A primeira pergunta que faço ao senhor é qual o motivo pelo qual o senhor movimenta – vou usar uma palavra que o senhor usou “rotineiramente” – foi a palavra usada pelo senhor – vultosas quantias em dinheiro, em espécie? Por que motivo, rotineiramente, o senhor sai a andar por aí com vultosas quantias em dinheiro?

Eu pediria para o senhor anotar, porque, aí, iremos mais rápido.

Uma pergunta que eu tenho aqui – que o senhor começou a responder ao Senador César Borges, mas não foi em cima do que eu quero perguntar – é qual o motivo ou quais os motivos que leva ou levam o senhor a avalizar um Partido político?

A terceira pergunta, Sr. Marcos Valério, é por que motivo as empresas públicas com as quais as suas empresas se relacionam são levadas a vários aditivos? Nós sabemos que, aditivos, a lei permite em até 25% de regra – 50%, se empreiteiras –, mediante causas supervenientes. Eu não consigo – já tentei exercitar a minha imaginação – ver que motivos supervenientes seriam esses para os contratos aditivos e, mais ainda – o senhor tem isto aí –, as prorrogações dos contratos, porque a prorrogação é ato consensual. Então, eu quero saber os motivos.

Sr. Marcos Valério, por que motivo o senhor despediu Fernanda Karina? Sr. Marcos Valério, porque motivo o senhor processa Fernanda Karina por extorsão? Finalmente, Sr. Marcos Valério, qual o motivo que levou o senhor a usar um avião fretado pelo Banco Rural?

São apenas essas as questões que tenho a fazer, Sr. Presidente, em busca da verdade real.

Obrigada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr^a Deputada, as quantias em dinheiro muitas vezes são sacadas para pagar fornecedores, cachês de artistas e tudo, que estão no interior fazendo filmagens. Muitas vezes, sim. Não digo que é a regra habitual. Estou dando um dos exemplos.

Eu acho que a fiscalização vai conseguir achar o caminho que a Comissão está querendo saber de todos os meus saques e dentro da minha contabilidade também.

Avalizar o PT, eu avalizei por causa de um pedido do Sr. Delúbio Soares. Estritamente, motivo pessoal do Sr. Delúbio Soares.

Os aditivos, eles acontecem desde governos passados. Isso não é um privilégio do governo do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, isso não é um privilégio do governo do Sr. Presidente Itamar Franco, isso não é um privilégio hoje do governo do Presidente Lula.

Então, são os órgãos públicos que vêem interesses nesses aditivos, baseados na necessidade de mídia deles. Eu não sou técnico nisso para dar especificidades, os motivos técnicos para isso, mas é baseado no interesse dos órgãos e já vêm acontecendo há muitos anos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – SP) – Perdão, interesse dos órgãos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Interesse dos órgãos em fazer propaganda, em fazer novos investimentos na imagem, novos investimentos em produtos. Isso tem de ser perguntado a esses órgãos.

As prorrogações também não são privilégio desse governo, não são privilégio do governo passado e

nem do governo Fernando Henrique. Elas já vêm de longa data dentro dos próprios governos. É de lei, e os governos e os órgãos usam isso como praxe.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – SP) – Mas prorrogação é sempre consensual.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Consensual.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – SP) – O senhor sempre esteve de acordo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, com certeza.

O motivo que eu despedi a Sr^a Karina, foi porque, como está noticiado, isso é evidente, eu viajava muito e não havia motivo de ter uma secretária que ficasse lá só para marcar passagem. O motivo que ela foi despedida foi extorsão e chantagem. Ela está sendo processada por isso. O motivo pelo qual ela está sendo processada – perdão, eu não me expressei bem, desculpe-me –, extorsão e chantagem.

E o Banco Rural, eu fui de avião a pedido do então vice-presidente, Dr José Augusto Dumont, para uma visita em Brasília, que está noticiada, com o então Deputado Virgílio Guimarães, ao Banco Central.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – SP) – Sr. Presidente, eu estou satisfeita. Depois, eu teço as minhas considerações no curso do processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigada, Deputada Juíza Denise Frossard pela objetividade e competência habitual.

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Marcos Valério, eu gostaria, primeiro, de lembrar que não foi a afirmação de nenhum dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito que motivou a vinda do Sr. Marcos Valério para prestar os seus depoimentos. Sobretudo, não foi isso que o colocou no olho do furacão dessa crise. O que colocou o Sr. Marcos Valério no olho do furacão foram as declarações do Deputado Roberto Jefferson, naquele momento Presidente do PTB, um dos maiores partidos do Brasil, que compõe a Base de apoio do Presidente Lula. Deputado que teve livre trânsito, por mais de dois anos, pelo Palácio do Planalto, pela Esplanada dos Ministérios, que privou da confiança e da amizade de muitas pessoas importantes do nosso País. Então, foi o Deputado Roberto Jefferson, pessoa legitimada que conhece os meandros do poder, que vivenciou de perto todas as articulações da base aliada, que nos trouxe o Sr. Marcos Valério para o olho do furacão.

A fim de reforçar a afirmação do Deputado Roberto Jefferson – e coincidentemente um dia antes da presença do Sr. Marcos Valério entre nós -, o Líder do PMDB, Deputado José Borba, reitera, reafirma, de forma categórica, o envolvimento do Sr. Marcos Valério com membros do Partido dos Trabalhadores, com dirigentes do Governo, com pessoas que têm poder em nosso País, sobretudo, a grande influência que tinha o Sr. Marcos Valério na definição dos cargos públicos no Governo Federal.

Digo isso apenas para ficar claro o motivo que legitimou a vinda do Sr. Marcos Valério aqui.

Minha primeira pergunta ao Sr. Marcos Valério é: o senhor é *expert* em quê? O senhor não é publicitário. Nos disse que não conhece muito finanças e que não acompanha as finanças da sua empresa. A primeira pergunta é: o senhor é *expert* em quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sou empresário. Tenho conhecimento na área de comunicação e propaganda. O Presidente da minha empresa, a SMPB, é engenheiro elétrico e publicitário também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o senhor tem alguma especificidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sou empresário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dentro do setor empresarial existe uma série de habilidades que cada um pode desenvolver. Gostaria de saber qual é a sua principal habilidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sou o comercial das minhas empresas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso reafirma a tese sustentada por muitos de que, na verdade, a *expertise* do Sr. Marcos Valério é fazer um trabalho de *lobby*.

Sr. Marcos Valério, pergunto a V. S^a, diante dos fatos que já foram constatados – que superam a casa dos R\$20 milhões e há notícias de que esse valor é muito mais expressivo –, procurei fazer uma pesquisa na imprensa para entender um pouco como é que funcionam os saques das grandes empresas do País. De acordo com uma pesquisa divulgada pela revista **Veja**, em 2002, uma companhia que, por exemplo, fatura R\$3 bilhões por ano jamais teve em seus cofres um valor superior a R\$5 milhões. Indago a V. S^a: analisando os dados do Coafi, pode-se perceber que os saques realizados por V. S^a não obedecem a nenhum critério lógico. Comercialmente não fazem nenhum sentido. Gostaria que V. S^a me explicasse a lógica de tais saque de suas empresas, já que não obedecem a um critério comercialmente inteligível. Gostaria que

V. S^a, responsável pelas empresa, dissesse-nos que critérios poderiam ter sido esses.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito boa pergunta. Primeiro, é o seguinte: uma empresa que fatura R\$3 bilhões na área de propaganda vai ficar, em caixa, com mais ou menos R\$300 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Falei de empresas em geral. São dados da revista **Veja**.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou falando da área de propaganda. Temos empresa no País que faturam esses valores.

Os meus saques obedecem a meus fornecedores e às estimativas da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Pergunto a V. S^a: como é que esses recursos eram transportados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Algumas vezes nem eram transportados, Deputado, ficavam no banco e eram transferidos para outras contas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quer dizer que a pessoa ia ao banco, fazia a retirada em dinheiro e, depois, no mesmo banco, depositava na conta de um terceiro. É isso que V. S^a quer me dizer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O fornecedor. Não sou eu e não é a minha empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que, então, não fazer uma transferência bancária, o que seria muito mais simples?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu dou cheque para os meus fornecedores. Quando não é cheque, algum espécime vai para a empresa para pagar a filmagem que está lá no interior, aí leva em dinheiro mesmo, para pagar os movimentos dos artistas. É dinheiro mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando as cifras eram retiradas do banco, onde esses recursos eram armazenados? Onde V. S^a guardava esses recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não eram armazenados. Já eram direto para pagar os fornecedores. Já saía com destino para pagar os fornecedores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, imediatamente, aquele que ia sacar o recurso do banco, quando o dinheiro saía do banco, ele já tinha um destinatário, já tinha um fim determinado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dentro da empresa, Deputado!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então V. S^a tem como comprovar para aonde é que esses recursos foram, com datas, locais, e com, obviamente, a acusação de recebimento.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os recursos eram comprovados pela investigação que está começando da Receita Federal dentro da minha empresa e dentro da contabilidade que vou deixar à disposição da CPI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com referência ao Sr. Glênio Guedes, que V. S^a fez questão de inocentar. Para aqueles que não sabem, o Sr. Glênio Guedes é Procurador da Fazenda Nacional, que fazia pareceres sobre recursos de instituições financeiras contra punições impostas pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Secretaria de Comércio Exterior.

Pergunto ao senhor, Dr. Marcos Valério, como poderia um servidor público realizar tantas viagens e tantos encontros, durante a semana e fora do seu local de trabalho, viagens e encontros esses comprovados pela agenda da sua secretária, a senhora Fernanda Karina?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu conversei com o Sr. Glênio Guedes, depois que foi noticiado na imprensa, e falei: Dr. Glênio, o nosso relacionamento, que é estritamente de gostarmos do mesmo esporte – e viajamos muito pelo mesmo esporte –, há um questionamento do seu relacionamento profissional. A colocação dele para mim foi a seguinte: “Marcos, eu não voto dentro do Conselho. O Conselho é feito de 8 membros, e o julgamento é dos juízes, desses 8 membros”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas cabia atividades esportivas durante a semana.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muitas vezes, sim, Deputado!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para um Procurador da Fazenda isso é normal, num horário que deveria estar dedicando à sua atividade profissional?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não estava me relacionando com o Procurador da Fazenda, eu estava me relacionando com uma pessoa que tem o mesmo gosto do que eu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Quero fazer mais uma pergunta sobre o Sr. Glênio Guedes. Qual foi o motivo do encontro, no dia 1º de julho, entre V. S^a e o Sr. Glênio,

em que esteve presente o Sr. José Augusto Dumont, então Vice-Presidente do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse encontro não existiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não existiu esse encontro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não existiu esse encontro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, a anotação da Sr^a Fernanda Karina é improcedente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É improcedente. Não existiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, a agenda dela está equivocada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria, agora, saber de V. S^a que tipo de relação V. S^a tinha, ou tem, com o Sr. Marcos Flora, Secretário Executivo da Secretaria de Comunicação do Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um relacionamento de conhecimento, não de amizade, mas de conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foram muitos os contatos de V. S^a com o Sr. Marcos Flora?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Alguns contatos, sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Sr. Marcos Flora é um funcionário que tem poder de decisão dentro da Secretaria de Comunicação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que não, porque a licitação ele não faz, quem faz é uma comissão licitatória.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, pelo cargo que ele ocupa, obviamente tinha uma influência muito grande nas tarefas da Secretaria de Comunicação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com as agências que atende a Secom, não nas minhas agências.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que fez o Sr. Marcos Flora ser merecedor de um presente dado pelo senhor que foi uma caneta Mont Blanc?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade. Procede.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O que fez ser merecedor desse presente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era aniversário dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o senhor, de duas, uma: ou tinha uma relação de amizade e deu um presente a um amigo, ou então queria agradar uma pessoa que tinha uma importante função dentro da Secretaria de Comunicação. Qual das duas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma das duas. Foi uma cortesia da minha empresa o que eu fiz para ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas que se enquadra em qual das duas situações, Sr. Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em nenhuma das duas. Profissional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a, no depoimento que prestou à Polícia Federal tratando das relações com o Sr. Delúbio, diz assim: “Olha, realmente eu falava com o Delúbio no máximo duas ou três vezes por semana”. Como se isso fosse pouco. V. S^a afirmou que falava com o Delúbio duas ou três vezes por semana, como se isso fosse pouco. Falou também dos contatos que tinha com o Sr. Silvio Pereira e fez uma relação direta dizendo que discutia com ambos questões das administrações do PT, fazia avaliações do Governo, da imagem e do desempenho do Governo.

Pergunto a V. S^a: não sendo V. S^a a agência de publicidade que tem a conta do PT, não sendo V. S^a militante do Partido dos Trabalhadores, nem sendo filiado a essa agremiação partidária, o que tanto tinha que tratar das administrações do PT com o Sr. Delúbio e com o Sr. Silvio Pereira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com o Sr. Silvio Pereira tratei pouco, e foi só relacionamento a campanha e a candidatos do PT. Com o Delúbio, conversarmos tudo de uma modo geral, tudo. Desde assuntos de família, até assuntos de imagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, era uma coisa normal, habitual V. S^a tratar dos assuntos pertinentes ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a afirmou isso à Polícia Federal.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, não ao Partido dos Trabalhadores; era a imagem do Partido dos Trabalhadores em relação à sociedade. Assuntos administrativos do Partido dos Trabalhadores eu nunca tratei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu pergunto a V. S^a: nesse encontro que V. S^a teve com o Deputado Roberto Jefferson, no início de julho – dito pelo Deputado Roberto Jefferson, quero que isso fique muito claro –, V. S^a disse que só esteve no dia 7 de julho, uma quarta-feira, em Brasília. Não poderia ter sido esse exatamente o dia do encontro com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Poderia, mas, dentro do depoimento dele, três dias depois. Dia 10 eu já estava nos EUA, Deputado. E viajei só de avião de carreira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Deputado Roberto Jefferson não precisa quantos dias depois exatamente esteve com V. S^a. Então, V. S^a pode ter vindo a Brasília no dia 7 de julho e feito um saque no Banco Rural ou no Banco do Brasil, em espécie, e tê-lo entregue dentro de uma mala de dinheiro ao Sr. Roberto Jefferson. Isso é possível. Eu não estou dizendo que aconteceu, mas é possível. Concorde V. S^a que é possível dentro dessa agenda cronológica que V. S^a nos apresentou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é possível, porque eu não encontrei com o Deputado Roberto Jefferson. E dentro da cronologia, o Deputado Roberto Jefferson vai construindo o depoimento dele de acordo com os interesses dele. Primeiro, era o cofre – volto a frisar para o senhor –, ele faz essa declaração. E, depois, já aparece o armário. Primeiro, o Emerson ajudou a distribuir, depois o Emerson já não o ajudou a distribuir. Aí nós temos várias contradições e temos que perguntar a ele qual é o verdadeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a: V. S^a conhece o Sr. Eduardo Fisher?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço o Sr. Eduardo Fisher.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já manteve ou mantém algum tipo de relação comercial com o Sr. Eduardo Fisher?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma, conheço o Eduardo Fisher, porque uma das agências do Grupo Total a qual ele é Presidente atende, junto com a agência DNA Propaganda, a conta do Banco do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a já teve alguma notícia de um encontro realizado no Hotel Blue Tree Towers, na Avenida Faria Lima, em São Paulo, em que participaram o Sr. Eduardo Groisman, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Gabriel Rico, que vem a ser o senhor do Grupo To-

tal e o Sr. Eduardo Fisher? V. S^a já teve notícia sobre esse encontro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Nunca tive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a já teve algum tipo de notícia sobre encontro do Sr. Eduardo Fisher com o Dr. Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Nunca tive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se nós descobirmos qualquer tipo de vinculação de V. S^a com o Grupo Total, podemos então confirmar que V. S^a está mentindo no dia de hoje?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho nenhum tipo de relação com o Grupo Total.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Minha última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já encerrando, Deputado, restam-lhe quinze segundos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Encerrarei.

V. S^a conhece Ricardo Farias e já teve algum tipo de relação profissional com Ricardo Farias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não me lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pois eu quero informar a V. S^a que ele foi gerente de mídia da SMP&B e hoje trabalha nos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Delúbio Soares. PT – MS) – Mas uma pergunta, por favor, porque nós já estamos quebrando outra vez o acordo que fizemos, e isso não é justo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem problema.

A última pergunta: V. S^a disponibilizaria para todos nós a execução completa de todos os contratos na área de promoção, eventos e de pesquisas que, porventura, qualquer empresa de V. S^a tenha prestado para o Governo Federal ou para qualquer outra entidade, seja pública ou privada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já está disponível, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A execução desses contratos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já está disponível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com as notas fiscais a eles correspondentes, dos contratantes que com V. S^a pactuaram?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já está disponível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero me reinscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está bem. Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

Agora vou passar a palavra para o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Marcos Valério pediu alguns minutinhos e já retorna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu faço antes um encaminhamento de requerimentos, para ganhar tempo.

Requeiro a esta Comissão que seja solicitado às empresas administradoras de cartões de crédito o fornecimento da relação de todos os titulares e dependentes de cartões de crédito, retirados em nome do Sr. Marcos Valério e das empresas nas quais tenha qualquer tipo de participação societária ou nas suas gestões.

Outro requerimento solicita ao Coaf, que encaminhe a esta Comissão relatório da movimentação financeira de todas as empresas nas quais o Sr. Marcos Valério possua qualquer tipo de participação societária ou que atue nas suas gestões, porque até agora nós recebemos apenas de duas empresas, as duas agências de publicidade. Temos outras empresas, como por exemplo a Multiaction, das quais não conhecemos a movimentação financeira.

Outro requerimento é dirigido ao Banco Central, solicitando que proceda, de imediato, a auditoria na Agência do Banco Rural de Brasília, a fim de saber se ela tem cumprido o dever de informar ao Coaf as transações que se enquadram nas exigências legais.

Sr. Presidente, nessa relação que recebemos do Coaf, nós encontramos saques da agência de Belo Horizonte e muito poucos da agência de Brasília, apenas dois saques. Temos informações de um número superior de saques na agência de Brasília. Creio que seja uma providência necessária.

Agora, com a presença do Sr. Marcos Valério, peço que comece a contar o meu tempo porque vou começar a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem quinze minutos, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Marcos Valério, o senhor já foi chamado a depor alguma vez na Polícia Federal antes das atuais denúncias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quando?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No processo do INSS, eu acho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpe-me, o do INSS foi na Justiça Federal. Já estive uma vez no processo do Banestado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, da CPI do Banestado, no dia 28 de outubro de 2003.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós estamos num cenário de contradições e coincidências. As coincidências dizem respeito aos saques em dinheiro, com votações no Congresso e com o crescimento de determinadas bancadas partidárias. As contradições dizem respeito à aplicação dos recursos, inclusive o empréstimo junto ao BMG, a favor do PT.

Num primeiro momento, o senhor disse que não respondia. Num segundo momento, negou o aval e, num terceiro momento, confirmou o aval. Então são três momentos diferentes, três versões para o mesmo fato.

Relativamente aos saques no Banco Rural, Banco do Brasil e Bradesco, especialmente nesses três, V. S^a afirma, num determinado momento, que comprava gado. É evidente que isso caiu no ridículo porque necessitaria de duas mil carretas transportando gado pelas estradas do Brasil para gastar os R\$20 milhões.

Depois, disse que pagava fornecedores em espécie.

Agora, nesse depoimento à Polícia Federal, o senhor disse que “sempre utiliza a rede bancária para realizar seus pagamentos, salvo no caso de gráficas, que são pagas mediante cheque”. Portanto, nesse depoimento à Polícia Federal, em 2003, o senhor não afirmou, em nenhum momento, efetuar pagamentos em espécie, apenas movimentação bancária e cheque para as gráficas. Os fornecedores eram pagos por boletos bancários ou por cheques.

Agora nós temos aí a contradição, o senhor afirmando que esses R\$21 milhões, dinheiro vivo, era para pagamento de fornecedores. Então, eu gostaria do seu esclarecimento. O senhor disse a verdade quando?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu disse a verdade também na Polícia. Ele me apresentou alguns documentos e eu expliquei para ele como é que esses documentos eram pagos. O Delegado me apresentou alguns documentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Olha, mas não é o que está aqui. É evidente que o Delegado não está aqui, mas está aqui o inteiro teor do seu depoi-

mento. “A empresa do declarante só realiza operação de pagamento fora da rede bancária com gráficas, mediante pagamento com cheque”. Então eu creio que essa é a verdade, porque o senhor assinou esse depoimento, tem a sua assinatura, não há como alterá-lo agora.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senador Alvaro Dias, eu só trabalho com banco, e os saques são feitos com cheques.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. S^a está, evidentemente, mistificando, porque o depoimento é claro: os pagamentos eram efetuados ou com boletos bancários ou com cheques. Nunca em dinheiro vivo. Portanto, eu peço ao Sr. Relator que registre essa contradição.

Segunda pergunta: o senhor ou a sua empresa costumam fazer transferências financeiras para o exterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha empresa paga fornecedores no exterior. Eu não faço transferência para o exterior, eu, pessoa física, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E quais os meios utilizados para essas transferências?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aí tem que verificar na contabilidade dela qual que ela utilizou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Qual o volume médio de transferência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acredito que US\$7 mil, US\$10 mil, não mais do que isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor ou alguma de suas empresas possui conta bancária ou investimento no exterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não possuo e nem minhas empresas, e assino o termo, de acordo com a solicitação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então eu gostaria que o senhor me explicasse por que consta processo de investigação no Ministério Público de uma movimentação de cerca de US\$1 milhão pela conta da empresa Beacon Hill. O senhor responde a esse processo, há essa investigação no Ministério Público.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não movimente US\$1 milhão na conta Beacon Hill, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor já foi convocado pelo Ministério Público para prestar depoimentos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, ainda não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Certamente será e naturalmente terá que prestar esclarecimentos. A Beacon Hill é uma empresa de doleiros, que tem uma fachada para operação de um poderoso esquema de doleiros, isso foi identificado pela CPI do Banestado. Então, essa é uma questão da maior gravidade, que tem que ser considerada nesta CPI.

Eu passo agora a uma outra questão, relativamente aos gastos do Governo com publicidade. A sua empresa, Multiaction, tem contrato com a empresa Astral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para a realização de eventos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Astral?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Astral.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor conhece essa empresa Astral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho informações de que há um contrato celebrado por essa empresa com a sua empresa Multiaction Empreendimentos Ltda para realização de eventos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho conhecimento. Por sinal, não fico no dia-a-dia da empresa Multiaction, mas não tenho conhecimento desse contrato.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Temos uma informação também de que a Sr^a Eliane Alves Lopes... Quem é Eliane Alves Lopes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Qual o nome?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eliane Alves Lopes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o Sr. não conhece? Ela assina como sua representante legal o contrato...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eliane Alves Cedrolla.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, Eliane Alves Lopes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço-a por Cedrolla. Ela é minha diretora de Brasília, da SMP&B Comunicação. Conheço ela por Cedrolla, que é o sobrenome dela.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ela presta serviços também à empresa Astral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, ela presta serviço à SMP&B. Essa Astral eu não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Astral é uma empresa que, segundo consta, de propriedade da Sr^a Telma, que é esposa do Sr. Marco Antônio Silva, da Secom, que ocupa um cargo importante, especialmente no setor de eventos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Sr^a Telma foi funcionária da Multiaction, foi diretora e era pessoa jurídica também. Isso é uma prática...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Astral.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Agora que o Sr. está falando da Telma, eu estou lhe respondendo que é uma praxe.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, o senhor disse a verdade agora confirmando a conexão Secon-Multiaction-Astral-Correios.

Há uma conexão que evidentemente configura tráfico de influência, já que a Secom dirige as licitações públicas. Então, há aí uma parceria explicitada do senhor, das suas agências, o Governo, através da Secretaria de Comunicação, o Partido dos Trabalhadores no episódio anterior do aval. O senhor considera isso ético? Esse tráfico de influência, ou seja, valer-se de alguém que tem um familiar ocupando cargo de confiança numa secretaria do governo responsável pelas licitações? Porque, na verdade, o João Henrique de Almeida Souza, Presidente, e o Sr. Antônio Osório Menezes Batista, Diretor de Administração dos Correios, assinam o contrato mas apenas convalidam uma ação da Secretaria de Comunicação responsável pela licitação, porque, conforme decreto do Presidente da República, cabe à Secretaria de Comunicação realizar as licitações em qualquer área do Governo, indicando três dos cinco componentes da Comissão Especial.

Portanto, aí se configura esse tráfico de influência, essa parceria com troca de favores envolvendo as suas empresas com o Governo, evidentemente envolvendo as suas empresas com o PT em função do aval concedido e do pagamento do empréstimo realizado.

Os que me antecederam indagaram sobre nomes que teriam feito saques em dinheiro. Alguns nomes não foram referidos, e não sei se seria perder tempo mas, de qualquer maneira, acho que vale a pena solicitar informações a respeito de alguns dos nomes que ficaram pendentes de solicitação a V. S^a. Os nomes sumiram da minha mesa.

Alguns deles estão aqui. O senhor disse que Alexandre Vasconcelos Castro não conhece. Não conhece o Alexandre Vasconcelos Castro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas ele, como rotina, sacou recursos em dinheiro no Banco Rural inúmeras vezes, somando R\$100mil a R\$500mil. A Geysa Dias é sua funcionária, não é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quem?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Geysa Dias.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, é minha funcionária.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. Essa também. O Wagner Monteiro...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É meu funcionário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o Júlio César Marques, além dos outros já citados.

Quero que V. S^a confirme, mas parece que já afirmou o fato de que muitas vezes o saque efetuado em dinheiro era depositado na própria agência em outras contas bancárias. O senhor confirma isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o senhor não considera isso muito suspeito? Ou não posso considerar isso suspeito? Porque, se o senhor saca da sua agência de publicidade, por meio de coadjuvantes, que colaboram com o senhor no seu trabalho, ou o senhor mesmo, porque o maior sacador, parece-me, é o senhor, em moeda, em dinheiro vivo, pelo relatório do Coaf. Em alguns casos, aparece apenas a agência de publicidade, pessoa jurídica, que só poderia estar sendo representada pelo senhor ou por alguns de seus sócios. Em outros casos, aparece claramente o seu nome. Esses depósitos não nos leva a suspeitar de que são contas laranja exatamente para desviar esses recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. As contas estão abertas para a fiscalização da Receita Federal e da Comissão. Eu não uso contas laranja.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Queremos solicitar ao relator providências para buscar do caixa da agência do Banco Rural tanto em Belo Horizonte, quanto em Brasília, informações sobre a coincidência de depósitos com o saque no mesmo momento, depósitos que foram realizados no dia do saque efetuado. Não tenho requerimento aqui para formalizar, mas

vamos formalizá-lo para que a relatoria possa tomar essas providências.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, e cumprindo rigorosamente o horário, gostaria de destacar essas contradições que dizem respeito ao depoimento na Polícia Federal, em 2003, com o depoimento de hoje, a existência dessa investigação da parte Ministério Público, que tem que ser considerada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E enfatizo mais uma vez a existência de uma parceria solar, como diz a Deputada Juíza, parceria com o PT e com o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria primeiramente fazer uma ponderação ao Sr. Marcos Valério. Há expectativa sobre esse depoimento central. O País inteiro está aguardando, todos nós, até para que possamos comprovar ou não, punir ou não quem deva ser punido. A expectativa é em torno da questão dos saques. Essa é a expectativa. Todos querem saber por que sacou, sacou para pagar o quê, quem, por que motivo. Então, precisamos saber, e é a minha primeira pergunta, quando o senhor vai ter condições de nos informar detalhadamente quais os motivos de cada saque, saque por saque, efetuado nas contas das suas empresas.

A segunda questão, e peço que o senhor vá anotando, pois farei várias perguntas, tem a ver com o objeto central dessa CPI, que é a investigação nos Correios. O senhor está aqui porque as suas empresas têm contrato com os Correios. Pergunto: porque o senhor ganhou a licitação com mais duas empresas nos Correios agora durante o Governo Lula? A insinuação ou a afirmação de várias pessoas é porque a Secom fez uma alteração no valor do patrimônio líquido, ao invés de ser R\$3 milhões, baixou, se não me engano, para R\$1,8 um milhão ou R\$ 1,6 milhão, não sei bem dizer. Quero saber se esta modificação no valor do patrimônio líquido foi o fator que decidiu o senhor ter ganho ou não a licitação junto com as outras duas empresas.

Obviamente, o senhor vai precisar declarar qual é o patrimônio líquido da SMP&B Comunicação para podermos saber se o senhor estava fora ou não da alteração promovida.

Para as outras perguntas que quero fazer, faço uma pequena introdução, porque passamos ontem aqui treze ou quatorze horas. Falha-me um pouco a memória, mas fiquei das 8h30 até às 23h15. Ouvimos três depoimentos para nós muito importantes porque quem esteve aqui e acompanhou conseguiu identificar

que temos três patamares de investigação nisso que estamos fazendo nesta CPI.

Há um patamar de arraia miúda, de gente envolvida com investigação, com SNI, com os porões das trevas deste País, gente treinada para fazer arapongagem, filmagem, chantagem, achar que montam empresas e essas empresas se associam a grandes grupos econômicos, multinacionais para intermediar, achar, intervir nos processos licitatórios – aí já é o segundo patamar. E o terceiro é sobre o que quero perguntar a V. S^a, porque, do nosso ponto de vista, há muita insinuação na imprensa desse terceiro patamar, que são exatamente as brigas de cachorro grande, aquelas brigas que estão aparecendo há um bom tempo na história do nosso País. Toda vez que você mexe, aparece. Toda vez que você começa a investigar alguma coisa, aparecem essas personalidades e essas empresas. Então, vou fazer uma série de perguntas sobre o que considero a possibilidade desse terceiro patamar.

Peço ao senhor anote, por favor, para depois poder responder. O senhor sabe explicar como o Sr. Carlos Rodenburg ficou sabendo que V. S^a conhecia o Delúbio Soares? Na agenda da Fernanda Karina, há um bilhete que consta uma reunião com Carlos Rodenburg no Opportunity para o dia 15 de maio de 2003, às 11h. Essa reunião foi antes ou depois de o Sr. Carlos Rodenburg ficar sabendo que V. S^a era amigo de Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Repete, por favor. Perdi-me.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na agenda da Karina, há um bilhete que consta uma reunião com o Sr. Carlos Rodenburg, no Opportunity, no dia 15 de março de 2003, às 11h. Essa reunião foi antes ou depois de o Sr. Carlos Rodenburg ficar sabendo que V. S^a era amigo do Delúbio Soares? Terceira: o que foi tratado na reunião com Carlos Rodenburg no Opportunity? V. S^a poderia explicar o que seria o auxílio pedido por Carlos Rodenburg a Delúbio Soares? O que foi que ele pediu para o Delúbio? O senhor sabe explicar por que o Delúbio relutava em aceitar o encontro e por que tinha o Delúbio má impressão sobre o grupo Opportunity? V. S^a já tinha os contratos de publicidade da Telemig Celular e da Amazônia Celular quando V. S^a, Carlos Rodenburg e Delúbio se encontraram? O que significaria “aparar arestas entre o grupo Opportunity e o Governo do PT”? O senhor já conhecia Daniel Dantas antes de Rodenburg solicitar a intermediação de Delúbio junto ao Governo? V. S^a saberia informar se Delúbio fez algo para aparar as arestas entre o grupo Opportunity e o Governo do PT? V. S^a ainda detém as contas de publicidade da Tele-

mig Celular e da Amazônia Celular? Segundo reportagem, o senhor rompeu com Daniel Dantas. Por que rompeu, se é que houve este rompimento? Uma das revistas insinua, faz uma insinuação que as denúncias de Fernanda Karina Somaggio têm por trás uma articulação fruto desse desentendimento do senhor com Daniel Dantas. Insinua. Há uma insinuação em uma reportagem, inclusive de que a Karina foi levada para dar entrevista; tudo monitorado pelos interesses do Sr. Daniel Dantas, advogado e tal. Então, eu quero saber se isso tem alguma base factual; na sua análise, se isso pode ter ocorrido, ou se a reação da Karina, de ter dado entrevista, fotografia, aquela coisa toda, é apenas uma questão de briga pessoal com V. S^a.

Eu ainda gostaria que o senhor explicitasse quais são as relações com o senhor tem ou já teve com o Ministro Gushiken, com o ex-Ministro e agora Deputado Federal José Dirceu, e com o Presidente do PT José Genoino.

Eu tenho aqui vinte nomes. Eu quero que o senhor me diga quem são e quais são as suas relações com eles. O senhor não precisa nem anotar, pois eu vou lhe passar o papel. Eu vou ler aqui para todos saberem:

Luiz Sales - José Alves de Oliveira - Márcio Lacerda - Ricardo Freitas - Dr. Plauto - Eduardo Coutinho - João Eraldo - Ângelo Calmon; Sérgio Monteiro - Isabela - Lamas - Francisco Lafayete - Ricardo Machado - Márcio Novaes - Pedro Gustavo Andrade - Sérgio Monteiro - Ricardo Sacramento - Júlio Lage - Márcio Alaor - e Ricardo Guimarães.

Então, eu estou passando ao Presidente as minhas perguntas. Eu tenho ainda depois um tempinho, se eu precisar fazer qualquer outra.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vou começar pelos nomes, Senadora.

Luiz Sales, meu amigo de São Paulo. Foi Presidente da OAS Construções de Prédios.

José Alves de Oliveira.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só relação de amizade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só. José Alves de Oliveira. Não sei quem é.

Márcio Lacerda, conheço de Belo Horizonte. Era empresário e hoje trabalha no Gabinete do Ministro Ciro Gomes.

Ricardo Freitas. Meu amigo pessoal; empresário em Belo Horizonte.

Dr. Plauto, Diretor do Banco Rural e também meu amigo pessoal.

Eduardo Coutinho, não conheço.

João Heraldo, Diretor do Banco Rural

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Profissional.

Ângelo Calmon de Sá; Sérgio Monteiro, o Banco Rural detinha, na época, uma participação no antigo Banco Mercantil de Pernambuco. Eram 22%. O Dr. Sérgio Monteiro representava a família, e o Dr. Ângelo Calmon de Sá também tinha interesses de negociar com o Banco Rural a participação na massa falida.

Isabela, não conheço.

Lamas, nós fizemos um trabalho de estudo da marca do PL e o Dr. Jacinto Lamas foi o responsável por essa marca de estudo do PL.

Francisco Lafayete é ligado à família do Dr. Sérgio Monteiro, do Banco Mercantil de Pernambuco.

Ricardo Machado foi meu sócio na Empresa Multiaction.

Márcio Novaes, meu sócio na Empresa Estratégia.

Pedro Gustavo, meu amigo.

Ministro Gushiken, nenhuma relação pessoal.

Ex-Ministro e Deputado José Dirceu, estive com ele umas quatro vezes, mas nenhum relacionamento de amizade.

José Genoio, encontrei esporadicamente no PT, mas também nenhum relacionamento de amizade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No verso, há outros nomes, ainda...

O SR. MARCO VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah, perdão. Sérgio Monteiro, eu já respondi.

Ricardo Sacramento era Presidente da Telemig Celular, em Belo Horizonte.

Júlio Laje foi meu gerente no Banco de Boston, onde eu tenho conta, que está disponível.

Márcio Alaor é o Vice-Presidente do Banco BMG, onde temos conta, na agência.

Ricardo Guimarães é Vice-Presidente do Banco BMG, onde temos conta.

Os motivos dos saques eu já expliquei aqui. Agora, é importante sabermos a origem dos saques, se eram de superfaturamento nas contas públicas. Eu proponho uma auditoria, que seja independente, o que já acontece. O TCU já audita essas contas. A própria auditoria interna do Banco do Brasil audita essas contas e a dos Ministérios. Eu proponho que suspendam todos os meus contratos, por uma semana, e entrem profundamente lá e vasculhem tudo. Eu não tenho nada a esconder nessas contas. Eu proponho, e está aberto para quem quiser fazer. A origem dos meus saques, dos meus fornecedores, nunca, nunca foram de contas públicas para pagamento.

Olha, eu desconhecia assunto mensalão. Então, se querem fazer uma auditoria independente, podem suspender todos os meus contratos, mas cheguem profundamente lá dentro e vocês vão ver que não há nenhum superfaturamento. Eu sugiro isso aos Deputados, com todo o respeito. E acho justa a colocação de todos os Deputados e de todos os Senadores de quererem vasculhar as contas, sim. Estão aberta. Suspendam todos os meus contratos e vasculhem as contas. Agora, se não acharem, por favor, a única coisa que eu peço.

O contrato dos Correios. O contrato eu já passei...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria, Sr. Marcos, só pela questão do tempo, porque, senão, vamos novamente...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está bom. Eu vou responder por tese. O contrato não me beneficiou. Se beneficiou, beneficiou a maioria das empresas brasileiras que não tinham condições de participar à época. E era simplesmente para habilitação dentro da concorrência. Não era fator decisivo para ganhar a concorrência. Era um dos requisitos para se habilitar tecnicamente, não para ganhar. Carlos Rodenburg é um empresário. Eu marquei um encontro com o Dr. Delúbio Soares. A agenda foi antes do encontro meu com Carlos Rodenburg, em 15/4, antes do encontro com o Sr. Delúbio Soares.

A imagem do Grupo com o PT, não com o Governo – a conversa do Delúbio foi com relação ao PT, não ao Governo – era muito ruim. E o Dr. Carlos Rodenburg, dentro das suas atribuições, queria fazer uma explicação do que era o Grupo Opportunity e do que era o investimento deles em telefonia para o PT e, não, para o Governo.

O Delúbio não tinha uma boa impressão do grupo. Não tinha. Relutou, realmente, ao encontro? É verdade. Procede. A conta da Telemig Celular e da Amazônia celular já era das agências antes das privatizações; depois, continuou sendo durante o Grupo Opportunity.

Não, não conheci o Daniel Dantas antes do encontro com o Sr. Carlos Rodenburg. Depois, **a posteriori**, muito **a posteriori**, é que conheci o Dr. Daniel Dantas. Não foi no período em que o apresentei para o Sr. Delúbio Soares.

E ao que me parece o Delúbio não fez nada em prol do Grupo Opportunity, porque o Grupo está sofrendo um processo de destituição do próprio Governo Federal através da Previ.

Ainda detenho a conta da Amazônia Celular e da Telemig Celular.

Não, eu não tive nenhum rompimento com o Grupo Opportunity. Nós simplesmente temos uma relação profissional. Nada mais.

Do Gushiken e do Zé Dirceu já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli, nós já ultrapassamos em muito os quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas eu nem usei todo o meu tempo de pergunta!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Os quinze minutos são o fator limitante, Senadora, entre quem pergunta e quem responde.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É que tenho uma pergunta. Só ficou faltando uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, Senadora, vou reinscrevê-la para que tenhamos disciplina.

Deputado Murilo Zauith, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Marcos Valério, sabemos que o PT tinha um projeto de Poder. Estávamos vivenciando isso, as ações dele para isso. E o senhor, pelo noticiário que estamos acompanhando, era o instrumento do PT para tudo o que se está noticiando. Tanto que o senhor está nesta CPMI, foi inserido nesta CPMI e está aqui dela participando. E o senhor, como publicitário, dono de empresa de publicidade, hoje sabe o valor que tem, principalmente na mídia: capas de jornais, revistas. O senhor sabe quanto custa isso na mídia, estar tão exposto desse jeito, em canais de televisão, noticiários e horários nobres. O senhor talvez seja o produto mais vendido hoje no Brasil pela imprensa.

O senhor representa, nessas relações de tráfico de influência com o Governo, conforme foi dito aqui por Deputados, pela notícia, pelas suas relações comerciais... Na sua avaliação, o senhor sabe muito bem o que o senhor representa neste contexto todo hoje no Brasil. Tanto que o senhor vem aqui protegido por uma liminar, vem blindado para dizer o que o senhor quiser. O senhor pode não responder perguntas – a liminar lhe dá esse direito; O senhor tem o direito de não ser preso – a liminar lhe dá esse direito também. E isso mostra o quanto o senhor é valioso hoje no País, tanto que está com essa blindagem do Supremo Tribunal Federal. E mais ainda: hoje a imprensa toda mostra que, ontem, o Presidente Lula passou o dia todo aborrecido, mal-humorado e preocupado com as suas declarações hoje aqui.

Com a sua importância hoje para o País, nesta CPMI, se o senhor não tivesse essa blindagem, dizer alguma poderia derrubar o Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me dou toda essa importância. Eu sou um cidadão normal e me vi envolvido no maior imbróglio da história deste País. Acho que o meu depoimento não ia tirar o sono do Presidente Lula e acho que de nenhum Parlamentar. Eu não me dou essa importância; não me dou mesmo. E estou falando do fundo do coração: não me dou essa importância, não me dou esse valor. Estou aqui para colaborar, mas não me dou essa importância nunca.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E essa preocupação do senhor com essa proteção, com essa blindagem com que o senhor veio, com essa medida que o senhor trouxe aqui do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi uma atitude jurídica dos meus advogados; não foi uma atitude de blindagem. Foi uma atitude jurídica, uma atitude da defesa, não uma atitude porque sou importante ou porque a República vai cair. Não. Sou um cidadão. A República não vai cair por minha causa. Ela está aí. O País vai continuar... O País vai crescer com a minha presença. Se eu morrer hoje, o País não vai estar nem aí. Sabe quais as únicas pessoas que vão chorar? Meus filhos e minha esposa. O resto... O País vai continuar normal, os deputados vão se eleger normal. E eu...Morri, acabei. Não me dou essa importância, não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor tem preocupação com sua vida hoje?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma. Nenhuma preocupação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor anda com segurança, com guarda-costas? Mudou sua rotina de vida?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A vida da minha família mudou. É a única coisa que posso falar.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor fala muito em saques, em espécie, que o senhor costuma trabalhar assim, que é uma rotina da sua empresa. Mas por que, a partir de 2003, começou a operar no Banco Rural de Brasília os saques em dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Há vários motivos. Um: se for ao Edifício Terras Brasília, 14º andar, fizemos uma obra muito boa da nova sede da agência. E ali pagamos vários fornecedores também em dinheiro. É só verificar a obra, que é nova. Além disso, pagamos alguns fornecedores em Brasília também em dinheiro. Isso está tudo lançado

dentro da própria contabilidade da empresa, que estará franqueada à CPI.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas antes de 2003, sua agência no Banco Rural de Brasília não movimentava nada em saques de dinheiro vultosos, como vem ocorrendo ultimamente. Isso vem ao encontro dessa obra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não só em torno dessa obra, mas também com o aumento do nosso faturamento na agência. E, pelo que eu saiba os meus saques em Brasília não foram tão vultosos assim, não. Tenho dentro da contabilidade um levantamento preliminar que está sendo encaminhado para a Receita Federal, que está vasculhando isso também. E Brasília não foi tanto assim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – No empréstimo do PT junto ao BMG, do qual o senhor é avalista, o senhor disse que deu entrada na contabilidade do partido, que pagou a primeira prestação. Como foi essa entrada? Foi empréstimo para o PT ou o senhor deu por perda de recurso... Como foi a entrada desse recurso na sua contabilidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na minha contabilidade... Do partido eu não...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Uns trezentos e poucos mil reais...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Empréstimo para o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está lá como empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está lá como empréstimo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quer dizer que o Partido deve ao senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deve, sim, senhor.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não pagou ainda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não pagou ainda.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor fez um contrato do Lançamento do Banco Popular pelo Banco do Brasil, um contrato de 24 milhões. Esse contrato atingiu os objetivos a que se propunha? Porque, pelo que mostra e que o senhor pôde falar, os empréstimos são passados de seis milhões. Quais eram os objetivos desse contrato de 24 milhões com o Banco Popular?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi uma licitação interna do Banco do Brasil, da qual participaram as três agências e a DNA,

por qualidade na campanha, ganhou essa licitação. Acredito que o lançamento do Banco do Brasil atingiu a expectativa, que eles atingiram um milhão de contas. Acredito que sim. Agora, em termos de rentabilidade e de recursos, quem tem que avaliar é o Banco do Brasil.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Só para encerrar, o senhor disse que está numa enrascada, num imbróglio. Valeu a pena?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O sofrimento da minha família, da minha filha... como falei, a senadora....Não valeu a pena estar nessa situação com certeza absoluta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Murilo Zauith, pela objetividade.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sra^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Marcos Valério, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer algum comentário porque vários parlamentares...Quero tocar predominantemente nos aspectos relativos aos Correios, que são aqueles objeto prioritário do trabalho de nossa Comissão. Tenho insistido nessa linha para que esta Comissão possa produzir resultados ao final do seu trabalho, o que não impede, tal como está sendo feito hoje, que se façam indagações e investigações seguindo outras ramificações. A meu ver, é essencial, ainda mais depois da resolução de ontem, que cria uma CPMI específica para tratar do problema de “mensalão”, compra de votos e outras questões do gênero.

Enfim, a relação explícita do Sr. Marcos Valério com os Correios se dá por meio do contrato de publicidade de sua agência com os Correios. Em primeiro lugar, ouvi alguns Parlamentares afirmarem que a Secom é responsável pelas licitações. Essa informação não é verdadeira. Cada órgão tem a responsabilidade de conduzir as licitações. A Secom é uma coordenadora das políticas de comunicação e publicidade de nosso Governo; aliás, em outros governos também cumpriu esse papel. Estabelece regras gerais, procura estabelecer políticas articuladas de comunicação para outros órgãos e procura sugerir aos órgãos que tenham uniformidade no tratamento das licitações, critérios etc, para que as agências possam ser tratadas adequadamente.

Aliás, até sobre a redução da exigência de patrimônio líquido das agências, há um documento da Associação Brasileira de Propaganda solicitando à Secom que reduza esse indicador. Alega que o principal indicador para as agências é seu índice de liquidez, sua capacidade de honrar contratos e não necessariamente o seu patrimônio líquido. Esse indicador não

tem sido o indicador identificado prioritariamente. Na licitação dos Correios, não foi um indicador chave para definir a capacidade de uma agência de honrar contratos. Isso valeu para a agência do Sr. Marcos Valério e para as demais agências nos Correios e em outros órgãos públicos.

Em segundo lugar, vejo na matéria da revista **Veja** da última semana e nas afirmações de muitos Parlamentares que as agências do Sr. Marcos Valério lidaram com muitas dezenas de milhões de reais. Apenas essas pessoas não informam a maneira como esses recursos são utilizados e como são destinados verdadeiramente. As agências de publicidade produzem material para ser divulgado por intermédio da mídia, mas, na verdade, elas recebem os recursos do órgão contratante e remuneram os diversos veículos de comunicação, para que esse material publicitário possa ser verdadeiramente veiculado. Como disse o Sr. Marcos Valério – é de conhecimento público –, ficam com 10% a 15%, no caso de veículos de comunicação; e com 8%, no caso de gráficas. É uma média de 10%.

Pelos dados fornecidos pelo Sr. Marcos Valério e constatados pela revista **Veja**, as empresas do Sr. Marcos Valério faturaram com o setor público 20%, no caso de uma delas, que é R\$40 milhões – de R\$200 milhões; e 50%, no caso da outra, que dá metade de R\$200 milhões, R\$100 milhões. O total de R\$140 milhões aparentemente foi o volume de recursos utilizados. Mas, se a média de retenção desses recursos por parte da agência é em torno de 10%, o que ficou verdadeiramente com a agência foi R\$14 milhões, para custear todos os gastos com produção de vídeo, produção de áudio, produção gráfica, enfim, remuneração de pessoal altamente qualificado. Se imaginarmos que o lucro líquido desses R\$14 milhões seja 10%, que é um lucro líquido alto, daria R\$1,4 milhão; se imaginarmos que o lucro líquido seja 20%, seriam R\$2,8 milhões, números que são incompatíveis com a magnitude dos demais números que são utilizados para insinuar uma série de ligações supostamente incestuosas entre o Sr. Marcos Valério, as suas agências, o Partido dos Trabalhadores e o Governo do Presidente Lula.

Gostaria de citar isso.

Parece-me que a questão dos contratos de publicidade está exaustivamente investigada e examinada. Em primeiro lugar pergunto: o senhor teria algo a acrescentar sobre contratos de publicidade com o Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Independentemente de ser governo a, b ou c, as rotinas dos contratos de publicidade obedecem a uma sistemática. Banco do Brasil: verbas de publicidade vêm crescendo de acordo com o lucro do banco;

é proporcional ao crescimento do lucro; é proporcional ao investimento que ele tem que fazer contra os grandes bancos. Ele concorre com o Bradesco, com o Itaú. Então segue uma proporcionalidade de acordo com os lucros.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tem outro contrato, outro interesse na Empresa de Correios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nenhum.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sobre as acusações do Deputado Roberto Jefferson, o senhor já negou aqui, de maneira categórica, tanto a história do mensalão, quanto a dos quatro milhões. Não vou remoer essa questão porque não tenho nenhuma indagação nova em relação àquelas já feitas pelo Sr. Relator e por diversos Parlamentares. No entanto, por uma coincidência muito grande, o Deputado Roberto Jefferson faz uma denúncia na **Folha de S.Paulo**, comparece ao Conselho de Ética e, no mesmo dia desse comparecimento, já anuncia a denúncia de Fernanda Karina. Parece-me que são informações muito bem articuladas que depois se sucederam a outras denúncias do Deputado Roberto Jefferson, todas elas sem comprovação adequada e que funcionam como verdadeira blindagem do Sr. Roberto Jefferson em torno da acusação fundamental que estamos investigando nesta CPI, de corrupção na Diretoria de Administração dos Correios.

O senhor manteve relações com o Deputado Roberto Jefferson por quantas vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas vezes. Uma no início deste ano e a outra foi no Rio de Janeiro, num restaurante. Com certeza eu me lembrarei do nome do restaurante daqui a pouco.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor teria outra razão para justificar as acusações frontais, diretas e até indignadas do Deputado Roberto Jefferson ao senhor e às suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O senhor, de forma sutil, colocou que, no depoimento de terça-feira ao Conselho de Ética, a revista antecipa a edição. Ele falou que apareceu a secretária, depois ele fala que falta aparecer o motorista. Creio que é porque sou meio careca e porque tenho um relacionamento evidenciado com o Dr. Delúbio Soares.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria de indagar o senhor também sobre a Sr^a Fernanda Karina. O senhor move um processo contra ela por tentativa de extorsão, segundo o senhor. E para fundamentar parcialmente essas acusações apresentou e-mails e

recados deixados por ela que o senhor conduziu aqui à Comissão. A seu ver, qual o papel da revista **ISTOÉ** nesse mecanismo de acionamento da Sr^a Fernanda Karina? O senhor disse que esteve com o Diretor Presidente da **ISTOÉ** anteriormente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E que ele lhe havia dito de maneira categórica que aquela entrevista obtida com a Sr^a Fernanda Karina não tinha pé nem cabeça, não tinha nexos, pelo que entendi do senhor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por que o senhor acha que a revista **ISTOÉ** resolveu publicar essa mesma entrevista ou algo parecido com aquela entrevista? O conteúdo da entrevista publicada é o mesmo que o senhor encaminhou à Comissão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Têm algumas diferenças que podem ser verificadas na leitura. Têm algumas diferenças. Uma delas é que a revista fala no inicial que teve acesso à agenda. A revista cita outros nomes que não constam da reportagem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor acha que Fernanda Karina recebeu recursos financeiros da revista **ISTOÉ** para dar aquela declaração ao partido?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A declaração dela à secretária Adriana Fantini é que ela estava recebendo recurso de um repórter.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – De um repórter?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É esse cidadão chamado Leonardo Atuch?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esta é a declaração dela para a secretária Adriana Fantini: que ela estava recebendo dinheiro de um repórter para falar a meu respeito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor acha ou o senhor tem informações precisas ou comprovações de que, além da pressão e dos recursos financeiros da revista **ISTOÉ** sobre Fernanda Karina possam existir outros interesses atrás, ou dessa tentativa de extorsão ou da publicação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Imprensa e os senhores é que vão ter que...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A Senadora Ideli sugeriu que pudesse haver grupos econômicos...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vão ter que fiscalizar. Aí, eu não mais...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor não tem comprovação? O senhor não tem alguma comprovação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma comprovação, só suposições e indagações, mais nada. Na verdade, eu não sou tão leviano de vir aqui e macular a honra de uma pessoa, e macular a honra de outra com suposições e inalações (sic) da minha cabeça.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar, pela objetividade e competência.

Com a palavra o Deputado Álvaro Dias, por permuta com o Deputado Maurício Rands.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, antes de fazer as perguntas, eu queria fazer algumas considerações acerca do PDT. O PDT foi a favor desta CPI porque sempre foi a favor da investigação e da criação de CPIs. Se outros partidos eram a favor e agora são contra, ou vice-versa, esse, Sr. Presidente, com certeza, não é o caso do PDT. Aliás, o PDT assumiu uma postura de independência e, para isso, teve que devolver alguns cargos, como por exemplo o Ministério das Comunicações e centenas de cargos que ocupava, indicados pelo Partido, no Governo Federal, porque discordou da política econômica neoliberal, discordou dos juros elevados, discordou da reforma da Previdência, discordou do foro privilegiado, questões que o PDT sempre defendeu.

Então, diferentemente de outros partidos tradicionais, fisiológicos ou até conservadores, que podem negociar as suas idéias em troca de cargos, o PDT, ao contrário, devolveu os cargos para ter o direito de continuar a defender as mesmas idéias e manter a mesma coerência que sempre soube manter ao longo de toda a sua história.

Eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, para que fique bem claro que o PDT não tem alinhamento automático com Oposição, com Situação. O PDT tem as suas idéias, a sua postura, os seus princípios ideológicos e a sua doutrina programática e se pauta por isso.

Mas, iniciando as perguntas ao Sr. Marcos Valério, o senhor possui duas empresas de publicidade: a SMP&B e a DNA, não é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Essas empresas, a SMP&B, ao que consta, possui contratos nos Correios e no Ministério dos Esportes. A DNA possui

contratos no Banco do Brasil, na Eletronorte e no Ministério do Trabalho. É isso? Confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, e a SMP&B também tem na Câmara Federal.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Agora, eu ouvi, durante o seu depoimento, V. S^a falar que alguns desses contratos se iniciaram no governo anterior. Quais desses contratos existiam no Governo FHC?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Eletronorte, o Ministério do Trabalho, o Ministério dos Esportes. O Banco do Brasil eu ganhei novamente no Governo Lula – eu não, perdão, a Agência DNA ganhou novamente. A SMP&B ganhou os Correios no Governo Lula...

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – No Governo FHC?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – FHC... Perdão.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – No Governo FHC não tinha contrato com os Correios.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpe-me, é que estou... No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ganhamos a Eletronorte, pela DNA, o Ministério do Trabalho, pela DNA, e o Ministério dos Esportes, pela DNA.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E o Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já detínhamos a conta no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Banco do Brasil, e ganhamos, novamente, através de processo licitatório, a DNA ganhou o Banco do Brasil no Governo Lula.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então V. S^a tinha contratos, no Governo FHC, no Banco do Brasil, na Eletronorte, no Ministério do Trabalho, no Ministério dos Transportes. Nos Correios não tinha.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Transportes, não. Trabalho e Esportes.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Nos Correios não tinha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não tinha.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Nem no Ministério das Comunicações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, nem tinha.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – A Folha de S.Paulo de hoje publica que nas contas de suas empresas foram veiculados, ou depositados, em forma de pagamento, R\$836 milhões de 99 a 2005. V. S^a confirma essa quantia, esse valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Das duas empresas, das três...?

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Das empresas de V. S^a, de 99...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho de cabeça, Deputado, mas não deve estar muito longe disso, não. Não tenho de cabeça.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Não deve estar longe disso. Então se aproxima dos R\$800 milhões, de 99 a 2005.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho de cabeça. Não consigo precisar para o senhor...

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Desse total de R\$800 milhões, aproximadamente, quanto foi pago às firmas de V. Ex^a no Governo FHC e quanto foi pago no Governo atual, mais ou menos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mais ou menos? Vou tentar fazer a grosso modo, para não deixar de responder ao senhor, Deputado. A SMP&B, em 2004, faturou R\$28 milhões com os Correios, R\$850 mil com o Ministério dos Esportes e R\$1,5 milhão com o Ministério do Trabalho. Então, temos, em média, uns R\$33 milhões da SMP&B, direto com a iniciativa do Governo Federal, e mais ou menos R\$8,8 milhões da Câmara Federal. Vamos arredondar para R\$40 milhões o total. A SMP&B.

A DNA Propaganda... Passei para o Relator, não consigo ter de cabeça. Vamos dizer que eu tenha faturado uns R\$70 milhões com o Banco do Brasil e uns R\$10 milhões na Eletronorte e R\$1,5 milhão no Ministério do Trabalho.

Perdão, tenho que tirar R\$1,5 milhão aqui, que eu coloquei do outro lado e não era, era da DNA.

Então, eu teria aí uns R\$81 milhões de faturamento em 2004.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, a SMP&B detinha doze da Eletronorte e mais uns dez do Ministério do Trabalho. Estamos falando... mais ou menos proporcional de um governo para o outro. Não teve muita diferença.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a diz que foi mais ou menos equilibrado, então algo em torno de quatrocentos milhões no atual Governo e algo em torno de quatrocentos milhões no Governo FHC?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não faturei... Não acredito. Será que deu? Tenho de fazer essas contas.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a disse durante seu depoimento que os saques nas contas em dinheiro eram rotineiros. Existiam no Governo FHC e no Governo Lula? Eram feitos os saques da mesma

forma, na boca do caixa, pegando o dinheiro tanto no Governo FHC como no Governo Lula?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza. Se quebrarem o sigilo, vão achar saques nesses valores.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quer dizer, então, que os saques na boca do caixa tanto existiram no Governo FHC como no Governo atual, sendo uma coisa rotineira nas suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sempre proporcional ao faturamento. Agora é importante caracterizar também o seguinte: eu aumentei o meu faturamento com a iniciativa privada. É o caso de 2004. É proporcional ao volume de faturamento da empresa. A empresa faturou duzentos milhões em 2004 e quarenta milhões com entidades públicas. Então, é proporcional ao faturamento global da empresa, nunca proporcional a uma entidade privada, a uma entidade pública.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – A agenda da ex-secretária de V. S^a trouxe alguns indícios a princípio negados, depois confirmados. Muitas anotações fazem parte da agenda de sua ex-secretária. Uma delas diz que V. S^a teve dois encontros, ou duas audiências, com o atual Governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

Qual o tipo de relacionamento que sua empresa tem com o Governo de Minas Gerais? Contrato de publicidade? Empresarial? Amizade? Queria que V. S^a explicitasse.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho amizade com o então Governador de Minas Gerais, Aécio Neves. Meu relacionamento com ele é estritamente profissional, em duas audiências públicas e com várias pessoas nessa audiência. As empresas, a SMP&B e a DNA Propaganda, uma detém uma das contas da Secom e a outra detém a conta da Secretaria de Saúde, dentro de um processo licitatório em Minas Gerais claro e transparente também.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Quer dizer, então, que a empresa de V. S^a detém dois contratos de publicidade com o Governo de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves/

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Satisfeito... Qual o valor desses dois contratos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não o tenho de cabeça, Deputado, mas posso providenciar.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Mais ou menos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu posso providenciar. Dez, doze milhões.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Cada um.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um é cinco, seis e o outro dez, doze.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Álvaro Dias pela competência e agilidade.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil, direto de Mato Grosso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, meu caro Presidente. Vizinho de V. Ex^a no Mato Grosso do Sul.

Diante do investigado, gostaria de fazer algumas considerações iniciais e, dentro do que compreendo como um procedimento lógico, fazer um percurso de 2005 para trás.

O investigado demonstrou no depoimento inicial e mesmo na seqüência das interrogações feitas ao longo desta reunião que não fez uso e, ao que tudo indica, não pretende fazer uso do **habeas corpus** que o Supremo Tribunal Federal, lhe concedeu.

Consta de matéria já referida, hoje, neste plenário uma movimentação das suas empresas, de 1999 até 2005, de um montante – inclusive a televisão, ontem, divulgava – de cerca de R\$800 milhões. V. S^a tem dito e reiterou recentemente que tem contas de clientes que são entes públicos ou governos, inclusive governos estaduais, e mencionou um governo estadual, que é o de Minas Gerais. Eu pergunto, e V. S^a pode ir tomando nota, se possui outras contas de governos estaduais e/ou prefeituras, além das que já mencionou agora em seu depoimento. Se as tem, desde quando ou em que período as teve, considerada a matéria de 1999 a 2005, sobre a qual diversas arguições foram feitas aqui, neste intervalo de tempo.

Fazendo ainda esse retrospecto, o senhor fez uma comparação entre o ano de 2004 – se não estou enganado, estou pedindo para confirmar se é isso –, o faturamento de suas empresas com entes do Governo federal, e um ano incerto do faturamento dessas mesmas empresas com o Governo federal e com empresas em um ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, pelo que percebi, o senhor não mencionou concretamente qual é o faturamento este ano. Até para que, tendo em conta os valores, se possa ter um parâmetro de comparação, tendo em vista o processo monetário que ocorreu no intervalo desse período. Evidentemente, há um procedimento de períodos in-

flacionários, correção de valores, etc, que precisa ser considerado.

A terceira pergunta é se os processos prorrogatórios de contratos licitados obedecem rigorosamente ou não aos mesmos critérios definidos desde a origem dos contratos. Refiro-me mais especificamente ao contrato prorrogado que V. S^a mencionou aqui em relação ao Governo federal, um contrato oriundo do governo anterior que foi prorrogado. Eu gostaria, então, que V. S^a explicasse à Comissão se esse procedimento, que é legal e é regular, obedece aos mesmos critérios nesse período de 1999 a 2005 para considerar os valores que estão na roda aqui.

A quinta pergunta é se os critérios para concorrência – estou falando em critérios técnicos e processuais nos entes do Governo federal – foram modificados, à exceção do que V. S^a já fez menção aqui, que é do patrimônio líquido, durante o período em que manteve processos de concorrência ou licitação com entes federais.

V. S^a tem manifestado, em seu depoimento, que freqüentemente mantém proximidade com dirigentes partidários, com autoridades políticas, alguns por razões empresariais, como V. S^a já mencionou, outros por razões de ter ocorrência familiar na história, o que é comum – foi o caso do ex-Ministro Pimenta da Veiga, a que V. S^a se referiu, por ocasião do falecimento de um filho seu –, outros por interesses de fazer pontes, ligações, facilitações, em lugares de influência e de decisão. A pergunta que faço é: esse comportamento de V. S^a o acompanha desde os tempos de balcão de farmácia, segundo consta de sua biografia, ou esses comportamentos são tão mais freqüentes quanto mais próximos dos processos concorrenciais, licitatórios e de contratação de contas públicas?

Nesse mesmo processo de reminiscência, gostaria também de interrogar se V. S^a porventura já trabalhou no Banco Central.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a pode anotar.

Se esteve em algum tempo residindo no exterior.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Se prestou consultoria a bancos no estrangeiro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Gostaria de saber se V. S^a tem, entre os seus sócios, o Sr. Clésio Andrade, atual Vice-Governador do Estado de

Minas Gerais? Se teve – portanto, não tem mais –, em que situações essa sociedade funcionou? Parte da explicação eu sei; V. S^a já deu em seu depoimento. Mas gostaria de saber se, na iminência da contratação de um evento em Minas Gerais no ano de 1997, havia sido rompida essa sociedade. Que valores implicava esse evento realizado lá?

Há conta de que o ex-Governador Eduardo Azevedo responde a um processo no Supremo Tribunal Federal por improbidade administrativa, em que figuram, além dele, como réus, Marcos Valério Fernandes de Souza, Eduardo Brandão Azeredo e Clésio Soares de Andrade, por contratação do evento a que me estou referindo. E essa contratação teria sido realizada por um valor, à época, de R\$3 milhões, entre o dia 25 de agosto de 1998 e o dia 4 de setembro de 1998.

Ao mesmo tempo, Sr. Marcos Valério, consta a informação de que V. S^a não apenas teria sido credor do PT – ou melhor, avalista, devedor solidário –, mas também, em período anterior, V. S^a, por meio de alguma de suas empresas, teria avalizado empréstimo para algum outro partido político ou político militante. Pergunto a V. S^a se isso procede. E, se houve esse procedimento, essa confirmação, com que partido político ou com que autoridade esse tipo de contratação foi feito?

V. S^a menciona que já entregou portfólio dos correntistas que mantêm vínculos com suas empresas, particularmente de *marketing* e propaganda. De uma das empresas, V. S^a mencionou qual é a proporção do faturamento entre o espaço público e entes públicos, Governos e entes públicos, e a relação do setor privado. Gostaria que V. S^a nos ilustrasse de que maneira foi a evolução, de 1999 para cá, dessa proporcionalidade entre empresas privadas e entes públicos na participação do faturamento de suas empresas.

Ainda gostaria de saber se V. S^a tem o hábito, reiterado aqui, de fazer saques em espécie para pagamento de suas contas e das contas de suas empresas desde esse período de 1999 ou se, desde os 25 anos, V. S^a manifesta que essas empresas funcionam. Esse hábito é assim?

V. S^a fez referência a pagamentos feitos com cheque. Não sei se estou entendendo mal, mas, se V. S^a faz um pagamento com cheque e se o depósito é feito em uma outra conta na mesma agência, isso conta como saque em dinheiro. Não entendi bem se é isso ou se V. S^a entrega o dinheiro para um determinado sujeito destinatário, e esse dinheiro é, em seguida, depositado. Gostaria que V. S^a explicasse isso.

Por último, se o procedimento é feito com cheque, no pagamento, V. S^a costuma fazer esses cheques no-

minais ou cheques ao portador, dados os valores, que são tão elevados?

Sr. Presidente, gostaria ainda de apresentar um requerimento importante; depois, eu o farei formalmente.

Foi feita a divulgação dos dados sobre esse montante de R\$800 milhões, referente à movimentação de 1999 a 2003. Parte dela pode estar sustentada no levantamento do Coaf, se não estou enganado. Ocorre que o levantamento do Coaf se refere a saques de R\$100 mil acima, a partir de julho de 2003. Portanto, não alcança o período anterior. Gostaria de fazer um requerimento, para que os dados dêem substância à matéria que está divulgada e que, em parte, não foi desmentida pelo Sr. Marcos Valério, do período anterior. De que maneira esse levantamento foi feito?

Creio que a quebra de sigilo que pedimos não alcança 1999, alcança o ano de 2001 para cá, e, portanto, é preciso alterá-la.

Por último, proponho que seja convidado a prestar esclarecimentos aqui o Senador Eduardo Azeredo, o Sr. Daniel Dantas e o Presidente dos Correios, que já está convocado, se não estou enganado, que é quem comanda as contas de publicidade dos Correios.

Gostaria, então, que o Sr. Marcos Valério respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou tentar não me perder nas perguntas. Se eu me perder, gostaria que o senhor me conduzisse, Sr. Deputado.

Contas que eu tinha, sem ser do Governo Federal, em Prefeituras e Governos: Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Distrito Federal, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Assembléia Legislativa do Distrito Federal, Prefeitura de Contagem, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Sete Lagoas. Que eu me lembre agora, são essas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esses contratos estão em execução?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Alguns já foram, e outros estão em vigor.

O faturamento que relatei é de 2004, de iniciativas privadas e Governos, das duas agências, e do ano de 2002.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A comparação é com o ano de 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com 2002.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nos Governos passados – e nós atuamos em vários – , as mudanças nunca foram feitas a nível de beneficiar a agência ou as agências ou uma específica, em edital. As mudanças sempre foram do meio coletivo e sempre solicitadas pela Associação, a Abap, ou pelo órgão competente.

Dirigentes partidários, conheço todos, mas, ultimamente, qualquer nome que eu cito hoje está sob suspeita. Mas conheço muitos, tenho um relacionamento grande com vários dirigentes partidários, vários Deputados, vários Senadores, e são relacionamentos saudáveis.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De um mesmo partido ou de partidos diversos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De vários partidos, partidos diversos. Vários, vários partidos.

O Dr. Clésio Andrade, tivemos uma disputa comercial no início de 98. Essa disputa comercial foi pública, dentro do Estado de Minas Gerais, foi muito acirrada. Depois, mantivemos um relacionamento, onde fizemos um acordo nos autos e encerramos essa disputa entre nós. O meu relacionamento com ele, hoje, é um relacionamento de cordialidade só.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Os senhores foram sócios no passado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fomos, fomos sócios no passado. Verdade. Procede.

O Senador Eduardo Azeredo é uma pessoa que sempre pautou com toda a dignidade conosco, com a agência. Nós tivemos uma licitação no Governo dele, de uma forma lícita e transparente; ganhamos essa licitação. A agência SMP&B ganhou essa licitação, e a DNA Propaganda também ganhou essa licitação. E o evento a que o senhor se refere é um evento onde vários Governos, desde o Governo Hélio Garcia, vinham patrocinando, que era o Enduro da Independência e o Mundial de Motocross. Isso não foi um privilégio do então Governador Eduardo Azeredo. Eu considero que, no processo movido contra o Senador, ele é vítima, como nós também somos vítimas.

Empréstimos a partidos políticos, que eu me lembre, Deputado, e posso falhar pela memória, eu não me lembro de ter feito a nenhum. Mas eu posso falhar pela memória. Peço desculpas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Doações de campanha, o senhor fez alguma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Que eu me lembre, não. Mas posso ter feito sim, senhor. Não vou negar enfaticamente não. Eu não quero correr o risco de ser...

O faturamento público e privado, eu já deixei claro que hoje nós começamos com uma dificuldade muito grande no público e enxergamos que nós tínhamos que partir para a iniciativa privada. E foi isso que nós fizemos. Nós viemos crescendo a nossa carteira a nível privado. Estamos com muito mais clientes privados do que clientes públicos, e a nível de faturamento também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Deputado Onyx Lorenzoni, concedo a palavra a V. Ex^a, contando sempre com a objetividade, que é uma regra para V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Qual é a sua formação? Aqui, qual é a sua formação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu sou empresário, nada mais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor declarou que teria se encontrado apenas uma vez com o Sílvio Pereira. No entanto, temos registros de inúmeros encontros: três no Hotel Maksoud e encontros que estão desfilando aqui na nossa CPI. O senhor continua afirmando que se encontrou apenas uma vez com o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No Maksoud Plaza, uma única vez.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se encontrou apenas uma vez com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No Maksoud Plaza, uma única vez.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Quantas vezes o senhor se encontrou com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No PT, eu sempre via o Dr. Sílvio Pereira. Eu já frequentei o Edifício Varig...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor mentiu no seu depoimento à Polícia Federal? (Pausa.)

No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor afirmou que não tinha nenhuma ligação comercial com o Partido dos Trabalhadores. Por que o senhor, no depoimento à Polícia Federal, omitiu o aval que o senhor deu no empréstimo do BMG?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não considero aval nenhum relacionamento comercial.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não fez a campanha do Presidente João Paulo Cunha na Câmara?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz, fiz a campanha. Eu não...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O PT lhe pagou quanto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Perdão. Quem fez a campanha foi uma das minhas agências.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim. O PT pagou quanto para a sua agência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Três parcelas de R\$50 mil, declarado dentro da minha empresa e declarado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E isso é uma relação de quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A uma das minhas agências.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E isso é uma relação de quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tinha relação comercial com o PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E isso é uma relação de quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi feita uma campanha para o Deputado João Paulo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E, quando alguém paga e recebe, é uma relação de quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para mim, foi uma relação comercial e relação comercial de uma das minhas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor mentiu na Polícia Federal de novo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tinha relação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é sócio da SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Quem é sócio é a minha esposa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é diretor financeiro dela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No papel, sou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem procuração dela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da minha esposa? Tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. O senhor tem procuração para gerir a SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da minha esposa, tenho, para gerir a SMP&B.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E dos demais sócios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A sua esposa tem quantos por cento da SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Trinta e três por cento, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E com ordem de quem o senhor mandou a SMP&B pagar o aval que o senhor deu ao PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em conformidade com os meus sócios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não é o gestor, o senhor não é o administrador e o senhor ordenou à SMP&B que pagasse um aval dado pelo senhor como pessoa física?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor acha isso perfeitamente legal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Justiça vai buscar o senhor oportunamente.

Sr. Presidente e Sr. Relator, ele afirmou aqui – está gravado – que, após o pagamento da SMP&B, o aval dele foi levantado pelo banco. Solicito que seja requerido ao BMG o levantamento de tal aval. Essa informação está gravada aqui e foi dada pelo Sr. Marcos Valério.

Qual a colocação que a SMP&B tirou no item financeiro na licitação dos Correios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Terceiro lugar.

Qual o lugar que ela tirou no item financeiro na Câmara dos Deputados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O mesmo lugar.

Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor tem um contrato com o Banco do Brasil assinado no dia 23 de setembro de 2003, contrato esse no valor de R\$142 milhões. Segundo a cláusula 1.11, a sua empresa poderia receber sobre esse contrato, no mínimo, 25% e, no máximo, 40%. O senhor confirma isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se está no contrato, eu confirmo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está no contrato que o senhor entregou para o nosso Relator.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor já fez a conta de quanto dá isso? O máximo que o senhor poderia receber desse contrato com o Banco do Brasil em 2004 seriam R\$56 milhões. O senhor informou, em um documento que trouxe ao Relator, que recebeu R\$103.339.199,00. Se o senhor tem um contrato que só lhe autoriza R\$40 milhões e recebe o dobro desse valor, como o senhor explica isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, o contrato...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É das relações fraternas com o Dr. Delúbio, com o Dr. Sílvio Pereira, com o Dr. Gushiken que vem essa fantástica atenção que o Banco do Brasil tem com o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é da relação do Delúbio...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, por que o senhor recebeu um valor que não poderia receber por contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, o contrato foi editado, e, com certeza, o Banco do Brasil não fez nenhuma irregularidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O contrato foi editado, e vou lhe explicar. O contrato foi editado, pasmem, no ano eleitoral, ocasião em que o Banco do Brasil aumentou essa conta de publicidade que o senhor manipula e da qual faz saques de maneira irregular, segundo dados do Coaf. O senhor recebeu um aditamento curiosíssimo um dia antes de vencer o contrato. Sr. Relator, um dia antes há um aditamento e um prolongamento de mais um ano. Sabe de quanto? Duzentos milhões. E recebe esse aditamento de graça, porque são competentes, porque não há nada incorreto. E o que acontece? Mesmo lhe dando o benefício da dúvida, em detrimento das outras duas agências que ganharam a licitação com o senhor, o senhor poderia receber, no limite, R\$16 milhões. Por quê? Se são R\$48 milhões na execução de 1º de outubro até 31 de dezembro de 2004, o senhor, com muito boa vontade, dentro da lei, poderia receber mais R\$16 milhões, que chegariam a R\$72 milhões. Mesmo assim, é muito distante dos R\$103 milhões que recebeu. A que o senhor atribui essa generosidade do Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não atribuo nenhuma generosidade do Banco do Brasil, porque o contrato foi assinado para as três agências, e...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos para outro agora. Vamos ao banco nos Correios.

Já sei qual é a explicação dele. Se ele me der uma resposta convincente, Maurício Rands, vou aceitar. Mas não estou aqui para ouvir enrolação de um homem que, na minha opinião, é uma lavanderia ambulante. O senhor é uma lavanderia ambulante. Não tomou uma multa da Receita Federal de R\$63 milhões de graça.

O senhor tem uma movimentação na DNA, nos últimos cinco anos, de R\$836 milhões, dos quais o Coaf reconhece a origem só de R\$337 milhões. O senhor tem R\$470 milhões, que transitaram dentro da sua empresa, e os órgãos federais não sabem de onde saiu o dinheiro. E o senhor vem com uma conversa mole, achando que aqui se encontram pessoas desinformadas e que vai nos enrolar.

Quero provar que o senhor tem uma prática que o senhor construiu traficando influência. Na minha visão, além de uma lavanderia ambulante, o senhor é um traficante de influências, porque o senhor não é gestor de nada, não é formado em nada, não é publicitário. Mas, traficando influência e servindo ao esquema quadrilheiro, na minha opinião, o senhor e os seus parceiros de quadrilha – para mim, não há dúvida disso; esta é minha opinião – vêm assaltando os cofres federais. E a maior prova disso é a de que, se encontrarmos um centavo daquele dinheiro que irregularmente o senhor tirou da SMP&B e mandou cobrir o empréstimo de R\$2,4 milhões... O Presidente Genoino, tão atento, um homem tão inteligente, tão cioso dos seus deveres, assinou-o sem ver. E lhe protegeram, dizendo que o senhor não era avalista. Ora, quem é que assina empréstimo de R\$1 milhão sem ver? Nem estelionatário de quinta categoria diz isso para um delegado.

Portanto, quero provar que é uma prática recorrente do senhor.

Quando o senhor assina o contrato com os Correios, é a mesma coisa. O contrato dos Correios começa em dezembro de 2003 e vai até dezembro de 2004. É de R\$72 milhões. Aí ele sofre um aditamento em novembro, 23 dias – é tudo igual – antes de o contrato vencer, e ele ganha mais R\$18 milhões! E, no dia em que ele vence, Senador Eduardo Suplicy, o contrato de R\$90 milhões é estendido por mais 12 meses, sem licitação.

A mesma prática usada no Banco do Brasil repete-se na Empresa de Correios. E o que é mais grave: ela se repete na Câmara dos Deputados. É igual! O senhor, que entrou em terceiro lugar na licitação no item preço, assinou um contrato na Câmara dos Deputados para aquele para quem o senhor fez a campanha. O senhor

assinou um contrato de R\$9 milhões. Está correto o que estou dizendo? É de doze meses à SMP&B.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse contrato ia de 30 de dezembro de 2003 a 31 de dezembro de 2004, ano da eleição! O senhor fez a campanha em Osasco – só para lembrar. Aí há um termo aditivo de mais R\$1,980 milhão, assinado, Senador Eduardo Suplicy, no dia 18 de novembro!

Não satisfeito – suas relações com o PT são tão boas –, o senhor é premiado no dia 30 de dezembro de 2004. Vejam: assinou, no dia 18, mais R\$1,980 milhão; aí, no dia 30 de dezembro, o senhor ganha um aditamento, sem concorrência, sem nada, que dura só três meses, míseros três meses, para faturar mais R\$2,780 milhões.

E aí eu acho que era hora de revisar, porque o que há de questões discutíveis do ponto de vista jurídico... A Câmara dos Deputados não é diferente quanto às licitações públicas da Lei nº 8.666. Penso que há equívocos neste contrato, mas a Casa vai discutir e vai resolver.

Aí sou surpreendido: disseram-me que houve um café da manhã aqui em Brasília e que o senhor participou, como também outras figuras – vou estar reinscrito para voltar a perguntar. E, no dia 31 de março, o senhor ganha mais nove meses de contrato, com mais R\$8,169 milhões!

Então, o que estou mostrando para o Brasil, para o senhor, para o nosso Relator e para esta Comissão? Que o senhor, num tráfico de influência, que lhe levou a ser avalista de um empréstimo que só foi concedido depois que o senhor se reuniu com a alta direção do BMG no Blue Tree. Aí, o senhor leva a alta direção, junto com o Delúbio, para falar com o Ministro José Dirceu, que, na minha opinião, é o cérebro de toda essa operação, do qual o senhor é um dos operadores. E sai o empréstimo de R\$2,4 milhões com o seu aval. Aí o Partido não paga. E, o que é mais curioso, o senhor, em julho de 2004, se valendo de recurso público, paga, irregularmente, a dívida do Partido. Se o senhor pagasse da sua conta pessoal, eu não estava aqui questionando o senhor. O senhor pagou da conta de uma empresa da qual o senhor nem é sócio. O senhor é esposo da dona. Aí o senhor paga. E sabe o que acontece, Presidente? Aí o Banco, esse, faz doações, Senador Suplicy, para os candidatos do PT no Brasil todo. E doações de valor inclusive superior ao pagamento da parcela, que, aliás, ele falou que é 351, mas não é, é 349 mil.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a esgotou, e V. Ex^a tem o direito de reinscrever, caso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou inscrito, Sr. Presidente. Eu só quero dizer e concluir que elenquei esses dados e vou perguntar depois, porque esse cidadão, que está aqui blindado pela Justiça, tem muito para explicar. E, no acareamento que vamos fazer no futuro, vamos desmascarar o dono da maior lavanderia que o Brasil já conheceu, o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes, gostaria de consultar o depoente se ele quer fazer alguma consideração agora ou responder depois que for perguntado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma declaração a respeito dessas afirmações.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Abicalil fez umas perguntas para o depoente, que o depoente não soube responder e que dizem respeito a um governo do meu Partido, o Governo de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves. Portanto, acho que esses esclarecimentos podem ajudar o Deputado Carlos Abicalil. Só para que o Plenário saiba, o Governo de Minas aumentou para 12 o número de agências, são seis agências vinculadas às empresas de Estado e seis vinculadas à administração direta. As 12 contas existentes são atendidas por 10 agências. Das seis da administração direta, uma é atendida pela SMP&B Propaganda, e o valor é de R\$12,6 milhões. E a outra é atendida pela DNA Propaganda, na saúde, e o valor licitado é de R\$3,6 milhões. Há 20 anos, Sr. Presidente e Sr. Deputado Abicalil, essas empresas prestam serviços ao Governo do Estado de Minas Gerais – a exceção foi no Governo do ex-Presidente e ex-Governador também de Minas Gerais, Itamar Franco. Só para dizer, uma inovação criada em Minas Gerais foi a redução de 15% para 5% da comissão das agências. Quero deixar isso aqui muito claro por um simples motivo. Nós não vamos aqui jogar todo mundo na mesma lama, nem encontrar chifre em cabeça de burro. Tenho certeza de que esse cidadão que está depondo hoje não conhece ou não sabe sequer o nome do tesoureiro...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já estou concluindo.

... do tesoureiro do PSDB, não tem intimidade e jamais fez algum aval ao PSDB. Quem paga mensalidade é o PT.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, o ilustre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem no seguinte sentido...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já concedi a palavra...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor permitiu, involuntariamente, que um integrante da CPI fizesse proselitismo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Proselitismo, não, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Atacasse...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Bittar, proselitismo, não. Eu prestei um esclarecimento, que o Deputado Abicalil...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, eu gostaria de ouvi-lo. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – V. Ex^a, de boa-fé, supondo que o Deputado Eduardo Paes queria prestar esclarecimentos, concedeu generosamente a palavra a S. Ex^a, e S. Ex^a abusou da sua confiança, da sua generosidade, fazendo assaques, atacando o nosso Partido sem qualquer comprovação. Quero manifestar o meu protesto e solicitar a V. Ex^a que não permita mais que isso volte a se repetir aqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Carlos Abicalil. Logo em seguida, darei a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu tenho-me comportado aqui, Sr. Presidente, considerando como inquiridos aqueles que estão na condição de investigados ou de testemunhas à mesa.

O esclarecimento que pedi sequer mencionou nome de Partido. A fita está aí, para qualquer um ver e qualquer um escutar. Fiz aqui o requerimento de ouvir o Sr. Eduardo Azeredo e expus a razão: está na condição de réu do Supremo Tribunal Federal, por uma contratação com esta empresa. E o exercício que fiz aqui nada mais é do que a confirmação do que o Eduardo

Paes trouxe: que ele mantém relações com o Governo do Estado de Minas Gerais antes de 1999. E, desde o início da minha exposição, com toda tranqüilidade, sem qualquer ofensa a qualquer autoridade ou partido político ou figura pública, considere, inclusive, que as relações do Sr. Valério podem ter múltiplas motivações, desde a história de vida comum até os interesses empresariais que notoriamente estão feitos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que não posso admitir é a acusação leviana, improvada, que se faz reiteradas vezes, em nome de inquirir o deponente, para atacar o Partido dos Trabalhadores. Esse é outro debate, que podemos fazer também, mas não neste momento, concretamente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Exatamente. Agradeço a V. Ex^a a colaboração.

Com a palavra, o ilustre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Presidente, peço para zerar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Por gentileza, Assessoria, zere o tempo. Zerado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou representante do PCdoB nesta CPMI, e o nosso interesse é em torno do compromisso de 83 anos de existência do meu Partido, lutando para transformar a sociedade brasileira numa sociedade civilizada, de liberdade para o povo, de progresso e bem-estar para o nosso povo.

Comecei a entender de política na morte de Getúlio Vargas e, de lá para cá, tenho notado, tenho sido testemunha pessoal sempre do golpe das elites contra esse anseio do povo. O povo vai às ruas, luta, luta, tem vitórias, que, dali a pouco, são frustradas. Estão tentando, no meu entendimento, fazer isso de novo; até mesmo um ex-Presidente está propondo para o nosso Presidente Lula abandonar seu direito democrático de se candidatar à reeleição. Muitos artigos, muitos comentários estão dizendo que não existia golpe, que isso era fantasia, mas o que é tentar eliminar a possibilidade democrática, garantida em lei, de se candidatar a Deputado, por intermédio dessa declaração pública? Então, a nossa intervenção aqui...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Peço a todos que façam silêncio. Não é possível o orador expor suas idéias, fazer suas perguntas com tanto barulho.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu tenho as perguntas para fazer, mas acho que as minhas perguntas e a minha participação na CPMI está dentro desse compromisso maior, seja com o meu Partido, seja a com minha atividade política, ao longo da vida, de

ajudar o povo brasileiro a sair dessa situação e de criar aqui uma nova situação que se abriu em perspectiva, com a eleição do Lula. Normalmente, já esperávamos que as classes dominantes, as forças retrógrads iam fazer tudo para impedir isso.

Muito bem, então vamos ver. Tenta-se vender a idéia de que o Marcos Valério começou com atividades em relação ao Poder Público ou atividades empresariais, agora, com o Governo Lula. Então, vamos ver. É importante isso. Eu queria saber quem o Marcos Valério apoiou para Governador de Minas em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– S. Ex^a fez essa pergunta a V. S^a.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O então candidato Eduardo Azeredo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eduardo Azeredo. E em 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era do Itamar, não é? Não? A última eleição? O Governador Aécio Neves.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Governador Aécio Neves.

E para Presidente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Presidente Lula.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – No primeiro turno?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, no segundo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – No primeiro turno, quem o senhor apoiou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ciro Gomes.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ciro Gomes. Então, não era o Presidente Lula. E no segundo turno?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Presidente Lula.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para Senador?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não apoiei ninguém para Senador.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor falou que o ex-Ministro de Fernando Henrique Cardoso recebeu uma doação, três prestações de R\$50 mil, uma doação humanista, como ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Só para esclarecer: não foi doação; foi pagamento de uma consultoria jurídica.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Muito bem.

O que o assessor dele fez para receber também duas prestações de R\$50 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele não fez nada. O valor que paguei ao Dr. Pimenta da Veiga pela consultoria dele foi pelos honorários advocatícios dele. O assessor dele é que estava pagando o hospital do filho dele, que estava internado em São Paulo. É por isso que ele pediu para transferir para o assessor dele.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor depositou na conta do assessor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Queria que o senhor explicasse melhor, porque há um processo no Supremo Tribunal Federal em que aparecem como réus V. S^a, o ex-Governador, atual Senador e atual Presidente do PSDB, Eduardo Brandão Azeredo, e o Vice-Governador Clésio Soares Andrade. Diz aqui a cópia do processo que a Copasa e a Comig transferiram um valor de R\$3 milhões para sua empresa SMP&B e que nem licitação existiu. O que o senhor tem a explicar para opinião pública e para nós, Deputados da CPMI, sobre isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quem é de Minas Gerais, de Belo Horizonte, sabe desse evento que promovíamos desde o Governo Hélio Garcia, que era o evento Enduro da Independência e o chamado Mundial de Motocross. Para eventos que eram promovidos com motocross e o mundial, não havia licitação; foi uma venda de cota de participação do Estado de Minas Gerais. Essa venda de cota vem desde os tempos do Hélio Garcia. O Dr. Eduardo Brandão Azeredo, que era o Governador então de Minas, também patrocinou esse evento, seguindo a tradição que já tinha dentro do Governo do Estado de Minas Gerais. É um evento a nível nacional e a nível internacional.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Queria saber sobre o Sr. Daniel Dantas. A sua Secretária deu uma entrevista no sítio do Rodemburgo, que é relacionado com o Sr. Daniel Dantas, para a revista *IstoÉ*. Daniel Dantas tem algum conflito com membros do Governo, conflitos de interesse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desconheço. Conheço simplesmente o que chegou a mim: o relacionamento era ruim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Temos informação – só para tentar saber se o senhor pode acrescentar alguma coisa – de que o Sr. Daniel Dantas é do grupo Opportunity, tinha interesse na área de telefonia e tinha conflito com os interesses dos fundos de pensão, que são defendidos pelo Ministro Gushiken, e isso poderia justificar a tomada de uma atitude, a presença de interesses conflitantes que os levaria a

emprestarem o sítio para uma denúncia que afetaria a área de comunicação do Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho esse conhecimento, Sr. Deputado. Não tenho.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não tem nenhuma informação sobre isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não tenho nenhuma informação sobre isso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós queríamos, neste momento, esclarecer à opinião pública nacional que ontem ouvimos ex-agentes do SNI, como o Fortuna, que foi braço direito do Major Curió em Serra Pelada. Ele falou que tirou centenas e centenas de toneladas de ouro de lá. Quem disse foi o que fez o depoimento de ontem.

O Sr. Jairo Martins, ex-agente do SNI, é o que emprestou a maquininha de gravação para gravar o Marinho, para gravar o Deputado André Luís, que foi cassado há dois meses e não esclareceu se ele emprestou a máquina, alugou a máquina para gravar o Waldomiro Diniz. No entanto, o que dá para perceber é que se trata o crime organizado na área da licitação e relacionado com a luta política em desenvolvimento no País. Portanto, alerta a nossa Nação, alerta aos Srs. Deputados e Senadores que, além das perguntas mais simples em torno dos fatos, temos de procurar relacionar esses fatos com grandes interesses que procuram impedir um caminho novo para o Brasil, um caminho de desenvolvimento e de bem-estar para o nosso povo.

Reconheço, nesse pessoal do crime organizado na área da arapongagem, o mesmo perfil político e ideológico de muitos representantes de forças políticas dentro desta CPMI, que parecem ter os mesmos objetivos. Portanto, é necessário investigarmos, punir os responsáveis por irregularidades. No entanto, não devemos abrir mão da luta política em nosso País para transformá-lo num País de bem-estar para o nosso povo. Esse é o nosso compromisso. Nós não queremos, nós do Pcdob, jogar a água suja fora com a criança. Essa criança nasceu da vontade do povo, da esperança do povo, que é o Governo Lula. E nós vemos Parlamentares, representantes do povo, falando muita bobagem sem provas, sem representar o povo que o trouxe aqui para o Congresso Nacional. Falam como se fosse uma verdadeira bomba atômica, querendo destruir tudo para que reinem sozinhos. Dessa forma também, vejo o ataque sórdido ao Partido dos Trabalhadores. Não vi Partido tomar tantas medidas como tem tomado o Partido dos Trabalhadores, medidas para resguardar o seu papel de Partido político

compromissado com o povo. Mas eles não querem isso. Eles querem destruir para ficarem sozinhos na cena política e para procurar fazer a roda da história voltar para trás no nosso País.

Eu não sou do Partido dos Trabalhadores. Eu entrei no PCdoB em 1968. Permaneço no PCdoB até hoje. Vou permanecer, segundo a minha vontade, até os últimos dias da minha vida. No entanto, o nosso compromisso maior é com o Brasil, com o nosso povo. Nós temos de investigar. Temos de punir os responsáveis por qualquer desliz. No entanto, não podemos mascarar a luta feroz, a luta política em nível internacional e em nível nacional que estamos travando hoje.

Eu chamo, conclamo o nosso povo a participar mais ativamente, não como uma delegacia de polícia, mas investigando e jogando o papel transformador dentro da nossa sociedade, porque esses arapongas, articulados com certos setores políticos, sempre golpearam o povo, sempre falando em corrupção. Foi assim o mar de lama que cercava Getúlio, foi assim o mar de lama para derrubar o João Goulart e tem sido assim em outros países.

Portanto, Srs. Deputado; portanto, Srs. Senadores; portanto, povo brasileiro, precisamos estar muito alertas. Somos portadores de uma vontade nacional de transformar o Brasil e, se formos entrar nesse jogo esperto, malandro, de certos setores da sociedade brasileira, nós vamos ver o Brasil patinar e não atingirmos os objetivos que todos nós desejamos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o ilustre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr.

Presidente, objetivamente, deixar claro também que qualquer crítica à tentativa de golpe contra qualquer governo deve ser imediatamente denunciada e será inclusive com o PSDB, mas não se confundir isso com o objeto da investigação desta CPI e de tantas outras com a possibilidade de assalto ao dinheiro público para financiamento eleitoral.

No fundo, o que estamos vendo aqui hoje – e é esse o objeto da investigação – é verificar qual a relação efetiva entre o Sr. Marcos Valério – e de forma alguma querer dispô-lo negativamente ou a sua família, ou as suas empresas –, o Governo Federal, principalmente nos últimos dois anos e o financiamento eleitoral.

Outras questões serão desdobramentos, serão questões objetos de análise da Polícia, Ministério Público e do Poder Judiciário, várias delas, como, por exemplo, verificar se os saques foram dados para pagamentos de prestação de serviços, se isso consta na declaração de Imposto de Renda, se foi pago Imposto de Renda, se os saques foram utilizados para cachês,

se isso foi utilizado para o Imposto de Renda. Mas isso é desdobramento. Não será objeto desta CPI, mesmo porque estamos a reboque da imprensa.

A rigor, quase nenhum fato novo foi apresentado no dia de hoje. Nós estamos ouvindo uma repetição e um discurso já defensivo, preventivo de um processo que se vai arrastar ainda por muitos meses, que terá um desdobramento criminal, judicial, mas terá um desdobramento político. E essa é a preocupação.

Aproveito o Sr. Marcos Valério, hoje, para algumas perguntas muito objetivas, entendendo desde já, Sr. Marcos, que haverá necessidade de uma nova convocação. Até agora só temos os dados do Coaf, que são incompletos. O Coaf vai merecer um capítulo à parte do nosso Relator, até para melhorar a estrutura do Coaf ou fechar o Coaf do jeito que está pela insuficiência das informações, da mesma forma a Abin e o apoio da Polícia Federal e do Ministério Público a esta CPI.

Agora acabou a fase da guerrilha. Nós vamos ter que entrar numa fase de qualificação, de analisar os documentos com muito critério, saber separar o que tem de real e de imaginário, o joio do trigo, e, no caso específico, o que nós queremos saber é se efetivamente é um esquema de financiamento do qual o Sr. Marcos Valério ou um dos seus sócios, ou a sua empresa faz parte disso, senão não tem sentido nem a CPI.

O fundamental é que, em vinte dias, após o surgimento do nome do Sr. Marcos Valério em público, caiu o Ministro-Chefe da Casa Civil, toda a diretoria dos Correios, toda a diretoria do IRB, parte da diretoria de Furnas e já caíram duas figuras chaves na direção nacional do PT. Ou é uma enorme coincidência – e está todo mundo assustado com o efeito dominó –, ou efetivamente tem algo que ainda não foi revelado, que as investigações, ao longo do tempo, vão demonstrar.

E, no momento em que o senhor conseguiu o **habeas corpus** – e, com todo o respeito, evidentemente, é uma opção, uma estratégia inteligente da defesa –, o senhor deixou de ser testemunha e passa a ser investigado. E está permitindo que não se discuta mais aqui a CPMI dos Correios, mas que se discuta inclusive a história da sua empresa, a sua história pessoal e a da sua família e as relações profundas que o senhor tem, principalmente a partir do Governo, em 2003, com o Sr. Delúbio Soares.

Então, é uma opção feita por V. S^a com todo o ônus de sofrer as consequências, lá, na frente, jurídicas, que não nos cabe analisar, mas políticas. Na verdade, é a oportunidade que o senhor tem hoje de expor ao Brasil se efetivamente tem algo procedente e não se restringir a essa avaliação de que tudo o que o senhor fez é absolutamente legal. Nós não estamos discutindo a legalidade dos seus atos. É pouco provável que

algum contrato que o senhor assinou seja ilegal. Seria de uma estupidez enorme se continuarmos nesta linha de investigação.

Então, faço a preliminar também lembrando que tudo que o senhor falar aqui hoje poderá ser objeto de questionamento não por falso testemunho – que não é o seu caso hoje –, mas por afirmação falsa ou por não-contribuição com a ordem pública. Isso é dispositivo, inclusive, constitucional de esclarecimentos dos fatos. Ou existe uma grande operação, ou efetivamente são questões muito específicas que vão cair no esquecimento.

De forma objetiva, pergunto para o senhor – algumas questões já foram respondidas, mas eu vou insistir: o senhor, como pessoa física, ou através de algumas de suas empresas, fez remessa de recursos para o exterior entre 2003 e 2005?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu, como pessoa física, nunca fiz remessa de dinheiro para o exterior. Eu, como pessoa física, não. A minha empresa já fez pagamento de fornecedor no exterior, sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E fez através de operação bancária no Banco Central?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Com registro ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Eu vou ter que olhar na contabilidade. Aí eu não saberia te especificar.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Já fica requisitado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está. Mas eu tenho a nota fiscal do fornecedor lá fora.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Alguma vez o senhor usou, ou a sua empresa, a operação de remessa de dinheiro para o exterior, via Banestado, ou via CC5 – operação do Banco Central?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu, pessoa física, nunca usei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E as minhas empresas também não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor nunca operou através da conta Beacon Hill? Já foi perguntado pelo Senador Alvaro Dias eu gostaria só de consignar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu, pessoa física, nunca operei. Eu tive conhecimento dessa Beacon Hill quando fui chamado

a Polícia Federal, e o valor que eles tinham me dado US\$1 milhão. Eu nunca fiz isso.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor tem ou alguma de suas empresas uma conta, no exterior, chamada Lonton? Com o nome Lonton? Esse nome...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor tem alguma relação com o Sr. Haroldo Bicalho e Paulo Grapiúna?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu, Marcos Valério, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O meu sócio é amigo do Dr. Haroldo, sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor sabe o trabalho do Dr. Haroldo, não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor já teve alguma relação profissional com algum doleiro de Minas Gerais ou a sua empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu pessoa física, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nenhuma delas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acredito que não. Não sei a atividade profissional das pessoas que freqüentam a minha empresa.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Algum parente seu ou sócio tem investimentos no exterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nenhum parente meu. Sócio, eu não sei. Eu não sei a vida privada deles.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Alguma vez o senhor utilizou recurso no exterior através de empresa para pagamento de financiamento de campanha eleitoral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – ...despesa ou alguma de suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Com certeza, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu faço a pergunta para ser objetivo e deixar bem claro o que é que nós temos que investigar.

O Deputado Roberto Jefferson, numa de suas denúncias, disse que não foi possível utilizar dinheiro no exterior porque prenderam doleiros, e não seria possível internar esses recursos no Brasil. Então, a investigação que queremos aprofundar é saber se o senhor, através de dirigentes do PT, ou de conhecimento com o Sr. Delúbio Soares, manteve algum recurso no exterior em conta pessoal ou em conta de suas empresas para retornar ao Brasil para financiamento de partidos ou de campanha eleitoral. Esse é o objeto da investigação. Inclusive, nós vamos solicitar tanto ao Ministério Público quanto à Polícia Federal todos os dados decorrentes depois da conclusão da CPI do Banestado.

Também pergunto: o senhor, em algum momento, foi gestor ou é gestor de saldos de recursos de campanha do PT ou de pessoas ligadas ao PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em momento algum, Deputado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Também para constar. A sua relação com Gabriel Rico passa também por alguma ligação com o Delúbio? O senhor já esteve reunido com ele, em São Paulo, esse ano o ano passado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O Gabriel Rico conheci dentro do Banco do Brasil. Nenhuma ligação com Delúbio Soares.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento de uma investigação da Polícia Federal de um encontro seu com o Gabriel Rico, Delúbio, em São Paulo, no ano passado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Não tenho.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Por alguma vez o senhor é sócio da Agropecuária Bandeira e Agrotel Pecuária Ltda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Não conheço nenhuma dessas empresas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está bem. Desculpe eu estar perguntando dessa forma, Presidente, é porque pelo tempo exíguo, e haverá necessidade de novas inquirições. É só para registrar hoje pelos desdobramentos que isso possa ter.

O senhor tem noção do que foi feito com o dinheiro que foi objeto de empréstimo do BMG?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho noção.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quem o substituiu no aval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E, aqui, há um registro. O mais importante foi respondido hoje. Pela primeira vez, nós temos a prova material tão solicitada que comprovou que, efetivamente, há uma relação do Sr. Marcos Valério com o PT. E o que ficou sério, no depoimento dele, é que o aval, apesar de ele ter assinado como pessoa física – pelo menos foi essa a informação que nos chegou – foi pago, segundo a informação dele, hoje, por uma de suas empresas. Portanto, mostra que há uma profunda e íntima relação. E nós estamos investigando, Sr. Marcos, se há um vaso comunicante entre o aumento de recursos que foram transferidos através de contratos às suas empresas e eventual financiamento de partidos e eventual financiamento de parlamentares, porque após, principalmente, o depoimento da Sr^a Fernanda Karina, se verifica uma profunda coincidência entre os saques de recursos, as votações importantes de interesse do Governo no Congresso Nacional, a presença de lideranças ou de pessoas ligadas a lideranças junto à sede do Banco Rural aqui em Brasília e uma relação com a cúpula petista. O senhor já disse que é uma enorme coincidência. É o tempo, evidentemente, que vai ajudar a esclarecer esses fatos.

O V. S^a falou com José Dirceu ou com outra pessoa no Palácio para bater o martelo sobre o empréstimo do BMG?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A Senadora Ideli Salvatti lhe perguntou sobre o Eduardo Coutinho. O senhor disse que não conhece. Trata-se do Eduardo Coutinho, que foi documentarista do filme “Os Peões”? V. S^a tem conhecimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Da mesma forma, quem é Gilberto Alípio Mansur?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu conheço o Gilberto Mansur, deve ser o Gilberto Mansur, que me ligou na época da revista ISTOÉ.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É o mesmo que tem a retirada em dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele é jornalista, ele presta serviço para a DNA e presta serviço para a SMP&B, ele é jornalista.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Independente, claro, não considerando os registros legais que devem ter sido feitos pela sua contabilidade junto à Justiça Eleitoral, mas o senhor pagou alguma despesa

para alguém do Governo, qualquer governo, parente de alguém do Governo, funcionário público, nos últimos dois anos, que não conste em registro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não senhor.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Alguma vez o senhor viajou em algum avião da FAB ou da Presidência da República?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não entendi, eu perdi.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Alguma vez o senhor viajou em algum avião da FAB ou da Presidência da República?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não senhor, nunca!

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Com relação à Sr^a Fernanda, o senhor foi taxativo ao afirmar que houve uma tentativa de extorsão, de chantagem, que foi objeto, inclusive, de uma representação, que hoje é uma denúncia, um processo penal. O que, efetivamente, ela ameaçou trazer a público, que foi objeto dessa tentativa de extorsão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela falava que tinha um jornalista atrás dela e que queria informações. E, paralelamente, ela me pedia dinheiro. É isso.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E isso o senhor achou suficiente para ter a preocupação de que isso poderia se transformar num grande problema ou preventivamente entrar com uma representação contra ela por extorsão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. – O senhor acha que isso é motivo para extorsão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O motivo foi a declaração de que eu tive acesso, no segundo semestre de 2004, na revista **ISTOÉ**.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Perguntamos isso, porque ela deve prestar depoimento na sequência, para confrontá-la com relação a essa denúncia.

Ela afirmou, no depoimento no Conselho de Ética, que o senhor foi responsável por aquele *e-mail* e que, na verdade, efetivamente, isso foi utilizado para constrangê-la, em função das denúncias ou das informações que ela sabia com relação a sua relação com dirigentes do Governo. O senhor contesta isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O *e-mail* está no processo e todos os *e-mails* e todos os recados. E a letra é dela, não é minha.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo.

Por fim, Presidente, vou solicitar ao Relator esse requerimento junto à Polícia Federal, ao Ministério Público; da mesma forma junto ao Ministério Público de São Paulo, com relação a essa investigação da existência de uma suposta fita de encontros com o Sr. Gabriel Rico e Delúbio Soares; da mesma forma ao gabinete de segurança institucional com relação aos vôos da Presidência da República e vôos da FAB, destacando que, da nossa parte, o PSDB não se opõe a nenhuma ampliação dessa investigação. Desde o início temos defendido essa posição. Vou pedir para juntar o Relator todos os procedimentos de contratação das agências de publicidade do Governo de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves, com histórico de contratação das empresas. Da mesma forma, sem restrição alguma, a investigação do Senador Eduardo Azeredo e muito menos com relação ao ex-Ministro Pimenta da Veiga, cujos fatos já foram esclarecidos. Mas é para deixar bem claro que não estamos fazendo disso uma chantagem, não estamos fazendo disso uma guerra político-eleitoral, mas aceitamos essa provocação da base do Governo, no bom sentido, porque é mais um sinal de que se está ampliando a base de investigação dessa CPI.

E, por fim, uma pergunta ao Sr. Marcos, e aqui em caráter pessoal: a nossa preocupação, é claro, tem uma visão política, sempre tendo uma preocupação jurídica de respeitar as testemunhas, os indiciados, os investigados, os convocados, sem pré-julgamento. Haverá tempo para isso.

Da mesma forma, o senhor, que é um especialista na área de comunicação, também é o tempo que vai dizer. E o senhor tem muito mais capacidade para responder e trabalhar nesta recuperação de imagem de alguém que não era conhecido do grande público e, de repente, passa a ser uma figura quase que julgada negativamente por uma parte expressiva da opinião pública.

V. S^a falou com muito carinho da sua família. Eu falo isso porque também sou muito ligado à minha família. Tenho muita saudade dos meus pais, dos meus avós. Eles sempre tiveram essa preocupação de deixar uma imagem muito forte para as futuras gerações, principalmente para quem está na política. Mais do que o patrimônio, o fundamental é deixar uma herança de credibilidade.

Há indícios muito fortes de aumento de contratos de suas empresas, neste Governo, a partir da sua relação com Delúbio Soares. V. S^a sempre falou em nome dos seus filhos. Entenda isto com respeito: olhando para o Brasil, para o futuro dos seus filhos, V. S^a deu

várias respostas aqui muito objetivas, inclusive negativas, V. S^a garante – não sei se é cristão – , promete que, em momento algum, deu um tostão para algum partido, que em momento algum deu um tostão para o Emerson Palmieri ou para o Roberto Jefferson, que em momento algum V. S^a pagou uma conta de campanha de partidos ligados à base do Governo e que, em momento algum, esses recursos sacados das suas contas serviram para chegar às mãos de algum Parlamentar?

Essa pergunta fica a seu critério, mas quero que V. S^a pense nisso. Os fatos vão ser investigados. Nós temos poucos documentos agora. Hoje é o seu primeiro depoimento. Seguramente uma nova convocação será necessária. Nós vamos poder confrontá-lo, na sequência, com os seus dados bancários, com as investigações da Polícia Federal, do Ministério Público, com as auditorias. É claro que se, ao final, não houver provas, muito bem. Mas se, ao final, algum desses fatos for revelado, estará em jogo a sua credibilidade. V. S^a nega que, em algum momento, esse recurso foi utilizado para qualquer tipo de financiamento de político?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Além de negar, eu queria deixar um recado para a minha família: não trabalhem com o Governo. Minha filha, não assuma essas empresas do seu pai. Não mexam com o Governo. É a única coisa que eu deixo para a minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu me inscrevo para a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a será reinscrito.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Henrique Fontana, por quinze minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto. O Depoente está pedindo trinta segundos, um minuto. Vou conceder isso a ele.

(Suspende-se a reunião.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem que não tem a ver com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A reunião está suspensa, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou reabrir a reunião.

Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, na noite de ontem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é questão de ordem. É pela ordem, Ideli?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É pela ordem.

Na noite de ontem, o Deputado Roberto Jefferson esteve no programa do Jô Soares. Ao longo da entrevista, S. Ex^a fez uma declaração – e eu já pedi à nossa assessoria para fazer a transcrição na íntegra –, segundo a qual há membros da CPMI que recebem mensalão.

Eu quero dizer que, depois daquela reunião aqui realizada, ocasião em que o Deputado Roberto Jefferson fez também outros tipos de insinuações, fez acusações e teve um comportamento, do meu ponto de vista, afrontoso para todos os membros desta CPMI, não podemos, a partir dessa declaração pública, permitir que todos os membros desta CPMI permaneçam sob essa suspeita. Estamos aguardando que chegue aqui...

Aproveitei para fazer a questão de ordem agora, por conta do intervalo, para não interromper, mas o requerimento que queremos apresentar a esta CPMI é no sentido de que imediatamente o Presidente oficie ao Deputado Roberto Jefferson que apresente de imediato quais são os nomes e as provas, porque senão não teremos condições de dar continuidade aos nossos trabalhos, porque aqui estamos todos sob suspeita, como estivemos achincalhados no dia seguinte, quando ele fez aquela afronta e ninguém, nenhum de nós, teve a coragem, eu diria, a presença de espírito de, no ato, ter feito com que ele provasse ou, então, calasse a boca.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também. Estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senadora, vou decidir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, a minha questão pela ordem é muito simples.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vou pedir pela ordem agora porque é sobre o fato, Sr. Presidente, não tem como deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou determinar, neste momento, que a Comissão...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O requerimento está terminando de ser elaborado para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De ofício, vamos determinar que se comunique ao Deputado Roberto Jefferson para que S. Ex^a dê nome àqueles que...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra pela ordem a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só para deixar absolutamente registrado porque, primeiro, questioneei dele, falei sobre a minha prestação de contas, disse que desafiava a ele ou a qualquer outro membro da CPMI que mostrasse uma única mácula na minha vida nessa porcaria de prestação de contas, porque não tenho nem por dentro, imaginem por fora. Então, falei aqui.

E tem uma coisa, até entendo a preocupação da Senadora, mas, é evidente que, eu, pelo menos, não me sinto sob suspeita, certamente, e nem V. Ex^a. Ele pode falar o que quiser. Eu bato na mesa, desafio ele, o Governo, o inferno, o PSDB, o PFL. Não me sinto sob suspeita. Quando alguém grita na rua “todo político é ladrão” só não faço rir, porque é uma tragédia para a minha vida. Agora, não ponho a carapuça. Sei que é uma preocupação justa, pode ser oficiado ao Deputado Roberto Jefferson, mas quero deixar registrado que disse a ele que desafiava a ele ou a qualquer outro parlamentar que quisesse falar alguma coisa.

Agora, é bom deixar isso claro: ninguém está aqui se sentindo sob suspeita. Tenho certeza de que nem a Senadora nem eu, mas, para a gente nem levantar essa possibilidade, porque quem estiver se sentindo sob suspeita, que sei que não é o caso, que resolva lá. Agora, eu não, não tenho nada a ver com isso, nem ponho a carapuça.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a ilustre Deputada Juíza Denise Frossard. Posteriormente, o Senador Jefferson Péres

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, apenas para colaborar.

Naquela noite estávamos todos aqui exaustos e, realmente, a Senadora Heloísa Helena falou assim: não tive nem por dentro, nem por fora. Eu me lembro. Também tive uma campanha de R\$189 mil e ninguém me viu na rua. Quando ele falou na camiseta a 4 mil, eu pensei comigo: não tive porque não gosto, porque num Brasil tão pobre, usa-se camiseta como roupa. É por um princípio, mas também não tinha dinheiro. Na

minha terra todo mundo sabe quem sou eu. Ele próprio, quando me chamou de juíza, pois continuo juíza.

Mas entendo, Sr. Presidente, que houve uma generalização perigosa, que coloca toda a CPMI, toda a Comissão numa questão bastante desconfortável. Eu não me sinto, vários não se sentem, mas a verdade é que coloca. Então, a título de colaboração, acho que há uma providência a ser tomada, que é chamá-lo aqui para dizer quem é, quem não é, etc. e tal. Ele também tem o direito de não ser, mas acho que para a sociedade ficará muito clara a movimentação quando todos, sem exceção, mostrarem as suas últimas cinco declarações de renda – esse é um ponto –, apresentarem todos os seus funcionários aqui e nas suas bases para que sejam comparados com aqueles que entram e saem daquele endereço que não sei onde é. Enfim, essa é uma providência fática, real, palpável, que excluirá, naturalmente, qualquer um de nós dessa generalização perigosa.

Então, Sr. Presidente, a título de colaboração, fica a sugestão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres. Posteriormente, José Eduardo e vou retornar a palavra ao Deputado Henrique Fontana. Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito oportuno o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, e já tarda, já vem tarde.

Naquela noite, aquela afirmação afrontosa do Deputado Roberto Jefferson feita aqui, diante de todos, não protestei porque não me senti atingido, não me senti, Sr. Presidente. Toda a população do Estado do Amazonas sabe que faço campanhas não pobres, paupérrimas. Há vereadores de Manaus que fazem campanhas com gastos muito maiores do que os meus. Não me atingiu mesmo, mas como ele generalizou, não fez exceções, ele deve ser, sim, interpelado. Dê nomes aos bois.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a palavra.

Com a palavra o Deputado José Eduardo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente. Só para ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já havia anunciado, depois eu retorno a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só para que a gente possa encerrar o assunto.

No caso, a declaração do Deputado Roberto Jefferson, no programa do Jô Soares, foi um pouco mais grave do que ele fez aqui. Aqui ele generalizou

para todos os políticos, ele não colocou apenas neste espaço a questão dos gastos em campanha. O sentimento que o Senador Jefferson Péres teve de não se sentir atingido por causa da campanha, eu tive e outros tiveram. Campanha é uma coisa visível, as pessoas sabem quem gasta além da conta e quem não gasta. Quem tem horrores de *outdoors*, quem tem horrores de camisetas, quem tem horrores de panfletos, horrores de caminhões etc. Agora, a declaração do Deputado Roberto Jefferson no programa do Jô Soares ontem nominou: tem membros da CPMI que recebem mensalão. Por isso que ele tem que ser instado a, imediatamente, apresentar nomes e provas, e aí, é claro, cada um pode, de livre vontade, apresentar os documentos à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Formalize que atenderemos de imediato.

Com a palavra o Deputado José Eduardo, último. Depois vou retornar a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

A SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço. Apenas para dizer que a afirmação feita pelo Deputado Roberto Jefferson ontem é gravíssima. Ele não só disse que havia membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito que recebem o mensalão como também sugeriu que os que recebiam o mensalão tivessem feito uma arguição branda com ele. Ou seja, não se trata de vestir carapuça ou de alguém se sentir mais ou menos constrangido. Trata-se de uma denúncia frontal aos membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ou seja, ele denuncia que há membros, sentados aqui nesta Comissão, que recebem o mensalão, portanto, são suspeitos e que a arguição desses membros foi branda em relação a ele.

Sr. Presidente, sob essa perspectiva a questão é gravíssima. Ao requerimento da Senadora Ideli apenas faço o seguinte acréscimo: que nesse requerimento se dê ao Deputado Roberto Jefferson o prazo improrrogável de 48 horas para declarar quais são os membros da CPMI a que ele se refere que receberam efetivamente esse mensalão, sob pena de tomarmos as providências devidas, na forma da lei e na forma do Regimento Interno e do Código de Ética dos Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente fez soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Deputado, gostaria de fazer uma observação. O povo a média, o povo mais humilde confunde, ele confunde inclusive se o mensalão está sendo falado apenas na Câmara ou no Senado.

Quando o Presidente Renan Calheiros declarou ou constituiu a Comissão Integrada pela Senadora

Heloisa Helena, por mim, pelo Suplicy e por mais alguém, quatro Senadores, fomos aos agricultores, quase metade gritou: mensalão, mensalão, mensalão, a nós, que somos Senadores e que não tínhamos recebido acusação nenhuma. Então, é preciso ficar bem clara essa questão. O povo entende que todos nós estamos realmente sendo acusados. Temos que nos defender realmente. Por isso que quando surgiu a questão do mensalão, eu fui à tribuna do Senado da República e disse que qualquer promotor, juiz ou cidadão brasileiro que quisesse investigar o meu sigilo bancário, fiscal ou telefônico que estava às ordens. Justamente para evitar qualquer dúvida. E fui criticado pelo Líder do PSDB lá no Senado por essa minha atitude. Se bem que meus sigilos já foram quebrados antes mesmo de ter sido Governador de Goiás.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É importante deixarmos isso bem claro porque nós fomos chamados de “mensalões” quando fomos nos encontrar com os agricultores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para deixar claro que tanto V. Ex^a, como os Senadores Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Deputada Juíza Denise Frossard e vários Parlamentares, inclusive, encaminharam à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério e a quem quiser a quebra dos sigilos. No meu caso, já disse que quebrem meus sigilos bancário, fiscal e telefônico do passado, do presente e do futuro. Foram vários Parlamentares. A Deputada Luciana Genro coletou na Câmara. A Deputada Denise assinou, assim como vários Deputados e Senadores. Assim, do passado, do presente, do futuro, das gerações passadas, do código genético, para mim, pode quebrar qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exato. Outra coisa séria que ele disse: não aceita ser cassado pela “câmara do lamaçal”, pela “câmara do mensalão”. A Câmara Federal é uma instituição que merece o maior respeito. Ele generalizou e envolveu todo mundo.

Com a palavra o ilustre Deputado Henrique Fontana, com as nossas escusas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, não precisa pedir escusa nenhuma porque a discussão feita é muito importante. Vou usar meu primeiro minuto para falar dela.

Primeiro, Sr. Presidente, apóio integralmente a sugestão da Deputada Juíza Denise Frossard. Segundo, digo ao Brasil, que nos acompanha neste momento, que meus sigilos bancário, fiscal e telefônico estão absolutamente à disposição de qualquer pessoa ou de qualquer órgão de investigação que queiram me investigar. Terceiro, ao abordar este tema, digo ao Sr. Deputado Roberto Jefferson, que se arvora o direito de ser o acusador geral da Nação, que ele não vai intimidar Deputados e Senadores que têm história, honradez comprovada e que dedicam sua vida a construir um Brasil melhor. Vou até o fim com o Deputado Roberto Jefferson. Nos veículos de comunicação do meu Estado, ele deu entrevistas, dizendo que eu havia vindo para cá para agredi-lo, para desestabilizá-lo. Não, Sr. Presidente, eu vim para cá para ajudar a mostrar ao Brasil que o Deputado Roberto Jefferson não deve ser guindado à posição de herói geral da Nação, como alguém que queira combater a corrupção neste País. Ao contrário, a história dele fala muito mal em relação a esse eventual objetivo.

Vamos adiante, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Embora tenha prestado um bom serviço.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Nós estamos investigando e queremos, como bem disse o deputado do PSDB que me antecedeu, investigar profundamente, com seriedade, com enorme responsabilidade para punir exemplarmente todos aqueles contra quem se encontrem provas. Podem ser empresários, podem ser políticos, podem ser jornalistas, podem ser governadores, pode ser qualquer coisa, Sr. Presidente.

A corrupção não tem mão de uma via só. Ela tem uma mão que envolve diversos setores da sociedade e que não é nova neste País. Portanto, estamos diante de mais um passo, mais uma possibilidade à qual me integro totalmente e estou totalmente responsabilizado.

Nós queremos também, com essa investigação, devolver a inocência a todos aqueles que estão sendo condenados previamente no ambiente de denunciismo que estamos vivendo da parte de algumas pessoas. Quero sempre ressaltar e nunca generalizar para não cometer o mesmo erro. Ouço aqui, às vezes, palavras como “quadrilha” e “roubalheira”. Naquilo que for roubo, haverá prova, e iremos punir quem roubou. Mas não vou ouvir quieto, Sr. Presidente – e falo, politicamente, como Deputado do PT – , chamarem o meu Governo de quadrilha e de roubalheira porque não é quadrilha e não há roubalheira. Se descobrirmos alguma coisa – e quero ajudar nesse caminho – , serei

dos primeiros a, junto com V. Ex^a e todos os outros – , exigir a punição.

Sr. Marcos Valério, no depoimento à Polícia Federal, V. S^a citou diversos políticos e por isso eu começo com essa pergunta: ali V. S^a citou o Governador Aécio Neves; o Sr. Pimenta da Veiga; Delúbio Soares; Sílvio Pereira; o Líder do PMDB, José Borba; Emerson Palmieri; Romeu Queiroz, do PTB de Minas; Anderson Adauto; Senador Eduardo Azeredo, do PSDB; Senador Hélio Costa, do PMDB; Herculano Anghinetti, do PTB; Danilo de Castro, do PSDB; Ademir Lucas, Prefeito de Contagem, do PSDB; Marcos Pestana, Secretário de Saúde de Minas; Deputado Roberto Brant, do PFL.

Eu pergunto: as relações que V. S^a tem, evidente que com muitas outras pessoas que não são políticos, com todos esses políticos foram construídas ao longo de que período e que finalidade têm essas relações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foram políticos que fui conhecendo de 96 para cá, ao longo das empresas para cá. E os relacionamentos são de propaganda e comunicação. Nenhum relacionamento comercial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu tenho aqui em mão – e nós já falamos sobre isso hoje, de forma que quero usar este exemplo porque eu não quero pré-julgar, quero usar este exemplo para ilustrar a minha fala – uma síntese do que é, do que foi a decisão do Procurador Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, que muito honra esta Nação pelo trabalho que faz, onde são réus de uma ação por atos de improbidade administrativa o Sr. Marcos Valério, a SMP&B Comunicação, sua empresa, e o ex-Governador e atual Senador, Presidente Nacional do PSDB, Eduardo Azeredo.

Os autos desta ação dizem que o então Governador autorizou a liberação de R\$3 milhões – R\$1,5 milhão de cada uma das empresas, Cobasa e Comig – , transferidos para a empresa SMP&B Publicidade, de sua propriedade, com o objetivo de fazer a publicidade institucional de um evento “Enduro da Independência”, edição de 1998. Esses recursos foram repassados trinta dias antes das eleições. Esses recursos foram repassados, segundo a informação que eu tenho – e estou lhe perguntando – , sem a precedência de qualquer processo de dispensa de inexigibilidade de licitação nem, obviamente, licitação, numa contratação direta da SMP&B. Não houve sequer formalização de um contrato administrativo previamente à transferência dos recursos.

Eu pergunto: a empresa SMP&B recebeu este recurso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Recebeu.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Ela fez esta campanha publicitária institucional?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não é campanha publicitária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – É uma publicidade institucional do “Enduro da Independência”?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não. Não é campanha publicitária.

O SR. (Orador não identificado) – Patrocínio!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Estou perguntando ao Depoente. Não estou perguntando... Não sei... Presidente, insisto com a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Responder é uma coisa, provocação é outra.

O SR. (Orador não identificado) – É. Provocação é outra...

O SR. (Orador não identificado) – Não. Isso aqui não é... isso aqui...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, cada parlamentar tem o direito de usar a palavra conforme a sua liberdade.

O SR. (Orador não identificado) – Não é objeto dessa questão... da CPI dos Correios. Já foi explicado dez vezes. Está sempre querendo provocar o PSDB.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Porque a nossa liberdade, claro, está assegurado, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – O contrato está claro. O contrato está claro...

O SR. HENRIQUE FONANA (PT – RS) – Ninguém, ninguém vai me calar no grito aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Asseguro, asseguro a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Provocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Vou pedir a colaboração de V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – A palavra está assegurada a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu gostaria de pedir a colaboração de V. Ex^a. A palavra está assegurada ao Deputado Henrique Fontana.

V. Ex^a pode fazer a pergunta.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Devo a palavra ao depoente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi um patrocínio e não foi privilégio do então Governador Eduardo Azeredo. Esse patrocínio começa desde o Governo Newton Cardoso, do Governo Hélio Garcia e Eduardo Azeredo. Foi um patrocínio de evento de *motocross*, Enduro da Inconfidência, e o mundial que foi feito dentro do Mineirinho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Bom; nesta ação civil que tramita no supremo Tribunal Federal, a conclusão do Ministério Público diz mais ou menos o seguinte:

“Ao ajuizar esta referida ação civil pública, o Ministério Público conclui que o recurso transferido pelos entes públicos estaduais o foi, à época, para utilização na campanha à reeleição do então Governador Eduardo Azeredo”.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não vamos jamais e não vou jamais prejudicar o PSDB ou o então Governador Eduardo Azeredo, porque isso está tramitando na Justiça mas quero pedir a todos que este mesmo critério seja utilizado em relação ao meu partido e às relações que estão sendo debatidas nesta CPMI, porque eu poderia utilizar isso aqui para dizer; “Isso prova uma relação inadequada do publicitário Marcos Valério com o PSDB”. Todavia, não posso dizer isso, porque, apesar do Ministério Público ter ingressado com esta ação, ela não transitou em julgado. Por isso não posso e não devo dizer isso, para não alimentar um ambiente de denunciismo.

Faço-lhe outra pergunta: sobre os R\$20,7 milhões que foram sacados em dinheiro vivo, quero pedir a V. S^a que use mais um minuto, porque, com toda a franqueza, não estou convencido da necessidade de empresas do tipo da que V. S^a administra fazerem tantos saques em dinheiro vivo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os 20 milhões correspondem exatamente, no ano de 2004, a 4% do meu faturamento; e, no ano de 2003, mais ou menos 4%. Vamos supor 5%, pois cada uma faturou 200 milhões. Então, o faturamento da empresa comporta esse movimento entre a iniciativa privada, que é o maior faturamento nosso, e a iniciativa pública. E é um trâmite normal para nós. Não tenho conhecimento da listagem da Coaf. Ouvi falar pelos jornais, de uma forma que se pode considerar ilegal ou não, mas foi via jornais. Não tenho conhecimento dessa listagem.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Gostaria, em meio minuto, Sr. Presidente, de chamar a atenção – e vamos debater muito esse tema do Coaf – para o fato de que esta decisão que obriga os registros de saques em dinheiro ou de transferências ao exterior acima de R\$100 mil serem comunicadas

ao Coaf é mais um passo que o Governo Lula deu no sentido de garantir a transparência pública no País, porque isto não era feito até dois anos e poucos meses atrás. E fico me perguntando por que se demorou tanto tempo para se tornar rotina uma medida como essa, tão importante para garantir o rastreamento de lavagem de dinheiro.

Quero fazer uma pergunta, cuja resposta já ouvi, mas quero a confirmação para poder, então, introduzir uma avaliação. O Deputado Roberto Jefferson, publicitário Marcos Valério, disse no seu depoimento no Conselho de Ética, e repetiu, aqui que V. S^a entregou a ele e ao tesoureiro do PTB duas malas com dinheiro, em duas ocasiões diferentes, uma de R\$2,2 milhões – senão me engano – e outra de R\$1,8 milhões, que teriam sido entregues por V. S^a a ele e ao tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri.

Pergunto: V. S^a entregou esses recursos para os dois?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não; não entreguei.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, como sabemos que um dos grandes protagonistas desse momento que estamos vivendo... E insisto: mesmo com toda a desqualificação e com todas as mentiras do Deputado Roberto Jefferson, que vão progressivamente aparecendo nos nossos depoimentos – e não me refiro a esta pois sob ela não temos ainda um julgamento de mérito –, quero investigar tudo aquilo que ele falou. Mas, quero dizer que, neste momento, estamos diante de algo absolutamente contundente. Um dos dois está mentindo: ou o publicitário Marcos Valério ou o Deputado Roberto Jefferson, porque um diz categoricamente que entregou a mala, que recebeu a mala com 4 milhões – 2,2 mais 1,8 –, e o outro diz que não entregou a mala.

Precisamos definir isso com muita precisão, porque é um dos pontos centrais do ataque que o Deputado Roberto Jefferson faz ao nosso Governo e, em parte, a esta Casa.

Presidente, outra coisa: nós recebemos, eu recebi este *e-mail*, que é indicado, e precisamos verificar a veracidade dele, assinado supostamente por alguém da equipe da revista **ISTOÉ**, não sei quem são as pessoas, mas falando claramente que fazia uma proposta financeira para a ex-Secretária do publicitário Marcos Valério conceder uma entrevista.

Isso, evidentemente, é muito grave, se for verdadeiro. Se a imprensa que nós precisamos preservar como um dos pilares da democracia, a sua absoluta liberdade, puder se utilizar, se comprovado, de um mecanismo como este, para construir uma reporta-

gem, evidentemente que a nossa democracia também sofre risco.

Por isso apresentei o requerimento para que esta CPMI ouça o Diretor-Geral da **ISTOÉ**, Sr. Alzugaray, para que nós possamos verificar junto a ele a veracidade disso e também a veracidade ou não da conversa que teve o publicitário Marcos Valério.

É só, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a que concluiu rigorosamente dentro do seu tempo e concedo a palavra ao ilustre Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós estamos vivendo um momento que é de crise das instituições; um momento em que o Congresso Nacional é levado a um descrédito sem precedentes no período anterior. Porém, é um momento, Sr. Presidente, que pode ter resultados positivos para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. E o resultado positivo que possamos extrair dessa crise é que ela pode ser vista, depois, historicamente, como mais um passo, um passo decisivo para eliminar uma série de práticas que, infelizmente, dificultam a credibilidade do Estado brasileiro, da democracia brasileira.

A esta CPMI, ao Congresso Nacional, está conferida uma responsabilidade ímpar: tirar as consequências dessa crise. E para que isso se faça, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, nós vamos, em primeiro lugar, ter que saber atribuir as responsabilidades de todas as linhas de investigação que estão surgindo aqui na CPMI e na opinião pública de um modo geral.

Então, vamos investigar, vamos esclarecer, vamos responsabilizar, vamos às últimas consequências. Doa em quem doer. Mas temos também uma outra responsabilidade, Senador Jefferson, que é a responsabilidade de aprofundar o conhecimento que temos destas distorções, destas promiscuidades, destas irregularidades, para que esta CPMI, para que a outra CPMI, que está sendo criada aqui, no Congresso Nacional, proponha modificações no funcionamento das instituições e das instituições políticas entre elas.

Então, que esta CPMI não seja meramente objeto de disputa política. Eu vi depoimentos anteriores querendo apontar irregularidades que estão surgindo como um comportamento generalizado, atribuíveis aos seus opositores, expressões como roubalheira, como quadrilha, expressões que eu quero também rechaçar, porque algumas dessas foram dirigidas a um Partido como o Partido dos Trabalhadores, que tem história, que nunca teve nem Deputado, nem Senador envolvido em CPI, que nunca teve ocupante do Executivo cassado por corrupção; um Partido que

construiu a democracia brasileira e fez com que ela avançasse muito, como o está fazendo aqui agora ao contribuir em todos os fóruns de investigação. Desde o momento em que essas comissões começam a trabalhar, está aqui a Bancada do PT, do Partido dos Trabalhadores, fazendo, como disse a Senadora Ideli Salvatti, a investigação do minúsculo, daquilo que não é sensacionalismo, para desvendar as entranhas dessa promiscuidade que faz com que o Estado brasileiro tenha tantos poros; contudo, está participando também das grandes investigações. É do pequeno e do grande, porque tudo tem de ser investigado.

Sr. Marcos Valério, V. S^a está sendo investigado no meio deste turbilhão – e V. S^a diz que passa por um momento difícil –, mas V. S^a tem responsabilidades, porque as acusações que iniciaram esta crise são basicamente duas: a primeira, a acusação de um esquema de corrupção dentro de uma empresa estatal, os Correios, que justificou a criação desta CPMI. Estamos investigando um esquema que teria a participação do Deputado Roberto Jefferson. O segundo elemento propulsor deste momento que estamos vivendo foram as acusações dirigidas a V. S^a, que teria dado ao Deputado Roberto Jefferson R\$4 milhões em duas prestações. Foram, enfim, as relações, que vamos investigar cada vez mais, de aparente promiscuidade em seus contratos seja com o Governo Federal, seja com governos estaduais, seja com governos municipais. Aliás, o setor da publicidade no Brasil tem sido sempre envolvido nas denúncias de irregularidades de financiamento das atividades políticas.

Quero fazer a primeira pergunta: V. S^a diz que as contas que uma agência de publicidade tem com a União, com o governo estadual, municipal ou poderes legislativos têm, do faturamento, uma destinação às agências de publicidade que fica em torno de 15% a 20%. Conheço isso porque já fui secretário de governo e sei que as agências recebem o valor do contrato, produzem o material de propaganda e pagam aos veículos de comunicação. Esses veículos de comunicação retornam a percentagem que cabe à agência de publicidade em torno de 15% a 20%. E V. S^a diz que, para que houvesse superfaturamento, teria de haver a co-participação dos órgãos, dos veículos que divulgam o material de publicidade produzido pelas suas agências. E aí eu digo: mas não poderia ter sido feito contrato ou contratos que não estavam diretamente comparados com os valores de mercado e que propiciariam folgas para esses financiamentos, por dentro ou por fora, regulares ou irregulares, de campanhas e atividades políticas?

Peço a V. S^a que anote porque tenho outras questões.

Não poderia a alavancagem que um contrato público dá, com o crescimento que V. S^a refere que as suas empresas, em particular, tiveram, aumentado a participação das contas no setor privado, mas não poderiam, portanto, os recursos dessa promiscuidade virem também de contratos privados? Se esses contratos privados estão alimentando essa promiscuidade, não haveria também irregularidades?

Pergunto a V. S^a se, quanto a esses políticos que V. S^a diz manter relação e que foram mencionados aqui em outras inquisições feitas por colegas, em algum momento, deu contribuições financeiras para as campanhas desses políticos ou desses partidos, por dentro ou por fora.

Indago a V. S^a, no relacionamento que diz ter de proximidade com o Banco Rural, qual é a relação, de fato e de direito, que V. S^a tem com o Banco Rural.

Pergunto se V. S^a, como homem experiente, que tem contratos com órgãos públicos há muito tempo, quando assinou o contrato de financiamento ao Partido de Trabalhadores, na condição de avalista, não tinha consciência de que não era correta a relação de avalista de um Partido, de um Governo com o qual as suas empresas têm contratos de publicidade. A minha pergunta é se V. S^a tinha consciência de que não seria correto um aval desse porte. V. S^a disse que fez, em atenção ao pedido de um amigo, mas, se V. S^a não alertou esse amigo, no mínimo, que essa operação não seria regular.

Eu quero perguntar a V. S^a também: além desses seus contratos – eu já ouvi aqui em vários depoimentos – com órgãos públicos que são dirigidos pelo PT, como no Governo Federal, na aliança que está hoje governando o Brasil, V. S^a disse que tem contratos públicos com Governos do PSDB, com Governos de outros Partidos. Quero perguntar se V. S^a tem contratos com Governos que são dirigidos por vários Partidos e se V. S^a acha que o fato de ter relações com esses Governos implica e permite a adjetivação que nós ouvimos aqui de participação generalizada em roubalheira.

Quero perguntar a V. S^a, Sr. Marcos Valério, como é que V. S^a explica a coincidência que foi ventilada na imprensa entre os saques e os seus encontros com Lideranças políticas. V. S^a disse que, por um meio lícito, tomou conhecimento do vazamento do documento do Coaf, que foi instituído em 2003, pelo Governo Lula, dentro desse projeto de evitar esse tipo de promiscuidade, para que o Brasil inteiro possa acompanhar esses grandes saques. Então, eu queria perguntar, neste ponto, se V. S^a explica essas coincidências que estão sendo ventiladas na imprensa – e elas justificam o fato de V. S^a estar aí – e queria também que V. S^a falasse um pouco mais sobre o padrão desses saques.

V. S^a já disse aqui que esses saques guardam uma proporção com o faturamento e que as suas agências gradualmente têm aumentado a participação do faturamento do setor privado, em detrimento do faturamento do setor público. V. S^a disse mais: que o setor público, hoje, contratando com as agências de V. S^a, responde apenas por 20% e que 80% vem do setor privado. Eu queria saber se, no período anterior a essa iniciativa de disponibilizar para a sociedade o Coaf, as movimentações pelo Coaf, quais eram essas proporções de saques; se antes as agências de V. S^a também manuseavam o dinheiro em espécie nas mesmas proporções e quais eram essas proporções antes de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Se V. Ex^a quiser obter a resposta a dedo, o seu tempo vai ter que... Já foram várias perguntas e lhe restam três minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu tenho várias outras, e vou fazer uma última pergunta, Presidente, Senador Maguito Vilela.

Relação das agências de V. S^a com o Banco Opportunity. V. S^a disse que uma das agências em Minas Gerais detém a conta da Telemig, que é controlada pelo Banco Opportunity. Está sendo amplamente divulgado pelos meios de comunicação que a Srta. Fernanda Karina Somaggio, antes de reformular o seu depoimento, que havia desdito, que começou a dizer na reportagem da **ISTOÉ**, ela havia sido instruída por advogados contratados pelo sócio do Sr. Daniel Dantas, do Banco Opportunity; e mais, que ela teria sido instruída no seu sítio. Pergunto: V. S^a, pelos depoimentos que li, primeiramente, parece que tinha resolvido apresentar a pessoas do Governo que poderiam ouvir as reivindicações do Banco Opportunity. No segundo momento, parece-me que houve ruptura. Indago a V. S^a se haveria elementos nessa relação conflituosa ou complexa com os senhores do Banco Opportunity? Avalia V. S^a que houve algum indicativo que justificasse uma ilação amplamente divulgada no sentido de que o Banco Opportunity estaria por detrás da senhorita Fernanda Karina Somaggio com o intuito de atacá-lo, de combater a posição de V. S^a.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. S^a tem 1 minuto e 48 segundos para responder.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu pediria alguma tolerância, Sr. Presidente, como teve para outras pessoas, outros Senadores e outros Deputados.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiro, os contratos não têm jeito de ter folga, porque existe uma tabela praticamente proporcional a todos os veículos. O Banco do Brasil tem a

sua, os Correios também, e obedecem a um padrão há muito tempo pelo Governo. O Governo negocia a mídia muito bem.

Não tenho nenhuma irregularidade com meus clientes privados. São clientes antigos e estão no portfólio que apresentei ao Relator.

Há outros Partidos que conheço e citei. Eu tenho relacionamento com outros Partidos e tenho relacionamento com outras pessoas de outros Partidos, com todo respeito e com toda educação. Nunca fiz contribuição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais são esses outros Partidos? É a pergunta e se o senhor permite a ilação que foi feita aqui há pouco.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não permito nenhuma colocação como a que foi feita aqui há pouco.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais são esses outros Partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – PSDB, PMDB, PL, PFL, são todos, praticamente todos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, com certeza.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

Sou cliente correntista do Banco Rural através das agências. É um relacionamento entre correntista e banco, e ele é meu cliente como agência de propaganda. Então, é um relacionamento de fornecedor para o banco.

Tentarei correr.

Avalista. Não, não analisei que tivesse algum empecilho, avalizei o Partido, não o Governo.

Partido com relação a contratos. Não, o Sr. Delúbio nunca me ajudou em nenhum dos meus contratos. Participei de várias outras licitações e perdi. Participei da Secom. Participei da licitação da Anatel e perdi; da Secom, perdi; da Aneel, perdi; do Sebrae e perdi.

Coincidências dos saques, muito simples. Eu viajo muito e realmente houve essas coincidências, sim. Mas nunca relacionado à Casa da Câmara Federal, relacionado a nenhuma votação da Câmara Federal.

A relação com o Opportunity é uma relação de fornecedor para cliente.

A Telemig Celular é minha cliente, e tenho um relacionamento profissional...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor nunca teve estremecimento nem nenhum elemento que implique uma reviravolta na atitude do Banco Opportunity em relação a V. S^a?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, desculpe-me. V. Ex^a não pode mais fazer perguntas. Conclua, por favor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho que é só isso. Não?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a, Deputado Maurício, terá oportunidade de se reinscrever.

Agradeço a V. Ex^a.

Suspendo a sessão por cinco minutos. Já temos quase sete horas ininterruptas, e o depoente tem o direito de comer pelo menos um sanduíche.

(A reunião é suspensa às 16h04min e reaberta às 16h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permuta a minha fala pela de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sem a ordem de S. Ex^a, não.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, há pouco, eu estava querendo pedir a palavra para uma questão de ordem, mas, para colaborar, aguardei pacientemente a minha vez de falar.

Gostaria de dizer que se nota no Congresso Nacional – repito uma fala proferida no início desta Legislatura pelo Deputado Pompeo de Mattos – que aqui chegaram grupos: de um lado, Situação; de outro, Oposição. Um que era contra hoje é favor; outro que era a favor hoje é contra. Então, a grande preocupação, às vezes, é a questão do poder político, do domínio político.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pela sua paciência e pela condução dos trabalhos. Às vezes, os ânimos se exaltam, as provocações surgem, mas não estamos aqui para discutir, por exemplo, o Governo de Eduardo Azeredo; não estamos aqui para discutir o Governo de Aécio Neves; não estamos aqui para discutir o Governo do Presidente Lula. Estamos aqui para apurar a questão dos Correios. Portanto, considero que esse caminho não é bom. É bom que

haja prudência, que as coisas sejam colocadas nos devidos lugares, e que, realmente, possamos, neste momento, questionar o Sr. Marcos Valério.

Sr. Marcos Valério, percebo que a sua ligação com o Sr. Delúbio é muito próxima, muito estreita. Em toda essa história, em toda essa situação, verifico as contas exorbitantes; as contas muito altas das empresas; os depósitos não identificados; os saques em espécie em alto volume; as declarações da ex-secretária Karina e do Deputado Roberto Jefferson que coincidem; o pagamento em espécie aos fornecedores. Se estivesse do outro lado e não estivesse envolvido, o senhor consideraria isso normal, comum, correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se eu conhecesse como funciona uma agência de propaganda, eu acharia correto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor acharia correto.

Eu gostaria de que o senhor citasse, na iniciativa privada, três empresas de alto porte a quem o senhor presta serviço em publicidade.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está no portfólio. Eu não gostaria de nominar em público essas empresas...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Três empresas. O senhor citou a Globo aqui.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... para não expô-las.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor citou a Globo aqui.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não presto serviço para a Globo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor a citou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Globo... Eu ponho na Rede Globo vinculação de um cliente meu...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A minha questão...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... chamado Correios. Aí, a Globo é minha cliente nesse assunto.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor citou aqui que presta serviço às estatais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria apenas de esclarecer que o nome de todas as empresas estão com o Relator. Depois, poderemos dar conhecimento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A minha pergunta é simples, Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu gostaria de saber o seguinte: o senhor paga em espécie a essas grandes empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nominal e pagamento direto na conta, no caso da Rede Globo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vem, por exemplo, a duplicata...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ...vem o boleto...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor paga?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor paga?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor paga que tipo de fornecedor em espécie?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todo tipo de fornecedor que tem problema em conta. Muitos clientes e agências de gráficas – se você for a Belo Horizonte – tem alguns problemas e até nem tem contas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor gasta com esses menores e com gráficas R\$20 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, eu tenho uma gama enorme de fornecedores.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor gastou, nesse período, R\$20 milhões com essas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em dois anos, R\$20 milhões correspondem, se você somar as duas empresas... Perdão, Sr. Deputado, chamei o senhor de você. Peço desculpas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não há problema algum.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correspondem a, aproximadamente, 5% do faturamento bruto global.

Peço desculpas pela demonstração de intimidade.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não há problema de me chamar de você.

O senhor diz que 80% das empresas para as quais presta serviço são privadas – apenas 20% são estatais. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No caso da SMP&B, em 2004, o faturamento foi R\$200 milhões, e apenas 20% vieram de entidades públicas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Essas empresas privadas têm prestação de serviço com as estatais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, mas emiti e registrei todas as faturas no meu balanço contra essas empresas privadas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Marcos Valério, acho que o senhor pode dar uma grande contribuição aqui. Vejo que o senhor insiste em que as suas empresas não tiveram facilidade alguma em licitação, que as suas empresas não fazem superfaturamento e que as suas empresas não ganham dinheiro em aditivos de contrato com as estatais. Mas pergunto ao senhor o seguinte: por exemplo, houve uma alta soma de depósitos não-identificados, equivalendo, nesses anos todos, a mais de R\$400 milhões.

O Deputado Roberto Jefferson concordou que recebeu dinheiro para fazer campanhas de partidos – do PTB com o PT. S. Ex^a contou sobre os R\$4 milhões, e o senhor nega que tenha entregado esse dinheiro a ele. Mas esse fato, Sr. Marcos Valério, sugere claramente esse relacionamento do senhor com o Sr. Delúbio Soares, tanto de amizade quanto de questão profissional, como até de avalista. É muito claro e está lógico. Acredito que o senhor se aproximou do Sr. Delúbio Soares de maneira a proporcionar um bom serviço, ser um bom companheiro de trabalho e ter um bom relacionamento. O senhor, por meio da sua empresa ou da sua influência, do seu relacionamento, com empresas que prestam serviços a estatais, começou a arrecadar recursos para a questão política e a fornecer... Aqui, é lógico que vem o Partido dos Trabalhadores, que está evidente em todos os jornais e revistas.

Esta é uma oportunidade que o senhor tem para esclarecer esses fatos. Talvez o senhor tenha agido na maior boa vontade, para ajudar aos amigos e companheiros. Como diz o Deputado Roberto Jefferson, na política, quando se indica uma pessoa para ocupar a direção de uma empresa, há retorno para a campanha política. Acho que está ocorrendo o mesmo com o senhor, que, realmente, é um intermediário no sentido de ajudar a captar recursos, nesse caso, junto com o Sr. Delúbio Soares. Se ele é tesoureiro do Partido dos Tra-

balhadores, é para o Partido dos Trabalhadores. Então, essa é a questão que pergunto para o senhor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As empresas em que trabalho, a maior parte delas são S. A. – auditadas. Eu não sujeitaria a minha empresa, que tem 25 anos – e a outra, 22 anos –, para ser laranja do Sr. Delúbio ou de qualquer outro Deputado ou de qualquer outra entidade ou de qualquer outra pessoa. Essas empresas são auditadas, e eu efetivamente prestei serviço para elas. E os depósitos dessas empresas dentro da minha contabilidade correspondem, Sr. Deputado, a realmente um serviço que foi prestado, com todo o respeito e toda a autoridade que o senhor tem de Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Marcos Valério, mas tudo leva a crer. O que o senhor explica desses depósitos não-identificados? O senhor pode esclarecer esse depósito não-identificado nas contas das suas empresas, em que vão mais de 400 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho conhecimento desse relatório de depósito não-identificado. Para mim e dentro da minha contabilidade, todos os meus depósitos, Sr. Deputado, são identificados e poderão ser identificados através da Auditoria da Receita Federal, que já começou dentro da minha empresa, através da fiscalização que ela está providenciando e através da contabilidade que eu possa franquear à CPI.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sem dúvida nenhuma, tudo isso vai ser providenciado, tudo isso vai ser esclarecido. Gostaria que o senhor nos colocasse aqui essas questões todas que não são bem claras. Agora, pergunto para o senhor: quantas agências de publicidade de porte há em Belo Horizonte? Vamos citar – fora a do senhor – quatro, três.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei especificar. Talvez 10, 12 ou mais. Belo Horizonte é uma grande cidade.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – As três maiores, por exemplo, de Belo Horizonte, hoje, fora as que o senhor tem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As duas maiores são a SMP&B e a DNA Propaganda.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E fora elas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah, tem várias outras! Eu não ousaria citar.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor conhece a agência de publicidade Perfil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço. Uma grande agência.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É uma grande agência. Quem são os proprietários da Perfil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu conheço só o Sr. Cacá Moreno, também só de vista.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Cacá Moreno?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só de vista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só de vista. Nenhuma intimidade.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabia que ele venceu todas as contas do Ministério da Saúde em 2004?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sabia, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não sabia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não tem nenhum relacionamento com o Sr. Cacá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum relacionamento com o Sr. Cacá Moreno, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Marcos Valério, considero que, com esse saque em dinheiro vivo nesse volume, coincidindo com as viagens do senhor e com os relatos, que a imprensa tem colocado, dos saques aqui em Brasília, do Banco Rural, lá em Belo Horizonte, tudo, e inclusive com votações aqui no Congresso Nacional, coincidindo também com as datas, tudo leva a crer – e há desconfiança disso – que realmente existe esse caixa dois e que o senhor captava recurso para a campanha do Sr. Delúbio – não posso nem falar que é do Partido dos Trabalhadores, mas do Sr. Delúbio. Essa é a impressão que tenho e que fica aqui bem marcada. Realmente é essa a questão. O senhor não tem nada a falar mais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não considero isso verdadeiro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E não estou nem aqui, com toda a educação, com todo o respeito que o senhor me merece e toda a autoridade que o senhor tem como Deputado,

que conquistou no voto e tudo, peço com toda a delicadeza e te falo com toda a educação: eu não aceito esse tipo de...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não aceita?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não aceito.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem. Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, realmente considero que este depoimento, hoje, do Sr. Marcos Valério, embora aparentemente não tenha profundidade, ele a tem e vai esclarecer muitos pontos. Eu acredito que a nossa equipe instrutora da CPMI vai ter o caminho de desvendar os depósitos não-identificados... Por falar em depósito não identificado, Sr. Valério, sobre as das pessoas que retiravam esses recursos no banco em dinheiro vivo, houve alguma vez em que alguma delas foi assaltada em R\$500 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Houve um assalto de R\$50 mil, não foi de R\$500 mil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor pode me dizer, sobre algumas que iam retirar esse dinheiro, quem eram essas pessoas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Nós temos um departamento especializado lá dentro da empresa, que é um departamento de serviços gerais. Não sei especificar quem foi, quem deixou de ser. Até, por sinal, eu parava pouco, dentro da empresa, mas depois que vi a entrevista da D. Karina, procurei saber, e o valor é R\$50 mil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que cumpriu rigorosamente o tempo.

Com a palavra, o ilustre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, se eu ultrapassar o tempo, avirta-me antes, quando eu estiver próximo do fim. Quero também me ater rigorosamente ao tempo.

Sr. Marcos Valério, V. S^a é, medido por qualquer padrão, um empresário atípico. V. S^a, talvez decorrente do seu talento empresarial, comprou ou se fez sócio de duas empresas em dificuldades financeiras, a SMP&B e a DNA. Foi V. S^a que declarou que elas estavam em dificuldades financeiras – uma, em 1996, e a outra, não sei em que ano – e que as transformou em empresas prósperas. As empresas são de porte médio e têm faturamento de empresa grande. Se os dados do Coaf estão certos, mais de um bilhão em seis anos é um faturamento muito elevado.

V. S^a saca ou sacou dinheiro vivo, quantia vultosa, 20 milhões em um período curto. Não é típico de nenhuma empresa sacar dinheiro vivo, isso pode até acontecer como exceção. E V. S^a tem com o mundo político um relacionamento *sui generis*. Não é filiado a partido político, nunca foi candidato; parece, portanto, não ter vocação política. Geralmente relacionamentos de empresários com políticos ou são relacionamentos sociais, o que é muito natural, ou, então, relacionamentos de doações para campanhas políticas, quando feitas dentro da lei, o que é normal.

V. S^a diz que não faz, nunca fez doações – nem V. S^a, nem suas empresas – a nenhum candidato, salvo falha de memória. Ou seja, se fez são tão raras, que V. S^a nem se lembra. Então, normalmente não faz, nunca fez doações a políticos, apesar do seu estreito relacionamento com o mundo político. E V. S^a diz que esses contatos com políticos, de um empresário que não faz doações e que não tem vocação política, esses encontros com políticos freqüentes – e com muitos políticos – são sempre para tratar de assuntos políticos. Por que um empresário sem vocação política teria um relacionamento tão estreito, tão freqüente com políticos, para tratar exclusivamente de assuntos políticos? Isso é atípico também.

Mas vamos ao que importa. Especificamente sobre os Correios, quando foi feito o aditivo de 25%, havia transcorrido quanto tempo de contrato? V. S^a se lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não me lembro, Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Um ano, dois anos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um ano deve ser.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. S^a há de concordar que isso acontece comumente no Brasil, mas não me parece correto. Vinte e cinco por cento é o máximo que a lei de licitações permite, se comprovado que realmente houve aumento de custos das empresas.

Num país com uma inflação de 7% ao ano – essa é a média hoje –, se não há aditivo de 25%, que é o teto máximo, me parece... E não é só no seu caso que acontece, não. Em qualquer caso, isso me parece, desculpe-me, favorecimento.

Eu lhe perguntei sobre prazo, e V. S^a não soube dizer. Mas digamos um ano: parece-me demais 25% em um ano. Não quer dizer que tenha havido desonestidade, mas eu estranho.

Especificamente sobre seus contratos com o Deputado João Paulo Cunha, uma das suas empresas

teria feito dois contratos: um para fazer a campanha do Deputado à Presidência da Câmara. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E, depois, um contrato com a Câmara, com o Deputado já Presidente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depois, ganhei um contrato, através da SMP&B Comunicação, num processo licitatório, dentro da Câmara, aberto e ao público.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em nenhum momento, o Deputado João Paulo Cunha – ou outro – lhe pediu que não concorresse a essa licitação, porque pareceria extremamente impróprio, inadequado, fazer um contrato com alguém que fizera a sua campanha? Ninguém levantou isso, ninguém lhe pediu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, ninguém me pediu. E, só complementando, creio que não fui o único que fez já as campanhas dos Presidentes da Casa. Houve outras agências que fizeram também.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas a única agência que fez a campanha e em seguida firmou um contrato com o Presidente creio que foi a sua, pelo menos – recentemente, parece-me.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei especificar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não faço nenhuma objeção a que V. S^a, a que sua empresa tenha feito a campanha do candidato a Presidente mediante contrato; nada de mais. O estranho é que tenha, em seguida, firmado um contrato com a Presidência da Câmara.

Finalmente, V. S^a tem relação ou teve com o então Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tive relação; estive com ele quatro vezes, no máximo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Teve quatro encontros com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quatro encontros.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para tratar de quê, pode-se saber?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tive dois encontros sociais.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sociais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dois. E dois encontros em audiência pública.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Audiência pública com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com mais pessoas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Audiência pública?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com mais pessoas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Audiência particular não teve?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca. Com mais pessoas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Só com a Ministra Adjunta, que era essa senhora assessora dele, Sandra.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só. Com ele tive com mais pessoas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – No Palácio do Planalto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para tratar de política também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Quais são as suas relações com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma. Estive com ele apenas duas vezes: no início do ano, e uma no restaurante também, este ano.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Duas vezes apenas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas vezes apenas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tratando de assuntos políticos também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não houve testemunha desse encontro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estava sozinho com ele, na sala dele.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. S^a, portanto, não é amigo nem inimigo dele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sou. Nem amigo nem inimigo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E V. S^a nega categoricamente – já negou várias vezes – que tenha sido a pessoa que entregou ao Deputado R\$4 milhões, em duas parcelas.

O Deputado, aqui nesta sala, no seu lugar, afirmou categoricamente – aliás, até fui eu que fiz a pergunta – que teria entregado. Eu lhe pergunto: V. S^a tem alguma idéia por que, entre 180 milhões de brasileiros, o Deputado Roberto Jefferson escolheu exatamente V. S^a para fazer essa calúnia – segundo V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – São suposições. Acho que o Deputado Roberto Jefferson, muito bem articulado, muito bem informado. São suposições, e eu não pretendo aqui fazer uma suposição e atingir a honra de outras pessoas.

Mas vejo que o Deputado Roberto Jefferson é muito bem articulado e ele teve a intenção bem desenhada de atingir os objetivos dele.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. S^a sabe que inevitavelmente será acareado com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sem nenhum problema.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, que nem ocupou o tempo regulamentar

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Valério, não pude ouvir por completo até o presente momento a exposição de V. S^a – a imagem não está muito boa, e eu gostaria de olhar para ele, estamos com dificuldade aqui. Só um minuto, Sr. Presidente. Se o Deputado não se incomodar de ficar nessa posição, porque eu queria olhar, conversar com ele, olhando para ele, só isso. Mas já está resolvido, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Deputado.

Partindo do pressuposto de que V. S^a está nessa cadeira, neste momento, por conta única e exclusivamente, no meu entendimento, de uma acusação frontal feita pelo Deputado Roberto Jefferson de ser a pessoa que, juntamente com o Delúbio, faziam os pagamentos de salários extras para parlamentares, eu gostaria de ouvir primeiro esta resposta: V. S^a tem, em algum momento, relações de pagamento de salários extras para parlamentares, conforme denunciou ou acusa S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca paguei a parlamentares.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A secretária Fernanda Karina deixa isso mais uma vez exposto na imprensa, quando disse que V. S^a transitava na fren-

te dela com malas enormes cheias de dinheiro. V. S^a afirma essa acusação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A secretária Fernanda Karina, temos que levar em conta algumas coisas: ela vai à delegacia e fala uma coisa. Nega tudo. Ela vai perante ao juiz da 6^a Vara, nega tudo. Ela vai à Polícia Federal de espontânea vontade e, de acordo com a entrevista que tenho do antigo advogado dela, nega tudo, e o advogado ainda fala que a revista distorceu as informações dela. Depois, vou passar à reportagem.

Então, nego categoricamente. Nunca transporte dinheiro na frente da Sr^a Fernanda Karina. É mentira da D. Fernanda Karina.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas V. S^a chega a afirmar que transportou dinheiro vivo em malas, mesmo que ela não tenha visto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca transporte dinheiro vivo em malas. Sempre viajei de avião de carreira. Nunca.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca passou qualquer dinheiro para o Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca passei dinheiro para o Sr. Delúbio Soares.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A partir de quando V. S^a conhece Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dois mil e dois, meados de 2002.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Coincidência da campanha eleitoral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, fui levado à campanha eleitoral pelo então Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não pelo Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Contribuiu com a campanha de 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não contribuí.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em nenhum momento, sobre nada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em nenhum momento, sobre nada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E a partir de que momento... V. S^a é acusado novamente de, juntamente com o Delúbio, participar inclusive da nomeação de cargos para composição do Governo. Afirma esse tipo de acusação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca nomeei ninguém para o Governo Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca tratou qualquer assunto sobre nomeação de pessoas com o Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Sr. Senador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Por gentileza, Senadora Ideli Salvatti.

O senhor está na frente do depoente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perdi a pergunta.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou responder, Sr. Senador, perdão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É sobre a indicação de nomes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca fiz.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca participou de reunião nenhuma que tratasse dessas coisas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca, nunca participei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a citou, num momento do dia em que observei, que uma outra pessoa teria dito que Fernanda Karina recebeu dinheiro para prestar a informação à revista **ISTOÉ**. Se isso procede, quem lhe prestou essa informação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não disse que ela recebeu dinheiro da revista **ISTOÉ**.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, eu sei. Eu ouvi de V. S^a, posso ter escutado errado, que uma outra pessoa teria dito a V. S^a que Fernanda Karina afirma que disse a essa pessoa, que quero saber se é verdade, que recebeu dinheiro da revista **ISTOÉ** para prestar aquele entrevista.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não disse revista **ISTOÉ**. Disse que ela falou com a secretária Adriana Fantini que um repórter estava oferecendo dinheiro para ela falar, para dar uma entrevista. Um repórter. Não falei a revista **ISTOÉ**.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E quem é Adriana? Quem é Adriana?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É a secretária dentro da SMP&B.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É funcionária de V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. É funcionária.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E ouviu, então, da Fernanda Karina esse tipo de conversa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Num telefonema.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas o senhor pode, num momento posterior, se possível, até para uma coisa reservada, convencer essa funcionária a nos dizer isso aqui nesta Comissão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está num depoimento dela que eu passei aqui para o Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já está num depoimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já está num depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito.

V. S^a chegou a tratar com qualquer Parlamentar sobre dinheiro ou posição do Parlamentar no seu comportamento em votações dentro da Câmara dos Deputados ou no Senado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca tratei de dinheiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca tratou com nenhum Parlamentar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum Parlamentar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Jamais recebeu qualquer Parlamentar, orientado por qualquer membro do Governo ou mesmo por qualquer membro do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Jamais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca uma pessoa do Governo ligou para V. S^a pedindo que atendesse alguém?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sobre qualquer assunto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De dinheiro, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Do Genoino, do Delúbio, do Sílvio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca ninguém ligou para V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sobre esse tipo de coisa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Até onde vai o grau de amizade de V. S^a com o Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma amizade entre duas pessoas que têm um relacionamento de afinidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A partir de 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Justamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vou fazer uma pergunta e responda se quiser. V. S^a chegou a presentear alguém com canetas *Mont Blanc*?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade, não nego.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É possível dizer quem recebeu canetas *Mont Blanc* de V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, eu falo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por exemplo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Marcos Flora, pelo aniversário dele, e o Deputado João Paulo Cunha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esses dois receberam caneta *Mont Blanc*?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Senador Sibá Machado, por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, eu ainda tenho oito minutos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente, estou assegurando a palavra a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito obrigado.

E as ocasiões dessas canetas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foram nos aniversários.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por amizade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não diria amizade. Um brinde.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Um brinde? Não seria uma aproximação para tentativa de influência posterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, até porque o Sr. Marcos Flora não participa de nenhuma licitação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E por que para o Deputado João Paulo Cunha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um brinde pelo aniversário dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Um brinde?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nada mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só mais um minuto, Presidente.

O Deputado Roberto Jefferson foi, primeiro, citado que recebia dinheiro de estatais; falou-se, na imprensa, de R\$ 400 mil por mês. A minha pergunta é: em algum momento ou nessa conversa que V. S^a acaba de lembrar que teve com o Deputado Roberto Jefferson se tratava de dinheiro para o PTB?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca tratei de dinheiro com o Sr. Roberto Jefferson. E eu continuo afirmando que estive com o Deputado Roberto Jefferson apenas duas vezes e nunca tratei de dinheiro com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas poderia adiantar um pouco sobre o que trataram nesses duas conversas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Campanhas eleitorais do PTB e, por sinal, quem fazia as campanhas eleitorais do PTB é o que o Deputado Geraldo Thadeu nominou, era a agência Perfil, do Dr. Cacá Moreno.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Permita-me mais uma coisa, porque acho que o que abunda não prejudica.

A pergunta do Senador Roberto ... Jefferson Peres, desculpe-me, Senador, pelo amor de Deus. Já duas vezes errei o nome de V. Ex^a. Mas essa pergunta é muito importante, quando ele citou assim: “Mas por que cargas d’águas é que o Deputado Roberto Jefferson vem citar o nome de V. S^a no meio de um abacaxi desse tamanho?”

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Deputado Roberto Jefferson é um homem muito inteligente, muito bem informado e muito bem articulado, e ele saberia muito bem onde quer chegar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por exemplo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Temos que perguntar a ele, né?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – A palavra está com o Senador Sibá Machado, que tem mais cinco minutos e quarenta segundos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A Senadora Ideli Salvatti fez um pronunciamento ainda há pouco, no plenário, que gostaria de reproduzir em for-

ma de pergunta: ela disse, em plenário, que acha que nos depoimentos de ontem para hoje fica desenhado no ar que há um interesse, inclusive de fora do País, em tentar desmoralizar o Presidente Lula, usando de influência de pequenas empresas para concorrer a licitações e criar fatos consumados dessa natureza. Porventura empresas de V. S^a – por favor, Sr. Presidente, eu gostaria de concluir meu raciocínio. Penso que tenho direito de raciocinar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Todos têm o direito de falar, de perguntar e de ser ouvido.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a, porventura, tem alguma empresa que V. S^a responde, tem participação ou coisa parecida, ligada a qualquer empresa multinacional de fora do Brasil? Pode ser Afeganistão ou qualquer canto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não tem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em algum momento, V. S^a tem alguma relação com qualquer tipo de empresário de fora do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Sr. Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nenhum tipo de contato, nenhum tipo de ligação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a tem participado de licitações, ou de pregões ou que tipo de concorrência pública nos Correios ou em outras empresas do Governo Federal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, só as contas que eu detenho através das agências SMP&B e DNA Propaganda.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Concorre à licitação ou presta serviços para agências que ganham a licitação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, já concorri a licitações dos Correios e idem na DNA, no Banco do Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vou concluir dizendo o seguinte, certamente esta Comissão, não sei se já o fez, acredito que o fará de imediato, o pedido de quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal e etc. Eu perguntaria: V. S^a estaria disposto a evitar que alguém votasse qualquer requerimento e apresentasse de público uma autorização para que a Relatoria e esta Comissão tivesse acesso a essas informações de V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já deixei claro na resposta ao Ministério Público Federal. Já pus á disposição a quebra do meu sigilo bancário...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem, acredito nisso. O que eu estou perguntando é se V. S^a poderia, ao encerrar este momento de hoje, deixar por escrito, na mão no Relator a autorização para que o Relator tivesse acesso a essas informações, porque, amanhã, nem votaremos requerimento sobre esse ponto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tem impedimento nenhum. Pode quebrar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas o que estou perguntando é se o senhor assina isso para nós? Um documento autorizativo para o Relator?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deixa eu só entender. O que eu vi na mídia é que já foi quebrado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou entendendo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vi na mídia que já foi quebrado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não me interessa isso aí. Só estou dizendo se V. S^a assina de público isso aqui para todos nós.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, porque, desde o momento que eu lhe vi falando aqui, estou surpreso...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou surpreso pela segurança, pela capacidade técnica de falar, não deixou ninguém sem resposta, e procurou ao máximo evitar agredir qualquer pessoa desta Comissão, mesmo de fora, ou mesmo o algoz de V. S^a! Estou surpreso com isso. Por conta dessa segurança absoluta que está transportando para nós é que estou pedindo que assine esses papéis. Não vejo exceção nenhuma.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sem problema, Senador. Pode preparar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr. Marcos Valério, por acreditar que o tema deste depoimento não pode estar restrito à questão do mensalão e à suspeita de corrupção nos Correios e por a sociedade brasileira estar acompanhando atentamente esta CPMI e as demais investigações correntes, o Parlamento tem a responsabilidade de apurar todas as denúncias e, como Senador, tenho a convicção de que a nossa CPMI vai cumprir exemplarmente esse papel à luz da verdade dos fatos.

Desta forma, a título de esclarecimento – como sabemos, o Banco Central é ligado ao Ministério da Fazenda -, V. S^a já esteve, alguma vez, no Banco Central, dentro deste Governo Lula, deste mandato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Já estive.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – V. S^a estava acompanhado de alguém?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do Deputado Virgílio Guimarães, do Dr. José Augusto Dumont e já estive sozinho também, senhor.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O senhor esteve com o Dr. Gustavo Antonio do Vale?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Já estive.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pode tratar de que assunto? A que se referia com esse diretor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Banco Rural tem a participação no Banco Mercantil de Pernambuco: 22%. O Banco Rural encaminhou uma proposta de levantamento da liquidação. A resposta do Dr. Gustavo do Vale foi “não”.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Banco Mercantil e Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso. E Banco Econômico também. Os dois...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – O senhor se lembra de quem agendou essa reunião?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fui eu mesmo.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Para tratar especificamente deste assunto: Banco Mercantil, Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Especificamente desse assunto.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – V. S^a tem algo mais a acrescentar ou foi só isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tem, também, o Banco dos Trabalhadores, que era um desenho baseado no banco que tem na

Europa, na Alemanha, que tem uma participação dos bancos privados e uma participação dos sindicatos. Fui tratar desse assunto também.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Quando V. S^a tratou com o Dr. Gustavo Antonio do Vale tinha alguém acompanhando?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, tinha funcionários do Banco Central.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E da política? Do meio político?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tinha.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Por que o Deputado Virgílio, nessa história de Mercantil, Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Virgílio esteve comigo com o Dr. Paulo Cavalheiro.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Com o Dr. Gustavo Antonio do Vale, apenas um funcionário do Banco Central?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Apenas um funcionário do Banco Central.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Convido o Deputado Nélio Dias. O ilustre Deputado Nélio Dias está presente? (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Pompeu de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só que não é titular. Desculpe-me, desculpe-me.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado. (Pausa.) Qual é o próximo titular?

Eduardo Paes está presente? Eu vou seguindo e, depois, volto novamente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Paes já falou.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Paes já falou.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Sérgio Guerra está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – OK. Vou conceder a palavra a V. Ex^a, assim que o depoente retornar.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Indago se V. Ex^a já usou os primeiros quinze minutos, Deputado Eduardo Paes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é minha primeira inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar a V. Ex^a, de imediato ainda verbal e, se necessário for, por escrito, a solicitação da acareação entre Marcos Valério e o Deputado Roberto Jefferson. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a poderá formalizar e...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu farei, mas deixe-me só concluir. Acho que o que ouvimos aqui hoje não é pouca coisa. Alguém está mentindo frontal e absolutamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Senador Jefferson Péres já solicitou, inclusive com o José Dirceu também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu só pediria, então, que...

O momento da votação dos requerimentos é amanha, não é isso, Sr. Presidente? Eu gostaria, se for o caso, até de ser um dos signatários do requerimento. Já que foi colocado, eu gostaria de participar disso.

Acho muito importante que esta Comissão coloque os dois, porque aqui virou, no meu entendimento, um agravante absoluto entre... Ou o Sr. Marcos Valério ou o Deputado Roberto Jefferson está mentindo gravemente, colocando nomes de pessoas no limbo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem (Pausa.) O Deputado Nélio Dias está presente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a, pela ordem.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Estou dentro da inscrição. O senhor me chamou agora. Posso questionar?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a com a palavra, pela ordem.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, não estou pedindo a palavra pela ordem. V. Ex^a me chamou. Estou presente exatamente para inquirir o depoente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estamos, há muitas horas de audiência, ouvindo a exposição de uma pessoa obviamente experiente, com domínio, apesar de ter afirmado, com toda a clareza, que não tinha o domínio da oratória nem a tradição de falar em público. Mas é evidente que o depoente de hoje sabe exatamente sobre o que deve falar e sobre o que não deve falar.

Nós, na Comissão, vivemos um momento decisivo, porque entendo estarmos trabalhando de forma deficiente, de alguma maneira. O depoimento do depoente de hoje deveria ter sido precedido da quebra de sigilo bancário, do exame da sua documentação fiscal, do exame da documentação fiscal de sua empresa, do conhecimento das movimentações de seus cartões de crédito e de um conjunto de informações que dariam a esta Comissão e ao próprio depoente maior consistência na discussão que fazemos hoje, para que ela não fosse adjetiva, cheia de divagações. Percebo, com muita clareza, a natureza dessas divagações. Devemos conversar, internamente na Comissão, sobre isso. Depoimentos como esse devem ser antecedidos de um exame por uma subcomissão ou por um instrumento adequado de informações claras, que nos permitam fazer uma inquirição técnica, segura e justa para a CPMI e para aquele que está prestando depoimento.

Não tenho, com relação ao depoente, nenhum juízo formado. Nem sou, por formação, pessoa habilitada a questionamentos investigativos. Mas tenho algumas idéias sobre o que estamos fazendo aqui hoje. Ao final, vou ler um texto que, para mim, consolida essas idéias que tenho.

A primeira delas: compreendo o papel que desempenha o Dr Valério. É de uma empresa de propaganda; não é uma empresa qualquer. É uma empresa que tem um conceito e tem um mercado. Estranho que alguns fiquem a citar, como se estivessem falando alguma coisa, mas, obviamente, no interesse de confundir o exame das coisas, fiquem a citar contratos que vieram do Governo Itamar, do Governo Fernando Henrique Cardoso, como se o fato de uma empresa relevante ter contrato no Governo representasse alguma coisa. Não representa. Não se está dizendo

que o contrato celebrado no Governo Itamar Franco e continuado depois é um contrato viciado, ou que um contrato que foi celebrado no Governo Fernando Henrique Cardoso e continuado depois, é viciado. Não se está falando disso. O que estamos falando, hoje, é o seguinte: Dr Valério é uma pessoa que, notoriamente, não é desimportante na cena do poder no Brasil; se ele fosse tão desimportante assim, evidentemente que a Opportunity – que é uma grande empresa, uma espécie de fixação aqui dos que perguntaram, como se fosse a CPI do Opportunity –, por meio do Dr. Carlos Rodenburg, não o teria procurado. Evidente que ele é uma pessoa importante. Agora, a importância, Dr Valério, tem um conteúdo. Na minha opinião, até que se prove em contrário, é muito esquisita, complexa. É a seguinte: o Dr. Valério poderia, por exemplo, ter uma relação próxima ao Líder Aloizio Mercadante, que sei que é um homem limpo ou da Senadora Ideli, que é uma pessoa correta, do Deputado Maurício, que conhece da minha terra e sei que também é uma pessoa correta. Mas não estou convencido sobre a correção de procedimento do Dr. Delúbio. E por que selecionar, entre tantos partidos, tantos petistas, exatamente o tesoureiro do PT para estabelecer com ele uma relação de amizade, que, inclusive, produziu um aval? Porque o senhor deu e pagou parcela dele ao Partido dos Trabalhadores.

Querer dizer que o fato de o Partido dos Trabalhadores, que domina o Governo, contratar a sua empresa – e ter um contrato de financiamento com o seu aval – não é coisa relevante é querer tapar o sol com a peneira. É uma prova. Para mim não é preciso outra prova de que as coisas não estão decentes neste Governo.

Como pode um fornecedor do Governo, que tem contas de propaganda continuadas ou iniciadas avalizar para o Partido dos Trabalhadores, a pedido do tesoureiro do Partido? Como explicar isso? Qual é a lógica que justifica isso? Por que ele me pediu? É claro que é porque ele lhe pediu. E daí? O que ele lhe deu? Por que o senhor pagou trezentos e tantos mil reais pelo Partido dos Trabalhadores, já que não tem nenhuma sintonia com o Partido dos Trabalhadores, nem tinha antes? Poderá tê-la agora, mas não tinha antes.

Eu me pergunto sobre vários fatos. Os saques feitos na sua conta, nas contas das suas empresas, são evidentemente atípicos. Mas, se for provado que não são atípicos, que são comuns à empresa de propaganda, como é a empresa em que o senhor trabalha, devemos pensar de novo. Mas devemos investigar um a um, porque há uma suspeição imensa, no momento em que o senhor avaliza para o Partido dos Trabalhadores. E eu lhe pergunto: e o Dr. José Genoíno, o senhor

não viu se ele tinha também assinado esse contrato? Quando o senhor o assinou, já estava lá a assinatura do Presidente do PT, José Genoíno? E será que o Sr. José Genoíno não sabia mesmo que essa operação teria o seu aval? Ele, o Presidente do Partido? Qual é o poder desse misterioso Dr. Delúbio? Uma pessoa que é convidada para resolver a questão do Opportunity, uma pessoa que administra um poder enorme! Todos falam. Será que todos estão mentindo?

Ontem, o Líder do PMDB, que sustentou o Governo até hoje, disse que conversou – e conversou com o senhor também – sobre a formação do poder com Delúbio, com Valério e com outras pessoas. Será que ele está mentindo também?

Não adianta desqualificar Roberto Jefferson. O fato concreto é que, independentemente de gostarmos ou não dele, de simpatizarmos ou não com ele, as coisas que ele falou têm evidência. Vão se conectando com outras, em uma estranha lógica, que têm explicações bastante graves.

Estou lendo aqui, para o nosso conhecimento – e, depois, vou fazer uma única pergunta –, um texto exatamente de março de 2004. Portanto, muito antes de nossa conversa de hoje. Evidentemente, não foi um texto publicado, por acaso. Não é um texto do Dr. Roberto Jefferson, que está sendo desqualificado pelo PT a todo momento, a todo instante, mas não está sendo desqualificado pelos fatos. Nem por Lula, que diz que era uma grande personalidade brasileira, que o respeitava e que, daqui para a frente, dava-lhe um cheque em branco. O Presidente da República, imaginem, com a autoridade e a responsabilidade que tem!

Até 2002, os recursos equilibravam receitas e despesas destinadas às campanhas eleitorais e à ampliação do partido. Mesmo as obras das contribuições amealhadas para as campanhas presidenciais de 98, 94 e 89, diluíram-se nos gastos imprescindíveis. Foi a partir da recente campanha presidencial, porém, que o dinheiro começou a sobrar. Com a posse do Presidente Lula e a nomeação de milhares de petistas para a administração federal, mais recursos apareceram. A preocupação do Presidente anterior, José Dirceu, e do atual, José Genoíno, passou a ser como administrar a bolada, cujo montante, para dizer a verdade, só uns poucos conhecem, mas é muito grande.

Quem passou a sofrer foi o Diretor Financeiro do PT, Delúbio Soares. Jamais pensou em se tornar banqueiro ou investidor no mercado. Assim, para ajudá-lo, foi buscar um operador profissional – não foi o Dr. Roberto Jefferson que disse isso –, encontrado na pessoa do publicitário mineiro Marcos Valério, de Belo Horizonte, agência, por sinal, aquinhoadada em 2003, com contratos de publicidade no valor aproximado de

R\$150 milhões, provindos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos Correios e Telégrafos e Petrobras.

Há algum tempo, a capital mineira funciona como espécie de caixa central do PT, de onde flui numerário bastante para as despesas partidárias, agora com ênfase para as campanhas de outubro, no caso até servindo a outros partidos da base governamental, como disse o Dr. Deputado Roberto Jefferson, como o PP, o PL e o PTB, cujos emissários não raro deixam o Aeroporto de Pampulha com malas recheadas em espécie. Não foi o Roberto Jefferson que disse isso. Quem disse isso, quem escreveu isto que está aqui é Carlos Chagas, uma das melhores figuras da imprensa brasileira, sobre quem não pesa a menor desconfiança e não cabe a menor desqualificação. Será que isso tudo é espuma? Nada disso tem verdade? Foi tudo inventado?

E essa estranha secretária? Foram buscar o Opportunity para junto da Dona Karina! Ela está muito mais junto do doutor aí, do Dr. Valério, basta ler o fax que ela fez para ele. Que estranha intimidade! Não estou querendo questionar a sua vida pessoal, não está em discussão! Mas ela lhe passou vários faxes, por oito meses de trabalho, que são extremamente comprometedores para a leitura de alguém que tenha o exame sóbrio do problema. Ela lhe passou uma série de faxes, que resultaram num conflito em depoimentos que confirmam, que não confirmam, que afirmam, que não afirmam, enfim, numa grande turbulência.

Penso que, se o PT acha que, com essa colocação que faz hoje de querer remeter esse negócio para Fernando Henrique Cardoso, de vir aqui com o nome de Eduardo Azeredo, que, ontem, todos os petistas do Senado, ou quase todos, elogiaram no plenário, como pessoa idônea, acima de qualquer suspeita, e é. Eduardo Azeredo não é Delúbio Soares, não foi afastado do Partido dos Trabalhadores ou do Partido dele e nem será. Afastados foram Delúbio, Silvinho, José Dirceu! Esses foram afastados, ou se afastaram. O senhor nunca teve relação com nenhum tesoureiro do PSDB, do PMDB, do PL, do PTB, foi ter relações com o tesoureiro do PT, o Partido do poder, esse Partido que fez o discurso aí, durante muitos anos, da austeridade, e que promove uma festa, porque isso é uma festa.

Quero-lhe perguntar sobre essa licitação que atinge aquele famoso Banco Popular. Pelo que entendo, o senhor tinha um contrato, a sua empresa tinha um contrato, com o Banco do Brasil. O Banco do Brasil iniciou um projeto, aliás, completamente alucinado, do chamado Banco Popular, que não agüenta um sopro, tanto que o Presidente dele veio dar um depoimento aqui e dois ou três dias depois foi afastado da presidência do Banco. E esse Banco Popular, de repente, contrata

V. S^a para uma conta de R\$24 ou R\$25 milhões. Não teve licitação. Falou-se aqui em licitação interna. Não conheço isso. Na escolha interna de administradores. Também não sei como isso se pode processar. É uma empresa nova o Banco Popular, com orçamento, com legalidade, é uma empresa pública. E essa empresa deu à sua empresa uma conta de R\$25 milhões, sem concorrência.

Aliás, ela gastou mais com propaganda do que financiou o povo, esse povo que o PT enche a boca para dizer que defende. Gastou muito mais com propaganda do que com financiamento popular, que era o objeto daquele Banco.

Então, Sr. Presidente, não tenho muito o que acusar o senhor, não tenho. Se dependesse de mim, o senhor não estaria nem aí. Não me move nenhum sentimento contrário pessoalmente ao senhor. Reconheço o seu papel nesse processo todo e não sei exatamente qual é. Não afirmo que o senhor é um PC Farias. Não afirmo isso. Não tenho provas concretas para dizer isso. Mas que é muito estranha essa atitude toda, é. Que é estranha principalmente muito para o senhor, mas muito mais para o Governo, que fica aqui fazendo “discursozinho”, de afirmação, de afirmação de nada, puxando esse negócio para Fernando Henrique. Isso é uma fraude! Se querem investigar o Presidente Fernando Henrique, que o façam. Mas não venham utilizar esse argumento nas perspectivas de não se defenderem de coisas óbvias que resultaram de uma admissão da diretoria de uma estatal, como Furnas, no afastamento do principal Ministro do Governo, na demissão do Tesoureiro do Partido, do seu Secretário e, provavelmente, do seu Presidente. Será que isso tudo é uma fraude, será que Carlos Chagas está brincando, com antecedência de um ano? São os fatos. O que cabe é esclarecê-los e o senhor tem um papel nisso. Não necessariamente o papel central, mas tem um papel nisso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, primeiro, eu não tenho de tenho a conta da Petrobras como Carlos Chagas fala, e, segundo, eu queria também endossar as suas palavras.

Eu tenho até medo de falar bem de alguém ultimamente. Mas eu vou endossar as suas palavras em relação ao Senador Eduardo Azeredo, a quem eu reputo como um homem sério, honesto e íntegro. Endosso as suas palavras com todos os riscos que podem falar amanhã que ele...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer. É que V. Ex^a me chamou, fiquei esperando e não sei se V. Ex^a me assegura a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a é suplente. Depois do último titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, logo em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, o senhor já me chamou hoje aqui duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a é titular ou suplente?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quando eu chamei V. Ex^a não estava. Desculpe.

Concedo a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Logo em seguida ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. (Orador não identificado) – A minha resposta aos Correios não foi dada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pois não. V. Ex^a é membro do...

O SR. (Orador não identificado) – Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Líder do PDT?

V. Ex^a não tem o direito de falar como Líder do PDT. V. Ex^a está inscrito, mas primeiro tenho que ouvir os titulares, os suplentes e, depois, vou ouvir os que não são membros.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu perguntei, mas o Sr. Marcos Valério não pôde responder. Eu gostaria que ele fizesse um esclarecimento sobre essa conta que não tem concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele falará no momento oportuno.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Marcos Valério, por que o senhor foi buscar um **habeas corpus** preventivo antes de vir depor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi uma estratégia da minha defesa, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor precisa de estratégia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho um advogado e estou seguindo a estratégia da minha defesa, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só monta estratégia quem precisa encontrar algu-

ma desculpa ou alguma saída. O senhor precisa encontrar alguma desculpa ou saída, por isso foi buscar a estratégia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não senhor, senão eu não estaria aqui agora Deputado, com todo o respeito que o senhor merece e toda a autoridade, respondendo essas perguntas. Mas foi uma estratégia da minha defesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se o senhor não deve nada, o senhor não teme nada, não precisa de estratégia nenhuma.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas foi uma estratégia da defesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor deixa transparecer que tem outro tipo de aval. Que outro tipo de aval tem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como outro tipo de aval, Sr. Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor só tem esse contrato de avalista ou tem outros contratos avalizados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com partidos de políticos só esse contrato, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E essa importância que pagou, que deveria ser do Partido dos Trabalhadores, o senhor disse que ficou com crédito? Que documento o senhor tem desse crédito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está na minha contabilidade, lançado como crédito empréstimo ao PT. E tenho documentos de contrato de mutuo lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Contrato...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Contrato de mútuo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi essa prestação ou tem outras prestações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A única.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A única? O senhor levou os diretores do BMG ao Governo, ao ex-Ministro José Dirceu, depois da assinatura desse contrato ou antes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não levei o pessoal do BMG para o Ministro José Dirceu. Eu acompanhei o pessoal do BMG numa visita ao Ministro José Dirceu, porque o Banco BMG estava inaugurando uma fábrica, em Luziânia, de produtos alimentícios, e foi convidar o Ministro para a inauguração dessa fábrica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor participou da conversa? Apenas chegou e deixou conversando sozinho ou continuou durante toda a conversa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu participei do início da reunião. Eu fui a convite do Banco BMG, porque uma das empresas que fez a inauguração da fábrica era uma empresa de eventos chamada Multiaction, de propriedade minha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A parte da conversa, da qual o senhor participou, do Ministro José Dirceu com os Diretores do BMG, foi aquela na qual houve a discussão para o BMG ter direito de fazer o empréstimo para aposentados e pensionistas de forma facilitada pelo Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na minha presença não, e nessa reunião também não. Essa reunião foi exclusivamente para isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor sabe que logo após o Banco BMG obteve autorização do Ministério da Previdência para fazer empréstimo para aposentados e pensionistas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor participou de alguma reunião, com alguém da Secom, que tratava da distribuição dos veículos de mídia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não participei de nenhuma reunião com ninguém da Secom para tratar de distribuição de veículos de mídia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Orientou ou sugeriu alguma coisa para os Correios ou outra empresa para a qual o senhor tenha prestado serviço que devesse privilegiar esta ou aquela empresa de mídia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Nunca fiz isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que teve que tomar uma atitude com a ex-Secretária Fernanda Carina. Essa atitude foi o quê? Uma representação criminal à delegacia, uma representação judicial, o que foi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma representação criminal na delegacia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando foi isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi no final de 2004.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Final do ano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, a data está exatamente no processo total que eu trouxe para o Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor falou no final de 2004?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor abriu esse processo contra ela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Chantagem e extorsão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que tipo de chantagem e extorsão ela fez?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela queria dinheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso foi em dezembro de 2004?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sei se foi... O processo está aqui, quer que eu veja a data exata?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero, quero ver a data exata.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, a cópia do processo criminal da Carina só para ver a data para o Sr. Deputado. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu quero o crédito do meu tempo, hein?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Descontarei o tempo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – 1º de setembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Trinta segundos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – 1º de setembro de 2004?

Nessa época, ela já tinha dado a entrevista para a revista **ISTOÉ Dinheiro** ou ainda não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Já tinha dado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já tinha dado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que essa entrevista não foi publicada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Porque, na época, eu pedi uma entrevista com o dono da **ISTOÉ**, através desse jornalista, Sr. Gilberto Mansur, apresentei a devida documentação e ele me devolveu a cópia da entrevista, que passei ao Sr. Relator, e não publicou porque ele achava que não era verídica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E logo após o senhor abriu o processo contra a ...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estranha essa posição, não é? Quantas pessoas da Secom participam dos comitês que acertam os contratos de publicidade que as suas empresas ganham concorrência do Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho o menor conhecimento de quantas pessoas e de quem são essas pessoas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A SMP&B é uma empresa que o senhor comprou e que já existia. A DNA foi o senhor que montou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não ouvi, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A SMP&B é uma empresa que o senhor comprou, já existia, e colocou no nome da sua esposa. A DNA era uma empresa que o senhor comprou ou uma empresa que o senhor montou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comprei, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A DNA também o senhor comprou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Antes ou depois da SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depois, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que antes de o Deputado Roberto Jefferson ter feito alusão ao Sr. Marcos Valério, que ele chamou de Carequinha, nunca tinha aparecido nada do senhor na imprensa, no mundo político, e só depois disso veio com tanta intensidade o seu nome?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Talvez porque eu não fosse muito importante, Deputado. Não saberia te falar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acho que o senhor é muito importante, sim.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Bondade sua.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor vai buscar essa blindagem no STF, quando o senhor procura se colocar de uma forma bastante humilde, colocando-se como uma pessoa do interior de Minas, tudo isso é uma estratégia, uma estratégia de quem conhece bem a mídia, de quem sabe jogar com a mídia, de quem é midiático também, de quem sabe se articular, e não tenho a menor dúvi-

da de que quando o senhor manda um recado público para a sua filha daqui, do seu depoimento, tudo isso faz parte de uma estratégia. A sua estratégia não é só uma estratégia de defesa, a sua estratégia é a estratégia de tentar defender alguém. Quem o senhor está tentando defender?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se eu mandei um recado público para minha filha, eu peço que as pessoas desconsiderem, não é isso que quero. E não estou defendendo ninguém.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se considerou um morto-vivo. Por que o senhor se considerou um morto-vivo, aqui, num pronunciamento anterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Minha carreira como publicitário, minha carreira como empresário acabou. Não preciso falar por que, não é, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem entende de publicidade, de *marketing* e propaganda é o senhor, não sou eu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acabou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor falou mais de uma vez que se propunha a suspender todos os negócios da sua empresa por uma semana, e que nessa semana podiam fazer uma devassa em todos os negócios, e insistiu, numa segunda vez, uma semana. Por que só nesse período de uma semana? Não pode ser um mês, 15 dias, mais tempo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O tempo que os Deputados quiserem, o tempo que o Ministro – É Valdir Pires, não é? – quiser, pode suspender a partir de hoje e pode entrar em todos os meus contratos, em todas as notas fiscais, em todos os fornecedores. Pode suspender a partir de hoje, eu dou por escrito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor dá por escrito isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mesmo da empresa que o senhor não é dono, o senhor faz isso? Tem uma que o senhor não é dono, não é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha esposa me deu procuração, e eu posso assinar por ela.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi a última vez que o senhor conversou com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depois desse escândalo, uma única vez.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E o que o senhor conversou com ele, o senhor pode relatar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu o cumprimentei, falei com ele que não se preocupasse, que eu sabia o que estava acontecendo, pedi desculpas a ele, que a minha família estava sofrendo e que eu não tinha nada a esconder de ninguém.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o senhor falou para ele não se preocupar? Por que o senhor pode garantir isso a ele, que ele não devesse se preocupar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que, como amigo, ele deveria estar preocupado comigo, só isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E com Sílvio Pereira, o senhor teve algum contato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Não falei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E com o ex-Presidente do PT, José Genoíno?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não, Sr. Deputado, não falei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A que o senhor atribui o fato de ele dizer que não sabia que o senhor era o avalista do contrato de empréstimo do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei te explicar, Sr. Deputado. Não tenho a menor ciência para te explicar isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é uma pessoa que, apesar de não ter vínculos com o PT, conhece a vida política. No início de 2003, o PT tinha assumido o governo e, ao assumir o governo, iria utilizar ocupar cargos de confiança com pessoas filiadas – o senhor sabe que os filiados do PT dão uma parte de seu salário para o partido. Com isso, aumentaria a contribuição para o partido a partir de 2003. O fundo partidário, pela bancada do PT eleita em 2002, também seria bastante aumentado a partir de 2003. Por que o PT precisaria de empréstimo em 2003?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho a menor ciência disso. Teríamos que perguntar ao tesoureiro. Não sei por quê.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Sr. não é amigo do tesoureiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas não sei. A informação que tenho é que ele estava em dificuldade financeira no partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A impressão que dá – e não estou querendo envolver V. S^a – é que sobrou dinheiro de campanha que

precisava ser esquentado e, mesmo não precisando do dinheiro, fizeram esse empréstimo, e o senhor fez parte desse jogo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não fiz parte desse jogo não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não assinou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, assinei um empréstimo normal no banco, um empréstimo legal. Não faço jogo, com todo o respeito, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu acho que o senhor faz jogo. Tanto faz jogo, que o partido que não precisava de recursos deixa de pagar uma prestação, o senhor vai e paga essa prestação. Em que mês e ano o senhor pagou essa prestação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho que é 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe em que mês e ano nós estamos agora?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – 2005.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E até hoje não houve retorno desse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, até hoje ele não me pagou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ficou por conta de quem isso aí?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu quero receber, viu Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor não cobrou até agora?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas vou cobrar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, quando acabarem os contratos...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, vou cobrar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor já cobrou alguma vez?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já, já cobrei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual foi a resposta que lhe deram?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para ter paciência que ele estava sem dinheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor continua com paciência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou tendo paciência, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Até quando vai a sua paciência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Até ele pagar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E se não pagar, a sua paciência é inesgotável, interminável?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, ele vai pagar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que o senhor tenha muita paciência.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao ilustre Deputado Nélcio Dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de fazer um esclarecimento, até para que possamos nos reger e nos regular nas nossas relações aqui.

Na primeira inscrição que houve aqui, quando do questionamento do primeiro depoente, quando começou a CPI, eu fui o segundo inscrito, mas, como sou suplente e o PDT só tem dois deputados e um senador na CPI, fui lá para o fim. Esperei pacientemente e pude fazer o questionamento. Depois, quando o Deputado Roberto Jefferson estava aqui, de novo eu me inscrevi, e já deixei para me inscrever lá no fim. Fiquei de tal maneira longe, que nem cheguei lá.

Sr. Presidente, ao longo das inscrições, vejo que essa regra vale só para mim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Informo a V. Ex^a que é o último titular inscrito, depois...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixem-me terminar, Sr. Presidente, que V. Ex^a verá que tenho razão. Quero fazer o questionamento para estabelecermos uma regra. Há suplentes que se inscrevem e falam, mas eu sou suplente, me inscrevo e não posso falar. Se V. Ex^a olhar aí, verá que o eminente Deputado Henrique Fontana, por quem tenho profundo respeito, está inscrito, é suplente, e falou no nono ou décimo lugar. Outros suplentes falaram outras vezes, mas, para nós, rigorosamente, vale a lista. Para os outros vale não sei o quê.

Diante disso, gostaria de combinar a seguinte regra: falam cinco titulares e um suplente, o primeiro suplente inscrito na ordem, para que possa haver uma interação, já que os suplentes estão participando ativamente nesta comissão. Levo essa sugestão à consideração de V. Ex^a para que, quem sabe, possa definir uma regra para o próximo embate, para as próximas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sem dúvida, registro que V. Ex^a tem participado ativa-

mente. Infelizmente, tenho que dar a palavra primeiro aos titulares, que é o que farei neste momento. Logo em seguida, chamarei V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Não falará o último inscrito como titular, a não ser que o meu partido tenha me destituído hoje.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Recorro à assessoria, porque é tanta gente inscrita que acabo me perdendo.

Já havia chamado V. Ex^a, que estava ausente, mas voltarei a chamá-lo.

O SR. (Orador não identificado) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o nobre Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, aguardarei que o depoente volte.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, vou aproveitar a ausência do depoente para lembrar o seguinte. Na quinta-feira da semana passada, quando argüi aqui o Deputado Roberto Jefferson, entreguei a ele uma relação de 23 perguntas, das quais formulei nove. Ele me assegurou que, até o início da semana, iria respondê-las. O advogado dele, Dr. Barbosa, ao final da sessão, disse que até terça-feira, com certeza, as respostas seriam entregues. Quero assinalar, Sr. Presidente, que até o presente momento – hoje já é quarta-feira – ainda não foi cumprido o compromisso assumido pelo Deputado Roberto Jefferson. Quero assinalar que estou aguardando as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Marcos Valério, o senhor, no início do seu depoimento aqui, alegou que tem duas empresas, que está há vinte e cinco anos no mercado publicitário e que mais de 50% dos contratos dessas duas empresas são fechados com empresas privadas. Portanto, as receitas das empresas do senhor não têm fontes apenas públicas. Com isso, o senhor prova aqui que é um profissional da área, um profissional que, ao longo de vinte cinco anos, presta serviços na área de publicidade.

Diante disso, pergunto-lhe o seguinte: o Decreto 4.563, de 31 de dezembro de 2002 – publicado, lógico, no último dia do Governo Fernando Henrique Cardoso –, atendeu a um apelo do mercado dos agentes de publicidade, dos anunciantes, dos veículos de comunicação e dos fornecedores, motivando, assim, a criação de um conselho executivo responsável por normas-padrão. Essas normas estabelecem os limites

das relações em toda a cadeia produtiva do setor da publicidade brasileira. Então, temos um conselho que regula tudo isso.

Pergunto se o senhor conhece esse decreto? Tem conhecimento disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o Cenp, né?

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – É o Decreto 4.563.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o Cenp.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Pergunto ao senhor se as suas agências trabalham seguindo rigorosamente o que determina a legislação do setor nas suas relações com os seus clientes públicos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Trabalha dentro das normas dos clientes públicos. Muitas vezes o cliente público não aceita a comissão que o Cenp estipula. A comissão é sempre mais baixa nas agências.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – As suas empresas, então, trabalham sempre respeitando o Decreto 4.563 e, logicamente, a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – As relações das empresas de publicidade são exatamente iguais no que diz respeito aos clientes públicos e privados? São iguais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, os clientes públicos têm os seus limites, e os privados, ao contrário, apertam mais ainda os honorários das agências.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Então, a margem de lucro não é a mesma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, há uma diferença grande entre as margens de lucro, não de valores, mas em termos percentuais.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – As suas agências recebem ou receberam alguma bonificação de volume, que é uma remuneração extra, além da prevista em lei, quando tem um volume maior de negócios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sempre o que é previsto em lei. E não acompanho a bonificação de volume das minhas agências não, até porque não é meu setor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Mas existem essas bonificações de valores, e o senhor nega aqui que tenha recebido...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não nego que tenha recebido. Eu não acompanho, eu não sei. Não é do meu setor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Mas o senhor sabe que existe a bonificação de valores...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sei, sei que existe.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Em que percentual?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Eu não tenho conhecimentos técnicos para falar da bonificação de valores.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Quer dizer que o senhor é proprietário de empresas de publicidade que faturam R\$200 milhões por ano... R\$200 milhões por ano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso. Sim, senhor.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – R\$200 milhões por ano e que, na bonificação de valor, o senhor não sabe o percentual que recebe?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, porque isso é uma negociação de mídia. Eu não acompanho negociação de mídia.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sr. Presidente, eu requeiro que a Mesa, por meio de nosso requerimento, consulte os anunciantes que percentuais de bonificação de valor existem nos contratos quando eles atingem um valor maior.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a pode formalizar que vamos procurar atender.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Olha, esse valor pode chegar até 10 ou até 15%. E é um valor significativo... E aí é que pode estar, exatamente, a verdade da coisa, sem precisar de superfaturamento, sem precisar de nada...

Sr. Presidente, eu queria separar, exatamente... Existem dois fatos aqui sobre essa... sobre o nosso questionamento aqui com o Sr. Marcos Valério. Um é sobre os saques exorbitantes, de valores altos que foram feitos e, isso aí, ele terá que provar como. A outra, é exatamente se os valores contratados com as empresas públicas estão regulares... Eu queria sugerir, não apenas à Mesa, já que existe a Associação Brasileira de Agência de Publicidade – a Abap – e a Federação Nacional das Agências de Propaganda – a Fenap, que convocássemos esses dois presidentes para saber que tipo de relação têm as empresas com os seus clientes públicos, para podermos ter um balizamento se realmente os contratos feitos com a empresa DNA e a outra

empresa do Sr. Marcos Valério condizem, exatamente, com a legalidade. Ou seja, gostaria de saber se seria possível obtermos os depoimentos dos presidentes dessas empresas. Eu pergunto a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a, formalizando, iremos deliberar ou colocar para que o Plenário delibere.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Penso que os depoimentos dos presidentes, tanto da Associação como da Federação, serão por demais esclarecedores. E encerro aqui meu questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra... Senador Demóstenes Torres está presente? Não. Deputado José Eduardo Cardozo. Logo a seguir, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Estou tendo uma dificuldade de ver o depoente. Pediria à Senadora Ideli Salvatti, porque não estou conseguindo aqui... Obrigado, Senadora.

Sr. Valério, uma das grandes questões que se coloca aqui e, para a qual, infelizmente, esta Comissão não tem o material necessário, diz respeito à movimentação financeira de V. S^a. Enquanto V. S^a não esclarecer, com exatidão, esses saques em dinheiro, para onde foram, qual a razão de ser, sempre pairará uma suspeita sobre V. S^a. É importante que V. S^a tenha claro isso. E, aí, V. S^a, até agora, para mim, deixou muito obscura essa situação. A questão que quero perguntar a V. S^a, em primeiro lugar, é a seguinte: por que a empresa saca de uma conta e deposita na mesma conta e na mesma agência? Isso pode ser resolvido com uma simples operação bancária. A meu ver, isso só se faz quando se quer apagar o rastro da operação. Estou errado nisso? Por que alguém vai ao caixa, pega dinheiro e deposita em outra conta?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não é na conta da minha empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não. Mas em outra conta. Bastaria uma transferência... Por que não...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Tem que ver com o fornecedor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Com o fornecedor...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor teria condições de apontar à CPI, detalhadamente. Embora, V. Ex^a talvez terá de prestar mais conta disso na outra CPI, como disse o Deputado Gustavo Fruet. Cada um desses saques, quais foram os fornecedores e para onde foram?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Receita Federal começou esse processo dentro da minha empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas V. Ex^a não tem condição de fazê-lo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, a auditoria e a fiscalização vão esclarecer para onde foram.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas V. S^a não tem condições?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Agora, não tenho, porque...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Neste momento não. Mas, em se comprometer a entregar a esta CPMI em cinco dias, em uma semana. Não teria condições de identificar os cheques. Por quê? O que foi feito? Porque isso eliminaria as suspeitas ou as reforçaria de vez.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza eu vou preparar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, agradeceria a V. S^a que pudesse encaminhar o mais brevemente possível essa relação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – OK. Eu só peço um prazo, porque a minha contabilidade, a Polícia Federal apreendeu os computadores e os devolveram agora, recentemente. Então, nós vamos providenciar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Há uma outra questão que me chamou muito a atenção. Uma matéria publicada na **Folha de S. Paulo** no dia 29 de junho. A **Folha de S. Paulo** diz que V. S^a ...e agora não estou falando de saques. Estou falando de depósitos. É o inverso. A Receita Federal em Belo Horizonte detectou depósitos milionários, de origem não comprovada, nas contas da DNA Propaganda e Movimentação Financeira, incompatíveis com a receita da agência de publicidade. Em 2002, entraram um pouco mais de R\$106 milhões. Em 2004, superou o valor de R\$268 milhões. E, por isso, o senhor teria tomado uma multa de R\$63 milhões da Receita. Que depósitos são esses?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todos os meus depósitos são originários de faturamento e estão registrados na contabilidade. A multa, Sr. Deputado, é relacionada a CPMF. Quando eu movimento o valor total, inclusive veículos de propaganda, gráfica e tudo, eu recebo o total, a Receita quer me tributar sobre o total, e não sobre a minha receita. Por isso, a multa é de R\$63 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu quero pedir a consideração de todos que estão no plenário. Está muito barulho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, os depósitos são comprovados. O senhor tem condições de identificar exatamente quem deposita?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todos os depósitos são oriundos de faturamento, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso nós checaremos depois com os dados do seu sigilo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A própria Receita também vai fazer o relatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aliás, essa é uma das grandes dificuldades que se tem neste momento para argüir V. S^a, pois não temos esses dados em mãos. O que torna bastante difícil a situação. Talvez, V. S^a tenha de voltar em um outro momento e apresentar esclarecimentos a nós.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – OK.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor fala no depoimento da Polícia Federal que mantém relações com vários políticos. Cita vários, de vários Partidos. Eu queria mencionar alguns Deputados, alguns Parlamentares a V. S^a, para que V. S^a decline que relações mantém com eles. Que relações o senhor mantém com o Sr. Waldemar Costa Neto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, mas não mantenho relação nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca se encontrou com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para conversar, trocar idéias, não. Conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca teve nenhuma reunião com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bispo Rodrigues.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço de vista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Manteve reuniões com ele? Nunca se encontrou com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Deputado José Janene.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço. Tive no gabinete dele. É um relacionamento amistoso, mas não é...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que V. S^a esteve fazendo no gabinete do Deputado José Janene? É que está difícil a visibilidade aqui. Estamos tentando uma localização.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Eu vou pedir pela última vez a colaboração de todos. Ele está tendo dificuldade de ouvir. O orador está tendo dificuldade de falar. Isso aqui não é brincadeira. Essa é uma das reuniões mais sérias deste País. É importante que aqueles que não queiram colaborar conversem em outro local.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Deputado José Janene, eu conversei com ele sobre as campanhas políticas dos futuros candidatos a prefeito do PP.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor sempre, quando mantém contato, vai falar sobre as campanhas dos Parlamentares? É esse o assunto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É esse o assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A sua idéia é vender serviços para esses Partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. É essa mesmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quantas vezes o senhor esteve com o Deputado José Janene? Uma vez só?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, umas três vezes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sempre no gabinete dele ou em outros lugares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No gabinete dele, na Liderança, só.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Deputado Sandro Mabel.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca esteve com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca estive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Deputado José Borba.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço o Deputado José Borba da Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor já esteve com ele antes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já, já estive com o Deputado José Borba.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quantas vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Umas três, quatro vezes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Na Polícia Federal, o senhor cita, dentre os Deputados e Parlamentares que V. S^a tem contato, o Deputado José Borba.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, é verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O que V. S^a conversava com o Deputado José Borba?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também sobre campanhas políticas do PMDB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Também sobre isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E os encontros foram sempre na Liderança do PMDB?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ou na Liderança do PMDB ou no corredor da Câmara.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Deputado José Borba soltou uma nota em que ele disse que conversava com V. S^a sobre indicação de cargos no Governo. V. S^a já disse aqui que isso é mentira. Agora, ao que V. S^a atribui ao fato de o Líder do PMDB dizer que o senhor discutia com ele cargos do Governo? O senhor brigou com ele? Teve algum problema? Por que ele falou isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não tive nenhum problema. Não tive nenhuma briga com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como é que o senhor explica, então, uma nota oficial dizendo isso, se o senhor nunca conversou sobre cargos com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho, na minha opinião – vou falar com toda a sinceridade –, que, hoje, qualquer pessoa que tenha tido algum relacionamento comigo, depois que a imprensa noticiou tudo ao meu respeito, essa pessoa fica com medo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas aí, no caso, ele estaria se comprometendo. Quando ele diz que conversou com o senhor sobre cargos no Governo, ele dá uma conotação ao seu papel de que o senhor teria um poder de influência no Governo para isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, V. S^a não sabe explicar por que ele colocou...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma influência no Governo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando perguntado nesta Comissão sobre doação de campanha, eu vi que V. S^a ficou um pouco cauteloso na resposta. Pergunto, então, novamente: V. S^a já fez doação de campanha a partidos ou a candidatos, seja em dinheiro ou em prestação de serviços de qualquer natureza?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Prestação de serviços eu já fiz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Já fez prestação de serviços como doação de campanha.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De graça. Layout, criação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A que candidatos e a que partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A vários partidos e a vários candidatos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a poderia mencionar quais são?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Prefiro te mandar por escrito, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas qual é o problema?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não... Eu tenho que olhar nos arquivos. Prefiro te mandar por escrito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não lembra de nenhum de cabeça?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Virgílio Guimarães é um que eu fiz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Virgílio Guimarães foi um. Esse o senhor falou na Polícia, é verdade. Quem mais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Roberto Brant mesmo eu já fiz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Roberto Brant. Quem mais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Praticamente uma gama grande de Deputados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas o senhor poderia lembrar, por gentileza? Eu sei que o senhor lembra. É ruim o senhor fazer... O senhor cria uma suspeição sobre uma coisa que, talvez, não tenha que ter suspeição.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu prefiro te mandar por escrito, até porque eu não quero – e não é do meu estilo – criar

uma suspeição em cima de Deputados que considero muito sérios e, porque eu estou em um processo desgastante, eu expor esses Deputados a um relacionamento que, hoje, é perigoso para eles. Eu não tenho a menor intenção de macular a imagem de ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– V. S^a, como investigado, tem esse direito. Eu gostaria que nos mandassem, então, o mais brevemente possível, em 48 horas, essa relação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor, também respondendo ao Deputado Eduardo Paes, V. S^a falou que não tem nenhuma outra fiança com o PT. Não tem. Realmente não tem nenhuma outra fiança, disse isso. Também disse, pelo que entendi, que não prestou fiança a nenhum outro partido. O senhor prestou fiança, empréstimo para algum outro partido ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não prestou. Agora, chegou a dizer ao Deputado Eduardo Paes que prestou a outras pessoas. Algumas das pessoas a quem o senhor prestou fiança são dirigentes partidários ou parlamentares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nunca prestou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor conhece a empresa Jacometti & Associados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Que empresa é essa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É de São Paulo. É uma empresa de comunicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ela prestava serviços para os Correios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, prestava serviços para os Correios.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Em que período?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No período, seu não me engano, no segundo mandato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Segundo mandato de quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ela tinha sede aqui, em Brasília?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, tinha sede em Brasília.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Onde era?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era no mesmo prédio em que eu também tinha minha a sede em Brasília.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Tinha sede no mesmo prédio em que o senhor tinha, em Brasília. Era no mesmo local? Numa sala, não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, nós dividíamos o aluguel.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ah, então, o senhor dividia aluguel com a empresa Jacometti & Associados, no período em que ela prestava serviços para os Correios. E o Ministro era, então, o Pimenta da Veiga, imagino.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Perfeito.

O senhor conhece o Sr. Paulo Vasconcelos, da **Vitória Marketing**, político?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, senhor; de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ele trabalhou com o senhor já?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele já trabalhou na empresa que eu comprei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Qual a empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – SMP&B Comunicação, mas comigo nunca trabalhou. E também trabalhou na outra empresa que eu tinha comprado, a DNA Propaganda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O que ele fazia na DNA, o senhor se lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele era diretor. Na época em que ele trabalhava, eu não era o dono da empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ah, foi antes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Hoje, ele trabalha onde? O senhor tem idéia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho a menor idéia, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Perfeito.

Uma coisa que me chamou um pouco a atenção – e também gostaria de ouvi-lo – foi sobre as relações que V. S^a tem com o Sr. Luís Sales. O senhor declarou que seria da OAS, é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, ele era Presidente da OAS Construções.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Da OAS. O senhor falou que tinha relações pessoais com Luís Sales, pelo que ouvi.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, ele é meu amigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– No entanto, eu verificava agora a agenda grande – agenda da D. Karina – e via que havia inclusive uma solicitação, que não foi agendada, de uma reunião do senhor com o Sr. Luís Sales. Notei que, certa vez, no dia 11 de julho, ele foi pegar o senhor no aeroporto, e embaixo está colocada uma ida ao Banco Opportunity. Ele foi com o senhor ao Banco Opportunity naquele dia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, ele nunca foi comigo ao Banco Opportunity.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então, ele só foi pegá-lo no aeroporto e levá-lo até lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nem levá-lo. Eu que posso ter ido ao Banco Opportunity. Ele não foi comigo ao Banco Opportunity.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas está agendada uma reunião na agenda aquele dia.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Dr. Luís Sales, eu tenho certeza absoluta de que ele nunca foi comigo ao Banco Opportunity.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nem foi pegá-lo no aeroporto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pegar no aeroporto eu posso ter certeza que sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Depois, há também uma anotação de uma reunião sua com o Presidente da Casa da Moeda, o Sr. Manoel... Ele foi junto a essa reunião?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O Manoel Severino...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E por que ele está junto nessa...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei te dizer. O Manoel Severino, eu só encontrei com ele no Rio de Janeiro. O Dr. Manoel Severino eu só encontrei no Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sem o Sr. Luís Sales?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sem o Sr. Luís Sales?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sem, sem. Sem o Sr. Luís Sales, completamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor tem algum tipo de relação comercial com o Sr. Luís Sales?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. É amigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Amigo mesmo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É! Nenhum tipo de relação... Ao contrário, eu passei um final de semana...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quando ele pede para a D. Karina agendar uma reunião com o senhor, é uma reunião de amizade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu passei um final de semana em São Paulo, e ele foi ver a minha filha saltar na Hípica Santo Amaro. E ele cansou de me convidar para ir à casa dele em Campos do Jordão, se não me engano.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor conhece as empresas Sofia e Scam?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sofia eu conheço; é uma empresa que eu comprei. E Scam também conheço, também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Que tipo de serviço elas prestam?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Sofia era uma empresa de comunicação que eu comprei; e a Scam eu não sei te falar que tipo de serviço que ela presta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas o senhor não é dono dela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da Scam?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da Scam, não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem é proprietário da Scam?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não sabe?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a Sofia presta serviços de publicidade também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu incorporei ela à SMP&B e, depois, vendemos só a razão social.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Atualmente ela mantém contratos com que órgãos públicos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho a menor idéia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não tem idéia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Poderia fornecer a esta Comissão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza. Eu... Eu trago...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor sabe se é com o Governo Federal ou outro Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com o Governo Federal tenho certeza que não, porque ela é muito pequena.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Outro Governo o senhor não lembra qual é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não... Acho que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor poderia encaminhar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Outra coisa que me chamou a atenção no seu depoimento é a questão da revista **ISTOÉ**. E realmente me parece uma coisa estranha. Pelo que o senhor fala, o senhor foi informado de que a D. Karina parece que teria recebido uma oferta do repórter para prestar... para dar aquela entrevista.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não posso afirmar que é o repórter da revista **ISTOÉ**.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor recebeu informação disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu recebi informação de que era um repórter.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Depois disso, o senhor se reúne com a direção da **ISTOÉ**, e aí, durante muito tempo, a matéria não sai, vindo a sair mais tarde. O senhor chegou a pagar alguma coisa, direta ou indiretamente, para a matéria não sair?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca. Nem lhe foi feita qualquer oferta nesse sentido pela direção da **ISTOÉ**?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em hipótese nenhuma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em hipótese alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A quê o senhor atribui o fato de a matéria ter ficado tanto tempo sem sair? Ao convencimento de que não havia nada procedente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na época, era... a colocação era de que não havia nada procedente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor falou que foi avisado dessa matéria pelo Sr. Gilberto Mansur.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele trabalha para o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já trabalhou para a empresa. Ele é *freelancer*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele é *freelancer*?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Já trabalhou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como é que ele soube que havia a matéria?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho a menor idéia, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agora, depois disso, há um pagamento para ele em dinheiro. Até o Deputado Gustavo Fruet o argüiu sobre isso. O senhor pagou o quê para o Sr. Gilberto Mansur?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele é *freelancer*, ele faz serviço de assessoria jornalística...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. Mas que serviço o senhor pagou para ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Serviço de assessoria jornalística.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas qual foi o serviço específico? O senhor lembra? Porque, se ele é *freelancer*, ele é contratado para uma tarefa específica.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não lembro, porque não é do meu setor, mas com certeza é serviço de assessoria jornalística, de mídia, e serviços de...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor lembra o valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não... Não tenho... Posso olhar para o senhor na contabilidade e te mando...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu até consulto o Deputado Gustavo Fruet. Acho que foi R\$300 mil, não é isso, Deputado Gustavo Fruet? Para uma assessoria de imprensa, R\$300 mil não é muita coisa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho que olhar para o senhor o contrato dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor tem um contrato com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora, é um contrato para uma atividade específica?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É para uma atividade específica.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor lembra qual é? Não lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Jornalística...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E foi R\$300 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Eu te mando o contrato também, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu gostaria imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Cardozo, concluindo, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu sou muito disciplinado, Sr. Presidente. Tenho mais perguntas, mas me reinscreverei depois. Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Certo. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a dispõe de quinze minutos, Senador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, aí não, V. Ex^a vai ter que me perdoar. Espero que consulte a Assessoria. Chamaram-me quatro vezes, Sr. Presidente. E mais do que me chamaram, anunciaram-me como sendo o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Demóstenes Torres, o Senador Maguito Vilela fez aqui uma “melange”. Então vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. Em seguida, passo a palavra a V. Ex^a.

Deputado Pompeo de Mattos, por favor, cumpra o tempo, pois há os reinscritos e também vamos ouvir os Parlamentares que não são nem titulares nem suplentes da Comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, nosso depoente Marcos Valério, primeiro, quero fazer algumas considerações para, em seguida, fazer alguns questionamentos.

Assisti a todas as manifestações, especialmente as de lamento e de angústia do PT, o que é perfeitamente compreensível numa hora dessas. Mas é importante dizer que isto não está acontecendo por acaso porque o PT, o Presidente Lula se elegeu, e nós, do PDT, ajudamos nessa conquista. O PT ganhou e conquistou o poder. E repartiu-o com aqueles que tinham esquema. Os mesmos de sempre.

Se voltarmos ao tempo do Collor, veremos que os mesmos que estavam na CPI do Collor estão aqui. A diferença é o tempo. Mas muitos dos personagens são os mesmos. Alguns que não são os mesmos são muito parecidos no jeito de fazer, na maneira de se comportar e na dinheirama que misturaram. Essa é a verdade.

Eu me lembro do que o PT dizia, falava mal do Sarney – olha, o que se falava do Senador Sarney – falava do Jader Barbalho, do Maluf, do PP, do Orestes Quércia, do Renan Calheiros, do Roberto Jefferson. O que diziam? No entanto, foram exatamente os que se incorporaram ao Governo do PT. Toda a tropa de choque do Collor veio para dentro. Só não veio o PC porque morreu, mas veio um outro no lugar do PC, parecido com ele, com métodos semelhantes para agir exatamente como operador dentro do Governo do PT.

E aí surgiu essa questão nos Correios. O Roberto Jefferson foi pego na fita, não compreendido e não atendido no apoio de que precisava, na defesa, e acabou dizendo o que só ele sabia. E sabia porque estava junto. Sabia porque participou. Havia uma curiosidade se ele traria ou não documentos, fita gravada, CDs, DVDs, mas não trouxe. Aí se disse: ele não tem prova. Mas ele é a própria prova porque o que ele diz, pode-se conferir: tal dia, tal pessoa, tal lugar, tal coisa,

de tal jeito, de tal maneira, com tal repercussão. Se for lá, estará o corpo sangrado, com o sinal da faca, a faca do lado, as digitais, todos os dados.

Alguns dizem que mudou o esquema. É, mudou. Antes, era o esquema dos “laranjas”. O PC Faria usava “laranjas” no esquema do Collor. Agora, a moda é a publicidade, que é a “laranja” às avessas. Porque a publicidade, é bom que a gente diga muito claramente, não é uma obra. Quer dizer, não é uma ambulância que se dá o dinheiro, recebe a ambulância, está ali, fácil de conferir. Não é uma escola que se constrói, não é um hospital, não é um posto de saúde, não é uma ponte, não é uma rodovia, não é uma ferrovia. É uma coisa intangível, intocável, que é difícil de avaliar. Para uns vale cem, para outros vale 50, para outros vale dez, para outros não vale nada. E outros se locupletam. E aí se formou a corrupção.

E avanço para dizer que não consigo compreender. E aqui estão nossos colegas Deputados, e eu preciso dizer isto. Vou falar pela Câmara dos Deputados. Gastar em dois anos R\$20 milhões para propaganda da Câmara dos Deputados? Vamos ler para nós mesmos: R\$20 milhões para a Câmara dos Deputados fazer propaganda? De quem? De mim? De mim ninguém fez propaganda. E eu não conheço nenhum Deputado de quem tenham feito propaganda. E outra: a Câmara dos Deputados precisa fazer propaganda? Ela tem concorrência com alguém? Ela disputa espaço com alguém que precisa fazer concorrência? Que precisa ganhar a mídia, que precisa ganhar a opinião pública? Vinte milhões?!

Eu não consigo compreender que o Sr. Marcos Valério tenha tirado, ou vá concluir tirando dos cofres públicos R\$20 milhões da Câmara dos Deputados. Não sei como é no Senado, mas vou apresentar um requerimento requisitando esses contratos, Sr. Presidente. Isso é coisa mal havida! E está em vigor ainda! Dez milhões, doze milhões ele já recebeu. E tem mais uns 7 ou 8 milhões para receber, que quem sabe, ainda, nós suspendamos.

Eu não vi uma propaganda em lugar nenhum, dos Deputados. Onde é que tem propagada da Câmara dos Deputados? Mas o que é isso? Estão brincando com coisa séria.

Eu falava com a Deputada Luciana Genro: a Eletronorte gastou, num ano, 12 milhões em propaganda; no outro, 7; no outro, 12. Com quem a Eletronorte está competindo? Para que ela precisa de propaganda? Para divulgar o quê? O produto dela?

Então, a publicidade é o novo viés da corrupção e substituiu os “laranjas” do PC. É bom que se investigue, em todo o Poder Público, em todas as estatais, em todo o Governo, neste e em outros Governos, o

viés; o furo da bala está exatamente na publicidade. Pode escrever.

Aí, chegamos no Sr. Marcos Valério, que ninguém conhece. Eu pergunto para os Deputados do PT – eu que votei no Lula –, e ninguém conhece, ninguém sabe, a maioria não sabe. No entanto, o PT ganhou, e aquele time grudou no PT. Eu vi que o Sr. Marcos Valério nasceu com o Fernando Henrique e cresceu e enriqueceu com o Lula, no Governo do PT. Nasceu num e ficou milionário com o outro. Ajudou o PT a avalizar. Olha, para um de nós avalizar alguém... Os senhores já pensaram em quantas vezes pedem para sermos avalistas? O senhor foi avalista do PT e mal conhecia o PT! Nem era do PT. Num ano se associou com o PT nos negócios, no outro avalizou e, logo em seguida, pagou a conta. O que diria o PT se fosse um outro Partido que fizesse o que o PT fez? O PT enlouqueceria! Subiria numa árvore de ré. Subiria num coqueiro de ré.

É uma coisa impressionante, que salta aos olhos, que choca. E eu fico pensando: “Mas eu acho que vou morrer, vou doar meus olhos e não vou ver tudo”.

O senhor movimentou, em cinco anos, 1,4 bilhão – que acharam, por enquanto. Deste, quase meio bilhão sem comprovação e, nesse ano que passou, meio bilhão. O povo, lá fora, não entende. É tanto dinheiro que a gente não tem como medir isso.

Então, não é uma fraude milionária: é bilionária! O PC Farias virou ladrão de galinhas, virou um coitado diante da dinheirama, dos bilhões que aparecem agora e que a gente fica impressionado.

O senhor pagou só para um repórter, para fazer um *free lance*, 300 mil! Eu queira ser repórter nessa hora. Escutem os repórteres aí atrás: quem já ganhou 300 mil nos últimos três anos, somando tudo?

Sabe quem perguntou por você? Ninguém. Ninguém! É claro que não é lícito, que não é claro. E o senhor pagou esses 300 mil? Eu lhe pergunto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, eu acho que devo ter pago. Se o cheque saiu nominal ao Sr. Gilberto Mansur, foi.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Pagou 300 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Mas que sorte a desse repórter! Mas bota sorte nisso! Tirou na loteria.

Bom, claro que é lavagem de dinheiro, mas vamos avançar. Quero ser explícito numa questão, a da operação que o PT fez com o senhor e com o BMG: quando foi essa operação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pelo que eu acho, é 2003.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Que mês?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho a menor idéia.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Não tem idéia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho que ver o contrato.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – BMG.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a agência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A agência de Belo Horizonte; se não me engano, é Belo Horizonte.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Belo Horizonte?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se não me engano.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Se o senhor não se engana. Mas o senhor não se engana. Então, já vou dizer: vejam – os senhores podem ver – que o PT é de São Paulo. O PT está em São Paulo, as contas do PT estão em São Paulo e o PT abre uma conta em Minas Gerais?

Sr. Presidente, precisamos ter a quebra do sigilo desta conta para saber quando foi aberta esta conta. Provavelmente, esta conta foi aberta só para fazer o financiamento e, provavelmente, o financiamento foi feito com avalista, para que o avalista honrasse o financiamento, porque era a forma de transferir o dinheiro de forma indireta para os cofres do PT. Por isso, ele pagou a prestação lá do PT. Como foi a operação? Foi lá em Belo Horizonte. Onde o senhor estava quando assinou o contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estava em São Paulo quando assinei o contrato.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Aí o senhor foi lá em São Paulo, onde?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na sede do PT.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O contrato estava lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Na sede do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a assinatura que tinha no contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não lembro, Deputado.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor assinou em branco, o senhor foi o primeiro que assinou, o segundo ou o terceiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não lembro. O Delúbio estava assinado.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Delúbio estava assinado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. O resto eu não lembro.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O resto o senhor não lembra.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, provavelmente, não tinha outra assinatura, porque o senhor não lembra. Se tivesse, o senhor lembraria?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Então, tá. Se tivesse outra assinatura, o senhor lembraria. Isso equivale a dizer que o senhor após a assinatura e não tinha a segunda, e quem assinou por último sabia as assinaturas que havia.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, Deputado.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é a dedução que qualquer um, em sã consciência, pode fazer quando o senhor não tem lembrança dessa outra assinatura.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Lá em São Paulo. E aí assinou lá em São Paulo. Quando foi levado esse contrato para Minas Gerais? O senhor o levou? Quem levou? Qual é o conhecimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não levo contrato para ninguém.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não levou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Simplesmente assinei o contrato.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Como o senhor foi a São Paulo para assinar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estava em São Paulo, fui à sede do PT, na Silveira Martins...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas quem o chamou, quem ligou para o senhor, quem o instou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dr. Delúbio Soares.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Delúbio. Mas, quando o senhor foi a São Paulo, já sabia que ia assinar, ou o senhor estava lá e ele o chamou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Ele me chamou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando ele chegou no senhor e deu a “cantadinha” no ouvido para dizer: olha, sabe como é que é, para avaliar, a gente faz uns rodeios? Quando foi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Foi quando eu fui a São Paulo. Estive na sede do PT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele nem fez o rodeio, chegou: assina aqui!

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Ele me pediu o favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não conversou antes? Na hora, ele chamou? Quando o senhor foi para a sede do PT, o senhor sabia que ia lá para assinar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Chegou lá na hora e assinou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele chegou e me falou que o PT estava em dificuldades e tudo e perguntou se eu poderia avaliar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sangrou o boi vivo. Mas coloca facada nisso!

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Impressionante! O senhor pagou esse aval? Uma parcela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, paguei os juros.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os juros.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – R\$351 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os juros. O senhor disse reiteradas vezes aqui que pediu para retirar o seu nome do aval. Para quem o senhor pediu isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para o Dr. Delúbio Soares.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E ele retirou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, retirou, tanto que eu não assinei na renovação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi renovado esse contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que sim. Pelo menos, é o que eu estou vendo na televisão, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pelo o que o senhor sabe, foi renovado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pelo que eu vejo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque o senhor sabe que, uma vez assinado o contrato, o contrato é uma garantia pessoal...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...de quem tem lastro, e o senhor tem lastro. Aliás, um lastro do tamanho do mundo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, a minha assinatura não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não está mais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas no contrato anterior estava.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O original, eu creio que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E como aquele contrato não foi cumprido, pode ser executado. O senhor sabe que sim.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não. Eu não estou mais aval.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas aquele contrato está em vigor. O contrato não vence. O senhor não sabe que, enquanto não se paga, o contrato não vence?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O contrato foi renovado, que eu saiba.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a sua formação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Hein?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a sua formação escolar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho o superior incompleto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Superior incompleto. Então, o senhor deve saber, basicamente, que o senhor assinou um contrato. Enquanto não é pago o contrato, o contrato está em vigor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não sabia, Deputado. Estou sabendo agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então o senhor está sabendo agora.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor já pagou outros avais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já. De amigos meus, já paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em valores parecidos com esse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Já paguei avais. Já paguei valores...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não têm o volume desse valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já paguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa sua relação com Manoel Severino?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não é uma relação. Eu conversei com o Manoel, Dr. Manoel Severino, sobre campanhas políticas do Rio de Janeiro, e ele fazia parte do PT do Rio de Janeiro. Sobre os candidatos, candidatos a prefeitos do Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa empresa Estratégia é sua?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Coligada... Ela fez a campanha do Manoel Severino, que é o diretor da Casa da Moeda, vamos dizer, o homem que cuida da chave do cofre?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Ela não fez a campanha do Dr. Manoel Severino, não. Ela fez a campanha de uma cidade chamada Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da campanha em Petrópolis, mas onde havia interesse dele.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se havia interesse dele. Ele representava o diretório do PT do Rio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos fazer uma última pergunta. O tempo é curto e urge. O Deputado Borba, até então Líder do PMDB, disse que se encontrou com o senhor no Banco Rural, em

Brasília, no *shopping*, para tratar... uma nota para tratar de cargos no Governo do Presidente Lula. O senhor já disse que não tratou de cargos no Governo do Presidente Lula, mas o senhor se encontrou com o Borba lá no Banco Rural, no Brasília Shopping?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, não.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – A que o senhor atribui ele ter dito isso, que encontrou o senhor lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Temos de perguntar ao Deputado.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor viu essa notícia na imprensa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não vi, mas com certeza ele não encontrou comigo no Banco Rural, em Brasília.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Porque, na lista do Banco Rural, aparece o nome dele.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, ele não encontrou comigo.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Ele negou, primeiro, que o conhecia, depois admitiu que o conhecia e, depois, admitiu que se encontrava com o senhor e que se encontrou com o senhor lá no banco, porque foram lá para acertar cargos no Governo do Presidente Lula.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, não.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu encerro no tempo exato, dizendo que, obviamente, esse é um primeiro encontro de pelo menos mais dois. Quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico, e checados todos os dados das empresas do Sr. Marcos Valério, esta CPMI terá de chamá-lo novamente para fazer o confronto do que ele diz com aquilo que nós buscamos.

Finalmente, vou encaminhar um requerimento pedindo a V. Ex^a que seja feita uma acareação entre o Deputado Borba, ex-Líder do PMDB, e o Sr. Marcos Valério, porque um dos dois, com certeza, está mentindo. Um nas palavras que disse e o outro na nota oficial que emitiu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Marcos Valério, V. S^a acabou de afirmar que pagou outros avais em igual monta ou superiores. Eu perguntaria a V. S^a para quem pagou esses avais.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nem em igual monta, nem superiores. Eu paguei outros avais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a pode especificar quais as pessoas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pessoas de relacionamento particular e nada de político, nada relacionado a órgãos públicos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a: V. S^a disse que não conhece essa lista do Coaf que foi divulgada, mas disse, também, que está fazendo uma lista preliminar dentro de suas próprias empresas para saber qual foi o montante que V. S^a teria levantado. O que esse levantamento preliminar diz? O Coaf diz que V. S^a teria sacado, em valores de R\$100 mil acima, R\$20 milhões em *cash*. Há especulações de que esse valor pode chegar até a 70 milhões em *cash*, se computados os valores abaixo. O levantamento que V. S^a está fazendo em suas empresas dá uma noção do valor sacado em *cash*?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu comecei a fazer esse levantamento, porque os computadores haviam sido apreendidos pela Polícia Federal, e vim para Brasília. Ainda não tenho esse levantamento preliminar, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nenhum levantamento V. S^a tem a esse respeito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ainda não, Senador. Mas assim que eu tiver, eu encaminharei à Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a disse que fez saques para pagar fornecedores, pagar artistas, mas esses saques acontecem praticamente todos os dias. V. S^a tem também artistas para pagar sempre que vem a Brasília?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não pago artistas em Brasília.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E fornecedores? V. S^a tem fornecedores para pagar todos os dias em *cash*?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aqui, em Brasília, fizemos uma reforma na sede da empresa e fizemos, também, uma reforma na sede da DNA – duas reformas. Eu paguei alguns fornecedores sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a, só para repetir: qual o valor que V. S^a recebeu da Câmara dos Deputados na gestão anterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se não me engano, oito milhões e oitocentos, se não me engano, brutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A Câmara tem rádio, tem TV, tem sua própria agência de produção de notícias. V. S^a poderia especificar quais serviços fez para a Câmara dos Deputados que justificassem o pagamento desse valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como não é minha área, posso te mandar por escrito, também, todas as planilhas que foram feitas, de mídia, também de *layout*, de pesquisa para a Câmara. Mandarei tudo por escrito, estipulados os valores, para conferência, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a fez campanha agora para o Deputado Greenhalgh?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz, sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quanto V. S^a recebeu do Deputado Greenhalgh para fazer essa campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Tenho que verificar dentro da empresa. Não sei o valor exato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não sabe isso nem aproximadamente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sei, sinceramente, porque não acompanhei a campanha do Deputado Greenhalgh.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esses valores que V. S^a sacava, R\$200 mil, R\$300 mil, V. S^a saía carregando esses valores da agência bancária? V. S^a mesmo que carregava isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem carregava esse...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, estou lhe falando. Raramente eu sacava dinheiro. Ou era um departamento especializado dentro da empresa ou era um fornecedor... Eu raramente sacava dinheiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quando V. S^a sacava, como transportava esses valores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Num envelope do banco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, os saques feitos por V. S^a sempre foram saques de valor diminuto, ou eram saques maiores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, saques de valores normais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quais são esses valores normais? V. S^a poderia especificar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho esses valores estipulados, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a: V. S^a disse que não se encontrou, no ano passado, com o Deputado Roberto Jefferson. Confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confere.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a falou com ele este ano.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confere.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas falou sobre campanhas políticas. Este ano, não temos campanhas políticas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confere. Falamos sobre as campanhas políticas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pretéritas ou futuras?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... as campanhas que tinham acontecido, falamos sobre os prefeitos que ele tinha eleito e falamos sobre como iria acontecer a candidatura para o Governo do Estado de São Paulo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a depôs na Polícia Federal sobre o Banestado, não depôs?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor, com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual o teor do depoimento? V. S^a falou lá sobre o quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não lembro o teor do depoimento, mas a cópia já está aí na...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a foi à Polícia Federal e não sabe o que depôs lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Faz tempo, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É hábito de V. S^a depor na Polícia Federal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não é hábito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mesmo assim não se lembra do depoimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, com certeza eu não me lembro. Faz muito tempo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual o relacionamento que V. S^a tem com o Deputado Mentor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estive com o Deputado Mentor algumas vezes conversando sobre a eleição, em Americana, do candidato chamado Mentorzinho, que é irmão dele. Também conversei sobre a eleição em Casablanca e em Marília. Basicamente foi isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a voou junto com o Deputado Mentor num avião do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a esteve com ele quantas vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Umas três ou quatro vezes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria, num levantamento feito pela assessoria da Casa, chega-se à conclusão de que a agência DNA foi a que mais cresceu de 2003 para 2004, algo em torno de 203%. Ficou em primeiro lugar, à frente da África, de Nizan Guanaes, e do Duda Mendonça. A Young and Rubbican, a maior do Brasil, cresceu 63%. A que V. S^a atribui esse êxito profissional – V. S^a já disse que está no mercado há muito tempo – , esse crescimento extraordinário, especialmente no ano de 2003 para 2004?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Essa informação já foi corrigida, se não me engano. A minha não foi a que mais cresceu, não. A minha agência está em vigésima segunda. A primeira continua sendo a Young. Essa matéria já foi corrigida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não estamos dizendo que a de V. S^a seja a maior. No ano de 2003...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, não. Já foi corrigida numa nota que ele soltou na imprensa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. S^a: o Deputado Roberto Jefferson falou que V. S^a entregou a ele uma mala de dinheiro. Isso V. S^a disse que é mentira. Confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confere.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a também desmente a informação que o Emerson Palmieri deu. Confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confere.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja, ele também mentiu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O motorista Alexandre Chaves Rodrigues, se sacou R\$250 mil, não foi também pelas mãos de V. S^a. Ou seja, é também uma mentira essa informação. Confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço o motorista.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas esse recurso não chegou. O que foi veiculado é mentira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza. Nem conheço o motorista.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Manoel Severino dos Santos, que foi Presidente da Casa da Moeda, e com quem V. S^a teve encontros, está nas anotações da agenda da Karina, e lá está: “Ligar Manoel Severino. Delúbio. Urgente”. Essa informação também não procede, porque V. S^a só falava com ele sobre cavalos, não é verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com quem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com o Manoel Severino dos Santos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Manoel Severino é o Presidente da Casa da Moeda, e nós conversamos sobre campanha política no Rio de Janeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, essa ligação com Delúbio também é inverídica? Não confere?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É inverídica. Não confere.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esse encontro com o Deputado José Dirceu, então Ministro, para liberar recurso para o PT, por meio de empréstimo do BMG, também não é verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Também o que o José Borba disse a respeito de discutir com V. S^a sobre cargos é mentira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E a revista **Veja** também mentiu, porque V. S^a disse que só exemplificou a respeito de bois, não disse que comprava bois com dinheiro em espécie. É mentira?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Procede. É verdade. O senhor está fazendo afirmação verdadeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. Eu perguntaria a V. S^a: a que atribui essa onda de achaques, de incômodo a sua dignidade? Há diversas fontes, desde jornalistas, políticos, técnicos.

Por que todas essas pessoas, agora, resolveram fazer contra o senhor uma verdadeira campanha injuriosa, difamatória e caluniadora? A que V. S^a atribui esse fato de tantas pessoas, ao mesmo tempo, estarem imputando, neste momento, agora, a V. S^a essas práticas que V. S^a está afirmando? São práticas mentirosas. V. S^a não fez, não praticou esses atos. Por que, todos, em diversos momentos, e agora em diversas situações, estão atribuindo a V. S^a essas mentiras, essas ignomínias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas coisas: primeiro, os meus depósitos; vão ser comprovados via notas fiscais que estão dentro da minha contabilidade e vão ser comprovados via Receita Federal. Os saques vão ter que ter origem, porque senão a Receita Federal vai me enquadrar em lavagem de dinheiro. O assunto de cargos no Governo, eu nunca, nunca e nunca tratei com ninguém, até porque eu não tenho esse poder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Todo mundo, então, aqui, está faltando com a verdade com V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Alguns. Para alguns interesses, não é, Senador? Alguns interesses.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. S^a pode dizer quais são esses interesses?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Cada um é um, individual. Eles devem saber.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes. Após S. Ex^a, falarão o Deputado Carlos Sampaio e o Senador Romeu Tuma. Só então começarão as inscrições, que terá três minutos de duração. Em seguida, falarão os não-membros da CPMI: o Senador Pedro Simon, o Deputado Moroni Torgan, o Deputado João Fontes, o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado José Rocha, o Deputado Givaldo Carimbão, o Deputado Jorge VI e a Deputada Laura Carneiro.

Estamos aguardando o depoente por alguns minutos.

Com a palavra o Deputado paraense, Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Antes do retorno do depoente, eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Deputado Pompeo de Mattos. Quando ele fez a sua inquirição, tentou vincular o PMDB, através do Líder Borba, de ter mantido um encontro com o depoente no Banco Rural. Nem na nota oficial do Líder Borba, nem nas suas declarações à imprensa.

sa, em momento algum ficou claro que esse encontro dele com o depoente foi no Banco Rural. O que ele afirma é que encontrou com o depoente e com alguns líderes partidários para tratarem inclusive sobre cargos no Governo. Mas não disse em momento algum que esse encontro foi no Banco Rural. Porque o que se pretende vincular imediatamente é a imagem do meu Partido, do nosso Partido, Deputado Osmar Serraglio, ao “mensalão”. É o que se quer fazer, e eu não concordo, porque em absoluto o próprio Deputado Roberto Jefferson foi taxativo ao enumerar quais os partidos que participaram do “mensalão”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal, V. Ex^a pode começar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, companheiros Deputados, Srs. Senadores, o depoente tem demonstrado, ao longo dessa maratona que é o seu depoimento, e já se vão tantas horas, uma frieza espetacular e conhecimento da matéria, que ele domina com absoluta competência. Mas, na realidade, tem deixado que parem muitas dúvidas a respeito de sua participação nos dois governos, no passado e no atual. Porque V. S^a declarou que, em 1996, tinha uma firma. Parece-me que era a SMP&B. Não é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E que essa firma estava quebrada, usando a sua expressão, falida. E que V. S^a admitiu um novo sócio. Quem era esse novo sócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi criada uma empresa nova, e esse sócio entrou nessa empresa nova, chamada SMP&B Comunicação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A anterior era Publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era SMP&B Publicidade, que depois se transformou em Solimões Publicidade ou Propaganda.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, muito bem. Então, essa empresa, que em 1996 estava quebrada, a partir de 1999, deu um salto astronômico. Foi a partir do momento em que a sua empresa começou a negociar com o Governo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Ela teve contas do Governo sim, senhor. Mas ela foi também adquirindo clientes na iniciativa privada, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas o alicerce... É difícil termos a visão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria silêncio, por favor. Já estamos com muitas horas. A reunião precisa fluir.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A indagação é a seguinte: V. S^a começou a negociar com o Governo e também com particulares, mas o verdadeiro alicerce para esse salto espetacular da sua empresa quer me parecer que proveio das negociações com os governos, com o poder público. Foi a base maior das suas receitas em 1999, em 2000, em 2001, ou foram as entidades privadas com que V. S^a negociou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, ficava mais ou menos meio a meio. Acompanhava um crescimento normal da empresa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Hoje, V. S^a tem várias empresas, certo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a participa de todas elas ou são interpostas pessoas que dirigem, que constituem as empresas, e V. S^a as administra por procuração?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Duas empresas têm a presença da minha esposa, a Renilda: a SMP&B e a DNA Propaganda. Na Multiaction tem a minha presença física; e, na Estratégia, a minha presença física também.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Presença física?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Assinatura. No meu nome. Desculpe-me, eu não soube me expressar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas V. S^a consta do contrato social como sócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Consto do contrato social.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, em uma delas, o dirigente é o Sr. Cristiano de Mello Paz.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Cristiano é o Presidente da SMP&B Comunicação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O que significa que, pelos atos praticados em nome dessa empresa, ele é o responsável civil e criminalmente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os sócios, não é?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É solidária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, solidária.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Responsabilidade solidária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a falou que sua esposa exigiu que ela fosse a dirigente, digamos assim, ou constassem em nome dela nas duas empresas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Seria insegurança? O que seria isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não. Foi só... Como eu tive uma disputa acirrada com o meu ex-sócio, eu saí; e, depois, transferi para a minha esposa. E depois, assim, com toda a liberdade, desculpe-me, não é para, não estou aqui para fazer *marketing*, eu ia ter um problema de relacionamento. Então, preferi não mexer, voltar para o meu nome.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – De relacionamento com quem? Com a sua esposa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com a minha esposa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Isso é ruim. Muito ruim. Quando a coisa começa ruim dentro de casa, lá fora não vai bem. Mas, lá fora, foi muito bem, parece.

V. S^a participou, por meio de suas empresas, ou das empresas de sua esposa, de várias licitações do Governo anterior.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Poderia enumerar quais essas licitações? Com que órgãos? Com que Ministérios? Com que estatais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De quase todas que tinham licitações públicas nós entramos. A que a gente se qualificava, a gente entrava. As duas empresas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sabe, aproximadamente, quantas venceu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Banco do Brasil, Eletronorte e Ministério do Trabalho. Sendo que o Ministério do Trabalho e o Banco do Brasil a gente já atendia, aproximadamente, o Banco do Brasil há doze anos, e o Ministério do Trabalho há dez anos. E o Ministério dos Esportes, dentro da SMP&B Comunicação.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, os contratos com o atual Governo são aqueles do Governo anterior, prorrogados.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Alguns sim, outros nós ganhamos nova-

mente. Com o Banco do Brasil é um exemplo disso. E os Correios também é um exemplo disso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a pode estabelecer um comparativo entre os valores dos contratos com os órgãos do Governo anterior e com os órgãos do Governo atual?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É mais ou menos proporcional o faturamento. A diferença é pouca de um valor para o outro, o global.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para mais ou para menos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para mais e para menos. Mas eu já passei esses dados todos para o Relator. De cabeça, eu não os tenho.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas a quê V. S^a atribui essa oscilação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Investimento, perda da moeda, outra realidade na época. Acredito que é isso, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em nenhum caso há aumento de serviços?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Teve aumento de serviço, sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E os aditivos? Também eram celebrados no Governo anterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante deixar claro, e é muito boa essa pergunta de V. Ex^a, é importante deixar claro que todos os aditivos que aconteceram foram em função de serviços efetivamente realizados. Serviços efetivamente comprovados. Não foram aditivos feitos por fazer, não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E estavam previstos no contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Previstos no contrato e dentro da lei.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a já entregou isso ao Relator?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tudo; tudo para o Relator.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Já?

De 1999 a 2005, segundo os informes dos órgãos da imprensa, as empresas de V. S^a movimentaram R\$ 900 milhões. É isto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quanto?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Noventa milhões de reais.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De 99 até...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – A 2005, até agora.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De faturamento bruto que o Senhor está falando?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É o que consta nos jornais, na grande mídia.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que, em termos de governo, é só pegar Sicaf – não é assim que se chama o órgão? – e pegar todo o faturamento; e eu também tenho grande parte de faturamento da iniciativa privada. Do Governo é fácil levantar, é só pegar no Sicaf e ver quanto eu faturei de 99 até 2005.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, requeiro que seja procedido esse levantamento, como, aliás, citado pelo depoente.

Agora, qual o percentual desses R\$900 milhões proveniente de contratos com o Poder Público?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vamos pegar o ano-base de 2004 na SMP&B. A proporção seria de 20% provenientes de órgãos públicos. Na DNA seria, mais ou menos, meio a meio, 50 a 50.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Por que esta diferença entre a DNA e a SMP&B?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma tem mais a iniciativa privada, a outra o peso das contas é maior, e aí a iniciativa e as entidades públicas se equilibram. É questão de carteira de uma e de outra.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor informou que tem curso Superior incompleto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, é verdade.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas exerce a função de publicitário.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o rótulo que me deram nos jornais, mas prefiro ser chamado de empresário.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Empresário. Mas não haveria uma exigência legal para que V. S^a constasse nesse contrato como publicitário?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não consto como publicitário no contrato social, tanto que o meu sócio, o Sr. Cristiano Melo Paz, que é o presidente, é engenheiro elétrico. Creio que não. Mas há um outro sócio que é publicitário.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a é pecuarista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca! Não sou.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Como explicar a compra de 44 mil bois – noticiado – para justificar os saques em dinheiro para pagamento a eventuais compras de gado? Estou falando aquilo que li na imprensa; V. S^a tem todo o direito de negar, confirmar ou justificar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu nunca comprei 44 mil bois, não sou pecuarista e, como já respondi, foi um processo de mal-entendido na reportagem da revista **Veja**.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E as fazendas que foram mostradas na imprensa, no interior da Bahia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um momento, por favor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a me concede? V. Ex^a me concede para uma questão de ordem? (Pausa.)

“Art. 14, III do Senado Federal, combinado com os arts. 50, § 3º, e 57, VII do Regimento da Câmara, que trata sobre a matéria... Não me entendo, Sr. Presidente, como uma deputada de 2ª classe. Não entendo por que os parlamentares não-membros da Comissão só poderão falar depois da segunda inquirição dos parlamentares membros. Isso fere, no meu entendimento – V. Ex^a é o mestre da Mesa –, o art. 57, VII da Câmara dos Deputados, que diz:

VII – durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros e Líder, durante quinze minutos improrrogáveis, e, por dez minutos, Deputados que a ela não pertençam...”

Combinado com o que diz o § 3º com o art. 50:

“§ 3º O Deputado poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão de que não seja membro.”

Combinado com o art. 14 do Senado, que diz:

“Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

(...)

III – na discussão de qualquer proposição (art. 321), uma só vez, por dez minutos;”

Não entendo, Sr. Presidente – desculpe-me, entendendo V. Ex^a. Os Deputados que não fazem parte da Comissão são Deputados também. Eu não me sinto como de segunda classe. Portanto, não entendo por

que as pessoas podem reinquirir antes que eu tenha a oportunidade de inquirir. Acho justo que todos possam reinquirir, mas que, antes, todos os Srs. Deputados possam fazer as suas perguntas.

É a questão de ordem que levanto a V. Ex^a, na medida em que o Regimento Comum não trata da matéria, apenas o Regimento da Câmara e o do Senado, muito levemente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Laura Carneiro, V. Ex^a foi muito clara na sua exposição, mas nós adotamos, como uma praxe a seguir, desde o início dos trabalhos da CPI, e como já aconteceu em outras CPIs, ouvir os titulares, os suplentes e, depois, os não-membros. Essa é a lógica que nós estamos seguindo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, não estou falando que V. Ex^a não deva ouvir primeiro os titulares, os suplentes, que são membros, e depois os não-membros. Mas quanto aos Deputados não-membros poderem apenas perguntar após a reinquirição dos Deputados membros, é dizer que não somos – os não-membros – Deputados também.

Sr. Presidente, participei da CPI do Narcotráfico, da CPI da Exploração Sexual, enfim, de umas dez CPIs. Todas tiveram sucesso, mas não vi, em momento algum, nada parecido, inclusive na CPMI presidida pela Senadora Patrícia Saboya.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Mesa analisará a colocação de V. Ex^a, Deputada Laura Carneiro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, tenho o maior prazer em ouvir a Deputada Laura, mas, desta vez, perdi dois minutos e meio, que peço que V. Ex^a me assegure.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tenho o maior prazer em ouvi-la, Deputada. Apenas estou pedindo à Presidência que me assegure os dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Reitero a V. Ex^as o adiantado da hora e a necessidade de sermos absolutamente objetivos.

Deputados Asdrubal Bentes, V. Ex^a tem dois minutos e meio para concluir.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Com a palavra o depoente para responder à indagação que fiz.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, na época, o meu sócio ainda era vivo, o Dr. Daniel de Freitas, e um corretor nos ofereceu, ele achou o preço adequado e nós compramos essa fazenda. Passo às mãos do Relator todas as documentações dessa fazenda, todos os laudos e os mapas dela.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, ainda segundo a mídia, as pessoas que estão nas fazendas nem o conhecem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza não, Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E nem sabem que a fazenda lhe pertence. Como o senhor justifica isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu comprei na época... Perdão. As empresas compraram na época essas fazendas do corretor e dos representantes e procuradores, e eles apresentaram toda a documentação jurídica, toda a documentação técnica das fazendas está ali. Eu não sei quem era esse... se esse representante... essas pessoas que saíram nos jornais.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Muito bem. V. S^a levou os quatro milhões ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não levei, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E o seu relacionamento com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito superficial. Eu me encontrei com ele apenas duas vezes este ano.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Apenas neste ano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a fez campanha de Partidos ou de candidatos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Através de suas empresas ou como pessoa física?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não fiz.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a conhece o Sr. Manoel Severino?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço sim, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O relacionamento é de amizade pessoal ou de negócios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nem amizade pessoal, nem negócios. Nós conversamos sobre as campanhas a prefeito do Rio de Janeiro, e ele representava o diretório do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pelo visto, V. S^a tem um interesse muito grande nas campanhas a prefeituras do Brasil todo, porque já o ouvi conversar sobre campanhas a prefeituras da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro. Que interesses seriam esses para tanta conversação com os candidatos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para fazer as campanhas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Para fazer as campanhas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E, futuramente, também, conversar com os prefeitos eleitos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Chegou a firmar contratos com algum?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não cheguei. Nas campanhas, eu fiz, sim, senhor.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pode dizer quais foram?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz três campanhas: Osasco, São Bernardo e Petrópolis.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Todas com o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todas do PT.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio e, depois, o Senador Romeu Tuma.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nobre Relator, Sr. Marcos Valério, pelo que pude inferir da leitura do seu depoimento na Polícia Federal, o senhor, de 96 para cá, foi dono da SMP&B Publicidade, depois transformou-a em Comunicações, depois criou a empresa Grafite, depois a empresa 2S Participações; depois a empresa DNA, depois a empresa Solimões Publicidade, depois a empresa JVN, depois a empresa Brastelecom; depois a empresa Brastv; logo em seguida a empresa Presec...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Presépio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...depois a empresa Target Representações, depois MG5 Participações e, por fim, a empresa Estratégia.

Pelas minhas contas, V. S^a abriu 14 empresas nesse período em que atuou como publicitário. Está correta a minha afirmação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor cuidava de que área dentro das agências?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Área comercial.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Confesso a V. S^a que eu ousaria dizer área de criação, porque, em um período de três ou quatro anos, V. S^a criou 14 empresas novas. Isso é normal no mercado de agência de publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Essas empresas, eu expliquei cada uma.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ouvi, inclusive muitas delas o senhor montou para um determinado fim e, em seguida, fechou a empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Acho que não é um procedimento normal, por este motivo fiz a pergunta.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpe, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a justificou a mudança do nome da sua empresa a SMP&B Publicidade para SMP&B Comunicações, alegando que o então sócio capitalista, o Sr. Clésio, não queria assumir as dívidas. Está correta a afirmação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quando o senhor fez esse movimento de modificação do nome a SMP&B Publicidade, o senhor transformou em empresa Solimões. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Refis foi criado quando o senhor ainda tinha a SMP&B Publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E o senhor transferiu, imagino, grande parte dos clientes como o senhor acabou de afirmar, agora há pouco, que a empresa Solimões ficou tão-somente com clientes para pagar o Refis.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então o senhor, na verdade, tirou grande parte do patrimônio e das cotas de clientes, porque a empresa sobrevive de clientes. Então, os clientes da SMP&B Publicidade migraram para a SMP&B Comunicações.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, a empresa estava praticamente sem clientes, pelo grau de endividamento, pelo grau de Sersa e pela falta de crédito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, eu digo com relação a SMP&B Comunicações.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quando nós criamos a SMP&B Comunicações, a Publicidade estava praticamente sem clientes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ok. Porque existe uma norma dentro da possibilidade de se fazer o Refis que, se houver qualquer desvirtuamento do faturamento, isso implica em dissolução do Refis e, portanto, o Refis seria desfeito.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza. Mas não é o caso, ela já estava sem crédito e os clientes já estavam indo embora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirmou, aqui, que entre 1996, 1997 e 1998 procurou pelo sócio capitalista, o Sr. Clésio. Afirmou, ainda, nesse período, que, logo depois em que ele ingressou, entrou com uma ação contra V.S^a, solicitando uma quantia de R\$6 milhões. Está correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Procede.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirmou, ainda, que para não prejudicar a empresa, nesse momento, transferiu as cotas para sua mulher. Isso é fato, foi nesse momento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Código Civil prevê a figura da simulação: todas as vezes que você transfere para evitar que o ônus caia sobre você, essa figura chama-se simulação e, portanto, esse ato é nulo.

Solicito ao Sr. Presidente que comunique ao Ministério Público e dou ciência aos nobres advogados que, a partir do momento em que o senhor transfere a sua cota para sua esposa e, suponhamos, ao final desse procedimento, o senhor venha a se envolver com a prática de um ato ilícito, o senhor teria que responder por isso com o seu patrimônio pessoal. Quando o senhor transfere o seu patrimônio para sua esposa, comete um ato de simulação e, portanto, essa transferência é

nula. Acredito que, inclusive, Sr. Presidente, não só o Ministério Público, mas a própria Receita deve ser comunicada. Apenas para registro, Sr. Marcos Valério.

V. S^a disse que prestava serviços ao poder público desde a época do Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Afirmou que o contrato com a Eletronorte foi com Fernando Henrique Cardoso; afirmou que o contrato com o Ministério do Trabalho foi firmado há mais de 10 anos; afirmou que o contrato com o Banco do Brasil é de 1994. Afirmou que seu contrato com o Ministério dos Esportes também é da época do Presidente Fernando Henrique. Estou correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só que V. S^a acaba de me afirmar – e afirmou também no seu depoimento à Polícia – que a empresa de V. S^a estava praticamente falida. E, pelo que sei, naquela época, devia aproximadamente, quando do ingresso do Sr. Clésio, R\$14 milhões.

Eu faço essa afirmação pelo seguinte: V. S^a disse, em seu depoimento: “A empresa SMP&B Publicidade se encontrava em grandes dificuldades financeiras”. Continuando: “que, no ano de 1999, o Dr. Clésio Andrade moveu uma ação de cobrança em face do declarante, que, para evitar prejuízos maiores para a empresa, resolveu substituir seu nome nos contratos sociais pelo nome da sua esposa”.

É fato isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A SMP&B Publicidade estava com grande dificuldade financeira, e, sem querer errar, acredito que o débito era maior do que R\$14 milhões.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas o senhor disse que, quando passou para a SMP&B Comunicações, também tinha poucos clientes.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estávamos começando a levantar a SMP&B Comunicação, ela não tinha nenhum débito, e estávamos começando a criar uma nova cultura de clientes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sem nenhum trocadilho, Sr. Marcos Valério, perdoe-me, mas posso afirmar aqui que a estrela brilhou para V. S^a realmente no início do Governo Lula? Até então, V. S^a era um empresário, tinha uma agência ou várias agências de publicidade, mas não dispunha de numerário. Esses numerários apareceram, coincidentemente, depois de 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, com todo o respeito, esse numerário vem aparecendo com o trabalho durante os anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a acabou de confirmar o que eu disse: até 1999 ou 2000, sua empresa estava endividada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A antiga SMP&B Publicidade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, depois eu perguntei a V. S^a: “e a SMP&B Comunicações?”

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela estava começando...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Quase não tínhamos clientes” – afirmação de V. S^a.

O SR. MARCOS FERNANDES VALÉRIO DE SOUZA – Justamente. Ela estava começando a levantar, mas endividada não estava.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Bom, mas realmente a estrela brilhou para V. S^a a partir de 2002?

Aliás, faço aqui um registro: corrigindo os dados, o senhor disse “que a informação não procede, que sua empresa teria crescido 200%, que isso já foi inclusive corrigido por jornais e revistas do seu meio, da mídia”.

Eu trago aqui alguns dados interessantes, dados esses não contestados e publicados no jornal **Meio & Mensagem**, que é um jornal que recebe todas as empresas de agências de publicidade:

– de 2002 para 2003, a empresa de V. S^a – início do Governo Lula – cresceu 80%, pulando de 40º lugar para 30º lugar;

– de 2003 para 2004, a DNA mais a SMP&B aumentou seu faturamento em 53%, saltando de 30º lugar para 22º lugar.

É correta essa informação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, V. S^a, de 40º lugar, em 2002, pulou para 25º lugar, em 2004 – um grande avanço – , no Governo Lula?

O senhor se refere a contratos firmados por sua empresa no Governo anterior, mas, coincidentemente, quando do Governo Fernando Henrique, não se teve notícia, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, de que V. S^a teria tido qualquer tipo de relacionamento com o tesoureiro ou o presidente do PP, com o tesoureiro ou o presidente do PL, com o tesoureiro ou o presidente do PTB, e muito menos com o tesoureiro do PSDB.

Procede a informação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tive relacionamento, no Governo passado, com muitos Deputados. E não vejo crime...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito pelo contrário.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...eu ter ganhado as licitações legais, e com toda a dignidade, no Governo Fernando Henrique. Mas eu tive...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Marcos, não estou me referindo a licitações. Não adentrei esse tema ainda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas tive relacionamento com vários Deputados, e esses Deputados tiveram vários cargos no Partido.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Marcos Valério, não é essa a minha colocação. O senhor tinha contratos na época do Governo Fernando Henrique Cardoso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Procede.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A pergunta que faço a V. S^a é se naquela época V. S^a tinha contato com tesoureiros ou presidentes dos partidos: PTB, PL, PP, PMDB ou PSDB. O tesoureiro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tesoureiro, não. Deputado, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Era essa a minha pergunta. Tesoureiro.

No entanto, já neste Governo...

Sr. Presidente, pediria um pouco mais de silêncio, para que eu pudesse formular os questionamentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já neste Governo, do Partido dos Trabalhadores, é notório, e V. S^a mesmo confirmou aqui, o seu relacionamento com o tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor conhece e teve relacionamento, mesmo que superficial, com o tesoureiro do PTB, o Sr. Emerson Palmieri. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas, na época, ele não me apresentou como tesoureiro não. Ele era presidente de uma fundação e diretor de uma empresa chamada Embratur.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito. O senhor também teve relacionamento com o Sr. Jacinto Lamas – e aqui não vai nenhuma ironia com relação ao sobrenome Lamas – , tesoureiro do PL. O senhor teve esse relacionamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Eu fiz o estudo de marca do PL.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele acabou de informar ao jornal **Correio Braziliense**, numa entrevista que deu, depois de ter negado, que esteve por dez vezes no Banco Rural do *shopping* de Brasília, encontrando-se com V. S^a. Procede essa informação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comigo, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu faço essas ponderações, Sr. Presidente, para fazer alguns registros que acho importantes.

Primeiro, o objeto da investigação aqui é a relação do investigado com o Partido dos Trabalhadores e com Partidos da Base do atual Governo e não do governo passado. Neste Governo, do PT, que é o Governo investigado, V. S^a passou a ter e manter relações pouco claras, para não dizer obscuras, com os Partidos aliados. Neste Governo, pela primeira vez, ouviu-se falar do tal esquema mensalão, do qual V. S^a é acusado – e evidentemente tem todo o direito de se defender. E, por fim, neste Governo e somente neste Governo, tem-se notícia de que uma empresa de um publicitário que tenha contrato com empresas públicas dê aval para um empréstimo de um Partido, que é justamente o que governa o País e que tem o Presidente da República. V. S^a acha normal, como empresário, dono de agências que tinham contratos com empresas públicas, ser avalista de um Partido, que é justamente o que governa o País? V. S^a acha eticamente correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O aval foi-me pedido pelo meu amigo, a pessoa com quem eu tinha relacionamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor deu um aval para o Partido dos Trabalhadores, independentemente do Delúbio ter ou não pedido ao senhor. Estou perguntando se o senhor acha eticamente correto, sabendo que tem contratos com empresas estatais.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me beneficieei desse relacionamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não entendi.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me beneficieei desse relacionamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor não se beneficiou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – OK. O aval de V. S^a foi dado em 2003.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aliás, no início de 2003, e por mera coincidência, Sr. Marcos Valério, em julho de 2003, iniciam-se os processos licitatórios do Governo Federal. E, nesse segundo semestre, as empresas de V. S^a ganham as contas do Banco do Brasil e dos Correios. Foi no segundo semestre de 2003?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, a do Banco do Brasil foi.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E a dos Correios também.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A dos Correios também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, no primeiro semestre, o senhor deu um aval de 300, um aval num contrato de empréstimo de R\$2 milhões.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei se é o primeiro semestre, Deputado. Tem que ver a publicação do contrato.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Talvez tenha sido mera coincidência.

O senhor sabe se esse dinheiro que o Partido dos Trabalhadores lhe pediu que avalizasse foi para adquirir uma nova sede para o Partido?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho a menor idéia, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor ainda não cobrou esse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O empréstimo quem tem que cobrar é o banco.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por último, o senhor disse que contabilizou na sua conta pessoal esse empréstimo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é na minha conta pessoal, não. É na conta da minha empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor deu aval como pessoa física? Quem pagou a primeira parcela de juros foi a empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, distribuição de lucros. Eu pedi uma antecipação de distribuição de lucros.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa de V. S^a, deixe-me entender, pagou...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ... um aval pessoal do senhor dado para o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pagou os juros: R\$351 mil. O empréstimo, que eu saiba, é o Partido que vai pagar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o senhor diz que não se beneficiou, mas a sua empresa, quando pagou a primeira parcela, teve ciência clara de que estava pagando uma parcela de juros para o Partido dos Trabalhadores, justamente o partido que preside o País – presidência a que estão submetidas duas empresas, Banco do Brasil e Correios, cujas licitações relativas a publicidade o senhor veio a ganhar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, a empresa fez o depósito direto na conta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu tenho mais duas colocações.

O senhor disse que recebe R\$ 30 mil da SMP&B por mês?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Disse.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só gostaria de saber a que título, já que o senhor não é sócio da empresa, é tão-somente marido da dona. O senhor tem algum contrato de prestação de serviços?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho, eu trabalho para a empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem contrato de prestação de serviço como pessoa física...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho, está lançado na contabilidade da minha empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não me refiro à contabilidade. Eu quero saber se está na Junta Comercial.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não está na Junta Comercial.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Em algum local o senhor juntou esse contrato? Eu peço que o senhor entregue à Mesa esse contrato que foi feito.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O contrato da SMP&B está aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, refiro-me ao contrato de V. S^a, contrato que foi feito para justificar o recebimento de R\$ 30 mil por mês. O senhor recebe a que título esse dinheiro, já que é sua esposa a dona?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha esposa é que é dona.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E o senhor disse que recebe R\$ 30 mil por mês. A que título?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Honorários, eu trabalho para empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então o senhor tem um contrato com a empresa, como pessoa física, Sr. Marcos Valério? A minha pergunta é muito objetiva.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu também vou ser bem objetivo: eu vou pedir para olhar na minha contabilidade de que modo eu recebo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, o senhor não sabe sequer a que título recebe R\$ 30 mil por mês? Aliás, coincide com o valor do chamado “mensalão”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, o tempo de V. Ex^a já se esgotou e eu gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu vou concluir fazendo duas perguntas.

V. S^a disse que sempre que esteve com pessoas dos partidos o fez para conversar sobre campanhas; esteve com José Borba para conversar sobre campanhas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Procede.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Fez alguma campanha para o PMDB em nível municipal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Esteve com o PL para falar sobre campanhas? Fez alguma campanha para o PL, em nível municipal, no País?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz o trabalho para o PL de marca, mas não fiz campanha para ele.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nenhuma campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor esteve com o ex-Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, por quem, aliás, tenho o mais profundo respeito? O senhor fez alguma campanha para o PT em algum município do País?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz Osasco e São Bernardo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu tenho em mãos um contrato... Diz que a licitação que o senhor teria ganho por habilitação em Osasco, agora no mês de junho... A licitação foi cancelada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não ganhei a licitação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, o senhor foi habilitado por critério técnico. E agora, em Osasco, o prefeito achou por bem cancelar essa licitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, por favor conclua.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi um ato administrativo da prefeitura.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por último, a seguinte pergunta. O senhor fez contatos também com o PTB, o partido do Deputado Roberto Jefferson, e disse que foi para tratar de campanha. O senhor fez alguma campanha municipal para o PTB no País?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Entenda bem: eu conversei com Roberto Jefferson no início deste ano. Nós conversamos sobre os prefeitos eleitos, não falamos em fazer campanha para o Deputado Roberto Jefferson, conversamos sobre o futuro do Governo do Estado de São Paulo, literalmente só isso. Não conversei com ele sobre campanhas para o PTB.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já vou concluir fazendo uma pergunta sobre a minha região.

O senhor afirmou que fez uma campanha, afirmou que foi pedida uma ajuda para uma campanha em Americana e o senhor deu uma mãozinha. Foi isso que o senhor afirmou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu disse que discuti o projeto da campanha com o Sr. José Mentor e com o irmão dele, Mentorzinho. Discuti, não dei ajuda.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma afirmação ao final dessas minhas indagações. Ele disse que manteve contatos com presidentes de partidos e tesoureiros, todos eles partidos da Base Aliada – a denúncia que recai sobre ele é que as conversas eram sobre dinheiro, “mensalão” ou pagamento de quantias em dinheiro para determinados partidos. Coincidentemente, ele, que cuida da área comercial da empresa – obviamente não deve estar sendo um profissional bem sucedido –, não conseguiu fazer nenhuma campanha no País para o PMDB, o PTB, o PL e o PP, fez apenas uma para o PT. E todos os contatos dele foram para tratar de campanhas! Eu posso concluir que o senhor, na área comercial, não é um empresário bem sucedido.

Muito obrigado,

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma e depois ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, que tem preferência, rapidamente.

Eu queria colocar algo sobre o Regimento Comum. Eu vou ler para V. Ex^a o que diz o art. 5º do Regimento Comum, que fala das comissões.

Sr. Presidente, está claro aqui – começa no art. 5º e segue no art. 6º – que ao Líder é lícito usar da palavra uma vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos para comunicação urgente.

O art. 7º diz que, em caráter preferencial, independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir a matéria e encaminhar a votação. Ausente, ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Estou inscrito aqui, e o Líder do meu partido, Deputado Severiano Alves, encaminhou expediente – foi protocolado na Presidência da qual V. Ex^a coordena os trabalhos – comunicando que estou aqui representando a Liderança. Está claro, e isso vem ocorrendo em todas as comissões em que tenho funcionado – não é essa a primeira comissão –, que o Líder tem preferência.

Já aceitamos, inclusive, entrar na relação dos não-membros. Agora, ficar para um terceiro tempo, para a prorrogação, ficar para falar quando os Deputados e Senadores que são membros da comissão já falaram, é anti-regimental, não é de bom senso. Faço esse apelo porque acho que V. Ex^a é um Senador que tem muito bom senso. Queria apelar para que V. Ex^a usasse, pelo menos parcialmente, o Regimento e obedecesse um procedimento regimental.

Levanto essa questão de ordem e queria saber, Sr. Presidente, qual é, realmente, a ordem das inscrições. Queria que V. Ex^a respondesse a minha questão de ordem. Não é lógico esse entendimento de que não vale para as comissões, isso não corresponde à realidade, é o que está escrito aqui.

Gostaria que V. Ex^a respondesse a questão de ordem que levanto neste momento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, gostaria de falar exatamente sobre o assunto que foi levantado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, todos sabem do carinho que tenho por meu querido companheiro Deputado João Fontes, que está apresentando uma questão de ordem abso-

lutamente legítima, assim como fez a Deputada Laura. Quero, porém, é até uma obrigação minha, dizer que fui parte num acordo estabelecido na Casa, no plenário – acordo que, certamente, pode até ser discutido quanto à sua fidelidade ao Regimento –, em relação aos Líderes.

Por quê? Porque é evidente que, como há muitos Líderes na Câmara e muitos Líderes no Senado, se cada Líder da Câmara ou do Senado solicitar a palavra, é evidente que será criado um problema muito grande para os titulares e para os suplentes. Então, foi feito um acordo aqui para que os Líderes não chegassem a todo tempo e pudessem usar da palavra.

Entendo ser correta a questão de ordem que V. Ex^a compartilha com a Deputada Laura. Acho que é correto que nós, que estamos reinscritos, possamos ficar para depois para que os outros Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras possam usar da palavra. Nós, que somos titulares ou suplentes, mas que estamos reinscritos, deveremos usar a palavra apenas depois que todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras o fizerem. O Senador Pedro Simon está aqui há um tempão, assim como o Deputado João Fontes, a Deputada Laura e vários outros.

Então, Presidente, embora seja uma questão de ordem legítima, acho que é importante ser mantido o que nós acordamos, senão todos os Líderes virão aqui falar. No entanto, apelo humildemente a V. Ex^a – sei que não foi uma decisão isolada sua, foi uma decisão compartilhada com todos nós e fui parte nessa decisão – que reveja esse acordo e estabeleça que nós, que estamos reinscritos, fiquemos para falar novamente depois que todos os Deputados e Senadores inscritos tenham falado. Eles podem falar antes da gente, já que tivemos a oportunidade de falar anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de ponderar o seguinte. Discutimos à luz do art. 412 do Regimento, inciso XIII: “Possibilidade de ampla negociação política somente por meio de procedimentos regimentais previstos”.

Portanto, estabelecemos uma sistemática que vem sendo adotada. Hoje, o que está sendo colocado aqui por Deputados... Por exemplo, na oitiva do Deputado Roberto Jefferson, o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Suplicy ficaram aqui até 1h30min com base nesse critério. Se for intenção ou objetivo reavaliar essa questão, tudo bem, mas hoje não. Vamos manter o que foi ajustado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, questão de ordem com base no art. 412, inciso III.

Em relação às Lideranças, acho correto que não possam fazer uso da palavra a todo o momento. Po-

rém, faço um apelo a V. Ex^a, até porque existe a impossibilidade de prevalência sobre norma regimental do acordo de Lideranças, para que reveja essa decisão. A Deputada Laura fez uma questão de ordem, e a questão de ordem está acima, o Regimento está acima de qualquer acordo.

O apelo que faço é no sentido de que os Parlamentares que estão inscritos falem primeiro, e nós, que estamos reinscritos, que já falamos um tempão, possamos falar depois deles. É só em relação à reinscrição, titular deve falar, suplente deve falar. Só depois deles fariam os restantes.

O art. 412, inciso III, veda que prevaleça sobre norma regimental o acordo de Lideranças ou decisão do Plenário, ainda que unânimes. Ainda que unanimemente, não podemos passar por cima do Regimento. É o apelo que faço a V. Ex^a. Liderança, não; inscritos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quanto à Liderança, já foi amplamente discutido e não há a mínima condição de rever o que foi decidido. Aliás, isso foi insistentemente reiterado aqui sem nenhuma procedência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acredito até que, em outras reuniões, talvez não tenhamos tantos parlamentares que não são titulares ou suplentes pedindo a palavra.

Consulto os partidos para saber se os reinscritos abrem mão de falar antes daqueles que não são suplentes nem titulares.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB.

(Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de lembrar que ainda existem dois Senadores titulares para falar. A sugestão é que, depois deles, os não-membros falem e, após esses, os reinscritos.

O SR. (Orador não identificado) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os reinscritos fariam por três minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Não: cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas é o que foi acertado. Os reinscritos terão três minutos e os não-membros dez minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Quantos são?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – São dez.

O SR. (Orador não identificado) – Dá duas horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas alguns não estão presentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Vamos continuar, Sr. Presidente. (Pausa.)

Agradeço a V. Ex^a o acolhimento da questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Quero agradecer a V. Ex^a também, porque acho que foi uma decisão lógica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, serei rápido, porque sei que V. Ex^a já está aqui há horas, e há muita gente para falar ainda. Então, como praticamente...

Sr. Presidente, dá para fazer um pouquinho de silêncio? Sr. Presidente, dá para fazer silêncio? Não dá para falar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou aqui desde o início, vim cedo para cá. Sou suplente, vim mais para ouvir, porque acho que temos de analisar os fatos, os depoimentos, os questionamentos.

Os membros do PFL – Senador Heráclito Fortes, Senador César Borges, Senador Demóstenes Torres, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Onyx Lorenzoni – têm feito um trabalho excelente dentro do partido, analisando preliminarmente todas as questões para chegarem aqui preparados para perguntar, como vários Parlamentares que aqui se encontram. Então, o nosso papel, Deputado Eduardo, é procurar analisar os questionamentos daqueles que, em primeiro lugar, falam, que praticamente esgotam todas as questões a serem levantadas.

Com a análise do depoimento que foi feito na Polícia Federal, que tenho aqui, eu estava iluminado, mas várias respostas já foram obtidas. O depoente esquिवou-se das perguntas em alguns casos, mas está sob a égide da decisão do Supremo, e eu não vou discutir isso.

No entanto, primeiramente, queria comunicar à Comissão algo que me foi pedido pela Secretaria. Fui Primeiro Secretário da Mesa até o início deste ano e por isso posso lhes assegurar que, em nenhum momento, se cogitou contratar empresa de assessoria de comunicação no Senado, o Senado nunca cogitou isso. Tenho certeza de que a Mesa presidida hoje pelo Senador Renan Calheiros também não o fez. Portanto,

o Senado nunca teve assessoria de comunicação. Não estou criticando a Câmara, porque aí é problema da Câmara. Só que, como aqui foi insinuado que o Senado talvez tivesse, me senti na obrigação de esclarecer que não tem. O que tem sido feito é o desenvolvimento de uma tecnologia para promover um melhor atendimento da rede, da televisão e dos meios de comunicação do Senado.

Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, algumas perguntas foram feitas a V. S^a com respeito à agenda de D. Karina e em todas elas V. S^a disse que era mentirosa, que era falsa a anotação sobre a qual lhe questionavam. V. S^a confirma que todas essas anotações que foram questionadas realmente são falsas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não conheço a agenda da D. Karina.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – As que lhe foram perguntadas, estou limitando.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As perguntas que me foram feitas a respeito da agenda foram devidamente respondidas, quanto às pessoas sobre as quais a Senadora me perguntou eu dei as devidas respostas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Certo.

Sr. Presidente, gostaria que a perícia da Polícia Federal, que tem a agenda original, fizesse a perícia dos dados para apurar o período em que foram anotadas as informações, para saber se foram posteriores ou não à demissão que foi imposta a ela. É preciso verificar se ela falseou com a verdade. A insinuação feita é que ela colocou anotações posteriormente à sua demissão. Então, a perícia tem que informar o período em que foram feitas essas anotações para ver se correspondem ao período em que ela era funcionária. Acho que isso é importante para analisarmos os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tratava da publicidade diretamente com as empresas estatais ou isso passava pelo Secom, pela Secretaria de Comunicação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, a licitação era direto com as empresas estatais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sei que o senhor nunca teve nenhum tratado com o Secretário Gushiken sobre publicidade...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há algum contrato – o senhor já disse que tem – entre a Eletro-norte e a DNA no valor de 12 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse contrato está em vigência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está em vigência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os aditamentos o senhor já explicou.

Quando a Receita abriu o procedimento apuratório? Foi depois da denúncia ou já o vinha fazendo antes das denúncias da revista **ISTOÉ**?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depois da denúncia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor pode lembrar os termos de abertura do procedimento fiscal? Em que termos eles buscam apurar lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não li o termo. Fui comunicado pelo meu pessoal do departamento financeiro que a Receita tinha aberto um termo de verificação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria que o senhor confirmasse o que disse aqui: nenhuma vez foi feita operação de remessa de dinheiro para o exterior?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu, pessoa física, nunca mandei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E pessoa jurídica?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha empresa DNA já pagou fornecedores no exterior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas não foram pagamentos feitos através de doleiros.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, Sr. Senador. Vou ter que verificar, mas tenho o nome das pessoas que foram pagas no exterior.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É importante saber se foi através de doleiro ou se foi através de bancos, mas posteriormente o senhor poderá informar isso ao nosso Relator.

Outra coisa que me pediram que perguntasse ao senhor é a seguinte: as empresas que estão vivas, porque várias o senhor já matou nas mudanças de razão social, com todo o respeito, que um empresário pode, dentro da lei, fazer o que achar conveniente com as suas empresas, desde que preste contas à Receita e aos órgãos... eu pergunto se as empresas são sociedades anônimas hoje. O senhor tem alguma sociedade anônima?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, tudo limitada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, porque senão eu ia pedir os pareceres dos conselhos fiscais das empresas.

Eu me limito a isso, cumprimentando os Parlamentares que já fizeram todos os questionamentos e me proponho, se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente, que ele dê uma olhada nesse organograma para verificar se esse fluxo é verdadeiro ou é só insinuação de jornal. Se V. Ex^a, Sr. Presidente, pode permitir que o Sr. Marcos Valério dê uma olhadinha no que está escrito debaixo do nome dele e aqui também. Ou seja, se tem razão de ser ou não.

Foi feito com os noticiários... Só se confirma ou não esse fluxo financeiro. Porque, Sr. Presidente, como polícia, faz-se esse organograma de todo o sistema, principalmente quando se apura lavagem de dinheiro. Então, dentro das denúncias e fluxo de pagamento, acho que estamos analisando os nomes que vão aparecendo para verificar se vão se casar com as apurações da documentação que comprova ou não as veiculações que são veiculadas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Completamente sem fundamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu acho que matei metade do tempo para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Marcos Valério, V. S^a não imagina a frustração que causou com esse depoimento. Em primeiro lugar, para o Governo. Os Parlamentares do Governo se prepararam aqui o dia inteiro esperando que V. S^a fizesse um pronunciamento eivado de acusações, não só contra gestões anteriores, mas também contra inimigos que o atual Governo escolheu no mundo privado. Lamentavelmente, o Governo frustra-se com este fato.

Por outro lado, quero lhe confessar que a Oposição também esperava que, em um ato de emoção, em um ato de se sentir abandonado ou jogado às feras abrisse a boca e também fizesse revelações bombásticas. Aliás, essa era uma esperança da Oposição do Governo, mas de maneira muito especial da Imprensa e do Brasil.

Passada a primeira frustração, se a escolha de V. S^a para ser o elo de ligação entre o Governo e os Parlamentares foi feita realmente, o Governo soube escolher, porque escolheu exatamente um homem que não “abre o bico”, que não entrega as pessoas. Eu estou falando isso no campo da suposição. Se es-

perava aqui um derramamento de sangue. Isso não aconteceu.

Mas, Sr. Marcos Valério, a Agência Reuters – vou fazer perguntas rápidas para não aumentar o cansaço de todos nós – , em um trabalho competente da jornalista Natasa Nery, fez um levantamento entre saques feito no Banco Rural e as datas de algumas votações importantes. Por exemplo, o salário mínimo, ele foi votado no dia 26 de maio. No dia 2 de junho foi a votação, no dia 4 há um saque de R\$500 mil. Posteriormente, a matéria vem à Câmara e a votação vem no dia 23 de junho. Estou-me referindo a 2004, no dia 21 há um saque de R\$200 mil. Na MP que criava a figura de Ministro para o Dr. Meirelles, votada no dia 1º de dezembro de 2004. Entre o dia 29 e 30 de 2004 foram sacados R\$480 mil.

A reforma tributária foi votada pela Câmara no dia 23. Entre 23 e 26 de 2003, os saques foram a um milhão e duzentos aproximadamente.

Esses saques foram feitos nas contas da DNA ou nas da SMP&B. Há alguma correlação entre saques e votação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado.

Recebo aqui uma pergunta – e a faço com muito gosto – que diz respeito a informação contida no *blog* do Noblat. A pergunta é se V. Sª tem, em nome próprio ou no de alguma das suas empresas, conta no BMG de Cayman ou no Banco Rural Internacional de Cayman.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nem empresa nem familiares têm esse tipo de conta?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nem familiares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Segundo esclarecimento.

Quero dizer a V. Sª que, no ano passado, nós vivemos aqui uma verdadeira síndrome do crime, acusava-se qualquer brasileiro que tinha contas no exterior – isso foi na CPI do Banestado.

Havia os que diziam que toda conta lá fora era produto de lavanderia, que os donos de contas no exterior eram criminosos. Ocorre que, às vezes, acontece isso, Sr. Presidente: joga-se o cesto de pedras para cima, esquece-se de sair de baixo e elas caem na cabeça de quem jogou. E foi isso o que aconteceu.

O próprio Governo, que tinha feito as acusações, teve que amargar a constatação da existência de contas no exterior mantidas pelo presidente do Banco

do Brasil e por diretor do Banco Central. Com isso, – essa crise o Brasil todo conhece – tiveram que ser afastados dos seus cargos. Não cometeram nada de ilegal, apenas foram vítimas da cultura do partido que entrou no Governo – àquela época recém-entrado no Governo –, que considerava ser crime irreversível ter contas no exterior.

A pergunta está respondida.

A ida de V. Sª ao Banco Central com a direção do Banco Rural foi em que condição? Na condição de publicitário? De amigo de ambas as partes? Em que condições V. Sª esteve lá?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Amigo de ambas as partes, tanto do Deputado Virgílio Guimarães quanto do falecido Dr. José Augusto Dumont.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo tentou aqui, diversas vezes, encontrar indícios de armação feita, ora por jornalistas ora por empresários do setor privado, como se o Governo estivesse sendo vítima de uma orquestração nacional para desestabilizá-lo, e não, Sr. Presidente, que o Governo estivesse envolvido em fatos que surgiram do próprio seio do Governo.

Não entro no mérito da briga envolvendo V. Sª com a secretária Karina, a questão envolvendo empregado e patrão, mas, entre os documentos que alguns companheiros do Governo fizeram questão de usar, foi usado um *e-mail* atribuído a um jornalista, de nome Leonardo Attuch, que teria sido passado em uma data posterior ao cancelamento do contrato que o jornalista tinha com o portal Terra. Um companheiro do jornalista Leonardo Attuch, Senador Pedro Simon, me passa aqui uma correspondência do próprio portal Terra.

“Ao Sr. Leonardo Attuch.

Referência: cancelamento de contrato nº tal, mantido entre o Terra e Leonardo Resende Attuch.

Reportamo-nos à sua solicitação acerca da confirmação da data do cancelamento de contrato de prestação de serviço em referência, para informar que, de acordo com o nosso sistema de administração de assinante, o contrato em questão vigorou de 21/11/99 a 11/12/03, data em que foi cancelado. Cumpre esclarecer que o *e-mail* Attuch era vinculado a este contrato e foi desativado na data mencionada.

Quero dizer que, evidentemente, longe de acusar a V. Sª pela confecção da fraude do e-mail, está aqui por meio de declarações da própria Terra, uma prova de que certamente esse e-mail foi fraudado, esse *e-mail* não corresponde o que mostra aqui a Terra.

Sr. Presidente, estou colocando esse e-mail à disposição de V. Exª e do Relator para mostrar que, às vezes, o Governo, na ânsia de desviar o foco central

dos fatos, usa de expediente como esse. O que precisamos aqui, na realidade, é uma apuração rápida do que aconteceu. Os esclarecimentos têm que vir de maneira lúcida e transparente. O Governo do PT, na Oposição, que horror aos órgãos de segurança, que horror a Abin! Eu vi Senadores lerem em depoimentos passados, **ipsis litteris**, relatórios da Abin. Não entendo essa metamorfose rápida, geral e irrestrita que se processou no seio do Partido. Esqueceu-se, por exemplo, que o informante de hoje foi um torturador de ontem. Os que se sentaram aqui no passado recente estiveram em **campus** diferentes, alguns até carregando, no corpo, para a vida inteira, cicatrizes para as entidades passadas.

Lamento que esses fatos tenham ocorrido e que hoje se usem dos mesmos artifícios e subterfúgios que tanto condenaram, que tanta indignação acometeu a falsos moralistas em um passado que não é distante.

Quero que este registro, Sr. Presidente, Sr. Relator, fique nos Anais da CPI para que, acima de tudo, se tenha cuidado com os documentos que chegam. É preciso que uma verificação mais detalhada sobre tudo isso seja feita, porque o que tivemos até agora foi um volume considerável de informes, aqueles informes que, no passado, o hoje Governo combatia, e hoje faz uso deles para tentar desviar a opinião pública e enganar a Nação brasileira.

O que penso, Sr. Presidente, é que esta Comissão tem um objetivo nobre e reconheço porque, no começo da sua instalação, o seu Presidente já carregue no corpo as chagas da incompreensão dos seus companheiros que não querem de S. Ex^a uma atitude investigadora independente e que tentam, algumas vezes, e a imprensa noticiou, patrulhar um homem que tem, neste momento, a responsabilidade da Nação brasileira toda a fiscalizá-lo e a vigiá-lo. Vale para ele e para o Relator, porque esta CPI é uma CPI de capilaridade nacional.

E em qualquer lugar deste País, temos um padre, um soldado e temos um carteiro. O que está em jogo, neste momento, é exatamente o conceito de uma instituição secular que são os Correios e que, nos últimos dez anos, disputaram com todas as instituições correlatas no mundo os três primeiros lugares em eficiência, rapidez, em seriedade e em credibilidade. E de repente vê-se envolvida em um fato desta natureza.

Sr. Presidente, creio que o Sr. Marcos Valério poderá ter a culpa dele nesse processo, mas não é o culpado, não. Nós temos que apurar quem usou o Sr. Marco Valério para esse tipo de trabalho. A partir do momento em que voltarmos as nossas vistas só para ele, esqueceremos quem está por trás disso. É preciso, Sr. Presidente, que a Nação brasileira tenha

consciência do que está acontecendo. Não adianta se querer crucificar, de um lado, o Marcos Valério e, de outro, o Roberto Jefferson, porque isso é apenas um subterfúgio para se fugir da verdade. E esta CPMI não pode cair nessa esparrela. Esta CPMI tem a obrigação de apurar todos os culpados. Evidentemente que, se ficar provado que o Sr. Marcos Valério carregou mala, pasta, saco, baú de dinheiro, é porque o recebeu de alguém. Então, esta CPMI não se pode deixar levar pelo desvirtuamento de suas funções.

Fico satisfeito com as respostas que recebi do depoente e alerta esta CPMI: temos que ter cuidado com o que se está tentando fazer aqui dentro, para horror da Nação brasileira.

Agora mesmo, Sr. Presidente, em nome do meu Partido, tomei uma decisão na Comissão de Orçamento de não se votar a LDO. O Brasil não iria entender a LDO ser votada neste momento, e os Senadores e Deputados estarem de férias nas praias ou viajando pelo mundo afora, Senador Pedro Simon. Não iriam compreender isso. Então, tomamos a decisão, com apoio do PSDB, do PDT e de outros Partidos e também de decisões individuais, de que só votaremos a LDO no final do mês, para que o Congresso Nacional funcione, fique vigilante, atento e, acima de tudo, seja parceiro deste triste momento que o Brasil vive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senador, eu não gostaria que fizesse com a minha honra e também não gostaria de fazer com a honra de ninguém.

O senhor falou desse *e-mail*, eu não tenho conhecimento desse *e-mail*. Outra coisa, eu só conheci o Sr. Leonardo Attuch uma vez, de passagem, dentro da revista **ISTOÉ**, eu não tenho nenhum contato com o Sr. Leonardo Attuch. A informação que a D^a Karina passou para a minha secretária era de um jornalista, nunca citou o nome do Sr. Leonardo Attuch, eu não gostaria de ferir a minha honra e não quero ferir a honra de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Pedro Simon. V. Ex^a tem dez minutos.

Quanto as demais não-membros, poderíamos reduzir o tempo, porque são dez inscritos.

Amanhã, na nossa reunião interna, gostaria de rediscutir a questão dos não-membros, porque eu acho que as Lideranças aceitaram, mas agora também não

se convenceram com a decisão da Mesa, então eu pretendo discutir essa questão numa reunião interna.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero apenas dizer a V. Ex^a que, ao longo das atividades das diversas CPI no Congresso Nacional, a figura da reinscrição sempre foi depois dos não-membros, sempre foi assim. Eu acho que tem lógica, não é por estar na minha posição. Eu já fui punido pelo meu Partido, que resolveu me tirar da Comissão, mas acho que ser punido duplamente, também aqui na Comissão, não tem lógica.

Peço a V. Ex^a que começasse a contar meu tempo agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço à Assessoria técnica que coloque os dez minutos ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu fiquei quatro meses no congresso americano estudando-o. Fiquei impressionado com a credibilidade que ele tem e com o medo que os membros do Poder Executivo e cidadão de qualquer entidade têm de depor numa comissão do congresso americano. Isso ocorre porque lá o compromisso de dizer a verdade é o compromisso de dizer a verdade.

O Presidente Nixon iria ser cassado – não o foi porque renunciou –, porque mentiu ao congresso, dizendo que não sabia de nada sobre as gravações na sede do Partido Democrata. Ele disse que não tinha conhecimento. Quando provaram que ele sabia, que ouvia, iniciou-se um processo de cassação. Estava às vésperas de ser cassado o mandato dele na Suprema Corte, quando ele renunciou.

Aqui não temos esse compromisso. Fico com pesar do nosso irmão brasileiro que assiste à TV Senado, à Band News, à Globo News, que está desde às 9 horas assistindo ao debate, que assistiu ao debate na Comissão de Ética, assistiu ao depoimento do Deputado Roberto Jefferson, da ilustre secretária e agora está ouvindo o do ilustre Relator. Com toda a sinceridade, a gente sente que não há um compromisso com a verdade.

Em primeiro lugar, lamento porque tínhamos que estar falando com a ilustre testemunha, já com os elementos do Banco Rural e do Banco do Brasil, porque aí iríamos discutir e comparar as informações.

Com V. S^a, vamos ter quatro acareações: vamos acarear V. S^a com o Deputado, V. S^a com a sua secretária e V. S^a com os dados que vão aparecer aqui das contas de V. S^a, com os números diferentes dos dados apresentados por V. S^a. Isso tudo que V. S^a está dizendo agora não podemos contestar, porque não temos nada nas mãos, mas vamos ter. Nós não somos um

bando de irresponsáveis que estamos aqui, perante à Nação, falando bobagem, sem ter um mínimo de credibilidade.

Estamos aqui porque, embora o Governo não tenha agido como devia, já deveríamos ter os dados nas nossas mãos, com a urgência necessária. Mas eles chegarão aqui, e a nossa Assessoria vai estudá-los, nós vamos estudá-los e vamos chamar V. S^a novamente. V. S^a voltará aqui. Na ocasião, V. S^a terá de responder realmente como deve responder.

É o mal do Brasil, não há um compromisso com a verdade. Ninguém tem compromisso de dizer aquilo que é. Em outros países, tem-se a responsabilidade de dizer a verdade. Aqui no Brasil, mesmo na CPI, que é uma instituição séria e responsável, parece que não existe esse compromisso.

Desmontar o depoimento da sua secretária, como V. S^a o fez, é um exagero. É ridículo V. S^a imaginar que alguém vai aceitar que V. S^a é um santo e ela é um demônio. Por que ela virará um demônio? Qual é a razão? E V. S^a de santo não tem nada. Mais normal se V. S^a, no depoimento dela, dissesse: isto está certo; isto está errado. Mas desmontá-lo totalmente não tem lógica.

V. S^a, por exemplo, disse que pagou a primeira prestação do aval do empréstimo do PT e retirou seu nome. V. S^a não é mais o avalista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. S^a não pagou uma prestação; V. S^a pagou o juro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A nota promissória continua. Como é que o banco tirou V. S^a? Eu vou ver isso. Eu duvido.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu duvido que seu nome não esteja na nota promissória. Eu duvido, porque o PT não tem crédito. Quer dizer, o banco não iria aceitar. O seu nome tem credibilidade, embora quem pagou não foi V. S^a, foi a empresa da sua mulher.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, com certeza, não. Com certeza, quem tinha que pagar era V. S^a.

Então, aqui, é um caso singelo, que está claro que V. S^a não disse a verdade. V. S^a é ainda avalista do crédito do PT. Por quê? Porque V. S^a não pagou nem a primeira prestação; V. S^a pagou os juros da pri-

meira prestação, conseqüentemente, o contrato está validado, V. S^a é o avalista, e eu duvido que o dono do banco, por mais amigo que seja do senhor, vai tirar o seu nome senão tiver alguém do seu porte.

Agora, é mais do que evidente. Para o Líder do PMDB perder o cargo! Hoje ele renunciou em cima de uma nota que ele largou. O que é que ele diz na nota? Ninguém estava cobrando dele. A discussão, a interrogação que tinha é que também nunca ninguém tinha falado dele. De repente, a secretária tocou no nome dele, seria alguém que estaria no mensalão. Ele vem e declara o quê? “Os meus contatos com V. S^a foram sentados numa mesa para discutir cargos, discutir posições. Eu levei o nome de companheiro, estava lá V. S^a, estava a Liderança do PT e discuti”. Então, V. S^a já estava, inclusive, em nível de distribuição de cargo. Mas por que o nosso Líder iria fazer um troço desse, depondo contra ele? Qual é a razão de ele fazer uma coisa dessa?

Então, repare que isso é uma série enorme de interrogações. V. Ex^a está me lembrando aqui, me desculpe, me desculpe, mas V. S^a está me lembrando aqui a CPI dos anões do Orçamento. De tanto falar, falar, nós tivemos um Deputado que foi cassado, que ganhou quantas vezes na loteria esportiva?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – 48.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quarenta e oito vezes. Dava tudo certo para ele.

V. S^a está nessa posição. Tudo dá certo. Os contatos dão certo, V. S^a vai por um caminho e chega lá. No tempo do PSDB, V. S^a já era um grande nome. Mudou, então, o PT, e V. S^a continua sendo um grande nome.

Agora, o Jefferson. Será que esse Deputado... Ele está jogando a vida dele. É o sexto mandato dele como Deputado. Ele é do Rio de Janeiro. O avô dele foi Deputado, o pai dele foi Deputado, a filha dele é Vereadora. Ele tem uma biografia, ele tem um nome.

Quero dizer aqui com justiça que, na CPI do Collor, ele agiu com grande dignidade. Ele foi advogado do Collor. Até ele tem razão porque o Suplicy andou espalhando que ele tinha ganho um milhão. Não é verdade. Ele agiu como um grande advogado.

Mas a grande verdade é que, lá, a verdade apareceu; a verdade apareceu, porque lá também foi uma secretária simples, singela, que nem a de V. S^a, que contou os fatos, que mostrou que aquele dinheiro, que assim que nem aparecia aquele bolão de dinheiro, de onde é que era, de onde é que não era, a operação Uruguai não era a operação Uruguai. Coisa simples. Repare V. S^a como V. S^a está no meio de um mesclado de coisas que, de repente, o que menos o seu advogado imagina vai acontecer.

O Collor perdeu o mandato porque o motorista que fazia a ligação entre o escritório do PC Farias, em Brasília, saía para pagar as contas da mulher do Collor, as contas da Casa da Dinda, da reforma que estava fazendo, as contas dela, e comprou um carro no nome do Presidente, pago com um cheque fantasma, e o carro saiu no nome do Presidente. Isso apareceu. Olha, o tempo estava passando, estava passando, a gente não sabia. De repente, sentou ali um rapaz, singelo, simples motorista, e contou e mostrou as provas. “Está aqui, está aqui, o cheque está aqui”. É o que vai acontecer.

Por isso é que, se V. S^a, num ato como esse... Porque há determinado momento, me perdoe, há determinado momento em que a gente sai. V. S^a, hoje, é um homem nacional; V. S^a é um nome hoje que a sociedade inteira está acompanhando. São vários ângulos; o ângulo do sucesso. V. S^a é um homem de sucesso, é uma empresa que brilhou, que cresceu, que desenvolveu. São vários ângulos.

Ninguém aqui, de repente, vai acusar, condenar, lançar pedras no Governo. Não. Mas há um termo da média do pensamento que V. S^a tinha obrigação de fazer. V. S^a tinha a obrigação de chegar aqui e contar todos os fatos e a forma como eles aconteceram: “aconteceu assim, assim e assim”, até porque – e falo com a minha experiência de 50 anos – isso vai aparecer. Os seus advogados não estão se dando conta deste detalhe: isso vai aparecer. E V. S^a vai voltar a esta Comissão. E há mais duas CPIs que estão sendo criadas: a do Mensalão e a dos Bingos, para as quais V. S^a também vai ser chamado para depor. Os dados que não temos aqui, vamos ter lá.

Por isso, não sei, mas, se eu fosse V. S^a, por conta própria, neste final de depoimento, eu contaria alguma coisa, até para não nos fazer de bobos. Há um desrespeito de V. S^a para conosco. Repare que estamos aqui, e eu não vi nenhum Senador ou Deputado deixar de tratá-lo com o maior respeito, até com um misto de admiração. Mas a maneira como V. S^a nos trata é de deboche. Aqui, há Senadores, Deputados, alguns já foram Governador, tem gente que representa o povo brasileiro. Quando V. S^a debocha de nós, V. S^a debocha do povo brasileiro, porque nós representamos o povo brasileiro. E o que estamos sentindo aqui é o que o povo brasileiro está assistindo à televisão. Ele está vendo. Assim como nós, o cidadão que está assistindo está dizendo assim: “Esse cara está me fazendo de bobo. Ele pensa que sou palhaço”.

Os advogados de V. S^a são brilhantes, só que se equivocaram. Fizeram todas as respostas certinhas demais. Está tudo direitinho, direitinho, bonitinho. Se fosse um exame, se a Juíza aqui tivesse que dar uma

nota para o seu depoimento, daria 10. Não errou nada. Mas, ao não errar nada, errou, porque ninguém faz nada sem errar alguma coisa.

É o apelo que faço a V. S^a. Querendo ter um respeito cristão a V. S^a, pensando no seu próprio futuro, porque V. S^a voltará aqui, este depoimento final que V. S^a poderá dar aqui somará muito e muito para quando V. S^a voltar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

Meu caro Deputado, V. Ex^a dispõe de dez minutos. Sei que V. Ex^a tem muita objetividade também e respeitará esse prazo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se o senhor prestou o compromisso de dizer a verdade. (Pausa.)

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não prestou o compromisso de dizer a verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Aqui não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sei que o senhor tem um **habeas corpus** preventivo nesse sentido, mas não é esse o problema. O problema é que fica difícil de acreditar nas coisas que o senhor diz se o senhor não prestou o compromisso de dizer a verdade. Praticamente fica implícito que o senhor quer ressaltar a possibilidade de não dizer a verdade. Isso já prejudica.

Eu gostaria de saber se os vinte e quatro milhões do Banco Popular foram uma licitação pública ampla?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Foi uma licitação interna entre as três agências do Banco do Brasil.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Foi uma licitação interna de vinte e quatro milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Cruzes! Eu queria entender esse negócio de licitação interna, porque entendo licitação pública. A licitação interna está perto de um acordo, não é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O Banco do Brasil tinha três agências, e o Banco Popular era parte do Banco do Brasil...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Do contrato.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...do contrato do Banco do Brasil. Justamente. Obrigado, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas o Banco Popular emprestou mais do que isso de dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho idéia, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não tem idéia. Depois, a gente pode pesquisar para saber.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Podíamos depois descobrir isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – OK, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu vi que o senhor falou muito que o importante é saber a origem do dinheiro e não o destino. Eu quero lhe falar que o destino é importante, porque o destino pode ser para corrupção, por exemplo. Então, é importante o senhor dizer que destino deu àqueles R\$20 milhões que pegou na mão. Para quem foram esses R\$20 milhões? Porque isso pode tipificar um dinheiro que vai para a corrupção, o senhor há de convir comigo. É um dinheiro que está na sua mão, que não tem prova para quem o senhor deu. Se é um cheque, se é numa transferência bancária, tem ali a prova para aonde foi. Agora, o dinheiro na mão, o senhor pode ter dado para qualquer um. Então, para quem o senhor deu esse dinheiro objetivamente? R\$20 milhões não são R\$20,00. É muito dinheiro. Eu gostaria de saber isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como eu falei, Deputado, esses R\$20 milhões correspondem a 4% do meu faturamento, 5% do faturamento das duas agências e vários fornecedores, várias... Distribuição, não foi para corrupção, garanto-lhe isso, e nem para pagar Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor garante uma coisa mas nós vamos ter que investigar também aonde é que foi parar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor vai ter que nos mostrar, por exemplo, a nota dos fornecedores, R\$20 milhões em nota, se não vai ficar um negócio meio estranho.

Eu queria saber o percentual do seu faturamento na iniciativa privada e pública. O senhor falou que, de R\$200 milhões, R\$40 milhões eram públicos e R\$160 milhões no privado. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era isso. 20% eram do Governo Federal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vinte por cento do Governo Federal, oitenta por cento da iniciativa privada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – 20% do Governo Federal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Certo. A que o senhor credita esse *boom* nas suas outras iniciativas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A SMP&B já é uma empresa antiga, foi fundada pelo Sr. Cristiano de Melo Paz...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso tudo eu sei, o senhor me desculpe...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...que é publicitário.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu estou aqui desde o início, estou ouvindo. Mas, de uns anos para cá, o senhor deu um salto nessa lista de clientes. O senhor mostrou o portfólio, nós vamos investigar. Depois, eu vou dizer por que eu estou perguntando isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – OK, fruto da criação e do trabalho da empresa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Fruto da criação. De repente, o senhor foi descoberto...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ...em termos de criação e de trabalho nesse sentido?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, isso também pode ser outra coisa. Por exemplo, o PC Farias tinha uma empresa de consultoria que se chamava EPC, e, na verdade, as empresas que queriam ganhar contrato no Governo pagavam consultoria na EPC. Então, muitas vezes, pode – eu não estou dizendo que é, uma investigação que terá que ser feita – acontecer que esse *boom* de iniciativa privada do senhor seja justamente pela possibilidade de o senhor colocar essas empresas em licitações do Governo. Para observar isso, nós vamos ter que ver o seu portfólio, vamos ter que fazer o cruzamento com as empresas que ganharam licitações no Governo e que ganharam obras no Governo ou mesmo prestação de serviço para o Governo. Se isso acontecer, nós vamos ter um indício forte de que o senhor traficava influência por meio da sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, empreiteiro, eu não tenho, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não necessariamente empreiteiro, qualquer tipo de fornecedor pode acontecer.

Outra coisa que eu gostaria de saber: o senhor falou que 20% do seu faturamento era do Governo Federal. Que outros governos lhe davam faturamento também? O senhor poderia nominá-los, por favor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tem, tem o Governo do Distrito Federal, tem a Câmara Legislativa do Distrito Federal, tem o Governo do Estado de Minas Gerais e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso era um percentual de que tamanho?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não depurei esse faturamento, mas farei para o senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Está bom, muito obrigado.

Outra coisa que o senhor falou aqui e que eu julguei também interessante. V. S^a disse que andava com os Presidentes de todos os Partidos, de todos os partidos da Base do Governo, praticamente o senhor os visitava e tratava de assuntos de campanha, mas o senhor não tem uma conta desses Partidos para poder justificar esses contatos. Aí resta um outro indício interessante: o senhor na verdade fazia um meio-campo entre esses Partidos e o Governo. É um indício normal de se pensar. Pensemos o seguinte: o senhor falou com todos esses Partidos da Base e não conseguiu contrato nenhum para a sua empresa, mas, ao mesmo tempo, o senhor era um homem influente dentro do Partido do Governo. Então fica a idéia, há a possibilidade de até o Líder Borba estar dizendo a verdade, que ele tratava com o senhor sobre cargos no Governo. O senhor já disse que não, mas entre o senhor dizer e a verdade... Vamos procurar para ver se confirma a sua versão ou não.

Na verdade, o que aconteceu é que o senhor está corroborando a denúncia de que o senhor falava com esses políticos rotineiramente, e comercialmente não entrou nada desse falatório com esses políticos. Em termos. Pode ter entrado justamente o seu prestígio junto ao Governo aumentado. É esse o ponto que vamos ter que saber.

Sr. Presidente, temos que fazer o mapa das viagens dele e dos funcionários deles nas companhias aéreas. Esse mapa de viagens, vamos ver se ele corresponde com determinadas votações ou não, coisas desse tipo. Então, teríamos que solicitar o mapa de viagens nesse sentido.

Quero ser objetivo, Sr. Presidente.

Por fim, o art. 31, da Lei nº 9.096, de 1995, que é a Lei dos Partidos diz assim:

“É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sobre qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governo, autoridades, órgãos públicos, autarquias, empresas públicas, concessionário de serviço público...”.

Pelo que o Sr. falou, vemos aqui que esse artigo não foi respeitado, porque indiretamente a sua empresa ganhava dinheiro do Governo e a sua empresa que ganhava dinheiro do Governo deu o dinheiro para o Partido dos Trabalhadores. Esse artigo está sendo burlado. Indiretamente o dinheiro que o senhor deu para o Partido dos Trabalhadores é o dinheiro que a sua empresa ganhou do Governo. Conseqüentemente fica tipificado nesse artigo. Com essa tipificação fica comprovado um ilícito que deve ser investigado imediatamente pelo Ministério Público. Não precisa esperar a CPMI terminar. O Ministério Público está nos ouvindo, pode investigar imediatamente esse tipo de atitude, tenho certeza disso.

Nas suas declarações, infelizmente, vemos a possibilidade de vários delitos acontecendo. Vamos investigar. Vamos fazer o cruzamento de dados e aí, quem sabe, chamá-lo novamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado Deputado Moroni Torgan.

O próximo, o próximo, o próximo... Está sem som aqui.

o próximo é o Deputado João Fontes.

O Sr. Marcos Valério pediu só mais alguns minutos e, aí, a palavra está com o Deputado João Fontes e eu gostaria de insistir nos 10 minutos e, se puder reduzir, melhor ainda pelo adiantado da hora.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Ex^a que o meu tempo seja contabilizado a partir do momento da presença do Depoente na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Mas é o rigor da Assessoria...

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – O Depoente não está presente e é claro – eu tenho que esperar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, povo brasileiro, Sr. Marcos Valério.

Sr. Presidente, primeiramente, eu quero pedir silêncio para que eu não possa perder o raciocínio – inclusive o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– A Presidência gostaria de pedir silêncio.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir principalmente ao povo brasileiro e quero dizer claramente que, diferentemente do pensa o Senador Heráclito Fortes, eu não acho que V. Ex^a frustrou, no seu depoimento a esta Casa, aos Senadores e Deputados. Isto, lamentavelmente, já era previsto. Nós vivemos em um País onde impera a impunidade e qualquer traficante, qualquer delinqüente rico deste País, se constitui um bom advogado, é claro que terá um tramite muito maior na República do Brasil, principalmente aqui em Brasília, onde funcionam os tribunais nas instâncias superiores e é claro que já era previsível que V. S^a viesse para cá com **habeas corpus**, com salvo conduto, proibindo inclusive a sua prisão. É claro que nós temos acompanhado – o povo brasileiro tem acompanhado, as poucas entrevistas que V. S^a deu à Rede Globo de Televisão e à **Veja** em que V. S^a chora, inclusive. Aliás, o choro, em todo esse processo, foi perpetrado, também, pelo Presidente José Genoíno e pelo Deputado Roberto Jefferson. Mas nós percebemos de logo, muito claramente, primeiro que V. S^a é extremamente profissional. O PT soube escolher alguém que sabe transitar, que não é de agora, naquilo que diz a Senadora Heloísa Helena – “nas corriolas do Palácio” – sabe transitar bem nos bancos oficiais para montar esse esquema que, muito embora V. S^a se cale por enquanto, mas os fatos já começam a aparecer.

Eu queria, de logo, perguntar o seguinte: V. S^a trabalhou nos Correios quando o Ministro Pimenta da Veiga era Ministro das Comunicações?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. A minha agência não trabalhou nos Correios.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não trabalhou. Mas é estranho V. S^a fazer um saque e dar ao ex-Ministro Pimenta da Veiga R\$150.000,00 com a dor de que o seu filho está doente. Porque se V. S^a tem esse coração bondoso, eu queria lhe apresentar uma série de crianças doentes deste País para que V. S^a pudesse, também, fazer essas gordas doações.

Houve o depoimento do Roberto Jefferson, que não é um santo, como V. S^a também não é. E, aliás, o povo brasileiro precisa ter um certo cuidado, porque, ontem, à noite, na entrevista do Roberto Jefferson no Jô Soares, eu fiquei extremamente preocupado quando, ao final, o povo gritava “Bob Presidente”. O povo precisa entender que Roberto Jefferson também é um delinqüente de todas essas denúncias.

A sua Secretária, por mais que V. S^a queira desqualificá-la, também participou desse processo e está

prestando uma grande contribuição ao País, quando, sendo uma pessoa mais simples, está falando e revelando aquilo que aconteceu nas cassandras da empresa de V. S^a, porque V. S^a tem a cara de pau de dizer ao povo brasileiro que sacou R\$20 milhões em dinheiro. Vinte milhões de reais podem representar 5% do seu faturamento, mas o povo brasileiro não tem nem a dimensão do que representa R\$20 milhões em espécie.

Então, V. S^a disse que distribuiu esse dinheiro. Primeiro, era boi, mas, como deu boi na linha, V. S^a agora traz uma nova versão, que é a versão de distribuir dividendos. Eu pergunto a V. S^a: os demais sócios da sua empresa tinham essa liberdade também de sacar essa vultosa quantia em espécie, em dinheiro vivo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, os saques são provenientes de fornecedores, são provenientes de dividendos e está no caixa. Deixa eu te falar: a assinatura numa empresa é sempre em conjunto.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sim, mas os outros também tiravam essa quantia nessa mesma quantidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A assinatura na empresa sempre em conjunto.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sempre em conjunto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De dois sócios.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Certo.

O Deputado Roberto Jefferson diz que recebeu – é claro que não pode ter recebido diretamente –, de uma pessoa que vinha até o hotel onde V. S^a se hospedava o dinheiro. Uma Secretária disse até – no seu depoimento, a Fernanda diz isso – que se cansava de contar tanto dinheiro.

V. S^a nega que essa sua Secretária vinha aos hotéis de Brasília pagar diretamente essa quantia que o Roberto Jefferson diz ter recebido e que até agora, segundo a imprensa revela, os R\$ 4 milhões estão num cofre na sua casa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nego.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Nega.

V. S^a nega que nesses contatos com Janene, com o José Borba, nada rolava a respeito de dinheiro com o conhecimento de V. S^a com esses cidadãos. Era apenas discutir política?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nego.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Como é que uma empresa prosperou tanto se V. S^a passava pouco tempo na sua empresa em Belo Horizonte?

Como é que uma empresa, de 1999 a 2005, cresce tanto? Então, um brasileiro precisa conhecer essa receita. Como é que cresce tanto em apenas cinco anos? Como é? Conte para o povo brasileiro como é esse segredo, como se cresce, como a empresa cresce tanto em apenas cinco anos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Trabalhando, Deputado.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Como é esse trabalho? Conte para o povo como é que se trabalha desse jeito.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu só conheço um jeito: trabalhando.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Trabalhando... Certo.

V. Ex^a, nesse contrato que assinou com Genoino, Delúbio, do empréstimo de R\$ 2,4 milhões, conhecia as dívidas que tinha o Partido dos Trabalhadores?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não?

Como é que V. S^a assinou um contrato na condição de avalista sem conhecer as condições financeiras desse Partido? Qual a razão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi um pedido.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Pedido? Mas que pedido? Eu tenho...

Se outros Partidos políticos, que têm débitos menores, de R\$ 60 mil, procurassem V. S^a com esse mesmo pedido, V. S^a assinaria como avalista desses outros Partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, mas se fosse meu amigo como o Delúbio era, eu assinaria.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Assinaria?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se fosse meu amigo como Delúbio, sim.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – A Delúbio o senhor daria um cheque em branco, então, a ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sou Presidente, Deputado.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Ah, então o Presidente que deu um cheque em branco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sou Presidente.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – V. S^a teve algum contato com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, nunca.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Nunca foi ao Palácio do Planalto conversar nada com o Presidente da República?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Nunca.

V. S^a executou essa parcela de R\$ 350 mil de juros que V. S^a pagou do capital principal que estava atrasado junto ao banco em que houve o empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não executou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Então, perdoou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não perdoei.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não perdoou. Como V. S^a vai fazer agora com esse débito que o PT lhe deve de R\$350 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho certeza de que o PT vai pagar.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Vai pagar? Quem o substituiu no empréstimo de que V. S^a diz que não é mais avalista e de que saiu da condição de avalista porque o banco só empresta dinheiro se o avalista lhe dá condições patrimoniais para que esse dinheiro retorne depois? Quem o substituiu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho idéia, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não tem idéia de um contrato de que V. S^a era avalista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho idéia. Não assinei a renovação do contrato.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Certo. Em seus contatos com Delúbio, Sílvio Pereira, Genoíno, o Ministro José Dirceu não tratava de cargos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não tinha contato com o Genoíno, Sílvio Pereira, José Dirceu e Delúbio para tratar de cargos.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – O Deputado Roberto Jefferson diz que V. S^a é o PC do Governo Lula. V. S^a se acha o PC do Governo Lula?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não? V. S^a, diante de todo esse quadro, dos filhos, que sofrem com

toda essa desgraça que, neste momento, começa a desabar diante das empresas de V. S^a... Aliás, várias empresas. Nunca vi ninguém abrir tanta empresa neste País. V. S^a é mágico porque abre empresa, fecha empresa e consegue faturar essa quantia tão vultosa. V. S^a, diante de todo esse quadro, não se arrepende de nada, desses contatos com o PT, não quer contribuir em nada para que o povo brasileiro, pelo menos, Sr. Marcos Valério... V. S^a precisa conhecer muita gente que passa fome em função desses contratos e dessa quadrilha armada para saquear e superfaturar os contratos dos órgãos públicos. V. S^a teve contato com alguns prefeitos de Minas, colocando-se à disposição para poder intermediar contratos e financiar campanhas políticas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiro, Deputado, não vou mais explorar minha família. Segundo, nunca mais trabalho para políticos.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Nunca mais? V. S^a trabalhou para a Prefeitura de Ipatinga, quando ainda era do PT, em Minas Gerais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – V. S^a não conhece o Deputado Federal e ex-Prefeito Magno?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço o Deputado João Magno.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – V. S^a não trabalhou para a Prefeitura de Ipatinga?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não trabalhei.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não trabalhou para a campanha do candidato João Magno?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes, conclua, por favor.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Vou concluir.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz só o *layout* da campanha. Não trabalhei.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo ao povo brasileiro que tenha um pouco de paciência porque a verdade aparecerá aos poucos. Este rapaz que posa hoje aqui – parece um padre –, vestido numa roupa muito tranquila e muito humilde, por trás, sabe de muita coisa, mas muita coisa mesmo. O tempo, como o senhor de toda a razão, o tempo mais forte que a espada que faz calar a voz de V. S^a, neste momento, dirá muita coisa. O povo brasileiro quer ver essa quadrilha toda presa, o patrimônio do povo brasileiro devolvido e que nunca

mais possamos repetir esta experiência que vocês montaram em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, permita-me somente um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está sem som. Está tudo sem som.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está sem som? Estou tentando destravar, mas não destrava. É alta tecnologia. Está travado aqui o som.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora abriu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Abriu?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que abriu, sim, Presidente. Abriu, sim. Abriu, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para pedir a V. Ex^a uma justificativa para amanhã, Sr. Presidente. Há uma reunião do PFL, em São Paulo, de todos os Deputados do Brasil e eu, como único representante do PFL no Senado, pediria desculpas por não poder comparecer amanhã ao importante depoimento da Karina. Inclusive, acredito eu que será proposta aqui uma acareação com o depoente hoje. Então, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a e, dada a importância desta CPI, pediria licença para amanhã me fazer representar pela nossa Deputada e pelos membros do PFL que integram esta comissão. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou com o microfone travado. Pediria apenas a V. Ex^a que anunciasse o calendário de hoje, mais precisamente sobre o adiamento do depoimento da Secretária.

A SRA. (Oradora não identificada) – Bloquearam o som.

O SR. (Orador não identificado) – Estão boicotando a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O que está havendo?

Voltou agora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois queria falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Voltou? Alô? Voltou.

Eu gostaria, primeiro, de registrar que temos ainda 6 não membros inscritos e temos, nas reinscrições, 12 parlamentares. Eu vou dar três minutos para as reinscrições e gostaria de registrar também que, depois do

depoimento do Sr. Marcos Valério, quer dizer, depois ainda de todos esses Parlamentares inscritos falarem, encerraremos. Amanhã, iniciaremos às nove horas da manhã, com a reunião interna nossa para aprovar os requerimentos e, às 11 horas da manhã, ouviremos a Sr^a Fernanda Somaggio. Então, esta é a agenda de hoje, para concluirmos os nossos trabalhos de hoje e para fecharmos os trabalhos amanhã.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para eu não apanhar quando chegar lá em Alagoas, porque quatro padres amigos meus já ligaram protestando quando o nosso Deputado João Fontes disse que o depoente estava parecendo um padre. Então, só para fazer esse registro. O Deputado retira?

O SR. JOÃO FONTES (PT – SE) – Em respeito aos padres do Brasil, eu retiro a frase, porque realmente ele não tem nada parecido com nenhum padre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Carimbão, por dez minutos.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Srs. Senadores, tenho a honra de participar da Comissão de Sindicância da Câmara. Tive a oportunidade de escutar 28 depoentes, como membro da Comissão de Sindicância. Por questão ética de responsabilidade, como a Comissão é secreta, tivemos a responsabilidade de não divulgar obviamente nem documentos, nem fatos ali citados por uma questão de responsabilidade civil, legal. No primeiro momento, confesso que pensei em até pedir a prisão preventiva, não como Deputado, porque não tenho prerrogativas, mas como cidadão e como Deputado. Eu iria ao Procurador-Geral da República, então o Fontes, depois do depoimento, mas ele foi secreto, o Brasil não o viu, e eu não fui porque não me convenci.

Assim sendo, quero mostrar o nosso senso de responsabilidade em conduzir o processo. Não quero agir com emoção nem com prejulgamentos. Cheguei a dizer à imprensa que entraria com um pedido de prisão preventiva, mas, depois do depoimento, reservei-me a não o fazer por responsabilidade plena.

Hoje, estou aqui há um bom tempo e já ouvi Deputados e Senadores dizerem que esperavam que fosse uma bomba. Claro que muitos Deputados e Senadores viram o preparo – estou dizendo o que foi dito aqui – do depoente. Se alguém esperava que fosse diferente, eu não, porque já o tinha ouvido na Comissão de Sindicância secretamente. Está muito preparado,

lógico. Não faço prejulgamento por responsabilidade. Por orientação dos advogados – como ele muito bem colocou – já foi pedir ao Supremo Tribunal que desse a condição de ele não sair preso da CPMI. É claro, já tinha indício de que a imprensa tinha colocado que eu poderia pedir, inclusive, a prisão preventiva, solicitando-a ao Dr. Fonteles.

Mas, Sr. Presidente, algumas coisas me deixam... Por exemplo, o tesoureiro, Dr. Palmieri, do PTB, confirma tudo o que o Dr. Roberto Jefferson diz. Inclusive, já está público, não estou mais quebrando sigilo da nossa Comissão – já está público e faço com muita responsabilidade –, ele entregou o dinheiro, não contou em espécie de R\$50,00 ou de R\$100,00, mas contou em pacote de R\$10,00, que guardou no cofre, que não dava no cofre e teve que colocar num armário. E aí, nos documentos trazidos pelos depoentes, diz que viajou para os Estados Unidos, só que as datas em que viajou para lá não batem, naturalmente. Fiz questão de pegar o passaporte, as datas de viagem e as datas em que o Palmieri, que era tesoureiro do PTB, disse num depoimento oficial, já está público, que o Dr. Marcos Valério levou o dinheiro – não é mais somente o Roberto Jefferson que diz, já é também agora o tesoureiro –, contou-o, colocou-o no cofre, foi lá, mostrou o segredo do cofre. E, de repente, exatamente nas datas em que o tesoureiro do PTB disse que veio, ele estava em Brasília. Mas mostra que viajou aos Estados Unidos depois do dia 10 de julho. Realmente, está aqui o passaporte, nós vimos, só que as datas começam a não bater, quando foi dito pelo tesoureiro do PTB que ele levou dinheiro. Aí eu perguntei: “Você”... Já está público porque não foi só agora enquanto Comissão, já foi na sindicância, já está dito na imprensa que ele pegou e contou os maços de dinheiro que estavam no cofre e colocou-os dentro do armário. Perguntamos: “Foi de uma vez só?” Foi dito ao Brasil inteiro, depois ele publicamente disse à televisão e está publicado nacionalmente, não é mais do conhecimento apenas da Comissão de Sindicância. Guardamos o sigilo até então, para não ser público, o depoente naquele momento era tesoureiro do PTB. Aí, de repente, as datas começam a não bater naquilo que era dito por um e dito por outro. Não fiz, por responsabilidade, o pedido de prisão preventiva do Dr. Marcos. Agora, sabemos nós, Sr. Presidente, companheiros Senadores e Deputados, existe muita gente, nesse processo, que será depoente como testemunha do processo, porque, por exemplo, a Dr^a Karina disse que vinha a secretária, outra, para Brasília, ficava num hotel, num apartamento, e era tanto homem para pegar dinheiro... Ela vai depor. Obviamente, alguém foi tirar o dinheiro, um cidadão, garoto, *office boy*, que tirava parte do dinheiro e tinha *motoboy*

como segurança. Vai depor, obviamente. Tem algumas testemunhas nesse processo todo, e eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados – deixo para julgamento dos senhores –, será que não serão coagidas essas pessoas nas testemunhas? Não estou aqui fazendo juízo definitivo; estou fazendo uma indagação.

Por isso, minha preocupação como Deputado naquele momento em que era importante, segundo – dois e dois são quatro, não são cinco –, R\$500 milhões de faturamento! Se o contrato dá entre 10, 12 ou 15%, significam, de lucro, 50 milhões por ano. Se ficarem, como ele colocou, 5%, significam 20 milhões.

Segundo nós sabemos, e não há nenhuma criança aqui, é público que a média de diferença para as agências é em torno 12, 15, 10%. Dependendo da negociação, pode chegar a 15. Quinhentos milhões são 70 milhões por ano de lucro. Divididos por dois, vão ser cinco milhões por ano, Sr. Presidente! É muito dinheiro. Ele, naturalmente, já disse que tem como justificar, tem ativos.

Claro que uma empresa do porte dessas duas empresas não contrata carro de som, não faz coisas pequenas para tirar 20 milhões em espécie sem justificar para quê. No meio desse processo, sem dúvida, sem fazer pré-julgamento, por responsabilidade, é claro que tem condução a ser seguida.

Quero deixar aqui um alerta. Não faço parte da Comissão. Aqui venho como Deputado Federal, membro que sou da Comissão de Sindicância da Câmara, e me preocupa, sinceramente, a condução, de repente por um seqüestro, até, de repente, por sair do País. É tanto dinheiro que tem, que, então, é seqüestro, é sair do Brasil, é coagir testemunhas que estão sendo arroladas, porque há muito dinheiro em jogo.

Eu não tenho nenhuma pergunta, porque seria até antiético neste momento, pareceria que eu traria informações privilegiadas da Comissão. Não quero fazê-las por uma questão de ética e de responsabilidade, mas quero deixar esse alerta aos companheiros Deputados e Senadores.

Era o só, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. É muito importante, Sr. Presidente.

Eu queria levantar que acho que é a primeira vez que há algo muito concreto. O Deputado Geraldo Thadeu, de Minas Gerais, que foi Prefeito de Poços, tinha feito a mim algumas revelações íntimas, que eu não podia trazer à baila, porque não tinha autorização dele. Agora, o Deputado me autorizou e quer prestar depoimento a respeito do relacionamento do Sr. Marcos Valério quando ele era Prefeito de Poços, em Minas Gerais.

É de fundamental importância ouvirmos o Deputado Geraldo Thadeu, que vai dar uma contribuição muito grande e que, com certeza, vai abrir o caminho das pedras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado Geraldo Thadeu já está inscrito.

Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser, posso permutar com o Deputado Geraldo. Não me importo.

Ele quer em reunião...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, sim. Então, perdão, perdão. O Deputado vai falar em reunião secreta.

Então, se V. Ex^a me der a palavra, eu começo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Laura Carneiro, de dez minutos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada, Sr. Presidente. Serei rápida.

Sr. Marcos Valério, primeiro, o senhor disse, ao longo do seu depoimento... Primeiro, parabéns, porque o senhor é monossilábico. Foi muito bem preparado pelos seus advogados e eu queria dar-lhe os parabéns por isso.

O senhor não conhece os contratos que assina, que suas empresas assinam; o senhor não sabe dos valores; o senhor não se lembra do que disse à Polícia Federal; o senhor não se lembra da verificação que está sendo feita pela Receita nas suas contas, como perguntou o Senador Romeu Tuma. Enfim, a sua memória é muito pequena. Mas vou tentar, então, entender: como é que a sua memória é tão pequena para essas coisas tão relevantes na sua vida? E, ao mesmo tempo, o senhor se lembra de detalhes, como nome de Municípios como Casablanca, Marina? Não foi isso o que o senhor disse? Marília. São Municípios que o senhor se lembra com uma capacidade enorme. Eu queria entender como é que a sua memória funciona apenas para o que diz respeito à política, para nada que diz respeito a negócio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha função na empresa era basicamente comercial.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, V. S^a só fazia política. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comercial.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim. E sua atividade comercial tratava apenas de campanhas políticas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, também com iniciativa privada, não só com política.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor, como um diretor comercial, fazia contratos, fechava contratos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, contratos de licitação... Nós estamos falando de contratos de licitação pública.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É claro. Não necessariamente, porque pode ser privado o seu cliente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Como era contrato de licitação pública era concorrência, e concorrência eu não fazia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A relação política era sua sempre? Era isso que eu queria ouvir.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Relação política de campanhas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As relações políticas estabelecidas na sua empresa eram feitas pelo senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Campanhas políticas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De campanhas políticas? Está certo.

O senhor citou, ao longo do depoimento, a existência de várias empresas, e talvez eu tenha me esquecido de algumas. Eu vou citar cinco e quero saber se são ou foram de sua propriedade e quem são os sócios ou quem foram os sócios dessas empresas. Pouso Alegre Editoração Ltda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, era uma pessoa de Pouso Alegre. Mendes. Eu tenho que olhar o nome aqui. Eu tenho a cópia aqui. Só um minutinho, por favor.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor puder deixar... Não precisa olhar, por causa do nosso tempo. O senhor pode deixar, por favor, com o Presidente da Comissão.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tolentino e Melo Assessoria Empresarial.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Rogério Tolentino e José Roberto Melo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – DNA Comunicações Ltda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Margarete Queiroz e Francisco Castilho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – DNA Participações Ltda. Uma delas é DNA Comunicações Ltda. A outra é DNA Participações Ltda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho DNA Participações.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas está aqui na sua lista.

Não existe essa empresa? Nunca existiu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho essa empresa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Redige Propaganda Ltda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Re...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Redige.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, também não é minha, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também nunca existiu.

O senhor disse, ao longo dos depoimentos, o seguinte: que o senhor tinha estado com o representante do Diretório do PT do Rio de Janeiro, se não me equivoco, e fez algumas campanhas no Rio de Janeiro. Foi isso que o senhor disse.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma só, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Calma! O senhor disse que o senhor conversou com o Sr. Manoel Severino, Presidente da Casa da Moeda, em função das campanhas políticas. Não foi isso que o senhor falou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor usou o termo “campanhas políticas” e não “campanha política” na cidade de Petrópolis.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De que outras campanhas políticas o senhor conversou com o Sr. Manoel Severino, Presidente da Casa da Moeda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conversamos sobre campanha de Mesquita, conversamos sobre campanha de outros Municípios do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que outros Municípios? (Pausa.)

Olha, o senhor só se lembra disso. Pelo menos disso lembre bem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estou lembrando. Mesquita, Queimados...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Queimados...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Onde o PT tinha candidato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom, o PT tinha candidato em quase todo o Estado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, onde o PT tinha candidato.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, vocês conversaram, por exemplo, sobre Piraí?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Piraí, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sobre Japeri?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sobre Resende?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Resende conversamos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sobre Itatiaia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conversamos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, não foram todos os Municípios?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor falou uma frase, que anotei, porque tenho mania de anotar o que as pessoas falam. O senhor disse que o senhor participou dessa reunião com o representante do Diretório do PT “para depois poder conversar com os Prefeitos eleitos”. O que quer dizer “poder conversar com os Prefeitos eleitos”?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu falei que eu conversei com...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, o senhor falou. Está gravado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só um minuto, por favor. Eu falei que eu conversei com o Sr. Manoel Severino sobre as campanhas do Rio de Janeiro e no Rio de Janeiro. E essa é que eu falei com o Manoel Severino. E, depois, eu falei que, além de conversar das campanhas eleitorais, depois eu iria conversar com os Prefeitos eleitos, que eu queria saber as Prefeituras que teriam conta de publicidade, para que eu pudesse participar das licitações.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas aí o senhor precisa conversar com Prefeito? Não é mais fácil simplesmente participar da concorrência? Vai lá, apresenta... O senhor tem de ir lá para conversar com Prefeito? Para que conversar com o Prefeito eleito, do

qual V. S^a ajudou a fazer a campanha? Explique-me o que é isso, porque eu não entendo!

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr^a Deputada, eu, simplesmente, queria saber, dessas Prefeituras que iriam fazer a licitação, qual era a verba e se haveria licitação de publicidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, é isso o que V. S^a faz?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muitas prefeituras...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nessas Prefeituras, V. S^a, eventualmente, concedeu algum recurso para esses candidatos? V. S^a é monossilábico. Eu serei bem rápida por causa do tempo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Em nenhuma dessas campanhas, V. S^a ajudou aos Srs. Prefeitos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Excelência.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, quanto a esses Prefeitos, V. S^a ia saber sobre a possibilidade de trabalhar junto com eles, já eleitos. É isso? Entendi, bem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Excelência.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

Faço outra pergunta a V. S^a: aqui, V. S^a está como investigado. Em que qualidade, V. S^a depôs na Polícia Federal no caso Banestado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Penso que é de investigado, não?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De indiciado pode ser?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pode. Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a não se lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não me lembro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a, por acaso, se lembra do envio de US\$1,5 milhão, que hoje está sendo investigado pela Polícia Federal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não enviei US\$1,5 milhão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a nunca enviou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nem por nenhuma empresa para nenhuma empresa, por nenhum banco ou doleiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a sabe que, na semana passada, a Polícia Federal, no Rio de Janeiro, procedeu a duas buscas e apreensões em dois doleiros que, em princípio, trabalhariam para as suas empresas e para V. S^a, e que esses documentos foram todos apreendidos, embora não tenham sido autuados os doleiros? V. S^a sabia disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sabia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, é para V. S^a ficar informado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok. Obrigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Talvez, V. S^a minta menos. Mentindo menos, quem sabe, lá na frente, consigamos melhorar o seu depoimento.

V. S^a poderia me informar se, depois da morte do Sr. José Augusto Dumont, a sua relação com o Banco Rural permaneceu a mesma? Aconteceu alguma diferença? V. S^a teve que achar outra relação? Como funcionou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, minha relação com o Banco Rural continua a mesma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Continua a mesma. Mesmo com a morte dele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a nunca ouviu falar – eu tenho certeza – do nome Lonthon?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca ouvi falar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca ouviu falar.

V. S^a, eventualmente, está programando uma viagem para Portugal ou coisa parecida?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não estou programando viagem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nenhuma viagem internacional?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma viagem internacional.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a tem certeza disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E deixo o meu passaporte com a Comissão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ótimo. Seria uma boa sugestão.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, já que o investigado quer deixar o passaporte...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, o meu passaporte está à sua disposição.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Penso que é bom, Sr. Presidente, porque, por acaso, chegou uma informação de que haveria uma viagem a Portugal. Mas, já que ele está querendo deixar o passaporte à disposição, é ainda melhor para V. Ex^a, para esta Casa e, com certeza, para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a disse ao Deputado Gustavo Fruet, diferentemente do que afirmou há dois minutos para mim, que fez remessa, sim, a empresa prestadora de serviço. Qual é a empresa prestadora de serviço internacional para qual V. S^a fez remessa? Como é o nome dela?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – São veículos lá de fora. Não sei o nome ainda. Tenho que pegar minha contabilidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. S^a não sabe? Gostaria de saber o que V. S^a se recorda da sua vida? Porque V. S^a não se lembra para onde e para quem faz remessa nem os contratos que assinou. V. S^a só se lembra de que vai conversar com os Prefeitos. Então, fico imaginando que V. S^a, agora, deve estar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O meu tempo continua, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem um minuto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou terminar.

Fico imaginando que, da mesma maneira que V. S^a não se lembra hoje, tenho certeza que, mais tarde, depois do Deputado Geraldo Thadeu, e – Sr. Presidente, embora não seja membro da Comissão, tenho certeza de que os Deputados e Senadores do PFL vão

requerer – após os documentos terem sido apreendidos nas duas buscas e apreensões pela Polícia Federal nos doleiros do Rio de Janeiro, V. S^a certamente vai lembrar-se de tanta coisa, de tanto dinheiro que foi para fora e, talvez, possa ajudar efetivamente a esta Comissão – já não na qualidade apenas de investigado ou mesmo na de testemunha. Tenho certeza de que deporá como indiciado. E, então, a situação será a mesma pela qual V. S^a passou na CPI do Banestado, na Polícia Federal.

Obrigada, Sr. Presidente. Estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, em face do que expôs o Deputado João Fontes, solicito a V. Ex^a que eu possa ser ouvido amanhã numa reunião fechada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, está-se tentando um consenso no sentido de que, amanhã, entre 9 horas e 11 horas, façamos a reunião administrativa, deliberando sobre alguns requerimentos. Portanto, penso que, talvez, na reunião administrativa, seja o momento de o Deputado fazer seu pronunciamento, passando a informação aos membros da Comissão. Creio que interromper neste momento a oitiva não é adequado, e poderemos deixar para amanhã para essa reunião administrativa da Comissão, se isso não for incômodo para V. Ex^a, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Mesa está de acordo.

Sei que essa é uma questão da Câmara dos Deputados, mas é a solicitação principalmente para que lá se vote o plebiscito do desarmamento. Então, pediria esse empenho aos Deputados, se possível – o Deputado Raul Jungmann também acabou de me solicitar aqui esse empenho – , porque senão cai a sessão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero só fazer um breve esclarecimento. Isso dá oportunidade para que os Parlamentares aqui façam uma consideração nesse sentido. Tem havido uma série

de votações na Câmara, e muitos Deputados não têm tido a oportunidade de votar. Só solicito que eventualmente comunique a razão dessas faltas ao Presidente da Câmara, uma vez que estamos trabalhando aqui e não em outros lugares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não serão descontados, meu caro Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso é muito importante para os Parlamentares que vivem de seu salário. É bastante relevante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será justificado.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge VI.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – O Deputado Enio está-me pedindo o obséquio de fazer a permuta, e eu aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, concedo a palavra ao Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão da Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e também como advogado criminalista que atua muito em Tribunal do Júri, estou surpreso com o depoimento de S. S^a o nobre empresário Marcos Valério. Estou observando que o seu advogado parece mais nervoso que S. S^a, que está realmente tranqüilo, respondendo o que pode. Agora está deixando de responder muita coisa que seria importantíssima para esta Comissão, e eu não tenho dúvidas de que a prova documental é que vai ser muito útil nessas investigações.

Alguns pontos, porém, ainda podem contribuir. Gostaria de perguntar ao Sr. Marcos Valério, que afirmou taxativamente que não é mais avalista do PT, mas que assinou um aval de mais de R\$2,4 milhões: exatamente em que data V. S^a deixou de ser avalista do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que em 2003 mesmo, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Em 2003. Por meio de um documento por escrito? V. S^a solicitou isso ao banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Houve uma renovação, e, nessa renovação, eu já não figurava mais como avalista.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O Sr. Marcos Valério afirmou, no início do seu depoimento, ainda hoje cedo, que fica normalmente apenas dois dias em Belo Horizonte, ou seja, viaja muito tanto a Brasília como a outros Estados da Federação. Perguntaria: nos últimos anos, V. S^a, em média, tem vindo quantas vezes por semana a Brasília?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Várias vezes, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Duas, três, quatro vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma vez, duas vezes na semana.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – E, em algumas dessas oportunidades, V. S^a trouxe consigo dinheiro vivo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Nunca. V. S^a, em algumas dessas oportunidades, solicitou suítes com cofre nos hotéis aqui de Brasília?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, Sr. Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Como é que V. S^a explicaria que, na agenda da Secretária, há uma indicação no dia 29 de setembro, quando V. S^a esteve no Gran Bittar Hotel? Há um ponto assinalado: reservar suíte com cofre. Isso pode ser confirmado com o Gran Bittar Hotel. Pergunto a V. S^a se V. S^a ratifica que nunca solicitou apartamento ou suíte com cofre.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca solicitei à minha Secretária apartamento ou suíte com cofre.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Pergunto também a V. S^a quais os hotéis que V. S^a costuma ficar quando se hospeda em Brasília.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em quase todos os hotéis quando tem vaga.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Blue Tree?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já fiquei.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O Grand Bittar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já fiquei.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Eu, posteriormente, vou solicitar ao Presidente da Comissão um requerimento no sentido de que se oficie alguns dos principais hotéis de Brasília até para que possamos checar algumas informações de hospedagem e se, em algumas dessas hospedagens, houve algum pedido especial como a necessidade de que houvesse um cofre no apartamento, especialmente no dia 29 de setembro de 2003, conforme registra a agenda no hotel Gran Bittar.

Continuando alguns questionamentos ao Sr. Marcos Valério, V. S^a também referiu no início do seu depoimento que a principal empresa de V. S^a continuava no nome da sua esposa porque chegou a citar, na

eventualidade de uma separação ou coisa parecida, não foi transferido para o nome de V. S.^a essa empresa. É verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sua esposa era ou é muito ciumenta?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Normal, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Por acaso sua esposa tinha ciúmes da secretária Fernanda Karina? Haveria algum motivo para que ela tivesse ciúmes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nem conhecia. Ela só falava por telefone, mas...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – V. S.^a conversava com a Fernanda Karina quantas vezes por semana?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quem?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Com sua secretária Fernanda Karina.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu ou a minha esposa?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Não, eu pergunto se sua esposa tinha ciúmes da secretária Fernanda Karina, sua secretária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Nunca?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, de jeito nenhum.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Agora pergunto se V. S.^a tinha diálogos quantas vezes por semana com a secretária Fernanda Karina?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quando eu estava em Belo Horizonte...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Duas vezes por semana?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quando eu estivesse em Belo Horizonte, sim porque, senão, era por telefone mesmo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – A secretária Fernanda Karina, em seu depoimento, informa que V. S.^a costumava se hospedar no hotel Maksoud Plaza em São Paulo bem como em outros hotéis em Brasília, especialmente o Blue Tree onde era comum reuniões com pessoas ou funcionários do Banco do Brasil.

O senhor já convidou para alguma festa ou algum evento festivo, alguma confraternização funcionários do Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Ela revela ainda que V. S.^a gostava de realizar eventos festivos, festas. V. S.^a gostava de realizar festas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Nem participar de nenhum tipo de festas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – V. S.^a não tem uma vida social nesse sentido?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho uma vida social normal.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Com festas, participando de festas, eventos sociais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eventos sociais.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Porque ela dá uma informação inclusive forte de que nessas festas rolava dinheiro e rolava mulheres. V. S.^a certamente não confirma isso, é mais uma mentira da secretária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Que motivos tão fortes a secretária Fernanda Karina tem para, nem primeiro momento, proteger V. S.^a em um primeiro depoimento e dizer que não conhecia nada desabonador a seu nome e, em um segundo momento, apresentar acusações tão pesadas como essa de que V. S.^a patrocinava festas para lideranças, diretores do Banco do Brasil onde rolava dinheiro, rolava mulheres e outras afirmações que considero pesadas?

V. S.^a teria alguma justificativa para essa atitude da secretária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não sei, isso tem que ser perguntado a ela.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Questiono também V. S.^a já que a imprensa divulgou e existe um equipamento que, é lógico, não tem cem por cento de eficácia, mas já é considerado como um equipamento auxiliar nas investigações do próprio Judiciário, se V. S.^a se dispõe a usar o chamado detector de mentiras, um equipamento eletrônico que poderia avaliar o stress e a probabilidade de respostas verdadeiras ou não.

Se esta Comissão assim o propor, V. S.^a se dispõe a isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Seria bom entre eu e o Deputado Roberto Jefferson para saber quem entregou a mala, não seria?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Certamente essa acareação vai ser feita, até porque o Deputado Roberto Jefferson fez essa proposta.

Agora, eu pergunto se V. S^a se dispõe...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Seria bom o detector de mentira para mim e para o Deputado Roberto...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Certamente, mas esta Comissão, no momento, está ouvindo V. S^a, e quando o Deputado Roberto Jefferson for ouvido, vai ser proposto a ele.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou falando, na acareação, seria bom por um detector...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – V. S^a, volto a perguntar, se dispõe a responder a todos os questionamentos que foram feitos aqui, durante o dia de hoje, sob a avaliação de um detector de mentiras? V. S^a se dispõe ou não?

Se o Roberto Jefferson fará é outra questão. Gostaríamos de saber se V. S^a concorda, assim como concordou em assinar um documento, em fazer acareações. V. S^a aceita?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vamos colocar o seguinte: se o Dr. Roberto Jefferson topar, eu topo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Mas V. S^a está dizendo a verdade. Tem receio do detector de mentiras?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se o Dr. Roberto Jefferson topar, eu topo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – V. S^a tem receio do detector?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu gostaria de ter o detector de mentiras entre mim e o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Certamente o faremos. Agora só podemos usar o detector desde que a pessoa concorde. Então, queremos saber se V. S^a concorda em se submeter a questionamentos sob o uso do detector de mentiras.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Junto com o Deputado Roberto Jefferson, eu concordo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Certamente nós cobraremos isso do Deputado Jefferson.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Junto com o Deputado Roberto Jefferson, eu concordo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Eu volto a perguntar. V. S^a está fugindo de uma resposta e está faltando com o respeito a esta Comissão. Diga sim ou não. V. S^a aceita ou não submeter ao detector de

mentiras as perguntas que esta Comissão fez durante o dia de hoje, independentemente de outra pessoa aceitar ou não a mesma proposição? V. S^a aceita, sim; não aceita, diga não, e eu passo adiante.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, com todo o respeito que V. Ex^a me merece, eu estou aqui desde 9 horas, respondi a todas as perguntas, com a maior educação. Respeito o seu mandato, respeito os seus votos, respeito tudo.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sim ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dentro da seguinte prerrogativa: eu aceito junto com o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Mais uma vez, a sociedade brasileira está presenciando que V. S^a não teve o compromisso de dizer a verdade, não teve, não assumiu esse compromisso, e pode, em função dessa afirmação, e eu concluo, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo, por favor.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – ...em função dessa negativa em se submeter a um detector de mentiras, condicionando essa possibilidade a que isso se faça também ao Deputado Roberto Jefferson, V. S^a ratifica uma suspeita que estava evidente: a de que V. S^a não está dizendo a verdade.

Concluo apenas com uma pergunta ainda, Sr. Presidente, já que semana que vem ouviremos aqui um companheiro de Partido e ex-presidente da Empresa de Correios e Telégrafos. V. S^a conhece ou teve algum contato com o Presidente da Empresa de Correios, ex-Deputado Aírton Dip?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jorge VI.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Eu serei breve, Sr. Presidente, até pelo adiantado da hora.

A estrutura das empresas do doutor que está sendo aqui questionado é muito moderna, com informática, é uma estrutura que tem toda a tecnologia virtual, e possivelmente está adaptada aos bancos, à questão da tecnologia bancária.

Só para ilustrar o começo da nossa participação, eu gostaria de saber se, após todo esse imbróglio, como o senhor o denominou, em que se meteu, o senhor vai continuar pagando em dinheiro os seus fornecedores, contrariando todas as normas de segurança e a modernidade da sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depois que eu resolver este imbróglio na

Justiça, eu deixarei de ser publicitário e deixarei de ter essas empresas.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Possivelmente o senhor já tem uma grande aposentadoria pela frente.

O senhor disse aqui, por várias vezes, que foi avalista do empréstimo do BMG e que pagou a primeira parcela de R\$351 mil. O senhor sabe dizer se o PT, o Partido dos Trabalhadores, pagou o restante do empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei dizer, Sr. Deputado.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Eu gostaria, Sr. Presidente Delcídio, Sr. Relator, dessa informação – claro, que não é preciso ser agora, já que ele não sabe informar –, se o PT concluiu o pagamento desse empréstimo. Se não conclui, se o PT está no SPC e na Serasa, conforme qualquer usuário normal do sistema bancário, porque quando qualquer cidadão normal atrasa, vai para o SPC e para a Serasa. Eu gostaria de saber se está havendo algum benefício por parte do BMG em relação a isso. Só que o nosso indagado não está sabendo responder no momento, nem tem essa obrigação, e a gente entende.

O senhor sabe que, após a sua visita ao BMG, junto com a diretoria... o senhor acompanhou a diretoria do BMG; o senhor disse que não foi a sua pessoa que levou a diretoria do BMG, que o senhor apenas acompanhou, mas percebemos que houve uma influência de V. S^a para que o ex-Ministro José Dirceu atendesse a essa diretoria. Logo após, Dr. Marcos, a sua visita junto com a diretoria do BMG, o banco recebeu autorização para a operação dos empréstimos em folha de pagamento dos aposentados. Logo após a sua visita.

Hoje, falamos muito nas suas contas das empresas públicas. Possivelmente, o senhor também, como já disse, atua na área privada. O BMG é seu cliente como agência, como publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O BMG foi meu cliente na empresa de eventos, pontualmente, em lançamentos da fábrica.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Essa propaganda que o BMG faz diretamente para esses empréstimos em consignação em folha dos aposentados, o senhor não tem nada com isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, é outra agência.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – É outra agência.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Eu gostaria de abrir um parêntese para até alertar o Brasil a respeito

desse tipo de empréstimo de consignação em folha. Daqui a pouco o senhor vai saber por que vou fazer essa relação.

A maioria dos aposentados não tem a mínima condição de calcular por telefone – porque os empréstimos são direto por telefone –, e as empresas publicitárias são muito capacitadas para induzir que o aposentado tire esse tipo de empréstimo. Já são R\$20 bilhões distribuídos com esse tipo de empréstimo em operações financeiras de vários bancos, dos quais R\$150 milhões foram destinados para a publicidade desse tipo de empréstimo.

O aposentado, que já vive tão sufocado no seu dia-a-dia, precisando de dinheiro, é induzido por essas propagandas formidáveis que aparecem, com atores formidáveis, e tira aquele empréstimo sem saber calcular. Geralmente, são juros exorbitantes.

Precisamos chamar a atenção para isso aqui, porque, lá na Câmara, vou fazer tudo para levantar o assunto a respeito desse tipo de empréstimo, por quê? Porque se está criando um batalhão, um exército de endividados no Brasil. A primeira leva está indo, só que vão passar 36, 40, 50, 60 meses devendo. Quando acabar esse filão, só vamos ter devedores, e é uma operação segura, porque é na folha de pagamento. Então, acho isso uma grande covardia que o Sistema Financeiro está fazendo com os aposentados.

Para concluir, Sr. Presidente, o senhor tem algum cliente, banco, da área privada, que é seu cliente nas suas agências e em alguma empresa sua?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só o Banco Rural, na SMP&B. Só.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Só o Banco Rural. Nenhum banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhum banco além dele.

O SR. JORGE VI (PSDB – AL) – Está bom. É porque pretendo levantar se essas dezenas de bancos que estão oferecendo empréstimo consignado em folha precisaram receber – se o ex-Ministro – visitas de pessoas influentes como o senhor nessa área, porque tudo leva a crer que, nesse caso BMG, vamos levantar e com certeza vamos chegar a uma conclusão de que houve tráfico de influência, tanto é que, logo após a sua presença lá com o ex-ministro, o Banco foi autorizado a fazer esse tipo de operação financeira aparentemente facilitando a vida de aposentados, mas, com certeza, prejudicando, porque os salários estão mutilados através dessas operações.

Então agradeço a participação.

Sr. Presidente, ainda faltando três minutos, agradeço, me dou como satisfeito, só que vamos verificar

toda esse tipo de operação a partir dessa semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Jorge Sexto.

Próxima palavra para o Deputado Manato.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a, aos membros desta CPMI por me permitirem, como não membro, fazer algum questionamento ao Sr. Marcos Valério.

Primeiro gostaria de parabenizar o Sr. Marcos Valério por estar aqui e dizer que o senhor é muito inteligente, o senhor já veio aqui com **habeas corpus** preventivo, porque se o senhor não tivesse esse documento, com certeza o senhor não voltaria para casa.

Quanto às respostas que o senhor deu, caracterizo em três respostas. A primeira verdade. V. S^a falou a verdade quando V. S^a diz que é amigo do Delúbio, quando V. S^a diz que avalizou para o PT, quando V. S^a diz que pagou os juros, quando V. S^a diz que tem as empresas, quando V. S^a diz que trabalha na parte comercial. E o senhor falou duas coisas, o resto o senhor ou omitiu ou mentiu. E nessas omissões ou mentiras, vou dizer para V. S^a que prefiro acreditar na história de Papai Noel, na história da Carochinha do que acreditar no que o senhor anda falando aqui. Mas isso não vem ao caso.

Vou bem direto ao assunto, porque tenho duas perguntas importantes para fazer ao senhor.

Nas campanhas eleitorais, em São Paulo, V. S^a deixou claro que participou das campanhas eleitorais em São Paulo em duas ou três cidades, não mais do que isso. A minha pergunta a V. S^a é: o senhor participou efetivamente das campanhas ou não participou? Sim ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu pessoa física não participei, quem participou foi uma empresa chamada Estratégia Marketing e Política.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Essa empresa cobrou honorários? Sim ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela recebeu e está declarado no imposto, na, no ...

O SR. MANATO (PDT – ES) – Teve o recibo eleitoral?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No TRE, não é?

O SR. MANATO (PDT – ES) – Certo. Como pessoa física o senhor não participou, não fez nada para ninguém?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Nada? Está certo. Muito obrigado.

Agora eu vou na seguinte. Quem assinava os cheques para o senhor? O senhor deixou claro para o nobre Deputado João Fontes que V. S^a assina conjuntamente. Certo? O senhor concorda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Era o senhor e mais quem assinava esses cheques junto com o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na SMP&B, eu e mais dois sócios meus.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Pode-se falar os nomes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Ramon Cardoso, publicitário, e o Dr. Cristiano de Melo e Paz, fundador da SMP&B e publicitário, apesar de ser engenheiro.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Muito obrigado, Sr. Marcos Valério.

Agora vou num terceiro ponto.

Simplemente sou médico, sou empresário, tenho sociedade num hospital, e durante a minha campanha tive doações e trabalhei com nota fiscal. O senhor deixou claro aqui, pelo que entendi, o senhor deixou claro que o senhor sacou os R\$ 20 milhões, o senhor não escondeu isso de ninguém, e que o senhor pagou e recebeu notas fiscais por esse pagamento. Sim ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma parte sim, outra parte não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Mas de uma certa quantidade o senhor recebeu notas fiscais para dar baixa no caixa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma parte sim, que é pagamentos de fornecedores ou recibo e tudo, a outra parte não.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Então vamos nas que o senhor recebeu.

Eu na minha campanha tive cuidado de toda nota fiscal que recebia mandava a minha assessoria entrar num *site* da Receita Federal e conferir se essas notas fiscais eram verdadeiras ou falsas, porque tinha preocupação de me complicar, se eu recebesse uma nota fiscal que, por qualquer motivo, não fosse verdadeira. Pergunto a V. S^a. A empresa de V. S^a tem esse cuidado de verificar se essas notas fiscais são falsas ou verdadeiras?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No caso do Governo Federal, essa verificação é automática; no caso do Baco do Brasil,...

O SR. MANATO (PDT – ES) – A particulares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E também no caso dos Correios.

No caso de particulares, nunca tive problemas.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Então, Sr. Presidente, faço uma solicitação a V. Ex^a e ao Relator, por se tratar de R\$20 milhões, que é muito dinheiro, Sr. Presidente! Se ele sacou o dinheiro e recebeu notas fiscais, eu gostaria que elas, as notas fiscais, fossem avaliadas, porque essas notas fiscais podem ser notas fiscais frias. Aí, esta CPMI vai abrir um outro caminho à Receita Federal para avaliar se não está havendo lavagem de dinheiro.

Sr. Presidente, gostaria que esta CPMI solicitasse ao Ministério Público e à Receita Federal que avaliasse essas notas fiscais, porque, de repente, poderemos descobrir uma sonegação fiscal, ou um desvio de dinheiro sem se falar para onde ele vai. Então, a minha sugestão para esta Comissão é que sejam feitas as avaliações dessas notas fiscais.

Sr. Presidente, pela participação...Pois não, Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha empresa já está sob a fiscalização da Receita Federal, Deputado.

O SR. MANATO (PDT – ES) – Concordo com o senhor. Apenas estou dando mais um alerta, o qual tem que ser feito.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpe-me, perdão!

O SR. MANATO (PDT – ES) – A Receita Federal tem esse caminho. De repente, pode passar desavisado, algo pode passar despercebido, e nós estamos aí com um mecanismo. Então, é mais uma coisa que tem que ser investigada.

Sr. Presidente, parabéns a todos os membros.

Obrigado, Sr. Marcos Valério.

Obrigado a todos, e uma boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Manato.

Será providenciado.

Peço a formalização dessa solicitação.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Sardelli. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Peço a equipe de som que atualize os dez minutos no relógio, por favor.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Deputados e Senadores aqui presentes, boa-noite também ao nosso convidado, que está prestando depoimento aqui, Sr. Marcos Valério.

Confesso que fico assustado, triste, alegre. O Senador Pedro Simon colocou, com muita propriedade, Sr. Marcos Valério, que o senhor está tendo a oportunidade de passar o Brasil a limpo. Precisa ter coragem para

fazer isso. Olha, a história passa, o tempo passa; mas o tempo, em seu final, diz a verdade. Tivemos cassado presidente, deputados, prefeitos, que perderam seus mandatos dizendo ser “tudo mentira”. Assisti, nessa semana, à Sr^a Eliane Cantanhede, da **Folha de S. Paulo**, inquirir, fazer algumas perguntas ao Deputado Roberto Jefferson, desculpem-me, ao Deputado José Genoíno, hoje, Presidente do PT. E S. Ex^a escorregava daqui, escorregava dali, como estamos vendo aqui hoje. E a nobre jornalista, em um momento de sua fala, disse: “Mas, Genoíno, tudo que se tem dúvida está se concretizando, está-se materializando. Todas as denúncias: o Ministro José Dirceu caiu, de fato; o Sr. Delúbio foi embora, de fato; o Sr. Silvinho, Deputado, foi embora, de fato”. Então, não tente transformar isso num “conto da carochinha” porque não é. O tempo vai dizer. Se o senhor não estiver dizendo a verdade aqui, o tempo vai se encarregar de poder dizer a verdade sobre o senhor. Por isso, muitos têm criticado o Deputado Roberto Jefferson, inclusive eu. Mas ele está prestando um serviço para a classe política, para a classe empresarial, para todos no nosso País. Efetivamente, precisamos passar o nosso País a limpo.

Ele tem os seus erros? Deve ter e vai pagar por isso. O tempo vai dizer também. Agora, o senhor está tendo a oportunidade ímpar de dizer a verdade para uma Nação, para o povo brasileiro. Isso é nobre. Não é qualquer um que vai ter esta possibilidade que o senhor está tendo hoje de poder dizer a verdade com firmeza e até de dizer “Perdão, eu errei”. Porque o senhor vai pagar por isso, se mentira foi o que disse aqui, se todas essas empresas efetivamente constarem desse relatório final...

Também corroboro aqui com o Deputado que acabou de falar sobre a importância do cruzamento dessas informações. É muito importante, seja no BV que o senhor recebia das suas agências de publicidade, o destino desse dinheiro, a nota fiscal, a veracidade. O povo brasileiro quer saber.

Em 20 de junho de 2003, a Revista **Época** noticiou que o senhor esteve com o Presidente da CPMI do Banestado, tratando de assuntos referentes ao Banco Rural. É verdade, Sr. Marcos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não estive com o Presidente do Banestado... É Banestado?

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Com o relator da CPMI do Banestado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não estive com o Presidente da...

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Quer dizer que a imprensa brasileira...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Presidente ou Relator?

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O Relator.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não estive com o relator.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Com o Presidente, o senhor esteve ou não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com quem?

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Com o Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nem sei quem era, Deputado.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Então, não sabe quem é, não esteve. Estranha-me a dúvida da sua resposta.

De qualquer forma, a imprensa noticiou que o senhor lá esteve, tratando de assuntos do Banco Rural. Antes desse encontro, constava seriamente a possibilidade de o Banco Rural ser incluído no relatório final; depois desse encontro, coincidentemente, o Banco Rural escapou da sua inclusão no relatório final, por meio do seu relator. Não mais constou no relatório final.

Tivemos dois relatórios – eu lhe dou a palavra já. O segundo relatório foi do Presidente, em que constava o Banco Rural.

Efetivamente, o senhor intermediou esse trabalho, essa conversa, para poder tirar o Banco Rural daquele problema, naquele momento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu nunca conversei com o relator da CPMI do Banestado sobre Banco Rural.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O senhor nunca esteve com ele também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O relator é o Sr. José Mentor. É isso?

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, estive com ele, sim, senhor.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Esteve em algumas situações.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Então, a Revista *Época* está mentindo, a imprensa brasileira está mentindo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca tratei assunto de Banco Rural com o relator da CPMI do Banestado.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – De que assunto o senhor tratou? O senhor pode nos dizer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já falei, Deputado. Desculpe...

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Desculpe, eu não estava presente. Eu gostaria da sua informação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Perdão. Eu vou repetir. Tratei assuntos de campanhas políticas do Deputado José Mentor. Nunca tratei assuntos do Banco Rural com o Deputado José Mentor.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O senhor aqui omitiu ou não quis dizer quais são os nomes dos maiores fornecedores credores desses vinte milhões que foram retirados em dinheiro. O senhor continua insistindo em não dizer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vai estar na minha contabilidade e a Receita Federal vai apurar.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Pelo jeito, tudo vai estar na sua contabilidade.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Acho que isso é muito importante. A Dona Maria, lá da minha cidade, da minha região, para tirar R\$300,00, precisa enfrentar uma fila, dar documentos, assinar o cheque no verso, correr o risco de ser assaltada quando sai do banco, e não consegue, às vezes, tirar. O senhor, por meio de algumas pessoas, é R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, R\$ 500 mil. O senhor continua sacando em dinheiro? As suas empresas continuam sacando em dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As minhas empresas continuam tendo vida normal, Deputado.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Continuam sacando em dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Continuam tendo vida normal.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Continuam sacando em dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Normal, o movimento normal dela.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – O senhor não me respondeu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Normal. Se ela tiver que sacar em dinheiro, ela saca em dinheiro. Se ela tiver que dar cheque...

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Ou, a partir de agora, estamos pagando tudo lá, regularmente, certinho, bonitinho?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se ela tiver que dar cheque, ela dá che-

que. Se ela tiver que pagar em dinheiro, ela paga em dinheiro.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Finalizando, eu gostaria só...

O PT fez, em inúmeras cidades do nosso Brasil, uma pirotecnia de campanha. Isso não poderia ser diferente na nossa região. Em Campinas, vimos um gasto milionário do Partido dos Trabalhadores. Na campanha, coincidentemente no segundo turno do Dr. Hélio, que venceu as eleições contra o candidato do PT no primeiro turno, não teve ninguém do PT para auxiliá-lo. Eu gostaria de saber do senhor: o senhor participou da ajuda, desse pelotão de frente na cidade de Campinas? Lá compareceram Zezé de Camargo e Luciano e outros cantores, Zé Dirceu, que comandou todo esse grupo de apoio, Palocci, Mercadante, Greenhalgh, João Paulo. O senhor esteve presente em Campinas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Não estive presente.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Não ajudou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não ajudei.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Eu gostaria só de dizer o seguinte: uma empresa não vive sem a pessoa física. O senhor insiste em dizer que a sua... Quando o senhor é perguntado na pessoa física, o senhor responde da jurídica; quando perguntado na jurídica, responde da física. Eu gostaria de dizer para o senhor que para você poder existir juridicamente, precisa existir fisicamente. Então, acho uma contradição e, às vezes, desculpe, um desrespeito...

Já perguntaram...

Depois desses insistentes, o senhor teve algum contrato cancelado, seja do Governo ou de empresas privadas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já tive de empresas privadas.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Quer dizer, o senhor já está no prejuízo a partir de agora.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Estando com certeza, antes de fazer a consideração, eu gostaria de dizer que também me chegou aos ouvidos agora, que algum órgão de grande imprensa do País acaba de comunicar que o senhor teria vontade de deixar o nosso País. O senhor confirmou aqui que não. O senhor reafirma que não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu ponho a disposição da Comissão o meu passaporte.

O SR. CHICO SARDELLI (PFL – SP) – Ótimo. Eu gostaria só de te dizer e de te pedir mais uma vez, Marcos Valério: preste esse serviço à Nação brasileira. Preste-o porque o tempo vai se encarregar de te condenar, se você for culpado; ou de te absolver, se você for inocente. Mas tudo aquilo onde passa o seu nome nesse momento, o nome de alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores tem efetivamente derrubado Ministros, presidentes de Partido, vice-presidentes, tesoureiros, líderes de Partido. Peço a você, como brasileiro que sou e como brasileiro que você é, preste esse serviço à Nação. Se você errou, com certeza, pode ter a dignidade de pedir perdão, porque a verdade vai se encarregar de julgar aquilo que você fez junto com os companheiros que fizeram com você.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou passar a palavra para o Senador Magno Malta. S. Ex^a é o último inscrito entre os não-membros da Comissão.

Eu recebi agora do Senado Federal, um Ofício assinado pelo Sr Armando Sobral Rollemberg, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal. É uma nota de esclarecimento, que diz:

“A Secretaria Especial de Comunicação Social esclarece que o Senado Federal nunca firmou contrato com qualquer agência de publicidade. A divulgação institucional das atividades desenvolvidas no Senado é feita pelos veículos de comunicação da Casa, além da cobertura realizada rotineiramente pelos jornalistas credenciados junto ao Comitê de Imprensa.

Brasília, 06 de julho de 2005.

Armando Sobral Rollemberg.”

É fruto até dos questionamentos que ocorreram ao longo desta sessão, especialmente no que se refere às agências de publicidade ou na Câmara ou no Senado.

Depois do Senador Magno Malta, temos ainda, para todos ficarem bastante animados e empolgados, treze reinscritos. Vamos fazer em três minutos para cada inscrito. Bateu os três minutos, vou cortar o som.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr Presidente, aproveitando o tempo em que o depoente não está presente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a já tem para o dia de amanhã os horários e roteiros dos nossos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É que V. Ex^a estava no gabinete. Amanhã começaremos às 9h com a discussão dos requerimentos. Nesta tam-

bém vamos ouvir o Deputado Geraldo Tadeu que quer uma reunião fechada para relatar algumas coisas que vivenciou com o Sr. Marcos Valério. Depois, às 11h, começaremos a oitiva da Sr^a Fernanda Karina Soma-ggio. Essa é a agenda de amanhã, que pretendemos cumprir conforme o combinado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, V. Ex^a lembra-se, bem como todos aqui, que sugeri a V. Ex^a que fosse obtido junto às mesas diretoras da Câmara e do Senado Federal a relação as pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos membros da CPMI, titulares e suplentes. De posse das listas dos titulares, dos suplentes e das pessoas que prestam serviços, poderemos compará-las com as listas de checagem da portaria do prédio onde está situada a agência do Banco Rural.

Sr. Presidente, creio que depois do depoimento do Deputado Roberto Jefferson dizendo que alguns daqui recebem, quis formalizar esse documento. Eu o faço aqui agora e o entrego a V. Ex^a. Já o fiz de viva-voz há algumas horas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Receberemos o requerimento, Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – Peço

a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Welington Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – Sr.

Presidente, como vamos encerrar hoje, quando será a inscrição para a fala, para a oitiva de amanhã?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Meia hora antes de 9h.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Amanhã as inscrições para a oitiva da Sr^a Fernanda Somaggio acontecerão a partir das 8h30min.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Ex-celente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Às 8h30min.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – Para

que horas está marcada a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A oitiva será às 11h.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – Então, o lógico seria meia hora antes para cumprir....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Deputado, vai virar um tumulto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Meia hora antes da audiência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Não, vai virar um tumulto aqui. Quem é que chegou primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por que as 8h30min? Senão vamos estar no meio de uma discussão de requerimento e haverá um verdadeiro carnaval para assinar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – V. Ex^a está certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, é uma excepcionalidade em função da agenda excepcional que iremos cumprir amanhã.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PT – MT) – V. Ex^a está certo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Paes.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Também tenho outra questão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, hoje no início desta sessão formulei uma questão de ordem a V. Ex^a que tentarei resumir neste exato instante.

Solicitei a V. Ex^a que se pronunciasse no sentido de que o depoente tivesse conhecimento, no início de seu depoimento, de que dispunha de um **habeas corpus** preventivo. Que este teria o seu mérito julgado em algum momento. Que tudo o que dissesse no dia de hoje que fosse mentira, que fosse omissão da verdade, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tomaria providências no sentido que, julgado o mérito do **habeas corpus** preventivo concedido ao depoente, por meio de seu Presidente, tomaria providências no sentido de solicitar a decretação da prisão preventiva do depoente.

Fiz essa questão de ordem, Sr. Presidente, porque parece-me de extrema relevância que, inclusive para o instituto e para o instrumento de investigação – que são comissões parlamentares de inquérito – pudéssemos não ter, a partir desse procedimento adotado de forma competente pelos advogados do depoente, um procedimento e um padrão de comportamento em CPIs. As pessoas vão ao Supremo, fazem o pedido do **habeas corpus** preventivo. Vêm aqui, falam mentiras, omitem

a verdade e saem daqui como se nada tivesse acontecido, isso não acarreta nenhum tipo de prejuízo.

Então indago a V. Ex^a sobre o seu posicionamento sobre a questão de ordem apresentada, já que não ficou claro o seu posicionamento pela manhã. V. Ex^a acabou, pelo que entendo, não se manifestando de forma muito clara, deferindo ou indeferindo a questão de ordem que formulei. Então gostaria de saber qual o posicionamento de V. Ex^a em relação a essa questão de ordem que formulei.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Foi indeferida a questão de ordem de V. Ex^a, conforme foi falado no início dos trabalhos de hoje.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Diante

disso, Sr. Presidente, estou apresentando, em respeito ao Parlamento, em respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito e em respeito aos Parlamentares que aqui passam horas do seu dia ouvindo um depoimento em que o depoente, com toda tranqüilidade do mundo, pode omitir a verdade, mentir, sem que isso gere nenhum tipo de consequência, estou apresentando recurso. Faço-o não apenas para contestar essa decisão de V. Ex^a, mas também para que a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados possa deliberar sobre essa questão, para as futuras Comissões Parlamentares de Inquérito.

Eu não queria iniciar um debate acerca disso, a Deputada Juíza Denise Frossard já se manifestou hoje, deu a opinião, o parecer dela, mas mantenho aqui a nossa posição: farei o recurso e, certamente, teremos um debate acerca dessa questão na Comissão de Constituição e Justiça.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, essa questão veio à tona na parte da manhã, e volta à tona agora. Esta Comissão também tem um caráter pedagógico, e evidentemente que eu, com uma vida inteira como juíza, não posso deixar de me manifestar sobre uma questão técnica.

Compreendo a aflição do Deputado Eduardo Paes em querer ouvir alguma coisa do depoente, eu compreendo, entende-se. Eu também já sofri dessa mesma aflição, deputado. E vou dizer-lhe uma coisa: quando exagerei, e extrapolei, e saí fora da lei, corretamente o tribunal anulou a minha sentença. Corretamente anulou. Embora tudo possa ser feito, a nossa angústia é pelo fato de que queremos ouvir alguma coisa. Eu já disse aqui: o máximo que eu pude fazer na minha vida de magistrada foi condenar a trinta anos. Aquele

que é investigado tem o direito de calar-se sim! E, se ele mente, eu posso apenas dizer que é um homem cínico, mas eu não posso ir além disso.

Ainda bem que nós temos a lei, Sr. Presidente, porque eu ficaria muito insegura se eu viesse numa Comissão Parlamentar de Inquérito e, de repente, não soubesse o que podia acontecer. É por isso que a lei nos tolhe. E a lei diz que aquele que está sendo investigado não é obrigado a prestar o compromisso de dizer a verdade sob pena de falso testemunho. Ele deve dizer a verdade. Se ele não disser, nós vamos interpretar o que ele disse em cotejo com as provas.

Então, corretamente está o salvo-conduto da Ministra Ellen Gracie, e fosse eu no lugar dela, concederia da mesma forma. Agora, se eu quiser dizer aqui que o depoente é um cínico, eu posso dizer, mas ele não é obrigado a confessar a própria torpeza da conduta dele. É isso!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral) – Estamos absolutamente de acordo com a Deputada Juíza Denise Frossard. E a decisão do Presidente foi alinhada com as ponderações de S. Ex^a.

Deputado José Eduardo Cardozo, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, falo apenas para endossar inteiramente as palavras da minha querida amiga Juíza Denise Frossard. Há um princípio do Estado de Direito que diz que ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo. Isso é um princípio do Estado de Direito moderno. Evidentemente, se é investigado, pode-se fazer todo e qualquer juízo de valor sobre ele, mas nunca imputar qualquer pena sobre a sua omissão ou sua eventual mentira. Aliás, quero apenas observar: se o nobre Deputado Eduardo Paes quisesse seguir um outro caminho, o caminho correto teria sido não quebrar o sigilo bancário do Sr. Marcos Valério, chamá-lo como testemunha, porque aqui ele poderia ser testemunha – lá no mensalão não –, e depois quebrar-lhe o sigilo, porque ele sairia como indiciado.

Este seria o caminho que permitiria a que ele viesse como testemunha.

Como se decidiu quebrar o sigilo previamente, naturalmente ele se tornou investigado. Razão tem a nobre Ministra que concedeu a ordem, porque...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– V. Ex^a me concede um pequeno aparte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Com muito prazer.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, mas apenas para confirmar as palavras da minha amiga Denise Frossard, juíza, que está rigorosamente certa dos princípios de direito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Cardozo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, em face de eu ter sido pego de surpresa quando o Deputado João Fontes há pouco, tomando a palavra, disse que eu havia autorizado a dizer que tinha uma declaração a fazer, devo dizer que o Deputado é um grande amigo, companheiro, de forma que o perdão pela escorregada, pois não o autorizei. Isso criou um tumulto e uma expectativa muito grande. Hoje os nervos estão à flor da pele. Eu fui ao Plenário para colocar a minha presença para votar e eu achei por bem, pelo tumulto, pela expectativa, de prestar as minhas declarações neste momento, se o Sr. Presidente, achar que é conveniente.

Então, eu gostaria de me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não; não é...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Em aberto, Sr. Presidente, é melhor, quanto menos sessão secreta...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É melhor que seja em aberto. Eu não tenho praticamente nada a dizer. Apenas gerou um tumulto muito grande a notícia de que eu já ia trazer os nomes dos colegas, os Deputados do mensalão, e não tem nada disso. Assim procedo até para evitar problemas aqui. Então, eu gostaria de falar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu conheci o Sr. Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vai V. Ex^a contar agora então.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, por favor Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu conheci o Sr. Marcos Valério em 1999, mais ou menos, quando eu era prefeito de Poços de Caldas. Quem prestava serviços de publicidade, através de uma con-

corrência, à prefeitura de Poços era uma empresa que chamava Feeling.

A Feeling, em 1999, foi adquirida pelo Sr. Marcos Valério e as suas empresas. E eles me convidaram, naquela época, para fazer uma visita, quando fosse a Belo Horizonte, à agência de publicidade, pois eles queriam se apresentar, uma vez que eles haviam adquirido a Feeling que prestavam serviços à nossa prefeitura.

Eu fui, acompanhado de um secretário de governo, e lá conheci o Sr. Marcos Valério, a sua equipe e o ex-proprietário da empresa da Feeling. E o Sr. Marcos Valério, muito gentil, muito atencioso, com toda a boa vontade, tratando-me muito bem, mostrou que a empresa dele era uma empresa muito bem estruturada, que presta serviços há mais de 20 anos; enfim, mostrando toda a estrutura dele.

Naquela época, para mim, prefeito de primeiro mandato, vinha a questão da reeleição. E ele me perguntou se seria candidato à reeleição. Eu disse que ainda estava em dúvida, que eu não sabia. O Sr. Marcos Valério colocou-se à disposição para arrecadar recursos para a minha campanha. Foi quando eu disse: “Tudo bem. Se eu for candidato, eu falo”.

Eu entendi que ele iria, através de pessoas, de empresas que têm contratos com a prefeitura naquela época, e faria gestões de arrecadar recursos para mim. Uma coisa que talvez possa até ser natural. E eu falei: “Está bem, Marcos, se eu precisar, eu te falo e você pode arrecadar recursos para mim.” Por isso, na minha oitiva, e pode ver a minha oitiva hoje, eu insisti que eu disse a ele que achava que aqueles recursos a mais que constam nas contas das empresas, não-identificados, me sugeriam que fossem de empresas de Caixa Dois, que caía na empresa dele e que daí eram sacados para a questão de financiamento de campanha.

Foi isso o que quis dizer a ele, que ele poderia dar uma grande contribuição. Acredito que ele não estaria, não sei que crime ele estaria cometendo, se eleitoral ou não, mas, na minha função de Parlamentar, eu comentei com o Deputado João Fontes e com outros Deputados, eu estava ficando incomodado, inclusive pertencendo aqui à Comissão Mista de Inquérito. Isso estava me incomodando. Eu sabendo de um fato desse, não poderia deixar. E falei que ia deixar passar, que ia procurar o Sr. Presidente e o Sr. relator e ia relatar a eles que gostaria de falar. Mas não fui candidato à reeleição, não tive mais contato com o Sr. Marcos Valério, que não arrecadou nenhum recurso para mim. Não fiz campanha, saí da Prefeitura, fiquei dois anos fora. Fui candidato a Deputado Federal e vim para cá, com muita dificuldade, sem recursos, com muita dure-

za para chegar aqui. Mas o Sr. Marcos Valério a nossa passagem foi essa.

O senhor me desculpe, mas no ofício de Parlamentar eu não poderia deixar de declarar essa questão.

Penso que o Sr. Marcos Valério pode ajudar muito a Nação. Acho que ele pode ajudar muito a Nação, como eu acho que o Deputado Roberto Jefferson declarou sua culpa em algumas coisas e está ajudando muito esta Nação.

Esse é o entendimento, foi esse o caso, eu saí aqui, era um tumulto muito grande, todo mundo queria saber, colegas preocupados, porque eu ia denunciar esquema de mensalão. Jamais, não tenho nenhuma informação. Apenas isso. É a minha palavra.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas ele lhe propôs alguma coisa, Deputado?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –

Como?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Ele lhe propôs alguma coisa?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não,

não me propôs nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Bom está esclarecido.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, por dez minutos, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu usarei

bem menos, até porque eu já estive no seu lugar, sentado quinze, vinte horas, vivendo as angústias de uma CPI, de oitivas intermináveis, e sei perfeitamente, Sr. Presidente, o quanto é ruim, depois de uma oitiva cansativa, ter que ouvir parlamentarar que não faz parte da comissão, que não está inteirados do assunto, mas se inscreve para perguntar o que já foi perguntado. Sei exatamente da angústia de V. Ex^a e não quero submeter o Plenário da CPMI, nem V. Ex^a, nem o relator, a esse tipo de sentimento.

Quero dizer ao meu querido Deputado Eduardo Paes que essa angústia também eu já vivi, de a pessoa não falar, chegar com o seu **habeas corpus**, que é um direito. Só que eu imagino, Sr. Presidente, ser preciso reunir em torno do Sr. Marcos Valério os dados periféricos que foram oferecidos, como a questão dos *motoboy*s e uma série de coisas para poder ter elementos, perguntar, e poder extrair disso contradições. Senão você faz prova de marcar um X: “O senhor fez ou não fez?” “Não fiz.” “O senhor foi ou não foi?” “Não fui.” Entendeu? E aí as coisas ficam muito facilitadas e a oitiva vai ficando elástica e não chega a lugar nenhum.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão e, se o senhor puder pedir ao seu pessoal técnico

para poder formalizar, não quero ser leviano e fazer afirmações, até porque não tenho lembrança absoluta disso, mas com o requerimento nós saberemos.

O Banco Rural – e aí só esse requerimento à Câmara, ao Presidente Severino para que forneça os dados do Banco Rural –, nós já o havíamos levantado na ocasião da CPI do Narcotráfico. E V. Ex^a vai saber disso e a Comissão, oficializando ao Presidente Severino, a fim de que ele possa fornecer a esta CPMI dados que foram obtidos pela CPI do Narcotráfico naquela ocasião, e nós fazemos citação disso no relatório, e eu não quero ser leviano, por isso estou fazendo uma sugestão.

Sr. Marcos Valério, eu queria cumprimentar os advogados e as pessoas que estão com o senhor, e não quero ser repetitivo, até porque assisti a parte da sessão, das oitivas pela televisão. Não faço parte da Comissão e o que sei, sei também da imprensa, o que sei li na imprensa, o que ouvi, ouvi de quem viu mais na imprensa do que eu, e não quero ser repetitivo, mas eu queria perguntar uma coisa ao senhor, até porque eu o vi falando mais cedo sobre sua família, seus filhos, imagino que eles estejam lhe vendo, acompanhando o tempo inteiro, e eu não sei o que se passa pela sua cabeça neste momento, com esse terremoto todo no País. Num determinado momento eu ouvi o senhor falar também que a sua carreira como empresário acabou, que as suas empresas acabaram.

O que o senhor imagina mesmo, o que o senhor sente neste momento – isso é o que eu queria saber – quando o senhor se recorda desse tal aval que o senhor fez a pedido do seu amigo, Delúbio Soares, que o senhor não esconde, é seu amigo? Quando ele lhe fez a sugestão para que pudesse fazer o aval, como é que se deu isso? Ele lhe sugestionou, o senhor orientou? E hoje, depois que vê esse mundo desabando sobre a sua cabeça e desabando na Nação e vendo o Governo Lula, um homem saído do coração das massas chegar ao poder, e que vive um momento de turbulência tão grande, onde as coisas acontecem rapidamente, simultaneamente, não se resolve um problema, outro problema já aconteceu, e parece que todos eles advindos desse momento. Quando o senhor se recorda desse momento – e aí eu lhe faço a pergunta, e aí eu não estou te inquirindo, não estou te levando contra a parede, em absoluto, eu gostaria de conversar com o senhor sobre esse momento. Quando o senhor se recorda desse momento, o senhor faria tudo de novo, imaginando que estão execrando pessoas inocentes, ou o senhor não faria, por entender que essa atitude está empurrando como que contra o abismo o Governo de um homem simples, que foi eleito para governar, com muito sonho, o País, e que de repente parece que

essas coisas vão se esvaindo entre seus dedos? O que o senhor pensa disso, daquele momento lá atrás e agora, que o mundo está desabando? O senhor faria tudo de novo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu posso falar por mim, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fique à vontade, vou dividir meus dez minutos com o senhor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vou tomar muito cuidado de falar também com o senhor, porque hoje qualquer pessoa de quem eu fale alguma coisa está rotulada. Mas eu conheço a história do senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, só um minutinho. Eu já ouvi o senhor falar isso também três vezes. Não se coloque também nessa posição, não, porque na verdade... Só um minutinho.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Honestamente, eu vou te falar o que eu penso. Se tivesse um buraco eu entraria nele e sumiria no mundo. Honestamente, minha vida de empresário acabou mesmo, e não é firula. Honestamente, eu não vou estar mais mexendo com política, não vou estar mais mexendo com empresa. Honestamente, eu perdi toda a minha credibilidade. É isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor faria tudo de novo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Honestamente? Eu nunca mais trabalharia para o Governo...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Não, não é trabalhar para o Governo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu nunca mais me relacionaria com nenhum político, eu nunca mais me relacionaria com nenhum Partido. Para falar a verdade, se tivesse um buraco eu entraria nele.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu entendo o seu momento emocional, agora, como é que se deu essa, como é que... Porque, na verdade, não foi uma conversa com uma pessoa estranha, foi uma conversa com um amigo, e até na colocação do senhor e das pessoas que participaram, e falo o senhor com muita tranquilidade... Eu, quando vejo o Presidente Genoíno debaixo desse fogo, a mim me angustia muito porque é um homem que tem uma história. A lei diz que todo cidadão é honesto até que se prove o contrário, e o meu sofrimento é gritante quando vejo o José Genoíno debaixo desse fogo cruzado, porque esse rapaz contribuiu para a história deste País.

É por isso que estou perguntando: como é que se deu isso? O José Genoíno sabia ou não sabia? O Delúbio Soares lhe pediu “nós estamos precisando, e

você pode ajudar, você assina com a gente”? Ele fez isso sem a pretensão de que estivesse cometendo uma irregularidade? Estou deixando o senhor bem à vontade.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sem problema. Eu respondo novamente. Foi um pedido que o Delúbio Soares me fez em São Paulo, do empréstimo. O PT estava em dificuldade, e eu fui avalista. Só foi isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas foi só assim “estamos em dificuldade, vamos pegar empréstimo, e você assina como avalista”?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Ele me pediu para ser avalista. Foi um pedido pessoal. Não foi um pedido de Genoíno. Não foi um pedido do Partido. Foi um pedido pessoal.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Um pedido pessoal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu gostaria de falar mais coisas, gostaria mesmo, mas a verdade é isto: foi um pedido pessoal.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estou insistindo nisso, porque, quando a gente tem um amigo e conversa com ele sobre política – e algumas vezes o senhor afirmou que conversava sobre política, amenidades, futebol, samba, não sei o quê –, quando se fala de um contrato dessa natureza, não é que um fala, e o outro responde: “Vamos fazer um empréstimo, estamos com dificuldade. Você avaliza?” “Avalizo” E tchau. Acabou.

O que estou dizendo ao senhor é o seguinte: não tenho elementos. Não conheço nada de documentos, de quebras do senhor. Tenho informação de jornal. Então, é por isso que estou conversando com o senhor.

O senhor tem consciência, então, de que esse encontro de meias palavras que levou o senhor a fazer esse aval contribuiu para esse vendaval que desaba sobre o Governo Lula e que o coloca contra a parede, numa situação difícil diante a opinião pública? O senhor tem consciência disso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não só o aval. Tenho consciência de que o meu relacionamento, o relacionamento das minhas empresas, o meu relacionamento com os políticos, o meu relacionamento com o mundo... Eu tenho consciência de que isso, no final das contas, honestamente – o relacionamento que fiz, que travei com muitos políticos de uma forma transparente e de uma forma coerente e que, depois, virou um lamaçal, colocado pela imprensa –, honestamente, não valeu a pena. E, honestamente, eu, hoje, sou um homem que não posso sair nas ruas. Eu sou um homem, hoje, que não posso frequentar a escola do meu filho.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O senhor é um homem injustiçado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que quem tem de julgar isso é Deus. Deus é quem vai julgar se eu sou injustiçado ou não, e quem vai julgar se eu sou culpado ou não será a Justiça.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sei que Deus está no controle das coisas e é o justo Juiz. Mas temos visão do momento da gente, e quero saber isto do senhor: o senhor se sente injustiçado? O senhor acha que o senhor não deveria estar aí na cadeira da CPI e que lhe estão crucificando a troco de nada? É isso que lhe estou perguntando.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deus dá a cruz de acordo com o tamanho das costas, não é? Deus dá a cruz de acordo com o tamanho que você agüenta carregar.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – O que o senhor está querendo dizer com isso? Que o senhor está aí, então, porque merece essa cruz?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não estou dizendo que eu mereço. É um desígnio de Deus, que eu vou ter que passar. Deus está me provando. É um desígnio de Deus. Eu sei que o senhor também conhece isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Senador Magno Malta, conclua, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que, a partir do momento em que esta CPMI ouvir o que é periférico da denúncia grande – *motoboys*, o cara da loja de bicicletas, não sei o quê –, essas pessoas, certamente, serão confrontadas com o senhor. E elas, de acordo com o que disserem nesse confronto, reafirmarão as suas palavras, ou as palavras delas destoarão das suas? O que o senhor acha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Creio que vão reafirmar as minhas palavras.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Vão reafirmar as suas palavras.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou suspender a reunião por cinco minutos, até porque o depoente pediu esse tempo, com razão. Quero deixar claro que ele não está sem se alimentar desde as 9 horas da manhã. Muitas pessoas estavam preocupadas com isso. Não é o ideal, mas pelo menos é a mesma nossa aqui.

Então, dentro de cinco minutos, retornamos. Vou levar no cronômetro as reinscrições. Em três minutos, encerro e corto o som.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes. S. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Queria pedir para a assessoria técnica ajustar o relógio.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sobre esses depoimentos, efetivamente, temos de encontrar uma forma mais dinâmica de inquirir os depoentes, porque é segunda vez que falo no dia de hoje, mas a última vez foi há 13 horas, aproximadamente às 9 horas. Agora são 22 horas.

Dr. Marcos Valério, infelizmente, neste momento, para V. S^a será impossível, apesar do seu desejo, entrar num buraco e se esconder. V. S^a terá de prestar satisfações à sociedade, e acho que já está aqui neste momento tentando cumprir esse papel.

É óbvio que o depoimento de V. S^a – talvez seja um pouco de angústia de minha parte, como disse a Deputada Juíza Denise Frossard, mas também é angústia da sociedade, e, com os procedimentos, certamente, vamos apurar a verdade –, no dia de hoje, servirá, se me permite o Deputado Gustavo Fruet, como uma audiência de instrução.

V. S^a disse hoje, a partir de informações que tivemos pela imprensa, a partir da confirmação de algumas dessas informações, por exemplo, que V. S^a é avalista do Partido dos Trabalhadores, pela sua profunda e longa amizade com o Sr. Delúbio Soares, que V. S^a saca recursos em espécie de forma volumosa e sai andando pelo meio da rua em Belo Horizonte e que isso não lhe causa o menor temor.

A todas essas informações que lhe indagamos, V. S^a ou não respondeu ou respondeu de forma... Aliás, sejamos justos, pois V. S^a respondeu a todos os questionamentos aqui. Em geral, V. S^a deu respostas evasivas ou efetivamente não nos contou a verdade – pelo menos é essa a impressão; temos quase certeza disso.

Portanto, isso serve como audiência de instrução, e V. S^a certamente terá de voltar a esta Comissão. Estaremos comparando com informações que receberemos. Temos uma dificuldade enorme, Dr. Marcos Valério, pois parece que o Poder Público no Brasil trabalha contra a apuração dos fatos.

São três semanas de funcionamento da CPMI, e o Senador Delcídio, tenho certeza, é o mais angus-

tiado com isto: temos uma dificuldade incrível de ter acesso a documentos. Até este momento, Senador Delcídio, somente temos os documentos da Coaf. Estamos ansiosos por ver outros documentos, para que possamos, já no dia de hoje, aqui confrontar as suas afirmações com outros documentos que certamente chegarão a esta CPMI.

Gostaria de perguntar o seguinte: pelo depoimento de V. S^a, notei que o incremento de receita das suas empresas se dá a partir de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Deputado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou indagando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas já passamos dos três minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Senador Delcídio, estou aqui desde às 9 horas da manhã esperando para poder fazer uma segunda...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desde as 9 horas não! Desde as 7 horas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Cheguei aqui às 6 horas e 50 minutos, e já estava aqui a Senadora Heloísa Helena, sentada em uma cadeirinha lá fora. É uma disciplina incrível dessa distinta Senadora!

Enfim, gostaria de fazer apenas uma ou duas perguntas que pudessem esclarecer. Como já não temos documentos, pelo menos, seria bom que pudéssemos ter a liberdade de arguir, de demandar.

O que V. S^a disse é que tem um incremento incrível na arrecadação, um aumento na arrecadação, na receita das suas empresas, a partir do ano de 2003. É correta a informação? Nos anos de 2002, 2003?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela vai seguindo uma proporcionalidade de crescimento constante.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, a partir de 2003.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Cresceu bem. E cresceu bem também em 2002.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a afirmou que esse incremento se deu basicamente com empresas privadas. V. S^a disse que os contratos governamentais não aumentaram tanto assim.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do Governo Federal, não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Do Governo Federal, não.

O aumento se deu basicamente onde? Em ampliação de contratos governamentais ou em contratos privados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Privados. A...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O seu grande amigo, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, figura importante na República, que viajou com o Presidente Lula em missão oficial, que freqüentava o Palácio do Planalto e Ministérios, o Sr. Delúbio Soares, em algum momento, fez qualquer tipo de contato com qualquer empresário, ajudando V. S^a nesse contato com essas empresas, para ampliar isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Todos foram contratos que V. S^a conquistou pelo seu talento comercial, das suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Das minhas empresas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Apesar das várias reuniões com os vários Partidos, como disse o Deputado Carlos Sampaio, em que V. S^a se reuniu com cinco ou seis Partidos, só conseguiu fazer campanha para o PT. No caso da empresa privada, V. S^a tem capacidade para viabilizar novos contratos.

Só mais uma pergunta. Não ficou claro para mim, Sr. Presidente. Não ficou claro para mim, quando indaguei V. S^a, respeitando o tempo de quinze minutos que tive pela manhã - terminei com dez segundos de antecedência -, a questão do aval que V. S^a fez ao Partido dos Trabalhadores. Eu já sei que V. S^a fez, que, enfim, se emocionou com o pedido do seu amigo Delúbio, mas eu queria entender o seguinte: como V. S^a saiu da condição de avalista? Houve uma repactuação desse contrato, desse empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Na época do vencimento dos juros, eles não honraram os juros, eu tive de honrar e pedi a ele que não constasse mais o meu aval.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas isso é um contrato. V. S^a tinha pactuado como avalista. Quem é que substituiu V. S^a? Como V. S^a foi substituído?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tinha de haver uma nova repactuação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Na renovação do contrato...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas que renovação? Eu fiz um empréstimo de dois milhões e pouco... São dois milhões e pouco?

O SR. (Orador não identificado) – Dois milhões e setecentos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim; dois milhões e setecentos mil reais. Enfim, dois milhões e

alguma coisa. Eu sou avalista. Até hoje, parece que o Partido dos Trabalhadores não cumpriu ainda, não pagou esse empréstimo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, V. S^a é o avalista no início do contrato. Como é que V. S^a conseguiu sair disso? V. S^a tem de saber.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não; eu não renovei o contrato. Eu não assinei mais o contrato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, mas o contrato foi assinado uma vez. O pacto entre as partes é feito uma só vez.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas o contrato era com vencimento, se não me engano, de noventa em noventa dias.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato. Mas, aí, o contrato inteiro não foi cumprido. O empréstimo não foi pago. Como é que V. S^a... V. S^a não foi mais cobrado pelo BMG?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não; meu aval não consta mais nos contratos de renovação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é interessante que possamos – já fizemos esse requerimento – entender um pouco mais as condições de saída do Sr. Marcos Valério, já que, nesse contrato, o Partido dos Trabalhadores não é exatamente um devedor como a maioria que o BMG tem – 40% dos devedores dos empréstimos em consignação feitos em folha de pagamento são aposentados. O Partido dos Trabalhadores é um devedor duvidoso; claro, porque não paga suas obrigações. Aí, o BMG modifica as condições do contrato, muda o avalista. Isso, o Banco Central precisa identificar, porque é, no mínimo, gestão temerária por parte desse banco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, conclua.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, Sr. Presidente, eu queria indagar mais. Talvez eu tenha de aguardar mais umas doze ou treze horas, para poder indagar, já que os documentos, Sr. Presidente, não são disponibilizados pelo Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os documentos serão encaminhados.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ...para que esta Comissão pudesse indagá-lo, já com documentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, três minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza, os mesmos três minutos do Deputado Eduardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Três minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenha dúvida de que vou usar os três minutos do Deputado Eduardo Paes. Quanto mais a gente fala, pior fica.

Vou voltar a essa questão do contrato, porque não está sendo respondida adequadamente. Foi uma nota promissória ou foi um contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu lembro que foi um contrato.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois é. Não há condição. Se fosse uma nota promissória, aí realmente poderia se fazer isso. Sem ser uma nota promissória, sendo um contrato, isso seria impossível sem uma garantia real. Mas, se o Banco já detectava que o PT era mal pagador, como ele aceitaria uma renovação? Seria preciso anuência do diretor do Banco. O senhor e o diretor do Banco teriam de assinar, e teria de ser, inclusive, um substituto do mesmo porte.

Então, é por isso que temos de analisar o contrato. Precisamos fazer um requerimento, Sr. Presidente, para solicitar todo o contrato relacionado a esse caso.

Também estou encaminhando para o Relator... A toda hora, chegam novas denúncias aqui relacionadas ao Sr. Manoel Severino dos Santos, Presidente da Casa da Moeda, com o envolvimento do esquema de publicidade do Distrito Federal. Então, como não vai dar tempo, pois são muitas questões, estou mandando – para que o Relator depois possa encaminhar a V. S^a, para que responda – duas perguntas objetivas, antes da minha consideração final.

Qual a relação político-econômica que o senhor tem ou teve com a Vale do Rio Doce?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nenhuma.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quem é o Sr. André Gustavo Vieira da Silva? O senhor o conhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – André Gustavo eu conheço; é de Pernambuco, de uma empresa chamada Arco Comunicação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Qual a relação dele com Furnas, com V. S^a e com o Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comigo, nenhuma. Só o conhecimento dessa empresa Arco Comunicação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho nenhum conhecimento desse assunto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, todas essas, teremos de encaminhar novamente, para que o Relator solicite.

Sr. Marcos Valério, o senhor não imagina o tanto de *e-mails* que estamos recebendo durante essa oitiva. V. S^a nem consegue imaginar – talvez até consiga – o quanto V. S^a é execrado moral e publicamente. As palavras que solicitam que nos dirijamos a V. S^a são tão pesadas e fortes, que, às vezes, ficamos imaginando: “E se a filhinha, a menininha dele, de 13 anos, estiver escutando?” Aí, imediatamente, as pessoas nos escrevem e dizem: “E nós, brasileiros, nós, mulheres e homens de bem e de paz, que estamos cansados da roubalheira? Não são vocês que estão cansados. Vocês tinham a obrigação de trabalhar!” O senhor não imagina.

É por isso que fico sempre perguntando. Talvez, V. S^a esteja pensando assim: “Eu estou aqui desde cedo – V. S^a chegou cedo –, já são 22 horas e 13 minutos. Eu já agüentei até agora, eu já suportei até agora”. Talvez V. S^a pense que já nada mais tem a perder ou que, de repente, acontece algum acordo na Justiça ou no meio político, e V. S^a se salva.

O senhor se dirigiu a sua filhinha de 13 anos e disse “se afaste das relações com o Governo”, mostrando, portanto, que algo de muito sujo e de muito traiçoeiro aconteceu com essa relação. V. S^a se dirige a uma menina, a uma filha, para dizer “se afaste de qualquer relação com o Governo”. Esse mundo da política não é brincadeira. No mundo da política, não existem amigos. Esse é o mundo em que V. S^a foi recebido certamente com aplausos, com carinho, com abraço, quando V. S^a servia, quando V. S^a possibilitava que eles tivessem dinheiro.

Tenho de dizer a V. S^a: não acredito que se tirem vinte milhões, não acredito que não haja mensalão, não acredito que V. S^a não foi parte desse esquema. Mas estão sendo jogadas no lixo as histórias de V. S^a, do Delúbio, do Sílvio Pereira, do Ministro José Dirceu. Quem olha a foto desses senhores nos jornais já viu isso, porque o poder é assim: joga lá na arena do Coliseu, para que o rei seja preservado e para que haja sangue.

Então, V. S^a tem uma chance de nos auxiliar, de dizer o que está acontecendo. Talvez o senhor pense assim: “Já cheguei até aqui. São dez horas. Eu agüentei. Segurei todas as informações. Não dei. De repente as coisas mudam; a correlação de forças muda.” Mas tenha certeza de que V. S^a está execrado moralmente. Não teríamos nem condições de aqui expressar

as palavras que nos mandam dirigir a V. S^a. Então, o que o senhor poderia prestar de serviço à Nação era até dizer: eu errei, fui parte de um esquema sórdido e sujo; eu errei, desculpo-me perante a grande maioria do povo brasileiro, peço perdão à minha família, quero ajudar o País.

E ajudar o País não é a preservação individual que o senhor pensa que vai ter, porque não vai ter. Aqui não há amigos. Neste mundo da política não existem amigos: é mel na boca e bÍlis no coração; abraços a V. S^a pela frente e facadas nas costas, quando necessário for, porque o senhor não serve mais. Não serve... E se esgotou o tempo em que V. S^a servia à estrutura de poder, seja o Palácio do Planalto, seja o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Senadora HeloÍsa Helena, peço que conclua.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, o apelo que fazemos é o de que o senhor nos ajude a desvendar os malditos mistérios sujos, sórdidos, essa verdadeira corriola montada no mundo da política, que infelizmente está aqui no Congresso Nacional, não só na Câmara. Já disse várias vezes: não boto a mão no fogo, para que churrasco não vire, pelo Senado da República, não boto. Se o balcão de negócios sujos – as formas mais ou menos sofisticadas – é o dinheiro da mala preta, dos R\$30 mil; se são cargos de prestÍgio; se licitação ganha de forma fraudulenta ao poder eu não sei, mas esta CPI vai mostrar. V. S^a não passou a lista dos fornecedores que supostamente seriam beneficiados; não chegaram ainda...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora HeloÍsa Helena, conclua, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... todos os saques em dinheiro que foram feitos; os ativos que supostamente foram enviados. Isso vai aparecer; mais cedo ou mais tarde aparecerá. Então, se o senhor quisesse ajudar a Nação brasileira e até pedir perdão por aquilo de que nós achamos – tenho a obrigação de ser sincera – que o senhor foi parte: dessa maldita e sórdida estrutura de poder... Então, mais uma vez, faço um apelo a V. S^a que nos ajude a identificar onde existe a secreção purulenta, porque, infelizmente, onde se toca, sai secreção purulenta nessa estrutura de poder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora HeloÍsa Helena. V. Ex^a não quer reinscrever-se...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Posso reinscrever-me?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Não é permitida mais nenhuma inscrição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, então, não pergunte. Então, não pergunte, para brincar. Se V. Ex^a está brincando é porque está com ânimo suficiente, com saúde suficiente. Então, vamos até mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço a cessão do Senador César Borges, porque logo mais haverá uma votação importante na Câmara dos Deputados. O Senador me cedeu a sua vez.

Pergunto ao Sr. Marcos Valério se ele se recorda de um encontro que teve com o Sr. Manoel Severino dos Santos, Presidente da Casa da Moeda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu me encontrei com o Sr. Manoel Severino dos Santos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor recorda, também, o encontro que teve com os Srs. Diego Hernandez e Armando Trípodí, ambos funcionários da Petrobras?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, estive com os dois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor não acha que há algo de estranho, porque os encontros com essas figuras foram agendados nas mesmas datas, dias 27 de novembro e 8 de dezembro? Perguntaria a V. Ex^a, já que existe uma coincidência de datas e eles são funcionários de importância no Governo Federal: quais foram as razões de tais encontros?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu queria um patrocínio para o meu concurso hípico e ia encaminhar isso à Petrobras. E eles me encaminharam; se não me engano, o nome da pessoa é Jacinto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem encaminhou o senhor foi o Sr. Diego Hernandez e o Sr. Armando Trípodí?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os dois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Encaminharam, para que o senhor pudesse dar prosseguimento a um pleito de patrocínio...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De patrocínio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De patrocínio para as suas empresas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Que, por sinal, não saiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o motivo do encontro com Manoel Severino, Presidente da Casa da Moeda?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, foi relacionado às campanhas políticas do Rio de Janeiro. Ele representava o Diretório do PT, e nós estávamos conversando sobre as campanhas políticas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Presidente da Casa da Moeda... O Presidente da Casa da Moeda representava o Diretório do PT, e, na sede da Casa da Moeda, o Sr. Marcos Valério se encontrou com – repito o nome – Manoel Severino Santos, para tratar de assuntos eleitorais que interessam ao Partido dos Trabalhadores. Essa informação é muito importante.

V. S^a conhece o agente da Receita Federal do Rio de Janeiro chamado Jorge Tudor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Não lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não lembra ou não o conhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não me lembro desse nome.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não lembra. Então, eu gostaria de lhe lembrar isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor foi apresentado ao Sr. Jorge Tudor pelo Sr. Glênio Guedes, aquele Procurador da Fazenda, seu amigo, que se encontrou com V. S^a algumas vezes, em horário de trabalho, segundo V. S^a para desfrutar de esportes hípicos...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...mas que certamente não o foi, até porque eu insistirei para que o Sr. Glênio aqui seja ouvido, para que possa justificar o enriquecimento ilícito, o aumento do seu patrimônio, porque nada disso está justificado. E é óbvio que vamos querer saber que tipo de relações V. S^a teve com o agente da Receita Federal do Rio de Janeiro Sr. Jorge Tudor.

Eu perguntaria a V. S^a: em algum momento de sua vida V. S^a já teve uma conta no Banco de Boston de Nova Iorque?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca?

Alguma de suas empresas já possuiu uma conta no Banco de Boston de Nova Iorque?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho nenhum empréstimo... min-to, nenhum depósito no Banco de Boston de Nova Iorque.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Também não tem nenhuma conta no Delta Bank de Miami?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho nenhum depósito no Delta Bank de Miami.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, se encontrarmos qualquer valor, V. S^a confirma que estará mentindo.

V. S^a conhece a Sr^a Anabela Caldeira Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, conclua, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, creio que estou muito mais objetivo do que todos aqueles que me antecederam, que fizeram grandes discursos. Inclusive, estou trazendo informações que são importantes para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, muito objetivo, mas são muitas perguntas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas é o nosso dever, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sei quem é Anabela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não conhece a Sr^a Anabela Caldeira Rodrigues, nem se lembra de que um dia ela pode ter trabalhado com V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E de que hoje ela trabalha no núcleo de mídia do Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é da minha área.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a se lembra de Alexandre Secco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Também não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E de Fernando Braga?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São pessoas que já foram do relacionamento de V. S^a. Talvez V. S^a devesse fazer um exercício de memória para lembrar deles.

Ao encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que é imprescindível, depois que esta Comissão receba todos os documentos referentes à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marcos Valério; depois que esta Comissão tenha a oportunidade de cruzar todas as informações atinentes ao Sr. Marcos Valério, reinquirir o Sr. Marcos Valério; temos esse dever, essa obrigação imperiosa. Que isso aconteça, de preferência, no início de agosto e que, desta data até agosto, tenhamos a oportunidade de conhecer tudo.

Ao encerrar, quero apresentar dois requerimentos à Mesa. O primeiro requerimento é para que obtenhamos todas as notas fiscais das empresas de eventos, das produtoras e também das empresas de publicidade ligadas ao Sr. Marcos Valério. Também gostaria de solicitar, por meio de requerimento, que o Ibope, instituto de pesquisa, pudesse disponibilizar para esta Comissão o estudo “Ibope Monitor 2004”, sobre os investimentos em mídia do Banco do Brasil e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Por que esse segundo requerimento? Porque quero aprofundar a investigação, não só no Banco do Brasil e nos Correios, mas também nas outras empresas públicas, dos recursos que foram investidos em não-mídia. São recursos na área de *marketing* que não estiveram relacionados aos contratos de publicidade, sobretudo na área de promoção, na área de eventos e na área de pesquisa.

Quero também apresentar outro requerimento, Sr. Presidente, para que o depoente apresente detalhadamente todas as suas relações negociais com contratos, notas de fatura, com as empresas da iniciativa privada que as empresas de propriedade do Sr. Marcos Valério possui relação. São esses três requerimentos que gostaria, inclusive, de contar com o apoio do Relator. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Formalize, Deputado ACM Neto, os requerimentos.

Com a palavra o Senador César Borges, que dispõe de três minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, esperando que V.Ex^a tenha a mesma compreensão que teve para com aqueles que me antecederam, quero inicialmente dizer que, ao longo deste dia, cheguei às 7 horas e 15 minutos, a que assistimos aqui é algo para nos deixar estupefatos. Diante de tudo que vimos de evasivo, diversionismo, eu diria, um

escapismo completo, chegando às raias do cinismo do Sr. Marcos Valério. Aquilo que ele não tinha como responder, sempre chamava pela contabilidade, sua memória está falha... Em momento nenhum, ele assumiu efetivamente as suas responsabilidades de um cidadão que se encontra diante de representantes do povo, do Congresso Nacional. Portanto, Sr. Presidente, a grande responsabilidade de trazermos aqui o Sr. Marcos Valério novamente e aí com provas, com dados, compete a esta Comissão.

Peço sua atenção, Sr. Presidente. Compete a V. Ex^a e essencialmente ao Relator, o Deputado Osmar Serraglio, porque não estamos tendo os documentos necessários, o cruzamento de dados foi colocado de forma excelente pelo Senador Pedro Simon. Precisamos chegar nesse momento preparados para uma oitiva como esta. E não estamos porque não estamos munidos. Não temos sequer acesso aos documentos, se é que temos documentos porque nossos assessores não têm ainda a permissão para ter acesso a esses documentos. Portanto, para que não se repita esse tipo de oitiva, espero que ele possa voltar aqui, e estaremos nesse momento, graças ao trabalho excelente e ao trabalho competente da Mesa, municiados desses elementos.

Gostaria de perguntar ao Sr. Marcos Valério, usando meu curto tempo, o seguinte: sua relação de amizade com o Sr. Ivan Guimarães, Presidente do Banco Popular?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um amigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um amigo. E foi esse amigo que lhe facultou o contrato de 24 milhões, um contrato através de uma licitação interna. Entre três empresas, a sua foi a escolhida dentro do Banco do Brasil.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não foi ele. Foi um comitê de crédito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, mas o Sr. Ivan Guimarães era o Presidente do Banco.

V.S^a chega aqui com um aval do PT. V.S^a confirma que, em entrevista à **Veja**, V.S^a negou que tivesse feito um aval para o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sou avalista do contrato atual do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não é avalista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do contrato atual, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi do outro. O senhor tem um contrato. Inclusive, está aqui

estampado: contrato de multa, financiamento de capital de giro. O PT tomando capital de giro. O senhor está aqui qualificado como avalista, devedor solidário.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah! Tudo bem. Eu fui avalista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor negou porque foi.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu fui avalista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque a pergunta foi se o senhor realmente teria sido avalista. E o senhor negou. E aí, quando vem a público, não tem como negar mais.

Outra pergunta: o novo escândalo nacional agora é exatamente o ex-tesoureiro nacional do Partido Liberal – o PL –, que tem um nome até sugestivo. O nome dele é Jacinto Lamas. O Sr. Jacinto Lamas esteve na sede do Banco Rural de Brasília várias vezes, oito vezes, sempre nesses dias. Houve saques volumosos que chegam a um total de 1 milhão 770 mil. Ele não demorava mais do que oito, nove, dez minutos entre entrar e sair do banco. O senhor conhece o Sr. Jacinto Lamas e tem relacionamento com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho relacionamento, mas conheço o Sr. Jacinto Lamas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Jacinto Lamas. Sugestivo o nome, não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não conhece o Sr. Jacinto Lamas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu falei que conheço o Sr. Jacinto Lamas, mas não tenho relacionamento com ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que tipo de frequência dos contatos V.S^a teria com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas vezes, três vezes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele frequentava o Banco Rural e ele era cliente de sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O PL, foi feito um estudo e foi entregue para ele. Realmente, é verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, há um relacionamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, relacionamento de amizade, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece a produtora de vídeo Claquete?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já ouvi falar, mas não conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já ouviu falar. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, por favor, a questão do tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Vamos rapidamente aqui.

No último relatório do Coaf, o Banco do Brasil fez uma comunicação retroativa em que destacava o alto valor das transferências efetuadas – preste atenção, Sr. Marcos Valério – por grandes empresas para suas agências, em especial a DNA Propaganda. Entre essas empresas, o Banco do Brasil cita: Amazônia Celular, Telemig, Banco Safra, ABN Anro Bank, Unibanco, Bradesco, Bank Boston. No entanto, quase nenhuma dessas empresas consta do portfólio fornecido por V. S^a da empresa DNA Propaganda.

Como V. S^a explica a remessa de valores de alta monta para a conta dessa empresa em volumes suficientes para gerar até uma comunicação de movimentação financeira por parte do Banco do Brasil ao Coaf.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou tendo essa informação agora, Senador, do senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas essa é uma informação do Coaf.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou tendo agora. Eu tenho que olhar na minha contabilidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Do Banco do Brasil.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estou tendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, concluindo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente. Também o Sr. Marcos Valério hoje afirmou aqui que os saques às vezes eram feitos por fornecedores, que teriam os seus cheques endossados e sacados na boca do caixa. Não é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a identificação, na verdade, de quem havia feito os saques mostra que todos eles são sócios ou funcionários dos setores administrativo e financeiro das suas empresas, a saber Geisa Dias, Wagner Valter Monteiro, Márcio Hiram Guimarães Novaes, Paulino Alves Ribeiro, Robson Pereira, Simone Reis Lagos de Vasconcelos, inclusive V. S^a.

Como fica, então, essa contradição explícita?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho que fazer esse levantamento, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ah, o senhor tem que fazer esse levantamento.

Sr. Presidente, sem abusar da sua paciência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sei que tem uma deferência especial aqui com o Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É evidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, eu perguntaria: V. S^a conhece o Sr. Ricardo Luiz Bispo e a empresa Probank?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peremptoriamente, não tem nenhum relacionamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ricardo Luiz?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ricardo Luiz Bispo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a empresa Probank?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço e espero que, da próxima vez, tenhamos elementos suficientes para impedirmos esse exercício explícito de escapismo e de cinismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador César Borges.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não estou mais inscrito, mas gostaria que o próximo – nem sei quem vai ser o próximo a fazer a arguição – indagasse do Sr. Marcos Valério se ele fez

algum pagamento ao Procurador da Fazenda Nacional Sr. Glênio Guedes, algo como R\$900 mil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a está propondo pegar carona num próximo questionamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem pegar carona. Já foi.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É uma informação relevante, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, estou abrindo mão da minha inscrição, para que possamos descansar, porque amanhã nos aguarda um longo dia de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, por três minutos.

Muito obrigado, Senadora Ideli, pela lucidez, pelo entendimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Queria perguntar ao depoente o seguinte: ele entregou ao nobre Relator uma matéria que era da revista **ISTOÉ**. Em que data V. S^a obteve essa matéria? Depois daquele encontro que houve na revista que V. S^a teve tempo para justificar, levar documentos? Do Sr. Gilberto Mansur?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em julho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foi a época em que V. S^a recebeu a cópia daquela revista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A cópia daquela matéria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Sr. Gilberto trabalhava habitualmente para V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, trabalhava. Temos conhecimento com o Gilberto há muitos anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. S^a tem pagamentos feitos ao Sr. Gilberto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, devo ter.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. S^a sabe de quanto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho que olhar na contabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há quantos anos V. S^a trabalha com o Sr. Gilberto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com o Sr. Gilberto, há uns quatro ou cinco anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quantas vezes V. S^a fez pagamentos ao Sr. Gilberto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho que olhar na contabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Curioso que quando a Senadora Heloisa Helena perguntou se V. S^a conhecia o Sr. Gilberto Alípio Mansur...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Alípio. Eu não conhecia o sobrenome dele.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse cidadão curiosamente recebeu de V. S^a, em março do ano passado, 300 mil reais numa única retirada. Não há nenhum outro registro de que esse cidadão, nos últimos cinco anos, pelo levantamento do Coaf, tenha recebido qualquer outro recurso da sua empresa.

Portanto, é muito estranho que quando surge o problema da revista... Tenho aqui algo que foi colocado no *site* da revista **ISTOÉ Gente**, no dia 19 de janeiro: a revista registrava a visita, lá, de seu sócio, ou melhor, sócio da sua esposa, desculpe, o Sr. Cristiano Paz, presidente da SMP&B, e Gilberto Mansur. Dois meses e pouco depois, V. S^a paga, numa única tacada, 300 mil reais e não se lembrava, quando a Senadora Heloisa Helena lhe perguntou, se havia feito qualquer pagamento.

Na licitação do Banco do Brasil: estou aqui com a Lei nº 8.666, em cujo art. 39 se diz: “Qualquer aditamento superior a 150 milhões de reais ou concorrência necessita de uma audiência pública”.

V. S^a participou de audiência pública com a sua empresa para receber o aditamento de 58 milhões que elevou seu contrato com o Banco do Brasil para 200 milhões de reais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O dia-a-dia do Banco do Brasil, eu não vivia, não, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. S^a tem ainda a conta da Câmara dos Deputados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem atestava para sua empresa as notas e documentos que V. S^a mandava para receber da Câmara dos Deputados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deve ser o órgão competente da Câmara dos Deputados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Era o órgão competente ou era uma pessoa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, Deputado; eu não conheço o dia-a-dia da Câmara dos Deputados em termos de publicidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como V. S^a nos explica que só com a Vox Populi, com duas pesquisas, a Câmara dos Deputados gastou 756 mil? Essa verba foi administrada pela sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deve ser uma necessidade...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. S^a contratou a Vox Populi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deve ser uma necessidade da Câmara. Eu não acompanho o dia-a-dia de contratação de fornecedores.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria requerer que o Diretor-Geral da Câmara viesse a esta CPMI e prestasse esclarecimentos quanto à execução do contrato com a SMP&B: quem era a pessoa que fazia a relação com a Câmara e quem atestava as notas para que a Câmara as pagasse. Faço esse requerimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, concluindo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concluirei, Presidente.

Na mesma linha do Senador César Borges, eu acabo de protocolar nova solicitação de depoimento do Sr. Marcos Valério na condição de informante, que oportunamente vamos aprovar, para tê-lo aqui novamente para comparar os documentos que vamos receber, os documentos que estão para chegar. Volto a dizer: na minha opinião, esse senhor é a maior lavanderia ambulante que o Brasil já conheceu desde que este País é República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Mauricio Rands. (Pausa.)

Com muita lucidez, abriu mão, também, da...

Belas palavras.

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, aguardei desde a parte da manhã simplesmente porque ficou faltando, Sr. Marcos, o senhor me responder uma pergunta, ou dizer que não vai respondê-la. Eu lhe fiz uma pergunta a respeito dos motivos. Todas as minhas perguntas foram sobre a sua motivação. Acredito que todos os seus contratos – o senhor é preocupado com a legalidade – estejam muito bem, até porque o senhor tem condições de pagar os bons advogados. Mas o senhor não me respondeu por que motivo – aliás, foram dois os motivos – , o senhor não me respondeu por que motivo o senhor viajou num avião fretado pelo Banco Rural. E o senhor não me respondeu também por que moti-

vo o senhor processa a Ana Karina por extorsão. Que tipo de extorsão ela praticou contra o senhor? Como foi isso, se o senhor puder nos dizer?

Essas duas perguntas eu lhe fiz. Agora eu gostaria de lhe perguntar – o senhor sempre se refere ao seu contador – , eu queria saber o nome do seu contador... Aliás, os contadores me perseguem. Há treze anos o de Castor de Andrade me levou vários documentos. Eu gostaria de saber o nome desse contador e o endereço, onde ele pode ser encontrado, para que nós possamos ouvi-lo.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O meu contador teve seu escritório como assunto policial, com mandado de busca e apreensão. É chamado Prata e Castro. A polícia esteve lá, pegou e levou os computadores e depois devolveu.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E o nome dele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Marco Aurélio Prata.

O motivo da viagem do Banco Rural...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, qual o motivo que levou o senhor a viajar no avião fretado pelo Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não é avião fretado, é avião do banco.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Ou isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Vice-Presidente estava com pressa e queria vir rapidamente a Brasília e voltar rapidamente para o banco. Foi isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E a questão da extorsão da Ana Karina? Por que motivo o senhor está processando a Ana Karina por extorsão? Como é isso? Como ela lhe extorquiu? Ela chegou e disse: Olha, me dê o dinheiro por este ou por aquele motivo? Por que motivo foi? Como foi isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela me pediu dinheiro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas chegou e disse: “Sr. Marcos Valério, por gentileza, o senhor me dê dinheiro?” Como foi isso? Diga para mim.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ela me pediu dinheiro várias vezes...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Por quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiro, deixa eu voltar ao assunto.

Ela me pediu dinheiro em alguns telefonemas e me falou que tinha alguém atrás dela.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor me desculpe, porque estou vendo que o senhor está cansado, e eu fiquei até preocupada porque não vi se o senhor almoçou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não almocei, Deputada.

Ela me pediu dinheiro em alguns telefonemas. Depois não falei com ela mais. Depois ela começou a falar com a minha secretária que tinha gente, com a ex-secretária de um dos meus sócios que tinha gente oferecendo dinheiro para ela, um repórter, e tudo. E depois a reportagem dela na...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas por que ela extorquiu o senhor? É isso que não está claro. Pediu dinheiro por quê? Posso chegar aqui e dizer: “Senador, o senhor me dê dinheiro”. Ele vai dizer não. Qual o motivo desse pedido de dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O motivo está na entrevista que ela deu para...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor não pode me dizer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... na entrevista que ela deu para a **ISTOÉ**, que acabei de passar. Ela queria, achava que sabia demais e achava que deveria...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sabia o quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Está ali na revista um monte de invenções dela, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Está bem. Agora, finalmente... Só isso mesmo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por nada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada ao senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigada, Deputada Juíza Denise Frossard.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Intervenção minissaia, Presidente: justa, curta e provocante.

Olha, só para concluir, foi uma maratona hoje, Sr. Marcos. Está lançada a sorte, está gravado o depoimento. Só para concluir algumas indagações, para registro. Essa multa que o senhor recebeu da Receita decorre de contrato com publicidade ou de eventual trabalho para fundos de pensão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, decorre do faturamento da empresa. Ela me multou pelo global e não pela minha receita líquida.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pela manhã – e até imagino pelo volume de perguntas hoje – o senhor disse que foi tratar até com o Ministro José Dirceu sobre uma mina de nióbio, em Minas Gerais. E, depois, indagado pelo Deputado Arnaldo Faia de Sá, disse que foi acompanhado do pessoal do BMG para tratar de uma inauguração de uma indústria de alimentos. Então, só para esclarecer duas possíveis respostas que demonstram contradição: primeira, o senhor efetivamente teve algum encontro com Ministro José Dirceu e com a presença do representantes do BMG?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, tive. Eu fui acompanhando o pessoal do Banco BMG.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Para tratar de?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do evento da inauguração da fábrica em Luziânia, Goiás.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo. E com relação ao Banco Rural, pela manhã o senhor disse que só viajava de vôo de carreira e, agora, o senhor confirmou que viajou duas vezes com os aviões do Banco Rural.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas não foi para encontra com o Ministro José Dirceu, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não, não perguntei isso. O senhor viajou, então, com aviões do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu lhe perguntei à tarde se o senhor, em algum momento, tinha feito algum pagamento não-registrado para alguma autoridade, seja ela federal, seja estadual ou municipal. O senhor me disse que não. De forma objetiva agora: saiu algum saque de recurso do senhor, na empresa, para o Sr. Glênio Guedes, aquele procurador?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Saque na minha empresa para o Sr. Glênio Guedes não saiu.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nenhum pagamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Da minha empresa SMP&B e DNA Propaganda, não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está bem. Então, isso é só para também registrar, Presidente.

Por fim, a Bancada do PSDB estará entrando amanhã – e nós vamos poupar o poupar o Relator um

pouco – com um requerimento dirigido diretamente ao Ministério Público, com base tanto no questionamento do Deputado Carlos Sampaio quanto no do Deputado Eduardo Paes, para verificar a existência de desvio de finalidade, confusão patrimonial, simulação por parte dessas empresas, no prazo de dois anos. É uma prerrogativa de pessoa física, trata-se de interesse público, tendo em vista a movimentação de recurso público.

Eu falo isso com toda tranqüilidade, reiterando: de forma alguma, aqui, nós queremos fazer qualquer prejulgamento para expô-lo e a sua família. E é o tempo que vai demonstrar o que de efetivo e de real tem em todas essas denúncias, o eventual envolvimento das empresas com o PT em financiamento eleitoral. Ou, se isso efetivamente não for comprovado, evidentemente, as pessoas que lançaram denúncias é claro que também deverão assumir com as suas responsabilidades.

Então, é só esse questionamento, agradecendo, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, o meu passaporte fica a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado

A SRA. JUÍZA DENISSE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, com relação ao passaporte, me perdoo, mas uma das coisas mais pessoais que temos são dos documentos passaporte e identidade. Nem o regime autoritário pegou o passaporte de Celso Furtado – eu me lembro desse caso. E um dos casos que mais me causou espécie, eu ainda juíza, foi o confisco, não é o caso aqui, do passaporte de PC Farias. Aquilo foi a maior ilegalidade que se cometeu com relação a documento do cidadão.

De forma que, se V. Ex^a me permite, eu acho que não devemos aqui aceitar o passaporte, que é um documento pessoal, e não pode ser, em hipótese alguma, desapossado o depoente de um documento pessoal. Essa é a legalidade estrita.

Horrorizou-me aquela questão do PC Farias. Eu podia condená-lo a trinta anos, mas eu não posso tomar o passaporte. Eu sei que o senhor o está entregando, mas eu acho muito complicado para nós da CPI pegar um passaporte do senhor, quando temos até a oportunidade de mandar prender o senhor pela Interpol, se o senhor sair do País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu entendo, Deputada, é mais no sentido de consultar, de tirar algum tipo de...se for necessário.

A SRA. JUÍZA DENISSE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas não reter.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Claro.

A SRA. JUÍZA DENISSE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, perfeito. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu vou perguntar; é o meu direito!

Quero saber do Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quero saber do Marcos Valério se ele fez alguma viagem para Portugal.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, fiz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quando?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No início do ano.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se encontrou com o Sr. Antonio Mexia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Encontrei sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– O que ele é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele era Ministro dos Transportes e das Comunicações, eu acho, de Portugal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tratou com ele alguma coisa de interesse de empresas que poderiam se associar à Varig?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não tratei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– O senhor tratou de alguma coisa que fosse de interesse do Banco Espírito Santo, que poderia receber a transferência da conta do IRB, que estava em um banco inglês?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não tratei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Nessa operação da Eletronorte com o Banco do Brasil, o senhor teve alguma participação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Qual operação da Eletronorte?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A operação da Eletronorte com o Banco do Brasil, de empréstimos? O senhor teve alguma participação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço essa operação, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece Rossano Maranhão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Presidente do Banco do Brasil? Conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é seu amigo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é meu amigo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor só conhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É meu cliente. Eu sou cliente dele, não é? A agência presta serviço para ele, a DNA.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é cliente dele, ou ele é seu cliente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A agência presta serviço para ele. Desculpe, eu me expressei mal. Estou até meio cansado. Desculpe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe que a Câmara dos Deputados está fazendo uma nova licitação para rescindir o contrato que tem com V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É um direito da Câmara, e eu respeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além do mensalão da SMP&B, o senhor recebe algum outro dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O meu Imposto de Renda, respondendo ao Deputado, é junto com o da minha esposa. É declaração conjunta. Eu só recebo da SMP&B, da DNA e das empresas de que participo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor já disse que da SMP&B recebe R\$30 mil. E das outras, quanto recebe?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu preferia não declarar. Está no meu Imposto de Renda declarado tudo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu solicitaria ao Sr. Relator que requisitasse essas informações que o nosso depoente está querendo que fiquem em sigilo.

Quando o senhor pagou os R\$350 mil ao BMG, o total do resgate era de R\$3,120 milhões. Quem pagou os outros R\$2,770 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, Deputado. Eu acho que a operação foi renovada. Não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Banco recebeu só os juros, sem receber o principal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei. Eu, pelo menos, só paguei os juros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor pagou para quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para o banco, com depósito na conta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O banco receberia só os juros do senhor, sem receber o principal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A operação não é minha; a operação é do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas foi o senhor que pagou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu que paguei os juros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A quem o senhor pagou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ao banco, direto na conta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que conta?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Transferi da conta da SMP&B para a conta do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, não foi um saque e pagamento, foi transferência?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não foi não. Foi transferência eletrônica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, o senhor conhece transferência eletrônica?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pensei que o senhor não conhecesse. O senhor faz tanto saque e retirada!

Por que mais de uma vez o senhor falou que pagou salários para pessoa jurídica?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o comum nas agências de propaganda ter pessoas físicas e pessoas jurídicas que prestam serviço. São prestadores de serviço dentro da agência, prestadores de serviço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, o senhor está cometendo uma ilegalidade perante a Previdência Social, perante o Imposto de Renda Pessoa Física e perante o Fundo de Garantia. O senhor paga salário para pessoa jurídica.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – São prestadores de serviço. Eu não diria que é salário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o senhor falou mais de uma vez que paga salário para pessoa jurídica.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Prestadores de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá, conclua, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Vou concluir, Sr. Presidente.

Mesmo que o passaporte do Sr. Marcos Valério não fique retido, numa demonstração de respeito à cidadania, como foi dito pela Deputada Juíza Denise Frossard, eu gostaria que o passaporte fosse entregue à Comissão para ser xerocado, a fim de comprovar as várias viagens que o Sr. Marcos Valério fez ao exterior, coincidindo muitas delas com alguns momentos de interesse, de saques que foram feitos no Banco do Brasil, no Banco Rural, no BMG e em vários bancos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Senador Sérgio Guerra; em seguida, concluindo, o Deputado Carlos Sampaio. V. Ex^a tem três minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, serei bastante rápido. Primeiro, para elogiar o esforço do depoente, sua tranquilidade e sua autoconfiança. Seguramente, S. S^a foi cordial no trato conosco. E acho que deve ser sempre assim. Devemos ser cordiais com quem quer que questionemos aqui, e devemos ser tratados de forma cordial também. Não aceitei, de forma alguma, procedimento que se deu antes aqui, na audiência do Deputado Roberto Jefferson, que foi agredido por alguns companheiros. Essa prática não é saudável, nem deve se repetir. Ele também foi agressivo, e foi agredido. As duas coisas.

Está certa a forma como foi tratado o assunto até agora. Evidentemente que estamos pagando um preço pelo fato de não nos estruturarmos convenientemente na Comissão para abordagens como esta.

Amanhã, vamos discutir requerimentos, mas talvez fosse também oportuno discutir modelo de organização nossa para que tenhamos maior competência na abordagem de temas da complexidade dos que hoje foram tratados aqui. Houve um sem número de questões levantadas cuja relevância não sabemos distinguir. Se aquela afirmação tem conteúdo, aquela outra não tem; qual é a importância em uma, qual é a importância da outra.

Eu, nas últimas duas horas, recebi denúncias de todo tipo – *fax*, *e-mails*, correspondências as mais variadas. Tem uma aqui que recebi, do Rio de Janeiro, falando de uma festa que envolve o Dr. Ivan Guimarães, envolve o Dr. Marcos Valério, depois que ganhou a concorrência do Banco do Brasil, com os Correios, e o contrato de comunicação com o Banco do Brasil.

São informações de todo tipo, que não tenho como administrar, e que nós não podemos ficar lan-

çando simplesmente ao ar. É preciso que tenhamos condição de abordar a questão toda de forma estruturada, cruzando informações, para que haja efetivamente responsabilidade no que falamos e para que o depoente tenha também condições de ser avaliado na sua resposta.

V. S^a, dezenas de vezes, disse que não conhecia, não sabia. Há poucos minutos, recebi um telefonema de uma moça, uma menina, amiga minha, pernambucana, dizendo: “Olha, ele está careca de saber”. Não tem nada a ver, evidentemente, com o fato de V. S^a ter poucos cabelos, mas tem a ver com o fato de que todo mundo acha que V. S^a sabe muito mais do que falou. Todo mundo entende. Não há ninguém aí fora que não pense que, por razões as mais variadas – não o estou prejudgando – , V. S^a deixou de falar muita coisa e se protegeu numa capacidade lógica invejável. Temos de reconhecer que V. S^a é capaz de pensar, é capaz de se conduzir, e que nós não temos os documentos. Nós temos que ter documentos, temos que ter capacidade de estruturá-los, para que haja mais equilíbrio no que fazemos e no seu papel, no papel do depoente, seja ele o Dr. Marcos Valério, seja quem quer que seja.

Mas, de toda maneira, penso que a reunião de hoje deve encerrar um período de nossos trabalhos. Esse acampamento tem que ceder agora a uma investigação sensata, equilibrada, documentada. E tenho certeza de que o Presidente, Senador Delcídio Amaral, vai promovê-la, o Relator vai conduzi-la, e nós iremos contribuir.

Até para que não se reproduzam – nada contra –, essa inflação de perguntas, muitas delas repetidas, que não ajudam investigação nenhuma. Ninguém quer aqui reduzir a possibilidade democrática de expressão de quem quer que seja, mas há uma quantidade de perguntas, muitas delas sem conteúdo, repetidas, cansativas, que não ajudam a investigação. Aqui entre nós, só temos duas chances para ela: ou fazemos essa investigação bem feita, ou fazemos essa investigação muito bem feita. Não fazê-la é um prejuízo enorme para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Rapidamente, uma pequena interrupção.

Em seguida, com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, e vou encerrar, definitivamente, a reunião, se Deus quiser.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, neste íterim, enquanto o depoente faz as suas necessidades fisiológicas, o que é perfeitamente compreensível, permita-me fazer apenas uma constatação, em função das perguntas apresentadas anteriormente, vários telefonemas, o Brasil inteiro acompanha esse debate, essa discussão, enfim, essa inquirição, dando

conta dessa pessoa, Gilberto Mansur, que é um jornalista, mas que, na verdade, é um especialista em lobby. Várias pessoas me ligaram dizendo que o conhecem. Sempre que alguém tem uma grande implicação com a imprensa, ele intermedeia esta relação exatamente para abafar a imprensa e achacar dinheiro. Com certeza o Marcos Valério foi, no caso, achacado. Ele tentou abafar, pagou 300 mil, e não adiantou porque tampouco uma ponta e saltou outra. Quero deixar registrado, porque é gente de todo o Brasil ligando, pessoas que o conhecem. Acho que isso vai nos ajudar muito, na medida em que as transmissões pela TV Câmara, TV Senado, enfim, outros veículos de comunicação importantes do País estão transmitindo ao vivo. O Brasil quer passar a limpo isso aqui e nós, certamente, seremos o instrumento.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que duas coisas ficaram muito claras e precisamos nelas nos aprofundar: uma, é a questão da assinatura dele no contrato como avalista do PT, depois que o Delúbio havia assinado, sem a assinatura do nosso ex-Deputado José Genoíno, ou seja, o Genoíno assinou depois das duas assinaturas; e, por fim, essa questão da nossa Câmara dos Deputados, que em dois anos gastou R\$ 20 milhões em propaganda. Nós pedimos a imediata suspensão desse contrato. Nós, Deputados, somos vítimas; me sinto logrado pelo gasto de R\$20 milhões em propaganda, para fazer propaganda para quem, de quem, com quem. Eu diria, Sr. Presidente, que é uma vergonha. É a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e, se ficar assim, todos nós vamos ser sem-vergonhas. Não aceito isso!

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. Depois, o Relator conclui e eu encerro.

V. Ex^a dispõe de três minutos, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento a V. Ex^a, uma vez que fui informado que as passagens das empresas do Sr. Marcos Valério são adquiridas pela Fly Tour. Requeiro ao Sr. Relator que solicite o Relatório Gerencial Corporativo I dessa empresa, que diz quais são os nomes dos beneficiários dessas passagens; e o relatório gerencial por rotas, que diz exatamente para onde essas pessoas foram, para onde elas viajaram.

Portanto, faço esses requerimentos e solicito que eles sejam encampados pelo Relator.

Farei algumas observações rápidas, Sr. Presidente. A primeira delas se refere ao famoso aval. Quando perguntei a V. S^a, Sr. Marcos Valério, se teria feito como pessoa física, V. S^a respondeu que sim. Depois, quando perguntei se a empresa havia pago, V. S^a disse que sim.

Posteriormente, V. S^a atrás e disse que não; que foi V. S^a com a distribuição dos lucros. Estou correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A empresa pagou e eu fiz um acordo de que iria ser distribuição de lucros. A empresa pagou numa conta direta. E, respondendo ao Deputado, eu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Justamente, fiquei sabendo a respeito disso agora, através da movimentação eletrônica que V. S^a fez esse pagamento.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Respondendo ao Deputado, eu não lembro se o Presidente Genoíno assinou o contrato primeiro ou depois, ou antes, ou na hora. Isso eu não gravei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, para ficar claro. Quem pagou foi a empresa; V. S^a não é sócio da empresa, é a sua esposa; então, está correto eu concluir que V. S^a é devedor da empresa neste valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O meu Imposto de Renda é em conjunto com a minha esposa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Independentemente do seu Imposto de Renda, uma pergunta bem objetiva. Se a empresa paga uma conta de V. S^a, V. S^a não sendo sócio da empresa, logo V. S^a é devedor da empresa que a sua esposa tem a cota. Estou correto no meu raciocínio, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deve estar. V. Ex^a deve entender melhor do que eu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu também acredito que eu esteja.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...me desculpe, Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a colocou aqui... Aliás, quem colocou foi o Deputado Geraldo, a disposição de V. S^a em ajudá-lo – e quero deixar muito claro, aqui, que não acho essa prática de ajudá-lo a arrecadar uma prática ilegal, desde que respeite aquilo que a Justiça Eleitoral determina. Então, V. S^a tem essa prática solidária. Partindo desse pressuposto, faço duas indagações: V. S^a firmou um contrato e, portanto, se tornou sócio da empresa Tolentino Associados, que é um escritório de advocacia. Estou certo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está certo, assessoria empresarial...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a não é advogado, não é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sou. É assessoria empresarial isso que eu faço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A Tolentino tem a conta e, portanto, advoga para o Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Tolentino é um escritório de assessoria empresarial e...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Advoga para o Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...também advoga para o Banco Rural.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E a agência de V. S^a tem a conta do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também tem a conta do Banco Rural.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito. V. S^a não acha que seria plausível, dentro desse espírito solidário, que V. S^a intercedesse junto à CPI do Banestado – até porque o advogado do Banco Rural assim o fez, legitimamente –, no sentido de que o Banco Rural fosse excluído do relatório final?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não entendo nada de CPI do Banestado; não entendo nada dessa matéria.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não? V. S^a não entende nada de Direito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas ficou sócio de um escritório de advocacia. Meus parabéns!

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma outra conclusão que eu gostaria de tirar de V. S^a: V. S^a disse que não ajudou e que não tem nenhuma vinculação com o Sr. Daniel Dantas do Banco Opportunity, e que se limitou tão-somente ao fato de a agência de V. S^a ter a conta da Telemig – se não me engano, empresa que era do Banco Opportunity.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a teve encontros com o Sr. Carlos Rodenberg?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Rodemburgo. Sim, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Rodemburgo. A que título?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A primeira vez, ele me solicitou que queria conhecer o Sr. Delúbio Soares.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não há nenhuma relação com o Banco Opportunity?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nenhuma relação com o Banco Opportunity.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque chegou uma informação para mim de que ele é casado com a irmã do Sr. Daniel Dantas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois eu lhe afirmo que é.

Então, V. S^a não poderia, dentro desse espírito solidário, estar tentando, por intermédio do Sr. Carlos Rodemburgo, interceder no sentido de que os problemas enfrentados para o Sr. Daniel Dantas fossem minimizados perante o Governo do PT, perante a situação que ele enfrentava nas mais variadas ordens institucionais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu acho que o Sr. Carlos Rodemburgo conheceu o Sr. Delúbio Soares e tiveram uma conversa, mas não minimizou nem melhorou e não teve nenhum acordo a nível de melhorar a situação dele do Governo Federal.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Carlos Rodemburgo, em que pese ser ex-cunhado do Sr. Daniel Dantas, nunca tocou com V. S^a no assunto do Banco Opportunity?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca tocou nesse assunto...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a esteve quantas vezes com o Sr. Carlos Rodemburgo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, por favor, concluindo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estive algumas vezes com o Sr. Carlos Rodemburgo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ok. Sr. Presidente, tenho mais duas últimas informações e encerrarei.

V. S^a conhece a empresa chamada Cepem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – CPI?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Cepem. C, E, P de Paulo e M de Maria – Cepem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Cepem? Não, não conheço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa Cepem, nos idos de 1996 e 1997, gerida que era pelo Sr. Roberto Teixeira, foi denunciada pelo Sr. Paulo de Tarso, Secretário de Finanças de Campinas – o meu

Município – e, posteriormente, Secretário de Finanças do Município de São José dos Campos, como sendo a empresa que arrecadava dinheiro para o Partido dos Trabalhadores. Detalhe: o Sr. Paulo de Tarso era do Partido dos Trabalhadores. Fez esta denúncia formal: o intuito dessa Cepem era obter US\$16 milhões para o PT. V. S^a conhece o Sr. Paulo de Tarso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não conheço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a sabe o que aconteceu com ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Foi expulso do PT.

Tenho uma outra pergunta a fazer em relação a este assunto. V. S^a é sócio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, concluindo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É a última, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Entendo, Senadora, a sua preocupação, porque, afinal de contas, envolve o Partido de V. Ex^a, mas cabe a mim indagar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas um minuto. V. Ex^a já falou bem mais do que os três minutos. É somente por isso, por uma questão, obviamente, de respeito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senadora, várias pessoas falaram mais do que três minutos e V. Ex^a, em momento algum, intercedeu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, concluindo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu concluo, Sr. Presidente, mas S. Ex^a realmente não intercedeu quando excederam os três minutos. Com relação a mim...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não foi bastante não. Aliás, V. Ex^a me interrompe...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio, por favor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou continuar falando enquanto S. Ex^a continuar me interrompendo.

V. S^a conhece o Sr. Agnelo Pacheco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço, sim, o Agnelo Pacheco.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a teve algum contrato com ele, conjunto, de uma conta da Telesp?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Atendemos juntos à conta da Telesp.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. S^a sabe que o Sr. Agnelo Pacheco tinha a conta de Santo André à época em que o prefeito era o Celso Daniel?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sabia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não sabia.

Não sabia que o Sr. Agnelo Pacheco era sócio da PG, que tinha a conta do Município de São Paulo, da Prefeita Marta Suplicy?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também não sabia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, V. S^a, assim como se associou a ele na Telesp, não se associou a ele nas contas de Santo André e nas contas de São Paulo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza absoluta, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Concluindo, amanhã, então, às 9 horas.

Muitos ponderaram a questão documental, e nós esperamos que, em função dos agendamentos para o mês de julho, tenhamos condições de dar maior velocidade ao fluxo dos documentos, porque não são documentos sistematizados nas várias áreas do Governo. Por este motivo, precisamos compatibilizar nossas agendas com os documentos que são absolutamente necessários para as oitivas e análises. Esperamos que, adequando nossa agenda, não tenhamos mais nenhum tipo de prejuízo em função dos subsídios necessários para a evolução dos nossos trabalhos.

Quero agradecer e cumprimentar os Parlamentares, a Imprensa, o Sr. Marcos Valério pela resistência – 14 horas de depoimento – e desejar uma boa noite a todos e até amanhã às 9 horas.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 23 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 11ª Reunião, realizada em 07/07/2005.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlan de da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Heloísa Helena, José Jorge, Sibá Machado, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Leomar Quintanilha e Valdir Raupp, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Seráglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélío Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Wellington Fagundes, Juíza Denise Frossard, Álvaro Dias, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Benedito de Lira, Geraldo Thadeu e Pompeo de Mattos, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da décima primeira reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a a votação (aprovada). O Presidente, Delcídio Amaral, informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e à oitiva da senhora Fernanda Karina Somaggio. A seguir, concede a palavra ao relator, que cita os requerimentos que serão submetidos à apreciação. A Presidência coloca em votação, em bloco, os seguintes requerimentos, que recebem 21 votos favoráveis, sendo aprovados por unanimidade: **Requerimento nº 162/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita a relação de todas as ligações telefônicas realizadas desde janeiro de 2003 pelos terminais dos Srs. Maurício Marinho, Antônio Osório Batista e Eduardo Medeiros de Moraes; **Requerimento nº 164/2005**, de autoria do

Senador César Borges, em que solicita a convocação para prestar depoimento à Polícia Federal de todas as secretárias que trabalharam para o senhor Maurício Marinho na EBCT durante os últimos 2 anos; **Requerimento nº 167/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita a listagem de todos os deslocamentos realizados pelos aviões de propriedade do Banco Rural ou de seus sócios, desde janeiro de 2003, bem como relação de passageiros; **Requerimento nº 234/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam a requisição junto ao Departamento de Aviação Civil os fretamentos de vôos para o senhor Marcos Valério F. de Souza; **Requerimento nº 239/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita seja requisitado ao DAC-Departamento de Aviação Civil que officie a todas as empresas de aviação comercial e de táxi aéreo, a fim de que informem os dias, horários e trajetos em que transportaram o senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 276/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam a disponibilização a esta Comissão de cópia da tabela que apresenta os valores mensais, as linhas, taxas de ocupação, subpreços, entre outros dados, da Rede Postal Aérea Noturna – RPN. **Requerimento nº 280/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias (condicionado ao Requerimento nº 282), em que solicita as fitas de gravação do sistema de segurança interno de acesso às duas torres do shopping Brasília, nos dias em que foram realizados saques acima de R\$ 30 mil no Banco Rural da agência de Brasília pelas empresas do senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 282/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita que o Banco Central officie ao Banco Rural para que seja enviada a esta Comissão relação de todos os saques acima de R\$ 30 mil, realizados na boca do caixa, no período de 1º de janeiro de 2003 até a presente data, na agência Brasília do Banco Rural; **Requerimento nº 291/2005**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Almeida Lima, Sérgio Guerra e Leonel Pavan, em que solicitam à EBCT o envio de informações acerca de todos os pagamentos efetuados à SMP&B Comunicação, acompanhado do contrato, da justificativa, da data do pagamento ou crédito, ordenador de despesas, especificação do documento do pagamento ou crédito, conta bancária de crédito etc; **Requerimento nº 319/2005**, de autoria dos Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet, em que solicitam o envio dos relatórios da ABIN na investigação da EBCT; **Requerimento nº 320/2005**, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, em que solicita os dados de créditos e débitos do contrato de empréstimo firmado entre o BMG S.A – CNPJ 61.186.680 0001-74

e o PT, no valor de R\$ 2,4 milhões; **Requerimento nº 321/2005**, de autoria da Deputada Juíza Denise Frossard, em que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda acerca de denúncia “O COAF NADA FEZ CONTRA VALÉRIO” – O Estado de São Paulo; **Requerimento nº 339/2005**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que solicita cópia dos depoimentos prestados pelo Senhor Jairo de Souza Martins, que resultaram da cassação do Deputado André Luiz, em 2004; **Requerimento nº 340/2005**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que solicita cópia dos depoimentos prestados pelo Senhor Jairo de Souza Martins, por ocasião dos procedimentos investigatórios em relação ao Deputado Alessandro Calazans; **Requerimento nº 346/2005**, de autoria dos Senadores Sibá Machado, Ideli Salvatti, Ana Júlia Carepa e dos Deputados Maurício Rands, entre outros, em que solicitam que seja requisitado ao MPU cópia do procedimento investigatório. **Requerimento nº 347/2005**, de autoria dos Senadores Sibá Machado, Ideli Salvatti, Ana Júlia Carepa e dos Deputados Maurício Rands, entre outros, em que solicitam que sejam requisitadas, junto às empresas de aviação civil de transporte de passageiros, informações sobre viagem realizada pelo senhor Arlindo Molina; **Requerimento nº 348/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam, junto à Comissão de Segurança do CN, cópia dos depoimentos prestados; **Requerimento nº 349/2005**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, em que solicitam, junto à Comissão de Segurança do CN, cópia dos depoimentos prestados; **Requerimento nº 351/2005**, de autoria do Senador César Borges, em que solicita o encaminhamento de todas as denúncias recebidas acerca do senhor Marcos Valério pela CGU; **Requerimento nº 354/2005**, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, em que solicita à ABIN cópia de todos os documentos produzidos pela operação correios; **Requerimento nº 357/2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, em que solicita às empresas administradoras de cartões de crédito o fornecimento da relação de todos os titulares e dependentes de cartões de crédito retirados em nome do senhor Marcos Valério; **Requerimento nº 363/2005**, de autoria do Senador Romeu Tuma, em que solicita informações ao Departamento de Polícia Federal acerca de investigações sobre possíveis remessas para o exterior de moeda nacional ou estrangeira, realizadas por Marcos Valério; **Requerimento nº 359/2005**, de autoria dos Senadores Sibá Machado, Ideli Salvatti, Aelton Freitas e dos Deputados Jamil Murad, Juíza Denise Frossard, entre outros, em que solicitam que seja encaminhada relação de membros desta Comissão, supostos beneficiários de

mensalão, conforme entrevista prestada pelo Deputado Roberto Jefferson ao “Programa do Jô”, em conjunto com o Requerimento nº 364; **Requerimento nº 364/2005**, de autoria da Deputada Juíza Denise Frossard, em que solicita a relação das pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos senhores Deputados e Senadores, membros efetivos e suplentes desta Comissão; **Requerimento nº 361/2005**, de autoria do Deputado Nélcio Dias, em que solicita a convocação dos senhores Presidentes da Associação Brasileira de Agências de Propaganda – FENAPRO e do Conselho Executivo de Normas Padrão. O relator reafirma que todos os pedidos de investigação, quebras de sigilo e outros, serão feitos baseados nos dados dos últimos cinco anos, conforme acordado na 6ª reunião, realizada em 29/06/2005. Dando continuidade à votação, O Presidente coloca em votação, separadamente, os seguintes requerimentos: **Requerimento de nº 265/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Praeseptu Centro de Preparação Equestre Ltda (aprovado por unanimidade com 21 votos favoráveis); **Requerimento de nº 266/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa 2S Participações Ltda (aprovado por unanimidade com 21 votos favoráveis); **Requerimento de nº 267/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa JVN Participações Ltda (aprovado por unanimidade com 23 votos favoráveis); **Requerimento de nº 268/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa MG 5 Participações Ltda (aprovado por unanimidade com 24 votos favoráveis); **Requerimento de nº 269/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa S.F. Assessoria Empresarial Ltda (aprovado por unanimidade com 24 votos favoráveis); **Requerimento de nº 270/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Tolentino & Melo Assessoria Empresarial SC (aprovado por unanimidade com 23 votos favoráveis); **Requerimento de nº 271/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Novo Mundo Participações Ltda (aprovado por unanimidade com 21 votos favoráveis); **Requerimento de nº 272/2005**, autoria do Se-

nador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Star Alliance Participações Ltda (aprovado por unanimidade com 21 votos favoráveis); **Requerimento de nº 273/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Feeling Propaganda Ltda (aprovado por unanimidade com 22 votos favoráveis); **Requerimento de nº 274/2005**, autoria do Senador César Borges, em que solicita sejam transferidos a esta Comissão os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da Empresa Pouso Alegre Editorações Ltda (aprovado por unanimidade com 22 votos favoráveis). A Presidência coloca em votação, em bloco, os seguintes requerimentos, que recebem 22 votos favoráveis, sendo aprovados por unanimidade: **Requerimento de nº 026/2005**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, em que requer o depoimento do Senhor Delúbio Soares; **Requerimento de nº 031/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, em que requerem a convocação do Senhor Delúbio Soares; **Requerimento de nº 112/2005**, de autoria dos Senadores Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Leonel Pavan e outro, em que requerem a convocação do Senhor Delúbio Soares; **Requerimento de nº 119/2005**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, em que requer a convocação do Senhor Delúbio Soares; **Requerimento de nº 173/2005**, de autoria dos Deputados Juíza Denise Frossard e Deputado Geraldo Thadeu, em que solicitam a convocação da senhora Geiza Dias dos Santos (empregada da área financeira) e da senhora Simone Reis L. de Vasconcelos (Diretora de Administração Financeira) da SMP&B; **Requerimento de nº 221/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, em que solicitam a convocação da senhora Geiza Dias dos Santos; **Requerimento de nº 306/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, em que requerem a convocação da senhora Geiza Dias; **Requerimento de nº 314/2005**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, em que requerem a convocação da senhora Simone Reis Lobo de Vasconcelos; **Requerimento de nº 246/2005**, de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, em que solicitam a convocação da senhora Simone Reis Lobo de Vasconcelos; **Requerimento de nº 368/2005**, de autoria do Relator, Deputado Osmar Serráglio, em que solicita a convocação da senhora Renilda Fernandes de Souza. **Requerimento de nº 367/2005**, de autoria do Relator, Deputado Osmar Serráglio e da Senadora Heloísa Helena, em que solicitam as Notas Jurídicas e as Atas das reuniões de diretoria

dos Correios, em que haja deliberações referentes a contratos e licitações. E, por último, o Presidente submete à votação o **Requerimento de nº 258/2005**, de autoria dos Deputados Jorge Bittar, Deputado Maurício Rands, Henrique Fontana, entre outros, em que solicitam sejam transferidos os sigilos bancário, fiscal e telefônico do Deputado Roberto Jefferson. Dando continuidade à reunião, a Presidência convida a senhora Fernanda Karina Somaggio para prestar esclarecimentos e passa a palavra ao relator, Deputado Osmar Serráglio, para inquiri-la. Em seguida, os seguintes parlamentares inquirir a depoente: Heloísa Helena, Carlos Abicalil, Senador Álvaro Dias, Juíza Denise Frossard, Maurício Rands, César Borges, Carlosampaio, Jorge Bittar, Wellington Fagundes, Osmar Serráglio, Deputado Álvaro Dias, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Ideli Salvatti, Pedro Simon e Pompeo de Mattos. Como reinscrição, a Presidência concede a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo e aos Senadores Pedro Simon e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e nove minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sob a proteção de Deus, quero começar nossos trabalhos hoje com uma reunião interna dos membros da Comissão Parlamentar. Gostaria que esta reunião fosse fechada, somente com a presença dos Parlamentares, porque vamos falar sobre os requerimentos, e depois a votação será em aberto.

Por isso, solicito às pessoas, não sendo Parlamentares, que esvaziem a nossa sala, para fazermos uma reunião interna com os Parlamentares, de tal maneira a votarmos os requerimentos, lembrando que, independentemente do andamento, às 11 horas começaremos a audiência da Sr^a Fernanda Somaggio.

(Interrupção da gravação.)

(Levanta-se a reunião às 12h.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta a décima primeira reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

As atas da nona e décima reuniões encontram-se sobre a mesa.

Coloco-as em votação, propondo a dispensa de leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovadas.

Quero esclarecer que terminamos agora uma reunião em que coordenamos e discutimos os requerimentos. Fizemos uma reunião prévia para que tenhamos condição de votar requerimentos importantes para o funcionamento da CPI. Concederei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para citar, nominar os requerimentos, e depois passaremos para a votação. Após a votação, começaremos a oitiva da Sr^a Fernanda Karina Somaggio.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, anunciarei o número e a ementa, abreviadamente, dos requerimentos que serão submetidos à votação.

Requerimento nº 162, do Senador César Borges, que solicita a relação das ligações telefônicas, desde janeiro de 2003, pelos terminais dos Srs. Maurício Marinho, Antônio Osório Batista e Eduardo Medeiros de Moraes.

Sr. Presidente, indago se serão votados um a um ou se o serão em bloco, ao final?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Votaremos em bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, prossigo o rol dos requerimentos:

Requerimento nº 164, do Senador César Borges, que solicita a convocação para prestar depoimento à Polícia Federal de todas as secretárias que trabalharam para o Sr. Maurício Marinho nos Correios durante os últimos dois anos;

Requerimento nº 167, do Senador César Borges, que solicita a listagem de todos os deslocamentos realizados pelos aviões de propriedade do Banco Rural ou de seus sócios, bem como relação de passageiros, com aditamento desta relatoria para que, em vez de ser desde janeiro de 2003, seja dos últimos cinco anos;

Requerimento nº 173, da Deputada Juíza Denise Frossard e do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita... Como este requerimento é de convocação, talvez eu o anunciasse depois.

Prossigo. Requerimento nº 234, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicita a requisição, junto ao Departamento de Aviação Civil, dos fretamentos de vôos para o Sr. Marcos Valério de Souza, aos quais a relatoria adita o período dos últimos cinco anos;

Requerimento nº 239, do Senador César Borges, que solicita seja requisitado ao Departamento de Aviação Civil (DAC) que officie a todas as empresas de aviação comercial e de táxi aéreo, a fim de que informem os dias, horários e trajetos em que transportaram o Sr. Marcos Valério, ao qual essa relatoria adita o prazo de cinco anos;

Requerimentos de nºs... Esses, perdoem-me, anunciarei depois, porque tratam de quebras de sigilo e deverão ser lidos separadamente.

Prossigo. Requerimento nº 276, do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto e do Deputado Onyx Lorenzoni, que solicita a disponibilização a esta CPMI de cópia da tabela que apresenta os valores mensais, as linhas, taxas de ocupação, subpreços, entre outros dados da Rede Postal Aérea Noturna (RPN), ao qual essa relatoria adiciona o prazo de cinco anos;

Requerimento nº 280, do Senador Alvaro Dias, que solicita as fitas de gravação do Sistema de Segurança Interno de acesso às duas torres do Shopping Brasília, nos dias em que foram realizados saques acima de R\$30 mil no Banco Rural, na agência de Brasília, pelas empresas do Sr. Marcos Valério;

Requerimento nº 282, do Senador Alvaro Dias, que solicita que o Banco Central officie o Banco Rural para que seja enviada a esta CPMI relação de todos os saques acima de R\$30 mil realizados na boca do caixa, no período – que está sendo aditado por mim – de cinco anos, na agência de Brasília do Banco Rural;

Requerimento nº 291, dos Senadores Alvaro Dias, Almeida Lima, Sérgio Guerra e Leonel Pavan, que solicita aos Correios o envio de informações acerca de todos os pagamentos efetuados à SMP&B Comunicação, acompanhadas do contrato de justificativa, da data do pagamento ou crédito, ordenador de despesas, especificação do documento pagamento ou crédito, conta bancária de crédito, etc.

Indago do ilustre autor se teve o cuidado – imagino que sim – de verificar que existe a SMP&B Comunicação e a SMP&B Publicidade. Tenho convicção, Senador Alvaro Dias, de que V. Ex^a anunciou SMP&B Comunicação. É essa empresa ou é a Publicidade que tem os contratos com os Correios?

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essa. Tudo bem.

Requerimento nº 319, dos Deputados Eduardo Paes e Gustavo Fruet, solicitam o envio dos relatórios da Abin na investigação dos Correios;

Requerimento nº 320, do Deputado Arnado Faria de Sá, que solicita os dados de créditos e débitos do

contrato de empréstimo firmado entre o BMG e o PT no valor de R\$2,4 milhões;

Requerimento nº 321, da Deputada Juíza Denise Frossard, que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda acerca da denúncia “o Coaf nada fez contra Valério”, do jornal **O Estado de S. Paulo**;

Requerimento nº 339, que suponho seja desta Relatoria, que solicita cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Jairo de Souza Martins que resultaram na cassação do Deputado André Luiz em 2004;

Requerimento nº 340, que solicita cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Jairo de Souza Martins por ocasião dos procedimentos investigatórios em relação ao Deputado Alessandro Calazans;

Requerimento nº 346, do Deputado Maurício Rands, que solicita seja requisitada a MPU cópia do procedimento investigatório do episódio dos Correios;

Requerimento nº 347, do Deputado Maurício Rands, que solicita sejam requisitadas, junto às empresas de aviação civil de transporte de passageiros, informações sobre viagem realizada pelo Sr. Arlindo Molina;

Requerimento nº 348, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicita, junto à Comissão de Inteligência do Congresso Nacional, cópia dos depoimentos prestados;

Requerimento nº 349, dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que solicita, junto à Comissão de Inteligência do Congresso Nacional, cópia dos depoimentos prestados;

Requerimento nº 351, do Senador César Borges, que solicita o encaminhamento de todas as denúncias recebidas acerca do Sr. Marcos Valério pela CGU;

Requerimento nº 354, do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita à Abin cópia de todos o documentos produzidos pela Operação Correios;

Requerimento nº 357, do Senador Alvaro Dias, que solicita às empresas administradoras de cartões de crédito o fornecimento da relação de todos os titulares e dependentes de cartões de crédito retirados em nome do Sr. Marcos Valério, ao qual adicionou a relatoria o período dos últimos cinco anos;

Requerimento nº 359, da Senadora Ideli Salvatti e outros – um conjunto de Parlamentares –, que solicita seja interpelado o Deputado Roberto Jefferson a propósito do “Programa do Jô”, na Rede Globo, para que indique quais são os Deputados e Senadores que ele considera beneficiários do “mensalão” e que compõem esta CPI.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – E do caixa dois do financiamento de campanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, fica adicionado esse esclarecimento acerca do caixa dois de campanha.

Requerimento nº 361, do Deputado Nélio Dias, que solicita a convocação – já vou nominar que houve acordo – dos Srs. Presidentes da Associação Brasileira de Agências de Propaganda e do Conselho Executivo de Normas Padrão;

Requerimento nº 363, do Senador Romeu Tuma, que solicita informações ao Departamento de Polícia Federal acerca de investigações sobre possíveis remessas para o exterior de moeda nacional ou estrangeira realizadas por Marcos Valério;

Requerimento nº 364, da Deputada Juíza Denise Frossard, que solicita a relação das pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos Srs. Deputados e Senadores membros efetivos e suplentes desta CPMI.

A SRª JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Para compará-lo, Sr. Presidente, com a lista do prédio do Banco Rural, inclusive dos membros e suplentes da CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

Requerimento nº 367, desta relatoria, que solicita dos Correios as atas das diretorias e as notas técnicas do departamento jurídico a propósito de contratos e licitações;

Requerimento nº 368, que convoca – este também seria na etapa seguinte – a esposa do Sr. Marcos Valério, Srª Renilda Fernandes de Souza, para que preste depoimento.

Sr. Presidente, em relação aos requerimentos sobre os quais houve uma discussão prévia, dois tratam do aspecto das convocações – terminei anunciando duas convocações no mesmo rol, quais sejam, a da Srª Renilda (Requerimento nº 368) e a dos Srs. Presidentes (Requerimento nº 361) – e os demais tratam de aspectos administrativos. Então, quando partirmos para a etapa seguinte, a das convocações, voltarei a anunciá-los.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero apenas fazer um apelo, uma solicitação à Presidência. Tendo em vista o episódio do Deputado Roberto Jefferson fazendo ilações, insinuações e acusações com relação a membros desta CPMI, é de fundamental importância que tenhamos a expedição do documento relacionado ao Requerimento nº 359 ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será atendida a Senadora Ideli Salvatti.

Começarei a votação dos requerimentos em bloco.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Os requerimentos de convocação – 26, 31 e...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, aí nós vamos votar um a um. Correto, Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos votar agora os requerimentos lidos pelo Relator Osmar Serraglio em bloco.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos Suplentes.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senadores do PMDB; Garibaldi Alves; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Senador do PDT, Juvêncio da Fonseca; do PTB, Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Dos Senadores, encerramos.

Aos Deputados Federais:

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias.

Agora, os Suplentes.

Do PMDB:

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; (Pausa.)

PFL/PRONA está fechado.

Suplentes do PSDB:

Deputado Alberto Goldman. Deputado Carlosampaio; Do PP, Deputado Benedito de Lira. (Pausa.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fechou.

Do PTB:

Deputado Luiz Antônio Fleury. (Pausa.)

Do PL, já está completo.

Do PDT: Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Aprovados, por unanimidade, 21 votos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria fazer uma ponderação, até por consideração dos argumentos que me foram apresentados pelo Senador Aelton Freitas.

Como o Requerimento 359 se referia exclusivamente à acusação feita pelo Deputado Roberto Jefferson, no programa do Jô Soares, com referência a Parlamentares desta CPMI receber o mensalão e, na tramitação, a Senadora Heloísa Helena incluiu a questão também da acusação a respeito de ter fraudes nas prestações de contas, gastos por fora, que aconteceu em outra situação que foi quando ele veio aqui, que nós pudéssemos separar em dois requerimentos. Um, baseado nas declarações – porque inclusive tem a transcrição –; e outro requerimento – nós temos o posicionamento, inclusive, o Senador Aelton quando veio me fazer a ponderação, fez que ele tem concordância absoluta que sejam feitos os dois, mas que sejam feitos separadamente, pois há diferença de natureza os dois tipos de acusação. Então, aprovaríamos os dois pedidos de informação, que ele apresentasse os nomes, os dados, as provas, mas em requerimentos separados.

Então, é essa a ponderação que eu acho que tem procedência feita pelo Senador Aelton Freitas. Aprovaríamos, como já está aprovada as duas questões, mas separando e subsidiando. Porque, no do Jô Soares, nós tivemos a diligência de transcrever as declarações. E eu acho que nós poderíamos pegar a transcrição aqui também da sessão quando ele fez a

insinuação a respeito da questão de gastos de campanha para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, em relação a essa formulação ao implementarmos o encaminhamento faremos a bifurcação.

Sr. Presidente, também houve consenso só que se exige votação individual, separadamente, por se tratar de quebra de sigilo; não há uma lista que nós concordamos das quebras de sigilo. Eu anuncio o primeiro deles o Requerimento nº 265, do Senador César Borges, que solicita a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico da empresa Presépio Centro de Preparação Equestre Ltda.

Sr. Presidente, anunciei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Vamos começar a votação pelos Srs. Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas para esclarecer que os requerimentos estão devidamente justificados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias;

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, sim. Quero deixar aqui o registro de que eu tenho um compromisso que sou obrigada a sair. O meu voto é favorável a todos os requerimentos de quebra de sigilo que estão aí listados pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será considerado, Senadora Ideli Salvatti.

Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Senador Luiz Otávio; (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim,

Sr. Presidente. Quero deixar também o meu registro de voto “Sim”, de acordo com a Senadora Ideli Salvatti, porque tenho um compromisso agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Eu quero chamar a atenção porque eu sei que existem outros eventos no Congresso. No entanto, eu pediria aos Srs. Senadores que permanecessem durante a votação porque o **quorum** está caindo. E a votação são todas nominais e não dá para deixar registrado o que se vota nos outros requerimentos.

Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sim, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi; Senador Leomar; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio; Senador Sérgio Zambiasi; Senadores concluídos. (Pausa.)

Deputados Federais.

Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Bittar.

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PT – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Fernando Diniz.

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, assim como todos os demais requerimentos, Sr. Presidente. E o Senador Alvaro Dias e eu vamos levar ao Presidente do Congresso Nacional a autoconvocação da Câmara e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Mas, Deputado, V. Ex^a precisa permanecer aqui, por causa do **quorum**. É muito importante. Nós vamos fazer as votações rapidamente.

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputado Nélio Dias.

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PPB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Considerado aqui “Sim”, Deputado Welinton Fagundes; Deputada Juíza Denise Frossard, “Sim”.

Senador Alvaro Dias.

Agora os suplentes.

Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; (Pausa.) Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– “Sim”, Deputado Benedito de Lira.

Deputado Antônio Fleury; Deputado Sandro Mabel; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vinte e um votos.

Também por unanimidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tendo em vista o que está acontecendo, queria ponderar, não tenho dificuldade nenhuma, só que são mais nove votações nominais.

Indago do Plenário se prosseguimos com as nove.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Vamos proceder à votação em bloco para acelerar, por causa do **quorum**.

Não pode?

E o que você está sugerindo?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Então, vamos votar. Um engano da Mesa aqui, do Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, aquilo que não for quebra de sigilo pode votar em bloco. As convocações pode votar em bloco.

A quebra é individual a votação, mas as convocações pode votar em bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Bom, Sr. Presidente, como há necessidade de se anunciar separadamente, caso a caso, e ir esclarecendo. Como os parlamentares já dispõem dos requerimentos com as justificativas, eu prossigo 266, do Senador César Borges.

A transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa 2 S Participações Ltda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Partimos para a votação, começando pelos Deputados Federais.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Fernando Diniz.

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Nélio Dias.

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL-MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral-PT-MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral-PT-MS) – Deputado Álvaro Dias, Deputado Wilson Santiago, Deputado Anibal Gomes. (Pausa) Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Pompeu de Matos. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes, Senador César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Alvaro Dias; (Pausa.)

Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Luiz Otavio, Wirlande da Luz; (Pausa.)

Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna, Senador Jefferson Peres, Senador Fernando Bezerra (Pausa)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senado Efraim Moraes, Senador José Jorge, Senador Romeu Tuma, Senador Leonel Pavan, Senador Almeida Lima, Senador Garibaldi Alves, Senador Leomar Quintanilha, Senador Gerson Camata, Senador Valdir Raupp, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa)

A Presidência proclamar o resultado da votação: 21 votos, também por unanimidade.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 267, de autoria do Senador César Borges, que pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa JVN Participações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Votação.

Senador Heráclito Fortes, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes, Senador Sérgio Guerra. (Pausa)

Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, Senador Saturnino. (Pausa) Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otavio, Senador Wirlande da Luz. (Pausa) Senador Maguito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna, Senador Jefferson Péres, Senador Fernando Bezerra. (Pausa), Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais, Senador José Jorge, Senador Romeu Tuma, Senador Leonel Pavan, Senador Almeida Lima, Senador Sibá, Senador Garibaldi, Senador Leomar, Senador Camata, Senador Raupp, Senador Juvêncio, Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa) Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. (Pausa.) Deputado Onyx

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias (Pausa) Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias, Deputado Wilson Santiago, Deputado Aníbal Gomes (Pausa)

Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Também por unanimidade, 22 votos.

Com a palavra o Relator, Osmar Serraglio.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero consignar o meu voto “sim”, porque cheguei agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, 23 votos, consignando o voto do Senador Wirlande da Luz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº268, do Senador César Borges. Solicita que sejam transferidos à CPMI os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da empresa MG 5, Participações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação. Senadores Heráclito Fortes (Pausa.) César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias; Senadora Ideli; (Pausa.)

Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim; Senador José Jorge; Romeu Tuma; Pavan. Almeida Lima; Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi; Leomar; Gerson Camata; Raupp; Senador Juvêncio; Senador Sérgio Zambiasi; Deputado Abicalil.

Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias. Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; (Pausa.)

Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vinte e quatro votos a zero. Por unanimidade também.

Com a palavra o relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, requerimento 269, do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senadora Heloisa Helena mais o Deputado Jamil Murad, mais Deputado Eduardo, mais Deputada Juíza Denise, Deputado Onyx. Tem de dizer o nome de todos, se é para dizer. Temos aqui um problema constituído. Então, se não vamos colocar mais nada em votação, nenhum requerimento, então, eu solicito que, após a oitiva da Sr^a Karina, possamos fazer uma nova reunião da CPMI para tratar de um fato novo que não foi discutido amplamente e que é relevante. Solicito a V. Ex^a, posso dizer reservadamente, sei que o Relator já sabe sobre o que se trata, quebra de sigilo, para que possamos discutir depois da Dr^a Karina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quebra de sigilo de quem, Senadora?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – De vários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos continuar com as votações. Com a palavra o Relator, Osmar Serraglio.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Inclusive o seu, o meu, o do Roberto Jefferson, de quem mais queira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Requerimento nº269, do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, temos votações, temos uma oitiva ainda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Senador César Borges. Solicita sejam transferidos os sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa SS, Assessoria Empresarial Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passamos à votação. Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes. Sérgio Guerra; (Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli. Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio. Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jefferson. Bezerra; Heloisa Helena.

Suplentes: Efraim; José Jorge; Romeu Tuma; Pavan; Almeida Lima; (Pausa.)

Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Garibaldi; Leomar; Gerson Camata; Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Passamos aos Deputados. Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz. Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

(?) – Nélcio Dias. Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. Por unanimidade, 24 votos. Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo requerimento é o 270, do Senador César Borges, que solicita a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Tolentino & Melo, assessoria empresarial SC.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes. Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sérgio Guerra. Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli; Saturnino; (Pausa.)
Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Luiz Otávio. Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Jefferson Péres. Fernando Bezerra. Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Pavan; Almeida Lima; (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Garibaldi Alves; Leomar; Camata; Raupp; Juvêncio; Sérgio Zambiasi; (Pausa.)

Passo aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – “Sim”, CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias. (Pausa.)

Passamos aos Suplentes.

Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

Total: 23 votos também por unanimidade.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 271, de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Novo Mundo Participações Ltda. Autor: Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti; Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Passo aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – “Sim”, pela CPML.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputada Kátia Abreu; Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

Total: 21 votos também por unanimidade.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 272, de autoria do Senador César Borges, que solicita a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Star Alliance Participações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passamos à votação.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti; Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Valdir Raupp; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrúbal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) –

“Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz; (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélio Dias. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Wellington.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputada Kátia Abreu; Deputado Murilo Zauith; (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeu de Matos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Presidente, eu dito sim a todos; ...botar a presença lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não pode, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas não tem validade, minha querida Deputada.
Vinte e um votos. Também por unanimidade.
Com a palavra o relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o Requerimento 273, do Senador César Borges, solicita a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Feeling Propaganda Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Voltamos à votação.

Senador Heráclito Fortes; (Plausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes; Senador Sérgio Guerra; (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Saturnino. Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Luiz Otávio; (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maguito Vilela; Ney; Jefferson; Fernando Bezerra; (Pausa.)

Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – “Sim”, Excelentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Pavan; Almeida Lima; (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Garibaldi; Senador Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Raupp; Juvêncio da Fonseca; Zambiasi; (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz; ACM Neto; (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni;
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”,
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélio Dias. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nelson Meurer.
O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria.
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Wellington.
O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – “Sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.
A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Deputado Álvaro Dias; Deputado Wilson Santiago; Depu-
tado Aníbal Gomes; Deputada Kátia Abreu; (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Benedito de Lira.
O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeu de Matos. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte e dois votos. Também por unanimidade.
Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o último Requerimento de quebra de
sigilo 274, do Senador César Borges, solicita a que-
bra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa
Pouso Alegre Editorações Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes. Sérgio Guerra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli.
A Srª IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”, Pre-
sidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Saturnino. (Pausa.)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas.
O Sr. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Luiz Otávio. (Pausa.)
Senador Wirlande da Luz.
O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Senador Maguito Vilela.
O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Senador Ney Suassuna.
O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Senador Jefferson Peres, Senador Fernando
Bezerra, Senadora Heloísa Helena.
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma, Le-
onel Pavan, Almeida Lima, Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha,
Gerson Camata, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca,
Sérgio Zambiasi. Deputados. Carlos Abicalil.
O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT
– MS) – Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LOREZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eduardo Paes, Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nelio Dias, Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Juíza Denise Frossard, Deputado Álvaro Dias, Wilson Santiago, Aníbal Gomes, Alberto Goldman, Carlos Sampaio, Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pompeu de Mattos.

Vinte dois votos também – unanimidade.

Com a palavra o Relator, Sr. Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foram concluídas as votações relativas à quebra de sigilo.

Apresento, agora, as convocações das pessoas que serão ouvidas e me reporto aos Requerimentos que constam dos mapas distribuídos aos Srs. Parla-

mentares de nºs. 2, 6, 26, 31, 112 e 119, que tratam da convocação do Sr. Delúbio Soares.

Sr. Presidente, eu indago sobre a possibilidade da votação, em bloco, dos nomes das convocações.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Em bloco. Já que todos concordamos, em bloco. Uma votação só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu sugeriria fazer em bloco, mas V. Ex^a anuncia, com destaque, o nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Esse a que acabei de fazer referência é o Sr. Delúbio Soares.

Agora, em relação à Sr^a Geisa Dias dos Santos: 173; Geisa Dias dos Santos; 221, 306 e 314.

A terceira pessoa a ser convocada é Simone Reis L. de Vasconcelos, que são os Requerimentos nºs. 173 e 246. E a Sr^a Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, esposa do Sr. Marcos Valério – Requerimento nº 368.

Portanto, Sr. Presidente, estamos submetendo à votação a convocação dos Srs. Delúbio Soares, Geisa Dias dos Santos, Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza e Simone Reis L. de Vasconcelos, com os Requerimentos numerados, segundo anunciei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado, não. Está fechado. Peço desculpas, meu caro Senador Sibá Machado, porque, com o retorno...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fico para a repescagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na próxima votação, V. Ex^a votará, com certeza.

Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Valdir Raupp; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Passo aos Deputados Federais.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Álvaro Dias; Deputado Henrique Fontana. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad; Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes; Deputada Kátia Abreu. (Pausa.) Deputado Murilo Zauith – não; aqui já completou.

Deputado Alberto Goldman; Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Matos. (Pausa.)

Total: 22 votos, também por unanimidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encerrada a votação dos requerimentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes do encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria solicitar a V. Ex^a que suspendamos a reunião por cinco minutos, antes de declará-la encerrada, para que possamos comunicar-lhe um assunto e decidir com as Lideranças o encaminhamento que daremos, a fim de que não tenhamos dissabores pelas comunicações que já estão sendo veiculadas pela imprensa do lado de fora. Entendo que ninguém aqui quer ter esse tipo de dissabor já decorrente de situações semelhantes em outras ocasiões.

Portanto, peço para suspender a reunião por cinco minutos para rapidamente conversarmos com V. Ex^a e com o Relator e darmos um encaminhamento de consenso à situação criada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A reunião está suspensa por cinco minutos. Após os 5 min, ouviremos a Sr^a Fernanda Somaggio

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus, reabrimos a reunião.

E gostaria de pedir aos Srs. Parlamentares... Vou passar ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. Vamos votar mais um requerimento. O Relator Osmar Serraglio está com a palavra e faremos novamente... Antes da votação nominal, estão inscritos para falar, representando cada Partido, ACM Neto, Maguito, Ideli, Juíza Denise, Welinton, Heloísa, Arnaldo e Eduardo Paes. Vou dar três minutos para que cada um fale. Rigorosamente. E depois partimos para votação e convocamos a Sr^a Fernanda Somaggio. Depois disso, não tem questão de ordem mais, não tem nada, vamos chamar a Sr^a Fernanda e começar a oitiva.

Com a palavra o Relator, Osmar Serraglio.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Seria importante dizer qual vamos votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator está com a palavra, Deputado Welinton.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Sr. Presidente, trata-se do Requerimento nº 258, de diversos Deputados. Não sei quantos conseguirei identificar: Jorge Bittar, Maurício Rands, Carlos Abicalil e tem outro que eu não consigo ler, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo. Você precisa melhorar a letra, não é José Eduardo?

Trata-se de requerimento que pede que seja transferido o sigilo bancário, fiscal e telefônico do Deputado Roberto Jefferson. E eu me permito ler a justificativa, porque perceber-se-á que não se trata de algo relacionado e provocado em virtude de entrevista recente. É um requerimento que está sob o nº 258, lá atrás, no mapa nosso, e que estava aguardando deliberação.

Justificativa

O Deputado Roberto Jefferson tem sido indicado em diversos depoimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito como responsável por um esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. As fitas gravadas nos Correios, que expõem flagrante de corrupção passiva do servidor Maurício Marinho, subordinado ao diretor de administração Antônio Osório, relatam que o Deputado seria o principal beneficiário do esquema montado a partir daquela diretoria.

O ex-Presidente do IRB, Lídio Duarte, denunciou que haveria um esquema de uma mesada mensal, exigida pelo Deputado Roberto Jefferson, no valor de R\$400 mil.

De outro lado, o próprio Deputado tem afirmado em diversas entrevistas ter recebido recursos não declarados e destinados a campanhas eleitorais. Contudo, não há indícios da existência de tais recursos, da ordem de R\$4 milhões, como afirma o próprio Deputado Roberto Jefferson, nem da sua destinação.

Finalmente, há denúncias veiculadas pela imprensa de que o Deputado Roberto Jefferson estaria utilizando o dono de uma sorveteria em Cabo Frio, Rio de Janeiro, Durval de Oliveira, como laranja, com a intenção de ocultar seus bens pessoais: no caso, duas emissoras de rádio no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, entendemos ser crucial para o avanço das investigações a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Deputado Roberto Jefferson para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É essa, Sr. Presidente, a justificativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado, ele está pedindo pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, nas várias votações que tivemos, foram vinte e um votos, vinte e dois votos. A qualquer momento, o **quorum** pode cair. Então, o que proponho é que a gente vote e depois ceda a palavra às pessoas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, vamos falar todo mundo. Só são cinco, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Entendo a sugestão de V. Ex^a bastante lúcida, mas, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá, os representantes de cada Partido querem fazer uma fala de três minutos antes da votação. Mas agradeço a sugestão.

Concedo a palavra, por três minutos, ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, antes, eu gostaria que V. Ex^a solicitasse ao Plenário silêncio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero deixar aqui muito claro um primeiro ponto: é preciso que o Deputado Roberto Jefferson esclareça quais são os Parlamentares desta Comissão de Inquérito que porventura estariam recebendo o “mensalão”.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria que se colocasse os três minutos no relógio, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Esse é o primeiro ponto que tem que ficar claro, para que não parem dúvidas sobre a conduta de qualquer membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito. É a primeira observação que faço.

A segunda é a seguinte: apoiaremos o pedido de quebra dos sigilos do Deputado Roberto Jefferson, e defendemos que, para dar exemplo, não apenas os Parlamentares desta Comissão, mas os 513 Deputados Federais devem oferecer voluntariamente a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Se por acaso é o Congresso que está sob suspeita, se por acaso é a Câmara dos Deputados que está sob suspeita, nada melhor que cada Parlamentar, individualmente, tome a decisão de oferecer, para conhecimento da sociedade brasileira, todas as suas movimentações bancárias, fiscais e telefônicas. Deve partir dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas deve também alcançar os demais Parlamentares que não são membros desta CPMI.

Quero fazer uma terceira observação importante: o teor do requerimento apresentado por nobres Parlamentares do Partido dos Trabalhadores acaba de comprovar que esta CPMI tem um alcance amplo e irrestrito, que ela chega às investigações do IRB, que ela chega às investigações de outras estatais e que ela inevitavelmente também vai ter que investigar o “mensalão”. Basta uma leitura cuidadosa do requerimento apresentado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. Digo isso porque, depois, não terão eles o argumento para evitar futuras convocações, não terão eles argumentos para evitar futuras quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico. A partir dessa decisão, correta, que vamos tomar, estaremos diante do aval do Partido dos Trabalhadores, para que esta Comissão possa ter amplos poderes investigativos, que é exatamente o que desejava o PFL e os Partidos de Oposição desde o início.

Quero, então, Sr. Presidente, concluir dizendo que o nosso sigilo deve estar colocado à disposição, assim como de todos os Parlamentares do Congresso, porque a investigação tem que ser transparente

e porque somos homens públicos, e quem é homem público tem que ter vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, logo quando surgiu a primeira suspeita, fui para a tribuna do Senado. Coloquei meu sigilo bancário, telefônico e fiscal – não só meu, mas de toda minha família – à disposição de qualquer promotor de justiça, de qualquer juiz, de qualquer cidadão brasileiro, porque eu já estava antevendo essa situação de que iam levantar suspeitas sobre todo o mundo. Agora, voto a favor da quebra de sigilo bancário do Sr. Roberto Jefferson, porque ele é réu confesso, disse que pegou dinheiro do PT e não disse onde aplicou esse dinheiro. Precisa-se quebrar o sigilo dele para saber se ele passou esse dinheiro para os candidatos do PTB, se ele embolsou o dinheiro, o que ele fez desse dinheiro. Afinal de contas, ele tem que prestar contas dos seus atos. É Deputado Federal, sem dúvida alguma, mas tem, mais do que os outros, a obrigação de prestar contas do dinheiro que ele disse ter recebido. Por isso, sou a favor da quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Roberto Jefferson.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria que V. Ex^a também tomasse alguma providência, em nome da CPI, da moralidade, da honestidade e da seriedade, com relação aos órgãos de imprensa que divulgaram que eu liderei uma “operação abafa” para não quebrar sigilos bancários nesta CPI.

Sr. Presidente, deixa atônita toda sociedade brasileira o fato de se dizer que um Presidente em exercício da CPI liderou uma “operação abafa”. A imprensa goiana se retratou hoje. **O Globo**, um jornal que eu lia e que eu tinha como da maior credibilidade, disse textualmente que eu, como Presidente desta CPI, liderei uma “operação abafa”. Essa declaração é mentirosa, e eu gostaria que V. Ex^a tomasse providências nesse sentido.

Telefonei para **O Globo**, disse que isso não existiu. Tive o depoimento de vários Senadores – Jefferson Péres, Romeu Tuma, César Borges –, da Deputada Denise Frossard, do Deputado Abicalil, de todos que assistiram à sessão que eu presidi, cumprindo uma pauta que V. Ex^a determinou, ouvindo três testemunhas das 9h às 23h, ininterruptamente. Depois, fui caluniado por um jornal como **O Globo**, que tem, sem dúvida alguma, uma reputação em todo o País.

Gostaria que esta CPI, em nome da honestidade, tomasse as providências devidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o requerimento dos Deputados do PT foi apresentado há algum tempo, não foi agora, nesses últimos dias, não foi nem depois das acusações feitas pelo Sr. Roberto Jefferson na CPI e no programa do Jô Soares. Esse requerimento foi feito pelo entendimento de que, dadas as acusações graves, aquela fita gravada que apareceu em todos os órgãos de comunicação era mais do que suficiente para que pedíssemos a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Deputado Roberto Jefferson.

Para nós, essa quebra é de fundamental importância, por vários motivos: primeiro, porque ele já depôs. Portanto, muitas das questões estão em aberto, precisam ser aprofundadas e só poderão ser feitas com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Em segundo lugar, porque há contradições visíveis entre o que o Deputado Roberto Jefferson fala e outros depoimentos e outros documentos apontam.

Vou citar apenas duas questões: o Maurício Marinho, nos depoimentos que ouvimos aqui, nos documentos apresentados, tinha ligação, sim, e antiga com o Sr. Roberto Jefferson ou com pessoas muito próximas ao Sr. Roberto Jefferson. Portanto, a questão do esquema que aparece na fita poderá ser comprovada com a quebra do sigilo ao longo da vida, dos últimos cinco anos do Sr. Roberto Jefferson.

A outra questão é que, no depoimento de ontem, o Sr. Marcos Valério trouxe documentos, provas de viagem, de restaurante e de hotel de que era impossível ele ter passado as malas com os quatro milhões para o Sr. Roberto Jefferson. Portanto, se o Sr. Roberto Jefferson recebeu os quatro milhões, a quebra de sigilo informará de quem ele recebeu essa quantia.

Para encerrar, Sr. Presidente, ressalto que tentamos, levantamos, não houve acordo, mas respeitamos a decisão. Ninguém tinha levantado esse assunto, mas, ao sair para ir à solenidade do Decreto do Desarmamento, três jornalistas me abordaram, dizendo: “Por que não querem quebrar o sigilo do Sr. Roberto Jefferson?” Não podemos mais aparecer, em momento algum nesta imprensa, como se estivéssemos acovardados pelas acusações, pelas calúnias, pelas infâmias que esse senhor tenta derramar sobre todos, indiscriminadamente, para se safar.

Voto pela aprovação da quebra imediata do sigilo do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, em primeiro lugar, quero solidarizar-me com a dor sofrida pelo Senador Maguito Vilela. Sou solidário. Acredito que S. Ex^a tem todo o direito de estar ofendido e de estar injuriado. Essa é a primeira parte da questão.

A segunda é a seguinte: não vejo eficácia alguma em medida que venha a ser tomada pela Comissão. Pode, sim, individualmente, o Senador Maguito Vilela tomar providências contra o jornal, já que S. Ex^a se sente injuriado, injustiçado. Porém, não vejo atitude prática por parte da Comissão para reparar esse fato. É lamentável, mas não vejo eficácia em termos práticos.

Concordo plenamente com a Senadora Ideli, com relação à quebra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Essa concordância é algo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele se emocionou tanto que esqueceu o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Geralmente, não é uma concordância completa, mas somente pela metade.

A Senadora Ideli Salvatti está certa. Estão cobrando a quebra do sigilo bancário do Roberto Jefferson, mas também estão cobrando a do Silvio Pereira, do Delúbio Soares e do Deputado José Dirceu, de forma que a imprensa está cobrando de um e de outro. S. Ex^a fez uma consideração como se estivessem cobrando apenas o sigilo do Sr. Roberto Jefferson. Creio que precisamos quebrar o sigilo de todos, porque a imprensa está cobrando de um e de outro. Aliás, devemos assumir aqui as nossas responsabilidades e os nossos desejos e deixar de, sistematicamente, colocar a culpa na imprensa, que, a meu ver, cumpre o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard, por três minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, Srs. Pares, quebrei o sigilo bancário de várias pessoas na minha carreira de juíza durante quinze anos, mas também quebrava, com muita facilidade, quando era um homem ou uma mulher de vida pública. Por quê? Porque a vida de um homem ou de uma mulher de vida pública é pública por definição. Então, não é agora que vou mudar.

Há um requerimento, um pedido de quebra de sigilo de um Deputado. O que me espanta é que a vida de um Deputado ou de um Senador tenha um sigilo a cobri-lo.

Por isso, Sr. Presidente, com muita objetividade, sou favorável à quebra de sigilo. Não entendo por que

existe o sigilo para um homem ou uma mulher de vida pública e vou além. Sugeriram, nesta Comissão, que cada um de nós, Deputados e Senadores, colocasse os seus sigilos à disposição. Vou além, Sr. Presidente. Esta Comissão tem poderes de investigação e, ao mesmo tempo, alguns poderes de juiz.

Portanto, requeiro que seja submetida à votação, porque o Congresso Nacional está sob a espada de Dâmocles, a quebra do inexplicável sigilo do Congresso Nacional, Sr. Presidente. É o que requeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Formalize o seu requerimento, minha cara Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, basta transcrever a fita. Não terei tempo hábil para redigir o requerimento; basta transcrever a fita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso não é possível. Há uma formalização.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mandarei a minha equipe fazer o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr.

Presidente, na verdade, quebrar o sigilo de qualquer apontado é uma obrigação nossa. Portanto, essa discussão não se pode prolongar. Também somos favoráveis.

Além disso, quero deixar algo muito claro. A Sr^a Juíza refere-se a quebrar o sigilo do Congresso Nacional. Na realidade, devemos quebrar o sigilo dos membros do Congresso – é o mais apropriado. De qualquer forma, somos homens e mulheres públicos e temos que nos colocar à disposição.

O Deputado Antonio Carlos Magalhães afirmou que cada um deveria colocar o seu sigilo à disposição. Nesse caso, ficaria constrangedor alguém não o fazer até por não estar aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Apenas para esclarecer, já estou colocando o meu.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – En-

tendo que tenha que ser global. Desse modo, o requerimento da Sr^a Deputada poderia ser apreciado numa próxima reunião e terá também o nosso apoio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que já estou colocando o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Está com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que fique bem claro que meu sigilo também está.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Assim como o meu, naturalmente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É

importante a linha de pensamento da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por três minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, evidentemente, todos temos a obrigação de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados e das testemunhas, quando for necessário, inclusive transformando-as em investigados. Temos essa obrigação apenas por honestidade conosco, para não fazermos marola para a opinião pública.

Objetivamente, o debate da quebra de sigilo só ocorreu por causa das declarações que ele deu no Jô Soares. É um requerimento antigo. Por que não foi colocado em votação imediatamente após? Só para sermos honestos conosco. Isso é importante.

Todos estavam dizendo que não ficariam mian-do diante do Deputado Roberto Jefferson. No dia em que eu quizer miar, será apenas para o homem que conquistar meu coração. Vivo urrando feito uma onça selvagem para Roberto Jefferson, para José Dirceu, para Lula ou para qualquer um que aparecer na minha frente.

Para que sejamos honestos, a justa preocupação que alguns tinham era para evitar que pudesse alguém dizer que estão quebrando o sigilo para dizer a Roberto Jefferson: “Não fale meu nome, pois, senão, tenho seus dados e os publicarei”. É só isso.

Como se resolve a questão? Como vários Parlamentares disseram anteriormente, resolve-se quebrando o sigilo dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. E não basta dizermos que está à disposição, pois isso já fizemos. Os Deputados o fizeram na Câmara, e o Senador Heráclito Fortes até me lembrou que eu passei um documento quebrando o do Senado também. Precisamos solicitar à assessoria da Comissão que faça nominalmente, tudo certo.

Não se trata de alguém passar para a condição de investigado ou colocar a carapuça – coisíssima nenhuma. É para deixar absolutamente claro que não tem medo de qualquer devassa que se faça em sua vida. Quem quiser pode também oferecer o dos filhos, dos parentes ou dos citados pelo seu maior inimigo, como se fosse laranja.

Para não apenas se afirmar que está à disposição e depois deixar de aplicar, solicito à assessoria

que coloque todos os sigilos – dos membros titulares e suplentes. Ficará numa caixa os nomes: Senador Demóstenes Torres, Senador Delcídio Amaral, Senadora Heloísa Helena, qualquer outro. Quando for necessário, vai-se investigar.

Mas é preciso ser feito muito certo e organizado, além de bem quebrado, porque só não quero que fique quebrada a minha honra, a minha alma e o meu coração. Há que ser votado também, porque é essencial.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento, como co-autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas esclareço à Comissão, como co-autor do Requerimento nº 258 de quebra de sigilo do Deputado Roberto Jefferson, que esta é a primeira reunião administrativa que se segue à apresentação do requerimento da quebra de sigilo do Deputado Roberto Jefferson. Por isso, estamos solicitando a deliberação. Não há retaliação de acordo com a linha coerente investigativa que estamos traçando desde o primeiro dia de trabalho.

Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu achava que ninguém deveria pedir a palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas o Deputado Maurício Rands, como autor do requerimento, tinha todo o direito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não foi isso. Ele não falou como autor. V. Ex^a sabe, e eu sei. Ele pediu a palavra “pela ordem” simplesmente para dizer que não era retaliação. Se alguém quiser dizer que não é, diga. Agora, vamos dizer o que estava todo mundo conversando aqui. Povo fraco...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é um por Partido, conforme foi combinado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É um por Partido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É um por Partido, claro. O Deputado Arnaldo Faria de Sá não falou ainda, e S. Ex^a é do PTB, pelo que me consta.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, só quero trazer um detalhe para a Comissão. Este requerimento é assinado pela Bancada do PT na clara tentativa de tentar desqualificar o que falou o Deputado Roberto Jefferson – tão desqualificado que já caiu José Dirceu, já caiu o IRB, já caiu Correios, já caiu Furnas, está caindo Gushiken. É desqualificado mesmo o Deputado Roberto Jefferson, impressionante!

Se se quebrar o sigilo bancário do Deputado Roberto Jefferson, há que se quebrar também o do Deputado José Dirceu, de Delúbio Soares, de Silvio Pereira e do José Genoíno. Por que é que não se quebra desses todos? Ou se quebra tudo agora ou não se vai quebrar esse também, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos quebrar todos hoje. Concordo também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ou se quebra tudo agora ou não se vai quebrar só o do Roberto, não. Esses daqui têm contas a prestar. Vai-se quebrar do Roberto, mas vai-se quebrar dos outros também. Por que fazer CPMI de um lado só? Há que se quebrar de todo mundo. Vocês viram como foi difícil querer aprovar um requerimento para vir aqui depor o Sr. Delúbio Soares. Vocês viram como é difícil tentar convocar o Sr. José Dirceu? Por que isso daí? Nós temos que passar a limpo tudo. Há que se quebrar o sigilo dos 513 Srs. Deputados, dos 81 Srs. Senadores. Todo mundo tem que ser passado a limpo.

Não é tentar retaliação, como diz a Senadora Heloísa Helena. Se o Roberto Jefferson, no Jô Soares, não tivesse falado da maneira que falou, ninguém estava preocupado aqui. Na própria reunião interna de hoje de manhã nem se pensou neste requerimento. Agora, a Bancada do PT está querendo se apegar a alguma coisa e, para se apegar a alguma coisa, está tentando quebrar o sigilo do Roberto Jefferson. Vamos quebrar. Mas vamos quebrar o de José Dirceu, de Silvio Pereira, de Delúbio Soares, de José Genoíno, de todos os outros também. Por quê? Não vi nenhum deles vir aqui depor até agora.

Esta CPMI não é contra o PT nem a favor do PT. É a favor do Brasil. Se é a favor do Brasil, todo mundo tem que colocar o seu sigilo à disposição e em aberto. Este requerimento sozinho é um requerimento manco. Ele tem que ser completo. Para ser completo, vamos quebrar o sigilo bancário de Roberto Jefferson, de José Dirceu, de Delúbio Soares, de Silvio Pereira, de José Genoíno e de todos os Srs. Parlamentares. Aí a coisa é para valer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho aqui a honra e o orgulho de falar em nome da Bancada do PSDB nesta Comissão e, desde já, deixo muito claro nosso voto favorável a essa quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, seja lá o que for, do Deputado Roberto Jefferson. Damos também o apoio à proposta da Deputada Juíza Denise Frossard, chancelada pela Senadora Heloísa Helena, e àquilo que propôs inicialmente o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto no sentido de que, já de imediato, antes de votado o requerimento da Deputada Juíza Denise Frossard, possamos colocar à disposição.

Alguns registros valem neste momento. Primeiro, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e no trabalho que desenvolvemos, temos que tomar um cuidado incrível, Sr. Presidente, porque mostra que uma certa estratégia do Deputado Roberto Jefferson funciona. Na verdade, estamos aqui, quando tínhamos que estar avançando nessas apurações, nessa discussão. Portanto, temos que estar muito atentos a esse tipo de discussão que me parece que não soma, que não agrega. Está decidido.

Já vi isso em outras comissões parlamentares de inquérito. Entrei, Senador Presidente Delcídio, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado quando ela estava na metade, na fase ruim, naquela que começou a dar problema, e vi uma cena muito parecida com essa, em que os Deputados e Senadores se comprometiam a quebrar seu sigilo. Todos os Parlamentares são obrigados a entregar as suas declarações de renda todo ano.

Portanto, temos, sim, que tomar essas providências, para que ninguém fique sob suspeita. Confesso e, falo mais pessoalmente, Deputado Gustavo Fruet, que, em nenhum momento, a opinião do Deputado Roberto Jefferson me incomodou. Ela não me incomodou porque não vesti essa carapuça. Tenho certeza de que o Deputado Roberto Jefferson está falando muita verdade, mas também começa a fazer um jogo político que lhe é conveniente.

Está aberto o sigilo bancário do PSDB. Vamos votar favoravelmente, vamos votar a favor do posicionamento da Deputada Denise Frossard e da Senadora Heloísa Helena, mas deixamos muito claro que essa carapuça não vamos vestir, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, falo em nome do meu Partido Progressista. Esta CPMI foi criada para analisar as denúncias apresentadas numa fita de vídeo que colocava sob suspeita o Sr. Maurício e que colocou também o Sr. Roberto Jefferson naquela situação. Por essa razão, foi criada esta CPMI, para analisar se houve ou não as denúncias que o Sr. Maurício apresentou quanto aos Correios. Por essa razão, temos que analisar nesta CPI essa circunstância.

O Partido Progressista só concorda com a quebra do sigilo bancário do Sr. Roberto Jefferson para ver se realmente ele está sendo denunciado e se são verídicas as denúncias que o Sr. Maurício apresentou sobre o Sr. Roberto Jefferson. Com relação ao “mensalão” ou a outras observações feitas pelo Sr. Roberto Jefferson, existe uma CPMI criada, que é a do “mensalão”.

Por essa razão, o Partido Progressista vai votar a quebra do sigilo bancário do Sr. Roberto Jefferson com relação àquilo que está sendo analisado nesta CPMI com relação aos Correios, às irregularidades nos Correios. Foram quebrados diversos sigilos bancários para analisar a participação ou as irregularidades dos Correios.

Por essa razão, nós do Partido Progressista vamos votar este requerimento para única e exclusivamente analisar a culpabilidade se porventura tiver o Sr. Roberto Jefferson com relação às irregularidades dos Correios. Caso contrário, temos outro fórum, que é a CPMI do Mensalão, para analisar, aí sim, talvez, se for necessário, a quebra do sigilo bancário de todos os Parlamentares desta Casa. Era isso que eu tinha que dizer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Houve um acordo, e vou levar à votação. Não vou mais abrir o debate, e colocarei em votação o requerimento sobre o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, não participei de acordo algum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos ao voto do requerimento sobre o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quero fazer uma consulta a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, não participei de acordo algum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a já me deferiu a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Há que se quebrar o sigilo de todo mundo. Não se pode proteger ninguém aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, eu tenho uma consulta a fazer a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por que vou ter o meu sigilo quebrado se o Sr. Delúbio não tem?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a deve colocar em votação a quebra dos nossos sigilos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, eu quero que V. Ex^{as} me ouçam agora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero fazer algumas ponderações. Por favor, por favor. Os acontecimentos que tive oportunidade de presenciar agora são preocupantes, e talvez eu possa dizer que nós, hoje, fizemos uma reunião – como temos feito várias reuniões – absolutamente em sintonia, de maneira sincronizada, ouvindo todos os Parlamentares, ajustando a pauta, ajustando a agenda. Como Presidente, não vou admitir que determinadas questões comecem a comprometer o trabalho de uma CPMI que é efetiva, que está dando demonstrações claras para o País de seriedade e de isenção.

Gostaria de registrar para V. Ex^{as} que, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, art. 1º, Das Instituições Financeiras, no que se refere à conservação do sigilo, § 3º, “não constitui violação do dever de sigilo” – inciso V – “a revelação de informações sigilosas com consentimento expresso dos interessados”. Esse é um ponto absolutamente fundamental.

Estamos pautando os nossos trabalhos pelo bom senso, pela serenidade, pela brasilidade. Uma abertura dessas, de quebrar o sigilo do Congresso inteiro, é inconstitucional, pelo art. 5º, incisos X e XII. Estamos fazendo um trabalho absolutamente isento, um trabalho equilibrado, e é preciso haver um fato determinado para a quebra do sigilo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, estou preparando o requerimento fundamentado, e não é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Portanto, os Parlamentares que quiserem, da CPMI e do Congresso Nacional, por iniciativa própria, abrir os seus sigilos estarão absolutamente amparados. Mas

não se pode, numa atitude, quebrar o sigilo de todo o Congresso Nacional.

Peço a V. Ex^{as} a compreensão. Vamos votar o requerimento referente ao Deputado Roberto Jefferson e vamos começar as audiências.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, V. Ex^a fala do acordo. Saí daqui com a reunião secreta encerrada e não ouvi nenhum acordo para quebrar sigilo de ninguém.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ou tem reunião ou não tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, concordo. Alguns imponderáveis ocorreram depois da reunião, e os Líderes...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tem Líder aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...de comum acordo...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tem Líder aqui na Comissão. Os líderes estão nos seus gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio, V. Ex^a sabe a que eu me refiro. Houve um consenso para se votar o requerimento sobre o Deputado Roberto Jefferson, e isso é o que será feito.

Depois, vamos começar a audiência.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não se argumente com consenso nem com acordo, porque não houve. Não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou colocar em votação o requerimento referente ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, em seguida, colocará em votação os outros requerimentos solicitados?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em seguida, vamos começar a oitiva da Sr^a Fernanda Somaggio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aí não, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, nessa situação, não podemos votar. Aqui há uma proposta. Já que vamos falar de quebra de sigilo bancário, aqueles que estão sob investigação devem ter seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Enquanto não houver um consenso na Comissão, eu me sinto impedido de votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, este é o consenso a que chegamos, e, por isso, estamos votando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que consenso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Presidente não pode se impor aos fatos. Não há consenso nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a está agindo com absoluta arbitrariedade, não está agindo em nome da Comissão. Tenho direito de votar, quero votar, mas quero também que V. Ex^a traga à votação os demais. Onde estão os Líderes que fizeram esse acordo esdrúxulo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ora, isso é um absurdo. Por que não podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não vi essa valentia na frente do Deputado Roberto Jefferson, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não vi essa valentia aqui por parte de membros da Comissão na frente do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes, V. Ex^a não havia chegado, surgiu esse fato, suspendi por cinco minutos a reunião, conversamos com os vários partidos e, assim, entramos em consenso para votar o requerimento sobre o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas não foi só...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não conheço esse acordo, e o Partido não está repre-

sentado aqui por ninguém, senão por todos os seus membros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estamos pedindo que os demais requerimentos também sejam votados.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Garante a votação dos outros?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estamos em processo de votação.

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, isso é coisa arbitrária. Isso é coisa autoritária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, meu voto é para a quebra de sigilo bancário de Roberto Jefferson, mas também de Delúbio Soares, de José Dirceu, de José Genoino e de Silvio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Estamos votando a quebra de sigilo do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E os outros? E os outros?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A votação exclusiva não é correta, Sr. Presidente. Aí, é parcial. Aí, é parcial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Saturnino; Senador Aelton. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, quero fazer justiça a V. Ex^a. Todos os que estavam presentes concordaram. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Operação superabafa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sr. Presidente, eu voto “sim” e comunico que vou apresentar um requerimento solicitando que seja colocado na Ordem do Dia de hoje – antes ou depois da depoente –, para votação numa reunião hoje, requerimento sobre cada um de todos os deputados. Não é essa história de dizer que pode botar à disposição. Mando fazer no meu gabinete, se a assessoria não pode fazer, requerimento sobre todos os deputados, os senadores, os suplentes e os titulares, para votarmos um a um. Não é só botar à disposição, não é só ficar de pronto quebrado, não é isso. Devemos votar os requerimentos que já foram encaminhados também.

Então, voto “sim” para que se quebre o sigilo bancário do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Leonel Pavan; Senador Almeida Lima; Senador Sibá Machado. (Pausa.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Garibaldi; Senador Leomar; Senador Gerson Camata; Senador Raupp; Senador Juvêncio; Senador Sérgio Zambiasi; Deputado Abicalil. (Pausa.)

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Sérgio Guerra não foi chamado por quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi chamado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, Sr. Presidente, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi chamado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Foi não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi chamado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tenho capacidade de não ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vote, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Senador Sérgio Guerra quer declarar que não fez acordo, quer declarar que não faz sentido de maneira alguma quebrar o sigilo do Sr. Roberto Jefferson e não quebrar o sigilo do Sr. Delúbio Soares e de todos que do PT e do Governo estão envolvidos nessa investigação que é ampla e todo mundo conhece.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos votar daqui a pouco. Portanto, não voto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, até agora apenas ouvi. Agora quero falar um minuto para dizer que não admito aqui que falsos paladinos da moral, arautos da verdade venham nos dizer o que temos que fazer. Não admito isso. Não temos aqui Deputados nem Senadores de primeira e segunda classe, nem aceitamos que venham querer nos impor para nos jogar uma imagem negativa perante a opinião pública. Estamos aqui para apurar em profundidade, com seriedade e com serenidade. Agora, temos que obedecer ao rito processual que é o Regimento. Não existe outro requerimento em votação no momento a não ser o do Deputado Roberto Jefferson. Então, que apresentemos o requerimento, discutamos e votemos, mas, no momento, o que temos de votar é o do Deputado Roberto Jefferson. Quero deixar bem claro que não precisa, Senadora, ninguém vir me dizer que devo ou não abrir o meu sigilo. Eu autorizo esta Mesa a abrir o meu sigilo, bancário, fiscal e telefônico porque não temo. Estou aqui para apurar e vamos apurar, doa a quem doer. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou votar “sim” a favor da quebra do sigilo do Deputado Roberto Jefferson, e vou fazer um apelo a V. Ex^a que ainda no dia de hoje, seja a hora que for, submeta à votação a quebra dos sigilos dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – deixe-me concluir – para que todos os sigilos sejam quebrados e também submeta a quebra dos sigilos do Sr. Delúbio, do Sr. Sílvio, do Sr. José Genoíno e do Sr. José Dirceu. São esses os sigilos que têm de ser quebrados no dia de hoje, inclusive o nosso. E o voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto vota “sim”.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, sou Vice-Presidente da CPI da Terra, além de estar nesta CPI. Tenho adotado a posição de ser a favor da quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico de quem quer que seja para facilitar as investigações. Já disponibilizei no documento produzido pela Deputada Luciana Genro a quebra do meu sigilo fiscal, bancário, telefônico. Voto “sim”, mas exijo, Sr. Presidente, que venhamos a votar a quebra, por simetria, do Deputado José Dirceu. Se se quebra do Deputado Roberto Jefferson, quebra do José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Deputado Onyx vota “sim”.

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, obviamente já anunciei o meu voto, mas quero colocar – e o Senador Sérgio Guerra chamou a atenção para isso – que é necessário quebrar o sigilo de todos os envolvidos nesses eventos. Portanto, do Sr. Delúbio, do Sr. José Dirceu, do Sr. Sílvio Pereira. A acareação entre o Sr. Roberto Jefferson e o Sr. José Dirceu deve ser deliberada hoje também. Portanto, o meu voto é “sim”. Obviamente, quanto ao meu sigilo, também vou votar favoravelmente a que seja quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, registro. Ao final a CPI será julgada pelo êxito ou não dos seus resultados, e não podemos nos preocupar com pequenos acertos, pequenos erros, avanços e recuos que vão se estabelecer no dia-a-dia. Em busca da serenidade, chamando a atenção para a reflexão, acabou o período da guerrilha, agora é a fase da qualificação. Isso vai exigir muita determinação e muito critério em todas as decisões tomadas, principalmente o respeito ao diálogo e aos acordos. Voto “sim”, votaria em outra situação também, como vou votar “sim” pela quebra dos demais pedidos já apresentados inclusive pela Bancada do PSDB.

Em 20 dias, avançamos consideravelmente. Começamos a tomar rumo. Mas é fundamental entender que não será a decisão de hoje, a ação ou omissão que vai definir ou julgar o trabalho de cada um de nós ou da CPMI. Nós seremos julgados ao final, se tivermos êxito na conclusão dos trabalhos. Então, em busca da serenidade, o apelo que faço, votando “sim”, é: vamos votar, se possível, na sequência, ou imediatamente na próxima reunião administrativa os demais pedidos de quebra de sigilo, mas acabou a fase da guerrilha. Agora é a fase da qualificação e vai exigir profundo acesso à documentação para que se possa fazer a avaliação. Politicamente também quero deixar claro que, junto

com o Deputado Eduardo Paes – não foi uma decisão de Bancada –, também colocar à disposição todos os dados não aceitando inverter a investigação que está sendo feita. O Deputado Roberto Jefferson é muito inteligente e quando ele veio aqui ele vai a público nas suas entrevistas. É claro, é uma estratégia, também seremos julgados ao final, mas não é a CPMI ou o Congresso que está em investigação pelos seus dados sigilosos. Nós seremos julgados pelo resultado dos trabalhos da CPMI, que promete, vai ser muito longa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– O Deputado Gustavo Fruet vota “sim”.
Deputado Nélcio Dias (Pausa.)
Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, não vou votar esse requerimento se não tiver junto José Dirceu, José Genoíno, Sílvio Pereira e Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Abstenção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não, não é abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não vota. Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, volto a repetir aqui que não podemos – claro – estar aqui para quebrar o sigilo só de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Vamos ter que quebrar o sigilo daqueles que foram indicados. Já me comprometi a subscrever o requerimento da Deputada Juíza Denise Frossard. Vou subscrever. Portanto, por isso, para termos credibilidade e quebrarmos o sigilo, também temos que ter a nossa vida aberta. É nessa linha que quero também votar “sim”, colocando aqui a nossa disposição de estar votando o requerimento da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vota “sim”. Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sr. Presidente, voto “sim”, com um pequeno registro. Continuo sem entender por que a vida de um homem público não é pública, por que a vida de uma mulher pública não é pública. Continuo a não entender assim como a sociedade não entende. Voto “sim” a qualquer pedido de quebra de sigilo de homens e mulheres de vida pública ou que tenham qualquer contato com o

Governo, se for da vida privada. Agora, Sr. Presidente, quero dizer que vou formalizar o pedido que fiz. E não é inconstitucional porque há princípios que regem isso e que vou trazer. Muito obrigada, Sr. Presidente. Meu voto é “sim” para qualquer pedido de quebra de sigilo de homens e mulheres de vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Álvaro Dias. Agora, os suplentes: Deputado Wilson Santiago; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.) Deputado Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vou apurar os votos. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”. Portanto, está aprovado o requerimento de quebra de sigilo do Deputado Federal Roberto Jefferson. (Pausa.)

Agora, conforme programação, agenda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conforme programação, solicito...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni está encaminhando à Mesa um requerimento, subscrito por um terço dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que seja colocado na pauta de votações.

Deputado Onyx, gostaria que V. Ex^a desse conhecimento à Comissão...

Só um minuto, Sr. Presidente. Vou ler o requerimento para V. Ex^a. “Requeremos, na forma do art. 50, § 1º, do Regimento Interno, a inversão de pauta desta Comissão para que sejam apreciados os requerimentos que quebram os sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos Srs. José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira.”

E eu gostaria de aditar o requerimento, também incluindo “dos Parlamentares desta Comissão”, presentes signatários...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, faço um apelo para que nós, seguindo até as palavras sábias do Deputado Gustavo Fruet, trabalheemos com bom senso. Nós realizamos uma série de conversações

durante a manhã, definimos uma pauta de votações. A essa pauta de votações foi acrescentada essa última votação. A depoente de hoje está aqui desde as 11h da manhã, e já são 14h12min. Faço um apelo no sentido de que V. Ex^a mantenha a sua orientação, que mantenha aquilo que foi decidido, que passemos imediatamente à oitiva da Sr^a Fernanda Karina Somaggio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estou com a palavra, Sr. Presidente. Um minuto apenas para concluir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como autor do requerimento, depois peço a palavra pela ordem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu temo, Sr. Presidente, que, se V. Ex^a abrir uma exceção, não haverá mais controle sobre o processo. É isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado José Eduardo Cardozo pediu uma questão de ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perdão, achei que fosse pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A Mesa não resolve, é o Plenário agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de pedir a atenção dos membros desta Comissão para fazer um apelo. Toda vez, sem exceção, que uma CPML... Senador, por favor...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu queria fazer um apelo sincero... Deputado Arnaldo Faria de Sá...

Nem eu consigo me ouvir, Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado José Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O apelo que faço é no seguinte sentido, Srs. Deputados: é evidente que, como pano de fundo desta CPI, existem discussões político-partidárias. É normal que aconteça isso, mas há um desejo comum – e eu gostaria

de resgatar um pouco essa idéia. Estamos nesse momento diante do País tentando fazer uma investigação com o máximo padrão de seriedade. Nesse momento o que estamos passando para a opinião pública, infelizmente, não é isso.

Quero falar na mesma linha do Deputado Gustavo Fruet.

Eu não tenho a menor dúvida de que haverá uma concordância ao longo desses trabalhos de que todas as pessoas que tiverem relação serão investigadas, terão o seu sigilo bancário quebrado. Isso é natural, Sr. Presidente.

Acho até que esta Comissão ontem vivenciou um problema. Nós queríamos que o depoente de ontem viesse na condição de não poder mentir. No entanto, numa avaliação comum, que talvez possa ter sido um erro de todos, determinamos a quebra do sigilo bancário antes da hora e erramos. É a minha opinião. Pode ser que tenhamos errado ou acertado, mas é a minha opinião.

O que acho é que do ponto de vista técnico, independentemente do que vá acontecer daqui para a frente, sempre correto é que se ouça a pessoa e depois se quebre o sigilo. Poderemos até, excepcionalmente – e o Deputado Antonio Carlos Magalhães tem razão –, inverter essa situação...

Não determina isso. Claro que não, tanto que quebramos do Marcos Valério...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Mas pode.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Pode. Isso é ponderação política. Eu não estou discutindo com V. Ex^a. A minha opinião, até para que os ânimos se acalmem, Sr. Presidente, é que possamos discutir ou rediscutir isso. Mas vamos à oitava da depoente. Depois faríamos uma reunião administrativa para que possamos voltar a nos entender. É muito importante...

Deputado Arnaldo, eu fiquei tão quieto o tempo inteiro...

Eu acho que nesse clima de passionalismo, nesse clima de emoção não conseguiremos atingir os nossos objetivos e ficaremos desacreditados mais uma vez, aos olhos da Nação. Vamos pactuar as nossas convergências. Depois, efetivamente, teremos até oportunidade de explicar, no voto ser for necessário, nossas divergências. Vamos superar essa situação. Apelo para que ouçamos neste momento a depoente. Depois, teremos a possibilidade de votar essa matéria precedida de uma discussão prévia em uma reunião administrativa. É um apelo que faço, Deputado Arnaldo, para que baixemos um pouco o nível de adrenalina e tentemos recuperar um pouco a racionalidade desse trabalho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quando fiz minha primeira fala em nome dos dois Parlamentares do PSDB que estavam até aquele momento aqui, o Senador Alvaro Dias e o Deputado Gustavo Fruet, afirmei que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma função. Parto do pressuposto de que aqui temos pessoas sérias, que merecem o respeito da sociedade e de todos nós aqui. Os fatos e as denúncias que surgirem contra cada um de nós, vindo do Deputado Roberto Jefferson ou de quem for, confesso a V. Ex^{as} – e tenho dito desde o início – não me incomodam em nada. O que o Deputado Roberto Jefferson diz ou deixa de dizer a meu respeito não tem me incomodado. Essa carapuça não vou vestir. Ele tem dito muitas verdades e que, também, às vezes, tem exagerado.

Tenho convicção, Sr. Presidente, pela maneira como V. Ex^a tem conduzido os trabalhos aqui, tendo em vista um corpo de pessoas éticas, corretas, que temos nesta Comissão, tenho convicção de que, ao final desses trabalhos, teremos a certeza de quando o Deputado Roberto Jefferson falou a verdade e de quando ele estava simplesmente especulando, criando um clima, tentando criar uma confusão para que as coisas não ficassem muito claras. Isso é óbvio. Não é possível que as pessoas, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Arnaldo Faria de Sá, não tenham essa clareza.

Sr. Presidente, sou o Deputado Federal, nesta Comissão, que tem a maior declaração de gastos de campanha. O dia em que o Sr. Deputado Roberto Jefferson – e eu estava próximo, Deputada Denise Frossard, da meta “jeffersoniana” de gastos de campanha de um Deputado Federal –; quando o Deputado Roberto Jefferson fez aquela acusação de que a média era R\$100 mil e que todo mundo gastava R\$1 milhão, já aumentou; no Programa do Jô já passou para R\$2 milhões. Naquele dia, eu poderia ter dito: V. Ex^a me tire disso porque estou perto da meta “jeffersoniana”. Não o fiz porque não me preocupa. Acho que não deve preocupar as pessoas de bem desta Comissão. Acho ótima a sugestão de quebrarem os nossos sigilos. Aliás, como bem disse a Deputada Denise Frossard: “Que esquisito que tenhamos sigilo”.

Estamos aqui perdendo um tempo incrível em uma discussão absolutamente desnecessária. Estamos vestindo uma carapuça que não nos cabe, Sr.

Presidente. Nenhum Parlamentar desta Comissão foi acusado por qualquer pessoa que mereça, neste momento, uma avaliação serena da sociedade de receber “mensalão”. Ninguém aqui está preocupado. Podem dizer, apontem para mim e digam: “V. Ex^a recebeu mensalão”. Quero apurar quem recebeu “mensalão” para essas pessoas poderem ser condenadas e para nós sairmos daqui tranquilos.

Não sei mais quem é membro, quem deixa de sê-lo. Ao menos, os membros que tenho visto frequentando esta Comissão querem a apuração dos fatos. Tenho certeza de que, ao final, se trabalharmos com seriedade e apurarmos os fatos, vai sair: “Eduardo Paes recebe ou não recebe “mensalão”? “Eduardo Paes declara ou não declara?” Tenho essa tranquilidade. Creio que deveríamos ter essa tranquilidade aqui, Sr. Presidente. Acho que foi um erro, um erro, por cobrança. Porque o jornalista falou, porque deixou de falar. É um erro nós, depois de termos tido uma reunião pela manhã, sairmos daqui... Cria-se um constrangimento, é claro que se cria um constrangimento. “Ah, se eu não voto a favor da quebra do sigilo do Roberto Jefferson, é porque eu estou com medo do Roberto Jefferson.” Não estou com medo do Roberto Jefferson! Não temos que ter medo. Deve temer, sim, o Deputado Roberto Jefferson quem agiu de forma irregular, e ele está apontando. Ótimo! Temam! Tremam! Tenho certeza de que o Ministro José Dirceu está com medo do Roberto Jefferson! Tenho certeza que há figuras importantes da República com medo do Roberto Jefferson! Agora, eu não tenho! Portanto, eu acho, sim, que nós temos que quebrar o sigilo do Deputado Roberto Jefferson, como já devíamos ter quebrado o sigilo de várias figuras aqui, mas estamos tentando pautar pela negociação, pelo respeito às regras jurídicas para que, depois, o Supremo não derrube as nossas decisões. É esse equilíbrio que devemos ter.

Nós chegamos aqui agora a um impasse. Estamos num momento, Sr. Presidente, em que nós não sabemos; estamos num impasse porque um grupo de Parlamentares aqui quer votar de qualquer jeito a quebra de sigilo de tantas outras figuras que já mereciam, cá entre nós, terem tido mesmo o seu sigilo quebrado. Não dá para sair tanto escândalo, e nada ser apurado, nada ser feito. Não dá para sair tanto escândalo envolvendo os mesmos nomes, e esses sigilos não estarem quebrados. Mas agora estamos nesse impasse e tenho medo, Sr. Presidente, e queria apelar à sua sabedoria. Por isso fiz esta questão de ordem. Desculpe me alongar demais, Sr. Presidente. Combinamos com V. Ex^a, na manhã de hoje, que não faríamos pronunciamentos aqui contundentes, mas quero chamar a atenção para esta decisão V. Ex^a vai ter que

tomar. Há requerimento apresentado pelos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, um terço dos Parlamentares. Eu acho que V. Ex^a precisa dar esta definição. Se tivermos que votar agora, que se vote, que se encaminhe. Se não tivermos que votar agora, votemos depois da reunião. Mas eu acho e peço, faço um apelo: eu, assim como – tenho certeza – a maioria dos Parlamentares desta Comissão, não estamos preocupados com o que venha a se dizer agora, neste momento. Nós precisamos, sim, apurar, avançar, e, depois que os investigados sejam, pelo nosso trabalho, considerados culpados, aqueles que não têm nada a ver com mensalão, com picaretagem, com sonegação, que saiam daqui tranquilos e com a cabeça erguida.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, não desejo contribuir, de forma alguma, com nada que não seja positivo para esta Comissão. Tenho respeito, estima e amizade pelo Presidente desta Comissão. Porém essa decisão tomada agora não é equilibrada. Se fosse equilibrada, não estaríamos agora com ameaças de divisão entre nós, grave divisão e outras ameaças que já ouvi. É uma decisão desequilibrada. O senhor Roberto Jefferson deve ter o sigilo quebrado e já foi quebrado. Mas ele é o acusador de algumas pessoas. Ele está efetivamente aqui e na rua, junto à opinião pública, denunciando um conjunto de pessoas. Por que vamos quebrar o dele e não vamos quebrar o dos outros? Por quê? Qual é a razão? Qual é o conteúdo? Qual é a lógica que sustenta isso?

Então se o Presidente me disser que vai votar esse requerimento às três horas da manhã de qualquer dia, pessoalmente, vou ouvir meus companheiros, mas eu acredito na sua palavra. Todavia, o sensato é votá-lo agora, para que a decisão seja efetiva e para que a Comissão continue unida. Senão, alguém tem que explicar por que não quer quebrar o sigilo dos que são também denunciados; alguém tem que dizer por que não quer quebrar o sigilo do Dr. Delúbio, não quer quebrar o sigilo do Dr. José Dirceu, do Dr. José Genoíno, porque eu sei, muitos deles não têm nada a ver, são pessoas honestas. Não sei se isso vai chegar a algum lugar, mas que tem que quebrar, tem! Algumas pessoas honestas, eu reconheço; mas vamos ter equilíbrio porque, senão, não vamos encontrar mais onde andar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou com a palavra. Ouvi atentamente as preocupações. Queria que tentássemos analisar por etapas, Sr. Presidente.

Primeira delas, o Deputado Roberto Jefferson é, sim, acusado. O Deputado Roberto Jefferson é acusado, sim, de ser responsável por tentar coagir pessoas nas estatais para fazer fundo não se sabe até agora para quê. Porque o Partido fala que não recebeu um centavo, e ele fala que pegou dinheiro não se sabe de onde. Então é acusado, sim, e merece ter o seu sigilo bancário quebrado.

Segundo, o Deputado Roberto Jefferson está há muitos dias na imprensa nacional acusando a seu bel-prazer quem lhe vem à mente. Aliás, sem citar nomes, quando ele cita que, dentro da Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, há pessoas que tenha sua moral, sua ética abalada por qualquer coisa, eu fico preocupado aqui com essa polvorosa porque, de repente, o Senado e a Câmara dos Deputados deveriam desistir desta CPI porque todos os 594 Parlamentares passaram de julgadores a suspeitos.

Então eu não sei até quando esse cidadão vai ficar fazendo teatro no Brasil inteiro, colocando meio mundo sob suspeita, ileso! E nós ainda pegando corda, Sr. Presidente! Eu não vou dar o direito a esse cidadão de saber da minha vida. Agora eu posso dizer muito bem para V. Ex^a e para qualquer Parlamentar desta Comissão ou da Casa. Mas a Roberto Jefferson não devo satisfação, e ele não merece esse tipo de satisfação. Portanto, eu queria dizer aos senhores Deputados, aos senhores Senadores, que não entrem nesse tipo de assunto, não vão pegar corda que o assunto aqui é completamente diferente.

Terceiro, qualquer pessoa que ficar sendo vinculado a necessidade de quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal, etc., Sr. Presidente, eu acho o mais natural do mundo e não precisamos aqui de fazer guerra de nervos: “Só quebramos do fulano, se quebrarmos do sicrano, ou se faz isso”. Não! Vamos quebrar se necessário for! Se necessário for! Se houver necessidade, nós o faremos com tranquilidade.

Eu só pediria qual é o momento de votar qualquer requerimento aqui. V. Ex^a nos disse ontem que a reunião das 9 horas de hoje seria para votação dos requerimentos. E que às 11 horas seria a oitiva da Fernanda Karina. Agora são 14h30min. E ainda não se tem idéia de quando nós vamos começar a oitiva.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Porque você não quer quebrar o sigilo do Delúbio Soares.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minutinho. O que é importante. Eu gostaria de tranquilizar V. Ex^as; me dêem trinta minutos de prazo e conversaremos sobre este assunto que diz respeito a qualquer

filiado do PT, que nem o PT e nem qualquer afiliado e nenhum dos membros da Bancada do PT nesta Casa ou na Câmara dos Deputados têm preocupação com qualquer coisa desse tipo. Então que fiquem tranquilos. A Comissão, a Oposição ou qualquer pessoa que esteja achando que aqui tem protecionismo a qualquer pessoa. Portanto, eu pediria a V. Ex^a o seguinte: toquemos a reunião, da forma que a Mesa achar; em seguida, nós trataremos deste requerimento ou de qualquer outro requerimento que nós tivermos aqui para apresentar, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria que nós pudéssemos tratar deste assunto de forma muito tranquila. Como nós tínhamos conduzido esta reunião até há bem pouco tempo. Nós fizemos uma reunião administrativa em que tratamos de inúmeros assuntos a respeito dos documentos, do acesso aos documentos, tratamos dos requerimentos, era fundamental que fossem votados, acordamos procedimentos com relação a várias aprovações, e todas foram feitas por unanimidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero pedir, Sr. Presidente, ao Deputado Onyx que, por favor,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Vamos ouvir a Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando estava quase no encerramento da reunião fechada, houve uma solicitação: por que nós não deliberaríamos a quebra de sigilo bancário do Sr. Roberto Jefferson. Não houve consenso. Não houve. Houve neste sentido: “Bom, se quebrar o do Roberto Jefferson, tem que quebrar o de “a”, o de “b” e o de “c”. Foi listado. E nós tivemos o entendimento – dado o adiantado da hora – que não deveríamos nem insistir porque geraria outra polêmica, e a reunião tinha transcorrido com tranquilidade. Quem estava na reunião, sabe que estou falando absolutamente a verdade.

Terminada a votação, durante o transcorrer da votação, na reunião aberta, eu tive que me deslocar para a solenidade do Decreto do Desarmamento e, quando voltei, voltei com a preocupação de que, lá fora, os jornalistas já estavam perguntando por que não tínhamos quebrado o sigilo do Sr. Roberto Jefferson.

Fiz a questão de ordem na reunião aberta, sem dizer, em nenhum momento, do que se tratava.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente.

V. Ex^a me dá licença, Senadora?

Eu acho que nós temos que suspender a reunião, Sr. Presidente. Há uma reunião paralela, com 90% da comissão reunida, a Senadora Ideli Salvatti está falando, nós estamos assistindo aqui tipo bobo, enquanto eles estão reunidos para decidir. Decidir o quê? Quer dizer, a Comissão se dissolve para decidir, e nós ficamos reunidos para conversar fiado?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então nós precisamos que eles se dissolvam e nós possamos decidir em conjunto, ou então que se suspenda, Sr. Presidente, a reunião e vamos nos reunir lá para decidir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, o melhor é suspender mesmo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que não pode é essa decisão paralela, essa reunião paralela. Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Então suspenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Eu solicito a atenção dos Srs. Senadores e Deputados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu queria pedir aos companheiros que estão ali tumultuando que, por favor, sentem-se.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, volto a reiterar, Sr. Presidente, que há uma reunião que estou considerando mais importante do que a nossa aqui, Sr. Presidente.

Suspenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Senadora Heloísa Helena...

Senador, eu acho que é válida, só que deveria ser feita a reunião lá na última sala para que...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Sr. Presidente, suspenda a reunião.

Aliás, o Parlamento está acostumado a se dissolver para decidir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos aqui tentando um acordo. Eu pediria a V. Ex^a que suspendesse por cinco minutos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Suspende, Sr. Presidente, por cinco minutos, e vamos fazer a reunião de todos, mas não assim.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Eu quero consultar o Presidente Delcídio se devo suspender a reunião...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Suspende a reunião por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu queria lembrar ao Presidente que eu estou inscrito. V. Ex^a tinha me dado a palavra. Ao voltar eu quero a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela – PMDB – GO) – Será assegurada a palavra à Senadora Ideli, ao Senador Ney Suassuna e aos Deputados Pompeo e Jamil Murad.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Retomando, com as bênçãos de Deus, esta reunião da CPMI, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu estou pasmo porque toda vez que nós saímos do roteiro estipulado dá todo esse imbróglio. Nós hoje passamos a manhã aqui discutindo e fizemos os acertos. Saiu-se do acerto e perdemos um tempo enorme. Eu queria pedir aos Parlamentares que lembrassem que a televisão está filmando, para todo o Brasil, várias atitudes: falta de educação – e ela é geral – para com a convocada. Essa moça chegou aqui às onze horas. São quase três horas da tarde, e nós não estamos preocupados se ela se alimentou, se ela está esperando, isso é uma falta de educação e de respeito para com a convocada.

Mais: nós estamos vivendo aqui uma guerra de egos, Sr. Presidente, uma guerra de egos. Cada um quer mostrar que manda mais do que o outro e grita mais alto. Isso não é solução; isso, na minha opinião, é falta de educação. Eu, que sou da área de educação, não vejo isso nem em colegiais, e o Brasil todo vendo. Cada um quer mostrar mais, imediatamente, que tem mais força, mais domínio e grita mais alto.

Eu peço ao nosso Presidente que ponha ordem, fazendo, inclusive, uma proposta sensata: votemos a quebra de todos quanto sejam necessários no momento certo, ao final da reunião, ao meio da reunião, mas vamos, pelo menos, tratar a moça que foi convidada para que ela tenha o direito de expor as suas idéias e nós possamos dar continuidade à CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu vou passar a palavra ao Relator.

Depois da palavra do Relator, nós vamos encaminhar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sr. Presidente, apenas uma breve consideração.

Parece-me mais do que evidente que nós, integrantes de uma Comissão, não temos poderes para quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico do Congresso Nacional porque nós não temos um processo em que...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não foi requerido isso ainda, formalmente, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– ... os Senadores e Deputados estejam envolvidos. Isso é a mesma coisa que nós termos um juiz, numa determinada vara, que pretendesse quebrar o sigilo de alguém que nem sequer é integrante, não é autor, não é réu, não é testemunha, não é nada do processo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Relator, por favor. Não há um requerimento formal ainda, portanto não se pode falar sobre o que não existe ainda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– É um direito que um Parlamentar tem de esclarecer na linha... Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Estou querendo, de certo modo, adotar a linha inicial do nosso Senador Arthur Virgílio, que disse que isso aqui deveria ser, em primeiro lugar, nada ao “abafa”, e este Relator, em momento nenhum, pode ser acusado – e sei que não foi – minimamente de “abafa”. Mas também não era só nada de “abafa”, é nada de palco; e nós estamos convertendo isso aqui – a minha visão, e eu tenho direito de dizer – num palco, onde se exhibe moral pública. A moral minha, falo por mim, quem conhece minha moral é a minha família, são os meus eleitores, a minha cidade, o meu Estado. Abro os meus sigilos sem problema nenhum, mas nós não podemos, a cada CPI que se instale, ser questionados como se ou se quebra, e não digo que seja o indiciado ou, enfim, quem praticou o ilícito, porque para quebrar de quem praticou o ilícito, quem é réu, investigado, tenha que também quebrar daqueles que estão julgando. Eu nunca vi esse raciocínio. Nós estamos nos nivelando aos investigados.

Em relação a mim, quero que a população que está nos assistindo pelo Brasil entenda: nada tenho que se investigue, mas não posso condicionar que a

minha conduta seja parametrada àqueles que estão sendo investigados.

Em relação, Sr. Presidente, passo a ler o requerimento que foi encaminhado a esta Mesa.

“Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º, do Regulamento Interno da Câmara dos Deputados, a inversão da pauta desta Comissão, para que sejam apreciados os requerimentos que quebram os sigilos bancários, telefônicos e fiscais dos Srs. José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e Sílvio Pereira.”

Lamento, mas não consigo identificar alguns autores. Eu vejo aqui Heloisa Helena...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O autor sou eu. É 1/3 dos membros, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, Sr. Presidente, formalizado por 1/3 dos membros.

Esse é o requerimento que está posto e que foi encaminhado à Mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPS – SP)

– Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para encaminhar, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPS – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, esse requerimento não precisaria estar sendo apreciado. No momento em que discutíamos a questão da quebra do sigilo do Deputado Roberto Jefferson, poderíamos ter resolvido todos os problemas. Mas fica claro que a Bancada do PT quer desclassificar o Roberto Jefferson e não quer que os Srs. Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Dirceu e José Genoino tenham o mesmo tratamento. Aliás, nos últimos 15 dias, nós temos visto constantemente um verdadeiro movimento na tentativa do abafa: medida provisória revogando medida provisória que estava em pauta, através de **Diário Oficial** extra, com uma única publicação, a daquela medida provisória; retirada de pauta de projeto em urgência que estava prestes a ser votado e que tratava do combate à criminalidade, da violência contra menores e adolescentes; retirada de projeto que estava com urgência que tratava da possibilidade de medicamentos para os mais carentes.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, entendemos que é preciso aprovar essa inversão para quebrar o sigilo de todos aqueles que dilapidaram os cofres públicos deste País.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, depois, Senador Sibá, depois, Deputado Bittar, depois, Deputado Rands.

A SRA. HELOISA HELENA (P- Sol – AL) – Sr. Presidente, infelizmente, pela ordem também, infelizmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, muito rapidamente quero reforçar aqui uma posição que me parece se faz necessário que fique clara nesta Comissão. Em primeiro lugar, eu quero concordar com o Relator, quando diz que não há necessidade de ficar nivelando aqui, investigado e investigadores. Se alguém tem algo a pagar que seja apontada a dívida; se alguém tem algo a responder, que apontem para a resposta que tem que ser dada. E, até então, esta Comissão tem ficado arrodando as declarações do Roberto Jefferson, que, eu não tenho dúvida, diz a verdade no que diz em relação aos outros – não diz toda a verdade porque falta mais coisa a dizer – e não fala a verdade, quando fala em relação a ele. Sabe do que diz porque participou do que fez, tem conhecimento porque estava lá, e só quem estava lá conhece o que foi feito por conta do que pode dizer. Obviamente, ao final de tudo isso, esta Casa vai ter que cassar alguém, mas não será só o Roberto Jefferson, até porque, se sobrar só para o Roberto Jefferson, cai a Casa, mas eu não tenho dúvida de que outros terão que ir junto, se for comprovado aquilo que ele está dizendo, e ele em estando junto.

Por isso, quando esta Comissão quebra o sigilo bancário, fiscal e telefônico do Roberto Jefferson, que é acusado, mas é acusador também, e que admite que esteve lá e conta o que sabe, exatamente porque lá esteve, tem, sim, obrigatoriamente, que quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico daqueles que ele acusa também, tanto José Dirceu, quanto o Sr. Delúbio, quanto o José Genoino, quanto o Sr. Sílvio Pereira, quanto já foi quebrado do Sr. Marcos Valério. Então, o mesmo peso e a mesma medida. Eles estavam todos juntos, estavam todos no mesmo barco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se vai um, vai o outro também.

É essa a minha conclusão, Presidente, portanto, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que está ocorrendo aqui um fato grave. Há uma quebra de compromisso, há uma quebra de pactuação entre nós, e isso a meu ver se constitui em um fato grave. Como é do conhecimento de todos, porque participamos desses processos, nós, desde ontem à noite, realizamos um trabalho intenso,

exaustivo de conversações, negociações para definir o futuro de nossa pauta de trabalho, requerimentos para realização de oitivas, quebra de sigilos, documentos, e mais, que se constituem em peças fundamentais para que esta CPMI possa cumprir o seu papel. No entanto, paira sempre sobre as nossas decisões um quadro político, em que a Oposição, nas palavras dela, tenta o tempo todo sangrar o PT e sangrar o Governo Lula. O que aconteceu?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – Peço que me ouçam com respeito, por favor. Tenho respeito por todos, Sr. Presidente. Peço que eu seja ouvido, por favor, em silêncio, porque vou ouvir a todos com silêncio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Aqui está se estabelecendo a idéia de que vai ganhar no grito. E foi o que aconteceu aqui. Tínhamos decidido pela manhã, depois disso, houve uma proposta de abrir uma exceção, o Presidente foi contra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu fui contra. Quero deixar bem claro para todos os Parlamentares que fui contra a votação, porque estava fora do programa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E tinha razão, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Nós não insistimos. Só houve a exceção porque houve amplo acordo, compromisso de Parlamentares que, depois, inclusive, recuaram diante do grito do Senador Sérgio Guerra. Eu não acho correto, do ponto de vista de nossas relações, que possamos trabalhar dessa forma. Há uma quebra de entendimentos. O Senador Sérgio Guerra, se não participou, deveria respeitar seus colegas Parlamentares. Ele constrangeu Parlamentares aqui. Assisti pessoalmente ao constrangimento do Deputado Eduardo Paes, por exemplo, que participou desse processo, que se disse constrangido com a situação criada pelo Senador Sérgio Guerra. Não considero correto, porque isso abre um precedente grave. Abre precedente no sentido de que isso aqui vire uma guerra e deixe de ser uma Comissão séria para investigar as pessoas. Eu não admito, sinceramente, que se coloque no mesmo balaio de gatos José Dirceu, José Genuíno e Roberto Jefferson. Eles têm histórias, eles têm histórias muito distintas...

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A razão para a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do

Deputado Roberto Jefferson está na origem da constituição desta CPMI, quando há um documento que é uma gravação comprovada, em que um alto funcionário dos Correios falando a verdade, diz que é de um esquema de corrupção do Deputado Roberto Jefferson. Então, quebrar o sigilo bancário do Deputado Roberto Jefferson, que já esteve inclusive nesta Comissão sendo ouvido, é correto. Ele é réu confesso, ele disse que tem esquema de corrupção nas empresas estatais, e, por isso mesmo, temos de quebrar o sigilo bancário. O Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... o Deputado José...

Peço que me respeitem novamente. O Deputado vai poder pedir questão de ordem quando eu acabar de falar. Respeite a mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni, está com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso mesmo. É isso mesmo.

Quero ser ouvido. Ninguém vai ganhar no grito mais aqui, Presidente, ninguém vai ganhar no grito, ninguém mais vai ganhar no grito. Não vai ganhar no grito, não. Sei gritar também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor está falando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Jorge Bittar com a palavra.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu também sei gritar. Também sei gritar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso não é grito, é histerismo, é histerismo. Por que você não gritou com o Roberto Jefferson?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Grito com quem quiser, desde que o interlocutor me respeite, respeito esse interlocutor.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É preciso chamar o corpo médico, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu questionei aqui, a pedido do Senador Sérgio Guerra, eu questionei aqui o Deputado Roberto Jefferson, demonstrei que a diretoria dele é a diretoria que tem o maior volume de investimento e custeio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Demonstrei que há provas cabais e irrefutáveis de atos de corrupção nos Correios. E ele disse: “Não, o Deputado Jorge

Bittar tem razão. Houve problemas”, porque não quis responder objetivamente. Aliás, o Deputado Roberto Jefferson teve uma prioridade, um privilégio nesta Comissão, que não foi concedido a ninguém. O Marcos Valério foi obrigado a responder a pessoas que botavam o dedo no nariz dele aqui. O Deputado Roberto Jefferson respondeu quando quis, como quis e sempre lá na frente, para não ser interrogado, para não ter de responder a perguntas objetivas e diretas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, conclua, por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, Sr. Presidente, veja bem: o Deputado José Genoíno já colocou o seu sigilo bancário à disposição, assim como o sigilo fiscal e o telefônico.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Conversa. Não é Deputado...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sílvio Pereira, Delúbio Soares e quem quer que seja, mas há um gesto político aqui. Essa é a natureza da discussão que estamos fazendo. Não se trata de discutir... Em momento algum de nossa discussão, foi feito... Quer se fazer sangrar o PT e o Governo Lula, permanentemente, nesta Comissão. Não se quer fazer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não se quer fazer apuração séria de nada nesta Comissão, porque todos sabem que José Dirceu é um homem de bem, todos sabem que José Genoíno é um homem de bem.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É, Deputado Onyx Lorenzoni. Quando o seu Partido, PFL, estava apoiando a ditadura, que torturou e matou muita gente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, conclua, por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...estava apoiando a ditadura, que corrompeu o Estado deste País, vocês estavam escondidos. Agora, vêm acusar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Agora, vêm acusar o Partido dos Trabalhadores, um Partido de natureza ética, democrática...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, é isso que irrita a vocês também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar, concluindo...

Eu simplesmente agora só vou dar a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Onyx Lorenzoni e...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, pela ordem, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 117, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estou com a palavra.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, conclua.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Infelizmente, agora não vai ser possível, Sr. Presidente. Eu quero falar também.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, conclua.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estou com a palavra.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu tenho um encaminhamento a fazer.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É isso mesmo, Sr. Presidente. Quem torturou, quem matou neste País, quem promoveu e fortaleceu a ditadura militar...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...quem privatizou as telecomunicações (Inaudível.) mar de lama no Brasil...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quem roubou?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... quem comprou votos na sucessão de Fernando Henrique Cardoso não tem moral...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, eu vou cortar...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...para acusar José Genoíno, para acusar José Dirceu, para acusar o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar, concluindo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 117.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por fim, Sr. Presidente, digo, se houver comprovação de que qualquer membro do Partido dos Trabalhadores, Parlamentar ou não, cometeu qualquer ato ilícito, seremos os primeiros a pedir a punição deles, mas não queremos prejulgamentos políticos, porque isso é contra a nossa prática democrática.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Jorge Bittar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 117...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Há uma violação aqui de um pacto democrático.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso abre um precedente. Não venham depois reclamar que não há acordo sobre nada. Tudo, a partir de agora, será resolvido por maioria e minoria. Vamos disputar isso, pau a pau.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 117. Questão de ordem.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado José Eduardo Cardozo.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 117.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu estava inscrito antes do Deputado...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu queria fazer uma sugestão. Dois Parlamentares da Oposição, dois Parlamentares da Situação e vamos votar o requerimento.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quem é que vai escolher, Sr. Presidente, quem é que fala?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 117.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Infelizmente, V. Ex^a tentou ajudar e liberou a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, que resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O art. 117, do Regimento da Câmara dos Deputados, diz, no seu § 1º: “Os requerimentos previstos nesse artigo não sofrerão discussão, irão para votação, encaminhado pelo autor”. Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos votar. Deferido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tenho um encaminhamento a fazer à Mesa antes da votação, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, não. Fui citado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho uma questão pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Peço a V. Ex^a...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está vendo, Sr. Presidente? Vou querer me inscrever. Não adianta...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é discussão. Tenho um encaminhamento a fazer. Desde o começo, eu pedi trinta minutos. Eu pedi trinta minutos à Mesa desde o começo e eu gostaria de fazer o meu encaminhamento.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não vou nessa, não, que estou acostumado a trabalhar com V. Ex^a.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado, para encaminhamento...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado, para encaminhamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Trinta minutos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, trinta minutos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito claramente qual é o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O encaminhamento é o seguinte...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O PT está muito exaltado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando o requerimento foi apresentado a V. Ex^a, eu tomei a liberdade de ligar para Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Genoino. Ainda não consegui falar com José Dirceu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, não tem jeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aos três eu pedi que mandassem formalmente um papel autorizando V. Ex^a, o Relator e quem quer que seja, nos seguintes termos. “Como forma de colaborar com as investigações em curso na CPI dos Correios, autorizo a quebra do meu sigilo pessoal, bancário, fiscal e telefônico, indicando para tanto o número do CPF que está aqui: 996068789-87. Sem mais para o momento, José Genoino Neto. Presidente do PT.”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – S. Ex^a já autorizou. Vamos votar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela presente, venho informar a V. Ex^a os termos da nota em que me licenciei da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, segundo o qual coloco os meus sigilos bancário, fiscal e telefônico integralmente à disposição da CPMI dos Correios. Assinado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Até o Delúbio quer. Vamos votar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não tomem a minha palavra! Eu não aceito! Que coisa!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Sibá...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Assinado por quem?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De política eu entendo um pouquinho. Estou dizendo a V. Ex^a que me falta chegar mais um fax do telefonema que eu fiz. Portanto, quero dizer Excelência, que eu pedi os trinta minutos, porque digo que o Requerimento é inócuo e desnecessário, porque está devidamente autorizado e V. Ex^a pode fazer o que quiser daqui para frente. É indispensável até para...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Deputado José Eduardo Cardoso está inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional. Nós somos representantes do povo brasileiro e dos Estados brasileiros. Não é justo para com o povo brasileiro que esta reunião prossiga dessa forma.

Sr. Presidente, o povo brasileiro não merece o que está acontecendo aqui. É um apelo que faço não em nome do meu Partido, não em nome dos Srs. Senadores e Deputados. Não é possível que nós continuemos com a reunião nos termos que estão postos, tanto em relação aos Deputados e Senadores do Governo, como Deputados e Senadores da Oposição. Há que se restaurar um mínimo de respeito parlamentar. Berros, gritos, interrupções só depõem contra o Congresso Nacional e contra aqueles que representam o povo brasileiro, Sr. Presidente.

Peço, portanto, ao Srs. Parlamentares que tenham a mais absoluta serenidade para que nós possamos, neste momento, honrar nossos mandatos e fazermos jus à delegação que o povo brasileiro nos deu.

Com base nisso...

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente,...

(*Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Senador, eu estou falando.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Já ouvimos a imprensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Senador, eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Por favor, Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Eu vou ouvi-lo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois, eu, Presidente. Não adianta eu pedir a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O Primeiro pressuposto da vida parlamentar é que nós saibamos ouvir da mesma forma que saibamos falar, com respeito, com dignidade.

Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado leu...

Senador Sérgio Guerra, por favor, Senador. V. Ex^a é uma pessoa por quem eu tenho o máximo carinho e respeito. É um Parlamentar que honra esta Casa. Por favor, vamos nos ouvir como gente civilizada; como pessoas que sabem sentar e falar; que sabem votar na hora certa, fazendo jus ao nosso mandato, Senador Sérgio Guerra.

O que eu quero dizer é o seguinte: há um requerimento sobre a mesa, regimental, que pode ser votado. O Senador Sibá Machado leu uma informação por escrito apresentada em nome do José Genoíno, em nome do Delúbio, em nome do Silvio Pereira. Nos termos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Arnaldo, por favor! O que se ganha com o grito?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Fale, meu filho! Fale!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Senadora Heloísa Helena, eu não consigo entender o que as pessoas ganham gritando umas com as outras. Não entendo.

(*Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas estamos errados quando fazemos isso também, Deputado, o que não justifica. Vamos ter serenidade.

Arnaldo, por favor, ouça!

Qual é o problema de se ouvir, de se divergir...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Por favor, Deputado Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– ...como pessoa respeitável. Pelo amor de Deus! Este é o Parlamento brasileiro! Não vamos desonrar a tradição deste Parlamento. O que eu estou dizendo é que o requerimento que foi apresentado, a informação que foi prestada pelo Senador Sibá Machado, nos termos da legislação que o próprio Presidente leu há pouco, qualifica, e já estão à disposição dos Srs. Deputados e Senadores essas informações. Logo, o requerimento apresentado perde o objeto em relação a essas pessoas que foram apresentadas. Evidente! Então, não há sentido se votar este requerimento na forma em que está apresentado. Nesta linha, Sr. Presidente, a sugestão que faço, resolvido o impasse e para que a serenidade volte a imperar nesta Comissão, é que, se V. Ex^a e os Srs. Líderes concordarem, nós possamos suspender, por cinco minutos a reunião, para que, uma vez que está prejudicado o requerimento, não entremos em uma batalha regimental, para que possamos chegar, então, a um acordo de encaminhamento, Sr. Presidente, uma vez que o requerimento perdeu o objeto. É a proposta que faço a V. Ex^a e aos Srs. Parlamentares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Estou pedindo a palavra há muito tempo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu vou falar...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem faz vinte minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu pedi pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A minha questão é muito simples, muito simples. Eu quero perguntar ao Relator (*falha na gravação.*)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por que a Senadora Ideli Salvatti está falando e nós não, que pedimos a palavra pela ordem antes dela?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a vai falar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu pedi a palavra junto com o Deputado Jorge Bittar. Ele falou meia hora e eu não falei nada até agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Presidente, eu posso falar? Está garantida a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pode. Não só pode como deve.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu quero pedir ao Relator que faça a leitura do requerimento, pedindo a inversão da pauta, dando o número dos requerimentos que pedem a quebra dos sigilos bancários listados. Porque, requerimento para a quebra de sigilo bancário tem todo um procedimento legal que precisa: ser entregue por escrito; justificado, não é? Todos os elementos colocados. E, aí, nós temos apenas um requerimento para inverter a pauta e colocar em votação requerimentos listando pessoas e não o número dos requerimentos. Então, eu quero que o Relator, primeiro instrumentalize quais são os requerimentos que nós vamos inverter a pauta.

Essa é a primeira pergunta. Depois de respondi essa pergunta, eu quero ter a oportunidade de, em seguida, poder dar um encaminhamento, dependendo da resposta do Relator. Queria que fosse garantido isso. Primeiro, fosse informado ao Plenário quais são os requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Relator está disciplinando os números para informar...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto. Enquanto ele disciplina...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu estou falando. Eu sou o Presidente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, eu estou solicitando a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu estou com a palavra, dando uma resposta à questão de ordem anterior.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há uma questão de ordem em andamento, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Aí, fica difícil continuar uma reunião dessa maneira. Eu acho que todos vão ter de entender isso. O Relator está tomando a providência e, depois, será anunciada.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito obrigada, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já respondi à questão de ordem de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque essa questão precede qualquer continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, enquanto o Relator providencia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada.

Primeiro, vou falar, rapidamente, e fazer um encaminhamento. É evidente que todos nós que estamos aqui sabemos que, por mais que crie complicações perante a sociedade a imagem do Parlamento em uma reunião de turbulência e de grito como esta, a gente sabe que o que desonra mesmo o Parlamento brasileiro, o que desmoraliza o Parlamento brasileiro é a denúncia de corrupção, é a vigarice. Isso é o que desonra e desmoraliza o Parlamento brasileiro.

Segundo, é importante deixar absolutamente claro que eu estou entre aqueles que acham que nem pode torturar nem pode roubar. Portanto, eu me sinto muito livre e muito independente para tomar as atitudes que aqui estou tomando.

Sr. Presidente, o meu encaminhamento é concreto: como aqui já foi apresentado que os três senhores – havia a confusão aqui instalada para a quebra de sigilo – já disseram ...

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ou quatro. Não há problemas. Se três disseram, o quarto diz também. Então, tenho um encaminhamento muito concreto e objetivo. O requerimento perde a razão de existir na inversão de pauta, mas se já está disponibilizado, que se quebre agora, não há nenhum problema. É só ler os quatro muito rápido para possibilitar que fale a Sr^a Karina, que desde ontem tenta prestar o depoimento. É só ler os quatro requerimentos de quebra de sigilo que estão muito bem fundamentados. Ninguém pode falar em fundamento jurídico porque se alguém ler a quebra de sigilo da Sr^a Fernanda Soma-ggio é capaz de querer rasgar, e todos nós aqui o votamos. É absolutamente ridículo. Disse que é porque ela responde na Justiça de Minas a um *e-mail* a ela dirigido que indica a possibilidade de ter conseguido recursos, e o *e-mail* nem fala sobre isso. Então, todos os requerimentos que estão lá, se não foram votados porque alguém tem maioria ou minoria, se não foram votados por acordo político, mas não foi por ausência de fundamentação, nenhum deles foi por ausência de fundamentação. Então, como os devidamente interessados já liberaram os seus companheiros para fazer a votação, o meu encaminhamento é concreto: abre a votação das quatro quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico que estão devidamente fundamentadas, sobre as quais ninguém fez nenhum questionamento ontem e todas as pessoas já sabem de cor e salteado qual é a justificativa formal, legal e que zela pela juridicidade, pela constitucionalidade e outras mais “ades” que possam se apresentar. O meu encaminhamento concreto é a votação da quebra de sigilo para que possamos ouvir a Sr^a Karina.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para complementar meu informe.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, já tem resposta?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou anunciar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero dar o retorno da quarta pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Complemento da declaração...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Senador Sérgio Guerra está com a palavra. Simplesmente o Senador Sérgio Guerra está com a palavra. V. Ex^a pode usá-la.

(Superposição de intervenção dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é uma questão de querer ou não ouvir. Eu também não gostaria ...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado continua a perturbar. Aliás, combina Sibá com perturbar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço ao Sr. Sibá Machado que ouça o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, ouvi com atenção as palavras de pessoas por quem tenho estima pessoal, como é o caso do Deputado Bittar.

O Deputado Bittar comete alguns desvios de abordagem. Primeiro, não é verdade...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jorge Bittar, quero pedir a V. Ex^a que teve oportunidade de falar que agora colabore. Se não for de maneira civilizada, não vamos continuar esses trabalhos. Ou nós temos postura, ou somos civilizados e somos Parlamentares ou não somos. Só vamos continuar esta reunião de forma civilizada. A palavra está com o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Deputado Bittar fez alguns comentários iniciais que eu gostaria de reinserir. Não é verdade que eu cheguei aqui e, aos gritos, constrangi companheiros. Não é verdade.

Primeiro, quero deixar claro que saí daqui quando a reunião secreta estava encerrada e não se tinha tomado decisão sobre quebrar sigilo de quem quer que fosse.

Segundo, essa alegação de que pessoas não têm autoridade para questionar o Governo porque teriam servido à ditadura, a mim não atinge. Efetivamente, eu era da Oposição. Tive um irmão que teve seu mandato cassado, e não o foi por corrupção. Enfim, é uma acusação absolutamente ociosa, e acho que não atinge ninguém aqui. Aqui não há ninguém que tenha servido à ditadura e que tenha prestado seus préstimos à violência; aqui, há homens públicos respeitáveis que devem ser respeitados como tal.

Terceiro, a questão que se coloca aqui hoje é muito simples. Foi quebrado – e deveria ter sido quebrado – o sigilo do Dr. Roberto Jefferson. Porém, todo mundo sabe que o Deputado Roberto Jefferson promove e faz acusações de algumas personalidades públicas, sobre as quais não quero emitir julgamento nem pré-julgamento. Essas autoridades públicas, assim como o Deputado Roberto Jefferson, devem ter, na minha opinião e na de muitos, e tenho certeza que da população

inteira, também os seus sigilos quebrados. Tanto isso é real, é lógico, que eles próprios já se apressam em enviar ao Senador Sibá Machado, que aqui não falou, gritou, três ou quatro documentos nos quais já abrem eles os seus sigilos. Melhor que seja assim.

Agora, não consigo entender é a reação a um voto que deveria ser óbvio. Se quebrarmos daquele que acusa, porque não quebramos daqueles que são acusados?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque não há prova.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Sr. José Genoíno e o Sr. José Dirceu não estão julgados, mas, é claro que do ponto de vista dessa sociedade em que vivemos, do país, da satisfação que temos de prestar lá fora, eles terão que explicar muita coisa pela qual estão sendo denunciados. Não envolve pré-julgamento, nem agressão, nem manobra da Oposição.

Outro aviso: é recorrente e é uma fraude essa idéia de toda vez que acontece uma iniciativa para, de alguma maneira, atingir personalidades do Governo e do PT, que evidentemente têm prejuízo público com isso, mas é assim na vida pública, toda vez que acontece isso vem sempre a iniciativa de sugerir que pessoas do PSDB também tenham seus sigilos quebrados. Que o quebrem! Que assumam isso! Agora, que assumam também que não querem quebrar os sigilos daqueles que querem proteger.

Queremos clareza, transparência. Roberto Jefferson, sim, mas, Delúbio também. Roberto Jefferson, sim, mas, Silvinho também. É assim que temos de trabalhar.

O Deputado Bittar não foi tão incisivo com o Deputado Roberto Jefferson, como está sendo comigo, ao contrário, foi bastante ponderado, senão amarelado...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Deputado Bittar está me interrompendo. Eu fui provocado por você.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só vou conduzir esta reunião se for de maneira civilizada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concederei a palavra, logo em seguida, a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me inscreveu?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a concluiu?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, o Senador Sérgio Guerra fez provocações. Por isso o Deputado Jorge Bittar respondeu.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Deputado Jorge Bittar não foi provocado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...aqui foi provocado pelo Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não concedi a palavra a V. Ex^a. Concedi a palavra...

V. Ex^a concluiu?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador, quero retirar esse comentário com relação...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres. Logo em seguida, vou conceder a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero comentar esse...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vou conceder logo em seguida a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já tem resposta a minha questão?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

Senador, fui citado, exijo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, por que me foi tirada a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Ele invocou o artigo, porque foi citado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não, mas, ele tem de esperar que eu conclua a minha palavra e a Mesa também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já tinha concluído...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quando eu terminar, ele terá a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu indaguei de V. Ex^a. Se não, conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele já havia concluído.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu não concluí, Sr. Presidente. Estava falando quando fui interrompido pelo incisivo pronunciamento do Deputado

Maurício Rands, que não vai se pronunciar comigo, da mesma forma que se pronunciou com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Senador Sérgio Guerra, pelo art. 14, peço a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Da próxima vez, não vou ganhar no grito; vou ganhar de outra forma também.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Muito bem!

Sr. Presidente, vamos voltar ao equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Assim não dura o equilíbrio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Lamentável, Excelência.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, vamos voltar ao equilíbrio. A ponderação é que voltemos ao equilíbrio. Temos de voltar ao equilíbrio. Está óbvio. Quem está acompanhando lá fora e aqui dentro sabe: o equilíbrio é quebrar o sigilo de todos, e logo, para que todos tenham o mesmo direito e as mesmas obrigações. Esse é o problema.

Outra coisa, quero retirar a questão do comentário com relação à cor do Deputado Bittar, que eu sei que ele é vermelho, do PT, e o respeito assim. Essas questões cariocas não me envolvem. Porém, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que faça o que todos esperam: vamos quebrar o sigilo de quem não teve ainda os seus sigilos quebrados. É isso que, lá fora, querem que aconteça. É o que a sociedade espera de nós.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Vamos ouvir...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, há uma resposta a ser dada pelo Relator que precede...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tenho direito à palavra porque fui citado, conforme o art. 14. Depois do Deputado Jorge Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, temos que ver os requerimentos que vamos votar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Se V. Ex^{as} me deixarem presidir, irei presidir. Senão, não há como.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a, pelo art. 14.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Senador Sérgio Guerra, sem sombra de dúvida, é um hábil Senador. Ele fala manso, dizendo que não havia gritado, mas chegou aqui gritando – e todos assistiram a isso –, constan-

gendo um conjunto grande de Parlamentares. Ouvi Senadores aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa discussão não leva a nada!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu havia participado do acordo com o Presidente Delúbio... o Presidente Delcídio...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como é que é? Presidente Delúbio!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Delúbio Soares foi tesoureiro do nosso Partido até esta semana e terá todo o direito à defesa contra as acusações que lhe foram feitas. Mas eu me referia ao Presidente Delcídio, que conseguiu interromper um processo, pois já estávamos iniciando a votação sobre a quebra de sigilo do Deputado Roberto Jefferson – como já disse anteriormente, há provas concretas, materiais, que originaram, inclusive, o trabalho desta CPI –, e propôs aqui generalizadamente que se quebrasse uma série de sigilos bancários, fiscais.

Não se trata de dizer se essas pessoas se dispõem ou não, mas se trata de uma sinalização política, de envolver altas personalidades do Partido dos Trabalhadores, como o ex-Deputado José Genoíno, nosso Presidente, que muito nos honra, como o Deputado José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil, no sentido de macular a imagem do Partido dos Trabalhadores.

O nosso Partido tem um patrimônio ético, tem um patrimônio cultural político construído ao longo desses anos todos que permitiram que pudéssemos eleger o Presidente da República, Deputados, Senadores e tantas outras figuras. E nós queremos zelar pela integridade de nosso Partido. Repito aqui: se eventualmente ficar comprovado desvio de conduta de quaisquer integrantes do PT, nós seremos os primeiros a puni-los. Agora, vamos comprovar esse tipo de coisa.

Então, quando nos insurgimos contra a postura do Senador Sérgio Guerra foi porque, primeiro, ela viola compromissos pactuados, ela promove uma quebra de confiança aqui entre nós. Julgo lamentável que o Senador Sérgio Guerra, tendo ouvido sugestão do Deputado Rodrigo Maia, venha fazer acusações contra mim no que diz respeito ao debate que fiz com o Deputado Roberto Jefferson.

Se houver qualquer tipo de dúvida... Enfim, acredito que todos conheçam a minha história pessoal e política. Se houver qualquer tipo de dúvida, minhas contas de campanha estão à disposição, publicadas na Internet e aprovadas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso aí que esvazia a CPMI, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asseguro a palavra ao orador.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...e aprovadas pelo Tribunal...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso aí que esvazia a CPMI!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Os cinco minutos estão se esgotando. Conclua.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Minhas contas de campanha estão publicadas na Internet. Aliás, foi o maior gasto! E temos uma dívida de R\$2 milhões ainda da nossa campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, isso esvazia a CPMI!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor. O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso que esvazia a CPMI. O povo está enjoado!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Inquiri o Deputado Roberto Jefferson naquilo que me pareceu o mais importante naquele momento: questioná-lo quanto ao fato de que ele acha e procura fazer ver que o episódio ocorrido nos Correios é um episódio pouco importante e que aquele é um funcionário de quinto escalão. Não é de quinto escalão, não! É funcionário de segundo escalão; é um chefe de departamento, logo abaixo da diretoria. Em segundo lugar, lida com um orçamento de R\$800 milhões. Foi isso que dissemos, e o Deputado Roberto Jefferson não respondeu a essa questão, por quê?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor. O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque ele não tem como responder. E é por isso – porque ele admite publicamente que praticou atos de corrupção – que propomos a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E aceitamos...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Infelizmente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está esvaziando a CPMI!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não vou permitir.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E aceitamos numa futura reunião administrativa discutir quaisquer quebra de sigilo bancário, mas não nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a teve a palavra por cinco minutos.

Com a palavra, por ter citado e invocado o art. 14, o Deputado Maurício Rands. É o último.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT– PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Pares, o que está havendo aqui é que a Comissão vinha bem até o momento em que, como bem disse o Deputado Jorge Bittar, houve uma quebra de acordo, que sucedeu ao que aconteceu na reunião que estava preparando a deliberação sobre os requerimentos. Existia o Requerimento nº 258, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, feito depois do depoimento do Deputado Roberto Jefferson, pedindo a quebra do seu sigilo. Esse requerimento foi solicitado por nós, que entrasse no acordo de deliberação dos demais requerimentos apresentados pelo Deputado Osmar Serraglio.

Houve resistência de alguns Deputados da Oposição a que fosse haver deliberação para quebrar o sigilo do Deputado Roberto Jefferson. Posteriormente, preocupados porque poderiam ser acusados de estar estranhamente protegendo o Deputado Roberto Jefferson, esses Deputados vieram e fizeram acordo com o Presidente dos trabalhos, Senador Delcídio Amaral.

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT– PE) – Esse acordo foi feito com todos os partidos, sem exceção. Depois de feito o acordo para que se votasse...

Peço silêncio, Sr. Presidente. Aguardo que me seja concedida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Temos que ouvir o orador que está na tribuna.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – É o Senador Sibá Machado que está aqui o tempo todo...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT– PE) – Senador Maguito Vilela, obrigado.

Depois de feito o acordo, fundamental para que os trabalhos prossigam, entrou no recinto o Senador Sérgio Guerra e, aos gritos, desautorizou os seus colegas que haviam feito o acordo para incluir o Requerimento nº 258.

O Partido dos Trabalhadores, Senador Maguito Vilela, não teme apresentação de qualquer quebra de sigilo, tanto é que já está de posse da Presidência o fax autorizando a quebra do sigilo bancário daqueles que têm requerimento na pauta.

Para esclarecer e lembrar a todos, o requerimento é de inclusão na pauta de outros itens, quais sejam aqueles de quebra de sigilo.

O que deliberamos aqui é um requerimento para inclusão na pauta do pedido de outras quebras de sigi-

lo. Não temos nenhuma objeção à quebra de sigilo de qualquer membro do Partido dos Trabalhadores.

Agora, o povo brasileiro sabe que o que está havendo aqui é uma disputa política, é querer fazer cena, porque talvez não tenha autoridade moral, não tenha trajetória política para vir fazer cena e posar de vestal da República, Sr. Presidente.

Estamos agora diante de um requerimento, a sociedade, o povo brasileiro que está nos ouvindo, sabe que a Bancada do Partido dos Trabalhadores e dos Aliados está aqui desde cedo para investigar e esclarecer tudo. Está vendo que, infelizmente, parte dos membros da Comissão querem, a todo momento, fazer disputa política, fazer cena, querer se aproveitar do senso comum, macular a imagem de homens honrados, como o ex-Ministro José Dirceu, como o ex-Deputado Genoíno. Esses todos vão apresentar seu sigilo, aliás, já há o fax do Senador Sibá Machado, de posse de V. Ex^a.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos aguardar

...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem um minuto para concluir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou concluir e dizer que precisamos aguardar a resposta do Relator Osmar Serraglio, porque da verificação que fiz aqui os requerimentos que existem de quebra de sigilo precisam ser verificados. Existem quebras que estão aí requeridas, e, para que sejam incluídas na pauta, é preciso verificar se essas quebras já não foram autorizadas pelo fax que foi entregue pelo Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Se assim for, o requerimento de inclusão na Ordem do Dia desses requerimentos está juridicamente predicado, porque as quebras de sigilo já terão sido autorizadas pelos ilustres membros do Partido dos Trabalhadores que mandaram fax ao Senador Sibá Machado.

Chega de fazer cena política. Vamos investigar, apurar e esclarecer à sociedade brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Há resposta já para a minha questão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos ouvir o Senador Demóstenes Torres. S. Ex^a ainda não teve oportunidade de falar e está regularmente inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, tenho a preocupação de que esta Comissão comece a fazer um jogo político. Imagine V. Ex^a que o Deputado Jorge Bittar disse que o PFL foi um partido que apoiou a ditadura. Eu nasci em 1961. Quando veio a ditadura, eu tinha três anos de idade. O PFL nasceu muito tempo depois. O sucedâneo da Arena foi o PDS. Quem praticou atos arbitrários e apoiou a ditadura, naturalmente, será julgado pela História. Mas estamos aqui agora apurando um ato de corrupção de determinados membros do Governo e do principal partido político que apóia o Governo. Não podemos fugir desta questão.

Há um requerimento sobre a mesa que trata da inversão de pauta para que sejam apreciadas as quebras de sigilo bancário do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, do Sr. José Genoíno e do Sr. José Dirceu.

O Senador Sibá Machado nos noticia que tem documentos que autorizam formalmente a quebra do sigilo bancário de, no mínimo, dois deles, José Genoíno e Delúbio.

Em relação aos dois, pergunto à Mesa se ela considera que esses documentos sejam válidos. Se são válidos, está autorizada a quebra do sigilo nos próprios moldes do artigo mencionado pelo Presidente Delcídio e pelo Deputado José Eduardo Cardozo. Fica resolvida esta pendência.

O requerimento, então, tem que ser apreciado apenas em parte, apenas em relação ao Sílvio Pereira e ao Deputado José Dirceu. Em relação a esses, temos que votar. É óbvio que a tese de que a pessoa tem que ser ouvida primeiro não se sustenta. Cada situação é diferente. Imaginem V. Ex^{as} se tivéssemos que ouvir o Sr. Cacciola para ter quebrado o seu sigilo bancário. Onde está o Sr. Cacciola? Está no mundo, está na Itália. Se tivéssemos que pedir a quebra do sigilo bancário de um morto – não para incriminar um morto, mas para incriminar um vivo – como iríamos fazer? Seria como na música do Bezerra da Silva: “onde é que já se viu um defunto grampeado”?

Sugiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, que declare prejudicado, em parte, o requerimento, caso o Relator entenda que esses documentos apresentados são hábeis, efetivamente, para ensejar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, os três sigilos, dos Srs. Delúbio Soares e José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor. O tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E, caso a resposta seja afirmativa, que se submeta ao Plenário a inversão de pauta e, se aprovada a votação, no mérito, da quebra do sigilo bancário dos senhores Sílvio e José Dirceu. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a e concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, antes de mais nada...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eles estão inscritos e têm o mesmo direito que outros tiveram.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta ao Relator que é absolutamente procedente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quando o Relator me disser que está apto, eu vou conceder.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas ele já está apto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu já havia dado a palavra ao Deputado e quero assegurá-la.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero solicitar a V. Ex^a que faça um apelo ao Plenário. Peço também à imprensa, aos assessores e aos Parlamentares que façam silêncio, por favor, a fim de que nós tenhamos condições de nos pronunciarmos. Eu gostaria que V. Ex^a pedisse silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Realmente, Sr. Presidente, eu e a Senadora Heloisa Helena fomos, de forma tranqüila, acusados por um veículo de comunicação de estarmos disputando o “prêmio decibéis” desta Comissão. Eu não tenho dúvida de que perdemos. Perdemos para, pelo menos, uma dezena de outros Parlamentares que extrapolaram o limite do razoável. Sr. Presidente, procurei ficar calado até agora. Não emiti nenhuma opinião, procurei evitar gritos, procurei evitar os debates mais acalorados, mas...

Não vou continuar, Sr. Presidente, com este barulho. Eu gostaria de pedir ao Deputado Onix, que é meu companheiro de Bancada, que, por favor, se qui-

ser falar ao telefone, se retire do plenário. Eu não falo enquanto tiver esse barulho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que tem o direito de ser ouvido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, esta Comissão – e aí nós não podemos “fulanizar” –, esta Comissão hoje deve um pedido de desculpas à sociedade brasileira. Esta é a primeira coisa. Todos nós temos que nos penitenciar pelo que aconteceu até agora. Se ninguém tiver a humildade de fazer esse pedido de desculpas, eu o farei, mesmo não tendo, Sr. Presidente, participado de uma discussão até agora. Nós estamos sendo acompanhados por todo o País, há um interesse enorme, como talvez nunca antes tenha havido, pelo que está acontecendo no Congresso Nacional, especialmente nesta Comissão de Inquérito, mas, no entanto, não estamos sendo capazes de, com amadurecimento e responsabilidade, tomar as decisões corretas e conduzir bem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tudo o que aconteceu era desnecessário.

Ontem, Sr. Presidente, eu adverti o Presidente Delcídio de que a discussão dos requerimentos tomaria, pelo menos, doze horas do nosso dia de hoje. Eu adverti e disse: “Presidente Delcídio, tem certeza de que o que estou lhe dizendo vai se confirmar”. Infelizmente, confirmou-se.

Sr. Presidente, fizemos uma reunião administrativa e chegamos a um entendimento como nunca antes havíamos chegado. Cedemos, Governo e Oposição, cedemos, ambos os lados. Depois, ambos os lados, erramos, porque não procuramos nos pautar pelo que havia sido decidido nessa reunião administrativa e, aí, descumprindo, os dois lados, descumprindo o acordo feito, trouxemos para cá este circo, trouxemos para cá esta balbúrdia. Nossa penitência ainda nos permite corrigir com equilíbrio, corrigir com equilíbrio o que aconteceu.

Quero fazer uma sugestão à Mesa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Peço ao Deputado José Eduardo Cardozo, ao Senador Sibá, ao Senador Demóstenes, pessoas que eu ouvi aqui com o maior interesse e a maior atenção, que me ouçam.

Eu gostaria de fazer um encaminhamento, Presidente. Nós temos aqui duas pessoas que têm se mostrado sensatas: o Presidente Delcídio e o Relator Deputado Osmar Serraglio.

Eu gostaria de sugerir que o Deputado Osmar Serraglio, Relator, nos apresentasse um encaminha-

mento e que nós seguissemos o encaminhamento do Relator, independentemente de estar atendendo a cem por cento do interesse do Governo ou o da Oposição. Vamos seguir o encaminhamento do Relator. Vamos pôr um ponto final. O que interessa é que já está quebrado o sigilo do Deputado Roberto Jefferson e que também para mim, moralmente, já está quebrado o sigilo do Deputado José Dirceu, o do Presidente Genoino, do Sílvio e o do Delúbio. Vamos ter acesso a essas informações. Não há mais o que discutir.

Sr. Relator, faça o encaminhamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– V. Ex^a conclua. O tempo de V. Ex^a exauriu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vamos pôr um ponto final nisso e vamos ouvir a Sr^a Fernanda Karina. É o que eu solicito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra o Relator.

Ele tem...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Ele tem precedência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr.

Presidente, vai me prestar as informações? Em seguida às informações, quero ter o direito de falar, como teria feito desde o começo e respeitei todos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – O Relator solicitou a palavra e ele tem precedência.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, nós temos requerimentos formalizados para quebra de sigilo fiscal...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Silêncio,

Sr. Presidente. É impossível...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Não querem ouvir o Relator?

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Eu estou ouvindo o Relator. V. Ex^s terão que ouvir o Relator.

(Superposição de intervenção dos senhores oradores.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB

– GO) – Com a palavra o Relator.

Com a palavra o Relator. Asseguro a palavra ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Fomos injustos com o Senador Maguito Vilela. Eu queria corrigir essa injustiça. Tanto eu como a Senadora Heloísa Helena não fizemos referência à vossa paciência, à vossa atenção...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Que é muita, muita, muita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ... sobretudo, à vossa condução. Então, aqui nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Muito obrigado.

Asseguro a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, embora, pelas informações que temos, os requerimentos estejam prejudicados, tendo em vista a concordância daqueles que teriam a incidência dessa quebra – aí eu pediria permissão a todos... Em seguida a mim, embora eu não comande – acho que o mérito disso tudo, de certo modo, é do Senador Sibá Machado –, que se conceda a S. Ex^a alguns minutos para anunciar o que pretende anunciar.

Vou expor, tecnicamente, o que temos. Quando recebemos o requerimento de inversão de pauta, procedemos à verificação e constatamos que o Requerimento de nº 296 e o de nº 326 se reportavam à quebra de sigilo do Sr. José Genoino e o Requerimento de nº 298 e o de nº 324, de Delúbio Soares.

Não temos – vou esclarecer –, ou não tínhamos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O de nº 90 também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O de nº 90 também é do Delúbio Soares.

Não temos requerimentos – os mapas estão ao alcance de todos os Parlamentares – relativos a José Dirceu e a Sílvio Pereira. No decorrer dos debates, eu recebi a informação do Deputado Onyx Lorenzoni de que ele teria os Requerimentos nºs 380 e 381, que até agora eu próprio não recebi nada, mas passo as informações, porque o Plenário precisa saber exatamente como foi, com absoluta imparcialidade. Não há pedidos, em nossas mãos, de quebra de sigilo de José Dirceu. Em relação à quebra, nesse sentido eu queria passar a palavra a quem preside e sugerir que se ouvisse quem muito trabalhou neste sentido, que foi o Senador Sibá Machado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Até por que há quase uma hora eu fiz essa pergunta ao Relator. Eu já tinha tentado localizar os requerimentos e não tinha encontrado o requerimento relativo às quatro pessoas citadas no requerimento de inversão de pauta. Foi por isso que fiz a pergunta ao Relator, porque requerimento de votação de quebra de sigilo bancário é um requerimento que tem que ser feito com muita propriedade, porque tem toda uma questão legal. Se não é feito adequadamente, ele pode ensejar, inclusive, a sua derrubada, pode ensejar, como aconteceu aqui no depoimento do Marcos Valério, se é feito antes da oitiva, pode ensejar, inclusive, a mudança...

Eu queria pedir ao Deputado Onyx que, por favor, respeitasse. Ele não respeita ninguém.

Nós já tivemos, inclusive, a situação do depoimento do Sr. Marcos Valério, que veio não mais na condição de testemunha, mas de investigado, porque tínhamos quebrado seu sigilo antes. Então, quebra de sigilo bancário é uma coisa muito séria, que não pode servir de queda de braço político-partidária. Para uma comissão ter o respeito da opinião pública, ela, obviamente, tem que se comportar dentro da normalidade, da legalidade e dentro das normas tanto jurídicas quanto regimentais. Não tem cabimento pedir inversão de votação de requerimentos que sequer tinham sido apresentados. Fica muito claro que, ao apresentar o requerimento de inversão de pauta sem se ter sequer o cuidado de ver se os requerimentos sequer existiam, para poderem serem votados antecipadamente, isso é uma demonstração inequívoca, para a sociedade, do quanto o aquecimento político aqui nesta CPI pode nos levar a tomar medidas absurdas, anti-regimentais, ilegais, que poderiam ser facilmente derrubadas na Justiça.

Agora, sem...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem. Artigo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Deputado Onyx, depois que eu terminar de falar, ele faz o que bem entender.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pensei que a senhora tivesse terminado. Desculpe-me.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu estando com a palavra, espero que ele me respeite.

A outra questão é que, com a apresentação dos documentos muito bem articulados...

O SR. (Orador não identificado) – Isso é obstrução.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... e obtidos pelo Senador Sibá, deixou de ter razão de ser qualquer discussão a respeito do requerimento, que, por si só, por não ter requerimentos antes apresentados, porque

o 380 e o 381 entraram agora. É bom que isso fique claro. Entraram agora, enquanto estávamos fazendo o debate, porque perceberam o erro que cometeram e foram corrigir. Borrachinha no erro! Sr. Presidente e Sr. Relator, com a chegada dos documentos, se há requerimentos já apresentados em tempo hábil, quando foi apresentado o requerimento de inversão de pauta, só poderíamos deliberar efetivamente, se tiver que ser deliberado, porque, com o aval subscrito, assinado pelas pessoas, talvez até nem precisemos deliberar, mas, se tiver que haver deliberação, é exclusivamente dos requerimentos anteriormente apresentados ao pedido de inversão de pauta. Então, se tiver que votar, é apenas o do José Genoíno e o do Delúbio. Agora, é claro que vai caber ao Presidente e ao Relator dar o encaminhamento se cabe ou não votação, se está prejudicado ou não o requerimento de inversão. E que isto nos sirva de lição! Penitenciemo-nos todos!

Quero pedir a atenção muito especial do ACM Neto porque todos os encaminhamentos aqui feitos tinham sido, sim, debatidos de forma tranqüila, acordados, conversados. Mesmo a questão de ordem, que – quero deixar isso bem claro – fui eu que fiz, fiz sem levantar o assunto, só abordei o assunto quando estavam todos presentes aqui, coloquei a questão... De comum acordo, todos os que estavam aqui concordaram em fazer a votação. Houve um questionamento da Senadora Heloísa Helena, que exigiu que pudéssemos falar. Foi concordado. Por isso é que houve encaminhamento para um de cada partido falar na votação da quebra do sigilo do Deputado Roberto Jefferson. E se nós tivéssemos cumprido aquilo que nós acordamos, não teria tido esse vexame, inclusive o vexame de apresentar requerimento de inversão de pauta de requerimentos que sequer tinham sido ainda apresentados a esta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos que nos penitenciar para a depoente, que está esperando aí desde as onze horas da manhã, e temos que nos penitenciar a todos os brasileiros e brasileiras que estão nos assistindo, por essa verdadeira queda-de-braço que nós patrocinamos aqui, em prejuízo das investigações efetivas desta CPI.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nós, não!

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Para uma questão de ordem, art. 52, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está prejudicado e nós não vamos mais discutir.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, art. 52, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria que V. Ex^{as} me ouvissem agora.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Depois V. Ex^a me dá a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria que V. Ex^{as} me ouvissem. Eu quero registrar aqui, porque isso é importante para a história e isso é importante para a CPI dos Correios... Esta CPI, quando teve início, o que diziam era que era uma “CPI chapa branca”: o Presidente era do PT, o Relator, do PMDB. Portanto, uma “CPI chapa branca”, que iria abafar as investigações, que não teria isenção. Na própria votação para a escolha do Presidente, nós já tínhamos, claramente, o desenho de que seria uma CPI equilibrada, uma CPI onde nós deveríamos conversar sistematicamente, deveríamos conversar em harmonia, para mostrar resultados ao País, para mostrar que, diante de uma crise, nós do Congresso Nacional, os Deputados, as Deputadas, as Senadoras, os Senadores, tocariam o trabalho com discernimento, com clareza, com lucidez, com equilíbrio, com uma sequência lógica nas investigações, começando pelo fato gerador da denúncia, olhando quem gravou e por que gravou, olhando os contratos, e, gradativamente, tecendo toda essa teia de relações que nós, mais do que nunca, estamos aqui para investigar, para punir, para levantar as irregularidades, como disse muito bem o Presidente Lula, doa a quem doer.

É importante e fundamental registrar aqui: não uma CPI que puna somente, mas uma CPI que discuta a melhoria da gestão pública, dos instrumentos à disposição da gestão pública, das empresas estatais, do Governo, da reforma política necessária. E é este o objetivo de todos nós.

É importante e fundamental lembrar aqui: todas as agendas e toda a sequência de trabalhos, todas essas sequências foram feitas de comum acordo, a duras penas, conversando com os vários Partidos, com os vários Líderes da Câmara e do Senado, fazendo uma CPI proativa, uma CPI do Brasil, que o Brasil e a opinião pública exigiam de todos nós. E assim fizemos ao longo destas três semanas. Alguns avaliaram que a CPML era muito longa, que algumas intervenções eram mais políticas, outras menos, questionadoras umas, pouco questionadoras outras. Mas a verdade é que avançamos. Avançamos com clareza de objetivos; avançamos, acima de tudo, respondendo aos anseios da população, independentemente de partidos, independentemente de interesses, independentemente de diferenças ideológicas, programáticas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Senador César Borges!

E é esta a nossa missão. É este o nosso objetivo.

Hoje, como nas semanas anteriores, tivemos uma reunião absolutamente transparente, equilibrada. Discutimos os requerimentos, aquilo que iríamos avaliar **a posteriori** e aquilo que iríamos votar hoje. Tivemos uma votação absolutamente tranqüila. A imprensa acompanhou **pari passu** tudo o que foi feito hoje: uma reunião de coordenação, depois uma reunião em que votamos os requerimentos. E é importante registrar que todos os requerimentos foram votados por unanimidade.

Agora, temos de reconhecer que o requerimento do Deputado Roberto Jefferson foi um requerimento extemporâneo. E quero deixar muito claro aqui que fui contra votar o requerimento do Deputado Roberto Jefferson hoje. Eu fui contra colocar essa questão porque não era o momento e não tinha sido acertado na reunião interna que fizemos. Fui voto vencido. Mas, com os parlamentares de todos os partidos que estavam presentes aqui, entendemos que votaríamos a quebra do sigilo do Deputado Roberto Jefferson. É importante registrar isso, para que ninguém tenha dúvida do que foi combinado, com a minha não-concordância, mas, pela maioria, pautei as decisões da Comissão, como fiz desde o princípio. Nós escalamos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria silêncio aos senhores, por favor, para que não haja distorções do que houve hoje aqui. Distorções, porque, aí, aparecem alguns que efetivamente têm uma visão proativa e outros, os desconstrutores, que tentam passar uma mensagem diferente. E aqui não há um parlamentar que negue o que estou falando. Nenhum parlamentar!

Foi levado a votação. E aqui, nas minhas anotações, isso foi colocado muito claramente: um parlamentar falava por partido. Falaram seis ou sete parlamentares. Foi quando as coisas se complicaram. Nós saímos de toda a estratégia que sempre procuramos buscar ao longo de todas estas semanas.

Espero que não vacilemos mais nesta questão, porque o povo brasileiro espera posições equilibradas e maduras de todos nós. Política? Sim, uma CPI é política. Mas o povo brasileiro espera, também, que tenhamos seriedade nas investigações. E se há um debate político aqui, que venhamos a preservar, acima de tudo, o objetivo maior, que é o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Eu quero dizer a V. Ex^{as} que fiz este preâmbulo para registrar, primeiro, como é que as coisas foram conduzidas, sempre com coerência. Que o que aconteceu nos sirva de alerta para que nenhum fato extemporâneo com uma forte conotação política e emocional prejudique os trabalhos desta CPI, que tem feito um trabalho honrado por parte de todos os seus Parla-

mentares, por toda a assessoria, pela imprensa e por todas as pessoas envolvidas. O episódio de hoje serviu como aviso. E a classe política sei que vai entender os acontecimentos que hoje ocorreram.

E quero registrar a V. Ex^{as} que considero o requerimento apresentado superado, por uma razão muito clara: o objetivo que o levou à elaboração e que nos levou a esta discussão foi ultrapassado, porque acabo de receber ofícios do Deputado Federal José Dirceu abrindo todo o sigilo bancário, fiscal e telefônico, espontaneamente. Isso precisa ficar muito claro...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Espontaneamente ou...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Espontaneamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas não foi o Senador Sibá Machado que pediu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado José Genoino também...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Também, mas não voluntariamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Do Presidente José Genoino também, quebrando seu sigilo pessoal, bancário, fiscal e telefônico, do Sr. Delúbio Soares, quebrando, como já havia dito anteriormente, seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, e do Sr. Sílvio Pereira, também quebrando seu sigilo pessoal, bancário, fiscal e telefônico.

Por isso, considero esse requerimento absolutamente ultrapassado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Chama a moça para depor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria agora de ler uma nota de esclarecimento. Depois disso, vou chamar a Sr^a Fernanda Karina Somaggio, que não tem o direito de ficar esperando, como esperou. É uma nota de esclarecimento à Câmara dos Deputados.

“Em relação às acusações que teriam sido feitas por mim durante entrevista dada ao programa de Jô Soares, na segunda-feira, dia 5 de julho passado, sobre a participação de Deputados membros da CPMI dos Correios no esquema de pagamento do “mensalão”, faço questão de esclarecer o seguinte:

1. Por um processo de associação, confundi a pergunta do Jô Soares que se referia à CPMI como sendo referente à Comissão de Ética, na qual depusera anteriormente. Assim, minha resposta sobre a inclusão dos Deputados da CPMI nos Correios no esquema do “mensalão” foi equivocada. Desconheço pessoalmente a participação direta de qualquer um dos membros dessa CPMI no citado esquema.

2. Referia-me, na entrevista,...

Por favor, silêncio.

“Referia-me, na entrevista, isso sim, a alguns membros da Comissão de Ética cujos nomes revelei quando do meu depoimento e que faço questão de reiterar: Deputados Valdemar Costa Neto, Bispo Rodrigues, Sandro Mabel e Pedro Henry.

3. Devo ressaltar, entretanto, que questiono a autoridade legal e moral e a capacidade de isenção para me julgar, em qualquer foro, por parte dos Deputados dos Partidos PP e PL, que se beneficiaram do pagamento do “mensalão”.

Por analogia, rejeito a participação de Deputados Federais do PT nos plenários em que estou sendo inquirido na tentativa afoita de preservar a imagem do seu Partido ao preço da minha moral, da minha honra pessoal e da integridade do PTB.

4. Questiono, ainda, a isenção da Senadora Ideli Salvatti, do PT, membro da mesma Executiva, a quem acuso de fazer o pagamento do citado “mensalão” por meio de Delúbio Soares, com conhecimento de José Genoino, Marcelo Sereno e Sílvio Pereira, além do ex-Ministro José Dirceu.

Brasília, 7 de julho de 2005.”

Assina o Deputado Federal Roberto Jefferson.

Eu quero chamar a Mesa Diretora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É inadmissível...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Senadora foi acusada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É inadmissível que nós façamos a leitura dessa nota, porque a transcrição do que o Sr. Roberto Jefferson falou no programa do Jô Soares, que está gravado, que foi veiculado por todo este País, é se referindo aos membros da CPMI, é se referindo aos membros desta Comissão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Comissão de Ética.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Além de se referir aos membros desta Comissão, ele ainda responde que os membros da Comissão o questionaram bem de mansinho, os que recebem “mensalão” o questionaram bem de mansinho. Além disso, nesta nota, Sr. Presidente, caso V. Ex^a não tenha se dado conta, ele coloca sob suspeição inclusive V. Ex^a, porque ele diz que não se submete, não vê isenção para ser julgado, em qualquer foro, por parte de Deputados do PT que se beneficiaram por analogia. Ou seja, ele coloca todos do PT sob suspeição. Além do mais, quando

ele levanta a questão relacionada a minha pessoa, eu quero saber se esta CPMI vai admitir que ele faça uma acusação desse porte, colocando-me como pagadora do “mensalão”, sem apresentar nenhuma prova de novo. Então, quero saber se esta Comissão vai permitir que esse cidadão continue achincalhando o Congresso Nacional, continue achincalhando as pessoas sobre as quais ele não apresenta uma única prova e colocando sob suspeição todas as instâncias deste Congresso: o Plenário, a Comissão de Ética, a CPMI. Eu quero saber se vamos, de novo, acuar, porque eu estou entendendo isso como uma represália. Essa citação ao meu nome é uma represália, porque no dia da CPMI nós o afrontamos, porque ontem nós levantamos aqui um requerimento para que esta CPMI o intimasse para se explicar, para dar o depoimento com provas de quem são os que recebem “mensalão”. Ele está fazendo represália porque fomos nós – eu de forma muito especial – que fizemos a questão de ordem para suspendermos a reunião para analisarmos se iríamos quebrar ou não o sigilo bancário desse senhor.

Portanto, Sr. Presidente, se esta CPMI não tomar uma deliberação com relação a isso, nós não teremos isenção mesmo para continuar nenhum trabalho, nós não temos mesmo isenção para fazer mais nada. Estamos todos acuados por alguém que nos acusa e não apresenta uma prova.

Então, Sr. Presidente, quero pedir o posicionamento claro desta CPMI...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, me permita um pouco...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero pedir, porque se não houver...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não acusa a senhora, não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, me permita um instante.

Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte... V. Ex^a é Líder da minha Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands, para encaminhar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senadora Ideli, me permita um encaminhamento.

Sr. Presidente...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Encaminhar o quê, Sr. Presidente?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a é o Líder da minha Bancada e eu pediria a sua atenção neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá, o Deputado Maurício Rands...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minuto, Sr. Presidente.

Eu quero fazer um encaminhamento da seguinte maneira: solicito ao meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, que se retire desta sala, imediatamente, porque o que aconteceu aqui é imoral. Nós não vamos aceitar isso!

Peço ao meu Partido repúdio a essa nota, nos retirando desta sala. Vamos encaminhar em Bancada e só voltamos apenas depois que o meu Partido, o PT, tenha uma resposta significativa ao que acabamos de ouvir. Porque esse infame do Deputado Roberto Jefferson, não aceito que coloque mais pessoas e pessoas, a seu bel-prazer! É um insano! Essa pessoa não merece estar mais nem sendo discutida nesta Comissão.

E pediria ao meu Partido que se retirasse desta sala.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ninguém vai se retirar. Eu quero posição da Comissão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, é muito simples. A sugestão de encaminhamento que apresento a V. Ex^a é que enderece essa carta...

Sr. Presidente, eu queria pedir a garantia da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, para encerrar e nós encaminharmos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu queria sugerir...

Eu queria pedir ao Senador Sibá Machado um minuto para fazer um encaminhamento que vai atender V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu espero que sim!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vai atender. Um minuto. Calma!

Sr. Presidente, eu queria só pedir a garantia da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

Senador Sibá Machado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós precisamos ter calma, vamos precisar ter calma..

Sr. Presidente, a acusação feita nessa carta que foi lida, evidentemente, é objeto da repulsa de todas as pessoas de bem neste Brasil. Não tem qualquer aderência a acusação, Senadora Ideli Salvatti.

Dito isso, o que está patente é mais uma quebra de decoro por parte do Deputado Roberto Jefferson, uma acusação sem prova e, mais do que isso, sem qualquer aderência. A Senadora Ideli Salvatti pode

ficar tranqüila. Ninguém no Brasil vê qualquer verossimilhança nessa acusação.

Então, o meu encaminhamento a V. Ex^a, Sr. Presidente, é que remeta essa carta ao Conselho de Ética, para que ela seja acrescentada como mais uma prova da quebra de decoro pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza, a sugestão é bastante compatível, precedente e será encaminhada ao Conselho de Ética.

Chamo agora a Sr^a Fernanda Somaggio para a sua oitiva.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não vou parar. Vão me respeitar aqui. Ele não me dá a palavra!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não! Nos vamos ficar aqui, nós vamos trabalhar! Sibá, ele vai ter que vir aqui, o Sr. Roberto Jefferson terá que vir aqui para fazer acareação comigo, fazer acareação com todos aqui e dar para cada um a prova do que está dizendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Silêncio. Aí está a depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Sr^a Fernanda Somaggio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, é apenas uma consulta.

Sr. Presidente, V. Ex^a me pediu paciência e tolerância, e eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Lei Complementar 105, de 2001, no art. 4º, mais a Lei da CPI 1579, de 1952...

Sr. Presidente, por favor, V. Ex^a vem pautando sua atuação pelo equilíbrio, pelo bom senso, e eu o respeito imensamente por isso. Eu só vou pedir que V. Ex^a e o Sr. Relator tenham um pouquinho de atenção com um Parlamentar do PFL e da Oposição. Do ponto de vista legal...

A SRA. HELOÍSA HELENA – (P-SOL – AL) – Onyx, vá rápido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas é que não o deixam prestar atenção e eu não posso falar. Do ponto de vista legal, Presidente, o simples fato de mandar um ofício tem que ter a determinação do período para a quebra do sigilo ser feito. Os demais, pelo que entendi, são 3 faxes – fax não é ofício. Deputado ACM Neto, o senhor quer fazer o favor de me respeitar!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É uma questão interna do nosso Partido, nós vamos resolver depois.

O fax não é documento legal, Presidente, para permitir, segundo determina a lei, a quebra dos sigilos bancário e fiscal. É preciso haver um ofício como veio o do Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, é matéria vencida

Vou passar a palavra para a testemunha.

Segundo os arts. 202 e 203, **caput** e parágrafo único, do Código de Processo Penal, “a testemunha fará, sob palavra de honra, promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu Estado e sua residência; sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente e em que grau de algumas das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos.” (Pausa.)

Eu gostaria de registrar... Primeiro, Sr^a Fernanda Somaggio, nós lhe pedimos desculpas, porque hoje o dia, aparentemente, seria um dia normal, mas fugimos às regras, e, quando saímos do *script*, deu no que aconteceu.

Então, peço mil desculpas por ontem, porque V. S^a já iria depor ontem; por hoje, pelo atraso. Mas eu acho que, mesmo com todo esse desgaste, vai ser muito importante essa oportunidade de ouvi-la. E, consultando a nossa assessoria da Comissão, V. S^a vai depor aqui como informante, até porque é uma figura mais adequada à realidade que vivenciamos.

Então, com a palavra a Sr^a Fernanda Somaggio.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Gostaria de agradecer, e não tem problema: estou aqui sempre, venho quantas vezes forem necessárias, para acabar com tudo isso da melhor maneira possível.

Enquanto eu estava aqui, eu comecei a pensar e a escrever algumas coisas. Gostaria de apresentar a vocês. Então, vou ler.

Inicialmente, eu gostaria de expressar a minha admiração e a minha confiança nesta Casa, que é o cérebro principal da verdadeira democracia brasileira, que é o que todos os brasileiros estão esperando: uma democracia de verdade.

Desde o início dos fatos, todos têm conhecimento da minha vida e da minha família. Nossa vida mudou completamente. Vivemos com medo, ameaçados e verdadeiramente assustados. Porém, acho que valeu a pena, isso em razão da criação desta CPMI, e aqui estou, e que está investigando todos os fatos que eram já do meu conhecimento.

Acredito que todo esse meu sofrimento visa a colaborar um pouco mais com o nosso País, uma vez que os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres, afora a nova classe que agora nós temos, que é a classe dos miseráveis. E é preciso dar um basta nesse câncer que é a corrupção e que assola nosso País de norte a sul.

Eu me coloco, uma vez mais, à disposição desta egrégia Comissão.

Quero ressaltar ainda que, desde o primeiro momento, somente visualizei um País mais justo e com melhor distribuição de renda.

Peço a Deus que ilumine a todos os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para que demonstrem a todo o nosso País, o nosso Brasil, que haverá dias melhores, para nós e para os nossos filhos.

Peço permissão a V. Ex^{as} para um breve e sucinto relato de todos os fatos. Dessa forma, não faz sentido o termo contradição, uma vez que tudo o que falei aqui, desde a primeira hora em que fui convocada, foi provado.

Então, vou falar os fatos:

1º) as passagens aéreas e os hotéis em Brasília e em São Paulo foram confirmados por todos;

2º) as datas das passagens e das estadias também foram confirmados;

3º) reuniões com políticos em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte também foram confirmadas, comprovando, mais uma vez, que o que eu falei era verdade;

4º) os saques de altas quantias em bancos também foram comprovados;

5º) Envolvimento do Sr. Marcos Valério com o Sr. Glênio Guedes, ex-procurador, que já está comprovado e este no momento já foi afastado.

6º) Encontros com o representante, Sr. Gilberto Mansur, e o proprietário, Sr. Alzugaray, da revista **ISTOÉ**, antes da publicação da revista, e que já foi confirmado aqui ontem, todos nós já sabemos.

7º) Os saques feitos pelos *motoboys*, e a pessoa que tem a bicicletaria em Belo Ho-

rizonte; também foi comprovado que esses saques foram verdadeiros.

8º) O assalto do motoboy também foi comprovado; a única distorção foi que eu disse que eram R\$5 mil e, na verdade, são R\$50 mil, em dinheiro.

9º) Relacionamento do Sr. Marcos Valério com a cúpula do PT, que também foi confirmado mais uma vez; inclusive com o aval e o empréstimo do Banco BMG.

10º) Confirmado também o tráfico de influência do Sr. Marcos Valério diante de políticos.

Os encontros do Sr. Marcos Valério com o Sr. José Mentor também estão sendo confirmados.

O encontro do Sr. Marcos Valério com o Deputado José Borba também já foi confirmado.

O envolvimento do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural também foi confirmado.

15º) A intimidação da minha pessoa, que está em andamento na confirmação pela Polícia Federal.

Como todos sabem, ele mandou um motoboy, ele me fez ameaça e colocou um processo contra a minha pessoa, sendo que não tinha nenhum fundamento.

16º) Envolvimento do Sr. Marcos Valério com o Banco Opportunity, através do Sr. Rodenburg e do Sr. Daniel Dantas, ao qual eu não conheço e nunca vi, só conheço por fotos de revista.

17º) Pagamento ao Sr. Pimenta da Veiga, que também foi confirmado pelo próprio Sr. Pimenta da Veiga.

18º) Inimizade com o Sr. Clésio Andrade, Vice-Governador de Minas Gerais, que também foi confirmado.

19º) Contas em nome de terceiros ou laranjas, que foi confirmado pelo próprio.

20º) Abertura de empresas em nome de terceiros, que também foi confirmado.

21º) Envolvimento com o Sr. Anderson Adauto, que o próprio Sr. Anderson Adauto confirmou.

22º) Presentes a políticos importantes, com presentes caros, inclusive as canetas Mont Blanc, que também foram confirmados por todos que receberam.

23º) Ele fez a campanha para a presidência da Câmara do Deputado João Paulo e ainda o presenteou com presente caro.

24º) Viagens da Srª Simone Vasconcelos a Brasília, confirmada pela Agenda; e coincidiu ainda com grandes quantias de dinheiro tirado em grandes bancos.

25º) Envolvimento com funcionários do Banco Central em Belo Horizonte, que está sendo investigado.

26º) Contratos com o Banco do Brasil, que eu disse e também foi confirmado.

27º) Contrato com a Empresa do Banco Correio, que eu também falei e também foi confirmado.

28º) Viagens de avião no avião particular do Banco Rural, junto com o ex-presidente desse Banco. Confirmado ontem pelo Sr. Marcos Valério. Mais uma vez foi confirmado o que eu disse.

29º) As empresas SMPB e DNA Propaganda detinham as contas da Telemig Celular e Amazônia Celular, que eram as empresas ligadas ao Banco Opportunity.

30º) Relacionamento do Sr. Marcos Valério com o Sr. Marcus Flora, que também já foi confirmado.

31º) Investimento no Cepel, em Belo Horizonte, bem como investimentos em cavalo de raça, com alto valor de mercado, que eu disse também, e também foi confirmado.

32º) Relacionamento com o ex-Ministro José Dirceu, que foi confirmado mais uma vez a vinda a Brasília no gabinete do ex-ministro, conforme esclarecimento da assessora do ex-ministro.

33º) Relacionamento com o Deputado Virgílio Guimarães, confirmado pelo Deputado Virgílio Guimarães, que eu tinha falado, e se confirmou mais uma vez.

34º) Comprovação de saques pela Srtª Geisa, conforme o documento do Coafi, que ela diz que ela não tirou, mas o documento do Coafi comprova, mais uma vez, que tudo que eu falei foi verdade.

Então eu gostaria, neste momento, de me deixar à disposição dos senhores para as perguntas e para poder ajudá-los no que for necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Obrigada, Srª Fernanda Somaggio.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. advogado, Srª Fernanda, é exatamente sobre esse rol que

V. Sª nos apresentou, cada um muito sinteticamente, que nós queremos que V. Sª traduza à Comissão, para que ela possa fazer o confronto dessa veracidade que V. Sª acaba de anunciar, segundo o juízo de uma CPI que tem como objetivo exatamente a imparcialidade, no sentido de dar oportunidade a todos os interlocutores, a todos os atores do cenário, para que cada um, segundo a sua ótica e segundo sua participação, venham à Casa e apresentem – não diria a sua versão, porque não é uma versão – o testemunho daquilo que de participaram, daquilo a que assistiram.

De fato que também, de certo modo, nós sabemos – e V. Sª acabou de anunciar – que vem sendo até ameaçada, a família amedrontada, e a vida de V. Sª com certeza mudou a partir de todos esses episódios. O que nós gostaríamos que V. Sª nos fizesse, de uma forma abreviada, embora nem tanto, e talvez pontuando mais naquilo que V. Sª entendesse que nós devêssemos alcançar, que nós devêssemos tomar conhecimento, que nos relatasse a partir de que momento essa conduta do Marcos Valério passou a interferir na vida de V. Sª. Em outras palavras: a partir de que momento, quando foi abordada a primeira vez e lhe foi chamada a atenção sobre a importância que, eventualmente, V. Sª teria por ter participado de um contexto que àquela época ainda V. Sª não sabia, mas, enfim, a um determinado momento. E eu não diria que foi quando foi abordada pela imprensa ou se foi quando se submeteu a um processo que existe em relação a V. Sª no Fórum de Belo Horizonte, mas nos contasse.

Eu até adiantaria algumas questões: o que V. Sª fazia? Qual era a sua atividade internamente na empresa? A quem V. Sª estava mais ligada nesse contexto laboral? De que forma V. Sª tinha ciência dos acontecimentos? Por quanto tempo durou esse trabalho? A sua saída, a sua rescisão, como ela se deu? Se deu amigavelmente? Houve discussão judicial? Houve acordo? Que acordo houve? Quanto ganhava? Que jornada tinha? Enfim, por enquanto, provoco V. Sª a, de alguma forma, se reportar a essas questões que estou levantando.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Eu trabalhei junto com o Sr. Marcos Valério, eu era secretária executiva dele, única e exclusivamente dele, eu fazia todo o tipo de pagamento pessoal dele, cuidava das contas e fazia todas as reservas de hotel, recepção de visitantes, tudo que uma secretária executiva faz realmente. Eu trabalhei com ele durante nove meses, eu comecei em maio de 2003 e saí em janeiro de 2004. Não esperava ser demitida, apesar de já estar procurando emprego na época pela *Internet*. Então, em janeiro, eu fui dispensada, saí normalmen-

te. Eles me pagaram absolutamente tudo e mais R\$5 mil, referentes a bons serviços prestados à empresa. Saí, fiquei cinco meses em casa, fiquei três meses curtindo a minha filha e mais dois meses procurando emprego. Quando saí, ficou tudo normal, eles não me falaram nada, simplesmente.... Na verdade não foi o Sr. Marco Valério quem me demitiu, foi a Sr^a Simone Vasconcelos, ele pediu que ela fizesse isso. Depois disso, tive apenas dois contatos com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que momento alguém percebeu que V. S^a era alguém importante em relação ao conhecimento que tinha relativamente à empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi depois de uns oito meses que eu sai de lá. Conversei com o repórter da **ISTOÉ**, o Sr. Leonardo Attuch, ele me dizia que estava fazendo uma investigação e que eu era uma pessoa importante. Aí, eu conversei com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Leonardo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Attuch. Ele é repórter da **ISTOÉ/Dinheiro**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V. S^a não provocou em momento nenhum, em lugar nenhum, qualquer conversa com relação ao conhecimento que tinha? Foi provocada por um jornalista a tratar do assunto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aconteceu da seguinte maneira:

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como ele a conhecia, ele a identificou? Como ele a localizou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu vou explicar. Eu sempre li as reportagens da **ISTOÉ** porque recebo por *e-mail*, então eu leio toda semana e sempre li as reportagens dele, sempre achei uma pessoa muito inteligente. E sempre que lia, comentava as reportagens, dizendo se estavam boas ou se estavam ruins, ou que achava que estava faltando mais algum tipo de informação. Até que, em agosto ou setembro, eu li uma reportagem sobre o Sr. Delúbio Soares e comentei a entrevista, só dizendo que achava que o Sr. Delúbio Soares não era realmente o que ele tinha falado na reportagem. Depois disso, claro, ele ficou muito curioso e a gente começou... aí, pediu que eu ligasse, eu liguei para ele, e ele perguntou por que eu achava. Aí eu disse que já tinha trabalhado em uma empresa, na qual eu conhecia o Sr. Delúbio somente por telefone, e que sabia que ele não era o santo que ele tinha sempre falado lá. Depois disso, ele começou a me ligar, mas não dei nenhum detalhe. Ele começou a me ligar, mas eu não dei nenhum detalhe, dizendo

que estava fazendo uma investigação e que queria alguns detalhes. Eu disse que não ia falar, porque eu era a parte muito fraca da história e que era para ele esquecer de mim. Ele insistiu, e um dia ele foi a Belo Horizonte, conseguiu o endereço da empresa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele não mora em Belo Horizonte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Ele mora em São Paulo. Conseguiu o endereço da empresa onde eu trabalhava, me ligou, dizendo que estava em Belo Horizonte e que queria conversar comigo. Eu disse que não, que eu não ia conversar com ele, que não adiantava, que eu estava trabalhando. Aí, ele parou na porta da empresa onde eu trabalho, na hora do almoço, e aí me senti super-constrangida e conversei com ele durante quarenta minutos. Mas ele disse que não estava gravando, que não era uma entrevista, que ele estava apenas fazendo uma investigação porque ele tinha alguns assuntos que estava investigando. Foi isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que V. S^a lembra desses quarenta minutos? O que conversou com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele perguntou onde eu trabalhava. Eu disse onde eu tinha trabalhado. Perguntou com quem era, eu tinha dito que era com o Dr. Marcos Valério. E começou a perguntar várias coisas. Ele disse que estava investigando, que ele sabia que tinha algum tipo de pagamento. Aí eu disse que eu tinha trabalhado durante nove meses com o Marcos e que eu realmente não sabia de nada. E aí ele perguntou várias coisas, e foi onde ele embasou a entrevista dele, que eu tenho aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nós precisaríamos de mais esclarecimentos. O que mais você falou nessa entrevista?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aí ele foi fazendo várias perguntas e eu fui falando...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Que perguntas e que respostas você lembra?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Se o Marcos... se o Sr. Marcos conhecia o Sr. Delúbio, aí, eu disse que sim. Se ele conhecia alguns outros dirigentes do PT, eu disse que ele conhecia várias pessoas da cúpula do PT. Ele perguntou como ele era, se ele já tinha... se ele vinha muito a Brasília, eu respondi que sim. Se ele conhecia alguns outros políticos de Brasília, e eu disse que sim, que ele conhecia várias pessoas e que ele sempre gostava de vir aqui, porque ele tinha bastante conhecimento, tanto de andar, bastante jeito de andar dentro da Câmara dos Deputados. Agora, no momento...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – V. S^a lembra se ele comentou alguma coisa sobre corrupção?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Sobre corrupção, não.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Nessa primeira vez, não?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Na verdade, eu encontrei o Sr. Leonardo uma única vez durante 40 minutos. Eu só o vi uma vez.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – E após esse episódio, quando esse assunto voltou à tona com V. S^a?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aí, voltou há vinte dias.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Não. Aquelas outras abordagens, com outras revistas.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Foi tudo há vinte dias. Quando o Deputado Roberto Jefferson veio falar sobre isso foi que todas as pessoas começaram a me ligar. E eu não tinha conhecimento do que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria para aumentar o som, porque os Parlamentares que estão lá atrás não estão ouvindo o suficiente.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Pode continuar?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Quantas vezes V. S^a foi abordada por jornalistas, e jornalistas de que revistas?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Depois que saiu a matéria da ISTOÉ, várias vezes. De todas as revistas.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Mas V. S^a não foi abordada numa determinada oportunidade, cuja entrevista não foi publicada?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Nunca ninguém me falou. Como ele tinha dito que era uma investigação...

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Em 2004?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Em 2004. Ele tinha dito que era uma investigação e ficou como sendo investigação. Só isso. Depois, eu só fui abordada por jornalistas há vinte dias, na segunda-feira, porque todas as pessoas me ligavam, mas eu não sabia o porquê de todas as pessoas... Aliás, sabia porque eu era secretária dele, mas o que eles estavam perguntando eu não sabia responder. Então, foi só há vinte dias.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Portanto, foi há vinte dias que V. S^a começou a esclarecer todos esses episódios dos pagamentos, dos recursos sacados?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Das malas de dinheiro?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – A quem V. S^a contou pela primeira vez isso e o que contou?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi ao repórter Leonardo Attuch.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Agora?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Em 2004.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Mas antes eu lhe questionei se tinha falado sobre corrupção e disse que não.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O quê?

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Antes, agora há pouco, eu lhe perguntei se lá atrás, naquela primeira entrevista...

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, sim. Mas ele não perguntou, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. S^a chegou a abordar sobre corrupção.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Ele não me abordou sobre corrupção. Somente começou... Na verdade, não achei que a minha agenda fosse assim tão importante quanto era. As pessoas começaram a me ligar, há vinte dias, perguntando da agenda. Eu não sei como eles descobriram que eu tinha uma agenda. Foi por isso que eu peguei a agenda e entreguei à Polícia Federal, porque, para mim, a agenda não tinha nenhuma importância. Então, foi na segunda-feira que os repórteres começaram a perguntar o que eu realmente sabia, e eu estava sempre dizendo que eu não sabia nada, que era para perguntar para o Marcos e não para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Certo. Mas, num determinado momento, V. S^a revelou os fatos todos. Onde foi e para quem?

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi na primeira entrevista, com o Sr. Leonardo Attuch.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a considera a primeira entrevista quando?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Em setembro de 2004. Acho que foi em setembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aí adormeceu e voltou à tona.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, na verdade, ele disse que não era uma entrevista, que ele só estava – tanto é que ele disse que não iria gravar nada – só estava verificando a investigação. Só. Então, para mim não era uma entrevista. A partir de vinte dias atrás, virou uma entrevista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E a partir desse vigésimo dia, em que momento V. S^a passou a contar novamente as circunstâncias do seu trabalho, o que viu?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Depois que eu fiz o meu segundo...a segunda vez que fui à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A segunda vez. Então, vamos voltar um pouco atrás. A senhora foi uma primeira vez?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Fui uma primeira vez.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E o que V. S^a fez na primeira vez, o que relatou, por que relatou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Vou explicar. Na primeira vez, na terça-feira, quando estavam todos os repórteres me ligando, eu fiquei muito assustada e trabalhei até oito horas da noite. Quando eu saí... trabalhei, às sete e meia eu estava aguardando umas pessoas chegarem na empresa para uma palestra, coloquei essas pessoas dentro de um auditório que tem na empresa onde trabalho e fui ver por que todos os repórteres estavam me ligando, porque até então não sabia muito bem por que eles estavam me ligando.

Entrei na Internet e vi a minha foto com... tentei começar a ler a entrevista mas, na verdade, não li, porque fiquei extremamente apavorada. Juntei todas as minhas coisas e fui embora para a minha casa, e eu sempre faço o mesmo caminho. Saí de lá umas dez para oito mais ou menos e, quando cheguei num certo caminho, por volta de oito e quinze, oito e meia, eu fui abordada por um motoboy num semáforo, lá em Belo Horizonte, em uma avenida que, a partir das oito horas da noite, não é muito movimentada. Eu parei no semáforo no sinal vermelho, o motoboy fechou o meu carro, deu ré com a moto, bem perto do meu carro. Eu estava com a janela do meu carro entreaberta, o motoqueiro começou a conversar comigo, eu olhei para ele, abaixei a janela para tentar ouvir o que ele estava falando, porque até então estava achando que

ele estava pedindo algum tipo de informação, porque em Belo Horizonte eu vivo perdida e vivo pedindo informação para todo mundo. Aí foi que ele me disse que tinha um recado: que se eu abrisse a minha boca e falasse alguma coisa, estaria colocando em risco a minha filha de oito anos e o meu marido.

Eu fiquei extremamente nervosa. Tinha um carro atrás de mim, eu não consegui tirar o meu carro quando abriu o sinal, porque o motoqueiro saiu antes do sinal abrir. Eu não conseguia abrir, tirar o carro, o meu carro não conseguia mexer, entrei em pânico. O carro saiu detrás de mim, foi embora, encostei o meu carro e fiquei uns dez a quinze minutos chorando, em pânico, achando que sempre tinha alguém atrás de mim. Depois o meu marido ligou, falei que estava indo para casa, fui para a minha casa e quando cheguei lá já estava tudo bagunçado. Não falei nada para ninguém sobre esse motoqueiro até então.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Bagunçado como? Alguém tinha...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, todo mundo ligando o tempo todo para a minha casa, ligando para o celular, perguntando o que eu tinha a falar, mas eu não falei nada, eu estava realmente com muito medo. Então, não falei para o meu marido sobre o motoqueiro, não falei para ninguém, nem mesmo para os advogados que estavam comigo na época.

Na quarta-feira, pela manhã, eu fui à Polícia Federal, porque a agenda já estava lá, e tudo que eles perguntaram na agenda eu neguei, eu disse que não sabia de nada. Até que, depois que troquei de advogados, durante a semana, quando fui conversar com o meu novo advogado, ele disse que era para eu contar absolutamente tudo o que tinha acontecido. Aí eu contei, contei do *motoboy* também, e ele disse que isso não podia ficar, que era para eu ir à Polícia Federal novamente e falarmos o que tinha acontecido, porque não adiantava eu me calar. Que eu tinha que ir e falar o que eu sabia. E foi quando eu fui na segunda vez e falei absolutamente tudo que eu sabia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Os seus advogados, nesse primeiro depoimento, procuraram fazer com que V.S^a não fizesse referência a tudo que sabia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque eles não me disseram. Eu não disse nada sobre o motoqueiro, sobre a ameaça a eles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas sobre os fatos que V.S^a conhecia.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, o que eles me disseram foi o seguinte: qualquer coisa que eu falasse eu teria que provar. Mas

como eu já estava com medo, aí, eu não falei nada. Eu estava morrendo de medo de alguém ou me matar ou matar minha filha ou meu marido – são as coisas...–, ou qualquer outra pessoa da minha família.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V.S^a foi interrogada na Polícia Federal, percebeu que havia a intenção, de fato, de fazer com que V.S^a esclarecesse tudo, ou foi um interrogatório superficial?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eles me perguntaram folha por folha, mas eu neguei tudo que eu sabia. Mas eles foram extremamente profissionais, não fizeram nenhum tipo de pressão, não me falaram nada, deixaram eu falar. Mas eu, na época, disse que eu não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E passado esse momento, a sequência, quando voltou a tratar do assunto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quando eu mudei de advogado e fui para o meu advogado atual, que foi quando eu contei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aí V.S^a voltou para a Polícia Federal. Foi convidada ou foi espontaneamente?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Fui espontaneamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o que V.S^a lembra que declarou na Polícia Federal?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu me lembro que eles perguntaram sobre... Aí eles perguntaram tudo novamente: se o Sr. Marcos tinha algum tipo de relacionamento com o Sr. Delúbio, se ele conhecia o ex-Ministro José Dirceu, se ele tinha bons relacionamentos na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V.S^a está só dizendo as perguntas.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, sim, desculpe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Diga as perguntas e o que V.S^a respondeu.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Se o Sr. Marcos tinha algum tipo de relacionamento com o Sr. Delúbio. Eu disse que sim. Se ele conhecia o ex-Ministro José Dirceu. Eu disse que eu tinha ligado apenas uma vez. Qual era a movimentação do Sr. Marcos dentro da Câmara dos Deputados. Eu disse que ele se movimentava com muita facilidade, que ele sempre dizia que ele tinha ótimos relacionamentos dentro da Câmara dos Deputados e conhecia muitas pessoas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V.S^a não pode consultar o depoimento.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Desculpe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V.S^a fez referência a contratos que conhecia, contratos da empresa com órgãos públicos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Ele perguntou se eu sabia se a empresa tinha contratos com empresas públicas. Eu disse que sim e falei sobre o Banco do Brasil e os Correios e que tinha contas da Câmara dos Deputados. Eu acho que eu falei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E acrescentou alguma coisa em relação a esses contratos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O relacionamento que havia do Marcos Valério com Diretores dos Correios ou do Banco do Brasil?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eles perguntaram se eu sabia se o Marcos tinha amizade dentro desses órgãos. Eu disse que sim. Que ele conhecia o Sr. Marcos Flora, conhecia o Sr. Pizzolato e conhecia mais uma pessoa que eu não me lembro o nome agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A quem V.S^a, a primeira vez, contou o episódio do dinheiro, que percebia a circulação, a facilidade com que se sacava, quem sacava o dinheiro nos bancos, a quem remetia.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – A quem eu disse?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É. Em algum momento. Porque o que nós todos sabemos é que V.S^a tinha um quadro panorâmico de tudo que nós queremos saber. Num determinado momento, V.S^a começou a contar esses detalhes. Lembra onde começou e o que contou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu falei na Polícia Federal. Eles perguntaram se eu tinha conhecimento sobre isso. Eu disse que sim. Disse que os funcionários do Sr. Marcos, inclusive os *motoboys*, eles iam aos bancos e sacavam altas quantias de dinheiro; e que esse dinheiro era entregue à Sr^a Simone ou à Srta Geisa. Elas separavam o dinheiro e entregavam para ele novamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa movimentação do dinheiro, quando vinha do Banco para a empresa, internamente, onde faziam essa acomodação do dinheiro para remeter ou entregar a alguém.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Os *motoboys*. Na verdade, os *motoboys* che-

gavam mais cedo do que o horário normal deles. Chegavam mais cedo na empresa, iam aos bancos. Nós sabíamos que eles iam aos bancos, porque quando eles...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os bancos abriam num horário diferenciado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Eles iam mais cedo para sacar o dinheiro, antes do horário de abertura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, segundo se comentava, eles também eram atendidos antes do horário da abertura?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Sim, a Simone ligava avisando que eles estavam indo e eles entravam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra de alguma motoboy? Um nome?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, os *motoboy*s eram por apelidos. Então, eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas pode ser por apelido.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Tinha um que a gente sempre chamava de rapidinho, porque tudo que a gente pedia para ele fazer ele fazia rapidinho. Tem um *boy* da empresa que está lá há algum tempo, o Marquinhos, que eu não sei o nome dele. E tinha o chefe dos *boys*, o Sr. Orlando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eles trabalhavam como *motoboy*s na empresa ou havia uma empresa de *motoboy*s?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Era uma empresa de *motoboy*s.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como era o nome da empresa de *motoboy*s?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não sei, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na sua agenda tem o telefone da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, não tem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem sabe, quem poderia identificar essa empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– A SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– A SMP&B, a empresa do Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A empresa? Não, mas quem ligava para os motoqueiros?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque eles iam todos os dias à empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ah! Eles prestavam serviços permanentes, estavam à disposição?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Serviços permanentes. Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Bom, os motoqueiros iam ao banco...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Iam ao banco, sacavam o dinheiro, eles sempre iam em dois ou três, não é? Para dar garantia, por causa de assaltos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem ser os *motoboy*s, ninguém, nenhum funcionário interno, ninguém ia ao banco retirar? Ou também acontecia isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– A Geisa sim; a Geisa iria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Geisa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Sim, a Srt^a Geisa, mas ela ia com dois meninos, dois *motoboy*s ou dois *boys* da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E qual era a constância disso? Como isso ocorria? Com que intervalo? Ou não havia intervalo, era todo dia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, não eram todos os dias, havia um intervalo, uma vez por semana, eu acho. Não me lembro assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eles faziam referência? Eles comentavam sobre os valores que eles estavam sacando?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, não comentavam sobre valores. Eles só diziam que era muito dinheiro e por isso eles tinham que ir em dois ou três.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Houve uma vez em que um *motoboy* foi assaltado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Houve uma vez em que um *motoboy* foi assaltado sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas foi a esse que V. S^a fez referência a R\$5 mil, que eram R\$50 mil? Parece que eu li que eram quinhentos mil?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, eu disse, no depoimento à Polícia Federal, que eram R\$5 mil reais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cinco mil?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso, e que depois eu fiquei sabendo que eram R\$50 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a tem acompanhado as notícias que têm sido divulgadas? Eu estou equivocado? Eu li R\$500 mil do motoboy.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, R\$500 mil foi na reportagem, que eles colocaram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, o advogado não pode ficar...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, mas R\$500 mil foi na reportagem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Saiu na reportagem, R\$500 mil.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Saiu na primeira reportagem. Mas, na verdade, foram R\$50 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era esse *motoboy*?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele é o boy, o Marquinhos, não sei se ele trabalha lá ainda. Foi ele quem foi assaltado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele foi assaltado? E esse fato foi levado ao conhecimento da Polícia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acredito que sim, porque a gente só ficou sabendo que ele foi assaltado e depois...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ouviu falar se ele compareceu à Polícia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não ouvi falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum momento, em algum lugar, V. S^a viu ou ouviu alguma referência a montantes, a valores, a quantias?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, existiam sempre cheques muito altos para serem assinados, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses cheques a senhora viu?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Alguns cheques vinham na movimentação normal bancária para assinar, aí a gente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que eram os cheques que iam nas mãos dos *motoboys* para sacarem em espécie?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eles passavam pelas mãos de V. S^a?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eles ficavam numa pasta fechada, que nós passávamos para ele, mas sempre tinha algum cheque na frente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a se lembra de valores?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho conhecimento desses valores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas nunca...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Os *motoboys* falavam que iam sacar. Algumas vezes eles diziam: Ah! É muito alto! É muito dinheiro! Então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse dinheiro ingressava na empresa, depois ele tinha uma continuidade. Como é que se percebia? Como ele transitava? O que acontecia com esse dinheiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Os *motoboys* sacavam o dinheiro, voltavam para a empresa e entregavam o dinheiro ou para a Geisa ou para a Simone. Elas separavam o dinheiro e avisavam o Marcos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem apanhava, na sequência, era o Marcos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que o Marcos fazia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Depois ele saía da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca ninguém comentou sobre a destinação que ele dava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele nunca disse. Mas sempre que ele saía, ele ia viajar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Percebia-se que havia alguma ligação entre a viagem dele e o dinheiro que havia sido sacado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, enquanto eu trabalhava lá não. Eu só fiz essa conotação depois que tudo começou a aparecer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é a função da Simone lá?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ela é gerente financeira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem comanda a parte financeira da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O Marcos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele não consta oficialmente como sendo sócio.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não consta. Mas é ele quem cuida de tudo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A parte financeira é toda dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É dele. Ele é vice-presidente financeiro da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele tem alguma ascendência sobre os outros gerentes? Na sua agenda consta que alguns dos diretores para terem interlocução, diálogo com o Marcos tinham que marcar audiência? Tinham?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tem isso na agenda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na sua agenda: marcar audiência com o Marcos. Não lembra?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, mas aí não era um dos sócios. Alguma pessoa deve ter ligado...Eu acho que tem um número...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez para que os gerentes acompanhassem...?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eram pessoas de fora. Não eram pessoas da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na sequência, eu lhe pergunto e lhe mostro isso.

A Simone costumava deslocar-se para Brasília?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Desculpe-me. Não entendi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Simone, a Dona Simone costumava se deslocar para Brasília?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, ela vinha para Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com que intervalos? Com que constância?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ela vinha sempre a Brasília. Eu marquei para ela vir a Brasília algumas poucas viagens, duas ou três só, porque éramos três secretárias. Então cada hora uma fazia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então ela tinha outras viagens que eram marcadas por outras secretárias?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Marcadas por outras secretárias sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havia alguma coincidência entre essas viagens e o dinheiro sacado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, o que eu sei e que ela disse foi que uma vez veio a Brasília, ficou o dia todo em Brasília. No outro dia, quando ela chegou, ela estava superabatida...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que ela lhe contou sobre a permanência dela em Brasília?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu vou contar. Ela estava muito abatida. Quando ela entrou na nossa sala, ela disse que estava muito cansada. A gente perguntou: mas você está muito abatida. Você está doente? Ela disse: não, o problema é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguém assistiu a isso ou era só V. S^a na sala?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu e mais duas secretárias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – A Adriana Fantini e uma outra secretária que se chama Patrícia. Eu não sei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Elas ouviram esse relato da Simone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o relato?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ela disse que ela vinha a Brasília e que nesse dia em específico ela tinha ficado o dia inteiro dentro de um quarto, recebendo pessoas e contando dinheiro. Foi isso que ela disse. Aí a gente não falou mais nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ela falou pessoas ou fez alguma referência?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Falou homens.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Homens? Fez referência se eram homens políticos, parlamentares ou homens da administração?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Ela só disse homens.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E falou quanto ela trouxe?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque nós também não perguntamos. Aí a gente ficou quieta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a deve ter acompanhado que o Marcos Valério tem procurado passar uma conotação de uma vingança pessoal de V. S^a em relação a ele. Ele evidencia algu-

mas correspondências deixadas por V. S^a e das quais ele infere que seriam formas de ameaçá-lo, enfim, que sua pretensão é remuneração. O que V. S^a tem a dizer sobre essa correspondência, esses *e-mails*, o conteúdo dos *e-mails*.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, isso não procede. Eu nunca pedi nenhum centavo para ele, mesmo porque eu não preciso, não quero o dinheiro dele, nunca quis e nem vou querer. Nunca pedi. As pessoas que me conhecem de verdade sabem que eu não sou assim, que eu sou... Eu não preciso de dinheiro. Ele disse que eu pedi dinheiro, mas eu não pedi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na conversação que V. S^a teve com os órgãos de imprensa, mesmo do órgão de imprensa com V. S^a, por meio de *e-mail*, alguma coisa, alguém lhe sugeriu que se falasse alguma coisa teria alguma remuneração?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, nunca ninguém me sugeriu nenhum tipo de remuneração. Não tenho. Não existiu isso. Eu não sou desse jeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a foi abordada a primeira vez pelo jornalista, no ano passado, estava empregada?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Já estava empregada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E sobre o episódio do processo criminal que ele ajuizou contra V. S^a, lá em Belo Horizonte, na 6^a Vara, a que V. S^a atribui isso? Porque foi bem precedentemente a tudo isso.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu sempre disse a todos que ele sempre quis que eu ficasse com medo dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ficasse?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Com medo, sempre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por quê? Ele sabia que V. S^a tinha essas informações?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque eu trabalhei com ele durante nove meses, então ele sabia. Mas ele sempre quis que eu ficasse com medo. É a maneira de ele trabalhar. Ele trabalha desse jeito. As pessoas que trabalham lá ele faz questão que as pessoas tenham medo dele. Então, quando eu saí e ele pôs esse processo contra mim era única e exclusivamente para eu ter medo, e foi o que eu tive, muito medo. Eu fiquei com muito medo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tentou obter uma dupla cidadania?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. O meu marido é descendente de italiano, mas tem um processo muito longo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca postulou *green card* americano?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu acho que uma vez só que eu pedi, mas nem fui atrás também muito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teve o seu sigilo bancário quebrado. Poderia nos relatar o que sabe sobre isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como aconteceu? Onde tinha conta? Em que banco? Agência?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu tinha conta no Banco do Brasil e no Banco Bradesco. No Banco do Brasil era onde eu recebia o pagamento da SMP&B e no Banco Bradesco eu sempre tive conta. Faz uns quatro anos que eu tenho conta lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a percebeu que alguém sabia da sua conta? O conteúdo da sua conta?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não percebeu. O que aconteceu foi que, quando eu recebi um *e-mail* de Karina_Karina para Karina_Karina, eu tinha um conhecido que mexia com computador e eu só perguntei para ele o que poderia acontecer. Porque eu imprimi o *e-mail*, entreguei ao Sr. Marcos e pedi que ele fosse atrás de quem tinha feito isso para ele ver o que estava acontecendo. Conversei com um amigo, e ele disse que as pessoas que fazem isso são pessoas que usam provedores públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas no *e-mail* dava para identificar alguma coisa que ligasse à sua conta, ao seu saldo? Como percebeu que era...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O que aconteceu foi o seguinte. O que ele disse foi o seguinte: tome cuidado porque você tem uma porta ou uma janela aberta no seu computador. Então, a pessoa que pode ter feito isso pode tentar entrar no seu computador, pegar todas as suas senhas e mexer na sua conta bancária.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso, em relação a esses fatos todos, aconteceu quando mais ou menos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aconteceu em... Isso foi no começo do ano de 2004. Não lembro o mês, fevereiro ou março.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estava trabalhando ainda na empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, estava saindo de férias, porque eu fiquei, só para deixar muito claro, eu recebi todos os meus direitos na empresa, mais R\$5 mil. Então, eu nunca tinha ficado com a minha filha. Eu fiquei com a minha filha muito poucas vezes, então, eu decidi, junto com o meu marido, ficar três meses em casa, de férias, curtindo a minha filha e fazendo coisas que eu não tinha tempo de fazer, e depois tinha mais um tempo, até mais dois ou três meses para conseguir um outro emprego. E foi o que eu fiz. Depois disso, eu comecei a participar de vários processos seletivos. Fui chamada a algumas empresas para trabalhos temporários, mas eu não quis, porque estava procurando uma coisa fixa, até que eu comecei a trabalhar. Mas eu ainda tinha o dinheiro. O meu dinheiro estava acabando, na verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a costuma ler a **ISTOÉ Dinheiro**?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Costumo ler sempre. Eu recebo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004 já lia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Em 2004 eu lia. Eu lia em 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por acaso leu uma reportagem a propósito da investigação da Kroll? Tem alguma informação sobre a Kroll?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, eu fiquei sabendo da Kroll igual a todo mundo, pela reportagem da **ISTOÉ**, só. Mas nem sabia o que era.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da **Época**? A reportagem da **Época**? Ou porque depois...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Da **Época**. Não, eu li na reportagem falando o que estava acontecendo da Kroll. E depois apareceu em várias revistas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acha que teria alguma ligação daquele episódio com a sua empresa, a empresa do Marcos Valério?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Eu acho que não. Não. Pelo menos eu nunca ouvi ele falar nisso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Gilberto Alípio Mansur? Acho que já fez referência a ele, não?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Já, eu conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que sabe sobre ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Ele é amigo do Presidente da empresa, Sr. Cristiano Paz, e conversava de vez em quando com o Marcos e com um outro sócio da empresa, Sr. Ramon.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que ele faz?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Ele, eu acho que é repórter. Eu acho não, eu achava que ele era repórter. Agora tenho certeza, porque eu li hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele recebia alguma remuneração da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele tinha algum desentendimento? Eu não diria em relação a V. S^a, mas ele poderia ter interferido na imprensa de forma a prejudicá-la?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não. Ele sabia quando... Ele sabia, previamente, de algumas reportagens que poderiam de alguma maneira sair na imprensa e avisava logo ao Sr. Cristiano, ao Sr. Marcos e ao Sr. Ramon.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra de alguma reportagem...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Uma reportagem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...que ele preveniu?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Uma reportagem, em 2003, que saiu, eu acho, na **Folha de S. Paulo**, que falava que na verdade a pessoa de poder na publicidade não era o Duda Mendonça, e sim o Sr. Marcos Valério. Acho que saiu no segundo semestre de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Era um artigo do jornalista Carlos Chagas, que chamava a atenção para Belo Horizonte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Falava de Belo Horizonte, falava que não era o Duda o publicitário do momento, que era o Marcos Valério. Agora quem era eu não sei, quem fez a reportagem. E eles já sabiam previamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Carlos Rodenburg?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Eu conversei como Sr. Carlos Rodenburg apenas uma vez, porque eu fiz um...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que circunstância?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu fiz um telefonema para ele e passei para o Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não sabe o que abordaram?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Conhece Ricardo Sacramento?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ricardo? Eu já ouvi falar nesse nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Telemig Celular?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, sim, o Presidente da Telemig Celular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Alguma vez V. S^a esteve no prédio da Telemig Celular?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Eu só conheço o Sr. Ricardo Sacramento por nome, nunca fui lá. Eu sou cliente da Telemig Celular mas eu nunca fui lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tem algum conhecimento de algum encontro entre... Ou o que foi tratado, ainda que por telefone? Se bem que se for por telefone pode significar sigilo telefônico. Mas ouviu algum comentário a propósito de encontros de Marcos Valério com Júlio Lage, da Merrill Lynch?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O Júlio Lage ia algumas vezes na SMP&B. Ele foi lá umas três ou quatro vezes, representando o Banco Merrill Lynch.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não sabe das tratativas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei porque o Marcos falava com ele em particular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Conhece Luis Sales?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei. Só conheço de nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Marcos Valério falou-nos ontem que ele não conhece José Alves de Oliveira. Você se lembra de José Alves de Oliveira?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu lembro desse nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a depositou R\$100 mil na conta dele.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Ele era assistente do Sr. Pimenta da Veiga. Foi a informação que eu tive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Pimenta da Veiga era advogado da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não tenho informação sobre isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Havia algum advogado na empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. O Sr. Rogério Tolentino.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Conhece Ricardo Freitas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que relações tinha a empresa com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele era ou é amigo do Sr. Marcos Valério e é dono de uma empresa construtora. Ele é dono de uma construtora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não havia contrato entre a construtora e a SMP&B?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não havia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ricardo Machado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acho que Ricardo Machado é gerente da MultiAction, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– MultiAction, que é uma empresa coligada...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Coligada ao Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que trabalha na área de esportes?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Na sua agenda, consta um encontro de Márcio, Novaes, JJ2653, 13 horas, grupo político. Quem é Márcio e quem é Novaes?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não lembro quem é essa pessoa. O grupo político era um grupo onde as duas empresas, DNA e SMP&B, estavam fazendo os primeiros estudos para eleição de prefeito. É a única informação que tenho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Prefeitos de Minas Gerais?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, de São Paulo também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Lembra algum município ou alguma pessoa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Lembro meu Município, Mococa, onde eles foram. Não sei se eles fizeram lá, mas eles passaram por lá para conversar, na cidade de Casa Branca, acho que São José do Rio Pardo e as cidades ali perto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece Sérgio Monteiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a fez muitas referências a certa proximidade existente entre autoridades da República. Que tipo de encontros, como eram feitos os contatos com Sílvio Pereira, Delúbio Soares? O que V. S^a se lembra disso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Com o Sr. Delúbio, o Sr. Marcos falava sempre que estava na empresa. Sempre fiz ligações para o Sr. Delúbio, na sede do PT em São Paulo. Conversava com ele, passava as ligações para o Marcos ou deixava recado para que ele ligasse para o Sr. Marcos no celular onde ele estivesse. Eu falava sempre com o Sr. Delúbio e com o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses contatos do Marcos Valério aparentavam alguma coisa, que eles estavam, de alguma forma, se valendo dos recursos financeiros do Marcos Valério?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. De recursos financeiros, não. O Marcos Valério sempre se gabava de que ele conhecia várias pessoas que tinham poder, que eram políticos e de que tinha uma relação muito estreita com o PT, com todos os dirigentes do PT. Ele sempre se gabava disso para os amigos que iam lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a faz referência às malas que viu, poderia me descrever, mais ou menos, como eram essas malas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eram valises.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Valises?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Tipo pasta 007 fechada com código

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eram valises pessoais usadas comumente ou elas ficam guardadas para, em determinadas oportunidades, serem utilizadas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Disso não tenho conhecimento porque não ficavam comigo

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Onde elas ficavam?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Elas ficavam no andar de baixo, no Departamento Financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Portanto, não eram de uso habitual?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acredito que não. Não posso afirmar “sim” ou “não”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estilo 007?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Malas. Valises mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem alguma noção de quanto caberia em recursos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho nem noção. Nem sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Polícia Federal, V. S^a disse que, na verdade, era de seu pleno conhecimento que vultosas quantias saíam da empresa em malas destinadas a Brasília para pagamentos a Deputados. Essa afirmação, essa referência específica a Deputados... E antes eu lhe fiz a pergunta, de um certo modo, por uma outra forma, se V. S^a tinha certeza que esses recursos vinham para Parlamentares ou eventualmente para alguém da Administração Pública, e V. S^a aqui fala. Tem alguma informação para dizer que...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Tenho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...essas malas vinham com destinação a pagamento de Parlamentares?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, tenho. Porque algumas vezes ele falava com o Sr. Delúbio, depois ele ligava para alguma outra pessoa, dizendo: “Olá, Deputado!” Mas nunca citava o nome e sempre dizia: “Amanhã vou estar em Brasília”. E nesse dia em específico, que eu me lembre, quando ele disse “olá Deputado”, houve um saque, mas eu não me lembro o dia exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ah, você...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E ele veio a Brasília no outro dia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas esse é um episódio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...num avião particular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse é um episódio ou você, perdão, V. S^a viu mais vezes isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Quando ele passava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu falo, porque sabe que há essa... Nós estamos... Na verdade, não somos nós que vamos investigar isso. É uma outra Comissão. Mas é muito relevante nós sabermos se alguma coisa define claramente esses recursos, se eles vinham para Parlamentares, ou iam para Partidos, ou iam para administradores aqui que poderiam estar sendo beneficiados pela SMP&B porque ganhava contratos. E até o fato de... Não estou, eu não gosto de induzir. Eu não quero induzir.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Pode deixar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a filtre o que este Relator está falando. O que pode acontecer, porque se foi uma vez só em que falou com uma pessoa que era um deputado, é que pode ser até um ex-deputado que continuamos chamando de deputado. Nós temos muitos diretores de empresas que dizem: oi, deputado, como é que está? Ministro, então, morre ministro. Fica um mês e morre Ministro. Acha que essa conversa sobre deputados era meio...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acho, porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...repetida?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...todas as vezes em que ele...

Algumas vezes ele ligava, pedindo que avisasse a Simone de que ele estava passando na empresa para pegar... “Avisa a ela para deixar o que eu pedi pronto.” Então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E essa dedução do que “eu pedi” é porque já tinha visto o que era?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O motoboy.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E ele vinha de avião?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele vinha de avião quando ele vinha para Brasília.

Algumas vezes ele vinha de avião de carreira e algumas vezes ele vinha com avião particular, ou do Banco Rural ou de ami...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Banco Real?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Real ou Rural?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ah!

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ou de amigos que tinham jatos particulares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lembra de algum amigo que tinha jato particular que o trouxe?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Não me lembro. Ele falava diretamente com esses amigos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do Banco Rural?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só do Banco Rural que eu sabia porque eu marquei algumas vezes com a secretária do ex-Presidente do Banco Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E essa viagens do Banco Rural eram viagens de que ele se valia de carona ou ele tinha o poder de agendar o avião do Banco Rural?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Ele... Especificamente, quando eu pedi para a secretária que foi ele quem agendou, ele só pediu que eu ligasse ao Banco Rural, falasse com a secretária do Sr. José Augusto e avisasse que no outro dia eles iriam usar o avião. Aí eu já não sei se eles já tinham conversado com o Sr. José Augusto e ele disponibilizou o avião ou não. Porque eu não estava presente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como secretária de um diretor financeiro, alguma vez, pelas conversas, pelos... até o nível também das limitações de V. S^a, limitações que falo jurídicas...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...não são limitações técnicas. Sabe dizer se havia algum comentário, alguma coisa sobre onde era a grande fonte de recurso para ele gastar tanto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Não tenho conhecimento disso. Ele nunca falou e eu nunca ouvi também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tentando mais um pouco sobre isso: aparentava que o contrato dos Correios em relação aos outros contratos era algo preferencial?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, porque durante a licitação dos Correios ele veio a Brasília. Acho que ele ficou dois ou três dias aqui em Brasília. E...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem um episódio, se não me engano, em que V. S^a fala que ele antecipou a vitória da licitação.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, um dia antes da licitação, já tinha uma

festa não marcada com todos mas já tinha uma festa pronta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas era tão pronta que poderia não haver uma decepção na hora porque a notícia foi equivocada?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Sim, porque eles compraram vários salgados, ligaram antes, compraram champanhe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E diziam que era para comemorar a...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Aí, no outro dia, às 3 horas da tarde, eles pediram para avisar que às 5h30min ia ter a festa para comemorar a licitação dos Correios, que já tinha sido da SMP&B. Mas eu não sei o horário em que saiu, mas no outro dia já tinha a festa pronta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não entendi isso do outro dia. O que aconteceu no primeiro dia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– No dia anterior, eles já tinham encomendado a champanhe, as bebidas e todas as comidas, mas não tinham dito que era pela licitação dos Correios. Somente no outro dia ficamos sabendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a confirma essa informação que deu, se é que deu, porque o jornalista, não sei se está gravado, enfim. Na delegacia de polícia, V. S^a disse que a depoente cometeu um descuido de afirmar que viu malas de dinheiro quando, na verdade, viu malas que acreditava conter dinheiro, mas jamais viu dinheiro pessoalmente.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Dinheiro, pessoalmente, eu não vi. Eu sabia da logística do dinheiro, mas o dinheiro eu nunca vi. Se o senhor me perguntar quanto é eu não sei nem contar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a, na delegacia de polícia, fala que jamais viu qualquer documentação de dinheiro em quantidade que pudesse chamar a sua atenção e que não fosse do movimento normal da empresa, o que V. S^a quis dizer com isso? Vou repetir.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Mas isso foi no primeiro ou no segundo depoimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aos 15 dias do mês de junho.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Foi no primeiro depoimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está certo, perdão. Dia 21...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– O senhor tem o segundo aí?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tenho os dois. Eu que não tinha percebido. Pensei que tivesse sido reinquirida, pela seqüência que deram aqui.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Simone Vasconcelos hospedava-se sempre no hotel Grand Bittar?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Nas vezes em que fiz, foi Grand Bittar, se não me engano. Mas ela ficava em alguns outros. Ela ficava no Blue Tree, também, mas não fui quem fiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A referência que V. S^a pretendia... Tenho a impressão de que antes lhe perguntei, mas não ouvi a resposta. A referência que V. S^a estava pretendendo dele... Eu inverteria: qual era o receio que ele tinha para atribuir a V. S^a a vontade de extorqui-lo? Porque para alguém extorquir há de existir razão de ser, motivo, porque não tenho como extorquir de V. S^a dinheiro aqui a menos que eu saiba alguma coisa de V. S^a. A que V. S^a atribui o episódio do processo da extorsão que Marcos Valério propôs contra V. S^a?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Ele quis que eu ficasse, como já disse, com medo. E eu li hoje nos jornais... A princípio eu já tinha essa impressão de que alguém já tinha dito para ele que o repórter tinha vindo conversar comigo. Então, ele só fez isso para que eu ficasse com muito medo e de alguma maneira desmentisse, e foi o que aconteceu. No meu primeiro depoimento, eu fiquei com medo e não falei nada. Fiquei quieta, apavorada, achando que alguém iria me matar. É por isso. É a isso que relaciono esse episódio, porque ele sabia que eu sabia de algumas coisas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando o jornalista, lá atrás, lhe pediu informações e depois terminou não publicando... Estou agora me valendo de notícias e não saberia lhe dizer até onde isso é procedente, mas aqui diz o seguinte, reportando-se a V. S^a: “que estava sendo procurada por um suposto jornalista, que não soube identificar, querendo saber detalhes da vida do seu ex-chefe; disse ter recebido também um *e-mail* do suposto jornalista, no qual oferecia dinheiro pelas informações.”

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Sim, isso é verdade, mas não é com...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual jornalista era?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não tenho conhecimento de quem seja, porque ligavam no meu celular, com ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que época isso, mais ou menos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Oi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que época isso, mais ou menos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Logo que eu saí de lá, mas aí depois foi..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não lembro quando V. S^a saiu.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu saí em 7 de janeiro de 2004. Então, foi fevereiro ou março, e depois ligou três ou quatro vezes. Eu disse que se quisesse falar alguma coisa era para ligar para o Marcos ou ligar para a Adriana, que era a secretária dele atual, que podia falar. E depois disso, nunca mais ninguém me ligou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais são os grandes clientes particulares da SMP&B? Ontem, ele esteve aqui, mas não nos passou, na verdade, o rol das...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Telemig Celular, Amazônia Celular, uma empresa mineira que se chama Ricardo Eletro... Que eu me lembre, é só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem alguma noção de valores dos contratos que essas empresas tinham?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhecia Delúbio Soares?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o Delúbio Soares?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu nunca o vi. Eu... Só por telefone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele não freqüentava a empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, enquanto eu estava lá, ele nunca foi lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sílvia Pereira?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os contatos eram sempre por telefone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Por telefone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A quem... Com quem desses dois ele tinha um contato maior?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Com o Sr. Delúbio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Marcos Valério tinha, aparentava ter, ou, ainda que pelas conversas, um poder de, alguma forma, interferir em escolha de pessoas para ocupar cargos...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele era uma pessoa de poder junto a Delúbio, junto a Sílvia Pereira?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, enquanto eu estive lá, ele... Nunca ouvi ele falar que ele distribuiu nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Era uma pessoa expansiva ou muito recolhida?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, extremamente recolhida, muito frio, extremamente sem educação, e não deixa... Uma pessoa muito fria, extremamente fria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que propriedades V. S^a lembra? Fez referência à Cepel, não é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que é a Cepel?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Cepel é um centro de equitação, em Belo Horizonte...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Centro de?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Equitação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Equitação?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, que é do Sr. Marcos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Geise, ela sacava dinheiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ia buscar dinheiro no banco?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ia com os boys.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quantas vezes por mês, mais ou menos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, umas quatro vezes, ou uma vez por semana. Não tenho muita certeza sobre isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não recorda? Não havia diferença? Por exemplo,

quando era um valor um pouco menor, só ia o *motoboy*, quando era maior, ia a Geise, quando era maior ainda, talvez fosse a Simone.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque eu sempre soube dos *motoboy*s, quando eles falavam que iam sacar muito dinheiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A SMP&B, ela fez algum investimento, ou seja, comprou máquinas, equipamentos, veículos? Sabe o que é investimento?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sei, claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ela fez investimentos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Enquanto eu estive lá, eu não me lembro, mas a empresa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesse período dos saques, se bem que era no período que V. S^a estava lá também...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. É. É uma empresa muito estruturada, tem muitos computadores caros, não é? Para que o pessoal possa desenvolver os trabalhos de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele... Esse é um patrimônio existente ou foi sendo acrescentado de forma expressiva...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, existente de quando eu entrei lá. Não me lembro deles terem comprado nada enquanto eu estava lá, pelo menos não agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ouviu falar se comprou algum imóvel?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. O do Sr. Marcos específico só, que eu sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A agência de Brasília... Existe uma agência de Brasília.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Existe uma agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa agência de Brasília já estava montada nesse período?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Estava sendo, estava terminando. Já tinha gente trabalhando, mas eu nunca tinha vindo aqui, e as informações que eu tinha é que ela tinha acabado de ser reformada. Agora, não sei como é que é.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez ouviu falar que seria mais fácil, enfim, transferir o dinheiro, de forma que a pessoa fosse buscar diretamente em Brasília, na agência?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, apenas uma vez que ele disse que ele se encontraria em Brasília para conversar, mas eu não sabia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Até onde vai o conhecimento de V. S^a, os pagamentos eram feitos sempre através de saques em Belo Horizonte, trazendo para Brasília?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, mesmo porque eu nunca viajei com ele. Nunca viajei com ele, não tenho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é nesse sentido, assim, se por acaso era possível que esses beneficiados estivessem buscando dinheiro em um banco em Brasília? V. S^a ouviu, alguma vez, alguma coisa disso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Ele sempre marcava reuniões aqui em Brasília, em vários lugares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele trazia o dinheiro de lá, nesses fatos que conhece?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Em algumas situações, sim; em outras, não. Em outras, ele vinha de avião de carreira. Então, não tem jeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou concluir, antes que me expulsem da sala.

De qualquer modo, como tenho sempre a oportunidade de atrapalhar os companheiros nos questionamentos, Sr. Presidente, devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço ao ilustre Relator, e concedo a palavra à primeira oradora inscrita, nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a princípio, agradeço a presença da Sr^a Karina. Farei algumas considerações que prefiro que V. S^a anote porque, como não temos tempo, e não vou ter o tempo que até poderia ser necessário para melhor tratar o depoimento, mas essa possibilidade acaba sendo dada somente ao Relator por motivos óbvios.

Antes de começar a tratar dos temas que gostaria que V. S^a fosse anotando e nos respondendo em conjunto, registro que acompanhei com muita atenção todas as declarações dadas por V. S^a, tanto as que saíram na imprensa como os depoimentos na Polícia Federal. Acompanhei também a participação de V. S^a em outras comissões – no caso específico, da Câmara – que também tratam do assunto. Sei o quanto é difícil, especialmente para uma mulher, em uma sociedade machista como a nossa, e num Parlamento machista

como o nosso, também, sabemos como uma sociedade como a nossa trata e padroniza de forma diferenciada o mesmo comportamento. É impressionante. Quando um homem vai fazer uma denúncia, uma declaração, tratar de ajudar a desvendar mistérios da corrupção, por exemplo, imediatamente dizem que ele é patriota. Se for uma mulher, começam as especulações que vão desde quanto ela ganhou até se ela tem algum caso mal resolvido com alguém porque é uma sociedade – e inclusive um Parlamento – em que, às vezes, há pessoas que devem ser mal resolvidas sexualmente, que devem preservar casamentos de mentira e de fachada e, talvez, até por preservarem esses espaços, certamente muitos preservam casamentos de mentira e de fachada, às vezes, sustentados pelos inferninhos, pelas amantes, pelos casos ou pelo medo de que as ex-esposas possam dizer coisas que eles faziam nos subterrâneos. Então, é uma danação qualquer coisa que a mulher faça. Se o homem chorar é sensível, se a mulher chorar é fingida. Se o homem gritar é corajoso, se a mulher gritar é histérica ou está com TPM.

V. S^a é muito bem recebida aqui. Tenho certeza de que V. S^a não irá autorizar a ninguém, porque aqui também tem disso. Sabemos todos nós. Infelizmente, gostaríamos nós mulheres de convencer no argumento, mas quando não se puder convencer no argumento, tenha certeza de que o respeito que merecem Senadoras, Deputadas, Senadores e Deputados, merece também igualmente V. S^a.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu agradeço.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ape-lo, inclusive, que V. S^a não dê a ninguém desta Comissão a glória de descobrir uma mentira, de descobrir uma informação dada ou por lapso ou por qualquer outra motivação menos nobre; que V. S^a possa, de fato, colaborar com esta Comissão para nos ajudar a desvendar aquilo que é a razão de existir desta Comissão, que são não apenas denúncias, mas indícios relevantes de crimes contra a administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa. Porque esta Comissão, de fato, tenta descobrir a nascente da água podre que move o moinho da corrupção e do “mensalão”. Então, tudo em que V. S^a puder nos ajudar...

Repito: não dê a ninguém a glória de descobrir uma mentira. Se há alguma declaração incorreta, alguma declaração que precise ser colocada com mais precisão, faça-a e verbalize-a, antes que qualquer outra pessoa o faça nesta Comissão.

Quero que V. S^a passe a anotar alguns pontos que trago, tanto de declarações dadas pela imprensa,

informações que – é normal – nos chegam por *e-mails* como sugestão, ou depoimentos dados à Polícia Federal. Gostaria que V. S^a, se os tiver, nos acrescente dados, detalhes que possam ser preciosos para o trabalho que temos obrigação de cumprir.

Primeiro, em relação ao Senhor ou Doutor Delegado, alguém de quem, possivelmente, no depoimento à Polícia Federal, V. S^a disse que não sabia o nome certo. Ele era conhecido como Doutor Delegado. V. S^a conseguiu lembrar o nome dele? Ele era contratado formalmente pela empresa ou só ia lá circunstancialmente? Alguém comentava que ele prestava serviços, ou qualquer nome que seja dado relacionado a gravações clandestinas ou grampos de telefones? Alguém comentava que era policial do Serviço de Inteligência? Há algum comentário que V. S^a possa trazer, se possível for, se lembrar, se tiver precisão para nos ajudar?

Também quero que, mais uma vez, V. S^a confirme – porque o Relator já lhe fez essa pergunta, mas é muito importante – se houve toda uma programação de uma festa antes mesmo do resultado da licitação em relação a algumas das licitações ganhas pelo Sr. Marcos Valério diante de uma empresa pública.

V. S^a se lembra de mais algum detalhe, tem mais alguma informação sobre comentários que eram feitos na imprensa, quando era para chegar o dinheiro ou para sacar o dinheiro – não sei muito ao certo –, que dizia “o amigo mandou”? Isso é realmente verbalizado? Há informação de quem era? Há algum dado novo que possa nos ajudar a descobrir quem é esse “amigo” que mandou o dinheiro?

A utilização de aeronaves do Banco Rural ou de aeronaves contratadas ou cedidas por amigos ou quem tenha relação com o Sr. Marcos Valério tinha alguma relação com os saques de dinheiro feitos?

Peço a V. S^a que, se puder, nos auxilie e detalhe mais as relações do Sr. Marcos Valério com o Deputado José Mentor e o Sr. José Augusto Dumont, Presidente do Banco Rural. Supostamente, havia alguma intermediação para excluir o banco de investigações da CPMI do Banestado?

Relações do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas, do Banco Opportunity. Ele tem alguma relação? Há algum dado com que V. S^a possa nos ajudar em relação a isso? Embora já tenha repetido ao Relator, faço questão de ouvir novamente.

Da mesma forma, houve alguma movimentação entre o Sr. Marcos Valério com dirigentes da Telemig ou da Amazônia Celular que V. S^a considere não necessariamente suspeita, mas estranha para o trabalho da empresa.

Outra coisa: se V. S^a, com o que acompanhou com o tempo que trabalhou na empresa, acha que tem

alguma lógica administrativa, formal, de uma movimentação como essa, pelo menos essa primeira, porque ainda não chegou o sigilo bancário, não se trouxeram ainda dados dos saques em espécie de outras agências, mas apenas do Banco Rural de Minas, de Belo Horizonte. Se há uma lógica administrativa, porque a finalidade da maioria desse recurso era para pagamento de fornecedores. Ou seja, mais de 20 milhões para pagamento de fornecedores, porque quem, de alguma forma, contabilizou os saques que aconteceram em espécie, apenas um deles – e bem pequeno – refere-se a pagamento de pessoal. A finalidade da grande maioria desse recurso era pagamento de fornecedores. Então, com a experiência dos meses em que lá trabalhou, se há uma lógica administrativa, se há uma certa coerência entre um volume tão grande e o número de fornecedores em Belo Horizonte.

Uma outra coisa: como V. S^a analisa – e também, se possível, nos forneça detalhes para o esclarecimento dos fatos – as relações entre o Sr. Marcos Valério e os Srs. Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Marcos Flora, que, segundo informações, trabalha com o Sr. Luiz Gushiken. Então, o que for possível de dados que V. S^a tenha precisão ou ao menos ache algo estranho nessas relações que possa nos auxiliar a cumprir a obrigação constitucional. O que a grande maioria do povo brasileiro, as mulheres e homens de bem e de paz do Brasil querem é melhorar o País, especialmente naquilo que significa a ação dos delinqüentes de luxo que saqueiam e privatizam os cofres públicos. Se V. S^a puder nos auxiliar...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, começando pela primeira pergunta, a pessoa da Polícia que era tratada como Doutor ou Delegado, eu não sei o nome dele. Eles sempre o trataram como Doutor ou Delegado. Então, nunca me deram o nome. O que sei, segundo relato da outra secretária, Adriana Fantini, é que o Sr. Marcos Valério... Uma vez ela disse que ele sempre gostava de ouvir o que os funcionários estavam falando. Então, que era para eu tomar cuidado ao falar ao telefone e com quem eu falava, porque um dia ele poderia ouvir e não gostar do que estava ouvindo.

Sobre a segunda pergunta, se houve a programação na festa dos Correios. Houve uma programação de um dia antes, em que foi comprada toda a comida, o champanhe e as bebidas. Um dia antes. Não sabíamos. Pelo menos as secretárias não sabiam para que era. E a gente só ficou sabendo no outro dia, durante a festa, que era pela licitação dos Correios.

Os aviões que eram emprestados para o Sr. Marcos Valério têm, sim, relação junto aos saques do Banco, porque há alguns dias, no dia anterior ou no

mesmo dia, sacava o dinheiro, e o avião era emprestado. Ele não poderia nunca viajar de avião de carreira com uma mala de dinheiro. Não tem jeito!

E a relação ao Sr. Marcos Valério com o Deputado Sr. José Mentor e o Sr. José Augusto Dumont, eles se encontraram várias vezes, em São Paulo, num endereço, num hotel que tem na agenda. Eles tiveram uma reunião duas vezes em São Paulo, no endereço que tem na agenda, e algumas vezes, aqui, em Brasília, que eu tenho conhecimento. Se eles se encontraram outras vezes, eu não sei responder.

A relação do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas era feita por meio do Sr. Rodenburg, que era sócio do Sr. Daniel Dantas – não sei se ainda é –, os quais eu não conheço, não sei quem são, e era feita por telefone. E eles marcavam reuniões no Rio de Janeiro, porque também tem na agenda duas ou três reuniões no Rio de Janeiro.

A relação do Sr. Marcos Valério com a Telemig Celular ou a Amazônia Celular, as duas empresas são clientes da SMP&B, e o Sr. Marcos Valério sempre almoçava com representantes da Telemig Celular. Mas não sei realmente quem são as pessoas. Mesmo porque o Cepel, que é a empresa do Sr. Marcos Valério, é parceiro da Telemig Celular também, na área de esportes.

A lógica para saques bancários altíssimos para pagar fornecedor, qualquer pessoa que trabalha em departamento financeiro sabe que, se é para pagar fornecedor, você paga por meio de boleto bancário ou você paga por meio de transferência em conta. Ninguém vai, para pagar seu fornecedor, tirar dinheiro do banco e levar para a pessoa receber. Na minha opinião, não existe essa lógica. Todas as empresas nas quais trabalhei, que eram multinacionais sérias, sempre pagaram altas quantias desse modo, fazendo depósito bancário e pagando por meio de boleto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E lá também?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Lá também. Quando era para pagamento de fornecedor, tinha cheque para... Vinham sempre muitos cheques para serem assinados, com nota fiscal. Mesmo não vendo os cheques, víamos as notas fiscais juntas.

O Sr. Marcos Valério em relação ao Sr. Delúbio, eles tinham ou têm um relacionamento muito próximo, como eu já disse várias vezes. Eles sempre se falavam, sempre se encontravam, sempre marcavam reuniões, almoços e jantares aqui em Brasília ou em São Paulo. Enquanto eu estive lá, o Sr. Delúbio esteve uma vez só em Belo Horizonte, mas eu não o encontrei, foi num final de semana.

Com o Sr. Sílvio Pereira, da mesma maneira. Só que eles se encontravam do mesmo jeito, mas as ligações eram menos, mas muito pouco menos também.

Com o Sr. Marcus Flora, eles também se encontravam aqui em Brasília. E o Sr. Marcus Flora também se encontrava com o Sr. Marcos Valério em Belo Horizonte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil, por 15 minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos, neste momento, diante de uma testemunha, que é a Sr^a Karina. Evidentemente que, na condição de testemunha, também cumprimos o papel...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, Deputado. Ela está como informante.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como informante?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como informante.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nesta condição de informante, agora sim, não diante de um jornalista investigativo ou de um investigador jornalista, mas diante de uma Comissão que tem a tarefa de apurar verdade. Em função disso, inclusive, vamos sempre nos dirigir na busca dessa verdade, diferentemente de em outras oportunidades V. S^a ter se referido a um ou outro colega conhecido, admirador ou admirado por V. S^a, que tivesse a missão de informar alguém.

Primeiramente, gostaria que V. S^a descrevesse como era o ambiente de trabalho do ponto de vista de relações humanas no interior da empresa. V. S^a mencionou o comentário de uma colega de trabalho sobre como era o comportamento do Sr. Marcos Valério em relação a seus empregados. Então, se puder anotar, provavelmente seja mais fácil. Descrever esse ambiente das relações humanas dentro do trabalho.

Segundo, descrever para esta Comissão quais eram seus afazeres específicos, na condição de secretária. Gostaria que V. S^a listasse seus afazeres específicos.

V. S^a entregou à Polícia Federal, e nós recebemos cópia, uma agenda que não é a agenda da empresa, segundo declaração de V. S^a mesma, mas sua agenda pessoal. A pergunta que faço é se todos os compromissos agendados pelo Sr. Marcos Valério se encontram nessa agenda ou se há outra agenda.

A próxima pergunta: se todos os compromissos do Sr. Marcos Valério estão nessa agenda, quantas

vezes por semana ele tinha atividades empresariais na SMP&P, onde V. S^a foi sua funcionária.

Nessa agenda, registram-se todos os compromissos do Sr. Marcos Valério? V. S^a tem convicção disso ou acha que havia outra agenda específica de outros compromissos? Ou tem conhecimento de outra agenda específica de outros compromissos que não aqueles que passavam pela sua intermediação na condição de secretária?

V. S^a afirma também que sua antiga companheira de trabalho, Sr^a Simone, volta e meia, nos comentários que faziam como colegas de trabalho, até trocavam, vamos dizer assim, confidências. Usarei a palavra confidência em razão do medo que a senhora disse que, no ambiente de trabalho, tinham determinados funcionários.

Pergunto se havia essa troca de confidências e se havia confiança recíproca entre V. S^{as}, que trabalhavam nesse ambiente, em razão até de revelarem possíveis pressões que recebiam fora do ambiente de trabalho ou de lá para dentro. Questiono também se os comentários, por exemplo, acerca do medo, acerca de quem escutava a conversa de quem, eram feitos no ambiente de trabalho, no horário de intervalo, fora do local de trabalho, quando iam para casa ou quando estavam chegando. Em que condição isso ocorria?

V. S^a chegou a afirmar à Sr^a Simone, sua colega de trabalho, que recebeu proposta de pagamento de um jornalista ou de um investigador?

A Senadora Heloísa Helena perguntou sobre um doutor ou um delegado. V. S^a já fez uma referência a esse personagem e, nessa referência, afirmou que é um policial. Interrogo se tem certeza de que se trata de um policial. Quero saber qual é a origem desse policial. Se ele é civil, se ele é militar, se ele comanda o serviço de *motoboy*s. V. S^a mencionou que os *motoboy*s saíam em grupo, e chegou a dizer, inclusive, que era por razão de segurança. Ele tinha relação com esses *motoboy*s? Com que frequência esse doutor ou delegado freqüentava a empresa? V. S^a tem conhecimento de agendas do Sr. Marcos Valério com esse senhor delegado ou doutor fora da sede da empresa SMP&B? V. S^a sabe o telefone dele, desse doutor? Se esse doutor, porventura, tinha agendas de compromisso com o Sr. Marcos Valério, por que elas não eram marcadas? Por que não consta da sua agenda de compromissos, em relação ao Sr. Marcos Valério, essa agenda específica de trabalho com o doutor mencionado como policial em seu depoimento?

V. S^a faz referência, no depoimento, a uma única reunião do Sr. José Mentor – estou falando do depoimento –, mas aqui a senhora disse que houve várias reuniões com o Sr. José Mentor. Em seu depoimento,

V. S^a dizia que não sabia se ele era mesmo o Relator da CPMI do Banestado, mas aqui afirma isso com segurança, evidentemente por ser um fato posterior. Em seu depoimento, não constava assim. Portanto, gostaria que V. S^a precisasse esse ponto. Indago se, ao mencionar o Deputado José Mentor, V. S^a está se referindo ao número de agendas que anotou ou ao número de reuniões que se realizaram, a menos que V. S^a tenha sido testemunha da reunião. Se foi testemunha da reunião, deve dizer: “Fui testemunha da reunião”. Pergunto se a referência ao Deputado, anotada na agenda, diz respeito ao número de reuniões agendadas ou a reuniões efetivamente realizadas, e se V. S^a acompanhou alguma dessas reuniões ou tem testemunha, prova, agenda. V. S^a menciona até um hotel, se não estou enganado, mais de uma vez. Questiono se, nesse hotel, foi encarregada de fazer a reserva do ambiente em que a reunião seria processada e se determinou, ordenou ou conhece, ou se a Sr^a Simone ordenou o pagamento dessa reserva de hotel efetivada.

V. S^a fala da frequência de *office-boys* e menciona, inclusive, que são funcionários de uma empresa prestadora de serviço e que, portanto, são terceirizados. Gostaria que V. S^a mencionasse o nome dessa empresa de terceirizados e se a conhece. Essa pergunta também já foi feita pelo Relator, mas é importante que se refaça. E se referiu ao nome de uma pessoa, que V. S^a disse que é *boy* da empresa mesmo e se chama Marquinhos, e ao apelido de outro. Mas V. S^a falou que eles sempre saíam em trio, pelo menos três. Esses três eram sempre os mesmos que iam à empresa, ou a firma que os empregava fazia rodízio – ou seja, um dia era um, noutro dia outro –, não havendo regularidade entre eles?

V. S^a menciona que houve um *e-mail* que supõe tenha sido violação do seu computador. Escreveu, inclusive, que recorreu a um amigo para fazer uma pesquisa e disse que essa pessoa – cujo nome V. S^a não declinou e é importante para o nosso depoimento sabê-lo –, de um provedor público, se poderia fazer – usarei uma palavra que V. S^a não usou – o rastreamento de onde partiu esse acesso. V. S^a informa que esse seu amigo – do qual solicito declinar o nome – afirmou que, de um provedor público, se poderia operar desse modo. Esse *e-mail* tem os seguintes dizeres (está em seu depoimento):

“Estamos dispostos a ajudá-la financeiramente para que você apenas responda a nossas perguntas sobre as coisas de seu ex-chefe. Pense que vai ser bom para a nossa investigação e está bom para você. Afinal, você continua sem emprego”.

E vem aposta uma assinatura, segundo V. S^a depois, de “Ana M.” E que V. S^a entregou esse *e-mail* ao Sr. Marcos Valério. Pergunto qual a razão de o ter entregado a ele. Se V. S^a tinha tanto medo do Sr. Marcos Valério dentro do ambiente de trabalho, o que a levou a supor que entregar esse *e-mail* a ele seria a melhor garantia da sua segurança?

V. S^a afirma que viu malas e supõe – como disse no depoimento prestado na Câmara dos Deputados – que dentro delas havia dinheiro, e que, segundo alega V. S^a, chegavam por meio de *motoboys*. V. S^a provavelmente via a sua entrada e a sua saída. Eles chegavam e saíam portando que objeto?

V. S^a também afirma que essas malas chegavam com alguma regularidade. Pergunto se elas são diárias, semanais – durante os nove meses que V. S^a trabalhou lá –, quinzenais, mensais, enfim, qual era essa regularidade?

Pergunto mais. V. S^a viu os *motoboys* chegando com determinados volumes – que descreverá quais são –, e supõe que se colocavam os volumes acomodados em malas. V. S^a descreveu, inclusive, que seriam valises, que tinham que sair da empresa – pelo que V. S^a aponta. Elas saíam de que modo? Sempre em companhia do Sr. Marcos Valério? Ou de outra forma? Quando o Sr. Marcos Valério tinha a agenda de viagens, como V. S^a afirmava aqui, ela sempre era acompanhada desse volume de bagagens – malas etc?

Há uma última questão. V. S^a fez menção – e confirmou o fato – a uma determinada festa. Pergunto a V. S^a, na entrevista ou na conversa que teve com o jornalista investigador, se alguma parte dessa entrevista não chegou a ser publicada posteriormente, porque V. S^a teria feito menção também a festas, mas afirmava outra qualidade de festas – segundo o que foi entregue ontem a esta CPMI como matéria também dessa reportagem. “Essas festas eram só para homens e rolava dinheiro e mulher” – está aspeado, como expressão atribuída a V. S^a. Disse, ainda, que havia muitos encontros nessas festas. Pergunto se V. S^a pode apontar a data dessas festas, se testemunhou algumas delas e que providências cabia a V. S^a tomar, como secretária. (Pausa.)

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Posso começar? Sobre o ambiente de trabalho era o seguinte: o Sr. Marcos Valério, como eu já disse várias vezes, ele era uma pessoa extremamente fria, gostava de mostrar poder, gosta que as pessoas tenham medo dele. A maioria das pessoas que trabalham lá, principalmente na área de produção, não têm nenhum tipo de contato com ele, justamente por isso, por achá-lo totalmente arrogante. Então, as pessoas não conversam com ele.

Os meus afazeres como secretária era fazer a agenda diária ou semanal dele, marcar reuniões, receber pessoas, marcar passagens aéreas, marcar hotéis e... Acho que só. Lá era só isso.

Nessa agenda, não estão 100% dos compromissos do Sr. Marcos Valério, porque sempre ele mudava alguma coisa. Então, quando eu comecei a colocar algumas reuniões, algumas mudavam, outras ele resolvia não fazer, outras ele vinha embora de jato particular com algum amigo, e não fazia. Então, não estão 100% das reuniões do Sr. Marcos Valério nessa agenda.

Sobre as atividades na SMP&B, o senhor quer saber exatamente o quê?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a está me descrevendo diversas atividades. Perguntei se ali estavam listados todos os compromissos. V. S^a está dizendo que não.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, não, não estão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então. Perguntei se há outra agenda de compromissos do Sr. Marcos Valério.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, desculpa. Não há outra agenda. Muitas vezes, ele marcava tudo de última hora. Algumas vezes, não estava previsto para ele ir viajar e, de manhã, ele ligava pedindo para marcar passagem de última hora. Então, ele sempre mudava.

Não existe outra agenda. A Simone, apenas nessa vez que eu citei anteriormente, foi que ela disse isso, mas nós nunca fomos amigas. Nós nunca tivemos nenhum tipo de relacionamento. Única e exclusivamente profissional.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a disse a ela que estaria recebendo proposta de um jornalista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu nunca disse isso a ela.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca disse a ela?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

Sobre o que eu disse que o Sr. Marcos Valério gosta de escutar os funcionários da empresa, foi dito fora do ambiente de trabalho pela Sr^a Adriana Fantini, uma vez que estávamos conversando, e chegamos nisso.

Sobre esse delegado ou doutor, ele ia lá algumas vezes. Eu sei que ele é um delegado da Polícia Civil, mas não sei de que Delegacia, porque ele falava direto com o Marcos. Quando o Marcos precisava, ele ligava. Ele foi uma ou duas vezes lá, para vender alguns quadros de obra de arte que ele vendeu para o Sr. Marcos.

Acho que o Marcos comprou dois quadros dele e pagou com cheque – acho que foi do Banco do Brasil.

Não tenho conhecimento do telefone dele, porque quem ligava era o Marcos. Ele não agendava, porque, quando eles iam se encontrar, era o Marcos quem ligava, quando o Marcos precisava. Então, não tinha jeito de fazer agendamento de reunião. Com o Sr. José Mentor... Eu gostaria de deixar bem claro que eu nunca viajei com o Sr. Marcos. Eu sempre ficava “atrás”, para poder dar o apoio de que ele necessitava. Houve uma reunião que estava marcada na agenda com o Sr. José Mentor, em São Paulo, e o endereço foi passado pelo Sr. José Mentor. Ele ligou e pediu para passar o endereço para o Marcos, e o Marcos foi para lá.

A empresa do *motoboy*, eu não sei o nome da empresa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a afirma que foi uma reunião?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Uma reunião marcada na agenda.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, senhora.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas eles se encontraram algumas outras vezes aqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E como é que V. S^a tem conhecimento disso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque o Sr. Marcos, às vezes, ligava para o Sr. José Augusto e avisava que estava vindo para Brasília.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E esse telefonema do Sr. José Augusto, como V. S^a sabia que era com o José Mentor a reunião?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque ele falou ao telefone. Ele estava na porta da sala dele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Falou ao telefone. Quem estava na porta da sala dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O Sr. Marcos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estava na porta da sala do Sr. José Augusto.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Conversando com o Sr. José Augusto. Não, estava na porta do escritório dele e conversou com o Sr. José Augusto, dizendo que estava vindo para Brasília encontrar o Sr. José Mentor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ah bom. A senhora diz que ele estava vindo, mas, se a reunião aconteceu a senhora não sabe?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque nunca estive com ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ah, então a senhora não sabe se a reunião aconteceu? Sim.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu nunca viajei com ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, já compreendi.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É... Sobre a entrega do *e-mail*, quando eu recebi...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, antes eu perguntei sobre o nome do seu amigo, que teria te dado...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, sim, esse meu amigo, ele... O nome dele é Daniel, ele tá morando fora do País, e eu falei com ele quando eu recebi isso, justamente para poder saber se existia alguma outra pessoa, alguma maneira de eu saber quem era pra poder falar pro Sr. Marcos, né? E ele disse que rastrear um *e-mail* de um servidor público era... Ele não sabia fazer isso, mas porque ele mexia, ele tava começando a mexer com informática.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No exterior? A senhora falou que ele estava no exterior?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele estava aqui, mas ele mora fora hoje.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, pois não.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Inclusive ele mora em Londres.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sobre a entrega do *e-mail*, quando eu recebi, eu achei que eu deveria imprimir esse *e-mail*, entregar ao Sr. Marcos Valério, para que ele tomasse as providências, se existissem, e soubesse o que estava acontecendo, justamente pelo medo e pelo jeito no qual ele sempre tratou todas as pessoas, né? Então, eu achei que eu deveria fazer isso, porque, se acontecesse alguma coisa, eu já tinha dado para ele o *e-mail*, ele já estava sabendo do assunto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Acontecesse alguma coisa com quem?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Com ele.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quando os *motoboy*s saíam pra sacar dinheiro... os *motoboy*s têm uma mala que eles colocam, uma mala grande. Então, eles saíam com essa mala, deixavam,

quando voltavam, deixavam no departamento financeiro e subiam sem a mala. Então... E eram sempre dois ou três, quando ia a Geisa, aí eu não sei, tá?

Qual a regularidade? Ah, uma vez por semana, às vezes uma vez a cada quinze dias que eles apareciam, que eles chegavam mais cedo e nós sabíamos que eles iam aos bancos, mas eu não tenho... Não lembro as datas, porque eu não marquei, né?

Sobre as festas nos Correios, eu já falei. Que eu fiquei sabendo. A nós... Eles... A gente já estava sabendo da festa um dia antes, porque eles já tinham comprado todas as comidas, a champanhe e as bebidas, e eu só fiquei sabendo que era da licitação dos Correios no dia da festa, até então eu sabia...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sobre essa eu já compreendi. Eu fiz a pergunta a uma outra menção: de festas com determinadas características.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pergunto se a senhora comentou sobre isso com...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, duas vezes, o Sr. Marcos pediu para que reservasse a suíte presidencial – eu não me lembro de que hotel, foram dois hotéis distintos. Eu acho que é o Grand Bittar, mas não foi feito no nome do Sr. Marcos Valério, foi feito no nome do sócio dele, da Multaction, a reserva da suíte presidencial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, mas o que leva a senhora prever que a reserva na suíte presidencial era para festas com essas características?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque ele tinha convidado várias pessoas para ir nessa festa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele fez uma reserva no hotel e fez o convite a várias pessoas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, dizendo que iam se encontrar nessa festa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora que fez o convite?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele pediu os telefones, eu passei os telefones... Agora...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, a senhora supõe que, ele tendo os telefones, fez convites?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, ué? Eu não estava com ele, eu não posso afirmar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, já compreendi. A senhora supõe que ele tenha feito convites.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só. Tem mais alguma?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu já conclui meu tempo. Peço a reinscrição se houver tempo, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, quinze minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, primeiramente destacar a importância da presença da Sr^a Fernanda Karina Somaggio como testemunha, para que possamos realmente chegar a conclusões que permitam a realização dessa assepsia geral que o País está exigindo neste momento, diante dos escândalos de corrupção, que provocam essa grande indignação.

Portanto, eu, particularmente, valorizo, de forma significativa, o papel que V. S^a desempenha neste momento. Está prestando um grande serviço ao País e é com esse objetivo que nós a recebemos aqui, com o maior respeito, consideração e valorização da sua presença.

Ontem, o Sr. Marcos Valério procurou desacreditá-la com insinuações maldosas. Eu não pretendo me referir a elas, a menos que a senhora mesmo deseje se reportar ao fato. Mas, da minha parte, não há necessidade, porque acredito, e a senhora mesmo acabou, no seu relato inicial, de demonstrar, que tudo o que disse se confirmou até este momento. Portanto, temos razões para acreditar na sua palavra.

Eu começo e vou fazer o pingue-pongue, não vou fazer todas as perguntas de uma só vez, mesmo com o prejuízo do tempo, Sr. Presidente. Acho mais objetivo.

O Sr. Marcos Valério faltou com a verdade ontem quando indaguei a ele se tinha conta no exterior, se remetia valores para o exterior. Ele disse que não tinha conta e que a empresa enviava cerca de US\$7 mil, a cada remessa, para pagar fornecedores. E nós temos informações de remessas superiores, através da Beacon Hill, conforme documentação encaminhada à CPMI do Banestado pelo promotor Robert Morgenthau, de Nova Iorque. Cerca de 50 remessas, pelo menos, num período de 2 anos – não sabemos depois de 2003 –, remessas que importaram em valores superiores a US\$750 mil, valores significativos, mas, certamente, a partir de 2003, como a movimentação financeira das suas agências passou a ser significativamente superior, essas remessas podem ser superiores.

Sei, por exemplo, de remessa no valor de US\$61 mil. Os valores variavam. Agora, esse fato está sendo investigado pelo Ministério Público Federal no Paraná. Essas remessas se davam para a Beacon Hill, uma empresa utilizada por doleiros. Agora, o Ministério Público Federal em Minas Gerais também investiga a remessa através da Infotrade. Nós temos a informação de que o Sr. Procurador da República em Minas Gerais obteve do Banco Central informações dando conta, na página 13 do relatório encaminhado pelo Banco Central, que, em nome da DNA, se depositaram 220 mil na conta dessa falsa importadora, e os investigadores suspeitam que os valores representam uma pequena amostra das quantias enviadas ilegalmente para o exterior. Repito: os investigadores suspeitam que esse valor, 220 mil, significa uma pequena amostra dos valores remetidos ao exterior ilegalmente pelo Sr. Marcos Valério.

Então vou agora à pergunta à senhora Fernanda. A senhora se lembra de ter feito ligações para algum doleiro a pedido do Sr. Marcos Valério?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu fiz uma vez uma ligação para um doleiro, a pedido do Sr. Marcos Valério, sim senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Qual é o nome desse doleiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu posso consultar? Eu tenho numa lista de telefones.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode consultar sim. Creio que pode, não é Sr. Presidente, consultar essa lista? O advogado faz isso, enquanto faço outras perguntas.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu fiz essa ligação porque foi na época em que ele importou três cavalos e esses cavalos foram pagos em dólar. Mas eu não sei o valor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora tem conhecimento de alguma conta no exterior do Sr. Marcos Valério ou da agência?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu sei que o Sr. Júlio Laje, que era representante do Banco Merrill Lynch, vinha ao Brasil. Eu acho que ele mora em Nova Iorque, mas não tenho certeza. Ele vinha ao Brasil e conversava diretamente com o Sr. Marcos Valério, mas eu não sei o teor das conversas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E as viagens do Sr. Marcos Valério, a senhora que providenciava as passagens para o exterior?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Enquanto eu estive lá ele não viajou nenhuma vez para o exterior.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – No período em que a senhora esteve lá ele não viajou?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não viajou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Teve conhecimento de viagens dele posteriormente ou antes?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, soube que uma vez ele foi a Orlando, mas não sei o porquê nem quando, nem em que condições.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então não sabe informar com quem ele viajava normalmente?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, para o exterior não.

Estou pegando...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Enquanto a senhora apanha vou citando alguns nomes porque agora vou me referir também às malas de dinheiro que, segundo a senhora revelou...

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O doleiro, o nome dele, eu tenho só, eu tenho o nome e o endereço dele. O nome do doleiro no qual liguei, o nome dele é Haroldo e é em Belo Horizonte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o endereço?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Avenida do Contorno, 5.517, 6º andar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, muito obrigado.

É evidente que ficou, como diz a Deputada Juíza Denise Frossard, de uma clareza solar que há remessas em valores significativos para o exterior de forma ilegal. O fato de o Sr. Marcos Valeiro negar a existência dessas remessas comprova a ilegalidade delas, portanto, configura a prática de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, com evasão de divisas. Mas isso está sendo investigado pelo Ministério Público no Paraná e também pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais.

Vamos partir agora para os saques efetuados no Banco Rural, no Banco do Brasil, e consta também movimentação financeira no Bradesco, não tivemos informações de saques no Bank Boston, provavelmente ainda teremos informações sobre saques nesse modelo em outras agências bancárias.

Ontem, o Sr. Marcos Valério disse que não conhece Alexandre Vasconcelos Castro. A senhora tem informações de que ele conheça esse senhor? Fez alguma ligação para que o Sr. Marcos Valério com ele conversasse?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Alexandre Vasconcelos Castro? A senhor conhece?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não sei quem é.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele afirmou também que não conhece Julio César Marques Cassau?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São as pessoas que sacaram valores expressivos entre R\$ 100 mil a R\$ 500 mil por vez na agência do Banco Rural e também no Banco do Brasil. O Valter Eustáquio Cruz Gonçalves, conhece? Revendedor de veículos.

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Luís Eduardo Ferreira da Silva?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece. Benoni Nascimento de Moura. Lembra ter feito alguma ligação?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ligação não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece também não.

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Daniel da Silva Freitas?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também não? Wildeu Gleisdson Castro Silva?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu me lembro desse nome, mas eu não.... Eu acho, ele deve ser, eu acho que ele é um moto *boy*, mas não tenho certeza, porque não me lembro o nome dos moto *boys*.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele pode ser um moto *boy*. Provavelmente.

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Jonas Pinho? Não conhece?

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E Valquíria de Oliveira Rios.

A SRA. FERNADA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Valquíria não, com certeza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece também? São as pessoas que sacaram valores nos bancos, nas agências.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O próprio Marcos Valério ontem confirmou que parte dos valores sacados nessas agências era depositado em contas no mesmo momento, na mesma agência. A senhora tem informações sobre isso? Em nome de quem esse dinheiro era depositado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho informação. Quem pode ter essa informação é a Simone Vasconcelos, ela que era gerente financeira de lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora fez alguma ligação para o Sr. Marcos Valério à empresa Astral?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não fiz.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Para a Sr^a Telma?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Telma? No Brasil ou no exterior?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Aqui em Brasília.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não me lembro dessa pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Lembra-se deter feito ligações para a Secretaria de Comunicação, para o Sr. Luiz Gushiken?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu falava com o Sr. Marcus Flora, sempre.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – E Marco Antonio Silva, na Secretaria de Comunicação?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não me lembro dele, não me lembro de ter falado com ele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sr. Presidente, creio que relativamente às festas já houve indagações, mas há uma em especial que eu gostaria também de registrar. Uma festa no dia 23 setembro de 2003, na suíte do Hotel Sofitel. Foram convidados integrantes do PT e do Banco do Brasil. Coincidiu com o fechamento de um grande contrato entre a DNA e o Banco do Brasil. Indago: a senhora sabe se esteve presente o Sr. Henrique Pizzolato entre os convidados a esta festa, diretor de marketing do Banco do Brasil.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei se ele estava presente, mas ele conversava sempre com o Sr. Marcos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – O Sr. Henrique Pizzolato conversava sempre...?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Pois não. E nessa festa, não sei se a memória alcança, 2003,

a senhora fez reservas para alguns políticos, Parlamentares?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu nunca fiz reserva para políticos e Parlamentares. As festas sobre as quais o Deputado Carlos Abicalil me perguntou eram reservadas em nome do sócio do Sr. Marcos Valério, o sócio da MultiAction; acho que ele se chama Sr. Ricardo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – E a Sr^a Eliane Alves, representante legal do Sr. Marcos Valério em Brasília, a senhora conhece?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É só Eliane Alves, ou pode ter algum outro sobrenome?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Ele disse que conhecia por Eliane Caroba.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Nunca ouvi falar dessa pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Bem, Sr. Presidente, creio que é importante o Sr. Relator, principalmente, anotar esta informação do contato com doleiros, já que esta investigação me parece ser fundamental, que se trata da remessa de recursos significativos. Esta empresa de Minas remeteu, entre agosto e dezembro de 2001, para o exterior, US\$7 milhões. Evidentemente, não sabemos quanto remeteu o Sr. Marcos Valério. O que se sabe é que fez remessas para o exterior também através da Info Trade. E temos aí a sinalização da Sr^a Karina com o nome e endereço de um doleiro com o qual mantinha contato o Sr. Marcos Valério. Creio que é uma pista para a investigação também desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Deputada Juíza Denise Frossard. V. Ex^a tem 15 minutos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Fernanda Karina, Sr. Advogado, vou ser muito breve e direta com a senhora.

A senhora foi despedida, é isto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (S/Partido – RJ) – Eu queria que a senhora me relatasse como foram os seus últimos dias dentro da empresa, a sua rotina lá, porque sempre é tão traumático esse momento.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu fui... Nós saímos de recesso de final de ano, entre o Natal e o Ano Novo, o Natal numa quinta ou sexta-feira. Na segunda-feira, dia 6, eu comecei;

nós voltamos a trabalhar, trabalhei durante o dia todo normalmente. Quando foi por volta de umas seis horas da tarde, que eu desci para o andar de baixo da empresa para pegar os tíquetes-refeição para mim e para minhas colegas, que eu estava assinando o recebimento, a Simone me chamou, dizendo que precisava falar comigo. Até então eu não sabia de nada. Aí, eu sentei com ela e ela disse que tinha uma coisa muito chata para me falar. Eu disse: “Ué, então, não fica fazendo rodeios, já fala de uma vez, já que você tem uma coisa muito chata para me falar”. Ela disse: “Ah, o Marcos pediu para que eu conversasse com você, porque ele não precisa mais de você aqui na SMP&B”. Eu perguntei por que, se eu tinha feito alguma coisa de errado, se eu tinha deixado a desejar em algum ponto das minhas especificações. Ela disse que não, que ele era assim mesmo, que ele, de vez em quando, parava de gostar e mandava demitir. Foi isso que foi feito. Eu saí, sem problema nenhum. No dia 7, foi a minha rescisão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Aqui, ontem, eu me recordo de que ele disse que ficou devendo à senhora R\$5 mil...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele nunca ficou devendo para mim R\$ 5 mil.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– De comissão.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Comissão de nada, porque eu não sou comissionada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois é. Eu vi que a senhora, respondendo a uma pergunta do Deputado Carlos Abicalil, disse que a sua atividade era de secretária. Então, causou-me uma certa...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Estranheza.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– ...estranheza, quando eu liguei ao que o Marcos Valério disse aqui ontem e achei que batia de uma forma estranha.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu nunca fui comissionada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Então, a senhora não tinha comissão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O que ele fez foi... Ele me deu uma... Apenas os R\$ 5 mil. Quando eu fui fazer o meu acerto lá, tinha os R\$ 5 mil, porque, quando a Simone falou, eu falei “Mas me dá um motivo ou pelo menos me coloca de aviso prévio, porque, daí, eu vou procurar algum outro

emprego”. Ela disse que não, que ele não queria mais me ver lá dentro.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Foi só assim?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só assim.

E, aí, quando eu fui receber, ela disse que ele tinha pedido para colocar mais R\$ 5 mil como bons serviços prestados. Assim foi feito. Foi feito em dois cheques de R\$ 2.500. Inclusive, um dos cheques, quando foi depositado, não tinha a assinatura atrás, não foi depositado, depositou depois.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Agora, uma última pergunta à senhora, só para eu entender um pouco. Ele tinha um contador a quem ele se reportava sempre? Ontem, aqui, diante de algumas perguntas que foram feitas a ele – aliás, em quase todas -, quando chegava à alguma questão das empresas, ele sempre dizia isso: “Eu não posso responder, porque quem sabe é o meu contador”. Eu até perguntei o nome do contador dele e ele me disse, mas eu me esqueci aqui agora. Mas está anotado.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu falo. Marco Aurélio Prata.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Que é lá de Belo Horizonte.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Isso.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como era a rotina dele com esse contador? O contador estava sempre lá? Não estava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO

– Não, o contador ia lá de vez em quando, para conversar com ele, mas eu não sei o teor. Mas era de vez em quando.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A senhora, então, não tinha contato com o contador dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas era a pessoa... Pelo menos tudo aqui, ele se reportava ao contador dele. Era a pessoa com quem ele deixava os negócios dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, que eu saiba. Ele sempre teve os negócios dele à mão, sempre soube do que estava acontecendo e do que não estava acontecendo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada, Sr^a Fernanda Karina.

Sr. Presidente, eu terminei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Maurício Rands. Quinze minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Boa noite, Sr^a Fernanda Karina, Srs. Deputados.

No depoimento que a senhora prestou ao Delegado Élbio Afonso Dias Leite, na Polícia Federal de Minas Gerais, no dia 21 de junho, consta o seguinte: “Que a depoente comparece por sua livre e espontânea vontade perante esta autoridade, para retificar o seu depoimento prestado no dia 15 de junho de 2005” – aquele primeiro. A primeira pergunta: por que a senhora, quando depôs na primeira vez, não disse a verdade, segundo a sua nova versão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, não. Eu não disse a “vandade” (sic). Eu simplesmente omiti os fatos, mesmo porque eu já disse, mais de uma vez aqui, que eu estava com muito medo, medo de acontecer qualquer coisa com a minha pessoa ou com a minha família.

Por isso que, depois que eu troquei de advogado, que eu contei ao advogado tudo que aconteceu, foi que ele achou que seria certo trabalhar diante das coisas que eu sabia.

Foi isso que foi feito. Por isso eu voltei à Polícia Federal.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque a senhora tinha dito nesse dia 15, só para lembrar, que “a depoente não tomou conhecimento de nenhuma atitude por parte do Sr Marcos Valério que confirmasse as notícias divulgadas pela mídia nacional; de que esse seria uma espécie de tesoureiro ou intermediário do esquema do “mensalão”, jamais tendo ouvido qualquer conversa ou lido documento a respeito”.

Eu lhe pergunto: por que a senhora trocou de advogado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque chegou a um certo momento no qual os meus advogados no qual eu estava... eles acharam que a melhor maneira de eu continuar seria trocar, pegar um advogado criminalista que tinha mais experiência, que eles achavam que com a experiência que eles tinham até o momento eles não iriam me ajudar em nada. Então, foi por isso que eu troquei de advogado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora trocou de advogado apresentado por alguém? Alguém apresentou os seus novos advogados?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Quem apresentou foi uma amiga minha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Como é o nome dela?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O nome dela é Fátima.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Fátima.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso. Eu a conheço há um ano e meio mais ou menos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual é a relação que ela tem com os seus novos advogados? De onde ela os conhecia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele é advogado dela também e do marido dela.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora conhece o Sr Carlos Rotemburgo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Já falei com ele uma ou duas vezes só, porque o Marcos pediu para eu ligar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E falou o que com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Só pedi para falar, para ele aguardar um momento, que o Marcos iria falar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E isso foi em que data?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não lembra?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi em 2003. Não lembro a data.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi no início do ano ou no final do ano?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – No final...No meio... Eu entrei em maio de 2003...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Entrou em maio de 2003 e saiu em janeiro de 2004.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi nesse tempo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mais para o começo ou mais para o final?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acho que agosto ou setembro... Não tenho muita certeza.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Consta na sua agenda que em meados de julho, em 22 de julho a Sr^a falou com Carlos Rotemburgo, e não em agosto e setembro.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...é em agosto...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No depoimento prestado no dia 21 de junho, quer dizer, o segundo depoimento, retificando o anterior, a senhora claudicou ao dizer que “dentre os funcionários da empresa SMP&B era do pleno conhecimento de que vulto-

sas quantias saíam da empresa em malas destinadas a Brasília para pagamentos a deputados. Mas, entretanto, não se sabe com que finalidade. Como também a depoente jamais observou o conteúdo das referidas malas que eram levadas pelo Sr Marcos Valério”.

A senhora confirma essa declaração que deu à Polícia Federal?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, as pessoas que trabalhavam no departamento financeiro e na diretoria sabiam desse dinheiro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, quais são os nomes desses funcionários que sabiam desse dinheiro.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O departamento financeiro...a Geiza, a Simone...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Geiza. Quem mais?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Simone.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Simone, que era a diretora financeira, segundo a senhora já informou...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – São vários... Eu não me lembro. Eu saí de lá...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Só Geiza e Simone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – São as pessoas com quem eu tinha mais contato.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não cita mais nenhuma?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – A Adriana sabia...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E Adriana.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu sabia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Onde era a sala onde a senhora trabalhava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O Sr Orlando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Orlando. A senhora já mencionou como chefe dos *motoboy*s, não foi isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Onde era a sala da senhora? A senhora trabalhava onde?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu trabalhava em uma sala...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu sei, mas eu digo qual era a sala na posição do prédio? Quantos andares tinha o prédio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, não sei quantos andares tinha o prédio. Deve ter uns doze...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não. As dependências da SMP&B?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Dois andares.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Dois planos. E a senhora trabalhava em qual plano?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – No oitavo andar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No oitavo andar. E o outro era o nono ou o sétimo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O outro era o sétimo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, a senhora trabalhava no andar de cima. E onde era o departamento financeiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – No sétimo andar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, eu posso imaginar que a senhora não estava sempre em contato com o departamento financeiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não estava.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a senhora afirmou que esses dinheiros que a senhora imagina eram retirados e remetidos para Brasília eram retirados por *motoboy*s.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vi que a Geiza... A senhora disse que Geiza acompanhava, geralmente, uma vez por semana. E, portanto, quatro ou cinco vezes por mês, não é isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É... Já faz um ano e meio. Eu não me lembro quantas vezes por semana. Quem pode ver isso... só pelo documento para ter certeza, exatamente, o que aconteceu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Belo Horizonte é uma cidade que a senhora reputa como violenta ou uma cidade calma, sem muitas violência urbana?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Belo Horizonte é meio termo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É mais para violenta?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não é como São Paulo, mas também não é

como uma cidade do interior. É claro que existem assaltos, que existem pessoas criminosas. Mas, no geral, é uma cidade calma. Ao menos a meu ver.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não acha que uma empresa que quer manusear valores, dispondo desses caminhões, desses carros de segurança, não estaria se arriscando muito em Belo Horizonte ao transportar recursos em motos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Creio que andar com dinheiro, em qualquer lugar do Brasil, hoje, é perigoso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora lembra-se do nome dessa empresa de *motoboy* que transportava esse dinheiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não tenho conhecimento. Não sei o nome da empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Durante quanto tempo a senhora acompanhou essa movimentação de recursos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Durante o tempo em que trabalhei lá: nove meses.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E ainda assim a senhora não conseguiu reter o nome dessa empresa, já que pelo menos uma vez por semana...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não porque eu não ligava para a empresa. Os funcionários iam toda manhã lá. Não era eu quem ligava para a empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eles não tinham fardas, as motos não tinham qualquer...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não tinham.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não sabe o nome?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Do depoimento que a senhora prestou ao Delegado, no dia 21, consta o seguinte:

“Que a depoente nega que a empresa Kroll, envolvida em vasta matéria jornalística sobre espionagem e corrupção a funcionários públicos, tivesse feito qualquer oferta à depoente para que revelasse fatos desabonadores ou comprometedores à pessoa de Marcos Valério, pois a depoente não conhece nenhuma pessoa ligada à Kroll.”

O que a senhora tem a dizer sobre isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Que não conheço ninguém ligada à Kroll.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora confirma declarações prestadas em juízo. Entre aspas

porque são palavras atribuídas a senhora em juízo: “Que tem a melhor impressão de Marcos e que até o admira, sendo que jamais admitira prejudicá-lo”.

Antes dessa resposta, ontem no depoimento, o Sr. Marcos Valério mencionou uma série de *e-mails* dirigidos por V. S^a a ele. Pude reter – e não tenho o texto aqui – que eram *e-mails*, que eram comunicações, dirigidas em tom amigável. Faço duas perguntas: a senhora confirma essas outras comunicações reportadas por Marcos Valério ontem? A senhora mantém essas declarações prestadas em juízo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não confirmo. O *e-mail* que Marcos Valério tem em mãos foi aquele único que está nos autos do processo, foi o que dei a ele. Nunca mandei-lhe *e-mail*.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Falou por telefone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Falei com ele uma ou duas vezes, por telefone.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Depois que saiu, em janeiro de 2004?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não foi sobre isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi sobre suas dificuldades financeiras?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Falou sobre o quê?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele me ligou um dia dizendo que era para eu ir até a DNA porque tinha um amigo que estava precisando de uma secretária.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora traçou aqui um perfil com uma série de críticas à personalidade do seu ex-chefe. Disse que ele era arrogante, que gostava de poder etc. Como é que a senhora explica, então, essa declaração em juízo por meio da qual diz ter dele a melhor impressão.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Explico pelo medo. Na verdade, ele é arrogante.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero perguntar-lhe, também, quais foram os fatos que o Sr. Marcos Valério informou ao Ministério Público e que resultaram na sua denúncia por crime de extorsão. A senhora pode descrevê-los?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Ele pediu para que a Adriana e a Simone fossem até a delegacia e dissessem que eu estava ligando para elas e pedindo algum tipo de dinheiro. Isso nunca aconteceu. Liguei para a Adriana algumas

vezes, sim, mas não foi por isso. Até então nos éramos colegas, nós sempre....

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nesse tempo em que a senhora fez essas ligações estava desempregada ainda ou tinha conseguido um novo posto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Estava desempregada. Inclusive, uma vez fui almoçar com elas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O seu marido. Como é o nome dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Vitor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vitor de quê? Somaggio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Vitor Somaggio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual é a atividade dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele mexe com logística integrada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele é médico de quê?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Oi! Logística!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Médico de logística.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Ele é analista de logística.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Analista de logística.

Trabalha para que entidade.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Ele trabalha para uma multinacional.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Como é o nome da multinacional?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – TNT Logística do Brasil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – TNT Logística do Brasil, lá em Belo Horizonte.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Sim, senhor, em Belo Horizonte.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sobre a agenda, Sr^a Karina. Quanto tempo a senhora reteve a agenda até entregá-la à Polícia Federal? A senhora manuseou a agenda até 2003, porque a agenda é de 2003. Não é isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pelo exercício. Quanto tempo a senhora demorou para entregá-la à Polícia Federal?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – As minhas agendas de trabalho ficam guardadas comigo

durante um ano. Fiquei com ela durante esse ano e, depois que teve o processo contra a minha pessoa, eu resolvi que a melhor maneira seria guardar a agenda, porque a agenda era a única prova que dizia que eu não tinha tirado nenhum tipo de documento da empresa, que foi um dos fatos do qual a Simone disse.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa agenda... Sr. Presidente, a Sr^a Karina está pedindo que o senhor peça um pouco de silêncio ao Plenário!

Obrigado, Presidente!

A senhora, nós temos, a Comissão tem, os membros têm a cópia dessa agenda, a agenda onde a senhora registra os eventos do seu chefe, eventos ligados à empresa. Então a senhora reputa correto a senhora sair da empresa e levar uma agenda que é da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – A agenda não era da empresa, a agenda era minha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A agenda, pelo que vi, tinha as atividades da empresa, ela não tinha atividades pessoais suas.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Não, tinha atividades minhas também. Anteriormente a eu começar lá, tinha anotações minhas. A agenda era minha, foi uma amiga quem me deu. Então ela era minha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora tinha intenção de sair do País?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Não, não tenho intenção de sair do País.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa hipótese que foi levantada a senhora refuta.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Não, não, o que eu tenho, o meu marido é descendente de italiano, eu morei durante dois anos e meio, dois anos e oito meses, na Inglaterra, tenho amigos lá ainda, então tenho vários amigos, tenho amigos que moram nos Estados Unidos, tenho amigos que moram na Itália, então tenho bastantes amigos de fora. É claro que gostaria de passear para fora, no exterior, mas, infelizmente, não tenho recursos para isso. Quando alguém quer me ver, eles vêm. Eu não vou. Mas eu não tenho nenhuma intenção.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora mencionou que percebeu que havia irregularidades na conduta do seu chefe. Por que a senhora nunca comunicou às autoridades ou a quem quer que seja essas irregularidades?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS – Primeiro, porque eu tinha medo e segundo, eu acho que, se eu chegasse e falasse qualquer coisa, todo o mundo.... No começo, todo o mundo já falou que eu estava, que tudo o que eu falei era mentira, então o senhor imagina

chegar do nada e chegar numa delegacia de polícia e falar tudo. Não ia dar em nada. Ia ficar parado lá.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a senhora disse que mudou o depoimento na Polícia Federal, não apenas porque mudou de advogados, mas porque teria sido ameaçada. E a minha pergunta é: quando a senhora foi ameaçada, a senhora comunicou a outras pessoas, a seu marido, seus ex-colegas? A senhora não comunicou a ninguém essa ameaça.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, no dia da ameaça, eu fiquei com muito medo. As pessoas que me conhecem, que foram à minha casa, viram que eu estava apavorada de medo, me perguntavam o que que tinha, o que que estava acontecendo, e eu não disse absolutamente a ninguém, nem ao meu marido nem.... Eu guardei comigo, fiquei angustiada, durante cinco, quase uma semana, morrendo de medo, sem sair da minha casa. Eu saí da minha casa, na sexta-feira, quando eu fui encontrar o Dr. Rui, por intermédio de uma amiga.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Na sua interpretação do email que a senhora interpreta que teria vindo de um servidor público, de um computador público, a senhora alegou que isso teria permitido o acesso ao seu computador e, portanto, à sua conta bancária. Aí a indagação que lhe faço: a senhora procurou o diretor ou alguém do banco onde a senhora tem conta? Qual o banco que a senhora tem conta?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Banco Bradesco.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Bradesco. Qual é a agência?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Agência de Varginha. Eu moro em Belo Horizonte, mas tenho agência em Varginha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora não tem conta em Belo Horizonte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eu tenho uma conta do Banco do Brasil onde eu recebia o meu salário da SMP&B.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E depois transferia o salário para essa agência de Varginha?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso. Ou pagava lá, para não pagar CPMF.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por quê?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quando não transferia, era para não pagar CPMF, dava para pagar tudo lá...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, claro, sempre tentamos transferir o mínimo. Mas por que a senhora tinha a sua conta em Varginha e não em Belo Horizonte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque eu morei em Varginha também. Eu trabalhei na Phillips do Brasil, em Varginha, e a minha conta lá era salário. Quando eu saí, eu continuei com a conta do Bradesco, mesmo porque eu conheço o gerente da minha conta e eu achei que, se eu passasse para Belo Horizonte, eu ia perder o vínculo, caso eu precisasse de alguma coisa relativa a gerente de banco; mas eu nunca precisei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a senhora procurou a direção do Banco?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, porque o que aconteceu foi o seguinte: esse meu amigo disse que era para eu trocar todas as senhas do meu computador, e foi o que fiz. Troquei todas as senhas e vi que, aparentemente, nunca ninguém entrou na minha conta, mesmo porque, se alguém entrasse, só se fosse para fazer depósito, porque não tinha jeito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Rands.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou entusiasmado aqui com a face branda e carinhosa do Deputado Maurício Rands que teve aqui com a Sr^a Fernanda Karina. Quero parabenizá-lo por esse tratamento com a senhora que aqui está nos prestando estes esclarecimentos.

Mas, Sr^a Karina, eu quero, em primeiro lugar, dizer exatamente que não sei a motivação das suas declarações e nem me interessa saber.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas faço questão de falar para o senhor: eu faço isso pelo meu País.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu ouvi o seu depoimento inicial, as suas declarações de preocupação, inclusive com o Brasil, e quero crer que seja realmente por aí – pelo menos o meu desejo é esse.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O importante é que suas declarações foram feitas. Isso foi muito importante para mostrar ao País que há uma rede, que há tráfico de influências e, conseqüentemente, corrupção.

Isso é importante, e creio que lhe deve gratificar de alguma maneira, porque esse fato, provavelmente, deve estar lhe trazendo muitos transtornos para a sua vida pessoal e familiar.

Eu a parabeno por essa coragem. E não me interessa o porquê. Isso é do seu foro íntimo. O que a senhora declarou aqui eu vou tomar como verdade. Portanto, é uma atitude corajosa.

A senhora revela dados importantíssimos e há um escândalo nacional. A sua participação tem sido muito importante. V. S^a relatou mais de 20 ou 30 itens que foram comprovados ...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Trinta e três.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vinte e três?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, trinta e três.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Trinta e três comprovações de suas declarações. E, dia a dia, a realidade está se mostrando, ou seja, as suas assertivas são verdadeiras. Mas eu gostaria apenas de saber mais alguns detalhes, se a senhora puder nos fornecer aqui. A senhora declarou que o Sr. Marcos Valério comunicava-se, com frequência, com pessoas como o Sr. Delúbio Soares – está na sua agenda –, o Sr. Silvio Pereira, e também o Ministro, hoje Deputado José Dirceu.

Eu lhe pergunto: A senhora poderia informar o procedimento para a realização desses contatos? Isto é, o Sr. Marcos Valério era quem tomava a iniciativa de procurar os membros do Partido dos Trabalhadores ou os membros do Partido do Trabalhadores é que procuravam o Sr. Marcos Valério? Como é que se davam essas relações?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eram as duas coisas. Algumas vezes, ele pedia que eu ligasse e, outras vezes, eles ligavam perguntando pelo Sr. Marcos, onde ele estava ou, se ele estivesse lá, eu passava a ligação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vi na sua agenda um telefonema de Delúbio Soares para ele, quando ele estava em outra atividade, e o Sr. Delúbio deixou o telefone para ser procurado.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Acho que ele estava em Brasília.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, o Delúbio e as autoridades também... No caso, até o próprio Sr. José Dirceu procurava o Sr. Marcos Valério?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu liguei para o gabinete do ex-Ministro José Dirceu apenas uma vez, conversei com... eu achava que era a secretária, agora eu não sei se era a secretária, porque não lembro o nome, e pedi para que ela dissesse que era para ligar para o Sr. Marcos no celular. Só.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O contato mais freqüente era com o Delúbio Soares...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E com o Sr. Silvio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o Sr. Silvio Pereira.

Houve contatos por *e-mails*?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei, porque eu não tinha acesso aos *e-mails* do Sr. Marcos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tinha acesso aos *e-mails*.

V. S^a ligou para o número do gabinete do Sr. Ministro José Dirceu apenas uma vez?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na entrevista à revista **ISTOÉ**, a senhora havia dito que o Sr. Marcos Valério usava jatos do Banco Rural.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, o que já foi comprovado também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está comprovado, não é?

E qual era o procedimento adotado para requisitar esses jatos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu liguei algumas vezes para a secretária do Sr. José Augusto Dumont, que era vice-Presidente ou Presidente do Banco Rural, e apenas avisei que o Marcos iria usar o jato do banco.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora sabe dizer a frequência mais ou menos...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Era ele quem marcava com...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque ele falou ontem aqui que ele utilizou apenas duas vezes o avião do Banco Rural.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele usou mais vezes os aviões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Usou então...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele usou algumas vezes do Banco Rural e algumas outras vezes jatos particulares de contatos dele, que não sei quem são.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora sabe dizer se o Sr. Marcos Valério algumas vezes, nessas viagens com o jato do Banco Rural, teria sido acompanhado de algumas dessas autoridades citadas: Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Genoíno? Sabe informar?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu acho que uma vez o Sr. Delúbio voou no jato

do Banco Rural, mas foi num final de semana, porque eu nunca o vi. Está marcado na agenda que ele foi a Belo Horizonte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora sabe como ele se deslocava nas capitais onde ele ia, como Brasília, São Paulo? Como ele se deslocava? Ele alugava um veículo com motorista, alguém ia pegá-lo no aeroporto? Qual era o sistema dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei, ele nunca me disse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora nunca fez um aluguel em uma locadora para ele se locomover?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu fiz um aluguel apenas uma vez de um veículo Doblò, na cidade de Ribeirão Preto, onde ele foi passar um final de semana com a família.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Basicamente em São Paulo e Brasília, como se dava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei. Nunca estive com ele; não sei como ele fazia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, eu sei que a senhora não estava com ele. Mas, digo, ele pedia uma locação de veículo ou alguém ia pegá-lo no aeroporto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não que eu me lembre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque ele não ia se deslocar de táxi. Não sabe o sistema de transporte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não sei o sistema de transporte, infelizmente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora poderia confirmar se o Sr. Marcos Valério se hospedou ou teve algum encontro de negócios em São Paulo no Hotel Blue Tree?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – No Blue Tree, em São Paulo, eu acho que tem uma anotação na agenda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora falou também na revista **ISTOÉ**, que a empresa SMP&B tem a conta do Banco do Brasil, na parte de esportes, através da Multiaction, uma das agências do grupo. A senhora disse na entrevista que não seria um negócio muito honesto. Quais as evidências a senhora teria para fazer essa afirmativa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, na verdade eu disse que ele tinha com a Multiaction. A parte de que não era muito honesto eu não sei se ele colocou a mais ou não. Mas, realmente, o Banco do Brasil tem o contrato, na área de espor-

tes, com a Multiaction e que foi intermediado pelo Sr. Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse contrato existe, mas não há essa avaliação de se é muito honesto ou não? Qual é a relação?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, eu não sei se ele está em vigor até o momento. Não sei como é que está.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quais são as pessoas que realmente eram responsáveis por esses saques da empresa DNA e SMP&B?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Da DNA eu não posso informar, porque não trabalhei na DNA. Eu só trabalhei na SMP&B.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, lá quem era responsável pelos saques? Quem realmente fazia esses saques? A Simone? A Geiza?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei. Na DNA não sei.

Na SMP&B, os responsáveis que faziam a provisão dos saques era a Simone, que era Diretora Financeira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na sua declaração à Polícia Federal, do dia 21 do mês de junho, V. S^a disse que a atuação de Marcos Valério, junto a parlamentares, para aderirem a algum interesse do Governo, em determinado momento, incluía pagamento de dinheiro e troca de favores para que esses parlamentares beneficiários se tornassem aliados para aquele fim. A senhora confirma essas declarações na Polícia Federal?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Confirmo porque ele ligava para as pessoas, dizia que tinha conversado com... “Conversei com o nosso amigo, estou indo para Brasília e a gente vai se encontrar para uma reunião”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Também há uma declaração sua que considere muito interessante:

“(…) que, entre os funcionários da empresa SMP&B Comunicação, era de pleno conhecimento que vultosas quantias saíam da empresa em malas destinadas a Brasília para pagamentos a Deputados, mas, entretanto, não sabe para qual finalidade, como também a depoente jamais observou o conteúdo das referidas malas que eram levadas pelo Sr. Marcos Valério.”

A senhora confirma essa declaração? Há possibilidade de essas malas terem carregado outra coisa? Como é que a senhora chega à posição de que era dinheiro o que, efetivamente, havia nas malas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Pela logística dos saques. Os saques tinham

uma logística. Os *motoboys* chegavam mais cedo, ou quem ia ao banco ajudar, no caso a Geiza, chegava uma hora mais cedo. Aí, já sabíamos que era para ir ao banco. Eles saíam, iam ao banco, sacavam, voltavam para a SMP&B, entregavam o dinheiro ou para a Geiza ou para a Simone. Elas separavam e, depois, era avisado ao Sr. Marcos que estava tudo pronto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Há um depoimento de V. S^a que considero da maior importância, em que se diz:

“(…) que a depoente não tem idéia da origem do dinheiro utilizado pela empresa SMP&B Comunicação Ltda. no pagamento do denominado mensalão aos políticos. Porém, ouviu, por várias vezes, Marcos Valério, Simone e os demais sócios comentarem “o amigo mandou dinheiro”.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Isso é verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a senhora tem alguma suposição de quem seria o amigo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Não tenho porque eles não falavam nomes de políticos, apenas alguns. Tanto é que muitos nomes de pessoas ligadas a vários partidos que estavam na agenda eu não sabia que fazia parte da vida política do Brasil. Fiquei sabendo porque os repórteres me ligavam, porque alguém passou para eles...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora ouviu ele dizer que um amigo mandava dinheiro. Quer dizer, havia uma origem desse dinheiro que alguém mandava.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Ele falou isso uma vez na porta da sala dele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que dava a entender que volumes altos de recursos seriam transferidos.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, porque ele sempre se gabava de ter muito dinheiro, de ter dinheiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Outra declaração sua é a de que:

“(…) de fato, o Sr. Marcos Valério, por diversas vezes, telefonava para o Deputado José Mentor, Relator da CPI do Banestado, e sempre que isso acontecia, logo em seguida, Marcos Valério ligava para o Sr. José Augusto Dumont, então Presidente do Banco Rural, acreditando com isso que Marcos Valério possa ter intercedido para que aquele banco não fosse incluído nas apurações do denominado caso Banestado.”

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso eu já respondi para a Deputada Heloísa Helena e confirmo. É isso mesmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora também declara que presenciou a saída do *office-boy* e do *motoboy* da empresa, com destino ao Banco Rural, para sacarem vultosas quantias em dinheiro que eram entregues a Simone Vasconcelos.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, tudo isso aqui está devidamente confirmado por V. S^a?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu estava sob juramento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, ajudando no controle do tempo, vou lhe favorecer com 2 minutos e 50 segundos, agradecendo à Sr^a Fernanda os esclarecimentos e declarações que considero da maior importância para os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado, Sr^a Fernanda.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobre Relator, demais membros desta CPMI, Sr^a Fernanda Karina, a senhora sabe dizer se a empresa Flytour era agência utilizada pelo Sr. Marcos Valério para aquisição de passagens aéreas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Era uma operadora da Flytour que hoje não trabalha mais com a Flytour. O nome dela é Exodus Turismo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Êxodo Turismo?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exodus Turismo. Ela era operadora da Flytour na época.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, se oficiarmos a Exodus Turismo como operadora da Flytour, ela certamente saberá nos informar todo o relatório gerencial de aquisição de passagens e também as rotas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Até um certo ponto sim. Depois ele brigou com o moço que fazia o *check in* da Exodus Turismo, aí ele não gostou dos serviços do moço e pediu que mudássemos para a BBTur. Segundo ele, teria um tratamento vip dentro da BBTur.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – BBTur.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – BBTur, que é a agência de viagens do Banco do Brasil.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, Sr. Relator, gostaria, na verdade, de retificar o que disse ontem, sugerindo a V. Ex^a que fizesse um ofício solicitando à Flytour o relatório gerencial corporativo, que indicaria os nomes e também o relatório gerencial por rotas, que indicaria exatamente o roteiro dessas viagens, no sentido de que fosse incluído a empresa Exodus e a BBTur, porque todas elas eram agências que prestavam serviços à agência do Sr. Marcos Valério e, portanto, saberiam dizer quem viajava, o beneficiado pelo Sr. Marcos Valério, as viagens que ele fez, até para ver se há uma coincidência com as datas agendadas na agenda da Sr^a Fernanda Karina.

Sr^a Fernanda Karina, ontem fiz uma série de indagações ao Sr. Marcos Valério e tive a impressão de que ele nunca foi publicitário, não no sentido da sua formação acadêmica, porque ele não se formou como publicitário. Mas é que, mesmo nas agências de publicidade em que ele atuava, ele era um operador e, infelizmente, tudo está indicando, um operador do Partido dos Trabalhadores. Ele não conhecia BVs, como funcionavam, e tudo ele dizia que não era da área dele. A única coisa que ele informou que era da área dele era a área comercial, no sentido de contatos. Ele fazia contatos com políticos e afirmou, inclusive, que todas as reuniões que fez com líderes ou presidentes do PL, do PP, do PTB ou do PMDB eram para tratar de campanhas eleitorais.

Nesse momento, indaguei a ele, já que ele tinha tantos contatos com essas pessoas, elas todas relacionadas na sua agenda, e a conversa mantida era sobre campanhas, se ele tinha feito alguma campanha para esses partidos em todos os cinco mil Municípios do País.

Sr. Presidente, pediria um pouco mais de silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Estou fazendo essa colocação pelo seguinte: ele se relacionava com o Líder do PP, do PMDB, do PL e do PTB e com todos falava sobre campanha, mas não fez a campanha de nenhum desses partidos em nenhum dos Municípios do País. Então, a impressão que me fica é a de que ele nunca foi um publicitário na acepção realmente da palavra, que ele nunca exercia esse papel de publicitário. A senhora tem essa mesma impressão enquanto secretária executiva que foi dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Tenho a mesma impressão do senhor. Tenho. Ele nunca foi publicitário, ele nunca tratou de propagandas com ninguém, a não ser levar uma pessoa que ele conhecia e que se gabava de ter uma agência superestruturada, aí deixava a pessoa lá e passava para

o pessoal técnico de apoio. Era só assim, ele só fazia a parte financeira da empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado.

A senhora, como secretária, era quem fazia as agendas das atividades do Sr. Marcos Valério?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, eu marcava algumas reuniões, porque ele sempre mudava, e já disse anteriormente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Adquiria passagens aéreas?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Adquiria passagens aéreas, sim, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Fazia as ligações que lhe pedia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quando ele estava na empresa, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Inclusive fazia eventuais justificativas de reuniões que ele marcava e teria que desmarcar?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, de vez em quando.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Era também quem fazia reserva de hotéis?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Era eu. Algumas reservas, sim, e outras reservas... algumas reservas foram feitas em nome da Multiaction.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, Sr. Presidente, fiz essas colocações à Sr^a Fernanda Karina porque percebi, no Conselho de Ética, para meu dissabor, e hoje também, com menos intensidade, para minha alegria, que algumas pessoas têm tentado desqualificar o testemunho dado pela Sr^a Fernanda Karina, ora dizendo que ela voltou atrás, ora dizendo que ela se desdisse, ora dizendo que ela mudou o seu depoimento. Acontece, nobre Relator, que, como bem disse o Senador César Borges, não está em pauta aqui uma investigação sobre a vida pessoal dela, não está em pauta aqui se ela se desdisse, ou não ou qual a motivação que a levou a dizer o que está dizendo agora. O que está sendo analisado aqui é que essas afirmações que ela faz agora estão encontrando respaldo, ressonância em todas as outras provas e testemunhos que estão sendo trazidos para a CPI. Então, em vez de nos preocuparmos em pegarmos contradições, eventuais mudanças nos depoimentos, a preocupação dos membros desta CPI deveria ser ir a fundo naquilo que ela fornece como subsídio, porque os subsídios estão sendo confirmados. Se agora é a segunda, terceira, quarta versão, não importa. O que importa é a versão que corresponde aos fatos, e versões dadas antes de

muitos fatos supervenientes, portanto, que vieram depois da última fala dela na Polícia Federal.

Gostaria de fazer mais algumas indagações.

Normalmente, as secretárias têm agenda de telefone, inclusive vi em algum jornal, ou o próprio Marcos Valério mostrou, e a impressão que se tinha é que a senhora teria uma agenda, agenda que foi impressa do seu computador, no programa Outlook.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Imprime-se, leva-se para casa, porque muitas vezes, no sábado, no domingo, liga para pedir telefone.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Acho que todos nós fazemos isso...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E todas as secretárias têm.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ... e sabemos que é uma prática, e todas as secretárias têm a agenda em casa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com base nessa afirmação, que é de notório saber, indago-lhe: a senhora teria condições de fornecer à CPI todos os telefones nos quais a senhora contatava o Sr. Delúbio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pediria, Sr. Presidente, um pouco de silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, eu tenho o telefone. Só não sei se ele já mudou de telefone ou não. Mas eu tenho os telefones.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A informação que tivemos é que o Sr. Delúbio usava inúmeros números. Essa afirmação procede?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Procede. Mas eu não tinha todos. Eu tinha...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas a senhora chegava a ligar para telefones diferentes, várias vezes?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque, na verdade, a melhor maneira de fazer o contato entre o Sr. Marcos e o Sr. Delúbio era ligando da SMP&B, em Minas Gerais, para o Diretório Nacional do PT, em São Paulo, e deixar o recado para que o pessoal dele entrasse em contato com ele, pediu-se para que ele retornasse para o celular do Marcos. Era sempre assim. Algumas vezes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A melhor forma de localizá-lo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Algumas vezes que o Marcos sabia que ele estava no Diretório foi que eu conversei com a secretária dele enquanto nós transferíamos as ligações juntas, que também é prática normal de secretária transferir junto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito. A senhora poderia fornecer a esta Comissão os telefones que tinha do Sr. Delúbio, quer fosse telefone pessoal, telefone da residência, do Diretório ou mesmo celular?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. Inclusive tenho o endereço dele residencial.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pediria que a senhora fornecesse, porque foi determinada a quebra do sigilo telefônico dele, para que tivéssemos pelo menos alguns dos números, já que nos consta que ele utilizava vários celulares e vários números diferentes.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, aqui na minha agenda consta o Sr. Delúbio Soares de Castro, endereço: Rua Silveira Martins, 132. Centro. Aí tem o CEP. São Paulo, capital. Telefone comercial era 1132431324; um celular daqui de Brasília: (61) 99707756; e um outro, que era a Edilene, que é a assistente dele, que é o (11) 96600885.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É de uma assessora dele? Edilene?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso. Não sei se ela continua...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Daí ela o localizava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente. Então, quando ele demorava muito para responder quando eu ligava no Diretório em São Paulo, eu corria atrás dela por esse telefone, porque ela estava sempre com ele.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E com relação aos telefones do Deputado José Dirceu?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, o Deputado José Dirceu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A senhora saberia fornecer? A senhora o contatava via Casa Civil, via celular ou via Diretório Nacional?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu tenho aqui. Um minutinho só.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não. Talvez, em razão da agenda, ainda estivesse na letra M, Ministro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Tem aqui o telefone, só tem um telefone do Sr. José Dirceu. O comercial é (61) 411 1801, e um outro que é (61) 411 1935. Não sei se continua esse ainda também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço. Ouvi a senhora falando sobre uma festa, quando eles ganharam a licitação dos Correios.

A SRA. FERNANDA KARINA SOMAGGIO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu fiz uma pergunta ontem ao Sr. Marcos Valério, se ele deu o aval no primeiro semestre de 2003, aquele aval naquele empréstimo de R\$2,7 milhões.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele confirmou que deu esse aval pessoal no primeiro semestre. Eu perguntei se ele tinha conhecimento de que se, no segundo semestre, iniciavam-se as licitações do Governo Federal. Ele disse que sim. E, coincidentemente, no segundo semestre, ele ganhou a licitação dos Correios e do Banco do Brasil, uma licitação nova. Não é do Governo anterior que veio para este; uma licitação nova. Então, isso para mim já causou estranheza, porque não me parece que alguém que já tinha as contas, como ele tinha as contas, poderia prestar um aval para o Partido dos Trabalhadores, partido do Presidente da República. Então, esse procedimento dele, para mim, já é antiético minimamente. Mas ouvi a senhora dizer o seguinte: um dia antes, foi feita uma festa. Não entendi muito bem esse “um dia antes”, se era um dia antes de sair o resultado...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Um dia antes de sair o resultado da licitação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Em razão das compras feitas para essa festa, que não se sabia o motivo, mas foram terminadas...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu fiquei sabendo o motivo no dia da festa. Eu sabia que existia a festa, mas nós não sabíamos o motivo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perdoe-me. Eu não estava aqui antes, mas a senhora saberia dizer qual foi o dia da festa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não me lembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nós teríamos aqui, esta Comissão, mecanismos junto a funcionários da empresa para saber em que dia ocorreu essa festa, para sabermos se foi exatamente um dia antes de ele ter ganho?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu lembro que era final de ano, mas não lembro exatamente o dia. Eu lembro que era um final de ano, em novembro, outubro, novembro, dezembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas por que a senhora afirma que é um dia antes de sair o resultado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque a festa já estava pronta. Eles já tinham mandado comprar a comida, a champanhe e a bebida num dia antes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não sabiam por que razão.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sabíamos o porquê. Sabíamos que ia ter uma festa e só ficamos sabendo a razão no dia da festa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito. A senhora já ouviu falar do Sr. Sidney?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Sidney, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque, na verdade, recebemos uma informação – e confesso que ainda não foi comprovada –, de que o Sr. Sidney teria sido aquele senhor que foi àquele Município – acho que São Desidério – para adquirir terras, ou seja, foi onde foram adquiridas as fazendas do Sr. Marcos Valério. A senhora se lembra onde eram as fazendas dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eu sempre disse: eu nunca soube que ele tinha fazenda.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, finalizo aqui, na verdade, fazendo algumas ponderações. No Conselho de Ética, quando a Sr^a Karina foi ouvida, confesso que fiquei assustado com algumas colocações por parte de integrantes do Partido dos Trabalhadores. Hoje, ela foi inquirida aqui como uma testemunha que oferece importantes elementos de prova para demonstrar esse elo do Sr. Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores. Naquele dia, no Conselho de Ética, era uma verdadeira inquisição, para não dizer ofensas, até mesmo à pessoa da Sr^a Fernanda Karina. Em um dado momento, perguntaram a ela por que ela não tinha anotado a chapa daquele motoqueiro que parou do lado dela e a ameaçou de morte, como se alguém que tivesse a si mesma, sua filha e seu marido ameaçados de morte no trânsito tivesse a tranqüilidade de analisar, de ver a chapa, a cor da moto, coisa que o valha. E também se procurou dizer, naquele momento, que tudo que ela sabia era por ouvir dizer. E nós sabemos que uma secretária, até pela atividade, Sr. Relator, sabe tudo sobre o dia-a-dia

daquele para quem ela trabalha: telefones, agendas pessoais, hotéis, passagens, para onde foi, para onde não foi. Então, só quero aqui, mais uma vez, reiterar que o ouvir dizer de uma secretária não é o ouvir dizer de um corredor de um ambiente público qualquer. O ouvir dizer de uma secretária não é o ouvir dizer de um campo de futebol. Enfim, o ouvir dizer de uma secretária é o ouvir dizer de quem está abalizada para afirmar coisas porque tem conhecimento profundo sobre o dia-a-dia daquele para quem ela trabalha. É o registro final que faço. Agradeço a paciência de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr^a Fernanda Karina.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, apenas uma questão aqui importante. Vejo que a informante está visivelmente cansada. Não sei se ela fez um lanche, se ela almoçou. Talvez fosse bom perguntar se ela quer algo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Na hora em que eu precisar de alguma coisa, eu peço autorização. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O nome que se segue não dá para ler. Quem é? Desisto.

Deputado Eduardo Paes.

Senador Sibá Machado.

Deputado Maurício Rands.

Senadora Ana Júlia Carepa.

Antonio Carlos Magalhães Neto.

Wellington Fagundes.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, a Senadora Ana Júlia me cedeu. Há até uma seta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – É verdade, Senador Jorge Bittar. Há uma seta aqui, indicando.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado, pelo “Senador”. Mas sou apenas um humilde Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Deputado Jorge Bittar. Senador e Deputado são iguais na segunda parcela do mandato de Senador. Pediria ao nobre Deputado que se mantivesse nos seus 15 minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois, não. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Fernanda Karina Somaggio, vou lhe fazer algumas perguntas para as quais solicitaria a sua resposta, até para que eu possa encadear melhor os fatos ocorridos. Talvez algumas até já tenham sido respondidas. A senhora disse que houve....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB. Fazendo soar a campainha.) – Perdão. Mas gostaria

de pedir às pessoas que estão na lateral e na parte detrás que, por gentileza, não falassem, porque não se consegue ouvir com clareza, e a depoente está exatamente querendo ouvir e não consegue. Por gentileza, vamos manter um silêncio maior.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu peço que então o placar seja...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a iniciará agora.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. O pessoal não zerou e tem um minuto. Há informações públicas de que houve duas entrevistas, mas a senhora disse que teve apenas uma primeira conversa com o jornalista Leonardo Attuch. Essa conversa ocorreu em que dia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não me lembro o dia. Eu lembro que era começo de setembro. Acho que era setembro. Começo de setembro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – No começo de setembro. A senhora não lembra o dia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa conversa foi realizada em que local?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele foi até a minha empresa, onde eu trabalhava, na empresa onde eu trabalho. Foi dentro de um táxi. Ele parou o táxi e pediu... ele estava lá e eu fiquei muito sem graça, querendo tirar ele de lá para não ter problemas no meu trabalho. E a gente conversou durante 40 minutos dentro de um táxi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Dentro de um táxi?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora, por acaso, nesse mesmo período, tirou uma sessão de fotos na Agência Primeiro Plano, de Belo Horizonte?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei o nome da agência. Mas, enquanto eu entrei no táxi, ele disse que ele estava... que a gente ia conversar na casa de um amigo dele, que é perto de onde eu trabalho, mas eu não sei onde é porque eu não sei andar em Belo Horizonte direito. Aí fui com ele. É uma casa e, dentro dessa casa, é um estúdio fotográfico.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E a senhora foi fotografada?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aí, ele pediu para que eu tirasse algumas fotos. Eu disse que não, que eu não queria isso, que eu não gosto de tirar fotos, não gosto de nada disso. Ele

disse “Não, tira, tira.” Ficou me apertando e eu acabei cedendo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer, para recapitular. A senhora disse que deu a entrevista no táxi. Esse táxi foi até essa agência Primeiro Plano e a senhora tirou fotos. E a senhora disse que não estava dando entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não estava dando entrevista.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora acha que as fotos...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não acho nada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...têm que serventia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não acho nada. Ele disse que só iria tirar fotos para ficar guardado, caso ele precisasse.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Bom. É, no mínimo, estranho, a senhora há de convir. Ninguém vai a uma sessão pousar para fotos sem que haja uma finalidade específica para isso. A senhora mesmo disse a ele que não desejava dar entrevista; e, ao mesmo tempo, deu a entrevista, porque, pelo jeito, ele gravou sua entrevista durante todo o tempo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas ele tinha dito que ele não estava gravando, e eu acredito que nesse instante... Agora, se tirei foto ou não tirei foto, tanto faz. Já está feito mesmo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, à Sr^a Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, uma coisa tem me intrigado. Desculpe-me, Deputado Bittar. Mas uma coisa tem me intrigado aqui, que foge um pouco ao jurídico e a que nós devemos obedecer. É que a testemunha responde sobre fatos – fatos: qual é o fato; qual é isso; qual é aquilo. Devemos nos abster do que pensamos ou deixamos de pensar, porque isso virá no momento de fazermos os relatórios, etc.

Então, Sr. Presidente, estou vendo que a testemunha, a informante, está nitidamente cansada. De modo que devemos nos ater a fatos. Esse é o rito que se prevê para qualquer testemunha, e devemos fazer isso. Tomo um minuto, dois minutos, três minutos, mas não vou julgar aqui.

Não estou julgando testemunha, não estou julgando colega, não estou julgando ninguém. Queremos saber dos fatos apenas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu também não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Agradeço. O minuto de V. Ex^a será descontado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria de fazer um comentário. Evidentemente, terei crédito de alguns minutos. Mas, diria à Juíza Denise Frossard que o mesmo não ocorreu com relação a outros depoentes aqui. Ontem mesmo...

A SRA. DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O que não justifica, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – V. Ex^a não teve tanto zelo assim ontem, quando ele foi bombardeado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A palavra está com o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Parece estranho. Estou sendo absolutamente cortês, absolutamente cordial. Apenas, julgo contraditório; as informações não têm consistência...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Continue Deputado. V. Ex^a terá um desconto em seu tempo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...e preciso testar a consistência das informações.

Registro que a entrevista foi no dia 2 de setembro, conforme veiculado pelo jornalista Leonardo Attuch, e que a ação judicial ajuizada por Marcos Valério ocorreu um dia antes, por uma suposta tentativa de extorsão, tal como está registrado na ação judicial que temos aqui conosco.

Então, na verdade, algo aconteceu, antes dessa primeira entrevista, na sua relação com o Sr. Marcos Valério. É correto isso? Porque se ele moveu uma ação...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Correto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Uma coisa que me intriga, também, é que a senhora disse que foi ameaçada um dia no percurso entre o seu trabalho e o seu local de moradia. E foi ameaçada por uma moto. Um motoqueiro conseguiu parar o seu carro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Nós paramos num sinal vermelho. O sinal tinha fechado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei, foi no sinal, e aí, então, ele ...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. E se o senhor me perguntar também se eu

vi a moto, não vi. Se ele estava me seguindo, não me atentei a esse fato. Nunca achei que alguém pudesse me seguir.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

A senhora nos relata aqui fatos que são reprováveis, ocorridos na empresa durante os nove meses em que a senhora lá esteve. A senhora compartilhou essa sua preocupação com o seu marido, com a sua família como um todo? Por que a senhora permaneceu nove meses e só saiu quando foi exonerada da empresa tendo convivido com ambiente absolutamente reprovável, sob todos os aspectos, pelo cenário que a senhora nos constrói?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Algumas coisas falei com meu marido e ele sempre achava que era para eu sair de lá. Só que, no Brasil, demora para a gente arrumar emprego, infelizmente. Então, eu não podia sair de uma empresa sem ter como me sustentar, porque sou cidadã, eu recebo, eu vivo do meu salário, única e exclusivamente. Então, você abrir mão do seu salário onde tudo é apertado, porque conta de energia é cara, conta de água é cara, conta de telefone é cara; a escola da minha filha, que deveria ser paga pelo Governo, é cara, pagar plano de saúde é caro. O senhor há de concordar que R\$2 mil não dá para pagar tudo. Então, eu precisava de, primeiro, arrumar um emprego

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas se a senhora convive num ambiente com malas de dinheiro, conforme a senhora mesmo diz, com relações promíscuas com o Poder Público, me parece, então, que o preço que a senhora cobrou para conviver durante esses nove meses foi R\$2 mil por mês, que era o seu salário.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É o que eu posso entender em relação à consciência que a senhora revelou, declarou aqui no início, preocupada com o Brasil, com a justiça social, com a ética e tantas coisas. Eu digo isso porque a senhora é acusada pelo Marcos Valério por uma tentativa de extorsão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu acho que V. Ex^a não é juiz dela.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim... Bom...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Eu vou descontar o tempo. (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Questão de ordem. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O artigo da interpelação de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Artigo nº 131 do regimento interno, Senhor Presidente, que fala de questões de ordem para colocar a tramitação de ordem dos trabalhos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É questão de ordem. Sr^a Senadora, por favor.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor é tão democrático. Será que eu não posso falar nunca?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se eu estiver errado, a senhora me... Mas, Senadora, a senhora nunca foi formalista, agora, a senhora pede até o artigo quando eu vou falar, Senadora. Por favor. Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O 131 fala...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – 131, 131. É questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – É questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A questão de ordem deve ser argüida sob a ordem dos trabalhos. É nesta perspectiva, ou seja, a questão de ordem é invocada quando a ordem dos trabalhos não está seguindo o fluxo normal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Então, é pela ordem. V. Ex^a, pela ordem, tem a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Veja, Sr. Presidente, na verdade, objetivamente, eu quero dizer o seguinte: durante todos os depoimentos que nós estivemos aqui, Deputados fizeram o juízo de valor. Ontem, inclusive, o depoente foi chamado de lavanderia, hipócrita, etc. Eu acho que isso é indesejável. Indesejável, não deve se fazer, mas não houve nenhum tipo de intervenção.

O Deputado Bittar está fazendo perguntas e a arguição é dele. Eu acredito aí, dialogo com a Deputada Denise Brossard, que é de bom tom, até pela formação de V. Ex^a como juíza, sempre o foi, que permitamos o Deputado Bittar continuar na arguição, sem interrupções. Ele não está sendo ofensivo. Aliás, já houve gente aqui muito ofensiva, que, inclusive, usou pejorativos para denegrir. Eu acho que não é bom. Mas, eu também não aparteei, nem Vossa Excelência interveio.

Então, vamos permitir que todos nós continuemos nesta linha e, é claro, se houver excesso da parte de alguém, vamos depois nos entender como fazer. Agora, não é justo que o Deputado Bittar, fazendo perguntas, seja interrompido na sua arguição.

É a questão de ordem que coloco, Sr. Presidente, para que não permita que os depoentes sejam interrompidos por apartes. Não há apartes nas questões. Tenho certeza de que a Deputada Juíza, com a imparcialidade que sempre governou o exercício da judicatura por ela, compreenderá que não se pode ter dois pesos e duas medidas quando se arguir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O Deputado Bittar tem o desconto no tempo de dois minutos e meio.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Nobre Deputada, vamos terminar e, logo após o Deputado Bittar, eu dou a palavra à V. Ex^a. Por favor...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr^a Fernanda Somaggio, a senhora nos disse que conheceu Leonardo Attuch, o jornalista, através dos artigos dele veiculado através da revista **ISTOÉ** ou **ISTOÉ Dinheiro**?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – **ISTOÉ Dinheiro**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – **ISTOÉ Dinheiro**. Então, a senhora... Que é uma publicação voltada para a área de economia. A senhora, então, tem...

A SRA. FERNANDA KARINA SOMAGGIO – Eu recebo por *e-mail*, aí, então, você pode acessar a **ISTOÉ** normal, a **ISTOÉ Gente** e a **ISTOÉ Dinheiro** e a nova publicação deles, a **ISTOÉ Rural**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Certo. A senhora tem uma assinatura dessa revista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu recebo por *e-mail*. Você entra no *site* deles e eles te mandam uma *newsletter*, sempre. Então...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gratuitamente.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É gratuitamente. E qualquer pessoa pode entrar e pedir.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora, quando ficou preocupada com um *e-mail* que a senhora recebeu, a senhora recorreu a um técnico de informática de nome Daniel, segundo a informação que a senhora nos forneceu aqui, hoje, e nos disse hoje que o Daniel se encontra, neste momento, no exterior. Eu gostaria de obter o nome completo do Daniel. A senhora poderia nos oferecer?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu... eu não sei. Ele é meu amigo. Eu só chamo... Na verdade, eu chamo de Dani. Eu não sei o nome completo dele, não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei, mas a senhora tem o endereço da família dele em Belo Horizonte...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Eu só tenho o telefone dele e não está aqui comigo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Telefone de quem?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Telefone do Daniel.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não tem aqui o telefone do Daniel?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu não trouxe.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora sabe nos informar... A senhora disse que ele mora em Londres agora?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele mora em Londres.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora tem o endereço dele em Londres?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas a senhora... Então, a senhora não tem informação nenhuma hoje aqui para nos fornecer? A senhora poderia nos fornecer o telefone dele em Londres, então?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Não tem problema nenhum. Depois eu mando, sem problema nenhum.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Peço, então, à senhora que nos envie o endereço do Daniel, porque estou curioso de saber... Sou profissional da área de informática e estou curioso de saber a abordagem dele sobre essa polêmica, essa questão dos *e-mails*.

A segunda entrevista que a senhora... A segunda entrevista ou, enfim, a segunda conversa que a senhora teve com o Leonardo Attuch ocorreu em que dia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ocorreu na... Ele me ligou na segunda-feira, antes de o Deputado Roberto Jefferson vir aqui. Acho que depois que saiu a entrevista dele num jornal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei, sei.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele me ligou na hora do meu almoço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Já, aí, a senhora havia tomado a decisão de tornar públicas as suas...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. A publicação da revista foi feita... Eu não sabia que existia essa publicação. Nunca ninguém me perguntou se eu autorizava ou não o que eles chamam de entrevista, que para mim...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nas duas ocasiões, então. Nas duas ocasiões em que a senhora foi entrevistada...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele nunca me disse que estava fazendo uma entrevista. Ele sempre disse que eles estavam investigando. É claro que, no dia em que ele me ligou, a investigação já estava óbvia o que era, mas, até então, ele nunca disse que estava gravando nada. Não aconteceu isso!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora imagina que possa ter havido alguma participação por eventual dissenso entre Marcos Valério e o Grupo Opportunity em todo esse processo de denúncia do senhor Daniel Dantas ou do Sr. Carlos Rodenburg – não é esse o nome dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso. Eu não sei, porque quem pode responder isso seria o Marcos Valério, porque eu não sei das relações dele com essas pessoas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não tem...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eu só sabia que, enquanto eu estava lá, eu ligava para eles, mas depois que eu saí de lá... Eu não sou mais secretária dele, não sei como que acontecia.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Finalmente. A senhora tem uma série de preocupações acerca da sua defesa jurídica, contratou um advogado que é tido como um dos melhores de Belo Horizonte e que, portanto, tem um elevado custo. Como é que a senhora resolve financeiramente o pagamento do seu advogado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Boa pergunta. Queria muito saber disso. Na verdade, quem está me ajudando a pagar o doutor... Ele foi apresentado por uma amiga, essa amiga está me ajudando a pagar, a minha família está ajudando a pagar, a família do meu marido está ajudando a pagar, e eu e meu marido vamos pagar de alguma...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – (Fora do microfone.) E se alguém quiser ajudar...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Se alguém quiser, eu agradeço, não tem problema.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está ótimo. Eu agradeço à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O senhor concluiu, nobre Deputado?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Concluí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^a Fernanda Karina.

(Superposição de intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Eu iria chamar, em seguida, outro, mas vou conceder a palavra, pela ordem, à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, razão assiste não à questão de ordem, mas à intervenção pela ordem feita pelo meu querido amigo e colega Deputado José Eduardo Cardozo, professor de Direito Constitucional. Entretanto, não estava aqui S. Ex^a, quando eu estava ao lado do Senador Simon e do Senador Jefferson Péres, lá atrás, quando uma testemunha – não sei qual, não me pergunte, porque não distingo testemunhas ou informantes ou réus ou dêem o nome que derem. Quem está sentado aí eu não distingo, tenho absoluto respeito. Posso condenar um homem ou uma mulher a trinta anos, como já fiz na minha vida, mas não posso desrespeitá-los. Pois bem. Eu estava sentada lá atrás com o Senador Simon e o Senador Jefferson Péres quando algum dos colegas começou a inquirir uma testemunha – que não sei qual foi – de uma forma absolutamente imprópria. Eu me contive. Virei para Simon, esse baluarte, esse decano aqui do nosso Senado e disse: mas é assim? Eu disse: já condenei há mil anos numa única noite porque eram tantos os crimes que condenei a mil anos!

Eu me lembro de que saí com a minha toga e disse: para casa não levo isto! Mas nunca fui indelicada. Nunca se afasta dos fatos. Esse é um princípio de Direito. E aqui – gostem ou não – somos investigadores, mas, antes de tudo, somos também juízes. Juízes não no sentido de julgar as pessoas, mas de conduzir as audiências, as nossas condutas.

Entendo, Sr. Presidente, compreendo que os nervos partidários expostos causam esse atrito, mas não devemos... e aqui rogo que não se permita isso, porque qualquer pessoa que sente aqui, pode vir algemada, mas deverá ter de nós a preocupação na busca dos fatos, e não na desqualificação. Não estou dizendo isso, naturalmente, para o Deputado Bittar, apenas a intervenção que fiz, Deputado, foi naquele momento e com relação a isso, não estou dizendo isso com relação ao senhor, por favor. Estou dizendo, sim, que é preciso que haja essa preocupação. Aqui, temos que ter esse cuidado, sim, porque temos que dar o exemplo de civilidade desta Casa. Representamos o povo brasileiro. Então, os princípios de Direito são esses.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB)

– O dia de hoje não foi pródigo nesses exemplos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não foi, mas ele é, na verdade, Senador Suassuna, se o senhor me permite, quero trazer algo do Senador Simon. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB

– PB) – Por favor.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Só vou aproveitar aqui porque estou exausta também, mas eu gostaria, Senador Suassuna, quando aqui tivemos um dia pesado, todos nós, e fiz aquele requerimento que levou, de certa forma, a uma centelha, quando eu disse que se quebrem todos sigilos? Aí eu me lembrei de que, quando o Senador Simon me convidou para vir como juíza à Comissão de Constituição e Justiça, que era presidida por ele, eu aqui vim como juíza. E aí eu me lembrei de que ele falou da experiência dele nos Anões do Orçamento. Está aqui, meu caro Senador Ney Suassuna. Peço a esta Casa, os Srs. Senadores, porque nós não podemos, somos Deputados, está aqui o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2005, ele desarquivou, do Senador Pedro Simon, que diz o seguinte:

“O art.1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar, acrescido do seguinte parágrafo:

§ 5º – O sigilo das operações a que se refere o **caput** não abrange – sigilo fiscal, financeiro, e tal – os Deputados federais, os Senadores, os Ministros de Estado, o Presidente e o vice-Presidente da República, os dirigentes partidários, os presidentes e diretores das entidades de administração direta e indireta – e eu acrescentaria: os juízes e os promotores de justiça.”

Já está aqui a solução, que veio das mãos do Senador Simon, que diz: em 8 de outubro de 93, submeti a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 135, Complementar, cujo objetivo era acrescentar parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 1964, para excluir, olhem a sabedoria deste homem, do benefício do sigilo bancários as pessoas que menciona. Em votações do Plenário do Senado, este projeto recebeu 39 votos favoráveis e 2 contrários, sendo rejeitado, portanto, por apenas dois votos.

Este Senador, baluarte do nosso Senado, colocou aqui, Sr. Presidente, a experiência dele. Nós só precisamos disso. Quando disse aqui que precisaríamos quebrar, sim, porque a vida de um homem ou de mulher pública é pública por definição, lembrei e pedi ao Senador. Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB)

– Nobre Deputada, gostaria de continuar a ouvir V. Exª, mas a matéria é extemporânea ao assunto, e queria

pedir que V. Exª concluísse, para que eu comesse a chamar a lista enorme de inscritos, inclusive V. Exª.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente. Só peço apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2005, Complementar, a todos os Senadores. Trata-se de projeto de autoria do Senador Pedro Simon que resolve esse problema que temos hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB

– PB) – Não tenha dúvida. O Senador Pedro Simon tem dado contribuições grandiosas ao País.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, o projeto está desde 01/06/2005 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando designação de Relator, que poderá ser V. Exª. Que tal? Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB

– PB) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. (Orador não identificado) – Não é o Deputado Welinton depois?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB

– PB) – Não. Temos suplentes...É o Welinton, sim. V. Exª tem razão.

Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, antes de o Deputado Welinton falar, quero dizer à Deputada Juíza Denise Frossard que estou de acordo. S. Exª conhece o meu temperamento.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– V. Exª é meu colega de aula de ética.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Exatamente porque o meu temperamento é o que revelei aqui e foi o mesmo que mantive com o Deputado Roberto Jefferson, paguei um preço alto, com afirmações que, a meu ver, são absurdas e foram formuladas aqui. Mas assisti aqui, em vários momentos, a cenas que não estão de maneira alguma em sintonia com essa preocupação. Sugiro que, daqui por diante, tenhamos muito zelo em observar o tipo de tratamento que os depoentes devam ter aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB)

– Nobres Deputados, enquanto a depoente gasta uns minutinhos fora, quero dizer que tenho participado de muitas CPIs nesta Casa. Mas atualmente temos vivido quatro guerras nesta CPI. A primeira guerra é a da busca da informação, da investigação, dos culpados. A segunda guerra que vejo aqui é a política. Temos tido uma guerra política permanente e hoje foi muito acirrada. A outra é guerra de egos. Cada um quer ocupar mais espaço. É uma coisa muito séria. A outra é guerra de decibéis. Não tem ninguém que saia com sanidade

física, passando aqui o dia inteiro, porque hoje, então, era a sirene tocando, gente gritando lá, gente gritando aqui. Realmente essas guerras todas prejudicam um pouco os trabalhos. Com certeza, estaríamos mais adiante se não houvesse esses aspectos todos.

Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, vamos ter que aguardar a nossa informante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O tempo de V. Ex^a só vai começar a contar depois que ela chegar. Fique tranquilo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – De qualquer forma, quero registrar que estamos aqui cumprindo uma missão. Ser juiz não é fácil. Julgar alguém é complicado. Desempenhar este trabalho aqui, Juíza Frossard, para todos nós é um peso, porque não temos essa prática de vida, de profissional. Mas quero corroborar V. Ex^a quanto à tese de que qualquer homem, qualquer mulher pública deva ter sua vida aberta, sua vida pronta para ser investigada. Não tenho por que ter sigilo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – V. Ex^a foi o primeiro a dizê-lo da sua cadeira, Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Exatamente. Assim esperamos que possa ser conduzido, mas não podemos estar aqui numa situação de medo, acuados. Hoje vivemos uma situação em que, se se apontar alguém, essa pessoa estará sob suspeita de todos. Precisamos realmente ter cautela, muita tranquilidade para que possamos desempenhar a nossa função.

Vamos começar, então, já que a nossa informante chegou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Pode-se começar a contar o tempo do Deputado Welinton, por favor.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Traço o meu respeito à Sr^a Fernanda Karina Somaggio pelo seu trabalho, pelo seu serviço prestado ao Brasil. Eu já vi depoimento da senhora colocando até que se sentia um pouco mais aliviada após o primeiro depoimento. Eu percebo que a senhora está mais tranquila realmente, depois daquele depoimento na Comissão de Ética. Eu gostaria de fazer a pergunta e já ter as respostas, saber realmente, Sr^a Fernanda, como é que a senhora se sente agora, se já está realmente mais tranquila pela consciência pessoal de já estar prestando um serviço e como está a sua vida em relação às pressões que a senhora poderia ter recebido e que estaria recebendo nesse momento. Como é que a se-

nhora, como cidadã, como mãe, como profissional, se sente neste momento.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu me sinto assim, eu sei que estou fazendo o serviço para o meu País, que merece isso, e que todas as pessoas que estejam ou que um dia venham a estar na mesma posição em que estive há um ano e meio deveriam e têm o dever de avisar as autoridades sobre o que está acontecendo. Isso, o meu País vale, porque eu quero um País melhor para minha filha, eu quero um País melhor para os meus netos se um dia eu os tiver. Espero que a minha filha cresça em um País realmente democrático, onde não haja corrupção principalmente porque a corrupção acaba com o país. O primeiro ponto é esse.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora falou que era petista.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu continuo sendo petista.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Continua sendo petista? A senhora...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora não se sente decepcionada com o Partido; a senhora poderia estar decepcionada com algumas pessoas. Como a senhora analisa essa questão, inclusive ratificando como petista o Presidente Lula, que é a figura maior. O que senhora, como eleitora também, pode dizer?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu continuo sendo petista, eu fiquei realmente muito triste quando eu vi o Partido no qual eu sempre votei, desde os 16 anos, que sempre primava pela não corrupção, pelo não tráfico de influências, fazer isso. Então foi decepcionante, claro, mas eu sei que não são todos petistas, não são todos os Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos do PT que são assim; são apenas algumas pessoas que são assim; por isso que essas pessoas devem ser, não digo banidas, mas devem sair porque isso é como um câncer literalmente, acaba com tudo, acaba com o Partido. Eu continuo sendo petista.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora foi trabalhar nessa empresa, eu já vi algumas matérias aqui, mas não consegui saber direito da sua vida pregressa profissional, a sua formação e a sua experiência em outras empresas. Antes de trabalhar na empresa, nessa última em que senhora trabalhou, em que está envolvida dentro do processo; a empresa anterior, quanto tempo a senhora trabalhou na empresa anterior, e que papel a senhora desempenhava nessa empresa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu sempre fui secretária executiva, falo inglês fluente, falo italiano fluente e estou aprendendo francês. Sempre trabalhei com executivos que não eram brasileiros. Comecei a trabalhar com brasileiros numa empresa em que eu trabalhei anteriormente, que era uma empresa italiana em que havia um brasileiro descendente de italianos na direção; portanto ele é mais italiano do que brasileiro. Sempre trabalhei com eles, sempre trabalhei com executivos de outro países.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora já teve oportunidade de trabalhar em outra empresa em que a senhora tenha se sentido constrangida por qualquer outro aspecto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Nas empresas em que trabalhei, eu trabalhei e saí quando os meus diretores ou presidentes foram transferidos; então eu saí porque é praxe a secretária sair também. Agora é que se está parando isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – No momento em que a senhora entrou na última empresa, no primeiro mês, segundo mês...

A senhora trabalhou nove meses, não?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Durante esse período a senhora foi ampliando seu relacionamento dentro da empresa com seus colegas de trabalho e com a direção, ou teve certo constrangimento ao passar o tempo, principalmente com a direção, quando a senhora via toda essa situação a que a senhora já se referiu aqui, de suspeita de corrupção, de tráfico de influência e tudo mais. Como é que a senhora foi evoluindo dentro da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, sempre fui amiga de todos, como sou na empresa em que trabalho. As pessoas que trabalham lá estão sempre me mandando bilhetes assinados por várias pessoas dizendo que é isso mesmo que eu tenho de fazer, que todas as pessoas gostam de mim. Eu sempre fui amiga de todos, desde a faxineira até o presidente ou o diretor da empresa. Na SMP&B não foi diferente. Eu fui amiga de trabalho de várias pessoas, mas quando chegava no presidente e na vice-presidência não era assim. Nós conversávamos amigavelmente, mas não existia nenhuma relação de amizade; era de chefe para secretária.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora nunca teve liberdade para falar com o Sr. Marcos Valério, apontando alguma preocupação com a forma como a empresa estava atuando no mercado, principalmente com o tráfico de influência, que a senhora pudesse...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eu nunca falei com ele, mesmo porque ele nunca me deu essa abertura. Então, não tinha por que falar com ele.

Como eu já disse, ele era uma pessoa extremamente fria.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Se a senhora não tivesse sido mandada embora, a senhora continuaria trabalhando na empresa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu já estava procurando emprego.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então a senhora já estava um tanto incomodada?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Vou fazer algumas perguntas. Como era sua relação profissional com o seu ex-patrão, a senhora já respondeu mais ou menos. Eu queria saber se a senhora foi convidada para participar de algum almoço, jantar, a senhora sozinha ou com sua família, com seu marido.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. O Sr. Marcos nunca... Não tem esse tipo de envolvimento com ele. Ele não deixa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A revista **ISTOÉ Dinheiro** lhe perguntou qual sua motivação para fazer essas denúncias. A senhora respondeu: “Quero que o Marcos Valério se exploda”. Quando a revista perguntou por quê, a senhora respondeu: “Porque ele gosta mais de dinheiro, o que ele mais gosta é de dinheiro e nisso ele vai perder muito dinheiro”.

A senhora fez essa afirmação num momento de emoção, num momento de raiva? A senhora faria essas afirmações novamente?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu não faria essas afirmações novamente. Eu fiz essa afirmação quando eu estava extremamente chateada. Eu acho que qualquer pessoa que está chateada tem ... falaria isso. Hoje eu não falo. Gostaria de deixar muito claro que não tenho nada contra ele. Para mim... Eu não tenho nenhum sentimento, nem de raiva, nem de amor por ele; nada, absolutamente nada.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Chega a ter dó dele? Não?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não... Claro que eu tenho. Qualquer pessoa tem. Eu também tenho dó de mim pelo que estou passando.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Do ser humano.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. (Riso). Eu tenho dó...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O empresário Marcos Valério afirmou ontem aqui que a senhora ficava em determinado andar e o Departamento Financeiro em outro e que não havia contato entre a senhora e esse setor. Havia algum tipo de solicitação direta entre o Departamento e a senhora, ou ao contrário?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Solicitação de que tipo o senhor está dizendo?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Qualquer tipo de solicitação.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele é vice-presidente financeiro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não, entre o Departamento, as pessoas...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ué. Vice-presidente financeiro e departamento financeiro é um departamento só a meu ver.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não. Estou dizendo os andares.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – As pessoas do Departamento Financeiro sempre iam na minha sala. Então, existia, sim, relacionamento profissional.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Esses comentários que a senhora faz de que as pessoas, os *motoboys* iam lá descontar os cheques e voltavam com os volumes de dinheiro, essas conversas que vocês tinham como eram? Eram ali no horário do serviço, ou eram no horário do almoço, do café? Fora da empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eram no serviço, conversando rapidamente. Por que vocês estão aqui? “Porque hoje é dia de sacar dinheiro.” E pronto

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Os funcionários da empresa se sentiam também assim até certo ponto incomodados, as pessoas, com esse volume, como a senhora se sente hoje?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não posso dizer por eles.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Comentavam?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, ninguém comentava.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A chefe do Departamento Financeiro despachava diretamente com o Sr. Marcos Valério? Ela recebia determinação de mais alguém, algum outro chefe?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, ela despachava diretamente... A Simone Vasconcelos despachava com o Marcos Valério, por

ele ser o Presidente Financeiro, e com os outros dois sócios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Portanto, ela também tinha esse despacho natural com os outros...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Com os outros dois, sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – ...com os outros diretores da empresa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Portanto, os diretores da empresa também conheciam esse volume de recursos, o desconto, a tramitação de dinheiro vivo dentro da empresa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. A premissa de uma boa sociedade é que todos os sócios saibam do que está acontecendo, e lá não é diferente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora conhece o Gilberto Mansur?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Conheço.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que tipo de relacionamento, a senhora conversou, qual foi o tipo de...?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, conversei com ele algumas vezes porque ele foi a Belo Horizonte conversar com o Sr. Cristiano Paz, porque ele é amigo do Sr. Cristiano Paz.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E na empresa mesmo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Na empresa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora teve oportunidade de conversar pessoalmente com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Fez ligações pra ele também, para contato?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Eu digo como secretária, na sua ação profissional.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. O Sr. Gilberto Mansur é amigo do Sr. Cristiano Paz. Eu nunca fiz nenhum tipo de contato com ele para o Sr. Marcos Valério.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas ele já foi lá na empresa, não é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele foi à empresa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ele foi lá acompanhado de que pessoas? Quantas vezes? Foram muitas vezes ou não?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Que eu me lembre, devem ter sido umas quatro ou cinco vezes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Cite algumas pessoas, principalmente pessoas importantes.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele foi sozinho.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sozinho? Ele esteve lá com o Sr. Pimenta da Veiga?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não? A senhora conheceu o Sr. Marcos Pestana? Alguma vez o Marcos Pestana já esteve com o Sr. Marcos Valério lá?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Marcos Pestana, eu me lembro desse nome. Ele... Eu lembro desse nome, mas eu não me lembro quem é a pessoa. Então, acredito que ele nunca foi lá.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ele é o atual Secretário de Saúde de Minas. Foi também...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu me lembro do nome, mas não me lembro de ter feito nenhum tipo de contato...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Para a senhora lembrar do nome em relação à empresa...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu me lembro do nome. Deve ser em relação à empresa. Mas eu nunca fiz nenhum contato e ele nunca foi lá, senão eu ligaria o nome à pessoa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas a senhora tem uma ligação forte de ouvir esse nome, não é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, sim, eu me lembro do nome.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora poderia, então, depois... Eu queria até que a senhora, com mais calma, pudesse pensar, refletir melhor e até nos informar mais sobre especificamente esse nome, se foi na empresa, talvez consultar mais seus arquivos... Certo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Se eu me lembrar, eu aviso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como foi a tratativa da senhora...? A senhora disse que contratou um advogado logo após a sua demissão ou a senhora já tinha, a família tinha um advogado antes? Como era?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, família que tem advogado é só família rica, e minha família não é rica. Então, advogado é só quando precisa.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas a senhora contratou esse advogado após a demissão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, não, foi quando eu recebi a intimação da Polícia Civil para eu me apresentar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Aí a senhora precisava...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Na verdade, ele não foi comigo. Eu fui atrás e mostrei para ele o que era. Mas na época eu estava sem dinheiro e não tinha condição de pagar o advogado e fui à delegacia sozinha.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ele nem acompanhou a senhora?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu tinha que pagar e não tinha dinheiro.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – A senhora não chegou a contratá-lo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu só fui lá uma vez e perguntei para ele o que eu deveria fazer.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Orientações.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente. Mas eu nunca fui, porque eu não tinha dinheiro para pagar a ele.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então a senhora não o contratou e, portanto, não o demitiu, não distratou.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, não ia ter jeito.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Depois que a senhora fez o contato...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eles só me ajudaram quando saiu...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que foi a contratação do novo, não é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito. Fiz aqui algumas perguntas e espero que não tenha deixado a nossa informante nem um pouco constrangida. O nosso objetivo aqui é exatamente buscar a verdade e é neste sentido que eu gostaria de reproduzir um pouco do que já foi apelado a V. S^a. Qualquer informação, qualquer detalhe que a senhora não conseguiu aqui, perguntado por mim ou por outro qualquer, que fosse importante

que a senhora, espontaneamente, trouxesse aqui a esta Comissão.

Quero, finalmente, perguntar, porque ainda tenho tempo, se a senhora, após toda esta situação, se a senhora foi contatada por lideranças políticas para falar sobre a questão política do País.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, absolutamente não. Eu nunca falei com nenhum político. Eu não sei, não sou filiada a nenhum partido. Nunca falei com político. A primeira vez que estou falando foram as vezes que eu vim aqui, só.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Está ok. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Obrigado, Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Eu gostaria de anunciar os próximos. Vai entrar agora o nosso Relator – é um direito dele. Depois, seria o Senador Aelton Freitas, que trocou com a Senadora Ideli. Em seguida, o Deputado Asdrubal Bentes. Depois seria eu, mas não vou falar. Depois, o Senador Sérgio Guerra. São os próximos.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr^a Fernanda, a quem estava afeta a participação de licitação na empresa? Havia um departamento lá dentro? Quem trabalhava para preparar a documentação e participar das licitações? Sabe o que é, as licitações?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, sei. Não, não existia um departamento de licitação. A licitação era preparada, a parte financeira, pela Sr^a Simone Vasconcelos, e a parte de apresentação dos trabalhos, pela equipe de produção da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a tinha informações de quando elas se realizavam?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, nós só ficávamos sabendo porque publicitário deixa tudo para a última hora. Então, dois dias antes, eles passavam dia e noite trabalhando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a empresa participou de muitas licitações?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Enquanto eu estava lá, de três ou quatro. Uma delas foi a da Cemig. Não, não sei se ganhou não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da Cemig?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Além da dos Correios, a da Cemig, que é a Companhia de Energia de Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a lembra alguma outra vez em que tenham preparado a festa antes?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, só essa vez. Essa foi a única vez.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Senadora Ideli Salvatti pediu que passasse para o próximo porque ela foi chamada aqui fora. Então, o Deputado Asdrubal Bentes é o próximo. (Pausa)

Ney Suassuna. Eu declino.

Senador Sérgio Guerra. (Pausa)

Deputado Nelson Meurer. (Pausa)

Com a palavra o nobre Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Sr. Presidente, acho importante lembrar o que já afirmamos aqui: que o PDT, por não ter alinhamento automático com a Situação nem com a Oposição, se sente bem à vontade para participar da CPMI, fazendo as perguntas de acordo com o interesse da população e no sentido de elucidar e de esclarecer os fatos, apesar de achar que a condução dos trabalhos pela Mesa está tendo um comportamento irrepreensível e também de achar que os próprios parlamentares, todos, estão imbuídos desse sentido.

Acho importante ressaltar isso porque, ao lado do PDT, também outros partidos no Congresso Nacional se situam no mesmo paralelo que o nosso Partido, como por exemplo o PPS, o P-SOL, outros partidos que não têm alinhamento automático com a bancada da Situação nem da Oposição.

Queria também dizer, Sr. Presidente, que nós não estamos aqui para prejudicar, muito menos julgar e condenar ninguém, antes de esclarecer profundamente todas as denúncias que estão feitas. Daí a importância de as perguntas serem feitas de uma maneira que possam conduzir, dar um rumo, um norte à CPMI, no sentido de cada vez mais aprofundar essas investigações e chegar ao fio da meada.

Por isso que nós todos, imbuídos desse espírito, estamos tendo um trabalho árduo, cansativo. As reuniões terminam pela madrugada, já no outro dia. Pela manhã reiniciamos e voltamos a entrar pela madrugada, se for o caso e se preciso for.

Eu queria perguntar à Sr^a Fernanda Karina, que foi secretária particular de uma empresa de publicidade, e as empresas de publicidade geralmente lidam com a mídia, porque a publicidade se faz, na maioria das vezes, através da mídia. Mesmo assim V. S^a de-

clarou que não conhecia nenhum jornalista. Mesmo trabalhando diretamente com empresa de publicidade durante o tempo em que trabalhou, V. S^a não conhecia nenhum jornalista?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Não, o único jornalista que fiquei sabendo, que eu conhecia, é o Gilberto Mansur. Mas eu só fiquei sabendo pelos jornais. Então, eu não conhecia nenhum jornalista.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Qual o interesse que um jornalista poderia ter, na sua opinião, pela vida pessoal e pela vida empresarial do Sr. Marcos Valério, a ponto de lhe ligar, de ficar telefonando para inquirir sobre isso, tentando entrevista. O jornalismo vive de notícias. Qual é o interesse, então, que o jornalista poderia ter para ficar ligando, querendo lhe entrevistar? Na sua opinião, isso ocorreu por quê?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Como tem vários jornalistas aqui, o que todos eles querem é um furo de reportagem. Então, acredito que o intuito do jornalista da **ISTOÉ** era realmente isso: ter uma furo de reportagem, uma reportagem inédita, onde qual a população pudesse saber o que está acontecendo. É a minha opinião, não sei ele.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a acha que o jornalista lhe ligou porque tinha alguma informação? Ele falava alguma coisa? Qual era o motivo? Qual era o interesse jornalístico que ele poderia ter, lhe fazendo essas ligações telefônicas insistentemente, da maneira como V. S^a declarou?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu pediria silêncio, por favor. Há muita gente conversando. Por favor!

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – O senhor poderia repetir, por gentileza?

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Qual é o interesse? O jornalismo vive de notícias. Qual é o interesse que um jornalista poderia ter para ficar lhe ligando repetidas vezes, de forma anônima, procurando saber? Qual é a notícia que levou o jornalista a ficar lhe procurando insistentemente, querendo uma entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Eu não sei. A opinião do jornalista tem que ser com ele. Acredito que, por mim, é para ter o que já disse, um furo de reportagem, a notícia nova. Mas isso tem que ser perguntando a ele, não a mim.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a declarou em seu depoimento que era amiga pessoal de Adriane Fantini. Era amiga pessoal, sempre teve um bom relacionamento com ela. Inclusive, depois que saiu da empresa, ficou se comunicando. Que interesse ela poderia ter em depor contra V. S^a, lhe acusando de tentar extorquir a empresa, mesmo sendo sua amiga?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Primeiro ponto: ela é funcionária do Marcos Valério, ganha bem e, com certeza, ficou com medo de perder o emprego dela. Então, como qualquer funcionária que precisa do emprego, que ganha bem e que sabe que vai sair de lá e não vai ganhar o mesmo valor em uma outra empresa, está óbvio, não é?

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a acha, então, que ela foi pressionada pelo Sr. Marcos Valério para lhe acusar de extorsão, dando um depoimento junto ao Ministério Público da forma que fez?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Com certeza.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E que interesse poderia ter o Sr. Marcos Valério de mover um processo de extorsão contra V. S^a? Que motivo poderia ter, sem ter havido tal fato? Ele teve algum desentendimento? Qual é o motivo que o teria levado a mover um processo contra V. S^a, lhe acusando de extorsão, envolvendo funcionários da empresa dele, pressionando, inclusive ameaçando de demissão, como V. S^a falou?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – O interesse dele era única e exclusivamente para que eu tivesse medo, que foi o que ele conseguiu. Eu tive medo até 20 dias atrás. Então, é o medo.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Então V. S^a estava ameaçando? Por que ele iria lhe provocar medo?

A SRA. FERNANDA KARINA SOMMAGIO – Por que ele sabia da reportagem. Ele disse ontem aqui. Ele soube da reportagem. Então, foi por isso que ele fez isso.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Pressionou a funcionária para mover o processo de extorsão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMMAGIO – Claro.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a disse que era petista. É petista ainda.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMMAGIO – Continuo sendo petista.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Tem alguma idéia de onde pode chegar tudo isso que está havendo com esta CPMI? Na sua cabeça, na sua opinião, passa-se o quê? Que isso pode chegar até que ponto?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMMAGIO – Eu espero que tudo isso chegue... Que todas as pessoas aqui façam política sem causa própria, apenas sabendo que estão aqui para representar o povo. Então, não adianta estar aqui por causa própria, para ganhar dinheiro. Espero que isso aconteça. Que o nosso país melhore. É por isso.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a falou que está preocupada e quer dar uma colaboração para acabar com a corrupção. É isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – V. S^a acha, então, que existe corrupção?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Todo brasileiro acha que existe corrupção.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Que existe corrupção. E quer contribuir para acabar com a corrupção.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Quem não quer?

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – E por que V. S^a não fez isso quando trabalhava na empresa? Só depois de demitida?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas isso já foi respondido. Eu disse que não fiz isso enquanto eu estava na empresa porque eu sou uma cidadã normal, como todo mundo, que preciso do meu dinheiro no final do mês para pagar as minhas contas. Então, enquanto eu estava lá, depois que eu resolvi que não ia mais ficar lá agüentando esse tipo de coisa, coloquei meu currículo na Internet e comecei a procurar emprego. Se o meu emprego tivesse saído antes, eu teria saído antes da empresa. Foi só por isso.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Foi aí que o jornalista teve acesso ao seu telefone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Através da Internet?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei. Os jornalistas, eu não sei como eles conseguiram meu telefone. Acredito que foi pela Internet.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – Não sabe como os jornalistas ...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – RN) – ...tiveram conhecimento do telefone de V. S^a.

Sr. Presidente, estou satisfeito pelas respostas dadas e pelas perguntas que foram feitas, mas queria fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que o tumulto, apesar de poucos parlamentares, continua. Acho que isso prejudica um pouco o desenvolvimento, as perguntas e as respostas, até porque a interrogada, que está sendo questionada, não ouve. Eu acho que atrapalha os trabalhos da CPMI. Eu queria que V. Ex^a fosse mais incisivo nesse ponto. Até porque se algum

parlamentar quer conversar ou falar pelo telefone pode fazer isso lá fora, Sr. Presidente. Não custa nada se retirar um pouco.

Estou satisfeito pela intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Álvaro Dias.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu lhe garanto, Sr. Presidente, que para mim é um latifúndio.

Sr^a Karina, V. S^a, na convivência com o escritório do Sr. Marcos Valério, ouviu falar em uma empresa chamada Casablanca?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Successora da Setembro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Nunca ouvi falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nós estamos vendo aqui, sistematicamente, em todos esses depoimentos, todas as ocasiões que nós temos, setores do PT tentando identificar as denúncias todas. Há empresas privadas cujos interesses supostamente tenham sido contrariados. É sistemático. Sempre se pergunta e se tenta fazer ligações de grupos econômicos como estando por trás dessa questão. Não vejo muita lógica, mas, sistematicamente, e repetitivamente, temos ouvido isso. Até convocação de dirigentes de bancos o PT já fez. Geralmente insinua envolvimento de banqueiros que participaram de privatizações nessa questão. Quero crer que a CPI da Privatização está aí, aprovada, faltando ser instalada, e acho que deverá ser o foro apropriado para essas discussões. E acho que o Brasil precisa muito passar a limpo esse tema. E temos essa grande oportunidade.

S^a Karina, nas tentativas diversas que fazem aí, querem envolver um banco que participou desses processos de privatização, o Banco Opportunity, que passou a ser a psicose e o objeto de desejo de setores do PT, que geralmente têm ligações com fundos de pensão, com quem têm uma guerra declarada, nacionalmente conhecida, envolvendo as partes. Quero deixar bem claro – sou transparente na minha vida –, conheço muito pouco o presidente do Banco Opportunity, o Sr. Daniel Dantas. Se o vi três ou quatro vezes ao longo da minha vida, Sr. Presidente, o vi muito. Sou muito amigo de um diretor, uma amizade de mais de vinte anos, Dr. Carlos Rodemburgo. E vejo com que insistência se tenta envolver este grupo nesta questão.

Eu gostaria de perguntar à senhora, D. Karina – não sei se *en passant* já foi dito aqui, mas que fique

bem claro para a Nação. Fizeram uma insinuação de que a senhora teve um encontro com o Sr. Rodemburgo e um jornalista em uma chácara no Rio de Janeiro. Se esteve, como chegou lá, onde se localiza esta chácara e a data?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu nunca estive com nenhum representante do Banco Opportunity. Eu os conheço apenas por fotos. Então, se alguém falou, falou errado. Porque eu nunca estive com ninguém.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Veja bem, Sra. Juíza, ontem se mostrou aqui documentos já comprovadamente falsos, um *e-mail* com um desmentido da UOL, que supostamente teria sido trocado entre o jornalista Atuch e o diretor-presidente desse banco. Entreguei a V. Ex^a a cópia dessa declaração do *e-mail* Terra, desmentindo o fato e dizendo que aquele contrato já tinha sido cancelado há um ano ou dois anterior ao fato, que foi, inclusive, divulgado por setores da imprensa.

Agora, chega novamente outro documento, um outro *e-mail* que lerei para os senhores.

“Sr. Leonardo Atuch

Recebemos *e-mail* enviado por V. S^a sobre a extensão criada com o nome Leonardo Atuch no Yahoo, para distribuição de mensagens relacionadas com a matéria de sua autoria na **ISTOÉ Dinheiro**, de 28 de novembro. A Yahoo Brasil já bloqueou o *e-mail* enviado por um desconhecido. Ou seja, as providências iniciais já foram tomadas. Tal conta também pode ter sido aberta no exterior, o que está sendo levantado.

Como é do conhecimento geral, o Yahoo é um portal que oferece *e-mail* gratuito, não exigindo comprovante de identidade dos seus usuários. Conforme a política de privacidade da empresa, os demais dados solicitados somente serão apresentados sob ordem judicial.

Atenciosamente, **Felipe Fiorentino.**

Presidente da Yahoo Brasil”

Isso data de 2001, Sr. Presidente.

Está se querendo trazer para cá uma guerra de jornalistas, o que não nos compete nela entrar, para se encontrar um culpado pelo mensalão, pela mala de dinheiro que foi transportada pelo Brasil afora, e que é do conhecimento público. Ao invés de se querer, de maneira clara, objetiva e transparente se chegar aos culpados, fica-se na emulação. Uma hora, o estudo conceitual, a análise conceitual do Roberto Jefferson; na outra hora, analisa-se o Sr. Marcos Valério, uma maneira clara de se tentar sair da questão central, que é o desfalque, é roubo e, acima de tudo, a frustração que a Nação brasileira convive, hoje, de ver tudo isso sair das entranhas do PT, cujas vísceras estão expostas.

É lamentável que esses fatos ocorram dessa maneira e se tenta desvirtuar.

Sr. Presidente, estamos tendo, nesses últimos dias, uma atividade estafante. Mas, enquanto nós estamos aqui, o Governo tomou a decisão de demitir dois dirigentes do Banco do Brasil, sendo um deles o vice-Presidente e o outro um diretor. Acusados de quê? De terem feito depósitos nocivos à instituição no Banco de Santos, no BMG – são três ou quatro bancos, não estou com a nota da imprensa aqui. Paralelamente, os mesmos dirigentes, através do fundo de pensão do banco que é o maior da América Latina, compraram ações e fizeram investimentos nas mesmas empresas ou em empresas por ela indicada. Está aí hoje: os diretores foram demitidos.

É preciso que se acorde para o que está acontecendo. Esta epidemia, esta vocação de avançar no cofre público, que se abateu, é claro que não sobre todos, mas sobre uma parcela considerável do Partido dos Trabalhadores. Digo isso com muita tristeza.

Hoje vi uma das cenas mais tristes, Sr. Relator, dos últimos tempos: o Presidente Lula, na Escócia, junto com os presidentes dos maiores países do mundo, cabisbaixo, triste. Não é aquele Lula que abraçava todos e por todos era abraçado. Foi, Senador Simon, o último ou o penúltimo da fila de saída. Tive pena do Presidente Lula hoje! E, a cada momento, os seus vizinhos daquele ambiente fechado, daquele ambiente impenetrável do Palácio do Planalto, são acusados de ter influência na participação direta do escândalo que todos nós estamos a ver. Tenta-se desviar os fatos, jogar uma questão que não é da iniciativa privada. Essa questão é uma questão diretamente ligada ao Governo. Nós não podemos fugir disso. Tenta-se jogar em disputa comercial, jogar para a iniciativa privada. Ontem, fiz a entrega desse documento, esperando que, em nome da verdade, os mesmos que fizeram denúncias pedissem a V. Ex^a que requeresse uma perícia, para ver se realmente os *e-mails* eram falsos. Isso, ninguém procura fazer. Não interessa. É a mesma coisa, Sr. Presidente. Fala-se em quebrar sigilo bancário de quem está envolvido diretamente na questão e vem-se com subterfúgios, dizendo-se que tem que se quebrar o sigilo do Governador de Minas, do ex-Governador... É sempre isso. É a velha história de querer, através do espelho retrovisor, justificar os erros do presente, quando o correto seria olhar para o futuro. Então, eu acho e tenho muita esperança, Senador Delcídio, de que esta seja uma lição pedagógica para o seu Partido. Ainda é tempo. Acho que vai chegar o momento em que o Presidente Lula vai fazer a triagem; vai escolher, realmente, os que devem continuar defendendo esse Partido e governando este País.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Compreendo a sua emoção...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sabe o que é, Senador? É que, na sua ausência, a Deputada Juíza Denise Frossard foi extremamente severa comigo porque dirigi perguntas a ela, sob a alegação de que eu estava sendo subjetivo etc. V. Ex^a está fazendo um discurso...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas o próprio Presidente, Deputado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Compreendo a sua emoção, Deputado... Eu compreendo a sua emoção... Sr. Presidente, queria apenas que descontasse tudo isso do meu tempo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O Presidente disse que podia para fazer perguntas ou usar o tempo para falar. O Presidente disse isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso não foi o que combinamos, Juíza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu compreendo o Deputado Bittar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu não combinei nada com V. Ex^a. O Presidente determinou isso e eu acatei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então a sua intervenção se dirigiu apenas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, com a palavra, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deputado Bittar, eu compreendo a sua emoção, a sua estafa, a sua tristeza. V. Ex^a que tem origem sindical, tem proximidade estreita com fundo de pensão, aí vêm amigos seus, de repente, são acusados, demitidos, ameaçados, eu compreendo, mas não queira ser...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estou absolutamente tranqüilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sei que V. Ex^a está tranqüilo, mas é solidário.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em relação ao Opportunity não sou acusador nem defensor, apenas quero que a verdade prevaleça aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas é isso que precisamos fazer.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu noto um empenho muito grande seu em defender o grupo Opportunity aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, V. Ex^a está sendo injusto comigo, eu frisei bem... Eu gostaria de descontar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito e Deputado Bittar, a inquirida é a Sr^a Fernanda Somaggio.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O me emociona, Sr. Presidente, é a veemência com que o Senador Heráclito defende o grupo Opportunity. Fico emocionado, isso me empolga.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a, mais uma vez, está sendo injusto. Querem fazer uma ligação desse grupo com o PFL, mas não vão conseguir. Tenho a certeza de que V. Ex^a não está envolvido, faço isso por solidariedade e vou confessar aqui: quase fui às lágrimas no domingo, quando vi aquela calúnia cometida por uma revista lhe envolvendo numa possível aquisição de um prédio pela Eletrobrás – o prédio Serrador. Aquele Serrador de tantas histórias no Rio de Janeiro, que tanto alegrou os boêmios na década de 50 e que, agora, está sendo resgatado pelo Governo por um preço fora do mercado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está sendo resgatado nada, Senador. O senhor leu a notícia? Não está sendo comprado. Aquela notícia é mentirosa, Senador, da mesma revista, aliás, chamada **ISTOÉ**, revista que se vende, está comprovado isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Li a notícia e, por isso, sou solidário a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A revista **ISTOÉ** vende matéria editorializada, O Sr. Alzugaray é conhecido no mercado. Está na revista **Veja**, está nas gravações da Nova Schin.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a chegou aonde eu queria. O velho Ulysses Guimarães dizia que “o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o desmentido.” Daí por que, num momento como este, é muito fácil acusar, caluniar. Quando as provas chegam, todos calam. V. Ex^a fechou, com chave de ouro, o sentido desse meu aparte.

A pergunta que eu queria fazer, para que ficasse bem clara, era se houve um encontro da Dr^a Karina, numa chácara no Rio de Janeiro, com o senhor – meu amigo pessoal, não sou amigo do banco – Carlos Rodemburgo e ela respondeu que não.

Agora, essa história de privatização, de briga, envolvendo Gushiken, envolvendo Previ, nós vamos para a privatização. Apenas não acho correto tentar trazer isso para cá. Mas, se quiserem, poderemos ampliar a linha de ação dessa questão e discutí-la, aqui, democraticamente, porque nós estamos em busca da verdade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, não pude me manifestar quando da minha vez,

pois estava presidindo, eu pediria, portanto, a V. Ex^a para fazer duas perguntinhas. Vou gastar dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo e, no fim da fila, que já está terminando, o Senador Ney Suassuna. O incansável Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a

JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu queria dizer à depoente que pretendo arguí-la sob dois aspectos. Um aspecto diz respeito às denúncias que V. S^a faz, muitas das quais parece ter alguma base de realidade. E, nessa perspectiva, independentemente de qualquer outra razão, se comprovadas, V. S^a terá feito um grande bem ao País, indiscutivelmente.

Mas há uma outra parte relativa às razões pelas quais V. S^a faz as denúncias que, a meu ver, não são desprezíveis para investigação, até pelas razões que o próprio Senador Heráclito Fortes mencionou. Se há interesses empresariais por trás, interesses políticos, ou outros. Ou seja, a segunda parte da arguição não tem o objetivo em nada de atingir a imagem ou tirar a veracidade do que V. S^a denuncia, porque isso é comprovado por fatos, mas tem a ver, no contexto da matéria em apuração, o porquê a denúncia foi feita e da forma como foi feita. Começo pelas denúncias de V. S^a. Na coluna do Boechat, no **Jornal do Brasil** de ontem, há um nota que diz o seguinte: “Fernanda Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério...”

Sr. Presidente, não estou conseguindo ouvir o que eu mesmo falo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

“... encontrou em casa, no fim de semana, um fichário com cerca de duzentos nomes com os quais seu antigo chefe mantinha contatos regulares. Hoje ela entrega o material à CPI dos Correios”.

V. S^a tem esse fichário e pode entregá-lo à Comissão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Já foi entregue. Já tirou xerox, e já foi entregue.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É aquele que V. S^a entregou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aquele material?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aí prossegue: “Na lista telefônica em mãos de Fernanda Somaggio, destaca-se um interlocutor constante

de Marcos Valério. Trata-se do diretor do Banco Rural, João Heraldo Lima”.

A senhora sabe quem é João Heraldo Lima?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sei. Sei por telefone, mas não o conheço pessoalmente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem é ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só o conheço por telefone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só por telefone?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Porque há uma anotação no dia 13 de setembro, no verso da agenda de V. S^a, que fala de João Heraldo. E eu queria saber se ele realmente, como diz Boechat, trabalha no Banco Rural; se ele foi – uma informação que recebi – Secretário de Finanças do Sr. Eduardo Azeredo; se ele foi diretor do Banco Central e também diretor do BMG.

A senhora tem noção sobre isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não. Eu tenho o que está na agenda. Na verdade, essa agenda tinha... Alguns nomes já estavam na agenda do Outlook, e depois eu apenas acrescentei alguns outros nomes e imprimi para levar pra casa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Estava no verso o nome dele, no dia 13....

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, mas eu não sei quem é a pessoa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A senhora não se lembra porque...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não sei falar dos títulos dele. Eu não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A senhora não se lembra por que marcou o nome dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu não sei dos títulos, não sei quem é a pessoa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como títulos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei se ele era presidente de banco...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas a senhora se lembra por que a senhora marcou o nome dele na agenda?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não me lembro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – No seu depoimento à Polícia, a senhora afirma que

“ouviu dizer que o Sr. Valério seria um laranja; que, quando ele comprou a empresa, ele teria comprado, ele teria sido incluído na empresa SMP&B como um laranja do seu outro sócio”. Isso é verdade?

Sr. Presidente, eu não estou conseguindo, sinceramente, ouvir a depoente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – As informações que foram passadas pra mim foram essas informações, e foram essas as informações que eu passei pra frente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que ele seria um laranja?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Pelo que me disseram, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, quando ele monta a firma com o Sr. Clésio, ele seria um laranja?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim. A informação que eu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por quê?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei. A informação que eu tenho é essa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Outra informação que V. S^a dá é que “o Sr. Valério grampeia telefones”. A senhora fala isso na Polícia.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Já foi falado aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A senhora já falou. Mas a senhora sabe de que pessoas ele grampeou os telefones?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Segundo informação da Adriana Fantini, ele ouvia os telefones de quem ele queria. Ele só tinha uma pessoa que fazia isso pra ele... Só isso. Que era pra tomar cuidado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Numa outra passagem do depoimento de V. S^a, a senhora diz que “não sabe a origem do dinheiro para o pagamento do “mensalão”, mas que ouviu diversas vezes Marcos Valério, Simone e os demais sócios falarem que “o amigo mandou dinheiro”. Quem é esse “amigo” que mandava dinheiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não tenho conhecimento. Teria que perguntar para o Marcos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A senhora chegou a ver – porque a senhora fala muito em retirada de dinheiro – chegada de dinheiro, de depósito?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, nunca vi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas havia um “amigo” que mandava dinheiro para ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim; pela conversa que eu ouvi, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, havia uma pessoa que mandava dinheiro para pagar o “mensalão”; logo, talvez não tenha vindo o dinheiro para pagar o “mensalão” – partindo do pressuposto que existia – das contas ou dos contratos que eles tinham com o Governo; mas que alguém mandasse para ele o dinheiro; é isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vamos agora para outra parte, se V. S^a me permite. Depois vou tentar explorar, porque o tempo, estou vendo, corre.

A senhora diz que se encontrou, antes da publicação da matéria, com o jornalista Leonardo Attuch apenas uma única vez. Confere?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Depois, a senhora encontrou com ele depois da publicação?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, nunca mais eu me encontrei com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi uma vez só?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Uma única vez.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas, na matéria da **ISTOÉ**, o próprio jornalista Leonardo Attuch – que a senhora admira – fala que foram duas entrevistas, e inclusive dá as datas. Ele diz o seguinte: que “a primeira foi no dia 2 de setembro; e a segunda, no dia 13”. Ele fala: “A Karina Somaggio concedeu a sua segunda entrevista à revista **ISTOÉ Dinheiro** na segunda-feira, dia 13”.

O jornalista, no caso, mente?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, porque eu não encontrei com ele. Ele me ligou, mas eu não encontrei com ele. Eu encontrei com ele apenas uma vez.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Uma única vez, no próprio dia 2, que a senhora mencionou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nesse dia, ele foi procurar a senhora na empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele procurou a senhora na empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O horário, a senhora lembra?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Na hora do meu almoço, 1 hora da tarde.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Na hora do almoço. Aí, como é que foi? Ele procurou a senhora. Como é que foi a conversa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele só disse que ele estava fazendo uma investigação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vocês estavam onde, quando conversaram?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele parou com o carro na porta da minha empresa, eu fiquei muito sem graça, fiquei com medo de acontecer alguma coisa com meu emprego. Ele disse que queria conversar comigo, eu entrei no carro, ele me disse que estava me levando para a casa de um amigo, onde a gente pudesse conversar. Eu disse que não, porque eu só tinha uma hora de almoço, não dava tempo. Ele disse que era perto. Ele disse que estava fazendo uma investigação, e se eu podia ajudar. Eu disse que eu não queria mexer com esse tipo de coisa, porque eu sou a parte fraca da história, sou a única pessoa que não tem dinheiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aí o carro foi indo em direção à casa desse amigo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aí vocês chegaram aonde?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – A uma casa, e dentro da casa é um estúdio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É uma agência, não é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Agência, eu não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A revista **Veja** diz que foi uma agência, e a senhora, então, nessa agência, teria posado para fotos.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Aí ele pediu, como eu já tinha dito aqui, ele insistiu para que eu tirasse as fotos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a senhora não sabia para que eram as fotos?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Ele disse que ia guardar as fotos caso ele precisasse para alguma coisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Para alguma coisa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a senhora se permitiu fotografar, sem saber para que ele fotografava?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu permiti, mas não estou achando qual a importância disso aqui. Já foi, já foi feito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É exatamente para verificar se a senhora sabia dessa entrevista ou não, porque pode haver interesse por trás.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele disse que era só uma investigação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu não consigo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A foto que a senhora tirou no estúdio é esta que está na capa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É essa própria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É esta foto.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sou eu. Foi a foto que eu me assustei

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora se maquiou para tirar a foto, tudo? Porque a senhora está maquiada!

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não estou maquiada. Eu não uso maquiagem. Uso muito pouca maquiagem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, para tirar foto, normalmente, você faz...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora não fez nada disso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

Eu conversei com ele durante 40 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a sessão de fotos durou quanto tempo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Rapidinho

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi rapidinho! A **Veja** fala que foram 40 minutos de foto.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. A **Veja** fala, mas a **Veja** não estava lá. Como é que ela fala?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Normalmente, o que demora mesmo é a sessão de fotos. Vamos então

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas, nesse caso, eu tinha uma hora de almoço, aí não tinha jeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Claro!

Mas uma coisa me intriga. Eu estava analisando o processo que a senhora... A senhora hoje é ré de um processo em Minas Gerais. O Ministério Público acolheu, denunciou a senhora por extorsão. Agora, no primeiro depoimento que a senhora faz à Polícia, no dia 8 de setembro, portanto, 6 dias após a senhora ter dado a entrevista no dia 2, a senhora nega terminantemente ter se encontrado com qualquer jornalista.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro! Eu estava morrendo de medo!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas a senhora tinha sido ameaçada naquela época?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, eu sabia a pessoa com quem eu estava trabalhando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é tão intimidador assim?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É claro! Se ele entrou no meu *e-mail*, me mandou uma mensagem, mandou o motoboy atrás de mim, ele não é intimidador? Para mim, é muito!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu não sei. Porque eu tenho bilhetes da senhora no inquérito mandando beijos, a senhora é bastante amistosa com ele.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu sou amistosa com todas as pessoas. Quem me conheceu aqui, viu como eu sou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Tem bilhetes do seu próprio punho aqui no inquérito em que a senhora fala “beijos” e mostra uma certa relação de amizade. Veja, eu vou ler, escrito pela senhora.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não precisa de ler, eu sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não é este, é outro. Vou ler: “Descobri

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos controlar as palavras!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos controlar as palavras! Ela não está aqui como ré.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas qual foi a palavra indevida, Senador, que eu usei?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela não está aqui como ré, não está aqui respondendo... Esse processo é lá ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas, Senador, qual foi a palavra indevida que eu usei?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A palavra indevida é a maneira como V. Ex^a pronuncia, que pode ser interpretada: “mandando beijo”! V. Ex^a insinua...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, não, não. É que ela escreve “beijos”, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MA) – Deputado Eduardo, por favor!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por favor, Senador, eu não estou sendo deselegante. Estou sendo absolutamente rigoroso. É o que está escrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MA) – Deputado Eduardo Cardoso...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Peço que desconte do meu tempo. Peço que desconte do meu tempo, por favor, estou sendo absolutamente criterioso.

O bilhete que a senhora escreve diz o seguinte: “Descobri que conseguiram entrar, sem a minha senha, no meu banco...”

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Eu descobri que conseguiram entrar no meu *e-mail*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Está aqui, é sua letra, está no inquérito: “Descobri que conseguiram entrar, sem a minha senha, no meu Banco e viram o meu saldo, etc., acho que você deveria saber. Qualquer dúvida, me liga, que eu te explico melhor, OK? Obrigada. Karina”. É o que está aqui, estou apenas lendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – SP) – Não está o beijo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O beijo está no outro, Senador. Se quiser, eu mostro ao Senador onde está o beijo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas tem sim. Pode ficar tranquilo que tem sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Tem sim, estou sabendo.

O que eu quero saber é, se ele era tão atormentador a ponto da senhora dizer sequer que tinha sido entrevistada ou tinha estado com um jornalista para um delegado, por que a senhora escreve depois disso

um bilhete nesses termos, que, olha, tinham entrado na sua senha e por que ele deveria saber.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque as pessoas estavam querendo saber sobre ele, não sobre mim porque eu sou pobre, não tenho dinheiro, não devo nada, não recebi nada de ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, se alguém entrou...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Se alguém quer saber alguma coisa é dele, dos negócios dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, se alguém entrou na sua conta bancária, pessoal, por que ele precisaria saber disso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Já que eles estavam querendo saber o que ele estava fazendo, eu achei que ele deveria saber disso também, porque eles queriam saber da vida dele, não da minha vida.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem. A testemunha responde sobre fatos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não é possível. Mas, outra vez, o que houve de discursos, Deputada Denise, aqui, eu estou perguntando fatos, por que ele queria saber isso, meu Deus?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardozo, com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Desculpe-me, Senadora. Desconte-me o tempo. Há uma acusação e apuração de que existiriam interesses ou políticos ou empresariais por trás da denúncia. E é necessário esclarecer, Senador, não se trata de decompor a imagem dele.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A acusação é quantos da política estão envolvidos nessa ladroagem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, eu quero dizer a senhora...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Deputado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas até isso... Quantos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, por favor, me descontando o tempo. O que eu quero dizer a V. S^a que há todo um conjunto de confusões aqui em que o próprio Deputado Heráclito, com a razoabilidade que diz, há que afirmar, quem insinue que há banco por trás do depoimento dela.

Mas eu estou perguntando fatos, meu Deus do céu. Aliás, houve tanto juízo de valor aqui, eu estou perguntando rigorosamente fatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardozo com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A senhora está sendo parcial, Juíza. Por favor, por favor. Olha, eu estou sendo criterioso, perguntando fatos, não fiz nenhum juízo de valor, não a xinguei. Os beijos, Senador, estão escritos aqui, não fui eu que inventei, então, por favor, eu acho que é injusto, os senhores estão atrapalhando a arguição, não fizeram isso com outros depoentes, não fizeram ontem, eu acho que está incorreto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Outros depoentes não agiram desta forma, Deputado Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu sou, então, o único parcial, quer dizer... Chamar aqui, Juíza, de lavanderia, de hipócrita, de mentiroso, de quadrilha, eu fiquei quieto, agora, eu estou perguntando sobre fatos, é injusto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Deveria intervir, porque eu, quando aconteceu isso com o Senador...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, eu não interviro em nenhuma, quem está intervindo é a senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– ...eu pratiquei uma intervenção.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não sei por que a senhora está tão irritada, eu estou fazendo uma pergunta técnica, Dr^a Denise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardozo com a palavra, vamos em frente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Olha, eu estou sendo profundamente atrapalhado na minha arguição, é injusto. É a segunda vez que isso acontece, eu não entendo por que.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dá-me meio minutinho para lhe ajudar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu lhe dou tudo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero ajudar. Saiba que você tem aqui esse seu tipo de galã, tem um fã-clubes feminino muito grande ali atrás e está todo mundo preocupado se V. Ex^a tem alguma coisa contra beijo. Está todo mundo querendo saber, não tem nada contra beijo não, o beijo, às vezes, é indevido e dado em hora errada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Todo essa conotação está sendo dada e não é por mim. Eu estou me referindo a um beijo escrito. A Sr^a Karina está entendendo perfeitamente o que eu estou dizendo e não há razão para a ira de ninguém aqui, a não ser para atrapalhar uma argüição, Juíza. Eu não estou fazendo nada, eu sou muito criterioso quando arguo, não fiz nenhum juízo de valor sobre ninguém, é injusta a intervenção de V. Ex^a.

Mas prossigo, se me permite a depoente, por favor.

Por que que a senhora – a minha pergunta é objetivamente – por que que a senhora pede para ele, dá ciência a ele de que tinham invadido seu saldo, a sua conta, perdão, “alguém invadiu sua senha no meu banco e viram o meu saldo etc., acho que você deveria saber, qualquer dúvida, me ligue, que eu te explico melhor”. O que a senhora quis dizer com isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele teria que saber. Se as pessoas querem saber dele e queriam uma pessoa fraca na história, foi a minha pessoa que eles foram atrás.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, a sua intenção foi ajudá-lo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro, eu nunca tive intenção nenhuma de fazer nada contra ele. É claro (*Inaudível.*) do que já está acontecendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só que, aí, a senhora já tinha falado isto para o jornalista, já tinha falado para o jornalista, tirado as fotos antes, não foi? Porque isso foi depois do dia 2.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não, isso daí foi antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isto foi antes do dia 2?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, isso aí foi que eu entreguei para ele antes, eu entreguei para ele em fevereiro. Isso daí foi entregue a ele em fevereiro. Ele, simplesmente guardou e colocou nos autos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não foi em 2 de janeiro a entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso aqui é fevereiro.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, foi 2 de setembro a entrevista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perdão, 2 de setembro. Tem razão a senhora. Então, isso foi antes da entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Antes, muito antes da entrevista.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Está certo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E eu gostaria de deixar muito claro...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pois não, pois não.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...que eu nunca recebi nenhum centavo nem de empresa nem de político e nem de ninguém, tanto é que, acho que o meu sigilo bancário está aberto, vocês vão ver que eu fiquei quase um ano no cheque especial pagando juros. Então, nunca recebi nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, posteriormente a isso, a esse depoimento na polícia, passou algum tempo o Ministério Público acolheu a situação que acusava a senhora de extorsão, a senhora foi denunciada nesse processo e foi prestar um depoimento para o Juiz de Direito da 6^a Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte. E, ao depor para o Juiz de Direito, portanto, com todas as garantias que um juiz pode lhe dar, está aqui a Juíza Denise, que está, inclusive, zelando pela garantia de V. S^a, V. S^a diz o seguinte: que tem a melhor impressão de Marcos.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Tem mesmo. Acho ele uma pessoa extremamente inteligente, olha tudo que ele fez. Não é inteligente?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas ele não é frio, intimidador?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Frio e intimidador é uma coisa. Inteligente é totalmente diferente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então V. S^a acha que ter uma boa impressão, exclui essa parte de ser intimidador, agressivo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Está certo. Que tem a melhor impressão de Marcos e até o admira, sendo que jamais admitiria prejudicá-lo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Continuo não querendo prejudicá-lo, o que aconteceu... É claro que hoje não tem jeito de falar que não prejudiquei, mas não tenho mesmo. Já disse aqui, anteriormente, não tenho nenhum tipo de sentimento por ele, principalmente de ódio. Não tenho nada contra ele, eu não o odeio e não o amo também. Quero simplesmente que ele viva a vida dele pronto e acabou. Do jeito que vou viver a minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito.

Nessa oportunidade, perante o Juízo de Direito, V. S^a reconheceu também validade nas declarações que havia feito na Polícia, ou seja, a senhora falou: aquilo que disse na Polícia é verdade. A senhora confirma?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É verdade. Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É que na Polícia, volto a insistir, a senhora tinha falado que não tinha encontrado, que não conhecia e que não havia irregularidade na empresa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Não podia falar isso. Como é que eu iria falar, numa Delegacia, que eu sabia de várias coisas e prova como? Posso ser secretária, mas não sou tão burra assim!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou concluir. Só peço um minuto de bonificação, depois vou me reinscrever, é porque fui um pouquinho atrapalhado na minha linha de raciocínio.

Mas queria perguntar: A senhora não se sentiu intimidada de falar para um jornalista, que a senhora mal o conhecia, que levou a senhora para um estúdio para fotografar e se sentiu intimidade de contar a verdade para um delegado de polícia, para um juiz de direito?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Mesmo porque não fiz entrevista com ele.

Simplesmente ele me fez perguntas, eu respondi e ele disse que não estava gravando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Satisfeito, Presidente.

Volto depois.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, as minhas duas perguntas foram exauridas com a conversa do Deputado Eduardo. Pode riscar meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, caro telespectador, hoje estamos completando doze horas que estamos aqui, acho que foi uma grande conquista, conquista democrática a quebra do sigilo bancário, sigilo fiscal, telefônico do Sr. Roberto Jefferson, acostumado a intimidar, ameaçar e tentar calar pela truculência. Foi difícil quebrar o sigilo de Roberto Jefferson, aqueles que presenciaram as transmissões, ou que estiveram aqui sabem a resistência que houve. Agora, o fato concreto é que está quebrado e a investigação vai avançar com mais qualidade, porque vamos, através

das informações do sigilo bancário, fiscal, telefônico dele poderemos investigar. Não sei porque ele tentava evitar, pessoas que o defendiam aqui tentavam evitar a quebra desse sigilo de todo jeito. Tenho dito, disse até que tem duas maneiras de dizer para não quebrar o sigilo: uma é dizer não; não quebre o sigilo. A outra é: quebra, mas tem que quebrar mais de “a”, “b”, “c”, “d” até “z”. Era também uma outra forma de dificultar a quebra de sigilo; o telespectador, a opinião pública vai acostumando, acho que a TV Pública: a TV Assembléia, TV Senado é um grande instrumento que democratizou a vida política, porque o povo pode acompanhar a opinião dos partidos, dos parlamentares e as decisões que são tomadas; quem vota, em que e como.

Muito bem, queríamos aqui dar continuidade a esse processo de investigação, precisamos... Aliás, antes de entrar nisso, gostaria de declarar aqui, sou membro da Comissão, da CPMI e o Sr. Roberto Jefferson falou que havia aqui gente que recebia mensalão. Fez acusações injustas aqui em relação à Senadora – minha solidariedade a ela. Agora, na sua cidade, o telespectador que está me vendo e ouvindo aqui, se na sua cidade alguém, algum traficante afirmar que tem traficante naquela cidade, porventura é normal todos os cidadãos, todos os moradores daquela cidade irem buscar documentos e provas de que não são traficantes? É o mesmo comportamento nosso. Nós não temos nada a temer, nosso sigilo bancário, fiscal e telefônico está à disposição, nossa vida é uma vida limpa ao longo de 62 anos. Portanto, nós podemos enfrentar o Sr. Roberto Jefferson. A truculência dele e as ameaças não vão fazer calar, porque não nos intimida.

Muito bem.

Agora vou às perguntas.

A Sr^a fala que entrou casualmente em contato com o Sr. Leonardo Attuch através de *e-mail*. Mas há outra referência, outro depoimento, dizendo que a senhora falou por telefone com ele. Como é que a senhora explica essa contradição? Uma hora fala que foi *e-mail*, outra hora telefone.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não tem contradição nenhuma. Eu falei das duas maneiras: falei por *e-mail* e falei por telefone.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Das duas maneiras. Está bem. Então, está esclarecido.

A SR^a FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só para aproveitar, estou passando à mão do Presidente a representação da Polícia Federal da apuração da quebra de correspondência, de quebra de privacidade – estou passando a ele para ele guardar – e aqui o **habeas corpus** referente ao processo que foi feito.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Ele disse que estava fazendo uma investigação?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sim. E ele era ligado à revista **ISTOÉ**?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – As perguntas do repórter foram, só recordando rapidamente, porque a senhora já falou: se Marcos Valério conhecia o Delúbio, se conhecia outros políticos do PT, se Marcos Valério vinha muitas vezes a Brasília. O Sr. Roberto Jefferson, naquela primeira Comissão de Ética aqui falou, no depoimento dele: “Oh, já apareceu a primeira secretária”. Quem não se recordar disso é só pegar os transcritos, a fita etc. Por isso, me faz lembrar muito que não é por acaso... A pergunta que eu faço agora para a senhora é a seguinte: a senhora conhece o Sr. José Fortuna, que foi candidato a Deputado federal pelo PMDB de Minas Gerais?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, nunca o vi, nunca ouvi falar o nome dele.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – A senhora conhece o Sr. Molina?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Arthur Wascheck?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Jairo Martins?

A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Porque se os senhores, se os telespectadores e os senhores Deputados e Senadores quiserem resgatar da sua memória, o sistema é muito parecido com aqueles descritos pelo Jairo Martins, pelo Arthur Wascheck e outros nesse depoimento, no depoimento que eles fizeram aqui, que era o seguinte: eles contatam uma revista, fazem a arapongagem e depois detonam com a finalidade ou de extorsão ou finalidade política ou as duas coisas associadas. Então, na minha tese, a Srª Karina tem seu sigilo quebrado, ainda não pegamos os resultados disso – outros sigilos estarão sendo quebrados e já foram quebrados e nós estamos estudando isso. A minha hipótese é de que a senhora, de maneira consciente ou inconsciente, entrou nesse sistema de uma arapongagem com finalidade de extorsão e política. De extorsão ou política ou as duas coisas ou só extorsão ou só política? Só extorsão não, porque aca-

bou tendo, particularmente, a repercussão. A entrevista anterior aguardou um determinado momento para ser divulgada – num momento mais propício, etc. Eu quero só lembrar que foi no aniversário, e eu não sou do Partido dos Trabalhadores – eu sou do PcdoB –, mas quando o PT preparou uma festa no Hotel Glória foi que estourou a denúncia, acabando com a festa, etc. Essas coisas, então, não acontecem por acaso.

Há outras perguntas que eu havia preparado, mas já foram respondidas – eu não vou repetir.

Agora, a senhora, pessoalmente, depositou R\$100.000,00 na conta do ex-Ministro do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-Ministro Pimenta da Veiga?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Foram depositados R\$150.000,00: R\$50.000,00 na conta do ex-Ministro Pimenta da Veiga e mais R\$100.000,00 na conta do assessor dele, cujo nome não me lembro.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Por que foi na conta do assessor dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quem tem que responder é o Marcos Valério porque foi ele quem mandou fazer, e eu fiz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Parece que essa matéria já foi esclarecida. O advogado do Pimenta da Veiga explicou que ele foi advogado da empresa e recebeu R\$150.000,00 de honorários.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sim, Senador. Mas ela informou que nunca soube que ele constava como advogado da empresa. É verdade ou não?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não era advogado da empresa. Ele defendeu a empresa numa causa determinada.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso aí já não sabia. Nunca constou como advogado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Mas a senhora sabia disto? A pergunta que eu faço para a senhora é a seguinte: foi falado que era pagamento de um serviço?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não foi e eu nunca soube que o ex-Ministro Pimenta da Veiga era advogado. Fiquei sabendo depois.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Na sua agenda tem três datas de uma audiência – três datas de uma reunião com o Governador Aécio Neves. É verdade isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu marquei três vezes – normal – pelo cerimonial do Palácio, em Minas Gerais, foi marcada.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eu fiz esta pergunta, aqui, porque um empresário como o Marcos Valério – ou qualquer outro empresário –, é normal marcar reuniões, fazer contratos, buscar negócios. Então, quando eu cito o nome do Governador Aécio Neves não é nenhum desabono. Nós estamos fazendo uma investigação. Assim como eu vejo, aqui, muitos Deputados e Senadores falarem. Por exemplo: falaram do Ministro José Dirceu e ficou provado que ele foi à inauguração de uma fábrica, aqui, em Goiás, etc., mas a nossa investigação é uma investigação que tem que buscar a verdade, corrigir erros em benefício do povo brasileiro e da Nação brasileira. Não cabe a homens públicos, responsáveis, fazer ilações, seja para atingir “a”, “b” ou “c” – fazer ilações como se fosse uma bandidagem só, um lamaçal só. Quem fizer pesquisa – e eu repito isto: sei que tem gente que não gosta disto –, mas quem fizer investigação porque é necessário que se saiba disto...

Eu tinha 11 anos de idade e acompanhava pela revista **O Cruzeiro** o que fizeram com Getúlio Vargas. Eu já era moço, universitário e lembro-me que acusavam João Goulart – o Senador Pedro Simon é até conterrâneo do Presidente João Goulart...

Quer dizer, é sempre uma forma: é um lamaçal, é um mar de lama e procuram, então, destituir para as Forças. Assim tem sido a história nossa e mesmo de outros países, aqui, na América do Sul, sempre a mesma fórmula para tentar golpear o povo – aqui no nosso caso – brasileiro. Então, eu vou já terminar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas nós não queremos tirar o Presidente Lula de lá. Nós não queremos tirar o Presidente Lula de lá. Nós não queremos golpear ninguém.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Eu acho que boas intenções o inferno está cheio. Não adianta a pessoa falar que quer salvar o Lula, e falar que o governo dele é um mar de lama, etc, como a gente vê certos Deputados e Senadores fazer isso aqui. E, depois, fala: “Não, mas o Presidente Lula, não sei o quê”. Eu acho que o povo brasileiro tem que prestar atenção nesses políticos, nesses representantes do povo, se eles estão agindo de acordo com o que é condizente com o que o povo espera do seu representante no Congresso.

Na sua agenda, tinha relação com o setor privado também, Sr^a Karina?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – O Sr. Marcos Valério fazia reuniões com outros empresários?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, que eu saiba.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Então, a sua agenda... Porque ele provou aqui que ele era... tinha contrato com a Fiat, se não me engano, tinha outras empresas.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele tem contrato com a Telemig Celular, com a Amazônia Celular, com a empresa que chama Ricardo Eletro, enquanto estive lá. Mas não era ele que negociava contrato.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sim.

Então, o que eu quero dizer é que reuniões são normais. Nós temos que ver se há venalidade, se há crime, se há atos ilícitos. Mas não a partir do... marcou uma reunião, fez um contato, fez um telefonema isso acaba se transformando numa prova de que aquilo tudo é venal.

Bom, duas ex-colegas de trabalho, Adriana Fantini e Simone, a Sr^a tem algum atrito com elas ou elas com a Sr^a?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não. Nenhum.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Quando elas foram à delegacia, à Polícia Civil de Belo Horizonte, elas falaram que V.S^a estava tentando extorquir o Marcos Valério. Por que elas fizeram esse tipo de declaração?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu já respondi isso daqui.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não, mas eu quero ouvir da senhora.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque elas são funcionárias do Marcos Valério e o Marcos Valério pediu para que elas fossem lá.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Então, elas estariam mentindo.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro, eu nunca fiz isso. Se eu nunca fiz, nunca falei com elas, elas estão mentindo.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eles teriam interesse de...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Interesse de continuar no emprego. Porque lá é uma empresa que paga bem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Elas gostariam de te prejudicar, te desmentindo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Como é que é?

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Elas queriam te prejudicar te desmentindo?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eles queriam manter o emprego.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Claro. Queriam manter o emprego também, porque difícil arrumar emprego neste País. É meio complicado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – É lógico.

Então, terminando, nós queríamos dizer que, com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Roberto Jefferson, nós quebramos aquele urso sem dente...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Urso sem dente.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – ...porque ele procura e sem unhas para... Por quê? Porque ele se colocou como um imperador, ele ameaça o Congresso, ele ameaça o Executivo, ele ameaça a sociedade. Parecia que estava pairando acima do bem e do mal. Esta CPMI, agindo em nome do Congresso, teve a coragem de quebrar o sigilo, teve a coragem de encaminhar um ofício. Ele até já desmentiu que ele errou no programa do Jô, que não eram membros desta CPMI. Quer dizer ele teve que se desmentir, não é mesmo? E nós vamos desmontá-lo. Porque até agora ele procurou ameaçar, procurou agredir e procurou intimidar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele não nos intimida, não nos ameaça, e o povo brasileiro precisa tomar coragem para enfrentar a corrupção, para enfrentar as irregularidades, mas enfrentar esses candidatos a imperador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Jamil. Senador Pedro Simon, inscrevi o Senador Pedro Simon só para deixar bem claro, ele era o nono da lista, não identificamos a sua assinatura, já poderia ter falado há muito tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Senador Pedro Simon, se me permitiria fazer quatro ou cinco perguntas apenas na sua frente, pode ser?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque realmente estou bastante esgotada, gostaria de me retirar, quando fui chamada estava tendo uma outra questão.

Quem indicou a senhora para trabalhar na SMP&B?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ninguém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ninguém? Como a senhora ficou sabendo do emprego?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Coloquei meu currículo na *Internet* e fui selecionada por um *site* de seleção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um *site* de seleção?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quem a entrevistou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi uma empresa terceirizada de seleção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ninguém da empresa a entrevistou para a admissão?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É um processo. É todo um processo. Primeiro passei por essa empresa de admissão, depois, eles pediram que eu conversasse com a, acho que ela se chama Ellen...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual a empresa mesmo de seleção?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, não me lembro o nome.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não lembra?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não sei, não. Fui lá uma vez, fiz o teste e, depois, eles me passaram para Ellen que é a gerente do RH. Conversei com ela e, depois, fui encaminhada para o seu Marcos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer que a senhora não conhecia ninguém quando chegou lá?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ninguém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ninguém? Não tinha relação com ninguém?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mesmo porque moro em Belo Horizonte há apenas três anos. Então, não conheço muitas pessoas de lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora trabalhou de quando a quando na SMP&B?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Trabalhei de maio de 2003 a janeiro de 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Maio de 2003 a janeiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Janeiro de 2004.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Nove meses.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nove meses. A sua entrevista? A primeira entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi, a primeira entrevista foi com a empresa de seleção, depois...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não. Estou falando da entrevista da **ISTOÉ**, desculpa.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ah, minha entrevista, que não era entrevista, que era uma conversa...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já mudou de assunto.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...que virou entrevista foi dia 2 de setembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Setembro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De 2004?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a segunda?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não teve a segunda. Eu só encontrei com ele uma vez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só uma vez? O que saiu em junho é a reprodução...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Foi feita em setembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...é a reprodução integral do que a Sr^a deu em setembro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Integral, não. Têm algumas coisas que não me lembro de ter falado, mas enfim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Teve coisas que foram colocadas na entrevista que a Sr^a não lembra de ter falado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso, não me lembro de ter conversado com ele sobre isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não lembra de ter falado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero já fazer um requerimento, depois vou oficializar, que se solicite a revista **ISTOÉ**, a entrevista.

Eles devem ter a gravação da entrevista. Foi gravada a entrevista?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Quando ele conversou comigo, ele disse que não foi gravado. Mas aí não tem jeito, foi gravado, claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi gravada? Então, quero fazer o requerimento para solicitar a gravação, até porque não sei em que condição, é depoente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, é como informante.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já que a informante está dizendo que está na entrevista coisas que ela não lembra de ter dito. Então, que a gente possa requerer.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas tudo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será providenciado.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – ...tudo que está na revista e que realmente é fato e já foi provado, como já disse aqui no começo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra questão que queria lhe perguntar é a seguinte: a Sr^a trabalhou de maio de 2003 a janeiro de 2004. Bom, a Sr^a confiou a recuperação do seu sigilo eletrônico, bancário e correspondente, a um tal de? Como é o nome?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não confiei em ninguém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas teve um problema no seu sigilo telefônico, eletrônico, eletrônico, dos seus e-mails.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, mandaram e-mail de Karina Onderline Somaggio para Karina Onderline Somaggio, e teve a violação da minha correspondência, que já passei à Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é que resolveu esse problema?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ninguém resolveu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para quem a senhora confiou a recuperação desse seu sigilo? Como a senhora resgatou isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não resgatei. Eu simplesmente perguntei a um amigo, que era técnico em informática...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um amigo? Que amigo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Ele se chama Daniel.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Daniel do quê

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não sei o sobrenome dele. Ele é meu amigo só, colega...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Colega de onde?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De colega. Eu o conheço. Ele é técnico em informática e pedi a ele que...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não tem nenhuma referência para nos dar se quisermos localizar essa pessoa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu já disse que eu vou mandar para o Deputado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra questão que eu queria perguntar... A senhora possuía um documento, um fax da empresa, onde tratava dos depósitos em nome do Sr. José Alves de Oliveira e José Pimenta da Veiga.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tinha?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Tinha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por que esse fax estava com a senhora?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Por que quando eu saí da empresa, no dia em que eu fui demitida, a única coisa que eu levei comigo foi a minha agenda e por acaso estava no meio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estava dentro da agenda?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Estava na agenda, num clipe.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estava dentro da agenda?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a senhora não se preocupou, já que o documento não era seu e era um documento de depósito bancário, portanto, um documento relevante, em devolvê-lo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não era um documento de depósito. Era apenas um fax.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um fax?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não me preocupei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não se preocupou? Guardou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Guardei e ficou guardado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ficou guardado? Nem quis jogar fora?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque, na verdade, eu já expliquei aqui que eu guardo a minha agenda durante um ano. Caso eu precise de alguma coisa, eu tenho na agenda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A sua agenda ela não contém uma das páginas.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – A página 31 de dezembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi retirada?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque estava lá o endereço do meu médico.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O endereço do seu médico?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, se a senhora retirou coisas da sua agenda, nós também poderíamos supor que a senhora também poderia ter colocado coisas na sua agenda?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, porque eu não coloquei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já que a senhora retirou, nós poderíamos supor que a senhora colocou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Poderiam, mas eu não coloquei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Poderíamos supor isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É Claro, mas eu não coloquei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu não sei se foi feito ou não esse requerimento, mas eu quero solicitar uma perícia técnica na agenda da Sr^a Karina. Quero que ela seja peritada para que a gente tenha a certeza absoluta de que nada foi colocado **a posteriori**.

Indagado pelo Deputado José Eduardo, a senhora falou que teria se comunicado com Marcos Valério e fevereiro?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para que a senhora conversou com ele em fevereiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque ele me ligou dizendo que tinha arrumado um emprego para mim. Na verdade, não aconteceu nada disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em fevereiro de quando?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – De 2004.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fevereiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu saí em janeiro. Foi fevereiro ou março de 2004 que ele me ligou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi logo em seguida à saída da senhora ele lhe telefonou?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora conhece Bruno Aparecido Somaggio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Bom, pelo sobrenome, deve ser alguma coisa do meu marido. Eu não conheço...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do seu marido?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seu marido é de onde?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Meu marido é da minha cidade, de Mococa, São Paulo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De Mococa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mococa é São Paulo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando é que a senhora saiu de Mococa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Faz seis ou sete anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seis ou sete anos? A senhora não conhece, não sabe quem é Bruno Aparecido Somaggio?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não sei quem é.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabe quem é? A senhora saiu há seis anos...?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É. Há seis anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós estamos em 2005, seis anos atrás 1999. É isso?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – 1999.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mococa é uma cidade de que tamanho?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Pequena, não muito grande.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Menor que Florianópolis. É isso?

É interessante porque há um vereador eleito pelo PTB, Bruno Aparecido Somaggio, e eu foi eleito em 1996. A senhora não sabia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não sabia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um parente eleito e não sabia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Por que eu tenho que saber de todos os parentes do meu marido? É parente do meu marido! Não é meu parente!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu só estou estranhando, porque é uma cidade pequena. Normalmente, a gente quando tem o sobrenome...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Mas eu não sou assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A última, para que o Senador Pedro Simon não fique com raiva de mim é a seguinte: saiu ontem, na coluna do Ricardo, acho que foi publicado ontem no **Jornal do Brasil**, a seguinte nota: Fernanda Somaggio, a ex-secretária do publicitário Marcos Valério, encontrou em casa, no fim de semana, um fichário com cerca de duzentos nomes com os quais seu antigo chefe mantinha contatos regulares. Hoje ela entrega o material à CPMI dos Correios. Na lista telefônica em mãos de Fernanda Somaggio, destaca-se o interlocutor constante de Marcos Valério. Trata-se do diretor do Banco Rural, João Eraldo Lima. Ele foi Secretário de Fazenda de Minas Gerais no governo de Eduardo Azeredo. Quero saber se essa nota corresponde à verdade. Existe esse fichário?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Existe, já foi passado à Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então era só isso. Muito agradecida, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, ou V. Ex^a deixa de ser o presidente, assume a liderança da sua Bancada e reúne o PT, porque ele está numa prática suicida, o PT está numa prática que, com toda sinceridade, nunca vi antes. O que a sociedade que está assistindo à televisão está pensando, vendo Deputados e Senadores ilustres do PT, que estão aqui para investigar o que aconteceu, e a sociedade está parada para ver o que vai acontecer, e o Lula pede para apurar, doa a quem doer, e os nossos queridos Senadores e Deputados do PT, a nossa Senadora, querem saber a vida da nossa

depoente. Querem sabem por que ela tirou a fotografia, querem saber como é que ela não sabe que um parente do marido dela foi eleito vereador no interior. Mas que barbaridade! Mas o que é isso, meu Deus do céu? Reúna a sua Bancada, Senador. A Bancada desaprendeu. A Bancada do PT é uma Bancada heróica. Eu me lembro que na CPI do **Impeachment** foi uma secretária como essa que teve a coragem de vir depor, contar, e lá era muito poderoso o Sr. PC Farias. Ela era secretária dele e veio aqui contar tudo. Contou nos mínimos detalhes. Foi o motorista que veio aqui e contou toda a história do Sr. Collor. O PT estava aqui conosco, o Mercadante estava aqui conosco, brilhante, diga-se de passagem, mas temos de investigar. Solicitamos àquela secretária, solicitamos àquele motorista que, independente, por conta própria, expondo-se ao que desse e viesse... Ninguém imaginava que o Sr. Collor ia ter o **impeachment**, não passava na cabeça de ninguém. Quando eles vieram depor aqui vieram depor contra o Presidente da República. Vieram e falaram, mas não me lembro de nenhum Deputado ou Senador que tenha massacrado aquela secretária como estão massacrando esta. Não vi nenhuma preocupação como a da nobre Senadora que está aqui, que deveria estar preocupada com o que está acontecendo com o PT, o que tem de verdade, o que tem de mentira... Vamos separar a verdade da mentira, vamos ver o que acontece no real. Não, a nossa querida Senadora está preocupada com a vida da nossa depoente, está preocupada por ela não saber que um parente do marido dela foi eleito vereador em Caximbamba (?). Ela não sabe.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fiz a pergunta porque me causou curiosidade o fato de alguém com o sobrenome da depoente, informante, é o mesmo sobrenome e é do PTB. Como as nossas investigações passam por um esquema de corrupção flagrado numa fita envolvendo denúncias de personalidades do PTB, para mim, pareceu relevante saber se havia alguma relação. Agora, queria apenas dizer ao Senhor, de forma muito respeitosa, como tenho sempre para com V. Ex^a, que tenho toda a autoridade para fazer as perguntas que entender as mais adequadas. E mais, Senador Pedro Simon. Já demonstrei, inequivocamente, porque não fiz discurso, pedi, inclusive, gentilmente, e V. Ex^a me concedeu a oportunidade de fazer as perguntas. Fiz perguntas que entendi convenientes, que achei corretas e não fiz discurso. Então, Senador Pedro Simon, acho que o senhor poderia, pelo menos no meu

caso, hoje, poupar-me desse seu discurso, porque aqui estamos todos colocados na tarefa de investigação e, ao final dos trabalhos, todos seremos julgados pelos nossos atos. Então, espero que o senhor não antecipe o julgamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja V. Ex^a como a minha liberdade é total. Entreguei o meu tempo a V. Ex^a para falar primeiro...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Só meio minuto, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dou-lhe um aparte, que é um discurso, e agora V. Ex^a vai embora sem ouvir a resposta. Tudo bem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Senador, só meio minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, deixe-me responder. Claro que S. Ex^a diz o que quer. Aliás, inclusive, S. Ex^a, quero dizer com toda sinceridade que admiro o progresso que S. Ex^a vem fazendo. Quando chegou aqui, vindo de Santa Catarina, confundia o Senado com a Assembléia de Santa Catarina, e hoje é uma excepcional e brilhante Senadora. Mas o que quero dizer eu repito: a tática do PT está errada e tenho o direito de falar, porque ninguém fala mais mal do PMDB, meu Partido, do que eu. Por que não posso falar mal do PT? A tática está errada. Quem está assistindo está vendo que é um absurdo, que três brilhantes Senadores massacraram, não foram buscar uma vírgula da verdade, não foram perguntar o que ela inventou, se é mentira ou se é verdade o negócio do dinheiro, se é mentira ou se é verdade o negócio das ligações do patrão dela com o tesoureiro do PT ou coisa que o valha. Com isso não se preocuparam. Passaram o tempo todo com a vida da secretária, enquanto nós...

Quero dizer a V. Ex^a, que foi uma honra muito grande recebê-la, apesar do PT. Peço que perdoe o PT, pois é seu Partido, mas ele está vivendo uma crise de existência e vai passar por isso, mas ele não representa hoje o Senado e muito menos o Congresso Nacional, porque para nós, o Congresso Nacional, a CPI, receber uma moça como V. S^a, uma moça bonita, simpática, competente, que tem a coragem de vir aqui se expor, sabendo que receberia mágoas, ressentimentos, que contaria fatos de gente poderosa, recebendo ameaças como a Senhora recebeu... E V. Ex^a veio aqui. É claro que no seu esquema não estava a imaginação de que uma brilhante Senadora, líder do PT no Rio Grande do Sul, no Brasil, em Santa Catarina, estivesse preocupada com a vida política dos parentes do seu marido. Mas quero lhe dizer, com toda sinceridade, que é muito importante... Terminamos de aprovar ontem um referendo porque consideramos muito importante, pois

agora vamos consultar o povo, vamos inaugurar uma democracia direta. Pois no momento em que encontramos uma secretária que vem aqui depor, que passa por isso tudo que está passando, acho justo cobrar nos detalhes para ver o que é, o que não é, se é imaginação ou se é sonho, mas querer se preocupar em desmontar a testemunha não é lógico, não é esse o caminho. Duvido que qualquer Comissão Parlamentar de um Congresso de um país civilizado, os parlamentares, numa hora como essa, numa hora empolgante, em que, pela televisão, a Nação está assistindo, as pessoas estejam preocupadas com os detalhes pessoais de uma personagem que veio do meio do povo para prestar a sua colaboração para descobrirmos a verdade. Digo à Senhora que o **impeachment**, a verdade que cassou o Presidente Collor nasceu da palavra de uma secretária e de um motorista. O resto, mentiu aqui de montão. Vieram falar doutores, empresários, políticos, intelectuais, um montão de gente, e não conseguimos achar o ponto. Mentiram, ludibriaram, inventaram, até que veio o motorista. Quem é o Senhor? O motorista. O que o Senhor está fazendo aqui? Disseram que eu tinha de vir aqui contar o que sei. O que o Senhor sabe? Sou motorista do Sr. PC Farias. E qual é a sua missão? A minha missão é pegar os cheques que me dão no escritório e ir ao Palácio e falar com a chefe de gabinete da Primeira Dama, ela me dar as contas e eu sair para pagar. Aí apareceu nas contas da casa da Dinda, as contas da Primeira Dama, que eram pagas, e um carro comprado lá em Goiânia no nome do Presidente. Foi assim que aconteceu. A verdade é que a sua colega, a secretária, que é do PT, há vinte dias deu uma declaração dizendo que se arrepende de ter vindo. “Me arrependo de fazer o que fiz, sofrer o que sofri para ver o que está acontecendo agora. Para ver essas coisas que estão acontecendo e que imaginei que nunca mais iam acontecer.” Ela está arrependida, mas ela prestou um grande serviço.

E, perdoem os companheiros, podem até estar estranhando por eu estar falando assim, é porque eu, que estou nesta Casa há vinte e tantos anos, na política há cinquenta, sei valorizar o que deve ser valorizado. Que a gente bata no Jefferson, no Deputado, tudo bem. Somos políticos, a gente bate e apanha. Faz parte da briga política. Que nós, os políticos, debatamos, tudo bem, mas quando vem alguém simples do povo... Se fala o que quero, é santa, se fala o que não quero, é o demônio. Não é por aí, está aqui uma juíza, isso é o natural. Aqui somos uma câmara judiciária, somos um tribunal de Justiça, temos que nos dar conta de que cada um de nós é um juiz, embora Parlamentar. E temos que votar como juízes, com isenção. Não podemos votar de acordo com o meu Partido. Temos que

votar com isenção. Por isso, na hora de inquirir uma testemunha, temos que buscar a verdade, mas não a verdade para mim, para mostrar que ela é contra o PT ou é a favor de não-sei-o-quê, e sim a verdade que interessa aos autos, e os autos aqui se chama o programa dos Correios.

Por exemplo, respeito o que foi levantado aqui, acho até correto. Acho que as contas, a vida do Sr. Jefferson devem ser apuradas, só que não sei se foi certo fazermos isso ou se isso não deveria ser na Comissão de Ética, porque é lá que vai ser julgado. Lá ele é réu. Lá, na Comissão de Ética, ele vai ter que provar vírgula por vírgula, e os Parlamentares vão ter que cobrar ponto por ponto de toda a vida dele. Lá ele é réu. Aqui ele era testemunha. Isso é que foi ruim. Isso que vejo. E a reunião de hoje, V. Ex^a disse, muito importante, foi uma triste reunião aqui hoje de tarde. Isso temos que conseguir evitar.

Conseguimos ter aqui no Congresso grandes êxitos em comissões parlamentares de inquérito, onde discutimos coisas graves, como a CPI do Sistema Financeiro, que pela primeira vez atingiu o Judiciário, cassou juízes, entrou nas questões sérias. É que conseguimos, Sr. Presidente, modéstia à parte, nos sublimar. E, apesar das brigas partidárias, éramos um tribunal.

Esse ano que passou foi o ano em que tivemos talvez a CPMI em que mais se pudesse apurar os escândalos deste País, que é a Banestado. As contas vieram, a CC-5, a Justiça americana, pela primeira vez, enviou para nós, e estão engavetadas aqui porque uma briga entre o Deputado Mentor, de um lado, e o PSDB na Presidência, de outro lado, fez com que S. Ex^{as} passassem o tempo brincando, um não deixando abrir as contas, porque ia atingir o Presidente do Banco Central do Fernando Henrique, outro porque ia atingir o atual. E não tem parecer, não tem conclusão. E se caminarmos como estamos caminhando, não tem condição, vamos ter que terminar sem conclusão. Daqui a pouco o Relator vai apresentar o seu relatório e alguém daqui vai apresentar um outro e vamos colocar em discussão. Não pode.

Por isso, minha querida, e eu, passando por cima da minha pequenez, digo: Em nome do Congresso brasileiro, quero lhe agradecer.

A SRA. FERNANDA KARINA SOMAGGIO – Agradeço ao senhor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero lhe pedir desculpas pelo que foi feito aqui. Agora, posso lhe garantir que nada foi feito de pessoal. Tenho certeza que nenhuma das pessoas que falaram quiseram atingir V. S^a, de maneira nenhuma. Ninguém quis atingi-la. Aqui, no amor, na paixão, na luta e no esforço, às vezes a gente sai fora do rumo. Mas V. S^a prestou

um grande serviço. E tenho certeza que a sua figura na televisão vai levar a que realmente neste País as pessoas entendam que fazer o papel que V. S^a fez é muito importante. Teve a coragem de denunciar não ganhando nada, não levando vantagem, mas teve a coragem de denunciar pensando no seu País. É uma grande missão. V. S^a está prestando um grande papel que ficará marcado na história deste Senado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAG-

GIO – Eu agradeço ao senhor e espero sinceramente não precisar de me arrepender daqui a alguns anos por isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardoso pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Eu me inscrevi novamente, Sr. Presidente, mas eu vou fazer um pedido ao Senador Pedro Simon. Da mesma forma que ele pediu a Senadora Ideli que aguardasse a manifestação dele sobre a arguição dela, como ele se referiu diretamente a mim e a outras pessoas, eu queria pedir ao Senador que aguardasse o momento oportuno em que eu pudesse tecer considerações sobre as ponderações que V. Ex^a.

Agradeço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas cedo ou mais tarde, não é, Senador?

Sr. Presidente, Sr^a. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados e a nossa depoente Fernanda Karina, sei que a hora vai tarde e diz que o arroz, a carne, a massa, o lanche que nós recebemos aí alimenta o corpo, mas a palavra alimenta a alma. Acho que é hora da gente ainda continuar alimentando a alma da esperança de que a gente possa fazer alguma coisa no sentido de clarear esse emaranhado que aí está. Aliás, vou mais longe para dizer que diz que uma mentira dita mil vezes vira verdade. Agora, imagina a própria verdade repetida! Então a gente tem que insistir numas coisas para que ela possa entrar na mente do nosso povo que está nos ouvido, nos assistindo, mas fundamentalmente para que entre nós, nós possamos nos conhecer melhor, saber quem somos, de onde viemos, onde estamos, para onde vamos, o que queremos, o que pretendemos nesta CPMI, porque me parece que há aqui uma grande confusão. Nós estamos aqui na brincadeira do

gato e do rato: quem pega quem para ver quem leva o quê. E eu acho que não pode ser assim.

Eu falo com a experiência de advogado criminalista e na Justiça tem alguém que acusa e alguém que defende. Mas nós estamos aqui com uma outra missão. Nenhum de nós aqui está cumprindo o papel de acusador nem de defensor. Não há aqui o promotor nem sequer o advogado, embora uns possam ter sido promotores, outros, advogados. Nós todos, na verdade, somos aqui formados nisso ou naquilo e naquilo outro. Juíza Denise Frossard, somos todos Deputados e Senadores com a incumbência de buscar a verdade. E esse é o nosso propósito, não pode ser outro. Uma testemunha eu só acuso; aquela testemunha assado, eu só a defendo. Eu não estou aqui para acusar nem para defender testemunha. Eu estou aqui para ouvi-la, questioná-la, emitir opinião e, obviamente, buscar a verdade. Esse é o nosso propósito.

Aliás, nesse contexto, Senador Simon, foi muito feliz sua leitura de interpretação do que o PT vem cumprindo em termos de missão. E eu entendo que o PT está cumprindo aqui pelos seus próceres uma missão, uma missão partidária no sentido de defender o indefensável, no sentido de querer tapar o Sol com a peneira. Eu confesso-me impressionado quando vi o PT protegendo, defendendo, elogiando e dizendo como foi bem o Sr. Marcos Valério no seu depoimento. Mas o PT até ontem dizia que não conhecia o Sr. Marcos Valério, mas passou a defendê-lo, passou a assumir uma espécie de carapuça. Um dos grandes Líderes do PT perguntou para mim: “E daí, como é que foi? Ele foi bem, né? Viu como ele é firme! Viu como ele não se amedronta! Viu como ele não se encolhe! Viu como ele tem resposta! Viu como ele podia calar e falou!” E eu disse: “Sim, ouvi. Eu nunca vi, aliás, alguém mentir tanto quanto ele mentiu.” E mentiu. E mentiu, porque esta CPMI não tinha documentos. Eu quero dizer e faço a leitura, como advogado de novo: nós, a CPMI, não estávamos preparados para ouvir o Marcos Valério. Não estávamos. Porque quando a oitiva vai ser feita, há que se ter documentos, dados de quem pretensamente é réu, acusado, principal suspeito, no caso o Sr. Marcos Valério – e nós não tínhamos os dados.

Fomos atropelados e, de forma açodada, a CPMI chamou quem tínhamos que ver depois de termos os documentos nas mãos. Mas menos mal porque Deus é bom, tudo pode ser repetido e vai servir para desmascarar o Sr. Marcos Valério, na medida em que ele disse o que não podia sustentar. Não tem como sustentar com base nas documentações que estão chegando. Mas me impressiona o PT fazer essa defesa, o que mostra que está assumindo a culpa porque o Sr. Marcos Valério não tem nada a ver com o PT ou

pelo menos não tinha nada a ver com o PT. O PT tem pessoas boas, honradas, bons Deputados – no meu Estado, boas pessoas, pessoas honradas, dignas, como têm em todos os Partidos e eu faço esta leitura. Eu mesmo apoiei o Presidente Lula. Apoiei o PT. Votei duas, três vezes. Fiz e não me arrependo porque de arrependido o inferno está cheio, mas não repito por conta do que estou vendo.

É preciso que a gente diga tudo isso e eu volto, aqui, Sr. Presidente, a repetir – quem sabe por insistência ou por persistência – aquilo que disse ontem e que não fui compreendido por conta de que jornais do centro do País publicaram interpretação diferente daquilo que eu disse em relação à questão da publicidade. Eu disse que, assim como o PC Farias e o Collor usaram como método de corrupção – na época inovador – o fantasma, o “laranja”, e a gente não conhecia a figura do “laranja” e as pessoas não sabiam o que é o “laranja”... De onde nasceu o “laranja”? E eu pesquisei isso como advogado, Sr^a Juíza Denise Frossard. Os americanos proibiram a bebida e, aí, eles, tendo a bebida proibida, espremiam a laranja e enchiam a laranja de uísque e chuparam a laranja que não era outra coisa se não uísque. Então, a laranja servia para beber o uísque. Hoje se diz do “laranja” por conta de que ele está sendo usado, e esta é uma informação importante até porque tem muita gente chupando laranja e bebendo uísque por aí, e uísque importado. Então, o PC tinha “laranja”, o PC tinha fantasma.

Essa moda, então, passou, e o PT inovou com os publicitários e a publicidade. Aliás, já ganhou a eleição com um grande publicitário – o Duda Mendonça – que era a coqueluche e, aí, seguiu no mesmo caminho e usou um mau publicitário, que de publicitário não sei se tem alguma coisa e nem sequer publicidade eu vi fazer, mas usou a publicidade exatamente porque a publicidade é um bem intangível, não tem como tocar, não é palpável. Se fizeres um viaduto, uma ponte, podes ir lá e, pela planilha, ver se foi ou não superfaturado; uma rodovia dá para o Tribunal de Contas da União fiscalizar, ver e apontar; uma ambulância se tu comprares, dá para ver o preço e comparar; um hospital que vai ser construído ou uma escola, enfim, uma obra física, nós sabemos o custo. Agora, publicidade nós não sabemos do preço. É como contratarmos um bom advogado, um grande advogado, um advogado de nome. Eu faço júri, quer dizer, contratar para fazer um júri um advogado que tem um nome, tem expressão na praça, no conceito do Judiciário, enfim, da sociedade... Um júri é um preço. Vai cobrar R\$100.000,00 ou R\$200.000,00 para fazer um júri, e o mesmo júri, um outro advogado faz por R\$10.000,00, e dá graças

a Deus que foi convidado para fazer. Quer dizer, são situações diferentes.

A mesma coisa é com a publicidade. Para contratar um publicitário de nome são milhões. Um outro publicitário faz a mesma publicidade por menos preço. Talvez não tenha os detalhes de riqueza. Não dá para saber quando ela é superfaturada ou quando não é superfaturada. Não há como medir essa questão. Então, eu digo que a nova coqueluche é usar a publicidade para, exatamente, lavar dinheiro, para desviar o dinheiro público, enfim, para fazer essas movimentações. E eu vou dar um dado para provar ao Sr. Marcos Valério, publicitário...

Eu, hoje, tirei um tempo – eu sou Suplente na CPMI – e fui pesquisar. E peguei, aqui, fiz um calhamaço de toda a movimentação financeira do Sr. Marcos Valério, de todas as empresas. Não preciso dizer banco por banco, mas é o Banco de Boston, o Banco do Brasil, o Banco Rural, o BMG, enfim, o Banco Mercantil, o BSHC – principalmente nesses Bancos. São seis empresas, de 2000 a 2005. Na DNA, em cinco anos e três meses, setecentos e quinze milhões. É incrível! A gente olhando mês por mês, tem uma movimentação de quase cinco milhões em um mês só, e só naquele mês naquele banco. Nos outros meses do ano anterior nada, e nos meses do ano posterior também nada. Tem umas coisas assim impressionantes. Na Graffiti, outra empresa do Sr. Marcos Valério, noventa e cinco milhões nesses cinco anos. Na outra, a SMP&B Comunicação, eu vou ficar sentado e me agarrar, seiscentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos, uma coisa assim impressionante. Uma outra empresa, que eu acho que é laranja da outra porque é o mesmo nome SMP&B – São Paulo, só colocou São Paulo – dezesseis milhões. Uma é SMP&B Comunicação e, a outra, SMP&B – São Paulo Comunicação. Multiaction, quarenta milhões e a Estratégia Marketing e Promoções, um milhão e novecentos. Somam um bilhão, quatrocentos e vinte milhões nas empresas do Sr. Marcos Valério. Tive o capricho de somar tim-tim por tim-tim, mas não é tudo. Ele ainda teve o capricho de botar uns dinheirinhos na conta física. O Sr. Marcos Valério colocou na sua conta de pessoa física, em sua conta pessoal, trinta e um milhões e, da esposa, para não pegar o divórcio, como ele disse que era perigoso ela separar dele, quinze milhões, ou seja, na conta pessoal, quarenta e seis milhões. Então, o Sr. Marcos Valério, publicitário famoso – e de fama, ninguém conhecia esse homem no Brasil – reúne toda essa fortuna. É claro que não é dele. Ele é o laranja do PT. Ele é o publicitário laranja do PT. Podem ter certeza. Vamos buscar a fundo e aí ele pega para o capricho e dá para um jornalista não deixar publicar na revista

trezentos mil e para um procurador – vejam, um procurador, homem que tem que primar pela Justiça –, novecentos mil em dinheiro limpo.

Hoje o Presidente desta CPMI tomou atitudes mais fortes do que ontem quando quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Sim, do Roberto Jefferson, nenhum problema. Tem que quebrar porque o que ele diz é verdade, e ele diz a verdade porque sabe, e sabe porque estava lá, estava junto. Brigam as comadres, aparecem as verdades.

Não é a oposição que quer exterminar com o PT, caçar o Lula, trazer o **impeachment** ao Presidente. Muito pelo contrário, foram eles, entre eles, porque o Presidente Lula se elegeu e esqueceu depois que estava eleito. Juntou-se com quem discursavam contra ele, e agora estão lá todos eles misturados. O perfil do eleitor do Lula é a Sr^a Fernanda Karina, o perfil do adversário do Lula é o Sr. Marcos Valério. Esse era o discurso da campanha. Mudou! Agora, o PT defende o Marcos Valério e tenta acusar a D. Karina que, aliás, eu quero parabenizar aqui.

Eu não pude contar quantos itens, mas acho que foram uns trinta e cinco ou trinta e seis itens que ela relacionou tim-tim por tim-tim cada um deles. Isso é o que eu disse e aconteceu. Isso é o que eu disse e aconteceu. Esse outro aconteceu, mas eu disse antes. Esse outro está dito e vai acontecer e tem uns que estão acontecendo. Tudo relacionado, trinta e seis, comparem os senhores o que eu disse ontem o Marcos Valério e o que eu disse hoje a Sr^a Karina. A segurança. Alguém vai dizer “mas essa mulher também vivia embaixo da asa do homem”. Quanto tempo a senhora trabalhou com ele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Nove meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Meu Deus do céu, se fossem uns três ou quatro... Coitado dele, se fossem uns três ou quatro. Nove meses e ela sabe o que sabe. Imagine, Senador Simon, se trabalhasse dois anos, três anos, quatro anos, um mandato como a gente tem aqui que é de quatro anos. Imagine o que não diria pelo quanto que viu. Eu me impressiono porque ela anotou desavisadamente, desinteressadamente na agenda, casualmente o mundo rodeou, o tempo passou e as coisas aconteceram. Então, olha, esse esforço do PT... Sinceramente, não consigo compreender, e é claro que não vai dar em nada. Quando ouvi a D. Karina falando, eu pensei assim “ela só viu e disse tudo isso”. Ela só viu porque a senhora via longe a coisa acontecendo e ele, Marcos Valério, que fez tudo, não sabe. Ela viu e diz, mas ele fez e não sabe. Não é que ele não sabe, ele sabe. Ele não quer dizer porque se ele disser vai cair a casa. Portanto, eu faço

poucas perguntas. Eu precisava fazer essas afirmações aqui para resgate, porque a senhora está prestando um serviço à Nação e a senhora não tem que sair aqui de cabeça baixa, por alguns que tentaram diminuir o seu depoimento, que eu acho rico, eloquente, forte. A senhora é uma espécie de arquivo ambulante porque, se em nove meses a senhora sabe o que sabe, o que não saberia se em outros tantos meses estivesse lá? E olha que nove meses é o tempo para nascer, imagina se tivesse tempo para viver lá dentro, o que não contaria.

A senhora disse que não sabe o nome dos *motoboy*s, mas esses *motoboy*s eram registrados?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eram registrados por uma empresa terceirizada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a empresa?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu não sei o nome da empresa, já me perguntaram aqui, mas eu não sei o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós temos que buscar essas empresas...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Eu só queria fazer um aparte aqui sobre o seguinte: a Graffiti, que é uma das empresas do Sr. Marcos Valério, funciona no mesmo endereço da SMP&B e, até o que me consta, enquanto eu trabalhei lá, não tinha funcionários.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É só de fachada, só de faz-de-conta.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E a SMP&B São Paulo também nunca ouvi falar dela...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é, também não vi, aliás ninguém sabia aqui, e eu descobri por acaso. Todos pensavam que era a mesma, e é outra. Não vi ninguém falar na SP...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – SMP&B.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – SMP&B São Paulo. Aliás, fui dar entrevista para os jornalistas, me perguntaram: “não, mas é a mesma”. Não, não é a mesma. Tivemos que fazer uma discussão para ver que não era a mesma. Eu digo que é uma é clone da outra. Então, são, na verdade, duas empresas com o mesmo nome, diferenciando pela cidade, que incorpora no nome.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – E a Graffiti no mesmo endereço da SMP&B.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De fachada.

A senhora saberia reconhecer, reconheceria fisicamente...

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Os *motoboys*?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...esses *motoboys*?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós temos que encaminhar para esse reconhecimento, chamar aqui essa empresa que terceiriza os *motoboys* que ela contratou e trazê-los aqui para fazer esse reconhecimento, para que nós possamos ouvir esses *motoboys*.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Inclusive eu queria só deixar uma coisa bem... Que existe um *motoboy* que está morrendo de medo de aparecer, eu já pedi para ele, por favor, apareça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o nome dele?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ele não... Só mandou um recado por um jornalista falando que ele está comigo mas ele morre de medo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tá.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Então, eu peço a ele que ele realmente apareça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu acho que a gente pode trabalhar em cima disso, e num momento oportuno. É uma informação importante que a senhora traz à CPI. Já tem alguém querendo aparecer. Coragem, gurizinho. Mostra a cara.

Vou concluir, Presidente.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – É, mas ele disse que ele tem medo de o Marcos mandar matar ele também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E vamos tratá-lo bem, pelo menos da nossa parte, não sei de outras.

E essas malas de dinheiro que a senhora fala, não passava nada pela contabilidade?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, ia para o departamento financeiro direto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Direto.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Agora, se era registrado na contabilidade, acredito que não, porque tem um tanto de dinheiro aí que ninguém sabe de onde veio nem para onde foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A festa no hotel, que a senhora falou, no hotel, com a

suíte presidencial, a senhora fez alguns convites, por telefone, para algumas personalidades?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, foi o Sr. Marcos quem fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, só o Sr. Marcos.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só o Sr. Marcos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas acho que a senhora sabia que eram várias pessoas que iam estar lá.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sabia que eram várias pessoas do Governo, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora acha que era, pela sua visão lá, era uma festa, vamos dizer assim, uma festa popular na suíte, para não ter uma má compreensão, ou era para repartir dinheiro?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, eu acho que era uma festa popular mesmo, popular, bem popular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Não nos diz respeito a isso, é só pra ver, se era para repartir dinheiro nos diz respeito, se era uma festa...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, por favor, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluo, Presidente.

A Sr^a conhece Márcio Guimarães Novaes?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Márcio Guimarães, de nome, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Só lembro o nome, não lembro quem é a pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero que a senhora se esforce e nos informe oportunamente, Márcio Guimarães Novaes, porque é importante esse nome.

Para encerrar, Sr. Presidente, só duas questões.

José Mentor, colega, Deputado, que acho que relatou a CPMI do Banestado, a senhora falou que ele mantinha contato com o Valério. E esse contato coincidia com o período de andamento da CPMI do Banestado?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim, coincidia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Coincidia. Como é que a senhora sabe que coincidia?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Porque teve um dia que aconteceu alguma coisa na CPI, que eu não sei o que é, e o Marcos Valério chegou no escritório e pegou todas as pastas suspensas dele, que tinha em torno de umas 25 pastas suspensas, com vários documentos, notas fiscais e investimentos, etc., etc., e pediu para que eu picotasse com ele junto com todas as pastas, tudo que continha dentro das pastas. E isso foi feito. Foram quatro sacos de papel picado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a senhora picotou tudo?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Na frente dele, porque ele não saiu enquanto eu não terminei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que coisa maluca.

Eu encerro, Sr. Presidente, só comunicando a V. Ex^a o compromisso que eu tinha ontem, quando disse aqui que requeremos à CPMI, já está na mesa o requerimento, cópia dos contratos de publicidade do Sr. Marcos Valério, da DNA, da SMP&B e de todas as empresas dele. Ainda da Vox Populi e todos os demais contratos que a Câmara dos Deputados tem ou tinha com publicidade desde 2000 até 2005. Fizemos esses requerimentos e esperamos vê-los aprovados, para que a Câmara dos Deputados, a gente possa fazer lá, abrir também os arquivos ali, não é, Sr. Presidente? Porque só nos últimos dois anos R\$20 milhões em publicidade para as empresas do Sr. Marcos Valério a Câmara dos Deputados está pagando, e não vi publicidade nenhuma, de mim ninguém fez propaganda. Aliás, a nossa imagem está abaixo da crítica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que apresentamos também à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados um requerimento pedindo a suspensão de todos os contratos de publicidade da Câmara dos Deputados com as empresas do Sr. Marcos Valério e com qualquer outra empresa, até uma análise mais profunda de uma comissão que deve ser nomeada pela Mesa, para que possamos clarear essa questão de publicidade da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Porque não dá para aceitar. Estamos investigando o Governo, estamos investigando o Sr. Marcos Valério, estamos passando a limpo tudo. Então, temos que fazer o dever de casa, e o dever de casa, como a publicidade é a conqueluche, é a onda, é a bola da vez, temos que começar a arrumar a casa aqui também. E, no que me cabe, na Câmara dos Deputados, estou tentando fazer a minha parte.

Muito obrigado pela generosidade do tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado Deputado Pompeo.

Com a palavra, em reinscrição, o Deputado José Eduardo Cardozo, por três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço a presença do Senador Pedro Simon, que, pacientemente, me aguardou. E, com certeza, peço a atenção do Senador Pedro Simon, porque creio que ele desconhece o profundo respeito que tenho por ele, respeito intelectual, político e ético.

V. Ex^a é um patrimônio da História brasileira e do Congresso Nacional. No entanto, de forma ousada, gostaria de dizer que discordei e discordo de V. Ex^a em duas questões nesta CPMI.

A primeira delas no depoimento de Roberto Jefferson, quando V. Ex^a aqui, num discurso maravilhoso, do ponto de vista da sua construção, chegou a dizer que acreditava que seria correto que pudéssemos até, talvez, abaixar a punição de Roberto Jefferson no Conselho de Ética em troca de uma afirmação mais contundente da verdade aqui. Tenho discordância com V. Ex^a no seguinte sentido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou poder responder depois, não é, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – Claro, é diálogo.

Por que discordei de V. Ex^a, como discordei agora, em que sentido? Roberto Jefferson, nas denúncias que fez, uma vez comprovadas, se verdadeiras, terá prestado um verdadeiro serviço à Nação brasileira. E concordo com V. Ex^a nesse ponto. Claro! Passar a limpo a corrupção no Brasil é uma missão pela qual V. Ex^a lutou, eu lutei, com a maior honestidade de propósitos. No entanto, com ética parlamentar não se transige, Senador, não se transige. Se Roberto Jefferson está envolvido em falcaturias, e vamos investigá-las, tem que ser cassado. Posso até admitir a delação premiada, como existe na nossa Legislação, para o bandido comum, mas para aquele que comete irregularidades no exercício do mandato? Com esse não se pode ter contemplação. Então, aí discordei de V. Ex^a.

E hoje também discordo porque acho que V. Ex^a está sendo profundamente injusto com a bancada do Partido dos Trabalhadores. Por que digo isso?

Quando comecei a minha argüição, eu, de propósito, a dividi em dois segmentos. E falei: “Olha, quero primeiro argüí-la sobre as denúncias.” Inclusive disse: “As denúncias da D. Karina, se comprovadas, e algumas parece que estão realmente condizentes com os fatos, será um grande serviço para o País.” Senador, há outros aspectos, e se V. Ex^a me permitir, não quero

declinar uma linha de investigação que estou pessoalmente seguindo e compartilhando com outros membros de Bancada. Normalmente essas grandes situações... E não estou dizendo que é o caso de D. Karina, por favor, não estou dizendo isso, aliás, minha companheira de Partido. Não estou dizendo isso, mas o que estou dizendo, Senador, é o seguinte: Muitas vezes nessas disputas, como estamos vendo nos Correios, denúncias aparecem fruto de disputas empresariais e políticas, em que os que estão de um lado ou de outro disputam não o bem, mas disputam o mal. A maior parte dos escândalos de corrupção que se pode apurar se dá por litígios entre pessoas envolvidas em guerras sujas.

Ora, na questão de D. Karina ela está aqui confessando, e não há nenhuma razão para duvidar, que ela tem bons propósitos. No entanto, a partir do momento em que surgem certas debilidades de construções, é necessário verificar se o Sr. Marcos Valério – e olhem, me senti profundamente injustiçado também pela colocação do colega que me antecedeu. Porque tanto eu como o Deputado Jorge Bittar, em nenhum momento, defendemos o Sr. Valério. Pelo contrário, eu publicamente na imprensa disse que o depoimento que ele prestou ontem foi incongruente, omissivo. Então, é injusto dizer que o PT saiu defendendo Marcos Valério. Injusto. Aliás, basta pegar as matérias de jornais e de televisão que saíram ontem com nossas falas. No entanto, não posso afastar, Senador Pedro Simon, a seguinte versão hipotética dos fatos. Falemos por hipóteses: vamos imaginar que Valério esteja metido em falcatura sim. Vamos partir desse pressuposto. Será que outras pessoas também metidas em falcaturas a partir de licitações, onde grupos disputam espaços de dinheiro de forma corrupta não podem ter interesse também em detoná-lo? E não haverá interesse também em pegar o outro lado, Senador? Claro que há. Corrupção do A ou do B tem que ser pega. E é nessa perspectiva, Senador Pedro Simon, que discordo de V. Ex^a, porque há situações objetivas que cercam a matéria da **ISTOÉ** que precisam ser examinadas. Por exemplo, V. Ex^a viu ontem: houve um pagamento de R\$3 mil em boca de caixa a um jornalista que teria avisado o Sr. Valério. Por que houve esse pagamento? Tem a ver exatamente com as circunstâncias que estávamos perguntando, Senador. Faz parte, inclusive, dos saques. Ou seja, em nenhum momento, tanto eu como o Deputado Jorge Bittar, fomos ofensivos com Dona Karina. Aliás, uma coisa que aprendi na minha vida, Senador, é que as perguntas, quando não têm embutidas afirmações, elas não são nem do bem nem do mal. Do bem ou do mal são as respostas. Nós nos limitamos a perguntar de forma elegante. Não fui injurioso. Aliás, a palavra que V. Ex^a me censurou, que não

é uma palavra feia, é a palavra “beijos”, estava escrita, eu estava lendo quando V. Ex^a falou: “Não use palavras indevidas”. Mas meu Deus! A palavra indevida que eu usava era a palavra escrita por ela! Então, Senador, sei que V. Ex^a – e ninguém é imparcial, nem eu, nem V. Ex^a, apesar de V. Ex^a ser um patrimônio, ninguém consegue pairar acima do bem, do mal, do justo ou do injusto. Temos paixões, temos ideologias. E nem mesmo os magistrados deixam de ser seres humanos. E são influenciados muitas vezes pelas paixões da vida, e bom que sejam, porque não são computadores, são seres humanos. Senador, acho que V. Ex^a está profundamente irado com o PT e deve ter suas razões. Talvez até eu concorde com várias delas. Irado com o PT e talvez, concordo, talvez V. Ex^a esteja decepcionado com muitas coisas. É possível. Eu não vou entrar no mérito das questões. Agora, V. Ex^a dizer que estamos utilizando uma tática, de, pura e simplesmente, desmoralizar a depoente eu não posso aceitar. Fomos corteses, fomos elegantes, foram perguntas objetivas. Para mim, saber, Senador Pedro Simon, da relação que está posta no universo da divulgação da entrevista dela não é questão pessoal. Porque isso faz parte de um processo criminal em que ela foi denunciada por extorsão, Senador Pedro Simon, e que está diretamente envolvido com os fatos que circulam esta questão. Ou seja, fosse tão leviana esta situação, o Ministério Público não teria denunciado. O que não quer dizer que ela é culpada. Temos que dizer que ela ainda vai apresentar sua defesa. Mas houve o recebimento da denúncia, Senador Pedro Simon, e o que está por trás disso eu não sei. Se realmente se comprovar que ela está aqui falando pelo bem da população, eu direi: “V. Ex^a entrou no Partido certo, porque sempre defendemos a ética”. Porém, Senador, eu não posso prejudicar. Não se prejudica para o bem ou para o mal, se investiga. E é nessa perspectiva, Senador Pedro Simon, que, respeitando V. Ex^a, quero estabelecer uma divergência fraterna e leal. V. Ex^a esta noite não foi justo conosco. Infelizmente não foi, e peço que V. Ex^a, com toda a capacidade intelectual que tem, por favor, medite sobre isto: não fizemos em nenhum momento um ataque à imagem de nossa depoente e me sinto profundamente injustiçado. Se fosse de outro Parlamentar, talvez não me sentisse. Mas vindo de V. Ex^a, pessoa que admiro e respeito, me atinge, e é essa razão pela qual formulei essa resposta, mas digo: continuo respeitando V. Ex^a, em que pese discordar do que disse.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Pedro Simon, para encerrar o dia de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero me dirigir ao prezado companheiro, dizendo o seguinte: primeiro, realmente estou mago-

ado com o PT. Lá no Rio Grande do Sul nosso MDB tem uma mágoa com relação a mim pelo carinho com que sempre tratei Lula e pelo respeito que sempre tive com o PT.

Quando o Lula, jantando na minha casa, antes de assumir, inclusive, com a minha candidatura sendo sondada para eu Ministério, eu disse para o Lula: Lula, não houve na história do Brasil um momento em que um brasileiro teve depositada em si a confiança de todo povo como você. Hoje, todo mundo é Lula. Hoje, trabalhador e patrão são Lula. Você vai a uma universidade, você vai na classe rica ou na classe pobre, todo mundo é Lula, porque todo mundo torce para que o Brasil dê certo. Faça um grande governo, Lula. Escolha um Ministério de gabarito, escolha os melhores, naqueles em quem você tem confiança. Hoje, no meio universitário, praticamente todo mundo é PT. No mundo religioso, praticamente todo mundo é Lula. Faça isso, faça um governo de alto gabarito e você vai redimir a nossa história. Mágoa tenho, mágoa de quando ele constituiu o Ministério, escolhendo 19 Ministros que perderam a eleição majoritária para Governador ou para Senador. Do Rio Grande do Sul ele trouxe o Tarso, um grande Ministro, que tinha perdido a eleição; trouxe o vice-governador para um outro Ministério; trouxe o Olívio, que tinha perdido a convenção, para um terceiro Ministério; trouxe a Senadora, que tinha perdido a eleição, para um quarto Ministério. Isso aconteceu com o candidato a Governador em Santa Catarina, com o candidato a Governador e a Senador na Bahia, em Pernambuco. Não nego a V. Ex^a, tenho essa mágoa. Tenho essa mágoa e, desde essa briga da Comissão, e estou indo para a tribuna todos os dias, fazendo um apelo de irmão ao Lula: Meu irmão, está na hora de você ver, você tem condições, porque é impressionante o Lula. Lembrome que, no tempo do Collor, havia uma revolta contra o Collor. Hoje, há uma mágoa com relação ao Brasil, mas há uma esperança com relação a ti. Refaça seu governo, vá buscar gente de peso.

O jornal está publicando que você convidou o Antonio Ermírio de Moraes para Ministro da Saúde. Nota 10, porque muita gente pensa que o Antonio Ermírio de Moraes é um empresário milionário. O Antonio Ermírio de Moraes, sexta e sábado, há vinte anos está lá fazendo da Beneficência Portuguesa um hospital espetacular. Ele faz um arrego com o Renan, com Sarney e traz uns caras que não sei de onde. Quer dizer, fez o primeiro dobrando a Bancada do PT, do PP, dobrando a Bancada do PL e dobrando a Bancada do PTB. Agora, ele acha que pegando dois caras do PMDB ele vai fazer governo? O PMDB vai fazer o que o PP fez. Não é por aí que ele vai resolver o problema.

Tenho essa mágoa, sim. Tenho essa mágoa desde o início. Digo: Lula, não espere. Em primeiro lugar, quando for indicado para ti o atual Ministro da Previdência, que é do meu Partido, tudo que se fala dele já se falava. Não é que veio depois, fizeram uma injustiça com o Lula. Nomearam uma pessoa da qual tudo que se falava hoje já se falava. Foi uma vergonha o Renan indicar o nome, mas foi um absurdo o Lula aceitar. Agora, o cara está sendo processado no Supremo, o Supremo aceitou e não demite o homem.

Falam que o Presidente do Banco Central é uma figura intransigível. Cuidado com o Banco Central, porque se mexer no Banco Central, cai o câmbio. Pois, as vísceras do Presidente do Banco Central estão expostas no Supremo Tribunal, abriram-se as contas dele e ele não demite o homem. Esse que é o problema, disso tenho mágoa. A minha mágoa é de querer ajudar, é de querer colaborar. Quando eu dizia para o Lula: Lula você vai levar todo o PMDB do seu lado, nós vamos levar todo o PMDB do seu lado. É esse o sentimento, não há outro.

Aqui, não quis atingir V. Ex^a. O que eu quis falar – e repito – há uma tática equivocada do PT. A tática que vocês estão usando, em geral, é no sentido de... Não adianta defender o indefensável. Há coisas que estão aí. É como o Lula diz, atinja parente meu e será atingido. É isso que tem que ser. O problema do Jefferson, eu não disse para diminuir a pena dele. Eu disse que ele é réu na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Lá ele é réu. Lá vão citar todos os defeitos dele e mais: ele é réu e será condenado, porque já confessou; ele disse que recebeu quatro milhões de outro Partido. Não precisa nem de testemunha, porque ele já se condenou. Eu disse isso na reunião. Porém, aqui não é assim. Nesta Comissão, ele é testemunha. Temos de chupar dele o for possível. Sempre digo: nos Estados Unidos, na Itália, como descobriram a máfia? Como os juízes de mão limpa chegaram lá? Pegando um cara entre deles. O cara contou, e foram lá.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Tommaso Buscetta, preso no Brasil, foi para lá e entregou eles.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* tem de ser cassado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então eu digo que o PT... Por exemplo, esta secretária, esta moça, que está aqui, ficou ontem até meia-noite, quando foi embora. Chegou hoje às nove horas e ficou o dia inteiro parada até chegar a esta Comissão.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSART (PSDB – RJ) – Longe dos filhos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um exemplo fantástico de quem quer colaborar. Acreditar que ela está envolvida no esquema de um adversário que briga pelo poder de farsante A com farsante B?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Por que não?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela? Pode até estar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não posso prejudicar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode até estar, mas quero dizer a V. Ex^a que não é essa a parte que nos interessa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Como não?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não estamos aqui para isso. Estamos aqui para julgar a questão do Governo, o que está certo e o que está errado e tudo que está aí.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– A corrupção está em todos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O resto pode vir depois. Se o Lula conseguir limpar o Governo dele e provar “esse é bom, fica; esse não é bom, sai”, o resto cai por si.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)

– Não é verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tenho dúvida. Se o Lula conseguir dar um clima de seriedade, um choque de moralidade, se tiver coragem de dizer, seja PT ou seja o diabo, que esse cai fora porque é ladrão e se botar gente séria, mudará o Brasil. Um bando de Deputados e de Senadores vai para a cadeia. Não sei se eles farão isso. Se fizerem, haverá um choque realmente sério que mudará a situação. É isso que estamos buscando. Em relação ao que devemos buscar, a querida testemunha já fez demais.

Quero dizer também que eu não estava me referindo a V. Ex^a; mas à Senadora – nem a V. Ex^a e muito menos a V. Ex^a. Eu estava me referindo à Senadora, que descobriu que o marido tem, no interior de Minas Gerais, um parente que é Vereador. Aí vem ela dizer: “Não, mas ele é Vereador do PTB. Estamos desconfiados”. Cá entre nós, isso é fora de série.

Manifesto meu carinho, meu respeito e minha admiração.

Quando falo em estratégia, eu gostaria até de participar da reunião. Se o Líder fizer a reunião, eu gostaria de estar lá para dizer pessoalmente, numa reunião do PT, o que penso. Se me disserem que estou errado, reconheço.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sem querer abusar da paciência de V. Ex^a, peço um minuto para falar em respeito a quem nos ouve.

Recebi um pedido de um ouvinte do *blog* do Noblat que está assistindo à reunião, de maneira atenta, de Fortaleza e quer que eu pergunte à Sr^a Karina se ela conhece o Sr. Ivan Guimarães, que foi Presidente do Banco Popular no Governo Lula.

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – O Sr. Ivan Guimarães conversava sempre com o Sr. Marcos Valério, sim. Eu o conheço por telefone. Ele conversava sempre com o Marcos Valério, encontrava com ele aqui em Brasília, e acho que foi uma vez a Belo Horizonte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tratava de negócios?

A SRA. FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, atendi a esse ouvinte ansioso, que, da bela Fortaleza, manda esse questionamento.

Creio que, pelo menos da minha parte, chegou a hora de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 22 horas e 7 minutos.)